

ANAIIS

I SEMANA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E IX SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS

CONTEMPORANEIDADES | RESISTÊNCIAS | DISCURSOS

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Coxim, MS - Brasil | 14 a 18 de setembro de 2020**



ANAIIS

**I SEMANA INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA E
IX SEMANA DE
CIÊNCIAS HUMANAS**

CONTEMPORANEIDADES | RESISTÊNCIAS | DISCURSOS

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Coxim, MS - Brasil | 14 a 18 de setembro de 2020**





**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

REITOR

Marcelo Augusto Santos Turine

VICE-REITORA

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

Resolução nº 92-COED/AGECOM/UFMS,
de 4 de março de 2022.

CONSELHO EDITORIAL

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Ana Rita Coimbra Mota-Castro

Além-Mar Bernardes Gonçalves

Alessandra Regina Borgo

Antonio Conceição Paranhos Filho

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Cristiano Costa Argemon Vieira

Delasnieve Miranda Daspet de Souza

Elisângela de Souza Loureiro

Elizabete Aparecida Marques

Geraldo Alves Damasceno Junior

Marcelo Fernandes Pereira

Maria Ligia Rodrigues Macedo

Vladimir Oliveira da Silveira

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica

Secretaria da Editora UFMS

A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

Direitos exclusivos
para esta edição



Secretaria da Editora UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº,

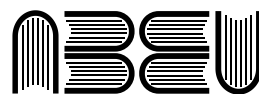
Bairro Universitário

Campo Grande - MS, 79070-900

Fone: (67) 3345-7203

e-mail: sedit.agecom@ufms.br

Editora associada à



Associação Brasileira das
Editoras Universitárias

ISBN: 978-65-89995-62-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Semana Internacional de História e Ciências Humanas da UFMS/CPCX (1., 9. : 2020 :
Coxim, MS).

Anais da I Semana Internacional de História e IX Semana de Ciências Humanas da
UFMS/CPCX [recurso eletrônico] : UFMS-CPCX : 14 a 18 de setembro de 2020 /
organizadores: Silvana Aparecida da Silva Zanchett, Ary Albuquerque Cavalcanti
Junior. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2020.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufms.br/>

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-89995-62-3

1. História – Congressos. 2. Ciências sociais – Congressos. 3. História – Pesquisa.
4. Ciências sociais – Pesquisa. I. Zanchett, Silvana Aparecida da Silva. II. Cavalcanti
Junior, Ary Albuquerque. III. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Câmpus
de Coxim. Curso de História.

CDD (23) 300

Bibliotecária responsável: Jakeline de Souza Costa – CRB 1/3090

Organizadores

Silvana Aparecida da Silva Zanchett
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

ANais

**I SEMANA INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA E
IX SEMANA DE
CIÊNCIAS HUMANAS**

CONTEMPORANEIDADES | RESISTÊNCIAS | DISCURSOS

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Coxim, MS - Brasil | 14 a 18 de setembro de 2020**

Campo Grande/MS, 2022





I SEMANA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E IX SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Coxim, MS - Brasil | 14 a 18 de setembro de 2020

Organizadores

Silvana Aparecida da Silva Zanchett
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Conselho Editorial da Publicação

Ana Maria Colling
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Carlos Eduardo da Costa Campos
Elieue Dias de Oliveira
Marcos Lourenço de Amorim
Marta Francisco de Oliveira
Renato Jales Silva Junior
Samuel de Jesus

Avaliadores ad hoc

Adriana Aparecida Pinto
Álvaro Ribeiro Regiani
Ana Clara de Souza
Ana Maria Colling
Ana Paula Squinelo
Bruno do Prado Alexandre
Carla Nacke Conradi
Emilla Grizende Garcia
Filipe Arnaldo Cezarinho
Geovana Quinalha de Oliveira
Geovane Batista Da Costa
Ivana Aparecida de Cunha Marques
Fernanda Santos
Jacson Lopes Caldas
Jiani Fernando Langaro
Kênia Erica Gusmão Medeiros
Larissa Klosowski de Paula
Lauri Miranda Silva
Losandro Antonio Tedeschi
Lucas Kosinski
Luciana Cristina Porfírio
Maria Do Rosário De Fátima Andrade Leitão
Marta Francisco De Oliveira
Paula Faustino Sampaio
Rosana De Jesus Andrade
Thais Leão Vieira
Tiana Andreza Melo Antunes
Vivian Da Veiga Silva

**“Todo o conteúdo dos textos submetidos e publicados
é de inteira responsabilidade de seus autores”.**

Realização

Curso de História UFMS/CPCX



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Apoiadores



LEGHI

Laboratório de
Estudos de Gênero,
História e Interculturalidade



Associação Nacional de História
Seção Mato Grosso do Sul



FAPEC

Fundação de Apoio à Pesquisa,
ao Ensino e à Cultura



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Cátedra UNESCO
“Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras”
Cidade de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul
Brasil



Universidade Federal
da Grande Dourados



APRESENTAÇÃO

O ano de 2020 foi atípico em nossa história mundial, marcado pela pandemia de COVID-19, algo que fez com que nós tivéssemos que nos adaptar frente as novas tecnologias. Nesse processo, o curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Coxim aceitou o desafio de organizar, juntamente aos demais cursos, a *IX Semana de ciências humanas: contemporaneidades, resistências e discursos (UFMS/CPCX)* e a *I Semana internacional de história*.

Apesar de todos os desafios, o evento foi um grande sucesso e contou com mais de 1400 inscritos de diversos países como Argentina, México e Portugal ao longo dos dias 14 a 18 de setembro de 2020. Além disso, quase todos os estados do Brasil estiveram representados em meio às comunicações e conferências. Dessa forma, os Anais aqui apresentados demonstram a qualidade das comunicações apresentadas, bem como perfazem um importante corpo referencial de diferentes temáticas e temporalidades que circundam a historiografia.

Silvana Aparecida da Silva Zanchett
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

SUMÁRIO

SIMPÓSIO 1 - EDUCAÇÃO, HISTÓRIA DAS MULHERES E CULTURA VISUAL: DO IMAGINÁRIO AO DECOLONIAL	16
Escrever com artes, corpos e corações: expressão criativa e produção de arte enquanto prática de uma pedagogia feminista decolonial <i>Indiara Launa Teodoro da Silva Lima</i>	17
Investigação do Livro Didático na Formação de Professores de História: concepções histórico-educativas <i>Paulo Henrique Leal Pereira</i>	26
Como Trabalhar as Narrativas Autobiográficas com Famílias Monoparentais Femininas <i>Naiara Silva dos Santos</i>	35
Poses, encenações e hierarquias: representações fotográficas de professoras e alunas da Escola Normal de Ponta Grossa/PR (Década de 1920) <i>Audrey Franciny Barbosa</i>	45
Moléstia fisiológica: as influências mútuas da menstruação sobre a psique feminina na obra <i>Erário Mineral</i> de Luís Gomes Ferreira no século XVIII <i>Gessica de Brito Bueno</i>	54
SIMPÓSIO 2 - HISTÓRIA DAS MULHERES EM MATO GROSSO DO SUL: SILENCIAMENTOS, INDÍCIOS E VOZES SUBALTERNAS	63
Emancipação e movimento feminista em Mato Grosso do Sul de 1994 a 2015 <i>Ana Clara Camargo de Souza</i>	64
<i>Amélia Alexandrina</i> : Memórias do silenciamento feminino em Mato Grosso do Sul <i>Fernanda Reis</i>	71
SIMPÓSIO 3 - POVOS INDÍGENAS, COLONIALISMOS E NARRATIVAS: PENSAMENTOS CRÍTICOS	79
O discurso de Felipe Guamán poma de Ayala em “ <i>Nueva corónica y buen gobierno</i> ” (1615): decolonialidade, mestiçagem e resistência <i>Thaynara Mariana do Nascimento</i>	80
A ideia de um novo Maranhão e as populações indígenas <i>Liana Rayssa Mota Amorim</i>	91
Repensar a História indígena: visibilidade como primeiro passo para uma educação intercultural <i>Joselaine Dias de Lima Silva</i>	101
Entre velhas táticas e novas práticas: o Conselho Presidencial e a busca por uma política indigenista no Maranhão (1825-1834) <i>Raissa Gabrielle Vieira Cirino</i>	110
O Sistema de Proteção ao Índio e o assistencialismo a saúde indígena na Baía da Traição - 1941 a 1945 <i>Yris Campos Oliveira</i>	117
A construção da imagem do “índio” no livro didático de história do ensino médio: desafios e avanços a partir da lei 11.645/2008 <i>Josefa Paula de Araújo</i>	126
Colonização e apropriação: a flora medicinal brasílica e suas categorizações <i>Rodrigo Perles Dantas</i>	136
A Velhice nos espaços discursivos da Etno-história <i>Raquel Roldan Mastrorosa</i>	145

A política econômica do Governo Vargas e do Serviço de Proteção aos Índios sobre o Posto Indígena Nísia Brasileira entre 1941-1945 <i>Maria Luisa Soares Marcolino</i>	155
História e Cultura Guarani <i>Nhandewa</i> da TI Pinhalzinho: exemplo de resistência ao colonialismo <i>Luciana Helena de Oliveira Viceli</i>	162
SIMPÓSIO 4 - LINGUAGEM, LITERATURA, CULTURA E RESISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA	173
Engajamento político das agremiações do carnaval de rua de Olinda <i>Akyla Alexandre Tavares Vicente Pessoa da Silva & Maria Eduarda Soares de Almeida Parente</i>	174
Corpo inconveniente e discurso transgressor em Silviano Santiago: balbucios a partir da Fronteira-Sul <i>Dênis Angelo Ferraz</i>	181
As Quatro Estações da Formação Docente <i>Rubens Magrini de Souza</i>	193
Ensaio biográfico fronteiriço: a gramática de um paradigma outro <i>Francine Carla de Salles Cunha Rojas & Edgar César Nolasco</i>	205
América Latina: crítica biográfica fronteiriça pela ancoragem descolonial <i>Fábio do Vale & Edgar César Nolasco</i>	212
Narrativas do corpo: uma construção discursiva em perspectiva literária e cultural <i>Marta Francisco de Oliveira & Marcia Gomes de Lima</i>	219
Literatura, cordel e mulher: uma abordagem histórico-cultural <i>Luana Rafaela dos Santos de Souza</i>	227
(Re)existência da memória nas narrativas locais <i>Quézia Stefani Fagundes Sena</i>	237
Os <i>entre-corpos-lugares</i> fronteiriços epistemológicos a partir de Silviano Santiago: pensamentos e atravessamentos das diferenças coloniais <i>Pedro Henrique Alves de Medeiros & Edgar César Nolasco</i>	247
Vozes silenciadas: O apagamento de Escritoras Negras no Ensino de Literatura Brasileira <i>Jamile Carla dos Santos Afonso</i>	256
Um olhar para a Primeira República a partir das representações do cangaceiro Antonio Silvino na literatura de Leandro Gomes de Barros <i>Erasmio Peixoto de Lacerda</i>	262
Cinema na História: aspectos do catolicismo em <i>Os Canhões de San Sebastián</i> (1968) <i>André Luiz Bastos de Freitas</i>	271
Hidrônimos e História Ambiental no Rio Grande do Sul <i>Melissa Heberle Diedrich</i>	281
O canto do aboio como construção de identidade dos vaqueiros do sertão, Porto da Folha, Sergipe <i>José Abraão Rezende Goveia</i>	289
Biogeografia do pesquisador: o compromisso com desobediência epistêmica <i>Gabriel Ambrósio Nuni</i>	297
O discurso dos suplementos televisivos pela teoria semiótica: uma das visões de mundo sobre a figura feminina e seus estados de alma <i>Tiana Andreza Melo Antunes</i>	305
A representação das relações interétnicas erechinenses em <i>Cogumelos de Outono</i> de Gladstone Osório Mársico <i>Gláucia Elisa Zinani Rodrigues</i>	313

SIMPÓSIO 5 - RESISTÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL EM TEMPOS DE EXCEÇÃO _____ 324

O processo de criminalização da Guerra no Contestado: resistência camponesa e relações de poder no início do século XX _____	325
<i>Milliann Carla Strona de Godoy Rocha & Cibeli Grochoski</i>	
Driblando a Censura de Diversões Públicas: uma análise da telenovela “O Bem- Amado” de Dias Gomes _____	333
<i>Emilla Grizende Garcia</i>	
Resistências e defesa das identidades/identificações: o caso de <i>Lampião da Esquina</i> (1978-1981) _____	341
<i>Geovane B. Costa</i>	
O humor no jornal comunitário Unibairros: estratégias de politização na abertura política em Juiz de Fora/MG _____	352
<i>Vanessa Ferreira Lopes</i>	

SIMPÓSIO 6 - ENSINO SOBRE A HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR NA ATUALIDADE: NEGACIONISMO, LUTA ENTRE NARRATIVAS E A TENTATIVA DE DESLEGITIMAÇÃO DO FATO HISTÓRICO _____ 361

O Jornal Gazeta de Sergipe como Recurso Didático para o Ensino da Ditadura Civil-Militar (1968-1978) _____	362
<i>Mayra Ferreira Barreto</i>	
Os Judeus entre Gregos e Romanos: Flávio Josefo e a Historiografia Judaica no Século I _____	373
<i>Ana Livia Alves Dias & Ângelo Emilio Da Silva Pessoa</i>	
Alteridade de Menotti del Picchia em <i>República 3.000</i> (1930) _____	384
<i>Eduarda R. Molmostett</i>	
Entre Dobrados e Marchas: a trajetória da banda Lira Nossa Sr ^a Imperatriz dos Campos _____	391
<i>Ruy Moisés Araujo Bispo</i>	

SIMPÓSIO 7 - DITADURAS, DISCURSOS E RELAÇÕES DE PODER NA AMÉRICA LATINA__ 400

Ditadura Militar e Corpos Dissidentes: resistência global e local _____	401
<i>Henrique Cintra Santos</i>	
O conservadorismo e o Ruralismo Brasileiro: o processo de sua articulação da redemocratização a política nacional recente _____	411
<i>Felipe Vargas da Fonseca</i>	
O começo de uma ditadura: O Brasil a partir de 1964 _____	422
<i>Dayane Cristina Guarnieri</i>	
Memória e resistência: as mulheres gaúchas na luta contra a ditadura civil-militar _____	429
<i>Sinara Veiga Faustino</i>	
“O depósito das mulheres que incomodam”: as dinâmicas do cárcere político na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (Porto Alegre, 1970) _____	436
<i>Maria Eduarda Magro</i>	
Disco independente e resistência cultural nas ditaduras brasileira e chilena: os casos dos selos Lira Paulistana e Alerce _____	444
<i>Icaro Bittencourt</i>	
Lampião da Esquina e Somos: movimentos homossexuais no Brasil e Argentina em Tempos de Fúria (1973-1981) _____	455
<i>Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto</i>	
Imprensa, movimentos e narrativas feministas: uma breve história do jornal Mulherio (1981-1988) _____	464
<i>Renata Cavazzana Da Silva</i>	
Los Vecinos: o retrato nos Nunca Más de Argentina e Uruguai sobre a repressão de uruguaios na Argentina e de argentinos no Uruguai nas décadas de 1970 e 1980 _____	473
<i>Guilherme da Conceição De Lima</i>	

A tragédia que marca o anjo: O filme “Zuzu Angel” (2006) e os usos do cinema na denúncia à ditadura militar	483
<i>Marcos de Araújo Oliveira</i>	
O humor e a representação dos gays na revista <i>Veja</i> (1968-1983)	493
<i>Leonardo da Silva Martinelli</i>	
Contraconduta e regulação de gênero na ditadura civil-militar	501
<i>Natanael De Freitas Silva</i>	
Trajetórias conflitivas: Igreja Católica e a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1960-70)	508
<i>Marcos Guerreiro de Farias</i>	
Arthur Reis e a publicação da obra “A Amazônia e a cobiça internacional” na imprensa carioca nos anos de 1960	519
<i>Adriana Conceição dos Santos da Silva</i>	
Da subjetividade à formação de identidades políticas: uma investigação a partir das jornadas de junho de 2013	528
<i>Fabício de Oliveira Farias & Flávia Ferreira Trindade</i>	

SIMPÓSIO 8 - MULHERES, IMPRESSOS E IMPRENSAS: DIMENSÕES E ESPAÇOS SOCIAIS PARA ALÉM DA MATERNAGEM - SÉCULOS XIX E XX 537

Em nome da honra feminina: A idealização feminina para ser uma mulher para o casamento	538
<i>Maria Kailane Oliveira & Jakson dos Santos Ribeiro</i>	
As maternidades na prestação de serviços à saúde materno-infantil no Piauí (1930-1954)	549
<i>Elane Beatriz de Sousa Góis & Joseanne Zingleara Soares Marinho</i>	
Do social ao imoral: a trajetória de Gabrielle Brune-Sieler narradas pelas páginas da imprensa (1924-1937)	561
<i>Wellington do Rosário de Oliveira</i>	
O combate a lepra em Manaus: As Damas Protetoras do Leprosário	570
<i>Adriana Brito Barata Cabral</i>	
Modelos De Feminilidade: a “Rainha Do Lar” e a “Mulher Moderna” Presentes na Revista <i>Querida</i>	577
<i>Cibeli Grochowski & Milliann Carla Strona</i>	
A subversão do estereótipo feminino na página “Entre mulheres”, de Tereza Quadros, máscara de Clarice Lispector	586
<i>Tânia Sandroni</i>	
A evolução da função da mulher na sociedade brasileira: o protagonismo feminino nos diferentes espaços sociais (1942 a 1945)	595
<i>Francilene Teles da Silva Sousa</i>	
A não maternidade a partir da revista pais e filhos (1968-1972)	603
<i>Thayná Guedes Assunção Martins & Joseanne Zingleara Soares Marinho</i>	
“Sybilla de Pariz”, “celebre cartomante” e “discipula dos melhores professores da Europa”: Representações sobre as cartomantes na imprensa do Rio de Janeiro (1860-1879)	613
<i>Kathleen De Oliveira Maia</i>	

SIMPÓSIO 9 - NOVO HUMANISMO E ENSINO DE HISTÓRIA 621

Ensino de História e o Uso da Tecnologia: Desafios Construtivos	622
<i>Cleberson Vieira de Araújo</i>	
Representatividade negra no ensino de História: por uma prática educativa decolonial	629
<i>Thaís Silva Félix Dias</i>	
A Aula Oficina para jovens e adultos em situação de hospitalização	639
<i>Alyne Martins Gomes</i>	
A BNCC e o ser resiliente	648
<i>Leila Angélica Oliveira Moraes de Andrade</i>	

Educação Histórica, Pensamento Decolonial e Teoria Pós-colonial: consonâncias, novos olhares e perspectivas	653
<i>Kelvin Oliveira do Prado</i>	

SIMPÓSIO 10 - ESTUDOS DA CULTURA MATERIAL PARA A HISTÓRIA ANTIGA 661

A representação de Triptólemo na cerâmica ática do contexto dos Mistérios de Elêusis	662
<i>Leandro Mendonça Barbosa</i>	

SIMPÓSIO 11 - HISTÓRIA E CIDADE: OLHARES SOBRE A CULTURA URBANA 670

Experiências urbanas na Porto Alegre oitocentista e criação de lugares de memória através da comédia “Mulheres!”, de 1873, escrita por Apolinário Porto Alegre	671
<i>Henrique Perin</i>	

A construção do associativismo espanhol na cidade de Belém 1900-1920	679
<i>Aline de Kassia Malcher Lima</i>	

Da tração animal ao sistema elétrico: os bondes da cidade de Fortaleza entre 1880-1947	687
<i>Jose Maria Almeida Neto</i>	

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e a construção de um espaço público moderno	694
<i>Gessica Aline Silva</i>	

O catolicismo em Maringá -PR em movimento: a busca por uma religiosidade menos tradicional	701
<i>Mariane Rosa Emerenciano da Silva</i>	

La mala vida: das ciências médicas à regulamentação da prostituição livre em Buenos Aires (1860-1875)	711
<i>Wellington do Rosário de Oliveira</i>	

O Norte sob olhares viajantes: Imperialismo e representação no Sertão de G. Gardner (séc. XIX)	721
<i>Chrigor Augusto Libério & Diná Schmidt</i>	

Fábrica, poder e instituições sociais: o cotidiano dos operários da Fábrica de Tecidos Rio Tinto - PB (1924-1945)	732
<i>Jessica Monteiro Viana de Andrade</i>	

Os impactos do rio Parnaíba no processo de modernização da capital piauiense (1930-1945)	744
<i>Danielle Filgueiras Santos & Joseanne Zingleara Soares Marinho</i>	

Breve relato sobre as frentes de trabalho no sertão do nordeste (1968-1976)	755
<i>João Paulo De Lima Silva</i>	

Feirantes da Feira Central de Campina Grande pelas lentes do fotógrafo Roberto Coura no ano de 1978: Um olhar pela cultura popular	765
<i>Pedro de Farias Leite e Silva & Xisto Serafim de Santana de Souza Jr.</i>	

Manifestações circulares operacionalizaram nas ruas feirenses por diversas categorias sociais, em 1990	776
<i>Linaldo Souza da Silva</i>	

Espaços físicos e simbólicos da cidade: a relação da memória coletiva com o patrimônio cultural religioso	787
<i>Camila de Brito Quadros</i>	

A cidade, a igreja e o cotidiano através da imagem: a história pela fotografia no estudo do caso da antiga e nova igreja matriz de São Boaventura em Canavieiras – Bahia (1912-1932)	799
<i>Oslan Costa Ribeiro & José Pereira de Sousa Júnior</i>	

As Políticas Higienistas e as Reformas Urbanas: o higienismo e sua relação com a derrubada do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro (1920 – 1922)	810
<i>Paula Purim Manfredini</i>	

**SIMPÓSIO 12 - MOVIMENTOS SOCIAIS, MINORIAS E RESISTÊNCIAS:
DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E PSICOLOGIA** _____ **821**

A questão agrária e os movimentos e organizações de luta pela terra:
um estudo nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS _____ **822**
Fabiano Greter Moreira

SIMPÓSIO 13 - IMPRENSA, IMPRESSOS E RESISTÊNCIA FEMININA _____ **833**

Mulheres, beleza e civismo no jornal *O Norte* _____ **834**
Ana Beatriz Araújo De Freitas

“Suicidas”, “Desordeiras” e “Seduzidas”: considerações sobre a cobertura do
Correio da Manhã de episódios de transgressão envolvendo mulheres cariocas no início do século XX _____ **846**
Isadora Luíza Francisca Alves Flores

Antifeminismos em revistas: a questão de gênero na imprensa ilustrada humorística
(Argentina e Brasil, 1904-1918) _____ **859**
Thaís Batista Rosa Moreira

A Crise do Coronavírus no Brasil: desafios de gênero num contexto pandêmico _____ **869**
Ivana Aparecida Cunha Marques & Larissa Klosowski de Paula

Escritas negras femininas: a participação das mulheres negras na imprensa negra paulista (1903-1930) _____ **877**
Maria Eduarda Ribeiro da Silva

A Oficina da Casa Literária do Arco do Cego e sua Integração na Imprensa Régia:
um acervo afinado com o espírito iluminista do século XVIII _____ **888**
Camila Geissler & Eulália Maria A. de Moraes

As mulheres e as letras: a escrita feminina nos jornais amazonenses nas primeiras décadas do século XX _____ **896**
Luciane Maria Dantas de Campos

Resistência feminista e impressos: o fazer existir publicamente _____ **908**
Iasmin Do Prado Gomes

Produzido por elas: O humor gráfico das lésbicas na imprensa alternativa _____ **915**
Kleire Anny Pires de Souza

SIMPÓSIO 14 - MULHERES ESCRITORAS OU HISTÓRIA DAS MULHERES _____ **923**

Aspirações missionárias e viagens espirituais nos escritos
autobiográficos de Soror Úrsula Suárez (1666-1749) _____ **924**
Juliana Machado Silveira

O início da organização do movimento lésbico-feminista no Brasil _____ **931**
Isabel Ceccon Iantas & Marina de Fátima da Silva

O papel social da mulher na formação das sociedades na Mesopotâmia _____ **938**
Maria Alice Silva de Lima & Camila Nascimento Amorim

As Representações da Infância e a Obra de Clarice Lispector _____ **948**
Patricia de Souza Caboclo & Marta Francisco de Oliveira

De Catadora a Transgressora de Papéis:
gênero e história na literatura memorialística de Carolina Maria de Jesus _____ **958**
Maria Aparecida Figueirêdo Pereira & Verônica Figueirêdo Pereira

Mulheres nas fronteiras do cânone: práticas de poder e escritas em Goiás no século XX _____ **966**
Danielle Silva Moreira dos Santos

Uma analogia histórica da Sexualidade em Simone de Beauvoir e a questão Sexual nos dias atuais _____ **973**
Francielcio Silva da Costa & Michele Silva da Costa

Uma mulher letrada no Sertão do Maranhão: Carlota Carvalho e sua obra na historiografia maranhense _____ **981**
Marcos Araújo Costa & Amanda Natália dos Santos Sousa

Um pouco sobre as mulheres no Brasil Colônia, sob olhar de Cecília Meireles <i>Milena Silvério Ferreira</i>	988

SIMPÓSIO 15 - ENSINO DE HISTÓRIA, MUSEUS E PATRIMÔNIO 997

Memorial Henrique Spengler e a Criação de uma Memória, Artística, Literária e Cultural no Município de Coxim/MS <i>Jhonatam Mânica & Marta Francisco de Oliveira</i>	998
Entre Memórias e Patrimonialização: a Casa do Divino em Ponta Grossa/PR <i>Vanderley De Paula Rocha</i>	1005
Um Patrimônio do Medo Branco: histórias e representações no Pavilhão Anexo Lucas da Feira/MCS <i>Lázaro de Souza Barbosa</i>	1015
Pelas ruas de Ará – O patrimônio arquitetônico do centro de Aracaju e sua relação com a história da capital <i>Bárbara Silveira Abril & Vitor Nunes da Silva</i>	1024
Revista Explorador - Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão: o hipertexto como material didático <i>Nycole Schmitt Andrade & Liana Nadine Piñeiro</i>	1034
Gamificação Híbrida: uma alternativa para a Educação Patrimonial <i>Julia Beatriz Silva Vicente Chaves</i>	1044
O Patrimônio Cultural em Questão: Diagnóstico da Galeria de Arte Santeira - Teresina-PI <i>Antonio Gonçalves Mineiro Filho; Elenilce Soares Mourão & Jhon Lennon de Lima Silva</i>	1054
Tecnos: Os jogos que ensinam brincando <i>Pedro Henrique Ribeiro Fernandes</i>	1065
Cultura Popular e Ensino de História: o legado do coco de roda como possibilidade metodológica para o ensino de História local <i>Luzinete Barbosa da Silva & Fernanda de Farias Sousa</i>	1075

SIMPÓSIO 16 - GÊNERO, INTERSECCIONALIDADES E ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA 1083

Currículo escolar como ferramenta para uma Educação Libertária <i>Simone de Freitas Gama</i>	1084
Ensino de História e as Mulheres Imigrantes Haitianas: desafios e possibilidades na sala de aula <i>Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho</i>	1092
Gênero, uma categoria imersa nas instituições sociais: a análise das relações de gênero na coleção de livros didáticos Projeto Mosaico - História <i>Miguel Vinícius da Silva Moura & Joseanne Zingleara Soares Marinho</i>	1100
Brasil, educação e epistemicídio: Um olhar direcionado para as relações escolares entre estudantes negros e não negros <i>Estela Maria Gonçalves de Souza</i>	1108
A importância da interseccionalidade no Ensino de História: Maneiras de abordar o Feminismo Negro em sala de aula <i>Eloara dos Santos Cotrim & Luana Carolina dos Santos</i>	1119

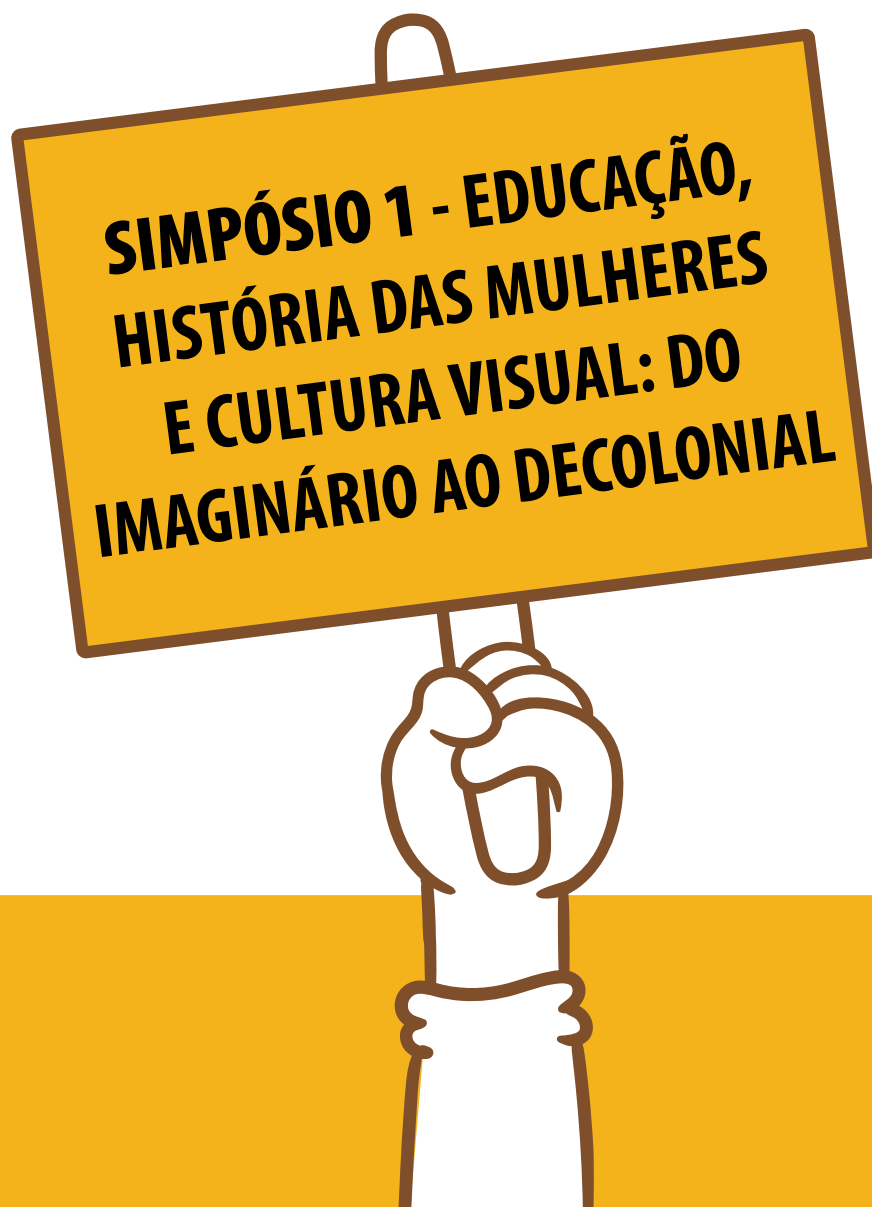
SIMPÓSIO 17 - HISTÓRIA E CIDADES: NOVOS PROBLEMAS, NOVOS OBJETOS E NOVAS ABORDAGENS 1126

História das Mulheres em Nova Andradina/MS: um projeto em andamento <i>Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski</i>	1127
Imperialismo e populações autóctones nas narrativas de viagem de Roger Casement à Amazônia <i>Diná Schmidt</i>	1138

História da cidade de Triunfo a partir da narrativa da Confederação do Equador _____	1149
<i>Clébia Valêscia Gonçalves Soares</i>	
Mídia, História e Cidade: o surgimento da emissora	
TV paraíso de comunicação em Caxias na década de 90 – Uma nova abordagem _____	1158
<i>Eva Erlene Franco de Sousa</i>	
“Senador Pompeu uma praça de guerra”: os crimes de Zequinha Contendas na	
imprensa cearense (1926-1931) _____	1169
<i>Francisco Wilton Moreira dos Santos</i>	
A cidade dos olhos d’água: memórias, territórios e	
sociabilidades nos mananciais de Feira de Santana _____	1181
<i>Pedro Alberto Cruz de Souza Gomes</i>	
Violência Sexual contra Criança e Adolescente sob a	
Perspectiva do Conselho Tutelar de Nova Andradina/MS _____	1193
<i>Michele Campina da Silva & Suzete Santos Moraes</i>	
A <i>intelligentsia</i> baiana e a construção de uma Salvador imaginada entre as décadas de 1930 e 1950 _____	1204
<i>Sura Souza Carmo</i>	
Dos Sintomas sobre a Relação Centro-Patrimônio:	
a centralidade e a periferia física e simbólica no patrimônio cultural _____	1214
<i>Luciano Chinda Doarte</i>	
A nova São Rafael e os discursos jornalísticos dos periódicos O Diário de Natal e o Poti (1980-1985) _____	1225
<i>Maiara Brenda Rodrigues de Brito</i>	
O processo de ocupação da fronteira oeste: o caso do Ladário (século XVIII - XX) _____	1233
<i>Daiane Lima dos Santos</i>	
SIMPÓSIO 18 - INQUIETAÇÕES SOBRE GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA _____	1241
Caminhos e possibilidades para discutir a questão dos direitos humanos na educação básica _____	1242
<i>Midiane Cordeiro da Silva</i>	
Uma análise sobre a representatividade das mulheres no livro didático de História (6º ano) _____	1249
<i>Dorilene Vieira dos Santos & Jakson dos Santos Ribeiro</i>	
A escrita da História e Gênero: o percurso da incorporação da	
categoria de gênero pelas historiadoras brasileiras nos anos 80/90 _____	1257
<i>Paula Tatiane De Azevedo</i>	
SIMPÓSIO 19 - A HISTÓRIA VISTA PELO COTIDIANO:	
LUGAR DE VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS _____	1267
Os Reflexos das Políticas Públicas de Saúde Sobre a	
Mortalidade Infantil no Município de Lauro Muller (1930- 1960) _____	1268
<i>Isabela Bez Batti da Silva & Ismael Gonçalves Alves</i>	
Em prol do saneamento social: identificação e circulação de	
meretrizes estrangeiras em Curitiba (1928-1932) _____	1275
<i>Wellington do Rosário de Oliveira</i>	
A Representação da Mulher Imigrante nos Poemas de Helena Kolody _____	1285
<i>Tiago Boruch & Augusto Borges</i>	
O crime do “malvado curandeiro”: uma prática da “medicina ilegal” em Irati-PR (1925-1926) _____	1293
<i>Henrique Alexandro Senderski</i>	
O caso de Nelson de Rubina: guerra e cotidiano de Aracaju (1942-1943) _____	1302
<i>Maria Luíza Pérola Dantas Barros</i>	
Uma Análise sobre as Relações de Poder na Aquisição de Herança Paulo Frontin/PR (1987-1988) _____	1310
<i>Geovana Betu & Gabriela Migon</i>	

Um baile, um homicídio: cotidiano e violência em União da Vitória (PR) na década de 1940	1319
<i>Zuleide Maria Matulle</i>	
As Relações Étnicas Raciais e Ambientais nos Cursos Técnicos da Escola Técnica de Saúde da UFU: possibilidades e desafios	1329
<i>João Carlos de Oliveira</i>	
Educação Inclusiva: o que nos revela a pandemia?	1342
<i>Ana Paula Copetti Bohrer</i>	
“Teresinensidades”: Resistência e sociabilidades juvenis em Teresina (1970)	1350
<i>Carlos Lopes Barbosa</i>	
Cotidiano e práticas de Justiça: as violências em um caso de crime sexual (Irati-PR, 1943)	1361
<i>Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho</i>	
A germanidade exacerbada e o rememorar da colonização	1371
<i>Nathan Henrique da Silva Lermen</i>	
Pela ótica quilombola: história e narrativas do quilombo Sambaquim na contemporaneidade	1378
<i>José Luiz Xavier Filho</i>	
SIMPÓSIO 20 - HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA LGBTQ+ NO BRASIL	1390
A experiência docente no Coletivo pela Educação Popular TransENEM: por um ensino de História que transgrida a cisnormatividade (2016-2019)	1391
<i>Caio de Souza Tedesco</i>	
Reflexões iniciais sobre memória, esquecimento, silenciamento e identidade: Travestilidades indígenas, as cudinhas do povo mbyá-guaicuru (XVIII-XIX)	1399
<i>Dandriel Henrique da Silva Borges</i>	
SIMPÓSIO 21 - ESPORTE E IMPRENSA NO BRASIL	1407
Futebol e as ruas: a influência da imprensa na perseguição a prática do futebol entre 1910-1929	1408
<i>Mayara De Araújo Silva</i>	
O agendamento do futebol feminino: O discurso do preconceito e superação na falta de uma cobertura jornalística especializada do esporte local de RR	1417
<i>Marcos Henrique Martins Marques</i>	
SIMPÓSIO 22 - AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NA MÍDIA: IMAGENS, DISCURSOS E ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES	1428
Gênero, rimas e melodias: construção de feminilidades e violência contra as mulheres nas canções do sertanejo universitário	1429
<i>Cíntia Magnus Gomes & Ismael Gonçalves Alves</i>	
A Imagem da Mulher Idosa nos Discursos Midiáticos sobre a Velhice	1440
<i>Nádia Sampaio & Luciana Araújo dos Reis</i>	
Entre flertes, acordos e lutas: representações de empregadas domésticas no cinema brasileiro do início do século XXI	1450
<i>Vitória Tiscoski Ramos</i>	
Mulher e Artista: representações maternais e femininas em oito edições da revista do Rádio, entre 1954 a 1965	1458
<i>Raimundo César Vaz Neto</i>	
SIMPÓSIO 23 - A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: MOVIMENTOS NEGROS E PRÁTICAS CULTURAIS AFRO-BRASILEIRAS	1466
Epistemologias negras no Rap: a cultura Hip-Hop e a produção informal de saber	1467
<i>Lázaro de Souza Barbosa & Rodrigo Zannabrea dos Santos Silva</i>	

“Política não Tem Nada a Ver com Esporte”: notas sobre a militância negra e luta Antiapartheid através da Folha de São Paulo <i>Camila Santos do Nascimento</i>	1476
Sociabilidades de Crianças Negras Ingênuas e Livres no Brasil: uma análise comparativa (Santa Rita/PB, 1871 – 1888) <i>Kelly Kristine Emery De Almeida Lopes</i>	1489
Gerontologia Social e História Cultural das práticas pedagógicas: representações dos orixás Nanã e Oxalá para crianças na literatura infantil afro brasileira <i>Daniela Cristina Pereira Ramos</i>	1499
Resquícios da escravidão em Juiz de Fora: a produção bibliográfica sobre o tema <i>Luan Pedretti de Castro Ferreira</i>	1508
O lugar das mulheres negras nos clubes negros da região dos Campos Gerais <i>Merylin Ricieli dos Santos</i>	1516
Manoel de Angola: da Jurisprudência Colonial à Resistência Historiográfica <i>Lucas Guilherme L. de Freitas & Alexandre Bruno Barzani Santos</i>	1525
Liberdade das “classes perigosas”: a criminalização do negro como instrumento de poder da elite política e econômica no Brasil no final do século XIX e início do século XX <i>Hellen Silva Andrade Dos Santos</i>	1535
Cenário de uma Educação Étnico-Racial em movimento para o Século XXI: a negritude redesenhando as universidades <i>Tadeu Pereira Dos Santos & Cairo Mohamad Ibrahim Katrib</i>	1546
Festa de Reis em Cabaceiras: espaço de sociabilidade e tessituras de história de vida <i>Fernanda de Farias Sousa & Luzinete Barbosa da Silva</i>	1556
SIMPÓSIO 24 - RESISTÊNCIAS E DISCURSOS NA CONTEMPORANEIDADE: ARTE, CULTURA, EDUCAÇÃO	1566
O ensino da Guerra do Paraguai por meio de aulas-oficinas <i>Vera Lúcia Nowotny Dockhorn</i>	1567
Dinarte Mariz: vida, trajetória e seu desenvolvimento na carreira política (1954 – 1958) <i>Larisse Santos Bernardo</i>	1577
A Representação do Outro na narrativa nacional na série <i>The Story of Nations</i> <i>Levi Yoriyaz</i>	1585
SIMPÓSIO 25 - MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE MULHERES: RELAÇÕES DE PODER E MUNDO DO TRABALHO	1596
Porque só as mulheres servem? Representações sobre a história da feminização do serviço social na Paraíba <i>Verônica Figueirêdo Pereira</i>	1597
Por uma História do Direito das Mulheres: um enfoque na Previdência Social <i>Matheus De Oliveira Figueiredo</i>	1608
Operadoras de telemarketing: uma abordagem a cerca da precarização do trabalho <i>Gabriella Monteiro Vieira</i>	1615
“Okay Ladies, Now Let’s Get In Formation”: a questão racial e o empoderamento feminino nas obras de Beyoncé <i>Tainara Cristina Egidio Camargo</i>	1621
Violência Doméstica no Séc. XXI – Visões e Dilemas para a História <i>Idenilce Ferraz & Joelma Mendes Barbosa</i>	1629



ESCREVER COM ARTES, CORPOS E CORAÇÕES: EXPRESSÃO CRIATIVA E PRODUÇÃO DE ARTE ENQUANTO PRÁTICA DE UMA PEDAGOGIA FEMINISTA DECOLONIAL

Indiara Launa Teodoro da Silva Lima¹

Resumo: A partir de obras de arte e trajetórias das artistas brasileiras Ianah, Moara Brasil e o WÃ coletivo - coletivo de mulheres situado no Cariri do Ceará, este trabalho surge com a proposta de lançar olhares para a produção de mulheres em redes como produtoras, ativistas e criadoras de arte, assim como os processos de educação, afetividade e criatividade transformadoras que podem ser gerados a partir dessas coletividades. Para isso, importa pensar questões como o aspecto específico das relações de gênero e poder dentro do campo artístico, e a presença dessas artistas ora dentro de instituições como Museus e Galerias, ora às suas margens. Refletindo também sobre os modos pelos quais as imagens, instituições e espaços têm atuado na constituição de sujeitos, na medida em que produzem e fazem circular saberes e práticas e, portanto, pedagogias que implicam em modos de ser e estar na cultura. Ao refletir as temáticas presentes nas obras, como os corpos, a identidade e a memória, valorizando saberes e práticas de mulheres subalternizadas latinas, indígenas, negras e sertanejas, nos aliamos as propostas de um feminismo decolonial. Por fim, este trabalho propõe também pensar as potencialidades desses debates e práticas de produção de arte e partilha do sensível na proposta de uma metodologia e pedagogia feminista decolonial da autonomia, especialmente quando posta em prática nos contextos da educação popular, incentivando a reflexão e a re-construção de narrativas e realidades vigentes, criando tecnologias de resistências e gerando subjetividades criativas e criadoras para o fomento da autonomia dessas sujeitas enquanto agentes sociais e políticas.

Palavras-chave: Gênero e Poder; Produção de Arte; Artivismos; Resistências; Educação; Feminismos Decoloniais.

INTRODUÇÃO

Em seus estudos sobre as Redes de relações sociais e interações artísticas, Becker (1977) passa a entender o artista como submetido e, ao mesmo tempo, sujeito dos mundos de artes. Essa noção é norteadora na tessitura deste trabalho, ao compreender a arte e as diversas práxis artística como Sistemas artísticos, ou seja, categorias inteiras de análise compostas de diversos elementos visuais, ou subsistemas, que se articulam como um todo no momento em que a obra é vista e interpretada. Será observando esses sistemas que direcionamos nosso olhar para as possibilidades políticas dos lugares das brechas tecidos a partir de uma perspectiva Decolonial, analisando várias tecnologias utilizadas em Artes Visuais para subverter construções sociais de gênero e fazer emergir invenções políticas feministas (decoloniais) da subjetividade (RAGO, 2020), deslocando processos normalizadores e afirmando o desejo da verdade sobre si a partir do Contar-se (RAGO, 2013), escrito nos corpos, nas narrativas e subjetividades de mulheres artistas.

Este trabalho é fruto de uma trajetória maior de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidos desde 2017, durante os anos de graduação na Universidade de Pernambuco, assim, apresentá-lo é também localizar sua pesquisadora e os caminhos pelos quais a pesquisa passou, se ramificou e vai empreendendo metodologias. Para isso, começamos localizando a emergência dos Artivismos nos campos institucionais de produção conhecimento, que pensam as

¹ Graduanda na Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco, membra do Núcleo de Pesquisa de Ciências Sociais da UPE e do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero da UFRPE, indilauna.il@gmail.com.

práticas culturais e as produções estéticas como enunciados. Atravessadas pelo/nos corpos, e nas identidades de mulheres latinas e racializadas, a fim de tencionar esquemas colonialistas que determinam o que e quem está na ordem do visível e do enunciável. Estas ações de ativismo, nas quais iremos lançar olhares para as sujeitas deste trabalho, trazem em si o questionamento e a revisão das estruturas que fundamentam as instituições de arte e de conhecimento formal, e articulam, também, propostas de práticas educativas re-construídas nas coletividades. Perguntando: O que as imagens que vemos nas artes nos contam? Quais narrativas herdamos desses enunciados? Que tipos de narrativas queremos levar adiante?

Um exemplo recente desse cenário é a 12ª Bienal do Mercosul (2020), que ocorreu em formato online em decorrência da pandemia de Covid-19, e teve como título: “*Feminino(s). visualidades, ações e afetos.*”. Com curadoria assinada pela argentina Andrea Graciela Giunta, a mostra coloca em destaque as discussões e provocações latentes sobre Arte, Feminismo e Decolonialidade nos espaços institucionais e de legitimação de Arte contemporânea. Essas discussões também ganham espaço no cenário local do estado de Pernambuco, com a revisão feita pelas instituições em seus acervos, e abrindo portas para exposições como a *Entremoveres* (2019), que reuniu obras de 30 artistas negras e não brancas no Museu da Abolição, em Recife. Com curadoria coletiva coordenada pela artista visual Ana Lira, a ação expositiva fez parte da Mostra Nacional TROVOA e ocupou o museu durante 4 meses, ganhando caráter de ateliê coletivo e laboratório de trocas de experiências e experimentações, incluindo oficinas abertas ao público. Ação similar foi realizada pelo coletivo G.R.U.P.A., que, no mesmo ano, ocupou o Museu Murillo de la Greca (PE) com oficinas de Arte/Educação em diversas mídias, como argila, crochê, fotografia e performance, voltadas para mulheres.

Iniciativas como as apresentadas, têm em comum a coletividade como ponto de partida, pensando o museu como lugar social de forma crítica, e as Artes Visuais como ponto de encontro de identidades, imaginários e subjetividades, repleto de potencialidades para transformação. Sobre esses movimentos, no artigo *Visibilidades y ocupaciones artísticas en territorios físicos y digitales*, Lessa (2015) aponta algumas particularidades que caracterizam essa Rede ativista contemporânea, como uso das novas tecnologias e das redes sociais, a horizontalidade das produções, e ações não voltadas para espaços fechados ou museus, mas para as ruas, festas e outros espaços públicos de sociabilidade facilmente acessados.

Foram as particularidades desse cenário fértil que atraíram e direcionaram olhares para esse tema de pesquisa, que vai assumir os desafios e potencialidades de trabalhar em uma dimensão interdisciplinar por excelência, olhando para as Redes Artísticas (BECKER, 1977) em que as artistas vão se inserir como produtoras, artistas e criadoras de arte. Essas inter-relações entre artistas e agentes do campo artístico, que ressignificam a prática e a crítica em arte, interessam à construção de conhecimento em Ciências Sociais, ao mesmo passo que demonstram as complexidades da pesquisa em ciências humanas.

TECENDO BASES TEÓRICAS

Interligando investigações dos Estudos de Gênero à História Social da Arte (ou História Feminista da Arte, como campo emergente), ao pensar a historicidade das trajetórias, ausências e presença das mulheres nas artes; da Antropologia, explorando a potência das artes como fenômenos expressivos informadas pela cultura e veículos de representações que agem reciprocamente na cultura e nas identidades com seus efeitos específicos; e da Sociologia da Arte e sua preocupação em investigar não o elo entre a arte e a sociedade, mas a arte *na* sociedade, e *como* sociedade, explorando o contexto econômico, social, cultural e institucional de produção e de recepção das obras, ao qual são aplicados os métodos de pesquisa da história (TEJO, 2018).

A pesquisa também abarca os sentidos, as práticas e as contribuições do ensino de artes nas escolas, nas universidades e nas instituições culturais para apoiar suas reflexões, compreendendo a sua interdisciplinaridade na construção do conhecimento e nas práxis pedagógicas, assim como as potencialidade da arte/educação como uma prática de “estar entre mundos” (MARTINS, 2006), de interpretações e informações visuais/relacionais. Aguçando olhares para perceber as imagens de artes como produtos artísticos, históricos, sociologicamente interessados e culturais, carregadas de significado elaborados tanto pelo artista quanto por quem as observa, também sujeito da mediação singular e coletiva, abstrata e material, percebendo-se como ator de conhecimento sobre si e sobre o mundo.

Essa discussão conversa com as propostas da Base Nacional Comum Curricular (2018), onde o componente curricular de Arte vai aparecer como fundamental para articular saberes e práticas de criar, ler, produzir e refletir sobre as formas artísticas como formas de linguagem e expressão. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades são trabalhadas no processo de aprendizagem em Arte. Nesse sentido, pensar o ensino de arte é fundamental para a compreensão das vivências artísticas como práticas sociais, permitindo a formação de sujeitos protagonistas e criadores nas experimentações das relações sujeito/obra e sujeito/sociedade, e incentivando o reconhecimento de interculturalidades:

“O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania. A Arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas.” (BNCC, BRASIL, 2018, p. 193)

ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Nessa teia de saberes e disciplinas, Pierre Bourdieu (1996) surge como referência ao abordar as noções de campo, capital cultural, práticas de legitimação e disputas que fazem mesmo existir o que é chamado ‘arte’. A experiência interdisciplinar de mediar uma prática educativa e localizar os agentes e os sistemas que compõem uma obra de arte, se complexifica à medida que podemos entender esses elementos, ou subsistemas, como práticas discursivas. Ou seja, conjuntos de enunciados de um determinado campo de Poder-Saber, que se constituem historicamente a partir de disputas de poder e práticas que formam os objetos que falam. Essas considerações, geradas em Foucault (2017) e no campo dos estudos culturais, nos auxiliam a pensar as relações de poder que constituem as funções sociais das artes e espaços de arte como espaços de memórias e formação de identidades passíveis a alteridades, tensões, conflitos, deslocamentos, agências e resistências.

Para fundamentar nossa pesquisa na perspectiva decolonial, iremos considerar as noções de *discurso* e *representação* para observar os esquemas epistemológicos de poder geopolíticos e corpo-políticos no processo de formação da modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2017), ao determinar quais são os conhecimentos válidos de serem aprendidos, e além disso, quem pode representar e o que, ou quem, é representado - ou, de quem tem a legitimidade para representar e se apresentar como artista no *campo* das Artes, se tornando instâncias legitimadoras da arte e dos artistas. O próprio lugar do museu e da galeria de arte será repensado nesse cenário como um espaço de disputas e diálogos complexos, inacabados e cheios de contradições, como instituições fruto da modernidade/colonialidade europeia e capitalista. A crítica às estruturas de poder no campo da arte são também, intrinsecamente, críticas ao sistema moderno capitalista colonial que historicamente mantém estruturas que naturalizam predominância das “grandes obras” de pintura e escultura com autorias brancas, masculinas, de origem ou descendência

européia e, em contraposição, abordam assinaturas e produções em linguagens não hegemônicas a partir do lugar do outro, as adjetivando como específicas, regionais, artesanais, periféricas etc.

Tais esquemas coloniais e discursivos se relacionam à estruturas patriarcais e racistas imbricadas em imaginários racionalizantes e universalistas dentro do processo de formação da modernidade, produzindo silenciamentos atravessados pelo gênero e raça na medida que as representação da mulher como imagem, por artistas europeus, masculinos, brancos e cristãos, corroborou para a construção de ausências na narrativa de uma pretensa História universal das Artes. Esse caráter vai realçar que a arte, como prática discursiva de um campo de saber-poder, não pode ser produzida em um vazio social, tampouco histórico, e está ligada a exercícios de poder e tendências ideológicas. Assim, as representações de gênero estão diretamente relacionadas com quem a produz - e especialmente, com as ausências dessas produções - e suas intenções (mesmo que inconscientes) com o campo de arte, já que o gênero pode ser conceituado como uma força pessoal-política tanto negativa, em seu sentido de opressão, como positiva, no sentido de produção de sujeitos.

A própria ideia da imagem da Mulher como sujeita homogênea e vista como oposição ao homem, será criticada utilizando autoras como María Lugones (2014), que vai considerar como as categorias gênero-raça se entre-cruzam epistemologicamente para atribuir às mulheres racializadas sentidos diferenciados da exploração de gênero em comparação às mulheres brancas, formulando as maneiras pelas quais essas categorias estão interseccionadas na formação do sistema colonial/moderno de gênero. Suas críticas vão em direção à formas coloniais de apagar vivências diversas dos gêneros e das sexualidades, impondo estereótipos de gênero sobre um modelo único, da mulher como branca e burguesa como sendo universal.

Essa crítica às representações coloniais de gênero na produção de sujeitos como homens e mulheres, será pensada como uma Pedagogia de Gênero, baseada em autoras como Luciana Grupelli Loponte (2002) e Guacira Lopes Louro (2003). Tendo em vista que também aprendemos sobre gênero e sexualidade através das imagens de arte como práticas discursivas que envolvem as relações de poder-saber em instituições e espaços, na medida em que produzem e fazem circular saberes e práticas e, portanto, pedagogias que implicam em modos de ser e estar na cultura. Para aprofundar essas Pedagogias que constroem sujeitos generificados, Teresa de Laurentis se tornará uma referência, ao desenvolver o conceito de Tecnologias de gênero (2019), por meio das quais os papéis e as identidades de gênero se constituem dentro das representações e autorrepresentações, produto de diferentes tecnologias sociais, discursos, epistemologias e práticas da vida cotidiana imbricadas em ideologias.

Refletindo como as representações e autorrepresentações, por e através das práticas, campos e imagens de arte, produzem identidades e subjetividades em sujeitos concretos (LAURENTIS, 2019), podemos conceituar essas pedagogias de gênero escritas nas representações. E, frente a estas questões, considerar as contribuições de Lugones (2014) como pilares que apontam para a compreensão não só de como as representações de gênero foram usadas tramadas à raça para legitimar a dominação e fundar estruturas sociais de saberes, mas também para pensar propostas de feminismos decoloniais. Portanto, será pensando a contrução de uma metodologia feminista decolonial que este trabalho se trama, apreendendo formas de desestabilizar relações imbricadas de gênero, classe a raça através de produções de mulheres, que ganham e cobram o direito de suas vozes, identidades, saberes, memórias, narrativas e corpos com o caráter da “re-visão”, da “re-descoberta” e da “re-construção” de saberes (BANDEIRA; LIMA, 2017).

DESLOCAMENTOS DA ESCRITA DE SI

Imerso em cruzamentos amplos a serem explorados, esse trabalho pretende tecer contribuições iniciais, apresentando as artistas e contextualizando suas obras e trajetórias, aliadas as propostas de construção de um feminismo decolonial, no contar-se dessas artistas como práxis de resistência. Foram escolhidas duas artistas e um coletivo de mulheres como *objetas* e sujeitas deste trabalho: Ianah Maia (PE), Moara Brasil (PA) e o WÀ coletivo (CE). Tratam-se de artistas que fazem parte de uma geração que vivencia e é protagonista dessa virada crítica nos mundos das artes, onde as discussões sobre representações (e auto-representações) de gênero andam de mãos com as análises e enfrentamentos sobre as colonialidades do poder, do saber e do ser no campo artístico.

Entenderemos os embates e negociações dos lugares de memória e de construção de identidades como práticas de micropolíticas e agenciamentos, ao afirmar que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva e que, vice-versa, a construção subjetiva de gênero - a sua auto-representação - afeta sua construção social (Laurentis, 2019), abrindo possibilidades de autodeterminação à nível subjetivo. Nesse esforço para configurar uma metodologia decolonial, inserimos essas artistas em um trabalho de redes artivistas atravessadas pelos contextos de produção artística e articulações de conhecimentos nos embates das representações, onde lugares de falas-resistências são materializados e negociam os lugares de memórias e de formação de identidades, com especial atenção à visibilidade e inserção de agências e produções artísticas não hegemônicas nesse circuito.

Aqui, os afetos, subjetividades, sensações, corpos e memórias ganharão o sentido de Experiências Sócio-Poéticas-Éticas como estéticas da existência, que re-escrevem “políticas de nós mesmas”, ou políticas da subjetividade (RAGO, 2020). Ao questionar os lugares de gênero e a categoria Mulher, consideramos a emergência de uma arte feminista preocupada com a descolonização dos discursos e dos espaços de arte, empenhada na construção de outros agentes e novas narrativas, mais diversas, para as artes brasileiras.

Trabalhadas as possibilidades e emergências de uma pedagogia escrita por e nessas práticas de criatividade, no próximo tópico deste texto, essas artistas serão apresentadas brevemente, ao passo que aliaremos as discussões sobre representações (e auto-representações de gênero) como possibilidade e emergências de uma pedagogia feminista decolonial, conjugadas aos elementos da arte-educação e educação popular.

POSSIBILIDADES DE UMA METODOLOGIA E PEDAGOGIA FEMINISTA DECOLONIAL DA AUTONOMIA

Para trabalhar com estas práticas de criatividade envoltas em processos educativos, consideramos a abordagem triangular proposta por Ana Mae Barbosa (2010) em suas potencialidades para se trabalhar com a produção imagética artística em seu imbricado jogo de ler, “re-conhecer” e “re-presentar”, de forma a sensibilizar para uma leitura contextualizada da experiência da realidade individual e coletiva. Atentando para o reconhecimento das identidades como cultural e historicamente traçadas, mantidas, e em constante transformação, com um caráter plural, múltiplo e muitas vezes, contraditório (LOPES LOURO, 2003). Olhando, então, para as pedagogias de Gênero como constituinte de subjetividades que transversam a realidade material objetiva, onde podemos incluir os lugares e as imagens de arte, na formação das identidades individuais articuladas em grupos sociais.

Pensando a dimensão do saber na metodologia crítica decolonial, podemos também abordar nossas reflexões adentrando o contexto dessa ação na educação popular da autonomia latino-americana, onde ocorre um redimen-

sionamento do popular para se pensar as classes subalternas e à educação popular como direcionada as expressões contra-hegemônicas (STRECK, 2006), orientada para a interculturalidade como processo e projeto político (WALSH, 2005). Trabalhando os conceitos de pensamento-outro e pensamento crítico de fronteira para uma educação decolonial, que partem da possibilidade do pensamento a partir da decolonização como luta contra a não-existência, enunciando práticas epistêmicas, sociais e políticas a partir das pessoas que as vivenciam. Compreendendo que o questionamento e a transformação da colonialidade do poder, do saber e do ser passam pela noção de que estas relações de poder não desaparecem, mas que podem ser reconstruídas (OLIVEIRA; CANDAU, 2010).

Enfim, a partir dessa construção teórica e compreendendo a pedagogia decolonial como uma insurgência educativa propositiva e não somente denunciativa, ao apresentar as sujeitas desses trabalho, esperamos contextualizar proposições pelas quais as imagens de artes e as discussões por elas provocadas ativam contextos mais humanizados de sociabilidades que escapam às malhas hegemônicas do poder.

Ianah Maia (PE), natural de Recife, é artista multimídia e vem construindo uma produção artística entrelaçada aos temas do feminismo, do ecofeminismo e da agroecologia. Esse caráter de uma arte que é atuante na crítica ao modo de produção capitalista e que pensa outros mundos e outros modos de viver na terra, ressoa nos materiais que a artista empreende para suas produções, privilegiando o uso de geotintas extraídas a partir do barro, que confere uma textualidade e temporalidade a suas obras. Temporalidade que não se pretende a mesma do tempo ocidental, mas sim o tempo da matéria, e o tempo do corpo que vive e se move na terra. A textualidade do barro é evocada e evoca ancestralidades e orixás, ao finalizar o texto de curadoria da exposição Temporal (2019) saudando Salubá Nanã, a senhora das águas, dos mangues, e quem recebe o Ori dos mortos, guiando o seu renascimento.

Figura 1: Ianah Maia²



A partir da personagem Preta, que ilustra as obras de Maia, a artista evidencia processos de representatividade negra, que começaram a ser tramados em suas obras na medida em que a própria artista passou a se reconhecer como negra, e com isso, a não enxergar sua identidade nas obras de artes visuais que a rodeavam desde a infância. Ao atuar como artista independente, às margens da representação por galerias e instituições de arte,

² Receita para Chuva, geotinta sobre madeira, Ianah Maia, 2019.

artista se aproxima de coletivos de mulheres artistas, como o já mencionado TROVOA, e elege o campo da arte urbana como seu campo de trabalho. A opção vem da necessidade e do compromisso com a democratização da arte, disputando o cenário da rua como uma política da estética e, ao trazer a ludicidade de suas obras, ela negocia a produção de sentidos e representações no espaço simbólico da cidade. Essa representatividade que se enuncia e comunica a própria face como história de vida e narrativa, ganha o sentido de resistência, onde o contar-se infere na criação de novas formas de subjetivação.

Moara Brasil (PA), indígena urbana Tupi tapajowara radicada em São Paulo, é artista visual e comunicóloga formada pela Universidade Federal do Pará. Artista multiplataforma, sua poética caminha as cartografias da memória, identidade, ancestralidade, resistência indígena e pensamento anticolonial em diferentes plataformas e práticas, como a curadoria colaborativa. Atualmente, Brasil desenvolve uma pesquisa sobre a sua genealogia e ancestralidade indígena com o projeto curatorial Museu da Silva (2020), na comunidade tapajowara Cucurunã. O sobrenome Silva, dado a muitos indígenas e negros como prática violenta de apagamento de suas origens culturais, ao nomear o museu, é evocado em uma ação artística-curatorial educativa, que provoca e recobra as identidades, memórias e territorialidades desses sujeitos em processos sociais de agenciamento e afirmação. Em sua obra, podemos destacar também a série “Sagrado Feminino” (2017), que surge a partir de uma pesquisa sobre curandeiras e benzedeiros, e atenta para a conexão dessas práticas com os saberes indígenas, especialmente das mulheres, que são apresentadas e representadas em lugares de reverência e encontros com as cosmogonias indígenas.

Figura 2: Moara Brasil³



WÁ COLETIVO (CE), formado por 10 mulheres espalhadas entre Crato (CE) e Portugal, foi formado em 2018, na ocasião de uma Oficina Criativa de Bordado Urbano na cidade do Crato. A oficina foi prenúncio da discussão desenvolvida pelo coletivo, sobre o lugar da mulher na arte urbana e suas expressões no espaço público, resultando em quatro obras com forte ligação com o território do Cariri, no sertão cearense: “Mateus”, “Mulher Kariri”, “Proteção Divina” e “Soldadinho-do-araripe” (2018). Destacando a utilização dos Bordados Urbanos nas obras do Coletivo, a técnica têxtil ganha destaque não só por sua relação com um fazer feminino e tradições da cultura e do artesanato popular, mas ao ganhar o terreno da arte urbana, desloca-se do espaço social doméstico

³ Série “Sagrado Feminino”, colagem digital, Moara Brasil, 2017.

e familiar, e ganha o sentido de política da estética, dos afetos e das memórias, trazendo em si a permanente possibilidade do conhecimento como partilha, diversidade e emancipação. E, nessas experiências sócio-poéticas e políticas, temáticas como as identidades, os corpos, os saberes, e práticas de mulheres que falam a partir do Sertão brasileiro, um emaranhado de textualidades emerge. As artistas, o contar-se, as intersubjetividades, coletividades e territorialidades inscrito em suas obras são os fios condutores para uma tessitura onde os espaços de arte passam por um alargamento, e falam também sobre lugares das memórias de si, dos outros, e das que são feitas com e entre as diversidades.

Figura 3: WÁ COLETIVO⁴



CONCLUSÃO

Neste trabalho, lançamos perspectivas iniciais sobre a construção, montagem e desmontagem dos olhares para as produções artísticas em uma mediação-pedagógica feminista decolonial. Acreditamos que fazer isso a partir do reconhecimento das expressões criativas é abordar o subjetivo nas dimensões individual e social, resgatando referências e estimulando uma forma de expressão de seus saberes e vivências a partir de uma escrita de si. Essa práxis pode nos dar pistas de lugares que escapam a colonialidade e criam novos mundos e outros modos de viver, de poder e de saber, onde a resistência tem o sentido de interferência, de mergulhos em campos de experimentação, que criam territórios. A escrita de si com artes, corpos e corações acompanha a crença nas relações de partilha do sensível, na autoridade e na liberdade do lugar de um fazer artístico baseado nas coletividade, transmutando ativismos de resistências em ações integradas.

⁴ “Crislaine presente!” - homenagem a uma jovem de 21 anos, brincante contra mestre do Reisado Estrela Guia, mulher transexual que foi assassinada no dia 01 de abril de 2019 - Fotografia, bordado e macramê, Instalação urbana na cidade de Juazeiro do Norte (CE), Wá Coletivo, 2019.

BIBLIOGRAFIA

- BANDEIRA, Andréa; OLIVEIRA, Andreza Lima de. CEHAS: a experiência da interdisciplinaridade no estudo dirigido. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 4., 2017, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: CONEDU, 2017.
- BARBOSA, Ana Mae; CUNHA, Fernanda Pereira. (orgs.). **A Abordagem Triangular no Ensino das Artes e Culturas Visuais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BECKER, Howard. S. Mundos artísticos e tipos sociais. *In*: VELHO, Gilberto (Org.). **Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 9-27.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- LAURENTIS, Teresa. A tecnologia de gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista, conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.
- LESSA, P. Visibilidades y ocupaciones artísticas en territorios físicos y digitales. *In*: PADRÓS, N.; COLLELLDEMONT, E; SOLER, J. (Eds.). **Actas del XVIII Coloquio de Historia de la educación: arte, literatura y educación**. Vic: Eumogràfic, 2015. v. 1. p. 211-224.
- LOPES LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LOPONTE, Luciana Grupelli. Sexualidade, Artes Visuais e Poder: pedagogias visuais do feminino. **Revista Estudos Feministas** [online], Florianópolis, v. 10, n. 002, 2002.
- LUGONES, Maria. Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial. *In*: MIGNOLO, Walter (Ed.). **Género y descolonialidad**. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. The darker side of western modernity: global futures, decolonial options. Trad. Marco Oliveira. **RBCS**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. rev.** [online], v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010.
- RAGO, M. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Unicamp, 2013.
- RAGO, Margareth. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. **Interface**, Botucatu, v. 23, e180515, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100150&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 set. 2020.
- STRECK, Danilo. R. Práticas educativas e movimentos sociais na América Latina: aprender nas fronteiras. **Série-Estudos...**, Campo Grande, n. 22, p. 99-111, jul./dez. 2006.
- TEJO, Cristiana Santiago. **A gênese do campo da curadoria da arte no Brasil**: Aracy Amaral, Frederico Moraes e Walter Zanini. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco; 2018.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. **Signo y Pensamiento**, n. 46, v. 24, p. 39-50, 2005.

INVESTIGAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA: CONCEPÇÕES HISTÓRICO-EDUCATIVAS

Paulo Henrique Leal Pereira

Resumo: Aceitando que o livro didático é um material complexo e importantíssimo dentro das escolas de todo o país, pretendemos levantar algumas questões que permeiam a nossa pesquisa sobre os usos do livro didático dentro da sala de aula pelos estagiários do curso de História da Universidade federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. Durante as experiências de estagio no decorrer da graduação, algumas questões podem surgir. Questões como: De que forma os estudantes dos cursos de licenciatura em história, em seus estágios usam o livro? Como deveriam usar? Há possibilidade de conseguir usar o livro de uma maneira que seja capaz de construir nos jovens uma consciência histórica? Juntamente dessa problemática, analisaremos dois livros didáticos de História diferentes, utilizando as problemáticas que Miranda e de Luca (2004) apontam sobre as quatro temáticas centrais que permeiam os usos do livro, essa análise servirá para compreendermos um pouco mais sobre tal material. Analisaremos ambos de forma minuciosa, focando na organização dos conteúdos na apresentação e os modos de levantar os debates sobre assuntos complexos e importantes, como genocídio indígena e escravidão.

Palavras-chave: Livro didático, Estágio supervisionado, Consciência histórica.

Nossa proposta nesse trabalho é tentar levantar um debate em torno dos usos e os métodos de ensino que fazem parte do trabalho com os livros didáticos dentro da sala de aula. Tentaremos levantar uma temática na qual aceitamos o livro didático como um material complexo e importante que serve como um instrumento de grande importância na formação de estudantes de licenciatura em história. Nosso intuito é entender como se dá a relação dos estagiários com esse material que estará presente em suas carreiras logo que saírem da universidade.

Observa-se que o atual sistema de ensino-aprendizagem sofre de uma grande defasagem (sobre a qual se abate em alunos e professores a falta de motivação para ensinar e aprender) lugar que o livro é o único objeto de estudo e de fonte de pesquisa possível, sendo utilizado de forma limitada e contraditória à realidade do aluno. O livro didático está inserido na educação brasileira, sendo, ainda hoje um dos principais instrumentos dentro da sala de aula (é contraditório e importantíssimo que se mantém intrínseco dentro da educação básica brasileira.). Visto por muitos como uma muleta para professores que querem apenas passar para os alunos conhecimentos “bancários”, tratando os jovens apenas como ouvintes, estabelecendo entre professor e estudante uma barreira que pode perdurar durante todo o período que o jovem se manter na escola.

Em meio a suas múltiplas faces pode ser considerado: uma mercadoria, objeto cultural e suporte para ensino. E mais do que um instrumento pedagógico de extrema importância, é um dos produtos mais bem vendidos dentro do território brasileiro (MUNAKATA, 2012). Para Choppin o livro possui quatro funções – que o transforma em um material de grande valor dentro da sala de aula, assim como, um material de controle e de doutrinação:

Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo

da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações. 2. Função instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc. 3. Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar — e, em certos casos, a doutrinar — as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz. 4. Função documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada — afirmação que pode ser feita com muitas reservas — em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores. (CHOPPIN, 2004, p. 554)

Para salientar a função de doutrinação e alienação que Choppin destaca livro didático exerce sobre os jovens no âmbito cultural e ideológico, podemos nos apropriar dos apontamentos de Adorno (2010). Isso ajudará a perceber o livro como um material de semi-formação, que traz em suas páginas um conteúdo reduzido e cheio de subjetividade de seus autores, que pode ser alienante e sem intenção alguma de desenvolver nos estudantes um caráter crítico, ou nenhuma consciência histórica em relação aos conteúdos que comporta.

Esses materiais apresentam conteúdos e informações superficiais de assuntos de diversos pensadores, isso faz com que as crianças leiam e pensem que estão a par de todos os conhecimentos que esses pensadores legaram a humanidade. Portanto, essas crianças não seriam nada mais do que apenas semicultos. Semi-formação faz com que as informações penetrem na consciência sem se fundir com sua continuidade e se transforma em substâncias tóxicas e supersticiosas, e, podem, no futuro, ser prejudiciais para as crianças. Esses elementos formativos inassimilados fortalecem a coisificação da consciência que deveria ser expurgada pela formação da consciência (histórica) racional.

Como já foi destacado com os apontamentos de Choppin, o livro também tem sua função que é capaz de desenvolver um aspecto crítico no estudante, mas é necessário que o professor também possua um alto nível de formação. Será que a os alunos do curso de História do campus de Três Lagoas que fazem o estágio obrigatório conseguem demonstrar e usar o livro didático baseando se na quarta função que Choppin destaca?

Bittencourt destaca que o livro possui um ponto de vista difícil de ser contraposto em relação aos fatos que nele são inseridos e apresentados, além de serem vistos como formador(es) de uma cadeia de conhecimento onde o que o livro diz, será dito pelo professor e conseqüentemente pelo aluno, o famoso “saber de cor”. Segundo Crupi (2008) o livro possui “uma narrativa linear e homogênea da história, sem a incorporação da proposta de história problema e a relação com passado presente”, deixando de lado, assim, a formação de uma consciência histórica nos alunos.

Mas, se pararmos pra pensar que em algumas regiões do país esse é o único material impresso que alunos e professores veem durante anos, e que se torna o principal material para a educação tanto de jovens e adultos;

passamos a ver o livro didático de outro ponto de vista. Ainda mais que atualmente o livro didático de História vem buscando cumprir a função de não ser apenas o único meio de professores lecionarem, nem o único que os alunos possam aprender. Desta forma informações adicionais como indicações de sites e propostas para filmes, apresentam-se como alternativas há mais no processo de ensino. Segundo Mendes:

Há algumas décadas atrás, os livros didáticos não possuem, ou pelo menos procuram não mais reforçar esta ideia do “saber de cor” imposta pelo método da memorização. Cada vez mais, interpretar, analisar e criticar vem fazendo parte dos exercícios diários em que os livros didáticos buscam se apresentar diante de professores e alunos, contribuindo assim para melhor resultado do processo de ensino, aprendizagem e reflexão dos saberes. Um livro didático que acompanhou de forma significativa as mudanças paradigmáticas ocorridas com este material didático foi o livro didático de História. A disciplina de História, bem como o seu livro didático cumpriram diversas funções servindo de mecanismo para os mais diversos propósitos, sejam eles políticos, culturais, sociais, educacionais e econômicos (MENDES, S/N, p. 5).

Nesse contexto, outra discussão que aparece em torno do ensino de história na sala de aula é como os estudantes dos cursos de licenciaturas em história, em seus estágios, trabalham com o livro didático. E novamente algumas perguntas importantíssimas podem aparecer em torno de como eles devem e podem usar o livro no ambiente escolar: Devem seguir passo a passo o livro ou podem deixar o material didático de lado? Devem tentar ensinar uma história linear e tradicional, sem tentar apresentar nem um pouco da criticidade que aprendem na universidade? Podem deixar os alunos pensarem que só existe uma realidade histórica, que a História só tem um ponto de vista, apenas o ponto de vista apresentado no livro?

Segundo Cainelli (2008), (que faz uma crítica aos planos de aula dos estagiários que estudou), a história das universidades é diferente da história escolar, pois “a história científica é para a pesquisa e aquela a ser ensinada é a do livro didático”. O livro é um material indispensável, mas há a necessidade de ter cautela em seus usos, principalmente na hora de montarem os planos de aula para não se perderem no erro que Cainelli aponta. “A tendência dos estagiários é seguidamente tomar o livro didático como suporte para preparação de suas aulas, as análises dos planos de aula mostraram uma noção de História universal e de sujeito universal.” (CAINELLI, 2008, p. 140). Precisam passar para os alunos algumas coisas sobre história que eles não irão aprender no livro, coisas que só se aprende na universidade. Os conteúdos das universidades podem ser de fato, muito complexos, mas não cabe a nós professores/estagiários, modelar esse conteúdo e transformá-lo em algo menos complexo para que os jovens possam compreender.

Outra forma de entender o livro é sobre a perspectiva de mercadoria, para de Luca e Miranda (2004) vale “destacar que para o segmento voltado para as compras do setor público importa menos a orientação metodológica ou a ideologia contida em uma coleção didática e mais a sua capacidade de vendagem e aceitação no mercado. Nesse contexto, o livro didático assume claramente sua dimensão de mercadoria, sujeita a múltiplas interferências em seu processo de produção e vendagem”. E quando falamos de mercadoria, logo, pensa-se que por trás dela há trabalhadores para produzi-la. Com o auxílio da tese “Produzindo livros didáticos e paradidáticos” de Kazumi Munakata (1997), vemos que é exatamente isso que acontece, o mercado do livro didático é como todos os outros: há pessoas para estudar como será o livro, para escrever os temas e conteúdos, pessoas para corrigir a escrita e fazer a revisão, para montar, pessoas para vender e para avaliá-lo, e por fim, pessoas para usufruir dessa obra. Portanto, pode um produto produzido com o objetivo de ser vendido por todo o país, ser feito de uma forma que ajude a melhorar a educação brasileira? Será que podemos ver o livro como algo a mais do que apenas um produto capitalista? E ser tido

como mercadoria pelas grandes empresas da área é realmente tão ruim? Mesmo servindo de mercadoria, não trás em seu âmago, fins sociais? A disputa para conseguir produzir o melhor livro, o mais pedagógico possível, que será comprado e distribuído pelo estado para as escolas, não incentiva uma produção cada vez melhor desse material?

Segundo Munakata (2012), a escola e os livros didáticos possuem essa relação simbiótica, pois “A expansão da escolarização amplia o público leitor de livros, e a existência destes – em particular, os destinados especialmente à escola – possibilita a própria escolarização da sociedade”. Este material precisa ter uma base concreta e ser bem planejado, precisa ser bom o suficiente para que os professores consigam trabalhar com ele em sala de aula. Tomado como principal instrumento para a escolarização das crianças e dos adolescentes. É necessário antes do julgamento prévio, entender que:

O cenário da educação pública é desalentador. À precariedade da formação dos professores, somam-se as reais condições de exercício da profissão, nas quais os professores para sobreviver precisam ocupar-se exclusivamente em ministrar aulas, sem tempo para planejamento, produção de material didático, formação continuada e estudos. Possivelmente, entre outros motivos, tal contexto nos ajude a entender a importância que o livro didático desempenha no contexto escolar brasileiro (CRUPI, 2008, p. 26).

Tomando como guia trabalhos de diversos autores como: Bittencourt (2004), Munakata (2012), Rüsen (2011), Priori (1995), Gatti Junior (2004), Beck (2014) e os demais autores já citados no decorrer desse trabalho, tentou-se por em foco como o livro é de grande importância para a educação brasileira e como ele pode ser um material fundamental tanto para auxiliar e guiar estagiários inexperientes dentro da sala de aula, ajudando na formação de muitos formandos de licenciatura em História. Também é objetivo elucidar os perigos que existem em tomar os conhecimento que estão inseridos dentro dos livros como verdades absolutas e a importância de se trabalhar o livro com uma criticidade, mesmo que mínima.

Para uma melhor compreensão dos nossos argumentos sobre os livros didáticos, pretendemos utilizar dois dos livros do acervo do curso de História, do campus da UFMS de Três lagoas para fazer uma análise em função do que Miranda e de Luca (2004) apontam como as quatro temáticas centrais que permeiam os livros de História:

selecionadas por serem especialmente caras às pesquisas e discussões contemporâneas que tomam o saber histórico escolar enquanto objeto específico de investigação: a perspectiva quanto à visão de História, a relação com o processo de construção de conhecimento pelo aluno, a orientação curricular e a relação genérica com o desenvolvimento da Historiografia. (MIRANDA; DE LUCA, 2004, p. 134)

Portanto, analisaremos as perspectivas da história apresentadas pelos livros usados pelos discentes para estudo em suas disciplinas, nos baseando nas visões que as autoras trazem em seu trabalho – visão global, narrativa acontecimental e a visão procedimental –, assim como nos atentaremos em perceber qual o paradigma de aprendizagem presente nesse material, o cognitivo ou o informativo.

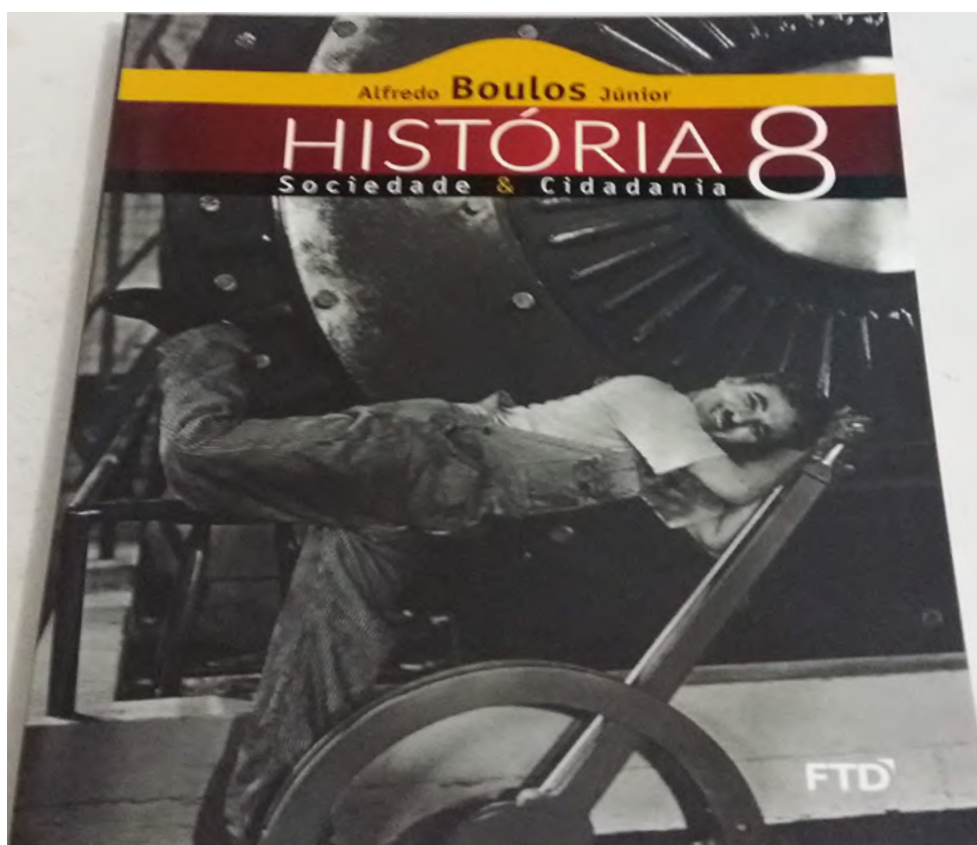
Ainda como mostram as autoras é importante entender e fazer uma análise crítica sobre a perspectiva programática presente nas obras didáticas. Percebendo minuciosamente como a história é organizada para ser ensinada aos jovens, se é de uma forma que divida a história nacional da integrada ou se é dividida por eixos temáticos.

Os livros didáticos escolhidos para a análise são “História, Sociedade e Cidadania” de Alfredo Boulos Júnior, de 2009, utilizado no oitavo ano E “História, Conceitos e procedimentos” de Eliete Toledo e Ricardo Dreguer, de 2009, para o oitavo ano.

Ambos os livros foram escolhidos para essa análise, pois, foram alguns dos livros mais usados pelos estudantes do curso de História da UFMS-CPTL, na disciplina de metodologia da História, prática de ensino e pesquisa em história: planejamento, linguagens e novas tecnologias. Era proposto que os alunos fizessem planos de aula e sequências didáticas como requisitos de avaliação. Esses dois livros foram escolhidos pela maior parte dos estudantes da turma na montagem dessas atividades. Um por ser mais fácil de ser trabalhado e o outro por trazer uma forma mais crítica de se trabalhar com os conteúdos. Os estudantes que trabalhavam durante o dia escolheram o livro “Dois”, por esse apresentar o conteúdo simplificado e rapidamente, já os estudantes que faziam parte de programas de pesquisa preferiam um material que trouxesse os conteúdos mais problematizados, enquanto outros preferiam não usar o livro didático, considerando um material ultrapassado. Dentro desse contexto, conseguimos entender quais os critérios usados pelos estudantes na hora de escolher o material didático que preferem trabalhar e como compreendem qual o melhor para as diversas situações acadêmicas-sociais.

O livro “Um” (utilizarei na descrição dos livros as nomenclaturas Um e Dois; Um para o livro “História, sociedade e cidadania”, e Dois para o livro “História, conceitos e procedimentos”) possui uma capa que não condiz com o conteúdo do livro, a imagem é do ator Charlie Chaplin no filme tempos modernos, se julga-la antes de se analisar o conteúdo do livro, pensamos que mais interessante seria uma capa que dialogasse com a proposta de ensino de história do livro, que forma seu enredo com personagens da cultura afro-brasileira e africana.

Figura 1: capa do Livro Um



Fonte: foto tirada pelo autor

O livro “Um” possui um sumário simples, onde já se pode notar qual é o conceito de história que o livro possui, um conceito que transita entre a nova história cultural e uma história crítica. Trazendo belas imagens sobre a cultura afro-brasileira, incluindo como protagonistas das temáticas os povos negros, que raramente são vistos com tanta ênfase nas salas de aulas.

O livro já começa em seu primeiro tema apresentando fotos de celebridades negras, abrangendo uma nova forma de ver a colonização do Brasil, não da ótica portuguesa e sim da dos negros. Apresenta exercícios relacionados com a escravidão, que a criança ao ler não se sentirá nem um pouco à vontade, causando a ideia de choque e de empatia, isso é dado pela forma que o livro relaciona fatos passados e presentes, fazendo as crianças pararem pra pensar no passado analisando a vida que possuem hoje, seu caráter cognitivo é impressionante, as informações não são apenas jogadas de qualquer forma, mas, sim feitas para serem pensadas e relacionadas com a vida dos jovens.

Alguns exercícios questionam se as crianças já visitaram alguma das cidades que eram portos de desembarque de escravos e se elas pareciam com a das imagens, ou para se colocarem no lugar do escravo e escrever um diário de como era sua vida.

Esse livro também traz muitos títulos de filmes, livros, e um referencial de muitos autores extras para os professores. Um ponto positivo para esse livro é que em todo tema diferente que apresenta sempre pontua o lado da história que muitos já conhecem e o lado que muitos deixam de lado, que é o lado do trabalhador, do escravo, dos povos das margens que são muitas vezes excluídos da história; há tantas páginas falando da importância das mulheres na revolução francesa, e as imagens são de grande ajuda para a compreensão do tema.

Talvez, dois problemas que se percebe na construção do livro seja a quantidade de glossários que ele comporta, às vezes algumas páginas ficam cheias de informações, podendo tirar o foco do que se realmente quer falar e isso com o problema de algumas imagens não condizerem com os conteúdos apresentados torna tudo mais difícil de compreensão. O livro “Dois” traz uma capa nem um pouco esclarecedora, é apenas uma mulher europeia do século XVIII, segurando uma espada, talvez se for feita uma análise melhor das vestimentas seja possível perceber o teor histórico da imagem.

Figura 2: capa do livro Dois



Fonte: imagem Retirada do Site: <https://issuu.com/estudepessoal/docs/nhcp8-pnld2014>

Desta vez, realmente a ideia que a capa nós passa, se concretiza quando abrimos o livro, logo no sumário, podemos notar que o livro traz consigo um conceito de história linear e universal, eurocentrica e tradicional, seus conteúdos possuem uma diferença de organização exorbitante se comparamos os dois livros.

O Livro dois inicia com uma apresentação das unidades; passando para o sumário, onde podemos notar que ele será completamente linear, diferente do livro um que tem seu foco em ensinar a história por meio, talvez, das revoluções que aconteceram ao redor do mundo e como elas influenciaram o Brasil - o livro Dois se consiste em um grande emaranhado de unidades que falam sobre tudo um pouco, temas relacionados com a Ásia, África, Japão e China, entram no enredo de sua História. Depois de cada tema apresentado o livro traz uma recapitulação sucinta sobre o tema e algumas atividades extras sobre os conceitos e noções explanados nas páginas anteriores. Nessas últimas páginas o livro também traz algumas considerações e algumas obras literárias extras para a compreensão do assunto estudado.

Na unidade 4, que tem seu início na página 113, se localiza o tema sobre escravidão e genocídio indígena. Essa parte possui boas fontes para serem trabalhadas em sala de aula, que tratam da escravidão com tanto cuidado como no livro “Um”.

Nessa parte do livro, os autores propõem atividades que promovem a produção de conhecimento histórico com as crianças, e também conseguem trazer fontes históricas extras que são bem interessantes ao conteúdo linear e acrítico. Um dos exemplos: falam da escravidão sobre um olhar mais eurocentrico e logo nas fontes históricas extras, trazem uma carta de um negro, mostrando assim a visão do mesmo sobre a sua própria escravidão. Porém, as atividades do resto do livro são sempre muito positivistas, não dando espaço para a criança pensar de uma forma diferente da comum, é quase que atividades que servem para a criança decorar. Mas não seremos os carrascos desse livro, ele apresenta em seu conteúdo um tema que o Livro “Um” não apresenta de uma forma tão interessante, explica de uma forma bem interessante sobre Anarquismo, socialismo e capitalismo, apresenta uma abordagem interessante sobre essas formas de governo e de economia, de forma bem didática e bem fácil de conseguir apresentar.

Ambos os livros possuem a mesma forma de estruturar os modos de apresentar os conteúdos. Primeiro apresentam o tema, como uma linguagem agradável de ser ler, ambos, possuem uma linguagem fluída e que se consegue compreender bastante do que se lê. Isso é explicado por Gatti (2004), existe uma forma de escrever o livro didático, ele possui padrões tanto de escrita como de conteúdos a serem apresentados, e isso pode se notar, em alguns conteúdos em comum nos dois livros como: Revolução Inglesa (vitoriosa) e Revolução Francesa, ambos os temas nos dois livros são bem parecidos, no livro “Um” possui um pouco mais de informação, enquanto as fontes mais interessantes estão no livro “Dois”.

Os dois livros possuem algumas diferenças em relação ao enfoque com os povos afro-brasileiros e os povos originários, enquanto um é basicamente focado na história desses povos no Brasil – principalmente na história dos negros –, suas lutas e conquistas durante as décadas de escravidão e genocídio, o outro reserva apenas uma pequena parte para esses povos em suas páginas. O livro “Um”, trata dos índios logo na primeira unidade de uma forma concisa e diferente do que vemos, sempre retratando que não houve passividade durante a escravidão indígena, colonização, expropriação do território e evangelização.

O livro apresenta bem como houve uma grande luta entre índios e portugueses que, como “desbravadores” entravam desbravando o interior do País com o objetivo de conseguir escravos indígenas para as fazendas de engenho para os seus patrões; mostra em mapas bem elaborados onde era o maior fluxo dessas guerrilhas entre os dois grupos, e por que elas aconteciam, demonstrando que o processo de colonização não foi pacífico. Mas após

a primeira unidade, o único sujeito que aparece em muitos outros capítulos é o negro, como nas unidades três e quatro, o indígena só volta na unidade quatro quando se fala sobre os povos da América do norte antes da colonização. Outro ponto negativo é como o livro traz as imagens sobre os índios, sempre sobre submissão, o que torna todo o tema apresentado uma contradição, já que falam de resistência deveriam apresentar imagens que mostrem essas cenas de resistência, e não apenas de servidão, ou sobre o controle dos portugueses.

Já o livro “Dois”, não possui uma imagem que mostre os povos indígenas brasileiros. Apenas uma página é reservada para falar sobre esses povos e sua luta para conseguir uma parte do território para viverem, durante o reinado de D. Pedro II; (existem muitas imagens dos indígenas norte americanos, na verdade existem bem mais coisas sobre eles do que dos sul americanos, tem imagem até mesmo dos povos da América Central). Esse livro nem mesmo traz imagens dos índios brasileiros sobre submissão.

Os dois livros pecam na retratação do índio, pois o apresentam de forma breve e sem muito foco, demonstrando quase uma falta de interesse e uma enorme falha. E se pararmos para pensar sobre o que pontua Bittencourt (2004), as imagens são essenciais para a criança ter uma melhor assimilação do que o texto está falando, que as imagens são quase um instrumento indispensável dentro de um livro didático são um aparato de grande importância. Se os livros não apresentam as imagens que deveriam, o professor precisa trazer de fora e, isso complica toda uma dinâmica de um professor que não possui o tempo para procurar essas imagens, ou se ele não se importar com isso, muitas crianças ficaram sem ver nada sobre o assunto.

O primeiro livro traz uma análise crítica da sociedade e poderiam por meio de uma boa complementação do professor promover nas crianças um senso crítico satisfatório, fazendo que passem a pensar sobre a vida que possuem agora e como a vida era no passado, mostrar através das páginas desse livro que a história negra merece seu lugar dentro da escola; sim, será preciso alguns materiais didáticos complementares para alguns temas desse livro, como no caso dos índios. Esse livro é bom para um professor sem medo de estudar para dar suas aulas, estudar para transformar partes complexas dos temas em algo que a criança possa entender facilmente. O livro também pode ajudar bastante com as suas atividades propostas, e pode de ser de grande ajuda desconstruir e destruir preconceitos dentro da sala de aula.

Já o livro “Dois”, é mais simples e de rápido entendimento. É um livro que tem muitas falhas, de fato, talvez o professor precise passar as mesmas horas para poder adquirir material complementar para ajudar na complementação do conteúdo, quanto o professor que irá trabalhar com o livro “Um” precisará passar um tempo estudando para deixar algumas partes mais compreensíveis para os alunos. Mas ainda assim é um livro bem menor em quantidade de páginas do que o livro “Um”, e, é um livro que não dá muitos desafios para o professor na sala de aula, adianta o trabalho do professor e poupa tempo em muitas partes.

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

Esse trabalho teve como intuito levantar um debate que já está saturado em relação às características dos livros didáticos os seus usos e a sua complexidade, porém, no tempo em que estamos, tempo no qual a história esta cada vez mais desvalorizada e que por consequência se tornou uma matéria que serve apenas para alienar e para ser decorada pelo jovens dentro da escola é de suma importância que nos demos ao trabalho de estudarmos a formação dos futuros professores de história e qual a relação que os mesmos possuem com esse material simbioticamente entrelaçado com a educação. Entender a importância da formação dos estudantes dessa área do conhecimento é

importante já que precisamos saber se os mesmos saem da universidade com as suas próprias consciências críticas formadas, já que um dos intuitos de se ensinar a história para os jovens é em algum momento ajudá-los a desenvolver as suas próprias consciências históricas, e de fato dentro de um ensino precário, onde não se tem tempo o suficiente e nem mesmo aulas o suficiente essa tarefa se torna algo quase impossível. Entender a relação dos estudantes com o livro didático e as formas que os mesmos o compreende e as maneiras que trabalham com esse material nos ajudará a compreender quais os caminhos que a História esta tomando.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Teoria da Semiformação. In: PUCCI, Bruno; ZUIN, Antonio A. S.; LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco (Orgs). **Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2010.
- BARCA, Isabel (org.). Concepções de adolescentes sobre múltiplas explicações em História. In: PERSPECTIVAS EM EDUCAÇÃO HISTÓRICA: Actas das Jornadas Internacionais de Educação Histórica, 1, Braga, 2001. Braga: Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho, 2001.
- BECK, Eliane. O ensino de História e os livros didáticos: abordagens, limites e possibilidades. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**, 2014. Curitiba: SEED/PR., 2016. (Cadernos PDE).
- BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros Didáticos entre textos e imagens. In: BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber Histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Materiais didáticos: concepções e usos. In: BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez; 2005.
- CAINELLI, Marlene Rosa. Os saberes docentes de futuros professores de História: A especificidade do conceito de tempo. **Currículo sem fronteiras**, v. 8, n. 2, p.134-147, jul./dez. 2008.
- CHOPPIN, Alain. História dos Livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CRUPI, Maria Cristina. **A natureza nos livros didáticos de História: uma investigação a partir do PNLD**. Rio Claro, 2018.
- DINIZ, Rafael Rosa; Chaer, Galdino; RIBEIRO, Elisa. Antônio. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.
- FERNANDES, Natália. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 759-779, jul./set. 2016
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1970.
- GATTI JR. Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Bauru: Edusc, 2004.
- MENDES, Jéssica Salvino. **O livro didático de História: olhares e reflexões para novas práticas de ensino**. UEPB/ PIBID CAPES
- MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, v. 23, n. 3 (69), p. 51-66, set./dez. 2012.
- MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- NUNES, Ângela; FERREIRA, Manuela. Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 20, n. 41, p. 103-123, jan./abr. 2014.

COMO TRABALHAR AS NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS COM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS

Naiara Silva dos Santos¹

Resumo: Hoje caracterizam o atual estado de desenvolvimento das ciências humanas como um momento em rupturas, marcado por tentativas e esforços múltiplos de recriação das formas interpretativas da realidade social, aderindo a novos modelos de como se fazer ciência. Sendo assim, surgiu o método autobiográfico com a finalidade de fazer mediação entre a cultura e história individual. O objetivo desta pesquisa é investigar qual a importância de se fazer pesquisa autobiográfica com os novos arranjos familiares, principalmente o modelo familiar monoparental feminino, pois é significativa a importância da história oral relatada por essas mulheres, já que suas visões a cerca de seu modelo familiar nos permitiria observar suas perspectivas diante a si e aos outros, oferecendo-nos abertura a diversas pesquisas que vão além dos aspectos sociais, mas também históricos, culturais, educacionais, entre outros. Como resultado, uma história de vida colhida por meio da entrevista oral é um resumo sucinto de uma história social individual e também apta de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada, portanto, usar a metodologia da narrativa autobiográfica por meio de entrevistas ajuda o pesquisador a obter diversas informações referentes ao tema estudado. Sabendo disso, a entrevista autobiográfica nos consentirá uma consideração entorno das consequências e conflitos presenciados por esse modelo familiar monoparental feminino e, sem dúvida isso auxiliará a antropologia sobre o estudo da formação da cultura no mundo moderno.

Palavras-chave: História oral; Narrativas Autobiográficas; Família Monoparental Feminina.

INTRODUÇÃO

No decorrer do século XX, houve grandes rupturas nas pesquisas científicas, conhecidas como mudanças paradigmáticas. Essas mudanças romperam com os modelos estabelecidos de pesquisa e passaram a construir modos próprios para enfrentar suas questões. Sendo assim, houve o surgimento da pesquisa etnográfica, que tinha como objetivo estudar e conhecer a cultura a partir do ponto de vista dos nativos. Sucessivamente ocorreu o surgimento do método biográfico apresentado como escolha e alternativa para fazer a mediação entre as ações e a estrutura, ou seja, entre a história individual e a história social.

Falando exclusivamente das narrativas autobiográficas, reconhecendo que este método dá uma legitimidade às vozes das crianças, dos adolescentes e dos adultos, enquanto sujeitos de direitos, capazes de narrar sua própria história e de refletir sobre ela. Possibilitando uma melhor compreensão do que os move como indivíduos nos processos de sua constituição como pessoa e como cidadã nos mais diversos contextos sociais. Isso ajudaria muitos a construir uma nova teoria de pesquisa.

Quando se relaciona essa metodologia com as pesquisas que envolvem configurações familiares, estamos apresentando suas perspectivas em relação a sua família e o que ela representa na sociedade. Sendo assim, essa reflexividade autobiográfica é como uma adaptação humana para refletir sobre si e suas experiências vividas, ou seja, é importante ouvir para compreendermos quais os sentidos que os seres humanos atribuem ao que vivenciam nas esferas institucionais.

¹ Aluna de Mestrado em Educação na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus de Três Lagoas. E-mail: naiarasilva11.02.1997@gmail.com

Com as variações de famílias na atualidade aumentou o interesse de se pesquisar a cultura por meio das concepções dessas diversas configurações. Por isso, pensar na maneira como realizar a pesquisa também vem tendo mudanças e variações, além disso, não são somente os aspectos sociais que estão relacionados com essa temática, mas também os históricos, culturais, educacionais, entre outros.

Assim, entre as diversas possibilidades investigativas, foi feita a opção por priorizar o tema inerente à família monoparental em âmbito educacional, cujo foco se direciona aos arranjos chefiados por mulheres. O interesse da escolha desta configuração familiar é conhecer metodologias que possam ampliar o conhecimento sobre esse arranjo e que permita investigar as perspectivas desta família diante a cultura e a sua configuração.

O objetivo desta pesquisa é investigar qual é a importância de se fazer pesquisa autobiográfica com os novos arranjos familiares, principalmente o modelo monoparental feminino e, compreender a importância desta metodologia ao se relacionar com a cultura contemporânea. Para a realização desta pesquisa, teremos como base um referencial teórico com autores como Bueno (2002), Descartes (1989), Delgado (2003), Passeggi (2016), Pollak (1989), Portelli (2001), Thomson (1997), Vilhena et al. (2011), entre outros.

A HISTÓRIA ORAL COMO MÉTODO AUTOBIOGRÁFICO

Em décadas passadas os historiadores tradicionais preferiam acreditar nos registros escritos ao invés da história oral, pois acreditavam que a oralidade poderia trazer reminiscências ou nostalgias vivenciadas pelos sujeitos que poderiam não ser verídicas. Além disso, comentavam que os registros históricos dariam menos trabalho como pesquisa, pois a história oral tinha como necessidade selecionar o lugar e o sujeito, ou seja, teria que ir a campo. Contudo, a história oral é mais interessante como pesquisa do que os métodos tradicionais, pois segundo Thomson (1997, p. 52) alguns profissionais não conseguem enxergar que “o processo de afloramento de lembranças poderia ser a chave para ajuda-los a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva”.

Por meio da história oral, teríamos pluralidades de diversas narrações do passado dos indivíduos, com isso nos abriria um leque de entendimentos a respeito da cultura e coletividade de cada local. Porém, sabemos que a reminiscência da memória e sua nostalgia trariam (talvez) muitos problemas ao colhermos dados, mas elas não são de toda uma fantasia, por trás há sempre algum significado. Mesmo a teoria contestando a veracidade de seu teor, a prática diz oferecer visões ainda não observadas, sendo assim, o maior trabalho que o historiador tem é conciliar teoria e prática para uma maior qualidade na pesquisa.

Porém não podemos nos basear fielmente aos relatos orais que foram contados, pois a nossa memória é uma composição psicológica e emocional, ou seja, muitas vezes (ex: traumas, sofrimentos, etc) o que presenciamos em nosso passado não é visto com bons olhos por nossa cultura atual, sendo assim, o sujeito sempre está moldando sua reminiscência para se adaptar a história presente e em sua identidade. É importante entender, que o sujeito teve suas experiências passadas, que muitas vezes pode não ter sido tão agradável, e agora ele narra de forma aceitável socialmente. Criamos um passado pela qual pudéssemos conviver. A história oral, mesmo modificada às vezes ou silenciada ela constrói nossa identidade, ela junto com a cultura nos representam e, que fazem sentido a nossa vida. A experiência nunca termina, é constantemente lembrada e retrabalhada.

Vimos então, que a referência ao passado serve para manter a adesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade. Funções essenciais da memória

teria como significado fornecer um quadro de referências e de pontos de referência, aquilo que um grupo tem em comum, o que Pollak (1989, p. 9) vai chamar de “enquadramento da memória”.

A relação entre a história social e a história individual é linear, pois o indivíduo é sujeito ativo nesse processo de apropriação do mundo social, traduzido em práticas que manifestam a sua subjetividade. “A união do mais pessoal com o mais universal” (Bueno, 2002, p.20)

As narrativas orais não ocorrem sem uma invenção de métodos e estratégias, desta forma surge à pesquisa Autobiográfica, Bueno (2002, p. 17) descreve como:

Esse método corresponde à exigência de uma nova antropologia, devido aos apelos vindos de vários setores para se conhecer melhor a vida cotidiana. As teorias sociais voltadas para as explicações macroestruturais não davam conta dos problemas, das tensões e conflitos que tomam lugar na dinâmica da vida cotidiana [...] o método biográfico apresenta-se como opção e alternativa para fazer a mediação entre as ações e a estrutura.

A utilização desta pesquisa se deu às mudanças paradigmáticas e às rupturas que se operam no âmbito das ciências sociais no decorrer do século XX. Esse movimento não se deu naturalmente de modo homogêneo, uma vez que cada estudo há seu tempo e, em função de seus problemas e insatisfações foi rompendo com os modelos estabelecidos de pesquisa e ousando construir modos próprios de enfrentar suas questões.

Recapitulando, a objetividade científica e os métodos para produzi-la foram postos em causa, abrindo espaço para que a subjetividade passasse a se constituir também em objeto de investigação. Essa tendência foi o que caracterizou o método biográfico. Escolhendo a priori, com base nos critérios da pesquisa, as biografias assim utilizadas não são tomadas como fontes para novos conhecimentos, mas sim para descrever ou verificar aquilo que já está contido no modelo formal, ou seja, a biografia é uma micro relação social.

QUALIDADE DA ORALIDADE EM METODOLOGIA AUTOBIOGRÁFICA

Todas as pesquisas possuem uma metodologia que nos auxiliam na qualidade dos fatos estudados, além disso, ela deve ser apresentada da maneira mais adequada onde alcance o resultado pretendido. Sendo assim, na pesquisa que envolva história oral, o historiador tem grande responsabilidade de expressar os diversos gêneros que trás consigo, ou seja, essa modalidade tem suas facetas e suas qualidades, por isso devemos se atentar em escolher a melhor evidência.

História é a narrativa do passado e, oral é a forma de como ela é contada. Resumindo, seria o que o historiador e a fonte fazem juntas no momento da entrevista. Encontro de duas pessoas, uma que conta a sua história e o outro que reconstrói a história. Desta forma, Delgado (2003, p. 13-14) cita:

Conhecer o passado é uma façanha tão extraordinária quanto alcançar o infinito ou contar estrelas, já que, mesmo bem documentado, ele tende a se tornar fugidio e imenso em sua extraordinária dimensão e variedade de situações. O passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos é desafio possível de ser enfrentado. (apud LOWENTHAL, 1981, p. 73)

Segundo Portelli (2001) a história muitas vezes se torna fictícias, ou seja, o narrador conta e aqueles que ouvem a imaginam, porque não estavam no exato momento do ocorrido, por isso a fantasia. A estória pode ser contada muitas vezes e dependerá do público que a ouve, por isso quando alguém é entrevistado o narrador pode lembrar situações nunca antes contadas. Por isso a história oral é considerada ainda uma história não contada. Na oralidade se encontra diversos gêneros, ou seja, o narrador se expressa de diferentes formas, sendo assim, a história oral é um gênero de gêneros. Sendo ainda:

Embora a história oral possa avaliar a si mesma a partir de todos os gêneros reconhecidos e irreconhecidos de discurso oral, do proverbio ao poema épico, ainda assim ela é diferente de todas elas, por sua composição estrutural interna (um gênero de gêneros) e por sua posição cultural peculiar. Enquanto os gêneros de expressão oral e cultural atuam dentro do mundo da oralidade, a história oral se inicia na oralidade do narrador, mas é encaminhada (e concluída) em direção ao texto escrito do historiador. (PORTELLI, 2001, p. 13)

Outro ponto a ressaltar, que a oralidade e a escrita caminham juntas na história oral. A linguagem oral perdurou durante muito tempo como grande suporte para a preparação dos futuros dirigentes do poder dentro da sociedade. O homem percebe que a linguagem escrita poderá dar uma contribuição significativa no processo educacional. A escrita começa a fazer parte da vida do homem a partir dos escritos deixados, assim se dava a transmissão da aprendizagem.

A diferença entre uma conversa e uma entrevista de campo é que a segunda necessita de gravador, cadernos para anotar ou câmeras, por isso deve-se pedir autorização ao entrevistado para a utilização das ferramentas, porque esse diálogo vai ser ouvido depois varias vezes e por diferentes pessoas. E, falando disso, vale ressaltar que a forma como aplicamos o que foi contado pode vir de diferentes formas, pois a história oral depende muito do seu público, aparecendo para as comunidades por meio de diversos gêneros, como: teatro, filmes, vídeos e, para os acadêmicos de forma mais teórica.

Quando se trata de memórias, o entrevistado deve ter cuidado com as perguntas feitas ao entrevistado, pois pode ter lembranças das quais são proibidas, indizíveis ou vergonhosas para o mesmo. Pollak (1989) diz que essas lembranças traumáticas durante tanto tempo guardadas no silêncio e só transmitidas de geração a outra oralmente que permanecem vivas, e não são contadas através de publicações. Essas recordações traumatizantes, o silêncio parece ser a melhor escolha, pois preferem guardar o silêncio a se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo acordar a consciência tranquila dos esquecimentos das antigas dores. Além disso, o entrevistado pode ter receio de transmitir ao social aquilo que pode ser rejeitado pelo mesmo, ou seja, há um “compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior” (POLLAK, 1989, p. 8).

A importância da história oral é que numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornaram coisas, por isso a importância dessa metodologia de pesquisa para se entender a cultura e suas diversidades. Entretanto, devemos se atentar aos seus desafios e em sua maneira de aplicação, pois se trata de pessoas e suas lembranças, sendo assim, se a metodologia for uma entrevista devem respeitar o silêncio do entrevistado e buscar a melhor maneira de trazer os fatos, sem prejudicar o psicológico da indivíduo com memórias traumatizantes que possam afetar sua afetividade.

CONFIGURAÇÃO FAMILIAR MONOPARENTAL FEMININA

Com a expansão da sociedade, a cultura foi se modificando ao longo do tempo e, consequentemente, as famílias também foram se organizando de maneiras diversificadas, resultando em variados tipos de arranjos familiares. Tal temática tem despertado interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, por estar relacionado com a vida de todas as pessoas, ou seja, independentemente do modelo ou configuração familiar, as pessoas possuem algum tipo de família, embora nem sempre sejam os aspectos consanguíneos que predominam, visto que em muitas situações os aspectos afetivos ou sociais é que caracterizam os grupos familiares.

É possível observar que na atualidade existem vários tipos de famílias, como: Nucleares, composto por pai, mãe e seus filhos; Monoparentais, constituído pelo pai ou mãe com seus filhos; Pluriparental, com mais de duas famílias vivendo debaixo do mesmo teto; Anaparental, quando um membro do grupo não pertencente à família, mas vive na mesma casa; Homossexual, formado por casais do mesmo sexo; Poliafetiva, homem ou mulher pode ter mais de uma esposa(o) ao mesmo tempo; etc. (CONCIANI; RODRIGUES, 2014).

Para Vilhena *et al.* (2011), é preciso pensar em família como uma instituição que está em constantes transformações e somente ter a mesma carga genética dos ancestrais não significa que a pessoa pertence a uma família, visto que é necessário estar incluído a um grupo familiar, seja ele biológico ou não. Corroborando com tais ideias, Dias (2017, p. 2) analisa que o termo família “[...] prioriza o laço de afetividade que une seus membros, o que ensejou também a reformulação do conceito de filiação que se desprende da verdade biológica e passou a valorar muito mais a realidade afetiva”.

Também Oliveira Júnior, Ferreira e Coimbra (2016, p. 193) consideram que “Dentre os organismos sociais a família foi o instituto que sofreu mais alterações, tanto na sua compreensão, quanto na sua extensão com as mudanças ocasionadas pelos avanços da sociedade”.

No que se refere às famílias monoparentais, objeto de estudo desta proposta de pesquisa, Mello, Camarano e Kanso (2010) sugerem que cada vez mais tem sido frequente a existência desse modelo de família, sendo a mais comum a chefiadas por mulheres. Vários são os motivos que resultaram nesse tipo de família, podendo destacar: o aumento da união consensual, o mercado de trabalho vem se expandindo tornando-os mais independentes, casais se separando com mais frequência e adolescentes tornando-se mães e pais solteiros, etc. O referido autor também destaca que as famílias monoparentais femininas são mais comuns devido à inserção da mulher no mercado de trabalho ou pelo fato de as mulheres se tornarem mães precocemente.

Trata-se de questões de gênero, uma vez que historicamente as mulheres é que se responsabilizaram pelos cuidados e educação dos filhos. Porém, apesar das dificuldades vivenciadas, muitas dessas mulheres passaram a assumir as diversas funções, sendo as principais responsáveis pela educação e sustento dos membros da família.

Com o crescimento do número de famílias sendo chefiadas por mulheres, diminuiu o estigma de que a mulher é incapaz de suprir o sustento de sua casa, zelar pelos cuidados do lar e da educação dos filhos. Essa é a imagem da mulher do século XXI, polivalente e que vai à busca dos seus ideais, pensando no que é melhor para si e sua família (GONÇALVES; TERNOVOE, 2017, p. 127).

Também Arpini e Cúnico (2014, p. 39) concordam que o arranjo monoparental feminino é o mais frequente, porque muitas vezes a mulher prefere cuidar sozinha de seus filhos, no entanto esse modelo familiar “[...] não necessariamente são decorrentes de um divórcio ou de uma separação conjugal. Elas podem ser compostas por mulheres solteiras, viúvas ou ainda por mulheres que coabitam com os filhos, parentes e outros agregados”.

O contexto atual é caracterizado pelas inúmeras transformações pelas quais a família tem passado, sendo as famílias monoparentais femininas uma realidade cada vez mais frequente. Como em qualquer configuração familiar, há inúmeros desafios que se apresentam a essas mulheres que são chefes de suas famílias. A dupla jornada de trabalho, a dificuldade em conseguirem empregos melhor remunerados e a falta de apoio do ex-companheiro para partilhar responsabilidades, pode fazer com que as mães sintam-se sobrecarregadas devido ao acúmulo de funções (ARPINI; CÚNICO, 2014, p. 46).

Sendo assim, é inquestionável que as famílias estão em constante evolução, desse modo, muitas passam por dificuldades na sociedade e por consequência por preconceitos. Mesmo hoje em dia sendo uma família comum na visão da sociedade, talvez ainda existam credices e superstições a respeito deste modelo familiar e, para entender melhor sobre isso, seria interessante uma pesquisa autobiográfica na qual as participantes apresentassem suas visões a cerca da sociedade e de seu arranjo familiar.

APLICANDO A METODOLOGIA AUTOBIOGRÁFICA COM CONFIGURAÇÕES FAMILIARES MONOPARENTAL FEMININA

Pensando nas metodologias da pesquisa com famílias, poderíamos notar a importância da história oral relatada por elas, pois suas visões a cerca de seu modelo familiar nos permitiria ver como elas se enxergam diante a si e aos outros. Outro ponto importante a mencionar, que a história oral é formulada de acordo com quem a conta, por isso, em um pequeno grupo poderia observar pontos de vistas diferentes de cada narrador e, isso faz da história oral interessante, pois ela nos permite ver todos os lados da história.

Uma história de vida colhida por meio da entrevista oral é um resumo sucinto de uma história social individual e também apta de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada. Portanto, usar a metodologia da narrativa autobiográfica por meio de entrevistas ajuda o pesquisador a obter diversas informações referentes ao tema estudado.

Porém, para usar a entrevista como meio da pesquisa é importante lembrar, que estamos mexendo com memórias ou reminiscências de indivíduos, por isso o entrevistador tem que pensar a cima de tudo sobre o bem estar do entrevistado, pois mexer com a memoria de alguém pode trazer a tona seus traumas e sofrimentos. Vale lembrar, que o entrevistado deve confiar em você para lhe contar sua história, mesmo que ela seja dura e amarga e, para isso é preciso que o mesmo tenha direito de sair quando quiser da pesquisa. (THOMSON, 1997)

Outro ponto, não se deve focar em apenas temas grandes e explanados por muitos, como as guerras ou a política, devemos delimitar esta pesquisa, para que seja possível chegar a diversos relatos da história, pois aquilo que é muito comentado se torna repetitivo com poucas descobertas. Usando como exemplo o Descartes (1989) que segundo sua obra Discurso do Método deveríamos sempre seguir algumas etapas importantes ao se fazer pesquisa, como por exemplo, quando se tratamos de configurações familiares, podemos delimitar o tema escolhendo apenas um dos arranjos para estudar; assim, entre as diversas possibilidades investigativas, foi feita a opção por priorizar o tema inerente à família monoparental, cujo foco se direciona aos arranjos chefiados por mulheres.

Toda a entrevista é uma interação social completa, um sistema de trocas, expectativas, de determinações, de normas e valores implícitos, e por vezes até de confirmações. Disto decorre que, ao se fazer uso do método autobiográfico, a situação interacional vivenciada, isto é, o modo mediante o qual a narrativa ou as narrativas foram produzidas, não pode ser ignorado no processo de análise. Sendo assim, Bueno (2002, p. 20) diz:

Isto se aplica à situação da entrevista, na qual o pesquisador é quem estimula e recolhe a narrativa. Quem conta a sua vida, não conta a um gravador mas sim a um indivíduo. Além do mais, sua narrativa não é um relatório de acontecimentos, mas a totalidade de uma experiência de vida que ali se comunica. Disto se evidencia o caráter de intencionalidade comunicativa da narrativa autobiográfica e, por isso, por mais que se pretenda escamotear.

Sabendo disso, a entrevista autobiográfica nos permitirá uma consideração ao torna das consequências e conflitos presenciados por esse modelo familiar e, sem dúvida isso ajudará a antropologia sobre o estudo da formação da cultura no mundo moderno. Quando se trata da narrativa do adulto é interessante dizer que “encontra-se envolvido em uma problemática presente, mas tem uma percepção e uma visão retrospectiva de sua vida que é levada em conta quando se trata de ele próprio pensar o seu futuro” (BUENO, p. 22), ou seja, suas perspectivas ajudam no desenvolvimento de si e da sociedade.

Para se trabalhar com arranjos familiares monoparentais é interessante elaborar uma proposta metodológica coerente com a pesquisa qualitativa em educação, por isso a opção por uma entrevista narrativa autobiográfica, considerada como enriquecedora para o que Passeggi, Nascimento e Oliveira (2016, p.120-121) chamada de “pesquisa, ação e formação”, ou seja, “pressupõem que tanto a pessoa que narra quanto aquela que escuta se formam, enquanto humanos, na e pela interação que acontece na entrevista autobiográfica”.

Ainda, segundo Passeggi, Nascimento e Oliveira (2016) as entrevistas podem possuir três partes que concorram, ou quase, com o momento das rodas de conversa, elas são: abertura, entrevista e fechamento. A abertura tem como objetivo estabelecer relações de confiança entre os participantes, além disso, acontece com base em perguntas orientadas para quem narra sua autobiografia, assim construiria uma relação mais aberta entre os sujeitos da pesquisa. Em seguida, seria o momento da entrevista, esta por sua vez tem como objetivo adentrar mais na temática da pesquisa com a intervenção do entrevistador pontuando seu propósito e, incentivando o entrevistado a refletir sobre sua via pessoal ou profissional. E, por último o fechamento, que seria desligarmos o gravador e darmos continuidade ao diálogo, de maneira informal, essa etapa o entrevistado talvez narre situações não expressadas antes. Por fim, os registros no diário de campo reúnem observações a mais, além da entrevista e esses momentos finais.

Quanto menos os historiadores revelarem sobre sua identidade e pensamentos pessoais, mais a vontade o entrevistado ficará, pois assim, não introduziremos nossos conceitos a eles, permitindo lhes que se expressem da forma que forem lembrando-se dos fatos e recordações. Entretanto, podemos induzir diálogos que fazem o narrador ter uma autorreflexão.

A diferença entre uma conversa e uma entrevista de campo é que a segunda necessita de gravador, cadernos para anotar ou câmeras, por isso deve-se pedir autorização ao entrevistado para a utilização das ferramentas, porque esse diálogo vai ser ouvido depois varias vezes e por diferentes pessoas.

Como vimos, com a história oral teríamos pluralidades de diversas narrações do passado dos indivíduos, com isso nos abriria um leque de entendimentos a respeito da cultura e coletividade de cada local. Porém, sabemos que a reminiscência da memória e sua nostalgia trariam (talvez) muitos problemas ao colhermos dados, como sua veracidade. Mas elas não são de toda uma fantasia, por trás há sempre algum significado. Mesmo a teoria contesando a veracidade de seu teor, a prática diz oferecer visões ainda não observadas, sendo assim, o maior trabalho que o historiador tem é conciliar teoria e pratica para uma maior qualidade na pesquisa. Ainda Pollak (1989, p. 10) vem dizer:

A escolha das testemunhas feita pelas responsáveis pela associação é percebida como tanto mais importante quanto a inevitável diversidade dos testemunhos corre sempre o risco de ser percebida como prova da inautenticidade de todos os fatos relatados. Dentro da preocupação com a Imagem que a associação passa de si mesma e da história que é sua razão de ser, ou seja, a memória de seus deportados, é preciso portanto escolher testemunhas sóbrias e confiáveis aos olhos dos dirigentes.

Família monoparental feminina como visto passa por reflexões da sociedade com interesse de conhecer o que pensa sobre seu modelo e sua inserção cultural, são pesquisas ótimas e constantemente procuradas. Por isso a importância do uso de narrativas autobiográficas, pois ela vai proporcionar a entrada no universo mais subjetivo dessas configurações familiares, possibilita-lhes uma melhor compreensão do que os move como indivíduos nos processos de sua constituição como pessoa e como cidadã nos mais diversos contextos educacionais e sociais. Além que, as narrativas “convoca as complexas relações que o indivíduo estabelece com representações, crenças e valores que circulam em seu entorno” (PASSEGGI; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016, p. 114).

Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir para ampliar a compreensão sobre as configurações familiares, principalmente o modelo monoparental, por meio da produção de novos conhecimentos, os quais poderão ser úteis para que educadores e a sociedade em geral ampliem o entendimento sobre os novos arranjos familiares, de forma a promover o respeito e evitar a discriminações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade que envolve à noção de tempo refere-se às temporalidades múltiplas que se agarram, uma vez que as experiências vividas e a História em transformação são conformadas por processos e acontecimentos. A História como aparecimento do fazer coletivo incorpora vivências individuais e, por resultado, possuem duas dimensões: temporal coletiva e temporal individual. Dimensões que, juntadas, aderem experiências únicas, através de uma dinâmica que reconstrói o passado ao construir sua representação no presente, surgindo das vivências coletivas.

Destacamos a importância das narrativas autobiográficas como fontes privilegiadas da pesquisa qualitativa cara às inquietações com o rigor científico e a ética em pesquisa. Procuramos mostrar porque acreditamos que em nossas pesquisas o uso das narrativas na construção dos conhecimentos nos parece resguardado pelos cuidados que visam a respeitar, a singularidade de quem narra.

Foram observadas as variações de famílias hoje existentes na sociedade, que ocorreram por meio de vários fatos sociais, ocasionando essa franja grande de pesquisas referentes aos novos modelos familiares. Como foi observada, a sociedade moderna colaborou para a existência desses novos modelos familiares e, por isso a pesquisa sobre essa temática se tornou interessante ao querer entender o porquê do acontecido.

A família monoparental feminina, aqui citado, é um dos arranjos mais comuns em nossa cultura e, por isso, hoje se acabaram com pesquisas referentes a esse modelo. Porém, se aderirmos uma pesquisa na qual essa configuração familiar fale sobre suas perspectivas diante a sua família e a cultura, poderíamos observar o que pensam sobre sua inserção na sociedade.

Uma pesquisa na qual os participantes narrem suas percepções é importante, pois significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência. Essa metodologia proposta propõe que a cultura seja estudada e conhecida a partir do ponto de vista dos nativos ou dos viventes. Essa tradição enfatiza a importância de se apreender

os significados das ações humanas na pesquisa antropológica, tal como elas se manifestam nas interações sociais da vida cotidiana. Assim, hoje, observa-se uma preocupação cada vez mais crescente em se criar e propor modos alternativos de fazer ciência, concomitante com a perspectiva de se construir explicações totalizantes.

O método biográfico possuem dois tipos de materiais que podem ser utilizados nessa abordagem: os materiais biográficos primários, ou seja, as narrativas ou relatos autobiográficos recolhidos por um pesquisador, em geral através de entrevistas realizadas em situação face a face; e os materiais biográficos secundários, tais como: correspondências, diários, narrativas diversas, documentos oficiais, fotografias, etc. Antigamente, o método biográfico sempre deu maior preferência aos materiais secundários, por seres considerados estes mais objetivos e confiáveis, porém, nota-se que a oralidade narra situações além dos materiais secundários e, isso colabora para a veracidade do mesmo.

No processo de elaboração de sua narrativa há sempre a tentativa de uma comunicação. Por isso isto se aplica à situação da entrevista, na qual o pesquisador é quem estimula e recolhe a narrativa. Quem conta a sua vida, não conta a um gravador, mas sim a um indivíduo. Além do mais, sua narrativa não é um relatório de acontecimentos, mas o conjunto de uma experiência de vida que ali se comunica. Isso evidencia o caráter de intencionalidade comunicativa da narrativa autobiográfica e, por isso, toda entrevista é uma interação social completa, e que possui uma junção, de normas e valores implícitos.

Mas, temos que se atentar a qualidade das entrevistas, pois não posso chegar e mostrar minha identidade atual do século XXI, mas sim tenho que me adaptar com o contexto atual. Porém, na primeira entrevista é uma relação de intimidade, mas você não pode ser tão aberto porque tem que haver uma relação do que é entrevista senão o proposto se perde.

E, quando se trata do arranjo familiar feminino, essa proposta de pesquisa ajudará a compreender como é dado o processo de socialização destas famílias, além disso, verá quais suas perspectivas diante os vários contextos sociais e educacionais. E, só a pessoa que vive aquela realidade trás sua realidade em primeira mão, ajudando o pesquisador na amplitude de sua pesquisa, pois a teoria mais a prática colaboram numa análise mais exata de um determinado tema.

Enfim, o método biográfico apresenta-se como opção e alternativa para fazer a mediação entre as ações e a estrutura, ou seja, entre a história individual e a história social, por isso aqueles que têm interesse em usar as histórias de vida na pesquisa social precisam confrontar a crise que esse método apresenta e, procurar suas causas subjacentes, que são tanto sociais como metodológicas. Fazer entrevista, não é tão simples, devemos antes de tudo se atentar ao respeito de salvaguardar o entrevistado e o respeitar seja no momento de sair da pesquisa, quanto às perguntas que são direcionadas a ele.

REFERENCIAS

ARPINI, Dorian Mônica; CÚNICO, Sabrina Daiana. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, p.37-49, jan./ago. 2014.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

CONCIANI, Marcos Vinicius De Souza; RODRIGUES, Geraldo Silva. A família socioafetiva: uma visão crítica acerca das novas entidades familiares vinculadas ao afeto. **Revista Intervenção, Estado e Sociedade**, v.2. n.1, p. 112-127, jul./dez. 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

DESCARTES, Rene. **Discurso do método**. Tradução da revista Pinharando Gomes. 1. ed. Lisboa: Guimarães Editores L.D.A, 1989.

DIAS, Maria Berenice. **Família normal?** Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_697\)10__família_normal.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_697)10__família_normal.pdf). Acesso em: 23 ago. 2019.

GONÇALVES, Josiane Peres; TERNOVOE, Janaina dos Santos. Desafios Vivenciados por Mulheres Universitárias de Mato Grosso do Sul, que são Mães, Profissionais e Donas de Casa. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 116 - 142, ago./dez. 2017.

MELLO, Juliana Leitão; CAMARANO, Amélia Camarano; KANSO, Solange. **Famílias brasileiras**: mudanças e continuidade. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG, p. 17, 20-24 de setembro, 2010.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; FERREIRA, Diego Raone; COIMBRA, Renata Maria. A relação família e escola na aprendizagem escolar: que escola, qual família? **Revista Cultura, Educação e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 192-204, jan./jun., 2016.

PASSEGGI, Maria; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Roberta. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. **Revista Lusófona de Educação**, v. 33, 2016.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 02. n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A história oral como gênero. **Proj. História**, São Paulo, v. 22, 2001.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória. **Proj. História**, São Paulo, v. 15, abr. 1997.

VILHENA, Junia de; SOUZA, Alberto Carneiro Barbosa de; UZIEL, Anna Paula; ZAMORA, Maria Helena; NOVAES, Joana. Que família?: Provocações a partir da homoparentalidade. **20 Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 4, p. 1639-1658, dez. 2011.

POSES, ENCENAÇÕES E HIERARQUIAS: REPRESENTAÇÕES FOTOGRÁFICAS DE PROFESSORAS E ALUNAS DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA/PR (DÉCADA DE 1920)¹

Audrey Franciny Barbosa

Resumo: O objetivo do presente trabalho foi analisar de que forma professoras e alunas da Escola Normal de Ponta Grossa/PR foram representadas em um conjunto fotográfico produzido na década de 1920. As fotografias em questão são uma pequena parte da produção de retratos escolares do estúdio Foto Bianchi (1913-2001) e que correspondem a imperativos técnicos, representacionais e culturais próprios do período. Diante disso, o presente trabalho insere-se no campo da História Cultural em diálogo com a Cultura Visual, pois compreende as inúmeras imagens do nosso cotidiano como representações visuais/sociais que são potenciais para refletir sobre aspectos da nossa cultura. Somado a isso, a análise encontra respaldo nas discussões acerca da História da Mulheres e nos Estudos de Gênero, ao direcionar seu olhar para a problematização das poses e espaços ocupados pelas mulheres nos retratos fotográficos analisados.

Palavras-chave: Retratos escolares; Representações; Normalistas.

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente discussão foi pontuar de que forma alunas, alunos, professoras e professores da Escola Normal de Ponta Grossa/PR foram representados pelas lentes do estúdio fotográfico Foto Bianchi na década de 1920.

O Foto Bianchi (1913-2001) foi um dos mais importantes estabelecimentos fotográficos de Ponta Grossa do século XX. Fundado por Maria Thommen e Luís Bianchi, o estúdio ao longo de sua trajetória contou com três geração es fotógrafos, sendo pai-filho-neto, e registrou diferentes momentos e espaços da história da cidade e dos Campos Gerais, legando ao presente uma rica documentação com diferente temáticas, a saber: fotografias da famílias, militares, políticos, artistas, batizados, mortes, casamentos, noivados, ferrovia, espaço urbano, festas cívicas, paisagens naturais, etc.

Os retratos escolares foram uma temática recorrente na produção do estúdio durante sua primeira geração de fotógrafos. Durante a pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora, na qual o objetivo da investigação foi analisar como o estúdio representou o espaço escolar ponta-grossense durante os anos de 1913-1943 – correspondente a primeira geração – cento e nove retratos referentes a cultura escola foram localizados (BARBOSA, 2019).

O acesso a esta documentação foi possível graças a manutenção e disponibilização realizada pela Casa da Memória Paraná (Ponta Grossa/PR). Com o fechamento do estúdio e o encerramento de suas atividades, em 2001, a Fundação Municipal de Cultura em parceria com o Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (DEHIS/UEPG), realizaram a compra do acervo documental/fotográfico do Foto Bianchi, cuja guarda passou à Casa da Memória.

¹ Cabe destacar que a presente discussão é resultado parcial das pesquisas realizadas pela autora durante o processo do mestrado (PPGH/UEPG, 2017-2019).

ESCOLHAS TEÓRICAS-METODOLÓGICAS

A análise encontra respaldo nas discussões acerca da História da Mulheres (PERROT, 2007) e nos Estudos de Gênero (SCOTT, 1995; BUTLER, 2001), ao direcionar seu olhar para a problematização das poses e espaços ocupados pelas mulheres nos retratos fotográficos analisados.

Além disso, cabe destacar como referenciais teóricos fundamentais para essa reflexão: Sandra Pesavento (2006) e suas discussões acerca das representações visuais, contribuindo para pensar os retratos aqui analisados não como ilustrações do real vivenciado, mas como construções e discursos pautados em relações sociais e imaginários; Ana Maria Mauad (1996), Rosana Fátima de Souza (2001), Rosana Monteiro (2008), Annateresa Fabris (2004; 2011) e Inés Dussel (2018) no que diz respeito ao estudo da fotografia, mais precisamente do retrato escolar no campo historiográfico e o estatuto do retrato fotográfico enquanto objeto potencial para a construção do conhecimento histórico e social.

Quanto ao passo a passo metodológico, este foi alicerçado na perspectiva da iconologia/iconografia revisada, ou seja, buscou analisar os elementos descritivos da imagem em consonância com a análise de suas mensagens. Por isso, embasou-se nas formas de expressão e conteúdo que compõem a fotografia (MAUAD, 1996), considerando sempre seu circuito social – em outras palavras: sua produção, consumo e circulação.

RETRATOS DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA/PR (DÉCADA DE 1920)

A Escola Normal de Ponta Grossa foi fundada em 1924 e fez parte de um movimento que se propunha a operar melhorias na instrução pública paranaense (NASCIMENTO, 2008). Instalada num primeiro momento no prédio da Rua do Rosário a Escola Normal teve por objetivo ser um espaço de formação de normalistas no interior do estado. De acordo com Nascimento (2008):

as Escolas Normais existentes no país tinham o papel de formar os mestres para as escolas de ensino primário; foram criadas como necessárias para o desenvolvimento de um bom cidadão, que aos grupos compostos pelas massas populares e os setores médios urbanos, embora não pertencentes ao bloco do poder dominante, seriam esses que deveriam ser preparados pelos grupos detentores do poder para dar a ideia de Estado como uma só nação [...] A educação popular era associada ao civismo como espaço de difusão de uma nova moral positiva e evolucionista (NASCIMENTO, 2008, p. 100-101).

Durante pesquisas acerca do estúdio Foto Bianchi, foi localizado um pequeno conjunto de fotografias da Escola Normal produzido pelo estúdio – sem datas detalhadas, a série remete a década de 1920. Esses retratos representaram diferentes grupos da Escola Normal, como: a Escola de Aplicação, o curso primário, o curso de normalistas e um grupo de professores e professoras.

No caso da Fotografia 1, um grupo de alunos e alunas normalistas posou para o fotógrafo. O que merece destaque nesse retrato é a pose do grupo, sobretudo, os pés ordenados e as mãos padronizados das normalistas na fileira da frente. Longe de uma expressão natural, é evidente a fabricação desse retrato pelo olhar do fotógrafo, a regulação do corpo em busca de uma fotografia “perfeita” aos moldes da escrita fotográfica da época.

FOTOGRAFIA 1 – FOTO BIANCHI, Escola Normal (Déc. 1920).



Fonte: Museu Campos Gerais (Ponta Grossa/PR).

FOTOGRAFIA 2 – (Verso) FOTO BIANCHI, Escola Normal (Déc. 1920).



Fonte: Museu Campos Gerais (Ponta Grossa/PR).

Perspectiva não muito diferente da Fotografia 3, na qual alunos e alunas da Escola Primária anexa à Escola Normal, também foram fotografados pelas lentes do Foto Bianchi. Nessa cena, cabe destacar que ainda que expressões e poses mais displicentes dos alunos e alunas, a mão do fotógrafo e seu olhar social ainda esteve presente na produção piramidal do retrato, com vistas a distribuir os alunos e alunas, colocando meninas a frente e meninos – a medida do possível – atrás.

Assim como na Fotografia 1, na Fotografia 3 a uniformização dos alunos e alunas por meio da vestimenta esteve presente, diferenciando meninos e meninas por meio do uso de saias e gravatas – mais uma vez, a normatização visual do social. Contudo, uma normatização que não apareceu nos retratos dos alunos/alunas menores. Na Fotografia 5, por exemplo, meninos e meninas foram fotografados com a mesma uniformização, independente de gênero.

FOTOGRAFIA 3 – FOTO BIANCHI, Escola de Aplicação (Déc. 1920).



Fonte: Museu Campos Gerais (Ponta Grossa/PR).

FOTOGRAFIA 4 – (Verso) FOTO BIANCHI, Escola de Aplicação (Déc. 1920).



Fonte: Museu Campos Gerais (Ponta Grossa/PR)

FOTOGRAFIA 5 – FOTO BIANCHI, Escola de Aplicação (Déc. 1920).



Fonte: Museu Campos Gerais (Ponta Grossa/PR).

FOTOGRAFIA 6 – (Verso) FOTO BIANCHI, Escola de Aplicação (Déc. 1920).



Fonte: Museu Campos Gerais (Ponta Grossa/PR)

Nesse caso, Figura 5, o destaque ficou a cargo dos uniformes brancos vestidos pelas crianças e que suscitam os uniformes escolares do início do século XX, cujas perspectivas higiênicas permeavam os discursos educacionais do período e preconizavam o limpo, o puro e as práticas higiênicas na educação como salvação e norte para o futuro da nação brasileira.

Por fim, o último retrato abordado para esta análise apresentou um grupo de professores e professoras da Escola Normal (Figura 7). Nesse caso, o grupo se dirigiu até o estúdio a fim de registrar parte do grupo docente da Escola, representado por três professoras e seis professores. Aqui, também ficou evidente a escolha do fotógrafo pela disposição ordenada do grupo, com os modelos formando uma base menor – em relação aos modelos em pé.

Outro destaque desse retrato ficou a cargo da escolha pelas professoras sentadas, juntamente com um professor – possivelmente o mais jovem. Tal escolha nos permite pensar acerca das hierarquias presentes no espaço escolar, nesse caso, em relação aos docentes. De forma inconsciente ou não, tais escolhas nos levam a pensar quais os motivos levaram ao fotógrafo optar por esta configuração.

FOTOGRAFIA 7 – FOTO BIANCHI, Professores da Escola Normal (Déc. 1920).



Fonte: Museu Campos Gerais (Ponta Grossa/PR).

FOTOGRAFIA 8 – (Verso) FOTO BIANCHI, Professores da Escola Normal (Déc. 1920).



Fonte: Museu Campos Gerais (Ponta Grossa/PR).

Um outro ponto a se destacar em relação a este retrato diz respeito as motivações que levaram a sua produção. Assim como no caso dos retratos de alunos e alunas da Escola Normal, aqui se destaca o desejo de memória e eternização do grupo de professores e professoras da escola, um retrato que visava construir uma imagem do espaço escolar e que possuía funções de reconhecimento e legitimação desse espaço. Afinal, os retratos escolares correspondem a um tipo específico e numeroso de sua produção, resultado de uma demanda que cresceu paralelo as transformações da cidade e o aumento dos espaços de ensino no século XX (SOUZA, 2001).

Logo, conforme pontuou Inés Dussel, a análise de retratos escolares contribui para compreender a complexidade das imagens, questionar sua evidência visual, pensar sobre qual regime ela se torna uma fonte, problematizar como ocorreu sua produção e como ela produziu o social (DUSSEL, 2018, p. 325-327).

Assim, a análise dos retratos escolares possibilita a construção de um outro – ou novo – olhar para a cultura escolar ponta-grossense, uma vez que “permite identificar as recorrências e, por meio da sua percepção, a consolidação de uma imagem da escola construindo padrões de representação social e de iconografia” (ABDALA, 2013, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, após a análise dos retratos escolares da Escola Normal ponta-grossense na década de 1920, pontuo alguns aspectos importantes para encerrar a discussão. O primeiro deles diz respeito a produção dos retratos e as escolhas fotográficas, ficou evidente uma ordenação piramidal e poses fabricadas e orientadas pelo fotógrafo, aspectos que nos lembram o papel ativo do sujeito na produção das representações fotográficas e das influências da cultura fotográfica da época (MAUAD, 1996).

O que nos leva a um segundo ponto, pensar que os possíveis usos e a circulação dos retratos estava condicionada pela cultura e pelos desejos de consumo visual da sociedade ponta-grossense da época. Aqui, o que se enfatiza é o desejo pela produção dos retratos com o intuito de memória institucional – comum aos retratos escolares da época (SOUZA, 2001) – que visavam reafirmar a importância da Escola Normal na cidade e sua presença no interior paranaense (NASCIMENTO, 2008).

Também é possível pontuar tais retratos como objetos de consumo da época (FABRIS, 2004). Afinal, o retrato de estúdio aos poucos foi se tornando um artefato de comercialização entre os séculos XIX-XX, tornando-se um objeto de consumo raro e caro, que simbolizava o privilégio da preservação de um momento vivido e posado.

Por isso, um terceiro ponto que cabe destacar acerca dos retratos analisados é a condição destes enquanto objetos da cultura material escolar que nos dão indícios da cultura escolar e visual do período, afinal, nos permite pensar uma das muitas visualizações e concepções acerca da escola no período, assim como de que forma ela era percebida e representada por discursos visuais.

Por fim, quero pontuar os padrões de representação visual pautado em poses, encenações e hierarquias do espaço escolar, aqui concebidas como “normas regulatórias” (BUTLER, 2001) que nos indicam um “ideal performativo”, mas não um real cerca da Escola Normal do período (PERROT, 2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Rachel Duarte. **Fotografias escolares**: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895 – 1966). 2013. 314f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04112013-113939/pt-br.php>. Acesso em: 15 set. 2020.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

BARBOSA, Audrey Franciny. **Foto Bianchi**: retratos e representações visuais do escolar (Ponta Grossa, 1913-1943). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

DUSSEL, Inés. Escuela y cultura de la imagen: los nuevos desafíos. **Nómaditas**, n. 30, p. 180-193, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/noma/n30/n30a14.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

FABRIS, Annateresa. **Identidades virtuais**: uma leitura do retrato fotográfico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

MONTEIRO, Rosana. Cultura Visual: definições, escopo, debates. **Domínios da Imagem**, Londrina, Ano I, n. 2, p. 129-134, mai. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19306>. Acesso em: 15 set. 2020.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.

PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 13-40.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 15 set. 2020.

SOUZA, Rosa Fátima. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar**, Curitiba, n. 18, p.75-10, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602001000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 set. 2020.

MOLÉSTIA FISIOLÓGICA: AS INFLUÊNCIAS MÚTUAS DA MENSTRUACÃO SOBRE A PSIQUE FEMININA NA OBRA *ERÁRIO MINERAL* DE LUÍS GOMES FERREIRA NO SÉCULO XVIII

Gessica de Brito Bueno

Resumo: O objetivo dessa pesquisa é perscrutar por que desde a Antiguidade até por volta do século XIX a menstruação foi considerada um excremento impuro pelos doutos, se enquadrando na Teoria Humoral Hipocrático-Galênica, como também compreender, por meio da obra *Erário Mineral* (1735) de Luís Gomes Ferreira, por que o ciclo menstrual seria um fator primordial responsável por desencadear transtornos mentais nas mulheres, exercendo influência sobre o comportamento delas, onde os diagnósticos conferiam a presença da loucura mais em mentes femininas do que em masculinas, devido ao caráter maligno do sangue menstrual, e a mulher, sendo definida com uma moral desviada pela sua própria natureza, seria capaz de cometer assassinatos durante seu período menstrual.

Palavras-chave: Menstruação; Medicina; século XVIII.

O corpo feminino por muito tempo foi diabolizado, seu corpo e tudo o que ele produzia, em especial a menstruação, era considerado um poderoso veneno que poderia ser usado para cometer as piores atrocidades, a mulher era, de fato, classificada como o símbolo do desregramento sexual. A convicção sobre o senso de caráter e moralidade deturpada atávica da mente feminina não foi exclusivo do período do setecentos, ela perdurou, até onde se pode verificar nas fontes históricas, do século IV a.C. até por volta do XIX, período onde se produziu inúmeros textos médicos, hoje tratados como fontes documentais escritas (FERREIRA, 2002, p. 444). A ideia de que as mulheres são volúveis, perigosas, de vontade fraca, demonstrando ser de uma natureza misteriosa e incontável pelo fato de menstruarem, vem desde a Antiguidade, visto que, o conceito acerca da fisiologia feminina começou a ser elaborado pelo médico grego Hipócrates (460 a. C). O comportamento, a sexualidade e o fenômeno da menstruação feminina passariam, a partir de então, por diversas compreensões históricas, por meio desse corpo perigoso, a medicina iria explicitar-se na construção da vida coletiva (VIEIRA, 2002, p. 14). Dessa forma, é impossível não deixar de notar a obsessão com as mulheres por mais de dois mil anos, e essa fixação pela natureza feminina viria a se tornar um estágio refinado da patologização delas no século XIX (DEL PRIORE, 1993, p. 218).

O manual de medicina *Erário Mineral* (1735), escrito pelo cirurgião-barbeiro português Luís Gomes Ferreira, fornece relatos imprescindíveis acerca do cotidiano das mulheres em Minas Gerais, a partir deles é possível discutir sobre a menstruação feminina e sua relação com a loucura, o que leva a compreensão de vários aspectos do processo de construção da imagem da mulher durante o desenvolvimento de nossa civilização. O corpo feminino se tornou pauta para julgamentos sociais ao longo da história humana, esses assentados em superstições, em teorias formuladas por homens doutos, filósofos, anatomistas, como também pelo imaginário popular. Contou, também, com teorias e demonstrações científicas, no qual houve uma legitimação da ideia de que a loucura ocorreria, em muitos casos,

na mulher, e o seu ciclo menstrual seria um fator primordial responsável por desencadear esse transtorno mental, fazendo da mulher um ser inferior ao homem por sua estrutura “natural” e natureza patológica de degeneração hereditária (HARRIS, 1993, p. 218).

A medicina do século XVIII herdou a tradição médica da Antiguidade, que estava pautada na teoria dos “humores corpóreos”, uma vez que, esses determinariam “o temperamento e sua relação com a saúde e doença”. Esse discurso terapêutico foi elaborado por Hipócrates, no qual produziu diversos tratados que constituem o chamado *Corpus Hippocraticum* ou *Coleção hipocrática*. É seguro dizer que, de acordo com as historiografias mais recentes, posterior aos seus escritos, vários autores ao longo de 400 a 450 a. C. se apropriaram e acrescentaram suas considerações acerca da teoria, visto que, elas também podem ser encontradas na obra do conhecido médico grego Claudio Galeno (129-199 d.C.) que teria as embebido e acrescentado mais alguns aspectos à teoria (MARTINS; SILVA; MUTARELLI, 2008, p. 9-10).

Destarte, o Modelo ou Teoria Humoral de Hipócrates (V a.C.) afirmava ser a doença decorrente do desequilíbrio ocasionado entre os quatro elementos, sendo esses bile, melancolia, sangue e fleuma (COELHO, 2002, p. 156). Assim, embora a doutrina Hipocrática tenha concebido a doença como uma etiologia natural, desconheciam o conceito de nosologia e, logo, entendia-se que a doença era causada por desequilíbrios de fluídos internos do corpo, se devendo ao fato de que, ao avaliar os doentes, os médicos inspecionavam mais os líquidos do que os sólidos, retardando, assim, o conhecimento das estruturas e funcionamento interno corpo, que viria a ser permitido perscrutar já por volta do final do século XVIII e início do XIX. De fato, a obra de Andreas Vesalius *De Humani Corporis Fabrica* publicada em 1543 foi ousada demais por criticar nomes tão respeitados como o de Galeno, e Portugal, adepto às tradições clássicas, demorou a adequar-se aos novos moldes da ciência moderna. Contudo, esse foi o momento pelo qual a medicina começou a inovar-se, em conjunto com o estudo da fisiologia humana, posto que, até então os princípios tomistas empunhavam obstáculos epistemológicos ao desenvolvimento das ciências físicas, onde essa não poderia estar acima do estudo teológico (ABREU, 2011, p. 19).

Ao abordar sobre a terapêutica que rege a ciência médica, percebe-se que o corpo feminino, desde o início, foi tratado como objeto da medicina, essa, por sua vez, com seu discurso incisivo, se apoderou de seu corpo, determinando os temas, reduzindo-a a um animal de laboratório cuja condição biológica a leva a ser medicada (Ibidem, 2002, p. 15). O que se sabe é que Hipócrates foi o primeiro a analisar o fenômeno da menstruação, e como na época não era possível examinar cadáveres humanos, ele imaginava que o útero era formado por “inúmeras subdivisões e saliências, e que o seu interior contivesse tentáculos e ventosas” (CARVALHO; FALKENBACH, 2009). À vista disso, afirmações como essas contribuíram para teorias do achismo, tendo em evidência que se constituiria como alicerce para os padrões de normalidade científica pelos próximos séculos, portanto, o discurso legítimo sobre a identidade feminina (Ibidem, 2009).

Nesse ínterim, a menstruação feminina se adequa à Teoria dos Humores, mas como teria se dado essa relação? Segundo Porter e Vigarello (2008, p. 443), “Não é aberrante fazer do “estado” dos fluídos, indícios do “estado” do corpo”, ou seja, a comparação da menstruação como excremento ou fluido venenoso é devido ao mistério no interior dos corpos, que só examinava os líquidos dos enfermos, delegando, nesse caso, à mulher, uma espécie de doença incurável que a acometia. O sangue estando entre os quatro elementos, se constituía como um excremento e excesso de humor corporal, o que não seria difícil para os médicos se convencerem de que o sangue menstrual se apresentava como um desequilíbrio exclusivo da mulher, visto que, esse mesmo sangue alterava os ânimos e espíritos do enfermo, sinais que afirmam ocorrer quando as mulheres reclamavam pela falta da menstruação. Assim, os discursos acabam por confirmam o aspecto psicológico na teoria humoral (Ibidem, 2008).

O aspecto psicológico na teoria humoral foi acrescentado e abordado por Galeno, no qual afirma que os temperamentos determinariam as disposições e alterações de personalidades nas enfermas, levando, até hoje, a alcunha “temperamental” ser designada a uma pessoa que apresenta algum desequilíbrio de humor, uma denominação, principalmente, voltada para as mulheres (Ibidem, 2008).

O corpo feminino, nas sociedades em geral, enxergava o corpo da mulher como uma fonte séria de poluição, onde homens desenvolveram procedimentos necessários para sua purificação. Segundo a historiadora Ana Maria Colling, para Aristóteles (385-323, a.C.) “o primeiro desvio é o nascimento de uma fêmea”, e, em suas declarações, ele define diversas características do corpo feminino, delegando-o à inferioridade, numa analogia aos corpos masculinos (COLLING, 2015, p. 186). Seus corpos, eram, então, vistos como uma enorme esponja macia que absorve o sangue menstrual, e se esse sangue não for usado para a reprodução, poderia causar problemas gravíssimos a elas (LASKARIS, 2002, p. 184). No tratado de Hipócrates chamado *A Doença das Virgens*, ele já descrevia as alterações de comportamento, “alucinações e os delírios resultantes da retenção de fluxo menstrual, os mesmos relatados por Platão, Aristóteles e Plínio” (VALADARES *et al.*, 2006 p. 120).

A medicina e psiquiatria do oitocentos viria a absorver essas teorias, culminando na adequação de um quadro mental em que a mulher seria diagnosticada com inclinação para o mal, como também avaliaram como uma doença ou transtorno exclusivo da mulher, por sua própria natureza corruptiva que era advinda do útero (Ibidem, 1993).

Nas experiências do cirurgião português Luís Gomes Ferreira (2002), em sua obra *Erário Mineral* (1735), Ferreira admite ter presenciado na colônia um homem que ficou sem juízo após ter experimentado do sangue mensal de uma mulher. Provavelmente uma coincidência muito pontual, porém bem conveniente para descrever os danos terríveis que se fazem a menstruação. O comportamento das mulheres quando não lhe vinham a conjunção era, muitas vezes, associado à histeria¹, uma vez que o sangue menstrual acaba por assumir o protagonismo sobre diversas moléstias, o fluido poderia causar doenças tanto nela quanto em quem entrasse em contato com seu excremento venenoso. Elucida-se uma leitura religiosa, em que a medicina se ampara, ao visualizar seu corpo como um veículo que incorpora o mau, senão, é o próprio mau, e é a intermediária da histeria (BOLLAS, 2000).

Nas colônias mineiras do Brasil no setecentos, obviamente, cabe ressaltar que os diagnósticos médicos, embora destinados às mulheres em geral, havia, notadamente, a leitura feita para as mulheres caucasianas, como por exemplo, das camadas mais elevadas e também as mais pobres e havia a leitura feita às mulheres negras escravas. À essas últimas, cabia um discurso de cunho mais severo e desumanizador, sujeitas a exploração sexual, cujo empecilho relacionado a sua raça/cor as delimitavam e as condicionam à luxúria e impudicícia. Destarte, nos relatos do cirurgião português Luís Gomes Ferreira (2002), segundo Dias (2002) percebe-se que tanto as mulheres caucasianas, mulatas, como as mulheres negras são diagnosticadas com insanidade pela falta da conjunção, pois essa determinaria seu equilíbrio físico, impedindo-as de desenvolverem a histeria. Assim sendo, construiu-se uma “especificidade da condição feminina diante da loucura” (DEL PRIORE, 2004, p. 340). A estrutura física e mental da mulher, no entendimento lusitano estava intrinsecamente entrelaçado, pois seu corpo frágil sendo delicado seria mais facilmente atravessado pelas doenças, oposto ao do corpo masculino (Ibidem, 2004).

Gomes Ferreira em seu tratado “se o sangue menstrual é venenoso e que danos faz”, afirma que viu um homem ficar louco e sem juízo após comer do sangue mensal de uma mulher, e, logo depois, veio a falecer (FERREIRA,

¹ As manifestações da histeria são múltiplas, de modo que seus sintomas podem ser observados na maioria das enfermidades, tais como febre, dores, sensações estranhas, espasmos, incapacidades funcionais, exacerbação das funções, uma vez que essa doença foi chamada de “a grande imitadora”. Por muito tempo a histeria foi considerada um padecimento exclusivo das mulheres, onde o seu nome de origem derivaria de *hystera* (em grego) =útero, matriz. (RAMADAM, 1985, p. 5-6).

2002, p. 688). A crença de que a mulher tinha uma moral desviada é devido ao funcionamento particular de seu corpo, esse poderia apresentar manifestações de seu gênero, com consequências que poderiam levá-las a fazerem mal aos homens, mesmo matá-los intencionalmente (Ibidem, 1993).

A mulher, com moral desvirtuada, agiria sem nenhuma obrigação ou sentimento de culpa frente as “regras” que regiam a sociedade, e em Minas Gerais, onde o saber de senso comum auxiliava na explicação de diversos fenômenos, o saber coletivo, construído ao longo dos séculos, contribuiu com sua bagagem empírica acerca do comportamento das mulheres, onde entraria em discussão a histeria feminina e a sexualidade delas (CUNHA, 2010). Segundo o historiador e filósofo Michel Foucault (1972) a loucura é como um personagem ou um conceito que muda conforme o contexto e sua época, e, no caso do século XVIII, ela assumiria como uma força insana, muitas vezes, provida da desrazão feminina, onde a mulher se sentiria inferiorizada em relação ao homem, uma vez que, a ciência médica teria delegado a esse corpo tantas desastres biológicos decorrentes de sua natureza.

É importante perceber, então, que a relação entre loucura e crime, atrelados a natureza da mulher, estava caminhando paulatinamente, e iria atingir um importante momento no período do oitocentos, quando os psiquiatras passam a diagnosticar as mulheres com “mentes criminosas” (Ibidem, 1993, p. 12).

1. QUANDO O ÚTERO FICOU HISTÉRICO

A análise entre crime e loucura associado à mulher deve começar pelo aparecimento da chamada Histeria, e não é fato inédito e sem propósito que ela aparece nas fontes documentais do setecentos e oitocentos, visto que ela começou a ser documentada desde o século IV a. C. Desde a Antiguidade “a origem da doença é atribuída ao útero, que também lhe empresta seu nome (*hystera*, “útero” em grego). Daí concluímos que ela é, desde o começo, atrelada à condição feminina” como também foi estudada apenas por homens. Assim, esses dois fatos serão primordiais para a classificação e tratamento da histeria nos próximos dois mil anos (CAVALCANTE, 2017).

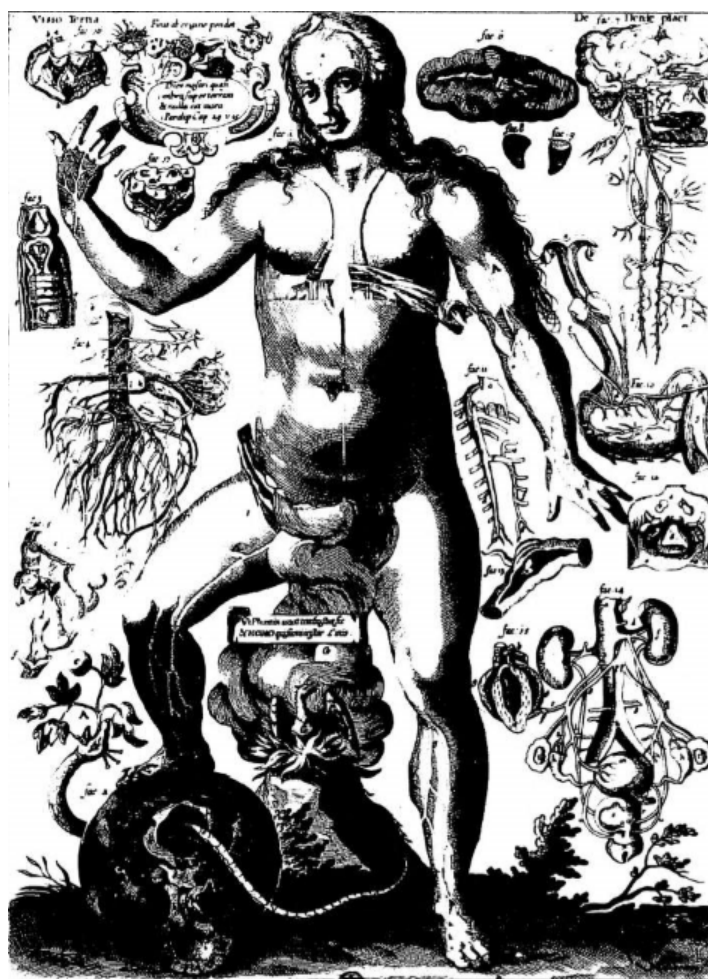
Segundo a Historiadora Mary Del Priore (2004) os médicos do setecentos se apropriaram das concepções dos doutores clássicos retomando suas teorias acerca do útero feminino e sua curiosa independência, ou seja, o útero da mulher é considerado um animal com vontades próprias, tendo a capacidade de se deslocar dentro do corpo da mulher, causando sintomas histéricos nela como desmaios, catalepsia e falta de ar. A mulher seria ordenada pela genitália, se tornando um monstro e uma eterna enferma, vítima de melancolias e de males maiores como a histeria e a ninfomania.

Nisto, a menstruação é a chave para muitas de suas respostas, pois, ela seria responsável por equilibrar físico e psicologicamente a mulher, livrando-a desses terríveis e contínuos acidentes, bem como, o homem seria sua causa eficiente, pois ocuparia um lugar essencial na saúde da mulher, uma vez que, por meio dele, haveria a procriação (Ibidem, 2004, p. 84). Para além disso, a sexualidade feminina é discutida quando se trata da histeria, desde a Roma Antiga Galeno (129-199 d.C.) relatou em de seus tratados que a histeria se manifestava entre mulheres que passavam por abstinência sexual, ou seja, a falta do sexo acumularia o “esperma feminino” envenenando o corpo feminino, o que ocasiona o desequilíbrio dos humores (Ibidem, 2017).

Na Idade média a histérica passa a ser vista como uma mulher dominada pelo demônio, justificativa suficiente para designá-las, muitas vezes, como bruxas, praticando exorcismos para livrá-las desse mal, como também, às sentenciando a morte na fogueira. No século XVII há uma retomada da discussão e a histeria é explicada pela ocorrência de vapores que circulam dentro do corpo. Se antes acreditavam que esses vapores passavam pela circu-

lação sanguínea, agora acreditavam ser pelos nervos, e eles iriam influenciar na fermentação do esperma feminino, liberando vapores histéricos. Mas, curiosamente, somente os vapores femininos chegariam ao cérebro explicando a incidência mais em mulheres do que em homens. Portanto, o útero ganha a sua exclusividade como causador da doença, trazendo, a partir do momento, o cérebro para a discussão (Ibidem, 2017). Segue a ilustração feita pelo anatomista Johann Remmelin (1619) acerca da constituição biológica feminina.

Figura 1: Ilustração do anatomista Johann Remmelin, 1619, Universidade de Iowa



Quando o assunto chega no século XVIII, a origem das “doenças dos nervos” se volta para o cérebro, quaisquer que fossem as reações ou manifestações excessivas fora do “normal” e da moral, eram considerado histeria. Para detectar uma mulher histérica bastava conferir alguns comportamentos e atitudes desviantes, que iam desde não se ajustar a imagem ideal de mãe, ser aplicada assiduamente aos estudos e não aos filhos, alucinações, sensibilidade nos sentidos, enfraquecimento da atenção, indiscreto fundo erótico em suas falas, profunda perversão na afetividade, entre outros muitos sintomas (Ibidem, 2004, p. 328). Muitas mulheres foram, assim, diagnosticadas como histéricas por atitudes que eram condizentes com o modelo criado pelos médicos para descrever uma pessoa sob essa influência dos vapores.

2. QUANDO A MATRIZ É CRIMINOSA

Em *Erário Mineral* (1735), diversas vezes Gomes Ferreira (2002) alerta acerca da maldade das mulheres com seu sangue menstrual, poderiam fazer mal a um homem estando menstruada ou com o seu próprio sangue daria ao homem para comê-lo, na intenção de possuir seu afeto ou mesmo assassiná-lo. A leitura é explícita o suficiente para indicar que essas atitudes ocorriam de forma repetida a até ritualizada, descrevendo-as como bruxas ou feiticeiras. Para além disso, no setecentos as mulheres negras escravas já eram encaradas como seres animais, onde o corpo da mulher negra com supostas características zoóides aproxima-se “do animal ou até confundindo-se com ele” (BRAGA, 2011, p. 6) já recebe o julgamento por sua cor de pele e, assim, quando “não raro, recorriam à fuga, ao suicídio e ao assassinato” (MOTT, 2013, p. 62), para livrar filhos, irmãos e a si próprias da escravidão, eram encaradas como seres sem alma ou sentimentos.

É fato que “o sobrenatural² povoava o imaginário do século XVIII” (CUNHA, 2010, p. 285), seja médicos, curandeiros ou a população compartilhavam da crença de que a doença era um castigo de Deus, o desequilíbrio dos fluidos corporais ou humorais era advindo do mal, onde o sangue menstrual foi considerado um líquido nocivo, utilizado por mulheres depravadas para uso de feitiço e para provocar a morte de alguém, ao passo que a percepção social, que engloba várias categorias ou estratos sociais, parecem compartilhar dos mesmos significados sobre o corpo feminino, concebendo-o como receptáculo maligno e doentio. As opiniões estavam envolvidas numa incerteza sobre as propriedades de seus “poderes ocultos”, pois um homem envenenado não poderia digeri-lo, mas recomendava-se esse fluido para retirar sinais de nascença de crianças (Ibidem, 2010). Para o bem ou (muito mais) para o mau, o imaginário coletivo incorporava um mito que seria difícil debatê-lo e faria da mulher um agente maligno assassino. O historiador da medicina Charles Rosenberg (1992) discute sobre a interação complexa entre o biológico e o social, onde as doenças são forjadas historicamente, assumindo, assim, uma verdade dentro de um contexto social.

O medo baseado em superstições, então, fez com que os médicos setecentistas as caracterizassem como feiticeiras e assassinas, sendo que, no interior das colônias mineiras, quando ocorriam mortes em que um homem vinha a falecer e não se encontrava a causa, muitas opiniões, seja médica ou de cunho popular, reforçaram a presença de feitiços³ feitos por mulheres que se utilizavam de seu sangue menstrual. Alguns dos sintomas que as “vítimas” apresentavam antes eram, pois, “inchaços, impotência sexual (ligamento), entre outros, que minavam o corpo, a mente e o comportamento das vítimas” (NOGUEIRA, 2012, p. 267).

As mulheres caucasianas que moravam nas colônias estavam confinadas a esfera do privado sendo empurradas para a depressão, melancolia e luxúria, e, frequentemente, suas atitudes seriam questionadas pelo gênero masculino. As escravas estavam sujeitas a inúmeros abusos dentro e fora da casa grande, negras e pardas prestavam serviços no interior das vilas e campos, sejam em boticas como também nas casas de prostituição, e, assim, formavam “subculturas homossexuais” num ato de proteção e acolhimento entre elas, um comportamento que, embora

² A crença na eficácia da astrologia e sua prática se mantiveram em Portugal por muito tempo [...], crença essa que não era apenas cultivada na corte, mas também entre os estratos mais populares da sociedade portuguesa e, consequentemente, na colônia mineira. A astrologia, a numerologia, conceitos como microcosmo, a consideração de certos fatos no universo serem mágicos consiste em acreditar que o cosmo é um todo e está em sintonia com os demais, ou seja, toda a natureza e o corpo humano. Dessa forma, há a garantia de ocorrerem fenômenos ocultos, onde depositam a fé em rezas e coisas parecidas. (BELLINI, 2016, p. 105, 112).

³ O termo *feitiço* pode ser encontrado na documentação de Gomes Ferreira (1735), *Erário Mineral*, onde ele faz menção a muitos males e sintomas causados por ação de bruxas e mulheres depravadas. Acreditava-se que bruxas manipulam as forças sobrenaturais para fins maléficos, como enganar homens, envenená-los ou possuir seu afeto, utilizando-se de seu sangue mensal, seja dando-lhes de beber ou usando em algum composto (FERREIRA, 2002).



corresse risco de ser punido, no Brasil colonial, nenhuma teria sido queimada viva, conforme a legislação, mas foram repreendidas e ameaçadas, taxadas de desviantes. Condutas e atitudes como essas, que envolviam a atividade sexual, eram compreendidas pelos homens como uma profunda perversidade afetiva, diferente do padrão moral esperado por elas. Logo, suas ações seriam anormais, considerando que o plano ético estaria em risco, as mulheres históricas, seriam, portanto, potencialmente criminosas, sendo manipuladas por sua matriz (Ibidem, 2004).

Segundo o historiador, filósofo e teórico social Michel Foucault em sua obra *O nascimento da clínica* (1977), os países ocidentais no final do século XVII se depararam com dispositivos da medicina que tratam da sexualidade e da reprodução, a medicina foi instrumento de penetração na sociedade e desenvolveu um papel político na prática social, delimitando as ações e protagonizando o novo projeto de controle social. A doença passou a ser vista como uma causa de desorganização e de mau funcionamento social, e o médico passa a assumir o papel de educador moral e dos costumes. A mulher retorna, ou melhor, continua a ser o objeto de saber médico, que provavelmente nunca deixou de ser. Áreas como “a higiene, a psiquiatria e medicina legal” são áreas que foram trazidas para participar do discurso disciplinador (Ibidem, 2002).

Posteriormente, os doutores do oitocentos as diagnosticaram por seus acessos ocasionais de confusão mental, movidas por motivos, muitas vezes, sentimentais ou emocionais, onde as condicionariam a um quadro específico de comportamento exclusivo delas, devido aos seus intensos vapores maléficos. Assim, esses aspectos definiam o delito da autora do crime garantindo-lhe a absolvição. Os investigadores iriam tratar as mulheres assassinas como agentes irresponsáveis, acentuando o aspecto de distúrbio histórico, “associando um quadro de irresponsabilidade a uma descrição mais ampla do ciclo vital biológico feminino”. Os documentos analisados pelos investigadores eram cartas, diários em que haviam “declarações pessoais de desespero, do ciúme e da raiva”, declarações que as mulheres usavam para justificar a “insanidade temporária” que as fizera agir com violência e brutalidade. Seria difícil para os médicos, então, “traçar limites entre paixão e doença”, entre sentimento e impulsos mórbidos, como também, os jús teriam de examinar o caráter das acusadas, levando em consideração todos esses elementos (Ibidem, 1993, p. 230).

O fato interessante, no dezenove, é que a resolução dos casos ou crimes que envolviam a mulher como autora do homicídio acabavam por considerar, então, a histeria como personagem principal de manipulação da mente feminina, assim, quando as mulheres apresentavam “tendência a soluçar, indisposição para comer ou um caráter mercurial”, ou seja, inteligência, animação, raciocínio rápido, sujeita a mudanças repentinas e imprevisíveis de humor, “poderia afastar qualquer motivo aparentemente doentio e ao mesmo tempo significar que o indivíduo não era perigoso ou merecia castigo” (Ibidem, 1993). Embora reconhecendo a anormalidade feminina, os médicos acabavam por decidir que nenhuma mulher era irresponsável, sempre expressando seu horror pelas suas ações nos relatórios, descrevendo-as como repugnantes e perigosas. Muitos diagnósticos afirmavam tanto que as disposições históricas estavam “associadas a distúrbios instintivos ou deficiências mentais” como também poderia ser um estágio de loucura temporário. De todo modo, os aspectos orgânicos femininos irão qualificá-las por meio das referências da lógica médica.

As mulheres, no período do dezoito e dezenove, que apresentassem emoções exageradas, curiosidade acerca de sua sexualidade eram diagnosticadas como um ser que estaria sendo manipulado por um animal que morava dentro delas, que dominava seu cérebro, elas obedeceriam aos instintos servilmente, onde seriam capazes de matar e mentir dissimuladamente, uma vez que, possuiriam um caráter perverso pela sua própria natureza (Ibidem, 1993, p. 247-249).

Os estudos sobre a fisiologia desvendaram os “mistérios” relacionados a constituição feminina, principalmente em relação a menstruação. Contudo, o século dezenove estabelecerá restrições temíveis e coercivas, onde as mulheres consideradas saudáveis seriam aquelas que abdicasse de relações sexuais extraconjugais, da masturbação e da prostituição, que significavam doenças (Ibidem, 2002).

BIBLIOGRAFIA

Livro

ABREU, Jean Luiz Neves Abreu. **Nos domínios do corpo**: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Editora FIORUZ, 2011.

BELLINI, Lígia. **O grande fulcro: representação do corpo e cultura médica no Portugal renascentista**—São Paulo: Editora Unifesp, 2016.

BOLLAS, Christopher. **Hysteria**. Tradução de Monica seincman. São Paulo: Escuta, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. (Org) Carla Bassanesi. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Editora Perspectiva. 1972.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1977.

HARRIS, Ruth. **Assassinato e loucura**: medicina, leis e sociedade no fim do século. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

RAMADAM, Zacaria Borge Ali. **A histeria**. Série princípios. São Paulo: Editora Ática S.A, 1985.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

Capítulo de livro

COELHO, Ronaldo Simões. O Erário Mineral divertido e curioso: a arte de curar. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condições femininas, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Brasília, Rio de Janeiro: EdUnB, José Olímpio, 1993. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/5727835a27d4bd23efdf7b87/1462207323311/13_Dantas%2C+Maria+Libano+de+Rezende.pdf. Acesso em: 1 mai. 2020.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sertões do Rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento -1710-1733. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

FERREIRA, Luís Gomes Ferreira. Tratado I: da cura das pontadas pleuríticas e suas observações. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

LASKARIS, Julie. Error, loss, and chance in the generation of therapies. In: SCARBOROUGH, John; VAN DER EIJK, Philip J.; SIRAI, Ann Hanson Nancy (Org.). **Hippocrates in context**. v. 31. Boston: Brill Leiden, 2002. p. 173-189. Disponível em: <https://brill.com/view/book/edcoll/9789004377271/BP000011.xml>. Acesso em: 3 mai. 2020.

PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. Corpo, saúde e doenças. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo**: Da Renascença às Luzes – v. I. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

Artigo de periódico

CAVALCANTE, Thaís Jamyle Pinheiro Dionísio. **Histeria**: da antiguidade ao século XIX. EPP. 2017. Disponível em: <https://www.apscanalise.com/index.php/blog-psicanalise/48-artigos/593-histeria-da-antiguidade-ao-seculo-xix>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CARVALHO, Fabiana; FALKENBACH, Atos Prinz. O histórico da menstruação e sua relação com a saúde da mulher. **Revista Digital**, Buenos Aires, Año 14, n. 135, ago. 2009. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd135/menstruacao-e-saude-da-mulher.htm>. Acesso em: 2 jun. 2020.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/34170/18208>. Acesso em: 8 jul. 2020.

CUNHA, Luciola de Lima. **Erário Mineral**: práticas curativas no Brasil do século XVIII. 2010. Disponível em: http://www.utp.br/historia/revista_historia/numero_4/PDFS/Luciola.pdf Acesso em: 1 mai. 2020.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **R. Historia**, São Paulo, 120, p. 85-96, jan./jul. 1989. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/18594>.

NOGUEIRA, André Luís Lima. Doenças de feitiço as Minas setecentistas e o imaginário das doenças. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 259-278, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/12.pdf>.

ROSEMBERG, Charles. **Explaining epidemics and others studies in the history of medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/12.pdf>.

VALADARES, Gislene C. *et al.* Transtorno disfórico pré-menstrual revisão: conceito, história, epidemiologia e etiologia. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 117-123, 2006. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?>.

Artigo publicado em anais eletrônicos

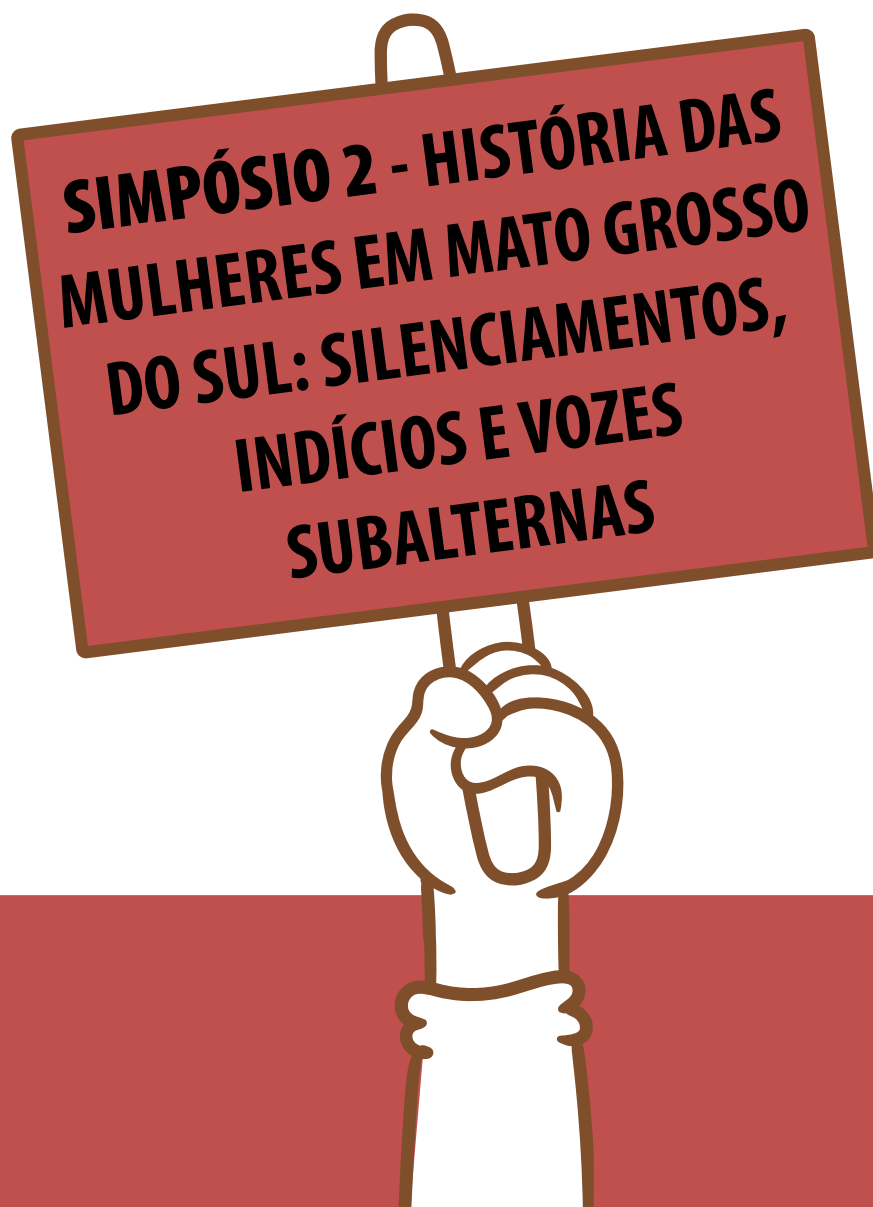
BRAGA, Amanda. Dispositivos de uma beleza negra no Brasil. **Silel**, Uberlândia, Edufu, Anais, v. 2, n. 2. 2011. Disponível em: <http://desejante.files.wordpress.com/2013/10/beleza-negra.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Artigos publicados em websites

MARTINS, L. ALC.P.; SILVA, P. J. C.; MUTARELLI, S. R. K. A teoria dos temperamentos: do *corpus hippocraticum* ao século XIX. **Memorandum**. 2008. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a14/martisilmuta01.pdf>.

Documento iconográfico

Ilustração do anatomista Johann Remmelin, 1619, Universidade de Iowa. Imagem: **Anatomia feminina**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=1qMqDAAAQBAJ&pg=PA56&lpg=PA56&dq=johann+remmelin+-foi+um+anatomista&source=bl&ots=Em2-8MDsIE&sig=ACfU3U0K8vUmKqmye5Twzz3IA-L6aOFwOA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjU2ImlmLToAhVXhrkGHdVwCagQ6AEwAXoECAoQAQ#v=onepage&q=johann%20remmelin%20foi%20um%20anatomista&f=false>. Acesso em: 10 mai. 2020.



EMANCIPAÇÃO E MOVIMENTO FEMINISTA EM MATO GROSSO DO SUL DE 1994 A 2015

Ana Clara Camargo de Souza¹

Resumo: Esta pesquisa demonstra a emancipação feminina em Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1994 a 2015 ocorreu de forma lenta e intermitente. Mas evidências apontam que as mulheres se tornam cada vez mais conscientes de seus direitos, sobretudo, influenciadas pelo movimento feminista que a cada nova década vem ganhando novas nuances e em função da luta pela igualdade de gênero. Os resultados desse movimento mostram que as mulheres conseguiram ampliar seu espaço de atuação no mercado de trabalho e no cenário político. Esta pesquisa mostra a importância dos movimentos sociais e suas consequências e romper fronteiras sexuais, estereótipos e a emancipação feminina nos espaços de poder, buscamos despertar o interesse e o debate intelectual por temas como gênero, movimento social e relação de poder nos espaços públicos e privados.

Palavras-chave: Mulheres; Relações de poder; movimento social.

Este presente artigo foi resultado do programa institucional de bolsas de iniciação científica modalidade avançada realizado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na graduação em História, na qual fui orientada pela professora Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues, na qual me proponho a analisar a trajetória da emancipação feminina a partir do ano de 1994 marcado para os estudos de gênero, o ano na qual ocorreu a Convenção Interamericana de Belém do Pará em que tinha como maior objetivo discutir a violência contra a mulher e definir quais mudanças deveriam ser tomadas para erradicar e punir a violência de gênero.

O objetivo principal desta pesquisa é demonstrar que a emancipação feminina em Mato Grosso do Sul, entre 1994 e 2015, influenciado por ideais, ações e conceitos produzidos e impulsionados pelo movimento feminista. Embora existam poucos estudos relacionados a temática para esta região, acredito ser de extrema relevância conhecer os diferentes níveis de atuação das mulheres engajadas com o movimento feminista e com as lutas pela emancipação das mulheres. Entretanto, muitas conquistam sua emancipação econômica, política e social sem estarem engajadas ao movimento, enquanto outras tem conseguido galgar postos de comando e espaços na política justamente porque fazem parte do movimento feminista.

A Convenção Interamericana de Belém do Pará tinha o intuito de prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, neste mesmo evento foi validado que a violência contra a mulher viola os direitos humanos e as liberdades fundamentais, é ressaltado a preocupação que ofende a dignidade humana da mulher e que qualquer violência contra ela configura-se como desigualdade de gênero. A violência passa por todos os setores da sociedade, não há distinção por raça, grupo étnico, cultura, nível educacional, idade ou religião. Essa convenção foi fundamental para tratar da prevenção, erradicação e punição para toda e qualquer forma de violência contra a mulher, na qual os Estados contribuíram de forma positiva no compromisso de proteção dos direitos das mulheres.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso do sul. Mestranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados

Fica provado que a violência contra a mulher abrange a violência física, psicológica e sexual ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou qualquer relação interpessoal, que o agressor compartilhe ou não, fica considerado violência contra as mulheres então, o estupro, maus tratos, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, cometida por qualquer pessoa. A mulher tem como direito ser livre da violência nos espaços públicos e privado, segundo o artigo 3 fica reconhecido o direito a sua vida, integridade física, mental e moral, liberdade e segurança pessoal, a não ser submetida a tortura, respeito a dignidade inerente a sua pessoa e que proteja a sua família.

Sabe-se que o movimento de mulheres no país chega ainda no século XIX, no entanto, é apenas no século XX que elas vão ganhar destaque, alguns dos fatores principais que as une é a disparidade salarial, a submissão aos pais e maridos, o não direito ao voto e mais tarde a ditadura militar. Quando no século XX as sufragistas se organizam e fazem atos pelos país ganham proeminência e cada vez mais apoiadoras, na qual ao se identificarem segundo as demandas reproduzem o seu descontentamento dentro do lar, o período na qual há a maior efervescência do movimento feminista acontece na década de sessenta quando o movimento hippie ganha notoriedade e ocorre no país grandes mudanças sociais, econômicas e culturais. Conforme aponta Rodrigues (2016) as mulheres acompanharam de perto o movimento de colonização e ocupação dos espaços em Mato Grosso do Sul, este, na qual faz divisa com a Bolívia e o Paraguai.

Com a abertura do mercado na reestruturação pós guerra as mulheres adentram o mercado de trabalho com maior evidência, elas além de grande número de trabalhadoras também passam a ser principal modelo de representação para o setor de marketing, isso se dá principalmente pela independência financeira conquistada, onde o mercado industrial passa a ver como consumidoras neste momento e investem nessa oportunidade em grande parte dos setores. O movimento feminista se tornou mais contundente no Brasil a partir dos anos 60 e 70 do século XX. Embora a maior parte deste período o país estivesse mergulhado na ditadura militar, as mulheres lutavam pelo fim do regime imposto e pela emancipação feminina.

Enquanto nos grandes Estados e capitais do país a mulher passa a ter demandas no mercado de trabalho, inserção nas universidades e especialização, nos interiores essa mudança acontece de modo mais pacato. Os primeiros movimentos de mulheres em Mato Grosso do Sul se dão impulsionado por mulheres da elite que tiveram a oportunidade de ir estudar nas capitais ou se não por aquelas que foram morar fora do país, ao retornarem deram início junto a outras mulheres a esses movimentos. Entre as profissões que mais se constata a emancipação feminina através dos movimentos sociais são advogadas, assistentes sociais e psicólogas, são elas que estarão ocupando os espaços nas prefeituras, partidos políticos e que serão as pioneiras em reunir grupo de mulheres.

Com o incentivo na luta do movimento feminista as mulheres adentraram o espaço político, esse movimento começou a partir de 1932 quando as mulheres conquistaram o direito ao voto, no governo de Getúlio Vargas, após algumas décadas o direito a serem candidatas. O ingresso na universidade se tornou um processo consequente diante das participações das mulheres nos espaços públicos, esse espaço foi negado a elas durante muito tempo pois os homens reproduziam a ideia de que as mulheres eram emocionais demais enquanto eles eram movidos pela razão. O pensamento machista e as atitudes movidas pela sociedade patriarcal faziam com que homens ditassem que dentro de casa as mulheres cumpririam somente as funções domésticas, por isso, não era necessário à sua presença dentro das universidades. Era fora de questão nesse momento a ideia da autonomia da mulher.

As mulheres juntas somaram forças e deram início aos movimentos sociais, que surgiram principalmente dentro das Universidades e partidos políticos, formaram grupos, associações, organizaram manifestações, congressos e debates, alcançando um relativo espaço na imprensa e dando visibilidade a suas reivindicações.

Diante do início do século XXI percebe-se a maior ocupação de espaços públicos entre as mulheres, isso se dá principalmente pelo desenvolvimento econômico que faz com que necessite de maior mão de obra e foram as mulheres que ocuparam esse espaço, assim como a participação nas universidades e cursos profissionalizantes. Vale ressaltar que quando as mulheres adentram o mercado de trabalho foi cobrado dela a responsabilidade da sua boa atuação além de não deixar de lado as funções domésticas e o cuidado para com sua família, cumprindo assim funções duplas a triplas. O ponto inicial para a emancipação feminina segundo os dados analisados se dá a partir da conquista da independência financeira, na qual, as mulheres sentem-se mais livres já que é comum dentro do lar toda a responsabilidade monetária ficar a cargo dos homens segundo o patriarcalismo.

Por séculos as mulheres foram influenciadas principalmente por sua família a escolha do matrimônio e a aprender sobre as funções domésticas, o estudo das mesmas era algo controlado pelos seus pais, pelas escolas que seguiam a mesma linha de conservadorismo que a igreja, por isso, era comum escolas somente para meninas e também colégios dirigidos por freiras e padres já que o conteúdo era diferente para meninas e meninos, as meninas tinham aula de português, matemática, conhecimentos específicos sobre história, geografia, no entanto, algo bem raso não havia grandes aprofundamentos acerca das disciplinas. Já os meninos eram preparados para seguirem a carreira acadêmica e o estímulo aos estudos.

O movimento hippie possuía uma ideologia de modo de vida alternativa, com um slogan marcantes como “paz e amor” os seguidores pregavam pela liberdade e a igualdade entre os homens, eram contra o uso de armas nucleares, faziam levantamentos sobre as questões ambientais, emancipação sexual e entre alguns deles a prática do nudismo, não tinham lugar fixo de moradia e estavam em completa ligação para com a natureza. Foi neste momento que surge o anticoncepcional, que impede a ovulação, garantindo as mulheres maior liberdade sexual, sem medo de uma possível gravidez indesejada.

O sexo passa a ser visto como algo prazeroso, já que até o momento ele servia apenas como procriação, já que o método contraceptivo usado pelas mulheres era a tabelinha, no entanto, ela funcionava apenas para aquelas que tem o ciclo menstrual regulado, o que é muito pequeno o número de mulheres que tem e conseguiam evitar gravidez não planejadas. O anticoncepcional vem para trazer a liberdade as mulheres, já que elas poderiam escolher ou não ter filhos. Essa liberdade feminina vem com grandes desafios matrimoniais, muitos homens ficam receosos, tinham medo de serem traídos por suas esposas, a frase como “nosso corpo nos pertence” foi muito significativa no movimento feminista, já que agora elas poderiam desfrutar melhor da sua independência sexual, unindo com a ideologia hippie que reproduzia o amor livre sem distinções.

Ao ingressar em espaços que antes a predominância era masculina, tais como, universidades, empresas e partidos políticos. Com o tempo ela conquista a autonomia e reconhece seus direitos nos espaços públicos. Segundo Perrot (1998) o público tem duas vertentes que se conversam, na qual a esfera pública se opõe a esfera privada, no conjunto, no jurídico, nos direitos e nos deveres que esboçam a opinião pública, daí a importância do movimento feminista para a conquista da cidadania.

Grande parte do movimento de mulheres em Mato Grosso do Sul não vincula-se aos ideais do movimento feminista, alguns dos materiais nas quais eu analiso as mulheres dizem que estão lutando por seu direito de espaço, estão no enfrentamento direto mas não quer sua representação ligada as feministas, seja por desconhecimento sobre o movimento ou mesmo pelo conservadorismo, já que como é dito no início deste trabalho grande parte do movimento de mulheres se dá em primeiro momento dentro das igrejas. E como é sabido a igreja tem como reprodução de comportamento determinadas atitudes nas quais é um paradoxo quando pensado sobre a emancipação feminina e consequentemente ao movimento feminista.

Os movimentos sociais eram considerados invisíveis e o movimento de mulheres se quer era mencionado nas mídias a fim de boicotar e deslegitimar o trabalho sendo desenvolvido pelas mulheres, principalmente em clubes de mães de bairros, partidos políticos e associações. A forma de anular tais movimento só configura a cultura machista patriarcal e tradicional, ainda bem em Mato Grosso do Sul que durante muito tempo teve a cultura do coronelismo que ainda hoje há resquícios através da reprodução de hábitos das pessoas.

[...] como esses movimentos emergiam sob formas insólitas sem uma incidência sobre o estado, e, boa parte das vezes, sem mesmo um discurso político, [...] eles eram vistos como reformistas na melhor das hipóteses, ou uma vez mais como movimentos que auxiliam a reprodução capitalista. É por isso tudo que as greves de 78 emergem com surpresa. (EDER, 1987)

Com o envolvimento das mulheres através dos movimentos sociais há um confronto direto nas relações de poder, principalmente dentro de casa. As relações de gênero é a demonstração sobre como o homem pensa que é superior as mulheres, isso se refletia no matrimônio.

[...] a participação da mulher no movimento rompe sempre com sua condição de invisibilidade pública. Este rompimento não é feito, na maioria das vezes, sem tensões no interior da família. A decisão de participar é quase sempre acompanhada da resistência à participação por parte de pais, maridos, e até mesmo filhos, entendida na maioria das vezes como resistência a quebra do cotidiano familiar e de padrões morais acordados no interior da família e da comunidade. Se isto é verdade, no entanto, não esgota a explicação sobre a resistência: a saída do privado para o público envolve a entrada em uma rede de relações que pressupõe novos saberes, novas informações que, por sua vez, redefinam as relações de poder ao nível privado. (apud GOMES; 1996, p. 4)

Pesquisam apontam que em Mato Grosso do Sul existiam na década de noventa cerca de 75 grupos de mulheres, dentre esses existiam dois principais, o SIM (Sistema de Informação Mulher) um grupo de mulher de classe média que desenvolviam o trabalho de informação, formação, assessoria e pesquisa para as mulheres periféricas e dos interiores do Estado (GOMES; 1996, p. 5) o outro é o MPM (Movimento Popular de Mulheres) neste grupo haviam um trabalho direcionado à comunidade do Estado todo.

Através destas primeiras informações foi possível ter uma ideia de quanto movimentos existem e quantos são atuantes, quais são as atividades desenvolvidas e o quanto eles chegam até a população. Através da uma entrevista do SIM para a professora historiadora Ana Maria Gomes relata-se que o movimento teve origem no grupo de mulheres Guavira que se reuniram para debater sobre as demandas femininas, no qual, era composto em sua maioria por mulher de classe média já formadas. O grupo se consolidou a partir da participação da então coordenadora que antes atuava no movimento em mulheres em São Paulo. A ideia principal dela era de formar um grupo que desse apoio para aqueles que estivessem trabalhado com mulheres a fim de dar informação e focar na saúde da Mulher.

O Movimento Popular de Mulheres de acordo com o material produzido por Gomes começou na Pastoral Social, era um trabalho desenvolvido pela Igreja Católica. Este projeto reúne trabalhos com grupos de mães que vão reivindicar desde saneamentos a construções de creches e escolas, o trabalho realizado pela associação de moradores também tinha a frente destas representações as mulheres. Esses movimentos destacam-se em Corumbá, Três Lagoas e Dourados por mulher periféricas, Três Lagoas pela proximidade com São Paulo começou a se articular diretamente com o movimento feminista paulista, o que tem desde então servido de exemplo para o movimento em Mato Grosso do Sul.

Entretanto, através do sucesso da organização das mulheres elas conseguiram realizar o primeiro encontro, e desde então todos os anos se reúnem para apresentar resultados dos trabalhos desenvolvidos. Existem cerca de duzentos grupos de Mulheres em Mato Grosso do Sul que trabalham sobre a perspectiva da mulher na comunidade. A partir do resultado das análises podemos observar o quadro de movimentos sociais no Estado, Dourados e Campo Grande juntos representam cerca de 70% do número destes grupos.

Segundo Gomes:

Apesar das conquistas obtidas e da evolução da consciência política das mulheres integrantes desses grupos organizados, o movimento ainda não conseguiu ganhar o espaço e a visibilidade necessária para reduzir de forma significativa a condição de inferioridade a que está relegada a mulher em Mato Grosso do Sul. Ainda há um longo caminho a percorrer para que transformações significativas ocorram no sentido de atingir uma maior equidade entre o gênero feminino e o masculino no estado. (1996; p. 8)

Ainda são poucos os estudos que tratem sobre o movimento de mulheres em Mato Grosso do Sul, no entanto, dados do IBGE mostram que o Estado possuía cerca de 2,6 milhões de habitantes, no mercado de trabalho temos cerca de 64,1% são homens e 55,5% são mulheres, essa é a clara demonstração sobre os resultados da emancipação feminina e o ingresso das mesmas nos espaços público tal como o mercado de trabalho.

“... a participação da mulher no movimento rompe sempre com sua condição de invisibilidade pública. Este rompimento não é feito, na maioria das vezes, sem tensões no interior da família. A decisão de participar é quase sempre acompanhada da resistência à participação por parte de pais, maridos, e até mesmo filhos, entendida na maioria das vezes como resistência a quebra do cotidiano familiar e de padrões morais acordados no interior da família e da comunidade. Se isto é verdade, no entanto, não esgota a explicação sobre a resistência: a saída do privado para o público envolve a entrada em uma rede de relações que pressupõe novos saberes, novas informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder ao nível privado.” (PINTO JARDIM, 1992)

Tratar do movimento de mulheres é falar sobre a desigualdade de gênero na qual as mulheres sofreram e ainda sofrem com a superioridade masculina diante da sociedade machista patriarcal, são problemas nas quais permeiam as relações entre homens e mulheres em todos os ambientes. Através das pesquisas percebe-se que as mulheres chegam a ganhar cerca de 30% a menos que os homens mesmo ocupando os mesmos cargos, tudo o que é relacionado ao feminino é considerado inferior.

Um outro movimento que ganha proeminência no processo de formação do movimento de mulheres é o MST (Movimento Sem Terra), que teve início em 1984 em Ivinhema na fazenda Santa Idalina. Em entrevistas feitas com mulheres assentadas elas disseram sobre a influência do feminismo em sua luta e pode-se perceber a importância das mulheres na conquista de terras principalmente pela resistência e no mapeamento de moradores nas terras. O MST forneceu a elas palestras sobre feminismo, política e relações de gênero. A luta da mulher assentada é pela terra e também por sua dignidade

Na época de acampamento a gente vivia bem a relação de gênero, todo mundo era igual. Depois que recebemos o lote, tivemos que voltar pro fogão. É isso? Não! Queremos mais, por mais que ainda não temos nossa própria associação, e não somos bem ouvidas nas reuniões, estamos adquirindo conhe-

cimento dentro das associações. É bom o trabalho, trabalhamos bem em coletividade com homens e mulheres. Mas nós vamos ter nosso espaço de mulheres, só de mulheres².

As demandas das mulheres assentadas eram desde a necessidade de escolas a postos médicos nas terras ocupadas, é por meio da resistência e de luta que elas conseguiram. Uma das queixas das mulheres assentadas é que faziam sete anos de assentamento e ainda não conseguiram montar um coletivo de mulheres pois havia muita interferência dos homens nos encontros, o que acaba sendo um empecilho na proposta de início do coletivo mas mesmo com as dificuldades elas continuam resistindo as lutas e por meio disso conseguiram montar uma cozinha comunitária no assentamento.

A mulher que luta pela terra, luta também por sua dignidade, além de refletir e apresentar um novo modelo de participação e novo papel das mulheres e homens na sociedade. Numa perspectiva social, política e humana, valorizando os saberes e trabalho das mulheres do assentamento é que elas passam a ser compreendidas como sujeitos imprescindíveis no processo de desenvolvimento de cada conjunto.³

Um dos maiores movimento de mulheres a nível nacional e internacional é a Marcha Mundial das Mulheres que surgiu em 2000 na intenção mobilizar as mulheres contra a pobreza e a violência. O objetivo deste grupo de mulheres é unir demandas das mulheres urbanas e rurais a fim de uma mudança no sistema capitalista, patriarcal, racista e homofóbico, a frase mais conhecida dita nos atos é “seguiremos em marcha até que todas sejam livres”. Em Mato Grosso do Sul a MMM tem com sede em Campo Grande, promovem atos principalmente com apoio dos coletivos formados dentro da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados),

Alguns dos atos promovidos pela marcha ocorreram nos dias 04/05/2015 com o ato Mulheres pela Democracia na qual elas fizeram uma passeata pela orla em Campo Grande, 18/06/2015 – Audiência Pública sobre Feminicídio, Violência e Mídia na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, 01/08/2015 - Esse tal machismo na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, 10/10/2015 - IV Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres no Simted Dourados, 28/11/2015 - Cine Feminista na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado.

Através da pesquisa realizada pude constatar a dificuldade em analisar os dados do período, seja porque a pesquisa não era financiada e me impedia de deslocar para algumas cidades na quais poderia ter um arquivo na qual eu faria o levantamento de informações ou mesmo pela perda deles, muito das informações não foram preservadas de maneira correta e com o tempo foi se perdendo para mofo e traças. A partir do ano dois mil há maior coleta de informações sobre os movimentos de mulheres atuantes, mesmo não registrado em um acervo podemos acompanhar através de diários escolares, atas de reuniões de bairro a maior participação das mulheres nos espaços públicos.

Essa pesquisa foi resultado de um PIBIC – modalidade avançada, ou seja, sem financiamento e isso impossibilitou se deslocar até outras cidades para colher as informações com prefeituras ou até mesmo através da história oral. Portanto, para a coleta de dados fiz uso dos arquivos públicos, redes sociais e aproximação com o movimento feminista de Amambai e de conversas com mulheres que me relatavam sobre grupos e coletivos de mulheres que tiveram contato. Diante das informações prestadas, acredito que haja muito mais grupos do que os apresentados

² Movimento de Mulheres no Assentamento Eldorado II A participação do MST E A Influência do Feminismo. ENEPEX p. 5. Disponível em: <http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anaais/arquivos/87.pdf>

³ Movimento de Mulheres no Assentamento Eldorado II A participação do MST E A Influência do Feminismo. ENEPEX p. 7. Disponível em: <http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anaais/arquivos/87.pdf>

aqui diante da falta de atenção que a mídia dá para o movimento de mulheres, reflete no conservadorismo ainda muito presente na sociedade sul mato-grossense.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopez. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1992.
- BURKE, Peter. **Variedades da História Cultural**. Tradução de Alda Porto. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Ética, estratégia, poder-saber**. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2003.
- GOMES, Ana Maria. Movimento social de mulheres em Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Extensão**, Ano 1, n. 4, jun. 1996.
- GONÇALVES, Daniele Lourenço; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Movimento de Mulheres no Assentamento Eldorado II A participação do MST E A Influência do Feminismo**. Dourados: ENEPEX. Disponível em: <http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/87.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.
- PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.
- PINTO JARDIM, Celi R. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- RODRIGUES, Marinete A. Z. **Mulheres, violência e justiça no século XIX**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016.
- SADER, Eder. Movimentos sociais: notas para um debate. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 2, 1987.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1991. p.63-96.
- VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

Site

- Movimento feminista entrega documento em defesa da Lei Maria da Penha na OAB/MS. Disponível em: <https://www.mpms.mp.br/noticias/2011/04/7496>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- Movimento Social de Mulheres em Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://negsite.wordpress.com/2016/01/07/movimento-social-de-mulheres-em-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 01 jun. 2016.

AMÉLIA ALEXANDRINA: MEMÓRIAS DO SILENCIAMENTO FEMININO EM MATO GROSSO DO SUL

Fernanda Reis¹

Resumo: O presente artigo integra o texto final da tese de Doutorado intitulada: *Razão e loucura na produção artística de Lídia Baís. Nuances de uma trajetória feminina*. Defendida no programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tem por objetivo refletir acerca dos dispositivos de controle e poder oriundos do patriarcado a partir da trajetória de Amélia Alexandrina, mãe da artista plástica Lídia Baís. O texto procura analisar os modos como as mulheres foram ao longo da história silenciadas e tiveram suas memórias apagadas pela própria produção historiográfica. Ao procurar analisar a presença de Amélia Alexandrina na trajetória de Lídia Baís, encontrei uma ausência de fontes e documentos que pudessem dar pistas dessa memória feminina o que resultou na compreensão dos processos de apagamento da história das mulheres.

Palavras-chave: Patriarcado; Silenciamento; Memórias femininas.

Amélia Alexandrina, filha de dona Joaquina e Manoel Joaquim de Carvalho, mãe de Celina Baís, Júlio de Carvalho Baís, Ida de Carvalho Baís, Orfeu de Carvalho Baís, Bernardo de Carvalho Baís, Amélio de Carvalho Baís, Lídia Baís, Aydano de Carvalho Baís e Adélia de Carvalho Baís. Amélia Alexandrina era também a esposa de Bernardo Franco Baís. Em uma de suas viagens comerciais, Bernardo Baís conheceu a família de Manoel Joaquim de Carvalho, fazendeiro de Coxim, município localizado ao norte do então Mato Grosso. Segundo Nelly Martins (2003), Amélia Alexandrina fora criada pela madrinha após a morte da mãe, dona Joaquina, e, aos 15 anos de idade, houve o pedido de casamento por Bernardo Baís, 14 anos mais velho. Amélia casou-se com Bernardo Baís em 1890 e mudaram-se para Campo Grande, onde constituíram família.

A trajetória de vida de Amélia Alexandrina é a das mulheres que foram silenciadas e apagadas da história. A ausência de documentos que me levassem a ela e ao lugar que ocupou no processo de construção familiar, político e social da família Baís inscreveu-se no próprio processo histórico que se perpetuou por muito tempo em práticas e discursos masculinos, heterocentros, brancos, burgueses e dominantes.

Segundo Margareth Rago (1995), a inclusão das mulheres na historiografia faz-se recente, de modo que a presença feminina na história tem se mostrado mais ampla que em outros momentos, no entanto, ainda se encontram significativas lacunas dos papéis femininos na historiografia. Rago (1995) destaca que o discurso historiográfico até recentemente se construiu com base em uma ideia universalizante do sujeito. Pautou-se, sobretudo, nas premissas masculinas, como se até então as mulheres não tivessem feito parte da sociedade, havia, portanto, uma historiografia essencialmente masculina que exaltava os feitos dos grandes heróis e dos grandes homens que marcaram a história.

¹ Doutora em História. Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. E-mail: fernandareis.ufms@hotmail.com.

As práticas cotidianas das mulheres foram suprimidas da história e o espaço privado passou a ser considerado o lugar legítimo delas. Ao inserir as mulheres nesse lugar, silenciou-se por muito tempo a representação delas enquanto sujeito, negando a elas e ao próprio conhecimento histórico a importância feminina na sociedade.

Michelle Perrot em *Minha História das Mulheres* (2007) levantou uma questão que se referiu às produções femininas do século XIX, quando destacou a pouca produção de registros nos arquivos públicos que narrassem ou ajudassem a pensar o lugar da mulher nestes espaços de poder. Esses arquivos normalmente eram destinados a atos de administração e poder, lugar exclusivamente frequentado por homens. Já os chamados arquivos familiares, os diários e as correspondências íntimas, comumente eram alvos de destruição das histórias do cotidiano, especialmente das memórias e dos sentimentos femininos. Segundo a historiadora francesa, isso dificultou, durante longo período, a produção de uma escrita da história das mulheres.

A natureza feminina impôs a difícil tarefa da maternidade, a responsabilidade da organização doméstica e o espaço privado era delas por excelência. A história das mulheres dependeu das representações dadas pelos homens e o que se tem até o século XX é uma história escrita por homens que falam sobre mulheres numa ótica falocêntrica e excludente. Assim, a história das mulheres como uma categoria de análise expõe as relações entre homens e mulheres de modo a contrariar um discurso dominante na historiografia. Segundo Colling.

O papel destinado às mulheres envolveu, sobretudo, o bom desempenho feminino como esposa e mãe. As mulheres de *boa família* deveriam casar cedo, gerar filhos saudáveis e zelar por sua educação, bem como era responsabilidade delas o bom andamento do lar. O homem, provedor da família, tinha sob sua tutela a esposa e os filhos, que deviam obediência absoluta. Os assuntos políticos e econômicos ficavam a cargo dos chefes de família, que eram considerados os únicos capazes de pensar e compreender estas questões, pois a eles cabia a tarefa da racionalidade, enquanto para as mulheres a natureza sensível e dócil impedia que elas participassem das discussões políticas e econômicas (COLLING, 2010).

Vou observando esses padrões de gênero na história de Amélia Alexandrina na medida em que o pouco de informação que tenho sobre ela me faz entender que era o espaço doméstico que pertencia, as poucas referências a Amélia Alexandrina, é sempre no sentido de exaltar seu lado materno, as habilidades culinárias, o modo como cuidava do lar, e assim, nada mais de *excepcional* era atribuído a ela, pois ao que parece Amélia Alexandrina *cumpria* bem suas funções femininas, como discutirei a seguir.

Dizer que as mulheres foram silenciadas e ocultadas da história não significa dizer que não fizeram parte dela. O que ocorreu é que por muito tempo a História foi escrita e registrada pelos homens, negando a existência e a importância das mulheres tanto de forma individual quanto coletiva na construção da sociedade.

Na obra *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica* (2012), o historiador Losandro Tedeschi destacou o quanto o discurso sobre a fragilidade feminina influenciou na produção historiográfica até meados do século XX. Observou ainda a importância de inúmeros trabalhos que ao longo dos anos foram sendo realizados por historiadoras e historiadores dedicados aos estudos de gênero.

Segundo Colling (2010), a construção de um discurso que insere a mulher em um lugar subalterno na história advém da ausência delas na produção do discurso historiográfico. Para a historiadora, é necessário libertar a história falando de homens e mulheres em nível de igualdade.

Sobre isso a historiadora Margareth Rago (1995) apontou uma questão importante nos estudos referentes às mulheres quando mencionou uma produção historiográfica marcada pela história social com forte predominância

do marxismo. Destacou que a partir da década de 1970, as pesquisas sobre as mulheres buscaram indícios femininos no cotidiano da vida social, inferindo neste viés questões mais pontuais referentes às relações de trabalho, nas quais as mulheres eram vítimas das péssimas condições, das disparidades entre salários, do assédio sexual e das diferentes formas de machismos a que eram submetidas.

A partir da compreensão dos mecanismos históricos e culturais que empreenderam um longo processo de silenciamento das mulheres, entendo que a presença de Amélia Alexandrina na história resumiu-se em ser mãe e esposa, seguiu, portanto, o que os discursos e as práticas sociais de sua época impuseram a ela enquanto mulher. Os rastros deixados por ela fizeram-se por meio de alguns poucos registros de imagens produzidas por sua filha, Lídia Baís, ao pintá-la e ou retratá-la em um pouco mais de três ou quatro imagens.

Durante o século XIX, algumas mudanças nas estruturas sociais brasileiras marcaram um momento na história do país que mais adiante se refletiu no cotidiano das famílias. Segundo D'Incao (2004), com a ascensão do capitalismo, a vida urbana estabelecia novas formas de convivência entre as pessoas, o crescimento da burguesia, junto com uma nova mentalidade que surgia no contexto, determinou, entre outras coisas, mudanças na ordem familiar e doméstica. Nesse processo de mudanças e reordenação da vida social, surgiu uma nova configuração dos papéis femininos no centro das chamadas famílias burguesas.

Esperava-se que a mulher fosse capaz de educar os filhos e que, sobretudo, fosse uma esposa dedicada ao marido. Desobrigadas a qualquer trabalho remunerado, esperava-se que elas representassem o ideal de obediência e servidão, de modo que este comportamento definia em certa medida o sucesso da *boa família*. O companheirismo da esposa e o cuidado refinado com os filhos eram considerados verdadeiros tesouros (D'INCAO, 2004). Em relação aos casamentos, a união entre as famílias tradicionais, ricas e burguesas formava um cenário de ascensão social ou até mesmo uma forma de manter certo *status*.

As mulheres tinham uma função imprescindível na garantia da manutenção do lar e isto acontecia por meio do seu comportamento exemplar de excelentes esposas e mães dedicadas. À mulher coube a função de mantenedora do contrato estabelecido entre as famílias burguesas da época. Para D'Incao (2004), os homens acabavam dependendo das esposas para garantirem a manutenção de suas riquezas, pois a imagem que elas transmitiam à sociedade burguesa determinava o *status* social masculino. Esposas eram, portanto, um capital simbólico importante.

Nessa configuração social do matrimônio burguês do século XIX, era comum que homens mais velhos desposassem mulheres mais jovens, garantindo para a família do pai da esposa a manutenção da riqueza. Já para o marido, era melhor que a esposa fosse jovem, sem muitos vícios e fáceis de *domesticar* (D'Incao, 2004).

Ao procurar indícios sobre Amélia Alexandrina, percebo uma ausência de informações sobre ela em relação aos demais membros homens da família. Entendo que a inexistência desses registros se dá em razão dessa ausência e do silenciamento da mulher ao longo da história e este processo encontra-se alicerçado no patriarcado. Essa ausência de fontes se manifesta na forma como a mulher, ao longo da história, foi sistematicamente silenciada por um modelo social predominantemente masculino. A história de Amélia Alexandrina é um retrato de uma sociedade que silenciou a voz feminina ao longo do tempo.

O patriarcado é um sistema que se organiza a partir da relação de saber/poder (FOUCAULT, 2017), na qual saber e poder são supostas características masculinas de dominação, ao passo que a sujeição/subordinação se fixa nas supostas características *naturais* femininas. Ao analisar a presença/ausência de Amélia Alexandrina nos registros familiares, reconheci as características de dominação masculina presentes no patriarcado. Entendo que o sistema não se constitui apenas na relação paternal, afirma-se e encontra respaldo para além do espaço doméstico:



O direito paterno é só uma dimensão do poder patriarcal e não o fundamental. O poder de um homem enquanto pai é posterior ao exercício do direito patriarcal de um homem (marido) sobre uma mulher (esposa). A sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais, no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens, ou enquanto fraternidade. O contrato original é feito depois da derrota política do pai e cria o patriarcado fraternal moderno (PATEMAN, 1993, p. 18).

O patriarcado é uma rede de saberes e poderes que estabelece uma relação de dominação de um sobre o outro. “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia” (SAFFIOTI, 2015, p. 13). Desse modo, o contrato que se estabelece nesse tipo de relação permite que a figura masculina exerça poder sobre os filhos homens, as filhas mulheres, a esposa, muitas vezes também em seu local de trabalho e nos espaços sociais por onde transita. É, portanto, uma relação de poder, que se fixa sobre aqueles que nessa lógica se encontram hierarquicamente abaixo do patriarca.

Embora o patriarcado não seja uma relação que se estabelece única e exclusivamente entre homens e mulheres, é importante destacar que a relação de poder que existe nesse sistema pesa sobre as mulheres e as crianças de maneira diferente. Se considerar que as práticas e discursos que se construíram sobre as mulheres e o corpo delas ao longo da história são dados em um patamar de inferioridade, incapacidade intelectual, da naturalização do corpo feminino supostamente frágil, dócil e obediente, entendo que o poder tem relação também com o corpo feminino:

O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se for possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. Foi a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico. O enraizamento do poder, as dificuldades que se enfrenta para se desprender dele vêm de todos esses vínculos. É por isso que a noção de repressão, à qual geralmente se reduzem os mecanismos de poder, me parece muito insuficiente, e talvez até perigosa (FOUCAULT, 2017, p. 239).

Para Foucault (2017), o poder estabelece-se numa posição horizontal que se forma de cima para baixo e espalha-se atingindo diferentes lados desta relação. O poder origina-se das práticas cotidianas de dominação e neste movimento cria regimes de verdade, no entanto, não ocorre necessariamente por meio da violência, muitas vezes este movimento acontece de modo sutil, disfarçado de um discurso colaborativo, que defende um objetivo comum entre dominadores e dominados. O poder, portanto, é uma prática social que se constituiu historicamente e por esta razão tem relação com o cultural, o político e o econômico que se manifestam em diferentes setores da sociedade.

Quando o pensador francês se refere a essa relação destaca as hierarquizações sociais que se formam, por exemplo, nas relações de pais e filhos, médico e paciente, professor e aluno e deste modo os indivíduos são resultados diretos destas relações de saber/poder. É possível observar nessas relações o suposto saber instituído na figura do sujeito de maior poder sobre o outro (FOUCAULT, 2017).

A família enquanto uma instituição tradicional também reforça essa relação de poder. Ainda que o patriarcado não se estabeleça apenas no espaço familiar, por sua vez, confirma aquele tipo de relação, pois a família não se faz por meio de determinações fixas. Isto significa dizer que estes movimentos que procuram determinar um modo específico de relações familiares dependem de padrões sociais, históricos e culturais, portanto, reproduzem práticas e discursos que reafirmam as relações de saber/poder, podemos ver isso no caso da família de Lídia Baís quando a relação que o pai e irmãos tinham sobre as mulheres, em especial a artista se constituíram pela lógica do saber/

poder, pois os irmãos de Lúdia se formaram engenheiros e advogados e exerciam funções políticas, portanto, públicas em Campo Grande e região, nesse sentido, sentiam-se autorizados a interferir na vida das mulheres da família.

Para Lévi-Strauss (1980), as diferentes formações sociais em determinados contextos históricos contribuíram para definir e estabelecer normas e condutas da vida doméstica. Nesse sentido, os diferentes contextos sociais e culturais é que definiram modos específicos de sobrevivência da família como pilar da sociedade. A partir daí, entendendo que a família enquanto uma instituição socialmente construída não se forma e permanece na sociedade de modo natural, as normas sociais, os aspectos culturais e históricos é que vão definir esta instituição e as relações de poder que nela se sustentam.

O modelo de relações familiares transformou-se cotidianamente, sofreu diferentes influências por meio de discursos e práticas que o redimensionou conforme os mecanismos de poder que foram se configurando neste espaço social. A Igreja, por exemplo, exerceu e ainda exerce forte influência no modelo de casamento monogâmico e na constituição da família nuclear, dando ênfase a um padrão historicamente construído. Esse modelo tem como base o pai, a mãe e as(os) filhas(os), nesta relação, geralmente, é o pai o núcleo desta instituição. No entanto, na prática as configurações familiares se dão de modo muito distinto, não podendo ignorar, entre muitos fatores, a questão econômica e social na qual estão inseridas. O patriarcado enquanto um sistema de poder não se sustentaria apenas com a convicção masculina de sua força sobre a família. Há nesse sistema uma relação muito próxima entre dominadores e dominados que garante a efetiva dominação presente nesta relação: “embora as mulheres não sejam cúmplices dos patriarcas, cooperam com eles, muitas vezes inconscientemente, para a perpetuação desse regime” (SAFFIOTI, 2015, p. 68). O patriarcado constitui-se, sobretudo, em uma relação de controle e dominação.

Ao pensar as relações de saber/poder na história da família Baís, concordo com a ideia do contrato sexual proposto por Carole Pateman (1993) quando destaca que o casamento tem origem no contrato social, mas que, sendo um contrato sexual, sustenta-se a partir de uma história de sujeição. Há, nesse acordo contratual, uma relação de liberdade e dominação entre homens e mulheres respectivamente. O contrato sexual, segundo Pateman, constitui-se de caráter masculino e nele as mulheres são seu objeto:

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres – também sexual no sentido do estabelecimento de acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de lei do direito sexual masculino. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (PATEMAN, 1993, p. 17).

O contrato sexual se forma a partir das fronteiras entre público e privado, definindo sistematicamente os papéis sexuais entre homens públicos e mulheres domésticas. Para Pateman (1993), a mulher é a personificação da fragilidade que deve ser protegida do mundo público, portanto, confinada ao privado. Essa relação remete a uma ideia de controle, ao homem cabe o papel de vigiar, controlar e *proteger*, de modo que à mulher – e posteriormente às(aos) filhas(os) – cabe a função de obedecer.

A configuração do contrato sexual que se baseia nas fronteiras entre o público e o privado se manifesta na relação entre Bernardo Baís e a esposa Amélia Alexandrina. Para ela pesou o estigma da fragilidade, da mulher doméstica, foi, portanto, o objeto do contrato ao casar-se com Bernardo Baís. Ele fez às vezes da figura masculina e exerceu vigilância e controle sobre ela e os filhos e filhas. Entendo isso quando percebo que os Baís se situavam no contexto de Campo Grande, no então Mato Grosso do início do século XX, como uma família estruturada financeiramente. Bernardo Baís era proprietário de algumas fazendas além de ter sido bem-sucedido no comércio local. A influência econômica e política de Bernardo Baís – posteriormente, dos filhos e genros – contribuiu sobremaneira na manutenção do contrato sexual.

Para entender melhor este dispositivo de controle na relação familiar dos Baís, trago o conceito de Panóptico² apresentado por Foucault (2014) enquanto um princípio que se sustenta como um mecanismo de controle social e individual. O panóptico é, portanto, um exercício de poder que tem por objetivo uma sociedade e/ou um indivíduo disciplinado. Essa disciplinarização impõe aos indivíduos uma condição constante de vigilância, punição e normatização dos comportamentos, além dos corpos. O objetivo primeiro do panóptico é manter os indivíduos em um estado consciente de vigilância para que ocorra a manutenção do sistema de poder:

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isto tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 2014, p. 221).

Esse lugar fechado, recortado e vigiado, onde as mulheres foram colocadas na lógica de dominação, foi o espaço doméstico, o privado. Ao destinar esse lugar às mulheres e às crianças, o patriarca transformou-o em um dispositivo disciplinar. Aos que ocupam esse espaço privado cabe a disciplina, a obediência e a vigilância constante sobre seus corpos.

Ainda em Foucault (2014), este refere-se ao processo de internamento como um dispositivo de controle e poder e este processo é o que marca a presença dos excluídos inseridos nesse sistema. Para exemplificar essa ideia, cita o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, a escola, entre outros. Ao determinar por meio de práticas e discursos o privado como lugar *naturalmente* ocupado por mulheres, este é também um processo de exclusão. O patriarcado a partir do contrato sexual inscreve-se na divisão binária masculino-feminino, racional-irracional, político-doméstico, econômico-familiar, tal qual a marcação que Foucault (2014) faz do louco-não louco, perigoso-inofensivo, normal-anormal. É ao feminino-irracional-doméstico-familiar que cabe a exclusão.

Para os que ocupam aquele lugar não público há uma vigilância constante do externo sobre o interno. A sociedade atua nesse espaço privado, ainda que nem sempre de forma direta. Quem o ocupa encontra-se sob a vigilância constante dos olhos da sociedade. O sistema panóptico é uma ferramenta essencial para qualquer mecanismo de poder. Desse modo, pode estabelecer uma relação entre esse dispositivo de poder com os mecanismos de

² O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Editora Vozes, 2014, p. 223.

controle estruturados no patriarcado, portanto, este esquema tem no homem a figura arquitetural deste dispositivo de controle. O patriarca encontra-se no centro da torre e de lá observa, vigia, controla:

Além disso, o arranjo dessa máquina é tal que seu fechamento não exclui uma presença permanente do exterior: vimos que qualquer pessoa pode vir exercer na torre central as funções de vigilância, e que fazendo isto pode adivinhar a maneira como é exercida a vigilância. Na realidade, qualquer instituição panóptica, mesmo que seja tão cuidadosamente fechada quanto uma penitenciária, poderá sem dificuldade ser submetida a estas inspeções ao mesmo tempo aleatórias e incessantes: e isto não só por parte dos controladores designados, mas por parte do público; qualquer membro da sociedade terá direito de vir constatar com seus olhos como funcionam as escolas, os hospitais, as fábricas, as prisões. Não há, conseqüentemente, risco de que o crescimento de poder devido à máquina panóptica possa degenerar em tirania; o dispositivo disciplinar será democraticamente controlado, pois será sem cessar acessível “ao grande comitê do tribunal do mundo” (FOUCAULT, 2014, p. 230).

A família Baís insere-se naquele sistema de poder quando os dispositivos disciplinares se tornam visíveis na medida em que percebo a ausência de registros sobre Amélia Alexandrina e suas filhas, ao passo que a visibilidade é dada a Bernardo Baís, posteriormente, aos filhos homens e especialmente aos genros; são eles que estabelecem uma relação de saber/poder aos olhos da história de Campo Grande e região.

Ao chegar a Campo Grande, Amélia Alexandrina deixa de ser a filha e passa a ser a esposa. Cumpre, portanto, o que lhe era designado como mulher. Teve seis filhos homens e três filhas mulheres. Ocupou-se de seus afazeres domésticos, criou e educou os filhos, ainda que a ela não fosse permitido opinar, apenas reproduzir um modelo de educação que lhe era imposto.

Esse modelo de relação era algo visto como *natural*, como parte de uma cultura dominante. Historicamente, os espaços interiores e os acontecimentos da vida privada foram por excelência lugares femininos. A forma como esses lugares eram ocupados pelos membros da família diz muito sobre os papéis femininos e masculinos.

Michelle Perrot em seu livro *História dos quartos* (2011) destaca que no quarto há um significado muito simbólico para as mulheres. Segundo Perrot:

Tudo concorre para encerrá-las aí: a religião, a ordem doméstica, a moral, a decência, o pudor, mas também o imaginário erótico, que senta as mulheres sonhadoras à janela ou as reclinam, leitoras lânguidas, mais ou menos despidas sobre um sofá ou um canapé ou uma cama (PERROT, 2011, p. 131).

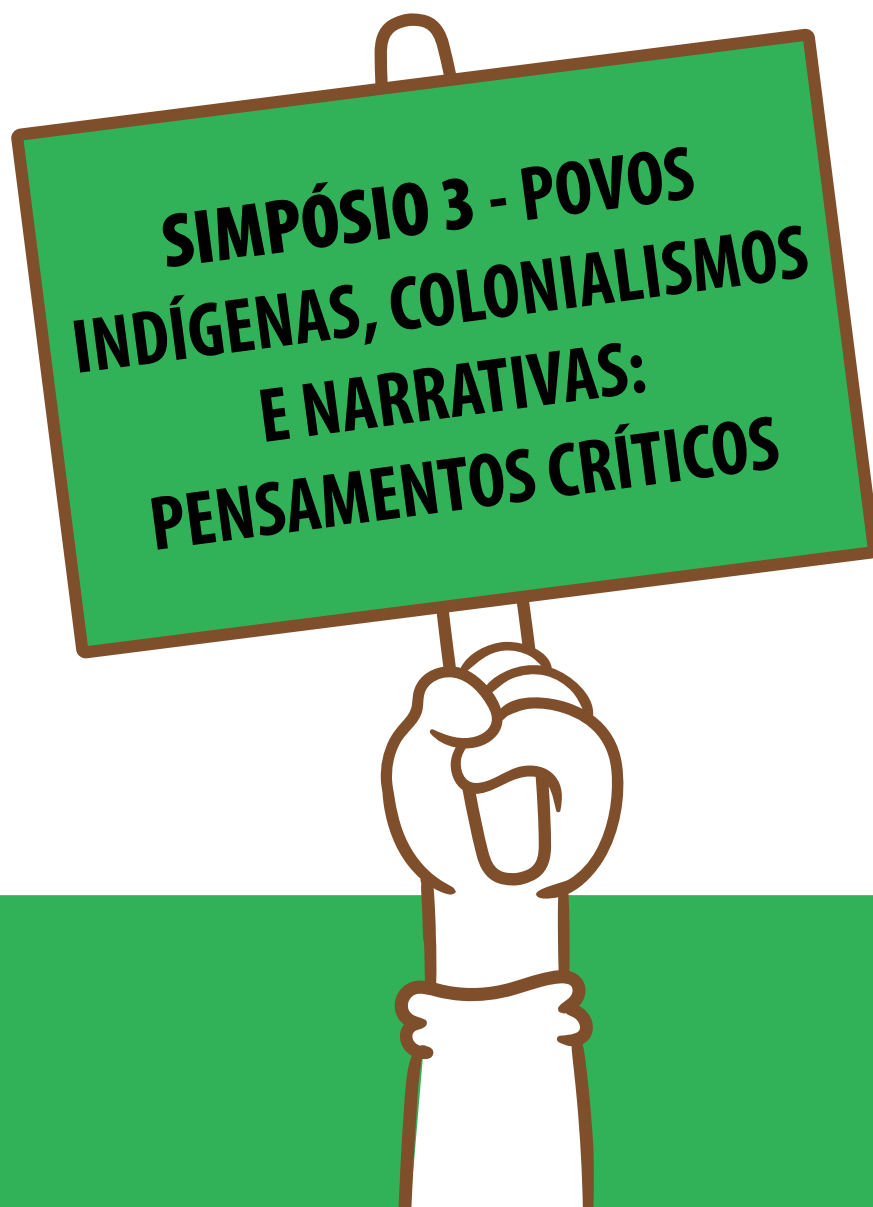
Se ao patriarca cabe a torre central do panóptico, cabe ao quarto feminino o papel da clausura, portanto o espaço doméstico, o quarto, por exemplo, é lugar que materializa diferentes formas de poder disciplinar. Esse sistema sob o qual se fixou a família Baís fez valer o que propõe o contrato sexual do qual Amélia Alexandrina foi o objeto, ela esteve sob o olhar vigilante de Bernardo Baís.

Sendo assim, Amélia Alexandrina desempenhou o papel que lhe foi designado como mulher, esposa e mãe. Não sei se ela teve acesso ao estudo escolar formal ou se foi apenas alfabetizada, em casa. Nelly Martins, sua neta, ao escrever o livro *Duas vidas* (2003), contou as memórias de seu avô Bernardo Baís e de sua tia Lúcia Baís, Martins dedicou algumas poucas páginas a Amélia Alexandrina e deu pistas de que sabia ler: “[...] Levava meus livros de história para que ela se distraísse lendo os mesmos” (MARTINS, 2003, p. 52), trata-se da única informação que se tem a esse respeito. Amélia Alexandrina foi criada nos moldes das famílias tradicionais do século XIX, sua formação deu-se para que soubesse apenas o suficiente ao exercício de suas funções de boa esposa e mãe zelosa.

Dedicou-se à família, aos cuidados do lar, encaminhou os filhos homens para uma formação superior que lhes possibilitou inserção na política e nos espaços de poder. Casaram-se, constituíram famílias e deram continuidade ao padrão familiar dominante. Às filhas, educação refinada em escolas internas, viagens ao exterior, aprenderam pintura, piano, bordado e a cozinhar. E assim como Amélia Alexandrina, a história e a memória de muitas mulheres foram inscritas no silêncio do espaço doméstico, o que fez com que acreditássemos por muito tempo que as mulheres estiveram, por vontade própria, fora do processo histórico da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COLLING, Ana Maria. O currículo de História e as relações de gênero hierarquizadas. **Salle: Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 15. n. 2. jul./dez. 2010.
- D' INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org); BASSANEZI, Carla (coord). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. Intr. e Ver. Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhte. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LÉVIS-STRAUSS, Claude. **A família: origem e evolução**. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980.
- MARTINS, Nelly. **Duas Vidas**. 2. ed. Campo Grande/MS: FUNCESP, 2003.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PERROT, Michelle. **As mulheres, ou, os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.
- PERROT, Michelle. **História dos Quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- PERROT, Michelle. **Minha história das Mulheres**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2007.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2015.
- TEDESCHI, Losandro Antônio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.



O DISCURSO DE FELIPE GUAMÁN POMA DE AYALA EM “NUEVA CORÓNICA Y BUEN GOBIERNO” (1615): DECOLONIALIDADE, MESTIÇAGEM E RESISTÊNCIA

Thaynara Mariana do Nascimento¹

Resumo: No decorrer desta pesquisa, busco abarcar como se dá a construção da crônica do indígena andino Felipe Guamán Poma de Ayala, *Nueva corónica y buen gobierno*, finalizada no início do século XVII destinada ao rei da Espanha, Felipe III. Nessa perspectiva, é necessário que se compreenda o contexto de produção e os objetivos do autor, sendo este um sujeito com uma episteme mestiça situado em um lugar de fronteira – no sentido de um indivíduo passível de transitar entre dois lugares culturais. Assim, este trabalho se atentará nas análises da figura de Ayala e do discurso aparente da crônica, atentando ao lugar de enunciação que reflete posicionamentos de resistência e decolonialidade – entendendo a última como uma opção de escrita da história da América diferente das tradicionalmente construída por cronistas europeus.

Palavras-chave: América Latina; Decolonialidade; Resistência.

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho busca-se compreender como ocorre uma forma particular da utilização do gênero textual crônica por Felipe Guamán Poma de Ayala em *Nueva corónica y buen gobierno* sob uma perspectiva híbrida da escrita da obra, uma vez que o autor se encontra em um lugar de mestiçagem cultural. Assim, durante o trabalho, a seguinte questão se torna o problema principal: quais estratégias discursivas e estéticas são mobilizadas por Ayala em sua obra e de que modo essas estratégias permitem vislumbrar uma dinâmica de mestiçagem como resistência que pode ser encarada como os rudimentos de uma atitude decolonial?

Advindas dessa questão mais abrangente, podemos estabelecer como problemas menores a serem explorados: por quais formas as percepções de mestiçagem estão apresentados implícita ou explicitamente na obra? De que maneira Ayala se constitui como um indivíduo mestiço e utiliza-se disso para estabelecer uma defesa de seus costumes nativos, denunciando as práticas dos clérigos e dos oficiais da coroa para o próprio rei da Espanha? Em que medida o local de Ayala traduz uma condição fronteiriça na sociedade colonial?

Nesse sentido, as hipóteses dessa pesquisa se sustentam a partir da diferença da escrita de Ayala perante as demais crônicas feitas por outros autores contemporâneos a ele, que implicam em seu conteúdo que se dispõe de forma híbrida: objetiva – enquanto uma forma de denúncia às práticas dos espanhóis – e subjetiva – partida de experiências do próprio autor. E ainda a compreensão de que Ayala se constitui como um indivíduo que transita entre as culturas europeia e nativa de acordo com seus interesses, sendo a crônica uma ferramenta que corrobora para o entendimento da construção identitária do próprio autor e dos indivíduos da América espanhola.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Goiânia. Este texto faz parte do Projeto de Pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso sob orientação do professor Dr. Rafael Gonçalves Borges. E-mail: thaynarahistoria@outlook.com.

AS CRÔNICAS E OS DISCURSOS

Ao se considerar a utilização de um gênero textual como uma forma de expressão de um pensamento, é necessário que se compreenda a intencionalidade da obra, quem é o autor e quais os seus objetivos e o contexto de sua produção. Diante disso, é necessário que se entenda quem é e quais os objetivos do indígena andino, Felipe Guamán Poma de Ayala, contemporâneo ao processo de colonização espanhola na região que hoje corresponde ao Peru. Sua obra, *Nueva corónica y buen gobierno*, foi iniciada nas últimas décadas do século XVI e finalizada no início do século XVII – mais precisamente no ano de 1615 – destinada, principalmente, para o rei da Espanha, Felipe III, a fins de criticar/denunciar as práticas violentas dos espanhóis nas colônias utilizando-se de uma argumentação embasada em suas experiências pessoais e sob argumentos cristãos – uma vez que Ayala fora catequisado e “empregado” pela Coroa como um interprete (THEODORO, 1992). Nessa perspectiva, é possível perceber na crônica elementos de sua cultura nativa – como o uso do *quéchua* – e elementos da cultura espanhola – a argumentação cristã.

A crônica que possui em torno de 1200 páginas, sendo cerca de 400 delas desenhos – partidas de uma perspectiva epistemológica mestiça – feitos pelo próprio autor, podendo ser percebida de modo objetivo, no que diz respeito às denúncias apresentadas por Ayala, e subjetiva, ao passo que elas são feitas a partir do ponto de vista do autor. Diante disso, o princípio da análise da fonte se dará a partir do prisma de autores que anteriores que já ofereceram uma abordagem/perspectiva sobre a crônica, e não uma abordagem primária, articulados de forma que possibilitam uma ampliação/exposição de novas seção de entendimento da obra e do autor, compreendendo o contexto em que está inserida.

A chegada dos europeus à América é um processo único na história, pois marca o encontro e o choque extremo entre povos distintos. As narrativas escritas sobre a dita Conquista e os desdobramentos disso se dão, de acordo com Hector Bruit (1988), de forma pessimista, ao passo que o processo colonizador qualifica os latino-americanos como derrotados, passivos à atuação dos espanhóis na América, promovendo assim uma escrita da história dicotômica entre vencidos – nativos – e derrotados – europeus, o que ficou conhecido como *leyenda negra*.

Nessa perspectiva, é necessário que se considere como e quem conta a história da América: aqueles que sofreram o trauma da colônia ou aqueles que exerceram a colonização? A principal ferramenta de registro das memórias do “descobrimento”, conquista e colonização do Novo Mundo, ao final do século XV e durante o XVI, consistia na escrita de crônicas que relatavam os acontecimentos ocorridos na América, como uma forma de preservação da memória (JOSÉ, 2016). Nesse sentido, as narrativas sobre o território americano passam por uma série de descrições de sua geografia e sobre os indivíduos que nela habitavam. A partir do primeiro contato, a questão fundamental para que houvesse êxito para a colonização, consistia no estabelecimento de uma comunicação entre os europeus e os nativos – estratégia utilizada com mais eficácia por Hernán Cortés a partir das primeiras décadas do século XVI.

A princípio o registro dos relatos da “Conquista” se dava a partir de modelos normalizados chamados de *probanzas*, destinadas à Coroa espanhola com o intuito de justificar as atitudes dos europeus na América, a partir da ideia de realização da missão dos colonizadores de levar a civilização e o cristianismo aos nativos. Matthew Restall (2003, p. 81) aponta que “a maior parte dos conquistadores redigiu ou ditava relatórios de ‘mérito’ no estilo padronizado de *probanzas*, e cerca de um quarto dos conquistadores do Peru e Colômbia não era capaz sequer de assinar o próprio nome” – a exemplo, o próprio Francisco Pizarro, que permaneceu a vida inteira analfabeto.

O ato de redigir *probanzas* – que se formulam/constituem como crônicas posteriormente – então, torna-se de interesse da Coroa espanhola de controlar a difusão de tais relatos, assim como a supressão dos mesmos – daí

o interesse da criação de cargos de cronistas em meados do século XVI – à medida que a produção desses documentos se tornam uma expressão de discursos sobre os feitos dos espanhóis na América. Nessa perspectiva, se o objetivo principal de registrar a “Conquista” consistia em justificar e demonstrar a “grandiosidade” dos espanhóis, as informações então veiculadas deveriam ser aquelas que (re)afirmassem o caráter de protagonistas de um grande feito de expansão da civilização e do cristianismo para as novas terras de modo convencional aos interesses espanhóis (RESTALL, 2003, p. 43).

Diante disso é necessário que se leve em consideração quem são aqueles que registram e quem é registrado nesses documentos. Os primeiros cronistas – europeus – escreviam seus relatos em crônicas que, quando não descreviam de modo pejorativo o indígena, caracterizavam os nativos de uma forma derrotista. Um dos maiores exemplos disso, segundo diversos autores, são os registros do Frei Bartolomé de Las Casas, que acabara

legando à posteridade a imagem de um continente sangrado, explorado, pisoteado e estuprado pela ação e desejo dos conquistadores, dos forasteiros que impõem sua vontade e seu projeto sem encontrar obstáculo, senão também a imagem de um povo com vocação para ser escravo resignado a viver uma história que não lhe pertence porque é a história do outro, abdicando a sua condição de sujeito, de sua ação e do seu pensamento (BRUIT, 1988, p. 151)

Entretanto, precisamos considerar os argumentos que dizem ser possível compreender que no contexto da América Latina coexistem dois tipos de narrativas: uma narrativa histórica visível e uma invisível – sendo que a primeira se sobrepõe à última. Ou seja, sob o discurso predominante da história dos colonizadores, existe, de acordo com Bruit (1988) uma história profunda – de resistência. Isto é, o que na visão dos “vencedores” se caracteriza nos povos subjugados como atitudes de indisciplina, indolência, preguiça e aventureirismo político que conduzem à incapacidade e ao fracasso de elaborar um sistema de autonomia, seria pelo prisma da história “invisível”, como de reação à dominação, ou seja, de resistência.

De acordo com essa interpretação, isso se tornou possível porque ainda que sob o ímpeto de estabelecer as colônias espanholas, os colonizadores possuem como necessidade primeira o estabelecimento de comunicação com os nativos. Dito isso, é necessário buscar leituras que auxiliem a compreender a diferença entre a concepção do uso da linguagem por ambos os grupos; de acordo com Todorov, aos indígenas cabe à comunicação a função de integração no meio social a medida que para os espanhóis, concerne à linguagem a função de manipulação do outro (*apud* BRUIT, 1988, p. 153).

Nessa perspectiva, no decorrer do processo colonizador através do trabalho de catequização dos indígenas feito pelos membros da Igreja que lhes ensinava o espanhol, foram estabelecidos intérpretes que agiriam como um auxílio aos europeus para que houvesse êxito da conquista. Um desses intérpretes consistia justamente no indígena Felipe Guamán Poma de Ayala, que no decorrer de suas experiências enquanto indígena e funcionário da Coroa, escrevera uma crônica relatando as ações dos colonizadores espanhóis na América. A obra, escrita a partir de uma perspectiva mesclada da sociedade americana no início da colonização, segundo Jaime Luna (2016), fora destinada não só ao rei da Espanha, Felipe III, mas, também, para ser publicada de modo mais amplo. Contudo, não há “vestígios” da fonte até 1908 – quando foi localizada por Richard A. Pietschmann – embora tenha uma datação de registro de meados do século XVIII em uma biblioteca de Copenhague, Dinamarca².

² De acordo com Rolena Adorno (*apud* LUNA), a Dinamarca possui o maior acervo de documentos do período da inquisição espanhola. Por esse motivo, é possível que a obra de Ayala tenha chegado até a biblioteca dinamarquesa por princípios políticos, através de algum embaixador.

De acordo com Luna (2016, p. 269 e 270), na obra estão presentes diversas explicações sobre as histórias, as mitologias e as cosmogonias andina e ocidental, evidenciando uma permanência do pensamento indígena repleto de uma mestiçagem cultural. Assim, é possível identificar uma exposição complexa de conteúdos que expressam a composição da gestão da sociedade de Cusco, demonstrando como se constituem as elites locais, a legitimação de sua ascendência e a intenção de reivindicar um melhor governo para manter/preservar as sociedades indígenas.

Luna apresenta que Ayala “*propone que no hubo conquista sino un continuum histórico en el cual los Incas entregan — a traves de la embajada de un ancestro del autor— el gobierno al rey de Espana*” (2016, p. 273). Isso exemplifica o que Todorov (1999) apresenta sobre a questão da diferença de compreensão de mundo dos indígenas e a dos espanhóis: ao passo que Ayala compreende a colonização como um acontecimento, os espanhóis compreendem como um meio de expandir domínios.

De acordo com Serge Gruzinsky (2003), a colonização não se dá somente pela a dominação física, mas também pelo imaginário. Nesse sentido, para que ocorra essa dupla colonização, torna-se necessário o uso de recursos iconográficos sob a prevalência dos ideais cristãos, uma vez que estes se constituíam como a “cabeça” do processo colonizador. O autor analisa o recurso da assimilação de imagens “naturais” – que existem em seu estado natural; no campo imaginário – com as imagens “fabricadas” – feitas pelo homem – como por exemplo, a assimilação da imagem de Tonantzin – em um aspecto imagético mental –, deusa indígena, com Nossa Senhora de Guadalupe, santa católica.

Esse fenômeno da mescla, de acordo com o autor, se dá a partir do processo de ocidentalização – no sentido de expansão – do pensamento europeu/cristão, de forma complexa e múltipla, partindo da imposição dos indivíduos autóctones aos costumes do colonizador, que implementa as formas de escrita/língua, urbanização e costumes, formando assim de forma consciente ou não, uma mestiçagem entre os povos – ocorrendo então a ocidentalização do pensamento indígena. Assim, embora a mestiçagem seja um processo involuntário da colonização, a estrutura sincrética das sociedades latino-americanas é explorada pelo costume cristão, que busca enraizar os seus costumes a partir do sincretismo (GRUZINSKI, 2003, p. 336).

As discussões sobre miscigenação e mestiçagem, trazidas por Janice Theodoro (1992), se tornam fundamentais para compreender “quem” e “de que forma” as reflexões de Ayala se empregam na sociedade américo-espanhola do século XVII. À medida que uma sociedade miscigenada se compreende a partir de uma ideia de uma homogeneização dos costumes, é fundamental compreender que a autora não diferencia a mestiçagem da miscigenação, mas nos permite tecer uma crítica a este uso do conceito como sendo possível de ser aplicado ao nosso objeto. Nesse sentido, é necessário entender os conceitos enquanto “explicativos” da sociedade que se compõe a partir da mistura dos costumes europeus e nativos.

É nessa direção que Giane Lessa (2009) aborda a questão do uso de uma linguagem em um gênero textual específico, no caso a crônica, que se diferencia da abordagem dos outros cronistas que falavam sobre a colonização na hispano-américa. Essa nova abordagem na obra de Ayala se dá devido ao cunho político e pessoal que o autor atribui a seus objetivos, além da utilização de imagens, feitas pelo próprio autor, e ao conteúdo composto por uma série de críticas ao próprio governo e à Igreja, que se compõem de modo abstrato para os europeus – no sentido de ser uma abordagem diferente de um costume europeu primitivo.

É inegável que a tipologia cronista advém da Europa repleta de ideologias e imaginários do colonizador, que se compreende a representação híbrida ao ser reproduzida na América. De acordo com Francesca Leonetti (2013), as crônicas adquirem uma linguagem que se misturam com a língua nativa – que é evidente na obra de Ayala – que



além de demarcar uma dimensão temporal diferente da convencional das crônicas medievais – remontando à ideia edênica do primeiro contato com a América – se constitui com uma finalidade de registros e de comunicação com a coroa espanhola.

Nesse sentido, Ayala proporciona uma abertura para se repensar o seu lugar histórico, assim como o contexto da colonização da América-espanhola sob uma perspectiva mestiça de imaginário. Compreender a obra de Ayala e as dimensões da linguagem e do discurso empregados em sua obra e entendê-lo como um indivíduo mestiço e consciente de sua condição é fundamental para apreender o intuito de sua obra. Logo, importa concebê-lo como um sujeito histórico que compreende a sua sociedade como um conjunto de elementos sincréticos, envoltos pela violência física e psicológica dos europeus para com os nativos.

Contudo, ao analisar a obra do Ayala é necessário que se atente para os riscos da escrita história sob uma perspectiva etnocêntrica, ou seja, não recair no equívoco de eleger a história indígena como a única a ser levada em consideração ou como viés único de análise, ao passo que uma história etnocêntrica não recai somente pelo viés eurocêntrico de produção (GRUZINSKI, 2003). Dito isso, vale ressaltar que a produção e a difusão de conhecimento, de acordo com Miguel Nenevê e Laura Christo (2016), se valorizam a partir do local em que foi criado, podendo esta colocação ser associada com a necessidade do “ser exótico” das produções de objetos/pessoas nativas/mestiças para a sua difusão na Europa.

Assim, quando Bruit (1988, p. 167) diz que “o latino-americano não superou totalmente o trauma da velha conquista” é necessário que se compreenda a forma com que este trauma é lidado. As autoras Fabiana Fredrigo e Libertad Bittencourt (2014, p. 62) abordam a questão do trauma latino-americano a partir de temporalidades que remontam ao surgimento e à reelaboração do trauma a partir de blocos temporais que são: a conquista, a colonização e as independências – nos interessa, a princípio, as duas primeiras. Estas temporalidades, por sua vez, se classificam em: a) temporalidade originária: do passado americano anterior à chegada do europeu; b) europeia: que remonta ao aspecto da tradição da Europa; e c) da sociedade implantada: sendo a síntese de ambas primeiras.

Nesse processo de síntese, ocorre, por parte da temporalidade hispânica, o rompimento – gradativo – das tradições europeias que se encontram com povos originários do Novo Mundo, que se assemelham às dores de um parto – a dor do entendimento de algo que deve morrer para o nascimento do povo latino americano, no caso “o esplendor das antigas culturas indígenas” (FUENTES, *apud* FREDRIGO; BITTENCOURT, 2014, p. 62). As narrativas então se constituem, de acordo com as autoras, a partir de dois movimentos: o de reestruturação do trauma e das expectativas de futuro.

O reforço da questão do trauma e a difusão da ideia de como se constitui a América Latina se dá a partir do século XIX com a produção de ensaios que explanam a questão dos blocos da conquista, da colonização e das independências – adicionado ao último o quesito do sentimento de “abandono” da América perante a ausência de um rei, após a derrota da Coroa para Napoleão em 1808 (FREDRIGO; BITTENCOURT, 2014, p. 66). A partir disso, surgem narrativas que apresentam as perspectivas de mundo sobre a América Latina de forma externa e a forma interna de ser americano.

No que diz respeito aos relatos primeiros da consciência da experiência traumática da presença dos espanhóis, o trauma fora retratado/relatado ainda no período colonial, a partir das denúncias de Ayala em sua crônica. A diferença consiste na ausência de um ouvinte, à medida que os sujeitos colonizados não foram ouvidos nem reconhecidos em seus atos de resistência ao processo violento da colonização – ao passo que o contato com a América promove o movimento de alteridade e o reconhecimento do “outro”, ao mesmo tempo o revela e o rejeita (TODOROV *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 59)

Considerando que Ayala parte de uma perspectiva mestiça da colonização, sendo este um indígena inca – puro – que conhecia diversas línguas nativas/locais e que, posteriormente, aprendera o espanhol com seu irmão mestiço – filho de uma indígena com um espanhol – vale ressaltar a forma com que sua concepção de mundo aparece em sua obra. Logo, entender a intencionalidade da catequização a ele imposta ajuda a compreender a sua função como um aliado da coroa espanhola, sendo colocado no posto de administrador, escrivão e intérprete dos espanhóis (LUNA, 2016).

Sua obra está estruturada de forma detalhada – à medida que exprime em minúcias o seu posicionamento – e direta – sem a criação de barreiras para mostrar suas denúncias – narrando sobre aspectos morais e éticos da civilização sob o viés cristão, estabelecendo críticas severas aos comportamentos dos encarregados pela catequização – a exemplo, padres e oficiais da Coroa – que cometiam atrocidades contra os povos nativos. Nessa perspectiva, o indígena Ayala se entendia em um lugar de transição/ fronteira entre culturas, ou seja, ao passo que compreendia a cultura espanhola tornava-se incluso na mesma, assim como não abandonara o seu lugar como indígena. A partir de sua obra percebemos demonstrações sincréticas de ambas culturas, compreendendo o estabelecimento do contato entre culturas como um choque de estruturas que modificam uma a outra, tornando-se necessário compreender o papel de Ayala como um lugar mestiço e as possibilidades de trânsito do mesmo pelos dois “mundos”.

A habilidade linguística e retórica de Guamán Poma de Ayala, permite que este construa a sua crônica de uma forma única, mesclando os seus relatos escritos com recursos iconográficos – que não são empregados como uma tradução ou representação um do outro, mas como complemento – apresentando, tanto na escrita como na imagem, uma mistura entre a linguagem castelhana e *quéchua*. É nessa perspectiva que existe uma (re)significação, particular, discursiva e textual por parte de Ayala, tema do qual se ocupa essa proposta de pesquisa.

Nesse sentido, Ayala possui em sua formação duas concepções epistemológicas: indígena (inca) e cristã (espanhola); em sua crônica, a presença dessas duas noções de mundo se tornam presentes ao passo em que este apresenta seu ponto de vista a partir suas experiências. Logo, para compreender como se constitui a crônica de Ayala, é necessário que se compreenda como se sustentam os discursos e a relevância do autor enquanto sujeito histórico que corrobora para o início de um pensamento decolonial, o que direciona a busca por um repertório teórico que toque tanto na análise do discurso quanto no tema do debate decolonial.

Ao apropriar-se do sentido que Walter Mignolo emprega ao termo “decolonial” entende-se que

o decolonial abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas epistemes ou paradigmas [...]. Não é que as epistemes e os paradigmas estejam alheios ao pensamento decolonial. Não poderiam sê-lo; mas deixaram de ser a referência da legitimidade epistêmica (MIGNOLO, 2014, p. 15).

Sendo assim, o pensamento decolonial apresenta-se como uma “opção” frente aos modelos de orientação do pensamento, que se constitui a partir da experiência da colonialidade e a necessidade de transpassá-la a partir da não aceitação da dominação exercida por um grupo dominante.

É importante dizer que o debate sobre decolonialidade se inicia a partir da década de 1990, à medida que inaugura-se os debates a respeito do papel da América na modernidade, com a compreensão do “ser moderno” se dá ao passo em que o europeu se compreende como superior/ evoluído perante às outras “raças” não europeias, justificando sua dominação perante esses povos e a (re)construção das identidades a partir do contato entre europeus

e nativos (QUIJANO, 2005). Assim, discute-se as formas de exercício do colonialismo – sendo o funcionamento das práticas coloniais de dominação – e da colonialidade – construída no interior da modernidade, vinculada às experiências coloniais que vão além do colonialismo histórico (cf. CASTRO-GOMEZ; GOSFROGUEL, 2007; QUIJANO, 2005; WALSH, 2003).

Diante disso, para a escrita de um trabalho com uma perspectiva decolonial de produção de conhecimento é necessário, primeiramente, que se entenda o que Mignolo afirma ao alegar que “não significa que temos que negar ou rejeitar o que se pensou na Europa, mas promover um diálogo sobre o que a Europa pensa e sobre o que não europeus percebem diante de qualquer assunto” (*apud*, NENEVÉ; CHRISTO, 2016, s/p). Assim, assumindo o pressuposto de que é necessário partir de um lugar, algumas reflexões apresentadas serão advindas de um berço europeu, como Mikhail Bakhtin e Michael Foucault – autores centrais para as discussões apresentadas –, pensadores que, embora sejam europeus, ofereceram um repertório capaz de dialogar com a necessidade de abertura que o pensamento de Ayala parece convidar.

De acordo com Mikhail Bakhtin (1979), todas as instâncias de conhecimento humano estão articuladas com o uso da linguagem, empregadas de formas diversas, possuindo como objetivo a composição de um enunciado. A construção de um enunciado, segundo o autor russo, se dá a partir de uma relação com uma realidade concreta que se formula a partir de palavras, que constroem orações. Entretanto, para Bakhtin, o enunciado não necessariamente precisa de uma oração para se constituir: pode ser uma interjeição, ou uma simples réplica. O que importa é considerar esse enunciado a unidade básica do estudo da linguística, o que demonstra a forma pela qual o autor russo se importa com a língua posta em circulação, na existência concreta de pessoas concretas.

Para o autor, o uso de palavras de uma determinada língua nacional compõe o caráter singular do sujeito que escreve algo e se torna aparente a medida que “em diferentes gêneros podem revelar-se diferentes camadas e aspectos de uma personalidade individual, o estilo individual pode encontrar-se em diversas relações de reciprocidade com a língua nacional” (BAKHTIN, 1979, p. 266). Este é um movimento característico presente na obra de Ayala, a medida que este utiliza o espanhol com elementos de sua língua nativa, compondo um lugar e uma forma de enunciação particular que refletem sua composição identitária mestiça.

A partir do pressuposto de uma escrita particular de cada autor, Bakhtin apresenta que dentro de uma modalidade de um gênero textual, mesmo que exista um modelo prévio de estrutura de um texto, o escritor traz em sua narrativa características novas para o gênero com o qual trabalha. A exemplo, essa ideia se aplica no que diz respeito à forma de escrita das crônicas americanas pelos cronistas na colonização. Ao passo que José (2016) apresenta que as crônicas eram o principal mecanismo de registro da ação colonizadora dos espanhóis, Walter Mignolo (2007) diz que Ayala se difere dos demais cronistas de sua época abordando uma perspectiva decolonial de pensamento.

Essa afirmação se embasa, de acordo com Mignolo, na forma com que Ayala compreende o cotidiano de suas experiências e as relata a partir de um reflexão mestiça de visão de mundo – de forma que sua cosmovisão híbrida o possibilita compreender o nativo e o europeu de uma forma que nenhum espanhol poderia fazê-lo (MIGNOLO, 2007, p. 35). Nesse sentido, à medida que se leva em consideração a figura de Guamán Poma como um sujeito em uma região de “fronteira” – ou seja, espaço de formação de subjetividades e de entendimento do outro (MIGNOLO, 2007, p. 35) – torna-se necessário compreender como suas denúncias se apresentam de um lugar específico/particular de fala em sua crônica – em uma adaptação do gênero, como elucida Bakhtin.

Diante disso, de modo fundamental, é preciso entender e aplicar aqui o conceito de “falante” apresentado por Bakhtin, uma vez que este apresenta que para a estruturação de uma língua é necessário, em sua essência, a

existência de um falante – ou seja, o sujeito que discursa – e o seu objeto – sobre o que ele fala (1979, p. 270). Diante disso, Bakhtin ainda apresenta que a formulação de um enunciado pelo sujeito do discurso se dá a partir do contato deste com outros enunciados/discursos, ou seja: mesmo que existam particularidades e singularidades em uma determinada formada de escrita, o sujeito do discurso embasa sua narrativa a partir de ideias anteriores – sendo para concordar ou discordar – que permitem a abertura de sua escrita para que outros indivíduos a leiam e realizem o mesmo processo.

Essa ideia consiste naquilo que Bakhtin (1979, p. 272) caracteriza como “compreensão responsiva” a partir da ideia de que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”, sendo que cada enunciado se compõe de forma particular em seu contexto de enunciação que, de modo geral, demanda uma resposta daquele que o ouve, de acordo com seu objetivo. Nessa perspectiva, a compreensão responsiva se dá a partir da alternância de falantes e a compreensão do enunciado de forma orgânica, que se encerra a partir da “1) exauribilidade do objeto e do sentido; 2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; 3) formas típicas composicionais e de gênero do acabamento” (BAKHTIN, 1979, p. 281).

A partir desses conceitos, busca-se compreender Guamán Poma de Ayala enquanto um indivíduo que denuncia as práticas dos espanhóis e como este se compõe enquanto o sujeito de um discurso, em sua individualidade, e o emprego de sua narrativa com uma entonação particular, que tende a estabelecer denúncias. Esse aspecto particular de cada autor, segundo Bakhtin, permite que o texto escrito possua uma significação específica – seja ela articulada com o real ou no campo simbólico – uma vez que a construção do enunciado está necessariamente articulada com a recepção do outro, devido à questão da compreensão responsiva – ainda que no caso da fonte em análise, essa compreensão responsiva não tenha ocorrido de fato, já que o(s) seu(s) destinatário(s) nunca a receberam.

Assim, a experiência discursiva do indivíduo se desenvolve a partir de uma interação constante com os outros discursos, seja sobre o mesmo assunto ou assuntos análogos ao que este escreve. A extensão do discurso do outro se constitui, segundo Bakhtin, de forma dialógica entre falante e ouvinte, compondo um tipo de ciclo responsivo, que constitui um “eco” de enunciados, que possui limites na cadeia de comunicações determinados pela alternância dos falantes, que reflete os discursos anteriores. Dito isso, de modo a ampliar a concepção de enunciado e discurso apresentado, articula-se aqui a ideia de composição discursiva apresentada por Michael Foucault (1971).

Segundo Foucault, o discurso se compõe enquanto um sistema que surge a partir da concepção do objeto, a circunstância do mesmo e o posicionamento do sujeito que fala – se ele está em posição de privilégio ou exclusão para estabelecer uma fala. Mediante o processo de construção de um enunciado, cabe ao autor realizar um “agrupamento do discurso”, estabelecendo uma unidade de foco coerente e a origem das significações. Desta forma, promove-se assim uma interação com o real, que se articula com o pensamento bakhtiniano no que se refere à individualidade do autor, que mesmo imbuído de uma regra prévia da forma de escrita de uma determinada narrativa apresenta características próprias em seu discurso.

O autor, de acordo com Bakhtin, precisa ser distinguido entre “autor-criador” e “autor-pessoa”, sendo o primeiro aquele que se decide por organizar os aspectos da vida como um ato criativo artístico com sua estética própria, não se confundindo assim com a “pessoa” que escreve a obra. O autor-criador exerce um papel narrativo dentro de uma estética definida por um conjunto de relações valorativas. O autor pessoa consiste no escritor – que pode ecoar na voz do autor-criador, se houver um deslocamento estético – que expressa a sua opinião diante de suas personagens e que direciona o autor-criador sem desvincular-se totalmente das relações valorativas com relação com o real (cf. JARDIM, 2010). Diante disso, vale ressaltar que o estilo empregado por cada autor é composto de

forma particular e individual, ao passo que “todo estilo está indissolivelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciado [...] todo enunciado é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual” (BAKHTIN, 1979, p. 265).

Nesse sentido, ao compreender a noção de autor criador, a partir de Bakhtin, como um sujeito que elabora um enunciado complexo – dentro de uma função estética e axiológica – que perpassam as os valores e seleções do próprio autor – é possível entender que o autor copia de modo involuntário/inconsciente uma mobilização de enunciados/discursos que expressam a sua ideologia. A medida que uma enunciação de um autor é composta a partir de um lugar/contexto específico, torna-se substancial compreender que este parte de uma concepção prévia sobre algo, que pode estar atrelado a uma pertença de um lugar social específico, compondo uma manifestação ideias que se ligam a determinados enunciados ou que limitam/proíbem outros, dentro do que Foucault (1971) denomina “pertença doutrinária”.

À medida que o sujeito do discurso apresenta suas ideias, este estabelece uma relação concreta com o real, dentro de um contexto de fala. Para Foucault (1971), uma das formas de possibilidade de funcionamento do discurso consiste em uma aceitação “doutrinária” – que compreende uma determinada pertença de um grupo: classe, raça, resistência interesse, etc. – de enunciados com signos específicos de uma ritualística – que comungam os mesmos ideais dentro de uma determinada ordem.

Ainda anexo ao que Foucault (1971) apresenta como pertença doutrinária, existem os pressupostos de aceitação dentro dos limites de escrita, considerado que, em uma doutrina, o número de falantes é limitado a partir de critérios que os autoriza ou proíbe falar sobre determinado assunto. Nesse sentido, ao analisar a narrativa apresentada na crônica de Felipe Guamán Poma de Ayala, é necessário que sejam elucidadas as questões de pertença do indígena em seu contexto histórico e, ainda, compreender como se dá a recepção de sua narrativa perante aqueles a que ela se destinava.

Além da questão da análise do discurso em relação com as dinâmicas dos gêneros textuais, importa para esta pesquisa, a análise da crítica decolonial. Quanto ao tema, Mignolo (2007) entende que a obra de Ayala se constitui como uma primeira manifestação de um pensamento decolonial em seu tempo, que abre as portas para o entendimento do “outro”, ao ampliar os limites de compreensão por uma perspectiva mestiça – ou pensamento de fronteira – que demonstra domínio de ambas culturas dominantes na região andina. Diante disso, ao considerar Ayala enquanto um indígena imbuído de uma dupla consciência, vale questionar as formas de receptividade de sua obra dentro do sistema doutrinário “híbrido” da colonização, utilizando do conceito foucaultiano de recepção do discurso. Nessa perspectiva, aproxima-se então a ideia daquilo que Foucault apresenta como “sujeito fundante” – sendo o sujeito que se dispõe de signos que “fundam horizontes de significações” (1971, p. 44) –, buscando compreender as formas que se articulam as disposições de signos e significados em sua composição.

Diante do que já fora apresentado, ainda é necessário que se ressalte o discurso como uma leitura sobre algo que não necessariamente se compõe como uma caracterização exata do real, mas, segundo Foucault, como uma representação advinda da subjetividade daquele que discursa. Ou seja, um discurso pode então se compreender enquanto uma especulação, ou uma reverberação de uma verdade – subjetiva – imbuída de interesses e a uma determinada consciência – que se anula a partir de seu significado concreto.

Assim, o discurso não pode ser visto em sua concepção prévia, uma vez que é necessário compreender o seu contexto de fala e a intencionalidade do falante, entendendo que suas possibilidades de alcance e aceitação são limitadas, compreendendo os seus critérios de alternância do falante – apresentado por Bakhtin – que ainda

apresentam uma descontinuidade de comunicação que permite nossas formas de interpretação e extensão. Assim, Foucault apresenta a existência da necessidade de um recorte e uma abordagem subjetiva, que permite incluir ou excluir determinados sujeitos/assuntos, delimitando o seu alcance.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todas as questões aqui colocadas, entende-se que este projeto de pesquisa possui relevância e contribuição no meio acadêmico, para a compreensão do processo histórico da colonização da América espanhola, que implica no entendimento da construção identitária dos indivíduos enquanto sujeitos no processo de mestiçagem. Também contribui para entender como se dá a questão do indígena na colônia espanhola e como se constitui a ideia da miscigenação e da mestiçagem a partir de então.

Embora ainda não finalizada, esta pesquisa visa, ainda, demonstrar como se dá a extensão/apropriação do pensamento decolonial na América, sobretudo, Latina. Nesse sentido, ao compreender as perspectivas responsivas dos discursos e as cadeias de comunicação busca-se compreender como um indígena andino contemporâneo à colonização espanhola pode ser enquadrado em uma perspectiva decolonial de escrita da história latino-americana.

A escrita da história sobre o “outro” se constitui a partir de uma ideia de alteridade e reconhecimento dos sujeitos invisibilizados durante a escritas das narrativas históricas. Compreender e analisar uma crônica produzida por um indígena do século XVI, que agia como um aliado da Coroa espanhola e que ainda assim fora “esquecido”, demonstra a existência de um registro/discurso de uma narrativa subterrânea à escrita de uma história dominante

BIBLIOGRAFIA

AYALA, Felipe Guamán Poma. **Nueva corónica y buen gobierno**. 1615. Disponível em: <https://www.biblioteca.org.ar/libros/211687.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In.: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal** (1979). Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BUIT, Hector. América Latina: quinhentos anos entre a Resistência e a Revolução. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPYH, 9., set. 1988. **Anais [...]**. São Paulo: ANPYH, 1988.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Prólogo: giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (comp). **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. **A crônica: uma leitura textual-discursiva**. Coleção Mestrado em Linguística, v. 1, 2006.

FEDRIGO, Fabiana de Souza; BITTERN COURT, Libertad Borges. Narrativas sobre a América: o trauma e suas expressões temporais. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 17, p. 59-86, jul./dez. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge. A guerra das imagens e a ocidentalização da América. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **América em tempo de conquista**. J. Zahar Editor, 1992.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a” história cultural” no novo milênio. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003.

JARDIM, Jéssica. Conversa entre Bakhtin e Poe: a autoria como valor estético. **Revista Ao pé da Letra**, v. 12, n. 2, 2010.

JOSÉ, Maria Granduque. **A Malinche dos cronistas**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

LEONETTI, Francesca. Las crónicas de Indias: fronteras de espacios y confluencia de géneros. **Centro Virtual Cervantes**, España, p. 219-331, 2013.

LESSA, Giane. “Nueva corónica y buen gobierno” de Felipe Guamán Poma de Ayala: um novo gênero que emerge no contexto da conquista da América. Simpósio internacional de estudos de gêneros textuais: ensino em foco. Caxias do Sul, RS. ago. 2009.

LUNA, Jaime Vargas. Felipe Guamán Poma, (1534?/ 1556? – 1615?/ 1644?). In: ZAMORA, Margarita; CORTÉS, Rocío. **Narradores indígenas y mestizos de México y Perú (Siglos XVI-XVII)**. Lima: Centro de Estudios Literarios Antonio Cornejo Polar - Latinoamericana Editores, 2016. p.269-296

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura - un manifesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais Hoje. In: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (orgs.). **Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo**. 1. ed. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.

NENEVÉ, Miguel; CHRISTO, Laura. **Felipe Guaman Poma: o Aristóteles da América do Sul e a geopolítica do conhecimento**. Anais do Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental, n. 1, 2016.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. **Por uma história do possível: o feminino e o sagrado nos discursos dos cronistas e na historiografia sobre o “Império” Inca**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciencias Humanas - IH, Programa de pós graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

THEODORO, Janice. A América desenhada pelos cronistas: derivações dedutivas a partir do exercício da linguagem. In: THEODORO, Janice. **América Barroca: Tema e Variações**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Editora Nova Fronteira, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Trad.: MOISÉS, Beatriz Perrone. 4. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010. (Biblioteca do pensamento moderno)

WALSH, Catherine. Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder: entrevista a Walter Mignolo. **Polis: Revista de la Universidad Bolivariana** [On-line], Chile, v. 1, n. 4, 2003.

A IDEIA DE UM NOVO MARANHÃO E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

Liana Rayssa Mota Amorim¹

Resumo: A proposta apresentada é a compilação de resultados obtidos no trabalho monográfico “O Serviço de Proteção ao Índio e a ideia de um novo culto ao Maranhão (1910-1914): a conciliação entre a política indigenista nacional e os discursos desenvolvimentistas do Estado”. Tem por intenção a reflexão sobre os aspectos de modernização e formação nacional, conectado com os processos de emergência de identidades nacionais da América Latina. A análise se faz a partir do caso maranhense, visto que o estado foi um dos primeiros a receber a instalação de uma repartição da Inspetoria Agrícola, ligada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Estado de “vocação agrícola”, o Maranhão enfrentava, nos primeiros anos da república, uma grave crise econômica, tema constantemente abordado nas falas de seus políticos.. O objetivo da proposta consiste em averiguar como as pautas do Serviço de Proteção ao   ndio (SPI) estavam em consonância com os intentos modernizadores do estado Maranhão    época.

Palavras-chave: Novo Maranhão; Popula  es Indígenas; SPI.

INTRODU  O

O pensamento latino americano, na transi  o do século XIX-XX, alternava basicamente em dois eixos: da moderniza  o e da busca por uma identidade nacional. (VALDÉS, 1997) No caso brasileiro, a forma  o da identidade nacional estava conectada com a tentativa de supera  o do “atraso” – representado principalmente pela longevidade das estruturas imperiais – e a transforma  o do país em um representante da “ordem e progresso”.

Tal tentativa se tratou de acompanhar os “ares da moderniza  o” que exigiam a forma  o de estados autônomos e independentes das antigas potências colonizadoras. Como foi o caso das Treze Colônias, que desde os anos finais do século XVIII tinham alcançado sua independência, e no século posterior consolidou o seu processo de expansão, baseado principalmente na doutrina do Destino Manifesto, que decisivamente colaborou com a conhecida Marcha para o Oeste.

As fronteiras do Oeste do que atualmente conhecemos como os EUA foram responsáveis pela forma  o do imaginário dos estadunidenses, de que além de “civilizados”, eles eram os próprios vetores de “civiliza  o”. (DORNELLES; MELO, 2015) Algo semelhante se deu no caso brasileiro, além disso, o processo de interioriza  o e demarca  o de fronteiras do século XIX colocou mais uma vez a “questão indígena” na ordem do dia.

Tal questão no Brasil foi encarada por, pelo menos, duas formas: fosse pela suposi  o que o indígena não trazia nenhum fator favorável para o desenvolvimento e, portanto, seria um elemento condenado ao desaparecimento²; ou, a outra defendida pelos românticos e indianistas, que acreditavam que o indígena era elemento formador da na  o brasileira, apenas precisando este alcançar a completa civiliza  o.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Gradua  o em História (PPGHIS) – UFMA. E-mail: lianaramorim@gmail.com.

² Supunha-se que essa elimina  o se daria por fatores de inapta  o dos indígenas ou simplesmente pela a  o violenta promovida pela expansão das fronteiras.

Esta segunda contribui com a formação de certa simpatia à causa indígena, tendência recebida principalmente entre os positivistas que consideravam os indígenas como seres em estado transitório, cabendo ao Estado tutelá-los em via de que os fizessem superar o nível fetichista.

Entre diversos debates e teorias sobre o que fazer com esses “habitantes dos sertões”, o século XX foi inaugurado com a agência que seria representante da primeira política indigenista laica do país, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado em 20 de junho de 1910, sob a égide do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Tal política tinha como objetivo dois contingentes específicos: os indígenas e os trabalhadores nacionais.³ O SPILTN buscou forjar um padrão de trabalhador nacional que seria a resposta a certa modernização agrária e trabalhista, objetivada desde a (re)criação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC), pelo decreto legislativo nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906 - que nesse momento recebeu as pastas de atribuições ligadas à catequese dos índios. (BRASIL, 1906)⁴

O SPILTN começou a sua atuação a partir da Instalação de Inspetorias em diversas regiões do país, computando em 13 inicialmente. Suas sedes instaladas nos centros urbanos eram incumbidas de atividades como a instalação do Serviço, sob diversas modalidades: Povoações Indígenas, Postos Indígenas de Atração e Pacificação ou Centros Agrícolas. O Serviço contava com militares e engenheiros agrônomos, evidenciando o que construía seu pano de fundo: a conquista das populações e do território, a modernização e controle da mão de obra das populações indígenas e mestiças.

Em 1918, pelo Decreto Lei nº 3.454, o setor responsável pela localização dos trabalhadores nacionais foi separado do órgão devido a certo discurso de incompatibilidade entre as pautas. Possivelmente explicada pela intervenção do Serviço ao que diz respeito à regulamentação das terras indígenas, responsável pela insatisfação de alguns setores conservadores que estavam diretamente ligados a questões fundiárias.⁵

O SPI como órgão do Estado representou a materialidade das discussões tratadas-anteriormente à proclamação da República. Como via de colocar o país nos trilhos da desejada “modernização”, em primeira instância pensou-se na imigração europeia para o país, entretanto, a formação de um campesinato ou uma massa de trabalhadores “genuinamente brasileira”, era uma pauta inadiável, principalmente em meio aos positivistas que marcaram significativamente a transição dos sistemas imperial para o republicano. (LINS, 1964)

Em tentativa de conduzirem as rédeas das transformações políticas, em 1890, lançaram uma proposta de uma Constituinte. (GAGLIARDI, 1989) Na qual reclamam a questão indígena, pois consideram as populações indígenas como elementos constituintes da República, mesmo as concebendo em estado fetichista. Cabendo, por-

³ A categoria trabalhador nacional abrange populações rurais de origens diversas, inclusive indígenas já “incorporadas” ou “assimiladas” aos parâmetros do órgão indigenista – sob o pressuposto de que o “ser indígena” é algo situacional, transitório.

⁴ Tal pauta era antes pertencentes ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores. Ademais tinha como preocupações, a imigração e a colonização; a indústria animal; estatísticas; registros de animais, institutos de pesquisa e terras públicas. A criação do SPILTN pelo decreto nº 8.072, do dia 20 de junho consistiu em estabelecer proteção aos índios e a localização do trabalhador nacional.

⁵ É válido ressaltar que a trajetória do SPI é marcada por contradições e conflitos de interesses. Não à toa, até sua extinção, em 1967, o Serviço esteve subordinado a inúmeros Ministérios. Em 1906, esteve ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Decreto nº 8.072 de 20/06/1910; 1930, sua pasta é transferida para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433 de 26/11/1930); 1934, Ministério da Guerra (Decreto nº 24.700 de 12/07/1934) e em 1939 retorna ao Ministério da Agricultura (Decreto nº 1.736 de 03/11/1939) até ser substituído pela FUNAI.



tanto, promover a superação da situação “primitiva” dessas populações até que chegassem ao nível de “civilização”.⁶ A chegada até a “civilização” deveria ser mediada pelo Estado, que se apresentava como protetor dos povos e seus territórios. Nestes termos, o artigo primeiro da proposta de Constituição explicitava o seguinte:

Art. 1º — A República dos Estados Unidos do Brasil é constituída pela livre federação dos povos circunscritos dentro dos limites do extinto império do Brasil. Compõe-se de **duas sortes de estados confederados**, cujas autonomias são igualmente reconhecidas e respeitadas segundo as formas convenientes a cada caso, a saber:

I. Os Estados Ocidentais Brasileiros sistematicamente confederados e que provêm da **fusão do elemento europeu com o elemento africano e o americano aborígene**.

II. Os Estados Americanos Brasileiros empiricamente confederados, constituídos pelas **hordas fetichistas esparsas pelo território de toda a República**. A federação deles limita-se à manutenção das relações amistosas hoje reconhecidas entre nações distintas e simpáticas, por um lado; e, por outro, em garantir-lhes a proteção do Governo Federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios. Estes não poderão jamais ser atravessados sem seu prévio consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido. (GAGLIARDI, 1989, p. 56)

O fragmento em destaque foi sugerido por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, membros do Apostolado Positivista. Nele percebemos que a constituição da República parece ser forjada a partir da ideia de formação da nação a partir das três raças, perspectiva que desde então vinha sendo maturada pela intelectualidade nacional, advinda principalmente das observações feitas por viajantes europeus que vieram em busca de elementos da flora e fauna brasileiras (SCHUWARCZ, 1993). Entretanto, apesar de malograda, essa proposta foi base da política indigenista lançada a partir das primeiras décadas do século XX. Quando comparamos a proposta de Miguel Lemos e Teixeira Mendes com a fala de José Bezerra Cavalcanti, diretor interino da Inspetoria Regional 1, podemos avaliar melhor em que consistia o debate sobre o lugar do indígena na nação:

Assim encarado o problema, tentada a sua solução com o amor e devotamento que o patriotismo a todos impõe, tudo faz esperar que caberá á **República a gloria imensa de haver promovido e conseguido a incorporação do indígena e a emancipação econômica do trabalhador nacional**, fomentando e assegurando, dest’arte, o progresso moral e material da bem amada Pátria Brasileira, Para ser assim, basta que o queiramos de verdade. E nem nos faltam exemplos na Europa, na América e alhures para que nos sintamos encorajados. (Relatórios do Ministério da Agricultura, 1911, v. 2-3, p. 276, grifo nosso)

Se atentarmos para as duas falas, ambas admitem a existência de dois “Brasis”. Um Brasil sistematicamente confederado, resultante da fusão racial e o outro empiricamente confederado, no qual a República deveria funcionar como protetora. Entretanto, a coexistência desses “dois Brasis” se dará de forma distinta. Na primeira fala é comum, em uma ligeira leitura, pressupor a existência de certa autonomia a essas regiões consideradas *estados confederados*, pois que são habitadas pelas “hordas fetichistas e supostamente, jamais seriam atravessadas sem seu prévio consentimento”, o que poderia sugerir que os indígenas não se constituíam apenas como povos, mas até certo ponto como “nações”.

⁶ O positivismo compreende as sociedades a partir de uma linha evolutiva, considerando a passagem por três estágios: o teológico, o metafísico e o positivo. As populações indígenas que habitavam o Brasil eram considerada fetichistas, pois que devido ao seu isolamento geográfico ainda utilizavam da concepção de forças superiores (como a natureza) para explicar a sua existência.

Entretanto, como seria possível coligar várias nações na ideia unificadora de Brasil? A possibilidade de coexistência das “nações” possivelmente serviu como empecilho para o logro da proposta de 1890. Visto que a concepção era de que “não só o selvagem brasileiro era incapaz, moral e intelectualmente de compreender o alcance da organização, como as tribos indígenas não podiam de qualquer modo se considerar como Estado e muito menos vários Estados”. (OTAVIO, 1946, p. 155)

As semelhanças não se encerram neste ponto. Há também a admissão de dois contingentes populacionais, sendo o primeiro a *fusão* dos elementos raciais (indígena, europeu e africano) que habitaria o chamado Brasil Ocidental, facilmente interpretado como território ocupado pelos trabalhadores nacionais. Enquanto o segundo era constituído pelas “hordas fetichistas esparsas pelo território de toda República”, os indígenas. Além disso, consideravam que o Estado Republicano deveria manter as relações amistosas, encarando o problema da localização do trabalhador e da proteção ao indígena com amor e patriotismo.⁷

O SENTIMENTO PATRIÓTICO DA COMISSÃO RONDON E O SPI

O SPI teve então como seu primeiro chefe, Cândido Mariano da Silva Rondon, militar de tradição positivista que comandou o Exército, orientou o reconhecimento geográfico e geológico da construção das Linhas Telegráficas, as chamadas obras de engenharia em prol da comunidade nacional. Além de ser responsável por incutir a ideia de dignidade à inserção das tropas nesses confins do Brasil e convocar a aproximação com as “tribos” de forma branda e amistosa – independente do grau de contato dessas com os não-índios. Seu lema era: “Morrer se preciso for, matar nunca”. (RIBEIRO, 2010, p.82)

Por essa premissa, o Ministro da Agricultura, Rodolpho Miranda, no dia 2 de março de 1910, indicou o nome do Tenente Candido Rondon para dirigir a causa dos *silvícolas*, por meio de uma conduta tida como “humanitária” e “heróica” nas zonas, até então, vedadas aos mais audaciosos exploradores. (RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1910, p. 7)

A conduta “humanitária” e “pioneirística” de ações como essa sempre foram valorizadas como aspectos importantes para a “integração” dos povos indígenas. Motivadoras de uma representação dos indígenas como indivíduos incapazes e passíveis da intensa intervenção do Estado em seus modos de vida, como via de lhes retirarem da “condição transitória” de ser indígena, transformando-lhes em cidadãos brasileiros e civilizados. A fim de configurar ao Brasil certa representação de progresso que serviria para sua consolidação a nível nacional e internacional.

O SPI foi constituído, sobretudo, como um projeto republicano. Tido como único sistema, na concepção da época, capaz de superar os “atrasos” e “malefícios” outrora causados aos “silvícolas” e aos trabalhadores nacionais, as ações do Estado se consolidariam na mediação entre esses contingentes populacionais e seus direitos. Direito esse que, como se pretende ressaltar nos próximos tópicos, se configura a partir do chamado poder tutelar, visto que o Estado atribuía a si mesmo a condição de concessor e não reconhecedor de direito.

O Estado, elaborou um discurso acerca do que é “ser indígena”, para realização de suas políticas frente à essas populações. A partir desses constructos criou “verdades” que serviriam de diretrizes para a efetivação de um direito cuja literatura era baseada em certo exame de qualidades e defeitos, processo que perpassava pelo

⁷ As semelhanças assinaladas não servem para defesa da ideia de uma continuidade homogênea entre as políticas indigenistas propostas pelos ortodoxos do apostolado e as práticas do SPI/ITN. Ver LIMA, Antonio Carlos de Souza Lima. *Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Editora Vozes: Petrópolis, 1995.



exercício da alteridade – a criação do outro. Responsável pela imagem reduzida do indígena de ingenuidade e de hipossuficiência, no caso da República. Tal exercício se constituiu de três eixos: o julgamento de valor; a ação de aproximação ou distanciamento em relação ao outro; conhecimento ou indiferença em relação à identidade do outro. (TODOROV, 1993, p. 183)

Foucault sugere que o exercício do poder se dá a partir de uma economia dos discursos de verdade, responsável pelo funcionamento do poder e a partir dele. O SPI e seus agentes se configuraram como produtores de discursos para a implantação e efetivação de suas ações, (FOUCAULT, 1979) tentando definir um lugar ao indígena frente à ideia de Brasil.

Discursos que colaboraram com a configuração de um acesso específico (e excessivamente burocrático) dessas populações à alguns direitos, principalmente, os ligados aos seus territórios. Como o caso de exigência da apresentação de evidências históricas sobre a ocupação das populações indígenas em territórios por eles reclamados. Desconsiderando os históricos de grilagem, os descimentos e locomoções forçadas e não forçadas de indígenas para outras regiões que não as suas.

Tais processos de consolidação ao direito da terra foram, sobretudo, acirrados em regiões consideradas longínquas do centro burocrático do estado, lidas como “esvaziadas” ou simplesmente “vazias”, portanto, admitia-se que as populações nativas e seus territórios eram passíveis de serem alcançados pelas instituições estaduais, de modo por vezes arbitrário e violento, situação que pode ser visualizada no caso maranhense como veremos a seguir.

OS RINCÕES MARANHENSES

Segundo Sandor Bringman, houve um real esforço por parte do SPI de instalar Postos Indígenas nas regiões fronteiriças porque o indígena poderia ser ao mesmo tempo, um trabalhador rural ou um soldado, sobretudo, pelo seu afastamento geográfico que em certa medida era interpretado como isolamento da “sociedade defeituosa”. (BRINGMAN, 2015) A sociedade ideal seria formada por uma massa fixada e que entendesse o “valor do trabalho”. (GARFIELD, 2011, p. 45)

O Decreto Lei nº 736, de 6 de abril de 1936, atesta a longa preocupação do governo federal com essas áreas, conforme fragmento seguinte:

Nas zonas habitadas por índios serão instalados Postos que além do amparo e mais funções consignadas neste e no seguinte capítulo, procurarão especialmente, por meios brandos, atrair os índios que viverem em estado nômade, pacificador os que se mantiverem hostis, reeducar os habituados ao nomadismo pelas cidades e povoados e nacionalizar os índios em geral, especialmente os das regiões de fronteira. (BRASIL, 1936)

No Maranhão, essas zonas se concentravam ao sul (Grajaú) e noroeste (Turiaçu) do estado, historicamente marcadas por conflitos, como o de Alto Alegre em 1901, geralmente exemplificado como um dos mais emblemáticos casos de violência entre indígenas e não-indígenas, importante para entendimento de certos distanciamentos entre esses dois grupos sociais.⁸

⁸ Para saber mais COELHO, Elizabeth Maria Beserra. *Territórios em confronto: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão*. São Paulo: Hucitec, 2002 e MATTOS, Izabel Missagia. *Missão Religiosa e Violência: Alto Alegre, 1901*. ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina.

Em 5 de março de 1911, o governador do Maranhão recebeu o engenheiro Pedro Dantas para instalação da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no estado, com o intuito de pacificar os Ka'apor e outros grupos indígenas do Turiaçu por meio da instalação de um posto e aplicação das etapas de “pacificação dos indígenas”. As instalações de postos, de acordo com Guimarães, estavam alinhadas com a intenção de sedentarização das comunidades indígenas, que deveria culminar na “nacionalização”:

Assistir e nacionalizar indígenas significava colocar efetivamente em prática uma etapa sucessória na progressiva linha civilizatória imaginariamente formulada pelos indigenistas positivistas. Esta etapa deveria suceder a etapa de atração e pacificação dos índios que consistia em fazer com que a sua frequência de visita [aos postos] e circulação fosse cada vez mais regular e constante ao longo dos meses e anos. (GUIMARÃES, 2012)

Importante salientar que nesta ocasião não me debruçarei sobre a instalação ou funcionamento do posto Felipe Camarão – posteriormente chamado de Pedro Dantas, em homenagem a seu primeiro inspetor chefe –, a proposta é compreender quais foram os fatores que motivaram as primeiras atividades do SPI nessa região fronteira entre o estado do Maranhão e Pará, especificamente da margem chamada Turiaçu.

Em 1911, o governador do Maranhão, Luís Domingues relembrou a Nilo Peçanha, então presidente do Brasil, acerca de uma conferência em que estiveram juntos, na qual lhe comentou sobre a situação dos índios do estado. Segundo o governador, a situação era de desgraça e miséria, nas zonas entre os rios Turiaçu e Gurupi, principalmente daqueles que habitavam terras próximas às aldeias. Tais áreas foram palcos de recorrentes massacres, “sobrando poucos para contar história”. (PACOTILHA, 1910)

Prontamente, ao que parece, a solução dada pelo presidente foi da implantação de centros agrícolas no estado. Proposta que teve os primeiros passos no ano de 1910, logo depois da eleição de Luís Domingues. Não por coincidência, o Ministro da Agricultura incubiu ao doutor Clodoaldo de Freitas, em 7 de fevereiro de 1910, a iniciação de trabalhos preliminares para servirem de base à organização da catequese dos índios. (RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1910)

O jovem governador que demonstrou aflição naquela ocasião, em Relatório para Assembleia Nacional, comentou a solicitude do presidente em sugerir o estabelecimento de colônias agrícolas nas imediações das aldeias, que serviriam como centro de atração “do próprio selvagem” daquela zona. Sugestão, que ao nosso ver, foi recebida com contentamento por combinar com os intentos locais de resolução da questão da lavoura, recorrentemente, reclamada como decadente e carente de apoio do Governo Federal.⁹

Desde os finais do século XIX, era comum que o Maranhão aparecesse nos discursos políticos como estado agrícola por vocação, entretanto, esses mesmos discursos indicavam que apesar de opulências naturais, a agricultura no estado estava em decadência, principalmente após a abolição da escravidão. Segundo esses, o Maranhão sofria com a “falta de braços” e por isso estava empobrecido.

Entretanto, apesar de suas limitações, a economia maranhense nas décadas finais do referido século, conseguiu viver momentos de prosperidade que estavam ligados ao mercado externo e também a um aumento da incorporação de trabalhadores, principalmente advindos do nordeste e responsáveis pelo assentamento de áreas férteis. Contudo,

⁹ Em relatório de 1911, Luís Domingues pediu ao Governo Federal que poupasse o Estado do Maranhão da contingência de recursos à “guerra ao índio”, pois que era um direito natural e constitucional a defesa da honra, da vida e da propriedade dos cidadãos. (Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (MA) – 1889-1930, 1911, p.21)

este último fator foi utilizado pelos grandes proprietários como argumento para evidenciar o discurso da ausência de mão de obra, visto que para eles era difícil o recrutamento desses trabalhadores livres.

Para nós, a dificuldade alegada por esses grandes proprietários estava ligada à mentalidade, que possivelmente compreendia que tais homens livres não deveriam gozar de tanta liberdade assim, afinal, a substância desse corpo de trabalhadores se constituía de indígenas, sertanejos e negros libertos. Sujeitos que estiveram tradicionalmente subordinados compulsoriamente àqueles, mas que neste momento não estavam, ou pelo menos não deveriam estar.

Mesmo com a abolição da escravidão, ainda era possível perceber que alguns desses recrutamentos de homens livres se davam de formas análogas ao trabalho escravo, visto que, uma relação para ser considerada escravista precisa transparecer características essenciais que não necessariamente aparecerão de forma simultânea, são elas: “o pertencimento do trabalhador a propriedade de um senhor; a coação e repressão da força de trabalho e a apropriação de todo o produto do trabalho pelo senhor ou proprietário.” (RAMOS, 2004, p.54) O século XIX é frequentemente marcado por estratégias políticas que de algum modo colaboram com a continuidade de algumas dessas características, principalmente no caso dos indígenas, nosso foco. (DORNELLES, 2018)

A REGIÃO DE TURIAÇU

A região conhecida como Turiaçu, apesar de pouco estudada pela historiografia maranhense, apresenta sua formação como um dos melhores exemplos do complexo processo de conformação territorial do estado, que envolve aspectos como a participação indígena, a expansão da fronteira, formação social e econômica do noroeste maranhense, entre outros. No século XVIII, essa região foi primordial para a definição da fronteira entre os estados do Maranhão e Pará, mas foi construída de maneira paulatina e dialogada com os interesses dos governantes de ambos os estados, principalmente os comerciais.

Assim, consideramos importante retomar alguns fatos que colaboraram para que essa região fosse uma das primeiras a receber a instalação de postos sob o comando da agência do SPI, no ano de 1911. Sobretudo, porque nesse processo o próprio governador do Maranhão, Luís Domingues, em conversa com o então presidente da República Nilo Peçanha, considerou grande “periculosidade” que constituíam os indígenas Urubus Ka’apor. (RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS - MA, 1911)

Desde os tempos coloniais, sempre houve inúmeras tentativas de integração dessa região, entretanto “o clima, o índio e a mata” foram considerados como empecilhos para sua ocupação efetiva. (ABREU, 1939) Contudo, atividades ligadas à extração de látex e garimpo foram ali desenvolvidas de forma incipiente. Possivelmente inserindo povos indígenas da região, como os Tembés e os Ka’apor, em dinâmicas de trabalho insalubres, e por que não dizer compulsórias?

Para ocupação e exploração da região, o estado do Maranhão tomou algumas medidas a fim de regularizar o funcionamento de atividades relacionadas à extração da borracha. São essas as leis de nº 70, de 16 de julho de 1894; nº 343 de 17 de maio de 1904 e nº 52, de 1 de abril de 1909. Tais medidas, diziam respeito à delimitação de zonas exploráveis, o que dificultava ações de homens que não pretendiam a submissão de suas atividades ao estado, gerando assim acirramento dos conflitos na região.

Dentre diversos casos ocorridos nesse contexto de disputas, um, em especial, ocorrido em 1910, nos chamou atenção. Trata-se de um homem conhecido como Coronel Fortunato Bandeira acusado de se enquadrar no

perfil anteriormente referido. No dia 11 de agosto de 1910, o Correio da Tarde expôs um *protesto* do senhor Carlos Ferreira Cardoso, representante de uma associação concessionária da extração de borracha, na zona compreendida entre os rios Turiaçu e Gurupi. Nesta moção, o coronel Fortunato Bandeira foi acusado, juntamente com outros seringueiros, de invasões ilegais para abertura de estradas e instalação de barracões para exploração da borracha, em área reservada para os conferidos concessionários.¹⁰

O acusado expôs contraprotesto em 22 de dezembro de 1910 nos seguintes termos: em sua defesa acusou um senhor Carlos Ferreira de não ter compreendido a que as leis de nº 70, de 16 de julho de 1894; nº 343 de 17 de maio de 1904 e nº 52, de 1 de abril de 1909. De acordo com a interpretação de Fortunato Bandeira, os privilégios de exploração pelos concessionários da área de Turiaçu e Gurupi variariam entre 10 e 15 anos e, ao que tudo indica, deveriam dar algum retorno ao estado. Bandeira então acusou o concessionário de nunca ter ido à região que, a seu ver, encontrava-se desocupada e sem cumprir a função para qual tivera sido designada durante 15 anos, isto é, à exploração da borracha por companhias privadas.

Bandeira conferiu tal “desocupação” à existência de “bravios índios” na região, desconsiderando completamente que as habitações dos indígenas por si mesmas já indicavam ocupação. Além disso, se mostrou disposto em lidar com essas populações que serviam como “empecilho” para a efetivação das atividades de extração da borracha.

As disputas de interesses foram frequentes naquela região, não só dentre os seringueiros, mas, principalmente entre estes e os funcionários do SPI que pretendiam a instalação de um posto de atração naquela região. Não raramente, os representantes da agência apresentavam a ação dos seringueiros como fator complicador no momento de aproximação com os indígenas.

O caso referido foi um dos casos que nos ajudou a compreender que a região do Turiaçu, a primeira região do Maranhão a receber as atividades do SPI, foi “reocupada” – visto que ali já habitavam populações – à custa de guerras e conflitos, envolvendo a utilização da mão de obra indígena.

Em certa ocasião de entrada à mata, os funcionários do SPI se encontraram com um grupo dos “mais temidos indígenas do Maranhão”, como eram denominados os Ka’apor. Entre disparos de rifles e de flechas ao ar, um Ka’apor, depois de ter ouvido e em parte compreendido o discurso do tenente Dantas sobre a sua missão de paz e pretensão de ajuda, recita em sua língua materna dizia saber que aqueles homens não eram do governo, mas sim, homens desejosos de lhes fazer trabalhar em seus estabelecimentos. (PACOTILHA, 1911)

OS “MAIS TEMIDOS”

Os Ka’apor eram conhecidos pelo seu poder de resistência e guerra, ou na versão do SPI, pela sua “barbaridade” e “selvageria”. Características utilizadas como critério pelo Serviço de Proteção para a escolha desse grupo como um dos primeiros a serem submetidos à política de “pacificação”. Além do fato de habitavam uma zona vastíssima e fértil, cuja ocupação por empreendimentos que “desenvolvessem” o estado era o objetivo. Afinal, não era o Maranhão tão carecido de “desenvolvimento”?

Conhecidos geralmente por sua arte plumária, fazem parte do tronco linguístico Tupi-Guarani e parecem ter chegado ao território maranhense na década de 70 do século XIX, por possíveis conflitos com colonizadores “lusobrasileiros” e, com outros povos nativos. Estudos apontam que nos séculos XVII e XVIII eram reconhecidos como os Pacajás, povos que habitavam as regiões do Xingu e Tocantins.¹¹

¹⁰ Embora seja apresentado no periódico a partir do dia 11 de agosto de 1910, o protesto foi escrito no dia 6 do corrente mês.

¹¹ Para saber mais ver BALÊE, William L. *The persistence of Ka’apor Culture*, 1984.

Desse modo, como habitantes da região fronteira e conflituosa do Turiaçu, foi um dos primeiros povos a experimentarem as “investidas de pacificação” promovidas pela agência do SPI, no estado. A sua situação anterior ao processo de “pacificação”, culminado em 1928, poderia facilmente caracterizá-los como “povos isolados”. Em 1872, o engenheiro agrônomo Dodt, em seus relatórios de pesquisa oferece algumas informações que colaboram neste sentido:

Esta tribo vive isolada e sem relações com a população civilizada; só nas suas correrias, que estendem até as margens do Gurupí que eles também transpõem, é que entram em contato com a população civilizada, para qual às vezes se torna perigosa. Todavia força é confessar que os casos, em que eles têm disparado algumas flechas, sobre canoas, que passavam no rio, ou sobre as casas na proximidade da colônia, são muito raros. Por causa da falta de relações são pouco conhecidos, mas parece que não sem indústria, ao menos andam suas mulheres vestidas de saias de um pano grosso, tecido por elas mesmas, de algodão, que cultivam para este fim. Também seus arcos e suas flechas, que são de um tamanho descomunal (as flechas têm [1,8m.] de comprimento), são muito bem trabalhadas [...] eles usam muito de pontas de ferro para suas flechas e dizem que estas lhes são fornecidas por uns mocambos negros, que como se pretende, existem naquelas paragens. (DODT *apud* SAMAIN, 1985)

Mesmo que a primeira informação dada pelo engenheiro seja de que “esta tribo vive isolada e sem relações com a população civilizada”, parecendo, por conta disso, conferir a tais indígenas periculosidade, porque estavam afastados da “civilização”, as informações sobre os vestuários e, por fim, sobre as relações de fornecimentos de materiais como as flechas, permitem a apreensão de que o “isolamento” desses povos não era implicado pela sugerida condição “primitiva”. O isolamento acontecia porque tinham consciência de que o contato com as populações vizinhas não era amistoso, vide o caso outrora citado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a ideia de desenvolvimento do Maranhão, defendida durante as primeiras décadas do século XX, percebemos como a causa indígena foi encarada como um problema a ser superado. Principalmente a partir da incorporação de territórios e mão de obra indígena.

Tendo como justificativa o desenvolvimento do estado, que era alegado como carente de braços em suas lavouras, tendo como pano de fundo a ideologia da decadência já indicada pelo antropólogo Alfredo Wagner. A instalação do órgão indigenista no Maranhão representou de certa forma o “preenchimento de algumas dessas faltas”, visto que almejava o ensino de técnicas agrícolas, a fim de transformar o indígena apto ao trabalho da lavoura.

Desembocando em transformações significativas, como é o caso dos Ka'apor que transformados em alvo das tentativas de pacificação, tiveram seus territórios e suas vidas expostas, disputadas por agentes federais e exploradores, tornando a sua existência conflituosa nessas áreas, a exemplo dos frequentes conflitos promovidos por madeireiros. Realidade que analisada historicamente indica os impactos das políticas indigenistas republicanas não somente sobre as populações indígenas, mas também sobre os não indígenas e, principalmente sobre as estruturas das políticas atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Decreto Legislativo n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906.** Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 114-116, 1907.
- BRASIL. **Decreto nº 736, de 6 de abril de 1936.** Artigo 5º s/p. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-736-6-abril-1936-472619-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- BRINGMAN, Sandor Fernando. **Entre os Índios do Sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967).** 2015. Tese (Doutorado em História da Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- DEVÉS VALDÉS, E. El pesamiento latino-americano a comienzos del siglo XX: La reivindicación de la identidad. **CUYO**, Anuario de Filosofía Argentina y Americana, n. 14, 1997.
- DORNELLES, Soraia Sales; MELO, Karina M.R.S.. Sobrevoando histórias: sobre índios e historiadores no Brasil e os Estados Unidos. **Anos 90** (UFRGS.Impresso), v. 22, p. 173-208, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/16022805/Sobrevoando_historias_sobre_indios_e_historiadores_no_Brasil_e_nos_Estados_Unidos. Acesso em: 15 out. 2019
- DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, 2018.
- FOUCAULT, Michel. Soberania e Disciplina. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GAGLIARDI, José Mauro. **O Indígena e a República**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil: Política indigenista, a marcha para o Oeste e os Índios Xavante (1937-1988).** São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- GUIMARÃES, Heitor Velasco Fernandes. “Nossa Terra, Nossos Patrícios”: índios nascidos no território nacional. **ANPUH – Anais do Encontro Regional de História**, Rio de Janeiro, 15, 2012.
- LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- OTÁVIO, Rodrigo. **Os selvagens americanos perante o direito**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.
- PERIÓDICO. Pacotilha (MA), Ed. 00186 (Hemeroteca Nacional), 1910.
- RAMOS, André R. F. A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debates. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v. 1, n.1, 2004.
- RELATÓRIO. **Relatórios do Ministério da Agricultura**, v. 02, SPI, f. 07 e 08 (Museu do Índio – Acervo Arquivístico). 1910.
- RELATÓRIO. **Relatórios do Ministério da Agricultura**, v. 02 (Museu do Índio – Acervo Arquivístico), 1910.
- RIBEIRO, Berta. **O Índio na História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Global Editora, 2010.
- SCHUWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo da Miscigenação. In: SCHUWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

REPENSAR A HISTÓRIA INDÍGENA: VISIBILIDADE COMO PRIMEIRO PASSO PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Joselaine Dias de Lima Silva¹

Resumo: A proposta busca compreender a inclusão da temática indígena nos livros didáticos de acordo com a Lei 11.645/08, e debater as questões étnico raciais, trazendo a questão da negação e da diferença que impede o diálogo e compreensão do outro. Por meio de análises nos livros didáticos utilizados nos anos finais do Ensino Fundamental observamos qual visão e conhecimento os alunos trazem a respeito dos povos indígenas. Pensar e discutir as questões indígenas na contemporaneidade é pensar e discutir a necessidade da inclusão de uma História indígena do tempo presente. A descolonização sugere que se narre os acontecimentos a partir do olhar do outro, ou seja, abrange refletir estratégias que levam ao fim ou minimizam a marginalização, a discriminação o preconceito e a exclusão. Sendo assim, é urgente políticas públicas educacionais dentro da perspectiva intercultural, do ponto de vista que represente a construção de um novo espaço epistemológico que inclui os conhecimentos dos subalternizados numa relação alteridade.

Palavras-chave: Lei 11.645/08. Livro Didático. Educação Intercultural.

INTRODUÇÃO

Afim de tornar mais profícuo o diálogo com a pesquisa e com os elementos que possam interessar e contribuir nas discussões apresentadas com a proposta da interculturalidade, objetivamos tratar a questão da História indígena e o processo de inclusão da temática na Educação Básica, compreendendo os livros didáticos a partir da Lei 11.645/2008, que modificou as Diretrizes e Bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura indígena nas escolas públicas e privadas.

O enfoque no livro didático se dá em razão desse material ser o principal instrumento do professor para nortear os trabalhos em sala de aula, pois contribuem na formação dos sujeitos na sociedade. Em relação ao assunto, a historiadora Norma Telles (1984) expõe que a escola e o livro didático ocupam importante papel no processo de formação dos referenciais básicos dos alunos e na formação da consciência histórica da população. O livro didático é uma fonte importante, na constituição da imagem que temos do Outro.

Uma das perspectivas da imagem que possuímos do outro, nos aproxima desta cerca farpada na história dos portugueses, que conheceram os domínios indígenas. Na obra “*O nascimento do Brasil e outros ensaios*”, João Pacheco de Oliveira (2016) propõe uma revisão historiográfica para compreendermos a presença indígena no Brasil atual. O autor demonstra o quanto as pinturas antigas que retratam a história do Brasil se transformaram nas imagens oficiais do surgimento do país, e repetidamente reproduzida em livros didáticos introduzida pela escola foram naturalizada por toda a população letrada. Aponta ainda a necessidade da desconstrução de um pensamento único universal, esse que ainda é muito baseado em imagens e categorias coloniais.

¹ Mestra Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino- Americana. UNILA. Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História- PPGH- UFGD.

Pacheco de Oliveira (2016) aborda que embora a população brasileira tenha um imaginário constituído sobre o indígena, o investigador não pode fixar-se em um só ponto de vista e deve buscar as muitas histórias e o seu entrelaçamento (OLIVEIRA, 2016, p. 29). Dessa forma, não nos limitamos a uma documentação produzida apenas por fonte oficial e que reflita um ponto de vista canônico em relação ao assunto. A perspectiva descolonizadora permite construir interpretações novas nas entrelinhas de registros do passado, como se estivesse tentando nos fazer observar que o conhecimento não está no centro, e sim nas margens e nas fronteiras.

Entendido que o ensino de História é frequentemente abordado de forma linear, com narrativas que enaltecem os heróis brancos e as conquistas dos setores sociais privilegiados economicamente, percebe-se a necessidade da construção de um ensino que vincule efetivamente, um saber contextualizado e engajado, auxiliando na formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos. Além disso, a proposta possibilita a compreensão das dificuldades, limites e desafios que envolvem a transformação de aspectos epistemológicos que estruturam o conhecimento escolar sobre a História.

A temática indígena, perpassa desde a dominação e período colonial com a construção da imagem do “índio” no Brasil, na qual a diversidade cultural foi vista como um problema e a solução se resumia na homogeneização dos modos de existência. Em pleno século XXI vivenciamos a discriminação racial, social, cultural e a violência física, atos que tem se mostrado frequentes em nosso país.

O discurso da negação, da inferiorização permanecem latentes, revelando a urgência em (re)pensarmos o modo que as histórias indígenas estão sendo incluídas nos currículos escolares e refletirmos a interculturalidade como um processo de construção a partir das experiências históricas de subalternização, permitindo uma concepção decolonial que representa a criação de novas condições sociais, políticas e culturais.

Nessa direção, nos atemos a Lei 11.645/08, que oportuniza em todo o currículo da Educação Básica a oportunidade de reinventar o que já conhecemos da tradição eurocêntrica que permeia a História enquanto disciplina escolar. É a partir desse modelo que a história nacional foi forjada, e é a partir dele que a Lei pode demarcar uma premissa fundamental na composição de um currículo que prima pela diversidade, trazendo ao debate educacional sujeitos historicamente silenciados.

A Lei 11.645/08 se estabelece como um marco republicano de cumprimento da Constituição e possibilidade de aprofundamento da democracia, uma vez que diversas vozes e sujeitos são colocados mais ativamente no conjunto participativo das histórias da sociedade brasileira. A pesquisa ganha novas dimensões na medida em que compreende o processo de colonização, ou seja, quando um povo está no poder de outro, os dominadores impõem sua cultura e comportamento às sociedades dominadas e mesmo que ocorra o fim de um processo colonialista mais direto, os resquícios de colonialidade permanecem, latentes. Essa realidade se faz presente na sociedade em forma de livros, conceitos de autoimagem, cultura, entre outros aspectos.

Dessa forma, a investigação entrecruza os campos e os procedimentos na adoção de abordagem metodológica híbrida e se fundamenta com uma costura sobre a História Indígena no campo educacional numa perspectiva decolonial. As técnicas de coleta de dados que compõe o corpus da pesquisa, referem-se aos livros didáticos entre outros documentos que vão ao encontro da compreensão de fenômenos sociais.

HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Partindo do marco zero do nascimento que chamamos Brasil. A chamada Costa do descobrimento. Para compreendermos a presença indígena no Brasil atual, se faz necessário perceber que tal forma de concepção ainda é baseada em imagens e categorias coloniais, como bem escreve João Pacheco de Oliveira (2016). O autor pontua acerca das situações históricas do período colonial, no qual o encontro foi muitas vezes descrito como uma obra do acaso, algo quase acidental. Essas “casualidades” desembocam na fatalidade que anula completamente os agentes históricos, sem sequer sentir a necessidade de justificá-los ou absolvê-los, pois a narrativa flui de um único prisma, o europeu, compartilhado pelo narrador e seus ouvintes.

Independente do período histórico, de região ou de etnia, os discursos passam sempre pela proteção *versus* extermínio, pelo modelo religioso de pagão *versus* cristão, legitimando sempre a tutela. O autor apresenta a questão da tutela esclarecendo que a situação de exclusão e marginalidade ocorreu no início da colonização que concedia a outros o direito de pensar e falar por eles. “A história torna-se uma sucessão de ciclos agrícolas e extrativistas, o pau-brasil, o açúcar, o couro, as drogas do sertão, os minérios preciosos, o café e a borracha. Mais tarde seria a vez das distintas fases da industrialização; hoje em dia seriam as etapas da globalização” (OLIVEIRA, 2016).

Seguindo essa lógica, grande parte dos livros didáticos retratam os índios ligados apenas ao passado colonial, e não oferecem novas abordagens. Uma das aberturas que podem permitir que outras narrativas sejam pensadas e escritas na História do Brasil é a partir da Lei 11.645/2008.

Mesmo que o processo de construção de significados sobre o *outro* aconteça em vários campos sociais e não somente na escola, este é um ambiente considerável para tal procedimento, uma vez que tratar da questão indígena nesses espaços permite aos professores e alunos conhecerem os grupos étnicos existentes no Brasil. Essa é uma das maneiras de como podemos analisar criticamente as imagens e os estereótipos presentes em nossa sociedade. As salas de aula, os livros didáticos, os ambientes escolares e universitários são lugares de diálogos que consente a expansão da questão indígena na compreensão das representações sobre esses povos, proporcionando outras aproximações com o conhecimento de suas histórias e culturas.

Para Barros (2017), mesmo que os historiadores que lecionam na Educação Básica queiram ensinar seus alunos a problematizarem a História, poderão encontrar dificuldades nas instituições que desvalorizam as ciências humanas frente aos outros saberes. Recentemente, ouvimos falar no projeto Escola Sem Partido², no qual professores não devem suscitar aos alunos interpretações outras sobre os processos que constituem aquilo que sabemos de História. Uma tentativa de neutralização o apagamento de divergentes lugares e pontos de vista, como se existisse uma História oficial a ser ensinada. “Não existe uma única forma de se trabalhar com a História, de pensar a função do historiador na sua sociedade, de considerar quais são os seus verdadeiros motores, ou de balancear as relações entre passado, presente e futuro. Existem interpretações diversificadas” (BARROS, 2017, p. 8-9).

Nesse sentido, Koselleck (2013, p.197) fazendo uso das palavras de Goethe, pontua que a História precisa ser reescrita de tempos em tempos, sem a obrigação de um acontecimento original descoberto, mas pelo fato de que aparecem novas concepções, interpretações e modos de existir. A cada época, a cada configuração social, seus sujeitos são levados a posições a partir das quais aquilo que vivenciou é avaliado sob uma nova forma. Encontra-se,

² Mais informações em <https://www.programaescolasempartido.org/>. Para uma perspectiva crítica do projeto, ver: ALMEIDA, J. R.; CALDAS, R. R. HISTÓRIA PÚBLICA E EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA: “Professores contra o projeto Escola Sem Partido” - Narrativas em Debate. Revista Observatório, v. 3, n. 2, p. 66-91, 1 abr. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3359/9605>. Acesso em: 24 jan. 2020.

portanto, a necessidade em iniciarmos um trabalho intenso na desconstrução do imaginário nacional possibilitando as narrativas escritas que vem surgindo das trajetórias indígenas e sobre seus modos de viver na atualidade.

A mudança curricular é entendida como campo de disputas políticas e relações de poder. Perceber nos livros didáticos o que é dito e o que é silenciado implica a articulação da vida prática dos professores e o modo como lidam com suas perspectivas e trajetórias em sala de aula. É relevante nos atentarmos aos conteúdos dos livros didáticos utilizados nas escolas públicas observando se existe a inclusão de conteúdos na visão histórico-cultural a partir dos povos indígenas e assim reconhecer que essas populações não são apenas vítimas da história e sim sujeitos dela. (CUNHA 1992, p. 24).

Nesse exercício de reflexão, a partir do PNLD- 2014 e 2017, do livro Projeto Araribá História utilizados em escolas públicas do Mato Grosso do Sul nos anos finais do ensino Fundamental constatamos, que pouco se fala sobre a temática indígena e o conteúdo é sempre mais restrita ao período de colonização. São pouquíssimas páginas e as representações construídas sobre a questão são limitadas, de contextualização insuficiente, demonstrado apenas tímidas modificações.

Na análise do livro do 8º ano do Ensino fundamental, nos permite observar a partir das imagens apresentadas, a visão que os alunos construíram sobre os povos indígenas logo na primeira unidade, com o assunto das missões jesuíticas e a imagem de ilustração de Theodore de Bry, de 1562, representando indígenas Tupinambás e guerreiros inimigos capturados em guerra bebendo cauim em ritual antropofágico.

Figura 1- Ritual antropofágico



Fonte: APOLINÁRIO, 2014, p. 22.

Em seguida no livro analisado do 9º ano, apenas na página 144 aparece uma imagem de Marechal Candido Rondon em visita a uma aldeia indígena com a intenção de enaltecer a imagem do índio e integrá-lo definitivamente à sociedade. A imagem repercutiu intensamente nas propagandas do governo Vargas. O texto relata que o estado continuava a tratá-los como incapazes e que necessitavam de tutela. Além desse texto não foi encontrado nenhum outro que tratasse da Cultura e da História indígena em relação ao Brasil atual.

Figura 2- Marechal Candido Rondon em visita a uma aldeia indígena no ano de 1944



Fonte: APOLINÁRIO, 2014, p. 144.

Os estudantes em contato com esses conteúdos ao longo da Educação Básica permanece com a visão resumida e equivocada sobre os povos originários do Brasil. Isso pode gerar, inclusive, dificuldade em compreender os indígenas na atualidade. Discurso este, construído ao longo da história e levado para as páginas dos livros didáticos. Fato que contribuiu para naturalizar uma visão reducionista, simplista e equivocada sobre os povos indígenas.

Embora tenha sido pouco apresentado as produções indígenas nos livros didáticos, esse campo de produção escrita tem se ampliado. Eremites de Oliveira (2012, p. 200) expõe que as narrativas indígenas que vem emergindo está mais centrada na história de seu tempo presente. Com a formação dos professores indígenas nas universidades, as produções de materiais didáticos e acadêmicos tem aumentado. São produções expressam a cultura, a ecologia, políticas, práticas socioculturais, formas de vida, rezas, cantos e outros elementos que marcam suas trajetórias.

Boaventura de Sousa Santos (2007) argumenta que a contemporaneidade carece de diferentes saberes, sendo os saberes indígenas fontes que muito podem ensinar. O sistema capitalista e seus mecanismos trouxeram problemas ecológicos, poluição, desmatamento, aumento da desigualdade social e por isso é preciso a busca de urgentes e renovadas soluções. No processo de descolonização, as sociedades indígenas “vêm mostrando que sua resistência não está centrada na possibilidade delas absorverem ou não elementos da cultura dominante, mas sim na forma como esses elementos podem ser rearticulados positivamente por elas”. (CHAMORRO, 2008, p. 54).

A Lei 11.645/08 abre um leque de possibilidades para repensar os conteúdos históricos nas obras escolares. Possibilita a visibilidade desses sujeitos históricos e a incorporação de suas cosmovisões bem como a inclusão da temática nas escolas com o objetivo de estabelecer uma nova visão histórico-cultural e contribuir para recriação das imagens e imaginários por séculos construídos sobre os povos indígenas.

A lei é considerada pelos movimentos negros e indígenas como instrumento indispensável na luta contra as desigualdades etnicoraciais, uma vez que a instituição escolar possui a aptidão legal para contribuir com a desconstrução de preconceitos e estereótipos negativos associados a esses grupos. (SILVA, 2013.p. 126).

A partir da legislação aqui discutida, a historiografia não tem razões para perpetuar a ideia de que a História dos povos originários temporalmente determinadas pela história colonial. Nessa direção, a etno-história permite, a partir da prerrogativa da interdisciplinaridade, novas leituras das fontes e novas formas de formação do conhecimento.

LEI 11.645/08 E A DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS

Numa relação de forças entre o Estado e os diferentes grupos sociais, encontra-se a elaboração do currículo num processo permeado pelos conflitos, pelas negociações, e pelas (re)interpretações, conforme interesses divergentes sobre qual projeto social é considerado legítimo, e conteúdos e métodos são válidos para cada disciplina escolar. Trata-se de uma discussão ampla sobre a relação do Estado com os povos originários, marcada por diferentes recursos jurídicos e administrativos. Esses dispositivos vigoraram oficialmente até a extinção da tutela pela Constituição de 1988. (BANIWA, 2012).

A implementação da mudança, contudo, encontrou uma série de entraves. Os tempos atuais exigem outros instrumentos de convivência social que apostem não na repressão e sim na participação. Instrumentos que tenham como desafio superar as exclusões sociais, incorporando em estruturas plurais, os diferentes.

Os direitos indígenas estão fundamentados em três pilares básicos: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como órgão executor da política indigenista brasileira, o Estatuto do Índio e a Constituição Federal de 1988. Porém, somente a partir da promulgação dessa Lei Maior é que o indígena passou a ter seus direitos culturais, pelo menos por escrito, respeitados no Brasil. Antes da Carta Magna, o objetivo era localizá-lo e inseri-lo à sociedade, cujo entendimento da época deixaria de ser silvícola e menos desenvolvido. Esta realidade é deparada no artigo 1º da Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973 que dispõe a respeito do Estatuto do Índio³.

Os direitos dos povos originários, em seu sentido mais amplo, representam um campo historicamente definido pela colonialidade do poder, ou seja, por relações de poder e das desigualdades estruturais que elas geram. Coloca-se a questão das razões pelas quais, apesar dos avanços jurídicos e institucionais tangíveis que favorecem os indígenas do Brasil, o abismo socioeconômico entre indígenas e não indígenas permanece considerável afetando as dinâmicas dessas relações. Existem relações de poder entre Estado e povos indígenas ancoradas num processo de inferiorização colonialista.

Por séculos os indígenas foram vistos como “atrasados”, os entraves ao progresso. Nesse sentido, existem desafios a serem superados que envolve a questão do “caráter monoculturalista da administração pública brasileira, que está pensada e organizada para atuar dentro de uma cultura homogênea, ou de uma realidade espaço temporal única a vida urbana ‘branca’” (BANIWA, 2012, p. 218).

Esse é um processo fundamental de ser compreendido, observando e reconhecendo um Brasil plural. A mudança inicia-se no imaginário, ou seja, na criação de novas formas de ver o mundo, de sentir e agir. Assim, no quesito legislação, ao falarmos de descolonização, como podemos pensar estratégias que possam levar ao fim as relações de marginalização, discriminação, preconceito e exclusão? “Descolonizar o saber exige uma mudança epistemológica de forma que seja possível que outros saberes possam dialogar com os saberes ocidentais em pé de igualdade” (RESENDE, 2014, p. 67).

A questão encontra-se justamente em compreender que a inclusão da temática nas escolas implica a necessidade de incorporar outras cosmovisões no tratamento de conteúdo, bem como a inserção de políticas educativas que objetivem estabelecer uma nova visão histórico-cultural. A Lei Federal nº 11.645 é um dispositivo também “a contribuir para o desenvolvimento da pesquisa em história indígena, pois se espera que as instituições de ensino superior abram novos postos de trabalho nessa área” (CAVALCANTE (2011, p. 364).

³ Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.

O cumprimento dessa Lei pode ser o fio condutor para a efetivação de política educacional voltada para aos povos originários, mostrando a necessidade de uma descolonização do currículo. Eis o espaço e o tempo onde torna-se conveniente questionar: O que realmente é debatido e problematizado em sala de aula? O que é apresentado na instituição escolar a respeito da questão indígena? O indígena é visto como um ser vinculado eternamente ao passado na composição do povo brasileiro? Como é ver o ser indígena como um sujeito genérico, sem atentar para a diversidade cultural das mais de trezentas etnias presentes em nosso país?

Ao inserir nos currículos educacionais conteúdos referentes a essa temática a intenção é construir uma pedagogia decolonial na medida em que se questiona os referenciais eurocêntricos a partir dos quais o conhecimento no campo das ciências sociais é produzido. Nas escolas a Lei 11.645/2008 simboliza uma grande conquista, resultado das lutas dos povos originários cujo objetivo sempre fora ter o reconhecimento pluriétnico do país, dando condições para que os mais variados profissionais de educação discutam a realidade de silêncio e violência vividos por tais povos.

O maior desafio de uma dinâmica decolonial envolvendo a Lei 11.645/2008 é a superação ideológica da matriz colonial europeia e a elaboração de materiais didáticos que contenha a história indígena contemporânea e com isso haja a promoção da “visibilidade dos atores indígenas, contribuindo para desconstruir as imagens depreciativas ou negativas dos grupos étnicos, que continuam existindo na sociedade global” (CHAMORRO, 2015).

Prontamente, cabe aos profissionais e responsáveis problematizarem os enunciados dos livros didáticos, lançando questionamentos que possibilitam incorporar distintas cosmovisões no tratamento dos conteúdos bem como a inserção de políticas educativas que objetivem estabelecer uma nova visão histórico-cultural.

O olhar sobre o passado muda conforme o presente, em cada período histórico existe diferentes interpretações sobre a história. Na contemporaneidade, grande parte da sociedade apresenta dificuldade em mudar esse olhar e reconhecer que a questão sobre índio genérico, é resultado de uma educação colonizada, imposta ao longo da história.

A questão está interligada com a força do discurso, e sua capacidade própria de constituir sentido. O modo como os discursos do período colonial relacionado à força das representações imagéticas apresentou o índio à sociedade no decorrer de décadas, sempre ancorados no colonialismo e na inferiorização.

É relevante nos atentarmos aos conteúdos dos livros didáticos utilizados nas escolas, observando se existe a inclusão de conteúdos na visão histórico-cultural a partir dos povos indígenas. Como argumenta Carneiro da Cunha (1992) reconhecer que essas populações não são apenas vítimas da história e sim sujeitos dela.

É hora de pensarmos a interculturalidade como um processo de construção a partir das experiências históricas subalternizadas, permitindo uma concepção decolonial que representa a criação de novas condições sociais, políticas, culturais e de modos de pensamento.

Nessa direção, a interculturalidade crítica como bem apresenta (WALSH, 2009) passa a ser uma ferramenta que enfatiza a necessidade de considerar o problema estrutural-colonial-racial. Isto é, de um reconhecimento de que a diferença se constrói dentro de uma estrutura e matriz colonial de poder racializado e hierarquizado, com os brancos e branqueados em cima e os povos indígenas e afrodescendentes nos andares inferiores. A interculturalidade no sentido de questionar os modelos vigentes, preocupando -se com a negação e exclusão. Trata-se de provocar o questionamento das ausências de saberes, tempos, diferenças, e pensar a partir das emergências que se revelam.

Nesse sentido, a proposta dentro da perspectiva decolonial sugere a construção de um novo espaço epistemológico que inclui os conhecimentos dos subalternizados e dos ocidentais numa relação de alteridade, oportunizando o debate do protagonismo indígena.

Para que se cumpra a Lei 11.645/08 é essencial (re)pensar e atuar a partir de uma nova leitura do conhecimento focado na diversidade e na interculturalidade, que leva em consideração a visibilidade dos sujeitos indígenas.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa evidenciou muito mais que a necessidade do diálogo, pois ainda predominada nas ações pautadas pela ideia de interculturalidade funcional, que embora promova o diálogo e a tolerância entre os diferentes, não toca nas causas vigentes. (CAVALVANTE, 2017).

É preciso irmos além, e questionarmos as causas, chegarmos não apenas nas cicatrizes, mas sim, nas feridas abertas na América Latina, em relação aos povos indígenas. Diante das situações históricas apresentadas, não é possível compreender os indígenas atuais ignorando as estruturas estatais que estabeleceram as formas de dominação a que eles foram submetidos: “estamos em terras dos Pataxós, Tupinambás e Tupiniquins? Reconhecer isto não é invalidar toda a história que veio depois, é buscar corrigi-la” (OLIVEIRA, 2016, p.71).

Portanto, juntamente com as leis e o direito à terra está a questão primordial que é compreendermos como os povos originários tem sido representados e de quais maneiras essas representações permanecem no imaginário da sociedade nacional bem como nos espaços educacionais. Uma vez que, mesmo após a Lei determinando a inclusão da temática indígena nos currículos escolares, segue o tratamento genérico, o preconceito e o modo superficial de abordar a temática, sem gerar rompimento com a colonialidade.

Para que a Lei tenha êxito, é fundamental que seja superada a perspectiva eurocêntrica e se trabalhe a inclusão de conteúdos relativos à História e Cultura das populações indígenas não como uma obra finalizada e colocada no passado, mas como um processo histórico contínuo que inclui a existência dos modos de ser indígena no tempo presente, na busca de conhecimento e aproximação com os saberes pluriculturais.

Esses conhecimentos demandam da interculturalidade crítica, no sentido de questionar os modelos vigentes, das emergências pela qual outras vozes possam ser ouvidas, outros modos de ver, de ser e de existir no mundo. A inclusão da História e Cultura indígena nos currículos escolares é uma forma possível de visibilizar esses modos plurais.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Raquel Maria. **Projeto Araribá História**. 4. ed. Editora Moderna. São Paulo, 2014.

APOLINÁRIO, Raquel Maria. **Projeto Araribá História**. 4. ed. Editora Moderna. São Paulo, 2017.

BANIWA. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida, Rita. (Org). **Constituições Nacionais e Povos Indígenas**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2012. 238p. Il (Humanos).

BARROS, José D'Assunção. **Teoria e formação do historiador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988, Brasília - DF, 2012.



BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira** (LDB – 9304/96) Brasília, DF 2010.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 março de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, São Paulo, n. 30, v. 1, p. 349-371, 2011.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. A Interculturalidade Crítica como possibilidade para um diálogo sobre as territorialidades no Brasil. **The Critical Interculturality as. Tellus**, Campo Grande, MS, ano 17, n. 32, p. 85-101, jan./abr. 2017.

CHAMORRO, Graciela; COMBES, Isabelle (Org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. 1. ed. Dourados: UFGD, 2015.

CHAMORRO, G. **Terra madura, yvy araguyje**: fundamento da palavra guarani. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **A História dos Índios no Brasil**. 2 ed. 5. reimpr. 1992.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, jul./dez. 2012.

KOSELLECK, Reinhart *et al.* **O conceito de História**. Tradução René. E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia, 10)

OLIVEIRA, João Pacheco. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. La reinvenición Del Estado y El Estado plurinacional. **OSAL**, Buenos Aires, Año VIII, n. 2, set. 2007.

TELLES, Norma Abreu. **Cartografia Brasília ou esta história está mal contada**. São Paulo: Edição Loyola, 1984.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. Conferência apresentada no Seminário “Interculturalidad y Educación Intercultural. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2009.

WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

ENTRE VELHAS TÁTICAS E NOVAS PRÁTICAS: O CONSELHO PRESIDIAL E A BUSCA POR UMA POLÍTICA INDIGENISTA NO MARANHÃO (1825-1834)

Raissa Gabrielle Vieira Cirino

Resumo: Com a independência do Brasil, a partir de 1822, o trato com os povos indígenas se tornou uma temática ligada à nova esfera de poder provincial, composta pelo presidente de província e seu Conselho (também chamado de conselho de presidência, de governo, administrativo ou privativo). No Maranhão, a instituição assumiu o nome de Conselho Presidial e deliberou, entre 1825 e 1834, sobre diversas demandas envolvendo os povos originários. Suas decisões, marcadas por debates, concessões, violências, negociações e conflitos, serão analisadas a partir dos registros das atas de suas reuniões. Neste trabalho, propomos fazer um balanço da documentação do Conselho Presidial do Maranhão e suas possibilidades para a nova História Indígena.

Palavras-chave: Conselho Presidial; Povos originários; Maranhão oitocentista.

INTRODUÇÃO

Após a oficialização da independência do Brasil, a Assembleia Constituinte de 1823 buscou organizar o primeiro texto constitucional do Império. Entre os primeiros projetos, constou a Carta de 20 de Outubro, que deu “nova forma” ao governo das províncias, estabelecendo a indicação de um presidente e a eleição de um Conselho que tinha voto consultivo em decisões relacionadas ao “exame e juízo administrativo”.

A instituição também tinha voto deliberativo, especialmente referentes às áreas de desenvolvimento econômico, com o incentivo da agricultura, comércio e indústria; de infraestrutura, com a conservação e abertura de estradas e pontes; de segurança, com a vigilância sobre prisões, casas de correção e de caridade; de organização de censos e estatísticas; da “educação da mocidade”; da catequização de indígenas; de fiscalização de possíveis abusos na arrecadação de impostos, das contas das Câmaras Municipais, das receitas do próprio Conselho e as da presidência; de reclamações contra funcionários públicos e do trato de conflitos de jurisdição entre autoridades, com a possibilidade de suspensão de magistrados; de proposição de medidas para garantir bons tratos aos escravos e sua gradativa emancipação; e de despesas extraordinárias, sendo que o presidente só poderia executar medidas sobre esse assunto quando obtivesse a aprovação imperial¹.

Composto por seis membros, eleitos da mesma forma que os deputados gerais, os conselheiros deveriam cumprir as exigências de maioria de 30 anos e residência de, pelo menos, seis anos na província. Esses critérios buscavam assegurar a presença de cidadãos cientes das suas realidades regionais e, porventura, com proximidade de outras autoridades e instituições. Ou seja, na teoria, esses critérios também auxiliariam a viabilizar uma “boa administração” e, por conseguinte, o projeto de Estado nacional que se buscava implementar.

Embora a Assembleia Constituinte tenha sido dissolvida a mando de D. Pedro I, a Carta de 20 de Outubro de 1823 permaneceu em vigor, pautando a instalação desse Conselho enquanto os presidentes eram encaminhados

¹ BRASIL, Carta de 20 de Outubro de 1823, art. 24, p. 12.

para as províncias. No Maranhão, a instituição foi chamada comumente de Conselho Presidial e teve importante papel na consolidação da nova esfera de poder regional, bem como no realocamento de importantes figuras políticas e sociais do período².

Desse modo, até o momento, as pesquisas referentes ao Conselho Presidial e seus participantes se focaram na história política institucional, com o objetivo de resgatar o Conselho como instituição fundamental para a consolidação dos laços entre a província do Maranhão e o Império do Brasil. Além disso, os conselheiros foram tomados como enfoque para desvelar as diferentes estratégias das famílias de elite, pois esses grupos dirigentes se adaptaram por décadas ao projeto de controle do poder na capitania, província e estado³.

Agora, buscamos evidenciar os outros trabalhos que a instituição e os diferentes atores envolvidos em sua dinâmica. Esse interesse é fomentando tanto pela necessidade de explorar uma fonte com potenciais ainda fundamentais para a história regional/nacional, assim como para dar o devido protagonismo para atores que por muito tempo foram ignorados ou submetidos a silenciamentos pela historiografia quando se referia à sua atuação na composição das relações coloniais/imperiais, mesmo diante de situações impositivas e com variados obstáculos.

Esses silenciamentos caem por terra quando a documentação começa a ser lida a contrapelo, ou quando começamos a atentar para os detalhes e sinais que estão escondidos e passam, por vezes, despercebidos por nosso olhar eurocêntrico. E aqui nos referimos às abordagens de Walter Benjamin (1985, p. 153-164) e Carlo Ginzburg (2007, p. 17-40) como essenciais para possibilitar novas narrativas, novas histórias e novas perspectivas de futuro.

Além disso, autores da nova história indígena, como a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1992) e as historiadoras Maria Celestino de Almeida (2008) e Fernanda Sposito (2006) são tomadas como base para refletir sobre a capacidade de agência dos povos indígenas e suas relações com as diferentes instâncias representativas do Estado imperial, incluindo o Conselho Presidial do Maranhão. De forma sintética, pretendemos apresentar no artigo algumas pistas que evidenciam a busca de uma política indigenista pelo Conselho, ainda marcada por velhas táticas advindas de uma herança colonial, mas já apontando para novas estratégias, nas quais se sobressaem a participação dos povos originários como antagonistas e/ou aliados.

OS POVOS INDÍGENAS E SEUS ASSUNTOS NAS ATAS DO CONSELHO PRESIDIAL DO MARANHÃO

Apesar da pouca documentação escrita/produzida pelos povos originários, percebemos nas atas do Conselho Presidial que eles participaram de maneira ativa na sociedade colonial e provincial do Maranhão. Nesse primeiro momento de levantamento da documentação, observamos que a população indígena aparece principalmente em duas situações: trabalho escravizado/assalariado e as relações entre os representantes dos indígenas e a sociedade colonial/imperial.

Durante o período colonial, a escravização dessa mão de obra foi uma constante no Maranhão, mesmo com os variados decretos que proibiam essa prática pelos colonos. Observando falas dos homens e mulheres que deixaram

² CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidial do Maranhão na construção do Império (1825-1831). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

³ CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. “Pela boa ordem da província e pela glória do Império”: famílias, estratégias e suas tramas na administração imperial do Maranhão. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

testamentos após 1755, momento em que se estabeleceu a conhecida *Lei de Liberdade dos índios*⁴, Antônia Mota (2006) aferiu que os colonos do Maranhão já pareciam acostumados com a descontinuidade das leis que versavam sobre a proibição de escravização de indígenas e presumiam que com a lei de 1755 não seria diferente. Por outro lado, a autora conjecturou se a falta de condições econômicas desses povoadores pode ter influenciado a demora para a substituição dos braços indígenas pelos africanos.

No que se refere aos contatos, estes são variados e evidenciam os interesses, os projetos, as divergências, as negociações e os conflitos entre povos originários e sociedade colonial no Maranhão. Nesse sentido, temos, por um lado, uma população indígena no interior, nos chamados “sertões” maranhenses⁵, que conseguiu se preservar por quase dois séculos diante da violência dos colonos.

Por outro, temos a inserção de indígenas “pacificados” e seus descendentes nas comunidades e vilas do Golfão maranhense, a principal região colonizada situada ao norte do estado. Um levantamento feito pelo engenheiro militar Antônio Bernardino Pereira do Lago (2001, p. 40), em 1821, quatro anos antes do Conselho Presidial iniciar seus trabalhos, indica que havia 8 grandes aldeias de povos “pacificados” com mais de cem habitantes cada. Eram elas: Capivari, São João das Cortes, Anadiá, Cajari, Jaguary, São Miguel, Trisidela e Araióses. Ao sul da província, haveria mais três aldeias que reuniam cerca de 3090 indígenas Caraone. Também vale salientar que, segundo o historiador Mathias Assunção (2015, p. 64), esses polos habitacionais congregavam os migrantes vindos das demais capitanias/províncias da região norte do Brasil, que passaram a migrar a partir da primeira metade do século XVIII.

Considerando essas impressões iniciais, podemos avançar sobre os trabalhos do Conselho Presidial com o objetivo de evidenciar de que modo o novo Estado imperial lidou com esse contexto de “contato com os povos originários”, expressão que, como diria Manuela Carneiro da Cunha (1992), é um eufemismo envergonhado.

Em seus dez anos de funcionamento, o Conselho registrou 443 sessões, das quais localizamos somente 36 sessões que trabalharam com pautas que se relacionavam direta ou indiretamente aos indígenas. É um universo bem reduzido, se comparado, por exemplo, com a questão educacional, que contabiliza 215 sessões⁶.

O número reduzido pode ser relacionado com as delimitações do texto legal que pauta o funcionamento do Conselho. Na Carta de 20 de outubro de 1823, como vimos, o Conselho deveria discutir medidas relacionadas à promoção da catequese de indígenas. De fato, a participação da igreja para viabilizar uma zona de contato com os povos originários foi fundamental. A religião era usada para “civilizar” a partir da política de aldeamentos, onde os indígenas eram reunidos sem muitos critérios e passavam a seguir orientações que esvaziavam seus antigos costumes e vivências. Além disso, os aldeamentos garantiam o acesso à sua mão de obra pela Igreja, pelo Estado imperial e pelos particulares.

Foi nesse sentido que, na sessão de 8 de julho de 1829, o conselheiro Antônio Pedro da Costa Ferreira, que posteriormente ascenderia a deputado geral e senador imperial, indicou “que podem ser muito proveitosos à salvação das almas, e propagação da nossa santa religião entre aqueles selvagens, além de ser este um dos meios

⁴ A *Lei de Liberdade dos índios* reiterava a proibição da escravidão destes e proibia a administração de sua mão de obra por particulares. Em 1757, a determinação referente aos Diretórios indígenas incorporou esse edito e oficializou uma série de medidas visando a assimilação dos povos originários à sociedade colonial.

⁵ O “sertão” provincial se referia às regiões e vilas distantes da capital litorânea, além de considerar a pouca presença das autoridades. Geralmente, as vilas do centro sul do Maranhão, especialmente Pastos Bons e Caxias, eram assim referenciadas (CABRAL, 1992).

⁶ MARANHÃO, Atas do Conselho Presidial. Livro de Atas. Códice 1337 e 1339. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

mais eficazes para os civilizar”. Esse é um argumento muito comum para o período que, segundo Fernanda Sposito (2006), foi marcado por uma herança colonial (que remetia ao auxílio da Igreja para assentar os indígenas) na área de política indigenista.

Ao mesmo tempo, essas práticas coloniais que perpassaram a relação com os povos originários a partir da catequização e colonização foram adaptadas durante o período imperial. Não somente no nível político-institucional, mas também a partir da “própria relação conflituosa e ambígua entre indígenas e nacionais no interior do Brasil” (SPOSITO, 2006, p. 41).

Por sua vez, a oficialização do Diretório dos Índios, em 1757, buscava asseverar uma nova alternativa para assimilação e exploração da mão de obra indígena à sociedade colonial/imperial. No Maranhão, temos um fundo arquivístico sobre o Diretório no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Não obstante, as pesquisas que se debruçam especificamente sobre os aspectos sociopolíticos dessa instituição ainda são escassas na história regional. Destarte, buscaremos cruzar as diferentes fontes (atas e fundo do Diretório) para abarcar as especificidades, os trabalhos e as relações que se travaram nesse âmbito.

Os diretores de índios eram interlocutores constantes com o Conselho. Em 1827, Vicente Ferreira de Carvalho, que estava à frente do Diretório localizado na região de Cachoeira, no Alto Mearim, enviou uma representação para a instituição solicitando o apoio financeiro e material para a “civilização” dos índios sob sua responsabilidade. Carvalho salientou que desde 1815 “conseguiu meter de paz, e submeter as pias leis do Império, um grande número de famílias correspondentes a cento e sessenta guerreiros de arco, e hoje cidadãos subordinados as autoridades desta província”. Faltava-lhe, no entanto, alguns detalhes para assentar a nova aldeia de São João Batista, como um “diretor espiritual”, soldados para manter a segurança, armas e acessórios de plantação. O Conselho deliberou favoravelmente, delegando instruções para garantir a entrega do auxílio financeiro e dos materiais solicitados a uma comissão de sete indígenas que já se encontravam em São Luís, especificamente para dois, que eram chamados de “capitães da paz”⁷.

Essas e outras comunicações instigantes, que se sucedem de 1827 até a década de 1830, serão aventadas em pesquisas futuras para realçar o papel do Diretório de Índios no Maranhão, assim como a atuação de seus diferentes atores dentro de uma perspectiva institucional, política e social.

Dentre as 36 sessões destacadas, observamos, ainda, que foi comum a relação entre presença indígena, repressão e violência. O governo provincial recebia reclamações e pedidos de Câmaras e particulares contra os indígenas do interior e suas chamadas “correrias”, assaltos feitos às grandes fazendas dos “sertões”. De forma pragmática, o Conselho buscava preservar a produção de tais estabelecimentos, que mantinham plantações de algodão, arroz, cana e, mais comumente, criação de gado e produção de couro.

Geralmente, eram organizadas campanhas junto ao comandante das armas e ao diretor de índios que resultavam no envio de soldados, mantimentos e armamentos para as vilas mais afetadas, como a vila de Pastos Bons e de Monção. De forma geral, tais medidas foram frequentes entre os anos de 1829 a 1833, e apontam para a busca de implementação de uma política indigenista, em acordo com as particularidades da província. Em 1828, por exemplo, o presidente da província Manoel da Costa Pinto e seus conselheiros precisaram decidir sobre o pagamento e custeio de uma campanha feita em conjunto pelo diretor Carvalho e o comandante do destacamento militar do Mearim com o objetivo de “rebatêr” os ataques de indígenas nas vilas de Monção e Grajaú. A necessidade de chumbo

⁷ Atualizamos a escrita de todos os trechos usados. MARANHÃO, Atas do Conselho Presidencial. Livro de Atas. Sessão de 22 de agosto de 1827, fl. 43v. Códice 1337. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

e pólvora, assim como os custos de deslocamento e de uma canoa foram contabilizados para ter sua aprovação em Conselho. Tudo foi deferido conforme solicitados pelos dois líderes⁸.

Em contrapartida, as “correrias” também fomentaram planos de colonização e estabelecimentos de aldeamentos na província, buscando relações de contato com os povos originários que fossem além da violência. O projeto de colonização elaborado pelo tenente-coronel reformado Francisco Alves dos Santos, morador da vila de Grajaú, foi analisado pelos conselheiros. Santos buscava apoio do governo provincial para implementar uma bandeira em busca dos “povos gentios” que se estabeleciam no interior da freguesia de Pastos Bons e ali se fixar para garantir segurança aos moradores da região, assim como assistência aos indígenas que ficariam sob sua tutela. Para tanto, Santos destacou que era necessário recriar o cargo de comandante geral da vila de Pastos Bons e incumbir o capitão Antônio Francisco dos Reis, pois ele teria “as qualidades necessárias para ocupar o emprego”⁹.

O tenente-coronel Santos ainda argumentou que sua experiência em lidar com os indígenas já era antiga, pois havia sido um dos primeiros moradores da ribeira do rio Grajaú, momento em que se confrontou com os “gentios” das nações Paraquetege e Paraqueti. Ao fim e ao cabo, Santos e sua família conseguiram aldear os indígenas, que passaram a cuidar de suas fazendas de gado. Não obstante, estava sendo atacado por outra nação, conhecida como a Gavião e pela nação Ucasamotá. Ainda assim, garantia que uma “entrada, mas ainda na paz” seria suficiente para sanar o problema. Inserindo a questão religiosa, Santos asseverou que

[...] [a] fundação e edificação daquele templo resultará aos habitantes daqueles sertões certos de que tem um templo, ali será o ponto central de sua reunião, não só para renderem culto devido a Deus, mas ainda para consumo dos efeitos da lavoura, e pela continuação do tempo virá aquele lugar a ser a última vila, e depois cidade¹⁰.

Destacando conhecimentos relacionados à sua atuação individual nas inóspitas ribeiras do Grajaú, o tenente-coronel Santos buscou convencer o Conselho Presidencial de sua utilidade e necessidade para os “sertões” entre Pastos Bons e Grajaú. O que começou como um relato sobre o seu estabelecimento na região e suas relações com os indígenas pacificados tomou corpo, se apresentando como um projeto de civilização aos moldes do que pregavam as autoridades. Apesar do tom paternalista adotado pela narrativa, consideramos que os indígenas foram apresentados como importantes atores desse projeto, que visava contatos e consolidação de relações para assimilá-los em prol da “civilidade” de uma província ainda marcada pela presença de indígenas “gentios”.

De forma geral, enfocando tais ações, pretendemos analisar a perspectiva dos agentes administrativos colonizadores em lançar mão de ações para findar as “correrias”. É uma temática que ainda carece de pesquisas para o Maranhão, e buscaremos tanto identificar seus sentidos, suas práticas e seus fins, como observar de que forma foram incorporadas às determinações imperiais referentes aos indígenas. Trabalhos como o do historiador Adalto Ferreira Júnior (2017), que abarca a política indigenista da província de Mato Grosso, também serão de grande valia para uma investigação comparativa das “correrias” e seu trato pelas autoridades em diferentes províncias.

⁸ MARANHÃO, Atas do Conselho Presidencial. Livro de Atas. Sessão de 7 de maio de 1828, fl. 55. Códice 1337. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

⁹ MARANHÃO, Atas do Conselho Presidencial. Livro de Atas. Sessão de 21 de julho de 1827, fl. 36v-37. Códice 1337. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

¹⁰ MARANHÃO, Atas do Conselho Presidencial. Livro de Atas. Sessão de 21 de julho de 1827, fl. 37v. Códice 1337. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

Não obstante, também tivemos casos em que a autonomia indígena introduziu e efetivou decisões políticas a partir das relações travadas no cotidiano. Os interesses indígenas junto aos agentes administrativos colonizadores são exemplares e demonstram os confrontos e divergências que marcaram suas relações. Em 7 de maio de 1830, por exemplo, os índios da vila de Viana enviaram requerimento para reclamar das invasões de suas terras por variados indivíduos. O Conselho decidiu enviar o requerimento para o juiz de paz dessa mesma vila a fim de que ele procurasse, por meios amigáveis, conciliar as partes, persuadindo os intrusos a sair das terras indevidamente ocupadas e fazendo-lhes pagar uma indenização razoável pelo injusto uso das mesmas¹¹. Porém, em 30 de agosto, o juiz de paz retornou a comunicação informando que as terras não estavam sendo usurpadas, ficando sem necessidade qualquer tipo de providência¹².

É emblemático que o Conselho tenha considerado o caso em favor dos indígenas desde o início e, mesmo assim, o juiz de paz, conhecedor da localidade de Viana, tenha desconsiderado o parecer e suas instruções. O caso não invalida a iniciativa dos indígenas, que encaminharam requerimento oficial em grupo e conseguiram ter o aval da principal instituição no âmbito regional, mas se torna paradigmático por realçar os distintos projetos e interesses das autoridades (locais e regionais) com relação aos indígenas.

Se, por um lado, o Conselho se pautava no projeto de maior monta preconizado pelo Poder central de resguardar os indígenas e suas causas para garantir sua assimilação paulatina à sociedade imperial, por outro, os interesses locais do juiz de paz da vila – e provavelmente de seus aliados, que estavam ocupando as terras sem autorização – eram imediatistas e desconsideravam qualquer interferência externa. Não localizamos, ainda, nenhuma outra determinação ou orientação do Conselho sobre essa questão, o que nos leva a inferir que a instituição tenha aceitado o parecer do magistrado leigo.

Finalmente, salientamos o pedido feito por Joaquim Craô, identificado como chefe da nação Craô, que solicitou utensílios de lavoura para o seu aldeamento, que fora estabelecido recentemente. O Conselho deu parecer favorável, afirmando que já havia aprovado a petição do suplicante¹³. Neste caso, além da liderança indígena, observamos os cuidados para com o estabelecimento de seu grupo assentado e a busca pelo apoio do Executivo provincial para garantir sua sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos no decorrer do artigo alguns casos com o objetivo de demonstrar a diversidade de situações nas quais os povos originários estavam envolvidos com uma instituição como o Conselho Presidencial do Maranhão, que tinha interesses de instituir e manter uma ordem social. Durante seus anos de funcionamento, o Conselho esboçou projetos de uma política indigenista que refletia as intenções e orientações do Poder central, ainda marcada pelo referencial da atuação jesuítica durante todo o período colonial.

Não obstante, também nos deparamos com situações em que, para além das violências e permanências, a situação local demandou distintas estratégias para lidar com os atores (indígenas e agentes administrativos) e interesses envolvidos. De maneira preambular, podemos constatar que a atuação do Conselho Presidencial do Maranhão

¹¹ MARANHÃO, Atas do Conselho Presidencial. Livro de Atas. Sessão de 7 de maio de 1830, fl. 96. Códice 1337. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

¹² MARANHÃO, Atas do Conselho Presidencial. Livro de Atas. Sessão de 30 de agosto de 1830, fl. 108v. Códice 1337. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

¹³ MARANHÃO, Atas do Conselho Presidencial. Livro de Atas. Sessão de 12 de julho de 1834, fl. 91v. Códice 1339. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

foi marcada por velhas táticas governativas e novas estratégias sociais, das quais se desdobraram práticas de uma política indigenista ainda em vias de formatação.

Os dados quantitativos levantados não refletem a riqueza desse material, tampouco suas possibilidades diante de novos vestígios e interpretações que trazem à tona a autonomia dos indígenas diante do novo contexto imperial que se constituía paulatinamente. A pesquisa deve seguir essa linha a fim de desvelar mais histórias, convergências e divergências entre os mundos dos povos originários e da sociedade imperial, que por tanto tempo estiveram apartados em nossas narrativas históricas e historiográficas.

REFERÊNCIAS

Manuscritos

MARANHÃO, Atas do Conselho Presidencial. Livro de Atas. Códice 1337 e 1339. Setor de Códices. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

Impressos

BRASIL, Carta de 20 de Outubro de 1823. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, p. 10, v. 1, pt I. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/ant-erioresa1824/lei-40978-20-outubro-1823-574639-publicacaooriginal-97736-pe.html. Acesso em: 30 set. 2020.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Reflexões sobre política indigenista e cultura política indígena no Rio de Janeiro oitocentista. **Revista USP**, São Paulo, n.79, p. 94-105, set./nov. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13697>. Acesso em: 28 set. 2020.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **De caboclos a bem-te-vis**: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850. São Paulo: Annablume, 2015

BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985. p. 153-164.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado** – Conquista e Ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: SECMA, 1992.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. **Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador**: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. **“Pela boa ordem da província e pela glória do Império”**: famílias, estratégias e suas tramas na administração imperial do Maranhão. 2019. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.

FERREIRA JÚNIOR, Adalto. **Política indigenista e agência indígena na província de Mato Grosso** – Século XIX. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. **Estatística histórico-geográfica da província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MOTA, Antônio da Silva. **Família e fortuna no Maranhão Colônia**. São Luís: Edufma, 2006.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**. Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

O SISTEMA DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E O ASSISTENCIALISMO A SAÚDE INDÍGENA NA BAÍA DA TRAIÇÃO - 1941 A 1945

Yris Campos Oliveira

Resumo: Em 1910 o Sistema de Proteção ao Índio (SPI) foi instaurado no território brasileiro tendo como premissa a assistência às aldeias indígenas do país, atuando nos mais diversos âmbitos. Por volta de 1920 o SPI chegou a Paraíba e teve sua tutela voltada especialmente para o povo Potiguara, a qual foi intensificada nos anos 1940 com a construção do Posto Indígena (PI) Nísia Brasileira e de sua enfermaria, no território da Baía da Traição. Desse modo, esse trabalho consiste em uma análise documental do material datado de 1941 a 1945 disponível no acervo digital do Museu do Índio/RJ, sendo fruto de um projeto de iniciação científica do grupo de pesquisa ABAIARA e se debruçando sobre o assistencialismo a saúde no PI Nísia Brasileira. Assim, é possível afirmar que embora a saúde indígena fosse considerada no âmbito geral do SPI, na prática ela acontecia de forma secundária e negligente, não tendo, na maioria das vezes, profissionais aptos para o trabalho com povos indígenas e materiais para realizá-lo.

Palavras-chave: SPI; Saúde; Potiguara.

1. INTRODUÇÃO

Nos anos iniciais da República a expansão ferroviária significava um forte avanço econômico, mas no processo de construção das estradas e ferrovias, algumas rotas passavam por territórios originalmente ocupados por indígenas. Com isso, esses povos começaram a representar uma ameaça ao Estado, visto que resistiam – e resistem – fortemente para permanecerem em suas terras, fato que se levou a acreditar que o sacrifício indígena era necessário para o progresso econômico. No meio das discussões de evolução dos povos indígenas e se eles deveriam ser exterminados ou pacificados em 1908, o positivista Cândido Mariano da Silva Rondon, responsável pela Comissão das Linhas Telegráficas, sugeriu a criação de um órgão que: estabelecesse uma convivência pacífica interna entre os indígenas e com o povo “civilizado”; garantisse sua integridade, os civilizando e possibilitando uma noção de pertencimento social; além de fixar o indígena na terra diminuindo o nomadismo.

O Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi criado em 29 de dezembro 1910, por meio do Estado de Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio¹ a partir do decreto nº 8.072, e tendo como presidente do Brasil o militar Hermes da Fonseca. Em 1918 o SPILTN foi desintegrado, restando somente o Sistema de Proteção ao Índio² e excluindo o LTN, a partir do decreto-lei nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918. Em 1936, sob jurisdição do Presidente Vargas, o SPI aparece como órgão da Inspetoria Oficial das Fronteiras³ e mantém sua finalidade semelhante à do primeiro decretado direcionado ao Sistema.

¹ Lei nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906.

² Já com essa denominação, o órgão indigenista atuaria até dezembro de 1967, quando é substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

³ Decreto nº 736/1936.

Seu propósito era prestar assistência aos indígenas nômades, aldeados e promiscuamente civilizados, assim como estabelecer centros agrícolas que empregam a mão de obra indígena - até 1936 o Sistema também incluía os sertanejos como seus tutelados. Além disso, “foi instaurado o projeto de promover saúde para a comunidade indígena (Decreto 736, de 06 de abril de 1936 do SPI) que era responsável pela [...] realização de medidas preventivas a surtos endêmicos e demais doenças” (OLIVEIRA, 2019, p 76). O que inclui oferecer medicamentos gratuitos, recurso e assistência para os índios aldeados ou que já vivem na condição de “civilizados”. Esse atendimento médico especializado deveria ser oferecido nos Postos de Assistência, Nacionalização e Educação Indígena.

Desse modo, com a política integracionista do governo Vargas o SPI apresenta um crescimento, assim como a visibilidade aos povos indígenas na mídia e no imagético popular. A partir do recorte temporal de 1941 a 1945, o assistencialismo a saúde indígena por parte do Sistema de Proteção ao Índio dá seus primeiros passos com os Potiguara, no território da Baía da Traição - PB.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida inicialmente a partir de uma imersão nos documentos fundantes do Sistema de Proteção ao Índio, sendo eles os Decretos nº 8.072/1910, nº 736/1936, nº 10.652/1942 e nº 17.684/1945 - que regulamentam a ação do órgão durante todo seu período de existência -, e do acervo digital do SPI, que se encontra depositado e disponibilizado no site do Museu do Índio, do Rio de Janeiro. Esses documentos possibilitam uma noção dos deveres, funcionamento e organização do SPI de forma oficial, estabelecendo um parâmetro para a comparação entre o que foi definido por lei e o que de fato é cumprido na prática.

A segunda fase da pesquisa foi realizada a partir de um aprofundamento bibliográfico sobre o funcionamento e organização geral do Sistema de Proteção ao Índio, sendo esse material analisado e discutido coletivamente com a equipe do ABAIARA – Estudos indígenas da Paraíba. Entre os teóricos e pesquisadores basilares estão Darcy Ribeiro, Júlio Cezar Melatti, David H. Stauffer, Seth Garfield, Frans Moonen, Estevão Palitot e outros. No âmbito da saúde, os trabalhos de Luiza Garnelo, Nísia Trindade Lima, Carolina Arouca e Antônio Carlos de Souza Lima foram bastante utilizados. Atualmente, as pesquisas acerca do território da Baía da Traição e especialmente sobre a tutela do SPI na região durante o período Vargas ainda são escassas, não havendo muito material bibliográfico sobre.

Feito isso, passei a analisar os documentos presentes na caixa 167, num total de 18 arquivos referentes a saúde indígena, disponíveis no Acervo Digital do Museu do Índio/RJ. Nessa caixa contém uma documentação oficial que corresponde a atuação do SPI como um todo no Posto Indígena (P.I.) Nísia Brasileira, na Baía da Traição. Estando os arquivos já catalogados, analisei diretamente os documentos referentes ao assistencialismo à saúde indígena durante o recorte cronológico de 1941 a 1945, ainda no governo Vargas.

Gostaria de ressaltar, portanto, a existência de uma carência de informações documentais a respeito da atuação do órgão nesse período, não contendo, ao menos nos documentos do Posto Indígena Nísia Brasileira, dados de quantidade de pacientes, quantidade de leitos, horário de atuação da enfermaria do P.I. e várias outras informações que auxiliariam na compreensão da ação indigenista no combate às enfermidades. A maior parte dos documentos refere-se a recibos da construção da enfermaria e compra de medicamentos, não sendo possível analisar se esses atendiam a demanda da aldeia.

3. DISCUSSÕES E RESULTADOS

3.1. A trajetória do SPI até o Estado Novo

De acordo com Antônio Carlos Lima (2014) a tutela se caracteriza como um regime de poder surgido no Brasil com a invasão europeia as terras indígenas na América, a partir da Guerra de Conquista. Além disso, Lima (2014) também compara a tutela com o clientelismo e patronagem, pois o tutor se enxerga como fonte última de autoridade e desconsidera o conhecimento do tutelado. Assim, apesar da influência política sobre essa prática, a tutela remeteria a uma guerra atualizada que fomenta novas relações sociais de aliança e antagonismo. A criação do SPI, de acordo com Lima, definiu de forma prática quem é ou não indígena e está apto para receber o serviço estatal voltado para isso, enquanto o controle de epidemias e preservação da vida dos povos indígenas seria o parâmetro utilizado para medir a eficácia da tutela, desconsiderando seu caráter etnocida.

O SPI surge em um contexto de crescentes retiradas para o interior do país, o que provocou guerras contra os nativos a partir de uma defesa do extermínio indígena que era “reclamado como um remédio indispensável a segurança dos que construíram uma civilização no interior do Brasil” (RIBEIRO, 2017, p 120). Oficialmente, o órgão visava realizar uma proteção acerca dos conflitos, garantir seus direitos territoriais, de acesso a saúde e educação, assim como respeitar a autonomia e costumes de cada povo. No entanto, a instalação de escolas, aulas de música, oficinas e utensílios agrícolas constitui, entre outras medidas, uma premissa de integração pacífica a comunidade geral, de forma a modificar culturalmente os indígenas diante desse processo civilizacional, além de que esses centros poderiam ser livremente acessados por pessoas não indígenas. Os trabalhadores sob comando do SPI também tinham acesso médico gratuito por um ano, sendo que os profissionais da área atuavam a partir das demandas propostas pelo diretor geral do Posto Indígena.

Os Postos Indígenas eram submetidos a superintendência e manutenção das Inspetorias Regionais, e assim como rege no Decreto nº 10.652, de 16 outubro de 1942, com o órgão já sendo submetido ao Ministério da Agricultura, os .P.I's tinham inteira responsabilidade em garantir a administração da aldeia, educação, demarcação, proteção, preservação cultural, intermédio entre aldeias e civilização, fiscalização, conservação patrimonial, trabalho, combate ao nomadismo, assistência sanitária e outras medidas (artigo 12º). A manutenção da ordem nos Postos Indígenas, por sua vez, era garantida através de ações das forças militares. Com o estabelecimento do Decreto nº 17.684, de 26 de janeiro de 1945, o regimento do SPI (estabelecido pelo decreto nº 10.652/1942) foi modificado, e a partir de então a Inspetoria responsável pelo P.I. da Baía da Traição (PB) passou a reger além dos estados da Paraíba, Pernambuco, Baía e Minas Gerais, os estados de Alagoas e Sergipe, tendo sede agora em Recife e não em Salvador, como era anteriormente.

Para que o Sistema pudesse de fato atuar, seus fundadores estabeleceram condições básicas: necessidade de verbas suficientes para seu sustento, pessoas altamente qualificadas com autoridade e poder suficientes para se impor. Com o passar do tempo de funcionamento, essas condições se desestabilizaram, tendo sua verba cortada em 60% com a crise financeira do país, três anos depois da instauração do SPI. Teoricamente, o problema financeiro e de qualidade da equipe só teria sido solucionado em 1940, com Vargas. O contato inicial com cada aldeia indígena se dava seguindo as técnicas desenvolvidas pelo Marechal Rondon durante a Comissão das Linhas Telegráficas no século XIX, que inclui instaurar um contato primeiro de amizade. Porém, de modo geral as técnicas de aproximação desenvolvidas por Rondon foram utilizadas homogeneamente pelo SPI, não considerando as especificidades de cada povo, e sendo aplicadas medidas no pós-contato que iam de encontro aos ideais inicialmente pregados. O

Sistema de Proteção ao Índio, por sua vez, empregava a heterogeneidade no seu quadro de funcionários, contraindo desde positivistas e indigenistas mais especializados, a trabalhadores rurais. A atenção ao órgão ganhará um maior espaço durante o Estado Novo.

O Sistema de Proteção ao Índio toma corpo e forma de atuação no Governo Vargas, culminando no Estado Novo e buscando as melhores maneiras do Estado atuar em face dos povos indígenas, diante de uma noção de integralidade e nacionalização do indígena, incorporando-o aos processos civilizatórios que embasavam o Estado e a tutela de poder que este representa. (OLIVEIRA, 2019, p. 75)

O Estado Novo foi um período da história marcado pela intervenção econômica e centralização de poder federal, sem falar que ele detinha discursos de cunho racista e xenofóbico, de acordo com Seth Garfield e Bowdoin College (2000, p 21). Dito isso, o indígena era enxergado especialmente como o “bom selvagem”, forte e heroico, sendo ideal para a proteção das fronteiras brasileiras e desenvolvimento da economia agrícola. Para o Estado e inclusive na visão do próprio diretor do SPI da época, a condição de indígena deveria ser exterminada mas sem haver morte da pessoa que se encontrava nesse estado, e sim uma integração social que evidentemente favorecia os interesses estatais. Ou seja, a categoria indígena, com seus costumes, culturas e afins, deveria parar de existir, e as pessoas que a ocupavam passariam a integrar a sociedade. Acontecendo isso, os indígenas fariam parte da camada mais pobre da sociedade.

3.2. Entendendo a assistência à saúde indígena pelo Sistema de Proteção ao Índio

O contato do SPI com os povos indígenas atuou como sendo um fervoroso propagador de doenças, especialmente respiratórias. Com resquícios das enfermidades trazidas para o Brasil no século XVI, os problemas pulmonares provocados com essas ações levaram a dizimação de algumas aldeias e corroboraram para a destruição do equilíbrio existente na maioria delas. Historicamente as doenças são os maiores causadores dos elevados índices de mortalidade indígena, podendo ser destacadas a gripe, pneumonia, tuberculose, malária, coqueluche, sarampo, sífilis, tracoma e outras. Na década de 1910, a população interiorana que havia sido esquecida pelos cuidados a saúde estava sendo devastada por doenças como a de Chagas, por exemplo, que se tornaram endêmicas justamente devido ao abandono dessas pessoas por parte do poder público. A partir disso, parte da atenção sanitária do país se focou para o interior, na tentativa de minimizar os impactos das chamadas endemias rurais, concentradas especialmente na doença de Chagas, Malária e Acilostómiase (amarelão), mas ainda assim desconsiderando suas especificidades geográficas e culturais. Por mais que houvesse esse avanço, a assistência à saúde ainda era focada para as pessoas sertanejas e não especificamente aos indígenas, e isso com a intenção de integrá-las à sociedade e ao trabalho.

Antes da criação do Sistema de Proteção ao Índio e da passagem da responsabilidade de saúde indígena para esse órgão, essa estava a cargo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Na realidade, a saúde indígena era desconsiderada inclusive pelo Sistema Nacional de Saúde da época, sendo ainda prematura durante o período de atuação do SPI retratado aqui. Por mais que parte dos Postos tivessem o material necessário para isso, geralmente não haviam profissionais da área para atuar. De modo geral, o Sistema de Proteção ao Índio não tinha suporte técnico e especialmente financeiro para atuar de forma eficaz na área da saúde, o que resultou em uma assistência falha e insuficiente, fato que também está relacionado a falta de capacitação dos profissionais de saúde para atuar em comunidades indígenas.

Além disso, alguns estudos, na qual irei destacar o de Carolina Arouca e Nísia Trindade Lima (2014) afirmam que o Sistema de Proteção ao Índio atuava de forma desrespeitosa em relação a consideração das especificidades culturais de cada povo atendido. Conforme afirma Oliveira (2019), esse fator pode ser observado no P.I. Nísia Brasileira com base nos documentos aqui analisados, visto que “a presença de insumos como éter, soluções e elixires, além de aquisição de mesas ginecológicas, parecia que a prática medicinal indígena figurava como algo menor e que não fazia parte desse universo criado pelo SPI” (OLIVEIRA, 2019, p 78).

Uma das propostas do órgão indigenista era a criação de um Serviço Médico Sanitário do SPI, sendo sugerido em 1946 pelo então diretor da Seção de Estudos do Sistema, Herbert Serpa. No entanto, a visibilidade as questões que regem saúde e doença indígena só foram mais desenvolvidas na década de 1950, especialmente com a criação do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas ligado ao Serviço Nacional de Tuberculose, do Ministério da Saúde.

3.3. Um olhar sobre os documentos: o SPI na Baía da Traição

Na Paraíba, os Potiguara foram “dominados” pelos colonizadores a partir de 1599, mas em 1731 já expressavam uma latente revolta em relação aos homens brancos. A ação do SPI nas terras Potiguara inicia-se em 1920, na Sesmaria de São Miguel (povoado de São Francisco), sendo instaurado um Posto Indígena na aldeia de São Francisco em 1930, o qual foi transferido para o Forte em 1942 e renomeado Posto Indígena Nísia Brasileira. De acordo com Palitot (2011, p 42), a priori, o SPI passa a atuar no território da Baía da Traição a partir de uma reivindicação dos próprios indígenas, que queriam uma atuação imparcial por parte do órgão, que defendesse e reconhecesse seus direitos e costumes em relação aos não-indígenas que viviam na mesma área. Porém, os agentes responsáveis pelo SPI mostraram realizar alianças com políticos locais e utilizarem de coerção militar e institucional para que os preceitos do Sistema fossem cumpridos. O que era questionado por parte dos tutelados não era a “validade de estrutura hierárquica implantada, mas a legitimidade dos ocupantes dos cargos de poder, buscando sempre exercer algum tipo de controle sobre estas figuras” (PALITOT, 2011, p 42). Mas, mesmo com todos esses fatos, os Potiguara não queriam a extinção do SPI do local, e sim participar desse processo de ordenamento de poder.

Na Baía da Traição, a enfermaria do Posto indígena Nísia Brasileira começou a ser construída no final de 1941 quando o Inspetor Dustan Soares da Miranda ainda era o responsável pelo P.I., juntamente com o Encarregado Vicente Ferreira Viana. Antes da construção da enfermaria, em caso de enfermidades, os indígenas precisavam ser levados à cidade grande para ter uma assistência mínima. Por mais que os documentos apontem a realização de obras na enfermaria, contratação de enfermeiros e auxiliar de enfermagem, compra de medicamentos e materiais para a enfermaria durante 1942 e 1943, o relatório que atende a Circular número 15-14, de 20 de dezembro de 1943, da Secretaria da Presidência da República, direcionado ao chefe da 4ª Inspeção Regional e datado de 18 de janeiro de 1945⁴, afirma que a enfermaria só começou a ser construída em 1943. Algumas medidas podem justificar esse acontecido, como, por exemplo, o fato da Circular ter sido criada somente no final de 1943, assim como o relatório referir-se às atividades exercidas no P.I. Nísia Brasileira como um todo durante 1943 e 1944 pelo Inspetor XII Sr. Tubal Fialho Viana, não incluindo 1942, ano de início das obras e na qual o Inspetor do referido P.I. era Arquimedes Souto Maior Filho.

Gostaria de destacar a importância deste relatório, sendo ele o único documento disponível até então que sistematize as atividades exercidas no Posto Indígena e que apresente o plano de trabalho para o ano seguinte, tratando de questões amplas do P.I. Nísia Brasileira, tais como arrecadação de materiais, construção de prédios e casas, contratação de servidores, saúde, economia do Posto, documentos emitidos e recebidos, educação, planta-

⁴ Documento número 4-71/1-52.

ção, criação de gado e utilização no serviço, venda dos produtos produzidos com valores, demarcação territorial e outros assuntos. O documento em sua forma ampla, além de cumprir uma exigência da Secretaria da Presidência da República, eleva a figura do Inspetor Tubal Fialho Viana, o supervalorizando em diversas passagens. Aponta que no período na qual Tubal Viana estava como Inspetor do SPI, ele pretendia fazer com que o P.I. tivesse uma nova fase, cumprindo os princípios do Sistema (sabemos que os Potiguara eram “problemáticos” para o órgão, não se deixando dominar totalmente), além de ter melhorado as instalações existentes e construindo novas, intensificando o trabalho agrícola e pecuário, pretendendo que os índios trabalhassem de forma produtiva, segura, respeitosa, ordeira e moral, fatores esses que atendiam perfeitamente a demanda econômica.

O último documento referente a construção do prédio da enfermaria data de 31 de dezembro de 1943, sendo um recibo de mão de obra e apontando uma demora de 3 anos para o término do prédio. No entanto, por mais que a parte física já estivesse concluída, o funcionamento da enfermaria só estava previsto para o ano de 1944, período no qual foi instalado o material médico cirúrgico necessário, assim como a aquisição de medicamentos e fardamentos para os indígenas. A enfermaria do Posto Indígena Nísia Brasileira foi inaugurada em 22 de outubro de 1944, assim como o P.I. como um todo, com a presença dos senhores Tubal Fialho Viana (Inspetor XII) e Sebastião Francisco da Silva (Inspetor-auxiliar VII)⁵.

No período entre 1942 e 1944 foram adquiridos aproximadamente 95 tipos diferentes de medicamentos (gráfico 1), na qual os referentes a doenças gastrointestinais (prisão de ventre, azia e outras), respiratórias (asma, bronquite, tosse, resfriados, sinusites e outras), cicatrizantes e antiparasitárias eram os mais comprados e utilizados. Esse dado está presente durante todo o período, mas é ainda mais visível a partir da análise de consumo dos meses entre agosto e outubro de 1944, visto que os medicamentos adquiridos em agosto para enfermidades gastrointestinais, respiratórias, pele, antissépticos e antiparasitários, ginecológicos e cardíacos já haviam sido consumidos até outubro, mês em que os produtos semoventes da enfermaria foram inventariados.

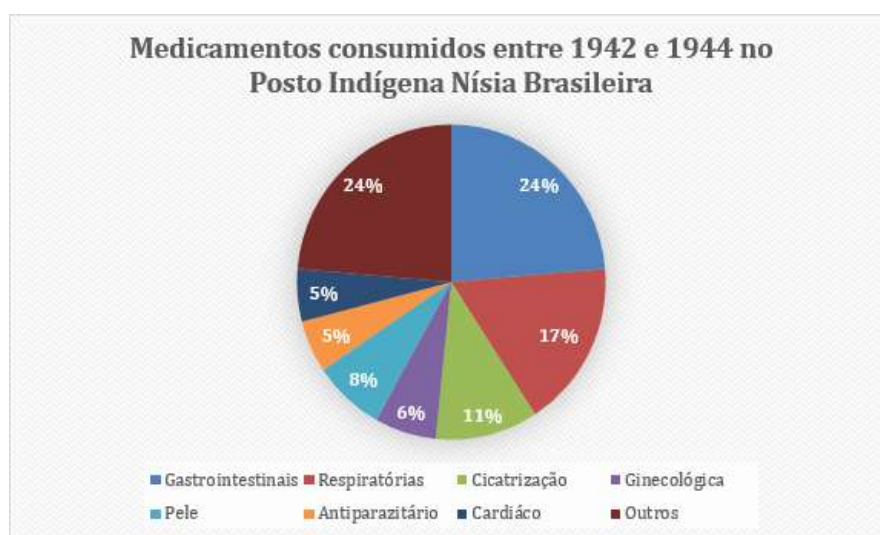


Gráfico 1 - arquivo pessoal

Não há registros de documentos específicos referentes à saúde do ano de 1945 na caixa 167, somente um relatório realizado no ano seguinte que atende ao telegrama circular número 469 de 20 de dezembro de 1945, direcionada ao Dr. Chefe da 4ª Inspetoria Regional do SPI e assinada pelo Inspetor especializado XI Corlolano

⁵ Documento número 4-71/1-50.

Mendonça⁶, constando entre outras coisas a compra de medicamentos (não especificando quais) utilizados em 1945. Essa aquisição de medicamentos teve um montante de Cr\$ 2.496,00 cruzeiros direcionados do total de Cr\$ 83.225,00 cruzeiros recebidos pelo PI naquele ano. O relatório também aponta que foram recebidos da 4ª Inspeção Regional 4 caixas de medicamentos, não especificando quais. Da assistência aos índios consta que uma grande quantidade de medicamentos foi disponibilizada, assim como uma quantia de Cr\$ 2.029,00 cruzeiros em dinheiro aos enfermos.

4. CONCLUSÕES

De modo geral, oficialmente o Sistema de Proteção ao Índio como um todo deveria realizar pesquisas sobre o modo de vida (religião, habitação, cultura, alimentação e etc.) dos povos indígenas, registrar, preservar e divulgar o material desses estudos; instaurar Postos Indígenas nas aldeias e fiscalizar os recursos direcionados a eles, assim como monitorar o exercício do trabalho indígena e para onde seus frutos estavam sendo direcionados, além de garantir uma exploração dos recursos naturais sob pretexto de emancipação econômica das aldeias tuteladas e objetivando transformar o indígena em um trabalhador nacional; executar a proteção, educação e assistência em geral aos indígenas, demarcando seu território e garantindo o respeito a sua tradição, mas dentro de um processo de aculturação, como também preservar seu patrimônio material. Por fim, o SPI, como também era de interesse do Ministério da Agricultura, focava em uma aculturação não catequizada, tendo em vista a separação entre Igreja e Estado.

Tendo em vista as informações já apresentadas sobre a saúde oferecida pelo SPI e a ausência de um controle em relação aos atendimentos, muito provavelmente a assistência à saúde no território Potiguara tenha-se iniciado em julho de 1943, antes do término da enfermaria, visto que enfermeiros e auxiliares já realizavam serviços nesse período, assim como muitos medicamentos foram comprados e repostos nesse meio tempo. A compra de materiais de consultório e medicamentos era realizada uma vez por ano (entre 1942 e 1943) até a inauguração oficial da enfermaria, em 1944. De forma superficial, com base nas listas de materiais permanentes e semovíveis, a enfermaria parece estar bem equipada, tendo um fluxo de reposição medicamentosa e contendo utensílios para os procedimentos, especialmente ginecológicos. Porém, essa afirmação é inconclusiva ao passo que não temos registros da demanda por essa assistência nem do nível de conservação dessas ferramentas.

Até fins da década de 1990 não se tem um perfil epidemiológico bem definido e confiável no Brasil. No caso do Posto Indígena Nisia Brasileira é possível perceber uma recorrência de doenças gastrointestinais, sendo importante destacar que a disseminação das parasitoses intestinais e infecções intestinais está fortemente ligada a falta de saneamento nas aldeias e Postos Indígenas, assim como uma má qualidade da água (em alguns povos esses problemas acometem especialmente crianças e bebês), serviços esses que deveriam ser tratados pelo órgão indigenista.

Além do mais, a categoria indígena só foi incluída no censo de 1991 (que apresenta ainda hoje inúmeras falhas), o que provoca um desconhecimento mais específico da quantidade de indígenas antes desse período. Uma outra recorrente problemática é que não há dados que informem as taxas de natalidade e mortalidade indígena, assim como um perfil epidemiológico bem traçado e específico do povo Potiguara. Apesar disso, no Brasil como um todo, a taxa de mortalidade indígena é maior que a do restante da população. Apesar dos avanços no assistencialismo da saúde indígena após a Constituição de 1988 e a criação do SUS, até hoje esse cuidado continua sendo negligenciado pelo sistema de saúde.

⁶ Documento 4-71/1-60.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTA, Paulo Cesar; ORELLANA, Jesem Douglas Yamall; ARANTES, Rui. Perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil: notas sobre agravos selecionados. *In*: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (orgs.). **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Coleção Educação para Todos. Brasília: MEC-SECADI, 2012. p. 61-106.

BRASIL. **Decreto 10.652**, de 16 de outubro de 1942.

BRASIL. **Decreto 17.684**, de 24 de janeiro de 1945.

BRASIL. **Decreto 736**, de 06 de abril de 1936.

BRASIL. **Decreto 8.072**, de 20 de junho de 1910.

COIMBRA JR., Carlos E. A.; SANTOS, Ricardo Ventura Santos. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil. *In*: COIMBRA JR., Carlos E. A.; SANTOS, Ricardo Ventura Santos; ESCOBAR, Ana Lúcia (orgs.). **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005. Não paginado. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 19 jul. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. **Acervo documental**. Rio de Janeiro. Disponível em: www.museudoindio.gov.br. Acesso em: 18 jun. 2020.

GARFIELD, Seth; COLLEGE, Bowdoin. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000.

GARNELO, Luiza. Políticas de saúde no Brasil: notas sobre tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde. *In*: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (orgs.). **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Coleção Educação para Todos. Brasília: MEC-SECADI, 2012. p. 19-58.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2014.

MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz (orgs.). **História dos índios Potiguara: 1500 - 1983 (Relatórios e Documentos)**. Recife, 2. ed. digital, 2008.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Recibo de compra e prestação de serviços**. Documento número 4-71/1-08, 1941, Caixa 167, p. 000012. BR RJMI SPI – IR4 – 071 – 001 – 08 – fl.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Fatura**. Documento número 4-71/1-12 e 4-71/1-13, 1942, Caixa 167, p. 000016 e 000017. BR RJMI SPI – IR4 071 – 001 – 12 – fl.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Recibo de compras**. Documento número 4-71/1-14 e 4-71/1-15, 1942, Caixa 167, p. 000018 e 000019. BR RJMI SPI – IR4 – 071 – 001 – 14 – fl.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Folha de pagamento**. Documento número 4-71/1-20, 1943, Caixa 167, p. 000026. BR RJMI SPI – IR4 – 071 – 001 – 20 – fl.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Fatura**. Documento número 4-71/1-24, 1943, Caixa 167, p. 000032. BR RJMI SPI – IR4 – 071 – 001 – 24 – fl.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Recibo de prestação de serviços**. Documento número 4-71/1-26, 1943, Caixa 167, p. 000034. BR RJMI SPI – IR4 – 071 – 001 – 26 – fl.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Fatura**. Documento número 4-71/1-34, 1944, Caixa 167, p. 000042, 000043, 000043/A. BR RJMI SPI – IR4 – 071 – 001 – 34 – fl.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Recibo de prestação de serviço**. Documento número 4-71/1-40, 1944, Caixa 167, p. 000049. BR RJMI SPI – IR4 – 071 – 001 – 40 – fl.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Recibo de prestação de serviço**. Documento número 4-71/1-41, 1944, Caixa 167, p. 000050. BR RJMI SPI – IR4 – 071 – 001 – 41 – fl.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Inventário**. Documento número 4-71/1-50, 1944, Caixa 167, p. 000059/60 a 000083/83. BR RJMI SPI – IR4 – 071 – 001 – 50 – fl.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório**. Documento número 4-71/1-52, 1945, Caixa 167, p. 000107 a 000114. BR RJMI SPI – IR4 –071 – 001 – 52 – fl.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. **Relatório**. Documento número 4-71/1-60, 1946, Caixa 167, p. 000122 a 000125. BR RJMI SPI – IR4 –071 – 001 – 60 – fl.

OLIVEIRA, Yris Campos. O SPI e as políticas de saúde junto ao Posto Indígena Nísia Brasileira. *In*: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; NASCIMENTO, Edvânia da Silva; ANDRADE, Rodrigo Ribeiro (orgs). **Fontes documentais e pesquisa histórica – cultura, poder, sociedade e identidade: anais eletrônicos do III Seminário nacional fontes documentais e pesquisa histórica**. Campina Grande, 2020, p. 74-79. Disponível em: http://iiisnfdph.historia.sti.ufcg.edu.br/images/Anais_ISSN_IIISNFPDH.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

PALITOT, Estêvão Martins. A multidão Potiguara: poder tutelar e conflito na Baía da Traição ao longo do século XX. *In*: VALLE, Carlos Guilherme Octaviano; GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (orgs.). **Dossiê: Povos e Comunidades Tradicionais**. Raízes, v 31, n. 1, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 7. ed. São Paulo: Global Editora, 2017.

STAUFFER, David Hall. **Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios**. Trad. J. Philipson. Texas, 1955.

TEIXEIRA, Carla Costa; GARNELO, Luiza. Parte I: As matrizes indigenistas e sanitárias. *In*: TEIXEIRA, Carla Costa; GARNELO, Luiza (orgs.). **Saúde indígena em perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014, não paginado.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO “ÍNDIO” NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E AVANÇOS A PARTIR DA LEI 11.645/2008

Josefa Paula de Araújo¹

Resumo: Os livros didáticos são recursos metodológicos indispensáveis no processo ensino-aprendizagem. O contato cotidiano do aluno com essa fonte de estudo e pesquisa é um dos fatores que nos estimulam a refletir sobre as formas que determinados conteúdos foram e/ou são aplicados em sala de aula. Esse estudo analisa o livro didático de História do ensino médio, evidenciando como os textos abordam a construção e representação do “índio” e como esse conceito vem sendo questionado e modificado no livro didático a partir da implantação da lei 11.645/2008, que tornou obrigatório a discussão nas escolas sobre a história e cultura das populações indígenas.

Palavras-chave: Identidade. Povos indígenas. Livro didático.

INTRODUÇÃO

Enquanto instrumento metodológico utilizado durante a educação básica, o livro didático é uma importante ferramenta para a aquisição do conhecimento científico, através dos seus elementos textuais e a representatividade nos recursos imagéticos. Nesse sentido, é indispensável analisar como esses conteúdos vêm sendo abordados no livro didático de história, especificamente, no que se refere a temática indígena, a fim de compreender como eles estão contribuindo, enquanto meio de pesquisa do aluno, para a permanência ou superação de estereótipos sobre os povos indígenas do Brasil.

Dessa forma, é de suma importância analisar como os povos indígenas do início da colonização no século XVI estão apresentados nos livros didáticos, atentando ao reconhecimento à sua diversidade étnica, cultural, bem como, suas resistências contra o colonizador, suas lutas e conquistas ao longo da história. Para que dessa forma, o aluno possa compreender melhor sobre os indígenas na atualidade e os reconheçam como sujeitos na construção da identidade nacional.

Por mais surpreendente que possa parecer, atualmente ainda é comum encontrarmos discentes na educação básica com a ideia de que os povos indígenas do Brasil estão em extinção e que “índio verdadeiro” é apenas aquele que consegue apresentar características próximas aos do período colonial, conforme apresentados nos livros didáticos e ensinados ao longo da história, ou seja, àqueles que “andavam nus”, “comiam gente” e eram vistos como bárbaros, selvagens, sem cultura, sem religião. Isso contribuiu para naturalizar uma visão reducionista, simplista e equivocada sobre as diversas etnias indígenas que já habitavam o Brasil com a chegada do europeu.

¹ Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e professora de História da rede Estadual de Ensino da Paraíba. E-mail: jpaaulaa581@gmail.com.

Nos últimos dez anos a luta pelo reconhecimento e valorização dos indígenas na nossa história vem sendo reforçada pela lei 11.645/2008², que a partir da presente data tornou obrigatório o ensino da temática. Precisamos refletir sobre os desafios e avanços na educação básica, especificamente no ensino médio, quanto a inserção dos povos indígenas do Brasil no livro didático, usando como parâmetro a lei supracitada. É preciso ressaltar que a lei mencionada altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e amplia a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Segundo SILVA (2013, p.125) foi como resultado de discussões, reivindicações e mobilizações dos povos indígenas, de indigenistas e de movimentos sociais engajados na defesa da causa, que a lei 11.645/2008 foi elaborada e promulgada. Quando analisada, percebemos que há a preocupação em inserir no currículo de ensino o reconhecimento e a valorização das diversidades etnicorraciais. A lei busca formar as novas gerações num contexto em que haja respeito às diferenças, sendo destinada não apenas a um grupo específicos, mas a toda a sociedade.

A referida lei é considerada pelos movimentos negros e indígenas como instrumento indispensável na luta contra a desigualdades etnicorraciais, uma vez que a instituição escolar possui a aptidão legal para contribuir com a desconstrução de preconceitos e estereótipos negativos associados a esses grupos. (SILVA, 2013, p. 126).

Importante mencionar que, apesar dessa lei oficializar a questão indígena apenas em 2008, antes mesmo dessa obrigatoriedade alguns historiadores e antropólogos já buscavam o reconhecimento e valorização dos indígenas na historiografia brasileira como sujeitos históricos, a exemplo, John Manuel Monteiro nos anos 1990, que buscava dar à devida importância aos indígenas, clamando para um reconhecimento e mudança de paradigmas. Hill (1996)³ também afirma que as histórias indígenas se entrelaçaram com as histórias dos europeus desde que eles chegaram à América. No entanto, mesmo diante de uma produção científica ao longo das últimas décadas, havia dificuldades em inserir essa discussão na educação básica, era preciso uma legislação específica, que a tornasse obrigatória. A lei 11.645/08 veio como um instrumento de grande relevância para que essa efetivação pudesse acontecer.

Inicialmente, com a lei supracitada em vigor, o grande desafio e ao mesmo tempo algo inadiável é repensar a forma que os povos indígenas estão sendo mencionados no livro didático e ao mesmo tempo refletir sobre os demais obstáculos para essa efetivação. Visto que, também se torna um desafio para muitos docentes e demais profissionais da educação trabalhar a temática, quando muitos deles tiveram sua formação acadêmica anterior a lei 11.645/2008, consequentemente sem muito acesso a discussões relacionadas as populações indígenas do Brasil. Segundo SILVA (2015, p. 23) alguns professores possuem dificuldades em responder alguns questionamentos básicos dos alunos, “como caracterizar com clareza e correção as sociedades indígenas em seus aspectos comuns, ressaltando, entretanto, a singularidade de cada uma delas, sem reforçar estereótipos e preconceito”.

Diante disso, o presente artigo analisa as permanências e mudanças nas narrativas sobre a história e cultura dos povos indígenas, considerando como esses sujeitos históricos são percebidos a partir da implantação da lei 11.645/2008. Para isso, se faz necessário comparar os conteúdos que tratam sobre essas temáticas em dois livros

² LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2020.

³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/2017nahead/1806-9347-rbh-2017v37n75-02.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2020..

didáticos do ensino médio, intitulados “ História: das cavernas ao terceiro milênio: da conquista da América ao Terceiro Milênio”, da editora Moderna⁴, dos anos 2005 e 2013, respectivamente.

Os livros didáticos analisados nesse estudo são de autoria de Patrícia Ramos Braick⁵ e Myriam Becho Mota⁶, do PNLD⁷ 2005-2008 e do PNLD 2013-2016. A partir dessa análise será possível identificar os impactos da lei 11. 645/2008 no currículo do ensino médio. Destaca Saviani (2005), que, para instalar uma nova teoria é preciso que se desestabilize o que já está instituído; não basta reconhecer o novo como uma verdade, para que esse fato altere a forma de pensar. Sendo assim, a partir da obrigatoriedade estabelecida por Lei é preciso refletir as alterações no conteúdo do livro didático, se de fato ela está sendo efetivada nas escolas, só assim podemos assegurar a continuidade da história indígena na educação básica.

Para fazer a comparação de conteúdos e poder identificar os avanços da temática no livro didático, precisamos compreender que a relação estabelecida entre o colonizador e os povos indígenas no livro didático foi construída baseada na ideia de dominantes e dominados. Para pensarmos essa lógica faremos uso dos conceitos-chaves de tática e estratégia contidos na base de pensamento do intelectual Michel de Certeau (1998).

Dessa forma, entendemos que na relação étnica entre brancos e indígenas havia a possibilidade de estratégias e táticas. Pois, como explica Certeau (1998), a estratégia seria domínio exercido pelo dominador, através das quais buscava impor suas crenças, símbolos religiosos, cultura e fazendo uso de um discurso de alteridade com uma linguagem de superioridade e dominação, buscando convencer pelo diálogo e na maioria das vezes com o uso da violência, marcas registradas da colonização portuguesa. Já as táticas são as formas encontradas pelos “inferiores” para conseguirem sobreviver. É nessa perceptiva que o indígena do início da colonização passa a ser visto no livro didático, como aquele que estava para ser dominado, porém fez a utilização de táticas para evitar a completa dominação do europeu, essas táticas se deram através das resistências e/ou alianças.

Pensar a identidade indígena, é refletir sobre um grande mosaico étnico, religioso, linguístico e cultural, visto que, é impossível reconstruirmos as tradições indenitárias dos grupos indígenas do Brasil, as características são amplas e plurais, cada etnia tem sua organização, suas crenças, costumes e práticas cotidianas díspares, e estas questões nem sempre aparecem nos livros didáticos ou muitas vezes, aparece num box explicativo, no item curiosidades. Essas lacunas, terminam por cristalizar as tradições culturais dos povos indígenas, um engessamento que nós educadores precisamos debater com nossos alunos, mostrando que mesmo o livro sendo uma ferramenta indispensável para o conhecimento, ele tem suas limitações.

Ressaltamos ainda que, ao falarmos de identidade indígena não estamos afirmando que existia uma identidade genérica construída a partir do olhar e do discurso do colonizador, estamos falando de uma identidade étnica, social, cultural, religiosa, que visibiliza e se identifica, que resiste, como por exemplo os potiguaras localizados na

⁴ Editora que tem o pioneirismo do professor e fundador Ricardo Feltre, que sempre enxergou o conhecimento como fórmula perfeita para preparar as novas gerações para o futuro. A Editora Moderna tem como filosofia a atuação com foco no aluno, os conteúdos procuram trazer informações próximas à realidade dos estudantes, a organização é clara, condição fundamental aos processos de aprendizagem e compreensão e, também, com projeto gráfico inovador.

⁵ Possui mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003). Tem experiência na área das Ciências Humanas História, com ênfase em História. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2009707/patricia-do-carmo-ramos-braick>. Acesso em: 28 set. 2020.

⁶ Possui mestrado em Relações Internacionais - Ohio University (2001) - com título revalidado pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de História, com ênfase em Culturas Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia, ciência política, história contemporânea e história da América. Fonte: Escavador. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/872823/myriam-becho-mota>. Acesso em: 28 set. 2020.

⁷ Plano Nacional do Livro Didático.

cidade paraibana de Baía da Traição, ou mesmo outros grupos espalhados pelo Centro-oeste e Norte do Brasil como os Baniwa, Guaraní, Terena, Yanomami, etc.

Faz-se necessário desconstruir a ideia de que “índio” é tudo igual, como existe talvez, no imaginário popular, muito em função do desconhecimento existente sobre as várias etnias, fato este que contribui para simplificar e diminuir a diversidade cultural dos povos indígenas, seja do Brasil ou de qualquer outro país da América do Sul e que tenha sido colonizado por portugueses ou espanhóis. É importante destacar que a intensidade e a dinâmica cultural indenitória variam de etnia para etnia, de região para região, conforme o processo histórico vivido a partir do contato com o colonizador. Dessa forma, é ressaltamos que os povos indígenas são grupos étnicos e culturais diversos, assim como são os europeus.

Para Gersem dos Santos Luciano (2006), o processo de reafirmação da identidade indígena e o sentimento de orgulho de ser índio estão ajudando a recuperar gradativamente a autoestima indígena perdida ao longo dos anos de repressão colonizadora. Os dois sentimentos caros aos povos indígenas estão possibilitando a retomada de atitudes e de comportamentos mais positivos entre eles, diante de um horizonte sociocultural mais promissor. As atuais gerações indígenas nascem, crescem e vivem com um novo olhar para o futuro, potencialmente possível e alentador, diferente das gerações passadas que nasciam e viviam conscientes da tragédia do desaparecimento de seus povos.

A TEMÁTICA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO

O primeiro livro analisado, do PNLD 2005-2008, da 2ª série do ensino médio, foi propositalmente escolhido por ter sido publicado e adotado nas escolas antes da implantação da lei 11.645/08. Apenas no primeiro capítulo do livro “As culturas indígenas americanas” que, inicialmente é observado a presença da temática indígena. Na primeira página, parte reservada para a apresentação do capítulo, as autoras trazem gravuras, uma delas abaixo exibida, que foi feita baseada em crônicas de viajantes europeus que estiveram na América.

Figura 1: Colombo chega a América e é recebido pelos índios



Fonte: BRAICK; MOTA, 2005, p. 8.

A figura presente traz o encontro do europeu (espanhóis) com os povos que já habitavam à América, e que são apresentados no livro didático de forma generalizada, designados por “índios”. Além disso, esse tipo de imagem/ ilustração, que para os alunos são atrativas, permitem uma visão antecipada do conteúdo, construindo assim o caminho para um tipo de conhecimento, que possibilita, na maioria das vezes, a permanência de estereótipos, de preconceitos sobre uma temática.

Para refletir sobre os povos indígenas contemporâneos, temos a presença da imagem abaixo de uma sala de aula com alunos e um professor indígena do Mato Grosso em 2001.

Figura 2: Professor e alunos em escola xavante.



Fonte: BRAICK; MOTA, 2005, p. 10.

Na imagem, tanto as crianças quanto o professor estão com roupas comuns, também utilizadas por não indígenas. Ao lado da imagem as autoras disponibilizam um texto complementar “índio e sua relação com a escola”⁸, mostrando que há um aumento no número de estudantes nas escolas indígenas no Brasil, que comparado com a população geral do país, vem crescendo de forma acentuada.

Após o texto complementar acima citado, as autoras promovem uma reflexão histórica sobre as escolas indígenas que surgiram no Brasil no século XVI, logo após a chegada dos portugueses, e que era uma educação pautada no princípio de catequização, orientada pelos missionários jesuítas. Mas, que essa situação vem sendo mudada gradativamente.

Após a análise da apresentação do capítulo, com recursos imagéticos e texto complementar, seguimos com a verificação da temática indígena no restante do capítulo. Observamos que aparecem informações gerais sobre o número de indígenas do século XVI, início da colonização portuguesa, e alguns dados demográficos atuais, citando também que havia uma diversidade de línguas e dialetos, mas não cita exemplos, apenas reconhece que houve uma perda ao longo dos anos, e que nos dias atuais o número é muito menor.

Outra observação relevante é quando as autoras optam por agrupar as comunidades indígenas em apenas dois grupos, (os dos agricultores, caçadores e coletores e o das grandes civilizações agrícolas) de acordo com as características comuns entre elas, alegando que é para facilitar o estudo sobre a temática. Embora façam questão em dizer que isso não significa que estejam desprezando as particularidades de cada um desses povos, reconhecendo que há uma grande diversidade entre os indígenas, não é oferecido espaço para o desenvolvimento de aspectos específicos, como cultura, religião, organização, etnias, línguas etc.

Com essa divisão dos povos da América em apenas dois grupos é levado ao aluno a ideia de que só existia na América do Norte e do Sul, exceto os incas, aqueles “indígenas primitivos”, ainda associados ao período Neolítico. De um outro lado, os povos da mesoamérica são apresentados como aqueles que conseguiram representar para o colonizador a ideia de organização política e social e resistência, e por isso a maior visibilidade.

Com isso, deixa a ideia genérica de que as populações indígenas do Brasil tiveram uma “aceitação” melhor da colonização, visto que, grupos aceitaram de forma amistosa, através de troca de mercadorias, de alianças ou trabalho. Outro equívoco presente no texto é a referência às comunidades indígenas como “tribos”, levando a entender que todos os grupos indígenas estavam reunidos por um padrão, características em comum. Para WITTMANN

⁸ CASTILHO, Alceu Luís e AMARAL, Flávio. Revista Educação, edição 96. São Paulo: Segmento, 2006. Disponível em <http://revistaeducacao.uol.com.br>. Acesso em: jul. 2006.

(2015), a imaginação de que os indígenas ainda mantêm comportamentos ou elementos de uma cultura do passado, desconsidera a trajetória desses povos, deixando “invisível” as suas formas de resistências, fugas, captações, negociações, bem como, as inúmeras tentativas de extermínio ao longo da sua história.

Na sequência da análise do livro, temos o texto complementar “dos espíritos canibais”⁹, acompanhado de uma imagem com várias pessoas da Aldeia Demini de Roraima. No texto vem o depoimento de uma liderança indígena sobre a invasão de suas terras pelos garimpeiros. Através desses textos complementares, percebemos que é o espaço dado no livro didático para ampliar o conteúdo e permitir uma leitura mais específica, por exemplo, sobre uma determinada comunidade. Isso demonstra uma preocupação em não continuar desprezando a diversidade desses povos, mas, para não fugir da organização tradicional dos conteúdos nos capítulos, são poucas as alterações na estrutura, colocando mais informações nesses textos isolados, à margem do conteúdo principal.

Depois de todas essas informações gerais sobre os povos indígenas, o livro traz um tópico para comentar especificamente sobre os tupis-guaranis da América do Sul. Sobre estes povos as informações são resumidas, reduzindo-as à ideia de os indígenas estarem agrupado, em sua maioria, ao grupo linguístico Tupi-guarani, às famílias linguísticas Jê e Aruaque. Além disso, registram como era a vida nas aldeias¹⁰, mostrando a organização nelas e sua estrutura física, assim como os artefatos produzidos e utilizados, além disso, considerando esses povos exímios caçadores e coletores e que desenvolveram a agricultura.

Sobre a organização política, mostra que não há uma autoridade formal e que os pajés são mediadores entre os humanos e os espíritos, além disso, a crença na reencarnação e na existência do mal. Nesse momento não é feita nenhuma referência às transformações que a colonização europeia provocou na organização dessas comunidades e tão pouco a imposição da cultura que resultou, também, num hibridismo religioso.

Observamos que há uma preocupação em falar sobre os rituais indígenas, principalmente sobre o ritual antropofágico praticado entre os Tamoios e outros grupos tupis-guaranis, como os tupinambás. Um esclarecimento em relação a esse tipo de ritual está presente no texto quando há uma preocupação em dizer que ele não se tratava de uma evidência de primitivismo; para as comunidades indígenas é uma prática que tem significado místico arraigado na cultura deles.

Após esse apontamento no capítulo sobre o ritual indígena, mais informações aparecem no texto complementar “O significado ritual da antropofagia”¹¹, nele foram descritos os costumes de algumas comunidades indígenas brasileiras, como os tapuias, tarairius e os tupis. Nesse texto estão presentes os diversos significados de ritual antropofágico, de acordo com a étnica que o pratica, procurando dessa forma desnaturalizar a visão de “horror” que o europeu deixou construído a respeito dessa prática ritualística.

Sobre a mulher na sociedade indígena são raras as informações, são citadas apenas na relação com as atividades domésticas e sobre as pinturas feitas nos prisioneiros de guerra.

Para finalizar o capítulo Braick e Mota oferecem atividades sobre a temática estudada, com questões argumentativas sobre a Constituição Federal de 1988 e os artigos que reconhece os povos indígenas quanto a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, em como os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

⁹ Instituto Sócio Ambiental. Povos indígenas do Brasil. Disponível em: www.socioambiental.org. Acesso em: dez. 2018.

¹⁰ Termo utilizado com frequência ao fazerem referências as comunidades.

¹¹ RAMINELLI, Ronald. Canibalismo em nome do amor. *Revista Nossa História*, São Paulo: Vera Cruz; Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 2, n. 17, mar. 2005.

Na sequência desse estudo, ao analisar o segundo livro didático, que foi utilizado no ensino médio nos anos 2013-2017, ou seja, anos após a implantação da lei, observamos que, ainda não é reservado um espaço mais amplo para o desenvolvimento da temática em questão, ainda é colocado em partes de capítulos, quando se fala dos habitantes da América com a chegada do europeu a partir do século XVI. Inicialmente, os indígenas são mencionados quando relacionados a presença dos franceses na América. Traz a ideia de uma relação amistosa entre esses e os nativos e que praticavam a troca de objetos e interesses.

Continuando com uma estrutura semelhante ao livro anteriormente analisado, colocando textos complementares para tratar de forma mais específica algumas temáticas, neste livro o primeiro texto “o convívio entre indígenas e franceses na Américas”¹² oferece informações mais detalhadas sobre a relação do francês com o nativo, trazendo a ideia de relações amistosas e respeitáveis com os indígenas aliados. Mostra também a ideia de que o europeu também sofreu a influência do nativo.

Segundo relatos dos portugueses os franceses, ao conviverem com aliados indígenas acabavam tornando-se tão selvagens quanto estes. Ou seja, associando “selvageria” ao ato de andarem nus, pintados, fazer guerras, comer inimigos. Trazem os franceses como os europeus de melhor relacionamento e adaptação aos costumes dos indígenas tupinambá. Para ilustrar o texto e complementar as informações, vem a gravura de um Tupinambá da Ilha do Maranhão que recebeu um nome francês Anthoine Manen. Este com poucas partes do corpo vestidas, além de um arco e flecha na mão.

Figura 3: Índio Tupinambá da ilha do Maranhão.



Fonte: BRAICK; MOTA, 2013, p. 28.

Em seguida, no capítulo “Organização político-administrativa na América portuguesa” é iniciado com a charge a seguir.

¹² PERRONE-MOISÉS, Beatriz. O mito de bom francês: imagens positivas das relações entre colonizadores franceses e povos ameríndios no Brasil e no Canadá. Instituto de Estudos avançados da USP. Disponível em: www.iea.usp.br. Acesso em 30 jan. 2013.

Figura 4: Charge do Cartunista brasileiro Laerte que satiriza a chegada dos portugueses ao Brasil, 2002.



Fonte: BRAICK; MOTA, 2013, p. 32.

Na charge observamos de um lado indígenas em meio a floresta avistando navios se aproximando. Próximo a eles vem a seguinte frase: “Bom, adeus ao sonho da casa própria”. Nessa charge observamos que é dado um espaço de fala ao sujeito, que a utiliza para demonstrar sua exclusão na organização política da América Portuguesa. Em seguida, diferentemente do primeiro livro analisado, as autoras problematizam, trazem indagações que podem contribuir para a construção de uma visão mais crítica do aluno.

A primeira relação direta dos portugueses com os povos indígenas da América aparece no livro associando-os ao escambo¹³, forma utilizada pelo português para assegurar o trabalho indígena na extração do pau-brasil. Para reforçar essa relação entre eles observamos no livro o seguinte mapa abaixo, que detalha os indígenas extraindo a madeira e transportando-a em troca de produtos como enxadas, roupas, espelho, entre outros objetos.

Figura 5: Detalhe do Mapa Brasilis, publicado em Portugal em 1519.



Fonte: BRAICK; MOTA, 2013, p. 10.

Para finalizar as discussões sobre o indígenas do Brasil no livro analisado, temos mais texto complementar presente “O indígena na estrutura colonial”¹⁴. Através do texto é colocado que depois de um certo tempo de escambo entre indígenas e portugueses, eles passaram a ser descartados a partir das alterações no estilo de vida e as instituições sociais europeias, que passaram a substituir o escambo pela agricultura, sendo assim o indígena agora

¹³ Troca de mercadorias sem a utilização de dinheiro.

¹⁴ DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma breve história do Brasil**. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2010. p. 24-26.

passa a ser visto como obstáculo para a ocupação do território brasileiro e a força de trabalho necessária. Iniciando assim a caça ao indígena e com ela o tráfico dos “negros da terra”.¹⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente, os conteúdos nos livros analisados ainda contemplam a história e cultura indígena do Brasil de forma resumida, mesmo depois da implantação da lei, tornando assim obrigatório o ensino, percebemos que há uma escrita reduzida, em geral, como complemento de capítulos sobre colonizações espanhola, portuguesa e francesa na América. No livro didático analisado de 2005, o próprio título do capítulo “As terras que os europeus conquistaram” mantem o protagonismo europeu em relação aos povos que já habitavam o Brasil, reforçando a ideia de conquistadores e conquistados.

Observamos que, sobre os indígenas do Brasil são reservados apenas algumas páginas no final do capítulo e alguns textos complementares, estes que na maioria das vezes são desconsiderados pelo aluno, e até mesmo pelos docentes. Embora tenha sido observado nesse livro, que há uma preocupação das autoras em reconhecer a diversidade e importância dos indígenas, não existe um desenvolvimento no decorrer do capítulo, nem mudança nas narrativas.

Quanto ao livro de 2013, percebemos que algumas alterações foram feitas, como a retirada o termo “índio”, substituído por “povos indígenas”, “nativos”, “indígenas” e as gravuras de povos indígenas na atualidade em suas comunidades, além de nomes de etnias, etc.

Concluimos que, mesmo através da obrigatoriedade estabelecida pela lei 11.645/2008, a inserção da temática indígena em sala de aula vem sendo gradual, dessa forma é imprescindível que façamos análise do livro didático, dessa forma será possível compreender melhor como a história e cultura dos povos indígenas do Brasil está sendo apresentada e assimilada pelos alunos, através dessa fonte de pesquisa.

Com o presente trabalho, observamos que vários fatores serão necessários para a efetivação de um ensino pautado em informações atualizadas e mais detalhada sobre a história e cultura dos povos indígenas do Brasil. Um desses fatores seria um aumento nas produções acadêmicas para serem inseridas no livro didático, além de mais incentivo e suporte aos professores e professoras do ensino básico para continuarem pesquisando sobre a temática e refletirem sobre os impactos da lei 11.645/2008 no conteúdo do livro didático a ser utilizado como recurso metodológico em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Fernandes. **História das populações indígenas na escola**: memórias e esquecimentos. São Paulo: Contexto, 1996. p. 69-90.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. Volume Único. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. Volume Único. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. O futuro da questão indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁵ Termo utilizado para diferenciá-lo dos negros africanos.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

HILL, Jonathan (org.). **History, Power and Identity** – ethnogenesis in the Americas, 1942-1992. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-mar-co-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acesso em: 05 dez. 2018.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 38- 43.

SILVA, Edson; Silva, Maria da Penha da (Orgs.). **A temática indígena em sala de aula**: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SILVA, Giovani José da. Ensino de História Indígena. In: WITTMANN, Luisa Tombini. **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 21-46.

WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). Ensino (d)e História Indígena. In: WITTMANN, Luisa Tombini. **A escrita da História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 9-20.

COLONIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO: A FLORA MEDICINAL BRASÍLICA E SUAS CATEGORIZAÇÕES

Rodrigo Perles Dantas

Resumo: Este trabalho se refere ao desdobramento de nossa pesquisa de mestrado que estamos realizando na área de História das Ciências da Saúde, com foco na medicina colonial e o uso, circulação e apropriações das plantas medicinais da América Portuguesa no século XVI. Partimos do pressuposto de que, ao desembarcarem em terras americanas, os europeus se depararam com um mundo natural até então desconhecido pelos estudiosos do denominado “Velho Mundo”, despertando, ao mesmo tempo, admiração e curiosidade. Com isso, somados a necessidade de uso estratégico das informações, produziram diversos relatos, cartas e crônicas endereçadas aos seus congêneres europeus, que utilizamos como fontes de pesquisa. Retrutando os habitantes da terra e o meio natural em que estavam inseridos, nosso objetivo é fazer uma análise crítica acerca das descrições dos indígenas nestas narrativas e da botânica terapêutica presente na *Terra Brasilis*, de conhecimento e uso milenar destes povos, que acabou apropriado pelos colonizadores, passando a circular em tratados médicos e farmacopeias europeias.

Palavras-chave: América Portuguesa; povos indígenas; narrativas.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação parte do desdobramento de nossa pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que estamos realizando na área de História das Ciências da Saúde, com foco nas descrições, usos e apropriações dos elementos botânicos de base medicinal da flora americana no primeiro século de colonização portuguesa (século XVI).

Partimos do pressuposto de que, ao aportar em terras *brasílicas*¹, os europeus se depararam com um mundo natural eminentemente diverso do que possuíam, até então, em seu repertório de conhecimento, guiado pelos parâmetros da Filosofia Natural, despertando intensa curiosidade.² Desta forma, visando compreender, classificar e utilizar estrategicamente informações que propiciassem uma colonização e exploração econômica desta localidade, produziram diversos relatos, crônicas e cartas sobre o denominado “Novo Mundo” (GESTEIRA, 2004, p. 71-73).

Esta documentação foi produzida por uma gama muito diversa de atores sociais, de várias origens e nacionalidades, como missionários católicos e protestantes, mercenários, senhores de engenho e viajantes no geral. Originários de reinos e territórios da Europa, como Portugal, Espanha, Península Itálica, Estados Germânicos e Países Baixos, legaram-nos uma produção textual que utilizamos com fontes de pesquisa

Nestes relatos, podemos encontrar elementos sobre a descrição da natureza americana e seus habitantes. Nosso objetivo com este trabalho é analisar de forma crítica como esta terra e povos indígenas foram representados,

¹ Optamos por utilizar, neste trabalho, o termo *brasílica* ou *terra brasilis* (encontrados nas fontes) para se referir ao século XVI, além de outros como América Portuguesa, ao invés de Brasil, já que a formação do Estado Brasileiro é posterior.

² No século de análise, XVI, não existia a “Ciência” como conhecemos hoje. O conhecimento do mundo e da natureza, na Europa, estava sistematizado nos paradigmas da Filosofia Natural. Esta, herdada dos gregos na Antiguidade, buscava a separação de elementos místicos ou religiosos ao abordar fenômenos naturais e tudo o que existisse na terra, incluindo domínios dos reinos vegetal, mineral e animal (GRANT, 2009, p. 19-21). O paradigma estudado por esta categoria do conhecimento conhecerá diversas rupturas e modificações com a chegada ao “Novo Mundo” (GESTEIRA, 2004, p. 72-73).

analisando as fontes documentais dentro de uma perspectiva crítica. No século XVI, tanto a *Terra Brasilis* quanto os grupos que nela viviam e foram contatados pelos portugueses, foram representados de maneira grandemente idealizada, apresentando até mesmo algumas contradições que buscaremos esmiuçar melhor ao longo desta narrativa.

COLONIALISMOS, NARRATIVAS E APROPRIAÇÕES: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA IDEALIZAÇÃO DA TERRA E DOS POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVI

Como dito na introdução, portanto, nestes primeiros contatos que se processaram no século XVI entre europeus e indígenas, o que seguiu foi uma grande idealização da terra e de seus habitantes, conforme podemos perceber nas narrativas. Devido ao impacto ao contatarem um local até então desconhecido, os moradores desse denominado por eles mesmos de “Velho Mundo” buscarão descrever tudo o que viam, seja por interesse e curiosidade, estudo ou mesmo para uso estratégico destas informações, a fim de vislumbrar possibilidades de exploração econômica do território, como fica claro na carta de Pero Vaz de Caminha:

Todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata! (CAMINHA, 1963, p. 2).

Escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, Caminha demonstra neste documento que ficou conhecido como a “certidão de nascimento do Brasil”, por representar o primeiro registro escrito que temos desta localidade, interesses econômicos que poderiam advir do “descobrimento” destas “novas” terras. Esta exploração, assim, não se limitaria apenas à busca por pedras ou metais preciosos, mas também pelo possível uso agrícola, representando uma fonte de lucros para a metrópole portuguesa a partir do plantio de produtos tropicais:

Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d’agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (CAMINHA, 1963, p. 8).

Neste trecho fica patente um padrão que podemos encontrar em quase todos os relatos posteriores sobre a América Portuguesa e que constitui nosso campo de interesse: a grande idealização destas terras por meio destas narrativas do primeiro século de colonização. A primeira impressão advinda deste contato é sempre de uma região salubre, toda entrecortadas por rios caudalosos, de solo fértil, no qual se plantando tudo dá, dado a representação exuberante que fizeram da natureza (GURGEL, 2009, p. 34).

Com isso, a crença medieval da existência de um Paraíso Terreal passa a ser reforçada com o desembarque dos europeus em terras americanas. Dessa maneira, por terem acreditado chegar em uma região paradisíaca, a natureza e seus povos passam a ser idealizados. Além dos elementos já citados acima, uma das características do “Novo Mundo” seria o fato de possuir muitos bons ares, fundamentais na concepção de medicina da época, capaz de fornecer aos seus habitantes uma boa qualidade de vida e saúde em abundância. Como podemos perceber no relato do padre jesuíta Fernão Cardim, entre 1583 e 1584, ao dizer que “O clima do Brasil geralmente é temperado de bons, delicados e salutíferos ares, donde os homens vivem muito até noventa, cento e mais anos, e a terra é cheia de velhos” (CARDIM, 1925, p. 1).

Dessa forma, podemos perceber como eram vistos os povos indígenas neste momento. Para entendermos mais a fundo estas narrativas produzidas, precisamos mergulhar na concepção médica que “migra” com os colonizadores. A doença era encarada dentro de uma perspectiva que mesclava tanto elementos naturais quanto religiosos. Os primeiros eram marcados pela concepção Hipocrático-Galênica³ de saúde, enquanto que os segundos faziam uma ponte entre corpo e alma. Usando preceitos do galenismo, mas sem deixar de lado uma abordagem mística, na qual o adoecimento e sofrimento eram frutos do pecado (MARTINS; SILVA; MUTARELLI, 2008, p. 14).

Dessa forma, os males e as paixões da alma se refletiam no corpo físico, desequilibrando os humores e gerando o sofrimento.⁴ Na perspectiva bíblica, após a expulsão do Éden e com o avanço da “civilização”, cada vez mais os povos possuem elementos para pecar, fazendo com que periodicamente, a mando de Deus, grassassem pestes e moléstias epidêmicas com intenção de penitência, ou seja, como forma de fazer com que as comunidades humanas paguem pelos seus pecados (SEIXAS, 2003, p. 24).

Ao chegarem na América e encontrarem aqui traços de um Paraíso Terreal, acreditando mesmo que estavam ao menos muito próximos dele, com uma região salutar e que propicia boa vida e saúde, os grupos indígenas passaram a ser encarados como seres puros de alma, vivendo de um modo ideal e relativamente livre de pecados e se o faziam era por não conhecerem a “verdadeira fé”, mas que, com a catequização este objetivo poderia ser alcançado. Foi isso que fez com que houvesse uma intensa idealização de seu modo de vida e creditado a estes povos uma vida muito longa e saudável, já que, vivendo longe da civilização, não conhecia seus males (SOUZA, 2018, p. 178).

Porém, nestes discursos, podemos perceber uma aparente contradição: por não serem “civilizados”, os indígenas não entravam em contato com o intenso pecado por ela provocado. Ao mesmo tempo, a necessidade de conversão ao cristianismo, que traria aos “selvagens” a “civilização” era pregada de maneira intensa por estes cronistas, sejam laicos ou religiosos (CARDIM, 1925, p. 90 e 93; LÉRY, 1961, p. 24; SOUSA, 1971, p. 128; THEVET, 1978, p. 98 e 135). Neste caso, acreditamos que elementos de teóricos se mesclavam com interesses de ordem prática, como os de “pacificar” os índios denominados “hostis”, ou seja, inimigos dos portugueses, o que se acreditava que seria possível com a catequização, além da própria necessidade da expansão de fiéis católicos pelo globo devido ao avanço protestante na Europa de então.

Nosso interesse para os propósitos aqui elencados de destacar esta grande idealização realizada sobre os povos indígenas e a salubridade da terra, fruto dos primeiros contatos, se dá porque esta visão irá se alterar radicalmente a partir dos séculos posteriores. Na questão da saúde podemos encontrar, principalmente a partir dos seiscentos, a guinada de uma região vista como de “bons ares”, passando a ser encarada como “insalubre” (VIOTTI, 2012, p. 82).

Alguns elementos fundamentais são apresentados para esta alteração na concepção da qualidade de vida possível na América Portuguesa. O primeiro deles, e talvez mais importante, se dá pelo fato da introdução de mo-

³ A medicina Hipocrático-Galênica recebe este nome por conta de dois de seus maiores representantes. Hipócrates, médico grego e Galeno, também grego, mas que viveu sob domínio romano. Com a queda do Império Romano, seus escritos e o modelo de entendimento do corpo e da relação saúde/doença é preservada e ampliada por bizantinos e árabes. Com a expansão econômica e política europeia a partir do século XII, passa a ser estudada nas universidades de então, “migrando” com o colonizador para a América, tendo grande influência na medicina ocidental até o século XIX. Basicamente, entendia a o corpo como formado por quatro humores (líquidos): sangue, fleuma, bile amarela e bile negra. A saúde dependia do equilíbrio entre estes e a enfermidade era causada pelo excesso, falta ou corrupção de um ou mais desses humores (GESTEIRA, 2004, p. 88).

⁴ O galenismo era considerado a medicina oficial, estabelecida por uma união Estado-Igreja. Portanto, os religiosos também professavam este tipo de medicina, mas combinada com elementos da religião católica, no qual os males da alma (paixões) se refletiam no equilíbrio humoral, gerando as doenças (MARTINS; SILVA; MUTARELLI, 2008, p. 14).

léstias exóticas⁵ por parte dos europeus, que, encontrando uma população ausente de anticorpos⁶ para combater estes germes do “Velho Mundo”, foi responsável por gerar um verdadeiro genocídio entre as comunidades originais, primeiramente do litoral e, depois, se expandindo para dentro do continente (GURGEL, 2009, p. 108-109).

São assustadores os relatos de padres missionários nos aldeamentos ou então de viajantes e cronistas sobre a intensidade das doenças contagiosas que se abatiam sobre os povos ameríndios. Relatos de fuga em massa para a floresta ou outras aldeias, o que por vezes acabava servindo como veículo de transmissão destes germes para outras localidades, tornaram-se uma constante assim que os grupos eram contatados pelos colonizadores (BARBOSA, 2006, p. 36-37). Estas, além de funcionarem como a maior “arma” para a colonização e interiorização das conquistas, foram as grandes responsáveis pela alteração das narrativas acerca da natureza americana. Já em 1587, por exemplo, Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 87) narra que parte do litoral da colônia estaria, em grande medida, despovoado de seus povos originais, que eram muito frequentes nos primeiros relatos sobre a terra (CAMINHA, 1963, p. 1-3). Dessa forma, por meio do estudo histórico relacionado com a saúde, acreditamos que podemos contribuir sobremaneira para a análise e entendimento dos processos coloniais.

No que tange à questão do solo e natureza brásilica em geral, assim como das populações que aqui encontraram, podemos perceber nas narrativas o mesmo processo de idealização. O trecho já citado da carta de Pero Vaz de Caminha é um indício disso, mas, mesmo após o processo de fixação europeia e colonização efetiva do território, ainda encontramos semelhantes elementos narrativos para descrever esta localidade.

A imagem corrente da América era a de uma espécie de “Paraíso Terreal”, ou então que estavam dele muito próximos. Presente na mentalidade ocidental desde ao menos a Idade Média, a busca pelo Éden perdido passa a ser considerado cada vez mais possível com as Grandes Navegações e o aporte no “Novo Mundo” (SEIXAS, 2003, p. 21-23).

Desta maneira, por ser paradisíaca, esta terra estava cheia de “Maravilhas”⁷, como locais repletos de metais preciosos, alimentando o sonho de encontrar o El Dorado⁸, rios caudalosos que propiciavam peixes em abundância, muitas frutas nas árvores, e caça à vontade (STADEN, 2011, p. 110). Assim, por acreditarem estar em um Paraíso, todo o derivado da ideia deste que faziam se expressou aqui.

Uma outra representação corrente, era a da grande fertilidade da terra. Ao aportarem em terras americanas e se depararem com a natureza exuberante da mata atlântica, repleta de árvores frutíferas e possibilidades de obtenção de alimentos da natureza, a ideia que se passou era a de semelhança imediata com o Éden, no qual a terra proveria a subsistência sem esforço ou trabalho, sendo que este era encarado com a punição à Adão e Eva pela desobediência ao Criador (SEIXAS, 2003, p. 27; SOUSA, 1971, p. 39-40).

⁵ O termo “exótico” é aqui utilizado no sentido dado pelas Ciências Biológicas, como algo que vem “de fora”. Neste caso, as doenças infectocontagiosas vindas do dito “Velho Mundo”, das quais os povos indígenas não possuíam contato prévio nem experiência imunológica.

⁶ De acordo com estudos recentes, isso se deveu ao “isolamento geográfico” americano em relação ao “Velho Mundo” e pela baixa domesticação animal existente, já que a larga maioria das moléstias contagiosas são zoonoses, ou seja, oriundas de animais, que, adaptando-se, tornam-se capazes de invadir células humanas, gerando a infecção (DIAMOND, 2013, p. 57).

⁷ Conceito medieval de “maravilha”, oriundo de *mirabilias*, que indicava algo que seria “excepcional”.

⁸ Local repleto de ouro e metais preciosos, onde todas as construções seriam de ouro. Presentes há séculos na mentalidade europeia, com a chegada à América o sonho da possibilidade de encontrá-los, em uma terra que se acreditava paradisíaca, foi cada vez mais alimentada. Outra idealização que se processou foi o de encontrar as Amazonas, mulheres guerreiras presentes já em representações gregas, que se passou a acreditar que tinham sido vistas na região norte do atual Brasil, dando nome ao famoso Rio Amazonas (SEIXAS, 2003, p. 22).

Podemos perceber em cronistas do século XVI, a grande fecundidade imaginada do solo da região. O padre franciscano francês André Thevet relata que “Adubar e corrigir os terrenos são práticas que desconhecem, de vez que suas terras são férteis e não estão esgotadas como as nossas” (THEVET, 1978, p. 192). Já Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho português que viveu na Bahia escreve em 1587:

E comecemos nas canas-de-açúcar, cuja planta levaram à capitania dos Ilhéus das Ilhas da Madeira e de Cabo Verde, as quais recebeu esta terra de maneira em si, que as dá maiores e melhores que nas ilhas e parte de onde vieram a ela [...] porque na ilha da Madeira, Cabo Verde, São Tomé, Trudente, Canárias, Valência e na Índia não se dão as canas se se não regam os canaviais como as hortas e se lhes não esterçam as terras, e na Bahia plantam-se pelos altos e baixos, sem se esterçar a terra, nem se regar (SOUSA, 1971, p. 165-166).

Portanto, de tão “maravilhosa” e fértil seria a terra, que mesmo a necessidade de adubar, estercar e regar as plantações seria dispensável. Além disso, muitos produtos trazidos de outras regiões e plantados aqui, seriam ainda melhores e mais saborosos do que em suas terras de origem. Com isso, está posta a ideia edênica de que era possível sobreviver sem esforço ou trabalho pois a terra é capaz de prover sem a necessidade de intervir no meio.

Como sabemos com os estudos atuais, isso não se dava desta maneira e toda a busca diária por alimentação por parte dos povos indígenas, inclusive com a agricultura, acaba sendo ofuscada⁹. Podemos considerar a origem de diversas falácias preconceituosas atualmente com base nestas interpretações, como o fato de o “índio ser preguiçoso”, já que a natureza dava tudo o que precisavam e não havia necessidade de trabalho. Isso fica expresso, dentre outros autores, em Gabriel Soares de Sousa, ao falar dos guaianases: “É gente de pouco trabalho, muito molar, não usam entre si lavoura, vivem de caça que matam e peixe que tomam nos rios, e das frutas silvestres que o mato dá” (SOUSA, 1971, p. 115).

A impressão que estas crônicas nos passam é a de que a vida indígena seria facilitada em meio as matas, tendo uma natureza capaz de prover todo o necessário para a subsistência sem a necessidade de esforço humano. Assim, podemos identificar alguns reflexos que sobrevivem até os dias de hoje produzidos por meio destas narrativas e colonialismos do século XVI, que podemos questionar com produções da área de História Ambiental responsáveis por desconstruir ideias sobre uma suposta “facilidade” de viver e encontrar alimento e outros produtos necessários à vida em meio à natureza¹⁰ (CROSBY, 2011; DIAMOND, 2013).

Justamente devido ao impacto do contato com um mundo natural até então desconhecido e altamente idealizado, fez com que diversas descrições sobre este fossem produzidas. Se mostrando como objeto de interesse por diversos dos considerados eruditos do século XVI, relatos pormenorizados acerca da fauna e flora *brasílicas* serão, assim, elencados, devido até mesmo à necessidade de conhecimento destes elementos para a sobrevivência dos colonizadores e manutenção da própria colonização (FOUCAULT, 2000, p. 63).

O que queremos chamar a atenção é que todo o conhecimento apresentado nestas crônicas e cartas de então, é de saber e uso milenar dos povos indígenas, que acaba sendo apropriado pelos europeus, muitos deles até hoje

⁹ Não é tarefa fácil encontrar comida na natureza. Caça, pesca, plantação, demandam tempo, habilidade e trabalho, além de percalços encontrados ao longo destas tarefas, que nem sempre logram êxito. Ou seja, a natureza não “dá” nada. Porém, por acreditarem ter chego em uma terra paradisíaca, esta foi a imagem passada pelos relatos dos viajantes. Estas ideias geraram o que Cristina Gurgel (2009, p. 42) denominou de “Mito da Eterna Abundância Indígena”, sem considerar deles o trabalho e até mesmo períodos de fomes e dificuldades alimentares, assim como acontecia (e acontece) entre qualquer comunidade humana na história.

¹⁰ Podemos identificar aqui também a origem de certos debates que se fazem presentes até hoje na política e economia brasileira, como o caso de uma suposta “vocalização agrícola” do país.

utilizados, sem ao menos sabermos de sua origem (EDLER, 2006, p. 24). Dessa maneira, toda a difusão sobre as propriedades de plantas medicinais, frutas e elementos dos reinos vegetal e animal foi feito por aqueles grupos que mais proximidade possuíam com os ameríndios, como bandeirantes e jesuítas. Muitos dos medicamentos que circulavam no período colonial ficaram conhecidos, por exemplo, como “remédios dos paulistas”, embora não fossem os verdadeiros descobridores de sua eficácia (GURGEL, 2009, p. 147-154)

Portanto, o contato destes agrupamentos com as etnias americanas, além dos já conhecidos processos de imposição de normas e princípios que não respeitavam suas diversas manifestações culturais, foi marcado também por elementos de colonização do próprio saber nativo. Isso se dava por conta de que as propriedades medicinais das ervas, por exemplo, acabaram sendo utilizadas por diversos atores socais, mas a maneira de utilizá-las, por meio de práticas xamânicas, foram reprimidas e, por vezes demonizadas. André Thevet, franciscano francês, ao falar dos métodos de cura indígena diz:

E estas pobres criaturas são de tal modo iludidas pelos falsos dons de seus profetas, dos quais já tratamos, que não deixam de chamá-los sempre que estão doentes, na absurda crença de que eles realmente sejam capazes de curá-las. Não se poderia comparar melhor estes nossos heróis senão com charlatães e impostores que vivem entre nós e que estão sempre enganando as pessoas ingênuas [...] Eu até poderia acreditar nisto, desde que ciência virasse ignorância e vice-versa (THEVET, 1978, p. 151).

Quanto a apropriação do conhecimento sobre o mundo da natureza, esta pode ser percebida a partir de vários grupos que se estabeleceram na colônia, como os membros e estudiosos da Companhia de Jesus e os membros da expedição de Maurício de Nassau (1604-1679) durante o Brasil Holandês como Guilherme Piso (1611-1678) e George Marcgraf (1610-1644), que descreveram e estudaram várias plantas americanas. Devido à necessidade de recorte para este trabalho, buscaremos focar na atuação dos jesuítas dentro deste processo.

Os inicianos tinham como principal objetivo na América Portuguesa o trabalho catequético e a expansão da fé católica entre os povos indígenas. Porém, por conta de necessidades contextuais, suas funções nos domínios europeus ultramarinos serão alargadas. Uma delas que queremos aqui destacar é a atuação terapêutica desenvolvida em conjunto com as ações missionárias (CALAINHO, 2005).

Devido a necessidade de conversão, estes membros jesuítas criavam os aldeamentos, locais em que concentravam os grupos ameríndios a fim de alcançarem este objetivo. A partir desta estrutura organizacional, já podemos encontrar diversos elementos que vão levar à disseminação de moléstias infectocontagiosas entre povos até então nunca contatados por elas (EDLER, 2006, p. 31).

Levadas, por vezes, pelos próprios padres da Companhia, a propagação de doenças acabava sendo facilitada devido à grande concentração de pessoas em um curto espaço, por vezes sem a higiene necessária. Dessa forma, e buscando desbancar a autoridade dos pajés, que em grande parte das tribos tinha como função a cura de enfermidades por meio do contato com o sagrado, os inicianos precisaram atuar, também, na questão da saúde (EDLER, 2013, p. 102).

Cristina Gurgel, em sua tese de doutorado reproduz uma citação explicativa sobre isso, quando um dos integrantes aldeados, em sua tribo diz para um padre: “vós, sim, padres, viveis e não nossos feiticeiros que morrem como nós” (REZENDE, 2003 *apud* GURGEL, 2009, p. 122). Consideramos isso como consequência da prévia experiência imunológica dos missionários europeus, o que acabava tornando-os mais resistentes a estas doenças. Mas, assim, apelando para o domínio do sagrado, os inicianos conseguiram estabelecer alguns elementos de legitimidade para ação na colônia entre os povos indígenas.

Assim, os padres jesuítas construíram no ultramar, e não apenas na colônia portuguesa americana, uma rede de enfermarias junto aos seus colégios, estes que eram destinados a formar os futuros membros da Companhia, realizando intenso trabalho terapêutico.¹¹ A concepção de medicina que professavam era a já citada Hipocrático-Galênica, porém, além das mezinhas¹² já conhecidas na Europa, aqui passaram a desenvolver e expandir o uso de outras diversas, formadas com as plantas medicinais americanas, de conhecimento nativo (SOUSA, 2018, p. 229).

Por formarem uma grande rede de missionários estabelecidos tanto no Ocidente quanto no Oriente, estes membros da Companhia de Jesus trocavam entre si cartas e diversas informações sobre os domínios de ultramar, como os elementos da natureza de cada ambiente em que estavam instalados. Assim, informações, plantas medicinais e o conhecimento sobre o uso delas acaba sendo disseminado por todo o globo neste momento, conforme mostram diversos livros de farmacopeia dos séculos XVI e XVII (GESTEIRA, 2004, p. 75).

Dessa forma, pelo contato constante com os povos indígenas do atual território brasileiro e a atividade terapêutica desenvolvida entre eles por conta de necessidades contextuais, os jesuítas aprenderam, com estas diversas etnias, a identificar e a maneira de melhor extrair os benefícios de diversos elementos botânicos da natureza americana, difundindo-o por todo globo dentro de um processo que podemos encarar como colonização do saber.

Isso se dá também por conta de que várias destas plantas foram e são até os dias de hoje utilizados pela indústria farmacêutica sem nos darmos conta deste fato. Em nossa pesquisa de dissertação de mestrado, estamos trabalhando com três grandes grupos de plantas que são insistentemente descritos e analisados no século XVI: os cicatrizantes, os purgantes e os venenos (analisados em conjunto com os contravenenos).

Para elencar alguns como exemplos, encontramos nesta situação de uso atual deste saber nativo, o óleo de copaíba (*Copaifera spp.*), de ação epitelizadora e antisséptica, sendo fundamental para a vida em mata fechada e, por isso mesmo, insistentemente descrita nas crônicas coloniais (LÉRY, 1961, p. 136-137; MONTES *et al.*, 2009). Outro deles, a quina¹³ (*Cinchona spp.*), oriunda da Amazônia peruana e conhecida popularmente como “pau-tenente”, da qual se extrai da casca moída desta árvore o princípio ativo denominado “quinina”, utilizado como antitérmico e cura da malária (GURGEL, 2009, p. 65 e 216)

Ou seja, temos um grande repertório da botânica medicinal de conhecimento milenar indígena que acaba sendo utilizado e apropriado pelos processos dos colonialismos, dentro do qual destacam-se os grupos de religiosos, como os jesuítas. Realizando trabalhos missionários e terapêuticos entre os povos nativos, aprenderam com estes a selecionar e utilizar estas plantas para a cura de dores e enfermidades que se abatiam sobre a colônia, expandindo este conhecimento para o globo, permitindo a apropriação deste saber (GESTEIRA, 2004, p. 75).

Assim, visando até mesmo se colocar no lugar dos pajés e encontrar legitimidade de ação entre os indígenas, passaram a realizar atividades de cura. Porém, este encontro foi marcado tanto por esta “troca” de conhecimentos

¹¹ Antes da criação da ideia moderna de Saúde Pública, a grande maioria da população se tratava em casa, seja com médicos oficiais ou não (curandeiros, benzedeiras). Os hospitais, como os da Santa Casa de Misericórdia e enfermarias existentes, como as jesuíticas tinham mais uma função caritativa do que de saúde propriamente dito. Assim, além de tratar dos próprios membros da Companhia, abrigavam, alimentavam e tratavam pessoas em situação de mendicância e sem possibilidade de auxílio médico (ROSEN, 1994; EDLER, 2006, p. 30).

¹² Como “remédios” da época, vendidos nas boticas, espécies de “farmácias”.

¹³ A quina era uma planta de conhecimento e uso milenar dos povos indígenas para o combate das “febres”, dentre elas a malária. Em 1633, foi descrita e catalogada pelo padre jesuíta espanhol Antonio de la Calancha. Atualmente, seu princípio ativo é utilizado pela indústria farmacêutica como componente de alguns medicamentos, dentre eles a cloroquina, utilizado para combater malária, artrite e lúpus (GURGEL, 2009, p. 216-217).

apropriados, quanto pela repressão à diversas práticas tradicionais do repertório de cura indígenas, muitas baseadas no xamanismo, que acabaram sendo demonizadas e proibidas pelos missionários (THEVET, 1978, p. 151).

CONCLUSÃO

Neste trabalho buscamos demonstrar alguns processos coloniais e narrativas produzidas por estes mesmos colonialismos, algumas das quais podemos encontrar resquícios de seus legados até os dias de hoje, muitas delas necessitando ser analisada de forma crítica a fim de eliminar preconceitos a elas inerentes. Além disso, ao trabalhar com História Ambiental e das Ciências da Saúde, acreditamos poder contribuir com os estudos sobre os povos indígenas e a natureza do atual território brasileiro.

No caso da Companhia de Jesus, por exemplo, muito foi estudado a respeito do papel de seus membros na educação colonial e da catequização dos povos ameríndios. Porém, a atuação deste grupo foi muito mais plural, mesmo dentre as diversas etnias indígenas, assumindo grande papel nas artes de cura do período, o que fica manifesto com diversas obras, cartas e relatos produzidos por estes na América Portuguesa (CARDIM, 1925; SOUSA, 1971, p. 71-73 e 106).

Além disso, ao lado de seus colégios e enfermarias, construíram diversas boticas nas quais comercializavam e doavam medicamentos; em suas bibliotecas eram encontrados diversos tratados farmacológicos, o que enquadra a atuação dos inicianos na área do saber médico de então (EDLER, 2006, p. 31).

Queremos chamar a atenção para o fato de que, mesmo professando a teoria médica Hipocrático-Galênica, ensinada nas universidades europeias de então, os religiosos desta ordem, até mesmo devido ao grande intercâmbio com os grupos indígenas, acabaram entrando em contato com o saber que estes povos tinham acerca da natureza e de seus benefícios. Vivendo há milênios em contato com a fauna e flora local, construíram um grande arcabouço de saber, dentro do qual se destacam o uso e virtudes das plantas medicinais, objeto de nossa pesquisa de mestrado (MARTINS; SILVA; MUTARELLI, 2008, p. 14).

Esta vasta gama de conhecimento, acaba sendo apropriada, utilizada e levada aos quatro cantos do mundo pelos colonizadores, laicos ou religiosos, que incorporaram estas terapêuticas em seu cotidiano. Interessante notar que estas ervas e seus usos sobrevivem até os dias de hoje, seja em comunidades tradicionais, nas áreas rurais do Brasil, ou então na medicina científica, passando pela transformação da indústria farmacêutica (CARNEIRO *et al.*, 2014, p. 45-47). Por meio deste trabalho, tentamos demonstrar como o saber dos indígenas se mantém vivo, mesmo com os processos de colonização do saber, podendo elencar a medicina e as artes de cura tradicionais como possíveis elementos de resistência destes povos.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite e Cia, 1925.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Edusp, 1971.

STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**: primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2011.

THEVET, André. **As singularidades da França Antártica**. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

Bibliografia

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. O comércio de africanos e o flagelo das bexigas na Amazônia Colonial (1707-1750). In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (orgs.). **Escravidão, doenças e práticas médicas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016. p. 36-62.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil Colonial. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 61-75. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n19/v10n19a05.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

CARNEIRO, Fernanda Melo *et al.* Tendências dos estudos com plantas medicinais no Brasil. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, Iporá, v. 3, n. 2, p. 44-75, jul./dez. 2014. Disponível em: https://crfm.org.br/comunicacao/estudos_com_plantas_medicinais.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2013.

EDLER, Flavio Coelho. **Boticas e Pharmácias**: uma história ilustrada da farmácia no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

EDLER, Flavio Coelho. Plantas nativas do Brasil nas farmacopeias portuguesas e europeias, séculos XVII e XVIII. In: KURY, Lorelai (org.). **Usos e circulação de plantas no Brasil**: séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2013. p. 94-137.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. A cura do corpo e a conversão da alma: conhecimento da natureza e conquista da América, séculos XVI e XVII. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 71-95, jan./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n8/2237-101X-topoi-5-08-00071.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

GRANT, Edward. **História da Filosofia Natural**: do mundo antigo até o século XIX. São Paulo: Madras, 2009.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin. **Índios, jesuítas e bandeirantes**: medicinas e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII. 2009. Tese (Doutorado em Clínica Médica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira Martins; SILVA, Paulo José Carvalho da; MUTARELLI, Sandra Regina Kuka. A teoria dos temperamentos: do corpus hippocraticum ao século XIX. **Memorandum**, v. 14, p. 9-24, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6689>. Acesso em: 28 set. 2020.

MONTES, Livia V. *et al.* Evidências para o uso da óleo-resina de copaíba na cicatrização de ferida: uma revisão sistemática. **Natureza on line**, v. 7, n. 2, p. 61-67, 2009. Disponível em: http://www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/pdf/02_mon-teslvetal_6167.pdf. Acesso em: 28 fev. 2020.

REZENDE, Maria Leônia Chaves. Entre a cura e a cruz: jesuítas e pajés nas missões do novo mundo. In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; GALVÃO SOBRINHO, Carlos Roberto (orgs.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 231-264.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

SEIXAS, Maria Lucília Barbosa. **A natureza brasileira nas fontes do século XVI**: para uma tipologia das grandezas do Brasil. Viseu: Passagem Editores, 2003.

SOUZA, Lais Vilhena de. **Missionários do corpo e da alma**: assistência, saberes e práticas de cura nas missões, colégios e hospitais da Companhia de Jesus (Goa e Bahia, 1542-1622). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Évora, Évora, 2018.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **As práticas e saberes médicos no Brasil Colonial (1677-1808)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

A VELHICE NOS ESPAÇOS DISCURSIVOS DA ETNO-HISTÓRIA

Raquel Roldan Mastrorosa

Resumo: Embora, no senso comum, a expectativa de vida entre os ameríndios seja menor que 30 anos, encontramos testemunhos biológicos de que há muito os nativos americanos alcançavam maior longevidade, atingindo a senescência. Ao considerarmos a etno-história e a multiplicidade cultural não generalista dos grupos estudados, tornam-se importantes as narrativas, ainda que produzidas por sujeitos representantes de sistemas coloniais, como um viés de elucidação de múltiplas compreensões sobre o envelhecimento e, consequentemente, sobre a percepção da velhice enquanto identidade. Entendemos a existência das pessoas envelhecidas como sendo um fenômeno espacialmente comum e a velhice como uma identidade mutável e *sui generis* entre os povos indígenas brasileiros. As estimativas etárias osteoarqueológicas encontram correspondência parcial ou nenhuma em relação as concepções sobre os indivíduos envelhecidos em populações tradicionais, fundadas em símbolos, rituais de passagem, modos de vida e escolhas cosmogônicas muito próprias.

Palavras-chave: Velhice; Etno-história; Osteoarqueologia.

INTRODUÇÃO

Ainda que, hipoteticamente, em consenso coletivo, os *homens pré-históricos* tivessem uma expectativa de vida de 30 anos, alguns bioarqueólogos, historiadores, paleo-demógrafos e antropólogos problematizam a ausência de pessoas que alcançaram maior longevidade, apresentando novas metodologias e teorias que comprovam que a expectativa de vida era bem mais elevada (APPLEBY, 2017; AGARWAL et al., 1996; CAVE et al., 2016; CHAMBERLAIN, 2006; GURVEN et al., 2007; MINOIS, 1987; SMITH et al., 2017; WALTER et al., 2017). Por outro lado, para além das revisões e discussões teórico-metodológicas científicas que buscam caracterizar o fenômeno do envelhecimento, com foco nos remanescentes humanos, temos fontes etno-históricas que presentificam indivíduos condicionados ao envelhecimento no Brasil.

A principal via de acesso à informação de sociedades pretéritas é através dos vestígios humanos, sobretudo, através dos remanescentes ósseos. Sendo a Arqueologia a principal ciência responsável por produzir esse conhecimento, podemos sugerir hipóteses, através dos vestígios materiais e biológicos humanos, sobre curvas de mortalidade, modos de vida, organizações sociais, identidades culturais, mobilidade humana, alimentação, doenças, entre outros aspectos da vida humana no passado e seus reflexos atuais (RENFREW et al., 2017).

Ao pesquisarmos sobre a existência de uma literatura com foco na Arqueologia do Envelhecimento no nível mundial, identificamos uma baixa produção que abrangesse estudos voltados para o envelhecimento humano (APPLEBY, 2017). Também não foram identificados estudos relacionados o tema em produções literárias brasileiras. As produções existentes, limitadas a 10 textos publicados, abrangem, sobretudo, possibilidades de estudos arqueológicos que evidenciaram o envelhecimento humano no nível identitário (WELINDER, 2001; APPLEBY, 2010; 2011; FAHLANDER, 2013; CAVE et al., 2014; GOWLAND 2015; ROSS et al., 2015; CAVE et al., 2016; APPLEBY, 2017; CAVE et al., 2017).

Os discursos produzidos acerca da *velhice* no campo das ciências humanas e isso incluiria suas instâncias cronológica, biológica e sociocultural - , estão intimamente relacionados aos discursos produzidos por aqueles que estão vivenciando essa fase da vida, não sendo comumente retratados e estudados por indivíduos mais jovens (BEAUVOIR, 1990; ELIAS, 2012). Os idosos incluem-se em uma categoria cada vez mais esquecida e são normalmente relacionados a dois fatores principais no Ocidente: ao declínio (degeneração) e à morte ou finitude da vida (BEAUVOIR, 1990; BOSI, 2001; CHAUÍ, 2001; ELIAS, 2012; MINOIS, 1987; MORIN, 1998; RODRIGUES, 2006a).

O reflexo dessa reprodução discursiva e cultural está presente, sobretudo, nas lacunas existentes acerca de estudos que contemplem o envelhecimento sob a perspectiva cultural (identitária) e biológica (fenomenológica) no campo das ciências humanas, mais especificamente da Arqueologia (APPLEBY, 2017; GOWLAND, 2015). As reproduções relacionadas as categorizações etárias na Arqueologia ainda são limitadas aquelas categorizações normativas contemporâneas e ocidentais.

O principal meio de acesso para a compreensão das múltiplas identidades atreladas à velhice precisa estar relacionado à interdisciplinaridade, pois, se consideramos as nossas próprias compreensões, estamos fadados a uma reprodutibilidade discursiva ocidentalizada e colonizada, heteronormatizada. Neste ponto, consideramos a Etno história, “[...] entendida no seu sentido próprio de auto-concepções da história forjadas pelas diferentes sociedades indígenas [...]” (CASTRO *et al.*, 1993, p. 12), como uma via interdisciplinar da produção do conhecimento histórico e etnográfico, como uma fonte para compreendermos as multiplicidades atreladas à velhice entre os grupos indígenas brasileiros.

Ao considerarmos a etnohistória¹ e a multiplicidade cultural não generalista dos grupos estudados, tornam-se importantes as narrativas, ainda que produzidas por sujeitos representantes de sistemas coloniais e europocêntricos, como um viés de elucidação de múltiplas compreensões sobre o envelhecimento e, conseqüentemente, sobre a percepção da velhice enquanto identidade. Junto a isto, temos que nos desprender das noções de temporalidade e idade cronológica, que acabam direcionando nossas interpretações e classificações na arqueologia.

Não podemos deixar de criticar os discursos e as produções como sendo frutos de uma narrativa ocidentalizada e hegemônica, como também, não podemos deixar de considerar que o olhar europeu sobre o “nativo ameríndio” sempre se volta para o “diferente” e o “incomum”, o “exótico”. Deste modo, podemos tentar promover a descolonização dos discursos sobre as categorizações normativas contemporâneas da Osteoarqueologia (uma das teorias tácitas da Arqueologia) considerando, principalmente, as multiplicidades que envolvem a velhice.

A VELHICE, AS CIÊNCIAS HUMANAS E OS SABERES ARQUEOLÓGICOS

Os conhecimentos produzidos sobre os corpos, desde o século XVI, ocasionaram uma substituição gradativa, no imaginário e da mentalidade popular e científica. Ainda no século XVI, estes passaram de naturais e divinizados para corpos mecânicos e instrumentalizáveis (GLEYSE, 2018). É da necessidade de instrumentalização – biopoder/necropoder - associada com as necessidades econômicas emergentes das sociedades modernas e industrializadas, contrapostas com um avanço progressivo da medicina e da ciência, ainda no século XIX, que as categorizações discursivas sobre os corpos, tais como as separações em “faixas etárias” (MINOIS, 1987) e as discussões entre o *saudável* e o *patológico* (CANGUILHEM, 2009) começam a se consolidar como mecanismos de controle social, dando margem as compreensões e categorizações contemporâneas que temos sobre os mesmos (FOUCAULT, 1987).

¹ Abordaremos a Etno História como uma fonte interdisciplinar complementar para compreendermos as múltiplas compreensões sobre a Velhice.

As categorias *envelhecimento* e *velhice* provêm das necessidades contemporâneas ocidentais de organização, impulsionadas pelos discursos mecanicistas e políticos vigentes, onde um não exclui o outro em sociedade. O estabelecimento de *faixas etárias* e *idades*, são recentes e tal como as compreensões de envelhecimento, estão em constante mutação, variando nas mais diversas conceituações e compreensões (LOPES, 2010; SOFAER, 2011). O *envelhecimento* está associado aos processos fisiológicos, ao passo que a *velhice* torna-se um produto social deste, sendo mutável no tempo-espaço (MINOIS, 1987).

A *velhice* constitui-se entre uma relação dicotômica da percepção do Corpo/Sujeito e seu processo de envelhecimento, em relação a aceitação social, ao como se constrói e categoriza esse envelhecimento (LOPES, 2010). A *velhice*, enquanto identidade que designa o indivíduo envelhecido, “est une réalité, redoutée par ceux qui ne l’ont pas atteinte, et souvent mal vécue par les vieillards” (MINOIS, 1987, p. 14). A Velhice e o Envelhecimento são fenômenos experimentados, construídos e sentidos pelo corpo (MERLEAU-PONTY, 1999) e como enfatiza Minois (1987):

Chaque société a les vieillards qu’elle mérite [...] chaque type d’organisation socio-économique et culturelle est responsable du rôle et de l’image de ses vieux. Chaque société secrète un modèle d’homme idéal, et c’est de ce modèle que dépend l’image de la vieillesse, sa dévaluation ou sa mise en valeur³ (MINOIS, 1987, p. 19-20).

A velhice e o envelhecimento, principalmente nas ciências humanas, estão correlacionados diretamente aos *corpos velhos*, que podem ser vistos como “sujos” (APPLEBY, 2017), “detentores de doenças” (RODRIGUES, 2006b) e “problemáticos” (DEBERT, 1998), visões e categorizações sociais oriundas da exaltação e supervalorização dos corpos jovens, da jovialidade (BERGER, 1994) e da eternização do corpo vivo, evidentemente “jovem”, com “beleza” e “saúde”. Merleau-Ponty (1999) salienta que é impossível dissociarmos o envelhecimento e os velhos dos *corpos*, do processo fenomenológico do envelhecer.

A marginalização dos *velhos* e dos *processos do envelhecimento* se acentuaram, principalmente, através das percepções massivas desses corpos envelhecidos, provenientes de um crescimento exponencial da longevidade humana nas sociedades ocidentais no século XX. O avanço nas ciências possibilitou melhorias nas condições de vida, principalmente nos grandes centros urbanos, o que ocasionou uma adaptabilidade humana nas cidades e culminou com o aumento da expectativa de vida da população (DEBERT, 2004). Em decorrência desse fenômeno, os corpos envelhecidos, desfuncionais e degenerados, passaram a ser concebidos como fardos e gastos irrecuperáveis⁴ para o Estado; como um percentual de improdutividade social; como um contrário as expectativas da moda e da mídia em relação ao seu principal público alvo; como público geriátrico consumidor de remédios e derivados da indústria farmacêutica mundial.

A ausência de estudos voltados para o envelhecimento e, conseqüentemente, sobre a velhice na Arqueologia, está associada aos problemas provenientes da contemporaneidade e na marginalização contínua dos envelhecidos nas pesquisas científicas (APPLEBY, 2017). Os questionamentos e as críticas levantadas por alguns arqueólogos

² Tradução livre: “A velhice é uma realidade, temida por aqueles que não a alcançaram, e muitas vezes mal vivida pelos idosos.”

³ Tradução livre: “Cada sociedade tem os idosos que merece [...] Cada tipo de organização socioeconômica e cultural é responsável pelo papel e pela imagem de seus idosos. Cada sociedade cria um modelo ideal de homem, e é nesse modelo que depende a imagem da velhice, sua desvalorização ou desenvolvimento.”

⁴ Na contemporaneidade vivenciamos um contexto pandêmico ocasionado pelo Sars-CoV-2, onde muitos governos apresentaram nitidamente seus posicionamentos quanto ao custeio e ao investimento na recuperação de indivíduos mais velhos perante aos indivíduos mais novos infectados. Uma necropolítica estabelecida em prol da funcionalidade e da economia, baseada em contemplar cada vez mais os corpos ideais e em descartar os corpos velhos e inoperantes, muito embora geneticamente resistentes, em especial os mais envelhecidos.

(APPLEBY 2010, 2011, 2017; CAVE *et al.*, 2016; 2017; FAHLANDER, 2013; GOWLAND, 2015) amparam-se na existência de uma dialética entre as interpretações sobre o passado em função do presente (HODDER, 1994, p. 189). Essa dialética baseia-se no fato de que os indivíduos estão sob constrangimentos estruturais⁵, os quais acabam refletindo em suas problematizações e interpretações. Desta maneira, o modo de pensar, agir e fazer são adquiridos através da vivência e experiência de mundo e sociedade, a qual Pierre Bourdieu (2007) denomina de *Habitus*⁶.

No que tange os estudos e interpretações arqueológicas, precipuamente os da Ostearqueologia⁷, os mesmos tendem a relacionar o *envelhecimento* a categorizações estipuladas em faixas etárias contemporâneas, subdivididas em grupos de idades preestabelecidas (GOWLAND, 2006; SOFAER, 2006; 2011). Segundo Joanna Sofaer (2011), de Cambridge, muitas pesquisas bioarqueológicas baseiam-se em um modelo tripartido, no qual a Idade possui significados e significâncias diferentes:

[...] the first meaning of age is physiological or biological age, relating to physical aging of the body, and identified through the sequence of physical changes associated with human growth, maturity, and senescence. The second meaning of age is chronological age. This refers to the amount of time that has elapsed since birth, and is usually quantified in terms of a number of months or years.[...] The third meaning of age is social age. This is the culturally constructed understanding of what constitutes age - appropriate attitudes and behavior⁸ (SOFAER, 2011, p. 286).

É partindo da relação entre a idade cronológica e a idade fisiológica que os bioarqueólogos classificaram os indivíduos em *faixas etárias* ou *grupos de idade*, comumente atrelados as abordagens processuais dentro da arqueologia. Mas, para que se possa perceber relações e marcadores identitários relacionados à *idade*, é necessário uma conexão entre idade social e idade cronológica.

Neste contexto, compreender as múltiplas *idades* e possíveis *identidades* associadas aos envelhecimento torna-se um desafio. Nos desprendermos das nossas reproduções discursivas sobre a *velhice*, considerando-a como uma identidade mutável no tempo-espço, bem como repensarmos as categorizações enraizadas no nosso cotidiano e cultura é posto aqui como um *devir* arqueológico. Visamos uma desconstrução dos discursos colonialistas ocidentalizados, ainda reproduzidos nos nossos saberes. Para isso, um dos pontos interdisciplinares para as múltiplas compreensões possíveis ocorre por meio das narrativas etno-históricas, que podem expandir as múltiplas compreensões sobre a velhice entre as populações indígenas brasileiras.

A VELHICE NOS RELATOS ETNO-HISTÓRICOS

Considerando que a expectativa de vida, entre os séculos XVI e XVIII, na Europa, era de, em média, 30 anos (HUIZINGA, 1986, p. 45), não são incomuns narrativas fantásticas quanto a longevidade das populações locais.

⁵ Constrangimentos estruturais: As formas pelas quais a realidade social (instituições, coletividades, representações coletivas, etc.) se impõe ao indivíduo.

⁶ “Representações sobre si e sobre a realidade, como também o sistema de práticas no qual a pessoa se inclui, os valores e crenças que veicula, suas aspirações, identificações, etc.” (ARAÚJO *et al.*, 2014, p. 218)

⁷ Disciplina que estuda os remanescentes humanos em contexto arqueológico.

⁸ Tradução livre: “O primeiro significado da idade é a idade fisiológica ou biológica, relacionada ao envelhecimento físico do corpo, e identificada através da sequência de mudanças físicas associadas ao crescimento humano, maturidade e senescência. O segundo significado da idade é a idade cronológica. Isso se refere à quantidade de tempo decorrido desde o nascimento e geralmente é quantificado em termos de vários meses ou anos. [...] O terceiro significado da idade é a idade social. Esta é a compreensão culturalmente construída do que constitui a idade - atitudes e comportamentos apropriados”.

Também, é reafirmada a disparidade conceitual de classificação do envelhecimento, sendo este, não mensurado a partir de cronologias específicas, mas através de ciclos da vida e estágios intrínsecos ao grupo que transmutam pela variabilidade de compreensões que podemos ter sobre o envelhecimento na *pré-história*, para além do que podemos considerar como “expectativa de vida” e longevidade.

Nos relatos etno-históricos brasileiros podem ser encontrados elementos textuais e elucidações que salientam a existência de pessoas envelhecidas, classificadas como “idosos” e “velhos” desde o século XVI, especialmente nas narrativas de cronistas e religiosos franceses e holandeses, por terem tido maior aproximação com determinados grupos. Neste ínterim, encontramos um contexto dual: nas narrativas francesas, descrições sobre os Tupinambá⁹ e nas narrativas holandesas, descrições sobre os **Não-Tupis**¹⁰.

No século XVI, no ano de 1557, o relato do francês calvinista Jean de Lery (1980), tratou dos Tupinambá do Rio de Janeiro. O viajante destaca o papel social dos mais envelhecidos, onde os mesmos assumiam o papel de oradores nas guerras (p.184), disputavam o poder, comparando quem havia comido mais inimigos (p. 187); e também tinham o papel de “educar” os mais jovens (p. 243). O autor também menciona o respeito aos franceses por parte dos mais velhos em consequência de uma mudança substancial na organização social primária do grupo. Segundo o francês, “(...) principalmente os velhos, a quem outrora *faltavam* machados, foices e facas, e que agora possuem instrumentos preciosos para as suas indústrias, tratam muito bem os franceses (...)” (LERY, 1980, p. 243, grifo nosso).

Também é relatada uma prática, comum somente aos homens mais envelhecidos, de atar o “órgão viril” com folhas, a qual o cronista justifica como servindo para “ocultar alguma enfermidade que na velhice lhes ataca tal órgão” (LERY, 1980, p. 113). Ainda no século XVI, temos menção, por parte de Hans Staden (1974), durante sua estadia na capitania de Pernambuco, sobre o papel que as mulheres mais velhas assumiam dentro do grupo em momentos de guerra: as “(...) velhas entre os tupinambás tinham o papel de amedrontar os prisioneiros” (STADEN, 1974, p.109).

“Tão saudável é o clima, que só morrem de velhice, de fraqueza natural e não de moléstias. E vivem em geral de cem a cento e quarenta anos, o que nos parece admirável e prodigioso” (D’ABBEVILLE, 1975, p. 211): assim são as palavras do padre capuchinho francês Claude D’Abbeville ao se referir a longevidade dos índios Tupinambá do Maranhão no ano de 1612. Ainda que consideremos as subjetividades discursivas, principalmente na exposição e elucubração sobre a temporalidade apresentada de tempo vivido, que já foi pensada como sendo um erro de cronologia tomado a partir de Américo Vespúcio (PIRES, 2003), tal relato etnográfico nos mostra a presença, o indivíduo envelhecido e a sua longevidade. O mesmo “espanto” com tamanha longevidade e saúde foi tratado pelo neerlandês Johan Nieuhof, quando o mesmo narrou que “(...) os aborígenes chegam logo à maturidade e atingem idades avançadas, em perfeita saúde” (NIEUHOFF, 1981, p. 347).

Yves D’evreaux (2002) explicita pormenorizadamente como os Tupinambá do Miari, situados no São Francisco do Maranhão, organizavam sua “classificação etária” (Quadro 1), dividida, segundo o autor, por “graus”. Considerando a riqueza de informações e detalhes que o viajante presentificou na sua narrativa, conseguimos perceber uma divisão etária-identitária de acordo com os estágios funcionais da vida do indivíduo daquela sociedade, sobretudo, a partir da divisão sexual. Atributos, atividades, responsabilidades e papéis que são ressignificados ao longo da vida do indivíduo, servem como um novo exemplo de organização social nativa e se distinguem das concepções eurocêntricas do período.

⁹ Tupinambá é a forma pela qual eram chamados os nativos que habitavam o litoral do atual território brasileiro, conhecidos também como tupis.

¹⁰ Os Não-tupis são considerados nas narrativas etnográficas como “Tapuias”, termo pejorativo utilizados pelos Tupis para designar todos àqueles que habitavam os “interiores”. Não foram considerados as multiplicidades culturais e identitárias destes grupos.

Quadro 1 - Classificação etária/identitária atribuída aos Tupinambá, adaptada a partir da narrativa de D’evreaux (2002).

Classes de idades dos Tupinambá (D’evreaux, 2002)					
Homens			Mulheres		
Grau	Nome	Descrição/Significado	Grau	Nome	Descrição/Significado
1º	<i>Peitã</i>	Menino saído do ventre da sua mãe.	1º	<i>Peitã</i>	Menina saída do ventre da sua mãe.
2º	<i>Cunumi-miri</i>	Inicia quando o mesmo começa a andar sozinho, até os 7/8 anos.	2º	<i>Cunhatim-miri</i>	Inicia quando a mesma começa a andar sozinha, até os 7 anos.
3º	<i>Cunumi-uaçu</i>	Compreende dos 8 aos 15 anos.	3º	<i>Cunhatim</i>	Compreende dos 7 aos 15 anos, é quando a moça precisava aprender as atribuições da mulher.
4º	<i>Cunumi-uaçu mancebo</i>	Compreende dos 15 aos 25 anos, onde os homens são responsáveis por fazer pontas de flechas para as guerras, caçar com os cachorros e pescar com arpões; Estes ainda não podem usar <i>caraibobes</i> ¹¹ .	4º	<i>Cunhamuçu</i>	Compreende dos 15 aos 25 anos, é denominado como o grau de “mulher para casar.” As mulheres que se casam nesse períodos são chamadas de <i>cunhumuçu poare</i> e as grávidas de <i>puruabore</i> .
5º	<i>Aua</i>	Compreende dos 25 aos 40 anos para os homens solteiros. Os homens casados são chamados de <i>mendar-anso</i> .	5º	<i>Cunhã</i>	Compreende dos 25 aos 40 anos e seria a fase madura da mulher naquele grupo.
6º	<i>Tuiuae</i>	A partir dos 40 anos eram considerados anciãos e assim eram chamados até a sua morte; na velhice este subgrupo eram os mais respeitados, venerados e os que tinham maior honra.	6º	<i>Uanuí</i>	Assim como os homens, compreende a fase após os 40 anos, porém, o tratamento era totalmente oposto, elas não tinham o mesmo prestígio social e não tinham a mesma visibilidade.

Não obstante, ainda temos narrativas sobre o papel social dos velhos em rituais de casamento e sobre o consumo de fumo por parte das senhoras mais velhas e doentes, descritos por Fernão Cardim (1980), em *Tratado da terra e gente do Brasil*; e, no que tange as descrições sobre a etnia Tapuia, a viagem de Rodolfo Baro, em Gaspar Barleú (1974). Os velhos tapuias tinham o dever de cuidar da família juntamente com as mulheres, quando recebiam total cuidado por parte dos mais novos durante as viagens e às mulheres velhas cabia o papel de colher raízes para a fabricação de pão (BARLEÚ, 1974, p. 261). O mesmo tipo de “cuidado” é descrito por Duarte Coelho (1982) no ano de 1634, quando o mesmo relata que os Tapuia não levavam os idosos para as guerras, ficando estes seguros nas aldeias.

Ainda no século XVII, temos o relato do Frei Vicente do Salvador sobre os Tapuia Aimoré, que atribuíam aos homens mais envelhecidos o papel social de reger o grupo e tomar decisões para a aldeia em períodos de guerra ou quando necessitavam mudar de habitação (SALVADOR, 1982, p.80, 84). Às mulheres mais velhas cabia o papel de chorar a saudade àqueles que foram caçar ou pescar (p. 79), como também assumem um papel nas guerras perante os prisioneiros: “(...) em morrendo este preso, logo as velhas o despedaçam e lhe tiram as tripas e forçura, que mal lavadas cozem para comer, e reparte-se a carne por todas as casas e pelos hóspedes que vieram a esta matança” (SALVADOR, 1982, p. 87).

No século XVIII há uma breve menção feita pelo Padre Martinho de Nantes: “(...) era necessário que os moços presentearassem com caças e pescarias os velhos” (NANTES, 1979, p. 6), detonando mais uma identidade atrelada ao processo de envelhecimento, neste caso, o respeito que o “velho” tinha na sociedade Cariri, aldeada no Rio São Francisco.

¹¹ Caraiobes – Tecido utilizado para cobrir a genitália masculina.

No século XIX, destacaram-se as narrativas do francês Ferdinand Denis acerca dos Tupinambá Botocudo, que se alocavam entre o litoral do Rio de Janeiro e Salvador (BA). Denis salienta uma mudança no cuidado entre os mais velhos entre os botocudos:

[...] como outrora praticavam os tapuias do interior, e do mesmo modo que ainda hoje se vê fazer algum índio do Amazonas, os botocudos não dão morte a seus velhos como seres inúteis aos outros e a si próprios; ao contrário, cercam-nos de respeito e sua opinião prevalece, quase sempre na tribo (DENIS, 1980, p. 236)

Assim como descrito sobre as mulheres tapuias nas narrativas do Frei Vicente do Salvador (1982), similarmente, as mulheres tupinambás também haveriam de desempenhar um papel ritualístico no processo de antropofagia (DENIS, 1980, p. 46-47), como também “(...) desempenhavam um papel terrível nas cerimônias de massacre: são-nos representadas como espécies de hárprias horrendas, cuja ferocidade a nada se igualava” (DENIS, 1980, p. 39).

AS PLURALIDADES DA VELHICE

A velhice é presentificada em múltiplas narrativas no decorrer dos séculos, representadas e construídas, discursivamente, de muitas formas e com muitas subjetividades. É possível notarmos a menção à uma maior longevidade “saudável” por parte de alguns cronistas (D’ABBEVILLE, 1975; NIEUHOF, 1981) que nos fazem perceber e elucidar a velhice nos discursos etnográficos com mais cautela.

Através dos relatos de Léry (1980) é possível percebemos uma velhice associada à privação das culturas materiais e de objetos do cotidiano, bem como no uso de vestimentas específicas aos indivíduos mais envelhecidos do sexo masculino. A velhice foi retratada por Hans Staden (1974), por Frei Vicente de Salvador (1982) e por Ferdinand Denis (1980) como associada principalmente à prática de “descarne”, pelas mulheres velhas, aos prisioneiros.

No que tange os papéis sociais atribuídos, temos narrativas que denotam o cuidado que os mais velhos deveriam ter com os mais jovens (BARLEU, 1974), o papel exercido em rituais de casamento (CARDIM, 1980), ao papéis de reger e tomar decisões para a comunidade (SALVADOR, 1982). Também é percebido um certo cuidado com os mais velhos, pois estes não participavam das guerras (BARLEU, 1974; COELHO, 1982; DENIS, 1980).

O *respeito* para com os mais velhos também é descrito em algumas narrativas (NANTES, 1979; D’EVREAUX, 2002), como também uma dissociação atribuída ao *gênero*, como visto nas narrativas de D’Evreaux (2002), em que os *Tuaies* recebiam prestígios por parte da sua comunidade, ao passo que as *Uanuís* eram desprestigiadas e preteridas. As narrativas de Denis (1980) nos remetem ao cuidado que os Botocudo exerciam com os seus velhos, entretanto, também denotam as disparidades de tratamentos e cuidados por parte de outros grupos. Ao mencionar que os botocudos não “davam morte” aos seus velhos, o cronista refere-se ao extermínio dos envelhecidos devido à sua falta de funcionalidade social em outros grupos indígenas existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se a existência dos indivíduos mais velhos presentificada em narrativas, desde o século XVI, como sendo mais uma fonte, ainda que carregadas de criticidade e cautela, de informações sobre as disparidades culturais e conceituais entre os grupos tradicionais e a sociedade ocidental. Ainda que distantes cronologicamente dos

muitos grupos humanos cujos remanescentes ósseos são estudados pelos arqueólogos no Brasil, podemos ter uma percepção, mesmo que abrangente, da existência de uma *identidade atrelada ao processo de envelhecimento* e de sua variabilidade, de acordo com cada população.

Mesmo que dotadas de problemas a respeito da sua confiabilidade, as narrativas realizadas exclusivamente pelo outro (não nativo, ocidental) deixam clara a existência das pessoas envelhecidas como sendo um fenômeno espacialmente comum e a velhice¹² como uma identidade mutável e *sui generis* entre os povos indígenas brasileiros. Sendo assim, torna-se importante repensar o fenômeno do *envelhecimento* (na sua composição temporal, cosmológica, biológica e mítica e ritual) entre os grupos nativos brasileiros, principalmente no que tange a interpretação e classificação arqueológica. Portanto, ao pensarmos o *envelhecimento* e a *velhice* como processos providos de pluralidades e multiplicidades conceituais, podemos elaborar novos conhecimentos sobre estes na pré-história e sobre as classificações osteoarqueológicas possíveis no tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGARWAL, S. C.; GRYNPAS, M. D. Bone quantity and quality in past populations. **The Anatomical Record**, v. 246, n. 4, p. 423-32, 1996.
- APPLEBY, J.E.P. Why we need an archaeology of old age, and a suggested approach. **Norwegian Archaeological Review**, v. 43, n. 2, p. 145-68, 2010.
- APPLEBY, J.E.P. Bodies, burials and ageing: accessing the temporality of old age in prehistoric societies. **Oxford Journal of Archaeology**, v. 30, n. 3, p. 231-46, 2011.
- APPLEBY, J.E.P. Ageing and the Body in Archaeology. **Cambridge Archaeological Journal**, v. 28, n. 01, p. 145-163, 2017.
- ARAÚJO, C. M.; Oliveira, M. C. S. L. Contribuições de Bourdieu. **Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP**, São João del-Rei, v. 8, n. 2, jul./dez. 2014.
- BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Prefácio e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BERGER, K. S. **The developing person through the life span**. New York: Worth Publishers. 1994.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva. 2007.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- CASTRO, E. V.; CUNHA, M. C. (orgs.) **Amazônia Etnologia e História Indígena**. São Paulo: NHII/USP: FAPESP, 1993.
- CAVE, C.; OXENHAM, M. Identification of the archaeological ‘invisible elderly’: An approach illustrated with an Anglo-Saxon example. **International Journal of Osteoarchaeology**, v. 26, n. 1, p. 163-175, 2014.
- CAVE, C.; OXENHAM, M. Sex and the elderly: Attitudes to long-lived women and men in early Anglo-Saxon England. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 48, p. 207-216, 2017.

¹² Compreendemos velhice aqui como sendo uma identidade generalizada às mais diversas compreensões e identidades atreladas ao envelhecimento. Não sendo esta, necessariamente, a melhor palavra empregada, mas a única que se faz presente e jus ao contexto.

CHAUÍ, M. S. Apresentação: os trabalhos da memória. In: BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 17-33.

CHAMBERLAIN, A. **Demography in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil**; 1630 – 1638. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982. 366p.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão**. Apresentação de Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1975.

D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil**: feita nos anos de 1613-1614. São Paulo : Siciliano, 2002.

DEBERT, G. G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, G. G. (org.) **Antropologia e velhice**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998. p. 7-27.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

DENIS, Ferdinand. **Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

ELIAS, N. **A solidão dos Moribundos**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, ed. digital: mai. 2012.

FAHLANDER, F. Intersecting generations: burying the old in a Neolithic hunter-fisher community. **Cambridge Archaeological Journal**, v. 23, n. 2, p. 227-39, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GLEYSE, Jacques. **A instrumentalização do corpo**. São Paulo: LiberArs, 2018.

GOWLAND, R. Aging the Past: Examining Age Identity from Funerary Evidence. In: GOWLAND, R.; KNÜSEL, C. (eds.) **Social Bioarchaeology of Funerary Remains**. Oxford: Oxbow, 2006. p. 143-155.

GOWLAND, R. Elder abuse: evaluating the potentials and problems of diagnosis in the archaeological record. **International Journal of Osteoarchaeology**, v. 26, n. 3, p. 514-23, 2015.

GURVEN, M.; KAPLAN, H. Kaplan. Hunter-gatherer longevity: cross-cultural perspectives. **Population and Development Review**, v. 33, n. 2, p. 321-65, 2007.

HODDER, I. **Interpretación en arqueología**: corrientes actuales. 2. ed. Barcelona: Ed. Crítica, 1994.

HUIZINGA, J. **O declínio da Idade Média**. São Paulo: EDUSP, 1986.

LERY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução e notas de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

LOPES, M. G. **Imagens e Estereótipos de Idoso e Envelhecimento, em Idosos institucionalizados e Não Institucionalizados**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINOIS, G. **Histoire de la vieillesse**: De l'Antiquité à la renaissance. Paris: Fayard, 1987.

MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte**. 2. ed. Portugal: Editora Europa América. Coleção Biblioteca Universitária, 1988.

NANTES, Pe. Martinho de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

NIEUHOFF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

PIRES, F. P. Viagem à Terra do Brasil – Jean de Léry: Entre a medievalidade e a modernidade. **Revista Caminhando**, v. 8, n. 1, p. 89-112, 2003.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Archaeology: Theories, Methods and Practice**. 7. ed. London: Thames & Hudson, 2017.

RODRIGUES, J. C. **O Tabu da Morte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2006a.

RODRIGUES, J. C. **O Tabu do Corpo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2006b.

ROSS, K. W; OXENHAM, M. To follow in their footsteps: an examination of the burial identity of the elderly from Non Nok Tha. In: BUCKLEY, H.; OXENHAM, M. (eds.) **The Routledge Handbook of Bioarchaeology in Southeast Asia and the Pacific Islands**. London: Routledge, 2015. p. 187-219.

SALVADOR, Frei V. do. **História do Brasil: 1500-1627**. Revisão de Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM; apresentação Aureliano Leite. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

SMITH, M.; ATKIN, A.; CUTLER, C. An age old problem? Estimating the impact of dementia on past human populations. **Journal of Aging and Health**, v. 29, n. 1, p. 68-98, 2017.

SOFAER, J. R. **The Body as Material Culture: A theoretical osteoarchaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SOFAER, J. R. Towards a social bioarchaeology of age. In: AGARWAL, S. C.; GLENCROSS, B. A. (eds.) **Social Bioarchaeology**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2011. p. 285-311.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

WALTER, B. S.; DEWHITE, S. N. Urban and rural mortality and survival in Medieval England. **Annals of Human Biology**, v. 44, n. 4, p. 338-348, 2017.

WELINDER, S. The archaeology of old age. **Current Swedish Archaeology**, v. 9, p. 163-178, 2001.

A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO VARGAS E DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS SOBRE O POSTO INDÍGENA NÍSIA BRASILEIRA ENTRE 1941-1945

Maria Luisa Soares Marcolino

Resumo: O presente trabalho, tem por objetivo analisar como e onde se dava a aplicação e disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros provenientes do posto Nísia Brasileira, que está localizado na Baía da Traição no estado da Paraíba, durante os anos de 1941-1945. Dada pesquisa foi possível, através do acervo documental do Arquivo do Museu do Índio do Rio de Janeiro, esse que possui vários tipos de documentos, provenientes do Serviço de Proteção aos Índios. Ademais, buscando ressaltar as consequências que as políticas expansionistas, trouxeram para o desenvolvimento tanto local como econômico e como isso resultou em uma economia rotativa e o aumento das relações laborais, como a contratação de mão-de-obra e prestações de serviço para tais fins; além de quais áreas eram mais ou menos assistidas pelo órgão e como os interesses político-econômicos locais influenciaram nas demandas do SPI sobre os povos potiguara; Já que, um dos principais objetivos do órgão, durante o governo varguista, era a inserção do indígena na sociedade e que os próprios Postos se auto sustentem.

Palavras-chave: SPI; Paraíba; Indígena.

INTRODUÇÃO

Durante a Era Vargas, uma das políticas do governo era a exploração do território brasileiro, mas, um dos empecilhos para que isso acontecesse, foi a presença de povos indígenas em determinadas regiões do país. No entanto, o projeto não abarcava apenas ideais de exploração com fins lucrativos, mas também a inserção do indígena no contexto nacionalista, onde o Serviço de Proteção ao Índio teria um papel crucial.

O SPI foi fundado em 1910, e se propunha a adentrar o território brasileiro para conhecer, mapear os povos indígenas e promover a integração desses a uma sociedade civilizada, apesar de seu regimento ditar que a cultura e o costumes seriam respeitados:

O problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado a questão da colonização pois se trata, do ponto de vista material de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo. Para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com a populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas. (Ministério da Guerra, 13 de novembro de 1939, Inspetoria Regional 2, documento nº 85).

No início do governo Vargas, o SPI tinha sofrido um brusco corte de verbas, porém, à medida que a proposta do órgão se mostrava promissora para o projeto nacionalista e de expansão econômica, ele passou a representar um agente propulsor dessas conquistas, e por consequência, começou a ter seu orçamento mais aviltado, o que possibilitou que estendesse suas ações em diversas áreas do país.

Entre as instâncias vinculadas ao órgão central, estavam as Inspetorias Regionais que administravam os repasses financeiros para os Postos Indígenas, e estes deveriam cobrir e atender as necessidades básicas referentes às suas

populações. No Posto Indígena de Nísia Brasileira, na Baía da Traição, a administração financeira era realizada pela 4ª Inspetoria Regional, que além de gerenciar os repasses obtidos pelo órgão central, também administrava os recursos obtidos pelo próprio posto, a partir do comércio e serviços prestados por e pelos indígenas potiguara da região.

Porém, a ideia de tutela não representava exclusivamente a condição de dependência, mas de controle, isto é, os indígenas sob a administração do SPI estariam submetidos às ordens de demarcação e defesa territorial, assistências na área de saúde e educação, entre outros, mas deveriam disponibilizar de recursos próprios para seu sustento e para o auxílio da nação, tal como aponta o próprio SPI: “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível” (GARFIELD, 2000, p.18).

Pelas normas do SPI e da política do governo, os postos indígenas deveriam adotar meios de sustentação, fosse através do plantio, da extração de bens naturais, ou com a criação de animais. Assim, para atender a esta necessidade, o P.I. potiguara passou a adotar várias práticas alternativas de sustento, em especial o de plantio de coco, bem como o atendimento em outras áreas econômicas. De acordo com o Decreto 736/1936 do SPI, os indígenas deveriam receber salários referentes às suas funções exercidas e condizentes com suas necessidades, como forma de criar e incentivar hábitos laborais, além de receberem doações em favor de serviços prestados.

Entretanto, os investimentos seriam possíveis mediante o orçamento enviado pelo governo, para o Ministério da Agricultura (o qual o órgão fez parte durante o período em análise), em seguida sendo repassado para o SPI e suas Inspetorias regionais. Esses repassados foram alternando durante os anos, resultantes de diferentes situações como: a mudança da moeda nacional de “réis” para “cruzeiro”; a constante troca do cargo de responsável pelo Ministério, até a necessidade de um maior orçamento para o Posto investir em construções. Sendo assim, o P.I da Baía da Traição, dependia dos repasses que o órgão central fazia para as suas devidas instâncias, para poder garantir as necessidades básicas para manutenção do posto.

Diante do exposto sobre a atuação do SPI, o presente artigo intitulado “A política econômica do Governo Vargas e do Serviço de Proteção aos Índios sobre o Posto Indígena Nísia Brasileira entre 1941-1945” e tem por objetivo principal analisar os investimentos econômico, no supracitado posto, localizado na Baía da Traição na Paraíba, durante os anos de 1941-1945; usando como meio de pesquisa o acervo documental do Arquivo do Museu do Índio do Rio de Janeiro.

A DINÂMICA ECONÔMICA DO POSTO INDÍGENA NÍSIA BRASILEIRA - PB

Para se entender melhor o funcionamento financeiro do Posto Indígena Nísia Brasileira, foram feitas análises documentais, com base no acervo do Arquivo do Museu do Índio do Rio de Janeiro, referente aos anos de 1941 a 1945. Além disso, informações sobre os repasses financeiros; a geração de renda própria, do comércio e de produtos provenientes do trabalho feito pelos povos potiguara da Baía da Traição, localizado no estado da Paraíba, e de todos os recursos econômicos gerados por parte desses, estão registrados nesse acervo.

Foi encontrado uma grama de documentos referentes à situação econômica do P.I. como: folhas de pagamento, faturas, inventários, recibos de compra, prestação de serviço e vendas; totalizando 63 documentos referentes às atividades econômicas do Posto. Esses que tiveram caráter fundamental para um melhor entendimento de como ocorreu o desenvolvimento econômico e como era traçado o perfil dos rendimentos, gastos e repasses financeiros recebidos pelo Posto de Nísia Brasileira.

Considerando o extenso volume documental referente ao Posto da Baía da Traição, fez necessário entender, entre outros pontos, a questão econômica que envolve o SPI e ele, e trazer respostas sobre o grau de influência do Estado sobre as práticas tradicionais potiguara, quanto aos meios de sobrevivência e os impactos causados entre a população; por isso, na pesquisa, também foram utilizadas decretos governamentais, datados entre os anos de 1910 e 1945.

Como todas as áreas de atuação do órgão perpassa pela instância econômica, em que o cumprimento das ações assistencialistas, do funcionamento dos Postos e o pagamento de funcionários e prestadores de serviços dependiam do orçamento que o Estado Nacional destinava ao SPI e esse repassava as demais instâncias, a análise destes documentos nos permitiu traçar um mapeamento orçamentário do P.I. Nísia Brasileira, nos dando assim uma dimensão de suas condições financeiras.

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO P.I. NÍSIA BRASILEIRA (1941-1945)

Ao longo da documentação foi perceptível as exacerbadas mudanças ao curso dos anos objeto desta pesquisa. Em 1941, foram gastos de acordo com a documentação de junho a dezembro do ano em análise, o valor de 28:956\$000 (Vinte e oito mil, novecentos e cinquenta e seis contos de réis). Essa quantia foi gasta em: casas para índios; pagamentos de prestação de serviço; animais e mudas, voltados para a Aldeia São Francisco e Posto Indígena Nísia Brasileira; esse último sob o controle do encarregado local Vicente Ferreira Vianna. Além de que, o plantio de mudas foi uma das formas iniciais de sustento e através da mesma, foram gerados salários para os índios que ali prestavam serviços.

Todas as taxas atribuídas aos supracitados serviços são pautadas na Lei Nº 183 do decreto de 13 de janeiro de 1936, que correspondem as quantias percentuais, que cada funcionário ligado ao governo ou que preste serviço para o mesmo deve receber. Ademais, neste decreto expõe o recebimento de 6% (entre 90:000\$000 e 100:000\$000) de verba vinda do governo para o Ministério da Guerra, o qual a SPI fez parte entre os anos 1934-1939.

De acordo com o Decreto-Lei Nº 3.071 de 21 de fevereiro de 1941, foi recebido do orçamento geral da União o valor de 3.500:000\$0 (três mil e quinhentos contos de réis) para o Ministério da Agricultura, porém, dada quantia não foi repassada para o SPI, que neste período fazia parte do citado ministério, tendo Fernando de Sousa Costa em seu comando de 13/11/1937 a 03/06/1941 e Carlos de Souza Duarte a partir de 04/06/1941.

É de importante ressalva que, em 1942, não se foi encontrado um valor específico de repasse do SPI para cada Inspetoria Regional. No entanto, no decorrente ano, os gastos com o PI subiram 56,5% em relação ao ano anterior, fechando o ano com gastos de Cr\$ 45.652,77 0 (Quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois e setenta cruzeiros), porém, deve-se levar em conta o fato que durante o mês de novembro do ano citado, ocorreu a mudança da moeda nacional de Réis para Cruzeiro, gerando assim, uma relevante diferença no fechamento econômica de 1942. Além do mais, foi nesse ano a construção de novas estradas nas terras potiguara.

Após a troca da moeda, em 1943, já é notável um menor aumento dos gastos se comparado a 1942, chegando a apenas 12% a mais, resultando em Cr\$ 51.450,00 (Cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros), tendo seus principais investimentos na escola Alípio Bandeira (restauração e compra de materiais escolares), situada na aldeia São Francisco; construção de estradas e aquisição de animais; além da inserção de enfermeiros na folha de pagamento do PI como contratados. Neste ano, o posto possuía uma situação bem regular, apresentando um alto cultivo de raízes, plantas e frutos, além da construção de uma praça em um terreno em frente a sua sede. Relevante

ainda na apresentação financeira é a intensificação das cobranças dos arrendatários locais e o início da exploração da borracha, que foram fatores fundamentais para a economia da época, que só tendia a crescer.

Mas, ao passar do tempo, além do plantio de mudas, a compra e vendas de animais veio ganhando destaque desde o final de 1941 e teve seu ápice em fins de 1943, tornando-se um dos fatores agregadores da economia local, principalmente de auto sustentação. Para isso que o objetivo das políticas do SPI era introduzir junto aos indígenas a orientação sobre as práticas da lavoura e da pecuária, nos moldes e no grão mais intensivo e mais técnico a que os índios possam atingir. Em outras palavras, a estratégia era tornar o índio um indivíduo produtivo para a nação. Essa lógica permanecerá durante todo o período de atuação do órgão, sendo claramente estabelecida durante o período Vargas, através dos Decretos 1.736, de 1939; 10.652 de 1942 e 17.684 de 1945.

Já em 1944, foram feitos dois inventários referentes aos “Material dos bens móveis e semoventes contidos no Posto Indígena Nísia Brasileira”, apresentando tudo que foi comprado entre os anos 1941 e 1944, somando cada um respectivamente no valor de Cr\$ 45.457,30 e Cr\$ 45.373,00. Ademais, o ano de 1944 teve 22,5% mais gastos que o anterior. Entretanto, a contratação e pagamento de enfermeiros e prestadores de serviço, se estenderam da Aldeia São Francisco para também São Miguel, além da construção de casas para índios, a restauração de 8 Km de estrada no sentido da São Francisco, aquisição de medicamentos para os indígenas, ferramentas, materiais escolares e de plantio.

Para que essas ações fossem feitas, havia planejamento com os objetivos a serem traçados e, durante a administração de Tubal Fialho Viana foi quase todo executado: foi concluída a enfermaria e a instalação de seu material devido; construção e aquisição de aviários e bezerros reprodutores; aquisição de medicamentos, fardamentos e livros (escolares e revistas, mas a documentação não informa se estes foram destinados às escolas); investimento na cultura (plantações), que se mostraram bastante satisfatórios. Os objetivos não alcançados foram os de ordem de plantio, a insatisfação com o resultado veio pela falta de conhecimento na área da agricultura; assim também como teve problemas relacionados a cultura da pimenteira da Índia.

O Posto Indígena tinha doze pessoas contratadas, entre elas o inspetor Tubal Viana e o inspetor auxiliar Sebastião Francisco da Silva, entretanto, com a convocação para o exército, o número de contratados caiu para oito, sendo assim a diminuição de funcionários no ano de 1944 afetou diretamente o rendimento dos trabalhos do P.I., pois sobrecarregam o agente, que poucas vezes dava conta de exercer todas as funções. No segundo semestre do referido ano, o posto recebeu a quantia de Cr.\$38.000,00 para aplicar no plano traçado e também como forma de “auxílio” para os potiguara, mas nos documentos não aparece o valor estipulado e com foi usado esse auxílio; enquanto a outra parte do dinheiro foi gasto com gado e novilhas (com o objetivo de melhorar o rebanho); material de construção e construções, medicamentos para os indígenas, e investimentos de reparo em uma ponte que liga o posto a Rio Tinto.

Portanto, 1944 fechou seus gastos com Cr\$ 63.100,57 0 (Sessenta e três mil e cem cruzeiros). Segundo o Decreto-Lei N°6.077, de 9 de dezembro de 1943, o Ministério da Agricultura, o qual esteve sob o comando de João Maurício de Almeida de 1942, até fins de 1944, recebeu um crédito de Cr\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos cruzeiros), mas, assim como já citado, não se tem referências de repasses de parte dessa quantia para o SPI e, em consequência disso, não se sabe o valor exato que cada IR recebeu do governo.

Um dos grandes pontos de divergência dentro da documentação é referente a construção da enfermaria do Posto Indígena Nísia Brasileira. Após a catalogação e análise dos documentos do SPI, é perceptível uma exacerbada incoerência sobre essa construção, pois 1941 data como seu início, com fins para atendimento da população local e

1942 como seu término; entretanto, a documentação de 1943, também relata a construção de um prédio da enfermaria e 1944, como seu fim. Além de que, os anos trabalhados nesta pesquisa, o P.I tinha apenas uma enfermaria e em 1943, já abrange em suas folhas de pagamentos o salário de enfermeiros do posto e no ano de 1941, a registros de gastos com carros para levar os doentes da aldeia São Francisco, para se tratarem na capital.

Ou seja, não é possível estipular de forma concreta quanto foi o gasto para construção da enfermaria e qual o ano de início e término da obra. Porém, o primeiro documento que comprova sua construção é um recibo de contratação de mão-de-obra e compra de material de construção, datado em dezembro de 1941 e sendo seu último documento datado no mesmo mês, só que no ano de 1943. Sendo assim, é possível afirmar que, os gastos com a contratação de enfermeiros, em 1942, seja consequência do início do assistencialismo à saúde dos povos potiguara em meados do referido ano, mas, não nas instalações da enfermaria devidamente adequadas, já que possivelmente a finalização da obra tenha levado realmente dois anos.

Ademais, alguns questionamentos sobre a documentação dos anos supracitados podem ser esclarecidos, a partir da análise dos arquivos do ano de 1945. Diferente dos anos anteriores, o ministério o qual o SPI fazia parte ficou mais de um ano sem ministro a frente, tendo o cargo ocupado apenas em novembro do citado ano, por Theodureto Leite de Almeida Camargo. No mais, possuía documentações semelhantes aos outros períodos, como: relatórios e recibos de prestação de serviço, compra e venda. Além disso, foi encontrado um relatório de investimento do SPI no P.I.N de 1944 e 1945, neste mesmo acervo, que só assim foi possível identificar o valor que o órgão investiu no posto da Baía da Traição, que nesse momento tinha Souto Maior Filho como seu inspetor.

Diante das análises, é possível observar que, era traçado um plano anual ou semestral, no qual se especificava quanto e em que seria gasto. Referente ao ano de 1945, o plano tinha como metas: casas para índios, instalações higiênicas para o gado, aumento dos campos de alimentos de cunho sustentável, como a mandioca, além da organização de uma horta e de um pomar, para fins lucrativos; animais de raça para melhorar a produção, ferramentas, fardamento, medicamentos e uma charrete para transporte, tudo direcionado aos índios.

Além disso, o relatório enviado para o SPI em fins de 1945, demonstrava uma certa preocupação com o reflorestamento da região assistida pelo órgão, com o objetivo de mudanças na zona pantanosa. Para isso, dentro do orçamento, estava separada uma verba para investir na ação, entretanto, a mesma se tornou contraditória, quando as mudas trazidas para plantio foram de eucalipto, uma planta que não, era nativa da região e que os indígenas desconheciam seu manuseio, além de sua madeira ser pouco aproveitável para fins construtivos.

Para isso, foi solicitado ao governo uma quantia de Cr.\$ 111,000,00, para que se pudesse alcançar os objetivos acima, além de pagamento de funcionários e gastos com construção ainda incluindo a drenagem de terrenos, que não se tinha um valor específico devido às instabilidades do mesmo (Imagem 1). Mas, o P.I. só recebeu Cr.\$83.225,00 da verba solicitada e Cr\$38.000,00, no segundo semestre do ano, sendo deste valor Cr\$3,000,00 destinado para compra de materiais e o restante para auxílio dos indígenas.

O posto Nísia Brasileira era considerado um dos mais produtivos do SPI, pois dispunha de muitas terras para plantio e de inúmeros serviços e formas de mover sua economia (coco, pimenta, mandioca, agave, frutas, as quais rendiam muito para o crescimento local, através de suas vendas, e criação bovina e suína, os quais esses últimos eram considerados sadios e tinham uma criação intensiva e extensiva). Porém, de acordo com depoimentos contidos na documentação analisada, a saúva era considerada o maior flagelo para as plantações locais. Por fim, o ano de 1945 se encerrou com aproximadamente 32% menos gastos que o ano anterior, resultando em um total de Cr\$ 42.783,50.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do levantamento documental e tendo em vista que os arquivos do SPI não se limitam apenas ao recorte temporal trabalhado, mas se estende até meados da década de 1960, foi possível perceber que no decorrer de 1941 até 1945, o P.I Nísia Brasileira (correspondente às áreas de Mamanguape e Baía da Traição) teve um constante crescimento tanto econômico quanto estrutural, principalmente ao que se refere a Aldeia São Francisco. Além disso, houve um considerável desenvolvimento tanto da saúde como da educação local. Em relação a primeira, antes da construção da Enfermaria local, os potiguara eram trazidos a cidade quando doentes e com o posto na aldeia, tinham uma assistência mais imediata, tanto no recebimento de remédios como no atendimento médico.

A partir do surgimento de armazéns nos limites do PI, as relações com o comércio da capital paraibana cresceram, já que era esse que lhes forneciam suprimentos industriais, em vista que os naturais eram produzidos pelos próprios potiguara; além do, início da exploração da borracha, do qual segundo a documentação, afirma que os indígenas tiveram proveito disso, porém, não se encontra a voz dos indígenas na mesma, apenas visão do tutor (SPI), ou seja, do estado impondo uma soberania sobre seu tutelado. Além de que, era implantando entre os índios um modelo de trabalho produtivo, respeito, ordem, moralização e segurança, mas cabe destacar, que isso é apenas a visão do SPI e não do indivíduo tutelado, que muitas vezes eram vistos como “abusivos”, por não respeitarem as leis do posto.

Quando comparados os gastos do PI de 1941 e de 1945, se encontra um crescimento de 121%, ou seja, uma exacerbada diferença, entretanto, foi em meio a esses repasses orçamentários, que as políticas econômicas varguistas em conjunto com o SPI, alcançaram seu objetivo de que um PI se auto sustenta-se, além de causar um impacto na população local, inserindo os indígenas que ali viviam em uma nova dinâmica laboral.

REFERÊNCIAS

Acervo do Fundo SNI/Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

BARCELLOS, Lusival. **Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: EDUEPB, 2004.

DECRETO Nº8.072, de 20 de junho de 1910.

DECRETO Nº183 de 13 de janeiro de 1936.

DECRETO Nº736, de 06 de abril de 1936.

DECRETO Nº1.736 de novembro de 1939.

DECRETO Nº3.105 de 12 de março de 1941.

DECRETO Nº3.071 de 21 de fevereiro de 1941.

DECRETO Nº10.652, de 16 de outubro de 1942.

DECRETO Nº6.077 de 9 de dezembro de 1943.

DECRETO Nº17.684, de 24 de janeiro de 1945.

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. Acervo documental. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/component/content/article/11-institucional/427-o-museu-do-indio-e-seus-arquivos>.

GAMBINI, Roberto. **Espelho índio**. A formação da alma brasileira. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado- Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42. 2000.

JOFFILY, Irene. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

LIMA, A. C. S. **Um Grande Cerco da Paz**: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. Aviso do Posto. 1950. Mf 167. Fotog. 351; 1963. Mf 169. Fotog. 408; 1964. Mf. 169. Fotog. 509, 511, 515, 517 e 519.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. Folha de pagamento. 1942. Mf 167. Fotog. 12-13; 1947. Mf. 167. Fotog. 113-119.

Museu do Índio. Rio de Janeiro. Processo. 1949. Mf. 167. Fotog. 241-247.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 155- 172.

PALITOT, E. M. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór**: história, etnicidade e cultura. 2005. 219 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, João Pessoa: 2005.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. **Revista de História**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 73-96, mar. 1959. ISSN 2316- 9141. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107270/105782>. Acesso em: 28 mar. 2018.

HISTÓRIA E CULTURA GUARANI *NHANDewa* DA TI PINHALZINHO: EXEMPLO DE RESISTÊNCIA AO COLONIALISMO

Luciana Helena de Oliveira Viceli¹

Resumo: A Terra Indígena (TI) Pinhalzinho, localizada ao norte do Estado do Paraná no município de Tomazina, é povoada majoritariamente pela etnia Guarani *Nhandewa*, um povo guerreiro e resistente ao processo colonial, um grande exemplo de luta pela sobrevivência histórica e cultural. A presente proposta de pesquisa tem como objetivo apresentar uma sucinta narrativa da história da Terra Indígena Pinhalzinho destacando as características culturais do povo Guarani *Nhandewa*, bem como o processo de luta contra o colonialismo que muitas vezes tentou usurpar as terras indígenas por meio de práticas de posseiros. Foi elaborada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo na qual foi possível vivenciar, observar e entender a dinâmica de resistência da comunidade.

Palavras-chave: História e Cultura *Nhandewa*. Terra Indígena Pinhalzinho. Resistência.

INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Pinhalzinho, localizada ao norte do Estado do Paraná no município de Tomazina, é povoada majoritariamente pela etnia Guarani *Nhandewa* (PARANÁ, 2019), um povo guerreiro e resistente ao processo colonial, um grande exemplo de luta pela sobrevivência histórica e cultural (MONTEIRO, 1992).

A presente proposta de pesquisa tem como objetivo apresentar uma sucinta narrativa da história da Terra Indígena Pinhalzinho destacando as características culturais do povo Guarani *Nhandewa*, bem como o processo de luta contra o colonialismo que muitas vezes tentou usurpar as terras indígenas por meio de práticas de posseiros (IANNI, 1984).

Esta discussão é um recorte de uma parte da dissertação de Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, Política Educacional e o Ensino de História na Escola Guarani *Nhandewa Yvy Porã*: contribuições para uma Educação Intercultural, concluída em fevereiro de 2020.

Foi elaborada por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentando conceitos; documental, explorando as ricas e diversas fontes como os documentos oficiais e os locais; e de campo, a partir do convívio com os *Nhandewa* e da participação nas atividades escolares promovidas pela Escola Estadual Indígena *Yvy Porã*, localizada na TI, na qual a autora foi professora de História nos anos finais de Ensino Fundamental por 7 anos, entre 2012 e 2018.

A discussão é rica em narrativas de memórias que conversam com os documentos oficiais e demonstram quão diversas e valiosas são as histórias do Brasil, especialmente os episódios que não aparecem com destaque nos materiais oficiais e poucas vezes são incluídos nos currículos escolares, a história indígena. História essa que tem sido ponto de partida para o processo de descolonizar a escola e o ensino na TI.

¹ Mestra em Educação – PPE/UEM. E-mail: luciana.viceli@escola.pr.gov.br

HISTÓRIA E CULTURA GUARANI *NHANDewa* DA TI PINHALZINHO

A Terra Indígena (TI) Pinhalzinho é composta atualmente por uma área de 247 alqueires (593 hectares) sendo que, em 1904, época em que foi oficialmente declarada Terra Indígena e foi formulado o Memorial Descritivo de medição e demarcação das terras, contava com 313,5 alqueires. Tal alteração é resultado, provavelmente, de práticas espoliativas, pois até o início do século XXI constata-se a presença de posseiros² nessas terras, de acordo com relatos dos moradores e documentos disponíveis no acervo *on-line* do Museu do Índio do Rio de Janeiro, sendo totalmente retirados apenas no ano de 2009, por meio de ação judicial.

De acordo com o Censo Demográfico 2018³, realizado pela Escola Estadual Indígena *Yvy Porã*, a TI Pinhalzinho é habitada, atualmente, por 144 moradores. Essa população é composta por 68,7% adultos e 31,3% crianças. Os moradores são, na sua maioria, da etnia Guarani *Nhandewa*, mas há também *Kaiowa* e *M'bya*, totalizando 45 famílias; há ainda 3 famílias da etnia Kaingang e algumas pessoas não indígenas, que contraíram laços matrimoniais com indígenas.

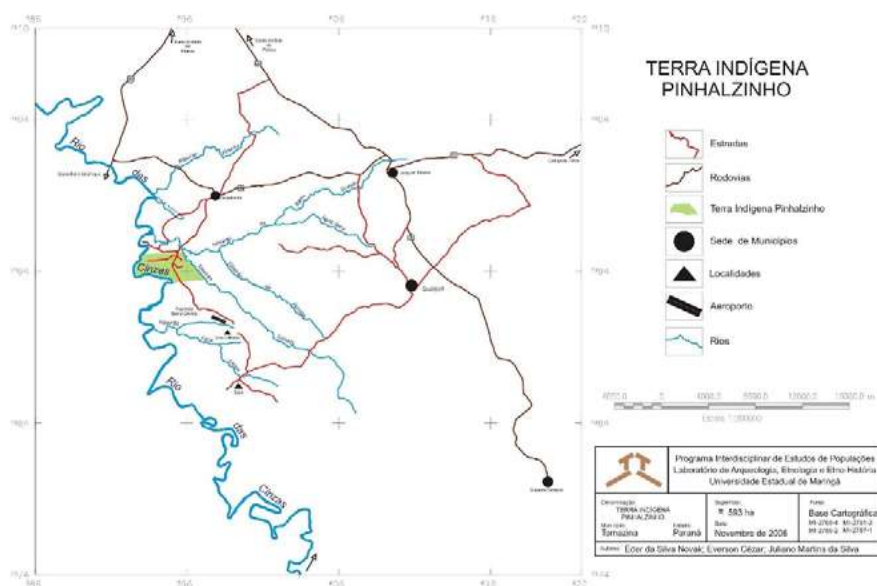
A comunidade é composta por 78,4% dos moradores declarados indígenas e 21,6% não indígenas. Dos 144 moradores, mais da metade, 66,6% declara ter nascido na TI; 55% afirma já ter recebido o nome indígena em ritual específico para tal; 23% dos que não têm nome indígena declara que gostaria de ter e provavelmente participará do ritual na próxima oportunidade.

O território, que corresponde a TI Pinhalzinho hoje, foi declarado Terra Indígena em 1904. No ano de 1917, foi vistoriado pelo SPI e homologado em juízo federal em 5 de março de 1918 em Curitiba/PR, e somente foi demarcado, ou seja, confirmado o domínio de posse pelo grupo Guarani, no ano de 1986, quando registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Tomazina, conforme matrícula nº 3.655 de 6 de março de 1986, que descreve o território como sendo, anteriormente, parte da Fazenda Jaboticabal da Barra Grande e “doada” por Augusto de Assis Teixeira ao povo Guarani, que ali residia.

² Indivíduos que, sem deter os instrumentos legais de propriedade, ocupam o solo. (IANNI, 1984, p. 105).

³ No ano de 2018, a Escola Indígena *Yvy Porã*, percebendo a ausência de dados concretos e atualizados sobre as características populacionais e econômicas da comunidade e a necessidade de organizar tais informações, para melhor organizar os trabalhos interculturais promovidos pela escola e servir de apoio para a organização da própria comunidade, realizou o Primeiro Censo Demográfico da TI Pinhalzinho, contando com a participação da comunidade escolar: equipe gestora, agentes educacionais, professores e educandos, bem como com a colaboração da comunidade local: pais, responsáveis e demais moradores da TI. Os dados foram coletados, junto a toda a comunidade, por meio de questionário, elaborado pela comunidade escolar e aplicados pelos alunos, auxiliados pelos professores e familiares. Na escola, os resultados foram compilados em trabalho interdisciplinar e sistematizados em forma de gráficos que, depois de concluídos, foram apresentados à comunidade local e na “V Mostra Cultural Guarani *Nhandewa*”, que aconteceu em novembro do mesmo ano na TI *Yvy Porã* (Posto Velho) Abatiá/PR. Atualmente, os dados do Censo Demográfico 2018 apresentam um retrato da comunidade indígena Guarani da TI Pinhalzinho.

Figura 1: Terra Indígena Pinhalzinho



Fonte: NOVAK, 2006, p. 143.

Esse processo durou aproximadamente 80 anos, representando as fragilidades no tratamento às questões e aos direitos indígenas, visto que a presença indígena em tal território era inquestionável e comprovada já na segunda metade do século XIX, em relato de *Curt Nimuendajú*, antropólogo que viveu entre os indígenas brasileiros, inclusive com os Guarani da TI Pinhalzinho. O profeta guarani *Guyracambi* teria estado nessas terras que já eram reconhecidas como Aldeia Barra Grande.

Guyracambi, o último pajé verdadeiramente grande e famoso dos Guarani [...] viveu algum tempo no Jatahy, onde fazia oposição aberta à catequese do missionário Timotheo de Castelnuovo; mais tarde morou no Rio das Cinzas, onde o conheci (NIMUENDAJÚ, 1987, p. 12).

Ao longo do processo lento de regularização do território indígena, os moradores enfrentaram ainda inúmeras dificuldades. Entre elas, os constantes conflitos com os posseiros, adversidades naturais como um surto de gripe espanhola, e ainda um incêndio, que vitimou o espaço e vários indígenas.

Segundo relatos dos moradores mais antigos da TI, seus antepassados contavam um episódio muito triste que marcou a história do Pinhalzinho. Entre a década de 1920 e 1940, não sabem datar ao certo, os moradores daquela região teriam sido vítimas de uma epidemia de gripe, provavelmente a gripe espanhola, o que forçou parte dos sobreviventes a se deslocar para outras terras indígenas como São Jerônimo da Serra.

Meu pai me contava que por aqui deu uma febre muito forte que matou muitas pessoas principalmente crianças e que ele ajudou a carregar os corpos e levar até o cemitério que tinha na aldeia... me lembro desse cemitério onde tinha uma cruz em forma de cedro. Relato do Senhor Bento Albino Gabriel Filho, Guarani Nhandewa, 58 anos, nascido e morador da TI Pinhalzinho (Relato do Senhor Bento Albino Gabriel Filho⁴, 2017).

⁴ Relato do Senhor Bento Albino Gabriel Filho, Guarani *Nhandewa*, 58 anos, nascido e morador da TI Pinhalzinho. Essa narrativa, assim como outras informações que iremos citar ao longo desse item, foi coletada durante o ano de 2017, por meio de entrevistas, quando da efetivação do Projeto Interdisciplinar, “Marco Temporal Pinhalzinho: a Nossa História não Começa

Há também relatos de um surto de malária, o que não se sabe ao certo se são episódios distintos ou se trata do mesmo e ao ser relatado acabou ganhando nomenclaturas diferentes. Fato é que no início do século XX, a região realmente foi flagelada por uma terrível epidemia, que também é relatada no histórico de formação da cidade vizinha, Guapirama.

A memória da existência de um cemitério indígena no território é comum entre vários moradores, que identificam o local onde ficava e relatam ter sido destruído pelos posseiros que prepararam a terra e usaram-na para o plantio. “Eu lembro do local onde ficava, minha avó contava que seu bisavô morou aqui e que foi enterrado neste cemitério”, depoimento da Senhora Cleusa Maria Rocha⁵, Guarani *Nhandewa*, 65 anos, moradora da TI. Segundo o *Txamõi*⁶ da TI Pinhalzinho, Senhor José da Silva⁷ (*Ava Djemowytu*), para a tradição Guarani, é errado enterrar os corpos dos falecidos em gavetas. Ele declarou, ainda, lamentar muito a destruição do antigo cemitério, onde o bisavô da sua esposa também foi enterrado, o Senhor *Ava Mboparadju*, antigo morador da TI, pois os Guarani mantêm uma relação afetiva e espiritual com os que já partiram.

Segundo relatos de moradores e do documento “Antecedentes Históricos do P.I. Pinhalzinho”, entre as atividades desenvolvidas no início do século XX pela população indígena da TI Pinhalzinho, estava o fabrico de chapéus, esteiras, redes, peneiras, e outros artesanatos. Cultivavam arroz, feijão, milho, mandioca, batata doce, melancia, amendoim, cana-de-açúcar e produziam rapadura. Também criavam alguns animais como: vacas, porcos e galinhas. A caça e a pesca eram praticadas com frequência.

Destaca-se, além da presença indígena no território, o desenvolvimento econômico de subsistência, dentro do modelo adequado aos costumes Guarani, que se difere dos valores Capitalistas dos não indígenas, conforme Tommasino (2003):

Para termos uma compreensão das diferenças entre nossas relações sociais e culturais e as dos índios, podemos dizer que quando produzimos, somos alienados de nossa produção e nos reduzimos à força de trabalho, isto é, somos coisificados; quem somos como pessoa, não interessa ao sistema, interessa, sim, apenas o que cada um de nós representa como força-de-trabalho. Nesse sentido, somos sempre descartáveis e podemos ser substituídos a qualquer momento, se o empregador assim entender. Os indígenas, ao contrário, ao produzirem, realizam-se como sujeitos de sua produção (p. 77).

Assim, é “compreensível” observar as divergências na relação estabelecida com a terra e a produção, dos indígenas e dos não indígenas. As mesmas fontes que relatam as práticas econômicas para a sobrevivência indígena denunciam ações Capitalistas no território pelos não indígenas. Há informações de que, na década de 1950, o SPI teria cedido as terras da TI Pinhalzinho à Seção de Fomento Agrícola (SFA) para “experiências” e produção de sementes, o que teria durado até aproximadamente 1967, quando da extinção do órgão federal.

Em relatórios sobre a ação da SFA no território, realizado pelo Chefe do Posto na época, constam informações de que a área teria sido desmatada e destocada e toda madeira de lei extraída, utilizada e comercializada pela SFA, informação confirmada pelos relatos do Senhor Orlando e seu irmão Bento.

em 1988”, idealizado pela comunidade escolar *Yvy Porã* e efetivado com a participação de toda a comunidade local, faz parte do acervo documental da Escola.

⁵ Acervo do Projeto Interdisciplinar “Marco Temporal Pinhalzinho: a Nossa História não Começa em 1988”, 2017.

⁶ À frente o texto apresentará a definição de *Txamõi*.

⁷ Acervo do Projeto Interdisciplinar “Marco Temporal Pinhalzinho: a Nossa História não Começa em 1988”, 2017.

Falavam que iam fazer casas para os índios, mas isso nunca aconteceu, venderam toda a madeira, o dinheiro ninguém viu, tiraram a madeira, destocaram toda a terra e vieram com máquinas grandes, plantaram muito arroz que era levado para Jacarezinho, não deixavam nada para os índios daqui (Narrativa de Orlando e Bento Gabriel, 2017)⁸.

Tal ação foi estabelecida no intuito de promover a integração indígena, implementando ações da sociedade Capitalista de mercado, visando promover a produção de capital em terras indígenas com visão colonizadora, que considerava um “desperdício” não serem exploradas. Em razão dessa forma de utilização da área, com a derrubada da mata, a sobrevivência dos Guarani, assim como a manutenção das tradições culturais, ficou comprometida devido à diminuição das áreas de caça e coleta.

Tais ações representavam os interesses para os quais o SPI teria sido criado, de acordo com Lima (1992, p. 161), “transformação do índio em trabalhador nacional”, por meio do controle das terras por eles habitadas e imposição de uma tutela com características integracionistas à sociedade não indígena, ou seja, aos indígenas, ainda no século XX, era imposta a necessidade de abandonar o “seu modo de ser e viver” para se adaptar à nova sociedade.

Data da mesma época a fixação de grupos de posseiros na TI Pinhalzinho, alguns alegando serem ex-funcionários do SPI e outros ex-arrendatários da SFA, que se fixaram no território sem autorização legal e protagonizaram os conflitos e disputas com os indígenas pela posse das terras.

Em relatórios encomendados pela FUNAI, substituta do SPI, ao Chefe de Posto, na época, Jurandir Brito da Silva, segundo o documento “Antecedentes Históricos do P.I. Pinhalzinho”, na década de 1970 existiam majoritariamente indígenas da etnia Guarani; alguns da etnia Kaingang e quatro Xetá morando na TI Pinhalzinho, além de pelo menos quatro famílias de não indígenas identificados como intrusos ou posseiros, dados esses que são confirmadas pelas narrativas do Senhor Joel Albino Gabriel⁹, Guarani *Nhandewa*, que nasceu em 1954 na TI, onde morou até 1980, e declarou: “lembro da chegada de um grupo de Xetá: *Tiquem, Nhengo, Lino e Mã*, e de um grupo de indígenas do Mato Grosso, que aqui ficaram por pouco tempo”.

Há também o relato de vários moradores da TI Pinhalzinho de que durante a década de 1980 os assim chamados, “posseiros”, ocupavam quase metade do território, sendo ainda suas as melhores terras, e usavam da coação física e de ameaças para inibir os indígenas e conservarem-se em tal posição. Os indígenas relatam que os posseiros portavam armas de fogo ostensivamente e permitiam a entrada de caçadores e pescadores na TI. Essa década teria sido uma das piores enfrentadas pelos Guarani na TI Pinhalzinho, que tiveram que recorrer à justiça, intermediados pela FUNAI, para terem seu território desocupado. Em resposta, os intrusos recorreram à Justiça Federal do Paraná, pondo sob judice a questão.

Assim, as próximas décadas foram palco de disputas regadas a conflitos, ameaças, perseguições e intimidações aos indígenas, a ponto de alguns terem deixado a terra, mas também regada por muita luta e resistência de famílias que, mesmo diante de ameaças que os proibiam de usar e ensinar às crianças a língua guarani, de praticar os rituais religiosos e de se alimentar dos cultivos das roças, não se entregaram.

Conforme narrativa do Senhor José da Silva (*Ava Djemowyty*), Guarani *Kaiowa*, *Txamõi* e morador da TI Pinhalzinho desde 1985:

⁸ Acervo do Projeto Interdisciplinar “Marco Temporal Pinhalzinho: a Nossa História Não Começa em 1988”, 2017.

⁹ Acervo do Projeto Interdisciplinar “Marco Temporal Pinhalzinho: a Nossa História Não Começa em 1988”, 2017.

Quando cheguei aqui no Pinhalzinho, fui ameaçado pelos [ex]funcionários do SPI, que moravam aqui como posseiros, eles não queriam mais índios na aldeia, um dia quando eu não estava, deram tiros na minha casa e minha esposa com meus filhos pequenos tiveram que se deitar no chão debaixo da mesa, mesmo assim eu não quis ir embora daqui (Relato de José da Silva - *Ava Djemowytu*, 2017)¹⁰.

Esse cenário retrata exatamente o anunciado por Carneiro da Cunha (1992) sobre a análise da política indigenista que começou no século XIX e que se estende até a atualidade, a tentativa de expropriação das terras, bem precioso e sagrado para os indígenas.

Ainda sobre os conflitos, existe também o relato da morte de um indígena, identificado como Osvaldinho, que marcou profundamente a memória dos moradores do Pinhalzinho.

Segundo relatos de todos os mais velhos da Terra Indígena Pinhalzinho, o caso mais grave entre todos os conflitos que tiveram com os posseiros, foi a morte do índio Osvaldinho nos anos 80. De acordo com a pesquisa, Osvaldinho enfrentava constantemente os posseiros, não aceitava suas ordens, questionando sempre e, um dia o acharam morto no meio da estrada e até hoje “guardam” o local, ninguém foi punido, sua morte foi forjada como acidente, um atropelamento, mas todos afirmam, apesar de terem ainda certo receio, que ele foi assassinado pelos posseiros (PARANÁ, 2019, p. 12).

Por mediação da justiça estadual e federal, os “intrusos” foram aos poucos deixando o território, enquanto famílias Guarani e parentes das famílias que resistiram e ficaram no Pinhalzinho foram chegando, até que no ano de 2009, a última família de posseiros definitivamente deixou a TI, que passou a ser ocupada somente por indígenas e seus familiares, e esporadicamente não indígenas por questões matrimoniais. “Na nossa história de lutas foram duas coisas, a persistência e a resistência. Porque quando eles decidiram retomar dos posseiros, eles persistiram naquilo. Mesmo diante das ameaças de tiro, eles resistiram aquilo tudo e não deixaram perder”, narrativa de Reginaldo Alves (*Nimboadju*), Guarani *Nhandewa*, 43 anos, morador da TI, disponível no Boletim Informativo produzido pelo IFPR na TI Pinhalzinho em 2014.

A narrativa de Reginaldo (*Nimboadju*) vem ao encontro da afirmação de Monteiro (1992) de serem, os Guarani, povos resilientes,

[...] longe de serem as inermes vítimas que povoam habitualmente os livros de história, os Guarani desenvolveram estratégias próprias que visavam não apenas a mera sobrevivência, mas, também, a permanente recriação de sua identidade e de seu “modo de ser”, frente a condições progressivamente adversas (p. 475).

Assim, são reveladas ao Brasil as diferenças e riquezas culturais que sobreviveram aos 500 anos de tentativas de integração e assimilação.

Segundo o Censo Demográfico 2018, atualmente, 83,3% dos moradores da TI Pinhalzinho falam apenas a língua Portuguesa, aprendida desde o nascimento; 14,7% são bilíngues, aprenderam em casa simultaneamente o Português e o Guarani, e 2% aprenderam primeiro a língua indígena Guarani e, pela necessidade, hoje consegue se comunicar em Português também.

Ainda que a língua Portuguesa seja predominante entre os moradores da TI, há a prática na oralidade de três parcialidades Guarani, sendo o *Nhandewa*, *Kaiowa* e o *M’bya*.

¹⁰ Acervo do Projeto Interdisciplinar “Marco Temporal Pinhalzinho: a Nossa História Não Começa em 1988”, 2017.

É importante ressaltar que tal realidade, comum em várias terras indígenas, não retrata uma opção dos povos indígenas, e sim o resultado das imposições iniciadas no processo de colonização e repetidas ao longo da história, as quais impediam esses povos de manterem suas línguas, rituais e tradições, por meio de um processo violento de “domesticação” e integração do indígena à nova realidade de exploração planejada pelos colonizadores, na tentativa de apagar as histórias e as culturas originárias desse território e construir uma “nova história”, considerando como gênese a chegada do português nas terras da América do Sul, chamadas hoje de Brasil.

[...] Foi principalmente devido ao açoite, à ameaça, à intimidação e à depreciação, atos de violência, ora mais, ora menos explícitos, que várias comunidades indígenas brasileiras, “optaram por abandonar” suas línguas tradicionais. É, portanto, imperioso, que esse “abandono” seja sempre colocado entre aspas porque uma comunidade de fala não desiste de sua língua livremente (MAHER, 2010, p. 34).

Confirmando a afirmação de Maher, deparamo-nos com relatos dos moradores mais velhos da TI Pinhalzinho que contam que durante o processo de disputa do território com os posseiros, estes ameaçavam, com tiros para o alto, as famílias resistentes e as proibiam de falar em Guarani, o que levou muitos pais a não conseguir ensinar a língua materna aos filhos, por medo das ameaças constantes. As famílias continuam considerando importante a aprendizagem da língua materna e o atual trabalho de revitalização. Procuram dentro de suas possibilidades contribuir para isso, incentivando crianças e jovens e auxiliando a escola e os professores nos trabalhos com a língua Guarani. Assim,

[...] é importante ressaltar que embora a Língua Guarani seja um importante traço identitário, salientamos que ela não é o único, pois existem outras questões que o definem como tal. Ou seja, mesmo quando a língua indígena não é falada por todos, isso não dá o direito de ter sua identidade indígena questionada [...]. (PARANÁ, 2019, p.14).

De acordo com o Censo Demográfico 2018, 56,9% dos moradores da TI não sabe fazer artesanato tradicional, enquanto 43,1% sabe fazer artesanato, sendo que uma parcela desse percentual pratica o comércio de sua produção. Segundo o Projeto Político Pedagógico, doravante PPP da Escola *Yvy Porã*,

Em relação ao artesanato, há aqueles que confeccionam brincos, colares, pulseiras, cestos em miniaturas, animais de madeira em miniatura, arco e flechas, objetos de argila, mbaraka, para uso em eventos e também para vendas, porém, no segundo caso, somente a partir de encomendas com garantia de compra devido à escassez de matéria-prima para a confecção dos mesmos, pois além de ser pouco rentável, o tempo gasto na confecção desses artesanatos interfere no trabalho para o sustento da família, tornando-se, assim, muito difícil a manutenção e a disseminação do artesanato para a geração futura. Há também, os artesãos que não praticam no cotidiano, mas tem o conhecimento de vários tipos de artesanatos Guarani, tais como: peteca, artefatos de argila, peneiras, balaio, vestimentas tradicionais, pulseiras e armadilhas de caça e pesca (PARANÁ, 2019, p. 21).

Assim, a confecção de artesanato, mesmo que limitada, configura-se em uma fonte de renda para muitos artesãos da TI Pinhalzinho, onde “o nível socioeconômico é baixo em que quase toda a população é beneficiada pelo Programa Federal Bolsa Família, alguns vivem somente da aposentadoria, outros são funcionários assalariados dentro da Terra Indígena e nas cidades do entorno” (PARANÁ, 2019, p. 20), sendo necessário recorrer às fontes alternativas de renda.

Outra forma de complementar a renda e auxiliar na subsistência das famílias Guarani no Pinhalzinho é a prática da agricultura. Segundo o Censo Demográfico 2018, 54,2% das famílias praticam o plantio tradicional e outros 45,8% não praticam, sendo que a maioria, isto é, 98% dos que praticam não fazem uso de insumos químicos nos plantios e os outros 2% responderam que fazem uso de herbicidas.

Essa é uma realidade resultante do processo diferenciado que os povos indígenas estabelecem com a terra e com a produção agrícola e como os conhecimentos tradicionais guarani em relação ao sol, à lua, às estrelas e às constelações influenciam na interação com os animais, os peixes, as plantas, a agricultura, a religião, enfim, com a natureza dentro de sua organização social na comunidade, “[...] uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diversos ‘seres’ e forças da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir - e assegurar - determinadas qualidades” (BRASIL, 1998, p. 23).

As famílias agricultoras,

[...] cultivam o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, o amendoim, a batata doce e outras raízes para complementação do sustento diário. Vivem, portanto, dentro de um sistema de renda oscilante e dependem tanto de fatores climáticos quanto da Escola, através da oportunidade de estudo, para garantirem sua sobrevivência (PARANÁ, 2019, p. 21).

Portanto, a agricultura é uma atividade importante para a comunidade, tanto para a subsistência quanto para manter vivos os conhecimentos tradicionais, uma vez que essa prática é desenvolvida a partir dos conhecimentos de etnoastronomia Guarani, ou seja, vários processos são realizados com base nos conhecimentos tradicionais que foram transmitidos oralmente de geração em geração, estando vivos até a atualidade.

Segundo relato de 2015 do Senhor Lourival Lourenço (*Ava Miguakuamiri*), Guarani *Nhandewa*, 65 anos, morador da TI Pinhalzinho, desde 1996, “para o plantio do arroz a gente se orienta através do canto do sabiá, a *Jaxy Inhepytu Mbyte* (lua minguante) é ideal para o corte da madeira, com isso evita-se o ataque de caruncho”. Segundo o Senhor Sebastião (*Ava Mimbydju*):

As plantas que dão o alimento embaixo da terra (ex. mandioca, batata) precisam ser plantadas na *Jaxy Inhepytu Mbyte* (lua minguante), e as que ficam sobre a terra na *Jaxy Hova Guatxu* (lua cheia). Na *Jaxy Pyau* (lua nova), não é bom plantar, pois tem muito *ytxó* (pragas e bichos)¹¹ (Relato do Senhor Sebastião - *Ava Mimbydju*, 2015).

Ainda sobre as características socioeconômicas e ambientais da TI, o PPP da Escola *Yvy Porã*, apresenta as seguintes informações:

De 2012 até o ano de 2018 vigorou o Projeto Básico Ambiental Indígena (PBA) do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, Usina Hidrelétrica – Mauá, que realizou projetos de sustentabilidade no Tekoa, empregando nove (9) funcionários dentro da própria comunidade. Esse Projeto foi de suma importância, pois além de dar suporte financeiro com emprego remunerado para essas famílias, realizou um trabalho de conscientização sobre o perigo dos agrotóxicos e oportunizou vários cursos na área da Agrofloresta como uma alternativa sustentável e rentável em contraposição à agricultura convencional (monocultura). Entretanto, este Projeto foi interrompido com a ascensão do novo Governo e sua política de cortes de gastos, já no início de 2019. (PARANÁ, 2019, p. 21).

¹¹ Informações coletadas por meio do Projeto Interdisciplinar “*Ymã Gua Kuery Oikuaavea Háë Nhandevaë Oexaa Rupi*” (História e Conhecimento do Tempo na Visão Guarani) desenvolvido pela Escola Indígena *Yvy Porã* com a colaboração da comunidade local ao longo do ano de 2015, que trata dos conhecimentos de etnoastronomia Guarani ainda presentes no cotidiano da TI Pinhalzinho.

A caça e a pesca, apesar de não serem a base da economia local, segundo os dados do Censo Demográfico 2018, ainda são muito praticadas: 64% dos entrevistados praticam enquanto 36% não a praticam. Os que praticam a caça e a pesca seguem as informações dispostas no Calendário Guarani *Nhandewa* da TI Pinhalzinho¹², respeitando o período de procriação dos animais e desova dos peixes. Não utilizam apenas os instrumentos tradicionais, entretanto, ainda fazem uso de várias armadilhas que já foram temas de projetos escolares¹³ e fazem parte do conhecimento tradicional de muitos membros da comunidade, que com frequência dividem-no com os mais novos.

Pelos dados do Censo Demográfico 2018 sobre as religiões, observou-se que o Cristianismo tem maior representação por meio dos protestantes e católicos. Entretanto, a religião ancestral Guarani ainda ocupa grande destaque dentro da TI, sendo conduzida pelo líder tradicional Guarani, o *Txamõi*, um ancião respeitado por todos e também conselheiro que detém o conhecimento ancestral da espiritualidade Guarani, atualmente o Senhor José da Silva (*Ava Djemowytu*), que sempre incentiva a participação de toda a comunidade nos rituais sagrados tradicionais, como o *Nimongarai*¹⁴ (ritual para recebimento do nome indígena), além de casamentos e outras cerimônias.

Os rituais sagrados acontecem na *Oy Gwatsu* ou *Opy Guaxu* (Casa Grande ou Casa de Reza), local sagrado na comunidade que deve ser construído em forma circular, com uma única entrada, virada para onde o sol “nasce” (o Leste), para receber os primeiros raios solares. Segundo depoimento do *Txamõi* sobre a religiosidade tradicional Guarani, “o nome pode mudar a pessoa e é dado para livrar dos perigos”. Em outro trecho, ele afirma que “a reza é o livramento para todos”¹⁵.

O *Txamõi* também detém um amplo conhecimento sobre a fabricação de remédios naturais, passando esse conhecimento sempre que solicitado, também atendendo os membros da comunidade que o procuram para serem “benzidos” por meio das rezas tradicionais (PARANÁ, 2019).

Figura 2: *Oy Gwatsu* da TI Pinhalzinho



Fonte: PPP da Escola Indígena *Yvy Porã*.

¹² O Calendário Guarani *Nhandewa* contempla as principais atividades da TI Pinhalzinho e da Escola *Yvy Porã*. Foi estabelecido pela comunidade escolar a partir dos estudos desenvolvidos com o Projeto “*Ymã Gua Kuery Oikuaavea Háê Nhandevaê Oexaa Rupi*”.

¹³ O principal deles foi o Projeto Interdisciplinar “*Jaeka Jaikuaave Aguã*” (Caçando Conhecimento), desenvolvido pela comunidade escolar, especialmente pelas turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em parceria com a comunidade local, no ano de 2016.

¹⁴ “É o momento mais sagrado para o Povo Guarani. É onde toda a comunidade se prepara para santificar as sementes de plantas e, também é o ritual onde se dá o nome Guarani às crianças. Para que isso aconteça nosso *Txamõi* permanece em consagração se alimentando de comida natural para poder se santificar” (Boletim Informativo IFPR, 2014).

¹⁵ Acervo do Projeto Interdisciplinar “Marco Temporal Pinhalzinho: a Nossa História Não Começa em 1988”, 2017.

Segundo dados do Censo Demográfico 2018, uma grande parcela da população local faz uso da medicina tradicional: verificou-se que 75,7% dos entrevistados conhecem várias ervas medicinais e as utiliza em seu cotidiano paralelamente à medicina convencional; desse percentual, os que não dominam tal conhecimento geralmente procuram informações junto aos sábios da comunidade, enquanto que apenas 24,3% não fazem uso da medicina tradicional.

Quanto à escolaridade da população da TI Pinhalzinho, o Censo revelou que a maioria dos mais velhos não concluiu os Anos Iniciais do Ensino Fundamental; uma pequena parcela cursou o Ensino Superior; já as crianças e jovens em idade escolar estão quase que 100% matriculados na Educação Básica, o que demonstra a grande preocupação da comunidade com os estudos das novas gerações e a importância da presença da Escola no espaço territorial.

Segundo o PPP da Escola *Yvy Porã*, a TI Pinhalzinho mantém uma organização social que surgiu a partir das ações do SPI, que visavam um acompanhamento e/ou controle por parte dos interesses político-econômicos do Governo da época. Nesse contexto, o principal líder tradicional representado pelo *Txamõi* foi substituído pelo “Capitão”, assim, indígenas passaram a ser “escolhidos” para exercerem uma liderança sobre a comunidade.

Com a extinção do SPI e sua substituição pela FUNAI, manteve-se a ideia de um líder social com um “status” e poder que “representasse” os interesses da comunidade, que era identificado como cacique e, por isso, na comunidade Pinhalzinho, mantém-se, ainda hoje, a organização de cacicado, sendo constituída pelo: cacique, vice-cacique e sete lideranças que representam politicamente a comunidade¹⁶ (PARANÁ, 2019).

Pelo Pinhalzinho já passaram vários caciques. De acordo com uma pesquisa escolar realizada em 2017, a partir da memória dos moradores mais antigos da comunidade, foram identificados um total de doze líderes desde o ano de 1963 como representantes dessa comunidade, sendo eles: Capitão Fermino (1963); Clementino (1985); Benedito Dias (1988); Benedito Matias *Quaty’adju* (1988); Orlando Albino Gabriel (1990); Euclides Ribeiro (1995); Atilio Ribeiro (1996); Sérgio Lourenço - *Ava Kuaraydju* (1997); Amarildo Aparecido Gabriel (1998); Adriano da Silva (2001); Clenilson Lourenço (2002); Sebastião Mário Alves - *Ava Mimbydju* (atual cacique desde 2007).

Em narrativa de 2017, o Senhor Sebastião (*Ava Mimbydju*), atual Cacique, relatou que “não é fácil ser um líder, pois tem que ser um lutador das causas dos índios, tem que conhecer o passado, se dar ao respeito para os demais da comunidade e cuidar de todos”¹⁷.

Atualmente, há na TI Pinhalzinho um respeito muito grande em relação ao seu Cacique: é ele que, juntamente com os demais líderes, tem a responsabilidade de organizar atividades de trabalho coletivo e demais festividades durante o ano, além de projetos comunitários; ele representa e defende, dentro e fora da TI, os interesses de toda comunidade local. Além dos assuntos políticos, o Cacique também exerce uma função de conselheiro, tanto auxiliando nos assuntos familiares e atritos comunitários, quando solicitado nos casos considerados leves, quanto intervindo junto às autoridades e impondo a decisão da comunidade, nos casos mais graves (PARANÁ, 2019).

¹⁶ “A tendência nas fontes de identificar territórios multicomunitários controlados por caciques tem levantado a possibilidade de terem existido cacicados guarani, hipótese essa apoiada em outras observações coevas. Por exemplo, o jesuíta Ruiz de Montoya sustentava que aos caciques ‘servem seus plebeus para fazer as roças, semear e colher as plantas, construir casas e dar suas filhas quando eles quiserem’ (*apud* Melià, 1988:111). De qualquer modo, permanece a dúvida sobre se se tratava de cacicados emergentes a partir de um processo histórico autóctone ou se estas lideranças foram projetadas nestes papéis pelas circunstâncias da conquista, quando a presença de interesses coloniais redundou na reestruturação do quadro das alianças”. (MONTEIRO, 1992, p. 481).

¹⁷ Acervo do Projeto Interdisciplinar “Marco Temporal Pinhalzinho: a Nossa História Não Começa em 1988”, 2017.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela sobrevivência, pela manutenção dos direitos territoriais e pela manutenção da língua e da cultura *Nhandewa* faz parte da história da comunidade da Terra Indígena Pinhalzinho e não ficou no passado, essa luta continua sendo travada no dia a dia da comunidade que, juntamente com a Escola Indígena *Yvy Porã*, procura fortalecer as crianças e os jovens, por meio da formação intelectual e cultural, para que sejam os futuros guerreiros, defensores dos direitos indígenas. As lideranças locais têm procurado aumentar o engajamento da comunidade nas lutas políticas e na articulação para o fortalecimento das práticas culturais, como o uso da língua Guarani *Nhandewa* e a participação nos rituais culturais e religiosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLETIM Informativo Identidades Coletivas e Conflitos Sociais no Sul do Brasil – *Djaikuaa pa Nhandereko* / Nosso Lar, Nós Conhecemos? Projeto de Extensão Mapeamento Social das Terras Indígenas Guarani. Coordenação: Prof. Roberto Martins de Souza – Paranaguá/IFPR, 2014, 16 p.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 155-174.

MAHER, Terezinha M. Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. **Currículo sem fronteiras**, v. 10, n. 1, p. 33-48, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2010/vol10/no1/3.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guaraní**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

NOVAK, Eder da Silva. **Tekoha e emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da primeira república 1889 a 1930**. Originalmente apresentada como dissertação de Mestrado em História, UEM-PPH-História. Maringá, 2006.

PARANÁ. **YVY PORÃ, Escola Estadual Indígena**. Projeto Político Pedagógico (PPP). Terra Indígena Pinhalzinho – Tomazina/PR, 2019.

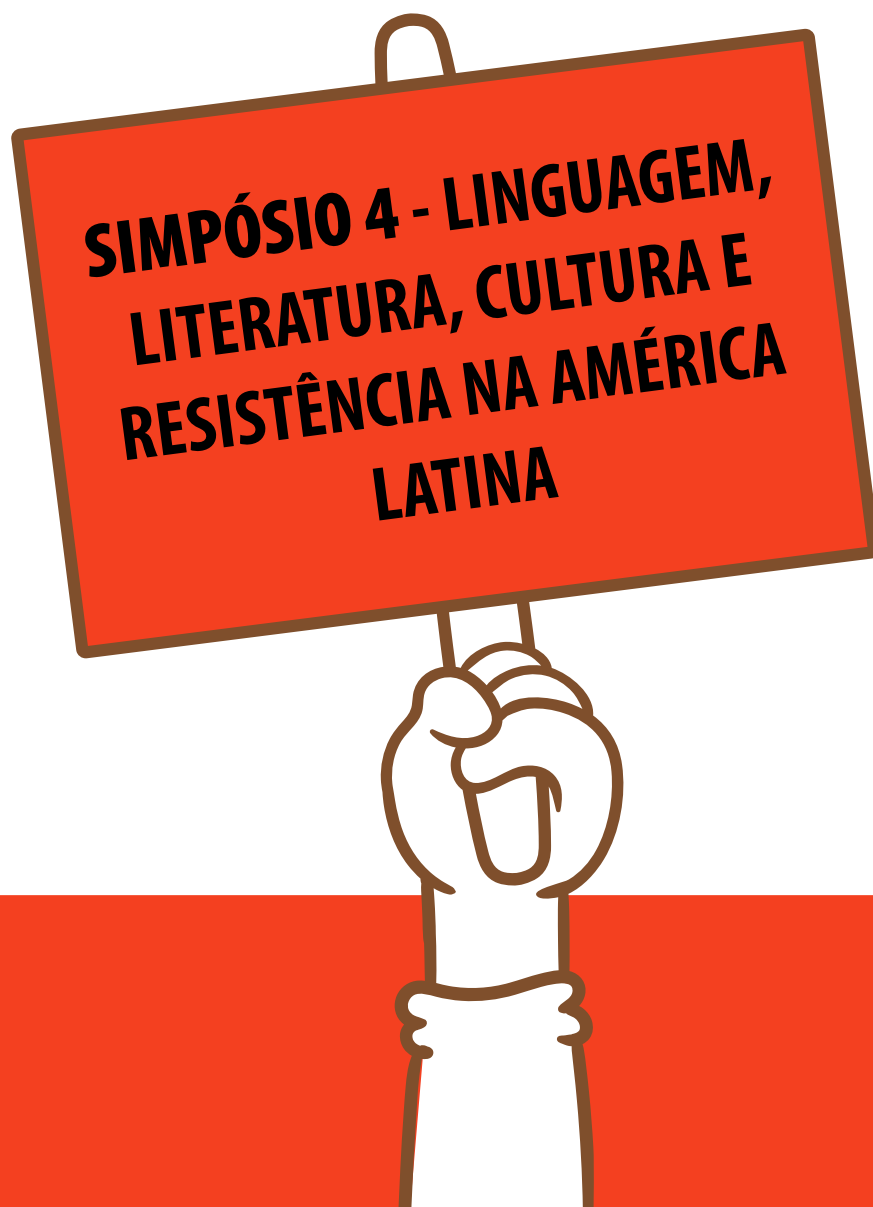
TOMMASINO, Kimiye. A Educação Escolar Indígena no Paraná. **Revista Medições** – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 8, n. 1, p. 71-98, 2003.

YVY PORÃ, Escola Estadual Indígena. *Djakuaai pa Nhandereko* (Nosso lar, nós conhecemos?). T.I. Pinhalzinho – Tomazina/PR, 2014.

YVY PORÃ, Escola Estadual Indígena. *Ymã Gua Kuery Oikuaavea Hãe Nhandevaè Oexaa Rupi* (História e Conhecimento do Tempo na Visão Guarani). T.I. Pinhalzinho – Tomazina/PR, 2015.

YVY PORÃ, Escola Estadual Indígena. *Yvy Marae'y* (Terra sem Mal). T.I. Pinhalzinho – Tomazina/PR, 2016.

YVY PORÃ, Escola Estadual Indígena. Pinhalzinho, a nossa história não começa em 1988: pertencimento histórico e direitos originários. T.I. Pinhalzinho – Tomazina/PR, 2017.



ENGAJAMENTO POLÍTICO DAS AGREMIÇÕES DO CARNAVAL DE RUA DE OLINDA

Akyla Alexandre Tavares Vicente Pessoa da Silva¹

Maria Eduarda Soares de Almeida Parente²

Resumo: O estudo entende o carnaval de rua da cidade de Olinda-PE enquanto expressão popular e espaço peculiar marcado pela manifestação caricaturesca da realidade. Afirma que as características que integram a estrutura social brasileira (como: o culto ao estupro, o assédio, a culpabilização da vítima, o racismo, a homofobia entre outros) são reforçados e mantidos durante o período de carnaval. Enfatiza que o que existe durante o feriado do carnaval no Brasil está mais próximo de uma “licença poética” de comportamento que de uma quebra da ordem social, como afirmado pelo antropólogo Roberto Da Matta, através da análise do comprometimento e da atuação político-social de quatro das mais tradicionais e populares agremiações do carnaval de rua de Olinda-PE: Samba Soul Delas; Afoxé Alafin Oyó; Clube Elefante de Olinda e; TCM Pitombeira dos quatro Cantos.

Palavras-chave: Agremiações; Carnaval; Engajamento Político.

O carnaval de Olinda é conhecido, até agora, como um carnaval sem cordões. “Não há separações ou distinções sociais nas ruas do sítio histórico de Olinda, durante esse período”, diz a presidente de um bloco de samba tradicional de Olinda. No carnaval, e somente no carnaval, “não existem raças, credos e classes sociais!”, diria o brincante otimista. Esse período rompe com a rotina que é, segundo Roberto Da Matta, o produto da ordem social. O carnaval busca uma perspectiva totalizadora, um aspecto comunitário, deixando de lado a estrutura social marcada pelos antagonismos, sendo assim, apresenta o povo brasileiro como um povo carismático.

Os brincantes aproveitam aqueles dias importantes para darem uma pausa no cotidiano muitas vezes competitivos, acelerados e desiguais. O carnaval, como foi tradicionalmente descrito, é um período para esquecer a realidade e, chegada à quarta-feira de cinzas, chega também a “normalidade”. Nessa lógica, poderíamos pensar que, na cidade de Olinda, uma Troça, um Bloco ou uma Agremiação carnavalesca tem a capacidade de unir, por exemplo, feirantes, catadores de latas, diretores executivos de uma multinacional, professores entre outros, dando fim aparente às hierarquias e desigualdades do dia a dia.

No carnaval de Olinda, os ritmos contagiantes do frevo, maracatu, afoxé, samba entre outros, deixam de serem vistos como músicas “folclóricas” e passam a fazer parte da identidade dos foliões e brincantes. Na opinião da foliã Marina Camila: “Quando chega o carnaval é preciso saber as músicas de frevo, quando toca uma música que não sei eu só danço, mas quando eu sei, eu grito, pulo...” Assistir ao desfile da Troça Carnavalesca Mista -TCM Pitombeira dos quatros cantos, fundada em 1947, por exemplo, provoca emoção naqueles que a observam, não necessariamente pelo ritmo ou pela letra da canção, mas pela energia, gritos, choros e empolgações por parte dos pitombeirenses - como são apelidados os brincantes dessa troça.

¹ Graduando de licenciatura em ciências sociais- UFPE; akylatavares@hotmail.com.

² Graduanda de licenciatura em ciências sociais UFPE; adasoares1997@gmail.com.

O ritual dos brincantes do Clube Carnavalesco Misto Elefante de Olinda que consiste em jogar os braços em direção ao céu e bater palmas, todas as vezes em que a orquestra de frevo executa o hino do Elefante, pode provocar em nós algumas reflexões: como uma agremiação carnavalesca pode influenciar um indivíduo a ponto, inclusive, de fazer parte da identidade de quem ele é? Em entrevista, a diretora do Clube Elefante de Olinda, Juliana Serreti, nos contou que:

O nosso hino, que é uma verdadeira declaração de amor, se tornou o hino extraoficial da cidade e do próprio carnaval. O nosso legado para a cidade é e sempre será o carinho que sempre tivemos por ela, desde a atuação para a sua preservação à perpetuação do seu legado cultural e artístico. (SERRETI, 2020)

Para o advogado Breno Pessoa, um dos diretores da Troça Carnavalesca Mista Rebylleurias, fundada 1992: “O frevo está no DNA da família, não é só pela festa em si, mas pelo prazer de fazer o carnaval. Temos a missão de agregar pessoas, reunir a família, isso nos lembra o carnaval à moda antiga”. Muitas vezes os nomes das agremiações carnavalescas e seus estandartes, flabelos e os bonecos gigantes assumem uma nova causa a ser defendida, uma identidade a ser revelada. “Eu sou da Troça do Rebylleurias, pois me identifico com a história, com o hino, com a sede do clube, com as cores” afirmou Breno Pessoa. Mas o que propomos nesse texto é refletir sobre a dialética entre os fenômenos do dia-dia com essas agremiações evidenciando o engajamento político das agremiações carnavalescas dessa cidade durante os dias de Momo.

Segundo o antropólogo Antônio Risério em seu texto *Carnaval: as cores da mudança* (1995), parece predominar, na antropologia brasileira, a ideia de que o carnaval é uma festa popular caracterizada pela quebra da ordem social vigente. A proposta desse trabalho baseia-se na tentativa de estudar as particularidades das agremiações do carnaval de rua da cidade de Olinda-PE. Além disso, apontaremos que o comprometimento político-social desses grupos evidencia a ideia de que aspectos da estrutura social brasileira não são deixados de lado durante o período carnavalesco, uma vez que, faz-se necessários, principalmente no período do carnaval, que as agremiações carnavalescas de Olinda adotem discursos e atos políticos de manifestações acerca do racismo, homofobia, machismo, assédio sexual, desigualdade econômica entre outros.

O que nos interessa captar do texto de Antônio Risério é compreender que é preciso ir além das generalizações propostas por Da Matta ao descrever o carnaval como uma espécie de inversão da ordem social, e a sua tentativa de tornar o carnaval do Rio de Janeiro, o carnaval do Brasil. Dito isso, não nos parece se tratar de uma temática saturada. Pelo contrário, é evidente a necessidade de estudos que se propõem a estudar as particularidades dos diversos carnavais brasileiros.

Através de entrevistas realizadas com representantes de 4 das mais tradicionais e populares agremiações do carnaval de rua de Olinda, a saber: Samba Soul Delas; Afoxé Alafin Oyó; Clube Elefante de Olinda e; TCM Pitombeira dos quatro Cantos, identificamos um comprometimento político-social que surge, justamente, da necessidade ao notar-se que, durante o carnaval, aspectos da sociedade brasileira não são deixados de lado. Ou seja, elementos que respaldam o processo de socialização dos indivíduos não deixam de existir durante o período de carnaval. Desse pressuposto, afirmamos que as características que integram a estrutura social brasileira, como: o culto ao estupro, ao assédio, a culpabilização da vítima, o racismo, homofobia entre outros, são reforçados e mantidos durante esse período

Diferentemente da ideia romantizada sobre o carnaval brasileiro a qual sugere que, durante o carnaval, as diferenças e desigualdades sociais são deixadas de lado e todos os foliões pulam e comemoram o carnaval de forma harmônica e pacífica,

partimos do pressuposto de que os costumes e as mazelas sociais são enaltecidos e reforçados pela falsa sensação de liberdade e ausência de punição, presentes no carnaval, corroborando para práticas como assédio sexual, por exemplo. Afirmamos que o que existe durante o feriado do carnaval está mais próximo de uma “licença poética” de comportamento que de uma quebra da ordem social.

O carnaval de rua de Olinda é uma manifestação realizada pelos brincantes e para os brincantes demonstrando que também há preocupações em educar, transmitir mensagens de cunho político e almejar transformações sociais através da irreverência nos dias de festa. Por causa disso, um estudo de como as agremiações carnavalescas de Olinda têm se preocupado em atuar politicamente nas músicas, nas oficinas ofertadas durante o ano, nas organizações de eventos para arrecadar dinheiro, na confecção de camisetas e acessórios e nas escolhas dos temas para os seus desfiles, parece-nos necessário.

O racismo não deixa de existir durante o carnaval, a homofobia muito menos. São desses casos, parece-nos, que surgiu a necessidade de as agremiações adotarem discursos e levantarem bandeiras de manifestações políticas, durante o período de carnaval, na tentativa de reivindicar direitos e enaltecer, através das suas músicas, fantasias e trabalhos realizados durante todo ano para/com a sociedade, a importância de nunca deixar de lutar por uma sociedade justa e igualitária livre de preconceitos e violência. Essa participação ativa e necessária das agremiações do carnaval de Rua de Olinda lembra-nos que não deixamos de encontrar, no carnaval, traços dos antagonismos da sociedade brasileira.

O Samba Soul Delas, por exemplo, bloco composto por mulheres que desfilam no carnaval de rua de Olinda, aderiu, no carnaval de 2020, à campanha “não é não!” promovida pela prefeitura de Olinda. Roberta Pessoa, presidente do bloco, afirma:

[...] foi muito bom o convite da prefeitura para participar dessa campanha, pois juntamos um pouco do nosso trabalho e a mensagem que nós pretendemos passar, nós participamos de muitas causas políticas. O “não é não!” foi basicamente isso. Essa campanha de respeito do homem para com a mulher, pois parece que tudo é muito liberado no carnaval e as pessoas precisam curtir o carnaval com certo limite. É nesse sentido. (PESSOA; 2020)

Juliana Serretti, diretora da Troça Carnavalesca Elefante de Olinda, afirmou em entrevista:

[...] nascemos em um carnaval, numa situação de boemia, por moradores apaixonados pela cidade, que a vida inteira trilhou um percurso de militância/ativismo pela preservação da própria cidade e pela expansão do seu legado cultural, através de gerações. [...] É uma mensagem de preservação do patrimônio cultural e artístico, preservação da cidade, transmissão de saberes desse patrimônio. Sobre tudo dos nossos princípios que nos guiam também: justiça social, igualdade, tudo isso tentamos repassar para as pessoas que seguem o Elefante. [...] Esses princípios acabam reverberando em nossas ações. Os foliões percebem isso, agregamos. [...] O Elefante é mais um ator social na luta para que tenhamos um projeto social mais igualitário, livre de opressões e com justiça social. (SERRETTI; 2020)

Fundada em 1986, a Associação Recreativa Carnavalesca Afoxé Alafin Oyó, além de encantar as ruas de Olinda carrega o título de guardião da pedra de Xangô, fora do continente Africano. Segundo o presidente desse Afoxé, Fabiano Santos: “nós também somos o Ponto de Cultura do Afoxé na cidade, escola aberta, escola VIVA, ação Griô. Somos a entidade que desenvolveu a pedagogia Griô na cidade.” O Afoxé Alafin Oyó nasceu da ala po-

lítica do movimento negro do primeiro Afoxé chamado Ilê de África. Desde o princípio, essa agremiação trouxe pautas políticas e sociais, principalmente, contra o racismo para o carnaval de rua de Olinda. Fabiano destaca: “nós trazemos a disputa dessa relação social e econômica, por isso que a gente também sofre as sanções do Estado.” O Alafin Oyó leva mensagens em suas músicas sobre a reparação não vista, não realizada, para com a população negra. “Quero respeito, exijo educação, minha pele é negra cidadão” - trecho da música citado por Fabiano Santos.

A Troça Carnavalesca Mista - TCM Pitombeira dos Quatro Cantos foi fundada em fevereiro de 1947. Essa agremiação possui um papel central no carnaval da cidade de Olinda pois, dela surgiram costumes que deram ao carnaval olindense muitos dos contornos que hoje possui. Thiago Santos, Diretor de Patrimônio e Cultura da agremiação afirma:

A Pitombeira foi a primeira troça a fazer no seu desfile, trazer à tona, fantasias de luxo e destaque para as ruas, então esse carnaval pomposo luxuoso, com temáticas e desfiles de alas, abre alas com as roupas de corte, que só víamos no carnaval de passarela, a Pitombeira é a primeira agremiação de rua a trazer isso. (SANTOS, 2020)

A Pitombeira é reconhecida pela Prefeitura de Olinda como um serviço de utilidade pública da Cidade, no ano de 2020, a Pitombeira também concorre ao título de “Patrimônio Imaterial de Olinda”. A agremiação concentra seu engajamento político-social a favor de lutas contra as diversas formas de violência. Segundo o diretor de Patrimônio e Cultura:

[...] no dia da consciência negra, homenageamos Carolina de Jesus, em relação a população LGBT-QI+, na década de 2000 fizemos uma camisa que tinha o nome “Pitombeira” escrito em várias cores e aquela camisa tinha escrito “Pitombeira de todas as cores” que foi justamente uma campanha que fizemos em relação ao combate a LGBTQI+fobia em que nos colocamos fazendo a nossa camisa na qual dizíamos que a Pitombeira é para todos, a Pitombeira são para as pessoas discriminadas, especialmente a comunidade LGBTQI+ , o atestado da nossa troça é: aqui você é bem-vindo, você é da turma. (SANTOS; 2020)

Thiago Santos também afirma que o posicionamento político da Pitombeira é progressista, procuram, dessa forma, vincular todas as bandeiras à sua atuação político-social.

Desses exemplos de causas abraçadas e do comprometimento social que quatro das mais tradicionais agremiações do carnaval de rua de Olinda, surge-nos a problemática: as conclusões advindas do estudo realizado por Roberto da Matta, sobre o carnaval do Rio de Janeiro, podem ser utilizadas para explicar as características, anteriormente mencionadas, do carnaval de rua de Olinda? O antropólogo Antônio Risério (1995), busca contestar essa visão tradicional da antropologia afirmando que Roberto Da Matta influenciado por Mikhail Bakhtin (1895-1975) e Victor Turner (1920-1983) não contempla uma análise profunda e complexa dos carnavais brasileiros:

[...] cumpre sublinhar e discutir a visão tradicional universo carnavalesco como um espaço de confraternização e conagração, onde não só a rotina é suspensa como o sistema sócio-político vigente relaxa comportas, permitindo uma efêmera dissolução das hierarquias e a entrevisão, em fresta utópica, da possibilidade de uma outra forma de vida. (RISÉRIO, 1995, p, 94)



[...] vamos voltar ao pensamento de Bakhtin, para pôr em xeque a visão do carnaval que parece predominar na antropologia brasileira. Esta visão, incapaz de apreender a especificidade de nossa realidade carnavalesca, não passa da transposição, para o Brasil, da leitura bakhtiniana do carnaval medieval, mesclada com temperos mais recentes da antropologia simbólica de Victor Turner e seus conceitos de “liminaridade” e *communitas*. (RISÉRIO, 1995, p. 95)

Risério está apontando o que tradicionalmente foi descrito, principalmente por Roberto Da Matta (1997). Tomando essas ideias como ponto de partida, podemos concluir que: o carnaval não permite hierarquias, pois ele é a fuga do mundo real. O carnaval é a quebra da sociedade de classes. Portanto, consideramos também que há uma inversão de papéis. Exemplo disso, os empregados, podem se vestir de nobres e os nobres representam o máximo da riqueza. Antropólogos como Da Matta, utiliza o Rio de Janeiro para mostrar isso como algo muito flagrante. Esse espaço que é marcado por algumas hierarquias ganha uma igualdade no seu limite permitindo uma verdadeira inversão, esse seria o sentido do carnaval. As inversões do comportamento reconduzem a conduta do brasileiro de forma que as diferenças existentes no cotidiano sejam aparentemente superadas por uma atitude ritual que obscurece as diferenças de classe e de posição.

Risério identificará que as análises do carnaval que predomina na Antropologia, sobre o carnaval brasileiro, nasce das análises de Bakhtin sobre as festas da Idade Média Europeia (RISÉRIO, 1995). Não é problemático caracterizar o carnaval sob rito da inversão, mas, segundo Risério, falta buscar particularidades e estabelecer especificidades entre os diversos carnavais do Brasil.

Além disso, Victor Turner, importante antropólogo, elaborou o conceito de “communitas” esmiuçando sua relação com a estrutura e a ante estrutura social. Exemplificando: a nossa sociedade é estruturada, nela contém regras, hierarquias, coerção, um conjunto de condições. Ante estrutura seria a ausência dessas condições e a “communitas” estaria dentro dessa ante estrutura social nela não há regras, hierarquias, coerções.

A “communitas” é um relacionamento não-estruturado que muitas vezes se envolve entre liminares. É um relacionamento entre indivíduos concretos, históricos, idiossincráticos. Esses indivíduos não estão segmentados em funções e “status”, mas encaram-se como seres humanos totais. A dinâmica empregada no relacionamento contínuo entre estrutura social e ante estrutura social é a fonte de todas as instituições e problemas culturais. Arte, jogo, esporte, especulação e experimentação filosófica e científica, medram nos ínterims reflexivos entre as posições bem definidas e os domínios das estruturas sociais e sistemas culturais. Poder-se-ia dizer que no cálculo do sociocultural, a “communitas” e a liminaridade representam os zeros e os mínus sem os quais não é possível a um grupo social computar ou avaliar sua situação atual ou seu porvir num futuro calculável. (TURNER, 1974, p. 5-6)

Dessa forma, Risério traz à tona que Roberto Da Matta adota as seguintes perspectivas, tanto para entender o carnaval como inversão da ordem social em Mikhail Bakhtin, quanto para entender o carnaval como uma espécie de “communitas” de Victor Turner, pois todas as diferenças são suspensas e todos participam de forma pacífica ao som do samba. “Em suma, Matta introduz o léxico de Turner nas construções frásicas de Bakhtin.” (RISÉRIO, 1995, p. 97).

Antônio Risério procurou entender o carnaval da Bahia e principalmente o que ele chamaria de reafricanização dos blocos afros, para ele, é interessante, caminhar para além da generalidade de algumas características do carnaval e observar as especificidades de cada festa. Portanto, o carnaval de rua da Bahia tem especificidades que o carnaval do Rio não possui. Algumas dessas idiossincrasias diz respeito a anulação ou inversão da ordem social.

O antropólogo Peter Fry percebeu o que estava em jogo quando, num comentário crítico, contrapôs *Carnaval Ijexú* aos escritos de Roberto da Matta. “Em outras palavras, se a retórica do carnaval é de anular ou inverter as desigualdades sociais da vida cotidiana, ele de fato também dramatiza estas desigualdades, dando-lhes as vezes uma expressão que na vida cotidiana é apenas latente ou camuflada”, escreveu Fry. Para acrescentar: o que *Carnaval Ijexú* sugere é que, através das entidades afro-carnavalescas, “as relações hierárquicas entre brancos e negros não são invertidas e nem tampouco camufladas...Do ponto de vista dos negros o carnaval não dramatiza a existência da igualdade entre os homens; o que dramatiza é o desejo desta igualdade eo reconhecimento de que ela não existe”. (RISÉRIO, 1995, p. 97)

Risério também aponta que mesmo no carnaval do Rio, ao longo de 1960 a escola de samba do Salgueiro, tematizou questões socio-raciais no Brasil em seu desfile, portanto, nem lá é possível resumir o carnaval a uma espécie de “communitas”. Na Bahia a partir de 1970 os blocos afros levantaram bandeiras sociais que nos fazem refletir sobre a ruptura do carnaval com a realidade.

[...] a partir do renascimento dos afoxés e do nascimento dos blocos afro, comboiados pelo Ilê *Aiyê*. Aqui se tornava de uma ‘evidência ofuscante que o carnaval baiano, para além da dimensão universal da visão carnavalesca do mundo, explicitava e denunciava assimetrias sócio-raciais, avançando no terreno do protesto. Festa, sim. Communitas, sim. Mas longe de qualquer disposição para rasurar ou excluir do horizonte questões como a miséria da população negra, a discriminação racial e mesmo o apartheid na África do Sul. (RISÉRIO, 1995, p. 98)

Além disso, vale a pena ressaltar também que Carmo Daun e Lorena no seu texto *Subsídios para a análise da festa: o carnaval visto pelas Ciências Sociais* (2019) evidencia que a definição da festa carnavalesca como inversão de costumes é uma tentativa redutora de entender o carnaval. Nas palavras da antropóloga: “homens vestidos de mulheres, jovens de idosos, ou outras performances humorísticas, não nos bastam, como cientistas sociais, para ver no carnaval uma inversão da ordem social.” (DAUN, 2019, p. 53).

[...] o carnaval é uma lente privilegiada para analisar o social e ajuda a pensar uma diversidade de temas, da estratificação social às relações com o passado, das identidades culturais e nacionais às relações interpessoais. Contudo, independentemente de um enfoque a uma escala mais micro ou macro, não devemos desconsiderar as dinâmicas próprias do carnaval em si. O carnaval não deve ser somente pretexto, deve ser foco. (DAUN, 2019, p. 64).

Da mesma forma, basta segundo a antropóloga observar igualmente os ingressos para ter acesso ao sambódromo do carnaval carioca para concluir a diferenças de classes que existe no carnaval do Rio de Janeiro (DAUN, 2019). Como se não bastasse, Carmo Daun e Lorena, recorre a teorias na busca por interpretações da festa de Momo e apresenta a seguinte perspectiva: o carnaval como momento de resistência por parte dos foliões.

Enquanto forma de resistência, o carnaval constituiria um instrumento contra-hegemônico, em que não só as assimetrias e as desigualdades seriam reveladas e questionadas, como outros mundos alternativos seriam criados e vivenciados, ainda que temporariamente. (DAUN, 2019, p. 55).

As festas do carnaval, são comemorações, são ritos, realizados por atores sociais, e eles acabam levando para essas festividades, demandas do cotidiano. O carnaval, segundo o antropólogo Roberto Da Matta: “é construído pela e para a sociedade” (DA MATTA, 1997, p.15). Esse trabalho destaca, portanto, que o carnaval não está alheio, não está a parte do mundo, mas é parte desse mundo. Muito embora, o carnaval tenha suas especificidades, como já apontadas, também, por Da Matta, é fundamental observar os reflexos atuais e a interação que existe entre o carnaval e a vida cotidiana.

Os foliões, enquanto atores sociais levam consigo, ao carnaval, aspectos que reafirmam a estrutura social brasileira. Ou seja, elementos que respaldam seu processo de socialização não deixam de existir durante esse rito de passagem. Desse pressuposto, afirmamos que as características que integram a estrutura social brasileira, como: o culto ao estupro, ao assédio, a culpabilização da vítima, o racismo, homofobia entre outros, são reforçados e mantidos durante esse período. Isso corrobora com a clássica afirmação do antropólogo Roberto Da Matta de que o carnaval é uma manifestação realizada pelo povo e para o povo demonstrando, portanto, aspectos de que nesse período, inclusive, há preocupações em educar, transmitir mensagens de cunho político e almejar transformações sociais através da irreverência nos dias de festa.

Por causa disso, o trabalho apontou como as agremiações carnavalescas de Olinda têm se preocupado em atuar politicamente enfatizando que, o que existe durante o feriado do carnaval no Brasil está mais próximo de uma “licença poética” de comportamento que de uma quebra da ordem social. Prova disso é que alguns movimentos culturais e políticos do carnaval de rua de Olinda respaldam a sua atuação, nesse período, em um comprometimento de luta contra questões como assédio, preconceito, raça, violência de gênero, entre outros.

BIBLIOGRAFIA

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAUN E LORENA, C. Subsídios para a análise da festa: o carnaval visto pelas Ciências Sociais. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/rlec.2110>. Acesso em: 22 set. 2020.

RISÉRIO, Antônio. Carnaval: as cores da mudança. **Afro-Ásia**, Salvador, n.16, p. 90-106, set. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/1981-1411afro-ásia.v0i16.20848>. Acesso em: 20 set. 2020.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura; tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

CORPO INCONVENIENTE E DISCURSO TRANSGRESSOR EM SILVIANO SANTIAGO: BALBUCIOS A PARTIR DA FRONTEIRA-SUL

Dênis Angelo Ferraz

Resumo: Com esta reflexão busca-se erigir, como balbucio teórico (ACHUGAR, 2006), uma leitura crítico-biográfica fronteiriça a partir do discurso transgressor que é evocado pelo escritor mineiro Silviano Santiago. Tendo como relevância o fato de que, fazendo uso de todo o cabedal teórico, o escritor mineiro traz à sua produção ficcional a caracterização de suplementos de suas produções teóricas/críticas. Por meio de uma metodologia bibliográfica, visamos engendrar a esse debate conceitual um pensamento *outro*, numa abordagem que se pauta a partir de estudos descoloniais. Tendo como ponto de partida o discurso transgressor latino-americano que se erige a partir da cultura marginal e de corpos que acabam por se tornarem inconvenientes, em resistência política (SANTIAGO, 2019) numa busca de (re)existirem, conclui-se que a partir dessa reflexão, evidencia-se a importância de erigir leituras com base no pensamento fronteiriço, pois é nítido que tais reflexões reforçam a urgência de se aprender a desaprender para assim reaprender de um modo *outro*.

Palavras-chave: crítica biográfica-fronteiriça; descolonialidade; Silviano Santiago.

INTRODUÇÃO

Pensar a partir da periferia implica pensar a partir dos projetos globais que se cristalizam, de forma hegemônica, na cultura; significa, também, em transculturar tais projetos globais em projetos locais periféricos que façam sentido para a cultura periférica; significa, ainda, e sobretudo, em rearticular os saberes e os discursos todos de uma perspectiva da crítica subalterna. Uma reflexão crítica periférica, por sua natureza de fora do lugar e sua estratégia transdisciplinar, só pode se situar e, por conseguinte, ancorar seu discurso na margem do saber instituído e dos discursos acadêmico e disciplinar, como forma de barrar um pensamento totalizante vindo de fora. (NOLASCO, 2013, p. 87)

Ao pautar a reflexão aqui erigida à um olhar voltado para o discurso transgressor a partir dos apontamentos de Silviano Santiago fica nítido que tal discurso ressalta a condição dos corpos periféricos/marginalizados, aqueles que tem sido invisibilizados e excluídos historicamente: negros, povos latinos originários, mulheres, LGBTQ+, camponeses, ou seja, as vítimas deste sistema colonialista eurocêntrico, capitalista, patriarcal, racista. De tal modo como aqui intento erigir, por meio de uma discussão à luz da visada descolonial, no intuito de construir um pensamento *outro* (MIGNOLO, 2003), desobediente e em consonância com o que foi supracitado na epígrafe acima, levando em conta, o que na esteira de Edgar Cezár Nolasco, denomino fronteira-Sul. Este espaço geohistórico de onde emergem minhas reflexões, minhas memórias e imagens que moldam muito do que se configurara como meu próprio ser, esse lugar *onde o sol se põe* (Nolasco, 2014), local de meu *balbucio* (ACHUGAR), *de onde sou e de onde penso* (MIGNOLO) minha fronteira-Sul.

Esse lugar é o local em que “fui colocado, mas que também escolhi” (ACHUGAR, 2006, p. 14), onde corpos fronteiriços subalternizados se põe inconvenientemente frente as normas de condutas do pensamento moderno/colonial hegemônico, e de seus propagadores/reprodutores. O que me suscita inserir à discussão, o escritor mi-

neiro Silviano Santiago. Nesse sentido trago alguns apontamentos e reflexões acerca da transgressão apresentada pelo discurso latino-americano, do papel do crítico latino-americano, e apontamentos sobre suas obras críticas e ficcionais. Junto aqui, tomo também reflexões trazidas a partir de seu texto intitulado: Inconveniências do corpo como resistência (2019).

Insiro-me também nessa reflexão na condição de pesquisador acadêmico, que pensa e habita este lócus fronteiro, que vive imerso nesta paisagem biogeográfica da fronteira-Sul, sendo envolvido por sensibilidades que afloram neste lócus e que apre(e)nde a partir/com as histórias e sensibilidades locais. Mais ainda, como um homem negro que busca reexistir de maneira outra, frente a um quadro de racismo estrutural, que gera estatísticas brutais no que tange à vida de homens e mulheres de pele preta. Pensando minha condição e de demais habitantes deste lócus como corpos inconvenientes que resistem politicamente (SANTIAGO, 2019) frente ao que o projeto moderno/colonial/ocidentalista erigiu como norma a ser seguida, como uma boa conduta.

Deste local concreto onde sujeitos subalternizados se levantam buscando reexistir frente as agruras suscitadas pelo projeto moderno, colonialista, capitalista, branco-hétero-patriarcal-falocêntrico. Se configurando como transgressores às imposições do padrão, imposto como norma, ao longo do desenvolvimento desse projeto moderno. Essas vozes são desvalorizadas como ao longo da história foram notavelmente invisibilizadas, desconsideradas quanto sua capacidade de produzir reflexões epistemológicas. Para os ouvidos eurocentrados pensamentos e teorizações erigidos desses corpos latino-americanos são apenas balbucios inconsistentes, o que levou a o teórico uruguaio Hugo Achugar a questionar:

[...] - para os ouvidos do hemisfério norte é sempre o do “balbucio” e da incoerência ou da inconsistência teórica? Não será que o “balbucio teórico latino-americano” não é incoerência nem inconsistência? Não será que esse balbucio teórico é outro pensamento ou um pensamento outro? Não será que balbuciar é um “discurso raro”, um “discurso orgulhosamente balbuciante”? Não será que eu tenha escolhido “balbuciar teoricamente” como um modo de marcar e prestigiar meu discurso? (ACHUGAR, 2006, p. 35).

Tendo como reflexão os questionamentos de Achugar a partir dessa citação, fica nítida a desvalorização do pensamento não ocidental, de maneira que o teórico uruguaio aponta a metáfora do balbucio para demonstrar como “os ouvidos do hemisfério norte” desdenham dos discurso latino-americano. Tal apontamento ressalta o que tenho descrito como invisibilização de corpos subalternizados, num sentido que engloba, filosofia e cultura histórica destes corpos. O que o processo de colonização buscou fazer, em nome do que chamou de salvamento das almas selvagens e barbaras, daqueles corpos não europeus/católicos.

Entendo como necessário ter em mente que “a produção do conhecimento é inseparável das sensibilidades do local geostórico e que os locais históricos, no mundo colonial/moderno, foram moldados pela colonialidade do poder” (MIGNOLO, 2003, p. 249). Desta forma vejo que “o sujeito social pensa, ou produz conhecimento, a partir de sua “história local”, ou seja, a partir do modo que “lê” ou “vive” a “história local” (ACHUGAR, 2006, p. 29), de modo que, assumo como condição para este intento a opção descolonial, superando o que é tido (apenas como balbucio, para os ouvidos eurocentrados, do hemisfério norte como o uruguaio Hugo Achugar descreve em seu livro *Planetas sem boca*), convicto de que esta opção “não é só uma opção de conhecimento, uma opção acadêmica, um domínio de ‘estudo’, mas uma opção de vida, de pensar e de fazer” (MIGNOLO, 2017, p. 31). Tendo como basilar para essa opção assumida, que ela requer a adoção de uma perspectiva que tem como base a desobediência epistêmica. A qual vemos no apontamento do teórico argentino:

[...] toda mudança de descolonização política (não-racistas, não heterossexualmente patriarcal) deve suscitar uma desobediência política e epistêmica. A desobediência civil pregada por Mahatma Ghandi e Martin Luther King Jr. foram de fato grandes mudanças, porém, a desobediência civil sem desobediência epistêmica permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntrica. (MIGNOLO, 2008, p. 287).

Penso que para o intento aqui exposto, de alcançar este olhar outro, é auspicioso pensar a partir da crítica biográfica fronteira, pois ela impele a um pensar e um fazer, pautado na desobediência epistêmica, que a guisa da citação de Mignolo, deve além de se pautar por uma desobediência civil buscar construir uma pratica epistemológica outra, não tentando apagar o que existe como padrão de pensamento teórico. De forma que se torna primordial, superar esse padrão hegemônico, transgredir assim a imposição de reiterar disciplinarmente o que é imposto como forma única de se pensar epistemologicamente, e desta maneira romper com as agruras que esse padrão provoca. Para que assim dar voz e valor aos corpos invisibilizados pelo pensamento moderno/colonial.

A partir da realidade que emerge sensibilidades geoistoricas deste lócus onde se pensa e vive arrolando reflexões conceituais na esteira de BESSA-OLIVEIRA, relacionadas à arte, cultura, ao saber, em paisagens/sujeitos biogeográficos. Numa reflexão que está diretamente relacionada ao meu *bios* e meu lócus, e que por meio da articulação com algumas imagens, que arrolo a posteriori nesse texto, intentando ao exercício teórico de aprender a desaprender para reaprender (MIGNOLO, 2008). Penso a condição dos corpos marginalizados pela colonialidade/modernidade, bem como seus discursos (balbucios) que são erigidos em resistência política, numa luta para se (re) existirem como seres pensantes, a partir de meu lócus: a fronteira-Sul, de modo que só posso alçar tal reflexão me pautando nos estudos descoloniais.

DISCURSO TRANSGRESSOS E O CORPO INCONVENIENTE: BALBUCIOS A PARTIR DA FRONTEIRA-SUL

Daqui em diante, a opção descolonial não é só uma opção de conhecimento, uma opção acadêmica, um domínio de ‘estudo’, mas uma opção de vida, de pensar e de fazer. Ou seja, de viver e con-viver com quem acha que a opção decolonial é a sua e com quem tem encontrado opções paralelas e complementares à descolonial. (MIGNOLO, 2017, p. 31)

Na esteira de Mignolo, como é possível verificar na epígrafe acima, ao assumir a fronteira como minha opção de vida, pauto minhas reflexões e minha pesquisa na desobediência epistêmica. O teórico argentino Walter Mignolo aponta que é determinante para um pensamento outro, se pautar na desobediência epistêmica. Segundo ele essa opção descolonial é, em si, uma desobediência epistêmica, “ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (MIGNOLO. 2008, p. 290). Mignolo aponta que devido a isso, “a descolonização implicava a descolonização do saber e do ser (isto é, da subjetividade)” (MIGNOLO. 2010, p. 9)1, de modo que a desobediência epistêmica é proposta para que o fazer descolonial possa em primeiro momento se desprender da razão moderna/ocidental, que fomenta uma epistemológica de poder, e busca por padrões das relações socioeconômicas e das subjetividades dos povos.

Ao me propor pensar nessa visada descolonial não há como desprezar minha condição, primeira de estudante/pesquisador que se encontra na fronteira sul, no estado de Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com Bolívia

e Paraguai. Segunda, minha própria (afro)descendência, e por sentir cotidianamente aquilo que o pensamento moderno, colonialista e imperialista legou a quem tem a pele preta como eu. Terceira questão, diz respeito ao fato de eu ter nascido no começo da década de 80. Vi ainda na infância a abertura para democracia após as terríveis décadas onde imperou o sistema ditatorial militar no Brasil, a exemplo de outros países latino-americanos.

Em 1981, ano de meu nascimento, erguiam-se os gritos pelas diretas já! Movimento que ganhou este nome por requerer eleições diretas para presidente. Vozes que foram por anos abafadas se uniam nas grandes cidades e já não eram contidas pelo aparelho bélico militar estatal. Este cenário, o mesmo em que Silviano Santiago encontra quando escreve sua ficção *Em Liberdade*, que por coincidência é publicado neste mesmo ano de 1981. Santiago trabalha nesta ficção, bem como em suas demais ficções, vários aspectos da teoria literária, mas também faz uso de seu cabedal teórico para tratar politicamente. Em *Liberdade*, é um exemplo disto, nele o mineiro descreve por meio de uma digressão temporal a realização de uma missa pela morte do poeta e rebelde do século XVIII Cláudio Manuel da Costa, remetendo a morte similar sofrida pelo jornalista Wladimir Herzog na década de 1970. Fazendo uma crítica política a repressão estatal.

Tendo em vista que essa reflexão provem do desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica que tem como emprego metodológico a pesquisa bibliográfica com foco, sobretudo, na publicação: *Em liberdade* (1981) de Silviano Santiago, e a partir dessa leitura evidencia-se uma abordagem que pauta nossa reflexão em uma visada crítica biográfica fronteira, torna-se essencial pautar que tal teorização, cunhada pelo professor Dr. Edgar Cezar Nolasco a partir da confluência dos estudos da crítica biográfica com os estudos subalternos/descoloniais. A esse respeito o próprio teórico da fronteira Sul aponta:

Enfim, precisamos aprender a desaprender a pensar teoricamente a partir do lócus no qual nos encontramos, posto que nosso corpo encontra-se situado a partir daí, bem como nosso pensamento. Nosso corpo também faz parte da epistemologia da qual nos valem para pensar e nos pensar. O *bios* se inscreve nesse lócus enunciativo por meio de um discurso histórico que antecede a tudo. Precisamos a aprender a falar do *bios* e do corpo; afinal uma pesquisa tem alma. (NOLASCO, 2018, p. 19).

Na trilha de Edgar Nolasco, ao visar pensar a partir de meu *bios* e meu lócus, também acento minhas reflexões e minha pesquisa numa teorização fronteira, configurada num caminho que entendo como vital, por pensar a partir desta fronteira, lugar onde, vivo, estudo, e busco erigir tal reflexão. Buscando assim descolonizar meu próprio pensar dentro da maneira que me foi incutida, numa visada teórica moderna. Penso meu viver e minha pesquisa a partir desta fronteira, configurada como exterioridade da modernidade, tomando tal consciência do lugar onde habito, das sensibilidades e memórias que provêm de corpos fronteiros.

Esses corpos fronteiros se apresentam frente ao pensamento colonial como corpos inconvenientes, pois ao se negar os ditames do pensamento hegemônico, acabam por ressaltar os saberes locais. Esses corpos desobedientes e transgressores se tornam inconvenientes politicamente, ao visar romper com o imperativo pensamento moderno, ou como aponta Mignolo, em desobediência epistêmica, tornando-se indispensáveis para descolonizar o modo de pensar, e me impelem a ousar pensar fronteiramente, por meio de minhas reflexões e ações, de meu corpo, que é também fronteiro, negro, subalterno, para assim tornar-se também um corpo inconveniente como aludi Silviano Santiago, *aliado hospitaleiro* (PESSANHA, 2018). Isso deve estar impregnado em minhas reflexões, no meu discurso e em minha voz, que se faz assim dissonante, junto com esse pensar outro, também um corpo político, transgressor dos imperativos moderno.

Trago novamente a essa reflexão meu aliado Silviano Santiago, pensando na transgressão que o autor mineiro evoca a partir de suas reflexões acerca do discurso latino-americano. Característica que já abre uma possibilidade para um debate descolonial, mesmo tendo nítido que o mesmo não se configura como um teórico dessa visada, porém o mesmo não se fixando a uma só corrente e pautando seus ensaios e críticas numa reflexão transdisciplinar já em sua crítica, aponta para um discurso pós-colonial. Sobre tais características encontradas em Silviano Santiago, a citação a seguir ressalta:

Santiago já apresenta no seu livro *Em liberdade* a característica transgressora que o acompanha durante suas inúmeras publicações posteriores, fruto de uma teorização tão intensa quanto sua produção ficcional, característica que Silviano mantém desde o começo de sua produção literária, e que demonstra quanto sua veia ficcional é atravessada pelo *bios* professoral. Esta transgressão é ponto chave para suas teorizações e por consequência também a sua obra ficcional, por ela o escritor mineiro aponta como escritores brasileiros e de demais países latino-americanos se inscrevem na literatura não apenas replicando conceituações impelidas hegemonicamente por culturas centrais, colocando assim a América Latina e suas características também em evidência. (FERRAZ; NOLASCO, 2020, p. 78).

À guisa de reflexões caracterizadas nessa citação é possível inferir que se torna deveras relevante lançar um olhar descolonial ou em nosso caso fronteiriço, às reflexões de Santiago, e atendendo-se a característica que a citação destaca, o feitio que transparece na obra do meu aliado mineiro, a forma como usa de suas ficções suplementando seus ensaios críticos/teóricos. Que na citação é apontada como o *bios* de professor que Silviano carrega mesmo em seu ofício de escritor. Fora isso ainda é nítida que o autor mineiro perpassando por reflexões culturais, artísticas, literárias, políticas, sociológicas, antropológicas entre outras não se prende a seguimentos disciplinares, as usando com propriedade para seus ensaios e suas ficções. Nolasco aponta:

O modo como Silviano dialoga com a tradição e, especificamente, o lugar onde ele engasta seu lócus diferencial de enunciação permitem e dão a ele o direito epistêmico de construir e propor uma forma fronteiriça de pensar que vai na contracorrente do modo hegemônico de pensar dentro da tradição literária brasileira. (NOLASCO. 2019, p. 87-88).

Com base no apontamento de Nolasco é nítido que Santiago junta seu cabedal teórico, com sua leitura da América Latina vista por alguém que traz em si a experiência de uma vivência de mundo, por ter vivido em países diferentes em épocas efervescentes, no caso, primeiro na França, quando da revolta dos argelinos e os movimentos que estouraram em 1968, e nos Estados Unidos no momento em que se acirram as manifestações e o movimento pelos direitos civis, relacionado sobretudo com a luta dos negros daquele país.

Desobediente e transgressor o discurso, visto em vários momentos e em autores de destaque dentro do pensamento latino americano, se torna preponderante para uma teorização descolonial, pois como visamos com essa reflexão, a transgressão é resposta à uma normatização autoritária que lega aos corpos subalternizados um lugar submisso a maneira de pensar dos centros colonizadores e recolonizadores. E a busca de (re)existir frente a tais imposições torna esses corpos, ainda que declarados (por aqueles que visam manter tais imposições) como inconvenientes, resistências políticas frente a essas imposições, o que demonstra a relevância de tais ações.

(Re)existir frente a tais imposições, já cristalizadas na visão de mundo a partir dos olhos europeus, só será possível a partir de uma opção descolonial de desobediência epistêmica, seja por meio da arte, do pensamento filosófico ou mesmo na vida cotidiana, para criar deste modo uma epistemologia fronteiriça. Uma política que se

pauta em desaprender para erigir “um pensamento que se construa desde outro lugar, com uma linguagem outra, pautado em uma lógica outra e concebida desde as fronteiras do sistema mundo colonial/moderno” (PALERMO, 2013, p. 195). De tal maneira que esse saber e o lócus (fronteira-sul) sejam indissociáveis. Não mais pautada pela premissa cartesiana, e sim pautadas agora, pelas sensibilidades do local geoistórico.

[...] em vez de aceitar que pensar vem antes de ser, aceitar que um corpo racialmente marcado em um espaço geo-históricamente marcado, sente a urgência ou a necessidade de falar, de articular no sistema semiótico as urgências que transformam organismos vivos em seres humanos. (MIGNOLO, 2011, p. 107).

A ação de avançar do cogito cartesiano para uma opção descolonial, mais que levar em conta a existência de povos e culturas não europeias, deve sobretudo, valorizar e reconhecer que estes povos carregam em si sentimentos e marcas, como feridas abertas, a exemplo do que historicamente vem sofrendo pessoas de pele negra, povos originários latinos, vítimas de genocídio, de tentativa de apagamento de suas crenças, culturas e visão de vida, primordiais para suas vivências, que esses corpos exprimem. Mais que culturas diferentes daquelas que existem na Europa e EUA, possuem também, conhecimento e voz, para além da razão moderna colonial, que nas palavras de Mignolo não se fazem por uma visão de mundo, antes são erigidas pelas sensibilidades geo-históricas locais.

São, antes de mais nada, histórias que habitam corpos cujas línguas negligenciam as normas gramaticais, mas preservam memórias e sensibilidades de forma distinta às que habitam corpos de textos impressos em livros canônicos. Sem a pretensão mimética de modelos europeus e distante de ouvidos letrados, os que habitam a fronteira sentem-se à vontade não para recriar a seu modo o universo, mas sim, para (pluri)versificar a partir de saberes diversos. Ao distanciarem-se, porém, dos olhos atentos de um “universalismo abstrato”, evocam as “sensibilidades do mundo” que os orientam com mais precisão do que o faria o que chamam de “visão do mundo”. (LINHAR; NOLASCO, 2019, p. 107).

O professor sul-mato-grossense Tiago Linhar, ao dialogar com conceituações de Walter Mignolo transcreve neste trecho apontamento acerca de um pensamento *outro*, nesta relação entre conhecimento e o lócus fronteiriço, principalmente em relação aos corpos que habitam a fronteira, que desse local absorvem e reproduzem histórias locais, saberes tradicionais, memórias e sensibilidades próprias. Formando o que o teórico argentino denomina de “sensibilidades do mundo”, expressão que adota em detrimento ao termo visão de mundo, que remete ao pensamento moderno ocidental. Penso desse modo como também trago em mim muitas destas marcas descritas pelo teórico argentino como “sensibilidades do mundo”.

Nesse sentido recordo que boa parte de minha infância, quando das idas ao sítio de meus avós maternos: naquele ambiente rural distante de meu mundo urbano, a velha casinha de taipa coberta por sapé, onde a água vinha de um distante poço, bombeado a mão, a luz era por querosene posta em lamparinas e/ou lampiões. Para lavar roupas tinham de fazer uma boa caminhada até o córrego São Romão, córrego este que dá nome a antiga colônia rural, hoje distrito do município de Coxim, aqui no estado de Mato Grosso do Sul, onde meus pais moraram, trabalharam em lavouras, e se casaram em julho de 1980, na antiga capela de Santa Luzia.

Essa realidade muito parecida com a realidade de diversas regiões brasileiras, entretanto aqui no estado de Mato Grosso do Sul, vemos ao longo dos anos que o ambiente forma os ditames da política, cultura e muitos aspectos sociais. As grandes famílias (oligarquias rurais) detém poder econômico, e fazem uso desse poder econômico para eleger governantes, sejam esses prefeitos, deputados, senadores e governadores ao longo dos anos. Uma forma que

continua a existir desde o início da colonização do Brasil, que historicamente ficou conhecido como coronelismo, e que aqui em Mato Grosso do Sul levou algumas famílias abastadas a uma condição de poder tanto econômico quanto político, influenciando inclusive na cultura dita regional. O poder econômico provido sobretudo pelo bi-nômio Boi e Soja, se fez tão forte criando o que se convencionou chamar de “cultura bovina”, que não se trata aqui da pecuária, e sim de um movimento cultural e artístico que retrataram em suas obras a temática bovina. Grandes nomes do estado fizeram parte deste movimento, que influenciou diversas expressões artísticas como música e artes visuais, e que são notórias ainda hoje.

Pensar as fronteiras para além das ideias de limite estabelecidos por discursos hegemônicos políticos e econômicos, que engessam e aprisionam os discursos da arte, da cultura ou do conhecimento, faz evidenciar características que estão implícitas nestas práticas, sujeitos e lugares como biogeografias fronteiriças. (BESSA-OLIVEIRA, 2018, p. 31).

Essa urgência, a qual o teórico Bessa-Oliveira aponta, e que em minha leitura conflui com a ideia de Santiago quando o mesmo reflete as inconveniências do corpo quando da performance do artista, que rompe com os ditames das normas impostas. Os discursos hegemônicos só serão superados com a resistência política destes corpos inconvenientes e para esta superação é preciso lançar mão de um pensamento outro que se paute na desobediência epistêmica, superando como atenta Bessa-Oliveira, na citação acima, discursos hegemônicos, para libertar assim os discursos fronteiriços, na arte, cultura e/ou conhecimento, e a partir destas características implícitas nas performances e ações destes sujeitos e lugares, com suas histórias e sentimentos, erijam uma epistemologia outra. Os padrões morais vinculados a uma visão de parte da sociedade, que detém poder e prestígio acaba influenciando a coletividade, criando normas moralizantes que ao serem transgredidas transforma em marginalizados quem desobedece a imposições, de forma similar ao que ocorre com a visão hegemônica moderna. A respeito dessa transgressão Santiago relata:

A transformação na performance do corpo dos cantores se dá, repito, em cena aberta. Ocorre durante o show ao vivo, ou televisionado ou, ainda, gravado em vídeo comercial. Por isso, a imagem inconveniente do corpo do cantor extrapola os limites estreitos do palco e da sala de espetáculos e vai além – se transmitida ou, posteriormente, reproduzida – dos limites da telinha e do ambiente doméstico. (SANTIAGO, 2019, s/p).

O escritor mineiro tendo na performance do artista, uma postura de transgressão frente a liberdade que lhe é reprimida, aponta os corpos em cena, dos artistas da banda Secos e Molhados sobretudo de Ney Matogrosso: “foco o momento em que, no palco, o corpo do cantor torna-se inconveniente. É mutante e significa” (SANTIAGO, 2019, s/p). Nesta perspectiva, tendo em mente os apontamentos dos estudos descoloniais, penso ser relevante refletir na esteira de Santiago, neste contexto em que vivo e busco por um pensamento outro, à imagem dos corpos inconvenientes, vistos no vídeo clipe da canção do artista paulistano Emicida, e que tem como título “AmarElo”. A canção fala de lutas de força e diversidade, nela juntam-se a voz do cantor Emicida, a cantora não-binária Majur e a cantora *drag queen* Pabllo Vittar.

Ao se observar as cenas do vídeo clipe gravadas no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, que ilustram a letra que impele a reflexão político social da situação de exclusão que as minorias se encontram, a qual Emicida explica “que aproxima a causa negra e a causa LGBT. Não dá para lutar pela liberdade pela metade, ainda mais hoje. Em momento nenhum a letra faz referência à política, mas não tem como não pensar no Brasil de 2019” (EMICIDA, 2019, s/p). O trecho da letra de “AmarElo” reproduzida a seguir denota o que o autor descreveu.

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem devia 'tá aqui
 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz?
 Alvos passeando por aí
 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência
 É roubar o pouco de bom que vivi
 Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes
 É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir.
 (EMICIDA; BELCHIOR; BALBINO; VASSAO, 2019, s/p).

Os corpos inconvenientes como dos artistas da canção AmarElo, com suas vozes e suas performances, acabam por transgredir o decoro das normas moralistas instituídas socialmente, normas essas que são acatadas por grande parte da sociedade brasileira ainda hoje, e que tem eco no discurso conservador do atual presidente brasileiro. As histórias locais brasileiras se forjaram de lutas e resistências, por vezes resistências às imposições governamentais, às vezes resistências às mudanças progressistas e que visam maior igualdade e justiça social. As forças conservadoras têm buscado ao longo desta história permanecer dentro da lógica pautada pelo projeto da modernidade colonialista. Esses artistas, bem como os artistas apontados pela reflexão de Santiago, exemplificam uma prática de transgressão e performance inconveniente.

Um conhecimento que não leve em conta essas chagas abertas nos corpos marginalizados, em famílias que não tem condições de cultivar suas pequenas propriedades rurais, jovens negros que correm o risco de morrerem vítimas da violência causada por abordagem policial (numa sociedade onde se convencionou que a cor da pele preta é cor de bandido para se justificar ações que levam a óbito pessoas pretas). Será um conhecimento que replicará o modo hegemônico colonialista.

[...] é preciso descolonizar a crítica, a arte, a cultura e as paisagens no âmbito da cultura latino-americana, brasileira e, claro, no lócus sul-mato-grossense. Pois, apenas assim é possível dizer que as paisagens se tornam biográficas, culturais como retratos das identidades dos sujeitos locais. (BESSA-OLIVEIRA, 2018, p. 75).

A partir de uma opção que gere uma política de resistência, por meio do que Silviano Santiago aponta como corpos inconvenientes, se pautando por uma opção descolonial, de desobediência epistêmica, que opte pela superação da visão de mundo em detrimento a observância das sensibilidades geo-istóricas locais, das marcas e chagas que o pensamento moderno e o colonialismo impuseram a estes corpos fronteiriços, assim será possível erigir um pensamento outro, tendo uma teorização que pense na trilha de Silviano Santiago no entre-lugar. Tendo em mente que enquanto lócus fronteiroço pensamos a partir de (MIGNOLO), pós-ocidentalmente, superando assim o imperativo que nos denominava de “índias ocidentais”, sem alma, sem deus, e sem saber algum, como nos aponta Boaventura de Souza Santos (2010). Selvagens e fronteiriços, mas impelidos a teorizar não mais pelo cogito cartesiano. Antes pensar a partir da fronteira nos tempos atuais (NOLASCO, 2013, p. 90).

A ocidentalização do mundo não é mais possível, porque um número cada vez maior de pessoas está resistindo a ser integrada nela. Ao contrário, as pessoas começam a reexistir. Isso significa

imaginar um modo de viver suas/nossas vidas em vez de dar nossos corpos e nosso tempo a corporações, nossa atenção e nossa inteligência à insuportável mídia dominante, e nossa energia aos bancos, que estão constantemente nos assediando para obter créditos e pagar juros elevados. (MIGNOLO, 2019, p. 5).

A ideia de Mignolo pauta-se nas realidades vistas sobretudo nos últimos anos, onde a xenofobia, racismo, homofobia, misoginia são cada vez mais visíveis, porém cada vez mais denunciados e combatidos. Este modo colonizador de ser e pensar que diminui a voz, ou melhor, as vozes que se fazem balbucios a partir da fronteira, de corpos inconvenientes que por meio de suas sensibilidades de mundo se erguem para (re)existir. As pesquisas e o pensamento acadêmico em geral, sejam na crítica literária, cultural ou de alguma expressão artística, deve ser pautada numa visada descolonial, visto que nos meios acadêmicos ainda se pode deparar com a reprodução do pensamento eurocêntrico, pautada no cogito cartesiano e na separação sujeito/objeto, ou mesmo num pensamento que se reafirma na visão histórica de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma razão moderna ocidentalista ainda se propaga ressaltando e avalizando como padrão o que a visão eurocentrada nos impele, “desvincular-se para reexistir” (MIGNOLO, 2019, p. 6), a desaprender a teorizar nos moldes da razão moderna para buscar uma teorização outra, fora da lógica hegemônica. Pautado no lócus de onde se erige o pensamento, as histórias e sensibilidades que deste lócus emergem, “portanto, reexistir depende do lugar do indivíduo nas histórias locais negadas, diminuídas e demonizadas nas narrativas da modernidade ocidental” (MIGNOLO, 2019, p. 6). Reexistir é também re-teorizar, superando a maneira hegemônica, valorizando o que ela relegou à marginalidade, erigindo como aqui intento, um pensar fronteiriço.

A violência da imposição de sua visão de mundo, a condição da América Latina como “receptáculo das tendências, dos discursos e produções do Primeiro Mundo europeu e norte-americano que, por sua vez, impediam o reconhecimento das dinâmicas que aqui se desenvolviam” (ACHINTE, 2009, p. 88), legou assim a uma condição de “margem da margem, periferia da periferia da periferia da história e do mundo” (ACHUGAR, 2006, p. 23). A Seu modo de pensar único e da religião e hábitos impostos trouxe marcas que não cicatrizam tornando estes povos a-históricos (PALERMO, 2008, p.20). “Planetas sem boca, somos” (ACHUGAR, 2006, p. 23). A este respeito recorro também à ideia de apagamento da produção e do pensamento do povo negro como aponta a filósofa e ativista Djamila Ribeiro:

O apagamento da produção e dos saberes negros e anticoloniais contribui significativamente para a pobreza do debate público, seja na academia, na mídia ou em palanques políticos. Se somos a maioria da população, nossas elaborações devem ser lidas, debatidas e citadas. (RIBEIRO, 2019, p. 64).

Djamila Ribeiro, ao discorrer sobre a realidade do povo negro, evidencia o caráter colonial do sistema em que vivo, por meio de práticas racistas agiu para fomentar esse apagamento dos saberes e do pensamento negro, o que ocasionou à história de homens e mulheres de pele preta, que tiveram seus/nossos antepassados trazidos à força para este continente, onde se transformaram em mão de obra escrava e mesmo quando a escravidão foi oficialmente extinta, inúmeras violências que continuaram e continuam a os oprimir.

O apagamento de suas práticas sociais, culturais, e religiosas que ainda hoje é visto por muitos como práticas selvagens, pecaminosas, diabólicas e por aí vai. Como bem aponta Djamila, outra característica visível de apagamento violento versa sobre o apagamento das produções e dos saberes negros, salientando que “o privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder” (RIBEIRO, 2019, p. 65). O que no caso brasileiro ainda fora agravado pelo mito da democracia racial e da valorização exacerbada da chamada miscigenação harmônica brasileira, que demonstra na verdade uma ideia racista de embranquecimento da população.

Nesse sentido penso minha própria condição de homem preto fronteiriço, habitante excluído e marginalizado, preto periférico, trabalhador, estudante, pai e esposo, um sujeito subalternizado que ousa realizar o que a extrema maioria dos meus “iguais” não tem a oportunidade de realizar: Pensar teoricamente, pesquisar, até mesmo estar em uma universidade pública. Meu corpo que ousa re-existir, quando as estatísticas apontam para uma vida relativamente curta, com um nível escolar baixo, eu sou o homem preto que nasceu, cresceu e ainda vive na periferia de um centro urbano, em meio à violência e o medo, de criminosos e mesmo da violência policial.

Desse lugar fronteiriço nos moldes de Silviano Santiago, por teimosia, transgredindo as estatísticas que demonstram que a maioria dos homens negros não tem neste espaço pensante (academia) um lócus enunciativo de suas ideias e sensibilidades, memórias e histórias, descolonizar o fazer e o pensar, na arte, nas lutas políticas, em teorizações e reflexões, como vozes e performances que transgridam as normas, mas que apontem a existência de corpos que foram excluídos e invisibilizados, nas favelas se escondendo da violência do crime e do braço armado do estado (violência policial). Em diversos lugares do terceiro mundo o cenário descrito acima se propaga. Ao me colocar numa condição de pesquisador, que engendra discussão descolonial sinaliza o ato revolucionário. Num país onde o racismo é estrutural e “a carne mais barata do mercado é a carne negra” (Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti) pensar, pesquisar e produzir crítica acadêmica é o maior ato revolucionário.

O homem preto da periferia que ousa, contrariando as estatísticas, a sobreviver, pensar, pesquisar e a crescer, um corpo que desobedece epistemologicamente que ousa canibalizar (PESSANHA, 2018) um dos maiores nomes intelectuais de nosso país, vivo hoje escre(vi)vo na e a partir da minha fronteira-Sul um lugar de “exposição de exterioridades biogeográficas como modos de produção de arte, cultura e conhecimentos. Um lugar em que o corpo físico como compreendemos hoje – especialmente nas artes – está cada vez mais no lugar moderno do corpo padronizado” (BESSA-OLIVEIRA. 2019, p. 94).

Portanto penso que só com uma prática descolonizante em nossas abordagens, sobretudo acadêmicas pautados numa desobediência epistêmica em nossas vivências pedagógicas, críticas e em nossas pesquisas será possível estabelecer um olhar outro. Como corpos inconvenientes que ousam resistir e nadar contracorrente política e artisticamente para assim superar o pensamento ocidentalista eurocêntrico pautado pela visão de mundo trazido pelo pensamento da modernidade.

REFERÊNCIAS

- ACHINTE, Adolfo Albán. Artistas indígenas y afrocolombianos: entre las memorias y las cosmovisiones: estéticas de la re-existencia. In: PALERMO, Zulma. **Arte y estética en la encrucijada descolonial I**. Buenos Aires: Ediciones Del Signo, 2009. p. 83-112.
- ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Tradução: Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. **Paisagens biográficas pós-coloniais**: retratos da cultura local sul-mato-grossense. Campo Grande: Life Editora, 2018.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. Pedagogias da diversidade. **Cadernos de Estudos Culturais**: Pedagogias Descoloniais, Pedagogias, v. 1 n. 21, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/9691>. Acesso em: jul. 2020.

EMICIDA, Leandro Roque de Oliveira. Emicida aproxima causas negra e LGBTQ+ em clipe com Pablo Vittar e Majur I. **iG São Paulo**, com agência O Globo, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://gente.ig.com.br/cultura/2019-06-25/emicida-aproxima-causas-negra-e-lgbtq+-em-clipe-com-pablo-vittar-e-majur.html>. Acesso em: jun. 2020.

FERRAZ, Dênis A.; NOLASCO, Edgar César. Literatura transgressora em Silviano Santiago. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE LINGUAGENS, 3., e SEMANA DE LETRAS FAALC/UFMS, 21., 2020. **Anais [...]** Nº 2. Campo Grande, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/SIEL/article/view/9648>. Acesso em: out. 2020.

LINHAR, Tiago Osiro; NOLASCO, Edgar César. Narrativas fronteiriças: uma reconfiguração do universalismo abstrato. **Revista de Literatura, História e Memória**, UNIOESTE. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/22228>. Acesso em: mai. 2020.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir. In: **MASP e a Afterall Arte e descolonização**. Edição 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-YC7DF1wWu9O9T-NKzCD2.pdf>. Acesso: jul. 2020.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade**: o lado mais escuro da modernidade. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso: ago. 2020.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645>. Acesso: setembro. 2020.

MIGNOLO, Walter. **El vuelco de la razón**: diferencia colonial y pensamiento fronterizo. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2011.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. Acesso: set. 2020.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: a opção descolonial e o significado de identidade em política. 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: jul. 2020

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NOLASCO, Edgar César. **Perto do coração selbaje da crítica fronteriza**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2013.

NOLASCO, Edgar César. Silviano Santiago e o lugar onde o sol se põe: entrelugares epistemológicos ao sul da fronteira-sul. **Cadernos de Estudos Culturais**: Silviano Santiago: uma homenagem, Campo Grande, v. 6, n. 11, p. 17-29, 2014.

NOLASCO, Edgar César. **Descolonizando a pesquisa acadêmica**. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/7725>. Acesso em: agosto.2020.

NOLASCO, Edgar César. **Habitar a exterioridade da fronteira-sul**. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/777>. Acesso em: agosto. 2020.

PALERMO, Zulma. Revisando fragmentos del “archivo” conceptual latino-americano a fines del siglo XX. **Tabula rasa**, Bogota, n. 9, p. 217-246, 2008.

PALERMO, Zulma. Desobediencia epistémica y opción decolonial. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, v. 5, n. 9, p. 237-254, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3517>. Acesso em: jul. 2020.

PESSANHA, Juliano Garcia. **Recusa do não-lugar**. São Paulo: UBU Editora, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antiarracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SANTIAGO, Silviano. Inconveniências do corpo como resistência. **Suplemento Pernambuco**, n. 165, nov. 2019. Disponível em: https://issuu.com/suplementopernambuco/docs/pe_165_web. Acesso: jun. 2020.



SANTIAGO, Silviano. **Em liberdade**: uma ficção de Silviano Santiago. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

YUKA, Marcelo; SILVA, Jorge M. da; CAPPELLETTI, Ulisses. **A Carne**. Warner Chappell Music, Inc, Universal Music Publishing Group, 2002. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/elza-soares/281242/> Acesso em: out. 2020.

AS QUATRO ESTAÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE

Rubens Magrini de Souza¹

Resumo: Este é um trabalho de reflexão sobre minha formação acadêmica no curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no qual pretendo expor aspectos desta trajetória acadêmica como um todo, expectativas, aprendizados, experiências, consolidações e, por vezes, desilusões, ou melhor, a formação de novos olhares sobre a vida acadêmica, sobre a disciplina de História e a profissão de Professor. Também demandando certo esforço em desempenhar a proposta de avaliar o curso de Licenciatura em História da UFGD. A esta produção busco atribuir sentido memorialístico, científico e, ainda que sutilmente, poético. Observando as estações do ano, distintas, complementares e conclusivas, encerram ciclos de vida e morte.

Palavras-chave: História, Formação Docente, Ensino de História.

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de reflexão sobre minha formação acadêmica no curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no qual pretendo expor aspectos desta trajetória acadêmica como um todo, expectativas, aprendizados, experiências, consolidações e, por vezes, desilusões, ou melhor, a formação de novos olhares sobre a vida acadêmica, sobre a disciplina de História e a profissão de Professor.

A primeira e principal função deste texto foi ser apresentado como componente avaliativo da disciplina de Relatório de Conclusão Docente, foi orientado pelo Professor Doutor Carlos Barros Gonçalves, e apresentado no oitavo semestre de graduação em 2018.

Este caminho de reflexão perpassa um breve relato das experiências adquiridas na realização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Estágios, assim como a realização de um processo de autoavaliação, uma vez que, refletir acerca de um processo de formação também significa refletir sobre mim mesmo, como sujeito histórico e como produto deste processo.

Também demandando certo esforço em desempenhar a proposta de avaliar o curso de Licenciatura em História da UFGD, tendo em vista sua grade curricular, corpo docente, as estruturas físicas disponíveis aos alunos e, na medida do possível, suas estruturas subjetivas, relações que construídas com os humanos e os espaços que participaram de meu processo de formação. Cabe ressaltar que esta avaliação reside sob as lentes do meu próprio olhar como aluno da instituição no decorrer dos quatro anos de estudo.

A utilização de muitos dos meus trabalhos, realizados no decorrer das disciplinas do curso, é inevitável, deles foram extraídos trechos que foram reelaborados, aprimorados, ou ainda que se encaixem perfeitamente na perspectiva proposta de relatar meu processo de formação.

¹ Mestrando/PPGH/FCH/UFGD. E-mail: rubens.magrini@hotmail.com.

Não tenho a pretensão de esgotar minhas reflexões sobre meu processo de formação acadêmica, este é apenas um novo começo, e aqui sigo no sentido de contribuir com o curso, através das minhas impressões e experiências. Vale, assim, um esforço de dissecação dos elementos que citei, físicos e subjetivos, tendo em mente o ideal da crítica construtiva.

À esta produção busco atribuir sentido memorialístico, científico e, ainda que sutilmente, poético. E faço isto sem encargos de vergonha, pois como já dizia Marc Bloch “[...] Resguardemo-nos de retirar de nossa ciência sua parte de poesia [...] Seria uma espantosa tolice acreditar que, por exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, ela devesse ser menos capaz de satisfazer também nossa inteligência” (BLOCH, 2001, p. 44).

Para tanto, observo as estações do ano, distintas, complementares e conclusivas, encerram ciclos de vida e morte. Seguir os passos de suas representações me pareceu compor um soneto ao ritmo de quatro anos, quatro passos de um processo. Esta proposta de desenvolvimento do texto, a ideia, surgiu do livro Quatro Estações do famoso escritor de terror Stephen King.

É importante ressaltar que a obra deste autor é ficcional, portanto, exerce um papel ilustrativo das ideias apresentadas. Não devemos nos perder entre o desejo de ser e o processo do fazer. “Descubro que estou entusiasmado, tão entusiasmado que mal posso segurar o lápis em minhas mãos trêmulas. Acho que é entusiasmo que só um homem livre pode sentir, um homem livre no início de uma longa viagem de resultado incerto” (KING, 2013, p. 139).

Ao ver a forma como King desenvolve questões sobre a vida e a natureza humana em quatro contos, quatro estações, quatro partes de um ciclo, percebi que esta estrutura se encaixava muito bem na minha visão de como a atividade acadêmica, ao que posso dizer a graduação, se apresentou na minha vida. Mais ainda, ao observar meus colegas de classe, ousou dizer que esta “estrutura”, este modo de pensar a graduação nos influenciando e modificando, também se apresenta para eles, ainda que em diferentes dimensões e momentos.

Para nortear as discussões no sentido memorialístico faço um exercício crítico de minha trajetória acadêmica, dando ênfase aos aspectos que considero importantes no sentido de contribuir com o processo de formação de futuros alunos. Exercício memorialístico conceituado por:

O [memorial de formação] se constitui a partir da autobiografia, configurando-se como narrativa simultaneamente histórica e reflexiva; de relato histórico e crítico que dê conta de fatos e acontecimentos que constituíram a trajetória acadêmico-profissional de seu autor; da capacidade de interpretar a sua experiência pessoal ou coletiva analisando e refletindo criticamente (CARRILHO, 2003, p. 02, *apud*. SILVA, 2014, p. 53).

A produção memorialística que pretendo desenvolver, nesse sentido, se dará com base em uma narrativa que incorpora elementos teóricos e reflexivos, sob uma perspectiva crítica acerca de momentos e aspectos que considero importantes, tomando como ponto de partida a primavera.

PRIMAVERA DO LÚDICO: O FLORESCER DA REALIDADE

Nas vezes que refleti sobre minha vida acadêmica no Ensino Superior, a primeira coisa que me ocorreu foi o tortuoso e longo caminho que percorri até aqui. Iniciei meus estudos universitários aos dezessete anos de idade, no ano de 2009, e desde então cursei Farmácia, Química Industrial e Arquitetura e Urbanismo, cursos com os

quais me identifico de certa forma, mas foi apenas em 2014, aos 22 anos, quando tive a oportunidade de encontrar algo que eu gostasse de fazer de verdade, algo que me exigisse horas de estudo, as quais eu desenvolvia com muito gosto, História.

Nesta jornada eu sempre me via desajustado e fora de contexto. Apesar de me encantar com os cursos que escolhi anteriormente, os dias se passavam e eu me sentia desperdiçando o meu tempo, os meus esforços não mostravam o resultado que eu esperava e foi dentro de uma espiral depressiva, cuja existência eu só percebi recentemente, que decidi abrir mão de uma escolha, mais uma vez, para fazer outra. E assim, dando um tiro no escuro, escolhi História, em um momento de reflexão a respeito do meu Ensino Médio, percebi que minhas memórias mais triunfantes e expressivas saíam das experiências que tive nas aulas de História, com dois ótimos professores durante o Ensino Médio.

O período mais interessante desta escolha veio depois dela, pois o curso de História me ajudou a encontrar o meu contexto, na família e com os amigos. O curso me incentivou muito a procurar ajuda psicológica e a lutar contra as concepções de mundo infantis que eu nutria. No aprendizado do ofício de historiador percebi que esta tarefa se adaptava as minhas expectativas profissionais, muito mais do que eu imaginava, me senti dentro de um dos jogos de *Role-playing Game* (RPG)² que permeiam minha vida, sempre buscando aprender e por em prática este aprendizado, sempre levar para fora dos salões de estudo o conhecimento adquirido, enfim crescendo sem deixar pra trás a parte que eu mais gosto da minha infância.

Não quero dizer que este processo não tenha sido doloroso, a primavera é sim um florescer cheio de esperanças e novos ares, refrescantes e revigorantes, mas, quando se trata do florescer da realidade, ele é, muitas vezes, compulsório e doloroso. O florescer do botão da nossa zona de conforto nos convulsiona num processo de mutação e evolução, o qual você supera e termina, ou sucumbe e murcha.

Brooksie, que tinha matado a esposa e a filha depois de uma maré de azar no pôquer na época em que Coolidge era presidente, ganhou liberdade condicional em 1952. Como sempre, o Estado, do alto de sua sabedoria, deixou-o sair muito depois da idade em que poderia ser útil à sociedade. Tinha 68 anos e tinha artrite quando saiu, trôpego, pelo portão principal, de terno polonês e sapato francês, seu documento de liberdade numa das mãos e um passagem de ônibus da Greyhound na outra. Estava chorando quando partiu. Shawshank era o seu mundo. O que ficava além de seus muros era tão terrível quanto os mares ocidentais para os marinheiros supersticiosos do século XV. Na prisão, Brooksie tinha sido uma pessoa de alguma importância. Era o bibliotecário, um sujeito formado. Se ele fosse à biblioteca de Kittery e pedisse um emprego, não lhe dariam nem mesmo uma carteirinha de sócio. Soube que ele morreu num asilo de indigentes no caminho para Freeport em 1953, e com isso durou uns seis meses a mais do que eu pensava que ia durar. É, acho que o Estado virou as costas para Brooksie. Eles o treinaram para gostar desse lugar de merda e depois o botaram para fora (KING, 2013, p. 62-63).

História foi, então, o equilíbrio entre o lúdico e o real, entre a ilusão e a materialidade, a metamorfose entre dois seres coexistentes em um, o “ser realista” e o “ser iludido”. Num equilíbrio temos doses uniformes de ambas as partes, consonantes e correlatas. Portanto, não só de romance vive o homem. Cursando História despertei um grande medo da sala de aula. Fui aluno do (PIBIC) já em 2014 e sentia que o meu contato com a sala de aula pudesse ser traumático. Foi em 2016 que decidi me dedicar ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

² Role-playing Game é uma modalidade de jogo, baseada em interpretação, com o uso de um tabuleiro, dados, e regras construídas com base literária, ou seja, dispostas em livros de regras específicas. Para saber mais sobre o (RPG) e suas aplicações no ensino vide o artigo “As Potencialidades do RPG (Role Playing Game) na Educação Escolar” de Rafael Carneiro Vasques.

(PIBID), para encurtar a distância com as salas de aula do ensino regular, construindo um contato a mais com a escola, além do Estágio.

Também é relevante abrir espaço para as considerações que se desenvolveram em minha formação sobre o papel do Professor de História no espaço escolar. A sala de aula é um lugar onde o Professor deve sempre ter postura ativa perante o que deve ser discutido. Fazer o aluno se sentir parte da história, assim como do conhecimento histórico, pode ser algo estimulante, a partir disso o Ensino de História deve trazer à tona os sujeitos e mostrar ao aluno que a História é sempre a História da sociedade e que esta é formada por indivíduos que protagonizam sua vivência³.

Fazer perceber que a história é feita de heróis, mas principalmente de pessoas comuns, pessoas anônimas, que por trás de uma revolução existem mães de famílias e jovens com sede de mudança, que na escravidão não só existiam castigos e submissão, mas burlas e mobilidade social, enfim, que tanto professores como alunos também são fazedores da história. Desse modo o professor ensina o “aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista”, a “levantar problemas”, a “participar do processo do fazer, do construir a História” (MORAES, 2017, p. 04).

Sendo assim o Professor de História desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos, tendo em vista que a história é uma disciplina importante para a formação de pessoas cidadãs, pois o seu ensino tem como papel central a formação da consciência histórica dos seres sociais, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e práticas individuais e coletivas⁴.

O VERÃO DAS AÇÕES: NO CALOR DAS EXPERIÊNCIAS

Experimentar a pesquisa, a docência, as leituras, os eventos, nos impele a compartilhar, discutir, nossas experiências que, uma vez trocadas, parecem remontar uma estrutura de conhecimento sobre cada vez maiores e numerosos alicerces. É como um longo verão com amigos e família no campo, grandes campos para explorar, inúmeras variáveis que surgem e se relacionam, na medida em que conhecemos o espaço, escutamos as histórias dos mais velhos, e observamos as pequenas descobertas dos mais novos.

Os próximos relatos que apresento exemplificam e dão formato a este “verão”, os caminhos percorridos no decorrer da graduação que configuram as práticas diárias de aprendizado e de formação do meu “eu historiador”, pesquisador, professor. Opto por rememorar as atividades de (PIBIC), (PIBID), Estágios, e algumas aulas que foram marcantes neste processo.

PIBIC

Podemos falar primeiro das atividades de pesquisa, de fato, o incêndio da minha vida. Onde fagulhas de curiosidade correm o risco de consumir toda a superfície que toca, provoca dor, traz renascimento, renovação, foi o momento em que primeiro vislumbrei “[...] o espetáculo das atividades humanas [...]” (BLOCH, 2001, p. 44).

³ MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira. **Descortinando os espaços do ensino: o professor e a motivação nas aulas de história.** Obtido via internet: http://www.anpuhp.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2004%20-%20Ana%20Paula%20da%20Cruz%20Pereira%20de%20Moraes%20TC.PDF. Acesso em: jan. 2017.

⁴ Ibid.

Iniciei minhas atividades no PIBIC já em 2014, meu primeiro ano cursando História. Realizei uma pesquisa intitulada “Mercado de trabalho e as questões de gênero em Dourados” orientada pelo Professor Losandro Antonio Tedeschi. O tema surgiu a partir da atividade profissional que eu exercia na época: consultor e revendedor de produtos cosméticos, e da minha curiosidade em frente às relações de gênero e atividades profissionais na região.

O PIBIC me abriu portas para a escrita, realmente aprendi muito em relação à produção acadêmica, mas tive dificuldade para lidar com os fatos sobre os quais estava pesquisando. Alguns casos estudados mostraram que, quando dentro do ambiente de trabalho, as mulheres carregam o peso do preconceito de gênero, o assédio sexual, e ainda a necessidade de ser uma boa dona de casa.

Basicamente, pude concluir que em uma sociedade que considera a atividade feminina marcada por traços de docilidade e domesticidade, devemos colocar em foco tais preceitos. Quanto mais a produção da história da mulher progride, mais claro estes aspectos podem ficar para a sociedade como um todo.

Não acredito que fui capaz de manter um saudável distanciamento de meu objeto, sendo assim, percebo que minha escrita foi extremamente imatura naquele momento, escrevi feito um “bebê chorão”, onde eu devia ter buscado respostas eu busquei refutações para minhas convicções.

Convicções são entidades mais perigosas que os demônios. E o problema é que não há exorcismo que seja capaz de expulsá-las da cabeça onde se alojam, pela simples razão de que elas se apresentam como dádivas dos deuses. Os recém-convertidos estão sempre convictos de que, finalmente, contemplaram a verdade. Daí a transformação por que passam: seus ouvidos, órgão de audição, se atrofiam, enquanto as bocas, órgãos da fala [sic], se agigantam. Quem está convicto da verdade não precisa escutar (ALVES, 1999, *on-line*).

Considero minha experiência no PIBIC contraditória, me senti demasiadamente incompetente para tratar de relações de gênero, emocionalmente falando eu não estava preparado. Fui como uma criança brincando na fogueira de uma festa junina, fascinado pelo fogo achando que era inofensivo, quando me queimei com os estalos das labaredas repentinas eu não quis mais brincar.

Ao estudar as relações de gênero, percebi que, por mais envolvido que eu tenha ficado com aquela discussão, por mais nobre que ela seja, o que tive foi uma reação aguda, impulsiva. Aquele não seria meu grande motor. Se eu dissesse que aquele era meu “grande interesse” estaria mentindo, e se dissesse que sabia qual era então, igualmente seria mentira. Sentia como se estivesse me apaixonando por aquilo, mas que paixão era aquela? Destrutiva e louca.

– Surge de repente – exclamava a “Pernalonga” Anderson. – Você vê uma coisa pela primeira vez e na hora sabe que encontrou SEU GRANDE INTERESSE. É como uma chave que abre uma porta. Ou como se apaixonar pela primeira vez. É por isso que o Dia da Profissão é tão importante, crianças... pode ser o dia em que encontrarão SEU GRANDE INTERESSE. – E continuou falando sobre seu próprio GRANDE INTERESSE, que não era lecionar na quinta série, mas colecionar cartões postais do século XIX (KING, 2013, p. 156, grifos do autor).

Foi então que fiz uma pausa nas atividades “extracurriculares” e simplesmente convivi com as cinzas deixadas pelo incêndio. Lentamente as plantas renasceram. Certo dia, me vi sentado no chão frente a um videogame, como sempre havia feito desde minha infância. Lembrei-me de quando ganhei meu primeiro aparelho daqueles, aos oito anos de idade, de como eu jogava até não poder mais sentado no piso encerado de vermelho.

Como se apaixonar.

Ah, sim, lembrava-se muito bem daquele dia. Lembrava-se de tudo – um calendário velho e amarelado de garotas nuas numa parede dos fundos, a mancha de óleo no chão de cimento, a forma como as revistas estavam amarradas com barbante de cor laranja. Lembrava-se como sua dor de cabeça piorava um pouco cara vez que pensava naquele número inacreditável:

6.000.000

Lembrava-se de ter pensado: *quero saber tudo o que aconteceu naqueles lugares. Tudo. E quero saber o que é mais verdadeiro – as palavras ou os anúncios que colocam ao lado das palavras* (KING, 2013 p. 159, grifos do autor).

Não fui um adolescente descobrindo os fatos sórdidos da Segunda Guerra nem, tampouco, pretencioso em supor que pudesse desvendar a totalidade dos mistérios dos videogames, mas sim, percebi que queria perguntar, perguntar cada vez mais sobre isto, não são as relações de gênero as dúvidas intrínsecas ao meu ser, são os videogames, “[...] a história não é relojoaria ou marcenaria. É um esforço para o conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento” (BLOCH, 2001, p.46).

O adulto, num impulso, percebeu que precisava da criança inocente e curiosa. O PIBIC havia cumprido sua tarefa para comigo, me mostrou meu “grande interesse”. Foi esta experiência que me levou a perceber como eu poderia manter meu conhecimento em constante movimento. Estava na hora de mergulhar em novas águas.

PIBID

Comecei minhas atividades do (PIBID) em Maio de 2016 e as encerrei um ano depois. A princípio pode parecer que a curta duração dá a esta atividade pouca importância com relação às outras aqui discutidas. Pelo contrário, o PIBID deu início aos meus contatos com a escola, as práticas escolares, a cultura escolar, e fez com que eu perdesse o meu medo de entrar em sala de aula.

O PIBID foi de fundamental importância para o desenvolvimento das minhas atividades de Estágio, principalmente no desenvolvimento do Estágio Supervisionado em História I, a escola em que eu desenvolvia minhas atividades de PIBID foi a Escola Estadual Antônia da Silveira Capilé, e ao sinalizar minha intenção em desenvolver lá o Estágio, fui prontamente recebido.

Muitas das experiências que me fortaleceram psicologicamente e profissionalmente para a lida com a sala de aula, e a escola como um todo, deram-se no contexto das atividades do PIBID. A elaboração das oficinas, orientadas pelo professor supervisor da escola, as discussões acerca de dificuldades e avanços com os grupos de alunos e coordenadores, as aplicações das oficinas na sala de aula foram oportunidades únicas de crescimento profissional, assim como lições de superação pessoal que considero fundamentais para o desenvolvimento de um bom profissional da educação hoje, no Brasil.

Este é um momento complicado para falar do PIBID, há sobre ele uma eminente sombra de perigo, uma vez que o governo vem realizando reformas, congelando verbas e tornando o futuro do Programa incerto. A conjuntura em que estava quando finalizei minhas atividades, em Maio de 2017 já estava relativamente obscura, pude presenciar a dificuldade com a falta de verba e as reformas que, por um motivo ou outro, para mim como bolsista, foram compulsórias. Hoje temos notícias não muito animadoras sobre as perspectivas dos dirigentes para o Programa⁵.

⁵ Ver as notícias nos sites: <http://blogs.oglobo.globo.com/todos-pela-educacao/post/residencia-pedagogica-o-que-e-isso.html>; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/mec-lanca-ate-marco-edital-para-formacao-de-professores>;

Não tenho interesse em especulações, o que trago aqui são minhas percepções para com um processo de reforma que venho acompanhando de perto há mais de um ano. É certo que este momento é crucial aos novos acadêmicos, não percebo mais a mesma certeza que via nos olhos de meus colegas com relação ao PIBID, ele não é mais uma âncora, a base sólida e confiável na qual outrora pude me apoiar e progredir como licenciado. Hoje, parece uma estação distante, gelada, trarei mais reflexões adiante.

ESTÁGIOS

Tendo em vista o Estágio como uma atividade fundamental para a formação do professor de história, não apenas pela ínfima experiência e reintrodução no cenário da Educação Básica, mas também por conta da análise de textos didáticos e metodológicos, que servem de pano de fundo para um possível aprimoramento da prática docente.

A atividade de observação institucional se apresenta como um pontapé inicial na reintrodução do acadêmico no meio escolar, pois, eu uma vez mais estava voltando ao meio escolar. Um dia, fui aluno naquele espaço, deste modo, a escola sempre terá um significado para mim, que estive inserido em sua dinâmica, principalmente como aluno, na relação ensino/aprendizado, fui uma vez aprendiz, e voltei como componente do outro lado da moeda. Considero que a memória que se guarda como aluno, seja extremamente importante para a prática do Estágio.

Reintroduzir-me na escola foi revirar antigas lembranças, sentir cheiros e ouvir sons familiares, que há muito pensava não mais fazer parte de meu cotidiano, mas, certas coisas não mudam, não dentro de mim, não aquele significado que só pertence a mim, aquele cheiro que aciona a minha sensibilidade, os meus medos, a minha vontade de fazer mais, de ser testado, de crescer, de me superar.

Sendo assim, tem real importância a discussão teórica desenvolvida nos três períodos de Estágio Supervisionado em História, por elucidar as considerações que eu tinha sobre a dicotomia prática x teoria, relativas ao Ensino Superior como um todo. Pude perceber que durante o processo de formação acadêmica dos professores, neste caso de História, ocorre um distanciamento, primeiro entre o aluno e o meio escolar, e segundo entre a teoria e a prática da didática. Esta questão permeia os textos vistos em sala de aula.

A perspectiva técnica do estágio gera um distanciamento da vida e do trabalho concreto que ocorre nas escolas, uma vez que as disciplinas que compõem os cursos de formação não estabelecem os nexos entre conteúdos e (teorias?) que desenvolvem e a realidade nas quais o ensino ocorre [...] (PIMENTA; LIMA, 2011, p. 39).

A perspectiva realista de que Estágio é antes de tudo uma apresentação da realidade escolar ao aluno da graduação é defendida por Geni Rosa Duarte, segundo a autora “[...] o Estágio não propicia, de fato, um amplo campo de experimentação didática, mas faz com que o graduando se insira nos problemas e perspectivas de atuação da educação pública [...]” (DUARTE, 2014, p. 36). Ela ainda defende que é necessário repensar o Estágio, que ele deve ser “auto avaliado pelo estagiário”, tendo em vista que formar-se professor só é possível com experiência, a prática do questionamento, o planejamento, a problematização de suas atividades, além da reflexão teórico-prática (DUARTE, 2014, p. 37).

A atividade desenvolvida neste contexto da formação do licenciado em História tem o poder de sobressaltar a importância social de seu trabalho, pude perceber meu papel como Professor de História no sentido de contribuir

<https://novaescola.org.br/conteudo/10024/o-pibid-nao-vai-acabar-mas-vai-dar-um-tempo>.

com o surgimento de mentes críticas e cidadãs. Ler a história não é ler uma bula, ensiná-la é fazer surgirem os problemas diários dos seres cotidianos, dar visibilidade aos vários pontos de vista, participar dos processos históricos de forma ativa e consciente.

O Estágio me ajudou a compreender que o professor de História desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos, tendo em vista que a História é uma disciplina importante para a formação de pessoas cidadãs, pois o seu ensino tem como papel central a formação da consciência histórica dos seres sociais, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e práticas individuais e coletivas⁶.

Um acontecimento importante deu-se em 2017 me abrindo a oportunidade de observar as dinâmicas daquele momento no cenário político e pedagógico, com a implementação do modelo de Ensino Integral nas escolas da Rede Pública de Ensino, as atividades de Estágio foram realizadas na primeira escola de Ensino Integral pública da cidade de Dourados no estado do Mato Grosso do Sul.

Tive a oportunidade de conhecer o material pedagógico utilizado pela escola na sua preparação para o atendimento integral aos alunos e refletir sobre ele. É, de fato, bom material, objetivo e prático. Fala sobre as novidades como as disciplinas eletivas e, o que identifiquei ser a grande aposta do Estado, o Projeto de Vida, que propõe trabalhar habilidades como autodeterminação, planejamento, perseverança, respeito, autoconhecimento, autoconfiança, iniciativa, capacidade de fazer escolhas, responsabilidade, autonomia, solidariedade⁷.

Considero que o Estágio, longe de responder às minhas perguntas, ou de me ensinar uma ou outra “técnica de ensino”, me levantou muitas incertezas acerca das práticas do Professor de História, que só serão respondidas com experiências futuras, tendo em vista o ambiente e os sujeitos dinâmicos que tal prática envolve.

As formas de o Professor se relacionar com a comunidade escolar, quanto ainda tenho que progredir e refletir acerca do Ensino de História para poder utilizá-lo de forma adequada, para que ele se torne uma ferramenta eficaz em minhas mãos como professor. O Estágio então me preparou para estas indagações, tirou o medo que eu tinha da dúvida, me ensinou a olhar para o aluno como um sujeito complexo, mais que um receptáculo de conhecimento, e para o Professor, muito mais do que como um guru, um orientador, indivíduo capaz de lidar com processos de aprendizagem e relações interpessoais.

OUTONO DA IGNORÂNCIA: VENTOS DA PALAVRA

Parece que Gordie⁸ previu isso: “O mundo já viu algumas histórias melhores, sei disso, algumas centenas de milhares, melhor dizendo. Devia estar escrito em cada página ISSO É PRODUTO DO CURSO DE COMPOSIÇÃO CRIATIVA DE UM ALUNO [...]” (KING, 2013, p. 438, grifos do autor). Mas tudo bem, o que seríamos sem os erros, sem a juventude efervescente que nos leva ao movimento? Jovens sob o olhar de uma senhora na tenra idade que, como nós, se aprimora constantemente.

Pois a história não é apenas uma ciência em marcha. É também uma ciência na infância: como todas aquelas que têm por objeto o espírito humano, esse temporão no campo do conhecimento racional.

⁶ MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira. **Descortinando os espaços do ensino:** o professor e a motivação nas aulas de história. Obtido via internet: http://www.anpuhb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2004%20-%20Ana%20Paula%20da%20Cruz%20Pereira%20de%20Moraes%20TC.PDF. Acesso em: jan. 2017.

⁷ Ver “Caderno de Formação” do “Modelo Escola da Escolha”, as coleções ficam sob a custódia das escolas que aplicam o modelo, não fui permitido replicar os trechos dos livros.

⁸ Gordon Lachance, personagem fictício do conto “O Corpo” de Stephen King.



Ou para dizer melhor, velha sob a forma embrionária da narrativa, de há muito tempo apinhada de ficções, há mais tempo ainda colada aos acontecimentos mais imediatamente apreensíveis, ela permanece, como empreendimento racional de análise, jovem [...] (BLOCH, 2001, p.47).

No movimento a que todos estamos sujeitos vêm o outono, quando as folhas caem, o vento às finaliza no seu ciclo natural de vida. Longe ser uma coisa ruim, este processo é necessário, protege o solo das intempéries da época de vacas magras que se segue. No processo de construção do conhecimento as folhas da ignorância caem sob a força dos fortes ventos do estudo e da perseverança, assim nos movemos, amadurecemos.

[...] Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, os artefatos ou as máquinas, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar [...] Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça (BLOCH, 2001, p. 54).

O processo de formação em História nos dá armas boas e perigosas para lidar com imaturidades, exageros e fanatismos: as palavras. Nosso arsenal? A teoria. Quando bem formulada nos dá aporte científico para argumentar, criar, mudar, melhorar. Por outro lado, palavras ditas sem cuidado, as que saem pelo simples impulso, compõem teorias rasas com as quais um exército de “teóricos de *Facebook*” foi criado. Uma verdadeira “Madrugada dos Mortos⁹ cibernética”, onde se caça humanos da forma errada. Que lástima, levaram a questão do “Ogro” de Bloch ao pé da letra.

O contexto que o Professor de História se insere, neste sentido, é infelizmente o de um sobrevivente, um jogador. Para ele é fundamental o conhecimento das palavras, das fontes “[...] Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele [...]” (BLOCH, 2001, p. 79), assim como é fundamental ao pesquisador. E aos dois há o agravante das instituições imperiosas. Os dois são duas partes do mesmo ser, Historiador.

Há uma infinidade de jogos de palavras: a poesia, a sedução, as brigas de casais, os discursos dos políticos, a reza, a psicanálise, os comerciais, a aula (Sim! a aula!). [sic] Os professores deveriam parar para pensar no jogo que estão obrigando seus alunos a jogar! Uma das características desse jogo é que o aluno é obrigado a aceitar as “entidades” com que devem jogar (disciplinas e currículos) e as “regras” do jogo que a escola impõe. Com alguma frequência o professor não quer jogar o jogo que a direção da escola e as burocracias governamentais lhe impõe: mas é obrigado a jogar, sob a pena de perder o emprego. Nessa situação só lhe resta um recurso: a burla (ALVES, 1999, *on-line*, grifos do autor).

Para manipular o que tem a seu dispor o Historiador precisa ser companheiro da palavra, sem negligenciá-la, ou usá-la em vão. Deve haver o método, a intenção pré-determinada, sem isso destilamos sofismo barato, ou ficamos presos nas linhas que controlam fantoches clamando pelo benefício do controlador, convulsionando palavras sem sentido de ação, burlando a nós mesmos, traindo nosso próprio dever como cidadãos.

Matérias como Introdução aos Estudos Históricos, Epistemologia das Ciências Humanas, Teorias da História, são as bases de um conhecimento que pôde ser construído de forma consistente, apesar de um ou outro demônio querer surgir vez ou outra. Sem elas eu estaria sozinho para lidar com professores negligentes, reformas meteoro, políticos, para ser gentil, ridículos, enfim, desastres naturais da academia. Imagino se não tivesse estas bases.

⁹ Filme de 2004 do diretor Zack Snyder, que retrata a transformação da humanidade em zumbis. Ver sinopse.

[...] Deve ter ficado acordado tremendo no escuro durante horas, não só perdido, mas também desorientado, separado do mundo. Talvez tivesse morrido de medo. Um pássaro com as asas feridas uma vez morreu nas minhas mãos daquele mesmo jeito. Seu corpo tremeu e vibrou ligeiramente, ele abriu e fechou o bico e seus olhos escuros e brilhantes me olharam. Então o tremor parou e o bico ficou meio aberto e os olhos tornaram-se opacos e indiferentes. Podia ter sido assim com Ray Brower. Podia ter morrido simplesmente porque tinha medo demais para continuar vivendo (KING, 2013, p. 565-566).

Não há receita, há o alerta: “[...] O explorador sabe muito bem, previamente, que o itinerário que ele estabelece, no começo, não será seguido ponto a ponto. Não ter um, no entanto, implica o risco de errar eternamente ao acaso” (BLOCH, 2001, p. 79), na falta de uma luz a seguir somos dominados pela escuridão, mas esta luz ninguém pode nos mostrar, além de nós mesmos, ou um bom Historiador.

INVERNO NA RUA: EXTREMIDADES DORMENTES

Paradoxalmente eu sempre gostei do inverno, mas reconheço, ele pode ser cruel. Ele traz problemas aos desinteressados, bem sabe a cigarra. Quando não se nutre das coisas que o outono deixa, o inverno é insípido, nada mais que sentimentos nostálgicos de um tempo mais quente e mais gentil virá dele se não forem tomadas as devidas providências.

[...] Nem sempre a nostalgia é um sentimento indefinido, melancólico e quase belo, embora seja assim que sempre imaginamos. Pode ser uma lâmina bem afiada, não apenas uma doença em sentido metafórico, mas, [sic] também de fato. Ela pode mudar o modo de uma pessoa encarar o mundo; as caras com as quais se cruza nas ruas parecem não apenas insignificantes, mas também medonhas... talvez até nefastas. A nostalgia é uma doença real – a dor da planta arrancada (KING, 2013, p. 642).

Os demônios surgem dos cantos escuros e já é hora de falar sobre eles, muitos dos quais eu já citei, agora é a hora de mostrar como eles têm o poder de congelar as alegrias dos imaturos e adormecer as extremidades dos letárgicos. Pois os vi drenar energias, sofri com suas pressões constantes e deprimentes.

Durante minha formação, muito se indagou sobre a “pouca procura” aos cursos de licenciatura. Não sinto que haja isso propriamente falando, há uma grave desvalorização em relação às licenciaturas que, por fim, acabam tornando-se valas comuns de cursos mais onerados como Direito, Engenharia de uma coisa ou outra, e a tão sonhada Medicina, as patas dos ovos dourados da nação.

Estando sujeito a salários exponencialmente menores do que profissões consideradas mais importantes em nosso contexto social no Estado de Mato Grosso do Sul¹⁰, é difícil não se sentir um patinho feio. Pior se você for convocado, ou seja, não for efetivado por um concurso. Aí férias são sinônimos de meses sem salário.

Os professores são vítimas de uma mordida, não debatendo, não ensinando seus alunos a terem um papel crítico, sobre o social, o político, a mercê de Projetos de Lei como o Escola sem Partido por exemplo. Deixando os discentes como meros expectadores de uma classe política corrupta, direcionada pelas grandes corporações que exploram a sociedade, e a manipula ao seu bel prazer.

¹⁰ Ver tabela de salários da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho busquei demonstrar da melhor forma possível alguns dos passos que percorri na formação em História na UFGD. É importante lembrar que não é um manual passo-a-passo do curso. Estas foram considerações pessoais, com o intuito de colaborar com o melhoramento das práticas pedagógicas disponíveis aos alunos. Mas escapam alguns aspectos, até porque não é interessante buscar análises totalitárias, seria tolice.

Um tolo poderia dizer: “Que pena que se tenha de usar redes! Nas redes os buracos são muito maiores que as malhas! A rede deixa passar muito mais do que segura! Seria melhor se, ao invés de redes, usássemos lonas de plástico que não deixam passar nada. Assim, pegariamos tudo!” Palavras de um tolo. Uma lona de plástico, por pretender pegar tudo, não pegaria nada. A rede só pega peixes porque os seus buracos deixam passar. As redes da ciência deixam passar muito mais do que seguram (ALVES, 1999, *on-line*).

Ao optar pela ilustração das quatro estações espero ter demonstrado o sentido “cíclico” pelo qual passamos no período acadêmico. Primavera, verão, outono e inverno, aqui se demonstram, respectivamente, mudanças, experiências, concepções e incertezas pelas quais eu passei.

Pude presenciar visualizar a importância da base teórica para o conhecimento histórico, sem ela não posso me chamar de Historiador, muito menos Professor. A teoria, no conhecimento científico, anda de mãos dadas com o método, eternos amantes dos quais o fruto é a produção historiográfica.

Não posso, porém me eximir do medo de não ser lido, de me tornar um desconhecido, este medo curso nenhum pode tirar, ele é intrínseco ao aprendiz que busca se superar com seu próprio trabalho e determinação, tenho medo de minhas palavras serem caladas não só pelos demônios do inverno, mas também pela falta de alguém para ouvir.

Mas como todo ciclo, tudo se renova na academia, assim espero. As experiências nunca são as mesmas, as concepções se renovam as incertezas são superadas, apesar de eu não estar muito otimista quanto a este último ponto, pelo menos a curto prazo, posso respirar realizado, por hora “Olhei para a esquerda e depois do moinho vi o rio Castle, não tão largo mas um pouco mais limpo, ainda correndo sob a ponte entre Castle Rock e Harlow. A ponte mais acima foi demolida, mas o rio ainda existe. E eu também” (KING, 2013, p. 586).

Por fim, acredito que devemos reconhecer que a alma humana é incompleta, ela sempre busca os fragmentos que lhe faltam, que preencham o vazio da sua existência. A minha alma foi sortuda neste ponto, não precisei ir muito longe para encontrar tais fragmentos.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, R. “O que é científico?”. *Psychiatry on line Brasil*, v. 4, 1999. On-line. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano99/cientifl.php>. Acesso em janeiro 2018.

BLOCH, M. L. B. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001. 161 p.

DUARTE, G. R. Formar-se professor, refletir sobre a prática: algumas questões sobre estágio supervisionado em história. *História e Ensino*, Londrina, v. 20, n. 1, p. 35-54, jan./jun. 2014.

KING, S. *Quatro estações*. Tradução Andréa Costa. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2013. 685 p.

MORAES, A. P. da C. P. Descortinando os espaços do ensino: o professor e a motivação nas aulas de história. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-PB: História e Historiografia: Entre o nacional e o regional, 13., 2008, Campina Grande. **Anais Eletrônicos** [...]. Campina Grande - PB: UEPB/UFCG, 2008. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2004%20-%20Ana%20Paula%20da%20Cruz%20Pereira%20de%20Moraes%20TC.PDF. Acesso em: jan. 2017.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 6. ed. São Paulo: ed. Cortez, 2011.

SILVA, A. V. da. **Memorial de formação**: dispositivo de pesquisa-formação no/do estágio supervisionado. 2014. 262 p. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2014.

VASQUES, R. C. **As Potencialidades do RPG (Role Playing Game) na Educação Escolar**. 2008. 179p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, 2008.

ENSAIO BIOGRÁFICO FRONTEIRIÇO: A GRAMÁTICA DE UM PARADIGMA OUTRO

Francine Carla de Salles Cunha Rojas¹

Edgar Cézar Nolasco²

Resumo: O presente trabalho visa discutir conceitualmente o ensaio biográfico fronteiriço na esteira da teorização descolonial e da crítica biográfica fronteiriça. Nesse sentido, a discussão centra-se nas experiências atravessadas pela modernidade / colonialidade que emergem dos e respondem aos legados coloniais (Mignolo, 2003) e nas feridas coloniais ainda abertas (ANZALDÚA, 1987) que surgem como consequência dessa experiência. Desse modo, o desenvolvimento da pesquisa principia pela discussão dos conceitos de bios, ferida aberta, paradigma outro e epistemologia fronteiriça, uma vez que auxiliam a traduzir teoricamente a experiência do ser / estar na / sentir a exterioridade criada pela modernidade / colonialidade. A fim de alcançar tal objetivo, soma-se à experiência da colonialidade em um lócus específico, Brasil, o contexto histórico-político-cultural que atravessa o projeto. Para alcançar o objetivo, serão necessários os apontamento de Boaventura de Sousa Santos (2019), Glória Anzaldúa (1987, 2000), Edgar Cézar Nolasco (2018), e Walter Mignolo (2003, 2009, 2017a, 2017b, 2020).

Palavras-chave: Bios; Epistemologia fronteiriça; Paradigma outro.

[...] a teoria está onde se pode encontrá-la. Não existe local geográfico ou epistemológico que detenha os direitos de propriedade sobre práticas teóricas, mas apenas o “local filosófico”.

MIGNOLO, 2003, p. 158.

Este artigo objetiva discutir conceitualmente o ensaio biográfico fronteiriço a partir da teorização descolonial e da crítica biográfica fronteiriça, através, majoritariamente, de conceitos pensados por intelectuais latinos, tanto aqueles que ensinam e pensam no exterior quanto aqueles que vivem nos países que compõem a região geográfica. Para tanto, a delimitação volta-se para os textos e conceitos nos quais o processo de teorização emerge das experiências do ser / estar / sentir a exterioridade criada pela retórica da modernidade / colonialidade. Nesse sentido, a afirmação de Walter Mignolo, em *Histórias locais / projetos globais* (2003), acerca do pensamento teórico e do lócus filosófico, assinala o potencial teórico do conhecimento e dissolve a concepção de que a prática teórica é propriedade de determinados lugares capacitados para o seu desenvolvimento. A carência de estudos, em nível de pós-graduação, acerca do ensaio biográfico fronteiriço justifica a necessidade de se realizar discussões críticas acerca do tema. Soma-se a esse fato a emergência das teorizações descoloniais, que despontam significativamente no contexto em que as atenções se voltam para discutir temas pertinentes às chamadas minorias (étnicas, sexuais, religiosas, epistêmicas, estéticas). No Brasil, faz-se relevante a discussão por um terceiro motivo, pois se percebe a ascensão de um contexto autoritário no âmbito político e cultural, fenômeno assinalado por Lilia Moritz Schwarcz em *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019):

¹ Doutoranda; PPGEL / UFMS; Campo Grande, Mato Grosso do Sul e Brasil; lucia_jbc@hotmail.com.

² Doutor, PPGEL / UFMS; Campo Grande, Mato Grosso do Sul e Brasil; ecnolasco@uol.com.br.

Já a emergência dessa nova onda de governos conservadores, que inundaram a política contemporânea, não se limita a retornar ao passado, nem funciona como mera reencarnação dos fascismos e populismos perdidos na história da primeira metade do século XX. O certo é que se trata de fenômeno tão moderno como complexo. Os populismos de agora abusam das novas formas de comunicação virtual com a justificativa de que não precisam de intermediários para se dirigirem ao povo; não têm nenhum escrúpulo em manipular e explorar *fake news* como se fossem verdades comprovadas; vendem para si uma imagem de lisura e correção na gestão do governo, tratando de obliterar seus próprios maus exemplos; acusam os demais de corrupção, não estando eles distantes dessa prática; se autodenominam como “novos” quando estão fazendo tempo na política e vivem dela; abusam de mensagens moralistas apoiando-se fortemente em conceitos como religião, família e nação. (SCHWARCZ, 2019, p. 228).

O fato explicitado por Lilia Schwarcz contextualiza as circunstâncias a partir das quais se desenvolve esse texto, isso porque, apesar da origem política, é perceptível que tal autoritarismo representa uma ferida colonial (MIGNOLO, 2017) que se manifesta na cultura e na educação também, com especial repercussão nas universidades públicas (através de ações como corte de bolsa, que subsidiam as atividades acadêmicas e de pesquisa, e o fomento de uma guerra cultural cujo inimigo, o outro, é criado para justificar uma série de ações repressivas que visam eliminar o diferente / a oposição). Diante disso, a discussão conceitual em torno do ensaio biográfico fronteiriço assume a consciência de que é necessário e fundamental desenvolver reposta que não seja somente a tradução de uma revolta em particular, mas que firme o compromisso ético-teórico em construir uma resposta epistêmica descolonial ao legado colonial supracitado e aos outros que serão mencionados. Em *O fim do império cognitivo* (2019), Boaventura de Sousa Santos igualmente ressalta a eclosão de legados coloniais que subsidiam formas de desigualdades e discriminações ao afirmar que:

Vivemos num período no qual *as mais repugnantes formas de desigualdade e de discriminação estão se tornando politicamente aceitáveis*. As forças sociais e políticas que costumavam desafiar esse estado de coisas em nome de alternativas políticas e sociais estão, aparentemente, perdendo a força e, de um modo geral, parecem estar, em todo caso, na defensiva. (SANTOS, 2019, p. 07, grifo meu).

Desse modo, objetiva-se responder aos acontecimentos elencados a nível epistêmico, pois como se vê a modernidade / colonialidade se faz presente nos campos epistemológico, cultural, político e educacional. Além disso, é necessário construir, desde já, novas possibilidades no horizonte crítico brasileiro e a possibilidade escolhida a ser desenvolvida é o ensaio biográfico fronteiriço. Tal escolha, somente se torna possível, pois está comprometida em pensar crítica e teoricamente um momento que é descrito por Lilia Schwarcz como “[...] um período de recessão democrática, de cisão social em torno de questões comportamentais, terreno fértil para que velhas feridas históricas sejam mobilizadas por políticos que, de forma oportunista, pretendem ter saudades de um tempo que não volta mais [...]” (SCHWARCZ, 2019, p. 236). As velhas feridas históricas que retornam são pensadas pelo ensaio de modo que o texto reflita o contexto em que é desenvolvido, a fim de desaprender as lições emanadas pela modernidade / colonialidade.

Discorrer acerca do ensaio biográfico fronteiriço justifica-se pela constatação da inexistência de estudos sobre o assunto, visto que a consulta realizada no site do catálogo de teses e de dissertações da Capes, a partir dos termos, “ensaio biográfico” e “ensaio biográfico fronteiriço” mostram que, em relação ao primeiro termo, abundam teses que tratam da biografia de intelectuais em geral, contudo, no que concerne ao segundo termo, constatou-se a ausência de pesquisas. Tal carência diagnostica a exterioridade de pesquisas que se voltam para uma discussão conceitual de cunho biográfico-fronteiriço a partir do lócus enunciativo descolonial e de um lócus geográfico e epistemologicamente fronteiriço.

Nesse sentido, em *Aqui América Latina: uma especulação* (2013), ao evidenciar a relação entre a prática teórica e o lócus geográfico, Josefina Ludmer ressalta que as teorizações desenvolvidas a partir desse lócus são práticas teóricas que emergem de legados coloniais, de acordo com a autora: “Pensar territorialmente hoje, com os afetos (especular em territórioafeto), é ver alguns conflitos centrais na América latina. Ver os mapas e as linhas traçadas pelo capitalismo, pelo tráfico, pelas máfias e pelas políticas de morte” (LUDMER, 2013, p. 112).

Diante disso, erige-se uma discussão conceitual acerca do ensaio biográfico fronteiro justamente para se defrontar com os legados coloniais vigentes, os quais são consequências da retórica da modernidade / colonialidade e que, em contexto brasileiro, são perceptíveis quando se percebe que por trás de discursos voltados para o retorno de um passado que, como pontuou Lilia Schwarcz, não volta mais e que, em parte, jamais existiu, para a reafirmação de determinados comportamentos tidos como padrões na religião, na educação, na nação e na família, enfim, quando se entende que aquilo que sustenta discursos que atacam minorias é o legado colonial criam-se condições para a construção de respostas a tais legados. Desse modo, a resposta a ser construída a fim de desnaturalizar (SCHWARCZ, 2019) e descolonizar (MIGNOLO, 2017) tais legados e feridas abertas / coloniais, o ensaio biográfico fronteiro, opera de acordo com quatro eixos representados no título “Ensaio biográfico fronteiro: a gramática de um paradigma outro” são eles a ideia de uma gramática (MIGNOLO, 2017; NOLASCO, 2019) que organiza o ensaio biográfico, o bios (ANZALDÚA, 2000, 2005; NOLASCO, 2018), a epistemologia fronteira (ANZALDÚA, 2005; MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2009), e a proposta de um paradigma *outro* (MIGNOLO, 2003). Outras questões essenciais são as noções de ferida aberta, nós histórico-estruturais, a necessidade de se pensar a relação da crítica brasileira com a teorização descolonial e a complexidade do compromisso ético-teórico em traduzir a revolta com a retórica de modernidade / colonialidade tornada mais visível.

Para que a discussão conceitual acerca do ensaio se desenvolva, a perspectiva teórica é constituída pela crítica biográfica fronteira. Vale mencionar que a crítica biográfica que embasará a tese não se refere ao aporte teórico utilizado a exaustão no século XIX, que propunha uma leitura psicologizante do texto literário, mas trata-se de uma abordagem que emerge da descolonialidade ao teorizar a partir do “[...] grito do sujeito [...], das vidas que gritam através do sujeito, as miséria a que foram levadas por anos de colonialismo e, ultimamente, de civilização neoliberal” (MIGNOLO, 2003, p. 19-20).

Por meio de tal aporte teórico, os nós histórico-estruturais, que descrevem a matriz da modernidade / colonialidade, são desatados. No artigo “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade” (2017), Walter Mignolo enumera 12 nós histórico-estruturais que consistem nos “[...] níveis em que a lógica da colonialidade opera” (MIGNOLO, 2017, p. 09). Contudo, a atenção se volta para quatro nós específicos, são eles os de número 6, 10, 11 e 12, tal escolha justifica-se visto que, no contexto a partir do qual o texto se erige, o Brasil em meio a “convulsões” históricas, políticas, culturais e educacionais, percebe-se mais claramente a presença e as consequências de tais estruturas, soma-se a essa percepção o *bios* da pesquisadora. Em sequência, os quatro nós histórico-estruturais são, respectivamente, hierarquia de gênero / sexo global, hierarquia epistêmica, hierarquia linguística e a específica concepção de sujeito moderno. Em relação ao sexto nó, Walter Mignolo comenta:

Uma hierarquia de gênero / sexo global que privilegiava homens em detrimento de mulheres e o patriarcado europeu em detrimento de outras formas de configuração de gênero e de relações sexuais [...]. Um sistema que impôs o conceito de ‘mulher’ para reorganizar as relações de gênero / sexo nas colônias europeias, efetivamente introduzindo regulamentos para relações ‘normais’ entre os sexos, e as distinções hierárquicas entre ‘homem’ e a ‘mulher’ [...]. (MIGNOLO, 2017, p. 11).

A presença desse nó histórico-estrutural ampara-se no *bios* da pesquisadora e na percepção de sua presença em discursos autoritários em voga no Brasil emitidos por pessoas que ocupam posições, muitas vezes elevadas, na política, muito embora tal fenômeno também seja replicado por pessoas comuns, trabalhadores do dia a dia. O mal-estar sentido necessita ser traduzido na escrita e encontra na teorização do ensaio biográfico fronteiro o meio que pensa e desarticula esse nó. No texto “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo” (2000), Glória Anzaldúa propõe uma postura crítica que endossa a necessidade de falar a partir do *bios*, para a autora chicana:

Sua pele dever ser sensível o suficiente para o beijo mais suave e dura o bastante para protegê-la do desdém. Se for cuspir na cara do mundo, tenha certeza de estar de costas para o vento. Escreva sobre o que mais nos liga à vida, a sensação do corpo, a imagem vista, a expansão da psique em tranquilidade: momentos de alta intensidade, seus movimentos, sons, pensamentos. Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiência. (ANZALDÚA, 1987, p. 235, grifo meu).

Ao afirmar que não somos pobres de experiência, Glória Anzaldúa percebe o corpo e a vivência das mulheres latinas como matrizes epistêmicas pluriversais e possibilita que a teorização relacione a discussão engendrada à realidade da qual emerge. Dada a relevância de se pensar a partir da questão do gênero / sexo e do corpo feminino, entende-se que para a escrita ensaística biográfica fronteira “Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um imã, ele atrai os demônios para fora da tinta de nossas canetas” (ANZALDÚA, 2000, p. 234.).

As circunstâncias percebidas em torno dos discursos acerca da hierarquia de gênero / sexo requerem reflexão também a partir de um contexto mais abrangente, isto é, a relação de tal hierarquia com a realidade da região latino-americana. Sobre o assunto, os apontamentos de Silviano Santiago, na esteira da obra de Octavio Paz, *Labirinto da solidão* (1950), são relevantes para o projeto, pois o crítico percebia na mulher latina a lição aos grandes interpretes da latino-americanidade. Para Santiago:

Por a mulher ter passado séculos como teoricamente inexistente no universo masculinizado das interpretações canônicas da América Latina, não seria ela hoje – e em particular entre os que comungam os princípios do movimento surrealista – a expressão privilegiada da sinceridade e da autenticidade humanas? Não é ela que se entrega ao prazer e aos sentimentos nobres, à vida sexual e amorosa, à Vida, se entrega sem disfarces e sem segundas intenções, com franqueza? Desprezada a hierarquização de gênero típica do mundo patriarcal, não representaria ela “o” ser latino-americano ou mexicano sincero e autêntico, que há muito deveria ter dado lição aos grandes intérpretes da latino-americanidade? (SANTIAGO, 2006, p. 149-150).

Entrelaçada à hierarquia de gênero / sexo global, o ensaio se detém também em uma outra hierarquia, a epistêmica. A relação a ser incorporada e desenvolvida na tese entre a hierarquia epistêmica e a de gênero / sexo global reside na marginalização de teorizações concebidas por intelectuais mulheres. Nesse contexto, Walter Mignolo comenta sobre o assunto que

Uma hierarquia epistêmica que privilegiava o conhecimento e a cosmologia ocidentais em detrimento dos conhecimentos e das cosmologias não ocidentais foi institucionalizada no sistema universitário global, nas editoras e na Encyclopedia Britannica, tanto no papel quanto na internet [...] (MIGNOLO, 2017, p. 11).

A relação entre a hierarquia de gênero / sexo global com a hierarquização epistêmica é da ordem da marginalização de conhecimentos que não endossam o pensamento europeu (ou norte-americano)-branco-hetero-patriarcal. Dessa forma, o ensaio biográfico fronteiro desmonta como uma resposta a subalternização de conhecimentos e, concomitantemente, como uma prática teórica outra (MIGNOLO, 2003).

Correlata à marginalização epistêmica, a hierarquia linguística possui especial relevância haja vista o contexto geográfico. Sendo o Brasil o único país, na América do Sul, que fala português em uma região cujo idioma predominante é o espanhol, torna-se, por conseguinte, necessário pensar a questão das hierarquias de línguas e o papel que desempenha no mundo concebido pela modernidade / colonialidade. Walter Mignolo explica que:

Uma hierarquia linguística, entre as línguas europeias e as línguas não europeias, privilegiava a comunicação e a produção do conhecimento teórico nas línguas europeias subalternizava as línguas não europeias como apenas produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria [...] (MIGNOLO, 2017, p. 11).

Aprofundando mais acerca do papel das hierarquias linguísticas dentro do projeto, Walter Mignolo reconhece em “Desafios decoloniais hoje” (2017) que tanto o espanhol quanto o português praticados na América do Sul, ainda que façam parte das seis línguas imperiais (espanhol, português, inglês, italiano, alemão, francês) diferenciam-se, visto que “[...] os corpos que as falam habitam memórias diferentes, e, sobretudo, diferentes concepções e ‘sensibilidade’ de mundo” (MIGNOLO, 2017, p. 20). O último elo / nó dessa corrente que compõe a estratégia de sobrevivência da modernidade / colonialidade, endossa e evidencia ainda mais os outros três nós anteriores, pois a convergência desses corrobora a concepção de que os que pertencem a “categoria” de humanos / humanidade são aqueles sujeitos que habitam a modernidade / colonialidade como suas moradas, para o crítico argentino “Uma concepção particular do “sujeito moderno”, uma ideia do homem, introduzida no Renascimento europeu, se tornou modelo para o humano e para a humanidade, e o ponto de referência para a classificação racial e o racismo global [...]” (MIGNOLO, 2017, p. 11-12).

O conceito de sujeito moderno, sob o respaldo de um dado entendimento de humano, realça os três nós mencionados anteriormente, posto que foi a partir desse entendimento de humanidade que a exterioridade foi criada para reforçar uma identidade e, por conseguinte, a exclusão de qualquer outro que destoasse desse preceito ocorresse. Como mencionado anteriormente, a proposta do ensaio biográfico fronteiro organiza-se de acordo com quatro eixos, que contemplam os nós histórico-estruturais apresentados. Torna-se necessário desenvolver tais eixos e, conforme o desenvolvimento, mencionar alguns conceitos caros à reflexão. O primeiro dos quatro eixos refere-se à ideia de gramática que organiza o ensaio biográfico.

No artigo “Por uma gramática pedagógica da fronteira-sul: exterioridade” (2019), Edgar César Nolasco propõe discutir conceitualmente uma gramática pedagógica da exterioridade (NOLASCO, 2019) tendo por base a escrita memorialística de Silviano Santiago atravessada pela teorização descolonial e a crítica biográfica fronteira. O crítico sul-mato-grossense explica que a proposta de desenvolver tal gramática emerge de uma epistemologia da exterioridade regida por um método específico (NOLASCO, 2019), isto é, regida pelo aprender a desaprender. Nas palavras do crítico “[...] uma gramática expositiva do chão, ou uma gramática expositiva da fronteira enseja o ensino, a aprendizagem de uma gramática pedagógica da fronteira-sul [...]” (NOLASCO, 2019, p. 11). Na esteira do autor, a ideia de gramática do ensaio biográfico fronteiro atuará como uma prática que visa discutir os elementos que compõem o ensaio biográfico.

O segundo eixo diz respeito à inscrição do *bios* no ensaio biográfico fronteiro e, nesse sentido, deve ser reafirmada algumas questões outrora tratadas. A teorização que engendrar o ensaio biográfico torna-se possível quando se vislumbra no contexto a partir do qual se fala a presença, física e teórica, dos nós histórico-estruturais. A partir dessa percepção o ensaio assume o compromisso teórico e político de pensar as consequências da modernidade / colonialidade. Endossa a necessidade e a relevância do *bios* para o discurso crítico, os apontamentos efetuados por Edgar César Nolasco em “Descolonizando a pesquisa acadêmica” (2018) quando discorre que

É, mais do que preciso, é necessário a inscrição do corpo e do compromisso teórico, político mesmo desse pesquisador. E tal presença se daria por meio da inscrição de seu *bios* e de seu *lôcus* ancorando seu *lôcus* enunciativo, mais sua consciência fronteira, cujo olhar lançado emerge, sempre, da exterioridade e, nunca, da interioridade, isto é, de dentro do modo, ou sistema de pensar moderno que ainda impera dentro das academias e das disciplinas. (NOLASCO, 2018, p. 12-13).

No mesmo texto o crítico assinala a emergência de se falar *no* e *a partir do bios* e do corpo ao afirmar que “Precisamos aprender a falar do *bios* e do corpo, afinal uma pesquisa tem alma” (NOLASCO, 2018, p. 12 – 13). Isto é, teorizar quando se percebe a presença da modernidade / colonialidade por meio de discursos autoritários (sejam eles sobre o corpo, a mulher, as línguas não imperiais e a hierarquia epistêmica) endossa uma prática crítica e política descolonial, que opta pela vida e pelo que Walter Mignolo denominou de diversidade (MIGNOLO, 2008). Vale mencionar que desenvolver a teorização descolonial envolve igual processo de desenvolvimento do que bell hooks chama de consciência crítica (hooks, 2019). Em *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* (2019), Hooks reflete sobre o desenvolvimento da consciência crítica e explica que o conceito

É o processo pelo qual *deixamos de nos ver como objetos para agir como sujeitos*. Quando mulheres e homens compreendem que o trabalho de acabar com a dominação patriarcal é uma luta enraizada no desejo de fazer um mundo onde todas as pessoas possam viver de forma completa e livre, então sabemos que nosso trabalho é um gesto de amor. (HOOKS, 2019, p. 71).

Desenvolver tal noção como prática descolonial requer uma prática *outra* correlata, isto é, para descolonizar (MIGNOLO, 2003) ou desnaturalizar (SCHWARCZ, 2019) os nós histórico-estruturais é necessário, sobretudo, da parte da pesquisadora a consciência de que “[...] precisamos enfrentar o opressor em potencial dentro de nós – precisamos resgatar a vítima em potencial dentro de nós. Caso contrário, não podemos ter esperança de liberdade, de ver o fim da dominação” (HOOKS, 2019, p. 60).

Em relação ao segundo eixo, a epistemologia fronteira, ressalta que a teorização engendrada concebe-se enquanto um saber que, justamente por responder aos legados coloniais, não endossa, no horizonte crítico, tais legados (nós histórico-estruturais). Vale mencionar que a questão da epistemologia fronteira é atravessada por um duplo entendimento de fronteira, epistemológico (saberes outros em face às teorias e saberes hegemônicos) e geográfico (tríplice fronteira Brasil / Paraguai / Bolívia). Ao entender que a teorização que engendra o ensaio biográfico emerge desse contexto, evidencia-se a relação entre o pensamento fronteiro e a teorização descolonial, pois segundo Walter Mignolo: “[...] o pensamento fronteiro é a singularidade epistêmica de qualquer projeto decolonial. Por quê? Porque a epistemologia fronteira é a epistemologia do *anthropos* que não quer se submeter à *humanitas*, ainda que ao mesmo tempo não possa evitá-la” (MIGNOLO, 2017, p. 16).

Os quatro nós histórico-estruturais elencados a partir do apontamento feito por Walter Mignolo encontram em *Borderlands / la frontera: la nueva mestiza*, da crítica chicana Glória Anzaldúa, um outro paralelo. No livro,

Anzaldúa trata da fronteira entre os Estados Unidos e o México como uma ferida aberta, para a autora chicana a fronteira representa “[...] uma ferida aberta onde o Terceiro Mundo se arranha contra o Primeiro Mundo e sangra. E antes que se forma a casca, volta a hemorragia, a seiva vital de dois mundos que se funde para formar um terceiro país, uma cultura de fronteira.” (ANZALDÚA, 2005, p. 42). Diante disso, as hierarquias mencionadas (gênero / sexo, epistêmica, linguística e conceito de humano / humanidade) são entendidas como feridas e a teorização descolonial aqui proposta teoriza a partir dessas condições, pois, sobretudo, trata-se de um compromisso político-ético com o pensamento *outro*.

O último eixo, o paradigma *outro*, contempla a ideia de acordo com a qual o ensaio biográfico fronteiriço é um saber *outro* que se constitui a partir do diálogo efetuado com a modernidade / colonialidade e que, portanto, pensa os legados coloniais de forma crítica, não os reproduzindo na sua teorização. No prefácio para a edição espanhola de *Histórias locais / projetos globais* (2003), denominado “Un paradigma otro: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico”, Walter Mignolo comenta que “Chamo <<paradigma outro>> a diversidade (e diversidade) de formas críticas de pensamento analítico e de projetos futuros assentados nas histórias e experiências marcadas pela colonialidade [...]” (MIGNOLO, 2003, p. 20). Dessa forma, a teorização do ensaio biográfico fronteiriço consiste no desenvolvimento de uma prática epistêmica *outra* que, ao ser concebida no contexto histórico-político-cultural-educacional brasileiro, assume o compromisso teórico e político de descolonizar os legados coloniais mencionados vigentes.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Glória. **Falando em línguas**: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- ANZALDÚA, Glória. **Borderlands / la frontera**: la nueva mestiza. Trad. Carmen Valle. Madrid: Capitán Swing, 2005.
- HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- LUDMER, Josefina. **Aqui América Latina**: uma especulação. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. 1 ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020. 482 p. (Humanitas).
- MIGNOLO, Walter. **Colonialidade**: o lado mais escuro da modernidade. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- MIGNOLO, Walter. **Desafios decoloniais hoje**. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772/645>. Acesso em 01 jan. 2020.
- MIGNOLO, Walter. Prefacio a la edición castellana <<Un paradigma outro>>: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico. In: MIGNOLO, Walter. **Historias locales / diseños globales**: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo (Cuestiones de antagonismo). Madrid: Ediciones Akal Sa, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/355686434/11-Mignolo-Un-Paradigma-Otro>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- NOLASCO, Edgar C. **Descolonizando a pesquisa acadêmica**. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/7725>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- NOLASCO, Edgar C. **Por uma gramática pedagógica da fronteira-Sul**: exterioridades. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/9688>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- SANTOS, Boaventura de S. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AMÉRICA LATINA: CRÍTICA BIOGRÁFICA FRONTEIRIÇA PELA ANCORAGEM DESCOLONIAL

Fábio do Vale¹

Edgar César Nolasco²

Resumo: O presente trabalho busca disseminar a criticidade latino-americano pela partícipe teorização descolonial com o fito epistemológico de proporcionar que haja – por entre criticidades *outras* – a imersão teorizadora contemporânea para promover o diálogo Sul entre os críticos desse lócus atravessados pelos *bios* que nos circundam enquanto latinos apreciadores da crítica biográfica fronteiriça. O invólucro dessa premissa epistêmica parte dos conceitos interpostos pelos autores Paulo Freire, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Edgar César Nolasco, Marcos Antônio Bessa-Oliveira e Aníbal Quijano cujo cerne de apreciação crítica engendra a busca valorativa pela liberdade crítica e, sobretudo, a batalha do matizar enunciativo que necessário tem sido para uma resposta epistemológica, ou seja, um enunciar descolonial visando (des)britanizar as indumentárias modernas que até – nos transeuntes contextos hodiernos – têm nos atingido como massa impositiva, única e correta pelas aferições eurocêntricas, ou seja, pelo rito cartesiano de produzir criticidade.

Palavras-chave: América Latina; crítica biográfica fronteiriça; latinidade.

Trata-se do que passo a denominar de (bios=vida + lócus=lugar) *biolócus*. Por essa conceituação compreendo, então, a importância de se levar em conta numa reflexão crítica de base fronteiriça tanto o que é da ordem do *bios* (quer seja do “objeto” em estudo, quanto do sujeito crítico envolvido na ação), quanto da ordem do lócus (o lugar a partir de onde tal reflexão é proposta). Nessa direção, pensar a partir da fronteira-Sul faz, sim, toda a diferença colonial. (NOLASCO, 2015, p. 59)

A subordinação veio mais adiante, precisamente devido à dependência e não o contrário: durante a crise econômica mundial dos anos 30, a burguesia com mais capital comercial da América Latina (Argentina, Brasil, México, Chile, Uruguai e até certo ponto a Colômbia) foi forçada a produzir localmente os bens que serviam para seu consumo ostentador e que antes tinham que importar. Este foi o início do peculiar caminho latino-americano de industrialização dependente: a substituição dos bens importados para o consumo ostentador dos senhores e dos pequenos grupos médios associados a eles, por produtos locais destinados a esse consumo. (QUIJANO, 2005, p. 135)

Ao apreciarmos epistemologicamente os recortes endossados nas epígrafes supracitadas que delineamos – por ancoragem descolonial – erigimos nossa criticidade amoderna latino-americana. Quando propomos disseminar e desenvolver a crítica sobre e, principalmente, a partir e com a América Latina (QUIJANO, 2005, p. 117) devemos atentamente nos recordar que essa desenvoltura perfaz um rito crítico-periférico, marginal, logo, essa crítica remonta o que trazemos como condição *sine qua non* a crítica biográfica fronteiriça (NOLASCO, 2015, p. 60). O invólucro que nos circunda está alicerçado pela apreciação e reconhecimento do nosso *biolócus* (NOLASCO, 2015, p. 59)

¹ Doutorando/UFMS/NECC.

² Doutor/UFMS/NECC.

que parte de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sendo, portanto, pesquisadores do NECC – Núcleo de Estudos Culturais Comparados de UFMS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Ao dispormos/propormos o nosso discurso pela ancoragem descolonial compreendemos que esse é produzido não de impressões sobre as circunstanciais atividades latino-americanas (QUIJANO, 2005, p. 137), mas pelas nossas sensibilidades que nos afasta do girassol – moderno – que estamos discernindo nos últimos trabalhos. O girassol aqui metaforizado por nós nos auxilia nesse imbricar crítico-cultural. A referida planta recebe tal alcunha por acompanhar o movimento do sol no trânsito percorrido pela terra, assim e por isso mesmo, (re)ordenamos que a enseada cumprida pela girassol demonstra foco singular, único e que, por vezes, demonstra fragilidades quando esse se encontra em dia chuvoso. Pensar descolonialmente (MIGNOLO, 2008, p. 290) possibilita ao crítico (des) pensar não seus objetivos, mas sim, caminhos *outros* para se angariar – epistemologicamente – o espaço de enunciação crítica que por séculos foi silenciado pelas convenções centristas, ou seja, eurocêntricas:

Não seria possível explicar de outro modo, satisfatoriamente em todo caso, a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a ideia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo. (QUIJANO, 2005, p. 122)

Concordamos que o desprendimento da convenção eurocêntrica – maçante-teorizadora – sufoca o hastear – por exemplo – da latinidade que nos é viva e livre para enunciar, embora ainda sufocada/silenciada pela modernidade. As bases críticas eurocêntricas calcificam – ou pelo o menos tentam – nos trazer uma criticidade cujo bojo cultural-referencial parte único e exclusivamente da Europa (MIGNOLO, 2008, p. 297) decodificando que a leviana compreensão de que a Europa é a base centro-cultural do mundo. Nessa esteira apreciativo-cultural (FREIRE, 1987, p. 49) deferimos que pensar a criticidade que emerge sobre e a partir da América Latina (QUIJANO, 2005, p. 138), essa convenção não pode se valer de que a Europa é o referencial-cultural singular do mundo.

Nossa criticidade – genuinamente latino-americana – emerge de um espaço fronteiriço, portanto, de condição periférica (FREIRE, 1987, p. 54) para enaltecer e fortalecer a nossa cultura latina, assim sendo, nossa latinidade. Se pensarmos na fossilizada crítica eurocêntrica não conseguiríamos erigir com, sobre e a partir da nossa cultura, pois, estaríamos fadados a tecer nossas críticas ao molde teorizador europeu – tendo como basilar-cultural moderno – nossas epistemologias (NOLASCO, 2018, p. 90), assim, nos distanciariamos, ou melhor, não chegaríamos à criticidade que tanto nos é requerida em esfera global, para que haja a nossa enunciação *outra*, descolonial, amoderna, logo, não eurocêntrica.

Como a América Latina (MIGNOLO, 2008, p. 302) foi qualificada pelos incipientes colonizadores, natural percebermos que os referenciais de primeiro mundo – quando nos referimos às ancoragens culturais – assim sendo, europeus, fossem engendradas em espaço latino-americano transferindo a esse espaço colonial (FREIRE, 1987, p. 48) desdobramentos e ritos eurocêntricos normatizando – grande parte das vezes – até os nativos que (re)existiram/existem histórica(mente) à invasão colonizadora eurocêntrica.

Fato que por séculos até que as independências (QUIJANO, 2005, p. 134) cívicas acontecessem, as colônias latino-americanas – mesmo após independência colonial – continuaram replicando os valores referenciais europeus, efusivamente, até meados da metade do século XX. Pelo processo cívico-político não teríamos qualquer forma-



-maneira de impasse até que essa replicação acontecesse o (re)ordenamento passou a ser requerido a medida em que os países – já libertos civicamente – passassem a não mais falar sobre determinada cultura tendo como base a Europa (DUSSEL, 2004, p. 56), mas sim que as produções latinas tivessem as suas bases referenciais-culturais não desconstruindo qualquer cultura cartesiano-eurocêntrica, mas partindo de referenciais que emergissem daqui, da nossa América Latina (BESSA-OLIVEIRA, 2019, p. 90).

Ao propormos essa discussão amoderna, portanto não eurocêntrica, compreendemos que nossa base teorizadora não operacionaliza seu corpo (BESSA-OLIVEIRA, 2019, p. 91) enunciativo cujos basilares sejam eurocêntricos, mas de impressões que emergem das nossas próprias questões de vida, de lugar, assim configurando uma enunciação atravessada pelo nosso biolocus, esse, latino-americano (DUSSEL, 2004, p. 53).

Doravante pela necessidade de desobediência epistêmica, desobedecemos não por quaisquer e mera contraposições, mas discernimos que nossas impressões são sensíveis ao nosso espaço de enunciação. Trazendo precisão à nossa criticidade aqui neste diálogo, compreendemos que falar sobre, muito foi feito pela modernidade (NOLASCO, 2018, p. 95), pela convenção eurocêntrica, que do berço europeu teorizava mundialmente as suas aferições recortando e imprimindo suas ancoragens epistemológicas tendo como base único-exclusiva a cultura da Europa (MIGNOLO, 2008, p. 304).

Os processos políticos de independência (FREIRE, 1987, p. 30) cívica dos países latino-americanos possibilitaram esse olhar emergido daqui, logo, não moderno, não cartesiano, não regulamentador. Quando uma cultura – não europeia – se utiliza de convenções eurocêntricas para justificar as suas criticidades culturais, fendas são abertas e, grande parte das vezes, não justificadas. A aliança cultural latino-americana – do Uruguai até o México (DUSSEL, 2004, p. 59) – entre os países desse corredor limítrofe-geográfico tem compreendido que para se enunciar com intuito da exposição crítico-cultural latino-americana ser genuinamente erigida daqui – América Latina – essas criticidades não podem ter em suas críticas artísticas, filosóficas, literárias, políticas, sendo dispostas por intelectuais latinos, apreciada e multiplicada com os basilares teóricos eurocêntricos visto que, caso esse *modus operandi* seja mantido, continuaremos a propagar o que a Europa fez/faz culturalmente silenciando as críticas periféricas.

Compreendemos por bem que a latinidade só pode ser discutida quando culturalmente for apreciada pelos próprios latino-americanos, pois, do contrário reportaríamos a cultura do falar sobre sem que o corpo (BESSA-OLIVEIRA, 2019, p. 94) epistemológico esteja inserido no espaço enunciativo com as impressões de vida que o atravessa. Outro ponto discutível é o fato de que o eurocentrismo prezou/preza por questões (a)corporais, ou seja, o corpo – indivíduo – enuncia sem seus matizes crítico-sinestésicos perfazendo um discurso atravessado apenas por razão epistêmica, sem que as impressões pessoais de vida – *bios* – sejam postas a vogue da questão epistemológica engessando um pensamento de cunho restrito-sociológico justificando meios por meios e ações por ações com resultados previsíveis equivocadamente dentro da academia.

A transitividade do mundo pós-colonial (DUSSEL, 2004, p. 63) que trouxe/traz a mescla teórica entre os intelectuais nativos/experimentados daqueles que não o são ainda não conseguem hastear a nossa bandeira com rito do nosso latinismo, de modo que a nossa latinidade – latinismo – fique em parcialidades, comprometida. Ao propormos os referenciais teorizadores apenas latino-americanos edificamos os basilares – impressões – que os/ nos atravessa trazendo com precisão uma cultura ainda quase não qualificada visto que os teóricos latinos – equivocadamente – se ancoravam/ancoram em bases eurocêntricas.

Equivocadamente por quê? Quando se almeja discernir a cultura latina (BESSA-OLIVEIRA, 2019, p. 106) aferindo criticidades referencial-eurocêntricas no mais próximo se conseguirá elaborar um produto comparatis-

ta entre teóricos o que não é peça nem trânsito para se chegar à nossa latinidade. Nesse ínterim a criticidade do intelectual fronteiriço precisa ser descolonizada para que ele consiga enunciar com uma perspectiva amoderna:

A visada teórica defendida pela crítica biográfica fronteiriça se, por um lado, não ignora as demais abordagens teórico-críticas, como a moderna e ocidental, por outro lado, entende que é por meio da articulação de uma epistemologia fronteiriça que se pode compreender e abarcar melhor as histórias locais desses loci epistemológicos e suas produções que continuam não encampados pelas críticas modernas geralmente pensadas dos grandes centros do país e do mundo moderno. O intelectual crítico fronteiriço aprendeu que somente uma crítica desse locus pode considerar em suas discussões as sensibilidades biográficas e locais dos sujeitos e das produções envolvidas, inclusive do próprio intelectual que optou por aprender a desaprender as lições canonizadas e cristalizadas nas bordas dos pensamentos fronteiriços. Esse crítico sabe da importância de sua inscrição na discussão prática teórica defendida por ele, sabe que, ao agir assim, não cai na velha prática herdada pelas bordas do grande centro moderno de repetir à exaustão uma lição teórica falida e põe em execução uma teorização pós-colonial (MIGNOLO) que se articula por fora das demais teorias aquilatadas dentro do grande sistema moderno que ensombrou o mundo até o final do século 20. (NOLASCO, 2015, p. 60)

Inscriver-se – trazendo impressões de vida (*bios*) – na transitividade crítico-acadêmica possibilita que o intelectual latino-americano – responsiva(mente) – teça suas considerações sem se valer da fossilizada, cadavérica, antiquada e criticamente inflexível ancoragem eurocêntrica (QUIJANO, 2005, p. 138) na abertura de espaço para enunciação marginal face que nos silenciou dentro da academia posta como universal e claro, aos moldes eurocêntricos com seus basilares cartesianos.

Quando a cultura acadêmica é rígida em basilares referenciais, não há interculturalidade (DUSSEL, 2004, p. 51) muito menos partilha cultural o que justifica a nossa concepção de que o eurocentrismo se resguarda – indevidamente – se (auto)fossilizando. Dessa forma-maneira nosso diálogo não parte do norte (eurocêntrico-moderno), mas parte do sul – América Latina – e para o próprio sul (DUSSEL, 2004, p. 68) criando um processo cíclico acadêmico que não engessa a cultura existente hodiernamente em nossa América Latina (MIGNOLO, 2008, p. 295), mas acolhe atualizando – assiduamente – a nossa latinidade, marginal, periférica crítico-fronteiriça.

Importante debatermos também a questão do intelectual latino-americano. A crítica biográfica fronteiriça (NOLASCO, 2018, p. 82) muito nos representa, constitui, retrata, reflete, configura, espalha, exprime, corresponde por promover e qualificar a nossa enunciação que não parte de um grande centro, por vez então, discursamos da periferia, das bordas que secularmente foi silenciada por não ser compreendida e considerada vez que a modernidade era/é vista como matriz exclusiva dos alicerces culturais da humanidade (FREIRE, 1987, p. 16).

É importante ressaltarmos aqui que essa condição opressora-estagnante do rito eurocêntrico (QUIJANO, 2005, p. 128) acontecesse de múltiplas formas as quais podemos destacar a mais inerte delas, o não espaço epistemológico para que aqueles que não enunciam a partir do centro, mas da minha/nossa periferia (FREIRE, 1987, p. 55) latino-americana isso é abertamente percebível pelo (des)crédito de não citar – promover diálogo (DUSSEL, 2004, p. 70) – com intelectuais marginais, ou seja, da fronteira epistemológica.

Nesse compasso epistemológico (NOLASCO, 2018, p. 94) compreendemos que se a cultura concatena-se ao elo sensível da paixão e as normatizações por/pela razão, a crítica biográfica fronteiriça entra em consonância para subverter essa sistematização (des)britanizando, ou seja, descolonizando a academia posta como universal em que a criticidade fronteiriça sincroniza esses polos (re)formulando o fazer científico, pelas bordas que nos atravessam,

que sentimos, erigimos, que toque que nos convida à sensibilidade de uma crítica-humanística sem face acadêmica-limítrofe, essa mescla epistemológica enuncia sem desprezar os valores eurocêntricos, mas – com certeza – não se abaliza apenas neles, contudo o reconhece pela historicidade sem beijá-lo por condição de uma prostrar devoto e normatizado como o girassol moderno, nesses vieses, concordamos que a pesquisa científica latino-americana consegue qualificar a nossa latinidade quando esses polos preditos são sincrética(mente) harmonizados.

Por esses meandros periféricos sendo assim, subalternos é de grande valia mensurarmos, *grosso modo*, que os referidos estudos nos proporcionam – epistemologicamente – o processo crítico-sinestésico de descolonização (MIGNOLO, 2008, p. 313) para com a pesquisa acadêmica, em que a reflexão arrolada nesses vieses condiciona a nossa criticidade – subalterna – a partir da nossa própria produção e reprodução do conhecimento – do nosso biólócus – representando o recorte subalterno que grassa esta discussão que estamos desenvolvendo por bases epistêmicas não modernas. Nessa esteira propomos considerar o exercício epistemológico subsequente:

Logo, não é à toa, nem por acaso, que o exercício dessa prática está na origem conceitual do que se entende por razão subalterna, ou fronteira: “sugiro que a razão subalterna seja entendida como um conjunto diverso de práticas teóricas emergindo *dos* e respondendo *aos* legados coloniais na interseção da história euro- americana moderna”. Emergindo das margens, das fronteiras, dos *lóci* periféricos, a partir dos quais se formula uma lógica outra, um pensamento outro, o que culmina no que se entende por “epistemologia fronteira” (ANZALDÚA). (NOLASCO, 2018, p. 12)

Essa formulação da aplicabilidade à postura de se buscar uma lógica *outra* resvala à questão de um pensamento não colonial, não hegemônico, o que pensamos por bem dizer, que essa cultura de se formular uma lógica é intrinsecamente, ou seja, um pensamento inerente ao atravessamento de vida que o indivíduo – objeto – sobre/recebe no contexto em que está inserido isso (re)formula a perspectiva epistemológica por uma vida que não parte do centro, mas de uma enunciação que segue os trâmites fronteiriços de uma sistemática periférica, portanto, fronteira.

Por isso tecemos contrapontos epistêmicos às convenções eurocêntricas, pois, ao habitar-mos a/na fronteira, logo, de forma-maneira não cartesiana habitamos a *exterioridade* (NOLASCO, 2018, p. 82). Essa conceptualização nos faz fugir a regra – moderna-estagnante – de que estaríamos do lado de cá aferindo impressões sobre o lado de lá, ou vice-versa. A crítica biográfica fronteira quantifica uma sensibilidade de que o nosso teorizar não precisa – obrigatoriamente – passar/pensar a partir do centro o que nos qualifica pensar, de modo *outro*, logo, pensar da e a partir da fronteira, da margem que tanto – e assim – representa a América Latina (FREIRE, 1987, p. 99). Assim é nítido e percebível – o que deva ser mensurado – que a distinção entre enunciar quando se a habita a *exterioridade* se estabelece, pois, ao enunciarmos da exterioridade, erigimos a partir da diferença colonial, em condição enunciativa *sine qua non* proposta sobre e, principalmente, da fronteira culminando assim no que estamos discernindo sobre a crítica biográfica fronteira.

A América Latina por genuíno espaço – lócus – de enunciação periférica, fronteira, qualifica (des)britanizando o modo crítico-acadêmico do latinos enunciarem por descolonizar a nossa ancoragem teórica, por entre trânsito acadêmico não vislumbramos que assim deve ser feito para que a perspectiva moderna se substituída. Não. O que propomos é que pensar e enunciar da *exterioridade* (NOLASCO, 2018, p. 95) nos dará propriedade crítico-cultura para se aferir considerações da América Latina pelos nossos atravessamentos filosófico, sociológicos e antropológicos (FREIRE, 1987, p. 54) que edificam a nossa latinidade, face da nossa genuína cultura – silenciada por tempos egoístas da academia – aferida não por quem habita do lado de lá – equivocadamente com parâmetros modernos – e pretende conceituar de lá o que aqui vivemos, sentimos e compreendemos, mas por quem enuncia da e a partir da fronteira, espaço que até o século XIX não era assistido nem positivo nem negativamente.

Ao pensarmos uma teorização a partir da América Latina (MIGNOLO, 2008, p. 314) essa por vez se pensada a partir do espaço de fala, logo, deve ser descolonial. A descolonização permite ao intelectual desprender-se das criticidade – vertes e indumentárias acadêmicas – que historicamente foram postas aos povos colonizados. Quando então partimos de sensibilidades *outras*, sabendo que o girassol-moderno existe, mas não seguimos seu rito, consideramos as faces históricas, sociológicas, antropológicas e filosóficas da humanidade (FREIRE, 1987, p. 24), sabendo então desses capítulos estagnantes da academia, transitamos por grande parte deles para degustarmos esses registros apreciados pelo convencional cânone, mas a nossa decisão, opção, sendo descolonial, nos afasta dessa ancoragem colonial (BESSA-OLIVEIRA, 2019, p. 102).

Entendemos, portanto, que para a nossa criticidade valorativa-local existir apenas com indumentárias latinas – bugresca, indígena, crioula – é preciso eleger a opção descolonial, afastando-nos – sem desprezo aos demais intelectuais – das vestes que nos foram postas pela modernidade. Essas vestes eurocêntricas nos deixam descolocados quando problematizamos – epistemologicamente – estarmos em um baile latino cuja musicalização ondula em salpiques da polca paraguaia, do merengue curvado, intensificado por vezes pelo *reggaeton*, suavizado e/com o samba brasileiro. O que pretendemos aqui ao metaforizarmos é dizer que não conseguiremos discernir nossa latinidade se nossa base epistemológica (NOLASCO, 2015, p. 61) fugir ao toque cultural daquilo que nos é brindado como latino-americanos nas interfaces culturais.

Enunciamos também neste debate acadêmico – o que por bem achamos relevante recordar – nossas impressões tal qual estamos discernindo do nosso biolôcus que parte de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sendo, portanto, pesquisadores do NECC – Núcleo de Estudos Culturais Comparados da UFMS (NOLASCO, 2015, p. 55), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Propomos esse referencial para sabermos de onde enunciamos para que jamais se perca esse e assiduamente se notabilize o local – lócus – de fala considerando sempre as questões que nos atravessam em nossas vidas – *bios* – latinas. Aqui está desvendada a esfinge da *exterioridade* que tanto qualifica o nosso pensamento descolonial.

Habitamos, vivemos, enunciamos a partir e com a América Latina (QUIJANO, 2005, p. 134) o que justifica – epistemologicamente – nossa criticidade distinta dos parâmetros eurocêntricos, pois, não apenas falamos criticamente daquilo – objeto e suas implacabilidades – que pensamos ser com algum revérbero de colonialidade do poder. A criticidade latino-americana – fronteira por partir da *exterioridade* – brinda a descolonização como peça motriz para se compreender a nossa latinidade, logo, caso não sigamos o rito acadêmico fronteiro, ou melhor, – a crítica biográfica fronteira (NOLASCO, 2015, p. 60) – podemos continuar a replicar o que a modernidade fez/faz para com aqueles que julgam necessário teorizar outras regiões do mundo, não europeia, recebendo aferições e tendo como base a própria cultura europeia o que não é parâmetro – e não serve de parâmetro – para se qualificar trazendo os meus/nossos predicados latino-americanos (FREIRE, 1987, p. 100).

Queremos e devemos recordar – o que sensível refletirmos – que a descolonização não está sendo apresentada aqui em tom de imposição, jamais o faríamos. O fato é que discordamos pensar a nossa latinidade com as teorizações críticas não latinas, pois, se assim fosse adotado o parâmetro teorizador, com criticidades eurocêntricas, no máximo conseguiríamos falar sobre a América Latina (QUIJANO, 2005, p. 137). Quando então propomos falar a partir da América Latina convidamos *los intelectuales latinos* para esse diálogo que nos configura como críticos e intelectuais que não pensam e enunciam apenas sobre, mas sim e também, a partir da nossa condição fronteira latino-americana.

Compreendemos que contribuir para e moldurar a nossa latinidade esteja nessa relação, ser latino-americano para falar sobre e a partir da América Latina, em contrapartida, caso os teóricos não estejam inscritos nesse contexto falar-se-á sobre a América Latina o que historicamente se fez/faz com os olhos eurocêntricos. A guisa dessa (des) problematização é com base descolonial que somos direcionados à saída – na época – não avistada por Quijano:



O problema é, contudo, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. Assim, ainda nos encontramos hoje num labirinto em que o Minotauro é sempre visível, mas sem nenhuma Ariadne para mostrar-nos a ansiada saída. (QUIJANO, 2005, p. 136)

A perspectiva discutida pelo intelectual latino-americano Aníbal Quijano era até os incipientes capítulos do século XXI inatingível epistemologicamente. Nesse intento crítico-literário, a saída crítica requerida por Quijano não é advinda da sua metaforizada Ariadne, mas da concepção latino-americana proposta pela crítica biográfica fronteira cujas enunciações latinas devam partir do reconhecimento de que habitamos a *exterioridade* e que dela enunciamos nossas impressões sensíveis crítico-sinestésicas para o pensamento que nos leva – pela ancoragem descolonial – teorias que nos qualificam e por assim melhor tecer criticamente nossas impressões.

Essas criticidades que proporcionam, pela crítica biográfica fronteira, chegarmos à nossa latinidade (des) pensando as ancoragens modernas para assumirmos nosso púlpito – lócus de enunciação – maciço de madeira latina para a nossa impressão crítico-acadêmica na contemporaneidade que nos circunda edificando, entre os intelectuais latinos, o diálogo sul – fronteiro – e que ele emerge para o próprio sul não em tom segregativo, mas com o intuito de edificação da nossa latinidade ainda mal aferida dentro dos espaços acadêmicos de originalidade periférica, dessa feita, para que tenhamos nossa latinidade é preciso (des)britanizar, ou seja, pensar por ancoragem descolonial.

REFERÊNCIAS

- BESSA-OLIVEIRA, M. A. O corpo das artes (cênicas) latinas ainda é razão e emoção! *In*: SIMPÓSIO REFLEXÕES CÊNICAS CONTEMPORÂNEAS, 2019, Campinas, SP. **Anais [...]**. Campinas, SP: Publicação Eletrônica, 2019. v. 4. p. 1-13. Disponível em: <https://gongo.nics.unicamp.br/revistadigital/index.php/simposiorfc/article/view/636/522>. Acesso em: 18 out. 2020.
- DUSSEL, E. Transmodernidade e Interculturalidade (Interpretação desde a Filosofia da Libertação). *In*: FORNET-BETANCOURT, R. (Orgs.). **Interculturalidade: críticas, diálogo e perspectivas**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004. p. 159-208. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100051. Acesso em: 18 out. 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.
- NOLASCO, Edgar César. Habitar a exterioridade da fronteira-sul. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande-MS, v. 2, n. 20, p. 01-26, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/7771>. Acesso em: 18 out. 2020.
- NOLASCO, Edgar César. Crítica biográfica fronteira (Brasil\Paraguai\Bolívia). **Cadernos de Estudos Culturais: Brasil\Paraguai\Bolívia**. Campo Grande-MS, v. 7, n. 14, p. 47-63, jul.\dez. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/270224877.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.
- NOLASCO, Edgar César. **Descolonizando a pesquisa acadêmica: uma teorização sem disciplinas**. Acervo do autor. 2019, texto no prelo, p. 1-22. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/7725>. Acesso em: 18 out. 2020.
- QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América. *In*: LANDER, E.(Org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2005. (Obra completa) Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 18 out. 2020.



NARRATIVAS DO CORPO: UMA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA EM PERSPECTIVA LITERÁRIA E CULTURAL¹

Marta Francisco de Oliveira²

Marcia Gomes de Lima³

Resumo: Esta pesquisa consiste em verificar, a partir da leitura de *Carta à rainha louca*, de Maria Valéria Rezende, em paralelo com outros textos literários, certas construções discursivas e culturais que se configuram como narrativas do corpo. Assim, colocamos em perspectiva questões culturais, ou seja, a forma que as narrativas, por meio das diversas formas de linguagem, têm construído ideais para os ‘corpos’ literais e metafóricos masculinos e femininos desde o nascimento, e suas significações simbólicas. Nosso propósito é chegar a possíveis compreensões acerca das razões pelas quais, passados mais de cinco séculos da implantação do sistema patriarcal no Brasil, ainda perdura no ideário popular – determinando padrões de comportamento e formas de organização social e cultural – a percepção de que a educação para meninos e meninas deve ser hierarquizada em detrimento da condição feminina. Teoricamente apoiamo-nos na crítica feminista: Saffioti (2015), Lerner (2019), Lugones (2008) e no pensamento descolonial de Mignolo (2014).

Palavras-chave: Patriarcado; Narrativas do corpo; Literatura.

INTRODUÇÃO

Inúmeros são os argumentos que sustentaram/sustentam a dominação masculina ao longo do tempo entre variadas civilizações, sobretudo nas ocidentais, desde os/dos fundamentos religiosos que pregam/impõem o modelo de mulher submissa porque assim foi criada por Deus, à explicação determinista do ponto de vista biológico que se estende da Idade da Pedra até o presente pela afirmação de que a divisão sexual do trabalho com base na superioridade natural do homem é um fato (LERNER, 2019, p. 42-43). Embora esses argumentos sejam contestados por antropólogas feministas, podemos afirmar que a sociedade atual está organizada em torno dos pressupostos do patriarcado que a cada geração se configura de forma diferente, e mesmo com os avanços e conquistas pelos movimentos feministas continua muito presente.

Há divergências entre os teóricos e estudiosos sobre o período/civilização em que esse sistema toma força nas sociedades; se, por um lado Maria Lugones (2008) defende a ideia de que não existia patriarcado nas sociedades existentes antes da chegada europeia nos novos espaços dos continentes americano e africano, por outro, Rita Segato (2011) entende que havia um patriarcado de baixa intensidade nas sociedades indígenas e afro-americanas. Entendemos, porém, que, com divergência ou não, é difícil contestar que é este modo de compreensão/organização

¹ Pesquisa de Mestrado em andamento: Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem – Curso de Mestrado/FAALC da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Professora doutora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, orientadora deste projeto.

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação Mestrado em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na área de Teoria Literária e Estudos Comparados. Licenciada em Letras (UFMS), Pós-graduação Lato Sensu (UFMS) em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa. E-mail: marciagdelima@gmail.com.

dos grupos com ênfase no poder masculino que se sustenta a dominação masculina e a subordinação e subjugação das mulheres conforme vemos nos modelos mais próximos a nosso contexto.

Esse sistema enraizado e constantemente reinventado introjetou na sociedade a ideia de superioridade do masculino hétero em relação às mulheres e, por extensão, da hierarquia entre as pessoas de acordo com o gênero, o lugar, a sexualidade, a raça/etnia, a religião. Em outras palavras, tal sistema se relaciona com outras formas de opressão. Deste modo, pode-se justificar a relevância do debate acerca do patriarcado, suas consequências e modos de superação, porque as relações de poder e violência contra as mulheres passaram a ser naturalizadas sob sua égide; ademais, também se relaciona com a escravidão (raiz do racismo) e com a exploração do trabalho das mulheres e outros grupos menos favorecidos, como crianças, estrangeiros sul-americanos bolivianos e paraguaios, entre outros.

Segundo o que depreendemos de leituras dos trabalhos de Saffioti (2015), e Ribeiro (2019), entre outras, no que tange ao feminino, historicamente as mulheres negras/pretas escravizadas trabalhavam na lavoura, na casa grande, eram abusadas pelos senhores, amamentavam os filhos dos brancos, os próprios filhos e, ainda, desempenhavam o trabalho doméstico na casa grande quando não ficavam confinadas nas senzalas. O capitalismo, no modelo que nos separa de acordo com a categoria de classe e as posses, explora os corpos femininos negros/pretos e sua mão de obra. Ao longo da história, essas mulheres sempre tiveram os menores salários e empregos precários. É o patriarcado que está por traz disso tudo, sempre nos fazendo acreditar que é natural as mulheres desempenharem determinados papéis sociais que, na realidade, são apenas uma faceta das formas de explorá-las.

Pensando no ambiente privado (SAFFIOTI, 1987), o patriarcado enraizou a ideia e as narrativas decorrentes deste pensamento de que na família o homem tem a palavra final ou é quem tem o direito de determinar padrões de comportamento e organização familiar segundo suas vontades. Quando não consegue impô-las, muitas vezes considerando tal direito inerente ao desenho de seu próprio corpo masculino (dotado do falo), replicando narrativas de poder, procura fazer valer sua vontade através da violência simbólica e/ou física. Assim, ao pensarmos em patriarcado, queremos fazer menção ao termo considerando sua permanente transformação. O machismo, por exemplo, é uma atualização do patriarcado.

No prefácio do livro *A criação do Patriarcado* de Gerda Lerner (2019), Lola Aronovich (p. 21), apresenta a ideia de que “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores.” É um sistema que se mantém forte e supremo, visto que uma de suas ancoragens é a ideologia sexista amplamente disseminada nas sociedades, afetando comportamentos e atitudes de homens e mulheres, pois desde a tenra idade são educados para a assimilação de diferenças entre feminino e masculino, cuja distribuição de poder “[...] é muito desigual, em detrimento das mulheres”. (SAFFIOTI, 2015, p. 37). Ainda, a autora afirma que

as mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem. (SAFFIOTI, 2015, p. 37).

Nesse contexto, desenvolve-se uma educação baseada na diferença e desigualdade de gêneros e de inferioridade da mulher em relação ao homem, na qual “[...] a sociedade estimula o homem a desenvolver seu *animus*⁴,

⁴ Na psicologia de Carl Gustav Jung, psiquiatra suíço, fundador da escola da Psicologia Analítica, “o *animus* e a *anima* são forças mentais que, entre outras atividades, formam laços entre (1) o inconsciente coletivo, que está presente desde o nascer e que é geneticamente (biologicamente) determinado, e (2) o inconsciente pessoal, que é o produto de todas as experiências



desencorajando-o a desenvolver sua *anima*⁵, procedendo de maneira exatamente inversa com a mulher” (SAFFIOTI, 2015, p. 39), contribuindo para o desequilíbrio entre o feminino e o masculino e o reforço da primazia masculina. Reforçado pela família, igreja, escola e pelo estado, esse desequilíbrio sustenta um sistema que fomenta uma sociedade sexista e misógina, com potencial de manifestação por vários tipos de linguagem como a musical, fílmica, artística, midiática, publicitária, literária entre outras.

Deste modo, a partir dos estudos teóricos literários, científicos e decoloniais, nosso viés de reflexão buscará verificar o modo como certas “narrativas do corpo” são constituídas, ou seja, as formas de construção discursiva que colocam em perspectiva a questão cultural dos modelos considerados ideais e que determinam como os corpos femininos e masculinos devem ser cuidados e apresentados no grupo social, “narrados” e revelados para si e para os demais públicos, bem como suas formas de expressão e significações simbólicas, a fim de chegar a possíveis compreensões acerca das razões pelas quais, passados mais de cinco séculos da implantação do sistema patriarcal no Brasil, ainda perdura no ideário popular – determinando padrões de comportamento e formas de organização social e cultural – a percepção de que a educação para meninos e meninas deve ser hierarquizada em detrimento da condição feminina.

Nesse sentido, a pesquisa será desenvolvida por meio de metodologia qualitativa com base em princípios da pesquisa bibliográfica, estabelecendo diálogo entre estudos literários da obra *Carta à Rainha Louca* (REZENDE, 2019), do conto “O pai” (CUNHA, 1980) e estudos teóricos dos seguintes estudiosos e estudiosas: da crítica feminista Saffioti (2015), Lerner (2019), Castañeda (2006), e do pensamento decolonial Mignolo (2014), Palermo (2008), Segato (2011), Lugones (2008), entre outros.

Assim, justificamos nossa proposta por considerar que é a partir do debate na educação que será possível a construção de uma sociedade melhor, de narrativas plurais dos corpos que a compõem e que nela tem direito de estar e atuar. Sob essa ótica, esta pesquisa contribuirá para trazer à baila uma discussão teórica baseada na crítica feminista e no pensamento descolonial, a fim de construir um caminho crítico de valorização de outras narrativas contemporâneas, como projetos de valorização de propostas plurais para o feminino para que possamos avançar para uma estrutura social mais humana e igualitária.

PATRIARCADO E LITERATURA: PROPOSTA DE LEITURA

A literatura e outras formas de expressão, artísticas e culturais, como instrumentos de interação social, cumprem o papel de criticar, denunciar, resgatar, rememorar e reescrever uma história, bem como difundir conhecimentos e a cultura de um determinado tempo e lugar. Por exemplo, se retomarmos algo da literatura brasileira da primeira metade do século XX, como a trilogia memorialística de José Lins do Rego, *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933) e *Bangüê* (1934), podemos encontrar uma espécie de literatura de formação, refletindo o modelo de educação masculina baseada na desigualdade de gênero.

As obras retratam a infância e juventude do personagem Carlos no Brasil pós-colonial e é possível perceber no texto a descrição de uma educação diferenciada para meninos e meninas, o modo de representação/reprodução

de uma pessoa na sua subsequente vida emocional e interpessoal. O *animus* e a *anima* também têm funções importantes na identificação sexual de uma pessoa e na formação de relacionamentos com pessoas do sexo oposto. Na terminologia de Jung, eles são tipos especiais de arquétipos”. (JUNG, 1991).

⁵ Assim: *Animus* é o arquétipo que compõe o lado masculino inconsciente da psique feminina e *Anima* é o arquétipo que compõe o lado feminino inconsciente da psique masculina.

do modelo social da época, com tratamento e lugares bem definidos para ambos os grupos, uma formação desigual, na qual os privilégios e vantagens eram sempre para o garoto sem limites, livre para ir onde quisesse, com muitos mimos, inserido na vida sexual aos 12 anos, enquanto os adultos, retratados nos moldes da época, normalizavam a situação e achavam graça.

As experiências vividas pelo personagem revelam que aos meninos era/é dado, desde cedo, o privilégio da liberdade de movimentos e da linguagem, bem como da prática sexual, incorporando desde muito cedo a ideia do corpo como objeto de prazer, sem a contenção imposta ao feminino. Embora a condição física do garoto fosse precária devido à asma crônica, as atividades ao ar livre de uma criança vivendo em uma propriedade rural, evidencia a sugestão dos privilégios de liberdade concedidos ao menino, por ser homem:

agora o engenho oferecia-me o amor por toda a parte: na senzala, na beira do rio, nas casas de palha. Os moleques levavam-me para as visitas por debaixo dos matos, esperando a vez de cada um. Na casa-grande os homens achavam graça de tanta libertinagem. (REGO, 2003, p. 100).

A figura feminina, no fragmento utilizado como exemplo, é apenas sugerida em meio às experiências mencionadas pelo personagem; quando criança, a senzala oferecia os corpos das servas como propriedades para seu usufruto, até que contrai o que chamam de doença de homem.

O conjunto das três obras mostra nitidamente que a formação de meninos, homens e jovens baseada numa cultura sexista e no sistema patriarcal, implantado no Brasil desde o século XV, com a chegada dos europeus, foi muito bem assimilada e que é um modelo que se repete e se atualiza a cada geração, visto que ainda prospera com raízes fortes e profundas no século XXI. E, neste sentido, Helena Parente Cunha pode ser inserida em nossas leituras com o conto “O pai”, na obra *Os provisórios* (1980). O texto nos serve de parâmetro para a percepção da permanência da forma de educação condicionada ao que se quer/espera de meninas/mulheres, através das gerações até a atualidade.

Com base na biografia da autora encontrada na *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*, Helena Parente Cunha é uma escritora brasileira nascida em Salvador, BA, em 1930. Devido a seus trabalhos com a linguagem e a literatura, desenvolve ensaios, é poeta, contista, romancista, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro e tradutora. Em 1968 publicou seu primeiro livro de poemas, *Corpo no Cerco*, pela editora Tempo Brasileiro. A obra na qual o conto que colocamos em perspectiva se encontra, *Os Provisórios*, de 1980, foi seu primeiro livro de contos. Conforme Santana (2013), nele “Cunha narra sobre os oprimidos da vida. Os ‘provisórios’ são as vítimas anônimas da condição de existir e de ser. São aqueles que estão à margem e não protagonizam a história oficial”. Os contos deste livro servem para “dar voz a esses sujeitos”. Ainda, a escritora desenvolveu desde o fim dos anos 1980, pesquisa sobre a representação feminina na literatura e a produção de escritoras brasileiras do século XIX ao início do XXI.

O conto “O pai”, escrito em 1980, época em que a mulher estava conquistando seu lugar na sociedade, é um alerta às mulheres para a permanência do sistema autoritário e repressor, responsável pelo silenciamento e subjugação das mulheres ao longo da história, o patriarcado.

Assim, considerando todo o histórico social, cultural, político, econômico e a educação patriarcal tida como ideal para os meninos, jovens e homens e também para as meninas ao longo de todo este tempo, tal como representada nos romances de José Lins do Rego, e em virtude de sua permanência, tal como no conto “O pai”, mesmo que velada e sutil, mas ainda assim surtindo um efeito marcante e desigual, surge a necessidade de compreender essa realidade ainda não superada no século XXI.



Nesse sentido, com base na literatura, voltaremos os olhos para a ficção que retorna ao Brasil colônia do século XVIII, por meio da proposta de leitura da obra *Carta à Rainha Louca*, de Maria Valéria Rezende (2019), com a narrativa da protagonista Isabel das Santas Virgens que se encontra presa no Convento do Recolhimento da Conceição (REZENDE, 2019, capa) em Olinda, Pernambuco, tida como louca e desobediente à Coroa por ter sido acusada de tentar fundar um convento de freiras clandestino (REZENDE, 2019, p. 139-140). O texto contempla uma narrativa que estabelece diálogo com o Brasil contemporâneo, marcando a permanência de um modelo que permeia todos os campos dentro da sociedade, visto que a violência contra a mulher ainda é uma realidade constante no país.

Inconformada por estar presa por um crime que não cometeu, em 1789 inicia uma carta à Rainha Maria I, conhecida como Rainha Louca, crendo que será compreendida, e por acreditar que a rainha era “[...] capaz de ordenar e fazer o bom e o justo [...]” e também por ser “[...] mulher, capaz de saber o que sofre outra mulher que clama por justiça”. (REZENDE, 2019, p. 9).

Assim, revela suas agruras, “[...] as violências cometidas pelos homens da Coroa – e por aqueles que aspiravam a tal posto – contra mulheres, escravizados e todos os que se encontravam em situações vulneráveis” e os “infortúnios vividos por ela e por Blandina, sua senhora”, “[...] expõe o pano de fundo da colonização brasileira, e da situação da mulher que ousava desafiar regras” (REZENDE, 2019, capa), além do poder do patriarcado, retomando fatos como a retirada do filho de sua senhora, a tentativa de estupro sofrida ainda menina, o travestimento de homem para trabalhar e não ser atacada ou violentada, a vulnerabilidade aos homens que consideravam seu direito se impor às mulheres. Ademais, revela aspectos da cultura religiosa, questões emblemáticas relacionadas à clausura nos conventos como forma de punição, os maus tratos, os castigos em solitárias, entre outros, como revela o trecho a seguir:

[...] quão grande foi a injustiça que nos fizeram, não podereis compreender o quanto somos nós, as mulheres desta terra, usadas e abusadas por todos aqueles que aqui detém o poder e nunca, por nenhuma razão, abrem mão dele, nem sequer por amor de nosso Senhor Jesus Cristo. (REZENDE, 2019, p. 66).

Tais questões, que poderiam/parecem estar enterradas no passado, ainda permanecem no século XXI, visto que as mulheres, apesar da aparente independência, ainda vivem sob a égide das relações determinadas pelo que entendemos como patriarcado, pois precisam, simbolicamente na maioria das vezes, porém em outras literalmente, esconder sua feminilidade ou suas características ligadas ao feminino para conquistar respeito no trabalho, e nas relações sociais de todos os tipos. Frequentemente são estereotipadas, objetificadas e tratadas como sujeitos não possuidores de direitos, com a autonomia e poder de escolha desrespeitados; além disso, sofrem com o assédio, com a cultura do estupro e com a violência doméstica e familiar, tendo seus corpos subjugados e controlados pelos companheiros, pela igreja e pelo estado, e por fim morrem pelas mãos do homem com quem compartilhou sonhos e por quem nutriu sentimentos. Nesta linha de raciocínio, Rezende declara:

Então eu acho que, de alguma maneira, a *Carta à rainha louca* fala de hoje também. Essa tensão entre a mulher que busca liberdade e realização pessoal e uma estrutura machista que reage contra isso, e reage, inclusive, com muita violência. (REZENDE, *Jornal Eletrônico Nexo*, 3 de jun. 2019).

Em entrevista concedida a Juliana Domingos de Lima, em 3 de junho de 2019, do *Jornal Eletrônico Nexo*, de São Paulo, Rezende detalha que a obra foi inspirada em três cartas que encontrou dentro de um processo incompleto



de investigação, no Arquivo Ultramarino, em 1982, quando visitava Portugal/Lisboa. Duas cartas eram de padres visitantes (um mais benevolente com a situação e outro mais duro) que foram investigar a denúncia contra uma mulher supostamente acusada de criar um convento clandestino em Minas Gerais, onde todas as ordens religiosas eram proibidas no século XVIII, e a terceira carta era da mulher acusada.

A intelectual relata que a epístola da mulher chamou-lhe a atenção, pois era escrita de próprio punho, não havia as abreviações que todos os escrivães e clérigos comumente utilizavam, um documento extraordinário pelo fato de uma mulher pobre fazer sua autodefesa escrita, utilizando-se também de ironias, numa época em que ler não era prioridade para as mulheres. Rezende revela na entrevista que se sentiu incomodada e comprometida a dar voz àquela mulher, por isso começou a pensar numa história, a estudar e fazer pesquisas que perduraram por mais de 10 anos, e enfatizou:

Minha cabeça foi sendo afetada por tudo que foi acontecendo. Sobretudo, acho que há uma crise grave das relações de gênero no Brasil. Isso todo mundo percebe. As notícias de violência doméstica, violência contra a mulher, feminicídio, parece que crescem. Tenho ainda dúvida se cresce de fato ou cresce a informação, mas, de qualquer maneira, isso se tornou uma coisa muito presente. (REZENDE, Jornal Eletrônico Nexô, 3 jun. 2019).

Assim, Rezende, como mulher religiosa, freira feminista (Revista Digital Marie Claire, fev. 2018), aproveita da sua experiência, vivência e conhecimento interno da instituição igreja para dar voz ao “outro” – outra – silenciado no passado. A escritora nos ajuda a lançar um olhar atualizado, contemporâneo, feminino, para entender e reconstruir a história de violência contra as mulheres, que se estende também para outros grupos considerados subalternos, marginais, invisibilizados por uma forma de organização social, política e cultural que mantinha/mantém hierarquias e definia/define privilégios. Faz isso por meio da criação ficcional de uma protagonista que se expressa escrevendo uma carta em primeira pessoa, revelando-se e se assumindo como pensante e autônoma criticamente.

O uso da 1ª pessoa pode marcar a inscrição pessoal da escritora como que aderida à personagem, como a evidência de uma marca pessoal ao dar voz a uma mulher da época do Brasil colônia que, conseguindo burlar certas imposições, dirige-se a outra mulher, com poder político, para fazer uma espécie de denúncia e exposição dos homens e seus comportamentos violentos. Assim, a autora se utiliza da ficção para falar *pelos* mulheres do século XVIII e *para* as do século XXI, mas não apenas a elas, considerando o alcance que sua leitura pode ter entre públicos distintos.

A construção ficcional é interessante porque nos permite situar uma personagem recuada no tempo, mas delineada por uma escritora distanciada e inserida em outros contextos e conhecimentos que lhe conferem uma capacidade ampliada de refletir sobre as situações possíveis descritas e a caracterização de personagens, tendo em vista seus leitores em perspectiva no século atual, para contar uma história “outra”, concedendo voz a uma personagem pertencente a um grupo normalmente e historicamente silenciado, as mulheres.

Deste modo, talvez pudéssemos dizer que a criação artística está marcada pelo “bios” da escritora, com laivos de sua trajetória pessoal e intelectual, pois ela está simbolicamente transitando pelo território religioso cultural que conhece, e igualmente refletindo sobre construções simbólicas do passado, porém com a visão de uma mulher do século XXI, que dá à personagem um toque especial de criticidade e politização.

Logo, nossa intenção é também inserir uma breve leitura comparativa, a modo de exemplificação. Na obra *Carta à Rainha Louca*, de Maria Valéria Rezende, temos uma mulher do século XVIII crítica, inconformada com

o lugar que determinaram para ela, que luta pela liberdade, resiste e tenta denunciar as violências cometidas com as mulheres, ao passo que no conto “O pai”, de Helena Parente Cunha (1980), a personagem do século XX se vê submetida a formas de hierarquia de poder entre homens e mulheres muito semelhantes, cujo comportamento frente a tal situação difere de uma postura mais ativa. Ao contrário, trata-se de uma mulher pacífica, submissa e subjugada pelo modelo patriarcal-sexista personificado na figura paterna controladora, a voz de autoridade que a mantém refém de regras e imposições morais e comportamentais em todos os aspectos, apesar da aparente emancipação que poderia advir da idade adulta ou da formação profissional.

As duas personagens, em posturas talvez não antagônicas, mas contrárias frente a modelos de imposição, fazem-nos refletir sobre os processos de opressão das mulheres pelo sistema patriarcal e suas consequências ao longo da história e da educação sexista ministrada aos meninos e meninas desde a tenra idade.

Logo, para o desenvolvimento desta pesquisa, serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos, compreendidos como levantamento de bibliografia com leitura de textos teóricos e literários, reflexões acerca de questões sociais e culturais através do pensamento descolonial e da crítica feminista, a partir das seguintes estratégias: 1) realização de um itinerário descritivo da orientação patriarcal na formação cultural e social brasileira percebida na literatura de José Lins do Rêgo, em princípio, para marcá-la como contraponto da leitura proposta de *Carta à rainha louca*, de Maria Valéria Rezende e o conto *O pai*, de Helena Parente Cunha; 2) estabelecimento de um diálogo entre estudos teóricos voltados para a crítica feminista e para o pensamento decolonial e a obra *Carta à rainha louca* (REZENDE, 2019) e o conto “O pai” (CUNHA, 1980); 3) definição do que chamamos de ‘narrativas do corpo’ dentro de nossa perspectiva literária e cultural, pautada nas obras apresentadas; 4) apresentação da discussão teórica com base na crítica feminista e no pensamento descolonial, de modo a construir um itinerário crítico de valorização de outras narrativas contemporâneas, como projetos de valorização de propostas plurais para o feminino.

Por conseguinte, acreditamos que a chave para mudanças mais céleres quanto a romper com esse vínculo hierarquizado é trazer à baila esta discussão não só na academia, mas em todas as esferas sociais e em instituições como as escolas, famílias, igrejas e nos locais de trabalho, a fim de que possamos enfraquecer ou mesmo superar o modelo patriarcal, pois se ele foi criado por uma determinada forma de constituição social e cultural, pode ser derrubado por uma cultura “outra”, uma construção social “outra” que visem o pensar plural, a harmonia, a eliminação da opressão às mulheres, o respeito às diferenças, a justiça, os direitos e igualdade de gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa esperamos chegar a possíveis respostas sobre de que forma certas construções discursivas e culturais que se configuram como narrativas do corpo, têm construído, por meio dos diversos tipos de linguagem, ideais para os ‘corpos’ literais e metafóricos, masculinos e femininos desde o nascimento, e suas significações simbólicas, bem como sobre a permanência do sistema patriarcal e a da educação sexista ainda nos dias atuais, a fim de que possamos contribuir com a fomentação de discussões juntamente com as universidades, escolas, igrejas e com a família a importância de uma educação baseada na igualdade de gênero, sem discriminações, sem racismo, menos capitalista e consequentemente para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ademais, o trabalho visa fomentar o estudo da literatura e da cultura, promover sua inserção na formação escolar através do estudo de obras e autoras da literatura atual brasileira, contribuindo para a fortuna crítica de autoras como Maria Valéria Rezende e Helena Parente Cunha.



REFERÊNCIAS

CUNHA, Helena Parente. **Os Provisórios**. Rio de Janeiro: Antares, 1990.

CUNHA, Helena Parente. Verbete da Enciclopédia. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa7227/helena-parente-cunha>. Acesso em: 19 ago. 2020. ISBN: 978-85-7979-060-7.

JUNG, Emma. **Animus e anima**. Trad. Dante Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1991.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

REZENDE, Maria Valéria. Freira, escritora e feminista. Entrevista concedida a Maria Laura Neves. **Marie Claire Revista Digital**, São Paulo, fev. 2018. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/02/maria-valeria-rezende-freira-escritora-e-feminista.html>. Acesso em: 9 ago. 2020.

REGO, José Lins. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

REGO, José Lins. **Doidinho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

REGO, José Lins. **Bangüê**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica, 1987.

SANTANA, Patrícia Maria dos Santos. Uma reflexão freudiana acerca da personagem feminina de Helena Parente Cunha no conto “O pai”. **Revista Graphos**, v. 15, n. 2, p. 159-170, 18 dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/graphos/article/view/16076/10031>. Acesso em: 19 ago. 2020.

REZENDE, Maria Valéria. Por que este romance, sobre o século 18, também fala de hoje. Entrevista concedida à Juliana Domingos de Lima. **Nexo Jornal**, São Paulo, 3 jun. 2019. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2019/06/03/Por-que-este-romance-sobre-o-s%C3%A9culo-18-tamb%C3%A9m-fala-de-hoje>. Acesso em: 15 jul. 2020.

REZENDE, Maria Valéria. **Carta à Rainha Louca**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

WASSMANSDORE, Marina Lis. Feminismos de/pós coloniais sob rasura: As perspectivas de gênero e patriarcado de Maria Lugones, Rita Segato e Julieta Paredes. **Captura Críptica**: direito, política, atualidade, Florianópolis, v. 1 n. 5, p. 157-164, jan./dez. 2016. Disponível em: <http://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/3474/2653>. Acesso em: 10 ago. 2020.

LITERATURA, CORDEL E MULHER: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL

Luana Rafaela dos Santos de Souza¹

Resumo: A presente pesquisa objetiva apresentar uma discussão a respeito da performatização de gênero na cultura do Nordeste, tecidos nos folhetos de cordel de Leandro Gomes de Barros. Ao abordar a cultura de gênero, trazemos o pensamento Falci (2004) e Albuquerque Júnior (2011) para refletir que os códigos de gênero são internalizados como se fossem coisas “naturais”. Ao final desta pesquisa, os resultados apontam que há um projeto conservador criado tanto para o homem quanto para a mulher no cordel. A pesquisa se situa como um estudo interdisciplinar com interfaces linguístico-literárias e cultural, em diálogo com pressupostos da Linguística *queer*. Serviram de aporte teórico Butler ([1990] 2003), Bakhtin (1981, 2002), Geertz (2008), Livia e Hall ([1997] 2010)), Santos Filho (2012; 2015a; 2015b; 2015c) dentre outros.

Palavras-chave: Literatura. Mulher. Linguística *queer*.

INTRODUÇÃO

Nossa proposta de pesquisa buscou analisar o que é ser mulher e qual a condição do feminino, aspectos tecidos nos folhetos de cordel de Leandro Gomes de Barros, poeta que viajou pelo sertão nordestino difundindo seus poemas, um dos poucos poetas populares a viver unicamente de suas histórias rimadas. De acordo com Barros (2015), um marco da trajetória de Leandro Gomes de Barros foi ter sido o primeiro cordelista a viver exclusivamente da venda de folhetos, iniciando, dessa forma, um movimento de criação e difusão de obras literárias impressas fora do circuito editorial culto.

Acerca da literatura de cordel ressaltamos que é uma das manifestações culturais mais marcantes da região Nordeste, tendo raízes lusitanas; o cordel veio-nos com o romanceiro peninsular, e possivelmente começam esses romances a ser divulgados, entre nós, já no século XVI, ou, no mais tardar, no XVII, trazidos pelos colonos em suas bagagens, conforme Diégues Júnior (2012). Mesmo vindo de terras tão distantes foi nos Estados do Nordeste brasileiro que a vasta, atraente e forte literatura de cordel se expandiu.

Nesse entrelaçamento, esse gênero literário, constrói *script(s)* culturais que são forjados por hierarquias rígidas, já que constroem a realidade de homens e de mulheres ancoradas em comportamentos específicos, que buscam desde o nascimento (no espaço da própria cultura) diferenciar homens e mulheres ancorados em uma distinção que é também morfológica (FALCI, 2004).

Desse modo, os poemas de Barros são vistos nessa pesquisa não somente como uma manifestação artística, mas como uma manifestação cultural de caráter político-ideológico. Assim indagamos: como o poeta enxergou no cordel as mudanças sociais que fragmentavam as paisagens culturais tanto do gênero, quanto da sexualidade e como eram definidas as relações entre homens e mulheres?

¹ Mestra em Dinâmicas Territoriais e Cultura, pela Universidade Estadual de Alagoas. Pesquisadora no Grupo de Estudos em Linguística Aplicada em questões do Sertão alagoano (GELASAL). E-mail: analupoesia@gmail.com.

O objetivo desta pesquisa é analisar as relações de gênero e sexualidade nos folhetos intitulados “Mulher em tempo de crise”, “Os sofrimentos de Alzira” e “A força de Amor de Alonso e Marina”, do poeta Leandro Gomes de Barros. Esse objetivo abrange outra questão específica: problematizar a relação sujeito, linguagem, significado e identidade, compreendendo o(s) modo(s) de ser feminino (e masculino) nos folhetos de cordel mencionados.

LITERATURA E CORDEL COMO ARTEFATO CULTURAL

Conforme Alves (2013), se a literatura de cordel traz uma vivência peculiar de determinados grupos sociais, se aborda questões humanas, certamente ela terá um significado para outros leitores, considerando que apresenta uma experiência humana de pessoas simples, mas nem por isso desprovidas de vivências interiores, de percepção muitas vezes aguda sobre a condição humana, sobre determinadas instituições ou sobre fenômenos da natureza.

De acordo com Barroso (2012), a literatura de cordel teve início primeiramente na forma de cantigas trovadorescas, auxiliadas por instrumentos musicais. Segundo informa, o trovadorismo estabeleceu uma ponte entre a literatura de cordel em Portugal e a literatura de cordel no Brasil, porque foi trazido pelos colonizadores que aqui chegaram. Assim, as cantigas incorporam os aspectos culturais brasileiros em sua poética, adaptação que ficou conhecida como cordel. Barroso (2012) fala que esse gênero literário ficou conhecido porque suas folhas eram expostas através de barbantes, para serem comercializadas nos mercados ou nas feiras livres. Devemos entender que a função social que esse gênero literário ocupava na sociedade nordestina era a de ser um dos principais veículos de informação, quando ainda não existia o rádio e o jornal era um veículo escasso. Estava presente nos mercados, nos serões familiares e nas feiras livres.

Grillo (2007) ressalta que as principais características dos folhetos são a “impressão em papel pardo, medindo cerca de 12 cm x 18 cm, com oito, 16 ou 32 páginas e contendo ilustrações em xilogravuras” (GRILLO, 2007, p. 124). Para a pesquisadora, o cordel ocupa vários níveis, tais como o simbólico, o artístico, o cultural, o social, o político, o econômico, o histórico e, especialmente, o linguístico. Mesmo a literatura de cordel sendo impressa e oferecida a uma população em grande maioria analfabeta, encontrava um enorme público, porque a leitura era feita por um “cantador”, o que atraía ouvintes. A pesquisadora explica que existe facilidade em assimilar as histórias narradas, porque são feitas com rimas, contadas e recontadas, o que facilita sua memorização.

A percepção de Antunes (2012) é de que a literatura cria um mundo particular, mas um mundo à “imagem e semelhança” do nosso, incorpora visões de mundo, vivências, costumes e valores que perpassam a sociedade de uma dada época. A autora supracitada explica-nos que essa fuga para o imaginário já provoca um ar de inusitado ao texto literário. Argumenta também que a fuga ao mundo real legitima as reinvenções de outros “modos de dizer” o outro mundo simbolicamente criado ou recriado, culminando também na “construção de um novo jeito de dizer” ou de “desconstrução da linguagem”. Por essa compreensão de literatura, as narrativas de cordel constituem um artefato histórico, porque envolvem o exercício de escutar a história para elaborar mais um projeto político de performatização², do que um projeto de representação (BUTLER, 2003).

RELAÇÕES DE GÊNERO NA CULTURA NORTISTA

Ao abordar a cultura do/sobre o feminino, trazemos o pensamento de Fraisse e Perrot (1991), que destacam que a imagem de um século XIX sombrio e triste, austero e opressivo para as mulheres é uma performatização espon-

² Os supostos “projetos de representação” são entendidos como atividades performativas, que buscam autorizar sujeitos e sentidos.

tânea. Para as pesquisadoras, esse século repensou a vida das mulheres como o desenrolar de uma história pessoal submetida a uma codificação coletiva precisa e socialmente elaborada. Seria, porém, errado pensar que essa época é apenas o tempo de uma longa dominação, de uma absoluta submissão das mulheres (FRAISSE; PERROT, 1991).

Diante disso, podemos entender que a crítica da linguagem tornou na história das mulheres uma operação indispensável, se não prioritária. Nesse sentido, Fraisse e Perrot (1991) argumentam que é preciso refletir acerca da maneira como os fatos e os relatos são agenciados. Nesse entrelaçamento, a fim de investigarmos mais sobre os modos de ser e viver das mulheres nortistas, Falci (2004) pontua que as mulheres do Sertão nortista³ ao nascerem são chamadas de “mininu fêmea” e que nelas foram moldados determinados comportamentos, atitudes, pensamentos e posturas.

As mulheres que Falci (2004) faz referência são aquelas que viveram no século XIX, que habitaram as províncias do Piauí e Ceará, e que aparecem (são construídas) pela literatura de cordel, em testamentos, inventários ou livros de memórias. As mulheres ricas ou as que integram a elite intelectual aparecem nas páginas de inventários, em livros, com suas joias, posse de terras e escravos (FALCI, 2004). Assim, existe a dificuldade em conhecer a vida das mulheres pobres livres, as lavadeiras, as doceiras, as costureiras e rendeiras – tão conhecidas nas cantigas de cordel do Norte, as apanhadeiras de água nos riachos, as quebradeiras de coco e parteiras. Sobre todas essas, temos mais dificuldade em conhecer, porque não deixaram nenhum legado. Eram em grande parte analfabetas.

Na compreensão de Falci (2004), existia uma organização social no Norte que gerou uma sociedade fundamentada no patriarcalismo, marcada pela estratificação existente entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre “brancos” e “caboclos”. Ela observa que existia um grande número de casamentos inter-raciais, pois os homens formavam famílias com pardas e caboclas. Falci (2004) salienta que havia hierarquias rígidas, que colocavam a figura do homem no centro das questões. Conforme argumenta,

Hierarquias rígidas, gradações reconhecidas: em primeiro lugar e acima de tudo, o homem, o fazendeiro, o político local ou provincial, o “culto” pelo grau de doutor, anel e passagem pelo curso jurídico de Olinda ou Universidade de Coimbra, ou mesmo o vaqueiro (FALCI, 2004, p. 242).

A esse respeito, buscamos fundamentação no pensamento de Albuquerque Júnior (2011), para refletir sobre as relações de gênero especificamente nessa região. O historiador discute acerca da construção da masculinidade no Norte/Nordeste, ressaltando que por ter vivido durante muito tempo sem a presença mais imediata da autoridade do Estado, esse homem sertanejo teria desenvolvido um enorme espírito de liberdade, que teria sido, inclusive, o propulsor do povoamento dos sertões. Desse modo, ele explica que o homem que foi para o Sertão do Norte o fez em busca da liberdade, muitos deles cristão-novo a fugirem das garras da Inquisição, outros criminosos degradados que viam no interior a chance de fugir à prisão. Homens dispostos a não se submeterem nunca, homens rudes, embrutecidos nas lutas em que garantiam a própria vida, frisa esse historiador.

³ Acerca da cultura nortista argumentamos de acordo com Albuquerque Júnior (2011) que até meados da década de 1910, o Nordeste não existia, porque ninguém pensava o Nordeste; os nordestinos não eram percebidos e nem criticados. Para o pesquisador, o Nordeste é filho da ruína da antiga geografia do país, segmentada entre “Norte” e “Sul”. O espaço “natural” do antigo Norte cederia lugar a um espaço artificial, a uma nova região, o Nordeste. Entendendo que o Nordeste não é uma coisa inscrita na natureza, não foi a natureza que definiu o Nordeste, foram os homens que fizeram isso em um determinado momento histórico, entre o fim da década de X e o início da década de XX do século XX. Nesse sentido, a invenção do Nordeste ocorre através da reelaboração das imagens e enunciados que construíram o antigo Norte, feita por um novo discurso regionalista, e como resultado de uma série de práticas regionalistas, dos embates no interior das próprias elites nacionais.



Assim, Albuquerque Júnior (2011) destaca que a cultura desse homem era rústica, assim como ele próprio, cultura que garantia, no entanto, sua sobrevivência, nascida da adaptação do homem às condições naturais e sociais de seu espaço, fruto de uma história que precisava ser lembrada, uma cultura tradicional, advinda do passado, e que se viu agora ameaçada pela invasão de uma cultura estranha trazida pela cidade.

Nessa compreensão, estamos tomando a literatura de cordel como artefato cultural, objetivando investigar como no século XIX esse artefato construiu a noção de mulher, como construiu as mulheres e as relações de gênero. Assim, para alcançar tal objetivo foi preciso dialogar com essa cultura de gênero no século XIX.

LINGUÍSTICA QUEER

De acordo com Livia e Hall (2010) os principais conceitos úteis à Linguística são: i) a noção de “eu” como sujeito não pré-discursivo; ii) a ideia de que o significado não é transcendental, ou seja, ele não pode representar; iii) a iterabilidade do discurso; iv) a ideia de que os dêiticos não são mais um conjunto limitado; v) o conceito de performatividade. Desse modo, distanciamos-nos da visão tradicional da linguagem que postula que falar é descrever ou representar as coisas do mundo, porque linguagem falha ao representar.

Para compreender LQ e linguagem faz-se necessário pensarmos sobre o sujeito que fala e que age, entendido como um efeito de poder no qual implica esquemas de normalizadores de inteligibilidade e seus efeitos de subversões, em cenas discursivas e/ou interpelativas, como propõe Santos Filho (2015b). Nesse sentido, o pesquisador esclarece que as enunciações não são expressões de si ou de um suposto lugar do(a) falante, são “decisões” sobre corpos, porque desencadeiam modos de “fazer” um corpo dentro das convenções. Nessa direção, ação da linguagem gera processos de “fazer” um corpo masculino ou feminino dentro do nosso *script* cultural.

A partir dessa maneira de compreender a LQ e linguagem, almejamos enfatizar que a “nomeação” de um corpo produz o indivíduo que nomeia, por exemplo, quando alguém é chamado de crioulo, bicha, viado ou sapatão este alguém passa a ser intimado a se reconhecer nessa posição de sujeito, admitindo, desse modo, o caráter performativo da língua(gem), ou seja, que a nomeação produz o indivíduo que nomeia, frisando que tais palavras de insulto não são neutras (LOURO, 2015).

Dessa maneira, a Linguística *Queer* se configura como a volta da performatividade aos estudos em linguagem. Nessa compreensão, Santos Filho (2015) argumenta que nos interessa entender que a noção de corpos mediados por práticas discursivas é sustentada porque se compreende que os corpos, os sujeitos, não são substantivos, pois não são portadores de atributos essenciais, grudados à morfologia. Para ele,

Nesse raciocínio, pós-estruturalista, a vida, que nunca está decidida de uma vez por todas, é animada pela língua(gem), sendo a língua(gem) compreendida como “prescrição” acerca de seus “objetos de discurso”, pois interpela os sujeitos, “convida”-os a aceitar (ou rejeitar) a vida ali “falada”. Dessa maneira, o ato de fala inicia um processo de tessitura sobre o (s) sujeito (s) ali representado (s), para si, para eles (s) “representado (s)” e para os demais interlocutores. (SANTOS FILHO, 2015b, p. 17).

Assim, entendemos que os enunciados são construídos em diálogo com a autoridade moral. Logo, entender a estrutura do discurso é relevante para compreender o modo como a autoridade moral é introduzida e sustentada, uma vez que se o discurso está presente não apenas quando nos dirigimos ao Outro, mas também passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança (SANTOS FILHO, 2017).



Desse modo, “projetos de representação”, de performatização buscam a humanização ou desumanização, estando presentes em diversos gêneros, entre eles, o cordel, porque certamente, a(s) mulher(es) e homens que fugiam dos padrões sociais da sociedade da época no Norte do século XIX, levavam uma vida precária, uma vida não reconhecida, por isso, não válida.

Nessa perspectiva, é uma pesquisa de caráter interdisciplinar, ou mesmo indisciplinar, que agencia uma diversidade de construtos teórico-metodológicos, objetivando compreender as construções de subjetividades, os sentidos de mulher(es), nos cordéis do poeta Leandro Gomes de Barros, entendidos na condição de performatividade.

Assim, visamos ocupar o lugar de cientista linguístico-cultural, um lugar de interpretação do(s) significado(s), enxergando a literatura de cordel e sua constituição linguístico-discursiva, cultural, histórica, política e ideológica em diálogo com questões identitárias de gênero (e de sexualidade) como partícipe da luta discursiva frente aos modos de ser mulher (e ser homem) no século XIX.

Nesse sentido, uma leitura *queer* dos folhetos de cordel se configurar, por uma etnografia na perspectiva da etnolinguística da fala viva ordinária, na qual a linguagem é vista como “atos de fala”. Explicamos que a etnolinguística da fala é uma postura metodológica revolucionária abordada por Bakhtin/Volochínov, na qual a linguagem é tratada como um processo interativo do sujeito sobre/no mundo, noção de sujeito concebida como sujeito situado, na qual o contexto histórico e social integra a enunciação. Assim, a manifestação do poeta Leandro Gomes de Barros pela língua, em direção aos “outro”, sejam eles cangaceiros, tocadores, boiadeiros, sertanejos e sertanejas, de modo geral está inserida em determinada situação e contexto histórico.

PERFORMATIZAÇÃO DE GÊNERO EM FOLHETOS DE CORDEL

A análise se dá através de fragmentos de três folhetos, visto que os trechos selecionados possibilitam refletir acerca dos efeitos de sentidos, na performatização de mulher(es), produzidos nos folhetos em leitura. Nessa teia de significados, as concepções de Geertz (2008) são relevantes para investigarmos, também, a relação que os excertos de cordéis estabelecem entre si e, ainda, o distanciamento, a relação do texto com outros cultural ou historicamente semelhantes e sua relação com aqueles que, de alguma forma, o constroem, bem como a sua relação com “realidades” consideradas externas aos cordéis (GEERTZ, 2014).

Assim, a nossa análise vai sendo tecida através de uma metodologia mediante a categorização de mulher(es) no cordel. Nessa perspectiva, o trabalho metodológico, analítico e interpretativo envolvendo os fragmentos de cordel possibilita interpretar marcas e articulações enunciativas que performatizam o feminino (e o masculino). Desse modo, seguindo tais critérios, apresentamos os excertos de cordel e a análise.

Dessa maneira, é por meio do excerto da categorização da mulher como “inda menina”, “moça”, “esposa”, “mãe” e “sogra” e seus diversos papéis e tempos, no folheto “Mulher em tempo de crise”, que estruturamos a análise da presente pesquisa. Inicialmente, interrogamos qual o projeto performativo de mulher nesse folheto, a partir dessa instituição de modos e tempos diferentes de ser mulher.

Vejamos o excerto 1:

(...)

A mulher inda menina

É um archanjo inocente



Como moça é uma flor,
 Como esposa uma semente,
 Como mãe é um sacrário
 Como sogra uma serpente
 (BARROS, s.d., p. 4).

Nesse folheto de dez páginas e sessenta e quatro estrofes, o poeta faz comparações acerca da mulher como menina, moça, esposa, mãe e sogra. As mulheres são construídas por um processo de predicação, marcadas temporalmente, evocando o tempo para tal característica, como em “inda menina”, “como moça”, “como esposa”, “como mãe” e “como sogra”, seja uma descrição que vise qualificar através de aspectos positivos, a exemplo de “como moça é uma flor”, porque no imaginário social tal comparação performatiza a mulher como meiga, doce, frágil e delicada, ou através de aspectos negativos, como no caso da sogra, a exemplo de “como sogra uma serpente”, pois tal comparação performatiza a sogra como perigosa, traiçoeira e má.

Nessa pesquisa, no procedimento analítico, interpretamos as marcações sobre a mulher, inda menina, como moça, como esposa, como mãe, no sentido de que essa categorização diz respeito ao procedimento em que as palavras e expressões (citações) que são mobilizadas na/para a performatização de mulher(es) (ou de homens) no cordel se dão em redes de significados, tecidas pelas ações linguístico-discursivas, integrando uma ordem do discurso. Essa é uma noção pensada por Geertz (2008), possibilitando enxergarmos a cultura na perspectiva semiótica, compreendendo a(s) cultura(s) como se fossem textos e os textos como cultura(s). Sintetizando as ideias formuladas, Geertz (2008) assegura que:

Os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura). Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado” – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento (GEERTZ, 2008).

Nessa direção, a partir da literatura de cordel buscamos investigar a performatização da cultura de gênero, da cultura das relações entre masculino e feminino. No excerto 1, o uso da partícula “como” em “Como moça é uma flor” a princípio organiza uma figura de comparação, é comparativo. No entanto, também se torna uma marcação temporal nessas construções, pois constrói do mesmo modo a passagem temporal de menina, à moça, à esposa, à mãe e à sogra. Ao serem feitas tais distinções, os sentidos de mulher(es) vão se modificando, ora com aspectos positivos como em “A mulher inda menina/É um archanjo inocente”, ora com aspectos negativos em “como sogra uma serpente”, como já anunciamos anteriormente.

Na performatização da menina, o poeta usa a metáfora “A mulher inda menina/ É um archanjo inocente” para construir sentidos de mulher nesse momento ou nesse ciclo da vida como doce e pura, um anjo. Desse modo, a citação mobilizada pelo poeta reitera o discurso bíblico da mulher como um ser angelical. A performatização da mulher no papel de mãe ocorre também por meio de citação do discurso bíblico, pois o termo “sacrário”, em “como mãe é um sacrário”, significa lugar ou reservatório onde se guardam coisas sagradas, tais como as hóstias e as relíquias. Assim, podemos interpretar que a performatização de “mãe” se dá pela questão do “poder simbólico” do sagrado”, sendo a religião uma das principais vias.

Na performatização da mulher como “esposa”, o poeta com o uso também da metáfora com “semente”, em “como esposa [é] uma semente”, mobiliza uma citação que performatiza a mulher como reprodutora, possivelmente

porque o século XIX é considerado o século da mãe, no qual se fundamenta a valorização do papel materno nos comportamentos de piedade sentimental, típicos de uma devoção feminina (PERROT; FRAISSE, 1991).

Percebemos ser possível entender que essa categorização já é algo cultural, que, vindo desses lugares apontados, espalharam-se na linguagem no imaginário social, arraigada no coletivo como uma construção simbólica, que cria uma “identificação”, instituindo uma sociedade. Assim, é por meio da categorização da mulher em diferentes ciclos ou momentos de vida como “inda menina”, “como moça”, “como esposa”, “como mãe” e “como sogra”, que ocorre o natural fechamento dos sentidos e subjetividade da(s) mulher(es) baseado em uma ordem biológica de caráter religioso (SILVA, 2009).

As reflexões de Chiapin (1998), Leitão (1981), Oliveira (2012) e Pesavento (2007) ajuda-nos a compreender que o discurso no imaginário social é também incorporado no discurso do poeta, de modo a adjetivar as sogras como “serpentes”, “jararacas”, “sucuris” etc., propagando sentidos desse modo de ser mulher como um ser “peçonhento”. Assim, o poeta performatiza a mulher sogra por um processo de predicação que paira sobre o conhecimento popular, que implica em generalizar a sogra como uma mulher falsa, traiçoeira, perigosa e enganadora.

Em Os sofrimentos de Alzira,

Excerto 2:

Alzira, desde criança
Que era compadecida.
Dava pequeno valor
Aos objetos da vida.
Visitava os hospitais
Inda que fosse escondida.
Das iguarias da mesa
Ela mandava um quinhão
Para dar àqueles pobres
Que mais tinham precisão
Principalmente os doentes
Que não tinham remissão.

Tal como nesse excerto 2, Alzira vai sendo constituída por um processo de predicação, uma descrição que vise qualificá-la, ou desqualificá-la. Nesse caso, a predicação passa a ser a pista para se identificar o objeto de que se fala, o objeto de discurso, de performatização. Pela análise, Alzira tem um futuro pré-estabelecido, porque “desde criança era compadecida”, performatizada como “menina” que não dava valor aos objetos materiais e caridosa pelas ações que realizava como em “visitava hospitais/ Ela mandava um quinhão para dar àqueles pobres/Que mais tinham precisão”, estando sua existência criada sob o domínio da religião. Sendo assim, a religião é um dos sistemas de dominação presentes nas narrativas de cordel, porque performatiza as ações de mulher(es) e homem(ns) a uma ordem cósmica imaginada, uma sociedade ideal no plano da experiência humana.

Assim, o comportamento da personagem Alzira está conectado aos padrões culturais da época, tendo um aspecto duplo, pois dão significado à realidade social de sertanejos/sertanejas, cangaceiros/cangaceiras, cantadores, tocadores, comboieiros, feirantes, e vaqueiros, que eram interpelados a agirem em conformidade a tal padrão cultural



e, ao mesmo tempo, modelando-a a ele mesmo (GEERTZ, 2008). Nessa leitura, os símbolos sagrados interpelam mulher(es) e homem(ns) a assumir determinados papéis nas narrativas de cordel. Nessa direção, percebemos que a perspectiva religiosa tecida por Leandro Gomes de Barros possui esse duplo aspecto, porque a partir da realidade ficcional passa da chamada realidade para esse outro universo de performatização mulher(es) e homem(ns), sendo a perspectiva religiosa um modo interpretar os fenômenos sociais, compreender, construir a realidade.

Que mulher “como moça” o poeta constrói em “A força de Amor de Alonso e Marina”?

Excerto 3:

Pelas mercês de Marina
 Alonso pode estudar
 Marina não tinha mãe
 Se sujeitava tirar
 Do dinheiro do Barão
 Para Alonso sustentar
 (...)
 Amanhã, pelas dez horas,
 Você procura o barão,
 Chegue lá, declare a ele
 Que pretende a minha mão,
 Conforme o que ele disser,
 Eu tomo resolução
 (BARROS, 1957, p.4).

Leandro Gomes de Barros, no referido folheto, dialoga com elementos de origem europeia como nos excertos anteriores, a incorporação de personagens tais como duque, conde, dama, Barão, Princesa e reinos distantes. Nessa compreensão, o texto literário cordel se lança para fora da configuração formal corriqueira, incorporando elementos de origem europeia, provocando admiração e gosto, estimulando o mundo da fantasia, o mundo do imaginário ou a de um mundo no qual o “real” é transposto a um mundo imaginativo, de ficção, para além do palpável/concreto (ANTUNES, 2012).

Desse modo, argumentamos que a literatura cria um mundo particular, mas um mundo à “imagem e semelhança” do nosso, pois incorpora visões de mundo, vivências, costumes e valores que perpassam a sociedade de época. A incorporação desses elementos aparece nos excertos seguintes como em “A força de Amor de Alonso e Marina”, que há elementos de origem europeia, tal como a figura do Barão, performatizado-o nessa narrativa como homem pertencente à nobreza do estado, fazendo parte da elite e tendo muito poder aquisitivo. A citação reiterada pelo poeta remete ao período da monarquia, no qual os títulos de nobreza marcavam uma relação de hierarquia, e que foram também criados com o intuito de estabelecer uma relação de vassalagem entre o titular e o monarca. Considerando o período colonial, a monarquia no Brasil se iniciaria desde 1808 com D. João, elevando a colônia à categoria de Reino Unido, compreendendo um período localizado no século XIX.

Como vimos, Leandro Gomes de Barros é considerado um dos maiores poetas da literatura de cordel, considerado um dos poucos poetas populares a viver unicamente de suas histórias rimadas. Foi o primeiro cordelista a viver exclusivamente da venda de folhetos, iniciando, dessa forma, um movimento de criação e difusão de obras

literárias impressas fora do circuito editorial culto. A inferência de elementos de origem europeia ocorre devido a própria origem do cordel que se deu na Espanha, espalhando-se para Portugal e chegando ao Brasil, incorporando uma série de elementos de várias culturas.

Nesse cordel, o Barão tem uma filha que se chama Marina, moça de família nobre, portanto. Marina se apaixona por Alonso, jovem de origem humilde. No entanto, o relacionamento dos dois é proibido. Nessa narrativa, a proibição do relacionamento de Alonso e Marina ocorre por causa das origens sociais diferentes. Logo, podemos inferir que o casamento da moça da elite nortista foi forjado através de um acordo baseado na posição econômica, havendo uma preocupação com o relacionamento das moças da elite, já que Marina é performatizada como moça rica e educada (de família ilustre). Nessa concepção, o reconhecimento social era marcado pelo status econômico e também por uma questão racial. Assim, segundo Falci (2004), havia um ideal de mulher no Sertão, que era ser filha de homem de grande poder aquisitivo, ter a pele branca, ser herdeira de escravos, gados e terras, já Alonso é performatizado como homem pobre. No excerto citado, a mulher é performatizada como moça, para quem os sentidos construídos são de caráter religioso, através de suas ações de praticar benefícios, benignidades, bondades, favores, caprichos que possibilitam Alonso a estudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura de cordel, como sabemos, vai além de uma manifestação artística, pois consiste em uma manifestação cultural de caráter político-ideológico. Em nossa leitura buscou interpretar e assim desestabilizar a normatividade através do cordel. Nessa direção, a análise dos excertos possibilitou-nos problematizar ideias e conceitos tecidos acerca das relações de gênero que perpassam na literatura de origem popular, interpretando a performatividade de gênero nos folhetos de cordel. A pesquisa realizada aponta para uma cultura que se aproxima de um projeto de performatização no qual tanto o masculino quanto o feminino são ancorados por barreiras rígidas, de modo que a(s) mulher(es) seriam educadas para se tornarem mães, esposas, donas de casas e educadoras do(a)s filhos/filhas. Nessa compreensão, como procuramos demonstrar ao longo das análises, as mulheres na cultura nortista do século XIX não tinham muitas atividades fora do lar, pois eram educadas desde cedo a aprenderem o papel de mãe e as “prendas domésticas”, tais como orientar os filhos, costurar, bordar, cozinhar etc.

Nessa categorização, encontramos um projeto de performatização de papéis a serem assumidos pela mulher, a exemplo de que ela será mãe após ser esposa e de que talvez tenha um futuro já determinado como esposa, mãe e sogra. Nesse sentido, apontamos que a performatização da mulher “inda menina”, como “moça”, como “esposa”, como “mãe” e como “sogra” ocorre por projeto de performatização no qual os recursos semióticos e as citações mobilizadas autorizam a(s) mulher(es) como una, vistas, dessa maneira, como “mãe”, “justa”, “educadora”, “religiosa”, “protetora”, “recatada” e “submissa”. Tal projeto de performatização em torno de mulher(es) séria, protetora, religiosa, educadora e homem(ns) viril, rude, tradicional é uma estratégia usada pela poeta para se opor a identidade/”gênero” que estava em crise na cultura nordestina.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **O território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ALVES, José. O que ler? Por quê? A literatura e seu ensino. In: DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita (orgs.). **Leitura de Literatura na Escola**. São Paulo: Parábola, 2013.

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROSO, Helenice. Cordel: uma poética da oralidade e do riso. In: IELT/Memória Imaterial (org). Mesa Redonda - **Folhetos de Cordel, memória e percursos**. 20'20" Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=54uo3rXiOYI>. Acesso em: 24 out. 2014.
- BARROS, Leandro Gomes de. **A mulher em tempo de crise**. Recife: Ed. Prop. João Martins de Athayde, 1925.
- BARROS, Leandro Gomes de. **A força de Amor de Alonso e Marina**. Juazeiro do Norte: Ed. Prop. José Bernardo da Silva, 1957.
- BARROS, Leandro Gomes de. Os sofrimentos de Alzira. In: MEDEIROS, Irani. **No reino da poesia sertaneja**: antologia Leandro Gomes de Barros. João Pessoa: Idéia, 2002.
- BARROS, Miguel Pereira. **Relações de gênero na literatura de cordel**. Curitiba: Appris, 2015.
- BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e Estética: A teoria do romance**. São Paulo, Hucitec, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHIAPIN, G., Araújo, G. y Wagner, A. Sogra-nora: como é a relação entre estas duas mulheres? **Psicologia**: Reflexão e Crítica, 1998.
- DIÉGUES JÚNIOR, M. **Ciclos temáticos na literatura de cordel**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2012.
- FALCI, Miridan Brito Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Ordens e liberdades. In: BUDY, G.; PERROT, M. (orgs). **História das mulheres no Ocidente**. O século XIX. Porto: Afrontamento, V. 4. São Paulo: EBRADIL, 1991.
- GEERTZ, Clifford. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- GERRTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GRILLO, Maria Ângela Faria. Evas ou Marias? As mulheres na literatura de cordel: preconceitos e estereótipos. **Esboços**, Santa Catarina, v. 14, n. 17, 2007.
- LÍVIA, Anna; HALL, Kiria. “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. In: OSTERMAN, Anna Christina; FONTANA, Beatriz (Orgs.). **Linguagem, gênero e sexualidade – clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. Educação e Saúde: Aprendizados. In. Primeiro Seminário Queer. **Sesc**. 26'20". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7KLMtn42lzE>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.
- PASAVENTO, Sandra Jatahy; DIMAS, Antonio; Leenhardt, Jacques (orgs.). **Reinventar o Brasil**: Gilberto Freyre entre história e ficção. Porto Alegre: Editora da UFRGS; São Paulo: Editora da USP. 2006.
- SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Da emergência da Linguística Queer**. In. Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística Queer. Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015b.

(RE)EXISTÊNCIA DA MEMÓRIA NAS NARRATIVAS LOCAIS

Quézia Stefani Fagundes Sena¹

Resumo: Nesta proposta de comunicação buscamos, através de reflexões teóricas com base na relação entre literatura e sociedade (Candido, 2006) e memória, cultura e identidade (ACHUGAR, 2006; BHABHA, 1998) pensar a cultura local e os modos de construção/criação/constituição da memória de uma região em sua relação com a literatura, a história e seus modos de narração artística. Para tanto, tomamos por base o estudo das práticas locais e da poética presente na representação literária da autora Aglay Trindade Nantes em sua obra *Morro Azul* (2010), que nos coloca diante do potencial discursivo e reflexivo acerca do espaço local e sua inscrição dentro da literatura nacional e latino-americana. O território, o estado de Mato Grosso do Sul, entra em foco como lugar simbólico de produções literárias e culturais. Ao lado do imaginário acerca da paisagem pantaneira, as narrativas abarcam a fronteira como território fronteiriço simbólico, de limites como princípio e final embaçados, burlados e ressignificados – como nos lembra Hall, citando Martin Heidegger: “uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas (...) a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente” (2003, p. 19). Assim, é a partir deste repertório linguístico, artístico e cultural que inserimos nossa pesquisa e nossa crítica na reflexão acerca do potencial da literatura na (re)construção de conceitos e narrativas de nossa fronteira.

Palavras-chave: Narrativas literárias. Cultura. Fronteira.

INTRODUÇÃO

Iniciamos a reflexão aqui proposta citando o intelectual Edgar César Nolasco, quem marca seu lugar e fala com a propriedade de quem nasceu em mato grosso do sul e permanece atravessado por esse lugar, ou “entre-lugar” (NOLASCO, 2012). Seu olhar crítico, desassossegado, como o olhar de um exilado, “capaz de causar inquietação nos outros”² está presente em suas considerações e é a partir delas que iremos abordar o espaço local, entendido como o estado de MS, de onde esta pesquisa emana, em foco como território simbólico de produções culturais e intelectuais. Do ponto de vista geográfico, Mato Grosso dos Sul é considerado um estado jovem, relativamente recente, com pouco mais de 40 anos, com formas de povoamento que se relacionam diretamente com as fronteiras físicas que determinam o término do território brasileiro e o início de outros dois países, Paraguai e Bolívia.

Assim, para além do físico, estão as construções linguísticas, sociais, culturais, constituídos como espaço de limites. A história local se reveste de um significado próprio, e a formação populacional foi sendo desenvolvida ao longo dos tempos com um mosaico de povos, linguagens, histórias, culturas, narrativas locais e vindas de fora, de outros espaços, que aqui se congregam, quer pelos contatos nas fronteiras, quer pela migração para o trabalho no agronegócio em várias partes do estado, ou o ecoturismo que atrai turistas e revelam os grupos pantaneiros, ou ainda os esforços de defesa e manutenção das fronteiras, feitos por forças policiais ou do Exército.

As influências, portanto, são diversas e muito variadas (CORRÊA; MONTEIRO; RIPPEL; RODRIGUES, 2017). Todo o potencial humano se alia à paisagem cultural local, na qual se inscrevem, ademais, os fazeres e saberes intelectuais, estéticos, linguísticos, históricos etc, em movimento, fronteiriços.

¹ Mestranda Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Estudos Literários- FAALC/UFMS. E-mail: quezia.eng.prod@gmail.com

² Ver, sobre o conceito de entre-lugar, Eneida Maria de Souza, *Crítica cult*, 2007, p. 80

O lugar de onde falamos, portanto, ganha o foco para que percebamos suas “miúdas culturas” (NOLASCO, 2011) narrativas, linguagens, e seus produtores, com a atenção e cuidado devidos, aprendendo a lição do ensaísta:

Apresso-me a esclarecer que não pretendo falar em nome de ninguém. Talvez o único pecado, aqui, seja o de ocupar um lugar de enunciação comum a muitos outros indivíduos ou grupos; ou pior, ocupá-lo, ou apropriar-me dele, ainda que seja de modo involuntário ou inconsciente. Um lugar onde fui colocado, mas que também escolhi. A qualificação do deslocado, ou do lugar de desprezo e do não-valor, é produzida por outros e não pelo sujeito da enunciação mesmo que ele termine por assumi-la, com ou sem orgulho, de forma submissa ou insubmissa. (ACHUGAR, 2006, p. 14).

Semelhantemente, este trabalho é desenvolvido no intuito de ouvir as vozes oriundas de um espaço que poderia ser considerado periférico, deslocado, ao qual são atribuídas determinadas características e/ou estereótipos, bem como aos grupos que ali se encontram e que, de modo geral, não despontam como produtores culturais ou intelectuais na cena regional ou nacional. De fato, situada em uma fronteira urbana/região pantaneira, nossa compreensão do território da Serra da Bodoquena e do próprio estado de MS é perpassada por vários aspectos que privilegiam o geográfico e natural, mas também o imaginário cultural presente nas narrativas locais configuradas como uma memória construída coletivamente, preservada e repassada entre grupos e gerações, em movimento constante, o que pode gerar significativas alterações, e na qual vozes se pluralizam, permitindo a inserção de autores múltiplos e variados (SOUZA, 2007).

Revisitando um espaço de memória e de experiência/vivência, neste trabalho procuramos abordar as narrativas orais que, provindas da infância na Serra da Bodoquena, são conformadas como recordações e (re)encontros pessoais, de um biopessoal, também como pesquisadora. A linguagem, à força dos deslocamentos, padece de demarcações de um ‘aqui’ e um ‘lá’, um ‘eu’, um ‘nós’ e um ‘eles’, muitas vezes contrapostos, outras intrinsecamente entrelaçadas (OLIVEIRA, 2020).

Emprestando as palavras de Achugar, 2006, encontro uma simpática compreensão para a minha experiência de distanciamento de minha cidade materna Bodoquena-MS, e experimento/vivo “a relação entre passado e presente” que é “uma relação entre passado e futuro” (ACHUGAR, 2006, p. 33), pois “seria possível dizer que todo discurso é, ao mesmo tempo, uma ‘resposta sobre o passado e uma proposta sobre o futuro’” (ACHUGAR, 2006, p. 332). Assim, entre a herança e os herdeiros, buscaremos ouvir as vozes, as narrativas orais e literárias que nos falam, no presente e apontando para o futuro, da cultura local e da memória como componentes da (re)construção narrativa da Serra da Bodoquena, MS.

(RE)EXISTÊNCIA DA MEMÓRIA NAS NARRATIVAS LOCAIS E O PENSAMENTO TEÓRICO-CRÍTICO

Nesta escrita crítica fronteiriça de cunho regionalista, permaneço com o intuito de representar e repensar as narrativas locais, em especial as narrativas pantaneiras da região de Bodoquena-MS meu lócus, na busca de “escrever” conforme Evaristo (2007) a percepção da sensibilidade do viver, sentir e pensar pela perspectiva descolonial. As narrativas a que irei me referir serão delimitadas pelo meu espaço biogeoistórico, à tríplice fronteira-Sul, Mato Grosso do Sul, Brasil-Paraguai-Bolívia, espaço que me permitiu inúmeros encontros com as narrativas locais e subalternas, assim como sugere PALERMO (2014, p.111) “Olhando sob uma dupla perspectiva, epistêmica e política, acreditamos que é possível gerar conhecimento a partir de experiências locais coletivas”. Este estudo descolonial,

em suma, busca desaprender para reaprender, que segundo Walter Mignolo (2003), é preciso nos colocar de frente a ferida colonial, nos alocando no centro da produção de conhecimento, dando voz aos sujeitos que lá se situam e que assim como os pantaneiros da região de Bodoquena-MS, tiveram os seus direito geopolítico e corpo-político (MIGNOLO, 2003) de enunciação epistêmica desvastados pelas autoridades coloniais.

Quando penso e repenso no fazer, no viver e no saber local de minha fronteira, me entrego ao pensamento descolonial, no ato de presentificar as histórias locais que são “mais do que um estilo de pensar e escrever, é uma forma de viver à deriva, entre o banal e o sublime, a materialidade do cotidiano e a leveza do devaneio”³; tal ato, é reforçado em um discurso articulado pela crítica pós-colonial, reconhecendo que a arte da fronteira “passa pelas “sensibilidades locais” (MIGNOLO, 2000) ou sensibilidades biográficas de todos os envolvidos na ação”⁴.

A questão das narrativas e identidades locais é permeada, segundo Achugar, pela discussão entre posição e localização de quem pronuncia o discurso. A memória, a posicionalidade e a localização estariam diretamente ligadas à construção da identidade individual, pois é a partir do lugar de onde se lê e de onde se profere o discurso que constituímos uma identidade. A reflexão a ser desenvolvida neste texto, será pautada por um espaço de fronteira⁵, como Mignolo (2003) o entende, cuja história local não se submete totalmente aos desígnios do poder global assim como a sua sensibilidades epistêmica, do saber e do fazer local, na busca de reforça o valor universal das estórias e memórias locais.

Apoiada em minha bios, representarei as estórias e narrativas vivenciadas no interior do estado de Mato Grosso do Sul (Bodoquena/Miranda/Aquidauana), durante a guerra do paraguaio, as quais foram narradas por uma mulher pantaneira, Aglay Trindade Nantes, na obra *Morro Azul: estórias pantaneiras*, 2010, assim como, as estórias que ouço da senhora Maria Rosa, minha avó, uma lavadeira que encontrou na região pantaneira de Bodoquena o sustento da família. Ela ainda se recorda das lembranças de seu pai João Olímpio da Silva, frente à invasão ocorrida na vila de Miranda pelos paraguaios, assim como mencionado na obra de Nantes, 2010.

Os descendentes de João Olímpio, sentiram a necessidade de recomeçar, mesmo sem saber ao certo por onde, anos depois, viram a possibilidade de habitar com sua família na Colônia Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, no município de Miranda MT, que viria se tornar; o município de Bodoquena-MS a partir de 1980. Conforme nos demonstra a publicação de um morador da região, Arsênio Martins, que publicou em 1996 um ensaio intitulado *Bodoquena – ontem e hoje*:

Nossa reflexão esta baseada em dados levantados a respeito da Colônia Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, e também através de entrevistas semi-estruturadas com alguns moradores que ainda residem na região onde estava localizada a Colônia, além de levantamentos de dados em no cartório de 2º ofício e na prefeitura Municipal de Miranda. Porque a colônia Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo nesta época, década 1950, pertencia ao município de Miranda e somente em 1980 é desmembrado deste município se transformando em município independente cujo nome ficou Bodoquena. (MARTINS, 1996, p. 7)

³ HIRSH *apud* LOPES. A delicadeza: estética, experiência e paisagens, 2007, p. 136

⁴ NOLASCO. Silviano Santiago e o lugar onde o sol se põe: entre lugares epistemológicos ao sul da fronteirasul, 2017, p. 26.

⁵ Este é um “terceiro lugar”, um campo de forças em que as contradições são atualizadas, nas quais a luta pela hegemonia se traduz no desenho de fronteiras simbólicas, linguísticas, subjetivas e representativas “outros”, altamente diferenciado do cânone ocidental. É um espaço ilusório no qual conhecer o mundo não significa mais sua apropriação, porque todas as regras inventadas para ele caíram no vazio e na ineficácia; é o espaço de “espera” em que o que já não era mais e em que tudo está prestes a ser construído (Palermo, 2000, p.43).



O autor revela que buscar resgatar essas histórias locais que narram os aspectos da formação da localidade tem alguns objetivos, tais como:

Compreender aspectos da dinâmica territorial na região de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, a partir da análise dos sujeitos envolvidos na produção e no desenvolvimento do território na Colônia Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, especialmente, os colonos assentados. Identificar, espacial e temporalmente, sujeitos sociais participantes do processo de criação e (re) produção da Colônia, caracterizar o perfil sócio-econômico dos trabalhadores da Colônia(.) Reconstruir trajetórias de vida, individuais e conjuntas de moradores destas localidades nas suas lutas para entrar e permanecer na terra. Pois eram despossuídos de riquezas e viram nesta região a possibilidade de melhorias de suas vidas (MARTINS, 1996, p.7).

Portanto, representar esta sensibilidade pantaneira, através do resgate de narrativas locais, tem o intuito de fortificar os pensamentos descoloniais, que permeiam pelas arestas da desobediência epistêmica, solidificando a sua importância cultural e literária, e assim estabelecer, conforme Bhabha, outro local da cultura, “na esfera do além” (1998, p. 19), fora dos lugares legitimados e legitimadores que hierarquizam saberes e culturas, na exterioridade.

Antes de iniciarmos nosso curso pelos rios metafóricos que cercam as estórias pantaneiras, é de suma importância reafirmarmos alguns conceitos a respeito do saber e do fazer cotidiano, das ações descolonizadoras nos espaços legitimadores, bem como repensar a noção de existência e as possibilidades de (re)escrita e (re)escuta das narrativas locais.

Um primeiro aspecto que pode ou deve captar nossa atenção, consiste em (re)abordar o pensamento crítico na América do Sul que busca pensar-se a partir da exterioridade, gerando discursos de resistência ao hegemônico e buscando sua identidade além do sujeito concebido pela colonialidade/modernidade. O nosso segundo ponto de observação será agraciado pela busca de uma posição ética do pensamento crítico, de maneira a atentar para as experiências locais que surgem nos interstícios dos sistemas culturais. É válido salientar que precisamos sentir, pensar e viver compreendendo; que o conhecimento é produzido em locais específicos.

Desta maneira precisamos aguçar a nossa sensibilidade para a percepção de uma episteme outra, localmente constituída, um pensamento crítico latino-americano, mas também sul-mato-grossense, pantaneiro, frente as lacunas e encruzilhadas do pensamento moderno/colonial. Mignolo (2014, p.4) me elucida que, após reconhecermos que para os projetos modernos, coloniais, pensados para a subalternidade, todo indivíduo, é integrado, enquadrado, aculturado, podemos entender; que as ações descolonizadoras envolvem também os espaços legitimadores, nos mensurando, por padrões outros, locais, construídos não mais a partir de uma colonização estética; ao contrário, constituir novas formas de pensar e sentir é uma das ferramentas para desarmar os pensamentos modernos e construir subjetividades descoloniais. Neste respeito, relembro as colocações de Pessanhas em *Nostalgia, exílio e melancolia*, 2001 no qual o autor enfatiza que:

Memória coletiva e memória individual convergem nessas estrofes: a história de vida do indivíduo e a da nação são símbolos intercambiáveis. Um diz o outro, reflete-se no outro, explica-se por ele no nível imagético. (PESSANHAS, 2001, p.17)

Através de uma abordagem que contemple a amplitude do aspecto biogeohistórico na percepção e reflexão acerca do local, vamos explorar a questão da bios e a sua inserção na desobediência epistêmica. Para isto, deveremos

desaprender o aprendido (MIGNOLO, 2014. p.41), percorrendo um território expandido entre a língua e a linguagem, as quais nos transformaram em forasteiros pertencentes a – ou transitando em – uma fronteira subalterna, de maneira a nos tornar, sensíveis as narrativas resultantes da resistência e re-existência dos lugares periféricos.

As narrativas que me recorde e (re)encontro são maneiras que encontro para tentar resgatar/preservar minhas raízes, o meu espaço de pertencimento, ao qual me mantenho distante devido a vida acadêmica, para tanto, suprimi e adequei as formas de sentido e percepção do território deixado atrás: relações outras, pensamentos outros que atravessam as memórias de infância, os relatos ouvidos, as histórias locais, e interferem na construção de sensibilidades, exigindo até mesmo uma alteração que ocorre, diretamente, na linguagem, na forma de expressão e compreensão do local. A linguagem, à força dos deslocamentos, padece de demarcações de um ‘aqui’ e um ‘lá’, um ‘eu’, um ‘nós’ e um ‘eles’, muitas vezes contrapostos. (OLIVEIRA, 2020)

Podemos tecer neste momento um breve conceito de interculturalidade que propomos, a uma prática de representar as narrativas locais dos pantaneiros da região de Bodoquena-MS, memória remotas, cujo valor e autenticidade residem no fato de que eles não dependem de uma diretiva proposta ou imposta pela perspectiva colonial. Esta cultura surge, portanto, de sujeitos subalternizados da fronteira sul que não recorrem a uma “bibliografia abundante” para se auto-interpretarem, mas seguem (re)existindo com o suporte das narrativas regionais.

O local da cultura, dos narradores da fronteira Sul se mantém em concordância com o que diz Pollak (1992) sobre a construção da identidade, que está ancorada em três elementos: no sentimento de fronteiras físicas (corpo físico da pessoa ou do grupo), dentro de um determinado tempo (histórico e psicológico) e em um sentimento de ser coerente com o grupo e consigo. Pollak reflete que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

Ecléa Bosi (1994) atribui à memória uma função decisiva no processo psicológico total, conforme o recorte de sua obra ‘Memória e Sociedade’

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1994, p. 10-11).

Por fim, Beatriz Sarlo procura apontar os limites da fragmentação das memórias como fonte de conhecimento, tendo em vista a importância assumida pela memória e pelos testemunhos pessoais como fontes de uma verdade inquestionável, baseada no imediatismo da experiência individual. Essa tendência pode ser encontrada na hipervalorização da história oral como método de reconstituição do passado. Podemos então afirmar, feito esse percurso, que a seletividade da memória é o espaço da valoração, espaço da escolha interessada, não indiferente, do que recordar.

BODOQUENA: O LOCAL E O ‘LOCAL DA CULTURA’

Bodoquena foi agraciada com nascentes de rios, que fertilizam os que a rodeiam, suas terras, sua gente, sua fauna/flora, todos que usufruem desta dádiva. Quanto os nascidos na região, este é, ademais, um espaço de onde

emergem narrativas, orais, poéticas, literárias, locais, que revelam a criação e funcionamento de formas culturais e formas de uso da linguagem próprias. Ao refletir sobre o local e sua cultura, no território geográfico e simbólico do Mato Grosso do Sul e do Pantanal, bem como da região de fronteira com a Bolívia e o Paraguai, no centro-oeste brasileiro e na América Latina, esses dois termos, como conceitos, precisam ser colocados em foco, dentro da discussão mais ampla percebida através das considerações de Bhabha(2003) e Mignolo (2000).

A obra de Bhabha, *O local da cultura*, (re)afirma que as identidades se estruturam nas fronteiras das diferentes realidades. Refere-se ao ‘entrelugares’, conceito formulado pelo autor no sentido de que se direciona ao modo como grupos subalternos posicionam-se diante do poder e como realizam estratégias de empoderamento. Aproveito para fazer menção às colocações de Foucault (1996) e Derrida (1995) que nos possibilitam refletir a respeito das representações deste entre-lugares, pois mais interessante do que simplesmente “negar estas ideias de posicionamento fronteiriços, se faz necessário conhecê-las” (CUNHA,2009, p.75).

Sob a concepção de Walter Mignolo (2003, p. 25) a escritora chicana Gloria Anzaldúa criou “um locus de enunciação onde se misturam diferentes tipos de conhecimento e expressões individuais e coletivas”. Ela como integrante comunidade de fronteira se institui como “lócus atravessado por toda gama heterogênea das ideologias e valores socioculturais que constituem qualquer sujeito” (ABDALA JUNIOR, 2004, p.119). A ideia de serem ‘atravessados’ os que vivem na fronteira é uma feliz escolha do termo e do sentido, marcando o modo como há, na experiência e na vivência pessoal e coletiva, nos corpos e no território literal e simbólico dessas margens, todos os atravessamentos possíveis e sensíveis, como local de *inter* e *transrelações*, nunca puras, sempre nos cruzamentos e espaços de contato. Ademais, as palavras de Nolasco (2013), complementam as colocações de Anzaldúa (1987):

Na fronteira sul de Mato Grosso do Sul, de Puerto Quijaro (BO) e Pedro Juan Caballero (PY), os atravessados vivem: os sem-terras, os brasiguaios, os índios, os foras da lei, os brasileiros (brasilerittos), os paraguaios (paraguayttos), os bolivianos (bolivianittos), os agricultores, os peões, o pantaneiro, o vaqueiro, o gaúcho e outros povos – todos, enfim, em sua condição de atravessados, atravessam e são atravessados pela sua condição de homem-fronteira. Essa condição de sujeito marginalizado, excluído e subalterno e sua luta pela sobrevivência também fazem parte das incertezas das margens (NOLASCO, 2013, p. 44).

Embora não seja simples caracterizar tal espaço cultural, repleto de diferentes linguagens, que renova seus limites nas experiências culturais, nas memórias/narrativas de seus habitantes, habitar/estar nesta fronteira nos agrega diferentes tradições, como aquelas que reúnem em uma só vivência a possibilidade que a fronteira se torne “o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente” (BHABHA, 2003, p.24), o local de nossa herança selvagem.

A herança selvagem da fronteira nos leva a pensar o local da cultura a partir de perspectivas como a de entre-lugar, originando espaços outros de composição linguística, artística, pois estes pensamentos/posicionamentos fronteiriços nos aproximam da amplitude cultural e suas possibilidades narrativas, tendo em vista que a representação da memória participa de maneira ativa na construção das identidades sociais, possibilitando uma nova compreensão da(s) diferença(s), no sentido expresso pelas definições e ideias sobre as sociedades.

Portanto integro a cidade de Bodoquena-MS neste local da cultura, reconhecendo que a região possui discursos e práticas próprias, “pela sua condição de homem-fronteira” (NOLASCO, 2013, p.44), de manifestar sua essência cultural. Os locais de fronteiras transmitem compreensões sobre a humanidade e sobre a vida, permitindo que as histórias locais ultrapassem os limites impostos geograficamente e fisicamente ao lugar de fronteira. Assim, con-



siderar as formas locais de relatar e narrar a si e ao espaço, suas histórias e memórias é fundamental na construção do mosaico multifacetado que compõe o Mato Grosso do Sul, o Brasil, a América Latina, cultural e literariamente.

HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA LOCAL: AS RECONSTRUÇÕES PELA MEMÓRIA

Buscamos colocar em foco, criticamente, as narrativas orais e seu valor cultural em nossa fronteira de miúdas culturas, “esse lugar que está sempre em movimento, sempre aberto para fora como um *porongo* (Serejo), aberto para dentro, como um *caramujo* (Barros)” (NOLASCO, 2010, p.12). Neste movimento duplo, nosso estudo se une às vozes outras, narrativas outras deste espaço, fundamentado em um projeto conceitual partilhado, multifacetado, de experiências, vivências, escutas, práticas e sensibilidades.

Em conformidade com Nolasco,

[...] a crítica fronteriza articulada das histórias locais tem o poder de barrar aqueles discursos críticos acadêmicos e científicos articulados nos grandes centros mais desenvolvidos em todos os sentidos (econômico, tecnológico, etc). Não é demais reconhecer que o homem da fronteira sul, ou melhor, **o homem-fronteira, a exemplo dos brasiguaios, do andariego do pântano e do cerrado, do vaqueiro andarilho, do pantaneiro, do refugiado, do deserdado, do forasteiro, do sem-terra, entre outros sujeitos atravessados da região fronteira**, demanda uma nova epistemologia (ou outra epistemologia) crítica visando que seu locus de movimentação (de não-lugar) seja compreendido em toda sua extensão e problematização (NOLASCO, 2012, p. 45, **Grifos nossos**).

A menção em destaque dialoga com as práticas do homem-fronteira, da região pantaneira da Serra da Bodoquena (MS), que possuem suas vidas marcadas pelas condições excepcionais do Pantanal, vivendo como “sujeitos atravessados” (NOLASCO, 2012) e sempre em deslocamento, enfrentando seca e cheia na região, esse movimento dos trabalhadores que, mesmo na cidade, estão sujeitos aos trânsitos e migrações.

A comunidade da Serra da Bodoquena é regida pelas migrações, segundo os trabalhos nas fazendas, comitivas pantaneiras, visitas turísticas etc., atreladas aos modos de desenvolvimento econômico da região. Nesta constante movimentação, cada grupo na localidade é agraciado pela narrativas/memórias do homem-fronteira, do homem pantaneiro – ou da mulher pantaneira – que, por sua vez, renovam o ciclo da construção da identidade social/cultural dos habitantes da região, a favor ou contra estereótipos já fixados no imaginário popular local.

A história oral pode apresentar grandes desafios para ser resgatada, registrada e representada, afinal os relatos são essencialmente baseadas em nossa ferramenta da memória, portanto, dependentes de vários fatores, inclusive emocionais e temporais, para reconstituir o narrado. De acordo com Portelli, se muitas memórias, histórias, esquecimentos menores, foram solapados da história oficial em prol de um interesse do discurso hegemônico, parece que sobrou ao presente se perguntar: “o que deve ser preservado, recordado, transmitido e o que deve ser descartado, esquecido, enterrado?” (PORTELLI, 2000, p. 65).

Nessa linha, a história oral, conforme a citação está centrada na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido, construindo fatos; não apenas como um lugar onde se “recorda” a história, mas memória “como” história, ou pelo menos de *uma* história. Faz-se necessário salientar que as lembranças de certo indivíduo estão inseridas em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências e referências pessoais e coletivas, moralizantes ou não, conforme Portelli. Ademais, certos cuidados são fundamentais, considerando aspectos inerentes ao ato de narração e à intenção do narrador.



Neste aspecto, as manifestações das memórias decorrem de sua inserção em campos de sentido pessoal, de relação com a emoção, por exemplo, mas também designificados de domínio coletivo, pois conforme nos orienta Barros, “No ato de lembrar nos servimos de campos de significados – os quadros sociais – que nos servem de pontos de referência.” (BARROS 1989, p. 30).

Essas considerações são importantes porque, quando observamos/escutamos as narrativas locais constitutivas das memórias de Bodoquena, “ouvimos” as lembranças pessoais se mesclando com a memória coletiva, inserindo significados nos quadros sociais, na história constituída como verdade a ser preservada, quer nos registros escritos, quer nas imagens que rememoram épocas e narrativas.

Como em suas considerações Portelli deixa claro que “as fontes históricas orais são fontes narrativas” (PORTELLI, 1997, p. 29), também afirma que aqueles que delas se valem devem levar em conta a utilização de aspectos da teoria narrativa proposta pela literatura, por exemplo. Podemos entender este ato de narrar oralmente como uma forma de, com os elementos da memória, elaborar uma criação pessoal. Numa entrevista oral, “a construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com a sua história” (PORTELLI 1997, p. 31) Com tal perspectiva, surge, a demais, a necessidade de, com base m Palermo (2015) e Mignolo (2014), dentre outros, abordar uma epistemologia outra, para, assim como Palermo, “assumirmos assim a existência de um conhecimento outro, em diálogo com o do pensamento crítico latino-americano, produzindo no interior de um setor comunitário alheio ao discurso pré-construído pela institucionalidade acadêmica, discurso que, no entanto, está vivo e dinâmico sustentando a vida das pessoas”(SIÑANIS; PALERMO, 2015, p.106).

Tal aspecto nos interessa, pois pretendemos enfatizar a presença das histórias/narrativas orais no contexto da cultura local. Para isso não só recorremos a uma gama bastante diversificada de fontes por nós escolhidas, como lançamos um novo olhar sobre elas. Nesse sentido, mais do que buscar dados e informações nas narrativas orais, nós as observamos tanto como práticas de expressões culturais como linguísticas, de uma forma de uso mais específico da linguagem, além de entendê-las como práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente e manifestam uma forma de constituição e preservação de sua identidade.

Nessa perspectiva, as fontes orais serão progressivamente incorporadas ao nosso texto, constituindo-se em instrumento útil na investigação da complexidade e da dinâmica social local, por sua natureza peculiar, marcada por um processo de “representação que constitui o sujeito na linguagem” (PÊCHEUX, 1997, p.34), por meio do qual se produzem versões particulares e pessoais da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha de trabalhar com narrativas orais é, por um lado, uma forma de acesso à constituição de um arquivo cultural e linguístico local e, por outro, uma opção teórica que nos permite avaliar certos modos de desenvolvimento do pensamento crítico na América Latina, de modo amplo, e nos “locais da cultura”, ou seja, no espaço, território geográfico e simbólico da fronteira, do estado de Mato Grosso do Sul e da Serra da Bodoquena mais exatamente. Nossa reflexão se direciona para a observação dos processos de criação narrativa, na aproximação à observação da constituição do pensamento popular.

Neste ponto, algumas considerações de Siñanis e Palermo (2015), são úteis como uma forma de nos direcionar para a reflexão acerca de como as narrativas orais podem se revestir de sentidos que abarcam a experiência e a vivência na construção da história pessoal e local, de grupos. Narrar a experiência e buscar seus sentidos significa resistir, e se estabelece como forma de re-existir.

Portanto, a compreensão de que “na América não há outra constante que a de seu povo” e que a “base de nossa razão de ser está” em nossos povos aponta para a necessidade de entender que “a questão não radica em mandar, mas em escutar ao que recebe ordens” (KUSCH, apud SIÑANIS, PALERMO, 2015, p.106). É dentre estes que historicamente sempre receberam ordens que nos inserimos, percebendo nosso local como sendo de onde emanam as narrativas que buscamos ouvir/resgatar e inserir como faceta essencial de nosso território de pertencimento. Como resultado, reivindicamos a possibilidade de fala para e com aqueles/aquelas que se encontram na Serra da Bodoquena, colocando-nos no espaço/papel de escuta de suas narrativas de re-existência, de compreensão de si e de seus relatos como produção cultural própria, local, perpassados pela memória e pela construção de uma história.

REFERÊNCIAS

Livros

- AGAMBEN, Giorgio. **A potência do pensamento**: ensaios e conferências. Trad. Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- AGUER. **Podemos pensar los no-europeos**. Buenos Aires: Ediciones Del Signo, 2018.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera**: the new mestiza. São Francisco: Aunt Lute Books, 2007.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. **Paisagens Biográficas Pós-Coloniais**: Retratos da Cultura Local Sul-Mato-Grossense. Campo Grande, MS: Life Editora, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194.
- HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Trad. Márcia Sá Cavalcante Shuback. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MIGNOLO, Walter. **El vuelco de la razón: diferencia colonial y pensamiento fronterizo**. Buenos Aires: Del Signo, 2011.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais /Projetos Globais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- NETTO. **A Vontade Natural e o Pantanal da Nhecolândia**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2001.
- NANTES, Aglay. **Morro Azul**: Estórias Pantaneiras. Instituto Histórico e geográfico de Mato Grosso do Sul. Ed.VI. Campo Grande-MS, 2010.
- NUNES, J. A. O resgate da Epistemologia. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- NOLASCO, Edgar César. Os condenados da fronteira. **Cadernos de Estudos Culturais**: povos indígenas, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 1-181, jan./jun. 2015.
- NOLASCO, Edgar César. **Perto do coração selbaje da crítica fronteriza**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.
- PESSANHA, Juliano Garcia. **Recusa do não-lugar**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- SLOTERDIJK, Peter. Das Grandes Narrativas. **Palácio de Cristal**: para uma teoria filosófica da globalização. Tradução Manuel Resende. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2008.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder y clasificación social”. **Journal of World-Systems Research**, VI(2), 2000.

SAID, Edward. Israel está mais seguro? **Margens/Márgenes**: Revista de Cultura, Belo Horizonte/ Buenos Aires/ Mar del Plata/ Salvador, n. 1, p. 6-11, julho 2002.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. *In*: SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar o saber, reinventar o poder**. Montevideu: Ediciones Trilce, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Epistemologias do Sul”. Utopia e práxis latino-americanas. **Revista Internacional de Filosofia Ibero-americana e Teoria Social**, v. 16, n. 54, p. 17-39, 2011.

SPIVAK, G. O subalterno pode falar? *In*: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Eds.). **O marxismo e a interpretação da cultura**. Basingstoke: Macmillan Education, 1988.

SOUZA, Eneida M. de. **Crítica cult**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

OS ENTRE-CORPOS-LUGARES FRONTEIRIÇOS EPISTEMOLÓGICOS A PARTIR DE SILVIANO SANTIAGO: PENSAMENTOS E ATRAVESSAMENTOS DAS DIFERENÇAS COLONIAIS

Pedro Henrique Alves de Medeiros

Edgar César Nolasco

Resumo: Este trabalho tem por objetivo deslindar uma *outra* do ensaio “O entre-lugar do discurso latino-americano” (1978) de Silviano Santiago à luz dos estudos descoloniais/fronteriços corroborados pelas epistemologias do Sul. Para tal, valeremo-nos do que conclamamos de *entre-corpo-lugar* para pensar de uma perspectiva *outra* o conceito de entre-lugar escavado, deslindado e difundido pelo ensaísta mineiro na América Latina e no Brasil em 1978. A premissa que abaliza a discussão aqui posta é a possibilidade de pensarmos esses entre-lugares não mais baseados na chancela desconstrutivista na esteira de Jacques Derrida, mas, sim, à luz de uma visada de descolonial assentada nos corpos-*corpus* e nos lugares que emergem a partir das/nas fronteiras geoistórico-epistemológicas (a)postas nos trópicos latino-brasileiros.

Palavras-chave: Silviano Santiago; crítica biográfica fronteiriça; *entre-corpo-lugar*.

Os entre-lugares *fronterizos* escavaram para si uma aprendizagem de desobediência com relação a tudo o que fora imposto em seu lócus geoistórico cultural à revelia de sua memória, de seu discurso e de sua história local. Clandestinamente e epistemologicamente, os entre-lugares *fronterizos* barram aquela crítica moderna que ainda teima em impor seu lugar/discurso sobre os demais lugares (ou entre-lugares) periféricos. (NOLASCO, 2014, p. 21-22, grifos do autor)

As práticas literárias e filosóficas (o ensaio histórico, antropológico, literário, filosófico, etc.) na América Latina foram e são todavia o espaço onde se gestou *um “pensar” à margem das disciplinas*. (MIGNOLO, 1988, p. 18, tradução e grifos nossos)

É a partir da compreensão descortinada pelos horizontes práticos-epistemológicos da desobediência epistêmica e da opção descolonial (MIGNOLO, 2008) enquanto possibilidades *outras* de re-existências em um mundo que encurrala e dilacera (SAID, 2002) nossos corpos que nossa articulação, atravessada pelas diferenças coloniais do pensamento fronteiriço e dos *entre-corpos-lugares* epistêmicos, emerge. Contudo, tais reflexões não se dão à luz de entre-lugares desconstruídos (NOLASCO, 2018), os quais a crítica brasileira teimou em perpetuar, mas, sim, no chancelar de entre-lugares fronteiriços/descoloniais (NOLASCO, 2018) e epistemológicos que se sobressaem, essencialmente, dos nossos *corpos-meninos-homens-fronteiras* de críticos que pensam da exterioridade da razão/lógica ocidental moderna e das margens das disciplinas.

Alicerçados pelos intelectuais Edgar César Nolasco e Walter Mignolo a partir das epígrafes explicitadas, compreendemos que os *entre-corpos-lugares* fronteiriços que ensejamos delinear, tomando por base o ensaio de



Silviano “O entre-lugar do discurso latino-americano” de 1978¹, têm como primazia barrar os discursos ocidentais, modernos, (neo)coloniais e abissais que insistem em se hospedar nos trópicos, até mesmo perpetuando colonialismos internos (MIGNOLO, 1988), sem a autorização óbvia daqueles que têm seus corpos encurralados e suas pernas dilaceradas (SAID, 2002) pelas opressões e inferioridades que tais práticas corroboram. Como forma de re-existir aos desequilíbrios pré-fabricados pelos pensamentos/práticas (neo)coloniais (SANTIAGO, 2019), advindos da Europa e dos Estados Unidos, a epistemologia fronteira se projeta na condição de *episteme* do *anthropos* que não quer se submeter ao *humanitas* (MIGNOLO, 2015).

Os *entre-corpos-lugares* fronteiriços epistemológicos, fios condutores das discussões críticas que se seguem a partir do pensamento fronteiro, possibilitam, pelo crivo da desobediência ou falsa obediência (NOLASCO, 2014), desestabilizadoras das hegemonias geoistóricas, sensíveis, epistemológicas, corporais modernas/coloniais/ocidentais estritamente territorialistas, a promoção de processos transculturadores infinitos os quais possibilitam ao crítico descolonial pensar *dos lugares*, ou *a partir deles*, e não mais *sobre eles* (NOLASCO, 2014), tal qual a *episteme* disciplinar moderna ensejou e perpetuou à extensão. “O entre-lugar do discurso latino-americano” de Silviano nos permite, hoje, 40 anos depois, entrever o corpo-corpus epistemológico da fronteira (NOLASCO, 2014) imbricado no seu discurso ensaísta, ainda que esse fora (re)lido pela crítica brasileira exaustivamente pela óptica pós-moderna e desconstrutivista.

Reiteramos, portanto, a urgência, ainda que após 40 anos de sua primeira publicação, de aprendermos a des-aprender para re-aprender (MIGNOLO, 2008, p. 305) os entre-lugares não mais sob a pluma do manto desconstrutivista, mas, sim, pela chancela descolonial (NOLASCO, 2018) em que se privilegia as diferenças coloniais, os *loci* geoistóricos epistemológicos e as sensibilidades-corpos-lugares das exterioridades do pensamento ocidental-moderno-colonial: [...] cabe-me direcioná-lo hoje às novas gerações. Que ainda faça sentido!”², evoca Silviano (2019, p. 07) sobre *Uma literatura nos trópicos* na edição de 2019. Compreendemos, assim, os entre-lugares desse ponto de vista epistemológico *outro* (descolonial) entrevedo a necessidade de correlacioná-los não só a *loci* territoriais e geoistóricos; pelo contrário, reverberá-los através de articulações de caráter epistêmico e de ressonâncias críticas tangíveis aos corpos das exterioridades angariando descolonizar os pensamentos, espaços, sensibilidades e sujeitos imbricados pelos exercícios críticos-práticos de autorreflexividade sociocultural-política-econômica, tal qual Silviano corrobora em suas produções ensaístas-literárias emergentes dos trópicos fronteiriços.

À diferença do perpetuado por décadas pela crítica brasileira territorialista, é, essencialmente, na fronteira que encontramos a “originalidade” (NOLASCO, 2014) desterritorializada do *entre-corpo-lugar* das/nas produções epistêmicas, artísticas, literárias etc. Essa “originalidade” fronteira não se encontra, jamais, na cópia aos modelos teóricos-artísticos-literários das fontes/influências (SANTIAGO, 2019) puristas europeias e/ou norte-americanas. Habitar e escre(vi)ver a partir do reunir-se na dispersão das fronteiras (BHABHA, 2013) reais e imaginárias pressupõem respeitar suas regras e normas específicas de transfronteiridade, entre-fronteiridade (NOLASCO, 2014) e transculturação ao nos distanciarmos das hospedagens incondicionais às teorias itinerantes (BHABHA, 2013) (MIGNOLO, 2003) viajantes dos centros mundiais hegemônicos ocidentais para as bordas/margens não-ocidentais do planeta.

A transculturação, ao invés da hospedagem e da hospitalidade incondicionais, tal qual o próprio corpo distendido da fronteira (NOLASCO, 2014), contaminam e intercorporam as epistemologias fundadas e emergidas

¹ É importante pontuar que o texto “O entre-lugar do discurso latino-americano” foi publicado no Brasil na coletânea de ensaios *Uma literatura nos trópicos* em 1978 pela editora Rocco. Em 2019, 40 anos depois, a obra foi reeditada pela editora Cepe acrescida de quatro textos suplementares e de três textos críticos de Eneida Leal Cunha, Fred Coelho e André Botelho, respectivamente.

² SANTIAGO. Nota preliminar, p. 07.



desse *entre-corpo-lugar* explicitando a condição de além-lugar geoistórico da fronteira e delimitando a condição epistemológica inerente a ela imbricada enquanto caractere *sine qua non* das escritas-vivências dos sujeitos que nela habitam/estão atravessados. Segundo Nolasco (*apud* TERRON, 2014, p. 26, grifos do autor):

Entre bárbara e *selbaje*, a fronteira-sul borda suas linhas da ordem do real e do imaginário, pontilhando, ora do lado de dentro, ora do de fora, sua força e sua resistência, e sempre impondo, ao seu modo, seu discurso *fronterizo* como resultado possível de uma epistemologia gerada nessa zona que quase sempre beira o esquecimento por parte do saber moderno, acadêmico e disciplinar. [...] Entre a fronteira, a poesia [escrita-vivência] e o infinito, borda-se ‘esa broma que llamamos vida’ de fronteira, cujo papel é transculturar, embriagada pela lucidez do abandono, o discurso colonial que teima em se agarrar a um corpo que o rechaça.

Dessa feita, ainda que Silviano tenha saído do Brasil para fazer doutorado na França sobre o escritor francês André Gide, tenha ministrado aulas nos Estados Unidos, tenha sido exposto e contaminado, no sentido epistemológico, pelas plêiades modernas, pós-modernas e hegemônicas de escritores, artistas e intelectuais europeus e norte-americanos, mesmo assim, o mineiro, enquanto *anthropos*³, não intenta se assujeitar/assimilar/inferiorizar aos saberes, unicamente, dos *humanitas*. O mineiro de Formiga não deixa de revisitar teoricamente as tradições, mas, *pari passu*, não as endossa (NOLASCO, 2018) unilateralmente. Ao invés disso, trabalha com as tradições a partir das bordas, nas exterioridades dos territórios disciplinares. Silviano é disciplinado, leitor dos cânones e um equilibrista, todavia, ao mesmo tempo, não é disciplinar, tampouco, canônico (SANTIAGO, 2018). Enquanto equilibrista epistêmico-artístico-literário, ao tentar se submeter, univocamente, à *episteme* do *humanitas*, Silviano se desequilibra levando ao chão seus corpos-*corpus* das exterioridades não só geoistóricas e epistemológicas, mas sensíveis e afetivas.

Nesse ínterim, segundo Mignolo (2017), é no lado mais escuro da modernidade que se esconde a colonialidade. Essa, por sua vez, foi uma conceitualização não apenas realizada pelo argentino em *Histórias locais/projetos globais* (2003), mas, sim, introduzida pelo intelectual peruano e sociólogo Aníbal Quijano entre as décadas de 1980 e 1990 (MIGNOLO, 2017). Isso posto, a colonialidade é concebida epistemologicamente enquanto a lógica subjacente da função e dos desdobramentos da civilização ocidental replicados desde o Renascimento até a atualidade, tendo em vista que os colonialismos históricos-espaciais-temporais (MIGNOLO, 2017) vêm sendo os responsáveis pelas dimensionalidades constitutivas do Ocidente, ainda que essas condições sejam mascaradas e minimizadas. O conceito de colonialidade/modernidade, tal qual assevera Mignolo, não se pretende totalitário, mas a especificação de um projeto particular de dominação. Nos termos da colonização europeia portuguesa-espanhola nas Américas, Silviano (2019, p. 11-12, grifos nossos), atravessado pela percepção do entre-lugar, ressalta:

Desde o século passado, os etnólogos, no desejo de desmistificar o discurso beneplácito dos historiadores, concordam em assinalar *que a vitória do branco no Novo Mundo se deve menos a razões de caráter cultural, do que ao uso arbitrário da violência e à imposição brutal de uma ideologia, como atestaria a recorrência das palavras ‘escravo’ e ‘animal’, nos escritos dos portugueses e espanhóis. Essas expressões, aplicadas aos não ocidentais, configuram muito mais um ponto de vista dominador do que propriamente uma tradução do desejo de conhecer.*

No bojo do fragmento citado, entrevemos que o projeto geral dessa dominação colonialista se deu com as invasões europeias nos *loci* dos povos originários, dentre outros, os Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac com a

³ No bojo do crítico argentino descolonial Walter Mignolo, o *anthropos* é, em linhas gerais, a exterioridade, isso é, “o outro” criado pela interioridade do “si-mesmo” (*humanitas*).



formação das Américas e do Caribe ademais ao tráfico de escravos africanos (MIGNOLO, 2017). A colonialidade, pelo crivo epistemológico, já é um conceito de ordem descolonial, uma vez que não foi pensada pelo *si-mesmo*, mas pelo *anthropos*, pelo dito *outro*. *A priori*, a razão/lógica da colonialidade se fundamentou, sobretudo, no pensamento da teologia/teopolítica do conhecimento se transformando, *a posteriori*, no secularismo o qual retirou Deus da categoria de fiador do conhecimento (re)colocando o homem e a razão no lugar do divino cristão ocidental, com isso, centralizando o ego europeu (MIGNOLO, 2017). Nesse cenário, a egopolítica descentraliza a teopolítica em que se preocupava, essencialmente, com o controle da alma e não do corpo (MIGNOLO, 2017). Todavia, conforme o argentino deslinda, ainda frente a tais alterações, ambas se uniram para perpetuar a manutenção do poder e do controle epistemológico-político da matriz colonial.

Para Mignolo (2017), a teologia política não era uma esfera meramente metafísica, e, sim, um paradigma estrutural embasado, sobremaneira, nas categorias de conhecimento, visão e configuração institucional do mundo. Em linhas gerais, a teologia política se escondia através dos dogmas religiosos para perpetuar estruturas de poder pelo crivo da matriz colonial europeia. Ressalvadas as diferenças, há, hoje, no nosso Brasil, um cenário semelhante disseminado pelo protestantismo enraizado na política (bancadas evangélicas), na economia, na cultura etc. com o intuito de utilizar discursos-práticas-dogmas religiosos para angariar poder e, conseqüentemente, produzir opressões desenfreadas, sobretudo, no tocante aos sujeitos, corpos, saberes e sensibilidades das exterioridades.

Por isso, no que convém à colonialidade enquanto lado mais escuro da modernidade, há que se discutir sobre um monstro de quatro cabeças e duas pernas que subsiste entendido como a matriz colonial de poder (MIGNOLO, 2017). Para Mignolo (2017), partindo da formulação original de Quijano de *patrón colonial de poder*, a matriz colonial do poder é sustentada por quatro domínios inter-relacionados: o controle econômico, da autoridade, do gênero e da sexualidade, do conhecimento e da subjetividade. Ademais, os eventos desdobrados por ela se dão em duas direções *pari passu*: uma relacionada à luta entre os Estados imperiais europeus e a outra a luta entre esses Estados e os sujeitos por eles colonizados, africanos e indígenas, que foram oprimidos, escravizados e explorados (MIGNOLO, 2017).

Em linhas gerais, a modernidade não é definida como um período histórico-linear ontológico do qual não podemos escapar, mas, sim, enquanto *narrativa de um período histórico europeu* (MIGNOLO, 2008, p. 316) escrito pelos *humanitas* que perceberam seu suposto protagonismo na história mundial, pressuposto esse, generalista, tomado como verdade universal por seus atores sociais. “Modernidade” e “modernização” foram as premissas utilizadas pelos europeus para disseminar a “ficção heroica e triunfante” que eles estavam “ajudando”, com muitas aspas, a criar e a construir (MIGNOLO, 2008). Essa história, como assente Mignolo, (2008) era a narrativa do capitalismo imperial e da obscuridade da modernidade imbricada pela colonialidade.

Precisa-se, portanto, para além das “ficções heroicas e desbravadoras” narradas pelos europeus, assumir não só as glórias da modernidade, mas, sobretudo, seus crimes (MIGNOLO, 2017), nenhum deles pode ser desconsiderado e/ou ignorado. No tocante ao entre-lugar epistemológico fronteiriço, e, por extensão, aos crimes e discursos opressores cometidos e replicados pelos colonizadores, Silviano (2019), ao citar Claude Lévi-Strauss, explicita os meandros psicossociológicos dessas “ficções heroicas dos desbravadores do Novo Mundo” pelo ponto de vista hegemônico e colonialista dos monges da Ordem de São Jerônimo frente aos indígenas e à “impossibilidade” desses de viver por eles próprios como “camponeses de Castilha”:

Na verdade, talvez seus netinhos possam; além do mais, os indígenas estão de tal modo entregues ao vício que ainda se pode duvidar da sua capacidade; como prova, evitam os espanhóis, recusam-se a

trabalhar sem remuneração, mas levam a perversidade até o ponto de presentear os próprios bens; não admitem repudiar os companheiros que tiveram as orelhas decepadas pelos espanhóis. [...] *Seria melhor para os índios que se transformassem em homens escravos do que continuassem a ser animais livres* [...]. (LÉVI-STRAUSS *apud* SANTIAGO, 2019, p. 12, grifos nossos)

Da perspectiva “dessas ficções heroicas e desbravadoras europeias”, Mignolo (2017) localiza no século XVI o domínio epistemológico dos europeus quando esses realizaram uma revolução científica que lhes deu um controle mais expansivo e maior sobre o meio ambiente do que antes havia se visto ou conseguido. Diante desse cenário de dominação e de dispensabilidade, a modernidade se apresenta alicerçada por uma dupla colonização do tempo e do espaço enquanto pilares da civilização ocidental (MIGNOLO, 2017). No prisma do tempo, a colonização se deu pela criação renascentista da Idade Média e o do espaço pela conquista do “Novo Mundo”, ainda que a América não fosse uma entidade existente para ser descoberta (MIGNOLO, 2017). A América foi inventada, explorada, colonizada, mapeada e apropriada *sub judice* do discurso cristão-salvífico direcionado aos “desalmados”, como os indígenas no Brasil, por exemplo.

Silviano (2019) influi, no plano da América Latina enquanto uma invenção europeia, que não há mais como esse lócus geoistórico e epistemológico se fechar às invasões estrangeiras-ocidentais e/ou reencontrar, também, suas condições de paraíso, isolamento, inocência e originalidade. Para o pensamento colonial, representamos mero simulacro, cópia fora de moda (SANTIAGO, 2019), por via do retrocesso “imperceptível” no tempo que, conjuntamente com o espaço, foram colonizados pela hegemonia europeia. As geografias dos trópicos, bem como as epistemologias, devem ser do crivo do assimilação e da agressividade, da aprendizagem e da reação, da falsa obediência (SANTIAGO, 2019) e da desobediência civil-epistêmica. O ensaísta mineiro (2019) reitera, ainda, que, caso permaneçamos na passividade, reduziríamos nosso papel efetivo à exclusão por analogia “ao original/ao primeiro” europeu.

Isso posto, é necessário que assinalemos nossas diferenças coloniais e recuperemos nossas originalidades, expurgadas pelos colonialismos radicais, haja vista que o silêncio civil-epistêmico seria a resposta desejada pelo imperialismo cultural advinda de nós, latinos e brasileiros. Pior ainda, seriam nossas ressonâncias acrílicas (SANTIAGO, 2019) aos legados coloniais que ainda grassam nos trópicos e nos *loci* tupiniquins mascarados de rupturas críticas e mudanças paradigmáticas da modernidade (MIGNOLO, 2015), como a modernidade e a pós-modernidade. Para Silviano (2019), nos termos dos discursos e legados (neo)coloniais nos trópicos, falar e escre(vi)ver significam falar e escre(vi)ver contra na tentativa de nos voltarmos para nós mesmos, para nossas histórias locais, *loci* geoistóricos e epistemológicos. Enfim, para nossos *entre-corpos-lugares fronteiriços*.

De acordo com Mignolo (2017, p. 04), entre o intervalo de tempo entre 1500 e 2000, houve três fases acumulativas e não sucessivas da modernidade: “[...] a fase ibérica e católica, liderada pela Espanha e Portugal (1500-1750), a fase “coração da Europa liderada pela Espanha e Portugal (1750-1945) [...]” e a mais recente, a estadunidense liderada pelos Estados Unidos de 1945 aos anos 2000. Hoje, século XXI, impera-se a ordem global capitalista hegemônica enraizada em um mundo policêntrico e interconectado (MIGNOLO, 2017) pelo mesmo modelo econômico, com ressalvas exceções. Em resumo, as imagens da modernidade dita universal são construções narrativas criadas pelo “si-mesmo” (*humanitas*) e aplicadas “aos outros” (*anthropos*) na condição de supostas realidades respaldadas pelo domínio do conhecimento.

O conhecimento, por sua vez, foi utilizado como ferramenta básica e extremamente poderosa aplicada no controle autoritário transferido para o mercado. No plano da matriz colonial do poder, o saber explicitava-se duvidosamente: era tanto a mediação para a criação “real” do mundo, bem como o modo de ser (subjetivo) no mundo

(MIGNOLO, 2017, p. 08). Sendo assim, a partir do momento em que o conhecimento imperial se estabelecia como o dito *verdadeiro saber* (MIGNOLO, 2017) se tornava, também, mercadoria de exportação (teorias itinerantes, para Homi K. Bhabha e para Mignolo) e imposição, pela justificativa, primeiro, da teologia cristã, depois, da filosofia secular e das ciências modernas territoriais àqueles cujas produções, experiências e pensamentos eram *outros*: não-modernos e não-ocidentais.

Posteriormente, a crise da modernidade gerou sua própria (auto)superação a partir dos projetos que viriam na sequência, tais como a pós-modernidade, o pós-colonialismo, o pós-orientalismo e o pós-ocidentalismo (MIGNOLO, 1988). Cada um deles, com suas especificidades, articulam-se ao passo que vão angariando novos *loci* geoistóricos e epistemológicos que contribuam para o deslocamento das hierarquias de poder que vieram dominando nos últimos cinquenta anos os estudos de áreas *pari passu* à crescente hegemonia mundial estadunidense (MIGNOLO, 1988). Segundo Mignolo (1988), a inconclusão da modernidade é o mesmo projeto dos (neo)colonialismos, e seus legados, na etapa em que se encontra o capitalismo avassalador sem fronteiras. Os quatro pós citados ensinam, ressaltadas as diferenças, a superação da modernidade-colonialidade (MIGNOLO, 1988) e a instauração de uma democracia mundial assentada no descentrar e no romper das relações entre áreas culturais e produção de saberes, ainda que não consigam ir tão longe quanto o pensamento fronteiriço/descolonial. Da forma como podem, esses pós contribuem na escuta e na evocação das histórias locais dos subjugados a fim de descentralizar as histórias e as *epistemes* globais ditas universais (MIGNOLO, 1988).

À semelhança da modernidade, há que se pensar nas questões críticas relacionadas ao ocidentalismo, sobretudo, no que convém à América Latina e ao debate dos *entre-corpos-lugares* fronteiriços epistemológicos o qual viemos articulando à luz de Silviano Santiago. Para o antropólogo venezuelano Fernando Coronil, citado por Mignolo, o ocidentalismo é um conjunto de estratégias cognitivas, ligadas à manutenção do poder, que separam e segregam o planeta em unidades bem especificadas (CORONIL *apud* MIGNOLO, 1988, p. 15). Separam-se os entre-lugares das histórias, transfigurando as diferenças coloniais em perspectivas valorativas, angariam a naturalização desses signos representacionais e, como já explicitamos na discussão acerca da modernidade, entrevem-se desígnios perversos, não justificáveis, na produção claramente assimétricas das relações de poder já perpetuadas pela modernidade colonial (MIGNOLO, 1988).

Nessa perspectiva, o *entre-corpo-lugar* epistemológico fronteiriço articulado sob a égide do ensaio de Silviano, ressaltadas nossas diferenças de seleção e de escolhas teóricas, vem novamente à superfície para indagar o confronto (SANTIAGO, 2019) dos discursos literário-críticos latino-americanos, “não-ocidentais”, frente aos processos de ocidentalização europeia que insistem em aqui se hospedarem. Assim, ao iniciar a articulação do entre-lugar, Silviano faz referência à história grega utilizada por Montaigne na obra *Ensaio* a qual versa acerca dos “canibais do Novo Mundo”. O mineiro se utiliza dessa referência para inscrever o contexto de não simultaneidade entre nós e eles, do ponto de vista do “verdadeiro Ocidente”, uma vez que ocupamos o lugar da alteridade, isto é, os *outros*: “Não sei que bárbaros são estes (pois os gregos assim denominavam *todas as nações estrangeiras*) [...]” (MONTAIGNE *apud* SANTIAGO, 2019, p. 09, grifos nossos).

O exemplo utilizado por Silviano ao citar Montaigne está relacionado à formação bélica e à arte militar dos gregos que subestimavam os romanos, considerados estrangeiros/bárbaros. No fronte de combate, os gregos, povos ocidentais e supostos por *si-mesmos* como os únicos detentores dos saberes bélicos, perderam a luta para a armada bem organizada romana/estrangeira/bárbara que em nada ficava para trás da presunção grega (SANTIAGO, 2019). Apesar das diferenças socioeconômicas entre ambas as civilizações, os dois exércitos se mantiveram em equilíbrio no campo de batalha superando a empáfia colonialista-imperial dos primeiros (auto)considerados superiores.



Como apontamos anteriormente, há uma semelhança contextual entre essa exemplificação bélica e a produção de conhecimentos-literaturas-artes na América Latina/Brasil no plano das modernizações-(neo)colonizações-ocidentalizações europeias que ainda desejam se perpetuar nos trópicos como os agentes únicos, verdadeiros e messiânicos a nós “não-ocidentais”, estrangeiros e bárbaros.

Para Mignolo (1988), no cenário dessas tentativas de ocidentalizações nos trópicos, no que convém às saídas epistemológicas para barrá-las, apenas agregar mais um “pós” às plêiades teóricas já existentes seria recair em um convite para o cansaço crítico. Há que se mencionar que em determinado momento do ensaio de Silviano, o mineiro faz referência à descolonização (SANTIAGO, 2019, p. 17) e não à pós-ocidentalização no tocante à América Latina e ao Brasil. Dito isso, o intelectual argentino assente que o termo “pós-ocidentalismo” não é uma novidade já tendo sido contemplado nos escritos do ensaísta cubano Roberto Fernández Retamar em 1976 (MIGNOLO, 1988) na condição elementar de ser um constituinte da sua lógica de revisão do pensamento na América Latina desde o século XIX a fim de definir o âmbito histórico dos *nossos trópicos latino-Américos* (MIGNOLO, 1988, p. 02). Delineia-se, assim, não meras questões de verdades históricas, e, sim, nossas próprias categorias geoculturais imbricadas nas relações com os conhecimentos e com os poderes. Mignolo (1988, p. 02, tradução e grifos nossos) explicita:

Para os pensadores da América Latina, o cruzamento e a superposição de poderes imperiais se conceberam *não tanto em termos de colonização mas de ocidentalização. É por essa razão que “pós-ocidentalismo” (ao invés de pós-modernismo e pós-colonialismo) é uma palavra que encontra seu lugar “natural” na trajetória do pensamento na América Latina, assim como “pós-modernismo” e “pós-colonialismo” o encontra na Europa, Estados Unidos e nas ex-colônias britânicas, respectivamente* (MIGNOLO 1996). Não se trata de reclamar autenticidades e lugares de origem, mas de meras trajetórias históricas e de direitos de cidadania. [...] “Pós-ocidentalismo” pode designar a reflexão crítica sobre a situação histórica da América Latina que emerge durante o século XIX, quando se vão redefinindo as relações com a Europa e gestando o discurso da “identidade latino-americana”, passando pelo ingresso dos Estados Unidos, até a situação atual em que o termo adquire uma nova dimensão devido a inserção do capitalismo no “Oriente” (Leste e Sudeste da Ásia).⁴

Em linhas gerais, tal qual a passagem aposta reitera, o pós-ocidentalismo encontra força na América Latina por justamente levar em consideração os processos de apagamentos, silenciamentos e ocidentalizações que nossas histórias locais e os nossos *entre-corpos-lugares* epistemológicos fronteiriços e geoistóricos sofreram por vias, histórias e saberes hegemônicos europeus. O pós-ocidentalismo, em termos latinos, pode ser angariado por via da funcionalidade epistêmica contra as supostas rupturas paradigmáticas hegemônicas, como a pós-modernidade. Todavia, demonstrada sua importância, reiteramos a necessidade de aquilarmos nossas bases teóricas-sensíveis no pensamento fronteiriço/descolonial (MIGNOLO, 1998) o qual as reflexões filosóficas, literárias ensaístas etc. são incorporadas às histórias locais latinas encontrando seu lugar em saberes desincorporados dos desenhos e projetos globais europeus nas humanidades (MIGNOLO, 1998).

⁴ “Para los pensadores en América Latina, el cruce y superposición de poderes imperiales se concibió no tanto en términos de colonización sino de occidentalización. Es por esta razón que “posoccidentalismo” (en vez de posmodernismo” y “poscolonialismo”) es una palabra que encuentra su lugar “natural” en la trayectoria del pensamiento en América Latina, así como “posmodernismo” y “poscolonialismo” lo encuentra en Europa, Estados Unidos y en las ex-colonias británicas, respectivamente (Mignolo 1996). [...] “Posoccidentalismo” puede designar la reflexión crítica sobre la situación histórica de América Latina que emerge durante el siglo XIX, cuando se van redefiniendo las relaciones con Europa y gestando el discurso de la “identidad Latinoamericana”, pasando por el ingreso de Estados Unidos, hasta la situación actual en que el término adquiere una nueva dimensión debido a la inserción del capitalismo en “oriente” (este y sureste de Asia).”

No plano do aprender a desaprender para re-aprendermos (MIGNOLO, 2008) a América Latina, Silviano (2019) explicita que a literatura latino-americana de hoje descortina o horizonte teórico em que é necessário se inspirar no momento de elocução e articulação dos discursos críticos a que ela é objeto. Esse campo epistemológico emergente dos *bios+geo+loci* latino-americanos contradiz os princípios universalistas de certas críticas universitárias (SANTIAGO, 2019) territorialistas apenas interessadas pelas fontes/influências/partes invisíveis dos textos (pelas supostas dívidas contraídas pelo escritor) (SANTIAGO, 2019), ao mesmo tempo em que rejeita discursos ocidentalizantes pseudomarxistas defensores das práticas primárias dos textos objetando leituras fáceis e preguiçosas (SANTIAGO, 2019).

Para Silviano (2019), os teóricos correspondentes às categorias supracitadas esquecem que a eficácia da crítica latino-americana se deve ao des-condicionar o leitor, tornar sua vida impossível no interior das sociedades burguesas de consumo. Leituras fáceis e preguiçosas, não sendo essas as executadas por escritores dos trópicos, insistem na razão moderna acerca da situação de colônia dos nossos *loci* e da suposta preguiça daqueles que aqui habitam (SANTIAGO, 2019). Na contracorrente do intento moderno-colonial exposto, as leituras e produções de cunho latino-americano, atravessadas pelo pensamento descolonial/fronteiriço, emergem da autorreflexividade das nossas próprias diferenças coloniais as quais grassam nos nossos *entre-corpos-lugares* geoistóricos e epistemológicos e que fundamentam nossas sensibilidades de sujeitos (des)coloniais que escre(vi)vem a partir das bordas angariando entre-lugares latino-americanos e brasileiros-fronteiriços de ordem Sul-Sul.

Esses *entre-corpos-lugares* epistemológicos fronteiriços, portanto, não são abstrações filosóficas “fora do lugar” (NOLASCO, 2014), mas um posicionamento *outro* que coloca as culturas/produções latino-americanas e brasileiras *entre outras* (NOLASCO, 2014) permeando novos *corpus-corpos* sensíveis e teóricos das obras ensaístas e literário-artísticas. Angariar *entre-corpos-lugares* chancela o pensar por fora das políticas imperiais que contaminaram os trópicos há séculos. À diferença dos construtos disciplinares territoriais, o *entre-corpo-lugar* não é um lugar situável unicamente nas esferas espaço-temporais (NOLASCO, 2014). Mas, atravessado pela condição de uma prática fronteiriça epistemológica, ele propõe significações imbricadas nas geopolíticas do conhecimento, das pessoas, das línguas, das produções culturais, dos *corpus-corpos*, das sensibilidades, das escritas-vivências, enfim, o repositório da exterioridade enquanto aquilo que foi inventado e, por extensão, rechaçado pelo pensamento ocidental, moderno e colonial.

Por fim, *entre-ser-habitar-entre-lugares* é a possibilidade crítica *outra* ensejada pelo pensamento fronteiriço emergente dos trópicos latino-americanos, tupiniquins e fronteiriços para oportunizar a legitimidade dos nossos *corpos-corpus-loci* nas produções científicas-artísticas-literárias *pari passu* a qualquer outra de origem europeia e/ou norte-americana. De modo que expusemos e reiteremos propositalmente, somos fronteiriços orgulhosos de sermos *anthropos* frente a arrogância imperial dos *humanitas* e, a eles, epistêmico-artístico-literariamente, não perdemos em nada. Para nós, abjetos e indecíveis, a condição de atravessamento fronteiriço, o ser *em/na/a partir da fronteira*, é nosso *leitmotiv* para re-existir, lutar e produzir descolonialmente cada vez mais, ainda que o mundo e o Brasil, no auge do seu totalitarismo pós-ditadura militar, insistam em nos encurralar e dilacerar nossas pernas (SAID, 2002).

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- MIGNOLO, Walter. Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (org.). **Teorías sin disciplina**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1988. s/p.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

MIGNOLO, Walter. Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento: sobre descolonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. *In*: MIGNOLO, Walter. **Habitar la frontera**: sentir y pensar la descolonialidad (antología, 1999-2014). Barcelona: CIDOB, 2015. p. 173-189.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 01-18, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010269092017000200507&lng=en&nr-m=iso&tlng=pt. Acesso: 20 set. 2020.

NOLASCO, Edgar César. Silviano Santiago e o lugar onde o sol se põe: entrelugares epistemológicos ao sul da fronteira-sul. **Cadernos de Estudos Culturais**: Silviano Santiago: uma homenagem, Campo Grande, v. 6, n. 11, p. 17-29, 2014.

NOLASCO, Edgar César. Habitar a exterioridade da fronteira-sul. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande, v. 2, n. 20, p. 01-26, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/7771>. Acesso em: 20 set. 2020.

SAID, Edward W. Israel está mais seguro?. **Margens/Márgenes**: Revista de Cultura (2002-2007), n. 01, p. 06-11, 2002. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/margens_margenes/article/view/10687. Acesso: 20 set. 2020.

SANTIAGO, Silviano. Silviano, o equilibrista. **Olympio**: literatura e arte, v.1, n.1, p. 36-50, 2018.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**: edição ampliada. Recife: Cepe, 2019.

VOZES SILENCIADAS: O APAGAMENTO DE ESCRITORAS NEGRAS NO ENSINO DE LITERATURA BRASILEIRA

Jamile Carla dos Santos Afonso

Resumo: Este trabalho tem como objetivo propor uma reflexão acerca do Ensino de Literatura Brasileira na Educação Básica o qual não contemplam escritoras negras. A partir das problematizações do cânone literário que não contemplam vozes marginalizadas, permanecendo inalterável. O recorte utilizado são as discussões sobre gênero e raça que norteiam a invisibilidade dessas vozes. Assim, este trabalho se propõe a discutir o apagamento de nomes como Carolina Maria de Jesus, Maria Firmino e Conceição Evaristo na periodização da Literatura Brasileira, na perspectiva de Ensino na Educação Básica.

Palavras-chave: 1. Literatura. 2. Ensino. 3. Apagamento.

O SEXISMO NA LITERATURA

Sabe-se que a construção da literatura ocidental é, historicamente, construída tendo como base obras escritas por homens brancos pertencentes à elite dominante. Assim, toda a estrutura do cânone literário ocidental mantém marcas e ideologias dominantes advindas do prestígio sociocultural que tal grupo ainda sustenta, logo a marginalização, o apagamento e a exclusão de grupos sociais diverso ao padrão hegemônico são justificados, pois, segundo Reis (1992, p. 73), o cânone está a serviço dos mais poderosos, estabelecendo hierarquias rígidas no todo social, funcionando como ferramenta de dominação, dessa forma a literatura comumente estudada e apreciada nos espaços acadêmicos não comporta produções que não estejam intrinsecamente relacionadas ao modelo dominante.

Falar do apagamento da produção negra feminina na construção da literatura brasileira nos espaços de ensino é ter como hipótese duas pautas identitárias como plano de fundo, a primeira é a identidade de gênero, já que, historicamente, as mulheres foram consideradas inferiores na esfera cultural em relação aos indivíduos do sexo masculino, tendo como base ideológica a cultura patriarcal enraizada em todos os segmentos da sociedade. Segundo Bonnici (2007, p. 86) a produção literária feminina, em meados do século XX, sempre foi vista de forma inferiorizada diante das produções masculinas, pois diversos apagamentos de autoras cuja produção expunha qualidade estética suficiente para serem referenciadas, foram apagadas e desprezadas. Assim, no campo literário, no que tange a identidade de gênero, é importante enfrentar a marginalização das mulheres escritoras e também propor a igualdade entre os sexos, com o objetivo de eliminar qualquer dominação sexista nos espaços de ensino formal em que se propõe o ensino e aprendizado de literatura.

A RAÇA COMO CONDIÇÃO DE APAGAMENTO

Em segundo plano, o apagamento da produção literária feminina negra, nos espaços de ensino formal, está marcado também pela identidade étnico-racial, podendo ser atribuído ao Racismo Estrutural que, de acordo com Almeida (2018), é uma forma de violência reproduzida no tecido social não mais na forma direta, mas nas

formas institucional e cultural, desse modo o Racismo Estrutural, decorrente do processo escravocrata, promove a invisibilidade cultural e coloca a população negra sempre à margem da sociedade, contribuindo, portanto, para o sentimento de inferioridade em relação aos brancos.

Tem-se como exemplo dessa invisibilidade e marginalização a escritora Carolina Maria de Jesus, autora de *Quarto de Despejo*, pois até o momento a academia não a considera como figura expoente da literatura brasileira, classificando-a como pouco relevante e consequentemente sua obra ainda permanece fora do Cânone Literário Brasileiro.

Além disso, recentemente, durante uma homenagem prestada à Carolina Maria de Jesus, na Academia Carioca de Letras, em Abril de 2017, o professor doutor Ivan Cavalcanti Proença, reconhecido por desenvolver pesquisas sobre produções populares, afirmou que escrita da autora não pode ser considerada como literatura. Tal afirmação retoma às discussões sobre a literatura ocidental perpetuar a hegemonia branca, machista e burguesa. Carolina Maria por ser negra e evidenciar questões relevantes sobre a vida da mulher negra e pobre, num livro que retrata a História dos negros no Brasil e a violação social dos seus corpos, é abafada e silenciada pela academia.

Diante dos fatos supracitados, é necessário refletir sobre os caminhos do ensino de literatura, posto que é necessário o enfrentamento dos discursos hegemônicos da literatura ocidental, por ser de extrema importância dar voz e visibilidade às escritoras negras as quais sofrem com o apagamento proposital nos espaços na Educação Básica.

Ademais, é necessário entender a literatura numa perspectiva dinâmica sob a ótica social, privilegiando produções marginalizadas e estigmatizadas por estar fora do que, tradicionalmente, sustenta-se como produções canônicas legitimadas.

O NÃO LUGAR

A Literatura seja na Educação Básica ou na Educação Superior não contempla produções de mulheres negras e suas contribuições para a literatura brasileira. A Universidade Federal da Bahia, por exemplo, em sua grade curricular obrigatória do Curso de Letras Vernáculas, não há nenhuma menção ao Estudo de Literatura Negra e suas contribuições para o imaginário cultural brasileiro, seja produções do gênero masculino ou feminino, há apenas cinco disciplinas optativas que tem como proposta Literatura Africana em Língua Portuguesa cujo programa está atrelado ao estudo de produções moçambicanas, angolanas e de temas como colonialidade, guerras, descolonização, além dos dilemas dos povos africanos, percebe-se, portanto, o apagamento das produções da Literatura Negra Brasileira como um todo, masculina e feminina, seja na grade obrigatória como também na grade de disciplinas optativas.

Conceição Evaristo, em sua dissertação de mestrado, cujo título é *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), aborda a falta de reconhecimento da escrita literária negro-brasileira, ou seja, embora exista uma contribuição vasta de escritores afro-brasileiros, muitos ainda permanecem silenciados, principalmente nos espaços acadêmicos por motivos ainda desconhecidos, mas, partindo da hipótese apresentada anteriormente, esse apagamento pode estar baseado no racismo estrutural.

Dentro dessa afirmação, é importante salientar que as produções literária negra feminina representam e problematizam a vida da mulher negra a qual carrega em suas obras marcas da sua vivência numa sociedade patriarcal e racista, assumindo, pois, uma literatura de engajamento social, já que reflete as problemáticas da vida nos morros, favelas, subúrbios, terreiros, trazendo também reflexões sobre a desigualdade social, a desumanização dos

corpos negros, além da temática da memória, cultura, ancestralidade e que por isso precisam ser reconhecidas pela sociedade. Logo, pensar na formação docente e em disciplinas que contemplem o estudo e apreciação de escritoras como Maria Firmina, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, torna-se crucial para pensar numa educação libertária e que dá voz às mulheres negras, visto que os impactos sociais que tais produções gerariam caso não fossem desprezadas, possibilitaria a difusão de conhecimento, informações e vivências do que é ser mulher negra numa sociedade racista.

O livro *Literatura Brasileira Contemporânea: um território contestado* de Regina Dalcastagnè que tece a trajetória do perfil romancista brasileiro. Nesse livro a autora faz um levantamento de dados acerca das premiações do Prêmio São Paulo de Literatura, apontando que 93,9% dos ganhadores desses prêmios são brancos, o que salienta as problemáticas acerca do ensino de literatura brasileira: O perfil do romancista brasileiro é homem, branco, classe média.

Nesse sentido, qualquer produção que fuja desse ideal de prestígio se esbarra no desconforto e silenciamento, além de não ser reconhecido e legitimado pela academia. Outrossim, o referencial teórico em questão reflete a necessidade de dar voz ao outro, ou seja, dar voz aos marginalizados, quebrando o silêncio imposto pelas classes que detém o poder. Assim, a mulher negra está inserida num contexto de constante marginalização e subalternidade em todas as esferas da sociedade brasileira, sofrendo diferentes formas de opressão, tendo como consequência o apagamento das suas contribuições literárias.

Portanto, o ostracismo social evidenciado por escritoras negras em diversos momentos literários constitui a manutenção da hegemonia branca, patriarcal e racista e que por isso devem reconhecidos e enfrentados, pois a produção afro-feminina narra a vivência das tradições culturais, além de denunciar as problemáticas que versam sobre condição dos negros no Brasil e que por isso precisam ser incluídas na memória cultural e literária do país.

DOS SILENCIAMENTOS

A primeira escritora que se faz necessário uma reflexão sobre o seu apagamento na Literatura Brasileira é Maria Firmina dos Reis. Autora do romance *Úrsula* de 1859, que, segundo Assis Duarte (2005) é considerado o marco fundador da literatura afro-brasileira, o primeiro romance de temática abolicionista, além de ser a pioneira na construção das vozes de escritoras negras. É perceptível que Maria Firmina é responsável por vários marcos históricos na construção do imaginário brasileiro, porém ainda se encontra ausente nos espaços escolares.

Se por um lado Maria Firmino rompe barreiras ao ser pioneira em tantas temáticas e vencido as condições de mulher mestiça, bastarda e pobre, no século XIX, do outro temos uma voz silenciada na escola literária denominada Romantismo, não constando nos manuais clássicos na historiografia literária. Assim, a injustiça da escritora que inova no romance *Úrsula* o qual, pela primeira vez, o negro tem voz, pela primeira vez a África é representada como um continente não mais de dores, mas sim de liberdade, não ser estudada na Educação Básica, já que no Ensino de Literatura Brasileira, na etapa denominada ensino médio, os autores canônicos comumente estudados, na prosa, são: Joaquim Manuel Macedo, José de Alencar, Bernardo de Guimarães, entre outros.

Carolina Maria de Jesus também é uma escritora ainda ausente nos espaços de educação. A autora de *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, faz referência e ao mesmo tempo denuncia a situação de extrema desigualdade social vivenciada por milhares de brasileiros, além de demarcar, através de seus relatos o que Léila Gonzalez (1984) chama de “divisão racial do espaço”.

Além disso a literatura de Carolina Maria de Jesus demonstra a vontade que a escritora tinha de sair da favela e deixar todas as mazelas que estavam presentes a partir dessa vivência. O horror, a opressão, fome, pobreza é descrita pela voz de quem realmente passa por isso. Não é outro que fala em seu lugar e que é autorizado a falar por si, como é comum na literatura brasileira o pobre, o miserável, o negro, ser descrito e narrado por vozes brancas, ricas de outra realidade social. Nesse sentido, é a voz da mulher negra marginalizada que fala por si e por outros que estão na mesma condição: “Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido.” (JESUS, 2014, p. 39)

O apagamento de Carolina Maria de Jesus na periodização da literatura brasileira, na educação básica, é analisado a partir da Terceira Geração Modernista que tem início em 1945. Contemporânea de Clarice Lispector, tendo o romance publicado em 1960, ou seja, dezessete anos antes que Hora da Estrela de Clarice Lispector, Carolina não é contemplada nos estudos literários. Sua escrita ainda é vista como um recorte da literatura nacional, ainda se encontra marginalizada e que por isso não é contemplada nos livros didáticos que norteiam as práticas de ensino de literatura brasileira. Adotar Quarto de despejo como paradidático fica a critério da escola e do professor que em muitos casos preferem trabalhar com nomes canônicos, consagrados e legitimados academicamente como a já mencionada Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, João Cabral de Melo Neto, Guimarães Rosa, entre outros.

Fica evidente a perda inestimável que o estudo da autora Carolina Maria de Jesus faria na Educação básica. A exclusão dessa autora pela crítica coloca em discussão a segregação da literatura, apagando as suas contribuições culturais e sociais, deixando à margem o outro que nunca é visto dentro do cânone, conforme Theodor Adorno (1998) explicita:

A cultura só é verdadeira quando implicitamente crítica, e o espírito que se esquece disso vinga-se de si mesmo nos críticos que ele próprio cria. A crítica é um elemento inalienável da cultura, repleta de contradições e, apesar de toda a sua inverdade, ainda é tão verdadeira quanto não-verdadeira é a cultura. A crítica não é justa quando destrói – esta ainda seria uma melhor qualidade –, mas quando, ao desobedecer, obedece. (ADORNO, 1998, p. 11)

Esse outro que Carolina Maria de Jesus representa é o que compõe grande parte dos estudantes brasileiros, já que a problemática da desigualdade social, a situação de miséria, o mito da democracia racial e o governo que não exercem o seu papel é uma poderosa reflexão que enriqueceria os debates nos ambientes escolares caso Carolina Maria de Jesus estivesse autorizada a perpassar por esses ambientes. Além do empoderamento negro que é uma questão bastante destacada em suas obras, já que a autora faz questão de valorizar a sua negritude, Carolina resiste ao racismo conforme o trecho a seguir:

Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondiam-me: - É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 2014, p.64.)

Outra autora conhecida pela academia, estudada em diversos cursos de graduação e pós-graduação e premiada com diversos prêmios literários é Conceição Evaristo. A própria autora afirma que só obteve o reconhecimento literário aos 71 anos de idade. A autora adota o termo *escrivência* para relatar situações de racismo presentes no cotidiano da sociedade brasileiro, além de trazer ao leitor uma profunda reflexão acerca da situação da mulher negra.

Além disso, a escrita de Conceição Evaristo narra histórias particulares, mas que remetem a experiências coletivas, comuns à população negra, principalmente, das mulheres negras o que torna a sua escrita cúmplice de muitos sujeitos que ao falar de si, fala de outros. Nesse sentido, a autora fala pelo povo negro que sempre viveu em condição subalterna em relação aos brancos. Os negros brasileiros têm como ascendentes avós e mães lavadeiras analfabetas, tem a violência em seus corpos, mas que carrega a resistência como ferramenta para ascender socialmente e assim a própria autora afirma:

Mãe lavadeira, tia lavadeira e ainda eficientes em todos os ramos dos serviços aprendi a arte de cuidar do corpo do outro. Aos oito anos surgiu meu primeiro emprego doméstico e ao longo do tempo, outros foram acontecendo. Minha passagem pelas casas das patroas foi alternada por outras atividades, como levar crianças vizinhas para escola, já que eu levava os meus irmãos. O mesmo acontecia com os deveres de casa. Ao assistir os meninos de minha casa, eu estendia essa assistência às crianças da favela, o que me rendia também uns trocadinhos. Além disso, participava com minha mãe e tia, da lavagem, do apanhar e do entregar trouxas de roupas nas casas das patroas. Troquei também horas de tarefas domésticas nas casas de professores, por aulas particulares, por maior atenção na escola e principalmente pela possibilidade de ganhar livros, sempre didáticos, para mim, para minhas irmãs e irmãos. (EVARISTO, 2009)

Não há dúvidas que a escrevivência de Conceição Evaristo traz à tona, mais uma vez, as problemáticas que versam a construção da sociedade brasileira em relação à condição dos negros no Brasil. Dentro da literatura contemporânea a autora é de uma grande potência, porém ainda permanece silenciada nos manuais literários levados para as escolas. O cânone comumente estudado a partir da perspectiva da periodização da literatura brasileira e que são mais comuns nos materiais didáticos, quando pensamos na literatura contemporânea os nomes que mais aparecem são: Rubem Fonseca, Nelson Rodrigues, Luís Fernando Veríssimo, Cora Coralina, entre outros. Até mesmo nos principais sites que abordam conteúdos literários como: “Educa Mais Brasil”, “Infoescola”, “Gestão Educacional”, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções de escritoras negras buscam, através da palavra, disseminar o inconformismo e a luta daquelas que são sempre invisíveis na sociedade. As escritoras negras trazidas nesse trabalho, buscam refletir sobre a condição dos corpos negros subalternos, trazem denúncias através de diferentes momentos da história do Brasil, seja no século XIX, XX, XXI, respectivamente com os nomes de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. O silenciamento vivenciado por essas mulheres na literatura brasileira é o aprofundamento das dominações raciais cujo branco ainda é aquele que tem o maior prestígio. Desse modo, o cânone literário brasileiro desautorizou a voz negra feminina, silenciando o seu discurso como forma de invalidá-lo socialmente traduzindo, portanto, as ideologias que perpassam a inferiorização da população negra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ADORNO, Theodor. **Prismas** - Crítica cultural e sociedade. Tradução: Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida, trad. São Paulo: Ática, 1998.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista**: conceitos e tendências. Maringá: Eduem, 2007.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades**: ensaios. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2005, p. 113-131.

DALCASTAGNÊ, Regina. **Literatura Brasileira Contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: Horizonte, 2012.

EVARISTO, Conceição. **Literatura Negra**: uma poética da nossa afro-brasilidade. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

EVARISTO, Conceição. Depoimento cedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009, na Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: ago. 2020

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Professor diz que obra de Carolina Maria de Jesus não é literatura e provoca embate no RJ. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/professor-diz-que-obra-de-carolina-maria-de-jesus-nao-e-literatura-e-provoca-embate-no-rj/>. Acesso em: 04 jul. 2019.

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE LETRAS UFBA. Disponível em: https://colegiadosdeletras.ufba.br/sites/colegiados-deletras.ufba.br/files/grade_curricular_401.200_-_licenciatura_em_letras_vernaculas_-_diurno.pdf. Acesso em: 04 jul. 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 48.

SANTOS, J. L. Quarto de Despejo: uma análise acerca do racismo e da branquitude. **Revista Crioula**, n. 21, p. 378-403, 30 jun. 2018

SENADO FEDERAL. **O negro e a Constituição de 1824**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180818>. Acesso em: 07 jul. 2019.

REIS, Roberto. Canôn. In: JOBIM, José Luis (Org.). **Palavras de crítica**: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017

SILVA, Ana Rita Santiago da. Literatura de Autoria Feminina Negra: (Des)silenciamentos. **Fólio - Revista de Letras**, [S.l.], v. 2, n. 1, abr. 2018. ISSN 2176-4182. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/3622>. Acesso em: 12 jul. 2019.

UM OLHAR PARA A PRIMEIRA REPÚBLICA A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES DO CANGACEIRO ANTONIO SILVINO NA LITERATURA DE LEANDRO GOMES DE BARROS

Erasmão Peixoto de Lacerda¹

Resumo: O poeta Leandro Gomes de Barros é considerado um dos principais nomes da história do segmento literário que conhecemos como Cordel. Imprimindo e vendendo seus folhetos entre os anos de 1893 e 1918, sua obra, circunscrita em boa parte do período conhecido como Primeira República, apresenta como um dos elementos chave a expressão de posicionamentos sobre o tempo presente, de modo que o regime político recém implantado no país aparece como mote privilegiado para sua produção poética. Propomos uma reflexão que busque compreender, a partir das representações construídas pelo poeta Leandro Gomes de Barros sobre o cangaceiro Antonio Silvino, um olhar crítico à República brasileira em seus primeiros anos de existência, expresso nas linhas poéticas vendidas em folhetos de baixo custo.

Palavras-chave: Cordel; Cangaço; Primeira República.

O Cordel² pode ser entendido como um artefato poético de baixo custo de produção e venda, com fins de leitura/audição coletiva. Surgido no Brasil, mais precisamente na região hoje conhecida como Nordeste, entre o final do século XIX e início do século XX, é, de algum modo, herdeiro das cantorias orais que aconteciam na região e, conseqüentemente, tem a oralidade como elemento constituinte de seu estilo literário, o que garante a predominância de seu uso grupal.

Natural de Pombal, município no interior da Paraíba, o poeta Leandro Gomes de Barros nasceu em 19 de Novembro de 1865, na Fazenda Melancia. Filho de José Gomes de Barros Lima e Adelaide Gomes de Barros Lima, aos nove anos de idade mudou-se junto à mãe e irmãos para Vila do Teixeira, no mesmo estado, em decorrência da morte de seu pai. Passaram a morar juntos ao tio materno, Padre Vicente Xavier de Faria, que viria a se tornar o tutor da família e da herança deixada.

Essa mudança, possivelmente, foi o primeiro elemento a contribuir para a sua formação poética. Vila do Teixeira, na década de 1870, era um “[...] local de significativa importância para a poesia popular no Brasil” (SILVA, 2007, p. 19), agrupando importantes nomes da poesia oral brasileira³. Tal ambiente foi de grande importância e influência na arte e aptidão de versejar desenvolvida por Leandro, uma vez que lhe garantiu a oportunidade de crescer ouvindo alguns dos maiores nomes da literatura oral da região, ao passo que recebia algum tipo de educação formal de seu tio, pároco e professor de Latim e Humanidades.

¹ Doutorando em História/Universidade Federal da Grande Dourados, erasmoaixoto@hotmail.com.

² Optamos por não utilizar o termo *Literatura de Cordel*, mas antes somente Cordel. Fazemos isso não apenas por uma questão de escolha, mas por compreender, tal como defende Aderaldo Luciano dos Santos, (2012, p. 81-85.) que o Cordel é uma modalidade poética, em formato específico, de modo que seu caráter literário já se encontra intrínseco.

³ Entre eles citamos nomes como o de Ignácio da Catingueira, Romano da Mãe d'Água, Bernardo Nogueira, Hugolino do Sabugi e Nicandro Nunes da Costa (SILVA, op. cit., p. 29).



Os escassos dados biográficos de Leandro Gomes de Barros dão um salto para o ano de 1890, quando se muda para Vitória de Santo Antão, no Pernambuco, aproximando-se cada vez mais de Recife, uma das principais cidades da região. Por volta de 1892, casa-se com Venustiniana Eulália Aleixo, com quem tem quatro filhos: Rachel, Erodildes (Didi), Julieta e Esaú Eloy (MENDES, 2009. p. 62-63).

Após morar em Jaboatão, mudou-se para Recife, capital pernambucana e um dos principais centros econômicos e culturais da região, no ano de 1907. Sem informações que nos possibilitem cravar as motivações para as mudanças, é possível conjecturar que, possivelmente, sua transferência estava ligada às facilidades para viver exclusivamente de sua poesia, visto que apresentava melhores condições para tal, apresentando mais habitantes – consequentemente, mais potenciais consumidores de sua poesia –, mais tipografias disponíveis para impressão dos folhetos e linhas de trem que o interligaria a diversos pontos do Estado e região, possibilitando uma ampliação das possibilidades de venda.

Os caminhos de sua vida irão se misturar com os rumos da capital pernambucana, que terá expressiva influência sob sua obra e consciência criativa. Leandro Gomes de Barros, uma vez morando em Recife, transformava-se em um dos cidadãos indesejáveis diante deste processo de modernização da cidade, estando entre aqueles que “não se enquadravam nos referenciais dos novos tempos” e foram varridos para os arredores da cidade, longe do centro. O poeta fixou residência na zona periférica de Recife, em diferentes bairros, local onde moravam os migrantes e os indesejáveis do projeto de modernização da cidade (SILVA, 2007, p. 34-35). Morou de aluguel, sempre em casas simples, sofrendo todos os problemas vividos por seus vizinhos, tais como falta de saneamento básico, altos impostos, falta de iluminação, entre outros tantos problemas.

Encerrou sua produção artística quando não mais pode realizá-la. Morreu aos cinquenta e dois anos de idade, em 04 de março de 1918, possivelmente vitimado por um aneurisma cerebral (SILVA, 2010, p. 16). Leandro Gomes de Barros alcançou destaque em sua geração, sendo reconhecido pelos poetas⁴ e cantadores de sua época⁵, além de receber menções nos periódicos recifenses *A Província*⁶, *Jornal Pequeno*⁷ e *Diário de Pernambuco*⁸ quando de sua morte.

Leandro Gomes de Barros vivenciou a Monarquia e a República no Brasil. Sua obra, publicada entre os anos de 1893 e 1918 – a partir de 1907, morando em Recife –, portanto abarcando o período da Primeira República, possui como um dos elementos-chave a expressão de posicionamentos sobre o tempo presente, de modo que a República aparece como mote privilegiado para sua produção poética, fazendo uso da sátira enquanto estratégia discursiva.

A sátira, elemento de difícil conceituação, pode ser entendida enquanto um discurso com “o ímpeto de defender a norma pela ridicularização do desvio” (ROCHA, 2006, p. 18), de modo que se apresenta como manifestação empenhada na proteção de um determinado tipo ideal de ser e existir em uma sociedade, conforme a concepção

⁴ Na ocasião de sua morte, o poeta João Martins de Athayde escreveu um folheto em sua homenagem, intitulado *A pranteada morte de Leandro Gomes de Barros*, onde tece elogios à importância de Leandro e de sua obra.

⁵ Nas obras do pesquisador do folclore Leonardo Mota encontramos diversas referências de cantadores do interior que faziam uso dos folhetos de Leandro Gomes de Barros. Em *Cantadores* (1976) citamos Jacó Passarinho, Azulão e Cego Aderaldo; em *Viroleiros do Norte* (2002) destacamos Cego Sinfrônio, além do próprio pesquisador, que faz uso de vários folhetos do poeta para construir algumas de suas análises.

⁶ Na seção “Notas sociais – falecimentos”, de 07 de Março de 1918, vemos um obituário.

⁷ Em artigo intitulado “A morte de um poeta popular – O conhecido vate Leandro Gomes”, publicado em 07 de Março de 1918, vemos um obituário.

⁸ Na seção “Falecimentos”, de 08 de Março de 1918, vemos um obituário.

do enunciador. Nesse sentido, Leandro Gomes de Barros faz uso da sátira, em suas narrativas, como forma de criticar as transformações vivenciadas na sociedade após o advento da República e de seu ideal de modernização.

O sentimento de decepção e desencanto com a República era o principal motor da produção humorística no início do século XX, ao menos em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo os registros cômicos “uma forma privilegiada para representar as condições de possibilidade das vivências e das sociabilidades cotidianas no país (SALIBA, 1998, p. 297). Em Recife, no entanto, Leandro Gomes de Barros, com suas narrativas satíricas, não apresentava sentimento de decepção, mas, antes, pautava-se em um saudosismo monárquico.

A derrubada do Império não foi um clamor popular. A alta popularidade da família real, percebida nas celebrações populares pela abolição e pelo aniversário do Imperador, ainda em 1888, apontam na direção inversa. Em realidade, durante as primeiras décadas da República, a população mais pobre identificava-se com o regime deposto e sonhava com a restauração monárquica (CARVALHO, 2004, p. 29-31). Leandro Gomes de Barros encontrava-se inserido neste aparato mental, entendendo a Monarquia como uma época de ouro que a República destruiu.

Tal posicionamento pode ser verificado nas duas primeiras estrofes da narrativa *A morte do bicheiro*:

No tempo da monarchia
Os homens tinham capricho,
Os pobres tinham dinheiro
Que botavam até no lixo.
Homem não pagava imposto
Mulher não jogava bicho.

Então chegou a republica
Trouxe logo o desespero
Rico não teve mais paz
Pobre não viu mais dinheiro,
Ganha três, um para casa
Dois para imposto e banqueiro⁹.

Os versos apontam claramente a visão de que a República trouxe consigo a destruição da vida econômica e moral. Ao mesmo tempo em que aponta para o empobrecimento, indica também o aumento de impostos e o lucro de banqueiros, essencialmente estrangeiros que inseriram capital neste segmento, assim como alterações na posição feminina na sociedade. Para o poeta, “no tempo da monarchia” a vida era melhor.

A República trouxe consigo, para o poeta, além das questões anteriormente apresentadas, o medo e o uso da força pelos que possuem o poder, a violência do Estado para benefícios particulares. Outras críticas a serem observadas, intimamente ligadas com a República, tratam da questão das eleições e dos impostos, indicando a pouca confiabilidade das eleições e o voto mercadoria, assim como a falta de vontade e de representação política, uma vez que o interesse dos governantes não é solucionar os problemas que afligem os sujeitos representados.

A proclamação da República acelerou ainda a transformação de valores tradicionais, no campo da moral e dos costumes (CARVALHO, 2004, p. 27). Em Recife, o início do século XX viu a inserção de novidades modernas. Estas também figuraram nas narrativas do poeta, como em *Casamento a prestação*, onde apresenta as novidades que estão causando, na concepção do poeta, a desestruturação da sociedade:

⁹ BARROS, L. G. *A morte do bicheiro*, 1913-1914.

O atraso do Brazil
É esta desunião
Cinema jogo de bichos
Automoveis e balão
Esses seguros de vida
E negócio a prestação¹⁰

A modernização europeizante, sonhada pelas elites, passava aos olhos do poeta como a destruição de valores que estruturavam o mundo¹¹, que se apresentava às avessas¹². Marca clara deste mundo bagunçado seriam as transformações relacionadas ao papel feminino na sociedade. A moda francesa tomou conta das boutiques em Recife e tinham a simpatia das mulheres do novo século. Em *O Bataclan Moderno* vemos a posição do poeta:

Mundo velho desgraçado
Teu povo precisa um freio,
Para ver se assim melhora
Este costume tão feio
De uma moça simi-nua
Andar mostrando na rua
O suvaco a perna o seio.

[...]

Antigamente uma moça
Quando fazia um vestido
Gastava quase oito metros
P’ra ele sair comprido
Não punha os braços de fora
Porém o contrário agora,
Assim tem acontecido.

Hoje porém com três metros
As vezes com dois e meio
Faz uma moça um vestido
Que seja bonito ou feio
Porque a moda MODERNA
É até em cima da perna
E decotar todo o seio¹³.

O destaque para moda moderna, escrita em caixa alta, pode ser indicativo da revolta frente à modernização dos costumes e abandono da moral defendida pelo poeta. Tal situação é aprofundada no folheto *As saias calções*,

¹⁰ BARROS, L. G. *Casamento a prestação*, 1913-1914.

¹¹ Uma discussão sobre as relações sociais e tensões vivenciadas na cidade de Recife, no início do século XX, tomando como base a produção do poeta Leandro Gomes de Barros, pode ser vista em: SILVA, Edivânia Alexandre da. “*O mundo está às avessas*”: relações, tensões e enfrentamentos religiosos nos folhetos de Leandro Gomes de Barros – Recife (1900-1920). Dissertação (mestrado em História), Salvador-BA: PPGH-UFBA, 2007.

¹² Expressão utilizada pelo poeta na narrativa *O Mundo às avessas*, provavelmente publicado entre 1917 e 1918.

¹³ BARROS, L. G. *O Bataclan Moderno*, s/d.

onde o poeta ridiculariza um tipo de saia, vinda da moda francesa, usada por mulheres no início do século XX e indicando, novamente, que “o mundo está as avessa”, com “homem raspando bigode/e mulher vestindo calça”¹⁴.

Críticas severas à desagregação dos valores tradicionais, influenciada pelos ares civilizatórios, com uma almejada modernização aos moldes europeus, trazidos pela República, assim como ao novo regime e suas facetas não democráticas relacionadas às eleições e aos impostos. Leandro Gomes de Barros não era propriamente um militante, mas inseria-se na mentalidade comum daqueles que enxergam o período monárquico como uma era de ouro.

Recife, portanto, no início da República vivenciava uma atmosfera efervescente, cheia de transformações e aspirações de aproximação da forma de vida europeia. Da capital, com as lentes de quem não estava nos centros de decisão do regime, mas que tinha voz para fazer-se ouvido pelo vasto público consumidor de sua poesia, Leandro Gomes de Barros indicava a objeção de parte da sociedade ao regime republicano – expondo a falsidade das eleições, a política de impostos que muito pesava sobre os que pouco tinha e, sob seu ponto de vista, a degradação moral trazida pela República, por meio do abandono de hábitos e costumes tradicionais –, que abraçava um saudosismo monárquico.

Longe da capital, no sertão e agreste pernambucano, onde se desenvolveu o fenômeno do cangaço, a experiência temporal era totalmente distinta. A modernidade ainda engatinhava para chegar naqueles rincões. A República que, para muitos intelectuais desencantados, nos grandes centros, era vista como uma caricatura do que deveria ser, se chocava com a cultura local, que muitas vezes se impunha sobre o código de leis, vindo de fora, distante de suas realidades.

Entendendo o sertão como a parte do Nordeste do Brasil que convive com períodos de estiagem, marcado pelo clima semiárido, com vegetação própria e rios exauríveis. As especificidades da sociedade que se desenvolveu no sertão construíram uma civilização com leis próprias, pautadas em seu ambiente cultural. Deste modo, pode-se entender que a violência, marca cultural, não significa ausência de leis ou civilização, mas o modo como a ordem era estabelecida e mantida a organização social. Era parte da cultura de uma civilização, presente na “legislação extra-oficial” que este ambiente cultural estabeleceu.

O código de honra sertanejo garantia o uso da violência com amparo moral. Herança ibérica ressignificada por uma espécie de classe média, que tinha nome, pequenas propriedades, mas não o prestígio de outrora. Este grupo social, no sertão, se apegava ao seu pedaço de terra, às glórias ancestrais e à defesa de um nome honrado, tendo orgulho de não serem trabalhadores que vendem sua mão de obra para outro, tampouco emigrantes. Neste contexto social, em que a propriedade adquire condição de destaque, sua defesa era imperativo, ainda que com a vida.

A Igreja Católica, por sua vez, atuava ostensivamente na difusão cultural de uma moral específica. As principais características desta podem ser resumidas em cumprimento das leis, proteção à honra da família, obediência à Igreja Católica, respeito aos mais velhos, caridade, sobriedade e modéstia no vestir e respeito aos bens alheios (BARROS, 1998, p. 161-162). A religião, importante difusora de valores, disseminava o conceito de certo e errado, o que era permitido ou não.

Nesse contexto social e cultural, mistura de cultura de violência e código de honra, floresceram bandos de cangaceiros. Ainda que absorvidos no ambiente que viviam, entravam no cangaço por diferentes motivos: fazer uso do mesmo como profissão e meio de vida, como instrumento de vingança ou como refúgio para crimes cometidos. A partir disso, Frederico Pernambucano de Mello desenvolve o conceito de “escudo ético”, apontando que os

¹⁴ BARROS, L. G. *As saias calções*, 1911.

cangaceiros faziam uso do discurso de vingança – em uma sociedade em que, culturalmente, o roubo é mais grave que o homicídio – para justificar suas ações.

Os cangaceiros não seriam, portanto, ladrões comuns, mas vingadores da honra pessoal ou familiar, utilizando o escudo ético como artifício mental a dar vida, presença e atualidade a causas por vezes inexistentes ou que perderam o valor, com o fim de encobrir moralmente a permanência de seus efeitos (MELLO, 1974, p. 72-77). A vingança era moralmente aceita e, por vezes, esperada, sendo considerado “frouxo” aquele que não respondesse à altura uma afronta à honra (VILLELA, 2004, p. 176).

As narrativas tendo o cangaceiro Antonio Silvino como personagem principal, na obra do poeta Leandro Gomes de Barros, possibilitam visualizar um conjunto organizado de elementos morais, representados na figura do cangaceiro. Este não é, nas linhas poéticas, enxergado como um criminoso comum, mas como alguém que, apesar da vida de crimes, está inserido em um código de honra, que até justifica suas ações.

A primeira questão a ser observada está na justificativa para entrada de Antonio Silvino no cangaço: o assassinato de seu pai, em questões relacionadas à propriedade. Em quatro narrativas¹⁵, o poeta, usando-se do artifício de colocar o personagem falando em primeira pessoa, insere esta justificativa. A morte do pai, em janeiro de 1897, e o descaso da justiça, intimamente ligada ao grupo mandante do assassinato, teriam o levado a buscar justiça com as próprias mãos, entrando em um bando de cangaceiros liderados por um tio.

Lado a lado a este ponto, caminha o apego à justiça, ao cumprimento das leis. Por mais paradoxal que pareça, o poeta aponta, em diversas ocasiões, esta característica moral no bandido cangaceiro, em diferentes formas. Colocando-se como um sujeito que reage em legítima defesa, o cangaceiro não era um assassino, pois só matava quem o queria morto, situação que leva a outro discurso recorrente, presente em quatro narrativas¹⁶, de que Antonio Silvino só continua no cangaço porque o Estado não cessa a perseguição e que “se fizerem paz commigo/deixo de ser cangaceiro”¹⁷. A estratégia se repete: transferir a culpa para outro agente. O discurso da legítima defesa, tanto em relação às mortes como quanto à permanência no cangaço, serve, uma vez mais, como escudo ético para justificar as práticas violentas.

No mesmo sentido, aparece o uso da violência como meio para alcançar um fim: o disciplinamento moral. A partir deste prisma, o cangaceiro é colocado como defensor de uma moral, desfazendo práticas condenáveis como o não-catolicismo e o apego ao dinheiro – questões amplamente discutidas no universo de sua obra. Seria, portanto, justo fazer uso da violência, desde que para tornar o mundo melhor, limpando a imoralidade, na ótica do poeta.

Percebe-se, portanto, que a construção da personagem, sempre em primeira pessoa, coloca o cangaceiro ao lado da legitimidade e contra o Estado. Foi a injustiça jurídica que o fez entrar no cangaço e dedicar a vida a fazer justiça. Não é um assassino comum e a motivação para continuar nesta vida reside na incessante perseguição. Estando nela, faz uso da violência para tornar o mundo melhor, disciplinando-o moralmente. Coloca-se contrário às arbitrariedades policiais, força armada governamental.

¹⁵ São elas: BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908; BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910; BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912; BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

¹⁶ São elas: BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908; BARROS, L. G. *Os calculos de Antonio Silvino*, 1907-1908; BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910; BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

¹⁷ BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908.

O cangaceiro, por definição, tinha como profissão o crime e, por meio de saques, extorsão e roubos recebia seus ganhos. O poeta coloca, na construção de seu personagem, sua aversão ao roubo, colocando-o não como ladrão comum, mas homem honrado. O roubo só teria sido cometido por ser questão de vida ou morte, de modo que, moralmente, encontra-se um atenuante para a ação fatalmente criticável.

Em uma esfera mais pessoal, ligada a um conjunto de princípios e valores de conduta dos sujeitos da comunidade, a palavra de honra, o respeito, a caridade e a religiosidade são elementos chave para diferenciar indivíduos bons e maus, todas elas presentes positivamente na construção da personagem pelo poeta Leandro Gomes de Barros. Elabora-se uma imagem, mais uma vez, paradoxal em relação a homens que viviam da prática de crimes. Não seriam sujeitos cruéis; antes, respeitavam e tratavam bem as pessoas que não lhes afrontasse ou com as quais não possuísse uma questão mal resolvida. Mas se tivesse questão e fosse jurado, segundo a representação construída pelo poeta, o cangaceiro cumpriria sua palavra, de modo que “o homem que elle jura-lo/Esse é logo moribundo” e que “o que eu digo por graça/Inda sustento por véra”¹⁸.

A caridade, elemento essencial do código de honra, anda atrelada à concepção religiosa e respeito à Igreja Católica, base da religiosidade vivenciada na cultura local. O poeta, seja por meio de Antonio Silvino como personagem ou não, tecia ácidas críticas ao clero católico, mas sempre por práticas que desviavam das virtudes socialmente esperadas. O respeito à Igreja e seus representantes, por meio do personagem cangaceiro, é visto em ao menos sete narrativas, como quando encontrou um padre no inferno, onde era capelão, casado e realizando casamento de outros padres, mas mesmo assim o cumprimentou respeitosamente¹⁹, ou quando permitiu que o padre enterrasse os mortos da cidade após um duro combate²⁰.

Além do respeito, práticas características de uma religiosidade de base católica podem ser observadas, como a afirmação de ter sido bem batizado²¹, a evocação de Nossa Senhora, quando estava em apuros diante da arma que falhou frente ao exército das almas de quem ele matou²² ou o ato de benzer com o sinal da cruz frente a uma criatura diabólica²³. Batismo, Nossa Senhora e sinal da cruz, elementos que indicam a personagem como partícipe de uma religiosidade. Ainda que não frequentadores da Igreja, a religiosidade é marca distintiva dos “homens de bem”.

Deste modo, é perceptível que o poeta tingiu com todas as cores necessárias para pintar o quadro perfeito do sujeito íntegro, partícipe do código de honra sertanejo. O cangaceiro teria sofrido injustiças, mas procurava construir um mundo mais justo. Seus crimes não adivinham de crueldade intrínseca, antes eram respostas a situações exteriores que o faziam, obrigatoriamente, praticá-los. Mantinha respeito para com os outros que merecessem respeito, caridoso para com os pobres e cristão católico, ainda que não de modo plenamente ortodoxo. Sua atividade criminosa, enquanto cangaceiro, é revestida no personagem pelas cores dos homens honestos, justos, moralmente elevados segundo a tradição sertaneja.

Um herói, o cangaceiro transforma-se em personificação do homem ideal, sujeito honrado, com caráter e coragem para enfrentar tudo e todos. Enquanto representado como cangaceiro, sua imagem está ligada à luta contra o Estado Republicano, sendo construída a partir da concepção de pertencimento a um código de honra que

¹⁸ BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

¹⁹ BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910.

²⁰ BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

²¹ BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

²² BARROS, L. G. *A visão e Antonio Silvino*, 1913-1914.

²³ BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

o fazia, mesmo no cangaço, ser entendido como homem bom. Ainda que não apareça, em Silvino, o saudosismo monárquico expressado pelo poeta em outras narrativas, a atuação no cangaço é um evidente enfrentamento à força estatal.

O cangaceiro teria entrado em um bando por conta da injustiça frente ao assassinato de seu pai. A vingança seria, portanto, a tentativa de fazer justiça com as próprias mãos, sendo um enfrentamento aos assassinos, mas também um enfrentamento à estrutura judiciária do Estado, que andava de braços dados com os poderosos e garantia a impunidade para pessoas a estes ligados.

Sua continuidade, por longos anos, vencendo batalhas incríveis contra forças policiais em sua perseguição, é a justificativa para sua permanência no cangaço. Se o Estado deixasse de o perseguir, ele deixaria esta vida. A República, perseguindo-o, sem descanso e piedade, impede o seu retorno à vida de camponês, sedentária e pacífica.

A luta contra as forças policiais ganha conotação ainda mais clara de enfrentamento à República quando é contra a arbitrariedade policial. Aqueles que deveriam levar proteção à comunidade e atuar na resolução de problemas, vandalizavam e violentavam pessoas inocentes e indefesas. O enfrentamento do cangaceiro à esta situação é a luta contra a opressão contra vulneráveis.

Arquétipo de coragem, o cangaceiro encarna a luta contra um Estado preocupado em garantir benefícios particulares, mas que teria esquecido uma parcela da população. O poeta, um dos indesejáveis na Recife em processo de modernização, excluído dos benefícios que a República deveria garantir aos seus cidadãos, faz de Antonio Silvino a representação da valentia para enfrentar os poderosos.

Tinge com as cores daqueles que, além de estarem excluídos da República, defendem um código moral, em oposição às transformações nos hábitos e costumes que a modernidade buscava produzir, no início da República, com o intuito de assemelhar-se aos costumes franceses. O código de honra, lente que nos serviu para enxergar a construção da representação de Antonio Silvino na obra de Leandro Gomes de Barros, é a defesa de uma forma de viver entendida como a correta e que estaria em vias de desaparecer frente ao mundo “desmantelado” que a modernização republicana queria construir.

Antonio Silvino cangaceiro, na obra do poeta, é, portanto, a representação de uma forma de enxergar o mundo, contrária à República e às transformações sociais que a modernização, nos moldes europeus, buscava produzir na cidade de Recife. Agenciando acontecimentos e realidades maravilhosas, o humano e o mítico, o natural e o sobre-humano, a personagem é elevada à condição de herói. Nesta circunstância, é o herói daqueles que partilham esta forma de olhar e entender o mundo.

O público que consumia a poesia de Leandro Gomes de Barros compartilhando as concepções apresentadas, mas que se sentisse impotente diante da realidade, conseguia, a partir da representação de Antonio Silvino, sentir-se representado na batalha em curso. O cangaceiro é a força, na representação literária, que ansiavam ter para enfrentar os poderosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Antropologia da Honra: uma análise das guerras sertanejas. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza-CE, v. 29, n. 1/2, 1998, p. 160-168.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MELLO, Frederico Pernambucano de. Aspectos do banditismo rural nordestino. **Ciência e Trópico**, Recife-PE, v. 2, n. 1, p. 67-111, jan./jun. 1974.

MENDES, Sandileuza Pereira da Silva. **A mulher na poesia de cordel de Leandro Gomes de Barros**. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2009.

ROCHA, Rejane Cristina. **Da utopia ao ceticismo**: a sátira na literatura brasileira contemporânea. 2006. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Araraquara-SP, 2006.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. *In*: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: República – da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Aderaldo Luciano dos. **Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro**. São Paulo: Luzeiro, 2012

SILVA, Edivânia Alexandre da. **“O mundo está as avessas”**: relações, tensões e enfrentamentos religiosos nos folhetos de Leandro Gomes de Barros – Recife (1900-1920). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFBA, Salvador-BA, 2007.

SILVA, José Itamar Sales da. **A representação da sogra na obra de Leandro Gomes de Barros**. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2010.

VILLELA, Jorge Mattar. **O povo em armas**: violência e política no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

FOLHETOS DE LEANDRO GOMES DE BARROS

BARROS, L. G. *O Bataclan Moderno*, s/d.

BARROS, L. G. *As proezas de Antonio Silvino*, 1907-1908.

BARROS, L. G. *Os calculos de Antonio Silvino*, 1907-1908.

BARROS, L. G. *Como Antonio Silvino fez o Diabo chocar*, 1909-1910.

BARROS, L. G. *O nascimento de Antonio Silvino*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *Todas as lutas de Antonio Silvino*, 1910-1912.

BARROS, L. G. *As saias calções*, 1911.

BARROS, L. G. *Luta do Diabo com Antonio Silvino*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *A visão e Antonio Silvino*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *A morte do bicheiro*, 1913-1914.

BARROS, L. G. *Casamento a prestação*, 1913-1914.

CINEMA NA HISTÓRIA: ASPECTOS DO CATOLICISMO EM OS CANHÕES DE SAN SEBASTIÁN (1968)

André Luiz Bastos de Freitas¹

Resumo: Neste trabalho, há intenção de apresentar uma análise histórico-social de uma parcela da América Espanhola, ante o século XVIII, tendo, como objeto, o filme *Os Canhões de San Sebastián*, lançado em 1968, pelo cineasta francês Henri Verneuil, cujo roteiro foi baseado no romance: “*A Wall for San Sebastián*” (1962), de William Barnaby “Barby” Faherty (1914-2011). Relacionando com as situações retratadas no filme, avançamos na problemática que conduziu o estudo, privilegiando aspectos referentes à cristandade: como *Os Canhões de San Sebastián* contribui para a compreensão do catolicismo no contexto histórico da América Espanhola? A hipótese é a de que a análise de filme histórico permita a realização da leitura crítica de sua época, principalmente quando se toma a representação vivida pelos personagens e o ambiente cenográfico que remete ao período.

Palavras-chave: Cinema. História. América Espanhola.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto das análises que impulsionaram a construção da monografia apresentada ao Curso de Especialização em História: Cultura Urbana e Memória, ofertado pelo Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade, do Departamento de Ciências Humanas, do Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e tem como objetivo, a grosso modo, abordar o papel tecido da relação do cinema com a História e, mais especificamente, como a religião cristã transmitida pelos conquistadores espanhóis e representada no filme *Os canhões de San Sebastián* (1968), possibilitaria acessar a história da colonização espanhola do Novo Mundo “descoberto” no final do século XV. O filme *Os Canhões de San Sebastián* narra a história de Leon Alastray, um desertor do exército, que, por amizade a um padre franciscano, aventura-se em reanimar a igreja abandonada da *Vila de San Sebastián* e, por extensão, procura reorganizar também a própria comunidade, localizada no território do império do Vice-Reino da Nova Espanha. Ao longo da trama, a presença da igreja é motivo de repulsa por parte de mestiços e dos povos indígenas *yaquis*, que habitam a região, pois os mesmos a enxergam como uma invasão cultural, um braço direto do império espanhol na localidade. Comportam-se ao contrário dos colonos *hispânicos* da vila que percebem, na cristandade, um espaço de desenvolvimento de vivência social e de preservação de valores. Conflitos armados são desencadeados entre *hispânicos* e os *yaquis* e, na medição de forças, a sobreposição do poderio bélico do império espanhol, aliado aos primeiros, acaba conduzindo os povos tradicionais ao assolamento de sua cultura.

A relação do cinema por parte da historiografia começou significativamente com a potencialização da corrente, da escola da Nova História, na qual a discussão que obteve destaque nos estudos históricos centrou forças na identificação de novos problemas, novas abordagens e novos objetos

Na esteira do processo de alargamento do campo documental à disposição de historiadores, com a Nova História Cultural, o historiador estadunidense Robert Darnton destaca que essa escola “[...] se interessa pela for-

¹ Especialista em História: Cultura Urbana e Memória pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV-Jacobina/BA. E-mails: afreitas@uefs.br, albdefreitas@hotmail.com.

ma como as pessoas pensam, como interpretam o mundo, conferem-lhe significado e lhe infundem emoção” (DARNTON, 1986, p. XIV). Nesse ínterim, o filme passa a ser assimilado como objeto, produtor de significações históricas e, ao mesmo tempo, como prática social. Visto como lugar e produto das construções e projeções do imaginário da notabilidade de sensibilidades, enfim veículo que tece representações da realidade, assim como a representação de textos de historiadores.

O sentido da utilização das imagens não está apenas no que está sob o véu do objeto analisado, mas também nos elementos e nos detalhes que se acionam como um modo de trazer o que deve ser sutilmente visto. Certa forma, o cinema enquanto imagem e representação possibilita a vinculação do movimento, como um viés de capacitação da ação artística e do sentido histórico e temático da obra.

Esse trabalho tem como fonte principal de estudo o filme *Os canhões de San Sebastián*, uma adaptação cinematográfica do romance: *A Wall for San Sebastian*, escrito por William Barnaby “Barby” Faherty (1914-2011), em 1962 e dirigido pelo cineasta francês Henri Vernuil, em 1968².

Faherty era um sacerdote católico romano, membro da Companhia de Jesus – portanto, jesuíta –, tinha ascendência irlandesa, mas era estadunidense. Chegou a exercer a docência superior em várias universidades do Estado de Missouri, Estados Unidos. Autor de vários livros publicou cerca de cinquenta títulos. Com sua experiência e inspirado na História da América, “*A Wall for San Sebastián*” tornar-se-ia o volume mais famoso, chegando a ocupar a tela do cinema³.

O filme “*Os Canhões de San Sebastián*” consiste numa coprodução entre a França/Itália/México/Estados Unidos, tendo sua locação realizada durante o segundo semestre de 1967, em San Miguel de Allende (Guanajuato), El Saltito (Durango) e em Sierra de Organos, Sombrerete (Zacatecas), no México. Foi lançado em circuito comercial em março de 1968, em Paris, na França, sob título original de “*La Batallie de San Sebastian*”, aliás, um título que passava por outras denominações por onde era projetado. Essa produção marcava a incursão de Henri Vernuil no gênero em que a película foi compreendida, o *western* (o faroeste)⁴.

Em princípio eleva-se uma compreensão de que a análise fílmica de *Os canhões de San Sebastián* permite uma leitura crítica de época, quando procura identificar pontos de diálogo com a realidade histórico-social do Vice-Reino da Nova Espanha (parte demarcada do primeiro vice-reinado da América Espanhola), por meio da representação vivida pelas personagens, articulando principalmente com referências que remetem ao período.

CINEMA NA HISTÓRIA: DIÁLOGOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Contar uma história com e por meio das imagens é o objetivo maior de um filme concebido através dos diversos gêneros existentes entre drama, romance, biografia, faroeste (*western*), comédia entre outros e apresentado nas formas composicionais como longa-metragem, curta-metragem ou documentário. Uma questão discutida por historiadores é a capacidade que o cinema adquiriu, ao longo do tempo de narrar, por meio de imagens, temas relacionados aos diversos aspectos que permeiam a história da humanidade.

² Os canhões de San Sebastian (*La Batallie de San Sebastian*). Direção Henri Vernuil. Produção Jacques Bar. Roteiro: James R. Webb e Willia Barnaby “Barby” Faherty. Intérpretes: Anthony Quinn, Charles Bronson, Anjanette Commer, Sam Jaffe, Silvia Pinal, Jaime Fernández, Rosa Furman. Los Angeles: MGM, 1968. 1 DVD (111 min). Mono. Color. Legendado.

³ SORKIN, Michael D. **Rev. William Barnaby Faherty**. Disponível em: http://www.stltoday.com/news/local/obituaries/rev-william-barnaby-faherty-dies-at-chronicled-st-louis/article_e3a59609-b71b-5c99-a93b-dd2697e659c4.html. Acesso em: 19 dez. 2016.

⁴ De acordo com a classificação da IMDb (Base de Dados de Filmes na Internet). Ver: www.imdb.com.

Utilizando-se de uma sequência de imagem o filme pode circunscrever um espaço temporal e ilusório em que as categorias mentais que utilizamos em nossa intenção com a realidade lá estarão confinadas e transformadas pelos códigos da realidade cinematográfica. É dessa co-fusão que nasce uma verossimilhança e sua consequente absorção como realidade (OLIVEIRA JÚNIOR, 1994).

O cinema foi incorporado ao fazer histórico e elevado à categoria de “novo objeto”, praticamente pela proposição iniciada pelo historiador francês Marc Ferro, através do texto normativo famoso: o artigo metodológico publicado pelo mesmo autor na Revista dos Anais da História Econômica e Social (*Revue des Annales d'Histoire Economique et Sociale*), intitulado “O filme: uma contra-análise da sociedade?”, e em seguida foi republicado na obra coletiva *Faire de l'histoire*, dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora. Uma obra em três tomos que se constituiu numa espécie de manifesto onde se alcinhou o que passou a se chamar de “Nova” História (CARDOSO; MAUAD, 1997; NOVA, 1996). No artigo, Marc Ferro (1976) expressa seus argumentos começando praticamente com uma problematização: “O filme será um documento indesejável para o historiador? (FERRO, 1976: 199)”. Um ensaio cujo título, de certa forma, foi de encontro às transformações e inovações da produção historiográfica trazida pelo pensamento do “movimento” ou Escola dos *Annales*, iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929 (PAULISTA, 2011).

A Escola dos *Annales* consubstanciou-se numa perspectiva historiográfica nascida na França que se baseava em concepções mais amplas do que as praticadas por historiadores do começo do século XX. Tal escola propunha a passagem da história narração para a história-problema, resumindo-se no uso de hipóteses explícitas pelo historiador, hipóteses abertas que serviriam de fio condutor para a pesquisa, articulando todos os seus passos analíticos, uma “abertura” do historiador às práticas das outras ciências sociais.

A renovação dos estudos históricos projetados com a *Revista Annales* que, aliás, cognominava o “movimento” ou “escola”, opunha-se a uma história de eventos (factual), demonstrava-se contrária à história historicizante, que cultivava um “fetichismo dos fatos”, chegando, no máximo, a uma reconstrução genética (ou teleológica) da história. Marc Bloch e Lucien Febvre pretendiam romper com o ranço positivista de conceitos como os de racionalidade, ordem e progresso, que ainda perduravam na historiografia convencional praticada por historiadores dos primórdios do século (BURKE, 1997; PAULISTA, 2011).

Marc Ferro, através do seu texto pioneiro, comenta que os historiadores, por muito tempo, “[...] ou desqualificavam o cinema como objeto do fazer histórico, ou quando o assumiam, o mesmo desempenhava um papel secundário, ilustrativo e complementar às fontes privilegiadas no trabalho histórico, qual seja, o documento escrito” (TROVÃO, 2010, p. 12).

Ao defender que o filme seja assumido como documento de análise histórica, Ferro (1976) diz em seu artigo:

O filme, aqui, não é considerado do ponto de vista semiológico. Não se trata também de estética ou história do cinema. O filme é abordado não como uma obra de arte, porém como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele vale por aquilo que testemunha (FERRO, 1976, p. 203).

O autor esperava, com efeito, entender tanto a realidade figurada quanto a própria obra. Predomina, porém, sua preocupação com o uso da fonte cinematográfica para revelar, decodificando os filtros ideológicos, um “conteúdo latente”, uma realidade social externa de que o filme seria uma imagem (CARDOSO; MAUAD, 1997).

A obra inaugural do célebre historiador Marc Ferro desempenhou, naquele momento, um papel fundamental, quando um artefato do cinema, o filme, foi tirado do seu lugar funcional e transformado em um novo objeto-fonte da disciplina histórica incorporando-se ao *métier* dos historiadores.

O campo de pesquisa aberto por Ferro associava a película com a sociedade que a produziu, seguindo a tradição da Escola dos *Annales*, na definição ambígua do social como “lugar de inventário” dos fenômenos interdependentes (SANTIAGO JÚNIOR, 2012).

No diálogo entre *Clio* e a Sétima Arte, o filme tem sido assimilado como fonte, objeto, agente de significação histórica, representação e produtor de memória, passando a ser evidenciado e discutido em planos teórico-metodológicos por relevantes historiadores da historiografia moderna, a exemplo de Marc Ferro que assumiu o desafio e praticamente tornou-se precursor do assunto, ao trazer à luz do dia a construção da história presente nas imagens cinematográficas.

NARRATIVA HISTÓRICA E LINGUAGEM FÍLMICA

A apropriação da literatura dos aspectos sugeridos pelo cinema aprofundou uma relação entre essas artes e a linguagem fílmica tendeu a alcançar efeitos como o da simultaneidade do discurso, que, reapropriada pela literatura, liberta a escrita literária do paralelismo descritivo clássico. Os críticos de cinema primeiro identificam essa intimidade entre as duas linguagens para, em seguida, recortarem a singularidade do cinema na montagem por combinação e justaposição que evoca do espectador um sentimento diferente diante da imagem. Uma relação de complementaridade à sensibilidade do imaginário literário é praticamente estabelecida. O período seminal da relação entre literatura e cinema despertou uma hierarquia estética dos que consideravam a linguagem “pura” da literatura superior à linguagem híbrida da sétima arte.

A transposição de um texto literário para o cinema implica em deslocamentos, para atender às exigências e às configurações deste outro meio, o que implica numa mudança de percepção da obra fonte. Assim, ao adaptar uma obra fílmica a partir de um texto literário matriz para a sua reconfiguração em outra linguagem, reconhece-se aí um movimento dessacralizador que essa operação exige. Isso porque a obra levada ao cinema passa por um processo de manipulação necessária à adaptação e, nessas condições, não é mais o texto produzido pelo escritor, mas o texto recriado pelo cineasta e/ou roteirista (VEIGA, 2009).

Em tese, esse reconhecimento de dessacralização ou desauratização da literatura pelo cinema se faz por aproximação ao pensamento do filósofo alemão, judeu e frankfurtiano Walter Benjamin (1892-1940). Com o ensaio: *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, o filósofo reflete como os meios de reprodução técnica, sobretudo a fotografia e o filme, alteram a forma de percepção da arte tradicional.

Na acepção benjaminiana, com o surgimento dos sistemas de reprodução, as gerações do século XX puderam vivenciar a democratização da cultura, o que resulta numa alteração da função e da valoração dos objetos artísticos. A obra de arte tradicional, a exemplo da arte sacralizada, só poderia ser contemplada de forma restrita em sua única aparição distanciada no tempo e no espaço, por mais próxima que estivesse do seu público. Era concebida, portanto, como algo singular e inacessível. E eram justamente a singularidade (unicidade) e a autenticidade (não reprodutibilidade) que lhe conferiam uma aura. Por ser “um objeto aurático – singular e autêntico – estava associado ao valor de culto” (SOUZA, 2016, p. 133).

Com a reprodutibilidade técnica acarretaria uma dessacralização da arte erudita em função da perda da sua singularidade e autenticidade; os valores culturais antigos tenderiam a ser destituídos ou deslocados pelo valor de troca e consumo industrial, passando de um valor de culto a um valor de exposição.

Sobre o regime e o poder de representação da imagem cinematográfica, a adaptação de uma obra literária para a arte do cinema, requer tarefas muito complexas, como a consciência de que o narrador literário difere grandemente do filme e a de que a fuga ao apego único à trama, pelo adaptador, faz aumentar a importância da fidelidade temática e ideológica.

A adaptação de um texto seja em qual for o gênero (romance, artístico, biográfico, jornalístico e/ou científico) pelo cinema pode ocorrer de forma singular, conforme a visão de mundo e a interpretação dada pelo cineasta. A transposição pode ampliar o público do texto em evidência, o que possibilitaria dessa maneira atingir um patamar de democratização da cultura.

Entrelaçando a relação entre a literatura e o cinema e elevando a adaptação do filme como objeto no fazer histórico, permite-se uma aproximação do ponto de vista da História Cultural. Em se tratando de estudos culturais, esse assunto tem provocado um intenso debate nas diversas áreas do saber, não deixando incólume a oficina dos historiadores, possibilitando abordagens refinadas sobre o cotidiano, as relações socioculturais entre os indivíduos e os diversos grupos sociais que constituem as sociedades. Rompe-se, desse modo, com paradigmas metodológicos que privilegiam apenas as perspectivas políticas e macroeconômicas (SILVA, 2016).

DO ENREDO

O filme se inicia com a apresentação dos créditos de abertura, com fundo musical, sendo introduzido posteriormente um resumido prelúdio, uma legenda, sobre a sua narrativa (grifo do filme):

“Há 200 anos, o México era governado pelo rei de Espanha o qual tentara impor uma outra religião e outras leis. Elas atingiam simples aldeões, que lutavam entre o velho e o novo, e atingia os índios guerreiros da tribo yaquis que estavam determinados a resistir a qualquer mudança. Esta é a história de Leon Alastray que escolheu lutar contra os dois: o rei e os yaquis”.

Em tese a introdução do filme evoca um desencadeamento do seu roteiro, onde a trama se encontra ambientada: o Vice-Reino da Nova Espanha (o México durante o século XVIII)⁵, no ano de 1746. Época de consolidação da colonização espanhola sobre o Novo Mundo descoberto, em que o conflito pelo espaço territorial no continente emergia com intensidade, principalmente, entre os povos tradicionais, que nessa representação cinematográfica envolve a etnia *yaquis*. A trajetória do personagem central Leon Alastray (Anthony Quinn), um foragido desertor do exército que estava sendo perseguido pelas forças oficiais do governo provincial do vice-reinado, a defrontação com a realidade social e ideológica da *Vila de San Sebastián* praticamente estabelecem a tônica da ficção.

O filme focaliza em sua narrativa central uma realidade conflitante da *Vila de San Sebastián* entre os aldeões⁶, colonos, mestiços e os povos tradicionais indígenas. Um cenário fortemente intermediado com a presença da Igreja

⁵ À porção territorial do Vice-Reino da Nova Espanha englobava a parte atual do sudoeste dos Estados Unidos, chegando a costa oeste desse país e adentrando pela nação mexicana, até chegar à fronteira da Guatemala (SCHOULTZ, 2000).

⁶ Para efeito deste trabalho, associamos os termos: “aldeões” e “colonos” a categoria étnica da população ibero-americana que na América Espanhola viera a ser cognominada de *criollos hispânicos*. De um modo geral, os ascendentes de espanhóis nascidos na América (PRADO; PELLEGRINO, 2014).

Católica que, aliás, enquanto representação religiosa foi estabelecida pelos conquistadores ibéricos espanhóis no continente.

Perante a historiografia especializada sobre a História da América Espanhola é possível perceber que a conquista espanhola do Novo Mundo não alargava o seu domínio sem a forte presença do catolicismo, aprofundando confrontos com as diferenças culturais dos povos indígenas tradicionais ocupantes da região explorada. Uma invasão cultural se operava, acompanhado de uma destituição de valores e mistura racial, ações que na realidade praticamente tornava-se inevitável.

A representação da religião, para a realidade do vice-reino espanhol, concretizava-se, basicamente, através das ações missionárias realizadas pelas ordens religiosas. O exercício da evangelização das terras do Novo Mundo fazia com que essas ordens adentrassem na região com o papel precípuo de catequização e conversão dos gentios. Entretanto sob o comando do império acreditava-se numa cristianização não-coercitiva que podia-se prover, nas instâncias, os interesses do império em territórios até então desconhecidos, bem como possibilitaria a expansão do reino.

Em *Os canhões de San Sebastián*, já no início, cenas revelam um vínculo com o teor religioso quando há o envio do missionário franciscano - o padre Joseph (Sam Jaffe) - para a *Vila de San Sebastián*, obedecendo ao desígnio do bispo, para assumir a igreja que estava abandonada. Um propósito que se aproxima do proselitismo, da catequização católica para o contexto.

Para a América Espanhola, os missionários franciscanos eram uma das quatro principais ordens mendicantes que foram arregimentadas no continente europeu pela Coroa para a tarefa de evangelização das suas colônias. Além deles se destacavam, também, as ordens dos dominicanos, agostinianos e mercedários (BARNADAS, 2004). A respeito dessas ordens denominadas mendicantes evangelizadoras, no Vice-Reino da Nova Espanha, Antonio Rubial García (2012) aponta:

Entre as ordens mendicantes que trabalharam na Nova Espanha, somente os carmelitas mantinham casas nas cidades dos espanhóis. As outras três ordens (franciscanos, dominicanos e agostinianos) realizavam um extenso trabalho evangelizador, mantendo conventos tanto para os indígenas como para os espanhóis⁷.

A ficção ocupa um lugar entre o real e o imaginário, e tem por função testar os limites do construído sobre a história que se pretende apresentar.

Em que pese à representação no cinema, índios *yaquis* constituem no contexto histórico da América Espanhola povos autóctones originários ocupantes da região, que sofreram com a tentativa de desintegração e aniquilamento étnico e cultural patrocinado pelos conquistadores espanhóis, quando da colonização dessa porção ocidental de mundo a partir do século XVI.

Os *yaquis* são povos tradicionais ocupantes da faixa costeira sudeste do atual Estado de Sonora, localizado na região Noroeste do México, autodenominam-se (identificando-se a si próprios) de *yoemem*, no singular *yoeme*,

⁷ Tradução livre de: “Entre las órdenes mendicantes que funcionaban en Nueva España, los carmelitas sólo tuvieron casas en las ciudades de españoles. Las otras tres (franciscanos, dominicos y agustinos) llevaron a cabo una extensa labor evangelizadora, por lo que tuvieron conventos tanto en el ámbito indígena como en el español”. GARCÍA, Antonio Rubial. Las órdenes mendicantes evangelizadoras en Nueva España y sus cambios estructurales durante los siglos virreinales. *Históricas Digital*, Instituto de Investigaciones Históricas, Universidad Nacional Autónoma de México, nov. 2012, p. 215-236.

e o que melhor caracterizaria a sua história é a sua luta para conservar seu território tradicional, pois desde o início da conquista espanhola esses indígenas passaram a defender arduamente o direito para se manter em sua terra, como seu espaço vital (GUILLAUMIN, 2015; ZAMARRÓN, 2007, grifo e tradução livre).

A língua falada e nativa dos povos *yaquis* se nutre do sistema linguístico *cahíta*, que por sua vez compõe três dialetos: o *maia*, o *yaqui* e o *tehueco*, sendo este último desaparecido. O *cahíta* pertence ao grupo linguístico *yuto-azteca* e abrange uma parcela considerável da nação mexicana (TESTIMONIO GRÁFICO DIGITAL, 2016, tradução livre).

Povos aguerridos, os *yaquis* têm um histórico de revoltas contra os espanhóis. Os primeiros enfrentamentos datam, ainda, do século XVII, quando praticamente inicia-se um ciclo de resistências por parte desses povos nativos, em períodos posteriores.

Do ponto de vista histórico, a vila ficcional de San Sebastian carregaria as características inerentes ao *pueblo*, ou o formato idealizado pelos conquistadores espanhóis para a povoação dos territórios dominados. O prédio da Igreja Católica instalada tornava-se a mais imponente construção da estância, ela dominaria a atenção, subordinando o complexo de construções ao redor. A vila comumente alcunhada com o nome de um santo se associava à paróquia instalada no local, que se encontrava sob a sua circunscrição e consagrada a um padroeiro.

Na urbanização espanhola da América, todo o complexo de colonização veio a ser conhecido pelo nome de *pueblo*, ainda que lhe faltasse inteiramente a forma física e a estrutura coesa associada ao protótipo espanhol. Era comum que esses espaços territoriais constituídos e/ou instaurados fossem batizados ou rebatizados com nome de santos católicos. As ordenações reais prescreviam explicitamente que os nativos fossem congregados em *pueblos* de estilo europeu perto das casas religiosas. Com os rituais e as *fiestas* as congregações buscavam aproximar os índios do calendário cristão (HÖFFNER, 1973; MORSE, 2008).

A colonização era, em grande parte, um trabalho de “urbanização” e aculturação, isto é, na acepção europeia, tornava-se um sinônimo de marco civilizatório para a região, uma estratégia de povoamento nuclear para a apropriação de recursos e a implantação de jurisdição. Ainda que se limite a atenção às cidades e vilas, a urbanização desses territórios, considerando em seu sentido demográfico simples, designava rapidamente o crescimento dos agrupamentos populacionais (MORSE, 2008).

No cinema, o discurso histórico intensificado pelo filme pode produzir um “efeito de real”, isto é, a ilusão de que o narrado “realmente aconteceu”. Não é raro observar a percepção das pessoas ao assistirem um filme com conteúdo histórico questionarem se o fato narrado corresponde ao que diz a história. Tanto a construção historiográfica quanto a cinematográfica designam fatos culturais, adotam modos de percepção, significação e instituição do “mundo” enquanto realidade.

A linguagem do cinema possibilita uma visibilidade natural de tempos deslocados da cronologia convencional, por intermédio de montagens de choque e paralelos que reconstroem a linearidade em diferença. De certa forma, o cinema tende a apresentar uma vitalidade afirmativa do discurso imaginário sobre a vida real, principalmente se incitar o espírito de uma época passada (NOVAES, 2010).

Apresentada num suporte, a tela do cinema, a imagem composta pelo filme implica na admissão de uma presença virtual, mas também sugere uma existência contígua, não visível, fora dos limites materiais desse suporte fílmico. Assim, a imagem é uma ilusão de realidade. A imagem é representação (XAVIER *apud* LIMA, 1990).



Todavia, com o cinema, o público que se debruça a assistir um filme se aproxima visualmente do relato de uma época. A magia transferida pelo cinema nos faz assimilar um conhecimento que complementa a forma escrita relatada sobre a nossa própria realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao delinear uma análise do filme *Os canhões de San Sebastian* (1968), foi nossa pretensão discriminar como este enfatiza, na sua narrativa, aspectos da História da América Espanhola, intercalado com a presença da Igreja Católica no contexto.

A escolha do título desse trabalho se deu pelo fato de se pesquisar a possibilidade que o cinema nutre o poder de representar uma realidade de maneira diferenciada, que não a hegemônica e tradicional modalidade verbal escrita, em discorrer o assunto histórico. Sintonizada aos nossos interesses, a narrativa fílmica assinala a representação de uma circunstância que provoca uma relação mais liberada no tratamento de indícios do passado.

O desafio maior em nosso empreendimento cabe destacar foi a dificuldade de não termos acesso ao romance original “*A Wall for San Sebastian*”, de William Barnaby “Barby” Faherty, a partir do qual foi baseado e desenvolvido o roteiro do filme. Ao realizar buscas em acervos especializados constatamos que inexistia uma tradução para nossa língua materna, e nem a disponibilidade em acervos consultados da referida publicação em edição definitiva. No entanto, prosseguimos acessando acervos especializados de bibliotecas universitárias, bem como contando com artigos advindos de endereços e periódicos eletrônicos que serviram muito como suportes relevantes, permitindo responder muitas questões.

Decerto, tem crescido o interesse de historiadores com a aproximação entre história e o cinema. A celebração desse matrimônio está assentada na ideia do cinema como um campo para a investigação histórica, uma fonte de análise, na medida em que esse recurso audiovisual possibilita captar do cotidiano o real de uma sociedade por meio de representações. Costa (2002) observa que “[...] O cinema, sem dúvida alguma, é um dos meios que mais valorizam a ideia do “visual” do mundo para ser visto e representado” (COSTA, 2002, p. 73).

Na tentativa de tensionar a linguagem cinematográfica com História, visamos também perceber quanto o imaginário do filme pode elevar o conhecimento na modernidade de aspectos que fazem parte da cultura de nossas sociedades.

Em face do exposto, ao sustentar o trabalho que o cinema tem passado para o didatismo da história, reflete-se o quanto uma produção imagética comportaria uma pedagogia, como também, é perceptível que as relações tecidas entre o cinema e a história não se esgotam nas questões tratadas ao longo dessa pesquisa, pois, o volume de produção sobre o assunto a disposição entre artigos acadêmicos e demais obras dedicadas à temática comprovam tal fato. Assim, o panorama traçado nos permite entender que é crescente o interesse de historiadores pelo cinema, sobretudo porque a matéria fílmica nos possibilita lançar novos olhares sobre a história, sem, porém, dispensarmos ou esquecermos a nossa identidade enquanto “historiadores de ofício”.

REFERÊNCIAS

BARNADAS, Josep M. A igreja católica na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie. (Org.) **História da América Latina: América Latina Colonial**. v. I. Trad. Maria Clara Cescato. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 521-551.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 165-196. (Obras escolhidas; v. 1)

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos; 57)

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. Trad. Nilo Odalaia. São Paulo: UNESP, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion ; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401-417.

COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. Espaço, tempo e a cidade cinemática. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 13, p. 63-75, jan/jun 2002. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7426/5382>. Acesso em: 05 dez. 2016.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**: e outros episódios da história cultural francesa. Trad. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História**: novos objetos. Trad. Terezinha Marinho. Rev. Gadiel Perruci. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 199-215.

GARCÍA, Antonio Rubial. Las órdenes mendicantes evangelizadoras en Nueva España y sus cambios estructurales durante los siglos virreinales. **Históricas Digital**, Instituto de Investigaciones Históricas, Universidad Nacional Autónoma de México, p. 215-236, nov. 2012. Disponível em: <http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/iglesiane/iglesia009.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2016.

GUILLAUMIN, Martha Delfin. Una semblanza de la rebelión Yaqui de 1740. **Pacarina del Sul**: Revista de Pensamiento Crítico Latinoamericano, año 6, n. 24, jul.-set., 2015. Disponível em: <http://www.pacarinadelsur.com/home/indoamerica/1185-una-semblanza-de-la-rebelion-yaqui-de-1740#resumen>. Acesso em: 27 ago. 2016.

HÖFFNER, Joseph. **Colonialismo e evangelho**: ética do colonialismo espanhol no século de ouro. Trad. José Wisniewski Filho. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

LIMA, Luiz Costa (Int., Com. e Sel.). **Teoria da cultura de massa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MORAIS, Julierme. Clio e a sétima arte: perspectivas teórico-metodológicas. In: SILVEIRA, João Paulo de Paula; MORAIS, Julierme; PROTO, Leonardo Venicius Parreira. **Reflexões históricas**: cultura, identidade e relações de poder. São Leopoldo: Oikos; Goiás: UEG, 2014. p. 71-90.

MORSE, Richard M. O desenvolvimento urbano da América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie. (Org.) **História da América Latina**: América Latina Colonial, v. II. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 57-97.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 235-289.

NOVA, Cristiane. O cinema e o conhecimento da história. **O olho da história**: Revista de História Contemporânea, Salvador, v.2, n.3, p. 217-234, dez. 1996.

NOVAES, Cláudio Cledson. Eurico Alves e Manuel Bandeira: uma missiva cinematográfica. In: MORAIS, Aldo José (Org.) **História, poesia, sertão**: diálogos com Eurico Alves Boaventura. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010. p. 37-48.

NÓVOA, Jorge. Cinematógrafo. Laboratório da razão poética e do “novo” pensamento. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni; FEIGELSON, Kristian (Org.). **Cinematógrafo**: um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. da UNESP, 2009. p. 159-190.

OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslau Machado. **A cidade (tele)percebida**: em busca da atual imagem do urbano. 1994. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

PAULISTA, Maria Inês. A nova historiografia francesa e a educação brasileira. In: BAUER, Carlos (Org.). **Teoria da história** – A educação no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2011, p. 100-119.

PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010). **História e historiografia**, Ouro Preto, n. 8, p. 151-173, abr. 2012. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/270/261>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Trad. Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2000. (Col. Ciências Sociais)

SILVA, Elizete da. Europeus e indígenas na América Portuguesa: perspectivas de interculturalidade. **E-REI: E-Revista de Estudos Interculturais do Centro de Estudos Interculturais, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto**, Porto, n. 4, mai. 2016. Disponível em: https://www.iscap.pt/cei/EREI%20Site/4Artigos/Artigos/Elizete%20da%20Silva_Europeus%20e%20Indigenas%20na%20America.pdf. Acesso em: 20 set. 2017.

SORKIN, Michael D. **Rev. William Barnaby Faherty**. Disponível em: http://www.stltoday.com/news/local/obituaries/rev-william-barnaby-faherty-dies-at-chronicled-st-louis/article_e3a59609-b71b-5c99-a93b-dd2697e659c4.html. Acesso em: 19 dez. 2016.

SOUZA, Ana Carolina Cruz de. O cânone literário no cinema: *O Guarani*, *Dom* (Casmurro) e *Macunaíma* - leituras, olhares e desvios. In: NOVAES, Claudio Cledson (Org.). **Imagens imaginários movimentos: literatura cinema e diversidade cultural**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

TROVÃO, Flávio Vilas-Bôas. **O exército inútil de Robert Altman: cinema e política** (1983). 2010. 171 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TESTIMONIO GRÁFICO DIGITAL. **Yaquis-Yoreme**. Disponível em: http://ru.iis.sociales.unam.mx/jspui/bitstream/IIS/4605/1/Yaquis_Informacion%20etnografica.pdf. Acesso em: 26 ago. 2016.

VEIGA, Benedito. **Dona flor e seus dois maridos, uma história de cinema: ensaios sobre a memória da vida cultural baiana na década de 70**. Salvador: Casa de Palavras ; Itabuna: Via Litterarum, 2009.

WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**, v. I. Trad. Maria Clara Cercato. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 195-239.

ZAMARRÓN, José Luis Moctezuma. Yaquis: pueblos indígenas del México contemporáneo. México: CDI, 2007. 55 f. Disponível em: <http://www.cdi.gob.mx/dmdocuments/yaquis.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.

HIDRÔNIMOS E HISTÓRIA AMBIENTAL NO RIO GRANDE DO SUL¹

Melissa Heberle Diedrich²

Resumo: A pesquisa objetivou estudar nomes de lugar do estado do Rio Grande do Sul, trazendo contribuições à toponímia brasileira. Utilizando uma metodologia quali-quantitativa, em que são pesquisadas influências imigratórias dos hidrônimos (nomes de cursos d'água) de duas bacias hidrográficas (BH), os dados foram coletados em fontes como mapas, cartas ânuas, comitês de bacias e bancos de dados regionais. Foram analisadas informações etimológicas, enciclopédicas, origem étnica e histórica do hidrônimo, construindo-se um modelo de ficha lexicográfico-toponímica com base em Dick (2004). Enfim, foram analisados 96 topônimos, sendo 24 hidrônimos correspondentes aos nomes de rios e 72 hidrônimos, aos nomes de arroios. Na BH Rio Pardo foram estudados 34 hidrônimos, abrangendo dez municípios. Já a BH Rio Taquari-Antas teve 62 hidrônimos analisados, que abrangem 46 municípios do estado.

Palavras-chave: Léxico. Onomástica. Toponímia.

1 INTRODUÇÃO

A presente investigação³ é um recorte da tese⁴ de doutorado da autora. Ao abordar a toponímia, mais especificamente a hidronímia do Rio Grande do Sul, contemplando também sua história ambiental, pretendeu-se investigar questões culturais e multidisciplinares (históricas, sociológicas, espaciais, entre outras) que perpassam a linguagem. Dessa forma, a pesquisa apresenta ainda o estudo de temas como sociedade e migrações humanas, práticas culturais e comunicação. Com efeito, em relação ao estudo do *nome de lugar*⁵ são muitas as possibilidades de análise para o linguista, bem como para o historiador, o arqueólogo, o geógrafo e o ambientalista, o que evidencia o caráter multidisciplinar do presente estudo.

Em relação à História Ambiental, seu objetivo é enfocar os eventos históricos que formaram e transformaram a paisagem, mas que também foram modificados pelo ambiente, com destaque à paisagem como fonte de dados e de investigação (SOLÓRZANO; OLIVEIRA; GUEDES-BRUNI, 2009). Assim, essa disciplina precisa ultrapassar as antigas fronteiras geográficas da abordagem histórica, uma vez que atualmente são frequentes, na área, as pesquisas sobre vales e bacias hidrográficas (CASTRO, 2013).

¹ Texto adaptado de Diedrich (2020) e Diedrich e Machado (2020).

² Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSul Câmpus Lajeado). Doutora em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento e licenciada em Letras: Português-Inglês (Univates). Mestra em Letras: Estudos da Linguagem (UFRGS). Membro do GT de História Ambiental da ANPUH-RS. melissaheberle@ifsul.edu.br

³ Trabalho apresentado, anteriormente, sob o título “Hidronímia e História Ambiental no Rio Grande do Sul”, no XIII Seminário Internacional da Francofonia, XIII Seminário Brasil-Canadá de Estudos Comparados e IV Colóquio Internacional de Estudos Comparados, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em agosto de 2020.

⁴ Tese orientada pela professora Dra. Neli Teresinha Galarce Machado, na Universidade do Vale do Taquari (Univates).

⁵ Termo utilizado como sinônimo de “topônimo”, da mesma forma que autores como Dick (1990a, 1990b) e Seabra (2008); ou Morala Rodríguez (2006): *nombre de lugar* = *topónimo*; também Jordan (2012): *place name* = *toponym* e ainda Marcato (2009): *nomi di luogo* = *toponimi*.

Nesse contexto, ao se observar que a cultura é herdada e transmitida de geração para geração, por meio da comunicação linguística, que é influenciada pelo contexto ambiental, conectando homens e objetos com ambientes e situações; a linguagem, como componente cultural, ocupa a função de classificação e categorização do mundo. Além disso, enquanto produto histórico, a linguagem mantém relação com a memória e a identidade, e necessita ser compreendida em seu contexto de produção (SEABRA, 2008).

Desse modo, o estudo dos nomes de lugar, realizado pela toponomástica ou toponímia é muito complexo. A toponomástica, incluindo a toponímia, trata dos nomes geográficos e recomenda-se sua divisão, conforme terminologia atual, em *toponímia* (documentação dos topônimos) e *toponomástica* (estudo dos topônimos). A *microtoponomástica* ou *microtoponímia* abrange os nomes de lugar “menores”, como os prados, por exemplo (MARCATO, 2009, p. 105). Contudo, a terminologia toponímia será adotada em seu sentido amplo na presente investigação, da mesma forma que Eckert (2016). Aqui se salienta que, nos estudos toponímicos, à água foi dedicado um campo específico: a hidronímia (ISQUERDO; SEABRA, 2010), sendo o hidrônimo o nome próprio do curso de água (MARCATO, 2009).

Em resumo, o papel dos topônimos e, mais especificamente dos hidrônimos, foco deste estudo, pode ser localizado em uma identidade espacial construída a partir de uma abordagem geográfico-cultural. Esses nomes têm uma função importante: no uso dos recursos naturais, quando traduzem as características da natureza; na alteração cultural do espaço geográfico, quando o moldam mental ou visualmente; e na construção da identidade, quando funcionam como uma legenda de sustentação emocional entre homem e lugar. Embora a identidade das maiorias culturais não seja contestada no cotidiano, as minorias geralmente ocupam uma posição mais defensiva e sentem necessidade de demonstrar que marcaram sua presença por gerações e moldaram a paisagem cultural de um lugar específico (JORDAN, 2012).

Logo, o tema da presente pesquisa, os hidrônimos das bacias hidrográficas do Rio Taquari-Antas e do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul (RS), ancora a sua pertinência. Levando-se em conta que, em relação à configuração da paisagem, a água é um elemento de destaque, um bem imprescindível e um dos elementos constitutivos mais determinantes do repertório toponímico de qualquer área geográfica (MORALA RODRÍGUEZ, 2006), o estudo dos nomes de rios e arroios de duas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul poderá trazer contribuições à toponímia brasileira. Como resultado, este trabalho procurará contribuir não somente com os estudos lexicais, bem como com os estudos ambientais, geográficos e históricos.

O objetivo geral do presente trabalho foi o de investigar os nomes de cursos d’água de duas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, ao trazer contribuições e ampliações aos estudos lexicológicos, especificamente no que diz respeito à hidronímia, e aos estudos geográficos, históricos e ambientais.

Para tanto, na realização da presente pesquisa, procurou-se desenvolver os seguintes objetivos específicos: a) realizar o levantamento da principal bibliografia existente sobre os estudos toponímicos e hidronímicos, abrangendo o período de 1931 até 2019; b) caracterizar as regiões hidrográficas do Rio Grande do Sul, delimitando a área de abrangência do estudo; c) localizar, no tempo e no espaço, a ação dos imigrantes alemães, italianos, e portugueses, bem como das populações negra e indígena, no Rio Grande do Sul, nas regiões das bacias hidrográficas do Rio Pardo e Rio Taquari-Antas e seus vales; d) conhecer e explicitar a motivação toponímica na região de abrangência do estudo; e) identificar e descrever as possíveis trocas de nomes ocorridas para um mesmo hidrônimo; f) aplicar os critérios do modelo de classificação dos topônimos adotado por Dick (1990a, 1990b, 2004), bem como verificar possibilidades de ampliação dessa proposta.

Dessa forma, o aporte teórico que sustenta o presente trabalho é abordado pela próxima seção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em relação ao “processo histórico que estruturou o espaço social” do Rio Grande do Sul, tem lugar uma “natureza humanizada”, forjada nas relações socioeconômicas capitalistas. “Começando pelo estágio de Colônia, com base fundamentalmente rural, chega-se à etapa contemporânea, alicerçada no ‘desenvolvimento’ urbano-industrial, passando por diversas formas de exploração e dependência econômica” (MOREIRA; COSTA, 1995, p. 59).

Bublitz (2008, p. 323) comenta que o incentivo à imigração europeia no Rio Grande do Sul no século XIX almejava o povoamento de terras pouco aproveitadas ou desabitadas do centro ao norte do estado, pois em decorrência de “seu relevo acidentado e da predominância de matas, essa região era preterida pela elite latifundiária regional, que tinha como base econômica a pecuária e possuía grandes propriedades de terras na Campanha, ao Sul”. Nesse contexto, os imigrantes originários da Europa que colonizaram o Sul do Brasil nos séculos XIX e XX dedicaram-se à produção agrícola em lote colonial, à pequena pecuária e à extração de bens materiais, essa última atividade em menor escala (GERHARDT, 2011).

Embora a colonização exercida pelo europeu no Rio Grande do Sul, fundamentada no “trabalho familiar predominantemente livre”, na “distribuição de pequenos lotes de terra” e na “policultura” seja apresentada “na historiografia gaúcha como um dos principais fatores do desenvolvimento regional”, ela, na verdade, promoveu uma apropriação da natureza que alterou bastante o ambiente do estado (BUBLITZ, 2008, p.338).

Diante desse panorama, Zarth e Gerhardt (2009, p. 261-262) complementam que, além dos problemas ambientais, a criação de latifúndios pastoris no bioma pampa brasileiro originou muitos “problemas sociais” em decorrência da exclusão social e concentração de terra. O indígena foi, de forma gradativa, eliminado pelo europeu por meio das guerras, ou mesmo incorporado “de forma subalterna à nova formação social implantada pelos criadores de gado”, já o sobrevivente foi transformado em peão de estância.

Em suma, em relação a essa contextualização da ocupação do Rio Grande do Sul, apoiando-se em Kreutz (2008, p. 18), percebe-se que todos os grupos que já habitavam o estado ou que aqui se instalaram posteriormente, transformaram a configuração do estado, “estabelecendo suas culturas e, por consequência, alterando a paisagem encontrada por eles”.

Bublitz (2008, p.338-339), ao chamar a atenção para a quase ausência da questão ambiental na historiografia da colonização sulina, vislumbra que, atualmente, o ambiente vem sendo incluído no debate acerca do desenvolvimento e na análise histórica. Segundo a pesquisadora, no que tange ao Rio Grande do Sul, é relevante “uma revisão historiográfica do processo de colonização, na qual a dimensão ambiental aproxime-se da dimensão sócio-econômica da história do desenvolvimento”.

A interpretação da relação “homem-natureza”, no contexto histórico dos séculos XIX e XX, deve considerar a cultura, científica ou religiosa. Conforme os pesquisadores, a colonização europeia do Rio Grande do Sul pode ser vista como um empreendimento (privado e público) que mesclava orientações científicas e religiosas, revelando uma “característica-mor da modernidade”, a relação dicotômica natureza – civilização (CORREA; BUBLITZ, 2006, p.19).

Gerhardt (2011, p.91), em relação ao estudo da História Ambiental do Rio Grande do Sul, aponta que um pesquisador da área necessita se afastar do determinismo ecológico e geográfico, ao fugir da afirmação de que os



colonos se dedicaram, por exemplo, ao cultivo de erva-mate, influenciados pelo meio. Segundo o autor, ocorreu “uma expressiva atividade ervateira nas colônias formadas por imigrantes europeus no Rio Grande do Sul, contribuindo inclusive para a adaptação dos colonos ao novo ambiente e para o êxito econômico dos projetos de colonização”.

Os núcleos coloniais formaram uma sociedade que não flutuava sobre o ambiente, mas sim por ele era condicionada e sobre ele agia, dessa maneira, integrava o ecossistema. A cidade de Santa Cruz do Sul, por exemplo, já era caracterizada pela “presença da *Ilex* e pelo extrativismo do mate” e, em consequência disso, os imigrantes que colonizaram a região não ficaram isentos desse fator condicionante ecológico, tampouco de sua relevância cultural e econômica (GERHARDT, 2011, p.83).

Em síntese, a História Ambiental do bioma pampa sul-rio-grandense é caracterizada por pecuária extensiva, biodiversidade, latifúndio escravista, pequena agropecuária, marginalização da sociedade, despovoamento e repovoamento dos campos, bem como pelo desaparecimento de animais e plantas, com o qual “espécies exóticas ocuparam crescente espaço, em detrimento da fauna e da flora nativas” (ZARTH; GERHARDT, 2009, p. 286).

O presente estudo insere-se, no âmbito da Linguística, nos Estudos do Léxico. A Lexicologia, ou estudo do Léxico, é a disciplina que estuda os fenômenos lexicais como sendo o braço matriz da Linguística, ocupando-se do estudo da semântica de uma língua e do estudo de seu léxico. Assume-se aqui que a “Lexicologia constitui uma disciplina linguística que realiza o estudo científico do léxico, tendo por objetivo a análise das unidades lexicais”. Nesta perspectiva, compreende-se o léxico como um sistema aberto, que se renova constantemente (HEBERLE, 2008, p. 21).

A seguir, passam a ser apresentadas algumas das relevantes contribuições de Dick (1990a, 1990b, 2004) para o estudo toponímico, já publicadas anteriormente em Heberle e Machado (2018)⁶. A reconhecida autora, que também se apoia, entre vários outros autores, em Dauzat (1947) e Drumond (1965), é referência para vários pesquisadores brasileiros, como Isquerdo e Seabra (2010), Santos e Dal Corno (2014) e Eckert (2016).

Santos e Dal Corno (2014, p. 113) esclarecem que as pesquisas toponímicas brasileiras iniciam com a obra Contribuição do Bororo à Toponímica Brasília, de Drumond (1965), estudo que teve continuidade coordenado por Dick, que propôs “investigações sobre a toponímia da cidade de São Paulo, que posteriormente levaram ao início do Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB)”.

Drumond, no Prefácio de Dick (1990a, p.11-12), contextualiza que, diferentemente do Brasil, existem países europeus e americanos em que os estudos toponímicos guardam “lugar de destaque” nos estudos linguísticos. Ao mesmo tempo, destaca o trabalho de Dick (1990a) como um “dos mais importantes já elaborados” no país sobre a temática.

Segundo o autor, os princípios teóricos de Dick ganham relevância pela “inexistência de qualquer trabalho semelhante no Brasil”. Assim, qualquer estudo que aborde a toponímia brasileira deverá buscar referências na obra da referida autora (DICK, 1990a, p. 17).

A nomeação de lugares sempre foi realizada pelo homem, desde o início dos tempos. “Nos versículos iniciais do Gênesis, por exemplo, despontam acidentes geográficos, nomes dos rios, os primeiros conhecidos” (DICK, 1990b, p. 5). Além disso, “a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes”, permitindo a compreensão panorâmica dos aspectos antropoculturais e naturais de uma região (DICK, 1990a, p.19).

⁶ Os pressupostos da reconhecida linguista Dick abordados até o final desta seção são um recorte do artigo de Heberle e Machado (2018).

Assim, é no ambiente que estão as influências negativas e positivas da vivência cultural humana, e “é nessa cadeia de possibilidades que os topônimos se estruturam e se distribuem em estratos de diversas naturezas” (DICK, 1990a, p. 61), sendo a cultura “determinante na condução desse saber-fazer denominativo, responsável pelas novas séries de designações que enformam a cadeia lexical, na perspectiva de uma antropologia linguística, que é também semiológica” (DICK, 2004, p. 123).

Sobre a distinção entre cultura e natureza a autora esclarece

que um dos pontos mais frequentemente discutidos pela comunidade de antropólogos e linguistas é a relação opositiva cultura (entendida como aprendizagem adquirida pela ação do homem) e natureza (conhecimento biológico, fruto da transmissão genética), no sentido de mostrar influências recíprocas, responsáveis pelos sistemas de linguagens, a partir dos estudos de Boas (1911) (DICK, 2004, p.123, grifo nosso).

Nesse sentido, para a autora, com o uso referencial da linguagem, na onomástica, os aspectos do lugar, de uma localidade, do relevo, do acidente geográfico, de um curso d’água, de uma elevação de terreno e das ações humanas são os “traços definitórios recorrentes” utilizados pelo falante (DICK, 2004, p. 124). Enfim, os topônimos podem representar “uma reprodução parcial das condições do lugar, fato muito comum em muitos cursos d’água, que, em virtude de sua extensão, não exigem o conhecimento completo da corrente como dado obrigatório para o batismo descritivo” (DICK, 1990a, p. 73).

Desse modo, Dick (2004) esclarece que os hidrônimos são os nomes dos acidentes hidrográficos em geral, não tendo importância a natureza linguística do objeto nomeado, nem evidenciando se humano/não humano, animado/inanimado, nem a natureza dos campos semânticos envolvidos. Já os hidrotopônimos constituem os acidentes em que o elemento hidronímico está presente na denominação, seja em relação ao termo genérico água ou às designações de cursos d’água específicos (córrego, rio, ribeirão). Para esse último caso, alguns dos exemplos mencionados pela autora são: serra das Águas (GO), Rio Preto (SP), Córrego Novo (MG), Foz do Iguaçu (PR).

Ainda em relação ao ambiente, pode-se dizer que o homem se concentra em lugares “acessíveis às condições naturais da vida” e que lhe proporcionem bem-estar, segurança e perpetuação. Nesse sentido, a autora aponta as dificuldades da colonização portuguesa do século XVI ao se deparar, no ambiente brasileiro, com uma condição geofísica diferente de outras encontradas. Além disso, “a compreensão do espaço geográfico brasileiro pelo homem português encontrou também outro fator de tensão ou de desequilíbrio justamente na presença do autóctone, no território” (DICK, 1990a, p. 61-65).

Em relação à toponímia do Brasil, Dick (1990b, p. 104) pontua que essa é cíclica, (nomes de lugar podem se repetir no espaço/tempo); é fundamentada na formação de sua etnia; e é heterogênea, mestiça como o seu povo. Sua formação linguística remete ao passado e aos habitantes do lugar, em uma diversidade que não desfigura “o sentido nacional comum”.

A formação etno-histórica brasileira é composta pelos ameríndios e seus troncos e famílias, pelos portugueses e africanos, e por estrangeiros posteriores à colonização inicial. “Em cada uma dessas camadas línguio-toponomásticas, uma tendência motivadora própria pode ser apontada, característica do elemento humano que as define” (DICK, 1990b, p. 8). O europeu já encontrou no Brasil uma nomenclatura indígena que foi incorporada à nossa toponímia, embora “a denominação dos acidentes costeiros, nos primórdios da ocupação, por desconhecimento dessa camada primitiva”, foi realizada de acordo os padrões da cultura portuguesa (DICK, 1990b, p. 81). Tendo em vista a existên-

cia de uma nomenclatura preexistente, essa nomeação lusitana dos lugares configurou, em algumas situações, uma “superposição toponímica”, tal como no exemplo dos nomes paralelos: Rio da prata - *Iggoaçû* (DICK, 1990b, p. 85).

Assim, como o território brasileiro é extenso e os estudos onomásticos possuem outros campos setorizados, essa temática de pesquisa é muito ampla, sendo que a toponímia brasileira não é homogênea, apresentando “configurações que remontam, em suas origens, às várias famílias indígenas que habitaram e/ou habitam o país”. Já os nomes de origem africana aparecem em menor número, localizando-se “nos pontos de concentração preferencial do negro” no país. Topônimos estrangeiros são mais recentes, originários da imigração ocorrida a contar da segunda metade do século XIX (DICK, 1990b, prefácio, p.4).

Esses são os principais pressupostos teóricos do atual estudo, que investigou os hidrônimos de duas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, a bacia do Rio Taquari-Antas e a Bacia do Rio Pardo. Concluída a apresentação da fundamentação teórica que embasa o corrente estudo, a próxima seção contemplará as considerações finais da pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da presente pesquisa, procurou-se contribuir com os estudos lexicológicos, geográficos, históricos e ambientais brasileiros de maneira geral e, de forma mais específica, com a toponímia do Rio Grande do Sul, notadamente realizando a pesquisa de seu subnível hidronímia, ambientada em duas bacias hidrográficas do estado, a Rio Taquari-Antas e a Rio Pardo. Ressalta-se que a análise dos topônimos ou nomes próprios de lugar, aqui desenvolvida, não se ateve somente às questões linguísticas, mas sim observou diferentes aspectos, em especial o contexto histórico-ambiental, geográfico e lexical dos 96 hidrônimos que constituíram o *corpus* do trabalho.

Foram analisados os topônimos de 96 cursos d’água das bacias hidrográficas do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas, sendo 24 hidrônimos correspondentes aos nomes de rios e 72, aos nomes de arroios. Na bacia hidrográfica do Rio Pardo foram estudados 34 hidrônimos, desses, três nomes de rios e 31 arroios, abrangendo dez municípios do estado do Rio Grande do Sul. Já a bacia Rio Taquari-Antas teve um total de 62 hidrônimos analisados, 21 rios e 41 arroios, que abrangem 46 municípios, em função do amplo território dessa bacia.

Em relação à análise linguística, confirmou-se a hipótese inicial de que a motivação toponímica do Rio Grande do Sul sofreu influência da população indígena e, em menor escala, da negra, além das influências de outras línguas de imigrantes como o português, o italiano, o alemão, e outras encontradas, como o latim, o espanhol, o árabe, o francês; o que possibilitou a formação de topônimos híbridos (DICK, 1990b) ou plurilíngues, com diferentes estratos idiomáticos (CERRÓN-PALOMINO, 2015), comprovando a riqueza cultural das regiões de abrangência das duas bacias hidrográficas estudadas.

Em relação à classificação taxionômica, os hidrônimos de natureza física corresponderam a 52% do total, ao passo que os que apresentaram natureza antropocultural corresponderam a 47%, confirmando a hipótese de que, por serem acidentes geográficos eminentemente de natureza física, os nomes dados aos cursos d’água devem pertencer, em maior número, às taxionomias de natureza física.

No que tange à análise histórica, para um total de 63 nomes de cursos d’água, dentre os 96 analisados, foram localizados ou uma forma variante de registro/um nome popular; ou um nome anterior; ou alguma influência em nome de município do Rio Grande do Sul. Observou-se que para 32 topônimos foi localizada pelo menos uma

forma variante de registro (atual ou antiga) do nome, ou mesmo um nome popular, sendo o rio Taquari o que mais evidenciou formas variantes de registro, com um total de nove designações: *Tebicuary*, *Taquary*, *Tebiquary*, *Tipiquary*, *Tipiquari*, *Tibiquary*, *Tibiquari*, *Tebicuary* e *Tebicuari*. Constatou-se ainda que é comum a variação do primeiro elemento do nome do curso d'água, como no caso do rio/arroio Carreiro.

Observou-se que 38 topônimos sofreram algum tipo de alteração ou adaptação significativa ao longo de seu percurso histórico, destacando-se a presença da influência indígena nas nomeações originais e comprovando que um determinado local não mantém sempre o mesmo nome, uma vez que com a migração e ocupação os seus novos habitantes adotam nomes de lugar em uso, mas também introduzem outros, a partir de suas línguas de origem (DAUZAT, 1947). Destacou-se que 18 topônimos que possuem forma variante/nome popular ainda apresentavam outro nome anterior. Houve ainda pelo menos 24 ocorrências em que o hidrônimo influenciou o nome do município em que está localizado, ilustrando o fato de que o nome do curso d'água motivou muitos povoados que se desenvolveram no seu entorno, (STE, 2011a).

Percebeu-se que a proposta de Dick (1990-2004) dá conta da avaliação dos topônimos coletados, uma vez que possibilitou uma análise ampla e global dos hidrônimos das bacias hidrográficas do Rio Pardo e do Rio Taquari-Antas, no estado do Rio Grande do Sul, considerando seu contexto histórico-ambiental, antropológico, cultural, físico e linguístico. Os resultados obtidos comprovam a efetividade da aplicação da metodologia da referida autora, bem como a sua relevância para os estudos da toponímia brasileira.

De maneira geral, pensa-se que esta investigação tenha atingido seus objetivos iniciais, à medida que apresentou o estudo da origem histórica, motivação toponímica e alteração de 96 nomes de rios e arroios de duas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, apoiando-se, em especial, nos pressupostos da História Ambiental e nos critérios de classificação de Dick. Também se acredita ter feito uma interpretação e análise dos topônimos que contemplou, entre outros, os seus aspectos ambiental, cultural, geográfico, histórico e linguístico. Adicionalmente a essa categorização, propôs-se uma organização mais sintética conforme a motivação histórica dos hidrônimos, esperando-se contribuir com os futuros trabalhos que ainda possam ser desenvolvidos na área.

REFERÊNCIAS

- BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma História Ambiental da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 323-340, jul./dez. 2008.
- CASTRO, Hortensia. La cuestión ambiental en geografía histórica e historia ambiental: tradición, renovación y diálogos. *Rev. geogr. Norte Gd.*, Santiago, n. 54, p. 109-128, maio 2013. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022013000100007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 1 maio 2017.
- CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo. Toponimia andina: problemas y métodos. *Lexis*, Lima, v. 39, n. 1, p.183-197, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/366536269/a06v39n1-pdf>. Acesso em: 1 jun. 2017.
- CORREA, Sílvia Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux: origen et évolution – Villes et villages – Pays – Cours d'eau – montagnes –lieuxdits*. 5. ed. Paris: Delagrave, 1947.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990a.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri.; KRIEGER, Maria da Graça (Org.) **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v 2. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2004. p. 121-130.

DIEDRICH, Melissa. Heberle. **Topônimos e História Ambiental no Rio Grande do Sul**. 358 f. 2020. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade do Vale do Taquari Univates, Lajeado, 2020.

DIEDRICH, Melissa; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Toponímia e História Ambiental no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1., 08 a 10 de janeiro de 2020, Lajeado, RS/ Neli Teresinha Galarce Machado (Coord.) **Anais [...]**. Lajeado: Editora Univates, 2020.

DRUMOND, Carlos. **Contribuição do Bororo à toponímia brasílica**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

ECKERT, Kleber. Toponímia, imigração e identidade regional: o caso do Vale do Taquari/RS. In: FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno. **Imigração Italiana: Estudos e Pesquisas**. São Leopoldo: Oikos, 2016. Cap. 4. p. 209-224.

GERHARDT, Marcos. Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 18, n. 25, p. 73-95, 2011.

HEBERLE, Melissa. **Expressões idiomáticas de natureza verbal no DEH (Dicionário Eletrônico Houaiss)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

HEBERLE, Melissa; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. As contribuições de Dick para o estudo da toponímia brasileira. **Antares: Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, v. 10, n. 21, p.70-85, dez. 2018.

ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Apontamentos sobre hidronímia e hidrotoponímia na fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. 1. ed. Campo Grande – MS: Editora UFMS, 2010. v. 5.

JORDAN, Peter. Place names as ingredients of space-related identity. **Oslo Studies in Language**, Names and Identities, Noruega, v. 4, n. 2, p. 117-131, 2012. Disponível em: <https://www.journals.uio.no/index.php/osla/article/view/314>. Acesso em: 1 maio 2017.

KREUTZ, Marcos Rogério. **O Contexto Ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari Univates, Lajeado, 2008.

MARCATO, Carla. **Nomi di persona, nomi di luogo: introduzione all'onomastica italiana**. Bologna: il Mulino, 2009.

MORALA RODRÍGUEZ, José Ramón (2006). Los ríos y los paisajes del Duero en la toponimia. **Actas del Congreso Internacional Homenaje al Duero/Duero y sus ríos. Memoria; cultura y porvenir**; Zamora, p. 1-11. 2006. Disponível em: <http://www.unizar.es/fnca/duero/docu/p306.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2017.

MOREIRA, Igor. A.G.; COSTA, Rogério H. da. **Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, (Revisão). ISBN: 85-280-0314-0.

SANTOS, Odair José Silva dos; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. A toponímia da fronteira oeste do Rio Grande do Sul: aspectos linguístico-culturais. **Revista Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 20, p.111-125, dez. 2014.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org.). **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. Uberlândia: Edufu, 2008. p. 1945-1952. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf. Acesso em: 27 mar. 2016.

SOLÓRZANO, Alexandro; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; GUEDES-BRUNI, Rejan Rodrigues. Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 1, p.49-66, 2009.

STE. SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A. **Relatório Técnico 01 – RT1 do Plano de Bacia Hidrográfica do Taquari Antas**. Porto Alegre, 2011a. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/g040-bacia-hidrografica-do-rio-taquari-antas>. Acesso em: 22 maio 2019.

ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: FILHO, Althen Teixeira (org). **Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas: Livraria Mundial, 2009. v. 1. p. 249-295.



O CANTO DO ABOIO COMO CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DOS VAQUEIROS DO SERTÃO, PORTO DA FOLHA, SERGIPE

José Abraão Rezende Goveia

Resumo: Esse artigo tem como objetivo discutir práticas culturais dos vaqueiros do sertão, através de suas expressões, linguagem e oralidade a partir do canto do aboio. A pesquisa vem sendo realizada na cidade de Porto da Folha, Sergipe e pretende promover uma roda de conversas com vaqueiros, aboiadores no Colégio Estadual Governador Lourival Baptista, organizando após essa roda de conversa uma oficina de cordel para produzir uma cartilha sobre a memórias e trajetórias desses vaqueiros, aboiadores pertencentes a Sociedade Recreativa Parque Nilo dos Santos, entidade que organiza a festa dos vaqueiros na cidade. Essa pesquisa está sendo realizada na Universidade Federal de Sergipe no programa de mestrado profissional em ensino de História, baseia-se nos conceitos da Nova história cultural utilizando uma metodologia qualitativa e quantitativa de história oral baseada nos aboios e história de vida de vaqueiros aboiadores do sertão sergipano, nordestino, brasileiros e suas lutas e resistências na América Latina.

Palavras-chave: Aboio, Vaqueiros, Identidade

Esse artigo tem como objetivo discutir práticas culturais dos vaqueiros do sertão, através de suas expressões, linguagem e oralidade a partir do canto do aboio. A pesquisa vem sendo realizada na cidade de Porto da Folha, Sergipe, localizada no Nordeste do Brasil. A cidade tem uma formação identitária com presença marcante de vaqueiros. Pretendemos demonstrar a importância desses vaqueiros para a história local, cultural, social, econômica, religiosa do município.

Desde 1969 a cidade realiza tradicionalmente a festa dos vaqueiros, tendo essa cinquenta anos e fazendo parte das festas populares do Estado de Sergipe. A vida dos vaqueiros é marcada pelo canto do aboio, que tem como principal finalidade conduzir boiadas de uma região para outra, esse canto é arrastado e melancólico mais obedecido pela boiada.

Nas festas de vaquejadas de pega de boi no mato na caatinga, como ocorre em Porto da Folha, é comum grupos de aboiadores declamarem seus versos, poesias, sendo esses acompanhados de rimas como na literatura de cordel. O aboio é importante para a vida e construção da identidade dos vaqueiros, através do aboio é possível expressar a suas lutas e resistências por melhores condições de vida, denunciando injustiças sociais, invisibilidades desses grupos que contribuíram e contribuem para a formação da sociedade brasileira, nordestina, sergipana, dentro do contexto de desigualdades e preconceitos, vivenciados por grupos humanos da América Latina que tem suas histórias de vidas negadas ou silenciadas por grupos dominantes.

A pesquisa vem sendo realizada no Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe tem como objetivo produzir uma cartilha e documentário sobre a festa dos vaqueiros de Porto da Folha, no formato de sextilhas de cordel, interagindo e dialogando com o aboio de vaqueiros de Porto da Folha. Os referenciais teóricos e conceitos utilizados são da Nova História Cultural com utilização metodológica de análises qualitativa

e quantitativa do objeto de estudo que são as representações culturais dos vaqueiros do sertão. Os vaqueiros entrevistados que dominam a arte poética do canto do aboio fazem parte da Sociedade Recreativa Parque Nilo dos Santos, sendo essa voluntária e cultural e responsável pela organização da festa dos vaqueiros em Porto da Folha. A pesquisa está em fase inicial, mais tem como um dos objetivos específicos tornar o canto do aboio conhecido em ambientes de ensino e pesquisa como as universidades.

Desde o início da colonização do Brasil o gado passa a ter um papel muito importante para o desenvolvimento da economia a partir dos engenhos espalhados pela região próxima ao litoral, porém essa dinâmica de cultivo nos engenhos vai sofrer alterações com o processo de expansão da pecuária extensiva para a região sertaneja as margens do rio São Francisco também conhecido como o rio dos currais

Na medida que a colonização avança nas terras de solo massapê do litoral, o gado mesmo utilizados na produção açucareira ia sendo empurrado para o interior, região sertaneja de clima quente, distante do litoral, onde a circulação de capitais era baixo, e as atividades com o gado exigia pessoal diminuto, sem grande especialização no manejo do rebanho, esses eram utilizados para diversas atividades principalmente para a alimentação.

O gado *vacum* dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água usados na marinha (ABREU, 2006, p. 77)

O vaqueiro nesse contexto social dos sertões cuidava dos currais espalhados nas propriedades rurais, tinham como forma de retribuição ou pagamento, direito a posse de um animal, bezerros e potros a cada quatro que nasciam. Geralmente era homem livre ou escravo de confiança do proprietário, sesmeiros.

Nestes sertões desenvolveu uma civilização *sui generis*. Aí os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades dirigidos quase sempre por um vaqueiro que ou era escravo de confiança, ou um agregado que tinha como remuneração 'a quarta' [a cada quatro animais nascidos um era do vaqueiro] dos bezerros e potros que nasciam. (ANDRADE, p. 180)

Vivendo em uma região quente, de sol perene, se via em momentos de devastações e desgraças, ou seja, a seca principalmente na região nordeste, causava fome, misérias, exigindo do vaqueiro coragem para lidar com as situações adversas.

O vaqueiro, [...], criou-se em condições opostas, em uma intermitência, raro perturbada, de horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias - tendo sobre a cabeça, como ameaça perene, o sol, arrastando de envolta, no volver das estações, períodos sucessivos de devastações e desgraças. (CUNHA, 2003, p. 56)

O gado criado nos sertões eram utilizados para diversas atividades, entre elas as relacionadas a utilização do couro, de onde eram produzidos as vestimentas e muitos objetos usados pelo vaqueiro em seu trabalho, essa tradição se mantém até os dias de hoje nas vaquejadas, onde o gibão de couro compõe o seu figurino e escudo de proteção no momento que esse vai adentrar a caatinga fechada para a pega de boi no mato.

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, 2006, p. 85).

A vaquejada constitui-se em uma atividade de reunir o gado que estava misturado em fazendas sem cercas e sem valos, na atualidade a reunião do gado ocorre em parques de corridas e pegas de boi no mato, onde o vaqueiro montado em seu cavalo, com seu gibão de couro se reúne com outros vaqueiros de diversas fazendas, adentram o mato fechado para pegar o gado e em troca por essa pega recebe um prêmio de variados valores.

Esta solidariedade de esforços evidencia-se melhor na “vaquejada”, trabalho consistindo essencialmente no reunir, e discriminar depois, os gados de diferentes fazendas vizinhas, que por ali vivem em comum, de mistura, em um compáscuo de esforços evidencia-se melhor único e enorme, sem cercas e sem valos. Realizam-na de junho a julho (CUNHA, 2003, p. 87)

A vaquejada de Porto da Folha- SE ocorre no último final de semana de setembro, essa data foi escolhida pelos vaqueiros organizadores das primeiras festas, por ser um período intermediário entre o inverno e o verão, sendo comum nesse mês a vegetação da região está verde, favorecendo o evento na cidade. O vaqueiro do sertão sabe lidar com o boi, bem tratá-lo, com suas vestimentas e aboios tomam conta da boiada, muitas vezes acompanhados de amigos o cavalo e o seu cão.

É sua função buscar o gado e encaminhá-lo ao seu destino. O vaqueiro dá nome ao boi, sabe como tratá-lo e até conversar com ele. O vaqueiro tem duas características: o aboio e vestimentas; desde a ilha do Marajó até o sul do país, elas o identificam. Em alguns lugares é o vaqueiro; em outros o boiadeiro, mas é sempre o ‘homem que toma conta do boi’, ao lado dos seus grandes amigos, o cavalo e o cão (CASCUDO, 2001, p. 718.).

O aboio é um canto tirado de forma improvisada, rimada, arrastada, narrando acontecimentos do cotidiano dos vaqueiros, homenageando outros vaqueiros, contando histórias de bois valentes no mato, histórias de suas amadas, injustiças sociais, entre outros temas. São cantados nas fazendas, nas estradas, nas cavalgadas, nas reuniões e encontros de amigos, no galpão do parque de vaquejada, onde ocorre a pega do boi no mato.

[...] o aboiado é uma toada de grande beleza pela sua plangência e pela emoção que inspira. O vaqueiro o sente profundamente e só ele sabe entoar. Mas o boi também o entende e se abranda à magia de suas modulações. Vaqueiros há, verdadeiros virtuosos na arte de aboiar. O canto embora pareça monótono na sua arrastada plangência comove e encanta (TRIGUEIROS, 1977, p. 27).

Na cidade de Porto da Folha, Sergipe, existe ao longo do tempo uma forte tradição relacionada a figura do vaqueiro do sertão, esses tiveram e tem um papel fundamental na formação identitária do município, com histórias sobre como se davam as festas de apartação do gado, antes de existir o sistema de cercamentos das terras, e antes da mecanização da lavoura e processo crescente de devastação do bioma da caatinga. O vaqueiro sertanejo tem sua trajetória de vida e luta baseada na escassez de chuvas, secas periódicas, e o cuidado com o manejo do gado fonte de sobrevivência de fazendeiros e dos próprios vaqueiros da região.

Na primeira metade do século XX, os vaqueiros sertanejos que trabalhavam em fazendas espalhadas na região, eram mandados por seus patrões fazendeiros a realizarem a pega, captura do boi no mato, após a captura do gado, esses eram separados e conduzidos para as propriedades de seus respectivos donos, essa atividade de reunir o gado, acabou gerando uma festa entre os vaqueiros, que seria batizada de festa de apartação, essas práticas ocorriam em diversas partes do Nordeste cada uma com características particulares.

Para a entrada dos vaqueiros no mato, para pega do boi, existia e existe todo um ritual, primeiramente relacionado as suas vestimentas, pois só podem correr todo encourado, para se proteger dos galhos, grutilhões¹ e vegetação que caracteriza a caatinga, essa vestimenta consiste, no gibão de couro, no guarda peito de couro, nas pernas de couro, no uso do bozô de couro, chapéu de couro, luvas de couro, chicote de couro, dessa forma montam em seus cavalos selados com instrumentos de couro e adentram as matas para pegar o gado. Segundo o escritor Capistrano de Abreu na região do interior, longe do litoral se desenvolveu ainda no período Colonial do Brasil uma verdadeira sociedade do couro.

Outra prática de trabalho realizada pelos vaqueiros do sertão, diz respeito a maneira como eles conduziam as boiadas de uma região para outra, para essas viagens levavam rapadura, farinha de mandioca e queijo, para serem utilizados como alimentação, além de bebidas variadas, água ardente, entre outras, no caminho conduziam o gado através do canto do aboio, toada, versos, esses tinham como formato o uso de vogais, sendo o canto arrastado e melancólico mais obedecido pela boiada.

O aboio, toada, versos, poesia, tem diversas finalidades para os vaqueiros, essas podem versar sobre a sua própria vida de vaqueiro, sobre histórias, homenagens ou prosa sobre vaqueiros amigos, para animar as suas festas, homenagear pessoas ilustres, falar do seu cotidiano, de familiares, amadas, denúncias sociais, entre outros variados temas. O forró também compõe um dos elementos dos vaqueiros, utilizados para sua diversão, como também como meio de contar, cantar as suas histórias, modo de vida e suas relações com a sociedade de uma forma geral.

A figura do vaqueiro, era vista e ainda é por muitos grupos sociais, com um certo preconceito, como sendo uma cultura marginal, nesse contexto muito pouco se estuda sobre o vaqueiro nas escolas de educação básica e nas universidades, tendo esses sua história muitas vezes silenciada, como também acontece com os negros, índios, mulheres, homossexuais, camponeses, operários, entre outros grupos.

Na cidade de Porto da Folha, Sergipe, desde 1969 é realizada, comemorada, a tradicional festa dos vaqueiros, essa foi criada por um grupo de vaqueiros sobre a liderança de um franciscano, Frei José Caio Feitosa, conhecido como Frei Angelino, um dos motivos que o levou a criar a festa foi sua visão da importância da figura do vaqueiro para a região, no tocante a elementos, econômicos, políticos, sociais, culturais, religiosos entre outros. A festa do vaqueiro se caracteriza pela pega de boi no mato, na caatinga, interagindo com diversos elementos culturais dessa manifestação nordestina, sertaneja.

A cidade de Porto da Folha está localizada no sertão de Sergipe, sua vegetação característica é a caatinga, onde vivem uma variedade de espécies animais e vegetais, tais como o mandacaru, xique-xique, cabeça de frade, umbuzeiros, craibeiras, marmeleiros, macambiras, entre outros arbustos característicos da região sertaneja, é nessa localidade que vivem e trabalham os vaqueiros, tendo como principal atividade o cuidado permanente com o gado e o cultivo da terra, o clima da região é seco a maior parte do ano, ou seja, com grande período de estiagem,

¹ Segundo o vaqueiro Neginho de Jurema sócio e representante da Sociedade Recreativa Parque Nilo dos Santos CNPJ 07.446.423/0001-89 a palavra grutilhões na linguagem dos vaqueiros significa grota profunda em alguns casos onde passam riachos, onde no momento em que o vaqueiro está realizando sua corrida de pega de boi no mato, esse tem de pular montado em seu cavalo. A palavra grutilhões aparece constantemente nos aboios e poesias dos vaqueiros de Porto da Folha, Sergipe.



essa situação ao longo do tempo causou na localidade fenômenos como miséria, fome, doenças, com carências de projetos governamentais para diminuir, minimizar as desigualdades sociais.

A festa dos vaqueiros de Porto da Folha, acontece no último final de semana do mês de setembro, no ano de 2020 comemoraria 50 anos de sua tradição festiva, porém devido a pandemia da COVID-19, não será realizada. Essa existe desde o ano de 1969 e só foi interrompida duas vezes, uma no ano de 1970 devido uma forte seca que assolou a região, e agora no ano de 2020. No final de semana no qual a festa acontece essa se organiza da seguinte forma, na sexta-feira, ocorre a abertura festiva, com aboiadores, toadores, declamando suas poesias de improviso, animando a festa, seus visitantes, homenageando os vaqueiros amigos, lideranças políticas da região, em seguida é organizada uma grande cavalgada com muitos vaqueiros encourados, com faixas, bandeiras, trios elétricos, tendo à frente a comissão organizadora da festa e a rainha dos vaqueiros, a cavalgada percorre todas as ruas da cidade, sendo ovacionada por participantes, visitantes, turistas de diversas partes do Brasil e até mesmo do mundo.

No sábado da festa, que corresponde ao seu segundo dia, é realizada a pega do boi no mato, na caatinga, essa se realiza na localidade da serra dos homens, onde existe um parque de vaquejada batizado de parque Nilo dos Santos, recebe esse nome, por esse ter sido um vaqueiro que participou ativamente da fundação da festa em 1969, o parque corresponde a uma grande extensão territorial, cedida, oficializada, no período do Governo de João Alves Filho, em Sergipe, esse é coberto pela vegetação da caatinga, justamente devido a prática cultural da pega do boi no mato, tem também um galpão de alvenaria onde acontece as práticas das cantorias do aboio, toada, poesias de improvisos, danças de forró, local de encontro entre amigos e vaqueiros que estão participando da festa.

A pega do boi no mato, corresponde a seguinte prática cultural e identitária dos vaqueiros do sertão, como exemplo, citaremos como ela ocorre na festa de Porto da Folha, no momento das corridas os vaqueiros que irão participar devem estar todos encourados, como o seu chapéu de couro, gibão de couro, perneiras de couro, guarda peito de couro, luvas de couro, montados em seus cavalos. A corrida acontecer em duplas ou com quadro vaqueiros, cada um montado em seus cavalos, o gado chamados de réis ficam presos em um curral, esses são selecionados nas fazendas, sendo trazidos para o parque de vaquejada, os mais bravos, valentes, difíceis de serem pegos pelos vaqueiros na caatinga, cada uma dessas réis, que corresponde ao gado, tem um bilhete em seu pescoço, que corresponde a um prêmio, que o vaqueiro que o derrubou ganha como premiação.

A prática cultural da pega do boi no mato, para o vaqueiro é um ato de coragem, de bravura, no entanto, uma prática bastante arriscada, no que diz respeito aos perigos de acidentes físicos, corporais, existem relatos de vaqueiros que já perderam olho, ficando cegos, quebrando, deslocando costelas, braços etc. É comum os arranhões faciais, cicatrizes no rosto de quem realiza essas práticas. A pega de boi no mato e as vaquejadas são alvo de críticas e discussões sobre os maus tratos para com os animais, porém nessa reflexão proposta, iremos analisar mais detalhadamente os aspectos culturais e identitários dessas práticas.

O domingo é último dia da festa, nesse momento é organizado um desfile de encerramento com os vaqueiros, e no palco principal da festa, que fica armado na praça da matriz da cidade, são entregues os prêmios aos vaqueiros que participaram e ganharam nas corridas de pega de boi no mato, no Parque Nilo dos Santos. A festa do vaqueiro de Porto da Folha é organizada na atualidade, pela Sociedade Recreativa Parque Nilo do Santos, criada em 08 de outubro de 1982, sociedade essa apolítica e cultural registrada com o CNPJ de número: 07.446.423/0001-89, essa é responsável por toda organização tradicional da festa, já a parte social, no que diz respeito a contratação de bandas de nome nacional, é organizada pela Prefeitura Municipal.

Com a aprovação do resumo para ser apresentado na I Semana internacional de História e IX semana de ciências humanas na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMS) no simpósio temático 04- linguagem, literatura, cultura e resistência na América Latina, poste o resultado do evento em minha rede social no facebook, e o conterrâneo Gildo Xavier influenciado pela construção da identidade buraqueira e vaqueira do qual fazemos parte, acabou, escrevendo um depoimento demonstrando segundo o seu ponto de vista algumas problematizações e mudanças no tocante a realização da festa do vaqueiro ao longo do tempo.

O depoimento de Gildo Xavier por meio de uma rede social chama a atenção para o conceito de memória individual ou coletiva, nesse caso ele parte de suas lembranças pessoais sobre a festa do vaqueiro e expõe seu ponto de vista sobre a festa nos dias atuais. Pollak faz a seguinte discussão sobre os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. (POLLAK,1992, p. 201)

Abaixo encontra-se o depoimento do depoente Gildo Xavier sobre a sua identificação e como ele vê na atualidade a organização e os elementos culturais híbridos que influenciam as festas populares, a exemplo da festa do vaqueiro de Porto da Folha, onde esse tem vivenciado a mais de 40 anos essa comemoração.

O vaqueiro representa muito para a nossa identidade buraqueira, para nossa cidade, para a nossa cultura e tradição. Não sei a recíproca é verdadeira porque não vejo neles (vaqueiros) o protagonismo da festa do vaqueiro. Lembro que no início da festa, há mais 40 anos atrás, eles eram realmente os heróis da festa, eles tinham privilégios nos espaços da festa, tinham orgulho de estarem vestidos no gibão, aboiando e sendo admirados na praça da Matriz. E o desfile de domingo então nem se fala, era onde mostravam suas glórias da corrida no mato do dia anterior. Seus prêmios expostos durante a cavalgada e todos nós à porta aplaudindo os verdadeiros heróis da festa. Sei que a evolução da festa é natural, mas a raiz tem que se manter viva na memória dos buraqueiros. Se perguntarmos aos visitantes da festa o que significa aquilo, todos respondem que o show tal foi topado. Que o show da serra então foi ainda melhor, mas a essência da festa fica escondida. Digo isso porque não vemos ser valorizado o aboiado, as vestimentas do vaqueiro, seu espaço na festa! Sei que é dado aos vaqueiros, simbolicamente, na sexta-feira a chave da cidade, mas fica nisso somente. Porque durante o desfile de domingo a rua está praticamente tomada pelos carros e sons que não têm muito a ver com a festa do vaqueiro. Na serra que seria seu espaço principal, a grande maioria que visita fica apenas assistindo aos shows e muitos não sabem porque estão naquele espaço se não para dançar. Não sou contra isso não, porque a juventude gosta disso mesmo. Mas, teríamos que apresentar para estes jovens a essência da festa - a corrida no mato - sua história, a história dos grandes vaqueiros que já se foram, o lendário boi Zepellin, o veloz boi Vaidoso, entre outras histórias da nossa cultura. Vejo muitas vezes o vaqueiro descer do cavalo depois da sua corrida e alguém já esperando para ele tirar o gibão, seu chapéu de couro e substituir por boné. Acredito que não traga nele o orgulho do vaqueiro raiz. Isso tudo vai passando e a raiz acaba, morre. Perdão pelo desabafo, mas achei oportuno falar meu amigo, porque sei da sua consciência quanto a nossa história! Xavier, Gildo. Entrevista. Goveia, Abraão R. Setembro 9, 2020. Porto da Folha SE.

Com base no depoimento e no conceito de memória e identidade defendido por Michael Pollak, pode-se afirmar que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, mesmo com toda a complexidade que esses conceitos trazem na sua essência.

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204)

Com base nos conceitos de memória e identidade cultural se pretende no decorrer dessa pesquisa organizar e realizar um evento no Colégio Estadual Governador Lourival Baptista localizado em Porto da Folha, Sergipe, seria uma roda de conversas com vaqueiros pertencentes a Sociedade Recreativa Parque Nilo dos Santos, onde nessa oportunidade esses teriam o espaço aberto para narrarem, contarem suas trajetórias de vida como vaqueiros e sua relação com a festa do vaqueiro de Porto da Folha ao longo do tempo.

Depois de realizada a roda de conversas será desenvolvido entre os alunos da escola uma oficina de cordel sobre a temática da trajetória dos vaqueiros que participaram da roda de conversa interagindo com a história da festa do vaqueiro de Porto da Folha. Esse evento no caso contará com o apoio da Sociedade Recreativa Parque Nilo dos Santos, entidade que representa a vaqueirama do município, com o apoio da equipe de profissionais do colégio Estadual Governador Lourival Baptista em sintonia com o programa de mestrado profissional em ensino de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Essa pesquisa torna-se relevante dentro da Universidade Federal de Sergipe, por tratar de elementos culturais e sujeitos históricos que contribuíram e ainda contribuem para o processo de formação da sociedade sergipana e de sua história. No contexto de Sergipe os vaqueiros são pouco estudados e esses tem uma grande representatividade no sertão de Sergipe, precisando no entanto serem mais visibilizados, valorizados em seus modos de vida e práticas culturais e sociais.

Para o Mestrado profissional em ensino de História (PROFHISTÓRIA- UFS) pretende-se desenvolver um processo e um produto, através do cordel, relacionado ao ensino de História, onde seria organizado oficinas para a produção de cordéis em formato de sextilhas no Colégio Estadual governador Lourival Baptista, sob a temática da história da festa do vaqueiro de Porto da Folha, produzindo ao final uma cartilha, documentário, com esses elementos culturais baseado na memória e construção de identidade desse grupos de vaqueiros, aboiadores que constituem a Sociedade Recreativa Parque Nilo dos Santos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU. João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500 – 1800) & Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 5. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1962.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e Homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, s.d.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Curricular Comum: BNCC APRESENTAÇÃO**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. História. 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC/SEE, 1998.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. História. Ensino Médio. Brasília: MEC/SEE, 2000.
- BRITO, Jerson. **A sextilha na literatura de cordel**. Disponível em: [https://www. Recantodasletras.com.br/cordel/2381276](https://www.Recantodasletras.com.br/cordel/2381276). Acesso em: jul. 2020

CASCUDO, Câmara. “O aboiador”. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, ano VI, v. 17, n. 67, p. 296-298, jul. 1921.

CASCUDO, L. C. **Literatura oral no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Global, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Ediouro. 2003.

DAVIES, N. As camadas populares nos livros de história do Brasil. In: PINSKY, Jaime. **O ensino de história e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 121-138.

EVARISTO, M. C. O cordel em sala de aula. In: BRANDÃO, Helena Nagamine. **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 119-184.

MARINHO, A. C.; PINHEIRO, H. **O cordel no cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Rev. Bras. De Hist.**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 1992/ago. 1993.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do Ensino de História no Brasil: Uma Proposta de Periodização. **Revista História e Educação-RHE**, Porto Alegre, v. 16. n. 37, p. 73-91, maio/ago.2012.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TRIGUEIROS Edilberto. **A língua e o folclore da Bacia do São Francisco**. Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. MEC/ FUNARTE, 1977.

Entrevista

XAVIER, Gildo. Entrevista. Goveia, Abraão R. Setembro 9, 2020. Porto da Folha SE.

BIOGEOGRAFIA DO PESQUISADOR: O COMPROMISSO COM DESOBEDEIÊNCIA EPISTÊMICA

Gabriel Ambrósio Nuni

Resumo: Todo sujeito colonizado tem um imaginário do lócus/ e bios, foram criadas narrativas fantasmagóricas sobre o meu espaço geostórico e a partir da minha enunciação que foi impedida de compartilhar as narrativas do sujeito que nega a cultura dos colonizadores na região norte de Angola, trago o foco do pesquisador comprometido com a desobediência dentro da epistêmica influenciada pelos teóricos Latino-Americanos Palermo (2010), Bessa-Oliveira (2018), Mignolo (2017) e Nolasco (2013) no qual estabeleço um diálogo interdiscursivo entre a cultura acadêmica angolana e academia Latino-Americana. Há certa desobediência epistêmica se efetivando, provocando mudanças descoloniais e que tem o imaginário crítico da censura que o meu discurso da obra, o autor silenciado. Contando a inspiração de outros autores descoloniais, reflito a cultura, sobretudo, o véu da colonialidade dentro das instituições acadêmicas e estatais no meu lócus de origem que proponho a descolonização urgente.

Palavras-chave: Biogeografia; Compromisso do pesquisador; Desobediência Epistêmica.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

“Não há outra maneira de saber, fazer e ser descolonialmente, senão mediante um compromisso com a desobediência epistêmica” (MIGNOLO, 2017, p. 23).

Estudar e pensar diferente, fazer e produzir saberes no espaço colonizado é um desafio, pensando a epigrafe do Mignolo. Esse sujeito desobediente que vai encarando os que não querem deslocar-se fora do centro. Aumentar a voz que fora silenciado no passado.

Nasci e cresci em *Nenzinga*- Tomboco, *Nzadi*- Zaire, Angola- África¹. Dentro de uma cultura subalterna epistemicamente. Esta narrativa vai revelar a memória da vida, o *bio* local, o *geo*- grafia entendido como lugar das narrativas do sujeito que então tem marcado a rejeição de um discurso periférico, ou seja, *tratar os bio=sujeito, geo-de lugares, grafias=narrativas, biogeografias artísticas em estados de fronteiras e entre -barras discursivas- evidenciar que ora as barras que tentam calar a arte de exterioridades são postas pela colonialidade moderna [...]* (BESSA-OLIVEIRA, 2018, p. 105).

Após o retorno na província do Zaire- Nzadi 2016, na mão um livro que então havia publicado no Brasil. Formulei a carta e enviei com um exemplar do livro. Dias depois resposta chegou um não da coordenação da escola Superior de Mbanza Kongo, mas não tinha pensado que fui censurado. Assim, neste recordar da memória de lá, após os contatos dos textos latino-americanos descobri que o subalterno publicar uma obra acadêmica no *geo*-local é difícil, mas eu consegui em 2015 no Brasil, e em 2016 fui silenciado. Quando queria lançar a minha obra

¹ O substantivo aqui está sendo escrito com k, pois no alfabeto do kikongo não tem se quer o C, logo uso da escrita na minha língua materna Kikongo e assumindo a rebeldia e desconstruindo ao mesmo tempo.

escrita *Áfricas Ocultas* não me foi permitida na escola superior politécnica de Mbanza Kongo, capital da província do Nzadi- Zaire, pois a coordenação dizia que o livro tinha muitas críticas ao executivo central e local. Em 2015, quando fiz apresentação na periferia Centro Oeste como espaços subalternos, pensando Nolasco (2013) inspirou-me como posso narrar a minha história. Tal como Zuelma Palermo (2008) em “Revisando fragmentos do <arquivo> conceitual Latino-Americano no final do século XX” quando fala no “discurso acadêmico latino-americano” é bem parecido, enfatizo que a dependência da colonialidade eurocêntrica em cultura acadêmica. Ademais, vale referenciar diretamente quando ela afirma que:

[...] Sobre el funcionamiento de las culturas en sudamérica. Tal posición se sostiene en la desconfianza hacia posibles nuevas estrategias de colonización intelectual que se considera que acompañan- conscientemente o no-a las políticas de globalización desarrolladas por las formas actuales del poder al transferir una vez más sus paradigmas a la academia latinoamericana, cuyas posibilidades no sólo son distintas, sino que ya habían generado este tipo de problematizaciones similares desde tiempos muy anteriores al de este cambio de paradigmas. (PALERMO, 2008, p. 219).

Não há diferença entre essa citação e o que estou a narrar. Angola é o meu outro *lócus*, está marcada no meu imaginário, pela qual estabeleço o interdiscurso, principalmente a subalternidade presente nas práticas reprodutivas do pensamento colonial que não conseguem quebrar a lógica colonial, a fim de vivermos conscientes de nós mesmos. Walter Mignolo (2014) afirma que “la modernidad produce heridas coloniales, patriarcales (normas y jerarquías que regulen en género y la sexualidad) racistas (normas y jerarquías que regulen la etnicidad), promueve el entretenimiento (banal) y narcotiza el pensamiento” (MIGNOLO, 2014, p.7). O pensamento colonial deixou às feridas para os subalternos locais, talvez os chefes/coordenação da escola superior não sentem a dor que me causaram, e que tampouco as feridas deixadas como herança, preconceito contra o meu livro. Minha narrativa para eles é como um discurso desprestigiado pela negação à partilha de saberes, que caminha desaprendendo a imposição reinante da obediência e reaprendendo de forma crítica. É um desafio pensar e escrever diferente. A desobediência epistêmica incomoda aos subalternos e a academia que seguem os responsáveis coloniais e continuam dependentes do eurocentrismo; essa é uma questão que reflito cada dia.

A produção acadêmica neste *lócus* é da colonialidade de poder como afirmam Aníbal Quijano (2002), Zuelma Palermo (2008); de minha parte senti uma forte censura e exclusão, “violência epistêmica” e o desprezo ao mesmo tempo em que o “miedo, el complejo de inferioridad el temblor, la genuflexión, la desesperación, el servilismo” (PALERMO, 2010, p. 81). Agora estou a entender a lógica da obediência dos responsáveis da Escola Superior, o medo do que escrevo que, perante eles, é uma afronta, mesmo que eu tenha nascido no geo- espaço territorial, tendo o meu umbigo enterrado no chão do mesmo biolócus. Sendo jovem em meio aos mais velhos não seria concebível na lógica colonial, no pensar local e nas políticas universitárias. Tomboco na geopolítica local é considerado ‘inferior’ aos demais municípios do Nzadi- Zaire. Neste pensamento de Palermo (2010), para os seguidores da metrópole eu estaria a “violentar” sua obediência, assim como a ideia de lusofonia é uma ilusão colonial que está no imaginário integrativo da cultura local, pois é uma armadilha de colonialidade; já “orientadas a producir una descolonización del conocimiento com miras a alcanzar un diálogo productivo com las prácticas de vida cotidiana” (*idem cit*, p. 81). Tenho a consciência do lugar em que nasci e as divergentes histórias coloniais que continuam nas mentes dos colonizados, que se liga ao pensamento de Fanon (2008), sobre o assunto. A capa do livro com o que fui censurado em 2016 é esta:

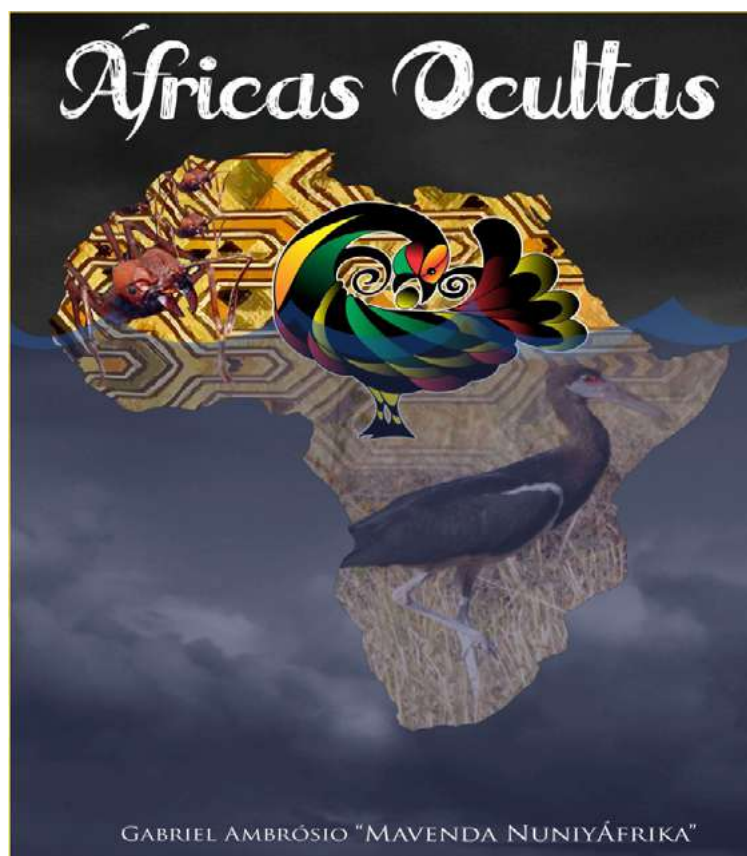


Imagem capa do livro. Áfricas Ocultas, Mavenda Nuni y'Áfrika – o mesmo que Gabriel Ambrósio.

Na obra não utilizo bibliografias diretas e ocidentais como a lógica da epistemologia do Norte obedece e exige, mas eu pesquisei e escrevi vivências socioculturais que sinto, vejo e penso além do ser sentindo (BESSA-OLIVEIRA, 2019). Por intermédio da obra a memória e reflexão continua pensando e teórico quando afirma que “Explicar é também refletir” (BESSA-OLIVEIRA, 2019, p, 128). É preciso descolonizar-se da herança subalterna e reviver a memória para o futuro da reflexão. Para mim, escrever é uma forma de assumir e denunciar episódios sobre a minha história local e da comunidade em que estou inserido, assim gerando uma “desobediência acadêmica” (NOLASCO, 2018) e epistêmica (MIGNOLO, 2008), pois “violentar a violência epistêmica de la diferencia colonial de una particular” (PALERMO, 2010,p, 81). Particular da minha história, vivência e as minhas experiências que estou construindo e reconstruindo. É o que faço no livro.

Se fosse à situação um filho de português ou descendente na minha posição, acredito que não seria censurado em nenhum momento, penso que o local- o bios é sempre avaliado de forma preconceituosa. E com a linguagem colonial na reprodução bem como na sua abordagem crítica literária Edward Said (2003) afirma, sobre os que estão esperando vantagens por imitar o centro colonial, pois eu filho dos nativo e descendente dos autóctones do local e daqui trago algo que parece útil para servir da reflexão aqui:

[...] Além disso, a linguagem que descreve o choque está aferrada a considerações sobre o poder: os poderosos para proteger o têm e o que fazem; os sem-poder ou menos poderosos dela se servem para obter paridade, independência ou alguma vantagem em relação ao poder dominante (SAID, 2003, p. 323).

É isso que penso quando o coordenador cheio de arrogância censura, é porque vigora a bajulação nas instituições acadêmicas do Nzadi- Zaire, pois esperando que os poderosos (*nguvulus* - chefes) gostem de quem

os bajulam, isso quase virou um senso comum para a comunidade acadêmica local, pois a colonização territorial angolana e do conhecimento é visível, basta reparar as referências didáticas e os modelos do ensino público. Para mim é importante usar a ‘violência epistêmica’ para me situar como sujeito subalterno, com inspiração nos latino-americanos dominados, mas com esforço de superação na produção epistemológica:

De allí nuestro interés en centrar esta reflexión en lo que llamamos violencia epistémica, una forma silenciosa de genocidio intelectual operada por el “pensamiento único” categoría que circula hoy en los discursos académicos pos-modernos/ pos-estruturalistas, pero cuyo origen se encuentra, según decía, en los comienzos mismos de la política imperial/moderna/ colonial ejercida a partir de la conquista de la América/ África y que viene siendo analizada y deconstruida por algunos sectores de la academia latinoamericana tal el caso del sociólogo peruano Aníbal Quijano (PALERMO, 2010, p. 82, grifo meu²).

Quando falo de interdiscurso é nestas semelhanças dos *locus* geograficamente separados, mas foram dominadas/invadidos para censurar, silenciar e desprezar os que viviam e que vivem nos locais. Mas eu quero narrar que continua aquela mentalidade cheia de ‘conservadorismos e vaidosos’ nas instituições acadêmicas do Estado, especificando academia onde censuraram/impediram a apresentação. Não querem emancipar, mas manipular e procurar se inserir na ilusão lusófona como forma de integração; pelo que eu estou a pensar não passa de mais um espaço da colonialidade.

No entanto, a representação acadêmica em Angola é portuguesa, a fonte da produção importada na academia. Precisamos descolonizar e desassimilar alguns aspectos acadêmicos e da colonialidade, é o caso dos estudos romanos no curso de Direito (eu questionava como disciplina quando comecei a cursar o Direito, mas não concluí, saí para intercâmbio). Há uma necessidade de que os estudos representem a memória, o valor do meu discurso mesmo que seja a partir da diáspora, como diria Ricardo Forster (1999), em *Exílio da palavra*, que tomo para repensar o meu passado, sem medo, mas como “tradición construida desde su propio genio y desde la apropiación de otras escrituras” (FORSTER, 1999, p. 9). Ou seja, Refletir por meio de saberes locais que alguns invisibilizam e me reapropriar para minha própria experiência como pesquisador como também de outros escritos.

Repensar deste *locus* e a língua alheia *ndinga ame ya sala? – minha língua está lá?* Não esqueço como afirma Fanon (2008), que língua é civilização e cultura, falar a língua é viver e assumir uma cultura. “Falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” (FANON, 2008, p.50). Angola tem língua portuguesa como oficial, e outras línguas que estão inviabilizadas pela lógica que a colonialidade nos impõe, mas a resistência é minha meta. O sujeito censurado - discurso ignorado - o sujeito desobediente foi temido, muitos não acreditam na produção do conhecimento. Boaventura de Sousa Santos e Hissa Viana (2011) em *Transdisciplinaridade e ecologia de saberes* mostram- nos reflexões sobre a ciência moderna, as artes e os conhecimentos:

Os conhecimentos não científicos podem pertencer à mesma cultura, que subjaz ao conhecimento científico, a cultura 1, ou podem pertencer a outra cultura. Nesta última situação não há apenas diferentes saberes, mas diferentes universos simbólicos, diferentes concepções do mundo, que condicionam os diferentes saberes. Aí, de fato, a tradução é mais complicada: uma tradução intercultural (SANTOS; HISSA, 2011, p. 23).

² Não é comum África com k, tem a primeira nota de rodapé explicando o uso do k, portanto ‘Áfrika’ é minha inclusão, sim. Desde antiguidade Africa sempre foi escrita com K inclusive pelos gregos antigos conforme Cheikh Anta Diop. Justificando a inclusão é minha narrativa representa a realidade de Latino-Americana e a mãe África.



A reflexão acima me remete o silenciamento que me foi imposto, pois os colonizados tomam posição do opressor, no caso quem estava no centro da decisão lá na direção da escola pública. Como Palermo (2010) e Nolasco (2013) mostram o uso à língua deles para descolonizar ou violentar sua lógica “na descolonização intelectual, na descolonização dos saberes, da pesquisa, das teorias, das produções culturais e da própria crítica” (NOLASCO, 2013, p. 111). A cultura nos impõe que usemos as línguas dos colonizadores e nelas desafiamos por meio de nossas experiências que estão sendo narradas como “opção descolonial”. Quando penso na teoria decolonial e desobediência epistêmica partindo do *locus* e sujeito pesquisador, chego ‘des/complondo’ o eurocentrismo, a colonialidade do poder local dentro da desobediência epistêmica. Descomplondo significa: prestigiar e valorizar o sentimento da diferença como sujeito que produz as ideias a partir dos espaços periféricos. Se o significado do “o complô silencioso”³ que uma professora explicou a palavra ‘descomplor’. Na verdade, não aparece na gramática e no dicionário, mas utilizo a gramática para formar a partir do que existe, por exemplo, complô de “origem francesa e que significa conspiração”⁴, normalmente esse termo já desde os anos 1999 segundo Lukamba(2001) usado na economia e principalmente com os países colonizados que “têm dívida externa” e outros intelectuais preocupados com o mundo (Cf. Lukamba, 2001, p. 74- 75). Eu uso ‘descomplot’ para significar a negação da conspiração, desconstruindo o conceito e usando de duas formas o verbo ‘descomplor’ e seu gerúndio ‘descomplondo’ resignificar para a desconstrução da academia angolana, porém não acabado, pois está começando. Ou seja, utilizo o conceito apresentado na ideia de ‘desfazer um complô’, entendido no gerúndio ‘descomplondo’ o eurocentrismo e as ideias coloniais que ainda imperam nos meios acadêmicos etc. (nós)⁵. E eu tomo para resignificar os dois sentidos em si. No complô sentido etimológico é “conspiração” e planos neoliberais conforme Lukamba (2001) e pela professora significava o desprestígio da cultura local acadêmica, eu estou a usar o contrário “descomplô” na academia, de forma crítica. Acredito que esse seja o compromisso (do) pesquisador, resistir epistemicamente sem imitar o padrão e sim reaprender, de modo diferente, sem silenciamento de um discurso.

Penso partindo do imaginário da realidade local, o meu estudo não pode ser tipo aquela que conheço que obedece simplesmente, igualmente, deve provocar a mudança, mas é isso que nesta posição discursiva que procura descolonizar se, porém sem esquecer a violência colonial e epistêmica:

[...] se trata de dar forma legítima a la resistencia actual de los indígenas – y de los negros- y a sus construcciones de un proyectos social, cultural, político, ético, y epistémico orientando a la descolonización” (...) la interculturalidad señala y significa procesos de construcción de un conocimiento otro, de una práctica política otra, de un poder social (y estatal) otro, y una sociedad otra (PALERMO, 2010, p. 84).

³ O termo tem origem do escritor húngaro Imre Kertész retirado de outro romance, citado pelo autor no texto *A língua exilada* na p. 197. “nem sempre avançando com perfeição, no complô silencioso tecido contra a minha vida” (KERTÉSZ, 2002?, p. 197). Mas a professora Dra. Rosana Zanelatto havia explicado para mim e a turma na aula pelo Google meet, a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem. E partindo disso, eu pensei em criar outro termo para resignificá-lo existe compor e descompor, mas eu utilizo a partir do complô, André Lukamba na obra *A globalização e os conflitos no sul o caso angolano*. Roma, 2001. Ambos usaram noutros contextos o Lukamba em usou em “*complot* democrático” e “a Organização Mundial da Saúde” globalização para criticar o plano de neoliberal e as organizações internacionais que vão montando e “*dominar o mundo e mudar o homem*” diminuição da população mundial e especificamente africana e os pobres no mundo inteiro (LUKAMBA, 2001, p.74) e Rosana sobre as ditaduras e memórias, já eu acrescentando assim o prefixo des/ para significar outro olhar, assim como está no texto. Não tenho o livro completo, mas a parte que a professora scanneou enviou no AVA.

⁴ Conceito pesquisado através do link: <https://conceito.de/complo>. Acesso em: 8 jul. 2020.

⁵ Professora Dra. Marta Francisco de Oliveira pelo encorajamento, pois ela sugeriu que se dá uma explicação da origem do termo e seu significado. Justifiquei o porque do uso e significado. O meu agradecimento!



O interdiscurso que estabeleço entre a resistência descolonial latino-americana com a Angola colonizada, mas com pouca mudança estatal, pois, na verdade, o Estado e suas instituições não estão se descolonizando. Sei que alguns movimentos sociais e culturais estão se esforçando e forçando o próprio Estado e suas instituições. A mentalidade intercultural/colonial e pós-moderna, não quer a emancipação local academicamente. Isso é o que sinto, vi e como sujeito, estou profundamente sentido, marcado pelas teorias sem disciplina que vão com certeza abalar o vírus colonial que estou combatendo com força natural.

En síntesis, construir una epistemología del sur significa la posibilidad de aprender otros saberes sin olvidar los propios, posición totalmente alejada de la de nuestras academias, de manera de generar teoría que reprime y deslegitima los conocimientos que no se corresponden con su verdad y su racionalidad (PALERMO, 2010, p. 85).

Desde as narrativas que me foram censuradas, demonstro como no último ano 2016 procuro sentir e partilhar com a comunidade as experiências que vou adquirindo, aprendendo e pesquisando, sobretudo com aqueles que me ouvem quando discurso no Tomboco-Nenzinga. Assim sendo, considero passado e o presente do conhecimento na minha comunidade, mas o Estado ainda resiste aceitar as nossas produções e formas epistêmicas desobedientes.

O BIOLOCAL DO SUJEITO SUBALTERNO: A COLONIALIDADE NA CULTURA ACADÊMICA

Na cultura colonial que reina é uma autentica cópia do passado, porque o lançamento da obra em Mbanza Kongo na tentativa de lançamento, fui censurado totalmente censurado, automaticamente silenciado, mas estou resistindo assim como Edward Said (2003) fez aos seus críticos dentro do contexto na academia norte americano, mas continuou pesquisando e escrevendo, criticando como, por exemplo, em “reflexões sobre o exílio” referindo-se ao contexto específico dos Estados Unidos; os que silenciam são os poderes econômicos, políticos e culturais ou epistemológicos ‘autorizados’ e legitimados por instâncias que se reservam o direito de se autoproclamar porta-vozes de conhecimentos ‘superiores’ e os ‘inferiores’ destes que silenciam. No meu caso, são autoridades acadêmicas regidas por critérios determinados pelos poderes– políticos, culturais ocidentais em desprezo do local. Pois minha experiência pessoal, local narra uma situação semelhante que afirma toda a colonialidade de pensamento e comportamento, e eu considero mesmo que é uma reprodução do eurocentrismo que me silencia como se fosse um imigrante em Angola. Ou seja,

[...] As narrativas dessas pessoas- silenciadas pelos grandes discursos cujas fontes eram Washington, os bancos de investimentos de Nova York, as universidades da Nova Inglaterra e as grandes fortunas industriais do Meio-Oeste- vieram para romper o progresso lento e a serenidade tranquila da história oficial. Elas colocam questões, interpõem as experiências dos socialmente desafortunados e fazem a reivindicação das pessoas subalternas- mulheres, afro-americanos, asiático-americanos e outras minorias, sexuais ou étnicas (SAID, 2003, p. 326).

Portanto, apropriando-me de parte deste pensamento no que diz respeito aos grupos e autoridades que se revestem do direito de determinar quais vozes e quando podem ser pronunciadas, uso a reflexão sobre o silenciamento dado aos imigrantes, afro-americanos, asiático-americanas, aos latino-americanos, às mulheres, aos nativos que também sofrem a discriminação e violência em suas terras. Quem aprende se emancipar no pensar, sentir e fazer, jamais aceitará a obediência. Assim como Mignolo (2014) em *Aisthesis decolonial* encontro e compreendo

que na força da colonialidade está “la represión, la desumanización y el control de la población” e como o autor também pensa que

una vez que la máscara de la modernidad puesta al descubierto, y la lógica de la colonialidad aparece de tras de ella, surgen también proyectos descoloniales, esto es, proyectos que forjan futuros en los cuales la modernidad/ colonialidad será un mal momento en la historia de la humanidad de los últimos quinientos años. (MIGNOLO, 2014, p. 32).

Essa colonialidade que está dentro da academia há séculos e há quem não queira desaprender, descolonizar, ou seja, séculos de dominação, evidenciando quão grandes são os desafios de desaprender. Os desafios de “desaprender lo aprendido” (MIGNOLO, p. 40). Trago para esta consideração a narrativa do afrocolombiano Adolfo Albán Achinté (2009) no ensaio “Artistas indígenas y afrocolombianos: entre las memorias y las cosmovisiones” sobre a ideia da modernidade que expandiu a classificação e a hierarquia entre os superiores e os inferiores, que sei não passa de uma visão violenta de dominar e explorar os outros povos. Assim, é segundo uma visão como esta que foram caracterizados grupos como “selbajes” índios y o los “infieles” negros africanos y que permitió, en consecuencia, encomendar a unos y esclavizar a otros en esa gran empresa militar de expansión” (ACHINTÉ, 2009, p. 83-84). O uso da força repressiva continua com os seguranças locais, embora não mais no contexto da servidão/escravização, a maior barbárie da humanidade que os ancestrais trazidos nas Américas sofreram, mas dos quais permanecem os resquícios simbólicos, culturais, políticos, étnicos. Esses imaginários são um peso histórico para os colonizados e continuam a ser reproduzidos como no silenciamento de vozes nos espaços públicos. Essa violência simbólica da realidade institucional que assimilaram e engoliram se enraizou a tal ponto que até os próprios pretos com poder deslegitimam os outros como aconteceu na censura por mim sofrida:

la acción de la inferiorización y descalificación como los indígenas y los afrodescendientes quedaran silenciadas y relegadas, considerándolas (colocar acento) como artesanías o productos para el consumo de los turistas necesitados de exotismo para reafirmar su centralidad (ACHINTÉ, 2009, p. 88).

No meu caso, foi o livro escrito, mas eu sei que se fosse escultura também não teria consideração, pois é assim que a colonialidade opera, inferiorizando os nossos saberes que pela resignificação, descarrilamento cultural e com a desobediência epistêmica, aqui tomo minha posição de reaprender a cultura local sem medo, e quebro o silêncio da colonialidade a partir desta narrativa discursiva. Independentemente das circunstâncias, com o fato de ser censurado na província do Zaire havia ficado triste, pois lá eu me sinto em casa, minha ilusão, porque a colonialidade está nas instituições e nos sujeitos que administram. Por isso que estabeleço os interdiscursos com os que são narrados pelos teóricos latinoamericanos com o que acontece do outro lado do Atlântico, em Mbanza- Kongo capital do *Nzadi*- Zaire, em Angola- África. Estou cada dia aprendendo e desafiando a episteme a nós legada e, com desobediência, continuar nessa procura da minha voz.

REFLEXÕES PRELIMINARES

Não tenho que concluir nesta narrativa, pois continuo a me auto-questionar acerca de algumas práticas locais invisibilizadas sem conseguir entender a razão de seu ‘apagamento’. Ora, o desafio que se apresenta agora, como intelectual, ultrapassa o entendimento do discurso da subalternidade, da obediência na lógica colonial e sua recusa pela narrativa teórica periférica. A periferia vai se desassimilando, avançando com a resistência e rebeldia discursiva.

Contudo, trago também memórias de leituras que incorporo a partir de outros conceitos e os ressignifico, além de usar críticos literários como apoio e a crítica descolonial de Quijano (2002) para refletir sobre a colonialidade e a violência simbólica ou o silenciamento de grupos considerados periféricos, como os latino-americanos e os africanos. A descolonização é o caminho epistemológico para os sujeitos que resistem.

REFERÊNCIAS

- ACHINTÉ, Albán Adolfo. Artistas indígenas y afrocolombianos: entre las memórias y las cosmovisiones. In: PALERMO, Zulma (org.). **Arte y Estética en la encrucijada descolonial**. 1. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2009. p. 83-112.
- BESSA-OLIVEIRA, Antônio Marcos. Biogeografias artísticas como exterioridades dos fazeres- corpos latinos fronteiriços. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande - MS, v. 2, p.101-140, jul./dez. 2018.
- BESSA-OLIVEIRA, Antônio Marcos. O corpo das artes (cênicas) latinas ainda é razão e emoção! “quando essa porra toda explodir, ai eu quero é ver!”. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande - MS, v. 2, p. 83-109, jul./dez. 2019.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FORSTER, Ricardo. **El exílio de la palabra**: en torno a lo judío. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, jun. 1999.
- MIGNOLO, Walter. Prefácio. In: GOMEZ, Pablo Pedro et al. **Arte y estética en la encrucijada descolonial II**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 7-9.
- MIGNOLO, Walter. Aisthesis decolonial. In: GOMEZ, Pablo Pedro et al. **Arte y estética en la encrucijada descolonial II**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 31-54.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologia do Sul**, Foz do Iguaçu/ PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.
- LUKAMBA, André. **A globalização e os conflitos no sul o caso angolano**. Roma, 2001.
- PALERMO, Zulma. Revisando fragmentos del <archivo> conceptual latinoamericano a fines del siglo XX. **Revista de humanidades Tabula Rasa**, n. 9, p. 217-246, jul./dez. 2008.
- PALERMO, Zulma. Uma violência invisível: la “colonialidad del saber”. **Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales**, Jujuy, n. 38, p. 79-88, jul. 2010.
- SAID, Edward. **Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios**. Tradução Pedro Maia Soares- São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- NOLASCO, César Edgar. **Perto de coração selbaje da crítica fronteriza**. São Carlos: Pedro & João editores, 2013.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder globalização e democracia. **Novos Rumos**, Ano 17, n. 37, 2002.
- SANTOS, Boaventura Sousa de; HISSA, Cássio E. Viana. Transdisciplinaridade e ecologia de saberes. In: HISSA, Cássio E. Viana (org.). **Conversações de Arte e de Ciência**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

O DISCURSO DOS SUPLEMENTOS TELEVISIVOS PELA TEORIA SEMIÓTICA: UMA DAS VISÕES DE MUNDO SOBRE A FIGURA FEMININA E SEUS ESTADOS DE ALMA

Tiana Andreza Melo Antunes

Resumo: Este estudo se concentra na análise de três suplementos dedicados à televisão, publicados em jornais impressos que circulam no Rio de Janeiro, a saber, *O Globo*, *Extra* e *O Dia*, o primeiro de âmbito nacional e os dois últimos de âmbito regional. De maneira mais precisa, examinam-se os estados de alma pertinentes às reportagens de capa, realizando-se uma análise semiótica do texto verbal com base nas propostas de Greimas para o estudo passional. Ao atentar para o nível discursivo, mais especificamente, observando os temas e as figuras relacionados à paixão do amor – a mais importante dentro dos textos analisados –, é possível atestar um modo de sentir em tais discursos que evidencia um processo de moralização atrelado ao equilíbrio dentro das relações afetivas de escopo parental. Igualmente se revelam comportamentos estereotipados que veiculam temas e figuras já esperados para explicar como a mulher é vista em tais textos.

Palavras-chave: semiótica das paixões; figura feminina; suplementos televisivos.

1. INTRODUÇÃO

Os textos voltados para o mundo televisivo têm a possibilidade de alçar considerável espaço dentro das publicações jornalísticas e, nas versões impressas dos jornais, contarem, inclusive, com um espaço próprio nas edições de domingo. Já há certo tempo, algumas dessas publicações específicas têm sido diluídas em outras seções dos jornais, entretanto para este estudo foram utilizados os suplementos de TV que vinham anexos ao corpo de três jornais: *O Globo*, *Extra* e *O Dia*¹. Ao tratar de temas relativos à vida profissional e pessoal de artistas e autores – principalmente os primeiros –, além de descrever e avaliar os programas que são veiculados na televisão, o discurso do suplemento visa a sanar a curiosidade dos leitores acerca da intimidade dos sujeitos envolvidos no universo da televisão. Ao realizar essa tarefa, o discurso produzido pelo suplemento precisa adentrar igualmente nas percepções sensíveis de tais sujeitos, mostrando como se configura o âmbito passional – sobretudo àqueles vinculados à vida do artista e, em certos momentos, aos que se referem às personagens. O interesse deste artigo reside precisamente na abordagem – a partir da teoria semiótica de base francesa – desse espaço destinado ao âmbito afetivo, no qual se delineiam os estados de alma dos actantes do enunciado. Mais precisamente, selecionaram-se os discursos que tinham como atores do discurso as mulheres, a fim de verificar como tais figuras são delineadas.

Dentre as várias paixões – termo que a teoria elegeu para recobrir os diversos estados de alma, pois está “na zona central do gradiente da intensidade e da extensidade” (FIORIN, 2007, p. 12) –, sem dúvida o amor se constitui como elemento basilar nos textos estudados. Assim, praticamente todas as reportagens de capa (gênero escolhido em função da sua recorrência nos três jornais) são tecidas em torno de actantes que amam e tal paixão ou está nomeada ou é delineada a partir dos comportamentos dos actantes. É possível dividi-la em dois grandes

¹ O *corpus* deste trabalho provém da minha tese de doutorado, defendida na UFRJ, sobre as paixões e os suplementos de TV que circulavam nesses três jornais impressos.

grupos: o amor “romântico” e o amor “parental”. Mais precisamente, a presente análise detém-se neste segundo grupo, no amor que o dicionário de sinônimos de Nascentes (2011, p. 43) delimita como “sentimento pelo qual se quer bem a alguém (amor maternal, amor filial)”, e no qual uma série de sujeitos está envolvida em torno de um amor *compartilhado*.

Uma vez que esta análise está pautada nas concepções greimasianas a respeito da produção de sentido, ratifica-se a ideia de que não se fará um estudo psicológico do amor e, sim, um estudo preocupado com a colocação do amor dentro do discurso, com marcas próprias encontradas a partir do recorte teórico. Para tanto, tomar-se-á por *corpus* as reportagens de capa dos suplementos televisivos de jornais impressos, denominados *Revista da TV*, *Canal Extra* e *Já é! Domingo*, respectivamente pertencentes a *O Globo*, *Extra* e *O Dia*. Desse modo, pretende-se verificar como as paixões estão inscritas no enunciado, levando-se em conta apenas o texto verbal de cada reportagem. Retomando as palavras de Fiorin:

No enunciado, ocorre o discurso da paixão, quando ela é representada ou referida. A paixão representada é aquela figurativizada pelos modos de ser e de fazer dos ‘seres humanos’ nos discursos que simulam o mundo (na literatura ou na reportagem, por exemplo) ou pelas maneiras de ser e de fazer dos indivíduos numa dada situação, tomada *sub specie significationis*, ou seja, como texto. (FIORIN, 2007, p. 6)

É importante explicitar o fato de que há outras paixões no *corpus* estudado, incluindo aquelas que são avaliadas culturalmente como negativas, como a inveja, por exemplo. Portanto, o que se apresenta neste artigo é um recorte da paixão que efetivamente prevalece nos textos estudados, para configurar, sobretudo, a figura da mulher. A fim de cumprir essa tarefa, primeiramente se fará uma breve revisão dos conceitos relevantes para a análise passional, em seguida serão analisados os exemplos relativos ao amor parental, atrelando sua existência dentro dos suplementos a um recorte cultural bastante representativo de um equilíbrio nas relações amorosas e, por fim, as considerações a respeito dessa paixão bastante reiterada nas reportagens.

2. ESCOLHAS TEÓRICAS: AS PAIXÕES DENTRO DA SEMIÓTICA

É importante lembrar que a partir do final da década de 70, a teoria semiótica assumiu a condição de que, para melhor compreensão do sentido, era necessário observar como o campo da afetividade contribuía para as narrativas, pois, tal como assevera Fiorin (*apud* SAMPAIO, 2008, p. 59): “Ao ampliar o seu escopo de análise, vai-se verificar que há determinados textos nos quais não se tem propriamente troca de objeto. O que se tem, na verdade, são paixões que determinam o desenvolvimento narrativo”. Desse modo, pode-se advogar que as paixões se constituem em um objeto de análise bastante caro à semiótica, já que por meio de seu estudo desvendam-se as com maior clareza as fases pelas quais passam os sujeitos em relação a seu sentir e não somente a suas ações.

Uma vez que esta análise se baseia na semiótica greimasiana e esta, por seu turno, fornece caminhos detalhados e hierarquizados da produção de sentido (revelados no percurso gerativo de sentido), optou-se por concentrar a análise no nível mais concreto, o nível discursivo. Dentro do nível em que as invariantes se tornam mais consistentes, é possível estudar, na semântica discursiva, os temas e as figuras: aqueles correspondem a formulações abstratas sobre o mundo e estas, a elementos concretos que se interligam aos temas. A importância desse revestimento é reiterada por Barros (2001, p. 113), quando afirma que “A disseminação discursiva dos temas e a figurativização são tarefas do sujeito da enunciação, que assim provê seu discurso de coerência semântica e cria efeitos de realidade,



garantindo a relação entre mundo e discurso”. A partir desse âmbito, então, pela diversidade temático-figurativa tece-se um quadro bastante representativo das formas de amar no escopo familiar, levando o estudo para o caminho da moralização, que corresponde a:

operação pela qual dada cultura relaciona um dispositivo modal sensibilizado a uma norma, concebida principalmente para regular a comunicação passional em certa comunidade. A moralização assinala, pois, quer ela seja de origem individual, quer coletiva, a inserção de uma configuração passional num espaço comunitário. (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 140)

Tal operação, como afirmam os autores, está construída na visão que determinada cultura utiliza para classificar quais ocorrências sensíveis pertencem ao grupo das paixões e quais não estão.

Trata-se de uma limitação histórica e cultural, pois outras línguas, especialmente as orientais, podem atribuir um lugar preponderante às emoções de fraca intensidade, “insípidas” ou “neutras”. Além disso, por ser a dimensão afetiva do discurso sujeita a uma avaliação moral na maioria das línguas, ela é *particularmente sensível aos parâmetros culturais em vigor*. (FONTANILLE, 2012, p. 214. Grifo nosso)

Estudar as paixões requer uma explanação a partir das modalidades e da tensividade, pois estes são os constructos teóricos que delimitam seu campo dentro da semiótica, diferenciando-o de outras teorias ou de um simples subjetivismo. As modalidades correspondem aos enunciados modais que sobredeterminam outros, ou seja, diz respeito à regência de *querer*, *dever*, *poder* e *ser* sobre *ser* e *fazer*. No caso das paixões, que se debruçam sobre as mudanças de estado, é importante a relação dos predicados modais em torno do *ser* dos sujeitos. A tensividade, por sua vez, é definida por Zilberberg (2011, p. 66) como “o lugar imaginário em que a intensidade – ou seja, os estados de alma, o sensível – e a extensidade – isto é, os estados de coisas, o inteligível – unem-se uma à outra”. A partir disso, pode-se afirmar que as distintas combinações entre as modalidades e os graus possíveis, por exemplo, de intensidade, permitem que algumas paixões se diferenciem de outras pelo diferente arranjo modal, como é o caso do *querer ser* que produz, por exemplo, o desejo e o *não querer ser*, que produz, dentre outras paixões, o medo; já outras por uma distinção, por exemplo, de duratividade, como é o caso da *ira* e do *ódio*. É válido lembrar que essa tríade corrobora a validação das paixões como um objeto à parte dentro da teoria semiótica, consoante nos dizem Fontanille e Zilberberg:

se (i) toda a sintaxe narrativa e discursiva se baseia nos encadeamentos de modalidades, e se (ii) toda combinação modal é capaz, sob certas condições, de produzir efeitos de sentidos passionais, então a questão da paixão não se apresenta mais como complementar à da ação, mas como um outro ponto de vista epistemológico e, talvez, como sintoma de um novo paradigma. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 230)

Desde a publicação de *Semiótica das paixões* (1993), por Fontanille e Greimas, que esses constructos já aparecem imbricados na concepção sobre as paixões, tendo gerado alguns estudos partindo, por exemplo, do léxico. Entretanto, há limitações impostas pela nomeação de uma paixão por uma língua, as quais, por outro lado, possibilitam tecer um quadro cultural de como dado grupo humano julga determinadas formas de sentir. É por tal razão, enfim, que este trabalho – por se valer de textos consideravelmente representativos de um grupo de paixões da coletividade – acaba por explanar a maneira como o amor está colocado discursivamente, de modo a ratificar papéis bem estabelecidos no núcleo familiar.

É importante considerar que o amor parental tende à pluralidade de sujeitos e, uma vez que os efeitos passionais estão ligados aos valores, essa afirmação corrobora a existência de uma paixão atrelada aos valores de universo, porque estes “visam à difusão” (ZILBERBERG, 2001, p. 291). Por fim, pode-se afirmar que, nas reportagens dos suplementos, criam-se imagens pouco propensas a mudanças em torno dos papéis de mães/pais e filhos, para quem se gera uma relação hierarquizada e cujo amor se submete a esses papéis.

3. ANÁLISE DO AMOR PARENTAL NOS SUPLEMENTOS DE TV

Antes de partir às análises extraídas dos suplementos voltados para TV, faz-se necessário tecer considerações sobre essas publicações. Em primeiro lugar, é importante ressaltar o fato de que qualquer texto que se insira na esfera jornalística, ainda que se pretenda neutro, contém traços do enunciador, consoante afirma Gomes (2008, p. 15), pois “sob uma aparência de objetividade e neutralidade [...] há o ruído da heterogeneidade de vozes, há, em alguma medida, a fluidez e a dispersão de sentidos”. Entende-se, portanto, que escolhas são feitas para que entre os fatos em si e sua verbalização existam cortes, adaptações, direcionamentos e, assim, possa se constituir um texto que represente uma instância única de enunciação. No *corpus* eleito, vale afirmar que as reportagens constituem um modo bastante coeso de dizer, ainda que assinadas por diferentes jornalistas e – mais interessante – são similares a despeito de pertencerem a três jornais diferentes.

Em segundo lugar, os textos dos suplementos, conforme dito, estão à disposição dos leitores para suprir uma curiosidade acerca da vida dos artistas e não somente acompanhar as programações televisivas. Uma das maneiras de estreitar essas relações com o enunciário é fazê-lo crer que faz parte desse universo e isso gera os efeitos de sentido que se procurarão mostrar ao longo desta análise: criam-se modos de sentir e de agir, devido à empatia gerada em torno dos artistas e de suas personagens.

Consoante dito, as reportagens principais de cada suplemento são, em geral, o único gênero que se repete nos três diferentes jornais. Isso em virtude de que em cada uma dessas publicações compreende uma gama de informações, relativas a campos diversos, tais como moda e culinária, além, é claro do conteúdo propriamente televisivo. A reportagem de capa trata dos sujeitos mais diretamente relacionados aos programas de TV, permitindo conhecer um pouco mais sobre suas personagens e sua vida pessoal. A partir desse caminho que se repete, abre-se espaço para estudar os efeitos passionais que os envolvem, dos quais este artigo destaca o amor parental.

A partir dos parâmetros estabelecidos pela semiótica, pode-se enquadrar o *amor* como uma paixão que conjuga as modalidades do *querer ser* e *poder ser*, caracterizando-se como um sentimento durável e intenso, baseado, igualmente, na confiança (a modalidade epistêmica do *crer*) entre os envolvidos.

Pode-se afirmar, em relação ao amor existente, sobretudo, entre os atores mães e filhos, que os temas principais são o da proteção e cuidado (do lado paternal/ maternal) e a dependência e/ou abnegação (do lado filial). Serão apresentados adiante os principais exemplos que explicitam esse modo de amar e temas e figuras que o representam no *corpus* estudado e não as reportagens em sua totalidade. É importante mencionar o fato de que o amor na vertente parental está bastante atrelado a temas de cunho positivo, uma vez que é um amor realizado, apesar da existência de obstáculos. Entretanto, na maior parte das reportagens é possível ter acesso a somente um dos actantes – aquele que ama ou é amado – permitindo o conhecimento parcial dessa forma de amar.

Principiando pelo tema da abnegação, em que já se revela uma postura hierarquizada entre os sujeitos, geralmente de modo descendente dos atores pais para os filhos, é possível encontrar textos em que um actante se deixa vencer pela superioridade do outro, imputando-se a negação de um querer.

Apaixonada por Herbert (José Wilker), homem que foi o grande amor da mãe, ela optou por abrir mão de viver uma história com ele. “A Ordália é uma referência para a Gina. A relação delas é sagrada. Ela jamais faria algo que decepcionasse a mãe.” (*Gata borralheira, Já é! Domingo, O Dia*, 10 de novembro de 2013)

A fala anterior pertence à atriz Carolina Kasting, em reportagem que trata de sua personagem Gina, da telenovela global “Amor à vida”. Eis então, um exemplo do tema da abnegação, figurativizado pelo actante que deixa de desfrutar da conjunção amorosa em virtude do amor destinado à figura materna. Nota-se uma avaliação entre as duas vivências amorosas, em que vence aquela do escopo parental. Em outro trecho da reportagem, a artista afirma que sua personagem é uma mulher “que fica atrás do fogão e não se expressa”, ratificando, por meio de tais figuras, o tema em questão.

Apontou-se que, majoritariamente, o tema que permeia o amor filial é o da dependência. Um dos textos, no qual a artista Bianca Bin narra sua solitária trajetória profissional, quando decidiu distanciar-se fisicamente dos pais para dedicar-se à carreira televisiva, há uma declaração em que se revela bastante dependente de tais figuras. A reportagem mostra as etapas pelas quais passou esse sujeito até adquirir a competência para um fazer (neste caso, para chegar a desempenhar um papel de vilã):

- Sou muito apegada à minha mãe. Falo com ela 30 vezes ao dia pelo rádio. Aliás, devo ser a única atriz que não tem um iPhone – observa.
- Os meus pais tiveram outra educação e são muito dramáticos. Sentia falta de oficializar a minha situação para dizer a eles que eu não estava perdida neste mundo. Mas eu ainda sonho em me casar vestida de noiva – revela a atriz. (“Eu era muito insegura”, *Revista da TV, O Globo*, 27 de janeiro de 2013)

Percebe-se um actante que, para além de querer estar perto daqueles que cumprem o papel de pais – e essa afirmação se comprova na atitude hiperbólica de ligar trinta vezes em um mesmo dia –, quer também evitar ser um sujeito do desapontamento. Assim, nota-se uma manipulação por tentação: deseja-se manter, acima de tudo, uma imagem positiva diante do outro. Esse esquivar-se está corroborado no fato de que não basta apenas morar junto de quem se ama, mas é necessário “oficializar” tal união para enquadrar-se na visão de mundo veiculada pelos pais. Torna-se notória essa busca por se manter nos limites de comportamento fornecidos por outrem, além, é claro do fortalecimento de uma figura bastante conhecida do amor romântico: casar-se “vestida de noiva”. Há, assim, a existência de um amor dependente do amor e da aprovação dos demais sujeitos (figurativizados por pai e mãe), já que não se deve “ficar perdida no mundo”.

Por sua vez, nas relações descendentes, de pais a filhos, os temas relacionados a um comportamento protetor e defensivo ganham considerável espaço nos suplementos de TV. Dessa forma, as mães (e os pais) tornam-se figuras atreladas ao tema da proteção, pois detêm um *saber e poder* cuidar. Assim, no exemplo adiante, em que se narra a relação entre a artista Grazi Massafera e sua filha Sofia, mostra-se a proteção por meio da tentativa de resguardar a menina da exposição pública por meio de fotografias.

- As pessoas perderam a noção do que é privado. É um cuidado meu, um cuidado do Cauã, de protegê-la. Mas sem paranoia – explica a atriz, afirmando que Sofia é a “rainha da casa” – Eu a deixo usar meus batons, esmaltes [...]
- O apego a Sofia é tão forte que, este ano, Grazi decidiu que ficará mais tempo dedicada à filha. (*A beleza das coisas, Revista da TV, O Globo*, 23 de fevereiro de 2014)



Com este exemplo, é interessante apontar que os suplementos corroboram certos papéis pré-definidos para homens e mulheres. Desse modo, vê-se que cabe à mulher a função de abdicar de valores pessoais para cumprir adequadamente o papel de mãe. Em certos casos, abster-se em função do objeto amado pode atingir o nível do excesso, em que se ultrapassa um limite: é o que se verifica em uma reportagem com a cantora Preta Gil (VIEIRA, 2014), cujo assunto principal são as mudanças pelas quais a artista passou em busca de uma vida mais saudável, perdendo peso e dando maior importância a seu bem-estar, a despeito de seu amor exagerado por amigos e familiares.

Os exemplos já tratados até aqui confirmam as possibilidades de amar dentro do âmbito familiar, entretanto, quando se fala em amor, espera-se que os discursos contenham algum teor descritivo de atitudes propriamente amorosas, que indiquem ações tais como abraçar e beijar. É sabido, consoante assevera Fontanille (2012), que as práticas relativas a uma paixão também possibilitam o acesso aos afetos, ainda que estes não apareçam nomeados nos textos. Todavia, nos textos provenientes dos suplementos, é raro o aparecimento destas práticas. Selecionouse um deles, em que o actante, ao contar a respeito de sua vida profissional e de quanto a maternidade lhe trouxe bons ensinamentos, vive a experiência de a filha chegar para lhe acompanhar na hora do almoço. É nesse instante que o narrador diz:

A presença de Sofia, que chega no meio da entrevista feita durante o almoço da apresentadora, é essencial para que Grazi mantenha seu olhar otimista.

- Esse cheiro é inacreditável – diz, *cheirando o cangote da menina*. – É o momento em que tudo vale a pena, e nada é mais importante do que ela. (A beleza das coisas, *Revista da TV, O Globo*, 23 de fevereiro de 2014. Grifo nosso)

Trata-se da reportagem já evocada anteriormente, na qual se enaltece o amor sentido pela artista Grazi Massafera pela filha é ratificado na atitude amorosa, mas, consoante dito, é uma ocorrência pouco frequente e isso permite que se afirme que as avaliações sobre o amor são quase sempre parciais, pois se nota que somente uma das partes tem voz no discurso.

Toda essa condição amorosa “equilibrada” no escopo familiar gera sujeitos que têm deleite em explicitar esse amor aos outros. O discurso dos suplementos ressalta isso não apenas retomando em muitas reportagens o amor parental, bem como em textos específicos, como é o exemplo extraído da reportagem com Giovanna Antonelli, figurativizada como mãe de três crianças e com “uma maternidade plenamente vivida”, de acordo com o narrador:

- Acho que sou uma mãe que dá muito amor aos filhos, uma pessoa que dá muito amor ao marido, aos amigos, porque aprendi isso com a minha família. Não tenho medo de doar amor. Gosto mais de dar do que receber. É um defeito. (*Retrato do sucesso, Canal Extra, Extra*, 2 de fevereiro de 2014)

É preciso ressaltar que o ator Giovanna parece julgar tal atitude como um “defeito” direcionado esse muito amor sentido como um desequilíbrio. A modalidade veridictória, então, permite que esse actante admita o erro ou “defeito”, mas logo em seguida o justifique em função de um saber adquirido no ambiente familiar, portanto, o julgamento negativo ocorre em função do observador social para quem é mais bem visto receber do que “doar amor”. Assim, afirma-se a existência de uma ironia instalada nesse dizer, “em que se estabelece uma compatibilidade predicativa por inversão, alargando a extensão sêmica dos pontos de vista coexistentes e aumentando sua intensidade” (FIORIN, 2014, p. 70); portanto aquilo que é considerado um defeito no enunciado, se crê ser uma virtude na enunciação desse actante.

Embora muito se fale sobre a paixão do amor dentro dos suplementos, os textos que contêm algum dizer sobre o amor parental reafirmam a ideia de sujeitos interdependentes, mas que também estão subjugados a um simulacro de hierarquia, podendo a relação amorosa ser explicada, sucintamente, nas modalidades do *saber ser* para os atores pais e do *querer ser* para atores filhos, ambos, várias vezes, precisando abdicar de valores para cumprir adequadamente seus papéis. Cabe, portanto, ressaltar que são as mulheres que conduzem um fazer submisso, abnegado, de doação incondicional – em linhas gerais – em função da paixão que possuem. Ao mesmo tempo é esse amor que as leva a uma competência adquirida para exercerem o papel de mães.

4. NOTAS CONCLUSIVAS

Após a análise dos textos verbais pertencentes aos suplementos de TV, dos quais se extraiu o recorte voltado ao amor parental e à figura feminina, corrobora-se a existência de um amor dentro das fronteiras esperadas. Tal paixão está cerceada por modos de sentir que se ajustam a uma aspectualização do ator na “justa medida” (FIORIN, 1989, p. 350), uma vez que as relações amorosas ocorrem de modo harmônico, em que mães/pais buscam cuidar e proteger e filhos buscam agradar e obedecer, na maior parte das vezes. Esse amor, que foge a grandes embates, busca dirimir quaisquer manifestações que causem grande comoção: se é possível admitir que nas telenovelas exista esse intuito por meio dos dramas familiares, que muitas vezes se estendem por todo período em que são exibidas, é adequado também postular que os textos que delas tratam (as reportagens estudadas neste trabalho) enfraquecem esse lado mais acentuado da relação amorosa.

Essa maneira de expor a relação amorosa abre espaço para revelar que os resultados desta análise se concentram na moralização do sentir amoroso. Assim, ao fugir das problemáticas nesse ambiente da família, ensina-se (poderíamos admitir, então, o fornecimento de um *saber*) como são configuradas positivamente as figuras, sobretudo, de mães e filhos. Isso significa que as reportagens revelam posicionamentos negativos diante do excesso – como é o caso da reportagem com Preta Gil já comentado – e positivos diante de ações amorosas já esperadas, como no caso da artista Bianca Bin e sua vontade de oficializar a união para agradar aos pais. Dito dessa forma, advoga-se a tese de que as reportagens de capa compõem um dizer que, primeiramente, visa a suprir a curiosidade do leitor acerca da intimidade dos artistas, sendo essa sua finalidade basilar; mas também – e majoritariamente – utilizam essas informações para fornecer ao enunciário uma maneira de sentir e agir. A paixão do amor, na sua vertente parental, é, assim, um estado de alma bastante atrelado a uma visão de mundo equilibrada, consoante se pôde mostrar por meio dos exemplos.

Defende-se, então, a ideia de que o estudo dos efeitos passionais a partir da semiótica greimasiana auxilia a leitura não somente dos suplementos de TV como de quaisquer textos em que haja espaço para sujeitos cujo sentir direcione de algum modo seu *ser* e até suas ações. Essa ligação bastante próxima com o fazer não significa que as paixões sejam um acessório que explique o fazer, pois elas têm seu regime próprio (FONTANILLE, 2012) e, ao mesmo tempo, contribuem para a compreensão integral dos discursos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, T. A. M. **Estados de alma e suplementos televisivos**: uma análise semiótica. 2016. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- BARROS, D. L. P. de. **Teoria do discurso**: fundamentos semióticos. 3. ed. São Paulo: Humanitas, FFLCH/ USP, 2001.

BRAVO, Z. “Eu era muito insegura”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jan. 2013. Revista da TV, p. 12-14.

CASTRO, N. A beleza das coisas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 fev. 2014. Revista da TV, p. 12-14.

FIORIN, J. L. A lógica da neutralidade: um caso de aspectualização do ator. Estudos linguísticos. *In*: SEMINÁRIOS DO GEL, 18., Lorena, 1989. **Anais [...]**. Lorena: Prefeitura Municipal de Lorena, 1989. p. 348-355.

FIORIN, J. L. Paixões, afetos, emoções e sentimentos. **Casa: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 5, n. 2, dez. 2007.

FIORIN, J. L. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. 2001.

FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GOMES, R. S. **Relações entre linguagens no jornal: fotografia e narrativa verbal**. Niterói: EdUFF, 2008.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. **Semiótica das paixões**. Dos estados de coisas aos estados de alma. São Paulo: Ática, 1993.

ISENSEE, F. Retrato do sucesso. **Extra**, Rio de Janeiro, 2 fev. 2014. Canal Extra, p. 6-11.

LÚCIA, C. Gata borralheira. **O Dia**, Rio de Janeiro, 10 nov. 2013. Já é! Domingo, p. 12-15.

NASCENTES, A. **Dicionário de sinônimos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

SAMPAIO, C. José Luiz Fiorin, semiótica e paixão. **Revista Eutomia**, Recife, n. 2, p. 58-67, dez. 2008.

VIEIRA, M. Puxadora do povo. **Extra**, Rio de Janeiro, 16 fev. 2014. Canal Extra, p. 6-12.

ZILBERBERG, C. **Elementos de semiótica tensiva**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS ERECHINENSES EM *COGUMELLOS DE OUTONO* DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues¹

Resumo: O estudo analisa a representação interétnica erechinense na literatura pós-moderna no romance, *Cogumelos de Outono* do escritor erechinense Gladstone Osório Mársico (1927-1976), o recorte do estudo é o ano de publicação da obra em 1972. A cidade de “Erechim” possui o nome de origem caingangues que significa “campo pequeno”, e localiza-se no norte do Rio Grande do Sul, emancipada em 30 de abril de 1918, região ocupada por indígenas, afrodescendentes, e colonizada por imigrantes de origem polonesa, alemã, turca e, principalmente, italiana. O artigo objetiva-se a analisar as representações interétnicas em *Cogumelos de Outono*, devido sua literatura ser satírico-marginal, envolvendo representações das relações entre indígenas, nativos e imigrantes de Erechim-RS. O estudo, em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História. O cruzamento de fontes inclui revisão bibliográfica, documentos sobre a imigração por fontes orais e literárias e o conceito de etnicidade de Fredrik Barth.

Palavras-chave: História e Literatura. Relações interétnicas. Gladstone Osório Mársico.

INTRODUÇÃO

O escritor Gladstone Osório Mársico nasceu em Erechim-RS, (1927-1976), atuou como advogado da *Jewish Colonization Association* (ICA), vereador erechinense no período de 1956-1959, e produziu cinco romances satíricos². Para esse artigo, será analisado, *Cogumelos de Outono*, publicado em 1972, pela Editora Movimento.

Para esse artigo o objetivo é analisar alguns dos fragmentos que tratam as representações interétnicas na obra de Mársico, a fim de encontrar as relações entre indígenas, nativos e imigrantes de Erechim-RS. Para o conceito da construção de identidades étnicas de Fredrik Barth (1998, p. 141), define:

[...] uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em funções de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores.

Gladstone Osório Mársico, descendente de imigrantes italianos teve envolvimento com os grupos étnicos indígenas, afro-descendentes e demais imigrantes, que formaram o povoamento Erechinense. Contudo, Mársico trata de um espaço ficcional específico, ocupando-se o espaço rural de Erechim, no Norte do Estado. Esse afastamento permite traçar um panorama geral da imigração e colonização erechinense, bem como as diferentes representações que surge desse espaço.

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: glaucielisazinani@gmail.com. Mestra em História pela Universidade de Passo Fundo (2019), defendeu a dissertação, *A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só*, sob orientação da Dr. Rosane Marcia Neumann.

² Produziu os romances: *Minha Morte e Outras Vidas* (1958), *Gatos à Paisana* (1962) *Cogumelos de Outono* (1972) *Cágada (ou a história de um município a passo de)* (1974) e *Furúnculos* (1994) - póstumo, através da pesquisa de Vera Sass.

Teoricamente, o estudo está situado na fronteira entre a História e a Literatura, Sandra Pesavento (2004, p. 80) define: “[...] a relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real”. E utilizará o conceito de representação de Roger Chartier, a “[...] representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma <imagem> capaz de o reconstituir em memória e o de figurar tal como ele é” (CHARTIER, 1988, p. 20).

O que chama a atenção nas obras de Mársico é sua irreverência na sátira que assume toda sua obra, atrelada a cidade de Erechim. O enredo da narrativa se desenvolve na cidadezinha de Boa Vista, no Vale do Rio Dourado, local em que residem as personagens. O tempo da narrativa transcorre da Revolução de 1923 até o fim da 2ª Guerra Mundial.

No enredo, o personagem Bernardo Lutzmann, nasce em Santa Catarina, criado em Nova Pomerânia, no Vale do Itajaí, presta serviço militar, e se envolve com a amante do coronel “*La virgem de los infernos*”, ao ser descoberto pelo coronel Tio Gonça foge do batalhão migrando por via de sistema ferroviário em 1923, para Boa Vista, onde se emprega no jornal local “*O Boavistense*”.

A personagem principal, Fabrício Najak filho de um turco com uma imigrante descendente de franceses, possui uma loja de secos e molhados no centro de Boa Vista, ama sua namorada Gudrun também chamada de “Gud”, filha da viúva Frau Mika, uma senhora extremamente religiosa defensora dos deveres morais cristãos, chefe do grupo “Apostolado Coração de Jesus” preocupada que sua filha case com um bom partido. Gudrun, foi apresentada aos 15 anos de idade por sua mãe com um cachorro, chamado Epaminondas. Fabrício é bem visto pela sogra, ele respeita sua amada, e não ousa tocá-la, mas Gudrun o vê como um tonto, um sem graça. Gudrun conhece Bernardo, que é hóspede da pensão de sua mãe, e foge com ele na véspera do noivado com Fabrício, deixando para Fabrício o cão Epaminondas. Bernardo e Gudrun casam-se às escondidas em Porto Alegre e retornam à Boa Vista.

Gud facilmente engravida, tendo um filho atrás do outro, para se vingar do marido, ela aceita a corte do prefeito e compadre Major Giovanni Pandolfo, que a mantinha como amante chamando-a de “*la divina comadre*” ou *Ah, che donna*”, com total sigilo, porque era casado e padrinho de um dos filhos de Gudrun e Bernardo, porque para ele não ficaria bem para sua reputação de prefeito ser casado e ter um caso com uma mulher casada.

O marido de Gud, se preocupa com a política, vindo a fundar o 1ª núcleo de Ação Integralista Nacional, também o 1ª time de futebol, o *Sport Club* 25 de julho, transformando-o num autêntico clube do Eixo. Quando a Alemanha tem alguma vitória na 2ª Guerra Mundial, ele não perde a oportunidade de provocar Fabrício, que é seu vizinho da casa da frente. Bernardo se associa ao Dr. Mayer, médico da região, para a instalação de uma casa de rádios e, com isso, vai prosperando rapidamente. Bernardo é nazista fanático que chegou a reformar a casa para esperar a vinda de *Führer*, na qual inauguraria a sede provisória do III Reich. Todas as noites com o auxílio de alto-falantes, Bernardo transmite por via rádio as notícias vindas diretamente da Alemanha aos habitantes de Boa Vista.

Fabrício sofre com a desilusão amorosa, e cuida do cão Epaminondas deixado por Gud. Epaminondas adora comer *takamelo*, um prato de cogumelos preparado por um japonês. Tendo o Brasil declarado guerra ao Eixo, ficaram proibidas no país manifestações públicas ou privadas de apoio às potências do Eixo, como também o uso de qualquer língua estrangeira, isso veio deixar Fabrício muito contente. Bernardo foi obrigado a entregar o *Telefunken* (rádio que emitia a propaganda nazista) ao delegado. Frau Mika querendo protegê-lo, pelo trajeto leva a estátua do Sagrado Coração de Jesus, mas Epaminondas ataca-a, Frau Mika cai, e a estátua se espatifa ao chão, deixando-a furiosa. Frau Mika pede a Bernardo matar o cão Epaminondas.

Bernardo para matar Epaminondas, pede ao japonês *Taka- Mori* que troque cogumelos bons por venenosos quando preparar o *takamelo* para o cachorro, que é o único na cidade que aprecia seu prato. Epaminondas morre e Fabrício descobre que Bernardo estava por trás da morte do amigo. Para vingar-se resolve enterrar o cão no cemitério municipal, e quando está para fazer isso, por causalidade encontra Gud no quarto da capelinha. Qual não é surpresa ao compreender que ela havia se encontrado a poucos instantes com o Major, seu amante. Ela com o maior despudor se oferece a ele, que não a recusa.

Gud, resolvendo trocar de amante, alega ao Major que não irá mais ao cemitério, enquanto Epaminondas lá estiver enterrado. O Major tenta fazer com que o delegado Tropeiro de Lesma, tome as providências, porém este nega, alegando o cemitério ser municipal. Houve processo e julgamento no qual Fabrício foi defendido pelo Rábua de Jerico, seu padrinho, o qual prova que o cachorro não está enterrado no cemitério, e, sim, a sopeira de porcelana, prêmio que Epaminondas havia ganhado no concurso do japonês.

Fabrício estando de malas prontas para partir, Gud vem na casa dele, em seu encontro, e lhes diz que o ama verdadeiramente, e que está disposta a tudo, até abandonar o marido e os filhos. Fabrício não aceita, dizendo indiferentemente, que vai seguir a vida no seminário. Então, Fabrício pega o trem e vai embora de Boa Vista.

A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS EM *COGUMELOS DE OUTONO*

A cidade de Erechim, localiza-se na região norte do Rio Grande do Sul. A região pertencia ao então 8ª Distrito de Passo Fundo criado em 28 de janeiro de 1857. Em 1904, a demarcação de terras da colônia Erechim foi iniciada, e seu primeiro nome foi Boa Vista, e posteriormente, povoado Paiol Grande até 30 de abril de 1918. A partir daí, passou-se a chamar Boa vista de Erechim a partir de 1922. Em 1938, foi alterada sua denominação para José Bonifácio. Em 1944, recebeu o nome definitivo de Erechim, conforme Garcez (2008).

O termo “Erexim” de origem indígena, que significa “campo pequeno”, que antes da colonização oficial, “[...] na região Alto Uruguai habitavam, além deles caboclos, foragidos, fugitivos das revoltas e intrusos que tomavam posse das terras devolutas do Estado” conforme (GARCEZ, 2008, p.23).

Garcez (2008), salienta que os trabalhos de demarcações dos lotes iniciaram em 1914, mas que antes já em 1900, vinham imigrantes de forma espontânea. O fluxo continuou, com a chegada de imigrantes; russos, ucranianos, lituanos, poloneses, prussianos, espanhóis, holandeses, portugueses, austríacos e judeus (grupo religioso não étnico).

Em Paiol Grande, nos primórdios da colonização (1910- 1921), existiam “pistoleiros, renegados, revolucionários sem causa, bandidos de todos os quilates cruzavam o Alto Uruguai, em busca de riquezas ou simplesmente para fugir da polícia” segundo Dill (2019, p. 259). Em *Cogumelos de outono* “[...] os criminosos de verdade andavam à solta no Matinho da Comissão de Terras, onde ninguém se arriscava a meter o nariz [...]” (MÁRSICO, 1972, p. 17-18). Nesse contexto, surge uma autoridade policial notável, o caboclo³ Cesário de Oliveira Mattos, natural de Passo Fundo nascido em 22 de julho de 1881 e morto 22 de maio de 1922. Ele foi nomeado comissário policial pelo subintendente do 8ª Distrito de Passo Fundo, responsável de assegurar a segurança e tranquilidade da população, ele soube impor-se como autoridade, “de tal sorte que os desordeiros e malfeitores nele encontravam espantinho, para regozijo dos habitantes” conforme Font (1983, p. 130).

Neuza Garcez (2009), entrevista um imigrante italiano, Pedro Antônio de Toni, que caracteriza Cesário Mattos,

³ Pessoa que resulta da mistura de branco com índio.



[...] houve aqui um policial muito enérgico, chamavam-no de “Cesário do Mato”, eu o conheci. Em 1922, quando ele morreu (ali na frente ao *Arthur Sperger*- ele morava ali onde era a casa do falecido Miguel *Reinert* e dos Godoy Ilha) - na rua Alemanha. Ele era um índio xucro, por assim dizer, mas tinha o dom que nem todos os homens têm, de saber onde está o direito- o que é direito, o que é errado; por isso ele era uma autoridade; foi muito estimado. Se ele teve alguma coisa de exaltação, em 1917-1918, é porque, naquela época, as leis eram assim. Quando ele fazia uma audiência, um acerto policial, ele sabia o que fazia. O falecimento dele em 1922 foi muito sentido. Nessa época eu era aluno do professor Mantovani. Fomos todos juntos no enterro dele, a pé (GARCEZ, 2009, p. 132).

Cesário era um capitão do mato, caçava bandidos com métodos nada sutis, sempre armado com espada, revólver na guaiaca, ou um relho (rabo de tatu). Em Erechim não havia cadeia pública, então mandava seus meganhas capturarem os bandidos e transportá-los até uma casinha no meio do mato. Os vadios e os ladrões colocavam-nos para trabalhar, ora carpindo, ora arrancando tocos, ou auxiliando na construção civil. Cesário ocupou a intendência municipal (delegacia situava-se nos porões da prefeitura) e ficou em Paiol Grande até 03 de março de 1922, vinculado a administração pública municipal, conforme Dill (2019), “Cesário resolvia as questões sumariamente, concentrando as figuras de policial, promotor, juiz, executor, carcereiro, numa única pessoa”, segundo Dill (2019, p. 261).

Segundo Dill (2019, p. 259), “[...] eis que certo dia, montando um cavalo branco, chapéu aba larga cobrindo-lhe os olhos, capa pesada e negra, aquele forasteiro chega a cidade. Cruza a a atual Avenida Sete de Setembro, sob os olhares desconfiados do povo”. Em *Cogumelos de Outono* surge a personagem, Jeremias, o Tropeiro de Lesma, que “[...] no dia que ele desembarcou do noturno e subiu rumo a Avenida. A notícia correu célere sobre a chegada do novo delegado” (MÁRSICO, 1972, p. 18).

Em *Cogumelos de Outono* a personagem Jeremias,

[...] tinha que ser tratado com muita cerimônia porque o seu porte o exigia e era a única forma de comovê-lo. Gostava de reverências como diabético de sobremesa. Era desses policiais egressos da Fronteira, com cara de índio, bigode retorcido nas pontas, melenas que se abotoavam pela nuca e olhar de quem não pede desculpas quando cospe no chão. Tinha uma Estatura de campeador- não igual a *Cid*, legada por *Corneille* e que, além de belo e heroico, sempre teve à sua disposição bons alfaiates para as suas amaduras - mas ao comum de nossos legendários galãs das coxilhas, de porte macho, destemperado, boca sensual e voz com morrinha de barítono. Vestia geralmente bombachas de brim ou de lã, conforme a época das estações e que se aplastavam nas botas de cano impúbere como duas piorras sem corda, um grande pala sobre os ombros, enfiado no pescoço e caído sobre o ventre e as costas como fraque de diácono em missa solene, e um lenço branco, um pouco de escanteio na omoplata direita querendo advertir que não era homem de muitos arreganhos ao espelho [...]. Jeremias ainda tinha a seu favor o apelido de Tropeiro de Lesma, ou simplesmente Tropeiro, apelido que desconhecia e ninguém se arriscava lhe dizer- justamente por não se dar muito bem com o trabalho e viver sempre com a mania de doença se queixando (MÁRSICO, 1972, p. 17-18).

Contudo, haviam relações interétnicas na divisão do espaço entre colonos, trabalhadores, pequenos comerciantes, disputando o mesmo espaço geográfico, geralmente aconteciam casos de violência, segundo Dill (2019, p. 259), “[...] qualquer desavença era resolvida na ponta da faca ou no cano do revólver [...] numa terra sem lei (ou onde demora um pouco para chegar), era preciso estabelecer a força da lei e revogar-se a lei da força”. Em *Cogumelos de Outono*, o Tropeiro de Lesma é visto como um delegado que sempre anda armado e “que não é acostumado a brincar em serviço” (MÁRSICO, 1972, p. 25). Por outro lado, Mársico satiriza a personagem usando esse termo

“Trapeiro de Lesma” que indica um homem que anda a cavalo porque era o meio de transporte da época transportando algo, vindo do sinônimo tropeirismo⁴, na ficção a população de Boa Vista, pensa que Jeremias por andar a cavalo e ser desconhecido na cidade é um tropeiro. O termo “lesma” poderia estar associada a imagem do indígena, ser preguiçoso para o trabalho, já que a personagem tem muito trabalho e vive as queixas.

Conforme Dill (2019) nas reuniões políticas patrocinadas por Amado Fagundes, Amintas Maciel e Henrique Cordova, nas dependências do comércio de Albano Stumpf, Cesário era o encarregado de preparar o churrasco, o que demonstra o entrosamento interétnico. Isso vem de encontro, a *Cogumelos de outono*, a representação, que Mársico faz dos dotes de Cesário ao preparar um churrasco, e do compromisso no seu dever de proteger a cidade, no trecho, “[...] não sabe que o governo nos paga para trabalhar? – Não sabe que ainda estamos em guerra? – Nenhuma resposta. - Deixa o cabrito passar do ponto que te boto na cadeia hoje mesmo, desgraçado. E agora, te arranca!” (MÁRSICO, 1972, p. 20).

A morte de Cesário é especulada, “se foi, tudo o que indica que de uma emboscada ou de outro modo covarde. Ninguém teria coragem de enfrentá-lo frente a frente [...] visto que já estava com a saúde profundamente abalada”, segundo Dill (2019, p. 262), ou devido ao desgaste provocado pelo exercício de sua difícil profissão. Faleceu em Passo Fundo, e seu corpo foi trazido de vagão até Paiol Grande, teve funeral digno de estadista, o seu corpo desfilou em cortejo pela cidade seguida por uma multidão, conforme Dill (2019).

Em 1952, uma das ruas da cidade de Erechim recebeu seu nome. O memorialista Miguel Illa Font (1983, p. 130), salienta que,

[...] era um homem de bem, corajoso e enérgico na manutenção da ordem e da lei. Tinha muito valor pessoal. Certa vez, foi atingido com um tiro, à falta de médico, por sua insistência Ernesto Pedrollo extraiu-lhe da perna o projétil, á canivete e sem anestesia. Weber, bacharel em Direito, criminalista e escritor, formou elogiosa imagem de Cesário Mattos, homem que a partir da municipalização, por sua atuação política, seria figura controvertida no julgamento de opositores e admiradores.

O indígena desempenhou cargo público e seu trabalho foi reconhecido por ser um homem a frente de seu tempo, conforme Dill (2019, p. 261), “quando hoje os juristas debruçam-se sobre a discussão de penas alternativas à prisão, o destemido homenageado já experimentava, na prática, a teoria que só décadas depois seria afirmada no Código Penal”.

Além dos grupos étnicos indígena e afro descendentes, chegam os imigrantes sírios em Paiol Grande, em menor escala comparada aos outros grupos de imigrantes. Segundo Francisco (2015, p. 134) *apud* Pimentel (1986, p. 121) sobre os dados migratórios dos sírios revela que,

[...] são muito imprecisos, sobretudo porque até 1892 todos eles (sírios, libaneses, palestinos e mesmo turcos) foram classificados como turcos. Foi apenas a partir desse ano que os sírios passaram a ser registrados separadamente. Como até 1920 – depois, portanto, do término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e início do mandato francês na Síria e no Líbano – o Líbano foi considerado parte da Síria, todos os libaneses foram incluídos entre os classificados como sírios. Todavia, “tanto antes como depois de 1892, a imensa maioria dos imigrantes registrados como turcos eram, de fato, sírios e libaneses” (PIMENTEL, 1986, p. 121).

⁴ Fenômeno conhecido desde o período colonial, grande movimento histórico e social fundamental para o desenvolvimento comercial que interligou diferentes e longínquas áreas da colônia e sobreviveu até o século XX.



Em *Cogumelos de Outono* a personagem principal do romance, é Fabrício que aos trinta e poucos anos, desfrutava de sólida posição financeira em Boa Vista, no Vale do Rio Dourado, pois herdara a casa comercial de seu pai, o Varejo *Najak*, situado bem no meio da Avenida. Na trama, seu

[...] pai o Turco Mansur, que nascera e se criara em Boa Vista, filho de pais sírios que se extraviaram numa imigração lá por volta de 1893, não se conformava de viver na dependência da família Rampanella, especialmente de Secondo, que vivia a dizer de seu pai, magro e pobre concorrente: - *Porco sarraceno!* (MÁRSICO, 1972, p. 99).

Aqui, nesse trecho nota-se que surgem a representação das relações interétnicas entre a família síria que abriu um estabelecimento comercial, e a família italiana Rampanelli, que como a família síria tinha o comércio como fonte de renda. A personagem Fabrício, neto de um imigrante sírio que chegou no Brasil, por volta de 1893. O Turco Mansur, pai de Fabrício, foi à Porto Alegre fazer compras para a loja e numa das viagens, conheceu a mãe de Fabrício, Miguela (sem sobrenome), de nacionalidade francesa mestiça com indígena. Ela antes de conhecer o Turco Mansur havia cursado os preparatórios em Porto Alegre e trabalhado como funcionária do Tesouro. Na trama,

[...] seus ancestrais sírios do lado paterno não conseguiram transmitir a vocação mercantil [...]. Prevaleceu, porém, o sangue misto da mãe, uma combinação de pirataria francesa e arte da culinária indígena, que lhe gerou um temperamento sensível (MÁRSICO, 1972, p. 100).

Nesse trecho, Fabrício teve educação feita pela mãe, enquanto o pai evolvia-se nos negócios. A mãe não encontrou em Boa Vista uma escola que julgasse suficientemente boa para seu filho. Então, com ela, ele aprendeu francês, tinha acesso a leitura de textos, como *La Historie de la Revolution Française*, de Michelet, se converteu ao catolicismo, que seu pai abominava e seguia a cultura e os comportamentos da mãe, deixando seu pai incomodado, como no trecho, “[...] está vendo, Miguela? Eu não tinha razão? Bem feito, queixuda! Veste o guri como um efeminado, quer que ele seja doutor e aí está o resultado... Para mim, basta que ele seja homem, está me entendendo?” (MÁRSICO, 1972, p. 108). Aqui, Mársico mostra que havia um conflito interétnico no grupo familiar, a recusa do pai em aceitar que o filho estudasse tornando-se “doutor”, que na visão dele não era importante, logo para o pai ele deveria seguir a mesma carreira dele, como os demais sírios, no comércio.

Em *Cogumelos de Outono*, Fabrício perde a mãe antes de completar dezesseis anos, com isso, deixa de estudar, e logo que sua mãe falece, seu pai arruma uma madrasta para substituir o lugar de sua mãe. Fabrício assume a loja da família em Boa Vista a pedido de seu pai. Segundo a filha de Gladstone Osório Mársico, Rosangela Lehmann (2019), a personagem “Fabrício de *Cogumelos de outono*, foi inspirada no Fabio Koff”.

Fabio Koff nasceu em Bento Gonçalves em 1931 e faleceu em Porto Alegre em 2018, atuou como juiz de direito e dirigente de clubes esportivos, como o Ypiranga⁵, Grêmio Football Porto Alegrense⁶ e do Clube dos 13⁷, sobre a trajetória de vida, a reportagem do jornal online *Atmosfera*, do dia 10/05/2018, traz que,

⁵ Foi convidado para ser treinador do Ypiranga Futebol Clube, com o qual firmou seu primeiro contrato profissional como treinador. Com a equipe formada pelo Sr. Fábio Koff, o Ypiranga subiu para a primeira divisão do Campeonato Gaúcho.

⁶ Presente na política do Grêmio desde os anos 1970, esteve no comando do clube nos períodos mais gloriosos de sua história: as conquistas do Mundial de 1983, e também as duas primeiras Libertadores da América, em 1983 e 1995. O último de seus quatro mandatos ocorreu entre 2013 e 2015.

⁷ Koff também presidiu o Clube dos 13, organização criada em 1987 para defender os interesses comerciais e políticos dos grandes clubes do Brasil, até sua dissolução, em 2011.

[...] Fábio se tornou cidadão erechinense aos 10 anos de idade, quando veio residir com seu pai, sua madrasta e seus irmãos. Na cidade, estudou na Escola Marista Medianeira, onde concluiu o atual ensino fundamental, se transferindo a Porto Alegre/RS para continuar os estudos e concluir o ensino médio. Voltou a Erechim, a pedido de seu pai, para assumir, junto com sua madrasta, o comércio da família, conhecido por “Varejo Koff”. Em 1957 casou-se com Yvonne Koff, e teve dois filhos, Fabinho e Alexandre. Por influência da esposa, voltou a estudar, cursando Direito na Universidade de Passo Fundo. Nesse período em Erechim, além de sócio da loja, começou a se envolver com o futebol local, sua paixão. Foi jogador, atuando como meia-direita do Clube Esportivo e Recreativo Atlântico, do qual também foi Vice-Presidente e treinador, recebendo o título de Sócio Remido do Clube pelos serviços prestados. Sob seu comando o Atlântico obteve muitas vitórias, sendo tricampeão de Erechim, tetracampeão da Zona Norte do Estado e, em 1962, vice-campeão estadual. No ano 2000, foi agraciado pelo título “Cidadão Erechinense”, através do Decreto Legislativo n.º 220, de 20 de junho de 2000, de autoria dos vereadores Aldérico Albino Miola (PTB) e Silvério Fortunato (PDT).

Nota-se que existe a verossimilhança com a vida de Fábio Koff. Gladstone Osório Mársico, o conhecia devido ambos atuarem como Presidentes do Departamento Esportivo do Ypiranga Futebol Clube, justamente de (1964 a 1970), período em que resultou no projeto de construção no estádio Colosso da Lagoa.

Além dos imigrantes sírios, chega em Paiol Grande a imigração italiana, por volta da década de 20, de forma espontânea ou através da Empresa Colonizadora *Luce Rosa Cia Ltda*, que era uma empresa privada com sede social em Porto Alegre, trazendo imigrantes alemães e italianos, fundou quatro povoações; Três Arroios, Nova Itália, (Severiano de Almeida), Dourado e Rio Novo, região do município de Aratiba, conforme Cassol (1979).

Em 15 de abril de 1910, na estatística oficial chega o primeiro imigrante italiano em Erechim, conforme Garcez (2008). Na Itália “[...] em 1850, das 1800 comunidades do Reino de Nápoles, 1500 não tinham estradas. Em muitas zonas, não sabiam nem ao menos o que era dinheiro; faziam trocas” salienta Garcez (2008, p. 20). Nota-se que o imigrante ítalo vem de uma situação econômica deplorável porque milhares de famílias viviam “[...] a base da alimentação era o milho (fubá de farinha) porque custava pouco. Massas a base de farinha de trigo era um luxo reservado apenas aos ricos, o pão dos pobres era preto, feito à base de centeio” (GARCEZ, 2008, p. 20).

Em *Cogumelos de outono*, a personagem Major Giovanni Pandolfo, é um imigrante do sul da Itália,

A carreira militar do Major Giovanni Pandolfo foi das mais pitorescas que se teve memória nos anais da gloriosa Brigada militar do estado do Rio Grande do Sul (...) Major viera de Nápoles há menos de dois anos porque ganhava muito como *Carabiniere del Reggimento della Lupa* e porque ouvira dizer que os negócios daqui eram melhores que os da China (...) Giovanni era um rapagão elegante, moreno, caprichava num bigode acolchoado e meio num bigode acolchoado e meio recurvo para baixo, nos cantos da boca, como se fosse um parêntese de carinho: moldura de beijo preguiçoso, de acabar o fôlego. O cabelo parecia uma vassoura de bicho da seda, lustroso e fino, que se atirava bem vadio para trás, chegando muitas vezes a espanar as dragonas quando a rabanada era mais afoita. Tipo do homem sedutor, aumentava os seus encantos pela voz, imitando Caruso no banheiro ou nas praças, quando animado, fazendo jus à graça de ser bom um bom italiano: nascido de quatro para o Vesúvio e de peito para Sorriento. De uniforme, então era de ferver o patriotismo das raparigas, que brigavam por um lugar na janela nos dias de passeata do *Reggimento* só para vê-los desfilar atacando os agudos da *Virginella* (MÁRSICO, 1972, p. 206).

Nota-se que na ficção para a personagem Major, era lucrativo trabalhar no Brasil, e abandonar Nápoles na Itália, seu nome Giovanni Pandolfo, tem origem ítala. Mársico o descreve como um homem que fala com um tom

de voz alta comparando-o com seu amigo de bancada do PTB, o deputado João Caruso, de origem italiana, nota-se que o Major continua se vendo como um italiano ao defender sua pátria de origem e ao cantar a música *Virginella*, típica italiana. Gladstone Osório Mársico descendente de imigrantes ítalo participava nos anos (1937-1939) do Coral Medianeira, juntamente com outros descendentes de imigrantes italianos; Jorge Corradi, Meri Tirapelli e Nadir Rigo.

Além da imigração italiana surge a imigração alemã no Rio grande do Sul em 1824. Em Erechim a primeira colônia se estabeleceu em 1909, conforme Cassol (1979). O memorialista, Antônio Ducatti Neto, em sua obra *O grande Erechim e sua história*, afirma que:

em 1915, a população de Erechim ascendia a 27.259 habitantes, dos quais 3.625 eram alemães (14% do total). Os restantes eram 7.114 brasileiros, 5.721 poloneses, 246 suecos, 1.827 italianos, 722 austríacos, 106 espanhóis, 74 franceses, 234 portugueses, 7.863 de outras nacionalidades (NETO, 1981, p. 96).

Nota-se que o número de imigrantes alemães é acentuado, comparado aos outros grupos étnicos. Em *Cogumelos de Outono*, a personagem Bernardo é filho de imigrantes alemães catarinenses, que se instalaram em Nova Pomerânia, no Vale do Itajaí, que se dedicaram a lavoura de trigo. Bernardo não se acostumou com a vida de agricultor. Então, ele conseguiu um emprego com o cunhado trabalhando como auxiliar de balconista, em Blumenau. Porém, Bernardo foi convocado para o serviço militar, e não querendo ficar no batalhão do exército se envolveu com a amante do coronel “*La virgem de los infernos*”, ao ser descoberto pelo coronel Tio Gonça, com isso, se obrigou a fugir do batalhão para não ser preso. Então, “[...] correu para a estação mais próxima e conseguiu meter-se no trem que vinha de São Paulo e se dirigia ao Rio Grande, o famoso Noturno Paulista (trem) que passava de madrugada” (MÁRSICO, 1972, p. 66).

Aqui, revela a verossimilhança, com o perfil dos pais de Bernardo, com os imigrantes alemães da segunda colônia fundada em Santa Catarina em 1846, situada em área próxima à foz do rio Itajaí-açu, segundo Giralda Seyferth (1999, p. 62):

A colonização sistemática do Vale do Itajaí, na verdade, começou em 1850, com a fundação de uma segunda colônia particular, na confluência do ribeirão da Velha com o rio Itajaí-açu — ponto a partir do qual este deixa de ser navegável. Após uma longa negociação com os governos provincial e imperial, Hermann Blumenau formou uma empresa colonizadora que obteve uma concessão de terras devolutas destinada à ocupação com imigrantes alemães em regime de pequena propriedade familiar. Coincidentemente, os primeiros colonos chegaram à região poucos dias antes da promulgação da Lei de Terras (Lei 601, de 18/9/1850). Esse projeto, apesar das dificuldades encontradas por Hermann Blumenau para trazer imigrantes, deu impulso à colonização alemã na província de Santa Catarina.

Em Boa Vista do Erechim, os imigrantes criaram espaços de sociabilidades, entidades e clubes⁸, como a “[...] a sociedade germânica (hoje é o Clube Caxeiral) também realizava excelentes bailes, em que só podiam entrar alemães” segundo Neusa Garcez (2008, p. 145). Contudo os clubes na região de Erechim “têm sua origem nas antigas

⁸ Segundo Font (1981) o Clube Germânia, manteve uma escola, canchas de bolão e outras atividades sociais em 1931, sem igual desde sua fundação em setembro de 1914. Wojciekowski apud Frainer (1936) revela que as diversas sociedades teutas que existiam na vila Boa Vista fundiram-se na Sociedade Alemã G. W. C., com sede no antigo clube Germânia. Sociedade esta que “impõe-se pelo brilhantismo de suas festas, e pelo carinho que dispensa ao canto e a ginástica”. Em 1914, um grupo de imigrantes alemães fundou a *Deutscher Schuverein* Paiol Grande, mudando sua denominação diversas vezes, *Hindenburg-Cabral* em 1920, Germânia em 1924, Verein GWC em 1933 e voltando a o nome Germânia em 1938, conforme Wojciekowski (2007, p. 42).

associações e comunidades fundadas pelos imigrantes, muitas vezes ligadas à igreja e /ou a atividades coletivas como esportes, teatro, dança e a música”, conforme Wojciekowski (2007, p. 43).

Os imigrantes italianos, fundaram clubes recreativos, como o Ipiranga Futebol Clube⁹, fundado em 18 de agosto de 1924, e o Esporte Clube 14 de julho¹⁰ fundado em 20 de novembro de 1936 e o Clube Esportivo e Recreativo Atlântico¹¹ fundado em 1937. Na ficção de *Cogumelos de Outono*, surge a representação,

Bernardo [fundador do clube alemão] se reunia na calçada para conversar. Viam-se Beppi, o Maestro Krause, Mestre Faísca e o Canhão do Vale. Com certeza falavam dos preparativos do novo jogo de futebol com o Sport Clube 14 de julho, [clube fundado por italianos] já marcado para o fim do mês (MÁRSICO, 1972, p. 404).

Na entrevista de Abraão Izaquiel Charchat (2018) descreve como eram as partidas de futebol e os espaços de sociabilidade nos anos 60,

[...] o 14 lá, [14 de julho], o 14 tinha uma rivalidade, com nós [clube Ipiranga] quase que nem o Atlântico, porque os caras que eram do 14 diziam assim, podemos perder pra todo mundo, mas só ganhamos do Ipiranga, eles adoravam, os Badalotti, os Barbieri, então no 14 assim, no Atlântico o cara tinha rivalidade tudo bem, no clube 14 que eles tinham um time de futebol ali na praça, pra onde tem aquele terreno vazio, ali era o campo deles. Agora no 14 assim, o cara não tinha rivalidade, mas todo jogo dava pauleira, e se cuidava em todos. Nós tinha [Ipiranga] uma rivalidade muito grande com Getúlio Vargas também, porque em Getúlio Vargas tinha a fábrica da *Serra Malte*, aí aqui nós de Erechim, chegavam esses palhaço chato, então nós ia lá nos bailes, chegava e pedia uma *Brahma*, mas os cara queriam nos expulsar.

Entrevistador: mas eles expulsavam lá em Getúlio.

Entrevistado: mas ficavam... só tinha que tomar *Serra Malte*. Eu tinha uma amizade muito boa lá, eu queria na casa do Almir a gente posava, dava cada baile, meu deus.

Nota-se que a partida de futebol e os bailes eram espaços que os grupos étnicos compartilhavam mutuamente. Em *Cogumelos de outono*, Bernardo fundou o Núcleo da Ação Integralista e em 1935, e criou o time de futebol, Sport Clube 25 de julho¹², desafiando o clube rival, o Sport Clube 14 de Julho para uma partida de futebol,

[...] o campinho da Viação férrea já estava repleto de gente quando o time do Sport Club 14 de julho entrou no gramado sob estrondosa vaia dos *boavistenses*, embora recebido por um mixadíssimo

⁹ Gladstone Osório Mársico dirigiu o Esporte Clube Ipiranga no período de (1970-1971).

¹⁰ O Clube 14 de Julho foi fundado em 20 de novembro de 1936 por 143 sócios (inicialmente), entre os quais é possível citar José Rigoni, Henrique Rigoni, Antônio Rigoni, Luiz Rigoni, Antônio Fontanelli, Luiz Chiapin e Hercolino Molossi. Sua primeira diretoria foi assim composta: Armando Picoli (presidente), Lázaro Molossi (vice), Orly Borges Duarte e Antônio Trentin (secretários), Carlos Rigoni (tesoureiro), Manoel Carmona (orador), Frederico Leopoldo Sefrin (porta estandarte), Normélio Reginatto (guarda esporte), conforme (FONT, 1983, p. 277).

¹¹ A Sociedade *Carlo Del Prete*, que passaria a denominar-se Sociedade Recreativa e Beneficente Atlântico Futebol Clube, foi fundada em 1915 por um pequeno grupo de imigrantes italianos, nominada inicialmente *Società Mutuo Socorro XX Settembre*, mas em agosto de 1929 mudando sua denominação para *Carlo Del Prete*, conforme Font, 1983). A Sociedade Italiana M. S. *Carlo Del Prete* mantinha o Grupo Artístico *Vittorio Alfieri*, que oferecia à sociedade da então Boa Vista “belíssimos espetáculos”. Em uma reunião realizada na Sociedade Carlo Del Prete, no dia 18 de março de 1935, foi fundado o Clube do Comércio, e em 12 de outubro do mesmo ano inauguram sua sede provisória, conforme Font (1983).

¹² Em 1937, o Estado Novo instaurou a Campanha de Nacionalização, com isso, os clubes da cidade que tinham nomes estrangeiros tiveram que ser alterados, como o clube dos alemães que passou a se chamar Centro Cultural 25 de julho.

foguetório da sua torcida, composta por meia dúzia de gatos pingados reunidos num canto, bem lampeiros e próximos do portão da saída. Os jogadores fizeram a volta olímpica na pequena quadra, sacudindo as bombachas e urrando a saudação de praxe com socos para cima, no ar, o pessoal de casa aumentando a dose da zoada na base do vale-tudo, desde assobios, laranjas, casca de banana, até umas palavras de baixo calibre metendo a mãe e a patroa dos atletas no embrulho [...] (MÁRSICO, 1972, p. 432-433).

Nota-se que na ficção ocorre semelhantemente desavenças entre as torcidas dos clubes. Porém, apesar das brigas, os espaços de sociabilidade eram necessários,

[...] o processo de desenvolvimento urbano de Erechim, bem como a formação a partir de diferentes origens étnicas foi um facilitador para que os imigrantes e seus descendentes se reunissem a partir de clubes e associações, que em alguns casos tinham departamentos esportivos, sociais e culturais. (...) Dessa forma, mesmo imigrantes de diferentes nacionalidades, mas por algumas semelhanças culturais, acabam por reunir-se em uma mesma associação, na qual era possível compartilhar heranças culturais, e a música estava entre elas. Imigrantes de nacionalidades diferentes reuniam-se em um mesmo grupo, mesmo com tradições diferentes, mas com alguns elementos em comum, formando uma comunidade (WOJCIEKOWSKI, 2007, p. 31)

Então, a formação de clubes, no contexto social proporcionou que os indígenas, afro descendentes e imigrantes pudessem interagir entre si, e ter acesso a cultura, que antes era vista como a cultura diferente, ou seja, a cultura do outro. Portanto, a formação de clubes proporcionou a reciprocidade entre esses grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que os objetivos foram atingidos, na obra de Mársico os fragmentos analisados constituem representações interétnicas, visto que são relações entre indígenas, nativos e imigrantes de Erechim-RS. Através dos dados históricos, é inquestionável que houve miscigenação interétnica entre os grupos de povoamento. Visto que, a literatura traz um novo olhar para os grupos que desbravaram Erechim. Por fim, o estudo em *Cogumelos de Outono* está apenas no início, a investigação segue.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATMOSFERA. **Município decreta luto oficial pela morte de Fábio Koff**. Ex-dirigente do Grêmio passou boa parte da vida em Erechim. Disponível em: <https://atmosferaonline.com.br/municipio-decreta-luto-oficial-pela-morte-de-fabio-koff/>. Acesso em: 05 set. 2020.
- BARTH, Frederik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: UNESP, 1998.
- CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. Centro de Ensino Superior de Erechim- CESE. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- DILL, João Francisco Campello. **100 razões para viver sem medo de morrer**. Uma breve história sobre os 100 anos de Erechim. Erechim-RS: Campanha brasileira de cinema, 2019.

FONT, Miguel Illa. **Serra do Erechim**. Tempos heroicos. Erechim RS: Empresa Gráfica Carraro Ltda, 1983.

FRANCISCO, Julio Bittencourt. Sírios e Libaneses no Rio Grande do Sul: Análise do cadastro de imigrantes do arquivo nacional do Rio de Janeiro – ANRJ (1939-1949) e outras fontes. **Revista Semina**, v. 14, n. 2, 2015. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/5622>. Acesso em: 05 set. 2020.

GARCEZ, Neusa Cidade. **Marcos do colonizador**: o “Castelinho” e a Casa. Erechim-RS: Edifapes, 2008.

GARCEZ. Neusa Cidade. **Vozes – Sentimentos Construções**: colonização italiana no Alto Uruguai Gaúcho. Erechim-RS: Habilis, 2009.

MÁRSICO. Gladstone Osório. **Cogumelos de Outono**. Porto Alegre: Movimento, 1972.

REVISTA VEJA. Morre Fábio Koff, ex-presidente do Grêmio, aos 86 anos. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/morre-fabio-koff-ex-presidente-do-gremio-aos-87-anos/>. Acesso: 05 set. 2020.

NETO. Antônio Ducatti. **O grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: EST, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SEYFERTH. Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **Revista Scielo MANA**, v. 5, n. 2, p. 61-88, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v5n2/v5n2a03.pdf>. Acesso: 05 set. 2020.

WOJCIEKOWSKI. Gleison Juliano. **Frederico Schubert e Orquestra de Concertos de Erechim**: Música de Concerto em Erechim entre 1950 e 1968. 2017. Dissertação (Mestrado de música) – Universidade do Estado de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006b/00006b8b.pdf>. Acesso: 04 set. 2020.

Entrevistas cedidas a autora

CHARCHAT, Abraão Izaquiel. Erechim, 12 set. 2018. Profissão: agropecuarista, idade 70 anos, descendentes de imigrantes judeus que se estabeleceram em Erechim.

LEHMANN, Rosângela Mársico. Suíça, cidade Meggen, (entrevista via Facebook) 15 jan. 2019. Possui 65 anos de idade, filha de Gladstone Osório Mársico.



O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO DA GUERRA NO CONTESTADO: RESISTÊNCIA CAMPONESA E RELAÇÕES DE PODER NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Milliann Carla Strona de Godoy Rocha¹

Cibeli Grochoski²

Resumo: Pretende-se problematizar o processo de criminalização do movimento camponês durante a Guerra no Contestado, que sofreu intervenção armada por parte do Estado durante os anos de (1912-1916). A partir desse processo tem-se como finalidade analisar a imposição da ordem e controle social por meio do uso da violência física e simbólica por parte das autoridades locais e estatais da época. Será explorado o papel da justiça observando seu caráter institucional como um órgão de controle dentro de uma rede de relações de poder. O intuito é problematizar a resistência exercida pelos camponeses nesse período a partir de depoimentos em processos-crime, assim como análise das leis que criminalizam esses sujeitos que reivindicavam suas terras para sobrevivência.

Palavras-chave: Guerra no Contestado; Criminalização; Resistência Camponesa.

DO ABANDONO DO ESTADO A CRIMINALIZAÇÃO DE PRÁTICAS COSTUMEIRAS

Se faz necessário neste momento trazer algumas características centrais da Guerra no Contestado para o entendimento da temática proposta neste artigo. A Guerra no Contestado foi um conflito entre caboclos e forças armadas do Estado entre (1912 -1916). O conflito leva esse nome por ter ocorrido em terras contestadas entre os Estados de Paraná e Santa Catarina³. O conflito acontece no início do século XX período em que o Brasil foi fortemente marcado por ideias de modernização e políticas de incentivo à migração europeia. É dentro deste contexto que surge a multinacional do empreendedor norte-americano Percival Farquhar, que adquiriu por meio de concessões o direito de construir a linha férrea de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Neste período o Governo não possuía capital para pagar a construção da ferrovia, e por essa razão foi concedido uma extensão de terras de 15 quilômetros em ambos os lados da ferrovia a Farquhar. Além da *Brazil Railway Company*, o americano também destinou para exploração das terras e madeira sua empresa *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, que também era encarregada de lotear as terras e vende-las preferencialmente a

¹ Milliann Carla Strona de Godoy Rocha, mestranda no programa de pós-graduação em História da Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul no Brasil e bolsista pela agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: milliann.strona@edu.pucrs.br.

² Cibeli Grochoski, mestranda no programa de pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. E-mail: cibeli_grochoski@yahoo.com.br.

³ O historiador Paulo Pinheiro Machado afirma que o nome da guerra do Contestado foi batizado pelos militares, e que é a expressão menos polêmica: “talvez fosse mais adequada a denominação “guerra NO Contestado” pelo fato de o conflito não ser uma guerra entre os estados de Paraná e Santa Catarina em disputa pela região litigiosa” (MACHADO, 2004, p. 35). Para o autor a denominação Guerra do Contestado usado pela historiografia tradicional é incorreta pelo fato de a maior parte das “cidades santas” e do conflito terem ocorrido mais em terras catarinenses não contestadas pelo Paraná.

imigrantes. No período da Guerra as terras devolutas ficaram a cargo dos Estados de Paraná e Santa Catarina, que desenvolveram políticas de incentivo a mão de obra imigrante.

A construção da linha férrea se deu de forma sinuosa para ocupar e explorar o maior número possível de terras. Farquhar para ter posse total das terras à margem da ferrovia, promoveu a expulsão de todos os caboclos que residiam naquele território e para efetivar essa ação também criou um grupo de jagunços, que por meio do uso da violência iniciaram esse processo de expulsão, que resultou não apenas no desalojamento de muitas famílias, como também na morte daqueles que resistiram. É dentro deste cenário que surge o maior conflito camponês no sul do país.

Esse processo de deslegitimação do direito a posse de terras aos caboclos e o abandono jurídico por parte do Estado é anterior ao conflito. O apossamento de terras sempre foi um fenômeno comum desde o Brasil Colônia, mas desde sempre a terra foi tutelada, seja pelo próprio Estado, ou pelas amarras de coronéis e fazendeiros. O processo de modificação do território caboclo inicia no período do Império com a lei de terras de 1850, que proibia a doação e tornava a terra um bem negociável. Para Lígia Silva, a lei de terras estava vinculada ao processo de consolidação do Estado Nacional e tinha por objetivo resolver a questão fundiária do país, no entanto, os problemas com relação à propriedade da terra se agravaram. Durante a República ocorrem novas mudanças legislativas. A constituição federal de 1891 passou o controle das terras devolutas para o domínio dos Estados. Mas os problemas continuaram, inclusive o conflito no Contestado refletiu claramente essas questões.

O processo de ocupação do território sempre foi regulado pelos grandes fazendeiros e coronéis, isso implicava em uma estratégia que permitia não somente o controle sobre a ocupação das terras, como a possibilidade de ampliação das posses. Duglas Monteiro (1974) chama a atenção para as relações de compadrio como estratégias dos caboclos para sua manutenção nessas regiões. Para Duglas Monteiro o compadrio, se configura como “a consagração de relações sociais materiais e não materiais preexistentes. As trocas, a cooperação, a dependência e a dominação, através dessa instituição, revestem-se de uma roupagem sancionada pela religião” (MONTEIRO, 1974, p. 212). Assim, o compadrio fortalecia os laços sociais por meio do respeito e da obediência, e no caso do padrinho essa relação ocorria através de sua responsabilidade material e moral.

É importante lembrar que esse processo é anterior ao conflito e existe desde o início da ocupação dos caboclos nessa região do Contestado, essa estratégia era adotada pelos caboclos para ter boas relações com as oligarquias locais. Essa prática é muito comum e reforçada em regiões aonde o Estado não assiste as comunidades. Isso ocorre porque o território acumulou poderes desses senhores locais que possuíam sua própria justiça.

Entretanto, a questão central do território está no fato da terra ter sido ocupado por muito tempo sem limites geográficos e definições de propriedade, os caboclos mesmo sobre o controle de coronéis e fazendeiros constituíram suas redes de sociabilidade e desenvolveram todo um sistema próprio de subsistência independente do Estado. E quando o Estado vê a necessidade de regular as terras com intuito de estabelecer um padrão e uma ordem, as terras tornam-se alvo de disputas. E os camponeses são deixados de lado nesse processo sendo marginalizados. Mas, isso não atribuía um caráter passivo aos camponeses no sentido de que essas práticas sempre foram bem aceitas:

[...] considerar a posse como um costume não significava isentar a região de conflitos de terra. Pelo contrário, o conflito era parte constitutiva da relação do posseiro com a terra. A indefinição das fronteiras entre posseiros e proprietários criava uma situação, em que era permanentemente necessário reafirmar seu direito à terra e enfrentar os argumentos e as armas do outro. E é preciso compreender que no conflito também se construíam e se reafirmavam as noções de justiça e direito desses sertanejos (CARVALHO, 2008, p. 39).

Esses conflitos, por limites e ameaças de expulsão sempre existiram, o poder público era informado dessas situações por meio de relatórios providenciais ou estaduais, tanto no período do império quanto da república, pois sempre houve a tentativa de regulamentação das terras frente a conjuntura da violência na disputa por terras. Contudo, havia uma incapacidade por parte do Estado de conhecer o real estado de apropriação territorial.

É possível visualizar esse cenário na vida cotidiana dos caboclos, a ocupação de terrenos devolutos, em especial em regiões de fronteira como no Contestado era comum, e o cultivo e a moradia eram ações suficientes para legitimar o direito a terra que ocupavam. Porém, a mudança nas forças políticas e econômicas com o advento da república, mais a entrada de capital estrangeiro na região do Contestado, acabam por desencadear um processo de criminalização das práticas costumeiras dos caboclos frente aos ideias de modernização e novas formas de trabalho que adentram na região com as empresas estrangeiras.

Edward P. Thompson na obra *Costumes em Comum* de (1998) reflete a criminalização das práticas costumeiras de camponeses na Inglaterra. Os costumes da população camponesa da Inglaterra século XVIII chocaram-se frente aos novos valores da sociedade capitalista. Thompson discute que com o advento do capitalismo se acentua uma divisão cultural entre as classes, onde a cultura popular tradicional dos camponeses passa a ser vista como inferior em relação à cultura da classe patricia. Os costumes significavam para os trabalhadores ingleses os meios, aonde esses sujeitos agiam no cotidiano. Logo, a quebra desses valores e as dificuldades de acesso econômico levam esses grupos a promover motins. Essa questão do choque de valores tradicionais com os novos valores vindos do processo de modernização do Estado, é perceptível no Contestado tanto que a ignorância a barbárie e o atraso das populações caboclas será um dos argumentos para que as tropas avancem no sertão, pois os caboclos impediam o progresso e o desenvolvimento da nação.

Com o advento da república surgem as novas intuições normativas e reguladoras tanto pública como privadas. A emergência em resolver a questão territorial levará ao surgimento do cartório, que passa a documentar a posse das terras e definir limites. Esse processo dificultou ainda mais o acesso à terra por parte dos camponeses, pois estes não possuíam dinheiro para os registros, uma vez que viviam para própria subsistência. As novas mudanças sociais, políticas, econômicas e legislativas, bem como a instalação de empresas estrangeiras, foram fatores decisivos para o estopim da Guerra no Contestado. Desta forma, o caráter privado das terras como um bem lucrativo é reforçado durante a república, e as terras no Contestado tornam-se cada vez mais disputadas entre fazendeiros, coronéis e imigrantes na região.

A RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DURANTE O PERÍODO DA GUERRA

Michel Foucault foi um dos grandes teóricos do século XX e contribuiu de forma significativa com pesquisas que discutem o controle social e a estrutura das instituições judiciais e penitenciárias antigas e modernas. Na obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1987) Foucault apresenta de forma histórica as diferentes formas de punição aos condenados no regime Monárquico, como o suplício e os flagelos, todas essas práticas eram marcadas por grande crueldade e violência contra os corpos na tentativa de corrigi-los em suas infrações. A partir século XVIII, o filósofo problematiza o surgimento das prisões como forma de manutenção da lei, controle da ordem e como meio de legitimação do poder estatal. O intuito dessa nova ordem não é mais punir os corpos fisicamente, e sim fazer com que o indivíduo o grupo tenha medo do crime e que sua punição seja voltada para a privação da liberdade e que se atinja o intelecto e as vontades e disposições desse sujeito.

Foucault discute que dentro de uma lógica capitalista ocorre à necessidade de moldar os corpos e torná-los dóceis através de práticas disciplinadoras, deste modo surgem às instituições reguladoras de controle social, como as prisões, escolas, hospitais, quartéis, tribunais entre outros. O objetivo de Foucault na obra *Vigiar e Punir*, assim como na *Microfísica do poder*, era demonstrar que o Estado não é o único órgão central que detém o poder, pois as instituições que surgem nas sociedades modernas se configuram como a extensão dos efeitos do Estado, ou seja, os poderes não se encontram localizados somente no aparelho do Estado.

Michel Foucault no livro *Microfísica do poder* aprofunda suas discussões sobre poder, porém o filósofo deixa claro que não há uma teoria geral do poder, pois não existe algo unitário. Logo, o poder não é um objeto natural, pois os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, assim o poder se constitui como uma prática social e, como tal, é construída historicamente. De acordo com o teórico o poder está em todos os lugares por meio de uma rede de poderes moleculares que se expande por toda a sociedade. Portanto, as análises desenvolvidas pelo filósofo Michel Foucault, permitam compreender o poder como uma relação e como um instrumento de análise capaz de explicar a produção de saberes como criminalidade, doença, loucura. Saberes que são regulados e legitimados pelas intuições.

Nesse sentido, é relevante investigar de forma crítica as relações de poder presentes no contexto social e político da Guerra no Contestado. Por essa razão selecionou-se a região de Curitibanos em Santa Catarina, que apresenta no período da guerra, um contexto de política local e vida social múltiplo, que reflete muito sobre o cenário em que os caboclos estavam inseridos. O contexto social e político de Curitibanos propicia a escolha do local como ponto de análise para aplicação da redução da escala de observação, um dos métodos da micro-história italiana, pois a cidade apresenta uma ampla rede de poderes estabelecidos, que permitem observar uma série de elementos vinculados à guerra, a começar pela insatisfação da população com as autoridades e com o sistema coronelista da época, que exerciam controle sobre os indivíduos legitimados por intuições, no caso de Curitibanos o poder local encontrava-se presente na Superintendência Municipal, no Conselho Municipal, no cartório, e na mídia, pois o coronel Francisco F. de Albuquerque possuía um jornal chamado *O Trabalho*, que controlava as informações e tinha como colaboradores grandes fazendeiro da região.

É possível observar em Curitibanos toda uma rede de poder interligadas entre a vila e o Estado e que também agiam para o combate do movimento, principalmente durante o período em que o grupo passa a se organizar e estruturar-se em redutos, que se configuram como novos espaços de sociabilidade com lideranças que se dividiam entre religiosas e de guerra. Os caboclos passam a ter uma linguagem e práticas próprias entendidas em um conjunto de símbolos e significações muito peculiar para esses sujeitos. Esses elementos aparecem muito em processos-crime durante o depoimento de testemunhas de acusação que identificavam um integrante do grupo por meio de seus “*distintivo*” que seriam:

A linguagem sertaneja não se limitava à expressão rebelde “guerra santa”, mas estava presente nos símbolos externos (bandeiras, corte de cabelo rente, fitas nos chapéus), nas práticas de combate (com a valorização do entrevero), nas formas e nos meios de vida dos “quadros santos” (MACHADO, 2004, p. 32).

O grupo desenvolve uma série de meios e estratégias a fim de manter-se na guerra, pensando questões de sobrevivência como alimentação, distribuição de grupos em espaços de difícil acesso para o exército e além disso essa linguagem também tinha a intenção de aderir cada vez mais membros ao grupo camponês já que havia a

intenção de expandir o movimento. Houve todo um processo de construção de laços sociais entre os caboclos durante a guerra, processos que também são anteriores ao movimento, mas que foram ressignificados internamente por novas práticas como o próprio compadrio. Os novos integrantes do grupo deveriam ser rebatizados e escolher padrinhos do próprio grupo, essa prática foi criada pelas lideranças com intuito de fortalecer os laços internos e se desligar dos externos, principalmente com fazendeiros e coronéis locais contrários ao movimento.

As forças militares serão o principal agente estatal a ser acionados pelas oligarquias locais quando percebem que o movimento possuía lideranças e estratégias de combate. Essa força chegará em peso ao Contestado após ocorrer a derrota de forças militares na primeira batalha em Irani. As primeiras expedições surgem em 1912, porém o grande número de soldados mortos, a desorganização das operações e o comprometimento da reputação do exército brasileiro e o crescimento do movimento em território e número de adeptos, mais o crescimento das notícias na imprensa sobre os caboclos e sua afronta as autoridades leva a nomeação do General Fernando Setembrino de Carvalho, que irá intensificar a ofensiva militar, com verbas, pessoal e logística a ponto de se ter na região da guerra mais soldados do que civis, e consequentemente os problemas também aumentam.

Segundo dados de fontes de acervos militares foram recrutados metade do exército brasileiro para fazer o cerco ao Contestado. Esse grande contingente de homens mudou totalmente o cotidiano das vilas, trazendo problemas desde agressões, incêndios, doenças, alcoolismo, abusos sexuais entre outras questões causadas pelos próprios militares. O general antes de avançar na guerra teve de criar mecanismos de controle dos próprios militares. Isso permite visualizar como opera o controle social a indivíduos causadores da desordem, pois o general entendia que as primeiras expedições não deram certo em função da desorganização e da desobediência das ordens.

O General proibiu estabelecimentos comércios abertos após as 21 horas da noite, e a venda de água ardente a militares, assim como a comunicação de militares com os civis, pois ocorria de muitos dos militares ficarem bêbados e entregarem informações sobre as tropas e estratégias militares, que eram repassadas aos caboclos. Deste modo, a medida que o General Setembrino percebeu essas redes de proteção também passa a controlá-las:

As normas militares, como visto acima, atingiram não só os soldados, mas a própria comunidade. Além da proibição de armas de civis, a exigência de um passaporte para o trânsito das pessoas na região implicava uma completa mudança no cotidiano das mesmas, a maioria com familiares entre os considerados “fanáticos”, conforme demonstrado por Paulo Pinheiro Machado. O fechamento do trânsito na região impedia a comunicação entre esses e os redutos e diminuía a adesão de mais pessoas ao movimento (RODRIGUES, 2008, p. 20).

E a partir desse sistema de reorganização e controle dos próprios militares e inclusive dos civis, as tropas de Setembrino avançam no território caboclo causando muitas mortes e um uso extremo da violência por parte dos militares que cometeram atrocidades contra esses camponeses. Os desarmamentos dos civis impediam que essas armas fossem repassadas aos caboclos, assim como a proibição de conversas de civis e soldados não permitia o vazamento de informações uma vez que muitos desses civis possuíam relações de parentesco ou compadrio com membros dos redutos. Neste exemplo percebe-se o papel do exército como uma agência reguladora do Estado no combate ao indivíduo “perigoso” que ameaça à ordem.

Desta forma, Foucault ao compreender as práticas e instituições sociais da modernidade observa a configuração de novos espaços de exclusão e normalização de indivíduos, e pensar a disciplina implica em analisar o que é passível ou não de correção, essa questão permite ampliar as possibilidades de análise sobre o controle social,

principalmente sobre o que qualifica ou não um indivíduo ou grupo como criminoso. Logo, o controle social é direcionado aquele que não correspondem aos comportamentos legais e sob a disciplina ele é corrigido, como se percebe nos casos dos militares mencionados anteriormente.

Durante o processo de criminalização do movimento do Contestado os caboclos serão vistos com sujeitos em situação de correção. As forças armadas adentram cada vez mais no sertão, a força militar é intensificada, assim como os piquetes civis⁴ de emboscada a grupos de caboclos encarregados por funções como a de arrebanhamento de gado. As prisões de sertanejos aumentam, pois, o objetivo dos agentes de justiça era interrogar esses sujeitos e obter o máximo possível de informações sobre a estrutura, organização e estratégias de ataque dos rebeldes. Porém, os caboclos possuíam uma grande rede de proteção interna e externa.

No entanto, cada indivíduo pertencente ao movimento era instruído a proteger o grupo e utilizar de estratégias como demonstra o Sumário Crime de Sedição e ajuntamento ilícito nº 22 do ano de 1915 da Comarca de Curitiba. Manoel Pinto Cavalheiro foi preso pelo piquete civil comandado pelo Senhor Crispim Ribeiro em Trombudo no município de Curitiba, enquanto era realizado um reconhecimento militar na região sob a ordem do comandante das forças do exército destacadas na vila.

Esse processo já inicia apresentando Manoel como um “fanático”, o interessante é que o caboclo, além de ser identificado pelas testemunhas como pertencente ao grupo por possuir elementos dos “disctinctivo” dos “jagunços”⁵, o acusado nega a participação no grupo e apesar de ter sido encontrado em uma casa abandonada com uma corda descansando o que tudo indica que ele estava naquele local para arrebanhar gado e levar para o redutos, contudo ele afirma no inquérito ao delegado que estava a caminho da vila de Curitiba para se entregar à polícia e afirmava ter sido forçado a entrar no grupo. Em vários documentos judiciais esses indivíduos vão utilizar de estratégias para se desvincular do grupo e não revelar informações.

Contudo, as prisões e o controle da circulação da população civil não serão os únicos recursos utilizados para contenção do movimento. Outros meios como o uso da violência a indivíduos que ajudavam o grupo externamente, forçando-os a se desvincular e entregar informações também serão utilizados, assim como a circulação de informações negativas dos caboclos através de jornais da época que circulavam na região Contestada e nas Capitais dos principais Estados do Brasil. O conflito tomou proporções mais amplas de visualização em função de ter traços semelhantes com Canudos e o crescimento do movimento tornou uma ameaça.

Por isso, além do uso da violência militar, o foco dos aparatos de repressão também será a quebra dos laços sociais constituídos por esses camponeses durante a guerra. A forte repressão externa levou ao surgimento de uma divisão entre as lideranças do movimento camponês, de um lado a religiosa, que buscava a negociação e apaziguar a situação, e isso envolvia a negociação até com militares, mas do outro havia as lideranças de guerra que queriam o uso extremo da violência em todas as situações.

Os problemas que surgem internamente no movimento levam as lideranças a vigiar e punir todos os membros que tentavam sair do grupo ou que traíam os caboclos entregando informações sigilosas para os militares. Surgem também disputas pelo controle ao passo que lideranças do movimento decaem por inúmeras circunstâncias. Por fim o grupo após quatro anos de guerra acaba sendo vencido pelo cerco da fome e pelo desmonte de suas lideranças e laços comunitários construídos dentro da guerra. E o processo da criminalização foi tão efetivo que os sobreviventes tiveram que se mudar da região de conflito e trocar até de nome, pois após a guerra houve o chamado período de

⁴ Faziam parte dos Piquetes civis jagunços das milícias das empresas ou de fazendeiros ou coronéis apoiadores do exército.

⁵ A segunda expressão também era usada para se referir aos caboclos.

açougue. Havia a ordem de matar todos aqueles que fossem integrantes do movimento e que resistiram as forças armadas do Estado, ou que atacaram a própria ordem vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se em todos os inquéritos e processos-crimes selecionados nesta pesquisa um esforço em enquadrar tanto os participantes da guerra como o movimento em crimes contra o Estado e a propriedade pública e privada. Nota-se que na maioria dos processos-crime os caboclos são inseridos em crimes de Sedição e ajuntamento ilícito, que são crimes, aonde os indivíduos integrantes de uma revolta ou rebelião em massa agem contra uma autoridade estabelecida, e ameaçam a segurança do país, bem como crimes de invasão a propriedade também aparecem. As fontes acabam por evidenciar o interesse do Estado em proteger tanto a propriedade pública quanto a privada. Enquanto os camponeses eram enquadrados em crimes de dano a propriedade, para eles era o Estado, e as empresas que estavam violando sua propriedade.

Portanto, a partir deste prévio diagnóstico é visível a complexidades das relações existentes no conflito do Contestado. Quanto ao crime e controle social, estes são concebidos e estruturados de formas diferentes para cada grupo em disputa. Mas, a lógica que estrutura esses elementos que tornam um crime ou não, ou que determina que tipo de controle será aplicado, perpassa pelas condições morais e culturais dos indivíduos em suas redes de sociabilidade e cotidiano. Logo, toda a ação coletiva que visa controlar, criminalizar ou punir reafirma sua própria ordem frente as demais que ameaçam sua integração social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Marcos, César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH – Revista de História**, Ouro Preto, n. 15, p. 235-259, 2005.
- CAIMARI, Lila. Los historiadores y la “cuestión criminal” em América Latina: notas para um estado de la cuestión. **Revista de Historia de las Prisiones**, n. 2, p. 5-15, 2016.
- BRETAS, Marcos Luiz. *Entre crimes e leis: imaginação e a história brasileira do crime*. In: VENDRAME, Ines Maíra; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Crime e justiça: Reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Micro-história e a história do Crime e da Justiça Criminal: um diálogo possível e desejado*. In: VENDRAME, Ines Maíra; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Crime e justiça: Reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira. *História, mídia e criminalidade: apontamentos historiográficos e metodológicos*. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André (orgs.). **História, violência e criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais**. Urbelândia: EDUFU, 2015. p. 51-88.
- ESPADA, Henrique Lima. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- FERNANDES, Saul Estevam. **Brasil em pedaços ou a História dos meios de resolução das questões de limites interestaduais (1989-1930)**. 2017. 151 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A micro física do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. *O lugar do crime na imprensa brasileira*. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André (orgs.). **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. Urbelândia: EDUFU, 2015. p. 51-88.

GRINBERG, Keila. *A história nos porões dos arquivos*. In: PYNSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de, (orgs.). **Os historiadores e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O inquisidor como antropólogo*: uma analogia e as suas implicações. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991. p. 203-214.

LEVI, Giovani. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916), Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.

MATOZO, Marcus Antonio; MEDEIROS, Paulo César. *A guerra do Contestado*: redes, territórios e poder nos discursos oficiais. In: FRAGA, Nilson Cesar (org). **Contestado**: Território silenciado. Florianópolis: Isular. 2017.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estado sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MONSMA, Karl. *Histórias de Violência*: Inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo das relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 159-221.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Das ordens à disciplina*: a relação do exército brasileiro com as populações das vilas na região do Contestado. In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs). **A Guerra Santa revisitada**: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

PYNSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto 2008.

PYNSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **Os historiadores e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1996.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século XX. São Paulo: Edusc, 2004.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Railway Company no Sul do Brasil**: a instalação da lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916). 2009. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.

VENDRAME, Ines Maíra; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Crime e justiça**: Reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

VENDRAME, Ines Maíra; KARSBURG, Alexandre Oliveira de; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Ensaio de Micro-História, trajetórias e emigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

DRIBLANDO A CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA TELENVELA “O BEM-AMADO” DE DIAS GOMES

Emilla Grizende Garcia¹

Resumo: As temáticas abordadas por Dias Gomes na telenovela “O Bem-Amado”, exibidas na Rede Globo, em 1973, suscitaram representações críticas da sociedade e política brasileira do período. No entanto, esta telenovela não escapou da interferência da Divisão Censura de Diversões Públicas (DCDP), que estabelecia um rígido monitoramento às produções televisivas. Aprendendo a lidar com as limitações impostas pela censura federal, Dias Gomes, em “O Bem-Amado”, emprega como estratégias narrativas o cômico, lançando críticas certeiras ao regime, o que pode ser entendido como uma prática de resistência. Neste sentido, objetivamos, por meio deste trabalho, traçar um paralelo entre os pareceres expedidos pela DCDP e os capítulos que foram ao ar na Rede Globo, em 1973, analisando as representações críticas contidas na telenovela “O Bem-Amado”, que estabeleciam uma referência direta à violência e às práticas autoritárias do regime militar, bem como as representações que questionavam a moral e os bons costumes. Para tanto, serão analisados o conteúdo audiovisual da telenovela, disponível em DVD, juntamente com o Processo Censório de “O Bem-Amado”, disponível no Arquivo Nacional, em Brasília, no Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas.

Palavras-chave: Ditadura militar; censura federal; telenovela; “O Bem-Amado”; resistência.

INTRODUÇÃO

“O Bem-Amado” de autoria de Dias Gomes é uma obra que permanece presente no imaginário popular brasileiro e que sofreu adaptações, para os mais variados formatos, percorrendo diversos veículos midiáticos e circulando junto ao público brasileiro há quase 60 anos. De roteiro teatral², passou à especial de TV, correu os palcos do país, foi adaptada em telenovela, continuou como seriado e ganhou as telas do cinema em 2010, com o filme “O Bem-Amado”, dirigido por Guel Arraes. Por tocar de forma cômica em aspectos próprios da cultura popular brasileira e em elementos íntimos à realidade da política nacional – como a corrupção, demagogia e a falta de escrúpulo dos governantes – é uma história que pode ser sempre retomada. O caráter patológico presente na narrativa está na exposição das regras do jogo democrático que “combinava a ‘loucura’ do estadista com a ‘insensatez’ do eleitorado” (COSTA, 2017, p. 86). A universalidade e atemporalidade de “O Bem-Amado” são comentadas por seu autor:

E não se pense que a proibição de eleger livremente seus candidatos nos livra dos Odóricos provincianos e cidadãos, estaduais ou federais. Eles existem e continuarão existindo, com maior ou menor extroversão, pois são frutos, não da prática da democracia, mais da alienação e do oportunismo dos governantes, eleitos ou nomeados, escolhidos ou impostos (GOMES, 1990, p. 215).

¹ Doutoranda em História – UFJF. E-mail: milla_grizende@hotmail.com.

² A peça teatral “Odórico, O Bem-Amado e os mistérios do amor e da morte”, foi escrita em 1962, no período democrático, antes do acirramento das tensões do pré-golpe.

A trama principal da telenovela “O Bem-Amado” exibida pela Rede Globo em 1973 e reexibida em 1977³, gira em torno dos percalços e artimanhas criadas pelo prefeito Odorico Paraguaçu (interpretado por Paulo Gracindo) para inaugurar o cemitério em Sucupira, pequena cidade do litoral baiano. A construção da grande obra havia consumido todas as verbas dos cofres públicos, inclusive as destinadas para outras áreas, como a educação. A promessa de campanha de Odorico Paraguaçu estava quase cumprida aguardando, somente o defunto para a solene inauguração. No entanto, como ninguém morria na cidade, o cemitério foi se tornando incômodo ao prefeito, que passava a ser constantemente desmoralizado pela oposição frente à opinião pública. Buscando reverter essa situação, o prefeito busca definitivamente acabar com a crise “defuntícia” instalada na cidade e cria diversos estratagemas para conseguir um defunto. Uma das estratégias empreendidas por Odorico Paraguaçu foi confiscar todas vacinas em pela epidemia de Tifo.

Exibida no governo Médici, a telenovela “O Bem-Amado” foi ao ar sob os holofotes da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e, em todo o seu processo de produção, colheu cortes e direcionamentos de conteúdo. Nesse momento, a televisão era observada pelos governos militares como um meio de comunicação estratégico, visto que por meios das telas da TV era possível veicular ideais ligados à Doutrina de Segurança Nacional, além de reforçar a adesão a uma identidade nacional conveniente aos interesses da elite política do país.

Com o intuito de criar mecanismos capazes de efetivar sua política cultural, além de maciços investimentos para o sistema de telecomunicações, o regime militar utilizou como ferramenta, a ação coercitiva da censura, que passou a monitorar todas as produções televisivas, sobretudo, as obras de autoria de escritores engajados politicamente, como Dias Gomes.

Por ser um autor notadamente reconhecido por seu posicionamento político engajado, Dias Gomes era um nome visado pela Censura de Diversões Públicas, devido suas produções artísticas conter temáticas socialmente críticas. Vinculado ao Partido Comunista Brasileiro, Dias Gomes detinha uma preocupação constante em imprimir à sua produção cultural - seja no teatro, cinema ou rádio - um tom de crítica política e sátira social, o que permitiu o autor desenvolver uma linguagem especial, cuja sutileza possibilitou driblar a censura e, ao mesmo tempo, representar e analisar a realidade brasileira. Evidenciando a realidade nacional através de situações cotidianas, Dias Gomes buscou inserir “elementos do absurdo dentro da realidade, com uma dose muito grande de cultura popular. O realismo com que se poderia retratar a nossa realidade não pode prescindir do fantástico” (BORELLI; RAMOS; ORTIZ, 1989, p. 94).

Em toda sua trajetória, Dias Gomes buscou manter uma unidade ideológica ao incorporar temáticas vinculadas ao nacional-popular, que possibilitaram ao receptor de sua obra adotar uma postura crítica frente a sua própria realidade. Este ideário ficcional dos autores das décadas de 1950 e 1960 foi marcado pelo projeto nacionalista mais à esquerda, cuja concepção estética nacional-popular foi talhada no realismo presentes na literatura, no cinema e teatro. Esta concepção legitimou a modernização televisiva ao formatar produtos realistas inspirados na “arte popular engajada”, com o intuito de suscitar ao público visões críticas sobre o seu cotidiano (SACRAMENTO, 2009, p. 76). Traçado esse quadro, o objetivo deste trabalho é analisar por meio do Processo Censório da telenovela “O Bem-Amado” disponível para consulta no Arquivo Nacional, Brasília, no Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas juntamente com os conteúdo audiovisual da telenovela, disponível em DVD, e comercializado pela Globo Marcas, as representações críticas contidas na obra, que estabeleciam uma referência direta a violência e as práticas autoritárias do regime militar, bem como as representações que questionavam a moral e os bons costumes.

³ A telenovela “O Bem-Amado” foi exibida em dois momentos decisivos da ditadura civil militar brasileira, em 1973 e reapresentada em 1977, devido ao veto integral de “Despedida de Casado” de autoria de Walter Dust, censurada pela DCDP por abordar o divórcio.

PROCESSO CENSÓRIO DE “O BEM-AMADO”

A ação censória da telenovela “O Bem-Amado” foi marcada por intensas negociações entre a Rede Globo e a Divisão de Censura de Diversões Públicas, incidindo desde a submissão da sinopse à censura prévia, acompanhando todo o desenrolar da trama⁴. O processo censório desta produção, conduzido pela DCDP, pode ser observado a partir de quatro momentos.

O primeiro voltado a análise da sinopse, apesar de algumas recomendações com relação ao conteúdo foi positivo, uma vez que houve a liberação da produção para ser veiculada no horário nobre – horário de maior audiência, com classificação indicativa de 14 anos. O segundo momento é relativo aos pareceres das gravações dos capítulos iniciais. A apreciação dos censores referente as gravações dos capítulos iniciais da telenovela, continham ponderações conservadoras que sancionavam temáticas que representavam novas condutas, como a emancipação feminina, o embate geracional e críticas à família tradicional. A representação na trama de posturas comportamentais que questionavam a conduta moral defendida pelo Estado Autoritário – embasada por valores morais tradicionais e pelo patriarcalismo – justificou a elevação da classificação indicativa de 14 para 16 anos e, conseqüentemente, a alteração do horário de exibição, sendo liberada para a exibição somente após às 22 horas.

O terceiro momento do processo censório de “O Bem-Amado” compreende os quatro primeiros meses de apresentação da trama, no qual a apreciação censória foi conduzida de forma mais branda, sendo perceptível a incidência dos pareceres de dois censores, José Augusto Costa e Paulo Leite de Lacerda⁵. Seduzidos pela narrativa, as apreciações destes censores, evidenciaram, sobretudo, o caráter cômico da narrativa. O único corte efetivado pelos censores por diz respeito uma cena que induzia o uso de entorpecentes entre os personagens que compunham o núcleo jovem da telenovela, o *hippie* Nadinho (Jorge Botelho) e Telma (Sandra Bréa), filha do prefeito Odorico Paraguaçu. Em todas as suas avaliações José Augusto Costa e Paulo Leite de Lacerda não observaram aspectos essenciais à apreciação censória destinada às telenovelas, tais como: a temporalidade do texto, sendo atribuído por estes a uma “época qualquer”; a mensagem do texto, tida como “indefinida”; além da linguagem, que em seus pareceres estava sempre “adequada ao tema, com regionalismos”.

Esta situação se alterou drasticamente a partir do terço final da telenovela, no qual o processo censório se tornou muito mais rígido. O Parecer nº. 4166, relativo aos capítulos 110-113 marca essa ruptura, pois evidenciou a preocupação do Diretor do Departamento da Polícia Federal (DPF) com a representação de situações críticas à conjuntura nacional presentes em “O Bem-Amado”, que estariam escapando às análises do DCDP. Subordinada à Polícia Federal, a DCDP é um órgão que além de cercear representações críticas aos pressupostos do regime militar, detinha a função de produzir informações sobre as produções culturais, a fim de servir aos órgãos ligados ao SNI. Nesse sentido, a intervenção da DPF nas análises censórias do DCDP expõe a complexidade e a preocupação com relação ao controle de representações críticas. Buscando atender prontamente os direcionamentos do diretor da DPF, General Brigadeiro Antônio Bandejas, o parecer no. 4156/73 alerta para aos perigos expostos na narrativa:

Extrapolando o nuance puramente regional, o autor transborda aqueles limites, enfocando aqui e ali a problemática em um sentido generalizado, fato que pode ser subentendido como particular de determinada situação ou contexto. As recomendações expressas pelo Exmo. Sr. Diretor Geral da DPF

⁴ O processo censório da telenovela “O Bem-Amado”, disponível para consulta *in loco*, está resguardado no Arquivo Nacional, Brasília – DF, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), cx.13.

⁵ A documentação presente no Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Arquivo Nacional referente ao “O Bem-Amado” contém até o capítulo 113, 55 apreciações, e entre elas 47 são assinadas, ao menos por um dos técnicos censores José Augusto Costa e Paulo Leite de Lacerda.

são no sentido de não se permitir alusão desrespeitosa a autoridade constituída, preservando-se por outro lado, os valores da família, sociedade e bons costumes. [...] a telenovela em questão, torna-se inconveniente nos termos ora apresentados. As situações afloradas, no duplo sentido, a essa altura dos acontecimentos, podem ser claramente interpretadas como alusivas à conjuntura nacional, particularizando instituições, pessoas, ou mesmo outros valores consagrados⁶.

E o parecer continua, deixando claro que “o programa não está atendendo as recomendações emanadas pelo Exmo. Sr. Diretor Geral da DPF”⁷, tendo a Censura a função de advertir a TV Globo e a Dias Gomes sobre os aspectos abordados e, com um tom de ameaça, ratifica se caso persistirem tais representações, novas dificuldades poderão surgir. Em todos os pareceres subsequentes ao capítulo 114, a temporalidade da história é deslocada para o tempo presente. Além disso, houve uma maior circularidade de técnicos censores, o que permitiu ampliar a perspectiva de análise e de controle por parte do DCDP.

Direcionado pelas recomendações do Diretor da DPF, a última fase do processo censório de “O Bem-Amado” foi assinalado por cortes diversos, objetivando cercear tanto críticas político ideológicas, quanto representações que questionavam a moral e os costumes conservadores. Assim, foram observados e redirecionados aspectos de ordem comportamental e moral como: o figurino da personagem Telma, que ao longo da trama se tornou-se muito mais conservador; o envolvimento amoroso de Odorico Paraguaçu com as três Irmãs Cajazeiras; vetado o diálogo o qual sugeria o envolvimento amoroso do padre de Sucupira; e direcionamentos de conteúdo voltado a reduzir a conotação homossexual do personagem Dirceu Borboleta (Emiliano Queiróz).

Do ponto de vista político ideológico foram vetadas do audiovisual palavras que remetiam as patentes militares coronel e capitão, juntamente com os termos pejorativos meganha e macaco, associados à força policial; corte em várias passagens que induziam o uso de drogas; a música “Paiol de Pólvora” de autoria de Vinícius e Toquinho que fazia parte da trilha sonora foi censurada no terço final da trama, sendo impedida de ser reproduzida integralmente, podendo apenas ser reproduzida em formato instrumental. Todavia apesar dos cortes e redirecionamentos de conteúdo, Dias Gomes foi hábil em introduzir críticas as regime militar.

DRIBLANDO A CENSURA

Aprendendo a lidar com as limitações impostas pela censura, Dias Gomes em suas produções passa a inserir “iscas” no *script*, ou seja, certas cenas provocantes buscando concentrar o foco dos censores, especialmente em aspectos ligados a moral e aos bons costumes. Introduzindo mensagens mais sutis, mas não menos críticas, Dias Gomes relata que: “O jogo consiste em inventar um episódio que concentre toda a atenção da censura. A censura faz parte da minha vida profissional. É como uma mulher com quem eu viveria com repugnância” (MATTELART, 1990, p. 73). Hábil em explorar o cômico e a dubiedade, Dias Gomes faz uso de estratégias linguísticas para expor críticas certeiras ao regime.

Neste sentido, a telenovela “O Bem-Amado” trouxe à tona ao longo de sua apresentação, representações críticas da realidade sociopolítica do período apresentando a corrupção e demagogia presente na vida política nacional, como a articulação de campanhas de apoio ao governo como as manifestações pré e pós o golpe civil-militar

⁶ Arquivo Nacional – Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas DCDP. “O Bem-Amado”. Cx.13. Parecer no. 4156/73, emitido em 22/06/1973, referente ao capítulo 100-113, pelos técnicos censores Reginaldo Oscar de Castro e Paulo Leite de Lacerda. p. 01

⁷ Idem. p. 02. A apreciação deste parecer foi tão rígida que assinalou 38 vetos diretos no exame de apenas 03 capítulos.

de 1964. No desenrolar da trama, o cemitério vai se tornando um assunto cada vez mais incômodo para o prefeito e um prato cheio para a oposição. Estando com a imagem muito desgastada frente à opinião pública e buscando fortalecer as ações de seu mandato, Odorico e seus partidários, organizam uma “manifestação espontânea”⁸ orna-da com faixas e com público convidado. Esta manifestação é uma analogia direta as “manifestações espontâneas”, planejadas, organizadas e financiadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁹, que contaram com o apoio de setores conservadores da sociedade brasileira - militares, elite empresarial e industrial, Igreja Católica e ramificações protestantes e classe média. Manifestações organizadas previamente como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e a “Marcha da Vitória” tinham como objetivo conter a “ameaça comunista” (WANDERLEY, 2005, p. 12). Nesta passagem, Dias Gomes descortina o caráter espontâneo destas manifestações, visto que eram organizadas e financiadas pelo próprio governo militar, por meio do IPES.

Outra crítica que passou ilesa a tesoura dos censores diz respeito a eleição municipal de Sucupira. No dia do pleito eleitoral, Odorico se dirige para a seção onde Nezinho do Jegue, embriagado, gritava aos quatro ventos: “Morra Odorico, sem vergonha, ladrão de cavalo, explorador do povo! Quem votar nele é a mesma coisa que votar no diabo. Filho do cão! Morra Odorico!”. Acompanhando a narrativa, o parecer do capítulo 10-11, contém um argumento politicamente crítico que passou pelo olhar crítico dos censores. “Finalmente chega o dia das eleições e para a surpresa geral o primeiro voto é para o jegue do Nezinho”¹⁰. Acompanhada ao vivo pela imprensa, a eleição municipal em Sucupira segue acirrada. Conforme mencionado nos capítulos subsequentes, os eleitores votavam no jegue como forma de protesto, pois este era considerado o mais capaz entre os candidatos.

Referência clara de Dias Gomes à política brasileira, visto que é uma prática, ainda em vigência, própria de eleitores descrentes em políticos os quais, por deboche ou protesto, direcionam seu voto, a figuras populares sem preparo ou mesmo sem serem nem mesmo candidatos, chegando ao limite escolherem como candidatos notórios animais. Foi o caso do rinoceronte Cacareco que, nascido no zoológico de São Paulo, recebeu milhares de votos para vereador na eleição municipal de 1959, fato que repercutiu na imprensa da época. Na ficção “após disputa eleitoral, o jegue acaba vencendo as eleições para Prefeito da cidade”¹¹.

Uma ação representada em “O Bem-Amado” está associada ao sequestro armado do personagem, o jornalista Neco Pedreira (Carlos Dolabella). A cena foi conduzida de modo a ser uma representação que poderia ser diretamente associada a uma ação do Destacamento de Operações de Inteligência e Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-Codi) para o sequestro de suspeitos subversivos. A cena é subitamente cortada por uma tomada externa, que acompanha a tumultuada chegada de uma volante com vários policiais armados e vestidos à paisana. Percebendo que se tratava de uma operação policial, o produtor que tomava um café com Neco Pedreira, deixa uma caneta aos cuidados do jornalista e foge. Com truculência, Neco é jogado para dentro do camburão. Na delegacia, o jornalista amarrado em uma cadeira é interrogado com violência, sendo constantemente intimidado pelo delegado que exige, agressivamente, que ele diga “os nomes”. Na sequência, é realizada uma revista no “intelectual”¹², termo utilizado

⁸ O BEM-AMADO, Autoria: Dias Gomes, Direção: Régis Cardoso, Supervisão: Daniel Filho. Rio de Janeiro: Globo Marcas, 2012, 10 DVDs. Cena disponível DVD 05, Capítulo 05, em 01:29:30 segundos.

⁹ O Ipês criado em 1961 produziu as campanhas publicitárias organizadas que objetivavam integrar os diversos movimentos sociais de direita constituindo as bases de uma oposição que pudesse deter o “avanço do comunismo”.

¹⁰ Arquivo Nacional – Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas DCDP. “O Bem-Amado”. Cx. 13. Parecer no. 599/73, emitido em 31/01/1973, referente aos capítulos 10 ao 11, pelos técnicos censores Carlos Alberto B. Souza e José Augusto Costa.

¹¹ Arquivo Nacional – Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas DCDP. “O Bem-Amado”. Cx. 13. Parecer no. 612/73, emitido em 01/02/1973, referente aos capítulos 10 ao 11, pelos técnicos censores Carlos Alberto B. Souza e José Augusto Costa.

¹² Michael Lowy (1979, p. 01) entende a “intelectualidade” como uma “categoria social definida por seu papel ideológico: eles



em cena. A caneta, entregue pelo produtor, é encontrada no bolso de Neco, a qual continha um pó branco, que poderia ser facilmente relacionado à cocaína. O jornalista é imediatamente preso, sob a acusação de fazer parte de uma quadrilha¹³. Não obstante verifica-se que esta sequência atende aos interesses do governo militar no que tange à repressão ao tráfico e uso de drogas e, talvez, por esse fato tenha passado na avaliação censória.

Todavia, ao mesmo tempo, a sequência representa de forma impactante a violência do sequestro seguido do interrogatório empreendida pelos DOI-CODIs, sobretudo, aos indivíduos que poderiam ser facilmente associados ao perfil de “intelectuais”, observados pelas agências de segurança interna como subversivos em potencial (GARCIA, 2016, p. 240). Esta tomada evidencia, conjuntamente, as ações violentas e o desrespeito aos direitos individuais praticados pelo Estado. Nos pareceres do DCDP sobre a sequência referida consta, somente, a seguinte menção: “Neco sai da prisão e é provada sua inocência”¹⁴.

Dias Gomes também direcionou suas críticas ao cerceamento da liberdade de expressão, evidenciando a repressão violenta realizada nas redações dos jornais, durante o regime militar. Segundo Beatriz Kushnir (2004, p. 41), por meio do terrorismo cultural empreendido pelo regime, bombas foram explodidas em livrarias, jornais como o *Correio da Manhã* foram depredados, editoras como a *Civilização Brasileira* foram invadidas, publicações foram apreendidas. Em “O Bem-Amado”, o jornal “A Trombeta” de propriedade de Neco Pedreira não escaparia ileso das críticas lançadas contra os desmandos do prefeito. Apelidado por Odorico de “marronzista”, “esquerdista”, “desigênico” e “patifento”, o periódico denunciava, cotidianamente, a sua gestão arbitrária. Após a publicação de uma reportagem, que compilava as arbitrariedades cometidas pelo prefeito para a inauguração do cemitério, o coronel ordena que seja destruída a redação do jornal. Seus jagunços quebram todo o maquinário gráfico e roubam todos os exemplares impressos¹⁵. Neco Pedreira, transtornado ao ver o estado da sua redação, invade o gabinete do prefeito:

ODORICO: É costume das pessoas educadas, pedir licença para entrar.

NECO: **O seus jagunços também não pediram licença para entrar na redação de meu jornal e quebrar tudo.**

ODORICO: Jagunço? Que isso? Nunca precisei de jagunço.

NECO: Não sei que nome o senhor dá a aqueles bandidos que foram lá com ordem de quebrar tudo, ou quem sabe até de me matar. [...]

ODORICO: Senhor está me acusando? Tá acusando de alguma coisa. Ainda tem coragem tem essa topetice depois de escrever aquele descalunio na sua **gazeta marronzista?**

NECO: **Vai lá ver em que estado seus jagunços deixaram minha redação e oficina, vai lá ver! [...]**

ODORICO: **As minhas ordens foram só para apreender toda a edição.** Agora, se os rapazes se excederam foi por conta deles. Mas eu vou mandar abrir um rigoroso inquérito, apurar e punir os excessos. [...] **Olha seu Neco, eu já disse que não mandei ninguém expandir seu jornal. Isso seria contra o meu democratismo militante.**¹⁶ (grifos meus).

são os produtores diretos da esfera ideológica, criadores de produtos ideológico e culturais”. Nesta categoria se enquadram profissionais: escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes (LOWY, 1979, p. 01).

¹³ O BEM-AMADO, 2012. Cena descrita está disponível no DVD 05, Capítulo 06, em 01:59:00 a 02:05:20 segundos.

¹⁴ Arquivo Nacional – Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas DCDP. “O Bem-Amado”. Cx.13. Parecer no. 3230/73, emitido em 22/05/1973, referente ao capítulo 89/90, pelos técnicos censores José Augusto Costa e Gláucia Soares.

¹⁵ Cena disponível DVD 06 Capítulo 09, em 03:06:46 segundos.

¹⁶ Transcrição do diálogo disponível no DVD 06, Capítulo 10, em 03:10:15 a 03:12:40 segundos.

A última frase presente no discurso do prefeito “Isso seria contra o meu democratismo militante” apresenta uma compatibilidade com o discurso veiculado pelo regime militar, que utilizada de frases de efeito como “defesa da Democracia”, entoada em manifestações e justificaram o golpe civil-militar de 1964. Ao longo de todos os governos autoritários, o termo democracia foi empregado no discurso militar com a intenção de criar uma falsa atmosfera democrática, voltada a encobrir a violência e a arbitrariedade das ações praticadas pelo Estado (REIS, 2014, p. 86). A ameaça, invasão e destruição violenta da redação do Jornal, a mando do poder público da cidade, não foi analisada em nenhuma apreciação do DCDP.

A última crítica que passou ilesa pelas tesouras da DCDP está presente nos capítulos finais de “O Bem-Amado”. Odorico buscava todos os meios de encontrar o morto que fora raptado, em pleno velório, pela oposição para que adiar a inauguração do cemitério. O prefeito, a fim de descobrir o paradeiro do corpo, instala um sistema de escutas no confessionário da Igreja com o objetivo de ouvir as confissões dos moradores de Sucupira para descobrir onde o corpo havia sido enterrado¹⁷. Dias Gomes ao conduzir a ação para o espaço do confessionário, evidencia sutilmente a busca incessante por informações, presentes tanto no contexto internacional – Guerra Fria e caso Watergate¹⁸ – quanto no contexto nacional, por meio do Serviço Nacional de Informações. Extrair confissões, seja instalando sistemas de escuta no confessionário da Igreja, seja por meio de grampos telefônicos, assaltos em correspondências, invasões domiciliares, chegando até mesmo a tortura, foram práticas essenciais para a manutenção do poder, tanto na ficcional Sucupira quanto no longo período de ditadura militar no Brasil (GARCIA, 2016, p. 222).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da década de 1970, as telenovelas da Rede Globo, principalmente as autoria de intelectuais engajados, não escaparam da interferência da Divisão Censura de Diversões Públicas (DCDP), que estabelecia um rígido monitoramento às produções televisivas devido os altos índices de audiência alcançados por estas produções. Apreendendo a lidar com as limitações impostas pela censura federal, Dias Gomes, em “O Bem-Amado”, emprega como estratégias narrativas o cômico, lançando críticas certeiras ao regime, o que pode ser entendido diretamente como um prática de resistência.

Através da análise processo censório e das cenas de “O Bem-Amado”, se torna possível obter um olhar sobre a dinâmica histórica, uma vez que permitiu a percepção de que imagens e representações críticas de parte da sociedade e da política brasileiras veiculadas pela obra foram possíveis ainda que sob o auge de um regime de exceção e de monitoramento político-cultural exercido pela Divisão de Censura de Diversões Públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORELLI, Silvia Helena Simões; ORTIZ, Renato; RAMOS, José Mário Ortiz. **Telenovela: história e produção**. São Paulo: Brasiliense, 1991

COSTA, Iná. **Dias Gomes um dramaturgo nacional-popular**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

¹⁷ O BEM-AMADO, 2012, DVD 09, Capítulo 03, em 0:00:54 segundos.

¹⁸ O escândalo Watergate aconteceu em pleno contexto da Guerra Fria, entre os anos de 1972 e 1974, no governo de Richard Nixon, nos Estados Unidos. O presidente Nixon foi alvo de uma série de investigações que escrutinaram a corrupção e operações ilegais presentes em seu governo. No dia 17 de julho de 1972, em plena campanha eleitoral para a presidência dos EUA, alguns funcionários do Partido Republicano, foram surpreendidos tentando instalar um sistema de escuta clandestino na sede do comitê nacional do partido de oposição, o Democrata, no edifício Watergate.



GARCIA, Emilla Grizende. **Isto deve ser obra da esquerda comunista, marronzista e badernenta**: sociedade e política na telenovela “O Bem-Amado”. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2016.

GOMES, Dias. **Apenas um subversivo**. Rio de Janeiro: Bertrad, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **O carnaval das imagens**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REIS, Daniel Aarão (Org.). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964 - 2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SACRAMENTO, Igor; SILVA, Marco Antônio R.; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. O PCB e a modernização midiática: propostas para a análise das relações entre comunistas e a televisão nos anos 1970. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez. 2009.

WANDERLEY, Sônia. O campo televisivo e a política nacional (1950-1970). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (Intercom), 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Intercom, 2005.

RESISTÊNCIAS E DEFESA DAS IDENTIDADES/IDENTIFICAÇÕES: O CASO DE LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)

Geovane B. Costa¹

Resumo: *Lampião da Esquina* surgiu em abril de 1978 e teve fim em julho de 1981. Criado por onze homossexuais assumidos, dentre eles Aguinaldo Silva, João Silvério Trevisan e Peter Fry, *Lampião* foi um jornal da imprensa alternativa gay se enquadrando dentro do subgrupo de “jornais de movimentos sociais”. A proposta desse artigo objetiva apresentar o jornal *Lampião da Esquina* como um instrumento de resistência e de identidades homossexuais masculinas.

Palavras-chave: Lampião da Esquina. Identidades. Resistências.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 50 e 60, houve uma grande expansão das pessoas homossexuais no meio urbano, principalmente nas capitais Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, motivadas pela busca do anonimato que a vida urbana poderia proporcionar, e, para escaparem do forte controle familiar (GREEN, 2000; MACHADO, 2010; COSTA, 2020). No entanto, apesar dessa expansão, o sistema heterossexual dominante impunha aos homossexuais a posição de quase invisibilidade dentro da sociedade brasileira, exceto pela visibilidade forçada dos homossexuais efeminados, como as travestis, por exemplo, que tinham mais projeção na sociedade do que os homossexuais “discretos”, que passavam despercebidos por terem se adaptado melhor ao sistema heterossexual (ou heteronormativo, se assim preferirem) (MACHADO, 2010, p. 63).

De todo modo, na primeira metade do século XX, os homossexuais já tinham uma certa visibilidade na imprensa escrita figurando, por exemplo, quase sempre nos boletins ou páginas policiais e relatórios médicos; de forma satirizada por meio de charges e/ou ilustrações, que destacavam o aspecto efeminado desses homens², ou ainda através de notícias policiais³ de morte, estupro ou furto, principalmente, com o envolvimento das travestis (HEEREN, 2011, p. 41). Como se tratava de imagens negativas e construídas, quase sempre, por pessoas heterossexuais, tivemos na década de 60 como resposta a isso o surgimento de uma imprensa especializada ou segmentada para o público homossexual - a imprensa gay -, que tinha como objetivo principal reunir as pessoas homossexuais e dar voz a eles numa tentativa de criar identificações positivas sobre a homossexualidade e os homossexuais (HEEREN, 2011).

¹ Licenciado, Bacharel e Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES.

² Na revista humorística *O Malho* do volume 2, número 20, de junho de 1903, temos por exemplo a exibição de uma charge junto de um poema irônico intitulado “Fresca Theoria” em que satirizava os homens que se reuniam na Praça Tiradentes como um local de busca de relações sexuais ou românticas. Ver HEEREN, José Augusto de Castro. **O armário invertido: comunicação e discurso sob a luz de Lampião**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2011, p. 41.

³ Um caso explorado pela mídia do início do século XX foi o de Febrônio Índio do Brasil que foi condenado por ter matado, tatuado com signos cabalísticos e estuproado dois menores no ano de 1927. A partir desse caso, os jornais brasileiros passaram a vincular a imagem do homossexual ao de um delinquente e perverso. Ver: GREEN, James Naylor; PÓLITO, Ronald. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006, p.119-122.

Vale destacar alguns pontos sobre a imprensa gay. O primeiro é que tal imprensa também denominada imprensa “homossexual” ou imprensa “homoerótica”, era nomeada por seus contemporâneos como imprensa “entendida” ou “rosa choque” (PERET, 2011). Outro ponto a ser levantado é que apesar de ser destinada majoritariamente aos leitores gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e em sua grande maioria, produzida por jornalistas gays, fossem eles amadores ou profissionais, ela não se restringia a eles. Um terceiro ponto é que a imprensa gay surgiu nos EUA, na Califórnia, em 1947, com o jornal *Vice-Versa*, e aqui no Brasil, em 1963 no Rio de Janeiro com o jornal *Snob*, a partir da “necessidade que uma parcela da sociedade teve em procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis” (RODRIGUES, 2007, p. 55).

Ainda poderia destacar que os jornais gays fazem parte de uma tipologia pertencem à categoria de “jornais alternativos”⁴ numa subcategoria de “jornais de movimentos sociais”, que geralmente não eram elaborados por jornalistas, mas por pessoas diretamente vinculadas aos movimentos sociais que buscavam representar (KUCINSKI, 1991). Além da tipologia “imprensa gay”, que *Lampião da Esquina* fez parte juntamente com os jornais *Snob* (1963), *O Centauro* (1968), *Opinião* (1968), os “jornais de movimentos sociais” também era compostos pelas tipologias: da “imprensa feminista”, tendo como exemplos *Brasil Mulher* (1975), *Nós Mulheres* (1976), *Mulherio* (1981); da “imprensa negra”, da qual pertencia os jornais *Tição* (1978), *Simba* (1977), *Koisa de Crioulo* (1981), *Nego* (1981); do movimento estudantil como o *Terra Roxa* (1972), do DCE da Universidade de Londrina; de jornais ligado à publicações ecológicas como a *Folha Alternativa* e *Ecojornal* (ambos publicados em 1979), e, dos jornais de bairro/regionais, como *Carrinho* (1975), *Novo Jornal* (1971) etc.

Queria também esclarecer que o meu objetivo nesse artigo é apresentar como um jornal feito por homens homossexuais - *Lampião da Esquina* – pode ter colaborado para com a questão das identidades homossexuais masculinas. Além disso, pretendo também destacar as resistências de *Lampião*, que serão compreendidas aqui como estratégias de defesa da identidade, da diversidade sexual e como capacidade de opor-se aos poderes constituídos e dominantes da heteronormatividade.

Por fim, destacar que hoje em dia, apesar de existir autores como Hall (2006) e Santos (2008) que consideram mais adequado falar em identificação no lugar de identidade, já que o primeiro termo evidencia mais claramente a instabilidade das identidades, possibilitando vê-las como um processo sempre em andamento, principalmente no que diz respeito à relação do sujeito para com o grupo, enquanto que o termo identidade poderia passar a ideia de uma coisa fechada, acabada, vejo tais conceitos como sinônimos, pois não consigo conceber esse segundo termo como algo imutável, fechado, pois o que chamamos de identidade é uma construção social complexa que envolve auto e heterorreconhecimento, ou seja, trata-se de uma elaboração permanente, moldada conforme o contato estabelecido com a alteridade (GIMÊNEZ, 1997; HALL, 2006; CANDAU, 2011).

⁴ KUCINSKI (1991) definiu como **imprensa alternativa**, aquela imprensa também conhecida como “**nanica**”, “**de leitor**”, “**tropicalista**”, “**marginal**”, “**emergente**”, “**independente**” ou ainda “**underground**”, cuja invenção “remonta aos pasquins do período regencial (1831-1840) e também aos jornais anarquistas publicados pelos operários entre os anos de 1880 e 1920”, que serviram como um meio de resistência às políticas dominantes. Além da categoria “jornais de movimentos sociais”, a imprensa alternativa teve também os jornais “de esquerda” que eram publicações influenciadas direta ou indiretamente pelos partidos e organizações políticas de esquerda, que na época se encontravam na clandestinidade, como, por exemplo, os jornais *O Pasquim* (1969), *Opinião* (1972) etc.; e os jornais da “contracultura”, que eram jornais mais voltados para a crítica dos costumes, apresentando o descontentamento com relação aos valores morais, contestando as maneiras de pensar, sentir e agir de grande parte da sociedade brasileira, além de criticar também o regime civil-militar, como, por exemplo, *Bondinho* (1970), *Flor do Mal* (1970), *Verbo Encantado* (1971) etc.

LAMPIÃO DA ESQUINA

O jornal *Lampião da Esquina* foi produzido por 11 homens de classe média assumidamente homossexuais - os jornalistas Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clovis Marques, Gasparino Damata e João Antonio Mascarenhas; o artista plástico Darcy Penteado; o crítico de cinema Jean Claude Bernardet; o poeta e crítico de arte Francisco Bittencourt; o cineasta e escritor João Silvério Trevisan, e o antropólogo Peter Fry-, que faziam parte do conselho editorial. Surgiu em abril de 1978, como uma edição experimental, a edição de número 00 (zero), somente com o nome de *Lampião*, no entanto, por uma questão de direitos autorais, por já haver um jornal gaúcho homônimo, que era editado desde 1976 por um grupo trotskista (QUINALHA, 2017, p. 280 *apud* COSTA, 2020, p. 64), o conselho editorial do jornal na edição de número 01, que já tinha começado a ser vendido em algumas bancas de jornais, acrescentou o termo “da Esquina”⁵, que fez parte do nome do jornal até o seu fim, em junho de 1981 (COSTA, 2020, p. 30).

Lampião foi uma publicação nacional e industrializada da Esquina - Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda, impresso na Gráfica e Editora Jornal do Comércio S.A., localizada no Rio de Janeiro, e teve 16 páginas por edição do nº zero ao nº10, e a partir da edição de nº 11 passou a ter 20 páginas. A primeira edição ficou restrita ao Rio de Janeiro, sendo enviada a 5 mil pessoas aleatórias escolhidas pelos membros do Conselho (COSTA, 2020, p. 30). Contudo, conforme Costa (2020, p. 30) a partir da edição de nº 3, o jornal começou a ser distribuído para além do Rio⁶.

Conforme Costa (2020, p. 30-31) *Lampião da Esquina* surgiu com sete seções: *Opinião* (equivalia ao editorial), *Ensaio* (composta de textos sobre temas gays enviados por colaboradores), *Esquina* (seção com artigos traduzidos, textos opinativos e notas variadas), *Reportagem* (seção com matérias informativas, ou com assuntos das matérias de capa, e, ou com entrevistas); *Literatura* (seção de poesias que eram enviadas pelos leitores), *Tendências* (seção cultural que falava de Livros, Exposições, Peças teatrais, etc.), e *Cartas na mesa* (seção de cartas de leitores que opinavam, discutiam e debatiam matérias com os respectivos comentários dos jornalistas). A partir da edição de nº 5 começou a ser publicada uma nova seção: *Bixórdia*, uma espécie de coluna social marcada pela utilização de palavras típicas da “cultura” gay. E posteriormente a partir do nº 18 tivemos a seção *Troca-troca*, que era o espaço para paquera onde perfis de leitores eram publicados para eventual correspondência entre os interessados (ARIAS; AMARAL, 2016, p. 115 *apud* COSTA, 2020). Outras seções apareciam esporadicamente como: *Ativismo*, *Bofarada*, *Denúncia*, *Ensaio populares*, *Festim* etc.⁷

⁵ Existia uma metáfora no nome do jornal, pois *Lampião da Esquina* se “tornaria a luz que recairia sobre as minorias, iluminando as esquinas dos guetos onde estas se encontravam, para espantar o fantasma da obscuridade” (SANTOS, 2017, p. 91), ou seja, o jornal serviria para esclarecer os lugares dos homossexuais, para lhes dar visibilidade, já que até então estavam relegados aos becos escuros que a sociedade dominante os submetia. Ver: SANTOS, Rogério Reis dos. “**Uma bicha atrevida pede a palavra**”: o lampião da esquina e a resistência de homossexuais durante a ditadura civil militar brasileira. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Brasília, 2017.

⁶ Em nota de rodapé, Costa (2020) afirma que através da seção *Cartas na Mesa* e do Expediente do jornal, pode-se perceber que *Lampião* a partir da edição de nº 3, passou a ser comercializado nas cidades de São Paulo (SP), Recife (PE), Salvador (BA), Florianópolis (SC), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS). Já na edição de nº 9, o jornal chegou também às cidades de Joinville (SC), Teresina (PI), Curitiba (PR) e Manaus (AM). Na edição 14, o jornal passou a ser comercializado também na cidade de Vitória (ES). O nº 22 chegou também às cidades de Campos (RJ), Jundiaí (SP), Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Brasília (DF), Goiânia (GO) e Fortaleza (CE). A partir da edição de nº 30, *Lampião* também foi distribuído nas cidades de Divinópolis (MG), Maceió (AL), João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB). Enfim, ao longo de sua existência *Lampião* circulou por 14 Estados e o Distrito Federal. Ver: COSTA, Geovane B. da. **As (homos)sexualidade num jornal “guei”** – Saindo do gueto com *Lampião da Esquina*. Paraná: Editora Collaborativa, 2020, p. 108.

⁷ Costa (2020) faz uma descrição mais detalhada de todas as seções do jornal no seu livro. Ver: COSTA, Geovane B. da. **As**

Lampião como dito anteriormente, teve seu fim em junho de 1981, e este resultado, estava atrelado a várias questões. Segundo Costa (2020, p. 175-179), os principais motivos conjunturais foram: poucos assinantes; aumento do preço do papel; tensionamento interno entre os editores sobre a identidade do jornal, principalmente entre Aguinaldo Silva, que queria *Lampião* como um jornal e João Trevisan, que queria uma publicação mais militante; medo dos jornalistas, que tinham suas bancas atacadas e destruídas por atentados promovidos pela extrema-direita; o processo contra um dos conselheiros editorial, Antônio Chrysóstomo; o processo conforme a lei 1077, por atentado à moral e aos bons costumes, que falarei mais adiante; surgimento de outras publicações voltadas para os homossexuais; pouco número de anunciantes, e, a apropriação, por parte da grande imprensa, dos temas que pertenciam à imprensa alternativa, após o enfraquecimento do regime civil-militar.

LAMPIÃO DA ESQUINA E IDENTIDADES HOMOSSEXUAIS

(...) pra início de conversa, essa tal “classe” é totalmente dividida, existindo aí diversas “categorias”, tais como “entendidos”, “viados”, “bichas”, “homossexuais” e outras menos cotadas. Está claro que essas categorias não existem como coisas fixas (...) (FISCHER, 1978, p. 18).

De forma geral, *Lampião* resolveu fazer frente a três discursos que predominavam naquela sociedade sobre a homossexualidade e o homossexuais - da Igreja, que os julgava como pecadores e depravados; da Ciência, principalmente a área da saúde, que lhes estigmatizava como portadores de uma doença; e, o discurso da Justiça, que os via como criminosos - através de entrevistas, reportagens e artigos. *Lampião da Esquina*, então, traçou como seu objetivo principal acabar com a imagem padronizada da homossexualidade e do homossexual, tentando apontá-los como seres humanos “normais”.

Mais do que um fato, o homossexualismo é condição humana. E como tal, mesmo sendo atributo de uma minoria, está exigindo o seu lugar atuante numa sociedade, com o direito a uma existência não mistificada, limpa, confiante, de cabeça levantada. Porque só a tolerância como foi dada até agora, não obrigado! É muito pouco. (PENTEADO, 1978, p. 2)

É importante frisar que eles não reivindicavam privilégios, e os próprios editores esclareceram que com o jornal não queriam

(...) agredir e nem impor nada a ninguém. O que queremos é nosso direito de sermos tratados como seres humanos. (...) Queremos que respeitem a nossa sexualidade como respeitamos a dos outros. Queremos o nosso direito à felicidade. Não queremos ser recusados, quando batemos numa porta à procura de emprego, por força de nossa condição; não podemos aceitar que num ambiente de trabalho sejamos colocados sempre de lado quando se trata de uma promoção; não queremos mais servir de chacota, nem sermos tratados como bobos da corte: é chegado o momento de pôr fim ao tempo das bichas boazinhas. (...) Não somos, como muitos querem fazer crer, “doentes” ou “anormais”. (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 9)

Lampião não queria definir o que era homossexualidade ou homossexual, só queria provar que eles existiam e lhes dar uma existência humana digna, pois sabiam que ao tentarmos definir o específico, enfrentaríamos o risco (homos)sexualidade num jornal “guei” – Saindo do gueto com *Lampião da Esquina*. Paraná: Editora Collaborativa, 2020, p. 77-83.

de criar divisões, novas categorizações. *Lampião da Esquina*, não criou nenhuma, mas, apontou os vários discursos que envolviam as homossexualidades, e, divulgou identificações existentes.

Uma dessas identidades que se mostrou bastante presente no jornal foi a do homossexual masculinizado, encaixando-se nela a figura dos “entendidos”, que se comportavam e aparentavam fisicamente dentro daquilo que normalmente se caracteriza como características masculinas. Essa imagem se opunha por exemplo, à do velho clichê das profissões associadas aos homossexuais que, geralmente, eram aquelas ligadas ao mundo feminino, como por exemplo serem costureiros, cabeleireiros, decoradores, maquiadores, bailarinos e/ou empregados domésticos (LAMPÃO, 1978, p. 2).

Talvez por isso, uma das primeiras atitudes dos editores de *Lampião*, foi publicar já na edição de número Zero, as profissões dos componentes do conselho editorial, no artigo intitulado “Senhores do Conselho”, demonstrando que os homossexuais poderiam trabalhar também como jornalistas, professores universitários, escritores, advogados etc. Ou seja, ao publicar isso, *Lampião da Esquina* parecia compreender as profissões como um determinante da identidade homossexual, e por isso sua atitude de destacar as profissões tinha um duplo sentido: demonstrar que os homossexuais estavam presentes em outras profissões, para além daquelas comuns – artistas, áreas da estética etc.- assim como confirmar que homossexualidade e masculinidade não se opunham (BRITO, 2016; COSTA 2020).

Brito (2016, p. 61), por sua vez, também nos chama a atenção de que a atitude de publicar as profissões servia também para “mostrar que não havia uma relação necessária entre ser homossexual e decadência social ou pessoal”.

Em *Lampião*, podemos observar algumas outras identificações para com uma homossexualidade masculinizada. Por exemplo, Costa (2020) atenta que se pegarmos, somente o nome *Lampião*, poderíamos pensar sobre a representação do “cabra macho”, do cangaceiro Virgulino Ferreira, e numa associação entre ser homossexual e ser masculino, o que iria contra o discurso dominante daquela época na qual a sociedade designava os homossexuais masculinos como não sendo “homens de verdade” devido às relações sexuais com outros homens, e, como seus editores eram “assumidos”, então, eram definidos “comportamental e psicologicamente como efeminados”, como bichas, já que os indivíduos mais discretos e másculos eram chamados de “bofes”, que, “ao contrário dos designados como ‘bichas’, eram considerados ‘homens verdadeiros’ ou simplesmente ‘homens’” (ANDRADE *apud* COSTA, 2020, p. 63-64).

No entanto, não seria correto afirmar que *Lampião* era totalmente favorável à imagem do homossexual masculinizado, como fica claro no texto “Gay-Macho: uma nova tragédia americana?”, de Seymour Kleinberg, na edição 8, que denunciava e criticava uma identificação homossexual voltada para o culto da masculinidade e abjuração da efeminação entre os homossexuais, por reforçar a divisão machista dentro da comunidade homossexual masculina, porque os gays masculinizados acabavam discriminando os efeminados, pois só queriam ficar com outros “gays-machos”. Esse texto teve repercussão entre os leitores, como Mauro Luiz, do Rio de Janeiro, que defendeu a figura masculinizada do homossexual:

A propósito do último número do *Lampião*, discordo do título do ensaio “Gay-macho, uma tragédia americana”. Não vejo nenhuma tragédia no fato de um cara ser guei e cultivar uma imagem masculina, embora, como vocês mesmo disseram, na cama faça o que lhe der na cabeça e, portanto, não seja um reprimido sexual. É uma questão de opinião, mas pra mim muito mais doentio e chocante é o cara dar uma de bicha louca, que é sempre uma figura que serve de palhaço para os ditos “normais”, e que por vezes na cama são cheios de bloqueios. Não vejo por que o cara, pra gostar de homem, tem que dar uma de boneca, cheio de ai, ai, e chamando todo mundo de queridinha... Ser uma caricatura grotesca de mulher, uma maricon, isso sim é que é uma tragédia. (LAMPÃO DA ESQUINA, 1979, p. 15).



O comentário de Mauro Luiz evidencia a existência de certo desprezo e/ou repúdio das práticas homossexuais efeminadas, estabelecendo uma relação de oposição às identificações de “gays-machos” e “bonecas”, para qualificar a “identidade homossexual masculinizada para ser mais adequada à manutenção do sistema heteronormativo”, ou seja, o “gay-macho” era o mais próximo de um “homem de verdade”, que o homossexual poderia chegar (PEREIRA, 2017, p. 172). Uma das respostas dada pelos editores de *Lampião* a essa questão foi:

R. - Houve um problema muito sério com o artigo sobre o “gay-macho” publicado no nº 8 de LAMPIÃO. Fala-se ali da tendência verificada entre alguns homossexuais norte-americanos de adotar um comportamento machista. Veja bem, é uma tendência, e de apenas uma facção homossexual; não de todos. Essa facção, é claro, não abrange todos os que frequentam boates, ou que cuidam da aparência física. Mas os seus adeptos procuram externar seu comportamento principalmente nas casas noturnas, onde encontram o cenário ideal para dar vazão à sua preocupação com o corpo, com a exibição da beleza física. Jairo fala de participação política, Caetano de integração; fazer política, para nós, implica a oposição à sociedade machista e preconceituosa em que vivemos; os “gay-machos”, ao confundirem virilidade com machismo cometem um erro grave; como é grave o erro de alguém que, falando em integração, deixe bem explícita a condenação às pessoas que “dão pinta”, sem se preocupar em detectar as origens dessa “Pinta” - que estão na repressão e no condicionamento forçado das pessoas aos dois únicos tipos de comportamento sexual aceitos pela sociedade em que vivemos. Além disso a gente nota, com preocupação ainda maior, que tanto Jairo como Caetano só falam de homossexuais masculinos. Será que vocês - como os machistas, gueis ou não -, também acham que lugar de mulher - mesmo mulher homossexual - é na cozinha? Cruzes! (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 18).

Fica explícito com essa resposta aos leitores Jairo e Caetano, que *Lampião* criticava o excesso de valorização da masculinidade e não a possibilidade de identificação de um homossexual com a identidade de “gay-macho”, e, que o jornal na verdade parece ter um discurso voltado para a necessidade de se aceitar a todas as homossexualidades e de evitarmos ser machistas. Então *Lampião da esquina* resolveu seguir uma política inclusiva, já que homossexual era “todo aquele que gosta do mesmo sexo, seja bicha pobre da periferia, o travesti desdentado do Pelourinho, a boneca Cartier do Holmes, o entendido rançoso do La Bohème ou o “bi-sexual” (última descoberta da VEJA para pasmo do Dr. Freud!) do Porto da Barra” (MOTT, nº 25, 1980, p. 14). Além do mais, uma causa unia a todos os homossexuais, já que eram “todos um pouco marginalizados, seja a bicha louca, o enrustido, o travesti, o sapatão, a entendida”, enfim toda essa turma que sentia que a cada dia que se passava que estava chegando o dia da sua aceitação pela sociedade, não pelas preferências sexuais, mas sim como seres humanos que eram (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 18).

LAMPIÃO DA ESQUINA E SUAS RESISTÊNCIAS

A imprensa que ousou falar positivamente sobre a homossexualidade, sofreu represália por parte do Estado. Poderíamos citar casos da Revista *IstoÉ*, que no ano de 1978 foi processada pelo Estado de São Paulo sob a acusação de fazer “apologia malsã do homossexualismo” ao vincular em oito de suas páginas uma matéria intitulada “Os gays saíram à luz”. Escrita por 9 jornalistas - Alex Solnik, Fernando Sandoval, Maria Christina Pinheiro, Vera Dantas, Dulce Tupy, Tim Lopes, Lenora Bargas, José Aparecido Miguel e Nirlando Beirão -, a matéria falava sobre o “poder homossexual”, diferentes personalidades vinculadas ao universo homossexual, criticava a representação tradicional dos homossexuais como “anormais” e destacava a repressão das forças policiais sobre esse grupo (QUINALHA, 2017, p. 154-158 *apud* COSTA 2020, p. 156).

Nesse mesmo ano, ocorreu também um processo contra a revista *Interview*, na qual jornalistas foram indiciados por matéria de conteúdo homossexual, só por terem realizado uma entrevista com Ney Matogrosso, ex-vocalista do grupo musical Secos e Molhados, com o título “Ney Mato Grosso fala sem make-up” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 16), e contra o jornal *Lâmpião da Esquina*, que teve instaurado o inquérito policial 25/78, em de agosto de 78, pelo Delegado de Polícia Federal e Chefe da DOPS/SR/DPF/RJ Miguel de Lacerda Mendes, cujo objetivo era

a apuração do responsável ou responsáveis pela publicação, nos ns. ‘ZERO’ e ‘UM’ dos meses de ‘Abril’ e ‘Maio’, do Jornal ‘LÂMPIÃO DA ESQUINA’, de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, vez que, em suas mensagens, [havia] um incentivo muito forte à prática do homossexualismo. (QUINALHA, 2017, p. 301 *apud* COSTA, 2020, p. 157)

O inquérito policial n. 25/78 foi baseado na Lei da Imprensa (Decreto-Lei nº 1077)⁸ acusando o jornal *Lâmpião* em ofender a moral, os bons costumes e o pudor público. Silva (1998) atenta para o fato de que a matéria escolhida para instaurar tal inquérito, fora feita por Trevisan, na qual o autor falava do processo sofrido pelo jornalista Celso Curi, acusado também pelo mesmo motivo que queriam processar *Lâmpião*. Assim, no dia 24 de novembro de 1978, quando o jornal fazia seis meses, Aguinaldo Silva, foi convocado para prestar depoimento perante o DOPS/SR/DPF/RJ. E o passo seguinte para dar andamento ao Inquérito Policial n. 25/78, foi a convocação para a identificação datiloscópica dos editores Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt, Adão José Acosta, Clóvis Marques e Antonio Chrysóstomo de Oliveira, pedida pelo Delegado de Polícia Federal William Barth (QUINALHA, 2017, p. 296-298). Porém, eles compareceram no dia 23 de janeiro na Delegacia da Polícia Federal do Rio de Janeiro, para ratificar os depoimentos, mas “na hora da identificação datiloscópica, se furtaram a cumprir a formalidade legal, através da ingerência de seus advogados” (QUINALHA, 2017, p. 298).

Como foi noticiado pelo próprio *Lâmpião da Esquina*, na edição de número 12, as pessoas do conselho editorial foram identificadas criminalmente no dia 2 de abril, quando cinco dos editores - Antônio Chrysóstomo, Francisco Bittencourt, Aguinaldo Silva, Clóvis Marques e Adão Acosta - compareceram à sede do Departamento de Polícia Federal, na Praça Mauá, no Rio de Janeiro, para serem para serem “fotografados de frente e de perfil (e não de costas, como se esperava), e tiveram suas impressões digitais tiradas dezenas de vezes” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 3). E na edição 15, de 1979, pelo texto de Aguinaldo Silva “De bicha, negro e louco, todos nós temos um pouco”, também somos informados que os editores paulistas Darcy Penteado, João Silvério Trevisan e Jean-Claude Bernardet, tinham sido indiciados e qualificados criminalmente em São Paulo, após prestarem depoimento (SILVA, 1979, p. 5). Peter Fry não passou pelo mesmo processo porque, “no dia marcado, estava em Fortaleza, para participar da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência” (SILVA, 1979, p. 5), mas um tempo depois, quando voltou a São Paulo, também foi interrogado sozinho, no Departamento da Polícia Federal, e obrigado a tocar piano numa outra dependência, sendo chamado de gringo e acusado de corromper o Brasil e de poluir a pureza brasileira (SILVA, 1998; COSTA, 2020).

⁸ O Decreto-Lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970, publicado pelo presidente Emílio Médici, no Diário Oficial da União Seção 1 - 26/1/1970, Página 577 (Publicação Original), afirmava nos seus artigos que não seriam mais toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que fossem os meios de comunicação; que caberia ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior, e, que se fosse verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares. Ver: BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 1.077.** 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 set. 2020.

Esse inquérito se arrolaria por um ano. Com a matéria “Somos todos inocentes”, publicada na edição 18, de novembro de 1979, o jornal informou aos leitores sobre o fim do processo e da absolvição de *Lampião* pela Justiça, após o Procurador da República, Dr. Sérgio Ribeiro da Costa, pedir o arquivamento do inquérito, afirmando que

a publicação inquinada de ofensiva à moral pública pode ofender a moral de alguém, mas não de todos. Portanto, é relativo e não absoluto o conceito de moral daquele que condena essas publicações. Com efeito, as matérias publicadas no referido jornal referem-se a teses homossexuais, poesias ligadas a temas homossexuais, notícias ligadas ao mundo da homossexualidade, porém todas elas escritas num vocabulário que não atenta à moral pública. (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 2)

Desta forma, após o pedido do Procurador da República, que foi aceito, sem maiores comentários, pelo Juiz da 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Dr. Ariosto de Rezende Rocha, *Lampião* e seus editores eram inocentados (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 2). Ademais, essa matéria também resumiu as pressões que o jornal sofria desde “agosto de 78, como as visitas matinais dos agentes do DPF, as solicitações arbitrárias como aquela dos nossos livros contábeis, a humilhação de sermos qualificados e identificados numa repartição policial como criminosos” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 2).

Sobre as visitas matinais de agentes, não encontrei maiores informações e sobre a identificação dos editores na repartição policial já foi comentado acima, então, vou me ater na questão do pedido sobre a contabilidade de *Lampião da Esquina* e de sua editora – a Esquina LTDA –, que ocorreu no dia 10 de julho de 79, e, que apesar de ser formalmente legal, funcionava como uma medida de perseguição política aos veículos considerados “subversivos”, e por isso tal atitude na verdade se caracteriza como uma tentativa de “devassa contábil” sobre *Lampião* (QUINALHA, 2017; COSTA, 2020). No texto “De bicha, negro e louco, todos nós temos um pouco”, de Aguinaldo Silva, publicado na edição 15 de 1979, foi exposto aos leitores essa situação, na qual o delegado José da Silva Motta – responsável pelo IPL 25/78-DOPS – solicitou a presença do tesoureiro do jornal munido das respectivas escriturações e balancetes da editora Esquina relativos aos meses de janeiro a maio de 1979 (SILVA, 1979, p. 5). Mas, após consultarem Luís Celso Soares de Araújo, advogado da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que assessorava juridicamente *Lampião*, este ponderou que “a solicitação era ilegal e arbitrária”, e, que, portanto, “deveria ser ignorada” (QUINALHA, 2017, p. 301). Portanto, a solicitação não foi prontamente atendida, e, isso só veio a ocorrer em 16 de agosto de 1979 (QUINALHA, 2017; COSTA, 2020). Conforme consta no documento protocolado pelo contador Josias Barbosa Santana,

o balanço patrimonial do primeiro ano de funcionamento do jornal acumulou, até 31 dezembro de 1978, o prejuízo de 7.193,75 unidades monetárias da época. Já o balancete relativo ao primeiro semestre até 31 de julho de 1979, mostrava já o jornal em razoável saúde financeira, com um total acumulado de 648.323,25, revertendo o prejuízo do ano anterior (QUINALHA, 2017, p. 305).

Todavia, no dia 06 de julho, quatro dias antes da solicitação dos balancetes, o Delegado José da Silva Motta solicitou uma diligência registrada no Relatório de Missão n. 036/79-Cart/DOPS para verificar, junto à distribuidora de jornais e revistas, a quantidade do referido jornal distribuído ao público em 1979 (QUINALHA, 2017, p. 505). Nesse informe, constavam 4250 exemplares em janeiro, 4300 em fevereiro, 4400 em março e 4000 de março até julho, e, tal solicitação se deu provavelmente para conferir a veracidade das informações que seriam prestadas no balancete (QUINALHA, 2017, p. 505).

De acordo com Quinalha (2017), o Ministro da Justiça Petrônio Portella determinou que no dia 11 de julho, o DPF lhe entregasse um relatório completo sobre o inquérito que corria contra o jornal. A ordem foi cumprida e o Ministro divulgou, no fim da tarde desse mesmo dia, uma nota com a explicação do diretor do DPF, Moacir Coelho, que foi publicada no jornal *Lampião*, no artigo “Nossa pobreza é nosso maior charme”, da edição número 15, na qual o delegado dizia querer com a solicitação de livros contábeis e balancetes, provar “que a empresa não tem condições financeiras de se manter” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 5). Entretanto, *Lampião* questiona tal justificativa dizendo que não cabia à Polícia Federal “- e este é o ponto mais central da questão - verificar se uma empresa tem ou não condições de se manter”, e, que “caso o pessoal do DPF resolva se entregar a este excesso de zelo, a nosso ver, deve começar examinando os livros de [outras] empresas”, pois no caso da editora Esquina “exatamente porque ela não visa ao lucro, os problemas financeiros praticamente inexistem: toda a verba arrecadada com a venda de um número do jornal é consumida na edição do número seguinte”.

O texto ainda questiona “se o DPF acha que nós não temos condições de nos manter, que responda a essa pergunta: quem nos financia? O jornal está no n. 14, e nunca atrasou na sua chegada às bancas”, e, conclui dizendo que “as pressões não nos farão desistir do projeto do jornal. Se a polícia insiste em sua intenção de ver *Lampião* fora de circulação, que aja legalmente: conclua o inquérito em que nos envolveu e o remeta à Justiça (...)” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 5)

Quinalha (2017) aponta que em 10 de setembro de 1979, o delegado José da Silva Motta, solicitou também ao jornal, através de ofício, a apresentação da escrituração da firma,

com a qual pudemos provar ser uma empresa sem lucro de qualquer espécie, com a ínfima tiragem mensal de cerca de 4.000 exemplares, inclusive não contando com anúncios ou mensagens comerciais em suas páginas, fato este que nos leva a pressupor, e neste caso a presunção é válida, de que o tablóide LAMPIÃO DE ESQUINA [sic] tem como finalidade última uma velada mensagem desagregadora, com vistas à destruição de nossa cultura, interesses, sentimentos familiares, costumes e aspirações comuns (QUINALHA, 2017, p. 303).

Essas tentativas de represália, tinham como objetivo levá-lo a encerrar suas atividades por razões fiscais, pretendendo provar que o jornal não tinha condições de sobreviver como empresa (ANDRADE, 2015; COSTA, 2020). Apesar de todos esses esforços para encontrar alguma irregularidade na parte contábil, nada foi encontrado.

Porém, esta não foi a única estratégia. *Lampião* sofreu com a espionagem oficial, tendo desde um documento pela Divisão de Segurança Institucional do Ministério da Justiça até mesmo um dossiê produzido pelo Centro de Investigações do Exército (CIEEX), na qual esses órgãos de informação chamavam a atenção para a circulação de *Lampião* desde a sua edição de nº zero, por considerá-lo um veículo de “propaganda sobre o homossexualismo” e um risco “sobretudo à moral e aos costumes” (QUINALHA, 2017, p. 294).

No entanto, durante esse período de investigação e acusação, *Lampião* resistiu. Na edição de número 9, escancarava a perseguição que estava sofrendo por parte do Governo. O texto “A difícil batalha dos censores contra a realidade - Para o Brasil do ano 2.000 os ‘bons costumes’ do século XIX”, de Aguinaldo Silva, expõe que “o DPF está realizando um inquérito contra esse jornal, tentando enquadrá-lo na Lei de Imprensa sob a acusação de ‘ofensa à moral e aos bons costumes’, por falar sobre homossexualismo” (SILVA, 1979, p. 5). Os editores de *Lampião* também resolver publicar textos que refletiam sobre a questão da moral e dos bons costumes, publicados também na edição nº 9, como o assinado por Peter Fry, “Cada época com sua medida”, que apontava, entre outras coisas, que o Código

penal brasileiro não criminalizava a relação homossexual e que seria contraditório que o sistema legal opinasse sobre o que seria atentatório ou não (FRY, 1979, p. 5) e, o texto de Sangirardi, que criticava o Código da Censura Federal, apontado que ele era de 1946 e já não podia mais servir para a época em que viviam (SANGIRARDI, 1979, p. 6).

Para finalizar, queria dizer que *Lampião* não sofreu somente pressão do Governo. De acordo com Trevisan (2004), o jornal também sofreu com os ataques bombas de grupos paramilitares às bancas de jornais a partir do segundo semestre de 79, para que elas não vendessem mais nenhum jornal alternativo (TREVISAN, 2004, p. 346).

CONCLUSÃO

Reconheço que a identidade sexual, é apenas mais uma das muitas outras identidades que o sujeito comporta, e, que ela não é fixa, podendo o indivíduo se deslocar para qual categoria lhe convém, de acordo com a sua vontade e desejo. Também reconheço que devido à existência de um apanhado de identidades, se faz necessário questionarmos a existência de um sujeito “homossexual” universal. No entanto, acredito que *Lampião* não buscou crivar uma identidade comum a todos os homossexuais. E por isso, este artigo teve como proposta apresentar como que os homossexuais, um grupo alijado do poder, a partir do jornal *Lampião da Esquina*, encontraram possibilidades para empreender um processo de identidades e de resistências ao usá-lo como um veículo de oposição que visava entre outras coisas, opor-se à sociedade heteronormativa e defender a homossexualidade como uma das manifestações possíveis de sexualidade.

Nesse sentido, concordo com Nando Ramos, que na edição de nº 12, apontou que o que os lampiônicos procuraram foi “abrir o gueto à ventilação de ideias, tornando mais arejada a convivência, ou o confinamento na maior parte das vezes, dos homossexuais”, que muitas das vezes poderiam se o “homossexual prostituto, ao travesti miserável, à bicha louca alienada...” (RAMOS, 1979, p. 4). E também concordo com Bandeira (2006, p. 21), de que o jornal *Lampião* reproduzia enunciados mostrando diferentes formas de ser homossexual, portanto, “não existe um sujeito homossexual idêntico a si mesmo” e cabendo então “falar em homossexualidades, a fim de indicar não somente a diversidade que esta nomeação procura referenciar, mas também o campo de disputas, a batalha em que esta mesma diversidade se insere em busca de sua legitimação”.

FONTES

FRY, Peter. Cada época com a sua medida. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 9, 1979.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 0, 1978.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 5, 1978.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 10, 1979.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 12, 1979.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 15, 1979.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 16, 1979.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 18, 1979.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 20, 1980.

KLEINBERG, Seymour. Gay-Macho: uma nova tragédia americana? **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 8, 1979.

KLEINBERG, Seymour. De bicha, negro e louco, todos nós temos um pouco. **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro, n. 15, 1979.

MOTT, Luiz. Notícias do amor-mentira. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 8, 1979.

PENTEADO, Darcy. Homossexualismo: que coisa é essa? **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 2, 1978.

RAMOS, Nando. Quem e o que é o homossexual. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 12, 1979.

SANGIRARDI, Helena. Helena Sangirardi dá a receita certa. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 09, 1979.

SILVA, Aguinaldo. A difícil batalha dos censores contra a realidade - Para o Brasil do ano 2.000. **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro, n. 9, 1979.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Marcio Leopoldo Gomes. **SERÁ QUE ELE É?:** Sobre quando Lampião da Esquina colocou as Cartas na Mesa. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. **O Lampião da Esquina:** Uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CANDAU, Joel. **Pensar, Classificar:** Memória e ordenação do mundo. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Geovane B. da. **As (homos)sexualidade num jornal “guei”** – Saindo do gueto com Lampião da Esquina. Paraná: Editora Collaborativa, 2020.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

GIMÉNEZ, Gilberto. Materiales para una nueva teoría de las identidades sociales. **Revista Frontera Norte**, México, v. 9, n. 18, p. 9-28, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://fronteranorte.colef.mx/index.php/fronteranorte/article/viewFile/1441/891>. Acesso em: 18 set. 2020.

GREEN, James N. **Além do Carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEEREN, José Augusto de Castro. **O armário invertido:** comunicação e discurso sob a luz de Lampião. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2011.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EdUSP, 1991.

MACHADO, Leonardo Diogo Cardoso Nogueira. **Patologização do desejo:** o homossexualismo masculino nos manuais de medicina legal do Brasil das décadas de 1940 e 1950. 2010. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes:** A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODRIGUES, Jorge L. P. **Impressões de identidade:** Histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Adalberto Silva. Resistências culturais como estratégias de defesa da identidade. In: ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 4., 2008, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14437-01.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

SILVA, Cláudio Roberto da. **Reinventando o sonho:** história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso.** A homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. 6. ed. São Paulo: Record, 2004.

O HUMOR NO JORNAL COMUNITÁRIO UNIBAIRROS: ESTRATÉGIAS DE POLITIZAÇÃO NA ABERTURA POLÍTICA EM JUIZ DE FORA/MG

Vanessa Ferreira Lopes¹

Resumo: Esse artigo consiste a análise do uso do humor como estratégia de politização no jornal comunitário do movimento Unibairros, entre os anos 1980-1990. O Unibairros foi um importante movimento comunitário na cidade de Juiz de Fora - MG que reunia de jovens de diversos bairros da periferia da cidade denunciando os descasos do poder municipal frente às mazelas e carestias sociais enfrentadas pela periferia, como também o autoritarismo do cenário nacional instaurado a partir do golpe militar de 64. A principal produção do movimento foi o “Unibairros - o jornal dos bairros de JF”, se fez como uma importante estratégia de politização e denúncia em tempos de exceção na história do Brasil. Os conteúdos de politização e conscientização circulava desde na coluna de horóscopo, palavras cruzadas, charges. As múltiplas formas de resistência das comunidades periféricas na cidade de Juiz de Fora durante a ditadura militar e no período de transição democrática são significativas para a análise, especificamente a potencialidade do humor como mecanismo de politização.

Palavras-chave: Jornal comunitário, Unibairros, humor.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Unibairros funciona atualmente como um associação civil na cidade de Juiz de Fora - MG, cidade localizada a 186 km do Rio de Janeiro e 262 km de Belo Horizonte. A sua formação data outubro de 1980, como um movimento comunitário, a partir de um encontro de jovens promovidos pelos padres dominicanos na cidade, no intuito de incitar a participação e atuação política em prol das comunidades periféricas, para além das práticas puramente assistencialistas promovidas por determinados grupos. Reunindo jovens de diversos bairros periféricos como Santa Cândida, Floresta, Olavo Costa, Linhares, Vila Ideal, Vitorino Braga e São Benedito, surgiu assim o movimento comunitário Unibairros. Reivindicando melhorias para os bairros frente aos descasos do poder municipal que prioriza as áreas centrais, questionando as mazelas e desigualdades sócio raciais como também, a estrutura autoritária vigente após o golpe militar de 1964. O movimento Unibairros se fez com atuação ativa na cidade de Juiz de Fora².

Os movimentos comunitários fazem parte da categoria de movimentos sociais, como organizações independentes localizadas e organizadas pelas periferias das cidades, tendo como articulação principal questionamentos ao poder municipal que exclui a periferia das tomadas de decisões e ausência de políticas públicas direcionadas às carestias vigentes (POMPERMAYER, 1987). Empreendendo um trabalho de conscientização da população historicamente excluída por governantes, lideranças de bairros se reúnem em prol da coletividade na reivindicação de

¹ Graduanda do último período História UFJF. Membro do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) e do Laboratório de Patrimônio Histórico Cultural (LAPA). Contato: vanessaloopes13@gmail.com.

² Ver mais em: SILVA, Luciana Verônica da. Associações: experiência de participação na redemocratização. Movimentos Comunitários em Juiz de Fora - MG - 1974 - 1988. 2010. Dissertação. (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. e VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora. (1983-1988). 1990. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 1990.

melhorias para os bairros em questão. Estabelecendo uma relação entre Estado-sociedade marginalizada, os movimentos comunitários questionam a indiferença da situação geral de exclusão e vulnerabilidades sociais, buscando melhores formas e estratégias de organização.

O principal material produzido pelo movimento Unibairros foi o “Unibairros: o jornal dos bairros de J.F”, com tiragens em média de 4 mil exemplares por mês, sendo produzido de 1980-1990³. Com conteúdos diversos no intuito de denúncias das desigualdades sociais e crítica a atuação do poder executivo e legislativo municipal que não tinha a periferia como sua prioridade e, para além disso, visando a politização da população periférica de seus direitos e consciência política em período de exceção do governo brasileiro.

O editorial do jornal tendo por característica colunas intituladas com os nomes de cada bairro manifestar suas demandas, colunas de análise econômica e política nacional, coluna do movimento negro, movimento de mulheres, grupo de teatro e, o que será objeto de análise desse referido artigo, diversas colunas que utilizam do humor como peça chave da politização e disseminação da mensagem política do movimento.

Se tratando da trajetória de resistência do movimento comunitário Unibairros, em 1982 foram indiciados pela Lei de Segurança Nacional nº6.620⁴ a fim de censurar quaisquer conteúdos que colocassem em xeque os objetivos do governo ditatorial vigente, envolvendo a soberania Nacional, integridade territorial, repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. O jornal do Unibairros continuou sendo produzido e atuando de forma incisiva através de diversas estratégias, dentre elas, o ocultamento das autorias atribuídas a cada coluna e, utilizando o humor como forma política⁵.

HUMOR COMO FORMA DE POLITIZAÇÃO

Cínicos e libertários, os escritores satíricos e cartunistas desempenharam um papel central na resistência à ditadura brasileira. Nenhuma outra categoria se opôs de forma tão coesa. Em primeiro lugar, como diz Henfil, “o humorista tem a consciência de que só pode expressar o que sente das coisas, se tiver absoluta liberdade”. Em segundo lugar, esse humor funcionou como terapia coletiva, socializando uma das principais funções psicológicas do riso, a de dissipar tensões lentamente acumuladas. Por isso, ele floresceu nos momentos de anticlímax do regime militar: primeiro, logo após o golpe; depois, quando se esgotou o impacto do AI-5 e, finalmente, ao se iniciar a abertura política. (KUCINSKI, 1991, p. 25)

O humor foi de suma importância para a circulação de ideias, politização e críticas sociais durante a vigência da ditadura militar brasileira. Por se tratar de um período com forte censura de conteúdos críticos, humoristas e demais sujeitos utilizavam da ludicidade para a politização da população. A diversificação de estratégias de empregar o humor fomentou diversas organizações, que tinham a intersecção ao confronto e oposição da ditadura, de forma coletiva. Como apontado por Bernardo Kucinski, o humor serviu também de uma “terapia coletiva”, ao fomentar o

³ No meu trabalho de conclusão de curso, me debruço na análise específica de conteúdos antirracistas do jornal do “Unibairros: o jornal dos bairros de JF”, a partir de 36 edições analisadas.

⁴ Decreto-Lei nº6.620 a partir de 1978, implicou crimes de segurança nacional, prevendo detenção e multas aos donos de jornais e quaisquer outros meios de comunicação que pudesse “indispor o povo com as autoridades constituídas”. BRASIL, Decretos, Leis, etc. Lei nº 6.620, dez. 1978. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6620.htm#art55.

⁵ Informação retirada em depoimento colhido para o meu trabalho de conclusão de curso, o fundador e escritor da coluna do negro no jornal Unibairros, Paulo Azarias (atualmente membro do Movimento Negro Unificado - MNU JF).

riso e dinamizar as estratégias vigentes de politização e enfrentamento desde o início do golpe em 1964, nos anos mais duros do AI-5 e, posteriormente em sua abertura política. Sem demandar grandes estruturas profissionais de produção por meio de um projeto gráfico orgânico, o uso da ironia e humor expunha o grotesco de situações cotidianas, contraditórias a população (KUCINSKI, 1991).

Sendo uma estratégia de politização empregada desde o século XIX na imprensa periódica, o humor conjugando expressões visuais com registros verbais e não verbais, demarcou posicionamentos críticos do cotidiano das realidades sociais. Perpassando essas diferentes temporalidades e contextos, o que se vê na história do Brasil é o humor gráfico servindo-se do discurso artístico e jornalístico, no que tange veracidade do conteúdo de informação e estratégias ilustrativas ou dinâmicas (TELLES; JÚNIOR, 2016).

John B. Thompson em seu trabalho intitulado “Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação em massa” dá ênfase ao caráter simbólico dos fenômenos culturais e sua inserção em contextos sociais estruturados (2011). Apontando a necessidade de analisar as formas simbólicas em seus respectivos contextos e processos que estão estruturadas, compreendendo as relações de poder, acesso a recursos, oportunidades e mecanismos de produção, recepção e transmissão. O autor aponta cinco características de formas simbólicas para a concepção estrutural de cultura e seus aspectos: intencionais, convencionais, estruturais, referenciais e contextuais (THOMPSON, 2011, p.182). O aspecto intencional das formas simbólicas sendo a construção e utilização desta por um sujeito por um objetivo específico, dentro de um propósito. Esse aspecto se interliga diretamente ao aspecto convencional, a partir do momento que o significado da forma simbólica não necessariamente repercute da forma que o sujeito criador fez, sendo influído pela interpretações que envolve códigos, regras e convenções parte do cotidiano da vida daqueles sujeitos, dando sentido às expressões criadas por terceiros. O aspecto estrutural das formas simbólicas, por Thompson, envolve o que seria toda uma estrutura articulada, com diversos elementos que determinam as ações um dos outros, não sendo puramente algo individualizada. O aspecto referencial sendo o reconhecimento que as formas simbólicas representam e dizem algo sobre determinada coisa. O quinto e último ponto de aspecto das formas simbólicas por Thompson sendo o contexto, referente aos processos sócio-históricos específicos que são sendo transmitidas, produzidas e recebidas. A sociabilidade do mundo e sociedade, gerando o sentido e valor, de acordo com o contexto e instituições envolvidas.

A partir dessas considerações, a análise do humor utilizado no jornal comunitário do movimento Unibairros se dará por reflexões sobre referências empregadas em cada seção, as representações postas e seus aspectos convencionais (ora por imagem ou enunciados), como também o aspecto intencional e contextual das formas simbólicas produzidas.

Se tratando da utilização do humor como estratégia de politização durante da ditadura militar de 1964 e sua abertura política, auxiliou e endossou narrativas que contraponham diretamente a memória do golpe, mesmo em condições adversas de perseguições, censuras, prisões e torturas. A pretensa “suavização” propiciada pelo humor não implica uma despolitização do discurso em prol da graça nesse período datado, uma vez que críticas destemidas eram feitas de formas explícitas a situação vivenciada. Como apontado pelo filósofo Henri Bergson: “(...) não há comicidade fora do que é propriamente humano” (BERGSON, 2007, p.7).

Ao que parece, o cômico surgirá quando homens reunidos em grupo dirijam sua atenção a um deles, calando a sensibilidade e exercendo tão-só a inteligência. Ora, que ponto em especial é esse ao qual deverá dirigir-se a atenção deles? A que se aplicará, no caso, a inteligência? (BERGSON, 2007, p. 9).

A obra do filósofo francês aponta para o significado do riso como uma função social, dentro da sua comichade relacionado ao mesmo tempo a rigidez e automatismo do homem. A comichade sendo construída a partir da reflexão de uma situação e não a sensibilização puramente do trágico. De acordo com o referido autor, o riso causado diante de uma situação trágica, exercendo uma inteligência, para além da sensibilização inerte. Outra caracterização relacionada ao riso (logo, também o humor em geral), sendo que está relacionado necessariamente a uma coletividade, a comunhão de um grupo social em contraposição à rigidez do outro a determinadas situações. Destacando também o riso como uma expressão social, não sendo puramente um escárnio e humilhações.

O HUMOR NO “UNIBAIROS - O JORNAL DOS BAIROS DE JF”

No trabalho de conclusão de curso⁶, está sendo analisada 36 edições do jornal Unibairros, que circulou entre os anos 1980-1990. Dentre as edições observadas é perceptível a expressividade do espaço do humor como forma de politização do movimento. Foi identificado 32 aparições do uso da “coluna horóscopo”, 20 edições com charges do personagem Oscar Trovoadá, 29 edições com a coluna “aqui você brinca e se instrue”. Neste artigo, será analisado colunas das edições 3, 23 e 32.

As charges foi um destacado mecanismo muito utilizado pelo jornal Unibairros. Com narrativas curtas, ilustrativas de situações cotidianas, severas críticas político sociais eram feitas. O personagem principal das charges era chamado “Oscar Trovoadá”. Sendo representado como um homem negro periférico e muito astuto, que problematiza diversas violências cotidianas que tinham como alvo a população periférica. O sobrenome “Trovoadá” e a cor do personagem certamente não foram por acaso, uma vez que o próprio movimento fazia a racialização da pobreza de forma incessante nos conteúdos do jornal. A população periférica historicamente, e principalmente na cidade de Juiz de Fora, é formado por negros como resquícios do pós abolição negligente⁷. A força que Oscar tinha ao questionar as desigualdades e violências cotidianas, repercutiam com a força de uma “trovoadá”.

Figura 1: Oscar Trovoadá tentando emprego!



Fonte: Jornal Unibairros, nº 3, 1981, p. 1.

⁶ LOPES, Vanessa Ferreira. O movimento Unibairros e a luta antirracista juiz forana: a coluna do negro no jornal comunitário. 2020. 50 pp. Trabalho de conclusão de curso apresentada para o departamento de História na UFJF (no prelo).

⁷ Ver mais em: BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. O negro Trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930. Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições: 2006; BARRETO, Ana Cláudia de Jesus. O LUGAR DOS NEGROS POBRES NA CIDADE: ESTUDO NA ÁREA DE RISCO DO BAIRRO DOM BOSCO. Libertas, Juiz de Fora, v.10, n.2, p. 188 - 215, jul-dez / 2010 e BATISTA, Caio. Cotidiano e escravidão urbana na Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora Século XIX. FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.3, nº2, p. 113-135, jul.-dez., 2016..

A charge reproduzida acima, logo nas primeiras edições do jornal, expõe a realidade estrutural do Brasil a população negra na busca de emprego e consequentemente as vulnerabilidades econômicas vivenciadas. Quando buscam trabalhos formais, se deparam com baixíssimos salários que mal garantem condições básicas da sua própria sobrevivência e quiçá sua família⁸. A questão raça e classe é posta em cena, ao representar o homem negro a procura de um salário digno que garantisse sua alimentação, moradia, vestimenta perante ao homem branco, distante e indiferente a existência daquele sujeito à sua frente. O humor nessa charge se encontra na resposta fria do empregador na cena, totalmente indiferente e tratando como privilégio as reivindicações salariais mínimas que o sujeito desempregado o faz.

Seguindo para a próxima charge, outra situação muito emblemática é reproduzida:

Figura 2: sem título.



Fonte: Jornal Unibairros, nº 3, 1981, p. 2.

A violência policial sempre foi uma problemática vivenciada pelas populações da periferia, desde o pós abolição com a Lei da Vadiagem e na contemporaneidade, ao censurar e violentar o pobre e negro ao ir e vir na sua própria cidade⁹. Oscar Trovoada na charge retratada indagada sentado no chão após ter sido agredido pelo cassetete dos policiais o motivo de não irem atrás dos ricos, e os policiais respondem que “fizemos uma opção pelos pobres”. Dessa forma, em apenas uma pequena tirinha de um quadro o movimento denunciava a população média urbana e o poder municipal como estavam sendo violentados e pedagogizar a população periférica de que de fato todos detinha um alvo nas costas que os fazem serem perseguidos e violentados. Que tal guarda municipal não os protegiam.

O movimento também utilizava as charges para fazer duras críticas a própria conjuntura internacional, que diretamente infligiu a população brasileira e, mais duramente as populações periféricas. Com linguagem simples e desenhos estrategicamente elaborados, funcionavam com um potente mecanismo de politização.

⁸ Ver mais em: NITAHARA, Akemi. Negros são maioria entre desocupados e trabalhadores informais no país. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2019. Acesso em 14 de setembro de 2020. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadores-informais-no-pais>.

⁹ Ver mais em: SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007.

Figura 3: sem título



Fonte: Jornal Unibairros, nº 23, 1984, p. 3.

Reconhecendo a disputa de narrativas enfrentadas com a mídia hegemônica, muito influenciada pelos Estados Unidos da América nos anos de Guerra Fria (1947-1991), que com países europeus aliados utilizavam da mão de obra e recursos brasileiros para tirar riquezas da população e levar aos estrangeiros, a produção do jornal mesmo na forma “bem humorada”, atenta a essas problemáticas. Pedagogizando que para além do poder municipal e federal, a economia brasileira era diretamente interferida por grandes monopólios estrangeiros.

Sendo um jornal feito pelos moradores da periferia e para a periferia, a crítica direta feita ao monopólio midiático e seu distanciamento da realidade dos moradores locais era a todo momento exposta, numa pretensa “conciliação de classes” ou mesmo uma submissão propriamente dita.

Figura 6: sem título



Fonte: Jornal Unibairros, nº 32, 1987, p.7.

Comentaristas de economia que dão dicas para economizar quando uma grande parcela se vê sem ter o que comer naquele dia. Em muito se aproxima da realidade descrita por Carolina Maria de Jesus no seu livro “O quarto

do despejo” (1960). Como ressaltado por Carolina, “quem governa o Brasil não sabe o que é a aflição do pobre”. Promovendo discursos públicos deslocados da realidade da população brasileira, em grande parte marginalizada, sem sustento ou garantias da refeição do dia seguinte, se veem à mercê de propagandas políticas descompromissadas com a realidade social.

Outro artifício humorístico utilizado para politização do movimento era a coluna de Horóscopo. Reconhecendo a tradição do brasileiro ao pegar jornais e revistas logo de imediato procurar a previsão do zodíaco do mês, o movimento se apropriou disso para também passar uma mensagem política de forma humorada.

Horóscopo

ÁRIES: te cuida malandro! Segura o que resta do teu salário, que tudo está subindo.

TOURO: Virgem Maria! Nem pense em tomar leite. Está provocando um tremendo mal estar nos bolsos.

GÊMEOS: voce anda muito distraída (o). Cuidado com as esbarradinhas...

CANCER: dê sua ajuda ao UNIBAIRROS, pois nós também tá danado.

LEÃO: levante a cabeça, acabe esta tristeza e deixe a alegria ser sua companheira.

VIRGEM: voce que é de sorte! Pensa como um homem e trabalha como um cavalo.

LIBRA: como vão os preços na sua área? Tem diminuído? he, he, he!!!

ESCORPIÃO: quando alguém te assaltar não tema! Diga que o Sarney chegou primeiro!

CAPRICÓRNIO: se teu patrão coloca um disco na vitrola: ou voce dança... ou roda!

AQUÁRIO: há duas coisas que realiza uma pessoa: amor e trabalho. Reflita.

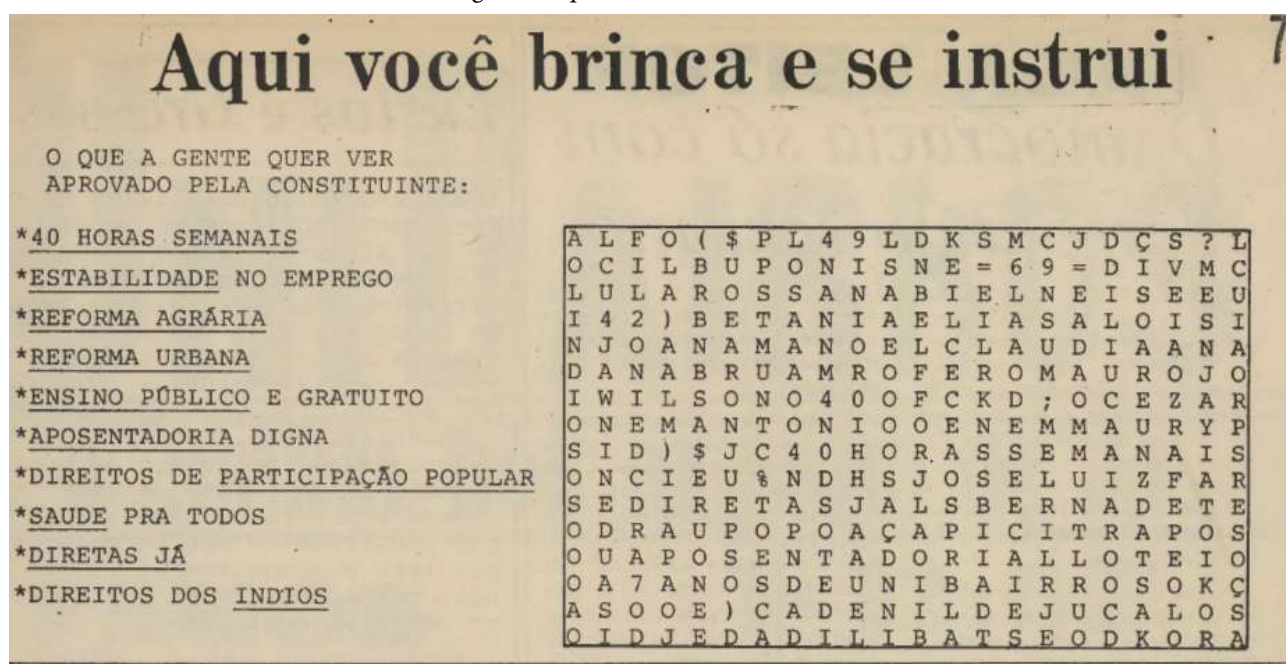
PEIXES: o negócio está por dentro Constituinte. Não deixe só por conta dos políticos.

(HORÓSCOPO. Jornal UNIBAIRROS, nº 32, 1987, p. 2)

Esse horóscopo, da edição 32 do ano de 1987, trazendo questionamentos sobre a crise econômica vivenciada no período e a alta inflação. Da forma que atingia o salário dos mais pobres e produtos de insumos básicos da própria alimentação. Ao mesmo tempo, construindo um discursos de solidariedade, animo e coletividade dos bairros a fim de unir-se em prol do bem coletivo. Por fim, finalizam com a “dica” de que estava acontecendo a Constituinte que daria a forma a nova constituição democrática de 1988, dirigindo a população periférica que aquilo que se tratava também era de seus direitos e interesses, não podendo ficar restrito a discussões de políticos da classe média alta.

Por fim, o último ponto a ser destacado é a parte do “Aqui você brinca e se instrui!”, uma seção que apresentava atividades recreativas como palavras cruzadas com temas diversos que se conectam diretamente ao cotidiano e mazelas da periferia (tanto escritores quanto leitores). Essa parte com um intuito direto de pedagogização.

Figura 7: aqui você brinca e se instrui!



Fonte: Jornal Unibairros, n° 32, 1987, p.7.

Já no contexto de finalização da Constituinte, o movimento Unibairros se atinha a trazer as pautas da necessidade de leis trabalhistas mais rígidas, reforma agrária, reforma urbana, educação pública de qualidade, aposentaria, saúde, direitos indígenas e participação popular. É destacado a forma que o movimento fazia a interlocução sobre a realidade cotidiana específica de Juiz de Fora, interligando diretamente a discussões de âmbito nacional e internacional. Vislumbrando a incapacidade de se tratar das carestias locais deslocadas da conjuntura político brasileira.

Utilizando de exercícios de aparência despretensiosa, dinamização a politização da população, ao mesmo tempo que “abrandava” as buscas por mecanismos de censura do período vigente de governos militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, buscou-se evidenciar a destacada importância da utilização do humor como estratégia de politização no jornal comunitário do movimento Unibairros da cidade de Juiz de Fora- MG, no período de abertura política na ditadura militar brasileira. Se tratando de um movimento organizado por jovens da periferia da cidade, se fazendo de diversas estratégias para circulação de suas ideias, denúncias de descasos do poder público municipal, indiferença da classe média local sobre as desigualdades sociais e distanciamento das discussões por próprios moradores, a construção de um próprio jornal foi a principal ferramenta de luta e comunicação para o movimento.

Por se tratar de um período de exceção na democracia brasileira, o movimento comunitário Unibairros se formou a fim de reivindicar e fazer resistência a política autoritária vigente. Compreendendo também que, mesmo em um período que explicitamente ataca as liberdades individuais, a periferia historicamente vivenciam tempos de exceção ao sempre se ver a margem da sociedade, com direitos de moradia, saúde, lazer, trabalho e educação sendo negados. Racializando o cotidiano e os dilemas enfrentados, a intersecção raça e classe é feita diretamente pelo movimento no seu jornal, destacando o próprio personagem principal das charges “Oscar Trovoadá”.

Por vivenciarem cotidianamente a censura e, formalmente serem indiciados pelo Decreto-Lei nº 6.620, dez. 1978, o “Unibairros: o jornal dos bairros de JF”, utilizou-se de forma intensa o humor para a politização e denúncias da realidade periférica local e brasileira. A reflexão de Bergson sobre o riso (2007) é de suma importância ao destacar a sociabilidade, reflexão e equilíbrio social que o humor pode contribuir. “Relaxando” a tensão social ao mesmo tempo que reflete e denuncia os aspectos mecânicos e individualistas da sociedade, a contraposição do rígido e flexível.

FONTES

Jornal Unibairros: edições 3, 23 e 32.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Ana Cláudia de Jesus. O Lugar dos Negros Pobres na Cidade: estudo na área de risco do bairro Dom Bosco. **Libertas**, Juiz de Fora, v.10, n.2, p. 188 - 215, jul./dez. 2010.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. **O negro Trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930**. Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições: 2006.

BATISTA, Caio. Cotidiano e escravidão urbana na Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora Século XIX. **Faces da História**, Assis-SP, v. 3, n. 2, p. 113-135, jul./dez. 2016.

BERGSON, H. **O riso**: ensaio sobre a significação da comicidade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BRASIL, Decretos, Leis, etc. Lei nº 6.620, dez. 1978. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6620.htm#art55.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

LOPES, Vanessa Ferreira. **O Movimento Unibairros e a Luta Antirracista Juiz Forana**: a coluna do negro no jornal comunitário. 2020. 50 p. Trabalho de conclusão de curso apresentada para o departamento de História na UFJF (no prelo).

NITAHARA, Akemi. Negros são maioria entre desocupados e trabalhadores informais no país. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadores-informais-no-pais>. Acesso em: 14 set. 2020.

SILVA, Luciana Verônica da. **Associações**: experiência de participação na redemocratização. Movimentos Comunitários em Juiz de Fora - MG - 1974 - 1988. 2010. Dissertação. (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

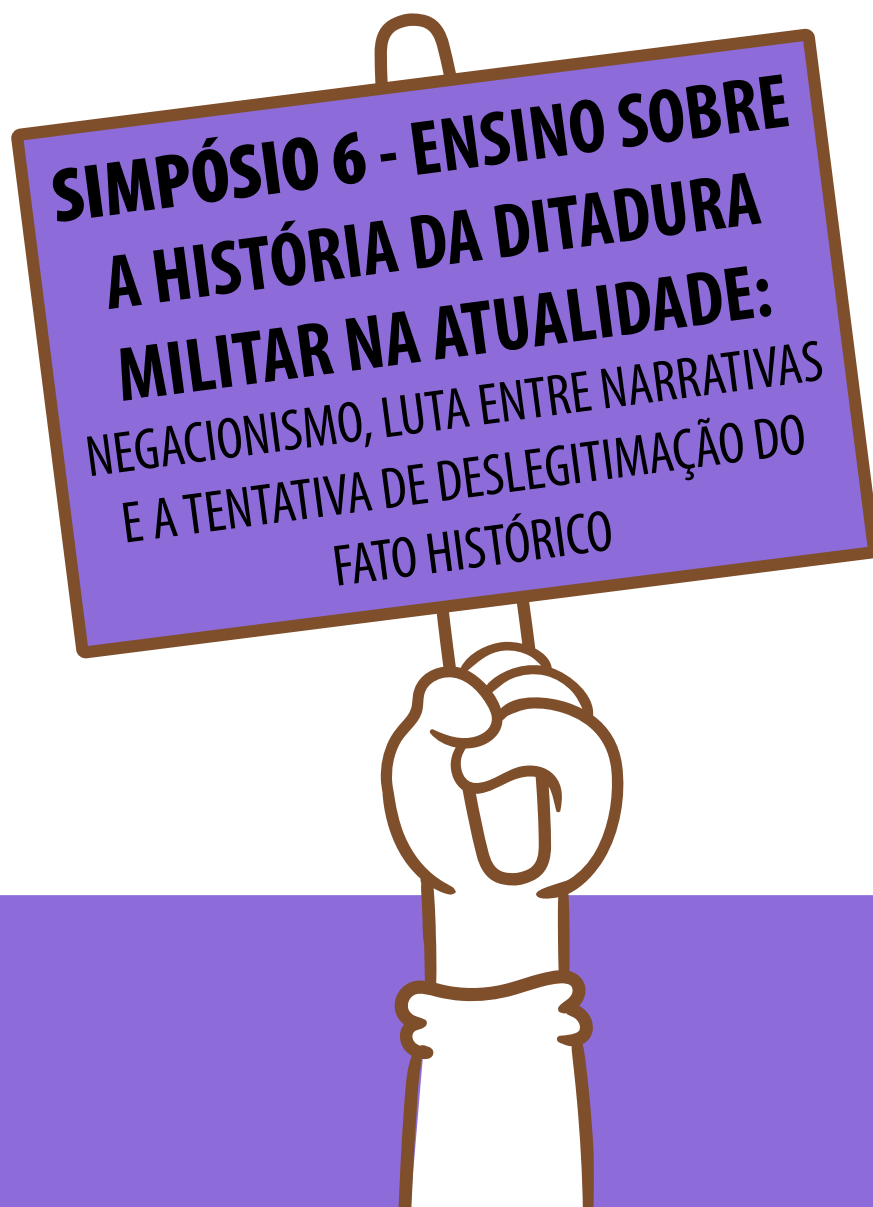
SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia.: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007.

POMPERMAYER, Malori J. **Movimentos Sociais em Minas Gerais**: emergência e perspectivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

TELLES, Adriana; JÚNIOR, Nelson Soares Pereira. A ditadura avacalhada: Particularidades na enunciação do humor gráfico brasileiro. **Revista Cambiassu**, São Luís/MA, v. 16, n. 19, jul./dez. 2016.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Diferentes atores em papéis diversos**: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora. (1983-1988). 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.



O JORNAL GAZETA DE SERGIPE COMO RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1968-1978)

Mayra Ferreira Barreto¹

Resumo: A pesquisa apresenta reflexões a respeito da utilização de jornais sergipanos como fonte para o ensino de história nos anos finais do ensino fundamental, valorizando-os como potencial didático para a aprendizagem histórica, especialmente na abordagem de temáticas e/ou objetos do conhecimento (BNCC, 2019), relacionadas com o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. O periódico escolhido foi a *Gazeta de Sergipe*, jornal que teve grande circulação na capital no período estudado, além de estar digitalizado e disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (Sibiufs), acessível no seguinte endereço: jornaisdesergipe.ufs.br/. Espera-se com o trabalho refletir sobre as representações a respeito da Ditadura Civil-Militar no Brasil e suas relações com o presente, além de compreender aspectos da produção do conhecimento historiográfico.

Palavras-chave: Ensino de História, Gazeta de Sergipe, Ditadura Civil-Militar.

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta proposta de utilização de fontes jornalísticas como recurso didático para o ensino de história, especialmente nas abordagens de temáticas relacionadas ao período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Para a realização deste trabalho foram selecionadas edições do jornal *Gazeta de Sergipe* entre os anos de 1968 e 1978. A escolha do recorte temporal decorre do interesse em trabalhar com as representações do periódico adotado a respeito dos “anos de chumbo” e o chamado “milagre econômico”. As edições da *Gazeta de Sergipe* encontram-se digitalizadas e disponíveis para pesquisa no endereço eletrônico <http://jornaisdesergipe.ufs.br>.

Durante o regime militar, a *Gazeta de Sergipe* foi um veículo de grande circulação e que exerceu influência na capital sergipana, pois era um periódico publicado diariamente e um dos poucos jornais que continuou circulando depois do golpe de março de 1964, sendo este um dos motivos que levaram à escolha do jornal como objeto de estudo. A pesquisa tem como objetivo discutir questões relacionadas ao uso de fontes jornalísticas sergipanas como recurso didático no ensino de História; contribuir para a valorização das questões históricas locais relacionadas à temática nacional; e entender de que maneira a *Gazeta de Sergipe* retratava a Ditadura Civil-Militar para a sociedade sergipana.

Para compreender o posicionamento do jornal sobre o regime militar, foram analisadas todas as edições entre os anos de 1968 e 1978. Além dos editoriais, foram analisados os artigos, as reportagens, as entrevistas, as manchetes e os anúncios. As fontes selecionadas vieram a ser posteriormente catalogadas e organizadas em quatro eixos temáticos, assim divididos: “Propagação do ideário da ‘Revolução de 1964’ ao povo sergipano”; “Resistências à Ditadura”; “Os Atos Institucionais do Regime Militar” e “Em nome do Desenvolvimento Econômico”.

¹ Possui Mestrado Profissional em Ensino de História/ ProfHistória pela Universidade Federal de Sergipe (2020). Especialização em Ensino de História: novas abordagens pela Faculdade São Luís de França (2014). Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe (2014). Atualmente é professora de História da Rede Municipal de Educação de Itabaiana/ SE.

Diante do exposto, partiremos do seguinte questionamento: Quais as possibilidades da utilização das fontes coletadas em jornais sergipanos para a aprendizagem de temáticas relacionadas com a Ditadura Civil-Militar? Além do uso das fontes, que permitem ao aluno compreender como ocorre a construção do conhecimento histórico, a pesquisa também tem como motivação ampliar o debate sobre a Ditadura Civil-Militar na sala de aula, sendo esta temática uma demanda do nosso presente.

A temática é considerada um “tema sensível”, porque “[...] designa assuntos de um passado problemático [...]” (ARAÚJO, 2013, p. 9), levando em conta que a ditadura foi um período de grandes violações dos direitos humanos e dos valores democráticos. Mesmo com os avanços em pesquisas acadêmicas apontando que o regime militar foi um período de repressão, sofrimentos e retrocessos, não há ainda, no país, um consenso do que foi esse período e o que ele representou para a sociedade brasileira.

Além disso, percebemos a existência de uma parcela conservadora da população que defende o retorno da ditadura como solução para os problemas sociais, políticos e econômicos do país. O que falar da reedição da “Marcha da Família com Deus” em 2014, na qual um grupo de pessoas saiu às ruas com cartazes em favor de uma intervenção militar para o combate da “corrupção” e dos “comunistas” no Brasil? E dos discursos defendidos por autoridades políticas que fazem referências ao período ditatorial de forma saudosista, exalta torturadores e defende a volta do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), maior instrumento de repressão da ditadura? São falas que atentam contra os preceitos da Constituição de 1988, portanto contra o estado democrático de direito.

Igualmente, uma série de discursos em defesa do autoritarismo é propagada nas redes sociais. Nelas encontramos um campo fértil para a divulgação de documentários e programas, sem referências confiáveis, com argumentos distorcidos, falsos e com armadilhas ideológicas. Logo, atrai o público mais jovem que, por não ter vivenciado o período, acaba construindo uma visão idealizada de que no “tempo da ditadura era melhor”, não existia corrupção, violência e crise econômica, quando, no Brasil, vivia-se um clima de estabilidade política e social, segurança, desenvolvimento econômico, justiça e ordem.

Sabemos que a sala de aula não é o único espaço de conhecimentos históricos dos alunos, eles constroem sua aprendizagem por diversos meios, a exemplo da comunidade, familiares, filmes, novelas e principalmente com os meios de comunicação. Em muitos casos, as mídias acabam propagando uma visão distorcida do que foi o regime militar. Para Peres (2014, p. 70), “[...] tal visão tende a se consolidar em situação de contradição nacional, seja quando nos deparamos com os índices de corrupção dos nossos governos democráticos, seja quando analisamos os números da violência urbana em nossas grandes cidades”. Por isso, precisamos trazer este debate para a escola, trabalhar as memórias que foram deixadas pela ditadura militar. De acordo com Chiozzini, Mesquita e Tuma (2007):

[...] estamos, cotidianamente, inseridos em realidades que nos conduzem a lapsos de memória que parecem fazer parte da própria fragmentação da vida contemporânea. Uma realidade na qual as experiências já não são contadas, recontadas... São esquecidas como se só o novo fosse essencial para a projeção de futuras práticas sociais. Notícias nos chegam fragmentadas. A amnésia coletiva, paulatinamente, concretiza-se com a implantação de simbologias, fantasmagorias soltas e autônomas na falta da relação com o passado (CHIOZZINI; MESQUITA; TUMA, 2007, p. 104).

Uma maneira de desconstruir as memórias é apresentando aos alunos que o que as mídias nos mostram não é a realidade dos fatos, mas representações, já que esses podem ser deturpados e marcados por ideologias de quem as escreve.

De acordo com Silva (2009, p. 28), “[...] durante a ditadura, o regime utilizou-se dos meios de comunicação para se auto-propagar [...]”. Por isso, a importância do professor em problematizar e desconstruir essas memórias: “[...] é preciso superar, no plano do conhecimento, os argumentos que amenizam a experiência da ditadura. Ao mesmo tempo em que são mitos sobre o regime, são também reafirmações da memória que ele quis deixar de si mesmo [...]” (SILVA, 2009, p. 28). Para que, desta forma, os jovens estudantes que não viveram aquela época possam se posicionar sobre as práticas desse regime repressor e violento.

Além da propagação de uma memória distorcida da ditadura militar, alguns fatores contribuem para o esquecimento do que foi a ditadura no Brasil. Podemos citar as resistências por parte das autoridades políticas na abertura dos arquivos repressivos do regime. Tendo em vista que muitos deles são negados, o que provoca desconhecimento da sociedade brasileira aos inúmeros atos de violência praticados pelos militares. Sobre os arquivos não acessíveis, de acordo com Gasparotto e Padrós (2010, p. 194), isto se “[...] relaciona a uma ação institucional de esquecimento organizado e induzido, ou seja, de políticas estatais oficiais que impõem a desmemória ‘de cima para baixo’ [...]”. Esta prática, segundo os autores, “[...] é um fenômeno de controle social e de sonegação coletiva de um passado específico, o que impede a elaboração, consolidação e transmissão de uma memória e identidade comum” (GASPAROTTO; PADRÓS, 2010, p. 195).

Outro exemplo do esquecimento organizado no Brasil é a Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, no governo de João Batista Figueiredo, ainda durante o regime militar. Essa lei foi resultado de um esforço dos agentes da ditadura para que os crimes e as graves violações dos direitos humanos cometidos por eles fossem “esquecidos” e “perdoados”. Por isso, ela acabou assegurando a impunidade, já que os torturadores e agentes do estado até hoje não foram julgados e punidos pelos crimes cometidos entre 1964 e 1985. No Brasil, a Lei da Anistia acabou impedindo a justiça e a reparação às vítimas e aos seus familiares das atrocidades sofridas durante a ditadura. A falta de conhecimento, pela população, das prisões ilegais, dos assassinatos, das torturas e desaparecimentos provoca a ausência de uma memória coletiva, garantindo assim o apoio ou a indiferença de várias pessoas que insistem em defender o regime.

Nos últimos anos, o Brasil avançou bastante na reparação das vítimas da ditadura militar, um exemplo é a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2012, no governo de Dilma Rousseff. A CNV teve um papel importante nas investigações das violações aos direitos humanos, ocorridas entre 1964 e 1985, constituindo um importante documento para resgatar a memória da repressão em uma sociedade marcada pelo esquecimento. Entretanto, é preciso mais ações em resgate às vítimas das arbitrariedades dos militares. O ensino de história tem este papel de ampliar “[...] a consciência dos jovens por meio de um trabalho de reflexão e de reconstrução da experiência humana [...]” (GUIMARÃES, 2013, p. 52). Desta forma, a nossa função como professor (a) de história na situação do Brasil atual é possibilitar a formação crítica do aluno a respeito de práticas autoritárias, para que sempre atuem em defesa aos direitos humanos e da democracia acima de quaisquer circunstâncias. Consoante afirma Silva (2018, p. 81) “[...] se as reflexões não ocorrerem, as possibilidades de pequenas (terríveis) ditaduras se manterem sob disfarce democrático serão muito grandes [...]”.

A temática Ditadura Civil-Militar também está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (1998) e na versão homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos anos finais do ensino fundamental (BRASIL, 2019). Nesses documentos, a temática apresenta-se como conteúdo obrigatório a ser desenvolvido no 9º ano do ensino fundamental. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História de 1998, o tema aparece como História do Brasil Contemporâneo e faz parte do eixo temático “História das representações e das relações de poder”, no subitem “Cidadania e cultura no mundo contemporâneo” (PCNs, 1998, p. 63). O documento destaca

como objetivo do estudo do tema a possibilidade de “[...] sensibilizar os estudantes para os estudos do passado e suas relações com questões atuais [...]” (PCNs, 1998, p. 68).

Para alcançar os objetivos almejados, a opção foi por uma pesquisa de caráter qualitativo, tendo como instrumentos de coleta de dados: o uso de referências bibliográficas, matérias jornalísticas selecionadas, além da leitura de artigos, dissertações e teses. Desta forma, para o estudo da educação histórica, os principais autores usados foram Rüsen (2006); Barca (2001, 2004, 2006); Lee (2006); Schmidt (2009); Germinari (2011); Barbosa (2017). Para a análise das fontes jornalísticas como recurso didático foram utilizados os estudos de Selva Guimarães (2012), Flávia Eloisa Caimi (2008) Itamar Freitas (2010) e Pereira e Seffner (2008). Sobre imprensa sergipana, reporta-se aos trabalhos de Ibarê Dantas (2014) e Carla Darlem (2014; 2015). Para a discussão sobre o ensino e Ditadura Civil-Militar os estudos de Marcos Silva (2016), Gasparotto e Padrós, (2010) e Marcos Vinicius Peres (2014). E os estudos de Nadine Habert (2001), Maria José de Rezende (2013), Maria Paula Araujo (2013), Maria Aparecida de Aquino (1999) e Alzira Alves de Abreu (2002), para a compreensão da ditadura militar, imprensa e censura nesse período.

PROPAGAÇÃO DO IDEÁRIO DA “REVOLUÇÃO DE 1964” AO POVO BRASILEIRO

Na *Gazeta de Sergipe*, encontramos, seja em reproduções de fala de políticos ou nos editoriais, afirmações de que a “Revolução de 64” garantiu “um clima de prosperidade política, econômica e social no Brasil”, e foi responsável em “libertar o seu povo da miséria, da fome, e do analfabetismo”. Além de prover “um clima de segurança a grande família brasileira em torno dos negócios e investimentos”, por “assegurar emprego aos trabalhadores” e “oportunidades de estudos a juventude” (GAZETA DE SERGIPE, 1969). Essas afirmações de que a “Revolução de 64” permitiu a tranquilidade social e econômica e o desenvolvimento do país colocavam a ditadura militar como expressão máxima dos desejos e anseios da maioria dos brasileiros. No jornal, percebemos também um esforço em propagar que o governo instaurado pelos militares era “democrático” e os seus atos representavam “mudança”, “renovação” em todas as esferas brasileiras.

Outro fator utilizado pelo regime para se legitimar era apresentar as medidas do governo como uma reação à propalada propagação do comunismo. Desta maneira, o comunismo era considerado o inimigo real da “Revolução de 64”, contra o qual ela estaria lutando e para “acabar com esse mal” era necessária a adesão de toda a população brasileira.

A propagação do “medo comunista” e das ideias anticomunistas era muito comum nos meios de comunicação, na *Gazeta de Sergipe* não era diferente. Frases como “[...] a revolução vai livrar o Brasil do comunismo [...]” eram bastante divulgadas no periódico. Pode ser citada como exemplo a matéria publicada em 01/04/70 que relata um discurso do General José Graciliano Nascimento para o curso de formação de oficiais de Polícia Militar de Sergipe. De acordo com o relato podemos perceber que o general alerta aos alunos o “perigo do comunismo”, apresentando as técnicas das quais os “comunistas” utilizavam para conquistar mentes por meio das propagandas “subversivas”. Ao final da matéria ele adverte aos soldados os “perigos” dessa doutrina que, segundo ele, tinha como objetivo “dominar o país” (GAZETA DE SERGIPE, 01/04/70).

Figura 1 - Discurso do General José Graciliano Nascimento para o curso de formação de oficiais de Polícia Militar de Sergipe (1970)



Fonte: Gazeta de Sergipe, 01/04/70, p. 01

Outra propaganda utilizada para promover a “Revolução de 64” foi o discurso contra a corrupção, em que os militares estavam dispostos a “extirpar esse mal do Brasil”. O jornal *Gazeta de Sergipe* foi um grande propagador da “Revolução de 64”, vista como responsável por eliminar a corrupção no Brasil. Frases como “a persistência e obstinação das forças militares que não se sensibilizam diante da marotagem dos corruptos” (GAZETA DE SERGIPE, 03/05/69) eram propagadas à população sergipana.

Também é possível encontrar o projeto de criar uma memória nacional mediante o culto a “heróis nacionais” do passado e sua relação com a imagem dos militares. Em relação a isso, identificamos várias matérias exaltando figuras como Tiradentes, D. Pedro I, José Bonifácio, Joaquim Gonçalves Ledo, D. João VI e o Duque de Caxias. O último era apresentado como “patrono do exército brasileiro”, “um exemplo de dedicação e amor à pátria” (GAZETA DE SERGIPE, 1970).

Igualmente, com o objetivo de incutir uma imagem positiva a respeito dos militares na sociedade brasileira, principalmente entre os jovens, inúmeras homenagens eram feitas pelo jornal aos soldados que aparecem como “heróis” e “protetores da pátria”, ou como aqueles que são chamados para “livrar o país dos males que o atacam” e que por isso são “defensores das liberdades democráticas” (GAZETA DE SERGIPE, 1970). Não obstante, a partir das propagandas em torno dos militares como garantidores da paz, ordem e da segurança, tentava-se amenizar os impactos das suas ações ditatoriais, buscando reconhecimento do povo brasileiro.

OS ATOS INSTITUCIONAIS NA DITADURA

No regime militar foram utilizadas várias estratégias para justificar este e outros atos impostos à população com a finalidade de buscar a sua aceitação, evitando manifestações contrárias. Eles eram representados e mantidos

como necessários para a manutenção da “ordem”, “segurança”, “democracia”, a “moral e aos bons costumes” e a para a preservação e defesa da própria “Revolução de 64”. Até os casos de torturas, segundo Médici, eram justificados para obter confissões e evitar “um mal maior”. De acordo com Rezende (2013, p. 35), “[...] os condutores do regime partiam da perspectiva de que eles ganhariam adesão à sua proposta de organização se conseguissem uma opinião pública cada vez mais favorável a seus feitos e intenções”.

Em Sergipe, logo após a instauração do AI-5, o jornal *Gazeta de Sergipe* publica uma matéria, na primeira página, apresentando o discurso do Ministro da Justiça Gama e Silva, e aponta os reais motivos para a aprovação desse ato institucional. Segundo a fala do ministro, o AI-5 representava a “[...] defesa dos interesses superiores da nação e do povo brasileiro”. Continuando, Gama e Silva explica à população brasileira que estava sendo observada “[...] uma série de fatos atentatórios aos direitos individuais, a paz e a tranquilidade pública, ameaçando tais procedimentos as próprias garantias, que a Revolução reservou para o povo brasileiro” (GAZETA DE SERGIPE, 15/12/68).

Figura 2 – Editorial sobre as primeiras prisões efetuadas pela “Revolução de 1968”



Fonte: Gazeta de Sergipe, 18/01/69, p. 03.

Diante da declaração do ministro, podemos perceber que a ditadura justificou o AI-5 e todas as suas medidas de exceção, alimentando na sociedade o imaginário do medo, da insegurança, e da desordem; todo esse clima de intranquilidade era causado pelos “inimigos da nação brasileira”: o comunismo e a corrupção. Seguindo com a análise do jornal, identificamos vários editoriais em apoio ao AI-5, contribuindo para legitimar o ato perante a

sociedade sergipana. Chamado de “Revolução de 68”, o periódico apresenta o AI-5 como “o meio legal para a punição dos ladrões, da corrupção, dos crimes de homicídio e de contravenções fiscais”, fazendo elogios à sua “ação saneadora”. Percebemos o esforço do jornal em apresentar o AI-5 como algo “popular” ou que merecia prestígio de vários setores da população brasileira, por seus “feitos” (GAZETA DE SERGIPE, 1969).

Neste sentido, podem ser citadas como exemplo afirmações do tipo: “Revolução de 68 eclodiu e ganhou todas as camadas sociais”; “o povo, com efeito, passou a sentir alegria, contentamento, confiança na Revolução de 1964” (GAZETA DE SERGIPE, 1969). A ideia era criar a impressão de que o país estava sendo “limpo”, “curado de todas as suas mazelas” e livre daquilo que representava um “empecilho” para o seu desenvolvimento. Infere-se, portanto, que as propagandas divulgadas na *Gazeta de Sergipe* eram utilizadas como “máscara” ocultando as ações negativas do governo com a aplicação desse ato repressor, negando qualquer possibilidade do povo à democracia e de participação dos indivíduos no cenário político.

RESISTÊNCIAS À DITADURA CIVIL-MILITAR

Para compreender como a *Gazeta de Sergipe* apresentava à população sergipana os grupos de resistência ao regime, foram selecionadas matérias do movimento estudantil e da luta armada. Devido à censura, muitos jornais ficavam proibidos de noticiar as manifestações populares, mas é possível encontrarmos várias matérias que retratam a luta dos estudantes contra a ditadura e os atos de violências tomados pelos militares para conter as manifestações. Por meio do jornal, podemos acompanhar as passeatas estudantis em São Paulo e em diversas capitais brasileiras, assim como prisões de estudantes sergipanos que foram participar do XXX Congresso da União Nacional Estudantil (UNE).

Em relação às ações dos militares contra as manifestações dos estudantes, o periódico afirmava “[...] não achamos que possam nossas autoridades solucionar a grave série a crise universitária com o emprego da força, da violência, da simples repressão policial-militar” (GAZETA DE SERGIPE, 15/10/68). Identificamos no jornal certo apoio ao movimento estudantil, como apontado no editorial, publicado dia 09/10/68: “[...] as lutas estudantis são validas e merecem os respaldos devidos, quando não traduzem interesses alienados expressos em linguagem orientada” (GAZETA DE SERGIPE, 09/10/68). Todavia, percebemos também que o periódico, vez ou outra, tenta desestruturar o movimento afirmando que estes estariam sendo influenciados por grupos de “subversivos”.

Como justificativa para o uso da violência contra as manifestações de oposição, o regime usava a imprensa para fazer apelo aos pais para que não permitissem que seus filhos participassem das manifestações organizadas contra a ditadura. Segundo o jornal, esses atos eram organizados por “agitadores” e “desordeiros” que colocavam em “perigo a vida do povo nas ruas”. A ideia era desqualificar os movimentos de oposição apresentando-os da forma mais negativa possível e fazer a população acreditar que as medidas repressivas visavam proteger a sociedade contra “perigo de uma minoria” (GAZETA DE SERGIPE, 1970).

Sobre as resistências das organizações de esquerda, encontramos uma série de adjetivos que os enquadravam como “subversivos”, “comunistas”, “terroristas”, “nocivos à segurança do país” e “inimigos da pátria”. Nas notícias de confrontos com a polícia, os grupos envolvidos na “subversão”, assim considerados, eram os primeiros a atirarem na polícia, “eram fugitivos armados”, “ladrões”, “assaltantes” (GAZETA DE SERGIPE, 1968 a 1970).

Em matéria publicada no dia 29/05/69, resultando na prisão do líder estudantil Marcos Antônio e do teatrólogo Fausto Machado Freire, a *Gazeta de Sergipe* informava que os envolvidos em “subversão”, depois de um longo

tiroteio com a polícia, assaltaram o negociante Cesário Roubim e roubaram dois carros durante a perseguição. Segundo o jornal, não resta a menor dúvida de que os fugitivos “integram uma quadrilha de assaltantes de bancos” (GAZETA DE SERGIPE, 29/05/69).

Figura 3- Prisão de Marcos Antônio Azevedo e Fausto Machado Freire envolvidos em “subversão” (1969)



Fonte: Gazeta de Sergipe, 29/05/69, p.01

O periódico fazia campanha e travava uma verdadeira “guerra ideológica” contra o que denominava de “terrorismo”. Inúmeras chamativas eram publicadas convocando a população sergipana a se unir para o “combate desse mal”. Outra forma de discurso consistia associar as ações desses grupos como causadoras de mazelas sociais. Podemos perceber na fala do governador de São Paulo, Hilário Torloni, que pede a atenção do povo “[...] para com os agitadores, para com os exploradores das angústias do povo eles querem agravar os problemas destruir a economia e semear o ódio” (GAZETA DE SERGIPE, 13/06/69).

Diante dos fatos abordados, conclui-se que existia todo um aparato de propaganda para demonizar a oposição e convencer a população de que eram pessoas perigosas e que por isso necessitavam de medidas repressivas. Em fala do Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, sobre denúncias de tortura no país, este declara: “[...] ninguém, no Brasil, é preso por ter pensamento diferente do governo. No Brasil, não existem presos políticos e sim: terroristas detidos” (GAZETA DE SERGIPE, 02/08/70).

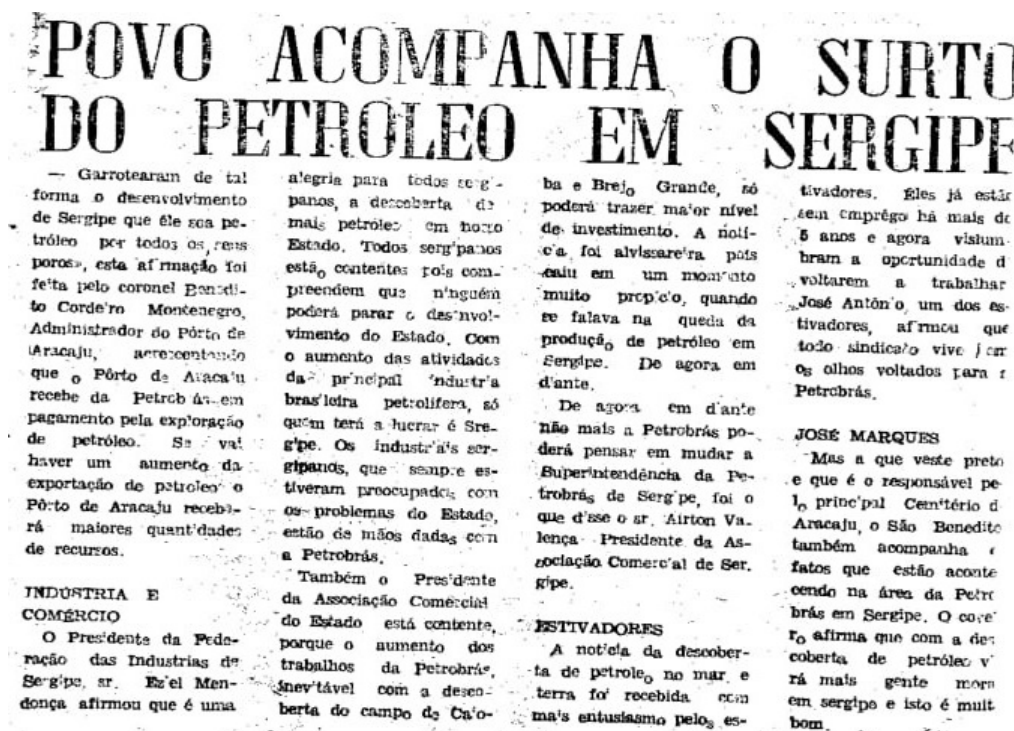
Para os agentes da ditadura, “quando a tortura não era negada, era justificada para salvar inocentes da contaminação das ideias ou das práticas letais terroristas. A tortura era um mal necessário para a produção de um bem coletivo: a segurança da sociedade” (CNV, 2014, p. 323). Essas declarações eram usadas para justificar as torturas e os assassinatos aos opositores, negadas pelos agentes do estado ou encobertas com versões falsas, quase sempre reproduzidas pela imprensa, de “atropelamentos”, “suicídios” ou “morte em tiroteio”.

EM NOME DO “DESENVOLVIMENTO” ECONÔMICO

No jornal *Gazeta de Sergipe* eram constantemente divulgadas “as grandes realizações do regime militar”, a exemplo dos avanços da indústria automobilística, os índices econômicos da indústria do país, o desenvolvimento no Nordeste e os investimentos em saúde e educação. Além de reportar as notícias do denominado desenvolvimento econômico nacional, a *Gazeta de Sergipe* também noticiava o “milagre econômico” em terras sergipanas. Assim, exaltava as descobertas de novos poços de petróleo e de minérios, principalmente no município de Carmópolis. De acordo com as publicações do periódico, as descobertas petrolíferas possibilitariam ao estado o crescimento do seu parque industrial e a criação de empregos.

Na matéria intitulada “Povo acompanha o surto do petróleo em Sergipe”, o presidente da Federação das Indústrias de Sergipe, o Sr. Eziel Mendonça, afirma que “[...] todos os sergipanos estão contentes, pois compreendem que ninguém poderá parar o desenvolvimento do Estado” (GAZETA DE SERGIPE, 19/02/1971). Publicações do tipo contribuía para incutir uma avaliação positiva do regime, fazendo com que as mazelas fossem colocadas em segundo plano em nome do propalado “progresso econômico”.

Figura 4- Matéria intitulada “Povo acompanha o surto do petróleo em Sergipe”, publicada no jornal *Gazeta de Sergipe* (1971)



Fonte: *Gazeta de Sergipe*, 19/02/1971, p. 01.

Também é perceptível um esforço do jornal em divulgar uma imagem positiva do presidente Médici, associada ao desenvolvimento e à segurança econômica do Brasil. Em várias editoriais, o presidente é comparado a Getúlio Vargas, tanto em nível da popularidade quanto das reformas econômicas e sociais. Ele é mostrado como o “gaúcho de simpatia popular”, “gaúcho tranquilo” e que “desfruta de prestígio enorme entre todas as camadas sociais brasileiras” (GAZETA DE SERGIPE, 01/11/72).

A imagem do presidente Médici também era apresentada como “líder do povo”, principalmente entre as classes operárias brasileiras, como um “grande estadista”, um “homem de confiança” e “homem que tem um imenso amor ao Brasil”. Em editorial publicado em 12/10/69, o jornal afirmava que: “Surge, agora, um líder nacional pronunciando coisas simples, mais tradutora das aspirações do povo brasileiro, de progresso econômico, bem-estar social, liberdade democrática e justiça social. As suas palavras inspiram confiança, induzem colaboração e tranquilizadoras arrastaram essa geração de jovens brasileiros a novas tomadas de posição. A sorte está lançada. Mãos à obra, povo brasileiro” (GAZETA DE SERGIPE, 12/10/1969, p. 03).

Desta maneira, foi criado um “mito” em torno da imagem de Médici como o “conciliador” das diversas classes sociais e por isso deveria ser amado pela juventude brasileira. Podemos citar como exemplo desta afirmação a matéria publicada no dia 19/05/71, que consistia no resultado de uma pesquisa realizada entre 1.400 alunos do Colégio Estadual Professor Ernani Cardoso, em Bangu, com idade entre 14 e 20 anos, o presidente Médici foi apontado como o vulto mais importante da vida brasileira com 41,6%, seguido de Pelé com 10,4% e Getúlio Vargas com 4,9%.

Identificamos ainda várias matérias direcionadas ao operário brasileiro, exaltando o valor do trabalho para a “construção do Brasil”, ou como forma de “dignificar o homem”, além da exaltação do patriotismo e do civismo (GAZETA DE SERGIPE, 1970 e 1971). Portanto, os discursos divulgados durante o período do denominado “milagre econômico”, pela *Gazeta de Sergipe*, visavam tornar o regime aceitável e evitar todo tipo de contestação em nome do propalado “progresso”, “otimismo” e “amor à Pátria”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conseguiu atingir os objetivos propostos, na medida em que discutiu em diferentes perspectivas das questões relacionadas ao uso de fontes jornalísticas sergipanas como recurso didático no ensino de História. Por meio dela, observamos a posição do jornal em relação à Ditadura Civil-Militar, constatando-se que suas publicações contribuíram para apoiá-la e legitimá-la influenciando, neste sentido, a população sergipana.

Pudemos identificar, na *Gazeta de Sergipe*, diversas matérias publicadas em favor do regime militar, assim como várias estratégias para justificar os atos institucionais desse período, a exemplo do AI-5. Desta maneira, o jornal contribuía para validar as ações desse ato para a sociedade sergipana, buscando a sua aceitação com a intenção de evitar manifestações contrárias. As publicações do periódico auxiliavam a “demonizar” os movimentos de resistência ao regime, desqualificando as manifestações de oposição da forma mais negativa possível, contribuindo para justificar para a sociedade sergipana as medidas repressivas aplicadas pelos militares. Entendemos, ainda, que as propagandas realizadas na *Gazeta de Sergipe* tinham como objetivo divulgar uma imagem positiva do Brasil, destacando o desenvolvimento e a estabilidade econômica do país e os grandes feitos dos militares, visando evitar qualquer tipo de contestação, propagando o ideário de “progresso”, “otimismo” e “amor à pátria”.

O trabalho também contribuiu para ampliar o debate sobre a Ditadura Civil-Militar na sala de aula, sendo esta temática uma demanda do nosso presente, já que observamos discursos autoritários presentes nas mídias sociais divulgando uma visão idealizada de que no “tempo da ditadura era melhor”. A pesquisa também contribuiu para que os alunos entendam que a ditadura foi um período de grandes violações aos valores democráticos, possibilitando resgatar a memória da repressão em uma sociedade marcada pelo esquecimento.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Paula. **Ditadura militar e democracia no Brasil**: história, imagem e testemunho. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Revista Educar**, Curitiba, Editora UFPR, p. 93-112, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe/nspea06.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 jan. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06 jan. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: história, geografia. Brasília: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Livro Didático – História**. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/13410-guia-pnld-2020>. Acesso em: 09 set. 2018.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório** / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- CHIOZZINI, Daniel; MESQUITA, Ilka; TUMA, Magda. Potencialidades da história oral e da memória para o diálogo com professores e professoras em suas singularidades. In: ZAMBONI, Ernesta (Org.). **Digressões sobre o ensino de História**: memória, história oral e razão histórica. Itajaí: Maria do Cais, 2007. p. 103-145.
- DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe**: 1964-1984 (partidos e eleições num Estado autoritário). São Cristóvão: Ed. UFS, 2014.
- GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar em sala de aula: Desafios e compromissos com o resgate da História Recente e da memória. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel *et al.* (Org.). **Ensino de História**: desafios contemporâneos. Porto Alegre: Est: Exclamação: ANPHU/RS, 2010.
- PERES, Marcus Vinicius Monteiro. Por que ensinar a ditadura civil-militar? A formação de um sujeito por meio da democracia. **Encontros**, ano 12. n. 22, p. 61-79, 1. sem. 2014.
- SILVA, Marcos. Aprender a ditadura brasileira de 1964 a 1985 (ensino de história depois da casa da morte). In: GUIMARÃES, Selva. (Org.). **Ensino de História e Cidadania**. Campinas: Papirus, 2018.
- SILVA, Marcos. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964/1985). **Antíteses**, v. 2, n. 3, p. 23-36, jan./jun. 2009.

OS JUDEUS ENTRE GREGOS E ROMANOS: FLÁVIO JOSEFO E A HISTORIOGRAFIA JUDAICA NO SÉCULO I¹

Ana Livia Alves Dias

Ângelo Emílio Da Silva Pessoa

Resumo: A pesquisa discutiu o desenvolvimento de uma historiografia judaica no contexto das relações entre judeus, gregos e romanos no período helenístico, especificamente no século I. Buscou-se observar como o encontro desses três povos refletiu na formação do historiador judeu Flávio Josefo, no I século, bem como em sua interpretação dos conflitos ocorridos na Judéia em 66 d.C. que culminaram na destruição do Templo de Jerusalém no ano 70 d.C. Portanto, o foco da análise dessa pesquisa se direcionou unicamente a duas obras específicas de Josefo, a saber, *Guerras Judaicas* e *Autobiografia*. Totalmente influenciado pelo helenismo nos moldes romanos, Josefo se manteve judeu na sua essência, mas grego e romano na sua forma. A partir de Josefo percebemos que a historiografia judaica desse período se preocupou com a representação dos acontecimentos do presente seguindo intenções apologéticas e de representação das tradições e crenças israelitas a um público latino.

Palavras-chave: Historiografia. Flávio Josefo. Roma

INTRODUÇÃO

A historiografia judaica nasceu na esteira das tensões entre gregos e judeus, e esteve preocupada em apresentar sua própria história a uma audiência helenizada. Os próprios judeus não escaparam à influência helenística, mas, segundo Momigliano, surpreenderam ao traduzir seus textos sagrados para a língua grega, em vez de apresentarem-se de acordo com os padrões esperados pelos gregos, como se tornou o costume dos outros povos também dominados (MOMIGLIANO, 1991, p. 86).

A historiografia judaica foi se desenvolvendo a partir de três objetivos centrais, qual seja: apresentar as tradições dos antigos hebreus, empreender um relato apologético do passado desse povo, e fortalecer suas próprias crenças diante do impacto do helenismo na Palestina de então.

Esse intento historiográfico prosseguiu mesmo após o fim do período helenístico a partir de 146 a.C. quando a força política e militar romana conquistou a Grécia. Os judeus logo sentiram os efeitos dessas mudanças, mas, seus escritores helenizados mantiveram os objetivos da escrita, porém, reorientando a ênfase dos relatos, passaram a contar a história do presente como sendo esta uma continuação de seu passado bíblico. Nesse sentido Ibáñez afirma que,

La mayoría de estos autores escribirán los dos tipos de historia y, aún más, compondrán una historia total, integrando las leyendas bíblicas con los acontecimientos presentes. Es entonces cuando la tradición bíblica se funde con la tradición historiográfica griega de una forma consciente y explícita. (IBÁÑEZ, 1997, p. 9)

¹ Artigo produzido pelo professor Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa, Departamento de História/UFPB; e Ana Livia Alves Dias, graduanda em História pela UFPB. Apresentado na I Semana Internacional de História, promovida pela UFMS entre os dias 14 e 18 de setembro de 2020.

Podemos, desse modo, observar dois momentos distintos da historiografia judaica antiga, a saber, o que se realizou no período helenístico mais precisamente nos séculos III e II a.C. e o outro que se desenvolveu no período imperial romano entre os séculos I a.C. e I d.C. Em ambas as fases dessa historiografia se mantém a intencionalidade apologética e o interesse de apresentar e integrar as tradições do povo judeu no contexto maior da historiografia greco-romana.

No período helenístico, o interesse de escritores judeus como Artápano, Demétrio e Eupólemo² se concentrava em reescrever a história do passado de Israel, enquanto que, no período romano, as atenções se voltaram para a escrita de acontecimentos do presente. Como explica Ibáñez, “Los autores helenísticos se dedicaron a reescribir el pasado bíblico, más que a narrar la historia contemporánea, que es lo que precisamente va a ocurrir bajo la dominación romana” (IBÁÑEZ, 1997, p. 8).

O apogeu, entretanto, do esforço judaico de se fazer compreender pelo mundo de fala grega está em Flávio Josefo (37 – 100 d.C.). Este historiador judeu do século I viveu uma parte de sua vida em Roma e de lá escreveu sobre a história do antigo Israel, bem como do conflito entre judeus e romanos que culminou na destruição do Templo no ano 70 d.C. sob o comando do general romano Tito Flávio³ (39 – 81 d.C.). O mesmo Tito mais tarde se tornou Imperador, governando entre os anos de 79 e 81 d.C. Além dessas obras, Josefo também escreveu uma autobiografia e um livro em resposta às críticas cada vez mais comuns feitas aos judeus em sua época.

Josefo, portanto, também buscou se inserir na longa tradição de historiadores clássicos já conhecidos em sua época e representar a história dos judeus como parte importante da história universal. Sua obra tem sido objeto de estudo já desde o início do cristianismo no século II a.C. pelos cristãos que buscavam em seus escritos testemunhos que atestasse a existência histórica de Jesus. Nos séculos que se seguiram, as obras de Josefo receberam um grande número de cópias e traduções. No século XX, foi tema de importantes estudos, tendo se destacado autores tais como Arnaldo Momigliano e Pierre Vidal-Naquet.

Nas décadas mais recentes, os estudos em torno da história e da historiografia antigas tem crescido no Brasil, e a obra de Flávio Josefo tem sido objeto de crescente atenção, nesse sentido destacam-se os trabalhos de historiadores como Norberto Guarinello, Ciro Flamarion Cardoso, Alex Degan, Vicente Droboruka. Entender como os povos antigos narravam a história também é importante para a própria compreensão do mundo antigo, bem como de como vem se dando a escrita do passado, visto que a influência da historiografia clássica não se esgota no mundo antigo em si, mas, também, em como esse pensamento antigo reverbera no contemporâneo, naquilo que Arnaldo Momigliano denomina como “raízes clássicas da historiografia moderna”.

A história dos judeus constitui uma parte importante da história da Antiguidade e, suas tradições chegaram ao contexto ocidental no que se convencionou chamar de cultura judaico-cristã. Portanto, se faz relevante o estudo desse povo, bem como, de sua historiografia, visto que suas tradições estão presentes nas estruturas culturais de muitos países, inclusive do Brasil. Além disso, estudar a historiografia judaica através das obras de Flávio Josefo nos auxilia na constatação de que há muitas influências diferentes permeando as teias narrativas construídas pelos historiadores em qualquer época.

² Artápano, Demétrio e Eupólemo estão entre os primeiros historiadores judeus do período helenístico. Escreveram suas obras em grego buscando relacionar as tradições judaicas à cultura helenista. São muito importantes para a compreensão da relação e influência entre helenismo judaísmo do século III e II a.C. (MARCOS, 1975).

³ A família dos Flávios governaram sobre o Império Romano a partir da morte do imperador Nero (54-68 d.C.). Os imperadores que constituíram essa dinastia foram Tito Flávio Vespasiano (69-79 d.C.), Tito Flávio César Vespasiano Augusto (79-81 d.C.), e Tito Flávio Domiciano (81-96 d.C.).

A presente pesquisa, portanto, analisou o desenvolvimento de uma historiografia judaica no contexto das relações entre judeus, gregos e romanos no período helenístico e observou como o encontro desses três povos refletiu na formação do historiador judeu Flávio Josefo no I século, bem como na interpretação dos conflitos ocorridos na Judéia em 66 d.C. que culminaram na destruição do Templo no ano 70 d.C.

Foi procedida a consulta de traduções para a língua portuguesa e espanhola⁴ de duas de suas obras a saber, *Guerra dos Judeus* BJ (79 d.C.), na qual o autor apresenta os acontecimentos em torno do conflito entre judeus e romanos, que ele mesmo foi uma testemunha; e, *Autobiografia* (entre 94 e 100 d.C.), que consiste em uma breve descrição da própria vida de Josefo, e que também serviu como apêndice de alguma de suas obras. Ao longo de nossa leitura desses dois documentos historiográficos, fomos percebendo a presença de uma visão providencialista⁵ a respeito dos fatos narrados, assim como intenções apologéticas por parte desse autor.

Apesar de sua obra ser mais vasta, contando ainda com os livros conhecidos e traduzidos para o português, a saber, *Antiguidades Judaicas* AJ (94 d.C.), e *Contra Apion* (entre 94 e 99 d.C.), focalizamos a nossa análise nos livros indicados acima, visto que nosso interesse no presente trabalho concentrou-se em analisar como Josefo representou os conflitos ocorridos na Judéia a partir de 66 d.C. até 70 d.C. de modo que conciliasse tradições judaicas e romano-helenísticas.

A HISTORIOGRAFIA JUDAICA NO PERÍODO ROMANO

A conquista dos romanos do território da Judéia em 63 a.C. e a queda do Templo de Jerusalém em 70 d.C. representaram dois marcos muito importantes para a história do Israel antigo, sobretudo, porque definiram os rumos de suas tradições, bem como da própria historiografia judaica, que permanecera helênica em sua forma, mas, a partir da dominação romana se direcionara também ao público latino.

Era de grande importância que os escritores judeus helenizados escrevessem sobre os eventos contemporâneos para que pudessem ser conhecidos diante dos greco-romanos. Josefo é o principal escritor judeu do período imperial da historiografia judaica, escrevendo para os imperadores da família dos Flávios em Roma, ele apresentou uma interpretação dos fatos em torno do conflito de 66 a.C. e sua eventual culminação na destruição do Templo de forma a favorecer seus patrocinadores latinos⁶.

A historiografia judaica, entretanto, não servia somente a fins apologéticos. Era também parte do costume israelita interpretar seu passado à luz do presente, buscando compreender os desígnios do divino na história. Do mesmo modo que no período helenístico, os escritores judeus se ocuparam em escrever uma história do passado em função do presente, como explica Marcos,

La interpretación del pasado en función del presente ha sido una tarea constante dentro de la trayectoria espiritual de Israel y un punto nuclear de su pensamiento teológico. Es consecuencia de Su

⁴ Foi consultada a tradução para a língua portuguesa da obra “Autobiografia”, feita por A.C. Godoy, e publicada por Juruá Editora, em 1ª edição, do ano 2006. Foi consultada também a tradução para língua espanhola da obra “Guerras Judaicas”, feita por Jesús Maria Nieto Ibáñez, publicada pelo Editorial Gredos, em 1997.

⁵ Quando fazemos uso do termo “providencialismo” nos referimos a certa concepção que explica o desenrolar dos acontecimentos históricos a partir de intervenções divinas na história (PLEKHANOV, 1980).

⁶ Josefo recebeu o nome da família dos Flávios, e desse modo, passou a se chamar Flávio Josefo. Ele foi o historiador dessa família no período imperial, recebendo por isso um salário e hospedagem na capital do Império, tendo também amplo acesso à documentação guardada em Roma (IBÁÑEZ, 1997; LAMOUR, 2006).

fe en Yahveh que rige la historia y actúa en toda la trama de los acontecimientos . Pero sin olvidar esta adaptación teológica al presente la confrontación con el helenismo obliga a los autores judíos a exponer su pasado en forma publicitaria si quieren ser entendidos por las naciones y contrarrestar el influjo y la presión que sobre el judaísmo de esta época ejercía el pasado glorioso de la sabiduría griega. Al mismo tiempo este recurso al pasado brillante o idealizado suele coincidir con momentos históricos de crisis política. La contemplación retrospectiva se convierte en una especie de refugio de un presente mediocre o desilusionante. (MARCOS, 1974, p. 160)

A historiografia judaica do período helenístico, portanto, interessava-se em contar aos gregos os relatos passados da história de Israel, enquanto que no período romano os escritores judeus, como Fílo de Alexandria⁷ (15 a.C. - 45 d.C.), por exemplo, e bem como o próprio Josefo, buscaram interpretar os eventos contemporâneos. E, estabeleceram uma relação de continuidade entre o passado bíblico e os acontecimentos do presente.

Quando em 63 a.C. os romanos assumem o controle sobre a Judeia, tiveram uma postura inicial tolerante para com os judeus, não interferindo em suas liturgias religiosas, e na prática da Torá. Os judeus ficaram submetidos ao governador da Síria, podendo praticar suas tradições com tranquilidade.

Tal postura pacífica e tolerante dos romanos agradou os judeus, que em sua maioria não ofereceram resistência à entrada do general Pompeu em Jerusalém na primavera de 63 a.C. Conforme Skarsaune (2004, p. 44), os romanos demonstravam respeito às tradições dos povos que subjugavam, mas, também valorizavam as suas próprias crenças.

No caso da relação dos romanos com os judeus, de acordo com Frangiotti (2006), estes tinham garantida a liberdade de culto, eram dispensados do serviço militar, ficavam isentos de todos as imposições incompatíveis com o monoteísmo. Aos cristãos no século I a.C. também foram conferidos estes privilégios uma vez que, nesse período ainda eram distinguidos dos judeus (FRANGIOTTI, 2006, p. 29).

A postura de parcial tolerância adotada pelos romanos também servia como uma medida para evitar conflitos e reforçar sua governança sobre os povos conquistados. Desse modo, a tolerância oferecida pelo governo romano estava longe de ser um mero ato desprezencioso de benevolência ou admiração pelas tradições judaicas, outrossim, era uma medida pragmática, parte da estratégia de um projeto de dominação. Nesse sentido Frangiotti explica que,

A primeira expansão cristã dos movimentos cristãos foi favorecida pela tolerância e pelo pragmatismo da política de Roma neste domínio: as correntes religiosas são em princípio toleradas. Elas facilitam a integração no sistema da romanidade. O religioso funciona ao mesmo tempo como quadro de persuasão e como instrumento de dominação imperialista. (FRANGIOTTI, 2006, p. 30)

Judeus e romanos, no entanto, pouco se conheciam. Como afirma Momigliano, “Como todos os outros integrantes da comunidade helenística, os judeus se informaram demasiadamente pouco e demasiadamente tarde sobre os romanos” (1991, p. 108). Os romanos por sua vez, também não fizeram questão de se aprofundar no conhecimento a respeito do judaísmo, no entanto, não deixaram de dar atenção aos judeus, conhecendo razoavelmente seus costumes e tabus (MOMIGLIANO, 1991, p. 109).

As relações entre judeus e gregos foram afetadas por um terceiro elemento, qual seja, a intrusão dos romanos. Entre outros fatores, a interlocução nem sempre pacífica entre esses três povos teve um papel importante na formação do mundo ocidental, bem como nos contornos assumidos pelo cristianismo no século I a.C., quando se deu o surgimento deste.

⁷ Foi um filósofo judeu que viveu em Alexandria no período romano-helenista. Ele buscava em seus escritos apresentar uma interpretação do Antigo Testamento a partir de categorias da filosofia grega (CALABI, 2014).

Apesar da política romana de tolerância ainda permaneciam os conflitos entre os judeus da diáspora que eram mais abertos ao contato com outras culturas, e os judeus de Jerusalém, que embora helenizados, ainda permaneciam um tanto fechados a outras tradições. O desconhecimento a respeito dos costumes romanos é um exemplo disso. Mas, como explica Momigliano, “Os judeus tiveram de enfrentar o mundo como ele era, e era um mundo em que predominavam os costumes gregos e procônsules romanos faziam a lei” (1991, p. 102).

Com o crescimento da dominação romana o mundo mediterrâneo antigo passou a ser bilíngue e uma nova historiografia despontou nesse cenário, qual seja, a historiografia latina. Os romanos assimilaram o helenismo, mas o configuraram à sua própria maneira, e procuraram elaborar sua própria história. Sobre isso, Momigliano afirma que,

Ao mesmo tempo, nós chegamos a perceber que a historiografia grega não era natural e inevitavelmente destinada a se tornar a fundamentação de nossa historiografia ocidental. Não teríamos herdado a historiografia grega sem a intervenção ousada de alguns romanos que fizeram da historiografia grega a historiografia do Império Romano. Acima de tudo, não teríamos nossa história nacional sem o exemplo da historiografia nacional romana e, mais especificamente, sem o exemplo de Tito Lívio. (MOMIGLIANO, 2004, p. 18)

Os escritores judeus do período romano como, Fílo de Alexandria, buscaram inscrever Israel nessa história romana, entretanto, nenhum deles foi tão bem sucedido nisso quanto Flávio Josefo. Como explica Lamour, “não era por curiosidade intelectual que ele escrevia, mas por ter recebido a missão de introduzir Israel na história universal de seu tempo” (2006, p. 45).

Josefo se percebia como um profeta à semelhança dos profetas literários da Torá, sobretudo, ao profeta Jeremias. Por isso, diante dos imperadores Flávios se apresentou com palavras pretensamente proféticas vaticinando que Vespasiano se tornaria imperador em Roma. Esta consciência de si enquanto um profeta levava-o a entender a escrita da história judaica como uma missão que lhe fora conferida.

Ao estabelecer uma relação de continuidade entre o passado bíblico dos judeus e os eventos ocorridos do século I a.C., Josefo apresentou os hebreus como um povo escolhido por Deus, e foi desse modo que ele também representou os romanos, isto é, como um povo escolhido. Assim, nesse ponto, esse historiador judeu estabelece um ponto de aproximação não mais entre judeus e gregos somente, mas sobretudo, entre judeus e romanos.

FLÁVIO JOSEFO: UM JUDEU HELENIZADO EM ROMA

Por volta do ano 37 d.C., aquela tolerância inicial dos romanos dos tempos de Pompeu já fora trocada por uma tensão crescente e a maior parte da população na Judéia mostrava-se insatisfeita e já dava sinais do desenlace de uma revolta que veio a acontecer posteriormente. Nesse ano nasceu na cidade de Jerusalém, Yosef (Josephus, na versão romanizada e Josefo, no nosso uso) ben Matitiah ha-Cohen. Mais especificamente em torno desse curioso judeu do I século concentraremos nossa atenção a partir de agora.

Seu nascimento que se deu no seio de uma família de sacerdotes aristocratas, como ele mesmo enfaticamente e, não sem uma boa dose de orgulho, alardeia em sua *Autobiografia* (94 – 100 d.C.),

Minhas origens não são obscuras, pois provenho de casta sacerdotal. A distinção de nobreza varia segundo os povos e, entre nós, formar parte do clero é prova da mais ilustre raiz. Porém, minha fa-

mília não só pertence à linhagem sacerdotal, senão à primeira das vinte e quatro classes, que é muito diferente, e é a raiz mais nobre desta classe. Ademais por parte da minha mãe sou de sangue real, pois os asmoneus, antepassados seus, foram, durante um período de muito tempo, sumos sacerdotes e reis de nosso povo. (*Autobiografia*, I,II)

Josefo escreveu sua autobiografia no final do século I, quando já havia passado a situação conflituosa em Jerusalém que culminou na destruição do Templo no ano 70 d.C. Esse conflito veio se desenhando desde que um idumeu chamado Herodes, o grande⁸, conquistando a simpatia de Roma, fez-se rei de toda Judéia em 37 a.C. governando até o ano 4 a.C. Após esse período a Judéia foi dividida em tetrarquias e, a dinastia que Herodes construiu a partir de seus casamentos com descendentes da família dos Asmoneus, assumiu de forma bastante limitada o direito de governar sobre o território outrora palco dos mandos e desmandos de Herodes.

Era justamente essa mistura entre a linhagem dos Hasmoneus com os Idumeus⁹ que inquietava demasiadamente a população na Judeia. No entanto, esse estava longe de ser o seu único incômodo, pois o Império Romano submeteu a Judeia, após a morte de Herodes, o grande, a procuradores às vezes pouco escrupulosos. Estes é que, de fato, exerciam o poder a partir da cidade de Jerusalém enquanto que os herdeiros de Herodes, a saber, Agripa I, e após ele, Agripa II, exerciam um governo de fachada, como explica Lamour (2006, p. 18).

A esse quadro somaram-se ainda as desavenças religiosas e disputas por influência política das seitas judaicas, das quais as mais conhecidas à época eram Fariseus, Saduceus e Essênios. Josefo conheceu esses três grupos de maneira muito íntima, uma vez que, passou por todas elas em sua busca por encontrar o melhor caminho por onde dirigir sua própria vida. Acabou por optar pelo partido dos fariseus.

No século I a Judéia estava imbuída por um sentimento de expectativa messiânica, o que a tornou um ambiente propício para o surgimento de eremitas à semelhança de Banus¹⁰, conhecedores das tradições israelitas antigas, que viviam pelos desertos numa vida de ascese. Sobre isso Degan acrescenta que,

Neste ambiente ainda se destacavam as produções de uma literatura apocalíptica e messiânica com uma visão escatológica da história. Identificar e classificar textos antigos dentro do gênero “Apocalipse” não é matéria fácil, mas em termos gerais podemos entender esta produção literária enquanto um tipo de literatura revelatória que coloca seu receptor humano em contato com o divino, estabelecendo uma realidade transcendente em que se extraem uma visão do Juízo Final e novas razões para cultivar esperanças. Sem nos apegarmos aos debates dos aspectos particulares deste tipo de narrativa, devemos notar que tal produção reflete um desânimo gigantesco com o presente, fazendo seus escritores e consumidores voltarem suas esperanças e sonhos de mudanças para um futuro, que na tradição judaica, desde o exílio da Babilônia, esteve ligado ao fim dos tempos, ou dia de YHWH, que marcaria a vitória dos justos com o início de uma Nova Aliança. (DEGAN, 2012, p. 129)

Josefo chegou a conviver com Banus durante algum tempo, mas não chegou a se interessar pelos debates escatológicos e messiânicos, entretanto, Degan afirma que Josefo não deixou de “registrar que muitos grupos revo-

⁸ Também chamado Herodes I, ficou conhecido por suas grandes construções, entre elas, a cidade de Cesaréia Marítima (25 - 13 a.C.), e as reformas que empreendeu no Templo de Jerusalém. Seu governo também ficou marcado pela violência com a qual perseguiu os membros de sua própria família para que estes não lhe tomassem o poder (ROCHA, 2004).

⁹ Os idumeus eram descendentes do antigo povo edomita citados nos textos bíblicos dos judeus. No século II a.C. o Hasmoneu João Hircano I tomou o território dos idumeus e os obrigou a aderir às tradições judaicas (MONTEFIORE, 2013).

¹⁰ Banus foi um eremita citado por Josefo em sua Autobiografia. Uma figura importante em sua formação nas tradições do judaísmo. Josefo conviveu com ele por aproximadamente três anos (JOSEFO, 2006).

lucionários cultivavam algum tipo de expectativa messiânica, levantando estes ideais quando pegavam nas armas e militavam entre os judeus palestinos” (2012, p. 130).

Depois de sua peregrinação ascética, Josefo passou a se envolver nas questões políticas de Jerusalém, e alcançou uma posição de prestígio na sociedade judaica, chegando inclusive, a ser designado para ir à Roma em 64 com a missão de convencer o César Nero a libertar alguns sacerdotes considerados amigos que haviam sido presos por motivos que não foram esclarecidos.

Nessa ocasião Josefo se deparou pela primeira vez com o esplendor e poderio de Roma, que certamente mencionou em suas tentativas de dissuadir seus pares de levar adiante às guerras civis e revoltas contra o Império Romano. Como ele mesmo explica em *Guerra Judaicas*: “Detive-me nisto tudo não com o propósito de elogiar os romanos, mas sim para consolar os vencidos e para desencorajar outras tentativas de insurreição”. (BJ: III, 108-109).

Devido ao sucesso da missão em Roma, Josefo foi designado governador de uma das regiões onde os conflitos estavam se dando de forma mais crítica, a Galiléia. Ali Josefo fortificou algumas cidade como foi o caso de Jotapata. As revoltas se intensificaram ao ponto de surgirem revoltosos propondo uma revolução à semelhança do ocorreu à época dos macabeus.

Josefo, juntamente com outras lideranças judaicas, tentavam sem sucesso, acalmar essa tensões entre os diversos grupos, mas a essa altura dos acontecimentos o enfrentamento romano era iminente. Nero decidiu, então, enviar Vespasiano e seu filho Tito à Judéia a fim de controlar a situação. Eles tomam a cidade de Jotapata onde Josefo estava, e conseguiram capturá-lo. Josefo, então, é levado à Roma, e por sua postura favorável ao império, conquista a simpatia de Vespasiano que em 69 d.C. se torna imperador. Recebeu muito presentes da dinastia dos Flávios (Vespasiano, Tito, Domiciano) que se estendeu até o ano 96 d.C. E chegou a receber o nome da família passando a chamar-se Flávio Josefo.

A partir daí, Josefo passaria a ter um contato muito mais profundo com a cultura greco-romana, conheceria mais de perto o helenismo ao modo latino, como também a historiografia clássica, seus métodos e estruturas. A influência do mundo romano-helenístico se faria sentir em suas obras, e também a afirmação da tradições judaicas, num hibridismo que representaria a peculiaridade da escrita desse judeu de Roma.

JOSEFO: HISTORIADOR E INTERMEDIÁRIO

A vida de Josefo está ligada à história desse conflito, e isso pode ser percebido tanto na sua *Autobiografia* quanto em *Guerras Judaicas*. Buscou escrever um relato dessas tensões de modo a conciliar as crenças judaicas e sua percepção providencialista e pragmática da história à uma descrição da importância de Roma nos desígnios divinos. Como ele mesmo afirmou,

Que regiões escaparam do poder dos romanos senão aquelas que por serem ou muito frias ou muito quentes não apresentam serventia? A Fortuna se pronunciou em seu favor em todas as partes! Deus, que faz viajar consigo o império de nação em nação, agora reside na Itália. Existe a lei essencial, tanto entre os animais como entre os homens, de ceder aos mais poderosos e reconhecer a superioridade daqueles que a adquiriam por força das armas. Por esta razão os antepassados dos judeus, que superaram vocês em alma, corpo e outras vantagens, cederam diante dos romanos. E nunca tomariam tal decisão se não houvessem confirmado que Deus estava do lado romano. (BJ, V)

O próprio registro da guerra serviria para desencorajar outras tentativas de insurreição contra Roma. Como explica Degan, “era necessário fazer conhecer a loucura judaica e a supremacia romana no conflito na tentativa de dissuadir qualquer novo foco de rebelião” (2010, p. 25). Os judeus possuíam um conceito de história que se aproximava do que na modernidade entendemos ser um relato histórico e de uma concepção de tempo linear. A esse respeito Finley afirma,

O único povo da Antiguidade que até certo ponto mostrou-se ‘moderno’ nesse aspecto foi o hebreu, cujo interesse – que provocou suas narrativas detalhadas do passado como uma **série contínua** – era, em última análise, religioso, ou seja, a história do desenvolvimento da vontade de Deus **desde a criação até o final no futuro**. (FINLEY, 1989, p. 17. grifos nossos)

Esse ponto é fundamental para a compreensão de obra *Guerras Judaicas*, uma vez que, Josefo vinha de uma formação judaica e, portanto, conhecia muito bem o texto religioso que expressava as tradições do seu povo, fazendo dele uma de suas principais fontes. À semelhança das narrativas do Antigo Testamento, Josefo vai narrar a história dos judeus numa percepção de tempo linear e baseada nos feitos do divino. Para Josefo, as ações dos seres humanos se relacionam com as ações de Deus para o cumprimento dos desígnios deste. Tendo isso em vista, Degan afirma que,

Toda a obra de Josefo refletiu este reconhecimento de que a sucessão dos acontecimentos históricos possui por determinante a conjunção da vontade dos homens e os desígnios de Deus. Aqui ele se separou decididamente de seus modelos clássicos, ou seja, se sua teoria foi helenizada na forma e apresentação, foi judaica na essência, pois aceitou a onipotência divina nos arranjos das nações, atento ao peso do julgamento de YHWH. Josefo foi um providencialista. (DEGAN, 2010, p. 308)

Dobroruka parece concordar com Degan ao afirmar que, “Em termos da história pessoal do próprio Josefo, a ideia de que a ideia tem um sentido determinado por Deus é igualmente importante [...]” (2012, p. 113). Entretanto, ao atribuir um sentido divino, por assim dizer, à história, Josefo se aproxima de Políbio e seu conceito de *Fortuna* como causa dos acontecimentos históricos.

Josefo se inseriu na historiografia clássica e, é possível pensar que buscasse rivalizar com seus grandes historiadores. Em *Guerras Judaicas*, Josefo buscou se destacar pelo fato de ter sido testemunha ocular dos acontecimentos que estava narrando. Esse era um elemento considerado muito importante pelo público helenístico, como explica Lamour, “Além de historiador, compilador e pesquisador, foi testemunha ocular e até mesmo ator: eis, na Antiguidade, a garantia de competência absoluta” (2006, p. 48). Portanto, assim explicou Josefo,

Alguns escrevem retoricamente sobre eventos sem ter estado presentes neles, mas com base em eventos aleatórios e chocantes que ouviram. Outros, por outro lado, por adulação aos Romanos ou por ódio aos Judeus falsificam a história, e assim seus escritos apresentam ataques em alguns casos e em outros elogios, mas nunca exatidão histórica. (BJ, I)

À semelhança do comentário feito por Tucídides na obra *A guerra do Peloponeso* a respeito do conflito entre Atenas e Esparta (431-404 a.C.), Josefo inicia *Guerra Judaicas* explicando que nenhuma outra guerra mereceria o mesmo destaque que aquela narrada por ele. Com ele mesmo assevera no proêmio: “A guerra que os judeus travaram contra os romanos não é apenas a maior das que aconteceram entre nós, mas quase também de todas aquelas que nos disseram que ocorreram entre cidades ou vilas.” (BJ, I).

É certo que os judeus não tinham muito espaço na historiografia grega, e para os romanos eles não passavam de uma província insignificante. Os povos, entretanto, almejavam uma oportunidade de ter suas histórias ouvidas pelos gregos, uma vez que, “No mundo do primeiro século d. C. a importância atribuída a um povo era medida parcialmente pela quantidade de espaço devotado àquele povo nas histórias gregas” (BAGNIEWSKI, 2008, p. 37).

Para que pudessem ser ouvidos, os povos precisavam expressar suas ideias em grego, como explica Momigliano (1991, p. 14), e foi o que Josefo se empenhou em fazer quando publicou todos os seus livros nessa língua. Nas palavras de Burrow, “[...] com Josefo uma província romana encontrou sua própria voz e falou de si e da sua experiência com o governo romano” (2007, p. 180).

Ele também fez uso de categorias e definições gregas ao representar as seitas político-religiosas do judaísmo, para torná-las familiares à sua audiência romano-helenística, como explica Lamour (2006, p. 19). Desse modo, em seus textos, Josefo se coloca na posição de intermediário entre os judeus e a sociedade greco-romana, e busca cumprir a tarefa de aproximar seu público leitor do povo judeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos fatores analisados nessa pesquisa a respeito da relação entre judeus, gregos e romanos, pudemos constatar a formação de uma historiografia judaica apoiada nas tradições dos escritos bíblicos, mas também atravessada pelos interesses de uma comunidade que se via desafiada pelas mudanças culturais, sociais e políticas dos séculos III e II a.C. – E no período de Josefo?

Os conflitos intestinos que tomavam, sobretudo, a cidade de Jerusalém, se inscreviam no contexto maior das guerras entre Ptolomeus e Selêucidas que, aproveitando o clima confusionado por dissensões buscavam fazer prevalecer suas influências. É dentro desse contexto que vai desenvolvendo uma renovada historiografia judaica caracterizada até então pela preocupação apologética em torno do passado israelita.

A complexidade dessas relações e tensões ganha novos contornos com a chegada dos romanos, e tais mudanças trazem implicações para a historiografia judaica, que passa a se preocupar com a representação dos acontecimentos do presente seguindo as mesmas intenções apologéticas e de representação das tradições e crenças israelitas, agora também a um público latino.

É na esteira desses acontecimentos que Flávio Josefo se inscreve, sendo suas obras a representação do ápice da historiografia judaica no mundo greco-romano. A partir dos escritos de Josefo, mais especificamente das obras *Batalhas Judaicas* e *Autobiografia*, constatamos o interesse de Josefo de apresentar a si mesmo como um historiador nos moldes e categorias da própria historiografia greco-romana.

Josefo esteve numa posição privilegiada e controversa, uma vez que se colocou como intermediário entre judeus, gregos e romanos. Totalmente influenciado pelo helenismo nos moldes romanos, se manteve judeu na sua essência, mas grego e romano na sua forma, objetivando inscrever a si mesmo e ao seu povo na historiografia clássica. Ofereceu uma visão providencialista e uma concepção de tempo linear, bem como uma perspectiva pragmática dos acontecimentos em torno dos conflitos entre judeus revoltosos, grupos mais moderados e o Império Romano.

A formação de Josefo ao longo de sua vida foi atravessada pela combinação de elementos judaicos, helenísticos e romanos. Suas obras, portanto, refletem compreensões que são produto do encontro entre essas três tradições em sua consciência histórica. A partir dessa constatação entendemos que esta pesquisa conseguiu alcançar seus

objetivos, no entanto, no decorrer da investigação outras problemáticas foram se delineando e já iniciamos reflexões em torno de como Josefo representou os judeus em relação aos romanos e vários questionamentos novos se descortinaram, configurando novas possibilidades de investigação para futuras pesquisas. No ponto em que estamos, esse é o resultado a que chegamos, da tarefa sempre inconclusa de interrogar a História.

REFERÊNCIAS

- ASHERI, David. **O Estado Persa**: ideologias e instituições no império aquemênida. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BAGNIEWSKI, Alexandre Bermudez. Repensando a teoria da alteridade e a obra de Flávio Josefo. **Revista Oracula**, São Bernardo do Campo, 4.7, 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/oracula/article/view/5874>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- CARR, Edward Hallet. **Que é história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHEVITARESE, André L.; CORNELLI, Gabriele. **Judaísmo, Cristianismo e Helenismo**: ensaios acerca das interações culturais no Mediterrâneo Antigo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.
- COLLINGWOOD, Robin G. **A ideias de História**. Lisboa. Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- DEGAN, Alex. Batalhas de Memória: uma proposta de leitura de Flávio Josefo. **MNEME, Revista de Humanidades**, Natal, jul./dez. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/34698043/Batalhas_de_Mem%C3%B3ria_uma_proposta_de_leitura_de_Fl%C3%A1vio_Josefo. Acesso em: 10 set. 2020.
- DEGAN, Alex. Josefo exegeta: História e memória. **Revista de História** 162, São Paulo, p. 295-310, 1º sem. 2010. Acesso em: 20 set. 2020.
- DEGAN, Alex. A polêmica entre Yosef Ben Mattitiahou Ha-Cohen e Titus Flavius Josephus. **Hist. R.**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 123-140, jul./dez. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/14715173/A_pol%C3%AAmica_entre_Yosef_ben_Mattitiahou_ha_Cohen_e_Titus_Flavius_Josephus. Acesso em: 15 set. 2020.
- DEGAN, Alex. A identidade incômoda: uma proposta de leitura do Bellum Judaicum de Flávio Josefo. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 213-237, 2009. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3832/3160>. Acesso em 16 set. 2020.
- DEGAN, Alex. As lágrimas e o historiador: uma leitura de Guerra Judaica. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 5. p. 21-32. Setembro, 2010. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/174/139>. Acesso em: 17 set. 2020.
- DOBRORUKA, Vicente. **História e milenarismo**: ensaios sobre tempo, história e o milênio. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- FRANGIOTTI, Roque. **Cristãos, Judeus e Pagãos**: acusações, críticas e conflitos no cristianismo antigo. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFONI, Renata Senna. **Historiografia**: Salústio, Tito Lívio e Tácito. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- GERSTENBERGER, Erhard S. **Israel no tempo dos Persas**: séculos V e IV antes de Cristo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- IBÁÑEZ, Jesús Maria Nieto. Introducción. In: Flávio Josefo. La guerra de los judíos. Madrid: Editorial Gredos, 1997.
- JOLY, Fábio Duarte (Org.). **História e retórica**: ensaios sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007.
- JOLY, Fábio Duarte; FAVERSANI, Fábio. (Org.) **As formas do Império Romano**. Mariana (MG): UFOP, 2014.
- JOSEFO, Flávio. **Autobiografia**. Curitiba: Juruá, 2006.
- JOSEFO, Flávio. **La Guerra de Los Judíos**. Tradução do grego: Jsesús Maria Nieto Ibáñez. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

LAMOUR, Denis. **Flávio Josefo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

MARCOS, Natalio Fernandez. Interpretaciones helentsticas del pasado de Israel. **Cuadernos de Filología Clásica** 8 (1975), 157-186. Disponível em: <https://digital.csic.es/handle/10261/8845>. Acesso em: 18 set. 2020.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Os limites da Helenização**: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 1991.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **De Pagano, Judíos y Cristianos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MONTEFIORE, Simon Sebag. **Jerusalém**: a biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NASCIMENTO, Samuel Martins. **A concepção de história em Flávio Josefo**: o judeu de Roma. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

PARADA, Maurício. (Org.). **Os historiadores Clássicos da história**: de Heródoto a Humboldt. Petrópolis, RJ: Vozes, PUC-Rio, 2012.

PLEKHANOV, Georgi V. **A concepção materialista da história**: da filosofia da história, da concepção materialista da história, o papel do indivíduo na história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ROCHA, Ivan Esperança. Dominadores e dominados na Palestina do século I. **História (São Paulo)**. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, v. 23, n. 1-2, p. 239-258, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/6556>. Acesso em: 13 ago. 2020.

RODRIGUES, Nuno Simões. A recepção da cultura grega em Flávio Josefo: literatura, mitologia e religião. **Evphrosyne**: revista de filosofia clássica, v. 31, p. 237-252, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/2974>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SETERS, John van. **Em busca da História**: historiografia no mundo Antigo e as origens da história bíblica. São Paulo: Edusp, 2008.

SKARSAUNE, Oskar. **À sombra do templo**: as influências do judaísmo no cristianismo primitivo. São Paulo: Editora Vida, 2004.

ALTERIDADE DE MENOTTI DEL PICCHIA EM *REPÚBLICA 3.000* (1930)

Eduarda R. Molmostett¹

Resumo: o objetivo do trabalho é demonstrar como através do discurso de alteridade o autor paulista Menotti del Picchia (1892-1988) construiu a representação do outro em seu romance *A República 3.000* (1930).

Palavra-chave: Alteridade; Menotti del Picchia; literatura.

INTRODUÇÃO: O EU ESPELHADO

Falar do outro muitas vezes é necessariamente falar de si. As tipificações usadas para qualificar ou desqualificar um objeto diz muito a respeito sobre a visão de mundo do observador. A identidade de si é construída através da interação com o outro. Sem nenhum tipo de preconceito, sem um juízo de valor anterior não teria como se ler ou compreender qualquer texto. Toda a pessoa tem seus próprios valores construídos por sua trajetória de vida em contato com o resto do mundo.

De acordo com o autor François Hartog, em sua obra *O Espelho de Heródoto* (2014) o discurso de alteridade é a criação da imagem do si através da descrição da imagem do outro é: “Dizer o outro é enunciá-lo como diferente é enunciar que há dois termos, *a* e *b*, e que *a* não é *b*” (2014, p. 229).

Um objeto que pode conter o discurso de alteridade é a representação literária. Segundo Roger Chartier, a literatura é um campo que com várias disputas em relação a qual visão será a oficial sobre um determinado objeto. Quem controla a representação de um objeto, controla o imaginário social, como de certa forma a compreensão da realidade. Quem controla a imagem oficial do outro mantém, reforça ou mesmo cria preceitos de um determinado objeto:

Trabalhando sobre as lutas de representação, cujo objetivos é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias, simbólicas que de determinam posições e relação e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade (CHARTIER, 2002, p. 73).

Uma obra de literatura que constitui um discurso de alteridade impregnado, no que diz sobre a representação difundida dos povos nativos da região amazônica é a *República 3.000* (1930) do escritor Menotti del Picchia um importante intelectual brasileiro.

Nascido em capital paulista em 1892, Paulo Menotti del Picchia estudou direito na Universidade São Paulo. Dirigiu o jornal *A Tribuna* (SP), participou de outros jornais como *Correio Paulistano*. Foi um dos principais or-

¹ Bacharel em História e mestranda na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Email: edrmolmostett@gmail.com.

ganizadores da Semana de Arte Moderna de 1922 junto com Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Tarsila do Amaral e outros intelectuais. Foi um dos fundadores do movimento “verdeamarelo”. Na carreira pública foi deputado estadual por dois mandatos e diretor do Departamento da Imprensa e Propaganda de SP. Foi Membro da Academia Paulista de Letras. Entre suas principais obras estão *Juca Mulato* (1917), *Lais* (1921) *Salomé* (1940). Menotti faleceu no ano de 1988 no interior de São Paulo.

Em relação a obra objeto do trabalho. O romance foi lançado no ano de 1930 pela editora Companhia Editora Nacional. No que diz respeito a sinopse: com o objetivo de explorar a região amazônica para o governo brasileiro, o capitão Fragoso e sua equipe se deparam com um grupo indígena que realizava rituais antropofágicos, mais adiante na narrativa encontram uma civilização utópica de descendência cretense e inca escondida dentro da floresta, denominada “República 3.000”.

Do contato com esses dois povos completamente opostos, Menotti por meio de seus personagens irá representar esses estranhos do mesmo modo que irá representar a si mesmo e suas visões do seria a barbaria e a civilização.

Na primeira parte do texto será apresentado o discurso de alteridade utilizado para a representação dos nativos da floresta brasileira. E na segunda parte do trabalho o foco será na civilização utópica a “República 3.000”, e quem são capazes ou não de produzir conhecimento válido.

A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA

A construção da representação dos indígenas localizados na floresta Amazônica dentro do romance contém fortes traços do discurso de alteridade, como um forte preconceito. Logo em das primeiras interações dos personagens principais da expedição, com aqueles indivíduos, ao descrever dois índios, utilizam-se termos que remetem a imagens animais que ressaltam a inferioridade daquelas pessoas: “Um mulato côr de azinhavre, olhos de chim e zigomas mongolicos, informou arquejante [...] O outro, um mameluco de cabelos ásperos, que mais pareciam uma cabeleira postiça de cerdas de javardo, intérprete da expedição e velho mateiro” (PICCHIA, 1930, p. 27). Esse tipo de construção narrativa é uma forma de explicitar as diferenças, ao dizer que o cabelo do índio se assemelhava a cerdas de javardo (javali), é o mesmo que é dizer que o narrador se exclui do observado.

Também, em suas descrições o narrador da obra costuma tratar os indígenas como figuras demoníacas. Ao ver duas índias, um dos personagens diz: “Bruxas do inferno!” (PICCHIA, 1930, p. 58). Todavia a utilização de termos que remetem a figuras do inferno não se limitam somente aos nativos da Amazônia, mas igualmente a membros da expedição não brancos: “O cosinheiro preto, como um demonio agitando-se entre o fumo e as labaredas da fogueira, moqueava um quarto de veado que o tenente derrubara com uma bala de paleta” (PICCHIA, 1930, p. 25).

Esse tipo de classificação não diz respeito a um observador *a* em relação um observado *b*, “mas simplesmente *a* e o inverso de *a*” (HARTOG, 2014, p. 230). Em outras palavras, ao comparar o cozinheiro e as indígenas a demônios, o narrador está implicitamente atribuindo aos brancos brasileiros os traços de descendência europeia relacionados a figuras positivas ligadas ao catolicismo e capazes de produzir conhecimento.

Outro aspecto importante que precisa ser levado em consideração é que o romance aborda uma expedição dentro da floresta amazônica, por esse motivo pode ser classificado como uma narrativa ficcional de viagem, que por natureza constitui um tipo específico do discurso de alteridade: “Para traduzir a diferença, o viajante tem à sua disposição a figura cômoda da inversão, em que a alteridade se transcreve como um antipróprio” (HARTOG, 2014, p. 229).

Por exemplo, para descrever o outro é destacado as diferenças entre o mundo do narrador a aquele sendo narrado. Quando é destacado o brilho do olhar da coruja, o narrador usa como referência a luz de um carro: “Olhos estáticos e fosforescentes de corujas, tal qual olofótes baços de autos parados” (PICCHIA 1930, p. 48). Com isso, traduz a intensidade da luz com uma característica que um leitor urbano seria capaz de compreender facilmente.

Ademais em relação a análise dos textos de viagens, enquanto Hartog apresenta a teoria do discurso de alteridade, Mary-Louise Pratt em sua obra *O espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro* (1999) traz a prática com os relatos de diversos viajantes europeus dos séculos XIX e XX aos continentes africano e americano. A forma que muitos desses vários viajantes, sobretudo os britânicos do século XIX narram aqueles locais, se assemelham muito ao modo que a narrativa de Menotti del Picchia é construída.

O romance de Menotti se aproxima muito ao discurso de exploradores vitorianos que viajavam sobretudo para a África e “tomavam posse” do que encontravam. Pratt classificou esse tipo de discurso como “monarca-de-tudo-que-vejo”.

A missão dos personagens da história de Menotti era “descobrir” o que a floresta Amazônica que poderia ter alguma função ao governo brasileiro. Enquanto de acordo com Pratt “os vitorianos optaram por uma marca pictórica verbal, cuja função maior era a de reproduzir para a audiência de seu país de origem os momentos culminantes em que ‘descobertas’ geográficas eram ‘vitórias’ para a Inglaterra” (PRATT, 1999, p. 339-340).

Segundo Maurício Rodrigues de Souza em *Experiência do outro, estranhamento de si* (2015) os textos de europeus do século XIX sobre as expedições eram “verdadeiros tratados a humanidade como um todo, os quais buscavam categorizá-la em uma escala evolutiva unilinear que, iniciada pelos povos ditos ‘primitivos’, culminaria nas nações europeias” (SOUZA, p. 25). Essas características estão presentes no texto de Menotti, que avalia os indígenas encontrados dentro dessa lógica, e apesar que o romance seja do início da década de 30, ainda assim é possível perceber esse um paradigma não havia desaparecido, como essas expedições europeias no geral causaram uma grande influência ao redor do mundo.

Outra característica que aproxima a *República 3.000* aos relatos de viagens de alguns dos britânicos é a tradução daquele ambiente “descoberto” não como algo maravilhoso, mas como um lugar feio e em até certo ponto bastante aterrorizante. Em um dos trechos, o narrador traz esse tipo de sentimento negativo ao descrever a floresta e a situação lastimável que os personagens se encontravam:

Nunca áquelas energias afeitas á aventura e ao perigo parecera tão ameaçadora a mataria brava. **Cada tronco tomava a feição hostil e guerreira de um gigante de lenda postado de atalaia no caminho;** a multidão plebéa e miúda das hervas rasteiras entrincheirava o chão com estrepes e espinhos; cada cipó era uma serpente e cada liana um laço. Cheiros acres, que tonteavam, saíam das caçoulas mágicas de corolas monstruosas, feitas de pétalas carnosas e flácidas, esgueladas á guisa de gargantas de giboias cujo odor lembrava um bafo pestífero. Os dardos das motucas cravavam-se no pescoço dos viajeiros e formigas enormes, da cor de ferro semi-candente, com ferrões aguçados como navalhas, cortavam-lhes os dedos quando, **tombando a cada passo, imergiam as mãos na terra fôfa, cheia de gravetos e folhas apodrecidas.** Rara estria de sol varada a cúpula verde trançada pelo entrovissamento das copas, tal qual uma sete luz flechando o ádito de uma catedral ás escuras.” (PICCHIA, 1930, p. 44-45, grifo meu).

Nas duas partes destacadas do trecho lembram bastante a descrição de um dos exploradores apresentados por Pratt, o britânico John Speke. No seu *Diário da descoberta da origem do Nilo* (1863) quando ele finalmente encontra

a nascente do Nilo, “Speke descreveu seu desapontamento e angústia filial na cena da descoberta em que culmina sua narrativa” (PRATT, 2014, p. 346). Ele, assim como os personagens de Menotti, joga toda a sua angústia e desilusão na maneira que narra o que está enxergando: “Though beautiful, the scene was not exactly what I expected; for the board surface of the lake was shut out from the view by a spur of hill, and the falls, about 12 feet deep, and 400 to 500 feet broad, were broken by rocks”² (SPEKE, 1863, p.466).

Sua expectativa é frustrada por toda a empreitada que enfrentou para chegar ao local, algo muito semelhante com todas as dificuldades que o protagonista do livro e sua companhia percorreram durante a obra e uma forma de traduzir todas essas dificuldades através da descrição do ambiente.

Toda a viagem na floresta amazônica foi desgastante ao extremo, o que leva a descrição do ambiente, assim como no escrito de Speke em relação a África. “A estetização é reduzida às categorias triviais do interessante e do atraente, não o do sublime; nem metáforas; nem adjetivos, nem alusões à Europa” (PRATT, 1999 p. 347). Apesar de existir algumas metáforas no romance de Menotti durante a descrição do cenário que os personagens se encontravam, ainda assim eram um reforço para a péssima situação estavam ocorrendo.

Outra peculiaridade apresentada na obra é a falta distinção dos locais considerados “primitivos”, uma vez que a parte selvagem do Brasil era associada ao Oriente e ao continente africano. Todos os povos dessas regiões eram estetizados como uma coisa homogênea. No texto de Menotti, esse aspecto fica evidente quando o ambiente amazônico é adjetivado com termos relacionados a animais típicos da África: “**O chão, zebrado** de cores oriunda das folhas e corolas, mosqueava-se como **a pelle de um leopardo**” (PICCHIA, 1930, p.45, grifo meu). Além disso em trechos anteriores os personagens descrevem os indígenas com os olhos semelhante aos dos povos asiáticos e seus cabelos tiveram uma descrição muito mais próxima do que seria considerado um cabelo afro (PICCHIA, 1930, p. 27), bastante distinto dos cabelos dos indígenas que vivem no Brasil.

Porém essa homogeneização é limitada somente a esses grupos nativos, outros povos recebem um tratamento complementa diferenciado, como a “República 3.000”, essa diferença pode ser percebida devido a percepção de quem era capaz de criar um conhecimento digno de ser estudado e compreendido.

A REPRESENTAÇÕES DO UTÓPICO

A sociedade utópica escondida dentro da Amazônia, a “República 3.000”, sua uma descrição constitui algumas características importantes do discurso de alteridade e do papel de etnógrafo para a criação desses cenários a partir do que está vendo e vivendo.

A utopia é um compromisso com o futuro, conforme Hartog existe uma presença das sociedades da utópicas no discurso de alteridade: “Entende-se mesmo que essa seja a figura privilegiada do discurso utópico, cujo projeto não é mais que falar do próprio” (2014, p. 230). O discurso de alteridade está muito relacionado ao modo que as utopias são construídas, que no caso do gênero literário seria uma forma crítica a realidade vivida do autor. A palavra utopia em si teria surgido no livro de Thomas More *Utopia* (1516), o significado do termo seria uma junção das palavras grega e latina que significam inexistente e local, já dando o aspecto fantástico a essa sociedade que seria o contraponto da Inglaterra de Henry VIII.

² “Apesar da beleza, a cena não exatamente o que eu esperava; visto que a visão da superfície do lago foi impedida pela vista do pico da colina, e da cachoeira, de aproximadamente 12 pés [3,6 metros] de profundidade, e 400 a 500 pés [por volta de 122 a 152 metros] da largura eram quebradas pelas pedras” (SPEKE, 1863, p.466, tradução minha).

O personagem principal do romance de Menotti, o capitão Fragoso, na maior parte de seu discurso ao citar as características da “República 3.000”, faz questão de ressaltar o que não existe sociedade ocidental semelhante a ela.

O texto de não é exatamente uma crítica, mas uma espécie projeção de um futuro alternativo da civilização ocidental, como uma lamentação por não ter chegado ainda em tal estágio de avanço: “Estava, porém, decepcionado. Si aquele ser quasi mecanico e bizarro que os prederam dispondo de forças ainda ignoradas nas civilizações occidentaes, pertencia a uma raça mais evolucionada, sua cidade deveria ser um colosso de progresso” (PICCHIA, 1930, p. 82).

Embora inicialmente trata os moradores da República 3.000 como monstros e criaturas dignas de estudo:

“Fragoso estudava a cabeça daquele ser prodigioso: era lisa, óssea, com um setor rasgado em quadrilátero que ia de orelha a orelha, dentro do qual se movia autonomamente e rapidamente, um olho apenas, em sentido orizental. O nariz era um orificio e a boca um pequeno rasgo, de comissuras exatas, que fechavam hermeticamente, sem a saliência dos beiços” (PICCHIA, 1930, p. 77)

Contudo devido a convivência com aquelas pessoas completamente diferentes, acaba desenvolvendo uma forte empatia e admiração por eles:

Olhava para Gurnia com um respeito religioso. Não era mais um monstro que tinha ante seus olhos: era um tipo formidavel da evolução espiritual, cuja força começava a medir agora, com o metro de seculos e seculos de aperfeiçoamento prodigioso que haviam alcançado esses tipos humanos, unicos no globo terraqueo” (PICCHIA, 1930, p. 114)

A sociedade utópica escondida dentro da Amazonas que por ser uma civilização extremamente sofisticada era capaz de ter sua cultura explicada, como ter sua própria voz ouvida. Um dos moradores daquele local conta a história de seu povo, o que desenvolve o respeito de Fragoso justamente pelo fato de alguém ter lhe contado sobre a história da “República 3.000”.

Esse aspecto que somente povos que desenvolveram um certo tipo de cultura e civilização eram capazes de ter um conhecimento valido pode ser observado em relação a forma que o povo Inca é apresentado dentro da narrativa. Fragoso já dentro da República 3.000” conhece a jovem Rayme que junto com seu irmão Capac eram os últimos descendentes da civilização incaica que foram mantidos nas suas “formas primitivas”, como uma espécie relíquias de um passado superado.

Rayme explica a história de seu povo, sobretudo os ataques que sofreram séculos antes devido a conquista espanhola: “E vieram os soldados brancos de Pizarro, quando a gloria do imperio bruxoleava com as lutas fraticidas de Huascar a Ataulpa” (PICCHIA, 1930, p. 178).

A visão da barbárie vinda dos espanhóis também foi apontada pelo jornalista argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888). Ainda de acordo com Sarmiento a união desses dois bárbaros (os espanhóis e os indígenas) acabou destruindo qualquer chance de civilização e prosperidade para a Argentina.

Sarmiento ao tornar-se presidente da Argentina em 1868, promoveu políticas de genocídios contra as populações nativas, ao mesmo tempo que estimulou a imigração europeia como uma forma de “diluir a ‘herança do obscurantismo bastardo’ com que se preocuparam Echeverría, Bolívar e Mármol e outros” (PRATT, 1999, p. 328).

Retornando a obra de Menotti, em um trecho é reforçado a visão do autor que o fim da civilização incaica foi uma grande perda para humanidade, com faz uma forma de lamentação pois o lado bárbaro civilização ocidental causou a destruição de uma cultura tão sofisticada. Trazendo assim uma idealização daquele passado “primitivo”. “Última senhora da America [Rayme], rainha de todas as criaturas desaparecidas e trucidadas pelos usurpadores do ocidente” (PICCHIA, 1930, p. 180).

Algo muito diferente dos indígenas da floresta amazônica, há um respeito pelos Incas e tudo que passaram, uma vez que atingiram um alto nível de civilização e sofisticação, eles mereciam ter admiração e um tratamento distinto. Os povos indígenas ainda remanescentes na floresta por serem basicamente animais irracionais não recebiam qualquer tipo análise mais detalhada, não tinham direito de ter qualquer voz ou uma explicação aos seus atos, uma vez que tudo que vem dos índios seria de cunho negativo.

A análise feita por Fragoso da “República 3.000” se assemelha muito a que era realizada pelo antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942) da qual constituía no pesquisador conviver com o grupo explorado para assim ter melhor compreensão daquele mundo o que permitiria “relativizar a estranheza em geral atribuída às culturas diferentes da sua, permitindo-lhe então vislumbrar nestas últimas a existência de elementos culturais universais e constitutivos da espécie humana” (SOUZA, 2015, p. 32).

Devido a convivência com alguns membros da “República 3.000”, Fragoso tem a capacidade relativização e de respeitar aqueles costumes alheios: “Si a vida material desse bizarro povo era diferente, certamente a essas diferenças correspondiam outros conceitos jurídicos e morais. As idéias de liberdade, tirania, direito, ética, são conceitos relativos a determinados processos de vida” (PICCHIA, 1930, p. 100).

Esse tipo de relato de viagem em uma considerada sociedade mais civilizada é bastante semelhante as descrições de Sarmiento da Europa por volta do 1845 que resultaram no livro *As Viagens* publicado em 1849, “Ao chegar a Paris, Sarmiento adentra em sua Meca cultura não como um peregrino nem como conquistador, mas como um infiltrado.” (PRATT, 1999, p. 326). Com esse contato, acontece uma inversão de papéis: naquela situação era um crioulo que visitava a Europa e descrevia o continente como um local exótico com múltiplas possibilidades a serem encontradas.

O personagem Fragoso, ao adentrar na República não se considera um conquistador ou que estava “descobrir” aquele ambiente completamente estranho, ele era somente um infiltrado curioso e deslumbrado pronto para compreender aquele universo tão distinto do qual havia saído.

Por outro lado, não é sequer cogitada qualquer relativização ou compreensão da razão do comportamento dos povos indígenas. Sua estranheza não constitui nada que possa ser referenciado com uma cultura, sendo a tribo somente classificada como um grupo bárbaro e demoníaco.

Seu modo de representar os índios não adiciona a visão do observado, como há uma separação completa do narrador e do narrado, não abrindo possibilidade de identificação com o outro, no caso os indígenas. Do mesmo modo que Sarmiento ao chegar na África “se identifica totalmente com os franceses e seu projeto colonial. Os beduínos tornam-se o exato análogo dos gaúchos primitivos e ignorantes” (PRATT, 1999, p. 326). Com os indígenas, Fragoso se compreende como um antigo bandeirante que explorava aquelas terras em busca de riquezas.

Em contrapartida, o personagem de Fragoso é capaz de realizar uma análise tentando entender as diferenças do outro, no caso a República 3.000, por ser um “Antropologista ilustre” (PICCHIA, 1930, p. 61). Predomina até hoje a ideia de que as sociedades capazes de produzir ciência seriam aquelas regidas pela racionalidade e afastadas da natureza, convertida apenas em objeto de conhecimento.

No caso de um antropólogo ou etnógrafo, ao conviver com um grupo nativo, supõe-se que ele pudesse se tornar um observador e inserir-se na vida do “nativo”. Quando retornasse à sua civilização, seria capaz de traduzir com precisão aos pares a experiência que viveu como expressão de uma cultura.

Uma passagem que deixa clara a diferença da visão de uma cientista de uma pessoa sem qualquer preparo é quando o personagem Maneco expressa não gostar do modo que pessoas construíram sua cidade dizendo: “- Que cidade mais feia ...- resmungou Maneco – Parece de caixa de brinquedo...” (PICCHIA, 1930, p. 83).

Enquanto Fragoso, não somente por ser um antropólogo, mas por ter uma patente militar consegue entender a lógica por traz da construção e distribuição daquele ambiente “Fragoso, como militar, admirou a disciplina dessas criaturas. Todos os movimentos da turba obedeciam a movimentos geometricos, rigorosos e exatos, de forma que, deslocando-se e rearticulando-se como impulsionados por molas, jamais esbarravam uns nos outros” (PICCHIA, 1930, p. 83-84).

Essa diferenciação entre a República e mesmo o povo Inca em relação aos indígenas na floresta Amazônica demonstra a diferença de quais povos seriam considerados capazes de produzir conhecimento e qual estranho poderia se relativizado. Também qual o outro que deveria ser excluído e o observador deveria se afastar o máximo possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao representar o outro, no caso uma sociedade utópica escondida na floresta, Menotti de Picchia expressa o que ele acreditava ser uma sociedade ideal, o que se esperava para o futuro da civilização ocidental. Sua intenção era se transformar naquele outro idealizado, e se afastar do outro que expõem o atraso que é representado pelos indígenas e negros.

Esse tipo de abordagem abre possibilidade para o estudo de vários documentos como diários de viagens e romances que podem ajudar nos estudos sobre o discurso de alteridade e a compreensão de como diversos autores demonstram suas próprias visões mundo e demonstram através do que entendiam ser conhecimento e os aspectos que atribuíam aos outros que ajudavam a construir si próprios.

REFERENCIAS

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre. Universidade do Rio Grande do Sul. 2002.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: Ensaio sobre a representação do outro. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. UFMG. Belo Horizonte, 2014

PRATT, Mary-Louise. **Os olhos do Império**. Relatos de viagem e transculturação. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru (SP): Edusc, 1999.

SOUZA, Maurício Rodrigues de. **Experiência do outro**, estranhamento de si. Dimensões da alteridade em antropologia e psicanálise. São Paulo: Edusp, 2015.

SPEKE, John Hanning. **Journal of the discovery of the source of the Nile**. London: William Blackwood and sons, 1863

PICCHIA, Paulo Menotti del. **República 3.000**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1930.

ENTRE DOBRADOS E MARCHAS: A TRAJETÓRIA DA BANDA LIRA NOSSA SR^a IMPERATRIZ DOS CAMPOS

Ruy Moisés Araujo Bispo¹

Resumo: O presente Artigo trata, de forma concisa do um patrimônio histórico e cultural importante da sociedade tobiense e sergipana: a Banda Filarmônica Nossa Senhora Imperatriz dos Campos. A razão da existência de muitas delas foi política e tende a continuar desta maneira ser. A filarmônica Lira Nossa Senhora Imperatriz de Campos dessa cidade de Tobias Barreto/ Se, co-existiu para fins políticos e quando se desligou dessa dependência precisou buscar outros meios para sobrevivência. É nessa perspectiva que trago teóricos da Escola dos Annales que contribuirão na pesquisa dentre os quais (Marc Bloch e Lucian Febvre). O próprio histórico da filarmônica pesquisada comprova essa relação de dependência. A Banda Lira, de Tobias Barreto, é uma referência viva desse “ressurgir” para a música, a partir do momento que se afasta dos fins políticos.

Palavras-chave: filarmônicas; resgate histórico; cultura.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz como tema A trajetória da Banda Filarmônica Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos e tem como objetivo central resgatar a história das bandas filarmônicas, priorizando a Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos, da cidade de Tobias Barreto, estado de Sergipe, buscando, assim, o incentivo da sociedade tobiense a valorização e desenvolvimento da arte e cultura do seu povo. Neste sentido, procura compreender a participação dos fundadores nas lutas e movimento, travadas no período de sua fundação e de sua consolidação.

O estudo realizado fundamenta-se na Escola dos Annales, que valoriza o cotidiano, o imaginário, o conjuntural, ao longo do tempo e o estrutural para interpretar os fatos históricos. Durante o século XIX, encontramos entre os intelectuais e cientistas sociais, duas principais tendências de análise, a cientificista, que, no campo da história podemos denominar de positivistas, e a marxista. A história de tendência positivista pode ser considerada como possuidora de uma visão muito conservadora da sociedade, tendo a reproduzi-la e mantê-la sem uma vontade modificadora. Já a história de tendência marxista, alinha-se principalmente com os movimentos políticos e culturais que se concentraram entre o final do século XIX até meados do século XX, tendo até os dias de hoje uma grande repercussão e prática. (FONSECA, 2005).

O sujeito da história tradicional são as grandes personalidades políticas, religiosas e militares. São os heróis que geralmente aparecem como construtores da história. Assim, a história tradicional estuda os grandes acontecimentos diplomáticos, políticos e religiosos do passado.

Em nosso trabalho optamos pelas tendências de análise histórica dos annales, que teve como principais mentores Marc Bloch e Lucian Febvre que a partir do início do século XX, estabelece um diálogo crítico e de oposição a história tradicional, abandonando algumas oposições, incorporando outras e, fundamentalmente, transformando

¹ Mestrando em Ensino de História (ProfHistória) pela Universidade Federal de Sergipe, Bolsista Capes, Pós- Graduação em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade Serigy, graduado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú em História e Pedagogia, Professor das Redes públicas Municipais de Itapicuru/ BA e Tobias Barreto/ SE.

a forma de pesquisar e estudar história. Desde então as diversas gerações que o sucederam passam a defender a uma história de toda a sociedade.

Essa concepção nova ampliou as fontes de estudo, passando a utilizar também as fontes orais (entrevistas, depoimentos, narrativas) e as fontes audiovisuais (fotografias, discos, filmes, programas de televisão...), além de obras de arte, como pinturas e esculturas. Tudo o que fosse registro da ação humana passou a ser considerado fonte histórica. Logo todos os homens e mulheres, ricos e pobres, pretos, índios, brancos, governantes e governados, patrões e empregados são sujeitos da história. A história não é feita apenas por atores individuais, mas também por movimentos sociais, pela classe trabalhadora, pelos militares, dentre outros. A história nova preocupa-se também com os acontecimentos do cotidiano da vida humana ligada a vida das famílias, as festas, as formas de ensinar e aprender. A história nova ocupa-se de tudo aquilo que os homens e mulheres fizeram no passado e também faz no tempo presente; ela reconhece que há várias formas de marcar e viver o tempo, os vários tempos convivem e o homem usa vários calendários. Portanto, a história nova não estuda apenas os fatos passados apresentado de forma linear, mas a história nos diversos ritmos, tempo e espaço.

Com efeito, esta investigação, pretende preencher uma lacuna, tendo em vista que em âmbito estadual e local inexistem estudos sistemáticos sobre a Banda Filarmônica Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos. Para tanto, o trabalho com as fontes documentais implicou em amplo inventário de fontes primárias, documentos (relatórios, atas, ofícios, discursos), boletins e jornais. Além desse procedimento, trabalhou-se com fontes orais, especialmente entrevistas com ex-integrantes da referida filarmônica. Este procedimento levou a compreensão de que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que a fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento, permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (*Enciclopédia Einaudi*, v.1, *Memória-História*, p. 102.)

A principal meta que se pretende alcançar com a elaboração deste trabalho é mostrar como um simples recorte da História nos é revelador. No trabalho em questão, temos por fim, fazer um resgate histórico da banda filarmônica da cidade de Tobias Barreto de modo geral e, chegando ao modo particular, traçar um breve histórico de algumas filarmônicas sergipanas, com um enfoque especial dado à Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos, da cidade de Tobias Barreto. É importante observar que, especificamente, se busca mostrar a importância que estas instituições carregam, do ponto de vista cultural e artístico, para a sociedade que as mesmas representam.

Desta forma percebe-se que é bastante significativo provocar uma reflexão sobre objeto que esta em causa e procurar captar as diferentes dimensões dessa realidade que é a produção do homem, (que é uma entidade natural histórica), determinado pelas condições objetivas e subjetivas de sua existência, e a partir delas, cria a sua história ao atuar sobre as mesmas condições, transformando-as por meio de suas práxis. Isto é, que explicita a função do pesquisador frente ao objeto, que precisa ser apreendido. E essa apreensão implica num progressivo vai e vem da aparência para a essência.

Nessa perspectiva, o pesquisador assume a tarefa de compreender e captar a vida do objeto como totalidade de movimento, apanhar os nexos internos do fenômeno, mostrando a importância da historicidade do objeto como fundamental na constituição da sua explicitação. Em suma: a reflexão dialética, metodologicamente, implica na compreensão do objeto em seu desenvolvimento, em sua transformação.

A BANDA LIRA NOSSA SENHORA IMPERATRIZ DOS CAMPOS E SUA TRAJETÓRIA NA ARTE E CULTURA TOBIENSE

Toda sociedade é sustentada em pilares que, juntamente com o povo, marcará perpetuamente na História a trajetória de cada civilização. Foi assim com os gregos, romanos, egípcios... É assim também hoje com as civilizações do chamado “Novo Mundo”, muito mais jovens e modernas que as já citadas, mas que se amparam nos mesmos pilares: Política, Artes, Ciências, Economia... Enfim, o conjunto de características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade, simplesmente o que chamamos de cultura.

É basicamente nesse ponto que está à razão de ser deste trabalho: unir alguns desses pilares, sob um ponto de vista histórico, para mostrar a importância das bandas filarmônicas na consolidação e reafirmação dos valores artísticos e culturais do povo que elas representam.

A banda filarmônica é um modelo de conjunto musical que ainda prolifera em várias regiões do país. Estas instituições costumam situar-se não só como forma de entretenimento e encontro social, mas também como importantes veículos da instrução musical.

No entanto, muitas corporações musicais deste tipo sucumbiram, não mais fazendo parte da vida cultural. Diversos fatores contribuíram para o desaparecimento e a continuidade de bandas filarmônicas, sendo que o aspecto central que motiva a vida ou morte destas instituições é a função que desempenha na comunidade a que pertencem. As diversas mudanças ocorridas na sociedade brasileira forçaram as bandas filarmônicas a metamorfosearem-se, na busca pela sobrevivência diante das adversidades impostas pelo tempo.

Sua origem no Brasil remonta ao final do século XVIII, nas bandas militares. Estes conjuntos sofreram diversas transformações ao longo da história. Um dos mais importantes impulsos foi a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, no ano de 1808, acompanhada da banda da Brigada Real, que passou a estabelecer novos parâmetros musicais e simbólicos na produção de música instrumental no Brasil.

Estas bandas militares costumavam tomar parte nas festas oficiais da monarquia luso-brasileira, tanto em honra a Família Real Portuguesa quanto por razões de Estado. Esta utilização permitiu a divulgação deste tipo característico de conjunto instrumental como um importante elemento simbólico na representação monárquica. As bandas filarmônicas eram formas de adaptação ou reapropriação desse símbolo sonoro desempenhado pelas bandas militares, que tinham participação em grande parte das cerimônias da monarquia.

Após a deposição de Dom Pedro II e consequentemente a Proclamação da República, têm início um embate entre as diversas lideranças brasileiras que almejavam o poder político. Essa luta pelo poder político nos estados leva o país a um clima de extrema rivalidade política, onde os conflitos armados são constantes e boa parte da sociedade encontra-se envolta nesse clima de instabilidade e partidarismo extremado. Era neste contexto que as bandas filarmônicas tinham que se situar. Geralmente estava sob a égide de um líder político a quem deviam lealdade.

Esta realidade era bem evidente no Estado de Sergipe, com a filarmônica de Santo Antônio e a de Nossa Senhora da Conceição. O trecho a seguir, traz uma pequena mostra dessa relação política:

Aos seus primeiro arreboés a sympathica philharmonica S. Antonio tocou alvorada em frente à residência do circunspecto Ex. Sr. Dr. Manoel Baptista Itajahy, digníssimo Vice-Presidente do Estado e Chefe deste município, saindo depois em passeata (...) Em casa do Sr. Coronel Dutra Almeida foram

erguidas entusiásticas saudações; foi servido fino vermouth e após a philarrmonica executar lindas peças de seu vastíssimo repertório, a multidão desfilou (...) muitas foram as casas visitadas e em todas a mesma festa, o mesmo delírio (...) O orador foi estrepitosamente saudado. Eram doze horas, voltaram todos à sede da philarmonica e ao toque do hino Nacional a multidão dispersou na melhor ordem, todos jubilosos. (Jornal folha de Sergipe, 01/11/1908).

A música em Sergipe, para o escritor Sebrão Sobrinho (1956 p.12) tem o seu início histórico com as bandas ou conjuntos musicais no Estado: “se deu exatamente na Vila de Itabaiana, época de Francisco da Silva Lobo, entre 1745 e 1768”. Francisco era pároco e fundador da vida musical no município, através da criação da Orquestra Sacra, que tinha dentre outros objetos acompanhar ritos religiosos e funcionou até a sua saída em 1768. Para muitos historiadores sergipanos esta agremiação é a origem da Filarmônica da cidade, dando o impreciso enfoque de mais antiga do Brasil em atividade já que interrompeu suas funções musicais em alguns períodos durante o século XIX.

Entre 1857 a 1859, a Orquestra volta sob a regência de Manuel Teixeira. Em 1879, o itabaianense Samuel Pereira de Almeida trouxe de Salvador-BA instrumentos de pancadaria, ou seja, relacionados a percussão, geralmente caixa e bumbo, mudando o título da orquestra para a então Philarmônica Euphosina, que durou até 1897, ano da substituição do nome para Philarmônica Nossa Senhora da Conceição, pelo então maestro Francisco Alves Carvalho Júnior, oficializando a organização musical em 31 de outubro do mesmo ano. Ela é, assim, uma das bandas filarmônicas (registrada com estatuto) mais antigas do país.

Tempos depois, as filarmônicas foram incorporadas no processo ditatorial que assolou o Brasil dos anos 60 aos anos 80 do século XX, como bem explanou Fernandes (2013):

A existência de um tipo de produção cultural no país foi marcada por um forte conteúdo político durante os primeiros anos da ditadura, isso não significa que os governos militares não tenham se preocupado com as questões culturais ou que tivessem concentrado suas ações apenas em atos repressivos. Ao contrário o exame do período em que os militares estiveram no poder, em particular de 1964 a 1979, evidencia a existência de complexa estratégia de atuação que pode ter apresentado diferentes nuances ao longo de sua trajetória: ora com características mais repressivas, ou incentivando a indústria cultural, ora criando instituições culturais preocupadas em preservar, consolidar a identidade e a cultura nacional. Essa atuação que não pode ser considerada linear e progressiva, ou mesmo que já estivesse definida, mas que apresenta ambiguidades e contradições, mas que nos permite vislumbrar, em seu desenvolvimento articulações com uma estratégia maior de governo, que buscava mudar os rumos político, econômico, social, mas também cultural do país. (FERNANDES, 2013)

Desta maneira, percebe-se que as questões políticas permearam as filarmônicas brasileiras ao longo de seu processo histórico e, que graças a persistência de músicos e dos cidadãos que prestigiaram a cultura que estas instituições culturais representaram e, ainda representam, mantiveram de pé verdadeiras fontes da cultura brasileira. Vê-se essa realidade quando analisamos fatos interessantes como os que ocorreram na cidade sergipana de Itabaiana que chegou a ter duas Filarmônicas

De acordo com relatos históricos a Filarmônica Nossa Senhora da Conceição dominava a vida musical da cidade até o surgimento de outra banda, a Filarmônica Santo Antônio, que, segundo Sebrão Sobrinho (1956, p. 13), foi responsável por “ofuscar” o brilhantismo da concorrente, nascendo por causa de questões políticas. Para Carvalho Souza (1973, p.26), a filarmônica de Santo Antônio contribuiu muito para a cultura de Itabaiana e foi à verdadeira rival da Conceição. Regida pelo maestro Esperidião Noronha, encantava a cidade por sua reconhecida sonoridade

e competência. Houve uma divisão de nível partidário, sendo as filarmônicas “instrumentos” dessas disputas no município. Na época essa divisão resultou em posições antagônicas, cognominando a Filarmônica Nossa Senhora da Conceição, em declínio estrutural, como a Banda dos Pelados ou Maria do Arroz. Este nome dado pela comunidade foi um confronto com a outra, denominada Banda dos Cabeludos, pelo episódio da ascensão da Santo Antônio.

Desta forma, Sebrão Sobrinho (1956, p. 20) comenta que se estabelece uma das práticas comuns entre as bandas do interior; a rivalidade entre grupos de filarmônicas locais: “Sobre a destra da batuta do Mestre Noronha ecoava na matriz, bela marcha, quando não entusiástico dobrado de arromba... enquanto os músicos da Conceição, todos eles criticando mais ou menos os deslizamentos musicais da de Santo Antônio”. Infelizmente a Filarmônica Santo Antônio foi extinta em 1925 por motivos de desentendimentos dos gestores, apesar de sua época ter sido politicamente mais bem-conceituada.

No município de Tobias Barreto, estado de Sergipe, a história da filarmônica não foi diferente. A Banda de Música dessa cidade sempre foi um aglomerado de músicos que tocavam esporadicamente por ocasião de festas ou quando as autoridades convidavam para um ato cívico.

Segundo o relato oral do Senhor Raimundo Oliveira Santos², conhecido como Raimundo Bem Bem, um dos mais antigos componentes da primeira formação da banda, existente desde 1920, a banda era chamada de Cabaú, de propriedade do senhor Chico Barreto do Rosário Montalvão, um dos líderes políticos da região. Havia também outra banda chamada Pebas e tinha como proprietário o Senhor Coronel José de Lemos Matos, este, era considerado “o dono de Tobias Barreto, antiga Campos”, e que segundo o Senhor Raimundo Bem Bem, o nó que ele dava aqui, nem Aracaju desatava. Neste período os prefeitos recebiam a denominação de Intendente, como era chamado o prefeito municipal no Brasil. Tanto Cabaú quanto Pebas, além de nomes de bandas eram também correntes políticas. Dessa forma, as bandas serviam aos interesses dos partidos políticos que representavam. Tocavam sempre na festa da Padroeira da cidade, Nossa Senhora Imperatriz dos Campos e nos eventos organizados pelos partidos. Apesar de servirem a correntes partidárias opostas, não havia rivalidade entre elas.

Raimundo Oliveira Santos, hoje com 97 anos, começou a tocar trompa na banda Cabaú aos quatorze anos de idade. O senhor Valter Batista Santos, 82 anos, também tocou na banda Cabaú. Estes são os dois componentes ainda vivos da primeira formação da banda Somente a partir dos anos de 1946 a 1948 o então vigário Monsenhor João Barbosa reuniu os músicos Efrem Menezes, Azarias Barreto, Próspero Pereira de Freitas, José Oliveira Neto, Júlio Santos, Luiz Gonzaga, José Cardoso da Silva e João Tadeu, que passaram a ensaiar mais freqüente e assiduamente, tocando em todos os eventos e festas. De banda sem nome, a banda batizada como Augusto Maynard Gomes e depois como banda Nossa Senhora Imperatriz, sobrevivera até o ano de 1968 (até então sem estatuto), quando monsenhor João Barbosa foi transferido para outra freguesia.

Em 1969, com a chegada do Monsenhor José de Souza Santos, assumindo o comando da Paróquia Nossa Senhora Imperatriz dos Campos, encontra a banda Lira funcionando precariamente. Sentindo a necessidade de abrilhantar as festas sociais, religiosas e cívicas de nossa cidade e demais cidades circunvizinhas, assume juntamente com alguns amigos, como os Srs.: Ex-prefeitos: Raimundo Geraldo dos Santos, João Valeriano dos Santos, já falecidos, Dr. Antonio Ramos, Deputados: Luiz Alves Filho, Antonio Nery do Nascimento, João Basílio de Oliveira, Antonio Ávila dos Reis, João Teles, João Andrade, Ary Guimarães, José Vasconcelos a iniciativa de soerguê-la.

² Dados obtidos a partir de entrevistas realizadas pelos autores do presente trabalho. Outros conterrâneos de Raimundo também contribuíram com relatos de experiências sobre o tema. Eis os nomes: Ariscogenes de Oliveira Lemos, Elias Felipe. Raimundo Oliveira Santos, Rubenval de Oliveira Lemos, Ruy Moisés Araújo Bispo e Valter Batista Santos.

Em 1974, o então Padre José de Sousa Santos, hoje Monsenhor, juntamente com outros idealistas, reunira a banda na casa paroquial e falou da necessidade não somente para as festas da padroeira ou outros eventos cívicos e religiosos, mas para todo o sempre, sobretudo porque música é cultura. “Segundo Richard Wagner, “A música é para as outras artes, no seu conjunto. O que a religião é para a igreja”.

A banda foi então oficializada com o estatuto, aos três dias do mês de janeiro de 1974, conforme consta a Ata de número 01, onde se deu a criação e aprovação do Estatuto, bem como a constituição da primeira diretoria da referida Banda. Registrada no cartório do 3º ofício desta cidade com o nome de sociedade musical Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos, o mandato dessa diretoria perdurou durante oito anos (1974 a 1982), tendo como presidente monsenhor José de Souza Santos (mais conhecido popularmente como Padre Souza).

Exatamente aos vinte e um anos de experiência e trabalho, a nossa banda se propôs a gravar um disco mostrando seus frutos e concomitantemente, viabilizando recursos para construção de sua sede particular e definitiva. Composta por aproximadamente quarenta músicos, sendo 80% de adolescentes, os demais, adultos e apaixonados pelo sucesso e sobrevivência desta entidade administrada, regida e tocada por filhos da Terra. Classificada que foi entre as melhores do Estado de Sergipe, deixa para a posteridade uma produção de dobrados e músicas populares, de autoria e arranjos dos próprios músicos que por ela passaram.

Em se tratando de que música é cultura e que cidade sem banda de música é cidade sem poesia, acreditamos ser de fundamental importância fazer o resgate histórico da nossa filarmônica. “Segundo Cláudio Carneiro, “O Ritmo e a musicalidade de um poema, senão mesmo a vibração etérea da idéia. Poética, irradia da mesma esfera que a poesia dos sons, harmônica substância, o verbo musical”. A Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos que ao passar pelas ruas da cidade emociona, enche-nos de alegria e orgulho, acompanhou várias gerações, enfrentou dificuldades, mas sobreviveu para nos dar a honra de estar realizando esse trabalho.

A banda Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos, constituída e fundada aos três dias do mês de janeiro de 1974, na cidade de Tobias Barreto, estado de Sergipe, tem como Patrona a padroeira Nossa Imperatriz dos Campos, sua sede está localizada no calçadão Afonso Assis de Almeida s/n, é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, e tem por finalidade: o desenvolvimento da cultura; animar e difundir a arte musical; abrigar as festas cívicas, sociais e religiosas da cidade e da região; manter uma escola de música para alunos de ambos os sexos, independente de filiação do quadro social. A sociedade musical é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas categorias de Efetivos, Contribuintes e Remidos. É administrada pelos seguintes órgãos: Assembléia geral, Diretoria e Conselho Fiscal.

A mencionada banda atingiu seu apogeu, na época em que o Padre José de Souza Santos assume os destinos espirituais da Paróquia, quando a encontrou em decadência. O mesmo, sentindo então a necessidade de brilhantismo nas festas religiosas, sociais e cívicas da cidade e demais cidades circunvizinhas, estimulado por alguns amigos tomou a iniciativa de soerguê-la. O sucesso almejado só foi possível graças a perseverança de seus fundadores e a continuidade dos membros atuais proporcionando aos munícipes alegria através da arte musical, e é sem dúvida um marco na cultura e na vida de todos os tobienses.

Sempre existiram e continuam ainda em evidência as tradicionais bandas de música, que são o atrativo e animação de qualquer festividade. Tobias Barreto teve algumas dessas bandinhas, valendo destacar a Lira Coronel Augusto Maynard Gomes homenagem justa do nosso povo ao bravo revolucionário sergipano. Sua criação verificou-se em 19 de julho de 1942. todavia, fotos e registros mais antigos mostram que em 1900, já existia na Vila de Campos, duas bandas musicais: Coração de Maria e São Bento; ambas ligadas a partir dos políticos. Finalmente, em

1974, a Lira local, teve o estatuto aprovado e o nome de Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos foi oficializado, em homenagem à padroeira local. Administrada, regida e tocada por filhos da terra, o repertório, os talentos, as produções e as conquistas são frutos da persistência de seus integrantes que já passaram, deixando suas marcas, e dos atuais, que insistentemente lutam pelo sucesso e pela sobrevivência desse patrimônio valioso, a fim de mantê-lo vivo para a posteridade.

“A música faz parte da arte que é cultura; portanto a música é vida”. A cidade de Tobias Barreto possui um patrimônio cultural, destacando a banda Lira, que contribui nas festividades e expressões culturais tobiense.

A PARTICIPAÇÃO DA BANDA LIRA NAS FESTIVIDADES TOBIENSES

A festa da Padroeira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos, é a principal do ano, reunindo pessoas de todas as partes do município, como também de cidades vizinhas e de outros estados do Brasil. A Banda Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos abrilhanta o novenário da padroeira. No dia 15 de agosto, a população tobiense acorda com a alvorada Festiva em honra da sua padroeira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos. No dia da festa ela também participa da Missa solene que é celebrada pela manhã e à tarde da procissão, que conduz a imagem da padroeira em um carro alegórico percorrendo as principais ruas da cidade.

Em Tobias Barreto, o primeiro carnaval aconteceu em 1948, com a banda Lira das Violetas, animado ao som de marchinhas puxadas pelo maestro Zequinha de Abreu, da cidade de Itabaianinha. Ao passar do tempo, o carnaval passou a ser festejado nos clubes com orquestras e nas ruas com trio elétrico.

A Banda Lira tem como fator preponderante para nossa terra a interação social e a participação ativa nos eventos culturais para os quais é convocada; abrilhantando com seus belos dobrados as festas de nossa padroeira cujo nome, é titular, expressa condolências com dobrados fúnebres ao acompanhar para o seio da terra seus filhos nobres ou afiliados a ela, dentre outras horas.

Desta forma, pode-se finalizar este trabalho com a certeza de que a contribuição cultural e artística dada à sociedade através da trajetória das bandas filarmônicas é inegável. O que não impediu que em algum momento da história, essa contribuição fosse abafada em virtude dos interesses políticos associados ao trabalho dessas instituições. Como já foi abordado, o fruto disso é que todas elas têm em seu histórico o uso de seu patrimônio artístico e cultural como forma para se demonstrar e disputar poder político.

Elas nasceram militares, com fins puramente de comemoração cívica, precisaram adequar-se a um contexto político que tanto as amparou como também as subjugou; protagonizaram, através da música como expressão artística, um jogo meramente político e, por fim, novamente precisaram readaptar-se à recente realidade política. Nesta, as filarmônicas não mais interessavam para o jogo político e lhes restavam dois caminhos: sucumbir ou buscar outros meios para se reerguer.

Nos dias atuais, ainda se pode perceber a importância das bandas musicais nas cidades sergipanas, para tanto, se faz necessário observar o quadro a seguir:

Bandas	Cidades
Banda Musical Sons de Júbilo Banda da Fundação Renascer Banda do 28 BC Banda do Corpo de Bombeiros de Sergipe SEC Banda Banda da Polícia Militar Banda da Igreja Assembleia de Deus	Aracaju
Filarmônica Lira Senhora Santana Filarmônica Renascer	Aquidabã
Filarmônica N. Srª da Conceição	Araújo
Filarmônica Municipal de Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros
Lira Nossa Srª Santana	Boquim
Filarmônica Municipal de Brejo Grande	Brejo Grande
Filarmônica Nossa Srª da Boa Hora	Campo do Brito
Filarmônica Nossa Srª da Purificação	Capela
Filarmônica João Alves de Oliveira	Carira
Banda Musical de Marcha de Carmópolis Banda Marcial D. Pedro I	Carmópolis
Filarmônica São Francisco	Cristinápolis
Filarmônica Lira Carlos Gomes	Estância
Filarmônica União Lira Paulistana	Frei Paulo
Filarmônica Eutério Alves da Cruz	Gararu
Filarmônica Municipal de General Maynard	General Maynard
Filarmônica do Divino Espírito Santo	Indiaroba
Filarmônica Nossa Senhora da Conceição Filarmônica 28 de agosto – SOFIVA	Itabaiana
Filarmônica Nossa Senhora da Conceição Filarmônica Abílio Pereira Leite	Itabaianinha
Filarmônica Municipal Itaporanga	Itaporanga
Filarmônica Santa Terezinha Filarmônica Euterpe Japaratubense	Japaratuba
Associação Musical Filarmônica Lira Popular	Lagarto
Filarmônica Municipal Coração de Jesus	Laranjeiras
Filarmônica Jacinto Figueiredo	Malhador
Banda Musical José Carlos Gomes	Muribeca
Filarmônica Euterpe Maruinense	Maruim
Banda de Música Municipal	Nossa Senhora da Glória
Filarmônica Municipal de Nossa Sra. do Socorro	Nossa Senhora do Socorro
Banda Musical São Feliz do Cantalício	Pacatuba
Filarmônica Municipal Pirambu	Pirambu
Filarmônica Lira Santa Cruz	Poço Verde
Banda de Música Antônio Carlos do Aracaju	Porto da Folha
Filarmônica Santo Antônio	Propriá
Filarmônica Nossa Sra. do Amparo	Riachão do Dantas
Filarmônica Tarso Martins Bezerra	Riachuelo
Filarmônica Padre Manuel Araujo	Ribeirópolis
Filarmônica Nossa Srta. do Rosário	Rosário do Catete
Filarmônica Municipal de Santo Amaro	Santo Amaro das Brotas
Filarmônica Municipal de Salgado	Salgado
Filarmônica Lira San Cristovense	São Cristóvão
Filarmônica Sagrada Família	Siriri
Filarmônica Sant'Ana	Simão Dias
Filarmônica Lira Nossa Sra. Imperatriz dos Campos	Tobias Barreto

(Fonte: Maestro João Flávio; quadro elaborado pelo autor)

Felizmente aquelas que conseguem se reinventar mais uma vez, em nome da paixão pela música, permanecerão construindo um legado imensurável: o da cultura do seu povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi elaborado através de pesquisa e análise de dados a partir de informações concretas e precisas de alguns componentes das primeiras composições da Banda Filarmônica Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos, acerca de todas as dificuldades, os sonhos, e um trabalho com um longo caminho percorrido desde os seus fundadores até as atual geração, que com muita perseverança, dinamismo e responsabilidade conquistaram o sucesso almejado, para a alegria de seus munícipes e honra de toda sociedade tobiense, ou que dela faz parte e, povoações adjacentes. Tem ainda o intuito de resgatar a cultura do município de Tobias Barreto.

Música é cultura e como tal, permite à re-significação de conceitos que perpassam de geração em geração. A banda Filarmônica Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos, do município de Tobias Barreto, enriquece nossa sociedade através da arte musical nos proporcionando sensação prazerosa que abre caminhos desconhecidos, encantando de forma harmônica o espírito na sua essência.

Atualmente, a Lira Nossa Senhora Imperatriz dos Campos, tem sua sede própria no Calçadão Afonso Assis de Almeida, s/nº, mantém uma Escolinha de Musica e sobrevive da ajuda dos seus sócios e da Prefeitura Municipal de Tobias Barreto é sem duvida um marco na cultura e na vida de todos os tobienses, valorizando e desenvolvendo a arte e cultura do seu povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Aderbal C. **Tobias Barreto a Terra e a Gente**. seg. ed. Sergipe, 2007. Disponível em: <http://jornaldacidade.net>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CARVALHO SOUZA, V. **Santas Almas de Itabaiana Grande**. Itabaiana: Serrano, 1973.

FERNANDES, Natália Ap. Morato. A política Cultural à época da ditadura militar. **Revista Contemporânea**, São Paulo, v. 3, n. 1 p. 173-192, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/124>.

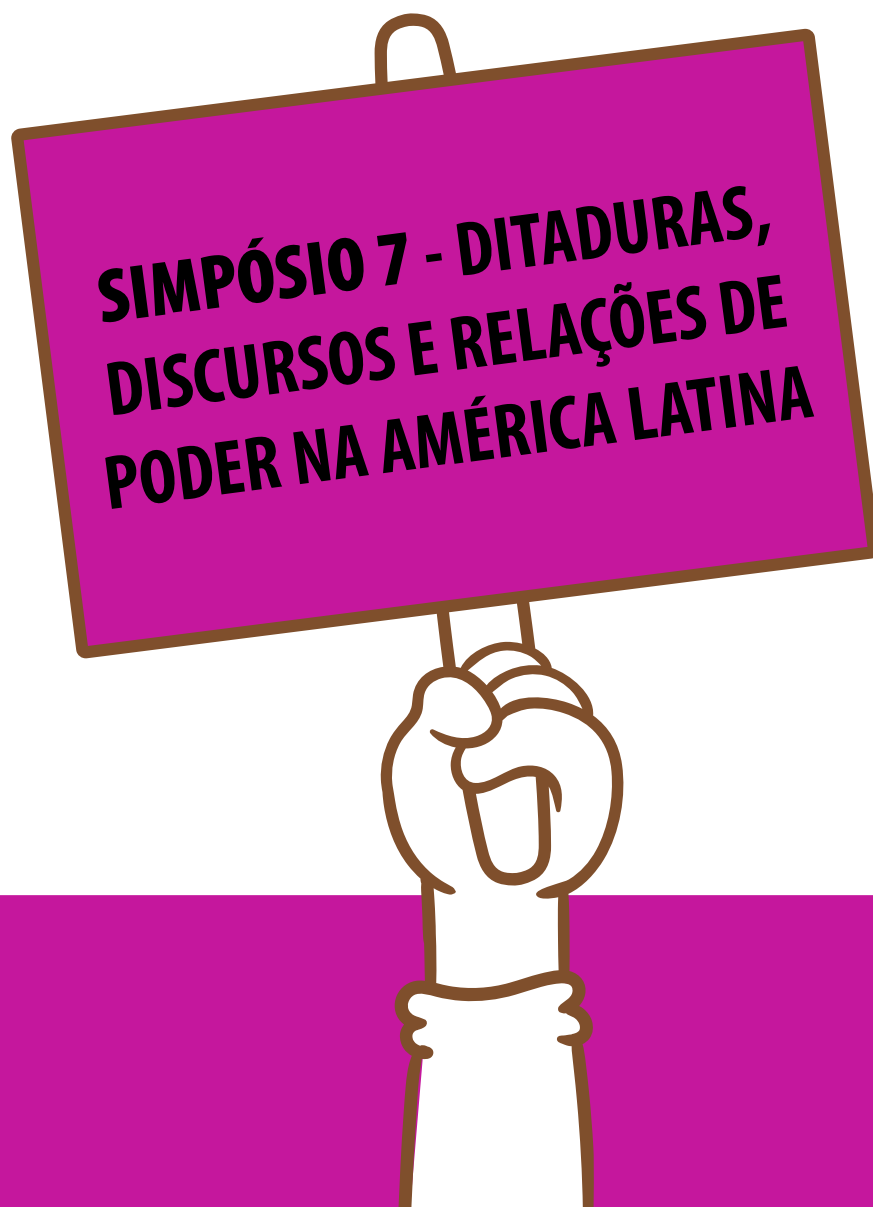
FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**: Experiências, reflexões e aprendizado. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005

FREITAS, José Adilson de. **Panorama Tobiense**. Aracaju: info Graphics Gráfica & Editora, 2009.

LE GOFF, Jacques. “Documento Monumento”. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v. 1. p. 95-106.

MOREIRA, Marcos Santos. **Filarmônica Nossa Senhora da Conceição**: Estudo Musicológicos - histórico sobre a origem de seus antecedentes. Artigo publicado em: 31 jan. 2009.

SOBRINHO, S. **Filarmônica Nossa Senhora da Conceição e o século VXII**. Itabaiana: Sobrinho, 1956.



DITADURA MILITAR E CORPOS DISSIDENTES: RESISTÊNCIA GLOBAL E LOCAL

Henrique Cintra Santos

Resumo: A perspectiva de História Global, ainda pouco empreendida nos estudos de gênero e sexualidade, auxilia a observação dos jogos de escala entre o global e o local que marcam os movimentos LGBTI+ no país. Destaca-se no trabalho o processo judicial contra o jornal *Lampião da Esquina* durante a ditadura militar brasileira e a resistência internacional engajada especialmente por João Antônio Mascarenhas, o qual angariou o apoio de grupos homossexuais estrangeiros. Tal cooperação evidencia uma integração global do movimento homossexual brasileiro, respeitando suas especificidades locais, mas cada vez mais integrado à uma rede global de resistência. Além disso, tais conexões indicam uma divulgação e circulação internacional do *Lampião*, desconstruindo a concepção de uma ação organizada LGBTI+ no Brasil subordinada aos fluxos de influência Norte-Sul, apontando para outras direções de trocas, influências e integrações. Para o trabalho, destaca-se o arquivo Triângulo Rosa, de Mascarenhas, disponível no Arquivo Edgard Leuenroth.

Palavras-chave: História Global; Sexualidades; Resistência

INTRODUÇÃO

A História Global é uma perspectiva relativamente recente e surge como alternativa à tradicional historiografia baseada no Estado-Nação, apontando para a necessidade de uma outra produção historiográfica, em que haja maior preocupação com as conexões, as trocas e o engajamento contra os nacionalismos. Dessa forma, pela sua proposta contra hegemônica, essa perspectiva se constrói sem um centro único e, sendo fulcral a multiplicidade das conexões e dos pontos de vista, a História Global permite interconectá-los, mas não os restringindo a uma única lógica (BARROS, 2019). Assim, Conrad (2017) sistematiza a preocupação da História Global nos chamados três Cs: *comparação*, *conexão* e *causalidade*. Essas três operações se ligariam à ideia de *integração*, frisando a necessidade de comparar, conectar e apontar movimentos específicos, considerando-os partes integradas a processos globais. Desse modo, o global não é algo adicional ou externo, mas constitutivo, agindo sobre o sujeito e sendo moldado por ele.

Buffington *et al.* (2014), no entanto, aponta para o insuficiente engajamento dos historiadores em mobilizar questões sobre a sexualidade em um contexto histórico maior. Assim, a História deve auxiliar no entendimento de “como nossas preocupações mais íntimas se interceptam com complexos processos históricos globais” (p. 7, tradução nossa¹). Tal preocupação é expressa no interior das discussões sobre o incessante distanciamento entre a História Global e os estudos de gênero e sexualidade. Wiesner-Hanks (2011), por exemplo, aponta que, apesar dos diversos paralelos programáticos que podem ser traçados entre os estudos de gênero e a História global, ainda há pouca interação entre esses campos. A título de ilustração, a autora observa que entre 2005 e 2011 de todos os livros submetidos ao prêmio anual da *World History Association*, nenhuma obra tratava sobre questões de sexualidade. É necessário, então, superar esse distanciamento e abolir a ideia de que a perspectiva global não daria espaço para a agência e a subjetividade, percepção essa que, ainda segunda a autora, desconsidera que o local se constitui através do global e vice-versa.

¹ “(...) to help them understand how our most intimate concerns intersect with complex global and historical processes.”

Uma aproximação da perspectiva de História Global e os estudos de gênero e sexualidade pode, por exemplo, pluralizar e desconstruir preposições reducionistas sobre uma identidade *gay* (ou *queer*) global. Binnie (2004) e Drucker (1996) frisam a urgência em superar a noção de que haveria uma identidade *gay* global única e minar a ideia de que os movimentos homossexuais no mundo poderiam ser vistos apenas como o resultado de difusão das ações ocidentais capitalistas, em especial da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Para isso, uma das estratégias colocadas seria a observação de trocas e interconexões que vão além do eixo hegemônico que parte de *Stonewall* nos Estados Unidos em direção os outros países, permitindo uma análise não direcionada a uma convergência evolutiva homogeneizante, mas considerando as especificidades locais em constante relação com um contexto global comum.

Pretende-se aqui, então, uma contra narrativa, uma que ao observar o movimento LGBTI+ brasileiro em uma perspectiva global, observe as conexões, as trocas e transformações dentro de uma situação comum global, mas em permanente relação com as especificidades locais. Assim, pode-se pluralizar não apenas as narrativas que montam uma memória global sobre o movimento LGBTI+, mas também diversificar as direções pelas quais as trocas e as influências se desenrolavam: ao invés de uma infundável imposição das ações estadunidenses, almeja-se observar, por exemplo, que as iniciativas dos grupos brasileiros podem ter se interconectado com entidades estrangeiras. Porém, tais interconexões não devem continuar sendo interpretadas sob a lente reducionista do impacto estrangeiro e a replicação em solo nacional do que se desenrolava no exterior, mas considerar o protagonismo brasileiro dentro da História LGBTI+ global.

Assim, ao propor observar a resistência global empreendida pela defesa do *Lampião da Esquina*, pode-se apontar para outros caminhos de investigação científica que adentrem um olhar global para o movimento LGBTI+ brasileiro, ação que pode não apenas aprimorar a compreensão que se tem deste, mas também desconstruir as narrativas hegemônicas que reforçam um protagonismo restrito aos estadunidenses e/ou europeus ocidentais.

1. HISTORIOGRAFIA LGBTI+ NO BRASIL E O GLOBAL

A historiografia LGBTI+ no Brasil tem observado, especialmente na última década, uma expressiva expansão. No entanto, apesar do significativo desenvolvimento do campo historiográfico nos estudos de gênero e sexualidade nos últimos anos, a história LGBTI+ no país ainda é recente e, portanto, apresenta inúmeras lacunas que carecem de maior investigação. Além disso, mesmo acontecimentos-chaves na história LGBTI+ nacional já investigados ainda precisam ser retomados sob uma diversidade epistemológica maior, particularmente dispondo da devida atenção às contribuições recentes da teoria *queer*, dos estudos decoloniais e a necessária apreensão interseccional aos sujeitos e objetos de pesquisa.

Pinto e Alves (2019) notam o desenvolvimento de uma historiografia LGBTI+, especialmente centrada nas homossexualidades, a partir dos anos 1990 com os trabalhos de Silva (1998) e Green (2000). Nesse primeiro momento, destaca-se o interesse acadêmico especial pelo desenvolvimento de um movimento homossexual² brasileiro no decorrer da ditadura militar, principalmente na figura do Grupo SOMOS e do periódico *Lampião da Esquina*, ambas iniciativas iniciadas no fim da década de 1970.

O *Lampião da Esquina* adquiriu expressivo protagonismo como fonte primária para a historiografia LGBTI+ brasileira, o que proporcionou um número grande de teses e dissertações sobre o periódico, aprimorando a com-

² A diversidade contida na sigla LGBTI+ (e suas variantes) ainda não era uma noção colocada para o movimento homossexual na época em questão. Assim, ao se referir à década de 1970, o termo *homossexual* será utilizado a fim de dar conta das especificidades do período.

preensão do início do movimento LGBTQ+ brasileiro, como também uma pluralidade de “novos olhares e outros questionamentos para o jornal” (PINTO; ALVES, 2019, p. 172). No entanto, ao dispor das inúmeras investigações ao jornal, nota-se a majoritária ausência de acepções referentes ao período estudado em que haja uma preocupação entre os entrelaces das especificidades locais às trocas globais.

Parker (2002) já chamou a atenção para a necessidade de se considerar os jogos entre o local e o global ao estudar a formação e as transformações de identidades *gays* no Brasil. No presente trabalho, pretende-se realizar o olhar proposto por Parker, mas lançando mão da perspectiva da História Global, como apontado anteriormente. Assim, retornaremos ao *Lampião da Esquina* observando como defesa empreendida a favor do jornal e contra a ditadura militar estavam intrínsecas a trocas globais. Assim, pode-se não apenas ampliar a compreensão dos impactos que o *Lampião* alcançou e o seu significado ímpar para o movimento LGBTQ+ brasileiro, mas também pluralizar a História LGBTQ+ global, minando a acepção de um protagonismo único do Norte Global. Para tal análise, o arquivo Triângulo Rosa de João Antônio Mascarenhas, disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, desponta pelo seu caráter ainda pouco investigado e bastante rico quanto à preocupação em registrar as conexões globais em curso no interior do movimento homossexual brasileiro naquele momento.

2. A REPRESSÃO AO LAMPIÃO DA ESQUINA

Em suas trinta e sete edições, além do número zero e outros três números especiais, o periódico *Lampião da Esquina*, surgido em 1978, não apenas se tornou um protagonista para o fortalecimento do início de um movimento homossexual brasileiro, como também é considerado fonte primária fulcral dentro da historiografia sobre a homossexualidade no país. O periódico surgiu em um período marcado pelo o que ficou conhecido como a abertura política da ditadura militar, onde foi observado não apenas a reinserção dos movimentos sociais na arena pública, mas também um efervescente momento de discussão sobre as identidades, em especial os feminismos, a questões raciais e as homossexuais (SILVA, RUBIO, 2018).

Deve-se frisar que o desenvolvimento de uma iniciativa como a publicação do *Lampião da Esquina* ocorre não apenas devido ao período de afrouxamento das medidas de censura e repressão institucionalizadas em 1968, com o AI-5, mas é também fruto de uma rede plural de transformações e ações que vinham se desenvolvendo nos grandes centros urbanos no país desde meados de da década de 1950. Guimarães (2004) aponta, por exemplo, para as construções de vários grupos e espaços de sociabilidade homossexuais no Rio de Janeiro durante a década de 1960. Já Costa (2010) discorre sobre a importância do *O Snob*, publicação voltada ao público homossexual no início da década de 1960 e que, assim como muitas outras ações, se viu impossibilitada de dar continuidade a suas atividades por conta da ditadura militar, particularmente a partir do AI-5. Assim, temos dois exemplos dentre inúmeros outros que poderiam ser citados a fim de apontar para o *Lampião da Esquina* como a materialização de um fortalecimento e resistência que estavam sendo empreendidos já há algum tempo.

Apesar do momento de abertura política, a publicação do *Lampião* não foi recebida de forma plácida pelo Estado militar ditatorial. Nesse sentido, o jornal sofreu a pressão e os abusos policiais durante um processo judicial que durou cerca de 12 meses. O processo foi instaurado pelo Departamento de Polícia Federal do Rio de Janeiro, o qual acusava o *Lampião* de atentado à moral e ao poder público, sendo enquadrado no decreto 1007 da Lei de Imprensa (MACRAE, 2018).

As tentativas de censurar e impedir a continuidade do jornal, revestidas pela acusação formal através da Lei de Imprensa, impuseram uma série de pressões ao corpo editorial do periódico. Destacam-se, nesse sentido: os



esclarecimentos que os editores precisaram depor nas instalações da polícia, sendo tratados por estes como portadores de desvios comportamentais graves (TREVISAN, 2018); o confisco dos registros da contabilidade do jornal, em clara tentativa de encontrar em algum irregularidade o respaldo para o fechamento do jornal; entre outras investidas constrangedoras aos responsáveis pelo jornal nos 12 meses que seguiram a acusação formal.

Os ataques ao *Lampião* significaram, no entanto, o estabelecimento de significativas redes de apoio ao jornal, especialmente pelo fato de que tal processo se revestia “de características que claramente ameaçavam toda a imprensa brasileira e, portanto, o *Lampião* pôde gozar de bastante solidariedade por parte dos seus pares” (MACRAE, 2018, p. 229). Destacam-se, por exemplo, a solidariedade recebida junto ao jornal *Pasquim* (RODRIGUES, 2014), um dos principais jornais da imprensa alternativa na época, e do próprio movimento homossexual no período, em especial na figura do grupo SOMOS, o qual é também um marco para o fortalecimento de um movimento homossexual brasileiro e que viu na defesa do *Lampião* não apenas uma importante luta, mas um motivo para discussões internas sobre as pretensões políticas do grupo (MACRAE, op. cit.).

Toda a investida repressiva contra o jornal terminaria apenas em outubro de 1979 quando a justiça decidiu pelo arquivamento do caso a partir do parecer do Procurador Geral da República, no qual constava que o jornal até poderia “ofender a moral de alguém, mas não a de todos” (Ibid., p. 234). Assim, após doze meses de pressão, mas também de construção de redes de apoio e resistência, o jornal garantia a sua continuidade legal.

Como forma de reconhecimento e enaltecimento daqueles que haviam despendido recursos e enfrentado o moralismo repressivo do regime militar, o Conselho Editorial publicou na última edição de 1979 uma nota com os nomes de indivíduos e organizações principais que lutaram pelo *Lampião*. No entanto, não foi mencionada a rede de solidariedade e resistência para além dos limites do Estado-Nação, a qual adentra as trocas globais entre os movimentos homossexuais da época e, mais do que ajudar a compreender melhor a resistência empreendida pelo jornal, aponta também para os impactos e a influência do *Lampião* no exterior, sublinhando um protagonismo global do movimento homossexual brasileiro.

3. JOÃO ANTÔNIO MASCARENHAS E O ATIVISMO GLOBAL

O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), localizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), contém um material extenso e de extrema importância para a historiografia LGBTI+ brasileira. No arquivo se encontra o acervo de João Antônio Mascarenhas, importante ativista homossexual no país e uma das figuras centrais nas duas primeiras décadas do movimento homossexual no Brasil.

Mascarenhas apresentou desde a década de 1970 um interesse expressivo pelos movimentos homossexuais estrangeiros, tendo já em 1972 se tornado o único assinante na América do Sul do jornal estadunidense *Gay Sunshine* (HOWES, 2003), uma das publicações principais do movimento homossexual dos EUA na época. O traçar de redes de cooperação e trocas de informações e publicações com grupos e atores centrais dos movimentos homossexuais estrangeiros marcaria toda a trajetória de Mascarenhas na construção de um movimento homossexual no Brasil, permeando e influenciando o seu ativismo. Destaca-se, por exemplo, o seu papel na vinda do editor Winston Leyland para o Brasil, ocasião que promoveu o encontro de diversos intelectuais homossexuais brasileiros, o que impulsionaria a criação do *Lampião da Esquina*.

No entanto, há um papel fundamental exercido por Mascarenhas no que concerne à defesa do *Lampião da Esquina* que, ainda que presente em algumas historiografias sobre o período, é um aspecto ainda pouco investi-

gado sobre o jornal e o ativismo de Mascarenhas. Howes (2003) relata que durante o processo judicial no qual o *Lampião* foi submetido, Mascarenhas entrou em contato com ativistas e grupos homossexuais de outros países a fim de angariar apoio e pressão internacional e atingir a absolvição do jornal. Pretende-se aqui investigar melhor esse processo e apontar para a potencialidade que tal investigação possui para a promoção de um olhar global sobre movimento homossexual brasileiro.

Para tal análise, apresentam-se resultados a partir da pesquisa com as fontes disponíveis no AEL. O arquivo conta com o acervo particular de Mascarenhas e o acervo do grupo Triângulo Rosa, fundado pelo o mesmo, os quais foram doados pelo próprio Mascarenhas ao AEL em 1989 (Howes, 2003). A documentação que constitui o acervo cobre particularmente o período de 1977 a 1988, o que permite um rico olhar para a intensificação de um movimento homossexual brasileiro no final dos anos 1970 e as transformações que o acompanharam com o período da redemocratização, a crise econômica dos anos 1980 e a epidemia do HIV/AIDS.

Conexões e cooperação global

Com o processo judicial ao qual o *Lampião* foi submetido, indício do engajamento das autoridades militares em frear tais ações e o significado muitas vezes restrito que a abertura política teve para os dissidentes de gênero e/ou sexualidade no país, Mascarenhas empreendeu uma campanha internacional pela defesa do *Lampião*. Nos arquivos encontrados no AEL, ele registrou que em 26 de dezembro de 1978³, quatro meses após o início do processo, havia enviado uma circular a grupos e personalidades dos movimentos homossexuais no exterior pedindo o apoio e a defesa do *Lampião da Esquina*. Em suas notas, Mascarenhas ainda aponta que algumas das circulares enviadas foram acompanhadas de um exemplar do *Lampião*, o que demonstra a sua percepção de que a perseguição contra o jornal não apenas apontava para a importância que o jornal tinha (por isso o receio das instituições militares), mas também era uma ocasião profícua para uma maior divulgação/reconhecimento do *Lampião* (HOWES, op. cit.), tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

Destaca-se que essa articulação promovida por Mascarenhas foi só possível devido sua rede global de trocas de informações e publicações que ele vinha traçando no decorrer da década de 1970. Ele se refere, por exemplo, ao nome de Robert Roth, ativista estadunidense que compilava periódicos *gays* do mundo todo e, por isso, participava de uma rede global de cooperação homossexual⁴. Roth teria fornecido a lista com alguns contatos e organizações homossexuais no mundo com os quais Mascarenhas acabaria traçando cooperações, facilitando a divulgação do *Lampião* e do processo que este estava sofrendo naquele momento.

Em agosto de 1979, dois meses antes do arquivamento do processo contra o *Lampião*, Mascarenhas redigiu um relatório⁵ compilando o alcance de sua ação global em defesa do periódico. Ele compilou cerca de 35 cartas que foram endereçadas ao Ministro da Justiça da época, Armando Falcão, pedindo pelo fim do processo que ameaçava fechar o jornal. Destaca-se que as 35 cartas representavam 46 organizações e outros 6 colaboradores privados de 22 países diferentes:

³ MASCARENHAS, João Antônio. Arquivo Triângulo Rosa, série Correspondências Enviadas; Grupo 4, Subgrupo 1 (Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas). 26 dez. 1978.

⁴ O arquivo com os períodos compilados por Robert Roth faz parte da coleção da Cornell University, onde podem ser encontradas edições do *Lampião da Esquina*: <https://rmlc.library.cornell.edu/EAD/html/docs/RMM07325.html>

⁵ MASCARENHAS, João Antônio. Arquivo Triângulo Rosa, série Correspondências Recebidas; Grupo 4, Subgrupo 1 (Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas). 01 ago. 1979.

País	Organizações
Argentina	1. Federación de los Homosexuales de Argentina (em exílio), Madrid
Austrália	2. Gay Union of Tertiary Staff, Sydney
	3. Gay Liberation, Sidney
Canadá	4. Pink Triangle Press, Toronto
Dinamarca	5. Forbundet af 1848, Copenhagen
Inglaterra	6. Gay Activists Alliance, Oxford
	7. Gay Left, Londres
	8. Teesside Polytechnic, Middlesbrough
	9. Campaign for Homosexual Equality
Alemanha	10. Allgemeine Homosexuelle Arbeitsgemeinschaft, Berlim Ocidental
	11. Berliner Schwulenzzeitung, Berlim Ocidental
	12. Gay Journal, Heidelberg
	13. AG Lesben & Schwule, Hamburgo
	14. Gay Liberation Front – Aktionsgruppe Homosexualität Bonn
	15. Nationale Arbeitsgemeinschaft Repression gegen Schwule
Holanda	16. Nederlandse Vereniging voor Integratie van Homoseksualiteit COC, Amsterdã
Itália	17. Fronte Unitario Omosessuale Rivoluzionario Italiano (FUORI!), Turim
Nova Zelândia	18. Campaign for Homosexual Equality, Christchurch
	19. Campaign NZ, Auckland
	20. Gay Liberation Front, Christchurch
	21. H.B. Gay Society Inc., Napier
	22. National Gay Rights Coalition of New Zealand, Wellington
	23. Out!, Auckland
	24. The Otago Gay Equality Society, Dunedin
Irlanda do Norte	25. Northern Ireland Gay Rights Association (NIGRA), Belfast
Noruega	26. Det Norsk Forbundet av 1948, Oslo
Escócia	27. Scottish Homosexual Rights Group, Edinburgh
Suíça	28. Homosexuelle Arbeitsgruppen Basel, Basel
Estados Unidos	29. Comité Homosexual Latinoamericano (COHLA), Nova York
	30. Gay Community News, Boston
	31. Gay Teachers Association, Nova York
	32. Illinois Gay Rights Task Force, Chicago
	33. Gaysweek, Nova York
	34. Paz y Liberacion, Hollywood
	35. Kingmasters, Hollywood
	36. National Gay Task Force, Nova York
Bélgica	37. Federatie Werkgroepen Homofilie, Antwerpen
França	38. Centre du Christ Libérateur
	39. C. Homosexuel de la Banlieue Ouest Parisienne
Islândia	40. Samtökin
Irlanda	41. Campaign for Homosexual Law Reform, Dublin
	42. International Gay Association, Dublin
	43. National Gay Federation, Dublin
Espanha	44. Euskal Herriko Gay Askapen Mugimendua, Bilbao
	45. Front d'Alliberament Gai de Catalunya, Barcelona
Suécia	46. Riksförbundet För Sexuellt Likaberättigande, Stockholm

Compilação das cópias de correspondências estrangeiras endereçadas ao Ministro da Justiça⁶

⁶ MASCARENHAS, João Antônio. Arquivo Triângulo Rosa, série Correspondências Recebidas; Grupo 4, Subgrupo 1 (Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas). 01 ago. 1979.

Além das organizações que endereçaram seus protestos ao Ministro da Justiça brasileiro, Mascarenhas registrou ainda seis cidadãos que, não necessariamente envolvidos com algum dos grupos mencionados, enviaram cartas como forma de protesto e defesa do *Lampião*. No arquivo se encontram registros de dois indivíduos da Inglaterra, dois da Alemanha, um de Samoa e outro dos EUA.

A partir dos registros dispostos no arquivo de Mascarenhas no AEL, percebe-se o tracejar de uma cooperação global, no sentido de que esta não ficou restrita às fronteiras do Estado-Nação, integrando diversos atores e organizações de diferentes regiões. Se a Europa Ocidental e América do Norte despontam como os locais cujos grupos mais atenderam o pedido de cooperação de Mascarenhas, a Oceania, a Argentina e Samoa também marcam presença na defesa do *Lampião*. Presume-se, no entanto, que a predominância do eixo Europa Ocidental e América do Norte diz muito ao fornecimento destes contatos através das amizades e trocas que Mascarenhas mantinha especialmente com o movimento *gay* nos EUA.

Além de registrar as organizações que prontamente endereçaram seus protestos ao Ministro da Justiça brasileiro, Mascarenhas ainda compilou 23 periódicos de 12 países que noticiaram o *Lampião* em suas notícias, fato que em sua leitura é indício da relevância que o jornal e a campanha por sua defesa alcançaram:

País	Periódico
Austrália	1. <i>Campaign</i> , Sidney, Março 1979, edição 41, página 13 2. <i>Gay Teachers & Students Group Newsletter</i> , Abril, 1979, volume 2, número 3, página 24
Canadá	3. <i>Body Politic</i> , Toronto, Fevereiro 1979, página 17
Dinamarca	4. <i>Pan</i> , Copenhagen, 1979, ano 26, páginas 52-53
Inglaterra	5. <i>Gay News</i> , Londres, Janeiro 1979, número 158, página 40
França	6. <i>Le Gai Pied</i> , Paris, Fevereiro 1979, número 0, página 3 7. <i>Liberation</i> , Paris, Janeiro 1979, página 6 8. <i>Man</i> , Paris, número 8, páginas 42-44 9. <i>Rouge</i> , Paris, Janeiro 1979, página 7
Alemanha Ocidental	10. <i>Arbeiterkampf</i> , Hamburgo, Janeiro 1979, página 40 11. <i>Berliner Schwulen Zeitung</i> , Berlim Ocidental, Janeiro 1979, página 6 12. <i>Gay Journal</i> , Heidelberg, Fevereiro 1979, páginas 8-9 13. <i>Him-Applaus</i> , Hamburgo, Março 1979, páginas 6-7
Holanda	14. <i>Sek</i> , Amsterdam, Março 1979, número 3, páginas 15-16
Itália	15. <i>FUORI!</i> , Turim, Março 1979, página 51
Nova Zelândia	16. <i>OUT!</i> , Auckland, Abril 1979, número 24, página 10
Noruega	17. <i>Fritt Fram</i> , Oslo, 1979, número 1-2, página 30-31
Irlanda do Norte	18. <i>The Northern Gay</i> , Belfast, Julho 1979, número 2, página 15
Estados Unidos	19. <i>Gay Community News</i> , Boston, Janeiro 1979, página 3 20. <i>Gaysweek</i> , Nova York, Março 1979, volume 3, páginas 1-2 21. <i>Gaze</i> , West Hollywood, Abril 1979, número 3, página 23 22. <i>Paz y Liberación</i> , Hollywood, Maio 1979, número 1, página 1 23. <i>Mandate</i> , Nova York, Dezembro 1979, página 18

Compilação das reportagens e notas sobre o *Lampião da Esquina* em periódicos estrangeiros⁷

⁷ MASCARENHAS, João Antônio. Arquivo Triângulo Rosa, série Correspondências Recebidas; Grupo 4, Subgrupo 1 (Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas). 01 ago. 1979.

As reportagens e notícias sobre o *Lampião* que aparecem listadas acima por Mascarenhas devem ser observadas não apenas como um resultado direto da campanha encabeçada pelo ativista, mas localizadas também entre os impactos alcançados pela produção do jornal. Ou seja, se Binnie (2004) e Drucker (1996) frisam a necessária pluralização e diversificação das lentes em que se dão os olhares para a memória LGBTI+ global, os dados aqui referentes às conexões globais do *Lampião* apontam caminhos para que o Sul Global seja tomado como cerne dessa memória. Não se trata de observar de que forma as conexões globais permitiram a influência do Norte Global capitalista no movimento homossexual brasileiro, mas o contrário: de que maneira as ações dos homossexuais brasileiros, aqui centradas no papel do *Lampião da Esquina*, reverberaram e impactaram os diversos movimentos homossexuais estrangeiros do período.

Com as particularidades do seu período e de suas visões políticas, o próprio Mascarenhas já nesse momento compartilhava certa preocupação em projetar para uma visibilidade global as ações empreendidas entre os grupos homossexuais no Brasil. No mesmo relatório em que o ativista registrou os resultados de sua campanha pela defesa do *Lampião*, ele elencou quatro objetivos centrais que o motivaram a se engajar em tal empreitada:

- i) impressionar o Ministro da Justiça brasileiro
- ii) mostrar à polícia e às autoridades judiciárias que o jornal é apoiado por diversas associações e publicação estrangeiras
- iii) mostrar aos homossexuais brasileiros o apoio recebido no exterior; fato importante considerando o colonialismo cultural existente no Brasil que faz com que muitos brasileiros superestime tudo que vem do exterior.
- iv) evidenciar no exterior que no Brasil, mesmo com a repressão política e social, há um grupo que está empreendido no surgimento de um Movimento Brasileiro pela Liberação Gay.⁸

Dessa forma, se os dois primeiros objetivos são mais evidentes no engajamento pela defesa do *Lampião*, os dois últimos despontam pela preocupação de Mascarenhas em não apenas superar o colonialismo que impedia o reconhecimento das ações do *Lampião* em solo nacional, mas também sublinhar entre as conexões globais a existência do ativismo homossexual brasileiro, mesmo em um contexto como o da ditadura militar. Tendo consciência das ressalvas necessárias pelas condições políticas e sociais do período, a fim de não cometer anacronismos, pode-se aproximar a preocupação de Mascarenhas à defesa de Binnie (2004) pela pluralização das narrativas que constituem a História LGBTI+ global.

CONCLUSÃO

Ao defender a desconstrução da narrativa totalizante que propaga a ideia de uma única identidade *gay* global e a necessária diversificação das narrativas que remontam a História LGBTI+ global, Binnie (2004) cita o ativismo transnacional empreendido pelos movimentos homossexuais. Como exemplo, o autor cita a organização de homossexuais na Holanda em suporte à campanha de homossexuais ingleses contra a *Seção 28*, lei responsável na Inglaterra pela proibição de publicação de materiais que eram considerados como “promovedores” da homossexualidade. Apesar do exemplo tirar do foco a usual centralidade colocada no movimento *gay* estadunidense e

⁸ Os quatro objetivos são traduções próprias a partir do relatório em Inglês produzido pelo Mascarenhas. Cf. MASCARENHAS, João Antônio. Arquivo Triângulo Rosa, série Correspondências Recebidas; Grupo 4, Subgrupo 1 (Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas). 01 ago. 1979.

se engajar em um olhar além da fronteira do Estado-Nação, ainda é uma narrativa restrita, especialmente pelo enfoque único na Europa Ocidental.

O ativismo transnacional em defesa do *Lampião da Esquina* oferece um material bastante profícuo e bem mais diverso do que a narrativa proposta por Binnie (2004). O protagonismo não apenas se volta para o Sul Global, com o impacto alcançado pelo *Lampião da Esquina*, como também aponta para uma rede global de cooperação bem maior e deslocada do que a ligação entre a Holanda e Inglaterra. Observa-se, dessa forma, um ativismo que, por mais que majoritariamente tenha recebido apoio do Norte Global, com o abundante número de organizações da Europa Ocidental que responderam o chamado de Mascarenhas, já desconstrói a ideia do desenvolvimento de movimentos homossexuais no Sul Global como uma constante passividade às influências do Norte, principalmente ao observar a número expressivo de periódicos estrangeiros que noticiaram a publicação do *Lampião*. A luta pelo *Lampião* contra a repressão militar aponta para dados e caminhos de pesquisa possíveis que possam contribuir para o findar de uma historiografia LGBTI+ global que exclua as contribuições do Sul Global.

A História Global desponta como recurso teórico profícuo para dar conta da pluralidade em que se dão os movimentos LGBTI+ no mundo. Não se trata de criar uma narrativa em que todas as organizações homossexuais no globo caminhem para uma convergência homogeneizante, pelo contrário. Trata-se de observar os jogos de escala entre o local e o global e observar as especificidades locais integradas a uma mesma situação global, sendo influenciadas por esta e a influenciando. O movimento homossexual brasileiro na época era parte de uma situação comum global em que a narrativa estadunidense a partir de *Stonewall*, por exemplo, dispunha de uma centralidade relevante para a luta pelos direitos desses corpos dissidentes em gênero e/ou sexualidade. No entanto, outros movimentos, cooperações, influências e conexões também estavam se desenrolando no mundo. Inverter as lentes de análise e impulsionar o Sul Global para o centro da investigação são tarefas essenciais para a diversificação da(s) memória(s) LGBTI+ global(is).

O arquivo Triângulo Rosa do Mascarenhas disponível no AEL apresenta potencialidades significativas para se empreender em uma História LGBTI+ global a partir do caso brasileiro. No próprio relatório de Mascarenhas sobre a defesa do *Lampião* aqui apresentado há outras potencialidades de pesquisa, como é o caso das notas de Mascarenhas em relação ao apoio recebido por argentinos, os quais, mesmo em exílio, temiam a polícia secreta argentina e, por isso, pediam descrição em não terem seus nomes relacionados a nenhuma organização. Há, dessa forma, diversos fatos e relatos que, ao serem colocados dentro de uma rede global de trocas, podem diversificar a História LGBTI+ do Brasil, da Argentina, da América Latina ou ainda em âmbito global. Da mesma maneira, compreende-se melhor as implicações das ditaduras experimentadas em solo brasileiro ou argentino. Além disso, se aqui há especificamente o engajamento transnacional em uma defesa do *Lampião*, o arquivo apresenta muitas outras possibilidades, com a presença de conexões diversas com os movimentos homossexuais estrangeiros, saindo do campo de influência dos EUA. Se na vitória do *Lampião* contra as amarras da ditadura militar a cooperação global ainda é uma narrativa pouco conhecida, o arquivo extenso de Mascarenhas pode traçar outras histórias dissidentes, conexões e contribuir para mapear o movimento LGBTI+ brasileiro no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. **Secuencia**, n. 103, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18234/secuencia.v0i103.1528>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BINNIE, Jon. **The Globalization of Sexuality**. London: Sage Publications, 2004.

BUFFINGTON, Robert. *et al.* **A Global History of Sexuality: the modern era.** Wiley Blackwell, 2014.

CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2017.

COSTA, Rogério da Silva Martins. **Sociabilidade Homoerótica Masculina no Rio de Janeiro na Década de 1960:** Relatos do Jornal O Snob. 2010. Monografia (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, 2010.

DRUCKER, Peter. “In the tropics there is no sin”: sexuality and gay-lesbian movements in the Third World. **New Left Review**, n. 218, p. 75-101, 1996. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/I218/articles/peter-drucker-in-the-tropics-there-is-no-sin-sexuality-and-gay-lesbian-movements-in-the-third-world>. Acesso em: 01 nov. 2020.

GREEN, James. **Além do Carnaval:** a homossexualidade no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O Homossexual Visto por Entendidos.** Garamond, 2004.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 10, n.18/19, p. 289-310, 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/acl/article/view/2516>. Acesso em: 30 out. 2020.

MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade:** Política e Identidade Homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

MASCARENHAS, João Antônio. **Arquivo Triângulo Rosa**, série Correspondências Enviadas; Grupo 4, Subgrupo 1 (Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas). 26 dez. 1978.

MASCARENHAS, João Antônio. **Arquivo Triângulo Rosa**, série Correspondências Recebidas; Grupo 4, Subgrupo 1 (Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas). 01 ago. 1979.

SILVA, Cláudio Roberto. **Reinventando o sonho:** história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, Natanael de Freitas; RUBIO, Natam Felipe de Assis. Sexualidade Homossexual no jornal Lâmpião da Esquina. **Revista Transversos**, n. 14, p. 165-186, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/transversos.2018.39336>. Acesso em: 29 out. 2020.

TREVISAN, José Silvério. **Devassos no Paraíso.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.,

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador:** culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PINTO, Rhanielly; ALVES, Jorge. Historiografia e masculinidades gays no Brasil: contribuições teóricas. **Albuquerque**, v. 11, n. 21, p. 162-183, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.46401/ajh.2019.v11.8943>. Acesso em: 29 out. 2020.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lâmpião Iluminando Esquinas Escuras da Ditadura. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan Honório. **Ditadura e Homossexualidades:** Repressão, Resistência e a Busca da Verdade. Edufscar, 2014. p. 83-124.

WIESNER-HANKS, Merry. Crossing borders in transnational gender history. **Journal of Global History**, n. 6, p. 357-379, 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-global-history/article/crossing-borders-in-transnational-gender-history/C9F83A982B1F70497CD287AAFC54541C>. Acesso em: 30 out. 2020.

O CONSERVADORISMO E O RURALISMO BRASILEIRO: O PROCESSO DE SUA ARTICULAÇÃO DA REDEMOCRATIZAÇÃO A POLÍTICA NACIONAL RECENTE

Felipe Vargas da Fonseca¹

Resumo: O presente trabalho busca analisar como o Ruralismo brasileiro consolida-se na política nacional e, como esse agrupamento representa uma das mais forças conservadoras com peso decisório dentro e fora do Estado. Os representantes deste setor patronal se (re)organizam na esfera político-partidária a partir do processo de “abertura política”, e firmam-se com a formação da Bancada Ruralista. Percebe-se que a Bancada apresenta uma coesão interna sempre com grande poder de mobilização que não pode mais passar despercebida na política nacional. O poder exercido nas terras a fim de manter a estrutura fundiária dá lugar ao autoritarismo em votações no Congresso.

Palavras-chave: Ruralismo; Bancada Ruralista; Conservadorismo.

BREVE PRELÚDIO

A análise do surgimento, do desenvolvimento histórico e das diversas formas ideológicas do pensamento conservador é uma tarefa grandiosa. Exige a recuperação de sua origem, suas implicações na esfera política e econômica da vida social e uma recuperação dos principais pensadores e correntes de pensamento.

As vitórias, ou relevante expressão eleitoral, de líderes de direita e extrema-direita na Europa, a eleição de Donald Trump para presidência dos Estados Unidos, com seu discurso antiglobalista e pós-fascista (BIANCHI, 2018), assim como no caso brasileiro, com a eleição de Jair Bolsonaro, são lidas como crescimento do conservadorismo ao redor do mundo. Observando de maneira incipiente aquilo que é percebido no debate público como fazendo parte da *onda conservadora*, as alternativas são bastante variadas e possuem velocidades diferentes conforme as nacionalidades e regiões do mundo. Diversas análises tendem a concordar quanto ao declínio da democracia liberal e ao endurecimento repressivo de regimes políticos escolhidos via procedimentos democráticos (CASTELLS, 2018; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018).

Deve ser destacado também a própria derrocada dos governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, onde, durante os anos 2000, alguns países, agindo em bloco e com relativa liderança do Brasil, procuraram construir uma posição menos alinhada com a política externa dos Estados Unidos. Os governos à esquerda, que dominaram a cena política sul-americana, começaram a ruir nos anos 2010, pela corrupção (ou acusação de tal) e como consequência de rupturas com o *status quo* social, econômico e cultural por meio de políticas inclusivas e de diversidade. Isso gerou reações regressivas e de distinção social, sobretudo entre as classes médias, como encontrado em outros países. De acordo com Esther Solano (2018), em análise do contexto mundial, as políticas de proteção social tenderam a empoderar os mais pobres, gerando pressão e revolta das classes médias.

O termo conservadorismo, tornou-se comum nos debates públicos brasileiro e mundial contemporâneos, sendo constantemente acionado nos noticiários de televisão, na imprensa escrita e nas redes sociais digitais com

¹ Doutorando do PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

uma profusão de sentidos razoavelmente elásticos; por vezes, é identificado de modo excessivo e impreciso com fascistas, se na política, muitas coisas são chamadas de conservadoras ou arroladas enquanto tais em um mesmo grande movimento.

Partimos do princípio que, o conservadorismo é a principal resultante de diferentes forças políticas atuais da crise brasileira, isto é, o vetor que tem apontado a direção e o sentido do processo social em curso.

Reunindo esses aspectos, nesse trabalho partimos também do pressuposto teórico de que a sociedade brasileira é, em muitos aspectos, ainda bastante tradicional e conservadora. Parlamentares conservadores se consolidaram como maioria na eleição da Câmara, de acordo com levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Assim, identificamos na denominada, Bancada Ruralista, uma forte unidade interna em projetos de seu interesse defendidos com bases autoritárias características de um passado agrário e extremamente conservador e que ainda reverbera no Congresso Nacional. Oriunda do conservadorismo ruralista brasileiro, a bancada se reinventou determinando seu lugar de personagem político atuante no cenário do Congresso colocando em segundo termo outros partidos não tão aliados ideologicamente.

UM EXÍGUO COMENTÁRIO SOBRE AS DEFINIÇÕES DE: CONSERVADORISMOS E DIREITAS

Os debates teóricos acerca dos significados e valores das diferentes correntes político-ideológicas são controversas e há muito vêm merecendo atenção por parte da História e áreas afins. Diante da complexidade do debate e da extensão da bibliografia, neste restrito espaço almeja-se apenas explicitar as linhas conceituais basilares que amparam os pressupostos do presente artigo no que diz respeito ao emprego dos termos “direita” e “conservadorismo”.

No que se refere ao exame da diáde direita-esquerda, o clássico trabalho de Bobbio (1995) é incontornável. Mesmo reconhecendo o pluralismo existente no interior de ambas as correntes, Bobbio elenca critérios que seriam capazes de cristalizar a essência de cada polo do espectro ideológico. Assim, em suma, sustentou que, enquanto a direita tende a bater-se sobretudo pelos valores da tradição e da hierarquia, a esquerda defende prioritariamente as ideias de emancipação e igualdade.

Também, Lukes (2003) introduz o “princípio da retificação” como distinção fundamental. Nessa acepção, a esquerda busca a retificação da ordem social/*status quo* a fim de minimizar (ou, dependendo do caso, abolir) as desigualdades, ao passo que a direita, cética em relação às mudanças repentinas, teme que os resultados práticos da retificação descambem em desordem e na fragilização da liberdade, optando, *a priori*, pela preservação.

Mesmo com base em definições genéricas, de acordo com Bobbio, “precisamos partir da convicção de que a distinção clássica entre direita e esquerda ainda tem razão de existir”, já que, “não obstante as velhas e novas rejeições, continuamos a usar as palavras direita e esquerda na linguagem política corrente como se ainda significassem alguma coisa. E é evidente que, se continuamos a nos entender quando as usamos, é porque possuem algum significado” (BOBBIO, 1995, p. 150).

Seguindo essas sugestões, julgamos que um dos conceitos centrais para o presente artigo, o conservadorismo, está vinculado diretamente à categoria “direita”. Com efeito, veremos que os princípios da ordem e do ceticismo diante da retificação estão presentes no conservadorismo em geral e no discurso de grupos que parecem levantar a bandeira da direita conservadora no Brasil dos dias atuais. É certo que podem existir direitas que se afastam do conservadorismo em sentido pleno (como é o caso dos liberalismos mais radicais e de linhagens nacional-revolu-

cionárias igualmente extremistas), mas, segundo a classificação geral da literatura, um imaginado conservadorismo ideologicamente de esquerda soaria como contrassenso². Como complemento, se introduz, a exemplo de Freedon (2003), a ideia de que, em realidade, existiriam “macroideologias” (liberalismo, conservadorismo, socialismo e fascismo) e suas derivações, as “microideologias” (tais como libertarianismo e neoliberalismo, democracia cristã e neoconservadorismo, socialdemocracia e anarquismo, hitlerismo e franquismo etc.). Porém, é dos dois troncos primeiros (esquerda e direita) que brotam os ramos “macroideologias” e “microideologias”, sendo o conservadorismo e suas derivações descendentes da direita.

Edmund Burke pode ser considerado o autor primeiro do conservadorismo em sua forma moderna, a partir da reação que desenvolveu diante da Revolução Francesa. Seria precipitado, contudo, pretender firmar um rótulo no pensador irlandês segundo o léxico contemporâneo, utilizando-se, por exemplo, de termos como “reacionário”. De fato, “o autor das *Reflexões sobre a revolução em França* não pertencia às fileiras dos *tories*, mas às dos *whigs*, cujo discurso, diferentemente, se caracterizava pela defesa do governo parlamentar e das minorias religiosas”, sendo que, “para Burke, a política não era uma ciência abstrata, racionalista e universalista, mas uma arte voltada para a resolução de problemas práticos. O estadista não era um especulador metafísico” (LYNCH, 2017, p. 318).

Logo, percebe-se que o conservadorismo moderno emerge justamente contestando o princípio da retificação, o qual, conforme Lukes, guiaria as esquerdas. Burke combate as doutrinas revolucionárias do iluminismo francês, os arquitetos sociais, a ruptura revelada pelos “conspiradores literatos e filósofos intrigantes”, “teólogos políticos” e “políticos teólogos” (BURKE, 2014, p. 33), preferindo antes o ceticismo.

Daí que o conservadorismo também mantenha aderência ao valor da tradição, que, para Bobbio, seria indispensável às direitas. Com efeito, João Camilo de Oliveira Torres destaca a tradição como elemento central do conservadorismo, “uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições, e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro”, porque “não considera viáveis as mudanças feitas sem o sentido de continuidade histórica” (TORRES, 2016, p. 40). Deste modo, a manutenção da tradição não equivale a mero imobilismo, o conservadorismo igualmente supõe que a desigualdade é natural, não cabendo aos movimentos políticos reivindicação voltada a eliminá-la.

Por fim, consideramos pertinente contemplarmos o conservadorismo também pela perspectiva da “tese da ameaça” proposta por Hirschman (1992). Em *A retórica da intransigência*, o autor argumenta que os conservadores, ao considerarem que o custo social de determinadas reformas é alto demais porque “coloca em perigo outra preciosa realização anterior” (HIRSCHMAN, 1992, p. 15), tendem a reagir sempre que os interesses que defendem estão em causa.

Assim, adota-se, no presente artigo, os termos “direita” e “conservadorismo” no sentido em que possam refletir os parâmetros interpretativos dos autores acima citados, destacando-se as ideias de tradição (manutenção da ordem), hierarquia (oposição à igualdade), ceticismo diante da retificação e reação em face da “ameaça”. É evidente que desconsideramos uma gama de estudiosos cujos trabalhos enriqueceriam muito a análise. Contudo, presume-se que os aportes já elencados sejam suficientes para examinarmos também à luz da teoria os objetos centrais da pesquisa.³

² Apesar de haver outros autores que definem o conservadorismo como, qualquer ato político deliberado que vise barrar a mudança.

³ Sobre o conservadorismo em especial. Cf: COUTINHO, J. P. *Conservadorismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2014.; NISBET, R. O *conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987 e SCRUTON, R. *O que é conservadorismo?* São Paulo: É Realizações, 2015.

OS RURALISTAS ORGANIZADOS NA POLÍTICA NACIONAL: CONSERVADORISMO E CONVERGÊNCIAS DE INTERESSES

A redemocratização brasileira e a modernização conservadora da agricultura efetivada nas últimas décadas contribuíram para uma transformação no sistema de representação de interesses dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais no Brasil. Entre as mudanças mais significativas, destaca-se a organização de frentes parlamentares suprapartidárias voltadas prioritariamente para a defesa de interesses corporativos e para o fortalecimento político dos setores por elas representados. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como bancada ruralista, é um dos exemplos desse processo e torna manifesta uma história marcada pela presença do patronato rural e agroindustrial nas instâncias do Estado e nos espaços de elaboração e de execução de políticas.

Considerada por muitos a principal força política do Congresso Nacional, a bancada ruralista despontou, na segunda metade dos anos 1980, como reação ao Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) da Nova República e as ocupações de terra pelos trabalhadores sem-terra e ganhou maior visibilidade na Constituinte de 1988, momento em que, representada por parlamentares afinados com a União Democrática Ruralista (UDR), se empenhava em influenciar a regulamentação de artigos constitucionais sobre a reforma agrária numa clara defesa do monopólio e da concentração da propriedade da terra, além de participar do debate sobre a política agrícola e de procurar interferir nos temas ligados aos direitos sociais e políticos e no debate sobre o papel do Estado.

O tradicional setor agrário brasileiro foi, durante muito tempo, a classe dominante da sociedade brasileira. As transformações ainda na primeira metade do século XX fizeram com que este perdesse sua centralidade. A permanência dentro dos quadros de poder exigiu uma forma inovadora para se reinventar. A formação da UDR e a criação da Frente Parlamentar de Agropecuária expressam exatamente isso, essa alternativa de permanência no poder. Sua hegemonia hoje se dá através da política.

A partir da Assembleia Constituinte, naquele momento, ainda sem a característica de uma bancada, as elites agrárias eram conduzidas pela poderosa UDR, fundada e comandada pelo então pecuarista goiano Ronaldo Caiado e pelo cafeicultor paulista Plínio Junqueira Junior. Essa organização patronal, fundada em 1985, considerada a mais violenta e radical entidade já existente no Brasil, usava como estratégia a força e a violência para intimidar seus oponentes (BRUNO, 1997). No processo constitucional seu objetivo era opor-se à regulamentação dos artigos constitucionais que tratavam da reforma agrária e da democratização da terra. No início, o grupo ruralista não se distinguia da UDR e não eram mais que 20 parlamentares, mas orquestrados, constituíam poder de articulação. A atuação da UDR nos canais de representação política do Estado buscava um novo perfil de parlamentar. Com o objetivo de ampliar ainda mais as bases pelo projeto patronal para o campo, a UDR intensifica a construção de um novo perfil de representação política: o parlamentar militante defensor da propriedade e da iniciativa privada. Nesse sentido, o parlamentar deveria ser “mais aguerrido”, “menos medroso” e “mais militante” (BRUNO, 1997). A pesquisa de Simionato e Costa (2012) indica que:

[...] na atuação da Bancada Ruralista ocorre a prevalência de um projeto que beneficia os setores mais capitalizados da sociedade, os quais se utilizam do Estado como meio de cooptação de lideranças políticas para fortalecer o poder das classes dominantes [...] (SIMIONATO; COSTA, 2012, p. 215).

Essa postura ratificada pela UDR foi uma prática institucional que explicita as velhas tradições clientelistas e as políticas da “troca de favores”, comumente exercidas pelas oligarquias e senhores da terra na história agrária

brasileira. Como a própria UDR dizia: “isso faz parte do jogo democrático” (BRUNO, 1997). Essa visão corporativista da política foi o grande fio condutor da entidade, que tentou, sob todos os artifícios, impor uma identidade para todos, ignorando diferenças ideológicas, partidárias e visões de mundo. O grande mentor e ideólogo do projeto UDR, Ronaldo Caiado, durante a legislatura 1990-1994, quando se elegeu deputado federal pelo ex-PFL, deflagrou uma intensa luta parlamentar e uma agressiva militância política pelos corredores e gabinetes do parlamento brasileiro. Suas “calorosas corridas” em defesa da propriedade e da iniciativa privada fizeram do Congresso um palco perene de lutas em *prol* da manutenção do poder agrofundiário. A tomada da Comissão de Agricultura, indicando o presidente, garantiu o exercício pleno do poder agroconservador. Caiado sobreviveu à dissidência da UDR como veremos mais à frente, à chegada do PT ao poder e por mais de sete anos manteve na Comissão de Agricultura, Pecuária Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) seus aliados.

Foi em tal contexto uderrista, por intermédio de seus deputados-militantes, que se formaram as bases e a espinha dorsal que configuraram a atual Bancada Ruralista. O processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo enfraqueceu os canais de pressão no Congresso Nacional durante o período de 1992. Em 1993 ocorre a “dissolução” oficial da UDR e a Bancada Ruralista passa por uma reciclagem partidária e por uma renovação de suas bases políticas. Vigna (2001, p. 1) destaca três aspectos fundamentais que impulsionaram um novo perfil de articulação política da Bancada Ruralista:

O restabelecimento desta representação foi possível devido a uma conjunção de fatores. Ressaltamos os mais significativos: primeiro, o crescimento do PFL (segunda bancada partidária) traz para a Câmara dos Deputados os representantes da elite agrária mais conscientes da importância da organização da bancada ruralista como grupo de interesse, pressão e lobbying; segundo, eleições de notórios conservadores para as presidências da Câmara e do Senado Federal; terceiro, a vitória, nas eleições presidenciais, da aliança PFL-PSDB. Pode-se distinguir, também, um quarto fator: a derrota do então deputado Ronaldo Caiado. Órfão desta liderança vigorosa e centralizadora, o grupo ampliou sua articulação com outros setores parlamentares.

Foi nesse momento que ocorreu a regulamentação das bancadas durante a 52ª Legislatura (2003-2007), a partir do Ato da Mesa Diretora nº 69, de 10 de novembro de 2005, da Câmara dos Deputados, sendo, naquele momento, registradas 90 organizações. Apesar de a denominação Bancada Ruralista continuar a ser a mais conhecida, seu nome oficial, a partir dessa data, passou a ser Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2020, p.12). Entre as regras estabelecidas, definiu-se que o reconhecimento das Frentes Parlamentares estaria condicionado a uma composição de, no mínimo, um terço do Poder Legislativo Federal.

Desde que despontou, nos anos de 1980, em meio ao debate sobre a constituinte – como um dos desdobramentos da mobilização patronal de grandes proprietários de terra e empresários rurais durante o governo da Nova República – a Bancada Ruralista tem-se apresentado como importante espaço de construção de identidade e representação dos interesses das classes e grupos dominantes no campo, tanto no Congresso Nacional como perante a sociedade brasileira (BRUNO *et al.*, 2009, p. 15).

A Bancada Ruralista é um grupo político extremamente bem articulado internamente, dotado de alto poder financeiro e clareza ideológica. O MDB era, até 2018, o partido com maior número de deputados da bancada, já o Democratas, apesar de não ser não ser maioria, detém uma forte liderança. A presença do DEM, partido historicamente defensor da livre iniciativa e da propriedade privada, reforça a lógica moderna da agricultura e a integração conserva-

dora de frações de classe dos grandes setores agroempresariais do país. Barcelos e Berriel (2009) destacam que o DEM e o PSDB ainda são os partidos condutores da Bancada Ruralista. Além disso, é importante ressaltar que a dinâmica da bancada é adaptada pelos interesses específicos do grupo representado e não pela ideologia de cada partido.⁴

De acordo com informações da Frente Parlamentar Ruralista as prioridades de trabalho da Bancada nesta 56ª Legislatura (2019-2023) são: renegociação das dívidas dos produtores rurais; monitoramento da demarcação de terras indígenas e quilombolas; atribuição ao Congresso da definição dos índices de produtividade; garantia de que as desapropriações só ocorrerão mediante a existência de recursos garantidos no Orçamento; regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros e em faixa de fronteira e regulamentação dos transportes terrestre e fluvial. Entram na pauta: aumentar a pena para roubo e furto de armas e crimes com armas roubadas e numeração raspada, aprovar a lei dos agrotóxicos (veremos mais adiante nesse trabalho), quer acabar com a prioridade de compra de alimentos para merenda escolar vindos de assentamento dos sem-terra e de comunidades indígenas e quilombolas e indicar as direções da FUNAI e do IBAMA. A ex-presidente da Bancada, e atual ministra da Agricultura, Thereza Cristina (DEM-MS) é assertiva ao dizer “não poupamos esforços para defender nossos interesses”.

A Bancada Ruralista, por intensas pressões junto ao Poder Executivo, vem conseguindo sucessivas concessões e benefícios para o pagamento das dívidas do crédito rural, com extensão de prazos, redução ou dispensa de juros e linhas de crédito favorecidas nos bancos oficiais. Também tem tido êxito na defesa dos alimentos transgênicos, contra os quais se colocaram as entidades de proteção ao meio ambiente. Camargo (2009, p. 42) afirma que:

senso comum parece identificar-se com o discurso fácil e conservador dos ruralistas, que pregam que a reforma agrária é um desperdício de recursos e terras e que a agricultura familiar é uma economia de subsistência sem função social e econômica. Diante do princípio de que todos é a mesma coisa, vota-se no mais visível; vota-se, então, no que tem mais poder econômico. Não podemos ignorar que outros fatores também interferiram no processo, assim como os contextos locais e regionais que definem escolhas nem sempre são racionais.

A Bancada Ruralista possuiu alguns parlamentares aliados aos governos petistas, o que não significou uma vantagem do governo, já que a maior parte dos ruralistas estava concentrada nos partidos de oposição, como o PSDB e o próprio DEM. Dados do INESC apontam que na legislatura 1999-2002, a operacionalização da bancada voltou a ser dependente do comportamento de algumas lideranças, como a do deputado, à época, Ronaldo Caiado, ou outras que se impuseram, como os deputados Abelardo Lupion (DEM-PR), Luís Calos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (MDB-RS)⁵. Camargo (2009, p. 42) afirma que:

Na legislatura 2003-2006, os ruralistas mostraram uma operacionalidade mais profissional e a bancada, desde o primeiro mandato do governo Lula, conseguiu estabilizar-se e colocou-se na mídia como o mais importante agrupamento parlamentar. Nesse contexto, os seus membros conseguiram contornar uma situação de disputa de poder entre as lideranças pecuaristas e agrícolas. Esse ambiente de instabilidade tem surgido nos momentos de renegociação da dívida agrícola.

⁴ Na atual legislatura, a bancada ruralista está diretamente ligada à bancada da bala. Atualmente “a Frente Parlamentar da Agropecuária – um lobby bancado por associações e empresas do agronegócio – conta agora com 257 signatários: 17 a mais em comparação ao ano passado. Com a nova composição, PP e PSD são as siglas com mais membros filiados à frente, com 29 e 27, respectivamente.” (DE OLHO NOS RURALISTAS. Observatório do Agronegócio no Brasil, 2019) Disponível: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd/> Acesso em: 18 de jun. de 2020.

⁵ O deputado federal Alceu Moreira é o atual presidente da FPA, assumiu a direção depois que Tereza Cristina (DEM-MS) assumiu o Ministério da Agricultura. O atual senador, Luiz Carlos Heinze (PP-RS), é o vice-presidente.



Sandra Helena Gonçalves Costa, em sua dissertação de mestrado *“A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional”* afirma que o poder da Bancada Ruralista se materializa em uma rede articulada composta por organizações de representação dos interesses dos proprietários de terra e organizações por atividade produtiva (arrozeiros, sojeiros, sivecultores, citricultores e pecuaristas). De acordo com Costa, também envolvem relações de parentesco hierarquizadas.

Em vários níveis municipal, estadual, regional e federal, cujas tramas do poder incluem cargos de vereadores e prefeitos até senadores da República, geralmente passando pela política eletiva. Esta estruturação investe o político ruralista de poder para nomear cargos estratégicos nas prefeituras, governos estaduais e em agências públicas e ministérios do governo federal (COSTA, 2012, p. 281).

A Bancada Ruralista tem poder de articulação e mobilização na construção de alianças com outras bases e/ou bancadas políticas. Quando seus interesses estão em jogo ou em processo de votação, os componentes da Bancada valem-se da negociação e da troca de favores e benefícios com outros parlamentares, tornando sua dimensão política bem maior que o número total de congressistas. Seu grande trunfo consiste na “[...] habilidade em construir novas alianças, novas relações institucionais e novos códigos de conduta e fidelidade a outras bancadas ou grupos de interesse” (BARCELOS; BERRIEL, 2009, p. 14).

Vigna (2001) contribui com esclarecimentos importantes sobre o poder da Bancada Ruralista. O autor explica que a Bancada Ruralista conseguiu ocupar certos nichos do aparelho do Estado onde o poder é exercido de forma qualitativamente diferente de um partido político.

A ascensão do grupo não visa à ocupação política estratégica do governo, mas principalmente obter mais recursos orçamentários para os setores agrícolas. Este aparelhamento setorial do Estado só ocorre pela fusão da representatividade do partido político, como base de apoio do Governo, com a especificidade setorial da Bancada Ruralista. E não por sua representatividade própria como força política interna do Congresso Nacional. Ainda prevalece o entendimento de que os fatores fundamentais que explicam a criação de grupos de interesse no interior do Congresso Nacional são a hipertrofia do poder Executivo e a fragilidade do sistema de representação partidária. Outro fator importante é a ineficácia das políticas públicas setoriais (VIGNA, 2001, p. 28).

A Bancada Ruralista representa a reunião de distintas territorialidades presentes no patronato rural brasileiro, desde o empresário rural, a multinacional e o agropecuarista que compõe a arquitetura social da ideologia do agronegócio. O Nordeste ainda é a região brasileira que concentra o maior número de parlamentares ruralistas. Porém, a suposta blindagem político-patronal do Nordeste não se restringe a esse espaço no mapa. Barros e Berriel (2009, p. 25) destacam que:

[...] existe uma rede de solidariedade e fidelidade intraclasse que se articula sob múltiplas escalas e produz sistemas de comando e controle nucleados em torno da bancada. No parlamento, os representantes do agronegócio não abandonam os ‘colegas’ de outros estados, mas os acolhem numa relação de cumplicidade e lealdade em momentos de fragilidade e crise.

Foi com esse poder articulador e coeso que a Bancada Ruralista suportou mais recentemente, em 2018, a aprovação do Projeto de Lei dos Agrotóxicos (PL 6299/2002). O PL foi aprovado na Comissão Especial da Câmara, por 18 votos a 9, o relatório do deputado Luiz Nishimori (PR-PR) defendido pela bancada ruralista. Os ruralistas

chamam o PL de “Lei do Alimento Mais Seguro”. Os opositores ao projeto o chamam de “Pacote de Veneno”. Na prática, a proposta elaborada por entidades que representam produtores rurais, com o auxílio da indústria química, tem como objetivo alterar uma lei do ano 1989 que trata do uso e do registro de agrotóxicos, herbicidas e pesticidas em todo o território brasileiro. A discussão, que ficou quase 14 anos parada, foi retomada em 2016.⁶

É necessário salientar que, a bancada, não simboliza e atua só em temas pertinentes às demandas dos ruralistas, mas constitui-se a partir de interesses difusos que têm em comum determinada visão de mundo, que compartilha, portanto, certos valores. As redes de sociabilidade e de poder permitem descortinar esse aspecto conformador da Bancada Ruralista. Sumariamente pode-se dizer que o conservadorismo é a marca principal de seus integrantes ou pelo menos seria o que os une, independentemente do partido.

Entendemos também que a Bancada Ruralista do Congresso Nacional protagonizou e protagoniza cada episódio da economia e da política que possa tocar na questão da terra. A análise dos pronunciamentos de membros da FPA, são emblemáticos pelas estratégias a que recorrem para demarcar a defesa dos interesses e engendrar as críticas aos trabalhadores rurais sem-terra, às populações indígenas e ao governo. Os discursos seguem a mesma linha, enaltecendo os “produtores rurais”, os quais “sustentam a nação” e são “modernos”. A defesa implacável da propriedade da terra fica clara nos pronunciamentos, o que permite afirmar que o conservadorismo e o autoritarismo não apenas permanecem como traço das classes dominantes do campo, como têm emergido ainda mais fortemente com as tensões decorrentes da expansão do agronegócio nas duas últimas décadas.

Nesse sentido, a dimensão do poder nas disputas dos temas atinentes à agricultura (no caso deste capítulo) se expressaria não só nas práticas, mas também na produção de verdades sobre a realidade (em todos os discursos, como a diminuição do poder do Estado), sendo essa verdade pertencente originalmente a um quadro de relações de força, de disputas. No caso do DEM, o discurso não seria apenas um veículo pelo qual são retratados os fatos, mas, principalmente, um objeto de disputa política, algo de que os grupos ligados à agricultura desejam se apropriar para colocar em operação determinada visão de mundo. Mais ainda, os discursos teriam um papel importante de legitimar, pela naturalização/normalização, determinadas práticas agrícolas. Como fica claro nessa fala de Roberto Caiado, em entrevista:

Que fique claro que não é o grande proprietário o mais afetado, e sim o pequeno produtor rural. É ele quem mais sofre ao encarar tudo o que o governo PT fez com ele. Tudo isso aliado às intempéries econômicas que elevaram o dólar a R\$ 4, comprometendo completamente a compra de insumos, além do aumento de juros no crédito ao setor. Digo e repito: o Brasil não pode reeditar a década de 1980, quando milhares de pequenos produtores rurais tiveram suas propriedades tomadas por bancos, iniciando um dos maiores movimentos migratórios para a cidade. O campo é feito de trabalho, não de ideologia. (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2020, p.26).

A defesa dos interesses da terra justifica o autoritarismo privilegiando os setores mais capitalizados da sociedade. O Estado entra como meio de cooptação, ou seja, de transformismo e de exercício da pequena política.

⁶ Entre outros PLs e PECs, que a FPA defende e/ou tem como proponentes alguns de seus membros estão: a criminalização do MST (colocando-o com grupo terrorista), a redução da maioria penal, a liberação da posse e porte de armas de grande calibre (com a alegação da autodefesa do “homem do campo”), piso salarial nacional para PMs e Bombeiros (a bancada ruralista e a da segurança (bala) não podem ser desassistidas), etc.

APONTAMENTOS FINAIS

A Bancada Ruralista é formada por parlamentares oriundos de partidos distintos, que se propõem-se a defender um assunto ou tema específico, que culminam na defesa dos seus interesses da classe, como proprietários de terra ou capitalistas da agricultura. Ou seja, um grupo de deputados federais e senadores que se mobilizam para defender no Congresso Nacional os interesses dos ruralistas, encaminhando Projetos de Lei, mobilizando suas bases eleitorais e outros deputados e senadores aliados para fazerem pressão sobre o Congresso e o Governo. Além da auto-identificação como ruralistas, em geral têm diferentes formações profissionais e ao longo de sua trajetória política exerceram cargos públicos eletivos ou não eletivos de esfera municipal, estadual e federal. Esses deputados federais podem ascender a outras posições fora do Congresso (como foi o caso de Ronaldo Caiado, hoje governador de Goiás pelo DEM), nos ministérios e manter suas articulações com a bancada da Câmara. Ou seja, transitam para outros cargos do Legislativo e do Executivo para continuar a defesa da expansão capitalista da agricultura. Essa foi uma das bancadas mais fortes do Democratas, levando o partido a ocupar por sete anos consecutivos a presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CAPADR) da Câmara dos Deputados. A capilaridade política é uma de suas principais características. Os representantes dessas bancadas têm um histórico ligado à terra que vem desde a República Velha com parentes na política e ascendência de famílias tradicionais que se entranham pelos estados onde haja representatividade do setor agro. O “curral eleitoral” atravessou gerações de famílias estendendo-se ao plenário do Congresso e às pautas das votações.

Dotada de alta clareza ideológica e poder de coesão, a Bancada Ruralista é uma das maiores forças do Congresso Nacional. De acordo com Coutinho (2006, p. 50), a Bancada atua como um partido nos moldes americanos estruturada em torno de “[...] agregados de interesses personalistas e corporativos [...]” que se fortalecem mediante a atuação de *lobbies* e de figuras mediáticas, com um grande declínio do conteúdo ideológico dos programas partidários. A violência, presente em defesa da terra, a fim de manter a estrutura fundiária, dá lugar ao autoritarismo em votações no Congresso, como no caso do PL do Veneno, em que a presidente da comissão optou por votação à portas fechadas. Expressam-se, nessa votação de 2018, a violência, o autoritarismo e o conservadorismo já identificados em outros trabalhos, como o de Bruno (1997). A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou que o número de assassinatos decorrentes de conflitos no campo em 2017 foi o maior dos últimos 12 anos no Brasil, com 49 mortes registradas, a maior parte na região Norte. Ainda de acordo com dados da CPT, o número de mortes decorrentes de conflitos no campo no ano passado foi o maior desde 2003, quando foram contabilizados 73 assassinatos. Os maiores números de mortes foram registrados em Rondônia (21) e no Pará (19). O perfil predominante das mortes foi de indivíduos envolvidos em movimentos de luta pela regularização fundiária.

O que se desenha neste processo é uma apropriação do Estado, uma tentativa de controle do território, e os consequentes conflitos travados entre ruralistas, contrários aos camponeses, quilombolas e indígenas numa disputa desigual pelo território, em que a balança do aparato estatal pesa a favor dos capitalistas e dos rentistas. A situação a qual os trabalhadores se veem obrigados a vender sua força de trabalho está ligada diretamente a falta de acesso à terra, fruto da crescente concentração, da grilagem e do descumprimento da legislação, o que caracteriza a questão fundiária.

Nosso regime fundiário, surgido/inventado século XIX para assegurar relações retrógradas de trabalho em substituição à escravidão que terminava, implantou-se como mediação irremovível de nosso capitalismo de extremos desencontrados. Um capitalismo que concilia processos econômicos de ponta, de alta ciência e sofisticada tecnologia, e elaboradas relações trabalhistas, com relações servis de trabalho, que vão até o limite da escravidão

por dívida. O latifúndio e as instituições políticas que dele nasceram e permaneceram criaram no Brasil um tipo de mentalidade que domina os valores e domina as condutas, sobretudo a conduta política.

A permanência desse discurso fortalece a bancada que, na defesa implacável da terra, sobrepõe quaisquer interesses de quem votou neles. Para Barcelos e Berriel (2009, p.20), o Poder Legislativo é coautor e protagonista do discurso ruralista. Este espaço institucional possibilita, de acordo com os autores, uma construção de uma legitimidade institucional da ideologia patronal, suas lógicas operacionais, práticas e interesses. Isto se realiza como discurso hegemônico, num binômio Estado-Bancada que pretende alcançar uma universalidade, uma visão do agrário sob a ótica do Estado, cuja visão é a dos dominantes.

Em 2019, a Bancada Ruralista diminuiu na Câmara e aumentou no Senado, quadro que mudou rapidamente, visto que novos membros começaram a fazer parte da bancada, sendo estes, em sua maioria do (ex)partido do presidente Jair Bolsonaro. No entanto, vale lembrar que membros oriundos da bancada, assumiram ministérios do atual governo, como: os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil, à época), Tereza Cristina (Agricultura), Marcelo Álvaro Antônio (Turismo) e Osmar Terra (Cidadania, à época), outros cinco deputados ocupam cargos em seus respectivos estados e podem retornar à Câmara até 2022.

Retomando, e finalizando, Victor Nunes Leal, ele afirmava que a manutenção do “coronelismo” também se dava devido à fragilidade e decadência do poder privado e ineficácia do poder público. Mesmo com o fortalecimento do poder público, o “coronelismo” continuava cada vez mais consolidado nas entranhas do poder. Além disso, de acordo com o autor, o industrialismo precário e um sistema agrário ultrapassado contribuem para a continuidade do coronelismo, fazendo o Estado “se ajoelhar” (2012) aos interesses dos grandes senhores de terra. Nunes Leal destaca que apenas com uma profunda alteração na estrutura agrária é que o “coronelismo” teria realmente um fim.

REFERÊNCIAS

- BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva; BERRIEL, Maycon Cardoso. Práticas Institucionais e Grupos de Interesse: A geografia da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no Parlamento Brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2009. p. 1-32.
- BIANCHI, Alvaro. “Donald Trump e fascista?”. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.
- BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 1995.
- BRUNO, Regina. Redes de sociabilidade, redes de poder: sobre os deputados federais da Bancada Ruralista no Congresso Nacional (Legislatura 2007-2011). In: BRUNO, Regina *et al.* **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.
- BRUNO, Regina; SEVÁ, Janaina Tude; CARNEIRO, Olavo Brandão. Agronegócio e representação de interesses. In: BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CAMARGO, Orson José Roberto de. **Elite política brasileira e a renegociação das dívidas do crédito rural: o caso da bancada ruralista**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2009.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**, Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

CIOCCARI, Deyse; PERSICHETTI, Simonetta. O Brasil Agrário. **Em Tese**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 07-32, jan/jun., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1806-5023.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O estudo das questões ruralistas na geografia brasileira. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, n. especial EGAL, p. 1-22, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Massacres no campo**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14110-conflitos-no-campo-brasil-2017-web>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FREEDEN, M. Ideology. **A very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HIRSCHMAN, A. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LYNCH, C. E. C. “Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista”. **Lua Nova**, n. 100, 2017.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SANTOS, Raimundo. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra**: a nova face política das elites agroindustriais. Rio de Janeiro: Forense Universitária UFRRJ, 1997.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, jun. 2014. ISSN 1982-0259.

SOLANO, Esther. “A bolsonarização do Brasil” In: ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de *et al.* (orgs.) **Democracia em crise?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

STEDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, J. P. (org.) **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. p. 15-31.

TORRES, J. C. O. **O elogio do conservadorismo e outros escritos**. Curitiba: Arcádia, 2016

VIGNA, Edécio. **A Bancada Ruralista**. Legislatura 1999/2002. Brasília: INESC, 2000.

O COMEÇO DE UMA DITADURA: O BRASIL A PARTIR DE 1964

Dayane Cristina Guarnieri¹

Resumo: O governo militar instalado em 1964 rompia a sua tradição de intervenção e devolução do poder aos civis. Dessa vez, eles resolvem ficar no poder, a justificativa gerada no meio militar era a acusação de que os políticos não estavam preparados para assumir o poder, por isso, o grupo no poder defendia a permanência como forma de salvar a sociedade da desordem e do comunismo. Mas o poder nas mãos dos militares era antidemocrático, pois além da força eles suspendem ordem jurídica e criam novas leis que surgiam de acordo com as necessidades imediatas de um contexto de instalação e manutenção de um governo recente. Para conseguir, concomitantemente, anular os obstáculos para a fixação do governo e criar uma legitimidade para a aceitação de grande parte da sociedade, o regime vigente a partir de 1964, enfatiza discursos baseados na luta pela defesa nacional e constrói um arcabouço de leis, para reafirmar sua legalidade e compromisso com a democracia.

Palavras-chave: Governo militar, legalidade, discurso.

Logo após o golpe de 1964, o discurso oficial dos que assumem o poder defendia a preservação do regime de 1946 como um sinal das suas intenções democráticas, mas, contraditoriamente, promovem a anulação da mesma ordem jurídica, ação que seria, supostamente, temporária, pois a atuação da Revolução era maior que a própria Constituição.

O discurso da preservação constitucional e democrática eram os objetivos justificadores da intervenção militar no governo constitucional em 1964. A abordagem a seguir intui compreender quais os argumentos que fundamentam a ideia de legalidade construída no início do governo militar,

A defesa da ordem legal e da Constituição pelos apoiadores do golpe de 1964 e pelo governo militar não possuía fundamentação na prática, mas eram elementos imprescindíveis nos discursos que reiteradamente justificavam a intervenção militar. Todavia, essa fala se transforma, e os supostos legalistas agora se tornam revolucionários. Os que se autointitulavam de revolucionários de 1964 não aceitavam a submissão as leis do passado, que outrora defenderam e que serviu de pretexto para o golpe de 1964.

Em um primeiro momento os apoiadores do golpe de Estado defendem a atuação militar enfatizando que ela se debruça sobre os subsídios legais da Constituição de 1946 como o descrito no art. 177: “destinam as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a ordem e a lei”. (AGUIAR, 2008)

O argumento legalista adotado pela oposição contra o governo de Goulart se baseava na defesa da preservação da Carta Magna, essa ideia serviu para fundamentar o discurso dos legalistas golpistas, que ressaltavam a obrigação dos militares era prevenir o ataque de provável golpe de Estado em curso que mutilaria a ordem constitucional.

¹ Mestre em história social pelo Universidade Estadual de Londrina e professora de história na SEEDPR. E-mail dayaneguarnie@hotmail.com.

Ironicamente a Constituição de 1946 nos artigos 66, 88 e 89 apresentava apenas três possibilidades legais que poderiam destituir um Presidente vivo: por renúncia, por impedimento votado pelo Congresso ou por afastamento do país sem aprovação legislativa, no entanto, nenhuma dessas situações ocorreram em 1964.

Mas essa concepção idealista de que havia muito apreço pelas ordem legal de 1946 foi comprovadamente utilizada apenas durante o governo de Goulart, pois em questão de dias essa defesa da Constituição se torna um discurso do passado, o que podemos comprovar com a antecipação da eleição presidencial e da publicação no dia 9 de abril de 1964 do Ato Institucional, além disso, no decorrer do governo militar, a Constituição de 1946, outrora tão cara nos idos de março foi abandonada de repente.

Martins Filho (1996, p.47- 49) ressalta que a eleição de um novo presidente era urgente na concepção dos líderes militares, porque visava unir as Forças Armadas. A partir desse instante se torna visível que não havia espaço para uma candidatura civil. O presidente Castelo Branco escolhe como vice-presidente José Maria Alckmin do PSD para estabelecer uma base parlamentar governista que permanece sólida até outubro de 1965.

A eleição presidencial constitucionalmente estabelecida para o dia 31 de abril foi antecipada porque as aspirações no meio militar em torno do cargo da Presidência da República geravam um clima de disputa e de divisão no comando militar que precisava ser superado (DINES, 1964, p. 339). Tanto o general Kruel quanto o general Costa e Silva queriam a Presidência.

Em 6 de abril de 1964 a Câmara dos Deputados havia aprovado a lei que regula o processo de eleição do novo Presidente e do Vice-Presidente da República, por meio, do Congresso. O escolhido foi o Marechal Alencar Humberto Castelo, chefe do EME (Estado Maior do Exército), conhecido pela sua reputação de intelectual e legalista. Ele foi eleito, no dia 9 de abril de 1964 com 361 votos e tomou posse dia 15 de abril, substituindo a Junta Militar.

Quando o Marechal Alencar Humberto Castelo Branco assume a presidência da república a agitação no meio militar diminui, o que demonstra o respeito à hierarquia, pois ele era chefe do EME (Estado Maior do Exército). O consenso diante de seu nome comprova a força do imaginário hierárquico na oficialidade. (CHIRIO, 2012, p.46)

Chirio (2012, p.48) afirma que o governo militar se instalou com o “aparente consenso midiático político e militar”. Contudo, logo após as cassações de 1964, quando os oponentes civis e militares são perseguidos, sem o direito do processo legal, surge no meio militar a indisciplina e as reivindicações políticas. A partir desse cenário, passa a vigorar uma luta binária nas Forças Armadas entre “os castelistas”, que estavam no poder, e os diversos “grupos revolucionários” mais ou menos integrados no aparelho de Estado sob a bandeira da linha-dura, designação que ainda não tinha sentido de grupo para os oficiais, mas representa uma linha política, “um estado de espírito”. São posteriormente os jornalistas e cientistas políticos que transformam o termo em grupo.

Os problemas no âmbito militar começam, especificamente, em maio e junho de 1964 com a insatisfação dos oficiais encarregados das investigações das atividades políticas do governo deposto, diante da lentidão das cassações. A principal tensão que o governo de Castelo Branco enfrenta é com os militares da jovem oficialidade que encontra o apoio dos herdeiros civis do golpe (Lacerda e Magalhães Pinto) e de setores heterogêneos das Forças Armadas que ficariam conhecidos como “linha-dura”. (MARTINS FILHO, 1996, p.54).

Ficava estabelecido um governo militar que não devolveria o poder para os civis, mas também fazia questão de manter um verniz moderado e legalista que até hoje se perpetua no meio social e historiográfico.

A concepção jurídica defendida pelo governo militar ignorou a Constituição quando retirou do poder um presidente constitucional, elegeu um presidente fora dos prazos e editou o AI, porém, ao mesmo tempo, defendeu a existência da “legalidade de seus atos”.

A saída foi alegar a intenção de realizar a manutenção do que era considerado legal perante a sociedade como as instituições que representavam a democracia e a debilidade da classe civil política para conduzir o país em um momento de exceção que visava agilidades, força e ordem. Além disso, ressaltam a égide de tempos de excepcionalidade que visava preparar o país para uma democracia.

Foi ressaltado tanto no primeiro discurso presidencial de 1964 quanto nos preâmbulos do primeiro e do segundo Ato Institucional que a permanência da norma jurídica tinha o objetivo de aparentar a proximidade com a normalidade democrática. Mais uma contradição estabelecida entre a construção de elementos para criar uma sensação de normalidade, enquanto, se defendem contra a nomenclatura de ditadura utilizando a definição de estado de exceção.

Segundo o filósofo Agamben (2003, p. 15) o estado de exceção é a suspensão da ordem jurídica. Mas outros elementos o caracterizam como a suspensão da constituição, a erosão do legislativo que se limita a ratificar os decretos com força de leis do executivo e a abolição provisória da distinção entre legislativo, executivo e judiciário.

A diversidade das tradições jurídicas está entre os que inserem o estado de exceção no ordenamento jurídico e os que o considera um fenômeno extrajurídico ou político. Sobre essa questão Agamben indaga como sendo o estado de exceção a suspensão (total ou parcial) do ordenamento jurídico pode ser compreendido na ordem legal. (AGAMBEN, 2003, p.38 -39)

Esse problema foi abordado nos Atos Institucionais editado pelos militares. Esses textos se embasam no discurso que justificava o fim da ordem jurídica para preservar as instituições democráticas. Nessa concepção oficial o golpe civil-militar não poderia ser ilegal, considerando, que a Constituição de 1946 foi incapaz de deter os chamados “inimigos da ordem”, contra os quais as Forças Armadas teriam a função constitucional de agir para salvar a ordem, as instituições e as leis.

No discurso apresentado acima, percebe-se a construção de argumentos que o golpe civil-militar foi deflagrado em nome de um objetivo urgente. Essa questão é chamada por Agamben de teoria da necessidade que também é a teoria do estado de exceção, pois a necessidade “subtrai um caso particular à aplicação literal da norma”, na necessidade a lei desaparece. No entanto, ele salienta que o fracasso da teoria da necessidade está em sua natureza que implica em um juízo subjetivo. (AGAMBEN, 2003, p.47)

A tentativa de resolver o estado de exceção no estado da necessidade choca-se, assim com tantas e mais graves aporias quanto ao fenômeno que deveria explicar. Não só a necessidade se reduz a uma decisão, como também aquilo sobre o que ela decide é, na verdade, algo indecível de fato e direito. (AGAMBEN, 2003, p.47)

Agamben (2003) conclui que o “estado de exceção” cria uma lacuna fictícia no ordenamento jurídico para “salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal”, mas estabelece que esse espaço que só pode ser preenchido, com o intuito de impor um lugar de suspensão da aplicação da norma, em simultaneidade com a lei.

A ideia de estado de exceção foi utilizada como o discurso da necessidade foi utilizado pelo governo militar de 1964 para legitimar um estado cuja essência é ilegítima, mas que em sua concepção poderia ser legítimo diante da necessidade.

Nas palavras do novo presidente a legalidade estava na coexistência dos três poderes que foram preservados em 1964. A premissa “defesa democrática e constitucional” foi compartilhada pelo grupo civil-militar brasileiro que apoiou e deflagrou o golpe. Um dos principais motivos para a deposição era a pretensão de Jango em alterar a Constituição, considerada um obstáculo para as suas reformas.

De acordo com a Silva (2009), a necessidade dos governos militares de enfatizarem que suas medidas estavam de acordo com a legislação nacional mesmo quando as “leis” eram produzidas pelo próprio grupo, fazia parte da estratégia de legitimidade, que revela a “cultura de legalidade” do país, que durante os governos militares (1964-1985) foi retratada pela ampla produção legal, juntamente com a preservação aparente das instituições símbolos da democracia.

O sociólogo Marcelo Ridente afirma que além usar a força o governo militar se preocupou com a sua legitimidade. Concorde-se com essa afirmação do autor, quando se compreende que os golpistas utilizaram o discurso democrático para tentar obter consenso e minimizar as oposições contra o novo regime. O conceito de democracia era muito amplo, mas o governo não prometia em si ser democrático, mas sim criar as condições para um governo futuro e democrático, portanto, eles teriam intenções democráticas, enquanto, atuavam dentro da sua legalidade.

Na percepção de Santos (1986, p.37) que “seria ingênuo pensar em constituições ou em quaisquer leis escritas como a única fonte de comportamento político para qualquer comunidade humana”. No entanto, ele frisa que as disposições constitucionais impõem restrições institucionais para a prática política.

Todavia, o governo militar era incontrolável, pois além da força ele havia suspenso a ordem jurídica, e criado novas leis, que surgiam de acordo com suas necessidades galgando uma aparente legitimidade que provém da “legalidade”.

De acordo com Márcia Pereira da Silva (2009, p. 20, 21) a necessidade dos governos militares de enfatizarem que suas medidas estavam de acordo com a legislação nacional, mesmo quando as “leis” eram produzidas pelo próprio grupo, fazia parte da estratégia de legitimidade, que revela a “cultura de legalidade” do país. A cultura de legalidade durante os governos militares (1964-1985) foi retratada pela ampla produção legal: “01 Constituição, 17 Ato Institucionais, 105 Atos Complementares e 42 Emendas Constitucionais, incluindo a emenda n. 01/69 que de tão extensa ficou conhecida como a “Constituição de 1969”:

No Brasil a cultura da legalidade é traduzida pela necessidade do grupo político no governo alegar sempre pautar-se num conjunto de normalizações que regem a sociedade. [...] não seria possível ao grupo civil militar que tomou o comando do Estado Brasileiro em 1964 fazê-lo, desconsiderando as leis que regem o país e ainda assim alcançar alguma legitimidade. (SILVA, 2009, p. 22)

O historiador Motta (2014) discorre sobre a contradição entre um governo militar e o seu respeito a certas instituições liberais. Essa natureza paradoxal possui influência da cultura política brasileira que tenta acomodar no poder grupos diferentes, com projetos dispares, ou contraditórios. “Na tradição brasileira é comum o recurso à acomodação, à busca de compromissos que evitem soluções radicais”.

Mesmo assim, era perceptível que a existência de um governo militar não poderia garantir o status de regime democrático. Portanto, o grupo no poder se define como um governo de “exceção”, de caráter transitório com objetivos democráticos. A suspensão da ordem jurídica torna inevitável a desconfiança da sociedade baseadas nas ações do novo governo, que apesar de manter as instituições democráticas não respeitava sua integridade e autonomia.

Com o propósito de preencher o “vazio jurídico” praticado pelo golpe civil-militar o governo cria uma “legislação de exceção” baseada em uma “nova legalidade” formada a partir da premissa de que o poder Constituinte, durante o período de transição, comandado pelo governo militar, pertenceria à “Revolução”, assim seus atos não poderiam ser caracterizados como ilegais.

A legalidade constitucional, mencionada nos últimos instantes do governo Goulart, agora se torna obsoleta esquecida, lembrada apenas para incentivar a sua reforma ou a aprovação de outra Constituição, contudo o que importa nesse contexto é perceber que a defesa inicial da uma “legalidade revolucionária” materializada no instrumento do Ato Institucional que nega e se distancia dos princípios da legalidade democrática.

O novo governo reforça a “cultura de legalidade”, e transmite a impressão de necessitar agir sob o respaldo da lei. A formalidade legal se explicita na necessidade da elaboração urgente do Ato Institucional, para anunciar as cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos e transferências de militares para a reserva nos dias 10,11 e 14 deste mês.

O Ato Institucional deixa claro em seu texto que a “Revolução Vitoriosa” no Brasil, fazia questão da permanência da Constituição de 1946, no entanto, o mesmo documento afirma que os “processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que se dispunha a bolchevizar o País”.(BRASIL, 1964)

A coexistência do regime de 1946 junto com um governo militar se reflete na formação de um governo paradoxal, pois embora prime por um discurso baseado na manutenção das instituições símbolo da democracia, ignora a lei quando está lhe impõe limite. Era visível a nulidade da Constituição com a inauguração jurídica do Ato institucional que desrespeita o seu artigo 217.

Portanto, o novo grupo que está à frente do estado apesar do discurso de defesa da legalidade rompe a ordem legal.

Veja na íntegra o artigo 217 da Carta de 1946:

Art. 217 – A constituição poderá ser emendada.

§ 1º - Considerar-se à proposta a emenda, se for apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados no decurso de dois anos, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

§ 2º - Dar-se-á por aceita a emenda que for aprovada duas discussões pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em duas sessões legislativas ordinárias e consecutivas.

§ 3º - Se a emenda obtiver numa das Câmaras, em duas discussões, o voto de dois terços dos seus membros, será logo submetida à outra; e, sendo nesta aprovada pelo mesmo trâmite e por igual maioria, dar-se-á por aceita.

§ 4º - A emenda será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Publicada com a assinatura dos membros das duas Mesas, será anexada, com o respectivo número de ordem, ao texto da Constituição.

§ 5º - Não se reformará a Constituição na vigência do estado de sítio.

§ 6º - Não serão admitidos como objetivos de deliberação projetos tendentes a abolir a Federação ou a República. (BRASIL, 1946)

Cabe lembrar, os opositores do governo de Goulart alegaram que a Carta de 1946 era intocável, por isso o acusaram de intenções inconstitucionais, ao fazer isso incidem em um erro, porque a própria Constituição vigente garantia elementos para sua modificação (as emendas constitucionais), que foram amplamente utilizadas durante o governo militar.

Desde o início de 1964, foram assinados decretos de importância nacional pelo presidente interino Deputados, Ranieri Mazzilli, que coexistia com o Comando Supremo da Revolução composto pelo General Costa e Silva, o Almirante Augusto Rademaker, e o Brigadeiro Correia de Mello, os legisladores do Ato Institucional.

A primeira medida foi contra os trabalhadores Decreto n.º 53.881, de 10 de abril, que extingue o Conselho Coordenador da Previdência Social; o Decreto n.º 53.882, não permitia que os assessores do Ministro do trabalho conhecessem as informações de outros ministérios para planejar as atividades dos trabalhadores; o Decreto n.º 53.883 revoga os decretos de desapropriação de terras improdutivas, o Decreto n.º 53.886 extinguiu o Programa Nacional de Alfabetização e o Decreto n.º 53.887 aboliu a edição de livros didáticos pela União. (PEREIRA, 1967)

O Ato Institucional era considerado o elemento que pretensamente retiraria o governo militar da ilegalidade. Mas, além disso, sobre o AI recaía a responsabilidade de instituir as bases do novo governo militar junto com o Comando Revolucionário para garantir a continuidade do Congresso e acelerar as reformas que visavam desenvolver as bases para o crescimento do capitalismo no país.

O Ato Institucional passou a representar para o grupo no poder, o símbolo de uma “legalidade” peculiar que pretendia demonstrar que o objetivo da “Revolução” visava a democracia que não pode ser obtida sem o prévio restabelecimento da legalidade. Ao seja, o AI foi fundamental segundo para legitimar as ações do governo militar que não encontravam respaldo legal no regime de 1946.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso baseado na preservação da ordem jurídica e na restauração das instituições democráticas serviu para justificar tanto o ato da intervenção militar, quanto o da permanência do governo militar. Esses argumentos visavam apresentar uma imagem de “quase normalidade” por meio do funcionamento das instituições democráticas. Essa premissa fará parte das defesas em torno da suposta “legalidade” que o governo militar cria para se legitimar

O discurso de preservação constitucional utilizado pela oposição, durante o governo de João Goulart foi enfatizado, principalmente, quando ele ressaltou o seu desejo em alterar a Constituição vigente para realizar as reformas de base.

Contudo, posteriormente, a ordem jurídica de 1946 é sobrepujada pela defesa do Ato Institucional como elemento de força e ação para um governo que aceita a alcunha de ser denominada de exceção e revolucionário, mas não abre mão de seguir a uma legalidade da necessidade.

Mesmo com a tentativa de impor características legais, era perceptível que a existência de um governo militar não poderia garantir o status de regime democrático. Assim o grupo no poder se define como um governo de “exceção”, mas sobretudo, de caráter transitório com objetivos democráticos. Diante da suspensão da ordem jurídica se torna inevitável a desconfiança da sociedade baseadas nas ações do novo governo que apesar de manter as instituições democráticas não respeitava sua integridade e autonomia. Essa comunicação reflete sobre as contradições do governo militar ao tentar construir sua legalidade para se tornar um governo legítimo.

Tendo em vista, que as ações do novo governo não encontravam respaldo na Constituição de 1946, ele elabora uma legislação peculiar para legitimar suas próprias ações, dessa maneira, poderia modificar prazos e desrespeitar os direitos e as instituições constitucionais.

REFERÊNCIAS

Livros

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Bointempo, 2003.

AGUIAR, Roberto. A. R. de. *Os Militares e a Constituinte*. Poder Civil e poder Militar na Constituição. São Paulo: Alfa - Omega, 1986.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

Capítulo de livros

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá A modernização autoritária- conservadora nas universidades e a influência da cultura política

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo Branco à Tancredo (1964-1985)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo: Vértice, 1986, p.37.

PEREIRA, Osny Duarte. *A Constituição do Brasil 1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Artigo publicado em anais eletrônicos

MORAES, João Quartim. O poder Constituinte e a força. *Estudos Avançados*. Rio de Janeiro, v.3, n.7, 1989.

SILVA, Márcia Pereira. História e culturas políticas: as concepções jurídicas evocadas pelos governos militares enquanto instrumento de obtenção de legitimidade. *História*, São Paulo, n. 28, 2009.

Documento jurídico

BRASIL. *Ato Institucional*, 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em 15 janeiro 2012.

BRASIL, Constituição de (1946) *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 2013.

BRASIL. *Ato Institucional*, 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em 15 janeiro 2012.

BRASIL, Constituição de (1946) *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 2013.

CASTELO BRANCO, Humberto Alencar. *Discurso de posse do Presidente Castelo Branco no dia 11 de abril de 1964*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discurso-de-posse/discurso-de-posse/view>. Acesso em: 2 jan. 2013.

MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: AS MULHERES GAÚCHAS NA LUTA CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR

Sinara Veiga Faustino¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar nossa pesquisa que ainda está em desenvolvimento, nosso principal objetivo é analisar como a ditadura civil-militar (1964-1985) atravessou a vida de mulheres que não estavam diretamente ligadas à uma resistência organizada. Aqui falamos de mães e filhas de perseguidos políticos, que tiveram que lidar com a prisão de seu companheiro ou pai, ou até mesmo tiveram que partir rumo ao exílio com ele. Procuramos entender como essas mulheres, que muitas vezes nem almejavam um contato com a política, acabaram tendo de sair de seus lares para lutar pela liberação de seus esposos, e, no caso das filhas, como aquele período tão traumático ainda marca suas trajetórias.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; História Oral; Gênero.

Nossa pesquisa iniciou-se no segundo semestre de 2018, em meio a um clima tenso por conta das eleições para a presidência. Nesse momento, ao participar, como ouvinte, de entrevistas com militantes presos durante a ditadura em Rio Grande-RS, percebemos como a não havia citação em relação a situação das famílias, e quando citada, era sem muitos detalhes. A partir daí, procuramos nos aprofundar na trajetória de filhas e esposas de militantes, que até então não tinham espaço dentro da historiografia. Pretendemos analisar o contexto da repressão a partir da vivência das mulheres não militantes, mulheres que antes assumiam o papel de mães e donas de casa, mas que precisaram também resistir, elas saíram de um cotidiano tradicional e inseriram-se em um contexto desafiador na busca por justiça.

Ao tratarmos da História Oral, é importante justificarmos o porquê desta escolha. Trata-se de uma escolha vinda não só pela escassez de fontes documentais que falem dessas mulheres, mas porque também, muitas vezes, é por meio da História Oral que é oferecido a elas um espaço de escuta. Para Rovai (2013, p. 110), “A memória testemunhal ganha cada vez mais importância, não como lamento e vitimização de quem se propõe a contar a própria história, mas como possibilidade de digerir uma experiência dolorosa que marcou toda a sociedade entre 1964 e 1984.” Trata-se não só de procurar trazer para a História novas perspectivas, mas também de auxiliar que nossas entrevistadas se vejam também como sujeitos históricos, para que valorizem sua trajetória e consigam lidar melhor com suas memórias.

MULHERES NA RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR

Nossa pesquisa inicia-se, como já dito anteriormente, a partir do questionamento do papel das mulheres não militantes dentro do contexto da ditadura civil-militar. A partir de alguns estemunhos percebemos como ainda são

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas.

escassos estudos voltados para essas mulheres. Em cada entrevista, cada contato nos trouxe trajetórias de mulheres extremamente diferentes, mas cada uma delas, de alguma forma, teve sua vida atravessada pela repressão. Ao trazermos essas memórias para pesquisa esperamos não só contribuir academicamente com as pesquisas voltadas para a essa temática, mas colaborar na luta dessas mulheres pelo reconhecimento de suas memórias, seus traumas e auxiliar nessa busca constante por um espaço igualitário dentro da chamada Grande História.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2006, p. 212)

De acordo com Rovai (2013) até a década de 1980, poucos estudos trataram da condição feminina no contexto da ditadura, tal fato seria resultado do silenciamento promovido pelo regime autoritário e também pela visão histórica predominante que não enxergava as mulheres quando estas atuavam politicamente. Foi com Albertina Oliveira Costa e sua obra *Memórias de Mulheres do Exílio*, publicada em 1980, ainda durante o regime de exceção que experiências de militantes presas, torturadas e exiladas receberam espaço dentro dos estudos voltados para a temática (ROVAI, 2013).

Desse modo, ao buscar referencial teórico priorizamos estudos que discutissem o período ditatorial a partir de memórias e vivências de mulheres. Mesmo com um número maior de pesquisas voltadas para esse recorte ainda é necessário salientar que:

A história da repressão durante a ditadura militar e assim como a oposição a ela é uma história masculina, assim como toda a história política, basta que olhemos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero estão aí excluídas, apesar de sabermos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país (COLLING, 2018, p. 6).

A busca por entrevistas mostrou-se ser um trabalho árduo, principalmente se levarmos em conta o contexto político atual tomado por discursos revisionistas e negacionistas. Assim, mulheres que já não possuíam um espaço de escuta para compartilhar suas memórias, se viram ainda invadidas pelo medo. Mais do nunca, se mostra necessário escrevermos sobre essas vivências, mais de 50 anos se passaram desde o golpe e, ainda sim, percebemos uma necessidade de estudos voltados para as mulheres.

Aqui procuramos analisar essas trajetórias, é importante ressaltarmos a diferença entre biografia e trajetória de vida, inicialmente o termo trajetória de vida pode ter sido utilizado como uma alternativa à biografia, tanto pelo seu baixo prestígio na historiografia, ou pelo fato de que, normalmente, a biografia segue o indivíduo de seu nascimento até sua morte. A trajetória de vida, como cita Karsburg (2005), não tem por obrigatoriedade examinar toda a vida do sujeito, ela recorta um período determinado e então o analisa, assim nos pareceu ser a melhor opção que nosso objetivo é tratar de um recorte específico da vida de nossas entrevistadas.

Quando falamos em trajetórias de mulheres na resistência à ditadura civil militar primeiramente surgem os textos focados na mulher militante. Para lutar contra a repressão diversas mulheres ingressaram em movimentos e organizações políticas clandestinas, dentre essas as guerrilhas armadas. Obviamente, elas eram julgadas por ousarem sair do espaço privado e lutarem no público, ao lado de homens.

De imediato constato que a mulher, militante política é encarada como um ser “desviante”, não uma mulher verdadeira. Esta estava no espaço a ela destinado, no santuário do lar, cuidando do marido e dos filhos. A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a mulher militante como PUTA COMUNISTA. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico (COLLING, 2018, p. 8)

E mesmo dentro de organizações de esquerda as mulheres eram invisibilizadas como sujeito político, para a esquerda tradicional as diversidades são vistas como divisionistas, ou se é burguês ou se é proletário (COLLING, 2018). A Revolução Sexual e o feminismo estavam sendo discutidos nesse período, de acordo com Wolff (2009), mesmo com a repressão da ditadura e com a filosofia da esquerda da época que colocava a luta de classe acima de qualquer outra luta, a revolução das mulheres já estava sendo feita por meio da incorporação delas dentro dos movimentos e das organizações que lutavam contra a ditadura.

Segundo Marcelo Ridenti (1990) as guerrilhas contavam com uma participação significativa de mulheres, chegando a 18% do quadro geral. Ao tratarmos de um recorte maior, as ditaduras no Cone Sul – com exceção do Paraguai – iniciaram no início dos anos sessenta e setenta, junto com uma maior divulgação do Movimento de Libertação das Mulheres e do Feminismo Radical nos Estados Unidos (PEDRO, 2010). Importante destacar o apoio dos Estados Unidos aos golpes que ocorreram no Cone Sul, com a justificativa de uma luta contra o anticomunismo após o sucesso da Revolução Cubana em 1959 (PEDRO, 2010).

A autora Joana Maria Pedro (2010) aponta que essas ditaduras, além de serem antidemocráticas e de aumentarem as diferenças entre as classes, foram também antifeministas. No Chile, cita a autora, as mulheres foram proibidas de usar calça comprida e, entre as diversas acusações feitas contra as militantes de esquerda, estava a de que elas não possuíam “moral”, por carregarem pílulas anticoncepcionais em sua bolsa (PEDRO, 2010).

Mas mulheres participaram não só como militantes seguindo uma ideologia política. É importante destacar as mulheres que lutaram nesse período, mas que possuíam outro tipo de motivação, aqui falamos de uma militância emocional, como aponta Rovai (2013). Aqui, falamos de mães, irmãs e que se uniram na luta contra a ditadura a fim de libertar familiares presos. Marta Rovai (2013) deixa claro que essa militância emocional não era menos válida que a militância ideológica. Como eram mulheres que estavam ligadas diretamente à nenhuma organização ou partido, não estavam habituadas à militância, assim moldaram suas lutas.

Beatriz Sarlo (2005) afirma que durante a repressão as mulheres não partiram para ação só por meio de discursos e práticas políticas, mas guiaram-se também por uma reinvenção de papéis:

Semelhante a quem se vinga do que foi rotulado como o “puramente feminino”, as mulheres reorganizaram temas ideológicos em novas formas de prática e de discurso que, muito obviamente, não obedecia a nenhum pressuposto, mas nasceu da necessidade de trabalhar com o que a cultura havia estabelecido como campo de mulheres e legitimou como preocupações femininas. As mulheres adotaram o que pode ser entendido como uma estratégia *bricolage*, produzindo novos assuntos públicos a partir de antigos papéis e funções tradicionais. Se a sociedade definiu o privado como a quintessência da esfera feminina, as mulheres transformaram os assuntos privados em debates políticos e em intervenções (SARLO, 2005, p. 188-189).

Rovai aponta que sentimentos antes considerados tipicamente femininos, como amor e caridade “tornaram-se a base de seu comprometimento público. Ganharam novos significados no âmbito da política para defender a justiça, a proteção aos presos e modelarem o enfrentamento ao regime” (ROVAI, 2013, p. 123). Ao criarem novos papéis a partir do que lhes era atribuído as passaram a participar da luta por justiça seguindo suas próprias motivações e sentimentos, tais sentimentos foram trazidos para as ruas, para as praças e mobilizações, acompanhando a luta de mães e esposas (ROVAI, 2013).

É importante citarmos também a autora Ana Rita Fonteles Duarte (2009), que em sua dissertação *Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)* trata das memórias das mulheres que participaram do movimento, e como ele contava com mulheres que não eram ligadas a militância organizada, eram mães, esposas, que muitas vezes se utilizavam dos Jogos de Gênero²:

Os jogos de gênero definem-se como instrumento, à semelhança do jogo de xadrez, onde os atores políticos tentam intervir no espaço público. Situam-se sobre a noção de intervalo em encenação entre o que é verdadeiro e o que é percebido pelo adversário. Apoiam-se na ideia de que os sentidos ou as dinâmicas iniciadas por crises podem induzir a redefinição das relações entre homens e mulheres, em quadro limitado, conduzindo ao ajustamento do masculino e feminino ou, às vezes, simples oscilação. Analisando movimentos capitaneados por mulheres, em diferentes contextos de crise e autoritarismo, na Europa e na América Latina, Capdevila percebeu que, muitas vezes, no movimento entre a defesa do lar e a defesa coletiva, ocorre mutação política maior, identificada como metamorfose de uma ação reivindicatória arcaica em movimento de protesto moderno, o que, no âmbito individual, também desencadeia transformações identitárias. (DUARTE, 2009, p. 15)

A partir desse pequeno levantamento teórico, já é possível perceber como as mulheres participaram da resistência à ditadura civil-militar de várias formas e com diferentes motivações, é importante que tais vivências e discursos também sejam discutidos. Além disso, em um momento onde uma onda de discursos negacionistas tomam força, a História Oral da ditadura civil-militar é uma ferramenta importante na luta contra o silenciamento.

DITADURA CIVIL-MILITAR NO RIO GRANDE DO SUL

Quando falamos em resistência das mulheres gaúchas podemos citar algumas pesquisas já realizadas na área³. O Rio Grande do Sul contava com cidades privilegiadas geograficamente, sendo muito utilizadas nas rotas de exílio. A região fronteira do Estado sofreu intervenção por parte do Conselho de Segurança Nacional (CSN) em 1968. Desse modo, a partir da Lei Nº5.449, 21 municípios⁴ foram declarados como sendo Área de Interesse da Segurança Nacional, sendo governadas por interventores nomeados pelo governador.

De acordo com Padrós (2010), durante o período de Segurança Nacional do Cone Sul, o Rio Grande do Sul foi um lócus privilegiado, pois além da preocupação com a proteção do território, os militares precisaram monitorar

² CAPDEVILA, Luc. *Résistance civile et jeux de genre*. Annales de Bretagne et des Pays de L'ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, n. 2, 2001.

³ GOMES, Luisiane da Silveira. A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977 – 1985). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2018.

⁴ Alecrim; Bagé; Crissiumal; Dom Pedrito; Herval; Horizontina; Itaqui; Jaguarão; Porto Lucena; Porto Xavier; Quaraí; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Santana do Livramento; São Borja; São Nicolau; Tenente Portela; Três Passos; Tucunduva; Tuparandi e Uruguaiana. Cf. BRASIL. Lei nº5.449, de 4 de junho de 1968. Brasília, DF, 1968. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html> >.



uma população interna caracterizada pelo trabalhismo, um inimigo para o regime. Para Caroline Silveira Bauer (2009), o Rio Grande do Sul era encarado como um espaço de combate ideológico no Cone Sul dentro do contexto internacional. De acordo com a autora, a ditadura civil-militar no estado se fez num paradoxo, pois ao mesmo tempo em que era procurada pela resistência, principalmente como rota de exílio, possuía importância para os governos ditatoriais, como meios de perseguição aos militantes.

Nossa pesquisa iniciou-se na cidade de Rio Grande, com o regime militar, a cidade passou a ser considerada área de Segurança Nacional, assim, diversas instituições, entre elas: a prefeitura, Alfândega, a Rede Ferroviária, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC) receberam interventores nomeados pelo governo militar. O número de presos na cidade só perdia para a capital. A classificação de Rio Grande como área de Segurança Nacional não se limitava somente a sua localização estratégica, justificava-se também, por ser uma cidade basicamente operária e um possível reduto “contrarrevolucionário” (FRIDERICH, 2013, p. 42). Os trabalhadores do porto, que já enfrentavam estigmas sociais na cidade, sentiram essa situação agravar com o Golpe de 1964. Esse estigma se estendia também aos bairros localizados aos arredores do porto, e, obviamente, atingia suas famílias. Com a ditadura civil-militar, os trabalhadores portuários que não acabavam presos, precisavam enfrentar a visão da sociedade sobre eles como “subversivos”.

Por conta do grande número de prisões ocorridas na cidade – perdendo apenas para a capital, Porto Alegre -, nos pareceu um caminho natural buscar entrevistas nesta cidade. Ao buscarmos inicialmente os militantes que foram presos durante a repressão, para assim, entrar em contato com suas companheiras já recebemos diversas negativas. Nesse ponto se apresentam as dificuldades da pesquisa.

Por conta do medo de falar, dos traumas gerados pelo período e por não estarem habituadas a compartilhar suas memórias, quase todas as mulheres que procuramos se negaram a falar. Obviamente respeitamos seu direito de manter silêncio, assim, já no início da pesquisa percebemos que era necessário passar os limites de Rio Grande. Mesmo trabalhando com Pelotas ao mesmo tempo, não foi possível obter um número maior de entrevistas, por fim, alternativa foi abrir para um recorte geográfico maior, então optamos por trabalhar com mulheres de todo o estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, entramos em contato mais mulheres, com histórias diversas, nos trazendo novas perspectivas que enriqueceram mais ainda nossa discussão.

GÊNERO E OS DESAFIOS DA HISTÓRIA ORAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR

É importante levarmos em consideração o contexto atual durante a escrita deste estudo, como aponta Thompson (1992), o presente pode interferir na escolha das memórias do entrevistado, suas recordações são filtradas e o presente possui um papel essencial nessa ação. Quando se fala de um passado de autoritarismo e violência é ainda mais delicado tratar de tais memórias, mesmo anos mais tarde, pois muitas dessas memórias, além de estarem trazendo consigo uma ideologia, o que por si só, já exige uma análise criteriosa, traz também traumas.

Como aponta Dora Schwarzstein:

La memoria de experiencias traumáticas plantea desafíos particulares. Este tipo de experiencias puede producir trastornos psíquicos y físicos perdurables. El proceso de recordar y olvidar puede tornarse más complejo y las historias contener mayor cantidad de elementos imaginarios, fragmentados o desarticulados. (SCHWARZSTEIN, 2011, p. 80)

O Brasil ainda não certou as contas com o passado e, apesar da Comissão Nacional da Verdade ter contribuído para um espaço de escuta, onde diversas vítimas da ditadura puderam ter, pela primeira vez um espaço de escuta, ainda há um longo caminho pela frente, já que os culpados nunca foram punidos.

Pensando nessa questão, seguimos a fala de Salvatici, que chama a atenção para a importância de uma História Oral voltada para o gênero:

As pesquisas realizadas a partir da perspectiva de gênero ressaltaram a necessidade de um discurso público capaz de admitir e acolher as narrativas de diferentes sujeitos sociais, a necessidade de um arcabouço público no qual as memórias de todos possam ser reconhecidas e, ao mesmo tempo, elas próprias possam se reconhecer. A História oral de mulheres tem destacado a urgência do “processo de democratização da memória”, que é a condição básica para as democracias contemporâneas” (SALVATICI, 2005, p. 36).

Ao escolher a História Oral como metodologia já sabíamos que encontraríamos algumas dificuldades. Primeiramente, trabalhamos com mulheres que não estão habituadas a falar ou serem ouvidas. Desse modo, muitas vezes acabam não só por guardar suas memórias para si como também desvalorizam seu papel durante o período – aqui falamos especificamente das companheiras de militantes presos e perseguidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da História Oral, buscamos entrevistar mulheres que passaram pelo período (1964-1985) no estado do Rio Grande do Sul. Ao levantar estudos sobre o tema percebemos que existe uma lacuna na historiografia quando falamos dessas mulheres.

Até então conseguimos obter cinco entrevistas, duas de companheiras de militantes e três de filhas. Entendemos que ao analisar esses relatos será necessário um olhar diferente, um para as mães e outro para as filhas, pois o período se apresenta de maneiras distintas para cada perfil. Ao examinarmos os depoimentos foi possível identificar as mulheres precisaram lidar não só com a perseguição aos seus familiares e com o medo, mas também com a estigmatização criada pela sociedade por serem companheiras ou filhas de um preso político. Essa estigmatização representava uma série de desconfortos, como as entrevistas vão comprovar, nossas entrevistadas eram vistas como “a mulher do comunista”, ou a “filha do comunista” sendo julgadas por parte da sociedade que apoiava a ditadura civil-militar. Ainda é necessário uma análise mais detalhada em cima das entrevistas já obtidas, e, buscamos também colher mais testemunhos.

Por fim, compreendemos que nossa tarefa abre caminho para a valorização da memória e, através dela, a reconstrução de trajetórias identificadas com defesa de valores humanísticos, possibilitando um espaço de escuta para mulheres que muitas vezes foram ignoradas e silenciadas. São testemunhos que nos apresentam uma nova perspectiva, nos mostra como a repressão atingiu diversas pessoas de diferentes formas, e como a resistência se manifestou a partir de diversas maneiras. Esperamos deixar clara a relevância de tal recorte, mesmo contando com os desafios de se trabalhar com história oral e memórias traumáticas acreditamos que tais memórias são importantes para a construção de uma História mais democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUER, Silveira Caroline. As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e O Conceito de Fronteiras Ideológicas. *In.*: GUAZZELI, Cesar; FLORES, Mariana; ÁVILA, Arthur (Org.). **Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa**. Porto Alegre: Letra e Vida/ Suliani, 2009. v. I.
- COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**, Pelotas, 2004, v. 10, p. 169-178. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605/7457>. Acesso em: 05 dez. 2018.
- COLLING, Ana Maria. **A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.
- COLLING, Ana Maria. Gênero e História: Um diálogo possível? **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 19, n. 71/72, p.29-43, 2004.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- FRIDERICH, Lidiane Elisabete. **Saindo dos trilhos: Os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970)**. 2013. 188f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo XXI de España Editores, S.A., 2002.
- LABORIE, Pierre. Memória e opinião. *In.*: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro, FGV, 2009.
- KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. *In.*: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- PADRÓS, Enrique Serra. Conexão repressiva internacional: Rio Grande do Sul e Brasil na rota do Condor. *In.*: PADRÓS, Henrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Corag, 2010.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). *In.*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. (orgs.). **Gêneros, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 115-137.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2006.
- RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, USP, São Paulo, v. 2, n. 2, 2.sem., p. 113-128, 1990.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 1984). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 108 - 132, jul./dez. 2013.
- SALVATICI, Silvia. Memória e gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. **Revista de História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005.
- SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. **Revista História Oral**, v. 4, p. 73-83, 2001. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=36>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- THOMPSON, Edward Palmer; EICHEMBERG, Rosaura. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, p. 124-130, 2009.

“O DEPÓSITO DAS MULHERES QUE INCOMODAM”: AS DINÂMICAS DO CÁRCERE POLÍTICO NA PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER (PORTO ALEGRE, 1970)

Maria Eduarda Magro¹

Resumo: Muitos foram os mecanismos empregados pelos órgãos de segurança da ditadura civil-militar para atingir aqueles e aquelas que enfrentavam diretamente o regime. A detenção política desempenhou papel central nesse propósito. A partir do estudo de caso da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, situada na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, mira-se uma das faces da detenção política, a partir da redefinição das práticas de violência em uma instituição prisional. Sob o amparo de testemunhos orais concedidos no âmbito dessa pesquisa, assim como relatos de prisão elaborados anteriormente, são abordadas as experiências de aprisionamento de três mulheres de esquerda que lá foram aprisionadas sob a insígnia de presas políticas em 1970, ano que marca a primeira fase de encarceramento na instituição.

Palavras-chave: Prisão política, mulheres militantes de esquerda, ditadura civil-militar brasileira.

“Uma mulher incomoda/ é interdita/ levada para o depósito/ das mulheres que incomodam”. Assim escreve Angélica Freitas em seu poema “Uma canção popular (séc. XIX-XX)”. E aqui também falo eu de mulheres que incomodaram e, interditas, foram levadas para o depósito das mulheres que incomodam. Essas mulheres, esse incômodo, essa interdição e esse depósito ganham expressões bem delimitadas: são militantes de esquerda que enfrentaram ditadura civil-militar iniciada no Brasil em 1964 e foram encarceradas em uma instituição prisional. Trocando em miúdos, aqui me refiro a Ignez Maria Serpa, Helena Lucia Rodolphi e Vera Durão, mulheres que se opuseram à ditadura, possuindo diferentes vínculos com a organização clandestina de esquerda Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), e foram detidas na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no ano de 1970, aprisionadas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP). As notas que aqui seguem se concentram neste ano, de 1970, e são o recorte de uma pesquisa mais ampla, dedicada à investigação do encarceramento de presas políticas na PFMP entre os anos de 1969 a 1979. As fontes que amparam o estudo são os relatos de prisão anexados aos processos de indenização movidos no âmbito da Lei Estadual n. 11.042/1997, disponíveis para consulta pública no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES), assim como relatos orais concedidos sob o escopo da pesquisa.

Antes de avançar para os meandros da discussão, os apontamentos iniciais aqui tecidos indicam categorias que perpassam a análise e que devem ser consideradas de antemão: (i) as mulheres militantes de esquerda, (ii) a prisão política e (iii) o cárcere em uma instituição prisional. Ao longo das páginas que seguem, estes eixos estão em constante interação, e não devem ser compreendidos como fatores isolados. No entanto, proponho aqui, à título de ilustração, essa breve explanação individual a fim de inscrever algumas observações necessárias, sem a proposta de me aprofundar nos muitos fatores que compõem cada uma dessas categorias.

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculada à linha de pesquisa Relações de poder político-institucionais. Bolsista CNPq. Contato: dudamagro@hotmail.com

Em primeiro lugar, *as mulheres que incomodam* são aqui mulheres que tiveram um engajamento direto de enfrentamento à ditadura civil-militar brasileira, compondo diferentes frentes de luta de uma mesma organização clandestina de esquerda. Quando falamos dessas organizações, há de se atentar para a pluralidade de atuações a serem desempenhadas pela militância, assim como para a variedade dos projetos que orientavam a estruturação dos grupos. A contrariedade ao regime ditatorial nas fileiras de grupos organizados não se manifestou exclusivamente pela via armada, como frequentemente se concebe no imaginário coletivo, mas a partir de um amplo leque de envolvimento e participações, que eram ditados a partir da orientação político-ideológica de cada grupo.

Tampouco o engajamento de oposição esteve associado unicamente a essas organizações. Conforme apontado por Gianardoli-Nascimento et al., os modos de *oposição* foram múltiplos, incluindo, por exemplo, gestos de apoio a militantes (como abrigo, fornecimento de recursos e demais auxílios) e inserções mais diretas (como a participação em atos públicos, a contribuição em manifestos, a realização de denúncias), atitudes que acarretavam em uma constante e imprevisível possibilidade de risco pessoal (GIANORDOLI-NASCIMENTO et al, 2012, p. 277). A *militância*, por outro lado, se associa a riscos coletivos, por inserir-se num nível de ação política coletiva e organizada, em que a prisão de um/a integrante poderia ameaçar a estabilidade do grupo inteiro, sendo necessário adotar mecanismos de sobrevivência e procedimentos alternativos de interação social (GIANARDOLI-NASCIMENTO et al, 2012, p. 299).

As formas de atuações das mulheres de esquerda na ditadura civil-militar foram constituídas pelos constructos sociais que informavam os papéis que lhes eram contingencialmente atribuídos, inserindo-as dentro de uma hierarquia de gênero (SCOTT, 1995). Em termos de ação política, isso se traduz na concepção de que as mulheres eram meras participantes acessórias do enfrentamento ao regime ditatorial, ao passo em que os homens eram os verdadeiros militantes, criando-se aí um dualismo entre *participação feminina* e *militância masculina*, tal como apontou Mirian Goldenberg (1997). Embora a importância de seus engajamentos fosse socialmente diminuída, a participação política ainda se traçava enquanto desvio, e assim eram tomadas como *duplamente transgressoras* uma vez que, para além da insurgência em nível político, também subvertiam enquanto gênero (FERREIRA, 1996, p. 152). Essa duplicidade foi sentida também quando reprimidas: visadas duplamente, enquanto militantes e enquanto mulheres, eram atacadas e desqualificadas em ambas esferas (JOFFILY, 2005, p. 124). A *violência de gênero*, portanto, deu o tom ao tratamento dispensado às mulheres quando detidas, acompanhando-as por todo o itinerário nas malhas da repressão.

Uma vez detidas, passavam a ser presas políticas. Chega-se então à segunda categoria fundamental para a presente investigação. A *detenção* é aqui entendida em conformidade com a definição da Comissão Nacional da Verdade, sendo “qualquer forma de privação da liberdade dos indivíduos, mesmo que por um breve período de tempo”, sem englobar, necessariamente, as “etapas distintas de restrição da liberdade (detenção, prisão e reclusão)” (BRASIL, 2014, p. 280). A noção de prisão política, no recorte temporal aqui abordado, se teceu a partir do enquadramento na Lei de Segurança Nacional (LSN), dispositivo legal responsável por assentar as medidas coercitivas do Estado frente às ameaças contra a segurança nacional e a ordem política e social, incorporando os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e, assim, passando a criminalizar a oposição política. Entre as cinco versões promulgadas na ditadura civil-militar, a primeira data de 1967, chegando à edição mais recrudescida no ano de 1969, com o Decreto-Lei 898/69. Mais rígida do que as LSN anteriores, essa versão deu a sustentação legal para as arbitrariedades do governo em perseguir os opositores políticos, estabelecendo a aplicação prática de toda a base doutrinária que norteava o regime e, com isso, se constituindo enquanto o principal instrumento formal de repressão política (ALVES, 1984, pp. 158,159).

Além de ampliar o leque dos crimes tipificados, a chamada “nova Lei de Segurança Nacional” instituiu como penas a prisão perpétua e a morte para quinze das infrações previstas. Outra alteração a se destacar é que

os delitos de assalto, roubo ou depredação de estabelecimentos bancários, quaisquer que fossem suas motivações, também passaram a ser considerados crimes contra a segurança nacional, com o grau máximo de punição (FARIA, 2005, p. 23). Isso significa que não apenas as ações com inspiração de enfrentamento ao regime eram consideradas como de ameaça à segurança nacional; expropriações com fins revolucionários e assaltos a banco foram alinhados, sem quaisquer distinções. Desse modo, a lei passou a abarcar também os chamados “presos comuns”. Conforme aponta Cátia Faria, ao não diferenciar crimes com fins políticos de crimes cometidos com outras motivações, o governo negava a existência de presos políticos no Brasil e, ao mesmo tempo, da luta armada e da contestação ao regime, criando assim uma aparência de legitimidade e de mascaramento da ditadura (FARIA, 2005, pp. 12,24). Contraditoriamente ao esperado pelo governo, essa legislação marca a geração de presos políticos que lutará pelo reconhecimento público da existência da prisão política no Brasil (FARIA, 2005, p. 47).

O debate sobre encarceramento político não se encerra na detenção de pessoas vinculadas a organizações de esquerda, nem se vincula unicamente ao período da ditadura. Ao contrário, se associa à própria estruturação do aprisionamento no Brasil, demarcado por um caráter classista e racista (BORGES, 2019). Neste cenário se retoma a afirmação de que “todo preso é um preso político”, encabeçada pelo Movimento Negro Unificado (MNU) já na década de 1970 (SANTOS, 2015, pp. 48,49). Essas asserções, sem necessariamente se referirem às atividades políticas desempenhadas por essas pessoas como sendo uma das motivações de suas prisões, consideram os entes políticos que fundamentam os aprisionamentos, em muito intencionais e seletivos. É o que aponta a historiadora Susane Jardim, ao destacar, com base nas proposições do MNU, que os presos comuns eram também presos políticos, uma vez que todos viviam “em um sistema econômico que causava as incidências criminais, ao mesmo tempo em que colocava meios também politicamente localizados de selecionar quais corpos cairiam ou não na malha do sistema prisional” (JARDIM, 2018, p. 146). Nessa mesma direção, a autora traz um questionamento fundamental:

Por que a imagem histórica da tortura nas prisões se solidificou na arbitrariedade aplicada aos militantes políticos e não foi montada em torno de sua história de uso disseminado entre os escravos, negros e encarcerados “comuns” nos espaços mais precários do país? (JARDIM, 2018, p. 147)

A prisão política das e dos militantes perseguidos pelos órgãos de segurança poderia ter diferentes espaços como cenário, a depender do estágio da detenção. Como apresentado pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*, a prisão iniciava com a chamada “fase policial”, de elaboração do inquérito policial-militar (IPM), marcada por práticas excessivas e clandestinas (ARNS, 1985, p. 173), passando então à “fase judicial”, com comunicação da prisão, oficialização da denúncia e prosseguimento dos trâmites judiciais, incluindo desde a prisão preventiva até o deferimento da sentença e cumprimento de pena (ARNS, 1985, p. 176). Pensando os espaços em que ocorriam cada uma dessas fases, Jacob Gorender (1987, p. 220) propõe uma classificação entre “instituições de interrogatório e formalização dos processos da fase policial”, correspondente à primeira etapa do cárcere e abarcando locais como os DOPS e DOI-CODIs, e “instituições de reclusão”, de cumprimento de prisão preventiva ou pena-prisão, correspondendo aos locais destinados especificamente para encarceramento. Na mesma perspectiva, Jocyane Baretta (2015, p. 66) classifica os “lugares de tortura”, “lugares de prisão” e “lugares de prisão e tortura”, demarcando as finalidades principais às quais serviam os espaços utilizados pelas forças de segurança.

Entender essas divisões é fundamental para que possamos compreender como as experiências do cárcere político foram definidas pelo lugar de detenção. Em termos políticos e pessoais, estar confinado em um lugar de prisão e tortura era muito diferente do que estar preso em um lugar de prisão. Ao chegar a essa etapa, o preso ou presa possivelmente já carregava experiências traumáticas, precisando adaptar-se a uma nova lógica de encarcera-

mento, dessa vez em um ambiente prisional, supostamente mais sujeito a regras e rotinas instituídas. Ainda assim, há de se considerar que as barreiras entre essas etapas de encarceramento não eram definidas rigidamente: mesmo com a transferência para uma penitenciária, continuava-se à mercê das arbitrariedades dos agentes de segurança do governo. Nenhum lugar era um lugar seguro para presos e presas políticas.

Aqui se enfoca um lugar de prisão. A Penitenciária Feminina Madre Pelletier foi o local de aprisionamento de ao menos 18 mulheres que foram encarceradas por enquadramento no DL 898/69, no período de 1969 a 1979. Desde o ano de 1937, a instituição vinha sendo gerida pela Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers, o que perdurou até o ano de 1981, quando a administração passou oficialmente à Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), órgão estadual do Rio Grande do Sul, que desde a década anterior vinha penetrando na Penitenciária, e até os dias atuais segue na sua administração. No momento de fundação da instituição prisional, as religiosas católicas davam seguimento ao ideal pregado pela Congregação, de “salvação das almas” e “cura moral” de moças desamparadas (ANGOTTI, 2011, p. 198). Com premissas de acolhimento de mulheres em situação de risco e marginalidade social (KARPOWICZ, 2017, pp. 66-67), o que se buscava era reabilitá-las para a sociedade, a partir da reconversão pautada em dogmas católicos. Eram essas religiosas que tomavam conta da única instituição prisional feminina do Rio Grande do Sul nos anos de 1970, para onde foram enviadas algumas das militantes subversivas.

Helena Lucia Rodolphi, Ignez Maria Serpa e Vera Lúcia Durão, ainda que com caminhos interseccionados, foram se encontrar efetivamente somente na prisão. As três foram detidas por envolvimento com a VAR-Palmares, cada uma por um motivo: enquanto Helena possuía uma aproximação enquanto simpatizante, Ignez pertencia ao Comando de Operações e atuava no planejamento e execução de ações armadas, ao passo em que Vera se dedicava ao Setor de Imprensa. As diferenças nos vínculos com a organização, no entanto, não garantiram gradações no tratamento que a elas foi dispensado no momento da detenção: foram igualmente sequestradas e aprisionadas clandestinamente no DOPS/RS, espaço onde foram interrogadas e tiveram suas integridades físicas violadas, desde deferimentos diretos contra seus corpos. Ali viveram o que Caroline Bauer identifica como a “fase de terror”, sendo continuamente expostas, a partir da disrupção de garantias legais de amparo e proteção, às mais variadas manifestações de violência, imergindo numa situação de constante medo e vulnerabilidade (BAUER, 2006, p. 97). Desse modo, as experiências de detenção nesse espaço configuravam o grau máximo das mais graves e ininterruptas ameaças, vigilâncias e agressões. A possibilidade de transferência para outro local, mesmo que ainda sob custódia dos órgãos de repressão, esboçava-se como um refúgio desejado. É o que se constata a partir dos testemunhos das ex-presas, em que destaco um trecho do relato oral de Vera Durão:

Quando a gente foi pro Madre Pelletier, pra mim foi um alívio. [...] Porque [no DOPS] eles tiravam a gente da sala de noite, nos vendavam, ficavam rodando o DOPS com a gente, e falando assim, agora você vai pra uma sala aí que os cara vão te estuprar, não sei o quê, coisas assim, pra nos apavorar... (DURÃO, 2019)

Vera chegou ao Madre Pelletier em julho de 1970, encontrando Helena e Ignez, que já estavam em cárcere na instituição desde abril do mesmo ano. As expectativas projetadas sobre o aprisionamento em um presídio, no entanto, não se confirmaram com as condições encontradas no novo espaço. Finda a “fase do terror”, inaugurava-se um novo período de detenção que, longe de interromper a perpetração do terror, lançava mão de uma série de mecanismos para continuar a manifestá-lo. Mecanismos, estes, consoantes com a estrutura e o funcionamento de uma instituição prisional, que operam no sentido de provocar o que Erving Goffman

identifica como “mutilações do eu”. Para tanto, são manejadas uma série de “rebaixamentos, degradações, humilhações”, visando a desqualificação e dissolução das constituições próprias dos indivíduos aprisionados, mortificando-os e incutindo um alto nível de tensão psicológica (GOFFMAN, 2015, p. 24, 49). A compreensão das características gerais do regime de encarceramento de presas políticas a Penitenciária Feminina Madre Pelletier passa pela identificação dos modos como estes mecanismos foram mobilizados para a redefinição do terrorismo de Estado na instituição.

Em uma esfera mais ampla e, de certo modo, concreta, pode-se identificar os usos da *espacialidade e seus implícitos* enquanto meios de subjugação. A própria disposição arquitetônica do local em que as presas políticas foram alocadas serviu como dispositivo de poder. Por um lado, isso pode ser percebido em fatores mais tangíveis, como nas dimensões espaciais, capturadas à vista e sentidas ao corpo. Vera Durão, que esperava um ambiente prisional, deparou-se com outra situação: “eu levei um choque quando eu cheguei ali naquele lugar, porque eu achei que era um Presídio, por pior que fosse, era um presídio. Mas aquilo ali parecia mais um *bunkerzinho*, uma coisa... Tudo acimentado, aquelas celinhas ali, separadas” (DURÃO, 2019). Ignez, em seu relato oral, também detalha a estrutura do espaço e das celas solitárias:

Era um portão de ferro, tu entrava, era um pátio, um corredor aberto, a céu aberto, só que tudo cercado, com parede, com muro, com arame farpado em cima, e as quatro celas [...]. A largura da cela era o comprimento de uma cama, uma cama de solteiro, [e uma] patente assim, tamanho padrão, e mais um pedaço que é onde ficava a patente, aquelas patente de pezinho, sabe? Não era um vaso sanitário. É um negócio de dois pezinho, dois apoio, que tu te apoia ali e tu tem que fazer xixi e cocô acocada, uma coisa assim horrível, sabe. E vinha um mau cheiro lá de dentro, porque não tinha tampa, e um chuveiro de água fria em cima, que pra tomar banho frio, em cima desse tal de patente, a água caia dentro dessa patente. (SERPA, 2019)

As privações decorrentes da distribuição espacial, assim como condições de insalubridade associadas, foram marca presente nos relatos de prisão elaborados pelas ex-presas políticas quando da solicitação de indenização sob âmbito da Lei Estadual n. 11.042/1997. Essa legislação, que previu a responsabilização do estado do Rio Grande do Sul por violações cometidas por forças do Estado contra opositores políticos entre os anos de 1961 a 1979, exigia que o ônus da prova fosse apresentado pelos próprios requerentes que reivindicavam o reconhecimento enquanto vítima. A autorrepresentação das mulheres que foram encarceradas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, a partir da escrita de relatos detalhando suas prisões, passou pela demarcação de seus corpos violados - e as condições de insalubridade que viveram quando foram ali detidas, também foram responsáveis por violá-los. De um total de treze processos que tiveram suas documentações analisadas, nove contêm relatos de prisão, que unanimemente mencionam as condições de alojamento, com especial ênfase para a afirmação de que o ambiente de detenção era anteriormente utilizado para o isolamento e castigo daquelas que chamam de presas comuns.

Chega-se, então, aos fatores que implicitamente disseminaram mecanismos de controle e mortificação. Isolamento e castigo são palavras que dão o tom da primeira fase² de encarceramento político na Penitenciária. Aprisionadas em um espaço apartado do prédio central da instituição, as militantes de esquerda eram tratadas como “as presas do DOPS” (KARPOWICZ, 2017, p. 219). “Corpos estranhos”, como bem definiu Vera Durão em seu relato oral (2019), que em nenhum momento foram incorporadas ao regime de encarceramento vigente naquele cárcere. O contato com as administradoras foi pontual, sem inclusão em projetos de reconversão moral, como se

² A primeira fase compreende o recorte aqui abordado, entre 1970 e 1971, quando o regime de encarceramento operou sob os mesmos moldes.



fazia com as “presas do prédio central”. Para as presas políticas, forjou-se um novo modo de se aprisionar, pautado na punição, e não na salvação. Inseriam-se em teia específica de tensas e paradoxais relações de poder, circulando entre o “quadro permanente” do presídio, composto pelas freiras (representações do poder central da instituição), as presas comuns (cujo convívio ocorria apenas quando estas eram enviadas para castigo) e as agentes prisionais (enviadas para vigiá-las nos momentos de convivência); e o “quadro transitório”, pulverizado pelos delegados do DOPS (enquanto seus custodiadores) e os policiais militares (responsáveis pela vigilância contínua).

Isoladas, aprisionadas em solitárias, constantemente monitoradas e apartadas até da rotina geral da Penitenciária, às presas políticas eram retiradas quaisquer possibilidades de inserções sociais e recomposições pessoais no ambiente prisional. Antes atuantes em movimentos políticos, passavam a ser confinadas e controladas em todas as instâncias, sobretudo em suas intimidades. Visando à desqualificação dessas mulheres enquanto agentes sociais e políticas, eram expostas a diferentes níveis de invasões e anulações, como se constata a partir do testemunho de Ignez Serpa, ao compartilhar sobre um dos episódios de humilhações aos quais eram submetidas:

Com o detalhe que a descarga e a torneira do chuveiro era pelo lado de fora. Então alguém, tu ia no banheiro, tu tinha que chamar o guarda, pra pedir pro guarda dar descarga. Então tudo é feito pra te humilhar, até tu fazer xixi e cocô, as tuas necessidades fisiológicas, entendeu, tu tinha que pedir o cara, pro cara vir, é pra te humilhar. (SERPA, 2019)

Com a vigilância contínua pelos policiais militares da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, os chamados “brigadianos”, diferentes relações de convivência eram tecidas. O quadro de funcionários se alterava dia-a-dia, de acordo com aqueles que eram destacados alternadamente para as rondas, forjando diferentes possibilidades de interação. Neste ponto, há de se considerar que a ditadura civil-militar não pode ser reduzida a um conflito maniqueísta, entre dois blocos antagonísticos - a repressão *versus* a resistência, os golpistas *versus* os opositores, os brigadianos *versus* as presas políticas. Afinal, como apontam Gianordoli-Nascimento *et al.*, “as relações com o sistema foram vividas como repletas de antagonismos e contradições, nem sempre inteligíveis, ou congruentes com as posturas ideológicas que tentavam preservar” (2012, p. 319). Sem que seja possível tecer enquadramentos rígidos e intransponíveis, deve-se atentar para a circularidade do poder (FOUCAULT, 2019) e seus dualismos e incongruências, que conferem nuances às inter relações sociais. Assim se entende a variação das convivências entre brigadianos e presas políticas: enquanto alguns se aproximavam reticentes, demonstrando curiosidade ou compartilhando um chimarrão, outros chegaram a criar uma rede de colaboração com as presas do Madre Pelletier e os militantes detidos na Ilha do Presídio, possibilitando a troca de cartas sem que passassem pela censura da penitenciária. Alguns deles foram também responsáveis por manter a rotina de humilhações: “à noite eles entravam nesse corredor pra vir nos olhar. E tinha alguns deles que eram nojentos, que vinham falar barbaridades pra gente. Chamar de puta, não sei mais o que, aquelas coisa, baixaria, sabe. Vim nos xingar...”. (SERPA, 2019).

Sem atingir diretamente o corpo, as agressões foram reatualizadas no cárcere político da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, manifestando-se a partir de novas práticas da violência de gênero. Conforme conceituado pela Comissão Nacional da Verdade, as violações de gênero “nem sempre se manifestam sob a forma de violência sexual. Podem incluir ataques não sexuais a qualquer indivíduo, motivados por seu gênero” (BRASIL, 2014, p. 420). Essa concepção abrange desde os ataques incididos materialmente sobre os corpos, no que se destaca as violências físicas, sexuais ou não, que ocorriam em sessões de tortura no DOPS/RS; até as agressões voltadas a estratos intangíveis, em ações que visavam à despersonalização, subjugação e desqualificação, como os processos de privação e

isolamento, as agressões verbais e as ameaças que demarcavam o regime de encarceramento de presas políticas no lugar de prisão aqui abordado. As redefinições da violência, incorporadas enquanto violência de gênero, a partir do interesse de atacar as mulheres duplamente, não indicam o abrandamento da exposição a violações. Em manifestações mais difusas, e até indefinidas e paradoxais, a intensidade das violações se adequaram ao novo modelo de aprisionamento, mas não foram por isso menos graves, configurando formas particulares de perpetração das ações terroristas do Estado.

As operações voltadas ao psicológico das detentas foram fundamentais nesse projeto de redirecionamento das práticas repressivas. Ao longo do ano de 1970, os espaços de violência no cárcere das presas políticas foram bem demarcados: sabiam que a violência física se executaria no DOPS, quando eram transportadas para novos interrogatórios à base de torturas contra seus corpos, ao passo em que na PFMP eram expostas às outras violações que foram aqui apresentadas. Distantes do esperado alívio que poderia advir do encarceramento em uma instituição prisional, seguiram vulneráveis a influências externas, de modo que os acontecimentos políticos dos extramuros - como novas ações das organizações e detenções de militantes - definissem diretamente suas condições de aprisionamento, com alterações na rotina que acentuavam as privações, como a proibição de “banho de sol”, convivência e visitas, conforme relatou Ignez Serpa. Desse modo, eram imersas em constante instabilidade e insegurança, com efeitos diretos sobre as suas condições emocionais. Exemplo disso está no que chamaram de “trauma da *kombi*”, que era o veículo automotivo utilizado tanto pelas freiras quanto pelos representantes do DOPS: “tu não sabia se era motor de kombi das freira ou era do DOPS. E quando o DOPS vinha, ou quando a gente ia pra lá, [...] era pra ser torturada de novo, entende. Não sabia. Então tu ficava naquela insegurança permanente” (SERPA, 2019). Ainda pensando sobre essa insegurança, Ignez compartilha que,

O DOPS significava tortura, tortura, tortura, tortura mesmo. A prisão, o Madre Pelletier, era a tortura psicológica, porque tu tá presa, entende, mas é uma outra conotação, mas também é uma tortura, principalmente com que essa instabilidade que havia, uma hora tu tinha visita, outra hora tu não tinha, uma hora vinha o DOPS te levar pra tortura de novo, ou pra fazer acariação, ou pra fazer um depoimento, entendeu. E depois pararam, quando pararam com a história da tortura, melhorou. Mas até lá, era uma tortura psicológica permanente, não só pra mim como pras gurias. (SERPA, 2019)

O entendimento da gravidade dessas violações sofridas na Penitenciária não era necessariamente claro para as aprisionadas, uma vez que o parâmetro dos mais severos sofrimentos aos quais foram submetidas era localizado no DOPS, como apontou Helena Rodolphi: “Ali no Madre Pelletier era mais tranquilo... A gente sabia que já tinha passado aquilo” (RODOLPHI, 2019), referindo-se à anterior fase de terror. Essas são impressões e avaliações subjetivas, que se inserem no factual ou interpretativo, não cabendo ao fazer historiográfico avaliá-las ou enquadrá-las em noções de veracidade. Desde uma operação intelectual de investigação e cotejo de diversas fontes, e não necessariamente a partir de constatações compartilhadas nos testemunhos coletados, é que destaco como as redefinições das violações, que atingiam de diferentes modos esferas que transcendiam o corpo, devem também ser situadas enquanto graves violações de direitos humanos. Essa é uma leitura que não desconsidera a especificidade e gravidade da etapa anterior, de detenção no DOPS, mas que busca também compreender o encarceramento político em instituições prisionais à luz do terrorismo de Estado e das práticas de repressão. Aqui foram propostas algumas possibilidades analíticas que consideram essas implicações, sem a pretensão de esgotar as características do regime de encarceramento na PFMP. Em se tratando de privação de liberdade, a violação é uma constante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- ANGOTTI, Bruna. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus**. O surgimento dos presídios femininos no Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar**: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BARETTA, Jocyane Ricelly. **Arqueologia e construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964-1985)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2015.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- FARIA, Cátia. **Revolucionários, bandidos e marginais**: presos políticos e comuns sob a ditadura militar. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- FREITAS, Angélica. **Um útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 1997.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- JARDIM, Susane. Do corpo biológico ao corpo social: a tortura dos “comuns” e a busca pela radicalidade perdida. *In*: PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL. **Tortura em tempos de encarceramento em massa**. 2018.
- KARPOWICZ, Débora Soares. **Do convento ao cárcere**: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981). 2017. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- SANTOS, Natália Neris da Silva. **A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988)**: um estudo das demandas por direitos. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

DISCO INDEPENDENTE E RESISTÊNCIA CULTURAL NAS DITADURAS BRASILEIRA E CHILENA: OS CASOS DOS SELOS LIRA PAULISTANA E ALERCE

Icaro Bittencourt¹

Resumo: A partir principalmente da segunda metade dos anos 1970, tanto no Chile quanto no Brasil, músicos e produtores independentes desenvolveram estratégias múltiplas de resistência cultural e se relacionaram de forma específica com a atuação das ditaduras frente ao campo cultural, reagindo ao autoritarismo político, ao monopólio nos meios de comunicação e às propostas de cooptação e/ou de integração de suas iniciativas pelo Estado. Com foco na análise do selo independente chileno Alerce e no selo independente brasileiro Lira Paulistana, este trabalho desenvolve uma análise da produção musical independente como prática de resistência cultural, sem deixar de estabelecer semelhanças e diferenças entre os dois casos abordados, e buscando problematizar as diferentes dimensões e nuances das relações da música e da produção independente com as ditaduras e com os processos de redemocratização nos dois países sul-americanos.

Palavras-chave: Alerce; Lira Paulistana; resistência cultural.

Entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, tanto o Brasil quanto o Chile viviam as conturbadas experiências históricas de suas ditaduras militares: a brasileira iniciada em 1964 e a chilena em 1973. Em ambos os casos, uma particular atuação dos regimes autoritários em relação à cultura e às expressões artísticas produziu marcas indelévels nos processos sociais, ensejando complexas relações de resistência cultural e até mesmo de eventuais afinidades e colaborações por parte de agentes relacionados ao campo cultural.

Nos dois países, as ditaduras promoveram políticas de incentivo econômico às indústrias culturais, o que servia tanto para a expansão de políticas econômicas liberais defendidas pelos dois regimes quanto para um processo de integração territorial e comunicacional que a doutrina de segurança nacional exigia e estimulava (CAPARELLI, 1989; FERNANDES, 2013).

Nesse contexto, algumas expressões artísticas, principalmente relacionadas às artes de espetáculo, aprofundaram o dilema entre o engajamento político, a criação inovadora e a participação nos circuitos comerciais da indústria cultural. Assim, para alguns artistas, a postura de confrontar o autoritarismo político também se desdobrava no contraponto à “ditadura” das indústrias culturais e de suas empresas multinacionais.

Dentro dessa perspectiva surgiram inúmeras iniciativas vinculadas a produções culturais independentes. No caso da música, analisarei aqui - para estabelecer relações de comparação entre elas, mas também abordar algumas de suas especificidades - as experiências de dois selos independentes: o chileno Alerce (criado em 1975) e o brasileiro Lira Paulistana (criado em 1979).²

¹ IFC - Campus São Francisco do Sul/Dnodo, UFPR. E-mail: icarohistoria@gmail.com.

² Para conferir algumas músicas lançadas pelos selos Alerce e Lira Paulistana, conferir a *playlist* criada especialmente para esse texto no link a seguir: <https://spoti.fi/2GpCgnJ>.

Antes ainda de abordar a trajetória dos dois selos, é importante esclarecer rapidamente o que entendo, para esta análise, como “disco independente” e “resistência cultural”. Neste caso, essas duas expressões conceituais são, a meu ver, articuladas de maneira específica por cada um dos selos discográficos analisados.

Os processos relacionados às práticas de produção musical independente começam a ter proeminência, a despeito de sua existência eventual em décadas anteriores, na passagem entre as décadas de 1970 e 1980. Nessa época, combinam-se e manifestam-se de diferentes formas aspectos multifacetados da produção independente: como estratégia, às vezes provisória, de inserção do artista no mercado fonográfico; como postura continuada advinda de uma luta por autonomia estética frente ao mercado ou mesmo como uma prática imbuída de sentidos relacionados à resistência política (GALLETTA, 2014).

No caso brasileiro, a produção independente também pode ser explicada a partir da reconfiguração pela qual passa a indústria fonográfica do país na transição entre as décadas:

Ao final da década de 1970, porém, prenunciava-se a crise que iria interromper a trajetória ascendente da indústria já a partir de 1980, determinando mudanças significativas no cenário. Elas implicariam uma maior racionalização das atividades das empresas, que reduziram seus elencos e passaram a atuar mais decisivamente na exploração de novos mercados e no desenvolvimento de produtos destinados a nichos específicos. Em relação ao enxugamento dos elencos, ele atingiu fortemente a presença da indústria em segmentos de consumo mais restrito, como a música instrumental e a MPB de caráter mais experimental, por exemplo, o que acabou favorecendo o surgimento de uma expressiva cena independente representada por nomes como Antonio Adolfo, Boca Livre e os artistas ligados ao Lira Paulistana (VICENTE, 2008, p. 106).

Apesar de processos semelhantes também terem chegado a identificar as práticas das principais gravadoras do mercado chileno, a produção independente naquele país já nasceu com um forte componente político, articulando um discurso de oposição ao autoritarismo cujas medidas de exceção teriam, inclusive, promovido um “golpe estético”, impedindo ou dificultando a produção e circulação de repertórios musicais populares (CAVALCANTE, 2015; ERRÁZURIZ, 2009).

Sendo assim, quando me refiro à expressão “disco independente”, é importante destacar seu caráter multifacetado, que envolve discursos e práticas estéticas, econômicas e políticas. De qualquer maneira, cada uma dessas facetas podem estar articuladas, isoladas ou em conjunto, com o tema da “resistência cultural”.

Sobre essa expressão, referencio-me especialmente na abordagem do historiador brasileiro Marcos Napolitano, que desenvolveu uma tipologia e uma análise ampla sobre o tema no que se refere ao período da ditadura militar brasileira. Nesse caso, a resistência cultural é compreendida como um conjunto de discursos e práticas que mobilizam de maneira mais efetiva a oposição aos regimes ditatoriais entremeada, e às vezes até de maneira provisoriamente substitutiva, à resistência efetivamente política através de partidos e movimentos sociopolíticos.

No Brasil, por exemplo, a resistência cultural teria sido importante em produzir, disseminar e reconfigurar diversos sentimentos de oposição civil que perpassavam a população, especialmente aquela vinculada à produção artística e intelectual, como a juventude universitária e intelectuais e artistas de diferentes matizes ideológicos.

No caso brasileiro, as muitas faces da resistência foram fundamentais para erigir novas subjetividades críticas diante da experiência dos anos de chumbo [...] diversidade que foi em parte aplacada pela memória, neutralizando as tensões passadas entre as várias famílias políticas da oposição/resistência

ao regime. [...] A coexistência das ‘muitas faces’ da resistência, vista para além da cumplicidade básica daqueles que ‘resistem’, revela a pluralidade de opções políticas e de identidades coletivas, nem sempre convergentes, que nasceram sob o signo da oposição ao regime (NAPOLITANO, 2017, p. 30).

No entanto, é importante também destacar que, diferentemente do contexto brasileiro, no qual expressões de resistência cultural fizeram parte da consolidação e disseminação da indústria cultural no país, chegando mesmo a associar interesses entre empresários liberais da indústria fonográfica e artistas engajados na crítica à ditadura, no caso chileno, especialmente o tema que será analisado aqui, a resistência cultural acontece muito mais de maneira clandestina, através de circuitos de produção cultural e de difusão das artes que responderam criativamente a uma perseguição que, também em muitos casos, se deu de maneira clandestina (JORDAN, 2009).

Assim, na abordagem que apresento a seguir, articulo os temas do disco independente e da resistência cultural, sem deixar de lado a indicação das diversas nuances da pluralidade de cada uma dessas facetas das experiências históricas e das práticas culturais durante as ditaduras brasileira e chilena através dos dois selos independentes abordados neste texto.

O SELO ALERCE (1975-2011) E OS INDEPENDENTES NO CHILE

Fundado em 1975 por Ricardo García, o selo Alerce foi responsável durante quase quatro décadas por lançamentos discográficos de destaque no mercado musical chileno. Catálogos formados pela *Nueva Canción Chilena*³, pelo *Canto Nuevo*⁴ e pelo rock nacional daquele país, entre outros, marcou o empreendimento independente de García como ícone da resistência cultural na América Latina através da produção discográfica.

Os anos iniciais do empreendimento enfrentou não apenas problemas relacionados à censura do regime ditatorial, mas também um contexto adverso no que se refere à indústria cultural no país.

Los problemas de la música chilena tuvieron también causas estructurales. La implementación del modelo económico que privilegiaba las importaciones y el comercio exterior por sobre la industria nacional, disminuyeron las producciones musicales locales de modo notable. En ejecución musical radial, por aquel tiempo en Chile se emitía sólo 8% de música popular chilena contra un 90% de música extranjera y un 2% de música docta. En cuanto a ventas, no importa el soporte, la cifra de música nacional alcanzaba un porcentaje algo mayor, un 39%. En producción musical, durante 1972 se produjeron 6,3 millones de discos; ocho años después la cifra alcanzó sólo las 968 mil unidades. Los números son elocuentes (ALBORNOZ; ASTUDILLO, 2018, p. 3).

Desse modo, a inserção do selo Alerce acontece pela via independente justamente como resposta a essa dupla faceta problemática da vida cultural chilena da época: a insurgência contra o “golpe estético” que acometeu o país sob Pinochet e também como alternativa ao consumo cultural orientado desde as empresas multinacionais.

³ A “Nova Canção Chilena” se desenvolveu em um contexto mais amplo de renovação da música latino-americana, entre meados dos anos 1960 e início da década de 1970, quando a ditadura chilena perseguiu e chegou a assassinar alguns de seus representantes. Entre os músicos de destaque do movimento, podemos inserir desde precursores como Violeta Parra até Victor Jara, Inti Ilmaní e Quilapayún. “Basada en la recuperación de la música folclórica, sus cultores agregaron factores propios de la música continental, incorporando instrumentos y ritmos de toda el área hispanoamericana” (BIBLIOTECA, 2020c).

⁴ O “Canto Novo” desenvolveu-se já na época da ditadura e teve como alguns de seus expoentes Eduardo Peralta, Isabel Aldunate, Juan Carlos Pérez e Cristina González. “Fue un movimiento heredero de la Nueva canción chilena pues incorporó gran parte de su repertorio y a muchos de sus intérpretes. Utilizó, también, el espacio de la peña -ahora casi en la clandestinidad- como principal espacio de desarrollo, asumió una postura política de denuncia social vinculada al espectro político de la izquierda y continuó con la investigación e innovación en el desarrollo de los ritmos chilenos y latinoamericanos” (BIBLIOTECA, 2020b).

A primeira tarefa mais sistemática de produção musical do selo foi a recuperação do repertório vinculado a *Nueva Canción Chilena*, como Victor Jara, Quilapayún, Inti Ilmaní e precursores como Violeta Parra. Esse era o “novo cancionero” que havia ressignificado o legado da música folclórica a partir de meados dos anos 1960 à luz do engajamento político que dialogou, posteriormente, com o governo de Salvador Allende (1970-1973).

Com a instalação da ditadura comandada por Augusto Pinochet, diversas transformações foram feitas abruptamente e com muita violência para dismantlar o legado do governo da Unidade Popular, promovendo diversas mudanças que culminaram no assassinato brutal de opositores políticos. Entre essas mudanças, Errázuriz (2009) defende que também foi posto em marcha um golpe estético-cultural, marcado pela desarticulação do imaginário cultural e artístico enraizado na cultura engajada de esquerda que floresceu entre as décadas de 1960 e 1970 no país.

Al instaurarse en Chile un régimen que obligó a la quema de libros y a la destrucción de discos que incluían obras musicales de diferentes contenidos, nuestro mundo cultural entró en un período de total oscuridad. Prueba dramática de esta situación la constituyen las circulares que las compañías fonográficas hicieron llegar a todos los distribuidores de discos a fines del 73: “Volvemos en relación con nuestra circular número 2.138 del 28 de septiembre pasado, para dar la lista ampliada de todos los discos que hemos debido dejar de fabricar y retirar de catálogo, con sujeción a la autocensura que la Junta de Gobierno ha dispuesto para la industria fonográfica nacional”. La circular incluye desde grabaciones, por supuesto, de Quilapayún hasta Nicanor Parra, Violeta Parra, el conjunto Cuncumén y Osvaldo Díaz (Ricardo García apud JORDAN, 2009, p. 85).

O ataque do golpe aos artistas da música variou entre a eliminação física, como no caso de Víctor Jara, até a interferência direta ou indireta na programação das rádios do país. Entre as músicas vetadas pelo regime estavam principalmente aquelas vinculadas ao movimento da *Nueva Canción Chilena*, proibição que chegou até a considerar, como apontam alguns músicos e produtores da época, instrumentos musicais como o charango e a quena como subversivos. No entanto, como destacou Laura Jordan, (2017), a suposta proibição de instrumentos ainda carece de fontes mais substanciais para defini-la melhor, condição que abarca boa parte das ações de censura e repressão pelo seu caráter marcadamente clandestino:

Primero, que un sinnúmero de disposiciones legales afectaron más o menos tangencialmente el quehacer musical, ya sea por sus implicaciones sobre las libertades de las personas que la cultivan o por las transformaciones directas sobre el medio de producción y difusión musical. En segundo lugar, que la dificultad de hallar una norma escrita referente a la “música andina” no refuta la existencia de tal proscripción, sino que resalta dos situaciones: por un lado, que la ejecución de tal proscripción se fundó sobre el ejercicio clandestino de la represión, valiéndose del miedo, y que la “oscuridad” documental coincide con el comportamiento poco coherente que caracteriza el terrorismo de Estado (JORDAN, 2017, p. 80-81).

O principal suporte pelo qual circularam os catálogos da Alerce, diferente do que ocorreu na época com as grandes gravadoras, especialmente no Brasil, foi a fita cassete. Com ela, o consumidor jovem, principal público do selo, disseminou uma escuta ao mesmo tempo privada (possível através do uso de reprodutores portáteis de fita cassete, que começavam a ser consumidos na época) e pública, viabilizada tanto pelo compartilhamento de repertório e, inclusive, pela pirataria facilitada pela tecnologia inerente a este suporte.



Fita cassette lançada em 1983 pelo selo Alerce com diversos representantes do movimento cancionero chamado “Canto Nuevo”

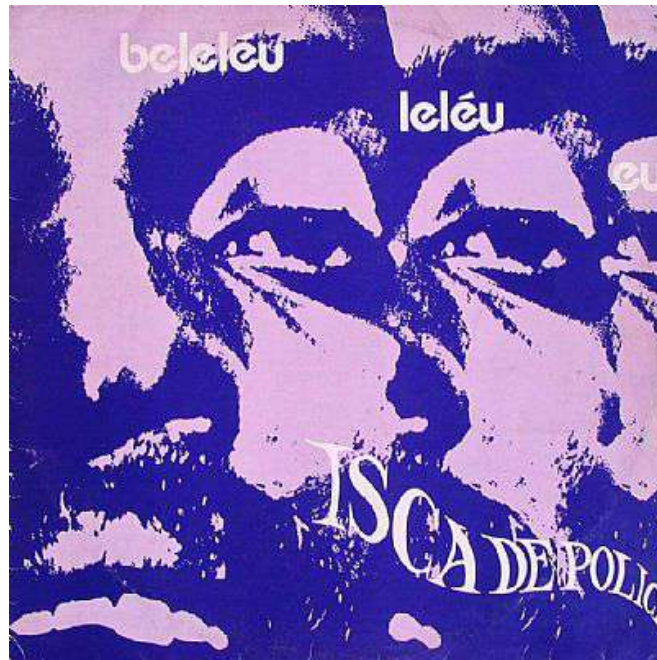
Sobre a relação entre o público jovem, o consumo musical e a proposta da Alerce:

[...] el encuentro que se produce entre la audición de música grabada y la retroalimentación efectiva que se daba en las actuaciones en vivo, genera un constructo estético – visual y sonoro – desde la música popular que no estaba al alcance de la política represiva de la dictadura. [...] Señalemos entonces que el ‘sujeto-joven-reflexivo-demandante’ pondrá especial énfasis en el cambio, y que Alerce será – en gran medida – el responsable de sonorizar ese proceso [...] (ALFARO, 2017, p. 82; 88).

Sendo assim, podemos identificar a relevância do selo Alerce no processo de produção independente (menos do disco e mais da fita) de um repertório musical comum que contribuiu para o fortalecimento de um sentimento oposicionista, articulando produção musical alternativa e resistência cultural durante e após a ditadura chilena.

O SELO LIRA PAULISTANA (1979-1986) E OS INDEPENDENTES NO BRASIL

Fundado em 1979 por Wilson Souto Junior e Valdir Galiano, o selo Lira Paulistana fez parte de uma iniciativa mais plural desses produtores que girava em torno do Teatro Lira Paulistana, um lugar para o qual convergiram diversas manifestações artísticas experimentais e independentes do contexto paulistano entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980.



Capa do primeiro disco de Itamar Assumpção, com a banda Isca de Polícia, e lançado pelo selo Lira Paulistana

O espaço, construído para dar visibilidade e viabilizar a realização de diferentes performances artísticas, relacionou-se com um contexto de maior experimentalismo artístico e de tentativas de produção cultural dissociadas dos mecanismos da indústria cultural e dos valores apregoados pela ditadura brasileira. Essa experiência foi marcante não apenas para artistas que desenvolveram seus trabalhos no local e inclusive lançaram seus trabalhos pelo selo Lira, mas também para outros grupos que tiveram um local para “ensaiar” seus primeiros passos e depois conseguiram contratos e vendas de grande expressão na indústria fonográfica convencional.

A importância do Lira Paulistana para a produção cultural brasileira não se resume à [...] capacidade de teste de alguns trabalhos diante do mercado. O Lira revelou duas gerações de músicos: a primeira era formada pelos artistas aos quais demos voz neste trabalho (Rumo, Premê, Itamar Assumpção, Língua de Trapo, e, indiretamente, Arrigo Barnabé, entre outros), mais comprometidos com a produção independente; e a segunda deu origem a algumas bandas do rock nacional, como Titãs, Ira, e Ultraje a Rigor (GHEZZI, 2003, p. 240).

Entre os artistas mais emblemáticos lançados pelo Lira estava Itamar Assumpção, cujo elepê de estreia, *Beleléu Leléu Eu* (1980), vendeu um número considerável de cópias para as tiragens independentes daquele contexto. O artista, inclusive, não negava a possibilidade de se tornar mais conhecido e ser contratado por uma grande gravadora. No entanto, isso aconteceria apenas sem concessões estéticas.

Se eu estivesse ligado a uma dessas grandes gravadoras, eles já estariam procurando me definir em relação a um público, já iam estabelecer uma faixa de público padrão para as minhas músicas. Eu acredito na sensibilidade do povo, e se existe alguma insuficiência para discernir é porque eles sempre foram marginalizados, mas as pessoas que têm acesso aos meios de comunicação têm mais facilidade de julgar, têm mais disposição para entender o meu trabalho, de Arrigo. Eu acredito que nós estamos passando por um processo de transformação, e eu estou empenhadíssimo nisso. Eu acredito num outro gosto, numa outra visão estética, que começa a tomar força (*apud* RIBEIRO, 1981, p. 19).

É interessante destacar a partir deste depoimento do artista, que o caminho de resistência dos independentes poderia não significar uma aposta definitiva nos circuitos alternativos, pois ainda se cogitava a possibilidade de divulgar uma estética diferenciada e transformadora dentro dos circuitos mais convencionais da indústria cultural. Essa possibilidade talvez ainda estivesse no horizonte devido àquilo que já mencionamos anteriormente no texto: a afinidade, em alguns momentos, entre a “vanguarda” da MPB e as grandes gravadoras, que formaram catálogos de vendagem continuada e progressiva, apesar de muitas vezes não serem lucrativas de imediato como em outros gêneros musicais.

O Lira Paulistana, tanto como espaço cultural multifacetado quanto como selo discográfico, abrigou uma diversidade estética considerável, mais ligado portanto a expressões musicais experimentais e alternativas do que a uma proposta unificada de música, seja ela canção ou instrumental.

Tudo o que nós repudiávamos eram coisas organizadas: o regime militar, as gravadoras que não abriam espaço, as rádios, as “novidades” de plástico, a modernidade da TV Globo. Nada disso representava o que vivíamos em sociedade. O maior discurso era o não discurso, esse desmoronamento, para que a criatividade pudesse erguer algo. Uma prospecção de uma nova estética e de algo que pudesse sair dali (SOUTO JR. *apud* ALEXANDRE, 2016, p. 50).

Vemos nesse caso que, pela sua vinculação a um discurso mais plural de contraponto e autonomia, o Lira careceu de certa unidade que poderia ter tornado a experiência mais longa no contexto cultural brasileiro, como acabou sendo o caso do Alerce no Chile. Mesmo assim, as marcas dessa experiência, mesmo que curta se pensarmos em termos mais estritos, foram muito significativas para o contexto da produção musical brasileira, como bem analisou Daniela Ghezzi (1983, p. 244-245):

Acreditamos que a mediação cultural entre músicos e público realizada pelo Lira Paulistana tenha sido inédita na história da produção cultural brasileira, sendo capaz de revelar toda uma geração de artistas comprometidos com a música brasileira (respondendo às expectativas de mudança em relação à MPB), e, sobretudo, com a forma de seu registro físico e veiculação. Tal envolvimento com o processo produtivo de um disco revelou-se não só inédito, como também ampliou a área de atuação de um músico, antes restrita aos elementos musicais, e, a partir da experiência independente, mais permeada pelos aspectos materiais da produção fonográfica. Para além de tais contribuições, o fenômeno independente foi capaz de trazer o olhar das grandes gravadoras transnacionais (tradicionalmente instaladas no Rio de Janeiro) para a cena musical paulistana, iniciando um processo de deslocalização e desconcentração geográfica em âmbito nacional dessa indústria. E, finalmente, acreditamos que o fenômeno independente tenha indicado a nova configuração do mercado de discos no Brasil (não mais de massa, mas sim segmentado). A esta mudança corresponde uma outra: a experiência independente deflagrou que a indústria cultural, tendo em vista um mercado segmentado, não necessitava mais de grandes movimentos estéticos que garantissem um consumo em massa. Os fenômenos, de alcance mais restrito, passaram a ser mais apropriados à nova configuração do mercado consumidor de bens culturais (segmentado), e também à nova lógica incorporada à indústria fonográfica (a autonomização da etapa de prospecção de novos talentos).

Não à toa, o selo Lira chegou a estabelecer contratos de distribuição com a gravadora Continental, por exemplo, tentando superar uma dificuldade frequente dos músicos independentes que, se naquela época conseguiam produzir seus discos, por outro lado, penavam para conseguir distribuir duas obras, já que o circuito de vendagem e promoção de discos era praticamente um monopólio das grandes gravadoras e meios de comunicação mais tradicionais, tanto na imprensa escrita quanto no rádio e na televisão.

De uma maneira peculiar, portanto, e diferente em linhas gerais da experiência chilena analisada anteriormente, a empreitada do selo Lira Paulistana também articulou a produção discográfica independente com uma experiência multifacetada de resistência cultural. No entanto, esta última estava mais afinada com uma postura estética de repudiar o autoritarismo em seus diferentes formatos (advindos do Estado e da indústria cultural), recorrendo a meios alternativos de visibilidade e divulgação que, no entanto, não adquiriram caráter de clandestinidade, como no caso do selo Alerce.

CONSIDERAÇÕES COMPARATIVAS

Nesta parte final, pretendo apresentar alguns argumentos referenciados em uma abordagem comparativa sobre os selos Alerce e Lira Paulistana. A comparação inclui aspectos de aproximação e/ou distanciamento entre as práticas específicas dos selos e das suas relações com as ditaduras brasileira e chilena, fazendo aqui a ressalva de que, pelo menos até o momento, desconheço relações efetivas e diretas estabelecidas entre os dois empreendimentos fonográficos.

Uma das semelhanças entre os selos foi a inserção de cada um deles em um circuito de produção cultural alternativa, que incluía, pelo menos, espaços de apresentação musical, publicações impressas e redes de colaboração entre artistas. No caso de Alerce, Alfaro (2017, p. 98) inclusive mapeou os pontos onde aconteciam ensaios e apresentações musicais que tentavam resistir à repressão da ditadura de Pinochet.

No que se refere aos aspectos mais especificamente empresariais da produção independente, a situação do selo Alerce foi mais bem sucedida do que o Lira Paulistana, chegando inclusive a permanecer como um empreendimento do ramo até o início da segunda década do século XXI. Isso talvez se deva ao catálogo mais unificado e de significados mais definidos a respeito da cultura musical chilena. Apesar de incluir artistas com propostas mais de vanguarda (GONZÁLEZ, 2010), como no caso paulista, o selo chileno foi responsável por catálogos que ficaram mais amplamente associados ao consumo juvenil massivo nos anos 1980.

O Lira, ao contrário, teve uma experiência mais curta, muito sintonizada com o contexto mais amplo dos independentes no Brasil que, apesar da disseminação de lançamentos discográficos auto produzidos ou por empresas de pequeno porte entre as décadas de 1970 e 1980, não encontrou maneiras eficazes e longevas de garantir a circulação e a distribuição das obras. Essa situação, somada às crises econômicas que assolaram o país, fez com que a produção independente só retomasse seu fôlego, em um outro contexto econômico, político e tecnológico, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

As relações entre as ditaduras brasileira e chilena com o campo da cultura podem ser interpretadas a partir de pelo menos três perspectivas: 1) a ação repressiva, censória e persecutória dos regimes autoritários em relação a diversas manifestações artísticas e culturais; 2) o incentivo à consolidação dos meios de comunicação de massa e o fortalecimento das indústrias culturais como estratégia de desenvolvimento econômico e integração nacional e 3) a atuação através de políticas culturais que se coadunavam com as perspectivas político-ideológicas dos regimes.

Sobre o caso chileno, teria aparecido um documento intitulado Política Cultural del Gobierno de Chile, de 1975.

Ésta declara que “el arte no podrá estar más comprometido con ideologías políticas”, al tiempo que se propone definir el “deber ser” nacional, confiriendo a la cultura la misión de crear “anticuerpos” contra

el marxismo para “extirpar de raíz y para siempre los focos de infección que se desarrollaron y puedan desarrollarse sobre el cuerpo moral de nuestra patria (JORDAN, 2009, p. 80).

Nos dois países chegou-se a falar em um determinado “apagão” (CAVALCANTE, 2015) ou “vazio” (NAPOLITANO, 2017) cultural nos contextos de maior repressão política, o que teria desmantelado as formas anteriores de liberdade artística e de suas visibilidades correspondentes. Assim, os agentes culturais tiveram que reconstruir práticas e discursos no enfrentamento contra o autoritarismo.

Así, la relación compleja que establece la música entre lo público y lo privado desde los primeros años del régimen evidencia una apertura progresiva con el ingreso de las músicas de la oposición, en un comienzo intermitente y luego decisivo, a los medios de comunicación masiva. Sin embargo, otra música, radicalmente clandestina, permanecerá lejos de la notoriedad oficial, para circular sobre el soporte del casete pirateado entre diversos sectores resistentes que ansían la caída del dictador (JORDAN, 2009, p. 91).

Dentro dessa diversidade de atuações da ditadura, até mesmo algumas convergências ocorreram, como o caso da participação de artistas do selo Lira Paulistana, e de alguns companheiros de cena paulista, da Série Independentes, promovida pela Fundação Nacional das Artes (Funarte) entre 1982 e 1985. Ou seja, mesmo as relações de aproximação entre a produção independente e a resistência cultural poderiam ter seus episódios de contradição: a oportunidade de circular e ter visibilidade para um independente poderia ser aproveitada mesmo quando o promotor da atividade fosse uma fundação ligada ao Estado, como era a Funarte.



Cartaz da apresentação do Grupo Rumor na Funarte (1983)

Assim, apesar das complexas e diferenciadas relações entre arte e política que ocorreram nas ditaduras sul-americanas entre as décadas de 1960 e 1990, podemos apontar como a produção artística independente, especialmente a musical, desenvolveu formas de resistência e também de imaginação política que contribuíram para o processo de aglutinação de forças opositoras às ditaduras, colaborando ainda para a reconstrução dos horizontes democráticos nas sociedades chilena e brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, César; ASTUDILLO, Cecilia. El fondo documental del sello discográfico Alerce. **XXII Conferencia Internacional de Bibliotecología**. Bibliotecas, archivos, museos: aportando a la agenda 2030, Santiago, Colegio de Bibliotecarios de Chile A.G., 30 e 31 out. de 2018.
- ALEXANDRE, Ricardo. **Dias de luta**: o rock e o Brasil dos anos 80. 2. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016.
- ALFARO, Sergio Araya. Alerce, la otra música... un correlato en tiempos de dictadura. **Cuadernos de Etnomusicología**, n. 10, p. 68-98, 2017.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. **Alerce**: la otra música (1975-2011). Memoria Chilena. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-340744.html>. Acesso em: 01 set. 2020a.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. **Canto Nuevo**. Memoria Chilena. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-96420.html>. Acesso em: 14 out. 2020b.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. **La Nueva Canción Chilena**. Memoria Chilena. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-702.html>. Acesso em: 14 out. 2020c.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. **Revista La Bicicleta (1978-1990)**. Memoria Chilena. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-100795.html>. Acesso em: 01 set. 2020d.
- CAMARGO, Cássio Michel dos Santos; ALVES, Rafael Souza. Ditadura, repressão e música no Chile. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 3, n. 2, p. 112-125, ago. 2011.
- CANCLINI, Néstor. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor. (org.). **Políticas culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-61.
- CAPARELLI, Sérgio. **Ditaduras e Indústrias Culturais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1989.
- CAVALCANTE, Rafael Rodrigues. O apagão e o contra-apagão cultural: a música na ditadura militar chilena. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, jul. 2015.
- CÓRDOBA, J. La música de resistencia en la dictadura chilena. **Iberoamérica Social**: revista-red de estudios sociales VIII, p. 14-18. Disponível em: <http://iberoamericasocial.com/la-musica-deresistencia-en-la-dictadura-chilena>. Acesso em: 10 set. 2020.
- ERRÁZURIZ, Luis Hernán. Dictadura militar en Chile. Antecedentes del golpe estético-cultural. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 2, p. 136-157, 2009.
- FENERICK, José Adriano. A ditadura, a indústria fonográfica e os “Independentes” de São Paulo nos anos 70/80. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 3, n. 6, p. 155-178, jul./dez. 2004.
- FERNANDES, Natália Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 3, n. 1, p. 173-192, jan./jun. 2013.
- GALLETTA, Thiago Pires. Para além das grandes gravadoras: percursos históricos, imaginários e práticas do “independente” no Brasil. **Música Popular em Revista**, Campinas, ano 3, v. 1, p. 54-79, jul./dez. 2014.
- GHEZZI, Daniela Ribas. **De um Porão Para o Mundo**: A Vanguarda Paulista e a Produção Independente de LP's através do selo Lira Paulistana nos anos 80 - um estudo dos Campos Fonográfico e Musical. 2003. (Dissertação de Mestrado) – Universidade de Campinas, IFCH/Unicamp, 2003.
- GONZÁLEZ, Juan Pablo. Vanguardia, cultura de masas y resistencia cultural en San Pablo y Santiago en los años ochenta. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho (orgs.). **Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas**. Assis (SP): FCL-Assis-UNESP Publicações/ São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010. p. 319-332.
- HIJONOSA, Isabel Jara. Discurso cultural da ditadura chilena. Entre a pátria e o mercado. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 313-333.

JORDAN, Laura. Música y clandestinidad en dictadura: la represión, la circulación de músicas de resistencia y el casete clandestino. **Revista Musical Chilena**, Año LXIII, n. 212, p. 77-102, jul./dez. 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico. São Paulo: Intermeios - Casa de Artes e Livros, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Vaz. (org.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2. p. 145-174.

RIBEIRO, Paulo Roberto. Fala Bebeléu, um compositor que é “Isca de Polícia”. **Movimento**, São Paulo, p. 18-19, 29 jun. a 05 jul. 1981.

VICENTE, Eduardo. Segmentação e consumo: a produção fonográfica brasileira – 1965/1999. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 103-121, jan./jun. 2008.

LAMPIÃO DA ESQUINA E SOMOS: MOVIMENTOS HOMOSSEXUAIS NO BRASIL E ARGENTINA EM TEMPOS DE FÚRIA (1973-1981)

Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto¹

Resumo: O jornal *Lampião da Esquina*, publicado entre 1978-1981 desempenhou um papel fundamental para a formação da primeira onda do movimento homossexual brasileiro. Já na Argentina, anos antes, uma imprensa alternativa também surgiu na mesma década a partir da organização da Frente de Liberação Homossexual Argentina. O jornal *Somos* produzido entre 1973-1976 teve importante impacto na disseminação das ideias do grupo no interregno de duas ditaduras que assolaram o país. Neste sentido, nosso principal objetivo é apresentar parte dos resultados parciais desta pesquisa que vem sendo realizada durante o mestrado. Para tal, destacaremos os pontos de convergência e singularidades que circundam o processo de formação das identidades a partir destes jornais.

MOVIMENTOS HOMOSSEXUAIS NOS TRÓPICOS: O CASO DA ARGENTINA E DO BRASIL

Pensar o processo de construção dos movimentos homossexuais tem sido um desafio constante de minha trajetória de pesquisa que se iniciou ainda em 2015 quando me aproximei do jornal *Lampião da Esquina* e da história do movimento homossexual brasileiro. Desde então, ao longo de diferentes momentos dessa trajetória tenho tentado desenhar e esquematizar o processo de construção de uma primeira geração de ativistas homossexuais não só no Brasil como na Argentina, agora durante o mestrado, e ainda outros países em projeções futuras de pesquisa.

Compreender este processo, que se entrelaça com o meu próprio fazer historiográfico fora do armário tem um papel significativo para pensar as assimetrias político-culturais do desenvolvimento destes movimentos no Cone Sul, e em termos gerais, em parte do Sul Global². Tomo esta posição epistemológica de pensar a construção como destes movimentos como conectadas, porém extremamente singulares quanto ao desenvolvimento do Norte por ter em mente que os países da América Latina possuem uma história comum e, em específico, durante a segunda metade do século XX são marcados por ditaduras que correspondem ao recrudescimento e ascensão de projetos políticos autoritários que estavam, sobretudo, emaranhados as relações políticas da Guerra Fria.

Neste sentido, refletir a trajetória dos movimentos na Argentina e no Brasil pode nos auxiliar neste processo de construção geral da luta pelos direitos à cidadania da comunidade homossexual, que hoje foi redefinida a partir do reconhecimento e inclusão de identidades sexuais e de gênero outras que compõem a sopa de letrinhas LGBTI+³.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás. Pesquisador do grupo GEPEG/UFG e ANÔMALOS/UFCAT. E-mail: rhanillypereira@hotmail.com

² As expressões Norte e Sul Global foram originalmente pensadas através do pensamento decolonial compreendendo que não só há uma matriz de poderes que se estabelecem através da modernidade entre estas duas regiões, como também assimetrias quanto aos processos históricos. O Norte é compreendido por aqueles países que constroem a mentalidade do ocidente através das colonizações e o Sul é determinado por aquelas nações que mesmo hoje, após os processo de independência da América, Ásia e África, continuam a dependente de inúmeras formas que circundam o ser, o saber e o poder como destacaram Ballestrin (2013) e Quijano (2009)

³ Utilizamos a nomenclatura para abarcar o grupo de dissidentes das normas de gênero e sexualidade impostas em nossa sociedade. São eles: lésbicas, bissexuais, gays, transexuais, travestis, intersexuais, queers. Para um aprofundamento sobre a sigla ver: REIS, Toni. (Org.). Manual de ComunicaçãoLGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI+/GayLatino, 2018.

Na Argentina, este processo se iniciou ainda em 1969 a partir do desgaste e da crise política gerada durante uma ditadura militar iniciada em 1966 com a derrubada do presidente, democraticamente eleito, Illia sob pretexto de afastar do poder as forças peronistas.

A autodenominada Revolução Argentina iniciada pela Junta Militar a partir da liderança de Juan Carlos Onganía agonizava naquele ano com manifestações estudantis e greves gerais que convergiram para o chamado Cordobazo⁴. O crescente descontentamento popular, o desgaste a partir da fragmentação dentro da própria junta fez com que aquele contexto histórico pudesse gestar o nascimento da primeira organização política de homossexuais fosse fundada naquele mesmo ano.

Nuestro Mundo iniciou suas atividades em 1969 a partir da liderança de Héctor Anabitarte. De acordo com Simonetto (2017):

Héctor Anabitarte era um comunista sindicalizado do Correio Argentino. Em 1967, tentou debater a homossexualidade no interior do partido a partir de uma carta ao comitê central, razão pela qual foi enviado para consultar-se com um psiquiatra comunista e separado do grupo de jovens do partido, para mais tarde ser expulso. Com a consolidação do estalinismo, os comunistas adotaram a postura de que a homossexualidade era “sinal da decadência burguesa”. (SIMONETTO, 2017, p. 25, tradução nossa)⁵

A trajetória de Anabitarte significa parte de um elemento que se expandiu por toda a esquerda na América Latina. No Brasil, esta mesma concepção seria adotada pelas alas marxista-stalinista fazendo com que parte dos primeiros militantes que escreviam para o *Lampião da Esquina*, criticar profundamente a visão do que denominavam ser à esquerda tradicional. Renan Quinalha (2018) e Benjamin Cowan (2018) refletiram sobre os elementos presentes no imaginário social presentes em ambos os espectros do debate político quanto as questões do sexo e da sexualidade.

A concepção de da homossexualidade como um sinal de decadência do capitalismo se estrutura a partir de uma sistematização, isto é, dos sistemas de juízo sexual. Conforme destaca Gayle Rubin (2017 [1984]) estes sistemas agem como classificadores sócio-culturais das práticas sexuais imbuídos de uma moralidade própria. A contribuição da antropóloga estadunidense nos possibilita pensar ainda, que as identidades sexuais também se constroem a partir deste caráter balizador que estratifica a partir de uma racionalidade heteronormativa, como destacou Butler (2013), as relações humanas e os padrões normativos do gênero e da sexualidade.

O grupo *Nuestro Mundo*, liderado por Anabitarte viria ainda publicar um boletim informativo da atuação da organização com o mesmo nome do grupo e somente em 1971 a partir do diálogo com outros militantes de um grupo criado na Universidade de Buenos Aires, chamado de Profesionales⁶, fundaria a chamada Frente de Liberação Homossexual Argentina. Patricio Simonetto (2017) e Santiago Joaquin Insausti (2016) ao analisarem estas trajetórias destacam que entre 1973 e 1975 a Frente viveria seu período de maior visibilidade e apogeu.

⁴ Na história recente da Argentina, o Cordobazo foi uma greve geral organizada na região industrial de Córdoba que mobilizou trabalhadores e trabalhadoras da indústria contra política econômica instaurada durante o regime de Onganía. A insatisfação generalizada tomou conta do país que já durante dois meses anteriores já amargava com manifestações sobre a violência policial e a repressão do regime. Em linhas gerais, o Cordobazo caracteriza um ponto de inflexão na política do país guiando não só a queda do ditador como também um processo de transição para um breve interregno democrático que logo em 1976 seria sucedido por uma nova ditadura sob o nome de “Reorganização Nacional” (DELLASOPPA, 1998)

⁵ “Héctor Anabitarte era un comunista delegado del Correo Argentino. En 1967, intentó debatir la homosexualidad al interior del partido mediante una carta al comité central, razón por la que se lo envió a atenderse con un psiquiatra comunista y se lo desvinculó de la juventud del partido, para más tarde expulsarlo. Con la consolidación del estalinismo, los comunistas adoptaron la postura de que la homosexualidad era “signo de la decadencia burguesa”. (SIMONETTO, 2017, p.25)

⁶ Um personagem fundamental deste grupo foi Nestor Perlongher, ativista e intelectual que anos depois, após o exílio para o Brasil viria a integrar um debate entre homossexualidade e trabalho no nascente Partido dos Trabalhadores (TREVISAN, 2018).

Nestes anos de consolidação, a Frente fundaria um jornal artesanal em formato de zine com periodicidade irregular entre 1973-1976 com pequenas tiragens em 8 edições, distribuído de mão em mão nos espaços de luta. Durante estes anos a denúncia contra a violência policial esteve situada como um ponto central do jornal juntamente com as denúncias destas mesmas práticas em países como Uruguai, Chile, Espanha e Estados Unidos. Além de denunciar o jornal de nome *Somos* apresentou uma plataforma teórica e militante a partir da aliança formada entre FLH e o Grupo de Política Sexual – uma união entre a Frente e a União Feminista Argentina – que consistia na definição de um pensamento radical sobre e a partir do sexo.

Esta radicalidade para falar sobre as questões sobre a sexualidade estão presentes não só em contexto argentino, mas também no Brasil. Em nosso contexto nacional, um grupo de intelectuais, repórteres e artistas deram início a um jornal catalogado na História da Imprensa no Brasil, como alternativo ou nanico, que modificou não só a forma da escrita da imprensa homossexual, como também apresentou as discussões recorrentes no emergente movimento homossexual brasileiro.

Dois anos depois do fim da Frente de Liberação Homossexual Argentina, causado pelo forte medo e aproximação da ditadura militar chamada de “Reorganização Nacional”, *Lampião* da Esquina surgiu como um espaço de discussão e de projeção sobre uma forma outra de pensar a homossexualidade e as questões sociais que eram hasteadas a partir das novas bandeiras de movimentos sociais emergentes. Publicado entre 1978-1981, com uma distribuição mensal para quase todo o Brasil, o jornal é considerado um marco para a imprensa homossexual conforme destacou Rodrigues (2018).

Durante seus anos aceso, *Lampião* não só discutiu as questões referentes as sexualidades e as pautas referentes aos movimentos emergentes naquele período, como também criticou veemente as políticas de repressão a partir da censura. Ao longo de suas 39 edições o jornal manteve não uma proposta política de discussão sobre os elementos que eram a base do discurso militar: a preservação da “moral e dos bons costumes”.

Lampião surgia de um contexto político de abertura e de crise da ditadura no Brasil. O clima de mudanças se fez presente no próprio gueto homossexual com a expansão dos espaços de sociabilidade e com o crescente ideal contestador proveniente da estética de contracultura (TREVISAN, 2018). Este jornal, é proveniente da soma de esforços que já se delineavam desde 1976 com tentativas de criação de grupos ativistas e também com a posterior aproximação entre parte do corpo editorial de *Lampião* com o editor e escritor da Gay Sunshine Press, Winston Layland. (MACRAE, 1990; GREEN, 2000; TREVISAN; 2018 [1986]).

Parte do empreendimento de *Lampião* e *Somos*, nos possibilita pensar nos processos de constituição das identidades homossexuais. Compreender o que transborda nas páginas de cada jornal tem se mostrado uma tarefa necessária para refletir sobre a construção das homossexualidades naquele período e recuperar ou efetivamente estabelecer uma ponte entre o passado e o presente. É neste sentido que a pesquisa de mestrado tem a partir deste corpo documental o interesse de verificar as disputas e os projetos políticos que inventam um determinado corpo homossexual.

NOVAS IDENTIDADES E UM NOVO DISCURSO POLÍTICO

Talvez o elemento fundamental que marque o processo de emergência destes movimentos seja a ideia da visibilidade e da modificação do significado histórico de sua existência. Ao despontarem a partir de contextos de crise dos autoritarismos *Somos* e *Lampião da Esquina* significam o processo de escrita e de inscrição social através

da elaboração de si. Neste sentido, compreendo que em ambos os contextos há um processo de reinvenção do corpo homossexual.

A perspectiva da reinvenção aqui é tomada a partir do diálogo teórico estabelecido entre Paulo Souto Maior Júnior (2015) e Peter Drucker (2015). O historiador brasileiro, ao investigar o processo de invenção do corpo homossexual, defende que nas páginas de *Lampião da Esquina*, sensibilidades e enunciados deram se entrecruzaram num processo de compreensão e de reelaboração do papel historicamente dado ao corpo homossexual no Brasil. Dessa forma, se tomamos a escrita de *Lampião*, e aqui incluo também o *Somos*, como parte de um discurso histórico de reelaboração sobre o desejo homossexual e as identidades que dele surgem, é necessário compreender como este discurso se relaciona com as relações sociais e culturais de ambos os contextos.

Ao estabelecer uma análise global sobre as identidades homossexuais, Peter Drucker ao analisar a construção histórica deste processo a partir dos diferentes momentos do capitalismo, defende que sobre o capitalismo este desejo homo pode ser observado através da categoria *same sex formation*.

Uso uma nova categoria central para a compreensão das histórias de mesmo-sexo: “formação de mesmo sexo”. A formação de mesmo sexo é uma hierarquia específica para padrões diferentes do mesmo sexo (como os padrões transgênero, intergeracionais e lésbico/gays), no qual um padrão é culturalmente dominante (se não, necessariamente mais prevalente). Cada formação (ou regime) do mesmo sexo, ocupa um lugar específico em um determinado modo de produção (como o feudalismo) ou o regime capitalista de acumulação (como o imperialismo clássico). Usando esta categoria podemos ver que a identidade lésbica/gay, longe de ser eterna só adquiriu hegemonia sobre outros padrões do mesmo sexo (no que chamo de “formação gay dominante”) quando tomou seu lugar no regime fordista global de acumulação capitalista, a partir das décadas de 1940 a 1970. O regime que precedeu a formação gay dominante era diferente em muitos aspectos; o regime com o qual vivemos hoje (que chamo de homonormativo-dominante), sob o neoliberalismo, vem minando a centralidade da identidade lésbica/gay. (DRUCKER, 2015, p.41, tradução nossa)⁷

A utilização desta categoria e da divisão sobre as formas com que o desejo homossexual foi historicamente compreendido dentro do capitalismo tornou possível determinadas identidades, assim como impossibilitou que outras identidades de mesmo sexo sobrevivessem da lógica do capitalismo. De modo geral, Drucker estabelece que um primeiro modelo hegemônico seria marcado a partir do *invertido dominante*. Esta forma hegemônica se estabeleceria na América Latina no processo de expansão do capitalismo entre os séculos XVIII e XIX com a emergência de um discurso médico e jurídico sobre o sexo.

Já o modelo *gay dominante* emerge do contexto do fordismo a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Neste modelo, as identidades lésbicas e gays estariam se fortalecendo a partir da expansão dos espaços de sociabilidade e também dos movimentos de contestação política que marcariam entre os anos 1960 e 1970 uma virada ou uma transição para um novo regime de normalidade ou *nova homonormatividade*.

⁷ A same-sex formation is a specific hierarchy of different same-sex patterns (like the transgender, intergenerational and lesbian/gay patterns) in which one pattern is culturally dominant (if not necessarily most prevalent). Each same-sex formation (or regime) occupies a specific place in a particular mode of production (like feudalism) or capitalist regime of accumulation (like classical imperialism). Using this category we can see that lesbian/gay identity, far from being eternal, only acquired hegemony over other same-sex patterns (in what I call the ‘gay-dominant formation’) when it took its place in the global Fordist regime of capitalist accumulation, from roughly the 1940s to the 1970s. The same-sex regime that preceded the gaydominant formation was different in many ways; the regime we are living with today (which I call ‘homonormative-dominant’), under neoliberalism, has been undermining the centrality of lesbian/gay identity. (DRUCKER, 2015, p.41).

Partindo da dinâmica destas categorias, tenho pensado como é possível compreender e analisar o *Lampião da Esquina* e o *Somos* para compreender a espécie de caldeirão de identidades homossexuais na Argentina e no Brasil. Isto é, efetuar uma análise que nos possibilite dimensionar as disputas entre chongos/maricas, bofes/bichas, locas, entendidos e entendidas. Todas estas identidades estão mergulhadas no cotidiano do gueto homossexual daquele período como Green (2000) e Santiago Joaquin Insausti (2019) analisaram, e contribuem para compreendermos a emergência de novas identidades em tempos de transição não só, político-cultural, mas também como um elemento composto da história das relações de mesmo sexo.

Ao longo de minha pesquisa, para pensar as construções e as derivas destas identidades tenho investigado as alianças estabelecidas nos debates políticos enfrentados em cada contexto, a estrutura de ambos os jornais e as propostas editoriais de cada um. No caso de *Somos*, estes elementos aparecem através de uma outra identidade que definimos até então ser a da homossexualidade ou do homossexual militante.

A construção desta identidade se dava através da apropriação da imoralidade como um elemento constitutivo de seu aspecto revolucionário. Em sua segunda edição distribuída em fevereiro de 1974 o jornal propunha, através de um humor típico dos estereótipos criados sobre as maricas um teste para que os leitores identificassem se eram seguidores da moral vigente ou da imoralidade que lhes era historicamente atribuído.

As perguntas colocadas para os leitores versavam sobre o comportamento delas quanto ao consumo cultural, isto é, do seu interesse para determinados filmes como *Laranja Mecânica*, ou ainda livros de romances. As questões sobre quais eram seus parceiros e parceiras sexuais também foram presentes seguidas de algumas questões sobre o vocabulário do gueto como por exemplo: “f. Conhece o significado das seguintes expressões? Yírar, Sesenta e Nove, Beijos Negros, Volta e Volta, Chongos?” (SOMOS, 1974, n. 2, p. 12, tradução nossa)⁸.

Questões como nos possibilita pensar os elementos que se entrecruzam no processo de construção performativa das identidades homossexuais. A imoralidade serve como aspecto fundamental no processo de compreensão do lugar social ocupado. Neste sentido, *Somos* destaca as conclusões do teste.

RESPUESTAS

Si ha contestado NO en todas las preguntas, Ud. es una persona virgen, respetable y admirable, pero no amable. Le recomendamos afiliarse a la Liga de Pedras más próxima a su domicilio, excepto si no puede dejar los hábitos e los reglamentos de su institución no se lo permiten. Ah, saludos a la Santa Inquisición.

Si contestado SI a dos preguntas solamente: Usted está al borde de la tentación. No caiga. Suscribese a alguna publicación legal y anote en los Curalles de la Cristandad.

Si ha contestado SI a diez preguntas por lo menos: Usted es una persona inmoral, innoble y perversamente degenerada. Publique sus memorias contendo como se ha achado a perder de esa manera. Cuidado: Um comando parapolicial le quemará la casa.

Si ha contestado SI a todas las preguntas: Es inútil que se esconda: ya es demasiado tarde. Ud. es agente de la Internacional del Pecado. Pero no huya todavía: antes del fusilamiento contacte con nuestra redacción que tenemos mucho qué hablar. (SOMOS, 1974, n. 2, p. 12)⁹

⁸ “f. Conoce el significado de las siguientes expresiones? Yírar, Sesenta y nueve, Besos Negros, Vuelta y Vuelta, Chongos. (SOMOS, 1974, n.2, p12). Agradeço a consulta positiva de Patrício Simonetto para o processo de compreensão das expressões utilizadas. Para uma maior compreensão sobre estas expressões ver: PERALTA, Jorge Luis; SIMONETTO, Patrício. Una lengua impropia: hacia una historia del argot gay en Argentina (1880-2010). In: PERALTA, Jorge Luis; JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Palabras para una tribu: Estudios sobre argot gay en Argentina, España y México*. Madrid: Egales Editorial. 2020.

⁹ “RESPOSTAS

Se você respondeu NÃO a todas as perguntas, você é uma pessoa virgem, respeitável e admirável, mas não gentil.



Através do humor, os escritores do jornal vinculado a FLH deixam nos possibilitam estabelecer alguns elementos que circulam o processo de formação histórica da homossexualidade na Argentina. A relação entre moral, religiosidade e militarismo são neste sentido um atestado de um contexto histórico autoritário que pode também ser estendido ao Brasil.

A imoralidade, entretanto, compõe um imaginário social historicamente relacionado a construção da *marica* na Argentina e da bicha no Brasil. Conforme analisaram Fry (1982), MacRae (1990) e Green (2000) esta identidade só fazia sentido no processo de incorporação de seu par dicotômico o bofe, em contexto brasileiro e na Argentina o chongo. Estas identidades correspondentes em ambos os países indicavam o bofe e o chongo lido socialmente como um homem heterossexual que eventualmente penetrava a marica e a bicha. Neste sentido o estereótipo se estabeleceria através da identidade que incorporava elementos performativos mais próximos a construção das feminilidades.

O jornal *Somos*, ao estabelecer o Teste de Imoralidade assume as características que eram frequentemente atribuídas as *maricas* e *locas*, isto é, o exagero e a ausência de uma determinada “seriedade” política que se apresentava em outros espectros da esquerda Argentina. Este elemento pode também ser observado na estruturação da seção periódica de *Lampião da Esquina* denominada Bixórdia. Nela as principais “focofas” do ambiente cultural carioca e paulista eram colocadas em cena e saudadas, muitas vezes, por elogios na seção Cartas do Leitor – espaço destinado para que os leitores estabelecessem contato com os escritores do jornal.

Outras dimensões podem ainda ser estabelecidas através das críticas contra o bofe, que vez ou outra figuram nas denúncias da relação entre policiais, travestis e homossexuais em *Lampião da Esquina* (PINTO, 2018). Já em contexto argentino, a crítica ao chongo toma uma proporção mais explícita que no contexto brasileiro. Em *Somos* uma narrativa contra este sujeito toma forma através de um ensaio produzido em forma de poema. Na edição de número 4, distribuída em setembro de 1974 sob o título de *Por que te puede voltear un chongo?*:

Es por ello que cada vez que se encuentra con un homosexual asumido entra en pánico, y trata de poner la mayor distancia posible, desde pedir guita hasta agredir. Su particular status sexual hace que se sienta obligado a dar excusas para entablar una relación homosexual como si el placer no fuera algo suficiente por si mismo. (SOMOS, 1974, n. 4, p. 21)

A crítica ao chongo no jornal é fortemente alicerçada na relação entre o movimento homossexual e o movimento feminista. A interpretação sobre a violência estabelecida entre *chongos* e *maricas* se deu através do reconhecimento do machismo como um elemento constitutivo desta identidade. Para *Somos* e também para *Lampião da Esquina* estes atos de violência se estabelecem através da relação de reciprocidade estabelecida dentro da matriz heteronormativa. Nesta racionalidade, constitui-se como correspondente a dinâmica homem/mulher, virilidade/feminilidade produzida através da lógica patriarcal.

Recomendamos que se afilie à Liga das Pedras mais próxima da sua casa, exceto se não puder abandonar os hábitos e os regulamentos da sua instituição o não permitir. Ah, saudações à Santa Inquisição.

Se você respondeu SIM a apenas duas perguntas: Você está à beira da tentação. Não caia. Você assina uma publicação legal e faz anotações no Curalles de la Cristandad.

Se você respondeu SIM a pelo menos dez perguntas: Você é uma pessoa imoral, ignóbil e perversamente degenerada. Publique suas memórias afirmando como você se comprometeu a se perder dessa forma. Cuidado: um esquadrão da parapolicial vai incendiar sua casa.

Se você respondeu SIM a todas as perguntas: É inútil você se esconder: é tarde demais. Você é um agente da Internacional do Pecado. Mas não fuja ainda: antes da execução, entre em contato com nossa redação, temos muito o que conversar. (SOMOS, 1974, n.2, p.1, tradução nossa)

Em contrapartida, a invenção de uma outra identidade, o *entendido* desestabilizava esta ordem formação de mesmo sexo. Entendo que ao emergir durante os anos 1960, no Brasil, esta identidade também correspondente em contexto argentino, estabeleceu-se ao questionar e deslocar a suas identidades sexuais de acordo com os papéis sociais do gênero.

Essas pessoas se definem não mais como ativas ou passivas, mas sim como heterossexuais ou homossexuais, questionando, assim a validade dos papéis preestabelecidos, sendo que muitas vezes até se sentiriam extremamente constrangidas se fossem forçadas a exercê-los. Em comparação à antiga hierarquia traduzida pelas expressões “bofe/bicha”, onde só o último era estigmatizado, devendo servir a seu “macho” a nova categorização sexual era essencialmente igualitária. (MACRAE, 1990, p. 53)

Esta nova identidade, embora é fundamentalmente presente na escrita e na estrutura de *Lampião da Esquina*, ao deslocar-se da dicotomia bofe/bicha essa identidade surgia como uma opção de positivação da sexualidade. Desse modo, a invenção de um dispositivo do armário, a crítica ao estigma e a contestação política conferiam a essa nova identidade homossexual a ideia da integração e assimilação social contemplada em primeira medida através da lógica das seções do jornal e também de seu editorial manifesto Saindo do Gueto.

No contexto, argentino Santiago Joaquin Insausti ao refletir sobre estas identidades, destacou que o *entendido* fez parte da construção das homossexualidades da classe média e das classes mais abastadas (INSAUSTI, 2016). A crítica aos papéis sociais de gênero esteve relacionada também com a reinvenção dos espaços de sociabilidade homossexuais nos anos 80 após a ditadura militar da Reorganização Nacional. Embora, o período coberto por Insausti relacione a produção destas identidades a partir desta década, *Somos* e a própria atuação da Frente, abrem a margem de compreensão de que através daquele jornal, estabelece-se uma perspectiva mais radical sobre o sexo que tomava elementos que posteriormente estariam expressos nas décadas posteriores.

Deste modo, a identidade que se constituía através dessa organização como elemento radical de transformação social pode ser associada a um hibridismo entre os elementos da marica e as características que perpassam o *entendido*. O cruzamento entre estas identidades nos aproxima da compreensão de Drucker sobre os processos que originaram a transição do período gay-dominante e da emergência da nova homonormatividade. O *entendido* lampiônico e a *loca* do *Somos* constituem-se como identidades intermediárias a consolidação da normalidade gay e da construção histórica da perspectiva política de assimilação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa ainda está em andamento e as discussões sobre as identidades ainda estão sendo refletidas e colocadas em análise. Perceber as identidades produzidas na Argentina e no Brasil pode nos fornecer uma visão distinta sobre a relação da construção da cidadania dos homossexuais masculinos no presente, em tempos de crise generalizada.

Apesar de apresentar, neste texto uma fração da pesquisa em andamento no mestrado, este artigo tem como principal função estabelecer uma ponte para o diálogo e para o debate sobre os processos de construção das identidades homossexuais em ambos os países, mas também projetando para possibilidades futuras de questionamento mais geral sobre o surgimento dessa normalidade gay na América Latina. Neste sentido, penso que as identidades produzidas em tempos de *Lampião da Esquina* e *Somos*, nos auxiliam a estabelecer um diálogo sobre as disputas

cotidianas e persistência histórica destes sujeitos em tentar reelaborar a representação histórica construída a partir da matriz heteronormativa.

Longe de oferecer uma resposta única aos processos históricos e as assimetrias entre Norte e Sul Global, compreendo que pensar sobre os elementos performativos que caracterizaram as formações gay-dominantes chongo/marica e bofe/bicha, assim como a *loca* e o *entendido* nos permite perceber que um processo de modificação profunda sobre a homossexualidade se iniciava ali. Seja a partir da aproximação com os diferentes espectros das esquerdas, seja através da relação de violência construída e agudizada em tempos ditatoriais, estas identidades nos possibilitam reconhecer os limites entre a liberação homossexual assimilacionista e aquela voltada para a construção de outros projetos de mundo.

Neste sentido, defendo que a nova homonormatividade não surge efetivamente nestes contextos apresentados. Entretanto, as identidades que ali circularam construíram as bases para uma política de assimilação social. No caso da Argentina, o hibridismo colocado sobre a *loca* é, sobretudo, produto de disputas políticas sobre o processo de construção de saída do gueto. Já no Brasil, a busca pela integração no *Lampião da Esquina* sugere que a marcação da classe e da raça fossem as bases para a construção de uma normalidade gay.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DELLASOPPA, Emilio. **Ao inimigo, nem justiça**: violência política na Argentina (1943-1983). São Paulo: USP, 1998.
- DRUCKER, Peter. **Warped**: gay normality and queer anti-capitalism. Leiden: Brill, 2015.
- COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2018. p. 27-52.
- GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina do Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- INSAUSTI, Santiago Joaquín. **De maricas, travestis y gays**: derivas identitárias en Buenos Aires (1966-1989). 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2016.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.
- PERALTA, Jorge Luis; SIMONETTO, Patrício. Una lengua impropia: hacia una historia del argot gay en Argentina (1880-2010). In: PERALTA, Jorge Luis; JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Palabras para una tribu**: Estudios sobre argot gay en Argentina, España y México. Madrid: Egales Editorial. 2020. p. 17- 105.
- PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. **Estourando a bolha**: o cotidiano LGBT entre identidades, violências e resistências no jornal o Lampião da Esquina (1978-1981). 2018. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.
- QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- REIS, Toni. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.
- RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.



SIMONETTO, Patricio. **Entre la injuria y la revolución**: el Frente de Liberación Homosexual: Argentina 1967-1976. Bernal: Universidad Nacional de Quilmenes, 2017.

SOMOS. Teste de Imoralidad. **Somos**, Buenos Aires, n. 2, p. 12-13, fev. 1974.

SOMOS. Por que te puede voltear un chongo?. **Somos**, Buenos Aires, n. 4, p. 19-20, ago./ set. 1974.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. **Assumir-se ou não assumir-se?** O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

IMPRENSA, MOVIMENTOS E NARRATIVAS FEMINISTAS: UMA BREVE HISTÓRIA DO JORNAL MULHERIO (1981-1988)

Renata Cavazzana Da Silva

Resumo: *Mulherio* (1981-1988), criado por jornalistas, militantes e pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas em período de abertura política, foi um dos jornais mais longevos e profissionais da imprensa feminista alternativa. O jornal, sediado em São Paulo, desfrutou de certa legitimidade por seu caráter acadêmico, tornando-se hoje uma fonte recorrente nos estudos sobre os feminismos no Brasil. Apesar disso, há poucas análises sobre o *Mulherio* a partir de uma abordagem integral e o periódico é frequentemente tomado, de modo generalizante, como representante do movimento feminista brasileiro ou de um “feminismo de verdade”. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo elaborar brevemente a trajetória do *Mulherio* para refletir sobre o seu lugar na história da imprensa alternativa e do movimento feminista no país.

Palavras-chave: Imprensa feminista; *Mulherio*; Feminismo.

INTRODUÇÃO

O movimento feminista brasileiro que emergiu na década de 1970 enfrentou a repressão, a censura e o ataque constante aos direitos humanos, que marcaram o período de governo ditatorial militar, instaurado no país após o golpe de estado em 1964. A despeito do endurecimento do regime ditatorial, o movimento se articulou e fortaleceu no interior dos grupos de mulheres, como os clubes de mães, nas associações de bairro, nos grupos de esquerda, nos partidos políticos clandestinos e na guerrilha. Nesses espaços, as mulheres e feministas colocaram a chamada “condição da mulher” em pauta, desafiando as fronteiras entre o privado e o político.

As mulheres que se identificaram com o feminismo nesse período tornaram-se feministas através da militância em diferentes frentes e geralmente eram “[...] professoras universitárias, estudantes, sindicalistas, ativistas vindas de movimentos populares, jornalistas, etc.” (CORRÊA, 2001, p. 15). Em sua maioria, simpatizavam ou tinham alguma relação com as lutas contra a ditadura e pela democracia, fosse por meio de familiares envolvidos em tais lutas ou participando diretamente dos grupos de resistência. Outras tiveram contato com o feminismo em movimentos por direitos humanos, movimentos de contra cultura, viagens ao exterior, no exílio ou a partir da leitura e realização de pesquisas sobre as mulheres (PEDRO, 2010).

De modo semelhante, a imprensa alternativa marcou a trajetória de muitas mulheres que, lendo ou produzindo jornais com e para mulheres, descobriram-se também feministas. A diversidade e o vasto número de títulos criados por grupos de mulheres conformam uma imprensa feminista alternativa que “[...] apresenta inovações e uma continuidade que insinuam sua existência como um acontecimento alternativo à própria imprensa alternativa típica da ditadura” (CRESCÊNCIO, 2016, p. 60). Abordando temas como aborto, sexualidade, maternidade, trabalho doméstico, família, entre outros, os jornais feministas se tornaram um dos principais instrumentos da difusão das ideias e dos debates feministas entre 1970 e 1980.

Além disso, esses jornais são potenciais fontes para o estudo do feminismo e da ditadura no Brasil e têm sido frequentemente investigados como objetos de pesquisa e como fontes de análise para uma miríade de temas,

a partir de uma perspectiva de gênero. Dessa forma, como analisa Tania Regina de Luca, o campo dos estudos de gênero se constituiu como um dos mais dinâmicos da historiografia contemporânea brasileira, colaborando para o estabelecimento de uma “[...] relação estreita entre a diversificação das temáticas historiográficas e a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa” (2005, p. 126).

Por outro lado, como analisa Joana Maria Pedro (2006), é possível identificar, a partir dos debates sobre a imprensa feminista, a existência de uma narrativa de “origem” do feminismo no Brasil nesse período, que é resultado de disputas de poder entre os grupos feministas e outros personagens envolvidos na luta contra a ditadura, isto é, os partidos e grupos de esquerda. Essa narrativa prevalece atualmente e provocou desdobramentos nos estudos sobre os movimentos feministas e de mulheres nesse contexto. Mas, o passado feminista não consiste em um processo linear de deslocamento, mas em uma série de contestações e relações (HEMMINGS, 2009, p. 236). Portanto, não é conveniente buscar ou apontar uma origem única para o surgimento do feminismo, especialmente quando sua história é atravessada por diversas histórias e experiências.

A partir dessas reflexões, nosso objetivo é refletir sobre o lugar do jornal feminista *Mulherio* na história, considerado um herdeiro do formato da imprensa feminista alternativa e o “mais feminista dos jornais feministas” (KUCINSKI, 1992, p. 72). Veiculado entre os anos de 1981 e 1988, o *Mulherio* reservou particularidades consideráveis em relação aos outros jornais feministas. Assim como os periódicos feministas alternativos, incorporou as questões de gênero e assumiu temas relacionados à democracia e às mulheres. Entretanto, por ter sido produzido por pesquisadoras e jornalistas, sediadas em São Paulo e subsidiadas por instituições destacadas por seus investimentos em “pesquisas sobre mulher” – a saber a Fundação Carlos Chagas e a Fundação Ford –, o jornal desfrutou de maior legitimidade, estabilidade e alcance.

Além disso, por ter todas as suas edições arquivadas no acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic e disponibilizadas digital e gratuitamente pela Fundação Carlos Chagas em seu site¹, tornou-se fonte privilegiada de diversos estudos, embora não seja frequentemente analisado a partir de uma abordagem integral, considerando criticamente quem, onde e em quais condições foi produzido – objetivo deste artigo. Para tanto, partimos de uma crítica do documento como monumento, desenvolvida por Jacques Le Goff, considerando que as fontes históricas são “[...] um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder” (2003, p. 545). Conforme o historiador, entendemos que as fontes resultam de uma montagem da história e da sociedade que o produziram e, além disso, é também produto das épocas sucessivas durante as quais passou a existir e ser manipulado. Com o *Mulherio* não foi diferente.

FEMINISMO DE VERDADE?

A imprensa feminista alternativa foi um dos principais canais de divulgação das ideias feministas entre as décadas de 1970 e 1980, especialmente no Brasil, “[...] o país latino-americano onde houve maior empenho do jornalismo feminista” (TELES, 2007, p. 41). De acordo com a análise da pesquisadora Elizabeth Cardoso (2004), a partir do levantamento de 75 títulos de jornais feministas desse período, essas publicações podem ser compreendidas em duas gerações distintas, que refletem mudanças estratégicas e de interesses do movimento: a primeira, datada dos anos entre 1974 e 1980, focada nas questões de classe, e a segunda, de 1981 à década de 1990, voltada para a questão de gênero. Além disso, a imprensa feminista ainda acompanhou o recrudescimento ou o abrandamento da ditadura em termos de liberdades e direito de manifestação (CRESCÊNCIO, 2016, p. 41).

¹ Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/capas2.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

Integrantes da primeira geração e considerados os primeiros jornais brasileiros alternativos feitos por e para mulheres no período pós-1975, os periódicos *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978) eram feitos de forma artesanal, tinham uma tiragem irregular e sua circulação era garantida pelas vendas de “mão a mão”. As publicações reuniram mulheres que passaram por experiências na militância clandestina, na prisão, na tortura e no exílio (LEITE, 2003, p. 235). O *Nós Mulheres* contou também com algumas jornalistas profissionais que atuaram em outros nichos da imprensa. Suas trajetórias marcaram os debates da imprensa feminista alternativa, bem como as disputas em torno da reivindicação do feminismo.

De acordo com Joana Maria Pedro, esses jornais geraram um conflito pela construção de uma narrativa de “origem” do feminismo no Brasil, que resulta de disputas de poder entre os grupos feministas e com outros personagens envolvidos com a luta contra a ditadura. Para a historiadora, “essa luta envolvia, para uns, as dicotomias entre ‘lutas gerais e lutas específicas’, de um lado, e entre ‘verdadeiramente feministas e não-feministas’, de outro”, refletindo interpretações provenientes de diferentes lugares (PEDRO, 2006, p. 250).

Tais dicotomias foram geradas pelo direcionamento das pautas dos grupos de mulheres e feministas: aqueles que abordavam questões como corpo, sexualidade e aborto, as chamadas “lutas específicas”, eram considerados verdadeiramente feministas e, ao mesmo, acusados de dividir a luta geral contra a ditadura e o capitalismo por um desvio burguês, sob o argumento de que só à burguesia interessava a “luta da mulher”. Por outro lado, os grupos mais preocupados com temas como a anistia e luta pelo fim da ditadura foram considerados menos feministas. Nessa lógica, o jornal *Nós Mulheres* foi considerado mais feminista e, por isso, acusado de ser divisionista; enquanto o *Brasil Mulher*, marcado pela “dupla militância” foi considerado menos feminista (PEDRO, 2006). Da mesma forma, Ana Escosteguy (2018) aponta que a profunda relação estabelecida entre a luta em torno da “condição da mulher” com a luta contra a ditadura militar, isto é, a “dupla militância”, desembocou nessa tensão permanente entre os dois vetores: um associado às lutas acerca da sexualidade, do corpo e do prazer; e outro que priorizava a luta de classes e pela democracia. Essa tensão repercutiu na formação da crítica feminista de mídia (ECOSTEGUY, 2018, p. 15).

A despeito da anistia aos exilados e da abertura política, essas dicotomias se aprofundam ao longo da década de 1980, quando as pautas “específicas” passam a ganhar mais espaço no debate feminista, ao mesmo tempo em que a participação política das feministas em partidos e setores progressistas de Igreja impuseram obstáculos para a garantia dos direitos das mulheres durante a redemocratização. Dessa forma, os dilemas da década anterior, gerados pela aliança entre as feministas e a esquerda, tornaram-se discordâncias. Ocorre então uma ruptura com os grupos de esquerda e a proliferação entidades feministas ligadas a Universidades, ONGs ou Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher. Concomitantemente, desenvolveu-se a segunda geração da imprensa feminista e assim, conforme Elizabeth Cardoso (2014), a ruptura entre as feministas e outros personagens da esquerda definiram novos rumos para o feminismo e a mudança de postura editorial na segunda geração de jornais feministas.

Essa geração de periódicos feministas se insere no momento em que, de acordo com Bernardo Kucinski (1991), o modelo alternativo de publicações sustentada por jornalistas e ativistas independentes por meio exclusivo da venda desapareceu, dando lugar a um processo de institucionalização do jornalismo crítico, preservando o formato e a temática dos jornais alternativos. Além disso, ainda de acordo com o autor, é também nesse momento que a imprensa feminista se desenvolve plenamente “[...] mergulhando no feminismo e desenvolvendo um padrão próprio, muito mais ligado ao meio acadêmico, à pesquisa de campo, do que às instituições da sociedade civil” (KUCINSKI, 1991, p. 72).

Essa análise posiciona convenientemente o jornal *Mulherio*, por seu caráter institucional e acadêmico, como “o mais feminista dos jornais feministas”, conforme pressupõe Kucinski. Entretanto, é importante ressaltar as conti-

nuidades entre os jornais feministas e questionar a ideia de um desenvolvimento linear dessa imprensa em direção a um “feminismo de verdade” e seu vínculo com a academia e a produção científica de estudos sobre as mulheres. Como analisa Elizabeth Cardoso, mesmo que seja possível estabelecer diferenças entre os jornais feministas da primeira e segunda geração, a partir de mudanças promovidas pelo curso da história, como em suas abordagens, pautas e condições de produção, ambas se interpenetram e as divisões não são estanques.

Além disso, é necessário questionar também a atribuição de legitimidade aos grupos feministas a partir de sua relação direta com o meio acadêmico, posto que foi o feminismo que “[...] forneceu as bases de legitimação para a construção de uma problemática científica concernente à mulher e posteriormente ao gênero, ou seja, às relações sociais entre os sexos” (COSTA, 1988, p. 64). Dessa forma, estabeleceu-se uma relação íntima e dialética entre a militância feminista e a academia, articuladas de modo que “As necessidades da militância abriam (ou fechavam) o leque de opções temáticas, direcionando em larga medida, as linhas da pesquisa científica” (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985, p. 13).

É possível identificar, em matérias do jornal *Mulherio*, uma relação entre as discussões estabelecidas nos espaços de militância dos movimentos feministas e a emergência novos debates e perspectivas no feminismo acadêmico, como o uso da categoria de gênero. A exemplo disso, o Fórum de Nairóbi, realizado em 1985, suscitou entre as feministas brasileiras um debate efervescente a respeito das diferenças de raça, etnia, localização geográfica e idade. Isso não significa que essas questões estivessem se impondo pela primeira vez, mas passaram a receber uma ênfase maior entre as pesquisadoras – que eram também militantes do movimento feminista –, impactando o jornal *Mulherio*, que buscava acompanhar o desenvolvimento das ideias feministas dentro e fora da academia.

QUE MULHERIO É ESSE?

Mulherio foi um jornal criado por pesquisadoras, jornalistas e militantes feministas da Fundação Carlos Chagas dedicadas ao “estudo da condição feminina”. Isto é, feministas acadêmicas que realizavam pesquisas e projetos com vistas à investigação da “situação da mulher brasileira”, subsidiadas por uma instituição de destaque no que diz respeito ao financiamento de pesquisas sobre as mulheres no Brasil, em parceria com uma instituição estrangeira, a Fundação Ford. De acordo com Maise Caroline Zucco, a Fundação Carlos Chagas assumiu a administração financeira dos recursos da Fundação Ford no país, ofertando bolsas de pesquisas, o que promoveu o crescimento dos estudos no Brasil em um período em que o campo dos estudos sobre as mulheres estava em construção (2020, p. 37). Além disso, Mariza Corrêa, uma das integrantes do Conselho Editorial do *Mulherio*, ressalta que a instituição contou com uma grande concentração de profissionais preocupadas com a situação das mulheres, que constituíam o Departamento de Pesquisas Educacionais, sob a direção da psicóloga Carmen Barroso, também integrante do jornal *Mulherio* (2001, p. 18).

Corrêa foi jornalista responsável pela publicação do *Nós Mulheres* e, com o fim do jornal, que durou apenas 2 anos, se integrou à Fundação Carlos Chagas, em São Paulo. Comparando as experiências em ambos os jornais, a pesquisadora considera que o *Mulherio* foi “[...] feito em bases mais profissionais do que os anteriores”, posto que “tinha uma equipe técnica e as matérias eram assinadas” (2001, p. 18), diferentemente da publicação *Nós Mulheres*, cujas publicações não eram assinadas e sempre eram frutos de uma discussão coletiva. Ademais, Maria Amélia de Almeida Teles e Rosalina Leite, ressaltam que os jornais como *Nós Mulheres* não tinham patrocínio ou publicidade e dependiam da contribuição das integrantes que faziam apelo ao público leitor para que contribuísse com o jornal (tanto financeiramente como na divulgação e nas vendas, realizadas de mão em mão, voluntariamente), já que década de 1970 não havia apoio financeiro por parte de instituições, como foi o caso do *Mulherio* (TELES; LEITE, p. 60-61).



O financiamento do jornal se deu por meio de sua inclusão em um conjunto de projetos sobre a “condição feminina” da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford. Assim como em outros projetos realizados pela parceria entre as duas instituições, tinha um tempo limitado para o recebimento do financiamento da instituição, um período inicial de um ano e meio, que foi alargado para dois anos e sete meses (de maio de 1981 a outubro de 1983), somando 16 edições.

Conforme a primeira edição do jornal, a ideia inicial das pesquisadoras, elaborada anos antes de sua publicação, era de criar um boletim noticioso que “[...] fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados ao tema [da condição feminina no Brasil], visando a suprir uma deficiência básica [...]”, que era a falta de articulação nacional deste campo de pesquisa (*Mulherio*, ano 1, n. 0, p. 1). Contudo, a ideia inicial foi ampliada: o público alvo passou a incluir também grupos de mulheres que estavam se multiplicando por todo país e que, segundo o jornal, sentiam falta de um canal onde pudessem não apenas trocar experiências, mas também encontrar “[...] resultados de pesquisas sólidas, capazes de orientar suas atividades práticas” (*Mulherio*, ano 1, n. 0, p. 1)².

Sendo assim, o jornal buscava “[...] servir de orientação e manancial informativo para os que focalizam tais assuntos nos meios de comunicação” (*Mulherio*, ano 1, n. 0, p. 1). Entretanto, como analisa Tania Regina de Luca, “[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (2005, p. 139). Diante disso, não entendemos o *Mulherio* de forma ingênua, como um “manancial” de informações, mas buscamos chamar a atenção para a identificação do grupo responsável pela linha editorial, das colaboradoras, as intenções e expectativas do jornal.

Em outras palavras, partimos da premissa de que os impressos são “[...] empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideais, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2005, p. 140). O quadro de responsáveis pelo jornal foi formado inicialmente por Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elisabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Moraes, Maria Malta Campos, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Marisa Correa, Ruth Cardoso e Adélia Borges (jornalista responsável). Além disso, as primeiras edições contaram com a editora de arte Marlene Rodrigues, uma ilustradora e uma encarregada de assinaturas, Miriam Tanus, e com as colaboradoras Danda Prado, Leda Beck, Leny Silverstein, Marisa Figueiredo, Albertina de Oliveira Costa, entre outras.

Devido ao perfil do grupo responsável pelo jornal, de mulheres pesquisadoras, e por seu objetivo principal de articular grupos de mulheres e de pesquisas sobre a “condição da mulher”, considero o *Mulherio* um jornal acadêmico, diferentemente do que sugere a pesquisa de Elizabeth Cardoso, que o identifica como jornal de caráter noticioso e não universitário, posto que não estava ligado especificamente à alguma universidade como outros títulos levantados em sua pesquisa. Para a autora, os jornais feministas universitários se diferem dos demais “[...] ao abordar agenda de cursos, eventos e congressos acadêmicos sobre gênero, poesia, cinema, literatura, relatório de pesquisas desenvolvidas pelos grupos e participação de mulheres no movimento estudantil” (CARDOSO, 2004, p. 116). Contudo, podemos indicar conteúdos semelhantes muito frequentes no jornal *Mulherio* que, além disso, circulava pelos diversos grupos de pesquisas ligados a universidades. Ademais, o fato de a Fundação Carlos Chagas e a Fundação Ford terem investido massivamente no campo de pesquisas sobre as mulheres, como mencionado anteriormente, corrobora para a consideração do periódico como um jornal acadêmico.

² A necessidade de criação do jornal, debatida mesmo anos antes de sua veiculação a partir de 1981, sugere a existência de um campo de estudo e pesquisas sobre a mulher no Brasil antes mesmo do final da década de 1980, como indicam algumas pesquisas. Para Fúlvia Rosemberg, a existência de uma quantidade considerável de mulheres nas universidades, sobretudo em cursos de Ciências Humanas, constituiu uma base importante para o desenvolvimento do campo desde a década de 1970, estreitamente imbricado com o feminismo renascente (ROSEMBERG, 2010).

Aparentemente desprezível, o projeto do *Mulherio* superou expectativas: desde seu primeiro número a repercussão foi surpreendente e o jornal recebeu mais de 200 cartas, entre as remetentes são citadas mulheres famosas como Lígia Fagundes Telles (*Mulherio*, ano 1, n. 1, p. 2). Com grande receptividade, o jornal alcançou a almejada circulação nacional e foi lido por mulheres e feministas de todas as regiões do país, de cidades grandes ou pequenas. Apesar disso, o *Mulherio* foi fortemente marcado pelos debates dos movimentos feministas de São Paulo, tendo recebido críticas a esse respeito ainda durante a sua circulação. Em carta enviada para o jornal e publicada na seção de cartas da edição de número 22, a feminista Danda Prado reitera suas frequentes críticas ao “enfoque etnocêntrico” do *Mulherio* e escreve dizendo “[...] só me resta enterrar as esperanças de que um dia sua publicação reflita mais que interesses e projetos de um reduzidíssimo *clan* paulista”.

O Conselho Editorial do jornal era, de fato, composto majoritariamente por mulheres brancas e paulistas – com exceção de Lélia Gonzalez, intelectual e militante negra que viveu no Rio de Janeiro e colaborou com o *Mulherio* durante seus dois primeiros anos, entre 1981 e 1982. Dessa forma, o periódico foi diretamente influenciado pelo contexto local em que estava inserido e acabou por abordar de forma mais consistente os dilemas dos movimentos de São Paulo, como a relação das feministas com o Estado brasileiro, intensamente debatida no jornal *Mulherio*, sobretudo a partir do ano de 1983 – quando o processo de institucionalização do feminismo deu o primeiro passo, com a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo³. Portanto, destacamos que o periódico não pode ser considerado como um porta-voz do “movimento feminista brasileiro” sobretudo porque, como analisa Maise Zucco (2007), o movimento foi muito amplo, embora frequentemente generalizado a partir das experiências dos movimentos de São Paulo que recebem maior destaque na bibliografia.

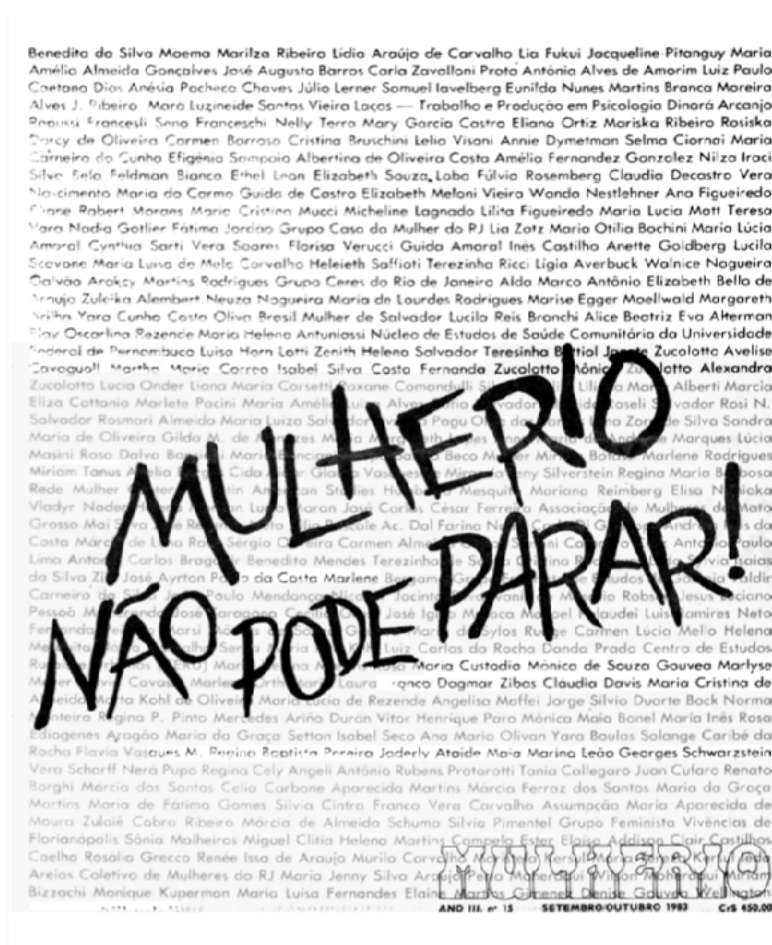
O *Mulherio* foi um dos jornais mais longevos da imprensa alternativa feminista, o que se deve ao seu sucesso e receptividade, além do apoio financeiro das instituições privadas mencionadas e seu caráter mais profissional – uma característica peculiar deste jornal, em relação aos demais jornais feministas das décadas de 1970 e 1980, dependentes do investimento pessoal e financeiro das militantes. Entretanto, o financiamento foi garantido em apenas determinado período e o jornal deveria se manter.

Para manter o jornal, o *Mulherio* tentou vender classificados, coleções de suas edições e até prestar serviços na área editorial, como a produção de jornais, folhetos, cadernos, edição de texto e arte, etc., pois as assinaturas e as vendas avulsas não eram suficientes para dar continuidade às publicações sem o financiamento de alguma instituição (*Mulherio*, n. 15, p. 8, set./out. 1983). Além disso, o jornal continuou buscando o apoio de agências internacionais. É importante ressaltar que era um momento de crise econômica e inflação, o que atingiu profundamente o jornal. Mas, como dizia a capa da edição 15, reproduzida abaixo (Figura 1), como que em uníssono das muitas apoiadoras do jornal, cujos nomes estamparam a página: “Mulherio não pode parar!”⁴. E de fato, não parou.

³ Analisando a trajetória dos grupos de mulheres e feministas negras do Rio de Janeiro e de São Paulo, a historiadora Bárbara Machado (2020) aponta que os movimentos paulistas foram marcados por uma relação muito próxima com o Estado, enquanto os grupos do Rio de Janeiro, como o coletivo de mulheres negras Nzinga – responsável pelo boletim *Nzinga Informativo* (1983-1989) e do qual fez parte Lélia Gonzalez –, consideravam a autonomia organizativa diante de instituições e do Estado como um elemento fundamental.

⁴ Entre os muitos nomes destacamos as militantes e/ou pesquisadoras Benedita da Silva, Lia Fukui, Jacqueline Pitanguy, Branca Moreira Alves, Mariska Ribeiro, Rosiska Ribeiro, Cynthia Sarti, Anette Goldberg, Lucila Scavone, Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert, além dos grupos Grupo Feminista Vivências de Florianópolis, Grupo Casa da Mulehr do RJ, Grupo Ceres, Brasil Mulher de Salvador e as Núcleo de Estudos de Saúde Comunitária da Universidade Federal de Pernambuco.

Figura 3: *Mulherio*. Capa. Ano 3, n. 15, set. /out., 1983.



O *Mulherio* ficou sete meses fora de circulação, voltando a circular apenas em maio de 1984, com a publicação do número 16. Apesar das dificuldades, publicou sete números sem financiamento – com exceção do número 21, realizado em parceria com o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Portanto, o sucesso do jornal e a sua longevidade se devem também, em parte, à legitimidade do grupo responsável e das colaboradoras e sua influência nos meios feministas, especialmente por se tratar de pesquisadoras, em um momento de expansão das pautas e questionamentos feministas nas universidades e a efervescência do debate sobre a necessidade de estabelecer um diálogo entre movimento feminista e academia, um dos principais objetivos do *Mulherio*.

Após o fim do financiamento da Fundação Carlos Chagas, em 1983, essa equipe foi reduzida, permanecendo Adélia Borges e Fúlvia Rosemberg, juntamente com novos nomes como Cecília Simonetti, Inês Castilho (que viria a ser jornalista responsável em 1986), Marlene Rodrigues, Regina Lucia Santos, Vera Soares, Ethel Leon e Marlene Rodrigues (edição de arte). Além disso, com o apoio da advogada feminista Florisa Verucci, foi criado o Núcleo de Comunicações Mulherio, sediado em novo endereço e não mais nas dependências da Fundação Carlos Chagas.

O conselho editorial voltou reduzido, agora sem nenhuma mulher negra, e com novas propostas: discutir economia, política institucional, esporte e polícia – áreas que eram guetos masculinos na imprensa – e incorporar o “ponto de vista masculino” ao jornal (*Mulherio*, mai-jun, 1984, n.º 16, p. 2). No texto editorial, Adélia Borges explicou que esse posicionamento se devia à “crise do feminismo”, que veio à tona com a publicação dos livros “A Segunda Etapa” de Betty Friedan e “Sex and Destiny” de Germaine Greer, e a dissolução de grupos feministas autônomos, como o SOS Mulher.

Não só uma nova abordagem se estabelecia, como também novos planos para o futuro do feminismo: a institucionalização do movimento feminista se colocava no horizonte das feministas paulistas, sobretudo após a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Muitas compartilhavam da ideia de que o movimento feminista estava esgotado, outras acreditavam que tomava um novo fôlego. Para o *Mulherio*, um jornal nascido de dentro de uma instituição e que, durante a maior parte de sua existência dependeu do financiamento de fundações e não via uma possibilidade de prosseguir sem esse tipo de apoio, a institucionalização do movimento poderia ser uma saída para as dificuldades materiais enfrentadas por grupos feministas autônomos. Além disso, seria também uma forma de concretizar conquistas feministas que eram, até 1984, consideradas majoritariamente simbólicas – embora não menos importantes.

Pouco mais de um ano depois, o *Mulherio* voltou a receber apoio financeiro da Fundação Ford, reafirmando sempre sua autonomia editorial, bem como das colaboradoras e colaboradores que publicavam seus textos no jornal. O *Mulherio* buscou manter uma diversidade de sujeitos e pontos de vista em cada uma de suas 40 edições, bem como a liberdade no debate para a construção de ideias comuns e pautas aglutinadoras. Embora frequentemente acusadas de serem partidárias e petistas, as responsáveis pelo jornal insistiam: “Queremos ser políticas, não partidárias [...]”. De fato, o debate no jornal é profícuo e frequentemente apresentava opiniões diversas sobre o mesmo assunto, para que assim as mulheres, feministas ou não, público alvo do jornal, pudessem formar suas opiniões e, a partir delas, organizarem-se e mobilizarem-se coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Jacques Le Goff (2003), o conjunto de elementos que sobreviveram ao passado consistem em escolhas efetuadas por forças do desenvolvimento do tempo e por historiadoras e historiadores. Dessa forma, os documentos se transformam em monumentos a partir de sua utilização por aqueles que detém certo poder em relação à memória e a história. Ou seja, o documento se torna um produto da sociedade que o fabricou de acordo com relações de força e poder, exigindo uma análise capaz de dar conta tanto do que é dito, quanto do que não o é. A partir dessa operação, a história elabora e atribui significados aos documentos, dando-lhes caráter de testemunho histórico. Assim, o documento suporta marcas e sentidos produzidos pelo tempo e pela historiografia, constituindo a memória coletiva e a história científica.

Nessa perspectiva, consideramos que todas as problemáticas aqui apontadas não implicam a rejeição do jornal *Mulherio* como fonte e objeto de estudo, mas colaboram para uma análise mais complexa e profunda sobre a imprensa feminista alternativa e o espaço ocupado por esse periódico no estudos sobre o tema. Portanto, ainda o consideramos como uma rica fonte histórica para o estudo do feminismo na década de 1980, permitindo a abordagem de discussões, embates, pautas e diálogo dos movimentos feministas e de mulheres, especialmente da cidade de São Paulo, de modo a problematizar as narrativas generalizantes sobre os feminismos no Brasil.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2004.
- CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 13-30 2001.
- COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 66, p. 63-69, ago. 1988.

COSTA, Albertina de Oliveira. BARROSO, Carmen. SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil do limbo ao gueto? **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, p. 5-15, ago. 1985.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Quem ri por último, ri melhor**: Humor gráfico feminista (Cone Sul 1975-1988). 2016. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2016.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Apontamentos sobre a formação de uma crítica feminista de mídia no Brasil. In: BIANCHI, Graziela. WOITOWICZ, Karina Janz. ROCHA, Paula Melani (Org.). **Gênero, mídia e lutas sociais**: percepções críticas e experiências emancipatórias. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018. p. 11-27.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e Autoritarismo**: a metamorfose de uma Utopia de liberação em Ideologia Liberalizante. 1987. Tese (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, jan./abr. 2009.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 535-553.

LEITE, Rosalina Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan./jun. 2003

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MACHADO, Bárbara. Autonomia e solidariedade no movimento de mulheres negras no Brasil na década de 1980. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 117-139, maio/ago. 2020.

PEDRO, Joana Maria Pedro. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272 - 2006.

PEDRO, Joana Maria Pedro. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul. In: PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 115-137.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, v. 1, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). 1. ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

ZUCCO, Maise Caroline. Grupos de mulheres e feminismos em Florianópolis: a constituição de um movimento periférico. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2007.

ZUCCO, Maise Caroline. Circulação de saberes: Publicações brasileiras sobre mulheres, gênero e feminismos no depósito legal (1960-1999). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 27-42, maio/ago. 2020.

LOS VECINOS: O RETRATO NOS NUNCA MÁS DE ARGENTINA E URUGUAI SOBRE A REPRESSÃO DE URUGUAIOS NA ARGENTINA E DE ARGENTINOS NO URUGUAI NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Guilherme da Conceição De Lima¹

Resumo: O presente artigo aborda o papel da memória através da perspectiva estabelecida nos *Nunca Más* uruguaio e argentino e suas Comissões da Verdade sobre estes respectivos vizinhos. O artigo com isso explana como se estabeleceu o Terrorismo de Estado e processos de violação dos direitos humanos durante o período ditatorial destes países, onde os regimes militares agiram conjuntamente na repressão e perseguição a opositores. Dentro destes referenciais, este trabalho vai abordar como foi dada a construção da memória no período em que atuaram os aparatos repressivos das juntas militares uruguaia e argentina.

Palavras-chave: Memória, Argentina, Uruguai.

A MEMÓRIA DA DOR: AS PERSPECTIVAS SOBRE A POLÍTICA DE MEMÓRIA E AS COMISSÕES DA VERDADE ARGENTINA E URUGUAIA

Tratar sobre memória para a historiografia bem como para os historiadores, fora e será sempre um prato cheio, campo vasto para elaboração das pesquisas mais diversas dentro do campo historiográfico. A memória e lembranças do que ocorrera são de fato ferramentas essenciais para o ofício do historiador, pois delas tiramos muito dos instrumentos e modos de perceber a história. Contudo aquilo percebido sob o bojo da memória está em boa parte, carregado por singularidades tanto de grandes ou pequenas coletividades sociais, políticas, étnicas e religiosas, adentrando por fim na esfera individual do ser humano. Sendo assim, ao se utilizar do conceito de memória, é preciso antes disso ter ciência de que se está tratando de uma temática por deveras espinhosa e densa, já que memória de fato é algo utilizado sobretudo para legitimar ideias, atitudes, ações e políticas abordadas seja pelo Estado, por grupos ou indivíduos.

A memória é mecanismo de legitimação histórica eficaz, dando outorga muitas vezes de verídico e justo às mais diversas reivindicações por justiça, direitos, reparações, estabelecendo determinada perspectiva de lembranças como a verdade daquilo que teria acontecido eventualmente. Por este caminho, grupos e indivíduos acabam tendo tantas realidades diversas e opostas entre si, que praticamente as ordens de verdade acabam se chocando e se retroalimentando num “circulo” sem fim. Estes confrontos entre realidades e verdades conflitantes deixa claro a ideia de que verdade é autoridade, algo que dê sentido à narrativa elaborada por determinada realidade dos fatos (RICOUER, 1968, p. 183). É importante ressaltar a ideia dos choques de memória e das verdades estabelecidas, que muitas vezes se entronizam dentro do senso comum da população, ocultando muitos fatos ou tendo memórias apagadas, esquecidas, destruídas com o objetivo de estabelecer uma hegemonia de verdade histórica ou do “lado certo” dos fatos. Esta concepção de memória elucida muito do papel das Comissões da Verdade estabelecidas após

¹ Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrando da Pós-Graduação de História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: guilherme.2lima@gmail.com.

o fim das ditaduras do Cone Sul. O papel destas comissões foi de juntar as peças de um troncado quebra-cabeça de violações de direitos humanos e do aparato repressivo montado por um concreto Terrorismo de Estado que assolou os países do Cone Sul (DINGES, 2005).

Neste contexto, a realização das Comissões da Verdade foram ações para resgatar partes da memória de toda a repressão, clima de terror e perseguição política realizada pelos regimes ditatoriais na América do Sul. Elas foram criadas com o intuito de não deixar que os crimes cometidos durante o estado de exceção, controlado pelas forças militares, não caísse no esquecimento do âmbito político e social de cada país. Através de depoimento das testemunhas, vítimas, executores de torturas e crimes contra os direitos humanos, abertura de arquivos dos governos militares, de documentos públicos e privados, o objetivo das Comissões era de desvendar como se desenrolou todo um processo de perseguição política e como fora montado um sistema de repressão, tortura, desaparecimentos, mortes e outras violações penais perpetrados por agentes de Estado. Isso fez com que muitas das ações de terrorismo estatal realizadas pelas juntas militares fosse de conhecimento público, evitando de que boa parte dos nefastos acontecimentos ocorridos neste período em relação a violência de agentes do governo fosse esquecida, se tornando algo ciente por parte da sociedade civil, numa tentativa de combater o negacionismo destes fatos (BAUER, 2008).

Desta maneira, as Comissões da Verdade se estabelecem como um dos dispositivos e locais de memória que preservam tempos e fraturas dentro da história latentes. São relatos de situações onde a condição humana muitas vezes é levada a um ponto de extrema violência e desumanização. Aquilo descrito nos relatórios “*Nunca Más*” tanto da Argentina quanto do Uruguai ilustram essa situação, um passado doloroso, que causa sofrimento, rancor, ao mesmo tempo que a publicação se torna algo catártico não só para aqueles indivíduos que sofreram com torturas e perseguição, mas para a sociedade como um todo. Como lidar com esse “passado que dói”, que parece voltar para nos assombrar, ao mesmo tempo em que temos uma necessidade de rememorar este, para não deixar que crimes contra os direitos humanos mais básicos não sejam esquecidos? Utilizar então essa memória da dor como uma recordação e lembrete daquilo que não podemos repetir, tornar está uma espécie de memória que eduque e de consciência?

Tornar público e dar visibilidade ao evento, mesmo que traumático, acaba sendo a maneira eficaz de fazer com que o acontecido não caia no esquecimento, muito menos ocultado pelo passar do tempo. Os relatórios “*Nunca Más*” argentino e uruguaio tinham essa pretensão, de construção de uma memória dos crimes cometidos pelas ditaduras, amparados em vasta documentação e testemunhos das vítimas do Terrorismo de Estado. Com isso, a produção dos relatórios “*Nunca Más*” argentino e uruguaio se revelam não só como política de memória e de reparação judicial para com a vítimas da ditadura, mas parte de uma tentativa de pacificar e normalizar a situação dos países democraticamente. Contudo, esta situação parte para uma disputa de narrativas e confrontos políticos para a determinação da verdade amparadas na memória dos crimes e abusos cometidos pelos militares (RODRIGUES PINTO, 2010, p. 129).

Na Argentina, a comissão da verdade foi alvo de atenção intensa tanto da população quanto da comunidade internacional. (BAUER, 2009, p. 4). A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) foi criada na esteira da redemocratização argentina, em 19 de dezembro de 1983, pelo presidente Raúl Alfonsín, após o fim da junta militar argentina que governou o país de 1976 até 1983. A CONADEP foi criada em meio a várias medidas alavancadas pelo governo de Raul Alfonsín para concretizar a transição política do regime militar para um governo civil, buscando aplacar a vontade da sociedade argentina por justiça e resolução de crimes cometidos contra os direitos humanos neste período. O Informe da CONADEP, com o título de *Nunca Más*, foi publicado em sua primeira edição em novembro de 1984, alcançando enorme sucesso, tendo 40 mil livros esgotados suas vendas, forçando a editora EUDEBA (Editorial Universitaria de Buenos Aires) A reimprimir mais 110 mil exemplares ao

final do mês de dezembro de 1984. A denominação da obra como *Nunca Más*, retoma a ideia da História *magistra vitae* (mestra da vida) assim como se origina na última frase que consta no prologo do informe: “Só assim podemos ter certeza de que NUNCA MAIS em nosso país se repetirão os acontecimentos que nos tornaram tragicamente famosos no mundo civilizado”. (CONADEP, 1985, p. 11, tradução nossa).

O *Nunca Más* argentino, graças ao seu alcance, tornou-se referência para a criação de outras comissões com semelhante intuito mundo afora, indo para além de mera exemplificação dos movimentos dos direitos humanos nos países partícipes da Operação Condor, sendo espelho e modelo a seguir que exemplificava a total execração e ojeriza pelos crimes assinalados pelas ditaduras das décadas de 1960, 1970 e 1980 na América Latina. (BAUER, 2008, p. 6).

Já a versão uruguaia não obteve o mesmo sucesso e impacto do que o seu homônimo do país vizinho. Após 11 anos sendo governados por uma junta militar, o recém empossado governo democrático uruguaio, através de seu parlamento, instituiu a comissão de investigações da Situação das pessoas desaparecidas e suas Causas, em abril de 1985. 7 meses se passaram desde a criação da Comissão, e esta relatou 164 casos de desaparecimento nos anos em que o regime militar imperou, revelando concretas evidências do envolvimento das forças armadas e governamentais nestes casos (RODRIGUES PINTO, 2010). Porém, devido a limitações de mandato, a Comissão foi podada ao tratar acerca de prisões ilegais e das práticas de tortura, algo mais praticado e utilizado pelas forças repressivas. Embora público, o relatório da Comissão não foi distribuído e publicizado como seu semelhante argentino, ficando pouco conhecido e debatido pela esfera civil da sociedade uruguaia. Assim, o impacto da comissão não atingiu a finalidade desejada por seus criadores e relatores. O Relatório *Nunca Más* uruguaio foi realizado na verdade somente em 1989, criado pela SERPAJ (*Servicio Paz Y Justicia*)². A obra foi resultado de um trabalho coletivo realizado por advogados, médicos e especialistas em direitos humanos, coordenados e supervisionados pela SERPAJ.

Estas percepções da montagem dos relatórios *Nunca Más* e as comissões da verdade em ambas as margens Atlânticas do Rio da Prata, retratam bem estas disputas pela memória, e de seus usos e abusos. A memória é, como citada anteriormente, mecanismo de legitimação política e social. Por ela ideias, ações e atos são justificados e tomados como o certo a se fazer, em nome de uma causa ou objetivo, que nem sempre vem a ser benéfico para a sociedade ou um grupo mais vulnerável socialmente. O artigo agora se volta para algo presente dentro das comissões da verdade: o “*vecino*” estrangeiro nestas memórias, como era percebido o indivíduo da outra margem do Rio da Prata. Neste caso será abordado, devido as afinidades e relações históricas fortes, a presença de argentinos no *Nunca Más* uruguaio, e de uruguaios no *Nunca Más* argentino. Ver qual papel e modos de como eram tratados pelos informes dos países vizinhos, suas posturas perante a repressão e tortura, qual fora seu destino, sejam estas vítimas ou algozes das perseguições e demais violações dos direitos humanos levantados pelos *Nunca Más*.

URUGUAYOS AFUERA: A MEMÓRIA DA REPRESSÃO AOS URUGUAIOS DESCRITO PELOS ARGENTINOS

“Na denúncia pelo desaparecimento de Simón Antonio Riquelme (Arquivo nº 7143), a mãe relata como seguiu o sequestro de seu filho. “Em 13 de julho de 1976, entre 23:00 e 23:30, eles bateram na porta da minha casa no bairro de Belgrano, nesta capital. Naquele momento, eu estava terminando de amamentar meu filho Simon. Eles forçaram a porta e entre 10 e 15 pessoas vestidas de civis, mas que se identificaram como membros do exército argentino e do exército uruguaio. Um dos oficiais se

² A SERPAJ (*Servicio Paz y Justicia em América Latina*) é uma ONG fundada em 1974. A SERPAJ atua na defesa dos direitos humanos e na luta pelo reconhecimento dos crimes cometidos pelas ditaduras militares na América Latina. Fonte: <https://serpaj.org.ar/>.

apresentou como major Gavazzo, do exército uruguaio. Encontrou material escrito do qual sugeriram que eu trabalhava para a causa da liberdade no Uruguai, e aí começaram a me torturar e a me interrogar. Quando me tiraram de casa, perguntei o que iria acontecer com a criança. Eles responderam que eu não deveria me preocupar, que a criança ficaria com eles e que essa guerra não é contra crianças. Foi a última vez que vi Simon e tive notícias dele.” (CONADEP, 1985, p. 12, tradução nossa)

Este relato exemplifica bem as condições e todas as arbitrariedades praticadas contra os uruguaios pela ditadura militar argentina em seu território. O termo “*uruguayo*” se repete 32 vezes no *Nunca Más* argentino, demonstrando a presença latente, reforçada pelos documentos e testemunhos, que não só uruguaios eram vítimas, mas também faziam parte da máquina repressiva montada pela junta militar argentina para exercer suas arbitrariedades e diversas violações dos direitos humanos. Oficialmente foram 120 cidadãos uruguaios desaparecidos na outra margem do Rio da Prata. De acordo com o CELS³ (2000, p. 5) esta perseguição e trágico destino dos uruguaios no país vizinho já fora apresentado antes mesmo de os militares assumirem o poder, onde foram registrados a morte de 10 uruguaios pelas mãos do grupo paramilitar de extrema direita argentino “*triple A*” (Aliança Anticomunista Argentina), o que fora um prenúncio do que estava se avizinando no horizonte sócio-político tanto de Uruguai quanto da Argentina, lembrando que os uruguaios já estavam sob controle dos militares desde 1973. A princípio, com certa ingenuidade, se pensou que foram casos isolados e de extremistas políticos, e que as instituições do governo argentino conseguiram punir os autores destes crimes. No entanto, com a ascensão do processo de reorganização nacional dos militares argentinos, embasados na Doutrinas de Segurança Nacional (DSN)⁴, a caça a refugiados políticos uruguaios assume faces de uma guerra de extermínio.

Este conluio e união entre os dois regimes ditatoriais para estabelecer um forte aparato repressivo, buscando eliminar qualquer foco de resistência e oposição ao seu governo, constitui uma parte considerável da memória constituída sobre este período. Lembranças de um passado doloroso, de uma nefasta parceria para estabelecer uma série de arbitrariedades contra as normativas jurídicas de ambos os países. Os relatórios *Nunca Más* compõem parte desta elaboração de uma memória a se preservar, em vista de configurar os meandros do totalitarismo imposto pelas ditaduras, além mesmo do seu território nacional e contra cidadãos de outros países, como os uruguaios na Argentina. O que fora desnudado pelos documentos, testemunhos e fontes utilizadas pelos relatórios vão contrapor a tentativa da construção de uma narrativa memorial que os regimes e seus apoiadores tentaram legitimar.

Fica evidente pelos diversos testemunhos e relatos levantados pelo *Nunca Más* uma complexa rede estabelecida conjuntamente entre grupos de repressão das forças armadas com o intuito de eliminar qualquer elemento visto por estes como “subversivos”, ou perigosos a “ordem e segurança nacional”. Nisto entra a ideia de uma memória que se tenta apagar, sobretudo na eliminação física deste passado, como nos casos de covas descobertas com

³ Centro de Estudios Legales y Sociales.

⁴ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi elaborada em uma série de diretrizes que embasaram ações semelhantes para as tomadas de ações de golpes militares organizadas pelas forças armadas dos países latino-americanos no período da Guerra Fria. Seus principais pontos acabaram sendo absorvidos e utilizados pelos regimes instaurados por estes golpes. As principais diretrizes que serviram como amparo ideológico e de sustentação da DSN são um anticomunismo latente, combate aos movimentos de resistência, a ideia de um inimigo interno da nação e seu combate através de uma “guerra interna” que passaria a ser uma “guerra suja” (como no caso argentino), além de uma nova pauta política das forças armadas e o assentamento régio bem como uma hegemonia das fronteiras ideológicas. Estas questões tiveram importância variada de acordo com a realidade e contexto interno de cada país, mas sempre marcaram presença, em menor ou maior grau. A DSN foi materializada como princípio teórico de conservação da ordem social nacional através de um Estado que tinha a necessidade de mascarar seu viés autoritário e repressivo, elaborando um estado de vigilância constante e de combate sem interrupções a um aparente e obscuro “inimigo interno”. Fonte: PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 28, p. 495-517, 2012.

corpos sem identificação bem como a destruição dos Centros Clandestinos de Detenção (C.C.D’S). Estas ações demonstram que para além da ocultação de crimes, estas medidas se tornam na prática operações para esconder e forjar uma memória condizente com as narrativas impostas pelas ditaduras. Essa perspectiva vai ao encontro de que esquecimento e omissões podem se tornar a construção do evento histórico no dia a dia das pessoas, marcando na sensibilidade da época e do indivíduo aquilo que se passou (BOSI, 2003). Isto parte de uma narrativa enaltecida, privilegiando o discurso de uma determinada ideia, pensamento, ou ideologia, onde no caso das ditaduras, era a luta contra indivíduos “subversivos”, terroristas que punham em risco a união nacional, de acordo com os preceitos da DSN. A explicação e o modo de narrar os fatos servem para alçar como legítima o discurso de poder de quem transmite e difunde determinada narrativa.

É a partir da linguagem, que nos deparamos com situações de conflitos pelas representações do passado, concentradas nos embates por poder, legitimidade e reconhecimento de uma memória. Estas pelejas, acarretam, por parte dos vários atores, estratégias para dar um caráter oficial e institucional a sua narrativa como a “narrativa verdadeira” do passado. Obter uma posição de autoridade, ou conseguir por parte daqueles que possuem autoridade aceitarem essa narrativa, faz parte dos embates pela memória. Isto também vai ser uma estratégia para conquistar “apoiadores”, que vão considerar determinada narrativa como certa e legítima, a incorporando como se fosse a sua também, num processo de identificação (JELIN, 2002, p. 36).

Por fim, temos a perspectiva dos exilados uruguaios vítimas-testemunhas dos pesados acontecimentos relatados nas páginas escritas pela CONADEP. São descrições assombrosas de pessoas desterradas de seu país, que buscavam refúgio justamente do que acabaram por sofrer na Argentina: perseguição, tortura, e o fim de sua vida por estarem em desacordo com o regime político instaurado no Uruguai. A memória destes exilados forma, dentro do documento da comissão da verdade, um constructo que denota uma percepção clara da extensão do medo e sofrimento, que se já não bastasse o exílio forçado, se via agora acossado pelo país ao qual escolheram se refugiar. Quando nos referimos a estes processos de rememoração e lembrança social, é essencial ter em conta como ponto de partida a história (memória) herdada sobre a ditadura. Ela se configura como ferramenta vital para a compreensão da conjuntura em que o regime militar uruguaio se encontrava e sua gênese autoritária, que permaneceu ou foi desmontada por parte da sociedade (PADRÓS, 2005).

Isto é um processo de construção, reconstrução e desconstrução constante, em que todos os materiais configurados, encontrados e produzidos durante o período ditatorial uruguaio, são parte central para completar a história das perspectivas e pontos de vista sobre o regime, que teve sistemáticas tentativas de silenciar este processo de reavivamento da memória através da força e violência. A dimensão e os mais variados tipos de produção acerca da repressão e ações contra os direitos humanos são cruciais para assegurar a memória dos acontecimentos, algo que muitos saudosos dos tempos autoritários tentam apagar ou relegar ao esquecimento, combatendo o processo de recordação que denuncia as impunidades referentes à época da repressão (SANTOS, 2001). Isto vai ser parte da construção permanente da memória coletiva, mantendo sempre na lembrança da sociedade o recorde daquilo que ocorreu e ferramenta que, como bem definida, “[...] não é apenas uma conquista, mas também um instrumento e objeto de poder.” [...] (LE GOFF 2003, p. 470).

QUE PASO A LOS ARGENTINOS?: A MEMÓRIA DA REPRESSÃO DE ARGENTINOS NO URUGUAI

“[...] as forças repressivas uruguaias procederam com absoluta reciprocidade com relação a seus similares argentinos, já que a colaboração que haviam recebido deles na Argentina foi paga da mesma maneira. [...]”

(SERPAJ, 1989, p. 339, tradução nossa). É com esse parágrafo que se inicia a parte do *Nunca Más* uruguaio que aborda o desaparecimento de argentinos no Uruguai durante o período em que se fora estabelecido a coordenação repressiva entre os governos uruguaio e argentino. O *Nunca Más* uruguaio destina algumas páginas para detalhar especificamente da colaboração entre as duas ditaduras platenses nas décadas de 1970 e 1980. Esta cooperação vai se configurar numa das alianças mais concretas no Cone Sul para a elaboração de processos, ações, e operações com a finalidade de perseguir, reprimir e caçar opositores de ambos os regimes.

Assim como “*uruguayo*” é uma palavra que se repete constantemente no *Nunca Más* argentino, no *Nunca Más* uruguaio o termo “argentino” também é uma constante, se apresentando 51 vezes. Isto é uma demonstração em que dentro da construção das lembranças e memórias elaboradas pelos uruguaios sobre o período ditatorial, a figura do argentino é um dos seus elementos. Ao se repetir 51 vezes o termo argentino, vamos nos remeter às noções denotadas sobre a linguagem e o quanto ela é importante para o discurso a fim de configurar a memória (RICOUER, 2007). Com a presença constante do argentino nas páginas do documento, ele acaba adentrando tanto nas lembranças do indivíduo quanto do coletivo. Com isso podemos identificar em que momento a memória individual e coletiva se encontram, graças a uma linguagem comum. Linguagem esta, que através de instrumentos como a semântica e o pragmatismo do discurso, se torna uma ferramenta indispensável para elucidar como se dá o processo de memória na psique humana (RICOUER, 2007, p. 134).

Essa descrição e constância de argentinos nos autos dos documentos uruguaios só colabora ainda mais para a elaboração desta memória de perseguição extraterritorial sofrida por cidadãos argentinos pelo seu próprio governo, exilados da pátria e mesmo assim sem poder descansar, temendo por uma prisão ou sequestro. Um destes casos são os relatos do sequestro dos irmãos Epelbaum e da família Logares Grispón, sequestrados no Uruguai por grupos de militares argentinos, operando livremente por território uruguaio, com conivência das autoridades uruguaias (SERPAJ, 1989, p. 339-340). Esses relatos fazem parte da narração da experiência. Esta narrativa está atrelada a uma presença concreta do sujeito no passado. Não existe a ideia de testemunho sem uma experiência, muito menos experiência sem narrativa (SARLO, 2007). Novamente temos a importância da linguagem neste quesito, pois ela acaba fazendo vir à tona o que o sujeito teve como experiência, o despindo da pressa e do esquecimento, se tornando inteligível na linguagem comum (RICOUER, 2007).

A narração insere a experiência num tempo e espaço que não é mais aquele onde se deu o acontecido (acossado desde seu princípio pelo passar do tempo, já não podendo mais se repetir), mas sim pertencente ao campo das lembranças. A narração então concebe uma temporalidade, que ao se repetir nos mais diversos níveis, se renova (SARLO, 2007, p. 25). Com isso, os relatos e testemunhos formulam uma memória que passa a ser construída pela narração das vítimas e daqueles que participaram vividamente dos eventos. Um dos casos é do marinheiro Daniel Rey Piuma, que desertou da marinha uruguaia. Rey Piuma testemunha sobre o ocultamento de informações sobre 24 cadáveres encontrados na costa uruguaia que seriam de argentinos. É um testemunho narrado fortemente, com uma narrativa carregada de impactos imagéticos presentes em sua linguagem:

“Os 7 e 9 tiveram a cabeça queimada com um maçarico e havia uma menina de 20 anos que queimaram seu seio esquerdo. (...)inclusive um documento argentino foi encontrado em um desses corpos, em nome de María Cristina Cámpora; alguns tinham vestígios de calças ou macacões que diziam *Volyester*, indústria argentina e outras etiquetas argentinas; uma moeda argentina foi encontrada.” (SERPAJ, 1989, p. 340, tradução nossa)

É nisto que reside a ideia da memória como dever, presente na Argentina e em boa parte dos países da América Latina que passaram por ditaduras militares no último quartel do século XX, como o Uruguai. O testemunho foi essencial para a condenação do terrorismo de Estado, ideia central como sustentáculo dos *Nunca Más* argentino e uruguaio, para que crimes desta magnitude não voltem a se repetir (SARLO, 2007, p. 20). Como ferramenta jurídica e modo de reconstrução do passado, em que outras fontes, sobretudo físicas, foram eliminadas pelos responsáveis, atos e processos de reconstrução de memória testemunhal formaram um dos cerne na transição democrática, amparadas às vezes pelo Estado (como no caso argentino) e por movimentos sociais, além de organizações e instituições presentes no escopo social. Devido aos depoimentos das vítimas, foi possível, graças a este e outros atos de memória, a condenação dos acusados dos crimes de Terrorismo de Estado (SARLO, 2007, p. 20).

Isso parte do pressuposto que os militares, tanto uruguaios quanto argentinos, queriam controlar a narrativa dos fatos, bem como uma reconstrução da necessidade das ações repressivas contra a “ameaça subversiva” de grupos terroristas de esquerda. Isto Parte para a reconstrução da memória do período, em que as disputas por esta narrativa se encontram presente, como apontado no caso das memórias da ditadura argentina levantado anteriormente (ROMERO, 2007). A ideia de combates pela história pode se estender e tornar-se também um combate pela memória. O controle da narrativa também perpassa pelo controle da memória e sua reconstrução. Tudo aquilo envolvido como vestígio do passado (arquivos, documentos, cartas, artefatos arqueológicos, testemunhos) são ferramentas usadas como prova de um passado intencionalmente ocultado pelas versões oficiais da história.

A intenção do *Nunca Más* é remexer novamente nas veredas da história onde foram escondidos pela versão oficial dos militares os crimes cometidos durante o período ditatorial (ARAUJO; SANTOS, 2007, p. 99). Ai que reside o combate pela memória e as lembranças, numa disputa de poder entre os militares e os governos do período de transição democrática, onde ocorre uma queda de braço que atinge e se torna o centro da reconstituição dos crimes deste período, fazendo sentar no banco dos réus os militares responsáveis pelas ordens dadas aos órgãos de repressão.

Adentrando neste assunto, tem-se obrigatoriamente que partir para uma abordagem de um conceito essencial para se entender o processo de reconstrução memorial dos relatórios: o esquecimento. A ideia de esquecimento perpassa não como o oposto do processo de memória, mas faz parte dele. Alguns eventos são tão traumáticos que muitos sujeitos preferem esquecer de determinados eventos, de tão tenebrosos que foram suas experiências. A reação de esquecer por vezes é fisiológica, como algo necessário em um método profilático, catártico, curando as feridas abertas no passado para poder dar um significado novo ao presente e ao futuro que se vislumbra. Nesta perspectiva, percebe-se a incapacidade de reação das vítimas, que por não terem a capacidade de entender a experiência que presenciaram e lhes dar um sentido, não possuem maneiras de lidar com estas memórias de maneira específica. Neste caso, não existe um reducionismo de levar a memória como uma arma política, pois vai além ser dominada nestes termos, já que o horror vivido não encontra palavras para ser descrito. (ARAUJO, SANTOS, 2007, p. 101.)

Porém o esquecimento também pode envolver a memória manipulada. Através da construção do discurso de uma narrativa, abusos da memória podem se tornar abusos do esquecimento. A narrativa tende a ser seletiva caracteristicamente pelo seu uso. Não existe maneiras de lembrar-se de tudo, bem como narrar as coisas por completo, por todas as visões. Ao se inserir em todos os quadrantes elaborados para a confecção e reorganização narrativa, perpassando pela identidade individual até aquela representante de um coletivo ao qual temos uma ligação de pertencimento, reside um perigo no manusear daquela história dita como oficial, celebrada e comemorada como a redentora da verdade dos fatos (RICOUER, 2007, p. 455). O ato de narrar pode ser perigoso, pois aqueles detentores dos meios de controle hegemônicos a direcionam para uma determinada finalidade, impondo a sua

narrativa como a verdade histórica, através do medo ou de elogios e de sentimentos capazes de convencerem o público. Aí se configura uma maneira vil de esquecimento, derivado de despossuir os agentes sociais de não terem reconhecimento para poder narrar a si próprio.

A falta de memória pode ser considerada como esquecimento passivo, ao se denotar a ausência de trabalhar a memória. Mas pode se tornar tanto ativa quanto passiva, desde que seja uma estratégia de evitar momentos de dor e traumas passados. São os agentes sociais que para retomarem a capacidade de construir a narrativa, passam pelos obstáculos relativos a derrubada das maneiras de auxílio que a memória de cada um pode buscar na de outros, desde que seja aceita a possibilidade de apoio para realizar a narrativa com as premissas de ser inteligível, aceitável e responsável (RICOUER, 2007, p. 456).

De fato, o *Nunca Más* em suas versões uruguaia e argentina tira do controle dos militares e dos agentes de repressão o domínio da narrativa da memória dos tempos do regime autoritário, pois expõem e não deixam cair no esquecimento todo o panorama de Terrorismo de Estado e das constantes violações dos direitos humanos perpetrados pelos agentes e órgãos repressivos das juntas militares.

Com a divulgação através dos testemunhos e documentos acerca dos crimes cometidos pelas juntas militares de Argentina e Uruguai, abriu-se caminho para que a própria sociedade pressionasse e exigisse por justiça e verdade. Esta ânsia por justiça faz com que a disputa política em torno deste tema acabe por gerar amplos debates para pôr fim a leis de caducidade e de anistia aos criminosos do período (SARLO, 2007, p. 24). A reconstituição dos crimes cometidos em nome do Estado a partir das testemunhas das vítimas é um aparato jurídico vital para o retorno da normalidade democrática. Não só por servirem de provas e evidências jurídicas para os julgamentos e trâmites processuais na condenação dos criminosos responsáveis pela violência estatal, o testemunho tem um alcance para além da esfera da justiça, operando como ferramenta cultural e ideológica, através principalmente, da memória.

CONCLUSÃO: RECORDAR PARA NO OLVIDAR

O trabalho sobre a memória dos regimes passa por um pano de fundo extremamente denso e conflituoso, onde se acaba lidando com uma série de interesses, seja a nível do indivíduo ou do todo social. Espreado-se nas mais diversas áreas da sociedade, se transforma de fato em política de Estado, como se pode perceber nos casos do *Nunca Más* argentino e uruguaio, onde essa disputa pela memória e o controle desta narrativa tornaram-se central no debate público, influenciando na postura dos políticos e membros do governo, onde opiniões elogiosas destes sobre a ditadura geram perda de apoio e capital político frente a opinião pública.⁵

A questão é de que a memória é um meio para assegurar uma verdade, em que se acaba tendo uma coesão para a concordância de um discurso como fato verídico tal como fora estabelecido. Assim, vai se elaborando uma narrativa considerada como a verdadeira, no sentido de que verdade traz consigo autoridade (RICOUER, 1968, p. 183). Os *Nunca Más*, bem como comissões da verdade criadas em outros países do Cone Sul, acabam sendo uma forma interessante para resgatar as memórias dos tempos de repressão ditatorial. É pelas comissões da verdade que foi possível em muitos casos desvendar as maneiras utilizadas pela máquina estatal (e paraestatal) sob as ordens dos militares, para submeter e perseguir aqueles que se enquadravam como “subversivos”, criando um clima de

⁵ Um caso que corrobora para esse entendimento foi a demissão do general Guido Manini Ríos como chefe das forças armadas uruguaia em 2018, após este criticar as decisões da Justiça uruguaia contra os militares que haviam cometido crimes de estado durante o período ditatorial, onde segundo ele a justiça condenava estes militares com informações e provas falsas. Fonte: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/03/14/A-disputa-entre-o-governo-do-Uruguai-e-seu-ex-chefe-do-Ex%C3%A9rcito>.

medo e incerteza na sociedade. Essas Comissões também cumprem o papel de combater, através de documentos oficiais e vastas fontes testemunhais, o negacionismo dos crimes cometidos durante o período em que a Doutrina de Segurança Nacional consolidou um verdadeiro Terrorismo de Estado.

Os *Nunca Más* também vão ressaltar os testemunhos de vítimas, dando uma perspectiva mais sensível e delicada com o tema tratado em suas páginas. Isto ajuda num processo catártico, fármaco de compreensão, não apenas para aqueles que sofreram com a repressão diretamente, mas para a sociedade. Aos termos ciência deste passado que fere, empaticamente tomamos aquele sofrimento como nosso também, mesmo que não tenhamos passado ou conhecido alguém que viveu diretamente aquela situação extrema. É desta maneira que a memória individual vai interagir com a memória coletiva, pois ao se criar uma memória social sobre os crimes cometidos pelas ditaduras, o ambiente onde o indivíduo convive vai ter esta memória, possibilitando que a memória coletiva existente no meio social interaja e se misture com a do sujeito (HALBWACHS, 1990).

De fato, vamos observar nestas questões da memória a ideia de que por muito tempo as ditaduras argentina e uruguaia buscaram ter o domínio sobre a narrativa dos fatos referentes ao aparato repressivo. A posição das juntas militares sempre se amparava em negar os desaparecidos e as torturas, buscando culpabilizar os grupos e organizações de esquerda, taxadas como terroristas e responsáveis pela morte de seus “companheiros de ideologia” (MOTTA, 2008). Os *Nunca Más* rebatem essa afirmativa com provas cabais, tirando das mãos daqueles que sentem falta dos tempos da ditadura a argumentação moral sobre a memória da época. Ao não terem mais controle sobre o discurso oficial sobre os tempos da ditadura, aqueles responsáveis pelas medidas governamentais de repressão estão impedidos de praticar atos de memória ligados ao esquecimento. Estes já não podem mais usar de memória seletiva e enviesada. Não sendo mais hegemônicos na propagação e elaboração de um discurso único, outros agentes sociais se fazem presentes para trabalharem as suas memórias, narrando a si mesmos e mostrando à sociedade as suas lembranças de determinado fato ou evento presenciado a partir de sua perspectiva (RICOUER, 2007, p. 456).

Ao nos depararmos com esses conflitos sobre as perspectivas de memória, temos desta maneira o surgimento de ressentimentos. O trauma gerado nas vítimas dos crimes, torturas, desaparecimentos, a dor de perder os familiares, acarreta em prolongadas feridas recheadas de mágoas, que por vezes a opção pelo esquecimento torna-se uma maneira de lidar eficazmente com a dor que estas memórias trazem. Contudo os *Nunca Más* têm consigo os brados por justiça. As famílias das vítimas, tanto na Argentina quanto no Uruguai, travam enormes batalhas nos tribunais de seus países, exigindo seus direitos no reconhecimento dos crimes cometidos nos anos ditatoriais. Nesta seara, as Comissões da Verdade montadas e a publicação dos *Nunca Más* são elementos constitutivos para a exigência de memória e justiça. Não só meio de se obter vitórias nos tribunais e nos processos legais juridicamente, mas os relatórios são verdadeiras ferramentas culturais e pedagógicas (SARLO, 2007). O que prevalece como sentimento nos *Nunca Más* é sintetizado na frase castelhana que fala por si só: “*Perdono, pero no Olvido*”.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 79, p. 95-111, 2007. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 4, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/135/127>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.

CELS. Uruguay/Argentina: coordinación repressiva. Colección: Memoria y Juicio. CELS, p. 16. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/publicaciones/uruguayargentina-coordinacion-represiva/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

CONADEP. **Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas**: Nunca Más. 2. ed. Buenos Aires: EUDEBA, 1995.

DINGES, John. **Os anos do Condor**: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. **ArtCultura** (UFU), v. 9, p. 195-212, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1482>. Acesso em: 03 jan. 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay ... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985)**: do Pachecato à ditadura civil-militar. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

RODRIGUES PINTO, Simone. Direito à memória e à verdade: comissões de verdade na América Latina. **Revista debates** (UFRGS), v. 4, p. 128-143, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/11860/8304>. Acesso em: 04 jan. 2020.

SANTOS, Enrique Coraza. El uruguay del exilio: la memoria, el recuerdo y el olvido a través de la bibliografía. **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 94, n. 1, 1 ago. 2001. Disponível em: <http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/371>. Acesso em: 03 jan. 2020.

SERPJA. **URUGUAY NUNCA MÁS**: informe sobre la violacion a los derechos humanos (1972-1985). Servicio paz y justicia. Uruguay, 1989.

A TRAGÉDIA QUE MARCA O ANJO: O FILME “ZUZU ANGEL” (2006) E OS USOS DO CINEMA NA DENÚNCIA À DITADURA MILITAR

Marcos de Araújo Oliveira¹

Resumo: Envolta em polêmicas, a ditadura militar no Brasil (1964-1985) serve de ambientação para diversas produções cinematográficas que retratam histórias reais desse período. O filme “Zuzu Angel” (2006) do diretor Sérgio Rezende, conta a batalha da famosa estilista (personagem título do filme) contra o regime ditatorial do Brasil, por respostas ao paradeiro do corpo do seu filho, Stuart Angel, assassinado por autoridades militares. Podemos apontar então as possibilidades do diálogo entre História e Cinema, sendo de extrema relevância a reflexão acerca das escolhas narrativas em cena e de qual os efeitos a obra procura despertar no espectador, já que o filme enquanto um produto cultural também exprime um clamor social. Procura-se estabelecer assim, no presente trabalho uma abertura para o estudo do diálogo entre História e Cinema no qual podemos refletir como o cinema expõe críticas contra este período histórico, aspectos bastante evidenciados nas cenas de violência, repressão e tortura ao longo do filme “Zuzu Angel”.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Zuzu Angel, Denúncia, História, Cinema.

Abstract: Surrounded by controversies, the military dictatorship in Brazil (1964-1985) serves as an environment for several cinematographic productions that portray real stories from that period. The film “Zuzu Angel” (2006) by director Sérgio Rezende, tells the battle of the famous stylist (title character of the film) against the dictatorial regime of Brazil, for answers to the whereabouts of the body of his son, Stuart Angel, murdered by military authorities. We can then point out the possibilities of the dialogue between History and Cinema, being extremely important to reflect on the narrative choices on stage and what effects the work seeks to awaken in the viewer, since the film as a cultural product also expresses a social outcry. In this work, we seek to establish an opening for the study of the dialogue between History and Cinema in which we can reflect on how cinema exposes criticisms against this historical period, aspects that are quite evident in scenes of violence, repression and torture throughout the film “Zuzu Angel”.

Keywords: Military Dictatorship, Zuzu Angel, Denunciation, History, Cinema.

INTRODUÇÃO

O Brasil ao longo de toda a sua história sempre viveu graves episódios de violência, desde o período da colonização, quando estrangeiros ocuparam terras de nativos indígenas e adotaram inúmeras práticas de tortura e dominação contra os índios. Mas talvez a violência nunca esteve tão atrelada a um período histórico no Brasil como o do regime político da Ditadura Militar (1964-1985), época marcada pelo controle do poder por militares e pela forte repressão àqueles que se posicionassem contra o governo.

Entre as inúmeras histórias trágicas levadas às telas dos cinemas cujo plano de fundo é a ditadura militar brasileira, a de uma mulher em especial chama grande atenção, trata-se pois de Zuzu Angel, figura que inspirou Chico Buarque de Holanda a escrever em 1978 a canção “Angélica”, que narra com melancolia o anseio de uma mulher para encontrar o corpo de seu filho.

¹ Marcos de Araújo Oliveira é graduado em Licenciatura em História (2016-2019) pela UPE – Universidade de Pernambuco, campus Petrolina.



É Zuzu Angel, estilista que chegou a vestir primeiras damas e atrizes famosas, aquela que sofre por não ter notícias de seu filho Stuart Angel, ativista político do MR8, assassinado por órgão ligado ao governo militar. Chico Buarque homenageia em sua canção a luta dessa mãe nos versos: “Quem é essa mulher/Que canta sempre esse estribilho/Só queria embalar meu filho/Que mora na escuridão do mar”.

O filme “Zuzu Angel” do diretor Sérgio Rezende lançado em 2006 aborda a trajetória dessa mulher, iniciando o seu enredo em 1971 com o desaparecimento de Stuart e seguindo até 1976 com a morte da protagonista, cuja busca para obter o corpo do filho e denunciar a culpa dos órgãos do governo acabou levando a sua própria morte.

Por sua forte narrativa, “Zuzu Angel” torna-se um filme sobre amor e resistência; baseado numa história real muito sensível, mas que também ocupa um papel social por denunciar em seu enredo um dos períodos mais sombrios do Brasil e por também por demonstrar as potencialidades entre o diálogo do Cinema e História.

“QUEM É ESSA MULHER?”: A HISTÓRIA DE ZUZU ANGEL

Zuzu Angel (1921-1976) foi uma importante estilista brasileira que teve sua vida marcada por uma dolorosa missão: recuperar o corpo do seu filho Stuart Edgar Angel Jones (1946-1971), capturado e morto em 1971 durante a ditadura militar no Brasil, fazendo com que a mesma enfrentasse autoridades do Estado em plenos “Anos de Chumbo”.

A triste sina da estilista que não era envolvida em nenhum tipo de ideologia política, começa quando o seu filho Stuart Angel se tornou um desaparecido político neste período conturbado, o que fez com que aquela mãe travasse uma batalha contra tudo e todos para rever seu filho.

De acordo com Andrade (2009, p. 86)

O filho de Zuzu Angel, Stuart Angel Jones, era militante do MR8, um dos movimentos de resistência à ditadura, o que o levou a viver na clandestinidade e transformou-o em uma das muitas vítimas do regime militar. Em 1971, ele foi preso, torturado e morto nas dependências do Centro de Informações da Segurança da Aeronáutica -- Cisa, na Base Aérea do Galeão. Stuart, na época com 26 anos, seria o responsável por ajudar Carlos Lamarca a fugir para a Bahia. Zuzu procurava notícias sobre seu paradeiro havia algum tempo e, então, começou a receber diversas informações contraditórias sobre sua prisão, tortura e assassinato.

Por sua trágica e ao mesmo tempo corajosa história, Zuleika Angel Jones, serviu de inspiração para diversas obras literárias e até cinematográfica. O filme “Zuzu Angel” do diretor Sérgio Rezende, lançado em 2006, trinta anos após a morte de Zuzu, comporta-se como uma homenagem a essa importante mulher, mostrando os momentos mais emblemáticos da batalha da estilista para obter notícias de seu filho e após descobrir sua morte, a procura ao corpo de Stuart.

Essa luta a leva a clamar por justiça e utilizar de todas as ferramentas possíveis, inclusive do seu trabalho de estilista, para assim fazer críticas, ser ouvida e obter a resposta para a pergunta que a angustia durante todo o filme: “Onde está meu filho?”.

A história real de Zuzu Angel, mostra o quanto ela foi extremamente corajosa ao desafiar a ditadura denunciando o cenário brasileiro de violência e tortura, inclusive para outros países, como os Estados Unidos, país de seu ex-marido Norman Angel Jones, o pai de Stuart.

Segundo Duarte (2018, p. 20):

Na década de 1960, Zuzu Angel alcançou o auge de sua carreira, produzindo roupas para importantes personagens internacionais, principalmente modelos dos Estados Unidos da América. Nesse período, ocorreu o golpe de estado que destituiu o então presidente João Goulart, instaurando-se um regime de exceção comandado pelos militares com o apoio de civis. A fashionista, durante os seis primeiros anos da ditadura militar não praticou ou exerceu nenhuma atividade contra o regime vigente. As práticas contra a ditadura iniciaram-se após o desaparecimento de Stuart Angel Jones, em 1971, momento no qual ela buscou explicações e cobrou do governo os motivos pelos quais seu filho encontrava-se desaparecido.

Entretanto a principal motivação para tais ações de Zuzu sempre foi encontrar Stuart, esperando ao menos que pudesse enterrá-lo e dar-lhe dignidade em um funeral. Mesmo com toda dor e solidão, de acordo com Duarte (2018) a estilista continuava buscando do governo o paradeiro do corpo de seu filho, ainda que soubesse no seu íntimo que Stuart estava morto.

Durante a visita do Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger ao Brasil em 1976, Zuzu Angel entregou um dossiê com provas do assassinato de Stuart. No Brasil distribuiu diversas cartas denunciando as práticas opressivas da ditadura militar; participou de encontros com outras mães de desaparecidos políticos; encontrou-se com artistas, jornalistas, historiadores, que como ela; eram contra o governo vigente. A “luta” de Zuzu Angel encerrou-se em 1976 em decorrência de seu falecimento. (DUARTE, 2018, p. 21)

Em 13 de setembro de 1971, em mais um ato de coragem, Zuzu realizou em Nova Iorque, o desfile Internacional “Dateline Collection III – Holiday and Resort”, onde apresentou roupas descontraídas e para ocasiões especiais, mas fez a sua denúncia ao regime militar através de uma coleção de roupas protestando contra a morte de Stuart. Tal desfile é considerado até hoje como um grande desfile de moda política do mundo.

Segundo Andrade (2009, p. 99):

[...] o desfile apresentou as roupas de protesto. Vestidos brancos com modelagem ampla, e bordados com desenhos singelos como os de anjos, crianças, soldados, pássaros, auréolas, pombas e gaiolas. Ao final, a filha mais nova de Zuzu, Ana Cristina, cantou a música Tristeza, que diz “quero voltar àquela vida de alegria”. Zuzu dizia que criar moda para ela era a completa felicidade, mas nesse desfile não havia espaço para esse sentimento.

De acordo com Steffan (2012) depois do desaparecimento e da morte de seu filho Stuart em 1971, a guerra contra o regime militar pela recuperação do corpo do herdeiro, implicou nas mudanças no trabalho como estilista de Zuzu, pois antes uma mulher apolítica, Zuzu ousou ao criar uma coleção estampada com manchas vermelhas, pássaros engaiolados e motivos bélicos. Ainda conforme Steffan (2012) o anjo, ferido e amordaçado em suas estampas, tornou-se também o símbolo do filho.

A busca incessante dessa mãe só acaba em 13 de maio de 1976, quando Zuzu morre em um acidente de carro na saída do túnel Dois Irmãos, em São Conrado (RJ), na época sua morte foi classificada como um acidente automobilístico pelo regime militar, sem maiores explicações.

Porém, somente vinte e dois anos depois, o acidente foi considerado um assassinato, revelado por meio de testemunhos que denunciaram que o carro da estilista foi jogada para fora da pista por agentes de repressão do regime militar, atualmente o túnel onde se encerrou a luta da estilista é chamado em sua homenagem de Zuzu Angel.

Esses principais aspectos da vida de Zuzu são evidenciados na produção biográfica de Sérgio Rezende, classificado como um filme de drama. O papel de protagonista que dá nome ao filme ficou a cargo da atriz Patrícia Pillar, enquanto Stuart Angel é interpretado por Daniel de Oliveira, responsáveis por retratarem os sofrimentos vividos por essas figuras reais, no regime militar do Brasil.

“Zuzu Angel” traz em seu enredo a grande transformação de Zuzu, no início uma cidadã passiva e alheia as lutas políticas pelo fim do regime ditatorial, a medida em que vai se tornando uma das principais desafiadoras do regime, não por ser uma ativista que luta para que a ditadura se encerre, mas pela busca de respostas ao desaparecimento de Stuart.

No desfecho dessa produção cinematográfica, temos uma denúncia aos horrores da ditadura por meio da cena da morte de Zuzu, na encenação do seu trágico acidente automobilístico; no filme é mostrado que o acidente foi premeditado por agentes ligados a ditadura, que perseguem Zuzu e causam sua morte para silenciá-la.

QUANDO O ANJO É SILENCIADO...: O FILME “ZUZU ANGEL” E O AMOR DE UMA MÃE EM TEMPOS DE ÓDIO

O filme “Zuzu Angel”, por ser um drama, trabalha com cenas emotivas, nas quais a atriz Patrícia Pillar, vive em tela o desespero da mãe que quer enterrar o seu filho. Nota-se que a figura feminina em martírio pelo ente querido já é evidenciada em diversos discursos, podendo-se fazer então uma comparação de Zuzu Angel com a personagem Antígona, da tragédia do dramaturgo grego Sofócles (497 a.C - 406 a.C).

Como descreve Viera (2017) a comparação de Zuzu Angel com Antígona, a heroína sofocliana, é feita por Carlos Drummond de Andrade, e não só exprime sua veia poética e maravilhosa inspiração, como nos leva a outras – e mais profundas – reflexões.

Filha incestuosa de Édipo, rei de Tebas, e da rainha Jocasta, Antígona viu seus dois irmãos se matarem na disputa pelo poder. Eteocle defendia Tebas. Polínicie, apoiado pelo reino de Argos, avançou sobre Tebas. O fratricídio de Eteocle e Polínicie poluiu o solo tebano (miasma), evidenciando a sombria maldição que pesava sobre a família, os Labdácidas. Subindo ao trono de Tebas, Creonte, tio de Antígona, promulga decreto (édito) proibindo honras fúnebres a Polínicie – considerado inimigo da cidade – enquanto Eteocle era enterrado como herói. Antígona considera dever sagrado, imposto pelos deuses e leis não escritas, dar sepultura ao morto, em especial se tratando de parente próximo. Viola a ordem do rei e cobre, secretamente, o corpo do irmão com um pouco de terra e realiza alguns dos rituais que a religião grega preconizava para os mortos. Descoberta a desobediência, Antígona confronta Creonte, com coragem e altivez, e é condenada à morte. Encerrada, viva, entre muros, Antígona se mata. Ao narrar a triste sorte de Antígona, a heroína que dá a vida pelo irmão insepulto, Sófocles canta o poder do homem diante da tirania. Tirania contra a qual Zuzu Angel lutou corajosamente. (VIERA, 2012, p. 19-20)

O filme de Sérgio Rezende destaca-se por trazer a figura de Zuzu enfrentando a tirania do regime militar, assim como a Antígona da tragédia sofocliana, que desafiou as autoridades para enterrar o corpo daquele a quem nutria um amor fraternal. Tal aspecto fica evidente na frase centralizada no pôster do filme, no qual está escrito “Seu amor de mãe foi além de todo os limites”, mostrando a força do amor maternal da protagonista Zuzu.

O filme trabalha muito a construção dessa narrativa da mãe trágica, no qual a mãe anseia por dar dignidade ao corpo do seu filho e muito mais do que isso, o filme mostra a protagonista buscando amenizar aquela que seria a segunda morte de Stuart Angel, a execução de sua memória pela mancha de uma prisão injusta e uma morte violenta sob tortura.

“Zuzu Angel” se baseia na história real e mostra que o estudante e militante político teve sua imagem veiculada como criminoso pelas autoridades militares, sendo que o mesmo apesar do comportamento insurgente contra o governo, como é evidência no filme, não cometeu nenhum crime, além da própria ousadia de ser contra o regime autoritário e ditatorial.

De acordo com Duarte (2018) Stuart era membro do grupo de oposição ao governo MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), na época, comandado por Carlos Lamarca, sendo que sua apreensão pelos militares sucedeu-se no dia 14 de julho de 1971, no Grajaú (Rio de Janeiro), onde foi levado para a Base Aérea do Galeão para interrogatório. Logo após essa captura, nunca mais foi encontrado.

Ainda conforme Duarte (2018), a partir dos depoimentos de outros presos que estavam na mesma cela e a carta de Alex Polari de Alverga entregue a Zuzu Angel em 1972, foram comprovadas as práticas de torturas sofridas por Stuart, que o levaram à morte. “Durante cinco anos Zuzu cobrou do governo brasileiro o reconhecimento da morte de seu filho, bem como a localização de seus restos mortais, com o intuito de enterrá-los” (DUARTE, 2018, p. 20).

Pela perda de seu filho, Zuzu ficou conhecida por ser alguém bastante solitária e por ter adotado um luto permanente, visto em suas aparições públicas e desfiles cuja moda servia como denúncia, a exemplo do já citado “International Dateline Collection III – Holiday and Resort “ em 1971, no qual, segundo Andrade (2009) ela apareceu pela primeira vez com a indumentária que simbolizava seu luto pelo filho.

Com o mesmo propósito muitos vestidos apresentados, mesmo os mais alegres e coloridos, tinham uma faixa preta amarada no braço. Ela estava usando um vestido preto longo, com um dramático véu, um cinto decorado com 100 pequenos crucifixos e no pescoço um pingente de um anjo branco em porcelana (Chicago Tribune, 20 de setembro de 1971). Esse repertório simbólico do luto é o suporte visual de uma espécie de personagem incorporada por Zuzu Angel. Desse dia em diante, ela se caracterizaria assim sempre que estivesse presente em eventos e locais onde poderia chamar a atenção de autoridades para denunciar a morte de Stuart. (ANDRADE, 2009, p. 98)

Nota-se, porém, que nem sempre a figura de Zuzu ganha grande destaque em discursos historiográficos que almejam denunciar a ditadura, muito menos é estudada nas escolas ou lida em livros didáticos, mesmo diante de suas contribuições. Entretanto, a figura de Zuzu Angel é bastante evocada por seu trabalho como estilista, no mundo da moda onde é bastante estudada.

A cinebiografia de Sergio Rezende contribui ao reabilitar a memória desta figura histórica, propondo um novo olhar sobre os conflitos vividos por Zuzu e sua relevância enquanto estilista, mãe e mulher, que ousou ir contra os poderosos de sua época.

O filme “Zuzu Angel” mantém sua relevância graças a representação da árdua luta de sua personagem, pois ao dar protagonismo a essa figura histórica de importante luta contra o regime militar, expõe no diálogo entre história e ficção cinematográfica, as mazelas e crueldades desse regime político no Brasil.

ENTRE A FICÇÃO E A HISTÓRIA: O FILME “ZUZU ANGEL” E SUA REPRESENTAÇÃO DA DITADURA MILITAR

Ao ser lançado em 2006, o filme “Zuzu Angel” tornava-se um marco também por resgatar a memória da ousada *fashionista* no ano que se completou trinta anos da sua morte, ainda envolta em muitos debates e controvérsias. “Zuzu Angel” logo nos créditos de abertura traz na tela, várias imagens reais de protestos e conflitos durante o período militar, onde o espectador vai tendo um panorama do contexto histórico conflituoso em que a obra se ambienta.

Nota-se, portanto, uma ideia de caos e horror na representação do regime militar, evidenciado durante todo o filme como um período de repressão, silenciamentos e violência. Esta representação que liga o período da ditadura a “tempos sombrios” é frequentemente veiculada em outras obras cinematográficas do cinema nacional, em pesquisas acadêmicas, na literatura ou em produções musicais, o que nos mostra que o regime ditatorial é encarado massivamente de forma negativa para a história nacional.

A personagem Zuzu Angel, ao longo dos 108 minutos de duração do filme, vai demonstrando ser uma mulher bastante forte e decidida, enfrentando padres, delegados, militares e quaisquer outras pessoas para recuperar ao menos os restos mortais de seu filho.

Ainda que cercada de ambiguidades, a ditadura é uma pauta delicada no Brasil, principalmente pela polarização de ideologias das quais o país vem sendo palco nos últimos anos. Por isso, explorar a figura de uma mulher tão instigante e cuja história ultrapassa gerações, torna-se algo interessante ao se levantar questionamentos sobre a realidade desse período (período este, muitas vezes lembrado com saudosismo ou evocado em manifestações de pessoas que querem a volta da ditadura militar).

O filme “Zuzu Angel” acaba servindo assim como uma fonte possível de análise e estudo acerca da representação de sua personagem título e da crítica que é construída em torno da ditadura, onde verdades e suposições se fundem no mesmo produto cultural.

Neste sentido o diálogo entre História e Cinema, onde eventos ou personalidades do passado são retratados ou até mesmo reimaginados, abrem um leque de possibilidades para novas formas de se explorar uma determinada narrativa e propor até mesmo novas visões acerca de determinados temas, que tem uma maior liberdade para serem debatidos dentro deste campo cultural. De acordo com Barros (2011, p. 10)

O Cinema não é apenas uma forma de expressão cultural, mas também um ‘meio de representação’. Através de um filme representa-se algo, seja uma realidade percebida e interpretada, ou seja um mundo imaginário livremente criado pelos autores de um filme. Para o âmbito das relações entre Cinema e História, interessa particularmente a possibilidade de a obra cinematográfica funcionar como meio de representação ou como veículo interpretante de realidades históricas específicas, ou, ainda, como linguagem que se abre livremente para a imaginação histórica.

O filme “Zuzu Angel” cumpre bem o papel de veículo interpretante de realidades históricas específicas, já que explora a história da estilista focando em aspectos cruciais de sua vida, podendo ser assim classificado como “filme histórico”. Conforme explica Barros (2011), os filmes históricos podem ser entendidos como aqueles filmes que buscam representar ou estetizar eventos ou processos históricos conhecidos, e que incluem entre outras as categorias dos “filmes épicos” e também dos filmes históricos que apresentam uma versão romaneada de eventos ou vidas de personagens históricos.

A produção de Sérgio Rezende muito mais do que a sua própria função artística e cultural, possui também uma função até mesmo didática ao se trabalhar com uma narrativa que mescla em sua ficção fatos históricos, pois apesar de todo filme histórico estar pautado na sua própria licença poética, ele também exprime uma interpretação do passado por meio das suas representações audiovisuais na tela.

Pode-se dizer que através dos ‘filmes de História’ de diversos tipos o Cinema começa a penetrar de diversificadas maneiras no próprio mundo dos historiadores, e não apenas no mundo de acontecimentos históricos que os historiadores examinam com algum tipo de distanciamento. [...] O Cinema através de sua produção fílmica, e não apenas dos documentários históricos, também pode ser utilizado para ensinar História – ou, mais ainda, para veicular e até impor uma determinada visão da História. Entramos aqui em uma outra possibilidade de apreensão das relações possíveis entre Cinema e História. (BARROS, 2011, p. 12-13)

Essa capacidade que os filmes históricos tem de ensinar História ou até impor uma visão da História como aponta Barros (2011), é evidente na produção de Sérgio Rezende, pois o filme “Zuzu Angel” se apropria da figura desta mãe torturada pela dor de não rever seu filho e mesmo que não propositalmente, leva ao convencimento do público que o assiste de que o regime militar foi um período cruel para com ela e demais pessoas que viveram esse tempo.

A estrutura narrativa do filme mescla o seu enredo entre acontecimentos que ocorrem nos anos finais da vida de Zuzu (entre 1971 e 1976) com episódios do seu passado em forma de *Flashbacks*, que vão apresentando aos espectadores as nuances da relação da mãe com seu filho e guiando esse espectador a se solidarizar com Zuzu quando ela perde esse laço.

Em muitos momentos, a relação dessa mãe com seu filho se mostra conflituosa, por Zuzu não conseguir entender o engajamento político do filho e até por Stuart não admitir a postura passiva da mãe, cabe citar como exemplo, a cena em que ele a questiona por viver “fazendo roupas para esposa de general”, sendo que a própria o repreende sarcasticamente dizendo que “enquanto a revolução (socialista) que ele tanto espera não acontecesse, ela teria que ficar desenvolvendo o seu trabalho”.

Porém em outras cenas do filme, o relacionamento de Zuzu com seu filho se mostra bastante amoroso, fato demonstrado quando Zuzu mesmo não concordando, apoia o exílio na França da esposa de Stuart, Sônia de Moraes Angel, também militante e que no filme é interpretada por Leandra Leal; ou quando a mãe comemora a vitória de seu filho numa competição de remo, retratando carinho e cumplicidade entre os personagens.

Percebe-se, pois que neste tipo de filme, ficção e história se fundem e as versões históricas também são aliadas a reinterpretações dos agentes culturais do Cinema. Isso ocorre, pois segundo Melo (2010) alguns grupos cujos discursos se tornaram relevantes no cenário midiático ajudaram a contar a história da ditadura e fazê-la presente no imaginário brasileiro, mesmo daqueles que não vivenciaram o período.

Sabe-se que muitos dos diálogos da cinebiografia de Zuzu são imaginados pelo próprio cineasta e roteiristas, e as emoções visualizadas na tela são de responsabilidade dos atores; juntos os agentes dessa mídia cultural, conseguem transformar o filme “Zuzu Angel” não só em uma obra dramática, mas em uma denúncia do cinema à ditadura no Brasil.

O CINEMA QUE CHOCA: A DENÚNCIA CONTRA O REGIME MILITAR PRESENTE NO FILME “ZUZU ANGEL”

Segundo Calegari (2015) o intervalo de tempo compreendido entre 1964 e 1985, no Brasil, foi marcado por intensos episódios de brutalidade e diversas formas de repressão à sociedade civil, podendo-se observar o período da ditadura, não só pelo viés do âmbito econômico, mas voltando-se para as aflições de uma sociedade que começou a ser controlada, sobretudo, pelos militares, que faziam uso do poder para reprimir manifestações que eram contrárias às metas do governo.

Ainda de acordo com Calegari (2015) esse período foi decisivo para a definição de rumos do país nos seus vários âmbitos: político, econômico, social e cultural. mas na esfera cultural, em um primeiro momento, a produção acerca da ditadura ficou estagnada, porém com os novos debates que surgiram no país, começaram a surgir diferentes produções artísticas com o intuito de entender ou representar o período em questão, entre essas diversas produções, obras cinematográficas ocupam um espaço de destaque por justamente representar de modo audiovisual esse tema tão polêmico ao público.

Considerando tais proposições, é plausível dizer que o cinema pode ser um instrumento perigoso sob domínio de movimentos contrarrevolucionários [...] Por outro lado, contudo, pode servir de fermento para que as massas se coloquem contra sistemas autoritários ou totalitários, pela possibilidade de acenar contra as propostas ideológicas desses regimes.[...] Entretanto, não dá para negar que um filme também veicula um tema, e este não pode ser descartado quando se alude ao seu conteúdo, ou seja, ao se falar do conteúdo de um filme, está-se aludindo ao seu tema e também à sua forma. Assim, na perspectiva benjaminiana, há um vínculo entre as cenas estéticas veiculadas pelo cinema e questões de ordem política. Essa relação pode ser compreendida a partir do conceito de choque tal como pensado pelo próprio autor. Para o filósofo alemão, a vida moderna está repleta de choques, e o cinema incorporaria tais choques em sua constituição. (CALEGARI, 2015, p. 118)

Ao assistirmos o filme “Zuzu Angel” fazendo uma análise não só dos seus aspectos estéticos e de roteiro, mas sim da sua narrativa enquanto produto que se propõe a retratar um período turbulento para a história nacional, notamos ao longo do enredo que muitas das cenas trazem esse choque ao espectador.

Seja nos momentos de tortura – o filme exhibe os atores Daniel de Oliveira e Caio Junqueira com seus personagens sofrendo na mão de militares as mais terríveis atrocidades físicas (Caio Junqueira inclusive aparece em uma cena de nu frontal sob tortura), ou nos choros agonizantes de Patrícia Pillar ao encenar a melancolia de Zuzu Angel por imaginar os sofrimentos de Stuart.

Zuzu Angel utiliza uma frase no filme que denota o seu comportamento em busca do corpo de seu filho: “Eu não tenho coragem. Quem tinha coragem era meu filho. Eu tenho legitimidade”. Dessa forma, percebemos que a protagonista era uma mulher que lutava por uma causa, com uma justificativa evidente, a de honrar o nome de seu filho, que sempre lutou pela liberdade e igualdade de direitos. A cena em que Zuzu está dentro de um avião e toma o microfone da aeromoça a fim de abrir os olhos dos passageiros para o que estava acontecendo no país no qual eles estavam prestes a aterrissar faz com que o espectador admire a personagem. Zuzu se torna uma verdadeira guerreira, que não mede esforços para defender uma causa legítima. (STEFFON, 2012, p. 8)

Desse modo, nota-se que a narrativa cinematográfica tende a criar essa reflexão acerca da ditadura no espectador, tendo como carro-chefe o protagonismo de sua personagem principal, no qual o desenrolar dos seus sofrimentos ao longo da trama e o do seu filho, justificam o engajamento de sua luta pelo corpo de Stuart.

Percebe-se, portanto, que as relações entre História e Cinema potencializam novas interpretações para determinados contextos históricos ou personalidades, sendo preciso compreender que um filme enquanto produto artístico e cultural também tem uma função social e muitas vezes política. Segundo Melo (2010, p. 74)

No Brasil, as narrativas acerca do golpe foram sendo construídas por ambos os lados, militares e comunistas. Não há, entretanto, registro de filmes que tenham defendido a violência do regime militar. Há um sentimento de grupo que reúne torturados, exilados, parentes dos mortos, o que contribuiu para a se fortalecer a memória coletiva, ajudando na reconstrução simbólica dos fatos, feita através de artefatos culturais como o cinema.

O filme é muito claro em sua posição a respeito do regime militar, responsável pela maior dor de Zuzu que é a perda de seu filho Stuart Angel, representando o governo como violento, manipulador e insensível as aflições da mãe que deseja reencontrar nem que seja o corpo de seu filho, adotando assim uma visão que condena a ditadura e exalta a inteligente e solitária Zuzu.

Segundo Melo (2010) no Brasil há diversos discursos, como os do Cinema, que buscam representar o regime militar como um trauma cultural, através de um processo narrativo que ajuda a legitimá-lo por meio da aclamação pública e da luta por reparação dos que foram torturados, mortos ou prejudicados. Esse trauma cultural muitas vezes é derivado dos inúmeros episódios de violência e torturas ocorridos nesse período e que afetam toda a memória nacional, pois as experiências individuais traumáticas podem marcar gerações, se forem repassadas pelo grupo ao qual pertence o indivíduo.

Diferente do trauma individual, o trauma cultural ou coletivo é vivido por parte de um segmento social, mas ao ser publicizado e tratado pelos grupos condutores de discurso é que ganha status de drama social. Caso as significações sejam acatadas pela coletividade, o processo sai do nível de drama e ganha status de trauma cultural. (MELO, 2010, p. 70)

Por meio dessas novas reflexões através da abordagem cinematográfica, nota-se que o cinema consegue evidenciar o contexto da Ditadura Militar por meio desse trauma, cujas visões são herdadas dessas experiências individuais que se expandem para o coletivo e que por isso também se manifestam fortemente em outros produtos culturais.

O cinema é mestre na arte de encenar o trauma cultural deixado pela ditadura, pois a cinebiografia de Zuzu Angel no ato de retratar os aspectos mais angustiantes da ditadura, como a privação de uma mãe ao corpo de seu filho morto injustamente, reitera a ideia de que o cinema pode apresentar ao espectador uma denúncia ao passado, já que no caso dessa cinebiografia ela consegue despertar sentimentos únicos naquele que a assiste, como a empatia pelos oprimidos e a culpabilização dos opressores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos um filme histórico é preciso estar atento as suas especificidades de narrativa e os mecanismos utilizados para as representações de seus personagens e do contexto histórico que é exibido na tela. “Zuzu

Angel” de Sérgio Rezende não é um filme que foge a licença poética da arte cinematográfica, entretanto possui um diferencial por retratar a vida de uma figura histórica cuja luta, bastante comovente, norteia todo o filme de modo muito verossímil, fugindo assim dos clichês de algumas cinebiografias e tecendo sua denúncia ao regime ditatorial.

Entretanto, isso não diminui a relevância e a credibilidade do filme de Sérgio Rezende, afinal nenhum diretor, roteirista ou ator, está isento de no trabalho da representação em algum filme histórico sobre a ditadura, abster-se de transmitir ao espectador a sua visão sobre os eventos ou figuras que são retratados, pois o Cinema assim como a História, não é um campo neutro.

Afinal, é esta a maior possibilidade do diálogo entre o Cinema e a História: a apresentação de visões sobre determinadas realidades, que podem ser coniventes com o que é retratado ou em cinho de críticas. No caso do filme “Zuzu Angel” o tom adotado nas cenas é o de defesa de uma mãe pelo direito de estar ao lado do filho, direito este destituído pelo regime militar, regime que na narrativa é retratado para ser condenado pelo espectador, por todos os horrores causados.

REFERÊNCIAS

Fonte Audiovisual

ZUZU Angel. [Filme]. Brasil/2006. Direção: Sérgio Rezende. Duração: 108 min.

Bibliografia

ANDRADE, Priscila. A marca do anjo: a trajetória de Zuzu Angel e o desenvolvimento da identidade visual de sua grife. **Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte**, São Paulo. v. 2, n. 2, p. 85-119, out./dez. 2009.

BARROS, José D’Assunção. Cinema e história – considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas. **Comunicação & Sociedade**, Ano 32, n. 55, p. 175-202, jan./jun. 2011.

CALEGARI, Lizandro Carlos. Cinema e Resistência: a ditadura militar brasileira em Zuzu Angel, de Sérgio Rezende. **MARGENS** - Revista Interdisciplinar, v. 9, n. 13, p. 114-129, dez. 2015.

DUARTE, Ana Paula Moreira Pinto. “AS VIDAS DE ZUZU”: As memórias construídas sobre Zuzu Angel nos jornais Folha de São Paulo e O Globo (1985-1998). 2018. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

MELO, Patrícia Bandeira de. A intervenção cultural do discurso cinematográfico: Os sentidos da ditadura militar no Brasil. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 68-80, maio/ago. 2010.

STEFFEN, Lauren. Zuzu Angel, o filme. **Revista Anagrama**, Ano 5, Edição 4, jun./ago. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/view/8024/7404b>. Acesso em: 20 abr. 2020.

VIERA, Maria Vitória Martins. Zuzu Angel: Antígona Moderna e Inspiradora. **Achiote.com** – Revista Eletrônica de Moda, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 16-32, jan./jul. 2017. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/achiote/article/view/5268>. Acesso em: 20 abr. 2020.

O HUMOR E A REPRESENTAÇÃO DOS GAYS NA REVISTA VEJA (1968-1983)

Leonardo da Silva Martinelli¹

Resumo. Esta comunicação visa discutir um fragmento da pesquisa de mestrado em História do autor sobre as representações dos gays na revista *Veja* (1968-1983). O objetivo desta análise é refletir acerca da construção e/ou reforço de representações dos homossexuais veiculadas nesse periódico, no recorte temporal citado, a partir de sua relação com o humor, que trazia presente elementos caricatos que podiam incidir na apropriação de uma imagem jocosa dessas pessoas. Metodologicamente foi utilizada a análise de conteúdo para selecionar e organizar as fontes em torno dessa temática, discutidas numa abordagem qualitativa. Fundamenta-se nos estudos de gênero e sexualidade. Esta análise se dá a partir de elementos citados nas matérias publicadas na revista *Veja* com relação à homossexualidade e suas possíveis significações na difusão de representações. Atentando, sobretudo, ao período de intensa defesa da “moral e bons costumes”, do aparato censor perpetrado e o cerceamento das liberdades individuais, dentre as quais a sexual.

Palavras-chave: Comédia; Homossexuais; Imprensa.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No período da ditadura civil-militar brasileira a defesa dos valores morais preconizados nas sociedades capitalistas cristãs, especialmente, foi intensamente reforçada sendo uma das principais “bandeiras” defendidas com afincos pelos governantes da época e boa parte da sociedade. A homossexualidade não fazia parte desses valores, pois havia determinadas normas bíblicas milenares que eram acionadas para lhe fazer oposição. Além disso, a ideia de que a heterossexualidade era a forma “natural” e/ou de origem “divina” era compartilhada e reproduzida socialmente, o que interditava outras formas de experienciar os prazeres corporais e sexuais.

Esta comunicação discute o humor enquanto construtor de representações dos gays veiculadas na revista *Veja* entre 1968 e 1983. O objetivo desta análise é refletir acerca da construção e/ou reforço de representações dos homossexuais veiculadas nesse periódico, no recorte temporal citado, a partir de sua relação com o humor, que trazia presente elementos caricatos que podiam incidir na apropriação de uma imagem jocosa dessas pessoas. Trata-se de refletir sobre um dos aspectos analisados na pesquisa de mestrado do autor (MARTINELLI, 2019) que abordou diferentes elementos para compreender essas representações. No entanto, será desenvolvida apenas esta temática para problematizar as visibilidades desses sujeitos a partir desse aspecto, as questões sociais da época e as possibilidades de reflexão e de discriminação dos homossexuais trazidas à esfera pública.

O PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

O advogado Renan Quinalha (2017, p. 314), em sua tese de doutoramento, analisou documentos produzidos pelos censores no período da ditadura civil-militar brasileira e constatou que houve uma política institucionalizada que

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo/RS. Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Também é membro da Rede de Historiadores e Historiadoras LGBTQI+.

agiu contra as sexualidades dissidentes da heteronormatividade, mas também contra outras manifestações consideradas “desvios”. A partir de tais constatações, referiu-se ao período como uma “ditadura hétero-militar” (QUINALHA, 2018).

Sem dúvida, esse reforço da heterossexualidade fica visível a partir das documentações e censuras às dissidências desse modelo. No entanto, outras variáveis podem ser somadas a tal caracterização, uma vez que também estavam presentes e subentendidas no bojo dessa institucionalização. Citam-se: a cisgeneridade, ou seja, a demanda para que homens e mulheres performatizassem a expressão de um gênero (BUTLER, 2017) socialmente entendido como componente dessas pessoas; a oposição cultural, manifestada em razão das censuras à liberação sexual e às transformações sociais oriundas dos movimentos de contracultura do final da década de 1960, modificando a lógica familiar por parte de uma parcela da juventude; o Movimento Negro Unificado, em 1978, trazendo à cena a necessidade de discussão sobre a situação das pessoas negras e de um reparo histórico e social; o Movimento Feminista, de 1975, criticando, dentre outras questões, o patriarcado e o corpo feminino; além do Movimento Homossexual, de 1978.

Esses movimentos ocorreram num período em que a oposição à ditadura se torna crescente e visível, demonstrando seu desgaste. Já num período de distensão política que iria conduzir o Brasil à democracia, de uma forma “lenta, gradual e segura”, como proposto no governo de Ernesto Geisel. Esses exemplos possibilitam pensar no período para além de uma “ditadura hétero-militar”, apesar de o termo ser profícuo para entender o que aconteceu. Mas a inclusão de outras variáveis pode ampliar a caracterização desse período, já que heterossexuais cisgêneros podiam ser perseguidos por serem opositores políticos, culturais. Deve-se recordar que se tratava de um regime autoritário, que não poupou esforços para reprimir tudo aquilo que lhe desagradava, ironicamente mantendo a ideia de uma pretensa legitimidade.

Benjamin Cowan (2015) lembra na época a associação da homossexualidade a uma suposta “subversão” comunista; logo, positivar tais sexualidades era não somente desencorajado por essa possível associação, mas havia também o aparato censor voltado à imprensa e às diversões públicas que a interditava.

A respeito dessas modalidades de censura podem-se distinguir duas formas: a censura à imprensa, que geralmente atentava às questões políticas, e a Divisão de Censura de Diversões Públicas² que atentava à moral, no entanto, caso o tema aparecesse na imprensa também podia ser censurado (FICO, 2002).

A censura à imprensa³ pode ser distinguida de duas maneiras: autocensura e a censura prévia. Na primeira direcionavam bilhetinhos, telefonemas às editoras dos periódicos para dizer o que não podia ser publicado. É importante lembrar que esta se tratava de uma censura verticalmente imposta, e não uma possível censura dos jornalistas e/ou proprietários, o que também podia ocorrer, mas não se trata dessa. Na censura prévia o material era lido por um censor que se estabelecia no espaço de redação ou o periódico podia ser enviado até eles (MARCONI, 1980).

Conforme Almeida (2009) a revista *Veja* também foi censurada, tanto através da autocensura quanto da censura prévia, sendo que a mesma teria cessado no ano de 1976, alguns meses após a saída do diretor de redação conhecido como Mino Carta.

Para além dessas censuras ao tema das homossexualidades⁴, devem-se destacar as próprias repressões aos sujeitos na sociedade, diferentes formas de agressão psicológica explícita e/ou implícita, agressões físicas, prisões e

² Sobre o funcionamento e características da censura de Diversões Públicas ver: Quinalha (2019).

³ Para ampliar essa discussão ver: Aquino (1999); Smith (2000).

⁴ Segundo James Green e Renan Quinalha (2015, p. 11), no período da ditadura civil-militar diferentes sujeitos integravam o grupo das homossexualidades, como gays, lésbicas, travestis, sendo que suas singularidades e identidades foram separadas posteriormente, mas na época essas pessoas eram integradas nesse grupo amplo.

inclusive assassinatos. A área da saúde, especialmente a medicina, tratava a homossexualidade como uma doença, aparecendo na Classificação Internacional de Doenças (CID) no código 302.0, que a explicitava como “desvio e transtorno mental” (COLAÇO, 2018, p. 48). Na época, apesar de haver dissidências a essa categorização, e respaldo internacional, pois a Associação Americana de Psiquiatria havia retirado essa nomeação em 1973, permaneceu oficialmente no Brasil até 1985.

Esse conjunto de elementos presentes naquele contexto social contribuiu para a estigmatização das homossexualidades e impediu sua positivação. Conforma Green (2000, p. 454) o movimento homossexual no Brasil somente pôde desenvolver-se a partir de 1977, e não anteriormente, em decorrência da ditadura civil-militar. Entender e atentar a essa conjuntura é fundamental para analisar as representações veiculadas na imprensa no período.

O HUMOR COMO COMPONENTE DAS REPRESENTAÇÕES DOS HOMOSSEXUAIS

Antes de mencionar as matérias que apresentaram uma imbricação entre humor e representação, alguns dados da pesquisa da qual este fragmento faz parte precisam ser mencionados para situar o público leitor. A dissertação já citada analisou as representações dos gays na revista *Veja* a partir de um total de fontes que contabilizou 339 publicações presentes em 276 edições. A coleta deu-se a partir de uma pesquisa por amostragem realizada no site da revista *Veja*, em seu acervo, utilizando palavras-chave que localizaram tais menções. Foram usadas as seguintes palavras como busca: homossexual, gay e sodomia. Após essa coleta e valendo-se de pressupostos da análise de conteúdo temático (BARDIN, 2011; MORAES, 1999), em suas abordagens qualitativa e quantitativa, foram lidas as matérias e separadas em unidades de registro – extensivas de objetivos estabelecidos anteriormente – que possibilitaram a elaboração de tabelas, gráficos e quadros.

O tema da homossexualidade foi dividido também em categorias temáticas visibilizadas a partir de elementos presentes nas publicações da revista, sendo que foram destacadas e agrupadas da seguinte maneira: crenças religiosas, humor, criminalidade e área da saúde. Essa parte da pesquisa foi abordada de forma qualitativa trazendo exemplos de histórias noticiadas e fragmentos que possibilitaram atentar a ênfase dessas categorias.

Algumas dessas notícias publicadas na revista *Veja* serão apresentadas a seguir e analisadas para refletir acerca do humor enquanto componente da construção e/ou reforço de um determinado tipo de representações.

Um dos usos do humor associado aos homossexuais era decorrente da forma caricata com que eram explorados os estereótipos do gay efeminado. Em 1972 uma notícia divulgou um filme chamado *Casa assassinada* com um título chamativo: “Nova decepção”. Um dos personagens do filme ganhou mais visibilidade – Timóteo. De acordo com um fragmento que o caracterizou: era a “ovelha negra da família, que viv[ia] trancado em seu quarto vestido de mulher”. Em outra descrição, foi registrado: “a única figura que sobressai, justamente por ser esquematicamente grotesca, é a do gordo e exageradamente maquiado homossexual” (NOVA, 1972, p. 61). Esses trechos demonstram a forma com que tal personagem foi retratado e a junção de elementos que podiam ampliar a estigmatização sobre Timóteo.

No mesmo ano, uma peça de teatro chamada *O Donzelo* foi exibida no Rio de Janeiro e segundo a matéria contou com grande público. A história representada tinha como tema um pai homossexual que se transformou em “machão” e que veio a casar-se com a futura sogra de sua filha. De acordo com a notícia, a presença de um grande público não se deveu ao tema da peça, “mas a presença em cena de um de seus autores” (O MISSIONÁRIO, 1972, p. 81). Independente de este ter sido ou não o motivo da presença das pessoas reunidas para ver a peça, a história

nos possibilita imaginar a forma com que foi encenada, já que se tratava de um homossexual que vira “machão”. É possível aventar que a *performance* de gênero tenha sido um componente central, pois tal modificação deve ter sido explicitada. Se o pai não era anteriormente “machão”, como esse homossexual foi representado? Como foi demonstrada essa alteração? Como o público reagiu? Perguntas que a fonte não nos responde, mas pelo teor é possível que a expressão performativa de gênero (BUTLER, 2017) tenha tido um papel de destaque e, por conseguinte, o possível divertimento da plateia, já que usar desse recurso para causar o riso era uma das formas de visibilização da homossexualidade. Mas este tópico será discutido a frente.

Em 1980 uma peça exibida em São Paulo foi além das possibilidades biológicas. A notícia já informava: “Papai e papai: homossexual grávido deixa todo mundo perplexo”.

Figura 1 – Cena da peça *Superman*



Fotografia atribuída a Irmo Celso. FLEXA, 1980, p. 93.

A imagem acima retrata dois homens sendo que um deles está sentado com sua barriga saliente num primeiro plano, o que sugere que estava esperando um bebê. Ao seu lado está outro homem que expressa sua atenção e cuidado, podendo ser entendido como seu companheiro. Ao mesmo tempo, demonstra felicidade sendo que do outro lado há outra pessoa que parece ser uma parteira. Logo abaixo da barriga do homem que está sentado há algo cobrindo sua parte inferior, e somada as suas expressões faciais, sugere que estava em trabalho de parto. O fundo escuro ressalta a visibilidade dessa cena na fotografia. Ela ilustra o tema central da peça.

A narrativa publicada na revista *Veja* foi assinada por Jairo Arco e Flexa, em cujo trecho salientou:

No que diz respeito aos homossexuais, embora seja encenada numa casa especializada em espetáculos para eles, “Supermen” é até algo conservadora, já que, ao usar a condição dos homossexuais principalmente como motivo de riso, apenas reforça os estereótipos sobre eles (FLEXA, 1980, p. 93 – grifo do autor).

Essa fala destaca o uso da peça como forma de reiterar os estereótipos jocosos que recaíam sobre homossexuais. Como já destacado, essa era uma maneira de propiciar o riso mediante a encenação de representações desses sujeitos.

É possível aventar que a expressão performativa de gênero tenha sido usada como componente ampliador dessas possibilidades de causar o riso no público espectador, podendo mesclar masculinidades e feminilidades nos dois “papais” que centralizam a história, embora não foi explicitada na publicação a forma como essa questão foi abordada.

Tal era o apreço por este comportamento estereotipado que quando ele não aparecia caracterizado da forma esperada o público espectador criticava, insatisfeito. Foi o que ocorreu num show no teatro Copacabana no Rio de Janeiro em que duas personagens finais do espetáculo, um homossexual e um sambista, foram criticadas. Conforme citado: “As duas últimas categorias pecam pela pobreza de gestos e trejeitos [...]” (DIAS, 1973, p. 74). Isso nos faz pensar na representação do homossexual tida por grande parte das pessoas que ansiava por um sujeito com trejeitos femininos que levava ao riso e que fora utilizado como recurso para tal intento em diversas peças; sendo assim, era fundamental que no teatro expressassem tais gestos, dando “vida” aos personagens encenados. A não correspondência à expectativa proposta acarretou críticas nesse meio e revelou a noção dos apreciadores de que o homossexual precisava ter trejeitos característicos a partir do estereótipo construído em torno desses elementos para ser reconhecido, para ser homossexual. Se não expressasse tais trejeitos não agradava o público.

Mas como já foi pontuado, eram espaços em que tais sujeitos podiam ser representados e se fazer ver. Desvinculava-se, portanto, o apreço por estas personagens – nas peças, filmes e demais aparições tendencialmente burlescas – do cotidiano social. Na vida diária os olhares de julgamento e rejeição eram ampliados. Uma reportagem de 1973 contou parte das apresentações de um artista que fazia espetáculos no Rio de Janeiro e uma de suas personagens era Edith Cooper. Destacou o artista: “Edith Cooper é um personagem para o palco e não para a vida. Brasileiro aceita travesti em cena, mas não no ônibus” (DOCE, 1973, p. 97). O fragmento de sua fala revelava uma realidade brasileira da época, sendo que tais estigmas ainda hoje são visíveis. As travestis, por afrontarem os padrões de gênero também eram representadas em espetáculos através de personagens, mas nas demais atividades do espectro social encontravam entraves em socializar-se. Eram outras faces que compunham e se somavam ao estereótipo do gay efeminado, travestido, que perdurou por muito tempo – e quiçá ainda perdure no entendimento de algumas pessoas –, sendo que a identidade acionada como grupo específico distinto de outras modalidades imersa nas homossexualidades era reconhecida por alguns e cresceu com o passar do tempo; para outros, permanecia o entendimento discriminatório de que eram homens homossexuais que se vestiam de mulher.

Na coluna de humor na revista *Veja* assinada por Millôr Fernandes também foi possível observar um aspecto caricato da homossexualidade em algumas publicações. Numa de suas falas no intitulado “Dicionário sexual” reportou: “Homossexual – rapaz que conheceu as moças erradas”; “Lésbica – moça que não conheceu os rapazes certos” (FERNANDES, 1977a, p. 14). Sarcástico, polemiza tal sexualidade e entendimentos comumente associados. Sua escrita utilizava expressões ambíguas que podiam acarretar distintas interpretações para além do sentido manifesto. Como era um espaço de humor suas menções questionavam e possibilitavam a reflexão; ao mesmo tempo podia revelar preconceitos em meio a este propósito.

Outra passagem que cita os gays na revista *Veja* em 1977 pontuou: “E você sabe a do homossexual que se apaixonou por uma lésbica? Dizem que foi aquele vice-versa!” (FERNANDES, 1977b, p. 17). É possível observar, nesta passagem em especial, a sugestiva associação entre um gay, possivelmente entendido como um sujeito com comportamento e trejeitos femininos, “que se apaixonou” por uma lésbica que provavelmente expressava um gênero visto como masculino, numa compreensão binária. Ao que nos parece, “completar-se-iam” numa lógica heteronormativa. O tom de sua fala é aqui interpretado como jocoso divulgando uma representação negativa sobre os homossexuais; mesmo considerando as possibilidades hermenêuticas através do riso que podem envolver tanto o cômico quanto a reflexão social. Contudo, não parece ter sido essa a intenção.

A FRONTEIRA ENTRE A CRÍTICA SOCIAL E A DISCRIMINAÇÃO

Observar a vinculação entre o humor como componente da construção e/ou reforço de representações sobre os homossexuais pode sugerir, *a priori*, uma desqualificação dessa sexualidade, expor os sujeitos ao riso, usá-los para entreter outras pessoas. No entanto, para além desse entendimento, é possível ampliar essa compreensão? Trata-se apenas de uma exposição caricata? Que sentidos podem ser ampliados? A partir desses questionamentos será desenvolvida a reflexão seguinte.

Como foi exposto na parte introdutória dessa comunicação, o contexto social do período da ditadura civil-militar predominantemente não era favorável às homossexualidades, pelo contrário, usou diferentes meios para interditar, censurar, desqualificar, visando manter a heterossexualidade como forma “normal” de vida, somada a outras variáveis que também tinham bastante apreço e compunham os valores morais defendidos.

Representar os homossexuais de uma forma caricata de um lado podia reforçar o estigma sobre esses sujeitos, uma vez que, além de serem considerados doentes pelo código da área médica, como já discutido, não tinha uma boa receptividade por afrontar aquilo que era – e quiçá ainda seja esperado por algumas pessoas – como algo “natural”, performatizando uma expressão cisgênero e sendo heterossexuais.

Para aliviar as tensões sociais e/ou para buscar determinados espaços de cultura, uma parcela da sociedade que tinha condições sociais para consumir tais produtos tinha a oportunidade de entrar em contato com essas expressões artísticas. Quando se tratavam de peças de comédia, estas especialmente eram produzidas com a finalidade de divertimento, e temas sociais tendem a entreter o público por tocar em assuntos do cotidiano. A figura do homossexual, como pôde ser vista em alguns exemplos mencionados, era especialmente usada. No entanto, esse reforço podia assinalar a representação de que todos os gays fossem efeminados, quisessem se vestir de mulher e/ou confundiam os padrões binários de gênero. Difundindo apenas uma forma de vivência homossexual. Sem dúvida, existiam muitas outras.

Por outro lado, essa exposição além de entreter trazia o tema à reflexão social, ou ao menos o possibilitava. Por que os homossexuais podiam aparecer nesses espaços sendo retratados e tendo seus estereótipos visibilizados, podendo até ser ampliados, sendo que fora desses espaços o tratamento dado pelas pessoas, inclusive essas que assistiam, podia ser diferente? Será que essa questão nunca foi cogita pelos espectadores? É provável que algumas pessoas atentassem a isso, no entanto, a dificuldade de conviver com tais pessoas reforçada e interdita no período dificultava essa possibilidade.

Nesse sentido, o uso do humor como construtor de representações não pode ser desvinculado dessa forma de reforçar os estereótipos explorados através da figura do homossexual, mas não podem ser reduzidos a este elemento. Também era uma forma de possibilitar reflexões aos que ampliassem sua visão para além do entretenimento propiciado, mas atentassem ao tema e a sua relevância social para rever tais preconceitos.

Conforme Albertina Verena (2002, p. 12):

O riso e o cômico são literalmente indispensáveis para o conhecimento do mundo e para a apreensão da realidade plena. Sua positivação é clara: o nada ao qual o riso nos dá acesso encerra uma verdade infinita e profunda, em oposição ao mundo racional e finito da ordem estabelecida.

Essas reflexões demonstram a necessidade de atentar às compreensões em torno do humor como forma de construir e reforçar representações calcadas em estereótipos homossexuais, mas além de servir como forma de

entretenimento do público, também pode promover uma crítica social, de modo que o uso do humor não pode ser reduzido, unicamente, ao aspecto cômico. Sua publicização na imprensa amplia as possibilidades das pessoas contatarem tais representações, mas também refletir acerca dessas notícias que, somadas a outras, poderiam contribuir para problematizar tal questão social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura**: 1968-1976. São Paulo: Jaboticaba, 2009.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luis Antonio Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 27-52.
- DIAS, Maurício. Meia volta. **Veja**, São Paulo, n. 234, 1973, p. 74. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.
- DOCE limonada. **Veja**, São Paulo, n. 276, 19 dez. 1973, p. 97. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.
- FERNANDES, Millôr. Dicionário sexual. **Veja**, São Paulo, n. 476, 19 out. 1977a, p. 14. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.
- FERNANDES, Millôr. Reflexões sem dor. **Veja**, São Paulo, n. 460, 29 jun. 1977b, p. 17. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.
- FICO, Carlos. Prezada censura: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, jul./dez. 2002.
- FLEXA, Jairo Arco e. Papai e papai: Homossexual grávido deixa todo mundo perplexo. **Veja**, São Paulo, n. 599, 27 fev. 1980, p. 93. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.
- GREEN, James N. **Além do carnaval**: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015.
- MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global editora, 1980.
- MARTINELLI, Leonardo da Silva. **Em tempos de Gay Power**: representações da homossexualidade masculina na revista *Veja* (1968-1983). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.
- MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, a. 22, n. 37, p. 7-32, mar. 1999.
- NOVA decepção. **Veja**, São Paulo, n. 183, 8 mar. 1972, p. 61. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.
- O MISSIONÁRIO. **Veja**, São Paulo, n. 196, 7 jun. 1972, p. 81. Acervo da Biblioteca Central da PUCRS.
- QUINALHA, Renan Honório. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, p. 1-29, 2019.
- QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- QUINALHA, Renan Honório. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. *In*: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.



RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. A despatologização da homossexualidade no Brasil. *In*: CAETANO, Marcio et al. (Orgs.). **Quando ousamos existir**: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). Tubarão: Copiart; Rio Grande, RS: FURG, 2018. p. 48-53.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Tradução de Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

VERENA, Alberti. **O riso e o risível**: na história do pensamento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

CONTRACONDUTA E REGULAÇÃO DE GÊNERO NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Natanael De Freitas Silva

Resumo: Nos últimos 20 anos, novas perspectivas de análise e abordagens teóricas e metodológicas tem complexificado a historiografia produzida sobre a ditadura civil-militar (1964-1985). Sendo assim, neste texto, apresento como parte dessa literatura tem fomentado e possibilitado novos debates e intersecções entre temas como ditadura, gênero e sexualidade e suas derivações, como a produção de subjetividades, as sexualidade periféricas e/ou dissidentes e as resistências e criação de novos modos de vida frente ao regime sexual cisheteronormativo dos ideólogos da ditadura. Para isso, focalizo as contribuições de Michel Foucault, como a noção de contraconduta, para nomear um conjunto de experiências criativas protagonizadas pelos *Dzi Croquettes* e pelos *Secos & molhados*, tensionando os enunciados normativos de masculinidade e de feminilidade.

Palavras-chave: Ditadura, contraconduta, relações de gênero.

A produção bibliográfica sobre a ditadura civil-militar é ampla e heterogênea. Como já abordei em textos anteriores (SILVA, 2016, 2018) áreas de História, de Ciências Sociais e de Ciências Jurídicas são predominantes nesse debate. De modo geral, reconheço que pelo menos três eixos temáticos orientam boa parte da produção historiográfica sobre o período, são eles: O Golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981; FICO, 2004, 2014), a luta armada (JUNIOR, 2004; SALES, 2007, 2015) e a denominada resistência democrática (NAPOLITANO, 2011, 2017; RIDENTI, 2014), acrescento também as discussões sobre cultura política (MOTTA, 2018) e a tese do revisionismo histórico (MELO, 2014; SENA JÚNIOR, MELO, CALIL, 2017).

Na leitura histórica de Mariana Joffily (2018) e de Reginaldo Cerqueira de Sousa (2018), essas preleções temáticas, principalmente, nas datas de aniversários “redondos” do golpe de 1964, como nos 40 anos do golpe em 2004 e os 50 anos do golpe em 2014, constituíram-se em momentos de efervescência e de controvérsias públicas e acadêmicas em torno de assuntos como o caráter do golpe, a relação da sociedade civil com o regime, o papel da luta armada e a periodização da ditadura.

Após o aniversário de 56 anos do golpe de 1964 (31 de março de 2020) e imersos numa conjuntura social, política e econômica instável e marcada pela ascensão fantasmática do autoritarismo *a la* 1964, ainda se faz necessária uma reflexão potente e acurada sobre a repressão e a censura praticadas sobre homens e mulheres que não se adequavam ou eram vistos como transgressores e/ou dissidentes da ordem de gênero do regime sexual autoritário (QUINALHA, 2017) assim como a criação e a invenção de novos modos de vida, proposta que que norteado as minhas reflexões e trabalhos sobre os *Dzi Croquettes* e os *Secos & Molhados*.

Inegavelmente, parte significativa da produção historiográfica sobre a ditadura civil-militar brasileira, recorrentemente, enfatiza a dimensão política no sentido *stricto* do termo, como os partidos e as instituições, sedimentando uma narrativa marcada pela díade censura e repressão. Assim, nas palavras de Douglas Marcelino (2011):

questões como a sexualidade e outras relacionadas ao plano comportamental, quando mencionadas, são tomadas apenas como epifenômenos de uma variante política fundamental. Assim, a história do Brasil entre 1964 e 85 tem sido reduzida à história política da ditadura militar (MARCELINO, 2011, p. 22).

A percepção de que a ditadura foi tolerante e até permissiva do ponto de vista moral foi evocada em leituras como a do filósofo Renato Janine Ribeiro (2005) e da socióloga Anette Goldberg (1987). Ao pensar a distinção entre política institucional-partidária e o campo dos costumes, Janine afirma que no âmbito das ditaduras latino-americanas,

no Brasil, [...], a repressão foi bastante leve – ou mesmo tolerante – no que dizia respeito a sexo, a costumes, a sentimentos. Isso pode significar que nossos ditadores fossem mais inteligentes, ou, o que é mais provável, que a sociedade brasileira separe, mais que as duas outras, a política em sentido mais próprio e os costumes – e talvez que a vitalidade se concentre mais nestes últimos. O Brasil conseguiu assim liberar costumes no momento mesmo em que a ditadura reprimia a política. Por isso mesmo, estudar apolítica no Brasil exige que entendamos este dado básico: que a liberdade, aqui, tem a ver mais com os costumes do que com as instituições políticas (RIBEIRO, 2005).

Por outro lado, desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, uma preocupação com o “lugar” das mulheres (ROSA, 2009, 2013, 2015), dos homossexuais, das lésbicas, das travestis e transgêneros (LOPES, 2015, 2016, 2018; VERAS, 2016) no período da ditadura, ampliou o olhar e reposicionou a abordagem historiográfica e o entendimento de tal *realidade*¹. Como ponto de partida dessa virada analítica, destaco os trabalhos historiográficos de Ana Maria Colling (1997) e James Green (2000).

Considerado um dos primeiros trabalhos sobre a figura da mulher militante na ditadura, Colling (1997) abriu um profícuo caminho de pesquisa colocando, no centro da narrativa, personagens silenciadas e/ou invisibilizadas por uma historiografia feita e pensada no masculino. Ao fazer um balanço da produção feminista na data dos 50 anos do golpe de 1964, Colling (2015) destaca que a discussão sobre sexualidade feminina, ao longo das décadas de 1960-70, era considerada um tabu, de modo que

não somente a Igreja e as parcelas conservadoras da sociedade brasileira negam-se a discuti-la, considerando-a algo promíscuo e atentatório à moral e aos bons costumes, mas até mesmo as organizações de esquerda e as próprias militantes repudiavam as tentativas da discussão neste sentido, optando pelo viés estritamente político (COLLING, 2007, p. 375).

Green (2000), por sua vez, ao tematizar a história da homossexualidade masculina ao longo do século XX no Brasil com ênfase na capital do Rio de Janeiro e de São Paulo, permite-nos visualizar os jogos, as táticas e as negociações desses sujeitos com a dinâmica da política sexual autoritária assim como a produção de uma “subcultura homossexual” nessas cidades. Além de manejar e mapear um vasto conjunto documental, como jornais, arquivos policiais, registros médicos e uma série de depoimentos de travestis e homossexuais que vivenciaram os anos 1960-80, de suma importância ao fazer histórico das relações de gênero e das homossexualidades.

¹ Realidade aqui não é apenas “o dado bruto da experiência imediata das coisas e das relações, mas a concomitante elaboração que estas sofrem a partir de nossa capacidade de simbolização, conceituação e significação”, mas, como argumenta Albuquerque Júnior, é um conceito, um efeito de múltiplas “operações de significação, de classificação, de racionalização, de rememoração, de imaginação”, empreendidas pelos indivíduos de acordo com históricas condições de possibilidades numa dada sociedade assim como as suas relações sociais, práticas culturais, posição de classe, de gênero, de sexualidade etc. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 198).

Na visão da antropóloga Mariza Corrêa (2001), as pesquisas em torno dos anos 1960-70 têm, constantemente, esquecido elementos do âmbito social e cultural como “a música e o teatro” bem como “a relação entre sexo e gênero e a temática, só recentemente transformada em questão teórica, do uso performático do corpo” (CORRÊA, 2001, p. 21), como no caso dos *Dzi Croquettes* e dos *Secos & Molhados*.

As múltiplas leituras e abordagens sobre a ditadura permite inferir que a trama histórica do nosso passado recente é muito mais complexa e arenosa não cabendo em sistemas simplificadores e maniqueístas de interpretação e análise da realidade como uma concepção estática e binária entre direita e esquerda sem considerar as nuances, os deslocamentos, as tensões, os interesses e as especificidades características da época. Quinalha (2017), por exemplo, defende que existia uma política sexual constituinte do regime autoritário que orientava e justificava boa parte dos atos de censura praticados pelos agentes do estado brasileiro que buscavam não só interditar ou proibir os corpos considerados desviantes ou dissidentes nos espaços midiáticos e na esfera pública mas também traçavam uma linha de classificação das condutas consideradas legítimas e desejáveis ao projeto de homogeneização social evocados no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional que, por meio de seus enunciados, criou a figura do “inimigo interno” aplicado não só ao espectro político como também ao campo moral, articulando a homossexualidade como um elemento de degeneração social e corrupção juvenil.

Ao abordarem a relação entre ditadura e homossexualidades, Green e Quinalha (2014, p. 18) reconhecem que, apesar do esforço analítico e da “profusão de reflexões nos últimos anos sobre o tema”, ainda existe uma “ausência de produção acadêmica mais profunda que se mostre capaz de analisar, com o devido cuidado, as questões relacionadas às sexualidades dissidentes e suas interações com as mudanças que marcaram o regime de 1964” (*ibidem*, p. 19). Ademais, os autores identificam que os trabalhos que focalizam a dimensão da sexualidade, geralmente, ignoram “sua relativa autonomia dos processos políticos mais gerais” ou discute-a “como se estivesse completamente desconectado da história do período” (*ibidem*, p. 18-19), conseqüentemente, ambos os pressupostos acarretam prejuízos para investigar as complexas relações e mediações das sexualidades com a dinâmica social e institucional das relações de poder. Sendo assim, indagam:

quais foram os efeitos da ditadura no cotidiano de mulheres que amavam outras mulheres, de homens que desejavam outros corpos masculinos ou mulheres e homens que se recusaram a reproduzir as noções e o comportamento hegemônico de gênero? (*ibidem*, p. 19).

Referente à questão acima, eu acrescentaria: quais os possíveis efeitos na produção das masculinidades disparatadas a partir da ambiguidade cênica e performativa dos *Secos & Molhados* e dos *Dzi Croquettes*? Para historicizar as masculinidades tenho mobilizado e me apropriado de duas concepções foucaultianas, são elas: a noção de sexualidades disparatadas e contraconduta.

Tomado de empréstimo da reflexão empreendida por Michel Foucault (1988) sobre a formação de um dispositivo de controle da sexualidade a partir do século XVII nas sociedades ocidentais, *sexualidades disparatadas* é um termo utilizado para nomear e circunscrever um dispositivo que não só reprime o sexo como também cria e/ou possibilita a emergência de outras identidades, novos prazeres e desejos. Nas palavras do autor:

nas sociedades industriais modernas [...]. Não somente assistimos a uma explosão visível das sexualidades heréticas [como as homossexualidades] mas, sobretudo [...] a um dispositivo bem diferente da lei: mesmo que se apoie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura, através de uma rede de mecanismo entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas (FOUCAULT, 1988, p. 56-57).

Disparatado, segundo o dicionário de língua portuguesa (XIMENES, 2000), é um adjetivo que classifica alguém que diz ou faz disparates. “A origem do termo é o francês *disparate*, [...] o qual designa contra-senso, extravagância, ação ilógica ou estúpida” (MISKOLCI; SIMÕES, 2007, p. 9).

Em 2016, na apresentação do Dossiê *Quando Clio encontra as sexualidades disparatadas*, os historiadores Elias Veras e Albuquerque Júnior (2016) afirmaram que:

se durante décadas, a historiografia invisibilizou essas experiências [homossexualidades e travestilidades, etc.] que, ao longo da história assumiram diferentes denominações e significados, [...], nos últimos anos, os olhares de Clio voltaram-se para os clamores dos “disparatados”, revelando que as demandas do presente orientam os usos do passado e contribuem para a reescrita da história (ALBUQUERQUE JÚNIOR; VERAS, 2016, p. 7).

Dessa forma, os autores acima salientam como o dispositivo de sexualidade, evidenciado por Foucault (1988), na intenção de constituir um regime de normalidade, associa dissidência e dissenso de maneira que o indivíduo e/ou o grupo que recusa a prescrição normativa é classificado como transgressor, subversivo e, em alguns casos, relegado à esfera da loucura.

Nesse caso, para pensar a produção de masculinidades em um contexto autoritário no qual o regime sexual era fundamentado numa lógica binária heterossexista, questiono: como podemos analisar as performances dos *Dzi Croquettes* e dos *Secos & Molhados* sem ser capturado por um modelo sociológico que tem o eixo da heterossexualidade como principal vetor de hierarquização entre os homens?

Digo isso, pois, entre os nossos personagens, há alguns classificados como héteros, gays e bissexuais, todos homens cisgêneros que, em alguma medida, não abriam mão da identidade assignada quando do nascimento, mas também buscavam novas formas de vivenciarem o masculino. Com efeito, o que o filósofo de *Vigiar e Punir* alega, ao pensar a histórica relação entre *poder e corpo* (seja esse poder político, econômico, religioso, amoroso e/ou efeito de relações sociais e verbais etc.), é que, se o poder tivesse, unicamente, a função de reprimir, se agisse, unicamente, de um modo negativo “por meio da censura, da exclusão, do impedimento” (FOUCAULT, 1979, p. 148), ele seria muito frágil. Pelo contrário, as tramas do poder o fazem forte a partir dos efeitos positivos que se elaboram no nível do saber. Assim, não se trata mais de indagarmos sobre o silêncio dos historiadores nos estudos de masculinidades e de homossexualidades. O desafio é apresentar um olhar atento e crítico “para a recente e diversificada produção historiográfica sobre as sexualidades que se ‘desviam’ da norma heterossexual” (ALBUQUERQUE JÚNIOR; VERAS, 2018, p. 1).

Em outras palavras, Foucault, de acordo com Preciado (2014), desconfia do binômio *controle-repressão* e focaliza a diáde *controle-estimulação*, na qual, a partir de práticas discursivas e não-discursivas, forja-se um novo investimento sobre o corpo numa constante e intensa luta entre os indivíduos e as instâncias de controle em que o poder penetra e se manifesta no próprio corpo. Dessa maneira, a designação *masculinidades disparatadas* denota um modo de ver, de nomear e de localizar um amplo conjunto de técnicas de si e de contraconduta² que o indivíduo e/ou o grupo mobiliza para efetuar mudanças, resistências, transformações e ressignificações nas prescrições normativas de feminilidade e de masculinidade. Visto que, como afirma Foucault (1988, p. 56), “prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação”, ou seja, é observar como a política sexual da

² Segundo Foucault (1984, p. 34-35), contraconduta denota a maneira como o sujeito conduz a si mesmo como um sujeito moral diante de um conjunto de códigos prescritivos e normativos de um regime de sexualidade.



ditadura ambicionava regular, normatizar e normalizar os desejos, os afetos e as sexualidades dos corpos que não se enquadravam na heteronorma.

Ainda em Foucault, no curso *Segurança, Território, População*, especificamente na aula do dia 1º de março de 1978, o autor vai pontuar a relevância do termo *contraconduta* em relação ou oposição ao termo *dissidência*. Nas suas palavras:

contraconduta no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros; o que faz que eu prefira essa palavra a “inconduta”, que só se refere ao sentido passivo da palavra, do comportamento: não se conduzir como se deve. Além disso, essa palavra – “contraconduta” – talvez também permita evitar certa substantificação que a palavra “dissidência” permite. [...] Ora, não estou muito certo de que essa substantificação seja útil. Temo inclusive que seja perigosa, porque sem dúvida não tem muito sentido dizer, por exemplo, que um louco ou um delinquente são dissidentes. Temos aí um procedimento de santificação ou de heroização que não me parece muito válido. ~m compensação, empregando a palavra *contraconduta*, e sem dúvida possível, sem ter de sacralizar como dissidente fulano ou beltrano, analisar os componentes na maneira como alguém age efetivamente no campo muito geral da política ou no campo muito geral das relações de poder (2008, p. 266).

É preciso esclarecer que boa parte dessa discussão sobre *contraconduta* está atrelada a análise que Michel Foucault faz do poder pastoral e da governamentalidade do cristianismo medieval e do catolicismo a partir do século XVI. Por sua vez, Cesar Candiottto (2010, p. 261) ao analisar as dimensões ética e política no pensamento de Michel Foucault, afirma que *contraconduta* expressa “uma maneira de governar a si mesmo que se impõe diante daqueles diferentes modos de governar”.

Dessa maneira, para analisar o conjunto das performances e das práticas protagonizadas pelos *Dzi* e pelos *S&M*, considero a noção de *contraconduta* uma categoria potente e mais assertiva para nomear a heterogeneidade desses grupos (como as identidades de raça e de sexualidade) do que a noção de *dissidência*. Ela permite identificar a maneira como eles forjaram redes de amizade e de solidariedade, por exemplo. Além disso, no caso dos *S&M*, podemos dizer que eles foram “capturados” por uma incipiente indústria musical e, por isso, classificá-los como dissidentes me parece pouco efetivo. O mais instigante de se repensar a trajetória desses dois conjuntos formados por homens nos anos 1970 é analisar como eles criaram outros modos de existência, outras condutas, mesmo sob uma trama autoritária no campo dos desejos, dos afetos, das sexualidades e corporalidades.

Mediante o exposto, é a partir dessa reflexão que tenho analisado como os *Dzi Croquettes* e os *Secos & Molhados*, com suas performances artísticas, ajudaram a esgarçar concepções hegemônicas quanto ao gênero e a sexualidade, fazendo do corpo um espaço legítimo de atuação política. Tal escolha se justifica por visualizar em ambos os grupos, um conjunto heterogêneo de performances, de representações, de apresentações, de música e teatralidade que complexificam uma visão parcial e simplista dos enunciados normativos de masculinidade e feminilidade que atravessavam e constituíam os discursos dos ideólogos da ditadura que se valiam de uma retórica de defesa da moralidade pública e dos bons costumes no intuito de controlar e disciplinar os corpos considerados uma ameaça à ordem social e binária de gênero.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O historiador Naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz; VERAS, Elias Ferreira. Quando Clio encontra as “sexualidades disparatadas”. **Esboços**: Histórias em Contextos Globais, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 6-10, set. 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz; VERAS, Elias Ferreira. Sexualidades disparatadas: outras histórias. **Revista História, Histórias**, Brasília, v. 6, n. 12, p. 1-4, jul./dez. 2018.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPIS**, Catalão, v. 15, p. 370-383, 2015.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil. Um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan. (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EduFSCar, 2014.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

JÚNIOR, Ottoni. **O baú do guerrilheiro: memórias da luta armada urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

LOPES, Fábio Henrique. Corpos trans! visibilidade das violências e das mortes. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 08-22, 2015.

LOPES, Fábio Henrique. Travestilidade e ditadura civil-militar brasileira. Apontamentos de uma pesquisa. **Esboços**, v. 23, p. 145-167, 2016.

LOPES, Fábio Henrique. Subjetividades travestis no Rio de Janeiro, início da década de 1960. Aloma Divina. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, p. 52-69, 2018.

MARCELINO, Douglas. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MISKOLCI, Richard; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). Dossiê sexualidades disparatadas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 9-18, jan./jun. 2007.

MOTTA, Rodrigo. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico**. São Paulo: Intermeios: 2017.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea Historia y problemas del siglo XX**, v. 2, a. 2, 2011.

PRECIADO, Beatriz/Paul. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2014.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Renato Janine. A política dos costumes. Disponível em: <https://artepensamento.com.br/item/a-politica-dos-costumes/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-47.

ROSA, Susel Oliveira da. “Subterrâneos da liberdade”: mulheres, militância e clandestinidade. **Labrys**, v., n., p. 1-16, 2009.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios, 2013.

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estudos de Sociologia**, v. 20, p. 1-16, 2015.

SALES, Jean. **A luta armada contra a ditadura militar**: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SALES, Jean. **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SENA JÚNIOR, Carlos; MELO, Demian; CALIL, Gilberto. (Org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SILVA, Natanael de Freitas. Dzi Croquettes e as masculinidades disparatadas. **História, Histórias**, Brasília, v. 6, n. 12, p. 80-99, 2018.

SILVA, Natanael de Freitas. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. **Mosaico**, FGV, Rio de Janeiro, v. 7, p. 64-83, 2016.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira de. Ditadura Militar: produção historiográfica e variáveis explicativas. **Revista Ágora**, v. 28, p. 14-29, 2018.

VERAS, Elias Ferreira. O fenômeno Roberta Close e as sexualidades periféricas. **Esboços**, Florianópolis, v. 23, p. 168-181, 2016.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

TRAJETÓRIAS CONFLITIVAS: IGREJA CATÓLICA E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1960-70)

Marcos Guerreiro de Farias¹

Resumo: A pesquisa em voga tem como intuito, analisar alguns dos caminhos que contribuíram para a aproximação da Igreja Católica com os mais pobres da América Latina. Por meio de uma revisão bibliográfica e dos suportes teóricos já construídos, focaremos nossa análise especialmente nos anos que compreenderam a Ditadura Civil-Militar no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, neste percurso destacar os caminhos percorridos pela Teologia da Libertação – TL e o processo de autolibertação dos povos oprimidos e marginalizados dentro das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Este processo dialético fomentou a luta por direitos e melhores condições de vida; estimulou e desenvolveu o pensamento crítico das realidades vividas a luz do evangelho; levando-os ao desenvolvimento e fortalecimento de movimentos sociais e a ação efetiva na esfera pública.

Palavras-chave: Teologia da Libertação; Movimentos Sociais; Autolibertação.

INTRODUÇÃO

Abordar os caminhos institucionais da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil é sempre um processo complexo que requer esmerada atenção do pesquisador, pois seja qual for o momento histórico esta instituição apresenta-se como um elemento central da vida sociocultural do país. Constantemente presente e interagindo no cotidiano das pessoas, atribuindo valores, questionando e sendo questionada, a Igreja Católica tornou-se um eixo central para entender a formação sociocultural do Brasil. Neste sentido, para que possamos compreender melhor os movimentos imbricados no seio da Igreja, como por exemplo, as associações operárias e estudantis de inspiração cristã, é preciso delimitar o recorte temporal para que não nos percamos neste entrecruzamento de processos históricos dos quais ela faz parte.

Neste trabalho nos deteremos no período que tradicionalmente é entendido como a fase de maior aproximação da Igreja com os pobres que há muito tempo ocupavam lugar secundário no interior do catolicismo, como explicita Boff; Boff; Regidor (1996, p. 18) “[...] portanto, ela surge a partir da base, da experiência do povo, com o povo e pelo povo. Por isso, ela se apresenta como um ato segundo, enquanto vem depois do primeiro – a opção pelos pobres e pela sua libertação [...]” que por sua vez, no Brasil, corresponderia às décadas de 1960-70, período que abarca importante fase da Ditadura Civil-Militar no país. Assim, em detrimento do enrijecimento político, perda de direitos, perseguições, torturas e mortes, partindo da crítica à realidade social por meio de uma nova interpretação da Bíblia, e logo do Cristianismo, cria-se na ala mais progressista da Igreja no Brasil, materializando da aproximação da Igreja Católica aos pobres, a Teologia da Libertação-TL.

Imbricado em um contexto sociocultural complexo que compreendia a perda de direitos civis, péssimas condições de vida e uma exclusão social avassaladora, este movimento teológico iria opor-se, no país, aos rom-pantes autoritários do regime, colocando-se como uma voz destoante a disposição da população vulnerabilizada,

¹ Licenciado em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). marcossempreguerreiro17@gmail.com.

tornando-se num espaço de voz (ou muitas vezes como refúgio) e incidira decisivamente no surgimento de múltiplos movimentos sociais.

Para abordar o percurso histórico da Teologia da Libertação no Brasil, optamos por analisar marcos que moldaram e solidificaram novas relações culturais entre a Igreja e seus fieis, tais como, a dissolução das relações institucionais entre Igreja Católica e Estado ocasionado pelo fim da monarquia, a luta pelo poder e associação ao governo de Getúlio Vargas. Seguindo este delineamento, percorreremos o período desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, posteriormente o Concílio Vaticano II (1962-65) e o movimento da Igreja no mundo moderno, seguindo a opção pelos pobres em Medellín (Colômbia) em 1968 sacramentando a opção pelos pobres na III Conferência Episcopal Latino-americana em Puebla (México) 1979, por fim a abertura política no país e assim situarmos-nos ao longo destes processos.

A CAMINHADA COMEÇA!

A década de 1930 constitui-se um elemento central das relações entre Igreja e Estado, pois é neste período que a dita instituição busca resolver problemáticas ainda atinentes ao fim da monarquia. Assim, na tentativa de retomar seu lócus de poder, que havia se dissolvido em 1890 quando o país deixa de ser Império para tornar-se uma República Federativa, estabelecendo uma “radical ruptura” entre Estado e Igreja, apontando para os caminhos da laicidade, a Igreja inicia um paulatino processo de aproximação com as esferas de poder, questionando-as em seus limites. De acordo com Nunes (1985), sempre atrelada às estruturas do Estado a Igreja na década de 1930 buscava retomar seu protagonismo sociocultural, ao passo que desconhecia outro horizonte sem ser aquele atrelado as estruturas de poder, as elites e a política:

Acostumada, por três séculos, à proteção do Estado e uma estreita ligação com ele; era-lhe difícil rearticular-se. A relação da Igreja com a sociedade civil havia sido sempre mediada pela sociedade política, em cujo centro estava o Estado. Sem essa mediação, a Igreja não via como poderia influir na sociedade e parecia-lhe perder assim toda a possibilidade de inserção social. (NUNES, 1985, p. 24).

Abalada em sua relação com a população e com as esferas de poder, a Igreja voltaria a se aproximar do Estado, buscando nele o elemento garantidor de sua intermediação como o povo. Segundo Salem:

Em 1930, quando Getúlio Vargas tomou o poder, o cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme de Silveira Cintra apressou-se em realizar um acordo com o novo presidente. O velho cardeal, afinal, não fazia nada de excepcional: apenas trilhava a mesma estrada há séculos percorrida pela hierarquia católica no Brasil e no mundo. Ou seja: de aliança ou acordo com as classes dominantes, em detrimento do povo. Assim D. Leme conseguiu de Vargas a recuperação de uma série de privilégios que a Igreja perdera na I República, devido a sua débil estrutura e também ao antagonismo dos primeiros republicanos. (1981, p. 17).

Havia neste cenário uma continuidade do que já estava posto antes do fim da monarquia, ou seja, continua sua linha assistencialista perante a população pobre, aliada as elites e aos seus interesses. Ao atrelar-se ao governo varguista que buscava incessantemente sua aproximação das classes pobres e principalmente dos trabalhadores, a Igreja inicia lentamente seus primeiros passos rumo à demanda dos trabalhadores/as, dos pobres e dos oprimidos/as pelo sistema capitalista, acompanhando assim o estado desenvolvimentista e nacionalista que se colocava, supostamente, como timão das necessidades dos trabalhadores e dos pobres do país.

Segundo Salem (1981), em 1935 ocorre à articulação da Ação Católica Brasileira – ACB, mesmo organizada para os leigos continuava ainda ligada à hierarquia eclesiástica, ou seja, não era uma demanda que partia da população, ou construída dialeticamente por ela. Constituída e articulada diretamente por elementos ligados à estrutura eclesial as demandas da Ação Católica continuavam emanando de cima para baixo, de forma impositiva. Seu diferencial foi a organização dos primeiros grupos estudantis e operários que culminariam na renovação da Igreja.

A Ação Católica Brasileira foi criada na década de 20 por Dom Sebastião Leme, estimulado pelo próprio papa Pio XI. Durante suas primeiras décadas, a ACB assemelhava-se aos movimentos europeus em termos de dependência da hierarquia. A própria Juventude Universitária Católica (JUC) começou como um movimento conservador e clerical, visando cristianizar a futura elite. Entre 1946 e 1950, houve uma reorganização da ACB. Contrastando com os movimentos da Ação Católica em países europeus, que eram movimentos intraclassistas organizados de acordo com o sexo e a idade, a ACB se reorganizou segundo o modelo francês, seguindo principalmente as profissões, isto é, de acordo com a classe social, como por exemplo, a divisão feita na Juventude Católica [...]. (BARBOSA, 2007, p. 48)

Foi no seio da Ação Católica que surgem importantes movimentos religiosos de contestação a realidade imposta aos pobres do país, dentre elas a Juventude Operária Católica- JOC, posteriormente em 1950 a Juventude Agrária Católica - JAC e a Juventude Universitária Católica - JUC. Neste mesmo contexto, tais movimentos adotam o método de julgamento da realidade, “ver, julgar, agir”, que por sua vez havia sido formulado pelo padre Leon Joseph Cardijn na Bélgica em 1925 aproximando as passagens das sagradas escrituras à realidade do povo subalternizado, que assim desenvolvia-se:

O método é formado por três passos: 1) Antes de se procurar saber o que Deus falou no passado, procura-se ver a situação do povo hoje, a sua realidade e seus problemas. 2) Em seguida, com a ajuda de textos da Bíblia e da tradição das igrejas, procura-se julgar esta situação. Isto faz com que, aos poucos, a fala de Deus já não venha só da Bíblia, mas também e sobretudo, dos próprios fatos iluminados pela Bíblia e pela tradição. 3) E são eles, os fatos, que assim se tornam os transmissores da Palavra e do apelo de Deus e que levam a agir de maneira nova. (BARBOSA, 2007, p. 44).

Ao deter-se sobre os problemas do presente, a Igreja e sua comunidade de fiéis passava a analisa-los para compreender quais as raízes destes problemas, atentando-se ao sistema capitalista e suas contradições, percebendo-o como um sistema antagônico, que ao gerar a riqueza para uma pequena parcela da população que detém o capital, ele explora, acirra as desigualdades e fortalece miséria na outra extremidade. Foi utilizando-se desta via crítica desenvolvida pelo padre belga Joseph Cardijn “ver-julgar-agir” que a JOC desenvolveu-se, aproximando os jovens trabalhadores da Igreja.

Fechando este ciclo de mudanças e readaptações da Igreja Católica em reassumir seu protagonismo social, em 1952 articula-se a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que alinhada, e fruto dos debates oferecidos pela Ação Católica, buscou conformar-se como um bloco de poder que visava fazer frente às estruturas sociais desiguais que há muito faziam-se presentes na realidade nacional, colocando o alto clero como um elemento fiscalizador da ordem social.

Trabalhando conjuntamente, a ACB encarregava-se de demonstrar à CNBB com crueza, as dificuldades e vulnerabilidades sob as quais viviam boa parcela da população nacional. Assim, municiada com tais informações a CNBB encarregou-se de criar estratégias para alcançar os objetivos de conter a secularização, reconstruir o mo-

nopólio religioso e aumentar a assiduidade dos fiéis, resistindo às pressões e desenvolvendo meios pastorais para superar os problemas encontrados. Segundo Barbosa (2007) a Igreja na reunião do seu corpo episcopal procurava articular através da realidade desigual, alternativas para a solução dos problemas sociais, aproximando seus agentes pastorais das lutas que emanavam das camadas menos abastadas da sociedade:

A CNBB propiciou o diálogo e a exposição dos grandes problemas pastorais do país. Favoreceu uma ação conjugada na busca de uma evangelização capaz de atender à realidade do povo na sua diversidade regional e a elaboração de uma pastoral de conjunto. (BARBOSA, 2007, p. 51).

A iniciativa buscava compreender as especificidades de cada região, integrando agentes pastorais dentro das comunidades, trabalhando, vestindo-se e comendo semelhante o “povo de Deus”. Ao integrar-se a rotina diária destas populações, os agentes da Igreja chocavam-se com a realidade, contemplando com seus olhos os apelos de cada região e suas diferentes nuances, possibilitando a organização e movimentos em prol de combater as necessidades; cada qual segundo sua especificidade, seja no campo ou nos centros urbanos.

No período que segue os primeiros anos de 1950 até o início de 1960, localizou-se um momento de intensificação das disputas político-ideológicas no campo global, de um lado temos os Estados Unidos da América (EUA) encabeçando o capitalismo e de outro a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pautando-se no socialismo.

Ao mesmo tempo, aconteceu na América Latina uma profunda mudança social e política: 1) a industrialização do continente a partir dos anos de 1950 (sob o impulso dos capitais multinacionais) vai “desenvolver o subdesenvolvimento” [...] isto é, agravar a dependência, aprofundar as contradições sociais, estimular o êxodo rural e o crescimento das cidades, concentrando nas zonas urbanas uma classe trabalhadora nova e, sobretudo, um imenso “pobretariado”; 2) com a revolução cubana de 1959, se abre na América Latina um novo período histórico, caracterizado pela intensificação das lutas sociais, a aparição de movimentos de guerrilha, a sucessão de golpes de Estado militares e a crise da legitimidade do sistema político. (LÖWY, 1991, p. 33).

Ao mesmo tempo em que se constroem as críticas ao sistema capitalista, ao *status quo* das elites no país, cresce também, apoiado pelas alas mais conservadoras da sociedade e da Igreja, o ódio pelos comunistas, que acentuado pela Revolução Cubana de 1959, alertava para o perigo de uma suposta tomada de poder pelos revolucionários no Brasil. A aversão ao comunismo entre as alas mais conservadoras já se manifestava na Carta Encíclica *Rerum Novarum* editada em 1891, pelo Papa Leão XIII, na qual postulavam uma série de críticas ao modelo socialista, que na interpretação dos clérigos colocaria em risco a ordem social natural baseada na família e na propriedade privada. Para Zanandrea:

Se a hierarquia católica expressava-se contra os abusos do capitalismo, o comunismo era “condenado em si”. Para a hierarquia, o comunismo, balizado pelas idéias marxistas implicava na “decadência moral” do indivíduo; e os jovens apresentavam maior vulnerabilidade a influências consideradas nefastas pelo clero católico. No entanto outra corrente de pensamento dentro do clero culminou no sentido de ampliar as ações em direção às classes desfavorecidas. A proximidade com o povo fez com que membros do clero se envolvessem profundamente com os problemas sociais existentes e utilizassem o próprio evangelho como base legítima para a mudança. As profundas desigualdades existentes e o número crescente de marginalizados destoavam com as pregações do evangelho cristão. (2008, p. 36).

Neste sentido é fundamental compreendermos que a Igreja internamente continuava antagônica, possuindo membros do clero vinculados as elites dispostos a contribuir para a manutenção do seu poder. No entanto, existiam também aqueles clérigos ditos “progressistas” vinculados às novas correntes teológicas que surgiam pós Segunda Guerra Mundial. Estes colocavam-se a observar as transformações na sociedade, os avanços tecnológicos, a urbanização, o surgimento de novos atores sociais como mulheres, pobres urbanos, camponeses e outras identidades subalternizadas que passaram a ocupar espaços antes inacessíveis (Boff et al., 1996).

Através de alguns grupos embasados na Ação Católica, criou-se uma politização que passava ser radicalizada por estes pequenos grupos de leigos/as organizados/as em volta de uma prática pastoral em suas pequenas comunidades, que já neste momento se propunha ser libertadora. Esta radicalização da “esquerda católica” proporcionou a construção de dois movimentos fundamentais a crítica social do país.

O primeiro movimento foi ao encontro à experiência da Igreja no que tange o campo da educação. Criado em 1961 o Movimento de Educação de Base – MEB institui-se no contexto nacional por meio de um expressivo financiamento do governo federal, o que por sua vez demonstrava uma maior aproximação da Igreja com o Estado, que passava a financiar alguns de seus empreendimentos sociais.

O MEB foi criado em 1961 através de um acordo entre o presidente Jânio Quadros e o bispo de Aracaju, Dom José Távora, um amigo de Dom Helder e companheiro de ideologia. O Estado fornecia o financiamento e a Igreja executaria um programa de educação básica, principalmente através de escolas radiofônicas nas regiões menos desenvolvidas do país. (BARBOSA, 2007, p. 52).

Com o auxílio financeiro estatal, cabia a Igreja à prática da educação de base, neste caso muitos/as dos/as que participavam da ACB e da JUC migraram para este novo movimento. Era o movimento (embrionário) que antecipava aquilo que as CEBs fariam posteriormente, adentrando nas comunidades via difusão radiofônica. Indo além das questões teológicas e influenciada pelos estudos do pedagogo Paulo Freire, o MEB lutava por uma conscientização política, criticava as práticas paternalistas acolhidas pela maioria dos governantes, fomentando a participação popular como forma de construir debates que levassem a conscientização das camadas desfavorecidas da sociedade, utilizando-se de aspectos de sua própria realidade para revelar sua importância enquanto agente social, sendo eles/as próprios/as agentes da sua libertação. Desta forma, de acordo com Barbosa:

O movimento enfatizava a conscientização política, numa abordagem que encorajasse o povo a enxergar os seus problemas como parte de um sistema social mais amplo. Afirmava que o povo – e não uma força externa (seja ela uma vanguarda de esquerda ou políticos tradicionais) – deve tomar as decisões mais importantes relacionadas com sua própria vida. [...] Essa filosofia atribuía maior responsabilidade aos setores populares do que a Igreja jamais o fizera, e questionava a visão tradicional de que as massas são incapazes de modificar a situação e não têm interesse em fazê-lo. (2007, p. 52).

Seguindo este movimento que pregava a radicalização da ação da Igreja Católica frente à realidade e rumo à libertação, segundo Löwy (1991), construía-se uma nova concepção da missão da Igreja, compreendendo que os problemas referentes às questões sociais faziam parte do todo e uma ação individual afetaria o coletivo. Assim, estes movimentos sociais constituíram-se como o meio pelos quais a Igreja passou a interagir com a sociedade.

O segundo movimento foi encabeçado pela da Ação Popular – AP que se diferenciava dos demais que o antecederam e de seus contemporâneos. Constituído por um grupo de leigos radicais, oriundos principalmente da JUC,

que não queriam a interferência eclesial regular ou da hierarquia da Igreja, seguindo este preceito até a sua completa expulsão da Igreja, optaram assim por estar à esquerda da esquerda. Conforme Barbosa (2007) o processo histórico e ideológico da AP deu-se da seguinte forma:

A AP assume o socialismo como solução para os problemas sociais e assume uma posição revolucionária quando prega o fim da economia de mercado. Achava que a revolução necessitava de uma vanguarda que liderasse o processo de formulação de idéias e de esclarecimento das massas. Mas criticava a URSS pela hipertrofia do poder político e pregava a liberdade de participação política. A ênfase humanística na liberdade e na participação e as críticas ao socialismo burocrático são precursores de atitudes que posteriormente se manifestam na Igreja popular dos anos 70. Mas o golpe militar estimulou a modificação dessas visões políticas da AP, cujo movimento tornou-se clandestino. Adquiriu inspiração maoísta, passou por rápida radicalização que levou à participação na luta armada, mas dissolveu-se em 1973. Ao longo desse trajeto abandonou suas origens cristãs. (p. 51).

Por meio desta análise inicial, demonstramos os caminhos percorridos pela Igreja Católica e sua comunidade que solidificou paulatinamente sua opção pelas populações mais vulneráveis, buscando influenciar e estabelecer as bases para a mudança social. Este movimento, posteriormente, desembocaria no Concílio Vaticano II em 1962-1965. Os movimentos sociais de leigos/as ajudaram a compor a bases deste Concílio, impulsionando a Igreja a integrar de forma cada vez mais efetiva a vida da população pobre, das pequenas comunidades.

Com sua nova opção ideológico-política crítica, sendo constituída a partir da realidade vivenciada, a Igreja brasileira parcialmente abandona seu espaço físico e hierárquico ancorado nas diretrizes provenientes da Santa Sé. De acordo com esta nova concepção a Igreja deveria estar em “todos” os lugares, em todos os ambientes, abrir as portas, abrir espaços para fala, trabalhar com o povo e viver minimamente sua realidade como nos diz Libanio (1986) solidarizando-se com a luta dos pobres para a autolibertação e ser refúgio às perseguições.

Para esta parte renovada do clero era necessário ouvir as pessoas, seus apelos e petições, simples ou complexas, e a partir disso desenvolver ações propositivas por meio destes conhecimentos adquiridos no seio social. Este contexto marcou algumas práticas eclesiais desenvolvidas pela Igreja integrada ao meio social das décadas antecessoras ao golpe militar. Foi a partir deste repensar-se que a Igreja brasileira caminhou na direção da Teologia da Libertação abrindo espaço para o surgimento das CEBs, por meio do Concílio Vaticano II em 1962, seguido posteriormente pela segunda e terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, na Colômbia (Medellin-1968) e México (Puebla-1979).

Aos grupos militantes ligados à Igreja Católica, a agitação política nas décadas de 60 e 70 serviu como contexto para o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação (TL ou TdL). As crises econômicas e políticas – caracterizadas nos regimes militares – e o fracasso da política de desenvolvimento dos anos anteriores, aprofundaram-se, tornando-se insustentável às camadas populares. Estas passaram a ver nos movimentos sociais de esquerda uma saída, com suas propostas de mudança social. (SANTOS, 2006, p. 13-14).

Estes são apenas alguns dos elementos que compunham o contexto histórico do país revelando num micro espaço as disputas travadas no espaço latino-americano, tensões que contribuíram para repensar os caminhos que a Igreja havia seguido até aquele momento. Apesar do novo posicionamento da Igreja, para compreender o mundo moderno, segundo Löwy (1991), este ainda era um movimento que não ultrapassaria os limites da modernização,

fincada na abertura para mundo, mas o mesmo autor revelaria uma importante contribuição do Concílio Vaticano II, que ao tentar compreender as nuances das transformações do mundo moderno “[...] a Igreja, sobretudo na América Latina, não podia escapar dos conflitos sociais que agitavam esse mundo, nem à influência das diferentes correntes filosóficas e políticas – em particular ao marxismo [...]”. (p. 40)

LUZ SOBRE OPRIMIDO

A partir deste contexto de mudanças, percebemos que os movimentos institucionalizados da Igreja caminharam para concretizar a opção pelos pobres, pois abalada pelas novas dinâmicas globais, disputas ideológicas entre capitalismo e socialismo, a exploração e pauperização das populações do sul, a Igreja deparou-se com a realidade sociopolítica de cada país na América Latina na qual o “despertar dos oprimidos” faria com que esta repensasse sua posição no contexto de “conscientização dos empobrecidos” para questionar a realidade cristã-ecclesial com intuito de fomentar outra realidade, atenta aos problemas e transformações sociais.

Das contribuições de João PP XXIII em suas duas encíclicas, destacamos questões como a liberdade para pleno exercício direitos dos indivíduos, igualdade econômica mediante o progresso econômico e trabalho digno para que as pessoas acessassem os bens de consumo:

Devem considerar-se exigências do bem comum no plano nacional: dar emprego ao maior número possível de trabalhadores; evitar que se constituam categorias privilegiadas, mesmo entre trabalhadores; manter uma justa proporção entre salários e preços; tornar acessíveis bens e serviços de interesse geral ao maior número de cidadãos; eliminar ou reduzir os desequilíbrios entre os setores da agricultura, da indústria e dos serviços; realizar o equilíbrio entre a expansão econômica e o desenvolvimento dos serviços públicos essenciais; adaptar, na medida do possível, as estruturas produtivas aos progressos das ciências e das técnicas; moderar o teor de vida já melhorado da geração presente, tendo a intenção de preparar um porvir melhor as gerações futuras. (João PP XXIII, 1961, p.13). Uma convivência baseada unicamente em relações de força nada tem de humano: nela as pessoas vêem coarctada a própria liberdade, quando, pelo contrário, deveriam ser postas em condição tal que se sentissem estimuladas a demandar o próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento. (JOÃO PP XXIII, 1963, p. 06)

Estes elementos destacados na carta constituem-se apenas como alguns dos debates construídos a partir do Concílio Vaticano II, no entanto cabe destacar que estes não foram os únicos aspectos abordados pelas Encíclicas, questões como educação, a liberdade religiosa e as mulheres foram inseridas, ganhando espaço neste amplo debate. O encerramento do Concílio ocorreu em 1965 com o Papa Paulo VI – haja visto o falecimento de João XXIII – sendo assim concluída a primeira parte da “gestação” (1962-1968) da TL como assinala Boff; Boff; Regidor (1996), a outra parte seria debatida em Medellín (1968) quando a opção definitiva pelos pobres tornou-se realidade.

Até a II Conferência Episcopal Latino Americana em 1968 em Medellín seguir-se-iam três anos, com o fomento para a proposição de mudanças sejam dos fatores externos como as disputas pelo padrão econômico mundial, êxodo rural, industrialização, crescimento abrupto das cidades, falta de empregos, fome, miséria, ou com os movimentos imbricados em seu seio, a Ação Católica Brasileira, a Ação Popular, a criação da CNBB, adoção do método “ver-julgar-agir”, e o desenvolvimento das CEBs. Neste viés, para Silva (2006) durante este período ocorreram inúmeros congressos e debates em torno dos elementos pautados no Concílio Vaticano II como “o desenvolvimento econômico” “distribuição igualitária do capital produzido” “emancipação e libertação de novos sujeitos/

atores sociais: mulheres, negros e indígenas”, fortalecendo o crescimento da TL por meio da troca de experiências e possibilitando o desenvolvimento teórico para legitimidade do movimento.

Segundo Silva (2006), neste período insurgem os primeiros teóricos abordando enfaticamente como fator basilar para libertação latino-americana a Teologia da libertação:

Ainda em 1968, algumas semanas antes da abertura do encontro de Medellín, Gustavo Gutierrez apresentou em Chimbote, no Peru, uma conferência que seria o germen da Teologia da Libertação. Dessa conferência saiu uma publicação intitulada *Hacia una Teologia de la Libertación*, e que mais tarde serviu de base para o Teologia da Libertação, perspectivas, livro sempre apresentado como fundamental ou lapidar da TL. No mesmo ano Hugo Assman escreveu *Opressão – Libertación. Desafío de los cristianos*. (p. 37).

Esses teóricos, assim como tantos outros, contribuíram para o firmamento do compromisso da Igreja com os “pobres” e por sua “libertação integral”. Frente a estas novas configurações eclesiais com relação aos pobres foi “[...] em Medellín que a Igreja latino-americana conseguiu uma identidade preponderantemente comunitária e libertadora, dando o poder hierárquico um sentido mais evangélico e colegial”. (Barbosa, 2007, p.77).

Diante da opção declarada pela aproximação das populações excluídas, foi necessário a continuidade das atividades desenvolvidas para compreensão do homem frente aos seus problemas contemporâneos por meio de releituras de passagens bíblicas aproximando-as do presente:

[...] promovido pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), em 1968. Este encontro, realizado na Colômbia, para discutir os problemas da Igreja e do Homem Latino-americano frente aos desafios dos tempos atuais, foi o berço do movimento teológico no continente e seu grande legitimador durante décadas, ao mesmo tempo em que o próprio encontro foi altamente influenciado pela TL. (SILVA, 2006, p. 37)

Medellín construiu suas diretrizes e posicionamentos a partir da apropriação do que foi produzido durante o processo de aproximação dos empobrecidos por parte de setores progressistas da Igreja. Autores/as Barbosa (2007), Löwy (1991), Regidor (1996), Silva (2006), assinalam pontos em comum sobre o encontro Latino-Americano, seja ao detectar os “males estruturais” da América-latina ou “urgência” em superá-los, apontando para as “insurreições revolucionárias” mediante um estado de tirania e centralização do poder, além do fator divisor de águas “a opção pelos pobres preferencialmente”.

Os teóricos da TL, como já mencionado, foram influenciados pelas dinâmicas de seu período histórico, constituindo-se como base teórica para compreensão das desigualdades sociais. Neste viés, escreve Löwy (1991), ao tomarem emprestados diversos conceitos de diversas correntes do marxismo – ou seja, marxismos – a Igreja aproxima suas ações da luta de classe, toma consciência da importância da libertação por meio de lutas revolucionárias e o pobre como autor de sua autolibertação:

A ajuda ou assistência paternalista são substituídas por uma atitude de solidariedade com a luta dos pobres por sua auto-emancipação. É aí que opera a junção com o princípio fundamental do marxismo, a saber: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Essa mudança é, talvez, a novidade política mais importante e a mais rica das consequências trazidas pelos teólogos da libertação em relação à doutrina social da Igreja. (p. 96).

Ainda sobre a contribuição dos teólogos para a Conferência e vice-versa, Barbosa (2007) atribuiu à Conferência Episcopal de Medellín a principal fonte inspiradora para aqueles que passaram a escrever sobre a “libertação pregada nos evangelhos”. Ressaltando também as análises destes/as teólogos/as sobre as contribuições de *Medellín* para a continuidade da Igreja em favor dos pobres, elencando também os avanços mediante o Concílio Vaticano II.

1) O Vaticano II fala do subdesenvolvimento dos povos a partir dos países desenvolvidos e em função do que estes podem e devem por aqueles, enquanto Medellín procura ver o problema dos países pobres, definindo-os como povos submetidos a um novo tipo de colonialismo; 2) o Vaticano II fala da Igreja no mundo e descreve-a como disposta a suavizar os conflitos, enquanto Medellín comprova que o mundo em que a Igreja latino americana deve estar presente encontra-se em pleno processo revolucionário; 3) o Vaticano II dá as grandes linhas de uma renovação da Igreja, já Medellín assinala a pauta para uma transformação da Igreja em função de sua presença em um Continente de miséria e de injustiça. (BARBOSA *apud* GUTIERREZ, 2007, p. 77).

Após a Conferência de *Medellín* em 1968, inicia-se, de acordo com Boff; Boff; Regidor (1996), a fase de “difusão e crescimento” da Teologia da Libertação até Puebla, em 1979. Fato é que seu desenvolvimento ocorreu em contraposição aos regimes ditatoriais que tomaram conta de toda América-Latina, iniciando com o golpe no Brasil em 1964, abrindo o caminho para que os militares tomassem o poder em países como Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Em reação ao enrijecimento político à esquerda na América-Latina – juntamente com a Teologia da Libertação – centrou a ação das lutas dos movimentos sociais frente às dificuldades, mediante as perseguições impostas pelos ditadores no poder, como assinala Boff; Boff; Regidor (1996) “grande parte de sua prática e de sua elaboração teórica se articulou em torno da crítica à ideologia da segurança nacional, sobre a temática dos direitos humanos sobre os problemas de democracia [...]”. (p. 19-20).

Passou-se uma década de lutas desde Medellín, a TL por meio das CEBs e seus/as agentes pastorais continuaram suas lutas em favor dos pobres, ela reafirmaria sua posição pelos oprimidos e consolidaria seus posicionamentos. Internamente, porém, no mais alto escalão hierárquico da Igreja, o novo papa *Karol Wojtyla* assumindo em 1978 com o nome de João Paulo II, trazia a tona posicionamentos contraditórios àqueles assumidos pela esquerda católica na América-Latina, para Leonardo Boff (1998) o papa estaria mais vinculado à liberdade religiosa do que com problemas de marginalização e fome. Neste interim, afirma Barbosa (2007), “pregando a unidade da Igreja, tenta conciliar conservadores e progressistas, num esforço que acabará por privilegiar quem estiver mais próximo das diretrizes da Cúria Romana”. (p. 93)

Na preparação da III Conferência Episcopal Latino-Americana, ocorrida em Puebla (México) de 21/1 a 12/2/79 e inaugurada por João Paulo II, a TL sofreu vigorosa hostilidade da parte da Igreja e da teologia católica tradicional, mais ou menos ligada ao poder dominante, que tinham como ponto de referência o cardeal Alfonso López Trujillo, então arcebispo de Medellín que, desde novembro de 1972, em Sucre (Bolívia), desencadeara a oposição a essa teologia. (BOFF; BOFF; REGIDOR, 1996, p. 20).

Com a Conferência de Puebla em 1979 termina o processo de “consolidação” da TL, haja vista que na segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80, são de “colheita dos frutos” e reconhecimento da TL, CEBs e pastorais, com certa abertura política e o fim das ditaduras na América-Latina. Longe de qualquer sossego por parte dos conservadores a Teologia da Libertação continuou sua atuação, fomentando muitas produções em diferentes áreas, neste viés, a TL continuou sofrer perseguições, algumas positivaram demasiadamente sua expansão mundial como assinala Boff; Boff; Regidor, (1996) “pode-se dizer que a condenação de Leonardo Boff ao silêncio

obsequioso (1984-1985) e o processo contra Gustavo Gutierrez (1983-1984) tiveram um efeito não intencionado de publicidade mundial para a TL”. (p. 20).

Ao construir as bases da TL atendendo ao “grito dos pobres” que ecoa dentro da Igreja, ela reconheceu, como destaca Boff; Boff; Regidor (1996), “os pobres como sujeitos históricos [...] capazes de autodeterminação e protagonismo na luta pela própria libertação”. (p. 30)

Com o desenvolvimento maciço das CEBs e das pastorais rurais, urbana e operária nos anos 1970, a radicalização dos movimentos católicos estudantis centrando-se cada vez mais na perspectiva socialista da esquerda, esta parte representativa da Igreja caminha contra os posicionamentos dos militares que assumem o poder em um golpe de estado em abril de 1964, alegando estarem salvando “[...] a civilização cristã ocidental do comunismo ateu, isto é, para defender a ordem capitalista ameaçada pelo crescimento dos movimentos sociais [...]”. (LÖWY, 1991, p. 54).

Conscientizados e organizados dentro das suas comunidades de base, os/as religiosos/as, leigos, padres, freiras, militantes e afins direcionam-se para as lutas no campo político, denunciando os abusos dos militares ocorridos no país. Como assinalou Löwy (1991) “ao denunciar a centralização do poder, dependência econômica de capital estrangeiro, desenvolvimentos faraônicos (transamazônica), e dos casos de perseguição, tortura e mortes de todos/as aqueles/as que se opuseram a ditadura e suas consequências”.

Este movimento de CEBs e de pastorais aliados a movimentos sociais contra a ditadura vai crescer extraordinariamente – muito pelo esforço contínuo das ordens religiosas femininas – abrangendo os bairros pobres das cidades no final dos anos 70, aonde “existem cerca de cem mil comunidades cristãs de base, compreendendo entre dois a três milhões de pessoas”. (LÖWY, 1991, p. 56).

CONCLUSÃO

A contribuição da TL e dos movimentos que a constituem vai além dos exemplos contidos neste texto, suas lutas influenciaram a Constituição de 1988 por meio dos/das seus/as representantes (Luiza Erundina, eleita prefeita de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores - PT em 1988). Os/as militantes que insurgem no seio da Igreja que contribuem para libertação do país nos anos 70 e 80 formam a base dos movimentos sociais pré-abertura política e das conquistas pós-ditadura.

Podemos compreender, à importância das lutas assumidas por pessoas simples que puderam construir sua auto libertação dentro das suas Comunidades de Base, entendendo sua realidade e a origem das suas opressões, que, por conseguinte lhes caracterizava como pobres. Este movimento de dentro pra fora agregado às mudanças de fora para dentro direciona uma parcela da Igreja Católica a solidarizar-se, viver e lutar com os pobres por seus ideais, revelando assim a maneira como hierarquicamente encarava-se os empobrecidos, alheios a todas as transformações sem delas tomar partido, agora porém fomentam uma outra compreensão, são agentes capazes de entender e construir suas próprias lutas, assumindo as rédeas da sua própria história.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fabiane Machado. **Comunidades eclesiais de base na história social da Igreja Cariacica (1973-1989)** / Fabiane Machado Barbosa – Vitória, UFES. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de pós-graduação em história social das relações políticas, 2007. 207p.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis; REGIDOR, José Ramos. **A teologia da libertação: balanço e perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996. 128 p.

BOFF, Clodovis. **Teoria do método teológico**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIBÂNIO, João Batista. **O que é pastoral**. 3 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. 125p.

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

NUNES, M.J.F.R. **Vida religiosa nos meios populares**. Petrópolis, Vozes, 1985.

SALEM, Helena. (Coord.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Debates, 1981.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizadas na igreja**. Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006. 142p.

ZANANDREA, Fabiana. **Operários da Fé – uma leitura da juventude operária católica a partir da diocese de Caxias do Sul/RS**. Mestrado de Pós Graduação em História da UNISINOS. São Leopoldo - RS, 2008. 175p.

ON-LINE

JOÃO PP XXIII. Carta encíclica: **MATER ET MAGISTRA**. Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Roma, 1961. p.1-49. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vati_an_council/index_po.htm. Acesso em: 02 set. 2017 às 17h: 27min.

JOÃO PP XXIII. Carta encíclica: **PACEM IN TERRIS**. Copyright - Libreria Editrice Vaticana. Roma, 1961. p.1-32. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vati_an_council/index_po.htm. Acesso em: 02 set. 2017 às 17h: 27min.

ARTHUR REIS E A PUBLICAÇÃO DA OBRA “A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL” NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960

Adriana Conceição dos Santos da Silva¹

Resumo: Neste trabalho discutiremos a inserção de Arthur Reis e sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* na imprensa carioca nos anos de 1960, demonstrando os contextos que foram relevantes para a Amazônia nesse período como, nacionalismo, desenvolvimentismo e a integração. Como também, analisaremos a revitalização da representação da função do autor Arthur Reis a partir da Amazônia e a *Cobiça Internacional* na imprensa carioca a partir das relações desse autor com o poder na década de 1960.

Palavras-chave: Arthur Reis, Amazônia, *Cobiça Internacional*.

INTRODUÇÃO

O objetivo do nosso trabalho é realizar uma análise sobre a inserção de Arthur Reis e sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* na imprensa carioca nos anos de 1960, focando os contextos que foram relevantes para a Amazônia nesse período como, nacionalismo, desenvolvimentismo e a integração. Como também, analisaremos a revitalização da representação da função autor Arthur Reis a partir de Amazônia e a *Cobiça Internacional* na imprensa carioca devido às relações desse autor com o poder na década de 1960.

Esta pesquisa é de característica documental. Consultamos artigos, entrevistas, relatórios, anúncios, reportagens, notas, presentes em jornais disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital², pois, consideramos serem estes documentos históricos representativos de uma imprensa que buscou dialogar sobre os temas propostos em meio os eixos teóricos que se submetem a discutir nesse trabalho, buscando entender a partir do olhar de críticos, jornalistas e intelectuais que se fizeram presentes no *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Á Noite*, *Diário de Notícias*, *a Cruz*, *Última Hora*, *Diário Carioca*, e outros que fizeram com que a Amazônia fosse vista pela imprensa do Rio de Janeiro.

A leitura da obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* desvela a preocupação do autor com a problemática que envolve o subdesenvolvimento da Amazônia em relação ao restante do país, pois é justamente esse um dos motivos que o autor em sua obra busca mobilizar o Estado e o povo brasileiro para compor uma ampla ansiedade do Brasil em relação à Amazônia, além do que, as possíveis consequências que esse subdesenvolvimento poderia

¹ Mestra em História e Estudos Culturais na Universidade Federal de Rondônia. E-mail: adryriomar@hotmail.com.

² Criada a Biblioteca Nacional Digital – BNDigital, um sistema aberto, interconectado, e ao mesmo tempo voltado à preservação da memória documental brasileira. Oficialmente lançada em 2006, a BNDigital integra coleções que desde 2001 vinham sendo digitalizadas no contexto de exposições e de projetos temáticos, em parceria com instituições nacionais e internacionais. A partir de 2008, a entrada da Biblioteca Nacional no mundo digital recebeu aporte financeiro do Ministério da Cultura (MinC), mediante a inclusão no Programa Livro Aberto, da ação orçamentária “Biblioteca Nacional Digital”. Esta ação tem a finalidade de ampliar e democratizar o acesso da população aos documentos que compõem o Acervo Memória Nacional através de sua digitalização e disponibilização na Internet por meio da BNDigital. <http://bndigital.bn.br/sobre=-a-bndigital/?sub-historico>. Acesso em: 15 out. 2015.

ocasionar ao Estado brasileiro, consciente de sua potencialidade econômica, o grande vale representa crescimento e manutenção para nação.

CONSCIENTIZAÇÃO DE ARTHUR REIS SOBRE A COBIÇA DA AMAZÔNIA NA IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS DE 1960

Arthur Reis³, como autor, a partir do lançamento de sua obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, teve seu reconhecimento como nacionalista autêntico, sobretudo devido, ao fato de ter sido capaz de despertar na imprensa uma discussão efetiva por parte de jornalistas, críticos e políticos sobre a problemática do subdesenvolvimento da Amazônia e da possibilidade de perda daquela região, nos anos de 1960.

Neste sentido, o autor de *Amazônia e a Cobiça Internacional* suscitou na imprensa discussões sobre a necessidade de se despertar um nacionalismo voltado à conscientização das fragilidades, do subdesenvolvimento que tornava a região alvo de interesses estrangeiros imperialistas de dominação. Conscientização então, que despertou também a necessidade através dessa obra da discussão de como deveria ser superado o subdesenvolvimento da região ao longo da década de 1960.

E neste sentido um primeiro diálogo com Roger Chartier (2012, p. 27) pareceu-nos profícuo a partir de sua obra *“O que é um autor?: revisão de uma genealogia”*, já que nos fez perceber como o entendimento da construção do autor Arthur Reis englobaria a circulação e o funcionamento que o discurso do autor amazonense havia impresso junto à imprensa, desde o início da década de 1960.

No momento em que a obra *“A Amazônia e a Cobiça Internacional”* de Arthur Reis foi lançada pela Companhia Editora Nacional em 1960, vemos que logo seu autor foi considerado na imprensa como um escritor que concebeu essa obra a partir de vasta documentação e minuciosa análise sobre a realidade amazônica com o objetivo de chamar à consciência dos brasileiros para aquela região cobiçada internacionalmente.

Como podemos notar em anúncio sem assinatura no *Diário de Notícias* de 16 de outubro de 1960:

“A Amazônia e a cobiça Internacional” é um trabalho eminentemente expositivo, com o apoio em vasta documentação. Não possui tom polêmico e seu grande objetivo é alertar o Brasil a cumprir o que lhe incumbe, isto é, lançar-se com afa e determinação ao estudo e à utilização dos recursos daquela área imensa e despovoada num mundo em que se agrava dia a dia o problema de áreas superpovoadas e famintas.” (A AMAZÔNIA..., 1960, p. 3)

Ou ainda no *Correio da Manhã* de 13 de dezembro de 1960 quando o escritor lança sua obra alertando a nação brasileira sobre os problemas da Amazônia e a necessidade de integração desse espaço ao restante do país:

“Escritor e professor de brilhante nomeada, Arthur Cesar Ferreira Reis, estará hoje, dia 13, a partir das 17 horas, na Livraria São José, autografando para o público, amigos e admiradores, o seu novo livro – “A Amazônia e a cobiça Internacional” – profundo e documentado estudo elaborado com o

³ Nascido em Manaus, em 8 de janeiro de 1906, tornou-se um dos mais fecundos historiadores da Amazônia. Em sua extensa bibliografia, abordou os mais variados temas, desde a “descoberta” pelos portugueses daqueles vastos sertões, os interesses econômicos que conduziram o processo de ocupação e colonização do imenso território, até a geopolítica focalizada nas disputas entre Portugal e Espanha em torno das fronteiras e a “conquista espiritual da Amazônia”. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/arquivo-morto/arthur-cezar-ferreira-reis-1906-1993>. Acesso em: 06 ago. 2016.

objetivo de despertar a consciência brasileira sobre o problema da Amazônia em face do interesse universal.” (O PROFESSOR..., 1960, p. 14).

Mas quais seriam as razões que estiveram por trás dessa visão de Arthur Reis sobre a necessidade de conscientização sobre a eminente perda da Amazônia a partir da recepção na imprensa carioca?

Desde o início dos anos de 1960, em artigos de diversos jornais cariocas, observamos reiteradas discussões acerca do problema da perda da Amazônia e da necessidade da mobilização do nacionalismo brasileiro como forma de despertar uma reação a essa situação de fragilidade da grande região em relação ao restante do país.

Diante disso, no *Jornal do Brasil* em 5 de abril de 1960 temos o artigo que nos apresenta já em seu título um pedido de alerta, “Grito de Revolta”, escrito por Chermont de Britto, que como Arthur Reis procura mostrar aos brasileiros o quanto a Amazônia se encontrava à mercê de países estrangeiros. Além disso, Britto retrata em seu artigo que o Estado brasileiro se encontra alheio as riquezas da Amazônia e como essa área do nosso país está refém de países que querem e podem explorar todo esse patrimônio, como podemos observar:

A Amazônia desperta, hoje, apaixonado interesse entre os grandes países do mundo. Todos eles olham com olhos gulosos para essa região formidável, que oferece todas as possibilidades de riqueza aos que souberem explorá-la com inteligência, energia e decisão. E todos se admiram e se revoltam de que o Brasil não a aproveite, não a povoe, nem deixe que outros povos mais ricos e mais fortes penetrem nela e tirem daí os benefícios imensos que poderia oferecer à humanidade. (BRITTO, 1960, p. 3)

Se então, críticos como Britto já manifestavam reações à cobiça internacional da Amazônia, uma vez lançada por Arthur Reis em sua obra em três edições sucessivas devido ao seu sucesso nos anos de 1960, 1965 e 1968, esse autor passou a ser considerado um referencial às discussões na imprensa carioca que trataram do problema da cobiça da Amazônia e da necessidade de mobilização do Estado nacional para resolução das fragilidades daquela região.

Em “Amazônia é cobiça de todos” proferido por Lincoln Brum no *Jornal Correio da Manhã* em 1968, revela partes do relatório elaborado pelo Ministério do Interior sobre a Amazônia, cuja importância despertou interesse estrangeiro pelo hemisfério americano, que foi a possibilidade da compra de terras em pontos estratégicos e ricos em minerais e a instalação de missões religiosas católicas e/ou protestantes com objetivos de catequização na região. Neste relatório percebemos que há um alerta em relação a esses fatos, conforme destaca Brum:

‘Para que não percamos a Amazônia, que corresponde a mais da metade do território nacional’, diz o Ministério do Interior em seu relatório, “devem ser adotadas uma série de medidas para o desenvolvimento da região e o controle das fronteiras, única forma de se evitar a ocupação estrangeira, a anexação às Guianas, Venezuela e Colômbia, ou um movimento separatista” (BRUM, 1968, p. 12)

A partir disso, Brum em seu discurso apresenta a obra de Arthur Reis onde o livro “A Amazônia e a cobiça Internacional” serve de apoio documental e advertência para as autoridades brasileiras, com a qual demonstra o interesse de países potentes pela Amazônia no correr dos tempos.

Na obra “A Amazônia e a Cobiça Internacional” no referente capítulo “Ingleses, Irlandeses e Holandeses observamos que Arthur Reis apresenta a primeira sortida”, a afirmação através de documentos relatados em seu livro que nos mostra como os interesses das nações estrangeira eram evidentes diante a riqueza que a região oferecia

a humanidade. Esses registros servem para nos alertar o quanto a Amazônia foi desde sempre cobiçada por forças estrangeiras, como nos apresenta Arthur Reis:

Tendo descoberto o caminho para o Amazonas, onde se lhes deparou preciosa matéria-prima vegetal e animal, campo aberto as suas disposições mercantis, acolhimento generoso de parte do gentio local e não se lhes opondo, de qualquer modo, os espanhóis, que não haviam chegado ainda, ingleses e holandeses dispuseram-se a uma operação da maior envergadura. Começaram-se na os holandeses, em 1600, com as feitorias de Orange e Nassau, plantadas no Xingu, portanto já bem dentro da bacia amazônica. Os ingleses, possivelmente em 1611, ainda no delta, em local que não podemos precisar, depois de terem realizado uma experiência nas margens do Oiapoc. (REIS, 1972, p. 26)

Essa exploração por parte dos estrangeiros começa do encantamento que vem sendo descrito a partir dos relatos dos primeiros viajantes que estiveram na Amazônia como Bates, Orellana, Gonzalo, e outros que em suas primeiras viagens descreveram a hiléia Amazônia. Contudo, o importante a observar é que a Amazônia em plena década de 1960 está aquém dessa descoberta e o que precisa é integrá-la, pois sua beleza natural existe de fato, porém, é preciso que se criem políticas desenvolvimentistas para protegê-la. Portanto, é importante levar em consideração e observar que a obra de Arthur Reis serviu não só para alertar os brasileiros contra as invasões internacionais, mas também serviu para construir um olhar mais atento e cuidadoso diante das diversidades que contém a região.

Arthur Reis foi escritor, pesquisador, historiador e governador do Amazonas, também, não deixou de anotar suas ações como homem político e, sobretudo pelo fato de ter sido um autor consagrado na área dos estudos amazônicos, um autor que sempre viu a partir de livros como a Amazônia e a Cobiça Internacional, que a saída para as fragilidades amazônicas diante dos interesses das potências estrangeiras seriam a da mobilização dos interesses nacionais legítimos sobre a região.

Antônio Cândido em sua obra *Literatura e Sociedade* (1967) aborda as relações entre autor, obra e público. Neste sentido, autores como Cândido sempre se preocuparam com o papel que a recepção por parte do público possuiu sobre a construção dos sentidos sobre autores e obras. Segundo Cândido:

Isto quer dizer que o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade, (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. A matéria e a forma da sua obra dependerão em parte da tensão entre veleidades profundas e a consonância ao meio, caracterizando um diálogo mais ou menos vivo entre criador e público. (CÂNDIDO, 1967, p. 74)

Diante disso, procurando se prevenir de possíveis surpresas desagradáveis, o governo federal neste período procurou promover iniciativas para que pudesse evitar uma entrega da Amazônia a países estrangeiros, como podemos notar no *Jornal do Brasil* em 9 de agosto de 1968, no artigo “Quem Integra Não entrega”, em que descreveu quão grande é o nosso país diante as demais nações:

“[...] O Brasil é um país feliz entre as nações modernas, que dependem, para um grande futuro, da extensão territorial. Sua massa de 8 e meio milhões de quilômetros quadrados garante-lhe a única forma de império sancionada pela consciência do mundo atual: o império nacional, contíguo, alicerçado na unidade de território e de idioma. (QUEM INTEGRA..., 1968, p. 1)

Mas o artigo também ressalta que diante desse país “feliz” só nos falta uma coisa: “[...] que é o conhecimento desta terra.” (QUEM INTEGRA..., 1968: p. 1). Então, é preciso que se integre se desenvolva, se crie projetos a fim de ampliar o conhecimento sobre as diversidades culturais que se encontram no Brasil. Pois, mediante a isso, passaremos a integrar em vez de entregar.

Nesse sentido, a Amazônia passou a ser um exemplo de fato, dessa luta de integração, na década de 1960, por parte do autor e político Arthur Reis. Assim sendo, as palavras integração e nacionalismo estão sempre presentes no discurso do escritor, pois, foi, dessa forma, que ele alimentou várias propostas desenvolvimentistas para a Amazônia com base numa administração nacional.

E foi deste modo que o jornal *Diário de Notícias* em 11 de agosto de 1968, publicou que Arthur Reis acreditou que o capital estrangeiro aplicado na Amazônia se tornaria favorável “[...] desde que este seja devidamente fiscalizado e controlado de maneira a não prejudicar a Nação.” (AÇÃO OBJETIVA..., 1968, p. 3).

E ainda de acordo com o artigo do jornal *Diário de Notícias*, Arthur Reis foi citado defendendo a implantação de políticas públicas que pudessem efetivar além da proteção da Amazônia, também mecanismos de investimentos no setor produtivo, industrial e comercial, para absorver assim, a condição de subdesenvolvimento. Como mostra o jornal:

[...] melhores créditos às indústrias extrativistas da borracha e da juta, assim como facilidades para sua plantação, industrialização e comercialização. Acredita o Sr. Arthur Reis que a criação de um banco destinado exclusivamente ao financiamento de ambos os produtos, bem como normas de plantio e colheita racionais, produziram resultados altamente produtivos para a região. (AÇÃO OBJETIVA..., 1968, p. 3).

Para garantir a evidência na imprensa do Rio de Janeiro e assegurar as provas e documentos pesquisados por Reis descritos em seu livro “A Amazônia e a Cobiça Internacional” sobre o abandono da Amazônia, percebemos no jornal “*Diário de Notícias*”, em “A Integração da Amazônia” em agosto de 1967, escrito pelo jornalista Osório Nunes questionando: “Que é a Integração da Amazônia – se a Amazônia faz parte do Brasil?”. Nesta descrição observamos a preocupação com o subdesenvolvimento econômico da Amazônia, como já havia relatado Arthur Reis em sua obra e que o jornalista Nunes afirma em seu artigo chamando de primitiva em relação ao desenvolvimento do sul do Brasil, e, ressalta ainda que para se “integrar a Amazônia é preciso vencer o “Platan” econômico social...” (NUNES, 1967: p. 2), ou seja, é preciso vencer esse “terreno elevado” da economia social amazônica. Pois, como mostra o artigo:

Fala-se muito em integração da Amazônia e a expressão corre o risco de tornar-se uma vã repetição, se não for precisamente definido o que se pretende com ela – e para que não se converta em cortina de fumaça atrás da qual o Brasil amodorrado e indiferente dos últimos continue sem a sua indispensável política para o vale amazônico. As medidas que, sem coordenação precisa e sistemática, se vierem adotando para a Amazônia no passado recente está paulatinamente só juntando a formação de uma consciência nacional da Amazônia, como se o Brasil despertasse para o peso específico de uma massa terrestre de cinco milhões de quilômetros quadrados, dentro de seus limites. (NUNES, 1967, p. 2).

Contudo, vemos o posicionamento nacionalista do *Jornal do Brasil*, a partir do momento em que o jornal nos mostra que é preciso “conquistar”, mas essas conquistas só acontecem com desenvolvimento do país, logo, é preciso que se conquiste a Amazônia.

Para entendermos esse processo, utilizaremos o conceito de “representação” de Roger Chartier (1991) em que explana uma discussão sobre a renúncia a descrição da totalidade social, sendo assim, nossas análises devem percorrer sobre esse discurso segundo Chartier “[...] considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles.” (CHARTIER, 1991, p. 177). Nesse sentido, a problemática da discussão em torno do subdesenvolvimento Amazônia nos faz revelar considerações importantes com relação à representação, ao analisarmos o nacionalismo e o desenvolvimentismo expresso nos discursos de jornalista e de escritores como Arthur Reis que escreveram através da imprensa seus discursos e puseram suas práticas e as representações a partir do território Amazônico.

Diante dos conceitos de prática e de representação utilizados a partir de Chartier, jornalistas clamam através de seus artigos pela Amazônia e figuras como Arthur Reis que estão constantemente nos jornais cariocas por fazer crítica das ações do Estado brasileiro para a região, são figuras do Estado que estão se inter-relacionando com a imprensa. Como podemos perceber no Jornal *Diário de Notícias* que traz a nota: “Artur Reis Traz ao Rio Amazônia e seus Problemas”. (1965, p. 2). O artigo nos mostra que em conferências na cidade do Rio de Janeiro, Artur Reis foi a convite do então General José dos Santos Calheiros como presidente da Campanha de divulgação de empreendimentos Brasileiros para conferir uma série de discussões sobre o problema da integração da Amazônia no desenvolvimento nacional, onde ele pronuncia que:

A situação da Amazônia é uma das mais sérias e importantes de nosso País, uma vez que esta região compreende 60% do território nacional, praticamente abandonada. A cobiça internacional por suas riquezas inexploradas constitui ameaça ao patrimônio e aos limites geográficos da região. (ARTHUR..., 1965, p. 2).

Deste modo, diante do artigo de Rui Rocha sob o título “À Margem” de 23 de maio 1969 no jornal *Correio da Manhã* vimos o escritor discutir em retornar novamente aos jornais para alertar economistas, chefes militares e administradores sobre o problema da Amazônia, devido considerar a região um problema brasileiro. E questiona se o governo de Marechal Castelo Branco “[...] jamais se cogitou de uma solução qualquer, um plano qualquer, que permitisse desenvolver economicamente a Amazônia” (ROCHA, 1969, p. 4), pois falar da Amazônia e o mesmo que falar de uma imensa floresta e um emaranhado de rios e mais nada e “[...] que a população da Amazônia vivesse exposta a mais completa miséria e ao abandono, também isto não emocionava nem motivava ninguém. (ROCHA, 1969, p. 4)

Portanto, nas denúncias que Reis explana em suas conferências divulgadas pela imprensa, mostra de forma clara e precisa que é contra toda pretensão do governo norte-americano de instalar fontes de pesquisa na região amazônica, isso permite a ele tomar pra si através de suas afirmações a responsabilidade de defesa e proteção do grandioso território. Destarte, observamos como a crítica realizada por Alexandre Pacheco surge com tamanha relevância ao analisar na obra de Arthur Reis a forma com que o autor constrói sua narrativa de forma convincente para que homens do presente as utilizem em favor da defesa da Amazônia, e isso também está presente nos artigos de jornais que analisamos como *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias* jornais de grande repercussão nacional que denunciam o abandono e o esquecimento da região norte do país e propõe ao governo medidas urgente de conquista, de avanços e desenvolvimento sob o controle do Estado brasileiro para o território amazônico. Arthur Reis organiza fatos relativos em relação à Amazônia alertando o Estado federativo a respeito das ações de vários povos europeus empreendidos em relação à Amazônia. Vejamos como o Jornal *Última Hora* em maio de 1965 mostra a visão de Reis:

A Amazônia constitui o deserto brasileiro pela exiguidade populacional, mas sua integração a civilização brasileira deve considerar os fatores mais importantes da região, e o que não podemos e tornar-nos indiferentes aguardando que a solução venha amanhã ou depois, pois há urgência na ação governamental e a Amazônia esta despertando interesses suspeitos em certas áreas do mundo (REIS..., 1965, p. 5)

As denúncias de Arthur Reis se evidenciam quando vemos a publicação da reportagem no jornal *Última Hora* em que mostra “Reis: - É necessário Integrar a Amazônia”, em 19 de maio de 1965, Arthur Reis afirma perante a imprensa em declaração ao Instituto Militar de Engenharia a convite da Campanha de Divulgação de Empreendimentos Brasileiros, sobre a “Integração da Amazônia na Civilização Brasileira”, demonstrando ser contra a criação da Fundação de Pesquisas Tropicais, com sede em Washington e Porto Rico e o controle da Academia Nacional de Ciências, dos Estados Unidos.

Nesse sentido, a cobiça da Amazônia pelas nações estrangeiras se perpetua até no presente, e isso fica evidente quando o Jornal *Última Hora* nos apresenta com ênfase em seu texto que Reis assinalou “[...] a Integração da Amazônia é uma tarefa pesada, que exige brasilidade, na salvaguarda da soberania nacional [...]”. (REIS..., 1965, p. 2).

Na presença de militares e do atual presidente Marechal Castelo Branco, Reis parte dos estudos feitos sobre a região principalmente referente ao problema socioeconômico da Amazônia, lembrou que os fatores de espaço e tempo devem ser levados em consideração quando se pensa em resolver os problemas da Amazônia, isso devido o cenário amazônico pós- Segunda Guerra Mundial não ter ficado favorável internacionalmente, pois, a grave crise gomífera foi uma das causas por ter se agravado as complexas inexistências de esquemas modernos de produção na Amazônia.

A preocupação do Governo brasileiro com o desenvolvimento das regiões mais atrasadas do país expressou-se no Artigo 199 da Constituição de 1946 que dizia de forma geral que para a implantação do Plano de Valorização Econômica da amazônica, a União deveria aplicar, pelo menos durante vinte anos, uma quantia não inferior a 3% de suas rendas tributárias, isso resultaria na implantação de um conjunto de órgãos que permitiriam uma intervenção planejada, dessa forma, o desenvolvimento regional seria alcançado através de uma série de políticas públicas bem formadas e coordenadas pelo Estado. Vendo esse interesse do Estado em prol das regiões subdesenvolvidas do país, entendemos que na prática ou mesmo na aplicação dessas medidas não ocorriam como deveria, como nos relata Arthur César Reis em entrevista ao jornal *Última Hora*:

Lembrou ainda que, em 1953, um plano de desenvolvimento da Amazônia foi encaminhado ao Congresso Nacional, para a aplicação de 3% renda tributária através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)” mas que decorridos 10 anos não houve nem rejeição, nem aprovação do mesmo”. Acrescentou, frisando o desconhecimento em que vive a Amazônia, que em 1952, realizou-se na Guanabara uma reunião, durante o qual se negou a existência de minérios no subsolo amazônico, quando logo após se iniciou a exploração de minas de ferro, sal gema, manganês, cassiterita, calcário e granito. (REIS..., 1965, p. 2)

Vemos que a afirmação do Jornal *Última Hora* prova que a Nação brasileira caminha a passos lentos ao tocante a Amazônia e que o desenvolvimento só acontecerá mediante os investimentos na região, porém, o jornal critica as atuações imediatas desse Estado, pois, o que fica evidente é que há um governo que pensa em salvaguardar a região, criando projetos através de organismos designados por si próprio, que não são suficientes ao empregar o pouco ou quase nada de recursos destinados ao espaço amazônico, que se encontra esquecida da civilização brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos neste trabalho que a inserção do autor Arthur Reis e de sua obra “*A Amazônia e a Cobiça Internacional*” na imprensa carioca na década de 1960, serviram para que as discussões realizadas sobre o subdesenvolvimento da Amazônia fortalecessem ainda mais o diálogo entre intelectuais e imprensa a respeito da conquista da Amazônia. Contudo, essa conquista só se efetivará a partir da integração entre a Amazônia e aos Estados brasileiros mais economicamente desenvolvidos, pois dessa forma, poderá haver de fato uma consciência num formato que funcione como instrumento capaz de criar ações históricas e humanas na defesa do território amazônico.

BIBLIOGRAFIAS

Livros

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**: Estudos de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1972.

Artigos em Anais eletrônicos

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-190, jan./abr. 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso em: 14 jun. 2014.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?**: revisão de uma genealogia. São Carlos: EdFUSCAR, 2012.

PACHECO, Alexandre. A narrativa heróico nacionalismo de Arthur Cesar Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses, luso-brasileiros e brasileiros (década de 1960). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 anos, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300850274_ARQUIVO_AlexandrePachecoTrabalhocompletoXXVIANPUHRTF.pdf. Acesso em: 12 jun. 2014.

Jornais

A AMAZÔNIA e a cobiça Internacional. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 out. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=Amazônia e a cobiça internacional. Acesso em: 8 nov. 2014.

AÇÃO objetiva transformará Amazônia em grande potência. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 ago. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&pesq=Ação objetiva transformará Amazônia em grande potência. Acesso em: 8 nov. 2014.

AMAZÔNIA Desconhecida. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 de setembro 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&pesq=Quem Integra Não Entrega. Acesso em: 8 nov. 2015.

ARTHUR Reis traz ao Rio Amazônia e seus Problemas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 maio 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&pesq=Arthur Reis traz ao Rio Amazônia e seus Problemas. Acesso em: 8 nov. 2014.

BRITTO, Chermont. Grito de Revolta. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&pesq=Grito de Revolta. Acesso em: 23 maio 2015.

BRUM, Lincoln. Amazônia é cobiça de todos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 jul. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&pesq=Amazônia é cobiça de todos. Acesso em: 8 nov. 2014.

NUNES, Osório. A integração da Amazônia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 de ago. 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano196&peq=A integração da Amazônia. Acesso em: 8 ago. 2015.



O PROFESSOR e escritor Arthur César Ferreira Reis, autografa hoje, na livraria São José, o seu novo livro “A Amazônia e a Cobiça Internacional. **Correio da Manhã**, 13 dez. 1960. Disponível em: [QUEM Integra Não Entrega. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 ago. 1968. Disponível em: \[REIS: - É necessário integrar a Amazônia. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 19 maio 1965. Disponível em: \\[ROCHA, Rui. Á margem. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 maio 1969. Disponível em: \\\[<< Sumário\\\]\\\(http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=Á margem. Acesso em: 8 nov. 2014.</p></div><div data-bbox=\\\)\\]\\(http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano196&pesq=Reis:-É necessário integrar a Amazônia. Acesso em: 8 nov. 2014.</p></div><div data-bbox=\\)\]\(http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano196&pesq=Quem Integra Não Entrega. Acesso em: 8 nov. 2015.</p></div><div data-bbox=\)](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&peq=O professor e escritor Arthur César Ferreira Reis, autografa hoje, na livraria São José, o seu novo livro “A Amazônia e a Cobiça Internacional. Acesso em: 10 out. 2015.</p></div><div data-bbox=)

DA SUBJETIVIDADE À FORMAÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Fabício de Oliveira Farias¹

Flávia Ferreira Trindade²

Resumo: O presente trabalho visa traçar uma investigação acerca das manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil e verificar o papel das grandes instituições nos rumos que os acontecimentos tomaram a época. Partiremos de uma revisão dos fatos a partir da análise de autores que abordam a temática das jornadas de junho, bem como completaremos nosso arcabouço teórico com conceitos pertinentes a esta análise. Passando então a investigação sobre como as relações de poder podem ser subjetivadas em prol da coerção da violência a partir da identificação, e assim, os caminhos pelos quais a grande massa de pessoas reivindica o fim de sua indignação podem ser moldados.

Palavras-chave: jornadas de junho, subjetividade, relações de poder.

Partindo de uma observação das manifestações ocorridas em junho de 2013 em praticamente todo o território brasileiro, podemos perceber que elas deixaram um legado. Legado esse, que até os dias atuais é possível verificar atuando nas mais diversas áreas da sociedade, principalmente na política e nas relações entre indivíduos, para as quais voltaremos nossa atenção nesta investigação. Esta é uma pesquisa em andamento, portanto, abordaremos aqui apenas alguns aspectos passíveis de análise acerca das modificações no ideário³ político brasileiro, ocorridas a partir de 2013.

Em artigo para a revista *Projeto História*, de São Paulo, publicado em agosto de 2013, intitulado “Embates e disputas em torno das jornadas de junho”, Gilberto Calil⁴ nos apresenta a forma como tiveram início os protestos e a forma como se modificaram. O MPL⁵ organizou manifestações, como era costumeiro a esse grupo social, para reivindicar a reversão do aumento de R\$ 0,20 na passagem do transporte coletivo em São Paulo, nas quais houve aderência de grande parte da população. A mídia pouco se importou em valorar as manifestações no momento inicial, mas, a partir da chamada para o 4º grande protesto, passou a deslegitimar o movimento, taxando os manifestantes de violentos e irresponsáveis e exigindo que o poder público tomasse uma atitude repressiva frente aos protestos, que bloqueavam ruas e geravam problemas de tráfego. Com o início das repressões por parte da polícia, que tentava sempre jogar a culpa pela violência nas vítimas, diversos vídeos e relatos passaram a circular nas redes sociais, provando que a violência partira, na verdade, da própria polícia.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – fabricio.o.farias@gmail.com.

² Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – flaviafrindade@hotmail.com.

³ Aqui entendido como o conjunto de concepções acerca de um determinado tema, neste caso, visões políticas.

⁴ Pós-doutor em História pela Universidade do Porto, atualmente professor associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

⁵ Movimento Passe Livre.

A mídia então percebeu que deveria adotar uma estratégia diferente, passando a demonstrar apoio, como se não houvesse, antes, incentivado a dura repressão policial que havia se instaurado.

Ainda na quinta-feira à noite, várias informações e vídeos colocavam a nu a grosseira manipulação da grande imprensa. Ao contrário do que tinha sido dito, verificava-se que a repressão produziu muitos feridos; que as liberdades democráticas foram completamente atropeladas, sendo simbólico o episódio do jornalista da revista Carta Capital preso por “porte de vinagre”; que a repressão foi indiscriminada e não se restringiu à “contenção dos vândalos”, mas ao contrário tentou impedir a realização da manifestação. Muitos vídeos circularam nas redes sociais, documentando a amplitude da repressão policial. A situação estava decididamente fora de controle para a grande imprensa e tornava-se imperativo construir um novo discurso para retomar a iniciativa. (CALIL, 2013, p. 385)

A construção e, posteriormente, a mudança de discurso por parte da mídia que cobria as manifestações moldava dia-a-dia a opinião pública e inflava os ânimos da população. Mesmo com a referida mudança para um viés mais brando e de apoio aos protestos, a visão de delinquência já havia sido veiculada e assimilada por alguns, ao mesmo tempo em que a visão de eficácia da mobilização popular também se instaurava. A linguagem é um meio poderoso de chegar ao cerne do pensamento dos indivíduos. As notícias veiculadas e a cobertura pela mídia foram pouco a pouco trazendo à tona posicionamentos intolerantes travestidos de reivindicações legítimas.

Analisando a linguagem como ferramenta de controle de massas a partir da mídia, utilizaremos dois pontos tratados por Terwilliger⁶ sobre a psicologia da linguagem. Se por um lado:

A punição assegura, além disso, a *eliminação* de todas as respostas anteriores, que pudessem eventualmente estar ligadas ao comando verbal. Temos, pois, o surgimento de uma tendência de resposta, simultaneamente com a eliminação de todas as outras tendências de comando. (TERWILLIGER, 1974, p. 321)

Isto posto, a respeito do discurso midiático contrário às manifestações populares e que exigia sua repressão; por outro lado:

Importa concluir, conseqüentemente, que o comando é eficaz não porque as palavras tenham chegado a significar certas coisas, mas *precisamente porque chegaram a nada significar. Não são mais palavras*, são meros estímulos em que é possível confiar que despertem uma e apenas uma tendência de resposta. Nada pode quebrar este ciclo, depois de estabelecido, exceto alguma transformação radical na situação de estímulo ou no contexto. (TERWILLIGER, 1974, p. 321-322)

A transformação radical de que fala Terwilliger teria sido a extremada violência policial, uma das razões pelas quais a mídia passou a apoiar os protestos. O apoio das mais variadas correntes políticas vinculadas à esquerda tomou vantagem frente ao poder mobilizador do movimento que tomava forma, trazendo consigo suas pautas identitárias e, assim, atraindo também atores do outro lado do espectro político.

Analisaremos a referida mudança discursiva nas páginas que seguem a partir de alguns tópicos conceituais pertinentes, que emprestarão seus nomes às seções que compõe o texto. Desta forma, poderemos efetuar cesuras que nos permitam analisar de que forma e por quais razões ocorre tal mudança.

⁶ Professor adjunto de psicologia na *New School for Social Research*, falecido em 2019.

1. SUBJETIVIDADE

Costumeiramente tem-se a ideia de que a subjetividade compreende um modo do indivíduo pensar e entender a si mesmo, sendo estruturado pelo próprio sujeito, ou seja, sem nenhuma influência externa. Poderia ser considerada, se assim fosse possível, a relação pura e íntima do indivíduo consigo mesmo a qual os demais indivíduos e a sociedade não teriam acesso algum. Porém, segundo o pensamento do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) essa forma quase que romântica de fundamentar a subjetividade se constitui de modo diversamente diferente desse ideal acima exposto.

O exemplo fornecido pelo filósofo é o dos *aphrodisia*, ou, os atos sexuais gregos, que correspondem a uma forma de subjetividade, pois, existiam costumes sexuais para os gregos que faziam parte de toda uma cultura de si, em resumo, do indivíduo consigo mesmo. Com a ascensão do poder da Igreja e a instauração de normas impassíveis de questionamento, essa cultura de si torna-se impossível de ser mantida pelas influências externas. Por meio de sua investigação das práticas de cuidado consigo mesmo Foucault tenta resgatar uma subjetividade plena, que escaparia do poder do Estado, seria uma passagem do governo dos outros (Capitalismo, disciplinas, biopoder) para um governo de si realmente, o que seria uma subjetividade por excelência.

O filósofo francês, após tecer uma longa análise de como se instaurou o casamento enquanto forma ideal de relação pela igreja, eliminando outras possibilidades de relacionamento como aceitas conceitua, enfim, discorre sobre o que entende por subjetivação. As tecnologias de si são justamente os modos como os indivíduos foram levados a pensar a si próprios, foram os investimentos, da Igreja, das normas sociais, terapêuticos que ditam como o indivíduo deve pensar a si próprio. Nesse ponto temos claramente que a objetivação é o mecanismo que faz com que o indivíduo torne-se objeto para si mesmo. Em última instância, por meio de normas externas, o indivíduo conduz o modo como irá pensar a si próprio, como esboça Foucault no curso de 1981, *Subjetividade e Verdade*, a saber:

Parece-me que nesta análise das tecnologias de si, que vocês talvez tenham achado um pouco emperada e lenta, mesmo assim podemos detectar um momento historicamente importante nessa história que seria a história da subjetividade - subjetividade entendida como o conjunto de processos de subjetivação aos quais os indivíduos foram submetidos ou que aplicaram com relação a si mesmos. (FOUCAULT, 2016, p. 255)

As tecnologias de si são justamente os modos como os indivíduos foram levados a pensar a si mesmo, foram os investimentos, da Igreja, das normas sociais, terapêuticos que ditam como os indivíduos devem pensar a si próprios. Nesse ponto temos claramente que a objetivação é o mecanismo que faz com que o indivíduo torne-se objeto para si mesmo. Em última instância, por meio de normas externas, o indivíduo conduz o modo como irá pensar a si próprio. Partindo da citação acima exposta podemos refletir em como o que entendemos a uma primeira vista como subjetividade está longe de ser uma verdadeira relação com nós mesmos, adaptaram o nosso interior conforme influências midiáticas e sociais pela ausência (seja de tempo ou interesse) de um conhecimento de nós mesmos, de uma total falta do cultivar-se. As mudanças de comportamento, pensar, vestir, comer, tornam-se intercambiáveis, bastando apenas um mudar dos ventos proposto pelas instituições para que todo o nosso interior se adapte por completo a um novo dogma social.

A velocidade do tempo na sociedade capitalista prejudica qualquer possibilidade de pensar subjetivo que parta apenas do indivíduo e a contribuição de movimentos de pensamento e conduta que se apresentam como corretos crescem a cada dia, fazendo do sujeito um barco a deriva. O ponto onde culmina toda essa avalanche de

subjetivação é o corpo, é por meio dele que o Estado acessa o indivíduo e será nele que o mesmo investirá de forma massiva. O ponto onde as instituições atingem será sempre o corpo, em última instância, o corpo é o que permite o acesso direto ao indivíduo, e será sobre eles que serão feitos investimentos com vista a se obter o que se considerará necessário à manutenção do bom andamento e produtividade em dada sociedade. Na obra *O corpo Utópico e suas Heterotopias*, Foucault pronuncia:

Meu corpo está, de fato, sempre em outro lugar, ligado a todos os outros lugares do mundo e, na verdade, está em outro lugar que não o mundo. Pois, é em torno dele que as coisas estão dispostas, é em relação a ele - e em relação a ele como em relação a um soberano - que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um diante, um atrás, um próximo, um longínquo. O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos. (FOUCAULT, 2013, p. 14)

2. VIOLÊNCIA

Analisemos o seguinte pressuposto:

Em resumo, existe em todas as formas de revolta (mesmo em sua forma mais instituída que é a revolução) a esperança de uma estruturação social alternativa; a ruptura conserva no seio da sociedade o que se pode chamar “o sonho acordado de uma nova sociedade”. (MAFFESOLI, 1987, p. 40-41)

Podemos observar que o sentimento de revolta contido nas jornadas de junho funcionou como uma bomba de fragmentação que, ao explodir, não tem uma direção ou raio de alcance pré-definidos. Assim, o sentimento de revolta voltou-se, em alguns indivíduos, contra a própria revolta. Maffesoli fala ainda, em *Dinâmica da Violência*, sobre o caráter dúbio destruidor/criador da violência⁷, que faz com que a máquina social se torne imprevisível. Enquanto alguns grupos e atores sociais reivindicavam pautas libertárias, aproveitando-se da amplitude de visibilidade que a onda de protestos gerou, outros grupos também começaram a se formar, como movimentos conservadores, defendendo pautas anticorrupção⁸. Tais grupos, em seus discursos e reivindicações, atrairiam pessoas cujos ideais políticos haviam sido suprimidos nos governos de esquerda, como a mentalidade neoliberal, que tudo privatiza – o fascismo, que nada tolera – o racismo, que segrega – a homofobia, que rotula – dentre outros, que no momento atual do país, vemos novamente ascender.

A indignação surgiu a partir das camadas mais baixas da sociedade, aquelas que em maior parte utilizam os serviços públicos aos quais as manifestações voltavam sua atenção. A justificativa de alguns dos presentes aos protestos para as táticas de enfrentamento e depredação de patrimônio pelas ruas por onde passavam as marchas

⁷ Aqui entendida como um poder repressor, por parte do estado, e como um direito de resposta, por parte dos grupos reprimidos. Como dito pelo autor: “Proponho, então, considerar que o termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao combate, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social.” (MAFFESOLI, 1987, p. 15)

⁸ A corrupção estava em processo de se tornar o que Laclau chama de “significante vazio”, ou seja, algo que não tem um significado, mas carrega consigo todos eles. A corrupção seria a raiz de todos, ou quase todos, os problemas pelos quais havia indignação naquele momento, os problemas de mobilidade urbana, saúde, educação, dentre outros. Cf. PINTO, 2017.

era de que aquilo não constituía violência. A verdadeira violência seria a precarização dos serviços públicos, os altos custos, as longas filas, a falta de recursos direcionados à população a despeito da alta carga tributária – circunstâncias que afetavam principalmente os mais pobres.⁹

Ao destruir o medo, construía-se a indignação coletiva, uma revolta que tinha a capacidade de envolver uma parcela maior da população. Grande parte dos manifestantes presentes após o quarto grande ato convocado pelo MPL era composta por uma maioria isenta, alheia a qualquer movimento social (PINTO, 2017), maioria esta, que defendia, subjetivamente, pautas anticorrupção que haviam sido agregadas. Como vimos, a subjetividade é algo que é construído fora do corpo. A mídia, em grande parte, como vimos a partir de Calil, teve papel de destaque na transição do discurso durante as manifestações. Fernando Oliveira¹⁰, em artigo para a *Revista Estudos Libertários*, afirma:

Torna-se uma constante a campanha midiática pela conversão da indignação contra os grandes cartéis do transporte coletivo de São Paulo e a repressão da Polícia em pautas distintas, sobretudo as pautas anticorrupção. Embora novas mídias tenham aparecido para romper o silêncio dos meios de comunicação de massa, a pauta dos atos seguia ampliada e diversificada. (OLIVEIRA, 2020, p. 49)

Espontaneamente, a voz das ruas mudou de tom, aderindo à ideia midiática que havia sido implantada e passando a reivindicar o fim da corrupção. Vários discursos pairavam no ar, diversas ideias circulavam por entre as multidões, a revolta instaurada havia se extremado e:

Certamente, é difícil somar essa revolta: é característica da espontaneidade ser fragmentada, remeter a casos particulares, ser frequentemente até, o ato de solitários. Resta ver como ela informa profundamente o dado social, como, além da aparente submissão, a encontramos ativa no arquétipo da resistência que constantemente atormenta o corpo social e que, do mito da greve geral,[...]às diversas e minúsculas ilegalidades, sem esquecer as manifestações sanguinárias da criminalidade, está ativa na estruturação social. (MAFFESOLI, 1987, p. 43)

Porém, no nosso caso particular de análise, havia como que um cone, que direcionava a explosão e levava os fragmentos da bomba a uma direção predeterminada: a da manipulação subjetiva pela mídia. Sendo a espontaneidade fragmentada, basta que haja uma pauta de identificação¹¹ para que a coesão retorne, ou, pelo menos, a dispersão diminua. Alguns grupos haviam tomado o protagonismo dentre o momento conturbado e cheio de incertezas que se desenhava. Havia uma luta pela narrativa, e a grande mídia possuía vantagem por ocupar uma parte bem maior do ringue. Agindo em escala nacional, os grandes veículos de comunicação de massas, como grande emissoras de televisão que também possuem jornais impressos, revistas e editoriais online em seus conglomerados poderiam moldar a opinião pública ao seu bel prazer, desde que conseguissem captar o momento e as indignações que se criavam e recriavam a cada novo dia, a cada nova ação tomada pelo poder público frente aos movimentos de revolta.

Desta maneira, partindo do pressuposto que citamos acima, de que toda forma de revolta incita esperança de uma estruturação social, que tem na ruptura um sonho de uma nova sociedade (MAFFESOLI, 1987), faz-se

⁹ Desta forma, é curioso que um ano depois, em 2014, no jogo de abertura da copa do mundo de futebol realizada no Brasil naquele ano, as vaías a então Presidente da República, Dilma Rousseff, tenham partido do setor VIP do estádio Itaquerão, lotado pelas camadas mais abastadas da sociedade. Este fato clarifica nosso objeto de pesquisa nesta investigação, como se verificará ao final. Cf. PINTO, 2017.

¹⁰ Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, doutor em Filosofia pela USP.

¹¹ Abordaremos a questão da identificação em outra seção.

necessário conduzir uma análise acerca dos micropoderes que estão em ação quando em contexto de revolta popular.

3. RELAÇÕES DE PODER

Uma revolta sempre engloba, de uma forma ou outra, uma ruptura, seja de padrões ou de paradigmas, mas, para o contexto desta investigação, é interessante que pensemos sobre as possibilidades de manipulação contidas nessa ruptura. O povo realmente sabe o que está fazendo? Ou está somente seguindo uma concepção pré-pronta do que deve ser feito? Aqueles contra quem a revolta se direciona são realmente opositores? Ou será que eles também tem um papel de mando nessas mobilizações? A mobilização da população em prol de determinada causa provou-se eficaz em diversos momentos e locais da história¹², sendo mais ou menos violenta de acordo com as questões específicas de cada momento histórico. E, para um melhor entendimento dessas questões faz-se necessário, no escopo desta investigação, uma análise das relações de poder que permeiam a sociedade. Para isso, utilizaremos a análise do poder de Michel Foucault, que não situa o poder como algo centralizado, que possui um lugar específico, mas que perpassa todas as instâncias da sociedade, em resumo, todas as relações entre indivíduos, sejam no âmbito particular ou coletivo.

A disciplina é algo que permeia as mais ínfimas parcelas da sociedade, está presente desde as relações familiares, passando pela escola primária até aos locais de trabalho, tendo como objetivo moldar os corpos, para que funcionem de forma dócil e útil. De acordo com Foucault:

Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”[...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (FOUCAULT, 2012, p. 133)¹³

Um corpo disciplinado é um corpo “dócil”, um corpo que não oferece resistência à coerção, algo que acontece de forma subjetiva e da qual muitas vezes o indivíduo não tem conhecimento. Exemplos dessa coerção disciplinar podem ser citados nas situações de protesto as quais abordamos, como a necessidade de se informar a polícia sobre o local onde serão realizadas as manifestações, ou a convivência de alguns manifestantes mais pacíficos para com a repressão aos “baderneiros”, sentando-se no chão para facilitar o trabalho da polícia em identificá-los caso haja uma situação que pode gerar conflito, algo que se verificou nas jornadas de junho.¹⁴ Ao mesmo tempo em que existe a revolta e a subversão, em que há o abrandamento do medo e a elevação da coragem ao enfrentamento, existe – no fundo do ideário revolucionário – uma preocupação com o mantimento da ordem (mesmo em meio ao caos), com a disciplina que fora implantada subjetivamente nos indivíduos desde que eles se enxergam como indivíduos.

Outro exemplo é a ideia de “manifestação espetáculo”, analisada por Flávio Junior (2020)¹⁵, em que uma massa de espectadores reage a um grupo minoritário de lideranças incumbidas de promover a manifestação. Neste

¹² Grandes exemplos são a revolução francesa e as revoluções russas, mas há outros de menor escala, sem que isso diminua sua importância, como as revoltas no Brasil dos séculos XIX e XX

¹³ Vale ressaltar, que segundo Foucault, o poder e as disciplinas não são algo negativo, mas sim, produtivo, dentro da sociedade.

¹⁴ Cf. OLIVEIRA, 2020.

¹⁵ Mestre em História Comparada pela UFRJ.

tipo de protesto, não há um livro de regras ditando o que o protestante deve fazer, há, sim, uma regra implícita, uma “mentalidade de matilha”, por assim dizer, que necessita seguir o líder para saber onde deve ir, disciplinada e ordeira. Mesmo os Black Blocks, em sua dinâmica de enfrentamento, ainda assim se englobam nessa grande massa.¹⁶

É importante ter em mente que: “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.” (FOUCAULT, 2014, p. 12), de modo que, em meio aos protestos pelo Brasil, havia uma dança de relações de poder ocorrendo a todo o momento. Relações entre os manifestantes, relações entre eles e a polícia, entre a polícia e o Estado, entre o Estado e todos os envolvidos. Havia uma relação de dupla troca, os indivíduos estavam ali como grupo fazendo uma petição à sociedade, e ela, por sua vez, fazia suas petições a eles. As manifestações trancavam ruas e (posteriormente) depredavam patrimônio, em prol de uma reivindicação. A sociedade (ou uma parte dela) clamava por ordem, o poder público, então, reprimia, fazendo com o que os manifestantes cedessem, para então o ciclo se reiniciar. Nenhum desses agentes tem mais ou menos poder, todos fazem pender a balança, agiam como que “pisando em ovos”, pois o Estado tem medo de seu povo¹⁷ mas o povo também teme o aparato repressor e o peso da lei. Ninguém podia imaginar o que aconteceria logo após, então, era melhor ser cauteloso, equilibrar a balança.

4. IDENTIDADE/IDENTIFICAÇÃO

Tal constatação nos leva a pensar em *como* um movimento de revolta popular pode ser guiado a certos caminhos e deturpado de sua ideia original, para que a iminente ruptura aconteça de uma forma diferente da que pretende a referida ‘esperança de estruturação social’. As grandes instituições não querem nunca ver seus interesses ameaçados não importa o tipo de situação que ocorra. É nesse momento de nossa investigação que se torna imperativo pensar na questão identitária.

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo. (HALL, 2012, p. 106)

Sendo a identidade um processo de suturação, uma costura identitária que molda quem somos, podemos pensar que o eu é mutante. As instituições moldam subjetivamente aquilo à que devemos nos identificar. Por exemplo, o aborto no Brasil é proibido e criminalizado, salvo em certos casos específicos. Sendo assim, as crianças são ensinadas desde a escola primária que o aborto é algo condenável e vil. A Cannabis é uma planta que possui diversas propriedades medicinais que os governos do mundo apenas nos tempos mais contemporâneos começam a reconhecer, mas gerações passadas foram ensinadas no sentido de que a maconha é droga e causa dependência, enquanto o tabaco é um produto legalizado e muito mais danoso. Nesse miasma de subjetivações, as grandes instituições investem no seu presente, mas, principalmente, no seu futuro próximo.

Sendo assim, é devido pontuar que identidade sempre tem a ver, também, com diferença. Eu sou aquilo que eu não sou, eu me identifico com aquilo que não é o que eu não me identifico. Dentro das relações políticas, os mais variados grupos sociais tentam gerar identificação aos indivíduos, de uma forma subjetiva, apelando para as diferenças em suas identificações, bem como para suas origens.

¹⁶ Cf. JUNIOR, 2020.

¹⁷ Vide os exemplos que citamos anteriormente. Um levante, potencialmente, pode levar a queda de um governo.

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. (HALL, 2012, p. 106)

Podemos assim pensar em como a manipulação do discurso tem o poder de gerar identificação, e esse precisamente é o nosso objetivo. A partir da análise da trajetória discursiva das manifestações de rua entre 2013 e 2015 no Brasil, feita por Céli Pinto, e a partir da já citada análise de Gilberto Calil, podemos inculcar que o discurso veiculado pela mídia gerou identificação dos mais diversos setores da sociedade para com o momento histórico que estava ocorrendo. Talvez eles houvessem percebido que tratava-se de um momento histórico, ou talvez apenas quisessem ditar os rumos para que tudo acontecesse de uma forma mais pacífica, mas o fato é que, depois dessas manifestações, o Brasil nunca mais seria o mesmo, e a grande mídia foi a grande causadora dessa transfiguração discursiva, pois ela, em grande parte, tem o controle sobre o discurso que será veiculado para a grande massa, sobre a narrativa que será redigida sobre o que está acontecendo e o que aconteceu.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação exposta, podemos chegar à conclusão de que a subjetivação manipula os indivíduos dentro das relações de poder, através daqueles que estão em uma posição superior (instituições sociais, midiáticas e políticas), no objetivo de minar as relações entre os micropoderes sociais e moldá-las em benefício de sua manutenção, dentro de um projeto de poder que gera identificação e adesão política, resultando em um ressurgimento de posicionamentos conservadores que foram combatidos por governos alinhados a esquerda, que legislavam em prol da redução de desigualdades sociais. Com o remanejamento da indignação, as grandes instituições podem moldar os caminhos de qualquer movimento popular, através dos grandes veículos de imprensa. Tudo o que necessitam é oportunidade. Oportunidade essa que se apresentava frente aos protestos em massa de 2013 e que foi apropriada de uma forma que até o mais erudito dramaturgo se orgulharia.

Como vimos, o poder não é algo centralizado, relações de poder permeiam toda a sociedade, das mais baixas às mais altas camadas que compõe o tecido social. É claro que as camadas mais abastadas sempre irão defender seus interesses, sem ter aqui a pretensão de entrar em um debate marxista sobre a luta de classes (até porque esse não é o escopo de nossa investigação), e utilizarão todos os meios disponíveis a elas para o manutenção de suas condições de vida. Mesmo que essas camadas não compreendam de onde vem o seu lugar na sociedade e não tenham conhecimento da rede imbricada de relações de poder que lhe concede status, contribuirão para a manutenção do status quo, mantido por instituições que estão além da sua arcada de decisão, manipulados pela subjetividade a que é submetida sua identificação dentro de uma sociedade disciplinada pela indignação, mas, antes, pelo medo.

BIBLIOGRAFIA

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 377-403, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155>. Acesso em 23 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico e suas heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da Violência**. Tradução de Cristina M. V. França. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.

OLIVEIRA, Fernando Bonadia. Sobre a indignação: Brasil, junho de 2013. **Revista Estudos Libertários**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 34-58, 2º sem. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/36233/19955>. Acesso em 17 jul. 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p.119-153, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000100119&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 16 jul. 2020.

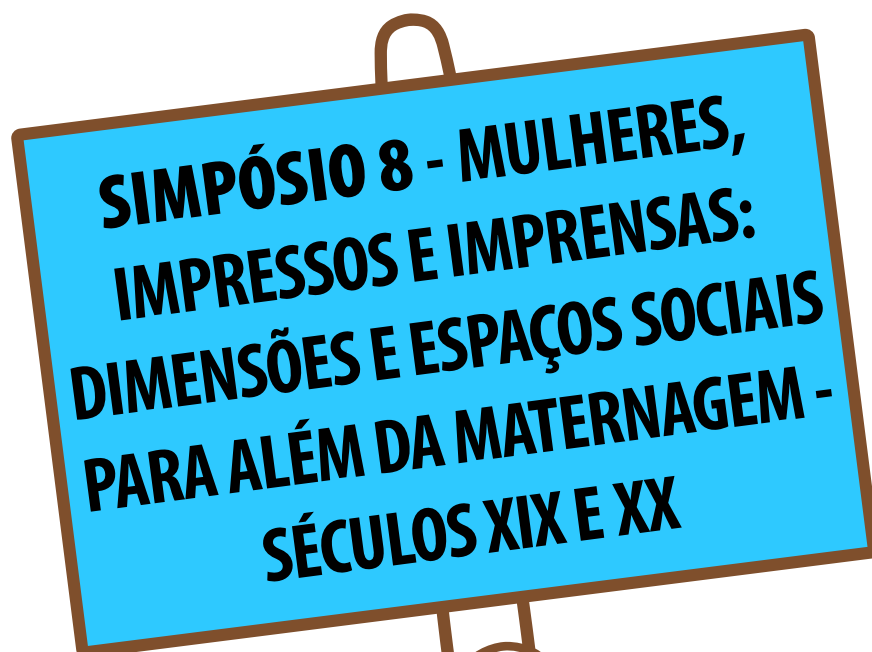
TERWILLIGER, Robert F. **Psicologia da Linguagem**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.



ANAIIS

I SEMANA INTERNACIONAL
DE **HISTÓRIA** E
IX SEMANA DE
CIÊNCIAS HUMANAS

CONTEMPORANEIDADES | RESISTÊNCIAS | DISCURSOS



**SIMPÓSIO 8 - MULHERES,
IMPRESSOS E IMPRENSAS:
DIMENSÕES E ESPAÇOS SOCIAIS
PARA ALÉM DA MATERNAGEM -
SÉCULOS XIX E XX**

EM NOME DA HONRA FEMININA: A IDEALIZAÇÃO FEMININA PARA SER UMA MULHER PARA O CASAMENTO

Maria Kailane Oliveira¹

Jakson dos Santos Ribeiro²

Resumo: O presente trabalho apresenta uma discussão acerca do perfil feminino constituído nas páginas da Revista *O Cruzeiro* entre as décadas de 1950 a 1960. Deste modo, buscamos problematizar os discursos imagéticos produzidos em relação ao modelo feminino defendido pela revista. Para realização da pesquisa, utilizamos como base teórica, os autores, Duarte (2010), Fornazari (2001) e Vieira (2001) para compreender o conceito de mulher a luz de uma revista. Além desses autores, utilizamos o Foucault (1984) para nos auxiliarmos na compreensão do discurso. Notamos que, a revista buscava trazer ao público, as perspectivas do modelo tradicional da mulher, bela, recata e direcionada para vivenciar os princípios que rege o lar e os cuidados com a família.

Palavras-chave: *O Cruzeiro*. Mulher. Recatada.

IN THE NAME OF THE FEMALE HONOR: THE FEMALE IDEALIZATION TO BE A WOMAN FOR MARRIAGE

Abstract: The present work presents a discussion about the female profile constituted on the pages of Revista *O Cruzeiro* between the decades of 1950 to 1960. In this way, we seek to problematize the imagetic discourses produced in relation to the female model defended by the magazine. To carry out the research, we used the authors, Duarte (2010), Fornazari (2001) and Vieira (2012) as a theoretical basis to understand the concept of women in the light of a magazine. In addition to these authors, we used Foucault (1984) to help us understand the discourse. We noticed that the magazine sought to bring to the public the perspectives of the traditional model of women, beautiful, modest and directed to experience the principles that govern the home and care for the family.

Keywords: *O Cruzeiro*. Woman. Modest.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho discute apresentar o perfil feminino constituído nas páginas da Revista *O Cruzeiro* entre 1950 e 1960 como objetivo. Entender a mulher na sociedade é estar diante de estereótipo, perfis construídos culturalmente que modelam de forma exacerbada um tipo de mulher que não representa ela na prática, no seu cotidiano, mas que favorece o status de outro sujeito, no caso o homem.

Por isso é importante realizar abordagens que possam trazer à tona, as percepções constituídas acerca das mulheres em seus mais diversos espaços, tempos e lugares. Nesse viés, consideramos relevante apresentar discussões

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão – CESC/ Campus Caxias. Email. marikn17@gmail.com

² Professor Adjunto I, na Universidade Estadual do Maranhão – CESC/ Campus Caxias, lotado no Departamento de História e Geografia/ Curso de História. Email. noskcajzaionnel@gmail.com

que demonstrem como o papel da mulher brota das questões socioculturais, onde denotam sentidos e significados a ela são definidos, pelo olhar hierarquizado.

Desse modo, discutir as questões de gênero em torno da *Revista O Cruzeiro*, nas décadas de 1950 a 1960 é factível por se tratar de uma abordagem em que a pesquisa busca trazer e problematizar, a representação que o periódico construía das mulheres, sendo essa revista um meio de comunicação que circulavam no território brasileiro.

Assim, compreender como meios de comunicação como a revista representavam as mulheres em suas páginas de notícias é importante, principalmente, diante das mudanças efervescentes que aconteciam em relação ao comportamento feminino, por exemplo, com os movimentos feministas que emergiam com expressividade no período mencionado. Nesse caso, Sabat (2013, p. 153), aponta que:

[...] as relações de gêneros representados pela mídia são campos de constituição de identidades, de produção e reprodução de representações e, portanto, espaço educativo onde imagens de crianças, adolescentes, mulheres e homens podem ser consumidos, tendo como referenciais modelos social, econômico e cultural hegemônicos.

Seguindo essa premissa, Michelle Perrot (2005, p. 456) destaca que “[...] o privado é uma zona delimitada por duas fronteiras de um lado a intimidade do eu, a câmara escura, a fortaleza do faro (forte) interior [...]”. A mulher no século XX mais precisamente neste recorte de 1950 a 1960 vive momento muito importante que é o seu trajeto entre o público e o privado, onde neste transito coloca o sexo feminino diante de novas possibilidades, perspectiva que poderiam está fazendo com que a mulher pudesse alçar voos mais altos neste mundo de transformações.

Desta forma o trabalho se justifica na medida em que visa contribuir para trazer uma análise da mulher através da *Revista O Cruzeiro* em que traziam em suas folhas informativas um discurso e uma imagem sobre o sexo feminino para a sociedade da época.

Por essa perspectiva é valido ressaltar acerca das perspectivas femininas no século produzidas no XX foram proporcionadas pelas transformações ocorridas nos espaços sociais, pelo movimento feminista que objetivava maior participação e emancipação das mulheres. As mudanças no vestuário das mulheres, como vestido decotado, saias mais curtas e cabelo com cocós, estava dentro da nova tendência da moda trazida pela modernidade

As novas posturas no comportamento feminino do século XX ganharam às páginas dos jornais, que vinculava pensamentos tradicionais contrários as transformações sociais. Como passaram a ser representadas e o discurso construído pela *Revista O Cruzeiro* nas décadas, tendo em vista estes novos comportamentos vinculados em cinema ou jornais, mostrando as inovações sociais.

Os jornais e revistas serviram como meio de comunicação que representavam em suas páginas os padrões tradicionais, mas também os novos padrões de beleza exigido de um corpo sem excesso de gorduras. O vestuário estava em seguir a moda e as exigências de uma mulher recatada.

A mulher representada nas fotografias era relacionado a dona de casa, mãe e esposa, porém era perceptível a ambiguidade feminina que a colocava em um dilema de estarem em seus afazeres em um ambiente recatado, ou estarem em lugares que proporcionava prazer nos espaços públicos, usar vestidos curtos e cabelos em outros modelos de acordo com a moda, ou ouvir o conselhos dos pais e padre.

As novas mudanças comportamentais eram representadas pelos jornais destas duas décadas, no entanto, a *Revista O Cruzeiro* ao mesmo tempo que apresentava mulheres com o corpo feminino nu, estabelecia em suas páginas os discursos voltados para bela recatada do lar. Nesta perspectiva é importante ressaltar acerca destes novos padrões construídos na sociedade ainda conservadora do pensamento tradicional que limitava a mulher em espaços domésticos e cuidados com a casa e todo conhecimento voltado a eles. Tal premissa, se apresenta semelhante ao que aponta Mikhail Bakhtin (2006) quando se refere a situações como essas, onde a “aquilo de que nos falamos é apenas o construído do discurso, o tema de nossas palavras”.

Dessa forma, o discurso da revista sobre a imagem da mulher estava voltados às ideias tradicionais, estes novos pensamento e vertentes trazem discussão acerca da emancipação feminina nos espaços públicos como causa da decadência da família. Diante destes conflitos entre novos e velhos modelos de que modo estes meios de comunicação representam esta imagem antagônica da mulher, já que suas páginas mulheres com roupas ousadas, mas também aquelas conservadoras e bem vestidas.

Por mais mudanças que possam ter ocorridos nas décadas de 50 e 60, o padrão tradicional rígidos da moral, estavam muito forte na vida das mulheres na valorização de uma boa formação moral e seus papéis tradicionais da esposa e mãe. O padrão tradicional não aceitava estas mudanças na vida feminina colocando como imoralidade das mulheres e abandono familiar. A sexualidade era, portanto outro aspecto discutido, Michel Foucault (1988, p. 35) relata que a “sexualidade trata das exigências e do discurso acerca do que pode ser considerada verdade”.

A moralização constituída na sociedade torna ainda muito visível a opinião acerca da importância do comportamento adequado e postura de modo que não despertasse o olhar masculino. No entanto muitas mulheres religiosas e apegada as tradições continuavam em sua vida a valores tradicionais e em muitos casos abandonavam o emprego após o casamento. No entanto seria por esse viés que a *Revista O Cruzeiro* representavam as mulheres com o comportamento tradicional e as novas tendências da moda.

O estudo em sua fase inicial contou com uma realização de pesquisa bibliográfica, onde foi realizada a reunião de um arcabouço teórico e temático que visa está colocando o pesquisador em contato com o tema proposto possibilitando resposta à pesquisa. No primeiro momento da pesquisa os levantamentos bibliográficos referentes ao tema, destacam-se leituras sobre Foucault (1988), que ajudaram entender o discurso, com uma forma de poder nos meandros da sociedade; outro aspecto ao tema que é de grande relevância entender a categoria imagem. Na produção historiográfica acerca da temática gênero foi utilizado Perrot (2005) que faz abordagem de como entender a mulher, como indivíduo marginalizado da história.

A compilação das fontes realizada no IHGC (Instituto Histórico e Geográfico de Caxias), com o levantamento dos periódicos da *Revista O Cruzeiro* inerente às décadas de 1950 a 1960, porém ressaltamos que foi feita uma triagem desses exemplares, levando em consideração aqueles que trazem imagens e discursos acerca da mulher e em dimensões que dialogasse com as premissas dessa pesquisa. Neste caso analisou-se qual a representação feminina que foi construída da mulher, como entender os discursos a respeito da mulher nas décadas de 1950 a 1960, ou seja, os discursos e imagens representadas na revista mencionada como objetivo de pesquisa do trabalho.

Em vista dessa questão, é importante salientar o período em que a revista emerge no cenário nacional. Foi na década de 1920, em 10 de dezembro de 1928, seu proprietário Francisco Assis Chateaubriand Bandeira Melo.

2. EM NOME DA HONRA FEMININA: AS MANEIRAS DE SER UMA MULHER PARA O CASAMENTO

Figura 01. Propaganda da Maisena.



Fonte: Revista O Cruzeiro, Acervo IHGC, p. 62.ano 63.

A (Figura 01) é uma sobre a propaganda da Maizena, nela está três crianças e uma mulher representando a mãe. Com o papel e o lápis na mão, como se estivesse anotando o pedido dos filhos, na legenda está escrito “mingau para três”, na cena quem faz o pedido é a criança mais velha que acena com os dedos apontando três, na mesa há apenas três pratos entendendo que a mãe faria o mingau, mas não comeria. No entanto ela se mostra muito feliz em estar fazendo a alimentação dos filhos, pois pelo discurso apresentado no anúncio é possível perceber que a mulher embora estivesse neste novo espaço de trabalho, permanecia inserida no ambiente doméstico destinada a ela.

A publicidade utiliza mulheres e homens de determinada classe social, raça/ etnia, nacionalidade, desde que de acordo com padrões estabelecidos pelas sociedades ocidentais modernas. Essas representações, porque construídas socialmente, estão carregadas de significados e, por isso, constituem identidades, reproduzem significados, produzem outros tantos. (SABAT, 1999, p. 28).

O autor destaca como a publicidade pode inserir tanto homens como mulheres e influenciar por meio dos anúncios, na imagem acima é possível perceber esses significados mencionados no texto. A mulher está na propaganda, mas no ambiente doméstico reproduzindo que esse seria seu lugar, outro aspecto é a presença das crianças

na cena reforçando o discurso da mulher (mãe) e senhora. Ela está com um vestido elegante e cabelo penteado, Ramos (1985) que a presença da mulher na propaganda brasileira se inicia na década de 1940, desde então estava presente em anúncios de cosméticos, eletrodoméstico, produtos alimentícios, roupas enfim, a modernidade falada e anunciada desde a primeira edição.

A Modernidade que a revista anunciava estava nas fotografias em suas páginas com grande destaque Meyrer (2010) afirma que a imagem fotográfica passou a ter o mesmo valor do texto verbal, até então dominante. Segundo Fornazari (2001) esse ar moderno está interligado através dessas mudanças ocorridas no consumo de novos produtos e o processo de imitação de produtos norte-americano.

Figura 02. Centro de Reabilitação do SESI



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, Acervo IHGC, p. 138. Ano 68.

A (Figura 02) mostra uma propaganda de um Centro de Reabilitação Especializado em Assistência Social (SESI), prestando atendimento a crianças atingidas por poliomielite, um importante centro de recenseamento torácico, oferecendo serviços médicos com os aparelhos para treinamento e reabilitação, a imagem mostra várias mulheres em volta da mesa onde estão em uma aula de culinária para os pacientes do recenseamento, todas presentes são mulheres o que mostrou que mesmo se tratando de um Centro de Reabilitação é perceptível que nesse ambiente mostrado há presença só do sexo feminino. Nesse caso, Fornazari (2001, p. 65) aponta:

[...] no século XX, as revistas, tanto femininas quanto de variedades, traziam normas que promoviam um devir desejado, idealizado, destinado principalmente às mulheres... as imagens das revistas femininas 'mais do que refletir um aparente consenso social sobre a moral e os bons costumes, promoviam os valores de classe, raça e gênero dominantes de sua época.'

As representações expressas nas revistas ditavam padrões, regras comportamentais sobre a moral feminina. A imagem reforça, portanto, que aprender cozinhar seria de interesse do sexo feminino, pois a função de cuidar da alimentação da família seria de responsabilidade da mulher, boa dona de casa.

Com vestidos denotavam a perspectiva conservador, por isso, era orientado que as mulheres usassem até o joelho, no entanto, algumas possuem mangas e outros mais cavados, com laços no cabelo repassando a ideia que eram dona de casa, na imagem estão bem concentradas e com um sorriso no rosto demonstrando estarem gostando da aula, a ausência de homens mostra o discurso aos padrões tradicionais da época que a atividade doméstica, de cozinha e trazer novidade para a família e agradar o esposo era uma atividade exclusivamente do sexo feminino.

Essa seria a motivação que as levam ao espaço culinário, pois quando mais desenvolvessem suas atividades domésticas “perfeita” seria uma boa esposa. Sua família sempre estaria bem nutrida, uma mulher teria de ser uma boa cozinheira para estar preparada para o casamento.

Para Campos (2010) as jovens solteiras se diferenciavam das casadas, pois teriam mais oportunidades, o matrimônio transformariam em uma dona de casa com responsabilidade com o esposo e futuramente os filhos que viriam. Reforçando essa questões, para Duarte (2010, p. 32) “[...] a divisão de atividades, segundo o gênero, contribuiu para formar esse padrão tradicional da mulher ligada as funções domesticas, em oposição ao homem.”

Figura 03. Propaganda da Consul de um refrigerador.



Fonte: Revista O Cruzeiro, Acervo IHGC, p. 02.ano 67.

O anúncio (Figura 03) é de um refrigerador da Consul e traz em sua legenda: Depois de dar fim aos “elefantes brancos” com a exclusiva litrovantagem, o refrigerador Consul mostra os recursos que nem precisou usar: qualidade e preço. A expressão que está em destaque “elefantes branco” a imagem faz uso desta expressão para demonstrar que é melhor gastar dinheiro com produtos que possuam grande utilidade do que com aqueles sem benefício.

Pela palavra apelativa na frase litrovantagem e acima uma garrafa de vidro, para simbolizar que o refrigerador tem uma grande vantagem, pelo fato de ser utilizado para diversas finalidades: guardar produtos alimentícios e conservar.

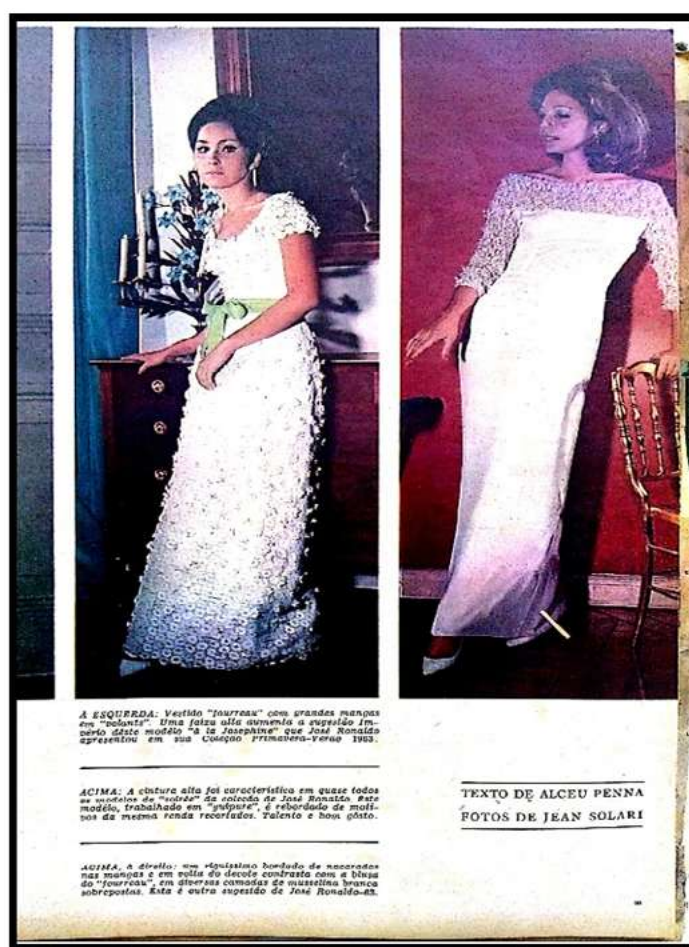
Na imagem há presença da mãe e do filho, a ausência masculina demonstra que aquela atividade não era tarefa masculina Nader; Ranger (2019) analisa a divisão das funções no ambiente familiar do homem de provedor e a mulher responsável pela reprodução, organização e harmonia da família, além de estar sempre bela.

Os dois estão em pé próximos ao refrigerador e de um carrinho de supermercado, indicando prosperidade, ambos estavam com os rostos felizes, colocando as compras no refrigerador. Um papel de destaque percebido é o da mulher, bem elegante de vestido até o joelho, sapatilha, cabelo organizado desenvolvendo uma tarefa destinada ao sexo feminino de suprir a dispensa do lar e organizar, outro detalhe é a criança perto da mãe ajudando entregando os produtos para guardar.

Nota-se que embora a mulher estivesse fazendo o anúncio a sua imagem estava diretamente ligada aos laços domésticos da família. Segundo Vieira (2012) o casamento para a mulher, filhos e o marido seria a realização completa da vida sendo mãe, esposa e cuidando da família.

2.1 Os Cuidados com a moral e a beleza da Bela recatada

Figura 04. Propaganda Primavera-Verão de 1963 da coleção de José Ronaldo.



Fonte: Revista O Cruzeiro, Acervo IHGC, página 55. Ano 63.

Percebe-se duas imagens, ambas de propaganda de roupas (Figura 04), nelas as mulheres apresentam-se bem elegante. Na primeira imagem mostra uma mulher encostada em um móvel fazendo posse bem meiga com vestido

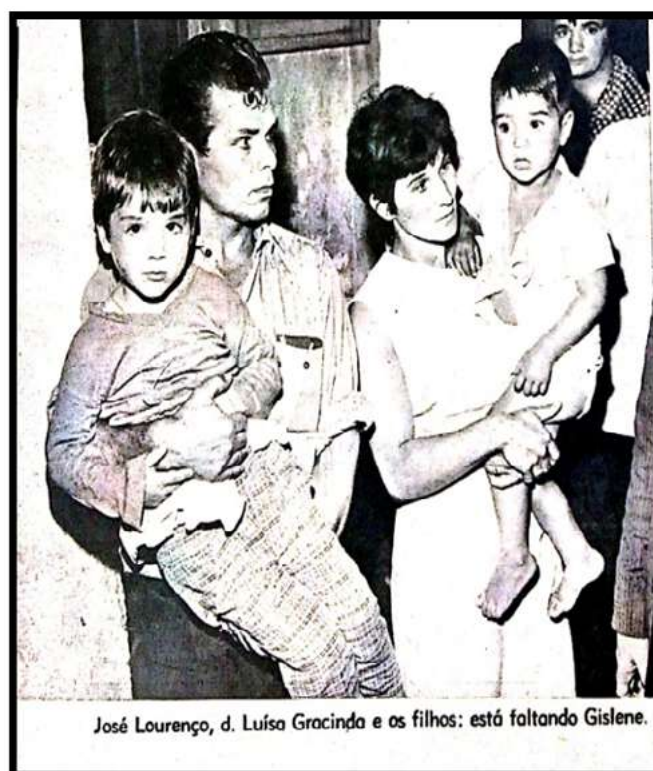
longo e sapatos, maquiada de brincos e cabelos penteado um rosto singelo, sugerindo uma postura feminina recatada, mais que devia estar elegante. O anúncio corrobora com esse perfil da mulher elegante, percebido pela roupa anunciada e por estar dentro dos padrões conservador de que a mulher deveria ser bela. CAMPOS (2010) discute que a beleza tratava-se de um papel social exigido e no decorrer dos anos foi sendo associado às modificações do corpo pela mídia, visto como necessário.

Assim, percebe-se que “[...] nessas propagandas existia o reforço do comportamento ideal feminino na construção de uma masculinidade [...] imagens reproduzindo as novas maneiras de ser e estar das mulheres que estavam ocorrendo... da década de 1960” (VIANA 2016, p.49). Essa postura feminina ligada a moralidade está associada a questão da vestimenta onde não poderia usar roupas ousadas mostrando seu corpo.

Na segunda imagem uma mulher em um anúncio de roupas, apresenta-se de vestido longo, sapatos, maquiagem e cabelo solto, um aspecto pode ser observado que diferencia da primeira imagem é sua postura, ela está em pé com seu corpo curvilíneo, rosto de lado e os olhos fechado transmitido uma imagem mais ousada ao ponto que permite uma mulher recatada e elegante, Vieira (2012) que o corpo feminino era a preocupação da revista onde deviam ser magro e belo, no século o corpo arredondado já não era tão atraente para este novo padrão.

2.2. O que é ser uma mulher ideal entre as linhas da Revista *O Cruzeiro*

Figura 05. Casal com filhos.



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, Acervo IHGC, página 120.ano 68.

A (Figura 05) mostra um casal, cada um está com uma criança nos braços, a cena representa uma típica família entre as linhas de *O Cruzeiro*, percebe-se que o homem carrega a criança maior como demonstração de que seria ele o responsável pelas tarefas mais difíceis. Anne Marie Devreux (2019) afirma que o pai teria este papel

de provedor da família em manter economicamente. A mulher encontra-se com a criança menor no braço enfatizando a sua função dentro do âmbito familiar de genitora e companheira do esposo, cuidando dos filhos, pois ela representava o sexo mais frágil.

Uma mulher que sendo casada e tendo filhos, ou seja, já tendo constituído uma família nos moldes tradicionais com homem/pai, mulher/mãe e filhos, não é permitido segundo a revista discutir sobre a condição de esposa/mãe emanando algum descontentamento com a situação. Uma mulher com uma família para...é um ser completo não devendo se queixar de nada (VIEIRA 2012, p. 02).

Percebe-se pelo discurso apresentado que a realização feminina, segundo Duarte (2010) seria desenvolver as atividades domésticas cuidando de sua família sem fazer questionamentos sobre sua função no meio familiar, ou qualquer outro assunto como a infidelidade do esposo. Cuidar dos filhos e do esposo seriam portanto as tarefa mais importante de uma mulher casada, Mannala e Queluz (2012) destaca que o cuidado com o corpo estava diretamente ligado aos cuidados com a família, pois a mulher que cuidava do corpo cuidaria do lar.

Figura 06. Aniversário de 15 anos.



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, Acervo IHGC, p. 100.ano 68.

A imagem traz em sua legenda uma festa de quinze anos, o evento acontece em um ambiente amplo com muitos convidados, certamente de família de classe média. A jovem encontra-se ao lado de sua mãe e pai no momento do corte do bolo, a moça está de vestido, os cabelos presos, a mãe encontra-se com vestido só um pouco mais decotado que o da filha, o pai está de paletó todos bem elegantes nesse dia importante para a filha.

Os quinze anos representaria para as jovens um rito de passagem da fase infantil para a juvenil. A mesa da festa estava bem abastada com bolo e outros alimentos, aquele momento representaria para a família da aniversariante a oportunidade para mostrar à sociedade a filha. Nesta fase intermediária era ensinado como deveria se comportar uma moça de família.

O namoro seria a primeira etapa para o matrimônio. Duarte (2010) descreve as regras existente para o namoro dos anos dourado, as moças deveria se comportar com decência não permitindo intimidade antes do casamento, deveria ter uma boa reputação demonstrando que seria uma boa esposa.

Todas essas regras, que as mulheres deveriam obedecer durante o namoro, visavam não só conter as investidas masculinas, impondo-lhes limites, mas também era considerado um atrativo a mais para o homem. Pois, uma moça bem comportada seria uma boa esposa...As chances de casamento para as mulheres com esse comportamento eram bem maiores... a moça de família era a que servia para o casamento[...]. (DUARTE 2010, p. 40).

É importante destacar pela fala do autor como a responsabilidade de se manter pura até o casamento é da mulher, portanto toda responsabilidade seria da jovem e não do homem por não se comportar como uma moça de família. O discurso apresentado evidencia que o projeto maior na vida de uma moça seria portanto a constituição de sua família, Campos (2010) afirma que a imagem feminina de realização e felicidade só seria possível com um bom casamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discutiu o perfil feminino nas imagens femininas presente nas páginas da *Revista O Cruzeiro* precisamente nas décadas de 1950 e 1960. A Revista destacava grande parte de suas propagandas e anúncio para falar sobre mulher, as representações estampadas nas folhas da revista fortalecia valores morais de uma sociedade que ainda tinha suas mulheres ligadas ao ambiente familiar, mesmo estando inserida no meio publicitário sempre tinha sua imagem ligada ao ambiente na construção da família e cuidando de todos mantendo a harmonia do lar esse seria o seu papel principal.

Assim o perfil editorial da revista mostra-se bem conservador, notório através do seu discurso apresentado em seus anúncios com imagens de mulheres cuidando da família e sempre preocupadas com seu lar, a revista mostra uma mulher moderna nas propagandas de eletrodomésticos satisfeita em adquiri-lo para o uso. Outro aspecto que é perceptível e em destaque é a moral feminina, pois através desta alcançaria um bom casamento.

A moda feminina destaca-se nas linhas do *O Cruzeiro* influenciando seu público leitor feminino, o cuidado com o corpo e a aparência era preocupações da revista evidenciando e reforçando que a mulher deveria estar bela, dentro do padrão, ou seja, magra sem excesso de “gordura”, outro destaque dado no *O Cruzeiro* era a beleza adquirida com o uso de cosméticos anunciados pela revista.

REFERENCIAS

BAKHITIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

CAMPOS, Daniela Queiroz. **A Ousadia Comportada**: Uma Questão de Gênero na Coluna Garotas da Revista O Cruzeiro (1950-1964). *Fazendo Gênero 9* Diásporas, Diversidades, Deslocamentos (Anais Eletrônico). Agosto de 2010.

DUARTE, Rosângela de Oliveira. **Da mulher para Mulher**: Vestígios da Representação Feminina na Revista O Cruzeiro no início dos anos 50. 2010. 60f. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História) - Universidade Estadual do Maranhão, Caxias, 2010.

FORNAZARI, Luciana. **Gênero em revista**: imagens de homens e mulheres na revista O Cruzeiro do segundo pós-guerra. Florianópolis: UFSC, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 01**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Geulhan Alburquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

MANNALA, Thais. QUELUZ Marilda Lopes Pinheiro. **Melindrosas e Garotas na Constituição Visual de Representações de Feminilidades**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X.

MEYRER, Marlise Regina. **Revista O Cruzeiro: um projeto civilizador através das fotorreportagens (1955-1957)**. História Unisinos. Maio/Agosto 2010. doi: 10.4013/htu.2010.142.08.

NADER, Beatriz; RANGEL, Livia Silveira. Família. In: COLLING, Ana Maria; LOSANDRO, Antônia Tedeschi (Orgs). **Dicionário Crítica de Gênero**. 2. ed. Dourados: Editora Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 242.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeira. Bauru, SP: Edusc, 2005.

RAMOS, Ricardo. **Do Reclame à Comunicação: Pequena História da Propaganda no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Atual Editora LTDA, 1985.

SABAT, Ruth. Gênero e Sexualidade para consumo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre, (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. 9. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2013. p. 149-159.

SABAT, Ruth. **Pedagogia cultural, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: PGEDU/ UFRGS, 1999.

VIANA, Priscila Campos. **Folhear e Recordar: preceitos de comportamentos de homens e mulheres na Revista O Cruzeiro na década de 1960**. 2016. 79f. Monografia (Graduação Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual do Maranhão, Caxias, 2016.

VIEIRA Paula de Oliveira. **A Questão da Maternidade nas Páginas da Revista O Cruzeiro na Seção da Mulher para a Mulher: 1960 a 1963**. XI Encontro Estadual de História. Rio Grande do Sul – RS. (Anais Eletrônico) Anphurs. 2012. p.1337-1344.

VIEIRA, Paula de Oliveira. **Os espaços para o feminino dentro de O Cruzeiro, o caso de Elegância e Beleza na década de 1960**. XXVII Simpósio de Nacional de História: Conhecimento histórico e social. Natal- RN. 2013.

AS MATERNIDADES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SAÚDE MATERNO-INFANTIL NO PIAUÍ (1930-1954)

Elane Beatriz de Sousa Góis¹

Joseanne Zingleara Soares Marinho²

Resumo: O presente trabalho busca analisar o papel desempenhado pelas maternidades e demais estabelecimentos à saúde materno-infantil no estado do Piauí no período de 1930 a 1954. A respeito disso, foi a partir de 1930 que se iniciou de maneira mais acentuada variadas ações que visavam uma melhor estruturação sanitária no país. Dessa maneira, foram vistos maiores investimentos dos setores governamentais e filantrópicos na saúde pública como, por exemplo, em propagandas publicitárias, conferências médicas e instalação de estabelecimentos de saúde, como as maternidades, por todo o país e consequentemente no Piauí. Para a realização desta pesquisa foram utilizadas fontes primárias como as Revistas da Associação Piauiense de Medicina, jornal O Piahuy, O Dia e Diário Oficial, além de referências bibliográficas. Em suma, foi percebido que o primeiro espaço destinado à saúde infantil surgiu em 1920, com o nome de Serviço da Criança. Já as maternidades só foram sendo instaladas a partir da década de 1940.

Palavras-chave: História. Saúde materno-infantil. Maternidade.

INTRODUÇÃO

Com o aparecimento das orientações médicas a respeito dos cuidados que deveria ter com as crianças, a partir da década de 1930, era comum a resistência e desconfiança da maioria das mães sobre as técnicas científicas. Isso ocorria devido à pouca experiência com hospitais e também com a forte presença das práticas de cura, que fazia com que uma parcela significativa da população recorresse aos métodos populares para a preservação da vida infantil. Dentro disso, o setor médico denunciava o aspecto da ignorância como uma causa que propiciava o falecimento de inúmeras crianças. Pois, nessa época era presente os casos de mulheres grávidas que entravam em trabalho de parto com assistência das “aludidas curiosas”, (MARTINS; PAZ, 1961, p. 27), como eram denominadas as parteiras, e somente quando estas não conseguiam lidar com um caso difícil; as parturientes acabavam se deslocavam para o hospital, porém na maioria dos casos não se tinha mais nada a fazer.

Por conta da resistência enfrentada aos serviços médicos, é possível evidenciar o imaginário coletivo, pois, é observado que além da desestruturação no sistema de saúde era presente no dia a dia da população, o apego às práticas de curas com ervas, unguentos e beberagens³, além disso, eram presentes o caráter místico em meio a

¹ Graduanda do 7º período em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí, Campus Poeta Torquato Neto. E-mail: elanebeariz15@hotmail.com

² Professora Adjunta da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: joseannezsm@gmail.com.

³ Segundo Valtéria Alvarenga (2013), por conta da falta de instituições de serviços médicos em boa parte do território piauiense, as pessoas acabavam por tomar medidas de automedicação com base em plantas. Ao afirmar que “a maior parte da população do Piauí buscava socorro para as suas enfermidades na fauna e na flora” (p. 70). Além disso, explica que aliado a isso, o povo utilizava porções e elixes que diziam ter a função de depurar o sangue pois, não se tinha no meio coletivo uma

essas práticas. Em razão disso, as famílias acabavam por relacionar a morte de suas crianças puramente ao querer divino. Em outras palavras, era por meio da explicação espiritual que esta população, em sua maioria pobre, criava um alento para conviver com a dor da perda de seus queridos anjinhos, termo esse que era dado as crianças que faleciam, posto que, no imaginário popular tornavam-se os anjos protetores de seus familiares (MARINHO, 2019). Diante disso, pode-se considerar que o problema da mortalidade infantil surge não como um destino inevitável, mas sim como uma consequência da grande desigualdade social que existia/existe no Brasil, e que se intensifica na condição da pobreza, sendo essa uma característica típica de boa parte das famílias piauienses daquela época e, por isso, a presença das precoces mortes ocorria preponderantemente nos setores menos abastados do estado.

Em relação a esse público, que durante muito tempo permaneceu à margem das ações governamentais, esporadicamente recebiam algum auxílio de pessoas apiedadas e, no caso de nenhuma intervenção, terminavam aceitando a sua má sorte na perda de seus filhos, filhas e demais parentes, acabando por aceitarem essa situação como uma sina do destino. Em consequência disso, o presente artigo⁴ procura esclarecer O presente trabalho busca analisar o papel desempenhado pelas maternidades e demais estabelecimentos à saúde materno-infantil no estado do Piauí no período de 1930 a 1954. Portanto, é válido questionar quais estabelecimentos eram disponíveis para a público infantil? Como era a realidade da população piauiense em decorrência dos serviços médicos? E como essas ações e discurso médico classificava o papel da mulher e da criança? Perguntas estas que a presente pesquisa se propõe a direcionar o caro leitor ou leitora a conhecer estes personagens marginalizados pela historiografia tradicional.

A escolha do ano de 1930 como o marco inicial da pesquisa se deu em função do regime político de Getúlio Vargas, pois com ele veio a ampliação das políticas públicas de assistencialismo, podendo ser considerado um divisor de águas na estruturação da saúde materno-infantil no país. Tendo em vista que é nesse período que se tem a criação de locais de atendimento e modalidades específicas, o marco final em meados de 1954 se justifica pela instalação da primeira maternidade da capital do Piauí, intitulada como Maternidade São Vicente.

A CRIANÇA: UMA BREVE HISTÓRIA DAS AÇÕES EM PROL DA SAÚDE DOS INFANTIS

Com a Revolução Industrial, os países europeus começaram a se preocupar com o progresso de suas nações e, com isso, a força de trabalho se tornou um elemento fundamental para a continuação do processo de industrialização. Naturalmente, surgiu a preocupação com a saúde das pessoas para assim manter o crescimento econômico, algo que gradativamente passou para os discursos governamentais. Em meio a isso, “A forma de conceber a infância adquiriu novos significados e uma dimensão original no mundo ocidental em meio às grandes transformações que marcaram a fase capitalista industrial do XIX.” (MARINHO, [2014?], p. 2).

Nesse contexto, os médicos surgiram em defesa da vida infantil alertando a respeito da precariedade e insalubridade dos ambientes em que estavam expostos, rotineiramente inúmeros trabalhadores, especialmente as crianças. Por conta disso, o público infantil se tornou alvo de apelos e súplicas pelas esferas médicas e filantrópicas no que concerne os perigos à saúde e à vida, que estas corriam em decorrência das péssimas condições sanitárias

noção específica da localização da doença no corpo e por isso “geralmente eram tratadas com medicamentos que produziam efeitos laxantes, vomitórios e purgatórios. O objetivo da ingestão desses preparos era promover a recuperação da harmonia do organismo” (ALVARENGA, 2013, p. 71). No entanto, esses preparados carregava um grande perigo a saúde das pessoas, podendo acarretar a morrer por desidratação.

⁴ É importante mencionar que esse trabalho é oriundo de uma pesquisa PIBIC 2018-2019 sobre “As maternidades e as políticas públicas de saúde materno infantil no Piauí (1946-1959)”, que foi realizada sob orientação da professora Joseanne Zingleara Soares Marinho.

das fábricas. Sendo assim, algumas medidas legais e punitiva começaram a aparecer aos proprietários que não respeitassem o mínimo de higiene nesses locais. Brotava o que se pode considerar o começo de leis que visavam tanto a salubridade como a preservação da vida infantil.

Com base nisso, apareceram algumas leis como a *Chimney Sweepers* de 1788, que limitava a idade do trabalho infantil para os 8 anos de idade e a *Hearth and Moral Act*, criada no de 1802, que surgiu como marco inaugural no cenário legislativo trabalhista, pois tratava da necessidade de regras de higiene no ambiente de trabalho. Apesar disso, nem sempre essas leis eram respeitadas e muitas crianças, continuavam a serem exploradas pelos donos das fabricas.

a) exigia providencias de saúde e salubridade nos ambientes de trabalho, como limpeza de janelas para a ventilação; b) proibia trabalho noturno dos aprendizes; c) limitava a jornada de trabalho dos aprendizes; d) estipulava a instrução dos aprendizes em leituras e escritas e aritmética; e) determinava a nomeação visitantes para averiguar as condições das fabricas; f) especificava que os visitantes, quando constatassem a prevalência de doenças infecciosas numa fábrica chamassem serviços de assistência medica [...]. (JUNIOR; VASCONCELLOS, 2017, p. 279).

Essas conquistas contribuíram significativamente para que a visão do governo, assim como da própria população, compreendesse a importância da preservação da vida infantil. Em outras palavras, à medida em que ficava mais clara a importância da vida infantil para a segurança da estrutura econômica, o estado passou a promover ações concretas para a saúde da criança e isso, conseqüentemente, propiciou o aparecimento de maiores investimentos na criação de centros de atendimentos e valorização das especialidades médicas destinadas à saúde materno-infantil, como a obstetrícia, ginecologia, pediatria e puericultura.

Essas transformações não ficaram restritas ao continente europeu, também migraram para o Brasil, algo que pode ser claramente visto logo com a instalação da Primeira República, a qual visava o rompimento com os costumes caducos e falhos de um passado imperial, pelos novos ares modernos do sistema republicano (CARVALHO, 1987). Nisso, a saúde se tornou uma peça excepcional para a construção do sistema político. Por essa razão, os discursos médicos aparecem como porta voz na veiculação da ideia de que para ser civilizado os países deveriam ter a preocupação com a higiene⁵ e a salubridade dos centros urbanos, como também dos indivíduos, especialmente com as crianças, que passavam a ser vistas como elementos fundamentais para garantia do futuro do país.

A presença de um poder nacional intervencionista comprometido com uma proposta de superação de atraso e de transformação do Brasil em um país desenvolvido, facilitava a execução de ações locais que contavam com a colaboração dos governos estaduais e municipais em todo o país. (MARINHO, [2014?], p. 2).

A respeito da saúde dos indivíduos, Foucault afirma que o corpo, como portador de cuidados médicos, se torna uma ferramenta de dominação do estado sobre os indivíduos ao apontar que “O controle da sociedade sobre

⁵ Segundo a historiadora piauiense Joseanne Zingleara Soares Marinho, a Higiene começa a dar ser primeiros passos no Brasil Imperial, com a criação da Junta Central de Higiene, que de maneira geral tinha a atribuição de averiguar as condições insalubres das residências, ruas e estabelecimentos que pudesse contribuir com a proliferação de doenças. Além disso, “As questões higiênicas acabaram tornando-se imediatamente sociais, e o médico passou a ser um agente capaz não apenas de remediar, mas prevenir os males sociais, mediante associação do poder técnico com o poder público. (MARINHO, 2018, p. 63). No entanto, vale ressaltar que essas ações não se manifestavam de maneira homogênea nos estados brasileiros, sendo que em quase a sua totalidade permaneciam concentradas no Rio de Janeiro, e, só em momentos de emergências como em quadros de epidemias que eram realizadas algumas poucas ações de vacinação à população.

os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, [...] que investiu a sociedade capitalista.” (1984, p.80). Assim, a saúde surgiu como uma estratégia de atuação do estado por influência direta do mercado. Em outras palavras, o governo fez uso da medicina, como uma arma biopolítica. Quando se fala nesse uso da medicina, se tem as práticas de saúde destinadas ao atendimento da coletividade. Assim, a saúde se torna um elo entre o estado e a população para o repasse tanto de orientações médicas como também de sua ideologia.

Segundo Jurandir Freire Costa, é possível perceber a dificuldade dos poderes públicos brasileiros em controlar e vigiar o espaço urbano desde o período colonial e que no “século XIX recebeu a desordem urbana praticamente intocada.” (COSTA, 1989, p. 20). Por conta disso, a saúde assume um papel de controle dos indivíduos de forma mais eficaz do que as punições esporádicas que a Coroa utilizava. Assim, a medicina obteve um maior êxito porque “[...] era de fato, empírica e conceitualmente que em sua ação política foi operante.” (COSTA, p. 32). O papel dos médicos acabava ultrapassando as funções científicas para ser implantados valores e condutas na esfera sociais.

[...] Por isso, a sociedade e o espaço urbano tornaram-se focos de controle e intervenções médicas com a finalidade de evitar comportamentos e hábitos que pudessem oferecer risco à ordem social e à saúde pública. Nesse sentido, para prevenir as doenças e maus comportamentos, os médicos apoiados pelo Estado estimularam algumas inovações institucionais criadas no Rio de Janeiro, dentre elas a Intendência Geral de Polícia, de 1808, e a Provedoria de Saúde, de 1809. (URURAHY, 2014, [não paginado]).

Como pode ser visto, as intervenções médicas acabavam tendendo ao controle dos indivíduos, pois promoviam a orientação moral, fazendo com que aspectos como inatividade, a malandragem, a indecência, fossem vistas como propiciadores de doenças e desordem social e, por esta razão deveriam ser exterminados. Por conseguinte, os valores e a moral se tornaram um dos objetos trabalhados pela medicina. Consequentemente, a prática médica apareceu como a única capaz em tentar eliminar da prática social os maus hábitos que pudessem manchar e obstruir os bons costumes, evitando assim, o colapso coletivo (URURAHY, 2014).

No início do século XX, foi realizada pelos médicos Belisário Pena e Artur Neiva uma grande expedição que passava pelo norte e nordeste do país, com o intuito de conhecer as condições de vida e saúde em que viviam o povo sertanejo. Com isso, foi inaugurar uma nova fase da saúde no Brasil, pelo interesse do governo em outras regiões do território brasileiro. O relatório apresentou não só os problemas com serviços de saúde, mas também, com os problemas sociais e econômicos enfrentados por essas pessoas. Quando se depara com o estado do Piauí, esses médicos alertam sobre a grande ausência de doutores até mesmo a inexistência, afirmando que “[...], na quase (sic) totalidade da zona percorrida, o médico era desconhecido”. No sul do Piauí identificaram a ausência [...] de serviços médicos. Afirmavam que seria bastante útil para essa região um médico de serviço itinerante” (ALVARENGA, 2013, p. 79).

Imagem 1: Transporte de cana para o engenho - Caracol – Sul do Piauí.



Fonte: PENA; NEIVA, 1912, p. 170.

Na imagem um, é possível observar um exemplo do cotidiano no interior do Piauí. Esse registro foi feito pelos médicos sanitaristas, onde é possível perceber a precariedade e a falta de higiene das crianças, que muitas vezes ficavam descalças e não tinham o hábito de se lavarem adequadamente, nem mesmo os alimentos que ingeriam, o que acarretava o aparecimento de doenças causadas por parasitas intestinais. A respeito disso, “Na década de 1920, o governador João Luiz Ferreira reconheceu que entre as causas das mortes infantis, sobressaíam as moléstias do aparelho respiratório, seguido pelas doenças gastrointestinais e depois pelas enfermidades contagiosas” (PIAUHY *apud* MARINHO, 2018, p. 69), que em muitos casos acabavam por ceifar inúmeras vidas ainda seus primeiros meses de vida.

Esse cenário não se distinguia grandemente dos centros urbanos no Piauí, onde era comum encontrar nas cidades a presença de animais, lixo e problemas estruturais, como a falta de energia elétrica e de um sistema eficaz de tratamento de água. Além disso, era notável o aspecto da doença sobre a população piauiense, característica que foi descrito no jornal O Dia no ano de 1954 na matéria “Coitado do Piauí”:

Na sua esmagadora maioria, a população apresentava traços acentuados de debilitamento orgânico. Víamos piauiense doente e triste. [...]. Nas ruas uma verdadeira legião de famintos aqui e ali, entre a legião, casos teratológicos monstruosos. [...]. Em nenhum recanto do país havíamos deparados com uma constante tão acentuada sub-humanidade, de redução deterioração da personalidade humana. (JORNAL O DIA, 1954, p. 2-5)

Com isso, é possível notar que a população carecia de vários serviços básicos, especialmente os relacionados à saúde pública, até mesmo acerca das mínimas noções de higiene e anseio com o próprio corpo e com os seus lares.

A respeito da falta de higiene, no jornal O Piauí do ano de 1953, foi encontrada uma matéria que denuncia a frequência com que se achavam objetos nas comidas preparadas em restaurantes pela cidade, como mostrado a seguir:

[...] não há, em Teresina, no centro da cidade, onde se possa tomar uma alimentação sem o receio de passar pela goela fichas velhas ou outras bugigangas, que se misturam com os alimentos, ou beber o barro com água, que a nossa possante Usina nos fornece, com tanta abundância, todos os dias, e, diga-se de passagem, o preço muito reduzido. A nojeira espalha-se e expande-se, de forma assombrosa, pois que a falta de asseio campeia, graças a tolerância ou, para dizer melhor, à indiferença das autoridades sanitárias, que a tudo assistem, de braços cruzados, com uma atitude de imperturbáveis displicências, que chega a revoltar. (JORNAL O PIAUÍ, 1953, p. 1)

Outro problema que se encontrava nas primeiras décadas do século XX no Piauí, era relacionado à insuficiência financeira dos cofres públicos em promover melhorias e novas instalações para a ampliação das ações médicas, fazendo com que, seus serviços ficassem restritos somente nos períodos de alastramentos de epidemias. Sobre isso, Joseanne Marinho (2018) afirma que “A Diretoria da Saúde Pública permaneceu desaparelhada de meios de ação, mantendo a sua função meramente burocrática. Inclusive, esse problema pouco foi mencionado durante toda a década de 1910 [...]” (p. 69). Mais adiante é retratado que mesmo com as algumas visíveis melhorias financeiras pelo estado “a questão da saúde, ao que parece, não era prioridade para investimentos públicos” (MARINHO, 2018, p. 69).

Consequentemente, o que se tinha, era um povo doente à mercê da sua própria sorte. Para tentar amenizar seu sofrimento, que em muitos casos recorria a medicamentos sem prescrição médica na tentativa de alívio de suas dores como mostra uma propaganda no jornal Diário Oficial do ano de 1931, onde é possível constar os benefícios que as mães teriam se fizessem o uso cotidiano desse preparado de óleo de fígado de peixe chamado de Emulsão de Scott. Nesse periódico foi encontrada várias vezes menção à emulsão de Scott, tanto para crianças, como para as mulheres, homens e jovens que pudessem estar sofrendo de inúmeras moléstias. Com isso, é possível compreender que até mesmo nesse jornal de cunho oficial era presente a divulgação de alternativas de curas.

Ademais, em uma notícia pertencente ao Jornal O Piauhy, intitulada Centro de Saúde, foi visto uma denúncia muito séria realizada por um homem chamado Moises Alves de Moura, em que relata com tristeza e desespero que sua esposa se dirigiu ao Centro de Saúde de Teresina durante seis dias seguidos a procura de atendimento para o seu “filho gravemente doente, sem conseguir ser atendida” (O PIAUÍ, 1947, p. 4), e isso também ocorreu com muitas outras crianças, que por conta da falta de recursos básicos como água potável, os demais serviços ficavam inviáveis. Tal cenário fez com que os redatores do jornal pedissem ao Diretor da Saúde “[...] umas latas d’água nos potes do Centro de Saúde”. (Ibid., p. 4).

A MATERNIDADE COMPETENTE: A SAÚDE MATERNO-INFANTIL E OS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS NO PIAUÍ

Com a chegada do governo getulista, se teve a consolidação de um projeto que visava a execução de ações e estruturação administrativa, que pendurou com maior clareza, até a década de 1950. Em meio a esse contexto, teve início o desenvolvimento de um plano de crescimento para o Piauí, que desfrutava de uma fase de estabilidade e prosperidade econômica que resultou em um momento decisivo para o Estado. Dessa forma, é possível perceber que houve um momento favorável nas esferas econômicas e políticas e que isso possibilitou a criação de obras de urbanização, bem como promoveu investimentos para assistência, através de políticas públicas. (RELATÓRIO FINAL PIBIC/UESPI, 2018-2019).

Em decorrência disso, apareceu gradualmente no imaginário político e econômico uma consciência de dependência do Estado Nacional com relação às classes sociais humildes, originando uma série de medidas legislativas. Nesse contexto, foi aprovado o Decreto-Lei nº 3.200 de 1941, que se dirigia a normatização de amparo a família em âmbito nacional. Motivado pela esfera nacional, o interventor do Piauí, Leônidas Mello no ano de 1943 decreta de nº.730 o qual reconhecia a responsabilidade do estado no provimento de melhores condições de vida as famílias pobres e extensas. (MARINHO, 2018).

De 1930 para cá, a assistência a infância tomou novos rumos, graças a política renovadora e centralizadora de Getúlio Vargas e a cultura e a abnegação do Prfº Olinto Oliveira, que tem merecido o nome de patrono da mãe e filho dos brasileiros. Na mensagem de natal (1932), dirigidas aos interventores do Estado, o Presidente Vargas tornava a saúde da mãe e da criança brasileira uma verdadeira preocupação de sua política nacionalista. (LIMA, 1941, p. 13).

Assim, houve o encontro de interesses dos médicos com o governo sobre a necessidade do resguardo da criança e da mulher, sendo que isso pode ser visto melhor pela “[...] relevância concedida a temas como a gravidez, o aleitamento materno, a mortalidade infantil e o aborto. O médico penetrava o espaço familiar e através da confiança e de um contato mais íntimo com a mulher iria tentando modificar o perfil das relações familiares”. (MARINHO, [2014?], p. 3). Tendo em vistas esses temas, foi verificado que seria imprescindível o papel da mulher no cumprimento de suas atribuições maternas, sendo criado um ideário de maternidade em que teriam os seus conhecimentos resignificados, antes de cunho particular a esse público, sendo passado de mãe para filha e que agora deveriam ser regidos pelos parâmetros científicos⁶. “Assim, a maternidade deveria estar baseada em habilidades desenvolvidas e em conhecimentos especializados”. (MARINHO, [2014?] p. 3).

Embora os médicos fizessem uso de alguns veículos de comunicação, como os jornais, revistas e panfletos, a população ainda era receosa com esse universo, sendo que muitas vezes esses médicos acabavam encontrando resistência especialmente por parte das mulheres. Em virtude disso, passaram a usar enfermeiras visitantes para serem a ponte entre o saber médico e os lares. Em relação a isso, o objetivo que se tinha com essas profissionais era de estreitar os laços entre os médicos e as famílias. Nisso podemos perceber também, as características de meiguice, delicadeza e gentileza que qualificava a mulher para essa função. Segundo Alvarenga, aponta que essas enfermeiras visitantes ao visitarem os lares conseguiram tomar “conhecimento dos modos de vida de diferentes segmentos sociais, passando a exercer, e contribuir para que outros profissionais da área desenvolvessem grande influência sobre a população.” (2013, p. 145).

Além do mais, foi nesse período que houve uma nova proposta de organização e disposição dos estabelecimentos no estado do Piauí, que passaria para o sistema de zonas distritais.⁷ Na tentativa de melhor administrar os dados dos pacientes e otimizar os serviços de pronto atendimento, foi aprovado o Decreto estadual de Nº 123/23, o qual fez com que [...] “os órgãos distritais de saúde pública do estado ficassem definidos como Centros de Saúde

⁶ Segundo o pediatra Noronha Almeida, que escreveu em 1943 na Revista Piauiense de Medicina, afirma que a defesa da maternidade e consequentemente dos demais serviços médicos a criança deve ser de responsabilidade dos médicos especializados. Assim: “A proteção da infância é, pois, obra de sanitarista, eugenista, epidemiologista e também de cada médico, direta e indiretamente, dadas as responsabilidades dos diferentes casos clínicos. [...] cuida-se da criança, do ambiente em que se vive”. (ALMEIDA, 1943, p. 14).

⁷ É com a reforma da Diretoria de Saúde Pública que os poderes públicos tiveram a ideia de criar um sistema de zonas distritais, nas quais os Centros de Saúde com atendimento especializado e os postos de higiene com clínica geral, agiram em conjunto, objetivando um melhor atendimento para a população, inclusive gestantes e crianças. (RELATÓRIO FINAL-PIBIC/UESPI-2018-2019).

e Postos de Higiene (PH)”. (ALVARENGA, 2013, p. 79). Sendo assim, é possível inferir que os poderes estaduais estavam procurando consolidar um novo modelo administrativo que visassem uma centralização antes não vista.

Até a década de 1930, os serviços de saúde voltado à primeira infância no Piauí era em uma quantidade muito aquém do esperado. As instituições existentes que prestavam algum auxílio médico à população vinham preponderantemente de hospitais filantrópicos, denominadas de Santas Casas de Misericórdia, sendo desta, originada a criação da primeira ala médica destinada a maternidade, iniciativa está, realizado pelo pediatra João Emílio Falcão Costa, na qual, mas com falta de uma estrutura adequada, era sustentada pelo aporte não só de pessoas penalizadas com a causa, mas também com as verbas disponibilizados pelo estado, que mesmo assim, em razão de ser em um continha irrisória, acabava sendo insuficiente para manter o mínimo de qualidade nos atendimento gerando uma situação de abertura e fechamento de algumas Santas Casas de Misericórdia⁸.

Essa situação só veio ganhar alguma alteração no período do Estado Novo, que influenciado pelas novas técnicas desenvolvidas no exterior com relação a saúde infantil, cultivou uma nova sistemática de estabelecimento. Nesse período, o sistema de saúde direcionado a maternidade deveriam ser moldado para “amparar a mãe antes do parto, durante o parto e depois do parto [...] até a mocidade.” (LIMA, 1941, p. 13). Consequentemente, aumentou-se a necessidade de unificar as ações em prol da saúde e incentivar os municípios de todo o Brasil, na criação de estabelecimentos que seguissem o modelo de assistência fechada, aberta e semi-fechada. (LIMA, 2013)⁹.

Tendo em vista essa organização, é presente os primeiros espaços destinados a infância, além da ala na Santa Casa Misericórdia, existente desde da segunda metade do século XIX, se teve a criação dos Centros de Saúde e dos Postos de Saúde. Em relação ao primeiro, o objetivo era oferecer um gama de serviços à população, entre eles o atendimento à infância, seja intervenção ou prevenção. Já o segundo estabelecimento eram ofertados cuidados com os bebês no que se refere à sua higienização, orientação das mães e serviços ambulatoriais. Além desses, foram criados também no Piauí os Postos de Puericultura, que tinha uma função especialmente voltada para a educação da mulher e da parturiente no cuidado com os seus bebês.

[...] A mulher de posse de todas os ensinamentos da puericultura, saberá conduzir-se durante a gravidez, depois do parto. A alimentação ao seio materno, bem regulada, será a regra. Tudo isso sem a preocupação do dia de amanhã será a garantia da saúde do bebe, e a felicidade de viver. (ASSUNÇÃO, 1939, p. 20-21)

Com isso, havia ainda os discursos por parte dos médicos sobre a importância que os bons cuidados com a vida infantil pode trazer para a nação, especialmente na diminuição das taxas de mortalidade infantil no estado, deixando claro que era algo que afetava a todos, as crianças, as mães, mas também o próprio futuro e bem estar coletivo. Fato este, claramente notado na fala do médico piauiense, Vitorino de Assunção a respeito da gravidade das mortes dos pequeninos de 1939, em um artigo da Revista da Associação Piauiense de Medicina:

⁸ Não existiam hospitais públicos no Piauí, apenas a Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba e o Hospital São Vicente de Paula de Floriano até meados de 1939. Que mantinha em comum além do caráter assistencial um funcionamento precário de saúde. (LIMA, 1941).

⁹ De acordo com o médico Olavo Correia a assistência Aberta se caracteriza por ter organizações de cunho social (enfermeiras visitadoras, associações de proteção à infância, dentre outros) os ambulatorios e/ou postos de higiene e puericultura, que se davam espalhados pelos municípios e que são a base da do serviço de proteção à infância. Já a Fechada é um complemento da primeira, mas que chega a interna os pacientes que podem ser exemplificadas pelos hospitais infantis, maternidades ou seções infantis e de maternidade em hospitais. Por fim as Semi-fechadas, são as creches, jardins de infância, lares diurnos. (Ibid., 1941).

[...] O povo que não cuida da saúde de seus filhos é um povo condenado a desaparecer pela degradação ou assimilado pelo o mais forte e consciente. E agora que se vive e cogita de renovação, nada mais oportuno do que revolucionaria a educação sanitária e geral, considerando a higiene e da infância como eixo das organizações sanitárias da nação. Que geração que fez a Revolução pelas as armas assegurem a paz e a grandeza do futuro. (ASSUNÇÃO, 1939, p. 10).

Nesse cenário, aparece a figura das parteiras, que não eram bem vistas pelos médicos, pois segundo eles, não eram dotadas de conhecimentos científicos e assim a sua procura pelas mães piauienses faziam com que aumentassem as taxas de natimortalidade e mortalidade infantil, como mostram na fala dos médicos piauienses Ursulino Martins e Renato Paz em 1961, quando fizeram um balanço sobre a saúde no estado:

O fator educacional importa na ignorância de nosso povo. As parturientes, durante o “trabalho de parto”, são assistidas em suas choupanas por “curiosas”, pessoas a mais leve noção de assepsia, todavia, compenetradas de seu papel de parteiras, e que, muitas e repetidas vezes, abandonam as suas clientes quando o feto já estar morto ou quase sem vida e as parturientes em completa estafa. Os casos que a maternidade tem atendido nessas condições procede da capital ou do interior, são repetidos (MARTINS; PAZ, 1961, 27).

Quando se fala em locais especializados de cunho público destinado à saúde infantil, eles começaram a aparecer com maior nitidez a partir do governo de João Luís Ferreira (1921) mas em condições limitadas para a grande demanda que havia na época. Sendo assim, ofereciam a algumas crianças “[...] serviços ambulatoriais [...], das doenças infectocontagiosas e, até mesmo na assistência médica de urgência[...].” (LIMA, 1941, p. 78). Dentre os anos de 1937 a 1945 aconteceu uma ampliação no número de instituições de caráter médico pelas esferas públicas e filantrópicas, sendo que, em “setembro de 1938, já em pleno governo de Leônidas Mello, foi criado [...] a Casa Laranjeira, junto a Saúde Pública, sob o nome de Serviço da Criança, através do seu ambulatório de pediatria e puericultura.” (LIMA, 1941, p. 14).

Durante o governo do Interventor Leônidas Mello¹⁰, acontece a instalação do Hospital Getúlio Vargas (1941), bem como o aperfeiçoamento dos serviços com a criação de 15 delegacias de saúde espalhadas pelos os municípios de Barras, Piripiri, Campo Maior, União, Amarante dentre outros. Dentre as funções exercidas por essas delegacias, seria “cuidar da saúde da comunidade nos municípios. [...] fiscalização das farmácias, controle do exercício das profissões de saúde e pelo comércio de drogas e produtos medicamentosos”. (ALVARENGA, 2013, p. 127). Assim, suas funções variavam não só entre serviços ambulatoriais como também para a coleta de informações e burocratização dos registros dos estabelecimentos de saúde, serviços de inspetoria às casas com os guardas sanitários que eram responsáveis pela averiguação da salubridade tanto em residências como em estabelecimentos, evidenciando uma preocupação em se estabelecer um órgão que contribuísse para averiguação da salubridade e saneamento.

Em relação a primeira Maternidade do Piauí, ela foi fundada na cidade de Parnaíba no ano de 1940, e foi intitulada como Dr. Marques Basto durante a gestão de Mirócles Veras. A respeito dessa maternidade foi identificada uma tabela com os partos realizados durante os anos de 1941 a 1958. Pode ser entendido que durante esses anos os partos acabaram tendo um relativo aumento, sendo ainda visível o decaimento das taxas de mortalidade infantil. Além disso, essa foi a única maternidade a ganhar elogios pelos os médicos Ursulino Martins e Ricardo

¹⁰ Formou-se médico pela Faculdade Nacional de Medicina, chefiando o Serviço de Profilaxia Geral do Piauí, o Serviço de Profilaxia da Hanseníase e o Serviço de Doenças Venéreas do Piauí. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Le%C3%B4nidas_de_Castro_Melo. Acesso em: 30 set. 2020.

Paz no de 1961, aponta que a Maternidade Dr. Marques Basto representava uma verdadeira exceção nas instituições sanitárias:

Há aqui no Piauí um caso típico, um caso excepcional a maternidade de Parnaíba, bem instalada, bem equipada, bem asseada e bem assistida. E por que essa exceção? É obra do Dr. Mirócles Veras, que, como político, conseguiu, com o seu prestígio, com a sua dedicação e como representante do povo piauiense a câmara baixa, auxílio para a Maternidade de sua terra natal, que funciona desde de 1941, tornando-se, cada dia, mais propícia a sua finalidade” [...]. (MARTINS; PAZ, 1961, p. 30).

Ademais, outra maternidade instalada no estado ocorreu no ano de 1944, na cidade de Oeiras. Já no ano de 1954 foi inaugurada a primeira maternidade da cidade de Teresina, sendo nomeado de Maternidade São Vicente. A respeito dela, é percebido em um dos volumes da revista piauiense medicina do ano de 1941, o relato do pediatra piauiense Olavo Correia Lima, a respeito da construção de alguns estabelecimentos de saúde em Teresina:

[...] Ainda em Teresina temos uma maternidade em construção, uma associação de proteção à infância, duas escolas de mãezinhas, [...]. Como frisei em um dos meus relatórios, a educação da mãe pobre e ignorante só é possível nos ambulatórios ou lactários e em parte pelas enfermeiras visitadoras e preparo da ilustrada. (LIMA, 1941, p. 15).

É importante destacar que a Maternidade São Vicente não limitava os atendimentos somente à capital, mas também para o interior e ao estado do Maranhão, o que acabava sobrecarregando a sua capacidade. Sendo que a maternidade de “Teresina, uma cidade com cerca de 120 mil habitantes, está provida apenas de uma Maternidade, com trinta e cinco leitos, para indigentes, com deficiência de material e de medicamentos [...]”. (Ibid., p. 28).

Imagem 2: Movimento da Maternidade “São Vicente” (1954 a 1958)

MOVIMENTO DA MATERNIDADE “SÃO VICENTE” (1954 a 1958)						
	1954	1955	1956	1957	1958	TOTAL
Total de partos	876	1.185	1.225	1.206	1.331	5.823
Partos normais	775	876	795	626	768	
Partos distócicos	86	288	417	564	548	
Partos Gemelares	15	21	12	15	15	
Partos trigemelares	-	-	1	1	-	
Vivos	784	1.061	1.123	1.082	1.213	5.263
Fetos						
Natimortos	92	124	102	124	118	560
	10,5	10,4	8,3	10,2	8,8	9,6

Fonte: MARTINS; PAZ, 1961, [não paginado].

Na fonte supracitada, pode ser verificado que logo após a construção dessa maternidade os casos o movimento na quantidade de partos entes os anos de 1954 a 1958, teve um relativo aumento, outra informação que pode ser obtida é a respeito das taxas de óbito que sofreram uma considerável queda e a procura pelos partos assistidos se

mostra em um ritmo crescente. No entanto, é importante enfatizar que o sistema de coletas de dados não funcionava de maneira homogênea e satisfatória e os dados analisados possibilitam uma análise de uma pequena parte das gestantes que tinha acesso as dependências desse estabelecimento.

CONCLUSÃO

Em suma, apesar das poucas fontes que retratam sobre às maternidades e o seu funcionamento interno, é possível concluir que foram fruto de uma jornada cheia de avanços e retrocessos e, às vezes, de estagnação, originado por fatores econômicos, sociais ou políticos. Em relação às maternidades, pode-se afirmar que estas funcionavam como recebedoras de dezenas de casos e assim como outros estabelecimentos acabavam por não prestarem um serviço adequado. Eram limitadas e com pouco pessoal, mas, em conjunto com os demais, prestaram auxílio e levavam esperança à algumas famílias. Ademais, sua existência fez com que a infância tivesse uma maior representação até mesmo, para que as pessoas entendessem que a saúde de suas crianças eram um direito.

Como pode ser visto, os estabelecimentos voltados para à saúde infantil não funcionaram como deveriam, em razão da insuficiência de médicos e enfermeiras. Essas características eram típicas de boa parte das regiões piauienses, atrelado à ausência de medicação, de leitos e motivados sobretudo pela a pouca quantidade de verbas investidas para a manutenção, das maternidades e os demais estabelecimentos, fazendo com que o serviço prestado fosse precário e incapaz de atender a demanda de casos que existia. Uma outra característica negativa era a própria situação do povo piauiense, em sua maioria pobre, sem instrução e com pouca assistência. Sem assistência adequada, apegavam-se às suas crenças e faziam uso diversos remédios feitos com produtos naturais como xaropes, poções e beberagens, que na falta de atendimento, ou mesmo na aversão aos médicos, acabava sendo o recurso mais viável e acessível.

Em meio a esses empasses, foram criados alguns locais de atendimento especializados, como os Postos de Puericultura, de Higiene, as Delegacias de Saúde, que tinham o propósito de oferecer tratamentos corretivos e preventivos de doenças infantis. Além disso, eram aplicadas estratégias de interação social entre médicos e mães, não apenas nas consultas, mas também na promoção de concursos de robustez, em que se propiciava a eleição dos bebês mais saudáveis. Outra prática realizada era os Clubes de Mães, onde era realizada a educação sanitária e doméstica para mães, além disso, ainda eram ofertados técnicas de aprendizagem de crochê, confecção de roupinhas para os bebês, pequenos reparos em roupas, e a higienização da casa dentre outros assuntos.

BIBLIOGRAFIA

Livros, artigos, dissertações e teses

ALVARENGA, Antônia Valtéria Melo. **Nação, país moderno e povo saudável**: Política de combate a lepra no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Jurandir Freire. **A ordem médica e norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 5, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**: organização e tradução de Roberto Machado. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Manter Sadia a Criança São**: As políticas públicas materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editora, 2018.

URURAHY, Nilthon Rabelo. O saber médico como dispositivo político estatal na intervenção do espaço urbano. *In*: CONGRESSO DE HISTÓRIA JANTAÍ, 2014. **Anais [...]**. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(212\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(212).pdf). Acesso em: 28 set. 2020.

GÓIS, Elane Beatriz de Sousa; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. Relatório Final PIBIC/UESPI 2018-2019. As maternidades e as políticas públicas de saúde Materno infantil no Piauí (1946-1959). Teresina.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. Como deve cuidar do seu filho: a puericultura no piauí no período de 1930 a 1945. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL, 2., 2014, Ceara. **Anais [...]**. Ceará: Universidade Estadual do Ceara-Campus Itaperi, 2014. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/2encontrointernacional/anais/trabalhos_completos/138-28513-09112014-105742.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

Documentos de Arquivo

ALMEIDA, Noronha. Proteção à infância. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n 6, jun. 1943.

ASSUNÇÃO, Vitorino de. Mortalidade Infantil em Teresina: defesa sanitária da criança. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n 1, ago.1939.

DE valiosa ajuda para as mães. **Jornal Diário Oficial**, Teresina, n. 39, 19 de fev. 1931.

LIMA, Dr. Olavo Correia. Assistência a infância no Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n. especial, p. 13, dez. 1941.

MARTINS, Ursulino; PAZ, Renato. Mortalidade infantil no Piauí: influência da má assistência. **Revista da Associação de Piauiense de Medicina**, Teresina, 1961, p. 27.

PIAUI. Governo 1952. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 21 de abril de 1952, pelo governador Pedro de Almendra Freitas. Teresina: Governo do Piauí, 1952

REGO, J. Fernandes do. Coitado do Piauí. **Jornal O Dia**. Ano IV, n 188, Teresina, 5 de ago. de 1954.

VIAJEM científica pelo o norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás, 1912. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2020.

DO SOCIAL AO IMORAL: A TRAJETÓRIA DE GABRIELLE BRUNE-SIELER NARRADAS PELAS PÁGINAS DA IMPRENSA (1924-1937)

Wellington do Rosário de Oliveira

Resumo: Este artigo buscou analisar a trajetória de vida da romanesca e milionária dama da alta sociedade carioca, Gabrielle Brune-Sieler, que após dois casamentos conturbados, iniciou uma longa e misteriosa jornada circulando por grandes centros urbanos europeus entre os anos de 1924 e 1937. Sua ascensão social e econômica, rapidamente despertou a curiosidade da imprensa periódica, que pela análise dos escritos, expunha um discurso de mulher prestigiada pela sociedade, dinâmica e de destaque em espaços de sociabilidades. Dessa forma, o estabelecimento das relações entre história e biografia são usadas como aportes teóricos para deslocar uma possível narrativa que contribua para refletir as narrativas de uma personagem feminina que esteve, durante anos, envolto de um lócus de exclusão e silenciamento.

Palavras-chave: Gabrielle Brune-Sieler; Imprensa; Criminalidade.

INTRODUÇÃO

Gabrielle Louise Leuzinger Masset, nascida em 1874, foi uma dama da sociedade paulistana, que ao longo de sua longevidade pertenceu às camadas mais requisitadas do cenário paulistano durante os anos de 1920. Filha de Eugénie e Gustavé Léon Masset, nasceu em uma elegante zona comercial na cidade do Rio de Janeiro, onde sua família concentrava uma loja de importações de roupas de grife francesa, localizado na rua do Ouvidor. Após o falecimento de seu pai, os problemas financeiros vieram logo em seguida. Eugénie, como forma de dar continuidade aos negócios da família, já que o ramo de roupas importadas já não seguia os trilhos de antigamente, conforme à ausência da administração de Gustavé, ela decidiu abrir uma Escola de ensino privado, onde dava aulas particulares das mais áreas. Muito instruída, dedicou-se também, ao ensino e instrução moral de suas próprias filhas, dentre elas, a mais jovem, Gabrielle.

No início do século XX, o casamento era considerado um ato constitucionalmente sagrado. Em meio a uma sociedade conservadora, moralista e adepta de preceitos religiosos da cristandade, o casamento era indissolúvel e necessário para toda mulher de “boa índole”. Esse ideário social, tinha como função, modelar o papel da mulher na sociedade com base em seus valores e comportamentos, visando distinguir a postura de mulheres de bem, daquelas tidas enquanto contraventoras, quase sempre associadas a prostituição. Mulheres independentes, solteiras, prostitutas, por exemplo, eram denominadas pelo discurso moralista do período como “ameaçadoras da integridade feminina”, levando-as à devassidão.

Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães, segundo (D’INCAO, 2004, p. 191).

Dessa forma, o casamento constituía uma espécie de “confinamento”, não só do homem sobre a mulher, ou do pai e de familiares, mas de toda uma sociedade que se atentavam aos olhares daquelas que se seduzidos pelo desvio.

Em geral, a figura da mulher casada no espaço urbano do século XIX, ficou restrito aos espaços de socialidades. Neles, havia uma mediação entre o lar e a rua, entre o público e o privado. Dessa forma, a figura da mulher era amplamente vigiada e controlada sob os olhares da sociedade e daqueles que se preocupavam em manter a ordem da “família tradicional burguesa”, como o discurso médico, policial e religioso do período.

UMA DAMA DA SOCIEDADE

Ainda durante a adolescência, Gabrielle foi instruída pela mãe, se ocupando de afazeres domésticos e aprendendo a se comportar como uma “mulher digna” na sociedade, através da submissão e da castidade. Durante a passagem da infância para a juventude, a vida de Gabrielle esteve restrita a cuidar dos negócios da família, até completar 19 anos de idade, onde rapidamente conseguiu se casar com um requintado comerciante alemão, figura de destaque entre o cenário carioca daquele período. Ao que se sabe, George Sieler era um dos vários funcionários representantes dos internacionais banco “*Brazilianische Bank Fur Deutschland*”,¹ popularmente conhecido no período por ter investido em finanças no Brasil durante o período imperial.

Durante o período em que foram casados, Sieler conquistou, entre amores e controversas, uma grandiosa fortuna, após o falecimento repentino de seu esposo George, no qual teria lhe deixado como herança, uma significativa quantia. Aos poucos, Gabriele foi se tornando figura de renome nos principais espaços de sociabilidade, como festas e eventos beneficentes que aconteciam na cidade do Rio de Janeiro. Com a morte de George, seu casamento de 15 anos chegou ao fim. Após o triste fim do seu relacionamento, sua vida virou de ponta cabeça, após ter que administrar sozinha, toda a fortuna da herança deixada pelo falecido marido, tornando-se também, uma viúva muito requisitada e falada no espaço donde ela e seu marido costumavam frequentar.



Figura 1 – Gabrielle Brune Sieler em data desconhecida. Original de “Pacheco e Filho Photographos e Pintores - Rua dos Ourives, 38 - Rio de Janeiro”, sépia, 16x10,5 cm. Código de Referência BR FCRB Fundo / Coleção FCRB / CFBO.

¹ Banco de origem alemã, fundado em 1870, com sede em Frankfurt.

No entanto, o seu período de “luto”, causou certa controversa na sociedade, visto que Sieler, após 8 meses do falecimento do marido, teria anunciado que iria se casar novamente, dessa vez com um sujeito bem mais novo e desprovido de certas riquezas, o que rapidamente despertou a atenção tanto dos familiares quanto da sociedade que costumava acompanhar as banalidades que os periódicos estampavam exaltando as festas e comemorações da elite burguesa. Conhecido por Friedrich Wilhem Sieler, o segundo marido de Gabrielle trabalhava no respectivo banco onde George teria se dedicado durante longos anos, mas desta vez, ocupando um cargo distinto, de menos privilégio dentro da instituição, o que resultava em uma certa diferença econômica entre ambos os sujeitos.

Sabendo articular melhor sua vida financeira, Gabrielle sabidamente declarou os votos matrimoniais com base no regime de separação de bens. Segundo o Art. 263 do Código Penal brasileiro de 1890, quando os contraentes se casam, estipulando uma separação de bens, ambos permanecem, mesmo após o divórcio, sob a administração exclusiva de seus próprios bens, livrando-os de quaisquer repartições como imóveis, veículos e itens preciosos. No entanto, os Art. 256 e 312 da constituição, previa que seria responsabilidade da mulher, contribuir para as despesas do casal com base nos rendimentos de seus bens, na proporção de seus valores, relativamente ao do marido, estipular um contrato antenupcial. Ou seja, para que a mulher solicitasse o divórcio, com base no regime de separações de bens, ela deveria arcar com todas as despesas jurídicas, até mesmo por parte do homem.

Em seu segundo casamento, os problemas com dívidas se mostravam o epicentro de um novo arrependimento. Segundo (REZZUTTI, 2018, p. 234), Sieler havia emprestado uma grandiosa quantia ao seu marido, um investimento sem volta, que somente meses depois, teria sido o epicentro de um novo escândalo envolvendo o casal. Arrepentida do casamento, sabidamente Gabrielle tentou recuperar o seu dinheiro, mas não obteve sucesso. Tentou ainda, o chamado “Separação dos Corpos”, mas por estar casada há menos de dois anos, não conseguiu concretizar seu pedido. O desfecho para a única saída de Gabrielle naquele momento, seria atestar formalmente uma pequena parte de sua herança, destinando o resto de sua fortuna à criação de uma associação contra os maus tratos de mulheres cometida por homens.

No mesmo ano, em 1915, surge em meio as crônicas policiais do dia a dia, estampados nas capas de jornais, uma tentativa de homicídio que abalou os mais refinados espaços de socialidade carioca. Se tratava da suposta tentativa homicídio por parte de Friedrich contra Gabrielle, por motivos desconhecidos. Na cena do crime, foi apurado por investigadores e policiais, com base na ficha de dados investigativos referente a perícia policial, que o acusado estaria armado de um revólver, disparando em sua direção. O crime, que ocorreu em uma luxuosa mansão localizada na Avenida Paulista, trouxe a figura de Gabrielle como uma “madame indefesa, vítima de maus tratos, mulher enganada pelo próprio marido. Embora a vítima tenha sido ferida levemente na região do ombro, os olhares e acusações se mantiveram focados exclusivamente na atuação de Friedrich, que após a suposta tentativa de assassinato, teria cometido suicídio logo em seguida.

Apesar de sair ilesa, à espreita de quaisquer suspeitas na participação da suposta morte do marido, Gabrielle precisou enfrentar novamente na justiça, o direito pela herança deixada pelo seu segundo marido. No entanto, o que chamava a atenção, é que meses antes, Sieler já havia atestado que os bens de seu marido, não passavam de meros “investimentos” que a própria Gabrielle teria feito em uma conta bancária internacional, afirmando que ele seria desprovido de quaisquer fortunas em seu nome. Embora Friedrich não tivesse fortunas declaradas em seu nome, a herança de Gabrielle estava depositada em uma conta no banco no qual seu falecido marido era funcionário, a Brazilianische Bank. Isso deu início à uma conflituosa disputa entre os parentes de Friedrich e Gabrielle. De um lado, os familiares reivindicavam que a fortuna presente na conta bancária seria do falecido, fruto investimentos e anos de serviço prestado ao banco tratado. Do outro, a viúva afirmava que o dinheiro

na conta bancária seria fruto de doações próprias, que segundo mesma, seriam “empréstimos” para deliberar finanças do falecido esposo.

Embora Gabrielle não tenha perdido por completo sua fortuna, o fato de estar à deriva de escândalos que envolviam a sua “integridade e honra”, sua fortuna aos poucos foi se desandando. Para se refugiar das atenções que cercavam seu nome nas páginas dos jornais que circulavam entre as metrópoles, Sieler retornou ao Rio de Janeiro, para se refugiar da tormenta que escandalizava o seu prestígio como “dama da sociedade”. Em pose de muitas joias e algumas propriedades em seu nome, Gabrielle passou a realizar frequentes viagens ao continente europeu. Segundo ela, essas viagens aconteciam com o objetivo de reaver sua fortuna confiscada na Alemanha pelos familiares de Friedrich.

Enquanto um instrumento privilegiado na formação e informação do imaginário social, coube a imprensa do início do século XX, tornar pública as “estórias de vida” que marcavam narrativas sobre sujeitos que se tornavam popularmente conhecidos no entre os espaços boêmios dos centros urbanos. No texto sobre a vida de Gabrielle, (PACHECO, 2009, p. 43) busca narrar a trajetória de vida de uma figura desconhecida do grande público contemporâneo, mas que esteve amarrada a uma história de romance, paixão e drama, mas sem fazer menções diretas ao lado subversivo que a vida de Gabrielle tomou após uma série de investigações que giravam em torno de seu nome.

Entre os documentos periódicos analisados, entre as décadas de 1910 e 1920, há série de compilações de notas jornalísticas que destacavam a figura de Sieler em espaços de sociabilidades destinados à elite paulistana. Em um caso, por exemplo, foi confirmada a presença de Gabrielle em um “moderno e reluzente” camarote, em um teatro muito famoso do Rio de Janeiro, além é claro, da confirmação em clubes de danças, locais típicos que marcavam os aspectos cotidianos da vida da burguesia em meio a imensidão das madrugadas festeiras.

Ao trabalhar com biografias, e por se tratar de sujeitos de conhecimento público, há a possibilidade ainda, do historiador se deparar a um tipo de “metamorfose”, envolto da vida privada de homens e mulheres. É nesta perspectiva, que a novas fontes vão dando sentido às respostas deixadas por outras escritas sobre sujeitos históricos. Dessa forma, vale ressaltar a importância que em que a Biblioteca Nacional, por meio do Hemeroteca, empenhou em digitalizar uma vasta documentação, que estiveram por anos, envolto de uma reclusão, sem acesso aos pesquisadores, e que graças a essa documentação, foi possível de problematizar uma nova perspectiva sobre a vida de Gabriele, como veremos adiante.

UMA VIDA “SUBVERSIVA”

Nem sempre de boas histórias se cria uma “história” de vida de sujeitos inseridos no campo da História. Gabrielle Brune-Sieler, após escândalos que afetaram sua vida social, passou a se tornar cada vez mais onipresente nas páginas da imprensa, que em meio as gravíssimas acusações envolvendo diversos crimes até questões burocráticas, como a herança de seu segundo marido, diversas narrativas foram sendo especuladas sobre sua imagem. Sendo assim é preciso ressaltar que essas narrativas, possibilitam uma nova perspectiva de análise sobretudo referente a um passado pouco explorado e produzido por meio de escritas. Por se tratar de uma experiência de vida de um sujeito histórico, é preciso analisar ainda, os diferentes contextos sociais e precaver de visões enraizadas por intermédio daqueles que produziram um discurso visto de cima, ou seja, desconstruir uma narrativa empírica com base em apenas um método, para exprimir a história de vida subjetiva de um ser social.

Como foi visto discutido anteriormente, nem só de aspectos “picantes” e romanescos tornam a vida cotidiana de um sujeito o suficiente para torná-lo público nas páginas dos jornais dos grandes centros urbanos e conhecido,

ainda mais se tratando do início do século XX. É preciso tomar certa cautela, ao discutir esses discursos como possíveis “verdades”, descritos por pessoas que detinham um certo à preço e ambição pelo desvio das condutas humanas, como forma de noticiar informações sensacionalistas, a fins de expô-las em meio a uma série de discursos desmoralizantes.

Durante o período no qual Sieler se tornou viúva de seu segundo marido, até os anos de 1936, sua vida parece ter perpassado por múltiplas facetas, dando início a um novo capítulo na sua trajetória, levando-a “da fama a lama”. Analisando as fontes periódicas acerca da condição social que Gabrielle estabelecia na sociedade, por intermédio de sua presença em grandes eventos da elite aristocrata, este mesmo mecanismo, reprodutor de um discurso moral, fez com que a figura de Gabrielle fosse se consolidando como uma possível “ameaça” a sociedade, através do surgimento de denúncias e queixas por partes das autoridades policiais, já que nem só de camélias, vivia à senhorita em seus grandes aconchegos.

Segundo o jornal O Estado, um repórter amador do O Globo, deu amplos detalhes da vida “aventureira” de Gabrielle, dona de inúmeras propriedades, joias dentre outros bens materiais, de que havia sido presa na Europa pela morte de seu segundo marido, o banqueiro Franklin Wilzito². No entanto, em sua defesa, Sieler alegou de que havia se defendido contra o acusado, e que o mesmo acabou por se ferir com uma arma, tirando a própria vida. Conforme foram apurados sobre o caso, houve fortes indícios de que Franklin havia sido assassinado, e não se suicidado. Embora denunciada, Sieler nunca chegou a ser condenada pela suposta tentativa de homicídio, fato que não se concretizou por falta de provas o suficiente. Já que no mesmo ano, o periódico ressaltou outra denúncia gravíssima que acabaria por inserir Gabrielle, numa condição ainda mais imoral, no qual demonstrou seu passado subversivo por detrás dos panos.

Para entendermos a inserção de Gabrielle no âmbito da criminalidade, é preciso recorrer aos anos de 1906 e 1930, período em que funcionou no Brasil e na Argentina, uma organização criminosa destinada ao tráfico internacional de mulheres, conhecido através do discurso jurídico e jornalístico do período por “Tráfico de Escravas Brancas”. Esse esquema reunia homens e mulheres, fosse da sociedade burguesa, ou das camadas mais densas, que juntos, configuravam bordeis espalhados por grandes centros urbanos, concentrando bens de proporções gigantescas. Segundo a historiadora (SCHETTINI, 2012, p.52) o termo “Escravas Brancas” fazia analogia ao trabalho escravo do século XIX, e servia para descrever o tráfico, por meio do deslocamento por fronteiras internacionais, colocando essas mulheres vítimas de falsas promessas, no mundo da prostituição, onde eram obrigadas a servirem como meras “mercadorias” de um desejo carnal que se desenvolvia em meio ao crescimento desordenado e tardio dos centros urbanos.

Após a descoberta de uma quadrilha criminosa internacional, em março de 1930, tanto as autoridades brasileiras quanto as autoridades portenhas, não mediram esforços para tentar identificar a circulação e impedir a fuga desses proxenetas criminosos para outros países da Europa, levando consigo, mulheres frutos do fenômeno social do tráfico de mulheres. Esses foragidos, foram sendo identificados e, até certo ponto, punidos por meio dos esforços policiais que, em cooperação conjunta, trocavam uma série de telegramas visando estabelecer vínculos policiais entre os dois países, para desenfrear as formas de criminalidade inerente à prostituição clandestina.

Com base na Lei Gordo, ou Lei nº 4.144, conhecida formalmente por de Lei de Residência no Brasil, de 1902, criada por Adolpho Gordo, foi estabelecido uma série de critérios para a permanência de estrangeiros no Brasil, que embora fosse bastante uniforme, acabou limitando a circulação indevida desses imigrantes estrangeiros vistos

² O Estado. História de vida de uma millionaria. 28/09/1937.

como ‘possíveis ameaças’, dentre eles, os proxenetas da Zwi Migdal. Daí surge a participação de Gabrielle Brune Sieler, uma “dama da sociedade”, mulher afortunada, de estar possivelmente vinculada ao tráfico de mulheres, conforme foram sendo apresentadas denúncias realizadas pelo periódico O Estado. Nessas denúncias, Gabrielle foi acusada de ter sido presa inúmeras vezes, ainda em 1926, em diversos países da Europa, por ser uma traficante de escravas brancas, dando entrada nas polícias de Bruxelas, Paris, Londres, Nice e Praga, sempre sob acusações a mesma acusação: de proxenetismo.

Naquele mesmo ano, Adolfo Gordo, enquanto deputado federal, emitiu uma carta pedindo esclarecimentos à Gabrielle sobre sua passagem por diferentes regiões e distritos policiais mundo á fora, deixando uma péssima impressão à nação brasileira no exterior. No cartão de esclarecimento, Adolpho Affonso da Silva Gordo, pedia explicações coesas sobre o envolvimento de Gabrielle na Alemanha. Apenas se debruçando sobre as pesquisas periódicas, é que foi possível identificar as razões que teriam levado as autoridades da Alemanha, a prender Gabrielle por más condutas. Segundo o Correio da Manhã³, a vida de Gabrielle começou a declinar quando estivera solteira. Há anos, estava sendo procurada em processos policiais na França, Áustria, Alemanha, Itália e outros centros europeus, em todos os casos, acusada de participar da “indústria do amor alheio”, promovendo a perdição de jovens inexperientes à prostituição.

O perfil de Gabriela descrito pela imprensa, sobretudo no que tange a sua participação transacional, coincide com o perfil descrito por (RAGO, 1989, p. 76), usado para identificar criminosos que praticavam proxenetismo entre países europeus, e que acabavam se refugiando entre um país e outro, como foram de amenizar as investidas policiais. Segundo a autora, era característico desses proxenetas, homens e mulheres, a circulação entre cidades como Paris, Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo, lugares como mencionado, onde Gabriela transitava facilmente, e que durante o final do XIX e início do XX, estas capitais concentravam grandes centros do prazer, onde passaram a concentrar também, grandes fluxos de comércio de mulheres brancas.

Após a morte do segundo marido, Sieler voltou para o Rio de Janeiro com sua fortuna elevada e passou a residir na casa n. 46 da rua Paysandu, em propriedade de sua pose. Já não usufruindo o que a imoralidade lhe impôs, a milionária transformou sua casa em um “centro de reuniões amorosas”, facilitando encontros entre pessoas importantes da sociedade carioca, donde geria lucros enormes. A reportagem do periódico paranaense Correio do Paraná, apurou as denúncias realizadas em São Paulo, sobre o caso da “demente milionária”, em 1937. Gabriella Brune Sieler, dama da sociedade, em estado mental duvidoso, segundo um de seus irmãos, Georges Masset, era proprietária de inúmeras joias e títulos, que permaneceu em segredo durante longos anos, fruto do seu primeiro matrimônio, no qual acabou se tornando viúva. Anos mais tarde, já em estado psíquico bastante defasado⁴.

³ Correio da manhã. A história sombria de uma milionária. 29/08/1937.

⁴ Correio do Paraná. Correspondência do Rio. 12/01/1937



Figura 2 -Fotografia de Gabrielle Brune Sieler em 1916, na cidade de Mar Del Plata, na Argentina. Original sépia, 13x9 cm. Fundo / Coleção FCRB / CFBO.

Dessa forma, Gabriele foi acusada novamente, de ser uma “traficante de escravas brancas” e exploradora do lenocínio. Não se sabe ao certo quando e onde Gabrielle havia praticado tais crimes, mas, em levantamento realizado pela imprensa paulistana, Sieler foi classificada como uma criminosa viajante, que fora detida em diferentes capitais do mundo afora:

“Sabe-se agora que se trata de uma ex-aventureira internacional, cuja existência decorreu muito agitada, para chegar a um desfecho infeliz. Gabriella Sieler foi traficante de escravas, exploradora do lenocínio e também dama de sociedade. Esteve em oportunidades diferentes, detida em Berlim, Paris, Londres, Buenos Ayres e em outras capitais.” (CORREIO DO PARANÁ, Curitiba, 01/09/1937. p. 01)

CONCLUSÃO

Após as denúncias que trouxeram à tona uma vida subversiva, Gabrielle em seus últimos anos, esteve envolvida em outros escândalos, que desta vez afetaria sua saúde mental. Tudo começou pelo depoimento de um de seus cinco irmãos, Georges Masset, que alegou sua irmã de sofrer “alienação”, dando esclarecimentos sobre infância da irmã ao jornal A noite, em setembro de 1937.

“Minha irmã, a Srt. Gabrielle Brune-Sieler é, como foi noticiado, brasileira de nascimento. Foi casada em primeiras núpcias com um banqueiro alemão que, ao falecer, deixou vultosa fortuna. Gabriela, aos 37 anos, casou novamente com o banqueiro Sieler, que, por ocasião do consorcio, não dispunha de fortuna pessoal. Minha irmã, que conta atualmente 62 anos, desde longa data vinha manifestando sintomas de insanidade mental, segundo acometida de mania de perseguição, delírio das grandezas, etc.”⁵

⁵ Correio da manhã. Esteve sequestrada. 18/08/1937.

Desde muito pequena, Gabrielle apresentava uma personalidade impulsiva, de temperamento impetuoso, tendo inúmeras crises nervosas. Segundo o depoimento de seu irmão, a primeira manifestação psíquica de saúde mental de Gabrielle, se deu por volta de 1906, quando em visita em Paris, extrapolou o saldo bancário de sua tia Isabel Masset em gatos num luxuoso magazine. Anos mais tarde, Gabrielle propôs ao irmão, sabotar os negócios de seu segundo marido ainda vivo, segundo Masset, “ Gabriella está maluca. Ela hoje me propôs um negócio para lesar o Brune!”⁶

Segundo a reportagem do jornal O Estado, no dia 31 de agosto, Gabrielle foi denunciada à justiça por seu irmão como “enferma mental”. No mesmo ano, Sieler tentou fugir do país, levando consigo dois jovens rapazes, muito elegantes, que sempre viveram a suas custas. Foi durante esse acontecimento que Gabrielle deu início a outro escândalo pé perdurou sua vida pública em seus últimos anos de vida.⁷ Nesta ocasião, Gabrielle provocou outro grande escândalo na sociedade carioca ao levar uma misteriosa mala velha, ao gerente do Banco Holandes, que pouco se tinha conhecimento sobre. Gabrielle tinha em posse, um arquivo particular no qual figuram documentos que poderiam comprometer advogados, médicos, policiais e até políticos do cenário carioca, visto que segundo ela, frequentavam sua residência luxuosa, em busca da “perdição”, tornando sua casa, um ponto de prostituição clandestina.

Após muito mistério, a mala chegou ao Rio de Janeiro no dia 28 de agosto de 1937, e nela continha cerca de 1.500 contos de réis, sendo 329 em cédulas de 300, 150 em apólices e o resto, somava-se em valiosíssimas joias e documentos de escritos, pertencente à propriedades em seu nome, havendo ainda, uma enorme quantia de 200 mil dólares que havia sido depositado no banco City Bank, em Nova York.⁸

Embora vivesse expensas à margem da imoralidade, Sieler demonstrava ser uma milionária gentil. Alegava que as acusações em torno de sua saúde mental, nada mais séria do que interesses em torno de sua fortuna.⁹ Ingênua, Sieler nem só de dois rapazes vivia acompanhada, mas por uma legião de homens elegantes, que encontravam na sua generosidade, um caminho fértil e produtivo ao arrancar da senhorita, grandiosas quantias. Pouco se sabe sobre o paradeiro desses jovens elegantes que prosperavam às custas de Gabrielle. No entanto, um caso muito semelhante aconteceu com seu próprio irmão, Jorge Masset, o mesmo que alegou “demência psíquica” de Gabrielle. Depois de conseguir trezentos contos de réis para adquirir uma casa na rua Paysandu, seu irmão, meses mais tarde, apresentou queixa à 1 vara de Órfãos e ausentes, sobre o paradeiro de excessivos gastos feitas por ela durante um curto período.¹⁰

Sobre acusação de perseguição por parte de seus próprios advogados e curadores, Sieler foi se passando de hotel para hotel, como no Parque Balneário Hotel, sempre se abrigando contra possíveis agentes interessados em sua fortuna, até que por fim, acabou se abrigando num hospital na cidade de Santos, em 1937. Após identificarem o paradeiro da senhorita, a mesma foi obrigada a regressar à São Paulo sob ordem judicial, para fossem tomadas as providências urgentes sobre seu estado mental.¹¹ No início de setembro, Sieler foi internada no Hospital Alemão, onde seu médico, o Dr. Hemuth Fiadt, proibiu as visitas sob alegação de “fortes crises, abalando suas faculdades mentais”¹²

⁶ A noite. A vida romanesca de Gabriela Siele. 20/09/1940.

⁷ O Estado. A história da mala abandonada no banco. 31/08/1937.

⁸ O Estado. Demente e Milionária. 29/08/1937.

⁹ A noite. A milionária da mala de ouro. 07/09/1937.

¹⁰ O Correio da Manhã. A história sombria de uma milionária. 29/08/1937.

¹¹ A noite. A fortuna da milionaria demente. 12/08/1938.

¹² O Estado. A dona da mala. 02/09/1937.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'IANCAO, Maria. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PACHECO, Vavy. **Em busca de Gabrielle**. São Paulo: Alameda, 2012.

SCHETTINI, Cristiana. **Exploração, gênero e circuitos sul-americanos nos processos de expulsão de estrangeiros (1907-1920)**. 2012.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite** – prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil**: A história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

Fontes

A noite. A fortuna da milionaria demente. 12/08/1938.

A noite. A milionária da mala de ouro. 07/09/1937.

A noite. A vida romanesca de Gabriela Siele. 20/09/1940.

Correio da Manhã. A história sombria de uma milionária. 29/08/1937.

Correio da manhã. Esteve sequestrada. 18/08/1937.

Correio do Paraná. Correspondência do Rio. 12/01/1937.

O Correio da Manhã. A história sombria de uma milionária. 29/08/1937.

O Estado. A dona da mala. 02/09/1937.

O Estado. A história da mala abandonada no banco. 31/08/1937.

O Estado. História de vida de uma millionaria. 28/09/1937.

O COMBATE A LEPROA EM MANAUS: AS DAMAS PROTETORAS DO LEPROSÁRIO

Adriana Brito Barata Cabral¹

Resumo: O trabalho feminino para fazer construções e manutenções em leprosários ainda é pouco conhecido na historiografia, mas é dever do historiador trazer à cena esse trabalho árduo e muitas vezes silenciado. Por isso, esse pequeno artigo visa mostrar o trabalho das Damas Protetoras do Leprosário, uma entidade caritativa que começou na cidade de Manaus em 1923 através de um chamado do Jornal “A Imprensa”. Essas mulheres da sociedade manauara se dispuseram a trabalhar angariando fundos para ajudar ao corpo médico da cidade na construção da primeira leprosaria, a Vila Belisário Penna, popularmente conhecida como “Leprosaria de Paricatuba”. Além desse trabalho, essas mulheres também mantinham pequenos abrigos onde eram acolhidas as crianças sadias retiradas dos pais doentes de lepra. A partir dos anos 40 essas mulheres participaram ativamente da Campanha Nacional contra a Lepra e tiveram como principal objetivo a construção do preventório Educandário Gustavo Capanema.

Palavras-chave: Trabalho feminino, Manaus, lepra.

INTRODUÇÃO

A cidade de Manaus, a partir de 1890, foi o grande centro exportador de *hevea brasiliensis*, conhecida popularmente como borracha amazônica. Chegou a ser o segundo produto econômico exportado pelo Brasil Imperial, perdendo apenas para a economia do café. Isso mostra, portanto, a importância desse ciclo econômico para o Amazonas. Segundo a historiadora Edineia Mascarenhas Dias, em sua obra “A Ilusão do Fausto”, é com o advento da industrialização que Manaus passará a ser a Paris dos trópicos, cidade moderna e elegante que atraia o capital internacional da comercialização da borracha. Assim, escreve que:

A Manaus dos naturalistas vai se transformar na Paris dos Trópicos, na Capital da Borracha, cidade moderna e elegante, na “cidade do fausto”. A cidade sofre, a partir de 1890, seu primeiro grande surto de urbanização, isto graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, via economia agrária extrativista-exportadora, especificamente a economia do látex².

O Ciclo da borracha gerou não só uma forte comercialização como também atraiu uma forte onda migratória de trabalhadores para a região amazônica. Essa mão de obra chegava a cidade e era enviada para os seringais no interior da província amazônica. E essa mão de obra nordestina (paraibana, maranhense entre outras), vinha para trabalhar como “seringueiros”³.

¹ Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), desenvolvendo tese que tem como título provisório “Preventório Gustavo Capanema: o combate a lepra em Manaus (1940-1980)”. E-mail: adriabbarata@gmail.com.

² DIAS, Edineia Mascarenhas. A Ilusão do Fausto. Manaus 1890-1920. 2ª Edição. Editora Valer. P. 27-28

³ Segundo Arthur Reis, os seringueiros são divididos em dois tipos, o brabo é nordestino que chega mais ainda não sabe ou desconhece as técnicas para a extração do látex, com o trabalho diário vai aos poucos se adaptando e aprendendo a retirar corretamente o látex. O segundo tipo é o seringueiro que conhece todas as técnicas de extração e participa das etapas da

Com a entrada do novo século e com o advento da República, o ciclo da borracha na Região Amazônica foi passando por sucessivas crises dos anos de 1911, 1913 e 1915⁴. Um dos principais motivos das crises era a falta do plantio das seringueiras em grande escala, pois para retirar a goma elástica o seringueiro percorria vasta área em busca da planta nativa. Isso gerava uma perda de tempo e era preciso mais trabalhadores para fazer o percurso e retirada. Outro fator importante foi a adaptação da *hevea brasilienses* em outros climas e isso acarretou sua produção em grande escala. Segundo o historiador Francisco Jorge dos Santos (SANTOS, 2010, p.223) houve uma heveicultura na Malásia, Ceilão, Birmânia, Bornéu Britânico Índias Orientais Holandesas e no Sião.

A heveicultura em outras áreas foi a derrocada final do Ciclo da Borracha Amazônica. A cidade entrou num período de crise econômica e gerou o desemprego na cidade e nos interiores onde existiam os seringais. A crise da borracha também revelou um contingente de seringueiros doentes. Estes chegavam a cidade de Manaus vindos dos seringais doentes, expondo ao poder público com maior veemência que a maioria dos seringais não havia assistência médica para os trabalhadores da borracha. Assim temos o aparecimento de vários seringueiros doentes, dentre as doenças temos os casos de lepra na cidade de Manaus. Dr. Alfredo da Matta escrevia em seus relatórios sobre a lepra, como uma doença silenciosa que

[...] no quadro das doenças uma que sobreleva as outras pela sua incubação prolongadíssima, às vezes; - pelo carácter de hediondez de que os atacados se revestem, e, finalmente, por não possuir a terapêutica um meio pelo qual se possa dar a cura, [...] Caso alguma existe que confraja mais o coração, que desperte mais intensamente a piedade do que vêr-se um leproso em logares de grande concorrência.⁵

Dr. Alfredo da Matta foi um dos médicos que mais se preocupou com o aparecimento de casos de leproso na cidade. Quando até mesmo os médicos da Santa Casa de Misericórdia de Manaus se negaram a atender os doentes de lepra, Dr. Alfredo foi atender aos doentes voluntariamente sem cobrar nada. Enquanto isso os governantes negavam a construção da leprosaria por causa da crise da borracha.

É dentro desse contexto de uma sociedade patriarcal, de grandes empresários, os barões da borracha, ligada ao comércio de exportação, com efervescência de lucros gerados pela exportação da borracha e um período de sucessivas crises que temos o aparecimento do trabalho feminino ligado a caridade para com os doentes da cidade de Manaus, principalmente em relação aqueles que eram diagnosticados com o bacilo de Hansen. O número de doentes diagnosticados aumenta consideravelmente a partir de 1920, gerando um grande desconforto para a população e luta para implantar na cidade uma leprosaria para abrigar e tratar os doentes de lepra.

O SURGIMENTO DAS DAMAS PROTETORAS DO LEPROSÁRIO

A partir de 1921 temos a implementação e funcionamento do Serviço de Profilaxia Rural do Amazonas, órgão que vai gerir as ações em saúde de Manaus. Dr Samuel Uchôa, como diretor desse serviço, desde sua chegada na cidade, percebeu o número significativo de doentes que estavam nas ruas da cidade, buscou resolver o problema com a construção de um leprosário em local adequado para a instalação. Buscou ajuda da sociedade para fazer a realização da construção da leprosaria, pois, o poder público em suas mensagens de governo afirmavam está em grave crise econômica, o que dificultava as ações para efetivar a construção da leprosaria. Assim Dr. Samuel extração do látex. *Apud* Francisco Jorge dos Santos História do Amazonas. Editora MemVavMem (p. 200)

⁴ LOUREIRO, Antônio. **A Grande Crise**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2008. P.111.

⁵ Mensagem do Governo de Silvério José Nery. 10 de julho de 1902. Higiene Pública. p. 70.

Uchôa publicou no jornal *A Imprensa*, um chamado a sociedade manauara para que pessoas pudessem ajudar na construção da leprosaria. Assim surge por intermédio do jornal *A Imprensa* o grupo caritativo chamado as Damas Protetoras do Leprosário, cujo objetivo era arrecadar ou contribuir com mil reis mensais e fazer um trabalho na cidade para obter mais fundos para o combate a lepra. Houve um envolvimento social que aceitou esse trabalho das Damas Protetoras e o envolvimento social espalhou-se para vários grupos, funcionários públicos e comerciantes.

No Relatório de Uchôa temos a notícia sobre a realização de uma “grande reunião”, onde compareceram muitos senhores da sociedade manauara. Comerciantes, industriais e pessoas do próprio governo reuniram-se com o objetivo de angariar fundos para a leprosaria. Várias repartições, bancos, casas comerciais, companhias de navegação e destacamentos militares prestaram espontaneamente auxílio para as Damas Protetoras do Leprosário. Vale ressaltar que as Damas Protetoras eram esposas ou filhas desses homens do comércio manauara. Também havia mulheres ligadas a ordens religiosas da Igreja Católica e tinham que conciliar o trabalho caritativo com a vida familiar.

Dr. Samuel Uchôa registra que dos diversos nomes do meio comercial, governamental e industrial manauara, um teve destaque, o comendador J. G. Araújo⁶, que mandou fazer um filme chamado *No Paíz das Amazonas*, que mostrava cenas e costumes regionais e destinou os recursos oriundos da arrecadação da estreia do filme à construção do leprosário, o que serviu de grande incentivo para as obras, visto que o filme ganhou repercussão nacional ao ser passado na Semana de Arte Moderna.

Do grupo Damas Protetoras do Leprosário, Dr. Samuel Uchôa refere em seu relatório “A leprosaria de Paricatuba”⁷ que obteve de arrecadação 183:276\$900 réis como contribuição à construção da leprosaria. Esse foi um importante argumento que o Dr. Samuel Uchôa utilizou para pedir as terras de Paricatuba para que funcionasse como leprosário. A população estava ao seu lado na luta para a arrecadação de fundos para o leprosário. Restava ao governo ceder a localidade para a instalação da leprosaria.

As Damas Protetoras do Leprosário continuaram a participar da política de arrecadação de fundos para o leprosário. Em fevereiro de 1932, esse grupo ganhou novas associadas e tornou-se Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros.

SOCIEDADE AMAZONENSE DE PROTEÇÃO AOS LÁZAROS

O grupo feminino passou a receber maior apoio com a composição de novos membros, mudou o nome para Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros⁸, criada no dia 2 de fevereiro de 1932, após uma reunião na casa da senhora Nini Linhares de Albuquerque.

⁶ Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo nasceu a 14 de fevereiro de 1860, em Portugal. Veio para o Amazonas com os pais. Aqui em Manaus, J. G. Araújo tornou-se um dos maiores comerciantes da região norte. Sempre que pôde auxiliou a municipalidade, como em 1909, quando ajudou na *crise do Lixo* mandando buscar na Inglaterra um forno crematório automático para resolver o problema. Atuou na construção do Asilo de Mendicidade de Manaus, sendo seu maior cooperador. Também com amparo financeiro, fez-se do asilo uma instituição benemérita. Tornou-se, ao longo dos anos, um grande exportador de borracha. Faleceu em Lisboa, no dia 21 de março de 1940. Conforme Dr. Samuel Uchôa afirma, J.G. Araújo contribuiu significativamente com dinheiro para a Leprosaria de Paricatuba. Nos altos dos documentos da Sociedade Beneficente Portuguesa de Manaus, nos livros de entrada de doentes de 1903, encontram-se vários pedidos do comendador para que os médicos dessem atendimento a alguns doentes. Cf. Bittencourt, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973; e Livro de Entrada de Pacientes da Beneficente Portuguesa, 1903. Arquivo da Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas.

⁷ A Leprosaria de Paricatuba, p.11.

⁸ Esta Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros, segundo consta no Histórico da Cooperação Privada no combate à Lepra no Brasil, era formada a partir das “Damas Protetoras do Leprosário”. No ano de 1933 é que esta entidade se associou às outras Sociedades já fundadas no país, fazendo então parte da Federação. Cf. Histórico da cooperação privada no combate à lepra no Brasil, p. 10.

O objetivo principal da reunião fora organizar “uma sociedade que visasse proteger os infelizes lázaros, recolhidos a Paricatuba”⁹. Quem expôs os fins da reunião foi Nini Linhares Albuquerque que mostrou a necessidade de se reunirem “os melhores elementos da família amazonense, para empreenderem a santa cruzada de auxílio e proteção às vítimas do mal de Hansen, as quais, segregadas do meio social, precisariam do conforto e carinho que só a mulher poderia prodigalizar”.¹⁰ A igreja se fez presente através do bispo, D. Basílio Pereira, que louvou a iniciativa.

A ideia foi unanimemente aprovada pelas senhoras presentes na reunião e logo foi instituída uma diretoria provisória. Essa diretoria provisória foi assim composta: Nini Linhares de Albuquerque como presidente, Isabel Soares Nogueira secretária e Elodie Araújo tesoureira. O bispo do Amazonas D. Basílio Pereira compareceu também a reunião e louvou a iniciativa das senhoras e fez votos de que a associação prosperasse. Foi o bispo quem empossou a nova diretoria.

Seguindo o mesmo padrão das Damas Protetoras, a nova sociedade formada partiu do mesmo princípio para arrecadação de donativos através de listas contando com as doações do comércio, repartições públicas federais, estaduais e municipais, estabelecimentos de ensino e casas particulares. A associação foi bem recebida por todos esses setores que demonstraram confiança na sociedade. Essa Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros também fazia quermesses e participava de arraiais das igrejas locais da cidade para angariar fundos em prol de suas obras de caridade aos leprosos.

Foi com a primeira soma de dinheiro arrecadada que a Diretoria da Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros promoveu uma confraternização para a páscoa dos leprosos. Organizaram excursão à Paricatuba, com duas embarcações, nas quais estavam presentes membros da sociedade interessados em visitar o isolamento. Lá chegados as “senhoras associadas distribuíram aos enfermos: roupas, lençóis, cobertores, mosquiteiros, doces diversos e bombons, ocorrendo, nessa ocasião cenas muito comovedoras”.¹¹

Importa aqui realçar o alcance conquistado por esse grupo caritativo nas ações de combate a lepra na cidade de Manaus. Percebendo o aumento de internos na leprosaria, em 1932 a Sociedade deliberou construir em Paricatuba um grande pavilhão – dividido em 20 quartos – com capacidade para recepção de mais 80 pessoas. Para isso, realizou um acordo com o Serviço Sanitário pedindo permissão para iniciar a construção. Após estabelecido o acordo foi aberta uma licitação vencida por José Antônio Malheiros, que estimou a obra em 24:600\$000.

O referido pavilhão foi construído com verbas oriundas da Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros, sendo concluído ao final de 1932. A própria Sociedade optou pela data do natal para realizar a cerimônia de inauguração do Pavilhão São Lázaro, sendo assim um presente dado aos internos. A diretoria da Sociedade Amazonense fez convites especiais pela imprensa convidando os membros da sociedade local para participar da inauguração. Estiveram presentes dentre outras pessoas o Bispo Diocesano e o Diretor do Serviço Sanitário do Estado, Dr. Linhares de Albuquerque.

No ano seguinte, 1933, a Sociedade Amazonense realizou as festas de São João – ocasião em que distribuiu presentes, doces, roupas, calçados e etc; natal – quando também foram distribuídos, aos doentes, doces, roupas, calçados e outros objetos úteis – e uma terceira festa, realizada a pedido dos doentes, o carnaval, a festa de “Deus Momo”. O pedido foi aceito e a Sociedade refere no relatório que atendeu com máxima satisfação porque era objetivo levantar-lhes a moral.

⁹ Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros. UM ANO DE TRABALHO PATRIÓTICO. Relatório e Balancetes. Administração de 1932. Manaus: Oficinas Gráficas da Papelaria Velho Lino, p.5.

¹⁰ Idem, p. 5.

¹¹ Idem, p. 6

A obra que marcou as ações da Sociedade Amazonense no ano de 1934 foi a fundação, da Casa São José. Essa **Casa São José** fundada em 30 de maio de 1934, tinha como objetivo acolher aos filhos menores dos leprosos pobres internados em Paricatuba, pois, após a internação dos pais, as crianças ficavam na mais brutal miséria. Instalada num prédio localizado no bairro do Girau – onde atualmente é o bairro de Aparecida¹² – cedido pelo Interventor Federal, Capitão Nelson de Mello, a casa fora equipada com mobiliário adequado e elementos indispensáveis ao seu funcionamento.

Conforme o relatório de 1934. Já existiam 23 asilados de ambos os sexos que recebiam necessária educação e tratamento na nova instituição caritativa criada. As crianças recolhidas recebiam assistência médica e “observação científica”, a cargo do Dr. Linhares de Albuquerque. Algumas dessas crianças estavam em idade escolar, por isso a diretoria solicitou e obteve do governo uma escola que estava dando resultados.

SOCIEDADE AMAZONENSE DE ASSISTÊNCIA AOS LÁZAROS E DEFESA CONTRA A LEPRO

A Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros em 1933 mudou novamente seu nome passando a chamar-se Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, segundo consta no Histórico da Cooperação Privada no Combate a Lepra no Brasil e, no ano de 1939, declarada como de utilidade pública pelo Decreto-Lei da Interventoria Federal nº 253, de 6 de julho daquele ano.

Ainda no decorrer de 1939, a Sociedade do Amazonas se filiou à Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, momento em que houve a incorporação de novos membros, cujos nomes aqui serão referidos apenas para demonstrar o nível de participação da elite urbana. Cabe ressaltar também que houve uma entrada maciça de homens que constam agora como participantes da diretoria. Antes os cargos de diretoria eram formados por mulheres sem a presença masculina. Os homens ajudavam com o envio de doações. Agora a partir de 1939 os homens fazem parte desse novo cenário da diretoria.

O novo Conselho Deliberativo – órgão composto por 36 nomes – incorporou maior número de pessoas de destaque na sociedade, muitas das quais ocupavam cargos públicos, eram magistrados ou pertenciam ao grande comércio. A mesa era constituída por: Presidente – Dr. André Vidal de Araújo, juiz de menores, Vice-presidente – José Nunes de Lima, presidente da Associação Comercial, 1º secretário – Dr. Waldemar Pedrosa, procurador da República, 2º secretário – senhor Victor Manuel Igrejas Lopes. Observa-se que a diretoria e a Comissões de Festejos e Beneficência mantiveram o perfil feminino e ficaram assim compostas: Diretoria: Presidente – Esther Ribeiro, 1º Vice-presidente – Isabel Soares Nogueira, 2º Vice-presidente – Oneide da Costa Maranhão, 1º Secretária – Maria de Miranda Leão, 2º Secretária – Maria Leonor Vasconcelos de Castro, 1º Tesoureira: Isabel Araújo da Silva, 2º tesoureira Milburgues Bezerra de Araújo; Comissão de Festejos: Maria de Lourdes Bandeira de Mello, Marta Leonor de Vasconcelos Castro, Hylma Thury, Dra. Neusa Ferreira, Guiomar Feijó Goulart e Emília Santos; e a Comissão de Beneficência: Emília Reis, Isa Pedrosa, Rosa Magalhães, Emília Medeiros, Lastenia de Vasconcelos Peres e Zulmira Uchôa Bittencourt. Essa comissão de Beneficência criou o chamado “*Saco de São Lázaro*” para receber grandes recursos. “O saco de São Lázaro era difundido na rádio difusora do Estado do Amazonas (*A Baricéa*)”¹³.

¹² O Bairro de Aparecida hoje fica no perímetro central da cidade de Manaus.

¹³ Estado do Amazonas. Relatório apresentado ao Presidente e mais membros do Conselho Deliberativo as Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, pela sua presidente D. Esther Ribeiro. Ano de 1939. Manaus: Imprensa Pública. P. 4.

Em 1939, a Sociedade já contava com trezentos e cinquenta sócios. E a obra considerada como a mais importante foi a construção do Educandário Gustavo Capanema, localizado na Colônia Oliveira Machado, zona sul da cidade de Manaus. Esse Educandário deveria acolher os filhosãos de enfermos internados no leprosário do Estado.

O Educandário contou com doação da sociedade manauara e do governo federal. A planta oficial veio direto da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.¹⁴ Uma parte da construção ficou pronta em agosto de 1940 e era composta por administração, creche, diretoria, secretaria, lactário, gabinete médico, gabinete dentário, sala de banhos, enfermarias e comunidades das Irmãs, passagem coberta, refeitório, copa, cozinha, dispensa e o pavilhão da lavanderia.

Sobre o trabalho da Sociedade Amazonense de Assistência aos lázaros em prol dos lázaros e de seus filhosãos, se referiu a presidente da Federação Eunice Weaver,

O Amazonas tem contado, já há alguns anos, com uma Sociedade das mais fortes e eficientes do país. Suas diretoras aliam a uma grande dedicação um senso seguro na orientação dada aos trabalhos. Seu serviço de assistência às famílias é um dos mais completos quer na organização, quer na assistência propriamente dita. Aos enfermos internados nas duas colônias é prestada carinhosa assistência moral e social. [...] O preventório do Amazonas, magnificamente organizado, é uma obra modelar por muitas razões, inclusive pela cuidadosa assistência médica e educacional dada às crianças.¹⁵

O Educandário Gustavo Capanema fora inaugurado oficialmente em fevereiro de 1942, Estiveram presentes o Governador do Estado e outras autoridades federais, estaduais e municipais, eclesiásticos. Logo que foi inaugurado, o Educandário já contava com 56 internos de ambos os sexos, sendo 22 meninos e 34 meninas. A Sociedade adquiriu uma caminhonete para facilitar o transporte das pessoas e de alimentos para o Educandário. Esse número inicial tão alto leva a inferir que pode ter havido transferência de menores de outras instituições de amparo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado por essas mulheres da sociedade manauara é ainda pouco conhecido na historiografia regional. Apesar desse silenciamento, a força do trabalho caritativo feminino foi importante para o combate a lepra na cidade juntamente com a ação médica. Esse trabalho feminino foi necessário para a manutenção dos pequenos abrigos dos filhosãos dos doentes ou mesmo na gestação e construção do grande preventório, o Educandário Gustavo Capanema dos anos 40. Esse pequeno artigo constatar a grande movimentação de arrecadação que essas senhoras fizeram na cidade desde seu início como Damas Protetoras do Leprosário e posteriormente como Sociedade Amazonense de Assistência aos lázaros e Defesa contra a Lepra, o trabalho dessas senhoras e senhorinhas já demonstra o papel que tiveram para com os doentes de lepra em Manaus, sendo reconhecido por Eunice Weaver a presidente da Federação das Assistências. Termino afirmando que maiores aprofundamentos de pesquisas sobre esse trabalho feminino deve ser realizado.

¹⁴ Sede ficava no Rio de Janeiro, era presidida por Eunice Weaver.

¹⁵ Relatório das Atividades da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros, durante o período de 26.01.1942 a 24.01.1944. Rio de Janeiro. 1944. p. 12.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

A leprosaria de Paricutuba. Série Amazoniana. Folhetos Raros. Biblioteca Pública. 1926.

A Cidade da Dor. Folheto Raro. Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros. Carlos Mesquita.

Um ano de Trabalho Patriótico. Relatório e Balancetes. Administração de 1932. Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros. Manaus: Oficinas Gráficas da Papelaria Velho Lino.

Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázaros. Relatório e Balancetes do 2º semestre de 1933. Manaus: Oficinas Gráficas da Papelaria. Velho Lino.

Histórico da cooperação privada no combate a lepra no Brasil. 1930-1938. Papelaria Passos. Rio de Janeiro, 1938.

Relatório apresentado ao Presidente e mais membros do Conselho Deliberativo da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, pela sua presidente D. Esther Ribeiro. Ano de 1939. Manaus. Imprensa Pública.

Relatório da Diretoria apresentada ao Conselho deliberativo. Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a lepra. Ano de 1940. Manaus: Imprensa Pública, 1941.

Relatório das Atividades da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros, durante o período de 26.01.1942 a 24.01.1944. Rio de Janeiro.

Livros

BENIAC, Françoise. O medo da lepra. In: LE GOFF, Jacques. **As doenças tem História**. Lisboa: Terramar, 1985.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista.

CURI, Luciano Marcos. **Defender os sãos e consolar os lázaros**: Lepra e isolamento no Brasil 1935-1976. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

MACIEL, Elisângela. **Igreja de Manaus porção da Igreja Universal**: a Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892-1926). Manaus: Editora Valer, 2014. p. 257.

MACIEL, Elisângela Maciel. A Diocese de Manaus e o laicato romanizado. In: MORGA, Antônio Emílio (Org.). **História, Sentimentos, Cidades, Encontros e Desencontros**. Manaus: EDUA, 2016. p. 160.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Caderno Pagu**, 2011.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. Filantropia, poder público e combate a lepra. 1920-1945. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 18, dez. 2011.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. **Entidade Filantrópica e políticas públicas no combate à lepra**: Ministério Gustavo Capanema (1934-1945). 2006. Dissertação (Mestrado) – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **História do Amazonas**. MemVavMem. 2010.

MODELOS DE FEMINILIDADE: A “RAINHA DO LAR” E A “MULHER MODERNA” PRESENTES NA REVISTA *QUERIDA*

Cibeli Grochoski¹

Milliann Carla Strona²

Resumo: No fim do século XVIII e início do século XIX, o homem se reafirmou no espaço público e a mulher foi direcionada ao espaço privado, discursos justificados pela “natureza” dos sexos. As funções de mãe e esposa deveriam ser os principais feitos na vida das mulheres, os cuidados com o lar e com a família faziam dela a “rainha do lar”, esta representação de feminilidade se manteve firme no século XX e era trazida pela imprensa. A revista feminina *Querida* foi criada em 1953 no Rio de Janeiro tinha circulação nacional, ela começou a ser publicada em um momento histórico em que o país desejava se tornar moderno, as reivindicações feministas ganhavam força e as mulheres conquistavam espaço nas universidades e no mercado de trabalho rompendo com o pensamento da domesticidade. Desta forma *Querida* tinha que atuar entre o moderno e o tradicional, o objetivo deste trabalho é analisar os periódicos da revista durante o ano de 1960 a fim de perceber como a revista representava essa mulher moderna, mas que ainda desempenhava um papel tradicional na sociedade.

Palavras-chave: Representação; *Querida*; Moderna.

INTRODUÇÃO

Em 1960 a televisão não era popular no Brasil, a maioria das pessoas ouvia o rádio, porém uma mídia que ganhou bastante destaque no período foi às revistas. Ao contrário do rádio, a revista trazia imagens que logo conquistaram principalmente o público feminino. A partir da imprensa feminina é possível pesquisar sobre questões sociais, econômicas e culturais, os periódicos de *Querida* representam um mundo no qual os papéis de gênero são bem definidos. Um espaço onde se cultiva um estereótipo de mulher ideal, atribuindo-lhe características de recatada, doce, meiga, “boa esposa”, boa mãe, a “rainha do lar”.

Diferente do jornalismo no qual a notícia é o elemento básico a imprensa feminina trata de assuntos peregrinos e “conteúdos tradicionais: moda, beleza culinária, decoração aceitam a ligação com o atual, mas não são por ele determinadas” (BUITONI, 1986, p.13). Ou seja, sempre os mesmos temas com um leve “toque” de novidade.

Segundo Roger Chartier (1999) em muitos períodos na história as mulheres foram censuradas sobre suas leituras, muitas mulheres não eram sequer alfabetizadas. Maridos, pais, irmãos, Igreja, escola todos detinham o poder de censurar a leitura feminina. A elas eram indicadas leituras que ensinassem sobre a moral e os bons costumes da família tradicional.

Até o século XIX a educação feminina era quase inexistente, pouquíssimas sabiam ler, algumas mulheres compreendiam apenas a leitura de receitas, o que já era visto como o suficiente, além disto:

¹ UNICENTRO, bolsista CAPES. E-mail: cibeli_grochoski@yahoo.com.br.

² PUCRS, bolsista CAPES. E-mail: milliann.strona@edu.pucrs.br.

Se ler já era considerado perigoso, escrever era muito pior, já que assim as mocinhas podiam grafar bilhetes aos seus pretendentes, ameaçando a paz e a integridade da família patriarcal e pondo em risco a autoridade paterna. Pior ainda era a mulher escrever e publicar textos assinados, isso era considerado um atentado à honra, já que tanto o nome da mulher, quanto sua pessoa, devia se manter dentro do lar. O que se esperava do sexo feminino era que fossem boas esposas, mães e donas de casa (KROETZ; GAI, 2015, p. 118).

Manter as mulheres analfabetas era como protegê-las da promiscuidade e evitar que escrevessem bilhetes e cartas para pretendentes ou amantes. Às mulheres letradas eram sugeridas leituras “açucaradas”, como por exemplo, leituras bíblicas ou romances.

A literatura foi perdendo terreno para a moda e atividades domésticas. Na Europa e nos EUA, ainda manteve um certo espaço, devido a tradição de leitura de suas populações. No Brasil, a literatura permaneceu até o começo deste século, para praticamente desaparecer nos anos 60. Substitui em forma de fotonovela, mas o espaço para contos ou romances seriados diminuiu muito dentro de jornais e revistas. O lazer que a literatura representava persiste em outras seções, como testes, reportagens romanceadas sobre gente famosa e no próprio visual da revista, que geralmente proporciona uma leitura agradável. (BUITONI, 1986, p. 22-23)

As revistas femininas eram uma ótima forma de distração para as mulheres em seus momentos de lazer, pois utilizavam uma linguagem fácil, diferente de um livro, por exemplo, e quando a leitura era interrompida poderia ser facilmente retomada posteriormente. Além de distrair as leitoras com histórias, suas páginas funcionavam como uma vitrine que mostrava as novidades para as mulheres. Marcas de alimentos, produtos de limpeza, beleza e eletrodomésticos estampavam as páginas trazendo junto com o produto “moderno” a representação da “mulher moderna”. De acordo com Dulcília Schroeder Buitoni (1986) o desenvolvimento da fotografia e da impressão fez dos periódicos femininos uma mídia cada vez mais visual.

A revista analisada para a realização desse artigo é a *Querida*, uma revista carioca publicada desde 1953 pela Rio Gráfica Editora, tem bastante parte de seu material importado dos Estados Unidos (PINSKY, 2014, p.37). Uma revista conservadora que reproduzia e promovia estereótipos em relação à mulher, seu público alvo eram mulheres adultas, urbanas e de classe médio-alta. Em uma época em que efervesciam ideais de igualdade de gênero e as lutas feministas ganhavam força *Querida* continuava representando a mulher como o sexo frágil, a submissa, a tradicional dona de casa-esposa-mãe.

Essas representações do feminino são construções sociais disseminados através da religião, da família, dos costumes e da mídia. Entretanto a partir do segundo pós-guerra os países começam a se modernizar e os novos ares atingem a todos, assim as revistas femininas tiveram que se adequar aos novos tempos.

Querida aspirava ser moderna era uma revista para mulheres adultas, mas trazia muitos artigos para as jovens já que muitas liam sem a aprovação dos pais, às escondidas (PINSKY, 2014, p. 39). As revistas femininas desejavam ser “amigas” das leitoras, verdadeiras conselheiras para isso eram muitas vezes persuasivas. Através de um tom coloquial a revista ordenava condutas.

A utilização de formas verbais imperativas – “Faça”, “Olhe”, “Ande”... – diminui a faixa de liberdade da leitora. Numa linguagem muito próxima da publicitária, os textos dirigidos à mulher são verdadeira comunicação persuasiva, aconselhando-a a todo momento sobre o que fazer. (...) Ainda que se negue,

a imprensa feminina usa e abusa do aconselhamento e da receita. Das grandes receitas às pequenas, tudo traz ingredientes e modos de fazer. Como se vestir, como preparar sopa de cebolas, como agarrar seu homem, como conseguir emprego, como ser boa mãe, tudo é receita. (BUITONI, 1986, p. 75-76)

Ao folhear a revista notamos representações sobre o feminino, de como ser, agir e pensar. Muitos artigos presentes na revista eram escritos por homens ou por um grupo de colunistas homens que assinavam com pseudônimos femininos, eles produziam e reproduziam “receitas” impostas pelo sexo masculino ao feminino. Esses discursos promovem o poder que existe nas relações de gênero, Joan Scott (1990) propôs o termo “gênero” como uma categoria útil para “análise histórica”. Segundo a historiadora, essa categoria foi à forma utilizada pelas feministas estadunidenses de refutarem o suposto caráter biológico e natural das distinções referentes ao sexo, assim o feminino e o masculino são construções sociais.

Joan Scott (1990) questiona a naturalização dos papéis sociais, segundo ela existe uma diferença biológica entre sexos, mas essas distinções não podem ser utilizadas como justificativa para os papéis. Já que essas diferenças foram construídas socialmente, culturalmente e historicamente.

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT, 1990, p. 21).

Joan Scott (1990) defende que gênero são os papéis sociais criados com base nas diferenças anatômicas visíveis entre os sexos, e que esta divisão cria relações de poder, uma hierarquia entre homem e mulher, na qual o sexo feminino está em desvantagem. As questões levantadas por Joan Scott sobre os papéis sociais femininos e masculinos podem ser exploradas na análise dos periódicos da revista *Querida*. Desta forma compreendemos que as revistas femininas são compostas por discursos de relações de poder e representações dos papéis femininos e masculinos.

A REPRESENTAÇÃO FEMININA ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO NAS PÁGINAS DE QUERIDA

Nos periódicos da revista *Querida* do ano de 1960 encontramos aspectos da modernidade entrelaçados com a tradicional representação de mulher. Segundo Carla Bassanezi:

As revistas são uma importante fonte de informação e referência para as mulheres, principalmente leitoras de classe média. As revistas femininas penetram no espaço doméstico e procuram atuar como guias de ação, conselheiras persuasivas, companheiras de lazer ou alienação (BASSANEZI, 1993, p. 112)

Em seus discursos a revista tratava a leitora como se fosse uma conselheira, referia-se a leitora de forma íntima, tentando convencê-la sobre decisões e opiniões e “conscientizar sobre o papel feminino na sociedade” (COSTA, 2009, p. 215).

Os anos de 1945 a 1964 significaram muito para a história do Brasil, essa época teria sido “dourada” (PINSKY, 2014, p. 15). O governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961) com o Plano de Metas cujo lema era “cinquenta anos em cinco” desejava desenvolver o país, para alcançar o objetivo estimulou a produção em

massa e o consumo de produtos, *Querida* era repleta de propagandas de eletrodomésticos, automóveis, produtos de beleza, moda e decoração, ostentação dos Anos Dourados. Todos esses novos produtos ganharam espaço nas casas da classe média brasileira (MELLO; NOVAIS, 2012).

Mesmo com tantas mudanças sociais e econômicas a educação da mulher continuava voltada para o lar, o objetivo e o futuro de toda “moça de família” deveria ser o matrimônio e a maternidade. Como aponta Carla Bassanezi (2006) a família- modelo dos Anos Dourados era constituída pelo “chefe da casa” que detinha a autoridade e o poder sobre a esposa, era também o responsável pelo sustento da família. “A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura” (BASSANEZI, 2006, p. 608-609). A imagem a seguir representa a mulher ideal:



Fonte: *Querida*, Janeiro de 1960. Acervo CEDOC, UNICENTRO - IRATI.

A propaganda destaca o produto sendo uma das maravilhas da modernidade por proporcionar praticidade no dia a dia da dona de casa. Nessas propagandas a mulher é sempre representada com uma aparência impecável, cabelos penteados, utilizando maquiagem e roupas alinhadas, passando a mensagem de ser “moderna”, de se estar “na moda”.

O discurso publicitário apelava pelo amor e dedicação da mulher pela família, com o intuito de oferecer o melhor a eles. O homem está trajado com uma camisa e gravata o que remete a ideia de trabalho representando o “chefe da família”. Junto com os filhos o homem bebe o leite feito pela esposa acompanhado de biscoitos, certamente preparados também por ela. Enquanto todos se alimentam ela é representada de maneira feliz em servir a família.

Nos periódicos analisados a imagem da mulher é na maioria das vezes atrelada ao lar e aos cuidados com a família, serviços domésticos e o cuidado com os filhos são trazidos como sendo uma obrigação exclusivamente feminina. A esposa ideal tinha que manter o lar sempre organizado e aconchegante, saber cozinhar e costurar, *Querida* trazia inúmeras receitas e moldes de roupas para as leitoras copiarem, é importante ressaltar que no período em cidades menores encontrar roupas prontas não era fácil.



Fonte: *Querida*, março de 1960. Acervo CEDOC, UNICENTRO - IRATI.

Neste anúncio de lã para confecção de roupas mostra homens utilizando casacos feitos pela esposa e pela mãe, já que era dever da mulher zelar pelo bem estar da família. Sempre que a figura masculina aparece no espaço doméstico é representado descansando, se alimentando ou se divertindo diferente da mulher.

Ainda jovens as mulheres aprendiam a costurar, muitas vezes até em instituições de ensino principalmente na disciplina de educação doméstica. Pois, “saber costurar deste muito cedo era um valioso atributo de moça de família prendada e caprichosa” (SALERNO, 2009, p. 102).



Fonte: *Querida*, novembro de 1960. Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

Nessa propaganda da máquina de costura *Singer* traz a economia proporcionada pelo aparelho, já que a mulher costuraria as roupas da família em casa sem gastar com uma costureira. Esse anúncio também envolve a maternidade, a filha observa e auxilia a mãe assim aprendendo desde pequena o “ofício feminino”.

O casamento oferecia acesso da mulher ao lar e à maternidade, as concepções de mulher moderna não rompiam com esse estigma. O homem aparecia como o “sexo forte” e a mulher como “frágil”, aquela que sofria por amor e deveria se esforçar para cuidar bem do seu marido, sendo, (...) a sacerdotisa do templo culinário, responsável pela boa organização da casa, pela fidelidade do seu companheiro, estando atenta para as suas necessidades materiais, como roupas e acessórios, já que essas funções indicariam seus dotes de esposa e dona de casa. (COSTA, 2009, p. 66)

A maternidade é um dos assuntos mais recorrentes na revista *Querida* os filhos eram uma certeza depois do casamento, as moças casadoiras sonhavam com esse futuro. A mulher idealizava a felicidade depositando suas esperanças onde a tradição lhe ensinou a depositá-las: no Matrimônio, no lar e na maternidade. Ao casar-se a mulher “recebia um pacote de tarefas e uma multiplicidade de funções que haviam sido incutidas às mulheres desde a infância: uma preparação necessária que a sociedade patriarcal, (...) desenvolveu muito bem na consciência feminina” (COSTA, 2009, p. 189).



Fonte: *Querida*, fevereiro de 1960. Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

Nessa propaganda a pasta de dente *Colgate* é relacionada ao casamento, o anúncio traz uma história em quadrinho no qual a jovem assiste um romance na televisão, quando o sobrinho zomba da tia, o menino diz que ela tem mau hálito. Ela vai o dentista que a ensina sobre a higiene bucal e logo arranja um pretendente, terminando com o menino assistindo um programa de caubói olhando para a tia que parece estar vestida de noiva, dizendo: “Colgate melhorou o programa agora não tem mais drama”.

A marca sempre trazia a referência de casamenteira em seus anúncios, contava histórias de moças solitárias que depois de usarem o produto encontravam o “par ideal”. As histórias acabavam com frases do tipo: “Colgate não é boato – Faz casamento de fato!” (*Querida*, 1959, p.34) ou “Colgate entrou em ação e melhorou logo a situação” (*Querida*, 1960, p.78).

“Ficar pra titia” era um medo entre as jovens, motivo de zombaria, as -mulheres solteiras com mais de 25 anos recebiam o rótulo de “solteironas”. Essa situação era um estigma, uma situação social indesejável. A mulher solteira era vista como “incompleta”, nem esposa nem mãe (PINSKY, 2014, p. 112).



Fonte: *Querida*, maio de 1960. Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

No mês de maio os anúncios e os artigos da revista se dedicavam a representações e assuntos relacionados ao matrimônio, maio o chamado mês das noivas. No anúncio anterior, presente na revista de maio de 1960, a marca *Arno* faz uma sugestão de presente de casamento com os produtos da marca. Uma mulher presenteando outra com eletrodomésticos, as donas de casa adquiriam produtos modernos para auxiliar em funções femininas tradicionais.

Dessa forma, *Querida* propagava a representação da mulher através de papéis femininos tradicionais (mãe, dona de casa, esposa) e características que compunham a essência feminina (beleza, moda, culinária, doçura, recato, etc.) criando padrões de beleza e feminilidade.

Com seus inúmeros conselhos às esposas sobre como cumprirem a sua “função” relativa à “harmonia doméstica e conjugal”, as revistas se dizem favoráveis à mulher. No entanto, uma análise mais profunda das revistas da época pode revelar formas de manutenção da dominação masculina sem enfrentamentos diretos, conflitos ou questionamentos nas relações homem-mulher. Estas se traduzem, por exemplo, no controle da sexualidade feminina, na divisão rígida de atribuições e tarefas no casamento (relegando às mulheres espaços menos valorizados socialmente), na “dupla moral sexual”, na submissão, na falta de diálogo entre iguais e nas responsabilidades distintas atribuídas ao feminino e ao masculino com relação à “felicidade conjugal”. (BASSANEZI, 2006, p.144)

Nas páginas analisadas foram encontrados aspectos de uma cultura machista e conservadora, além de criar e reproduzir padrões presentes nos “anos dourados”, tudo era sempre para agradar ao sexo masculino e muitas páginas foram escritas por eles, mas outras por mulheres que pensavam igual aos homens.

Para as mulheres a modernidade não estava presente na modificação do ser, na maneira de pensar, mas sim na forma de consumo. Para torna-se modernas as mulheres precisavam adquirir os produtos modernos: eletrodomésticos, maquiagens, produtos de higiene, acessórios, enfim deveriam “ter para ser” (COSTA, 2009, p. 215).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos presentes na revista fazem parte da sociedade brasileira daquele período (1960), *Querida* difundia, criava e reforçava representações e padrões de feminilidade. Neste artigo foram trazidas as representações mais frequentes de mulher que era a esposa, a mãe, cuidadora, caprichosa, responsável por múltiplas funções, quase sempre inseridas dentro do lar. Envolvidas em discursos que apresentam a modernidade enlaçada com a tradicional imagem feminina.

A modernidade representada por *Querida* não mudava as maneiras de pensar e agir das mulheres, mas sim o ter, adquirir produtos modernos para ter uma vida facilitada por eles, a modernidade levava as mulheres cada vez mais para dentro do lar. Nas páginas da revista o papel da mulher classe média-alta continuava a ser o mesmo, o tradicional.

REFERÊNCIAS

Fonte

REVISTA QUERIDA, 1ª Quinzena, n. 135, jan. 1960. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora.

REVISTA QUERIDA, 2ª Quinzena, n. 138, fev. 1960. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora.

REVISTA QUERIDA, 2ª Quinzena, n. 140, mar. 1960. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora.

REVISTA QUERIDA, 1ª Quinzena, n. 143, mai. 1960. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora.

REVISTA QUERIDA, 1ª Quinzena, n. 155, nov. 1960. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora.

Bibliografia

BASSANEZI, C.. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, p. 111-148, 1993.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto: UNESP, 2006.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

COSTA, Maria Paula. **Entre o sonho e o consumo**: As representações femininas na revista Claudia (1961-1985). 2009. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciência de Assis, UNESP, Assis, 2009.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

KROETZ, Itiana D.; GAI, Eunice T. P. O Jornal das Senhoras e a busca pela emancipação moral e intelectual da mulher brasileira. **Literatura, Comparatismo e Crítica Social**, fev. 2015.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. (coord), SCHWARCZ, L. M. (org). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 4. p. 559-658.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres nos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

SALERNO, Laura Peretto. **Querida ensina**: Preceitos de comportamentos femininos em páginas da revista *Querida* (1958-1968). 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

A SUBVERSÃO DO ESTEREÓTIPO FEMININO NA PÁGINA “ENTRE MULHERES”, DE TEREZA QUADROS, MÁSCARA DE CLARICE LISPECTOR

Tânia Sandroni¹

Resumo: Em 1952, Clarice Lispector, sob a máscara de Tereza Quadros, produziu a coluna feminina “Entre mulheres” no jornal *Comício*. Ao mesmo tempo em que publicava receitas e conselhos condizentes com o discurso tradicional da sociedade patriarcal, isto é, que ratificavam o estereótipo da mulher burguesa nas tarefas do ambiente doméstico, a escritora escrevia crônicas e selecionava trechos de outras obras e autores com discurso anticonvencional. Muitos desses trechos e autores estão presentes no livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, lançado em 1949 na Europa e inédito no Brasil até 1960. Dessa forma, Clarice Lispector foi pioneira na divulgação da obra da filósofa francesa. Entre os textos selecionados pela colunista, encontra-se um excerto do livro *At the bay*, de Katherine Mansfield, em que a personagem questiona o amor pelos filhos.

Palavras-chave: Clarice Lispector, imprensa feminina, coluna feminina e maternidade.

Abstract: In 1952, Clarice Lispector, using the mask of Tereza Quadros, wrote the women’s column “Entre Mulheres” (Among Women) for the *Comício* (Rally) newspaper. At the same time as the column published recipes and advice that was aligned with the traditional discourse in a patriarchal society, that is, it validated the bourgeois woman in the domestic realm stereotype, the writer also published literary chronicles and selected excerpts from other works and authors with a less conventional discourse. Many of these excerpts and authors are present in Simone de Beauvoir’s *The Second Sex*, published in Europe in 1949 and unreleased in Brazil until 1960. In this way, Clarice Lispector was a pioneer in publicizing the French philosopher’s work. Among the texts selected by the columnist is an excerpt from the book *At the Bay*, by Katherine Mansfield, in which the character questions her love for her children.

Keywords: Clarice Lispector, feminine press, feminine column and maternity.

INTRODUÇÃO

Clarice Lispector tem muitas faces: romancista, contista, cronista, jornalista, mãe, mulher de diplomata. Sua obra literária é objeto de estudo em diversos trabalhos, sob as mais variadas perspectivas, desde a abordagem psicanalítica até a crítica feminista. Neste ano, centenário de seu nascimento, outras produções e textos pessoais também têm estado ainda mais em evidência.

Desde o final do século XX, a produção jornalística da escritora tem ganhado mais projeção. Como se sabe, Clarice Lispector manteve intensa e contínua ligação com a imprensa. Além de ser fonte de renda em duas fases de sua vida – na juventude e após a separação do marido –, o jornalismo tinha a função de servir como espaço de sociabilidade para a escritora.

¹ Doutora em Letras pelo Programa de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH- USP. Mestra em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Bacharela em Comunicação Social- Jornalismo e licenciada em Letras. É professora titular da Universidade Paulista.

É conhecido o fato de que as redações brasileiras, historicamente, atuaram no sentido de promover encontros da intelectualidade brasileira, sendo um reduto de literatos que viam na atividade jornalística uma forma de sobrevivência e de ter contato com o público.

Como observa Ivone Daré Rabello (2006, p. 83),

durante longo período, a imprensa supriu a deficiência da atividade editorial e criou faixas mais extensas de público. Nesse sentido, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento dos meios materiais de existência da literatura e da carreira aberta ao homem de letras (...) Da perspectiva dos profissionais de letras, ou de seus candidatos, ocupar espaço em revistas e jornais, que se abriam à contribuição literária regular, criava a possibilidade de reconhecimento do público.

Este texto pretende abordar uma produção jornalística bastante específica daquela que é considerada um dos maiores nomes da literatura mundial: a coluna “Entre mulheres”, publicada no jornal *Comício* em 1952.

Clarice Lispector exerceu a função de colunista feminina por três vezes: foi Tereza Quadros em *Comício*, Helen Palmer em *Correio da Manhã* e ghost writer de Ilka Soares no *Diário da Noite*. Nota-se que esse tipo de texto é o único que não contava com a assinatura de Clarice Lispector. Segundo biógrafos, como Nádia Battella Gotlib (2013), a escritora não queria ter seu nome associado a um tipo de texto considerado de menor valor. Das três máscaras, Tereza Quadros é a menos conservadora e atuou em defesa da emancipação feminina.

Foi a primeira experiência da escritora na função. Depois de viver por cerca de oito anos na Europa, Clarice Lispector, no início da década de 1950, retornou ao Brasil por um breve período, antes de partir para os Estados Unidos, acompanhando o marido diplomata. Nesse intervalo, a convite de Rubem Braga, aceitou produzir a coluna feminina no jornal *Comício*.

A página, ao mesmo tempo em que apresentava às leitoras receitas e orientações comportamentais, oferecia texto com discurso anticonvencional, como crônicas de autoria da escritora e citações de outros autores. Na nossa pesquisa de doutorado, tivemos o achado crítico de identificar a principal fonte de inspiração para a colunista: o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, na época inédito no Brasil.

Um trecho do livro *At the bay*, de Katherine Mansfield, citado por Tereza Quadros, também se encontra na obra da filósofa francesa. Trata-se de um dos exemplos de como a colunista atuou de forma subversiva no periódico, pois o texto questiona a naturalização do amor e do instinto maternos.

COMÍCIO: UM JORNAL BOÊMIO, DESCONTRAÍDO, DEMOCRÁTICO E ANTIGETULISTA

Nascido de um projeto de três intelectuais – Rubem Braga, Joel Silveira e Rafael Côrrea de Oliveira –, o semanário *Comício*, apesar da curta existência, marcou a história da imprensa brasileira por conseguir reunir em sua redação grandes nomes do jornalismo e da literatura: Carlos Drummond de Andrade, Millôr Fernandes, Cláudio Abramo, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, Sérgio Porto, Thiago de Mello, Antônio Maria, Audálio Dantas, entre tantos outros.

A publicação, com 32 páginas em formato tabloide, era autodeclarado como um “semanário independente” e assumia explicitamente uma postura de esquerda, democrática e nacionalista. Tinha, também, nítido posicionamento antigetulista. Muitos, como os diretores de *Comício*, temiam que Getúlio Vargas não saísse do poder após o

término do mandato. Por isso a publicação tinha como forte a afirmação política a favor da democracia e contrária ao governo varguista.

Na época, início da década de 1950, o Brasil experimentava um clima de desenvolvimento em um sistema democrático ainda frágil. Segundo Cláudia Mesquita (2008, p. 193), nos anos 1950, a imprensa “desempenhou função estratégica na transição do Brasil para um país moderno, promovendo a padronização de uma nova sociedade urbano-industrial em ascensão”.

Para Cláudia Mesquita (2008, p. 203), historiadora que se dedicou a estudar o Rio de Janeiro à época em que atuou Sérgio Porto, *Comício* era um “semanário político-opinativo, boêmio e descontraído”.

Comício caracterizou-se como um projeto criado e gerido por intelectuais. Samantha Gaspar comenta que, a experiência de *Comício* congregou um grupo cultural, nos termos definidos por Raymond Williams,

formado por intelectuais que se movimentavam pelos mesmos espaços de sociabilidade (bares, boates, praias, as casas uns dos outros) e institucionais (as redações dos jornais) e que tinham como pauta política comum um distanciamento em relação a Getúlio Vargas. (GASPAR, 2012, p. 79)

A autora ainda acrescenta que os colaboradores de *Comício* eram todos intelectuais de camadas média que moravam no Rio de Janeiro, que se juntaram por amizade e pelo compartilhamento de hábitos e valores.

A natureza da publicação – um jornal fora dos moldes da grande imprensa, não limitado às lógicas mercadológicas – possibilitou grande autonomia aos seus colaboradores. O aspecto visual do semanário ficava bastante aquém do que se observava na época, quando as revistas ilustradas ganharam projeção. Em contrapartida, as matérias eram de grande qualidade. Nas palavras de Fernando Sabino (1996, p. 126), “era um tabloide de aparência pobre e rico conteúdo”.

Na imagem da figura 1, que mostra a capa da primeira edição do jornal, é possível observar que as pautas abordadas são diferentes daquelas presentes em jornais com maior público e circulação diária. Nas 23 edições de sua existência, *Comício* procurou valorizar a reportagem em profundidade e o jornalismo político-opinativo, na contramão da modernização da imprensa.

Muitas reportagens de *Comício* ficavam a cargo de Joel Silveira. Carlos Castello Branco escrevia sobre as novidades políticas no Congresso, assim como Otto Lara Resende, na seção “A semana do Senado”. Sérgio Porto produzia “A semana da cidade”, “uma coluna de variedades, com dicas e comentários sobre teatro, cinema, esportes, exposições e música” (MESQUITA, 2008, p.203). Havia também, como seções fixas, “A cidade em São Paulo”, “Entre mulheres”, “Por esse mundo de Deus”, “Arquivo” e as páginas de humor de Millôr Fernandes, as únicas com três cores (preto, branco e vermelho) no meio do caderno.

Figura 1: Primeira capa de Comício



Fonte: Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acervorubembraga&pagfis=13699>. Acesso em: 27 set. 2020.

O semanário durou cerca de seis meses e faliu por falta de recursos financeiros. De acordo com Millôr Fernandes, Comício morreu “de leucemia administrativa”. Ele recorda-se de Comício como “a redação mais alegre do jornalismo carioca, onde só uma coisa era sagrada: a hora de fechar o expediente e abrir o Haig’s” (in MESQUITA, 2008, p. 203).

A PÁGINA “ENTRE MULHERES”

A coluna “Entre mulheres” foi produzida por Clarice Lispector, sob a máscara² de Tereza Quadros, em 17 edições, entre os meses de maio a setembro de 1952. A seção ocupava uma página do semanário e era composta por cerca de seis textos, em média, e por uma grande fotografia, invariavelmente relacionada à moda.

Na figura a seguir, vê-se a página da 10ª edição.

² Preferimos o termo máscara a pseudônimo, pois consideramos a ambiguidade que o termo carrega. A máscara não apaga a identidade, mesmo que esconda parcialmente a face. Entendemos Tereza Quadros como uma persona assumida conscientemente por Clarice Lispector.

Figura 2: Imagem da décima coluna “Entre mulheres”



Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acervorubembraga&pagfis=13699>. Acesso em: 27 set. 2020.

Em cada edição, encontravam-se textos com temas tradicionais, ligados ao universo doméstico³ ao qual a mulher era direcionada: culinária, moda, cuidado com os filhos, trato ao marido, dicas para afazeres domésticos. Segundo Carla Bassanezi Pinski (2014, p.23), na imprensa feminina, encontravam-se temas que tinham como referências os papéis “tradicionalmente reservados às mulheres e as características consideradas ‘próprias da mulher’, englobadas na ideia de ‘feminilidade’ que então se difundia”.

No entanto, Tereza Quadros também publicava textos que subvertiam o estereótipo da mulher burguesa, promovendo questionamentos sobre o papel social da mulher e sobre a necessidade de emancipação feminina.

Os textos com discurso anticonvencional eram de duas naturezas: havia as crônicas, de autoria própria, e as citações de outros autores. Em nossa pesquisa⁴, tivemos a felicidade de identificar a fonte de inspiração para Tereza

³ Faz-se a distinção entre imprensa feminina, que determina os deveres das mulheres, e imprensa feminista, que foca nos direitos delas.

⁴ C.f. SANDRONI, Tânia. A bela e a fera: a reafirmação e a subversão do estereótipo feminino na nas colunas de Tereza

Quadros. Muitos dos trechos publicados na coluna também estão presentes no livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, que havia sido lançado em 1949 na França e só seria traduzido no Brasil em 1960. Dessa forma, destaca-se o pioneirismo de Clarice Lispector na apresentação, em 1952, de trechos da obra de Beauvoir às leitoras de classe média brasileiras.

A verdadeira identidade de Tereza Quadros foi segredo até 8 de agosto de 1952. Na 13ª edição, o jornal revelou que Clarice Lispector era a autora sob a máscara e que ela deixaria de escrever a coluna.

Tereza Quadros marcou a volta à imprensa de Clarice Lispector, que só tinha trabalhado de forma regular em jornais como repórter no início da década de 1940. Não se sabe quanto Clarice Lispector recebia pelo trabalho em *Comício*, mas é conhecido o fato de que o jornal não remunerava bem colunistas e repórteres. Quase todos que escreviam no jornal mantinham outro emprego. De acordo com Samantha Gaspar (2012, p.57) “o trabalho em *Comício* não era capaz de sustentar seus colaboradores, deixando claro que a participação destes era animada por valores outros que os estritamente econômicos”.

Infer-se, portanto, que havia outros motivos para que Clarice Lispector aceitasse a função. Um bastante plausível, na nossa concepção, é que a escritora tenha se sentido atraída por fazer parte do grupo cultural ativo da época. A imprensa era o local de encontro de escritores e intelectuais com os quais se identificava e que definiam, de certa forma, o cenário da literatura e da produção escrita. Essa aproximação com o grupo conferia à Clarice Lispector a não limitação às funções de esposa de diplomata e mãe. Em outras palavras, atuar como Tereza Quadros possibilitou à escritora a oportunidade de contato com um espaço de sociabilidade do qual havia ficado afastada enquanto viveu na Europa.

Segundo Alzira Abreu (1996), até meados do século XX, em uma sociedade como a brasileira, o intelectual que se via compelido a participar politicamente tinha como meio escrever em jornais; tratava-se de uma oportunidade para divulgar ideias e também de uma forma para fortalecer a legitimação intelectual.

Assim, infer-se que a motivação de Clarice Lispector para escrever em *Comício* não esteve ligada à questão financeira, mas, sim, à necessidade de pertencimento a um grupo e à possibilidade de contato com seus pares.

O QUESTIONAMENTO DA MATERNIDADE

Na décima coluna, Tereza Quadros cita um trecho de Katherine Mansfield – escritora por quem tinha grande admiração. No canto esquerdo da página (como se pode ver na figura 2), com destaque em um box, o trecho é apresentado entre aspas e com o nome da autora como título.

“Linda franziu as sobrancelhas, acomodou-se na espreguiçadeira, prendendo os tornozelos com as mãos. Sim, essa era a sua verdadeira queixa contra a vida, aquilo que não podia compreender. Era a pergunta que fazia e refazia, esperando em vão pela resposta. Era muito simples afirmar que o destino comum das mulheres era ter filhos. Não era verdade. Ela, por exemplo, podia provar que não era verdade. Estava alquebrada, enfraquecida e perdera a coragem, através dos partos. E o que tornara tudo duplamente difícil de suportar é que não amava seus filhos. Inútil fingir. Mesmo que tivesse força, não teria cuidado das meninas, nem brincado com elas. Não era como se um hálito frio a tivesse gelado pouco a pouco em cada um desses dias horríveis: não tinha mais calor para dar-lhes. Quanto ao menino – bem, graças a Deus a avó tomava conta dele; ele pertencia à avó, a Beryl ou a quem o quisesse. Mal o havia tomado nos braços. Era lhe tão indiferente que ao vê-lo deitado ali... Linda espiou-o rapidamente.”

Quadros, máscara de Clarice Lispector. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

O menino tinha se voltado. Estava deitado a encará-la e não dormia mais. Seus olhos azul-escuro, infantis, estavam abertos, parecia estar espiando sua mãe. E de repente seu rosto encheu-se de covinhas, abrindo-se num sorriso amplo e desdentado, nada menos que uma perfeita radiação. ‘Aqui estou!’ parecia dizer o feliz sorriso. ‘Por que você não gosta de mim?’ Havia algo tão estranho, tão inesperado naquele sorriso que Linda também sorriu. Mas controlou-se e disse friamente: ‘Não gosto de crianças’. ‘Você não gosta de crianças?’ O garoto não podia acreditar. ‘Não gosta de mim?’ Agitou os braços totalmente para a mãe. Linda deslizou da cadeira para a grama. ‘Por que você continua sorrindo?’, perguntou-lhe severamente, ‘você não acharia graça se soubesse em que estou pensando’. Mas ele limitou-se a apertar os olhos, esperto, e rolou a cabeça no travesseiro. Não acreditava numa só palavra da mãe. ‘Já sabemos de tudo isso!’, sorriu-lhe o menino. Linda ficou tão espantada com a confiança dessa criaturinha... Ah, não, seja sincera. Não era isso que sentia; sentia algo muito diferente, algo tão novo, tão... As lágrimas dançavam nos seus olhos. Ela soprou num sussurro para o menino: ‘Alô, meu engraçadinho!’”⁵ (“At the bay”)

O fato de a personagem, Linda, no final do trecho, ceder aos encantos do bebê não elimina seus questionamentos acerca do instinto materno nem a insatisfação que teve com a maternidade. Esse discurso vai na direção contrária ao divulgado pela imprensa feminina, consolidado como hegemônico na sociedade.

Em 16 de maio de 1957, por exemplo, o *Jornal das Moças* afirmava que “o mundo continua porque a mulher não perde seu espírito de maternidade”. A publicação ocupava, na década de 1950, o primeiro lugar de vendas das revistas femininas (PINSKY, 2014) e autodeclarava-se “o arauto das coisas boas que só a família pode proporcionar”. Tratava-se de um veículo com grande penetração no mercado e muita influência no modo de pensar e de agir das mulheres.

A gravidez e a maternidade, no imaginário social da década de 1950, portanto, significavam a realização plena da mulher e conferiam a ela o reconhecimento e a aprovação dos outros, pelo fato de ter cumprido a sua missão. No já citado *Jornal das moças*, havia uma seção intitulada “Evangelho das mães”, dedicada à sagrada missão da maternidade, e outra, “Falando às mães”, escrita pelo Dr. Werther, que, com voz de autoridade, afirmava que a dedicação aos filhos era um dever da mulher (PINSKY, 2014).

Destaca-se, ainda, o fato de que as páginas da imprensa feminina mantinham a prática de publicar contos, porém sempre com mensagem moralizante. Na revista *Querida*, por exemplo, encontravam-se histórias de mães e esposas extremamente dedicadas, com lições de fé, esperança e comportamento exemplar (PINSKY, 2014).

Não é isso que se encontra na página de Tereza Quadros. É importante observar que o trecho citado em “Entre mulheres” também está integralmente no volume 2 do livro *O segundo sexo*, em um capítulo em que Simone de Beauvoir contesta o destino da maternidade para as mulheres.

Diz a autora francesa (1967, p. 277):

Todos esses exemplos bastam para mostrar que não existe instinto materno: a palavra não se aplica em nenhum caso à espécie humana. A atitude da mãe é definida pelo conjunto de sua situação e pela maneira por que a assume. É, como se acaba de ver, extremamente variável.

Nota-se que a colunista não faz qualquer comentário sobre o trecho que publica na sua página. Tratava-se de uma atitude padrão da escritora: não discorrer sobre os textos transcritos de outros autores. Dessa forma, ela não assumia um papel de “ensinar” didaticamente a leitora nem de defender explicitamente um posicionamento. No entanto, fica clara sua intenção de promover questionamentos sobre a emancipação feminina.

⁵ As aspas no texto fazem parte da publicação no jornal. Como a colunista transcreveu o trecho de Mansfield, ela o colocou entre aspas.

Dessa forma, a página “Entre mulheres” apresentava significativas diferenças em relação às publicadas em outros veículos, especialmente em jornais. Dulcília Buitoni destaca que as seções femininas dos jornais

eram pobres, sem imaginação, com diagramação e ilustração pouco trabalhadas. Eram colchas de retalhos, que juntavam receitas de tricô e crochê, uma crônica ou poesia, culinária, moda, conselhos de beleza, frases de amor etc. Boa parte do material publicado era tradução de textos enviados por agências estrangeiras. A mulher, como público, não era muito considerada. A impressão que se tem é que o jornal editava a página mais para constar. (BUITONI, 1981, p. 97)

Fica nítido que Clarice Lispector quebrou paradigmas na imprensa feminina por várias razões. Uma delas é que, no lugar de traduções enviadas por agências, com lições moralizantes como sobre como as mulheres deveriam se comportar, a colunista traduzia trechos de autores com discurso anticonvencional, a maioria presente também na obra *O segundo sexo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Clarice Lispector teve autonomia por parte dos diretores do Comício para criar a página “Entre mulheres”. Pelas características apresentadas do semanário (uma publicação gerida por intelectuais, sem objetivos essencialmente lucrativos), não havia intervenções diretas no trabalho dos colaboradores. Mas para a escritora, decerto, havia os limites impostos pelo gênero discursivo e pelo público, que foram determinantes na definição de estilo e conteúdos. Tereza Quadros mantinha uma postura ambivalente. Diabolicamente, ela abordava temas familiares a esse horizonte para, na sequência, contestá-los.

Dessa forma, Clarice Lispector construía um discurso em que se desenhava a figura feminina passiva e adaptada ao seu papel social, mas, também provocava a leitora para que refletisse e agisse de modo mais crítico e questionador. A labilidade da colunista é observada na combinação de textos que ratificam os deveres femininos convencionais com aqueles que alertam a leitora para direitos e conquistas.

De forma aparentemente neutra e despretensiosa, Clarice Lispector citou, traduziu ou adaptou trechos de outros escritores ou de especialistas para sugerir temas que fugiam do discurso hegemônico da imprensa feminina.

Mais tarde, quando Clarice Lispector pensou em retomar a máscara para produzir crônicas para a revista *Manchete*, ela escreveu a Fernando Sabino, admitindo o feminismo, mesmo que eventual, da colunista:

É mesmo impossível ressuscitar Tereza Quadros? Ela é muito melhor do que eu, sinceramente: a revista ganharia muito mais com ela – ela é disposta, feminina, ativa, não tem pressão baixa, até mesmo às vezes feminista, uma boa jornalista enfim (SABINO; LISPECTOR, 2001, p. 103).

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus Editorial, 1981.



GASPAR, Samantha. **Rubem Braga e o semanário Comício**. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOTLIB, Nádía Battella. **Clarice**: uma vida que se conta. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2013.

MESQUITA, Cláudia. **De Copacabana à Boca do Mato**. O Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres nos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

RABELLO, Ivone Daré. **Um canto à margem**: uma leitura da poética de Cruz e Sousa. São Paulo: Edusp, 2006.

SABINO, Fernando. **Gente**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SABINO, Fernando; LISPECTOR, Clarice. **Cartas perto do coração**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

A EVOLUÇÃO DA FUNÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA: O PROTAGONISMO FEMININO NOS DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS (1942 A 1945)

Francilene Teles da Silva Sousa¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o protagonismo feminino e a atuação da mulher nos diferentes espaços sociais, no Brasil, nos anos de 1942 a 1945. Assim, buscou-se por meio de estudos realizados entre os anos de 2001 a 2019 contextualizar o percurso da mulher dentro do recorte temporal de 1942 a 1945. Nesse sentido desenvolveu-se um estudo bibliográfico de cunho descritivo, considerando as contribuições teóricas publicadas em documentos escritos e eletrônicos pertinentes ao tema. Para tanto o aporte teórico tem contribuições de autores como Barbosa (2017), Martins (2015), Silva (2018), Bertolini (2002). Desse modo evidenciou-se que a mulher brasileira tem a construção de sua identidade intimamente ligada a suas lutas e conquistas de direitos. Ademais tornou-se possível contextualizar a evolução da mulher no período proposto e observar a importância da inserção da mulher nas obras assistenciais, especialmente no que concerne a Legião Brasileira de Assistência (LBA), para que a mulher conquistasse espaços para além de seus lares, participasse de discussões de interesse feminino e estabelece ligação direta com a esfera pública do país.

Palavras-chave: Mulher. Protagonismo feminino. Filantropia.

INTRODUÇÃO

Contextos da evolução da mulher propõem que na continuidade de conquistas os direitos foram estendendo-se, mas isso demandou tempo e muita luta, pois por mais que abarcassem mais direitos as mulheres ainda sofriam distinção desses mesmos direitos em relação aos homens. Foi a partir das modificações dos padrões sociais e culturais, bem como dos avanços da ciência que as mulheres conseguiram se apropriar de espaços na sociedade brasileira.

Baseando-se nesse contexto, este artigo objetiva analisar o protagonismo feminino e a atuação da mulher nos diferentes espaços sociais, no Brasil, nos anos de 1942 a 1945. Para tanto, busca-se contextualizar a evolução da função da mulher na sociedade brasileira no campo da educação, da atuação no mercado de trabalho, somada a inserção da mulher nas obras assistenciais, especialmente no que concerne a Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Dessa forma, observa-se a importância de propor uma discussão no âmbito da construção do espaço da mulher na sociedade brasileira, especificamente nos anos de 1942 a 1945, observando a importância da filantropia para a conquista do poder de participação da mulher nos assuntos de interesse feminino. Destaca-se que o contexto social e a interação são indispensáveis para que o processo evolutivo aconteça. Assim, a subjetividade do ser humano é propulsora de sua evolução.

Desse modo, desenvolveu-se um estudo bibliográfico de cunho descritivo, considerando as contribuições teóricas publicadas em documentos escritos e eletrônicos. O estudo foi realizado considerando a seleção de estudos primários publicados em língua portuguesa, pois representam a realidade brasileira, entre os anos de 2001 a 2019.

¹ Universidade Estadual do Piauí- UESPI, Licenciatura Plena em História, VIII Bloco. E-mail: francileneetelless@hotmail.com

Nesse sentido foram excluídos os estudos não disponíveis *online*, todas as contribuições teóricas que possuem data de publicação fora do período estipulado, que não estão escritos em língua portuguesa ou que não tratam do tema abordado.

Desse modo, foi construído um *corpus* teórico o que resultou na construção das considerações finais sobre a pesquisa efetivada. Para tanto, evidenciou-se a luta das mulheres pelo protagonismo, pelo poder de fala, pela possibilidade de atuar junto ao poder público e pelo direito de debater questões de interesse feminino. Somado a isso se observou a filantropia como ponte entre a mulher e a construção de uma nova identidade.

O PROTAGONISMO FEMININO

A luta das mulheres pelo protagonismo requer a libertação de paradigmas por anos fincados e disseminados na sociedade. Nesse sentido, a necessidade de gerar uma nova realidade é o principal motivador das mulheres na luta pela igualdade de gêneros, bem como por oportunidade de protagonismo. As ações são, portanto, baseadas no coletivo e considerando essa vertente:

Ocorre, contudo, que as mulheres estão inseridas no polo passivo das relações de poder há bastante tempo. Ao longo dos anos, os movimentos das mulheres foram despertando e disseminando suas perspectivas para outras, demonstrando que as suas vozes não tinham vez dentro dos espaços deliberativos. Desta maneira, a construção da consciência sobre a necessidade de emancipação, nos feminismos, é pautada de maneira coletiva. (SÁ, 2019, p. 12).

Nesse viés a mudança de perspectiva em relação aos espaços que ocupam na sociedade ocorre quando há por parte das mulheres uma tomada de consciência em relação a sua posição e a necessidade de reivindicar igualdade diante o desequilíbrio entre os gêneros. Concomitante a essa ideia está o diálogo para impulsionar a luta das mulheres por direitos, ocupação de espaços na sociedade e participação em movimentos sociais.

Durante muito tempo a participação das mulheres na vida pública foi excluída, uma vez que suas atividades eram limitadas aos cuidados dedicados ao lar e a família. A participação na esfera pública era exercida tão somente pela figura masculina. Entretanto, os papéis sociais conferidos à mulher perpassam constantemente por mudanças gerando transformações na sociedade e favorecendo o protagonismo feminino (BERTOLINI, 2002).

As mudanças mais importantes para o universo feminino envolvendo questões de gênero e trabalho sucedeu, especialmente a partir da segunda metade do século XX, através dos movimentos sociais que conduziram as alterações entre as relações de gênero (BERTOLINI, 2002). Tão logo as mudanças surgiram à presença da mulher na vida pública, a participação em atividades de assistência social, a redução da dependência econômica culminaram no aumento do poder de decisão da mulher sobre as questões relacionadas à sua vida e a construção de uma nova identidade intimamente ligada ao poder feminino que emergiu.

Para tanto, é preciso uma desconstrução continua da lógica machista para que a emancipação feminina aconteça (LISBOA, 2008). Ademais, é preciso ressaltar que o efeito do gênero nas relações institucionais constituídas nos anos de 1942 a 1945 se deu fortemente pela assistência social promovida pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), logo nos seus primeiros anos de atuação, na qual o voluntariado, amplamente destacado era exercido por mulheres dando visibilidade ao protagonismo feminino na época (BARBOSA, 2017).

Outrossim, a autora ainda aborda as questões que levaram mulheres de classes privilegiadas a se envolverem em atividades de assistência promovendo não somente o protagonismo feminino, mas beneficiando camadas da população brasileira que até então não haviam sido assistidas pelo poder público, pois:

As práticas de assistência desenvolvidas pelas mulheres a partir do século XIX, sobretudo as de caridade, advêm da urgência da questão social, quando as mulheres das classes privilegiadas foram incentivadas a se envolver com as obras de assistência, levando alguma espécie de consolo aos menos favorecidos. (BARBOSA, 2017, p. 34).

Além disso, a participação das mulheres nas questões sociais foi uma maneira encontrada por elas para alavancar o poder feminino e alcançarem o poder de participação na esfera pública (MARTINS, 2015). Assim, dedicar-se a causas sociais, criar uma rede de apoio feminina e colaborar para o bem estar social foram maneiras de construir espaços de sociabilidade e com a continuidade interagirem junto ao poder público masculino.

A participação feminina em discussões de interesse feminino foi um grande passo para o protagonismo feminino ganhar forças. Nesse ínterim cabe enfatizar que a inserção da mulher na vida pública abriu caminhos para a construção de uma nova identidade feminina pautada no maior poder de fala, de decisão e participação (BERTOLINI, 2002).

EDUCAÇÃO E NO TRABALHO FEMININO NO BRASIL (1942-1945)

Uma das grandes chaves para a participação da mulher na esfera pública é a educação e, nesse sentido “[...] a cultura, a escrita e a arte se apresentavam como brechas possíveis.” (ASSIS; SANTOS, 2016, p. 12). As mulheres, por sua vez, almejavam essas aberturas. Desse modo, as décadas iniciais do século XX marcam o engajamento das mulheres em busca de inserção no campo educacional e no mercado de trabalho. Para as autoras buscar esses direitos na época era sinônimo de ousadia e, por vezes, a sociedade via tais desejos como fora dos padrões adequados aos comportamentos esperados para as mulheres.

Ainda de acordo com as autoras, durante muitos anos mulheres só puderam estudar em seus lares, pois o conservadorismo e a permanência de valores praticados em épocas passadas perduraram muito tempo na sociedade brasileira e seus reflexos eram vistos até mesmo no papel que a mulher ocupava na sociedade. Nessa vertente a educação das mulheres tornou-se relevante para o bem comum, visto que alcançando notoriedade as mulheres poderiam contribuir para a sociedade para além de seus lares (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Concomitante aos fatos evidenciados nos estudos acima, também se afirma que “[...] a história da educação feminina no Brasil ainda recente é marcada pelo estabelecimento da ordem patriarcal.” (MELNIKOFF; AIRE, 2014, p.1). Considerando que a educação para além do universo doméstico era uma ponte para a expansão do papel da mulher na sociedade, os referidos autores destacam:

A abertura de colégios para educação de moças vai possibilitar espaços de profissionalização da mulher, neste espaço a mulher tem a possibilidade de atuar fora dos portões de casa, possibilitando assim a articulação do poder. Contudo percebe-se que a distribuição do saber era distribuída em porções que variam de acordo com as divisões de classe, etnia e raça. (MELNIKOFF; AIRE, 2014, p. 6).

A desigualdade de gênero somada à desigualdade social e racial promovia novas camadas de segregação das mulheres tanto ao direito a educação, quanto ao direito de atuar no mercado de trabalho. Logo, mulheres de classe econômica baixa sofriam ainda mais dificuldades para ter possibilidades de ascensão no campo educacional e profissional. É interessante esclarecer que a carreira mais aceita para mulher era a de professora.

Ressalta-se, ainda, que durante muito tempo as mulheres tinham o direito de estudar apenas o suficiente para ensinar as primeiras letras, este era o único trabalho considerado digno para elas. Além disso, a carreira profissional não sofria nenhuma promoção a cargos superior, visto que estes eram ocupados por homens (MELNIKOFF; AIRE, 2014).

Contudo, ainda que de forma limitada, a carreira no magistério era para muitas mulheres a única maneira de ter acesso à educação, chance de atuar no mercado de trabalho, bem como circular por espaços públicos e privados. Trabalhando como professora a mulher tinha a chance de se apropriar de espaços historicamente negados.

Nesse interim, vale ressaltar que com o advento da II Guerra Mundial (1942-1945) o número de mulheres ocupando o mercado de trabalho, especialmente em indústrias, contudo os salários recebidos eram consideravelmente abaixo dos pagos aos homens. Assim, a desigualdade entre os gêneros continuava a perpetuar. Ademais, é interessante notar que as primeiras profissões exercidas pelas mulheres, no Brasil, foram enfermeiras, secretárias e professoras. Essas profissões ao longo do tempo se mantêm com grande participação feminina (COELHO; BAPTISTA, 2009).

A educação feminina brasileira é marcada por diferenças de gêneros, quer seja na educação formal, quer seja nas ações sociais. As ações sociais, por sua vez, fomentavam atividades intelectuais para a elite enquanto as classes populares eram direcionadas aos serviços manuais. Além disso, havia a distinção entre os trabalhos que deveriam ser ocupados por homens e os adequados às mulheres. Logo as taxas de analfabetismo altas eram compostas em sua maioria por mulheres que deveriam manter-se no âmbito familiar cuidado da família e responsabilizando-se pelos afazeres domésticos (LOURO, 2001).

Em meio a essa realidade surge a presença feminina nas práticas de caridade e de filantropia. Historicamente essas práticas passaram a ser definidoras da feminilidade (MARTINS, 2015). Apesar disso, a autora reconhece que a filantropia não possui um gênero, visto que não é restrita a mulheres, pois os homens também participaram ativamente dessas ações.

É interessante destacar que desde o século XIX era bastante comum à participação de mulheres da alta sociedade em ações caritativo-filantrópicas tanto no Brasil quanto em outros países (MARTINS, 2015). Para tanto, a autora esclarece:

Historiadoras e historiadores que estudaram a filantropia são unânimes em afirmar que houve um notável crescimento da atividade filantrópica no século XIX, movimentando somas consideráveis de dinheiro aplicado nas mais diferentes obras de benemerência acompanhado do incremento notável da participação feminina. (MARTINS, 2015, p. 15).

Desse modo as mulheres de classes mais favorecidas foram motivadas a participar das ações sociais diante do apelo sentimental e moral que envolvia as ações. Desse modo há uma tendência a incorporar as atividades ligadas à filantropia para intenções humanitárias e de enfrentamento das questões sociais. Desse modo no século seguinte a filantropia ganhou ainda mais força e maior presença feminina (MARTINS, 2015).

Ademais, as atividades voluntárias de assistência oportunizaram as mulheres construir “[...] espaços de sociabilidade e, ao interagirem com o poder político e masculino, as mulheres benemerentes puderam participar de discussões sobre assuntos de interesse feminino como a proteção a maternidade.” (MARTINS, 2015, p. 35). Assim, o assistencialismo tornou-se uma ponte que levou a mulher a conquistar espaços antes não oportunizados. Além disso, o desejo das mulheres de estabelecer mães e filhos como seu público alvo partiu de dois princípios:

A afinidade de gênero a partir da maternidade, que supostamente aproximava todas as mulheres e, decorrentes desse primeiro, os trabalhos filantrópicos direcionados às mães e às crianças pobres eram considerados um imperativo social, pois a participação das mulheres em atividades caritativo-filantrópicas era muito bem vista. (MARTINS, 2015, p. 35)

Desse modo as mulheres contavam ainda com o apoio da sociedade que viam as atividades como benéficas a população, especialmente aos mais pobres. Esse apoio foi crucial para que a mulher ganhar maior poder de fala, espaço para além de seus lares e ser proativa.

Portanto, além do engajamento da mulher no campo da educação, na atuação no mercado de trabalho também iniciou a busca da participação feminina e práticas de enfrentamento das questões sociais. O espaço feminino ganhou força e poder de escuta e fala dentro do campo da filantropia e simbolizou a notoriedade da mulher na esfera pública a partir dessas práticas. É preciso considerar, no entanto, que a literatura refere-se a mulheres de classes mais favorecidas iniciando e tendo maioria nessas práticas do que mulheres pobres.

A ATUAÇÃO FEMININA NAS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS E A CRIAÇÃO DA LBA

Considerando os problemas e as tensões sociais presentes nas primeiras décadas do século XX a filantropia exerceu um papel político no qual a linha de frente era ocupada por mulheres. Nesse contexto, houve uma crescente participação feminina em associações filantrópicas ao longo do século XX (DONZELOT, 1986 *apud* MARTINS, 2015).

No que concerne às associações, algumas se destacaram por seus papéis em campanhas filantrópicas como, por exemplo, “[...] a Liga das Senhoras Católicas da Bahia e de São Paulo, a Cruz Vermelha, a Aliança Cívica das Brasileiras, entre tantas outras.” (MARTINS, 2015, p. 40). Os exemplos dados mostram que as associações filantrópicas cresceram por todo o país.

Todavia, não se pode esquecer que a desigualdade entre os gêneros também estava presente mesmo nessa atividade que foi feminizada considerando a grande participação das mulheres. Pois, conforme Kuhlmann (2010), as mulheres tinham seu papel participativo como auxiliares dos homens.

No que se refere às instituições voltadas para assistência social no Brasil ressalta-se que a Legião Brasileira de Assistência (LBA) caracteriza-se por ter sido umas das maiores. A instituição surgiu em 1942 e desde então passou por transformações quanto a sua finalidade atuando por todo o país até o ano de 1995 (SILVA, 2018). Desse modo, a autora explica:

A LBA foi fundada em 28 de agosto de 1942 no contexto de recrutamento de homens para comporem a Força Expedicionária Brasileira (FEB) que representaria o Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Sua missão primaz, num primeiro momento, era amparar as famílias dos soldados que estavam em combate na Europa. A instituição originou-se da ação da primeira-dama do país, Darcy Vargas, que

trouxe para junto de si o círculo de mulheres influentes na sociedade carioca e brasileira, assim como conclamou todas as primeiras-damas dos estados brasileiros a se envolverem como voluntárias na causa. (SILVA, 2018, p. 605).

Portanto, o período em que a instituição foi fundada é marcado pela saída dos homens até então provedores de suas famílias para servir na II Guerra Mundial. A participação das mulheres se deu primeiro no círculo de mulheres mais influentes e com estreita relação com políticos, pois todas as primeiras-damas do país foram convidadas a serem voluntárias na prática do assistencialismo das famílias de homens designados para servir. Tão logo as atividades da LBA foram promovidas pelo país as mulheres ganharam destaque nas atividades filantrópicas.

Nesse sentido é importante considerar que a LBA tinha como intuito inicial atuar como uma legião, na qual as ações eram voltadas para uma luta do assistencialismo. Assim, a ação social promovida era vista como um ato de vontade e não um direito dos cidadãos. É interessante ressaltar que o vínculo emergencial e assistencial prevaleceu na trajetória da filantropia no país. A partir da idealização filantrópica a LBA cumpriu a função de amparar as famílias dos soldados brasileiros e atuou em parceria com o governo federal na promoção da assistência social (SPOSATI, 2004).

O que permaneceu durante todo o tempo de existência da instituição foi o seu objetivo central “[...] combater aos males relacionados à pobreza.” (SILVA, 2018, P. 30). Ademais, as mulheres foram o grande diferencial dessa instituição, pois atuaram como voluntárias tanto em cargos administrativos quanto em funções técnicas. O voluntariado das mulheres benemerentes foi uma das características preponderantes para a existência das instituições filantrópicas. Assim, as mulheres trilhavam seu caminho para a esfera pública.

A presença feminina foi marcante na institucionalização da assistência, visto que as legionárias atuavam na experiência dos cuidados, fato que é marcado pela feminilidade. Isso culminou em um processo de profissionalização, uma vez que a construção da identidade profissional da mulher na profissão de assistente social foi intimamente marcada pelas representações e valores de gênero (SILVA, 2018). Por outro lado evidencia-se que havia uma divisão hierárquica de poderes que favorecia as diferenças de papéis entre os gêneros, assim:

Essa oposição evidencia-se ao enfatizar as práticas das mulheres como cuidadoras dos mais necessitados, enquanto os homens permanecem majoritariamente nos cargos políticos, de planejamento e de administração. Vê-se, assim, que mesmo com a racionalização da assistência, permanecem as hierarquias e os estereótipos do gênero na questão dos cuidados. (SILVA, 2018, p. 28).

Para tanto, a autora considera a LBA a partir de sua estrutura burocrática, na qual se subdivide em núcleos de ações que foram instituídos hierarquicamente promovendo uma abordagem técnica de assistência social. Desse modo conduziu políticas sociais voltadas para os campos do serviço social e da educação. Assim, a LBA agiu “[...] atuando por meio de subvenções e convênios, desenvolvendo programas socioassistenciais e de serviços de infraestrutura social.” (SILVA, 2018, p. 48).

Ainda vale ressaltar que “[...] a LBA desempenhou um papel político que facilitou a entrada de homens brasileiros voluntariamente na guerra e o fortalecimento da ideologia nacionalista pelo amparo às suas famílias.” (SILVA, p. 59). Portanto, nota-se a importância da criação de um projeto de assistência bem elaborado e estendido a todo o território nacional. Para tanto, o autor explica que Darcy Vargas, primeira-dama e também fundadora da Legião, anunciou a criação do projeto, em 28 de agosto de 1942, entretanto, somente em 15 de outubro de 1942, a instituição foi reconhecida, através do Decreto nº 48306, sendo promulgado seu primeiro Estatuto.

Além disso, a LBA objetivava a participação dos brasileiros na prestação de serviços de assistência social de maneira voluntária e em colaboração com o poder público e privado. Desse modo, tinha entre suas intenções a proteção da maternidade e da infância, prestação de assistência médica as pessoas necessitadas, o incentivo a educação e contribuir para que o povo brasileiro, especialmente os desfavorecidos economicamente, tivessem acesso e alimentação de qualidade (BARBOSA, 2017).

A distribuição gratuita, por todo o território nacional, do Boletim da Legião Brasileira de Assistência, foi uma das ações da LBA para expandir suas ações. Nele os conflitos vividos na época ou mesmo imperfeições não são evidenciadas com frequência. O objetivo principal do Boletim é servir como canal de comunicação entre a LBA e o povo brasileiro em geral, para tanto as ações da LBA são enfatizadas e as práticas filantrópicas são enaltecidas (SILVA, 2018).

A LBA tentou orientar-se, portanto, em uma base política voltada para educação como ponte para a transformação da população carente do Brasil. A prática do assistencialismo foi aos poucos ganhando caráter técnico, sem deixar, contudo, de ser representada em sua maioria por mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho evidenciou o contexto em que o protagonismo feminino ocorreu no Brasil, por meio de um recorte temporal entre os anos de 1942 a 1945. Nesse contexto as mulheres alcançaram maior visibilidade fora dos seus lares, por meio da filantropia, prática essa que se consolidou feminina e perpetuou por todo o território nacional.

A partir disso observou-se que a busca das mulheres pela inserção no campo educacional foi vista como ousadia, uma vez que não representava os padrões comportamentais desejados para as mulheres na época. Não o bastante, o estudo salientou que a educação feminina no Brasil é marcada por diferenças de gêneros tanto na educação formal quanto nas ações sociais.

Dessa maneira as atividades intelectuais eram destinadas a classes mais favorecidas e as classes populares, por sua vez, eram destinadas aos serviços manuais. Ademais, não se pode esquecer que esta época é marcada por altas taxas de analfabetismo que em sua maioria eram ocupadas por mulheres.

A diferença entre os gêneros também era observada no mercado de trabalho, pois enquanto os cargos políticos e administrativos eram ocupados majoritariamente por homens às mulheres por sua vez ocupavam majoritariamente cargos técnicos. Além disso, outro fator evidenciado foi à diferença salarial entre os gêneros. O resultado da inserção da mulher no mercado de trabalho em profissões como professoras, enfermeiras, secretárias tem resultados ainda nos dias atuais onde essas profissões são marcadas pela grande participação feminina.

Ressalta-se que a LBA foi criada no ano de 1942 e as atividades filantrópicas desempenhadas pela instituição deram grande visibilidade a atuação feminina nas ações assistenciais. Apesar da divisão hierárquica existente dentro da instituição e da distinção de papéis entre os gêneros, cabe ressaltar que as atividades filantrópicas possibilitaram a inserção da mulher na esfera pública, a sociabilidade e a participação em debates de interesse feminino. A construção desse espaço de poder de fala deu a mulher uma abertura para que mais espaços e direitos fossem construídos ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos. **Memória feminina**: mulheres na história, história de mulheres. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016.
- BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira De Assistência (LBA)**: O Protagonismo Feminino Nas Políticas De Assistência Em Tempos De Guerra (1942-1946). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- BERTOLINI, L. B. A. **Relações entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar**. 2. ed. São Paulo: Vetor, 2002.
- COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Rev. Psicologia política**, v. 9, n. 17, p. 85-99, jan./jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100006. Acesso em: 20 ago. 2020.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- LISBOA, Tereza Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas política sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 2001.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. **Revista de Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, p. 13-28, 1. sem. 2015.
- MELNIKOFF, Ricardo André Aires; AIRES, Elaine Almeida. Professora, professorinha primeira profissão que legitima a mulher do século XIX. In: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA, 4.; ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 4., 2014, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424132806_ARQUIVO_RicardoAndreAireseElaineAlmeidaAires.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.
- SÁ, Cecília Gomes De. **Direito e empoderamento coletivo**: uma crítica aos pressupostos individualistas de projetos de lei e de políticas públicas do Banco Mundial dirigidos às mulheres. 2019. Dissertação (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito do Recife, Recife, 2019.
- SILVA, Bruno Sanches Mariante. Tecnificação e gênero no corpo laboral da Legião Brasileira de Assistência: assistência social e modernidade (1945-1964). **História Unisinos**, v. 4, n. 22, p. 604-619, nov./dez., 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2018.224.08/60746707>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- SPOSATI, Aldaíza. **LOAS**: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

A NÃO MATERNIDADE A PARTIR DA REVISTA PAIS E FILHOS (1968-1972)

Thayná Guedes Assunção Martins¹

Joseanne Zingleara Soares Marinho²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o não exercício da maternidade por mulheres brasileiras no período de 1968 a 1972 a partir da Revista Pais e Filhos. Nisso, diante das maiores possibilidades de inserção das mulheres ao mercado de trabalho e maiores níveis de escolarização, o ser feminino vem tomando a maternidade como uma experiência a ser postergada ou mesmo tornando-se inexistente na vida de muitas mulheres. Constata-se a grande relevância dessa pesquisa sobre a vivência de muitas mulheres, e que apesar dos avanços encontrados ainda são objetos de muitos estereótipos e olhares desrespeitosos e preconceituosos diante da sociedade, mas que configuram uma parcela que já vem alcançando seus direitos sobre a escolha do não exercício da maternidade, ou seja, o poder de tomada de decisão sobre seus corpos.

Palavras-chave: História, não maternidade, divisão sexual do trabalho.

INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo foram criadas inúmeras tentativas de interiorizar na sociedade a construção da natureza materna específica a todas as mulheres, onde estas deveriam se preocupar apenas com os interesses do espaço doméstico, ou seja, restringindo sua atuação aos filhos e ao marido. Os governos e a sociedade patriarcal, principalmente, buscavam formas de compreender e direcionar a concepção sobre as mulheres como as personagens responsáveis pela ordem familiar, especialmente no que diz respeito aos cuidados infantis. Logo, há sempre a tentativa de ditar quais devem ser os modos de como cuidar de seus filhos, bem como deve ser o comportamento das mulheres em relação a maternidade.

É possível notar o caráter influenciador que o meio de informação, a exemplo, uma Revista carrega consigo, junto a todas as camadas sociais, especialmente aquelas que possuem acesso a esse veículo de comunicação, devendo ser levado em consideração que cada edição de periódicos dizem muito sobre o contexto social que encontra-se inserida, bem como o que a sociedade, ali representada pelos objetivos do setor mais alto, esperam de todos, em especial, das mulheres.

Neste segmento esta pesquisa parte do seguinte tema: A não maternidade a partir da Revista Pais e Filhos (1968-1972), visando analisar o não exercício da maternidade por mulheres brasileiras no período de 1968 a 1972 a partir da Revista Pais e Filhos. Aspectos estes acompanhados das mudanças a que a sociedade vem trilhando diante das maiores possibilidades de inserção das mulheres ao mercado de trabalho e maiores níveis de escolarização, conquistas essas advindas a partir de grandes reivindicações dos movimentos feministas, onde ser feminino vem tomando a maternidade como uma experiência a ser postergada ou mesmo tornando-se inexistente na vida de muitas mulheres.

¹ Graduanda em História. Universidade Estadual do Piauí. E-mail: thaynaguedes1996@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e Professora Adjunta II da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: joseannezsm@gmail.com.

O não exercício da maternidade aliado a essas duas causas aqui citadas encontram-se envolvidas em alguns aspectos que foram relacionados no decorrer da pesquisa. Ao passo que as mulheres adentraram o espaço público não houve um pensar coerente no que tange à divisão de tarefas na esfera do lar sobre atividades relacionadas ao cuidar e ao trabalho doméstico. Com isso, as mulheres que decidem usufruir de seus direitos em ocupar lugares na esfera do profissionalismo, leva consigo a sempre dupla jornada de trabalho feminina, no qual se configura entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo (KERGOAT, 2009).

Contudo, é possível perceber junto à Revista Pais e Filhos, no dado recorte temporal trabalhado aqui neste estudo, de 1968 a 1972, que a visão predominante junto ao periódico é de uma maternidade suprema, na qual em prol do amor materno -aquele incondicional- é válido todos os tipos de anulação e sacrifícios da mulher. Mesmo quando a Revista aborda o colocar em dúvida a maternidade como condição de realização do ser feminino, esta ainda a situa de maneira a evidenciar alguns aspectos da importância da condição materna e da completude que tal experiência é capaz de gerar sobre a mulher.

Para a viabilidade da pesquisa foram utilizados alguns referenciais teóricos relacionados ao tema, tais como: Badinter (1985), Araújo e Moura (2004), Federici (2019), Perrot (2007), Rago (2004). Como fonte primária foi feito uso da Revista Pais e Filhos, na qual é um veículo de informação e comunicação de âmbito nacional que tem como abordagem os diversos aspectos da maternidade, desde a gravidez, perpassando à amamentação, cuidados com os filhos até os 12 anos de idade, dentre outros temas relacionados a vertente da maternidade, na qual era e continua a ser destinada especialmente ao público feminino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maternidade nem sempre foi sinônimo de valorização da mulher em meio a sociedade, como pode ser percebido nos estudos de Badinter (1985), ao apontar que na Idade Antiga prevalecia a autoridade paterna e marital, não havendo espaço para valorização feminina sobre a maternidade, tendo a mulher uma condição jurídica sempre menor que a do marido, semelhante a do (s) filhos (s). Portanto, a relação de submissão da mulher ao ser masculino, devendo respeito e obediência à primeiro momento ao pai e posteriormente ao marido, outrora se encontrava em um patamar ainda mais subjugado, sem a sua valorização nem mesmo sobre o aspecto materno, o que posteriormente, com os novos interesses da sociedade em controlar o ser feminino, passa a ser motivo de prestígio no meio social. Assim, cabia a mulher e ao filho (a) pouca ou nenhuma importância na constituição familiar.

Contudo, esse cenário vai sofrendo modificações a partir da necessidade de se ter na criança um ser que deveria ser cuidado e protegido, tornando-se símbolo de prestígio junto a família, acompanhado dos novos rumos a que a sociedade almejava com a ascensão da burguesia, em que visavam, dentre outros fatores, a valorização do sentimento de infância. Como aponta Araújo e Moura (2004, p. 46):

[...] somente no último terço do século XVIII sua disseminação é mais evidente. O foco ideológico desloca-se progressivamente da autoridade paterna ao amor materno, pois a nova ordem econômica que passa a vigorar com a ascensão da burguesia enquanto classe social impunha como imperativo, entre outros, a sobrevivência das crianças. Após 1760, inúmeras publicações passaram a exaltar o “amor materno” como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade, incentivando a mulher a assumir diretamente os cuidados com a prole.

É possível perceber que ao passo que as atribuições ao ser infantil vão tomando forma, e sendo exigidas pela sociedade uma maior responsabilidade sobre o mesmo, é dado à mulher esse lugar de destaque sobre a maternidade, não sem, contudo, haver interesses controladores sobre essas atitudes de prestígio diante daquela na qual advém o poder de gestar, bem como é propagado que a mulher possui como condição inerente à sua existência o amor materno, algo que é amplamente difundido na e pela sociedade, e que já foi desmistificado pelos estudiosos, a exemplo o livro de Badinter, intitulado como Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno. Contudo, essa é uma concepção que encontra-se em voga até a atualidade em muitas das mentalidades masculinas e até mesmo femininas.

Seguindo essa ótica de valorização da maternidade é que a Revista Pais e Filhos aborda uma série de artigos nos quais carregam em si um verdadeiro manual sobre a maternidade. A princípio a gravidez, sendo essa a primeira fase da mulher-mãe, ao encontrar-se gestando sua prole. A Revista Pais e Filhos em torno do processo gestacional tinha como objetivo oferecer as mulheres gestantes informações de como ser a mãe ideal e proteger a futura existência dos seus filhos por meio de cuidados com alimentação, atividades físicas, trabalho, dentre outros. Nesse sentido, a Revista inicia a reportagem destacando que:

Cada bebê que nasce faz sua mãe se sentir como a única entre as mulheres. Basta ouvir uma conversa de mães futuras ou recentes – a quantidade de detalhe a respeito do que estão sentindo (ou mal acabaram de sentir) é tamanha, que se diria que nenhuma gravidez ocorre igual. É claro que todas são marcadas por características pessoais – de organismo e de temperamento. Mas há um desenvolvimento – padrão que é bom ser conhecido, não apenas por informação mas, principalmente, para que qualquer desvio mais sério seja imediatamente identificado e comunicado ao médico assistente. (PAIS E FILHOS, dezembro de 1971, p. 12)

A Revista iniciou com a ideia de serenidade sobre a mulher à espera de seu filho ou filha junto à imagem que abriu a reportagem. Continuou intensificando sobre as diversas emoções que se encontram em torno da futura mãe ou mesmo da mulher mãe iniciante. O periódico aponta que mesmo a maternidade se mantendo de maneira singular sobre cada mulher, diante de suas emoções e comportamentos, há saberes que estas devem se deter, até mesmo como uma ajuda, sobre atenções que devem ser dadas durante o período gestacional. O que pode ser considerado aparentemente normal na gestação e o que pode ser avaliado como sinal de alerta e, portanto, indício para ir ao encontro do médico especialista.

Ao apontar a existência de sentimentos e ações singulares sobre cada gestante ou mãe principiante, é percebido, ainda que nas entrelinhas da escrita, o apontamento da Revista para uma maternidade suprema. Volta-se ao chamado amor materno, que diante de muitas concepções carregadas de fatores culturais entendem que os sentimentos positivos ligados ao amor de mãe já têm início desde antes do partear. Caracterizando a maternidade romantizada, quando na realidade nem sempre há a presença desse amor já no período da gravidez.

A reportagem segue apontando em sua primeira escrita os sintomas pertencentes às mulheres no início da gestação, quando nas primeiras semanas ainda se tem apenas suspeitas sobre a gravidez, e que essa se intensifica à medida que surgem novos sintomas. Como é o caso de incômodo nos seios, acentuação dos mamilos, bem como a presença de sonolência e náuseas. (PAIS E FILHOS, dezembro de 1971). Essa é uma análise que designa sinais de alerta ao ser feminino, a matéria tem segmento propondo aconselhamentos para a então gestante:

Procure passar pelo menos três horas por dia ao ar livre, dormir 9 horas por noite e uma durante o dia. É importante ainda que você procure manter o máximo de regularidade em sua rotina diária:

dormir, levantar e comer sempre à mesma hora. É preferível ainda, para não sobrecarregar o estômago, que você faça, por dia, cerca de cinco refeições, em pequenas quantidades. Não esqueça das vitaminas, cuja insuficiência, muitas vezes, provoca complicações para a mãe, enfermidade no feto ou parto prematuro. A vitamina D (que você consegue com sol e ar puro) é importante na prevenção do raquitismo do bebê e descalcificação da mãe; a vitamina E, também importante, pode ser encontrada no agrião, alface, cereais, gema de ovo e fígado. Procure ainda incluir uma grama de cálcio na alimentação diária. Você vai querer saber de um modo de acabar com o mal-estar e nós lhe damos, para isso, algumas sugestões. Contra a azia, evite alimentos ácidos e difíceis de digerir (como os molhos); evite também os que produzem gases (feijões secos, couve e cebola). Contra a prisão de ventre, você deverá preferir alimentos gordurosos, substituir o açúcar pelo mel, comer alimentos desintoxicantes como pão integral, legumes verdes, uvas, ameixas e figos e tomar vários copos de sucos de frutas por dia. Mas não use laxantes sem consultar o médico. Um truque contra a náuseas é manter sempre ao lado de sua cama um pacote de biscoitos creme crackers. Mastigue um logo ao acordar, ainda em jejum, pois a náusea, muitas vezes, é causada pela falta de alimento no estômago, embora você possa pensar exatamente o contrário. (PAIS E FILHOS, dezembro de 1971, p. 14 e 15).

A tessitura aplicada à reportagem é situada de maneira coloquial e de fácil compreensão. A Revista segue atuando como auxiliadora das futuras e já presente mães, solucionando dúvidas, atuando nos mais diversos assuntos. Na citação acima é possível perceber a atuação do artigo no que se refere aos primeiros indícios na descoberta da gravidez, bem como os cuidados que devem ser tomados durante todo o período gestacional. Glória Nogueira – autora dessa matéria – segue assinalando que estas ações a serem tomadas devem ser seguidas para o bem estar da mãe e da criança, onde a última ainda encontra-se em desenvolvimento, e dependente total da sua progenitora.

O terceiro mês é apontado como período de já melhora do mal estar tão recorrente nos primeiros meses. No entanto, é mencionado que no que diz respeito as relações sexuais “nesse período inicial – também consideradas causas de abortos espontâneos – a opinião dos médicos varia. O melhor é manter o equilíbrio, isto é, tê-las moderadamente. Só devem ser evitadas se você já teve um aborto ou tem tendência a isto.” (PAIS E FILHOS, dezembro de 1971, p. 16).

Assim, o discurso perpassa até mesmo as questões sexuais da mulher, considerando que haja à primeira vista a preocupação com a mulher- mãe, mas é visível que essa é uma fala que trabalha em torno de controle sobre o corpo feminino, e somente sobre este, quando não menciona a redução ou mesmo não prática sexual do também companheiro, se esta tiver.

É possível perceber a falta de análise sobre a relação sexual, ou falta dela, encontrando-se situadas pelo não desejo feminino, haja vista as grandes transformações que seu corpo passa a sofrer. Há mudanças no que tange o emocional e psicológico da mulher, muitas vezes não acompanhando o que o corpo vem sentindo, buscando desse modo se reconectar consigo mesma e sua sexualidade. Assim, fica evidente mais uma das tantas tentativas de dominação do corpo da mulher.

A Revista segue fazendo uso de artigos relacionados ao cuidado com a filha e/ou filho, em que a partir das análises realizadas notou-se um trabalho direcionado especialmente ao ser feminino. Nisso, no ano de 1969, é publicada a reportagem intitulada “que me falta para ser uma boa mãe?,” diante desse título há a foto de capa e logo em seguida uma outra imagem na qual toma duas páginas inteiras. Nisso, se faz o convite para observar ambas, na imagem que se segue, para que então seja possível perceber os contrapontos entre as duas.



Na imagem de capa acima é perceptível a realização – felicidade – feminina através da maternidade simplificada no carinho da prole. Na figura seguinte o que se vê é uma família sobre sua cama, onde todos os filhos encontram-se em volta da mãe, que mesmo na presença do pai, este encontra-se dormindo, um tanto quanto afastado da família, como se aquele momento não pertencesse a ele. Mesmo diante da presença do marido e pai das crianças não há sua participação na ocasião com os filhos, e que a mãe mesmo depois de um dia cansativo encontra-se realizada em sua completude familiar, assim, a características diante dos momentos juntos, o afeto e cuidado sempre adivinha da mulher.

As duas imagens permitem lembrar um poema de Fernando Pessoa, que é descrito como “Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”, ou seja, esta mensagem se relaciona com a imagem podendo ser traduzida sob a perspectiva de que tudo vale a pena quando se tem o amor do filho (a), mesmo diante da sobrecarga em relação aos trabalhos envolvidos na dedicação a prole existe a compensação através de seu afeto e sua felicidade. Assim, o que é apontado é que a busca ao melhor cuidado com a prole advém da mãe, quando logo no título já deixa clara essa mensagem conforme a citação abaixo destaca:

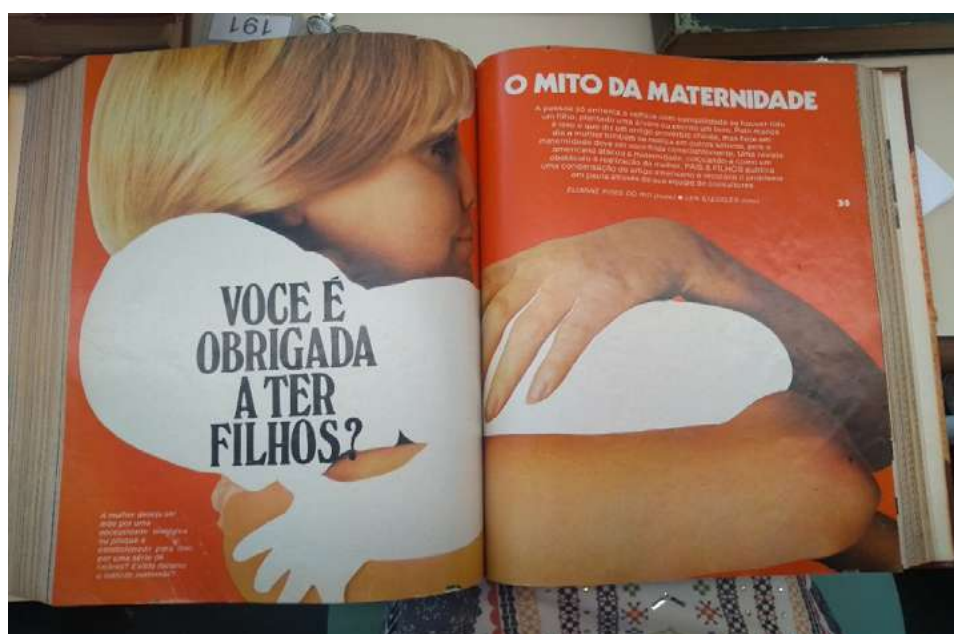
[...] da tudo o que pode. Passa o dia inteiro lidando com seus filhos. Cozinha, lava e engoma suas roupas, faz questão de levá-los pessoalmente ao colégio. Isto sem falar em todos os outros compromissos que você assume por causa deles – aulas de judô, balé, natação, escolinha de arte para o caçula, médico e dentista semanalmente. Se um adoecer, você se desdobra para satisfazer-lhe os mínimos caprichos. Em suma você é daquelas que se matam pelos filhos e simplesmente não tem vida própria. Por tudo isso, seus parentes e amigos são inânimes em afirmar que você é uma boa mãe. Mas, será mesmo? (PAIS E FILHOS, maio de 1969, p. 68,69).

Para que a mulher- mãe seja valorizada como tal, seguindo a vertente apontada pela Pais e Filhos, é preciso que essa se mostre anulada em sua vida pessoal, esquecendo-se de si mesma e vivendo em função da família. No entanto, ainda que o ser feminino viva uma vida voltada para os interesses familiares, esta, por sua vez, pode não ser uma boa mãe, como indagava a Revista. Para tanto, essa interpelação se dá justamente para dar continuidade quanto a temática central do presente artigo que visa discorrer sobre atitudes de mães que, segundo a análise do periódico, não permitem que a mulher na condição materna esteja agindo de maneira ideal.

É preciso que seja compreendido que o discurso embutido na Revista Pais e Filhos versa principalmente sobre a busca de um ideal perfeito sobre a maternidade, pautando os ensinamentos que devem ser seguidos minuciosamente para que não haja falhas. No entanto, este estudo não pauta a maternidade perfeita a partir de ideais impostos como os corretos e imprescindíveis, mas sim, compreende-se que a relação mãe e filho se dá de maneira singular e, que, portanto, não há como ser traduzida a partir de direcionamentos perfeitos.

Nas análises em torno dos artigos da Pais e Filhos no dado recorte desse estudo, 1968-1972, só uma publicação datada do ano de 1971 intitulada “Você é obrigada a ter filhos?” Tendo como base um artigo publicado na Revista norte-americana Look, na qual propunha a maternidade como obstáculo às realizações femininas. Nisso, a Revista Pais e filhos, publicou de forma condensada o referido artigo americano, trazendo como abertura a figura 2:

Figura 2: você é obrigada a ter filhos?



Fonte: REVISTA PAIS E FILHOS, maio de 1971.

A reportagem, apesar de conter como título uma temática sobre a maternidade a partir da imposição social à condição feminina, abordou no canto esquerdo da página alguns questionamentos sobre o fator materno, como: “A mulher deseja ser mãe por uma necessidade biológica ou porque é condicionada para isso por uma série de fatores? Existe mesmo o instinto maternal?” (PAIS E FILHOS, maio de 1971, p. 38). Tais questionamentos viabilizam o debate em torno dos fatores culturais junto ao ser materno. Porém, traz como imagem de capa uma ideia sugestiva, na qual retrata uma mulher com um bebê em seu colo, ainda que a figura não trate de um bebê propriamente dito, mas sim a sombra dele. Nisso, o artigo prossegue com um título de maneira a evidenciar-se, abordando a mensagem “Êsse instinto é inato ou fabricado?”, o que aponta no início do texto, de autoria de Elianne Pires do Rio:

Até pouco tempo, os filhos eram uma decorrência natural do amor e sua conseqüência nobre. A mulher integrou-se nas forças produtivas do mundo, deixou de ser um mero apêndice do homem, libertou-se da dominação econômica. Agora ela já pode optar entre ter ou não filhos; a maternidade deixou de ser uma função essencial para transformar-se em um de seus meios de realizações. (PAIS E FILHOS, maio de 1971, p. 40)

Nesse discurso, percebe-se um breve histórico sobre o que antes a maternidade tinha como significado em relação à completude feminina, e que já não mais era possível perceber a mulher nas condições unicamente maternas, mas que esta, com sua ascensão ao espaço público encontrava-se em situação de escolha sobre o real querer a despeito das vivências maternas. A abordagem segue investindo dentro da matéria quando ao tempo que interpela a questão da maternidade como cultural e não biológica baseada em especialistas, como Freud e outros, em que aborda a relação social repleta de costumes e regras, como condicionantes para a realização completa da mulher a partir da maternidade.

De modo a contrapor essas ideias, a reportagem expôs a fala da socióloga Jessie Bernard “Se maternidade fosse um instinto, as pessoas morreriam logo que não pudessem satisfazê-lo.” (PAIS E FILHOS, maio de 1971, p. 40), ou seja, caracterizado como construção cultural o modelo de vida a que a sociedade destinava como único meio de realização completa da mulher, bem como a sua função social, a reprodução e o que mais dela é gerado, como os cuidados reprodutivos.

Por meio dessa mensagem é explicitado o modo como a maternidade, sendo uma condição biológica feminina, não se caracteriza como instintiva, mas sim culturalista, onde a sua vivência pode partir de escolhas, em que o não exercício dela não implicará em algo que compromettesse a vivência da mulher. Haja vista que aquelas que não possuem tal experiência não deixam de existir, portanto, não devendo ser caracterizada como fator intrínseco à condição feminina humana.

Seguindo o objetivo a que a Revista Pais e Filhos se propôs nessa publicação, mais uma vez faz a pergunta a título de abertura, um novo aspecto do artigo, no qual é intitulado, “A mulher que é mãe se realiza melhor?” (PAIS E FILHOS, maio de 1971, p.42). Em que segue:

Segundo Imeld Farah, psicóloga carioca, a necessidade psíquica, no caso a presença da mãe, é importante, jamais secundária. Se a maternidade é uma necessidade psíquica, ela é essencial. O fato de não ser um imperativo biológico não a invalida. [...] Já Rubenstein e Benedek, no livro **Ciclo Sexual da Mulher**, consideram que existe na mulher uma inter-relação constante entre processos biológicos e psicológicos. Eles observaram que há um aumento de desejo sexual na época anterior à ovulação. Parece, pois, existir na mulher um desejo instintivo de ser fecundada e ter um filho. [...] A maternidade deve ser uma escolha consciente. Uma mulher forçada por condicionamentos ou pressões a ter um filho está em grave conflito. Pode, inconscientemente, estar procurando um castigo para si mesma e uma vingança contra seu meio ambiente. [...] Em grande medida a mulher é condicionada por todo o complexo social a ser mãe. Convém à sociedade acentuar esse compromisso de gerar e criar filhos, ao menos na primeira infância. Mesmo com esses estímulos, cada vez mais a maternidade é uma opção individual. Atualmente, os dois valores coexistem: mito da maternidade e anticoncepção. A mulher pode decidir se vai ou não ter filhos sem se arriscar a uma sanção da sociedade. Não existem mais, principalmente em centros adiantados, quem considere a mulher sem filhos egoísta e fria. Hoje, não só ela tem condições de evitar filhos, como tem o apoio da sociedade para isto.

O que é apontado, são várias justificativas nas palavras de especialistas, para a não maternidade, advinda da concepção de que a mulher possui o direito de escolha sobre tal. Defendendo, assim, que a maternidade deve ser uma escolha consciente da mulher, demonstrando que a sociedade, por muitas vezes, pressiona o ser feminino para o gerar. No entanto, essa é uma concepção que já não mais estaria solidificada junto à sociedade, de modo que as mulheres que optam pela não maternidade já não seriam, pelo menos declaradamente, vistas com desprezo pelo meio social, ao menos em centros urbanos mais modernos, a não rejeição sobre a mulher não mãe.

Porém, é possível perceber que mesmo diante da publicação de um artigo que trate sobre ares modernos no que concerne a mulher na condição de ser ou não mãe, a publicação ainda é carregada de aspectos, ora a favor da mulher com suas liberdades de escolhas, ora com o ideal acolhedor que, mesmo a maternidade não sendo um fator inerente à condição feminina, mas uma vez concebida, é necessário a participação efetiva da mulher junto à prole.

Assim, como demonstra por vezes que há fatores biológicos femininos, que contribuem para o desejo de ser mãe, como é o caso do aumento do desejo sexual da mulher no período que antecede a ovulação. No entanto, é importante levar em consideração um relativo avanço pelo fato de já se encontrar dedicado um artigo da Revista para um assunto ainda pouco abordado, mas que já era motivo de inquietude de muitas mulheres.

Ressalta-se ainda que a publicação dessa matéria se deu no mês de maio, considerado como aquele dedicado em homenagem as mães e as noivas, nomenclaturas que romantizam e fundamentam a essência feminina a partir de padrões ditos representativos, quando na realidade não abrangem a totalidade dos modos de ser feminino. Sendo esse artigo uma exceção nos modos como a Pais e Filhos retrava a maternidade, pois só voltaria a falar do assunto em 1982. Portanto, no dado recorte temporal desse estudo, houve a publicação de apenas um único artigo que trouxe para o centro das reflexões a visão do desenvolvimento da maternidade fora do instinto materno.

É visto que o processo de compreensão e respeito da sociedade por mulheres sem filhos ainda se traduz em momentos de lutas, pois trata-se de um estigma que muitas vezes encontra-se entranhado no seio dessa sociedade que foi fundada nas bases do patriarcalismo, e que o pleno poder de decisão sobre suas vidas e corpos ainda encontrava-se e encontra-se permeado de olhares desrespeitosos acerca daquela que foge aos padrões normatizados e impostos na e pela sociedade.

O trabalho reprodutivo foi imposto como papel direcionado a ser desempenhado essencialmente por mulheres, garantindo, assim, a divisão não igualitária do trabalho. Diante das conquistas das mulheres ao longo do tempo, sobretudo no decorrer do século XX, podendo adentrar aos espaços públicos no desempenhar de ofícios e com isso percebendo-se sobre novas concepções de realização pessoal para além da díade casamento- maternidade, mas sim, podendo encontrar novos meios de satisfação, como por exemplo, no campo profissional.

Essa se faz, em mais uma tentativa da sociedade em manter o controle sobre os corpos femininos, onde necessitam, a partir de uma ótica capitalista, do trabalho não remunerado desenvolvido pelas mulheres. É sob essa visão, de olhar as relações capitalistas, como pontua Federici “Mulheres” [...] significa não somente uma história oculta que necessita se fazer visível, mas também uma forma particular de exploração e, portanto, uma perspectiva especial a partir da qual se deve reconsiderar a história das relações capitalistas.” (2019, p. 4). Portanto, a história das mulheres como objeto de estudo realizou-se primeiramente nos Estados Unidos e Grã Bretanha a partir dos anos de 1960 quando na França na década seguinte. (PERROT, 2007).

Desse modo, muito do que foi adquirido por uma maior liberdade de escolha feminina sobre seu corpo, inclusive, no que tange a maternidade, podendo decidir pelo desenvolvimento ou não dessa experiência, se deu pelas maiores aberturas no cenário profissional para as mulheres. Contudo, a essas ainda tiveram que passar por duras interferências culturais que encontravam-se enraizadas, onde o lugar feminino estaria condicionado puramente ao matrimônio e com isso a maternidade. Ideias como as de que:

O trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância da mãe. As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar;

além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (RAGO, 2004, p. 489).

A inserção da mulher no mercado de trabalho, sempre exposta a menores condições de desenvolvimento do seu ofício do que o ser masculino, foi constituída e ainda perpassa por momentos de lutas por maiores igualdades entre os gêneros. O discurso moralista em prol dos valores familiares impostos e situados apenas perante o ser feminino agiam como meios fortes de recuo das mulheres para o espaço do lar. Pois a partir de maiores direitos garantidos às mulheres sobre sua inserção no mercado de trabalho e cenário educacional, estas iriam ganhando novos ares de desenvolvimento e liberdade. Assim, a maternidade nem sempre estaria atrelada aos novos planos de crescimento feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises expostas no presente estudo, foi possível perceber como a maternidade- já que não dá para falar da análise da condição não materna sem, contudo, compreender a maternidade apontada pelo periódico- e a não maternidade, juntamente com todos os aspectos no cerne dessas questões - os ideais de mulher mãe, os cuidados maternos, a participação do discurso médico psicológico, e a própria não presença da maternidade- eram vistos a partir da visão da Revista Pais e Filhos, no período de 1968 a 1972, na qual era um veículo de informação de circulação nacional brasileira e acervo bibliográfico.

Não é possível, deixar de levar em conta que o país perpassou, durante o recorte temporal dessa pesquisa, por diferentes momentos políticos desde um período ditatorial, em que se tinham características opressoras para todos os cidadãos, onde para a mulher, ser culturalmente construído de maneira excludente e opressiva pela e da sociedade, em que encontravam-se em momentos de busca pela inserção e ascensão aos espaços públicos, no que diz respeito a maiores níveis educacionais, a saúde e o bem estar da mulher. Até a reabertura política e retorno da democracia, embora gradativamente.

Foi possível perceber que a maternidade era vista, no dado recorte temporal incorporado neste estudo, em uma crescente partindo desde atributo indispensável para o ser mulher, procurando despertar o ser feminino em sua maneira mais completa, portanto sinônimo de realização pessoal do constituir-se mulher, até a sua maior liberdade em torno do seu próprio corpo, decidindo pelo desenvolvimento da maternidade biológica ou não. E não se tratou de uma maternidade qualquer, mas sim, de uma condição materna relativamente homogênea, onde se traduzia no cuidado e proteção da prole, sempre vinda em primeiro lugar, na presença do filho (a) de maneira constante, devendo ser aproveitado cada minuto desses momentos, pois depois que findasse a fase infantil, essa mãe não teria mais a completa atenção da prole, o que gerava um importante desafio as mulheres que se dedicaram a maternidade de forma integral, fazendo dela o seu ofício.

Até mesmo quando a Revista aborda a não maternidade, esta se dá com aspectos ainda influenciadores da importância do maternalismo junto a vida feminina, aspecto esse podendo ser visualizado logo na foto de capa de um dos artigos do periódico em questão, quando mesmo tratando da não maternidade, o que demonstra um relativo avanço as questões não maternas, ainda simboliza ares do ser mãe e a grande satisfação que dela advém. Contudo, o que torna-se fundamental sinalizar é a presença das conquistas femininas ao longo do tempo sobre o poder diante de seus corpos e a busca de sua realização pessoal através de meios que ultrapassam a condição específica de mulheres que se tornam mães.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO, Maria de Fátima; MOURA, Solange Maria Rolim de. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, n. 24, p. 44 – 55, 2004.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. E-book.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

FREDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: contexto, 2004. p. 484-507.

“SYBILLA DE PARIZ”, “CELEBRE CARTOMANTE” E “DISCIPULA DOS MELHORES PROFESSORES DA EUROPA”: REPRESENTAÇÕES SOBRE AS CARTOMANTES NA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO (1860-1879)

Kathleen De Oliveira Maia

Resumo: Folheando as páginas de periódicos de ampla circulação na Corte, como o Jornal do Commercio, observou-se que as décadas de 1860-1870 foram intensamente permeadas por anúncios de cartomancia, em sua maioria mobilizados por mulheres cartomantes. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar como essas cartomantes utilizaram as publicidades não somente como modo de ofertar seus serviços, mas também como ferramenta para tecer determinados tipos de representação sobre si mesmas e sobre seu ofício. Comumente, foram publicados textos nos jornais com opiniões extremamente desfavoráveis em relação à cartomancia, ressaltando assim a necessidade de uma estratégia narrativa por parte dessas mulheres. Na investigação, foram utilizados exemplares dos periódicos Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias e Diário do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Cartomancia; Mulheres; Rio de Janeiro Imperial.

PRIMEIROS APONTAMENTOS

No dia 07 de outubro de 1861, a seção “Folhetim do Jornal do Commercio”, publicada em jornal de mesmo nome, traz, entre comentários sobre os rumos do teatro nacional e sociedades filantrópicas recém-criadas, uma curiosa ponderação

Derão os jornaes da penultima semana a curiosa noticia da introducção de uma nova e *innocente* industria na cidade do Rio de Janeiro. Essa industria é a da *cartomancia* e *buena dicha*, e assevera-se que há na capital mais de uma casa onde se exercem *proveitosamente* essas magicaturas. Ouvi já determinar as ruas onde se encontram *instituições sobrenaturaes* e *altamente civilisadoras*. (JORNAL DO COMMERCIO, Ed. 277, 07/10/1861, p.1)

Apesar de o autor da crônica assinalar o nascimento de uma nova indústria na Corte, sabemos que já existiam praticantes da cartomancia e outras “magicaturas” exercendo seus ofícios nas ruas e sobrados cariocas antes mesmo de notar-se sua presença pelas páginas dos periódicos. Entretanto, a observação tecida pelo autor da crônica é bastante interessante para iniciarmos as reflexões propostas por este artigo, ou seja, pensar as representações construídas pelas mulheres cartomantes que atuavam na cidade do Rio de Janeiro na imprensa entre os anos de 1860 e 1879.

A primeira delas é justamente salientar como a inserção nos jornais permite a estruturação de um determinado tipo de “autoimagem” dessas mulheres com o intuito de atrair novos clientes e fidelizar antigos fregueses. A segunda é observar de que maneira esses anúncios constam ou, por vezes, corroboram com um outro tipo de visão acerca da cartomancia inserido na imprensa, que não poupa esforços para evidenciar, em tons sarcásticos, que se trata do mais puro charlatanismo. Por fim, examinaremos como essas cartomantes se apropriam de determinados

mecanismos para se destacarem no que Maria Cristina Wissenbach caracteriza, ainda que para período e espaço distinto de análise, como “mercado da magia”¹.

Antes de adentrar de fato no artigo, faz-se necessário comentar um pouco mais sobre a metodologia e as fontes utilizadas. Este trabalho é fruto das investigações desenvolvidas para minha dissertação, analisando um universo de 1.122 anúncios de cartomantes nos periódicos *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Diário do Rio de Janeiro*, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, entre 1860 e 1870. Apesar da grande massa documental, nosso intuito não compreende somente uma análise quantitativa, buscando esboçar, apesar das informações ainda incipientes sobre as mulheres cartomantes, um pouco mais sobre suas trajetórias e mecanismos de subsistência na sociedade carioca da segunda metade do século XIX. Para tanto, procuramos seguir as concepções delineadas por Louise Tilly acerca da história social e gênero, bem como operar com o conceito de representação e identidade apresentado por Roger Chartier em *O mundo como representação*.

A “CELEBRE CARTOMANTE” DA RUA DA CARIOCA, N.37

Os anúncios de cartomantes na imprensa carioca começam a desabrochar de fato a partir da década de 1860, corroborando assim com o argumento apresentado anteriormente pelo cronista do *Folhetim do Jornal do Commercio* sobre o assunto. Uma das primeiras cartomantes a utilizar as páginas dos jornais como espaço de anúncio é uma mulher cujas iniciais são A.V, atendendo à rua da Carioca, n.37, endereço este que manterá até, pelo menos, o ano de 1870. Apesar de ainda não ser claro quem de fato é A.V, não faltam na imprensa menções à “célebre cartomante”, tanto por mobilizações dela mesma, como é o caso de um anúncio do dia 10 de novembro de 1867, quanto por indivíduos que usavam a alcunha no intuito de ironizar seus feitos enquanto cartomante. Como exemplo, podemos observar a carta n.183 do folhetim “*Cartas de um caipira*”, publicada em 19 de novembro de 1875, no *Jornal do Commercio*, onde o escritor, sob o nome Mano Chico, diz que “Acha-se desde muito tempo no Rio de Janeiro uma cartomante *celebre*, que tem uma habilidade especial para varias cousas e principalmente para adivinhar, com o auxilio do nove de espadas e valete de ouros (...)” (*JORNAL DO COMMERCIO*, 1875, Ed.321, 19/11/1875, P.2). Mais adiante nas suas observações, Mano Chico diz que um parente seu se dirigiu à delegacia para resolver algumas questões relativas ao roubo de uma pulseira de brilhantes, cujo autor do furto teria sido revelado pelas cartas de A.V, e lá se depara justamente com a célebre cartomante. Ele continua, dizendo que ela “(...) queixava-se de que lhe haviam furtado na vespera algumas centenas de mil reis; e pedia ao chefe, quase de mãos postas, que fizesse todo o possivel para descobrir quem era o ladrão.”. E por fim, pondera: “Será preciso mais para pôr uma espertalhona destas no caminho do jury?”.

Talvez para o desespero de Mano Chico, além de versada nas artes da cartomancia, A.V também trabalhava como sonâmbula, como aponta anúncio de 28 de agosto de 1868, onde lê-se “A...V...Cartomante verdadeira, rua da Carioca n.37, sobrado. Somnambula nacional: consulta sobre roubos, molestias, intrigas, etc.” (*JORNAL DO COMMERCIO*, Ed.239, 28/08/1868, p.3). Observa-se ainda que A.V trabalha em conjunto com outros sonâmbulos no sobrado da rua da Carioca n.37, destacando-se um anúncio de 28 de outubro de 1870 onde a cartomante apresenta o jovem Maximiano, “o melhor (sonâmbulo) lucido que existe no Brazil” (*JORNAL DO COMMERCIO*, Ed.297, 28/10/1870, p.3). Apesar de o foco deste trabalho não versar sobre o sonambulismo ou magnetismo, é necessário clarear um pouco mais sobre o que significam os termos. As ideias sobre o sonambulismo perpassam também

¹ Para ver mais WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Ritos de magia e sobrevivência: Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1997.

sobre um outro tipo de prática, o mesmerismo ou magnetismo. Segundo Michele Veronese, na visão dos magnetizadores, os corpos humanos possuem dois polos entre os quais um fluido magnético circulava e, caso houvesse um bloqueio nesse fluxo contínuo, poderiam se desencadear doenças (VERONESE, 2017, p. 84). O sonambulismo deriva também, a grosso modo, dessa concepção de fluidos magnéticos, onde os magnetizadores “por saberem controlar o fluido universal, também poderiam, por sua simples vontade, submeter as pessoas em uma espécie de transe” (Ibidem, p. 85).

Após esse breve mergulho no sonambulismo, voltemos ao nosso propósito. O anúncio de 28 de agosto de 1868 é um bom ponto de partida para pensar os mecanismos de representação das cartomantes. Recuando um pouco no raciocínio, é importante esmiuçar um pouco melhor o conceito de representação que estamos utilizando para analisar as publicidades das cartomantes neste trabalho. Segundo Roger Chartier, podemos pensar a construção de identidades sociais a partir de uma dupla via,

uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma ; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade (CHARTIER, 1991, p. 183)

No contexto aqui analisado, a construção da representação sob o viés da relação de força entre os que possuem poder narrativo para classificar e aqueles que são “classificados” converge para os diferentes tipos de posicionamento em relação à cartomancia encontrados na imprensa, tal como o uso distinto do elemento “célebre cartomante” nos anúncios mobilizados por A.V e na carta n.183 do folhetim Cartas de um caipira, ambos publicados no mesmo periódico. A segunda via, que diz respeito à construção identitária de si, apresenta maiores questões para nossa investigação. Apesar de muitas vezes vistas sob o estereótipo da cartomante charlatã, como demonstra Mano Chico em Cartas de um caipira e o próprio Machado de Assis, embora de modo mais velado, n’A Cartomante, emergem dos jornais formas menos homogêneas de fazer-se representar nos jornais do que se poderia supor, o que não necessariamente acarreta numa delimitação clara de núcleos distintos de cartomantes. O que propomos é um meio termo entre pensar a construção de múltiplos tipos de representação tecidos por essas mulheres, que se repetem nos anúncios, numa clara tentativa de assimilação de estratégias narrativas, mas que de forma alguma devem servir como maneira de homogeneizar as práticas dessas cartomantes, o que corroboraria para a construção de uma categoria hermética e despersonalizada do que seria a cartomante no Rio da segunda metade do Oitocentos.

Voltando à AV, nota-se que a ideia de construção de uma reputação encontra-se muito evidente nos anúncios. A utilização de adjetivos como “célebre” e “verdadeira” funciona como uma maneira de demonstrar a eficácia dos serviços prestados e assim atrair o público. No que diz respeito à veracidade das curas, resoluções de intrigas e soluções de problemas em geral, é interessante trazer uma pontuação do historiador Georges Minois, quando ele aponta que “o importante, portanto, não é a exatidão da predição, mas seu papel de terapia social ou individual. O que importa não é que aconteça aquilo que foi previsto, mas que a previsão cure, alivie e estimule a ação” (MINOIS, 2016, p.3). Nesse sentido, duas coisas devem ser ressaltadas. A primeira é que de fato nunca saberemos se as práticas mágico-religiosas exercidas pelas cartomantes de fato deram fim aos incômodos sociais e biológicos que afligiam os consulentes. Como consolo, fica a ponderação de Francisco Bethencourt acerca de um outro objeto de estudo, as bruxas portuguesas do século XVI, mas que vem muito a calhar em relação às cartomantes do Rio do XIX, onde

ele diz que “O que interessa não é o que as bruxas fazem, mas o que elas dizem (...)” (BETHENCOURT, 2004, p. 30). Nesse caminho sugerido por Bethencourt, o segundo elemento a se ressaltar é que, no caso das cartomantes, é muito mais válido e proveitoso nos atermos aos discursos que elas mobilizam em relação ao que é verdadeiro ou não, além das respostas de outros indivíduos a isso, do que procurar constatar se de fato aquilo ocorreu.

Se era cartomante verdadeira ou não, o fato é que encontramos vestígios da atuação da “célebre cartomante” até pelo menos 1884 na imprensa carioca, atuando em mais de quinze endereços diferentes ao longo das quase duas décadas de publicações em seu nome no Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias e Diário do Rio de Janeiro e somando também uma série de comentários pejorativos e sarcásticos em relação à sua pessoa, cujas potencialidades, no entanto, não permitem ser abordadas neste trabalho devido ao seu recorte.

MME. ANNA, OU A “DISCIPULA DISTINCTA” DE LENORMAND E DESBAROLLES

Já na década de 1870, os anúncios de Mme. Anna (algumas vezes grafada como Anne), do Beco da Torre, n.7, destacam-se nas páginas do Jornal do Commercio. Curiosamente, até 1884 nota-se que três mulheres chamadas Anna publicaram anúncios de cartomancia nos jornais cariocas. A primeira menção na imprensa à cartomante dá-se em 10 de outubro de 1870, dizendo “chiromante e cartomante, discipula do celebre professor Desbarolly e de Mlle. Lenormand, dá consultas todos os dias das 9 horas da manhã às 6 da tarde: para chiromancia 25\$, cartomancia 2\$ e 5\$: no becco da Torre n.7, 1º andar.” (JORNAL DO COMMERCIO, Ed.279, 10/10/1870). Um primeiro elemento a se destacar do anúncio é a ideia de uma tradição na cartomancia a partir da explicitação de quem foram os mestres que iniciaram a dita cartomante no ofício. Os supostos professores de Anna são, ninguém menos, que os franceses Adrian Adolphe Desbarolles e Mademoiselle Marie-Anne Adelaïde Lenormand.

O primeiro é autor de *Les mystères de la main: révélés et expliqués* (1859), um dos primeiros tratados que se tem notícia sobre a quiromancia². A segunda é autora de *Les oracles sibyllins ou La suite des Souvenirs prophétiques* (1817) e cartomante bastante renomada na França por um *hall* de notáveis consulentes, como a própria Imperatriz Josefina (MINOIS, 2016, p.532). Lenormand inclusive dará nome a um sistema de leitura de cartas, utilizado por algumas cartomantes cariocas na década de 1870, como é o caso de Mme. Armand, que em um anúncio escrito em francês, diz utilizar o “sistema Lenormand” (JORNAL DO COMMERCIO, Ed.326, 24/11/1874, p.5).

Novamente, não se pode constatar se de fato Anna foi “discipula distinta” (JORNAL DO COMMERCIO, Ed.142, 24/05/1871, p.6) de Desbarolles e Lenormand. Porém, a evocação destes indivíduos na condição de mentores da cartomante busca conferir a ela legitimidade no exercício da prática por meio do acionamento de uma ideia de legado consolidado na arte do oculto. Essa estratégia encontra consonância com a de outras mulheres cartomantes na Corte, como é o caso de Mme. Augusta, cartomante moradora à rua da Misericórdia, n.94, que em anúncio do dia 9 de julho de 1875 diz ser “successora da afamada Mme. Potier” (JORNAL DO COMMERCIO, Ed.189, 09/07/1875, p.6), uma outra cartomante, de origem francesa, com larga atuação no Rio, segundo apontam os jornais. Augusta evoca a figura de Potier também em anúncios do fim da década de 1860.

Sobre Anna e suas atividades, são possíveis alguns apontamentos. Já é claro para a historiografia a influência francesa no Brasil da segunda metade do século XIX na ampla circulação de livros e jornais franceses no país³. Entretanto, nos perguntamos: será que os consulentes de Mme. Anna possuíam acesso aos escritos e ao trabalho

² A quiromancia consiste na prática de “ler” mãos, interpretando, a partir de categorias específicas, aspectos da personalidade, perspectivas vindouras para o consulente, dentre outros.

³ Ver mais em VIDAL, L. LUCA, T. **Franceses no Brasil: séculos XIX-XX**. Editora UNESP: São Paulo, 2004.

de Desbarolles e Lenormand para então atestar, pelo seu prestígio, uma legitimidade dos serviços da dita discípula? Em uma rápida pesquisa pela Hemeroteca Digital, observamos a escassez na menção a Desbarolles e seu trabalho, salvo pela associação de sua figura ao escritor francês Alexandre Dumas (JORNAL DO COMMERCIO, Ed.145, 26/05/1875), constatada também por uma série de textos “trocados” no jornal francês Le Mousquetaire durante todo o ano de 1854⁴. Sobre Lenormand, encontramos algumas outras menções, principalmente no que tange a baralhos com seu “sistema” (JORNAL DO COMMERCIO, Ed.159, 10/06/1871, p.2) e textos mencionando sua rede de consulentes famosos em Paris (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Ed.168, 20/06/1870, p.3). Ou seja, devido aos esparsos resquícios sobre a circulação de ideias de Desbarolles e Lenormand na imprensa, podemos supor que nem todo o público de fato conhecia o trabalho dos dois místicos, operando a associação de Mme. Anna aos dois mais na esfera de uma autoridade implícita dos primeiros no campo do ocultismo do que num entendimento pleno por parte do público acerca da importância e prestígio deles.

“PROFESSORA DE VARIAS SCIENCIAS, GRANDE ADIVINHA DO UNIVERSO”: THEREZA MERALDI E RACIONALIDADE NO OFÍCIO DA CARTOMANTE

Em 07 de fevereiro de 1877, anuncia-se

Professora Thereza Meraldi (Adivinha) Recem-chegada a esta cidade e muito conhecida na Europa e Rio da Prata. Offerece ao respeitavel publico os serviços de consultas de cartomancia e magnetismo. (A professora falla cinco idiomas). Rua da Carioca, 128, sobrado. (GAZETA DE NOTÍCIAS, Ed. 037, 07/02/1877, p. 4)

Meraldi anuncia também no periódico Jornal do Commercio com alguma frequência, sempre ressaltando que é já possui alguma reputação como cartomante. Neste jornal, em 07 de setembro de 1877, Thereza ressalta que está de volta à Corte depois de uma viagem à Europa, prática que se mostra muito comum entre as cartomantes no Rio, sendo utilizada no intuito de ressaltar o refinamento e seriedade dos serviços prestados. A circulação entre Rio de Janeiro e Europa, seja ela caracterizada pela imigração para o Brasil ou pelas viagens contínuas apontadas pelos jornais, aparece nos anúncios de múltiplas cartomantes, como Rachel, dita “sybilla de Pariz” (JORNAL DO COMMERCIO, Ed. 308, 06/11/1864, p. 3) e Mme. Potier (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Ed. 344, 15/12/1873), de ascendência francesa. Mais especificamente sobre a França, podemos compreender a menção como componente de um universo muito maior que compreende as influências francesas no imaginário cultural e social brasileiro do século XIX.

Broca Brito, pensando as conexões entre brasileiros e as modas parisienses indica a existência de “uma ‘doença’ então muito em voga, a’parisina’, cujos sintomas consistiam em ignorar o Brasil e suspirar por Paris (...)” (LUCA; VIDAL, 2009, p. 11), justificando a comum referência das cartomantes a tipos de leitura de cartas e célebres oculistas oriundos da França como mecanismo para reforçar as ideias de sofisticação e “civilização” nas suas práticas. No que diz respeito ao sobrenatural e aos amplos ambientes de circulação de ideias ocultistas em Paris, Georges Minois salienta o papel fundamental que as predições em geral exercem no alvorecer do século XIX, apontando que uma vez que a possibilidade de ascensão social, até então praticamente interdita pelos privilégios legais de classe do Antigo Regime, instiga a efervescência de uma multiplicidade de tipos oráculos, tal como a cartomancia, que possibilitam aos indivíduos sonhar com melhores destinos (MINOIS, 2016, p. 512).

⁴ Ver mais sobre as interações entre Desbarolles e Dumas, bem como os exemplares de Le Mousquetaire, no site Édition des journaux d’Alexandre Dumas, um projeto associado à École normale supérieure de Lyon. Disponível em: <http://alexandredu-mas.org/>

Seguindo o fio do apelo à uma “magicatura” racional, Thereza Meraldi aciona na publicidade aqui analisada o fato de ser professora. Em anúncio de 09 de janeiro de 1878, Meraldi diz que é “professora de varias sciencias, grande adivinha do Universo” (JORNAL DO COMMERCIO, Ed.009, 09/01/1878, p.4) e, em 03 de setembro de 1876, diz que também dá aulas de piano (JORNAL DO COMMERCIO, Ed.246, 03/09/1876, p.5). Não sabemos de fato que tipo de ciências eram ensinadas por Meraldi, porém, podemos supor que ela ensinasse aos interessados a leitura das cartas e o magnetismo, não sendo esta prática incomum entre as cartomantes da corte cujos anúncios foram investigados. Como exemplo disso, podemos comentar sobre uma outra Anna cartomante, agora Mme. Anna da rua dos Barbonos, n.41. A cartomante, em anúncio de 29 de maio de 1877, diz que “dá consultas e lições (sobre cartomancia) todos os dias” (JORNAL DO COMMERCIO, Ed.148, 29/05/1877, p.8), publicando na imprensa texto semelhante nos meses posteriores. Também é uma hipótese plausível pensar que Thereza ensinava idiomas, uma vez que se ressalta no anúncio que “a professora falla cinco idiomas”, apelando novamente para o aspecto intelectual de suas práticas.

A preocupação com o racional expressa nas publicidades de Thereza Meraldi encontra consonância com uma reflexão tecida por Michele Veronese acerca das sonâmbulas e magnetizadoras quando a pesquisadora diz que “num tempo em que a ciência era interdita às mulheres, atuar como sonâmbulas e magnetizadoras permitia a essas personagens tangenciarem este campo e, ao mesmo tempo, articulá-lo com o da religião. Ao circular entre um e outro, elas mostraram que ciência e religião não estavam tão separadas quanto se desejava.” (VERONESE, 2017, p.119). Minois, pensando a predição na França do século XIX, aponta que, apesar do fervor místico que emerge no início do Oitocentos, na segunda metade do XIX existe um verdadeiro esforço das elites intelectuais para desmistificar a predição dita popular e considerada culturalmente inferior e a elaboração de novos métodos, mais refinados pela razão (MINOIS, 2016, p.548). Ou seja, essas mulheres estão diante de um panorama que exige adequações na arte de ler as cartas para não correrem o risco de ser “engolidas” pela modernidade, perdendo assim seus espaços de afirmação enquanto mulheres e praticantes de um ofício, uma vez que Minois ressalta que o mundo da predição é desde a Antiguidade é primordialmente conectado ao feminino (MINOIS, 2016, p.526).

Pensar a atuação dessas mulheres permite aferir, como vimos ressaltando, uma gama muito maior de aspectos sociais e culturais do que somente demonstrar como elas utilizam determinados mecanismos como forma de ascender no “mercado da magia” carioca da segunda metade do Oitocentos. A investigação de suas estratégias desvela traços importantes sobre como ideias circulavam na imprensa, como os indivíduos lidavam com os contrastes entre sobrenatural e racional, além de questões relativas às influências culturais e sociais exercidas pela França, por exemplo, no Rio de Janeiro imperial. Desta forma, é possível eliminar a ideia de uma história das mulheres como um campo de estudo fechado em si mesmo, inserindo suas reflexões em um contexto muito maior que permite pensar construções das relações de poder, inserção no mundo do trabalho e construção de sociabilidades, por exemplo, como bem sugere Louise Tilly ao pensar as interações entre história social e das mulheres (TILLY, 1994).

CONCLUSÕES

A partir da documentação analisada, é possível tecer algumas conclusões acerca das representações mobilizadas pelas cartomantes na imprensa carioca das décadas de 1860 e 1870. A primeira delas diz respeito à ideia de caracterizar a si mesmas como a “verdadeira” cartomante, como faz A.V. Embora não tenham sido encontrados nos jornais indícios de uma disputa real entre as cartomantes envolvendo acusações diretas de charlatanismo entre elas, nota-se a construção de um discurso que busca elencar os “sucessos” como espécie de prova cabal de eficiên-

cia, ainda que tais realizações não necessariamente sejam verdadeiras, como já apontaram Minois e Bethencourt. Nesse sentido, aquelas que não são “célebres” ou “verdadeiras” precisam de outros argumentos para se destacarem no universo amplo de anúncios dos jornais, que apreendem uma grande diversidade de produtos e serviços.

Um segundo mecanismo identificado foi o de evocar “autoridades” no assunto para legitimar suas práticas, caso da cartomante Mme. Anna, do Beco da Torre. Ao trazer Adolphe Desbarolles e Mlle. Lenormand, a cartomante busca demonstrar ao público, ainda que o leigo sobre o assunto, que suas atividades são afirmadas pela eficiência dos dois místicos, que possuem um largo currículo nos assuntos ocultos. Algumas cartomantes identificam como mentoras outras mulheres atuantes na corte no ramo da cartomancia, como é o caso de Mme. Augusta e sua mestra, Mme. Potier.

Um terceiro ponto versa sobre a influência da Europa enquanto elemento que evoca civilização e refinamento, estratégia essa encontrada nas publicidades de Mme. Anna, Thereza Meraldi, Mme. Potier e Rachel. Ressaltar a ascendência europeia ou um constante fluxo de troca de ideias e visitas frequentes aos círculos intelectuais e místicos europeus funciona como um elemento distintivo no sentido de conferir, mais uma vez, autoridade nas atividades desenvolvidas por essas mulheres.

A racionalidade se coloca, enfim, como um último ponto a ser ressaltado como mecanismo de construção de representações. Thereza Meraldi faz questão de pontuar nos seus anúncios que é professora de variadas ciências, que fala vários idiomas e que toca piano, o que se configura enquanto uma forma de afirmar que a cartomante está imersa também em um contexto de trocas intelectuais e onde prepondera a razão. Nesse sentido, propõe uma predição mais aos moldes do que Georges Minois identifica como uma desmistificação de sistemas de adivinhação vistos como arcaicos ou excessivamente próximos do folclórico.

Sendo assim, os anúncios analisados permitem que observemos diversas estratégias narrativas que são colocadas em jogo pelas cartomantes no intuito de formar uma boa reputação sobre seus serviços, alcançar nova clientela e consolidar antigos fregueses, garantindo assim sua subsistência econômica ou ao menos auxiliando na manutenção desta. É importante justamente ressaltar que a documentação revela diversas formas de se fazer representar, sendo incoerente tecer uma só imagem que represente as muitas mulheres cartomantes atuantes na Corte. Paralelamente, é possível notar como essas representações tecidas sobre si contribuem para compreender mais sobre o ofício da cartomante e sobre como ele se coloca enquanto possibilidade de atuação que fornece a essas mulheres algum tipo de poder social. Vistas como confidentes, feiticeiras ou charlatãs, o fato é que tanto céticos como crentes nas artes do oculto não deixaram de comentar sobre essas “célebres” cartomantes na imprensa carioca.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Diário do Rio de Janeiro

Edição 168, 20/06/1870, p. 3

Edição 344, 15/12/1873, p. 4

Gazeta de Notícias

Edição 037, 07/02/1877, p. 4

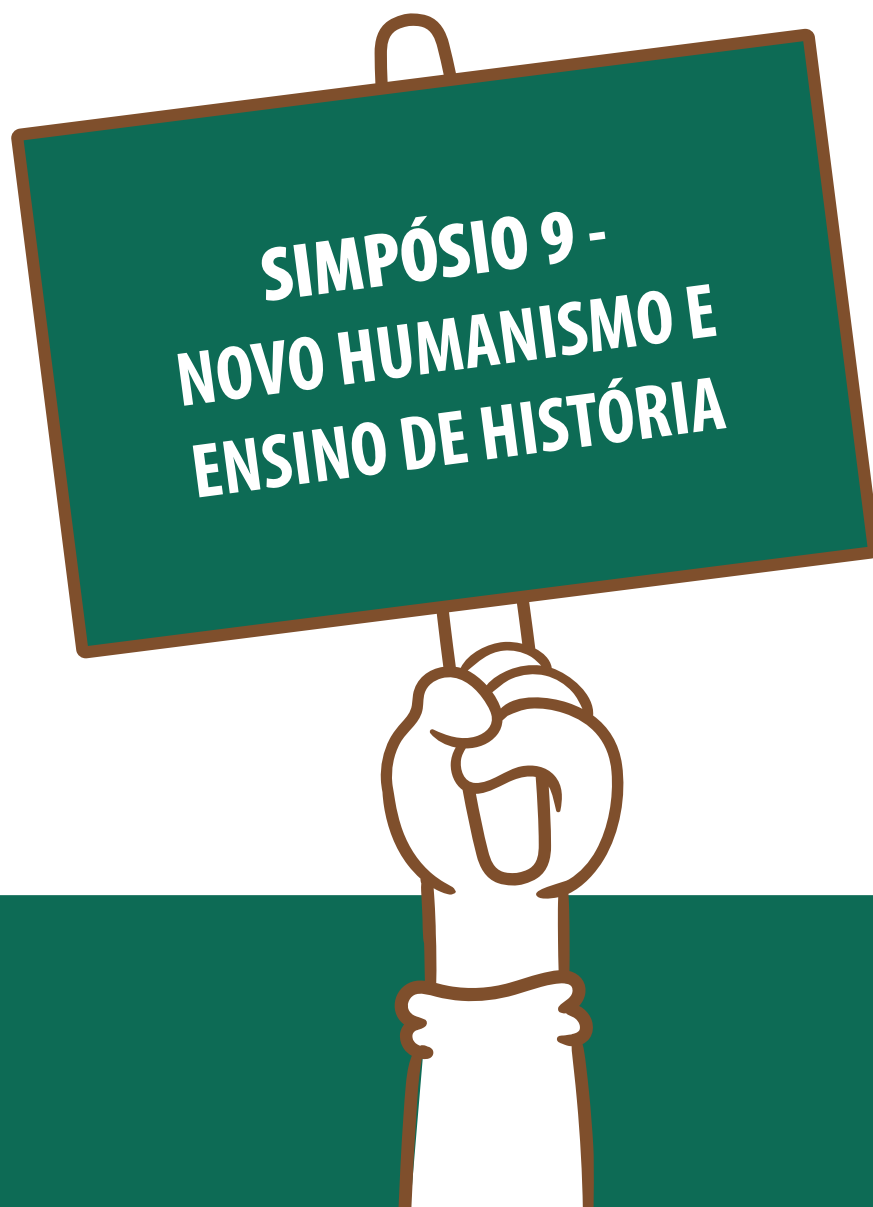
Jornal do Commercio

Edição 277, 07/10/1861, p.1

Edição 239, 28/08/1868, p. 4
Edição 168, 20/06/1870, p. 3
Edição 279, 10/10/1870, p. 3
Edição 142, 24/05/1871, p. 6
Edição 297, 28/10/1870, p. 3
Edição 326, 24/11/1874, p. 5
Edição 145, 26/05/1875, p. 6
Edição 189, 09/07/1875, p. 6
Edição 246, 03/09/1876, p. 5
Edição 148, 29/05/1877, p. 8
Edição 308, 06/11/1877, p. 3
Edição 009, 09/01/1878, p. 4

Bibliografia

- BETHENCOURT, F. **O imaginário da magia**: feitiçeras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- MINOIS, G. **História do Futuro**: dos profetas à prospectiva. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social. Campinas: **Cadernos Pagu**, 1994, p.29-62.
- VERONESE, M. **De silêncios e resistências**: sonâmbulas, magnetizadoras e outras esquecidas do espiritismo brasileiro. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- VERONESE, M. Médiuns, magnetizadoras e sonâmbulas no Brasil do século XIX. **Revista Nures**, Ano IX, n. 24, p.1-8, maio/ago. 2013.
- VIDAL, L.; LUCA, T. **Franceses no Brasil**: séculos XIX-XX. São Paulo: Editora UNESP, 2004.



ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DA TECNOLOGIA: DESAFIOS CONSTRUTIVOS

Cleberon Vieira de Araújo¹

Resumo: A educação passa, periodicamente, por mudanças em sua práxis escolar abrindo espaço para discussões e debates. Com isso, o presente trabalho trata dos fundamentos do ensino de história, perpassando pelas dificuldades contemporâneas vivenciadas pela educação. Como pano de fundo, traz a discussão da inserção da tecnologia educacional para o ensino de história ao destacar também o atual cenário, de pandemia e do distanciamento social, com a adoção das aulas remotas e suas dificuldades inerentes, ao contexto educacional. Logo, tem como objetivo analisar a tecnologia educacional no contexto do ensino de história. Para tanto, faz uso de metodologia qualitativa ao adotar como referencial teórico pensadores contemporâneos, a exemplo de Bittencourt (2018) e Wanderley (2017).

Palavras-chave: História, Tecnologia, Aulas remotas.

1 INTRODUÇÃO

A educação sempre esteve envolta em processos de mudanças e adaptações para atendimento de um grupo cada vez mais exigente. Com isso, novas práticas e metodologias foram sendo incrementadas ao longo do tempo com vistas a atender a professores e alunos, em suas especificidades, com vistas à formação de cidadão pleno.

Nesse sentido, a promoção de discussões e debates faz parte desse processo ao propor a participação ativa de todos e todas. E, na contemporaneidade não se permite mais que o aluno, ou aluna, se coloque alheio aos debates e as interligações de conhecimentos da sala de aula com sua realidade vivenciada.

Para tanto, a tecnologia educacional, a cibercultura e o ciberespaço se mostram como uma oportunidade de aproximação do estudante com o que ele está de fato a aprender, encurtando distâncias e mesmo fazendo possível a educação, como em meio à pandemia com aulas remotas. Logo, esse trabalho tem por objetivo analisar a tecnologia educacional no contexto do ensino de história.

Já sua Metodologia se apresenta como qualitativa ao adotar como referencial teórico pensadores contemporâneos, a exemplo de Bittencourt (2018) e Wanderley (2017) que se debruçam sobre os temas em questão.

2 A CIBERCULTURA E OS PROFESSORES

A cibercultura já está fortemente inserida no cotidiano, na internet ou redes sociais, e faz com que a escola se adapte a essa nova realidade.

A criatividade é colocada à prova para fazer com que a educação esteja cada vez mais conectada com a nova realidade em que a “Inclusão digital supõe percepção e engajamento profundos dos usuários em autoria e intera-

¹ Pós-Doutorado em Política Educativa, Estudos Sociais e Culturais – CENID/ México. E-mail: cleberon.historiador@gmail.com.

tividade com o computador e congêneres, se o termo ‘digital’ for considerado com o devido rigor, em distinção ao termo analógico”. (SANTOS, 2015, p.140).

Deve-se levar em conta que as redes e a internet não vão fazer o trabalho todo, há de se empenhar e buscar cada vez mais dar sentido e interpretação às informações oferecidas pela interação virtual. Logo,

Para operar sua inclusão cibercultural, o sujeito precisará, portanto, ir além do se colocar a par da codificação digital que garante o caráter plástico, hipertextual, interativo e tratável em tempo real do conteúdo ou que permite manipulação de documentos, criação e estruturação de elementos de informação, simulações, formatações evolutivas nos ambientes ou estações de trabalho concebidas para criar, gerir, organizar e movimentar quaisquer conteúdos. (SANTOS, 2015, p. 140-141).

A educação passa por essa verdadeira revolução na qual se pode estudar e buscar informações, ampliando o conhecimento sobre temas variados, independentemente das distâncias geográficas, desde que conectados a uma rede, essa, portanto, é a modalidade ubíqua. Os professores não podem nesse contexto ficar isolados, já que essa nova realidade “[...] funciona somente com base na participação e na colaboração autorais dos estudantes”. (SANTOS, 2015, p. 142).

Essa análise também é corroborada pelo entendimento de Oliveira e Lucena (2018, p.4) quando revelam que a Web se propõe a quebrar paradigmas e reavaliar práticas escolares, porém, resta claro que, ainda, muitos docentes não estão prontos para esses avanços, porque essa renovação da práxis, por um viés tecnológico pressupõe um avanço interior do próprio educador.

Dentro dessa nova dinâmica educacional o professor deverá: favorecer a participação-intervenção do aluno; Garantir a bidirecionalidade da emissão e da recepção; Disponibilizar múltiplas redes articulatórias; Engendrar a cooperação; Suscitar a expressão e a confrontação das subjetividades no presencial e nas interfaces online; Garantir no ambiente de aprendizagem multimodal uma riqueza de funcionalidades específicas; Estimular a autoria cooperativa de avaliação. (SANTOS, 2015).

Por outro lado, é importante respaldar-se no que Santaella (2009) esclarece sobre os contextos de formação cultural, visto que são hipercomplexos e mesmo diante dos avanços tecnológicos os conhecimentos culturais e digitais preexistentes não podem ser negligenciados. O processo de evolução no campo tecnológico altera as funções sociais, mas não invalida a contribuição dada pela historicidade do processo educativo no campo digital, nessa perspectiva, insere-se o docente que vem, paulatinamente, crescendo em sua prática com as tecnologias.

Portanto, o “novo” se apresenta, mas, ainda, necessita do professor para produção de conteúdo e mediação da aprendizagem, que agora, passa a ser cada vez mais colaborativa fazendo uso de equipamentos eletrônicos e de toda tecnologia disponível para fins educacionais.

3 A CIBERCULTURA E OS NOVOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

A educação contemporânea passa por uma verdadeira revolução quando se trata das mudanças de paradigmas e, mesmo a adequação da escola aos novos tempos de forte uso da tecnologia. Assim, na contemporaneidade, o espaço educacional não se restringe tão somente a área construída de uma escola, já que hoje fala-se abertamente em ciberespaço.

Logo, se faz importante entender o significado desse conceito para dá seguimento a análise de sua importância na contemporaneidade. O ciberespaço está relacionado à rede mundial de computadores e ao mundo virtual e as muitas informações e esse espaço relacionados. Já a cibercultura relaciona-se ao ciberespaço enquanto conjunto de técnicas práticas e valores relacionados. (LEVY, 2010, p. 15-16).

Mesmo em lugares distantes dos grandes centros, agora se faz possível ter acesso aos conhecimentos mais recentes sobre determinado tema ou periódico científico, ou não, da atualidade com a troca de conhecimentos já que agora,

Os pesquisadores e estudantes do mundo inteiro trocam ideias, artigos, imagens, experiências ou observações em conferências eletrônicas organizadas de acordo com os interesses específicos. Informatas de todas as partes do planeta ajudam se mutuamente para resolver problemas de programação. O especialista de uma tecnologia ajuda um novato enquanto um outro especialista o inicia, por sua vez, em um campo no qual ele tem menos conhecimentos... (LEVY, 2010, p. 26).

Fala-se, agora, claramente em interação e interatividade em larga escala com a busca constante de conhecimentos e, essa interação pode fazer parte dos mais diversos espaços da vida cotidiana e mesmo da escola básica na educação de crianças, jovens e adultos já que,

O termo “interatividade” em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação. De fato, seria trivial mostrar que um receptor de informação, a menos que esteja morto, nunca é passivo. Mesmo sentado na frente de uma televisão sem controle remoto, o destinatário decodifica, interpreta, participa, mobiliza seu sistema nervoso de muitas maneiras, e sempre de forma diferente de seu vizinho. (LEVY, 2010, p. 80).

E são temáticas como as já apresentadas que são abordadas na obra “Polegarzinha”, um livro que aborda o novo jovem que não se desliga mais do mundo virtual mediante o seus equipamentos tecnológicos. E ela, questiona o modelo vigente para todas as coisas, em especial para a educação que, a seu ver, deve se renovar.

Logo, esse aluno conectado não aguenta mais a passividade de uma aula expositiva tradicional e hoje ambiciona o protagonismo ativo de alguém que tem algo a complementar e a ensinar, colaborativamente em uma aula já que, os jovens estão habituados “para dirigir, seu corpo não suporta por muito tempo a poltrona do passageiro passivo”. (SERRES, 2013, p. 50).

Como se pode, na contemporaneidade, pedir silêncio e impedir a fala de um público que se encontra cada vez mais imerso em informações múltiplas e que tem, opiniões sobre todos os temas, e que as querem expor e fazer valer a máxima que pede uso do conhecimento, ou informação que já se tem que é a sua disseminação.

Já formatado pela página, o espaço das escolas, dos colégios, dos campus se reformatava seguindo essa hierarquia inscrita na atitude corporal. Silêncio e prostração. O foco de todos na direção do estrado em que o porta-voz exige silêncio e imobilidade reproduz, na pedagogia, o mesmo tribunal com relação ao juiz, do teatro com relação ao palco, da corte real com relação ao trono, da igreja com relação ao altar, da habitação com relação ao lar... da multiplicidade com relação ao um. Bancos apertados, em fila, para os corpos imóveis dessas instituições-cavernas. Foi esse tribunal que condenou São Denis. Será o fim da era dos atores? (SERRES, 2013, p. 48).

Portanto, a interação que vem acontecendo no ciberespaço é uma das causas da revolução no âmbito da informação que vem acontecendo na contemporaneidade fazendo com que a escola se renove para receber e dialogar com um público cada vez mais exigente, conectado e rico em informações que adentra ao espaço escolar convertendo o desafio de educar na atualidade em uma oportunidade de se fazer mais e melhor com os recursos disponíveis.

4 INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE NA CIBERCULTURA E AS POTENCIALIDADES DA WEB 2.0 E 3.0 NA EDUCAÇÃO DIGITAL

Em um acentuado retorno ao passado, voltemos para o chão de terra batida e ar rural da cidade de Angicos, nesse quadro Paulo Freire trazia um conceito de leitura de mundo que antecipava, de forma visionária, as necessidades de adaptação das quais o mundo moderno e conectado em rede precisaria, já que na educomunicação é mister levar em consideração as potencialidades dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem, possibilitando diversas leituras de textos e contextos, como se fora uma nuvem de palavras.

Assim como o entendimento da palavra se dava, na perspectiva freiriana, o diálogo no campo virtual é condição *si ne qua non* para desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem e desenhos pedagógicos educacionais para uma educação a distância que seja de fato eficiente. Tanto é assim que hoje tem-se o conceito de Web semântica, isto é, nomenclatura que permite compreender que o cruzamento de palavras e expressões, enraizadas em hiperligações e hipertextos, ampliam o processo de aprendizado de todos envolvidos.

Outro conceito freiriano muito presente na educação virtual é a construção do conhecimento produzida em que concepções de colaboração, aprendizagem colaborativa e autonomia se cruzam a todo instante. De forma paradoxal, trazemos também outro aspecto interessante do mundo virtual, a instantaneidade dos acontecimentos, prevista por Zygmunt Bauman, em sua modernidade líquida, já que essa interatividade exige dos usuários permanente modificação de costumes e atitudes seja na cultura, fato discutido por Pierre Levy nos estudos sobre cibercultura, seja em um levantamento sobre o estado da arte no campo acadêmico das redes.

Nessa perspectiva acadêmica, percebe-se que os estudos buscam demonstrar o crescimento dos cursos virtuais. Esse fato externa também que a pesquisa tem se concentrado no campo da Web semântica cujo objetivo pretende estudar as linguagens virtuais e tecnologias que estimulam produção do conhecimento de forma autônoma, facilitando a escolha e seleção de fatos e argumentos que auxiliem o processo de aprendizagem na web, em outro escopo se apresenta a Web social que já pretende evidenciar o uso das tecnologias de forma intuitiva e colaborativa.

Mas, há que se considerar que enquanto as inovações de pesquisa para o campo virtual avançam; o currículo, na perspectiva presencial, mostra-se conservador. Nesse campo presencial, percebem-se outros entraves além do engessamento, há os contextos de exclusão que se revelam no fato de boa parcela não dominar o uso das tecnologias, ou ainda, não ter direito à web por questões relacionadas à condição financeira.

Com efeito, em última análise, pode-se validar a importância desses processos de expansão educacional em rede.

Portanto, pedagogos, sociólogos e demais pensadores da educação contemporânea já alertavam para o diferente na educação com vistas a ganhar a atenção do aluno ao passo que se faz a interligação de conteúdos escolares com o cotidiano dando significado ao que se aprende, sejam na educação à distância ou mesmo na educação presencial, em um contexto onde palavras como criatividade e inovação podem representar as chaves do sucesso escolar.

5 BASES TEÓRICAS EM CONSTRUÇÃO: EAD E EDUCAÇÃO REMOTA

Ao longo do tempo, o ser humano foi adquirindo o conhecimento para manutenção da vida sempre fazendo uso do aprendizado como uma forma de adaptação as dificuldades postas em solo terrestre. O conhecimento é, portanto, resultado do contato com as dificuldades e desafios que surgiram ao longo da história e, é dessa interação que o vai-se produzindo aos poucos o conhecimento humano.

Mas, vale ressaltar que a aprendizagem vai depender de uma série de condições para que possa ocorrer e se desenvolver em plenitude. Ela é construída aos poucos e ao mesmo tempo compartilhada com os demais e de diversas maneiras com muitos formatos e adaptações.

Nesse contexto, o professor passa a ser muito importante para favorecer a aprendizagem, mas agora como um mediador ou mesmo orientador do processo de aprendizagem ao provocar situações que levem a isso.

A aprendizagem pode assumir diferentes roupagens podendo ocorrer individualmente ou coletivamente, de forma solitária ou ainda solidária onde o objetivo final é a aprendizagem que é alcançada de diferentes formas.

Logo, a nova interpretação sobre a educação aponta para a troca de conhecimentos e, isso pode acontecer de forma presencial ou à distância sem que com isso venha a ter nenhuma perda de aprendizado, essa crítica é usualmente feita a modalidade de educação à distância. (PRETI, 2009).

Se com a educação a distância não se tem nenhuma perda de qualidade, com o advento da tecnologia encurtou-se as distâncias e a expressão presencialmente pode significar contato síncrono ou assíncrono, ainda que esse não ocorra de forma a grande distância física.

Com efeito, vivem-se novos tempos onde a tecnologias e as novas descobertas favorecem o surgimento de novas teorias e momentos históricos que, mesmo elaborados a partir dos anteriores já apresentam importantes contribuições em diferentes campos do saber fortemente favorecidos pela interação.

E, é essa mesma tecnologia que pode ser capaz de permitir aulas em meio a pandemia não com a EAD, pois essa tem uma metodologia própria, mas com aulas remotas.

Há consenso entre especialistas que o ensino remoto não substitui o presencial, mas, ao menos, contribui para minimizar os danos causados pela suspensão das aulas. Para o diretor de políticas públicas do Todos Pela Educação, Olavo Nogueira Filho, o afastamento do ambiente escolar deixará sequelas que precisam ser amenizadas mesmo [a] distância. (ELY, 2020, n.p.).

Portanto, a educação contemporânea vai depender cada vez mais da interação como meio capaz de produzir conhecimentos palpáveis e alinhados com as novas tecnologias. Estão surgindo, cotidianamente, novos conhecimentos e pesquisas que visam melhorar ou mesmo incrementar a qualidade de vida humana ao oferecer opções para a superação das dificuldades impostas pelo cotidiano repleto de relações humanas e sociais cada vez mais complexo.

6 A HISTÓRIA ENSINADA E A TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Se a educação não para de mudar, com o ensino e aprendizagem na disciplina de história não é diferente já que trata-se de uma ciência com método próprio. Mas, essa mesma história, enquanto ciência carrega consigo um passado de formação e construção, e nesse sentido,

O ensino de História se destaca por mudanças marcantes em sua trajetória escolar que a caracterizam, até recentemente, como um estudo mnemônico sobre um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã [...]. (BITTENCOURT, 2018, p. 127).

A história, enquanto ciência vem passando por muitos processos de mudança e entre tantos, ganha destaque aquele que passa a agregar a tecnologia educacional como forma de incremento ao ensino e aprendizagem dessa ciência tão peculiar e que por que vezes é tratada com desdém.

A opção da política educacional brasileira tem ocasionado questionamentos sobre a concepção de conhecimento escolar e sobre o papel dos professores no atual modelo pedagógico em que os métodos de ensino tendem a uma submissão tecnológica controlada pelas mídias eletrônicas. (BITTENCOURT, 2018, p. 148).

Se a tecnologia se impõe, logo exige uma forte adaptação, mediada pelo professor, que deve estar preparado para responder de forma condizente aos ditames e desafios que se apresentam diariamente e, “Diante destas transformações tecnológicas, surgem novas exigências sociais refletindo na educação, impondo questionamentos no papel da escola diante desta realidade [...]”. (FRANÇA, 2008, p. 4).

Muitos são os desafios postos, mas também as oportunidades para com isso ganhar a atenção de alunos e alunas no complexo desafio de conhecer e fazer conhecer ao passo que se desenvolve a reflexão do pensamento. E, nesse sentido, quando a oportunidade se faz oferecida pela tecnologia, torna-se parte no contexto educacional de algo tão caro para os educandos adolescentes, a gamificação que pode ser usada para fins educacionais.

Interessante perceber que a gamificação do conteúdo programático tem por objetivo utilizar os elementos tradicionalmente existentes nas narrativas dos jogos eletrônicos, ou seja, a lógica desses games, na construção da aprendizagem escolar. (WANDERLEY, 2017, p. 141).

Em um cenário de pandemia, muitas são as ferramentas que o professor deve fazer uso para ganhar a atenção e impedir, se é que isso é possível, uma evasão em massa desses educandos ao passo que se propõe a participação ativa dos pais e o protagonismo estudantil como algo inquestionável.

E, com o uso da tecnologia educacional, várias ferramentas passaram a fazer parte do cotidiano de professores e alunos como forma de os aproximar, mesmo diante de um severo distanciamento social e, entre tantas pode-se citar: games, Padlet, MentiMeter, Google Sala de Aulas, Moodle, Zoom e MEET.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os desafios, e cada um desses exige do professor numa solução condizente a pautadas na atualidade e nas demandas que chegam à escola de forma inesperada com a novidade da cibercultura e do ciberespaço que erigem do professor cada vez mais formação na direção da tecnologia educacional.

Com a educação em constante transformação, isso vai exigir do professor que passe a acompanhar de forma efetiva todo esse processo buscando formação constante para melhor acompanhamento de todo esse processo.

Para tanto, a tecnologia torna-se uma importante aliada e faz com os professores estejam na vanguarda de todo esse processo de formação educacional e cidadã. Se tratando da disciplina de história, os desafios não são

menores e se apresentam como oportunidade de incremento de uma disciplina que pode tornar-se tão interessante para os educando desde que se utilizem as ferramentas e a didática mais atrativa.

Com a necessidade formação constante, a internet tona-se um importante campo formativo e informativo com ferramentas, pagas e gratuitas, sempre a disposição para formar professores para delicada tarefa de ensinar. Portanto, o momento é delicado e faz com que a educação e o ensino de história tenham que se reinventar numa direção constante de conquista de alunos e alunas e na busca de uma educação diferenciada que pode estar se encaminhando para um formato híbrida com aproveitamento pleno do ciberespaço.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v32n93/0103-4014-ea-32-93-0127.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- CAVALLO, David; SINGER, Helena; GOMES, Alex Sandro; BITTENCOURT, Ig Ibert; SILVEIRA, Ismar Franco. Inovação e Criatividade na Educação Básica: Dos con-ceitos ao ecossistema. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 24, p. 143, 2016.
- ELY, Débora. Aulas presenciais nas escolas do RS não têm prazo para retorno. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/04/aulas-presenciais-nas-escolas-do-rs-nao-tem-prazo-para-retorno-ck9lwcmibi00oj017ndtzewi2r.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- FRANÇA, Cyntia Simioni; SIMON, C. G. B. . Como conciliar ensino de história e novas tecnologias?. In: SEPECH - Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 7., 2008, Londrina. **Caderno de Resumos** [...]. Londrina: SEPECH, 2008. p. 103-104. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/CyntiaSFranca.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- ISOTANI, Seiji *et al.* Estado da arte em web semântica e web 2.0: potencialidades e tendências da nova geração de ambientes de ensino na internet. **Brazilian Journal of Computers in Education**, v. 17, n. 01, p. 30, 2009
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- MÜLLER, A. J.; LAMBERTY, G. M. . As mídias digitais no ensino de história: Relatos de experiências no ensino médio. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., e SEMINÁRIO PIBID/FACCAT, 1., 2016, Taquara. **Anais** [...]. Taquara: FACCAT, 2016. v. 1. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/AS%20MÍDIAS%20DIGITAIS%20NO%20ENSINO%20DE%20HISTÓRIA.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- PRETI, Orestes. **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2009. Disponível em <http://goo.gl/c40FS7> Acesso em: 23 nov. 2017.
- SANTOS, Edméa. A mobilidade cibercultural: cotidianos na interface educação e comunicação. **Em Aberto**, v. 28, n. 94, 2015.
- SERRES, Michel. **Polegarzinha**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- TEIXEIRA, Marcelo Mendonça; DA SILVA, Marina Hortência de Oliveira. Hiperligações no ciberespaço: interatividade, comunicação e educação. **Temática**, v. 9, n. 10, 2014.
- WANDERLEY, Sonia. Gamificação e Ensino da História: uma experiência didática. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, Ano 04, n. 11, p. 137-143, dez. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/31584>. Acesso em: 13 ago. 2020.

REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO ENSINO DE HISTÓRIA: POR UMA PRÁTICA EDUCATIVA DECOLONIAL

Thaís Silva Félix Dias¹

Resumo: A pesquisa em questão tem por proposta analisar formas de se trabalhar na sala de aula uma história brasileira decolonial, enaltecendo nossa história e diversidade étnico-raciais, a partir do relato de Esperança Garcia, uma escrava letrada que no século XVIII, ao ser levada para outra fazenda, escreveu uma carta ao Presidente da Província de São José do Piauí, denunciando seus maus tratos e solicitando que fosse devolvida para sua antiga fazenda. A relevância em tal escolha se solidifica, pois Garcia Esperança é um retrato relações sociais para com os escravos que havia no Brasil Colonial. O objetivo da proposta é construir com os alunos abordagens acerca da representatividade de gênero e da representatividade do negro ao longo da História do Brasil pensando a nossa história e também como nossa sociedade lida diante desses dois pilares atualmente.

Palavras-chave: Representatividade. Relações étnico-raciais. Ensino de história.

Apresentaremos aqui uma sucinta discussão acerca da representatividade negra nos espaços escolares. O anseio em prol do respeito e liberdade identitária do aluno nos levou a elaboração de uma proposta de aula no primeiro segmento do Ensino Fundamental.

Torna-se cada vez mais necessário o ensino de história e cultura Afro-Brasileira nas escolas, enfatizando a contribuição das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, nas identidades coletivas e individuais, pontapé inicial dado pela Lei 10.639/03.

Ao se orientar para que a história e a cultura afro-brasileiras sejam ministradas em todo o currículo escolar, como nas aulas de educação artística e de literatura e história brasileiras, viabiliza-se o diálogo interdisciplinar a fim de que se trabalhe em sala de aula sobre o legado do povo negro na formação do Brasil, pois

ao olhar para os alunos que descendem de africanos, o professor comprometido com o combate ao racismo deverá buscar conhecimentos sobre a história e cultura deste aluno e de seus antecedentes. E ao fazê-lo, buscar compreender os preconceitos embutidos nem sua postura, linguagem e prática escolar; reestruturar seu envolvimento e se comprometer com a perspectiva multicultural de educação (ROMÃO *apud* AZEVEDO, 2011, p. 177)

Dessa forma, se apresenta o estudo da História da África e dos africanos e suas contribuições para a História do Brasil como o legado cultural africano.

Ora, entendendo o discurso como construção social, percebemos que, na educação, discurso é uma forma de ação no mundo (MOITA-LOPES, 2006, p. 31). E, qual o discurso que estamos construindo nos bancos escolares?

¹ Doutoranda em História Política. PPGH/UERJ. E-mail: thaissfelixdias@gmail.com.

Da mesma forma, as relações sociais constroem não só discursos, mas também identidades sociais. Portanto, mais uma vez, que contribuição a escola vem dando para a construção de identidade nossos alunos?

As etapas iniciais da educação são o momento ideal para que os docentes trabalhem em um desenvolvimento significativo de identidade e pertencimento. Propostas de trabalho não nos faltam. A fim de auxiliar na construção identitária do aluno convém mostrar, de forma clara, os elementos históricos de pertencimento ao indivíduo em questão.

Assim surgiu a ideia de defender uma aula de história/literatura contextualizada.

Segundo Azevedo,

contar história pode ser um meio utilizado, por exemplo, para que as crianças aprendam sobre família, seus diversos tipos de mudanças através do tempo e assim, na historicização das relações familiares, compreender mudanças e permanências a fim de evitar-se discriminações. Da mesma forma é importante historicizar, ou seja, conhecer explicações acerca da existência das diferenças características físicas das pessoas e valorizar essa diversidade.

Os debates acerca da diversidade cultural e do respeito devem alcançar cada vez mais espaço em nosso sistema educacional bem como de nossa sociedade. Torna-se necessário uma luta constante contra o ideal de uma democracia racial que ainda assola nosso corpo social.

Segundo o dicionário de Conceitos Históricos, cultura é,

[...]cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideais e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. (SILVA; SILVA, 2006, p. 1)

Indo além, cultura é tudo o que nos permeia, o eu e o outro, o que nos forma, nos modela. Cultura está ligada à ação, a colocar em prática o ensino, o respeito e a evolução, ainda careçamos conhecer mais a fundo as diversas culturas que nos cercam, pois só podemos falar daquilo que de fato conhecemos. Da mesma forma, como exercício, devemos nos preocupar em promover não só o conhecimento como também o respeito por essa pluralidade.

Torna-se importante que os alunos tenham contato com a discussão sobre o conceito de Cultura e a percepção que, cotidianamente, temos, enquanto sociedade, o hábito de construir uma “história única” (ADICHIE, 2013), uma realidade única acerca do outro.

Os professores necessitam aprender a lidar com a pluralidade existente na sala de aula e, dentre tantos temas a serem abordados, cada vez mais se torna necessário discutir e impulsionarmos a reflexão dos alunos sobre a representatividade negra na atualidade, pois, apesar de termos leis que garantam o estudo da cultura afro-brasileira em sala de aula (BRASIL, 2003, p. 1), ainda se observa nas salas de aulas brasileiras uma educação eurocêntrica e, sobretudo, de hegemonia branca.

Percebe-se assim que a sociedade constrói signos e símbolos que são apropriados e introjetados pela população e se manifestam em nosso cotidiano. Nossa identidade é configurada e apresentada de acordo com os significados que a cultura que sociedade determina.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009, p. 13), é importante destacarmos que,

(...) o que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.

A partir da lei 10.639, tivemos pareceres que complementavam a nova abordagem no ensino, como a resolução nº1/2004 que institui diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, iniciando uma mudança de abordagem também nas cadeiras do ensino superior; CNE/CEB 2/2007 que fala sobre a importância do ensino com tal temática; a lei 11645/2008 que fala de quais assuntos tratar e a inserção do estudo do povo indígena e como estudá-lo também; o parecer CNE/CRB nº 15/2010 (reexaminado pelo parecer 6/2011) que são orientações para que se abstenha de utilizar material que não se adeque com as políticas públicas em prol de uma educação antirracista.

O ensino, como um todo, também mudou perante o que sabemos da relação “Educação Tradicional x Educação Nova”. Esta relação é exposta por John Dewey, que afirma que “o esquema tradicional é, em essência, esquema de imposição de cima para baixo e de fora para dentro”, não levando em conta a posição do aluno (DEWEY, 1979, p. 5); enquanto que a Educação Nova/Progressiva proporcionaria mais liberdade de produção de conhecimento ao aluno, relevando a bagagem do mesmo.

Por bagagem, entendemos todas as experiências que o aluno traz de fora do mundo escolar, como suas referências culturais (ROCHA, 2009, p.84) e demais perspectivas adquiridas por ele em seu cotidiano (através dos livros, revistas e jornais que se lê, do que assiste e do diálogo e relacionamento que mantém com outras pessoas).

Um dos aportes teóricos que mais chamou a atenção na confecção desta pesquisa foi a teoria do pedagogo John Dewey (1859-1952), já citado em parágrafos anteriores, que defende a prática da educação perante um diálogo com as experiências do aluno, entendendo que este diálogo pode ser usado como alimento educativo de uma sociedade (DEWEY, 1979, p. 6).

Partindo-se desse pressuposto de que a educação não é separada da vida, mas sim uma categoria da vida, um resultado inevitável das experiências. Assim, nos educamos através de nossas experiências vividas inteligentemente, observando a escola como meio social e indagando que a mesma se caracteriza, dentre outras coisas, por provar um ambiente de integração social, de harmonização de tendência em conflito, de larga tolerância inteligente e hospitaleira. Completando isso vemos que a atividade educativa é sempre uma resposta a estímulos específicos ou gerais, nascidos do próprio organismo e do meio ambiente em que o indivíduo vive.

Se entendemos a educação como processo social na medida em que há uma troca de experiências entre o que é ensinado na escola com o que o aluno apreende de seu meio social, devemos enfatizar que o “problema” deve surgir das condições da experiência presente do aluno, e que deve estar de acordo com a capacidade do mesmo, e que desperte nele uma busca ativa por informação e por novas ideias.

As análises de Dewey sobre o uso da experiência no processo de ensino-aprendizagem são relevantes, pois envolvem o conteúdo, os recursos utilizados para trabalhá-lo e estimula o aluno a pensar, conscientemente, sobre o porquê de tal ato lhe reter tanta atenção (DEWEY, 1978, p. 75).

No ato de lecionar, a bagagem do aluno não pode passar despercebida. Sua vida social, sua família, o lugar onde mora, os lugares que frequenta, sua personalidade, seus gostos, amigos e influencias, tudo isso é repassado ao processo de apreensão, e produção, do conhecimento por parte do aluno. Tem-se que reinventar a educação, oferecendo espaços e tempos de ensino-aprendizagem significativos e desafiantes para os contextos sociopolíticos e culturais atuais e as inquietudes das crianças e dos jovens (CANDAU, 2008, p. 13).

Além de se repensar os componentes diversos da educação, são necessários também o respeito pela condição da realidade humana, sua multiculturalidade e buscar entender como “encaixar” esta realidade com os métodos de ensino.

Quando o ensino é posto em prática, relevando a bagagem do aluno, facilita a compreensão do mesmo (ROCHA, 2009, p. 82). Quando se busca recursos que estimulem os alunos a estudarem, estimulam o seu interesse na matéria e o fazem associar o que aprendem com sua realidade, se está a um passo de auxiliar no processo de formação de cidadãos.

Vera Maria Candau em seu trabalho “Multiculturalismo e Educação: desafios para prática pedagógica”, visa trabalhar a relação educação e cultura a partir da visão de que não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa, existindo, portanto, uma relação intrínseca entre educação e cultura (CANDAU, 2008, p. 13).

Para a autora é de senso comum entre os educadores de que precisamos “reinventar” a educação escolar, na medida em que possamos oferecer espaços e tempos de ensino-aprendizagem significativos e desafiantes para os contextos sociopolíticos e culturais atuais e as inquietudes de crianças e jovens.

A autora salienta que a escola sempre teve dificuldades de lidar com a pluralidade, priorizando sempre neutralizá-la ou silenciá-la e consolida essa visão citando Forquin o qual afirma que um ensino,

só se torna multicultural quando desenvolve certas escolhas pedagógicas que são ao mesmo tempo, escolhas éticas ou políticas. Isto é, se na escolha dos conteúdos, dos métodos e dos modos de organização no ensino, levar em conta a diversidade dos pertinentes e das referências culturais dos grupos de alunos a que se dirige, rompendo com o etnocentrismo explícito que está subentendido historicamente nas políticas escolares “assimilacionistas”, discriminatórias e excludentes (FORQUIN *apud* CANDAU, 2008, p. 28)

Assim, conceber a prática pedagógica como um processo de negociação cultural consiste em evidenciar a ancoragem histórico-social dos conteúdos - sua relevância social – além de conceber a escola como espaço de crítica e produção de cultura.

Já Antônio Flávio Moreira analisa a construção da identidade no meio escolar. Para ele, em termos políticos, a ênfase na identidade deriva do reconhecimento de que certos grupos sociais têm, há muito, sido alvo de inaceitáveis discriminações. Dessa forma,

nossa identidade não é uma essência, não é um dado, não é fixa, não é estável, nem centrada, nem unificada, nem homogênea, nem definitiva. É inevitável, contraditória, fragmentada, inconsciente,

inacabada. É uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performático (MOREIRA, 2009, p. 42).

E a escola entra nisso ao favorecer ao aluno a compreensão (bem como a construção desse processo) de como a identidade foi construída ao longo da história, o que contribui para a formação crítica do aluno, pois Paulo Knauss, é o mesmo que,

lê o mundo e não o professor, que fica com a função de orientador e animador; é o aluno que vivencia a percepção, a intuição, a crítica e a criação. O processo deve levar a que o aluno construa seu objeto de conhecimento, desenvolvendo-se como sujeito da investigação e, por consequência, como autor dos valores, ideias, conceitos, palavras, discursos e textos (KNAUSS, 2008, p. 42-43).

PROPOSTA E APLICAÇÃO

A proposta da aula consistiu em uma contação de história para uma turma de primeiro ano do Ensino Fundamental. O motivo pela escolha se dá, pois tive um contato maior com este segmento e enxerguei no mesmo uma oportunidade de implementar uma atividade que leve ao exercício do pertencimento e ao senso crítico do aluno.

Apesar de ser trabalhado em uma série inicial do ensino fundamental, deve ser ratificado que os diálogos pertencentes à história não possuem prazo nem ordenamento para serem implementados no sistema educacional. Tanto que os discursos das leis já citados no presente texto enaltecem os debates desde a educação infantil.

Principalmente quando se consolida a visão do ensino de história como elemento fundamental para

a formação do cidadão deve levar o aluno a: compreender quem somos, para onde vamos, o que fazemos, mesmo que muitas vezes pessoalmente não nos identifiquemos com o que esse mesmo bem evoca, ou até não apreciemos sua forma arquitetônica ou seu valor histórico. (...), pois é revelador e referencial para a construção de nossa identidade histórico-cultural (ORIÁ, 2006, p.134)

Acreditando que, por estarmos debatendo sobre a importância da cultura no processo de ensino aprendizagem, nada mais coerente que uma abordagem interdisciplinar. Nas leis e pareceres citados, havia orientações sobre o uso das artes, músicas, teatro e afins ao se trabalhar com as relações étnico-raciais.

O uso da literatura é pertinente, pois representa uma nova perspectiva de compreender e fazer uma relação passado/presente. O aluno produzirá conhecimento “divertindo-se” com a literatura, é uma forma de sair da “mesmice” e de auxiliar na visualização (ou, quem sabe, imaginação) e reflexão do processo histórico pelo aluno – a partir da leitura, podemos trabalhar o conceito de escravidão, a memória da história do Brasil.

Deste ponto, entendemos que tanto a Literatura quanto a História são disciplinas que permitem um processo de aprendizagem mais amplo e reflexivo. A literatura afro-brasileira do século XIX está dividida em cinco escolas literárias, com características particulares, mas cujo foco quase sempre foi o de narrar através das poesias, romances, contos, as diferentes experiências do ser humano.

Compreender esse processo hoje é crucial, uma vez que corrobora no rompimento de estereótipos e na construção de identidade. Destacando que as instituições de ensino precisam se preocupar em dialetizar o conceito

de identidade e consequentemente os debates étnicos raciais, pois como para Castells, “[...] identidade é a fonte de significados e experiência de um povo” (CASTELS, 1999, p.28).

Com relação à significância da literatura afro-brasileira, Souza (2005) considera que esta possui um elemento importante para construção de identidades, mas que normalmente são utilizadas por setores dominantes. Desta forma, podemos entender a literatura afro-brasileira como um agente de contraponto com a cultura normatizada e dita de elite, principalmente por traçar e incorporar marcas dos afrodescendentes.

Neste sentido, que Eduardo de Assis Duarte (2010) apresenta alguns elementos identificadores da literatura afro-brasileira. Defendendo primordialmente a ideia que deve haver uma articulação e uma identificação com a fala do negro em sua visão de mundo. Fator que interfere na linguagem dessa literatura, que não deve priorizar valores e estereótipos da cultura dominante, branca.

Dentro deste elemento, destaca-se que a conjunção de autoria, temática, ponto de vista e linguagem, sempre fundados no ser e no existir do negro, voltada para um público receptor afrodescendente, conforme a sua fala, deve-se destacar na literatura afro-brasileira:

[...] Para além das discussões conceituais, alguns identificadores podem ser destacados: uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepcional; mas, sobretudo, um *ponto de vista* ou *lugar de enunciação* política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começos. (DUARTE, 2010, p. 122)

A interdisciplinaridade na sala de aula é a “possibilidade de elaboração de ideias harmonicamente equilibradas com as diversas áreas do conhecimento num processo de pensamento dialético alicerçada na alteridade” Kochhann (2007, p.70). Sendo assim, a literatura, a partir de um diálogo interdisciplinar, auxilia no processo de aprendizagem dos alunos, bem como contribui para que eles relacionem o tempo estudado com o tempo presente; buscando relacionar os elementos de rupturas e permanências entre as duas sociedades, da mesma forma em que têm a oportunidade de formularem hipóteses sobre novos horizontes.

Essa perspectiva é defendida por Dewey que enfatiza que durante a atividade, *meio* significa o material ou os passos dados no curso do processo de execução. Terminado este, o próprio produto obtido, já distinto da atividade, pode por sua vez ser entendido como meio para a realização de outra coisa (DEWEY, 1978, p. 80).

O livro utilizado na aula foi “Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta”, lançado em 2013, de autoria de Sonia Rosa. De forma lúdica e literal, a obra apresenta a história real de uma escrava que viveu na região de Oeira na fazenda de Algodões, a aproximadamente 300 Km de Teresina (Piauí). Essa fazenda juntamente com outras pertencia à inspeção de Nazaré, onde hoje é o município de Nazaré do Piauí.

Apesar de sua importância histórica, pouco se sabe sobre a vida de Esperança. Esse descaso da sociedade é consequência principalmente de sua condição de negra escravizada. Porém ela se destaca por ter sido corajosa a ponto de escrever uma carta ao governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciando os maus tratos sofridos por ela, seus filhos e demais companheiros de senzala. A carta é datada de 6 de setembro de 1770.

Afirma-se que a carta original está em Portugal e uma cópia foi descoberta no arquivo público do Piauí pelo historiador Luis Mott, em 1979. Para este historiador, a petição da escrava trata-se

do documento mais antigo de reivindicação de uma escrava a uma autoridade. Documento insólito” primeiro por vir assinado por uma mulher, já que mulher escrever antigamente era raridade. As mulheres eram vítimas das estratégias de seus pais, mantê-las distantes das letras, a fim de evitar que elas escrevessem bilhetinhos para os seus namorados. Segundo, por se tratar de uma petição escrita por uma mulher negra (MOTT, 2010, p.143)

A carta serviu de inspiração para diversas manifestações contemporâneas como o grupo de mulheres que trabalhavam pela cidadania da mulher negra piauiense, e recebe o nome de Esperança Garcia assim como a maternidade de Nazaré do Piauí e a data desta carta é o dia da consciência negra no Piauí desde 1999.

Na obra de Sonia Rosa observamos o destaque para a importância da personagem para a história da região do Piauí, sua relação com a administração jesuítica no Brasil. Lembrando que Esperança viveu no século XVIII e morava em uma fazenda administrada por jesuítas.

Os percalços que ocorrem em sua vida estão diretamente ligados a um contexto maior – A Companhia de Jesus foi criada ainda na primeira metade do século XVI, em uma época de intensas exaltações religiosas. Já para Portugal, a criação da Companhia tinha valores não somente cristãos, mas antes entendida como uma forma de levar também o poder do Estado Portugal para as partes do mundo. Entretanto, ao assumir o poder, Marquês de Pombal expulsou gradativamente os jesuítas de todos os negócios das possessões portuguesas e, assim, ocorreu com a fazenda dos Algodões. A perda dos jesuítas acarretou em uma futura venda dos escravos, entre eles, Esperança Garcia.

Através da literatura de Rosa, conseguimos trabalhar também com os alunos o contexto social da época através dos conceitos de escravidão, colonização, educação, a geografia da região do Piauí bem como do traslado África-Brasil.

Após a execução do plano de aula, foi interessante concluir que uma turma com crianças tão novas conseguiu ter a compreensão em sua própria linguagem, sobre o conceito de escravidão e a condição do negro no Brasil colonial e contexto em que a história se passa. Em conversa com a professora, percebi que isso foi fruto justamente de lançar temáticas históricas na sala de aula, muitas vezes apenas atreladas a datas comemorativas em nosso país.

Quando fui analisar os desenhos junto à turma, percebi que os alunos conseguiram identificar a personagem como negra (questionei aos mesmos se ela era da raça branca ou negra ou indefinida), desenhando-a nas cores preta, marrom ou roxa (a leitura de alguns perante as imagens do livro de Rosa foi que Esperança era da cor roxa).

Os alunos também compreenderam o atributo de ser um herói para além da ficção. Isso se mostrou útil em nossa conversa, pois houve a percepção de alegria em saberem que há uma heroína no Brasil que não é de “mentirinha como a Mulher-Maravilha” (aluna, 6 anos).

Houve também um sentimento de pertencimento dos alunos negros, inclusive nas vestimentas ou cabelo que são apresentados no livro. Alguns alunos já discutiam sobre cultura negra em casa, logo, pude notar que os mesmos sabiam acerca de alguns elementos culturais e históricos (como o papel do negro na história do Brasil), inclusive sobre outras histórias que enfatizam personagens negros.

A professora regente, Solange, ficou satisfeita com a resposta da turma à atividade, bem como com os recursos e estímulos que foram lançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tem por objetivo auxiliar na formação de sujeitos de direitos, de cidadãos que iram se relacionar uns com os outros em suas múltiplas diversidades.

A palavra *diversidade* é bastante enaltecida nas teorias pedagógicas, entretanto, pouco vista em sua prática. Quando leio a palavra *diversidade* sempre me lembro da palavra *cultura* que cada um de nós carrega consigo. A sociedade é um aglomerado de múltiplas culturas e, da mesma forma, é o ambiente escolar.

E, como trabalhar isso nas escolas em um mundo onde, do portão para fora, há discriminação e violência perante a não aceitação da existência do ‘outro’ e que insistem em penetrar no seio escolar? Uma das propostas para se auxiliar no processo de formação de indivíduos cidadãos é discutir temas do cotidiano que envolvam essa diversidade, buscando, em coletivo, uma reflexão do mundo que nos cerca e de como podemos auxiliar o mesmo a perceber que o ‘outro’ é um complemento do ‘eu’, que o ‘eu’ só existe a partir do ‘outro’ e que no corpo social todos os membros são importantes, principalmente para manutenção deste mesmo corpo.

A relevância em estudar o breve registro que a História fez de Esperança Garcia se solidifica na percepção de que a mesma está para além de um mero dado quantitativo das relações sociais e econômicas entre escravos e senhores no Brasil Colonial. Esperança Garcia não somente se apresenta a nós como uma exceção na realidade dos escravos, por ser uma escrava letrada, como também sua carta a tornou um exemplo de uma mulher que desafiou a tentativa de silenciamento de sua voz em um contexto tão opressor.

Ademais, apesar de sua carta reverberar até os dias atuais através de estudos historiográficos e de obras literárias, como a de Sonia Rosa, pouco se menciona sobre Esperança Garcia nas aulas de História. Portanto, através de um estudo interdisciplinar entre a História e a Literatura, buscamos construir atividades, com nossos alunos, que resgatassem e valorizassem a identidade étnico-racial, social e cultural no espaço escolar, exaltando a importância do gênero feminino na construção dessa identidade e o empoderamento de nossos sujeitos históricos afro-brasileiros.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. *Conceito de Cultura*. Disponível em: http://https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br. Acesso em: 22 set. 2020.

ANDRADE, Débora El-Jaick. O lúdico e o sério: experiência com jogos no ensino de História. **História e Ensino**, Londrina, v. 13, p. 91-106, set. 2007.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Educação para as relações étnico-raciais e ensino de história na educação básica. **Saberes**, Natal – RN, v. 2, n. esp, p. 174-194, jun. 2011.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e Discurso, História e Licenciatura**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História – fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2009. p. 13-17.

BRASIL. **Lei nº 10639/03**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **LDB**. Lei nº 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394. Acesso em: 02 set. 2020.

- CASTELS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CUNHA, Maria Isabel. **O bom professor e sua prática**. São Paulo: Papirus, 1989. p. 53-84.
- CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio (orgs.). **Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas culturais**. São Paulo: Editora Vozes, 2008. p. 39-71.
- DEWEY, John. **Experiência e Educação**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- DEWEY, John. **Vida e Educação**. 10. ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1978.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Por um conceito de literatura afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Terceira Margem, 2010.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.
- FERMIATO, Maria A. Belintane. O jogo como um instrumento de trabalho no Ensino de História? **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 3, n. 7, s/pág, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FONSECA, Silva Guimarães. A nova LDB, os PCN's e o ensino de história. In: FONSECA, Silva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiência, reflexões e aprendizados**. São Paulo: Papirus, 2003. p. 29-38.
- FONSECA, Silva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.
- FONSECA, Silva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2003.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MEC. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei 10.639/03**. Brasília. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC, 2005. p. 39-62.
- GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 40-51, set./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.
- GUIMARÃES. Antônio S. A. **Classes, Raças e Democracia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sonia L. **Repensando o ensino de história**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 29-50.
- KOCHHANN, Andréa. **Por uma pedagogia psicanalítica: as vicissitudes na formação de professores**. 2007. 228 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- LUCKESI, C. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. **Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 61, p. 6-15, nov./dez., 1984.
- MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: APL, 2010. p. 142-143.
- NADAI, Elza; BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PISNKY, Jaime (org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 73-92.
- OLIVEIRA, S. R. F. de. O ensino de história nas séries iniciais: cruzando as fronteiras entre a História e a Pedagogia. **História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História**, Londrina, v. 9, p. 259-272, out. 2003. .
- ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BETTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 128 – 148.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2001.

PCN Fundamental. Disponível em: [//portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf). Acesso em: 01 set. 2020.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, Helenice. Aula de História - que bagagem levar? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 81-103.

ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo a história a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, Sonia L. **Repensando o ensino de história**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 51-72.

ROSA, Sonia. **Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude E Poder: Revisitando O “Medo Branco” No Século XXI. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13, p. 134-147, mar./jun. 2014.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Joyce Gonçalves da. **Nós também somos belas**: a construção social do corpo e da beleza em mulheres negras. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – CEFET, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Florentina. Literatura Afro-Brasileira: algumas reflexões. **Revista Palmares**, v.1, n. 2, p. 64-72, 2005.

A AULA OFICINA PARA JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE HOSPITALIZAÇÃO

Alyne Martins Gomes¹

Resumo: Este relato traz a descrição da experiência metodológica utilizada para o ensino de história na Classe Hospitalar do Hospital Regional Costa do Cacau- HRCC/Ilhéus-Ba, situado no Núcleo Territorial de Educação – NTE 05, tendo como referência o Método Criativo Sensível (MCS) embasado na pedagogia freiriana e na proposta de aula como oficina desenvolvida pela historiadora Isabel Barca (2004), que levam em consideração, o pensamento ruseniano quanto a sua teoria da aprendizagem histórica. A proposta buscou maior inserção dos alunos no processo ensino aprendizagem, uma vez que privilegiou a atuação e o posicionamento dos estudantes, frente aos conteúdos e materiais selecionados. O presente relato procura evidenciar o ganho pedagógico oportunizado tanto para os estudantes com o uso das metodologias mencionadas acima no debate sobre o tema Diversidade no ambiente hospitalar.

Palavras-chave: Educação hospitalar. Aula oficina. Diversidade.

INTRODUÇÃO

O trabalho dos educadores na contemporaneidade ultrapassa os contextos escolares. Se projetarmos esta afirmação, chegamos ao cenário no qual se desenvolveu a experiência que aqui descreveremos: o hospital. A ação dos professores, neste contexto, deve possuir sistematização, organização e intencionalidades pedagógicas, que considerem as especificidades, exigências, necessidades, e peculiaridades dos educandos.

Nos estudos desenvolvidos sobre a história das classes hospitalares no Brasil, a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, entretanto, é apontada como a primeira experiência oficial de classes hospitalares, no início do século XX. Nesta Santa Casa foram organizadas as primeiras classes especiais nas enfermarias. Entretanto, foi a partir de segunda metade do século XX que passamos a encontrar uma quantidade maior de espaços hospitalares com oferta de ensino para pacientes, sendo o Hospital Municipal Jesus, na Cidade do Rio de Janeiro uma das principais referências.

É importante destacar que tanto os currículos quanto as práticas pedagógicas desenvolvidas nas classes hospitalares brasileiras são muito variados, pois são organizados de modo a contemplar os segmentos educacionais atendidos, às faixas etárias dos alunos pacientes, os processos de aprendizagens e às suas peculiaridades regionais.

O que se pretende é relatar uma experiência de pesquisa de base qualitativa, utilizando o método observacional a fim de apresentar uma possibilidade de ensino de história e da abordagem da temática diversidade num contexto de classe hospitalar. O objetivo geral da pesquisa-ação foi analisar os desafios e possibilidades da prática docente do ensino de História numa perspectiva interdisciplinar nos segmentos de Ensino Médio Regular e da Educação de Jovens e Adultos hospitalizados por diferentes enfermidades ou submetidos a tratamentos de saúde prolongados.

¹ Mestranda do Programa de Pós graduada em História do Atlântico e da Diáspora Africana pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, pós-graduada em Inclusão e Diversidade na Educação pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB. e-mail: alyne_ba@hotmail.com.

A busca por suportes teóricos e metodológicos nos possibilitaram propor um diálogo entre o Método Criativo Sensível (MSC), a proposta da aula como oficina da historiadora portuguesa Isabel Barca (2004) e as reflexões de Jörn Rüsen, sobre a Didática da História e a a formação da consciência histórica.

A aula oficina sobre a temática diversidade foi desenvolvida na Classe Hospitalar do Hospital Regional Costa do Cacao, localizado em Ilhéus/Ba, com estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos. Durante as aulas oficinas, os estudantes analisaram, fizeram inferências e comparações, numa perspectiva transdisciplinar tendo a aula oficina participação do corpo docente do HRCC.

As aulas oficinas foram sistematizadas com início, meio e fim. Assim, o presente trabalho foi organizado da seguinte forma: inicialmente, apresentamos a estruturação legal das Classes Hospitalares, na sessão seguinte, descrevo o perfil dos estudantes, a equipe docente e o Hospital Regional Costa do Cacao – HRCC, e nas sessões posteriores tratamos do suporte teórico-metodológico, da descrição planejamento e da realização das aulas oficinas, as intencionalidades e por fim, a discussão dos resultados alcançados.

Portanto, esperamos que este trabalho seja um aporte aos debates sobre como transformar os tempos de tratamento de saúde em tempos de estudo, de escolarização, de modo que, o protagonismo desses sujeitos que se encontram hospitalizados possam se aguçados para expansão dos seus repertórios de mundo.

O HRCC: PERFIL DOS ESTUDANTES E DA EQUIPE DOCENTE

O Hospital Regional Costa do Cacao – HRCC, está localizado na Rod. Jorge Amado, s/n - bairro Banco da Vitória, no município de Ilhéus – BA, atende exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde/SUS. Dos 225 leitos disponíveis, os docentes da classe hospitalar atendem a 146 (os que ficam nas enfermarias – internação).

Do ponto de vista da formação acadêmica, a equipe docente da Classe Hospitalar do HRCC é composta por quatro docentes: dois docentes com graduação em Letras, e as outras duas docentes são mestrandas em suas respectivas áreas de formação, Química e História. Todos os docentes possuem ao menos uma titulação de especialista e pertencem ao quadro efetivo da Rede Estadual de Ensino da Bahia inscritos pelo Núcleo Territorial de Educação 05 – NTE 05.

Destacamos a formação da equipe docente para ressaltar a interdisciplinaridade que foi importante base para o desenvolvimento da proposta metodológica desde a escolha do tema até seleção e construção da aula oficina.

Por se tratar de uma unidade de saúde voltada para o atendimento de jovens e adultos, no HRCC, quando matriculados, os estudantes são majoritariamente da Educação de Jovens e Adultos – EJA, e em menor número, alunos do Ensino Médio Regular. Entre os principais motivos da hospitalização estão: tratamento de enfermidades, realização de procedimentos clínico-cirúrgicos ou para investigação e diagnóstico.

É importante destacar o número expressivo de pacientes com idade inferior aos 60 anos e que ainda não concluíram o Ensino Fundamental, dado que foi verificado durante o processo de triagem para a organização das aulas quando é perguntado ao paciente se ele está estudando, ou seja, se está matriculado, em qual o segmento/série, é a primeira escuta sensível e pedagógica. Também é relevante o número de pacientes que expressaram interesse em retomar os estudos regulares, ou seja, o desejo de matricular-se numa escola regular.

A classe hospitalar do HRCC tem por prioridade atender aos alunos matriculados na Rede Estadual de Ensino que se encontrem internados. As aulas ocorrem nas enfermarias que são compostas por dois ou três leitos. Assim, há uma média de quatro a seis pessoas – pacientes e acompanhantes por enfermaria. Os pacientes nas enfermarias do HRCC ficam acomodados por sexo, podemos encontrar numa mesma enfermaria, alunos de 16 a 65 anos (média das idades dos pacientes em 2019).

Os pacientes deste hospital são tanto munícipes de Ilhéus quanto das cidades circunvizinhas do território da Costa do Cacaú, mas chegam também de outros territórios como: da Costa do Dendê e da Costa do Descobrimento.

METODOLOGIAS E ESTRUTURA DO PLANEJAMENTO

Partindo ponto de vista que a educação deve ser pautada na construção de um pensamento crítico, e essencialmente amplo, tendo em vista, o contexto cultural e diversificado no qual esta sociedade está alicerçada. Consideramos a necessidade de promover o debate sobre as pautas e lutas do povo negro na sociedade brasileira, por isso a escolha do tema diversidade.

Tomando o pensamento ruseeniano conforme Schmidt (2017),

[...] As formas de organizar o ensino e a aprendizagem referem-se ao momento em que, tanto quem ensina, quanto quem aprende, assumem o estatuto narrativístico da ciência da história. O retorno à vida prática indica o momento em que o conhecimento ensinado e aprendido revelam o significado e sentido de orientação temporal que têm para os envolvidos no processo de ensino e aprendizado: professores e alunos [...] o processo de construção de sentidos, a partir do conhecimento que produz o envolvimento dos sujeitos no seu próprio autoconhecimento, no conhecimento do outro e do mundo. (SCHMIDT, 2017, p. 63-64).

Entende-se que a educação para as relações étnico-raciais, precisa ser fomentada em todos os espaços educativos. Mas, formar mulheres e homens comprometidos a promover a equidade de direitos aos diferentes grupos étnico-raciais e sociais, que discutam questões de interesses coletivos, valorizem as diferentes visões de mundo, e lutem pelo fortalecimento das diferentes identidades e direitos, combatendo ao racismo e discriminações, são objetivos da Educação?

Podemos responder esta questão tomando como referência o pensamento de que o conhecimento só pode ser legitimado epistemologicamente, se tiver origem na prática e, politicamente, se se tornar instrumento de intervenções mais qualificadas nessa mesma prática (ROMÃO; GADOTTI, 2012).

Concordamos ainda com um ensino de história que possibilite que os e as estudantes expressem as suas compreensões do passado histórico e possam consciencializarem Pela análise de uma narrativa progressiva e historicamente fundamentada. Ou seja, adotamos o conceito de consciência histórica, numa perspectiva ruseeniana, conforme definida por Garcia (2013),

[...] como categoria articuladora de análises sobre resultados da aprendizagem de conhecimentos históricos permitiu uma aproximação com ideias construídas pelo educador brasileiro Paulo Freire, especialmente no que se refere à passagem da consciência ingênua para a consciência crítica, movimento este responsável por mudanças que educadores e educandos explicitam em sua compreensão do mundo. (GARCIA, 2008, p. 130).

Tomando como referência a afirmação anterior e a Lei 10.639/2003 que instituiu nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, a escolha pelo tema Diversidade – especificamente a questão étnico-racial afrobrasileira - teve relação com a chegada do mês de novembro, e por acreditarmos que uma sociedade tem sucesso quando há respeito à diversidade, e que todos os cidadãos tenham condições para uma vida digna, com qualidade. Ou seja, por ser uma questão relevante e em pauta na história brasileira.

Este relato visa discorrer de modo descritivo a vivência metodológica de delineamento experimental, com base qualitativa e englobou um grupo focal de 96 pessoas (entre alunos pacientes matriculados e não matriculados, e acompanhantes).

O primeiro desafio imposto à equipe de quatro docentes que atuam no HRCC foi buscar possibilidades metodológicas. O planejamento das aulas precisava levar em consideração três aspectos pedagógicos, quais sejam: I - a sazonalidade na permanência do aluno por um curto ou longo período de frequência; II - a diferença entre idade/série (a possibilidade numa mesma enfermaria estarem internados pacientes de segmentos, etapas ou séries diferentes), e, por fim, III- a grande variação de realidades socioculturais.

Outra preocupação a que chegamos foi a questão do tempo, isto porque o tempo de aula e mesmo de internação é muito variável em ambiente hospitalar, por conseguinte, desejávamos que a aula possibilitasse uma visão global sobre o conteúdo abordado.

Buscando uma proposta capaz de atingir os objetivos apresentados, foi realizado um levantamento bibliográfico e, a partir destas leituras, chegamos a dois métodos referenciais que se tornaram um binômio indissociável como alternativa, uma resposta as demandas que expusemos anteriormente: o Método Criativo Sensível (MCS) e a aula como oficina.

O Método Criativo Sensível (MCS) baseia-se na concepção de educação freiriana, vendo do educando do seu lugar social no mundo e na educação, considera que os estudantes são sujeitos pertencentes a um espaço e tempo, e possuem disposição para problematizar sobre sua existência, particularmente a partir de situações cotidianas, e realizar reflexões críticas que podem transformar seu modo de vida e, o meio onde vive.

O grupo, neste método passa a ser um espaço democrático, de diálogo das múltiplas vozes e permite a socialização no espaço coletivo. Para nós, o uso da MCS nas enfermarias do HRCC, durante as aulas teve por foco possibilitar a formação deste tipo de grupo. Na perspectiva metodológica freiriana, a discussão de grupo é fundamental pois valoriza-se a singularidade de cada sujeito.

Passemos agora a compreender a proposta da aula oficina conforme Barca (2004). Primeiramente, o professor seleciona um conteúdo, pergunta aos alunos o que eles sabem a respeito, verificando o que eles já sabem, o que ainda precisam saber, o que necessita ser reconstruído e desconstruído. A partir daí, Barca sugere que se selecione os materiais e recursos pertinentes para a aula. Barca afirma que:

O ‘plano’, qualquer que seja o formato que assuma, numa perspectiva de construtivismo social representa um projeto que procura antecipar as vertentes hoje requeridas numa aula, em termos de instrumentalizações a focalizar, conteúdos temáticos a operacionalizar em questões problematizadoras e consequentes experiências de aprendizagem, sem esquecer a avaliação contínua, e por vezes formal, das tarefas. (BARCA, 2004, p. 135)

Enquanto historiadora, Barca procura com a proposta da aula oficina o desenvolvimento da instrumentalização de interpretação de fontes, por exemplo. Os alunos recebem um conjunto de fontes com posturas divergentes

adotadas por atores da história sobre o mesmo tema, também lhes são apresentados mapas, imagens e textos. Se deseja que os alunos consigam correlacionar essas fontes, para isso lhes são entregues questões, as quais eles são chamados a solucionar em duplas ou pequenos grupos.

Outro aspecto é que a escolha por trabalhar temáticas não desconfigura o respeito pelos conteúdos programáticos. Ao contrário, como afirma Barca (2004) “se o professor estiver empenhado em participar numa educação para o desenvolvimento, terá de assumir-se como investigador social: aprender a interpretar o mundo conceitual dos seus alunos”. (BARCA, 2004, p.132). A intenção deve ser de mediar os alunos na modificação positiva dos conceitos que já possuem.

Notemos que ambos os métodos apresentados recorrem a relação mediada pela atitude dialógica, ação plenamente possível no ambiente hospitalar onde a maior parte das aulas ocorre de modo mais particularizado (com um número menor de estudantes).

A sistematização da atividade ocorreu mediante o levantamento prévio do grupo focal: Estudantes da EJA e do Ensino Médio. É importante destacar que na mesma enfermaria encontramos estudantes do Ensino Médio com idade entre 16 a 22 anos e também da EJA com idades entre 18 a 65 anos.

A duração das aulas oficinas ficou condicionada ao estado biopsicológico dos alunos pacientes, a dimensão máxima do número de alunos pacientes por aula oficina foi de seis participantes e a duração das aulas foi de noventa até cento e vinte minutos. A seleção dos materiais utilizados nas aulas oficinas (vídeos, textos, imagens) teve por prioridade possibilitar que os alunos pacientes realizassem inferências e comparações, despertando o saber crítico como veremos adiante.

EXECUÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De modo geral, a abordagem inicial da aula oficina para o grupo focal previamente definido começou com o questionamento sobre o que significava para eles a palavra “Diversidade”. O objetivo deste questionamento foi explorar qual o conhecimento possuíam acerca deste conceito.

As respostas foram ligadas a palavra “diferente”, “que é diferente”, “variedade”. Partindo das suas inferências, fomos questionando: o Brasil é um país com muita diversidade? Todos responderam que “sim”. Por quê? Perguntamos. E quase todos responderam que tinha relação com os indígenas, portugueses, negros e outros grupos étnicos. Todavia, houve alunos que não souberam explicar.

Assim, lançamos outra pergunta: “Aqui nesta enfermaria temos exemplos desta diversidade?” Todos responderam que “sim”. Seguimos indagamos: “Se temos tanta diversidade e isso é tão comum, por que as pessoas são tratadas de modo diferente uma das outras?” Muitos responderam “por causa da cor”, e outros argumentaram “porque uns são ricos e outros pobres”, “por terem pessoas que se acham melhores que outras”. Iniciamos aí um debate buscando desconstruir a utilização indiscriminada da palavra diferença e diversidade como sinônimos. Trabalhamos o significado de cada palavra, seu conceito.

A seguir, os professores de Linguagens levaram algumas expressões preconceituosas² (foram selecionadas vinte frases), os alunos retiravam aleatoriamente uma frase e era solicitado que as explicassem, por exemplo: “negro de traços finos”, “mulata”, “serviço de preto”...

² Compreendemos como palavras ou expressões preconceituosas aquelas que foram criadas em cima de situações vividas por negros, principalmente na época escravocrata, e que são utilizadas até hoje conforme apresentada por Mendéz (2016).

Diante das respostas dadas, propusemos que assistissem a um curta metragem “Xadrez das cores”³ (2004). Em seguida, perguntamos o que tinham entendido do filme e como este filme se relacionava com o que tínhamos debatido até ali. Todos falaram de preconceito, por causa da cor e da posição socioeconômica.

Pedimos então que tentassem explicar qual a origem deste preconceito. O objetivo foi permitir explorar suas capacidades individuais de argumentar e aprofundar o conhecimento. Observamos que os alunos da EJA tiveram dificuldade de reconhecer as bases históricas para justificar suas afirmações, porém tinham noção que era algo que vinha do passado e ainda permanecia. Já os estudantes do Ensino Médio além de reconhecerem, também citaram fatos históricos como a escravidão, o tráfico de escravos, a estrutura social deste o período colonial, o processo de abolição no Brasil, o racismo estrutural, etc.

Neste ponto, cabe expor algumas reflexões a que chegamos diante das diferenças na qualidade das respostas. Percebemos que os alunos que estão cursando o Ensino Médio, são alunos regulares, que vem numa sequência de ano escolar, compatíveis com a idade, praticamente sem repetências e interrupções.

Por outro lado, os estudantes da EJA, na totalidade, estavam retornando aos estudos após um período sem frequentar a escola, com dificuldades em realizar leituras mesmo de pequenos textos e também em redigir parágrafos simples sobre algo estudado (daí a opção por trabalhar com vídeos, mapa conceitual com palavras chaves e oralidade). Todavia, carregavam vivências que durante as respostas orais associaram as cenas do curta metragem.

Em seguida, apresentamos um pequeno vídeo com estatísticas sobre desigualdade racial, “Desigualdade Racial no Brasil - 2 minutos para entender!”⁴ que trata da diferença entre brancos e negros no Brasil. O objetivo era que através de dados numéricos os estudantes reconhecessem aspectos cotidianos da desigualdade. A professora de Ciências da Natureza e Matemática aproveitou para explicar/revisar porcentagem e solicitou aos estudantes que explicassem o vídeo, comentando as estatísticas apresentadas.

Chamou muito atenção os alunos se dizerem parte daquelas estatísticas, outros contaram experiências de preconceito que já haviam vivenciado ou presenciado. Entre os estudantes da EJA, os exemplos e testemunhos de vivências ligados a situações de preconceito foram descritas com mais profundidade e em maior número. Atribuímos isso a diferença de idade, por serem mais velhos que os alunos do EM tinham experimentado mais situações. Outro aspecto foi que mais de 70% se identificaram como negros ou negras.

Os vídeos foram assistidos por todos da enfermaria em conjunto (alunos e não-alunos), posto que grupo era formado por no máximo seis pessoas. Era valorizada a fala de cada um, pois queríamos que as questões levantadas se estruturassem de modo que cada participante, cada aluno, se reconhece através do outro.

Diante da especificidade da educação hospitalar, há de se considerar que os objetivos, tempo de duração da aula oficina e os materiais utilizados serão previamente estabelecidos para que seja possível a realização da aula oficina com início, meio e fim no mesmo atendimento, ou seja, no mesmo dia.

³ Curta metragem de 2004, com 21 minutos, dirigido por Marco Schiavon, narra a história de uma senhora branca que fica sob a guarda de uma empregada doméstica negra. A idosa não faz questão nenhuma de disfarçar seu racismo e utiliza o jogo de xadrez para humilhar a empregada, mas é justamente o jogo de xadrez que fará com que as personagens produzam reflexões que mudarão as suas vidas.

⁴ O vídeo com 2 minutos de duração foi produzido pela Revista Superinteressante baseado em dados estatísticos do IBGE, ONU, SEPIR entre outros e apresenta números sobre como a cor da pele influencia na educação, saúde, e renda, além de índices sobre violência no Brasil.

Afinal, a depender da melhora ou do agravamento à *saúde* que acometa o aluno paciente, seu tempo de permanência na Unidade de Tratamento Hospitalar pode ser de apenas um dia, e, mesmo assim, deverá ser-lhe garantido acesso à educação e a vivência da aula. A perspectiva de seguir este método de abordagem busca perceber o ganho que a aula gerou tanto ao aluno paciente quanto ao docente, já após a conclusão da mesma.

Por isso, ao final, solicitamos que os alunos dissessem palavras que representassem suas aprendizagens com relação ao tema da aula oficina. As palavras mais citadas foram: respeito, consciência, direitos, preconceito, liberdade, desigualdade, justiça, educação, oportunidade. Solicitamos que utilizassem a palavra escolhida e dita anteriormente para resumir o que aprendeu na aula, destacando o modo como pensava sobre o tema Diversidade e o que mudou com a aula.

A oficina se produziu como uma atividade coletiva, porém foram explorados os posicionamentos individuais. Propusemos uma aula tendo por fundamento que as relações humanas construídas com base no respeito às diferenças e no autoconhecimento como forma de exercício da cidadania, da descoberta da identidade pessoal e cultural e prática de reflexões críticas permitindo que cada um se situe como ator na sociedade, autêntico e com capacidade de fazer escolhas.

Praticamente todos os alunos pacientes e ou seus acompanhantes estavam com celulares e boa parte afirmou ter acesso à internet senão ali no HRCC (através de dados móveis), em suas casas ou em outros locais. Esta informação foi importante porque as aulas precisam ter começo, meio e fim no mesmo atendimento. Optamos, por aguçar a curiosidade dos alunos sugerindo que pesquisassem sites, canções e outros vídeos que corroborariam para ampliação do entendimento sobre a temática Diversidade.

A avaliação foi adaptada de maneira a ser formativa, isto é, um diagnóstico para que o aluno possa melhorar sua aprendizagem, portanto, não classificatória - e contínua. Esta indicação perpassa pela concepção da aula oficina na perspectiva de Barca (2014), ou seja, o incentivo a continuar pesquisando o tema de cada aula.

Os ganhos para os estudantes constatados com o uso das metodologias foram: a interação entre o grupo focal de cada enfermaria; o estabelecimento de laços de amizade; a reelaboração dos conceitos sobre convivência com a diversidade, ampliação da capacidade de estabelecer relações históricas, de interpretar dados estatísticos.

As aulas oficinas, registradas de modo compilado neste relato (posto que foram oito aulas, sendo duas por semana em enfermarias diferentes), seguiram uma organização didático metodológica, objetivando se não equacionar definitivamente, colaborar para a promoção do sucesso educativo dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação que garante o atendimento pedagógico aos estudantes em de tratamento de saúde valem para em todo território nacional, infelizmente, porém, a política de educação especial do MEC não coloca as classes hospitalares como foco de atenção. Demonstramos que vários documentos garantem o acesso do aluno com necessidades educacionais por razão de adoecimento e sua inclusão no processo educativo tanto em hospital quanto em domicílio.

A proposta que apresentamos foi uma resposta à tentativa de vencer esses desafios, e embora a aula oficina de Barca fosse voltada para o ensino de história, o desenvolvimento junto com o MCS deu-se mediante o cumprimento de algumas etapas, que, conforme demonstramos funcionaram como uma engrenagem contribuindo para

a realização de ações efetivas de aprendizagens, apontado a eficiência metodológica considerando a realidade do HRCC e as condições clínicas dos estudantes.

A metodologia da aula oficina foi uma excelente oportunidade de fazer dialogar as disciplinas com a valorização e inclusão do aluno paciente no processo ensino aprendizagem, tornando sua permanência no ambiente hospitalar mais agradável e significativa. Esta concepção remete à Base Nacional Curricular Comum, ao contemplar de forma integrada os conteúdos propostos às demais áreas do conhecimento, numa relação de transversalidade, permitindo uma visão global e abrangente dos conteúdos selecionados.

Esta prática exige uma nova postura daqueles que desenvolvem suas atividades nestas ambiências, produzindo estudos científicos e com o processo de construção do conhecimento na área da pedagogia hospitalar, propondo uma mudança de pensamento do sistema educacional e consequentemente no ensino aprendizagem de qualquer disciplina do currículo escolar adaptado.

Há que se buscar e construir outros referenciais que norteiem as práticas educativas, oportunizando aos professores a ampliação de seus conhecimentos e aos estudantes atividades mais atraentes e contextualizadas. **Portanto, não é a realidade que tem que caber nos métodos, são estes que precisam saber captar a realidade, moldando-se a ela.** O importante é estarmos conscientes de que, subjacente e incólume a todas as dificuldades e angústias, está situada a missão inequívoca da Educação, pois é somente por meio dela que as pessoas são formadas e conduzidas a produzir conhecimentos e transformações sociais.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Política de EJA da Rede Estadual**. Educação de Jovens e Adultos: aprendizagens ao longo da vida. Bahia: SEBA, 2009. p. 13-14.
- BARCA, Isabel. **Aula Oficina**: do Projeto à Avaliação. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga: Centro de Investigação em Educação/Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131-144.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 set. 2019.
- BRASIL. Ministério de Educação. **Classe Hospitalar e atendimento Pedagógico domiciliar**: estratégias e Orientações. Secretaria de Educação Especial. - Brasília: MEC; SEESP, 2002.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 24 set. 2019.
- DESIGUALDADE Racial no Brasil - 2 minutos para entender!. Direção: Thais Zimmer Martins. Produção: Thais Zimmer Martins. Roteiro: Felipe Germano. Fotografia de Tainá Ceccato. São Paulo: Superinteressante, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ufbZkexu7E0&t=46s>. Acesso em: 4 out. 2019.
- FONSECA, Margareth Santos; RABELO, Franci Sousa. A Prática Docente na Alfabetização de Jovens e Adultos Hospitalizados: Desafios e Possibilidades em Pacientes em Tratamento de Hemodiálise. **Revista Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade**, Fortaleza, v. 3, p.693-704, 2014.
- GARCIA, Tânia Braga. Estudos sobre consciência histórica na Universidade Federal do Paraná. In: BARCA, Isabel (Org). **Estudos de consciência histórica na Europa, América, Ásia e África**: actas das Sétimas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Universidade do Minho. 2008. p.123-133.

MENDÉZ, Chrystal. 18 Expressões racistas que você usa sem saber. **Geledés**, São Paulo, 19 de nov. 2016. Seção Casos de racismo. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

NOGUEIRA, Nildo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.

ORTIZ, L. C. M. **Classe hospitalar**: caminhos pedagógicos entre saúde e educação. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2005.

PAULA, Ercília M. A. T. **Educação, Diversidade e Esperança**: A práxis pedagógica no contexto da escola hospitalar. 2005. 300 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2005.

ROMÃO, J. E.; GADOTTI, M.; *et. al.* (orgs.). **Paulo Freire e Amílcar Cabral**: a descolonização das mentes. São Paulo: Ed. e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. “Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História”. **Intelligere** – Revista de História Intelectual, v. 3, n. 2, p. 60-76. 2017. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em: 24 maio 2019.

XADREZ das cores. Direção: Marco Schiavon. Produção: Claudia Couto. Intérprete: Myrian Pires, Zezeh Barbosa. Roteiro: Marco Schiavon. Fotografia de Gilberto Otero. Gravação de Gilberto Otero. Rio de Janeiro: REDMIX Entreterimento, 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NavkKM7w-cc>. Acesso em: 20 ago. 2019.

A BNCC E O SER RESILIENTE

Leila Angélica Oliveira Moraes de Andrade¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre o que representa uma proposta curricular tendo como ponto de partida a crítica da Base Nacional Comum Curricular. Partindo do conceito de currículo dado por Saviani em sua perspectiva de uma pedagogia Histórico - crítica, apontamos os descaminhos que uma BNCC interpõe aos docentes e discentes ao excluí-los do processo de construção e discussão da organização curricular. Bem como abordamos a lógica da resiliência contida na BNCC como um mecanismo de manter a perspectiva de uma sociedade hierarquizada. Assim, apontamos o que é para nós uma construção democrática de um currículo com cheiro, cor e sabor da comunidade escolar e o papel que o professor e a professora precisam assumir para garantir um currículo que promova uma discussão emancipadora.

Palavras-chave: Ensino, Currículo, Pedagogia Histórico-crítica, BNCC, resiliência.

O debate envolvendo o currículo, está mais presente nos últimos anos, especialmente em torno da Base Nacional Comum Curricular voltada ao Ensino Fundamental e implementada esse ano, e agora em função da proposta de uma Base Curricular para o Ensino Médio alinhado aos itinerários formativos da famigerada Reforma do Ensino Médio implementada pela Medida Provisória 746/2016 e regulamentada pela Lei nº 13.415/2017.

Entendemos que refletir sobre currículo é uma ação que deveria ser permanente em nossas escolas. Quando pensamos sobre os processos de elaboração e implementação dessas propostas curriculares, que precisariam ter garantida a efetiva participação de docentes, nos faz perceber mais uma vez as investidas empresariais e conservadoras buscando moldar um currículo que atenda às suas demandas e deem continuidade no Ensino Médio ao que esta posto na BNCC do Ensino Fundamental. Em uma breve análise, ao longo da História percebemos que a participação dos que deveriam protagonizar essa discussão é excluída.

Ao tomarmos como base a análise de Tomaz Silva (2002) compreendemos a relação entre a idealização do currículo e o contexto socioeconômico no qual foi pensado. Silva divide em três eixos as teorias que orientam a construção curricular e a seguir de forma sucinta buscamos esboçá-las.

As chamadas teorias tradicionais surgidas a partir do contexto norte – americano de crescente processo industrial e urbano, deixa marcada a ideia de currículo alinhada a lógica fabril, cuja palavra – chave é eficiência. De tal maneira, o currículo deveria ter um padrão, com definição de métodos e formas de mensurar resultados para se saber se o alcance desejado foi ou não atingido. O objetivo dessa perspectiva teórica era (ou é) o de proporcionar uma educação geral e acadêmica para a população. O currículo tem um caráter burocrático.

Segundo Silva (2002), as teorias críticas ganharam força na década de 1960, fazendo questionamentos sobre o pensamento e a estrutura educacional tradicional na forma de currículo, correlacionadas com os movimentos

¹ Professora da Rede Estadual de Ensino de Sergipe, Rede Municipal de Estância, Mestranda em Ensino de História Prof. História/UFS 2020.

sociais e culturais do período. Essas teorias defendem que o currículo é um espaço de disputa uma vez que tal como se constitui na sociedade capitalista reproduz as estruturas sociais e é um aparelho ideológico do Estado. Diante disso, é preciso que o currículo incorpore questões sociais, para, a partir da realidade dos estudantes, de forma crítica, o conhecimento seja construído de maneira coletiva e libertadora.

Por fim, Silva (2002) descreve as teorias pós críticas que assim como as críticas, tem como ponto de partida a contestação das teorias tradicionais de currículo por vê-las como legitimadoras de preconceitos estabelecidos socialmente. Os teóricos pós críticos defendem que o currículo deve se adaptar ao contexto do estudante de modo que costumes e práticas de um em relação ao outro sejam trabalhadas para se tornarem lugar comum a diversidade e o respeito. Esse processo de adaptação se dá em diferentes tempos e espaço, o que justifica não haver um único e verdadeiro conhecimento.

Diante desse cenário ideológico que orienta a construção curricular, está posto um dos maiores desafios, e a partir dele levantamos questões: como construir um currículo que tenha cheiro, sabor, cor, e outros ingredientes que estão no chão da escola, em meio a comunidade escolar, que promova uma educação crítica? Como garantir um currículo vivo se a participação dos protagonistas escolares não é garantida no processo de elaboração de uma Base curricular que sirva de orientação ao trabalho docente?

Para evitar qualquer dúvida vamos deixar explicitado a partir de qual conceito de Currículo nos orientamos para discutir essa temática, “[...] *currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola.*” (SAVIANI, 2008, p. 16). Assim, entendemos que a escola não pode deixar de desenvolver as atividades essenciais para não perder a sua especificidade. Diante dessa perspectiva não há como o procedimento de escolha do conhecimento, a ser incorporado ao currículo, acontecer de forma esporádica ou aleatória, mas é essencial estar embasado naquilo que é primordial ao ser humano avaliar para enfrentar os problemas que a realidade oferece.

Precisamos reforçar que a problematização da realidade pelo professor como parte do método da prática pedagógica é fundamental, pois a escolha do conhecimento que se vincula à definição dos objetivos de ensino implica definir o que é central do que é que secundário, o que é ditado “[...] *pelas condições da situação existencial concreta em que vive o homem.*” (SAVIANI, 2004, p. 39).

A partir disso, vamos fazer uma breve discussão de como se deu o processo de constituição da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental, um debate que tomou proporções de caráter conservador e ideológico, negando a garantia da ampla participação da comunidade em discussões de importância e essenciais na construção do currículo escolar, além de excluir de forma absurda temáticas que abordam a pluralidade e a diversidade das relações sociais tão evidentes em nossas escolas, excluir discussões sobre gênero e sexualidade do contexto educacional é negar a própria função social que a escola tem. Tomemos como ponto de partida nesse cenário pensar a quem interessa uma BNCC como a que está posta e da maneira como se constituiu.

Considerando que a discussão em torno da elaboração da BNCC foi iniciada em 2015, com uma primeira versão em um governo progressista e que no campo do MEC, mesmo com a forte presença de grupos empresariais a frente das discussões das políticas educacionais, ainda havia diálogo com especialistas das universidades, entidades acadêmicas, sindicais, professoras, professores e órgão do poder público de forma representativa, já fora aberta consulta pública por plataforma online, na qual segundo o MEC participaram cerca de 12 milhões de pessoas jurídicas e físicas. Vale advertir que a opção na consulta pública era, apenas, aceitar ou não as metas estabelecidas em cada série e disciplina, não havendo espaço para debater, sugerir ou qualquer outra possibilidade de ação que caracterize o processo dialógico na construção. Todavia, em 2016 foi apresentada uma segunda versão da BNCC, após a citada consulta online.

Parecia que caminhávamos na construção de uma BNCC, ainda que não amplamente debatida na base, leia-se com conferências ou audiências públicas em que se efetivasse a participação de representantes dos segmentos das comunidades escolares, mas que teria um caráter progressista, com a constituição de temas como gênero, sexualidade, diversidade e pluralidade.

No entanto, em 2016 com o Golpe dado no Governo Dilma e instituição do (ilegítimo) Temer como presidente do Brasil, um outro comportamento passou a orientar a construção da BNCC. O MEC, já influenciado por empresários da educação mesmo nos governos progressistas de Lula e Dilma, assumiu definitivamente seu perfil empresarial e privatista e em 2017 contratou a Fundação Vanzolin², sem transparência no processo de seleção, que em, apenas, cinco audiências regionais definiram a terceira versão da BNCC que foi aprovada em 2018 e cuja implementação se deu em 2019.

Nesse contexto não podemos ignorar que entre a primeira versão e a última versão, há na essência da Base questões inerentes e que não foram modificadas. Dentre essas questões podemos citar algumas apontadas no Caderno 1 – BNCC: perspectiva da classe trabalhadora:

a ausência do papel da escola e de sua comunidade escolar protagonizado pelas professoras, professores, estudantes, funcionários e comunidade em torno de cada escola, (...) a importância atribuída aos resultados do PISA e demais sistema de avaliações externas e brasileiras como únicos meios de medir a qualidade da educação, (...) ausência do conceito de currículo em seu processo dinâmico social e cultural na transmissão e produção de conhecimentos escolares articulados com os conhecimentos sociais; (CADERNO 1, 2018, p. 9)

Isso nos remete a pensar se já na primeira versão questões tão importantes foram deixadas de fora da BNCC e mantidas essas ausências e importância na terceira versão, em que elas se distanciam? Pois bem, com o avanço e aprofundamento do conservadorismo no Governo Temer outras questões passaram a ser alvo no processo de imposição da terceira versão da Base. A partir da construção coletiva realizada pelo Sintese (Sindicato de Trabalhadores da Rede Oficial de Ensino do Estado de Sergipe) com a finalidade de orientação aos professores em resistir a esse modelo de BNCC, em seu Caderno 1 de Resistência a política de doutrinação, privatização e negação do direito à educação apresentamos quatro dessas questões:

Foram retiradas as expressões “diferenças de gêneros”, “étnica” e “orientação sexual”, evidenciando concordância ao movimento Escola Sem Partido; (...), Desconsideram a diversidade regional orientando, rasteiramente, que 60% do currículo deve ser ocupado por conteúdos definidos pela BNCC e 40% por conteúdos definidos pelas localidades educacionais; (...), Fortalecem a instrumentalização e controle do trabalho docente, pois, de antemão, definem o que ensinar, quando ensinar, para quem ensinar e como ensinar. (CADERNO 1, 2018, p. 11)

Consideramos importante fazer essa análise do que representam essas características da terceira versão da BNCC uma vez que está presente em nossas escolas, pra servir de documento orientador, ou norteador como seus

² Se auto define em sua página na web como Instituição privada, sem fins lucrativos, com objetivo principal desenvolver e disseminar conhecimentos científicos e tecnológicos essenciais à Engenharia de Produção, à Administração Industrial, à Gestão de Operações e às demais atividades relacionadas que realiza com total caráter inovador. A organização prioriza seus projetos e atividades de Educação Continuada por relevância econômica e social e, por esse motivo, pauta sua atuação por critérios de excelência acadêmicos, profissionais e éticos. A Fundação Vanzolini é também um centro de referência internacional em temas de destaque para as empresas privadas e para entidades do setor público que buscam alcançar e manter padrões elevados de desempenho. <https://vanzolini.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

defensores gostam de dizer, da construção do currículo escolar. Primeiramente, o alinhamento ao Movimento Escola sem Partido já deixa claro seu perfil antilibertário do processo de ensino-aprendizado, segundo a distribuição desproporcional entre o que é dito comum e o que é relativo a diversidade regional, tendo ainda como pano de fundo no debate os indicadores voltados às avaliações de larga escala que exigem das unidades escolares praticamente 100% do trabalho docente voltado a atender e atingir metas e índices estabelecidos, retirando assim, por inúmeras vezes, do currículo escolar aquilo tido como “supérfluo” e que não será avaliado por essas provas e provinhas. Por fim, mas não menos importante, a ação de retirar do profissional docente aquilo que lhe é peculiar: a sua capacidade de criação, a partir da construção coletiva com os estudantes. O docente é visto como um reproduzidor de roteiro, um cumpridor de apostilas, passa a ser meramente aquele que fará os estudantes atingirem habilidades e competências previstas na BNCC com foco em atender as demandas dos objetivos de aprendizagem.

E aqui chegamos no que nos é o objeto nessa construção, a exclusão dos atores sociais do processo de elaboração da Base não é despretensioso, ou sem intencionalidade. Entender que a escola é um aparelho ideológico do Estado e que atua através de seu currículo, nos remete a pensar que precisamos compreendê-lo como um instrumento de disputa ideológica, que vai forjar uma identidade. Por essa razão, não podemos ignorar o processo de construção dessa Base Nacional Comum Curricular que está em vigência, devemos como professoras (es) debater o nosso papel, a nossa autonomia e a autoridade pedagógica que nos cabe.

Outro aspecto que destacamos nessa BNCC é o perfil resiliente atribuído e escalado ao estudante no processo de aprendizado, o que entra em rota de colisão com uma proposta educacional voltada à emancipação e transformação de uma sociedade. Perceber o que está por trás dessa perspectiva da resiliência é fundamental para que professores e professoras se deem conta do papel que precisam desempenhar na garantia não apenas da sua autoridade pedagógica, mas da construção de uma proposta curricular em suas escolas que não permitam a exclusão e a subserviência a uma ordem dominante.

Temos em Luiz Carlos de Freitas (2018) uma abordagem muito interessante da constituição da lógica resiliente na BNCC e o que ela representa:

A reforma empresarial da educação costuma usar duas argumentações para justificar suas receitas, incluindo a Base Nacional Curricular Comum: por uma, ela diz garantir que está procurando proteger direitos dos alunos à aprendizagem, com ênfase na garantia da aprendizagem dos mais pobres; por outra, ela cobra destes pobres que sejam mais resilientes. Com estes dois argumentos, fecha-se o círculo da tese liberal: avança na vida quem tem oportunidade e luta duramente por ela. (FREITAS, 2018)

De acordo com essa perspectiva há razão de ricos serem ricos e pobres permanecerem pobres. Afinal, promover a distribuição de renda para quem não é resiliente, é estimular a formação de seres que não contribuem para o desenvolvimento do capital. O pobre por não saber aproveitar as oportunidades que lhe são dadas vai (e deve) permanecer na sua condição social, todavia esquecem de colocar que o ponto de partida das oportunidades entre ricos e pobres distam em um abismo. Chamamos a atenção dessa característica da BNCC por ser ela a sustentação para justificar uma:

“nova teoria do desenvolvimento social” que diz: a questão da pobreza é algo que podemos vencer com uma nova Base Nacional Curricular Comum que, além das habilidades cognitivas, inclua também as habilidades sócio emocionais, entre elas, a resiliência. Com a nova BNCC, agora vamos “ensinar” nossos estudantes a serem resilientes, principalmente os pobres. Não interessa a causa da pobreza:

isso tem cura pelo ensino da resiliência. Por esta via, transformaremos os pobres em “empreendedores”, retirando-os do marasmo em que se encontram em suas vidas – desde que eles queiram, é claro. (FREITAS, 2018)

Seria sob esse ponto de vista a educação a responsável pela redenção da pobreza. Sendo categoricamente proibido discutir qualquer outra análise uma vez que *“reconhecer qualquer outra solução levaria a um questionamento das estruturas sociais produtoras de pobreza e isso não convém”*. (Freitas, 2018)

Dessa maneira, caberia a nós professores e professoras conscientes dessas desconexões entre o que profetiza a BNCC e a realidade dos nossos estudantes assumirmos um papel de resistir e apontamos na Pedagogia Histórico - crítica a sustentação teórica para a formação que interpõe o fazer pedagógico com autoridade docente na construção de um currículo que para além do aspecto conteudista e da lógica resiliente, alinhe uma concepção de identidade histórica, articulando conhecimento e poder, na discussão da realidade em que se insere a comunidade escolar, considerando que o currículo é um dos instrumentos que nos forja a identidade no processo de formação humana.

REFERÊNCIAS

CADERNO 1 de Resistência a BNCC – Síntese, Aracaju, 2018.

FREITAS, L. C. de **A BNCC e a “salvação” dos pobres pela resiliência**. Publicado em 08 mar. 2018. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2018/03/08/a-bncc-e-a-salvacao-dos-pobres-pela-resiliencia/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados; 2008. 2.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 15. ed. Campinas: Autores Associados; 2004.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

EDUCAÇÃO HISTÓRICA, PENSAMENTO DECOLONIAL E TEORIA PÓS-COLONIAL: CONSONÂNCIAS, NOVOS OLHARES E PERSPECTIVAS

Kelvin Oliveira do Prado¹

Resumo: O trabalho objetiva viabilizar e fomentar o diálogo entre o pensamento decolonial e a teoria pós-colonial com a Educação Histórica, ampliando a abordagem epistemológica e problematizando-a no âmbito a qual foi e é constituída. Nesse sentido, pensar uma pedagogia inclusiva, com as perspectivas dos que foram subalternizados. Em tal propósito, conceitos da Educação Histórica são coadunados com os dos Estudos Subalternos. Pensando de forma complexa e com a perspectiva da História Global, intenta-se refletir e ampliar experiências emancipatórias na formação dos sujeitos. Ademais, enfrentando os parâmetros da “História única”, exclusiva e que se afirmara universalista. Em suma, cometendo a “desobediência epistêmica”, dialogando e permitindo que conceitos como empatia histórica, diferença, interculturalidade, etc., se façam mais presentes, sendo adotados para a inclusão educacional.

Palavras-chave: Decolonialidade; Educação Histórica; História.

PENSAMENTO DECOLONIAL E PÓS-COLONIAL, HISTÓRIA E CONTRADISCURSOS

As interpretações da história não são estáveis e imutáveis, elas respondem às mudanças no equilíbrio geopolítico de poder, aos novos contextos e realidades insurgentes, etc. Sendo assim, é possível observar que as instituições de ensino, enquanto espaços de poder e hegemonia, podem preservar, ou não, narrativas de cunho inclusivo ou exclusivo. Pensando nas diferentes correntes interpretativas sobre o papel da educação, da superação ou manutenção da marginalidade, de teorias não-críticas ou crítico-reprodutivistas, da “teoria do sistema de ensino como violência simbólica” de Bourdieu e Passeron ou da “teoria da escola como aparelho ideológico de Estado (AIE)” de Althusser, é possível notar as variáveis na captação das possibilidades ou impedimentos nos espaços educacionais.

No entanto, como revelara Dermeval Saviani, é preciso uma “[...] tarefa de superar tanto o poder ilusório (que caracteriza as teorias não-críticas) como a impotência (decorrente das teorias crítico-reprodutivistas), colocando nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado” (2008, p. 25). Pensando nisso, intenta-se pensar em como insurgências presentes na sociedade, os novos estudos e preceitos podem transformar os olhares, criar perspectivas outras, com inclusão e narrativas no campo da História.

Os docentes, apesar de não dominarem a estrutura educacional, contam com algum domínio na forma como exercem suas atividades pedagógicas, nos discursos que são feitos e que se apresentam nos espaços educacionais os quais estão inseridos e que, de certo modo, estão sob o seu “domínio”. Pondo em perspectiva as diversas problemáticas no campo do discurso, da legitimidade das experiências dos sujeitos historicamente subalternizados e das relações de poder, a escola é parte primordial na exclusão ou na inclusão de subjetividades e dos corpos. Isto posto, tendo em mente os docentes e sua atuação, surge a necessidade de pensar em professores como intelectuais, como pontuou Henry Giroux:

¹ Graduando em História (6º semestre), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, kelvinprado17@gmail.com.

O papel social do intelectual é precisamente tornar-se integrado àqueles movimentos equipados de conhecimento emancipatório — teórico e prático [...] concepções de verdade, razão objetiva etc. são, elas próprias, parte de discursos parciais de atores históricos, situados em um tempo e lugar específicos. É suficiente salientar que a própria ciência deve tornar-se consciente dos limites de sua aspiração à totalização (1987, p. 36-37)

Tendo em vista estas palavras de Giroux, torna-se notável o quanto elas são propagadas nas discussões que têm sido feitas no âmbito educacional e social, das disputas acadêmicas e escolares relacionadas ao currículo ou com as bibliografias propostas, o que se exclui e o que se inclui, até mesmo da própria produção e pesquisa que recebe ou não fomento. Sendo assim, as insurgências presentes na sociedade e nas relações políticas nacionais e internacionais, além das produções de acadêmicos fora dos centros hegemônicos, estão quebrando barreiras impostas por um conhecimento pautado em práticas pedagógicas excludentes e colonialistas.

METODOLOGIA

Necessidades são construídas, portanto, elas podem muito bem ser transformadas, porque não são dadas, estão em transformação. Sendo assim, é interessante adotar uma metodologia como a da História global, que como punha Sebastian Conrad, procura fugir do internalismo e do eurocentrismo presentes na escrita da História, “[...] o apelo à história global surge como um apelo à inclusão, a uma visão mais ampla. Outros passados também eram história” (CONRAD, 2016, p. 05, tradução nossa). Ou seja, não é subestimar a complexidade dos fenômenos, muito pelo contrário, é tomá-los de forma amplo tendo em mente que o propagado universalismo europeu na verdade é produzido e surgido em um contexto, tempo e espaço específico e não pode se proclamar como meio e fim de tudo.

Ademais, coadunando essa perspectiva com um pensamento complexo, a qual Edgar Morin aponta como não holístico e não reducionista, “[...] o que queremos resgatar, mais além do reducionismo e do holismo, é a ideia de unidade complexa, que liga o pensamento analítico-reducionista e o pensamento da globalidade, numa dialética [...]” (MORIN, 2005, p. 54). Sendo assim, com a intenção de não cair em uma totalização e universalização a que, em princípio, procura-se fugir, mas que a própria história global já tenta evitar, é importante pensar de forma complexa, sabendo que nem tudo se poderá explicar de um só modo e com uma só perspectiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por conseguinte, na discussão aqui proposta, pode ser possível “provincializar a Europa”, tal como propunha, no ramo da teoria pós-colonial, o historiador indiano Dipesh Chakrabarty, ou seja “[...] descobrir como e em que sentido as ideias europeias eram universais e também eram, ao mesmo tempo, extraídas de tradições intelectuais e históricas particulares que não podiam reivindicar nenhuma validade universal [...]” (2000, p. 13, tradução nossa); não é rejeitar ou descartar o pensamento europeu, é “simplesmente” não silenciar outros saberes e sujeitos, logo, trazê-los à tona, já que “[...] todas as escolhas ‘canônicas’ são muito complicadas e basicamente controversas [...]” (BORRIES *apud* SCHMIDT, 2014, 42).

Nota-se, assim, que esse diálogo entre a teoria pós-colonial, o pensamento decolonial e a Educação História não estão muito distantes em determinados elementos e perspectivas. Isto é, mesmo que o surgimento tenha se dado com produções e autores em espaços e contextos distintos – seja na Índia, América Latina ou Europa – pen-

sando questões específicas, em certa medida acabam ligando-se ao âmbito de pensar a questão das experiências, as subjetividades e a negação da mesma, a historiografia e o próprio âmbito epistêmico, de pensar o conhecimento, dos sujeitos que o produzem.

Nesse sentido, todos esses processos ligados ao domínio da colonialidade, já que esta última deu forma para tais terrenos, ou seja, ao conhecimento como o tomamos, nas colonialidades do ser, do saber, do agir, etc. Além de, é claro, na esfera do ensino-aprendizagem, já que, assim como aludido na introdução, a escola está atrelada ao espaço social, seja em reproduções, proposições, como aparelho ideológico estatal, de modo crítico ou não crítico, enfim, qualquer que seja a concepção teórica ou prática, a escola, além da academia, está presente.

“O projeto de provincializar a “Europa” se refere a uma história que ainda não existe [...] Para começar, não exige uma rejeição simplista e imediata da modernidade, valores liberais, universais, ciência, razão, grandes narrativas, explicações totalizadoras, etc. [...]” (CHAKRABARTY, 2000, p. 42, tradução nossa). É pensar que outras formas de mundo são possíveis, como expõem autores latino-americanos do pensamento decolonial, já que a colonialidade do poder (economia e política) abarcam a o saber (episteme, ciência) e o ser (subjetividade, gênero, sexualidade, etc.), ou seja, paralisam e impedem transgressões, mas “[...] o desprendimento que promove o pensamento decolonial traz a confiança em que outros mundos são possíveis (não um novo e único que cremos que pode ser o melhor, mas outros, diversos) e que estão em processo de desconstrução planetariamente” (WALSH, 2006, p. 10, tradução nossa).

É importante destacar que não há aqui uma idealização de um passado mítico, pré-colonial em que a vida não teria problemas. Autores pós-coloniais e decoloniais são, por vezes, acusados de uma idealização ao passado que seria projetada ao futuro, portanto, é importante acentuar o que Chakrabarty pontuara, que não se recusa a modernidade, a produção de conhecimento, valores ditos modernos, etc., mas é saber que outros saberes e subjetividades também existiram e existem, assim como foi exposto por meio do Sebastian Conrad, outros passados também eram história e importam.

O próprio Sebastian Conrad traz estas reflexões de cunho crítico aos perigos de cair em uma idealização, já que, por vezes, tais autores concentram-se fortemente no conceito de cultura, em questões de discurso e representação, ou seja, as suas análises, às vezes, podem ser guiadas por uma imagem idealizada do passado pré-colonial pré-moderno. Assim, Conrad preocupa-se em lembrar que existiram:

várias formas de domínio colonial, que variam de impérios extrativos do início da era moderna a estruturas complexas de construção informal de impérios nos dias atuais. A aplicação de um conceito homogeneizado de colonialismo arrisca nivelar a especificidade espacial e temporal de diferentes formas de regra, diferenças sociais e variedades de dinâmicas culturais (CONRAD, 2016, p. 56)

Torna-se evidente, por meio das ponderações de Conrad, que a história global se preocupa em não totalizar conceitos, contextos e processos, entendendo-os de forma complexa, por fim, acaba sendo benéfico tais ponderações para que esse diálogo se estabeleça de modo crítico, sem aceitar tudo de forma imprudente. Portanto, o diálogo entre áreas e pensadores que, a princípio, pareciam tão distantes, podem convergir para mudanças no olhar e, consequentemente, na produção do conhecimento, tendo em vista a forma como se olha para o passado e a própria escrita da história.

Isto posto, a Educação Histórica acentua justamente estes pontos com alguns de seus autores proeminentes que serão mais detalhados nos próximos parágrafos, os quais acentuam justamente o fato de que não é aceitar tudo

de forma indiscriminada, sem ponderação e discussão, muito pelo contrário, as várias narrativas, subjetividades e contextos, precisam ser ouvidos, comparados, criticados, elogiados, etc., para que assim não se caia na armadilha em que, inicialmente, se procurava evitar, que é a da história única e que está acima de tudo e de todos os passados e narrativas, na qual troca-se apenas a posição discursiva, mantendo a estrutura unívoca.

Portanto, não é trocar posições de colonizado para ocupar o lugar de “superioridade” discursiva pregada pelo colonizador. Nessa intenção que de início seria emancipatória, não se pode e nem intenciona-se, aqui, reformular as ações e as histórias da Europa para que elas ocupem uma zona em que sejam posicionadas como culpada por todos os problemas, pois como afirmado, é cair na armadilha que se quer evitar. Portanto, a história global pensada de forma ampla e aliada ao pensamento complexo pode evitar o eurocentrismo e o internalismo, pensando globalmente, mas sem cair, também, no holismo que acabe por ser reducionista sem se atentar aos fenômenos que não se explicam por modos previamente estabelecidos.

É importante mencionar e sempre deixar claro que o pensamento decolonial e a teoria pós-colonial não são sinônimos, o que não impede o diálogo e a troca de experiências, como pontuado. A teoria pós-colonial se conecta com a teoria crítica europeia (WALSH, 2006, p. 83). Já o pensamento decolonial emergiu desde a própria Modernidade/Colonialidade, como sua contrapartida. Ademais, parte dos primeiros trabalhos da Teoria Pós-colonial foram estimulados pelo coletivo de “Estudos Subalternos” e se concentraram no sul da Ásia, mas começaram a ser aplicados na América Latina e África (CORAD, 2016, p. 53, tradução nossa); não se propõem grandes narrativas da história mundial, pelo contrário, muitos evitam narrativas mestras que culminam no Ocidente moderno.

A EDUCAÇÃO HISTÓRIA E A CONSONÂNCIA COM AS PERSPECTIVAS NÃO COLONIAIS

A história global visa efetuar uma mudança na organização e na ordem institucional do conhecimento, assim, já que a Educação Histórica traz conceitos importantes ao pensamento histórico e na forma de se lidar com a História, é possível trazer estas novas abordagens somando suas metas inclusivas em vários âmbitos. Afinal, como afirma Bodo Von Borries (2016, p. 179), a história é escrita pelos vencedores, Edgar de Decca também já confirmara isso em “1930: o silêncio dos vencidos”; observa-se que periodizações, o que lembrar e o que esquecer, etc., são também uma forma de poder, a narrativa da história dita oficial é uma construção política, seleciona-se um “passado significativo” para os grupos dominantes, não é algo simples, mas construído.

O surgimento de uma produção histórica que se pautava por críticas às formas então consideradas tradicionais e pela introdução de conceitos e categorias explicativas que até então eram desconsideradas forneceram o embasamento necessário para que os novos currículos e propostas se orientassem pela negação ao etnocentrismo, pela valorização do cotidiano como categoria explicativa e pela rejeição ao quadripartismo da História (ABUD, 2005, p. 30)

A negação deste etnocentrismo citado é uma das proposições dessa História Global, que se pretende complexa, sem afirmar que pode explicar tudo, como se tenta lembrar ao longo do texto, sendo, dessa maneira, uma forma de análise e de pensar a realidade entre outras. É assim que a noção de “empatia histórica” pode auxiliar no ensino-aprendizagem, porque “[...] o conceito de empatia facilita a compreensão histórica, ao aproximar as pessoas do passado às do presente [...]” (ABUD, 2005, p. 27).

A formação histórica revela e define fundamentalmente os procedimentos da consciência histórica ou conhecimento histórico [...] O conhecimento histórico é a principal ferramenta na construção dessa consciência histórica, que articula o passado com as orientações do presente e com as determinações do sentido com as quais o agir humano organiza suas intenções e expectativas no fluxo do tempo (ABUD, 2005, p. 28)

Esta consciência histórica ocorre quando “[...] a informação inerte, progressivamente interiorizada, se torna parte da ferramenta mental do sujeito e é utilizada, com alguma consistência, como orientação no cotidiano pessoal e social [...]” (BARCA, 2012, p. 400). Assim, a área de investigação em Educação Histórica reivindica um estatuto científico específico, que tem como objeto as concepções dos vários tipos de sujeitos que desenvolvem o seu pensamento histórico em vários níveis, sendo uma área que se constitui na confluência de vários saberes, como no “conhecimento histórico contextualizado, problematizado e aberto a múltiplas perspectivas” (2012, p. 38-39).

A História não trata de certezas sobre um passado considerado fixo até que novos factos sejam descobertos; existem construções historiográficas diferentes, por vezes a responder a perguntas muito próximas, mas com enfoques diferentes. Numa sociedade aberta, torna-se cada vez mais óbvia esta característica da História – a de que não se aceita apenas “uma grande narrativa” acerca do passado – já que os historiadores podem produzir narrativas divergentes, fruto de perspectivas diferenciadas sobre as mesmas fontes ou situações (BARCA, 2006, p. 95)

Neste sentido, um outro pensador importante do campo, como Peter Lee (2011, p. 29), alerta para as problemáticas das leis e generalizações, Lee ainda chama a atenção para o fato de que “[...] o conhecimento histórico pode excluir certas concepções de passado e então mudar nossas concepções do futuro [...]” (2011, p. 36), ou seja, a vida prática é afeta pelas concepções que se têm do passado e que poderão ser formadas acerca do futuro, ou mesmo do que se espera dele. Torna-se evidente que isso vai em consonância com a perspectiva de desestruturação eurocêntrica trazida pelo pensamento decolonial e pela teoria pós-colonial, provincializando essa Europa e desmistificando as ideias construídas de universalidade, transformando o futuro e trazendo novas perspectivas inclusivas.

As grandes narrativas do historicismo do século dezenove, em que se baseiam suas pretensões ao universalismo - evolucionismo, utilitarismo, evangelismo - também foram, em um outro espaço/tempo textual e territorial, as tecnologias da governança colonial e imperialista. É o “racionalismo” dessas ideologias do progresso que vai sendo crescentemente erodido no encontro com a contingência da diferença cultural (BHABHA, 1998, p. 270-271)

O conceito de cultura histórica, por exemplo, aborda um fenômeno que caracteriza o papel da memória histórica no espaço público, “[...] Da consciência histórica há somente um pequeno passo para a cultura histórica [...] se pode definir a cultura histórica como a articulação prática e operante da consciência histórica na vida de uma sociedade [...]” (RÜSEN, 2016, p. 57), ou seja, a memória histórica que dá ao sujeito uma orientação temporal em sua práxis e oferece uma direcionalidade para a ação e uma autocompreensão de si mesmo (RÜSEN, 2016, p. 64).

Aprendizagem histórica, em Rüsen (2016, p. 11), é um processo fundamental e que tem como referência a ciência da história, assim, “[...] isso leva à mudança da didática da história para a consciência histórica como base de todo o ensino e aprendizado da história [...]”, podendo-se explicar a consciência histórica como teoria da aprendizagem histórica. Estas abordagens e conceitos estão crescendo e impactando a produção nas pesquisas sobre ensino e aprendizagem de história, mudando ou agregando as produções e o conhecimento quando se fala na

forma como se pensa o passado; como crianças, jovens e adultos lidam com o passado, com o presente e o futuro; pensando, inclusive, sobre a memória pública e várias outras problemáticas urgentes. No mais, essa:

mudança de eixo do referencial da Didática da História encontra guarida também, no principal ponto de convergência entre autores como Jörn Rüsen, Bodo Von Borries, Peter Lee, Isabel Barca [...] a aprendizagem histórica só é aprendizagem quando ela muda os padrões de interpretação do passado, o que pressupõe um processo de internalização dialógica e não passiva do conhecimento histórico, além de uma exteriorização para fora, no sentido de mudar a relação com a vida prática e com o outro (LEE *apud* SCHMIDT, 2014, p. 48)

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Pensadores têm feito críticas e refletido sobre as metanarrativas eurocêntricas, memórias e narrativas que são tidas como imutáveis e que impõem discursos que procuram abarcar todas as nuances da vida dos sujeitos, dando rumos políticos, morais, ideológicos, e vários outros pressupostos no meio social, “[...] a própria noção de “ocidente” (oeste) é algo que os educadores críticos compreendem como altamente problemático [...]” (MCLAREN, 1997, p. 145). Como lembrara Gramsci ou Edward Said, “Oriente” e “Ocidente” foram abstrações superficiais, mostram como o discurso e o domínio funciona, seja impondo hegemonias ou delimitando noções da realidade.

Samir Amin (1989, p. 34) afirma que o “Oriente”, por exemplo, é uma construção artificial e posterior do eurocentrismo, e este eurocentrismo é muito prejudicial porque implica uma teoria da história universal e um projeto político mundial (AMIN, 1989, p. 75), como é referido ao longo da discussão, é prejudicial, ainda, porque fundamenta mitos, tais como o da “pureza ariana” da Grécia” (AMIN, 1989, p. 89) e continua a fomentá-los intencionando torná-los legítimos para serem, assim, utilizados como meios de exclusão e fundamentação de supostas “superioridades” em âmbitos diversos como no gênero, na sexualidade, etnia, etc. Ademais, o problema é que o eurocentrismo está presente em todos os domínios do pensamento social, nas relações cotidianas, nas informações e opiniões políticas ou gerais e, claro, na linguagem e nos discursos acadêmicos.

O que está em jogo quando se chama a teoria crítica de “ocidental”? Essa é, obviamente, uma designação de poder institucional e eurocentrismo ideológico [...] esta é uma manobra familiar do conhecimento teórico, onde, tendo-se aberto o abismo da diferença cultural, um mediador ou metáfora da alteridade deverá conter os efeitos da diferença. Para que seja institucionalmente eficiente como disciplina, deve-se garantir que o conhecimento da diferença cultural exclua o Outro (BHABHA, 1998, p. 59)

Assim, o “Outro” é citado, emoldurado, encaixado em um esclarecimento serial e perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional (BHABHA, 1998, p. 59). Com tais proposições, modificar a realidade torna urgente não apenas identificar os valores das ideologias manifestas na memória pública e, assim, no currículo, pois também é necessário analisar e transformar os processos por meio dos quais tais valores são gerados e disseminados, isto é, analisar a própria estruturação social e trazer essas outras vozes silenciadas.

É preciso ter em mente que “nenhum país é modelo para outro país, embora a discussão da modernidade que pensa em termos de “alcançar” postule esses modelos [...]” (CHAKRABARTY, 2000, p. 12). Afinal, as diferenças históricas fazem muita diferença, Chakrabarty alerta que isso acontece porque as sociedades não são uma tabula rasa, pelo contrário, contam com especificidades e diferenças.

Conclui-se que os conceitos universais da modernidade política não são adequados, foi o imperialismo europeu e os nacionalismos dos países “descolonizados” que alcançaram a universalização do Estado-nação como a forma mais desejável de comunidade política, e elas estão alicerçadas como imutáveis, já que a colonialidade legitima a noção de que outras possibilidades, realidades e futuro não são possíveis.

Para isso, fornecer-lhes instrumentos contra-hegemônicos são passos importantes, e munir-se com os saberes consolidados, já que não se reflete e se cria um contradiscurso em contraposição ao que não se tem conhecimento. Com isso, e assim, é possível trazer as narrativas outras, dos “vencidos”, subalternizados, excluídos dos espaços de poder, etc. Isso é possível com a junção de perspectivas inclusivas, já que, como apontara Marc Bloch (2001, p. 68), os especialistas precisam lembrar-se de que “[...] as investigações históricas não sofrem de autarquia. Isolado, nenhum deles jamais compreenderá nada senão pela metade, mesmo em seu próprio campo de estudos [...]”. Portanto, munir-se com saberes diversos, criando sempre um contato interdisciplinar e amplo, pode ser a chave para descentralizar e rever narrativas ditas únicas e “legítimas”.

É assim que Borries defende uma visão de multiperspectivas, com uma designação aberta (2016, p. 187), “[...] porque nós não precisamos de uma “visão global”, mas várias delas (uma feminista, uma liberal, uma ecológica, etc., versões da história global) e uma comparação crítica entre elas” (BORRIES, 2016, p. 184), ou seja, a história deve ser pensada como um “modelo de pensamento” e não só como uma narrativa cronológica ou cânone histórico, pois essas posições simplificam o passado, assim que se dá a importância da complexidade nestas análises e concepções.

É evidente que as perspectivas decoloniais e a teoria pós-colonial, em consonância com as abordagens da Educação Histórica e conceitos como “empatia histórica”, “cultura histórica”, entre outros, podem mudar a forma de encarar o passado e lidar com as relações cotidianas e políticas no presente, transgredindo formas de pensar a própria História e a Educação, assim como na forma de se lidar com o “Outro” e consigo mesmo, já que, como visto ao longo do tempo, as estruturas que parecem dadas e imanescentes, não o são, são construídas abarcadas em nuances de poder e domínio, e a interdisciplinaridade pode ser uma aliada na historiografia, na educação e na vida prática.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia Maria. Processos de construção do saber histórico escolar. **História & Ensino**, Londrina, v. 11, jul. 2005.
- AMIN, Samir. **El eurocentrismo: crítica de una ideología**. Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1989.
- BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar**, Curitiba, n. Especial, p. 93-112, 2006.
- BARCA, Isabel. Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades. **Hist. R.**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 37-51, jan./jun. 2012.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BLOCH, Marc. Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Prefácio, Jacques le Goff; apresentação à edição brasileira, Lília Moritz Schwartz; tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BORRIES, Bodo von. Competência do pensamento histórico, domínio de um panorama histórico ou conhecimento do cânone histórico? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 171-196, abr./jun. 2016.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CONRAD, Sebastian. **What Is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

GIROUX, Henry. **A escola crítica e a política cultural**. Tradução: Dagmar M. L. Zibas, São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

LEE, Peter. Por que aprender História? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 42, p. 19-42, out./dez. 2011.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. Tradução: Bedel Orofino Schaefer, 3. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1997.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução do francês: Eliana Lisboa. Porto Alegre: Ed: Sulina, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen**: contribuições para uma teoria da didática da história. Organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Estevão de Resende Martins. Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Cultura histórica e aprendizagem histórica. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, jan./jun. 2014.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo. 2006.



A REPRESENTAÇÃO DE TRIPTÓLEMO NA CERÂMICA ÁTICA DO CONTEXTO DOS MISTÉRIOS DE ELÊUSIS

Leandro Mendonça Barbosa

Resumo: Diversos artefatos em cerâmica foram confeccionados no contexto dos Mistérios de Elêusis – ritos de iniciação em honra às divindades agrícolas celebrados na localidade de Elêusis, na Grécia. A intenção deste trabalho é analisar a representação de uma das divindades pertencentes ao panteão destes cultos, o herói Triptólemo. Conforme a tradição mítica, a criatura foi responsável por ensinar as técnicas agrícolas aos primeiros seres humanos, sendo uma figura bastante retratada na cerâmica ática pertencente a esta conjuntura. Neste trabalho delimitamos as cerâmicas dos séculos VI e V a.C. que demonstram Triptólemo partícipe do ritual eleusino. Entendendo o que propôs Haiganuch Sarian, de que na Antiguidade os documentos de cultura material não são como quaisquer outros, mas portadores de imagens, julgamos essencial o conhecimento e análise desta documentação para uma melhor compreensão dos cultos em Elêusis.

Palavras-chave: Triptólemo; cerâmica; Mistérios de Elêusis.

Em recente artigo publicado na *Revista Brasileira de História*, Gilberto da Silva Francisco, Haiganuch Sarian e Fábio Vergara reforçaram a necessidade de se pensar a cultura material grega não como simples sinônimo de um objeto ou artefato, mas como um elemento de apropriação física por parte de grupos humanos. Somente pensando dentro da questão do contexto é que se faz possível compreender a recepção de uma imagem em um artefato material.

Como “contexto” os autores entendem as relações presentes dentro uma teia de interações: deve-se compreender que o produtor de imagens – artista; artesão – as cria a partir de uma visão de demandas socioculturais específicas como, por exemplo, sua visão de mundo, os arranjos comerciais, períodos de determinadas festas ou celebrações e, ainda, aspectos indenitários, com a produção que identifica um determinado grupo, já que, como apontou Marcel Detienne (1987), grupos sociais se identificavam por frequentar os mesmos rituais ou partilhar das mesmas crenças e devoções a divindades em comum. Temos que ter consciência também de que a proposta do artista e seu universo cultural, que tem parte impressa em sua arte, configuram-se como componentes dos significados potencialmente relacionados às imagens, apesar de não determina-las em sua completude.

A divindade a qual iremos analisar, na acepção de sua imagem, dentro deste conceito de “contexto” proposto por Francisco, Sarian e Vergara, é o herói¹ Triptólemo. Esta criatura participa das narrativas míticas associadas às deusas Deméter e Cora – uma das facetas da deusa Perséfone – e possui uma importante função no panteão helênico: é o herói quem recebe os ensinamentos de Deméter acerca do plantio e cultivo de cereais e que ensina aos humanos esta técnica.

¹ Para um conceito de herói na religião grega, ver: BURKERT, Walter. *Religião Grega na Época Clássica e Arcaica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993; e OGDEN, Daniel. *Perseus: gods and heroes of the Ancient World*. Londres: Routledge, 2008.

Até o período clássico – que é o abarcado por nós – as únicas documentações escritas que o referenciam são o *Hino Homérico a Deméter* e uma peça homônima perdida de Ésquilo. O contexto ritualístico no qual Triptólemo parte é o dos Mistérios de Elêusis – ritos de iniciação ao culto de Deméter, celebrada em Elêusis, na Ática, desde o período arcaico, relacionados à agricultura. Tanto a documentação escrita quanto a imagética se referem ao herói atrelado a este ritual. É aí que será seu contexto de representação.

Várias narrativas míticas cercarão Triptólemo nos períodos helenístico, como a de juiz dos mortos, figurando ao lado dos três já conhecidos (GRIMAL, 2000, p. 456), e romano². Entretanto, até o período clássico ele era o herói partícipe dos festejos eleusinos e responsável pela sementeira. Filho de Metanira e Celeu, mítico casal real de Elêusis, recebeu da deusa Deméter, como gratidão pela hospitalidade de seus pais, além do conhecimento agrícola, um carro alado para que ensinasse a agricultura a terras longínquas.

Triptólemo é, em sua essência, a simbologia da própria sementeira e dos cultivos da terra, um ctônico em todos os aspectos, pois também é uma criatura misteriosa, partícipe dos rituais de Elêusis e pouco conhecido pela *ásty*. O herói sempre será referido em amuletos e, juntamente a Perséfone, representará o misterioso florescimento da semente que brota da terra:

Die Aussendung des Triptólemos, seine Epiphanie als Ährenbringer oder Sämann machten ihn zu einem Kulturheros, dem auch Stadtgründungen und Gesetze zugeschrieben werden. Mit Kore zusammen bildet die Trias eine heilige Familie, in der sich die beiden Göttinnen liebevoll ihrem Schützling zuwenden. Seine Aussendung auf dem Schlangenzug war Teil der “Dromena”, des heiligen Kultspiels von Eleusis. Triptólemos erscheint daher oft unter den Mysteriengöttern und besa Tempel in Eleusis und Athen, ja auf der ganzen Welt. (SCHWARZ, 1997, p.57)

Vários templos em sua honra, sobretudo na região de Elêusis, foram erguidos, devido a grande importância deste na vida dos humanos, que aprenderam o cultivo de seus alimentos por meio dos ensinamentos do herói. No *Hino Homérico a Deméter*, encontramos um passo significativo que cita Triptólemo, junto a seus irmãos da realeza de Elêusis. Apontamos esta passagem no intuito de analisar a imagem de Triptólemo dentro do contexto eleusino, sabendo que tradições literárias não se sobrepõem e tradições visuais ou orais; estas são interdependentes e possuem suas particularidades:

Toda a vasta terra ficou carregada de folhas e flores. Depois, ela foi aos reis justiceiros e mostrou a Triptólemo, a Diocles domador de cavalos, a Eumolpo forte e a Celeu, o guia de povos, o cumprimento dos seus mistérios sagrados, e indicou os belos ritos a Triptólemo, a Polixeno e, além deles, a Diocles, ritos augustos, que não se pode violar, nem investigar, nem divulgar, pois um grande temor pelas deusas detém a voz. Feliz quem dentre os homens supraterrâneos os viu. (*Hino Homérico a Deméter*, v. 472-480)

Deméter confia os segredos de seus ritos misteriosos a uma estirpe real, aos “reis justiceiros” – e não a trabalhadores do campo, por exemplo – exatamente porque era isso a se esperar de uma deusa. Apesar de representar aqueles que plantam e colhem o cereal, Triptólemo é membro de realeza. Percebemos o distanciamento entre aqueles que conduzem e comandam tanto o plantio quanto o ritual oferecido a ele daqueles que plantam e labutam no campo.

² Gerda Schwarz (1997) informa que tanto os Egípcios, que o identificavam com Osíris ou Horus – inclusive oficialmente, durante os ptolomeus – quanto os romanos, que o tratavam como um novo deus, irão creditar responsabilidades e funções a Triptólemo sempre relacionadas às colheitas e ao ambiente rural.

Ao contrário da documentação textual, o herói Triptólemo é abundantemente representado na arte em cerâmica, em artefatos utilizados durante os ritos em Elêusis. Neste trabalho, elencamos três imagens que retratam o deus. Embora Triptólemo sempre estivesse associado aos Mistérios de Elêusis, algumas modificações em sua representação são perceptíveis, sobretudo com o passar das décadas. Lançaremos mão da identificação de elementos diacríticos, como atributos e inscrições, para identificação das personagens e qual função exercem.

Francisco, Sarian e Vergara apontam que há dois tipos de imagens nas análises do que os autores chamam de iconografia clássica: as que tendem à imobilidade – esculturas – e imagens com mobilidade e circulação – cerâmicas; moedas. Não se faz necessário salientar toda a circulação das cerâmicas produzidas na Península Balcânica – sobretudo a Ática – nas chamadas sociedades mediterrânicas, e para além delas.

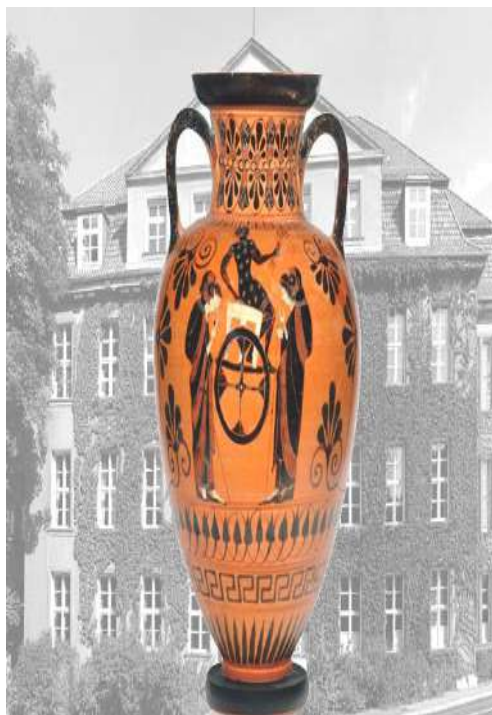
Contudo, assim como havia imagens que viajavam todo o Mediterrâneo, também havia imagens cujo contexto era restrito. Cerâmicas fabricadas na Ática e adquiridas para o ambiente doméstico de famílias atenienses certamente teriam um alcance receptivo pequeno. Outro caso eram os cultos iniciáticos ou de mistérios, cujos simbolismos eram presenciados somente pelos iniciados ou integrantes. Estas imagens, por ficarem enclausuradas em residências ou templos foram fruto de uma recepção muito menor e compartilhada por um grupo cujas identidades eram muito particulares e caras entre si. Estes grupos detinham as mesmas identificações. E este é o caso de nossas cerâmicas, fabricadas na Ática e encontradas nela; são artefatos que não viajaram.

As relações de identificação fazem com que os espectadores compreendam o que se quer passar. Isto não quer dizer que os pintores que retrataram os temas de Elêusis mantiveram-se “imunes” às influências causadas pelas interações no Mediterrâneo, mas é razoável a afirmativa de que estas peças tiveram uma identificação muito mais particular pelo grupo que as via.

O conhecimento dos Mistérios de Elêusis era a base para a compreensão das imagens nestas cerâmicas. Provavelmente estas mesmas efígies, se fossem, por exemplo, transportadas para a Etrúria, produziriam significados diferentes. Um ático e um bretão olham a mesma imagem de maneira distinta; já um vaso produzido na Ática, que permaneceu no ambiente ático e visto é por um ático, produzirá outro efeito.

A primeira imagem está contida em uma ânfora de figuras negras datada de 525/520 a.C, elaborada pelo Pintor de Balanço³. Neste período as tiranias pela maioria das Cidades-estados da Península Balcânica se encontravam pujantes, todavia ainda não haviam alterado profundamente os costumes culturais e religiosos das *poleis*, estando em pleno estágio de transição.

³ Este pintor, de nome desconhecido, foi caracterizado por suas representações, muitas delas jocosas, de deuses e homens. Inovando na maneira de pintar o vestuário, é considerado um artista notável. Recebeu esta curiosa designação devido a imagens que representavam vai e vem de pessoas, a partir de sua técnica.



Localização: Universidade de Gotinga, 14-ABV 308,82. Procedência: Ática. Forma: Ânfora. Data: 525/20 a.C.

O momento retratado na efígie é o do contato de Triptólemo com seres não divinos. O herói se encontra em seu carro – como podemos ver pela roda – que não foi representado alado. As asas no carro de Triptólemo apareciam somente quando o herói iria partir de Elêusis para sua missão de ensinar a agricultura aos humanos, ou ainda seu regresso depois da missão; neste momento, que parece ser durante o ensinamento do plantio, não há asas porque o herói não está partindo ou chegando de Elêusis.

Triptólemo empunha ramos de cereal – mais um indício do ensinamento – e é ladeado por pessoas não identificadas, muito provavelmente não divinas; iniciados privilegiados que estão a receber os ensinamentos de Triptólemo. Como saber que esta cena não se trata de um momento dos Mistérios de Elêusis, apesar de estar em seu contexto? Pelo motivo de que o artista não nos dá nenhum indício de elemento ritual: a libação, por exemplo, ou as tochas, muito importantes nos ritos eleusinos.

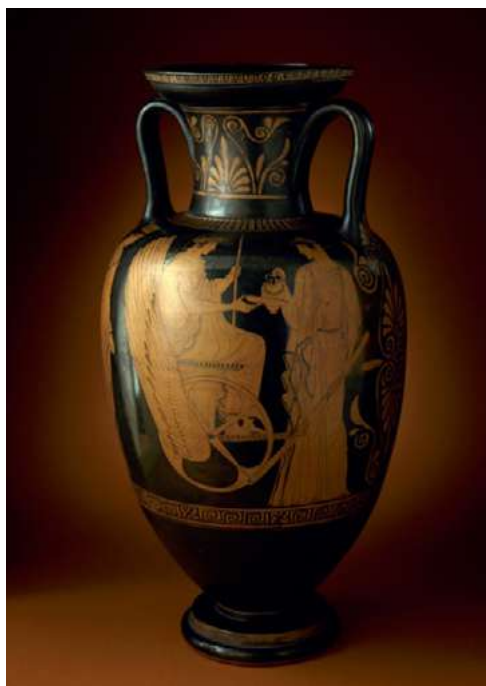
Embora os temas que tratam de Triptólemo sejam sempre estes, suas expressões e seus aspectos alterar-se-ão. Nesta arte o herói é representado como um homem maduro, de barba e semblante severo, como um herói preocupado com suas funções. Outro elemento são suas vestes, não tipicamente áticas. Distintamente das pessoas que o cercam, que vestem roupas características, Triptólemo traça uma roupa com aspecto atípico em relação aos trajes helênicos.

Coloca-se a hipótese desta roupa representar um possível semióforo de estrangeirismo do herói. Deméter é uma deusa que absorveu elementos do mundo estrangeiro (SÉCHAN; LÉVÊQUE, 1966, p. 136), e os próprios rituais ocorrentes nos Mistérios de Elêusis possuem alguns aspectos estrangeiros, como a associação com a deusa-mãe, as práticas agrícolas e os cultos obscuros, que atribuíram um caráter cultural híbrido a todo o panteão que faz parte deste ambiente, incluso Triptólemo. Destarte, como dito, este pintor possuía a característica de diferenciar na confecção das vestes das figuras, e provavelmente a roupa de Triptólemo foi um momento de inovação na técnica do artista.

As figuras foram representadas de perfil. Isto denota a interioridade da cena, que as personagens interagem entre si, não deixando espaço para a interação com o espectador. As imagens, quando de perfil, representam uma

preocupação com o zelo no momento em que a cena ocorria, neste caso, a correta compreensão das técnicas de agricultura. As figuras não se olham, mas parecem estar compenetradas no momento de ensinamento.

Datada de 440 a.C., já passado o período das tiranias, sendo fabricada já no período democrático, temos esta ânfora de figuras vermelhas. Foi confeccionada pelo Pintor de Heitor⁴ e também se trata de uma cena dos Mistérios de Elêusis, em que estão retratados Deméter e Triptólemo. A deusa, à direita, segura uma tocha e uma *oinochoe*, despejando um líquido, em libação. Ou seja, a cena nos leva a um momento ritualístico.



Localização: Museu de Berlim, F 2171. Procedência: Ática. Forma: Ânfora. Data: 490/80 a.C.

Triptólemo, sempre sentado em seu carro, agora já alado, segura uma *phiale*, recipiente utilizado para oferendas, e um cetro – um indício de realeza. As asas são um claro sinal do ensinamento de Demeter: o herói já aprendeu a prática da agricultura e está pronto para partir, para viajar, em sua missão de ensinamento dos povos. Importante nesta cena dois aspectos: primeiramente os trajes do herói, que desta vez estão condizentes com uma vestimenta helênica, assemelhando-se a um cidadão ático – provavelmente pela técnica utilizada pelo artista.

Da mesma forma que Deméter, está coroado, embora a coroa seja mais simples que a da deusa, tendo sido confeccionada com plantas. O poder que a coroa concede é caro a Triptólemo. A criatura, de família real, recebeu o poder das mãos de Deméter – que está com uma coroa maior, representando um poder ainda mais supremo – dos ensinamentos da agricultura.

O outro aspecto a ser discutido é a frente do herói: Triptólemo não é mais o severo homem barbudo; é um jovem imberbe e de cabelos longos. Sua fisionomia também não é mais austera, mas temperante. O herói, junto a sua matrona, assume um semblante de filho, o filho que recebe os ensinamentos de sua mãe. Apesar de nenhum documento apontar que Triptólemo seja filho de Deméter, o caráter maternal da divindade faz com que, por diversos momentos, as deidades mais jovens associadas a ela assumam esta posição, como é o caso do agora jovem Triptólemo, ensinado por uma genetriz.

⁴ Conhecido por retratar a figura deste herói, não possuímos muitas informações acerca deste pintor.

A libação – *leibein*, é um ato caro destes tipos de rituais. A prática da libação consistia em derramamento de líquidos, sobretudo vinho, mel, água e azeite cozido. O ato de derramar um líquido na terra é ctônico – mas também em cultos olímpicos encontramos libações, todavia com um outro sentido – pois a terra absorve o líquido, ou seja, o próprio deus telúrico sorve o fluído sagrado despejado. De todos, é a oferenda mais altruísta, pois o “libante” não a consome.

A libação nos cultos relativos às divindades ctônicas provavelmente tem origem em sociedades anatólicas e indo-europeias (BURKERT, 1993, p. 153). A *choé*, uma prática de esvaziar por completo um recipiente grande, vertendo seu líquido ao chão, aplica-se, sobretudo aos mortos e as aos deuses ctônicos (BURKERT, 1993, p. 154). Esta libação é uma das práticas mais conferidas nas efígies contidas em artefatos de cerâmica, quando os artistas vão retratar cultos a deidades telúricas.

As figuras, da mesma forma que na cerâmica anterior, estão representadas de perfil, o que remonta ao caráter interno da cena, e à concentração. Entretanto, nesta cerâmica elas se olham: os olhares trocados representam, em uma arte grega, a cumplicidade. Como foi Deméter quem ensinou Triptólemo a arte da agricultura e dos Mistérios de Elêusis, os dois são ligados por esta prática, sendo que a prerrogativa da agricultura, divina, foi passada aos seres humanos por meio do herói.

Neste *krater*, último artefato apresentado por nós, pintado por Polignoto⁵, Triptólemo também é um jovem, está coroadado, empunha um cetro, segura uma *phiale*, e está sentado em seu carro alado. O *krater* foi datado como de 440 a.C., e aqui vemos além de Triptólemo ao centro outras divindades que faziam parte dos cultos em Elêusis: Deméter se encontra atrás do herói, segurando uma tocha acesa. A figura que se está logo a frente é provavelmente Perséfone, que está em libação e, logo atrás dela, está Hécate, que também segura sua característica tocha acesa.



Localização: Museu de Arte da Universidade de Duke, DCC 64-27. Procedência: Ática. Forma: Cratera. Data: 440 a.C.

⁵ Brilhante artista de figuras vermelhas, considerado um dos mais importantes do período clássico. Confeccionava artes em cerâmicas grandes e junto a outros pintores – quem sabe seu alunos – foi responsável pela criação de um grupo que reproduzia suas técnicas.

A tocha é um elemento imprescindível nos Mistérios de Elêusis, pois carrega o elemento fogo, símbolo de purificação, caro a uma iniciação. A tocha também remete a ideia de Deméter vagar a procura da filha, raptada por Hades, como narra seu Hino Homérico e na tragédia euripidiana *As Fenícias*, de 411 a.C., e foi portando-a que a deusa teria chegado até Elêusis. Nas celebrações eleusinas, um dos sacerdotes mais importantes era o que empunhava a tocha (GOMEZ, 1987, p. 75).

No contexto das cerâmicas dos Mistérios de Elêusis, a tocha aponta que Triptólemo está durante os ritos de Elêusis, que é um momento em que os deuses estão em ritual. Mais uma vez seu carro é alado, o que representa que o herói recebeu os ensinamentos e irá partir, ou ainda, sua recepção, com a chegada depois de longas viagens, sendo recebido em pleno rito.

As figuras estão todas de perfil, denotando cumplicidade e concentração, já que estão em momento ritualístico. Mais uma vez duas figuras se olham, mas desta vez Triptólemo fita Perséfone. Da mesma forma, acreditamos que a cumplicidade está exatamente na agricultura, nos Mistérios de Elêusis e na associação com os grãos, que germinam e nascem, metáfora do mito de Perséfone/Cora.

Desde pintores desconhecidos até ceramistas consagrados irão retratar Triptólemo no ambiente de Elêusis, pois este foi seu principal local de culto; o que irá alterar são as formas do deus ser representado, ora maduro, ora jovem, e os ambientes: ora durante os rituais, ora fora deles. Mas o contexto artístico é o mesmo: os artistas criaram a partir de uma certa demanda sociocultural para pessoas que se identificavam e compartilhavam por serem partícipes dos mesmos ritos e celebrações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos

Hino Homérico a Deméter. In: RIBEIRO JR., Wilson Alves (org.). *Hinos Homéricos: tradução, notas e estudos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, pp.

Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae, v. VIII: Thespiades - Zodiacus et Supplementum. Artemis & Winkler Verlag (Zürich, München, Düsseldorf), 1997.

Bibliografia

BEAZLEY, John. *Attic Black-Figure Vase-Painters*. Oxford: Oxford University Press, 1956.

BEAZLEY, John. *Attic Red-Figure Vase-Painters*. 2. ed. Oxford: The Clarendon Press, 1942.

BURKERT, Walter. *Religião Grega na Época Clássica e Arcaica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

DETIENNE, Marcel. Mito/rito. In: *Enciclopédia Einaudi: Mytho/Logos - Sagrado/Profano*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987. v. 12. p. 58-74.

FRANCISCO, Gilberto da Silva; SARIAN, Haiganuch; CERQUEIRA, Fábio Vergara. Retomando a Arqueologia da Imagem: entre iconografia clássica e cultura material. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 141-165, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v40n84/1806-9347-rbh-40-84-141.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

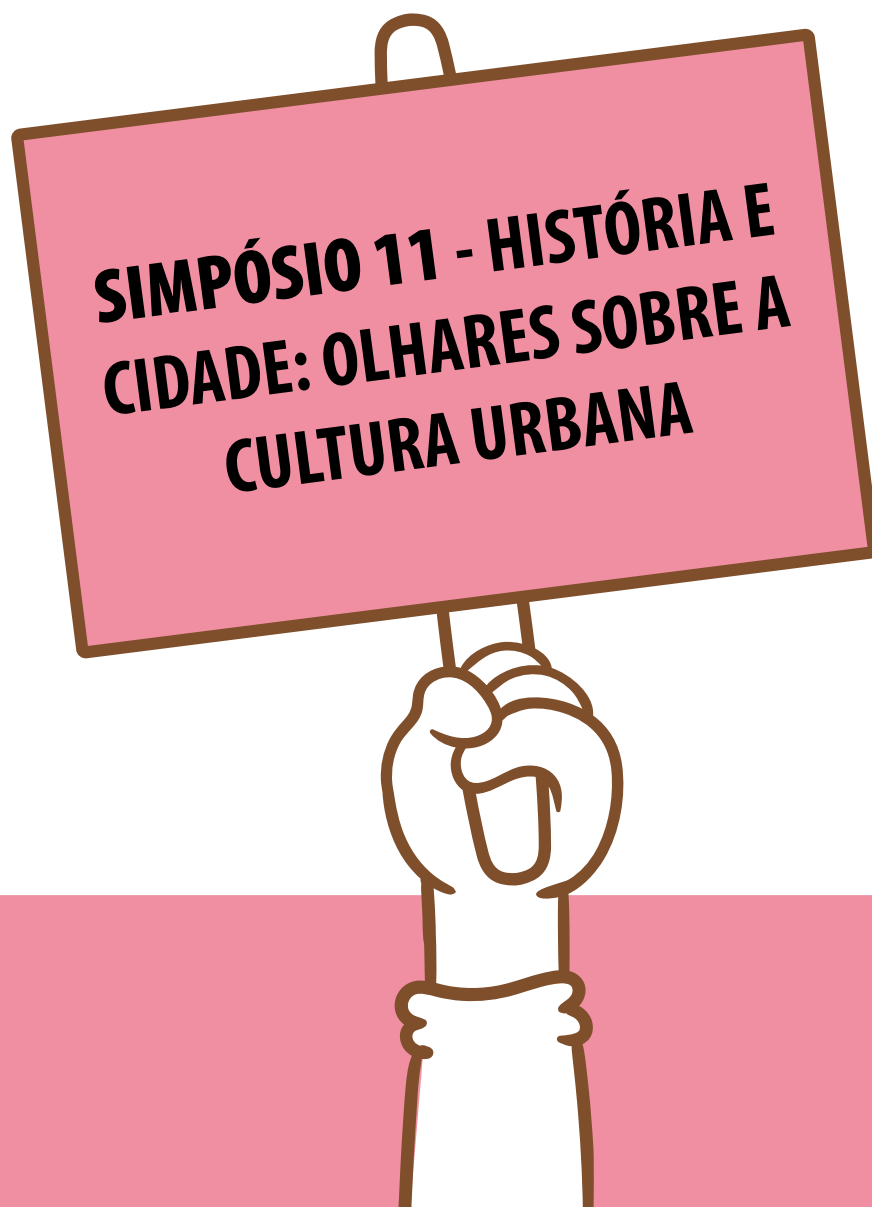
GOMEZ, Manuel Guerra. *El Sacerdocio Femenino en las Religiones Greco-romanas y en el cristianismo de los primeros siglos*. Toledo: Instituto Teológico San Ildefonso, 1987.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

OGDEN, Daniel. **Perseus**: gods and heroes of the Ancient World. Londres: Routledge, 2008.

SCHWARZ, Gerda. Triptólemo. *In*: **Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae**, v. VIII: Thespiades - Zodiacus et Supplementum. Artemis & Winkler Verlag (Zürich, München, Düsseldorf), 1997.

SÉCHAN, Louis; LÉVÊQUE, Pierre. **Les Grandes Divinités de la Grèce**. Paris: Éditions E. de Boccard, 1996.



EXPERIÊNCIAS URBANAS NA PORTO ALEGRE OITOCENTISTA E CRIAÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA ATRAVÉS DA COMÉDIA “MULHERES!”, DE 1873, ESCRITA POR APOLINÁRIO PORTO ALEGRE

Henrique Perin

Resumo: Através da comédia “Mulheres!”, escrita em 1869, mas publicada na Revista do Partenon Literário em 1873, o escritor Apolinário Porto Alegre apresenta não apenas uma peça a ser encenada tendo como cenário referências a antigos logradouros porto-alegrenses, mas o construto da cidade de Porto Alegre nos anos posteriores à Revolução Farroupilha. O cientificismo assume seu lugar na trama através dos preceitos positivistas, e do mesmo modo como o crescimento urbano, a Guerra dos Farrapos, costumes e hábitos sulinos na metade do século XIX estão presentes na obra, o autor também traz para a narrativa a questão política do final da década de 1860 e início dos anos 1870 com o embate entre o Partido Liberal Histórico e Partido Conservador. Através de seus personagens, Apolinário se apropria da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) dos cidadãos sul-rio-grandenses e ajuda a criar o que mais de um século depois Pierre Nora (1993) chamará de “lugares de memória”.

Palavras-chave: Lugar de memória; Partenon Literário; Apolinário Porto Alegre.

APOLINÁRIO PORTO ALEGRE: NOTAS PARA UM ESBOÇO BIOGRÁFICO

Antes de tratar da peça “Mulheres!”, torna-se pertinente falar brevemente sobre Apolinário Porto Alegre, visto que é um autor pouco conhecido pelo público. Apolinário José Gomes Porto Alegre nasceu na cidade portuária de Rio Grande, Rio Grande do Sul em 1844. Filho de um fiscal da alfândega imperial, mudou-se junto à sua família para Porto Alegre em 1859, concluindo seus estudos primários aqui na já então capital da Província De São Pedro. O jovem Apolinário, com 17 anos, mudou-se para São Paulo, em 1861, a fim de cursar a Faculdade de Direito, mas a morte precoce de seu pai o forçou a retornar e assumir o sustento de sua mãe, uma tia e seus dois irmãos. (CÉSAR, 2006).

Apolinário dedicou toda a sua vida ao magistério, à literatura, à política e ao jornalismo. Foi a grande figura intelectual ao redor do qual orbitaram os poetas, escritores, ensaístas, historiadores e filósofos do Partenon Literário, agremiação fundada com a intenção de fomentar a literatura sul-rio-grandense, a educação formal de jovens adultos e promover a abolição de escravos. Entre as principais revistas e jornais que o escritor fundou ou contribuiu, destacam-se a Revista Mensal do Partenon Literário, Murmúrios do Guaíba, A Imprensa e A Reforma. Suas obras vão da poesia à prosa, passando por peças de teatro de cunho político e abolicionista, assim como pesquisas sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845), cujo acervo de documentos originais pode ser acessado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Algumas de suas principais obras São O Vaqueano, Bromélias, Paisagens, Tapera, Epidemia Política, Populário Sul-Riograndense e Flores da Morte, esta última uma obra póstuma. (VILLAS-BÔAS, 1974).

Junto a seu irmão Apeles Porto Alegre fundou o Colégio Rio-Grandense, e depois o Instituto Brasileiro, este com o seu colega de letras e de Partenon, Hilário Ribeiro. Apolinário também foi um entusiasta político: participou

do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1882, e em 1892 ajuda a fundar o Partido Republicano Federalista, o que o levou a se exilar no Uruguai devido à Revolução Federalista de 1893, regressando apenas em 1895. Após seu retorno, Apolinário se refugiou em sua residência, a Casa Branca, no Morro Santana, em Porto Alegre. Ali ele viveu em luto até o dia 23 de março de 1904, com seus filhos, após a morte de sua esposa e sua filha mais velha. (MARTINS, 1978).

“MULHERES!” E A CONSOLIDAÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA EM PORTO ALEGRE

Na comédia “Mulheres!”, publicada em quatro edições da Revista Mensal do Parthenon Litterario (janeiro, fevereiro, março e abril de 1873) a capital sulina é nomeada já nas primeiras linhas, quando uma personagem de-sabafa “como está Porto Alegre inçada de alarifes!” (REVISTA, N. 1, 1873, pg. 14). A comédia desenvolve a relação quase incestuosa entre Henriqueta e Landulfo, dois adolescentes, Panúrgia e Manoel Lobeira, pais de Henriqueta (Landulfo fora gerado em um caso extraconjugal de Panúrgia), a parteira Pancrácia e outros personagens de menor importância. O interessante nesta narrativa são as inúmeras referências que Apolinário apresenta, cujas passagens na trama indicam a criminalidade em Porto Alegre, a luz cientificista da medicina – mesmo que exacerbada na hipocondria de Manoel Lobeira –, algumas ruas da capital, que já tinham seu nome ligado à sua (má) fama, um suposto crime sexual, a divisão política entre liberais e democratas e a recordação de “tempos melhores” de uma cidade que não mais existia.

No primeiro ato da comédia, além de apresentar os principais personagens, Apolinário introduz um assunto que fustiga Porto Alegre, já alçada a centro urbano e capital do Estado: a criminalidade. A cidade crescera ao longo do século XIX, como aponta Sandra Pesavento (1999), mas maiores que as transformações populacionais e materiais, sem dúvidas foram as de ordem social. Apolinário (REVISTA, n. 1, 1873, p. 15) descreve o seguinte diálogo entre Landulfo e um soldado:

Soldado – Ah! meu freguês, que sem cerimônia em forçar uma porta, perturbando a ordem publica!

Landulfo – Eu vinha dormir ...

Soldado (*interrompendo-o*) – Sim, vais dormir no xadrez, maroto. Naturalmente foste tu quem roubou há duas horas naquela venda ali da esquina...

Landulfo – Eu vinha à casa de minha mãe, a parteira Pancrácia. Ela desconheceu-me e pôs-se a gritar. (*Para o interior*) Agradecido, mãe Pancrácia, muito agradecido.

Soldado – Qual! Histórias! Naturalmente foste tu quem hoje deu uma facada no sacristão das Dores.

Mudanças na definição de crimes e contravenções ocorreram com exacerbada velocidade ao longo da República, com relativa autonomia dos municípios, mas durante o período imperial, a partir da Constituição de 1824, as cidades e vilas dispuseram de Câmaras Municipais, cujas atribuições, dentre várias, fora a formação do Código de Posturas Policiais. (CONSTITUIÇÃO, 1824, CAPÍTULO II, art.169). As referidas Câmaras Municipais, entretanto, atuavam como corporações meramente administrativas, instrumentos de ação de um Conselho Municipal, e em Porto Alegre esta prática não foi distinta. (GOMES, 2015).

A partir da Constituição de 1824 surgiu o Regimento das Câmaras de 1828, com o intuito de legislar sobre os códigos de Posturas municipais e “examinar os provimentos e posturas atuais para propor ao Conselho Geral o que melhor venha aos interesses do município” (REGIMENTO, 1824, TÍTULO II, art. 39). Dentre as determina-

ções apresentadas, no inciso 3º estipula-se que “pretendendo resguardar a moral pública (as Câmaras) deveriam legislar sobre os gritos nas ruas em horas de silêncio, injúrias obscenidades e espetáculos públicos em ruas, praças e aldeias” (NORMATIVA, 1828, INCISO 3º). Já em 1834, o Ato Adicional visou alterar alguns itens da Constituição de 1824, e criou um novo ente administrativo, as Assembleias Legislativas Provinciais. A partir deste Ato Adicional, a capital sul-rio-grandense teve em seu Código de Posturas Policiais um instrumento de progressiva construção, cuja elaboração e redação não estão vinculados a uma única legislatura municipal. (GOMES, 2015).

No caso da cena descrita por Apolinário, a publicação, escrita em 1869, fora veiculada em 1873, período o qual a cidade de Porto Alegre passava por um momento de renovação: a cidade não mais estava sitiada pelas tropas farroupilhas, a revolução findara há quase 30 anos e a Guerra do Paraguai encerrada há três. Mudanças econômicas, culturais e sociais estavam em curso na capital, e o aumento da população urbana originou novas alterações na legislação municipal, o que proporcionou o protagonismo de novos agentes. O aumento de crimes denunciados em Porto Alegre (no caso da comédia “Mulheres”, cita-se: perturbação da ordem, facada no sacristão das Dores e assalto à venda), está ligado principalmente à reformulação dos Códigos de Postura, que entre 1857 e 1872, ao longo de cinco legislaturas municipais, aprovou 59 dispositivos, sendo 19 relacionados ao objeto social. (GOMES, 2015).

Apolinário mostrava-se sensível às alterações da sociabilidade porto-alegrense, e entre elas, às infrações na cidade e em seus arrabaldes. A percepção das mudanças na capital não foge ao seu olhar: transcrevendo as experiências que a cidade passava, o autor demonstra estar afinado com sua realidade. Os crimes e a perturbação da ordem aumentam, assim como a urbe se expande e novos agentes sociais são incorporados ao cotidiano – soldados, corpos do exército, guarda municipal, médicos, comerciantes etc.

O escritor também coloca o conhecimento médico científico em oposição às crendices e receitas caseiras. Manoel Lobeiro, achando estar com tuberculose e reiteradamente em desacordo com a opinião médica, acredita em suas próprias impressões acerca de sua saúde. O trecho é relatado assim (REVISTA, n. 1, 1873, p. 21):

Pancrácia – Como vamos de saúde, Sr. Lobeira?

Manoel (com tristeza) - A saúde? Péssima! Péssima! Hoje não ha médicos. Eu sinto todos os sintomas da *phtysica*, dores no peito e nas costas uma rouquidão constante, tosse de manhã e de noite (*tossindo*), vê? -É sempre o mesmo... as faces ardem em febre. O pulmão já não está em bom estado, os tubérculos, eu creio, não devem demorar muito em abrirem em horríveis chagas. é triste lembrar que em breve hei de assistir o deperecimento de mim mesmo. É triste! (*Pausa. Fica abatido por uns instantes*). Não há médicos, e se não fossem meus próprios esforços, talvez há muito estivesse morto. A ciência toda não está só em obstar o desenvolvimento tubercular, é necessário destruir todo e qualquer germe de tubercularisação no tecido pulmonar. Tenho eu mesmo preparado alguns remédios que têm operado com felicidade.

Ao longo da narrativa, a questão da saúde é apresentada de maneira muito similar ao diálogo acima exposto. Manoel Lobeira, sempre em conflito com os receituários médicos, acredita em sua doença, a qual os profissionais acenam como uma “mania” de sentir-se doente, e não como uma enfermidade real (REVISTA, n. 1, 2, 3, 4, 1873). Esta “mania” do personagem apresenta todas as características da síndrome hipocondríaca, já diagnosticada nas primeiras décadas do século XIX por Frédéric Dubois d’Amiens, médico e membro da Academia de Medicina Francesa. Em tradução da obra de d’Amiens, *Historie philosophique de l’hypocondrie et de l’hysterie*, de 1833, define-se hipocondria como “uma preocupação dominante, especial e exclusiva, ou por um medo excessivo e contínuo de doenças bizarras e imaginárias, ou pela íntima convicção de que as doenças, na verdade reais, mas sempre mal apreciadas, só poderão

acabar de forma funesta” (MAURISSEN; PEREIRA, 2012, p. 363). Mais uma vez podem ser utilizados Löwy e Sayre (2105) e seus apontamentos quanto ao retorno às tradições como crítica romântica à modernidade, e no caso do personagem da trama isto transparece com o embate entre a automedicação hipocondríaca e a opinião médica.

Apolinário também traz para a narrativa a questão política do final da década de 1860 e início dos anos 1870 com o embate entre o Partido Liberal Histórico e Partido Conservador. Ao ser acusado de um suposto crime sexual, Landulfo expõe tal situação (REVISTA, n. 2, 1873, p. 70):

Landulfo – Eis porque os liberais querem a revolução para a reforma das leis. Eu juro, mãe Pancrácia, que lembrando este fato, tornar-me-ei um revolucionário de mão cheia, e o primeiro que me cai nas unhas é o maníaco do Lobeira. No que havia de dar agora aquele pançudo que tem tanta razão no meu negócio, como com a *phtysica* que lhe transtorna o juízo.

Pancrácia – Deixa de revoluções. É tempo que os velhacos andam aos cardumes, como os lambaris no rio. As leis não são más, te repito, maus são os homens. A ladroeira põe o dedo em tudo. Assim Lobeira acusa-te de ladrão da honra da família, quando foi um outro.

O programa do Partido Liberal previa a defesa dos interesses provinciais, criticava o viciado sistema eleitoral, pregava a descentralização administrativa e maior representatividade das minorias; os discursos dos deputados liberais nas tribunas da Assembleia comprovam o caráter crítico e reformista de suas ideias. A ascensão dos liberais no campo político provinciano foi interrompida pelo governo imperial, que através de um decreto de 19 de dezembro de 1866, suspendeu as eleições no Rio Grande do Sul até o final da Guerra do Paraguai. Assim, a Assembleia Legislativa teve suas sessões temporariamente interrompidas, retornando somente em 1870. A suspensão deu maior fôlego ao Partido Conservador, que se reorganizou e agregou progressistas liberais em suas fileiras – o que gerou inúmeros conflitos internos. Este quadro, porém, foi revertido nas eleições de 1872, quando, em pleno período de domínio do Partido Conservador, não apenas na província, mas no Brasil, o Partido Liberal vencera o pleito para a Assembleia Legislativa local. O presidente da Província, entretanto, era conservador. Este período, o qual a Assembleia e o presidente encontravam-se em polos distintos do campo político, perdurou até 1878. É possível perceber, através dos pronunciamentos do legislativo rio-grandense, o cunho visivelmente inconformado e crítico do Partido Liberal frente ao governo central. Em 1878 e 1885, tanto o residente da província quanto o corpo legislativo foram liberais, configurando um caráter situacionista na política gaúcha. Até o final do período imperial, o Partido Liberal manteve-se hegemônico no Rio Grande do Sul. (PESAVENTO, 1992).

Landulfo, injustiçado por um suposto crime que não meteu, promete tornar-se “um revolucionário”, um liberal; Manoel Lobeira, rico negociante e hipocondríaco que quer restaurar a honra da família, quando colocado em oposição ao liberal Landulfo, sugere ao leitor, por meio de alguns elementos da narrativa de Apolinário (“pançudo”, “velhaco” e “mau homem”, apenas citando os três do trecho elencado), que pode ser enquadrado como conservador. Quando da publicação da comédia, o forte contraste entre conservadores e liberais tomava conta das discussões nas tribunas da Assembleia, o que transparece na escrita de Apolinário ao opor os dois personagens: um jovem trabalhador, com ideias liberais e revolucionárias, e um idoso pai de família, possuidor de escravos e de dinheiro cujos defeitos são exagerados pelo escritor, o que denota a comicidade da história.

O cerco a Porto Alegre durante a Revolução Farroupilha também tem espaço nesta comédia. Pancrácia relembra com saudosa memória os tempos de sítio imposto pelos revolucionários, quando “havia mais segurança que hoje”. É possível perceber o exercício nostálgico da memória ao exaltar a segurança proporcionada pelo enclausuramento da região central da cidade (REVISTA, n. 3, 1873, p. 119):

Pancrácia – Sim; mas antes de tocar o Pindaíba quero retirar-me. As ruas não são seguras. Há três dias os ladrões foram à casa de uma de minhas vizinhas e se a não mataram deve agradecer-se a um milagre... Só um milagre, D. Panúrgia, porque não há polícia que os contenha. Também as patrulhas dormem a sono alto na escadaria e adros das igrejas, quando não ficam estiradas nas vendas... Ah! Tempos! Tempos! Quem viu Porto Alegre e quem a vê! Como tudo mudou?! Na revolução havia mais segurança que hoje...

O movimento bélico imposto pelos farroupilhas em junho de 1836 à Porto Alegre, então “fortaleza da Regência contra os rebeldes republicanos” (MACEDO, 1968, p. 86), transformou-se em cerco à cidade em 1837, 1838 e 1839. Entre 1778 e 1845 a capital sulina teve muralhas cuja função inicial fora proteger a localidade de ataques de espanhóis, que durante o século XVIII, três vezes invadiram os territórios portugueses à leste da Banda Oriental, e que se mostraram úteis durante o período de revolução na província. A muralha não era de pedra, mas de madeira e reforçada por um fosso que dificultava sua escalada, ou como Pereira Coruja mais tarde descreveria, “de ‘pau-a-pique’ com um valo na parte externa” (PEREIRA CORUJA, 1996, pg. 125). Após sua demolição, o imaginário popular ainda a manteve como uma espécie de fronteira que dividia a cidade em zona alta e zona baixa, assumindo o simbolismo de divisão entre os territórios urbano e o pobre e suburbano, sobretudo negro. (PESAVENTO, 1991).

Diversas foram as investidas revolucionárias contra as defesas porto-alegrenses, a primeira em 15 de junho de 1836, seguida por nova tentativa em 02 de maio de 1837. As defesas da capital obtiveram vitórias e insucessos: se por um lado, a sul e sudeste as barreiras naturais impediam a aproximação demasiada de embarcações farroupilhas, por terra, a planura que os arroios formavam ofereciam fácil acesso às incursões rebeldes (MACEDO, 1995). A documentação analisada por Francisco Riopardense de Macedo, entretanto, não aponta nenhum ponto realmente vulnerável nas proteções de Porto Alegre. Ao longo do período de cerco algumas modificações foram impostas pelos Códigos de Posturas Policiais à população intramuros, principalmente com a reforma proveniente da lei Provincial de 23 de novembro de 1837 (publicada em 19 de fevereiro de 1839). Mudanças ocorreram no local do matadouro municipal, antes na região do Potreiro da Várzea, por exemplo, que passou a ser executado dentro da capital murada; a cidade passou a conviver com toque de recolher e ocorreram alterações nas formas de sociabilidade. (MACEDO, 1968). Pode-se especular que a percepção de ordem e segurança, ligadas à memória do período de clausura, sejam retomados não por Apolinário, visto que nasceu um ano antes do término do conflito e três antes de Porto Alegre receber o título de “Leal e Valorosa”, mas pelos relatos dos moradores da cidade. Pancrácia, parteira que contava com 67 anos (REVISTA, n. 1, 1873, p. 13), provavelmente deve ter sido inspirada, se não em uma pessoa específica, ao menos em algumas moradoras de Porto Alegre, que devem ter contribuído para a formação da memória coletiva, conforme aponta Halbwachs (2006), sobre a sociabilidade porto-alegrense durante o período do cerco farroupilha.

Mais uma vez Löwy e Sayre (2015) são acionados e ajudam a compreender esta fascinação do escritor pelos “tempos melhores” que não mais existem. Enquanto homem de letras, Apolinário coloca em sua narrativa as sociabilidades de uma Porto Alegre obnubilada pelo tempo, mas que é acessada pela memória de quem a viveu e que dela sente saudades. O escritor encontra na cidade intramuros o “paraíso” que sua memória (no caso a memória coletiva da cidade) imagina, mas este paraíso só existe devido à aceleração do tempo é imposta à Porto Alegre do final do século XIX, que se vê moderna. Percebendo as novas formas de sociabilização que estão surgindo, o autor, com olhos no futuro, procura refúgio na cidade antiga. Novamente é a saudade que toma conta de Apolinário, que lhe imbuí um sentimento nostálgico de retorno à um momento temporal repleto de sentidos. (LOURENÇO, 1999).

A resistência de Porto Alegre aos ataques rebeldes valera-lhe o epíteto de “Leal e Valorosa”, conforme o Decreto N. 103 de 19 de outubro de 1841, devido “ao valor que mostraram os habitantes (...) em que restauraram o

poder dos rebeldes”. Tal premissa não fora deixada de lado e Apolinário a denota por meio do diálogo de Henriqueta com uma de suas amigas, Josefina, que ao relatar uma situação que ocorreu consigo, explica que “Henriqueta tem a paixão do cômico como eu tenho a do trágico. Assim querem que eu conte a última tragédia que fiz representar nesta mui leal e heroica cidade de Porto Alegre?” (REVISTA, n. 3, 1873, p. 124).

A toponímia de Porto Alegre também é apresentada na narrativa, já nas primeiras linhas. Pancrácia, em um monólogo, reflete sobre um caso ocorrido na rua Pecados Mortais, relacionado a um certo padre Francisco. A Pecados Mortais, atualmente rua Bento Martins, iniciava na Avenida Mauá, passava ao lado da Igreja das Dores e terminava na Washington Luiz, na época conhecida como Praia do Riacho (REVISTA, n. 1, 1873, p. 13):

Pancrácia – Desde que o demo debaixo da forma do padre Francisco segurou-me nos *Pecados Mortais*, à meia noite, eu Pancrácia de Azeredo Zamorra, com escuro fora de casa?! Lérias! Não me pilho mais... ao lembrar aquela noite ainda sinto uns baques e arrepios cá por dentro, ainda morro de susto...

O logradouro Pecados Mortais é mencionado em inúmeras referências sobre Porto Alegre, famoso por abrigar uma zona de meretrício no centro da cidade. Também chamada de Sete Pecados, a rua tem sua origem contada por Pereira Coruja (1996) Aquiles (1994) e Augusto Porto Alegre (1906). Os três a colocam com predicados similares: uma rua localizada em uma ladeira, com aspecto sujo onde foram edificadas casas de paupérrimo aspecto físico. O local, cujas atividades faziam jus ao nome, provavelmente necessitava, eventualmente, dos serviços de uma parteira, como a personagem da narrativa de Apolinário. Novamente Pancrácia é utilizada para acessar as memórias sobre a cidade e mais uma vez o período de cerco à Porto Alegre é celebrado, pois não tinha a necessidade de haver soldados fazendo a guarnição das ruas, já que os agentes nocivos da ordem pública, os delinquentes e malfeitores não existiam (REVISTA, n. 4, 1873, p. 174):

Pancrácia – Deixem-me descansar... Estou pondo a alma pela boca... nunca vi coisa igual!... A polícia... os morcegos dormem... Sete horas... da noite... ainda dia... e já os malfeitores... Hoje não é como nos outros tempos... Que diferença! Ah! meus tempos! Meus tempos! Não precisávamos de soldados, porque não havia maltrapilhos, mequetrefes e outros malvados... também não havia as parteiras Quitéria e Anastácia... isto é um castigo... Nossa Senhora nos livre de tantos males...

Panúrcia – Não te compreendemos, Pancrácia. O que foi?

Pancrácia – Pois é um caso virgem, coisa abominável, fato incrível! Às sete horas da noite! Quem diria! Ninguém imagina! ... Deixei de sair de noite por causa do que sofri nos *Pecados Mortais*. Em breve não sairei de dia. Eis o passo como foi. Vinha direto a aqui. Em frente da matriz, notei um vulto que seguia-me... Já fiquei desconfiada. A ocasião faz o ladrão: por isso tomei a calçada da rua, para não achar-me a sós com o vulto em algum recanto. Então corria, não caminhava.

No quarto ato da trama, a personagem retoma o acontecido no Pecados Mortais e o fato com o padre Francisco. Apenas especula-se o que possa ter ocorrido por meio das informações de Apolinário: uma parteira e um padre em um local de meretrício, próximo a uma igreja, abrem um grande leque de possibilidades. Outra via mencionada por Pancrácia é a rua de Bellas, a qual Augusto Porto Alegre (1906) indica ser a General Auto, que já havia modificado seu nome no século XIX. A rua de Bellas, vizinha à Pecados Mortais, fora morada de Pancrácia, conforme o diálogo (REVISTA, n. 4, 1873, p. 178):

Pancrácia – Sim, sentemo-nos. (*Senta-se*). Está lembrado da época em que partiu para Portugal?

Manoel – Como se fosse agora.

Pancrácia – Então morava eu na rua de Bellas e vizinhava comigo a família de Valvedero. Lembra-se?

A comédia, dividida em quatro atos, apresenta alguns pontos pertinentes à (re)criação de Porto Alegre através das memórias de Apolinário: a cidade sitiada durante a Revolução Farroupilha, a compreensão que a capital era “melhor” e mais segura durante o período de claustro – uma nostalgia saudosa impregnada nas recordações de Pancrácia – e a urbe enquanto local de sociabilidades. A menção às ruas antigas da cidade também é um elemento importante que aparecerá recorrentemente na obra do Apolinário, principalmente quanto aos nomes e atividades que nelas a memória se vincula, ainda mais quando lembradas em um momento posterior e contrapondo a capital atual com a pretérita.

Esta narrativa também pode ser lida de outra maneira: a comédia serve como pano de fundo para a crítica política de Apolinário. Ao defrontar dois personagens, Landulfo e Manoel Lobeira, um jovem com ideias liberais e outro mais velho, com pensamentos conservadores, o escritor coloca os peões no tabuleiro da política. De um lado há o jovem trabalhador que vive do suor de seu trabalho, paga seus impostos e está à mercê de “uma lei estúpida que pode obrigar-nos a perder a vergonha” (REVISTA, n. 2, 1873, p. 69); do outro, o velho comerciante e dono de escravos, hipocondríaco e apegado a leis conservadoras, frequentador de círculos sociais tão decadentes quanto seu estilo de vida. No final, por artimanhas de Pancrácia, Manoel Lobeira, que durante sua juventude desonrou uma jovem (REVISTA, n. 4, 1873, p. 178), é convencido que Landulfo é seu filho (na verdade é filho de uma aventura extraconjugal de Panúrgia, esposa de Manoel). Do mesmo modo como o Partido Conservador adotou em suas fileiras progressistas liberais, Lobeira, conservador, assume um liberal revolucionário como seu filho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstrução da Porto Alegre da primeira metade do século XIX por Apolinário é acessada através das memórias e referências à cidade intramuros da personagem Pancrácia, de uma nostalgia impregnada de recordações. O escritor valeu-se de relatos de moradores para dar forma a cidade sitiada, assim como para criar a peça em uma urbe enquanto local de sociabilidades e repleta de lugares nos quais a memória se cristaliza. A menção às ruas antigas da cidade também é um elemento importante, principalmente quanto aos nomes e atividades que nelas a memória se vincula. Exemplos são a Rua dos Pecados Mortais e mesmo os muros da cidade, que posteriormente à sua demolição permaneceram no imaginário da capital dividindo a Cidade Baixa da Cidade Alta, através de um portão que não mais existe, mas ainda nomeia, informalmente, a Praça do Portão.

Apolinário coloca em sua narrativa as sociabilidades de uma Porto Alegre obnubilada pelo tempo, mas que é acessada pela memória de quem a viveu e que dela sente saudades. O escritor encontra na cidade intramuros um paraíso que sua memória (no caso a memória coletiva da cidade) imagina, mas este paraíso só existe devido à aceleração do tempo que é imposta à Porto Alegre do final do século XIX, que se vê moderna. Percebendo as novas formas de sociabilização que estão surgindo, o autor, com olhos no futuro, procura refúgio na cidade antiga. Novamente é a saudade que toma conta de Apolinário, que lhe imbui um sentimento nostálgico de retorno à um momento temporal repleto de sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CESAR, Guilhermino. **História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2006.
- GOMES NETO, Octavio da Costa. **Los códigos de posturas y el concepto de ciudad em Porto Alegre del siglo XIX**. 2015. Tese. (Doutorado em História) – Universidad de León, León, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro editora, 2006.

LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**. São Paulo: companhia das Letras, 1999.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia**. O romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: origem e crescimento**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1968.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Lições da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 1995.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1978.

MAURISSEN, Sophie; PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Dubois d'Amiens e a sua concepção sistemática da hipocondria e da histeria na França. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 350-358, jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142012000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 maio 2020.

PEREIRA CORUJA, Antônio Álvares. **Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: ERUS, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Porto Alegre, espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

PORTO ALEGRE, Augusto. **A fundação de Porto Alegre**. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **História popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: UE, 1994.

VILLAS-BÔAS, Pedro. **Notas de bibliografia sul-rio-grandense**. Porto Alegre: IEL, 1974.

Fontes

CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brasil. Código de Posturas Policiais. Rio de Janeiro, 1824.

NORMATIVA de 1828. In: Catálogo de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1825-1835. v. VII, 1994.

REGIMENTO. In: Constituição Política do Império do Brasil. Código de Posturas Policiais. Rio de Janeiro, 1824.

REVISTA Mensal da Sociedade do Parthenon Litterario, Porto Alegre, 2º Ano, n. 1, jan. 1873.

REVISTA Mensal da Sociedade do Parthenon Litterario, Porto Alegre, 2º Ano, n. 2, jan. 1873.

REVISTA Mensal da Sociedade do Parthenon Litterario, Porto Alegre, 2º Ano, n. 3, fev. 1873.

REVISTA Mensal da Sociedade do Parthenon Litterario, Porto Alegre, 2º Ano, n. 4, abr. 1873.

A CONSTRUÇÃO DO ASSOCIATIVISMO ESPANHOL NA CIDADE DE BELÉM 1900-1920

Aline de Kassia Malcher Lima¹

Resumo: Este estudo analisou a construção e consolidação de duas associações espanhola de caráter mutualista na cidade de Belém, o Centro Galaico del Pará (1907) e a Unión Española de Socorros Mútuos (1905). Compreendemos o associativismo enquanto um movimento tecido ainda no século XIX, reforçado no início do século XX diante das necessidades de sobrevivência dos imigrantes em terras além-mar. Por meio de fontes como atas de reunião, livros de donativos, livros de contas e os regulamentos foi possível compreender a dinâmica de funcionamento de tais lugares. Neste sentido, a memória dos imigrantes em relação à pátria é preservada e os laços mantidos com ela estão presentes no decorrer da existência dos centros associativos espanhóis como uma forma de expressão e pertencimento, sendo estes plataformas de interlocução política e social.

Palavras-chave: Associativismo, Imigração, Belém.

INTRODUÇÃO

O dia em que for escrita a história de nossa imigração, haverá necessidade de pintar de negro muitas de suas paginas. (D'OUZOUVILLE, 1916, p. 101)

O trecho acima foi escrito por Leopoldo D'ozouville, Inspetor de Imigração da Espanha, em sua missão de verificar a situação dos imigrantes espanhóis no Pará e no Amazonas no início da década de 1910. Sua fala remete a situação precária e aos conflitos que muitos imigrantes espanhóis vivenciaram ao se aventurarem nas Américas. Ele veio avaliar a situação destes milhares de indivíduos que atravessaram o atlântico em um contexto de grandes mudanças na Europa e nas Américas, sua obra publicada em 1916 é uma rica percepção da situação dos imigrantes espanhóis na Amazônia.

A saída da Espanha e a introdução destes sujeitos no território paraense muitas vezes se processavam por meio de redes sociais de auxílio (associativas e/ou pessoais), como no caso de Celestino Perez Varela:

Durante pouco tempo em Belém, quando meu avô materno chegou foi empregado de hotel e condutor de carro puxado a burros do serviço de transporte de passageiros na cidade. Para isto talvez a União Espanhola ou Centro Galaico assistisse imigrantes recém-chegados os recebendo e encaminhando para emprego. Tempo suficiente para descobrir paradeiro de seu primo mais velho Pedro Pérez de Castro, há anos emigrado ao Pará, ao qual Celestino veio recomendado em carta de sua mãe e minha bisavó asturiana Micaela contando as causas da emigração do filho (que trocava de nome para Francisco por medida de precaução e também por que já havia no Pará um outro espanhol chamado Celestino Peres Varela, segundo dizia). Esta decisão de Micaela Rincón Varela ocorreu depois dela ter perdido

¹ Especialista em Relações Étnico Raciais para o ensino fundamental pelo Núcleo GERA (UFPA). Mestranda em História Social da Amazônia (PPHIST- UFPA). Bolsista CNPq. E-mail: alinomalcherlima@hotmail.com

marido e filhos a serviço de guerras do império espanhol, com exemplo na época da independência do Chile e descolonização de Santo Domingo (República Dominicana).²

As motivações que levaram estes sujeitos a buscarem refúgio no Pará e em outras terras estiveram vinculadas às questões conjunturais pelo qual a Espanha passava, como a crise na agricultura, as guerras entre a Espanha e suas antigas colônias. A estes elementos de “expulsão” somaram-se as políticas do Estado brasileiro para a atração de imigrantes europeus, no caso do Pará os projetos de formação de núcleos coloniais agrícolas fundamentaram o subsídio de passagens gratuitas para a entrada de imigrantes espanhóis e seus familiares nos portos paraenses (FERREIRA; COSTA, 2011), levando introdução de elevado número de imigrantes na década de 1890, segundo o censo de 1890 a população da Província do Pará computava o número total de 328.455 e destes o número de estrangeiros atingiu o número total de 4.039 indivíduos, ou seja, apenas 1,22% da população da Província.³

Para o ano de 1920 segundo o recenseamento de 1 de setembro do respectivo ano o Pará possuía 983.507 habitantes e destes 22,648 eram estrangeiros com um coeficiente de 15,2 espanhóis para cada mil habitantes.⁴ Embora os números de imigrantes vindos da Europa sejam relativamente baixos em relação a outros Estados como os do Sudeste, a importância da imigração espanhola se processa não por uma questão quantitativa, mas em virtude das experiências sociais vivenciadas por estes sujeitos no Pará.

O período analisado nesta pesquisa de 1900 a 1920 são os anos em que a cidade de Belém experimenta o período áureo da economia da borracha, é nos primeiros anos que notamos a fundação das sociedades espanholas mais longevas e posteriormente nos anos finais do período analisado durante a decadência econômica percebemos a consolidação das sociedades espanholas e a sua importância no auxílio a seus conterrâneos. O associativismo espanhol é tema pouco explorado pela historiografia sobre a região em razão das fontes se encontrarem de forma fragmentada e esparsa.

É a partir da década de 1890 que ocorre uma significativa entrada de imigrantes vindos da Europa. Leopold D’ozouville (1916) indicou a entrada de cerca de 15.000 imigrantes espanhóis na década de 1890 no território Paraense. Contudo, embora a entrada de imigrantes no Pará visa-se locá-los nas colônias agrícolas, muitos destes imigrantes permaneceram em Belém.

Segundo Elda González (2003) é a partir da segunda metade da década de 1900 com o insucesso das colônias agrícolas e desventuras dos imigrantes espanhóis no Pará, desencadearam a diminuição do contingente dos mesmos na província paraense. Em 1900 o jornal paraense *A Republica* noticiava sob a epígrafe “Desastre Administrativo” a condição da colônia agrícola de Monte Alegre (interior da Província) alegando que a mesma estava em péssimas condições.⁵

O Inspetor de Imigração enviado pelo *Conselho Superior de Emigração da Espanha* a Belém em 1912, indicou que o fim das colônias agrícolas esteve relacionado à falta de planejamento dos Governos locais em atender as demandas dos imigrantes, divergências com migrantes nacionais e até mesmo a falta de união entre os espanhóis. Segundo D’ozouville:

² O relato da chegada de Celestino Perez Varela foi publicado por seu neto em um Blog, isso me levou a considerar as páginas de Blogs que relatam a experiência destes imigrantes como uma plataforma de pesquisa e construção da Memória. Disponível em: <http://gentemarajoara.blogspot.com.br/2015/02/arquitetando-historias-com-nossos.html>. Acesso em: 24 set. 2020.

³ Censo Demográfico de 1890; Sexo Raça e Estado Civil, filiação Culto e Analfabetismo. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro; Oficina da Estatística, 1898.

⁴ Recenseamento de 1 de setembro de 1920, v. 4, Parte 1, p. LXII.

⁵ República, 21/03/1900. HDBN.

El gobierno tampoco tuvo acierto para conducir al feliz término una empresa que debió acometer sin tener la seguridad de disponer de antemano de todos los recursos necesarios, y muy particularmente de los económicos.

Los colonos, por su parte, cometieron imperdonables torpezas que agravaron sus males; nunca unieron sus esfuerzos ni elevaron su pensamiento a la concepción de un interés común. (D'OZOUVILLE, 1916, p. 86.)

Durante a década de 1890 foram introduzidos no Pará 15.000 imigrantes espanhóis, dos quais em 1912 não ultrapassavam o número de 3.000, sendo que a maior parte destes se encontrava na cidade de Belém e em sua maioria trabalhando no comércio de Belém (D'OZOUVILLE, 1916). Neste ponto temos mais uma etapa da experiência espanhola no Pará. A concentração de imigrantes espanhóis na cidade de Belém, que por fim proporcionou na capital paraense o desenvolvimento de núcleos mutualistas de espanhóis, voltados para manutenção e auxílio aos seus conterrâneos. Tais associações mutualistas não são entendidas aqui como formas germinais do sindicalismo paraense, e sim como fenômeno paralelo aos diversos sindicatos que surgiram no início do século XX, de tal maneira que o associativismo imigrantista configurou-se como outra forma de ação coletiva, para além da perspectiva de classe.

“PARA A ESPANHA E PELOS ESPANHÓIS”: A FUNDAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO ESPANHOL EM BELÉM

A década de 1900 fora a década de fundação das sociedades de socorros mútuos de imigrantes espanhóis. A fundação da *Sociedade Española de Socorros Mútuos*,⁶ que posteriormente se transformou na *Unión Española de Socorros Mútuos* em 1905 e no *Centro Galaico del Pará* em 1907, configuram a tentativa de construção de uma rede efetiva de auxílio entre espanhóis em Belém; tais associações funcionaram até a segunda metade do século XX. Contudo, as diferentes diretrizes elaboradas nos estatutos das mesmas apontam para visões divergentes entre os próprios espanhóis.

Enquanto a *Unión Española de Socorros Mútuos* aceitava como sócios os espanhóis, seus filhos e netos, estrangeiros naturalizados espanhóis, hispano-americanos, hebraicos “descendentes da raça espanhola”, filhos do arquipélago Filipino e estrangeiros casados com espanholas,⁷ o *Centro Galaico del Pará* admitia entre suas cinco categorias de sócios apenas aqueles nascidos na Galícia (1925), e posteriormente (1947) os nascidos na Espanha, poderiam ser sócios ativos, ou seja, teriam direito efetivo ao voto nas deliberações da associação.⁸ As diferenças entre tais associações perduraram durante todo o século XX, tanto que das tentativas de fusão das duas associações nenhuma logrou êxito.⁹

Tais associações buscavam resgatar as tradições, prestar assistência médica e financeira, e caso necessário fosse à repatriação de imigrantes. A *Unión Española de Socorros Mútuos* anunciava nos jornais em 1908 as comemorações promovidas pela mesma em função do primeiro centenário da independência da Espanha.¹⁰ Tendo também suas atividades como assembleias e festejos divulgados nos jornais da Capital como no aviso seguinte:

⁶ O regulamento do Centro Galaico de 1925 em seu artigo 131 declara o Centro Galaico como sucessor da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, assim como nos livros de atas pode-se acompanhar tal transformação.

⁷ “Reglamento de la Sociedad Unión Española de Socorros Mútuos”, 1917. Acervo Pessoal.

⁸ “Reglamento Del Centro Galaico em El Pará”, 1946. Acervo Pessoal.

⁹ Recorte de jornal com a epígrafe: “Assembleia Geral extraordinária”, 25/03/1971. Acervo Pessoal.

¹⁰ A Província do Pará, 03/05/1908. Biblioteca Pública do Estado do Pará, Fundação Tancredo Neves.

Unión Española de Socorros Mútuos

Esta noble y humanitária institución, siempre dispuesta a socorrer á sus asociados y em diferentes ocasiones á aquellos que no ló son y que su suerte lês adversa acaba de repatriar al muy digno consocio Sr. Ramon Salgado Salgueiro, que segun certificacion médica era imposible adquirir la salud em este clima.

La Junta Directiva, siempre em sú incansable afan em pró de La Sociedad, há acordado celebrar um baile em sus solones y em beneficio de la misma, El 7, Del corriente, 'lasnueve de lanoche.

Se hace público que continua por tiempo in derteminado la abolicion de la joia de entrada.

Pará, 2 de Junho de 1908. – El 1º secretario Antonio Parada.¹¹

As relações de sociabilidade e mesmo as práticas culturais dos imigrantes espanhóis em Belém são observáveis nos jornais da capital paraense. A permanência das associações espanholas até a década de 1970-1980 configura-se como uma ressonância das experiências dos espanhóis que constituíram um grupo culturalmente forte em Belém nas primeiras décadas da Republica.

Ao contrário do que se imagina a experiência do mutualismo de imigrantes não só no Pará, mas para boa parte do Brasil não foi construída a partir de experiências associativas vivenciadas na própria Europa. Luigi Biodi (2012) ao falar de “sociedades” italianas na primeira república em São Paulo indica que a experiência de associativismo e sindicalismo de boa parte dos imigrantes para este período foi construída nas Américas, argumento também defendido por Marília Cánovas (2009) em relação aos espanhóis. Isso se deu em decorrência de que a grande parte do contingente que imigrou ao Brasil neste período veio de regiões agrícolas.

No caso dos espanhóis que ingressaram no Pará entre os anos de 1898 a 1920 constatei dentro dos registros civis de casamento que a maior ocorrência de grupos de tradição agrícola vindo da região noroeste da Espanha como a Galícia se estabeleceram no Pará, a maioria procedentes da província de Ourense, vinham direcionados ao trabalho nas lavouras como então era exigido pelo governo do estado aos seus contratantes (MALCHER, 2013)

A formação de tais sociedades representou tanto a preservação de identidades quanto a própria sobrevivência, como indica Vanessa Martins (2010, p. 5) “A união de um mesmo grupo étnico representava não apenas a ‘conservação’ da cultura a qual tinham origem, mas também um meio de se inserirem na cultura e na comunidade local”. Francisco Smith (2012) em sua tese sobre a imigração espanhola no Pará fala de modo muito passageiro da *Unión Española de Socorros Mútuos*, apenas destacando a atuação da mesma no sentido de prestar assistência aos imigrantes e festejos. Porém, o mutualismo se mostra como uma dos aspectos fundamentais para a compreensão dos imigrantes nas Américas. Juan Rodriguez destaca a importância das mesmas para a memória da imigração:

Las asociaciones son la memoria institucional de la emigración y la parte más visible de ella. En ellas se ha relejado una cierta memoria colectiva de La emigración y dentro de las mismas se han evidenciado las tensiones identitarias y de desraigo que atraviesan esta memoria. (BLANCO RODRIGUES, 2008, p. 9)

Rodriguez (2008) destaca que as associações são um “elemento material” fundamental na construção da memória. O autor indica que o associativismo não era uma prática comum no sul da Europa, assim os emigrados do sul europeu teriam nas Américas suas primeiras experiências associativas. Ainda que as associações busquem preservar a identidade de certo grupo, estas também servem como “plataformas de interlocução social e política” entre os emigrados e as elites locais. Os emigrados passam a “dar visibilidade” a si mesmos em uma sociedade

¹¹ Folha do Norte, 06/06/1908. BPEP, FTN.

que lhes é estranha, e onde eles são vistos como diferentes. Para Rodriguez as associações permitem conhecer o imaginário coletivo dos emigrados por meio dos símbolos que estas sociedades representam nos festejos, teatros e comemorações patrióticas. Em Belém o *Centro Galaico del Pará* e a *Unión Española de Socorros Mútuos* celebraram o centenário da independência da Espanha:

Comemoraré festivamente a data de hoje, que marca o 1º centenário da independência da Espanha, a sociedade Unión Española de Socorros Mútuos.

Realizar-se-á à noite, na sede da forte agremiação da colônia espanhola desta capital, uma reunião literária que se auspicia magnífica pelos elementos que se conjugam no programa.

Será orador oficial do ato nosso confrade Dr. Elyseu Cesar, cuja palavra brilhante foi solicitada pelos promotores da festa para abrilhantá-la.

Estão convidados para o patriótico serão os senhores cônsules da Espanha e da França, muitos cavaleiros, famílias, autoridades e imprensa.¹²

A comemoração também contou com a participação da banda dos bombeiros e com um funcionário enviado pelo intendente da cidade de Belém Antônio Lemos para lhe representar. Outra data que mereceu uma comemoração foi descoberta da América, data celebrada no Cassino Espanhol:

Esplendida foi a festa que ante ontem realizou o Cassino Espanhol para comemorar a grandiosa data do descobrimento da America.

Presidindo a sessão, que foi aberta as 3 horas da tarde, o Sr. cônsul da Espanha, José Maria Pinheiro. Por essa ocasião oraram os senhores Fernando Gonzalez e Emilio Villegas, que foram bastante aplaudidos, (...).¹³

Ainda segundo Rodriguez (2008) as associações espanholas na América não tem recebido maior atenção da historiografia espanhola e mesmo na historiografia da América latina, a não ser de forma dispersa e fragmentada. Deixando de lado a perspectiva comparativa e mesmo de ligação entre tais associações, deste modo não permitindo uma análise mais ampla das dinâmicas associativas. Ainda segundo Rodríguez:

Pero hay que tener presente que las asociaciones no solo mantienen en una identidad sino que ayudan a construirla, con elementos propios y versiones a veces anquilosadas, como ocurre en las oclacionismo español en casos. Elén fasispuesto en el papel de las redes sociales primarias, en las identidades paisanas, en las solidaridades locales, no debe dejar de ser confrontado con aquellos proyectos de otras identidades no primarias sino simbólicas que intentan articular a los inmigrantes en la nueva sociedad. (BLANCO RODRIGUES, 2008, p. 21)

Na tentativa de se organizarem entorno das identidades étnicas os emigrados criaram certa ambiguidade visto que ao mesmo tempo em que as associações visam facilitar a integração destes imigrantes na sociedade que os recebe, elas também os distanciam na medida em que buscam manter uma identidade estrangeira.

Elda González (2008) destaca que os centros e associações de imigrantes no Brasil, buscavam auxiliar de diversas formas seus sócios, com instrução, medicamentos, e até a repatriação, citando o caso do Estado São Paulo,

¹² A Província do Pará, 02/05/1908.

¹³ A República, 14/10/1900.

ela indica que para o período de 1890 a 1920 cerca de 10% dos espanhóis que ali entraram neste período foram repatriados pelas associações.

Uma das pioneiras associações foi a Sociedade Espanhola de Beneficência criada em 1859 no Rio de Janeiro, cidades que receberam um contingente considerável de imigrantes espanhóis também tiveram suas associações como Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Manaus. Esta última foi fundada em 1916 e, segundo Elda Gonzáles, tinha como intuito principal a assistência médica, que se fazia fundamental em uma região onde moléstia como a malária afligiam os europeus que para lá iam, a mesma associação entrou em crise após a segunda guerra mundial e teve suas atividades encerradas em 1966 (GONZALEZ, 2008, p. 384-385).

Segundo Elda González, Belém possuía ao menos três associações de imigrantes espanhóis:

Belem do Para, fue La ciudad en la desembocadura del Amazonas en la que se podía detectar población española desde mediados del siglo XIX. A finales de es acenturia unos seis cientos individuos residían en la ciudad que para entonces contaba con tres entidades, la Union Espanola, el Centro Galaico y la Liga Espanola de Repatriacion. Todas ellas se dedicaban a fines benéficos, aunque también desarrollaban alguna actividad cultural y festiva. En 1932 las dos primeras poseían edificios en propiedad y al parecer un buen patrimonio social. (GONZÁLEZ, 2008, p. 386)

Não encontrei referências acerca da Liga Espanhola de Repatriação ao qual a autora acima menciona, no entanto, encontrei documentos da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos predecessor das outras duas que Gonzalez cita. Percebi uma cisão em dois grupos que acarretou o fim da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e o surgimento de outras duas, a *Unión Española de Socorros Mútuos* e o *Centro Galaico del Pará*.

Deste modo, os espanhóis na cidade de Belém estiveram organizados predominantemente em duas associações, uma aberta aos espanhóis e seus descendentes e outra específica aos galegos, ou seja, embora esta última seja uma associação espanhola, ela marca uma identidade específica dentro da Espanha e a transfere para o outro lado do atlântico.

O regulamento do Centro Galaico de 1947 já permite a participação de espanhóis de modo geral, mas ainda nega à participação de filhos de espanhóis nascidos no Brasil, apenas aqueles nascidos na Espanha poderiam ser sócios ativos. Assim compreender a imigração espanhola no Pará, mais especificamente em Belém, me leva a perceber que o conjunto de imigrantes que aportaram na capital paraense tiveram experiências diversificadas relacionadas a sua posição social e mesmo a sua identidade étnica.

Ao mesmo tempo em que as associações ajudavam a construir um lugar social representado pela identidade espanhola em Belém, também poderiam criar divergências indigitarias, ideológicas e políticas internas neste grupo. O fim das associações assim como as divergências entre elas, que possivelmente marcam o fim das ressonâncias da imigração desenvolvida no final do século XIX na região.

CONCLUSÃO

Segundo Elda González havia um ditado que dizia que “onde quer que se reúnam três imigrantes, inevitavelmente surgiram pelo menos quatro associações, e um periódico” (GONZÁLEZ, 2008, p. 366). Esta afirmação se mostra verdadeira para o caso da cidade de Belém que nos anos entre 1890 a 1980 teve, mesmo que de modo

inconstante, quatro “espaços” de imigrantes espanhóis; o Cassino Espanhol,¹⁴ a *Sociedade Española de Socorros Mútuos*, *Unión Española de Socorros Mútuos* e o *Centro Galaico del Pará*, estas duas ultimas perduraram até meados do século XX.

As sociedades mutualistas estrangeiras são os vínculos de identidade étnica e cultural que nortearam suas associações. Tais associações estrangeiras constituem elo de ligação, entre, os inúmeros imigrantes que circularam, moraram e reformularam suas identidades na cidade de Belém no final do século XIX e início do XX. Para outras cidades do Brasil como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro o mutualismo de imigrantes espanhóis perpetuou suas marcas até os dias de hoje, no Pará o estudo das associações espanholas ainda representa uma lacuna historiográfica.

O início do século XX em Belém também pode ser visto como um momento de difusão de associações. O associativismo, tanto de cunho sindical ou tão somente beneficente (Mutualista) é uma das experiências de formação classe mais forte no Pará, não que as classes só se configurem enquanto tal por meio do associativismo, o associativismo seria apenas uma das etapas da formalização de determinado grupo enquanto classe.

Segundo dados apresentados no *Almanak, Industrial e comercial do Rio de Janeiro* de 1925, na sessão sobre o Pará e a Capital paraense, existiam 98 associações subdivididas entre Comerciais (03), Beneficentes (19), Cooperativas (03), Espíritas (10), Defesa de Classe (16), Instrutivas (03), Humanitárias (10), Musicais (02), Propagandistas e recreativas (18), Científica (01), Socorros Mútuos (02) e Esportivas (11). Foram 16 associações estrangeiras, sendo 2 Italianas, 1 Israelita, 1 Hebraica, 9 Portuguesas e 3 Espanholas, sendo uma delas esportiva.¹⁵ Embora sob a mesma seção do Almanak intitulada “associações” estivessem inseridas inúmeros institutos de diversos serviços e funções, elas foram identificadas como associações por aglutinarem setores específicos da sociedade.

É notável que houvesse uma forte influencia da cultura destes imigrantes na cidade, um dos fatos mais evidentes disso são as touradas que ocorriam no Coliseu Paraense e no Prado Paraense (SARGES, 2010). Os espanhóis estavam inseridos no mercado de trabalho em todos os setores da nossa economia e eram a maioria no terceiro setor o qual corresponde ao comércio e serviços da cidade (MALCHER, 2013), estavam articulados em associações recreativas e de ajuda onde mantinham ainda mais viva a sua cultura com os bailes em datas cívicas e literárias¹⁶ o que proporcionava a eles uma maior sociabilidade com seus conterrâneos e exerciam sobre tudo a solidariedade com os mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHAMONDE, Ángel; MARTÍNEZ, Jesús A. **Historia de España**. Siglo XIX. 5 ed. Madrid: Cátedra, 2007.

BIODI, Luigi. Mãos Unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorros mútuos em São Paulo na primeira Republica: sua formação, suas lutas, suas festas. **Revista Tempo**, v. 18, n. 33, p. 75-104, 2012.

BLANCO RODRÍGUE, Juan Andrés. Aspectos del asociacionismo em la emigración española a América. In: BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés (ed.). **El asociacionismo en la emigración española a América**. Zamora: Editora UNED, 2008.

¹⁴ Em uma nota no jornal O Pará encontrei o anuncio da chegada dos móveis vindos da Europa para o Cassino Espanhol em Belém e de uma sociedade Espanhola em Igarapé – Assú: “Acaba de constituir-se no núcleo de Igarapé – Assú uma associação de beneficência, recreio e instrução, ainda mais uma prova dos bons intuitos que animam os colonos espanhóis”. O Pará, 03/10/1896, p. 1.

¹⁵ ALMANAK LAMERT, 1925, p. 764-776. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira.

¹⁶ Discurso Pronunciado por El Cônsul General de Bolívia D. RODOLFO ARAUZ em la sede social, por ocasión de la conmemoración Del DIA DEL LIBRO ESPAÑOL, El 7 de octubre de 1927, acervo particular de Manuel Malvar.

CÁNOVAS, M. K. **Imigrantes espanhóis na Paulicéia**: trabalho e sociabilidade urbana (1880 – 1922). São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2009.

DIAS, Vanessa Martins. “Inserção as avessas”: a imigração espanhola em Franca – São Paulo (1900- 1955). *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA E LIBERDADE, 20., 2010, Franca. **Anais [...]**. Franca: ANPUH/SP; UNESP, 2010. Cd-Rom.

EMMI, M. F. **Italianos na Amazônia** (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade. Belém: EDUFPA, 2008.

FERREIRA, Rubens da Silva; COSTA, Erica Elaine. Compreendendo a Imigração Espanhola no Pará (1896 – 1899): um estudo a partir das passagens grátis como fonte de informação. **TransInformação**, v. 23, n. 1, p. 51-63, 2011.

GONZÁLEZ Martinez, Elda. **La inmigración esperada**: la política migratoriabrasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003. p. 257-271.

GONZÁLEZ Martinez, Elda. Tres inmigrantes, cuatro centros, um periódico...Las asociaciones españolas em Brasil. *In*: BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés (ed.). **El asociacionismo en la emigración española a América**. Zamora: Editora UNED, 2008.

D. LEOPOLDO D'OZOUVILLE DE BARDOU Y CRUZ ALVAREZ. **Un Viaje al Brasil**: Información acerca de lasituación de los emigrados españoles em los Estados de Pará y Amazonas y zona de trabajos de ferrocarril de Madeira – Mamoré. Madri, 1916.

MALCHER, Aline de Kassia. **A imigração espanhola na cidade de Belém**: um olhar a partir de documentos cíveis de casamento (1897 – 1920). 2013. Monografia (Curso de História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PRADO, Maria Ligia; CAPELATO, MARIA Helena Rolim. “A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República”. *In*: FAUSTO, Boris (org.). **Historia geral da Civilização Brasileira**. v. 8. São Paulo: Difel, 1977.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia** (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. “A Galícia paraense: imigração Espanhola em Belém. *In*: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOLEYRON, Rafael (org.). **T(r)ópicos de História**; Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XX). Belém: Açaí, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. “Riquezas, Tributos e Mercado de Trabalho em Belém (1890-1910)”. *In*: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema Bacelar (orgs.). **Tesouros da memória**: história e patrimônio no Grão-Pará. Belém: Ministério da Fazenda – Gerência de Administração no Pará/ Museu de Arte de Belém, 2009.

SARGES, Maria de Nazaré. “As corridas de touros e as associações de migrantes galegos: a construção do imaginário ibérico na “Nova Jerusalém” (Belém XIX/XX)”. *In*: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado (org.). **Atlântico imaginado: fronteiras, migrações e encontros**. 1. ed. Madrid: Ministério do Trabalho e Imigração – Subdireção Geral de Informação Administrativa e Publicações, 2010.

SMITH JUNIOR, Francisco P. Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920). 2012. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DA TRAÇÃO ANIMAL AO SISTEMA ELÉTRICO: OS BONDES DA CIDADE DE FORTALEZA ENTRE 1880-1947¹

Jose Maria Almeida Neto

Resumo: Este trabalho analisa o período de tráfego dos bondes pelas ruas da cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Nas duas últimas décadas do século XIX e durante a primeira metade do século XX, dois tipos de tração foram responsáveis pelo deslocamento da população nesse período: primeiro, o sistema de tração animal e, posteriormente, o sistema elétrico. Essas duas tecnologias tornaram possíveis o deslocamento urbano, bem como uma expansão da área da cidade e experiências identificadas com a modernização das cidades. Procuro analisar através dos jornais, código de postura, crônicas e relatos de memória o cotidiano dos habitantes de Fortaleza a partir da utilização, nem sempre como prevista, dos bondes como transporte público da cidade. Escolhi como conceito norteador desse texto a noção de progresso e modernização e seus desajustes quando analisado no cotidiano das áreas urbanas.

Palavras-chave: Bonde; Transportes urbanos; Progresso.

1. O BONDE DE TRAÇÃO ANIMAL (1880-1914)

Em 25 de abril de 1880 a Companhia Ferro Carril do Ceará inaugurou a primeira linha de bonde de tração animal em Fortaleza. A empresa, de propriedade do Cel. Tomás Augusto de Mota, havia sido criada três anos antes e passou a transportar passageiros e mercadorias pelas ruas de Fortaleza utilizando uma frota inicial de 25 carros com cinco assentos em cada e puxados por burros.

A utilização dos animais como força motora de transporte rendeu algum lucro aos seus investidores, não tardou para novas concessões ampliarem a área de tráfego. Outras duas companhias negociaram concessões para realizar o transporte dos usuários que se dirigiam para áreas mais distantes e fora da principal zona urbana da capital, a *Porangaba* (atual, Parangaba, distante 10 km do Centro de Fortaleza) e o Outeiro (atual, Aldeota) respectivamente, a Companhia de Ferro Carril da Porangaba e a Companhia de Ferro Carril do Outeiro exploravam essas áreas.

Desse modo, durante 33 anos, até 1913, houve um contrato entre as máquinas, os burros e os passageiros que nem sempre foi cordial, amigável ou espirituoso para as partes envolvidas. Em 1913, a Companhia Ferro Carril do Ceará foi adquirida pela empresa inglesa The Ceará Tramway, Light and Power, que passou a explorar os serviços de transporte na cidade utilizando o sistema elétrico. Em ambos os casos, o discurso de progresso e modernização, recorrente em quase todos os centros urbanos do Brasil no período, era repetido por uma elite local e, no caso do sistema elétrico, por investidores estrangeiros dispostos a aplicar seu capital externo no setor de transporte e, segundo a imprensa, modernizar a cidade.

Conforme Marshall Berman, a modernização das cidades nas zonas limites do capitalismo “tem significados mais complexos, paradoxais e indefinidos”. (BERMAN, 1986, p. 167). É justamente esse desajuste entre o discurso modernizante e a prática na *cidade real* que nos move nesse trabalho.

¹ Esta pesquisa faz parte da minha tese de doutorado, em desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em História Social, pela Universidade Federal do Ceará, sendo orientada pelo Prof. Dr. Antônio Luiz Macedo e Silva Filho.

No ano que foi inaugurado o bonde por tração animal, 1880, a Província do Ceará vislumbrava o fim de uma estiagem que provocou uma seca prolongada e, de alguma forma, mexeu com todos os grupos sociais. A sensação da morte nas ruas e na memória dos cearenses ainda era, e por muito tempo seria, presentes no cotidiano. A chegada do bonde de tração animal parecia dotar a cidade de novos ares para a elite, ou no mínimo, uma superação da fome e da miséria tão presente nos anos de seca. Residia então a esperança de dias melhores, inclusive, em um transporte coletivo que prometia ampliar e facilitar os acessos às regiões promissoras e que em breve expansão da materialidade construída, além de diminuir o tempo de deslocamento dentro da cidade; trazia com ele um discurso típico do final do século XIX: a chegada do progresso – que, no caso de Fortaleza, veio de bonde, sobre trilhos e tracionada por burros.

As expectativas na imprensa pelo bonde de tração animal são apresentadas na matéria sobre a inauguração com as seguintes palavras: “congratulamo-nos com o público pelo importante melhoramento, que acaba de realizar-se em nossa capital, o qual além de ter vindo satisfazer uma reconhecida necessidade pública, ha de concorrer poderosamente para o *progresso da cidade*”. (O Cearense, 27.04.1880, n. 45. p.2) (grifo nosso).

Detenhamo-nos por um instante na expressão “O progresso da cidade”: tantos outros melhoramentos concorreram com os bondes pelo reconhecimento de símbolo de desenvolvimento. O bonde trazido a galope pela tração animal atendia uma antiga necessidade pública à época, a mobilidade urbana mais rápida diante de um espaço urbano que crescia cada vez mais, porém mantinha resquícios de uma cidade rural, que rotineiramente era identificada como o lugar do atraso.

No mesmo dia da inauguração dos bondes, é possível perceber uma preocupação na reposição do principal ‘combustível’ daquele ‘progresso’: o capim. Aqui vale a parada para perceber como ao longo do tempo o fornecimento de capim se tornou um problema para os serviços dos carris urbanos.

A chamada, publicada no jornal *O Cearense* pela Companhia Ferro Carril do Ceará, tornava público o recebimento de propostas para “o fornecimento de capim verde para forragem dos animais do serviço de tráfego, actualmente em número de 24 [burros]. O capim deve ser entregue na Estação e na proposta o vendedor dará o preço por 15 quilos” (O Cearense, 25.04.1880, nº 45, p.4).

Não obstante a esta encruzilhada entre o progresso mecânico e a manutenção de experiências rurais tão próximas, o não fornecimento de capim seria, por vezes, um entrave à execução do serviço de transporte. Foi o que aconteceu em 1890, quando apenas dois vendedores se prontificaram a fornecer capim para a companhia, sendo necessária abertura de novo edital de compra (O Cearense, 20.05.1890, nº 109, p.2), além disso, a negociação entre vendedores e compradores se tornariam mais complexas com o passar dos anos.

Em 1889, pedia-se proposta para o fornecimento de 3.000 arrobas de capim seco das mais diversas variedades (O Cearense, 22.06.1889, nº 139, p. 2). Em 1891, a compra de capim chegou a 9.000 arrobas e tinha como exigência a presença, para a mediação, de um fiador idôneo, atentemos que este é um requisito não pedido nas chamadas anteriores. Deixando perceber conflitos e descumprimentos de acordos nas compras e vendas anteriores entre os vendedores de capim e a companhia de carris? (O Cearense, 16.04.1891, nº 78, p.1).

Parece-nos que o aumento do número de linhas de bondes, ao longo da primeira década do serviço, exigiu-se, evidentemente, um acréscimo na quantidade de burros e, por conseguinte, a quantidade de capim requerida acompanhou este crescimento, contudo aos vendedores de capim, provavelmente sujeitos pobres, que dominavam um trabalho típico do espaço rural em um universo que cada vez mais tinha características urbanas, suas propostas

ficaram vigiadas. Não à toa o edital sobre a compra e a venda de capim especificar maior controle na quantidade e na qualidade do produto.

Assim como existia a compra de capim, a compra dos burros também se fazia uma necessidade de primeira ordem. Dessa forma, os anúncios que diziam respeito aos interesses da Companhia Ferro Carril na aquisição de muares não tardaram a aparecer. Em 1888, a Companhia procurava comprar 6 burros “de bom estado e que fosse acostumado ao serviço”, não obstante, estes burros serviriam para incrementar os trabalhos às novas linhas criadas naquele ano. (O Cearense, 24.07.1888, nº 109, p. 3).

Já em 1890, “A Companhia Ferro Carril compra 30 burros novos, grandes, gordos e adego”. As características dos animais, requeridos pela Companhia em seus anúncios nos jornais, evidencia a relação destes com os serviços que iriam prestar a mesma. As qualidades que envolvem força, braveza e saudáveis são concordantes para o trabalho que lhes colocaria a vida por fim em pouco tempo. (O Cearense, 20.04.1890, nº 86, p. 3).

Essa convivência entre um mundo urbano que tentava deixar de ser rural e o mundo rural que se fazia presente no cotidiano da cidade pode ser percebida nas linhas e entrelinhas de anúncios e publicações.

Retornemos à edição 44 do jornal O Cearense de 25 de abril de 1880, página 01, que, entre outras informações possíveis da ordem das congratulações à Companhia de Ferro Carril pela inauguração, tem-se, ainda, o roteiro desses primeiros bondes, que deveria comunicar o Mercado Público à Praça de Pelotas (atual Praça Clóvis Beviláqua), o Matadouro e a Estação do depósito da Companhia. Formando, portanto, um quadrilátero do percurso dentro da cidade nesses primeiros períodos de funcionamento. Levando não apenas passageiros, mas sendo a partir de então responsáveis pelo transporte de alimento, inclusive ficando proibido o transporte de carne verde e outros gêneros alimentícios nos bondes destinados aos passageiros. À companhia foi cedido o serviço de transporte de carnes, que atentando para a descrição feita no periódico é possível perceber as mudanças na forma de conduzir o alimento. Dizia o anúncio:

Um notável e importante melhoramento se pode ter desde já na coducção das carnes verdes do matadouro para o mercado, facilitando a companhia carros commodos, arejados e apropriados para aquele fim. Ficará então proscripto esse sythema primitivo, grosseiro e tão pouco hygienico de transportes de carnes em costas de animaes, que além do mais prejudica o trânsito ordinários nas ruas em certas horas e oferece ao publico um espectaculo desagradável e repulsivo mesmo (O Cearense, 25.04.1880, nº 44, p. 1)

Que marcas de conflitos de tempos estão impregnadas nesse trecho? Transportar alimento nas costas de animais foi prática comum por muito tempo. Desde as épocas da colônia o lombo dos muares serviram mais do que assento, o transporte e o salgar por longo período foram realizados em parceria com cavalos, mulas e jumentos. Mas o jornal ecoa algumas preocupações do período: a própria ideia de sistema, em que uma ocorrência está em comunicação e acontece em detrimento de outra, o sistema higiênico se funda justamente nisso: a limpeza e o espaço arejado inibem a comunicação com o sistema de doenças e infecções trazidas pela sujeira e pelo abafado de lugares fechados onde não existe uma circulação do ar. A própria noção de circulação pela cidade está em transformação, assim como o ar, as ruas não podem acumular interditos, dessa forma os animais responsáveis pelo transporte de carne são substituídos pelos bondes, que ironicamente, são os mesmos animais que tracionam tais carros.

Ainda neste interim, a companhia de bonde abre concorrência junto às carroças, meios que anteriormente já faziam esse transporte de gêneros alimentícios e, a fim de obter vantagem no serviço, a Ferro Carril publica no jornal que:

[...] devidamente habilitada propõe-se a fazer o transporte de todos os gêneros e mercadorias [...] mediante o preço que actualmente se pagao às carroças, garantindo a fiel entrega dos mesmos sem o inconveniente de estragos e descaminho que se verifica no transporte por meio de carroças (O Cearense, 31.07.1886, nº169, p. 2).

Caminho aberto para pensar como o progresso dificulta o trabalho dos mais pobres que não possuem o instrumento de trabalho dito moderno. Os trabalhadores pobres da cidade, que precisam reorganizar seu trabalho ordinário em meio à concorrência que se faz com o crescimento dos espaços urbanos e suas novas máquinas. A substituição da carroça por um novo tipo de transporte de carga, neste caso o bonde, implica também na alteração de trabalhadores. Nesse caso, o carroceiro e o condutor aparecem como sujeitos distintos diante do progresso, o primeiro como atraso, desperdício e estragos, o segundo como segurança, qualidade, sem inconveniente. Estaríamos diante de uma dobra no tempo provocado pelo discurso do progresso?

As marcas desses conflitos enunciados nesse primeiro tópico deixam em evidência alguns dos conflitos que abertos com o progresso, são compradores de capim vigilantes e vendedores sob suspeita, compra de burros e a proibição da utilização dos mesmos no transporte de alimento, a progressiva substituição das carroças pelos bondes são marcas da chegada do progresso e do afastamento do que era considerado atrasado.

2. O BONDE POR SISTEMA ELÉTRICO (1913- 1947)

A compra da Companhia Ferro Carril do Ceará foi efetivada por outra empresa, no caso, a Ceará Tramways, Light and Power, responsável a partir de então por colocar em prática o transporte elétrico na cidade, voltarei com mais vagar a esse assunto logo adiante; detalhe fundamental é notar que essa negociação não envolveu uma imediata substituição da tração animal, e sim uma paulatina substituição no tipo de energia empregada. Em vigor desde o século XIX, a energia muscular dos animais deu lugar ao sistema elétrico a partir de 1913 e foi completamente desativada desse tipo de transporte no ano seguinte.

A convivência dos dois tipos de energia está diretamente vinculada à existência das múltiplas temporalidades no ambiente urbano que fazia com que os cidadãos convivessem diariamente com bondes de tração animal e elétrico, carroças e automóveis.

Em 1913 a empresa Ceará Tramway, Light and Power, com sede em Londres (Inglaterra) passa a administrar o sistema de transporte público na cidade de Fortaleza: uma iniciativa que envolvia diretamente os interesses econômicos, as influências políticas e maneiras de execução dos desejos burgueses por modernização. Bem menor e em segundo plano ficava a necessidade de transformação do serviço de transporte urbano.

O projeto não era recente, antes de o capital da empresa inglesa ser empregado na compra dos direitos e na eletrificação dos serviços de transporte em Fortaleza existia a intenção de substituir o tipo de energia empregada nos bondes. No século XIX é possível encontrar notícias que informam sobre o desenvolvimento de projetos estrangeiros para bondes elétricos. É o caso da notícia de 1888, publicada originalmente na Revista Comercial Americana e divulgada no jornal *Gazeta do Norte*.

É da Revista Comercial Americana esta notícia: ‘A companhia de bondes de Cambridge acaba de experimentar com êxito satisfatório um bonde movido por meio de eletricidade. A força motora é subministrada por uma bateria Julien de 104 pilhas galvânicas. Uma parte da corrente passa ao motor

de Weston, cuja capacidade normal é de cinco cavalos de força, a qual pode aumentar-se quando a necessidade o requeira. O bonde é iluminado por cinco lâmpadas incandescentes, cuja eletricidade lhe é comunicada pela bateria. Em cada janela do bonde há um botão que, tocado pelos passageiros, faz vibrar um tímpano, dando sinal ao cocheiro para fazer parar o bonde.

A velocidade maior com que anda este bonde elétrico é de 10 milhas por horas. (Gazeta do Norte, 13.01.1888, ed. 10, p. 2)

Os bondes elétricos remetem a segunda metade do século XIX na Europa; em Berlim o primeiro bonde movido por eletricidade havia funcionado pela primeira vez em 1879. Quase uma década depois de inaugurado o bonde de tração animal em Fortaleza, em 1888² no Estado da Virgínia, nos Estados Unidos, instalou-se o primeiro sistema de bondes elétricos. (MORISSON, 1989, p. 25-60) No final do século oitocentista, o sistema elétrico como força motriz dos bondes funciona plenamente em quase todas as cidades de importância dos Estados Unidos e nas principais cidades europeias, em 1896 o bonde elétrico tinha substituído a tração animal em Liverpool, Hamburgo, Milão, Lyon, Le Havre, Genebra, Estrasburgo, Bourdeaux, Florença, Munique, Leipzig, Liège etc. Paulatinamente, esse foi o sistema que foi sendo legitimado como aquele capaz de favorecer o progresso técnico da nação. O bonde puxado a burro ficou fadado a desaparecer das ruas isso também ocorreria no Brasil nas décadas seguintes. As ruas do Rio de Janeiro, distrito federal da recém-proclamada República, foram ocupadas pelo tráfego do bonde elétrico em outubro de 1892; em Salvador, o bonde elétrico substituiu o antigo sistema em 1897; e os habitantes da capital do Estado de São Paulo viram o primeiro bonde por força motriz elétrica na virada do século em 5 de maio de 1900 em pleno funcionamento. (STIL, 1984, p. 319; 455)

Fortaleza e Recife, quase que simultaneamente, em 1913 e 1914, respectivamente, tiveram início outra forma de deslocamento, mediada então pela eletricidade.

A Ceará Tramway, Light and Power Co. Ltd. possuía sede situada em Londres, com endereço na New Broad Street nº 42, na cidade de Fortaleza seu escritório foi provisoriamente estabelecido na Rua Barão do Rio Branco, nº 60. Sua administração foi composta inicialmente por E. M. O. Scott (gerente), José de Castro Jucá (chefe do tráfego), N. W. Simpson (engenheiro) e W. E. Palmer (chefe da estação). No escritório também havia a presença de estrangeiros nos cargos de maior complexidade: Thos. Hitchon (contador), A. B. Lima (caixa), C. Hams (escriturário) e José Martins de Sequeira (cobrador) e A. Euterpino Borges (encarregado da luz elétrica). Segundo o Almanaque no Rio de Janeiro, a empresa possuía um capital duas vezes maior que aquele informado à Junta Comercial do Ceará (800.000\$ oitocentos mil réis).

A companhia britânica adquiriu por compra integral as duas empresas de bondes de tração por burros que funcionava dentro do perímetro da capital: a Companhia Ferro Carril do Ceará e a Companhia do Outeiro, que pertenciam até então a Thomé A. da Motta. Havia oito linhas que se destinavam a Estação, Praia, Via-Ferrea, Praça Fernandes Vieira, Mororó, Benfica, Matadouro, Alagadiço, Praça do Coelho e Outeiro. Passando a partir de 1912 a explorar por sua conta o serviço em rede de *tramways* elétricos de transporte dentro do limite da cidade de Fortaleza, tinha essa concessão prazo de validade até 1987, quando em 04 de julho se encerraria os direitos adquiridos juntos a municipalidade. Como anteriormente existe um acordo estabelecido entre a edilidade e a Companhia de Gás do Ceará de fornecimento de energia para a iluminação pública, a Ceará Tramway somente no transporte e para particulares.³

² Simultaneamente à notícia no Jornal do Ceará é a inauguração do sistema elétrico nos bondes nos Estados Unidos, ambos no ano de 1888.

³ Almanaque Laemmert. 1914, p. 368, ed 70 (Rio de Janeiro)

A companhia dispunha para o tráfego cerca de 320 burros, 28 carros de passageiros, 4 vagões abertos e 2 carros para transporte de carne. A extensão, em 1912, dos trilhos eram 20 km e surgiu a expectativa que o bonde elétrico alcançaria uma rede de 22.500 metros de trilhos.⁴

Naquele ano, a população de Fortaleza foi calculada em aproximadamente 70 mil habitantes. A expansão da cidade para áreas cada vez mais distantes, a necessidade de deslocamento e o estabelecimento de um serviço regular de transporte tornava os bondes elétricos um artefato material bastante lucrativo para seus permissionários e indispensáveis para a população.

Com a implantação dos bondes elétricos, fazia-se necessário um maior número de vias pavimentadas, tendo em vista que, para além da região central, as demais localidades não passavam de um imenso areal. Além disso, o contato da população com esse novo símbolo do progresso resultaria em um aprendizado de postura e costume com relação a esse objeto, ou o que ele evoca. Agora não era apenas a população que se debajolocava em busca do bonde. O bonde poderia ir até a população. Novas fronteiras foram demarcadas e normatizadas pela Câmara Municipal, tendo em vista disciplinar o uso e corrigir condutas que não fossem mais condizentes com os novos tempos. Em certa medida, a cidade também se constrói pelo bonde e para o bonde. (SAMPAIO, 2010, p. 35)

Os bondes elétricos funcionariam alguns anos depois divididos em dois grupos. Os de primeira classe, cuja passagem custava 200 réis, e os de segunda classe, com um custo de 100 réis, estes eram responsáveis pelo transporte dos moradores do subúrbio. Disciplinar a maneira como a população usava o novo equipamento e corrigir as inadequadas condutas se tornaram o alvo da administração da Ceará Light e da municipalidade, normas do cotidiano que passam a ser observadas e punidas com maior rigor, denunciavam antigas práticas e nos permite perceber que não é a introdução do novo equipamento que modifica as antigas práticas, dessa forma estavam presente negociações e conflitos com os usuários que eram proibidos de “Art. 1 - fumar nos três primeiros bancos dos carros de passageiros das linhas dos Tramways. Art 2 – É proibido cuspir nos mesmos.” (Jornal Folha do Povo, 23.11.1913, p. 1 *apud* SAMPAIO, 2010, p. 35) Especialmente o Art 12 apresentava novas maneiras de controle das viagens e do tempo, seja em prol da empresa ou dos passageiros, condutores e empregados, ao menos nas normas, ficavam obrigados a cumprir tempo estimado para cada viagem e desenvolver velocidade adequada dentro de cada trecho “A velocidade dos carros elétricos será no máximo de 18 km por hora, podendo, nas linhas de “arrabaldes” atingir 25 km por hora”.⁵

Gradativamente essas linhas foram estendidas, gerando solicitações de cunho particular ou em benefício de um pequeno grupo como esta feita “ao gerente da The Ceará Tramway Light and Power a fim de ser prolongada uma das linhas da Fernandes Vieira e Mororó, de sorte que passem os *bonds* nas proximidades da Escola de Aprendizes de Marinheiros ou ahi façam paradas” (Diário Oficial, 22.09.1914, ed. 09, p. 2) E ainda, aquela feita “Ao sr. Dr. Secretario do Interior [...] em que o comandante geral da Guarnição Militar do Estado solicita um passe nos carros da The Ceará Tramway Light para o oficial que estiver de ronda à guarnição”. (Diário Oficial, 26.11.1914, ed. 51, p. 2)

Os bondes por sistema elétrico tornaram o tráfego da cidade mais veloz, expandiram a área urbana e foram o principal meio de transporte coletivo de Fortaleza durante os seus 34 anos de funcionamento, até o ano de 1947, quando foi desativado por não mais comportar as necessidades cotidianas dos habitantes e tornar-se um transporte deficitário que não atendia aos moradores dos arrabaldes que surgiram na primeira metade do século XX na capi-

⁴ Impressões do Brasil no século XX, 1913, p. 1044.

⁵ *Idem*.

tal. No total, Fortaleza possuiu por 67 anos bondes que de maneira sistemática trafegaram pela cidade, ampliando definitivamente sua malha urbana, modificando a paisagem e a pavimentação e divididos em dois sistemas de locomoção: por burros e por sistema elétrico.

Diante das dificuldades enfrentadas pelos bondes elétricos nas décadas seguintes, principalmente em 1930 e 1940, quando muitas reclamações, queixas e acidentes vão aparecer nos jornais:

O serviço de ônibus aparecia como alternativa possível de transporte coletivo para a cidade, estando cada vez mais presente nos noticiários, nas leis e nas ruas de Fortaleza [...] é possível observar que os ônibus eram considerados veículos do futuro, em sintonia com a lógica do progresso urbano, diferentemente dos bondes elétricos, fadados a áreas secundárias ou até mesmo ao desaparecimento da capital cearense. (SILVA, 2016, p. 44)

BIBLIOGRAFIA

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MORRISON, Allen. **The Tramways of Brazil**: a 130-year Survey. New York: Bonde Press, 1989.

SAMPAIO, Jorge Henrique Maia. **Para não perder o bonde**: Fortaleza e o transporte da Light nos anos de 1913 – 1947. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, Ana Carla Pereira da. **“Que nossas vistas se voltem para os ônibus”**: a implantação dos auto-omnibus em Fortaleza (1926-1953). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.

STIL, Waldemar Corrêa. **História do transporte urbano no Brasil**: história dos bondes e trólebus e das cidades onde eles-trafegaram. São Paulo: Pini; Brasília: EBTU, 1984.

O INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC) E A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO MODERNO

Gessica Aline Silva¹

Resumo: A presente trabalho tem por objetivo analisar os discursos apresentados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) acerca da constituição do espaço urbano da cidade. Criado em 1965 pela prefeitura do município o IPPUC teve um papel central na definição do zoneamento da cidade e suas normas, na renovação da estrutura urbana, preservação e revitalização os setores históricos tradicionais. Para este trabalho analisamos os materiais presentes no site do Instituto, bem como algumas leis promulgadas a partir de sua criação e atuação. A partir da análise de discurso, proposta por Michel Foucault, procuramos compreender como o IPPUC organiza uma narrativa acerca da construção da urbe vinculada a noções de ordem, progresso, desenvolvimento e, principalmente, modernização.

Palavra-chave: Cidade, espaço, modernidade.

INTRODUÇÃO

A melhor de todas as cidades possíveis
 Nenhum motorista pô respeita o sinal vermelho
 Curitiba européia do primeiro mundo
 Cinquenta buracos por pessoa em toda calçada
 Curitiba alegre do povo feliz
 Essa é a cidade irreal da propaganda
 Ninguém viu não sabe onde fica
 Falso produto de marketing político
 Ópera bufa de nuvem fraude arame
 Cidade alegíssima de mentirinha
 Povo felicíssimo sem rosto sem direito sem pão
 Dessa Curitiba não me ufano
 Não Curitiba não é uma festa
 Os dias da ira na rua vem aí
 (TREVISAN, Dalton. Curitiba Revisitada. 1992)

Os versos acima escritos por Dalton Trevisan constroem a imagem de uma cidade imperfeita e contraditória. Ao revisitar as imagens e representações de Curitiba, Trevisan indica suas dualidades, defeitos e incoerências, a partir da exposição de sucessivos versos que se opõem e contradizem, construindo uma visão cruel e desumanizada desse espaço urbano em contraste com os discursos propagados na segunda metade do século XX sobre processo de (re)modernização da urbe.

¹ Mestre em História – Unioeste/Campus de Marechal Cândido Rondon-PR. E-mail: gessica58@hotmail.com.

Ao localizar nossas análises neste recorte territorial temos em consideração os processos de investimento na modernização do espaço urbano empreendidos, principalmente, a partir dos anos 1960 com a implantação do Plano Diretor em Curitiba, que indicava as normativas e iniciativas para alavancar e conduzir o desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, compreendemos que as políticas públicas em relação ao espaço influenciam na distribuição dos sujeitos e na constituição de suas subjetividades, visto que, estes lugares seriam pontos de sociabilidades e conflitos, sendo uma “realização dura onde nossas impressões se sucedem umas às outras” (DITTRICH; REVORÊDO; OLIVEIRA; RAMOS; GOLEMBIEWSKI, 2015, p. 174).

Além disso, como indica Trevisan em seus contos, a Curitiba da segunda metade do século XX é marcada pelo contraste entre os discursos e práticas que criam a imagem da cidade moderna versus o processo de crescimento populacional e favelização, decorrentes do êxodo rural e da concentração de renda. Com base nessas características analisamos o território urbano enquanto um local de vida em que os habitantes da cidade constroem sentidos as suas experiências, deslocamentos e pertencças.

Dessa maneira, considerando que no decorrer de séculos as cidades vêm se transformando em um espaço central na dinâmica de funcionamento das sociedades, principalmente, dentro do capitalismo, construímos este texto tomando como o objeto de estudo os discursos produzidos sobre a cidade, ou seja, procuramos analisar a constituição de sentidos e significados para as obras, o concreto, o asfalto, o traçado das ruas e a arquitetura dos prédios. Compreendemos que o espaço urbano é uma construção coletiva articulada tanto por decretos e leis públicas, pelos usos feitos pela população e transeuntes, quanto pelos discursos produzidos sobre e pela urbe.

A partir destas considerações construímos as presentes análises sobre a construção do espaço urbano de Curitiba. Para tanto, analisamos os textos e materiais veiculados no site do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), constituído pela prefeitura do município no anos de 1965, com o objetivo de direcionar e gerenciar as reformas e adequações do espaço público. Além disso, procuramos investigar também algumas leis municipais promulgadas a partir de sua criação e atuação Institutos, que possuem como intuito intervir e regulamentar o espaço urbano.

Ademais, baseamos nossas análises em uma pesquisa bibliográfica acerca dos trabalhos que avaliam e investigam os processos de urbanização de Curitiba. Por meio de tais estudos podemos observar e fundamentar nossas análises, uma vez que, estes trabalhos indicam as remodelações urbanas de Curitiba entre os séculos XIX e XX, as características da constituição da cidade como metrópole nos anos 50 e 60, como consequência da industrialização de desenvolvimento econômico do café no estado, a organização de uma sociedade do trabalho a partir de práticas de controle sobre os sujeitos e a reforma da urbana, destacando os aspectos políticos desses pontos (ANJOS, 1993; BONI, 1987; CIDADE, 1987, LINS, 2000; LUZ, 1992; MEZZOMO, 1999; SUTIL, 2003; SANTOS, 2005; SÊGA, 1996; SILVEIRA, 2016; VASCO, 2006).

Para articular nosso trabalho com tais fontes utilizamos como metodologia a Análise do Discurso a partir das contribuições de Michel Foucault (2014), compreendendo que as produções discursivas são “[...] ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 8). Dessa maneira, consideramos que os discursos são articulados a partir do exercício de poder/saber, dos jogos de verdade, constituindo objetos, circunscrevendo conceitos, legitimando sujeitos anunciantes e fixando estratégias de anunciação.

Assim, com base na análise do discurso, nos atentamos para a emergência e as condições dos enunciados, para a construção de sentidos e significados para as transformações urbanas de Curitiba. Além disso, construímos nossos apontamentos compreendendo que tais narrativas articuladas pelo IPPUC influenciaram e influenciam nas representações e imagens construídas sobre a cidade, bem como nas vivências dos sujeitos que pertencem e circulam por tais espaços. Dessa maneira, podemos inferir que os discursos aqui analisados são munidos de intencionalidade, interesses, juízos de valor e preceitos morais que buscavam se sedimentar sobre urbe e sua trajetória.

CURITIBA: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO MODERNO

As narrativas sobre a cidade de Curitiba, presentes nos discursos oficiais e na historiografia tradicional, usualmente, se iniciam pela constituição da Vila de Nossa Senhora da Luz em 1693, posteriormente nomeada de Curitiba em 1721, passando pelo seu desenvolvimento no período do tropeirismo e sua elevação a capital do Estado do Paraná em 1853. Tais lugares comuns aos discursos, além de narrarem a trajetória do município nos apontam para algumas de suas características fundamentais e, principalmente, para a imagem que se almeja para a cidade.

A partir dessa perspectiva nos debruçamos, especialmente, no discurso apresentado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), fundado em 1965 pela prefeitura do município, com o objetivo de definir o zoneamento da cidade e suas normas, renovar a estrutura urbana, preservar e revitalizar os setores históricos tradicionais, entre outras funções. Em sua página na internet o IPPUC² organiza uma linha do tempo da história de Curitiba, procuramos olhar para estes discursos e outras legislações municipais, compreendendo que a organização destas formações discursivas influenciam na imagem, nas políticas públicas desenvolvidas na cidade, bem como no cotidiano de seus habitantes.

A linha do tempo construída pelo IPPUC destaca a trajetória da fundação de Curitiba até os dias atuais, dando enfoque a apresentação dos processos de construção e investimento no espaço urbano. Dessa maneira, apresenta as reformas empreendidas pelo prefeito Cândido de Abreu, no início do século XX, o Plano Agache em 1943, que diante do crescimento da cidade buscou estabelecer diretrizes e normas para ordenar o tráfego e o zoneamento das funções urbanas, as discussões e o Plano Diretor de 1965, bem como sua implementação nos anos 70 e 80, principais responsáveis pela constituição da capital tal qual se encontra atualmente.

A organização cronológica das modificações realizadas no espaço urbano de Curitiba sistematizam e selecionam eventos, datas e acontecimentos construindo assim um sentido e significado para sua trajetória. Fato este que pode nos indicar tanto sobre os interesses passados, quanto atuais, isto é, estes discursos ao privilegiarem determinados elementos do passado indicam uma perspectiva que se almeja para a cidade e seu futuro. Com base nas indicações de Reinhart Koselleck (2006), podemos compreender as noções de passado, presente e futuro são manipulados de maneira a se complementarem, se retroalimentarem, em uma circularidade a qual o presente está circunscrito.

Consequentemente, a partir de categorias como espaço de experiência, enquanto um passado selecionado e ressignificado, reunindo valores, práticas, gestos e símbolos de um passado que ainda permanece; e horizonte de expectativa, como a formulação de um futuro possível, influndo no curso dos acontecimentos no presente, reformulando as interpretações do passado, consideramos que essa produção de discursos sobre o espaço urbano, principalmente, quando fazem usos das noções de temporalidade contribuem na constituição de imagens do passado e projetos de futuro (KOSELLECK, 2006, p. 311).

² Ver: <https://ippuc.org.br/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

Neste sentido, ao organizar um discurso que busca apresentar os esforços das gestões públicas para criação e implementação de projetos de modernização e desenvolvimento do espaço urbano, o IPPUC contribuiu na construção da imagem de uma Curitiba dinâmica e engajada com a qualidade de vida na cidade. Ademais, compreendemos que a apresentação e realização desses diferentes projetos de revitalização e reformulação da urbe nos indicam o empreendimento em moldar e construir a imagem da cidade alinhada ao desenvolvimento, ao moderno e ao novo.

Essa representação de Curitiba, aponta para os interesses atuais e futuros na construção de uma capital exemplar, planejada e racional. Nesse sentido, é constituída uma narrativa linear que enfatiza tais características no passado da cidade as conectando com a atualidade, ao mesmo tempo em que apresenta uma série de rupturas e renovações urbanas encaminhando a urbe a um futuro de desenvolvimento e progresso. Essa característica apresentada na linha do tempo construída pelo IPPUC, pode ser compreendida por meio das colocações de Marshall Berman (1986) em suas discussões sobre as características da modernidade, a qual destacamos aqui, principalmente,

o destino de “tudo o que é sólido”, na vida moderna, “desmancha no ar”. O dinamismo inato da economia moderna e da cultura que nasce dessa economia aniquila tudo aquilo que cria – ambientes físicos, instituições sociais, ideias metafísicas, visões artísticas, valores morais – a fim de criar mais, de continuar infindavelmente criando o mundo de outra forma. (BERMAN, 1989, p. 273)

Assim, compreendemos como a cidade busca se reconstruir constantemente, ainda que suas narrativas se construam de formas lineares, como podemos observar nos trechos presente na página do IPPUC, que buscam criar uma coerência nos diferentes momentos da história da capital conectando a transformação cultural e a chegada de imigrantes italianos, ucranianos, árabes entre outros, a preocupação com a vegetação nativa nas primeiras legislações municipais e o status de cidade ecológica, de cidade sorriso ou cidade modelo, apelidos empregados atualmente para definir Curitiba nos discursos publicitários e midiáticos.

Para além desse trabalhar sobre a produção de discursos e imagens sobre a cidade o IPPUC se dedicava, especialmente, ao planejamento, a construção de projetos urbanos e estudos sobre a cidade. Nesta perspectiva, sua atuação foi central no processo de construção do Plano Diretor do Desenvolvimento e das políticas urbanas desenvolvidas nas décadas seguintes, que seriam fundamentais para construção de Curitiba tal qual conhecemos atualmente.

Diante dessas considerações, cabe destacar também a constituição do Plano Diretor do Desenvolvimento de 1965 e sua implantação nas décadas seguintes. No primeiro artigo do Plano define-se que este “visa proporcionar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem-estar social da comunidade” (PREFEITURA DE CURITIBA, 1965, p. 1). A partir dessa afirmação compreendemos como a proposição das legislações, assim como os discursos apresentados por organizações oficiais como o IPPUC, buscavam a construção de um espaço urbano harmonioso para benefício de determinadas populações.

Entretanto, como nos apontam nossas investigações, devemos questionar quem são os sujeitos englobados em tais políticas públicas e o que realmente significa um espaço urbano harmonioso. Consideramos que as proposições das leis urbanas estão alinhadas a uma série de interesses políticos e econômicos, que influenciam a ocupação, determinação e reformulação da estrutura urbana. Além disso, compreendemos que essas legislações são construídas a partir de um horizonte moral, que no contexto da presente pesquisa, engloba também as ideias de ordem e progresso influenciadas pelos governos militares, instituídos no país a partir do golpe de 1964 até o

ano de 1985. Neste contexto, uma série de contravenções recaem sobre os sujeitos, principalmente, os vadios/as, as prostitutas, homossexuais, travestis, entre outros.

A partir desse contexto, compreendemos que o projeto urbano e seu direcionamento legal dialogam com os aspectos apontados, construindo normativas sobre os espaços e os sujeitos que devem ocupar determinadas posições. Dessa maneira, os indivíduos que contradizem ou não se enquadram as normas se organizam em uma geografia subversiva, ou seja, fazem uso do espaço para além de suas definições e normas construindo uma territorialidade que “(in)define-se como deslocamento ou incômodo. O território não se delimita, sua extensão é sempre imprecisa e variante, tendente à expansão em múltiplas conexões” (OLIVEIRA, 2018, p. 104). Deste modo, compreendemos que a relação desses sujeitos com o espaço se desenvolve por meio de múltiplos e variantes percursos, marcados por processos de marginalização e resistência.

Ainda, de acordo com Beatriz Sarlo (2005), em suas considerações sobre o espaço da cidade de Buenos Aires, consideramos que

o espaço público não é uma coisa definida de maneira estável, mas sim um lugar de conflito. Os ocupantes tentam avançar (por razões legítimas ou ilegítimas, de acordo com as leis ou sem elas) e outros procuram impedi-los. O espaço público é um lugar de direitos e, por isso, também é um lugar de obrigações. Formas legítimas de ocupação deveriam afetar o menos possível outras formas legítimas de desfrute. E digo o menos possível porque é normal que o exercício de um direito afete outros direitos. Este conflito não pode ser anulado de uma vez para sempre, mas deve ser conduzido de maneira mais ou menos satisfatória (SARLO, 2005, p. 71).

Sendo assim, podemos observar como o espaço urbano é constituído por uma série de influências, conflitos, negociações e usos, que determinam suas funções, os sujeitos que o ocupam e demais aspectos. Essas características apresentadas até o momento são colocadas como fatores que acrescentam especificidades a nossa proposta de análise, uma vez que, procuramos investigar as relações entre a cidade, suas autoridades policiais e as travestis, relações marcadas por interdições, normativas legais, transgressões, trocas e contradições.

Ao localizar nossa investigação em Curitiba entendemos que suas características e os elementos de sua constituição, enquanto capital do Estado lhe conferem centralidade e referência na dinâmica estadual, tanto do ponto de vista econômico e político, quanto social e cultural, compreendemos que esses aspectos são fundamentais e impõem determinadas especificidades a construções dos discursos sobre a cidade e seus habitantes. A busca pela determinação e formação de um espaço urbano coeso e moderno, apoiada em uma série de projetos e leis que reafirmam a imagem de uma cidade planejada e racional se coloca como um dos elementos que influenciam a constituição das subjetividades, especialmente dos sujeito marginalizados.

Nesta perspectiva, consideramos que o espaço urbano tem ocupado nos últimos séculos, em maior ou menor grau, uma centralidade na dinâmica da organização política, econômica, social e cultural dos povos e Estados. A cidade tem representado um lugar de síntese, ou seja, de encontros e negociações de diferentes sujeitos, políticas, práticas e discursos. Sendo assim, consideramos que a compreensão do papel e das modificações da urbe são fundamentais para a tessitura de análises históricas acerca dos processos sociais. Como indica François Dosse (2004, p. 88), a cidade é linguagem “concebida, planejada, se transforma, então, nos passos de seus moradores, em cidade metafórica, carregada de uma rica polissemia de sentidos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscamos tecer algumas análises acerca dos discursos apresentados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) acerca da constituição do espaço público. Por meio da investigação da atuação do Instituto, dos discursos e das leis municipais podemos observar como a administração pública conduz a construção do espaço urbano, influenciando também a constituição de uma determinada imagem da cidade e a cultura urbana. Como indica Michel de Certeau (2014, p. 160) “planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular”.

Seguindo as contribuições de Certeau (2014) construímos este trabalho a partir do entendimento que os espaços são constituídos através dos relatos sobre os usos de determinadas espacialidades, que constroem e demarcam os ambientes da cidade, contribuindo para a constituição das subjetividades. Sendo assim, apropriamo-nos do conceito de “lugar praticado”, segundo o qual os lugares são constituídos a partir das práticas e discursos que ali se desenvolvem, ou seja, “os relatos poderiam igualmente ter esse belo nome: todo dia, eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços” (CERTEAU, 2014, p. 182).

Dessa maneira, a partir da análise de Curitiba podemos observar que as políticas públicas e os discursos sobre a urbe possuíam o objetivo de construir uma imagem do espaço urbano organizado e planejado. Os sucessivos processos de reconstrução das áreas centrais organizadas em uma narrativa cronológica também nos indicaram a procura por uma cidade moderna, síntese e referência estadual do novo e contemporâneo. Baseado em tais propósitos notamos como as gestões municipais e estaduais elaboraram uma série de leis, mecanismos e instituições estratégicas para direcionar o desenvolvimento urbano, como foram os casos do IPPUC.

Nossa investigação indica a importância da análise histórica dos processos de construção dos espaços urbanos, visto que tais projetos nos auxiliam na compreensão de problemas e características atuais das cidades. Além disso, permitem observar as próprias características da população, bem como as maneiras como as autoridades públicas buscam gerir e administrar os tipos urbanos. Por fim, essas questões aqui discutidas são problematizações iniciais que pretendemos continuar investigando, principalmente, as que envolvem os usos dos espaços, os lugares praticados.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Maria Anita dos. **Uma experiência de industrialização: cidade industrial de Curitiba**. 1993. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BONI, Maria Ignês Mancini de. Vigilância e Punição: o espaço da criminalidade na constituição do trabalhador urbano Curitiba 1890-1920. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 8, v. 14/15, p. 45-99, 1987.
- CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.
- CIDADE, Maria L; PAZ, Francisco Moraes. O poder em questão: vigilância e Punição em Curitiba. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 8, v. 14/15, p. 160-172, 1987.
- DITTRICH; Maria Glória; REFORÊDO, José Cláudio dos Santos; OLIVEIRA, Micheline Ramos de; RAMOS, Flávio; GOLEMBIEWSKI, Carlos. O calçadão de Curitiba: sua história como espaço público social da cidade. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 2, n. 2, p. 173-184, 2015.

DOSSE, François. O espaço habitado segundo Michel De Certeau descontinuidade e intangibilidade da personalidade: a relação com o tempo no individualismo contemporâneo. **ArtCultura**, Uberlândia-MG, n. 9, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KOSSELLECK, R. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio. 2006.

LINS, Paulo Cesar Zanoncini. **O Diva de Concreto** - arquitetura, urbanismo e identidade. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2000.

LUZ, Regina Maria. **A modernização da sociedade no discurso do empresariado paranaense**: Curitiba 1890-1925. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Paraná, 1992.

MEZZOMO, Diva da Conceição Ribas. **A disciplinarização da família curitibana (1890-1930) Médicos e educadores**. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Paraná, 1990.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SUTIL, Marcelo Saldanha. **Beirais e platibandas**: A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2003.

SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. **Memórias e cidade**: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990). 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 1995.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente**: notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SÊGA, Rafael Augustus. **Melhoramentos da capital**: A reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 1996.

SILVEIRA, Cristiane. **Cultura política versus política cultural**: os limites da política pública de animação da cidade em confronto com o campo das artes visuais na Curitiba lernista (1971-1983). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2016.

VASCO, Ediméri Stadler. **A cultura do trabalho na Curitiba de 1890 A 1920**. 2006. Dissertação (Mestrado, em História) – Universidade Federal do Paraná, 2006.

O CATOLICISMO EM MARINGÁ -PR EM MOVIMENTO: A BUSCA POR UMA RELIGIOSIDADE MENOS TRADICIONAL

Mariane Rosa Emerenciano da Silva¹

Resumo: Maringá é uma cidade do noroeste paranaense tem sua história atrelada a Igreja católica, mas que não exerce um papel tão forte nas escolhas dos indivíduos como outrora. Segundo Danièle Hervieu-Lèger (2008) o secularismo é uma das características da Modernidade, o que leva a um enfraquecimento das instituições tradicionais, implicando no cenário religioso uma perda de fiéis, principalmente entre os jovens. Como resposta a essa perda, observamos um forte apoio da instituição para realização de novos métodos e abordagens de evangelização e reaproximação dos fiéis. Em Maringá buscamos entender isso por meio do Hallel (1995-2019) um evento organizado em módulos apresenta *shows*, palestras, teatro, que surge em Franca-SP em 1988 espalha por outras cidades a partir da década de 1990. Encabeçado pelo movimento leigo Projeto Mais Vida na atraí diversos jovens de diferentes localidades, num espaço onde a relação com o sagrado não se dá dentro de uma Igreja, mas no Parque de Exposições Francisco Feio Ribeiro, no qual buscam um catolicismo menos tradicional.

Palavras-chave: Hallel; catolicismo; *shows*.

MARINGÁ E O CATOLICISMO

Maringá é uma cidade que está localizada no noroeste paranaense, foi elevada a município oficialmente em 10 de maio de 1947. Desenvolvida inicialmente a partir de empreendimentos de uma especulação imobiliária capitalista de uma das companhias colonizadoras, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)², é divulgada sob o signo da modernidade, com o planejamento estratégico das ruas, parques e também a construção da Catedral, cuja sua arquitetura foi inspirada na Sputnik (BARBOSA; PEÑA, 2011).

¹ Mestranda (PPH/UEM). E-mail: marianer.emerenciano@gmail.com.

² “A narrativa comum a todas as produções é o fato de Maringá ser resultado do planejamento da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), empresa de raízes britânicas, com uma administração realizada por empresários paulistas, quando estes compram os direitos sobre as terras que seriam conhecidas como Norte Novo paranaense. O município cresceu exponencialmente, graças à contribuição de populações oriundas de todo Brasil, como também, e principalmente, da Europa e do Japão. Tal progresso não seria possível sem presença da Igreja católica, que providenciaria à sua população maringaense, as condições básicas de qualidade de vida” (GONZAGA, 2018, p.20).

Imagem 1- Catedral de Maringá



Fonte: BARBOSA; PEÑA, 2011

A história de Maringá está atrelada a Igreja católica, segundo Giovani Marrafon Gonzaga (2018) apontada na construção histórica e memorialista enquanto uma das principais instituições a colaborar para o desenvolvimento da cidade, seja na política, saúde, educação e meios de comunicação. Essa por sua vez não é vista como opositora da modernidade, dessa forma há uma constituição de memória coletiva de uma cidade católica desde sua formação, mas que em grande medida recorda Gonzaga (2018) deve-se as representações do passado que apresentam recorrência e repetição sobre um grupo significativo de pessoas, desse modo privilegiando mais uma temática que outra. Entretanto, mesmo uma instituição que marca presença desde os primeiros relatos sobre a cidade ela não está alheia a medidas de enfrentamento à modernidade.

Segundo Danièle Hervieu-Léger (2008), a modernidade abrange o enfraquecimento das instituições tradicionais, essas exercem cada vez menos uma influência nas escolhas individuais. Assim, a instituição católica em Maringá está inserida num contexto, onde recorre a estratégias para assegurar uma ação eficaz no cenário religioso, pensando principalmente na perda progressiva de católicos. No que tange a declaração de católicos na cidade temos os respectivos dados referentes aos censos de 1991- 77,41%; 2000- 70,41%; 2010- 64,83%. Hoje a religião católica, não é o centro da existência cotidiana, especialmente no que se refere aos jovens. As missas não são marcadas pela presença majoritária dos jovens e a animação episódica de determinados lugares de culto são fundamentais para a manutenção/reativação do catolicismo na cidade. (HERVIEU-LERGER, 2008). E, é fora do espaço das igrejas que

esse processo acontece, em espaço profano: o Parque de Exposições da cidade. Mas esse espaço profano ele não anula a existência do sentimento religioso.

O PARQUE DE EXPOSIÇÃO: LOCAL DE IDENTIDADES EM MARINGÁ

Com uma população que atualmente estima a 430.157 habitantes, Maringá é a terceira maior cidade do Paraná. A construção de identidade da cidade diz respeito a memória do pioneiro e a agricultura, essa afirmativa é percebida no seguinte fragmento no *O Diário do Norte do Paraná*:

Durante todo o domingo, o parque de exposições Francisco Ribeiro receberá um público diferenciado do country e Maringá se tornará o centro católico do Paraná. É a realização do Hallel, um evento aberto para toda a comunidade com atrações voltadas para questões de fé, caminhada com Deus, espiritualidade, formação humana e cristã. Segundo os organizadores, leigos do projeto Mais Vida, a expectativa é que pelo menos 40 mil pessoas participem das atividades do Hallel, considerado hoje o maior evento cristão do Estado (ROCHA, 05 set. 1999, p. 03).

A matéria ao referir-se ao público *country* enfatiza uma preferência pelo sertanejo e o público frequentador do espaço do Parque de Exposições. Localizado na avenida Colombo³, umas das principais avenidas que corta Maringá, há em um raio de 5 quilômetros outras construções com grande fluxo de pessoas como o *shopping* Cidade Maringá e mercados e hipermercados de venda em atacado e varejo. O local é a maior estrutura construída a cidade, corresponde à dez alqueires, ou seja, 248 mil metros quadrados de área total⁴, para realização de grandes eventos na cidade, feiras, casamentos, formaturas, refeições de universidades como a Universidade Estadual de Maringá e a Unicesumar, *shows*, festas como a Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Maringá - *Expoingá* - realizada em maio no aniversário da cidade, com rodeiros, *shows* musicais, exposições industriais, agrícolas e comerciais. O Parque já levou o nome de Emílio Garrastazu Médici até os anos de 1994/1995⁵, atualmente homenageia um dos empresários tido como dos mais influentes da cidade e atuantes diretores da Sociedade Rural de Maringá (SRM). A SRM é a entidade que administra o local.

O Parque de Exposições é uma das características de Maringá, um espaço onde é manifestada diversas feições da cidade, como a comunidade universitária, empresarial, rural, comercial e religiosa. Nesse sentido, podemos compreender por meio de Sandra J. Pesavento (2002) que a leitura sobre o urbano, ao nosso ver deve levar em consideração a complexidade da vida contemporânea, propondo uma concepção multifacetada de análise. A autora por meio da reflexão de Edgar Morin cita que,

O que me interessa não é uma síntese, mas um pensamento transdisciplinar, um pensamento que não se quebre nas fronteiras entre as disciplinas. O que me interessa é o fenômeno multidimensional, e não

³ Parte da rodovia BR 376, que dá acesso às principais regiões do Estado do Paraná. SRM. Disponível em: <http://srm.org.br/site/estrutura-srm/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁴ BARROS, Rafaela De Angelis; ALBERTIN, Ricardo Massulo; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. análise do uso dos equipamentos urbanos durante a Expoingá na cidade de Maringá/PR. In: *II Simpósios de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e os espaços de produção*, ago. 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/barros-rafaela-de-angelis.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

⁵ Em 1995, a primeira matéria sobre o Hallel que encontramos no *O Diário*, o nome de referência ao Parque ainda era “Emílio Garrastazu Médici”. Em 1996, já encontramos o nome atual do Parque “Francisco Feio Ribeiro”. Ver: O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, *I Hallel de Maringá*, Maringá, p. 4, 29 jul. 1995; O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. *II Hallel de Maringá prossegue hoje*. Maringá, p. 6, 14 jul. 1996.

a disciplina que recorta uma dimensão deste fenômeno. Tudo o que é humano é, ao mesmo tempo, psíquico, sociológico, econômico, histórico, demográfico. É importante que estes aspectos não sejam separados, mas sim que concorram para uma visão poliocular. O que me estimula é a preocupação de ocultar o menos possível a complexidade do real. (MORIN *apud* PESAVENTO, 2002, p. 9).

Com isso, não poderemos desconsiderar que o fenômeno cultural urbano articula trocas entre diversos setores e na construção de identidades coletivas. Ao considerar que a cidade se apresenta como católica, podemos apontar que a manutenção dessa memória por meio do Hallel é aparada por outras instituições que não é apenas a Igreja católica. Ao perguntarmos para os organizadores sobre patrocínios e apoiadores, eles apontam alguns instituições de ensino superior como a Unicesumar, a Santa Rita Saúde, o Sistema de Saúde Prever, o apoio das midiático da Rede Massa, CBN, da Rádio Colmeia, além da permuta que realizavam com o *Diário do Norte do Paraná*, que foi um dos principais jornais impressos da cidade até 2019, ano em que decretou falência.

Além disso, possuem o apoio da Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM), a Prefeitura dando suporte logístico e nos últimos eventos observamos a presença do prefeito Ulisses Maia nas edições do Hallel e SRM que em todos os anos não cobrava aluguel de nenhum local utilizado pelo Projeto Mais Vida na realização do Hallel, o único custo era o consumo de energia do Parque durante a semana. Essas e várias outras instituições tinham seus logos estampadas nos *banners* do evento, nos *outdoors* espalhados pela cidade, aquelas que compravam um *kit* mídia, eram citadas nas propagandas. Para os organizadores, era um apoio e patrocínio fundamentais para o Hallel, mas que nem sempre era o suficiente, o que levava o Projeto Mais Vida a usar receita própria, principalmente pelas vendas de camisetas do evento e bebidas.

O Hallel que já na primeira edição reuniu 7.000 participantes já chegou a já ter uma estimativa de público de aproximadamente 120 mil, 150 mil. Nas 4 últimas edições 2016-2019 estimou-se um 50 mil, 70 mil participantes durante os dois dias. Mesmo com o decréscimo o evento reuni uma grande quantidade de pessoas, sendo considerado o maior evento de música católica da Região Sul do Brasil.

CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS DO/NO HALLEL EM MARINGÁ

O Hallel em Maringá (1995-2019) é um evento de música católica que reúne no Parque de Exposições Francisco Feio Ribeiro diversas frentes da Igreja católica como pastorais, organismos leigos, padres e artistas que expõe atividades em diversos módulos (Imagem 2) espalhados pelos Parque. Dentre os módulos podemos citar, o Módulo Artes, Módulos Jovens, Módulo Família, Módulo Maria, Módulo Namoro, Módulo Pregadores, Módulo RCC, Módulo Acampamento, Capela do Louvor, Capela do Silêncio, Palco Central, entre outros. Naqueles locais ocorrem então diversas formas de oração (Imagens 3, 4 e 5) como, a oração em silêncio, pregações e palestras, culto eucarístico (missas e adorações), teatros, danças e *shows*.

Imagem 2 - Mapa do Hallel



Fonte: EMERENCIANO DA SILVA, 2019

Imagem 3 – Capela do Silêncio



Fonte: EMERENCIANO DA SILVA, 2019

Imagem 4 – Palestra Módulo do Namoro



Fonte: EMERENCIANO DA SILVA, 2015

Imagem 5 – Palco Central Show



Fonte: EMERENCIANO DA SILVA, 2015

O Hallel, no entanto, não é um evento isolado. O evento surgiu na cidade de Franca-SP, no ano de 1988, a partir de 1995 outras cidades como Maringá e Brasília são convidadas a realizarem edições. Cada local organiza de forma autônoma, se adaptando as particularidades do lugar, esse evento de catolicismo mais festivo e carismático apresenta algumas características estruturais semelhantes que leva o nome Hallel: Ele é organizado por grupo de leigos – Em Franca teve início com a RCC, em Maringá com o Projeto Mais Vida que é um grupo que realiza acampamentos religiosos; necessitam da permissão da Diocese para a realização do evento; começa com um missa e encerra com a benção do Santíssimo, ou seja, para os organizadores é um evento de culto Eucarístico. O culto à Eucaristia, ao corpo e sangue de Cristo consagrados e possui módulos para as frentes, pastorais da Igreja católica, e grupos expõem suas atividades, como música, teatro, pregações, missas, adorações e diversas formas de estado orante.

Pensando no movimento em Maringá, partimos de fontes o jornal impresso *O Diário do norte do Paraná*, a pesquisa de campo realizada desde 2014 a 2019 que contempla respostas de 495 participantes com questionários aplicados entre 2016-2019; e a história oral realizada com Mauro Menegazzo, Olavo Araújo Jr., Cirlei Ganeo e Alberto Haddad, membros do Projeto Mais vida, coordenadores e organizadores do Hallel. Compreender o Hallel ao nosso ver, consiste em articular no mínimo três perspectivas que ora dialogam e outras vezes se distanciam, são elas: a instituição – Igreja; organizadores – Projeto Mais Vida; Participantes – público.

A história do Hallel é marcada pelo apoio dos arcebispos de Maringá Dom Jaime Luiz Coelho (1957-1997), Dom Murilo Krieger (1997-2002), Dom João Braz de Aviz (2002-2004) e Dom Anuar Battisti (2004-2019). Os arcebispos expunham um discurso sobre o Hallel que apontamos como oficial, diversas matérias publicados no *O Diário* sobre o evento era enunciado pelos arcebispos. Já no primeiro ano de realização do evento Dom Jaime afirmava que o evento estava ao encontro das palavras do Papa João Paulo II, que na carta *Carta Tertio Millenio Adveniente* mensurava que os jovens deveriam saber sua força -dentro da Igreja católica- e apontava o secularismo enquanto um mal. Esse apoio nos leva a considerar que o evento está inserido em um movimento maior. A Igreja católica tanto do Brasil, quanto da América Latina e Caribe e da Santa Sede em vários documentos, *Carta Apostólica Dilecti Amici del Papa Juan Pablo II a los jóvenes y a las jóvenes del mundo con ocasión del Año Internacional de la Juventud* (1984); *Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano em Santo Domingo* (1992); *Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais* (2007); *V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe* (2007); *Documento final carta aos jovens. Os jovens, a fé e o discernimento vocacional* (2018) suscitam -alguns de modo mais direto- discussões sobre tentar compreender a juventude numa tentativa de elaborar maneiras de atrair os jovens para a ela.

Na segundo metade do século XX, essas discussões colaboram para que movimentos vinculados a Comunidade Eclesiais de Bases (CEBs) e a Renovação Carismática Católica (RCC) cresçam no Brasil. Segundo Prandi (1998), a Renovação Carismática foi um dos movimentos que mais se adaptou às novas propostas e buscas da Igreja católica, sobretudo sobre os novos métodos e os novos meios de evangelização. O autor aponta que em 1978, quando João Paulo II assume o papado, as tendências conservadoras ganham espaços mais férteis. O apoio que a RCC encontrou no Vaticano com o então novo papa, principalmente na América Latina, em grande medida é devido ao grupo assumir uma perspectiva que assume a luta contra o Pentecostalismo de Cura Divina e contra a Teologia da Libertação. As atividades espirituais desse grupo, muitas vezes, consistem em orações e cantos que transformam o local em um ambiente festivo, com retiros e cenáculos, o que não demora para constituir a nova “cara” do catolicismo, com cantores católicos e padres midiáticos, que inicialmente partem dos grupos carismáticos e posteriormente abrem espaço para a visibilidade dessa relação estreita entre música e evangelização, além da presença destes nas TVs e nas rádios. Dessa forma, os movimentos carismáticos, segundo Prandi (1998), mostraram-se capazes de encher novamente as igrejas, com fervor e devoção.

Em 1988 a RCC de Franca realiza o primeiro evento em comemoração aos 10 anos do grupo na cidade, Maria Theodora Lemos Silveira (2007) relata que inspirada no Rock in Rio visualizou jovens ao ar livre, louvando e adorando a Deus. Nos anos seguintes, relata Araújo Jr. (2019) precisamente em 1995 por meio da Evangelização 2000, uma Campanha da Igreja católica que aconteceu na década de 1990 visava novas abordagens de evangelização a ideia de expandir o Hallel para outras cidades surgiu. Em Maringá a ideia foi proposta para alguns jovens que também participavam dos encontros dessa campanha, esses faziam parte do Projeto Mais Vida, grupo fundado em 1992 também com propostas apresentadas nos encontros da Evangelização 2000, que era os acampamentos religiosos. Desse modo, afirmamos uma das diferenças entre Franca e Maringá, são organizados por grupos católicos distintos.

O segundo grupo, os organizadores possuem um discurso com proximidades da instituição, podemos dizer que isso ocorre devida ao reconhecimento que esses possuem com a Igreja católica. Léger (2008) ressalta que para o crente religioso não basta escolher suas crenças, ele quer pertencer a ela. Desse modo, ao conversarmos com os membros do Projeto Mais Vida, esses afirmam que o evento é da Igreja para a Igreja, e eles possuem a autorização da instituição para falar em nome dela. São eles que convidam outras frentes católicas para estarem no evento, procuram os patrocínios e apoiadores. Afirmam que o principal propósito é dar oportunidade para os jovens terem uma opção diferente do secular, uma opção de terem contato com o sagrado. Para eles os relatos de conversão dos participantes, de experiências ao estarem nos módulos principalmente no momento da benção final é uma das principais motivações para continuarem a realizar o Hallel.

Os artistas e os *shows* para esses é um chamariz para movimentar a juventude até o local. Isso não significa que o evento possui o apoio de todas as frentes da Igreja católica, segundo os organizadores o evento seria maior caso tivessem mais apoio, assim relata Ganeo (2019), *“Então já até perguntei pra alguns padres, eles falam assim, - ‘Não vejo que aquilo evangelize, não... não acredito que aquilo lá evangeliza! É... é só bagunça’ -. É o que a gente ouve, assim mesmo. Como eles não vão, eles não conhecem, por exemplo, se de repente eles deram uma passadinha lá, vê aquele aglomerado de pessoas, mas eles não estão dentro, eles não vão, não conhecem!”*. Apesar da menção da falta de apoio de algumas frentes, não indicam quais são, mas enfatizam que há um respeito mútuo sobre a opinião das partes, sem que interfiram na prática e crenças um do outro.

O terceiro grupo composto majoritariamente por jovens, foi analisado por nós principalmente por meio da pesquisa de campo. Nos dias de realização do Hallel em Maringá era possível visualizar nas proximidades do Parque – principalmente no domingo de manhã - caravanas que chegavam de diversas cidades paranaenses, como Foz do Iguaçu, Toledo, Terra Roxa, de estados vizinhos como São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Ao conversarmos com os participantes que responderam questões sobre o Hallel tivemos traçamos o seguinte perfil. A maioria dos participantes 73,22% eram jovens com idade igual ou menor de 25 anos, 17,64% até 35 anos, 5,47% de 36 a 45 e 2,63 de 46 acima; 60,60% do sexo feminino, 32,72% masculino; 24,44% já haviam terminado o ensino médio, 22,22% indicaram ter o ensino superior incompleto; 53% das pessoas procuravam o evento de forma regular ou todos os anos; 98% católicos, 91% desses católicos indicaram nunca ter participado de outras religiões. Dentro da porcentagem de não católicos houve a declaração que eram evangélicos e/ou não tinham religião.

Os participantes ao responderam sobre as atividades que consideravam mais importantes indicaram que os *shows*. Esse indicativo vai ao encontro das respostas que aparecem nas questões sobre qual o aspecto mais importante do Hallel? Qual o significado do Hallel? Como respostas tivemos: *“mostrar uma coisa diferente da religião, que não é algo chato”, “oração obs: não viemos pela bagunça sim pela oração”, “trazer o jovem para um novo olhar da religião”, “forma de interação social. Colocar em prática com a Igreja. Não precisa ser padronizada, missa, tradicional ‘chata’”, “uma forma de aproximar as pessoas da igreja, mostrar que ela não é ‘travada’*. Além disso, os participantes apontaram que o evento era um local de encontro com Deus, de encontro com outros jovens, de aprender um pouco mais sobre a religião, sendo um sinônimo de união, de fé, de adoração, diversão, amor, alegria, de oportunidade de conhecer outras pessoas. Há ainda os apontam que o Hallel foi uma mudança de vida, pois antes de participar do evento já tinha desistido de tudo, mas a partir do evento teve nossos propósitos, como foi o caso de um participante de Presidente Prudente-SP, que realizava caravanas para ir ao evento depois de ter tido a experiência do Hallel em 2012.

Quando se trata do cenário religioso na contemporaneidade, compartilhamos as perspectivas de Hervie-Léger (2008, p.32), ao apontar que a sociedade moderna fundamenta a autonomia do “indivíduo-sujeito, capaz

de ‘fazer’ o mundo no qual ele vive e construir ele mesmo as significações que dão sentido à sua própria vida”. Ao passo que os participantes relataram que não participam de todas as atividades ou módulos, pois nem todas atraem os mesmos. Afirmamos desse modo, que os jovens descobrem por meio do Hallel uma forma de refiliação católica, que não pressupõe a mesma maneira de seus pais e avós da participação semanal nas missas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário religioso contemporâneo é marcado pela racionalização e a especialização de diferentes atividades sociais, cada esfera funciona segundo uma regra do “jogo” que é particular, o que não significa que não influencia umas às outras. Entretanto, isso contribuiu para o enfraquecimento das instituições tradicionais que perdem espaços normativos e regulamentadores. Percebemos, assim, que instituições como a Igreja católica traçam ações para continuarem a serem regulamentadoras de práticas e conhecimentos no campo da religião. A Igreja católica repensa seus rituais, formas de evangelização e até mesmo conversão, a fim de manter os fiéis vinculados à prática religiosa, principalmente a juventude. Diante do dilema da juventude, podemos afirmar que a criação do Hallel em Maringá-PR é também a manutenção, considerando que a cidade se apresenta como católica, a manutenção dos fiéis é essencial não apenas para a sobrevivência do catolicismo para a memória da cidade. O evento não é subsidiado e apoiado apenas pela instituição católica, mas também por órgãos privados e públicos contribuem para essa manutenção.

Percebemos, sobretudo por meio dos participantes que o cenário religioso constitui uma movimentação mais fluída, onde a noção de “obrigação” não é necessariamente mais operacionalizada de forma prioritária, mas se organiza em termos de “imperativo interior”, de “necessidade” e de “escolha pessoal”, tal como bem observou Hervieu-Léger (2008). Entre os jovens católicos praticantes está valorização da autonomia da escolha da prática em relação à imposição institucional também é o que permite que os interessados, em alguns casos, interpretem a norma. É possível ser católica sem ir à missa todos domingos, vale a motivação e o desejo em participar dos grupos de oração, acampamentos e dos eventos de música, há outras formas de se experienciar o sagrado.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO JR. Olavo Rodrigues. **Olavo Rodrigues Araújo Júnior**. (depoimento, 2019). Maringá: HCIR- UEM, 2020.
- BARBOSA, Everton; PEÑA, Luciana. **Jaime uma história de fé e empreendedorismo**. Maringá: DNP, , 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CNBB. **Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- DOCUMENTO DE APARECIDA. **V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe**. Versão Vaticana. Disponível em: <http://redelatina.marista.edu.br/>. Acesso em: 2 fev. 2020.
- DOCUMENTO FINAL CARTA AOS JOVENS. Os jovens, a fé e o discernimento vocacional. *Santa Sede*. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20170113_documento-preparatorio-xv_po.html. Acesso em: 4 mar. 2020.
- DOM JAIME, Hallel. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, p. 02, 30 jul. 1995.
- GANEIO, Cirlei Aparecida. **Cirlei Aparecida Ganeio** (depoimento, 2019). Maringá, HCIR- UEM, 2020.
- GONZAGA, Giovane Marrafon. **Memórias, notícias e espaços a presença das religiões Afro-Brasileiras em Maringá-PR (2000 - 2014)**. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá- 2018.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JOÃO PAULO II. Carta Apostólica Dilecti Amici del Papa Juan Pablo II a los jóvenes y a las jóvenes del mundo con ocasión del Año Internacional de la Juventud. **A Santa Sé**. 1985. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/es/apost_letters/1985/documents/hf_jp-ii_apl_31031985_dilecti-amici.html. Acesso em: 4 de mar. de 2020.

JOÃO PAULO II. **A Santa Sé**. Carta Tertio Millenio Adveniente, 1994. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html. Acesso em: 01 jul. 2019.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do Espírito**: a renovação conservadora do catolicismo carismático. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fapesp, 1998

ROCHA, Silvio. Hallel reúne 50 mil cristãos em Maringá. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, p. 03, 04 set. 1999.

SEGUNDO Hallel de Maringá prossegue hoje. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, p. 6, 14 jul. 1996.

SILVEIRA, Maria Theodora Lemos. (Org.). **Hallel – som e vida**: 20 anos! uma história a ser contada e cantada. Franca: Hallel, 2007.

LA MALA VIDA: DAS CIÊNCIAS MÉDICAS À REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO LIVRE EM BUENOS AIRES (1860-1875)

Wellington do Rosário de Oliveira

Resumo: Na segunda metade do século XIX, Buenos Aires se caracterizou enquanto uma grande metrópole moderna e progressista, cuja economia se destacava pela exportação da indústria agropecuária. Sua topografia da noite imitava as ruas de Paris, na França da *Belle Époque*, trazendo consigo práticas cosmopolitas e comportamentos tidos enquanto civilizados. Preocupados com os dados estatísticos em torno da infecção causado pelo agente etiológico, o *Treponema pallidum*, ou mais popularmente conhecida como Sífilis, um grupo de médicos e cientistas da renomada Faculdade de Ciências Médicas de Medicina de Buenos Aires, desenvolveram em 1869, uma tese no qual se propunham a explicar o fenômeno da prostituição clandestina como principal agente proliferador da doença no país, resultando na regulamentação da prostituição livre na capital em 1874.

Palavras-chave: História das Ciências; Prostituição; Sífilis.

INTRODUÇÃO

A luta contra os males venéreos que floresceu no século XIX, em meio ao desenvolvimento dos grandes centros urbanos, por padrões desconhecidos que explicavam as suas principais fontes de contágio, a prostituição. Assim como na Inglaterra, desde a os tempos da rainha Vitória, prostituição livre era regulamentada, na Alemanha, crescia o número de homens e mulheres diagnosticados com enfermidades venéreas, e nos Estados Unidos, a “corrupção dos costumes”, por meio da regulamentação da prostituição, alcançou grandes proporções que necessitassem de uma “revolução” sanitária para conter os avanços que progrediam em meio a noção de “cidades civilizadas”.

Em Buenos Aires, na segunda metade do século XIX, aproximadamente 80% das meretrizes identificadas, eram de origem estrangeira, predominantemente de regiões da Europa e América do Norte. Com o aumento significativo do meretrício clandestino na capital portenha, os dados relativos as doenças venéreas, foram crescendo na medida em que médicos e cientistas, buscavam explicar, através da prática da prostituição clandestina, as explicações para a enfermidade das doenças de cunho carnal. Nos escritos médicos do período, a prostituição era considerada uma “anomalia” sexual da mulher em decorrência do seu caráter “promiscuo”, e se tornou rapidamente, objetivo de análise e problematização em prol do saneamento social e higiênico da “raça”, já que a sífilis, era uma doença que entre tantas características, poderia ser congênita, passada de uma geração para a outra, quando conseguiam chegar á fase adulta com os devidos tratamentos.

Embora Parent-Duchâlet, médico higienista francês, formado pela Faculdade de Medicina de Paris, onde se dedicou a estudar e analisar as condições sociais de mulheres prostituição no cenário parisiense do início do século XIX, reconhecia que nas prostitutas, embora fossem consideradas perigosas aos costumes e hábitos da sociedade civilizada, não apresentavam características de uma degeneração genética ou como fruto de uma degeneração patológica e psicossocial do sujeito. O médico, além de exames clínicos em mulheres prostitutas, vasculhava também

os documentos jurídicos e policiais buscando dar um sentido sociológico ao fenômeno da prostituição nas sombras das cidades que se modernizavam, partindo também de outras reflexões além da prostituição parisiense, como uma análise das trincheiras e esgotos da cidade, onde se amontoavam camadas de sujeitos empobrecidos.

Antes de Cesare Lombroso, é preciso salientar que, muito antes, a partir da segunda metade do século XVI, é que os estudos em torno da categorização dos corpos subjugados começam a florescer na Europa, ganhando forma e definição, através das contribuições de diversos estudiosos que buscam compreender a condição social e intelectual do criminoso em sociedade. Após os primeiros estudos, pioneiros no campo da Antropologia Criminal um leque de novas possibilidades e perspectivas para delinear as relações da personalidade e os atributos físicos dos criminosos. Esses estudos sobre a etiologia do crime, foram cruciais para se pensar a ciência e o homem criminoso, através de teorias como “louco moral”, de James Prichard e sobretudo pelos estudos de Bénédict Augustin More, que entendia o crime advindo através dos vícios germinados pela própria modernidade, trazendo consigo, a “degenerescência” da raça. Não menos importante, entre os estudos que se destacam, as contribuições de Alphonse Bertillon, através do método de identificação antropométrica de sujeitos delinquentes.

Se biologicamente a mulher era vista como um ser inferior ao homem, a representação da mulher prostituta foi, em tese sexista, vista como oposição à representação da mulher normal em sociedade. Segundo Lombroso e Ferri, a prostituição seria o equivalente ao feminino da criminalidade nata, por ser representada enquanto uma “válvula”, que garante a imoralidade e a desordem pública. As concepções atribuídas a noção de mulher normal, se baseavam em uma série de estudos de zoológica, que buscava evidenciar a superioridade e a inferioridade da fêmea em relação ao macho, como por exemplo em espécies de insetos *shymenoptera*¹, ou pela ordem de artrópodes da classe Araneae².

Esses estudos deram sentido ao discurso médico do século XIX, onde as mulheres prostitutas eram consideradas portadoras de uma certa degeneração física e moral, em defesa da proliferação de enfermidades venéreas, como a sífilis. Foram desses escritos científicos de cunho higienista, que surgiram os regulamentos da prática da prostituição, como o de Buenos Aires, em 1875, como forma de conter, vigiar e mapear os corpos femininos, criando uma série de conjunturas políticas, como a criação de instituições, como Delegacias de Costumes, Gabinetes Antropométricos e dispensários antivenéreo, em contraste com o desenvolvimento dos elementos que desrespeitassem a ordem e a moral.

Já o regulamento portenho de 1875 combinava argumentos higiênicos – proteger a saúde do consumidor e salvar o futuro da nação argentina da ameaça da sífilis – com argumentos morais, mais familiares aos moradores de Buenos Aires. Assim, ao mesmo tempo em que dispunha os exames médicos obrigatórios para as prostitutas inscritas, também definia seus horários de circulação pelas ruas, a fachada de suas casas, e a localização das casas em relação a templos religiosos, teatros e escolas, segundo (SCHETTINI, 2005, p. 36).

Dessa forma, buscou-se artigo busca analisar o discurso médico sobre a investigação das causas da enfermidade, considerada como um “mal congênito”, uma diátese hereditária, causadora de anátemas causadores das fraquezas humanas, que através da prática da prostituição, acabou acarretando em uma expressiva onda de mortalidade infantil no cenário portenho. Essa tese, defendia a hipótese de que a regulamentação da prostituição livre Argentina serviria como medida preventiva contra a Sífilis, resultando na Lei n.º 12.331, de 1875, que conciliava a

¹ Conjunto de insetos como vespas, abelhas e formigas.

² É uma ordem de artrópodes que se refere aos insetos popularmente conhecidos como aranhas ou aracnídeos.

prostituição enquanto prática regulamentada, sob a obrigatoriedade da intervenção médica e higienista em bordéis e *rendez-vous*, lugares mulheres exerciam a prostituição.

El sistema legislativo reglamentarista en la materia fue impuesto el 5 de enero de 1875, en que la primera ordenanza reglamentaria de la prostitución fue sancionada por la Comisión Municipal de Buenos Aires. Desde entonces, con modificaciones de detalle introducidas por ordenanzas posteriores, durante casi sesenta años existió en la ciudad el régimen de la prostitución reglamentada. Mediante la habilitación municipal de lenocinios y la inscripción obligatoria de las prostitutas, forzadas a un control médico periódico, se pretendió circunscribir el ámbito de ejercicio de “la profesión más antigua del mundo” y evitar la difusión de enfermedades venéreas, segundo (MARTIELLO, p. 3)

Como efeito contrário a esse processo de regulamentação, entre o limiar do século XX, Buenos Aires se tornou um dos principais prostíbulos a céu aberto do mundo, fenômeno este que possibilitou no desenvolvimento do tráfico das escravas brancas para grandes centros urbanos da América do Sul. Dessa forma, os aportes teórico-metodológico desta pesquisa se debruçam sobre aspectos e conceitos da história das ciências, das mulheres e da prostituição feminina do século XIX.

A sífilis foi considerada no século XIX, como uma mortífera devastação do flagelo social, sobretudo em relação à condição de mulheres prostitutas nos bas-fonds dos grandes centros urbanos, como em Buenos Aires. Além das ressonâncias físicas que a doença poderia causar nos sujeitos infectados, ela também era uma poderosa ferramenta discursiva capaz de operar discursivamente, capaz de auxiliar nas barreiras sociais e morais impostas por diferentes mecanismos coercitivos do período, como a medicina e a polícia.

Influencia da sífilis degenerada, espalhada sobre a população oculta, que contraída por herança, especialmente paterna, ocasionada em meio à gestão por maridos que se aventuravam no submundo da prostituição antes da celebração das núpcias. Dessa forma, ao trabalhar com a sífilis, é preciso levar em consideração que grande parte dos casos atribuídos as enfermidades venéreas, não são exclusivas de sujeitos que não pertenciam a classe de sujeitos perigosos, como as prostitutas. Esses dados estatísticos em Buenos Aires revelavam um alto índice relativo ao número de crianças mortas, como constava nas relações de obituários,

Essa doença, considerada uma “moléstia terrível”, insidiosa e tão comum no século XIX, atacava cerca de 1/3 da humanidade, lesando órgãos vitais, causando grande mortalidade e sofrimento causados por paralisias, aneurismas, lesões no coração, doenças mentais, conforme afirmam estatísticas europeias do início do século O desenvolvimento gradual de deformidades entre os órgãos do corpo humano, afetava, espantosamente, abortos instantâneos, cegueira, loucura, roubando vida e saúde da sociedade. Essa moléstia crônica e obscura, era perceptível através da pele, sobre manchas, espinhas, úlceras, feridas, quedas dos cabelos, dores pelo corpo, fraqueza geral, que estão vinculadas as impurezas das correntes sanguíneas do corpo humano. Essa moléstia crônica e obscura, passou a se curvar também, entre as crianças recém-nascidas, se tornando um dos grandes problemas congênitos do século.

O SENTIDO DE INFERIORIDADE NAS CIÊNCIAS E NAS MULHERES

Com o desenvolvimento dos grandes centros urbanos, vimos que durante os últimos séculos, as doenças adquiriram diferentes formas mórbidas e que a medicina moderna buscou analisar e desencadear possíveis alternativas para conter essas epidemias refletia sobretudo, nas camadas mais populares das cidades. Enquanto sujeitos

nasciam inaptos para a vida, devido às doenças hereditárias, outros seres doentes enfezados, se aprofundavam em meio ao desgosto de viver logado ao lado da morte. Outros viam a nas ciências, a luz para extinguir os males que se proliferavam subitamente na sociedade, sem causa aparente, de um dia para o outro, sem apresentar, inicialmente, sintomas mórbidos manifestos, o que causava sempre grande surpresa e histeria coletiva e médica.

Mas para compreender as moléstias, especificamente as venéreas, que produziam sucessivos efeitos na ordem e nas políticas sanitárias, devem ser levados em conta as modificações mórbidas em relação ao surgimento dessas novas moléstias homogêneas, já que um dos aspectos mais notáveis da patologia, é a tenacidade com que certos tipos de moléstias, apesar de variados contextos, se reproduzem desde os tempos pré-históricos. Darwin, no século XIX, mostrou que, nas bases da teoria da evolução, que teria proporcionado uma revolução na forma de se pensar em todos os ramos do conhecimento urbano, se destacaram dois grandes princípios, o da herança e o da variação. Pela teoria da evolução, sabemos que se operaram modificações graduais, em função da transmissão de peculiaridades individuais que atravessavam gerações, mas urge notar também, que essas modificações nem sempre constituíam um progresso, um aperfeiçoamento do organismo e do meio em que ele vive, ou seja, em desvantagem desse progresso, a tendência da regressão, de uma degeneração por diferentes formas e manifestações, poderiam reproduzir consequências de origem patológica.

Escrito em 1860, na Faculdade de Ciências Médicas de Buenos Aires, a tese de Eduardo Fianza, intitulada, *De la reglamentación de la prostitución pública*, foi considerada no período, como importante aporte teórico para se pensar a regulamentação da prostituição livre como resposta imediata aos avanços da bactéria *Treponema pallidum*, mais popularmente conhecida como Sífilis. Dados do período, estimulavam que dentre os anos de 1861 até 1870, com o ritmo de casos ascendendo em todo o território portenho, aproximadamente 70 mil pessoas seriam infectadas pela enfermidade em menos de 10 anos, um dado relativamente preocupante, já que na segunda metade do século XIX, a população total de habitantes em Buenos Aires não passava dos 30 mil habitantes.

Classificada como uma “diátese hereditária”, a sífilis poderia também se espalhar pela corrente sanguínea, se tornando congênita, ou seja, a doença poderia afetar fetos ainda em desenvolvimento, criando novos anátemas referentes as fraquezas humanas, e em muitos casos, levando a morte de bebês recém nascidos. Buscando possíveis caminhos a serem trilhados para evitar a propagação do contágio da sífilis e o número de vítimas fatais. Como resposta aos índices significativos de infectados, a prostituição clandestina foi considerada um dos principais responsáveis por germinar essa sexualidade doente por via de suas práticas.

A prostituição clandestina, foi uma categoria formulada no século XIX, por meio de estudos da Antropologia Criminal e das Ciências Médicas, que possuía características divergentes da prostituição pública, ou popularmente conhecida como pública. Na clandestinidade, operava também a criminalidade, pois é desse submundo que práticas delituosas eram exercidas, como o lenocínio³, tráfico de mulheres, exploração de menores e cárcere, além da proibição de estabelecimentos que funcionavam sem o alvará cedido por autoridades judiciais. Já na esfera da prostituição pública, as mulheres meretrizes operavam sobre a legalidade, ou seja, munidas de uma documentação oficial, que na grande maioria das vezes, como em grandes centros urbanos, eram emitidos pela própria Delegacia de Costumes, responsável por identificar e mapear a circulação de meretrizes.

Dessa forma, a necessidade da regulamentação da prostituição, em meio a um período de aspiração que seguia rumo ao progresso por todas as partes, era preciso também medir esforços nas atividades febril capazes de causar malefícios à vida social dos habitantes de Buenos Aires. No que se refere as crianças recém nascidas, as in-

³ Crime de estimular ou aliciar mulheres a prostituição para algum aproveitamento financeiro.

fecções cardíacas podiam ser agrupadas do seguinte modo: aquelas devido a infecções agudas e as ocasionadas pelas infecções de natureza crônica. Existia ainda, um terceiro grupo, constituído pelas lesões congênicas, em virtude de algum defeito físico no desenvolvimento do órgão cardíaco antes do nascimento da criança.

De um modo geral, até os 35 anos, as perturbações cardíacas eram motivadas pelas doenças infecciosas contraídas na juventude, entre elas as de natureza venérea. Também os efeitos terciários da sífilis, do abuso do álcool e do fumo, além do excesso de trabalhos excessivos, as emoções frequentes pareciam ter, nos últimos períodos de vida, papel de importância entre as causas das doenças do sistema cardiovascular. Essas doenças infecciosas agudas, estiveram aptas a dar origem a lesões cardíacas, sendo assim, a sífilis germinava no corpo humano, o reumatismo, a pneumonia, a gripe, a difteria, a febre tifoide, o sarampo e a escarlatina, sintomas relacionados as válvulas do coração, podendo comprometer as membranas musculares. Dentre as mencionadas, a sífilis se destacava, justamente por afetar as crianças, sendo o maior responsável pela mortalidade infantil e das doenças cardíacas.

Neste caso, a sífilis, pelos males que acarretava as gerações presentes daquele período, e futuras também, foi vista pela sociedade como um cancro social, em virtude dos vícios inerentes à existência da prostituição livre, que difundia os “estragos” por meio da proliferação de doenças sexuais. Em decorrência da preocupante frequência de abortos, da fraqueza congênita e da mortalidade infantil, como mencionado antes, além de enfraquecer a organização social, causava a “degeneração da espécie”.

Dessa forma, em meio as características que aspiravam sobre um progresso que era visto por via de todas as partes, fosse nas ciências, na literatura, ou nos ornamentos paisagísticos do século XIX, era preciso também, conter a higiene pública, manifestada através de medidas sanitárias capazes de tecer as epidemias que se manifestavam em meio a insalubridade das regiões portuárias, como a varíola, a febre amarela e a tuberculose. Em Buenos Aires, as políticas municipais deveriam se dispor de medidas e condições capazes de construir hospitais e comissões paroquiais exclusivamente destinadas as formas de vigilância em prol da higiene pública.

Na década de 1860, os dados relativos à entrada de homens e mulheres em hospitais antivenéreos, apresentava índices preocupantes. Apenas no curto período de 10 anos, quase 30 mil sujeitos teriam sido identificados por enfermidades venéreas, sendo 6.497 homens e 7.764 mulheres. Isso representava 218 infectados para cada mil pacientes internados nas mediações dos hospitais de Buenos Aires. Nos hospitais destinados ao tratamento exclusivo de mulheres, as proporções eram maiores ainda, de 362 infectados para cada mil pacientes.

As vítimas do mal sífilítico, podiam apresentar desde enfermidades graves, como neuroses, epilepsia, perda de consciência mental, até a paralisia, podendo terminar em casos fatais. Mas graças aos avanços da Ciência Moderna do século XIX, remédios foram sendo criados capazes de conter o avanço da bactéria na corrente sanguínea, evitando dessa forma, uma degeneração física interna, por meio dos órgãos. Segundo os escritos da tese formulada para prescrever as síndromes da sífilis atrelada a prostituição, nas mulheres, a doença poderia ocasionar ainda mais lesões do que no homem, justamente devido a contaminação do feto no seio materno, onde a ação do vírus poderia provocar a morte e impulsionar abortos espontâneos, colocando em risco a vida das mulheres infectadas.

No caso de crianças recém nascidas e infectadas por via congênita, da transmissão da mãe para o feto, as manifestações começavam logo por volta dos três meses de vida, através de alterações viscerais, além de erupções custosas de aspectos repugnantes, além das manifestações internas, como mencionado antes, que juntas, faziam parte do fenômeno da reação da infecção sífilítica. O estudo apontava ainda, que havia grandes chances de a mulher infectada contaminar crianças saudáveis por meio da amamentação materna. A crença de que a criança poderia adquirir a enfermidade por intermédio do leite, era uma opinião completamente abandonada no meio científico e social.

Sendo assim, sífilis poderia progredir pela amamentação das crianças por meio de amas, produzindo infecções tuberculosas pulmonares nos gânglios linfáticos, por consequência do número de mesenterites em todas as idades, mas especialmente, de forma incontestável nas crianças. Não é raro observar, que esse discurso se destina a mocidade das camadas menos privilegiadas da sociedade, onde a prostituição é encarada como um produto cultural e religioso, responsável pela iniciação masculina no mundo da sexualidade. Vale lembrar ainda, que não haviam hospitais específicos para o tratamento da sífilis, ou de espaços destinados à internação de pacientes infectados, então entre os mais pobres, especificamente entre as mulheres prostitutas, a principal medida da polícia médica, foi instaurar sobre os corpos doentes, medidas por meio da violência.

Na grande São Paulo do final do século XIX, as autoridades médicas interviam as meretrizes, com base em intervenções coercitivas, para examinar e encaminhar portadoras da sífilis para hospitais, evitando que a doença se proliferasse por meio das atividades sexuais, tendo efeitos no seio familiar da família tradicional, por meio da sexualidade passada do marido para a mulher, como lembra a historiadora (RAGO, 1989, p. 53). Assim, buscava-se de prevenir o mal venéreo com base na intervenção das camadas pobres, enquanto que aos ricos, que se achavam munidos, por apresentarem condutas capazes de ocasionar a perda de sanidade, acreditavam que esses perigos eram frutos de uma transgressão oriunda da marginalidade.

Neste período, os medicamentos cuja ação curativa contra a sífilis e a escarlatina, não apresentavam características concretas, mas significava um passo da ciência médica na prevenção e disseminação da bactéria no organismo humano. Por meio da imprensa periódica do Rio de Janeiro, o *Annaes Brasilienses de Medicina*, em 1851, comentava que o mercúrio era a o melhor medicamento do período para combater essas doenças. Embora esse e outros medicamentos fossem utilizados contra doenças que afetavam as correntes sanguíneas, o periódico afirmava que o uso desses medicamentos não poderia explicar, de forma racional, as enfermidades no corpo, já que o desempenho do ato redentor dependeria muito da situação no qual o sujeito adoecido se encontraria, tendo reflexos tanto positivos quanto negativos no tratamento das doenças venéreas⁴.

Por se tratar de uma discussão envolto da noção da prostituição e da sexualidade, é preciso ainda, ressaltar que a sífilis era uma doença transmissível pelo contato imediato, fosse pela prática sexual, como também pela boca e pela região do anus, através da superfície externa do corpo, ou seja, no contato com feridas recentes. Em geral, não era apenas a partir da prática da prostituição que a doença se mutava, mas no discurso científico do século XIX, os escritos se baseavam na justificação da prostituição como foco disseminador da moléstia. Palpitava-se ainda, nas folhas médicas deste período, que até mesmo por via da vacinação contra doenças como a tuberculose, a sífilis poderia ser transmitida, conforme afirmava o Sr. Dr. Ataliba de Gomensoro, da Academia de Medicina de Paris⁵.

Essa discussão tinha grande alcance e alto interesse ao público, refletindo no imaginário social sobre o alarde que a vacinação contra doenças virais, poderia trazer inconvenientes por meio da vacina. Nas crianças, a doença se manifestava através dos rejeitos contidos nas lâminas ou tubos capilares, injetados nos braços. Como o vírus da varíola, da febre amarela ou da hidrofobia⁶, essas doenças se alastravam em diversos países, causando epidemias, nome coletivo que se designa a existência simultânea de uma mesma moléstia sobre um grande número de indivíduos, cuja causa geral e excessiva multiplicidade é devida a ação geral das causas acidentalmente produzidas, ou pela transmissão do mal por meio do contágio entre os humanos.

⁴ *Annaes Brasilienses de Medicina*. Observações acerca da Belladona no tratamento da Escarlatina. Rio de Janeiro, 12/09/1851.

⁵ *Annaes Brasilienses de Medicina*. 12/03/1866.

⁶ Vírus popularmente conhecido por “raiva”, transmitido pelos animais infectados por meio de mordidas.

DA REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO

A partir de uma ordem mora, buscou-se por via das intenções médicas e policiais, novos métodos capazes de fortalecerem a convicção da necessidade da regulamentação da prostituição livre, para reprimir o avanço da sífilis na sociedade portenha. Seria preciso, antes de mais nada, delimitar os espaços destinados ao meretrício, identificando as casas de tolerância e concebendo alvarás de funcionamento, que garantisse a legalidade e o exercício da prostituição pública, ou seja, do exercício prostituição voluntária por parte das mulheres. Essa delimitação, representava ainda, um passo importante na delimitação da geografia do prazer, retirando do centro urbano, os locais destinados aos amores carnavais, de pontos próximos às escolas e indústrias onde transitavam pessoas “civilizadas”.

Durante o período em que a tese foi escrita, estimasse que, em meio a 546, 000 mil habitantes, aproximadamente 15 mulheres foram identificadas como sendo “mulheres públicas”, ou seja, prostitutas livres. Como nas mais civilizadas cidades da Europa, seria preciso regulamentar a prostituição para garantir os direitos da sociedade, tomando a prostituição apenas como um requinte prático da noção de “mal necessário”, comum desde os períodos mais primórdios da humanidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 127), embora o cristianismo menosprezasse a prostituição, ela era aceita como um “mal necessário”, que supria as necessidades do homem, eliminando as mulheres honestas de se entregarem aos vícios carnavais, antes da tradição nupcial. Desde os povos primitivos, a prostituição era vista como uma forma sagrada destinada a libertação dos instintos coletivos do homem, perpassando pela Antiguidade Clássica, até o período contemporâneo, como mostra nosso objeto de análise.

Mas para a regulamentação da prostituição pública, seria preciso as autoridades de Buenos Aires adotar uma série de medidas e leis capazes de sustentar essa regulamentação necessária. Dessa forma, foram debatidas questões como o policiamento urbano, capaz de fiscalizar os bordeis irregulares e identificar agentes proxenetas que viviam com base na exploração sexual, sendo preciso criar uma comissão específica para inspecionar a circulação das mulheres prostitutas na sociedade, como um livro de registro, onde deveria ser destinada, pelo menos uma página, para cada mulher identificada, apresentando aspectos físicos, morfológicos, bem como o histórico de vida dessas mulheres, até mesmo possíveis passagens em delegacias, em hospitais e até mesmo prisões, como forma de medir o grau de “perigo” sobre certos corpos transeuntes.

Para enunciar as atribuições da prática policial em relação a repressão da prostituição, toda atividade convertida em atentado a moral, como a saúde pública, poderia ser passível de métodos coercitivos. As autoridades poderiam enunciar, por meio da lei, intervenções contra o desenvolvimento da prostituição clandestina, bem como de práticas ilícitas. De antemão, foram apresentados ainda, um projeto de lei apresentado as autoridades do período, em detrimento da atividade policial na esfera urbana.

Art. 1. La represion de la prostitucion pública, se com provocacion sobre la via pública sea de toda otra manera, es confiada en Buenos Aires, al Gefe de Policía.

Art. 2. Tendrá poder discrecional, para juzgar em todos los delitos que esta cometa, relativos á faltas de cumplimiento, á los reglamentos sanitario y moralidade pública.

Art. 3. Debe ser considerada mujer pública: toda la que se encontrada em infraganti de provocacion, sobre la via pública, ó em cualquiera otra parte; las que fuesen visitas continuamente em compañía de mujeres públicas, conocidas de la policía, y em estos casos; ó por simple notoriedade, ó por queja ó denunciacion garantida.

Art. 4. El Gefe de Policía, nombrará um Comisario ó Sub-delegado, especialmente destinado á la vigilância de la prostitucion, el cual tendrá á sus órdenes um Inspector y cuatro Su-inspectores, para cada parroquia del Municipio.

Art. 3. Dictará com respecto á aquellos que favorecem la prostitucion, asi como relativos, á los propietarios ó inquilinos principales das casas de inquilinato ó amuebladas, á los dueños de hotel, café, casino, fonda, etc., todos los reglamentos que juzgue necessários, á la prohibicion absoluta de ejercer la prostitucion em dichos establecimientos⁷.

Embora a tese tenha apresentado uma série de apontamentos sobre a vigilância e controle desses corpos, cogitando sobre a criação de Delegacias específicas, bem como a presença de subinspectores, para ficarem encarregados dos serviços médicos, já que haveria a necessidade de visitas médicas nos bordéis tolerados, mas que na prática, a realidade se mostrava diferente. A brecha que a regulamentação, em meio ao fenômeno das ondas migratórias de grupos europeus, fez com que a prostituição em Buenos Aires se tornasse mundialmente conhecida pela má fama, concentrando, nas décadas seguintes, quadrilhas internacionais que traficavam mulheres de regiões pobres da Europa, para serem escravizadas em bordéis da Argentina, se expandindo de forma gradual, para outros grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo e Montevidéu, segundo (SCHETTINI, 2012, p. 66).

Vinculada as relações sexuais, a sífilis passou a ser como uma instrumentalização moral. Até mesmo na Idade Média, epidemias maiores que a da sífilis, como a peste negra do século XIV, que, em dez anos, matou entre um quarto e a metade da população da Europa, não chegou a representar uma conotação moral tão drástica como a proliferação da sífilis no século XIX. Enquanto a doença se instalava no coração dos sujeitos, afetando os prazeres do amor e da liberdade sexual, até a sua descoberta, foi uma doença fatal, como toda gama da degeneração, continha em suas formas corrosivas e antissociais, que desfilavam entre as páginas de escritos médicos e policiais em conjunto pelo embate ao malefício exorcismo que teria se convertido em meio a pavorosa realidade dos sórdidos ciclos infernais de grandes centros urbanos febris.

Em meio aos estudos da psicopatologia que floresciam neste mesmo período, os exames clínicos empíricos, buscavam diferenciar o homem normal, do louco desprovido de inúmeras anormalidades e desequilíbrios morais, indivíduos que, segundo o pensamento médico do período, se exaltavam nos vícios da mediocridade assumindo uma fisionomia própria da transgressão nos centros urbanos. Essas zonas que compõe os bas-fonds, delimitavam o bem e o mal, que concentravam sujeitos que representavam o imoral e ilegal, em virtude do desenvolvimento da criminalidade, das formas de delinquência, em especial o roubo e a prostituição.

Assim, a prostituição, como uma manifestação endêmica, era vista não como parte de uma criminalidade, mas sim de um caráter marginal, fazendo alusão a uma “mala vida”, formada por sujeitos que viviam parasitariamente sobre a ociosidade e se deliberando para as fronteiras do crime e das artes propícias da criminalidade. Uma dessas “artes” dedicadas pela criminalidade, era a própria prostituição na capital de Buenos Aires, fruto da irresistível atração que germinava nos grandes centros urbanos, onde se concentravam grandes massas de homens. Esses escritos médicos, apresentavam uma retórica que buscava limpar a imagem da capital portenha, desinfetando os males que amedrontavam os diferentes discursos que alimentavam o sucessivo aumento da criminalidade, tendo reflexos em países vizinhos e em outros continentes, se baseando nos avanços das ciências médicas e da criminologia, por meio dos estudos da “policiologia”⁸.

⁷ FIDANZA, Eduardo. De la reglamentación de la prostitución pública. Facultad de Ciencias Médicas de Buenos Aires, 1860, p. 53.

⁸ Ciência do século XIX, cuja finalidade que se baseava em estudos de campo para apresentar métodos e técnicas à serviço do policiamento urbano.

CONCLUSÃO

Após os estudos médicos estabelecerem que a regulamentação da prostituição, poderia conter o avanço da sífilis e de outras doenças venéreas em Buenos Aires em 1860, que apontava a sífilis e a prostituição como fortes elementos que compunham uma “degeneração social”, o sistema tardou a acontecer. Na prática, a regulamentação ocorreu apenas em 1874, em um período conturbando da história da Argentina, que se expandia em meio as maciças ondas migratórias, impulsionadas após a abolição da escravidão em 1813. Como lembra (FOUCAULT, 1999, p. 306.), as redes de prostituição que surgem no século XIX, na Europa, foi característica da passagem de sujeitos delinquentes pelas prisões, de onde surgia a canalização das práticas criminais por via da prostituição como forma de estabelecer uma certa “hierarquia” dos indicativos da criminalidade.

Os enormes lucros sobre um prazer sexual que uma moralização cotidiana cada vez mais insistente votava a uma semiclandestinidade e tornava naturalmente dispendioso; na computação do preço do prazer, na constituição de lucro da sexualidade reprimida e na recuperação desse lucro, o meio delinquente era cúmplice de um puritanismo interessado: um agente fiscal ilícito sobre práticas ilegais, segundo (FOUCAULT, 1999, p. 307).

Em meio a concentração de grupos estrangeiros, a regulamentação da prostituição, assim como cidades como Paris e Londres, possibilitou a concentração de diferentes grupos étnicos que se instalavam no “novo mundo”, buscando traçar um campo propício para o manuseio da desordem e da criminalidade. Na prática, ao longo dos anos que sucederam a regulamentação da prostituição livre em Buenos Aires, os problemas sociais apenas se agravaram, pois a parcela de mulheres identificadas como livres, não supria a grande demanda de mulheres prostitutas que viviam sobre a ilegalidade, ou seja, das mulheres que se tornavam prostitutas involuntariamente, em decorrência do crime de lenocínio.

Durante a década de 1880, surgem organizações criminosas de âmbito internacional, que traficavam mulheres de regiões pobres da Europa, para serem exploradas nos bordéis dos grandes centros urbanos de todo o continente americano. Em especial, uma dessas organizações, denominada Zwi Migdal⁹, tinha sua sede em Buenos Aires, mas passou a concentrar ao longo das décadas, inúmeros “polos” em grandes metrópoles, como Rio de Janeiro, Montevidéu e em Nova York. Isso fez com que a Argentina se tornasse mundialmente conhecida como um “albergue”, como repudiava a Liga das Nações, em 1913, afirmando que o país alimentava o tráfico de mulheres, que ficou conhecido como tráfico das “Escravas Brancas”, prática usualmente comum em países europeus, através do discurso negacionista.

De modo geral, a regulamentação, embora tenha sido aprovada de maneira controversa, sofreu diversas críticas por parte de diferentes entidades públicas do país. Apenas com a descoberta da Zwi Migdal em março de 1930, que apresentava proporções internacionais, é que a Argentina foi pressionada por diferentes países para abolir a prostituição regulamentada no país, que facilitava o torpe comércio da escravidão. A revogação da lei que permitia casas de tolerância de exercer a prostituição livre aconteceu apenas em 1934, em meio a inúmeros protestos de grupos feministas contra a violência sofrida pelas mulheres vítimas do tráfico. De acordo com (MARTIELLO, p. 5), nesses espaços destinados ao prazer, as mulheres atendiam de 70 a 75 homens por dia, e por serem prostitutas estrangeiras e clandestinas, não tinham nenhum acesso básico a exames clínicos e médicos, o que acabou resultando ainda mais na proliferação de doenças venéreas no limiar de um século para o outro.

⁹ Organização criminosa de origem israelita que surgiu no final do século XIX, e que entre diversas atividades, exercia o tráfico de mulheres para a exploração da prostituição em grandes metrópoles da América do Sul.

Como o tráfico acabou refletindo no cenário brasileiro, apenas com o Código Penal de 1940, é que o país passa a reconhecer de forma jurídica, a repressão não apenas a prática do lenocínio, como já provinha desde o Código Penal de 1880, mas também questões ligadas ao tráfico de mulheres e crianças, prevendo penas gravíssimas para os sujeitos condenados. Enquanto que o combate à sífilis, parece ter ficado em segundo plano nos discursos policiais e jornalísticos, já que os centros urbanos da América do Sul passaram a concentrar ainda, outras enfermidades que necessitavam de uma coletividade científica para conter essas doenças, como a varíola, a febre amarela e a tuberculose, doenças que, como um tudo, afetava todos os sujeitos históricos, como entre as mulheres prostitutas em condições anti-higiênicas, as espreitas dos espaços insalubres que alimentavam os porões das cidades “civilizadas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. v. 2.
- CALOIGNE, Rosês. **Informes sobre el Problema Antivenéreo y la Prostitución en Buenos Aires**. Biblioteca Nacional de Buenos Aires: La Grafica, 1931.
- DUCHÂTELET, Parent Jean Baptiste. **De la prostitution dans la ville de Paris**. Paris: J. B. Baillière et fils, 1857.
- DARWIN, Charles. **A origem das espécies e a seleção natural**. São Paulo: Hemus, 2000.
- FIDANZA, Eduardo. **De la reglamentación de la prostitución pública**. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Médicas de Buenos Aires, 1860.
- MARTIELLO, Liliana Mabel. Apuntes para una historia de la prostitución en Buenos Aires (1920-1940). **Revista Persona**.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite** – prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.
- SCHETTINI, Cristiana. **Exploração, gênero e circuitos sul-americanos nos processos de expulsão de estrangeiros (1907-1920)**. 2012.
- SCHETTINI, Cristiana. Lavar, passar e receber visitas. **Cadernos Pagu**, dez. 2005.
- LOMBROSO, Césare; FERRERO, Guglielmo. **A mulher delinquente**. Nova York: D. Appleton and Company, 1895.

Fontes

Aannas Brasilienses de Medicina. Rio de Janeiro, 12/09/1851; 12/03/1866.

O NORTE SOB OLHARES VIAJANTES: IMPERIALISMO E REPRESENTAÇÃO NO SERTÃO DE G. GARDNER (SÉC. XIX)

Chrigor Augusto Libério¹

Diná Schmidt²

Resumo: Este texto propõe discutir o imperialismo na literatura de viagem no começo do século XIX, mais especificamente no livro de George Gardner, médico e botânico mandado ao norte brasileiro pela coroa britânica. Utilizando dos conceitos de zona de contato e representação, o trabalho busca entender a construção do território e do sertão dentro de seus escritos, evidenciando as suas narrativas enquanto cientista europeu explorador, e também construindo sua visão segundo as concepções que os próprios nativos tinham sobre seu território, que influenciarão a representação do mesmo construída pelo autor, entendendo a zona de contato como o espaço de circularidade dessas ideias.

Palavras-chave: Literatura de viagem; Representação; Sertão.

O avanço do desenvolvimento industrial e o amadurecimento do capitalismo, no século XIX, levaram os impérios europeus e sua elite a expandir e aprofundar a compreensão de que somente o seu território não seria suficiente na acumulação e reprodução de capitais. E como já demonstrou Lênin (1916), a exploração capitalista expandiu-se para além das fronteiras geográficas de seus Estados a fim de seu enriquecimento, e em consequência de sua burguesia local.

As novas iniciativas exploratórias são feitas por agentes do imperialismo (cientistas, médicos, engenheiros, militares e etc.) munidos de conhecimentos técnicos e mentalidade alinhada aos propósitos das potências imperialistas. Esses sujeitos e suas habilidades são investidos para a exploração e catalogação das riquezas que encontravam e que seriam de grande valor para as iniciativas capitalistas. Mais do que a catalogação das possíveis riquezas, os agentes do imperialismo estão ali como definidores do que são esses espaços e as populações que ali vivem, em um movimento duplo, para definirem o que é civilizado ou não, para construir a representação³ daquele território em contraponto a eles e suas origens. Tais viajantes são a via de acesso dos Estados e Companhias europeus com a população nativa de cada território visitado, eles que são incumbidos de registrar os possíveis recursos exploráveis, as características e vivências daquelas populações desconhecidas ao olhar europeu. O viajante é, na sua relação com esse outro (TODOROV, 1983), construtor de si, de um outro e da nação que representa. Ao construir essas definições, ele não apenas as descreve, mas deseja lhes possuir em nome de uma ideia e de um projeto:

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura plena em História na Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Pesquisador do Programa de Iniciação Científica. <http://lattes.cnpq.br/3348145380083262>. Contato: chrigorliberio@gmail.com.

² Professora do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí. Pesquisa Literatura de Viagem e Imperialismo no Brasil dos séculos XIX e XX. Contato: dinaschmidt@ors.uespi.br. <http://lattes.cnpq.br/9370597780154270>.

³ O conceito de representação será trabalhado de acordo com as proposições de Chartier, que vai ser explicitado mais a diante.

[...] como procuro justificar, nos relatos de viagem e exploração, estas estratégias de afirmação de inocência são constituídas tendo por base a velha retórica imperial de conquista associada à era absolutista. O principal protagonista da anticonquista é uma figura que por vezes chamo de “observador” (seeing-man) um rótulo conscientemente hostil para o súdito masculino europeu com um horizonte europeu de discurso - aquele cujos olhos imperiais passivamente vêem e possuem. (PRATT, 1999, p. 32-33)

Os viajantes, como justifica Pratt, são os olhos do imperialismo nos possíveis territórios a serem explorados, eles são o pilar central de captação e disseminação do conhecimento sobre as regiões por eles visitadas, objetivando instrumentalizar a exploração do lugar desejado. As iniciativas exploratórias incumbidas a esses viajantes são de extrema importância para Estados e Companhias privadas, e seus escritos sobre essas viagens nos possibilitem compreender suas percepções sobre o local visitado, suas representações construídas para com a população em contato e sua visão como agentes do império:

[...] missão civilizatória pela qual os europeus do norte produzem (para si mesmos) os outros povos como “nativos”, serem reduzidos e incompletos, que padecem da incapacidade de se tornar o que os europeus já são, ou de se transformar naquilo que os europeus pretendem que eles sejam. Assim se vê a vanguarda capitalista dos futuros daqueles a quem procura explorar: como um tipo de inevitabilidade moral e histórica. (PRATT, 1999, p. 262)

No presente trabalho, vamos acompanhar a viagem de George Gardner, médico e botânico escocês contratado pela Coroa Inglesa para auxiliar na coleta de amostras da flora do lugar explorado, além de registrar os possíveis lugares e produtos a serem comercializados a partir da lógica capitalista. Gardner, como um cientista formado no começo século XIX, estava imerso nas perspectivas raciais de sua época, não sendo apenas um receptáculo destas, mas sujeito construtor delas. Sendo assim um expoente de tais ideias quando em contato com as populações desta porção do sul global.

A viagem de Gardner se dá para o Norte brasileiro, a porção do país conhecida hoje como nordeste. Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco e Piauí são as províncias visitadas pelo viajante no período entre 1836 e 1841, tendo sua viagem ligada principalmente ao Rio São Francisco, que ligava a maior parte das províncias e por terra. Durante sua viagem registrou suas percepções sobre a população, sobre o território e sobre os possíveis recursos de tal território, tendo em vista, além da expansão do capital imperialista, o conhecimento daquela população a ele desconhecida e distante de seus padrões europeus. Em nossa abordagem, vamos estabelecer uma análise crítica às noções de território que Gardner descreve em seu livro, aqui vamos tentar entender o que o mesmo entendia geograficamente sobre o lugar visitado, possibilitando assim uma gama de possibilidades de entender seus pensamentos enquanto um batedor avançado do capital europeu⁴ e suas múltiplas facetas no encontro com o outro desse espaço não explorado.

George Gardner é esse batedor do capital europeu mandado para o Brasil, embora em um recorte mais avançado temporalmente diante das iniciativas de outros viajantes que chegaram aqui por volta de 1810 como descreve Pratt (1999), o mesmo estabelece sua viagem a partir de 1836, tendo como objetivo principal o registo dos recursos naturais, culminando assim no livro “Sertum Plantarum”, no qual descreve as plantas coletadas como sua missão principal com a coroa Inglesa; e para o registro de sua atividade em contato com a população do país, Gardner

⁴ Como descreve PRATT (1999) sobre a “onda de viajantes na América do Sul nas décadas de 1810 e 1820” onde “Engenheiros, mineralogistas, criadores de gado, agrônomos, bem como militares” eram constantemente enviados ao “novo continente” os investidores europeus a procura de recursos exploráveis e um possível mercado. (p. 252 e 253)

escreve “Viagens ao Interior do Brasil”, visando registrar e refletir sobre as múltiplas experiências de sua viagem. Como um cientista e médico, para ele é importante tal registro para que colabore com a comunidade científica crescente. Essa produção vai ao encontro da construção científica e moral da sociedade europeia como um todo, como descreve Mary Pratt:

[...] A Europa teve de reimaginar a América e América, a Europa. A reinvenção da América, portanto, foi um processo transatlântico que envolveu as energias e imaginações de intelectuais e de um vasto público leitor em ambos os hemisférios, embora não necessariamente da mesma forma. Para as elites da Europa setentrional, a reinvenção é ligada a prospectos de grandes possibilidades expansionistas para o capital, tecnologia, mercadorias e sistemas de conhecimento europeus. (PRATT, 1999, p. 197)

Os registros produzidos em viagens foram centrais para a Europa e para a América, já que a partir delas ambas se construíram enquanto povo, em contraste ao outro. A dinâmica aqui estabelecida é a do civilizador e do civilizado, o que tem o conhecimento e o que não tem, mantendo assim além do distanciamento dito como biológico (pelo caráter moral e civilizacional), a superioridade tão almejada pelas sociedades capitalistas diante de uma sociedade tida pelo viajante como inferior, economicamente, moralmente e em seu caráter civilizatório.

A literatura de viagem, neste trabalho, vai se mostrar como uma via para entendermos a relação estabelecida entre Gardner, enquanto agente do imperialismo⁵, e as populações do norte do Brasil. Relação que dita o entendimento de Gardner e de sua sociedade de origem sobre o Brasil e seu território. Para compreendermos as noções construídas pelo viajante, vamos utilizar o conceito de representação de Roger Chartier, que vai balizar como tratamos teórica e metodologicamente a forma como Gardner constrói em seus escritos os territórios, populações e etc. Para Chartier:

A representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. [...] a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é. (1991, p. 184)

A representação serve como substituidor de uma imagem desconhecida por uma conhecida. É a tradução de uma prática, por exemplo, brasileira desconhecida pelo olhar europeu, mas que se aproxima de um entendimento específico daquele povo, sendo assim seu significado é substituído para que aquela população o entenda. Em Viagens ao Interior do Brasil, Gardner está imergindo no norte brasileiro e seus possíveis potenciais enquanto lugar a ser explorado, levando em conta seus objetivos enquanto agente do imperialismo. Ao abordar as populações e suas práticas, o viajante vai, também, descrever o território enquanto lugar a ser explorado, e explorado por essa camada de cientistas que o mesmo faz parte, que é para quem ele também está escrevendo, assim como também para a população europeia se construir em suas performances enquanto civilizados e superiores em decorrência do contato com povos não europeus através da literatura. A representação é então esse movimento que, além de moldar o outro com ferramentas do escritor, o descreve com seu olhar, assim como suas práticas e vivências, criando assim uma tentativa de relação de poder e dominação, entre quem escreve e quem é descrito:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupo que as forjam. Daí,

⁵ Ver em Pratt (1999).

para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1988, p. 17)

Essa relação de poder que o viajante busca estabelecer por meio da sua narrativa que representa esse outro, seus espaços e dinâmicas se dá tanto na relação individual entre o viajante e o indivíduo representado, como em um aspecto mais amplo que visa, por meio das produções de viagem, estabelecer a hierarquia de poder entre a Europa e as regiões que visavam dominar.

Em relação a literatura de viagem, especificamente, o cuidado em tratar os textos de forma crítica e localizando a narrativa em relação ao lugar e sujeito de emissão foi incorporado com o amadurecimento da historiografia pertinente:

Durante muito tempo postulou-se o caráter insuspeito e a isenção dos viajantes, o que desobrigava o historiador de contextualizar os relatos de viagem. Buscar a historicidade dos relatos é, no entanto, a forma de compreender como eles produzem sentidos [...]. Os textos, e entre eles os relatos de viajantes, têm que ser apreendidos em suas significações e interpretados através do conhecimento de suas determinações fundamentais e nas práticas que os produziam [...]. (ROSSATO, 2007, p. 22)

Importante ressaltar que comunicar aos seu leitores, cientistas e leigos, o que seriam aqueles territórios e povos sob escrutínio, era necessário que o viajante construísse um processo de tradução do desconhecido ao conhecido, do estranho ao familiar. Por isso, dialogamos metodologicamente com as elaborações de Hartog (2014), que propõe a metáfora do Espelho de Heródoto para analisar narrativas de viajantes. As descrições que o viajante faz sobre o outro contatado e narrado são, também, produções de si mesmo e de sua cultura de referência, já que o processo de tradução depende de aproximações, comparações, oposições entre o eu/nós e o outro. Um processo de mediação entre o estranho e o familiar.

Gardner é um cientista que descreve a população do norte do Brasil, seus hábitos, sua cultura e sua vivência, mas em contraponto descreve também as práticas europeias que o constroem e servem como referência, seja por aproximação ou oposição, sendo a segunda predominante. O movimento de representar o mundo com instrumentos já conhecidos pelo mesmo, faz com que consigamos entender muito mais sobre o viajante/escritor em contraste com a população descrita, é o que estabelece conexões com o que vamos compreender sobre suas visões imperialistas sobre o território e, conseqüentemente, sobre suas percepções sobre a população em contato.

Entender esses contrapontos dentro de sua literatura nos leva a entender onde a zona de contato, segundo Mary Pratt (1995), se estabelece entre as populações locais e o viajante. Quais dinâmicas são estabelecidas quando, por exemplo, o viajante se vê obrigado a adentrar aos hábitos alimentares da população em contato⁶? Ou mesmo essa população que tenta entender sua viagem o questionando sobre a sua vivência? A circularidade estabelecida entre esses indivíduos vai ditar muito do que vamos entender como as apropriações constantes do viajante, as mudanças de suas ideias e pensamentos, ou suas consolidações, se dão por meio desses diálogos estabelecidos com as populações que se conecta. Como, por exemplo, temos a definição do que seria o sertão nos escritos de Gardner, onde está localizado e quem são os seus moradores. A forma como Gardner representa o Sertão e seus moradores é composta, também, pelas uma definições que são dadas por seus próprios habitantes, que se constroem e constroem

⁶ I was Obligated to used this as a substitute for sugar, but although at the first not every agreeable, I at length became so fond of it as to prefer it to sugar itself, and such I found to be the case with the people in this part of the country. (GARDNER, 1837, p. 125);

esses espaço a partir de suas autônomas relações com a região. Apreendemos a visão do viajante sobre esse sertão e os sertanejos, quando observamos o seguinte registro:

There are two classes of them, the Matúto and the Sertanejo: the Matúto inhabit the low flat country, which extends from the coast up to the high land of the interior, called the Sertão, or desert, which gives name to, and is inhabited by, the Sertanejos. (GARDNER, 1837, p. 62)

Entende-se aqui como as definições regionais da população configuram, também, o entendimento do viajante sobre o local. Definido pela população que a parte mais afastada da costa é a morada do sertanejo, mesmo que tal apropriação do conhecimento autóctone esteja invisibilizada em sua escrita, é a partir daqui que Gardner estabelece para si o sertão, acrescentando a definição do sertão desértico, uma mescla se suas percepções prévias. Tal movimento é perceptível, quando utiliza termos como “matuto” e “sertanejo”, em sua narrativa. Palavras como essas vêm em português e, logo depois, uma rápida explicação sobre elas⁷. Perguntamo-nos quem apresentou essas classificações para ele, explicou suas diferenças e suas peculiaridades, já que esse tipo de informação é muito específico da região e elas constam em seus escritos. Tais conhecimentos desta população em contato são apropriados como sendo, unicamente, resultado das habilidades de observação do narrador ou reclassificados dentro dos parâmetros da cultura de referência do viajante. O mesmo incorpora tais nomeações em seu vocabulário e faz com que consigamos perceber o processo de circularidade de conhecimentos⁸ mais evidente em seu texto quando incorpora palavras em português, ao invés de silenciá-las ou depreciá-las em favor de termos científicos. Esse processo de incorporação de termos da cultura local como mecanismo de classificações de coisas da região ocorre de forma mais ampla quando remetem àquilo que está fora da sua atuação como botânico, como o registro de costumes e práticas das populações originárias, dentre outros.

Gardner constrói sua representação sobre esse território inexplorado através de seu olhar⁹ europeu, daí decorre uma caracterização do sertão como um espaço não explorado por aquela população preguiçosa (explicita assim o caráter dessas populações, já que entende o norte de maioria negra/indígena como esse local a ser assistido de melhores maneiras pelo projeto de nação, a converter essa característica indesejada). A categoria sertão ,aqui, é a mesma que AMADO (1995) aborda em seu artigo, essa categoria que vai perpassar diferentes temporalidades e populações, mas que guarda como característica perene a tentativa de definir um lugar como vazio de civilidade, improdutivo e/ou não habitado.

[...] se para um habitante de Lisboa, o Brasil todo era um grande sertão, para o habitante do rio de janeiro, no século XVI, ele começaria logo além dos limites da cidade [...], no obscuro, desconhecido espaço dos indígenas, feras e espíritos indomáveis ;[...] (AMADO, 1995, p. 149)

Amado discute como tal categoria se modifica segundo os sujeitos que o utilizam, assim como a onde/quem ele se refere e em quais momentos. Nos escritos de Gardner, é explícito que essa descrição do território enquanto

⁷ Importante ressaltar também que a fonte está em inglês, como foi escrita, e que durante a escrita o próprio viajante acrescenta palavras em português (nome de frutas, locais, objetos), demonstrando assim a circularidade de conhecimento que o mesmo tinha com os nativos. Por isso, na fonte, as palavras matuto, sertanejo e sertão estão escritas como comumente conhecemos.

⁸ Aqui temos como conhecimento toda prática, hábito e costume que ronda a vivência nativa, em contraponto a um entendimento que costuma rebaixar tais conhecimentos à “saberes”. Mais sobre esse debate em CUNHA, 2007.

⁹ Aqui, nos apropriamos da noção de olhar desenvolvida por Cardoso: “... [um olhar que] não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo *estranhamento*. Aqui o olho defronta constantemente limites, lacunas, divisões e *alteridade* (...) O *olhar pensa*; é a visão feita interrogação.” Grifo nosso. (CARDOSO, 1988, p. 349)

sertão visa representar um território que seria inabitado (mesmo que ele encontre muitas vilas e pequenas cidades, sua população é relativamente pequena e não branca), é um enorme espaço improdutivo (mesmo que visite fazendas de gado, de plantações variadas de verduras e produções primárias) e também o espaço sem lei, intocado pelas autoridades de um Estado nacional centralizado e capilarizado, a visão do mesmo é uma descrição imperialista do território e que influencia sua narrativa como um todo.

As percepções de sertão que permeiam a visão de Gardner remontam, também, ao que Amado entende como as percepções europeias de sertão, mas a partir da análise escrita do viajante percebemos que a realidade não cabe em suas concepções. Desse contanto entre suas referências já estabelecidas e as pressões de uma nova realidade resulta uma perspectiva que abriga um processo de troca entre as visões preestabelecidas e suas novas percepções. Essas novas percepções são alimentadas pelas práticas das populações locais que não vivem de acordo com as concepções do viajante narrador, portanto trazem complexidades que extrapolam as perspectivas de Gardner. Esses conflitos vão fazê-lo reelaborar seus juízos de forma evidente e aberta ou, mesmo quando são silenciados, intencionalmente ou não, pela perspectiva do narrador, chegam até nós pelas fissuras de sua narrativa e nos permitem fazer sua leitura a contrapelo.

De acordo com nossa bibliografia¹⁰, é comum em escritos de viajantes vermos o apagamento narrativo ou a descrição pejorativa de sujeitos tidos como “inferiores”, por mais que estes sejam fundamentais para a logística da viagem ou para a compreensão dos cenários visitados. Os carregadores e guias nativos das expedições, escravos, brancos pobres, indígenas e afins, são deliberadamente ignorados ou depreciados em suas narrativas, para que seus escritos demonstrem o grau de civilidade e superioridade intelectual do viajante sobre aquela sociedade e seus sujeitos. Aqui, vemos a representação do outro como um claro mecanismo estabelecedor de lugares e relações de poder. Mas mesmo com o apagamento ou depreciação sistemáticos desses povos, Gardner, assim como outros viajantes narradores, não esconde o conhecimento que adquire com o contato com esses sujeitos, pontuando coisas como a classificação de populações utilizando nomenclaturas que são muito específicas da sociedade local, embora invisibilize a fonte.

O Matuto e o Sertanejo vêm com uma descrição de seus significados e, durante seus escritos, Gardner incorpora tais nomeações em seu vocabulário. A própria definição de definição de Sertão adotada por Gardner é fruto dessa circularidade que ocorre na zona de contato, mas é silenciada na narrativa. Ele representa o sertão como sendo um território afastado da Costa, sendo essa descrição integrante da compreensão da população em contato sobre a questão. Como explica AMADO (1995) a palavra sertão é conhecida pela Europa e seus habitantes, mas as definições do que seria o sertão são definições particulares de um povo.

Gardner, a partir do contato com as populações locais, chega a uma conclusão bem definida de onde seria o Sertão: a porção menos povoada do Norte, na qual pretende explorar o que lhe é desconhecido. Essa divisão é constatada em seu livro, quando somente na viagem de Crato para o Piauí, trajeto de sua viagem percorrido a pé e não mais de barco pelo rio, que ele começa a nomear a região como sertão. Esse percurso é rodeado de descobertas. Ao registrá-las ressalta que as definições que apresenta são baseadas nas vivências desses nativos do sertão (*It is called by the natives of the Sertão*, como escreve na página 136). Quando faz essa ressalva ao seus leitores, o faz como um informe de que seus registros carecem da legitimidade dada pelo respaldo científico das informações que era produzidas por ele mesmo. Quando não invisibilizado, os conhecimentos nativos são depreciados no contraste com o conhecimento ilustrado europeu.

¹⁰ Ver MAIA, 2007; SILVA; ALBUQUERQUE, 2019.

São esses nativos do Sertão que irão apresentar os hábitos regionais que Gardner registra fartamente. Um desses registros é sobre a moralidade desses sertanejos. Adentrando ao sertão, Gardner vê a necessidade de andar armado no que ele chama de terra-sem-lei:

[...] *To the European who is accustomed to travel without need of arms, and in comparative security, the appearance of the swarthy and brigand-like travelers here met with, each armed with horse pistols, sword, dagger, knife, and gun, afford no favorable idea of the morals of theses people.* [...] (GARDNER, 11837, p. 123)

Essa descrição de como Gardner está lidando com a incursão em terras mais e mais distantes do litoral e suas cidades, demonstra quais são as expectativas construídas por ele diante de sua viagem ao Sertão, a narrativa que se constrói sobre os perigos e a necessidade de armas leva-nos a entender essa construção de sertão inexplorado e excitante, mas cheio de seus perigos. A representação do sertão desconhecido só se mantém diante das perspectivas do olhar europeu, já que para aquele povo morador do sertão este é uma área comum à sua vivência.

A representação de si como um grande explorador, desbravador do lugar sem lei que o viajante constrói faz parte dessa narrativa do europeu superior, o cientista que leva a civilidade e a moralidade para o povo sertanejo. Essa representação de si se constrói em contraponto a um guia nativo que o leva a esse lugar já conhecido pela população local. O guia e o escravizado Pedro que o acompanham já conhecem o caminho a seguir, seus empecilhos, o que fazer e o que não fazer, explicitando que a execução da expedição é um processo de desbravamento somente para o estrangeiro, o lugar dito como “desconhecido” por parte do viajante é, para aquele povo, seu local de trabalho, de vivência. Espaço de seu conhecimento. As ideias que rondam o sertão projetado por Gardner é, então, um espaço construído em seu imaginário europeu, é o sertão desértico, sem lei e inexplorado da mentalidade de uma perspectiva iluminista e capitalista que o desconhece. Em contraponto a essas definições, o pensamento da população nativa que influencia suas ideias sobre o sertão é somente sobre a sua divisão territorial, a zona de contato que circula tal visão influencia somente uma parte de seu total entendimento sobre a parte afastada da costa do norte do país. Sua representação do sertão é um contínuo espaço de contradição e conflitos em sua escrita. Se descreve como um solitário cientista desbravador, ao mesmo tempo que descreve os guias e ajudantes de sua viagem. Tal contradição nos permite observar que o sertanejo não é visto por ele, cientista europeu, como um igual que pode ser considerado uma companhia de paridade moral ou intelectual. Mary Pratt descreve tal movimento em seu livro, dizendo:

O tema permanece sendo a extasiante natureza; os americanos, tanto senhores quanto escravos, são mencionados, mas apenas a serviço imediato dos europeus. Só são vistos dando início a uma ação quando indicam para os visitantes recursos exploráveis. [...] A presença dos americanos como sujeitos instrumentais é típica da *Narrativa pessoal*. [...] Frequentemente, como na passagem acima, eles são totalmente subsumidos naquele ambíguo “nós” pelo qual os senhores incluem a si próprios como agentes do trabalho de seus servos. (PRATT, 1999, p. 226 - 227)

A população nativa, se não traz nenhum tipo de informação considerada relevante, é sistematicamente apagada da narrativa. A representação dos territórios como vazios ou inexplorados é compreendida, quando entendemos que a população ali está somente a seu serviço, enquanto membro de uma raça superior, e que suas presenças e práticas podem e vão ser empalidecidas ou invisibilizadas em sua representação do norte do Brasil.

O planejamento de sua viagem é um bom exemplo da desvalorização dos conhecimentos das populações locais. Gardner descreve que pretende “visitar Maceió, uma pequena cidade portuária na província de Alagoas, um pouco mais da metade do caminho de Pernambuco e da Bahia; e a partir daí fazer uma excursão pelo Rio São Francisco, e, se possível, subir o rio até a Grande cachoeira de Paulo Affonso” (GARDNER, 1837, p. 77). Sendo assim, logo de início, ele já tem planejado suas passagens e visitas específicas enquanto sua viagem ocorre pelo Rio São Francisco. Em outro momento da narrativa, contando da recomendação de um conhecido europeu para visitar o local, descreve que foi alertado sobre os perigos do local:

[...] to the great falls (Cachoeira de Paulo Affonso), informed me that as it was then the season at which the river rises to its greatest height, the head waters being far to the south, he would not advise me to undertake the voyage, in consequence of the dangerous navigation at the period of the floods, as well as from the little chance there would be of my adding much to my collection, from the dried up state in which I should find the vegetation, owing to the long continued drought. Still I determined to go, as nothing better presented itself to pass the time [...] (GARDNER, 1837, p. 82)

Tendo em vista a zona de contato estabelecida, percebemos a seletividade do viajante perante o conhecimento adquirido, ele dispensa o que não lhe interessa e monopoliza as decisões partindo apenas de suas percepções. A zona de contato aqui também reflete as dinâmicas de poder que circundam as partes envolvidas. O viajante divide claramente o que deve ser levado em consideração, e o que não deve, já que é ele quem tem o conhecimento científico necessário para tal análise. O território é um lugar de disputa para o viajante, a necessidade de explorar os possíveis lugares que poderiam ser usados para a extração de riquezas perpassam a todo momento o seu pensamento enquanto esse batedor avançado, mas também suas subjetividades compõem suas decisões e sua narrativa.

A escrita de Gardner em “Viagens ao Interior” é sobre suas apreensões e reflexões individuais, para além de sua missão oficial, demonstrando a necessidade de escrever suas percepções sobre os territórios e populações em contato em separado dos registros da sua missão para a Coroa inglesa. Essa separação, comum em viajantes com missões oficiais, não significa que sua formação científica se ausente dessas percepções ou que ele não use da autoridade que reivindica por sua formação científica e por ser o chefe da expedição, seja no processo da viagem ou na construção de sua narrativa.

Sua insistência em ir a cachoeira Paulo Affonso é também uma vontade pessoal, e como já demonstrado acima, é também uma vontade influenciada pelo seu contato com outros viajantes que passaram pelo local, Gardner escreve que: “[...] I determined In the second place, at the falls of Paulo Affonso, there is a series of rapids and falls about sixty miles in length, forming a serious obstacle to the progress of any navigation.” (1837, p. 105). Chegando ao local, e ignorando as recomendações anteriormente feitas a ele, frustra-se, quando percebe o que seria, agora, somente a cachoeira de Paulo Affonso. O adjetivo que antecedia o nome do local some, a descrição se resume a uma simples explicação do local e descreve a cachoeira como “um obstáculo para qualquer navegação”. A preocupação real de Gardner é sobre esse possível lugar de exploração, e que entraria em seus planos de um local a mais a ser explorado pelas iniciativas capitalistas do seu empregador, o Império Britânico, o obstáculo ao progresso é esse pedaço de natureza que não poderia ser dominado pela técnica europeia.

Suas preocupações com possibilidades de exploração econômica também podem ser observadas em suas explanações sobre as atividades produtivas e como as relaciona com as características das populações. Depois de passar alguns meses no Rio de Janeiro¹¹, é em Salvador que Gardner desembarca no dia 28 de setembro 1837.

¹¹ Embora não faça parte do itinerário oficial da Expedição de Gardner e do nosso recorte, alguns contrapontos que podem

Registra suas percepções sobre o local, os modos de vida naquela cidade de casas muito brancas e árvores frutíferas de muitas espécies nas ruas (p. 56). Para além das percepções da paisagem descrita por Gardner, temos aqui uma das primeiras falas de Gardner que vão direcionar nossas análises sobre o que ele entende sobre o território e sobre a população. Ele descreve que:

The inhabitants of the town of Pernambuco resemble very much of those of Rio, but there is a great difference in the appearance of the country people, which here, as elsewhere, are easily distinguished from the citizens. Those seen in the street of Rio de Janeiro are a tall handsome race of men, mostly from the mining district, or the more southerly province of San Paulo;[...] Those, on the contrary, who frequent the city of Pernambuco, are a more swarthy and more diminutive race, but still far superior in appearance to the puny citizens. (GARDNER, 1837, p. 62)

As mudanças regionais vão marcar suas percepções sobre a racialidade da população brasileira. As diferenças do morador do Rio de Janeiro e São Paulo demarcariam uma característica sobre o seu desenvolvimento racial em contraste com a população de Pernambuco. A comparação o leva a entender que tais populações são diferentes racialmente, e podemos perceber isso quando denomina a população do Rio de Janeiro como, predominantemente, “cidadã”, ou seja, branca. Enquanto a população de Pernambuco é, predominantemente, apenas “habitante”, ou seja, não branca¹². A população do Rio de Janeiro pode ser denominada como cidadã pelo seu grau de civilidade, uma suposta miscigenação branqueadora através de seu maior contato com as populações imigradas da Europa, que os levariam a ser uma raça melhor. Assim, Gardner entende que, mesmo o Brasil não sendo uma nação totalmente branca, logo não civilizada e moralmente inferior à régua europeia, existe uma grande diferença hierarquizante entre suas populações, no que diz respeito às diferenças regionais, decorrentes de diferentes graus de miscigenação e branqueamento¹³. A proporção de pessoas brancas migradas no Rio de Janeiro é bem maior, o que leva Gardner a entender que sua civilidade é superior do que em províncias com maior população de negros e indígenas.

As diferenças regionais, consequências das diferenças populacionais, são um marcador social para Gardner, quando entende que as diferenças implicam também na configuração econômica dos lugares, como a presença ou a falta da industrialização. Suas perspectivas capitalistas direcionavam seu olhar ao desenvolvimento econômico como um índice para avaliar os territórios e suas populações. Em seus registros, podemos ver como a produção para consumo próprio, majoritário nas províncias do Norte, são entendidas como uma consequência do tipo populacional, já que não compreende a “perda de lucros” gerada por aquela configuração de produção voltada para

ser estabelecidos com as narrativas sobre sua estadia no centro-sul são iluminadores para analisarmos suas representações do Norte.

¹² Os debates sobre os limites do que é a cidadania e de quem são os cidadãos vai ser muito pujante no Brasil Império. Como é marcante da literatura de viagem, podemos observar a sincronia da narrativa com os debates estabelecidos na “sociedade nacional”. Esse aspecto se deve tanto ao fato de viajantes e membros dessa sociedade nacional se pautarem em referências europeias, como a preocupação dos viajantes em se integrarem aos debates locais, sempre mantendo em vista suas referências de origem.

¹³ Gardner, em momento posterior de sua viagem que não conseguiremos explicitar aqui, vai discorrer sobre o caráter racial da população do norte do país de forma mais contundente. O mesmo, em contato com uma população indígena vai demonstrar o quanto estava ligado com as ciências que discutiam a miscigenação como solução para os povos latino-americanos. Tais perspectivas, no Brasil e no mundo, vão crescer mais enfaticamente na segunda metade do século XIX, e levando as discussões sobre raça e escravidão por outros eixos como podemos ver no texto de SCHWARCZ (2011). As discussões que rondam a mestiçagem no Brasil são majoritariamente das influências europeias que a elite traz para o território brasileiro, e aqui nas narrativas de Gardner podemos perceber como ele foi construtor dessas ideias, e como cientista consegue influenciar e auxiliar o debate crescente com suas perspectivas no Brasil. Para entender um pouco mais sobre tal discussão em Gardner, ver GARDNER, 1837, p. 92-93, 97-98, 100 e 115.

a sobrevivência de alguns povos visitados por ele. Entende essa realidade como negligência das populações para a com a produção de riquezas e os potenciais econômicos dos territórios, sendo isso uma decorrência da numerosa população indígena e negra, que o viajante tinha como inferior. Tal estado de coisas tornaria impossível aplicar os processos extrativistas ou industrializantes pela falta de uma população branca/migrada ou embranquecida pela miscigenação.

Gardner é esse sujeito central que precede a exploração das iniciativas extrativistas no sul global, como foram inúmeros viajantes desse período, como demonstra Maciel:

As pesquisas que realizaram sobre os grupos indígenas, os sertanejos ou caboclos, seus modos de vida e produção, línguas e costumes, colhendo dados antropométricos, objetos e utensílios, buscavam produzir uma outra imagem do homem do interior: um exemplar típico da raça, resistente às intempéries e as duras condições de vida e trabalho, resignado e, ao mesmo tempo, intrépido e corajoso, um legítimo bandeirante. (MACIEL, 1999, p. 176)

A pesquisa que o viajante faz no interior do Brasil vem ao encontro das necessidades não somente de seu povo, mas também das perspectivas imperialistas que construía planos de exploração para a parcela sul da América. Os registros sobre as populações, sobre os recursos e sobre o território explorado são de extrema importância para a construção dos planos de civilização e exploração que os impérios formulavam para si e para os locais explorados. Parte de compreender sua viagem e o que rondava sua vivência, enquanto um cientista explorador, é entender as dinâmicas que se estabeleciam nessas iniciativas que moldaram as percepções de um povo, que se entendia como conquistador, sobre povos que eram vistos como a ser dominados e pelo que poderiam oferecer, estabelecendo assim construções conjuntas em uma zona de contato que os moldava respectivamente.

As perspectivas de Gardner moldavam a população a passo que a população moldava ele e suas visões, estabelecendo assim a circularidade de conhecimento que Pratt conceitua. Essa zona de contato é marcada pelo conflito, pelas relações de poder e por práticas violentas. Na constituição dessa zona de contato, é central a troca de conhecimento com os nativos, mesmo que Gardner deliberadamente vá invisibilizando os sujeitos que estruturantes para sua viagem. Aqui, mais do que em outros espaços, a necessidade de se auto afirmar como superior perpassa pela exclusão daqueles que frequentemente o auxiliam.

A dimensão das problemáticas que envolvem as representações dos territórios, recursos e das populações são perspectivas que remontam à visão europeia que desconfigura as relações existentes entre a população nativa e seu espaço. Que deslegitima o direito de posse sobre esse espaço e recursos por ser subaproveitados. Vale ressaltar como tais perspectivas alimentam, até o presente, uma representação errônea desses povos e o saque de suas riquezas, sendo essas perspectivas o desdobramento do outro construído de maneiras diversas, que visavam também uma dominação econômica e política do que era observado e representado, tendo em vista então que essas narrativas construídas eram, em si mesmas, instrumentos de dominação dos territórios e das populações.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

BROWNE, Janet. History of Plant Sciences. **Encyclopedia of life sciences**. London, UK. 2001.

CARDOSO, Sérgio. O olhar dos viajantes. In: NOVAES, Adauto (org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- COMAS, Juan. Os mitos Raciais. In: STRAUSS, Lévi. **Raça e Ciências**. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença. 2006.
- CHARTIER, Roger. O mundo como Representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, 1991.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e Dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, São Paulo, n.75, p. 76-84, set./nov. 2007.
- DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: Produção de discursos sobre o novo mundo. **Revista Brasileira História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 133-152, jan./jul. 2008.
- GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil** – principally through the northern provinces, and the gold and diamond districts, during the years 1836- 1841. London: Reeve, Benham and Reeve. 1849.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto** – Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- LENIN, V. **Imperialismo**. Fase superior do capitalismo. 1916.
- LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte**: trabalho escravo nas fazendas da nação na província do Piauí 1822-1871. Passo Fundo: UPF, 2005.
- MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a Conquista Ordenada dos Sertões: Espaço, Telégrafo e Civilização. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 18, jan./jun. 1999.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. Governadores de Ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 3-23, jul./dez. 2007.
- PRATT, Mary. **Os Olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.
- THOMPSON, Carl. **Representing the other in Travel Writing**. Abingdon: Routledge, 2011. p. 130-167.
- TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do Outro. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1983.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 225-242, jan./mar. 2011.
- SILVA, Francisco Bento da; ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Narrativas e amazonalismo: representações da Amazônia nos relatos de viagens de Paul Walle. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 82, 2019.
- WADE, Peter. Brazil: variations on a theme. In: WADE, Peter. **Race, an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 150-155.

FÁBRICA, PODER E INSTITUIÇÕES SOCIAIS: O COTIDIANO DOS OPERÁRIOS DA FÁBRICA DE TECIDOS RIO TINTO - PB (1924-1945)

Jessica Monteiro Viana de Andrade

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar o cotidiano social dos operários da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, na Paraíba, entre os anos de 1924 até 1945. A indústria têxtil co-irmã da Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco, contou com a instalação de uma unidade fabril em Rio Tinto, extinto distrito Preguiça em 1917, localizado no município de Mamanguape, interior do Estado da Paraíba. A Fábrica de Tecidos Rio Tinto apresentou um elevado número de operários e, conseqüentemente, de núcleos residenciais. Dessa forma, esse artigo busca compreender, através de jornais da época e de livros de memória, como se dava o dia a dia de seus operários e suas relações sociais com o patronato perante a presença de cinema, praças, clubes recreativos, feiras e etc, e como ocorriam as relações de poder dos donos da Indústria, a família Lundgren, no espaço do núcleo fabril. Como aporte teórico para esta pesquisa, utilizamos dos estudos de Rosilene Alvim (1997), Michelle Perrot (2017), Margareth Rago (1985), Victor Leal (2012), entre outros.

Palavras-chave: Poder; Operários; Rio Tinto.

UM BREVE HISTÓRICO DOS LUNDGREN

A família Lundgren foi fundada pelo sueco Herman Lundgren. Com uma longa trajetória no comércio pernambucano, presente na venda de matérias-primas e na fabricação de pólvora por muitos anos, Herman finalizou os seus negócios com um grande empreendimento no ramo têxtil no início do século XX, adquirindo a antiga Fábrica Paulista e fundou a Companhia de Tecidos Paulista, em Paratibe, antigo distrito de Olinda e hoje atual cidade de Paulista em Pernambuco.

Entretanto, com a morte de Herman em 1907, assumiram a responsabilidade pela indústria seus filhos: Frederico, Alberto e Arthur. A Companhia de Tecidos Paulista era de grande extensão, apresentando duas fábricas: a Aurora e a Arthur. Além disso, comportou um núcleo fabril de aproximadamente 6 mil casas, 15 mil trabalhadores e espaços que atraíam ainda mais a vinda de novos operários, oriundos principalmente de áreas rurais.

Dessa maneira, os conhecidos irmãos Lundgren alavancam o projeto fabril na cidade de Paulista, criando uma grande companhia têxtil. A Companhia de Tecidos Paulista representou uma grande indústria têxtil do Brasil. Para a venda dos seus tecidos, a família Lundgren funda as Lojas Paulistas e posteriormente as Casas Pernambucanas. (ANDRADE, 2019, p. 27).

Além do mais, os Lundgren desenvolveram-se na política do Estado de Pernambuco a partir da indústria têxtil.

a entrada dos industriais na política de Pernambuco, sempre estava relacionada aos seus interesses econômicos, no primeiro momento buscando obter ações maiores da CTP, e adiante buscando expandir territorialmente as suas imediações, que levará a concentrar órgãos públicos dentro de terras privadas.[...] Atentemos para o fato de que eles adentram e desenvolvem-se economicamente no ramo

têxtil no Estado vizinho com o apoio de uma força política para derrubar outra, e nesse outro caso dependem do Estado para conseguirem expandir as suas indústrias de modo que também expandem o seu poder e estabeleçam vínculos. (ANDRADE, 2019, p. 47)

Dessa maneira, em consequência ao grande desenvolvimento industrial, o grupo Lundgren expande os seus negócios para um parque industrial no Estado da Paraíba, em 1917: a Companhia de Tecidos Paulista - Fábrica Rio Tinto, contando com um jogo político e econômico de isenções fiscais e de autonomia no âmbito do poder local.

Uma indústria têxtil em um distrito: quem era “Rio Tinto”?

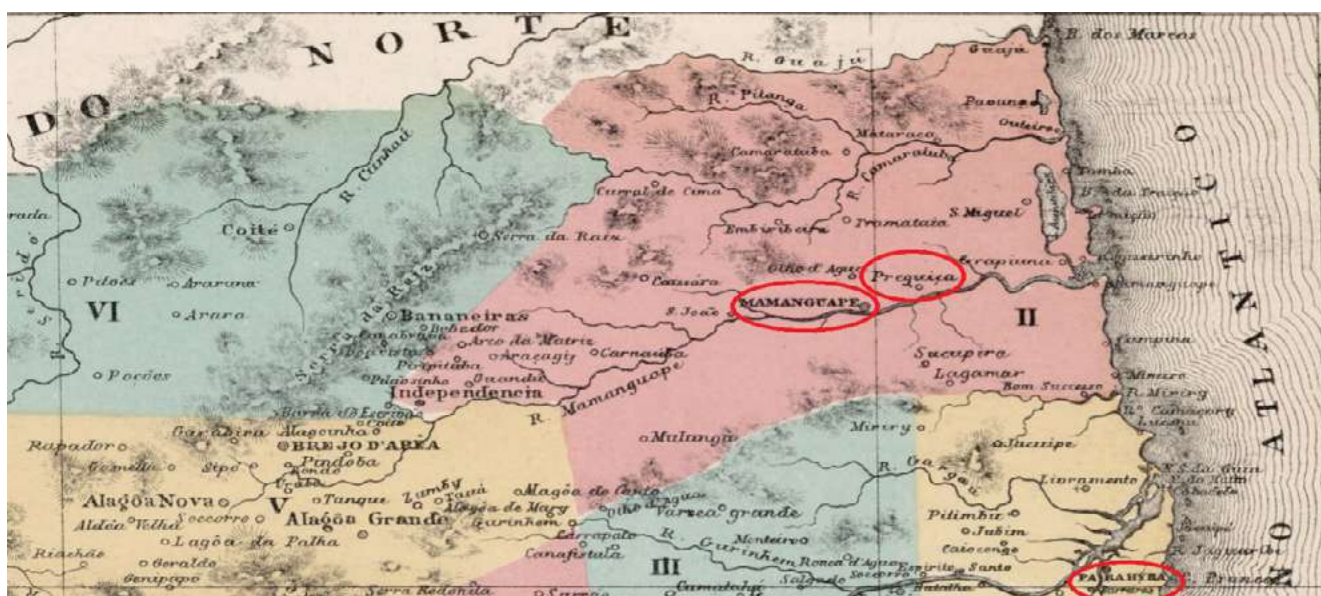


Figura 1 - Localização de “Rio Tinto” no mapa da extinta Província da Parahyba do Norte.

Aldeia da preguiça, assim era nomeado o povoamento que antes da chegada de uma indústria têxtil era habitado por índios potiguaras e apresentava engenhos desativados. Preguiça estava presente nas cartas régias da coroa portuguesa referentes ao processo de catequização dos nativos no século XVIII e posteriormente na segunda metade do século em 1768, quando foi elevada a vila, o que comprova que esse território apresentava uma grande quantidade de povos indígenas.

Todavia, em 1850 com a promulgação das Leis de Terras o território que os potiguaras habitavam passou pelo processo de ameaça de desmembramento, pois:

[...] na Província da Paraíba os aldeamentos indígenas (cita, entre outros, o de Preguiça) não têm sido administrados regularmente, nem recebido a catequese e (ou) a civilização necessária e que, muito pelo contrário, todas estas medidas resultavam em detrimento desses mesmos índios. Realmente, a situação precária dos índios se agravava com a Lei 601, que incitava a muitos a expulsarem os índios de seus territórios, especialmente quando, já rendeiros de suas terras, procuravam legalizá-las, afirmando que aí já não existiam índios aglutinados. (MOONEN, 2008, p. 12)

O evento ocorrido a partir dos anos de 1850, resultou, após 16 anos na extinção, na perda de terras indígenas da Vila da Preguiça e na transformação em um distrito da cidade de Mamanguape. Vemos nesse episódio não um

fato isolado, mas um acontecimento que ocorreu em todo o Brasil e que resultou na concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários e que se intensificou no século XX com o fortalecimento das oligarquias.

Assim sendo, o distrito da Preguiça (atual município de Rio Tinto), localiza-se no Litoral Norte e próximo a capital do Estado da Paraíba, João Pessoa (Antiga Parahyba do Norte) e até 1956 pertenceu a cidade de Mamanguape, antes de sua emancipação.

Foi no ano de 1917, devido a excelente localização geográfica, que os irmãos Lundgren, a saber: Alberto, Frederico e Arthur, adquiriram alguns engenhos para abrigar as futuras instalações de uma fábrica têxtil, através de avaliação das terras finalizadas por transações cartoriais. O historiador Eltern Vale, ressalta que a chegada do Grupo Lundgren no Estado da Paraíba aconteceu primeiro na capital do Estado no mesmo ano:

Na capital da Parahyba do Norte, os Lundgren haviam inaugurado nova filial das Casas Paulista, ampliando os negócios de tecidos, no atacado ou varejo. Utilizando-se estrategicamente de propagandas diárias no jornal A União, da capital paraibana, os Lundgren divulgam o colossal sortimento de todos os tecidos à venda nas Casas Paulista. (VALE, 2012, p. 59).

Contudo, não bastando o excelente negócio pela localização o grupo Lundgren recebeu, ainda, um “presente”¹ do Presidente de Estado do período, Camilo de Holanda. O cenário da economia paraibana encontrava-se na década de 20 no “boom” algodoeiro decorrente da Grande Guerra², o que representava bons investimentos para as indústrias de ramo têxtil. Dessa maneira, Camilo de Holanda (1916-1920) decretou uma carteira de crédito agrícola que garantia isenções a aqueles que investissem na prensagem de algodão, assim sendo, os industriais tiveram a posteriori que apenas pagar um imposto mínimo de importação de produtos.

Era o espaço ideal para a construção de núcleo fabril, uma vez que era próxima ao oceano, rodeada de rios, de uma vasta Mata Atlântica e afastada da cidade. Mas, apresentava mangues e pântanos o que necessitaram de assoreamento. Mesmo este empecilho resultou em lucro, pois houve ganho de madeiras de plantas nativas para caibros na construção dos telhados das residências.³

Além de tais vantagens, a importação do cimento estava em alta e inviabiliza a compra para as construções, assim utilizaram de recursos locais das terras da Preguiça, blocos de pedras calcárias que eram transformadas em pó, junto aos tijolos que eram produzidos pela olaria da própria fábrica e de fácil transporte pelas cinco locomotivas ali presentes.

¹ Em troca de isenções fiscais a fábrica passou a responsabilizar-se pelo desenvolvimento do núcleo fabril, custeando a construção e funcionamento nas áreas da saúde, segurança, educação e lazer. Era o início de uma cidade privada dentro de um município paraibano.

² Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial mais precisamente no ano de 1916, o Estado da Paraíba obteve uma grande demanda de matérias-primas e de alimentos para a importação, o que garantiu uma fase de equilíbrio econômico.

³ A extração dessa madeira foi oriunda do engenho “Três rios”, na mesma, tinha-se a presença do manguê de sapateiro (*Rhizophora mangle*).



Figura 2 - Matéria em destaque do Jornal Pequeno sobre a ampliação do parque industrial dos Lundgren.

Foram necessários sete anos de obras para finalmente, em 26 de dezembro de 1924, a Companhia de Tecidos Paulista - Fábrica Rio Tinto ser inaugurada. Rodeada de casas, farmácia, hospital, igreja, escola, praça e um clube recreativo, além de hotel, bares, restaurantes, cinema ao ar livre e o barracão para as feiras dos operários, a inauguração foi de grande destaque para os jornais dos Estados da Paraíba e de Pernambuco, além de ser prestigiada também por políticos.

VIGILÂNCIA, PODER E DISCIPLINA PARA ALÉM DOS “MUROS DA FÁBRICA”

A historiadora francesa, Michelle Perrot (2017), apresenta como a disciplina das fábricas mudaram conforme foram desenvolvendo-se. Foram necessários novos edifícios, nova ordem e novas punições por parte dos donos das indústrias, o que resultou no abandono do sistema de contestação e adesão ao sistema de exclusão que advertia, suspendia ou demitia.

Dentro das fábricas, existia um corpo de vigilantes que controlava os operários. E tais operários viviam sobre um princípio de organização que era baseado em modelos religiosos e militares, pois o silêncio era regra, bem como a hierarquia e a ordem em fileiras eram regras dentro desses espaços. No decorrer da transição entre os séculos XIX e XX, as fábricas depararam-se com uma nova crise disciplinar que exigia dos burgueses novas reorganizações, e tais organizações foram a intervenção no sindicato com o que Perrot denomina como “os delegados da casa”. A exemplo, temos a seguinte informação narrada pelo ex-empregado, sindicalista e ex-vereador João Batista Fernandes (doravante “Batistinha”) em seus livros de memórias, quando cita as palavras do Coronel Frederico Lundgren: “a política que deverá ser adotada aqui, em Rio Tinto, será entre mim, e meus operários. Não quero intrusos; pois se eles tomarem posição aqui, acabar-se a harmonia que existe entre a Fábrica e meus operários”. (ANDRADE, 1978, p. 64)

Diante as palavras do coronel, sabemos que no Brasil os movimentos operários se fortaleceram na segunda década do século XX, apresentando ameaças para os donos das fábricas. Nessa condição, existe uma diferença entre o que definimos como vilas operárias e núcleo fabril:

as vilas operárias estão inseridas em um espaço social urbano, e os núcleos fabris em uma zona isolada que oferecia serviços coletivos aos operários encontrados em áreas urbanas, cuja finalidade é a de controle intensivo a população submissa e residente, assim seus operários ficavam afastados do

“perigo comunista” a partir dos anos 20, e das discussões de greves que poderiam ser levantadas aos sindicatos. (ANDRADE, 2019, p. 60)

Dessa maneira, percebemos que a Fábrica Rio Tinto se insere em um núcleo fabril, o que torna mais cômoda e fácil a vigilância e a disciplina no espaço, pois o poder dos Lundgren é legitimado pelo Estado com o comando de todo o distrito. Como organização de um policiamento local e privado, o núcleo contava com os chamados “caveiras” responsáveis por reproduzir informações sobre Rio Tinto aos diretores da fábrica.



Figura 3- Resquícios do Palacete, símbolo de poder dos industriais. Localizado na Vila de Montemor nos anos 40, para abrigar os industriais em visita ao parque industrial. A sua arquitetura lembra as antigas casas dos senhores de engenho.

Ao invés de dependerem economicamente do Estado⁴, passaram a serem credores para o mesmo, pois arcam com todos os custos do núcleo fabril, afastando o próprio poder público dos seus deveres e obrigações para a população local. Por esse motivo, o historiador paraibano José Octávio de Arruda Mello define o núcleo fabril de Rio Tinto como um “Estado dentro de outro Estado”. E isso nos apresenta a base do coronelismo: o poder dividido entre o público e o privado, acompanhado da autonomia extralegal, do clientelismo e do mandonismo que levou de imediato familiares e empregados da fábrica a política local da cidade sede e a do próprio Estado como deputados.

Afastando-se do ambiente das grandes cidades, visto como fonte de perigos sanitários, morais e políticos, ampliou-se o controle das circunstâncias que envolviam o cotidiano operário nos assentamentos que criaram o que possibilitou aos industriais, a chance de obter um grupo de trabalhadores mais produtivo e submisso. (FERNANDES, 1978, p. 35)

Percebemos a representação do poder a partir das compras de alguns engenhos da localidade da Preguiça, porque isso não significou tranquilidade entre os indígenas que ali estavam antes da fábrica. Ao contrário, os indígenas foram os que mais sofreram com a chegada da indústria na região, pois perderam uma parte das terras onde viviam e viram a paisagem sendo alterada pelo que denominamos como o advento da modernidade.

⁴ Segundo a historiografia produzida sobre o fenômeno político do coronelismo, era comum que os coronéis apresentassem decadência econômica e dependerem financeiramente do Estado, nesse caso temos uma especificidade.

Por isso, tiveram que se deslocar para outra área, Montemor (atual Vila Regina), de acordo com os relatos dos indígenas que tiveram as terras separadas entre as que passaram a ser dos industriais e as que poderiam ocupar. É interessante analisar que ocorre uma divisão de terras em uma área que desde o período imperial era reconhecida como indígena, pois Preguiça era um aldeamento, foi elevada a vila e apenas no início do século XX foi rebaixada a aldeia novamente.

Esse problema territorial levou a, na época, o Presidente de Estado, João Pessoa, intervir nas invasões das terras potiguaras. Entretanto, João Pessoa foi assassinado no ano de 1930⁵ e assim foi impossível bloquear as ações da fábrica contra os indígenas. A exemplo do poder dos industriais sob a população indígena, temos o relato da antropóloga Mariana Araújo:

Muitos Potiguaras relatam que quando uma família se recusava a entregar suas terras para os Lundgren tinham suas casas atacadas e destruídas pelos capangas do Coronel Frederico durante a noite impossibilitando a fuga, muitos indígenas tinham medo de se aproximar de suas famílias para não serem pegos, devido a esse fato muitos optaram pela dispersão ao migrarem para outras aldeias ou cidades do entorno. (ARAÚJO, 2017, p. 129).

A invasão da Vila de Monte Mor, ocorreu pelo interesse da expansão do parque industrial para outras sessões de produção de tecidos, realizando-se na década de 30 e criando um pequeno núcleo fabril dentro de outro. Como compreensão desse acontecimento, sabe-se que a denominada República Velha é caracterizada pelo poder dos coronéis. O fenômeno político denominado de coronelismo constitui um sistema de negociação entre os chefes locais com o poder estadual e federal, estabelecendo, assim estruturas que mantinham as oligarquias no poder.

Conquanto suas consequências se projetam sobre toda a vida política do país, o “coronelismo” atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Consequentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno. (LEAL, 2012, p. 230)

Diante a definição de Victor Leal, vemos que seria o coronelismo inviável em um ambiente industrial. Contudo, sabemos que o próprio coronel é uma figura que se reinventa na sociedade perante as possibilidades locais, e foi isso que aconteceu com os industriais. Assim, o núcleo industrial dos Lundgren foi pensado de forma homogênea, criando todo um “espetáculo” para uma população, de maneira que nada deveria reclamar, apenas agradecer. O que explica o poder dentro do próprio sindicato para amenizar as tensões que poderiam ocorrer e do fortalecimento de um dualismo do Estado referida por Mello anteriormente.

⁵ A morte de João Pessoa levou ao conhecido golpe de 30, orquestrado por Getúlio Vargas que assumiu o cargo de Presidente da República.

As instituições sociais da fábrica - Rio Tinto e o cotidiano operário



Figura 4- Vista aérea do núcleo fabril de Rio Tinto, da década dos anos 40. Na foto podemos ver as imediações da fábrica, as ruas, casas, igreja e a praça.

Para a antropóloga Rosilene Alvim, a construção das fábricas dos Lundgren estavam inseridos em um jogo de “sedução”. Sedução porque naquele contexto existia uma grande divulgação desses parques industriais que ofereciam diversos serviços essenciais para os seus trabalhadores. Desse modo, em um momento em que ocorria a transição do trabalho rural para o industrial/urbano essa estratégia de atração era essencial para a explosão de operários em suas fábricas. O próprio Coronel Frederico Lundgren orientava os seus aliciadores, ordenando, por exemplo, que: “digam pra eles que venham para Rio Tinto. Digam pra eles que até das torneiras daqui, em vez d’água, jorra leite”. (FERNANDES, 1971, p. 33)



Figura 5- Algumas ruas do núcleo fabril de Rio Tinto. Podemos perceber casas simples com padrões higiênicos, ruas sem calçamento, a presença de um chafariz (foto à direita) e vegetação da Mata Atlântica ao fundo das residências.

Essa ideia de paraíso que deveria ser repassada, não iludia a todos, mas representava uma esperança para aqueles que sofriam com a seca, por exemplo, era abundância e a fartura que a companhia apresentava. Assim, com o

intenso serviço de recrutamento pela fábrica, o núcleo fabril de Rio Tinto contou na década de 30 com um montante de 20 mil operários, 1.700 casas que intensamente vinham sendo ampliadas para novos trabalhadores. Era a sede de braços que movimentava o núcleo fabril de Rio Tinto, que a cada dia recebia cada vez mais extensas famílias.

O recrutamento de pessoas, no interior da Paraíba, Rio Grande do Norte e outros estados, são feito por aliciadores de homens e mulheres a novo modo de vida: trabalho em fábrica de tecidos. Há a disseminação da imagem de que Rio Tinto é lugar de prosperidade, de trabalho, de melhores condições de vida. É o que diz um ex-serralheiro, chegado à Rio Tinto em 1930, ressaltando o papel dos aliciadores da fábrica em busca de mão-de-obra nos sertões da Paraíba: “Rio Tinto, que era aquela fama né. Os agentes da Companhia saíam com caminhões pelo interior, procurando família aqui e ali, traziam aquelas famílias, aí chegavam aqui e empregavam. Toda semana, vinha dois caminhões de gente aqui”. (VALE, 2012, p. 70).

Deste modo, era necessário que esses operários tivessem o que fazer depois do expediente de trabalho, e por isso o núcleo fabril abrigou tantos espaços para essa finalidade, como mostram as imagens a seguir:



Figura 6- Primeiro Grupo Escolar do núcleo fabril, o extinto “Presidente Dr. João Suassuna”. Teve o seu nome alterado em homenagem ao Coronel Frederico Lundgren, após a sua morte na década de 40.



Figura 7- Antiga sede do América Futebol Clube, o mais antigo do núcleo fabril. A imagem transita entre as décadas de 80/90.



Figura 8- Na esquerda a Igreja Santa Rita de Cássia e na direita parte da praça João Pessoa com as suas árvores (idealização do moderno) e alguns dos chalés (residências dos sujeitos de alto cargo na fábrica).



Figura 9- À esquerda, o antigo Cine Teatro Orion (marca da modernidade no núcleo fabril, com uma área coberta de 2.000m² com capacidade de 1.800 pessoas) e à direita está a fachada do antigo “Barracão da Fábrica Rio Tinto” (as vendas dos alimentos eram em preços acessíveis aos seus operários, mais barato que o da feira livre).



Figura 10- Alunos em frente ao EACFL (Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren) parceiro do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

As imagens anteriores nos mostram como foi construído, dividido e mantido o núcleo fabril da Fábrica – Rio Tinto. Além das instituições mostradas, foram criados times esportivos, como o Flamengo, O Rio Tinto, clubes, campos de futebol além dos passeios que os próprios patrões ofereciam. Por isso para a historiadora Michelle Perrot:

As grandes empresas não limitam seu controle ao perímetro da fábrica. Elas tentam estendê-lo à vida cotidiana dos trabalhadores, através de todo um conjunto de instituições e uma política de ordenamento do espaço, chegando até a constituição de verdadeiras cidades industriais. (PERROT, 2017, p. 71).

De tal modo, a fábrica, as casas, as ruas e todos os outros espaços criados tinham duas finalidades: gerar emprego e capital e de manter esses operários em uma área que fosse isolada e tivesse sempre em supervisão dos donos da fábrica, era, portanto, estabelecido um ciclo de vigilância contínua que emergia para além dos muros da fábrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da compreensão da construção das fábricas do Grupo Lundgren nos Estados de Pernambuco e da Paraíba, foi possível perceber que este detinha um grande poder político, econômico e social a partir de seus parques industriais. As Fábricas foram uma válvula econômica para os respectivos Estados, gerando uma grande quantidade de empregos e de renda para o Nordeste, principalmente com a fundação das Casas Paulistas (atual Casas Pernambucanas) que popularizou os tecidos das indústrias.

Mas, o que mais chama a atenção é a percepção de como a Fábrica Rio Tinto foi projetada para vigiar e disciplinar os seus operários em toda extensão fabril. Além do dualismo presente entre as formas de vigilância e disciplina das fábricas diante um cenário político no Nordeste, que era fortemente marcado por oligarquias e coronéis, estes últimos que também fazem parte de um modo adaptado, pois como afirma Victor Leal a respeito do coronelismo: “se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos”. (LEAL, 2012, p. 237).

Marcado por um jogo de sedução, de acordos políticos e econômicos, bem como de chefias em cargos municipais, temos esses industriais mostrando que a figura do coronel dependia da legitimação de seu poder para assim poder concretizar-se. Foi a fábrica Rio Tinto um exemplo dessa dominação política e social a partir da inserção do

poder privado no cenário público, essencial para a presença e o fortalecimento do clientelismo e do mandonismo, bases do fenômeno coronelístico.

A localização rural e o isolamento espacial dos núcleos fabris revelam também uma busca de autonomia da fábrica na gestão do lugar em relação aos poderes sediados nas cidades. Essa autonomia na gestão do lugar permitia impedir o surgimento de atividades vistas pelos patrões como incompatíveis com o cotidiano regrado e produtivo que se pretendia impor à população. (PANET *et al.*, 2002, p. 143).

Portanto, compreende-se que as instituições sociais da Fábrica Rio-Tinto foram criadas com a finalidade de legitimar o poder dos coronéis industriais, mantendo os seus operários disciplinados para controlá-los em um espaço isolado e vigiado em um distrito no Estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

Livros

- ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade**: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- FERNADES, Batista João. **Rio Tinto**: o extinto. Sapé: s.n., 1971.
- FERNADES, Batista João. **Rio Tinto**: o falso município. Sapé: s.n., 1978.
- LEAL, Nunes Victor. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz. **História dos índios Potiguara**: 1500-1983 Relatórios e Documentos. Recife: s.n., 2008.
- PANET, Amélia *et al.* **Rio Tinto**: estrutura urbana trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ editora, 2002.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890 -1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Monografia e Dissertação

- ANDRADE, Jessica Monteiro Viana de. **Dos núcleos fabris ao poder local**: um coronelismo industrial no interior da Paraíba (1917-1949). 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
- VALE, Campina Eltern. **Tecendo fios, fazendo história**: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

Artigos publicados em websites

- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados** [online], v. 40, n. 2, 1997.

Artigo de periódico

- VALE, Campina Eltern. “Da Aldeia da Preguiça à Ativa Colmeia Operária”: O Processo de Constituição da Cidade-fábrica Rio Tinto - Parahyba do Norte (1917-1924). **Revista Crítica Histórica**, Ano III, n. 5, jul. 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2783>. Acesso em: 30 set. 2020.



Homepage

FACEBOOK. @riotintopb, 2020. Fotos. Disponível em: <https://www.facebook.com/riotintopb>. Acesso em: 30 set. 2020.

DAVID RUMSEY. *DavidrumseyMapCollection*. 2020. Parahyba. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com>. Acesso em: 30 set. 2020.

RIO TINTO. *Riotinto.pb*, 2019. Pontos Turísticos. Disponível em: <http://www.riotinto.pb.gov.br/turismo/pontos-turisticos/>. Acesso em: 30 set. 2020.

Documento de arquivo

<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/37707>. Acesso em: 05 mai. 2019.

OS IMPACTOS DO RIO PARNAÍBA NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA CAPITAL PIAUIENSE (1930-1945)

Danielle Filgueiras Santos¹

Joseanne Zingleara Soares Marinho²

Resumo: O artigo tem o objetivo de analisar os impactos do rio Parnaíba no ideário e nas práticas modernizadoras em Teresina, capital do Piauí, entre 1930 e 1945. Durante esse período o rio Parnaíba, através da navegação a vapor, posicionou o Piauí como um dos principais exportadores de produtos extrativistas, gerando uma relativa melhora econômica que contribuiu para a intensificação do imaginário progressista teresinense. Entretanto, ele também consistia em um grande foco de proliferação de mosquitos transmissores de doenças infectocontagiosas, além de ocasionar grandes prejuízos com suas cheias violentas. Para a realização dessa análise, além do aporte teórico, foram utilizadas fontes hemerográficas, relatórios e mensagens governamentais. Foi possível perceber que, apesar de proporcionar riquezas para o Estado e a subsistência de muitas famílias, o rio Parnaíba também propiciava uma série de desvantagens aos que residiam nas suas proximidades, interferindo na ordem social e na constituição do espaço urbano de Teresina.

Palavras-chave: História. Cidade. Rio Parnaíba.

INTRODUÇÃO

O Piauí é um estado situado no Nordeste brasileiro e tem seus limites territoriais estabelecidos desde o Oceano Atlântico (Norte) ao Estado da Bahia (Sul). Ao Leste faz fronteira com o Ceará, e ao Oeste o rio Parnaíba o separa e, ao mesmo tempo, o une com o Maranhão. O Parnaíba é considerado o maior rio genuinamente nordestino, e possui 1.485 km de extensão (GANDARA, 2008). Ao longo da história piauiense, várias cidades-beira foram edificadas às suas margens ou proximidades, sendo esse apenas um dos aspectos que revelam sua importância para configuração do estado.

Em meados do século XIX uma série de debates acerca das possibilidades de desenvolvimento econômico oferecidos pela então capital Oeiras foram questionados, com intuito de averiguar a garantia de uma estabilidade financeira para a Província que constantemente enfrentava crises e oscilações. Em razão das supostas dificuldades que giravam em torno dos moradores daquela cidade surgiram cogitações da transferência da sede administrativa para outro local, proposta que foi apoiada por uma parcela da elite e dos políticos piauienses geralmente chamada de pró-mudancista (GANDARA, 2011).

Em meio à situação de pobreza que o Piauí vivia nesse período, as secas periódicas ocasionavam sérias crises socioeconômicas, dificultando a vida de quem residia nessas localidades. Tais dificuldades colocavam os

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Poeta Torquato Neto. E-mail: daniellefilgueiras@outlook.com.

² Professora Adjunta da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: joseannezsm@gmail.com.

nordestinos sob o signo do atraso, da pobreza e da estagnação. Não só Oeiras e os demais povoados piauienses, mas várias províncias da região sofriam com estereótipos pautados nas características climáticas. Diante disso, os rios e riachos representavam esperança de crescimento. E por essa razão, os que apoiavam a mudança da capital afirmavam que era imprescindível que a nova sede estivesse situada nas proximidades de uma rota fluvial, nesse caso, o rio Parnaíba (CHAVES, M., 1998).

A localização da segunda capital piauiense foi amplamente discutida e dentre os vários aspectos que contribuíram significativamente para a escolha da Chapada do Corisco, hoje Teresina, a proximidade com as águas parnaibanas foi vista como um elemento crucial para a execução do plano de transferência administrativa. Fundada em 1852, Teresina foi planejada conforme o ideário modernizador³ da época. Portanto, seu projeto já nascera incumbido de proporcionar possibilidades de desenvolvimento e avanço nas diversas áreas em que se constitui uma sociedade (NASCIMENTO, 2011b).

A nova capital ribeirinha dava acesso direto ao rio Parnaíba, que já tinha seu potencial reconhecido e mencionado muito antes da cidade surgir (GANDARA, 2008). A navegabilidade era essencial para a consolidação do progresso do estado e isso foi bastante evidenciado nos documentos da época, bem como o fato de que periodicamente o próprio Parnaíba contradizia esse ideário. Se por um lado o rio conseguia trazer novos ares para o Piauí através da atividade exportadora viabilizada pela navegação fluvial, por outro ele gerava inúmeros prejuízos para os beiradeiros⁴.

Diante disso, o objetivo desse trabalho é analisar os impactos do rio Parnaíba no processo de modernização de Teresina no período compreendido entre 1930 e 1940, posto que a atual capital do Estado do Piauí foi pensada e planejada tendo esse grande rio como baliza e este continuou, e continua, reconfigurando a imagem da cidade ao longo dos anos. Considerando tal problemática, foi realizado o estudo das obras bibliográficas referentes ao tema, dentre as quais é possível destacar Gercinair Gandara (2008), Erasmo Moraes (2013) e Joseanne Marinho (2018), fundamentais para a compreensão das especificidades do assunto tratado, bem como do contexto histórico-social no qual se encontra.

A maior parte das fontes primárias foram disponibilizadas para pesquisa no Arquivo Público do Piauí Casa Anísio Brito e correspondem sobretudo aos Jornais e Revistas, Mensagens e Relatórios Governamentais, das décadas de 1930 e 1940, além das fotografias disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e fontes, sobretudo mensagens governamentais, obtidas por meio do site da Biblioteca Nacional. É importante mencionar ainda que este trabalho é fruto de uma pesquisa PIBIC (UESPI 2019-2020), orientada pela Professora Dr.^a Joseanne Zingleara Soares Marinho, e intitulada “As águas levadas pelo rio Parnaíba: urbanização, sociabilidades e saúde no cotidiano das embarcações e das populações ribeirinhas de Teresina (1930-1970)”.

³ Segundo Marshall Berman, a modernização pode ser definida como o turbilhão de transformações políticas, econômicas e sociais empreendidas na vida moderna, “[...] que, em princípio, uma vez encetados, se desenvolvem por conta própria”. Portanto, a manifestação mais tangível desse processo modernizador se dá através do aprimoramento dos espaços urbanos. Nesse sentido, o ideal modernizador pode ser compreendido como as aspirações em torno das transformações na infraestrutura citadina, que corresponde à construção/alargamento/calçamento de ruas, praças, edificação de prédios, melhorias no setor de transporte, na economia, no abastecimento de água e luz elétrica, e etc. (BERMAN, 1986, p. 129).

⁴ Conforme Gercinair Gandara (2008) entende-se por beiradeiros são os que nasceram ou cresceram nas cidade-beira, ou seja, aquelas que margeiam rios, lagoas, lagos, o mar, e até mesmo construções humanas, como estradas, rodovias e avenidas. Já as cidades ribeirinhas são somente aquelas edificadas às margens de água doce, rios, córregos e ribeirões, e seus moradores também são chamados de ribeirinhos.



A CIDADE IDEALIZADA: AS CONTRIBUIÇÕES DO RIO PARNAÍBA PARA MODERNIZAÇÃO DE TERESINA

O ideário modernizador, no sentido de desenvolvimento urbano e econômico, norteou Teresina desde o seu planejamento e edificação, que foi efetivado em 1852. De igual modo, o rio Parnaíba esteve presente desde o seu nascimento, modelando as configurações da cidade e dando base financeira para o Piauí. Após o estabelecimento da Companhia de Navegação a Vapor, em 1858, a escolha do Conselheiro Saraiva⁵ parecia certa, tendo em vista que a navegabilidade do Parnaíba foi primordial para a independência financeira da Província.

Durante toda a segunda metade do século XIX a instabilidade da navegação fluvial era bastante perceptível. Além dos empecilhos naturais, conhecidos desde as primeiras menções do estabelecimento da navegação, havia conflitos de posicionamentos a respeito de sua continuidade e dos recursos destinados a tais fins. Apesar disso, a navegabilidade foi assegurada e começou a gerar lucros para o Estado. Sobretudo, através da exportação de produtos extrativistas, no final do século XIX, o Piauí trocava o mugir dos bois que pastavam nas margens do grande rio pelo sulcar dos vapores que levavam e traziam os produtos extrativistas por suas águas (QUEIROZ, 2006).

Com a modernização do setor de transportes a nível nacional, esse tema foi sendo cada vez mais inserido nas pautas piauienses, fazendo com que houvesse também um direcionamento da atenção para o crescimento das demandas da capital no que diz respeito ao transporte público. Embora a navegabilidade fosse crucial para a realização dos anseios piauienses, durante a Primeira República houveram uma série de fatores que contribuíram para a redução do fluxo e uma relativa crise da navegação fluvial, dentre os quais é possível mencionar a queda na exportação da cera de carnaúba, o anseio pela modernização no setor de transporte e os dispêndios da navegação a vapor, acentuados em razão da falta de apoio privado, além das crises climáticas. Entretanto, como não havia muitas alternativas para o governo no que diz respeito ao escoamento dos produtos, a opção mais viável era investir no reestabelecimento e no melhoramento do tráfego no rio Parnaíba. Sobre isso, o João de Deus Pires Leal, Governador do Piauí, escreveu na Mensagem de 1930:

No empenho de reestabelecer a navegação regular no Rio Parnahyba, nossa representação federal conseguiu fosse para ella votada uma subvenção anual, que deveria ascender ao maximo de 400:000\$000. Procurei encontrar no nosso Estado um particular que quizesse ter a iniciativa da incorporação de uma empresa para tal fim. Muitas foram as dificuldades encontradas e que me levaram á resolução de tomar a iniciativa desse empreendimento, por conta do Estado. Neste proposito, entrei em entendimento com estaleiros da Europa, para a construção da frota necessária e autorizei fosse o serviço ajustado com o Estado. O contrato celebrou-se a 29 de abril do anno passado [...]. (PIAUI, 1930, p. 51-2).

Mesmo com as implicações que estavam sobre a navegação, os piauienses, sobretudo aqueles que eram envolvidos com algum tipo de negócio que necessitava da intervenção do rio, sabiam que não havia outra alternativa no momento. Por essa razão, segundo uma matéria do Almanaque da Parnaíba, mencionada na obra de Gercinair Gandara, houve uma mobilização a fim de “[...] reerguer a navegação a vapor no rio Parnaíba”, pois a mesma teria sofrido “[...] uma grande crise e teria desaparecido não fossem a clarividência com que os armazéns piauienses, na sua maioria, encararam o assunto e levaram os ombros a soerguê-la, fundando para isso a União Fluvial Ltda” (ALMANAQUE *apud* GANDARA, 2008, p. 173).

⁵ No século XIX, o Presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva, autorizou a mudança da capital para a Vila Nova do Poty e a construção da atual cidade de Teresina, motivado, dentre outras coisas, pelas possibilidades de implementação da navegação a vapor no rio Parnaíba (CHAVES, M., 1998).



Nesse período o Brasil vivia um turbilhão de acontecimentos marcantes e significativos em sua história social e política que provocaram uma reconfiguração em diversos setores relevantes para a nação. Submersos no ideário progressista do governo Vargas, os brasileiros iniciaram uma intensa jornada para implantar medidas de aformoseamento urbano e de ordenação social. Essas melhorias refletiram bastante na conjuntura social, sobretudo dos nordestinos, pois esses viam promessas recorrentes sendo cumpridas e materializadas por meio das ações governamentais. O país já vinha caminhando lentamente rumo ao aprimoramento da infraestrutura. A industrialização, por exemplo, era incentivada no período anterior à posse de Getúlio Vargas, contudo foi a partir de seu governo que “[...] pela primeira vez a produção fabril brasileira [ultrapassou] a agrícola como principal atividade da economia.” (DEL PRIORE, 2016, p. 254).

No Piauí, o maior representante desse governo era o médico Leônidas de Castro Melo. Sua gestão, subordinada ao sistema de interventorias estadonovista, gerava nos piauienses sentimentos semelhantes ao que tinham a respeito de Vargas (MARINHO, 2018). Essas características políticas e a valorização do extrativismo vegetal, principal atividade econômica do estado, potencializaram o entusiasmo a respeito do progresso de Teresina, bem como das demais cidades piauienses, aumentando as perspectivas de elevação da cidade aos níveis das outras capitais brasileiras.

Dessa forma, no que concerne à navegação, no início da década de 1930, o governador do Estado, João de Deus Pires Leal, começou a fazer investimentos no sentido de reestruturar a marinha mercante piauiense, através de um contrato com estaleiros europeus que viabilizou o aprimoramento da frota e restaurou o sentido da estrada líquida (PIAUI, 1930). Em 1935, por meio do decreto n. 33, foi proibida a exportação das sementes e mudas das carnaubeiras⁶ para outros estados e para o exterior. Com isso, o Piauí buscava proteger os seus carnaubais⁷, ao passo em que também visava superar o Ceará, que era líder na produção. Essas iniciativas foram conduzidas por Landry Sales, Interventor do Piauí, que reafirmou a dependência do rio Parnaíba em sua Mensagem de Governo:

Quarenta e nove annos depois que Dr. Raymundo Theodorico de Castro e Silva, então Presidente da Provincia, obteve dotação orçamentaria para que realizassem obras de desobstrução do rio Parnahyba, pude alcançar, do Governo da União, um crédito de Rs.....130:000\$000 destinado a melhoramento das condições de navegabilidade da mesma artéria fluvial, que é, sem nenhuma contestação, o principal meio de transporte do Estado e o único escoadouro effectivo à sua produção. (PIAUI, 1931-35, p. 124).

Esses serviços de melhoramento consistiam na retirada de árvores que caíam dentro do rio devido à força das chuvas ou erosão de suas margens, a fim de evitar o assoreamento e consequentemente a obstrução da rota fluvial. Isso revelava que o Parnaíba, mesmo a contragosto, ainda conseguia penetrar nos projetos modernizantes do Estado. A partir disso, a efervescência da navegação foi percebida, tendo esta atingido seu auge entre as décadas de 1940 e 1950. Segundo Gercinair Gandara, a Capitania dos Portos de Teresina informava que nesse período o rio

⁶ A carnaubeira, também chamada de carnaíba ou simplesmente carnaúba, é uma árvore muito comum nas matas piauienses, principalmente nas regiões dos vales dos rios. Além da cera, a carnaúba possui várias outras utilidades, sendo possível fazer uso da madeira, das folhas, frutos, raízes e palhas. Em 2017, ela foi eleita árvore-símbolo do Piauí, através de uma votação que contou com quase treze mil participações e foi elaborada pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMAR, em parceria com a Universidade Estadual do Piauí – UESPI. (COM 49% dos votos, Carnaúba é eleita árvore símbolo do Piauí. **Cidade Verde**. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/256430/com-49-dos-votos-carnauba-e-eleita-arvore-simbolo-do-piaui> Acesso em: 27 set 2020).

⁷ Os carnaubais piauienses consistiam na maior riqueza do estado. A procura pelo produto e a venda clandestina gerou um enorme desmatamento nas plantações piauienses, tendo em vista que a carnaúba era bastante requisitada pelo mercado externo em razão do seu componente bélico, utilizado na Segunda Guerra Mundial. O auge das exportações se deu nas décadas de 1930 e 1940 (QUEIROZ, 2006).

Parnaíba servia como estrada líquida para “[...] treze vapores, dezessete lanchas, três lancha motor, dois pontões, uma lancha a gasolina, vinte e três barcas de ferro, sessenta e cinco barcas de madeira.” (GANDARA, 2008, p. 174). Eles se tornaram peça fundamental para a dinamização econômica do Piauí, além de se constituírem como um relevante símbolo de modernização e de afirmação cultural.

Essa nova ascensão econômica provocou também a intensificação de um discurso que incentivava o aprimoramento do centro urbano. A elite, acreditando que o progresso só viria através da ordem, lutava para organizar a sociedade e os espaços citadinos. Tais percepções eram advindas do ideário modernizador, que estava pautado nas transformações urbanísticas realizadas em outras capitais brasileiras, como o São Paulo e Rio de Janeiro, que por sua vez se inspiravam na experiência francesa, posto que, segundo Marshall Berman (1986, p. 147), “[...] os bulevares de Napoleão e Haussman criaram novas bases – econômicas, sociais, estéticas [...] características [que] ajudaram a transformar Paris em um espetáculo particularmente sedutor, uma festa para os olhos e para os sentidos.”

No que diz respeito à maior parte dessas transformações percebidas em âmbito internacional, o Brasil ainda se encontrava no século anterior, carregando uma imagem de país atrasado e um título de grande hospital por causa da recorrência das doenças (HOCHMAN, 2012). Por essa razão, era necessário empreender medidas que solucionassem de maneira satisfatória os problemas dos estados, a fim de que a nação como um todo fosse beneficiada. O mesmo se aplicava às cidades.

Seguindo as recomendações das autoridades nacionais, dos engenheiros e dos médicos sanitaristas, o processo de aformoseamento de Teresina foi retomado com maior intensidade e interferência governamental. Embora seu crescimento não tenha ocorrido nos níveis das grandes capitais brasileiras, as tentativas de implementar ações no sentido de modernizá-la foram aplicadas durante as décadas de 1930 e 1940 e transformaram parte da sua estilística. A nova arquitetura, seguindo a que foi adotada no Estado Novo, era composta por linhas retas e simples e buscava romper com os padrões arquitetônicos do passado (NASCIMENTO, 2011a).

Sob este ideal foram construídos vários prédios públicos durante o governo de Landry Sales, entre 1931 e 1935, e de seu sucessor, Leônidas Melo, que governou o Estado do Piauí entre 1935 e 1945. A título de exemplificação é possível mencionar o edifício do Correios e Telégrafos, a Escola de Aprendizes e Artífices e prédio do Liceu Piauiense, onde atualmente funciona o Colégio Estadual Zacarias de Góes (NASCIMENTO, 2011a). Os jornais veiculavam matérias que mostravam a “[...] eficiência do governo [de] Leônidas Melo”, que atuava “[...] no sentido de, cada vez mais, elevar Teresina aos moldes de cidade moderna” (GAZETA, 1942, p. 2). Com passagens amplas e um paisagismo bem construído, as praças da cidade ficavam mais convidativas, atraindo a presença de pessoas pertencentes aos segmentos sociais elevados e melhorando o aspecto urbano, conforme os padrões da época (TERRA DE MAFRENSE, 1939).

Contudo, assim como ocorria em âmbito nacional, essas melhorias eram repassadas de forma estratégica pelos mecanismos de propaganda governamental⁸ a fim de construir uma imagem idealizada do Interventor e,

⁸ O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) era o responsável por fiscalizar as ações da imprensa nos estados e estava vinculado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939. (MARINHO, 2016) Em Teresina vários periódicos deixaram de circular nesse período, pois afetavam de alguma maneira a imagem de progresso que os adeptos à essas propostas políticas esmeravam-se para construir. O Diário Oficial circulou durante todo o período estadonovista, e ocupava posição de destaque entre os periódicos da cidade, pois, além da sua regularidade, era também propriedade governamental. Inicialmente destinado à publicação das ações oficiais, tornou-se um diário informativo durante o Estado Novo, dada a ausência de periódicos com tais finalidades em razão da censura implementada. Para atender à nova demanda, suas instalações foram modernizadas e novos equipamentos foram adquiridos, de forma que a capacidade do diário passou a ser de 3.000 exemplares por dia (NASCIMENTO, 2011a). Assim, o governo piauiense passou a ter controle também sobre as publicações que correspondiam aos outros aspectos da sociedade, e não apenas do que era referente às medidas oficiais.

principalmente, de Getúlio Vargas, e nem sempre elas favoreciam os setores menos abastados (MARINHO, 2016). O novo Código de Postura, publicado em 1939, exigia a remodelação das residências que ficavam localizadas na principal via da cidade, Avenida Frei Serafim, e as que não estivessem de acordo com o que foi estabelecido seriam demolidas (NASCIMENTO, 2009). Portanto, a política intervencionista do Estado Novo ocasionava mudanças no cotidiano dos moradores da cidade, sobretudo dos segmentos pobres. Parte disso era justificado através das normas da medicina preventiva e da intencionalidade de manter a urbe limpa e salubre.

POBREZA, DESTRUIÇÃO E DOENÇAS: O RIO PARNAÍBA E AS CONTRADIÇÕES DO PROJETO MODERNIZADOR

Estrategicamente fundada às margens do rio Parnaíba, a Cidade Verde, título conferido pelo poeta Coelho Neto em visita à capital piauiense, em 1899, foi aos poucos sendo modificada e construída até que se tornasse referência para todo o Norte e Nordeste do Brasil⁹, sobretudo, no que diz respeito à saúde pública, que atualmente é considerada a melhor do meio-norte do país (ALVARENGA, 2013; LIMA, 2002). Mas, ainda assim, Teresina estava repleta de aspetos que contradiziam o apogeu das décadas de 1930 e 1940, revelando que ele não era tão perfeito e sólido como parecia. A capital, bem como outras cidades do Piauí, sofria periodicamente com o aparecimento de doenças infectocontagiosas, que geravam preocupação nos setores médicos e políticos, tendo em vista que ameaçavam o projeto proposto para o estado (MARINHO, 2018).

A relativa estabilidade financeira que o Piauí experimentou durante as décadas de 1930 e 1940, resultante, sobretudo, da valorização dos produtos extrativistas no mercado externo, não foi consistente o bastante para mudar a conjuntura do estado. Apesar de todos os investimentos para transformar a capital ribeirinha em uma cidade moderna, com uma infraestrutura semelhante às de outras metrópoles do Brasil, com cidadãos e a dinâmica social conduzidos de forma ordenada, essa não era a realidade segundo os jornais que voltaram a circular com o fim do Estado Novo e o término da censura (MARINHO, 2016).

O médico piauiense Francisco Vitoriano de Assunção escreveu em seu artigo publicado na Revista da Associação Piauiense de Medicina as condições de vida da população pobre de Teresina na década de 1940. Conforme seus relatos, essas pessoas residiam em casas simplórias e viviam suscetíveis à uma série de doenças. As casas eram construídas com paredes de taipa¹⁰, a maioria possuía telhado de palha e poucas entradas de luz. Com uma pequena quantidade de cômodos, geralmente eram desprovidas de espaços adequados para higienização pessoal, como banheiros e lavatórios (ASSUNÇÃO, 1943). As residências ficavam afastadas do centro urbano, a fim de que o espaço da central fosse constituído apenas de prédios condizentes com a arquitetura moderna, evitando que os pobres manchassem a imagem que a elite se esforçava para construir.

Assim, essa parcela da população era redirecionada para as áreas marginais, sobretudo para Zona Norte de Teresina, e passavam a habitar em terrenos que ficavam próximos aos rios Parnaíba e Poti. Essa região possuía cerca de 34 lagoas, e muitas delas foram aterradas para atender à expansão territorial, o que aumentava ainda mais os

⁹ Segundo Edmundo Neto (2019), a influência de Teresina sobre as demais cidades do estado e proximidades fez com que o IBGE (2008) a classificasse como capital regional A. Essa classificação diz respeito ao segundo nível da gestão territorial, que identifica a hierarquia urbana de uma região. Ela é conferida com base não somente no tamanho da urbe, ou crescimento populacional, mas especialmente pela quantidade e variedade de serviços oferecidos e a variedade dos mesmos.

¹⁰ Uma técnica de construção, também chamada de taipa de sopado ou parede de pau-a-pique, que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu amarradas entre si por cipós, dando origem a um painel perfurado que, após preenchido com barro, transforma-se em uma parede sólida (GANDARA, 2008).

riscos das históricas inundações (CHAVES, S., 2017). Assim, a maior parte da cidade seguia o padrão estabelecido no planejamento realizado ainda no século XIX, onde as ruas e os quarteirões deveriam assemelhar-se à um tabuleiro de xadrez, mas à medida que Teresina se espalhava, principalmente para o Norte e para o Sul, os quarteirões começaram a apresentar disparidades e as ruas se tornaram menos retilíneas, como pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 1: Mapa da cidade de Teresina no início da década de 1940.



Fonte: CALDAS, 1941, [não paginado].

A maioria dessa população fazia uso diário do rio Parnaíba, pois os bairros onde residiam ficavam localizados às suas margens, e/ou porque era de lá que retiravam seu sustento. Os homens, geralmente, trabalhavam como pescadores, exerciam trabalhos pequenos no cais, como a descarga de mercadorias ou a condução de canoas e barcas, e alguns se tornavam marinheiros da Marinha Mercante. Já as mulheres lavavam roupas nas águas do rio, e algumas realizavam serviços de lavadeiras também para famílias abastadas. Além das possibilidades de trabalho, as águas parnaibanas eram tidas ainda como espaço de lazer, pois os banhos e mergulhos eram comuns e frequentes (MORAIS, 2013).

O escrito piauiense Fontes Ibiapina descreve alguns desses aspectos na obra *Palha de Arroz* (2007), onde perpassa pelos vários acontecimentos da cidade de Teresina na década de 1940 e mostra através da ficção os pormenores da sociedade. No primeiro capítulo é possível observar um pouco dessa interação entre a população ribeirinha e o Parnaíba:

Às portas dos armazéns, estivadores trabalhavam dando os últimos pospontos em sacos de oiticica, cera de carnaúba, babaçu. Já outros batiam e dobravam peles e espichados. Foi quando Parente, terminando sua tarefa, saiu assim rumo a ribanceira do rio. Jogou os panos fora e caiu n'água para derreter, mesmo sem sabão, ao menos a metade do grude (IBIAPINA, 2007, p. 11).

Essas práticas eram consideradas comuns e inofensivas pelos moradores, porém as águas do rio carregavam muitas impurezas que geravam doenças nos beiradeiros e agravavam a situação da saúde pública. O médico sanitista Celso Caldas, chefe do Serviço Federal de Profilaxia da Malária da 3ª Região, no Piauí, afirmava que esse

contato direto e cotidiano poderia ocasionar o aparecimento de várias enfermidades, seja em razão dos mosquitos transmissores de doenças infectocontagiosas ou do consumo da água impura, o que ocasionava o surgimento de doenças gastrointestinais, situação agravada pela ausência de um sistema de tratamento adequado (CALDAS, 1941). Além dos nomes concedidos pelos poetas ao longo de sua história, como rio das Barbas Brancas e Velho Monge, o Parnaíba também foi chamado de rio malarioso, rio dos famosos pernalongos e rio de-cor-de-barro (GANDARA, 2008). Celso Caldas reafirmou essa possibilidade quando expôs que:

[...] as valas que dão escoamento às águas residenciais para o rio Parnaíba, pelas condições de maltrato, representam importantes criadouros de culicídeos, os mais variados e especialmente os anofelíneos [...] os principais focos de Anofelíneos são representados pelas três espécies seguintes: lagôas extensas e paralelas às margens dos rios Parnaíba e Potí; barreiros de olarias e as valas da rede superficial de esgotos da cidade. As lagôas e os barreiros são numerosas umas, incontáveis outros, os quais representam os principais criadouros, sendo as enchentes dos rios e as fortes precipitações de chuvas, os causadores pelo acúmulo de grande superfície líquida que se torna permanente por quase todo o ano. (*Ibidem*, p. 8, 11).

Diante disso, é possível notar que os ribeirinhos, sobretudo os mais pobres, estavam constantemente expostos aos principais pontos de proliferação dos mosquitos transmissores de doenças como a dengue e a malária, e isso preocupava os setores médicos da cidade que também aderiram ao ideário modernizador. A desatenção para a preservação dos cursos d'água, portanto, poderia ser uma potencial ameaça ao pleno desenvolvimento do estado. Além disso, o descuido com o rio também afetava diretamente a navegação a vapor, o que refletia, consequentemente, na economia.

A limpeza realizada com auxílios de embarcações e marinheiros não era suficiente para solucionar o problema do assoreamento, que só poderia ocorrer através da aplicação de técnicas específicas e avançadas para a retirada de material do seu leito, as quais o Estado não tinha verba para empreender. Essa situação foi exposta em 1938, no Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas Melo:

É por demais precária a situação da navegação do Rio Parnaíba. Infelizmente as nossas diminutas rendas não oferecem margem a que o Estado sem o auxílio da União possa enfrentar problema de tão grande alcance. Meu Governo tem recebido repetidos apelos, seja da Associação Comercial Piauiense, seja de empresas particulares, no sentido de uma solução que ao menos viesse amenisar a precária situação atual. Seria de grande auxílio da União ao Estado se nos doasse um serviço de dragagem, com o que a aflitiva situação que chegou a navegação do Parnaíba seria consideravelmente melhorada. (PIAUI, 1938, p. 146).

Durante o período de cheia dos rios Parnaíba e Poti essa situação se tornava ainda mais preocupante, pois havia um histórico de enchentes violentas, que além de obstruírem a rota fluvial com destroços, entulhos, árvores, etc., deixando o rio cada vez mais largo e mais raso, e de inundarem as plantações de carnaubais das fazendas do estado, alagavam a parte central da cidade, arrastando o calçamento, destruindo prédios e derrubando casas (PIAUI, 1952). A título de exemplificação, é possível mencionar a enchente de 1947, uma das mais violentas, que destruiu a estrutura de madeira da ponte sobre o rio Poti, em Teresina.

A matéria publicada pelo Jornal O Piauí afirmava que a Ponte Leônidas Melo era motivo de vanglória do período de administração deste interventor e que “[...] somente um governo [...] caprichoso e doentio, poderia crer

que uma ponte de madeira tivesse a capacidade de aguentar as força das cheias de um rio como o Poti.” (O PIAUÍ, 1947, p. 1). Essa ponte só foi reconstruída cinco anos depois, por meio da parceria entre a Prefeitura de Teresina e a Comissão de Estradas de Rodagens (O PIAUÍ, 1952). As imagens desse episódio, em especial, estão disponibilizadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e auxiliam na compreensão da dimensão dos estragos causados e das consequências da elevação atípica do nível das águas:

Figura 2: Enchente do rio Parnaíba, em 1947.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1947).

Essas enchentes deixavam a população vulnerável, pois além da destruição material e ambiental, traziam consigo uma série de doenças e por essa razão os olhares do poder público costumavam se voltar para o rio no período de dezembro a maio, quando a precipitação de chuvas e o risco de inundações era bastante elevado. Situações como essa atingiam diretamente a qualidade de vida da população ribeirinha, deixando os moradores das áreas de risco desabrigados e ainda mais suscetíveis às inconveniências das desigualdades sociais (CHAVES, 2017). Portanto, conforme Edmundo Neto (2019, p. 2), “As chuvas são fenômenos naturais, mas as inundações são fenômenos sociais e políticos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas fontes primárias analisadas para a efetivação deste trabalho, e que se encontram no Arquivo Público do Piauí, as menções do rio Parnaíba seguem uma linha onde em alguns momentos tendem para a valorização e evidência da necessidade da navegabilidade para a consolidação do progresso, e em outros o apresentam como empecilho para a conquista desta cidade idealizada.

Economicamente o rio teve a sua relevância reconhecida. Através da navegabilidade, o Piauí adquiriu a possibilidade de realizar transações políticas de maneira independente. Os produtos extraídos no Sul chegavam ao Norte fluindo pelas águas, e de lá eram enviados para outras regiões do Brasil e até mesmo para outros países. Os poderes públicos se mantinham até certo ponto atentos ao Parnaíba, que se tornou a principal rota piauiense. Esse grande rio foi mencionado na literatura, serviu de inspiração para os poetas e fez parte da história de muitos teresinenses desde a fundação da cidade. Portanto, ele também se constitui como elemento sociocultural.

Por outro lado, é possível notar que apesar de proporcionar riquezas para o Estado e a subsistência de muitas famílias, o Parnaíba também propiciava desvantagens às comunidades ribeirinhas, que sofriam com as doenças causadas pela proliferação de mosquitos e com prejuízos ocasionados pelas cheias e secas periódicas, que estagnavam as iniciativas modernizantes e prejudicavam a concretização dos projetos de avanço e desenvolvimento do estado.

REFERÊNCIAS

Livros, teses, dissertações, artigos e capítulos de livros

ALVARENGA, Antônia Valtéria. **Nação, país moderno e povo saudável**: política de combate à lepra no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2013.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, Maleita, Paludismo. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 55, n. 1, jan./mar. 2003.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COM 49% dos votos, Carnaúba é eleita árvore símbolo do Piauí. **Cidade Verde**. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/256430/com-49-dos-votos-carnauba-e-eleita-arvore-simbolo-do-piaui> Acesso em: 27 set. 2020.

DEL PRIORE, Mary. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.

IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. Teresina: Oficina da Palavra, 2007

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Teresina**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/historico>. Acesso em: 03 dez. 2019.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Teresina: Urbanização e meio ambiente. **Scientia et Spes**, Revista do Instituto Camillo Filho, Teresina, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2002.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Manter Sadia a Criança Sã**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A Imagem de desenvolvimento de Teresina nas propagandas políticas jornalísticas de 1930 a 1945. **Contraponto**, v. 5, p. 76-89, 2016.

MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. **Uma História das Beiras ou nas Beiras**: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940 – 1960). Parnaíba: Sieart, 2013.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cidade e Memória: o processo de modernização de Teresina nos anos 1930 e 1940. *In*: EUGÊNIO, João Kenedy. **História de vários feitio e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2011a. p. 129-151.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Sonhos e pesadelos dos moradores da periferia de Teresina nas décadas de 1960 e 1970. *In*: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Anpuh, 2009.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno. *In*: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2011b.

NETO, Edmundo Ximenes Rodrigues. Inundações em Teresina-Piauí: uma questão sócio-histórica. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, e20180177, 2019.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 2006.

SILVA, Iêda Moura da. A cidade medicalizada: Teresina sob o signo da modernização em 1937-1945. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, HISTÓRIA CULTURAL – escrita, circulação, leituras e recepções, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 10 e 14 de novembro de 2014.

Fontes Primárias

A TRAVESSIA do rio Potí. **O Piauí**, Teresina, n. 792, p. 1, 22 de junho de 1952.

ASSUNÇÃO, Vitorino de. Habitação Popular em Teresina. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n. 6, p. 3-9, jun. 1943.

CALDAS, Celso. Malária em Teresina (Piauí). **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, v. 3, n.1, p. 3-13, jul. 1941.

MELHORAMENTOS, **Gazeta**, ano XXXVII, n. 1291, p. 2, 25 out. 1942.

PIAUÍ. **Governo 1930**. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí, a 1 de junho de 1930, pelo Governador, Exm. Sr. Dr. João de Deus Pires Leal. Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

PIAUÍ. **Governo 1931-1935**. Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, pelo Interventor Landry Salles Gonçalves, Referente ao Exercício de 1931-1935. Teresina: Imprensa Oficial, 1935.

PIAUÍ. **Governo 1935-1945**. Relatório Apresentado ao Presidente da República Pelo Interventor Leônidas de Castro Mello, Referente ao Exercício de 1937. Teresina: Imprensa Oficial, 1938.

PIAUÍ. **Governo 1952**. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 21 de abril de 1952, pelo governador Pedro de Almendra Freitas. Teresina: Governo do Piauí, 1952.

RUIU a ponte do Poti. **O Piauí**, Teresina, n. 208, p. 1, 05 abr. 1947.

TERESINA e seu governo. **Terra de Mafrense**, ano I, n. 1, p. 7, outubro de 1939.

BREVE RELATO SOBRE AS FRENTES DE TRABALHO NO SERTÃO DO NORDESTE (1968-1976)

João Paulo De Lima Silva

Resumo: A presente comunicação pretende discutir os motivos que levaram o Sertão nordestino das décadas de 1960 e 1970 a ser visto como um ambiente conflituoso. Os flagelados se mostravam insatisfeitos com as duras horas de trabalho aliadas à escassez de alimentos. Relatamos também a realidade temporal de uma população doente, exposta às más condições de moradia, doenças e, em muitos casos uma morte prematura e desassistida pelas políticas públicas. Para tanto, utilizamos do conceito de sertão e suas representações, segundo o entendimento de Moraes (2003), que o coloca em uma perspectiva de construção geográfica, colonial, suscetível à modernização em face dos mecanismos naturais e políticos sociais. Podemos verificar que, a distribuição dos trabalhadores, quanto eles recebiam e suas condições de sobrevivência, fundamentaram o perfil social de um homem marginalizado perante a sociedade.

Palavras-chave: Flagelados. Fome. Doenças.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de investigação maior, o Sertão do nordeste entre as décadas de 1960 e 1970. A partir de onde, podemos perceber uma lacuna historiográfica referente ao estudo dos flagelados que durante um período visto como conflituoso, compuseram lugares de trabalho classificados como frentes de trabalho.

Intitulado **Breve relato sobre as frentes de trabalho no sertão do nordeste (1968-1976)**, este trabalho surgiu frente às dificuldades com as fontes e a necessidade de adequação da temática sertaneja às exigências da especialização em História dos Sertões, onde redimensionei a proposta original de pesquisa e passamos a perceber que os programas de ajuda estabelecidos através de convênios, viriam a favorecer a pesquisa inicial.

Ao analisarmos o material memorialístico publicado sobre o período em que o governo do Monsenhor Walfredo Gurgel ocorreu nos deparamos com relatos de experiências vivenciadas durante seu governo, que ocorreu entre 1966 a 1971. Alguns desses estudos foram publicados, sobretudo por ex-auxiliares do governador, o que evidencia a necessidade de trabalhos que tragam em seu corpo, análises mais aprofundadas sobre o devido período.

De acordo Rezende, a fonte jornalística permite ao historiador, além dos discursos informativos, trabalhar com anúncios que buscam seduzir e encantar os leitores. Assim, utilizamos para uma melhor percepção do nosso trabalho, a imprensa através de matérias do Diário de Natal, O Poti, RN Econômico e Memorial da Democracia, que nos auxiliaram a refletir sobre o período da década de 1960 e 1970 nos sertões norterio-grandenses, sobretudo no que se refere às ações norte-americanas voltadas para o combate à fome nos sertões (REZENDE, 1997, p.62).

Entre 1960 e 1970, o Brasil vivenciou uma conjuntura política instável que se refletiu em diversas disputas políticas que resultaram no golpe civil-militar de 1964 e na decretação do Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968, que consequentemente resultou no fechamento do regime.

Durante todo esse período, os sertões nordestinos atravessaram momentos de grandes dificuldades e conflitos gerados pela seca. Os americanos voltaram-se também para a penetração no interior com recursos financeiros sob o argumento de melhoria das condições de vida da população sertaneja. No Rio grande do Norte, em 1969, o então governador Walfredo Gurgel resolveu aderir a uma série de programas emergenciais, dentre eles o programa “Alimentos para a Paz”, subsidiado pelo governo dos Estados Unidos, através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que garantiu a “doação” de benefícios para as partes mais afetadas pela seca. Assim, através da Cáritas Diocesana, uma entidade criada no ano de 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e subgerenciada pelas dioceses locais, recebeu a função de articular as obras sociais nesse período e, portanto, a distribuição dos alimentos que mais tarde foram também uma forma de pagamento para a mão de obra humana nas frentes de trabalho. .

Utilizamos exemplares do Diário de Natal disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, além de relatórios manuscritos, pertencentes ao arquivo da Paróquia de Santana e, elaborados a partir de dados funcionais dos que atuaram em algumas frentes de trabalho ou emergência, como assim está descrito nos seguintes documentos¹. Após uma breve coleta e futura seleção de dados expostos nesses documentos, teremos uma clara demonstração de como funcionava a distribuição dos trabalhadores, quais suas funções, quanto receberiam por seu trabalho e até mesmo o perfil social destes homens.

O Sertão nordestino surge como um ambiente conflituoso, os flagelados se mostravam insatisfeitos com as duras horas de trabalho, os alimentos não eram mais suficientes para saciar a fome dos trabalhadores. A partir disso uma multidão insatisfeita e temerosa pela falta de trabalho e atenção por parte das autoridades caminhava para um cenário de revoltas, através de invasões que, constantemente ocasionavam saques. Relatamos também a realidade temporal de uma população doente, pessoas de todas as idades envolvidas nas frentes de trabalho estavam forçadas a conviver em um ambiente sem qualquer condição de higiene que fosse adequada para se viver. As más condições de moradia e trabalho apresentaram a essas pessoas uma fome mais generalizada, sérias doenças e, em muitos casos uma morte prematura e desassistida pelas políticas públicas que, na grande maioria das vezes não conseguia conter tais problemas.

2 FRENTES DE TRABALHO: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

As secas afetaram principalmente os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e, de forma menos acentuada, Piauí e Pernambuco, que sofreram com perdas graves tanto nas lavouras quanto nos rebanhos. As medidas de enfrentamento dos efeitos da escassez de recursos hídricos seguiam três frentes: a intensificação na construção de açudes e outras obras complementares, o aumento da construção de estradas de rodagem e de ferro e o incentivo à emigração para outros estados, principalmente nas áreas onde o desemprego assumiu grandes proporções, garantindo a ocupação e os meios de subsistência da população (DUARTE, 2002a, p.33).

Mesmo diante das obras já instaladas no Nordeste, que contava com uma vasta rede de açudes, além de um significativo número de estradas, a seca cada vez mais colaborou para a desestruturação da agropecuária nessa região, levando uma multidão de flagelados para as frentes de trabalho, totalizando um terço da população empregada no setor primário dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, evidenciando a ineficácia do método utilizado no combate às secas no longo prazo (PESSOA; CAVALCANTI, 2002, p. 33).

¹ Os documentos manuscritos (relatórios) encontram-se no Acervo de documentos da Paróquia da Diocese de Caicó. No primeiro andar do Centro Pastoral Dom Wagner, depositados em pastas plásticas e armários de ferro. Os mesmos não se encontram enumerados por se encontrarem em processo de catalogação. Acesso em 02.05.2018.



As frentes de trabalhos sertanejas, cada vez mais eram esperadas pelo povo como se fossem novos meios de sobrevivência. Sendo assim, constantemente, fosse por necessidade ou como forma de articulação governamental para adquirir novos recursos, essa prática tornou-se comum, formando um aglomerado de pessoas que, inicialmente foram distribuídas de forma organizada e pacífica.

O relatório pertencente ao acervo da Paróquia de Santana contém dados referentes à administração das frentes de trabalho por parte do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e pelo Departamento de Estradas de Rodagens (DER). Neles, encontramos a composição das frentes. Isso partindo do montante de operários, as condições de trabalho, desde as atividades desenvolvidas, até como estes eram conceituados a partir do trabalho.

A jornada de trabalho era de 8 horas diárias e os trabalhadores deveriam assinar o ponto, o salário líquido da época, era de 502 Cruzeiros, sendo estes já descontados impostos referentes ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), sendo este pago quinzenalmente em moeda, na própria frente de trabalho e não na cidade onde estivesse localizada. Isso certamente se deu pela dificuldade de locomoção desses trabalhadores até a zona urbana.

Podemos observar no documento as prioridades que deveriam ser respeitadas ao se compor o grupo de trabalhadores. Entre elas estão, que os homens devem ser casados, solteiros arrimo² de família, e menores com mais de 14 anos/arrimo.

Entre as prioridades, ainda estão inseridos pontos que beneficiam os trabalhadores no que diz respeito à assistência durante o trabalho, pois aparece que estes deveriam ter atendimento médico ofertado pela Secretaria do Estado, assistência sanitária social, incluindo vacinas contra a varíola e que, caso trabalhassem aos domingos, estes deveriam ser remunerados conforme determina a Lei. Ao final desses itens consta a frase “Atraso nos pagamentos”, porém não existe especificação como eram tratados estes casos.

Como se pode perceber, houve toda uma série de cuidados referente às normas de funcionamento das frentes de trabalho, as mesmas funcionavam no interior do Estado, sob a coordenação do engenheiro Fernando Bezerra, diretor do DER, em colaboração com a SUDENE.

O Diário de Natal na época mostrou que, mesmo sendo notável a melhoria na situação enfrentada no Nordeste a partir da intervenção das frentes de trabalho, o fato de os flagelados receberem dez quilos de alimentos por semana, incluindo farinha, feijão, xarque, milho e rapadura, alimentos provenientes do programa Alimentos para a Paz, a situação era vista como humilhante para o Estado³.

Sobre tal fato, Castro salienta que, mesmo sendo imprescindíveis do ponto de vista social, os programas assistencialistas (tais como as frentes de trabalho) só seriam capazes de trazer resultados duradouros ou alcançar objetivos sociais no longo prazo caso fossem associados a mudanças de caráter estrutural. Ou seja, tais medidas carecem de mudanças socioeconômicas que vieram garantir uma maior segurança referente à alimentação da população sertaneja diante da difícil situação de desgaste hídrico a qual se submete a mesma (CASTRO, 1984, p. 75).

O documento expôs no topo da página o título “Natureza do Trabalho” e como subtítulo, “Filosofia do Trabalho: Ser útil à comunidade”. Nesse ponto, percebe-se a introdução dos trabalhadores como agentes responsáveis por desenvolver um trabalho de participação junto ao Estado. Isso talvez como uma forma de fazer com

² Diz-se da pessoa que dá proteção, auxílio ou amparo. No caso do documento, quando o homem é solteiro e responsável pelo sustento de uma família e, quando se é menor, mas está protegido por seus familiares. Ver: BUENO, Silveira. Minidicionário da língua portuguesa. 3ª edição, São Paulo. FTD, 2016.

³ Houve sensível melhora na situação de inverno. **Diário de Natal**, Natal, 28 de abril de 1970, p. 07. Acesso em: 14 ago. 2018.

que os mesmos desenvolvessem seu trabalho de forma mais devotada, uma vez que se sentiriam responsáveis pela melhoria das condições locais.

O mesmo documento apresenta ainda as atividades a serem gerenciadas pelos órgãos responsáveis pelas frentes de trabalho. Assim, o DER ficava responsável por desmatamento das faixas laterais das estradas; decomposição dos aterros; fazer brita para construção de pontes; elevação de aterro barragem; refazer aterros barragem arrancados e fazer paralelepípedos em tempo oportuno. O DNOCS tinha como suas funções; a limpeza e acostamento das estradas; serviço de canais; a fabricação de tijolos; calçamento das casas dos colonos, além da arborização de colônia.

O homem é tratado como um sujeito que possui valores reconhecidos pelos chefes, sendo estes; respeitador, dóceis, pacíficos, trabalhadores, inteligentes e que, se sentem honrados pelo trabalho, não podendo por isso ficar parados.

Desta forma, conforme salienta Furtado, os problemas dos sertanejos se originam muito menos dos episódios de seca do que das condições sociais existentes na região nordestina. Essa população fragilizada via, mesmo diante da situação de escassez, uma forma de vencer a pobreza já existente e que de certo modo se alastrou nessas décadas (FURTADO, 1998, p. 18).

2.1 Exploração e revolta nas Frentes de Trabalho

A deturpação analítica da economia sertaneja está ligada ao processo de “combate à seca”, política nordestina, mas que, no entanto era apenas um meio de arrecadar tributos do governo para satisfazer seus próprios interesses. Medidas compensatórias a curto-prazo surgiam, como frentes de trabalho, mas nada que fosse plausível de eficácia; a população continuava marginalizada em meio a medidas paliativas⁴.

As frentes de trabalho foram criadas a partir do Programa Alimentos para a Paz para buscar de soluções para os problemas da pobreza, no entanto, com o passar dos anos e, diante da seca cada vez mais frequente, estas passaram a ser não só o único refúgio dos mais necessitados, bem como um grande comércio para os mais abastados.

Assim sendo, qualquer que fosse a ameaça de fim destas, a população de flagelados ficava temerosa e angustiada por notícias e, quando essas demoravam a ser declaradas, o clima de tensão se alastrava pelo Estado. Alguns dos exemplos mais impactantes registrados foram os casos das cidades de Santa Cruz, Jardim de Piranhas e São Vicente.

Após constantes inspeções feitas pelos responsáveis dos órgãos executores das obras aos locais onde estavam instaladas as frentes de trabalho. Uma onda de boatos de que o trabalho estava sendo improdutivo e que suas atividades iriam parar fez com que tivesse início uma onda de invasões e saques por várias cidades do Nordeste.

Na cidade de Santa Cruz, no interior do Rio Grande do Norte, um dos motivos que culminou com a invasão e saque daquela cidade, segundo relato dos próprios camponeses, seria a forma como os trabalhadores vinham sendo tratados. Em entrevista, seu Celestino afirmou que recebiam um salário de fome, sendo dois mil cruzeiros novos e uma cuia de feijão. Isso pelo trabalho realizado durante uma semana de trabalho exaustivo durante doze horas e debaixo de sol forte. O senhor ainda relatou que, “a água servida nas frentes de trabalho era como o salário, pouca e ruim”. O líquido é oleoso, já que é colocado em barris que antes eram depósito de óleo⁵.

⁴ Ver introdução do trabalho de Meryelle Macedo da Silva e Antonia de Oliveira que trata das condições climáticas, que propiciam a escassez chuvosa no sertão nordestino caracterizando-o como uma base política regional inviável do ponto de vista econômico. Artigo publicado. Porto, junho, 2016.

⁵ Dramática a situação dos operários nas “Frentes de Trabalho”. *Diário de Natal*, Natal, 16 de fevereiro de 1967, p. 10. Acesso em: 12 mar. 2018.

Não suportando mais a situação de miséria e descaso, 700 homens que há dias aguardavam ser alistados pelo escritório da SUDENE, não obtendo resposta que deveria vir da cidade de Natal, como informou o prefeito Clodoaldo Medeiros, por volta das 15 horas iniciou os saques à cidade. Um depósito no centro foi o primeiro saqueado, suas portas foram arrombadas, pessoas foram pisoteadas e durante 15 minutos as pessoas subtraíram todos os gêneros alimentícios do local. Dalí a população faminta buscou novos lugares para repetir a cena, e só encerrariam o episódio após intervenção da polícia que por ordem do delegado controlou os saques⁶.

A situação tornou-se um fato comum em diversos municípios do Estado. Apenas era controlada com a chegada de mantimentos por parte do Programa Alimentos para a Paz enviados pelo o Governo do Estado, e diante de declarações como a do senhor Gilberto Sá, diretor do escritório da SUDENE no Rio Grande do Norte, que afirmou que, as “frentes de trabalho” criadas pelo governo do Estado em parceria com a SUDENE ainda continuariam, que apenas sofreram uma redução de 7.000 inscritos para 3.600, que por livre vontade, com o atraso na colheita do algodão ocasionada pela falta das chuvas abandonaram o trabalho⁷.

Os operários eram esperançosos por dias melhores e carentes de oportunidades, pois, ainda que soubessem que muito do que foi dito não seria cumprido, se tratando do fechamento de algumas Frentes de Trabalho, os mesmos não tinham escolhas, tendo que permanecer em uma constante conformação.

Na cidade de Jardim de Piranhas, o Presidente da Câmara de Vereadores, Valdemir Dantas, relatou à redação do Diário de Natal que, no último domingo, 250 homens invadiram a feira livre da cidade provocando pânico entre comerciantes, moradores e flagelados. A situação foi solucionada a partir da atitude da prefeita Paula Saldanha da Cruz, que juntamente com outras autoridades políticas da cidade, conseguiram junto ao comércio local uma quantia em dinheiro, além de gêneros de primeira necessidade, como, farinha, feijão e rapadura. Após a distribuição dos itens para a população faminta e ociosa, uma frente de trabalho foi criada, indo da cidade ao sítio Juazeiro, onde se concentrava a maioria dos flagelados. Tal atitude exigiu rápida intervenção do governo do Estado, que providenciou de início, a pequena quantia de 3 mil quilos de alimentos⁸.

Na cidade de São Vicente 300 pessoas invadiram a cidade alegando estar passando fome e clamavam por trabalho.

O episódio poderia ter tido um desfecho drástico, parecido com o que aconteceu em Santa Cruz ou em vários outros municípios. No entanto, o prefeito Francisco Pereira Filho, soube negociar e procurou meios de divulgação para pedir solução para esses flagelados, tendo explicado que a prefeitura não tinha condições de solucionar tal problema e exigindo assim ajuda dos poderes estaduais e federais⁹.

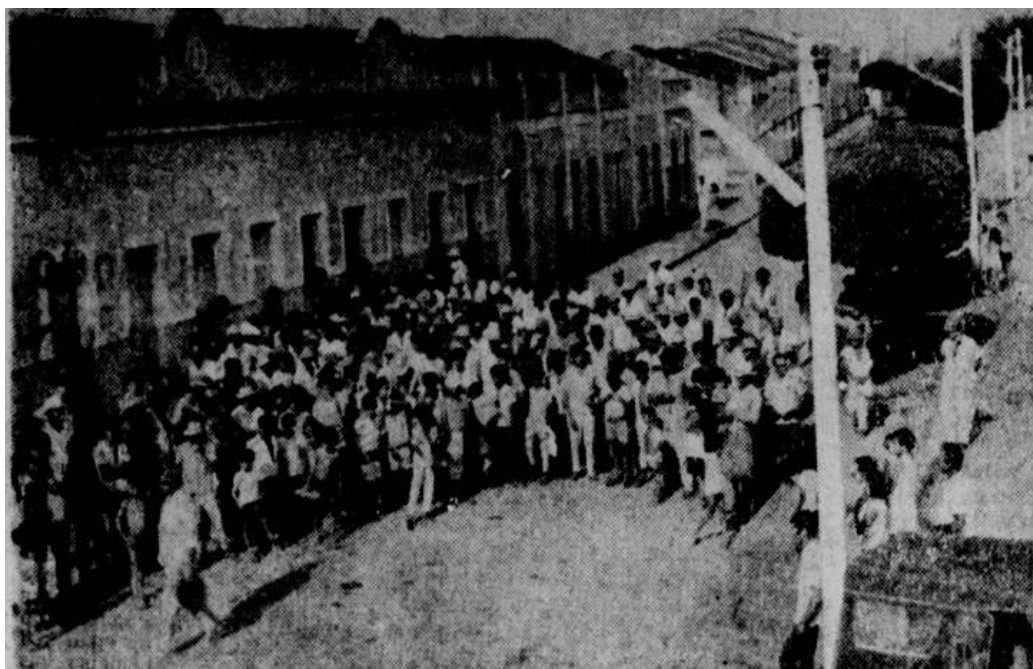
6 Operação saque. Diário de Natal, Natal, 24 de janeiro de 1967, p. 10. Acesso em 17.08.2018.

7 SUDENE diz que não acabou com as Frentes de Trabalho. Diário de Natal, Natal, 24 de janeiro de 1967, p. 10. Acesso em 12.03.2018.

8 SUDENE ampliou ações no RGN criando mais quatro frentes. Diário de Natal, Natal, 27 de maio de 1970, p. 04. Acesso em 18.08.2018.

9 300 homens famintos invadiram São Vicente. Diário de Natal, Natal, 23 de abril de 1970, p. 08. Acesso em 17.08.2018.

Fotografia 1 – Momento da invasão de 300 flagelados à cidade de São Vicente 1970.



Fonte: (Sem autoria). 300 homens famintos invadiram São Vicente. **Diário de Natal**, Natal, 23 de abril de 1970, p. 08.

Acesso em: 17 ago. 2018.

As negociações foram pacíficas, ao contrário do que ocorreu em outros municípios, o povo agiu de forma ordeira, atendendo ao pedido do prefeito que aguardassem notícias nos seus lugares de origem evitando assim qualquer tipo de transtorno. O povo sertanejo estava cansado de ser tratado como mendigo, as pessoas precisavam de oportunidade pra conseguir um emprego e ter um salário melhor, não adiantava nada ficar recebendo uma quantia insuficiente de alimento.

2.2 Sertão: a fome e doenças também estavam ali

Em maio de 1970, cumprindo determinação do governador Monsenhor Walfredo Gurgel, o diretor do DER, engenheiro Fernando Bezerra, passou para as prefeituras municipais o controle das Frentes de Trabalho que vinham sendo coordenadas pela SUDENE em parceria com o Estado. Nesse momento, algumas chuvas que caíram de forma tardia ajudaram a amenizar em parte a seca que se alastrava em todo o Nordeste¹⁰.

As “Frentes” continuaram sendo abastecidas com parte dos mantimentos fornecidos pela SUDENE para os flagelados. No entanto, agora recursos só poderiam ser liberados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Atitude vista como forma de amenizar as despesas tidas como exorbitantes para os cofres do Estado, pois ainda que houvesse a colaboração dos programas assistenciais, em alguns momentos a situação parecia insustentável, ainda mais que, junto a esses fatores, estavam cada vez mais presentes, a fome e doenças que surgiram de forma epidêmica.

É importante evidenciar que as pessoas atingidas de forma mais intensa pela seca desse período representam uma população que, mesmo em anos considerados como normais em relação à questão climática, “apenas conseguem recobrir tenuemente seu estado de miséria, a seca vindo para remover essa frágil cobertura e expor as chagas do organismo social” (CAVALCANTE; PESSOA, 2002, p.14). Portanto, para a parcela da população que se dedicou à prática nas frentes de trabalho, a prolongada escassez pluviométrica apenas intensificou a pobreza já existente.

¹⁰ Frentes de Trabalho entregues às prefeituras. **Diário de Natal**, Natal, 05 de maio de 1970, p. 08. Acesso em 17 ago. 2018.

O ano de 1970 foi um ano muito conturbado no que diz respeito ao funcionamento das frentes de trabalho. Mesmo diante da irregularidade pluviométrica, constantes ameaças do fim dessas frentes, o desvio de mantimentos e a fome, agora surgiram os problemas de saúde. Nesse período, cada vez mais trabalhadores eram acometidos de uma forte gripe e varíola. A Secretaria de Saúde do Estado, através do médico Jair Nogueira, estudava a possibilidade de convênios junto às prefeituras do interior para assim ser possível uma maior abrangência das campanhas de vacinação e emprego de medidas sanitárias.

Ao mesmo tempo, jornais do Sul no país noticiavam a grande falta de assistência médica aos trabalhadores das Frentes de Trabalho do Nordeste, inclusive relatando óbitos. Foram iniciadas viagens pelas frentes de trabalho a fim de ver de perto como estava funcionando o trabalho de imunização, o que declarou como satisfatório. O ministro contestou as notícias veiculadas afirmando que, “O único problema que havia, disse, era a falta de medicamentos, mas ainda ontem, a Secretaria recebeu grande quantidade de energéticos, antianêmicos, expectorantes e antibióticos”¹¹.

As frentes de Trabalho mostram cada vez mais um quadro de falhas em seu funcionamento geral. De um lado, o Diretor do DER, Fernando Bezerra, assumiu que a culpa não seria responsabilidade da SUDENE, uma vez que o órgão fizeram tudo que esteve ao seu alcance pra não faltar recursos para o sustento das frentes. O engenheiro Fernando Bezerra relatou que, “a Secretaria de Saúde tem feito tudo possível para atender às Frentes de Trabalho dentro das suas precárias condições”. Diante da morte de 8 homens, sendo dois vitimados pelo coração e seis por subnutrição, a SUDENE firmou convênios com a Secretaria de Saúde do Estado para atender os flagelados que foram vacinados contra gripe, varíola e tifo, mesmo assim demonstrando ser uma ação insuficiente diante do problema de saúde que só tendia se agravar gradativamente¹².

A falta de assistência aos flagelados virou algo constante. A ausência de medicação e a precariedade do setor médico era uma verdade. A SUDENE em convênio com a Secretaria de Saúde liberou um número de vacinas bem abaixo do esperado para atendimento das Frentes de Trabalho. E outro problema grave era o abastecimento de água que eram cedidos ao DER-RN pela SUDENE. Os tonéis eram colocados a margem da estrada numa distância de cem metros um do outro, cobertos com pequenas lonas ou folhas de árvores da região. A água não era tratada, apesar da Secretaria de Saúde ter solicitado cloro à SUDENE para evitar sua poluição. Vale lembrar que nesse ano os açudes não haviam recebido água nova, sendo a existente de anos anteriores¹³.

Mesmo diante de tantas irregularidades e fatalidades, o homem sertanejo teve de ser apresentado a aquele que seria o seu maior medo, o fim das Frentes de Trabalho. Em novembro de 1970, foi noticiado que a SUDENE iniciaria as dispensas. O Ministro do Interior José Costa Cavalcante declarou que, agora os flagelados teriam mais um dia de folga remunerado, para que pudessem preparar as suas terras para o inverno que segundo eles se aproximava. Ele afirmou ao Diário de Natal que:

[... a desmobilização das frentes de trabalho em todo o Nordeste será em ordem progressiva, dependendo apenas, das chuvas que forem caindo em toda a região. Inicialmente, vamos dar mais um dia de folga ao flagelado para ele ter melhores condições de preparar sua terra e aguardar o inverno de 1971]¹⁴.

¹¹ Jair vai ver de perto o trabalho da SS nas frentes. **Diário de Natal**, Natal, 09 de julho de 1970, p. 03. Acesso em 17 ago. 2018.

¹² Diretor preocupado. **Diário de Natal**, Natal, 11 de julho de 1970, p. 03. Acesso em: 17 ago. 2018.

¹³ Assistência médica, água e falta de ferramentas: problemas nas “frentes”. **Diário de Natal**, Natal, 23 de julho de 1970, p. 08. Acesso em: 17 ago. 2018.

¹⁴ SUDENE começou dispensas nas “frentes de trabalho”. **Diário de Natal**, Natal, 19 de novembro de 1970, p. 04. Acesso em: 17 ago. 2018.

Diante disso tudo, as frentes iam se “arrastando”, compostas por homens de até 80 anos, crianças que não tinham mais do que 12 anos. Todos esses, pessoas que sobreviviam recebendo apenas 2 cruzeiros por dia, ou seja, 14 cruzeiros por semana. A grande interrogação era como esse povo consegue sobreviver, quando uma cuia de feijão custava em média 17 cruzeiros e uma de arroz chegava a 8 cruzeiros¹⁵.

O economista e chefe do escritório regional da SUDENE, economista Rômulo Xavier Barbosa, afirmou que quem deixasse as Frentes de Trabalho espontaneamente, receberia uma semana remunerada, além de alguns alimentos doados. E que muito em breve seriam desmobilizados todos os solteiros empregados nas frentes, em seguida os menores de idade, e em seguida seria feita a desmobilização geral de todas as Frentes de Trabalho¹⁶.

O Diário de Natal noticiou a desarticulação de todas as Frentes de Trabalho existentes no Rio Grande do Norte desde o dia anterior. As notícias foram que tudo aconteceu normalmente, que as últimas 13 frentes existentes no Estado, englobando um total de 10 mil homens foram desmobilizadas na mais completa ordem, e que agora, o Estado seria beneficiado com bens, como por exemplo, viaturas que antes serviam à SUDENE como forma de apoio. O chefe do escritório local da SUDENE rompeu o assunto ligado ao desligamento das frentes de forma direta. As Frentes de Trabalho não deixaram de existir em definitivo, pois com o agravamento de outras secas, essas tornaram a surgir em menor número e proporções, porém ainda abastecidas pelo Programa Alimentos Para a Paz, que mesmo com o período em que se iniciou a desarticulação das Frentes de Trabalho, enviavam os mantimentos para que estes fossem utilizados junto às comunidades carentes¹⁷.

O fim desse ciclo trouxe a certeza de que, “o sertanejo é antes de tudo um forte¹⁸”, pois é capaz de suportar as dores impostas à sua condição, sobreviver com aquilo que qualquer outro acharia insuficiente e, ainda seguir em frente quando as políticas públicas lhes viram as costas e num simples gesto os fazem ser esquecidos.

Como exemplo disso, temos o fato contado pelo vereador e dentista da cidade de Cerro Corá, antigo distrito de Currais Novos, Lourival Líbano do Melo. O mesmo relatou que se deparou com uma mulher chorando e pedindo uma esmola para enterrar um filho que havia morrido de sarampo. “E o pior – diz o vereador – é que a mulher dizia que nunca havia pedido nada a ninguém, mas a situação exigia. E pedia também uma ajuda para outro filho, ainda vivo, com sarampo, pois sabia que “de tardezinha” teria que enterrá-lo também”¹⁹.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao especificarmos o Programa Alimentos para a Paz como objeto de pesquisa tencionamos realizar um aprofundamento historiográfico que permitisse uma melhor análise dos estudos sobre programas sociais ou de ajuda humanitária no contexto do Sertão nordestino.

A composição sinuosa desse trabalho compôs um percurso pela “história política”, segundo René Remond. Ao longo desse percurso quando o historiador se debruça sobre as fontes, muitos são os métodos de realização a

¹⁵ Fome, sede e sarampo. **Diário de Natal**, Natal, 14 de janeiro de 1971, p. 08. Acesso em: 17 ago. 2018.

¹⁶ SUDENE confia. Iniciada a desmobilização das frentes. **Diário de Natal**, Natal, 26 de março de 1971, p. 01. Acesso em: 17 ago. 2018.

¹⁷ Sem anormalidades, frentes de trabalho foram extintas. **Diário de Natal**, Natal, 16 de abril de 1971, p. 01. Acesso em: 17 ago. 2018.

¹⁸ Euclides da Cunha em “Os Sertões” 2001.

¹⁹ Esmola para o enterro. **Diário de Natal**, Natal, 14 de janeiro de 1971, p. 08. Acesso em: 17 ago. 2018.

serem seguidos. Por esse motivo, como forma de reunir material que servisse de suporte, acervos diversos foram utilizados como base histórica. O eixo problemático se deu em um recorte temporal muito curto, entretanto, por vezes, maleável, apresentando um entrelaçado ao ser necessário.

Boa parte das fontes utilizadas nesse trabalho foi digitalizada no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira e alguns outros manuscritos, fazem parte do arquivo da Diocese de Caicó. A pesquisa nesse momento nos levou inesperadamente a tais materiais: relatórios e formulários institucionais da década de 1970; fragmentos dos jornais, Diário de Natal, O Poti e RN Econômico.

De início, analisamos como, o clamor por melhoria das condições de vida da população sertaneja no Rio grande do Norte na década de 1960 fez com que o Estado aderisse a uma série de programas emergenciais, dentre eles o programa “Alimentos para a Paz”, junto dos Estados Unidos, e através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), garantindo a “doação” de benefícios para as partes mais afetadas pela seca. Tendo a Cáritas, assumido a função de articular as obras sociais nesse período.

Analisamos o quanto as elites políticas se beneficiaram ao fazer uso da articulação dita humanitária para que, a partir da necessidade de povo castigado pela seca, utilizassem dos convênios criados pelo governo dos Estados Unidos, juntamente com as “vantagens” oferecidas pela Aliança para o Progresso no Rio Grande do Norte. Isso, em um período de acirrada disputa política, onde propostas e obras emergenciais se misturaram ao discurso de boa vizinhança dos Estados Unidos que, através da criação do programa Alimentos para a Paz, fez com que o Sertão nordestino fosse influenciado por importantes nomes políticos, ofertando ao povo carente um espetáculo paliativo e, ao mesmo tempo fornecesse aos americanos, aquilo que eles mais desejavam no momento, um apoio, ainda que indireto contra os ideais comunistas, que tendiam se espalhar pela América Latina.

Em seguida analisamos como o Programa “Frentes de Trabalho com Alimentos para a Paz” se estabeleceu no Sertão nordestino modificando a realidade vivida por uma massa de pessoas ditas “flageladas”. Uma massa sedenta por melhores condições de vida que, durante o início da formação das concentrações em prol das obras, era constantemente mostrada pela imprensa da época como personagens responsáveis pela grande modificação espacial a ser tida como progresso.

Constantemente no Diário de Natal, O Poti e RN Econômico, fazem um paradoxo ao, mostrar em momentos oportunos, avanço na administração pública, caracterizado na construção de estradas, barragens, açudes, escolas públicas, casas populares, etc. E a forma como essas mudanças eram anunciadas por estes jornais, nos fazem perceber que, a estabilização do Programa Frentes de Trabalho com Alimentos para a Paz foi oportuna por parte dos governos americano e local, pois a partir de uma política assistencial de baixo custo, seus ideais particulares foram erguidos, ao mesmo tempo em que, tornou-se uma estratégia cômoda, pois o povo via nas atitudes paliativas uma forma de também se beneficiar com algo que antes lhes faltava “comida e trabalho”.

Ao analisar dados que sugerem que o Programa Alimentos para a Paz contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do Sertão, ainda que de forma esporádica, parece que pela maior parte do que foi escrito sobre o assunto até hoje, a resposta é positiva.

A SUDENE e USAID como instituições que atuaram sob o caráter de cooperação para o desenvolvimento, foram decisivas durante o processo de administração dos programas implementados no período em questão, não se pode descartar o fato de que nem sempre, as ações propostas funcionaram como esperado. O que acabou por causar divergências e conflitos, tanto administrativos, como populares.

Podemos afirmar que a região sertaneja, através da junção dos efeitos ocasionados por causas naturais, uma propaganda negativa apresentada pela imprensa da época, ocasionando uma maior aquisição de fundos a serem empregados nas obras emergenciais que terminaram por ser desviados, e o surgimento da insatisfação dos trabalhadores, refletida na grande onda de saques e invasões, viriam a ser responsáveis pelo fim não só do Programa Alimentos para a Paz, mas também de outros que, possuindo a mesma didática assistencial, não resistiram ao descaso e, muitas vezes à fome e morte geradas pelas consequências de ações injustas e desnecessárias.

Tendo em vista a concepção de Programa, é necessário destacar a pobreza do povo sertanejo como questão social a ser combatida pela classe política, a fim de que se faça existir uma perspectiva de vida mais promissora e que, venha a se adequar ao que nos é apresentado como direitos sociais. Percebemos a grandeza de dificuldades em relação a isso, tendo em vista a complexidade histórica e social atribuída ao Sertão.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, J. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro, pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CAVALCANTE, C. V.; PESSOA, D. M. **A seca de 1979-1980**: uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. (Série Estudos sobre as secas no Nordeste, v.3).
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 179-180. Fragmento.
- DUARTE, R. S. (Org.). **A seca de 1958**: uma avaliação pelo ETENE. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002a. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste, v.1).
- FURTADO, Celso. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1998.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. « O Sertão ». **Terra Brasilis** [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341> . Acesso em: 29. Jun. 2016.
- PESSOA, D. M.; CAVALCANTI, C. V. **Caráter e efeitos da seca nordestina de 1970**. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002 (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste, v.2).
- REMÓND, René. **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos**: história da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

FEIRANTES DA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE PELAS LENTES DO FOTÓGRAFO ROBERTO COURA NO ANO DE 1978: UM OLHAR PELA CULTURA POPULAR

Pedro de Farias Leite e Silva¹

Xisto Serafim de Santana de Souza Jr.²

Resumo: A história da cidade de Campina Grande está intimamente relacionada com a história da Feira Central, sendo a sua criação um marco do processo inicial de formação da própria identidade urbana de todos que frequentam o seu espaço. As práticas sociais observadas nesse espaço são diversificadas e expressam uma superposição de valores, fato que a caracteriza como um relicário das complexidades urbanas que marcam a identidade do campinense. Com o avanço da modernidade, este “espaço” passa a ser constituído pelas práticas cotidianas dos feirantes. Em meio a esse contexto nos propusemos a analisar como a incorporação e materialização do capital durante a década de 1970 influenciou no cotidiano dos feirantes, especialmente no que se refere a sua identidade com o espaço urbano de Campina Grande. Os resultados das pesquisas apontam para a percepção de um espaço em situação de precarização, mas também de resistência às imposições da lógica do sistema capitalista.

Palavras-chave: Campina Grande; Modernidade; Feira Central.

UMA BREVE INTRODUÇÃO À IMPORTÂNCIA DA FEIRA PARA A SOCIABILIDADE CAMPINENSE

A história da Feira Central confunde-se com a história da cidade de Campina Grande. Isso se evidencia tanto em sua dimensão econômica (envolve os circuitos da economia campinense) quanto em sua dimensão cultural, fato que influencia na sua configuração socioespacial e na sua importância para o contexto urbano da cidade uma vez que é responsável por abrigar pelo menos 4.400 famílias, que dela tiram seu sustento.

Em meados do século XX, a ida à feira representava um importante acontecimento social, caracterizando-a como um local de ócio, lazer e prazer. Esta conjuntura passa por um intensivo processo de mudança, quando a modernidade (representada pelo “mundo do sistema”, constituído pela lógica do capital) atinge uma nova etapa, trazendo consigo uma série de desafios a serem enfrentados pelo “mundo vivido” – constituído pelas práticas cotidianas difundidas na feira – enquanto repositório da continuidade histórica.

O presente artigo resulta de pesquisas desenvolvidas anteriormente (SILVA, 2019), onde recorreremos principalmente à análise do discurso enquanto recurso metodológico, buscando, portanto, analisar as mudanças decorrentes das ações modernizantes na feira e sua influência na preocupação quanto ao futuro da mesma como remanescente de identidades campinenses. Os resultados das pesquisas apontam para a percepção de um espaço em situação de precarização, mas também de resistência às imposições da lógica do sistema capitalista, este que visa dilacerar a intersubjetividade e a teia orgânica que compõem os espaços populares para então se reproduzir.

¹ Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: pedrodefariasleite@gmail.com.

² Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: xtojunio@yahoo.com.br.

Por meio da realização de entrevistas e da aplicação de questionários (SILVA, 2019), tínhamos o objetivo de identificar se as representações³ sociais dos sujeitos que realizam as práticas espaciais na feira livre possibilitam a sua manutenção como objeto expressivo da identidade⁴ campinense.

Constatamos que o “movimento” de clientela na feira começou a decair na década de 1980. A ampla percepção deste recorte temporal como marcante no que se refere a perda de sujeitos pertencentes pelo espaço da Feira Central de Campina Grande, nos inquieta, na medida em que realizamos leituras acerca do vigoroso processo⁵ de globalização referenciado por diversos autores (Harvey, Santos e Hall) como tendo início na década de 1980, que alguns teóricos chamam de “modernidade tardia” e outros de “pós-modernidade”, a exemplo do próprio David Harvey no seu livro intitulado “Condição Pós-Moderna”.

O objetivo de destacar estas observações está relacionado à necessidade prévia de situar o leitor na problemática intrínseca ao contexto histórico estudado. Como reconhece Badaró (2019), a cultura popular emana das classes subalternas. Os capitalistas reproduzem apenas o capital. Isso é visto na cultura de massas, que por sua vez é articulada pelo mundo do sistema, representado pelo capitalismo e pelos discursos alicerçados na ideia de progresso, que desde a primeira metade do século XX atingem a Feira Central de Campina Grande visando impor reformas higienistas. Como aponta Cabral Filho (2009) sobre a década de 1940, “a praxe das feiras já não se coadunava com o progresso” (p.43). A modernidade chegou justamente como um movimento pensado de erradicação dos costumes populares, a troca em troca da obtenção de uma almejada “ordem”.

E o que seria então esse “mundo vivido” ao qual referencio? É o mundo partilhado intersubjetivamente. Para melhor entender esse conceito, vejamos como explica Carneiro (2014, p. 27, grifo nosso):

Assim, os circuitos de fluxos socioespaciais se dividem e se articulam por dois conjuntos macros de variáveis, as do mundo do sistema e aquelas ligadas ao mundo da vida. No primeiro caso, tem-se sobretudo variáveis ligadas ao mercado/economia/dinheiro e ao Estado/poder e, no segundo, um **grupo de variáveis vinculadas à cultura, à personalidade, às subjetividades, à identidade e à sociedade, mediadas pela linguagem.**

O “mundo vivido” se difunde e luta para se auto reproduzir, materialmente e simbolicamente, em lugares como mesas de taverna, como narra Thompson (1987) sobre a Sociedade Londrina de Correspondência.

As feiras, no contexto da modernidade tardia, assumem a forma de um espaço que conserva o tempo (daí sua função enquanto relicário do cotidiano atrelado à cultura popular). Uma das características desta fase de modernidade é a supressão do sujeito, como também pontuam Canclini (2005) e Bosi (1973). Descrevendo o sistema

³ De acordo com Pesavento (2005, p.39), as representações são matrizes geradoras das práticas sociais: “Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”. Sendo assim, aquele que cria uma representação está exercendo o seu poder sobre o mundo, mobilizando os outros a vê-lo de sua forma.

⁴ “[...] questão identitária estando relacionada à memória e a história oral, consiste no fato de sabermos que a História oral se desenvolveu na década de 1970 vinculada à problemática dos estudos das identidades. Nesse sentido a história oral é acima de tudo também social, construída a partir da relação identitária estabelecida entre os sujeitos por resultado de uma vivência culturalmente construída entre os sujeitos que têm lembranças comuns, e se estes possuem essas lembranças coletivas, o fazem necessariamente por fazerem parte de grupos sociais comuns, com aspectos sociais, simbólicos e materiais comuns, aspectos vinculados ao processo de identificação e construção dos sujeitos a partir da intermédio de experiências individuais refletidas no coletivo.” (ARAÚJO, 2009, p. 3).

⁵ Neste processo, um embate entre um mundo vivido, a feira, que luta para se auto reproduzir, materialmente e simbolicamente, e, de outro, o mundo do sistema que só reconhece a instrumentalidade das formas comerciais como prioritárias. (CARNEIRO, 2014, p. 51)

capitalista moderno e digital, Canclini (2005) denota que “[...] é cada vez mais difícil encontrar um fabricante que venda o produto e até mesmo o empregado que o vendeu [...]” (p.184). Com esse exemplo, o autor procura demonstrar como as individualidades estão dilaceradas.

A feira livre representa uma oposição ao modelo de comércio capitalista, pois nela desenvolve-se uma relação mais íntima entre “freguês” e vendedor, onde as pessoas não são anônimas, onde ainda existe individualidade e espontaneidade, pois ela é constituída por fazeres que emanam diretamente do povo. A cultura de massas, por sua vez, se opõe dialogicamente à cultura popular, sendo planejada e produzida pela indústria com a única intenção de visar o lucro. Como diz a historiadora Araújo (2006), em seu livro “Múltiplos Discursos Sobre a Feira Central de Campina Grande”, cultura de massas define-se por ser

[...] uma cultura superficial, padronizada, repetitiva, que celebra os prazeres banais, sentimentais, imediatos e falsos, em detrimento dos valores sérios, individuais e autênticos (p. 32).

Ecléa Bosi (1973), refere-se à Cultura Popular como folclore e como uma fonte de educação que tem na sua origem uma relação simbiótica com a própria vida social. Já a cultura de massas é imposta de fora para dentro do meio popular, estabelecendo uma relação parasitária sobre a cultura “do povo”, da qual se apropria, para ressignificá-la e vendê-la, lucrando com ela. Sendo assim,

Quando a cultura popular entra em crise, quando se empobrece e desagrega, os prejuízos que daí advêm afetam a segurança subjetiva do homem, que se reduz de seu papel de criador e renovador dessa cultura para o de consumidor (p. 65).

À esse contexto fabricado pelo sistema onde o culto ao consumo é estimulado, as diferenças locais são aprofundadas e é intensa a adesão aos comportamentos competitivos, Harvey (1992) e Hall (2006) associam o conceito de “compressão do espaço-tempo”, que para Santos (2019) representa o “alargamento de todos os contextos”, quando os fundamentos do sistema entram em embate com os fazeres e os saberes do mundo vivido - que resiste como pode ao ser invadido. Santos (1979) realiza uma distinção entre esses dois mundos estabelecendo as noções de circuito inferior e superior, sendo este primeiro definido da seguinte maneira: “formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região.” (p. 16). Já o circuito superior ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e busca introjetar demandas artificiais na sociedade local (CARNEIRO, 2014; SANTOS, 1979), fator que acaba por promover um desfalque no sentimento de pertencimento⁶ da sociedade em relação ao espaço marcadamente popular, resultando na situação de esvaziamento da Feira Central de Campina Grande, como relatado pelos próprios feirantes.

Feito o resgate sobre a contextualização da problemática e da relevância de seu entendimento resta-nos apresentar ao leitor os fundamentos teóricos que sustentam o estudo do objeto analisado a partir dos registros do fotógrafo Roberto Coura, no ano de 1978, quando iniciou o processo de documentação da Feira Central de Campina Grande a partir de uma compreensão de que aquela parte da cidade era, entre todas as outras, a maior merecedora de um vasto ensaio, tendo em vista sua importância social para a região.

⁶ Stuart Hall (2006) escreve sobre a identidade em declínio, que põe em risco a ligação do sujeito com a sociedade, definindo identidade como aspecto derivado do “pertencimento”. Partir em busca de uma identidade “fugidia”, como coloca Araújo (2006) ou “descentrada” como refere-se Hall (2006), nos possibilita acesso à reflexões que concernem à identificação da natureza dos impactos da globalização na localidade estudada.

UM PASSEIO PELO CAMPO SEM LIMITES DA IMAGEM

Busquemos então identificar na escala do sujeito - através da análise da iconografia apanhada - as representações da cultura popular em risco a qual referimos neste artigo.

O ato de fotografar consiste na captura de um fragmento da vida que se perderia em decorrência da continuidade do tempo. Fotografar é, ao mesmo tempo, testemunhar, na medida em que o próprio fotógrafo é capturado por sua captura, sendo agente e personagem do processo: “Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época.” (KOSSOY, 2014, p. 40). Na mesma medida, a fotografia também comprova, a partir do testemunho visual. Comprova uma certa atitude do fotógrafo diante da realidade e detém a potencialidade de revelação: “[...] emprego da iconografia fotográfica do passado [...] uma possibilidade de descoberta. (KOSSOY, 2014, p. 59)”. A fotografia também celebra, protege e nos permite relacionar realidades distintas. Os fotógrafos usam as câmeras como instrumento dessas potencialidades; como instrumentos de mudança. Deste modo, é fundamental compreender a fotografia como “[...] produto humano, ela cria, também com esses dados luminosos, uma realidade que não existe fora dela, nem antes dela, mas precisamente nela. (MACHADO, 1984, p. 40 *apud* KOSSOY, 2014, p. 59)”.

Como estamos lidando com fontes iconográficas impressas, a pesquisa esteve focada mais diretamente no conteúdo da imagem, já que se trata de uma fonte secundária; uma reprodução. O procedimento é fazer uma inspeção das especificidades do veículo que contém a reprodução (análise técnica), seguidamente da análise iconográfica e iconológica. De acordo com Kossoy (2014, p. 110),

A análise iconográfica, entretanto, situa-se ao nível da descrição, e não da interpretação, como ensinou Panofsky. Este, referindo-se à representação pictórica, revive o velho e bom termo iconologia como um “método de interpretação que advém da síntese mais que da análise” e que seria o plano superior, o da interpretação iconológica do significado intrínseco.

Para este fim, selecionamos fotografias da Feira Central de Campina Grande do ano de 1978, de autoria de Roberto Coura, publicadas em seu livro intitulado “A Feira de Campina Grande” (2007). Esta publicação conta com 90 fotografias – selecionadas pelo autor (dentro de um universo de mais de 1700 imagens obtidas por ele) – das quais selecionamos algumas para análise.

Deste modo, cabe ainda frisar que, enquanto a análise iconográfica diz respeito à identificação do conjunto de elementos que foram captados pela fotografia, a análise iconológica não tem limites⁷, cujo objetivo é confrontar possíveis realidades escondidas por trás da imagem e das inúmeras “manipulações” de toda a natureza que ocorrem ao longo da vida de uma fotografia.

⁷ “A leitura das fotografias se abre em leque para diferentes interpretações a partir daquilo que o receptor projeta de si [...]”. (KOSSOY, 2014, p. 129. Grifo nosso).

Figura 1: D. Maria (1978).



Fonte: Coura (2007).

Em entrevista⁸ ao Programa Diversidade⁹, Coura revelou que a fotografia de D. Maria (Figura 1) foi escolhida como símbolo atemporal do projeto de documentação da feira livre desenvolvido por ele. Este registro visual é um documento que fala também sobre a história do próprio fotógrafo, que nos momentos de descanso, sentava-se próximo a D. Severina (popularmente conhecida como D. Maria) e passava alguns bons momentos conversando com ela. O resultado do trabalho de Coura é moldado e manipulado de acordo sua trajetória e suas intencionalidades.

Na apresentação que faz em sua publicação impressa de 2007, Coura relata sobre como foi este longo processo, que levou mais de seis meses:

A cada dia, a cada ida ao meu local de trabalho, a espacialidade imaginária tornava-se concreta. A cada bobina de filme exposto, a vontade louca de correr para o laboratório, para saber se o caminho era mesmo aquele, se estava certo. A preocupação com o social exigia cuidado e rigor expressivo: havia sempre o risco da pieguice, do preconceito.

A primeira edição de seu trabalho foi exposta em 05 de maio de 1979, no Museu de Artes de Campina Grande, e, como relata Coura, os feirantes se fizeram presentes, tanto porque a fotografia apresenta a possibilidade do encantamento, quanto porque Coura também se fez presente no cotidiano da feira. No espaço da feira, Coura aparece portando de intencionalidades que conversam com o circuito inferior; com o mundo da vida. Além da aprovação dos feirantes, tal ensaio obteve o prêmio Marc Ferrez de fotografia.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZMfvQvGhgsY&t=260s>. Acesso em: 14 set. 2020.

⁹ Exibido de segunda a sexta, às 13h30m e às 18h, pela TV Itararé de Campina Grande (afiliada da TV Cultura). O programa apresenta reportagens diárias sobre a cultura paraibana, com destaque para o que é produzido em Campina Grande e região circunvizinha.

Figura 2: Cafezinho (1978).



Fonte: Coura (2007).

Figura 3: Crianças (1978).



Fonte: Coura (2007).

A intenção de Coura com o seu ensaio foi a de transmitir o cotidiano da feira central, enaltecendo-o da forma mais natural possível. Para isso, buscou inserir-se nesse cotidiano com um método voltado para a participatividade, bastante parecido com o usado pelos antropólogos ao estudarem grupos humanos. A “Figura 2” é bastante representativa no que se refere a atitude dos feirantes em relação ao fotógrafo, que em determinados momentos, passaram a não se importar com a presença das lentes.

Sabemos, portanto, que por maior que seja o esforço, o fotógrafo sempre fará um recorte. Uma fotografia não é capaz de abranger uma totalidade, mas um fragmento, escolhido a partir do olhar fotográfico. Da mesma forma que o fotógrafo lança um olhar, posicionado atrás da câmera, os sujeitos que estão sendo fotografados também o lançam, e, desta forma, os olhares se cruzam, concedendo a fotografia mais um elemento encantador. A multiplicidade de olhares presentes nas fotos de Coura, podem ser, sem dúvida, parte de nosso objeto de análise, assim como a displicência da mulher tomando seu cafezinho, rodeada de cabeças de porco; confortável em relação ao lugar ao qual ela definitivamente pertence, pois o lugar também é pertencido por ela.

Seria possível observar este tipo de atitude por parte de um funcionário de uma grande cadeia de supermercados? Ou até mesmo por parte de um funcionário do mercadinho da vizinhança? Provavelmente, não. Estes que foram citados estão interligados em grau mais elevado às demandas globais, esquemas modernizantes; aceleradores, que priorizam a instrumentalidade das formas comerciais em detrimento da reprodução da vida, da cultura, do verdadeiro respeito à subjetividade, e assim por diante. Sendo assim, além de lugar de trabalho, a feira também se estabelece como um lugar de ócio, lazer e prazer (ARAÚJO, 2006, p. 106).

A partir das relações interpessoais, a feira se constrói, diferente de um shopping center, por exemplo, onde o consumidor (termo adequado ao capitalismo) nem sabe de quem está comprando o produto. Não se compra de uma pessoa, mas de uma grande empresa que aglomera diversas outras empresas, aglomerando pessoas em relações frias e impessoais, que impedem que haja uma verdadeira apropriação por parte delas em relação às suas práticas diárias. O indivíduo, assim, não é soberano sobre si mesmo. Araújo (2006, p. 82) em sua pesquisa recolheu discursos de diversos feirantes, fregueses e demais pessoas atreladas à feira. Uma dessas pessoas profere a seguinte frase sobre as relações sociais vigentes na feira:

[...] é criado aquele vínculo de amizade que você não encontra em supermercado. Supermercado você pode até encontrar funcionários, mas só que a rotatividade é muito grande, então você às vezes tem aquela pessoa que te atende bem e aquela pessoa é trocada [...].

Hoje em dia, como visto anteriormente neste trabalho – de acordo com informações dos questionários –, as pessoas mais jovens, imersas com mais intensidade na mentalidade moderna (também discutida anteriormente por nós) apresentam uma certa rejeição a feira. Além disso, a maior parte dos feirantes questionados disse que não desejavam que seus filhos e netos seguissem o mesmo ofício. Este desejo de continuísmo não se verifica, como também foi percebido por Araújo (2006, p. 65).

Dadas as dificuldades financeiras descritas pelos feirantes em decorrência da falta de movimento, o continuísmo representado pelo testemunho visual na “Figura 3”, dificilmente poderá ser testemunhado nos dias atuais. Além disso, a Secretaria de Trabalho proíbe, fiscaliza e pune o trabalho infantil com mais vigor nos dias atuais: o Estado age segundo a lógica modernizante. Nesta imagem, os jovens feirantes estão reproduzindo modos tradicionais de compra e venda, provavelmente herdados de seus familiares. O que vemos nesta imagem é a prática do encontro humano, da troca de olhares significativos entre ambas as partes; da informalidade. Existe aí, possivelmente, uma certa cumplicidade entre feirante e “freguês”. Como coloca Carneiro (2014, p. 36),

[...] a relação face a face na feira livre é a marca central desta atividade [...] o feirante bem como o seu cliente, na maioria das vezes, tem que negociar o preço do bem comercializado, utilizando-se, para tanto, do agir comunicativo, ou seja, um tipo de ação em que as pessoas orientam seus planos para um entendimento mútuo sobre algo em seus mundos.

Figura 4: Utensílios artesanais sendo comercializados na Feira Central (1978).



Fonte: Coura (2007).

Figura 5: Utensílios para uso domiciliar.



Fonte: Acervo Pessoal (2018).

É certo que a “Figura 4” não pode deixar de ser vista como um fragmento, limitado pelas lentes da câmera e pela “manipulação” do fotógrafo. Apesar disto, esta imagem representa sim uma feira que, pouco mais de 30 anos atrás limitava-se à venda de frutas, verduras, legumes, produtos artesanais para uso domiciliar, etc. Hoje em dia, como verificado na “Figura 5” existe uma ampla penetração de produtos industrializados, os quais não são produzidos dentro da feira – muito embora ainda seja bastante comum na feira a presença de objetos artesanais.

Contudo, apesar dos impactos percebidos através deste passeio possibilitado por nossa breve interpretação iconológica, ainda é possível captar a Feira Central de Campina Grande como um local de resistência, tendo em vista que abriga milhares de feirantes que continuam mantendo essas práticas, mesmo que não desejem repassá-las aos seus filhos – coisa que ocorre por questões de sobrevivência num mundo em processo de colonização pelo sistema. Desta forma,

[...] a globalização aparece, neste caso, como fabulação, engodo, não apagando, assim, as formas de resistência identitárias de uma parcela humana que vive frequentemente na base de atividades formadoras do circuito inferior. (CARNEIRO, 2014, p. 27).

Tendo em vista toda a discussão proposta por este trabalho, a feira é ainda um local que inspira criatividade, diferentemente do modo de produção de mercado pós industrial – com projeção em escala planetária – que quebra o indivíduo e o torna parte de um coletivo abstrato, uniformizando as relações, recriando o mundo de acordo com sua imagem e semelhança. Dito isto, é impossível negar, diante do testemunho visual, a penetração de produtos e técnicas provenientes do circuito superior. É importante, contudo, salientar que esta penetração se dá materialmente e imaterialmente a partir da necessidade dos feirantes de adaptarem-se às demandas globais, reproduzidas amplamente pela população, que ainda é, em proporções cada vez menores, clientela da feira.

Nesse sentido, a noção de rugosidade proposta por Santos (1979) tem também um papel fundamental no que se refere à identificação de práticas sociais que, embora em situação de precariedade, resistem às variadas transformações do espaço que ocorrem ao longo do tempo:

Santos associa o estudo das rugosidades ao estudo da paisagem, que sob efeito das dinâmicas modernizantes passa a conter as múltiplas e novas camadas que são produzidas pelas forças inovadoras. Essas camadas são gradativamente mais comprimidas e geradas em número cada vez maior, porém ainda que esse processo seja agudo, [...] as rugosidades não são eliminadas. (SABINO, 2013, p. 189).

O tempo e as inovações, então, criam sucessivas camadas que sobrepõem-se umas às outras, e que são, por si só, testemunhos da formação de um dado espaço ou fatores sociais, assim como os anéis de crescimento da árvore são testemunhos das condições externas que se internalizam a ela com o avanço das conjunturas. Isto é, rugosidade é tudo aquilo que permanece, e, atentos a isso, podemos identificar as diferentes variações, seja no campo das técnicas de produção ou da própria sociabilidade:

[...] a aceleração do processo conflitual de urbanização da sociedade brasileira e a rápida mudança da paisagem urbana desencadearam a necessidade de gerenciar a memória dessas transformações espaciais e das formas de sociabilidade urbanas ao longo do século XX.” (MONTEIRO, 2006, p. 13).

Tomando empréstimo mais uma vez das palavras de Kossoy (2014, p. 172): “Fotografia é memória e com ela se confunde”. Dito isto, podemos compreender o processo de documentação desempenhado por Roberto Coura na Feira Central de Campina grande como decorrente de uma preocupação em gerenciar a memória – através do congelamento do tempo por entre a imagem – em meio aos embates culturais impostos pelo avançar acelerante e evanescente da modernidade.

Figura 6: “Balaeiro” (1978).



Fonte: Coura (2007).

Na “Figura 6”, vemos um exemplo de registro visual que não pode ser reproduzido por nossas retinas atualmente ao visitar o espaço da feira. No centro da imagem, trajando o tradicional chapéu feito de bola de couro, está um balaieiro¹⁰ que figura hoje em dia na memória coletiva daqueles que frequentavam a feira central. A substituição dos balaieiros pelos carroceiros é lembrada¹¹ como um dos diversos elementos que vieram a descaracterizar, em parte, a feira central.

Apesar deste saudosismo em relação aos personagens que o tempo evanesce, como colocado anteriormente, desde pelo menos a década de 1930, já haviam discursos, por parte dos intelectuais da época, que se colocavam não necessariamente contra a feira:

[...] a cultura não deve ser vista de forma dicotômica, o popular e o letrado [...] interagem mutuamente para que se mantenham sólidas [...] pois a diferença só é possível se houver referencial para comparação. (ARAÚJO, 2006, p. 28-29).

Muito embora, na verdade, a posição discursiva do letrado em alguns casos acabaria favorecendo os elementos do circuito superior em detrimento do inferior – sem estabelecer uma relação dicotômica direta com a cultura popular; essa relação dicotômica é estabelecida e fomentada pela cultura de massas.

Figura 7: “Pela-porco” (1978).



Fonte: Coura (2007).

A fonte iconográfica, desta vez, representa a figura dos barbeiros do “Pela-porco” (Figura 7). Este termo foi fomentado pelos grandes salões da cidade, que “botavam olho grande” na ampla demanda atendida pelo serviço acessível destes cabeleireiros populares, como é rememorado pelos feirantes. Santos (1979, p. 16) destaca: “o circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (APONTANDO AS LENTES PARA O HORIZONTE...)

Em virtude das análises contextuais acima dispostas, é pertinente destacar que o alargamento destes contextos vem acontecendo na medida em que a feira enfrenta o discurso erudito, e, mais tarde enfrenta um discurso alicerçado na ideologia do consumo, subordinado à mercadificação e ao mercado, que em sua falta de profundi-

¹⁰ Responsável pela condução das mercadorias dos “fregueses”, muitas vezes levando-as no topo de sua cabeça – por isso, o uso do chapéu de couro característico.

¹¹ Araújo (2006) veicula o discurso de diversos entrevistados sobre a feira central. Dentre eles, um reclama da substituição dos balaieiros pelos carroceiros, afirmando que isto é parte da decadência da feira.

dade, despreza a história, tendo em vista seu caráter altamente instantâneo e predatório, produtor de uma série de ressignificações no campo do sentimento; que objetiva devolver o homem à condição primitiva do cada um por si – estabelecendo assim, uma fragmentação¹² do mesmo e o enfraquecimento das correntes de solidariedade, possibilitadas por lugares como a Feira Central de Campina Grande.

Através desse breve passeio pelo campo da imagem, foi possível identificar algumas das práticas populares que compõem o cotidiano da Feira Central, tendo em vista também sua importância no que se refere ao fazer do sujeito:

“[...] é preciso, distinguir o trabalho tanto na sua forma ontológica, fundamental, estruturante de um novo tipo de ser, o homem, ser social; quanto nas suas formas históricas, penosas, alienantes, desintegradoras dos melhores valores da pessoa humana.” (CIAVATTA, 2012, p. 34.)

É importante salientar que os expoentes da cultura popular não são passivos. A Feira Central de Campina Grande é um palco de disputa entre a cultura popular e a cultura de massas: “isso evoca a mais difícil questão sobre o movimento pós-moderno: o seu relacionamento com a cultura da vida diária e sua integração nela. [...] **Nem sempre é claro quem está influenciando quem no processo.**” (HARVEY, 1992, p. 62. Grifo nosso).

A Feira Central de Campina Grande está viva, cravada no seio da cidade, inspirando ações por parte de diversos setores da sociedade, como a academia e o poder público, e também abarcando economicamente grande parte dos trabalhadores autônomos da região, oferecendo condições, ainda que cada vez mais precárias, de reprodução simbólica do mundo da vida, que discutimos anteriormente. Como lembra Carneiro (2014, p. 47), as feiras, assim como outros lugares, que se constroem de forma independente em relação ao circuito superior, inegavelmente têm visto seus contextos sendo ampliados. Isto é, estes lugares não se relacionam mais apenas com o seu entorno, como destaca um dos “fregueses” entrevistados por Araújo (2006, p. 81): “era uma feira mais original, onde tinha muitos cavalos que vinham dos sítios e as frutas e verduras era toda nossa, da periferia”. Na atualidade, a feira está envolvida por interações espaciais cada vez maiores.

A natureza destas interações é atualmente vista por nós como perversa, se considerarmos a imposição predatória que se faz de cima para baixo, do mundo do sistema para o mundo da vida. Contudo, isto não significa que a cultura popular não possa lograr vitórias. Com o amadurecimento das crises deste capitalismo tardio, o povo começa a compartilhar descrédito em relação ao discurso das forças hegemônicas:

A partir dessas metamorfoses, pode-se pensar na produção local de um entendimento progressivo do mundo e do lugar, com a produção indígena de imagens, discursos, filosofias, junto à elaboração de um novo *ethos* e de novas ideologias e novas crenças políticas, amparadas na ressurreição da idéia e da prática da solidariedade. (SANTOS, 2019, p. 167-168).

Esse novo *ethos* descrito por Milton Santos passa, necessariamente, pela “fortificação” do sujeito, através do que o autor nomeia de “expansão de consciência”, que envolve a superação do consumismo. Este momento da história é apenas uma fase, que há de ser superada assim como tantas outras foram. A necessidade obsessiva de normas, sem dúvida, causa mal-estar no corpo social, que evidentemente produz uma série de “anticorpos”; resiste; permanece. A existência da feira é, sem dúvida, parte da perpetuação de uma construção simbólica sobre

¹² “O modernismo dedicava-se muito à busca de futuros melhores, mesmo que a frustração perpétua deste alvo levasse à paranoia. Mas o pós-modernismo tipicamente descarta essa possibilidade ao concentrar-se nas circunstâncias esquizofrênicas induzidas pela fragmentação e por todas as instabilidades. [...] **o mundo perde assim, momentaneamente, sua profundidade.**” (HARVEY, 1992, p. 57. Grifo nosso).

um mundo onde o sujeito é senhor do seu saber-fazer. Portadora desta preciosidade, a Feira de Campina Grande foi registrada como patrimônio cultural imaterial do Brasil, de acordo com a decisão proferida na 87ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada no dia 27 de setembro de 2017.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Múltiplos Discursos Sobre a Feira de Campina Grande**. Campina Grande: Agenda, 2006. 168p.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História** – Especialidades e Abordagens. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular**: leituras de operárias, Petrópolis: Vozes, 1973.

CABRAL FILHO, Severino. A cidade desejada: Campina Grande: imagens e histórias. In: SOUZA, Antônio *et al.* (Orgs.) **Cultura e Cidades**. Campina Grande: EDUFPG, 2009. p. 40-55.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 283p.

CARNEIRO, R. N. **Circuito Inferior e Fluxos Socioespaciais**: a feira livre de Pau dos Ferros – RN. Mossoró-RN: 1 Ed. Offset Editora, 2014.

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 12, p. 33-46, 2012.

COURA, Roberto. **A Feira de Campina Grande**. Campina Grande: Editora Universitária/UFPG, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

MONTEIRO, C. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS**, Caxias do Sul, v. 5, p. 11-23, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Historia e Historia Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SABINO, Anderson; SIMÕES, Robson. Geografia e arqueologia: uma visão do conceito de rugosidades de Milton Santos. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 7, p. 174-188, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SILVA, Pedro de Farias Leite e. **Da fábula à perversidade**: A influência da globalização nas identidades que compõem a Feira Central de Campina Grande. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

THOMPSON, E. P. “Consciência de classe”. In: THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987. v. III.

MANIFESTAÇÕES CIRCULARES OPERACIONALIZARAM NAS RUAS FEIRENSES POR DIVERSAS CATEGORIAS SOCIAIS, EM 1990¹

Linaldo Souza da Silva²

Resumo: O presente texto almeja discutir práticas carnavalescas pelas quais podemos perceber a cidade de Feira de Santana e os setores sociais envolvidos, direta e indiretamente, com as manifestações populares e a dita cultura oficial, assim como os limites entre estas duas categorias conceituais. Sendo, com isso, necessário apresentar o entendimento de festa; o processo histórico da expressividade festiva feirense, com o intuito de compreender a dinâmica da Micareta de 1990; a concepção de cidade-conceito de Michel Certeau, bem como o de espaço praticado; por fim, é articulado o discernimento de circularidade cultural cunhado por Mikhail Bakhtin. Além do mais, este trabalho operacionaliza com as categorias correlatas ao espaço praticado pelos sujeitos imersos na representação deste município, através de suas manifestações festivas.

Palavras-chave: Práticas carnavalescas, espaço praticado e interesses antagônicos.

INTRODUÇÃO

Neste ponto situaremos brevemente a Micareta, já que essa é fruto de um processo histórico do qual seria necessário um espaço maior, todavia o objetivo deste trabalho é discutir algumas práticas carnavalescas com o intuito de perceber quais setores estavam envolvidos nas disputas pelos espaços festivos e como podemos perceber a cidade feirense a partir dessa expressividade. Sendo assim, versaremos sobre algumas categorias conceituais que servirão de chave de compreensão, tais como festa, entrudo, cidade e práticas carnavalescas.

Podemos perceber a cidade feirense a partir da expressividade micaretasca que sobrepujado o carnaval, o qual entrou em processo de declinação a partir de 1929. Período que emergiu a necessidade de realizado três dias de festa com sentido compensatório, sendo que a Micareta e o Carnaval coexistiram no ínterim de 1937 até 1944. Esta festa fora de época culminou na então Micareta feirense.

É oportuno sinalizar que, além do carnaval feirense, houve a prática denominada de entrudo³. Assim, Helder Alencar terminou reproduzindo o discurso jornalístico posto pelo periódico “O Comercial”, em 1871, a respeito do entrudo feirense. Segundo Alencar, “o divertimento do entrudo passou nesta vila sem lamentar-se desgraça alguma, graça ao desuso em que vai caindo êsse péssimo brinquedo”⁴. Este entendimento a respeito do entrudo é fruto das

¹ Este texto é fruto dum trabalho monográfico, “A festa do povo: disputa pelos espaços da festa da Micareta de Feira de Santana – 1990,” o qual foi orientado pela Professora Ma. : Edicarla dos Santos Marques.

² Linaldo Souza da Silva é formado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. E-mail: linaldosouza@ymail.com.

³ “[...], o entrudo compreendia um conjunto de comportamentos condenáveis aos olhos daqueles foliões encastelados nas Grandes Sociedades e na imprensa do Rio de Janeiro. [...] Apenas no final do século (XIX) a palavra passou a ser utilizada por autoridades, políticos, jornalistas e literatos para nomear exclusivamente a “molhaçada”, e com sentido oposto ao da palavra *Carnaval*, que designava sobretudo préstitos, bailes, batalhas de confete e outras práticas mais recentes, às quais se atribuía superioridade em face dos folguedos rudes e incultos do entrudo”(CUNHA, 2001, p. 25).

⁴ ALENCAR, 2011, p. 18.

ideias de um dado grupo que defendia o carnaval como “civilizado” em oposição às diversidades carnavalescas que foram associadas a práticas “grotescas” e “populares”.

Para Cunha (2001), referindo-se ao Rio de Janeiro, essa oposição é relativa uma vez que o entrudo era “o mesmo que o carnaval: um conjunto de brincadeiras e folguedos realizados quarenta dias antes da Páscoa”⁵. Nesse mesmo viés, Cunha observou que havia uma concepção pejorativa ao entrudo por parte de alguns “intelectuais” cariocas. Posto isso, podemos perceber certa semelhança entre o pensamento de alguns jornalistas feirenses com os ditos “intelectuais” fluminenses.

Os termos mencionados anteriormente, “grotescas e populares”, são categorias discutidas por Bakhtin (2013) a partir da obra de François Rabelais. O tratamento “grotesco” ou “obsceno” eram práticas comuns entre os praticantes da folia. Para Bakhtin, “A linguagem familiar da praça pública caracteriza-se pelo uso frequente de [...] palavras injuriosas, [...] as grosserias são um gênero verbal particular da linguagem familiar”⁶. Então, as diversidades carnavalescas identificadas durante o ano de 1871, por Alencar nas ruas feirenses, estavam no âmbito da cultura popular e por isso sofreram ataques advindos de uma cultura dita oficial. Para além desses termos referentes às práticas carnavalescas há também a noção de festa.

No sentido mais amplo, a festa é um ato coletivo que ocorre a partir da reunião social de sujeitos que ao mesmo tempo em que constitui a base fundamental dos encadeamentos da coletividade, constitui também aquilo que faz a sociedade. Em outras palavras, a festa está atrelada a um momento sociável “[...] extra-ordinária, extra-temporal e extra-lógica [...]”. Em resumo: a festa constitui o outro mundo, uma outra forma de experienciar a vida social, marcada pelo lúdico, pela exaltação dos sentidos e das emoções [...]”⁷.

Além disso, a festa é entendida também como um elemento de “re-ligação”, um espaço privilegiado onde se reúne todas as diferenças sociais. Sujeitos reúnem-se para constituírem assim um grupo, que elimina e afirma as diferenças. Dito isso, a respeito da festa carnavalesca, ou melhor, das práticas carnavalescas, que constituem o objeto deste ponto, é necessário dizer que “O carnaval é a segunda vida do povo, baseada no princípio do riso”⁸. Por esse motivo a festa é geradora de recordação e, ao mesmo tempo, criadora de perspectiva, na qual os sujeitos buscam vivenciar tudo novamente. Assim, é importante ressaltar que toda discussão teórica a respeito da festa, realizada neste ponto, é relevante para pensarmos as especificidades da Micareta feirense, além disso, operacionalizamos também com outra categoria referente ao lugar.

Entendemos a cidade enquanto um lugar de variações inerentes às práticas festivas que estão repletas de operações táticas. Nesse viés, a cultura oficial, representada pela administração do município de Feira de Santana, organizava o espaço praticado a partir de “estratégias”, em contrapartida, os sujeitos que compartilhavam elementos da cultura popular inseridos na disputa pelos espaços momesco operacionalizavam com as “táticas”, ou seja, com procedimentos encontrados justamente nas referências de um dado lugar, entendido neste trabalho como um espaço “controlado”.

Com isso, podemos perceber a cidade feirense como lugar de transições consoante a concepção de “Cidade-conceito” de Certeau enquanto um [...] “lugar de transformações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar

⁵ CUNHA, 2001, p. 25.

⁶ BAKHTIN, 2013, p.15.

⁷ PEREZ, 2002, p.19.

⁸ BAKHTIN, 2013, p.7.

enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e herói da modernidade”⁹. Por isso que a referida cidade, bem como os espaços da festa, são entendidos aqui como lugares praticados por diversas entidades micaretas e por outros grupos sociais que constantemente transformaram o lugar em espaço e vice-versa, os quais são elementos necessários para manter o lugar em constante transformação.

Assim, discutiremos dois pontos a seguir, o primeiro fará recortes na Micareta de 1990 para compreender alguns praticantes e como esses estavam inseridos nas disputas pelo espaço festivo que vai para além do âmbito econômico. O Segundo ponto versaremos sobre práticas imersas nesta festa as quais serão compreendidas enquanto circulares.

MICARETA 90: MAIS DE CINCO DÉCADAS COM SUAS MANIFESTAÇÕES FESTIVAS NAS RUAS FEIRENSES

Em 1990, a Micareta completou 53 anos de sua emergência na cena cultural feirense. Inicialmente, essa acontecia na Rua Conselheiro Franco, mas devido as transformações a festa tomou outras proporções, sendo que no referido período foi praticada em boa parte do centro da cidade como na Avenida Getúlio Vargas e nas suas transversais.

Uma prática presente na Micareta de 1990 era o préstito momesco, pois em imerso à cultura eletrizante dos trios, Momo desfilava no carro alegórico¹⁰ ornamentado com o tema: “Nordeste em Festa”¹¹, conforme a sua etiqueta de rei da alegria. Reiterando assim a importância da Micareta no nordeste, posto que o *slogan* do préstito associou as práticas momesca a uma festa mais ampla, colocando-a como o centro da festa nordestina, bem como os temas postos durante o período junino.

As escolas de samba, os blocos afros e os afoxés eram também praticantes micaretas. Embora estes elementos estejam presentes em outros carnavais e micaretas, é importante salientar que tais entidades micaretas estavam diretamente ligadas aos candomblés e, conseqüentemente, aos bairros periféricos de Feira de Santana. Por isso, vamos analisá-las enquanto umas das especificidades da aludida festa. Além disso, há outra questão que corroborou para que analisássemos estas duas peculiaridades da festa feirense, pois tais práticas micaretas tornaram-se alvos da “cultura hegemônica” dos blocos de trios elétricos de Salvador.

Na abertura da Micareta de 1990, logo após o ritual simbólico de entrega da chave da cidade ao deus da folia, começou o desfile do “Afoxé Filhos de Gandhi”, entidade soteropolitana, que pintou o espaço da principal avenida feirense de branco com as suas fantasias ornamentadas com cordões azul e branco. Tal afoxé fez os súditos de Momo iniciar os primeiros passos da coreografia, dando-lhe um show de ijexá, seguida das apresentações dos cantores Djalma Ferreira e Ricardo Chaves. Por fim, ocorreu o desfile do Bloco Zero Hora que, tradicionalmente, era formado por jornalistas, radialistas e amigos. Desse modo, deu-se a abertura da Micareta em 4 de maio de 1990.

Neste referido ano ocorreram dois desfiles momescos, um na abertura e o outro no final. No último, o ritual era para ser mantido conforme foi anunciado pelo jornal Feira Hoje, o “[...] som dos trios elétricos será substituído pelo toque dos clarins, quando batedores do pelotão da Asa Branca, da Polícia Militar, abrirem o espaço para a

⁹ CERTEAU, 2014, p.161.

¹⁰ Neste carro estavam presentes: o rei Momo Maximiliano Nascimento, a rainha Djamara Lopes e as duas princesas, Cláudia Campos e Luciana Cavalcante. *Feira Hoje*, Feira de Santana – Ba, 01 de abril de 1990, Local, p. 4

¹¹ Carros alegóricos conduzem as majestades da folia no sábado. *Ibidem*

passagem das majestades da folia”¹², realizando assim, um dos ritos presentes na Micareta desde o seu início. Porém, quando o rei Momo passou na avenida: “Os clarins dos arautos confundiram-se e ficaram totalmente ofuscados pelo estridente som das guitarras. Os trios elétricos simplesmente não respeitaram as majestades da folia”¹³.

Se os trios elétricos enquanto súditos não respeitaram sua majestade, imagine se esse daria um tratamento diferente para os demais grupos praticantes da festa? Aqui estamos diante de uma prática de disputa pelo espaço, pois há um embate entre aquilo que é tradicional do festejo feirense com a cultura eletrizante advinda de Salvador, além disso, os trios elétricos ficaram com a maior espacialidade momesca em 1990.

Braga (2008) analisou a Micareta feirense no período de 1985 até 1995, demonstrou que houve uma intensificação dos trios elétricos e dos blocos soteropolitanos na disputa pelo espaço da folia em Feira de Santana. Nos anos de 1980, existiam seis blocos feirenses como “Os Nacionais”, “Raízes”, “Uca”, “Bloco do Caju”, “Fetecê” e “Paes Mendonça”. No entanto, na década de 1990, os blocos soteropolitanos intensificaram ainda mais suas presenças na folia feirense, fazendo com que blocos feirenses fossem perdendo espaço ao ponto de serem extintos da cena cultural deste município. À guisa de exemplo, os quatros primeiros blocos já mencionados¹⁴ deixaram de disputar o espaço momesco em meados da década de 1990. É necessário dizer que o préstito de Momo e das escolas de samba, dos blocos afros e dos afoxés permaneceram resistentes a este processo de disputa pelo espaço da Micareta feirense, ainda que secundarizados, pois foram retirados do circuito principal.

Braga (2008) analisou também, o desfile das escolas de samba, dos blocos afros e dos afoxés ocorridos na Avenida Getúlio Vargas, Senhor dos Passos e na Rua Conselheiro Franco, o qual estava sempre associado à questão do atraso por parte da Comissão Julgadora e desrespeito do som dos trios elétrico que foi intensificado a partir de 1985, com seus decibéis tão potentes que ofuscava o brilho dos demais praticantes da folia.

As disputas pelos espaços não ocorreram apenas no âmbito físico, essa acontecia também no plano ideológico. Talvez a maior estratégia correlata ao espaço da Micareta de 1990, tenha sido o esforço realizado pelo periódico diário, que tentou construir uma imagem dessa festa cada vez mais com aspecto soteropolitano, hipoteticamente, esta estratégia estava associada ao poder político e econômico feirense. Visto que o jornal Feira Hoje dedicava inúmeras páginas de suas edições para divulgar a Micareta com perspectivas análoga ao Carnaval de Salvador, enfatizando a presença dos blocos de trios, dos camarotes e das arquibancadas que eram espaços feirenses administrados por empresas advindas da capital baiana.

No caso da abertura desta festa, que logo após o ritual pelo qual o prefeito entregou a permissão de gerir a cidade nas mãos do rei Momo, não obstante, quem ganhou destaque na manchete foi o afoxé soteropolitano “Filhos de Candhy”, que ficou com a maior fotografia da capa do jornal Feira Hoje do dia 5 de maio de 1990, associado ao título, “O branco da paz abre a micareta”¹⁵, escrito em letras grandes para dá uma maior visibilidade. A hipótese do Jornal Feira Hoje ter realizado uma aliança política com as autoridades locais é justamente pelo fato de ter desenvolvido um papel de uma mídia quase que oficial da Prefeitura Municipal.

¹² Ibidem.

¹³ “Que pena! Préstito sofre de novo com desorganização”. Feira Hoje, Feira de Santana – Ba., 09 de maio de 1990, Local, p. 5.

¹⁴ Nesse sentido, ver o trabalho monográfico de Flávia Renata Barreto Braga, 2008.

¹⁵ O branco da paz abre a micareta. Feira Hoje, Feira de Santana, 05 de maio de 1990, Local, p. 01. A imagem do Afoxé Filhos de Candhy que, por sua vez, tomava toda a página principal, mostrando a importância dada pelo jornal Feira Hoje e pela prefeitura municipal a este grupo soteropolitano, ao invés de conceder uma ajuda financeira melhor às entidades micaretas feirense e por que não prestigiá-la com a abertura oficial da Micareta de 1990.

Outro indício de alinhamento do periódico com as forças econômicas e política municipal diz respeito à modificação do circuito da folia. Dado que em uma reunião entre os representantes das entidades micaretas, do poder público municipal, do comércio tanto formal quanto informal foi decidido o local de instalação das barracas. No entanto, o presidente da Associação Comercial de Feira de Santana, o senhor Humberto Cedraz, posicionou-se preocupado com as vendas do comércio feirense durante o sábado que antecedia a micareta e na quinta-feira posterior. Segundo Cedraz, “principalmente pela montagem de barracas na Avenida Senhor dos Passos e na Rua Visconde do Rio Branco”¹⁶, notadamente, podemos perceber certa importância atribuída aos referidos espaços que correspondia ao centro comercial e da Micareta.

Sendo assim, logo após a Micareta de 1990, o Prefeito Colbert Martins da Silva anunciou uma proposta de mudança do espaço da festa para a Avenida Presidente Dutra¹⁷, embora isso só tenha acontecido no ano de 2000. É nesse sentido que, no dia 13 de maio o jornal Feira Hoje entrou em campo realizando uma campanha baseada em entrevistas direcionadas, na qual demonstrava que havia uma “aprovação” popular para tal modificação.

Já havia um projeto de modificação do circuito da micareta no final da década de 1980, a qual permaneceria na Avenida Getúlio Vargas, porém, a folia iniciaria a partir do cruzamento com a Avenida João Durval Carneiro¹⁸, ou seja, uma maneira de afastar a festa do centro comercial. Além disso, a quais grupos interessavam a transferência da micareta para Avenida Presidente Dutra? Esses grupos influenciavam nas relações consoantes à festa e tinha a esfera pública como legitimadora, posto que o poder executivo municipal compactuava dos mesmos interesses, os quais eram difundidos amplamente pelo periódico diário Feira Hoje. Percebida essa dinâmica, situaremos as múltiplas maneiras de apresentar Feira de Santana a partir das práticas momescas.

AS CIRCULARIDADES PRESENTE NAS MÚLTIPLAS MANEIRAS DE REPRESENTAR FEIRA DE SANTANA ATRAVÉS DA MICARETA

Houve práticas circulares na Micareta feirense de 1990, representadas das mais variadas maneiras. Uma dessas práticas dizia respeito à decoração do sítio da folia que representou elementos da dita cultura oficial intrínseca com a cultura popular, pois fazia referência aos “fundadores” da Micareta, todos pertencentes à elite feirense; outros sujeitos considerados, pelo jornal, enquanto “figuras folclóricas”, sendo aquelas mais próximas das práticas populares e tantas outras consideradas como artistas feirenses, que não serão esmiuçados aqui devido ao espaço deste texto. Houve também prática micaretasca que fez alusão ao “Cruzeiro de Zélia”, mostrando que o bloco popular “Lá vem elas” levou para o sítio da folia a sua leitura de mundo através de práticas micaretas, uma vez que, tal entidade momesca propôs enquanto tema de 1990, uma temática atrelada ao contexto econômico e político brasileiro, já que a cultura popular coexistia com a dita cultura oficial representada pela esfera do “Estado Nacional”. Visto que “cruzeiro” correspondia à moeda brasileira da época e Zélia Cardoso de Melo, a Ministra da Economia do Governo Fernando Collor de Melo do mencionado ano. O bloco “Lá vem elas” era de cunho cômico e pode ser entendido enquanto “polissêmico”¹⁹, pois a sua fantasia possuía mais de um significado, pois eram homens travestidos com roupas feminina que fazia alusão, em alguma medida, as vestes da Ministra Zélia Cardoso, porém, de maneira cômica e satírica.

¹⁶ Ver o Jornal Feira Hoje: “Micareta: sítio da festa volta ao centro da cidade”, 09/03/90, p. 4.

¹⁷ Conforme foi noticiado no jornal Feira Hoje do dia, 10 de maio de 1990, p. 3.

¹⁸ Essa discussão foi realizada pelo Jornal Folha do Norte, 27/01/90, p. 3.

¹⁹ Assim como Burke (1989, p. 215) utilizou o conceito de polissêmico para pensar o Carnaval enquanto um conjunto de significado que se apresenta de forma diferente para pessoas diferentes.

Marques²⁰ (2016) analisou algumas práticas carnavalescas na cidade de Amargosa, Bahia, durante os anos de 1940 a 1980. Uma dessas práticas era realizada por “Blocos Críticos” e por grupos carnavalescos compostos de homens travestidos ou por mulheres travestidas, ambos satíricos. O “Lá vem elas” era um grupo micaretesco de Feira de Santana que apresentava uma dada semelhança com as práticas amargosenses, tais como aquelas referentes aos grupos críticos, os quais faziam uma denúncia social dentro do campo da representação festiva. Sendo assim, o “Lá vem elas” era composto por homens travestidos, com viés crítico da realidade sociocultural então existente em Feira de Santana.

A decoração do sítio da Micareta correspondia a uma prática inerente ao espaço festivo que não podemos deixar de observá-la. Essa prática micaretasca foi realizada pelo poder público, o qual é compreendido aqui como representante da cultura oficial. Dessa maneira, foi aprovada por sugestão da Setur²¹ uma decoração composta pela iluminação e outros adereços colocados nos postes, para “abrilhantar ainda mais a folia”, segundo o discurso jornalístico tão vigente em 1990. Assim, ficou definido pelos organizadores e executado pelo setor de iluminação pública, a tarefa de colocar sete mil lâmpadas coloridas formando os nomes de alguns foliões considerados pela cultura “oficial” como os fundadores da Micareta, tais como: Oscar Marques, Manoel de Emília e João Bojô. Além desses, foram homenageadas algumas personalidades, denominada pelo discurso da mídia como “folclóricas”, mas eram sujeitos progressivamente engajados na folia como Mestre Muritiba e Helena do Bode. Enfim, o jornal Feira Hoje hierarquizou os sujeitos enquanto “figuras folclóricas”, outros com o prestígio de serem “os fundadores” do festejo micaretasco e os artistas pertencentes à cena cultural feirense, tais como: Timbaúba, Tonho Dionorina, Juracy Dórea, Charles Albert, Pedro Roberto, Dadinho, Caboquinho²² e tantos outros que foram homenageados pela Setur dentro de uma perspectiva cultural bem definida.

A respeito daqueles sujeitos proclamados na folia momesca feirense de 1990 é necessário examiná-los enquanto sujeitos ligados a Micareta de forma direta ou indireta. Oscar Marques ou Oscar Tabaréu²³ foi considerado um dos foliões cofundador da Micareta, já que fez parte daqueles inconformados com o Carnaval frustrado de 1937²⁴, bem como, Manoel da Costa Ferreira (Maneca), Antônio Garcia, redator do jornal Folha do Norte daquela época, e outros sujeitos formaram uma Comissão Carnavalesca em 1937, a qual propôs e realizou três dias festivos. Além disso, Oscar Tabaréu teve uma carreira de empreendedor e política no município feirense.²⁵ Portanto, o Tabaréu era bem articulado no âmbito sociocultural, político e econômico, visto que ele fazia parte dos grupos de empresários e político feirense.

Manoel da Costa Ferreira ou simplesmente “Maneca”²⁶, responsável pelo nome do atual circuito da Micareta: “Circuito Maneca Ferreira”, foi o orador oficial da Filarmônica Vitória, além de ser, pintor, escultor, desenhista e tea-

²⁰ Ver o texto de Marques (2016), “Os carnavais de Amargosa: pranchas, cordões e blocos”, presente na obra “Cidades interiores da Bahia: modernidade, civilidade e sociabilidades”. A qual foi organizada por Rinaldo Cesar Nascimento Leite, Aline Aguiar Cerqueira dos Santos e Miranice Moreira da Silva (2016).

²¹ Secretaria de Turismo, Recreação e Cultura de Feira de Santana.

²² Ver Jornal Feira Hoje. 31/03/90, p. 4.

²³ Ver Almeida (2000).

²⁴ Ver trabalho monográfico, A festa do povo: disputas pelos espaços da festa na micareta de Feira de Santana – 1990. SILVA, L. S.

²⁵ Ele foi vereador e deputado. Enquanto empreendedor ele foi o proprietário da Rádio Cultura, sócio-diretor da Empresa de Transporte e Comércio Ltda., representante da Brahma e pecuarista.

²⁶ Nesse sentido ver Santa Barbara (2007) e Almeida (2000).

trólogo. Outro nome homenageado foi o senhor Manoel de Emília, fundador do cordão “As Melindrosas em 1929”²⁷, vale dizer que desse cordão emergiu enquanto dissidente o “Flor do Carnaval”, instituída por João Bojô em 1937.

Entre as duas figuras denominadas pela mídia impressa como “folclóricas” que foram homenageadas pela iluminação, uma era Mestre de capoeira Muritiba e a outra Helena do Bode. A última era dona de um Terreiro de Candomblé no Bairro da Rua Nova. Nesse sentido, Nordestino (1980), autor do cordel “Vida e morte de Helena do bode” fez uma homenagem a esta ialorixá. Segundo Nordestino:

E ela se vestia toda/ De anáguas e colares/ Saia, rendas e torço/ Despertando os olhares/ Dançando com todo dengo/ E puxando os cantares. Helena morreu agora/ Com 46 anos/ Em São Bernardo do Campo/ Que não é solo baiano/ Pois foi ali em São Paulo/ Onde foi comprar uns panos. Se deu falecimento/ Após o mês de novembro/ Novecentos, setenta e nove/ Dia 5 de dezembro/ O seu coração parou/ Cabeça, tronco e membros (NORDESTINO, 1980, p. 9-10).

Essas três estrofes fazem referência às vestimentas de Maria Helena de Andrade ou Mãe Helena, à maneira de dançar, de puxar o canto e mesmo o dia e local do seu falecimento. A ideia de puxar o canto é uma das características do Candomblé, do Ijexá e das rodas de Capoeiras. Outra característica não menos importante, das referidas práticas culturais e religiosas, é a maneira pela qual realizavam os seus ritos, através de um círculo, bem como: roda de capoeira, roda de samba, roda de Candomblé e tantas outras manifestações de formato circular, com suas práticas marcadas pela presença da circularidade de movimento no espaço praticado.

Feito essa exposição a respeito dos primeiros grupos homenageados por práticas micaretas através do espaço ornamentado em “prol” da folia, é necessário postular que houve uma brecha na decoração da festa, analisada neste texto enquanto uma prática cultural dinâmica. Visto que a cultura defendida pelos representantes municipais enquanto oficial, estava intrínseca com a cultura popular. Mesmo com a percepção da existência de fronteira entre essas duas culturas devido ao tratamento diferenciado dado pela própria homenagem e pelo enunciado jornalístico. Pois, quando à mídia local veiculou em suas páginas que aquelas duas personalidades, Mestre Muritiba e Maria Helena, eram figuras “folclóricas”, seja de forma consciente, seja inconsciente, não deixou de estabelecer uma dada hierarquia entre os “fundadores da micareta” e os demais representantes da cultura popular feirense. Contudo, ao trazer estes elementos oriundos da cultura popular feirense para o circuito oficial da folia, a organização da micareta estabeleceu um diálogo entre a cultura oficial e a popular. Sendo que Mestre Muritiba e Maria Helena eram sujeitos históricos com uma dada função social importante dentro da cultura popular feirense, respectivamente, um Mestre de Capoeira e a uma Ialorixá nagô.

Oliveira (2010), em sua tese de doutorado, analisou as práticas de repressão policial aos candomblés feirenses durante o íterim de 1938 a 1970. Esse autor examinou o romance histórico de Juarez Bahia, “Setembro na Feira” (1986), que os personagens que faziam parte da aludida literatura correspondiam a sujeitos reais pertencentes ao contexto da cultura popular feirense. Dessa maneira, há uma personagem em “Setembro na Feira”, chamado de “Nena do Bode”, uma ialorixá cuja atribuição conferido por Juarez Bahia a ela, foi compreendida por Oliveira (2010) enquanto uma homenagem direcionada a “Helena do Bode”, posto que ambas eram do “bode”, “goda”, ialorixá e “praticante” do Candomblé de “nação nagô”. Com apenas uma distinção: “Nena do Bode”, na ficção literária, possuía um terreiro no “Alto do Cruzeiro”, enquanto Helena do Bode tinha o seu terreiro de fato no bairro da Rua Nova, mas que ainda assim, são bairros fronteiriços. Com isso, a importância de Maria Helena de Andrade está associada a um dos terreiros de Candomblé feirense mais importante deste município, já que ela foi reconhecida, literalmente,

²⁷ Com relação à fundação do cordão “As Melindrosas em 1929” ver Santa Barbara (2007).

por Nordeste (1980), por Bahia (1986) e pela Micareta (1990). Do ponto de vista histórico “Helena do Bode” foi citada por Oliveira (2010), por Santa Barbara (2007), por Braga (2008) e tantos outros pesquisadores e pesquisadoras.

Braga (2008) examinou também a ialorixá “Mãe Socorro”, fundadora da escola de samba “Escravos do Oriente” e de um terreiro de candomblé também na Rua Nova. “Mãe Socorro” vivia cercada de autoridades políticas deste município, de Colbert Martins (pai) até Francisco Pinto (Chico Pinto), vários políticos frequentavam os Candomblés. Com isso, podemos supor que tais políticos poderiam ter, em certa medida, participados de outros terreiros sagrados, pelo menos os de maior visibilidade, incluindo o terreiro de Maria Helena de Andrade. E, como tal, vale ressaltar que, os festejos micaretescos feirenses tinham a presença marcante do Candomblé, através das escolas de samba, dos afoxés e dos blocos afros, com suas danças, vestimentas, musicalidades e a instrumentação. Com isso, podemos concluir que a homenagem realizada para Helena do Bode, no circuito oficial, estava vinculada, justamente, a relação circular entre as diversas culturas feirenses. Mesmo que a presença de sujeitos políticos, pertencentes à elite feirense, em Candomblés possa significar a procura de visibilidade política na cultura popular, ainda assim, não podemos negar a existência de uma relação dinâmica entre as culturas deste município. Com relação a essas práticas culturais intrínsecas a religiosidade do Candomblé:

Estas entidades carnavalescas são manifestações artístico-culturais que têm origem nos espaços sagrados de religiosidade negra, os terreiros de candomblé, com sua música ritualística, seus instrumentos próprios e suas vestimentas e danças. Com roupas coloridas fazendo referência aos orixás, cantigas em iorubá, instrumentos de percussão e danças no ritmo do ijexá, os afoxés são considerados as primeiras entidades negras a desfilar no Carnaval. Assim como ocorre em rituais do candomblé, o ritmo é marcado por uma figura de destaque que incita o grupo puxando uma canção, com os demais respondendo prontamente (CARNAVAL OURO NEGRO, 2009, p. 25).

Esse excerto foi extraído da obra “Carnaval Ouro Negro”, que levou o título do próprio projeto do qual este fragmento é proveniente. Posto no presente artigo para demonstrar que as práticas concernentes nas ruas feirenses pelas escolas de samba, pelos blocos afros e pelos afoxés, estavam em consonância com a musicalidade, com as cores utilizadas para ornamentar os carros alegóricos e com as vestimentas dos integrantes das entidades momesca tão presente neste fragmento. A partir das fontes aqui apontadas, podemos constatar estes elementos culturais tanto nas temáticas como nas letras dos poemas dos afoxés. À guisa de exemplo, na Micareta de 1990, o “Afoxé Pomba de Malé” desfilou com o tema: “A Deusa da Tempestade: A Impetuosa Iansã”, já o “Afoxé Filhos da Luz” desfilou com a temática e música: “Ogum, Deus Redentor”, de autoria de Anunciação, Dona Nem e Luis Caetano²⁸, ou seja, representando assim, a cultura negra feirense que, por sua vez, eram procedentes do Candomblé e foram apresentadas na Rua Direita (atual Conselheiro Franco) em 1990 pelas escolas de samba, pelos blocos afros e pelos afoxés.

A ornamentação da folia apresentou suas características polissêmicas e difusoras de uma leitura equivocada com relação aos símbolos da cultura negra feirense. Pois, as entidades como escolas de samba, blocos afros e afoxés resistiram aos tipos de significações que colocavam os seus maiores representantes enquanto “figuras folclóricas”. Essas entidades utilizavam-se das múltiplas maneiras de fazer festa, pois as escolas de samba eram oriundas das batucadas da década de 1950 e os afoxés carregaram em seu desfile, tal qual um “Candomblé de rua” representando, assim, o sentido do afoxé.

²⁸ Ver o periódico Feira Hoje publicado no dia 05 de maio de 1990, cuja matéria intitulada, “16 entidades participarão de concursos na micareta”, p. 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito das diversas maneiras de apropriação do espaço da Micareta feirense, percebemos que a gestora do espaço público estava engajada em fazer uma festa semelhante ao Carnaval soteropolitano, juntamente com o periódico diário – Feira Hoje – o qual se apresentou como um aparelho difusor dos interesses desta elite concernente à festa momesca que estava associado a grupos de comerciantes. Estes últimos foram influentes na mídia e no poder público municipal feirense, visto que esses sujeitos eram os proprietários de comércios, os patrocinadores dos clubes micaretescos, dos camarotes e dos blocos de trios. Nesse sentido, o poder público legislava em prol destes grupos que estavam a favor de uma Micareta gradativamente privatizada, ou seja, uma festa preparada para aqueles que “podiam pagar”.

Em que pese à articulação entre os comerciantes e a gestora municipal para promover uma micareta com aspectos soteropolitanos, esta organização encontrou resistência por parte das escolas de samba, dos blocos afros e dos afoxés que representavam as camadas populares. Tais agremiações fizeram a resistência em oposição à cultura hegemônica dos trios elétricos, a partir de práticas organizadas pela via formal, a qual legitimava a sua participação na festa enquanto entidade micaretasca, pois sustentavam o samba, o samba-reggae, o ijexá e tantas outras práticas. Visto que, os blocos afros reiteravam a musicalidade reggae e os afoxés perpetuavam o “candomblé de rua”, através dos cantos, das danças, das cores, dos instrumentos como atabaques, agogôs e xequerês. Afinal, esses grupos que se nutriram do samba, do reggae e do ijexá contribuíram para manter e divulgar elementos da cultura negra feirense dentro das práticas micaretescas. Além disso, apropriaram-se da espacialidade momesca de forma antagônica aos trios elétricos e a mídia jornalística que eram os torcedores da extinção dos préstitos populares.

A musicalidade micaretasca foi percebida através do periódico diário, uma vez que, esse valorizava mais as guitarras presentes nos blocos de trios do que as demais expressividades musicais, assim como o samba, o reggae e o ijexá presente nos cortejos das escolas de samba, dos blocos afros e dos afoxés. Vale dizer que houve uma “janela” aberta pelo gestor municipal para que o ijexá mostrasse o seu gingado, as suas cores e o seus ritmos pela espinha dorsal da folia durante a abertura da “Micareta 90”. Todavia, não prestigiaram nenhum dos afoxés feirense, nem o “Axé Toriefã”, nem “Pomba de Malê”, nem “Filhos da Luz”. Abertura oficial da Micareta foi concedida ao “Afoxé Filhos de Gandhi”, entidade soteropolitana. Esta prática da organização momesca, deixou-nos evidências da existência de um projeto cuja função era tornar a Micareta feirense cada vez mais similar ao Carnaval da capital baiana. Sendo desvelado, porque esta prática corroborou para o entendimento de que realmente havia um projeto que almejava tornar a festa feirense apenas um “reflexo” do Carnaval de Salvador.

FONTES CONSULTADAS

ALENCAR, Hélder. 31 anos de Micareta. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos, 2011 (Reimpressão da edição 1968).

FEIRA HOJE²⁹. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.911, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.914, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.915, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.918, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.921, 1990.

²⁹ Tanto o jornal Feira Hoje quanto o Folha do Norte estão impressos e localizados no acervo do Museu Casa do Sertão que fica no campus da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.924, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.925, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.931, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.932, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.939, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.940, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.942, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.956, 1990.

FEIRA HOJE. Feira de Santana, Ano XX, nº. 4.957, 1990.

FOLHA DO NORTE. Feira de Santana, Ano LXXX, nº. 4.256, 1990.

FOLHA DO NORTE. Feira de Santana, Ano LXXX, nº. 4.257, 1990.

FOLHA DO NORTE. Feira de Santana, Ano LXXX, nº. 4.262, 1990.

FOLHA DO NORTE. Feira de Santana, Ano LXXX, nº. 4.265, 1990.

FOLHA DO NORTE. Feira de Santana, Ano LXXX, nº. 4.266, 1990.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº. 3.352, DE 22 DE MAIO DE 1990. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/informe-se/downloads/salario-minimo/portariainterministerial-n-3-352-de-22-de-maio-de-1990.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

FEIRENSES. Feira de Santana aprofundada. Disponível em: <https://feirenses.com/maes-de-santo-feira-de-santana/>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA – ALBA. Oscar Marques. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/assembleia/legislatura-deputado/336>. Acesso em: 13 nov. 2018.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Oscar Damião. **Dicionário Personativo, Histórico e Geográfico da Feira de Santana**. 2. ed. Feira de Santana, BA : Santa Rita Ed., 2000.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013.

BRAGA, Flávia Renata Barreto. **As muitas festas da festa**: transformações na micareta de Feira de Santana, Bahia (1985-1995). 2008. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARNAVAL, Ouro Negro. Publicação editada pela Assessoria de Comunicação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia**: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARQUES, Edicarla dos Santos. Os carnavais de Amargosa: pranchas, cordões e blocos. In: LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento; SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos; SILVA, Miranice Moreira da (Orgs.). **Cidades interioranas da Bahia**: modernidade, civilidade e sociabilidades. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016. p. 261-292.

NORDESTINO, Franklin Maxado. **Vida e morte de Helena do bode** (a gorda macumbeira baiana). Feira de Santana: [s.n.], 1980. 10 p.: 50 estrofes: sextilhas: 7 sílabas. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordel&pagfis=34403>. Acesso em: 13 nov. 2018.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **“Adeptos da mandinga”**: candomblé, curandeiros e repressão policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana-BA, 1938- 1970). 2010. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2010.

PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, Mauro (Org.). **A festa na vida**: significado e imagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 15-58.

SANTA BARBARA, Reginilde Rodrigues. **O caminho da Autonomia na conquista da dignidade**: sociabilidade e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana (1929-1964). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2007.

SILVA, Miranice Moreira Da. **De Carnaval à Micareta. Feira de Santana para além dos dias de Mono (1930-1939)**. 2010. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA, 2010.

SILVA, L. S. **A festa do povo**: disputas pelos espaços da festa na micareta de Feira de Santana – 1990. 2019. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA, 2019.

ESPAÇOS FÍSICOS E SIMBÓLICOS DA CIDADE: A RELAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA COM O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO

Camila de Brito Quadros¹

Resumo: Esse texto tratará sobre os elementos materiais e simbólicos que traduzem e significam uma parte do patrimônio cultural religioso em Dourados. Nesse sentido, tomaremos a cidade de Dourados como base para a organização e ordenamento dos elementos arquitetônicos e culturais religiosos abordados nesse texto: Casa Paroquial e Patronato de Menores discutidos na perspectiva das contribuições dos estudos da memória coletiva. As fontes utilizadas compreenderam documentos oficiais de arquivos paroquiais, relatos de fontes memorialistas e fontes de imprensa local. Dessa forma, compreendemos que a importância dos diversos elementos físicos, simbólicos e históricos e suas articulações no espaço urbano, bem como as relações entre os indivíduos e instituições de poder legitimadoras do patrimônio trazem ao debate a complexidade social e, ao mesmo tempo, a multiculturalidade que representa o patrimônio cultural religioso de Dourados.

Palavras-chave: Patrimônio. Religião. Dourados.

MEMÓRIA COLETIVA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Para apresentar e discutir sobre os elementos materiais-simbólicos que traduzem e significam o patrimônio cultural religioso pesquisado, fez-se necessário realizar uma introdução teórica em relação a problemática e a contextualização histórica de tais lugares, que são fundamentais para alicerçarem as análises constantes neste texto. Nesse sentido, tomaremos a cidade de Dourados como base para a organização e ordenamento dos elementos arquitetônicos e culturais religiosos abordados: Casa Paroquial e Patronato de Menores.

Maurice Halbwachs (2003) dedica o capítulo IV de seu livro *Memória coletiva* para abordar a temática *Memória coletiva e espaço*, sendo que parte do capítulo é destinada aos espaços considerados *religiosos*, pois para o autor, “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (HALBWACHS, 2003, p. 170).

Como em um ciclo dinâmico, os espaços são e estão indissociáveis dos grupos sociais que, por sua vez, produzem memórias coletivas que significam os espaços simbolicamente, estando limitados territorialmente por uma cidade. Ou seja,

[...] a maioria dos grupos, não apenas que resultam da justaposição permanente de seus membros, nos limites de uma cidade, de uma casa, ou um apartamento, mas também muitos outros, esboçam, de algum modo, sua forma sobre o solo e encontram suas lembranças coletivas no contexto espacial assim definido. [...] Assim, cada sociedade recorta o espaço à sua maneira, mas de uma vez por todas ou sempre segundo as mesmas linhas, de maneira a constituir um contexto fixo em que ela encerra e encontra suas lembranças... [...] Jamais saímos do espaço (HALBWACHS, 2003, p. 187-188).

Silva (2011) aponta a relação dos espaços com a produção histórica dos grupos sociais e seus símbolos, no contexto arquitetônico da cidade. Para a autora,

¹ Mestre e doutoranda em História – PPGH/UFGD. E-mail: camilaq21@hotmail.com.

Uma cidade se transforma com a passagem do tempo através da inserção, da perda e da modificação dos bens materiais que compõem o seu acervo urbano e arquitetônico. Pode ser vista como um documento ao passo que registra, através dessa produção arquitetônica e urbanística, os acontecimentos históricos e modificações socioculturais. Os bens edificados simbolizam como a sociedade viveu e se apropriou do espaço urbano (SILVA, 2011, p. 72).

Essa apropriação do espaço urbano que irá legitimar certos símbolos associados a determinados grupos sociais é realizada, também, através das produções relacionadas às memórias desses grupos e das diversas relações que os compõem.

A memória que garante a permanência desta situação se baseia na permanência do espaço ou, pelo menos, na permanência da atitude adotada pelo grupo diante dessa porção do espaço. Deve-se considerar aqui, como um conjunto de coisas, e os signos ou símbolos que a sociedade a ele associou, que tão logo ela volta a sua atenção para o mundo exterior, estão sempre presentes em seu pensamento (HALBWACHS, 2003, p. 172).

Desse modo, a memória de um determinado lugar é constantemente vivenciada e construída pelos indivíduos que nele habitam através das relações sociais que perpassam seu cotidiano. Não há cidade sem a memória sobre o que nela existiu e/ou foi produzido. As relações de afeto, as construções simbólicas entre os indivíduos são herdadas e legadas através das gerações, como referenciais históricos, dentro dos grupos sociais. A materialidade construída tende a ser mais rememorada, pois é vista e se destaca no âmbito da cidade, além de favorecer as relações sociais dentro do contexto urbano de determinado grupo, auxiliando, dessa forma, a memória coletiva a partir de determinados lugares (SILVA, 2011, p. 72).

Por outro lado, a memória do lugar elege determinados prédios como elementos de identidade do espaço urbano e do cotidiano, mantendo-o como referência espacial. Assim, o espaço urbano indica relações entre o ambiente físico e os indivíduos que ali vivem, “testemunhando passado e presente e mantendo-se como herança” (SILVA, 2011, p.47).

O espaço é um suporte para as ações culturais e históricas, em que a memória está inserida, servindo como referência para manter a identidade coletiva. Assim, observa-se que a memória não pode ser considerada um processo fragmentado de lembrar do que já passou, mas é uma referência do passado que está ancorada em tradições, crenças e hábitos culturais definidos no presente. Neste sentido, é uma reconstrução do passado com base na vivência do presente (ALVES, 2013, p. 43).

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento publicou um artigo em 2008 sobre a centralidade urbana dentro da perspectiva da história e da memória, constatando que, dentro do contexto urbano, as memórias têm como foco principal os espaços significados dentro da perspectiva coletiva e que são dotados de especificidades sociais, culturais e históricas. Dentro do contexto do espaço urbano, os indivíduos se reportam a determinados pontos de significação que o remetem a uma época passada. Dessa forma, a cidade se constitui em “uma obra de seus habitantes que transformam o espaço e agregam-lhe significados e materialidade” (ALVES, 2013, p. 47). Além da materialidade, os aspectos simbólicos, ou seja, a imaterialidade, também se faz importante para compreender esse cenário.

Uma cidade possui seus mitos, suas lendas, suas histórias extraordinárias, transmitidas de boca em boca, de geração em geração, através da oralidade. A história e a memória de uma cidade é também o

boato, o ouvir dizer, o relato memorialístico que se apóia não só na lembrança pessoal de quem evoca, mas também naquilo que foi contado um dia por alguém cujo nome não mais se sabe. (PESAVENTO, 2008, p. 7).

Nesse sentido, o patrimônio cultural religioso apoiado em sua materialidade e também nos aspectos simbólicos a ele associados, acaba por condicionar uma estreita relação com o espaço, e no caso de Dourados, esse espaço é o da centralidade urbana.

Observa-se, assim, que existe uma relação íntima, e quase indissociável, entre um espaço e o patrimônio, onde o último é um elemento cultural, um resquício do passado que, ao mesmo tempo, faz parte do presente. Assim sendo, o patrimônio é um excelente instrumento para a análise espacial, através de suas materialidades, de seus traços, de seus usos, de suas funções, do seu entorno e da sua representatividade dentro da paisagem. [...] Neste sentido, o patrimônio cultural faz referência a elementos significativos que condicionam a produção do espaço, uma vez que ele é o resultado de ações sociais e culturais sobre um espaço que representa um período ou uma cultura específica, sendo assim é a marca do passado que está representada no presente, material e/ou imaterialmente (ALVES, 2013, p. 29; 32).

A relação entre o patrimônio cultural religioso e o espaço utilizado pelo mesmo em determinada cidade é, dessa maneira explicada por Halbwachs:

As religiões estão solidamente instaladas sobre o solo, não apenas porque esta é uma condição que se impõe a todos os homens e todos os grupos, mas um grupo de fieis é lavado a distribuir entre as diversas partes do espaço o maior numero de ideias e imagens que defende (HALBWACHS, 2003, p. 170).

Castriota (1999) alerta que é importante considerar, dentro dos estudos patrimoniais, a questão da sua amplitude, “que deve ser contemplada em todas as suas variantes: devem-se trabalhar todos os diversos suportes da memória - as edificações e os espaços, mas também os documentos, as imagens e as palavras” (CASTRIOTA, 1999, p. 5). Nesse sentido, o patrimônio cultural religioso, em seu aspecto arquitetônico “passa de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea tão ampla que tende a abranger a gestão do espaço como um todo” (CASTRIOTA, 1999, p. 135). De fato,

O patrimônio arquitetônico é protagonista da história da cidade, elemento dinâmico, atuante e vivo, presente em prédios privados e públicos, vias públicas, mobiliário, nas relações de trabalho, nas festas e costumes da comunidade, na culinária, nos jogos, brincadeiras e todas as demais manifestações culturais (SILVA, 2006, p. 28)

E a cidade, uma espécie de palco para a dinâmica cultural do patrimônio, também não é estática, ao contrário, é formada de indivíduos que nela vivem suas experiências, produzem suas memórias, elegem seus patrimônios, utilizam determinados lugares para legitimar suas relações sociais, interagindo nos contextos sociais, culturais e religiosos. “A cidade não é apenas um conjunto de casas, ruas, edifícios com variadas formas e usos diferenciados por onde circulam pessoas e mercadorias, é um território ocupado pelos atores culturais, políticos e econômicos que o modelam social e espacialmente” (ALVES, 2013, p. 45).

Nesse sentido, a Casa Paroquial e a escola Patronato de Menores (posteriormente Educandário Santo Antônio), constituem-se em elementos culturais, políticos, religiosos e locais de interação social que irão marcar o centro urbano de Dourados, através das memórias produzidas pelos indivíduos que se relacionam dentro do contexto da cidade, não obrigatoriamente participando do grupo social católico local. Assim, o que gostaríamos de evidenciar nas próximas páginas é que tais elementos não estão dispostos aleatoriamente no cenário urbano central da cidade de Dourados. Ao contrário, formam um destacado conjunto arquitetônico no *coração* da cidade, têm intrínseca relação histórica, social e sobretudo, religiosa. Ao abordarmos o viés religioso desses elementos, percebemos que, aos poucos, eles se entrelaçam, muitas vezes se sobrepõem, outras vezes, se antagonizam nas inúmeras e variadas relações constantes em seus processos históricos.

A CASA PAROQUIAL

As condições gerais da paróquia de Dourados assumida pelos franciscanos no início da década de 1940 eram consideradas precárias, e dentre elas estava a questão da moradia. Não havia nada mais do que a pequena igreja e, sendo assim, Frei Hygino Latteck ocupou sua sacristia até que fosse construída a residência paroquial, de madeira, a qual acrescentou um salão. O registro abaixo é de 10 de janeiro de 1941:

Nestes dias, o Sr. Antônio Borges Capilé começou com o serviço da casa paroquial. O Frei Eucário Schmitt, comissário dos franciscanos no Mato Grosso me deu, graças a Deus, para a construção da nomeada casa por presente a importância de seis contos de réis. A casa contém quatro cômodos (3 x 4 m), uma casinha e varanda (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 7v.).

Outro registro, mais detalhado, explica como era a casa paroquial, bem como as inúmeras dificuldades pelas quais passaram os franciscanos enquanto habitaram-na.

Esta casa paroquial, respectivamente residência, foi naturalmente só a rés do chão, coberta com telha de madeira e abrangia, além do já citado salão que servia também para sala de reuniões, três quartos, um assim chamado refeitório, e uma cozinha primitiva. Através das paredes com muitas fendas não só encontrava livre bicharedo de toda a espécie, mas também o fino pó vermelho que fazia da vida em Dourados, durante a seca, ao menos um purgatório; durante o tempo de chuva a água corria pelas paredes abaixo, não só fora, mas também dentro. Com os inúmeros tiroteios entre algumas famílias que viviam em vingança de morte, uma casa de madeira, além disso, não oferecia suficiente segurança, assim que não poucos douradenses preferiam em tais circunstâncias dormir, não em cima, mas embaixo da cama. Esta foi, portanto, o “conventinho” dos franciscanos douradenses durante longos quinze anos (Theodoro Leitz, “Unsere Residenz in Dourados” in Thur. Franc. 12 [1957]: 71 *apud* KNOB, 1988, p. 278).

Ao que parece, a questão da violência, mesmo na área urbana, se fazia presente no cotidiano dos douradenses à época. Segundo Benfica (2014), essa era uma das grandes preocupações dos franciscanos, uma vez que até o final da década de 1950, havia uma espécie de “toque de recolher devido ao banditismo” após as oito horas da noite, devido ao medo da população ocasionado por “conflitos armados” existentes entre os próprios moradores (BENFICA, 2014, p. 26²). Outra questão interessante apontada na narrativa é o *fino pó vermelho* mencionado, pois se trata de uma marca, praticamente faz parte da *identidade* de Dourados, pertence a esse espaço, como também ao

² Trecho atribuído à fonte oral do autor. Consta na referência: Entrevista AZEVEDO, 2006.

morador. “As identidades, enquanto sensação de pertencimento são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual” (PESAVENTO, 2008, p. 2). A terra vermelha e a poeira, que ainda atualmente presenciamos na cidade, sobretudo nos meses de agosto e setembro com os fortes ventos, é mencionada em vários textos memorialísticos, poesias, músicas, artigos publicados na imprensa e em trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação.

As dificuldades e tensões apontadas nos relatos acima faziam parte do cotidiano e da vivência dos missionários franciscanos, aliadas às características próprias de sua *Ordem Religiosa* como a renúncia, o isolamento e a solidão missionária. Mesmo assim, era importante que o franciscano tivesse em sua mente e presente em suas práticas religiosas o otimismo e “alegria indomável” (ELSING, 1988, p. 39). Desse modo, os franciscanos atenderam à população católica, por mais de uma década, tendo como moradia e local de trabalho uma casa simples, com problemas *de toda ordem* e prosseguiram com sua ação missionária por toda a paróquia de Dourados por várias décadas.

Passados alguns anos, a casa paroquial já tinha se tornado velha, insuficiente e “onerosamente notória”, não acompanhando o crescente serviço pastoral e o desenvolvimento do município de Dourados (KNOB, 1988, p. 278). Desse modo, os franciscanos iniciam o planejamento para a construção de uma nova casa paroquial, que atendesse à crescente demanda de fiéis, bem como aos anseios de progresso e modernidade da época. Segundo Frei Teodardo Leitz, era necessário “um prédio mais amplo e mais próprio também para o despacho paroquial” e foi construído “graças a Deus e à ajuda de muitos amigos” (*O Progresso*, 1/1/1956, p. 2).

Frei Pedro Knob apresenta o contexto histórico:

No ano de 1953, a Missão Franciscana conseguiu comprar um terreno ao lado da igreja matriz para construir uma nova residência ou convento franciscano. A planta foi projetada pelo então vigário, Frei Teodardo Leitz, em conjunto com o irmão Frei Valfrido Stahle. Construiu-se um prédio de dois pisos em estilo colonial moderno. Em 30 de janeiro de 1955, deu-se início à obra que foi entregue aos cuidados do Sr. Antônio Spoladore. As obras correram bem, de modo que, no começo de janeiro do ano seguinte, os frades já puderam entrar no novo “Convento dos padres franciscanos de Dourados” que, segundo voz corrente do povo, era, na época, “a mais bela construção de Dourados” (KNOB, 1988, p. 278).

As impressões de um morador sobre a obra foram publicadas no jornal *O Progresso*, na coluna *Aquarela da vida*, assinada por Jota Junior, o qual narra a visita e descreve o interior da construção.

Na quarta feira passada, acompanhados do mais antigo dentista desta terra que outro não é senão o velho Pissini, resolvemos fazer uma visita às obras do futuro convento de Dourados, localizadas na esquina da rua Paraná e Minas Gerais [atuais ruas Joaquim Teixeira Alves e João Cândido Câmara, respectivamente]. Havíamos a tempo notado que, entre as construções que estão sendo levadas a efeito, no perímetro urbano, aquela se sobressaía pelo seu aspecto magestoso e imponente. Mas não havíamos penetrado ainda em seus meandros e, não conhecíamos portanto o interior do precioso edifício. [...] Logo a primeira vista notamos a suntuosidade do edifício em vias de conclusão. Dotado de espaçosas salas, amplo refeitório e confortáveis quartos, está ali sendo formado um conjunto onde a arquitetura pode perfeitamente ser apreciada, quer pela arte, quer pela técnica (*O Progresso*, 22/1/1956, p. 4).

A publicação também é direcionada a elogiar e parabenizar a ação do vigário Frei Teodardo Leitz e, por consequência, à Igreja Católica local, inclusive exaltando a construção ao ponto desta poder ser admirada por um dos

mais destacados arquitetos do Brasil, Oscar Niemayer. Nesse clima de agradecimento e/ou de bajulação, o redator d'*O Progresso* intitula dessa forma sua narrativa: *Bravos, Frei Teodardo!!!*

[...] dali saímos convictos de que os franciscanos de Dourados dirigidos pelo Frei Teodardo vieram trazer para o nossa terra uma nova era de prosperidade, empregando todos os seus recursos em favor deste município que muito deve a religião católica. Em resumo, o prédio que visitamos na quarta feira ultima é digno não somente da admiração de pobres leigos como nos, mas também, digno da admiração do próprio Niemayer, porque e de fato uma grande construção! (*O Progresso*, 22/1/1956, p. 4).

Frei Teodardo Leitz também se pronunciou em relação à nova Casa Paroquial, afirmando que “embora talvez pecasse um pouco contra a simplicidade franciscana, mas finalmente a causa católica também se faz presente externa e dignamente” (KNOB, 1988, p. 278). Por fim, aproveita o registro para afrontar e comparar o prédio católico com os dos protestantes, ensejando mais uma *jogada* nessa disputa de mercado de bens religiosos com seus símbolos patrimoniais, tão marcante no município: “até então **todas as construções representativas de Dourados eram dos protestantes** norte-americanos, que se esforçavam na sua atividade proselitista para dar a Dourados um aspecto protestante” (KNOB, 1988, p. 278, destaques meus). Provavelmente refere-se à Escola Erasmo Braga e ao templo da Igreja Presbiteriana que logo seria inaugurado. Porém, é difícil imaginar como essas construções dariam à Dourados um aspecto protestante, provavelmente seria um caráter protestante. Percebe-se que o objetivo do discurso vai além do aspecto simbólico, evidenciando também, as marcas materiais da atuação protestante no município. Assim, trata-se de mais um embate entre Catolicismo e Protestantismo na cidade.

Assim, em 2 de janeiro de 1956, o *Convento Franciscano de Dourados* é inaugurado. O relato no Livro Tombo I da Paróquia de Dourados sobre esse evento é bastante simples, na verdade apenas é mencionada a informação de que se trata de um patrimônio da Missão Franciscana de Mato Grosso, sua localização, com as seguintes características: “casa de sólida construção, 2 andares, 10 x 25 m” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 36). O vigário, muito provavelmente animado com a mudança e aliviado por estar deixando a antiga casa paroquial, avisa aos fiéis que devem a partir de agora procurá-lo “não mais na **casa velha**, e sim no **Convento novo**” (*O Progresso*, 1/1/1956, p. 2, destaques meus).

Quando observamos o conjunto arquitetônico referente a primeira e segunda casa paroquial, notamos, dentre outros aspectos, a mudança do contexto central urbano da cidade de Dourados, pelo viés dos prédios católicos. As transformações evidenciadas neste conjunto arquitetônico e neste espaço urbano forjaram a construção de um patrimônio cultural religioso que agrega elementos físicos e simbólicos que, aos poucos, vão construindo e formando o sentido do que será patrimônio para a comunidade local. Nesse sentido, há também uma apropriação desses espaços que, aos poucos, a Igreja Católica vai adentrando, conquistando, transformando, modernizando e sobretudo, legitimando enquanto símbolo de uma religião específica, mas que, por outro lado, extrapola esse sentido e se torna um símbolo do patrimônio cultural religioso para os moradores da cidade.

A IGREJA CATÓLICA E A EDUCAÇÃO: O PATRONATO DE MENORES

A área educacional em Dourados se constituía em um dos segmentos que a Igreja Católica diocesana tentava adentrar e se firmar desde a chegada dos franciscanos, quando assumiram a paróquia no início da década de 1940. Com um crescente contingente populacional, caracterizado pelo multiculturalismo, continha, na visão da Igreja Católica, traços de ignorância religiosa e inconsistência nas práticas da fé. Sendo assim, os franciscanos vislumbravam que, com

a criação de escolas “poderiam formar uma nova geração, mais entrosada na vida da Igreja e na prática da religião” (KNOB, 1988, p. 73). Além disso, havia também o objetivo de se fazer frente à instituição educacional presbiteriana Erasmo Braga, de caráter confessional protestante, criada em 1939. Assim, Frei Hygino Lateck, indignado, se questiona: “Era nos torturar ver filhos de chacareiros e fazendeiros católicos nas fileiras da escola protestante. Que podíamos fazer que não fizemos ainda? (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 14v-15).

Uma primeira iniciativa por parte da Igreja Católica nesse sentido ocorreu em agosto de 1941, quando Frei Hygino Latteck anunciou a chegada de três freiras franciscanas para atuarem no ensino de crianças. Iniciaram seus trabalhos com 26 alunos na sede da *Escolas Reunidas*³ e, posteriormente na escola paroquial *Imaculada Conceição*⁴ (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 8v.). Porém, em dezembro de 1944, as freiras fecham a escola e deixam Dourados, fato que, segundo o vigário, ocorreu devido às *circunstâncias*⁵ impostas. Em 1945 os trabalhos na escola paroquial são retomados, porém com direção de leigos, tendo os franciscanos como auxiliares, os quais também lecionavam em algumas escolas do município. O vigário registra sua insatisfação quando inicia as matrículas do ano de 1946, quando afirma: “Estamos caçando de novo alunos para a escola paroquial, não tendo muitas esperanças, pois a contraposição do governo, neste ponto de vista, é clarividente” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 16).

Com os problemas enfrentados nos anos posteriores, dentre eles, poucos alunos matriculados e abandono de professores por falta de pagamento, “as aulas continuaram, porém sob a direção do governo” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 16v.). Além disso, as questões político-religiosas acentuaram-se com o cerceamento do ensino de catecismo dentro das escolas do município, que ocorreu, segundo o vigário, “devido a intriga dos protestantes” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 16).

Paralelamente às dificuldades enfrentadas pelos franciscanos, a imprensa local através do jornal *O Douradense*, publica uma matéria, tendo como conteúdo o engrandecimento dos trabalhos realizados na cidade, sob o título *Idealistas pela causa do ensino, em Dourados*.

Hoje, ocuparemos do trabalho silencioso, porém, produtivo dos padres da Ordem de S. Francisco, em Dourados. Estes abnegados homens, dão assistência moral e religiosa a todas as Escolas do município, percorrendo-o nos seus quadrantes. Fazem este trabalho em aulas semanais e de modo fixo dentro do quadro escolar e de modo permanente. Além das visitas semanais que os mesmos fazem, regularmente desde o início das aulas, muitas outras escolas são visitadas por ocasião da passagem dos mesmos pelos sítios (*O Douradense*, 24/6/1948, p. 1).

³ “Quando num raio de 2 quilômetros funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento, que receberá a denominação de *escolas reunidas*” (BRAZIL; SILVA, 2013, p. 13). No caso de Dourados, referem-se às escolas dos professores Ernani Rios, a de Antônia Cândido de Melo, a de Laucídio Paes de Barro, a de Gonçalves e a de Antônia da Silveira Capilé (FERNANDES; FREITAS, 2004, p. 48).

⁴ Santini (2011, p. 7), afirma que essa escola funcionou inicialmente no próprio prédio da igreja. No entanto, não foram encontrados elementos que afirmam essa questão, nem indícios em relação a esse fato nas fontes pesquisadas.

⁵ “Podemos compreender a resolução das irmãs, pois além de serem logradas e exploradas pelos alunos quanto ao pagamento, foram difamadas por certas pessoas católicas, dizendo elas, que as ditas freiras eram espãs, não tinham licença de lecionar, não ensinavam conforme o regulamento, não falavam bem o português, etc.” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 14). Caso análogo ocorreu em Entre Rios, quando em 1942, as Irmãs Franciscanas de Bonlandem fundaram uma escola paroquial. “A legislação estadual não permitia a estrangeiros, especialmente dos países do eixo, lecionar nas escolas, mesmo sendo membros de Congregações Religiosas. As irmãs foram perseguidas e impedidas de dirigir escola paroquial, por serem estrangeiras. Em fins de 1943, retiraram-se da paróquia devido às perseguições políticas, ao isolamento geográfico, ao pequeno número de matrículas e ao fato de as condições locais não corresponderem às promessas feitas” (MARIN, 2012, p. 127).

A publicação tem continuação, no sentido de informar e instigar os leitores a promoverem a construção de uma escola de ensino primário, sob a administração dos franciscanos.

Pretendem, os Reverendos padres, e é justo que assim seja, construir um colégio para o ensino primário em Dourados. É preciso que todos compreendam o alcance dessa obra e as boas intenções dos mesmos. **Seremos os primeiros a apoiar essa iniciativa de caráter coletivo**⁶, a qual redundará em **benefício de todos, ricos e pobres**⁷, habitantes do município (*O Douradense*, 24/06/1948, p. 1, destaques meus).

Nesse sentido, por ocasião de sua estada no Rio de Janeiro em 1949, Frei Servácio Schulte⁸ aproveita o momento para criar mais uma obra social dos franciscanos: o *Patronato de Menores* (KNOB, 1988, p. 281). Contudo, as obras para a construção da escola iniciam-se somente no final de 1952, quando no mês de novembro, é realizado o ato cívico-religioso de bênção e o lançamento da pedra fundamental da obra. O então vigário, Frei Teodardo Leitz relata:

Será o novo prédio construído no lugar denominado “Cruzeiro” [esquina da avenida Marcelino Pires e rua Floriano Peixoto], onde a Ação Social Franciscana possui uma quadra de 100 x 100. Apreciável número de povo assistiu a cerimônia, na qual o Pe. Frei Servácio Pedro Schulte, um dos iniciadores da obra, usou da palavra, agradecendo a todos que concorreram para a realização desta obra social, principalmente as autoridades federais, estaduais e municipais que tem auxiliado consideravelmente com subvenções especiais (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 26v.-27).

A construção, sob a responsabilidade do empreiteiro Vitório Fedrizzi, foi feita na esquina das ruas Marcelino Pires e Floriano Peixoto (MOREIRA, 1990, p. 78), onde atualmente está localizada a Igreja São José Operário. Inaugurada em 28 de fevereiro de 1954, a cerimônia contou com a presença do bispo Dom Orlando Chaves e de autoridades locais, “missa campal em frente ao prédio, poesias e discursos alusivos à solenidade, hasteamento da bandeira e bênção do prédio” (*O Progresso*, 28/2/1954, p. 1). Em seu interior, quatro salas de aula medindo 6 x 8 metros, sala de entrada, que servia como secretaria e dois corredores, além de haver, na área externa, uma área que foi plainada pela prefeitura municipal e que servia para a prática do futebol (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 29v.-30). Frei Teodardo Leitz explica o funcionamento da escola, apontando as questões pedagógicas e financeiras e apresentando seu quadro de professoras:

⁶ É inegável a boa relação existente entre os órgãos de imprensa de Dourados e seus diretores na época e os religiosos franciscanos. “Inúmeras vezes a imprensa local publicou artigos *amáveis* aos padres franciscanos” (AMARAL, 2005, p. 69, destaque da autora). Além do periódico *O Douradense*, publicado entre maio de 1948 e agosto de 1950, o jornal *O Progresso*, fundado em Dourados em 1951, tinha como diretor responsável Weimar Gonçalves Torres e, posteriormente, sua esposa Sra. Adiles do Amaral Torres, membros atuantes da Igreja Católica no município. Várias publicações referentes à Escola Erasmo Braga na imprensa também foram encontradas, porém nota-se que ocorriam no sentido de informar a população a respeito de novas matrículas ou alguma festividade esporádica, o que sugere, além do posicionamento religioso do órgão de imprensa, ser uma publicação paga.

⁷ Na verdade o Patronato de Menores foi criado com regime de ensino misto, porém de natureza privada (SANTINI, 2011, p. 5).

⁸ Entre os anos de 1947 a 1952, Frei Servácio Schulte foi coadjutor da paróquia e Frei Antonino Schwenger, vigário. Amaral (2005) afirma que a construção do Patronato de Menores contou com a contribuição de verbas federais, estaduais e municipais, além das doações de particulares. Nesse sentido, houve uma intensa campanha por parte do vigário para angariar o valor financeiro destinado à mesma. “Esse exemplo deixa claro o grande trânsito que esses religiosos tinham nas esferas do poder público e provado” (AMARAL, 2005, p. 73).

Em 1º de março começaram as aulas, acusando a matrícula de 263 alunos de ambos os sexos. Funciona curso primário, com 4 anos, Curso de Admissão e Curso de Corte e Costura. [...] Lecionam 9 professores: Pompéia Capilé (Admissão), Antônia Silveira Capilé (4º ano), Rosalba Saburá (3º ano), Elza Brandão (3º ano), Neli de Barros (2º ano), Carmem Garcia Azambuja (1º ano), Clori Capilé (1º ano), Líbia Torraca (1º ano) e Iria Torraca (Corte e Costura), sendo 5 professoras pagas pelo Estado e 4 particulares. Os alunos pagam, na medida do possível, as seguintes mensalidades: Admissão 50 cruzeiros, Corte e Costura 50 cruzeiros, 3º e 4º anos 30 cruzeiros, 1º e 2º anos 20 cruzeiros (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 30).

As chamadas para a matrícula, bem como os cursos oferecidos, foram publicados no início de fevereiro na imprensa local. Interessante salientar que nas duas edições analisadas a *propaganda* do Patronato de Menores está publicada ao lado da *propaganda* da escola Erasmo Braga, sendo que ambas iniciaram seu período de matrículas no mesmo dia: 15 de fevereiro (*O Progresso*, 7/2/1954, p.4; 14/2/1954, p. 2), constatando, dessa forma, a forte concorrência no âmbito educacional particular e confessional em Dourados e simbolizando, além disso, a presente disputa pelos símbolos patrimoniais religiosos no município.

Contudo, de acordo com a análise das fontes, a Escola Patronato de Menores funcionou durante o ano de 1953, provavelmente nas dependências da casa paroquial. A edição de 22 de fevereiro de 1953 do jornal *O Progresso* anuncia, pela primeira vez, a abertura de matrículas para a escola, sendo que as mesmas deveriam ser realizadas “na casa paroquial, ao lado da Igreja” (*O Progresso*, 22/2/1953, p. 6). Além disso, Frei Teodardo Leitz registra no mesmo ano, no Livro Tombo I da paróquia, a construção de um salão paroquial, com o objetivo de atender aos estudantes do Patronato de Menores:

Por conta do Patronato de Menores de Dourados construiu-se, este ano, atrás da igreja matriz, de madeira um salão de 15 x 7 metros, que servirá de salão de recreio para as crianças do Patronato, bem como para as crianças do Catecismo, e também para reuniões da paróquia e festinhas. Possui o salão um palco fixo de 3 x 7 metros (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 28v.).

No final de 1953 é noticiado o encerramento do ano letivo ocorrido em 4 de dezembro, em uma noite chuvosa, com a presença do bispo Dom Orlando Chaves que, na ocasião, além de ser o paraninfo dos concluintes do curso primário, também inaugurou o salão paroquial (*O Progresso*, 6/12/1953, p. 1).

A criação do Patronato de Menores em Dourados corroborou a ação ofensiva dos franciscanos na área educacional, cuja forte influência do protestantismo incomodava sobremaneira a Igreja Católica local e diocesana, pois, segundo o vigário, “com esta escola procuramos fazer um contra-peso à Escola Protestante Erasmo Braga, **verdadeira praga** para a causa católica de Dourados” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 30, destaques meus). Nesse sentido, se fazia necessária também a maior inserção de religiosos e religiosas neste campo, para instituir e acompanhar os ensinamentos oferecidos nessa escola. Assim, a partir da existência da escola, surgiu a abertura e possibilidade de negociações com as Irmãs Franciscanas da Santa Penitência e Caridade, de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (AMARAL, 2005, p. 74) das quais, seis religiosas e mais algumas aspirantes assumiriam a direção do Patronato de Menores, um ambulatório e o Posto de Puericultura, além de vislumbrarem a construção de um convento⁹ para as mesmas na cidade. Outra questão preocupante para o vigário era a inserção

⁹ Várias campanhas foram feitas no intuito de se arrecadar fundos para a construção desta obra, localizada no mesmo terreno do Patronato de Menores. Foram dedicados às despesas da obra os lucros da festa da Padroeira Nossa Senhora Imaculada Conceição, do *Concurso de Bonecas*, além dos leilões, parques recreativos em frente à igreja, quermesses e rifas. A Câmara Municipal também aprovou um auxílio para a construção, porém o prefeito que, segundo Frei Teodardo Leitz era protestante,

da missão franciscana e a possibilidade de evangelização católica entre os japoneses que chegavam, cada vez em número maior, para se estabelecer na cidade e nas colônias. “Ainda bem que alguns japoneses mandavam os filhos para o patronato, onde eram bem preparados para o batismo” (KNOB, 1988, p. 282).

O trabalho realizado pelos franciscanos logo surtiu efeito e, no final de 1954 a cerimônia festiva de encerramento do ano letivo ocorreu no *Clube Social*¹⁰ com apresentações teatrais de comédia, de canto e piano, realizadas pelos alunos e sob a supervisão do coadjutor da paróquia Frei Frederico Mies. A solenidade obedeceu a um programa que compunha a parte religiosa com uma missa pela manhã, e a parte social no período noturno, incluindo um discurso do paraninfo Weimar Gonçalves Torres (vereador na época), entrega dos diplomas e prêmios (*O Progresso*, 28/11/1954, p. 1).

A satisfação do vigário tanto pelo sucesso do evento, quanto pelo fato de que a Igreja Católica alcançava o território simbólico fortemente disputado na área educacional, é esboçada em seu registro:

[...] foi uma belíssima demonstração do valor da nossa escola. [...] Conforme o **juízo de pessoas competentes** superou esta festa em muito à das outras escolas primárias de Dourados, inclusive a da escola protestante Erasmo Braga. É um bom augúrio para o Patronato que terá um grande futuro sob a direção das Irmãs Franciscanas (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 31, destaques meus).

Nesse contexto, o empenho dos franciscanos em relação à obra missionária educacional ia de encontro com as ordens de Dom Orlando Chaves que, inconformado com o fato de alguns filhos de católicos da Diocese estarem estudando em São Paulo em escolas protestantes, espíritas ou maçônicas, envia uma *Carta Circular*, na qual condena veementemente tal situação, considerada por ele como uma *heresia e indigna de absolvição*. Na visão do bispo, “com tantos colégios e escolas católicas no Mato Grosso as nossas famílias não podem aduzir o pretexto da falta de institutos católicos” (LIVRO TOMBO DIOCESE DE CORUMBÁ (1935-1958), n.p.).

Frei Teodardo Leitz informava a população (que tinha acesso a jornal) em relação às diversas notícias da paróquia através da sua *Coluna Religiosa* publicada no *O Progresso* semanalmente. Dentre as publicações de 1955, se destacaram as que informam sobre a chegada das irmãs franciscanas, tão aguardadas pelos católicos da cidade, além das veiculações sobre as matrículas, festas religiosas, cívicas e sociais e exposição de trabalhos dos alunos do Patronato de Menores sob o comando das religiosas.

Com o crescente número de alunos no Patronato de Menores, que em 1955 já ultrapassava 400 sob a direção definitiva das Irmãs Franciscanas, o vigário paroquial resolve implantar em 1º de março de 1956 uma filial da referida escola na antiga residência e salão paroquial, tendo de início, 300 alunos e oito professoras (quatro religiosas e quatro leigas) e uma biblioteca paroquial com mais de 300 volumes. A justificativa para uma nova escola seria de que a filial poderia “oferecer às crianças da parte central e leste da cidade uma oportunidade fácil de poderem frequentar uma escola católica” (KNOB, 1988, p. 282). No mês de janeiro de 1956 através da *Coluna Religiosa*, foi mesmo tendo sancionado a Lei em novembro de 1954, não a cumpriu alegando que os cofres municipais estavam vazios (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 30v.). A imprensa também noticiou, durante todo o ano de 1954, tais ações pró-construção da casa das religiosas e os seus desdobramentos. Constatam tais publicações no jornal *O Progresso*, nas edições nºs 172, 179 a 184.

¹⁰ Clube particular construído na década de 1950 onde aconteciam os eventos sociais ligados à elite douradense. Dentre eles concurso de misses, recitais, bailes de Carnaval e Debutantes, festas e shows. Era localizado na atual rua Joaquim Teixeira Alves, ao lado do Banco do Brasil. No livro *Memória Fotográfica de Dourados* (MOREIRA, 1990), algumas páginas são dedicadas às memórias fotográficas desse clube.

noticiada a implantação da referida filial, com informações sobre a localização, matrículas, e novas programações como, por exemplo, aulas de música, além de um espetáculo de teatro representando pelos estudantes, ocorrido no mês de maio. Por fim, Frei Teodardo Leitz salienta: “Pais, lembrai-vos que o melhor patrimônio que podereis dar a vossos filhos é uma perfeita educação intelectual, moral e religiosa. O Patronato quer auxiliar-vos nesta nobre tarefa” (*O Progresso*, 29/1/1956, p. 4).

Acompanhando o desenvolvimento da cidade e a vinda de novos alunos e alunas para se matricularem nas escolas franciscanas, em 4 de outubro de 1957 é lançada a pedra fundamental da nova escola Patronato de Menores, a ser construída ao lado da Igreja Matriz, no lugar da antiga casa paroquial, já demolida (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 36; 37v.), notando-se, assim, que a filial do Patronato de Menores funcionou de maneira extraordinária na antiga Casa Paroquial por cerca de um ano e meio. Frei Teodardo Leitz noticiou e convidou a todos para o evento, que teve como orador o deputado estadual Sr. Wilson Dias de Pinho, que conseguiu através de emenda parlamentar a quantia de 100.000 cruzeiros para a obra (*O Progresso*, 29/9/1957, p. 1). Além das boas relações políticas que os franciscanos de Dourados mantinham, na medida do possível, com os governos municipal e estadual, havia também a questão social demonstrada através dos eventos nos quais os estudantes e parte da elite douradense participavam e que eram divulgados através da imprensa local. Dentre tais eventos destacam-se as formaturas, nesta época sempre realizadas no Clube Social e, além disso, no ano de 1957, ocorreu uma *Audição Musical no Cine Ouro Verde*, onde as alunas e os alunos utilizaram-se de instrumentos como acordeões, violinos, pianos e apresentaram números musicais como bailados e jazz (*O Progresso*, 10/11/1957, p. 1).

A inauguração do novo prédio do Patronato de Menores ocorreu em 8 de dezembro de 1958, quando a escola passou a ser chamada *Educandário Santo Antônio*, funcionando até 1983, oferecendo as quatro séries do ensino fundamental. Assim, o primeiro Patronato de Menores foi fechado em 1959, com a mudança das irmãs para outra casa (KNOB, 1988, p. 283).

Com a construção dessa nova escola, nota-se que o conjunto arquitetônico pertencente à Igreja Católica em Dourados vai, aos poucos, ampliando-se na área central da cidade. No final da década de 1950 esse cenário era formado pela Igreja Matriz, ladeada pela Casa Paroquial e Educandário Santo Antônio, construídos em uma grande parte da quadra na esquina das ruas João Cândido Câmara e Joaquim Teixeira Alves. Com a construção de novos elementos e ampliação dos já existentes, a Igreja Matriz recebeu maior destaque, por estar localizada no centro do conjunto e, logicamente por ser o elemento de maior importância dentro do contexto religioso e cultural. Nesse sentido, observamos a materialidade constituída através dos prédios, seus detalhes e tipos de construção que remetem a determinadas épocas e estilos arquitetônicos. Já a imaterialidade está compreendida no sentido simbólico que este patrimônio cultural religioso representa para os moradores de Dourados, pois possui uma abrangência maior do que a própria religião católica, adentrando o sentido de pertencimento da população pelo seu patrimônio comum.

REFERÊNCIAS E FONTES UTILIZADAS

ALVES, Heliana de Moraes. **Patrimônio e memória**: um olhar sobre as paisagens ferroviárias do município de Restinga-Sêca/RS - 1920 até os dias atuais. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. **Entre rupturas e permanências**: a Igreja Católica na região de Dourados (1943 – 1971). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005.

BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição, padroeira de Dourados (1920-1960): conservadorismo e mudança de práticas culturais. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 7, p. 16-37, jul./dez. 2014.

BRAZIL, Maria do Carmo; SILVA, Wilker Solidade da. História e Educação em Dourados/MS: Grupos Escolares no sul de Mato Grosso (1963-1974). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: conhecimento histórico e diálogo nacional, 27., 2013, Natal/RN. **Anais** [...]. Natal: ANPUH BRASIL, 2013. p. 1-19.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Alternativas contemporâneas para políticas de preservação. **TOPOS** - Revista de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.134-138, jan./jun.1999.

ELSING, Frei Jorge. **Entre os rios Paraguai e Paraná: experiências e reflexões de um missionário franciscano no Mato Grosso**. Campo Grande: Edições Loyola, 1988.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados-MS. **Inter-Ação**: Ver. Fac. Educ., Goiânia, v. 29, n. 1, p. 43-62, jan./jun. 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

Jornal *O Progresso*.

Jornal *O Douradense*.

KNOB, Frei Pedro. **A missão franciscana do Mato Grosso: em comemoração dos 50 anos de fundação**. Campo Grande: Edições Loyola, 1988.

LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970). Disponível na Cúria Diocesana de Dourados e no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD (cópia digitalizada).

LIVRO TOMBO DIOCESE DE CORUMBÁ (1935-1958). Disponível no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD (cópia digitalizada).

MARIN, Jérri Roberto. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. In: MARIN, Jérri Roberto (Org.). **Religiões e identidades**. Dourados: Ed. UFGD, 2012. p. 103-130.

MOREIRA, Regina Heloiza Targa. **Memória fotográfica de Dourados**. Campo Grande: UFMS, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTINI, Poliana Gianello. a presença da Igreja Católica na educação em Dourados/MS: o caso do Patronato de Menores (1943 – 1983). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo/SP: ANPUH, 2011. p. 1-11.

SILVA, Fabiana Felix do Amaral e. **Identidade cultural, culturas subalternas e o patrimônio arquitetônico: a experiência de São Luiz do Paraitinga**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

A CIDADE, A IGREJA E O COTIDIANO ATRAVÉS DA IMAGEM: A HISTÓRIA PELA FOTOGRAFIA NO ESTUDO DO CASO DA ANTIGA E NOVA IGREJA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA EM CANAVIEIRAS – BAHIA (1912-1932)

Oslan Costa Ribeiro¹

José Pereira de Sousa Júnior²

Resumo: Apresentaremos neste artigo breve análise de fotografias da cidade de Canavieiras como fonte histórica, sobre o processo de deterioração da antiga igreja matriz de São Boaventura e o longo período para a construção e conclusão das obras do novo templo que serviria de nova matriz, em terreno doado pelo município, afastado da sede do Paço Municipal, no projeto de expansão e de reformas urbanísticas, implementados pelo município de Canavieiras, no recorte temporal de 1912-1932. Nesse período a monocultura cacaueteira alcançou seu auge, fazendo com que a elite buscasse para a cidade aspectos de modernidade, sofisticação e beleza, amplamente influenciados pelas reformas urbanísticas que já ocorria, a todo vapor, na cidade do Rio de Janeiro, capital federal do Brasil, à época. Além das fotografias, contaremos com fontes escritas pela imprensa local, que abertamente clamava a população local para aderirem financeiramente para a conclusão das obras de construção da nova igreja matriz, símbolo dessa transformação urbanística que tanto a cidade almejava alcançar.

Palavras-chave: Igreja matriz de São Boaventura, cidade de Canavieiras, fotografia como fonte histórica, imprensa, reformas urbanísticas.

O presente artigo versará sobre a análise de fotografias da cidade de Canavieiras, no sul da Bahia, em torno da antiga igreja matriz de São Boaventura, uma construção provavelmente erguida em fins do século XVIII e início do XIX, modificada em diversas reformas em sua estrutura, e com o passar dos anos, apresentava-se pequena, já bem desgastada pela ação do tempo, aliado ao estado de abandono, desejava-se a construção de uma nova igreja matriz, desde a década de 1880, mas diante da letargia do governo provincial da Bahia, esse projeto nunca saiu do papel, e com a República aí é que as coisas se tornaram mais difíceis para se construir uma nova igreja matriz, já que Igreja e Estado se separaram constitucionalmente a partir de 1891.

Com a nova realidade da República, a antiga igreja matriz não podia mais contar com o erário público para sua restauração e manutenção. Os padres passaram a viver de doações dos fiéis da Freguesia de São Boaventura do Poxim, criada desde 1718, para sua subsistência e manutenção do templo, mas, o costume e imaginário da população não mudaria assim rapidamente. Pressupomos que a Intendência Municipal, como de costume, mantinha, no que era de seu interesse a manutenção da antiga igreja matriz, já que ela ficava ao lado do Paço Municipal em um grande largo, que depois das reformas urbanísticas que aconteceriam no século XX se transformaria na Praça da Bandeira.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), vinculado à linha II - Cultura, poder e identidades. E-mail: oslan@hotmail.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7937879658171776>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1742-9669>.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto efetivo na Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Mata Norte. Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), vinculado à linha II - Cultura, poder e identidades. E-mail: junior_ufcg@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3838287945502936>.

Ao menos uma demão de cal na fachada da antiga igreja matriz, antes de começar a festa de São Boaventura, padroeiro do município de Canavieiras, que ocorria de 5 a 14 de julho de cada ano, era garantido pela Intendência Municipal, supomos. Essa antiga igreja matriz foi provavelmente a primeira construção, de cunho institucional, erguido na pequena aglomeração populacional, ali instalada a partir da segunda metade do século XVIII, quando os moradores brancos foram expulsos da localidade denominada de Poxim, pelos indígenas Botocudos, que nunca aceitaram a permanência de estranhos em suas terras. A chegada dos brancos no Poxim, provavelmente no século XVII, fez com que esse pequeno aldeamento de pescadores, por vezes, sempre atacado pelos Botocudos que queriam reconquistar sua terra e expulsar os invasores. Ali havia o cultivo de cana-de-açúcar, mandioca, e outras culturas para subsistência de seus moradores.

Amparados religiosamente pelos missionários jesuítas da Freguesia da Invenção da Santa Cruz de São Jorge dos Ilhéus, freguesia criada em 1556, na capitania fundada em 1534, conta-se o mito do achado da imagem de São Boaventura, imagem de no máximo 90 centímetros de altura, esculpida em madeira tipo cedro, encontrada encailhada nas praias do Poxim, trazida pelas correntes marítimas, fruto de algum naufrágio de nau nas proximidades do litoral da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, em fins do século XVII. Esse é o mito fundacional do que viria a ser o povoado, a vila, o município, a cidade de Canavieiras. Em torno dessa experiência mítica de fé, São Boaventura (1217-1274), tornou-se um símbolo canavieirense.

O povoamento do Poxim se desenvolveu em torno dessa devoção, contada pela oralidade até hoje, em torno do mito de achado da imagem do santo padroeiro trazida pelas águas do mar, como se canta em seu hino oficial, composto em 1919, o que representa fator de cultura e identidade dessa população pela sua religiosidade. Em 11 de abril de 1718, Dom Sebastião Monteiro da Vide, também jesuíta e Arcebispo da Bahia, cria a Freguesia de São Boaventura do Poxim, a instalando no povoamento em sua rude igreja feita de taipa, depois adobe, como aponta Campos (2006). Os Botocudos conseguiram expulsar os moradores do povoamento do Poxim, e eles migraram em fins do século XVIII, mais para o sul do Poxim, para as fozes dos rios Pardo e Patipe, conhecida como a região das canavieiras, devido aos imensos canaviais, comum à região litorânea da Colônia do Brasil.

Todo esse percurso para chegarmos ao período da construção da antiga matriz de São Boaventura, a primeira e mais importante construção do novo povoamento, já que a igreja matriz era a sede da Freguesia, que no período Colonial e do Império, representava além do poder eclesiástico, também o poder da Coroa naquela localidade pelo sistema do padroado. Foi nessa igreja matriz que foi eleita a primeira composição da Câmara de Vereadores em 17 de novembro de 1833, na instalação do município, criado por Carta Régia de 13 de dezembro de 1832, sob o título de *Imperial Villa de Cannavieiras*, dando foros de autonomia administrativa à localidade em relação a *Villa de São Jorge dos Ilhéos*. Em 1746, foram plantados as primeiras mudas de cacau, trazidos do Grão-Pará, na Fazenda Cubículo, hoje município de Canavieiras, que viria a ser em fins do século XIX e XX, a monocultura responsável pela grande geração de riqueza para a região sul do estado, a tornando conhecida como região cacaeira da Bahia.

Mesmo sendo de obrigação do governo imperial, no caso da antiga igreja matriz da Vila de Canavieiras, a manutenção do templo nesse período era de cunho paliativo, nada de grandes reformas que garantissem boas condições de seu uso, daí o desejo de se construir uma nova igreja matriz a partir da década de 1880. Fontes pesquisadas no Arquivo Público do Estado da Bahia, apontam para alguns pedidos dos padres de Canavieiras ao governo da Província da Bahia, para liberação de verbas para reformas no templo, por vezes esbarrados na burocracia do Império – fator que a nova República herdaria – esses pedidos demoravam meses até anos para serem analisados.

Quando a demorada resposta chegava era de indeferimento ou pedido de revisão orçamentária pela Receita Provincial, ou, avisos de falta prestação de contas das verbas liberadas e não justificadas pelos padres da Freguesia de São Boaventura em anos anteriores, e até um caso de pedido da Receita Provincial de devolução da verba liberada para reformas na antiga igreja matriz em 1886. Diante da situação posta, a igreja matriz ia se deteriorando com o tempo. Somente obras paliativas e nada mais. Veio a República em 1889 e aí que o estado de abandono do templo piorou, iniciando conflito dos padres com a elite e população local, testemunhado pela imprensa de Canavieiras, pesquisa que perseguimos desde a graduação com bolsa do CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Santa Cruz (PIBIC/UESC).

A novidade que apresentamos neste artigo, não é apenas analisar fontes escritas usando da fotografia para legitimar ou dá exemplos visuais ao nosso texto, mas, analisar a fotografia também como fonte histórica, a esmiuçando no que pudermos, para delas extrair novo olhares, novas interpretações, sobre este mesmo recorte temporal de pesquisa entre 1912-1932, sobre o estado de abandono da antiga igreja matriz, a reclamação dos padres, o anseio da municipalidade pela sua demolição para a conclusão de reformas urbanísticas já iniciados no início do século XX, sobre a letargia da elite local e dos políticos do município para dar apoio aos padres para se construir uma nova matriz, em outro local, maior, mais bela e monumental, para que atestasse “o alto grau de fé e civilidade do povo canavieirense”, discurso amplamente divulgado pela imprensa para incentivar as obras de construção do novo templo católico.

Como arcabouço teórico para fazermos tais análises, recorreremos aos trabalhos dos historiadores que defendem a fotografia como fonte histórica como Ivo Canabarro, Ana Maria Mauad e Chales Monteiro, que em linhas gerais, nos mostram as interfaces da fotografia: enquadramento, cenário, posicionamento, motivação, intencionalidades, funções do fotógrafo no manejo de sua máquina que faz da imagem estática seu produto final. Estática sim, mas, não muda. A fotografia sob o filtro do fotógrafo tem muito a revelar além da imagem apresentada, e esse será o foco deste artigo, revelar para além da imagem fotográfica da cidade de Canavieiras, através da antiga e nova igreja matriz, as intencionalidades municipais da elite local para transformá-la em uma urbe moderna e sofisticada.

A CIDADE

A Imperial Vila de Canavieiras, criada por Alvará Régio de 13 de dezembro de 1832, foi elevada à categoria de cidade por Ato Estadual de 25 de maio de 1891, do governador da Bahia José Gonçalves da Silva. Através dessa elevação à categoria de cidade, pressupomos, Canavieiras começou assimilar o regime republicano, os novos tempos das ideias positivistas propagados intensamente pela imprensa nacional e lido por poucos, que detinham para si o conhecimento, para dele manipular os demais e ampliar seu poderio, perceberam a grande oportunidade de se esquecer o passado colonial, numa cultura negacionista da formação do Brasil nação, que na cabeça de alguns homens da elite local, essa nação de fato nasceu com a implementação do regime republicano, através de um golpe militar, o primeiro de muitos dessa nova república, no fatídico 15 de novembro de 1889.

Na nova cidade de Canavieiras, como para a maioria da população da Bahia e do Brasil, a nova República em nada revolucionou suas vidas, os ricos cada vez mais ricos na manutenção de suas oligarquias, e os pobres, cada vez mais indesejados de estarem por perto, trabalhando muito e ganhando pouco, e mantidos sempre na posição de subserviência para que a velha sociedade travestida de nova, mantivesse tudo conforme a ordem estabelecida *in saecula saeculorum*. Os ganhos com o cultivo e exportação do cacau começa, na última década do século XIX, a dar grandes lucros aos fazendeiros da região sul da Bahia, tendo o porto da cidade de Ilhéus e de Salvador como porta de saída dessa exportação, aumentando significativamente a arrecadação da receita estadual e dos municípios produtores.

Com muito dinheiro circulando na cidade de Canavieiras a elite local buscava por sofisticação. Viagens constantes a cidade da Bahia (Salvador) e a capital Rio de Janeiro se tornavam costumeiras entre eles, trazendo em suas bagagens muitas novidades. Algumas famílias iam até Paris, cidade-símbolo de civilidade para o mundo ocidental nesse período, responsável pela disseminação cultural da *Belle Époque* que abrangia tanto os “bons costumes” que a elite defendia corroborado ao ensinamento da Igreja, quanto na vivência profunda dos sete pecados capitais dos quais a Igreja condenava: soberba, avareza, inveja, gula, ira, preguiça, e a mais vivida – a luxúria – danças lascívias, músicas insinuosas, vedetes de luxo vindas de Paris para se apresentarem nos bordeis de Ilhéus, também conhecidos pelos homens da região como “castelos”, seguido de muita jogatina nos cassinos e bebedeiras noite adentro, que com o tempo foi a ruína de muitos coronéis do cacau.

Nenhuma novidade em falar sobre isso, pois, onde sempre teve muito dinheiro e poder, existiu espaço para todas essas vivências – negativas ou positivas – a depender de quem assim interpreta, ocorridas no auge da produção cacaueira no sul da Bahia, como também ocorrido, por exemplo, na cidade de Manaus no auge do ciclo da borracha. Voltando a cidade de Canavieiras, que no anseio de aderir a esse conceito de civilidade expressado no moderno e sofisticado a todo custo, fez da *Belle Époque*, imposta de cima pra baixo de Paris, Rio de Janeiro, Ilhéus, começava o planejamento de alinhar a cidade dentro desses moldes. Em 1899 foi inaugurado a nova sede do Paço Municipal, que ostentava no alto de sua fachada o brasão da República, ao lado da velha igreja matriz de São Boaventura, já existente ali há mais de um século. Sobre esse impulso urbanístico iniciado na capital federal do Brasil, à época, Schwarcz e Starling (2018) nos infere que “Era preciso embelezar as principais cidades, para que bem representassem suas funções: cuidar dos edifícios públicos; afastar a pobreza para os novos subúrbios; [...] e construir instituições representativas.”.

Era notório e proposital por parte da municipalidade, usurpar da Igreja a centralidade das atenções com o novo prédio da Intendência Municipal, alinhado ao que se tornaria, posteriormente, a praça do Paço, depois Praça da Bandeira, pondo a velha igreja matriz de lado, numa intencional mensagem subliminar de que na República o protagonismo era do poder municipal, não mais do eclesiástico como era no Império. Vejamos as imagens, produzidas na primeira metade do século XX, algumas de autoria do fotógrafo Teophilo Mourranhy, responsável pela grande maioria das fotografias da cidade de Canavieiras entre as décadas de 1900-1950. Outras fotografias desse período, que poderão ser utilizados, não possuem identificação de seu autor.

Figura 1: Praça do Paço e a antiga igreja matriz de São Boaventura, Canavieiras, décadas 1920-1930



Fonte: Senhorita Ritinha Stolze (*In memoriam*) – Canavieiras/Bahia. **Foto:** Autor desconhecido. Recolhido pelo autor em 2001.

Figura 2: Paço Municipal de Canavieiras, Bahia, década de 1930



Fonte: Acervo de Vicente Tedesco – Canavieiras/Bahia. **Foto:** Teophilo Mourranhy. Recolhido pelo autor em 2001.

A figura 1, fotografia de baixa qualidade, de autoria não identificada, nos mostra o enquadramento do eixo principal da cidade de Canavieiras entre fins da década de 1920 e dos anos 1930. Com um casario todo alinhado, em um largo de areia fina e clara, emaranhado de capim rasteiro, com alguns postes de madeira com a afiação de telégrafo e energia elétrica, produzida por motor à querosene, vemos em primeiro plano e posta de lado, antiga igreja matriz de São Boaventura, e na centralidade o edifício sede do Paço Municipal. Pela má qualidade da foto, não vemos, mas, atrás do Paço já aparece a torre da nova igreja matriz que se estava construindo desde 1912. A figura 2, é uma foto da década de 1930, do fotógrafo Teophilo Mourranhy, apresentada por melhor mostrar os detalhes do prédio do Paço, quando na ocasião da foto a nova igreja matriz já tinha sido inaugurada em 1932, e a velha demolida apressadamente logo depois, para que a urbanização da praça fosse concluída.

A fotografia da figura 1, foi enquadrada do alto do mirante do solar da família Castro, família importante na elite canavieirense à época. O solar não existe mais, a não ser as ruínas que compõe o Sítio Histórico Paulo Souto, que agrupa casarios do início do século XX, na região do porto de Canavieiras às margens do Rio Pardo. Pela altura vê-se ao fundo o Rio Patipe, a ilha de Atalaia e depois dele o oceano Atlântico, envolto de muita vegetação e coqueiros entortados com a ação do vento litorâneo. Tanto a figura 1 e 2 apresentados, são fotografias produzidas com fins institucionais, oficiais, para a propagação de uma cidade que se modificava e procurava ficar mais agradável para sua elite viver, pois, percebe-se que não se vê casas simples no enquadramento. Essa, ainda hoje, é uma região nobre da cidade de Canavieiras.

Canabarro (2005) nos diz que “a configuração de uma história social da fotografia perpassa pela compreensão de que, em primeiro lugar, a fotografia é um produto social e a sua construção revela as demandas de diferentes grupos sociais”, que no caso em questão, atendia aos anseios da elite local, na intenção de que essas imagens circulassem no entorno regional do sul da Bahia, mostrando ser uma cidade que buscava sofisticação, pois havia, uma rivalidade com a cidade de Ilhéus, que era o grande expoente dessas transformações no período, da qual Canavieiras era filha, mas como qualquer filha quis provar que seria mais evoluída do que sua velha mãe.

Sobre isso Canabarro continua afirmando que,

“estes mesmos grupos podem utilizar-se da fotografia para divulgar e legitimar o seu poder em um determinado momento e como forma de divulgação e de imposição de representações sociais, sendo estas matrizes para as práticas sociais, que podem interferir na construção de modelos ideais de comportamentos a serem seguidos pelos demais grupos de uma sociedade.” (CANABARRO, 2005, p. 31-32).

Isso nos remete a divulgação fotográfica em torno das reformas urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos na década de 1900, ao que Canabarro (2005) diz: “Esta forma impositiva de legitimação das representações, por intermédio das fotografias, serve também como um meio importante para a construção da identidade, tanto individual quanto coletiva”, e assim o foi, pois, as transformações urbanísticas do Rio de Janeiro foram propagados vastamente pela imprensa em todo Brasil, através de textos em jornais e revistas, onde a fotografia era usado somente como ilustração das matérias, produzidos por fotógrafos contratados pelo Paço Municipal do Rio para uso exclusivo de documentar as reformas e os feitos do prefeito Pereira Passos³. Ana Maria Mauad, nos exemplifica didaticamente ao afirmar que,

a colocação do maior número de planos dentro do enquadramento diz respeito a duas condições, uma de caráter técnico, a profundidade de campo dada pelo controle do diafragma da câmera, e outra associada aos objetivos da mensagem fotográfica, pois quanto mais planos o fotógrafo conseguisse colocar no foco, mais informações incluiria na fotografia. Assim, as fotografias de Augusto Malta quando do registro das obras de Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, primavam pela capacidade de dispor na sua composição até três planos. Isso porque, o fundamental dessa fotografia era registrar a ação do poder público na modernização da cidade, quanto mais elementos informassem tal ação, melhor seria. (MAUAD, 2005, p. 148).

Mauad (2005) nos faz pensar na composição da figura 1, sobre a profundidade de campo, que deu fotografia em questão, riqueza de detalhes e informações sobre aquela Canavieiras que pesquisamos. Não sabemos se a autoria da figura 1 é de Teophilo Mourranhy, mas, certamente, ele, sendo autônomo ou oficial do Município, deve ter sido o mais requisitado da época, sobre o qual lamentamos carecer de fonte para versar sobre sua biografia, embora, ela exista amplamente nas diversas fotografias publicados por ele, e assinado com sua marca da letra T sobreposta ao Y. Ele fotografou ruas, praças, prédios, casarios, igreja, eventos religiosos e sociais, dentre outros, e, devemos a ele, o grande acervo de registros fotográficos da cidade de Canavieiras na primeira metade do século XX, não poderíamos continuar nosso artigo sem citá-lo devidamente.

A IGREJA

Sobre a situação da Igreja em Canavieiras já dissertamos acima, o tempo era outro, mas, o imaginário religioso na nova República continuava achando que a manutenção de igrejas ainda era obrigação do Estado, em Canavieiras essa obrigação foi assumida pela Municipalidade para fins de moeda de troca, se agrada a Deus para agradar o eleitores, mas, como no Império a situação era difícil, na República o município não facilitou tanto assim. Desde a década de 1880 já se pensava em uma nova igreja matriz, portanto, esse ideal, começou a ser concretizado

³ “Em 30 de dezembro de 1902, por decreto, Francisco Pereira Passos (29 de agosto de 1836 – 2 de março de 1913) foi nomeado prefeito do então Distrito Federal, o Rio de Janeiro, pelo presidente Rodrigues Alves (1848–1919) e assumiu no mesmo dia (Gazeta de Notícias, 31 de dezembro de 1902, na sexta coluna), sucedendo Carlos Leite Ribeiro (1858 – 1945). Ocupou o cargo até 16 de novembro de 1906, quando foi sucedido por Francisco Marcelino de Sousa Aguiar (1855–1935) (O Paiz, 17 de novembro de 1906, na sexta coluna).” (WANDERLEY, 2017, s/p).

a partir de 1912. Várias campanhas, apelos dos padres da Freguesia de São Boaventura através da imprensa local, tentava conscientizar os católicos, tanto da elite quanto das classes populares a aderir a grande empreitada. Padre Justino José de Sant'anna, pároco de Canavieiras entre 1912-1924, diz,

A religião pede um altar, e o altar exige um templo; e vós, Cannavieirenses, não tendes um templo! que vergonha para nós! [...] A necessidade de um templo digno, em que se adore o Deus verdadeiro em Cannavieiras, se impõe de tal forma, que dispensa qualquer encarecimento. Apello pois, para vossos sentimentos de dignidade, de civismo, de religião; auxiliae ao vosso parcho em empreza tão grande! (MONITOR DO SUL, ano XI, nº 651, 14 de julho de 1912, p. 2).⁴

Se a população fazia pouco do apelo do padre Justino, o Município de Canavieiras, através do poder legislativo e executivo, oficializa da doação de um grande terreno para a Igreja, onde já estava se construindo a nova igreja matriz, através da Resolução nº 191, de 8 de julho de 1912, sancionado pelo intendente João de Deus Ramos. O terreno em questão inaugurava a expansão do centro da cidade, criando um novo espaço para a Igreja, a afastando em alguns metros do Paço Municipal, com um grande largo à sua frente. As obras de construção se arrastariam por longos vinte anos, pela falta de engajamento da população local, acostumados a não desembolsar para se construir igrejas, imaginário que ainda resistia no início do regime republicano.

Apresentaremos mais uma fotografia, provavelmente de Teophilo Mourranhy, que retrata a nova igreja matriz em construção entre fins da década de 1920 ou início dos anos 1930, que demonstra a suntuosidade da construção, os detalhes da obra paralisada no momento, ou talvez permanente com ocorreu diversas vezes entre 1912-1932, com andaimes, vegetação rasteira e um vazio por trás da igreja construída e inacabada, que mostra em primeiro plano um homem sentado em um montinho de areia, tomando nota de alguma coisa, onde a oralidade afirma ser o engenheiro da obra Augusto Peltier. Qual a intenção do fotógrafo por trás dessa cena? Provocar comoção coletiva pela obra ainda inacabada? Foi um registro espontâneo ou forjado de registrar o engenheiro-chefe das obras calculando ou anotando alguma coisa?

Monteiro (2006) nos faz pensar sobre as nuances que uma fotografia como fonte histórica pode nos revelar,

A fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em segundo lugar, ele é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma, etc. Em terceiro lugar, transforma o tridimensional em bidimensional, reduz a gama das cores e simula a profundidade do campo de visão. Ela é também uma convenção do olhar herdada do Renascimento e da pintura, que é necessário apreender para ver. A câmera fotográfica capta mais e menos do que o nosso olho pode ver. (MONTEIRO, 2006, p. 12).

⁴ Optamos por citar as fontes hemerográficas preservando a grafia original da obra.

Figura 3: Nova igreja matriz em fase de acabamento – Década de 1920/1930.



Fonte: Cedida por Silvan Avelino e Lorena Loureiro de Carvalho – Canavieiras – Bahia. Foto de autor desconhecido.

A figura 3, no mínimo, se mostra comovente, ao percebermos a situação desoladora com que se apresenta o engenheiro sentando diante de sua sonhada obra ainda inacabada. Com certeza essa fotografia circulou no intuito de amolecer os corações mais mesquinhos dos moradores de Canavieiras, principalmente da elite e dos políticos, que residiam na cidade ou até fora dela, para que tivesse recursos para a conclusão da nova igreja. Mas, o jornal *O Progressista*, da cidade, continuava a impelir a população, tentando atingir a memória afetiva coletiva em relação a antiga e a nova matriz que se estava construindo:

Aquella velha Matriz, onde se baptizaram os nossos paes e que alli está velhinha como uma recordação amiga do nosso passado, já não é digna de figurar como templo em que officiamos ao nosso Deus, pedindo-lhe bençãos, allivio para os nosso sofrimento Moraes, resignação para suportar as mãos, ou graças mil pelas venturanças que desfructamos. Não, não está. E é para que auxiliemos o nosso zeloso vigário, para que lhe levemos os nossos obulos para a Matriz em construcção, que hoje appellamos para os sentimentos de religião do povo deste município, e para o de arte daquelles que amam o nosso progresso e o embelezamento da nossa cidade.

Construamos a nova Matriz! (O PROGRESSISTA, ano II, nº 58, 21 de julho de 1917, p. 1).

As transformações urbanísticas que viriam a ocorrer, principalmente, entre as décadas de 1920-1930 em Canavieiras, não se deram da noite para o dia, como muitos fantasiosamente acreditam por causa do dinheiro do

cacau. Teve muito dinheiro sim, mas não para tudo, conforme vimos com a lentidão da construção da nova igreja matriz. Sua conclusão e finalização de acabamento foi feito com muita economia. Nada de mármore ou granito, e sim, muito cimento branco polido para imitar o efeito nos altares e nos adornos de decoração de seu interior.

Os sinos foram reaproveitados da velha matriz, e os vidros das janelas e portas foram caiados por dentro, para quebrar a intensidade da luz solar no interior da nova igreja matriz, finalmente inaugurada em 5 de julho de 1932, com muita festa. O acabamento somente se deu com *“avultada contribuição da Comuna, quando o Prefeito o Coronel Francisco Mangiere que, só de uma vêz entrou com a importância de DEZ CONTOS DE REIS, datando daí a desenvoltura do término da grande obra”*, segundo o jornal ‘O Independente’.⁵

Figura 4: Praça do Paço após a antiga igreja matriz de São Boaventura ter sido demolida após inauguração da nova – 1932-1933.



Fonte: Acervo de Vicente Tedesco – Canavieiras/Bahia. **Foto:** Teophilo Mourranhy. Recolhido pelo autor em 2001.

A Municipalidade de Canavieiras, foi a responsável pelo início com a doação do novo terreno, e no final com a boa doação para a finalização da obra, nada de graça, tudo teve e tem seu preço. O motivo era que ao inaugurar a nova matriz, a prefeitura poderia demolir a velha na Praça do Paço, conforme figura 4, apagando de vez o passado colonial indesejável e de feia arquitetura que incomodava há mais de 40 anos. Sua demolição foi rápida e seu terreno anexado ao patrimônio municipal, concluindo o traçado da praça com o plantio de mudas de oitizeiro, tornando o cotidiano da cidade de Canavieiras mais aprazível de se viver, grande desejo da elite local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu dialogar com fontes escritas e fotográficas na intenção de promover o conhecimento historiográfico pela metodologia utilizada, lançando novos olhares a presente pesquisa em andamento, sob a pretensão de analisarmos a fotografia como fonte histórica, fruto da disciplina cursada no mestrado ‘As Histórias contadas pelas imagens: O uso da fonte fotográfica como estratégia metodológica para a pesquisa em História’, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, ministrada com muita

⁵ O Independente, Ano I, nº 6, 9 de julho de 1932, p. 1.

qualidade docente da Prof.^a Dra. Damiana Matos Costa França (PPGH/UFCG), mesmo tendo sido cursado com muita dificuldade, primeiro, pela instabilidade financeira provocada pela falta de bolsa de pesquisa cortada de forma escusa pela CAPES em nosso PPGH, depois, pela instabilidade emocional provocado pela pandemia do novo coronavírus, mesmo assim, conseguimos terminar concluindo e apresentando este artigo.

Nossa narrativa, percorreu a partir da questão da antiga igreja matriz de São Boaventura, que no Império já apresentava condições precárias de manutenção e se agravou com a República, contextualizando com a formação da Freguesia do Poxim e da Vila de Canavieiras e sua posterior elevação à categoria de cidade. Com a monocultura cacaueteira veio a formação de riquezas e a consecutiva necessidade da elite local de sofisticar a nova cidade aos moldes da *Belle Époque*, onde a Municipalidade passou a dividir em 1899 o mesmo espaço urbano com a Igreja, que ali primeiro chegou há mais de um século, mas, com a República perdia seu protagonismo, fomentando que seu novo templo fosse construído em um novo espaço, separado do poder municipal, para se concluir o novo traçado da praça do Paço Municipal.

Através das fontes fotográficas, embasados no arcabouço teórico apresentado, aspiramos ter levantado uma nova vertente de discussão para nossa pesquisa, com o foco na intencionalidade por trás das imagens e seus fotógrafos. Ainda há muito a ser desenvolvido nessa questão, já que a região sul da Bahia foi amplamente fotografada na primeira metade do século XX, seguindo a tendência da cidade do Rio de Janeiro, forte expoente do urbanismo demolidor no Brasil, em busca de uma limpeza social que favorecia a imagem de um país civilizado e belo, propagado nos cartões postais mandados mundo afora.

REFERÊNCIAS

Fontes escritas

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Atos do Governo da Bahia (1890-1896).

MONITOR DO SUL. Canavieiras: BA, ano XI, nº 651, de 14 de julho de 1912.

O INDEPENDENTE. Canavieiras: BA, ano I, nº 6, de 9 de julho de 1932.

O PROGRESSISTA. Canavieiras: BA, ano II, nº 58, de 21 de julho de 1917.

PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DA BAHIA. Documento de petição da comissão encarregada de promover o conserto da igreja matriz da Villa de Cannavieiras (1886).

Fontes fotográficas

AUTOR DESCONHECIDO. Nova igreja matriz em fase de acabamento – Década de 1920/1930. Cedida por Silvan Avelino e Lorena Loureiro de Carvalho – Canavieiras – Bahia.

AUTOR DESCONHECIDO. Praça do Paço e a antiga igreja matriz de São Boaventura, Canavieiras, décadas 1920-1930. Acervo da Senhorita Ritinha Stolze (*In memoriam*) – Canavieiras/Bahia.

MOURRANHY, Teophilo. Paço Municipal de Canavieiras, Bahia, década de 1930. Acervo de Vicente Tedesco – Canavieiras/Bahia.

MOURRANHY, Teophilo. Praça do Paço após a antiga igreja matriz de São Boaventura ter sido demolida após inauguração da nova – 1932-1933. Acervo de Vicente Tedesco – Canavieiras/Bahia.

Bibliografia

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus, BA: Editus, 2006. p. 422.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 31, n. 2, p. 23 – 39, 2005. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2005.2.1336>. Disponível: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1336/1041>. Acesso em: 11 set. 2020.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 13, n. 1, p. 133-174, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000100005>. Disponível: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5417/6947>. Acesso em: 14 set. 2020.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **Métis**, Caxias do Sul, RS, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006. Disponível: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/781/545>. Acesso em 14 set. 2020.

RIBEIRO, Oslan Costa. **Transformações urbanísticas na Bahia**: a demolição da capela de São Sebastião em Ilhéus e da antiga igreja matriz de São Boaventura em Canavieiras (1927-1932). In: SEMANA DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS, 6., 2016, Goiânia, GO. **Anais [...]**. Goiânia: IFG, 2016. Disponível em: <http://eventos.ifg.edu.br/7semanadehistoria/wp-content/uploads/sites/31/2018/02/Oslan-Costa-Ribeiro.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

RIBEIRO, Oslan Costa; MACÊDO, Janete Ruiz A imprensa baiana no discurso de uma moderna cidade: o protagonismo dos jornais na construção da nova igreja matriz de São Boaventura em Canavieiras – Bahia (1903-1917). **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, PR, v. 4, n. 4, p. 2398-2417, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34115/basrv4n4-019>. Disponível: <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/issue/view/97>. Acesso em: 4 set. 2020.

SCHWARCZ, Lília M. e STARLING, Heloísa M. **A Primeira República e o povo nas ruas**. In: Brasil: uma biografia. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 318- 350.

WANDERLEY, A. **O Prefeito Pereira Passos (1836 – 1913) e o Fotógrafo Augusto Malta (1864 -1957)**. Rio de Janeiro: Brasileira Fotográfica, 10 mar. 2017. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=7566>. Acesso em: 10 set. 2020.

AS POLÍTICAS HIGIENISTAS E AS REFORMAS URBANAS: O HIGIENISMO E SUA RELAÇÃO COM A DERRUBADA DO MORRO DO CASTELO, NO RIO DE JANEIRO (1920 – 1922)

Paula Purim Manfredini¹

Resumo: O presente artigo teve como objetivo investigar a influência dos ideários higienistas nos argumentos oficiais utilizados para justificar a derrubada, em 1922, do Morro do Castelo, local de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Para tal, foram utilizados como fonte recortes do *Jornal do Brasil*, periódico popular carioca. Levando em consideração a fonte selecionada, optou-se pela metodologia de análise do discurso, entendendo-a como ferramenta para analisar as publicações do periódico e sua relação com o contexto nacional e internacional estudado. Pretende-se apresentar um breve panorama da Primeira República brasileira, com o objetivo de evidenciar a influência do Positivismo e da busca pela Modernidade nas práticas governamentais – as quais resultam em reformas urbanas visando à higiene local, como o desmonte do Castelo.

Palavras-chave: Políticas Higienistas; Rio de Janeiro; Morro do Castelo.

INTRODUÇÃO

Presente artigo pretende analisar trechos retirados do *Jornal do Brasil*² entre os anos de 1920 e 1922, levando em consideração suas condições de publicação, a fim de compreender e evidenciar os argumentos oficiais utilizados para justificar a derrubada do Morro do Castelo, berço da capital fluminense. Considerando o contexto nacional e internacional do período, busca-se também analisar a influência das políticas higienistas nos argumentos legitimadores do desmonte do morro, visto que a maioria dos trechos selecionados versam acerca das condições insalubres em que esse se encontrava.

O Morro do Castelo – demolido no ano de 1922, durante a Primeira República do Brasil – foi o local de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Considerado um local insalubre, reduto da pobreza e da imoralidade, sua derrubada foi incentivada e legitimada pelo discurso médico-científico da época, que, partidário da Medicina Social, pretendia a inserção do Brasil nos moldes europeus de modernidade e progresso – os quais condenavam as condições em que o Castelo se encontrava. Adotando a relação entre higienismo e urbanismo como escopo principal deste artigo, revisitando a cidade do Rio de Janeiro, pretende-se responder à seguinte problemática: qual foi a influência das políticas higienistas, pautadas na melhoria das condições de saneamento, nos argumentos legitimadores da derrubada do Morro do Castelo no início do século XX? O jornal selecionado como fonte, uma vez caracterizado como “popularíssimo” (PAIVA, 2008), privilegia a apreensão desses argumentos, visto que, publicado diariamente, evidencia a relação de seu editorial com assuntos do cotidiano popular da época, e debate temas considerados de interesse da ampla população. O jornal, posicionando-se de forma contrária ao desmonte, evidencia seus argumentos legitimadores para então refutá-los. Referidos argumentos são aqui compreendidos como

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

² O *Jornal do Brasil* se encontra digitalizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

discursos interdependentes de representações sociais, ou seja, considera-se aqui que os argumentos utilizados não se caracterizam como um reflexo direto do cotidiano no Castelo, mas um reflexo do discurso que se constrói sobre ele. Nesse sentido, selecionou-se como metodologia a análise do discurso, fundamentada em autores como Michel Foucault (1996) e Dominick LaCapra (1983).

O JORNAL DO BRASIL E O DISCURSO

O *Jornal do Brasil* foi fundado no Rio de Janeiro (RJ) em 9 de abril de 1891³, por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Conhecido por sua ampla tiragem – a qual chegou a 60.000 exemplares diários – e sua linha editorial “popularíssima” (PAIVA, 2008), referido jornal conta com todas as suas edições diárias disponibilizadas digitalmente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Para além disso, é o periódico com mais resultados para o termo “Morro do Castelo” entre os anos de 1920 e 1922, período entre a concessão do desmante à empresa Adamczyk & C. e a efetiva eliminação do morro – sendo esse o critério de seleção para sua utilização como fonte histórica para o presente artigo. Segundo Maria Lucia Loureiro (2015, n.p.), o “*Jornal do Brasil*” fazia campanha contra o desmante do Castelo, denunciando como negociata a obra da prefeitura, concedida em 1920 à Adamczyk & C. Os recortes selecionados permitem apreender argumentos oficiais utilizados para justificar a derrubada do morro, uma vez que, contrário ao desmante, para além de redigir textos autorais defendendo seu posicionamento e questionando as instâncias governamentais, o *Jornal do Brasil* permitia que a população publicasse, anonimamente, em seus exemplares textos majoritariamente alinhados a esse.

Segundo Barros (2004), ao selecionar a abordagem utilizada para desenvolver pesquisas nas Ciências Humanas – mais especificamente em História – deve-se levar em consideração as fontes selecionadas. Nesse sentido, a metodologia correspondente utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é a Análise do Discurso – privilegiando as perspectivas de Michel Foucault e Dominick LaCapra. Segundo Foucault, discursos são conjuntos de enunciados que, articulados com base em uma determinada formação discursiva regular – ou seja, que fazem parte de um conjunto –, são praticados ao longo do tempo (FOUCAULT, 1996). Não raramente o discurso é utilizado por indivíduos detentores de mais poder com o objetivo de consolidar representações⁴ que os favoreçam.

Ao compreender o conteúdo dos jornais como discursos, ferramenta para a consolidação de representações⁵, faz-se necessário ultrapassar a análise do léxico: é preciso entender o discurso como prática social, comportamento social aceito e reproduzido por indivíduos, levando em consideração os sujeitos da fala e o lugar social ocupado por esses (FOUCAULT, 1996). Há de se perceber os periódicos como documentos elaborados por pessoas, sujeitos aos processos de transformação social, com finalidades específicas e que transmitem a seus leitores visões determinadas de mundo, consolidadas e reproduzidas pelo discurso – como reflexo do contexto e da conjuntura nos quais foram redigidos. De acordo com Chartier (2002, p. 24), “no ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como esses afetam de si próprio e do mundo”. Assim sendo, não é possível desconsiderar o contexto internacional e nacional do desmante do Morro do Castelo, bem como a influências desses fatores nos textos publicados no *Jornal do Brasil*.

³ O *Jornal do Brasil* continua sendo publicado até o momento de produção do presente artigo.

⁴ De acordo com Silva e Silva (2009, p. 214), o conceito das representações é comumente assimilado como “a forma pela qual um indivíduo ou um grupo vê determinada imagem, determinado elemento de sua cultura ou sociedade”.

⁵ Como a imagem que se constrói, por meio do periódico, acerca do Castelo.

Os jornais, como veículos de informação, não podem ser desassociados de relações de poder – de caráter econômico, sociocultural e político – e interdependência em relação a indivíduos ou instituições (SOUZA; CABRAL FILHO, 2013). Segundo Souza & Cabral Filho (2013, p. 05):

Algo que também deve ser considerado é que ao acompanhar determinado jornal, se torna mais fácil visualizar a ocorrência de transformações na sociedade. É importante sempre ter em mente que não adianta isolar um fato e analisá-lo fora de seu contexto, precisamos atentar para as esferas sociais, políticas e econômicas nas quais o objeto de estudo está inserido. Nada melhor que uma fonte que acaba se tornando o resumo diário, semanal, quinzenal etc. dos principais interesses de determinado lugar. Mais do que isso, observar os motivos pelos quais determinados interesses ganharam destaque pela imprensa, enquanto outros permaneceram silenciados por ela.

Dessa forma, a tiragem diária do *Jornal do Brasil* na capital fluminense potencializa sua utilização como fonte, uma vez que privilegia o relato de assuntos relacionados ao cotidiano popular da cidade. Compreendendo as leituras de texto como interpretação, LaCapra (1983) defende que, assim como demais fontes, documentos escritos apresentam vestígios que permitem identificar os modos de pensar, circunscrever condutas e seus significados, compreender sistemas de inteligência e de sentimentos que fundamentam as coesões e as rupturas sociais – devendo o pesquisador ficar atento ao equívoco de compreender as informações fornecidas pela fonte como sinônimo de acesso direto à realidade (FARGE, 2009). Para além disso, segundo o mesmo autor, não se deve separar textos e contextos, discursos e vivências, uma vez que, por meio da escrita, as experiências se concretizam como enunciados.

Ao anunciarem argumentos e discursos divulgados pelos órgãos de classe para defender seu posicionamento frente às alterações na malha urbana carioca, os periódicos são entendidos como práticas sociais e instrumentos educativos do próprio grupo, pois visam conscientizar e mobilizar sua população leitora em prol da causa defendida nos artigos publicados. Foucault (1978, p. 78) defende que, frente a situações beirando à miséria, a doença se manifesta como anomalia e fardo social – uma vez que ela delata a impossibilidade de integração ao grupo –, e começa a se inserir no texto dos problemas da cidade”. Assim sendo, uma vez divulgados à sociedade, os periódicos traduzem experiências e vivências locais comuns em textos e enunciados publicados. Dessa forma, evidencia-se a inserção dos argumentos utilizados nos ideais higienistas previstos para a organização dos centros urbanos e a urgência de se abordar as enfermidades nesse contexto, tornando-se possível indicar paralelos entre as políticas higienistas, as doenças emergentes e a consequente derrubada do Castelo.

Entende-se que o uso de periódicos como fonte para pesquisa permite um entendimento da construção e da percepção da realidade social pelas lentes do próprio grupo que o elabora. Tal percepção, por vezes alinhada a posicionamentos de governantes ou da população em geral, reflete na redação de publicações e comentários acerca dos argumentos oficiais utilizados para justificar ações do governo, evidenciando-os – mesmo que para refutá-los.

O MORRO DO CASTELO: BERÇO DA NAÇÃO

O Morro do Castelo foi escolhido em 1567, por Estácio de Sá, para a fundação efetiva da cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente chamado de Morro do Descanso, Alto da Sé e Alto de São Sebastião possuía uma vista privilegiada que permitia visualizar toda a Baía de Guanabara, assegurando sua vigilância e dificultando novas invasões. Foram construídas no morro a Casa da Câmara, Casa do Governador, um colégio Jesuíta, a Igreja de São Sebastião e uma fortaleza, que dava ao morro seu nome. Foram levados até lá os restos mortais de Estácio de Sá, fundador

da cidade, bem como a pedra que representava o marco de fundação dessa. Esses são alguns dos elementos que conferem ao morro uma inegável relevância histórica não só para o Rio de Janeiro, mas para a nação em sua totalidade – visto a carga simbólica de seu estabelecimento, desenvolvimento e eliminação, bem como a importância desse como marco para a história do Brasil.

Com o crescimento progressivo da cidade do Rio de Janeiro, houve um aumento significativo de sua população e consequentemente a ocupação de morros vizinhos ao do Castelo e das áreas entre esses. A gradativa ocupação das áreas entre os morros e mais próximas às praias, de acordo com Julia O'Donnell (2013), resulta na construção de uma hierarquia da ocupação dos espaços da cidade. Tendo sua ocupação possibilitada pela construção de linhas férreas, a Zona Sul atraiu indivíduos com maior poder aquisitivo – relegando os indivíduos socialmente frágeis principalmente às regiões já ocupadas, como os morros. Assim sendo, bairros como Copacabana passam a remeter a um poder econômico e prestígio social mais elevado em relação a demais áreas, como a região central. Em “Esaú e Jacó”, obra de Machado de Assis (1904) que se passa em parte no morro, o autor enfatiza o contraste social existente entre os moradores do Castelo e de outras regiões da cidade, em especial os moradores de Botafogo (NONATO; SANTOS, 2000). Não somente o Morro do Castelo, mas o centro da cidade do Rio de Janeiro como um todo passa a ser percebido como um local avesso à higiene, em que a grande concentração de pessoas contribuiu para a proliferação de doenças.

O Morro do Castello é uma verdadeira cidade encravada no coração do Districto Federal. Cerca de 5.000 almas ali habitam, passando de quando em quando pela terrível ameaça de ver a alavanca do progresso fazer profundas cavações com o poderoso auxílio da dynamite, para o completo arrasamento daquela montanha que encerra em si o facio mais histórico da cidade (...) Nunca os poderes constituídos federal e municipal se lembraram de qualquer melhoramento naquella pedaço desta cidade (...) O Morro do Castello é pois um reduto da pobreza. (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 60, grifo nosso)

O *Jornal do Brasil*, periódico carioca, anunciava, no início do século XX, a ameaça – simbolizada pelo advento da modernidade e sua aspiração por progresso – e o descaso, por parte das instâncias governamentais, em relação ao Morro do Castelo. Demolido por completo no ano de 1922, durante a gestão do prefeito Carlos Sampaio – a quem Oswaldo Porto Rocha (1995) atribui, juntamente a Pereira Passos, o título de “prefeito engenheiro”, devido a seus empreendimentos de embelezamento da capital⁶ –, o morro foi por muitos considerado uma afronta à higiene e à estética do centro urbano carioca – frequente preocupação no início da República brasileira. Dessa forma, “botado abaixo” com completo descaso em relação a seus moradores⁸, o coração da capital carioca foi arrancado para que essa pudesse, aos olhos dos governantes, dar continuidade a sua busca por uma modernidade inspirada no contexto europeu da época (ABREU, 1997)⁹. De acordo com Mansanera e Silva (2000, p. 117), no contexto nacional desse período, a incipiente industrialização – combinada com as novas feições das cidades e com as demais mudanças pelas quais o país passava, características da busca pela modernidade – conferia nova complexidade à

⁶ Ambos os governantes dedicaram sua mandatos às reformas urbanas na capital, sendo responsáveis pela demolição de morros, pela construção da Avenida Atlântica e da Avenida Central, alargamento da Rua da Carioca, início da construção do Teatro Municipal, para além de proibirem a livre circulação de animais nas ruas e de incentivarem medidas de saneamento locais (ROCHA, 1995)..

⁷ Termo frequentemente utilizado para se referir às alterações urbanas em prol da higiene na cidade do Rio de Janeiro, em especial na gestão de Pereira Passos.

⁸ Uma vez que não houve políticas de realojamento ou indenização dos habitantes do Castelo (NONATO; SANTOS, 2000).

⁹ Protagonizado pelas reformas urbanas de Georges-Eugène Haussmann, engenheiro e prefeito da cidade de Paris, o qual realizou diversas reformas urbanas em prol da higiene e embelezamento da cidade.

estrutura social nacional. Assim sendo, aos dirigentes republicanos interessava o desenvolvimento de um controle higiênico das cidades, bem como a preservação das forças de trabalho¹⁰ e de políticas demográfico-sanitárias que contemplassem as questões raciais, o que justifica eventuais alterações na malha urbana.

Buscando compreender as condições determinantes para o arrasamento do morro, considerado nocivo à história, ao patrimônio nacional e desfigurador da paisagem urbana (NONATO; SANTOS, 2000), faz-se necessário, no entanto, uma contextualização do cenário brasileiro que parte de três décadas antes de sua demolição.

A REPÚBLICA BRASILEIRA E A BUSCA PELA HIGIENE

Em 1889 ocorre, no Brasil, a Proclamação da República. A transição de um regime monárquico para um de caráter republicano implicou diversas mudanças no país – tanto nos planos políticos e administrativos, quanto territoriais. Enquanto os últimos momentos da Monarquia presenciaram a abolição da escravidão em seus moldes oficiais, os primeiros anos da República no Brasil assistiram ao surgimento do início das relações capitalistas no país, marcadas por alterações nos padrões de habitação e mão de obra, principalmente nos centros urbanos, além de revoltas, alterações na constituição, no voto e nos símbolos do governo, caracterizando a transição pela qual o país estava passando e adequando-o a seus novos moldes (CARVALHO, 2017; SCHWARCZ, 2015). Diversas das modificações pelas quais o país passou foram influenciadas por ideias vigentes no continente Europeu – pautadas na ciência e na razão –, modelo de modernidade e de civilidade tão almejado pelo Brasil. Juntamente com o advento da República na nação, surge a necessidade de adequá-la aos moldes de civilidade e progresso, pautados no Positivismo – que, de acordo com Eric Hobsbawm (1977, p. 265), apresentam-se como reflexo dos anos finais do século XIX e da exaltação da ciência como normatizadora da vida cotidiana –, incorporando novos padrões sociais e valores inexistentes até então (MACHADO, 2011) e conferindo à nação “a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e de civilização” (SCHWARCZ, 1993, p. 46).

Um Brasil moderno seria necessariamente um Brasil europeizado. Segundo Lília M. Schwarcz (1993, p.19), esse foi um “momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista” na nação brasileira, em que a adoção de doutrinas intelectuais e sua aplicação à realidade nacional se reserva à mera repetição de modelos estrangeiros. Apesar das tentativas de adequação da nação aos moldes europeus de civilidade, um dos impedimentos para a inserção do Brasil na modernidade era sua precária condição de higiene e saneamento, resultando em diversos surtos epidêmicos, principalmente nos centros urbanos, que afastavam os navios e viajantes europeus. Mesmo com um considerável crescimento econômico nas primeiras décadas da República, esse foi um período delicado em se tratando da questão sanitária no Brasil.

Os setores governamentais enfrentavam a necessidade de criar políticas de gestão para os surtos de moléstias que acometiam a cidade, em especial as regiões mais pobres, “onde há falta de tudo, principalmente higiene e cujos moradores são completamente desprovidos dos meios necessários ao combate a uma epidemia” (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 295, v. 03, n.p.). Seu silêncio em relação ao estabelecimento de medidas sanitárias era rapidamente comentado nos jornais, os quais, ao relatarem que “a Saúde Pública ainda não assentou nenhuma providência tendente a impedir a propagação da terrível doença. Entretanto, é bom de ver o perigo que a ameaça a população” (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 295, v. 03, n.p.)¹¹, cobravam ações do governo acerca da situação de insalubridade.

¹⁰ A higiene da cidade era compreendida como fator essencial para a manutenção e progresso das relações capitalistas, uma vez que, como resultado de sua promoção, prezava-se pela saúde dos trabalhadores das fábricas.

¹¹ Os trechos aqui mencionados foram retirados de um artigo publicado no ano de 1920 no Jornal do Brasil, o qual mencionava

Consolida-se, então, no Brasil, como resposta ao panorama apresentado, o *pensamento higienista*, que associa doença e moral e concebe a educação higiênica e sanitária dos indivíduos como ferramenta para o controle das epidemias, visando à manutenção da ordem, base da nova organização social (SIAL, 2005). De acordo com Vanessa Sial (2005, p. 21), uma das características marcantes das políticas higienistas e de iniciativas legitimadas por essas é a sobreposição de seus interesses em detrimento dos interesses particulares dos indivíduos, não importando possíveis consequências que tais iniciativas possam provocar no modo de vida das camadas mais populares.

Nesse sentido, são diversos os trechos publicados nos quais se comenta “a obsessão do Prefeito Carlos Sampaio” com o arrasamento do Morro do Castelo, acusando-o de conceder a licença da demolição à Adamczyk & C. por motivações exclusivamente econômicas de benefício ao governo¹² e não à população como um todo. Como mencionado anteriormente, Carlos Sampaio era reconhecido por “apresentar inúmeras características moraes perfeitamente semelhantes aos do grande prefeito Pereira Passos”, uma vez que compartilhava com esse “visão larga e brilhante ao gerir os negócios administrativos da grande metrópole brasileira” (JORNAL DO BRASIL, 1922, ed. 132, n.p.). Podem ser encontradas no periódico analisado publicações da população que contestam a derrubada do morro utilizando de argumentos patrimoniais (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 313, n.p.) e econômicos (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 249, n.p.). Uma vez que a iniciativa se dirigia a um marco histórico nacional e local, não apresentava intenção de indenização ou realocação de seus moradores (NONATO, SANTOS, 2000) e, ainda, aos olhos dos autores das publicações, não era compensatória no âmbito econômico – sendo seus gastos maiores dos que os possíveis benefícios. Mencionadas colocações foram desconsideradas pelos governantes, confirmando a característica apontada como concernente à derrubada do Morro do Castelo. Corroborando o que já foi apresentado, Regina Zanella Penteado sustenta que o higienismo atuou nos centros urbanos, em especial na capital carioca, como uma ferramenta legitimadora dos empreendimentos governamentais e das ações contrárias aos interesses dos grupos minoritários (PENTEADO, 2005, p.12).

Faz-se, nas próprias publicações do *Jornal do Brasil*, a associação entre insalubridade e imoralidade, as quais se apresentam como reflexo da consolidação das representações sociais por meio do discurso – uma vez que essa era a imagem do Morro reforçada pelas elites e pelo discurso científico.

É periódico o aparecimento de grandes projectos com relação ao morro do Castello, mas, por isto mesmo, não se cuida do que é urgente e indiscutivelmente devido aos contribuintes que alli tem residência. Queremos nos referir, por hoje, à via pública que pela rua Azevedo Lima vae ao cumo da montanha. O Sr. Dr. Carlos Sampaio, tão bem-intencionado e que vem dando provas de uma ponderada actividade, não deve demorar em fazer uma visita à moribunda escadinha que dá acesso à essa via-crucis. *Alli não falta nada em matéria de immundice, de inesthética, de insegurança e de imoralidade*, do que caracteriza o “bairro dos cachorros” em Stamboul. E.S. Ex: lá não vá sem se precaver de uma dose de philosophia e de um bom desinfetante. (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 211, v. 02, n.p. grifo nosso)

Em um projeto de normalização e controle do corpo social (NUNES, 1991), a Medicina Social é utilizada como legitimadora do discurso higienista, idealizadora das transformações nas cidades – entendendo-as como corpos sociais e atuando sobre a organização espacial e hábitos da população, intervindo no espaço urbano e prima uma erupção de um surto de varíola no Morro do Castelo, em relação ao qual o governo não havia tomado providências até o momento.

¹² No ano de 1922 o Brasil receberia – e recebeu – diversos líderes e representantes de nações aliadas para a comemoração do Centenário da Independência. No local onde se encontrava o Morro do Castelo, foi construído um pavilhão destinado a uma mostra científica – evidenciando a motivação de Carlos Sampaio em apresentar o país de acordo com os moldes modernos.

vado (MACHADO, 2011). Ferramenta para preservar as relações capitalistas¹³, essa concepção da prática médica atua de maneira preventiva no controle do corpo¹⁴, garantindo as forças de produção e organizando a sociedade. Justificadas como um projeto de intervenção visando à organização das cidades e dos indivíduos, foram realizadas diversas intervenções nos centros urbanos, principalmente nos ambientes considerados foco de doenças pelos higienistas, como os morros. No ano de 1920 (ed. 294, v. 01, n.p), foi publicado no Jornal do Brasil um artigo com o título “A Saúde e a Cidade”, no qual se alega que, no período de uma semana, a cidade do Rio de Janeiro registrou 149 óbitos devido às “moléstias transmissíveis”. No mesmo ano é também publicado um artigo anônimo, anunciando à população um surto de varíola nos redutos do Morro do Castelo, em relação ao qual o departamento de Saúde Pública não havia tomado providências:

Agora está sendo commntada a erupção desta última moléstia no morro do Castello, já eo tendo mesmo registado alguns casos. (...) Estamos informados também que sobre esse facto a Saúde Pública ainda não assentou nenhuma providência tendente a impedir a propagação da terrível doença. Entretanto, é bom de ver o perigo que a ameaça a população. *Naquella localidade, onde há falta de tudo, principalmente hygiene e cujos moradores são completamente desprovidos dos meios necessários ao combate a uma epidemia*, a varíola poderá tomar rápido incremento (...). (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 295, v. 03, n.p, grifo nosso)

A dificuldade em conter o avanço das doenças na capital, diretamente proporcional aos conhecimentos incipientes no que tange o campo da microbiologia, legitima a intervenção médica nas mais diversas esferas da vida cotidiana. O caráter normalizador da medicina acima destrinchado se manifesta no discurso presente nas falas apreendidas pelo periódico estudado no que tange à demanda por orientações acerca da conduta para com os doentes e, logo, para com os redutos de proliferação de doenças – tal qual se percebia o Morro do Castelo. Se toda a capital se encontrava sujeita às reestruturações em prol das políticas sanitárias, os redutos socialmente mais frágeis eram os primeiros a passar pelo “pente-fino” higiênico do governo – caracterizando-se como os ambientes que mais sofreram com a tentativa de limpeza e embelezamento dos centros urbanos.

Cercados por pântanos, os morros já eram ambientes naturalmente associados – pela teoria dos miasmas¹⁵, muito influente no higienismo brasileiro – à propagação de doenças, uma vez que eram responsabilizados pela suposta precariedade na circulação de ar na cidade do Rio de Janeiro. Juntamente à aglomeração de moradias coletivas, esse argumento embasava discursos que defendiam suas derrubadas, corroborados essencialmente pelos saberes médicos da época. Os intelectuais proferiram discursos inundados de termos relacionados à educação e à higiene, nos quais a disciplinarização dos ambientes por meio das práticas “higiênico-eugenistas”¹⁶, era fator crucial (JANZ JR, 2011, p. 109). O discurso médico se dirigia às mais diversas esferas da sociedade, visando, em nome do governo, normalizar as condutas – fazendo-se presente nos mais diversos veículos de comunicação e difundindo seus debates.

¹³ Visto que objetivava também manter a saúde dos trabalhadores.

¹⁴ Referindo-se às mais variadas esferas do cotidiano, desde a autonomia em relação ao próprio corpo - como foi a Revolta da Vacina, em decorrência da vacinação obrigatória (SEVCENKO, 1993) - até a condenação de habitações coletivas, da qual resulta a demolição do Morro do Castelo.

¹⁵ Teoria médica antiga que associa o contágio de doenças às impurezas presentes no ar, proveniente de ambientes como lixões ou até mesmo pântanos, defendendo a “necessidade em criar condições ambientais que favorecessem a circulação dos fluidos, a formação de personalidades sadias e de uma nação próspera e civilizada”. (RAGO, 1985, p.168). Termo usado para designar todas as emanações nocivas que corrompem o ar e atacam o corpo humano (SIAL, 2005, p. 20).

¹⁶ O “problema nacional” continuava a existir, porém podia não ser exclusivamente causado por fatores étnicos ou raciais. A questão talvez fosse higiênica e social (SCHWARCZ, 1993, p.168).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base as escolhas teórico-metodológicas apresentadas anteriormente, foi possível perceber a constante presença de temas relacionados à higiene pública e à emergência de enfermidades nas publicações do *Jornal do Brasil*. Em artigos que relatam a insalubridade das ruas, medidas são cobradas do governo – entidade a qual se refere com indignação pelo descaso com a população. Foi possível também perceber a associação entre *insalubridade* e *imoralidade* nas publicações, a qual se entende como reflexo da apropriação do discurso proferido pelas classes mais abastadas. Como mencionado anteriormente, o discurso não raramente é utilizado como ferramenta de poder e, quando recorrentemente proferido por membros detentores de prestígio social ou/e intelectual, tem a capacidade de consolidar ideias e atribuir a essas caráter de verdade.

Os argumentos oficiais utilizados para justificar a necessidade da derrubada do Castelo foram encontrados de duas formas: em um primeiro momento, foram evidenciados em publicações que se dedicavam a questioná-los e, para isso, precisavam repeti-los. Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível perceber a incorporação desses argumentos pelo discurso popular, que emprega termos dos discursos médico-científicos da época – como “imundice”, “imoralidade”, “insalubridade” e “higiene” – para comprovar a necessidade de intervenção governamental no Morro. Encontra-se, de fato, nas publicações selecionadas, demandas por planos de ação do governo voltados às regiões mais simples da cidade, que mais sofriam com a proliferação de moléstias. São realizadas solicitações em nome dos moradores do morro para que esse passe a ser foco das reformas sanitárias. Porém, quando a atenção do governo se volta ao Morro do Castelo, as críticas não cessam: os planos de demolição do Castelo não agradam seus moradores, visto que apresentavam benefícios unicamente ao governo em detrimento da população – mais uma característica das políticas higienistas. Para além disso, os comentários publicados no jornal acerca do Morro do Castelo tecem pedidos de melhoria das condições de higiene do reduto e nunca de sua demolição.

Conclui-se, com base nos periódicos analisados, que as políticas higienistas tiveram extrema influência nos argumentos oficiais utilizados para defender e efetivar a demolição do Morro do Castelo – desde a demanda popular por planos de ação higiênicos no reduto, bem como no modo como a demolição foi realizada, em completo descaso com os moradores da região. Esses argumentos chegaram a ser incorporados pelo discurso popular, uma vez que, ao serem proferidos por membros de classes de poder, possuíam legitimidade em seu conteúdo. Tanto na leitura das bibliografias selecionadas quanto nos dados obtidos como resultado da pesquisa com periódicos, é possível verificar a interdependência entre a medicina e o meio social – visto que o profissional da classe médica modifica direta e indiretamente a sociedade por meio de sua atuação e de seu discurso. Pode-se perceber que a preocupação com a insalubridade da cidade se mostrava presente na linguagem médica e na formação do cidadão brasileiro, que tinha sua conduta, no que tange à saúde e à higiene, normatizada pelas falas propagadas pela classe médica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rio Prefeitura 1997.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1904.

AZEVEDO, André Nunes de. **A reforma urbana de Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora**. Rio de Janeiro: Revista Tempos Modernos, 2003. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12480>. Acesso em: 03 set. 2020.

BARBOSA, Vanessa Maria. O bota-abixo de Pereira Passos: a tentativa de promover uma nova ética urbana no Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, 2010. Disponível em http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e05_a9.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

BARROS, José d'Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, José d'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **Revista de História da UFOP**, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/10911063/Hist%C3%B3ria_Social_seus_significados_e_seus_caminhos. Acesso em: 03 set. 2020.

BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos**: um Haussman tropical. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1990. Disponível em <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/945>. Acesso em: 03 set. 2020.

BERTUCCI, Liane. Legislar para educar e transformar: higiene e salubridade no Paraná, final dos anos 1910. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DE LA EDUCACIÓN LATINO-AMERICANA, 8., 2007, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires, 2007. Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/504.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

BERTUCCI, Liane. **Saúde no Brasil do início do século XX**: tradição, saber científico, reeducação popular. Granada, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/413779839/Saude-No-Brasil-Do-Inicio-Do-Seculo-XX>. Acesso em 03. set 2020.

BOVKALOVSKI, Etiane Caloy. Políticas Públicas, Medicina e Lepa na Primeira República Brasileira (1889-1930). **Revista História**, Belo Horizonte, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5801>. Acesso em: 03 set. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas – o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHARTIER, R. **O Mundo como Representação**. Brasil: Estudos Avançados, 1991.

CORBIN, Alain (org). **História do Corpo**: as mutações do olhar - o século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. v. 3.

COSTA, Otávio; **Memória e Paisagem**: em busca do simbólico dos lugares. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. 7 f.

DUBY, Georges. “Les Sociétés médiévales. Une approche d'ensemble”. *Annales, E.S.C.*, p.1-13, jan./fev. 1971.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** – Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GALVÃO, Márcio Antônio Moreira. **Origens das políticas de Saúde Pública no Brasil**: do Brasil Colônia a 1930. Minas Gerais. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/origem_politicas_saude_publica_brasil.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Tradução de Luciano Costa Neto. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1977.

JANZ JR, Dones Cláudio. O valor da eugenia: eugenia e higienismo no discurso médico curitibano no início do século XX. **Cordis. História, Corpo e Saúde**, n. 7, p. 87-120, jul./dez. 2011. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/10380>. Acesso em: 03 set. 2020.

LACAPRA, Dominick. **Rethinking Intellectual History**: texts, context, language. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

LACAPRA, Dominick. Retórica e História. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, 190p.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; NETTO, Carlos Xavier de Azevedo; LOUREIRO, José Mauro Matheus; CASCARDO, Ana Beatriz Soares. Objeto, Tempo e Memória: reflexões a partir de uma luneta. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVI ENANCIB), 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2781/1245>. Acesso em: 03 set. 2020.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Gisele. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas conseqüências espaciais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308340710_ARQUIVO_GiseleCardosodeAlmeidaMachado-ANPUH.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

MACHADO, Rosani Ramos. Políticas de Saúde no Brasil: um pouco da História. **Rev. Saúde Pública**, 2012. Disponível em: <http://revista.saude.sc.gov.br/index.php/inicio/article/view/145>. Acesso em: 03 set. 2020.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 115-137, 2000.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e Vizinhaça: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 3.

MENEGHEL, Stela. Medicina Social - um instrumento para denúncia. **Cadernos IHU**, 2004. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/015cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain (org.). **História do corpo**: as mutações do olhar – o século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. v. 3.

NONATO, José Antônio; SANTOS, Núbia Melhem. **Era uma Vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

NUNES, E. D. Trayectoria de la medicina social en América Latina: elementos para su configuración. In: FRANCO, S. *et al.* **Debates en Medicina Social**. Washington, D. C.: OPS, 1991.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PAIVA, José Ferreira de. Trajetória Histórica do Jornal do Brasil. **Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Midiáticas Intermídia**, Maceió, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <https://ichca.ufal.br/grupopesquisa/intermidia/joseferreira.htm>. Acesso em: 03 set. 2020.

PENTEADO, Regina. Zanella.; CHUN, Regina Yu Shon; SILVA, Reginalice Cera da. Do higienismo às ações promotoras de saúde: a trajetória em saúde vocal. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 17, n.1, p. 9-17, 2005. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/11677>. Acesso em: 03 set. 2020.

POLIGNANO, Marcus Vinícius. **História das políticas de saúde no Brasil**: uma pequena revisão. 2008. Disponível em <http://medicinadeemergencia.org/wp-content/uploads/2015/04/historia-das-politicas-de-saude-no-brasil-16-030112-SES-MT.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

RIGONATO, Valney. Por uma Geograficidade do Imaginário Social da Cidade. **Revista Produção Acadêmica**, Palmas, 2016. Disponível em <https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2959>. Acesso em: 03 set. 2020.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro (1870-1920). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

SCHWARCZ, Lília. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília. **Brasil, uma biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2015

SCLIAR, Moacyr. **Do mágico ao social**: a trajetória da saúde pública. Porto Alegre: L&PM, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das Igrejas ao Cemitério**: políticas públicas sobre a morte no Recife no século XIX. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVA, Marcelo. **O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX**: uma análise do processo de segregação social. Macapá, 2018.

SOUZA, Danilo Rodrigues; CABRAL FILHO, Severino. **O Periódico como Fonte na Pesquisa Histórica**: trabalho e trabalhadores no jornal “Diário da Borborema”. Natal: ANPUH, 2013.

FONTES

JORNAL DO BRASIL. Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_03&pasta=ano%20191&pesq=morro%20do%20castelo. Acesso em: 15 mai. 2019.



A QUESTÃO AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE LUTA PELA TERRA: UM ESTUDO NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS

Fabiano Greter Moreira¹

Resumo: Para a construção desta pesquisa, buscou-se descrever os movimentos socioterritoriais² e as organizações sindicais e sociais presentes nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS, que permitiram ou contribuíram na conquista pela terra, bem como as influências da centralidade agrária sob a criação dos assentamentos do município. Além dos movimentos e organizações de luta pela terra, foram apontados elementos dos processos de configuração da questão agrária no Brasil, Estado de Mato Grosso do Sul e no município de Nova Andradina. O processo metodológico pautou-se em uma pesquisa qualitativa e com aporte de entrevistas semiestruturadas, aplicadas junto aos assentados do município. Com os relatos dos participantes, foi possível compreender as ações exercidas pelos movimentos socioterritoriais e organizações sociais na criação dos assentamentos de Nova Andradina.

Palavras-chave: centralidade, CPT, MST, posse.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca apresentar a questão agrária no município de Nova Andradina, em seu contexto estadual/nacional, juntamente com a análise dos movimentos socioterritoriais, organizações sociais e sindicais presentes nos assentamentos do município, como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS) filiada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vinculada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (CUT/MS).

A questão política no campo, para Martins (1982, p. 18), é principalmente a questão da propriedade da terra. O autor considera a posse da terra “como um problema de resistência à expansão do capital” e que a luta pela terra visa “a restauração da autonomia do camponês à sua independência” social e produtiva. Por isso, movimentos sociais que lutam pela reforma agrária são entraves à reprodução capitalista na agricultura, provocando confrontos e enfrentamentos em várias regiões do estado brasileiro.

A pesquisa tem por objetivo compreender e entender as atuações dos movimentos e organizações de luta pela terra, desde os momentos de enfrentamento e acampamento dos assentados, a desapropriação e o funcionamento dos projetos de assentamentos do município de Nova Andradina/MS. Levantar as ações atuais dos movimentos e

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS/CPNA, Nova Andradina, MS, Brasil. E-mail: fabiano.greter@ufms.br.

² Para Fernandes (2012, p. 31) “os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território”.

organizações, segundo as experiências vividas pelos assentados, e, sobretudo, a questão agrária presente no âmbito municipal, estadual e nacional.

METODOLOGIA

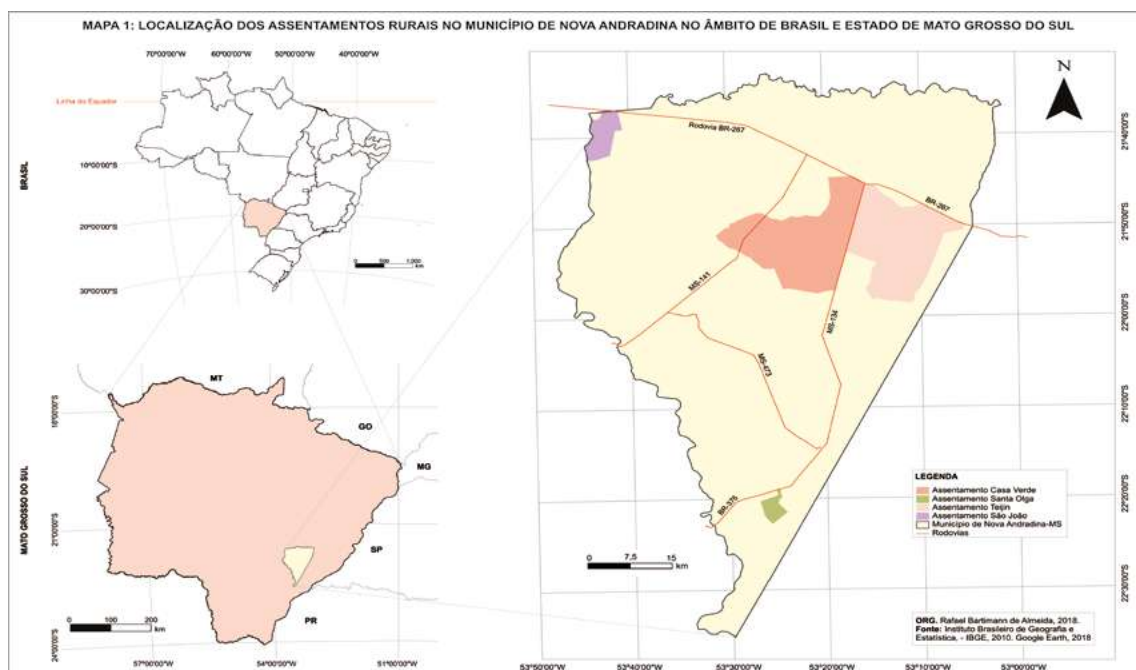
O percurso metodológico adotado para a realização desse trabalho foi a pesquisa qualitativa, partir da necessidade de conhecer através de observação, reflexão e análise da realidade do fenômeno social, para compreendê-lo nos processos contextuais, segundo Triviños (1987). Estas percepções e a realidade do fenômeno social são pontos fundamentais para contextualizar as relações de poder e de territorialização dos assentados e os assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS. Minayo (2002) descreve o trabalho de campo como um recorte baseado na construção teórica de uma determinada fração de momento, realizada por meio de entrevistas, observações, levantamentos de material documental e bibliográfico, que buscam aspirar às experiências e vivências dos fenômenos nos participantes da pesquisa.

A coleta de informações no estudo de campo foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas junto aos participantes pré-estabelecidos na pesquisa. Optou-se por entrevistas semiestruturadas no trabalho, seguindo, percursos metodológicos descritos por Poupart *et al.* (2014, p. 212), que trata a entrevista como de ordem ética e política, porque abre “possibilidades de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais”, na pesquisa qualitativa junto aos assentados dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS.

O município de Nova Andradina possui quatro Projetos de Assentamentos (PAs), de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2018), sendo estabelecidos da seguinte forma: Projeto de Assentamento Casa Verde localiza-se na Rodovia MS-134, que liga Nova Andradina ao Distrito de Nova Casa Verde, que segundo o INCRA (2018), possui 460 famílias assentadas; Projeto de Assentamento Santa Olga localiza-se na Rodovia MS-276, Km 167 que liga Nova Andradina à cidade de Ivinhema e foi o último assentamento a ser criado no município, que segundo o INCRA (2018), possui 168 famílias assentadas; Projeto de Assentamento Teijin localiza-se na Rodovia MS-134, que liga Nova Andradina ao Distrito de Nova Casa Verde ou a Rodovia BR-267, que segundo o INCRA (2018), possui 1.056 famílias assentadas e; Projeto de Assentamento São João situa-se na antiga Fazenda São João, localizada no município de Nova Andradina, Rodovia BR-267 km 172 + 100 m, que liga o Distrito de Nova Casa Verde a Nova Alvorada do Sul, que segundo o INCRA (2018), possui 172 famílias assentadas.

Foram realizadas 19 entrevistas, divididas em: 4 (quatro) no PA São João, 5 (cinco) no PA Casa Verde, 5 (cinco) no PA Teijin e 5 (cinco) no PA Santa Olga. O recorte temporal da pesquisa foi realizado no período de outubro de 2017 a janeiro de 2018. As entrevistas foram gravadas com gravador de áudio e transcritas para posterior aprovação dos participantes, seguindo orientações de Meihy e Ribeiro (2011). Para tanto, padronizamos a identificação dos participantes, da seguinte maneira: Assentamento Teijin (TJ1, TJ2, TJ3, TJ4, TJ5); Assentamento Casa Verde (CV1, CV2, CV3, CV4, CV5); Assentamento São João (SJ1, SJ2, SJ3, SJ4) e; Assentamento Santa Olga (SO1, SO2, SO3, SO4, SO5). Os demais participantes da pesquisa foram identificados com apenas as letras iniciais de seus nomes. A seguir, o Mapa 1 descreve a área geográfica dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina, no âmbito nacional, estadual e municipal.

Mapa 1: Localização dos assentamentos rurais do município de Nova Andradina nos âmbitos de Brasil e Estado de Mato Grosso do Sul.



Fonte: Adaptado a partir de dados do IBGE (2018).

A QUESTÃO AGRÁRIA E SUA MANIFESTAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

O debate sobre a questão agrária e os Projetos de Assentamentos Rurais no Brasil nos remete a refletir que, antes do assentamento no lote, os nossos participantes da pesquisa foram acampados, viveram às margens de estradas/rodovias, na esperança de serem contemplados com um pedaço de terra, e, por isso, trazemos uma frase de Oliveira (1990, p. 18), relatando que “os acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto”, combinando a força do trabalho familiar, a produção para o autoconsumo com a troca de mercadorias ou compra e venda de produtos para consumo/insumos. Esta reconquista da terra, por meio de lutas pelos movimentos dos trabalhadores rurais, tem a terra como espaço para produção e o exercício das relações de trabalho, sob o controle dos próprios trabalhadores, agora, assentados em posse de seus lotes.

Estes processos de configuração agrária no Brasil possuem centralidades políticas entre os proprietários de terra, por meio de políticas públicas mais alinhadas às grandes propriedades, transformando a luta pela terra o fator central para a compreensão da questão agrária no país, e ainda, a não realização da reforma agrária passa a existir ocupações e intensificam a luta pelos sem-terra, forçando aos governantes a realização de políticas de assentamentos rurais nas regiões de conflitualidades (FERNANDES, 2000), conduzindo a novos processos de luta pela posse de terra no campo brasileiro.

Pode-se compreender o cenário agrário não apenas sob o olhar da produção de mercadorias, mas contemplá-lo por aspectos além da categoria econômica, que, para Paulino (2006, p. 98-99), a abordagem da “questão agrária não está circunscrita apenas à produção agrícola”, mas em todas as relações sociais, culturais e políticas da unidade produtiva. Esta lógica é definida não apenas pelos aspectos econômicos, mas por meio de “seus traços

gerais, no que tange às relações sociais envolvidas na reprodução da família”, que possuem necessidades e critérios próprios da atividade camponesa.

Fernandes (2012, p. 13) descreve que a “reforma agrária também pode ser compreendida como resultado de um conjunto de políticas dos movimentos socioterritoriais e do Estado”, seja na esfera de governos federais, estaduais ou municipais, e ainda:

A reforma agrária é uma política pública que representa tanto o processo de desconcentração fundiária quanto o desenvolvimento das áreas reformadas no conjunto de seu entorno, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. Em síntese, a reforma agrária é uma política de desenvolvimento territorial. E neste sentido é também uma política de disputas por território e modelo de desenvolvimento não capitalista. Não haverá desconcentração fundiária enquanto os governos acreditarem que o agronegócio é o modelo do país (FERNANDES, 2012, p. 14).

Dentre as compreensões da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ressalta que:

A Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os Latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral (MST, 2014).

Essa nova configuração territorial, com a implantação dos Projetos de Assentamentos Rurais no Brasil, é uma transformação social e política lenta, e que o alento nas políticas públicas de distribuição de terras no país caminha a passos brandos, e, por isso, é necessário às lutas pela reforma agrária para sua realização, manifestadas pelos trabalhadores rurais sem terra em seus movimentos e organizações sindicais e sociais, em busca da conquista e posse da terra:

A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de “assentamentos rurais” (FERNANDES, 2000, p. 279).

As manifestações desencadeiam novas formas de expressar a não aprovação ou a reivindicação do que de direito ou pertencimento deveria ser realizado para o atendimento a determinada camada da população. Vários são os movimentos sociais que lutam para que não apenas sejam ouvidos, mas que seu espaço na sociedade seja respeitado, como, por exemplo, os movimentos sociais de construção do campo brasileiro, com o objetivo de fazer valer o que chamamos de reforma agrária. Para Sader (1988, p. 199), esta “nova configuração das classes populares no cenário público” se torna um “fenômeno”, “manifestado como modalidade particular das experiências vividas pelos trabalhadores”, como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Comissão Pastoral da Terra, presentes em nossa pesquisa.

Os movimentos sociais ocorrem como forma de processo de mudança em sociedades desorganizadas por meio de grupo de pessoas que fogem da ordem vigente dominante. Gohn (1997, p. 171) refere-se aos movimentos sociais como sendo “processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social”, provocando rupturas na “ordem” dominante, “quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta”. Estes processos coletivos buscam propósitos comuns às pessoas envolvidas, ligadas aos meios de sobrevivência e às condições básicas elementares da vida, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, gerado pela exclusão e desigualdade social, provocada, em sua grande parte, pelo processo de expansão capitalista de produção no campo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): SUA ORGANIZAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

A atuação do MST, no Estado de Mato de Grosso do Sul, está presente em várias regiões, porém, o município de Nova Andradina é ausente na maioria das discussões acadêmicas deste movimento. Fernandes (2000), em sua obra “a formação do MST no Brasil”, nos revela que, na década de 1970, era comum no Estado a prática da exploração da força de trabalho camponesa para formar as grandes propriedades (pastagens, cercamento, etc) dos latifundiários-grileiros.

Nos assentamentos rurais, as famílias se organizam em núcleos para discutir as necessidades de cada área ocupada, lembrando que cada núcleo possui seus coordenadores, formado por homens e mulheres. São realizadas assembleias locais, onde todos os assentados/acampados que são ligados ao movimento têm direito ao voto. Além das assembleias locais, o movimento organiza eventos nacionais, como congressos e encontros, para discutir os planos atuais e futuros da vida camponesa, pois, além desses eventos, as famílias assentadas podem se organizar por setores e encaminhar suas necessidades locais de permanência na terra.

Para Fernandes (1999, p. 8), o principal papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua fundação, é o processo na forma de luta, configurada na ocupação e posse da terra. “O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra”, fundado na resistência, por meio da recriação daquele território. Esta territorialização permite recriar um novo território, por meio das ocupações, determinada e estabelecida no espaço, como uma divergência entre latifúndio e assentamento. Para os sem-terra a ocupação, é idealizada “como espaço de luta e resistência”, representa o tão esperado pedaço de terra, construído por meio do enfrentamento diário com os grandes proprietários de terra e o Estado.

Fundamentando-se ainda mais em nossa pesquisa, verificamos o papel do MST nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina, que está presente com maior evidência em apenas um Assentamento, o “Teijin”. Com a denominação inicial de “Acampamento 17 de Abril” (nome recebido em homenagem ao massacre dos dezenove sem terras, ocorrido no dia 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Estado do Pará, resultante de ação policial), iniciou suas lutas no município de Novo Horizonte do Sul (Fazenda Angical).

Os Assentamentos Santa Olga, Casa Verde e São João não foram organizados pelo MST, mas o movimento esteve presente em manifestações realizadas pelos trabalhadores rurais sem terra, dos Assentamentos São João e Santa Olga, que ocorreu na rodovia BR-267, no ano de 2003 (segundo os assentados SJ1 e SO1), onde os acampados participaram de uma mobilização, com o objetivo de acelerar as autoridades nas desapropriações e assistência aos assentados.

O MST possui estrutura organizativa nos acampamentos, que são distribuídas em setores, como: alimentação, saúde, segurança, educação, entre outros setores, dirigidos por seus coordenadores e vice coordenadores locais, que, por meio destes regimentos, buscava-se manter em ordem os acampados e suas famílias, segundo o assentado TJ2. O assentado, que ainda possui o vínculo com o MST, relatou a importância e os desafios do acampamento:

Valorizamos o movimento, pois, foi **“por meio dele que nós lutamos e conseguimos o lote”**. Agora tem muita gente que depois que pegou o lote, virou as costas, e não quis mais saber do movimento, porque acha que o movimento castigou o povo. O movimento não poderia **deixar o povo sem liderança e normas**, “sem limites”, isso fez com que muitos acampados desistissem e abandonassem o movimento, em virtude de cumprir as metas estabelecidas para a organização do acampamento. Estas metas eram divididas no acampamento como os trabalhos voluntários, fazer rondas, cuidar do barracão de alimentação, participar nas mobilizações, manter o acampamento limpo, etc. Além dos trabalhos, aos finais de semana tinham os bailinhos, culto evangélico, missa, enfim, o acampamento era bem programado (assentado TJ2, entrevista realizada dia 11/10/2017 – Assentamento Teijin – grifo nosso).

O MST participou da divisão dos lotes no Assentamento Teijin, por meio de elaboração junto aos responsáveis do INCRA, do tamanho dos lotes e sua localização, ficando separados do corte de lotes dos assentados da FETAGRI. O movimento “desenhou um mapa” e apresentou para o INCRA e foi autorizado o corte de lotes com média de 24 ha (de acordo com o tempo que ficou acampado – segundo o assentado TJ2), média maior que comparado aos assentados da FETAGRI, que são aproximadamente 14 ha. Segundo o assentado, a área dos lotes de assentados do MST foi dividida em comunidades, em torno de dez, divididas com 50 e 60 lotes por comunidade. Essas comunidades são formadas por três acampamentos: o “Acampamento 17 de Abril”, o “Acampamento Chico Mendes” e o “Acampamento 20 de Janeiro”, que formaram um só acampamento o “17 de Abril”, instalados no Assentamento Teijin.

Toda esta organização de luta pela posse de terra, coordenada pelo MST, nos faz refletir sobre as palavras de Fernandes (1999), que o espaço de luta e resistência dos assentamentos rurais no país, sobretudo em Nova Andradina, é um enfrentamento diário com a estrutura fundiária brasileira. Talvez, nem todos os territórios de desapropriação sejam os mesmos. Suas lutas podem ocorrer de formas distintas. O cumprimento do Estado pode ser mais presente, envolvidos sejam mais instruídos, porém, a perseverança em esperar e lutar incessantemente “faz dos assentados ligados ao MST no município de Nova Andradina”, pessoas mais “esclarecidas junto às políticas públicas de reforma agrária”.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (FETAGRI/MS): SINDICALISMO X POSSE DE TERRA

O sindicalismo rural, representado pela FETAGRI, se dá a partir do momento que o assentado se filia à entidade sindical, atribuindo sua participação e coordenação no assentamento, diferente do MST, que, para o movimento, a organização do assentamento ocorre quando o mesmo está presente nos núcleos de produção, nas cooperativas e nas associações dos assentados. Almeida (2003) relata que esta atribuição não se aplica a FETAGRI, que exerce apenas um papel de inclusão e não de ordem nos conflitos. Os assentamentos rurais, que foram conquistados pelo MST, por exemplo, e, que perderam sua organicidade de grupos de base e núcleos de produção, passaram a ser coordenados pela FETAGRI, no entanto, a entidade ao contrário das demais organizações e movimentos, em seu processo de coordenação pode se referir ao todo ou a grupos particulares, de acordo com a representatividade

junto ao sindicato de seu município. No município estudado, encontramos esta condição no Assentamento Teijin, que possuem filiados ao STRAFNA e assentados organizados pelo MST.

Como já evidenciado nos trabalhos de Almeida (2003), nossa pesquisa chegou ao viés das ligações entre STRAFNA e MST, que possuem propósitos e ações pouco similares. O STRAFNA possui um ponto de referência, que atende somente os trabalhadores e trabalhadoras rurais que são filiados. Possui um leque de serviços, desde assessoria jurídica, encaminhamentos médicos, previdenciários, odontológicos, entre outros benefícios. Em nossa pesquisa, podemos confirmar que os assentados dos Assentamentos Santa Olga e Casa Verde foram organizados exclusivamente pela FETAGRI/MS, enquanto o Teijin houve a participação também do MST (nas manifestações estavam sempre unidades, segundo os assentados).

De acordo com o ex-presidente do STRNA e atual assessor jurídico, Sr. A³. R., no período de desapropriação da Fazenda Teijin, haviam mais de 600 acampados ligados a FETAGRI, e no momento da divisão dos lotes, juntamente com o MST e a equipe do INCRA, buscaram escolher a área para a distribuição dos lotes, com o objetivo de “assentar uma quantidade maior de acampados”, por isso, os lotes se estabeleceram com menor dimensão territorial se comparados aos assentados ligados ao MST.

O Assentamento São João não houve participação da FETAGRI/MS em sua criação, apenas da CUT/MS, porém, existe assentados com registros no STRAFNA, de acordo com a secretária da entidade, a Sra. C. M. C. C. (entrevista realizada dia 05/01/2017), mas não participam financeiramente. Alguns desses registros se dão em função dos assentados morarem na sede urbana do município, porém, o sindicato não possui nenhuma ação de orientação e assistência aos assentados do Assentamento São João.

Dentre as representações referenciadas pela FETAGRI/MS nos assentamentos, ressaltamos as que os nossos participantes compreendem de apoio ou assistência aos assentados. No Assentamento Santa Olga, a maioria de nossos participantes se diz isolados do STRAFNA, sem nenhuma participação ativa na assistência aos assentados e seus lotes, porém, seguem filiados. O Assentamento Casa Verde possui filiados ao STRAFNA, entretanto, os assentados relataram que pequenas ações foram realizadas no assentamento, como, por exemplo, curso de inseminação artificial, mas, há décadas, não recebem nenhuma assistência técnica rural. No Assentamento Teijin, participaram juntamente com o MST pela luta na desapropriação da terra, porém, convivem divididos no assentamento, onde a FETAGRI/MS possuía mais filiados na criação, no entanto, são assistidos apenas na sede urbana do STRAFNA.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Andradina passou por uma reestruturação, onde a partir de junho de 2017, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Andradina/MS e no mesmo local o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados de Nova Andradina/MS, dividindo a organização sindical no atendimento de assentados e produtores camponeses, daqueles que exercem atividades remuneradas no campo (regime assalariado/empregado).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT): A POSSE DE TERRA AOS POBRES DO CAMPO

Um das organizações sociais que não estão associados a sindicatos e federações no âmbito de representações de categorias, mas desempenhando um papel de importância na preservação da vida e do meio ambiente, é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que nasceu na década de 1970, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na cidade de Goiânia. Ligada

³ Relato do Sr. A. R. realizado dia 20/08/2018 na sede do STRAFNA.

à Igreja Católica, foi criada com o objetivo de servir à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e dar suporte para sua organização, definindo a cada homem e mulher o seu protagonismo de sua própria história no meio rural (CPT, 2017).

Fernandes (2000) nos mostra que a CPT teve sua germinação nos anos 1960, com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Com objetivo de lutar pelas condições injustas e dos direitos dos trabalhadores rurais, as comunidades se tornaram espaço de socialização e organização popular. No ano de 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que trabalha juntamente com as paróquias das cidades e comunidades rurais, articuladas aos movimentos sociais no campo. Lutam juntamente com os trabalhadores sem terra no rompimento das cercas dos latifundiários-grileiros e das injustiças, formando um novo território camponês, seja pela conquista da terra ou pela reforma agrária.

No Estado de Mato Grosso do Sul, a CPT teve importante participação na criação das comissões municipais de sem-terra, realizada pelo MST, segundo Fabrini (2008). Um momento de atuação estratégica de luta da CPT ocorreu nos municípios de Naviraí e Ivinhema, nas Fazendas Jequitibá e Fazenda Santa Idalina, respectivamente. Após esgotar as vias legais, o Estado autorizou o despejo das famílias, causando tensão e conflitos nas referidas ocupações, que trouxeram decepção à comissão, que esteve presente nas lutas, sobretudo na repressão sofrida na propriedade do grupo Sociedade Melhoramentos de Colonização (SOMEÇO), na década de 80, no município de Ivinhema, localizado a 57 km de Nova Andradina.

A representação da CPT⁴, no município de Nova Andradina, está estabelecida no distrito de Nova Casa Verde, onde as ações estão direcionadas somente aos Assentamentos Teijin e Casa Verde, os Assentamentos Santa Olga e São João “não são assistidos pela comissão”. Dentre as ações realizadas, de acordo com a Irmã G. P. (entrevista realizada em 17/10/2017), se “destaca o acompanhamento religioso, os remédios medicinais produzidos a partir de plantas do cerrado” e, a ⁵Feira do Cerrado, que no ano de 2018 será realizada a terceira edição do evento. Este último possui participação de escolas municipais e estaduais, da Paróquia do distrito de Nova Casa Verde, da prefeitura municipal, de pesquisadores da UFGD, do MST, entre outros, que tem em seu objetivo principal de “promover a conservação, a restauração e o uso sustentável da biodiversidade do cerrado”.

Destacamos ainda que, no período de instalação dos assentados em seus lotes no Assentamento Casa verde, a CPT contribuiu principalmente na assistência de saúde e na luta pela implantação de escolas para os filhos dos camponeses. Os coordenadores da CPT, na época do assentamento, eram do município de Glória de Dourados/MS, que, nas palavras da esposa do assentado “aquela Irmã Olga enfrentava mesmo em defesa da luta pelos assentados”. Inclusive a esposa do assentado CV1 (entrevista realizada dia 09/10/2017) fazia parte da comissão da saúde no assentamento.

Em nossa pesquisa, foi possível visualizar as inúmeras congregações religiosas instaladas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina, dentre as quais a Igreja Católica é sempre presente. Nosso objetivo não é descrever a religiosidade de nossos participantes, porém, nos chamou a atenção a quantidade de igrejas estabelecidas nos assentamentos do município, em especial no Assentamento Teijin.

⁴ Entrevista realizada com a responsável pela CPT no município de Nova Andradina, a Irmã G. P. dia 17/10/2017.

⁵ II Feira do Cerrado em Nova Casa Verde. Disponível em: <http://cptms.org/site/top-posts/ii-feira-do-cerrado-em-nova-casa-verde/>. Acesso em: 17 out. 2017.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DE MATO GROSSO DO SUL (CUT/MS): A LUTA PELA REPRESENTAÇÃO

A Central Única dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul (CUT/MS) foi fundada no ano de 1986, na cidade de Campo Grande. No cenário de profundas transformações políticas, econômicas e culturais, protagonizadas essencialmente pelos movimentos sociais, surge o chamado “novo sindicalismo”, a partir da retomada do processo de mobilização da classe trabalhadora. Estas lutas, lideradas pelas direções sindicais contrárias ao sindicalismo oficial corporativo, há muito estagnado, deram origem à Central Única dos Trabalhadores, resultado da luta de décadas de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade pela criação de uma entidade única que os representasse (CUT/MS, 2017).

Almeida (2003, p. 152) afirma que a CUT/MS, é fruto de um processo de organização, “marcado pela necessidade de se formar o sindicalismo rural autêntico, um sindicalismo de base comprometido com a luta dos trabalhadores” no campo. Outro ponto que a autora revela é a relação entre a CUT/MS e a FETAGRI/MS, que possui divergências em suas representações nos municípios, mesmo entendido que a CONTAG está filiada a CUT nacional.

No entanto, em nossa pesquisa, procuramos contatar a CUT/MS, com o objetivo de levantar informações referentes ao período de acampamento, criação e luta dos assentados do Assentamento São João, que é o único assentamento do município de Nova Andradina, que foi liderado pela organização sindical. Os assentados eram filiados à entidade no período de luta pela desapropriação da Fazenda São João. De acordo com o Sr. G. D., presidente da CUT/MS (contato telefônico), não possui informações dos assentados e de suas lutas pela posse da terra referente ao Assentamento São João. Acreditamos que a ausência da entidade relatada por nossos participantes se dá pelo motivo de que os próprios assentados decidiram seguir suas vidas, de maneira autônoma.

Em nossa pesquisa, constatamos como se dão as relações entre as organizações sindicais, na atuação junto aos assentamentos do município e, podemos evidenciar que tanto o STRAFNA, como a CUT/MS possuem ações distintas, quando se trata dos assentamentos rurais. Existe uma lacuna entre suas atividades de luta no campo e, com isso, os assentados, no caso do Assentamento São João, ficam desorientados e desamparados em seus lotes, lhes restando apenas sua força de trabalho e a luta para permanecer em seu lote.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os lotes de assentamentos rurais no município possuem áreas territoriais distintas uma das outras em função de políticas de governo no ato da criação do projeto, da força do movimento socioterritorial (MST), das organizações sociais (CPT) e sindicais (FETAGRI/MS e CUT/MS) e do tamanho da propriedade desapropriada. No caso do Assentamento Casa Verde, os lotes próximos do acesso à água são menores, e quanto mais distantes deste recurso, os lotes passam a serem maiores. No Teijin, a distinção ocorreu com trabalhadores rurais sem terra de movimentos e organizações sindicais diferentes, onde os acampados do movimento organizado pelo MST receberam lotes maiores que os acampados da FETAGRI. Os Assentamentos Santa Olga e São João foram criados com projetos de áreas de terras individuais e coletivas, entretanto, a área individual se torna pequena e a coletiva não funciona. Com a ausência do Estado em dar uma resposta prática aos assentados, os mesmos ficam com as incertezas e promessas de solução, chegando ao ponto de a área ser individualizada pelos próprios assentados, como ocorreu no Santa Olga, que criou novas fontes de produção e renda nos lotes.

As lutas pela posse da terra foram organizadas pelo MST, FETAGRI/MS, CUT/MS e CPT/MS, que conduziram a conquista da terra nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS. Entretanto, após a entrega dos lotes, alguns de nossos participantes renunciaram o vínculo com suas organizações e seus movimentos. No Assentamento São João, os assentados desistiram da ligação com a CUT/MS, do mesmo modo que a organização sindical também não possuía informações sobre estes assentados. A FETAGRI/MS, por meio do STRAFNA, possui vínculo com alguns assentados do Santa Olga, Teijin, São João e Casa Verde, por meio de questões administrativas, sem ações diretas nos assentamentos, mediante filiação à organização sindical.

O MST possui lideranças no Assentamento Teijin, mas nossos participantes não evidenciaram ligação clara com o movimento, porém, reconhecem a luta do movimento na conquista da terra, pois sem a resistência do MST, não seria possível o acesso aos lotes. Já a CPT/MS atuou na criação do Assentamento Casa Verde, auxiliando nas ações de saúde e alimentação, e no momento, tem realizado ações religiosas e de apoio ao cultivo de frutos naturais do cerrado no Teijin e Casa Verde. A decisão de desvincular de seus movimentos e organizações sindicais é particular de cada assentado, mas não podemos negar a força destas ações na luta pela conquista da terra, caso contrário, não haveria reforma agrária no município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização**: O processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2003.

CPT, **Comissão Pastoral da Terra Nacional**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>. Acesso em: 03 mar. 2017.

CUT/MS, **Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.cut-ms.org.br/conteudo/1/historico>. Acesso em: 14 out. 2017.

FABRINI, João Edmilson. A Posse e Concentração de Terra no Sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul**: uma visão multidisciplinar. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 24-34, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FETAGRI/MS, **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.fetagrims.org.br>. Acesso em: 06 set. 2017.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no município de Nova Andradina – Mato Grosso do Sul**. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/nova-andradina/panorama>. Acesso em: 25 ago. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília/DF, 2006. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/. Acesso em: 03 fev. 2015.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Como é um assentamento**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/assentamentos_caracteristicas. Acesso em: 01 ago. 2017.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos**. Superintendência Regional Mato Grosso do Sul – SR 16. Todos os assentamentos, 2018. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MST, **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <http://mst.org.br>. Acesso em: 05 set. 2017.

MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Reforma Agrária**. 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/reforma-agraria/>. Acesso em: 25 mar. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.



MULHERES, BELEZA E CIVISMO NO JORNAL O NORTE

Ana Beatriz Araújo De Freitas

Resumo: O objetivo desse artigo é de analisar, a partir de textos diversos e propagandas, as representações sobre *mulher* no jornal *O Norte* nas décadas de 1940 e 1950. O periódico em análise era um dos mais importantes impressos na cidade de Parnaíba/PI no período estudado. Assim, nosso intento é de pensar como o jornal construiu imagens do que seria adequado ao “papel da mulher”.

Palavras-chave: Representações; Mulher; *O Norte*.

INTRODUÇÃO

Os jornais tomados como fonte histórica nos permitem não só reconstruir o passado, mas também entender um contexto onde o periódico, em grande medida, é agente ativo na história de uma cidade. Esse como um documento deve ser encarado como um vestígio que fala sobre a passagem de homens e mulheres pelo palco da história, e como tal, está passível de críticas, uma vez que longe de ser neutro e objetivo, ele é oriundo e expressão de grupos sociais/políticos que demarcam limites entre camadas sociais (QUEIROZ, 1994)¹.

Uma das formas de acompanhar a circulação do que havia de “mais novo”, de ideias, moda e produtos, expressões do ideário do que à época se considerava moderno, era a leitura de jornais. São eles que, ao proporem o “retrato” de uma época através de suas páginas de tom pastel e por vezes esquecidas, com suas imagens e notícias, demonstram intencionalidades que muitas vezes se escondem em representações naturalizadas, gerando práticas sociais, pois “a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.258). Mulheres, ou a representação do que era considerado feminino, ocuparam espaço nesse universo jornalístico.

*O Norte*² foi um dos maiores periódicos na cidade de Parnaíba³, tanto por suas dimensões e conteúdo, como também pelo fato de servir como um instrumento de articulação política, uma vez que estava envolto em disputas ideológicas de partidos. Por isso mesmo, não devemos esquecer que qualquer jornal vende “uma mercadoria muito especial, capaz de despertar simpatia e oposição, mobilizar e levar à ação política” (LUCA, 2008, p.7).

¹ Teresinha Queiroz analisa as produções de literatos na imprensa em Teresina enfocando o fato de que estes não se consideravam participantes de partidos políticos, muito embora publicassem diversas produções de cunho crítico e visionário quanto ao regime republicano e os desdobramentos deste. Utilizando fontes hemerográficas, essa historiadora percebe que a despeito de suas posições, esses literatos articulavam “boas relações” com os detentores de poder, com o objetivo de desfrutarem de determinados privilégios.

² A princípio, dirigido por Raul Primo da Costa Pereira, *O Norte* foi fundado em 25 de fevereiro de 1930 pelo mesmo. O periódico surge como um semanário e depois se transforma em um jornal de circulação diária. Tendo como slogan a frase *lutemos pelo direito, dentro do direito*, *O Norte* passa pelas mãos de diferentes redatores entre os anos 1930 e 1950. Em algumas edições nos ficou claro a posição política do impresso, que era a União Democrática Nacional (UDN).

³ Parnaíba situa-se no litoral do Estado do Piauí, sendo a segunda maior cidade. É conhecida por conta do Delta do Parnaíba, único Delta em mar aberto das Américas. O período em estudo demonstra que a cidade se encontrava no auge de sua economia, por conta da exploração da cera de carnaúba, produto bastante exportado no final do século XIX até meados do século XX.

Observando diversas propagandas em jornais percebemos diferentes imagens, por vezes cômicas, uma vez que trazem representações de fato engraçadas – outras nem tanto. Importante lembrar que são de outra época e expressam contextos comportamentais e discursivos dos mesmos, como as propagandas de remédios, roupas e cosméticos. E claro, de que não são exclusivas de Parnaíba ou mesmo do Piauí, pois se integravam a um projeto maior de sociedade, visto que outros jornais, em outras localidades apresentavam as mesmas⁴ propagandas.

Isto nos é explicado por Chartier (1998), quando este considera o mundo prenhe de representações e discursos criados por grupos que dominam os espaços de poder. Para esse historiador:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1988, p. 17).

As representações sociais e a forma como são apreendidas geram discursos que não são neutros (porque nunca o são) e que servem para que um grupo social ou político legitime hierarquias, sejam elas políticas, sociais ou educacionais. Essas hierarquias que se projetam no seio de nossa sociedade partem de lugares sociais e permitem determinadas práticas. Essas, por sua vez, produzem representações que tornam naturais processos históricos.

Assim, essas representações construídas por mãos e cabeças habilidosas buscam a “universalidade”, ou seja, a aceitação do maior número possível de indivíduos. O grupo que as forja busca utilizar a “razão” para justificar seus anseios, e somente ao identificarmos como, onde, quando e para quem isso é direcionado, podemos compreender os lugares ocupados por quem domina e por quem é dominado.

A relação de dominação entre os sexos, segundo Chartier (1995), está pautada em diferenças sociais construídas a partir das diferenças sexuais. A isto damos o nome de “gênero”: a forma como essas diferenças sexuais se tornam naturalizadas na sociedade, tornando-se por fim, em “papeis” que devem ser interpretados. Estudar e desnaturalizar essa dominação por meio de suas representações é importante porque “inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano, a diferença sexual (que é sujeição de umas e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legitima.” (CHARTIER, 1995, p. 43).

Portanto, considerar as representações que permeiam a vida das pessoas não significa afastar-se de suas realidades, mas sim aproximar do que as pessoas consomem e utilizam em seu cotidiano. Dessa maneira, identificar as figuras femininas que estão envoltas no imaginário masculino, por exemplo, é compreender que “as representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas e mostradas, se inscrevem nos pensamentos e corpos de umas e de outros” (CHARTIER, 1995, p. 40). Se essa inferioridade é desenhada nos pensamentos e corpos de homens e mulheres, de que maneira isso ocorre? Afinal, a quem serve a dominação simbólica do homem sobre a mulher?

Nos textos e nas propagandas que aparecem em jornais como *O Norte* pode-se perceber a preocupação com a mulher, em sentido que envolve ter cuidado consigo mesma e de manter sua beleza intacta, e, portanto, preservar a elegância no vestir-se, ou mesmo a maciez de sua pele. Percebe-se a preocupação com questões sociais que, na realidade, acabavam aprisionando a mulher em papéis bem restritos.

⁴ Analisando outros jornais do período desta pesquisa, e que não constituem parte massiva do *corpus documental* desse trabalho, encontramos propagandas de “Dona Judith” e de “Salomé”, que também aparecem no *O Norte*. A propaganda de Dona Judith tinha que ver com a limpeza doméstica, sobretudo, no sentido higienista, que via em quaisquer mosquitos, motivo de preocupação.

MULHERES CÍVICAS E DÓCEIS

No sentido de se criar novos papéis, a imprensa foi responsável por proclamar ideais de beleza, saúde e comportamento, seja para o público feminino, seja para o masculino. Nos anos de 1940, as mulheres haviam alcançado espaços como o mercado de trabalho formal, o que foi ocorrendo à medida que os homens foram deixando de ocupar determinados empregos e espaços.

Elas vão conquistando outras formas de estar em sociedade, ocupando cargos como o de secretária, professora e enfermeira. Embora fossem conquistas, ainda eram papéis sociais condizentes com sua condição de rainhas do lar: os cuidados com a higiene e educação (PINSKY, 2013). Mesmo com essas mudanças, persistiam discursos sobre um papel social⁵ específico da mulher, uma vez que “o século XX, nas suas décadas iniciais, definiu uma imagem feminina que se espelhava nas formulações do Positivismo e Higienismo do século XIX. De acordo com essa imagética, às mulheres eram atribuídas diversas qualificações” (ALMEIDA, 2013, p.188), prendas essas que estavam relacionadas com o cuidado e a higiene dos corpos, por exemplo.

Podemos observar que Parnaíba não foge desse contexto nacional. Em muitos exemplares de *O Norte*, encontramos falas dirigidas às mulheres que mudam o enfoque conforme o tempo, embora estejam carregados de representações. Interessante pensarmos nos ideais de beleza também, pois a estética feminina sendo traduzida como modos gentis e calorosos também nos traz a reflexão sobre o corpo, que embora devesse ser guardado, nos mostra a predisposição da sociedade de transformar a mulher no “belo sexo”; talvez por isso mesmo, os desfiles àquela época ficaram tão comuns e famosos, pois era “fundamental uma boa apresentação, as roupas e acessórios da moda, o corpo belo e jovem, a boa forma” (PÁTARO; MEZZOMO, 2014, p.52).

Num exemplar de dezoito de março de 1940, encontramos um poema de autoria de J. Longarino, que procura em poucas linhas desenhar em suas palavras a beleza da *Miss Piauí*, sendo descrita na última linha como “a mais linda do Brasil”:

Miss Piauí
[...]
Nos ramos da Jurêma
Tenho o ardor do Amarante
Alinda flor do Amôr
Desde Santa Filomena
Até mesmo Terezinha
Sou delicada sou fina
Toda cheia de primor
Até o Mar mui distante
Debaixo desse céu de anil
Eu sou a Fôgo pagou
A mais linda do Brasil

⁵ Segundo pesquisa realizada, no Censo Brasileiro de 2000, as mulheres ultrapassam os índices de homens com escolaridade média e também com níveis de instrução mais elevados. Contudo, a distribuição ocupacional dessas se encontra ainda voltada para “papéis” socialmente atribuídos as mulheres como ações profiláticas e educação. A partir da década de 1950 há um crescimento da participação feminina no mercado de trabalho formal. Para mais, ver: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anaais/article/view/2187/2142>. Acesso em: 20 dez. 2019.

Analisando a estética feminina nos concursos de beleza em Parnaíba na década de 1950, Mariane Sales (2018) destaca a construção dessa mulher que deveria ter cintura fina, quadris largos, rosto jovial e sorriso impecável. Estar dentro desse padrão possibilitaria a participação em concursos e bailes. Assim, as medidas do corpo feminino “tornam-se uma marca de beleza e os concursos de beleza popularizam esse novo padrão estético. Os concursos de *miss* se multiplicam no entre guerras e fazem com que as modelos exibam seus corpos perfeitos popularizando a nova silhueta” (FERREIRA, 2010, p.191).

Encontramos com certa frequência no jornal *O Norte*, anúncios da loja “A Pernambucana”, que proclamavam: “Seja bonita: seja graça e beleza! A beleza fascina e encanta! Seja graciosa e elegante, usando os lindos tecidos da ‘A Pernambucana’” (*O Norte*. 17/02/1940). Ou seja, os discursos sobre o feminino embora não se restringissem aos cuidados com o lar e aos filhos, impunham à ideia de beleza, graciosidade, delicadeza, limpeza e saúde dela e do lar, conforme observamos em textos e anúncios publicados nesse jornal.

Para ter e parecer sob o sinônimo de graça e beleza, além de possuir as roupas da última moda, era preciso manter a pele saudável e um sorriso encantador condizentes com o ideário de brancura e limpeza próprio dos discursos de saneamento⁶. Nesse aspecto, “o creme dental Kolynos clareia os dentes... tornando encantador o seu sorriso!”:

Imagem 1: Propaganda do “Kolynos”.



Fonte: *O Norte* (08 de maio 1951).

Em relação à pele suave e cativante da mulher, alguns cuidados eram também preconizados: “A mulher pode, agora, combater a velhice”: o W-5 “é o único produto do mundo que tem o poder de rejuvenescer a pele por via interna” (*O Norte*. 17/02/1940). Mulheres e juventude estavam quase sempre relacionadas.

O consumo de cosméticos como o batom *Van Ess* demonstra a montagem de um público consumidor, nesse caso, as mulheres. Mulheres que deveriam apresentar-se, de forma deslumbrante, triunfando por meio do “mito da beleza”. Chartier explica que essa é uma das formas de apropriação do discurso dominante (e masculino) pelas mulheres, que se constituem enquanto táticas.

⁶ Sobre discursos de saneamento e o ideário de limpeza ver In: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras**. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 6, n. 11, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041>. Acesso: 20 dez. 2019.

Imagem 2: Propaganda do batom “Van Ess”.



Fonte: *O Norte* (23 de outubro de 1945).

Esses anúncios amplamente divulgados em periódicos era uma das principais maneiras de vender esses produtos e até serviços, assim, era necessário apresentar ao público as qualidades e os benefícios do que estava sendo vendido, o que suscitava “uma mistura de imagens, símbolos, sentimentos e valores resultantes das necessidades da comensalidade” (COSTA; SOARES, 2016, p. 1.172).

Ainda mantendo a imagem de elegância e fragilidade, a mulher é apontada, na guerra que ainda na década de 1940⁷ se pensava interminável, em um texto do ano de 1942, como auxiliar na construção de uma nação mais fortificada. Segundo esse texto:

Essa criatura bonita, elegante, grandiosa, às vezes um biscuit, um bombom, frágil, risonha, fútil na opinião de certos homens apressados ou levianos nos seus julgamentos está dando à guerra o esplendor de sua inteligência um trabalho técnico volumoso, uma produção que assombra o mundo em chamas. Ela manda o filho, o esposo, o noivo, o neto para o front, animando-o, e vai trabalhar pela vitória [sic] em múltiplos setores, sem escolher postos (*O Norte*. 31/12/1942).

Intitulado “A *generalíssima*”, esse pequeno trecho vai descrevendo a mulher como verdadeira heroína, e elege como símbolo do “civismo feminino”, a senhora *Chiang-Kai Chek*, filha do fundador da República da China, que além de “grande lutadora”, “combatente valorosa”, “mulher de inteligência pronta”, era considerada uma esposa exemplar.

O modelo de mulher ideal preconizado agora assume uma nova roupagem. A mulher, embora vista como dócil ou mesmo frágil, deveria alimentar posturas inteligentes, a fim de dar auxílio e alento aos homens que corajosamente saem de suas casas para enfrentar o desconhecido ou mesmo a morte.

Nas décadas de 1920 e 1930 podemos vislumbrar o ideal da “mãe cívica” e o possível fortalecimento da raça, conforme preceitos defendidos no período. É interessante pensar o que seria a civilidade. Para o homem, estar à frente dos problemas sociais, e para a mulher, o civismo seria a demonstração de um ser que ocupa uma posição

⁷ Destacamos que *O Norte* publicou, no período da Segunda Guerra, diversas matérias sobre as ofensivas dos países envolvidos no conflito, não deixando de trazer considerações acerca do nazismo e do comunismo.

que, embora não dito de forma direta, é primordial para o funcionamento da sociedade. Afinal, não eram as mulheres que cuidavam de meninos e meninas?

Nos anos 20 e 30, a figura da “mãe cívica” passa a ser exaltada como exemplo daquela que preparava física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação (RAGO, 2002, p. 592).

Dessa forma, como sinaliza Rago, o discurso que valoriza a maternidade vai se firmando à medida que vai sendo associado às identidades nacionais. É nesse sentido que se expressa por meio de um texto intitulado “*Minha Amiga*”, Chiquinha Rodrigues, que fala justamente da importância social da mulher.

Como boa filha e mãe, a mulher em posse de dotes que sustentam sua família e vence os obstáculos de seu lar, é a figura principal na construção de homens íntegros, que devem estar preparados para servir o Brasil. Logo no início do texto a autora destaca que “vem de longe, desde imemoráveis tempos de remotas eras, o prestígio que a mulher, nas sociedades humanas desfruta” (*O Norte*. 17/02/1940).

Chiquinha Rodrigues prossegue observando que a mulher, essa criatura de fala terna, que sugere e aconselha o homem em seus empreendimentos, que mostra “com argúcia e tino, a diretriz a seguir”, pois como “filha, enche um lar; esposa, completa o painel de uma existência”, sendo “sempre, sempre a voz que orienta, que condiz e guia” (*O Norte*. 17/02/1940), aquela que carrega a responsabilidade de formar cidadãos patriotas.

No Brasil, nas primeiras décadas do século passado, as mulheres passaram a ser vistas como sujeitos necessários na sociedade. A despeito dos discursos conservadores, os tidos como mais liberais entendiam que já não era mais tão compatível o regime de reclusão feminina ao lar com a modernização de costumes e valores, e, portanto, o papel da mulher deveria começar a ser pensado fora das paredes de seu domicílio, longe da tutela de pais e maridos (PINSKY, 2010).

Mesmo sendo alocadas em atividades fora do domínio privado era necessário, contudo, que essas atendessem aos papéis sociais femininos esperados: mantenedoras da educação, saúde e bem estar dos demais.

Ao longo da primeira metade do século XX, impulsionados pelo ideário patriótico que toma maiores proporções no Estado Novo, apresentam-se prescrições, por meio de falas abalizadas, em favor de uma mulher que cultivasse e propugnasse, dentre outras já consagradas “prendas” as “virtudes cívicas”, a moral, a saúde e a instrução em prol de uma nação forte [...]. (TOURINHO, 2015, p. 100).

Pode-se destacar que dentro do regime do Estado Novo (1937 – 1945), ações de cunho sanitarista atingiram a cidade - integrando-a a um projeto nacional - como a construção de um prédio novo para a Santa Casa de Misericórdia, em 1931, o início da construção da Maternidade Marques Basto, em 1937, no ano de 1938, o Leprosário do Carpina e o Lactário Suzanne Jacob e, por fim, a Sociedade Feminina de Assistência aos Pobres.

Essas Sociedades de Assistência comandadas por mulheres ressoaram em todo o país, apesar da ação de benemerência não tenha surgido com o governo Vargas. Mulheres da “alta sociedade”, as chamadas “damas”. Fica evidente o papel dado a essas mulheres como mantenedoras de uma ordem higiênica, exercendo poder dentro de casa, enquanto mãe e rainha do lar, ou na escola, no papel de professora ou diretamente em associações femininas.

E é nesse sentido que surgem “entidades filantrópicas, nas primeiras décadas do século XX, como forma de acesso à esfera pública” (MOTT, 2001, p. 201). Essas entidades eram levadas à frente por mulheres das camadas mais aquinhoadas, como é o caso da *Associação Feminina de Assistência aos Pobres* de Parnaíba, fundada no dia 24 de Outubro de 1931, onde o “foco comum era o assistencialismo aos pobres e doentes” (TOURINHO, 2017, p. 104).

Embora fundada na década de 1930, num contexto mais amplo, a fundação desse tipo de entidade envolvendo mulheres no recorte temporal deste trabalho, está relacionada ao governo de Getúlio Vargas, que promovia uma proposta de Brasil *eugenizado*, e para isso, a mãe “cívica” deveria exercer papel fundamental na formação de cidadãos dentro dos padrões da moralidade varguista, já que “elas eram as principais realizadoras de todas as operações constitutivas da saúde dos indivíduos, manipulando e preparando alimentos, mantendo ambientes limpos, zelando pelas crianças, doentes e idosos” (OSTOS, 2012, p. 340).

No exemplar de *O Norte* (24/12/1942) que conclama: “MULHER PARNAIBANA! A Legião Brasileira de Assistência pede a vossa colaboração. Auxiliar a Legião de Assistência é dever de todo brasileiro amante da sua Pátria”, encontra-se um convite direto às mulheres parnaibanas para fazerem parte da Legião Brasileira de Assistência, uma vez que ajudar a pátria era, àquele tempo, dever de todo cidadão brasileiro que ama e cuida de sua nação.

Percebemos que essa *mulher* ganha evidente importância nesse contexto, também em outras áreas, pois, à medida que os homens foram deixando de ocupar determinados empregos e espaços, essa vai desbravando novos territórios em busca de ocupações, e alcançando, portanto, novas formas de ser e estar em sociedade. No entanto, cabe ressaltar, o trabalho feminino deveria ainda resguardar a moral da mulher, dessa forma, ela era chamada para manter a decência da boa esposa e a mãe dona de seu lar.

A imprensa parnaibana também noticia os feitos do prefeito que volta seu olhar e atenção para a questão da mulher no que se refere à maternidade, integrando práticas profiláticas de saúde pública que se estendem às capitais e cidades brasileiras. A maternidade, elemento tão importante para a mulher, ao tomar forma física e elevar os valores da “vida moral” na cidade, mostra a crescente preocupação com as condições de parto. Um bem comum que deveria estar situado além das disputas políticas e de classes sociais.

DEUSAS DO LAR E MÃES EXTREMOSAS

Pode-se, ainda, observar propagandas voltadas para o público feminino, que no geral evocam a imagem da mulher como dona do lar. Anúncios de produtos de limpeza, saúde etc. Nas primeiras linhas de um anúncio do jornal *O Norte*, a mulher vai sendo descrita de forma a reforçar sua imagem de um ser frágil. O “regulador gesteira” trata de congestões e inflamações internas, tão comuns às mulheres já que qualquer abalo forte, uma queda ou raiva afetariam a saúde da mulher (*O Norte*. 19/12/1942).

Constantemente ligada à educação moral dos filhos e a cuidados higiênicos, a mulher é colocada numa situação de fragilidade que chega a ser exagerada, pois o regulador de inflamações internas era um dos muitos produtos que prometia cuidar não só dos incômodos mensais, mas também as vertigens e ataques nervosos tidos como próprios das mulheres. Sua importância se dá pelo fato de que “a beleza e a doçura de um sorriso feminino dependam da saúde do útero, considerado o centro irradiador da saúde da mulher” (SANT’ANNA, 2013, p.110).

Quanto à questão feminina ligada à beleza, as décadas iniciais do século XX demarcavam espaços e posturas para as mulheres, tudo direcionado ao campo dos cuidados com o corpo, pois possuir uma boa saúde estava rela-

cionado com “hábitos adequados de higiene, vida disciplinada, cuidados com a alimentação, o corpo e a moradia” (LUCA, 2013, p. 452).

Garantir uma boa saúde era o mínimo. O “belo sexo” deveria manter a beleza e brancura de sua pele. Essa, que deveria chegar a ser parecida com a de uma criança, lisa e suave. Bastando aplicar sobre a pele, antes de ir deitar, o creme Rugol garantiria que “sua cutis pode voltar a ser suave, clara e aveludada em 3 dias”, além de dar à sua pele, “o tom rosado e suave de um bebê” (*O Norte*. 30/01/1945).

Imagem 3: Propaganda do “Rugol”.



Fonte: *O Norte* (25 de maio de 1946).

Podemos analisar o aspecto da brancura como modelo a ser seguido a partir da propaganda do creme *Rugol*. O produto promete que sua pele voltará a ser “clara e suave” em curto período de três dias. O clareamento da pele na figura trazida pela propaganda parece projetar o possível resultado que *Rugol* promete pela frase “beleza para sua pele”. Uma beleza que exige a cor branca como padrão, e isso vai se evidenciando com a mudança da pele negra para a branca, de acordo com a imagem.

Quanto aos cuidados com os filhos, a mulher não deveria ter dúvidas de dar-lhes o “Tiro Seguro”, porque “a senhora deve saber que não há razão que a justifique de expor seus filhos aos riscos e transtornos que vermes acarretam” (*O Norte*. 30.01.1945). Eficaz a ponto de uma só dose dar conta de acabar com as verminoses, como lombrigas que atacam os pequeninos e que na noite, dão trabalho às suas angelicais mães:

Imagem 4: Propaganda do “Tiro Seguro”.



Fonte: *O Norte* (30 de janeiro de 1945).

Era, enfim, a mulher linda como uma Vênus (*O Norte*. 27/01/1940) que bem orientada nos valores morais da época que dava suporte e incentivo aos pequenos na busca pela *honra* e o *poder*. Mais uma vez, a loja “A Pernambucana” que não perdia a chance de propagar a ideia de beleza associada ao vestir-se bem, também apresenta uma imagem de mulher atrelada não só ao pertencimento feminino ao lar, mas também identificada ao *amor maternal* (*O Norte*. 17/04/1940):

Imagem 5: “O amor materno”.



Fonte: *O Norte* (13 de abril de 1940).

A construção de um lar feliz estava, nesse período, relacionada com a educação dos filhos pelas deusas do lar. Essa formação “bem orientada” seria feita a partir das virtudes consideradas “supremas” para a consolidação dos caminhos que levariam a honra e ao poder. Nesse sentido, segundo a propaganda, esse papel é realizado pela mãe extremosa que mostra aos filhos o caminho da loja *A Pernambucana*. O incentivo ao consumo se faz evidente na propaganda.

No papel de dona de casa, existiam assuntos que *todas* deveriam estar por dentro. É esse o caso, por exemplo, de um texto do dia cinco de abril de 1944, que chama atenção por suas letras grandes ao final da página. Preconiza que para desoxidar “certas bolsas de mão e porta-moedas de senhores” é fundamental que a limpeza ocorra por meio de uma solução de proto clorato de estranho e ácido clorídrico em água (*O Norte*. 05/04/1944).

Semelhante postura em relação a tarefas domésticas, que se confundem com o ser mulher, é encontrada numa pequena coluna reservada às mulheres, que traz uma receita de sorvete para o calor fustigante e pequenas dicas para o cuidado com as coisas da casa. Ensina como cortar corretamente as flores, como preservar os livros do mofo, assim como a limpeza das persianas e de que forma preservar seus “sapatos finos”:

Deite algumas gotas de aguarrás de boa qualidade nas prateleiras das estantes de sua biblioteca. Isso fará preservar os livros do mofo. Limpe as persianas com um paninho e uma escova, tirando-lhes a poeira; em seguida empape um pincel em óleo de linhaça cosido e esfregue com ele as travessinhas todas, dando-lhes aspecto de novas. Conserve seus sapatos finos esfregando o couro, de vez em quando, com um pano embebido em glicerina, lanolina ou vaselina amarela (*O Norte*. 05/11/1947).

Uma vez que “o bom desempenho nas tarefas domésticas, especialmente cozinhar bem, era visto como uma garantia de conquista do esposo e manutenção do casamento” (PINSKY, 2010, p.627), a “página da mulher” desse jornal nos parece preocupada não necessariamente com a mulher, e sim com a preservação da casa e com a boa alimentação, já que sem poder ganhar seu homem pelo amor, poder fazê-lo pela barriga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo, neste trabalho, foi de analisar as representações sobre a mulher presentes em um periódico que teve ampla circulação na cidade de Parnaíba nas décadas de 1940 e 1950. As propagandas marcam um período da história de Parnaíba, e não escondem as imagens mais correntes do que era considerado ser mulher para essa mesma sociedade.

Os papéis femininos mais esperados para o período se fizeram presentes nos diversos tipos de produção que foram veiculados no periódico. Uma mulher dócil, cívica e educada representava o caminho para a felicidade de quaisquer mulheres, de acordo com o que apresentamos. De acordo com o que era vendido pelo jornal, seria dentro do “lar feliz” que as mães poderiam orientar e educar seus filhos, enquanto deusas do lar que lhes mostraria as virtudes da honra e do poder. Destaca-se que essa “mulher” representada pelo periódico fazia parte de classes mais altas, uma mulher que vai sendo inserida ao mercado de trabalho formal aos poucos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. As gentis patricias: identidades e imagens femininas na primeira metade do século XX (1920 – 1940). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 187-205, abr./jun. 2013.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e a dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, v. 4, p. 37-47, 1995.
- COSTA, Mariana Fernandes; SOARES, Jorge Coelho. Mulheres em revista: representação social no imaginário social. **Demetra**, v. 11, supl.1, p. 1171-1184, 2016.
- CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- FERREIRA, Francisco Romão. Corpo feminino e beleza no século XX. **Alceu**, v. 11, n. 21, p. 186-201, 2010.
- LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1. 303p.
- LUCA, Tania Regina. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 199-234, 2001.
- OSTOS, Natasha Stefania Carvalho de. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930 – 1945). **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 313-343, jul./dez. 2012.
- PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antônio. Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. **Mulheres e relações de gênero: o jornal como fonte e recurso pedagógico**. Campo Mourão, 2014.
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres nos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 607-637.
- QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 607-639.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzide. Sempre Bela. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- SILVA, Mariane de Sales. **Corpo e beleza feminina: Estética nos concursos de beleza em Parnaíba na década de 1950**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade Internacional do Delta, Parnaíba, 2018.
- TOURINHO, Mary Angélica Costa. **Por dentro da história: mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba (1930 a 1950)**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de São Paulo, Assis-SP, 2015.
- TOURINHO, Mary Angélica Costa. Discursos sobre o feminino e trabalho em Parnaíba – PI entre 1930 e 1950. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim (org.). **Parnaíba: enchendo os vazios com palavras**. Parnaíba: Edufpi, 2017.

Jornal O Norte

O Norte. (17/02/1940).

O Norte. (08/05/1951).



O Norte. (23/10/1945).

O Norte. (31/12/1942).

O Norte. (24/12/1942).

O Norte. (19/12/1942).

O Norte. (30/01/1945).

O Norte. (27/01/1940).

O Norte. (17/04/1940).

O Norte. (13/04/1940).

O Norte. (05/04/1944).

O Norte. (05/11/1947).

O Norte. (18/03/1940).

Sites

<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2187/2142>. Acesso em: 20 dez. 2019.

<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041>. Acesso: 20 dez. 2019.

“SUICIDAS”, “DESORDEIRAS” E “SEDUZIDAS”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A COBERTURA DO CORREIO DA MANHÃ DE EPISÓDIOS DE TRANSGRESSÃO ENVOLVENDO MULHERES CARIOCAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Isadora Luiza Francisca Alves Flores

Resumo: Voltando-nos ao primeiro quinquênio do século XX, mais especificamente, ao recorte temporal compreendido entre os anos de 1901 a 1904, o presente trabalho reúne algumas breves considerações oriundas da dissertação “*Faits Divers: Narrativas De Transgressão E Crime No Rio De Janeiro Do Início Do Século XX (1901-1904)*”. Tomando como ponto de partida reportagens publicadas nas primeiras mil edições do jornal *Correio da Manhã*, objetivamos expor algumas das operações de classificação que caracterizaram a inventividade de seu corpo editorial ao mediar jornalisticamente as condutas de suicidas, mulheres vítimas de crimes sexuais, e também de desordeiras. Para tanto, recorreremos ao gênero enquanto uma categoria de análise histórica e as narrativas veiculadas pelo *Correio*, enquanto um aporte para o seu estudo no tempo.

Palavras-chave: Primeira República, Rio de Janeiro, Imprensa.

INTRODUÇÃO

No presente texto, teceremos algumas breves considerações sobre a mediação proposta por alguns dos *faits divers* publicados pelo diário *Correio da Manhã* nas suas primeiras mil edições e que mediavam a experiência feminina no início do século XX, aportando-nos pela conceituação de gênero proposta pela historiadora estadunidense Joan Wallach Scott (1994; 1995). De maneira que, ao apreendermos o gênero como um “[...] elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86), não objetivamos uma negação de toda e qualquer diferença entre os corpos sexuados, mas sim, afirmar a historicidade implicada na construção dos significados atribuídos a tais diferenças. Afinal, segundo nos subsidia Scott (1995) em seu ensaio “Gênero uma categoria útil para análise histórica”, o gênero como um saber, uma forma “de significar as relações de poder” se verificaria uma “dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade” (SCOTT, 1995, p. 26). Conforme a historiadora nos aportaria no prefácio de seu livro *Gender and Politics of History*, os sentidos construídos aos gêneros masculino e feminino

[...] variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é “puro”, não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos (SCOTT, 1994, p. 13).

A despeito disso, com o intuito de contextualizar algumas das significações investidas a diferença sexual no início do século XX, consideramos alguns dos pressupostos de Thomas Laqueur (1990) em seu livro *Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud*. Esse historiador norte-americano analisa o percurso histórico da

elaboração científica da distinção entre os sexos biológicos tal qual a concebemos na atualidade. Segundo o autor, contrapondo o antigo modelo de conhecimento sobre o corpo humano baseado da homologia sexual, a concepção de dois sexos biológicos com diferenças físicas irreduzíveis, teria emergido há pouco mais de duzentos anos (LAQUEUR, 1990, p. 149-245). Assim sendo, teria sido no século XVIII, que:

Organs that had shared a name — ovaries and testicles — were now linguistically distinguished. Organs that had not been distinguished by a name of their own — the vagina, for example — were given one. Structures that had been thought common to man and woman — the skeleton and the nervous system — were differentiated so as to correspond to the cultural male and female (LAQUEUR, 1990, p. 149).

Não somente, ao longo desse processo:

As the natural body itself became the gold standard of social discourse, the bodies of women — the perennial other — thus became the battleground for redefining the ancient, intimate, fundamental social relation: that of woman to man. Women's bodies in their corporeal, scientifically accessible concreteness, in the very nature of their bones, nerves, and, most important, reproductive organs, came to bear an enormous new weight of meaning. Two sexes, in other words, were invented as a new foundation for gender (LAQUEUR, 1990, p. 149-150).

Numa perspectiva de *longa duração* e compreendendo que as contemporâneas construções sociais referentes aos gêneros estão atreladas também ao processo de teorização das distinções entre os dois sexos biológicos, Laqueur (1990, p. 63-149) não nega a hierarquização presente nos modelos anteriores a tal concepção. Ressalva, nesse sentido, que a diferenciação sexual colocada em curso a partir de meados do século XVIII, não deve ser encarada simplesmente como um desdobramento natural do progresso da ciência, mas compreendida de forma situacional, ou seja, também considerando as disputas nas relações entre gênero e poder (LAQUEUR, 1990, p. 11).

Embasada pelas percepções de Laquer (1990), Ana Paula Vosne Martins (2004) em seu livro *Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*, enfatiza o papel da medicina e das ciências biológicas nos esforços daquilo que concebe como uma inventariação das diferenças sexuais. Alinhada com a advertência de Laqueur (1990) das implicações sociais e culturais desses exercícios interpretativos, Martins (2004) sustenta que a partir do século XVIII, cientistas teriam contribuído para a legitimação e justificação das desigualdades de gênero na vida pública e privada ao teorizarem e interpretarem as singularidades do corpo feminino, suas patologias e sistema reprodutivo (MARTINS, 2004, p. 31). Com efeito, Martins (2004) interpreta tais processos como resultantes de um amplo empreendimento intelectual de inventário das diferenças humanas, pelo qual:

Sexo e raça passaram a ser categorias biológicas cada vez mais interrelacionadas no discurso científico do final do século XVIII em diante, numa nítida resposta da comunidade científica às pressões sociopolíticas colocadas pela questão das desigualdades de gênero e pelo colonialismo. Conforme Pierucci (1999), o final do século XVIII foi pródigo na produção das diferenças, especialmente por parte do discurso de intelectuais conservadores. Procede-se, portanto, inventariando as diferenças para, posteriormente, nos embates políticos, rejeitá-las no interior de formulações discursivas sexistas e racistas (MARTINS, 2004, p. 33).

Extrapolando os limites de laboratórios e clínicas e, portanto, difundida também entre intelectuais dos mais variados campos: filósofos, sociólogos, psicanalistas e literatos, percebe-se a vitalidade de uma construção ambígua

da natureza feminina ao longo do século XIX e XX (ENGEL, 2006, p. 333; MARTINS, 2004, p. 41). Natureza essa, ora redimida pela sua “natural” função reprodutora e, como tal, exaltada pela sua suposta aptidão para a maternidade. Ora condenada, compreendida como fator engendrador da maldade e do vício, da desordem social, facilmente ultrapassando “a tênue fronteira entre a normalidade e a patologia, como tão incansavelmente os médicos vão alertar ao abordar temas como masturbação e, prostituição” (MARTINS, 2004, p. 41). Nas palavras de Martins “Comte a Engels, de Michelet a Schopenhauer, de Flaubert a Zola, além da extensa produção médica que atravessa o século XIX, nunca se falou tanto da mulher”, o que por sua vez expressaria “o problema da definição da mulher para os homens cultos da sociedade europeia” (MARTINS, 2004, p. 42).

Contudo, tal problema que não ocupava apenas os homens cultos europeus, tendo em vista como empreendimentos intelectuais com esse propósito e a partir de interpretações das supostas características intrínsecas dos sexos biológicos, também marcaram o contexto brasileiro. De tal modo que, já a partir da metade do século XIX, verificar-se-ia a incidência desses esforços interpretativos, sobretudo entre as classes altas e médias (SOIHET, 1989, p. 40; ENGEL, 2004, p. 42; MARTINS, 2004, p. 177), auxiliando a emergência de um clima intelectual de caráter interventor nos hábitos e corpos da população brasileira. Médicos demonstravam-se desfavoráveis à notável reclusão das mulheres da elite local, e de forma ainda mais expressiva à vida “desregrada” das mulheres de setores populares (MARTINS, 2004, p. 177; ESTEVES, 1989, p. 27-43).

Nesse sentido, ao observarmos a bibliografia voltada à análise da experiência histórica de mulheres em finais do século XIX e início do XX (ESTEVES, 1989; SOIHET, 1989; ARAÚJO, 1995) percebemos que, como projetos explicativos da sociedade, as interpretações biologizantes dos sexos, teriam exercido um papel importante na idealização das atribuições sociais, e como veremos adiante, até mesmo legais, de homens e mulheres cariocas considerados ordeiros. Idealizações essa que respondiam também a debates a respeito da identidade nacional que, pautados por discursos racistas com embasamento científico e bastante ecoantes nas esferas de poder, então percebiam com preocupação a constituição da população nacional. (CHALHOUB, 2004, p. 67-69, ESTEVES, 1989, p. 27, SCHWARCZ, 2015, p. 27).

Com efeito, segundo nos aporta Esteves (1989) no cerne de discussões sobre a constituição populacional do país, ao serem referidas a moral e os costumes, constatar-se-iam implícitas também referências ao imperativo pelo ordenamento familiar. Para a pesquisadora, o regime republicano se notabilizaria pela vigilância e repressão sobre o liberto e o imigrante, assim como a construção de uma ideologia positiva do trabalho (ESTEVES, 1989, p. 26). Processos que implicariam em intentos pela normatização da família, das condutas, dos prazeres e dos papéis relegados a homens e mulheres. E uma vez projetadas à mãe/esposa/mulher as responsabilidades sobre o comportamento familiar e como tal, também implicitamente ao controle da degeneração da nação brasileira, entre juristas intelectuais e cientistas, divulgaram-se idealizações do feminino que o circunscreviam, às incumbências da vida privada, da domesticidade e da maternidade.

Entretanto, no que tange as experiências cotidianas e as diferentes sociabilidades, como já havíamos indicado anteriormente, muitas mulheres cariocas integrariam a cadeia produtiva, desempenhando papéis ativos no sustento e comando de suas famílias e comunidades, vivendo também experiências sexuais e afetivas de maneiras não necessariamente adequadas ao modelo então legal, científico e espiritualmente respaldados (ESTEVES, 1989; SOIHET, 1989). Retenhamo-nos nesse sentido, a algumas considerações sobre a interpretação jornalística do corpo editorial do Correio da Manhã de episódios de transgressão envolvendo mulheres cariocas no primeiro quinquênio do século XX.

LEITURAS DO INTENTO SUICIDA FEMININO DE VIRGENS TRESLOUCADAS DE AMOR

O primeiro aspecto que nos permite identificar algumas características da cobertura de suicídios e tentativas, veiculadas pelas primeiras mil edições do *Correio*, refere-se às relações entre o sexo dos suicidas e a qualificação das suas motivações. Os dados relativos aos 380 *faits divers* publicados pela folha entre 15 junho de 1901 e 13 março de 1904, apontam uma maior incidência de suicídios e tentativas protagonizadas por homens, no total, 255 (ou 67,11%). Dentre esses casos, é expressiva a diferença entre o número de reportagens que não atribuem a nenhuma motivação específica os intentos suicidas de seus protagonistas, 126 (ou 49,43%), e os *faits divers* que apontam como causa problemas relativos ao amor, 38 (ou 14,91%). Por sua vez, o trabalho figuraria como causa em 19 dessas narrativas (ou 7,45%), a loucura em 18 (ou seja, 7,05%), e os problemas de saúde em 17 (ou 6,66%). Sendo que dentre esses 255 casos, apenas 15 (5,88%) teriam sido atribuídos à reveses da vida¹⁷, 12 (4,70%) à embriaguez e 9 (3,52%) a problemas familiares.

Dentre os 125 casos protagonizados por mulheres (32,89% do total de reportagens levantadas), o número de narrativas que não especificariam causas para os intentos suicidas de suas protagonistas, 45 (ou 36%), foi menor que o número de *faits divers* que atribuiriam tais tragédias à questões amorosas, 55 (ou 44%). Divergindo da tendência verificada na cobertura do intento suicida masculino, na qual, problemas familiares figurariam como a causa menos frequente, 8 (ou 6,4%) das reportagens dessa natureza, protagonizadas por mulheres localizariam como motivação problemas familiares. Com efeito, a loucura em 6 (ou 4,8%) narrativas despontaria como motivação pressuposta, enquanto em 4 (ou 3,2%) *faits divers* tal papel narrativo seria investido à embriaguez. 3 (ou 2,4%) notícias atribuiriam os empreendimentos autoinfligidos pelo fim a doenças; 2 (ou 1,6%) localizariam como causa reveses da vida. Somente uma reportagem (ou 0,8%) no período levantado atribuiria o intento suicida de uma mulher a problemas que envolviam seu cotidiano laboral.

De forma a analisar tais reportagens, voltamos nossa atenção também a alguns mapeamentos oficiais referentes aos suicídios e tentativas na primeira década do século XX, visualizando a dimensão oficial conferida ao fenômeno do intento suicida entre mulheres do Distrito Federal. De acordo com dados do primeiro Anuário Estatístico do Brasil, publicado em 1916, nos deparamos com um coeficiente expressivo e crescente dessa ocorrência na cidade do Rio de Janeiro. Ressalvamos, que tal percepção deve ser contextualizada, sobretudo, em função das especificidades da cidade que, historicamente, foi um espaço privilegiado no desenvolvimento de mecanismos de sistematização dos fenômenos populacionais já no primeiro quinquênio do século XX (SANTOS, 2006, p. 177). Diante da observação dos números absolutos dispostos no Anuário, um dado nos chama a atenção: a quantidade estipulada expressiva de mulheres cariocas que atentaram contra a própria vida nos primeiros anos do século XX.

Nesse sentido, embora homens tenham morrido mais em decorrência de suicídios, o ano de 1908 foi o único em que o número de atentados contra a própria existência, somando as tentativas e os suicídios, protagonizadas pela porção masculina da população superou o número de empreendimentos femininos pelo fim. Quadro agravado, quando se tomamos em perspectiva que no período as mulheres representavam uma minoria demográfica na capital (CHALHOUB, 2001, p. 45). Desvelamos, portanto, uma profusão expressiva de intentos pela morte voluntária protagonizada por mulheres. Fenômeno diante do qual, o corpo editorial do *Correio da Manhã* parece-nos ter frequentemente optado pela reconstrução jornalística de narrativas, cujos elementos sensacionais tivessem supostamente sido desencadeados pelo amor. Tais como os dois exemplos abaixo:

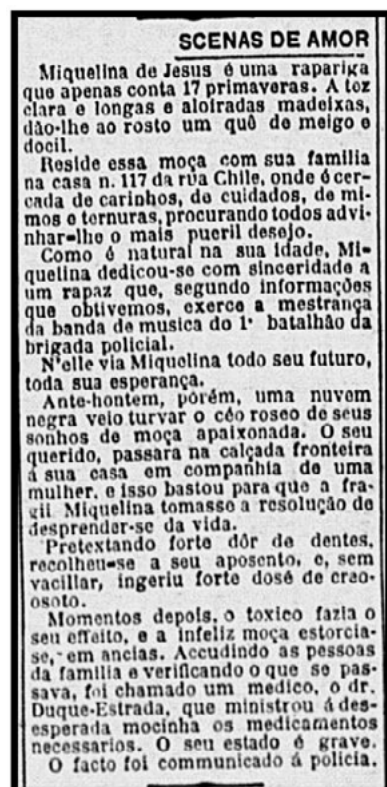
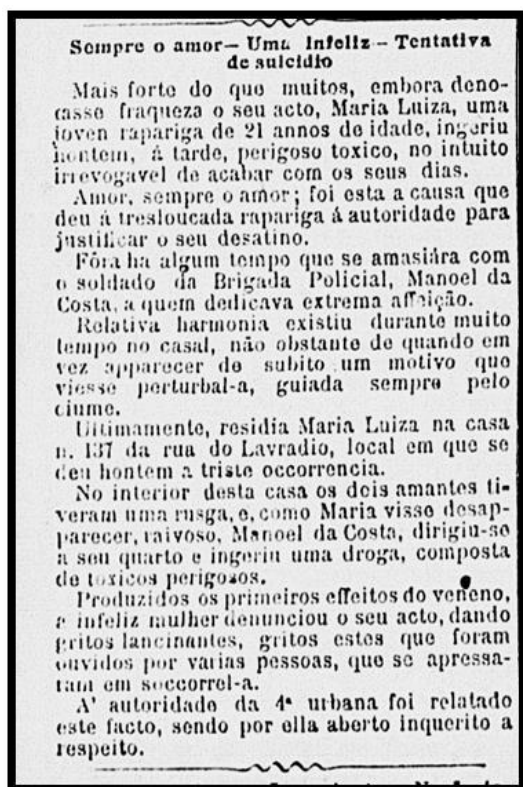


Figura 1: Correio da Manhã Ed. n.511, p.2, RJ, 06/11/1902 Figura 2: Correio da Manhã, Ed. n.158, p. 2, RJ, 19/11/1901

Diante da repetição de algumas operações narrativas e adjetivações nas abordagens melodramáticas que apreendem os intentos pelo fim de jovens apaixonadas observamos que uma intersecção de elementos relativos às leituras de sua performance de gênero (menção de meiguice, docilidade, sentimentalismo), tal como demarcadores de seus atributos físicos (tez clara, madeixas aloiradas, fisionomia simpática), que, somados a alguns indicativos da sua classe (tios médicos, mimadas por famílias legalmente estabelecidas, não integrarem regimes de trabalho), condicionam a apreensão jornalística de suas transgressões, e como tal o apelo sensacional, justamente por também demarcarem seus lugares sociais. Nesse sentido, a apreensão de seus intentos pelo fim de suas existências empreendida pelo corpo editorial do Correio explicita a permeabilidade de seus discursos aos pressupostos científicos do período, que atribuíam a moças celibatárias uma maior suscetibilidade à sentimentalismos patológicos. Mas não somente, também denota a potencialidade do apelo sensacional do martírio de jovens virgens, cujos suicídios então eram frequentemente mobilizados também em ficções populares.

“EXUBERÂNCIAS” E “ABERRAÇÕES” DO INSTINTO SEXUAL: ENTRE SEDUTORES, ALGOZES E HEDIONDOS CRIME

Ao analisarmos as operações narrativas e discursivas operacionalizadas na apreensão jornalística de crimes sexuais veiculados pelo Correio no período finissecular, percebemos a forma como algumas das categorizações mobilizadas por essas narrativas eram objetos de disputa por diferentes sujeitos nesse contexto histórico. A título de exemplo, podemos nos reter no verbo “seduzir” e o substantivo dele derivado, “sedução”. Tal qual podemos observar nos exemplos abaixo, ambos figurariam em coberturas de desvirginamentos consumados em vista de promessas de casamento, mas também estupros e até mesmo, supostos incestos:

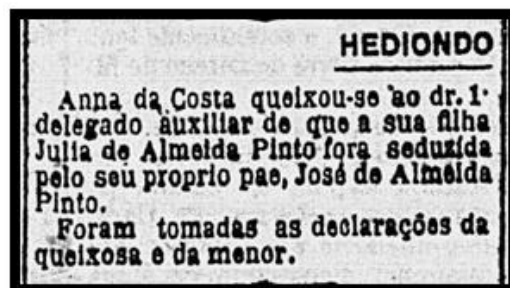


Figura 3: Correio da Manhã, n.170, p.2. RJ, 01/12/1901.



Figura 4: Correio da Manhã, n.465, p.2. RJ. 22/09/1902.

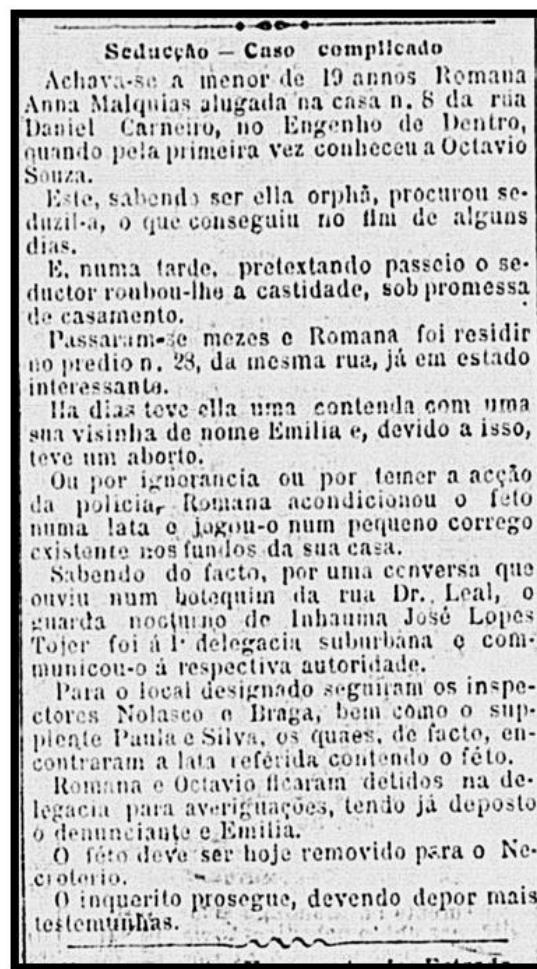


Figura 5: Correio da Manhã, n.617, p. 2. RJ 18/02/1903.

Sendo a perda/comprometimento da virgindade de menores o fator comum das nas narrativas que aludiam a “seduções”, desvelamos seu significado então atrelado ao desvirginamento colocado em prática fora dos laços do matrimônio. Nada obstante, tal categoria podia se referir tanto a consumação do ato em si, mas também aos artifícios empreendidos com tal fim. Hipótese essa, que pautamos também a partir da definição conferida ao verbo “seduzir” no “*Novo Dicionário da Língua Portuguesa – Compreendendo: Além do Vocabulário comum aos mais modernos dicionários da Língua*” publicado em 1899 e de autoria de Cândido Figueireiro que definia tal prática como:

Desviar do caminho da verdade; fazer cair em erro ou culpa; enganar arditosamente; persuadir à prática do mal ou ao desvio dos bons costumes; deshonorar; Subornar para fins ilícitos; (fig.) attrahir, incantar, fascinar, dominar a vontade de (lat. Seducere, de se + ducere) (FIGUEIREIRO, 1900, p.514).

Ao que tudo indica, a ação de “seduzir” estaria associada na época, ao fascínio, ao domínio da vontade, mas também ao desvio de princípios subjetivos, como os “bons costumes” e o “caminho da verdade”. A sedução também fora citada no Código Penal de 1890 como meio de consumação dos tipos penais de Defloração (art.267) e rapto (270-276). Todavia, ainda que citado, tal termo não teve seu sentido e conteúdo definidos com exatidão no referido Código. Imprecisão essa, que Castro (1936) tentaria suprir em “*Delictos contra a honra da mulher*”, ao propor que a “sedução” teria “no seu sentido jurídico por seu indispensável substractum o engano” (CASTRO, 1936, p.75). Esforço de significação que compreendemos partir também das ressalvas do jurista, sobre os “sentidos” conferidos à palavra “na linguagem vulgar”:

A mulher, que na linguagem vulgar, chamar-se seduzida, porque seu pudor foi vencido pelos rogos, pelas lágrimas, pelas assíduas atenções, pelos affagos de insistente apaixonado, ou então por impulsos de ambição e de avidez, ou de excitada exaltação dos sentidos não póde dizer-se seduzida no sentido jurídico [...]. A mulher que rendeu-se à vista do ouro ou de supplicas, não póde dizer que não consentio e que não dipoz de seu direito: póde, porém, dizel-o a mulher a que foi feito acreditar uma certa cousa, que a levou a consentir, mas que não teria consentido si conhecesse que era falsa a mesma a cousa (CASTRO, 1936, p. 75-76).

Com efeito, a delimitação proposta por Castro (1936) da “verdadeira sedução” perante possíveis apropriações discursivas, que beneficiassem mulheres que consentissem por motivos outros que não a promessa de casamento, evidencia-nos não apenas que várias experiências poderiam então ser “vulgarmente” apreendidas no imaginário da época, significadas a partir de tal categoria. Também fica evidente o caráter disciplinador pelo qual esse proeminente jurista concebia a sexualidade feminina, positivada apenas quando submetida à instituição do matrimônio. A respeito da postura de Castro (1934; 1936), Esteves (1989) observaria que o jurista era então, tido como um representante do:

[...] que de melhor o conhecimento jurídico poderia produzir sobre infrações sexuais para que fosse possível um controle dos comportamentos amorosos populares. Suas obras também evidenciavam a necessidade de novos métodos de punição. Deixavam claro que não cabia mais ao aparelho jurídico simplesmente castigar os que eram considerados delinquentes e desviantes, mas punir melhor as delinquências e os desvios, não apenas perseguir e afastar os rotulados de desordeiros, mas passar imagens positivas de ordem sexual; não só punir o homem criminoso, mas ensinar-lhe novos comportamentos (ESTEVES, 1989, p.35).

Com tais objetivos, além de precisar os dados materiais dos crimes (cópula carnal, virgindade física, defloração, idade etc.), a jurisprudência produzida pelo advogado carioca, teria orientado a delimitação dos caminhos

para a análise do subjetivo (honestidade, promessa de casamento, virgindade moral, honra etc.) ESTEVES, 1989, p.37). Nada obstante, a despeito dos empreendimentos intelectuais de juristas como Castro (1934; 1936), pela fixação de preceitos que positivassem determinadas práticas, detectamos nos *faits divers* referentes a crimes sexuais, apropriações e mesmo estratégias populares que subvertiam os princípios divulgados por tais discursos. O próprio caráter conferido juridicamente a tais tipos penais, como crimes contra a honra, poderia servir, por exemplo, para que apaixonados compelissem a legitimação de suas uniões por meio de raptos. Ressalvemos nesse sentido, que tal prática não necessariamente se referia a abduções forçadas, como pudemos constatar a partir da análise de reportagens que caracterizavam fugas em tais termos.

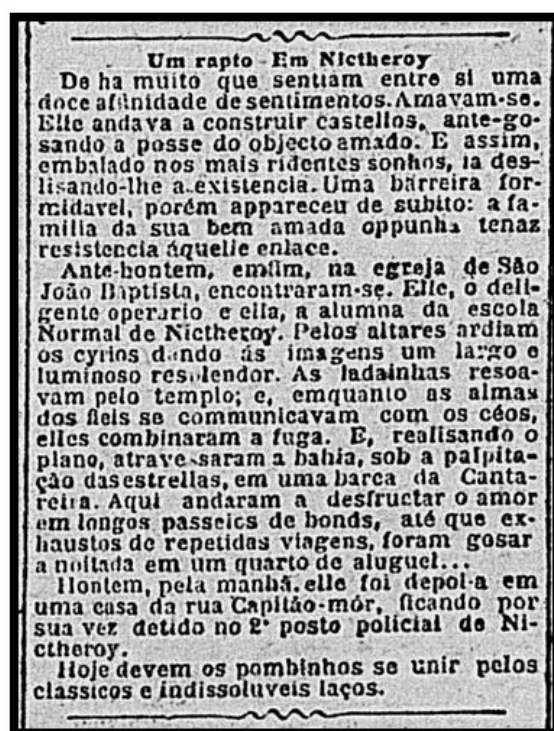


Figura 6: Correio da Manhã, n.718, p.2. RJ, 30/10/1903.

Embora se utilizem de categorias presentes nas preconizações de médicos juristas da época, os repórteres remetiam-se a uma realidade concreta que, cotidianamente, impelia a transgressão e ressignificação de tais preceitos. De forma que, simultaneamente, tais reportagens explicitam tanto o diálogo de seus autores com as citadas prescrições pela ordenação dos prazeres, mas também expõem algumas das significações e apropriações de que sofriam mesmo categorias legais, como é o caso da “Sedução”. Não somente, a análise de *faits divers* exprimem ainda algumas formas pelas quais homens e mulheres subvertiam o próprio caráter desses crimes contra a honra de maneira por, exemplo, viabilizar uniões proibidas.

“DESORDEIRAS”: “MULHERES-HOMEM” E “VALENTONAS” DE “CABELINHO NAS VENTAS”

A análise de reportagens referentes a episódios de “desordens” protagonizadas por mulheres (agressões, balbúrdias públicas, correrias) é bastante paradigmática da dificuldade dos jornalistas em apreender as condutas femininas que desafiavam a suposta natural disposição à docilidade do “sexo frágil”. Observamos, nesse sentido, que a desordem emerge nesse contexto histórico, e mesmo no jornal, adjetivando uma gama de comportamentos

sociais indesejados que ameaçassem a ordem, de agressões até a prática de acrobacias públicas que remetessem à Capoeira, assim sendo, forma a compreender no que implicara tais comportamentos quando desferidos por mulheres, é preciso primeiro pontuar algumas especificidades desse contexto histórico no que diz respeito à própria concepção de ordem, enquanto um sinônimo de “paz social”. Segundo Maria Helena Souza Patto (1999), em “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”, a República teria nascido sob o signo da ordem pública:

Herdeiros de concepções político-filosóficas de cunho evolucionista que naturalizavam o social, intelectuais e militares que fundaram a República defendiam a tese do progresso ordeiro. O caráter nada revolucionário do movimento republicano brasileiro já era visível no Manifesto Republicano de 1870: seus signatários apresentavam-se “como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da pátria”, que não pretendiam convulsionar a sociedade, muito menos romper com a estrutura vigente. No Decreto nº1, de 15/11/1889, os membros do recém-criado Governo Provisório afirmam repetidas vezes a “defesa da ordem pública” como objetivo maior (PATTO, 1999, p. 168).

Todavia, para a autora (1999), o medo da sublevação popular, “a oklocracia” não teria necessariamente representado uma novidade histórica desse contexto, mas sim, o desdobramento de longa tradição política, verificada desde o Império. Analisemos as menções à “desordem” no Código Penal de 1890, afinal, conforme ressalva Patto (1999), seria “fundamental” a atenção aos termos usados pelo aparato repressivo para “classificar pessoas e comportamentos sociais indesejados”, na tarefa de interpretar os mecanismos de controle social em ação na sociedade brasileira (PATTO, 1999, p. 175). Nesse sentido, observamos o título do primeiro capítulo em que a “desordem” seria aludida, “Dos Crimes Contra a Independência, Integridade e Dignidade da Pátria”. No art. 96 desse capítulo estipulava-se crime cabível de prisão celular por dois a seis meses: “Transgredir as ordens e decretos do Governo que proibirem, no territorio onde tiverem logar as operações de guerra, publicações e reuniões que puderem favorecer o inimigo, ou excitar a desordem” (CÓDIGO PENAL, 1890, art. 86). O artigo 114 do terceiro capítulo do mesmo Código, “Dos Crimes Contra o Livre Exercício dos Poderes Políticos”, estipularia a mesma pena para aquele que “levantar motim, ou excitar desordem, durante a sessão de um tribunal de justiça, ou audiência de juiz singular, de maneira a impedir, perturbar ou determinar a suspensão do acto”. Tal categoria seria citada novamente, apenas no sexto capítulo “Dos Vadios e Capoeiras” no artigo 402, que novamente previa a pena de prisão celular por dois a três meses a todo aquele que:

Fazer nas ruas e praças publicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal (BRASIL, 1890, art.402).

Não é por acaso que a “desordem” é mencionada em capítulos que objetivavam a punição de indivíduos que atentassem contra a “integridade e dignidade da pátria”, o “livre exercício dos poderes públicos”, sendo referida também em trechos voltados à repreensão dos “vadios”. Implícito na correlação entre essas categorias, verifica-se o anseio dos legisladores pelo ordenamento do corpo social por meio do combate de possíveis “motins”, focos de insubordinação com os rumos do novo regime e pela positivação do trabalho como princípio regulador/regenerador da sociedade, sobretudo, entre aqueles tidos como “atavicamente inferiores”. Com efeito, ressaltamos que, implícita na mediação jornalística das “façanhas” de mulheres desordeiras, verifica-se tensionada a incompatibilidade entre a agressividade, a violência e o papel idealizado a essa parcela da população. Nesse sentido, embora as mediações

jornalísticas do *Correio* de crimes protagonizados por “valentonas”, demarquem o caráter transgressivo de suas condutas, chegando a instrumentalizar categorias como desordem, é perceptível certa ambiguidade nas apreensões dessas ocorrências, tal como observamos abaixo:

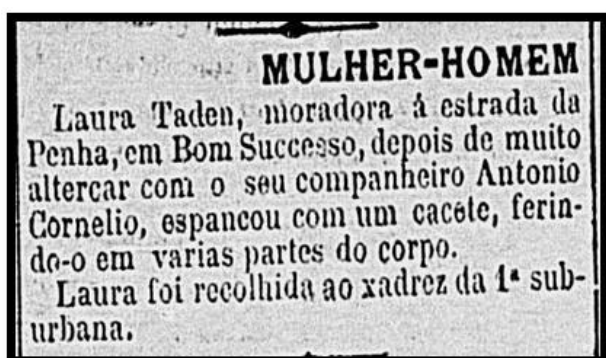


Figura 7: Correio da Manhã, n. 439, p. 2. RJ, 27/08/1902.

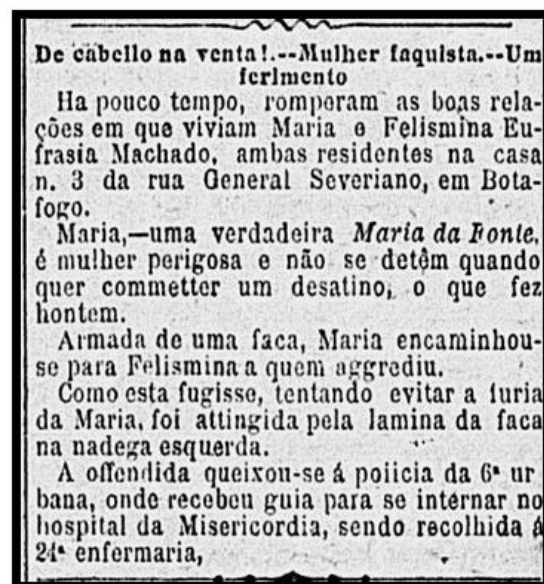


Figura 8: Correio da Manhã, n.590, p.2. RJ, 22/01/1903.

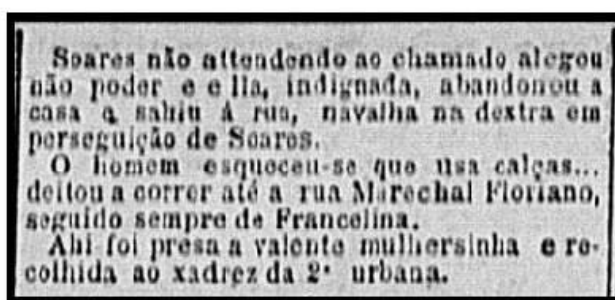
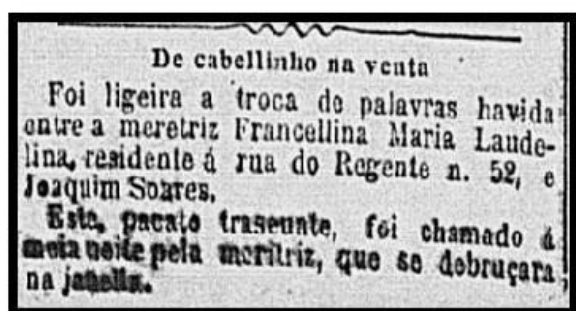


Figura 9 e 10: Correio da Manhã, n. 765, p.2. RJ, 16/06/1903.

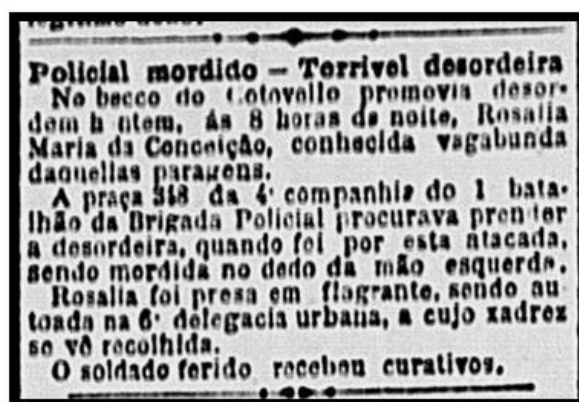


Figura 11: Correio da Manhã. n. 993, p.2. RJ, 03/03/1904

Se por um lado podiam ser reconhecidas como “terríveis”, tal como a “perigosa” Maria Amélia, famosa por suas façanhas na Riachuelo ou mesmo a “terrível desordeira” Rosalinda Maria da Conceição, “vagabunda conhecida”

que não apenas promoveria uma desordem, mas feriria a mordidas o praça que a prendeu. Todavia, em função de idealizações do “belo sexo”, outras transgressões seriam praticamente esvaziadas de periculosidade, como pudemos observar no caso de Francellina, a “indignada” meretriz de “Cabelinho na venta” que teria perseguido um homem que esquecera que “usa calças”.

Já outros casos a violência protagonizados por essas “cabelinhos nas ventas” seriam interpretados por um viés masculinizante, tal qual podemos constatar a partir da adjetivação de Laura Tarden como uma “mulher-homem”. Oscilações representativas da própria dificuldade em definir o problema do lugar social das mulheres, o seu estatuto. Impasse emblemático de uma república legislada por homens ciosos pelo ordenamento social e conjecturada por intelectuais que ainda tentavam descobrir se encontrávamos em degenerescência, esquadrinhando e hierarquizando, a pluralidade da nossa composição populacional. Retenhamo-nos nesse sentido, a narrativa abaixo, protagonizada por uma imigrante dona de um estabelecimento referido “antro de desordeiros”



Figura 12: Correio de Manhã Edição n. 235, p. 2, RJ, 04/02/1902.

Não é possível estabelecer se de fato Luzia e seu companheiro agrediram Manoel, afinal, a despeito da versão dos fatos publicados pelo jornal, é possível que o homem possa ter causado os hematomas da italiana. Nada obstante, tal narrativa subsidia a percepção de uma possível instrumentalização das disposições então atribuídas ao “belo sexo”. Ou seja, nos permite vislumbrar a possibilidade de que nesse contexto histórico, mulheres cariocas não somente pudessem extrapolar às condutas a elas prescritas, mas subverter a fragilidade investida a sua constituição, para como no caso de Luzia, escapar o xadrez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo ao metamorfosear dados, discursos e, no caso dessas reportagens, também esquemas folhetinescos e artifícios melodramáticos, comporia textos que tocariam em feridas sociais muito mais violentas que as tragédias por ele noticiadas. Nesse sentido, ainda que muitas dessas reportagens reproduzam desqualificações de

certos tipos sociais e modos de vida, evidenciaram também os próprios limites de algumas das idealizações estipuladas por esses projetos, sobretudo no que diz respeito às concepções científicas sobre as supostas naturais disposições de homens e mulheres. Dessa forma, por mais que a análise dessas reportagens permita a percepção do impacto de idealizações de gênero divulgados pela intelectualidade na apreensão jornalística de episódios de transgressão, o exame dessas narrativas também nos permite a interpretação de que tais valores poderiam ser vividos, significados de maneiras que extrapolavam tais modelos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do Prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Editora Rocco. Rio de Janeiro, 1995.

BRASIL. **Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jul. 2017.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Código Criminal do Império do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.html. Acesso em: 23 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso: 24 jul. 2017.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Attentados ao Pudor**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, Freitas Bastos & CIA, 1934.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Os Delictos contra a honra da mulher**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, Freitas Bastos & CIA, 1936.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CORREIO DA MANHÃ. Sempre o amor - Uma Infeliz tentativa de suicídio. Edição n.511, p.2. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1902.

CORREIO DA MANHÃ. Scenas de Amor. Edição n.158, p. 2. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1901

CORREIO DA MANHÃ. Hediondo. Edição n.170, p.2. Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1901.

CORREIO DA MANHÃ. Sedução e Dinheiro – Violência Carnal. Edição n.465, p.2. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1902.

CORREIO DA MANHÃ. Sedução- Caso Complicado. Edição n.617, p. 2. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1903

CORREIO DA MANHÃ. Um rapto em Nictheroy. Edição n.718, p.2. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1903.

CORREIO DA MANHÃ. Mulher- Homem. Edição n. 439, p.2. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1902.

CORREIO DA MANHÃ. De cabelinho na venta! Mulher faquista. Edição n.590, p.2. Rio de Janeiro. 22 de janeiro de 1903.

CORREIO DA MANHÃ. De cabelinho na venta! Edição n. 404, p.2. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1902.

CORREIO DA MANHÃ. Policial mordido – Terrível desordeira. Edição n. 993, p.2. Rio de Janeiro, 3 de março de 1904

CORREIO DA MANHÃ. Prisão Injusta. Edição n. 235, p. 2, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1902

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

- FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano** — A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- FIGUEIREIRO, Cândido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1900.
- LAQUEUR, Thomas Walter. **Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- MARTINS, Ana Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.
- RAGO, Margareth. “Foucault, a histeria e a aranha”. In: MUCHAIL, Salma Tannus; FONSECA, Márcio Alves da; Veiga-Neto, Alfredo (Orgs.). **O mesmo e o outro: 50 anos da História da loucura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p.235-246.
- SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**: Desacordos, desamores e diferenças, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: am esqualificação dos pobres. **Estudos avançados**, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999
- SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**: Desacordos, desamores e diferenças, Campinas, n. 3, 1994.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das. Letras, 1993.
- SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres Pobres e Ordem Urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1989.

ANTIFEMINISMOS EM REVISTAS: A QUESTÃO DE GÊNERO NA IMPRENSA ILUSTRADA HUMORÍSTICA (ARGENTINA E BRASIL, 1904-1918)

Thaís Batista Rosa Moreira

Resumo: O tema dos direitos das mulheres e o sufrágio, no início do século XX, ganhou força nas vozes das *suffragettes*. A imprensa mundial narrou a atuação das militantes inglesas enquanto novos grupos e associações feministas intensificavam a reivindicação pelos direitos de igualdade – como foi o caso do Brasil e da Argentina. As mobilizações políticas em favor de ideais feministas despertaram diversas críticas na opinião pública, que se utilizou de diferentes abordagens para deslegitimar e ridicularizar a luta pela emancipação das mulheres. A proposta da pesquisa apresentada é analisar esses posicionamentos, caracterizados como antifeministas, especificamente veiculados entre 1904 e 1918 nas revistas ilustradas humorísticas *PBT* (Argentina) e *O Malho* (Brasil), de grande tiragem nas cidades do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. As caricaturas, crônicas e chistes trouxeram de forma satírica o tema do feminismo e da busca por igualdade de direitos.

Palavras-chave: antifeminismos; imprensa; América Latina.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos do século XIX, o Rio de Janeiro passava por mudanças estruturais intensas no que diz respeito à espacialidade da cidade e às novas tecnologias. No âmbito político, com a transição para o regime republicano, muitas expectativas e incertezas permeavam a opinião pública. Em Buenos Aires observou-se um processo similar, de intensa modernização, enquanto a Argentina ganhava notoriedade econômica como grande exportadora de bens primários para o mundo. De todo modo, ambas as cidades são consideradas capitais culturais da *Belle Époque* no contexto latino-americano, por onde se observava o início da consolidação de uma imprensa de ampla circulação. Em Buenos Aires, as revistas ilustradas ganharam projeção nesse período, sendo que *PBT*¹, em apenas um ano de publicação, passou de uma tiragem inicial de cinco mil exemplares para quarenta e cinco mil exemplares (OJEDA; MOYANO; SUJATOVICH, 2018, p. 831).

A pesquisa visa, assim, compreender como a imprensa florescente se manifestou especificamente em relação às demandas de igualdade de direitos entre os sexos, clamadas pelos movimentos feministas e sufragistas tanto no exterior como nos países latino-americanos. Dito isso, evidencia-se a importância da análise pela perspectiva comparada – uma vez que as fontes dos dois países têm natureza similar, e, ainda, tendo em vista a escassez de estudos no campo da História das relações de gênero que busquem comparar o Brasil aos demais países da América Latina – em especial no que tange às manifestações antifeministas.

A baliza cronológica proposta, de 1904 a 1918, compreende um período em que ambas as revistas, *PBT* e *O Malho*, publicaram edições semanalmente. Nesses 15 anos de tiragens, inserem-se marcos importantes para os movimentos feministas e sufragistas. No exterior, como nos Estados Unidos e na Europa, diferentes grupos atuaram

¹ Na primeira edição da revista os editores esclarecem o significado da sigla que dá nome ao periódico. Segundo o texto “PBT em vinte idiomas”, o título refere-se à expressão coloquial “pebete”, sinônimo de *niño* (similar à palavra “pivete” em português).

das mais diversas formas: através de passeatas, greves e ações de desobediência civil. Na América Latina, principalmente nas zonas urbanas, surgiam aos poucos movimentos feministas organizados. O debate sobre a condição das mulheres ganhava espaço, com a imprensa comentando os eventos estrangeiros ao mesmo tempo em que lançava prognósticos do contexto latino-americano. O Partido Republicano Feminino (PRF), criado por Leolinda Daltro em 1910, buscou angariar adesão às pautas feministas. Na Argentina, foram fundados o Centro Feminista (1905) e o Comitê Pró-Sufrágio (1907). Além disso, é dentro da periodização proposta que se inserem as duas primeiras tentativas de discussão parlamentar da legalização do voto feminino, com os projetos de Alfredo Palacios (1911), na Argentina, e Maurício de Lacerda (1917), no Brasil.

É importante frisar que a baliza cronológica da pesquisa está inserida em uma conjuntura ampla, pois a mobilização de feministas foi um processo que durou décadas, envolvendo marcos anteriores e posteriores às duas primeiras décadas do século XX. Entre 1904 e 1918 é possível destacar que a imprensa, em especial as revistas ilustradas humorísticas como *PBT* e *O Malho*, se manifestou enfaticamente em torno da temática das lutas feministas, expondo opiniões contrárias de forma satírica através de crônicas, chistes e caricaturas. Tais publicações, veiculadas pelas duas revistas durante o período, constituirão o *corpus* documental do trabalho.

SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA FUNDAMENTAL

Em relação ao tema do antifeminismo, não podemos deixar de comentar os trabalhos de Rachel Soihet, sintetizados no livro *Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena* (SOIHET, 2013). Soihet dedicou-se, em especial, ao estudo do discurso antifeminista como “instrumento conservador entre libertários”. A autora analisou os usos da zombaria em edições da revista *Pasquim* durante as décadas de 1960 e 1970, embasando-se nos estudos de Quentin Skinner no que diz respeito à teoria do discurso persuasivo e a utilização do riso. Soihet apontou como, desde meados do século XIX, o meio religioso e as “verdades iluministas” fundamentaram parte das justificativas da sujeição das mulheres na sociedade. O trabalho da historiadora traz uma interpretação crítica da trajetória do movimento sufragista brasileiro como atuante pelo *feminismo tático*, no qual a militância de Bertha Lutz e da Federação Brasileiro para o Progresso Feminino (FBPF), a partir da década de vinte, priorizou o pragmatismo para alcançar a influência necessária no parlamento e na opinião pública. A análise feita por Florence Rochefort, pensando o contexto francês do feminismo na *Belle Époque*, é um trabalho semelhante. Em seu artigo, a autora buscou compreender a lógica do discurso antifeminista, que, como demonstra por meio de vários exemplos, dispunha de uma comunicação eficaz e persuasiva. Assim, Rochefort interpretou suas fontes a partir do conceito de retórica reacionária de Albert O. Hirschman (ROCHEFORT, 1999).

Outra referência fundamental para a pesquisa é o trabalho de Asunción Lavrin, *Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940*. Do ponto de vista específico do contexto argentino, o texto levanta dados e fontes referentes ao movimento sufragista e às diversas agremiações políticas de mulheres da época. O trabalho de Lavrin dedica-se também à história comparada. Através do panorama do Cone Sul, temáticas estruturais do feminismo na época são analisadas pela historiadora, dentre elas o divórcio, os códigos civis, a sexualidade, o controle da reprodução, a maternidade, entre outros temas. Além disto, Lavrin explora definições e busca contextualizar os próprios conceitos de feminismo na América Latina e suas transformações no período de cinquenta anos – um esforço importante, em especial no que diz respeito à historiografia sobre o feminismo de fins do século XIX e começo do século XX, por vezes centrada em produções e fontes exclusivamente europeias ou estadunidenses. Igualmente relevante é a produção de Silvana Palermo, que evidencia a relação entre gênero e

cidadania na Argentina, em especial no início do século XX². A autora defende que para compreender as iniciativas parlamentares sobre sufrágio feminino é preciso situá-las dentro de uma discussão pública mais ampla sobre o papel social e os direitos da mulher na época (PALERMO, 1998, p.153). Nesse sentido, o caminho de análise da autora nos é pertinente, pois entendemos as manifestações antissufragistas como falas situadas em um campo mais amplo de oposição à conquista de direitos civis e políticos para as mulheres.

No que diz respeito aos estudos sobre História Cultural do humor, podemos ressaltar a contribuição presente em *Razões do riso*: a representação humorística na história da *belle époque* aos primeiros tempos do rádio, de Elias Saliba (SALIBA, 2002). A obra apresenta a questão da natureza do humor e do cômico na transição do século XIX para o XX. A conjuntura da *belle époque* alterou radicalmente o cenário científico-tecnológico e alargou as fronteiras do mundo capitalista a partir da década de 1870. Nesse cenário, Saliba chama atenção para a “teoria da superioridade”, princípio do qual a consciência produz a degradação do objeto risível a partir de uma noção de “superioridade” e distanciamento daquele que ri. A tese está inserida no que o autor denomina de “sistema de valores da dimensão cômica”. Essa, bem como a distinção moral entre o “bom” e o “mau” riso, são elementos humorísticos que se desarticulam e entram em crise durante a *Belle Époque* – o que deu o tom da expressão cômica da época.

Sobre a imprensa, há trabalhos importantes que devem ser mencionados. Em *Imprensa, História e Literatura*, livro organizado por Isabel Lustosa (LUSTOSA, 2008), diversas contribuições são apresentadas. Uma delas, de autoria de Mônica Pimenta Velloso, focaliza as revistas literárias e de humor no Rio de Janeiro da Primeira República. Para a autora, entender a sensibilidade e a historicidade da época exige uma análise que compreenda o início do século XX como o momento em que se processa a modernização da comunicação de massa e se desenvolve a formação de uma opinião pública. Além disso, as revistas expressavam práticas e lógicas integrantes do sistema cultural vigente. Assim, nas crônicas e caricaturas das revistas de humor, o modernismo esboçava-se através das percepções cotidianas e das distintas receptividades em relação ao moderno. Entre 1900 e 1920, os intelectuais criaram formas de expressão e linguagem, difundindo-as através dos experimentos poéticos, das caricaturas e da propaganda (VELLOSO, 2008, p. 212).

PROBLEMAS DE PESQUISA

A questão da igualdade entre homens e mulheres transcende oposições tradicionais do “xadrez político”. A análise proposta para a pesquisa leva em conta o que muitas autoras dedicadas ao tema já afirmaram antes: apesar de munirem-se de justificativas diferentes, interlocutores de espectros ideológicos tanto da direita como da esquerda propagaram discursos antifeministas³. Desse modo, entender os antifeminismos pelo viés do riso e da ironia requer um esforço para interpretar as contradições para além das clássicas divisões ideológicas. Assim sendo, a especificidade das fontes históricas selecionadas implica na investigação de como, no Brasil e na Argentina, o viés humorístico integrou as projeções impressas desses diferentes articulistas no que diz respeito ao feminismo e suas(seus) militantes.

² Ver em: PALERMO, Silvana. Quiera el hombre votar, quiera la mujer votar: género y ciudadanía política en Argentina (1912-1947). *Ponencia presentada en El Sufragio Femenino en América Latina: Jornadas en conmemoración de los sesenta años de la ley*, v. 13, 2007 e *El sufragio femenino en el Congreso Nacional: Ideologías de Género y Ciudadanía en la Argentina 1916-1955. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, nº16-17. Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires, 1997/1998.

³ Como exemplo, tanto o trabalho de Rachel Soihet como o de Florence Rochefort chegaram à essa conclusão.

Compreender a produção dessas argumentações antifeministas de forma mais aprofundada é outro problema de pesquisa a ser explorado. Apesar do feminismo e da demanda pelo voto feminino serem grandes mobilizadores dos textos dos detratores, observa-se que as ridicularizações veiculadas pelas revistas usaram variadas temáticas como ponto de partida: a sexualidade de mulheres e homens simpatizantes às reformas (como os estereótipos de mulheres “solteironas” e homens “afeminados”), a “degeneração dos papéis de gênero” (um exemplo recorrente são as representações de feministas ou sufragistas como mulheres que abandonam o lar, os filhos e o marido), entre outros.

Do ponto de vista da história comparada, o problema de pesquisa a ser tratado é a análise das semelhanças e particularidades entre ambas as publicações latino-americanas. Nesse sentido, as abordagens antifeministas ora compartilham simetrias, ora estão ligadas às dinâmicas culturais específicas de cada país. O levantamento inicial das fontes nos permite citar, por exemplo, que o semanário argentino publicava mais textos escritos (como crônicas) em comparação à revista brasileira, repleta de caricaturas. Uma hipótese inicial para essa diferença se dá pelo grau de alfabetização da época – maior na Argentina em relação ao Brasil, tendo em vista as reformas educacionais argentinas implementadas desde o século XIX (MINELLI, 2018, p. 22). Por outro lado, observamos também que o humor gráfico não deixou de estar presente em *PBT*: em comparação com *O Malho*, a revista argentina publicou diversas histórias em quadrinhos que tratavam de forma irreverente o tema do feminismo e da emancipação feminina. Quanto aos articulistas das publicações – jornalistas, escritores(as), caricaturistas, etc – nota-se que em *O Malho* são majoritariamente anônimos, sem assinatura ou pseudônimos, enquanto *PBT* exibia a autoria da maioria de seus textos e ilustrações. Portanto, apesar de compartilharem semelhanças em alguns pontos, é possível supormos que a imprensa dos dois países manejava dinâmicas de publicação, produção, conteúdo e circulação próprias, o que certamente influenciou no modo como os temas políticos – dentre eles, o feminismo – foi tratado.

OS APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE PESQUISA

Em artigo intitulado *A imprensa como fonte e objetivo de estudo para o historiador*, Maria Helena Capelato reflete sobre o significado e a importância da imprensa no estudo do passado. As revisões teóricas e metodológicas dos últimos anos possibilitaram mudanças nas concepções do que é um documento histórico, e, destacando o exemplo da contribuição de Michel Foucault, o documento passa a ser interpretado como uma montagem produzida na sociedade de uma determinada época e reproduzida em épocas posteriores – reconstruindo, através de relações de poder, a construção de memórias impostas para as gerações futuras (CAPELATO, 2015, p. 115). Para a autora, a avaliação crítica do documento, através da desconstrução, implica em considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores. Capelato aponta ainda que o objetivo do estudo da história da imprensa traz o desafio de situar a fonte como atuante na vida política do país, sendo que nela ficaram registrados múltiplos aspectos da vivência cotidiana da sociedade.

Tania Regina de Luca, por sua vez, fez diversas observações metodológicas no que diz respeito ao estudo histórico através da imprensa, inclusive considerando-a como próprio objeto da análise. A autora chama atenção para como as revistas ilustradas merecem análise própria e cuidadosa, o que implica não só o conteúdo, mas a própria estrutura e diagramação (LUCA, 2008, p. 121). Evidencia-se a importância da materialidade dos impressos e seus suportes como elementos não naturais, portanto, submetidos às condições técnicas de produção e à averiguação do que foi escolhido para publicar e suas motivações. Tais aspectos remontam às funções sociais desses impressos, e, além disso, “os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que o cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (LUCA, 2008, p. 140).

Além disso, destacamos o artigo do historiador Marcos Silva, publicado em *Imprensa, História e Literatura*, que traz o debate sobre a caricatura como elemento de estudo histórico. Nas revistas humorísticas é recorrente a publicação conjunta de ilustrações com diálogos, poemas ou artigos. Desse modo, a análise desse conteúdo deve vir acompanhada dos estudos do elemento cômico. Segundo o autor, “a compreensão das caricaturas como cultura visual se desdobra em sensibilidades simbólicas sociais, emaranhado de experiências que vão muito além do riso imediato” (SILVA, 2008, p. 362). O riso, como relação social, exige identificação de seus objetos e da comunidade dos ridentes. Por esse motivo, associa-se tanto ao acolhimento e solidariedade, quanto à exclusão e ao preconceito – como se observa em caricaturas antissemitas e racistas em geral (SILVA, 2008, p.363). Desse modo, a caricatura só é inteligível no quadro de experiências sociais, das quais não se desvincula. Por esse motivo, ao preparar a análise das ilustrações selecionadas, os contextos locais – no caso, o Rio de Janeiro e Buenos Aires do início do século XX – devem ser examinados como componentes dos valores demonstrados nas publicações, de modo que a análise não se torne isolada ou mesmo ingênua.

Nesse ponto, destacamos brevemente a potencialidade da abordagem da história comparada. Marc Bloch indica em *Pour une histoire comparée des sociétés européennes* que a comparação de sociedades vizinhas e contemporâneas pode aspirar a chegar em conclusões muito menos hipotéticas e muito mais precisas. O texto de Bloch é uma das grandes referências do artigo de Maria Ligia Coelho Prado. Priorizando a área da História da América, a autora explora as possibilidades e limitações da perspectiva, bem como sua recorrência e discussão na historiografia. A partir disso, a opção de empregá-la nesse projeto de pesquisa se dá, justamente, pelas fontes. As revistas, produzidas nas duas capitais latino-americanas, apresentam certas similaridades de formato e discurso, porém também são singulares em outros aspectos. Assim, como pontua Prado, a análise é possível e válida, contanto que atenta para as suas limitações, evitando as generalizações e permanecendo crítica das visões eurocêntricas e dicotômicas (PRADO, 2005, p. 30).

Por fim, fundamentando metodologicamente esses estudos, devemos abordar a categoria gênero. Assim como sinaliza Joan Scott, o desafio da escrita de uma nova história deve incluir a experiência das mulheres e dar conta das persistentes desigualdades entre os homens e as mulheres – e esse movimento só é possível com a discussão do gênero como categoria analítica. A investigação do sentido e da natureza da opressão e os eixos classe, etnia e gênero são, portanto, pilares nesses estudos. É necessário frisar que uma das preocupações de Scott tem relação com a pouca importância dada ao gênero por estudiosos que abordaram temas como política e poder (SCOTT, 1995, p. 76). Durante todo o trabalho de pesquisa seguiremos os apontamentos da autora, buscando encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitimou e construiu as relações sociais da época, para, desse modo, compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p. 89).

Assim, é imperativo contrapor uma ideia por vezes presente na historiografia de que a história das mulheres só diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica. As disputas que envolvem as lutas por direitos civis e políticos às mulheres são, por isso, parte da relação entre a experiência masculina e a experiência feminina no passado, que conecta a história passada e a prática histórica presente (SCOTT, 1995, p.74). Logo, os questionamentos propostos por Scott são convenientes para nossos estudos: Que representações simbólicas (do gênero) são evocadas, como, e em quais contextos? Que conceitos normativos (expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que tomam a forma típica de uma oposição binária fixa do masculino e do feminino), quando e em quais circunstâncias estão presentes?

AS FONTES PRIMÁRIAS: REVISTAS ILUSTRADAS HUMORÍSTICAS

Como fontes do trabalho, selecionamos revistas de grande tiragem⁴ produzidas no Rio de Janeiro (*O Malho*) e em Buenos Aires (*PBT*). Conforme o levantamento prévio dessas fontes, verificamos que as crônicas, caricaturas, entre outros, se utilizaram dos recursos de humor e ironia como instrumento de desmoralização da luta pela emancipação feminina. Além disso, reforçaram estereótipos de inferioridade e incapacidade da mulher. Os periódicos, que buscavam familiarizar os leitores com a ideia de modernidade, ao mesmo tempo em que promoviam a publicidade de diversos bens de consumo, abordavam diversos temas por meio de diferentes enfoques, dentre eles a sátira política.

Dentro da baliza cronológica definida (1904 – 1918), o critério de seleção das fontes corresponde ao destaque às publicações que cobriram o desenrolar das demandas feministas e sufragistas, tanto no exterior como na América Latina. Nesse período, houve nuances e momentos em que a temática apareceu com diferentes frequências nas publicações. No entanto, podemos observar já com a prévia catalogação das fontes que a imprensa se pronunciou sobre o debate da legitimidade do sufrágio feminino em diversas ocasiões. Aparentemente, acontecimentos referentes à atuação de sufragistas, militantes e de grupos feministas tiveram impacto e repercutiram em muitas dessas publicações. Exemplos desses marcos são os protestos das *suffragettes* inglesas, a formação dos primeiros grupos e associações feministas e sufragistas na América Latina, além do posicionamento favorável de parlamentares que participaram das primeiras tentativas de reformas jurídicas-constitucionais pró-voto feminino.

A *Revista PBT*, o “semanario infantil ilustrado (para niños de 6 a 80 años)” foi uma revista semanal fundada por Eustáquio Pellicer, um dos fundadores da célebre *Caras y Caretas*, em 1904 na cidade de Buenos Aires. Inicialmente teve o apoio dos ilustradores Pedro de Rojas e Oscar Soldati, e a direção de Carlos Vicente Aloé. A revista foi publicada em dois períodos, sendo o primeiro a partir do ano de 1904 até 1918 (edição nº 1 à nº 693), e o segundo entre os anos de 1950 a 1955 (edição nº 694 à nº 996). Dentro da periodicidade proposta para a pesquisa, a revista ilustrada se destacou por temáticas que relacionaram sátiras políticas a interesses gerais. Por sua vez, no Brasil, a revista *O Malho* estava entre as publicações mais populares da capital da Primeira República. Foi fundada por Crispim do Amaral em 1902 e publicada até o ano de 1954. Destacou-se pelas caricaturas que ironizavam a política nacional – a própria nomenclatura “malhar” tinha como referência o processo metalúrgico que denotava o ato de criticar verbalmente alguém. As publicações tiveram contribuições de articulistas como Olavo Bilac, Emílio Meneses e Guimarães Passos. Dentre os caricaturistas, nomes como J. Carlos, Angelo Agostini, Yantok e K. Lixto.

Para que se tenha ideia do tipo de questões trazidas pelas fontes, cito como exemplos os personagens construídos nos dois periódicos. É interessante notar que as revistas semanais ilustradas apresentavam pseudônimos e “personagens-símbolo”, como o “Zé Povo” de *O Malho*, que se faziam presentes em locais nos quais o público leitor geralmente não tinha acesso, tais como o Senado e a Câmara (VELLOSO, 2008, p. 221). No semanário *PBT* incluiu-se alguns personagens fixos, como os “detetives Smith e Churrasco”, “Aniceto Cascarrabias”, “Don Salamito e Doña Gaviota”, entre outros. Além disso, os “personagens-símbolo” interpelavam frequentemente os consumidores, buscando atrair leitores das classes médias e das camadas populares, letrados e iletrados, pelas palavras impressas e pelas ilustrações.

⁴ Semelhante ao caso do periódico *PBT*, *O Malho* alcançou a tiragem de 40 mil exemplares em sua última edição de 1905 (*O Malho*, 30 dez. 1905, p.1). Além disso, a ampla circulação da revista é sugerida por razão das recorrentes mensagens enviadas por leitores(as) de todo o país, bem como as próprias publicidades de assinatura anual ou semestral para diversas localidades.



OS ANTIFEMINISMOS NAS FONTES

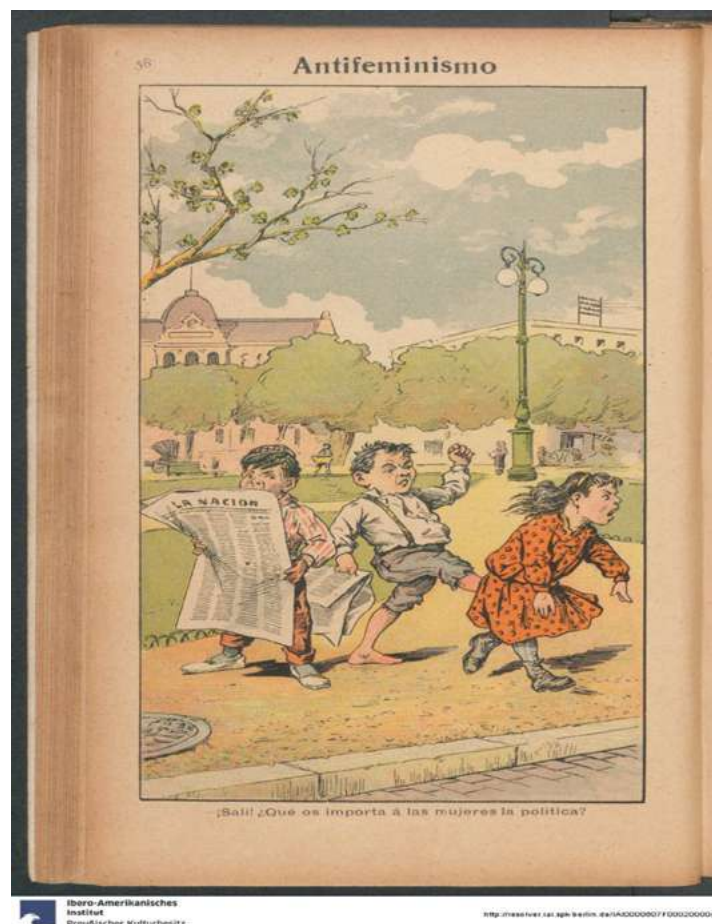


Figura 1: Revista PBT, 01/10/1904

A ilustração “Antifeminismo” é emblemática por diversos motivos. Foi publicada já na segunda edição de PBT, colorida e preenchendo uma página inteira – algo incomum nesse tipo de semanário, na medida em que os conteúdos textuais e imagéticos autorais disputavam espaço com as publicidades⁵. A cena caricaturada acontece em frente à Casa Rosada de Buenos Aires, sede do poder político da Argentina. Uma menina, interessada em compartilhar a leitura do jornal *La Nación* com dois garotos aparentemente da mesma idade, é prontamente hostilizada por um deles enquanto é chutada: “¡Sali! Qué os importa á las mujeres la política?”. As expressões faciais das personagens chamam a atenção, ilustradas com traços diferentes das expressividades amenas, habitualmente associadas às crianças. Nesse sentido, o ilustrador pareceu utilizar-se da própria brincadeira que serve de subtítulo à revista, “infantil ilustrado (para niños de 6 a 80 años)”, como marca de sua imagem: o emprego de personagens crianças busca dialogar com parte do público infantil, ao mesmo tempo em que dilui o conflito ali presente – onde, vale observar, a mensagem de repúdio dirige-se ao público adulto, ao optar pelo uso de “mujeres” e não “niñas”. A ação raivosa do garoto representa o posicionamento misógino que responde às primeiras movimentações feministas organizadas, como a fundação da *International Alliance of Women* (IWSA) em Berlim, poucos meses antes. A cena, em frente à Casa Rosada, reproduz uma resposta ao contexto exterior dialogando com seus leitores argentinos, e, em especial, com as leitoras: despreza-se a atuação feminista, ainda mais se ela “ousar” emergir de nosso próprio país.

⁵ Segundo o quadro comparativo de Rocchi (ROCCHI, 2000, p. 330), entre as revistas argentinas com tiragem maior do que 30.000 exemplares em 1913, o custo de uma publicidade por página em PBT era de 250 pesos – valor acima de periódicos como *Fray Mocho* e *El Hogar*.



Figura 2: Revista *O Malho*, 14/11/1908

A partir da mensagem vinda “dos telegrammas”, o caricaturista cria a cena hipotética de duas sufragistas inglesas dialogando sobre a militância, enquanto uma delas se sobrepõe à figura de um idoso inglês que se dirige ao público leitor de *O Malho*: “Cuidado, Srs. brasileiros! Vocês já andam tão caiporas que devem evitar mais este caiporismo!...” – Onde “caiporismo” refere-se às sufragistas e à demanda do voto feminino. Novamente, observa-se a resposta ao contexto exterior numa mensagem direta aos leitores(as) brasileiros(as). Desta vez o recurso para demonstrar o posicionamento antifeminista se vale da ridicularização das sufragistas na ilustração: a que levanta a bandeira tem uma expressão grotesca e eufórica, enquanto sua companheira é retratada de forma “masculinizada” na concepção da época, tanto no vestuário, como na performance (inclusive, tem em sua mão uma edição do jornal *Times*). A frase “honni soit qui mal y pense” aparece tanto na bandeira, como na barriga da sufragista, e chama atenção pela ambiguidade: a expressão francesa que significa, numa tradução livre, ‘maldito seja quem nisto ver maldade’, pode referir-se às feministas inglesas⁶ ou ao próprio ilustrador, que ironiza seu papel na mensagem, buscando não responder por sua própria crítica através da opacidade do humor. Nesse sentido, ressaltamos a tarefa do historiador perante as fontes, recobertas do pretexto da “simples diversão” do período contemporâneo à suas produções, onde tudo se justificava pelo riso. Nós, como intérpretes, devemos analisar como a diversão é o manto que cobre inúmeros códigos sociais, enchendo-os de opacidade (SALIBA, 2018, p. 11).

CONSIDERAÇÕES

O trabalho apresentado é um texto provisório, tendo em vista que a pesquisa de mestrado se iniciou no ano de 2020 e será finalizada em 2023. É objetivo do trabalho refletir sobre a negação da emancipação política da mulher como construção histórica em um momento particular de mudanças políticas na Argentina e no Brasil.

⁶ A frase é lema da *Order of the Garter*, criada por Eduardo III no período das Cruzadas, que ilustra, inclusive, o real brasão de armas do Reino Unido.

Outra questão importante para a pesquisa diz respeito aos respectivos momentos políticos em voga no começo do século XX nos dois países latino-americanos. Na Argentina, o processo de discussão e instauração da reforma eleitoral de 1912, conhecida como lei Sáenz Peña, centrou-se no direito de voto universal masculino. Por outro lado, debates semelhantes foram antecipados no contexto brasileiro pela Constituição de 1891. Em vista disso, é importante considerar que uma das grandes pautas do feminismo na época, o direito ao voto feminino, se dava no meio de um processo maior de reformulação do conceito de cidadania em ambos os países. Na Argentina, apesar das seis tentativas de apresentação de projetos sobre o sufrágio feminino no parlamento entre 1916 e 1930 (PALERMO, 1998, p. 157), o direito só foi obtido em 1947. No Brasil, o sufrágio feminino foi conquistado em 1932 e concretizado em 1934. A diferença considerável das datas nos indica que o processo político de legitimação do sufrágio feminino traçou caminhos próprios, apesar da militância feminista ter se iniciado praticamente no mesmo período em ambos os países. Dito isso, outra hipótese a ser investigada é a de que as discussões sobre a legalidade das políticas feministas tiveram contornos particulares na Argentina e no Brasil. Porém, semelhanças parecem evidentes no que tange à forma recorrente da imprensa em enviesar o sentido político do feminismo: os discursos antifeministas evocavam intensamente os valores dos indivíduos em consonância com limites morais – por vezes contraditórios – aceitos pela sociedade burguesa. A diferença sexual é sempre construída no discurso, e, nesse período em específico, apresentou muitos traços do que se define por *violência simbólica* – isto é, a afirmação de que a diferença tem origem natural, radical, irredutível e universal, mesmo quando se sabe que ela é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída (CHARTIER, 1995, p. 42). Pensando as revistas ilustradas como uma fonte de circulação de ideias privilegiada do início do século XX, outro prognóstico a ser aprofundado é a da relevância dessas publicações de teor antifeminista como mobilizadoras dos leitores e leitoras – afinal, as representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas e mostradas, se inscrevem nos pensamento e nos corpos (CHARTIER, 1995, p. 40).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objetivo de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas - CAPES, 2015.
- LAVRIN, Asunción. **Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940**. Santiago, Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2005.
- LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1. p. 111-153.
- LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, História e Literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- MINELLI, Ivía. **La tradición se apea: revistas criollas e intelectualidade criollista na Argentina (final do século XIX - início do XX)**. 2018. 1 recurso online (208 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- OJEDA, Alejandra V; MOYANO, Julio; SUJATOVICH, Luis. Los nuevos magazines de principios del siglo XX en Argentina. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE HISTORIADORES DE LA COMUNICACIÓN, 15., 2018, Porto. **Actas [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2018.
- PALERMO, Silvana. El sufragio femenino en el Congreso Nacional: Ideologías de Género y Ciudadanía en la Argentina 1916-1955. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, Buenos Aires, n. 16-17, 1997/1998.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a História Comparada da América Latina”. **Revista de História**, São Paulo, v. 153, 2005.



ROCCHI, F. “Inventando la soberanía del consumidor: publicidad, privacidad y revolución del mercado en Argentina, 1860-1940”. In: DEVOTO, Fernando; MADERO, Marta (dirs.). **Historia de la vida privada en la Argentina**. Tomo II, La Argentina plural: 1870-1930. Buenos Aires : Taurus, 1999.

ROCHEFORT, Florence. L’antiféminisme à la Belle Époque, une rhétorique réactionnaire. In: BARD, Christine (org.). **Un siècle d’antiféminisme**. Paris: Éditions Fayard, 1999.

SALIBA, E. T. **Raízes do riso**: a representação humorística na história da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALIBA, E. T. **Crocodilos, satíricos e humoristas involuntários**: Ensaios de História Cultural do Humor. São Paulo: Intermeios, 2018.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, 1995.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Sensibilidades modernas: as revistas literárias e de humor no Rio da Primeira República. In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, História e Literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

A CRISE DO CORONAVÍRUS NO BRASIL: DESAFIOS DE GÊNERO NUM CONTEXTO PANDÊMICO

Ivana Aparecida Cunha Marques¹

Larissa Klosowski de Paula²

Resumo. O novo coronavírus trouxe em seu bojo uma crise econômica, política e social de escala global, que ganha contornos singulares nas suas manifestações em diferentes países. No Brasil, país marcado pela desigualdade social e de gênero, a pandemia desvelou e acentuou essas assimetrias, especialmente as existentes entre homens e mulheres. Assim, o presente trabalho objetivou compreender em quais esferas sociais essas diferenças se mostram mais assinaladas, e o que essas alterações representam em termos de retrocesso na luta pela igualdade de gênero. Para tanto, utilizou-se como fontes as matérias disseminadas por um grande veículo midiático digital, o portal *G1*, estabelecendo-se como periodização o intervalo entre os meses de março a setembro de 2020, período no qual a referida pandemia atingiu o Brasil e se intensificou. Essa discussão foi fundamentada pela análise de textos de grandes pesquisadoras na área das relações de gênero, como, por exemplo, Pedro (2005), Scott (1990) e Soihet (2007).

Palavras-chave: coronavírus; mulheres; igualdade.

INTRODUÇÃO

A proposta dessa pesquisa consistiu numa análise acerca de como a crise causada pelo novo coronavírus trouxe retrocessos no que se refere ao processo de enfrentamento das desigualdades de gênero existentes no Brasil. Para tanto, foram utilizadas como fontes matérias e levantamentos acerca da temática, disseminadas por grandes veículos midiáticos, como é o caso do portal *G1*. Essa discussão foi fundamentada pela análise de textos de grandes pesquisadoras na área das relações de gênero, como, por exemplo, Pedro (2005), Scott (1990) e Soihet (2007). A pretensão, então, foi a de compreender como esse período pandêmico se caracteriza como um grande desafio para as mulheres, principalmente no que concerne ao avanço de conquistas salariais, e a luta pelo fim da divisão sexual do trabalho e do aumento dos índices de violência doméstica. No entanto, no decorrer da clivagem das fontes, observou-se também a existência de focos de resistência feminina em meio pandemia, as quais serão abordadas mais à frente.

Para tanto, utilizou-se das notícias veiculadas no referido portal, filtradas pelos indicadores “mulheres” e “pandemia”, na aba “notícias”. Além disso, utilizou-se a filtragem dessas por data, por intermédio da ferramenta disponível no *G1*, calibrada para a seleção das que foram veiculadas entre os dias 01/03/2020 a 11/09/2020. A escolha das datas ocorreu pelo fato de se compreender o início da pandemia no Brasil, enquanto a segunda antecedia o período de realização deste evento. Ao todo, foram catalogadas 125 notícias que continham ambos os indicadores.

¹ Formada em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e mestranda pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: ivanamarquess@outlook.com.

² Graduada em História e Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR / Campus de Paranavaí. Graduada em pedagogia pela Faculdade UniBF. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade do Campo (GESPEDIC) da UNESPAR e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino, História e Educação (GEPEHED) da UFGD. E-mail: Larissa_klosowski@hotmail.com.

As matérias encontradas foram catalogadas em um quadro elaborado pelas pesquisadoras, constando a titulação da matéria, o link de acesso, a data de disseminação e a tipologia da informação disseminada (se se relacionava com as questões salariais, de violência, de maternagem, de trabalho ou resistência). A partir dessas matérias, elaborou-se algumas representações gráficas para melhor visualização do/a leitor/a acerca dos dados. Vale ressaltar que esta pesquisa encontra-se em andamento, sendo este texto oriundo dos resultantes até o momento. Ademais, optou-se por apresentar os resultados iniciais em conjunto com as considerações da ciência de referência acerca das tipologias das notícias encontradas, conforme segue no próximo tópico.

GÊNERO E DESIGUALDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS

No que se refere à concepção de gênero, de acordo com Scott (1990), esse termo fora apropriado pelas feministas americanas como uma forma de denúncia às distinções do sexo, as quais seriam construídas a partir de relações sociais - e não de forma biológica -, segundo elas.

Destarte, as relações entre homens e mulheres seriam mútuas e só se poderia compreender um gênero ao considerar o outro. Dessas conexões nascem relações de dominação que devem ser consideradas a partir de vínculos de poder. Para Scott (1990, p. 75): “Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino.”

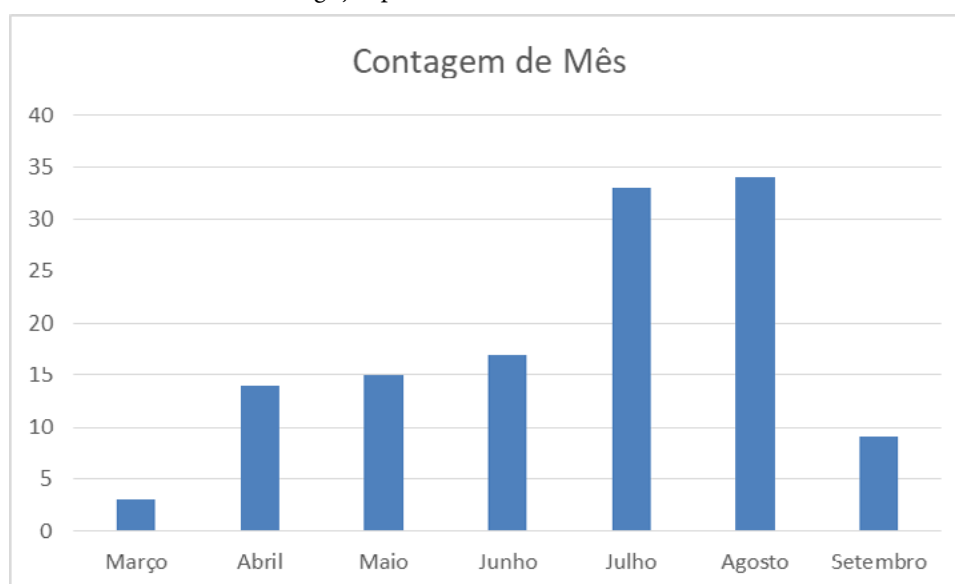
Partindo desse pressuposto, a análise desse trabalho considera as mulheres inseridas num mundo social e do trabalho no qual suas ações impactam e também são impactadas pelas práticas masculinas, como uma via de mão dupla.

Para Pedro (2005), gênero é uma categoria de análise e possui natureza social, tendo origem na segunda onda do feminismo, que ganhou notoriedade nos anos de 1960, e pregava, entre outras coisas, a liberdade sexual e do corpo. Segundo ela, quando os(as) historiadores(as) percebem e estudam as desigualdades entre homens e mulheres, eles/elas estão questionando postulados e a forma com que também se enquadram como colaboradores(as) na sedimentação dessas injustiças sociais.

Essa apropriação de *gênero* como uma categoria analítica para a pesquisa histórica e historiográfica representou uma quebra de barreiras para essa disciplina, que percorreu uma longa trajetória concebendo um sujeito *universal* e genérico que, por sua centralidade, alijava as mulheres dos palcos das abordagens (SOIHET; PEDRO, 2007).

No que se refere às notícias veiculadas de março a setembro de 2020 no portal que compreende o escopo desta pesquisa, foram catalogadas 125 notícias que trazem consigo os indicadores mulheres e pandemia, seja no corpo da notícia, seja em sua titulação. Em relação ao meses de publicação das notícias, os seguintes dados foram levantados:

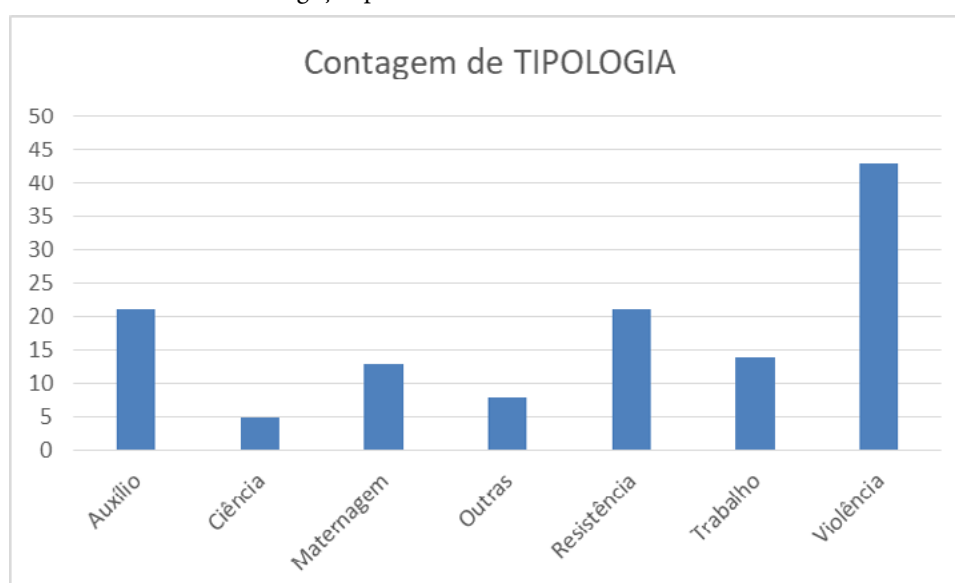
Gráfico 01: Catalogação por meses das notícias sobre mulheres no G1



Fonte: As autoras, adaptado a partir das notícias do G1

Essas notícias foram categorizadas pelas pesquisadoras e enquadradas nos indicadores *auxílio*, *ciência*, *maternagem*, *resistência*, *trabalho*, *violência* e *outros*. Na categoria *auxílio* foram catalogadas as notícias que se referiam às estratégias de terceiros em relação às problemáticas enfrentadas pelas mulheres perante à pandemia; na *ciência*, as que se referem às mulheres pesquisadoras e seus enfrentamento e conquistas; em *maternagem*, agregaram-se as notícias relacionadas à condição de mães; em *resistência*, as estratégias desenvolvidas por mulheres em relação ao momento de pandemia; em *trabalho*, catalogou-se as notícias relacionadas às mulheres trabalhadoras; e *violência*, as notícias referentes a esse indicador, agravado ou diminuído perante à pandemia; e, por fim, em *outros*, as demais notícias que não se relacionavam com os indicadores mencionados anteriormente. Perante essa iniciativa, fora possível o detalhamento na seguinte representação gráfica:

Gráfico 02: Catalogação por indicador das notícias sobre mulheres no G1

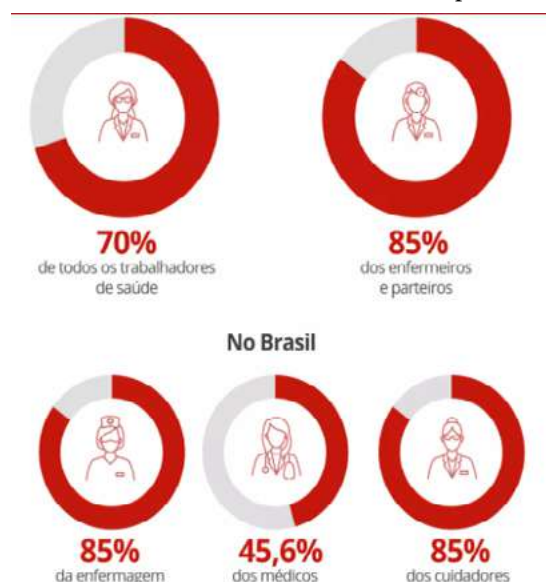


Fonte: As autoras, adaptado a partir das notícias do G1

Nota-se, de início, que grande parcela das notícias que englobam as mulheres em tempos de pandemia se remetem à *violência*, com 43 incidências entre 125 notícias; seguidas pelos indicadores *auxílio* e *resistência*, com 21 incidências de 125; *trabalho*, com 14 entre 125; *maternagem*, com 13 incidências; *outras*, com 8 em 125; e, em último lugar, *ciência*, com 5 entre 125 notícias.

Considerando os papéis sociais desempenhados e os obstáculos enfrentados pelas mulheres no atual contexto pandêmico, de acordo com o G1 (2020), um veículo de notícias da rede Globo, pesquisas publicadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que, apesar da maioria das pessoas mortas pelo novo coronavírus serem homens, a pandemia potencializará as desigualdades e violências contra as mulheres, já que elas estão mais expostas a doença devido à suscetibilidades sociais, como o desemprego, o trabalho informal, a violência, a pobreza, o trabalho na linha de frente contra o vírus, e etc. (MODELI; MATOS, 2020)

Figura 01: Mulheres estão mais diretamente expostas ao vírus



Fonte: ONU Mulheres; Cofen Apud G1, 2020.

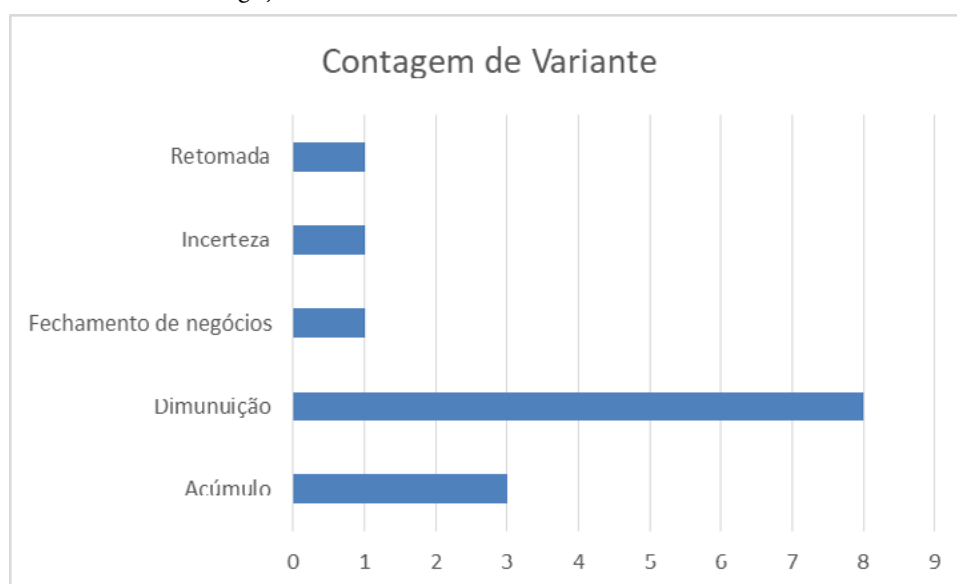
A doença empurrará mais mulheres à situação de pobreza e vulnerabilidade, já que ao desemprego, se somará o aumento do trabalho informal ou não remunerado. Segundo esse portal: “Antes da Covid-19, **mulheres desempenhavam três vezes mais trabalhos não remunerados** do que os homens; com o isolamento, **a estimativa é que este número triplique.**” (MODELI; MATOS, 2020)

Segundo o Fundo Monetário internacional (FMI), a elevação desse desemprego se explica pelo fato de que, no Brasil, 67% das mulheres exercem funções que não permitem o *home office*, ou seja, o trabalho realizado de casa, de forma remota.

Além disso, é importante ressaltar que o aumento do trabalho informal se vincula diretamente à Reforma Trabalhista, alteração na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), realizada em 2017 e pautada no discurso de combate ao desemprego, mas que, pelo contrário, fez com que o a informalidade, conforme apontam Alvarenga e Cavallini (2019), batesse números recordes no ano de 2019, passando dos 41%.

Em relação ao trabalho, nas notícias identificadas no portal, os seguintes dados foram levantados:

Gráfico 03: Catalogação do indicador de trabalho das notícias sobre mulheres no G1



Fonte: As autoras, adaptado a partir das notícias do G1

Essas questões, especialmente a da noção de que as mulheres devem ser reservadas às funções relacionadas ao zelo, se vincula a percepção da divisão e dicotomia entre espaço público e privado. Sobre isso, Biroli (2014) aponta que, nessa lógica, existe uma hierarquia em que a esfera pública é composta por relações supostamente importantes, superiores e de poder, enquanto que o âmbito privado é destinado ao doméstico e se engendra por relações apolíticas e inferiores. Tal construção, além de corroborar ideais de feminilidade, como o desejo da mulher em se casar, o dom maternal e a sua predestinação ao cuidado com o lar, retira do espaço privado qualquer sentido político.

Essa explicação tem a ver com o aumento da jornada de trabalho das mulheres durante a pandemia, especialmente a das negras e/ou residentes da zona rural, já que metade delas, segundo indica uma pesquisa realizada pela organização de mídia *Gênero e Número* em conjunto com a *Sempre Viva Organização Feminista* (TRABALHO, 2020), tiveram que passar a cuidar de alguém, o que significa que muitas delas precisaram deixar seus empregos para exercer essa tarefa não remunerada.

Numa abordagem interseccional, o fato das mulheres negras serem um dos grupos mais atingidos, se explica, em grande parte, por injustiças de classe e raça/etnia que as excluíram dos processos históricos brasileiros e as empurraram para situações de pobreza e marginalidade social. Para Vieira (2017, p. 01-02): “A formação social, política e econômica do Brasil se alicerçou em um processo excludente de emergência de uma sociedade de classes baseada em valores patriarcais e racistas que nortearam princípios fundamentais para a elaboração das normas e leis.”

Nesse grupo estão as mulheres mães, que com creches e escolas fechadas, e sem contar com a ajuda de outras pessoas, tiveram que deixar seus empregos para cuidar de seus filhos e da casa, contribuindo para que a participação de mulheres no mercado de trabalho seja a menor dos últimos 30 anos. (BASILIO, 2020)

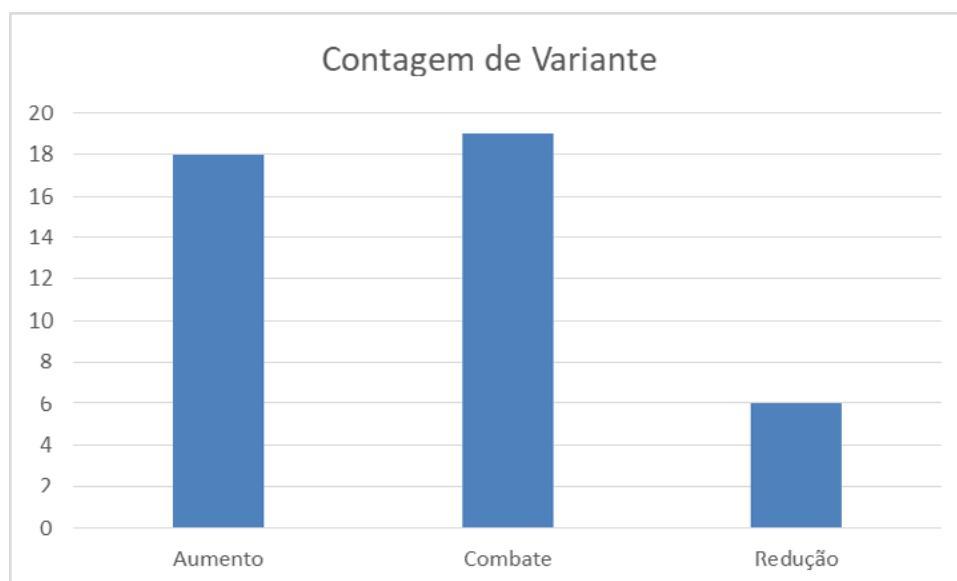
A pesquisa “Mercado de Trabalho e Pandemia da Covid-19: Ampliação de Desigualdades já Existentes?” realizada em julho pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ([Ipea](#)) e atualizada a pedido do G1 aponta que a taxa de participação de mulheres com filhos de até 10 anos no mercado de trabalho caiu de 58,3% no segundo trimestre de 2019 para 50,6% no mesmo período deste ano. (BASILIO, 2020)

As que desfrutaram do ‘privilegio’ do teletrabalho, se viram sobrecarregadas com as obrigações de seu emprego e das funções domésticas que, na maioria dos casos, fica totalmente sob a responsabilidade das mulheres. Esse excesso de trabalho resulta, segundo Dias (2020), em uma sobrecarga psicológica e uma crise na saúde mental, a qual o público feminino, principalmente.

Esse maior impacto negativo no psicológico das mulheres em relação aos homens, desvela, de certo modo, um maior fardo de trabalho doméstico destinado à elas. Isso se deve, majoritariamente, a construção estereotipada de que as responsabilidades do espaço privado, como o cuidado da casa, do marido e dos filhos, são naturalmente tarefas femininas.

Ao aumento das horas de serviço, as preocupações com questões financeiras e a chance do desemprego, acrescenta-se a elevação das denúncias de violência doméstica - que cresceram 40% em relação à 2019 (VIOLÊNCIA, 2020). O isolamento social colocou as mulheres em posição de prisão junto de seus agressores, o que impossibilita que elas façam um boletim na delegacia. De acordo com a *IstoÉ*: “No mundo online, o Magazine Luiza, uma das maiores varejistas do País, registrou em maio, ante o mesmo mês de 2019, aumento de 450% no uso do botão de denúncia de violência contra a mulher dentro do canal específico que existe em seu aplicativo de compras.” (VIOLÊNCIA, 2020). Sobre este indicador, vale ressaltar que houve a prevalência do maior índice em relação aos demais, compreendendo 43 incidências em 125 notícias, como ressaltado anteriormente. Este indicador ainda pode ser subdividido nas categorias *aumento*, *diminuição* e *combate*, possibilitando a visualização de temática de acordo com o gráfico que segue:

Gráfico 04: Catalogação do indicador de violência das notícias sobre mulheres no GI



Fonte: As autoras, adaptado a partir das notícias do GI

Importante destacar que as iniciativas de combate à violência compõem a maior parte das notícias desse gênero veiculadas ao portal, perfazendo 19 das 43 incidências relacionadas à temática; seguida por 18 notícias que afirmam o aumento da violência contra a mulher em tempo de pandemia; e, em última instância, constando apenas 6 notícias que afirmam a diminuição dos índices.

É imprescindível ressaltar que a violência dos homens contra as mulheres, indicador que mais apareceu na pesquisa realizada na página do portal, é sintomática de uma sociedade marcadamente machista, que reifica essas sujeitas e as enxergam como propriedades e instrumentos de satisfação masculina, concepção que está estreita-

mente relacionada às construções históricas de gênero e as socializações de ambos os sexos (SANTOS; MOREIRA; FONSECA; FILHO; IFADIREO, 2019).

No entanto, vale ressaltar também que houveram notícias sobre resistência feminina em tempos de pandemia e iniciativas para auxílio de mulheres em condição de vulnerabilidade, o que demonstra que, embora haja incidência de aumento dos índices de violência, desemprego e acúmulo de funções, as mulheres resistem, persistem e possuem ajuda para perpetuar a luta por uma sociedade mais justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao detalhamento inicial desta pesquisa em andamento, fora possível observar que as notícias veiculadas no portal *G1* trazem distintas informações acerca das mulheres em tempo de pandemia de Covid-19. Notou-se de início, a prevalência do aumento dos índices de violência, seguidas pelas iniciativas de resistência feminina e de auxílios desenvolvidos para atender às necessidades despontadas pela pandemia. Neste sentido, o contexto de crise resultante da pandemia do novo coronavírus, trouxe problemáticas de gênero, especialmente no que se refere à manutenção de direitos já adquiridos pelas mulheres. Mais do que o enfrentamento da doença, essas sujeitas são as principais vítimas dos desafios econômicos, sociais e psicológicos desse período de instabilidade global, o que faz com que se torne emergencial o debate acerca de como, apesar das conquistas históricas femininas, o abismo da desigualdade existente entre os sexos ainda é extenso demais.

Assim sendo, impossível não nos remetermos às palavras de Simone de Beauvoir, quando esta declara que não nos devemos deixar esquecer que “[...] basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan; CAVALLINI, Marta. Informalidade bateu recorde em 2019; veja histórias de quem trabalha por conta própria. *G1*, 25, dezembro, 2019. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/25/informalidade-bateu-recorde-em-2019-veja-historias-de-quem-trabalha-por-conta-propria.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2020.

BASILIO, Patrícia. Com creches fechadas na pandemia, participação de mulheres no mercado de trabalho é a menor desde 1990. *G1*, 05, setembro, 2020. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/05/com-creches-fechadas-na-pandemia-participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-desde-1990.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2020.

CORONAVÍRUS: crise ameaça reverter ganhos das mulheres no mercado de trabalho, diz FMI. *G1*, 21, julho, 2020. Bem Estar. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/19/como-a-pandemia-de-coronavirus-impacta-de-maneira-mais-severa-a-vida-das-mulheres-em-todo-o-mundo.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2020.

DIAS, Marina. Sobrecarga psicológica afeta mais as mulheres na pandemia, dizem estudos. *Folha de S. Paulo*, 26, abril, 2020. Folha Mulher. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/sobrecarga-psicologica-afeta-mais-as-mulheres-na-pandemia-dizem-estudos.shtml>. Acesso em: 13 set. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

MODELLI, Laís; MATOS, Thais. Como a pandemia de coronavírus impacta de maneira mais severa a vida das mulheres em todo o mundo. *G1*, 19, abril, 2020. Bem Estar. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/19/como-a-pandemia-de-coronavirus-impacta-de-maneira-mais-severa-a-vida-das-mulheres-em-todo-o-mundo.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2020.

PEDRO, Joana Maria Translating the debate: the usage of gender category in the historical research. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

SANTOS, R. G.; MOREIRA, J. M.; FONSECA, A. L. G.; FILHO, A. S. G.; IFADIRÉO, M. M. Violência contra a mulher à partir das teorias de gênero. **Id on line Rev. Mult. Psic.**, v. 13, n. 44, p. 97-117, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, jul./dez. 1990,

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Rev. Bras. Hist.** [online], v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

TRABALHO das mulheres na pandemia aumentou com inclusão de tarefas e de pessoas para cuidar. **G1**, 30 de julho, 2020. Bem Estar. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/30/trabalho-das-mulheres-na-pandemia-aumentou-com-inclusao-de-tarefas-e-de-pessoas-para-cuidar-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2020.

VIEIRA, Bianca. Mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro: um balanço das políticas públicas. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS: transformações, conexões e deslocamentos, 13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis, 2017. ISSN 2179-510X.

ESCRITAS NEGRAS FEMININAS: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA IMPRENSA NEGRA PAULISTA (1903-1930)

Maria Eduarda Ribeiro da Silva¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo investigar a participação das mulheres negras na imprensa negra paulista, entre os anos de 1903 e 1930. Compreendendo a imprensa como uma linguagem constitutiva do social, a partir da análise um conjunto de produções jornalísticas voltados à defesa da classe dos homens de cor, o estudo insere-se na ampliação de narrativas da pós-emancipação e tenciona apresentar os protagonismos e a pluralidade das narrativas textuais produzidas por mulheres negras no pós-abolição em um universo letrado de intensa presença masculina, resgatando os sujeitos femininos enquanto ativas no meio negro e as escritas negras femininas como um dos signos desse processo.

Palavras-chave: Mulheres negras. Escrita negra. Imprensa negra paulista.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as atuações de coletividades e individualidades negras no pós-abolição no Brasil constituem-se como um campo historiográfico em ampliação que visa resgatar as trajetórias e protagonismos de afrodescendentes. Essas personagens, por vezes, tiveram suas histórias escritas e atreladas mais as experiências da escravidão do que aos seus processos e vivências de liberdades no – e pós – sistema escravista.

Outrossim, tendo em vista que, muitas das pesquisas que se debruçaram sob os acontecimentos que se seguiram a pós-emancipação privilegiaram outros sujeitos como imigrantes, operários e possuíram um viés mais político e econômico do que cultural e social², recuperar as práticas dos indivíduos negros no pós-abolição significa a criação ou reformulação de questões que ainda não estão postas historicamente,

Compreendendo que “donas de *passados* e *presentes* atuais e verdadeiros, sólidos tal qual uma rocha, na historiografia sobre a escravidão e a pós-emancipação as mulheres negras são pouco abordadas como protagonistas das mais diversas histórias” (XAVIER; FARIAS; GOMES, 2012, p.10) e que “[...] para corrigir essa falha, é inevitável a mudança de olhar do pesquisador, o despertar de uma nova sensibilidade, o que implica incluir a categoria das relações de gênero na identificação de novos problemas ou na visualização de velhos problemas sobre bases novas.” (DOMINGUES, 2019, p.110), este artigo procura investigar as participações das mulheres negras na imprensa negra paulista e, em especial, a produção escrita dessas mulheres nesse formato de imprensa considerado um universo no e do masculino.

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). E-mail: maria_ribeirodasilva@discente.ufg.br.

² Sobre o pós-abolição como problema historiográfico, ver: Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos, *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004 e Petrônio Domingues, *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. Editora Senac São Paulo, 2019.

PROTAGONISMO E IMPRENSA NEGRA

Refletir a respeito de protagonismos de homens e mulheres negras aponta às possibilidades de pensarmos essas figuras como agentes históricos que perceberam paradigmas, valores e comportamentos de formas plurais e específicas, marcadas por suas experiências como pessoas de cor e, a partir dessas noções, desenvolveram lutas, sociabilidades e um repertório social, político e cultural próprio, forjando narrativas e histórias que distanciam-se, então, de uma perspectiva de anomia social, isto é, um estado de desorganização pessoal e perda de identidade³.

Nesse viés, considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais que tecem a virada do século XIX para o XX, São Paulo é um locus emblemático e recorrente no interior dos debates historiográficos dado os processos de industrialização, comercialização do café, urbanização e desenvolvimento tecnológico que estavam em consonância com uma política de embranquecimento à luz das ideias racialistas e das hierarquias sociais (REIS, 2017, p. 32-37). Esta conjuntura vinculada a massa de imigrantes europeus e a de migrantes negros em busca de melhores condições de vida, sinalizam à reelaboração e novos significados de estruturas ao mesmo tempo que atuam na manutenção da marginalização de corpos negros (HASENBALG, 1979, p. 75).

Esses arranjos que operam à exclusão de pessoas negras acontecem não apenas no campo social, mas, simultaneamente, na própria territorialidade, ma vez que as reformas urbanas empreendidas nas primeiras décadas do século XX implicaram modificações espaciais que afastaram negros e negras dos grandes centros e das “zonas ricas” e os aproximaram das zonas periféricas. São nesses espaços que se constroem inúmeras formas de associativismo como forma de resistência, entre eles: grupos carnavalescos, times de futebol, clubes dançantes e, nosso objeto de estudo, a imprensa negra (CARVALHO, 2009; REIS, 2017).

Compreendida aqui como o conjunto de produções jornalísticas de autoria de grupos negros, voltada para pessoas negras, que se inserem na luta contra a discriminação racial no Brasil, o primeiro periódico desse formato de imprensa de título *O Homem de Côr*, publicado no Rio de Janeiro, no ano de 1833, passando, a partir do seu terceiro número a se denominar *O Mulato ou o Homem de Côr*. Neste período, e ao longo do corrente século XIX, outras produções de semelhante viés circularam pelo país, tais: *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Lafuente*, do Rio de Janeiro, em 1833; *O Homem: realidade social ou Dissolução Social*, de Recife, 1876; *O Exemplo*, de Porto Alegre, de 1892⁴.

Em São Paulo, o primeiro jornal de imprensa negra apareceu após o fim da escravidão. *A Pátria*, de 1889, foi um periódico marcado pelo reconhecimento e compromisso com a ancestralidade africana e por sua simpatia com o republicanismo, entendido como um passo à superação do preconceito de cor. Dez anos depois, *O Progresso*, abordava em suas páginas a desilusão com a Proclamação da República e preferia não se posicionar diante das disputas hegemônicas, centrando-se no fortalecimento da luta negra (PINTO, 2006, p. 135-148).

Não obstante a catalogação e disponibilização dos jornais de imprensa negra serem processos ainda em construção, há, até o presente momento, o conhecimento de mais de trinta periódicos publicados entre os anos de 1889 e 1930⁵. Esse conjunto de publicações têm sido analisados à luz das periodizações da imprensa negra paulista promovida por Roger Bastide (1951) e resgatada por Miriam Nicolau Ferrara (1981).

³ Sobre a anomia social, consultar: Florestan Fernandes e Roger Bastide, *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Global. 2008 e para um debate acerca do protagonismo negro, ver: Petrônio Domingues, *Protagonismo negro em São paulo: história e historiografia*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

⁴ A respeito da imprensa negra no século XIX, cito: Ana Flávia Magalhães Pinto, *De pele escura e tinta preta: A imprensa negra do século XIX (1833-1899)*, (Dissertação de Mestrado), Universidade de Brasília, 2006.

⁵ Sobre o levantamento bibliográficos de periódicos da imprensa negra, consultar: Miriam Nicolau Ferrara, *A Imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo, FFLCH/USP (Antropologia 13), 1986; Petrônio Domingues, *Imprensa Negra*, in: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018.



O estudo de Bastide indicou que esses jornais poderiam ser compreendidos em três momentos: 1915-1930, 1931-1937 e pós-1945. A primeira fase seria marcada pelo contexto de pós Primeira Guerra e as publicações teriam um caráter mais social, a segunda apontaria para uma passagem de reivindicações jornalísticas, para reivindicações políticas e a última fase em diálogo com a conjuntura do pós Estado-novismo, estaria voltada para um caráter multirracial e multicultural (MELLO, 2013, p.139).

Ferrara, por sua vez, considerou os marcos de: 1915-1923; 1924-1937; 1945-1963. Nesse quadro, a primeira fase dessa imprensa caracteriza-se pela tentativa de integrar o negro a sociedade brasileira e fomentar uma consciência social e se finda com a publicação de *Getulino*, a segunda dá-se a partir da publicação do *Clarim da Alvorada*, em 1924, momento em que as reivindicações ganham força e os problemas que cercam as vivências negras são abordados de maneira objetiva e direta e a terceira pontua um período de reorganização do movimento negro.

Simultaneamente, as pesquisas que se debruçaram sobre esses periódicos voltados para os “homens de cor”(como era colocado no subtítulo desses jornais) no pós-abolição, abordaram, de forma central ou tangente, o período entre 1915 e 1937. Nesse sentido, o ano de 1915, com a publicação d’*O Menelik*, sinaliza um processo de surgimento acentuado de periódicos com “tiragem (igual ou superior a mil exemplares) e periodicidade (igual ou superior a mensal) suficientes para configurar um ‘movimento’” (REIS, 2017, p.24) e 1937, com a instauração do Estado Novo e a proibição de partidos políticos, assinala a limitação da atuação tanto do movimento negro quanto da imprensa negra.

Em relação aos questionamentos e problematizações direcionados à fonte, há pesquisas com temáticas que versam sobre a constituição desses periódicos, suas relações com o associativismo e movimento negro, mudanças e permanências, redes de sociabilidade, educação, intelectualidade, bem como estudos sobre as publicações tecidas na capital, em cidades do interior paulista, recortes por fases, pela especificidade de determinado periódico, entre outros⁶. No que concerne a relação entre as mulheres negras e a imprensa negra paulista, os estudos apontam tanto à representação das mulheres nos jornais quanto aos lugares que elas ocuparam no interior dos periódicos.

Nesta perspectiva, Giovana Xavier, em seu artigo “*Leitoras: gênero, raça, imagem e discurso em O Menelik (São Paulo, 1915-1916)*”, analisa as representações que os jornalistas da folha *O Menelik* faziam das mulheres negras, examinando, a partir de duas edições desse periódico, em que medida pode se reconstituir a participação de mulheres nesse jornal e questionar o “meio negro”⁷ letrado como essencialmente masculino. Em *O lugar da mulher na imprensa negra paulista (1915-1924)*, Marina Mello, discorre sobre os discursos proclamados pela imprensa negra paulistana a respeito dos comportamentos e valores das mulheres negras e a dissonância desses ideias pela classe feminina, assim como a participação dessas, tanto na imprensa, quanto nos associativismos negros na figura dos clubes e bailes.

Em consonância a estes estudos, “*A QUEM ME COMPREENDER*” – *A produção poética feminina nas páginas da Imprensa Negra paulista (1915-1930)*, de Ruan Reis, aborda os poemas escritos por mulheres negras e publica-

⁶ Trabalhos sobre a imprensa negra paulista está em: Gilmar Luiz Carvalho, *A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências*, (Dissertação de Mestrado), Universidade de São Paulo, 2009); Leandro Antonio Guirro. *Intelectualidade e imprensa negra paulista: os casos do Getulino e Progresso (1923-1931)*, (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual Paulista, 2013; Livia maria Tiede, *Imprensa negra: espaço de sociabilidade em São Pulo no início do século XX*, Monografia (Graduação em História), Universidade de campinas, 2002; Ruan Levy Andrade Reis, *Letras de fogo, barreiras de lenha: a produção intelectual negra paulista em movimento (1915-1931)*. 2017. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo 2017, entre outros.

⁷ Giovana Xavier atenta que o conceito de meio negro é tributário as interpretações de José Correia Leite sobre a população de cor paulistana (CORTES, 2012, p.164-165).

dos nas páginas dos jornais da comunidade afropaulista, acentuando como as poesias foram capazes de expressar angústias e anseios ao mesmo tempo em que marcavam um espaço de embates. Ainda, a dissertação de Ingrid Aquino, sob o título de *Mulheres negras que não podem passar em branco: trajetórias, escritas e participação ativa nas páginas de “O Clarim da Alvorada”*. (1924-1940), objetiva problematizar como as mulheres negras eram afetadas pelo moralismo nas primeiras décadas do século XX em São Paulo e como as questões de raça, classe e gênero perpassavam seus cotidianos, somada a participação ativa dessas mulheres no interior da imprensa negra o trabalho ambiciona, enfim, pensar o protagonismo de intelectuais negras que contribuíram para a formação do movimento negro, assim como abrir espaço para reflexões no que toca aos embates de gênero no interior dos periódicos negros.

Em diálogo com essa historiografia, proponho apresentar um breve levantamento da produção escrita de mulheres na imprensa negra paulista entre 1903 e 1930. O recuo ao ano de 1903 explica-se não somente por perceber importância nos processos de descontinuidades e primeiros momentos desses periódicos, mas também por no jornal *O Baluarte* (1903) está presente a, até aqui, primeira colaboração de uma mulher na imprensa negra paulista. 1930, por sua vez, orienta para o período final da Primeira República e o ano anterior a formação da Frente Negra Brasileira (FNB), importante e influente órgão do movimento negro. Por fim – e não menos importante – enquanto mulher, negra e historiadora, algumas questões tornam-se caras, entre elas, recuperar e compreender quais os espaços de uma escrita que é negra e feminina e que, sendo plural, tratam-se portanto, de escritas negras femininas.

ESCRITAS NEGRAS FEMININAS

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258)

Nesta perspectiva, trabalhar com a imprensa negra paulista sinaliza tanto à importância de considerar as informações sobre títulos, subtítulos, datas de publicação, periodicidade, projetos gráficos e editoriais, grupo de produtores, distribuição e circulação dos periódicos quanto à compreensão de que estes jornais constroem suas práticas na realidade social, mobilizam ideias, definem papéis sociais e promovem interpretações sobre os espaços e experiências que os cercam (*ibidem*).

À vista disso, tratar sobre a imprensa negra denota ter em mente as relações que esses periódicos mantinham com outras formas de associativismo negro como os grêmios, constituindo-se, por vezes, como impressos vinculados as agremiações. Da mesma forma, os bailes das associações apresentavam-se como ambientes significativos não apenas por serem temas constantes em diferentes colunas desses jornais, mas também por serem um *locus* de divulgação e circulação das folhas. Ademais, é preciso destacar que os periódicos da imprensa negra, embora circunscritos em um projeto de defesa dos interesses da classe dos “homens de côr”, apresentam seus problemas, questionamentos e perspectivas de formas singulares.

No que toca ao grupo de diretores e colaboradores desses jornais, a imprensa negra paulista foi percebida como eminentemente masculina, sendo as colaborações femininas, entre 1900 e 1937, identificadas como inferiores

a 10% e a participação no grupo editorial localizada apenas no jornal *O Clarim*, em 1935⁸. Apesar das dificuldades iniciais que este quadro aponta, os protagonismos femininos podem ser pensados tanto a partir da presença de mulheres em associações, sua importância na formulação dos bailes, a existência de diretorias femininas, associações de mulheres, como também na inserção dessas figuras como leitoras, assinantes e sujeitos recorrentes nos discursos dos periódicos.

Quanto a escrita, o revisitar da documentação existente tem possibilitado a ampliação do levantamento das colaborações de mulheres negras o que, por sua vez, tem significado perceber que esses espaços não são construídos apenas por indivíduos masculinos e para indivíduos masculinos. As mulheres negras, por meio da escrita literária e jornalística constituíram um espaço de debates e embates dentro e fora dos periódicos da imprensa negra. Neste sentido, não tencionando esgotar a temática, o que se pretende é compreender que as participações das mulheres nos jornais não se limitarem a narrar em apenas um gênero. Há, então, diferentes formas de inserção da escrita na vida das mulheres e no meio negro, bem como distintas formas de seu uso.

Lucia Gonzaga (*O Baluarte*), 1903; Paula Souza (*Kosmos*), 1923; Maria Augusta dos Santos (Mary Santos) (*Getulino*), 1923; Dirce (*O Clarim da Alvorada*), 1924; Maria de Lourdes Souza (*O Clarim da Alvorada*), 1924; Julieta Teixeira (*O Clarim da Alvorada*), 1924; Julia Lopes (*O Clarim da Alvorada*), 1925; Adalgisia Correa Lobo (*O Clarim da Alvorada*), 1928; Evangelina Xavier de Carvalho (*O Clarim da Alvorada*), 1927; Mairy (*O Clarim da Alvorada*), 1928; Rosa d'Abril (*O Clarim da Alvorada*), 1928, Maria de Lourdes Silva (*O Clarim da Alvorada*), 1928; Dina (*O Clarim da Alvorada*), 1928; Olga Monteiro de Barros (*O Clarim da Alvorada*), 1928; Maria da Glória (*O Patrocínio*), 1928; Maria Amália Leal (*O Clarim da Alvorada*), 1929; Benedicta Correia Leite (*O Clarim da Alvorada*), 1929; Benedicta Prado (*O Patrocínio*), 1929; Laura de Britto Santiago (*O Clarim da Alvorada*), 1930. Estas são algumas das mulheres que entre contos, crônicas, poemas, cartas para os jornais e publicações jornalísticas, colaboraram na imprensa negra. Que seus nomes (e o de tantas outras), suas histórias e produções intelectuais estejam presentes nas páginas e escritas da História.

Neste cenário, considerando que algumas das publicistas colaboraram mais de uma vez para determinada folha, o conjunto dessas escritoras corresponde a mais de vinte publicações. Baseado nesse delineamento, o estudo dessas produções partirá da seleção de exemplares dos distintos gêneros textuais empregados, buscando englobar todos os periódicos citados.

O Baluarte, publicado entre os anos de 1903 e 1904, na cidade de Campinas, foi fundado por Benedito Florêncio e Francisco José de Oliveira, sendo “órgão oficial do ‘Centro Litterario dos Homens de Côr’ e dedicado “à defesa da classe” (*O Baluarte*, 1903, n. 1, p. 1). O estatuto da associação beneficente do Centro Litterario dos Homens de Côr previa socorro médico aos sócios, auxílio financeiro quando da perda de entes, proteção judicial contra acusações infames e ajuda na procura de empregos, assim como a publicação do *O Baluarte* uma vez por mês, destinada exclusivamente aos interesses da classe, sem fazer distinções de crenças religiosas e políticas (*O Baluarte*, 1903, n. 1, p. 3). Em consonância, o jornal destaca a importância de atentar-se a defesa da classe, cuidando da educação cívica, do equilíbrio moral, da independência social e lutando contra os preconceitos que sofrem os homens de cor.

Em seu primeiro número, consta na terceira página do jornal a colaboração de Lucia Gonzaga, intitulada *Manhãs*:

⁸ A respeito do levantamento das mulheres na imprensa negra, consultar: Regina Pahim Pinto, *O movimento negro em São Paulo, luta e identidade*. Tese (doutorado em antropologia social), Universidade de São Paulo, 1993.

Manhãs!

Ha manhãs assim !...

Desperta a gente com um bando de passaros a cantar hymnos de amor dentro de nossa alma !

E, como se tornar leve o fardo fastidioso deste corpo que arrastamos com dificuldades pelo aspero caminho do Dever?

Por certo, a alegria quando transborda do coração como o vinho rubro espumante de uma taça de ouro, é como a Ambrosia dos deuses a cair gostosamente sobre os lábios de um mortal.

O primeiro cuidado de quem sofre uma grade dôr, é isolar-se do mundo e gemer sosinha encerrada dentro de si mesma, na disereção piedosa dos logares ermos.

A alegria desta hora em que minha alma ri altiva dentro de meu peito faz-me imaginar que o mundo [ilegível] vibra e retine sonorosamente como um globo de cristal tangido por um dedo côr de rosa. (O Baluarte, n. 1, p. 3, 1903)

O acesso a apenas duas edições do periódico se, por um lado, torna dificultoso identificar mais informações sobre Lucia Gonzaga e a possibilidade de outras colaboradoras, por outro, permite entrever uma narrativa em prosa poética a as alegorias que são recrutadas à construção literária mostrando domínio de uma escrita literária que se volta às descrições do amar e sofrer.

Após *O Baluarte*, outros periódicos como *O Menelik* (1915) e *A Liberdade* (1919), publicaram em suas páginas textos escritos por mulheres. Em *O Menelik*, em sua primeira edição, encontram-se notas sobre a expectativa de receber versos de colaboradoras, a análise de contribuição já enviada por “D. Leopoldina” e a publicação de um conto sob título *Thema da Vida*, assinado por Leopoldina Santos e o poema *Versos de pé quebrado*, da colaboradora Ignez Amaral. *A Liberdade*, por seu turno, em seu primeiro número publicado em julho de 1919, traz o soneto *Alma Morta*, de Eponina Silva (REIS, 2018, p. 228).

A partir de 1922, publicou-se em São Paulo, o jornal de propriedade do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, denominado *O Kosmos*, de periodicidade mensal. Entre os textos críticos e literários, destaca-se a publicação do soneto de Paula Souza:

Dolores

A meiga flor do lar, entre outras flores,

Jaz no pequeno esquife côr de rosa.

Que expressão de tristeza carinhosa

No esmorecido rosto de Dolores!

Parece, ainda, sentir os amargores

Da mamãesinha, tremula e chorosa,

Rogando a Deus, em prece fervorosa,

Que não lhe leve o amor de seus amores.

Triste ambiente de dor sem esperança!

Deixando, inmote, o corpo da criança,

A alma transpoz do azul o tenue véo.

Para sempre desfez-se a alacridade

De um lar que viverá só da saudade

Desse anjinho que foi brincar no céu (*Kosmos*, n. 12, p. 2, 1923)

Os sonetos no interior dos jornais de imprensa negra ganham “contornos mais delicados, como demonstração de capacidade intelectual não só dos descendentes de africanos na diáspora frente ao branco, mas das mulheres frente aos homens – e das negras frente aos negros” (REIS, 2018 p.229). A temática da maternidade e sofrimento pela perda de um filho abordada de maneira sensível pela narrativa, aponta para questões do universo familiar, tema recorrente nas páginas dessa imprensa.

No período entre 1923 e 1926, editou-se na cidade de Campinas o jornal *Getulino*, cujo título refere-se ao “nome de guerra do grande paladino da abolição, que foi o saudoso Luiz Gama, eis a denominação que escolhemos para a folha que hoje vem colocar-se em linha de combate na imprensa campineira”. (*Getulino*, 1923, n.1, p.1). De subtítulo “Orgam para a defesa dos interesses dos homens pretos”, esse periódico tinha como redator-chefe Lino Guedes e como redator secretário Gervasio de Moraes, ambos atuantes no meio negro com contribuições jornalísticas e literárias neste e em outros periódicos.

Quando da publicação desta folha, uma das temáticas presente nos primeiros números relacionava-se a recepção do *Getulino* por outros jornais e pela sociedade campinense. Neste sentido, *A Platéia*, *Diario do Povo*, *Gazeta de Campinas*, *O Ferrão* e *A Mocidade* são alguns dos órgãos da imprensa que comentam sobre a criação do periódico e destacam e/o parabenizam sua ação em defesa da classe de cor.

Tão importante quanto as impressões da imprensa, são as cartas e ofícios enviadas pelos leitores que revelam parte de experiências de leitura, escrita, circulação e recepção dos jornais. A carta da professora Maria Augusta dos Santos, insere-se nesses percursos e assinala que “lendo GETULINO, deprehandi o que é um semanário que trabalha para a emancipação da nossa cor, envia parabéns fazendo votos pela sua prosperidade e que alcance exito almejado por todos os collaboradores”. (*Getulino*, 1923, n.3, p.1), números depois Maria Augusta torna-se publicista no jornal sob assinatura de Mary Santos colaborando com o texto *Luz e Liberdade* que tece considerações sobre o papel do *Getulino* na luta pela emancipação completa dos homens de cor.

De volta a capital, em 1924, nasceu o periódico *Clarim* que, a partir do seu quinto número, passa a se chamar *Clarim da Alvorada*, devido à existência de outro periódico de mesmo nome, no mesmo período. Dirigido por Jayme de Aguiar e José Correia Leite, esse jornal além de ser publicado por um intervalo de tempo significativo (1924-1940), apresentou colaboradores de outras cidades como Santos e Botucatu e estados como Bahia e Rio de Janeiro. Reuniu em suas páginas durante suas três fases (1924-1927; 1928-1932; 1940) produções literárias, críticas à classe dos homens de cor, possibilidades de mobilização e lutas contra as discriminações raciais.

O início da segunda fase do *Clarim da Alvorada*, indicou um novo programa, em que reafirmava os ideais e valores dos primeiros anos do periódico que, mesmo limitado em feitura e ideias, expressava sinceridade em suas colocações, e reivindicava lutar, lutar com ardor, tudo fazer pelo bem-estar de sua gente (*Clarim da Alvorada*, 1928, n.1, p.1). Na terceira edição do *Clarim* de 1928 publica-se pela primeira vez a “secção feminina”, na página de número três do jornal, com colaborações de Mairy, Rosa d’Abril e Maria de Lourdes Silva. No quinto número do jornal, com o título de “Pequena Nota”, sinaliza-se que:

Apresentamos hoje, com intimo regalo, pela segunda vez, a nossa modesta secção literaria das nossas gentis leitoras. Esta página está destinada a todas senhoras ou senhoritas, que queiram nella collaborar, porém, sugeitando as nossas exigencias; isto é, não queremos aqui, banalidades inuteis e cousas infastiosas aos leitores intelligentes. Devido a grande falta de espaço, não podemos ventilar o nosso intento, que, publicaremos vagarosamente e parcelladamente nesta columna. Podemos adiantar tambem, que, estamos disposostos a dar um modesto premio, a qualquer senhora ou senhorita que

nos enviar um trabalho mais ou menos solido, sobre a Mãe Preta, ou a questão da Mulher na litica militante. (*Clarim da Alvorada*, n. 5, p. 3, 1928)

A presença de uma coluna no *Clarim da Alvorada* dedicada às publicações de narrativas produzidas pelo feminino aponta para um processo de participação de mulheres no meio negro, na figura de leitoras, escritoras e formadoras de opinião. Não sendo a imprensa um espaço neutro, inseri-la nas páginas do jornal, mesmo que de maneira vagarosa e parcelada, sugere a percepção da relevância da atuação feminina na imprensa e nos movimentos sociais. Não obstante, mesmo buscando a colaboração das mulheres negras, os escritos estavam submetidos ao crivo do olhar masculino e a sessão – que durou aproximadamente um ano – contava com colaborações masculinas sobre conduta e moral para o público feminino.

A atuação das mulheres nas páginas deste periódico, no entanto, não se restringiu a coluna dedicada a elas. Em outras sessões, versando diferentes temáticas, as escritas femininas fizeram-se presentes, como é o caso de Maria Amália Leal sobre o Congresso da Mocidade Negra:

O CONGRESSO

E' verdadeiramente bella a idea lançada pelo "Clarim d'Alvorada", O Congresso da mocidade negra. Para todos a primeira interrogação será: que vão tratat elles? Que querem eles? Será alguma parada em formação? Não, nada disso: não é idea revolucionaria, não vão tratar de fazer ataques grosseiros ou comparações absurdas. Não naturalmente, tratar de solidificar um grande ideal "**A instrução do negro no Brasil**".

Como já se tem dito nestas columnas o negro neste pais não vive vegeta; não devemos ficar nesta liberdade esfarrapada; e não pense que é com fundações de partido a disputa da cadeiras legislativas vamos conseguir a nossa integralisação, nem tão pouco émotivo para dar-se um chá dançante pela passagem do treze de maio. Não é isto. Os iniciadores da idea, apenas pedem que, devemos batalhar em favor do nosso máximo problema; "**A instrução**", a formação dos negros do lar, a obrigação sincera para com a família, porque só assim podemos ter elementos aptos para a defza de nossas causas. Negros congressistas do Brasil, que seja do nosso programma, este ponto de partida a instrução. Bahia, maio de 1929. (*O Clarim da Alvorada*, 1929, n.16, p.02)

Tratando-se de um congresso mobilizado por integrantes do meio negro com o intuito de debaterem pautas referentes a classe dos homens de cor, o Congresso da Mocidade Negra, por dificuldades de ordem financeira e limitada adesão da comunidade negra não ocorreu (CARVALHO, 2009, p.144). Ainda assim, tendo em vista o empenho dos colaboradores em promover e divulgar as ideias e ideais desse encontro, a defesa e convite nas palavras postas por Maria Amália sinaliza à importância da instrução para homens e mulheres negras, que passa pelo lar e insere-se em uma questão mais amplo que é a defesa da classe. Nesse sentido, por meio da educação seria possível a ascensão da classe dos homens de cor e o combate contra os preconceitos e discriminações raciais, mais, até, do que pela criação de partidos e ocupação de cadeiras, na perspectiva da colaboradora.

Maria Amália, portanto, pode ser compreendida tanto como sintoma da expansão do *Clarim da Alvorada* para outras localidades, uma vez que ela assina sua colaboração da Bahia, quanto como signo da inserção das mulheres negras no movimento negro e suas possibilidades de participações e mobilizações por meio dos periódicos, publicando literatura ou escrevendo artigos.

O Congresso da Mocidade Negra foi assiduamente debatidos nas páginas de outro jornal da imprensa negra paulista que o considerava valoroso para a unidade e luta do segmento negra, trata-se de *O Patrocínio*. Fundado

em 1927, em Piracicaba, como uma sociedade anônima, a folha tinha como objetivo o reerguimento da raça negra por meio da moral. Entre os colaboradores do periódico, destacam-se figuras femininas como: Josephina Toledo, Benedicta Prado e Maria da Glória, que publicou a narrativa “Duas primaveras”:

Duas Primaveras

Luizinha! Não te recordas daquela senhora que passa todas manhãs, com uma criancinha morena, de olhos pretos, muito engraçadinha?

— Não, querida Sisi.

Ainda hontem, quando nós estávamos na janella, ela me cumprimentou! - Ah, sim agora me lembro, Sisi! - Pois bem, Luizinha: fomos durante muitos annos amiguinhas; iamos á escola e brincavamos muito; depois, passado alguns annos, nos separamos por motivo de sua mudança para outro bairro. Soube mais tarde, pela minha professora, que ela casara com um optimo rapaz.

Com quem, Sisi; - com o Tobias, aquelle moreninho, que tanto falavas... quando iamos assitir o mez de Maria lá na matriz!... Ella sempre fora quita, religiosa, não gostava de bailes, nem de outros divertimentos. Apaixonaram-se amaram se de todo o coração; casaram-se; hoje como são felizes.

Elle é um homem trabalhador, cumpre com os deveres e é um amantissimo esposo. Ela, sempre carinhosa, boazinha, estou certa que dará aos filhos uma educação esmerada, de mãi christã. Causa inveja a muitos casados que não se combinam.

- Sisi, será que seremos felizes, que ~~que~~ teremos a mesma sorte?

- Não sei, Luizinha ; depende do nosso destino.

Era uma tarde linda do mez de Maio. O sol já se escondia no horizonte ; o céu era todo azulado; reinava um silencio vago em toda a natureza naquelle momento. O sino da Matriz dera seis badaladas; era a Ave Maria !

As duas entreolharam-se :

- Oh ! Quantas saudades Sisi... Não te recordas Luizinha, de quando eramos crianças e nestas horas iamos alegres com nossos ramilhetes de lindas rosas, entoar hymnos á nossa Mãe Santissima?

E, de suas faces cahiram lagrimas, lagrimas de saudades !...

São Paulo. (*O Patrocínio*, n. 25, p. 1, 1928)

Publicado na primeira página do periódico, no dia 7 de abril de 1928, ao abordar questões como a instrução, o matrimônio, a religiosidade e virtudes como “quieta, religiosa, carinhosa, boazinha, mãe cristã” como valores direcionados para o feminino e “trabalhador, responsável, bom esposo” direcionados ao masculino, a narrativa põe-se em diálogo com noções que perpassavam os jornais da imprensa negra a respeito da moral da classe.

Nota-se que Maria da Glória também foi colaboradora da folha *Clarim da Alvorada*, tendo publicado “Duas Primaveras” no ano de 1924, em sua 5ª edição, datada de 13 de maio. Não sendo uma experiência isolada, tão menos constante, as colaborações de mulheres negras em mais de um periódico aponta para algo que, se era comum para os intelectuais negros contribuírem em diferentes jornais formando uma “rede de sociabilidade”, às mulheres circular neste meio significou espaços de disputas e da afirmação da autoria negra feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as mulheres negras como agentes no passado e no tempo presente de histórias e da História requer, de pesquisadores e pesquisadoras, não apenas rigor teórico e metodológico – que se faz necessário –, mas também sensibilidade e empenho que passa tanto pelo trato e ampliação das fontes quanto pela percepção de como

a cor, a classe, o gênero (e tantos possíveis outros marcadores sociais) atravessam essas figuras e quais são as ações, respostas e resistências por elas empreendidas e desempenhadas.

Sendo a imprensa prática construída por meio das relações sociais, investigar a participação das mulheres negras nos periódicos negros paulistas do pós-abolição vincula-se a entender as mobilizações, embates e narrativas estabelecidas no interior desses jornais e para além deles. As relações entre escrita, Imprensa e Literatura, assim, são caminhos às reflexões de como os corpos negros femininos percebiam suas vivências e sob quais formas a escrita pôde-se atrelar as suas experiências e cotidianos e inserir-se no universo letrado.

Neste sentido, a autoria de mulheres negras nos jornais da imprensa negra paulista entre 1903 e 1930 sinaliza para uma pluralidade de narrativas em forma e conteúdo que associam-se a uma afirmação das mulheres enquanto sujeitos ativos no meio negro e as escritas negras femininas como um dos signos desse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, I. A. N. **Mulheres negras que não podem passar em branco**: trajetórias, escritas e a participação ativa nas páginas de “O Clarim da Alvorada”. (1924-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra em São Paulo. In: BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973. p.129-158.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937**: características, mudanças e permanências. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CORTES, Giovana Xavier da Conceição. “Leitoras”: gênero, raça, imagem e discurso em O Menelik (São Paulo, 1915-1916). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 46, p. 163-191, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912012000200005-&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 out. 2020.

CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 8 out. 2020.

DOMINGUES, Petrônio José. Imprensa Negra. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018. p. 253-259.

DOMINGUES, Petrônio José. **Protagonismo negro em São Paulo**: história e historiografia. São Paulo: Edições Sesc SP, 2019.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Global Editora, 2008.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista 1915-1963**. 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MELLO, Marina P. A.. O lugar da mulher na Imprensa Negra Paulistana (1915-1924). **Cultura Histórica & Patrimônio**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 130-151, 2013.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta**: A imprensa negra do século XIX (1833-1899). 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Regina Pahim. **Movimento negro em São Paulo**; luta e identidade. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.



REIS, Ruan Levy Andrade. “A quem me compreender” – A produção poética feminina nas páginas da Imprensa Negra Paulista (1915-1930). **Historiar**, Ceará, v. 10, n. 18, p. 221-246, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/308>. Acesso em: 08 out. 2020.

REIS, Ruan Levy Andrade. **Letras de fogo, barreiras de lenha**: a produção intelectual negra paulista em movimento (1915-1931). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, June 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2004000100170&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 out. 2020.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

A OFICINA DA CASA LITERÁRIA DO ARCO DO CEGO E SUA INTEGRAÇÃO NA IMPRENSA RÉGIA: UM ACERVO AFINADO COM O ESPIRITO ILUMINISTA DO SÉCULO XVIII¹

Camila Geissler²

Eulália Maria A. de Moraes³

Resumo: O debate iluminista existente durante a Reforma Pombalina em 1770 influenciou fortemente a Universidade de Coimbra para o nascimento da Filosofia Natural e a Ciência Moderna, resultando, na produção de um rico acervo de temas da natureza colonial para a agricultura. Com a preocupação de melhorar a economia rural do Brasil na tentativa de aumentar os lucros da Coroa Portuguesa criou-se a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), objeto direto dessa pesquisa científica, apoiada em análise historiográfica do período colonial com o objetivo de promover debates sobre o papel da agricultura na construção de enriquecimentos e divulgação de saberes sobre os recursos naturais, no final do século XVIII.

Palavras-chave: 1. Iluminismo Português; 2. Agricultura Colonial. 3. História Cultural.

INTRODUÇÃO

Sob a proteção de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, a casa de edição foi dirigida pelo brasileiro José Mariano da Conceição Veloso (1741-1811), frei franciscano e naturalista. Além de ter publicado um número expressivo de livros, a editora funcionou como uma oficina para o aprendizado das artes tipográficas e da gravura. Como resultado, publicaram-se numerosas obras traduzidas para vários idiomas que se faziam acompanhar de imagens cujas técnicas de produção estavam sintonizadas com o que havia de mais moderno na Europa daquele momento.

Considerando que a “Tipografia” estava comprometida com a política colonial que, no plano interno e externo dava visibilidade ao Brasil, o objetivo desta pesquisa é promover debates sobre o papel da agricultura na construção dos enriquecimentos e divulgação dos saberes sobre os recursos naturais, no final do século XVIII; dar componentes para a aplicabilidade, na educação básica, de reflexões acerca das questões ambientais que se projetam na atualidade e que estão fundamentadas no processo de ocupação colonizadora.

FREI VELOSO: VIAJANTE, BOTÂNICO E LETRADO

Eu, senhor, que nasci no Brasil, e que nele estive mais de quarenta anos, que vi e pisei três de suas mais notáveis capitanias, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, e o governo do Espírito Santo, não posso ser insensível à acertada resolução de VOSSA ALTEZA, (...) por tanto devo pôr na presença de V.A. as reflexões, a que me obrigaram as minhas viagens Botânicas⁴.

Frei Veloso, *O Fazendeiro do Brasil*.

¹ Programa Institucional de Iniciação Científica/PIC, Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

² Unespar/Campus Paranavaí, camila_geissler@hotmail.com.

³ Orientadora. Prof. Dra. da Unespar/Campus Paranavaí, eulalia.moraes@unespar.edu.br.

⁴ José Mariano da Conceição Veloso, *O Fazendeiro do Brasil*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1798, vols. I, t. I, p. XIII.

Na tentativa de não nos desviar do nosso objeto de pesquisa, dedicamos uma apresentação da atuação do Frei José Mariano da Conceição Veloso, diretor da Casa Literária e Tipográfica do Arco do Cego, uma figura fundamental na história luso-brasileira do final do período colonial.

A trajetória do Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) destaca-se por seus estudos botânicos que revolucionaram os métodos de pesquisa da natureza adotados no período colonial do Brasil. Usando-se de ilustrações precisas das plantas nativas, classificação sistemática de suas nomenclaturas e identificação das espécies encontradas em campo formou a base de pesquisa para muitos outros botânicos posteriores.

Para compreendermos a atuação de Frei Veloso na área das ciências naturais é necessário entender do que se tratou a sua Expedição Botânica e seus objetivos estabelecidos. O naturalista brasileiro Frei Veloso liderou uma equipe, a mando do Vice-Rei Dom Luís de Vasconcelos, no período de 1783 a 1790 pelo Rio de Janeiro que objetivava mapear as plantas daquela região; tal expedição ficou conhecida como Expedição Botânica.

A expedição do franciscano fez parte de um projeto ilustrado luso-brasileiro realizado no conjunto das Viagens Filosóficas projetada por Domingos Vandelli (1735-1816) que objetivava realizar um levantamento dos produtos naturais existentes nas colônias de Portugal na tentativa de descobrir novas espécies, desenvolver a agricultura e a mineração para benefício da Coroa. As Viagens Filosóficas fundamentavam-se na inserção das equipes em áreas de todo o Império colonial, com maior ênfase na colônia da América, para realizar minuciosas investigações que eram registradas em textos, ilustrações e coleções de cunho científico. Cada equipe de pesquisa era formada por naturalistas, desenhistas e militares que calcorreavam longas viagens no território colonial. Frei Veloso e sua equipe realizou sua pesquisa no Rio de Janeiro, nas matas, na serra de Parati e Paranapiacaba, no litoral e nas ilhas do rio Paraíba do Sul. O material coletado da flora e fauna foi encaminhado para o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa.

A Expedição Botânica feita pelo Frei Veloso e sua equipe possuía diversas similaridades com as primeiras viagens filosóficas, mas as suas diferenças que a tornou tão notável. A equipe de frei Veloso foi construída nos conventos franciscanos como frei Anastácio de Santa Inês, escrevente das definições botânicas, frei Francisco Solano Benjamim, desenhador, e também, engenheiros militares encarregados de realizar os desenhos técnicos e precisos dos objetos de pesquisa.

Pode-se destacar que a maior especificidade das viagens comandadas pelo frei Veloso é o fato de sua equipe técnica constituída por estudiosos oriundos do Brasil, e não da Universidade de Coimbra como eram as idealizadas por Vandelli. Não tivemos acesso a documentos que expliquem a razão da escolha pelo frei franciscano em liderar tais investigações de história natural, sendo que, ele nunca tenha sido discípulo de Domingos Vandelli. Porém, perante as informações coletadas a respeito da formação do frei José Mariano da Conceição Veloso entende-se que a educação franciscana no Brasil possuía um grande referencial teórico, prático e teológico durante o período colonial, que pode ter sido um dos fatores para justificar tal escolha, e até mesmo o fator de relação do mesmo com a comunidade local por ser nativo da colônia portuguesa e viver durante muitos anos no Rio de Janeiro.

De acordo com Pataca (2019), tais incursões foram fundamentais para a troca de conhecimento e produtos da fauna, flora e minério entre colônias portuguesas distintas, conforme aponta a autora:

A investigação colonial, ao mesmo tempo que assumiu uma dimensão local na investigação minuciosa dos produtos naturais, também revelou dimensões imperiais nas ligações entre as colônias, por meio do movimento das viagens no espaço colonial, da troca de animais e vegetais pelas práticas de

aclimação de espécies e pela criação de novas técnicas para transportar as coleções de produtos naturais pelas vias fluviais, marítimas e terrestres. (PATACA, 2019, p. 156)

Em 1790, ao final de sua Expedição Botânica, Frei Veloso viajou para Lisboa com o Vice-Rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa, com um enorme acervo contido em setenta caixões, que continha a descrição e desenhos de cerca de 1400 espécies botânicas coletadas na região para a publicação da obra *Flora Fluminensis*. Porém, a publicação de sua obra foi adiada por um longo período e por diversos fatores que se correlacionam com o nascimento da Casa Literária do Arco do Cego.

O frei franciscano José Mariano da Conceição Veloso que exercia diversas funções a serviço do Estado como de tradutor, adaptador, autor, e administrador da Casa Literária do Arco do Cego, até mesmo antes de assumir a direção da tipografia lisboeta, porém, devemos fazer uma ressalva aqui referente à autonomia do frei. No decorrer da pesquisa encontramos diversos artigos e periódicos de historiadores que tentaram resgatar a imagem de frei Veloso no período oitocentista, como o “mito do herói injustiçado perante a Coroa” ou o “protagonista da formação intelectual luso-brasileira que atuava dentro de seus próprios desígnios”.

Desmistificando tal ideia, o historiador Magnus Roberto de Mello Pereira (2019) faz um levantamento historiográfico nos confirmando que frei Veloso foi uma figura poderosa no meio intelectual português no século XVIII, porém todo o seu poder era derivado, no qual seguia ordens do seu superior Sousa Coutinho ou até diretamente da Coroa Portuguesa, sendo um coadjuvante e não um protagonista.

A OBRA FLORA FLUMINENSIS COMO PREFÁCIO DA CASA LITERÁRIA DO ARCO DO CEGO

As inovações empreendidas por Frei Veloso vão além daquelas referentes às técnicas de história natural e as metodologias das viagens, elas transparecem nas concepções teóricas que fundamentam as obras editadas por ele em Lisboa. Essas atividades editoriais tiveram início na tentativa de publicação da sua obra *Flora Fluminensis*, com a descrição e ilustração de cerca de 1400 espécies de vegetais.

Analisando as imagens da natureza brasileira sobre a perspectiva da expansão do conhecimento científico, dos interesses econômicos da Coroa ou a tentativa de conservação das matas, nota-se que Frei Veloso criou um imaginário próprio sobre a natureza brasileira, indo na contramão das visões eurocêtricas sobre o Novo Mundo. Um fator que deve ser deixado registrado aqui, é o presente debate que existia no século XVII referente à natureza do Novo Mundo, sendo vista como inferior a que existia no Velho Mundo.

Pareando com a obra *Caminhos e Fronteiras* de Sérgio Buarque de Holanda (1957), em que o autor nos apresenta o processo de ocupação colonial português – Bandeirantismo - em São Paulo da perspectiva de “dentro para fora” da Colônia, o que tornou o processo colonizador algo diferente daquilo que era tradicional na Europa, grande parte dessa distinção se deu pela apropriação dos costumes e hábitos nativos. “O europeu transigiu em tudo, com os processos indígenas, sem se dar sequer ao trabalho de aperfeiçoá-los” (HOLANDA, 1957, p. 202). Essa necessidade estrangeira de conhecer tudo o que lhe era estranho no Novo Mundo. Através dos olhos dos nativos é o que nos faz assimilar as intenções do Frei Veloso sobre a utilização dos recursos da Colônia, mesmo que implicitamente.

Sendo a obra, *Flora Fluminensis* recheada de gravuras e ilustrações, algo que chamou a atenção dos estudiosos da época, mas dificultou a sua impressão e publicação. A obra possuía mais de duas mil pranchas demandando de equipamentos que não existiam em Portugal. Mesmo diante da dificuldade de impressão de sua obra, Frei Veloso

se manteve na metrópole devido à proximidade com Dom Rodrigo de Souza Coutinho, e o interesse de ambos em desenvolver a agricultura da Colônia na América. Reconhecendo a necessidade de montar uma oficina de gravura em metal para ilustrar a obra, Frei Veloso se propôs a formar gravadores em uma verdadeira escola de calcografia, que fundamentaria a Oficina Tipográfica e Calcográfica do Arco do Cego em 1799.

Sobre a dificuldade de impressão da obra e a permanência do frei em Portugal, Faria⁵ afirma:

Parece-nos importante salientar que a questão da ilustração dada a excepcional dimensão de sua vertente iconográfica, teve um peso determinante no processo acidentado da obra. A progressiva consciência dessa dificuldade, em função do malogro das sucessivas soluções equacionadas, levará Frei Veloso à constatação de que não poderia ver a sua produção gráfica em todos os seus seguimentos. [...] o registro desse trajeto que levaria ao planejamento e à montagem de uma oficina tipográfica e calcográfica autossuficiente para a produção da obra. (FARIA, 2019, p. 215)

Diferente da maioria das produções coloniais do final do século XVIII, que tinham um caráter utilitário e de retorno econômico, a Flora Fluminensis não se enquadra no perfil. Em seu conteúdo, as plantas são enunciadas pelo nome científico, privilegiando informações sobre as características extremamente científicas, com quase nenhum destaque aos usos e aos nomes populares. Tratando-se de uma obra “estranha” aos hábitos literários do país, dificultando sua aceitação para a comercialização para o grande público e a tornando rentável.

Consequentemente, a obra do Frei Veloso⁶, que foi redigida em 1790 depois de sete anos de pesquisa de campo no Rio de Janeiro, só foi publicada em 1827 em onze volumes, postumamente. A longa passagem de tempo entre criação e publicação desvalorizou o conteúdo dos manuscritos à luz dos saberes botânicos que se renovavam a cada dia. Devido ao seu conteúdo amplamente ilustrativo diversas páginas foram arrancadas, o que comprometeu ainda mais a sua longevidade.

É importante mencionar também que no decorrer dessa pesquisa contatou-se que, atualmente, existem apenas duas coleções completas no Brasil, uma na Biblioteca Nacional, que também possui chapas originais em cobre e outra na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin na Universidade de São Paulo, que está digitalizada e disponível gratuitamente na internet. Registrando também, que o bibliófilo José Mindlin conseguiu colecionar o maior número de obras publicadas pela Tipografia Arco do Cego, mais do que qualquer outra biblioteca, inclusive de Portugal.

A TIPOGRAFIA DO ARCO DO CEGO E A CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Desta forma procurarei, quanto permitirem minhas débeis forças, encher as Reais intenções, e ordens de VOSSA ALTEZA, ajuntando, e traduzindo tudo, o que julgar útil à economia rural desta arrendível porção dos Vassalos de VOSSA ALTEZA, estabelecidos fora dos fogões pátrios, mas dentro dos seus Reais Domínios³.

Frei Veloso, *O Fazendeiro do Brasil*.

⁵ Miguel Figueira de Faria, “A Flora Fluminense de Frei José Mariano da Conceição Veloso e a Gênese da Casa Literária do Arco do Cego”, em Ermelinda Moutinho Patata e Fernando José Luna (org.), *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*, São Paulo, Edusp, 2019, p. 215.

⁶ José Mariano da Conceição Veloso, *O Fazendeiro do Brasil*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1798, vols. I, t. I, p. v.

Com a insurgência de diversos movimentos e transformações ocorridas na Europa, como a Revolução Francesa e a propagação do Iluminismo, torna-se latente a necessidade de adaptação por parte da Monarquia Portuguesa a essas mudanças de cunho racional para “não ficar para trás”. Diante da inevitabilidade de atualização científica para competir com outros países umas das soluções propostas pela Coroa foi a produção de um rico acervo sobre a natureza colonial adaptada para a agricultura em suas colônias, com enfoque nas terras do Brasil, nascendo assim a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) sob a proteção do então Secretário dos Negócios da Marinha e do Ultramar Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a casa de edição foi dirigida pelo brasileiro José Mariano da Conceição Veloso (1741-1811).

O projeto editorial era uma casa literária, pois traduzia e editava obras de aporte científico e metodológico. Oficina tipográfica, pois imprimia tais obras que eram selecionadas “a mando de Vossa Alteza Real”. E Calcográfica por tratar-se de uma oficina de gravação em metal para a ilustração das obras, e também, responsável por formar novos gravadores.

Sendo a Casa Literária do Arco do Cego fundada com o objetivo de divulgar conhecimento para fazendeiros das colônias portuguesas a partir da sua sede em Lisboa foi insurgente a necessidade da criação de um público alvo para a distribuição e venda das obras (VILLALTA, 2019). Frei Veloso, junto com Sousa Coutinho, adotaram a abordagem de divulgar os “saberes necessários” para tal público. Saberes e técnicas que conduziam a riqueza – agricultura, mineração – e a maior produção de produtos rentáveis para a Coroa. Tendo como característica fundamental o uso intensivo e didático de imagens e gravuras, com o duplo objetivo de instruir os leitores e entretê-los, fazendo-os desejar possuir as obras.

Todo o projeto foi amparado pelo pensamento iluminista, intencionado a atingir aquelas elites eruditas da época que detinham “um gosto particular” por publicações fortemente ilustrativas e também aquelas classes menos instruídas, como nos relata Faria (1999):

A preocupação de fazer chegar ao maior número possível de leitores uma informação acessível e prática é visível nos comentários de Veloso, ao criticar ‘o ócio literário’ de autores cujas obras ‘jamais servirão para o conhecimento dos camponeses, como desconhecedores da linguagem em que são escritas e apenas para algum rico proprietário’ [...]. (FARIA, 1999, p. 120)

Durante a existência da Casa Literária do Arco do Cego foram publicados mais de 80 títulos bibliográficos, dos quais 36 eram originais de autores portugueses ou brasileiros, 46 eram traduções e 6 edições em latim. A predominância de obras editadas em português evidenciava o propósito da mesma em alcançar um maior número de leitores, sempre seguindo o ideal de frei Veloso “Sem livros, não há instrução”.

Como uma das principais obras traduzidas e publicadas pela Tipografia do Arco do Cego foi *O Fazendeiro do Brasil*, distribuída em onze volumes, que possuía um caráter extremamente didático direcionado a instruções dos agricultores brasileiros. Abordava temas como o cultivo da cana de açúcar, cacau, café, tabaco e bicho-da-seda. “Várias obras publicadas por frei Veloso procederam a existência da Casa Literária, já que se encontrava ativo como editor desde 1796” (LIMA, 2019).

Outra publicação que merece ser lembrada nessa pesquisa é *Memória sobre os Prejuízos Causados pelas Sepulturas dos Cadáveres nos Templos e os Métodos de os Prevenir* de frei Veloso publicada em 1800, que é um exemplo bem específico sobre os cuidados com o meio ambiente existente na época por requerer um “ar respirável” para os

feis dentro dos templos e a reforma dos cemitérios de forma radical para “a exumação dos sepultados, substituindo as terras inficionadas das sepulturas outras novas, e sadias” (p. 2-3)

A Casa Literária do Arco do Cego foi criada por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho em 10 de agosto de 1799; e encerrou suas atividades em 07 de dezembro de 1801 quando foi integrada a Imprensa Régia e a vinda da Corte Real para o Brasil desvincilhando das investidas de Napoleão Bonaparte, como nos afirma Filgueiras (2019). Do ponto de vista financeiro, a Oficina do Arco do Cego dependia inteiramente das verbas provenientes da Secretaria da Marinha que garantia o pagamento das despesas e da manutenção. Mesmo com uma loja aberta no Rossio e remessas enviadas ao Brasil, as vendas eram irrisórias e o retorno financeiro não compensava o investimento. Tornando a editora improfícua à administração Régia mesmo diante de todos os esforços e o incansável trabalho de Frei José Mariano da Conceição Veloso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Roger Chartier (1998), leitura será sempre apropriação, invenção. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que subverte aquilo que o livro lhe pretende impor, no entanto, esta liberdade não é absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Do antigo rolo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler (p. 77).

Sendo que as leituras são variantes históricos, ou seja, a sua apropriação ou compreensão da escrita varia de acordo com fatores presentes no momento da leitura, a ideia de que o livro muda o seu significado com o passar do tempo, tornando-se diferente o modo de “se ler” e o modo de “se escrever” o texto o que resulta num afastamento entre autor e texto. Essa liberdade na leitura, e acesso a ela, que se fortifica no período pode ser assimilada a ascensão do Iluminismo por toda a Europa que fundamentou o surgimento da ciência e sua propagação pelo mundo.

Tais variantes que fundamentaram a proposta dessa pesquisa científica que buscou imergir no mundo dos impressos direcionados a agricultura colonial, despostos pela Tipografia do Arco do Cego, e compreender seus reflexos diante da mentalidade daqueles que interagiam com esses conhecimentos alavancados pela expansão do pensamento ilustrado. Como afirma de José Augusto Pádua:

A mentalidade das Luzes era interpretada mais como um instrumento prático de progresso científico e desenvolvimento econômico do que como uma doutrina de emancipação política e filosófica. Nesse contexto, o Iluminismo contestatário, radical e republicano foi explicitamente rechaçado. (PÁDUA, 2002, p. 39)

Constatando-se que o pensamento Iluminista foi adotado pela Coroa Portuguesa para benefício e manutenção da monarquia, sendo adaptada à veleidade da Corte, a reflexão a respeito desses usos e desusos da racionalidade iluminista, com seus traços de modernidade que contribuiu para uma melhor organização da máquina de extorsão da metrópole sobre as suas colônias, se faz necessário no decorrer da pesquisa. Entendendo que o Império português foi uma “vítima” das reformas ilustradas patrocinadas pela Coroa, que buscava a modernização científica e econômica de suas colônias, mas ao mesmo tempo, desejava conservar os pilares do Antigo Regime intactos (absolutismo, catolicismo e sociedade estamental).

Todas essas novas perspectivas só surgiram, segundo Pádua (2002), devido a grande concorrência que existia devido à produção excessiva dos mesmos produtos em diversas regiões do globo - algodão e cana – e a descoberta de uma nova espécie nativa que tivesse um grande valor comercial traria os lucros tão almejados pela Coroa. Portanto, essa tentativa de melhorar a agricultura colonial, segundo Pádua, era um meio de tentar alavancar a economia que usou de várias abordagens em busca de êxito.

Uma das tentativas foi a de trazer para a colônia espécies de outras regiões do globo para o estabelecimento em jardins botânicos, assim como existiam na França, Inglaterra e Holanda; ocasionando diversos casos de espionagem botânica entre Estados e contrabando. Outro método adotado pela metrópole foi o de catalogar as espécies nativas da colônia que pouco se conhecia, pois haviam sido ignoradas para somente o uso do solo para plantações em grande escala. Nasceu assim as Viagens Filosóficas lideradas por Domingos Vandelli e a Expedição Botânica realizada pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso, que a partir de 1799 passa a ser o diretor da Casa Literária do Arco do Cego.

Segundo Villalta (2019) a política de cunho reformista de Portugal desenvolveu uma espécie de critérios para a escolha das obras publicadas e distribuídas, sendo censora por um lado, e corroborativa para determinadas publicações, cujos conteúdos estivessem em sintonia com as diretrizes do governo. Referente às obras publicadas pela tipografia, constata-se o cunho científico voltado para a prática cotidiana, idealizadas em um processo eurocêntrico de transferência de saberes. O que dificultou a implantação bem-sucedida dos métodos, por basear-se em técnicas idealizadas para o solo e clima europeu que se diferencia grandemente do encontrado nos continentes da América e da África.

A Casa Literária do Arco do Cego pode ser vista como a concretização de um projeto político de D. Rodrigo Coutinho, inspirado no iluminismo, para uma política de realçar a importância do Brasil com seu vasto território, e também, para a ação de propagar e difundir as Luzes de forma rentável à Coroa Portuguesa. Sobretudo, enfatizando o domínio da agricultura, através de publicações ilustradas, fator atrativo da Tipografia.

Ao pesquisarmos a Tipografia do Arco do Cego (1799-1801) percebemos o interesse, ainda que imaturo e superficial com o cuidado e preservação do meio ambiente como nos diz Pádua (2002). Não defendemos aqui a ideia de conscientização dos usos e abusos da natureza com o viés de “salvar o planeta”, isso seria um grande anacronismo de nossa parte, mas sim, o interesse existente em “ter cautela com a mãe natureza para que se possa lucrar mais e sempre”. Trata-se de um caráter totalmente comercial e lucrativo.

CONCLUSÕES

Diante das informações coletadas durante a investigação alguns pontos se sobressaíram a respeito da influência do Iluminismo na formação intelectual portuguesa e brasileira; apontamentos que apresentavam as pesquisas realizadas em territórios da colônia por Vandelli e frei Veloso nos confirmaram a complexidade da dinâmica das viagens e suas técnicas de História Natural que formaram a base para o nascimento da Casa Literária do Arco do Cego e as mudanças que a mesma ocasionou.

Concluímos por meio da pesquisa e análise dos documentos produzidos pela “Tipografia” que é possível realinharmos o saber produzido, pela pesquisa, para um debate sintonizado com importantes reflexões, como por exemplo, os recursos naturais hídricos, o mito da natureza inesgotável, a monocultura, as queimadas, os defensivos agrícolas, a formação ética para a cidadania e a relação homem x natureza.

Sem dúvida, há muito que pesquisar sobre a tipografia, que transitou de uma fonte tipográfica representativa do racionalismo francês na época das Luzes à um projeto educativo generoso da Coroa Portuguesa, como o da Casa Literária do Arco do Cego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTHAM, George. Papilionaceae. In: MARTIUS, C. F. P. (Ed.). **Flora Brasiliensis**. Lipsiae: Frid. Fleischer, 1862. v. 15. p. 1-350.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes; LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes; FARIA, Miguel; CUNHA, Margarida; DOMINGOS, Manuela. **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)** - bicentenário: “sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Biblioteca Nacional, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 1990.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil**: 1817. São Paulo: [s. n.], 1940. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7757>. Acesso em: 18 jun. 2020.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

PÁDUA, José Augusto — **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. Orientador: Profa Dra Sílvia Fernanda de Mendonça Figueirôa. 2006. Tese (Doutorado em Geociências) - Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Geociências, Campinas - SP, 2006.

PATACA, Ermelinda Moutinho; LUNA, Fernando José (org.). **Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2019. 448 p. ISBN 978-85-314-1689-7.

TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. São Paulo - SP: Unesp, 2000. 371 p.

VELLOZO, José Mariano da Conceição. **Florae Fluminensis... Icones Fundamentales**. Paris: Oficina Litográfica Senefelder, 1827. 11 volumes de estampas numeradas.

VELLOZO, José Marino da Conceição. **Memoria sobre os prejuizos causados pelas sepulturas dos cadaveres nos templos, e methodo de os prevenir**: offerecida a S. Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. [S. l.]: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, 1800.

VELLOZO, José Mariano da Conceição (compil.) – **O fazendeiro do Brazil Criador**. Lisboa: Na Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, 1798.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura**: Usos do Livro na América Portuguesa. 1999. 443 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 1999.

XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. **Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808)** [...]. [S. l.: s. n.], 2006. Disponível em: http://encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/14/1300882030_ARQUIVO_ermelindaanpuh2011.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

AS MULHERES E AS LETRAS: A ESCRITA FEMININA NOS JORNAIS AMAZONENSES NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Luciane Maria Dantas de Campos¹

Resumo: O modismo ao qual foi entregue o periodismo no Amazonas nas primeiras décadas do século XX atingiu as mulheres na medida em que elas também ganharam espaço na imprensa amazonense. Como colaboradoras ou como produtoras de jornais e revistas, essas mulheres deixaram registradas suas impressões, pensamentos e repúdios diante de uma sociedade que se transformava dia a dia.

Palavras-chave: Mulheres; Escrita feminina; Imprensa.

INTRODUÇÃO

Como sabemos, a partir do século XIX as mulheres brasileiras começaram a buscar a sua inserção em campos “delimitados como masculinos” ampliando os seus espaços de atuação profissional, transpondo barreiras, enfrentando preconceitos e resistências.

Entre esses campos, o “campo das letras” representado pela literatura e principalmente pela imprensa, apresentava-se como reduto “naturalmente” masculino, mas as mulheres foram paulatinamente conquistando seu espaço.

Na verdade, há uma intrínseca relação entre literatura e imprensa quando se trata dos escritos femininos. A incursão da mulher na imprensa impulsionou o surgimento de muitas escritoras. Muitas delas ensaiaram seus primeiros passos na “carreira das letras” através da sua entrada na arena jornalística, fosse como colaboradoras ou como produtoras de jornais femininos ou não². Portanto, se por um lado o trabalho de escrever em jornais representou para algumas mulheres a oportunidade de ter essa relação estreita com o mundo das letras, de dar vazão aos seus escritos, seus pensamentos e suas lutas, por outro, possibilitou galgar um importante espaço de visibilidade social na esfera pública.

Foi uma conquista longa e difícil para as mulheres no Brasil, e, embora tenha sido umas das primeiras conquistas femininas, foi também uma das que provocou maior resistência no mundo masculino (PERROT, 1998, p. 10). No âmbito do privado, do oculto, a escrita lhes era permitida. Aliás, desde que as mulheres se livraram da “tirania do alfabeto” aprendendo-o e deslindando-o, buscaram ter uma relação estreita com o mundo da escrita. Escreveram bastante, trancadas em suas alcovas, os seus segredos e pensamentos que refletiam seu estado de alma, seus sonhos e receios em seus “cadernos- goiabadas” como Lygia Fagundes Telles denomina os diários e cadernos escritos por elas. Cadernos que, para a autora representam o marco das primeiras arremetidas da mulher brasileira na carreira das letras. Posteriormente esses escritos evoluíram para os jornais e livros. (TELLES, 2002, p 409). A escrita

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas.

² Como exemplo, podemos citar: Nísia Floresta Brasileira Augusta (1823-1885); Júlia Lopes de Almeida (1862-1934); Narcisa Amália de Campos (1852-1924); Josefina Álvares de Azevedo; Prisciliana Duarte de Almeida; Patrícia Galvão (1910-1962) e Clarice Lispector (1925-1977).

feminina só passou a ser contestada, vigiada e condenada a partir do momento em que as mulheres começaram a desnudar os seus pensamentos na esfera pública, fosse atuando na imprensa, fosse escrevendo e publicando livros³.

O Objetivo desse artigo é fazer uma breve apresentação sobre a inserção feminina na imprensa brasileira e mais especificamente na imprensa amazonense, seja como produtora ou colaboradora de jornais e revistas, num momento em que a atividade da escrita pública era vista como algo próprio do sexo masculino. De forma metodológica, a imprensa nos serve aqui de forma dual: como fonte mas também como objeto de nossa análise.

A PRESENÇA FEMININA NA IMPRENSA

O momento inicial da imprensa feminina, no século XIX⁴, segundo Buitoni, pode ser dividido em dois grupos: o *tradicional*, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades femininas, e o *progressista*, focado na emancipação e na igualdade de direitos entre homens e mulheres. O primeiro grupo é formado pelos jornais produzidos por homens a partir de 1827 quando o primeiro deles, *Espelho Diamantino*, surgiu. O segundo grupo é formado a partir da publicação do *Jornal das Senhoras*, em 1852, quando as próprias mulheres assumiram a redação dos jornais e passaram a escrever sobre aquilo que a elas era pertinente (BUITONI, 1981, p. 28).

O *Jornal das Senhoras*, circulou no Rio de Janeiro em 1852. Editado por Joana Paulo Manso de Noronha, objetivava “trabalhar para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”;⁵ Outro importante exemplo da linha progressista é o jornal *O Sexo feminino*, publicado em Minas Gerais em 1873 por Francisca Senhorinha da Mota Diniz. O *Sexo Feminino* foi um importante agente da luta emancipacionista feminina por educação, instrução, profissionalização e voto.

No decorrer do século XX as iniciativas de publicação de jornais e revistas femininos – efêmeros ou duradouros – aumentaram consideravelmente em todo o país. Alguns faziam a linha mais conservadora, dialogando com a suas leitoras sobre suas funções de mães, esposas e donas de casa, ratificando com isso a mentalidade positivista e eugênica acerca dos papéis “naturais da mulher”. Outros, tornaram-se o elo de ligação das mulheres com as causas do movimento feminista na medida que procurava conscientizá-las para a luta por seus direitos. Nesse contexto, para Hanner (1981, p.51), os jornais feministas desempenharam um importante papel no estímulo e na disseminação de uma nova visão entre as mulheres. As primeiras manifestações expressas nos jornais femininos desta linha foi a defesa pelo direito à educação, sendo seguida pelo direito à independência financeira e por conseguinte o voto⁶.

³ O primeiro romance brasileiro “*Úrsula*” de autoria da professora maranhense Maria Firmina dos Reis foi publicado em 1859. TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 413.

⁴ Para uma análise bem detalhada da imprensa feminina e feminista no Brasil, sugiro: DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil - Século XIX* - Dicionário ilustrado. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

⁵ Segundo informações de June Hahner, Joana Manso de Noronha era “argentina, separada de seu marido, viveu no Rio de Janeiro, onde lecionou, colaborou para jornais e publicou vários trabalhos literários”. Pelo jeito, uma mulher a frente do seu tempo. (HAHNER, 1981, p 35).

⁶ Como exemplo dessas publicações temos a “Revista Feminina”, surgida em 1914 em São Paulo. Esta revista é considerada um marco na imprensa especializada para mulher. Era de periodicidade mensal, com tiragem de 30.000 exemplares e distribuída nacionalmente. Continha cerca de 30 páginas, ricamente ilustradas dentro dos padrões da época e era dividida em seções tradicionalmente femininas, mas se diferenciava das demais por conter certo idealismo na defesa dos direitos das mulheres. (BUITONI, 1981p. 32).



AS MULHERES E OS JORNAIS NA IMPRENSA AMAZONENSE

No Amazonas, a presença feminina na imprensa, seja como produtora ou colaboradora, foi praticamente inexistente ao longo dos oitocentos, contrastando com a realidade vivida em vários Estados, onde a produção dessas folhas foi numerosa. No entanto, nas primeiras décadas do início do XX, período em que o Amazonas vivenciou grande desenvolvimento econômico oriundo da extração do latex, o periodismo local ampliou-se para vários segmentos e as mulheres também ganharam espaço na imprensa amazonense. Diversos pequenos jornais femininos foram publicados tanto em Manaus como em algumas cidades do interior do Estado. Esses jornais não se definiam diretamente como feminista, ao contrário, possuíam um discurso fortemente acanhado, mas mesmo assim assinalam parte de contribuição na emancipação feminina brasileira.

Data de 1884 a primeira experiência feminina na produção de jornais em Manaus: o jornal *Abolicionista do Amazonas*. De caráter filantrópico, era de propriedade do *Club Emancipador* e de uma *Associação Beneficente*, entidades que lutavam pela emancipação dos escravos negros da província num momento em que o país inteiro debatia sobre este assunto. A confecção do jornal era toda realizada por “mulheres da mais alta sociedade manauara”, representantes da *Associação Beneficente Amazonenses Libertadora*. Composto por quatro páginas, servia como veículo de informação entre os simpatizantes da causa da abolição negra.

Outra experiência feminina na produção de jornais no Amazonas só ocorreu alguns anos após a extinção do *Abolicionista do Amazonas*. Em 1897 a pequena cidade de Codajás, no interior do Amazonas, viu nascer o jornal manuscrito *A Rosa*⁷ cujo subtítulo era “órgão do partido cor de rosa” fazendo menção ao público a que era destinado. Apresentava em seu conteúdo, charadas, poesias, mexericos e polemizavam com o “partido azul” na promoção de bailes pela cidade.

Em 1906 foi produzido um *Polyanthéa* em comemoração a formatura dos alunos da Escola Normal naquele ano. Em maioria, as formandas e outras alunas da mesma escola colaboraram na produção do jornal com artigos que discutiam sobre educação, instrução e papel do professor na sociedade. Nada que estivesse próximo às questões de cunho feminista. Muito pelo contrário, todos os artigos tinham como característica uma linguagem assexuada. A exceção se faz no artigo de Juventina Pires denominado de *A mulher*. Muito embora seu discurso trate de questões pertinentes ao seu sexo, incorpora um tom conservador e positivista que reitera os papéis naturais da mulher. O ensino é entendido como missão e o magistério como a profissão compatível com a natureza feminina e isso fica claro em seu escrito quando ela diz que o ensino é o “caminho mais nobre que a mulher pode cumprir” (*Polyanthéa*, 21 de Nov. 1906). Reitera ainda que a qualificação feminina servia para “moldar” a mulher que se queria para mãe e principalmente educadora das novas gerações:

Não ides trabalhar para vós; vossa obra não terá aplausos, mas bem vedes, a recompensa é indiscutível e preciosíssima. Sou mulher, e, como tal, só desejo para meu sexo o mais honroso papel social e não julgo que haja nada mais honroso e elevado que o ser educadora e mãe. Como mãe, é educadora poderosa; como educadora é a mãe poderosa da sociedade. Para isso ella precisa ter luzes, intelligencia culta, coração bem formado. (*Polyanthéa*, 21 de Nov. 1906)

O jornal manuscrito *O Borboleta* (1909), também do município de Codajás, dizia ser o “representante do belo sexo na luta afanosa em bem da mulher que tem sido a guiadora dos luminosos passos da humanidade” (O

⁷ As informações sobre *A Rosa* são poucas. Há somente um único exemplar preservado nos acervos locais. O de número quatro, que marca o seu reaparecimento na cena jornalística do Estado. *A Rosa*, nº 4. Codajás, AM, 18 de dezembro de 1897.



Borboleta, 11 de Abr. 1909). Pretendia ser número único, mas talvez uma possível receptividade tenha animado as suas redatoras para a publicação de uma nova edição, agora ilustrada, alguns dias depois. Nesta nova edição *O Borboleta* rebate e tece críticas contra outro jornalzinho chamado “O Malandro”, do qual não temos outras informações. A rivalidade entre os dois jornais fica evidente em cada linha escrita nas páginas dessa edição. “A *Borboleta* sempre viva, alegre e prazenteira, ri-se sempre do “Malandro e de sua choradeira” (*O Borboleta*, 15 de Abr. 1909). Suspeitamos que o motivo que suscitou o embate tenha sido unicamente a “ousadia” na publicação do *O Borboleta* por algumas mulheres da cidade, fato que possivelmente gerou certo desconforto masculino e acabou despertando uma “guerra entre os sexos” entre os dois jornais. *O Borboleta* tinha como colaboradoras “diversas moças do meio social” da cidade, como era apontado na capa do jornal. Preferiam o anonimato, e usavam de pseudônimos na assinatura dos artigos: Haydée, Antonietta e Ailema Airam (Maria Amélia) que assinou o artigo de confronto com “o sexo forte” do segundo número.

Nossa pesquisa mapeou dois outros jornais femininos produzidos em Manaus em 1909. O primeiro deles, *O Amor*, também manuscrito⁸, era editado pelas alunas da Escola Normal e retratava o cotidiano juvenil dentro e fora da escola. Em suas páginas, as normalistas “podiam dar vazão aos devaneios juvenis, insinuar-se aos rapazes que lhe caíam no gosto, mandar recados codificados àqueles que sonhavam um dia entregar o coração no altar e principalmente comentar as paixões das colegas confidentes” (PINHEIRO, 2001, p. 241). Para um jornal feminino e manuscrito *O Amor* alcançou relativa longevidade, já que manteve-se por mais de um ano.

O segundo, *O Grêmio*⁹, “Órgão do Grêmio Familiar Amazonense”, foi sem dúvida alguma o mais importante jornal feminino produzido exclusivamente por mulheres no Amazonas no início do século XX simplesmente por imprimir uma linguagem mais próxima ao conteúdo feminista de emancipação da mulher. Contava com diversas colaboradoras – todas elas sócias do Grêmio Familiar Amazonense, por exigência – entre elas, Mathilde Neves e Mello de Mattos Areosa¹⁰, que também publicava contos e poesias nos jornais diários de Manaus e Olívia Canuto. Muitas colaboradoras dessa folha preferiam o anonimato e assinavam através de epítetos: Nêne, Clio, Lily of The Valery ou usando apenas suas iniciais.

O Grêmio advogou na luta pela educação da mulher. No seu artigo de apresentação diz claramente ser este o seu objetivo: “A nossa humilde missão na imprensa indígena é despertar o estímulo das boas amigas e caras consocias nos trabalhos intellectuais onde se aperfeiçoa a intelligencia e se prepara o coração para sentir melhor” (*O Grêmio*, 05 de set.1909). De fato, a análise deste jornal nos oferece muitos elementos compatíveis com a luta pela instrução feminina presente em vários jornais produzidos por mulheres no país inteiro. Estava claro que somente com uma instrução mais completa elas conseguiriam se libertar “das prisões obscurantistas e colocar-se na posição a que tinham direito, na esperança de um povir que traria também a sua glória” (*O Grêmio*, 05 de set.1909). A ‘posição’, a qual mencionam entendemos tratar-se de educação formal e direito à uma profissão remunerada. Estariam as redatoras do jornal contribuindo para o reconhecimento do valor da mulher através da conquista desses direitos? Esta pretensão fica evidente no artigo *Avante!*

⁸ Segundo Pinheiro, a presença insistente dos jornais manuscritos ou datilografados no Amazonas parece traduzir tanto uma situação de tímido desenvolvimento socioeconômico, onde a ausência de capitais se impôs como uma barreira efetiva, quanto a vontade incontida tanto de grupos, quanto de indivíduos, que mesmo privados de recursos, buscaram um caminho alternativo para mostra-se ao mundo e intervir no contexto social. (PINHEIRO, 2001, p. 241)

⁹ Pretendia ser uma publicação mensal, no entanto, só saiu a público duas vezes: a primeira edição em 5 de setembro de 1909 e a segunda somente 10 meses depois, em 10 de julho de 1910.

¹⁰ Portuguesa de Coimbra, viveu em Manaus durante longos anos. Era casada com Antonio Duarte de Mattos Aersa, bancario e comendador. Abrilhantou o Amazonas com suas poesias e contos. Colaborou assiduamente na imprensa de Coimbra, Lisboa, Funchal e Manaus. Morreu na sua cidade natal em 1917. (*Revista Redenção*. Suplemento especial, 02 de nov.1932).

[...] a nós, poderá ser concedido um dia o louro da vitória por termos cooperado com o desenvolvimento intelectual da mulher, nesta tão nova e florescente cidade. Veremos assim coroada a grande somma de esforços, que empregamos, acompanhada de uma boa vontade sem igual.

Mas ainda temos muito, mais muito a fazer e este esforço traduz apenas um pequeno preparativo para jornada mais longa que logo será compreendida [...]

Esforcemo-nos, por que o esforço tudo vence. Só a idéia do impossível que é a condição do desânimo nos fará recuar. (*O Grêmio*, 05 de set.1909)

Neste mesmo artigo, Mathilde Areosa considera que a distinção entre os homens e as mulheres dá-se muito mais por questões sociais do que biológicas fazendo com que os homens sejam capazes de resolver os múltiplos problemas do cotidiano e as mulheres acovardem-se diante deles achando impossível enfrentá-los. Para a autora do artigo a superação para tal atitude viria apenas com a aquisição (e o cultivo) de uma cultura intelectual que se fazia necessária. Com seu discurso, Mathilde Areosa conclamava as mulheres amazonenses ao cultivo de sua inteligência seja através das oportunidades surgidas e a surgir, através da coragem de lutar e se deixar atingir por esse ideal. Era preciso que suas leitoras entendessem o verdadeiro significado do desenvolvimento intelectual que pregava o jornal.

Temos exemplos vivos na América do norte, em alguns países da Europa e mesmo no sul de nosso país, em mulheres munidas de diplomas, desenvolvem as suas diversas actividades, provando desta forma que suas inteligências foram desenvolvidas e aperfeiçoadas, dando em resultado o que sabemos. Já vemos que as inteligências estão equiparadas, faltando-nos apenas o cultivo e no dia em o tivermos, nesse dia será feita a emancipação da mulher.

– Manaus tem verdadeiros talentos, tanto para as letras como para as Bellas- artes; no entretanto, homisiam-se em casa, quedam-se em um indiferentismo lastimável, sem dar publico testemunho de seu valor.

Não aparecem, não nos estimulam, afim de que nossa capital não se torne tão lugrube, monótona, como é pela falta de brilho intelectual feminino e mesmo para que as nossas gentis patrícias dos outros estados, não nos façam inveja, não nos considerem aquém de seus merecimentos. (*O Grêmio*, 05 de set.1909)

No seu segundo número, num artigo assinado por Amélia Santos, *O Grêmio* faz uma pequena homenagem às mulheres ilustres que abrilhantaram o mundo com sua inteligência e coragem em várias épocas da História. São mencionados nomes como os da poetisa Catharina de Alexandria, Maria Stuart, Joana D'Arc e as literatas Narcisa Amália de Campos, Julia Lopes de Almeida entre outras. A autora diz-se entusiasmada pois naquele momento outros exemplos estão a surgir principalmente por que

[...] Felizmente a mulher vai deixando de ser uma ostentação de beleza plástica dos salões, para collocar-se pela cultura intelectual no estudo de problemas que dizem respeito á communhão social. Vê-se hoje, com admiração de muitos, o elevado numero de moças que freqüentam os cursos secundários e superiores dos principaes estabelecimentos de instrucção de Manáos [...] São estes os primeiros ensaios da elevação e grandeza da mulher. (*O Grêmio*, 10 de Jul.1910).

Entende-se que a necessidade de educação apregoada pelo *O Grêmio* e por muitos outros jornais femininos e feministas era identificado como a mais importante ferramenta da libertação feminina, capaz de transformar a vida das mulheres que melhor soubessem oportunizar os espaços abertos por ela. No entanto, o discurso do jornal revela-se ambíguo, pois ao mesmo tempo em que defendia a equiparação dos direitos das mulheres frente aos dos

homens sendo favorável à emancipação feminina, reiterava o discurso religioso e positivista do verdadeiro papel da mulher. No tocante a educação, por exemplo, num de seus artigos denominado de *A Conquista* reitera que o principal objetivo da educação feminina era para a formação dos filhos: “mais tarde seremos mães de família, teremos de educar cidadãos para a pátria e para isso é mister que estejamos aparelhadas para uma tarefa tão árdua, tão difícil” (*O Grêmio*, 05 de set.1909). Em outro artigo, na mesma edição, ao comentar sobre a trágica morte de Euclides da Cunha, a redatora Calíope, vangloria o escritor e menospreza sua mulher por considerá-la culpada pela tragédia. “Culpada, por ter se desviado de seus papéis de esposa e de mãe de família e de ter sucumbido aos apelos da carne ao envolver-se com outro homem, mais jovem e autor do homicídio” (*O Grêmio*, 05 de set.1909).

Se por um lado a presença de mulheres foi mais tímida na confecção dos jornais femininos e inexistente nos cargos de direção e redação dos grandes jornais diários, a sua participação enquanto “*gentis colaboradoras*”, foi mais intensa embora restrita sempre a algumas seções como a crônica social, editoriais de moda, páginas literárias e de variedades. Tanto nas pequenas ou modestas folhas ou nos grandes jornais entre eles os diários, era ali que elas se encontravam vendo “seus poemas, sonetos e desprezíveis crônicas da vida mundana ganhar as páginas dos jornais” (PINHEIRO, 2001, p.241), imprimindo de forma diminuta suas impressões sobre o seu, também diminuto, espaço de atuação e circulação. Como sugere Buitoni, a imprensa feminina configurou-se como um canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, principalmente no campo das produções menores (BUITONI, 1990, p.40).

Embora não possa se enquadrar nos modelos de revista feminina, a importante *Revista Redenção*¹¹ desde o seu início em 1922, flertava com o público feminino. Tentando atrair as “*gentis leitoras*”, público em ascensão no período, admitiu em sua estrutura representantes do “belo sexo” que colaboravam com a produção de artigos que tratavam particularmente do universo feminino, ou ainda, submetiam seus poemas e poesias para publicação na revista. Nesse sentido, a *Revista Redenção* destacou-se pela intensa participação deste sexo nas suas duas fases. Na primeira fase, a colaboração dava-se principalmente a partir da coluna “*Chronica Feminina*”¹² presente em todas as edições e na segunda fase através da sessão denominada de “*Suplemento Jornal Fútil*”. Aliada a essas duas colunas, outras colaborações femininas preencheram esporadicamente a revista em todo o seu período de circulação¹³.

A coluna *Chronica Feminina* retratava assuntos bem particulares do universo feminino como comportamento e moda, por exemplo. No entanto, tais artigos da coluna eram marcados por um tom extremamente conservador de reafirmação dos papéis sociais e comportamentais esperados por homens e mulheres, criticando e condenando aquilo que não se “encaixava” em tais papéis. Como exemplos, podemos destacar as críticas e as preocupações presentes nos artigos que falavam sobre as “novas tendências da moda naquela época”. Os novos trajes adotados pelas mulheres eram acusados de retirar-lhe a “graça”, mas a dimensão disso era maior: poderia influenciar na mudança de comportamento das mulheres: “o exagero do traje feminino faz, actualmente, transparecer uma ansiedade febril de exibição como se fora um extravio da consciência moral da civilização dos povos” (*Revista Redenção*, Março

¹¹ A *Revista Redenção* de propriedade de Clovis Barbosa teve duas fases distintas: a primeira de 1924- 1927 tirando 14 números mais 2 edições especiais; e a segunda de 1931-1932 com 32 números e um suplemento especial.

¹² À frente da *Chronica Feminina* estiveram Olivia Canuto Torres (edição 05/06 de março/abril de 1925) que já havia colaborado em outros jornais entre eles *O Paládio* e *O Grêmio*; Yvone (edição 11 de julho de 1926) que acredito ser a mesma que colaborava no jornal diário *Folha do Amazonas*, em 1910, escrevendo basicamente sobre Moda; e Anticlea. Não foi possível precisar se Anticlea realmente era mulher ou se era apenas um pseudônimo feminino utilizado por um homem; na edição n. 04 (fevereiro de 1925) ao falar sobre a morte de uma importante professora da cidade, sua escrita revela sobre si adjetivos masculinos como “surpreso”, “maravilhado”.

¹³ A saber: Maria Sabina de Albuquerque, poetisa carioca; Berenice Martins Prates; Miryam Moraes; Mulatinha Coelho e Kilde Veras.

1925). Outro exemplo criticado e julgado impróprio e inadmissível pelas publicações da coluna, era a nova moda de corte de cabelos *à la garçonne* ou *raspados à inglesa* adotados por muitas mulheres naquele período, inclusive pelas “mulheres de vida fácil”¹⁴. Escreviam que ser uma moda “vulgar e popular” favorecia a degradação da mulher de respeito.

Podemos perceber nessas críticas uma extrema condenação ao que muitos entendiam como sendo resultado do “progresso” que circundava o período, além de uma nostalgia às gerações anteriores como referência de dignidade, respeito e sensatez. Aliado à isso, Podemos perceber ainda que ela culpa a própria mulher pela sua condição naquele momento: se os homens faziam “troça” delas, não mais as respeitavam como antes, era culpa das novas convicções e atitudes femininas. Externavam preocupação com a continuidade dessas mudanças que seriam fatais para as mulheres caso elas não retrocedessem. Vale ressaltar, no entanto que este tema também era objeto de críticas e preocupações por diversos jornais e revista do período não só em Manaus mas como em todo o país.

Na segunda fase de Redenção surgiu a coluna entitulado “*suplemento Jornal Fútil*”¹⁵, com conteúdo exclusivamente dedicado às mulheres, porém produzidos por homens, mas que algumas vezes contou com a colaboração de representantes do sexo feminino. Essas colaborações estiveram restritas à poesias e contos¹⁶. O *suplemento* falava de moda, receitas culinárias e normas comportamentais ditas femininas, que ali se apresentavam como modelares (CORREIA, 2010, p.101). Sua redação era resguardada uma vez que a assinatura dos artigos era feita apenas pelas iniciais H, C e Mary. Em tom de galhofa diziam só “aceitar colaboração de moça feia e publicar somente clichês de gente bonita” (Suplemento do Jornal Fútil. *Revista Redenção*. março 1931).

O fato de o *suplemento* dizer que “era emancipado de *Redenção*, de ser independente dela e fazer oposição às suas páginas de literatura pesada”, parece-nos uma tentativa de reiterar uma suposta inferioridade intelectual feminina, uma vez que ao invés de conteúdos “pesados” apresentava conteúdos amenos, de fácil compreensão e “artigos doutrinários” com vistas ao ensinamento de hábitos refinados e de informações úteis para o bom funcionamento do lar.

Outra importante revista do período que usou a mesma tática de flertar com o público feminino foi a revista *O Rionegrino*. Surgida a 27 de fevereiro de 1922, era no seu início uma publicação restrita aos eventos carnavalescos e de circulação interna destinada aos sócios do tradicional clube esportivo da cidade *Atlético Rio Negro Clube*. No entanto com o decorrer do tempo a revista foi se modificando e se configurando como uma verdadeira revista de variedades, passando a ter periodicidade mensal e sendo comercializada ao público em geral (CORREIA, 2010, p.109).

Fabiana Correia observa que *O Rionegrino* pretendia sempre se identificar com o público feminino haja vista que tanto nas suas capas como por toda a revista eram estampadas imagens das senhoras e jovens de famílias tradicionais da elite manauara. Nas colunas sociais, elas eram sempre o alvo, referendadas pela sua postura, requinte, beleza e talento artístico. Contudo, a autora chama a atenção para as temáticas femininas discutidas nas páginas da revista que geralmente apresentavam uma tendência conservadora e privilegiavam a preservação de uma moral tradicionalista, reforçando a imagética da mulher como frívola e frágil, mas também da filha atenciosa, da mãe dedicada e, sobretudo, esposa submissa (CORREIA, 2010, p.110). Vale ressaltar que essa não era uma tendência exclusiva da *Rionegrino*, mas uma postura encontrada na maioria dos jornais e revistas de Manaus.

¹⁴ Referência usada no período.

¹⁵ O primeiro número aparece na edição 09, de fevereiro de 1931 e o último, o número 05 está na edição 20, de maio do mesmo ano.

¹⁶ Vale a pena destacar que na edição nº 04 o suplemento *Jornal Fútil* apresenta os primeiros versos da poetisa e professora normalista Marysa Correia que usava o pseudônimo Rosaura Marília. Marysa foi um importante nome no cenário literário local na década de 1930.

Mesmo assim, à luz de nossa avaliação *O Rionegrino* tem uma importância fundamental para a História das Mulheres amazonenses, pois oportunizou espaços para seus pensamentos e para a sua projeção. No final da década de 1920 as primeiras colaborações femininas aparecem na revista com o objetivo de aperfeiçoar as colunas à elas direcionadas. Mapeamos a presença de algumas, entre elas duas importantes figuras do cenário feminino manauara: Rosália Beatriz e a poetisa Violeta Branca¹⁷.

A contratação de Rosália Beatriz¹⁸ como cronista d'O *Rionegrino* assinala um momento bem interessante para a revista e para as próprias mulheres. Suas crônicas falavam geralmente sobre sentimentos, dilemas emocionais e afetivos, além de outras questões próprios do universo feminino, que introduzem inegavelmente um tom mais moderno e até mesmo ousado diante das mulheres, mesmo diante da tradicional visão conservadora da revista (CORREIA, 2010, p. 111). Foi esse o perfil adorado em seus escritos nas cinco edições publicadas entre os anos de 1929 e 1930¹⁹, onde ela buscava uma maior interação com o público feminino.

Nas suas duas primeiras crônicas ela reproduz algo comum nas seções femininas das várias revistas do período: o de responder cartas de amigas ou leitoras sobre o que lhes afligia. Na primeira, denominada “Conselhos” ela fala a uma jovem que, alimentando um sentimento por um certo rapaz e não sabendo como se portar, vai em busca de seus conselhos. A resposta de Rosália publicada em forma de artigo mostra uma mulher ousada, experiente e que acima de tudo parecia não temer e desejava ultrapassar os preconceitos e estigmas em voga. Vejamos um trecho:

[...] Desse rapaz que você me fala, pode-se concluir muitas suposições.

Se você ignora que seja amor o sentimento que faz o seu jovem poeta entreter- se com você, pelo menos a minha amiga sabe que ele a corteja.

Se quer bem a esse rapaz, seja um pouquinho astuciosa. Não suspire. Não olhe tanto as estrelas.

O romântico cortejar de outras eras, é hoje substituído por uma boa camaradagem, alguém o disse e disse bem.

Não pense que o seu poeta é um príncipe encantado, senão um homem, simplesmente um homem, com as qualidades e todos os defeitos do sexo.

Uma mulher romântica, nos dias atuais, torna-se enfadonha. Não resta dúvidas que o “flerte” existe entre você e seu amigo.

Ele, talvez, esteja achando delicioso só isso. Há homens assim. Alguns por timidez, outros por mero prazer espiritual, ainda outros para fugirem de responsabilidades e outros ainda por verdadeira mania.

[...]Sei que tem medo do fracasso da astucia. Em certo ponto tal receio tem sua razão de ser. Entretanto, você precisa agir. (*O Rionegrino*, n. 8, maio 1929).

Na segunda crônica, respondendo “a uma noiva desiludida”, Rosália Beatriz tenta através de suas palavras amenizar o sofrimento de uma moça que as vésperas do casamento sofre uma desilusão com seu noivo. A noiva, pelo que subentende-se na crônica, tinha aspirações românticas demais para com o casamento e lamentava não sentir o mesmo no seu consorte, não entendendo o seu comportamento. Rosália Beatriz embora compreendendo o sofrimento da “amiga” e dizendo que não é comum para a mulher “renunciar depressa as suas aspirações oriundas de

¹⁷ Além destas citadas, temos também contribuições esporádicas ou às vezes única na referida revista: Anna Pereira, Miryam Moraes, Mercedes da Silveira Pamplona, Nysia Netto geralmente aventurando-se no campo literário.

¹⁸ Além da *Revista Rionegrino*, Rosália Beatriz que morava no Rio Grande do Sul, também colaborava com outros jornais e revistas de Manaus e do Rio de Janeiro.

¹⁹ A saber: “Conselho” na edição n. 08 (maio de 1929); “Da Beleza da Mulher”, edição n. 09 (junho de 1929); “A uma noiva desiludida”, edição n.10 (julho de 1929); “Carta Bilhete” edição n.12 (setembro de 1929); “Consolação”, edição n. 15 (janeiro de 1930).

uma sentimento nobilitante”, sugere mudanças em seu comportamento, pois “os homens estão fugindo das mulheres sentimentais”. Com esse pensamento a cronista também indicava a necessidade de mudanças no comportamento feminino em relação com o homem. Pois, segundo ela,

Aquelles que prestam a atenção a uma mulher que tenha um pouco de sonho, acabam com o teu bardo: insolentes, autoritários. Eis tudo. Eis o que penso desses rapazes que revestindo a capa de galantes cavalleiros d’antanho fingindo idealizar figurinhas gentis como se fossem aquellas antigas castellãs de cabello de ouro que viviam pelo amor do seu amor, escondem péssimos princípios. (O *Rionegrino*, n. 10, jul.1929)

Esse comportamento então, próprio dos homens, não deveria consistir num flagelo feminino. Era preciso saber conviver com isso e tirar lições dos sofrimentos vividos: “Felizmente, tu agora o reconheces; mas, foi a preço de teus melhores sentimentos a realidade que tens hoje, das cousas da vida. Volta, pois, às reflexões ponderadas” (O *Rionegrino*, nº 10. Manaus, julho 1929)

O artigo “Miss Frivolidade” (O *Rionegrino*, nº 10. Manaus, julho 1929), de Anna Pereira, é na verdade uma crítica a um novo perfil feminino surgido a partir do início do século XX. A mulher frívola, ou melindrosa, resultado da modernidade, era aquela extremamente preocupada com a aparência e com as coisas mundanas. Vivia para o flerte e não se preocupava com o futuro, com a maternidade, com educação e trabalho. Este “modelo” feminino passou a ser objeto de acirradas críticas na sociedade e arduamente combatidas por diversos jornais que circulavam na cidade.

Outra importante colaboradora d’O *Rionegrino* foi a jovem poetisa Violeta Branca. Seus primeiros poemas foram publicados na revista quando ela ainda contava com 14 anos idade. Embora muito jovem, seus poemas demonstravam certa maturidade e desprendimento com relação aos temas que abordava. Temas como o universo amazônico e seus mistérios, a ânsia pela vida e pela liberdade, o amor e a sensualidade, temas ousado para a mulher da época, estão presentes na poesia de Violeta Branca²⁰:

Em 1935, aos 19 anos, publicou seu primeiro livro intitulado “*Ritmos de Inquieta Alegria*” que reúne poemas “de uma alma ainda adolescente”, mas cheia de surpresas (A *Crítica*, 11 de out. 2000). Quando da sua publicação, o livro surpreendeu pelo seu lirismo e ousadia expresso nos temas abordados, assim como o fazia nos poemas publicados nas revistas. O trecho do poema volúpia transcrito abaixo exemplifica a afirmação:

O beijo que deste no meu pulso cobriu de angústia a forma imaterial dos meus sentidos. Não percebeste o latejar das veias ao contato de teus lábios, e nem advinhaste que foi o prazer que me fez silenciar...” (BRANCA, 1998. p. 32)

Violeta Branca tornou-se uma das grandes representantes da poesia amazonense e um ícone para a literatura brasileira. Mesmo morando no Rio de Janeiro, a poetisa continuou a colaborar em algumas revistas amazonenses. Em 1936, por exemplo, publicava seus versos e poemas na Revista Cabocla e em 1937, na revista “A Selva”²¹. Neste mesmo ano, tornou-se a primeira mulher a pertencer a Academia Amazonense de Letras (AAL), na qual ocupou a cadeira de número 28. Este fato assinala uma importância inigualável para a literatura e para a História das Mulheres no Amazonas principalmente por que consolidou a abertura de caminhos para outras mulheres.

²⁰ Revista *Identidade*. Disponível em www.revistaidentidade.webnode.com.br. Acesso em: 18 jul. 2010

²¹ A *Selva* foi uma importante revista de variedades que circulou em Manaus a partir de 1937.

A revista de variedades “A Nota”, de 1917, produzida por *intrépidos e brilhantes jornalistas*²², embora fazendo troça e zombando do avanço e da ampliação dos espaços de atuação feminina teve em seu quadro, em todos os seus doze números publicados, a participação de uma mulher. Maria Sylvia assinava a sessão “Molduras” com poesias e sonetos que falavam de temas próprios do universo feminino exaltando-o. Explorou os perfis femininos, exaltando o valor de mulheres comuns, porém singulares.

Embora seja nítida na maioria dos escritos femininos analisados a preponderância de assuntos amenos, ligados diretamente ao contexto do “permitido para as mulheres”, expresso, por exemplo, nas poesias e contos. Mesmo assim, conforme Maria Luiza Pinheiro (2001, p. 248), não se deve concluir que a ação das mulheres na imprensa amazonenses demonstrasse sempre uma postura apática ou alienante e invariavelmente submissa. Algumas escritoras “transgrediram a norma social vigente” publicaram seus pensamentos idealizando mudanças na condição social, educacional e profissional feminina.

Um exemplo dessa assertiva está num escrito da poetisa carioca Maria Sabina²³ denominado de “*Victorias do Feminismo*” publicado na *Revista Cabocla* no ano de 1936. Neste artigo, ela defende vigorosamente o feminismo e conclama saudosamente as mulheres amazonenses a conhecê-lo.

Minhas amigas e companheiras de ideal.

É a vós especialmente que me dirijo neste momento em que, procurando esquecer a minha personalidade de escritora e artista creadora de emoções, quero ser simplesmente a colaboradora ardente e convicta, orientadora da opinião em tudo o que se relaciona com a causa feminina. Como vice-presidente da “Federação Brasileira Para o Progresso Feminino”, a maior organização feminina brasileira [...], creio ter alguma autoridade como orientadora da opinião. O Grito angustioso da mulher que desde o século passado vem repercutindo até nós encontrou um eco de simpatia em nosso país até os seus recantos longínquos como o prova neste momento a nossa ramificação amazonense em cujo seio acolhedor e amigo me encontro neste momento encantada e desvanecida. A Federação Amazonense Pelo Progresso Feminino “é uma destas árvores novas douradas pelo sol dos trópicos” [...].

Na opulência da sua grandeza a Amazônia é uma virgem. E muitas almas aqui serão como o solo generoso que ainda não foi desbravado e semeado de idéias novas em respeito de verdades básicas do feminismo. [...] Mas, se não necessitamos da ardência devoradora das queimadas, faz-se, contudo, mister a derrubada dos preconceitos. O feminismo ainda representa para muitos uma anormalidade, uma doutrina que prega o antagonismo dos sexos, e um nivelamento, uma espécie de masculinização que representa a perda de toda a graça e feminilidade da mulher.

Nada mais falso [...] O feminismo não é uma anomalia, uma extravagância contemporânea, um fruto adventício da época todado a desaparecer. É antes uma consequência moral da marcha das civilizações. (*Revista Cabocla*. Manaus, 1936).

Para Maria Sabina, o feminismo coloca a questão da defesa do trabalho feminino como primordial. As mulheres deveriam lutar por este direito e caberia aos homens refletir sobre os impedimentos impostos por ele. Para a escritora, não havia motivo para tanto “alarde” masculino. No artigo, a escritora observa que o trabalho sempre foi algo intrínseco à natureza feminina, pois a mulher sempre colaborou com a manutenção do lar e da família desde os mais remotos tempos primitivos, tendo diversas atividades dentro e fora do lar sob sua responsabilidade.

²² A *Nota* circulou em Manaus entre agosto e novembro de 1917, editando doze números. Se auto-definia como “semanário ilustrado. Humorístico, epigramático, mephistophelico, prosapioso, etc.”.

²³ Maria Sabina desde o início da década de 1930 colaborava em revistas e jornais amazonenses. No ano de 1931, por exemplo, teve algumas de suas poesias publicadas na *Revista Redenção*.

No entanto, dois marcos históricos assinalaram uma nova condição profissional feminina na medida em que ampliou consideravelmente a inserção da mulher no mercado de trabalho: a industrialização a partir de meados do século XVIII e a Primeira Guerra Mundial em 1914. Esta última, segundo Sabina, “agravou de tal forma a situação econômica do mundo que houve necessidade de uma readaptação geral começando pela criação de uma nova mentalidade”, talvez por isso mesmo, “nos grandes centros civilizados a idéia do trabalho feminino já era um fato aceito que não promovia mais comentários”

E aos que acreditavam que o feminismo não tinha outra função senão subverter os papéis sociais femininos, imprescindível para a emancipação, a escritora pondera afirmando que

o feminismo que aprova a emancipação econômica da mulher pelo trabalho, não quer por isto arrancá-la de um lar onde sua presença é necessária. O primeiro dever da mulher é o seu dever de mãe e só é cabível que ela o deserte algumas horas quando a sua presença é necessária em casa, quando as circunstâncias a isto a obriguem. . (Revista *Cabocla*, Manaus, 1936).

Ou seja, percebe-se nesta fala que em nenhum momento os ideais feministas de emancipação econômica propagados pela *Federação Brasileira para o Progresso Feminino* (e também pela Federação Amazonense), da qual Maria Sabina é legítima representante, visavam a abnegação dos deveres femininos de mãe e esposa cobrados e fiscalizados pela sociedade. Muito pelo contrário, queriam mostrar que era possível haver conciliação entre os papéis. Até por que a maioria daquelas que militavam no movimento feminista eram também esposas, mães e donas de casa.

Esse tipo de escrita mais politizada da década de 1930 fazia parte de um novo momento sociocultural, político e econômico do qual as mulheres estavam vivendo no Brasil. O Brasil, que sofreu uma crescente urbanização e uma intensa industrialização viu neste período o movimento feminista ganhar força na luta pelos direitos femininos principalmente em relação ao voto. Sobre este novo cenário, que ampliou a visão feminina para além das fronteiras domésticas, Jane Almeida escreve o seguinte:

Do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, mudanças socioeconômicas ocasionadas pela implantação do regime republicano no país, pelo processo de urbanização e industrialização, pelas duas guerras mundiais e seus efeitos na mentalidade da sociedade da época, pelas conquistas tecnológicas representadas pela difusão dos meios de comunicação, coincidiram com a eclosão das primeiras reivindicações do feminismo que, nos países onde chegou, atingiu várias gerações de mulheres, ao alertar para a opressão e para a desigualdade social a que estiveram até então submetidas. Com o movimento feminista e na esteira das reivindicações pelo voto, o que lhes possibilitava maior atuação política e social, a domesticidade foi invadida e as mulheres passaram a atuar no espaço público e a exigir igualdade de direitos, de educação e profissionalização. (ALMEIDA, 1998, p. 27)

Portanto, como defende Souza (2010), as mudanças que marcaram o comportamento feminino, ocorrido ao longo das três primeiras décadas do século passado sinalizaram o estabelecimento de uma nova ordem na história das relações entre homens e mulheres contemporâneos, o que com toda certeza incomodou profundamente os setores mais conservadores da sociedade, causando reações de represália e coerção aqueles que insistam em forçar uma mudança na estrutura do patriarcado.

Diante de tais mudanças, parte da imprensa da época serviu de ferramenta de denúncia, luta e propagação dos ideais feministas, outra parte, conservadora, lutava para não ver, segundo os seus olhos, esses ideais se tornarem realidade.

Gostaria ainda de salientar que aliada a essas experiências mapeadas pela pesquisa é importante acrescentar que é muito provável que outras mulheres também tenham contribuído nos jornais e revistas de Manaus no período estudado, mas localizá-las plenamente é um desafio ainda a ser superado. O receio de se expor nas páginas da imprensa associado ao preconceito da qual eram vítimas faziam com que muitas mulheres assumissem o anonimato, usassem codinomes ou o pior limitassem as suas produções. Mesmo assim, foi de fundamental importância para as conquistas femininas a participação destas mulheres na imprensa do período e no mundo das letras de modo geral, pois, como lembrou Pinheiro (2001, p.249) “os avanços atuais foram construídos lentamente nos rastros das centelhas lançadas por essas pioneiras”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e Educação: A paixão pelo possível**. São Paulo: Unesp, 1998.
- BRANCA, Violeta. **Ritmos de Inquieta Alegria**. 2. ed. Manaus: Livraria Valer, 1998.
- BUITONI, Dulcília Schoeder. **Mulher de Papel**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- BUITONI, Dulcília Schoeder. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1990.
- CORREIA, Fabiana Libório. **Janelas do Mundo: As revistas de Variedades de Manaus (1900-1950)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Amazônia, Manaus, 2010.
- HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Periodismo e Letramento no Amazonas (1880-1920)**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SOUSA, Bernardina Santos Araújo de. **Os manuais de Conduta e a escrita feminina no início do século XX: o que desvelam as narrativas?** Disponível em: www.anped.com.br. Acesso em: 27 jul. 2010.
- TELLES, Norma. Escritoras, Escritas e Escrituras. In: PRIORI, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto 2002.

RESISTÊNCIA FEMINISTA E IMPRESSOS: O FAZER EXISTIR PUBLICAMENTE

lasmin Do Prado Gomes

Resumo: O seguinte trabalho almeja investigar como feministas chilenas atuaram no semanário *Mensaje* durante o período correspondente a ditadura militar no Chile (1973-1990), comandada por Augusto Pinochet. O impresso, de viés católico, possibilitou abertura para que componentes do Feminismo Chileno difundissem estudos sobre Histórias das Mulheres. E, fizessem da linguagem, instrumento de resistência e transformação de anseios individuais em problemas coletivos; rompendo com dicotomias e papéis de gênero pré-estabelecidos pela estrutura patriarcal. Tal pesquisa aponta questões ainda em construção, ou seja, os dados aqui ressaltados representam parte de um trabalho ainda não concluído e que pode ser reformulado em um futuro próximo.

Palavras-chave: Resistência feminista; impressos, Chile.

CONTEXTO

No dia 11 de setembro de 1973, Salvador Allende - o primeiro presidente socialista democraticamente eleito na América Latina - foi deposto por um golpe militar financiado pelos Estados Unidos da América em conjunto com veículos de comunicação, segmentos da Igreja Católica e determinados grupos da sociedade chilena. No Chile, foi instaurada uma ditadura militar comandada por Augusto Pinochet que durou até 1990 e exigiu que as esquerdas chilenas e latino-americanas se mobilizassem em instituições de resistência, entre elas, os Movimentos Feministas.

Em 1976, foi criada a primeira instituição feminista chilena, o *Círculo de Estudios de la Mujer*, subsidiado pela *Academia de Humanismo Cristiano*¹. A maioria do *Círculo* era composto por mulheres acadêmicas que tiveram seus trabalhos perseguidos pelos órgãos de censura da ditadura militar. As ditas, escreveram sobre feminismo, política e autoritarismo, potencializando uma escrita das Histórias das Mulheres no Chile; fazendo do ato de escrever instrumento de transpor com o anonimato imposto culturalmente à figura feminina, tornando suas demandas e existência públicas.

A *Academia de Humanismo Cristiano* foi fundada em 1975 por Raúl Silva Henríquez, criador da *Vicaría de la Solidaridad* (1976-1992)² e importante personagem da Igreja Católica na luta contra a ditadura militar. Progressista e defensor dos direitos humanos, o cardeal surge como representante eclesiástico na mediação entre Deus e os homens. Particularidades estruturais que acompanharam os acontecimentos históricos fomentando a aproximação e a interlocução de ideais da esquerda latino-americana e o catolicismo ocasionaram abertura para a participação feminina não só em espaços amparados pela Igreja Católica, mas também no processo de abertura política chileno.

¹ Tinha como objetivo de subsidiar estudos acadêmicos relacionados as ciências sociais censurados pelos militares.

² *Vicaría de la Solidaridad* foi uma entidade criada pelo Cardenal Raúl Silva Henríquez em 1976 com a intenção de difundir e defender a não violação dos direitos humanos. Consistiu em medida oficial da Igreja Católica de Santiago e durante seu funcionamento prestou auxílio às vítimas da ditadura de Augusto Pinochet (Disponível em <http://www.vicariadelasolidaridad.cl/node/7>, acesso em 3 de setembro de 2019). De 1976 a 1988 publicou *Solidaridad*, um semanário que, seguindo os ideais da instituição, denunciava crimes contra os direitos humanos ocorridos no Chile (Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-98138.html>, acesso em 3 de setembro de 2019).

O período autoritário, propiciou o surgimento de entidades que objetivavam alcançar a democracia e autonomia feminina. O slogan *Democracia en el país y en la casa* se fez presente entre os movimentos liderados por mulheres. O desconforto feminino projetava-se contra a repressão ditatorial e o patriarcado que aprisionava mulheres na esfera privada³. Afinal, as relações pessoais são relações de poder⁴.

O movimento feminista irrompeu com força no movimento de mulheres contra a ditadura, que continuava sendo considerada uma contradição secundária. “Democracia no país e em casa” foi o lema que sintetizou nossas reivindicações e encontrou sentido em muitas mulheres que trabalhavam sem remuneração e reconhecimento no âmbito doméstico; em algumas que militavam em organizações de estrutura patriarcal; em outras que viviam uma realidade oculta no âmbito privado: a violência doméstica – para mencionar apenas uma (CONTRERAS, 2017, p. 224).

Os escritos das intelectuais na *Academia de Humanismo*, assim como no semanário moldaram-se conforme regimes discursivos que imperavam nas instâncias de poder. Nos anos 1960 e 1970, os laços construídos por mulheres engajadas na luta por direitos humanos e participação no espaço público encontraram, na linguagem, instrumento de consolidação: “(...) lugar onde o conhecimento sobre nós mesmas se realiza e onde a subjetividade é construída”⁵ Nesse caso, pensar a linguagem como espaço de construção da subjetividade revolucionária, implicou em propor discursos e ações políticas que desafiaram papéis de gênero culturalmente definidos no público e no privado. Tornar públicas inquietações feministas, consistiu em ato de resistência perante a estrutura ditatorial comandada por Pinochet e a cultura patriarcal que imperava na sociedade chilena.

No contexto entre feminismo, catolicismo e ditadura militar encontramos o semanário *Mensaje*. A revista foi fundada em 1951 pelo jesuíta Padre Hurtado e circula no Chile até os dias atuais. Estão entre os objetivos do impresso mostrar ao seu leitor, a partir de uma perspectiva cristã, acontecimentos nacionais e internacionais de forma crítica. O impresso, assim como outros veículos de informação que circularam neste espaço-tempo, tinha como um dos propósitos retratar o cenário revolucionário latino-americano específico da segunda metade do século XX.

FEMINISTAS EM MENSAJE

O Feminismo Chileno foi de grande importância na reivindicação pela democracia e participação feminina em espaços públicos, sobretudo em cargos e partidos políticos. Atuou de maneira destacável na busca por desaparecidos e também no exílio, caracterizou-se por forte teor político até porque sua própria eclosão se deu em resposta ao contexto de repressão e autoritarismo. Segundo Sepúlveda (2013), “No es aventurado decir que sus prácticas de resistencia están en la base del proceso de re-democratización vivido en el país.”⁶

³ KIRKWOOD, Julieta. *Ser política em Chile: Los nudos de la sabiduría feminista*, 2.ed, Santiago, Cuarto Propio, 1990. SEPÚLVEDA, Vanessa. *Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la dictadura de Pinochet (1973-1990)*. Cuadernos Kóre. Revista de historia y pensamiento de género N° 8 (Primavera-Verano 2013), p. 96-117. Disponível em www.uc3m.es/cuadernoskore.

⁴ ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Nilce Cardoso, Yara Gouvêa e Miriam Paglia, São Paulo: Intermeios, FAPESP, p. 144, 2013.

⁵ VIANNA, Lucia. Poética feminista - poética da memória”. Labrys, Estudos Feministas, n.4, dez/ago, 2003). Disponível em <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/lucia1.htm>

⁶ SEPÚLVEDA, Vanessa. *Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la dictadura de Pinochet (1973-1990)*. Cuadernos Kóre. Revista de historia y pensamiento de género N° 8 (Primavera-Verano 2013), p. 98. Disponível em www.uc3m.es/cuadernoskore.

O Movimento Feminista Chileno aqui abordado é dividido em três fases: nos anos iniciais enfatizou a defesa da vida e luta por justiça para com indivíduos que tiveram direitos humanos violados pela ditadura militar. Entre fins da década de 1970 e início da de 1980 surgiram os primeiros grupos feministas e encontros de mulheres da América Latina e do Caribe, etapa caracterizada por início de problematizações exclusivamente femininas. Já entre 1982 e 1986, realizou forte mobilização contra a repressão do Estado, ampliou o contato com o feminismo latino-americano e contou com grandes coordenadoras de grupos de mulheres. No fim da década, a preocupação com a inserção feminina na democracia se fez presente, ambas as fases são perceptíveis nas trajetórias das militantes que atuaram em *Mensaje*, sendo as duas últimas mais explícitas.

A partir de 1980, as feministas chilenas ganharam espaço considerável no semanário, ao que tudo indica, pela fundação do *Círculo de Estudios de la Mujer* e a importância que desempenhou frente a luta nacional e internacional pela emancipação feminina. Nota-se que as militantes assumiram o compromisso de desenvolver e divulgar produções teóricas escritas por e sobre mulheres, resgatando o passado do Movimento Feminista Chileno e inserindo-o na história; concebendo os indivíduos que dele participaram como agentes históricos. E, relacionando-o com as ações da organização no presente e pautas por ela defendidas.

El Centro de Estudios de la Mujer (CEM) y Pehuén Editores presentaron cuatro obras: *Oficios y Trabajos de las mujeres de Pomaire*, de Ximena Valdés y Paulina Matta; *Andar andando*, de Kirai de León; *Quinchamalí, reino de mujeres*, de Sonia Montecino; y *Yo trabajo así ... en casa particular*, de Thelma Gálvez y Rosalba Todaro, donde se recogen impactantes testimonios de cuatro empleadas domésticas (VERDUGO, 1986, *Mensaje*, n. 350, jul., p. 250)

Percebe-se certo cuidado das intelectuais em nomear as mulheres que teceram narrativas sobre as resistências femininas, fazendo com que estas passassem a existir publicamente através da escrita da História das Mulheres no Chile. Entre as questões reivindicadas nos estudos abordados estão a participação feminina na política e a democratização da educação para as mulheres. Estas ganharam destaque maior, à medida que, o processo de redemocratização se aproximava. A preocupação com a inserção feminina neste movimento se mostrou cada vez mais presente, o *MIEL: Mujeres Integradas por las Elecciones Libres*, foi criado em 1987, paralelamente às discussões em *Mensaje* sobre a construção de ações afirmativas para mulheres em cargos políticos e a necessidade de prepará-las para a atuação nestes espaços de poder.

Além disso, ocorreram questionamentos acerca da relação entre a falta de informação e a servidão feminina. O *RIDEM: Red de Información de los Derechos de la Mujer* entrou em ação, a rede era composta por uma equipe multidisciplinar de mulheres que buscavam intercambiar informações sobre temáticas como legislação, saúde, vivência e educação. A demanda por democratização do conhecimento possibilitou que o Movimento Feminista tivesse contato maior com mulheres da classe trabalhadora e incorporasse problemáticas de raça e classe em suas análises que pautaram formulação de políticas públicas, capacitação para mulheres e assistência psicológica.

As organizações feministas que surgiram em resposta às medidas autoritárias adotadas pelo aparato militar (*Movimiento de Emancipación de la Mujer Chilena* (MENCH), *Mujeres de Chile* (MUDECHI), *Comité de Defensa de los Derechos de la Mujer* (CODEM), *Mujeres por la Vida*, *Movimiento de Mujeres Independientes* (MMI), *Mujeres por el Socialismo*, *Movimiento de Mujeres Pobladoras* (MOMUPO), *Coordinador Político de Mujeres de Oposición e Agrupación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos* (WOITOWICZP; PEDRO, 2009, p. 50), apresentavam, muitas vezes, relações com partidos de esquerda. Logo, realizavam dupla militância.

Tal como ocurrió con MUDECHI, la doble militancia constituyó un problema pues los partidos trataban de guiar o utilizar las actuaciones de la agrupación e impedían que las mujeres adoptaran posiciones críticas frente a algunas realidades femeninas que no estaban problematizadas al interior de los conglomerados políticos (SEPÚLVEDA, 2013, p.109).

É importante ter em mente que a própria esquerda concebia o feminismo como subalterno, alegava que a igualdade entre os gêneros desviava a atenção da revolução comunista, principal pauta a ser posta em execução. Segundo Brito e Vasquez (2007), acreditava-se que com o socialismo em vigor todos os indivíduos poderiam usufruir de seus direitos de forma plena e igualitária.

Tal posicionamento, é denunciado por mulheres em *Mensaje* e consequentemente debatido dentro das organizações de resistência feminina. Às mulheres componentes de instituições de esquerda eram destinadas tarefas domésticas, um reflexo do que a sociedade como um todo esperava do sujeito mulher. Em *Acerca del lugar de las mujeres en política: ¿Una mujer presidente?*, Josefina Rosseti (1988) salientou que as mulheres correspondiam à metade da população eleitoral do Chile e mesmo assim não participavam, de forma destacada, das análises políticas. Ao refletir sobre a pouca expressão de lideranças femininas nos cargos públicos destacou: **¿Participar en política para servir el café?**

UMA CRÍTICA A HIERARQUIA DE GÊNERO PRESENTE DENTRO DOS PARTIDOS

Como esperado, se observam debates sobre a vocação política das mulheres e formas como devem se organizar institucionalmente. *Concertarse para tener una voz en política nacional* também de Josefina Rossetti (1989) e *Sobre la vocación política de las mujeres* de Mariana Aylwin (1990) ilustram bem a situação ao reconhecer que a categoria mulher é abrangente e é preciso pensar qual será sua institucionalização no governo democrático e a integração da mulher chilena na vida política, respectivamente.

Reconhecer que a opressão se localizava em estruturas públicas e privadas, desconstruindo binarismos entre as duas instâncias, consistiu em discutir se o feminismo deveria seguir como movimento autônomo ou aliado a partidos políticos. Julieta Kirkwood, percussora da segunda onda do Feminismo Chileno, defendia que não há feminismo, sem democracia. Patricia Verdugo (1986) em *Mujeres en movimiento*, destacou que não existiria sociedade democrática sem a democratização da condição de mulher e mostrou como dicotomias entre feminismo e política poderiam romper-se, fazendo com que políticas e feministas entrassem em acordos. Afinal, o propósito do movimento não era divisão entre suas componentes.

De acordo com Torres, assim como outros movimentos de mulheres na América Latina, “las chilenas organizadas buscan crear sus propios medios de expresión, formando parte de lo que se llamó la “corriente alternativa en comunicación”. Segundo a autora, as publicações das mulheres oscilam entre dois pólos: os temas políticos e os feministas: “las mujeres de las organizaciones editoras de estos boletines o revistas son confrontadas al autoritarismo político y al autoritarismo de la sociedad chilena, dos elementos cotidianos bajo el régimen militar (WOITOWICZP; PEDRO, 2009, p.50).

O texto de Verdugo (1986), exemplifica perfeitamente a segunda fase do movimento. Nota-se preocupação com a conciliação entre assuntos femininos e políticos, também são característicos de seus escritos, a análise de

⁷ ROSSETI, J. *Acerca del lugar de las mujeres en política: ¿Una mujer presidente?*, *Mensaje*, Santiago, n. 368, Maio, 1988, p.145.

dados e citação de nomes de intelectuais envolvidas em organizações e produções acadêmicas que abordavam a condição feminina. *La otra mitad de Chile* de Angélica Meza, por exemplo, citado pela autora, conta com a entrevista de várias mulheres, incluindo Isabel Allende, Julieta Kirkwood e Ana Vásquez. A obra discute o autoritarismo patriarcal que impera no Chile e oprime homens e mulheres, ressaltando como a luta feminina é importante para todo um coletivo. As professoras, sociólogas, filósofas e demais intelectuais envolvidas nessa mobilização atuaram na escrita da História das Mulheres no Chile através da leitura, discussão e divulgação de produções protagonizadas por si e outras mulheres.

O fazer existir publicamente é posto em prática quando teorias feministas são tecidas e publicadas em impressos, a linguagem surge como instrumento de resistência e potencialização da subjetividade revolucionária - a conversão do indivíduo à revolução, o sentimento de pertencimento ao movimento (SUSEL, 2013, p. 239-240). O próprio *Círculo de Estudios de La Mujer* tinha como objetivo escrever a História das Mulheres no Chile - começou com um pequeno grupo que se juntava para discutir a situação feminina e alcançou proporções maiores com o decorrer do tempo.

Un segundo objetivo fue promover la concienciación de las mujeres sobre su situación de género y por ello mismo, realizaron talleres de autoconocimiento y de identidad. Para las mujeres del Círculo – y haciéndose de la consigna de Beauvoir – “se aprendía a ser mujer” (SEPÚLVEDA, 2013, p. 110).

Julieta Kirkwood e Teresa Váldez, duas das principais integrantes do Feminismo Chileno, estão ligadas a essas feministas e a produção cultural por elas consumida. Ambas são citadas e/ou escreveram para *Mensaje*, é inegável que a revista corroborou para divulgação dos trabalhos dessas mulheres e das associações a quais pertenciam. Kirkwood e Váldez tiveram contato com ideais do exterior, seja através das retornadas do exílio ou dos Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe e tal fato, reflete no papel que desempenharam no conteúdo materializado no semanário. Para Verdugo (1986), Kirkwood era a liderança intelectual do Feminismo Chileno, ao destacar a obra mais famosa da socióloga, *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*, evidencia uma fala da autora sobre a importância do livro para uma leitura feminista da história das mulheres engajadas na luta por emancipação.

“Más que una historia feminista exhaustiva, este texto es una lectura feminista de nuestra historia con mis ojos abriéndose a la idea. Es una historia para que la conversemos, la dudemos, la reflexionemos, le restituyamos vida (...) Creo que toda esta reflexión nos puede ser útil para los actos que emprendamos en la construcción de la nuestra historia, humanizada por la sola voluntad de desprenderse de las limitaciones que, las feministas hemos probado, constituyen un freno para la constitución de una sociedad verdaderamente democrática”, explica la autora Kirkwood en la contratapa de esta obra que la revive con fuerza en sus 235 páginas (VERDUGO, 1986, *Mensaje*, n. 350, jul., p. 250)

De acordo com Woitowiczp e Pedro (2009), a segunda onda do Feminismo Chileno não explorou questões como a reprodutividade e a sexualidade, por exemplo, como o brasileiro. Muito por causa do conservadorismo predominante na sociedade, pela influência da Igreja Católica e o fato do movimento manter forte ligação com instituições de esquerda. Fato que se manifesta em *Mensaje*, até o momento os temas anteriormente citados não foram encontrados nos exemplares da revista - que defendia explicitamente um modelo conservador de família cristã.

Pode-se dizer, diante destes discursos produzidos pelo movimento feminista no Chile, que o principal inimigo a ser combatido, durante e após a ditadura militar, foi o conservadorismo da sociedade,

que – em sintonia com a ação da Igreja Católica - pregava uma determinada concepção de família em que não havia espaço para questões como divórcio, aborto, liberdade sexual e direito ao corpo. (WOITOWICZP; PEDRO, 2009, p. 54)

Uma das tensões existente entre feminismo e membros da Igreja Católica consistia na manutenção da reprodução de estereótipos atribuídos historicamente à mulher pelas escrituras sagradas. De acordo com Marques (2011), as mulheres da *Academia de Humanismo Cristiano* não tinham o apoio da Igreja para discutir assuntos como o aborto, o divórcio, a pílula e a sexualidade feminina e quando⁸ ousaram questioná-los a ruptura entre as duas instâncias foi inevitável. O *Círculo de Estudios de la Mujer* foi extinto em 1983 quando Raúl Henríquez não fazia mais parte do comitê. Segundo María Antonieta Saa, militante chilena, tal questão implicava “(...) em tempos de ditadura, muita orfandade porque ficávamos sozinhas, desprotegidas do guarda-chuva da Igreja, era realmente uma questão de sermos lançadas aos leões da ditadura”⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expulsão do *Círculo de Estudios de la Mujer* não ocasionou em fim da participação das feministas em *Mensaje* - que continuaram promovendo as reflexões respaldadas neste trabalho até o fim do recorte temporal analisado (1973-1990), todavia, destacou que estar sob a tutela de organismos eclesiais implicava em liberdade limitada, no que tange as produções sobre gênero desencadeadas por intelectuais e/ou militantes. Ademais, reforça o conservadorismo inserido na sociedade chilena apontado por Woitowiczp e Pedro (2009) e refletido nas organizações que dela fazem parte.

O fim do *Círculo*, não implicou em extinção de debates por ele iniciados, muito pelo contrário. Outras instituições feministas surgiram após 1983, além de redes de apoio compostas por mulheres como as aqui citadas. As discussões a respeito da democracia no país e em casa foram aprimoradas, reconhecendo a existência de problemas a serem suprimidos por meio da articulação feminista seja na produção de conhecimento, na política, na educação ou em ambas; pois, estas esferas estão conectadas e evidenciam desigualdades fomentadas por um sistema conservador e excludente.

As intelectuais envolvidas na escrita da Histórias das Mulheres no Chile, tiveram papel destacável frente à conjuntura a qual estavam inseridas. A militância e o apoio que receberam, mesmo que parcial, corroboraram para que as pautas feministas fossem difundidas fora da esfera doméstica e obtivessem voz no espaço público, historicamente protagonizado pelo indivíduo masculino. A linguagem, consolidou-se em ferramenta de resistência e inserção do sujeito feminino na história do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto. Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende. **História**, Franca, v. 22, n. 2, p. 151-166, 2003.

AMORÓS, Mario. La Iglesia que nace del pueblo.: Relevancia histórica del movimiento Cristianos por el Socialismo. In: CURY, Márcia Carolina de Oliveira. **Cuando hicimos historia: La experiencia de la Unidad Popular**. Santiago de Chile: Lom Ediciones, 2005. p. 1-34. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/75701.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

⁸ Ao abordar, no *Boletín*, questões tidas como contra os valores cristãos (o divórcio, por exemplo), outras instituições voltaram-se contra o movimento feminista.

⁹ Trecho de entrevista para o documentário *Calles Caminadas*, transcrito no artigo 50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto (LARGO, 2019), p. 106.

BERNEDO, P. La Prensa durante la Unidad Popular y la destrucción del régimen democrático. *In*: ROLLE, Claudio (coord.). **1973, la vida cotidiana de un año crucial**. Santiago: Editorial Planeta, 2003. p. 59-97.

BRITO, Ângela; VASQUEZ, Ana. Mulheres latino-americanas no exílio. Universalidade e especificidade de suas experiências. **Esboços**: histórias em contextos globais, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1208>. Acesso em: 22 set. 2020.

KALLÁS, Ana Lima. Religião e Política na América Latina: A Igreja Católica e o governo de Salvador Allende (1970-1973). *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 7., 2006, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: ANPHLAC, 2006. p. 1-11. Disponível em: anphlac.fllch.usp.br/vii-encontro. Acesso em: 13 mai. 2020.

KIRKWOOD, Julieta. **Ser política em Chile**: Los nudos de la sabiduría feminista. 2. ed. Santiago: Cuarto Propio, 1990.

LARGO, Eliana. 50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto. *In*: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Edusp, 2017. p. 99-135.

MARQUES, Gabriela. As feministas na Igreja Católica: uma análise do Circulo de Estudios de la Mujer na Academia de Humanismo Cristiano do Chile (1979-1983). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-15. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300857132_ARQUIVO_GabrielaMirandaMarquesST56.pdf. Acesso em: 13 mai. 2020.

PEDRO, Joana. Trajetórias políticas em mudança: tornar-se feminista no Cone Sul. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846359_ARQUIVO_5Trajetoriaspoliticasemtransformacao.pdf. Acesso 22 set. 2020.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso de categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 78, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742005000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 jan. 2020.

PEDRO, Joana; WOOLF, Cristina. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/194290/03062011-101945feminismo-e-ditadurasfinal2.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 set. 2020.

RAGO, Margareth. **Escritas em si, escritas do outro**: feminismos e subjetividade. Colóquio Fazendo Gênero, 2010.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Nilce Cardoso, Yara Gouvêa e Miriam Paglia. São Paulo: Intermeios, FAPESP, 2013.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. **Espaço Plural**: Dossiê gênero, feminismo e ditaduras, Paraná, v. 21, p. 43-55, jun./dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944363006.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

SADER, E. Chile: Socialismo como radicalização da democracia? *In*: SADER, E. **Cuba, Chile, Nicarágua**: Socialismo na América Latina. São Paulo: Série História Viva, 1992. p. 34-53.

SEPÚLVEDA, Vanessa. Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la ditadura de Pinochet (1973-1989). **Cuadernos Kóre** - Revista de Historia y Pensamiento de Género, Madrid, v. 8, p. 96-117, 2013. Disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/CK>. Acesso em: 07 jan. 2020.

VIANNA, Lucia. Poética feminista - poética da memória”. **Labrys** - Estudos Feministas, n. 4, dez./ago. 2003. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/lucia1.htm>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Fontes

Exemplares de Mensaje durante o período de 1973 a 1990. Disponível em <http://repositorio.uahurtado.cl/>.

PRODUZIDO POR ELAS: O HUMOR GRÁFICO DAS LÉSBICAS NA IMPRENSA ALTERNATIVA

Kleire Anny Pires de Souza

Resumo: Este trabalho pretende analisar as publicações de humor gráfico produzidos por mulheres lésbicas na imprensa alternativa, e a partir disso compreender as representações sociais delas. Entendendo como humor gráfico as tirinhas e charges. As publicações de humor gráfico surgiram nos folhetins como forma de facilitar o entendimento, normalmente acompanhavam os editoriais e buscavam através do humor, conscientizar, ou até mesmo fazer refletir sobre o tema abordado. As lésbicas utilizaram desse recurso como uma maneira de instruir, conscientizar, ou até mesmo mostrar uma realidade vivida na qual outras lésbicas pudessem se identificar. Essas publicações são extremamente relevantes para a memória da resistência lésbicas. Diante disso este trabalho se propõe a construir os caminhos historiográficos das lésbicas e sua produção sobre si mesmas utilizando o humor gráfico como fonte dessa construção.

Palavra-chave: Humor gráfico; Memória; Lésbicas; Imprensa Alternativa.

INTRODUÇÃO

O humor gráfico, aqui apresentado é a união das produções chargísticas e de tirinhas. A utilização do humor como forma de expressão política e crítica, é um uso muito comum em meios políticos. Quentin Skinner (2002) apontou que com o uso do humor podemos prejudicar causas políticas, persuadir pessoas por meio de insultos e distorções. É uma característica muito comum do humor gráfico, a distorção, a animalização, a satirização, como um meio de produção de representação no inconsciente coletivo. Figuras muito conhecidas nessas analogias por exemplo é o Tio Sam, figura muito comum para representar o imperialismo norte americano, símbolo dos Estados Unidos que muitas vezes é associada com um velho diabólico, ou um porco cheio de dinheiro. Essa construção de simbologias, contribui muito para o imaginário social, sendo também uma forma de propaganda. “Por ter imagens, o que permite compreender melhor a situação e o cenário apresentados, tornam-se uma ferramenta bastante utilizada na compreensão” (RAMOS, 2017, p. 182).

O humor gráfico ele só é passível de ser compreendido, se analisarmos o momento de sua publicação, pois, ele é fruto do seu tempo, do seu local social, por isso é considerado uma rica fonte para compreender os locais sociais e o envolvimento cultural das suas publicações. No caso deste trabalho, busco analisar as publicações feitas sobre a lesbianidade e compreender o momento como esses boletins abordavam o uso do humor e qual era seu intuito.

Sua definição é incerteza, muitos consideram o humor gráfico apenas charges e tirinhas, outras leituras colocam os *cartoons*, neste trabalho buscamos compreender o humor gráfico na imprensa alternativa lésbica, na qual utilizavam charges e tirinhas, então assim iremos considerar o humor gráfico. A diferença existente entre charge e tirinha são simplórias, porém relevantes para análise. Normalmente a charge ela abusa da distorção, da sátira, da animalização, buscando o riso a partir de uma crítica. O pesquisador Gawryszewski aponta que “Na verdade, a caricatura (ou charge) pode expressar sua ideia indo além do desenho de um simples personagem. Ela pode desnu-

dar, descobrir, denunciar, aos olhos do desenhista, toda uma estrutura de dominação.” (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 14). Ela pode ser política, ou não, normalmente acompanha editoriais, sendo produtos do tempo no qual elas são produzidas, pertencendo o entendimento aquela temporalidade. “muitas vezes o/a leitor/a deve estar imerso no tempo da narrativa ou recuperar os dados históricos do período retratado para compreender a crítica presente na charge” (OLIVEIRA, 2017, p. 69-70)

As tirinhas, já diferem, pois, apostam mais na linguagem do que na imagem a partir de símbolos. Normalmente o humor vem do uso da linguagem, diferente da charge a imagem muitas vezes não há distorção, ou sátira na iconografia e sim na linguagem. “a tirinha tem como característica seu formato retangular com pequenos textos que seguem um roteiro com quadros sequenciais” (MARTINS; CAETANO; BRAGA; JUNIOR, 2020, p. 62) Constituindo assim fortes ferramentas de uso político, tanto de imagem como linguagem, também se tornando uma rica fonte de compreensão temporal, política, e de denúncias.

O uso do humor na imprensa, principalmente a imprensa feminista vem de uma trajetória de resistência. A América latina foi precursora do uso do humor como ferramenta de combate a repressões, principalmente as mulheres associadas a imprensa feminista. A pesquisadora Cintia Lima Crescêncio desta que “As feministas da segunda metade do século XX também exploraram o humor. Sob as amarras das ditaduras, mulheres feministas do Cone Sul fizeram do humor e do riso uma arma de intervenção e luta.” (CRESCÊNCIO, 2017, p. 87) Essa luta chegou ao Brasil, não só como um combate a repressão através do riso, mas também em resposta a uma imprensa alternativa machista.

Os primeiros jornais no Brasil a seguir essa trajetória do riso como instrumento político, foram os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres, e o Mulherio. Apesar da não inclusão da discussão acerca da lesbianidade, isso instigou as lésbicas a fundarem seu próprio boletim, que abarcasse suas vivências e realidade, e acima de tudo que fosse inteiramente produzido por elas mesmas. As mulheres lésbicas foram convidadas a construir suas próprias discussões dentro do jornal Lampião da Esquina, com muita luta além da solicitação por cartas oriundas da sessão dos leitores. O lampião teve sua primeira charge abordando o amor entre mulheres como demonstra a imagem 1, na edição 4 de agosto-setembro de 1978. A tira, acompanhava um editorial “Mulheres: O mito do prazer” apresentando em sua parte inferior final, a tira.

IMAGEM 1



Fonte: Boletim Lampião da Esquina. ed. 4. agosto-setembro 1978. p. 12

O artista não tem menção no jornal, apenas contamos com sua assinatura. Essa charge demonstra bem o uso político através do humor, cabendo dizer ‘não tem graça nenhuma’. Podemos ver claramente duas mulheres

nuas na cama, acredita-se que são amantes, uma encara a outra com uma face seria, enquanto tampa o microfone do telefone, e logo abaixo podemos ver a fala da personagem que segura o telefone “ih, são meus pais. Depressa, me ajuda a encontrar alguma coisa heterossexual para dizer!” ou seja isso só demonstra e clarifica que são ambas mulheres e amantes.

Depois dessa experiência, as mulheres lésbicas finalmente em 1981 através do grupo Ação Lésbico-Feminista (GALF) publicaram sua primeira edição. O jornal que começou a partir de um boletim distribuídos no antigo Ferro's Bar, local muito famoso de encontro de lésbicas em São Paulo. Logo em suas primeiras publicações já apresentava humor gráfico, como charges, tirinhas. Já em sua primeira edição contava com uma tirinha que abordava a questão de violência contra a mulher lésbica, onde não eram reconhecidas como mulheres, e suas denúncias não eram ouvidas como caso de “discriminação”, como demonstra a imagem 2.

IMAGEM 2



Fonte: Boletim ChanaComChana. ed. 1. Dez. 1982.

A tirinha da imagem 2, acompanhava um editorial intitulado “O Lesbianismo é um barato” no qual as escritoras abordavam o “preço” a ser pago por essa vivência. Como pontuam elas mesmas no texto. “O lesbianismo é um barato. Caro é o preço que a gente paga pra curtir esse barato. Toda mulher lésbica que já se viu forçada a sentir vergonha por amar outra mulher sabe bem disso.” (CHANACOMCHANA, 1982, n.p)

Essa tirinha é um exemplo dos usos do humor gráfico, como forma de educação política, ou facilitar o entendimento de editoriais em boletins, e até mesmo levar uma mensagem de denúncia. Apesar das variações existentes dentro da classe humor gráfica, as mais comuns encontradas nos periódicos da imprensa alternativa na década de 70 e 80 são as charges e as tirinhas políticas. March Bloch (2002) pontuou que tudo que há vestígio da humanidade é histórico, isso não seria diferente com o humor e o riso, eles são partes da trajetória da humanidade, portanto da história, principalmente no que diz respeito a compreensão de sociedades e culturas ao longo da trajetória temporal, como destaca a pesquisadora Cintia Lima Crescêncio “A partir desta abordagem, tanto o humor quanto o riso afirmam-se como fenômenos ricos e fundamentais para os estudos históricos e interdisciplinares, uma vez que eles suscitam hipóteses e análises únicas.” (CRESCÊNCIO, 2017, p. 87).

O Boletim ChanaComChana, pela primeira vez na história da imprensa alternativa inaugurou um novo momento dentro da questão feminista, abordando temas antes nunca vistos em outros jornais feministas. A pesquisadora Lessa (2007) demonstra o folhetim, foi precursor em temas sobre sexualidade, desejo, prazer, e até mesmo de resistência, afinal as lésbicas nunca foram bem-vindas no movimento feminista que se expandia no Brasil naquela época como aponta em entrevista na PUC-SP, através do canal no youtube da Comissão da Verdade, a professora e militante de primeiro grupo ativista lesbofeminista brasileiro Marisa Fernandes, mostra como a inclusão de temas sobre lesbianidade foram muito custosos:

Então nós tivemos muita dificuldade enquanto mulheres lésbicas de adentrar o movimento feminista. Isso se deu quando fomos participar ‘da’ já como lésbicas organizadas dentro do SOMOS, nós criamos um grupo chamado ‘lesbicofeminista’ e fomos adentrar a coordenação do segundo encontro da mulher paulista que se daria no dia 7-8 de março, dentro dessa coordenação [...] ela não foi nada bem aceita, porque? Porque pela primeira vez nos colocávamos a questão da sexualidade da mulher, da importância de um congresso da mulher paulista começar a discutir isso, às mulheres precisavam falar delas mesmas, do corpo delas, do desejo, do prazer delas de como isso se dava para além da luta por liberdade, direito a creche e de todas as outras verdades e necessidades que as mulheres vivem em seu cotidiano, mas os grupos feministas receavam que a nossa presença ali, lésbicas, pudesse afugentar as mulheres das periferias e mesmo comprometer a representatividade do movimento feminista. (FERNANDES, 2014)

O folhetim, foi uma forma das mulheres lésbicas reivindicarem seu espaço, falar das suas dores, das suas vivências e de suas alegrias. Ao abordar a resistência da memória dos excluídos da história podemos buscar analisar quem produziu, ou quem excluiu determinadas coisas da história. A exclusão ela nunca é obra de um acaso, de um esquecimento, pois, no trabalho científico da metodologia historiográfica só há espaço para os esquecidos, se isso for um projeto ideológico. A história é poder, poder de escolher as narrativas que serão ensinadas, que serão postas no inconsciente coletivo. Walter Benjamin (1987) nos lembra que a história é produzida pelos vencedores, logo as narrativas de conhecimento público são aquelas escolhidas pelos detentores do poder.

Se é uma expressão política específica ela é fruto de um tempo, fruto das ideias de quem a produz inseridos numa temporalidade. Na noção do recorte dos boletins as charges e tirinhas, acompanhavam os editoriais e abordava as temáticas expressas no boletim. Colaborando para a facilitação da compreensão por meio da arte, pois, ela é muito mais do que um desenho feito para provocar o riso. Ou seja, nos editoriais da imprensa alternativa, o humor gráfico foi uma ferramenta poderosa utilizada para levar ideias, de expressar opiniões e construir a partir de um humor ácido a reflexão sobre um tema relevante do momento, como na imagem apresentada a seguir.

O próprio nome do jornal já era um escândalo. A palavra ‘chana’ era transgressora em muitos sentidos além do seu efeito primário, ia muito além de uma palavra popular para designar a vagina, ela era em si uma palavra revolucionária, como desta as produtoras do jornal:

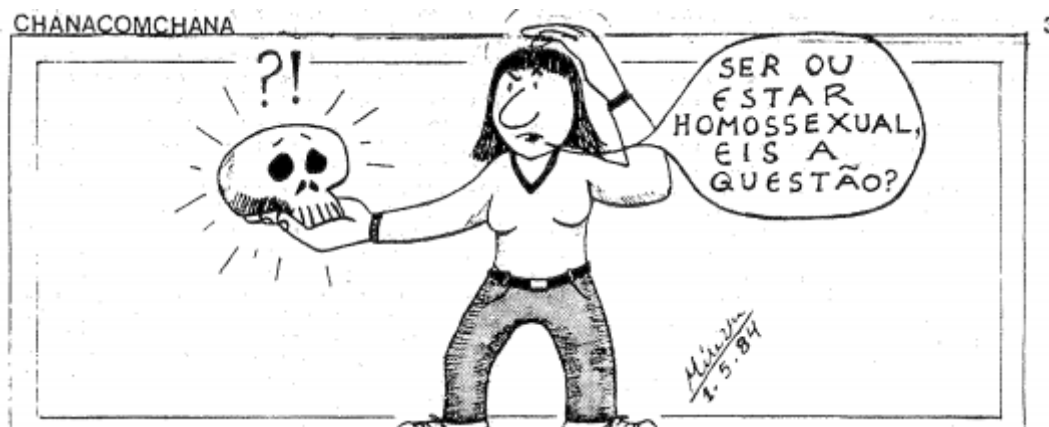
A palavra Chana não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como “CHANCE”, para alguns como “CHANCA” (pé grande – sapatão?), e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar-se das conotações. [...] Voltando ao nosso papel com tinta, sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, e mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias (CHANACOMCHANA, 1981, p. 4).

A própria palavra “lésbica”, “sapatão” e suas derivações foi muito utilizada nas tirinhas como uma forma de existir, afinal, elas eram ‘entendidas’ e não lésbicas. Apesar do termo ‘lésbica’ ficar conhecido de forma não marginalizadora no começo dos anos 2000, como aponta as pesquisadoras Binah Ire, Camila Silva e Maria Helena Lenzi em seu texto “Ser Lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção”:

As “entendidas” como eram chamadas as mulheres que se relacionavam com outras mulheres, já davam as caras e reivindicavam seu espaço junto a uma crítica a uma norma padrão, onde espera que elas tenham comportamentos semelhantes aos heterossexuais. É importante destacar a fala “coisa heterossexual para dizer” como se existisse uma maneira que lésbicas e como heteros se comportam como se lésbicas não fosse algo normal precisando então achar algo “normal” para dizer, ou seja aquelas mulheres não eram o normal na visão da sua família. A linguagem utilizada no boletim, foi o principal componente perceptível na questão do resignificar, denominando-se lésbicas, sapatonas, lutando contra uma linguagem de violência simbólica, muitos dos seus textos normalizavam o uso dessas palavras socialmente vistas como ofensa. As imagens a seguir retrataram esse uso de linguagem, e da denuncia das violências sofridas por essas mulheres.

919

IMAGEM 4



Fonte: Boletim ChanaComChana, ed. 5, 1984.

IMAGEM 5



Fonte: Boletim ChanaComChana, ed. 07, 1985.

A importância do humor gráfico, se manifesta dessa maneira atemporal, onde os problemas de alguns anos atrás continuam se desdobrando pela história. As imagens citadas anteriormente (Imagem 3,4,5) são imagem produzidas em um momento específico, num contexto produto de um tempo, porém são temas que até hoje atingem as mulheres lésbicas.

A história é passível de reescrita, porém a história também demonstra os sintomas de violências que nunca receberam justiça e passam a ser normalizadas, atravessando a temporalidade e se mantendo viva como uma ferida que nunca para de sangrar. Encarar a história do tempo presente é um fator político, visto que o local do historiador na produção da mesma é um local social político. A produção da charge leva a essa mesma discussão visto que se o artista é inserido no tempo de produção da charge tanto ele quanto o historiador fazem algo político, a partir do

seu meio. A importância da produção historiográfica de agentes do seu tempo é totalmente relevante para a historiografia, apesar da história do tempo presente ser uma história que nos faz aprender com nossos próprios erros, ela também nos ensina a ver os desdobramentos do meio social na qual estamos inseridos.

Nesse sentido refletir o uso de charges como fonte para a construção de uma memória é parte da produção do presente, pois, a temporalidade da charge é sempre visível e o seu local social de produção também. É relevante na compreensão dessa história sempre inacabada proposta pela história do tempo presente refletir os desdobramentos que as fontes tem, a história nessa perspectiva é sempre reescrita e também local muito importante para a inserção da memória. História e memória é uma discussão a muito já construída diante a historiografia. Jacques Le Goff (1990) a tempos já construía suas considerações sobre elas serem necessárias uma para outra, porém não necessariamente uma parte da outra.

A partir desses meios de preservação da memória a partir da resistência, é criado o que cito em outros trabalhos, a produção de ancestralidade. Não necessariamente ligadas consanguineamente, mas sim ligadas por um elo, um elo muito forte que nunca se rompe, o elo da vontade de viver e poder amar outra mulher sendo mulher. Esse trabalho de ancestralidade colabora para que a memória se mantivesse viva, memória atrás de memória foi constituída e reproduzida por várias mulheres lésbicas ao longo da história para que hoje pudéssemos ter conhecimento da existência do amor entre duas mulheres. O boletim da imprensa alternativa ChanaComChana é um marco da produção dessa memória, na qual se torna uma valiosa fonte para a historiografia, como o vestígio da passagem dessas mulheres no tempo, a passagem do seu amor e da sua luta.

É interessante frisar que a memória precisa de mecanismos além do indivíduo para manter-se, seja através da produção ou reprodução de uma fala, de uma imagem, ou de algum vestígio que prove sua existência. O século XX é um colaborador para a preservação de memória no sentido da tecnologia e teoria que possibilita a aceitação da expansão do que é a fonte e da preservação. A virada linguística, a Nova História, a História pública, e a tecnologia de gravação, recuperação e reprodução contribuíram muito para que essas mulheres que foram esquecidas na margem pudessem ser resgatadas, seja através das suas descendentes ou por interesses nos quais essas mulheres eram agentes.

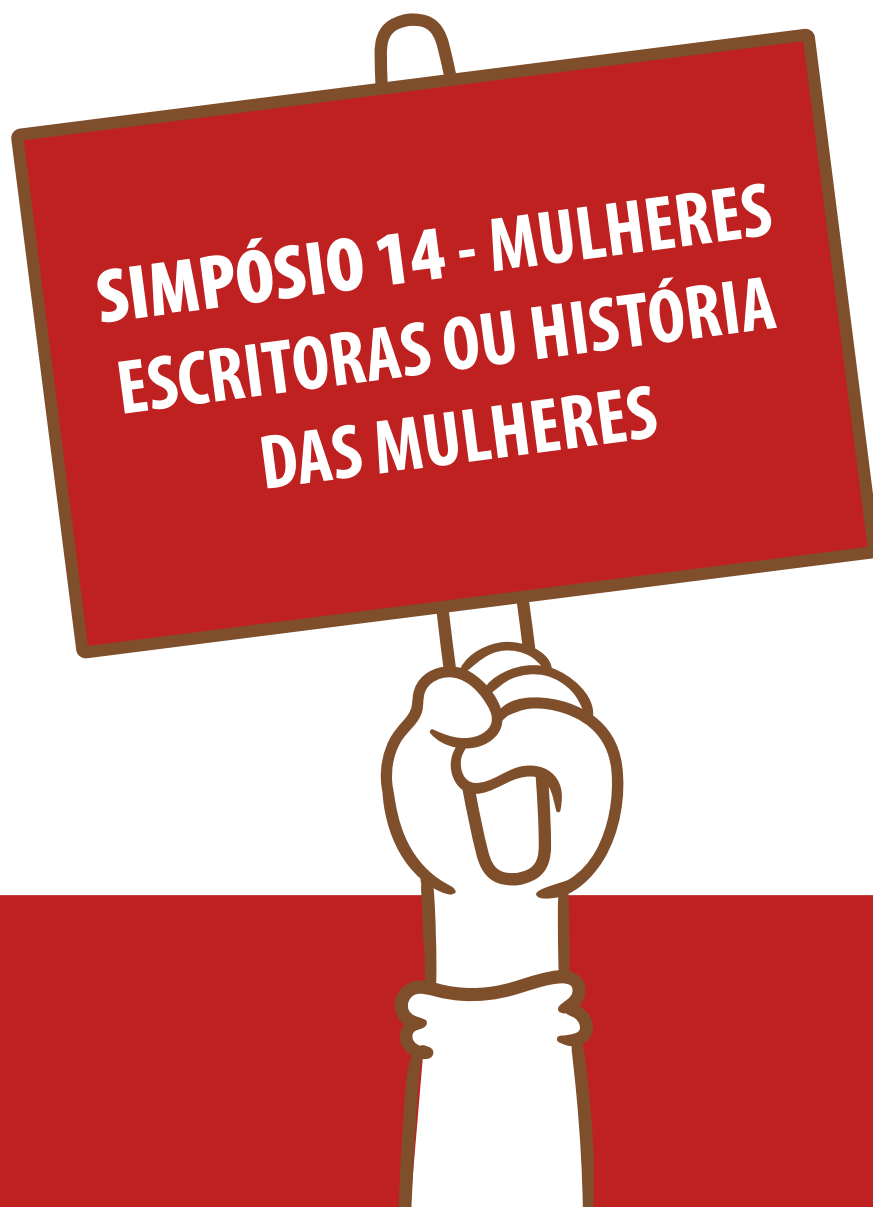
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, teve o intuito de demonstrar a relevância do humor para a memória lésbica. Demonstrar a importância da produção própria para falar das dores e amores que é ser você mesmo, e viver sua realidade, ainda mais quando sua realidade é motivo de ódio social. O uso do humor foi uma importante ferramenta contra o ódio e resistência ao projeto de exclusão de existência da história. “O riso compensa, em seus efeitos, o dispêndio contínuo de energia, exigido para manter as proibições que a sociedade impõe e os indivíduos internalizaram.” (SALIBA, 2013, p. 23) O riso faz uso da linguagem como uma forma ideológica de resistência, essa utilização foi um meio encontrado para a organização de lésbicas frente as publicações desse humor gráfico na década de 70 e 80.

Dessa forma, a memória é uma forma de trazer cidadania, enfrentamento, e direito a existência perante a história, pois, a lesbianidade ela não é algo de agora como é comum do imaginário popular, porém essa constatação só é feita pela ausência das lésbicas na história. Este artigo busco elucidar que essas mulheres produziram sua história e resistência utilizando ferramentas diversas para assim fazer sua memória.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. v. 1. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CRESCÊNCIO, Cintia Lima . -Tá rindo de quê?- ou Os limites da teoria Humor Gráfico na Imprensa Feminista do Cone Sul. **Territórios e Fronteiras** (Online), Cuiabá, v. 10, p. 75-92, 2017.
- FERNANDES, Marisa. **Ditadura e Homossexualidade: Marisa Fernandes (PUC/SP)**. Youtube, 14 nov. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7fbuav8NDf4>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- GAWRYSZEWSKI, A. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 2, p. 7-26, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- IRE, Binah; SILVA, Camila Dias; LENZI, Maria Helena. Ser Lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. *In*: WOLF, Cistina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina (org.) **Mulheres de Luta: Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris Editora, 2019.
- LESSA, P. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1970-2006)**. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MARTINS, Larissa Pinto; CAETANO, Marcio; BRAGA, Keith Daiani da Silva; JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva. Chanacomchana também é bacana! Imprensa lésbica e suas pedagogias culturais. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 50-75, mai./ago. 2020.
- OLIVEIRA, J. G. da S. Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: mulherio e ChanaComChana (1981-1985). **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 11, n. 21, p. 67-92, jul./dez. 2017.
- RAMOS, Paulo. Histórias em quadrinhos: gênero ou hipergênero? **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 355-367, set./dez. 2009. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_28.pdf. Acesso em: jul. 2020.
- SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso – A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 23.
- THOMPSON, John B. Introduzione. *In*: THOMPSON, John B. **Mezzi di comunicazione e modernità: Una teoria sociale dei media**. Traduzione Paola Palminiello, Bolonha: Il mulino, 1998.



ASPIRAÇÕES MISSIONÁRIAS E VIAGENS ESPIRITUAIS NOS ESCRITOS AUTOBIOGRÁFICOS DE SOROR ÚRSULA SUÁREZ (1666-1749)

Juliana Machado Silveira¹

Resumo: Este trabalho tem como principal objetivo a interpretação dos escritos da religiosa chilena Úrsula Suárez (1666-1749). Ao longo dos anos em que viveu no mosteiro de Santa Clara de la Victoria, em Santiago, foi obrigada a escrever um relato sobre os sucessos de sua vida e sobre suas experiências sobrenaturais. Apesar de nunca ter saído do convento, após o seu ingresso, aos doze anos de idade, revelou um profundo e ardente desejo missionário em sua obra. Por este motivo, esta religiosa tinha visões com terras longínquas, fazia viagens espirituais e rezava em sua cela para que todos os povos se salvassem. Propomos que estas experiências marginais configuram-se como, o que o historiador Michel de Certeau chamou de *artes de fazer*, atos silenciosos e microbianos através dos quais os indivíduos minam estrutura no interior da cotidianidade. Isto porque ela consegue, através de sua espiritualidade marginal, participar das missões, exclusivas dos padres, mesmo sendo uma monja de clausura.

Palavras-chave: Michel de Certeau, Soror Úrsula Suárez, *artes de fazer*, missões.

INTRODUÇÃO

Úrsula Suárez foi uma religiosa clarissa de véu negro que viveu entre os anos de 1666 e 1749 em Santiago. Nasceu em uma família que integrava a aristocracia da cidade. Sua mãe Dona Maria Escobar Lillo descendia dos mais antigos conquistadores do Chile, enquanto seu pai, Francisco Suárez, de um importante seguimento de comerciantes abastados e funcionários da Coroa. Apesar de ter sido educada e encaminhada para o casamento, nossa protagonista negou-se a contrair matrimônio, manifestando total decisão a favor da vida religiosa. Ingressou, após inúmeras manifestações familiares, no Mosteiro de Nossa Senhora de la Victoria, localizado na Piazza de Armas.

Este convento havia sido fundado pelo seu tio-avô, o rico mercador, Alonso del Campo, que desejava através desta fundação encomendar sua alma, dotar seu nome de prestígio e amparar as sobrinhas que desejassem professar, inclusive as que não possuíam dote. De acordo com Armando de Ramón (1984), no ano de 1678, Úrsula ingressou no convento junto as suas primas Magdalena Cajal, Mariana de Arrui, Josefa de Arrui y Serain, Antonia Serain y Gutierrez, Gregoria Canales del Campo, Juana Corbalán, Cristobalina del Campo. Por sua educação requintada, por posição destacada na sociedade e por suas relações de parentesco, nossa religiosa pôde desempenhar importantes cargos no convento, chegando a tornar-se abadessa no ano de 1721, cargo que ocupou por três anos. Tempo em que o convento passou, segundo o seu próprio relato, por grande tranquilidade e harmonia.

A autora também desfrutou de grande destaque na comunidade conventual, devido a sua inteligência, a sua profunda vida de oração e as suas experiências sobrenaturais marginais. Estas muito possivelmente podem ter causado grande preocupação entre o clero santiaguense, pois houve uma insistente interferência por parte de seus confessores durante toda a sua vida.

¹ Mestranda na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Entre eles estava o jesuíta Tomás de Gamboa, que a obrigou escrever um relato para fins confessionais. Estes acabaram compilados posteriormente, talvez pela própria autora, formando um relato autobiográfico único. Esta prática de escrita compulsória era comum entre as religiosas hispânicas. Isto porque a Igreja desejava manter um controle sobre as monjas que desfrutavam de uma espiritualidade mais intimista. Embora não rompessem com a instituição, não encontravam respaldo em seu corpo de doutrinas. Ao invés disso, elas descobriam um caminho interior único e direto, pautado em um ideário místico que surgiu na Península Ibérica nos séculos XVI e XVII. Este, por sua vez, provém de uma releitura de uma espiritualidade erasmiana da região Reno-flamenga e da influência judaica e muçulmana.

Esta espiritualidade permitiu que muitas religiosas, como Úrsula, se infiltrassem em espaços culturalmente vedados às mulheres. Um deles foi o de escrita, que, embora fosse monitorado pelos confessores, constituía-se como uma oportunidade para pensarem em si mesmas, se posicionarem e se expressarem. Nossa protagonista conseguiu, até certo ponto, adentrar em um campo bastante específico que é o das missões. Não lhe era permitido sair da clausura fisicamente, todavia, fê-lo espiritualmente em suas visões, relatadas ao confessor em sua autobiografia.

UM ESPÍRITO MISSIONÁRIO NO INTERIOR DA CLAUSURA

Para compreendermos os escritos de Úrsula é necessário ter em mente que a autora inseria-se em contexto pós-Trento. O Sacrossanto Concílio teve como uma de suas prioridades estabelecer uma normatização para os conventos masculinos e femininos. Um dos pontos-chaves, no que diz respeito aos religiosos, era o cumprimento da clausura. Os regulares ficavam proibidos de a quebrarem, saindo do convento sob qualquer pretexto. Os bispos, por sua vez, ficaram intimados a restaurar a clausura, especialmente a das religiosas, sob ameaça de excomunhão caso não zelassem por esta regra.

Renovando este Santo concílio a constituição de Bonifácio VIII, que principia: Perigoso, ordena a todos os Bispos, colocando-os por testemunho a divina justiça e ameaçando-os com a maldição eterna, que procurem com o maior cuidado restaurar minuciosamente a clausura das monjas que estiverem avariadas, e conservá-las aonde estejam, nos mosteiros que lhes estejam sujeitos, com sua autoridade ordinária, a naqueles que não lhes estejam sujeitos, com a autoridade da Sé Apostólica, restando os desobedientes e aos que se oponham, com censuras eclesiásticas e outras penas sem que seja oposta qualquer apelação, e invocando também para isto o auxílio do braço secular se for necessário. O santo Concílio exorta a todos os Príncipes cristãos para que prestem este auxílio, e obriga ao auxílio todos os magistrados seculares, sob pena de excomunhão (TRENTO, Capítulo V).

O concílio também chamava atenção para o cumprimento da constituição específica de cada ordem religiosa. Nas primeiras regras de Santa Clara, anteriores ao concílio, todavia, o critério para sair do convento era baseado no bom senso. As monjas poderiam sair para visitar outros mosteiros e por outras causas razoáveis. A partir de Trento, tornou-se necessária uma autorização do bispo. A regra de Inocêncio IV, todavia, que vigorava nos mosteiros de clarissas, nos tempos de Úrsula, preocupava-se mais sobre quem entrava no convento do que sobre quem saía. Em geral era permitido apenas ao bispo e aos confessores entrar na clausura, em poucas ocasiões como em algumas festas litúrgicas, para celebrar a missa ou para atender alguma religiosa enferma.

Aos regulares masculinos, inclusive os franciscanos, eram-lhes lícito sair da clausura por inúmeras razões como frequentar a universidade, fazer caridade e participar das missões. Estas contaram com sua grande participação nas

mais remotas regiões do mundo. Desde a Idade Média, por ocasião das cruzadas, se instalavam em terrenos hostis entre diferentes religiões e costumes, a fim de dar testemunho de sua fé. Embora as cruzadas tenham fracassado, o espírito missionário prosseguiu com todo vigor. A partir do século XVI, sua atenção se voltou para as almas que se encontravam nas Américas e na Costa Ocidental da África, onde os franciscanos estabeleceram seus conventos.

A ordem dos jesuítas, por sua vez, aos quais pertenciam os confessores de Úrsula, foi criada a partir do intuito de defender e propagar a fé cristã. Segundo Sanchez e González (2004), também havia incorporado a imagem da Igreja triunfante, do barroco católico e da Contrarreforma. Como havia se perdido almas para os protestantes, fez-se necessário que os católicos conquistassem outras para Deus, mesmo que em lugares muito remotos. Seu fundador, Inácio de Loyola, viajou até a Terra Santa. Quando voltou à Europa, viveu como um peregrino até estudar teologia na Universidade de Paris. Nesta teve três seguidores, entre os quais o mais célebre era Francisco Xavier. Estes decidiram que o objetivo da ordem era a missão de pregar e auxiliar os doentes em Jerusalém. Antes de tudo, decidiram ir até Roma, a fim de pedir autorização do papa, que lhes foi concedida. Com o mundo em expansão, o papa Paulo III, decidiu contar com os jesuítas no projeto de catequização de povos longínquos nas Américas e no Oriente.

Úrsula, apesar de viver em clausura, não se encontrava alheia e ignorante em relação a estes movimentos. Estes a instigaram, despertando sua imaginação e transbordando em sua vida interior. A autora narrou que em momentos em que se encontrava em recolhimento, seus anseios missionários a levavam a sonhar, ver e estar espiritualmente em lugares desconhecidos e distantes.

Úrsula mencionou que, estando sozinha em sua cela, sentiu uma grande luz interior através da qual pode observar uma terra muito estranha, provavelmente a China. Seus habitantes, aglomerados, tinham rostos muito brancos e pareciam anjos. Entre eles, havia um homem que se destacava por sua beleza, brancura e vestuário. Este usava uma peruca muito alta, que segundo ela, parecia-se com a que usava o Ibáñez Peralta², quando chegou a Santiago, por ocasião da mudança de governo. Viu que esta terra era muito bela e limpa. Nela não havia inverno, pois nesta sempre havia chuva e frutos. Em meio à multidão, estava seu confessor com um livro em uma mão e um ramo de hissopo na outra, o que a fazia crer que ele os batizava.

[...] estando una noche en recogimiento y tan divertida en esto y como en un género de embeleso, senti en el interior un vuelco, o no se qué mosion de una lus que se elevo en mi interior y a mi entender estuve em otra region en la cual habia sol, y a hora de las nueve o dies me paresió vei infinita gente en esta tierra; de caras blancas eran todos; estaban amontonados. Uno sobresalia, mas alto, hermoso y blanco; que si fuera yo pintor pudiera retratarlo, porque lo mire despacio, reparando en modo de cabelo extraño, que, como aqui el uso de las pelucas no habia llegado, no podia yo entender que modo de pelo fuese aqud. Tenia la peluca muy alta; yo lo miraba y discurri tendrian estas gentes los pelos asi. En efeto, quando llegó gobierno nuevo, conosi en el presidente Ibaies Peralta lo que de la peluca dudaba. En conclusion, vei también a mi confesor levantado en alto, com sobrepellis y un libro en la mano; yo discurri si estaria bautisando, porque tenia hisopo en la otra mano (SUÁREZ, 1984, p.219).

O livro, muito possivelmente, trata-se da Bíblia, fazendo alusão à catequização e à pregação da palavra de Deus. O hissopo, usado nos rituais de batismo, simboliza a conversão e a purificação. Era muito utilizado nos rituais católicos, como o batismo. Este estava presente na tradição judaica, como vemos em diversos trechos do Antigo Testamento. Era usado curar os leprosos (BÍBLIA, Levítico, 14: 51-52) e marcar com sangue a casa dos hebreus, que temiam a Deus, para que fossem salvos dos castigos divinos enviados à terra do Egito (BÍBLIA, Êxodo, 12:

² Francisco Ibáñez de Segovia y Peralta (1644–1712) foi um colonizador, nascido em Madrid, que ocupou o cargo de governador do Chile entre os anos de 1700 e 1709.



22-23). Provavelmente, Úrsula concebia que os gentios seriam salvos se colhessem as Sagradas Escrituras e fossem aspergidos pelo padre ao receber o batismo.

Para Úrsula (1984), Jesus havia derramado seu sangue para salvar toda a humanidade. Junto a seu sacrifício, unia-se toda a corte celeste formada pela Virgem Maria, pelos santos e anjos aos quais era chamada a se unir em oração. Ela não apenas dizia sentir isso, mas também afirma ter visto, através de uma abertura no céu, todos esses personagens em torno a um trono envolto em véus.

Pareciome que cuando desia esto vei el cielo abierto y como um trono en medio, cubierto con velo; no veia resplandores divinos, ni desirlo; distinguia habian personajes y también sentia se movian; al lado derecho deste trono veia a la Virgen Santissima, y me parecia se bajo a poner delante del trono. Entonses empesé yo a empeñar a la corte selestial ayudase a su Reina en negocio tan importante de que todos los redemidos se salvarsen. No refiero aqui mis razones ingnorantes; mas dijeronme: “Pide tu también”; respondi yo: “Eso no, que en mi sera atrevimiento: desde la tierra solo mirare lo que pasa en el cielo; vayan santos de mi corason pidiendo”. Senti el movimiento de que aquellos bienaventurados bajaban de sus asientos a ponerse delante del trono, y dije: “Ya los santos se han bajado a pedir por los hijos de Adan; pues, angeles del Senor, por que no bajais vos?” Disiendo esto, senti otro movimiento, como de que volasen y también se pusiesen delante, y dijeron segunda ves: “Pide tu tambien”; volvi a responder: “Eso no haré yo, que fuera atrevimiento: desde aqui miro lo que pasa en cielo. Sea con empeño quede hoy ajustado esto, que tanto lo deseo y ha tanto tiempo que le estoy pidiendo. Serafines y querubines, ;que se han hecho, pues veis a la Reina de los cielos pidiendo postrada y no bajá y ayudarla? (SUÁREZ, 1984, p. 221).”

De acordo com ela, em uma ocasião, Deus, a quem tratava por Sua Majestade, lhe disse: “Los negros te están llamando, y como no saben tu nombre, llaman a1 Espiritu Santo” (SUÁREZ, 1984, p. 231). Como não compreendeu de quem se tratava, perguntou ao padre Viñas, que era seu confessor na época, do que se tratava. Este disse que eram os árabes do Reino de Sabá. Logo após esta ocasião, chegaram ao convento alguns escravos que trabalhavam na construção de adobes. A autora atribui a sua chegada a um sinal de que devia catequizá-los. Aproveita-se do seu cargo de vicária para leva-los para o locutório para almoçar e rezar. Dava-lhes cruzeiros e rosários, o que despertava o riso das demais religiosas.

Trajeron unos nilgros de Rojano a haser barro para adobes; yo los asistia y enseñaba a conoser a Dios y a resar. Tenian nombres de santos: jusgué eran bautisados; les daba rosarios medallas y cruses: tenialos tan gratos que les hasia viniesen los dias de fiesta a misa, y después loss llevaba a1 locutorio a almorsar y resar, que no se abrian los locutorios para visitas, por estar en Adviento, y lograba yo el tiempo. Desto me daban las religiosas cordelejos y hasian risa, que ya no hallaba que inventar, sinoirme con los negros a enserrar (SUÁREZ, 1984, p. 31).

Vendo que um dos escravos estava sempre triste, ela lhe perguntou o que se passava com ele. Um de seus companheiros de trabalho respondeu que, em sua terra, ele havia sido senhor de vassalos, por isso não se conformava com a atual condição. Para consolá-lo ela dizia que era para seu benefício que Deus o havia tirado de sua terra natal e de seu conforto, pois caso lá ficasse não conheceria a palavra de Deus e não se salvaria. Contou tudo a ele sobre o Céu e o Inferno e ele a escutou com muita atenção, segundo o seu parecer.

Por ocasião da Páscoa, este grupo de escravos foi visita-la. Como foram batizados, naquele dia, encontravam-se vestidos com roupas novas. Eles disseram que não receberam o batismo antes, pois não sabiam rezar. Todavia,

Úrsula os havia ensinado. Ao catequizá-los, nossa protagonista participava da missão, quase exclusiva dos padres, de levar o evangelho aos não cristianizados. Deste modo ela relativizava a prática da clausura e a censura dos padres às religiosas, que não estavam autorizadas a comentar as Sagradas Escrituras. Por este motivo, quando conversava com o bispo Romero, ele lhe dizia: “Hija, todo lo que he hecho contigo ha sido por tu bien; no me hables en latin ni me nombres a san Pablo ni me tomes en la boca la Biblia” (SUÁREZ, 1984, p. 48).

Úrsula, todavia, apresentava grande curiosidade em relação às Escrituras e sentia-se atraída por diferentes culturas. A religiosa narra que encontrou no monastério um livro em língua estrangeira que falava, entre outras coisas, sobre a Santíssima Trindade. Ela escreveu que:

Cuando novivia, trajeram um libro en lengua de negros; yo de curiosa leia en él, y en lo que desia de la Santíssima Trinidad; y después de tantos años su Divina Majestad continuó sus favores, unos días tenía en la mente y lo desía: “Sambi Tati, Sambi Moni, Sambi Espiritu Santo”.

De acordo com os organizadores da edição de *Relación autobiográfica* de 1984, é possível que este livro seja uma gramática com catecismo em língua angolana. Este foi impresso no Peru na mesma época.

Contudo, Úrsula (1984) atribuía este interesse a um engano demoníaco, assim como suas visões com regiões afastadas. Sabia que caminhava por terrenos proibidos e interessava-se por questões vedadas às mulheres, que se encontravam submetidas a uma situação de profunda desvantagem intelectual. Pouco consegue fazer sobre esta realidade, porém, através de suas experiências espirituais e de pequenos atos no cotidiano, conseguia aproximar-se, mesmo que timidamente, de seus anseios. Acreditamos que estas posturas marginais de nossa religiosa podem ser identificadas como *artes de fazer*, termo elaborado pelo historiador francês Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano*.

AS ARTES DE FAZER E A MÍSTICA

Em *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau demonstra que o cotidiano é o lugar em que os indivíduos se reinventam em relação às estruturas de poder. Ao contrário de Michel Foucault, que descrevia, em *Arqueologia do Saber* e em *A microfísica do poder*, um sujeito perpassado exclusivamente pelo discurso institucional e submetido a uma docilidade diante dos poderes vigentes, Certeau chama atenção para os desejos e interpretações de pessoas comuns em sua cotidianidade. De acordo com este teórico:

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou dominados?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política (CERTEAU, 1994, p.41).

As *maneiras de fazer* ou *artes de fazer* podem ser compreendidas na obra certeaniana como atos microbianos, formas camufladas ou atos silenciosos que minam pouco a pouco um determinado sistema social. Com isso, o sujeito deixa de reproduzi-lo, vivendo da forma mais próxima da qual gostaria. Estas formas burlescas de ação impedem que a racionalidade dominante ocupe um espaço onipresente na vida das pessoas comuns.

Para comprovar sua teoria, Certeau chama atenção para a atividade, muito cotidiana, de um indivíduo assistir televisão por muitas horas ao longo do dia. Embora, muito se fale sobre o poder de alienação dos meios de comunicação e das possíveis intenções de manipulação da mídia, o autor chama atenção para a capacidade das pessoas de fazer suas próprias escolhas. Apesar do bombardeamento de propagandas, o consumidor não irá assimilar passivamente todas as informações ou consumir os produtos de forma indiscriminada. A partir das imagens projetadas, elas farão, na verdade, suas próprias interpretações e escolhas, que, muitas vezes, não podem ser previstas ou controladas pelo mercado.

Para o funcionamento desta *antidisciplina* é essencial à compreensão de como interagem as táticas e as estratégias. A primeira diz respeito aos atos intuitivos e improvisados realizados diante da segunda. Esta, ao contrário da primeira, demanda maior racionalidade e exige um planejamento com um objetivo mais específico. Podemos dizer que ambos os conceitos se articulam entre si e perpassam os sujeitos em suas vivências. Certeau afirma que quanto mais fraco for um sistema, mais suscetível ele estará a estas *astúcias*.

Em *A cultura no plural*, Certeau elucida mais uma vez a sua teoria, mostrando como a cultura popular é o resultado de uma dança entre astúcias e a racionalidade dominante. Todavia, isto não se faz sem contenções, pois, muitas vezes rotulamos tudo o que é popular como inferior, violento ou vulgar. Como ressalta o pesquisador Magalhães: “ao invés de olharmos para a cultura popular como produto das táticas e do jogo da vida, acusamo-las de desrespeito às regras apreendidas. Por exemplo, julgamos uma língua falada a partir da gramática normativa estabelecida por nós mesmos e nossas instituições” (MAGALHÃES, 2005, p. 98).

Do mesmo modo que os espectadores de propagandas televisivas criam suas próprias conclusões e formas de consumo a partir da publicidade imposta, a linguagem não é algo dado e aceito de maneira automatizada pelos indivíduos. Ela é o resultado de suas reinvenções cotidianas acumuladas ao longo do tempo. Do mesmo modo que somos atravessados pela articulação entre táticas e estratégias, não podemos viver fora da linguagem. Apesar de não acreditar em uma autonomia do sujeito, ele irá conferir um espaço especial ao seu poder de ação criador e instintivo na sociedade.

Ao contrário do filósofo Michel Foucault, para quem a ideia de sujeito criador de um discurso é inexistente. Para ele, o sujeito do enunciado não é o autor de uma obra ou o sujeito da frase, mas é uma função vazia de modo que diferentes sujeitos podem ocupar este lugar. O enunciado tampouco existe isoladamente, como a frase ou a proposição, mas necessita que exista um domínio a ele associado. Está sempre ligado a um domínio de formulações. O enunciado tem uma existência material, a qual depende de sua localização em um campo institucional. Segundo Roberto Machado, na obra foucaultiana uma frase dita em um romance, em uma liturgia religiosa, na vida cotidiana não tem o mesmo enunciado. A instituição constitui a materialidade do que é dito, entretanto, a última só existe a partir das relações do discurso. Para Foucault, não se deve considerar a realidade fora do discurso. Sujeitos e objetos são construídos a partir do que se profere sobre eles.

Em *La fable mystique*, todavia, Certeau (1987) aponta um único sujeito autônomo possível: o místico. Este, ao se colocar fora do mundo deixa de ser transpassado pelas relações sociais, para se expressar através de um *outro* (Deus). É justamente o anseio pelo nada tornar-se para o mundo que permite o encontro do *eu* profundo. Abandonar as comodidades da vida, o amor das criaturas e os anseios mundanos rumo a uma busca de Deus e, também, a procura de si. Embora estes autores espirituais não rompam com a Igreja, sua via direta à divindade (oração mental e experiências sobrenaturais) dispensa a mediação de discurso dogmático.

Esta busca interior não seria possível sem o sentimento de perda de uma divindade inalcançável, cuja ausência é intolerável. Esta falta está atrelada a um estado de fragilidade das figuras que os representam. Os místicos, segundo Certeau, surgem em um cenário de profunda humilhação social nos séculos XVI e XVII, sendo eles o cristão novo, a criança, o louco, o iletrado e a mulher. Estas, em especial, tiveram grande participação nos escritos espirituais do período moderno, entre elas, Úrsula Suárez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que Úrsula Suárez pôde, através de sua rica vida interior e das suas experiências sobrenaturais, ocupar, de forma tímida, espaços que lhe eram vedados por sua condição feminina. Seria impensável que uma religiosa clarissa, como ela, participasse de missões pelo Oriente ou na costa da África. Todavia, suas visões a levavam a lugares longínquos e a colocava ao lado dos anjos e santos, para com eles interceder pela salvação dos povos. Podemos por este motivo, dizer que estas experiências extraordinárias configuravam-se como *artes de fazer*, pois a autora valia-se de um código propagado pela própria Igreja, para, muito silenciosamente, burlá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÍBLIA Sagrada Ave-Maria. 141. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1959. (impressão 2001). 1632p.
- CERTEAU, Michel de. **La fable mystique**. Paris: Du Seuil, 1987.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Trad. Enid Abreu Dobránsky. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CONCÍLIO DE TRENTO. **Bulla Celebrationis Concili Tridentini**. Lisboa: Officina Patriare de Francisco Luiz Ameno. 1781.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GONZÁLEZ, Manuel R.; SANCHÉZ, Javier B. **Los jesuítas en España y en el mundo hispánico**. Madrid: Ediciones Marcial Pons História. 2004.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.
- MAGALHÃES, Antônio Carlos de Melo. Invenções religiosas no cotidiano e teologia narrativa. **Revista Estudos Teológicos**, v. 45, n. 2, p. 90-106, 2005.
- RAMON, Armando de. Estudio preliminar. In: SUÁREZ, Úrsula. **Relación autobiográfica**. Santiago: Biblioteca Antigua Chilena, 1984.
- SUÁREZ, Úrsula. **Relación autobiográfica**. Prólogo y edición crítica de Mario Ferreccio Podestá, estudio preliminar de Armando de Ramón. Santiago: Biblioteca Antigua Chilena, 1984.

O INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO LÉSBICO-FEMINISTA NO BRASIL

Isabel Ceccon lantas¹

Marina de Fátima da Silva²

Resumo: o presente artigo analisa, por meio de um estudo bibliográfico-documental, o início da organização do movimento lésbico-feminista durante a ditadura civil-militar brasileira, caracterizado por levantes e manifestações, em resposta à repressão e discriminação do período. Mulheres lésbicas passaram a se organizar em coletivos, a publicar suas ideias políticas em revistas e folhetins, difundindo as pautas feministas, progressistas e LGBT e resistindo frente à repressão. Assim, o objetivo deste estudo é demonstrar os mecanismos fundamentais adotados para organizar o início de um movimento lésbico próprio no Brasil. Portanto, demonstra-se a importância da organização política dessas mulheres e da sua atuação por meio de disseminação das pautas em revistas, boletins e levantes, representando um mecanismo de difusão de informações e ideais políticos e uma ferramenta de construção da militância à época, de forma a construir um movimento combativo LGBTI+.

Palavras-chave: movimento lésbico; resistência lésbica; organização do movimento.

INTRODUÇÃO

O contexto da ditadura civil-militar no país ao mesmo tempo que oprimiu e censurou diversos atos de grupos homossexuais, como chamados à época, também culminou no surgimento de diversos grupos políticos, das mais variadas correntes e ideologias - sendo o movimento exclusivamente lésbico um deles. A junção da retirada de direitos e da repressão da sexualidade feminina impulsionou a formação do que mais tarde seria um dos expoentes da organização de um movimento LGBTI+. Nota-se que a sigla atualmente utilizada para denominar o movimento será usada ao longo deste artigo para fins de facilitar a compreensão, tendo em vista o fato de que o termo é contemporâneo e foi cunhado após muitos anos de debates e lutas, que fogem ao escopo do texto.

A estruturação de um movimento auto organizado por mulheres lésbicas surge da necessidade de pautar temas específicos da lesbianidade, os quais nem o movimento homossexual nem o movimento feminista davam conta de tratar em seus encontros. Enquanto o movimento LGBTI+ da época era encabeçado e estruturado estritamente no G, o movimento feminista também afastava as mulheres lésbicas, por pautar um direito sexual restrito à heterossexualidade, com demandas que não abarcavam as especificidades de mulheres que se relacionavam com outras mulheres.

A resistência lésbica passa a ser construída com o intuito de dar visibilidade às questões ignoradas pelos demais movimentos sociais, de forma a unir a discriminação de gênero, com as demais especificidades: sexualidade, cor e classe. Dessa forma, o isolamento político e social, tanto pela repressão da ditadura civil-militar quanto pela invisibilidade dentro de grupos de esquerda, feministas e homossexuais, fizeram com que essas mulheres buscassem as mais diversas ferramentas para unir a luta pela redemocratização com o combate às lesbofobias (OLIVEIRA, 2017, p. 7).

¹ Graduanda de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba-PR, isabel.iantas9@gmail.com.

² Graduanda de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba-PR, fsmah22@gmail.com.

As ferramentas encontradas para movimentar os anseios das mulheres lésbicas brasileiras foram variadas, desde a organização de grupos de estudos e grupos políticos, até a veiculação de jornais e revistas independentes e alternativas, visando a disseminação de informações e pautas, bem como atingir mais mulheres para as organizações.

Até os dias atuais, é comum a invisibilidade e o apagamento da história e da luta lésbica em ambos os movimentos sociais. Dessa forma, é importante resgatar os mecanismos de resistência das mulheres dentro da intersecção do movimento LGBTI+ e do feminista, para pensar horizontes e futuros para o combate à lesbofobia.

AUTO-ORGANIZAÇÃO LÉSBICO-FEMINISTA

A organização do movimento LGBTI+ no Brasil, no início, muito mais marcado pela reunião em grupos tidos como “homossexuais”, não era característica por possuir um viés político, sendo muito mais um grupo de encontro para festas e demais formas de socialização (AGUIAR, 2018, p. 133). Foi apenas com o surgimento do grupo intitulado “SOMOS”, que a organização efetivamente política se deu. Formado majoritariamente por homens, esse grupo foi de suma importância dentro dos movimentos sociais de esquerda, pautando não apenas a afirmação homossexual, mas também engajando-se em pautas políticas: contra a censura e a ditadura, a favor dos direitos da classe trabalhadora e o lesbofeminismo.

No final dos anos 70, o debate sobre misoginia e as especificidades do movimento lésbico, dentro do movimento organizado homossexual de esquerda, culminou na necessidade de criação de grupos auto-organizados. GREEN, em seu relato sobre o movimento LGBTI+ no Brasil, narra a formação de um grupo autônomo dentro do SOMOS, formado exclusivamente por mulheres lésbicas, com a finalidade de debater o machismo, a misoginia gay e o sexismo (GREEN, 2014, p. 68-69). Essa “setorial” do SOMOS foi intitulada “Ação Lésbico-Feminista” que, todavia, não chegou a durar muito, resultando em um racha definitivo logo em abril de 1980 (GREEN, 2014, p. 69).

A difícil conciliação do movimento lésbico em grupos tidos como “mistos” pode ser analisada nas mais diversas facetas da própria opressão de gênero e sexualidade. Dentro desses grupos, as pautas específicas das mulheres lésbicas eram tratadas como inferiores às demais e elas eram vistas como apenas auxiliares da luta (LINO, 2019: 15). Além disso, o movimento feminista evitava associar-se, que deixaram-se intimidar pela pressão social lesbofóbica, bem como por temerem serem vistas, também, como lésbicas - outra faceta da mesma lesbofobia (SOARES; COSTA, 2011, p. 13).

Com o inevitável racha do movimento homossexual de esquerda, pelos motivos expostos, surge o grupo auto-organizado chamado Grupo Lésbico-Feminista que, logo, foi rebatizado de Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF). Todavia, em 1989, com o fim do GALF, surge a Rede de Informação Um Outro Olhar e logo perde força (SOARES; COSTA, 2011, p. 38).

Durante os anos 1990, o movimento lésbico passa a ocupar diversos espaços, seja por meio de grupos independentes ou em partidos políticos e organizações não governamentais, o que fortaleceu a ligação delas com o Estado (ALMEIDA; HEILBORN, 2008, p. 227).

Em 1996, surge o SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas, com o intuito de reunir as militantes e construir um espaço próprio para as discussões de pautas urgentes da imbricação gênero e sexualidade (LINO, 2019, p. 17). Foi no primeiro encontro do SENALE, que uniu mais de 100 lésbicas, que se convencionou o dia 29 de Agosto como o Dia Nacional pela Visibilidade Lésbica (SOARES; COSTA, 2011, p. 39).

Em 2003, durante o III Fórum Social Mundial, também houve a criação do grupo Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), que persiste sua atuação até os dias de hoje, com a organização autônoma do movimento de mulheres lésbicas e bissexuais (SOARES; COSTA, 2011, p. 39).

Atualmente o movimento lésbico organiza-se em diversas frentes, principalmente por meio de Organizações não governamentais, que atuam em órgãos públicos em busca da criação e efetivação de políticas capazes de garantir e respeitar as especificidades de mulheres lésbicas, como por exemplo a saúde pública específica e o combate à violência. O foco da organização em ONGs está muito associado às possibilidades de ação que essa forma concede às mulheres lésbicas, permitindo atuar junto da burocracia governamental (ALMEIDA; HEILBORN, 2008, p. 229).

Apesar das conquistas do movimento unicamente lésbico, até os dias atuais é possível perceber ainda a misoginia dentro dos movimentos sociais, principalmente dentro do movimento LGBTI+, hoje melhor consolidado. Todavia, a longa caminhada das mulheres lésbicas foi capaz de conquistar diversos espaços e lutar nas mais diversas facetas da sociedade, unindo a luta contra a opressão sexual e de gênero.

INDEPENDÊNCIA SAPATÃO

É relevante analisar, também, os fenômenos que circundam o surgimento de um movimento LGBT, entre as décadas de 60 e 80, e de que forma as transformações no ativismo do grupo influenciaram na maneira com que mulheres lésbicas construíram o seu movimento. Isso porque o movimento de libertação gay, que se iniciou sobre a premissa de combater os estereótipos nocivos de gênero, perpetuados pelo heterossexualismo, acabou por incentivar as mesmas práticas que anteriormente condenavam, passando a focar apenas nas práticas homossexuais masculinas e na masculinidade dos homens gays.

Com a mudança de contexto, mulheres lésbicas perceberam-se novamente subjugadas e invisibilizadas, uma vez que a prática da reprodução de papéis de submissão/dominação e de hierarquia nas relações românticas apenas reproduziam a opressão contra a qual lutavam. Diante disso, o movimento lésbico se viu obrigado a tratar individualmente de suas próprias demandas, já que a misoginia e a lesbofobia apenas é tratada com a gravidade que necessita por quem as sofre. A teórica Marilyn Frye ilustra a maneira com que homens gays reagem a opressão advinda da misoginia, de forma a antagonizar o feminino:

Uma pessoa poderia esperar que, desde que homens gays podem ser, de certa forma, vítimas de ódio às mulheres, eles poderiam ter chegado a uma incomum identificação com as mulheres e, por tanto, ter firmado alianças políticas com elas. Está é uma possibilidade política que está em algum grau atualizada por alguns homens gays, mas, para a maioria, tal identificação é realmente impossível. Eles sabem, mesmo que não articuladamente, que sua classificação com as mulheres é baseada em um profundo mal-entendido. Como a maioria dos outros homens que por uma razão ou outra chegaram a sentir um gostinho de como é ser uma mulher em uma cultura misógina, eles estão inclinados a protestar, não a injustiça de qualquer pessoa ser tratada de forma tão mesquinha, mas a injustiça deles serem tratados assim quando não são mulheres. (FRYE, 1983, p. 3)

Dessa forma, é possível perceber o pouco espaço que as mulheres encontraram no movimento LGBT, em que o feminino era ferramenta de subversão e desafio as normas sociais apenas até o limite da supremacia masculina. À medida em que a misoginia e o falocentrismo tomavam proporções capazes de causar dano ao privilégio masculino, homens gays tornaram-se adversários.

Mesmo no que diz respeito ao movimento feminista heterossexual, as divergências indicavam a necessidade de um movimento lésbico independente. Isto porque, o feminismo não observava a necessidade de pautar as mulheres lésbicas em suas demandas, considerando-as, inclusive, uma ameaça.

De acordo com Aguiar “o que implica o lesbo-ódio por parte das feministas heterossexuais é justamente o fato de tratar lésbicas como algo que não pertence a sua realidade, portanto que não pertence a este mundo, reforçando o estigma de clandestinidade do lesbianismo” (AGUIAR, 2018, p. 143).

Esses aspectos diferenciadores dos três movimentos foi caracterizador da invisibilidade sofrida pelo movimento lésbico, sendo muitas vezes excluído da luta ou, até mesmo, silenciado em encontros e debates, como será tratado no tópico abaixo. Apesar da aparente união homossexual, as mulheres ainda possuíam um papel subalterno na luta, com a reprodução das opressões de gênero e sexualidade. Dessa forma, constrói-se o movimento lésbico autônomo como conhecemos hoje.

RESISTÊNCIA ÀS REPRESSÕES

A intensa repressão da ditadura civil-militar não era direcionada unicamente para grupos de esquerda ou movimentos sociais, mas, também, a qualquer ato ou grupo que fugisse da ideia de “moral e bons costumes” difundida pelos grupos reacionários da época. Dessa forma, as pessoas LGBTI+ eram alvos de ataques, perseguições, provocações e ameaças por parte, principalmente, da política.

Em 13 de junho de 1980, acompanhadas de outros movimentos sociais, foi realizado um ato em São Paulo contra os abusos policiais. A resposta veio rápida, quando em 13 de novembro do mesmo ano, o delegado José Wilson Richett comandou a operação que ficou conhecida por “Operação Sapatão” - mais uma entre as várias ferramentas de opressão e perseguição das lésbicas no estado (OLIVEIRA, 2017, p. 16).

Como já dito, a opressão sofrida pelas mulheres lésbicas não se limitava só ao fato de serem lésbicas, mas também por serem mulheres que desviavam do padrão de submissão e fragilidade imposto na época. Diante disso, os grupos e movimentos formados por lésbicas encontravam-se em extrema clandestinidade, ainda mais afastados e marginalizados que os próprios grupos homossexuais.

Em São Paulo, se o movimento homossexual já era visto como marginalizado e pertencente ao “gueto”, as mulheres lésbicas se encontravam em lugares ainda mais escondidos e afastados da realidade normal paulista.

Foi em 1983 quando ocorreu a primeira manifestação lésbica no Brasil, que ficou conhecido como o Levante do Ferro's Bar, que era o ponto de encontro do GALF, bem como o local onde vendiam seus boletins. Apesar de sustentarem financeiramente o local, sua presença não era bem vinda e, em julho, foram expulsas do ambiente. Depois de alguns dias, em 19 de agosto, apoiadas por diversas frentes do movimento, as lésbicas ocuparam o bar e realizaram um ato político, exigindo a permissão para venderem o Boletim ChanaComChana no local. Posteriormente essa data veio a se tornar oficialmente o Dia Nacional do Orgulho Lésbico (OLIVEIRA, 2017, p. 13-14).

A resistência para poder ocupar um local que sempre foi um local de encontro, sendo, inclusive, ocupado majoritariamente por mulheres lésbicas, representa as duas grandes fragilidades do movimento lésbico da época: a absoluta ausência de lugares que “permitissem” que elas frequentassem, muitas vezes tendo que realizar reuniões dentro da casa de outras companheiras - o que, para elas era também um problema, dado o convívio familiar e a relação com o armário -; e o sentimento de não pertencerem a nenhum espaço. Isso é descrito muito bem na seguinte passagem:

Só nesses bares a gente encontra gente como nós, só lá somos aceitas, estamos em casa. Até na Universidade de São Paulo, onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora. Lá em casa minha mãe não consegue entender por que eu sou assim, por mais que eu tente mostrar a ela que estou bem assim, não tenho nada de anormal. (OLIVEIRA, 2017, p. 17).

A relação conturbada entre o movimento lésbico e o feminista também fez com que as mulheres lésbicas tivessem que resistir a ataques em espaços que deveriam, por si só, serem “seguros”. Em abril de 1979, foi realizado o II Congresso da Mulher Paulista, com um painel de abertura dedicado ao “Amor entre mulheres”, que foi destruído, fotos e cartazes rasgados, pelas demais mulheres do Congresso (OLIVEIRA, 2017, p. 14). Apesar disso, a apresentação ainda ocorreu, angariando novas membras lésbicas, bem como foi possível perceber quais grupos estavam lado a lado na luta e quais não. (AGUIAR, 2018, p. 143).

Apesar das variadas formas de opressão e silenciamento as quais as organizações lésbicas passaram, a persistência e a resistência é símbolo de seu movimento. Foi resistindo aos ataques tanto da polícia, na ditadura civil-militar, que reprimiu qualquer pessoa que ousasse infringir a moral e os bons costumes, quanto também ataques de movimentos ditos “progressistas”, mas que insistiam em reproduzir discursos segregacionistas. Portanto, o movimento lésbico é um grande espelho da resistência, que constrói e reúne mulheres dissidentes em todos os âmbitos sociais.

IMPREENSA ALTERNATIVA

A ocupação da mídia contra hegemônica, na época da ditadura civil-militar, foi de suma importância para os movimentos sociais, em um período de censura e repressão. O movimento feminista se consolidou em muito com a difusão de revistas como o *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* (WOITOWICZ, 2014, p. 108). O movimento homossexual popularizou jornais que pautavam suas causas, como o emblemático *Lampião da Esquina*. Novamente, a causa das mulheres lésbicas era excluída de ambas as esferas: gênero e sexualidade.

Diante do contexto de ditadura, com a censura e a repressão aos movimentos sociais, a mídia alternativa foi um importante meio utilizado, principalmente, para a resistência e a construção de uma identidade, dando maior visibilidade para as pautas sociais (WOITOWICZ, 2014, p. 116). Para a construção do movimento lésbico, essa foi uma ferramenta muito importante.

Foi apenas após um ano de publicações do *Lampião da Esquina*, em maio de 1979, edição nº 12, que as mulheres lésbicas foram *convidadas* a publicar algo relacionado a suas pautas (OLIVEIRA, 2017, p. 10). O próprio uso do termo convidadas demonstra a exclusão e falta de participação ativa de mulheres na composição da Revista. Com o título de matéria “Nós *também* estamos aí”, as mulheres lésbicas iniciam explicando o porquê de estarem “atrasadas”:

Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos coxichos, nos bochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n’alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade (JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, 1970, p. 7).

Apesar desta edição com capa dedicada às lésbicas, dentre as demais 38 edições lançadas, apenas outras duas capas tiveram temas relacionados a essa pauta, mesmo que de forma indireta. Dessa forma, era preciso uma revista própria, que atendesse efetivamente às demandas das mulheres lésbicas.

Considerado a primeira publicação de ativismo lésbico no Brasil, em 1981, o Grupo Lésbico-Feminista inicia a produção do Jornal ChanacomChana (CCC) - posteriormente revivido e transformado em Boletim pelo GALF, tendo em vista as dificuldades de financiamento (OLIVEIRA, 2017, p. 12).

O jornal tinha o propósito de reunir mais mulheres, de todos os cantos, para compor o movimento. Em carta inicial da Edição Zero do jornal, de janeiro de 1981, escreve-se:

Basta você assumir o compromisso de fazer 5 (cinco) cópias deste exemplar, seja como xerox? com carbono ou memo [sic] à mão. Cinco não é muito !! E será fácil encontrar outras 5 mulheres para passá-las adiante. Se elas aceitarem por sua vez o compromisso cada mês você fará o mesmo, entregando-lhe um novo exemplar. Não entregue a quem não quizer [sic] se comprometer a copiá-lo, pois isso romperia a corrente. (CHANACOMCHANA, 1981, p. 2).

Ao longo das 38 edições, diversos temas foram tratados ao redor da pauta lésbica, sejam entrevistas, tirinhas, denúncias de discriminação, textos sobre o lesbofeminismo, divulgação de eventos e encontros, informes e demais notícias. Dessa forma, o jornal se propunha a ir além da militância, mas também acolher e unir as mulheres lésbicas, inclusive com espaço para enviar cartas e conversar. Como forma de denúncia social, o jornal/boletim CCC aproximava a luta de cada mulher, questionava o status quo, trazia reflexões e informava suas leitoras sobre saúde e proteção lésbica.

As dificuldades para a manutenção do jornal eram as mais variadas, desde a falta de dinheiro até, como falado acima, as agressões que as militantes sofriam ao tentar vendê-lo em seus pontos de encontro, com o desgaste das próprias militantes (OLIVEIRA, 2017, p. 12-13).

A difusão de ideias e pautas por meio da imprensa alternativa foi extremamente importante, principalmente para organizar o movimento lésbico propriamente dito. Disseminando ideias, marcando encontros e mostrando que elas existiam, as mulheres lésbicas construíram um espaço próprio dentro dos movimentos sociais e lutaram veementemente contra o silenciamento e a invisibilidade.

CONCLUSÃO

A história do movimento LGBTBI+ contada hoje ainda peca muito na representatividade das mulheres lésbicas, com elas ocupando ainda um grande espaço de invisibilidade e marginalização. Por serem mulheres e, ainda, lésbicas, a repressão e a opressão enfrentada pelo sistema e mesmo pelos grupos de movimentos sociais foi tamanha, fazendo com que essas mulheres não conseguissem voz nem dentro de grupos homossexuais e nem em grupos feministas.

A conjuntura exigiu a auto-organização, como forma de pautar propriamente um movimento que atendesse às demandas específicas das mulheres que, também, ousavam amar outras mulheres. Dessa forma, grupos auto-organizados e levantes contra a opressão às lésbicas passaram a ocorrer, como forma de resistir não só à ditadura civil-militar, mas também à invisibilidade e silenciamento dentro dos movimentos sociais de esquerda e LGBTBI+.

A criação de uma revista específica também foi de suma importância para o movimento, vez que simbolizou a difusão de informações e pautas concernentes unicamente às lésbicas, bem como o incentivo e a cooptação de mais mulheres nos grupos e na luta por respeito e conquista de suas demandas.

A resistência sapatão desde sempre e até os dias atuais é pautada pela visibilidade, para que essas mulheres tenham voz e tenham suas pautas ouvidas. Por serem mulheres e, ainda, LGBTI+, encontram-se em um espaço maior de marginalização, principalmente quando se fala em políticas públicas. Dessa forma, o início da organização desse movimento precisou romper barreiras muito maiores, vez que teve que se fazer ouvir pelos próprios grupos de esquerda da época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Aline do Nascimento. Facção lésbico feminista e o surgimento do lesbofeminismo no Brasil. **Revista Ensaios de História**, v. XIX, n. 1/1, p. 130-147, 2018.

ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 225-249, 2. sem. 2008.

CHANACOMCHANA, ed. 0, 1981.

FRYE, Marilyn. Feminismo lésbico e o movimento de direitos dos gays: outra visão da supremacia masculina, outro separatismo. In: FRYE, Marilyn. **Políticas da Realidade: Ensaios sobre Teoria Feminista**. Berkeley: Crossing Press, 1983.

GREEN, James N. Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. **Acervo**, v. 27, n. 1, p. 53-82, 25 abr. 2014. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/460>. Acesso em: 20 ago. 2020.

JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, ed. 12, 1970.

LINO, Tayane Rogeria. Nas fissuras da história: o movimento lésbico no Brasil. **Revista Movimentação**, Dourados, MS, v. 5, n. 10, p. 10-21, jan./jun. 2019.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 06-19, maio/out. 2017. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Estudos Feministas**, jul./dez. 2011 - jan./jun. 2012. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/artigos_teses_dissertacoes/movimento_lesbico_e_movimento_feminista_no_brasil_recuperando_encontros_e_desencontros_1.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 1, p. 104-117, jan./jun. 2014.

O PAPEL SOCIAL DA MULHER NA FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES NA MESOPOTÂMIA

Maria Alice Silva de Lima¹

Camila Nascimento Amorim²

Resumo: Este trabalho traz a discussão sobre o papel social das mulheres nas sociedades da mesopotâmia, em específico os povos Hebreus e Babilônios que sofreram forte influências na sua estrutura social através do patriarcado. Tendo como base bibliográfica a Bíblia e o Código de Hamurabi que trazem abordagens sobre o cotidiano e a relação social da mulher com sua comunidade. Assim, de modo geral antes da antiguidade as mulheres tinham lugar de prestígio dentro da sua comunidade por terem o poder de gerar os filhos para a manutenção e continuidade do seu povo. Dessa forma, a posição da mulher na sociedade era centralizada, mas ao decorrer do tempo com o surgimento do sedentarismo, leva a buscar por territórios e o surgimento de guerras, essa realidade matricênica é modificada para o patriarcado do qual são encontradas nessas duas sociedades analisadas nesse artigo.

Palavras- chaves: Mulher, sociedades mesopotâmicas, antiguidade.

INTRODUÇÃO

As mulheres nas diferentes sociedades primitivas tinham um lugar de prestígio dentro da sua comunidade por serem as provedoras e possuía o mais importante trabalho de gerar os filhos, para a manutenção e continuidade do seu povo, em algumas sociedades da nossa contemporaneidade ainda podemos encontrar esse aspecto da mulher tendo papel de destaque social. A terra era vista como uma “grande mãe” para esses povos, por ter a função reprodutiva e provedora, assim representada pelo ser feminino. Nessa cultura percebemos a igualdade entre os homens e as mulheres, e não dominação do “mais forte” sobre o “fraco”. A mulher para esses é um símbolo de resistência, esperança e prosperidade por isso está relacionada com a imagem da Deusa Mãe³, que tem a seguinte definição: “Paleolítica, princípio de vida, abertura, caverna, útero de onde provém não só o homem, mas toda a natureza.” (MARQUETTI, 2002, p. 23.)

A capacidade da mulher de gerar filhos era associado a um poder, sendo considerado místico e sobrenatural, não havia a “ideia reformulada” do que seria a relação entre homem, mulher e procriação, ambos os gêneros tinham liberdade sexual. Dessa forma, a posição da mulher na sociedade era centralizada, sem a submissão de um sob o outro, o homem e mulher viviam em parceria. Ao decorrer do tempo com o surgimento da agricultura, leva a busca por territórios e o surgimento de guerras, essa realidade matricênica é modificada para o patriarcado. A descoberta do papel do homem na fertilização feminina, deixou-a em segundo plano dando espaço a organização com base no sistema patriarcal, o homem centralizado.

¹ Graduanda na Universidade de Pernambuco- Campus Mata Norte, cursando licenciatura plena em história. E-mail: marialice.silvadelima@gmail.com.

² Graduada pela Universidade de Pernambuco- Campus Mata Norte, no curso de licenciatura plena em história. E-mail: camila-nascimento@outlook.com.

³ A Deusa Mãe é uma associação a divindade da fertilização, capaz de gerar a vida humana e da natureza.

Mais na frente a religião “institucionaliza” o casamento e passam a controlar a procriação. O homem sendo o patriarca tinha o papel de provedor do lar e a supremacia da sociedade, já a mulher com o “poder” biológico de gerar e amamentar, foi atribuído a função de cuidar e alimentar os filhos. Para manter a ordem social a religião e a sociedade foi instituindo restrições enfatizando o homem como a figura de chefe do lar e da comunidade, enquanto a mulher deve ser submissa e obediente.

A mulher ainda é uma figura importante, dentro do contexto histórico e cultural, porém como percebemos acima sua ligação com a terra é quebrada deixando de ser vista pelo homem como possuidora de dons místicos, e passa a ser possuída pelo homem como objeto de troca um negócio entre famílias em prol de manutenção das riquezas acerca das terras que eram garantida através dos filhos. O papel feminino passa a ser controlado e restringido com o casamento e a procriação, a uma quebra da sua ligação com a natureza conforme nos relata Moura:

O estabelecimento do sistema patriarcal inverter esses valores relegando a mulher e todo o sentido da natureza a um segundo plano, aqui mulher e natureza são simbolicamente análogas, e com isso o poder do ventre vai para o falo, apesar da anulação desses valores permanece uma linguagem simbólica feminina, possivelmente da ordem do sagrado. (MOURA, 2010, p. 3).

O SURGIMENTO DA MULHER NO LIVRO DE GÊNESIS

Seguindo a tradição da Grande Mãe, o surgimento da mulher segundo a Bíblia, no livro Gênesis - Antigo Testamento, apresenta Eva, como a primeira mulher da humanidade: “E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou.” (Gênesis, 1:27). A figura feminina de acordo com as Sagradas Escrituras, não é apresentada como centralizada, pois, os textos bíblicos são baseados no modelo patriarcal de que primeiro Deus teria criado Adão, a partir do barro a sua imagem e semelhança, e em seguida lhe adormecido para fazer a retirada de umas de suas costelas para dar origem a mulher: “E da costela eu o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher: e trouxe-a Adão.” (Gênesis, 2:22). Estabelecendo o laço com o patriarcado a partir desses textos, com o argumento de que o homem que deu a origem da mulher, com a retirada de uma de suas costelas.

Ao decorrer da história humanidade a religião foi ditando discursos as mulheres ensinando-as seu papel de submissão pelo mundo, como por exemplo na religião judaica, com o homem sendo o patriarca, tinha o papel de provedor do lar, consequentemente sendo a supremacia da sociedade, já a mulher com o “poder” biológico de gerar e amamentar, lhes foi atribuído a função de cuidar e alimentar os filhos(as). A partir disso, para manter a ordem social a religião e a sociedade foi instituindo restrições em que enaltece a necessidade do homem como a figura de chefe do lar e da comunidade, enquanto a mulher deve ser submissa e obediente, alegando ser a vontade de Deus.⁴

Segundo o argumento de Elizabeth Cady Stanton, afirmando que o versículo 27 do primeiro capítulo Gênesis é controverso mostra a criação do homem e da mulher sendo a semelhança de Deus o que nos leva observar que o mesmo seria andrógino (macho/ fêmea) e que a partir da criação da mulher ocorreu a distinção dos sexos, conforme nos relata:

Se a linguagem tem algum significado temos nestes textos uma declaração clara da existência do elemento feminino em Deus, igual em poder e glória ao masculino. A mãe e o pai celeste! “Deus criou a pessoa a sua própria imagem, homem e mulher.” [...] O v.27 declara a imagem de Deus como

⁴ GEBARA. Ivone, In. O imaginário judaico-cristão e a submissão das mulheres. 2010, p. 1.



homem e mulher. Como é possível então fazer um pensamento posterior? Os textos acima mostram a criação simultânea do homem e da mulher e sua importância igual no desenvolvimento da humanidade. Todas essas teorias baseadas na ideia de que o homem foi criado primeiro não tem nenhum fundamento na Escritura. (STANTON, 1992, p. 7.)

Também tem a teoria oposta sobre a criação do primeiro casal de que Deus havia criado uma mulher anterior a Eva, esta mulher teria sido Lilith, a qual teria se recusado a submeter-se a dominação masculina. Sua figura foi demonizada ao longo de toda a história, como Laraira descreve baseado em Gorion:

A sua forma de reivindicar igualdade foi a de recusar a forma de relação sexual com o homem por cima. Por isso, fugiu para o Mar Vermelho. Adão queixou-se ao Criador, que enviou três anjos em busca da noiva rebelde. Os três anjos eram Sanvi, Sansanvi e Samangelaf- Os emissários do Senhor tentaram em vão convencer a fujona. Ameaçaram afogá-la no mar. Lilith, porém, respondeu: ‘Deixem-me, não sabeis que não fui criada em vão e que é meu destino dizimar recém-nascidos; enquanto é um menino tenho poder sobre ele até o oitavo dia, se é menina até vigésimo. No entanto, ela jurou aos anjos, em nome do Deus vivo, de que sempre que avistasse as figuras ou apenas os nomes dos mensageiros de Deus, deixaria a criança em paz. Também aceitou o fato de que diariamente iriam perecer cem de seus próprios filhos. (GORION, 1997, p. 53 *apud* LARAIA, 1997, p. 151).

Através dessa demonização de Lilith e da imagem de Eva vista como desobediente, observamos a dominação do patriarcado sobre a mulher que em ambos mitos fica evidente a submissão que é imposta pois elas são manipuladora e rebelde não é obediente como o homem a mulher é na realidade inovadora no livro de gênesis ela tem papel central na descoberta da razão e leva esse conhecimento ao homem, porém dentro dessa análise (Gênesis, 3:1) podemos observar a cobra como um personagem secundário da qual incentiva a mulher a desobedecer o que nos levar a refletir que nas entre linhas a uma inferiorização sobre ela, pois a mesma é colocada a prova da sua capacidade de obedecer e percebida também como maleável de ser manipulada.

Então, Eva ao ser tentada pela serpente deixando-a se influenciar e acaba se rendendo e comendo do fruto da “Árvore do conhecimento do Bem e do Mal”, induzindo a Adão a fazer o mesmo. Descumprindo umas das ordenanças do Senhor, resultando na desobediência e recebendo da punição para ambos; “E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua concepção; com dor terás filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará.” (Gênesis, 3:16) “E a Adão disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: Não comerás dela: maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida.” (Gênesis, 3:17).

A partir dessa análise feita acima sobre as consequências da desobediência que levou também a subordinação da mulher ao homem, Stanton (1992) faz uma interpretação moderna a respeito desse contexto abordando o engajamento das lutas femininas, permitindo um paralelo de contradição entre o feminismo e a Bíblia, o livro sagrado hebreu nos descreve que a mulher é a responsável pela origem do pecado e a morte no mundo, ou seja o homem deixou de ser eterno por causa da sua desobediência. o casamento e a maternidade passou a ser um período de servidão e angústia, para lembra-la que a mesma era subordinada ao seu marido, e que toda informação no âmbito familiar deveria passar primeiro pelo homem. porém se observamos essa condição de subordinação é imposta bem antes da queda do homem no Éden.

A partir disso, a mulher como esposa passa a ser submissa ao marido, sua função se torna exclusivamente voltada para procriação e para o casamento, lhes privando de diversos outros ofícios, como a sua própria liberdade



sexual. “E conheceu Adão a Eva, sua mulher, e ela concebeu e teve a Caim, e disse: Alcancei do Senhor o varão” (Gênesis, 4:1). “E teve mais a seu irmão Abel: e Abel foi pastor de ovelhas, e Caim foi lavrador da terra” (gênesis, 4:2). “E conheceu Caim a sua mulher, e ela concebeu, e teve a Enoque: e ele edificou uma cidade, e chamou o nome da cidade de seu filho Enoque” (Gênesis, 4:17). “E tornou Adão a conhecer a sua mulher; e ela teve um filho, e chamou o seu nome de Sete; porque, disse ela, Deus me deu outra semente em lugar de Abel; porquanto Caim o matou” (Gênesis, 4:27). Os filhos dentro desse contexto é sinal de crescimento prosperidade em relação a perpetuação da linhagem familiar, na continuidade do nome do homem, porém para mulher a maternidade e atividades domésticas podem ser vistas pela sociedade apenas como algo predestinado a ela, como sua única função no seio da família, a mesma tinha como papel exclusivo procriar, educar e alimentar seus filhos nos primeiros meses o homem daria conta da continuidade e sobrevivência da sua casa, sendo assim a representação masculina bastante reconhecida e valorizada como: pai, marido, irmão ou filho mais velho. Reforçando a ideia de que a mulher sendo provedora do lar, então deve-se a ela ficar em casa, enquanto o homem sai para trabalhar, conforme vemos:

“A subordinação legal das mulheres na família, sob a autoridade do pai, irmão, com consequente restrição, nos espaços públicos, de poder decisões e o trabalho das mulheres, no âmbito doméstico, reprodutivo, como mãe e esposa, são, outros fatores que determinam o espaço de manifestação das práticas e vivências religiosas das mulheres. Os conceitos e normas patriarcais são apresentados como divinos e naturais, e toda prática que transgrede essa normatividade masculina é classificada como estrangeira ou estranha, e logo, condenada.” (NEUFELD, 2006, p. 85).

A procriação era a principal função da mulher, ocorriam alguns casos particulares, em que ela poderia ser estéril, como por exemplo Rebeca: “E Isaque orou instantemente ao Senhor por sua mulher, porquanto era estéril; e o Senhor ouviu as suas orações, e Rebeca sua mulher concebeu ”(Gênesis, 25:21), Caso a mulher não pudesse dar filhos ao seu marido geralmente eles tinham concubinas, as escravas também eram entregues aos esposos no intuito de facilitar o processo de continuação de sua linhagem, como notamos Raquel oferecendo ao seu esposo essa oportunidade: “E ela disse: Eis aqui minha serva Bila: entra a ela, para que tenhas filhos sobre os meus joelhos, e eu assim receba filhos por ela” (Gênesis, 30:3).

Era comum a prática do casamento dos homens com mais de uma mulher, que atualmente é denominada como ‘bigamia’, a bíblia nos referencia diversos casos; “E tomou Lameque para si duas mulheres: o nome de uma era Ada, e o nome da outra Zilá” (Gênesis 4:19), “Foi-se Esaú a Ismael, e tomou para si por mulher, além das suas mulheres, a Maalate filha de Ismael, filho de Abraão, irmã de Nebaiote” (Gênesis 28:9), diz Jacó a Labão: “Dá-me as minhas mulheres, e os meus filhos, pelas quais te tenho servido, e ir-me-ei; pois tu sabes o meu serviço, que te tenho feito” (Gênesis 30:26).

Nos casos da prática de adultério, eram aplicadas punições/penas severas, principalmente para a figura feminina: “E aconteceu que, quase três meses depois, deram o aviso a Judá, dizendo: Tamar, tua nora, adulterou, e eis que está pejada do adultério. Então disse Judá: Tirai-a fora para que seja queimada” (Gênesis 38:24). No livro de levítico que traz uma série de ensinamentos e leis direcionadas ao povo Hebreu encontramos um trecho que relata o que aconteceria caso ocorre adultério: “Também o homem que adulterar com a mulher de outro, havendo adulterado com a mulher do seu próximo, certamente morrerá o adúltero e a adúltera” (Levítico 20:10). Com base nessas punições observamos que a culpa do adultério é vista como a principal causadora a mulher, como se ela fosse a única que tivesse a capacidade de convencer e de manipular o homem a cair em tal tentação.

SITUAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA BABILÔNIA

A Babilônia uma cidade mesopotâmica localizava-se nas margens do rio Eufrates, teve nessa região a fundação do primeiro império babilônico ainda sobre domínio dos povos amoritas⁵ no século XVIII a.C. A organização da sua população era de forma patriarcal, pois, cabia ao homem prover a família de tudo o que lhes fosse necessário, e a mulher deveria cuidar dos seus filhos, o que era bastante comum naquele tipo de formação social com base na representação da figura masculina paterna. Com o Código de Hammurabi (séc. XVIII a.C.)⁶, alguns direitos sociais da mulher passaram a ser reconhecidos, em partes, mas também haviam leis dentro do código que as reprimiam. Pois em Hammurabi, a sua legislação tinha como preocupação em buscar a ordem social e os direitos de cada cidadão, sendo os de menor poder aquisitivo, o que atualmente chamamos de minoria, e as mulheres dentro dessa leis foram beneficiadas, porém a desigualdade entre homens e mulheres não se dissiparam.

É importante frisar que as mulheres babilônicas, não podem ser observadas com homogeneidade, pelo fato do seu status variar de acordo com o seu grau social, da época e das regiões das quais habitavam. As fontes deixadas nessa época traz grande bagagem sobre o cotidiano social de como o povo babilônico se relacionavam entre si e com outros povos. o código de Hamurabi é uma dessas fontes mais rica sobre a estrutura social, pois era um compilado de leis das quais interferiam diretamente nas vidas públicas e privadas dos cidadãos babilônicos. Em relação ao “status” havia as mulheres consagradas, em particular as *naditum* do Deus Marduk, consideradas esposas da divindade, em que foi pouco documentado:

No início do 2º milênio a.C., é interdito às religiosas-*naditum* da Babilônia, consagradas a Marduk, o deus principal da cidade, ter filhos: elas podem, entretanto, casar-se, e seus maridos, a fim de não serem privados de posterioridade, tomam uma outra mulher. Em situações tão complexas, as famílias mandam redigir contratos para regulamentar as relações entre duas mulheres e definir o estatuto dos filhos. (WESTBROOK, 1988, p.124-131 *apud* LION, B.; MICHEL, C., 2005, p. 8).

Essas mulheres praticavam o celibato poderiam casar apesar de já pertencerem ao deus Marduk. Assim, as mesmas não podiam gerar filhos com seu marido terreno, mas ele podia se casar novamente e na maioria dos casos seu segundo casamento é feito com irmã de sua primeira esposa, que receberá os filhos da sua irmã com seu marido como seus também, porém os autores Lion e Michel (2005, p. 7), com base em K. R. Veenhof (2003), nos diz que a alguns casos encontrados recentemente, que nem todas as mulheres consagradas seguiam o celibato e tiveram vários amantes e filhos, a situação não era vista socialmente como a pior de todas, elas eram até aceitas para voltar às suas famílias de origem. Com isso, observamos que esse resguardo da mulher dentro da sociedade babilônica era bem vista e embora mesmo ela sendo “esposas espirituais” de deuses, se acaso rompesse com esse desígnio dado a mesma era perdoada, vemos que acontecimentos como esse só fortalecem a ideia de que a mulher ocupava diferentes posições nessa sociedade.

VIDA FAMILIAR ATRAVÉS DOS LAÇOS MATRIMONIAIS

O casamento para esses povos mesopotâmicos era firmado, inicialmente, através de acordos feitos oralmente entre as famílias dos cônjuges, mas também havia documentação para concretizar o ato, uma espécie de contrato.

⁵ Pela historiografia os povos amoritas são vistos como antigos babilônios.

⁶ Conjunto de leis regidas no primeiro Império da Babilônia pelo Rei Hammurabi, na tentativa de implantar o direito e a ordem social.



Encontramos essa informação no código de Hamurabi, que para os povos babilônico o casamento era validado com esse contrato: “§ Lei 128- Se um awilum* tomou uma esposa e não redigiu o seu contrato: essa mulher não é a sua esposa. Para o legislador do 128 o elemento jurídico essencial do matrimônio babilônico é o contrato escrito (...).” (BOUZON, E., 1980, p. 62). A escolha do noivo era feita pelo pai ou irmão mais velho, mas o noivo tinha a possibilidade de fazer a escolha da sua companheira, tendo ainda a possibilidade de os pais do noivo indicar a moça apropriada para ser a sua futura esposa:

§ Lei 166- Se um awilum escolheu esposas para os filhos que teve e para seu filho mais novo não escolheu uma esposa: depois que o pai morrer, quando os irmãos dividirem (a herança), dos bens da casa paterna eles colocarão à disposição de seu irmão mais novo, além de sua parte, prata correspondente ao terhatum e possibilitar-lhe-ão tomar uma esposa. (BOUZON, E., 1980, p. 75).

O casamento era a união de bens entre as famílias dos noivos, no caso a noiva tem o seu dote⁷, como uma espécie de “herança” que vai ser repassada futuramente para os seus filhos; e o noivo deveria entregar a noiva um valor inferior a quantia do dote, chamado de *catradom*⁸, como as pesquisadoras Brigitte Lion e Cécile Michel (2005), que esse acordo; “não se trata absolutamente de um preço de compra da esposa, pois o preço de uma escrava era frequentemente superior a ele.” Ou seja, o valor de uma escrava era superior à quantia entregue pelo noivo.” A partir de uma documentação encontrada em Sippar, não podia ocorrer casamento sem um acordo ou entrega da *terhatum*⁹, em alguns casos a noiva, mesmo após o casamento, poderia passar alguns dias na casa dos pais antes da consumação do matrimônio até que o noivo entregue sua parte do acordo.¹⁰ Em casos como a ruptura, rompimento do acordo, o Código de Hammurabi aplica uma punição financeira, se esse fator venha acontecer como nos relata:

§ Lei 159- Se um awilum, que já enviou a casa de seu sogro o presente nupcial e já pagou o terhatum deixou-se atrair por outra mulher e disse a seu sogro: ‘Não tomarei tua filha como esposa’: o pai da filha levará consigo tudo o que lhe tiver sido trazida. (BOUZON, E., 1980, p. 72-73).

§ Lei 161- Se um awilum enviou o presente nupcial para a casa de seu sogro e pagou terhatum e (então) seu amigo o difamou e seu sogro disse ao esposo: ‘ Não tomarás minha filha como esposa’: ele restituirá o dobro de tudo que lhe foi trazido e seu amigo não poderá tomar sua mulher como esposa. (BOUZON, E., 1980, p. 73-74).

Após ocorrer a troca de presentes entre as famílias, antes mesmo da noiva seguir para a residência de seu marido, segundo Brigitte e Cécile (2005), afirmam que era realizada uma grande festa, em que tinha como objetivo invocar a união da noiva pelo marido e aporte de partos, para noite de núpcias. A noiva recebia um véu simbolizando sua entrando para a família de seu marido. Pois, durante aquela época, as mulheres casadas faziam o uso do véu fora de casa, estendendo-se às filhas de boas famílias. As leis eram severas para as prostitutas e escravas que faziam o uso desse véu para se passar por mulheres respeitadas. Aplicação das leis para a prostituta: “Aquele que vê

⁷ Esses dotes eram conhecidos como nudunnûm ou nidintum, nos contratos paleo babilônios, heriktum e no código de Hamurabi, mulûgu em médio-babilônico.

⁸ Shîmum em páleoassírio, terhatum em babilônico, wadurannu, termo hurrita, utilizado em Alalah.

⁹ K.R.Veenhof, “Fatherhood is a Matter of Opinion. An Old Babylonian Trial on Filiation and Service Duties”, W. Sallaberguer, K. Volk e A. Zgoll (Eds.), *Literatur, Politik und Recht in Mesopotamien. Festschrift für C. Wilcke, Wiesbaden*, 2003, p. 313-332.

¹⁰ LION. MICHEL. Brigitte, Cécile; As mulheres em sua família: Mesopotâmia, 2º milênio a.C.; Tempo, Rio de Janeiro, n° 9, 2005, p. 5.

uma prostituta com véu, deverá detê-la. Ele constituirá testemunhas e a levará à entrada do palácio. Suas jóias não serão tomadas, mas aquele que a deteve levará suas vestes. Ela receberá 50 golpes de bastão e sua face será coberta por piche.” (Leis Médio-Assírias § 40, 1985, p. 131-152 *apud* LION, B.; MICHEL, C., 2005, p. 6). O mesmo era aplicado para as escravas que tentavam fazer o uso de status de mulheres livres com o uso do véu: “As escravas não usam véu e aquele que vir uma escava com véu deverá detê-la. Ele a levará à entrada do palácio. Suas orelhas serão cortadas e aquele que a deteve levará suas vestes.” (Ibidem)

As bases da organização social é o casamento e a unidade familiar, com isso, nos casos de adultério, foram criadas leis que punem rigidamente a mulher e seu amante. Tanto a mulher adúltera, quanto seus amantes são culpados, e alguns casos são condenados até a morte; conforme a lei relata: “§Lei 129- Se a esposa de um homem foi surpreendida dormindo com outro homem, eles os amarraram e jogaram na água. Se o marido da esposa deixar que sua esposa viva, então, o rei deixará seu servidor viver.” (BOUZON, E., 1980, p. 62). Nesses casos, o ato deve ser flagrado pelo marido traído para que haja a condenação da sua esposa, mas quando ocorre apenas boatos ela é submetida a um “teste de fidelidade” conhecido como ordálio pela água¹¹, ou ser julgada, segundo a legislação do Código de Hamurabi: §Lei 131- “Se a esposa de um awilum, seu marido a acusou, mas ela não foi surpreendida com um outro homem: ela pronunciará o juramento de Deus e voltará para a sua casa.” (BOUZON, E., 1980, p. 62), e a §Lei 132- “Se contra a esposa de um awilum foi levantado o dedo por causa de outro homem, mas ela não foi surpreendida dormindo com o outro homem: para seu esposo ela mergulhará no rio.” (BOUZON, E., 1980, p. 63). A culpa desse ato cai mais sobre a mulher casada pelo fato dela ter a possibilidade de engravidar fora do casamento, desonrando seu marido e a sua família, por isso a culpa do adultério vai para ela. Já o homem casado por não correr esse risco, pode frequentar cabaré, lhe satisfazer com as prostitutas.

Diante dos adultérios que ocorria na Babilônia havia o divórcio que podia ser recorrido por ser reconhecido por lei, através dos “contratos de divórcio”, bastava eles declararem oficialmente “tu não és mais minha esposa” ou “tu não és mais meu marido”. Algumas questões o marido poderia pedir divórcio, como a alegação da esterilidade feminina, em que o marido deve pagar uma indenização a sua esposa, em caso de mau comportamento da mesma, nesse caso o homem podia se divorciar sem pagar a indenização, simplesmente as mandando ir embora com apenas a roupa do corpo. Em caso da mulher quiser pedir o divórcio, com o código de Hammurabi, ela pode abrir uma investigação para avaliar o comportamento de seu marido e se for comprovado a má conduta ela retornará para casa dos pais, se ocorrer o contrário, as leis são mais rígidas pois as mulheres são condenada à morte por afogamento, como a lei § 143 apresenta: “se ela não é irresponsável, mas é uma saidora, dilapada sua casa e desonra seu marido: jogarão essa mulher n’água.” (BOUZON, E., 1980, p. 66).

Levando em consideração que o casamento é o ponto de partida inicial para a construção de uma família, esse era monogâmico, porém dentro dessa cultura havia algumas exceções que ocorriam a “bigamia”, mas pela lei apenas uma era considerada esposa principal e seus filhos eram herdeiros legítimos; as outras mulheres eram esposas secundárias ou concubinas. O código de Hammurabi não diz nada em relação a quantidade de esposas permitidas ao homem, porém é importante frisar que essa regalia não cabia a mulher. As autoras Lion e Michel (2005) nos relata que esse costume se dava na maioria das vezes por causa da esterilidade e a impossibilidade de saber se é masculina ou feminina, entretanto a culpa caía sobre a mulher e por isso o homem tinha o livre acesso de tomar uma segunda esposa. Normalmente, quem escolhia a segunda esposa era a primeira esposa, sendo estéril, natural ou por sua escolha. E os filhos que foram gerados, são considerados de ambas conjuntamente. Os contratos feitos, tinha como finalidade proteger a primeira esposa, e a segunda é considerada serva, com limitações, no Código de Hammurabi a relação entre as duas esposas, a segunda com a primeira:

¹¹ Uma forma da mulher provar sua inocência, em que consiste no seu marido mergulhando-a na água caso sobreviva está inocentada.



§ Lei 146- se um awilum tomou por esposa uma nadîtum e esta deu uma escrava a seu marido e ela gerou filhos e mais tarde essa escrava quis igualar-se à sua senhora: por causa dos filhos que gerou, sua senhora não a venderá, (mas) colocar-lhe-á a marca de escravo e a contará com os escravos (BOUZON, E., 1980, p. 68).

O código de Hammurabi mostra que a escrava goza de alguns privilégios, pois ela não é tratada como uma simples escrava, sua senhora não poderia vendê-la pois a mesma gerou filhos, esses não eram considerados escravos, caso a frutificação não ocorresse a primeira esposa poderia vendê-la. A outros casos isolados de outros povos na antiguidade como os sumérios e os assírios em relação de posse sobre o corpo das mulheres e a questão bigamia, no primeiro caso encontramos um relato na epopeia de Gilgamesh da qual o herói, deitava com todas as moças da cidade em sua noite de núpcias “Uma deusa o fez forte como um touro selvagem; ninguém pode pôr-se à força de seus braços (...) Sua luxúria não poupa uma só virgem para seu amado, nem a filha do guerreiro nem a mulher do nobre.” (ANÔNIMO, 1992, p. 93-94). O segundo caso segundo as autoras Lion e Michel (2005) está relacionada a mercadores de Kanesh, quando esses se ausentam de seus lares durante longos períodos, deixam em Assur a esposa principal *ashshatum*, eles não podem tomar uma outra esposa do mesmo status, pois estavam sujeito a serem penalizados financeiramente.

Em caso de morte de um dos cônjuges, seus filhos herdavam seus bens: se se trata da mãe, partilham seu dote ou o pai, recebem seu patrimônio, e assim os filhos teriam que sustentar a mãe. Quando não há descendentes, o viúvo devolve o dote à família da esposa, já o contrário, a viúva pode retornar para a casa de seus pais com seu dote e casar-se novamente. A viúva goza de uma grande autoridade, tendo estatuto previsto por lei:

§Lei 172- Se seu marido não lhe deu um presente nupcial: devolver-lhe-ão seu dote integralmente e ela tomará dos bens da casa de seu esposo a parte correspondente a de um herdeiro. Se seus filhos a maltrataram para fazê-la sair de casa: os juízes examinarão sua questão e colocarão a culpa sobre os filhos; essa mulher não sairá da casa de seu marido. Se essa mulher resolveu sair: deixará para seus filhos o presente nupcial que seu marido lhe deu e levará consigo o dote da casa de seu pai e o esposo que lhe agradar poderá tomá-la como esposa. (BOUZON, E., 1980, p. 76)

Havia mulheres que estavam sozinhas mas não se encaixavam na viuvez, pois seus maridos lhes abandonaram sem justificativa ou iam para guerras, e elas ficavam por ter a responsabilidade de cuidar dos seus filhos e da casa, mantendo a possibilidade esperançosa do retorno de seus maridos, mas o Código de Hamurabi restringiu essa lei na qual ela não seguisse na espera pelo retorno de seu marido e se deitasse com outro seria condenada;

§Lei 133- Se um awilum afastou-se secretamente e em sua casa há o que comer: [sua esposa guardará a sua casa e cuidará de si mesma. Ela não entrará na casa de um outro. Se essa mulher não cuidou de casa de um outro homem, comprovarão isto contra essa mulher e a lançarão na água (BOUZON, E., 1980, p. 62).

A figura da mãe de família era tratada com respeito por ser responsável pela geração, amamentação e educação dos filhos, além de cuidar do lar, mas essas leis de Código de Hamurabi, mas as leis citadas anteriormente favorece o patriarcado pois as mulheres tinham que respeitá-las ou caso contrário eram punidas, e até condenadas à morte. Diante desse contexto a mulher é ensinada, antes mesmo de consumir o ato do matrimônio, pela mãe a cuidar do lar e dos irmãos, e assim o casamento vem para manter a dignidade dessas filhas, que serão futuras mães, seguindo o legado da Babilônia.

CONCLUSÃO

Inicialmente, como foi relatado, a mulher com o seu poder biológico de gerar filhos, lhe deu privilégios socialmente, porém esse lugar de destaque foi fragmentado nas sociedades mesopotâmicas aqui estudadas, através da implementação do patriarcado. A representatividade feminina, nos povos Hebreus e Babilônios, ao mesmo tempo que se complementam em alguns aspectos se afastam, como por exemplo, seu papel na religião da sociedade babilônica podiam ocupar uma posição de sacerdotisa e até casar, já na cultura hebraica as mulheres não tinham essa mesma funcionalidade, pois apenas os homens ocuparam esse posto. É importante frisar que o casamento era o seu principal destaque no meio social, casavam cedo e seus casamentos eram arranjados pelos homens da família e levavam uma vida de submissão que eram regulamentadas por leis que as reprimiam em certos pontos, como por exemplo, casos de adultérios que em ambas sociedades, elas poderiam receber punições ou até ser condenadas à morte, em outros casos essas leis ajudavam a salvaguarda contra injustiças impostas sobre elas, lhe dando direitos nunca antes tidos na sua comunidade, por isso este artigo visou trabalhar também seus direitos construídos ao longo desses sistemas patriarcais, além de suas posições como esposas e mães, tiveram papel principal na criação da vida terrena, sendo vista como a grande mãe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANÔNIMO. **A Epopéia de Gilgamesh**. Trad. de Carlos Daudt de Oliveira a partir da versão inglesa estabelecida por N. K. Sandars. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BÍBLIA, português. **A Bíblia Sagrada**: Antigo e novo testamento. tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.
- BOUZON, Emanuel. **O Código de Hammurabi**. Introdução, tradução do texto cuneiforme e comentários. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- DEIFELT, Wanda. Os Primeiros Passos de uma Hermenêutica Feminista: a Bíblia das Mulheres. Editada por Elisabeth Cady Stanton. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 32, n. 1, p. 5-14, 1992. Disponível em: http://est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/955. Acesso em: 08 jan. 2020.
- LARAIA, Roque de Barros. Jardim do Éden revisitado. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 149-164, set. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27065>. Acesso em: 3 set. 2020.
- LEITE. Luciana Wolf, Direitos sexuais e reprodutivos e o histórico de submissão da mulher. **Revista eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, São Paulo, v. 6, n. 1, dez. 2012. Disponível em: <http://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/182>. Acesso em: 3 set. 2020.
- LIMA, Rita de Lourdes. O imaginário judaico-cristão e a submissão das mulheres. In: FAZENDO GÊNERO 9 - Diasporas, Diversidade, Deslocamentos da UFSC, 10., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-9. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares#R>. Acesso em: 08 jan. 2020.
- LION. MICHEL. Brigitte, Cécile; As mulheres em sua família: Mesopotâmia, 2º milênio a. c. **Tempo**, Niterói, v. 10, n.19, p. 1-25, ago./abr. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042005000200010&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 14 ago. 2020.
- MARQUETTI, Flávia Regina. O Espelho de Dana. **Revista Eletrônica Brathair**, Araraquara, v. 2, n. 2, p. 22-27, 2002. Disponível em: <http://ppg.revistas.uema.br/.../article/viewFile/656/576>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- MOURA. Regina. Iconografias do feminino: Mitos, arte e outras representações. **História, imagem e narrativas**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-12, abr. 2010. Disponível em: <https://silo.tips/download/iconografias-do-feminino-mitos-arte-e-outras-representacoes>. Acesso em: 10 fev. 2020.



NEUENFELDT, Elaine G. Prática e experiências religiosas de mulheres no Antigo Testamento: considerações metodológicas. **Revista: Estudos teológicos**, v. 46, n. 1, p.79-93, 2006. Disponível em: http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4601_2006/et2006-1f_eneuenfeldt.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

REIMER, Haroldo, Forma e lugar de Gênesis 3 na história da religião hebraica. **Revista: Fragmentos da cultura-** Revista interdisciplinar de Ciências Humanas, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 91-109, jan./fev. 2009. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/1007/708>. Acesso em: 13 fev. 2020.

AS REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA E A OBRA DE CLARICE LISPECTOR

Patricia de Souza Caboclo¹

Marta Francisco de Oliveira²

Resumo: Ao pensar na relação mulher/literatura brasileira, voltamos a atenção para Clarice Lispector, uma autora com extensa fortuna crítica, para uma leitura atualizada de suas obras, no sentido de perceber os meandros de construção/representação da infância ao modo clariciano. Retomaremos aspectos da literatura clariciano desde seu início com o primeiro romance de Clarice Lispector, *Perto do coração selvagem*, e *O lustre*, - segundo romance clariciano. Buscando a visão de biógrafas e especialistas, como Nádya Battella Gotlib, Olga Borelli, e outros, faremos uma breve apresentação da autora e de alguns de seus textos nos quais a infância aparece representada através das personagens, sobretudo meninas, nesta fase da vida. Abordaremos de modo geral a representação da infância na literatura brasileira, citando estudos anteriormente realizados por Amarilha (2000), para então verificar como esta é feita na construção ficcional da obra de Lispector através dos conceitos de escrita de si e escrita do outro.

Palavras-chave: mulher na literatura; infância; construção ficcional; Clarice Lispector.

INTRODUÇÃO

Em nosso trabalho, voltamos à atenção para uma das escritoras mais destacadas da literatura brasileira, com extensa fortuna crítica (e apesar dos riscos em virtude deste fato), para uma leitura atualizada de suas obras, no sentido de perceber os meandros de construção/representação da infância ao modo clariciano. Este estudo se justifica como um esforço de compreensão da obra da autora, em reconhecimento à sensibilidade literária de seus textos, cujo espectro de leitores se expande para todos os públicos, de crianças a adultos. Ressaltamos apenas dois aspectos da difusão dos textos de Clarice entre os públicos infantil e juvenil: mesmo em livros didáticos, contos são (ou podem ser) adaptados para estimular a reflexão e a escrita, como ocorreu na série *Português Linguagens* (2009) da Editora Atual, do 6º ao 9º ano. Ademais, frases e ‘pensamentos’ baseados nos textos por ela escritos circulam pela internet nos blogs e páginas pessoais de jovens, convertendo a escritora, segundo alguns, em uma das mais citadas nas redes sociais, embora muitas vezes talvez a fonte não seja verdadeira³. Isto demonstra certo interesse de novos públicos em sua escrita, o que pode conduzir à leitura de textos completos, criando um novo círculo de leitores na contemporaneidade.

O ano de 2020 será, sem dúvida, um marco, pois estaríamos comemorando 100 anos de nascimento de Clarice Lispector. É um ano simbólico para a literatura brasileira, em que novamente serão colocadas em evidência as obras claricianas, pois em seus textos permanece a força de sua escrita mesmo após mais de 40 anos da morte da escritora, despertando a curiosidade e o encantamento de leitores até os dias atuais, na era da tecnologia e da informação. Esta característica dos tempos, aliás, contribui para a disseminação dos textos, alcançando um público maior em

¹ UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: patisouza.c@gmail.com.

² PNPD – PPGEL/UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: marta.oliveira@ufms.br.

³ Uma rápida pesquisa em sites de busca na internet mostram várias referências a esta ampla difusão dos textos de Clarice em frases e pensamentos, tanto em páginas pessoais como institucionais.

menor espaço de tempo, e atingindo outros setores sociais e classes de leitores que poderiam estar excluídos do universo da leitura da obra da autora em outros suportes mais convencionais.

Assim, retomaremos aspectos da literatura clariciana desde seu início. O primeiro romance de Clarice Lispector, *Perto do coração selvagem*, foi publicado em 1943 e considerado o melhor romance daquele ano, recebendo o prêmio Graça Aranha. Este romance é desenvolvido através da história intimista da personagem Joana desde a infância com o pai, a moradia com a tia, a ida para o orfanato, a puberdade, até a vida adulta e o casamento. Destacaremos em nossa análise os aspectos narrativos relacionados à sua infância, buscando compreender seu processo de construção pautados em elementos ficcionais e de vivência/experiência.

Ao lado da obra inicial, também buscaremos observar tais aspectos da infância no romance seguinte. *O lustre* é o segundo romance clariciano, publicado em 1946. Nele, é desenvolvida a narração da história da personagem Virgínia, sua infância no casarão de Granja Quieta e sua vida adulta na cidade grande. No recorte proposto, veremos as relações estabelecidas entre a menina e seu irmão, o espaço e os demais membros da família, à medida que são determinantes para observar o processo literário-criativo de Lispector. Outros textos, contos ou crônicas, poderão ser inseridos em nossa pesquisa, de modo a ampliar a compreensão do fazer ficcional da escritora.

Faremos uma breve apresentação da autora e de alguns de seus textos nos quais a infância aparece representada através das personagens, sobretudo meninas, nesta fase da vida. Em seguida, abordaremos de modo geral a representação da infância na literatura brasileira, citando estudos anteriormente realizados, para então verificar como esta é feita na construção ficcional da obra clariciana através dos conceitos de escrita de si e escrita do outro. Aqui, outras conceituações serão necessárias para expandir nosso campo de observação teórica, para então nos voltarmos para os aspectos mais textuais das obras.

AS REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA

Não me fantasiavam: no meio das preocupações com minha mãe doente, ninguém em casa tinha cabeça para carnaval de criança. Mas eu pedia a uma de minhas irmãs para enrolar aqueles meus cabelos lisos que me causavam tanto desgosto e tinha então a vaidade de possuir cabelos frisados pelo menos durante três dias por ano. Nesses três dias, ainda, minha irmã acedia ao meu sonho intenso de ser uma moça – eu mal podia esperar pela saída de uma infância vulnerável – e pintava minha boca de batom bem forte, passando também ruge nas minhas faces. Então eu me sentia bonita e feminina, eu escapava da meninice. (Clarice Lispector)

Alguns dos textos mais lidos de Clarice Lispector tratam da infância, em um jogo de ficção e realidade, ou de ficcionalização de elementos de sua vivência. Tratar da infância, para a escritora, parece se revelar um esforço extremo de percepção, mas também uma relação pouco pacífica: ‘sair da infância vulnerável’ parece possível principalmente através da linguagem, da escrita; retornar a ela mais tarde, como escritora adulta, portanto, parece ser mais do que rememoração, mas um esforço literário de reescrita como re-criação.

Neste respeito, a epígrafe mostra como o texto (crônica ou conto, conforme sua publicação no *Jornal do Brasil* ou no livro de contos *Felicidade clandestina*), dialoga com a realidade da menina narrando, em primeira pessoa, seus restos de carnaval. Muitos elementos da vida da escritora são percebidos pelos leitores; aliás, como o texto surgiu em 1968 como crônica em tom de conversa com os leitores do jornal, estes podiam entender que Clarice relatava um

episódio de sua própria infância. Diante da doença da mãe e das circunstâncias decorrentes disso para sua família, escapar da meninice parecia uma possibilidade pouco provável, mas intensamente buscada.

Sobre a escritora, muito sobre sua biografia já é amplamente conhecido. Clarice Lispector nasceu na Ucrânia, especificamente na cidade de Tschetchelnik, no ano de 1920, a qual Clarice dizia ser uma pequena aldeia, que de tão pequena não figurava no mapa. Como naquela época os judeus buscavam refúgio em outros lugares, devido à sua condição de exílio causada pela guerra civil que acontecia na Ucrânia após a Primeira Guerra Mundial e as Revoluções Russas de 1917, a família Lispector encontrava-se em processo de imigração para a América quando a menina, que posteriormente se chamaria Clarice, nasceu e recebeu o nome de Haia.

Assim, chegou ao Brasil ainda criança, juntamente com suas irmãs mais velhas Elisa e Tânia, sua mãe Marieta e seu pai, o Sr. Pinkas, ou Pedro Lispector (GOTLIB, 2013, p.28).

Segundo a biografia de Nádia Battela Gotlib, a menina Clarice ficou órfã de mãe aos 9 anos de idade, e no período da infância que esteve com a mãe precisou lidar com sua enfermidade, bem como com certas restrições de divertimento próprios de criança. A epígrafe citada no início do capítulo é um exemplo ficcional dessas restrições de alegria de criança. A possibilidade de brincar existe, mas com uma preocupação instalada dentro de si, preocupação com o estado da mãe. Devido ao exílio e migração para o Brasil, ademais, a família Lispector também teve que lidar com os efeitos da pobreza, o que teve seus impactos na forma de usufruir a infância, como vemos em contos ou crônicas que comumente relacionamos à infância de Lispector: em “Restos do carnaval”, a fantasia de rosa da personagem foi feita dos restos de papel crepom da fantasia da amiguinha; em “Felicidade clandestina”, ou “Tortura e glória”, a crônica anterior ao conto, comprar um livro era algo acima das posses da família menina.

Olga Borelli afirma que “apesar da tristeza que via em casa, ocasionada pela pobreza e pela doença da mãe, foi menina despreocupada” (1981, p. 45). Assim como na ficção, com Joana e Virgínia, a infância da escritora parece não ter sido marcada apenas por problemas, ainda mantinha as características normais de criança, certa ingenuidade e pureza que marcam uma medida de ignorância própria dessa fase da vida.

Quando adulta, finalmente naturalizou-se brasileira e cursou Direito na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Teve registros trabalhistas de jornalista, repórter e funcionária pública. Também teve experiências trabalhistas que não foram registradas em documentos, como entrevistadora, colunista, cronista, contista, escritora e pintora. Vale destacar que Clarice dizia não ser uma escritora profissional, e sim uma amadora, pois escrevia quando queria. Escreveu para jornais, como *Jornal do Brasil* e *A noite*. Aos 23 anos de idade publicou seu primeiro romance e continuou como escritora ‘não profissional’ até sua morte, no ano de 1977 (GOTLIB, 2013, p.37).

Retomando a epígrafe, a crônica “Restos do carnaval”, como mencionado, é escrita como uma forma de representar a infância e a percepção infantil da personagem diante das dificuldades da vida, de estar inserida na vida adulta e não poder desfrutar plenamente da inocência deste período. Obviamente tal forma de expressão é o resultado do trabalho de escrita literária da mulher adulta, distanciada no tempo da experiência vivida de lidar com a doença da mãe. É neste contexto que, portanto, pensamos aqui primeiramente os modos como a literatura, e mais especificamente a literatura brasileira, faz a representação da infância. Assim, a seguir buscaremos apresentar, de modo geral, este aspecto na escrita clariciana, com base em nos dois primeiros romances, *Perto do coração selvagem* e *O lustre*, escolhidos dentre os demais, um recorte intencional que servirá de introdução à nossa leitura da infância em Clarice Lispector, através de suas personagens selecionadas.

A LITERATURA E A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA

La infancia

La infancia es un privilegio de la vejez. No sé por qué la recuerdo actualmente con más claridad que nunca.

Es a veces un paraíso perdido, pero otras, es un infierno de mierda. Mario Benedetti (Poemas revelados)

A citação do escritor uruguaio parece bastante representativa do modo como a infância pode se tornar material rico e expressivo para a criação literária. Por um lado, é o passar do tempo que permite uma reflexão acerca das experiências e vivências, bem como da memória, da infância. É neste sentido que Benedetti considera que tal época é um privilégio da fase da velhice, pois o filtro do tempo e dos acréscimos de percepção intelectual, racional, advindas do amadurecimento físico, emocional e psicológico, alteram tanto as recordações como a própria construção - que bem pode se constituir em re-construção - da experiência.

O retorno às memórias de criança, anos mais tarde, possibilita a clareza - la claridad - advinda da compreensão distanciada no tempo, bem como a reflexão acerca de sensações e emoções distanciadas *no e do corpo*, o que significa dizer que o corpo adulto não revivencia exatamente as mesmas experiências sensoriais que o corpo da infância, como se se tratasse de um *corpo outro*, como uma forma de exterioridade.

Ademais, neste respeito, e com base nas palavras de Benedetti, somos também convidados a refletir que, do ponto de vista literário, a infância se mescla com a percepção pessoal, sentida na pele e guardada na memória individual, ou se transforma na sensação mais distanciada da experimentação corporal através da construção linguística. ‘Paraíso perdido’, ou ‘inferno de merda’, segundo a carga mais positiva ou mais negativa dessas recordações e seu impacto na vida adulta, as rememorações podem determinar as percepções futuras de uma época recuperada apenas parcialmente, talvez por meio da sucessão de emoções, de fatos, de objetos, da linguagem, bem como de circunstâncias, sensações, mas também de ‘vazios’ preenchidos pela imaginação, recriados, ou fatos/relatos recordados unilateralmente (percepção subjetiva) ou repassados por outros.

Em Clarice, por exemplo, mesmo as crônicas ou contos que parecem se aproximar muito dos relatos e memórias da infância pessoal são, de fato, uma recriação via literatura, a escrita em prol de uma ficcionalização do eu, uma memória trabalhada vida linguagem e, sem dúvida, segundo a percepção criativa de uma escritora além da infância. O romance de estreia, *Perto do coração selvagem*, publicado quando Clarice era ainda muito jovem, já apresenta uma personagem ainda criança ficcionalmente criada talvez com alguns resquícios de biografia, um debruçar-se sobre elementos de vivência e trabalhá-los ficcionalmente para a produção artística. O resultado, portanto, não é propriamente um relato de memória ou uma espécie de biografia, pois Joana não é Clarice Lispector, seja a menina, seja a escritora. Mesmo quando há traços que podem ser rastreados como coincidentes com a vida pessoal da autora, nas obras o que se lê é o resultado da ficcionalização, uma memória trabalhada, inventada, criada (OLIVEIRA, 2017).

Para pensar a questão da infância na literatura clariciana, no recorte proposto, é importante observar que, do ponto de vista histórico e social, a infância talvez seja uma ‘invenção’ relativamente recente. Zilberman, citando Richter, lembra que anteriormente crianças e adultos conviviam normalmente nos ritos e etapas da vida em grupo, trabalhando e presenciando os processos naturais da existência, como nascimento, casamento, doenças e morte (1982, p. 40). Portanto, não havia distinção social ou atividades sociais ou culturais separadas, o que permitia a inserção das crianças em toda a vida do grupo, suas tradições e rituais.



Com o tempo, contudo, há certa separação e distinção da infância, em decorrência das temporais alterações ocorridas nas formas de organização dos grupos, como a revolução industrial, a vinda de famílias para as cidades, a necessidade de mão-de-obra e de trabalho, inclusive de crianças, e posteriormente as novas formas de interação entre este grupo e o dos adultos. Neste sentido, a ascensão da classe burguesa promoveu uma alteração na percepção da infância em pelo menos dois sentidos, segundo Amarilha (2000), o que faz desta uma etapa de preparação para a vida adulta. Por um lado, a classe burguesa

foi levada a criar escolas urbanas, não monásticas para que seus filhos dominassem os rudimentos da leitura, da escrita e da aritmética e pudessem assim, habilitarem-se à condição dos adultos dirigentes. O segundo canal foi a percepção de que a criança pobre e os filhos bastardos teriam valor como mão de obra barata, o que contribuiu para desenvolverem-se cuidados com a infância visando à diminuição da mortalidade. É desse período a expansão das instituições semi-filantrópicas que albergavam esses filhos indesejados. Se sobreviviam a essas instituições e à alta taxa de mortalidade, quando maiores eram encaminhados às escolas de ofícios. Com essa visão pragmática, capitalista, é que a infância começa a ter um espaço social mais definido. Para sustentá-la, estimula-se a formação da família nuclear com base da nova ordem social. O próximo passo foi instrumentalizar essa infância, agora ampliada para todas as classes sociais – isso se deu pela criação e expansão da escola. A escola que também é criada para a elite contribui para a formação de uma cultura segregada, isto é, separam-se as crianças do seu núcleo social original para que possam ser educadas para a idade adulta. Por outro lado, até que se instrumentalizasse, a criança é tida como frágil, desprotegida e dependente. (AMARILHA, 2000, p. 128)

Esta percepção é interessante, porque a construção de personagens crianças na obra de Clarice Lispector contraria a ideia de pureza total, ingenuidade completa que se encontraria em seres ainda despreparados para a vida, em início de formação, como uma página em branco e, portanto, desprovidas de percepções intelectualizadas. Mas Amarilha ainda nos apresenta o conceito da palavra infância, desde a origem e sua significação:

A palavra infância advinda do latim *infantia* quer dizer – “incapacidade de falar, mudez”, esse conceito deriva do ato de se considerar que até os 7 anos a criança era incapaz de falar. Pode-se agregar a ela, por extensão conceitual, os sentidos de “ser incapaz de pensar”, “incapaz de expressão”, gerando-se daí uma atitude e educação condescendente do ponto de vista intelectual que continua a diminuí-la e revela a condição subalterna a que eram submetidos os pequenos. Contraditoriamente, ou por ignorância, levando-se em conta o rigor dos castigos, por exemplo, a criança era ainda percebida como “um adulto em miniatura” – esperava-se que ela se conduzisse e tivesse a compreensão igual à de um adulto. (AMARILHA, 2000, p. 129)

É interessante pensar nessa perspectiva da origem da palavra infância, pois contextualizando com as personagens claricianas, podemos observar que Clarice faz o contrário dessa significação da “incapacidade de falar, pensar e se expressar”, a autora traz crianças que são capazes de um raciocínio e a capacidade de pensar talvez até melhor do que de um adulto, em muitos aspectos. Em alguns destes, evidencia-se a imaginação fantasiosa, o entregar-se às sensações e percepções do mundo ao redor, talvez até mesmo certo contentamento com o simples, como a vontade incansável de Joana por uma brincadeira nova, a capacidade de Virgínia de não se sentir infeliz apesar das relações pouco convencionais com os adultos.

A criação ou compreensão da infância como tema nos ramos da filosofia, historiografia, literatura, sociologia e outros, tem o seu início no século XVIII, se torna mais discutido no final do século XIX, porém é só na metade

do século XX que o tema ganha mais força (MATA, 2006). No Brasil, seguindo o modelo europeu, a criança ‘é descoberta’, segundo Amarilha, no século XIX. Reconhecendo a importância de sua educação, aliada à ideia de que o público infantil poderia ser uma boa aposta como parcela consumidora de material a ele dedicado, as produções literárias voltadas para crianças cumpriam a dupla função de ensinar, ou instruir, e divertir ao mesmo tempo (AMARILHA, 2000). É neste cenário que começa, portanto, a se desenvolver a literatura voltada para crianças, mas, segundo certo consenso, é com Monteiro Lobato que este público leitor começa a receber uma atenção específica e as obras se tornam menos simples.

MARCAS DE LEITURA E A OBRA DE MONTEIRO LOBATO

Segundo Amarilha, “o grande descobridor da literatura como veículo de expressão da criança e não somente de sua educação foi Monteiro Lobato” (2000, p. 133). O escritor introduz uma gradativa mudança na percepção sobre a criança, que “passa a produzir conhecimento e cultura” (Amarilha, 2000, p. 134), mas isto se refere ao modo como a literatura é produzida para este público. Podemos entender, contudo, que a alteração no dito status social da infância alteraria também a forma como personagens infantis são retratados na literatura. Clarice Lispector, portanto, como leitora de Lobato (IANNACE, 2001), presta certa homenagem ao escritor na crônica “Tortura e glória”, mais tarde convertida no conto “Felicidade clandestina”, e também escreve alguns livros voltados para o público infantil, o que nos estimula a refletir sobre os modos de representação e compreensão da infância na obra clariciana.

Contudo, no universo literário lobatiano, de certo modo, a personagem Emília, a boneca de pano, inaugura uma nova forma de relação entre literatura e público infantil no Brasil, segundo Amarilha, o que se nota principalmente em *A chave do tamanho*. No contexto da segunda guerra – e percebemos que a compreensão relativa do conflito (naquela época, bem como outras circunstâncias normais da vida adulta) não é algo alheio às crianças, como se não as entendessem ou às suas implicações – a boneca “constrói uma teoria sobre a administração do mundo, arma estratégias de ação e a realiza” (2000, p. 134). Apesar de não humana, Emília é a forma de contato mais concreta com a infância, como um brinquedo tanto emblemático quanto facilitador da imaginação. Diz a pesquisadora que,

[...]a irreverência de Emília torna-se mais contundente à medida que afronta um conceito de infância associado à passividade, conformismo, obediência. Emília sugere que as pessoas mudem de tamanho como forma de adotar outra postura diante do mundo e assim acabar com o conflito e, dessa forma, a menina promove a mudança de tamanho da humanidade. Nessa nova condição, Emília demonstra que é “mais inteligente do que os adultos”, porque se adapta à nova situação mais rápido. Quando os adultos são devorados pelo gato Manchinha, Emília justifica que foram vítimas da lerdeza com que se adaptavam às novas condições de vida. (...) a sobrevivência de Emília demonstra que a fragilidade é do adulto, e não da criança.

Não se vê em Emília traços de dependência econômica, física ou emocional. Quando tem limites, ela é engenhosa o suficiente para ultrapassá-los. Como não tem laços de família, ela é o exemplo máximo da autonomia da criança, da força da sua individualidade, de sua inteligência. (AMARILHA, 2000, p. 134)

Se é esse o “modelo de criança” que “Lobato deixa” (AMARILHA, 2000, p. 134) para os escritores e escritoras que lhe seguiriam, estes sucessores poderiam produzir textos com visões cada vez mais diferenciadas da infância. Sem dúvida, o diálogo entre Clarice e Lobato pode ser verificado nas referências que a autora deixa transparecer em seus textos, de que teria sido sua leitora, e se nota, sobretudo na apresentação do livro *Reinações de Narizinho*,



como o livro amado e desejado, convertido no ‘objeto mágico’, o propiciador das possibilidades de tortura contra a garotinha devoradora de livros do conto, mas é também o responsável pela glória da leitura e da posse ‘por tanto tempo quanto quisesse’, tudo o que uma pessoa poderia desejar.

Neste sentido, a criança dá voz a um desejo, algumas vezes inconfesso para os adultos, de não precisar arcar com as responsabilidades, econômicas, morais, emocionais, etc, e poder abandonar algo antes desejado, mas que em algum momento será indiferente, desnecessário ou um fardo. No texto, durante quase a totalidade da narrativa, a infância parece ser um período de espera, como dias que se sucedem até um grande acontecimento. Ter o livro, levá-lo consigo, poder abraçá-lo, altera a relação; de modo inesperado, a infância se encerra, naquele tempo narrativo produzido pelo conto, e a menina é vista – ou se vê – como mulher.

A forma de abordar a infância, inclusive ao se dirigir a esse público, em Clarice, seguiria, portanto, uma nova forma de compreensão, expressão e representação da infância. De fato, não podemos esquecer que o modo de fabulação particular da menina Clarice, conforme ‘revelado’ pela própria escritora, já era diferenciado, como uma experimentação pessoal com a língua e a escrita, em um processo mais maduro, por assim dizer, de transformar a linguagem de acordo com as percepções de si e do mundo (OLIVEIRA, 2017).

Contudo, a ideia de infância que nos interessa pensar no recorte aqui proposto diz respeito às formas de representação das personagens nos dois primeiros romances da escritora. Vale a ressalva que a narração da infância de Joana e de Virgínia ocupa apenas uma parte do texto, que se expande para a vida adulta das protagonistas.

Segundo Mata (2015), o termo “representação da infância” na literatura diz respeito a retratar a infância através de personagens infantis e de suas vivências. Essa “representação” se dá na literatura por verossimilhança à realidade, seja no meio familiar, social ou escolar em que essas crianças estão inseridas, e devemos nos lembrar que um texto literário vai além de simplesmente retratar através de narração a vida social das crianças. Em muitas obras voltadas para esse público, segue-se ainda o aspecto de interação e imaginação. É necessário ter um “olhar de criança”, um olhar puro sem preconceitos, capaz de recriar a imaginação da criança e enxergar o “novo” com entusiasmo.

A representação na literatura é possível a tudo que existe como representável, ou seja, tudo aquilo com que outros indivíduos possam se identificar, como destaca Diana Irene Klinger:

Quando um homem determina tudo o que existe como representável, ele mesmo se opõe em cena, no círculo do representável, colocando-se a si mesmo como a cena da representação, cena na qual o ente deve se “re-apresentar”, ou seja, apresentar novamente. Assim se remete da representação como delegação, substituição de sujeitos identificáveis uns com os outros (KLINGER, 2007, p. 49).

Vale até mesmo fazer uma resignificação da representação da infância, levar para o texto literário a simbologia e a poética que os aspectos da infância podem revelar, como Clarice Lispector faz em suas obras, quando a autora resignifica, por exemplo, em “Os desastres de Sofia”, a menina rebelde que buscava a salvação do professor.

Em *Perto do coração selvagem* temos a resignificação representada por uma criança não convencional. Já em *O lustre*, a resignificação se dá pela forma de ser criança despreocupada de Virgínia e ao mesmo tempo ter em sua mente pensamentos questionadores sobre tudo a sua volta em meio ao desafio da família e sua relação próxima com Daniel, como um duplo (VARIN, 2002). Pode-se dizer que a escritora usa a linguagem poética para simbolizar e resignificar a infância de suas personagens.



Tanto Joana como Virgínia usam a imaginação de criança e a fantasia como modos de lidar com a solidão, como um modo de lidar com a realidade e situações que as cercam, seja com o desamor, com a falta da mãe ou com a falta de alguém para brincar, como ocorre com Joana. No entanto, é interessante observar como a condição de infância é constituída: quase como universos à parte, infância e vida adulta não se complementam, orbitam espaços próximos, mas paralelos, como se não se tocassem. Em Joana a infância é solitária, interagindo com o pai ou a tia, porém isolada em sua condição de criança, e não há contato significativo para além do necessário e inevitável no mundo físico. Tudo o que habita o sensível, por outro lado, evidencia a coexistência de dois planos narrativos, de linguagem, que redesenham no texto a infância única, porque individual, de Joana.

Já Virgínia não percebe claramente o amor da família e tem uma relação de poder e submissão com o irmão Daniel. A infância da menina não é solitária, pois o vazio de atenção de criança é preenchido com sua imaginação. Às vezes sozinha em suas brincadeiras e imaginações, ela encontrava-se, conversava com seu interior - uma forma de narrativa intimista transposta para o leitor através do narrador em terceira pessoa, onisciente e onipresente até os limites das intenções narrativas.

É neste contexto que queremos pensar o modo como a escritora Clarice Lispector utiliza elementos de sua vida pessoal, ou pelo menos uma percepção dessa vivência, para projetar certos pensamentos, sensações e ações nas personagens infantis, em especial as meninas, mas também nos meninos em alguns de seus textos. Vemos, por exemplo, a especial descrição do protagonista em “O primeiro beijo”, e até mesmo a construção da personalidade de Daniel, paradoxalmente se impondo e permanecendo à sombra da existência de Virgínia.

Também em Joana a relação se torna uma forma de projeção da autora na personagem, como criação ficcional das vivências cotidianas das meninas e jovens Lispector com o pai Pedro, como uma presença da figura masculina, que era a fonte de “proteção” tanto para Joana quanto para Clarice. Neste respeito, podemos estabelecer uma certa comparação. Assim como as personagens criadas na ficção, uma face da menina Clarice alegre, despreocupada, imaginativa, criativa, leitora, inventiva, é revelada em alguns textos, em alguns momentos, sempre inconstantes, se considerarmos alguns elementos da vida da escritora presentes em sua obra. No entanto, muito de suas inquietações, talvez presentes desde a infância, seriam convertidas em material para a escrita. A autora de *Era uma vez: eu – a ficção na obra de Clarice Lispector*, comenta que,

foi certamente movida pelo desejo urgente de sair de dentro de si mesma que Clarice escreveu *Perto do Coração Selvagem*. Seu modo único de ver as coisas, sua extraordinária percepção de realidades e mundos à primeira vista invisíveis, sua liberdade feroz, faziam de Clarice uma mulher tão poderosa quanto solitária, condenada a viver num mundo fundado exclusivamente por ela e para ela. Talvez a criação de um personagem, Joana, a fizesse sentir-se menos sozinha, ou simplesmente transferisse o peso de sua própria existência para os ombros de um outro. O fato é que Clarice criou Joana à sua imagem e semelhança (MANZO, 2001, p. 13).

Lícia Manzo nos mostra a percepção da escrita de Joana como uma libertação de Clarice, tirando de si um peso e criando um personagem capaz de “viver por ela”, como na construção da personagem Ângela em *Um sopro de vida*: “eu sempre quis achar um dia uma pessoa que vivesse por mim, pois a vida é tão repleta de coisas inúteis que só a aguento com astenia muscular in extremis, tenho preguiça moral de viver” (LISPECTOR, 1978, p. 15).

Assim, constatamos que a infância pode ser vista como um aspecto de construção especial na literatura, e principalmente na obra de Clarice Lispector. Passaremos agora, portanto, a observar alguns aspectos mais especí-

ficos das personagens das obras *Perto do coração selvagem* e *O lustre* e os modos de construção, poética e narrativa, de representação das personagens e sua infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Clarice Lispector é, sem dúvida, um dos maiores nomes da literatura brasileira, e seus textos se atualizam com novas percepções e leituras que podem ser feitas, apesar da extensa fortuna crítica da autora. Além disso, o ano 2020, época do desenvolvimento deste trabalho, além do centenário da escritora, marca o grande alcance de leitura das obras da escritora, que mesmo na contemporaneidade continua conquistando leitores, jovens e adultos.

Seguindo os objetivos propostos para este trabalho, a representação da infância é, talvez, um dos momentos mais explícitos da autoficcionalização desenvolvido pela escritora. Observamos, por exemplo, a presença de formas de transfiguração literária nos hábitos e histórias da infância da menina Clarice de certo modo transpostos para o texto e que podem ser identificados nas obras, contos e romances como parte de sua rememoração ficcionalizada, uma persona de si mesma constituída via linguagem. Entender a representação da infância das personagens nas referidas obras nos ajuda a compreender parte do projeto literário da autora, a construção dos modos de narrar sendo desenvolvida assim como os textos desenvolvem as personagens da infância até a vida adulta, bem como a permanência de certa busca nas reminiscências pessoais que ocorrerão com várias outras personagens, talvez pautadas nessas primeiras experimentações narrativas com as lembranças e rememorações da infância vivida.

Neste trabalho buscamos observar as formas de construção da representação da infância na literatura e nas obras claricianas. Em Clarice, a relação vida e obra pode ser rastreada em muitos aspectos e textos que mostram personagens na infância. Procuramos demonstrar, por fim, diversos aspectos ficcionais constituídos como rastros da infância de Clarice Lispector nas personagens Joana e Virgínia, mesmo suas obras não sendo autobiográficas, o que nos permitiu avaliar como a crítica biográfica pode ser útil ao compreender a criação ficcional como um modo particular de tratamento do vivido, apresentando ‘máscaras’ ou personas da autora a partir dessa representação da infância.

Isso, porém, não esgota as possibilidades de leitura e pesquisa da obra de Clarice Lispector, e este estudo nos demonstrou tanto a importância da escritora para a literatura brasileira como outros caminhos para o desenvolvimento de leituras e pesquisas futuras sobre a autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARILHA, M. **Infância e literatura:** traçando a história. **Revista Educação Em Questão**, v. 11, n. 2, p. 126-137, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/9497>.
- BORELLI, Olga. **Clarice Lispector:** esboço para um possível retrato. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- GOTLIB, Nádia Battella. **Clarice:** uma vida que se conta. 7. ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 656 p.
- IANNACE, Ricardo. **A leitora Clarice Lispector.** São Paulo: Edusp, 2001.
- KLINGER, Diana. **Escritas de si, escritas do outro:** o retorno do autor e a virada etnográfica. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- LISPECTOR, Clarice. **Um sopro de vida (pulsações).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- MANZO, Lícia. **Era uma vez - eu:** a não ficção na obra de Clarice Lispector: ensaio. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2001.



MATA, Anderson Luis Nunes da. Infância na literatura brasileira contemporânea: tema, conceito, poética. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 1, p. 13-20, 2015.

MATA, Anderson. **O silêncio das crianças**: representações da infância na narrativa brasileira contemporânea. 2006. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Marta Francisco. **Clarice Lispector**: a poética de um (in) certo exílio. Campo Grande: Life Editora, 2017.

VARIN, Claire. **Línguas de fogo**: ensaio sobre Clarice Lispector. Traduzido por Lúcia Peixoto Cherem. São Paulo: Limiar, 2002.

DE CATADORA A TRANSGRESSORA DE PAPÉIS: GÊNERO E HISTÓRIA NA LITERATURA MEMORIALÍSTICA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Maria Aparecida Figueirêdo Pereira¹

Verônica Figueirêdo Pereira²

Resumo: Este artigo resulta do folhear de páginas escritas por *Carolina Maria de Jesus* (1914-1977) em sua obra mais aclamada: *Quarto de despejo*, diário de uma favelada, publicado em 1960. Nosso objetivo, todavia, será analisar na referida obra memorialística, as táticas engendradas pela ex catadora de papéis para praticar o seu cotidiano de moradora da favela do Canindé na São Paulo dos anos 40/50 do século XX. Nessa perspectiva partimos das abordagens da Nova História Cultural, no intuito de discutirmos o convívio de Carolina com a fome e as discriminações por ela vivenciadas por ser mulher, negra, mãe solteira, favelada, transgressora da moral social, até por fim ser considerada uma das mais sensíveis escritoras brasileiras.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Cotidiano. Literatura.

INTRODUÇÃO

*Era papel que eu catava
Para custear o meu viver
E no lixo eu encontrava livros pra eu ler
Quantas coisas eu quiz fazer
Fui tolhida pelo preconceito
Se eu extinguir quero renascer
Num país que predomine o preto
Carolina Maria de Jesus³*

Há algum tempo, precisamente no ano de 2014, a página do *Partido dos Trabalhadores –PT–* na internet, veiculava uma matéria⁴ que cuidava de uma homenagem ao centenário de Carolina Maria de Jesus, ex-catadora de papéis, descendente de escravos, semialfabetizada, mãe solteira, e moradora entre os anos 40/50 do século passado, da hoje inexistente, favela do Canindé localizada à época, às margens do rio Tietê em São Paulo. E, a despeito de todas essas adversidades, a então catadora, iria tornar-se uma das mais ilustres e conhecidas escritoras da Literatura brasileira.

¹ Bacharela em Direito e Especialista em Direito Penal pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: ciddapereira1@yahoo.com.br

² Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: veronicafigueiredo@gmail.com

³ JESUS, Carolina Maria. In: “Antologia pessoal”. Organização José Carlos Sebe Bom Meihy. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

⁴ Carolina Maria de Jesus: catadora de papel e palavras, disponível in: <https://pt.org.br/carolina-maria-de-jesus-catadora-de-papel-e-palavras/>

O informativo divulgado nas redes sociais, além de chamar a atenção para a saga da catadora de papéis que estreou na cena literária, após ser descoberta pelo jornalista Adáulio Dantas (em uma reportagem que realizava sobre a vida na favela) mencionava a emoção e as lágrimas que teriam tomado os olhos do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ser presenteado com um exemplar do primeiro e mais famoso livro de Carolina: *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. Na obra que resulta dos vários diários escritos pela então catadora, uma passagem em especial teria afetado a comoção do ex mandatário do país, exatamente quando Carolina prenuncia: “... o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, nas crianças” (JESUS, 1960).

Nisso temos a imagem do ex-presidente Lula como um homem que assim como Carolina Maria de Jesus, veio do povo, sofreu as agruras da fome, e por isso reconheceu-se nas palavras e experiência da catadora de papéis. E aqui acolhemos uma evocação ao pensamento de Jorge Larrosa (2016) quando o mesmo, sugere que a experiência demanda “a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm”. Ou seja, a imagem do ex-presidente é construída pelo informativo do *Partido dos Trabalhadores* como um homem que se identifica com o sofrimento dos desvalidos porque também foi desvalido. Nesses termos, por mais que as experiências vividas por Carolina fossem dadas a ler, a interpretar somente quem viveu a mesma experiência poderia compreendê-la em sua plenitude.

A leitura dessa matéria, aparentemente fora de propósito, em verdade possibilita pensar no conceito de representações no âmbito da Nova História Cultural, que conforme análise profícua realizada por Sandra Jatahy Pesavento (2003) apresentam múltiplas configurações, são construídas sobre o mundo, e fazem com que os homens percebam a realidade, pautando suas vidas, gerando práticas e condutas sociais. Em suma, indivíduos e grupos dariam sentido ao mundo mediante as representações que constroem sobre a realidade.

Nesse texto, entretanto, não pretendemos discutir as representações elaboradas em torno do ex presidente Lula; iniciá-lo com essa abordagem, serviu-nos para melhor ilustrar os conceitos não apenas de representação como também de experiência, ambos inventariados nas imagens e narrativas de Carolina Maria de Jesus, extraídas de seu livro *Quarto de despejo*, obra sobre a qual nos deteremos, enfocando os modos como ela praticava o espaço degradante da favela do Canindé, onde a fome ecoava seu mote insistente. Aliás, a fome é a palavra que desliza em seu texto, em um indicativo do quanto a miséria tem relevo em sua escrita testemunhal. A falta de comida aparecia reiteradas vezes nos diários que escrevia, cadernos que recolhia do lixo, durante o trabalho como catadora:

“Deixei o leito as 5 e meia para pegar água. Não gosto de estar entre as mulheres porque é nas torneiras que elas falam de todos e de tudo. Estou tão indisposta que se eu pudesse me deitar um pouco! Mas eu não tenho nada para os meninos comer. O único jeito é sair”. (JESUS, 1960)

O trecho acima, é um testemunho que perpassa a maior parte de suas memórias expostas no livro *Quarto de despejo*, miudezas das práticas cotidianas na favela, sensibilidades e sociabilidades ali equacionadas. Carolina deixa antever que mesmo enferma, precisava trabalhar, pois nem sempre tinha o que servir para alimentar os filhos. E era necessário o deslocamento diário para o local onde estavam disponíveis as torneiras coletivas, - a favela não possuía abastecimento de água encanada - as mulheres nas primeiras horas do dia, perfilavam-se para encher seus baldes. Assim, aproveitavam a ocasião para falar da vida de outros moradores.

Daí também percebemos que os escritos de Carolina transcendem os problemas relacionados à penúria em que viveu na favela, volta e meia, ela vai estar emitindo opiniões acerca do comportamento feminino, e confessando



não gostar de estar entre as mulheres, por reprovar o modo como elas se portavam. Em suas histórias, as vizinhas vão assumir o papel de vilãs: “A língua das mulheres é um pavio. Fica incendiando.” Afirmou Carolina. Por outro lado, ela vai demonstrar sua falta de confiança nos homens: “Tive sonhos agitados. Eu estava tão nervosa que se eu tivesse azas eu voaria para o deserto ou para o Sertão. Tem hora que eu revolto comigo por ter iludido com homens e arranjados esses filhos”. (JESUS, 1960)

Tal posicionamento encontra-se explícito em muitos momentos de suas narrativas em *Quarto de despejo*, contradizendo sua própria personalidade de mulher independente, livre de amarras masculinas e que, desde muito cedo, soube questionar as desigualdades de gênero, perpetradas na sociedade, e até nos livros didáticos de história que leu, como ela chega a lembrar: “Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a História do Brasil e ficava sabendo que só existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria.” (JESUS, 1960). Isto é, apesar da pouca idade, ela conseguia enxergar o apagamento, a exclusão das mulheres daquela história escrita pela pena de homens. Nos livros positivistas de sua época, o heroísmo, os grandes feitos, os grandes acontecimentos, eram vistos como inerentes ao fazer do sexo masculino. Para a pequena Carolina seria necessário mudar de sexo para ter na história, função semelhante àquela que os homens desempenhavam bravamente nas letras e imagens dos livros com os quais estudava.

Porém em *Quarto de despejo*, há situações em que ela defende os homens em detrimento das mulheres, alegando que eles seriam mais fáceis de lidar e mais educados, não obstante, o homem é lido em seus escritos como aquele a quem a mulher não deve confiar, pois sua tarefa é sempre iludir, enganar, seduzir. Ela mesma diz ter se iludido com o sexo oposto, restando-lhe dessas ilusões, apenas os três filhos, alvos de seu maior desvelo e preocupação, por mal conseguir o sustento material básico para sobreviverem.

Na verdade, o universo caroliniano é vasto, e nele se cruzam muitos caminhos, produtos de suas experiências, já que ela foi uma catadora de papéis que anteriormente havia assumido múltiplos e multifacetados papéis, conforme pontuou a historiadora Elena Pajaro Peres (2007) Carolina foi “Escritora, lavradora, catadora de papel, compositora, sambista, poetisa, dramaturga, cantora, atriz circense, raizeira [quem usa raízes em tratamento médico]. Todos esses papéis foram fundamentais para o seu aprimoramento em experiências humanas e para a constituição de sua identidade. Enquanto o sonho de ser reconhecida como escritora era aquilo que mais a movia. “Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida. Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida. Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora.” (JESUS, 1960).

No entanto, em 1958, a sorte de Carolina mudou completamente, foi nesse ano que o jornalista Audálio Dantas, obteve conhecimento de seus diários pessoais, e impressionado com a riqueza poética e descritiva que possuíam, os encaminhou à publicação em revistas como a *Cruzeiro*, depois à publicação no formato de livros. Daí ocorreu o lançamento do Livro *Quarto de despejo*, com um estrondoso sucesso⁵, e Carolina resplandecia no cenário literário como a escritora da favela. Para o jornalista, conhecê-la foi um achado precioso, para um historiador cultural, então, essa experiência, funcionaria, talvez, como reencontrar a lendária Atlântida, a cidade que o filósofo grego Platão, no *diálogo de Timeu*⁶ descreveu como o paraíso submerso e perdido no fundo do mar.

Haja vista que para a Nova história cultural, ampliaram-se as possibilidades de fontes documentais, o olhar de Clio passa a alcançar também as histórias de vida, recebendo atenção os diários pessoais, as chamadas escritas

⁵ Consoante Tom Farias, autor de *Carolina, uma biografia*, obra biográfica lançada em 2017, *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, primeiro livro publicado por Carolina Maria de Jesus, foi traduzido para 16 línguas e vendido para 46 países. Tendo vendido no exterior milhões de exemplares.

⁶ Ver PLATÃO. *Timeu e Crítias*. Tradução do grego, introdução e notas Rodolfo Lopes. Ed: CECH, Coimbra, 2011.



ordinárias, por revelarem os sentimentos, as emoções, as falas das pessoas comuns que constroem a história, suas imagens, odores e sabores, músicas, gostos, desejos, Carolina expõe em *Quarto de despejo* os modos de pensar, ver, ser e sentir naquele espaço, instigada pelas injustiças sociais, em seu transitar pelas ruas e aparelhos citadinos,

“As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão de que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludo, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar no quarto de despejo” (JESUS, 1960).

Nessa cidade, espaço configurado por desigualdades tão corrosivas, a catadora de papel vai se apropriando e reinventando o lugar à sua maneira. Ela o reelabora para seu próprio uso. O lugar seria diferente exatamente por representar o cruzamento de móveis (CERTEAU, 1994). As práticas cotidianas dos moradores, elaboram seu significado, o que Certeau chamou de artes de fazer. Para escapular das misérias, Carolina pratica suas “caças não autorizadas” usando como armadura para se opor ao cotidiano obscuro: seu amor pelos livros e por sua atividade escriturística: “As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários”. (JESUS, 1960). Entenda-se por castelos imaginários suas táticas de resistência e sobrevivência frente à inospitalidade da favela do Canindé.

METODOLOGIA

“os políticos sabem que eu sou poetisa.
E que o poeta enfrenta a morte quando vê seu povo oprimido.”
Carolina Maria de Jesus

Com o fito de analisarmos o cotidiano vivido por Carolina Maria de Jesus, e as táticas por ela observadas para sobreviver aos infortúnios diários de moradora da favela do Canindé e catadora de resíduos recicláveis, acolhemos nessa pesquisa seu livro de estreia na Literatura brasileira, *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, de sorte que temos nessa obra, uma Carolina que se debruça sobre os mais ínfimos detalhes de seu cotidiano, desde o acordar ao deitar. As práticas alimentares, o trabalho de catação de papeis, as brigas com os vizinhos, as brigas entre os vizinhos. As relações de gênero, a violência doméstica e não doméstica, a prostituição, o adultério, a promiscuidade, a insalubridade e a criminalidade, o fantasma da fome e do suicídio como fuga daquele espaço medonho, entre outros temas dilacerantes que a sua escrita testemunhal contempla.

Noutro viés, temos a Carolina combativa, que escreve em tons de denúncia, que faz de sua escrita um protesto, um clamor contra as mazelas em que está inserida. Literalmente às margens da sociedade, num espaço de opressão negligenciado pelo poder público, visitado por políticos somente em campanha eleitoral, como lê-se em seu relato:

“Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida, pedindo o nosso voto, prometendo congelar os preços, já está ciente de que abordando esse grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo com olhos semi –cerrados com orgulho que fere a nossa sensibilidade.”

Os historiadores poderiam capturar essa sensibilidade de que nos fala Carolina, seu desgosto e revolta com os políticos que se utilizam da favela para angariar votos, o que poderia ser observado dentro da leitura que é feita

por Pesavento (2003) ao enxergar as sensibilidades como as formas pelas quais os indivíduos e grupos se dão a perceber, como um reduto de tradução da realidade mediante emoções e sentidos. O livro *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus, promove registros, materializações de sentimentos que podem ser resgatados pelo historiador, a exemplo das representações que ela fazia da favela “um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas, ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho.” (JESUS, 1960) Sem essa materialidade não é possível acessar tais sensibilidades.

As sensibilidades fazem parte das representações do mundo, configuram-se na energia da vida, nos afirmou Pesavento. Decorre daí a aproximação com outros conhecimentos, como antropologia, a filosofia, as ciências sociais, as artes e a literatura. Por essa razão adentramos ao quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus, consentindo o enlace entre a literatura e a história, uma vez que:

“[...] a literatura permite adentrar pelo espaço das sensibilidades “ou da possibilidade de atingir ‘aquela sintonia fina’ que permite captar o passado de outra forma e que deve obedecer ao que chamamos de uma nova ‘pedagogia do olhar’” (PESAVENTO, 1996, p. 109).

Cabe ainda dizer que a história Cultural, se dedica a outros espaços da vivência humana, direcionando novas problematizações para as fontes, não se limitando simplesmente, ao panorama econômico e político, deixando de ater-se simplesmente às fontes oficiais e estatísticas. De posse do livro *Quarto de despejo* o historiador cultural está diante de uma fonte, percebendo suas representações, mesmo que elas partam do punho de uma única escritora, que eles mostrem o olhar de um único sujeito, sabemos que as representações não são uma imagem perfeita do real, mas construções feitas a partir dele.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No livro *Quarto de despejo*: diário de uma favelada, mantemos contato com os registros e memórias de uma mulher negra, pobre solteira, e mesmo solteira, mãe, vivendo unicamente de seu trabalho na catação de materiais recicláveis, e residindo na favela do Canindé, reduto de pobreza extrema na primeira metade do século XX em São Paulo. Ser negra, pobre, solteira, e mãe, desprovida da “proteção” masculina, causava uma espécie de revolta em suas vizinhas, que possivelmente a invejavam, pois faltava-lhes a mesma liberdade de que Carolina desfrutava. E uma das maneiras de castigá-la cuja independência confrontava a vida de submissão aos maridos que levavam, sendo em diversas ocasiões surradas por eles, era vingando-se nos filhos pequenos da catadora:

“A D. Rosa, assim que viu meu filho José Carlos começou a impricar com ele. Não queria que o menino passasse perto do barracão dela. Saiu com um pau para espancá-lo. Uma mulher de 48 anos brigar com uma criança! As vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vazo de fezes nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas. Ela odeia-me. Diz que sou preferida pelos homens bonitos e distintos. E ganho mais dinheiro do que ela” (JESUS, 1960).

A violência contra os filhos de Carolina agregava os preconceitos contra a mesma. Carolina além de viver de seu trabalho, “era a preferida dos homens”, vivia sua liberdade sexual, prescindindo para tanto, ser casada. Isso poderia de fato ser um acinte contra a moral social da época, embora Carolina veja no ódio contra ela, apenas a inveja. Por outro lado, a antipatia contra as mulheres da favela emitidas por ela em seus escritos seriam a reação



contra as humilhações e perseguições que sofria, assim ela registra: “As rascoas da favela estão me vendo escrever e sabe que é contra elas. Resolveram me deixar em paz. Nas favelas os homens são mais tolerantes, mais delicados. As bagunceiras são as mulheres” (JESUS, 1960). A antipatia de Carolina contra suas vizinhas, é tamanha que ela chega a vê em todo o gênero feminino características intrínsecas à maldade que as mulheres da favela exibiam. Assim, ela exalta o comportamento masculino em desfavor do feminino, o que corrobora para afastar sua literatura de um veio eminentemente feminista.

Em suas memórias Carolina alude para uma outra questão tão crucial quanto a sua liberdade do julgo masculino: o ato de escrever, embora tivesse passado somente dois anos pelos bancos escolares. A sua escrita representava a armadura para proteger-se das perseguições. Era a arma mais poderosa e eficaz que encontrava para limitar os abusos por parte de sua vizinhança, dentro da expressão de Certeau (1994) seriam as *táticas* por ela engendradas para sobreviver e resistir aos códigos culturais praticados na favela do Canindé, pois como ela mesma frisou: “Aqui todos impricam comigo. Dizem que falo muito bem que sei atrair os homens. (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo.” (JESUS, 1960).

Ela escrevia os acontecimentos mais vis e corriqueiros da favela, tarefa que nenhuma de suas vizinhas realizava por meio de sinais gráficos, e assim as afrontava. Ao descrever as brigas constantes entre casais, não cuidava, que isso devesse denotar perplexidade, esses episódios constituíam banalidades, do dia a dia na favela. A violência doméstica, exercida por homens contra mulheres em suas relações conjugais, acontecia por qualquer ínfima questão, e qualquer motivo era justificável para que uma mulher fosse espancada: “Era 19 horas quando o senhor Alexandre começou a brigar com sua esposa. Dizia que ela havia deixado seu relógio cair no chão e quebrar-se. Foi alterando a voz e começou a espancá-la” (JESUS, 1960). Ao fazer registro das pancadarias nos barracos vizinhos, Carolina demonstrava uma acentuada preocupação com as crianças, que para ela deveriam ser poupadas de cenas de violência e nudez.

Todavia, mostra-se controversa em relação às mulheres, evidentemente devido as relações que travava com as mesmas, eram as mulheres quem ameaçavam seus filhos e a insultavam por não ser casada, como reposta vangloriava-se por estar livre do julgo masculino diferente de suas vizinhas cuja sinfonia de seus barracos era proveniente dos sons das agressões físicas que sofriam, assim descreve Carolina: “A noite enquanto elas pedem socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tábuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo a vida das mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas” (JESUS, 1960).

Por fim, em *Quarto de despejo*, podemos perscrutar temas diversos que foram abordados por Carolina Maria de Jesus em sua escrita memorialística. Uma narrativa com alguns contrapontos, semelhante a sua vida. Lemos em seus escritos, em certos momentos uma escritora contaminada por ressentimentos contra suas vizinhas e contra as atribulações de sua vida, uma mulher que se narra em dias de desespero, mas por outro lado, uma poeta que ama a vida, que vê beleza nos pequeninos detalhes, mesmo habitando o caos:

“contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe na rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor à minha Pátria” (JESUS, 1960).

Diante disso, conceitos como o de representação e sensibilidade podem ser interpretados nos escritos de Carolina Maria de Jesus, orientando a postura do historiador cultural, que terá em *Quarto de despejo* a maneira



como sua autora representava a favela e seus moradores e como ela se auto representava. A historiografia pode, portanto, valer-se dos diários da catadora que tornou-se escritora, para evidenciar as representações daquele tempo e espaço, representando o que nos diários já estão representados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transgressora. Talvez essa seja a palavra que melhor define Carolina Maria de Jesus e sua escrita, a transgressão de Carolina se dá inicialmente por ser mulher negra, pobre, favelada, mãe solteira, tendo três filhos cada um deles de um pai diferente, e apesar disso, saber enfrentar os momentos mais tenebrosos quando sequer tinha o que pôr à mesa, quando a fome era um espectro que a assombrava e perseguia, e motivada por ela, tinha de perambular pelas ruas de São Paulo, dia após dia, noite após noite, à cata de materiais recicláveis, para fazer deles moeda de troca, fonte de renda que lhe pudesse garantir no mínimo, alguma refeição diária para sua família, sem que para isso tivesse ao seu lado a presença masculina.

No ambiente obscuro de promiscuidade, onde falava-se de prostituição e de toda sorte de violência, Carolina encontrava na arte de escrever as suas rotas de fuga, com o fim de praticar o cotidiano da favela. Do lixo ela encontrava a matéria de seus sonhos, os papéis com os quais escrevia, e que tornavam-se armas para lutar contra o espaço opressor, o mesmo espaço em que ao abrir a janela à noite ela podia dizer com extremado lirismo: “A noite está tépida. O céu já está salpicado de estrelas. Eu que sou exótica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido (JESUS, 1960).

Temos, com efeito, uma Carolina transgressora, o seu amor pela leitura, soava proibido, incompreendido, porque para uma descendente de escravos vivendo num ambiente contaminado pela violência, pela miséria e insalubridade, escrever chegava a ser algo parecido com uma afronta, equiparava-se a uma insubordinação. Sonhar em ser escritora em meio à favela, em meio à lama, aos excrementos, aos ratos que invadiam as tábuas de seu pequeno barraco, desvelava-se sim, uma transgressão, e partindo dela, a escritora constrói a sua filosofia, ao homenagear a gata preta de um vizinho que lhe prestou o glorioso serviço de matar um rato que lhe causava problemas, qual descreve:

O gato é sábio. Não tem amor profundo e não deixa ninguém escravizá-lo. E quando vai embora, não retorna, provando que tem opinião.

Se faço essa narração do gato é porque fiquei contente dela ter matado o rato que estava estragando os meus livros. (JESUS, 1960)

Quiçá pudéssemos pensar em Carolina como a gata preta que não se deixa escravizar e tem opinião, que não se deixou aprisionar pelo masculino ou por suas vizinhas que estavam sempre a lhe fazer guerra. Mas, Carolina deixou a favela para não mais voltar, “matava” àqueles que tentavam destruir os seus sonhos. Contudo, diferente da gata preta, Carolina tinha amor, ela amava profundamente os seus filhos e amava os livros, em que pese ter passado somente dois anos frequentando os bancos escolares. Carolina amava à vida, daí seu estranhamento com o espaço mórbido da favela. Sobrevinham, então, as novas transgressões de catadora de papeis.

Ela muitas vezes em seu livro *Quarto de despejo*, sorri da própria desgraça, molda o texto com uma pitada de comicidade, ainda que diante de uma situação que degrada o humano: “Achei um cará no lixo, uma batata doce e uma batata sol-sa. Cheguei na favela os meus meninos estavam roendo um pedaço de pão duro. Pensei: para co-



mer estes pães era preciso que eles tivessem dentes elétricos” (JESUS, 1960). A comicidade de Carolina em alguns momentos do livro, não se encontra à toa, ela revela-se em mais uma forma de manifestar a sua resistência contra a opressão que a miséria provocava, conseguindo tracejar o contraponto otimista, as tristezas vividas, o bom humor era aquilo que a mantinha viva.

Carolina Maria de Jesus, a catadora que sagrou-se escritora, era em si a transgressão, a luta da mulher que lançava ressignificações contra o espaço onde outras mulheres apanhavam diuturnamente e as crianças testemunhavam, os jovens roubavam, o filho batia no pai, outros já estavam presos cumprindo pena. No entanto, ao contrário do que muitos tem propalado, ela não foi somente a escritora marginal, ao lançar luz sobre a desumanização do humano e ao revelar seus conflitos interiores, e ao falar sobre as desigualdades de gênero, Carolina comete mais uma transgressão, ela se torna universal.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1995.

LARROSA, Jorge. **Tremores**. Escritos sobre a experiência. Belo Horizonte: Editora autêntica, 2016.

PERES, Elena Pajaro. **Exuberâncias e invisibilidade**. Populações moventes e culturas em São Paulo, 1942 ao início dos anos 70. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos de Clio ou a literatura sob um olhar da História a partir do conto O Alienista, de Machado de Assis. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 16, n. 31-32, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MULHERES NAS FRONTEIRAS DO CÂNONE: PRÁTICAS DE PODER E ESCRITAS EM GOIÁS NO SÉCULO XX

Danielle Silva Moreira dos Santos¹

Resumo: O acesso das mulheres à literatura, como leitoras, mas especialmente como escritoras, caminhou paralelamente ao acesso delas à educação. A escrita pode ser interpretada como um ato ousado, um instrumento de poder, se considerarmos que, historicamente, as mulheres foram oprimidas e privadas de atividades intelectuais, sob o pretexto de que essas atividades, supostamente, as desviariam das funções do seu gênero, que incluíam cuidados com a família e com o lar. Comparadas as mulheres de outros grupos sociais, as que pertenciam às elites e às classes médias urbanas, conseguiam, dentro de certos limites, romper com as restrições sociais e avançar na educação para além do “piano e ao bordado”. Em Goiás, assim como no restante do país, algumas mulheres transformaram os livros em possibilidades de existência política, traçando táticas para alcançar seus objetivos e afirmar das suas subjetividades.

Palavras-chave: Gênero, literatura, Goiás.

INTRODUÇÃO: LETRAS E LIVROS

O século XIX foi um momento fundamental no que tange ao processo de instrução e escolarização das mulheres no mundo. No Brasil, até então, elas tinham sua presença vetada nas salas de aula. As escolas públicas, à princípio, eram separadas por sexos, supostamente para evitar que o pudor e a honra das meninas fossem maculados. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, por decisão do governo, levando em considerações questões econômicas do Império, essas escolas se tornaram espaços “mistos”, locais de convivência de ambos os sexos, não só de alunos, mas também de professores e professoras, fato que desagradou os pais e a Igreja Católica, preocupados com a preservação moral das mulheres, que agora passavam a conviver de forma mais próxima com sexo oposto (ROSEMBERG, 2013). Algumas famílias mais abastadas preferiam continuar contratando os serviços de professores particulares para educar suas filhas, contudo observa-se que essa educação domiciliar se concentrava na formação moral das moças e pouco estimulava uma emancipação intelectual. As lições educativas faziam parte de um repertório pedagógico cuja finalidade, quase sempre, se resumia em preparar as moças para o mercado matrimonial, tornando-as mais atrativas aos pretendentes.

Mesmo nesse contexto, várias pesquisadoras (MUNIZ, SCHMIDT, TELES, LOURO) concordam que o século XIX criou condições para que houvesse uma presença maior dessas mulheres em ambientes escolares, ao menos para uma parcela da população. Um evento significativo que reforça essa hipótese foi a publicação, em 1832, da obra *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* de autoria da professora Nísia Floresta², inspirada em Mary Wollstonecraft que escreveu, no final do século XVIII, *A Vindication of the Rights of Woman*, texto que se consolidou como um dos marcos do movimento feminista em favor de que, tal qual os homens, as mulheres também recebessem uma educação formal. Ao longo do século XX com a entrada das mulheres em cursos do ensino superior

¹ Doutoranda GEPEG/UFG. E-mail: dan.historia.ufg@gmail.com.

² Pseudônimo da intelectual e professora potiguar Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885).

e a conquista de direitos sociais e políticos, atuaram em favor do reforço, consolidação e legitimação de discursos que defendiam a educação e a emancipação intelectual das mulheres em um contexto em que as relações sociais se transformavam rapidamente, especialmente em áreas urbanas.

Educar as mulheres se fazia urgente, a medida em que mais e mais delas ingressavam na vida pública. Partindo dessas constatações foi criada no Rio de Janeiro, em 1919, a *Liga pela Emancipação intelectual da mulher* pela iniciativa das feministas Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura. Mais tarde essa instituição se transformaria na *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* que contou com a participação de vários estados brasileiros, inclusive Goiás. Por aqui, em 1931, Consuelo Caiado, em contato direto com Bertha Lutz fundou a *Federação goiana pelo progresso feminino*, tal instituição se manteve em contanto constante e direto com a instituição carioca e tinha, como seus principais objetivos e diretrizes promover a educação da mulher, proteger as mães e a infância, obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino, orientar as mulheres na escolha de uma profissão, estimular a sociabilidade e a cooperação entre as mulheres, debater questões sociais, assegurar à mulher os direitos políticos e prepará-la para o exercício desses direitos. Nesse sentido, “a educação feminina, considerada essencial para a emancipação das mulheres, foi outro ponto de destaque da atuação das feministas que pleiteavam, para as mulheres, direitos idênticos aos dos homens, a fim de que estas dispusessem dos mesmos meios para o exercício do trabalho” (SOIHET, 2013, p. 221).

Grande maioria da população brasileira no século XIX era analfabeta, mas dentre esses, a maioria desses indivíduos que não sabiam ler nem escrever, eram mulheres. Os diários pessoais, os livros de receita, livros de oração, e outros textos relacionados ao cotidiano doméstico, como bilhetes e cartas, podem ser elencados como as primeiras formas de escrita e leitura das mulheres, especialmente, as mulheres que por motivos diversos alcançavam algum nível de instrução, mas que, ainda assim, permaneciam confinadas em ambientes privados. Logo, é compreensível que ao ingressar na aventura da escrita muitas mulheres mantiveram esse caráter intimista, se apropriando da escrita literária como espaço onde elas extrapolavam e expunham as alegrias e dissabores de uma vida alicerçada em determinados papéis socialmente impostos, - o que evidentemente não as impedia de escrever sobre os mais variados assuntos,- sobre vários aspectos, a escrita feminina também foi uma escrita de si.

Tiveram primeiro de aceder à palavra escrita, difícil numa época em que se valorizava a erudição, mas lhes era negado educação superior, ou mesmo qualquer educação a não ser a das prendas domésticas; tiveram de ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta e catecismo. A seguir, de um modo ou de outro, tiveram de rever o que se dizia e rever a própria socialização. Tudo isso tornava difícil a formulação do eu, necessária e anterior à expressão ficcional (TELLES, 2015, p. 403).

Os critérios de valor estético e literário não são isentos de juízos de valor, dessa maneira, os homens, que dominavam a produção escrita e científica, e que consideravam a literatura um trabalho intelectual, encontravam maneiras diversas de desqualificar a produção literária das mulheres e até repudiavam a presença delas no universo literário. Alguns se quer enxergavam elas como concorrentes, pois não consideravam suas obras como parte de uma tradição literária, insistindo que as práticas escritas femininas eram apenas distrações pessoais. Havia um imaginário de que aquilo que as mulheres construíam e comunicavam em seus textos, não merecia tanta atenção ou relevância, por se resumir a “assuntos de mulher”, uma escrita inferior.

Apesar da prevalência de assuntos morais e sentimentais, direta ou indiretamente, outros tantos assuntos, considerados não tão “femininos”, como questões política, sociais e econômicas, também foram assuntos cons-

tantemente abordados pelas escritoras. “Toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinada condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem.” (FERREIRA, 2009, p.67). Mulheres escreveram a nação através de seus textos, refletindo sobre importantes processos políticos do século XIX e XX como a independência, as revoltas provinciais, a abolição da escravidão e a implementação da república, mas essas tendências e abordagens, por vezes, também eram mal recebidas, interpretadas com certo desprezo, analisadas como uma ousada interferência por parte delas, em assuntos que não eram de sua alçada, uma vez que eram assuntos pertinentes a trajetória política da nação. Suas perspectivas, sonhos e opiniões eram atropeladas pelo cânone. Mas insistimos na importância dessas fontes para o estudo da maneira como as pessoas, especialmente, as mulheres, se relacionavam com a política e se compreendiam enquanto sujeitas e agentes políticas.

A historiografia colaborou para legitimar essa exclusão ao não privilegiar ou até mesmo não reconhecer a produção literária de autoria de mulheres, como campo documental capaz de possibilitar as historiadoras uma compreensão a respeito da cultura política e da participação feminina nos assuntos de interesses públicos e não apenas privado. Parto da noção de que o cânone, seja ele literário ou historiográfico, é sempre um espaço de poder construído e legitimado por aqueles indivíduos que supostamente são mais aptos a ocupá-lo e acessá-lo em razão de seu domínio sobre um determinado conhecimento ou prática. No que tange a literatura, como prática intelectual, podemos perceber que ela foi uma “ocupação, especialidade e profissão destinada exclusivamente aos homens (TAYASSU, 2015, p. 207).

Essa prática intelectual masculina e hegemônica, se legitima através de grupos como as *Academias literárias*, responsáveis por eleger e definir os conceitos que, em cada época, balizam e conduzem a produção e circulação literária. Essas academias são espaço de poder que instituem um cânone, reverberando convenções sociais, refletindo discursos ao mesmo tempo em que impõem silenciamentos e exclusões. No caso da prática literária, que no Brasil sempre foi percebida como uma prática elitista e excludente, o cânone foi o local onde o discurso masculino imperou, e que ainda impera. De acordo com Maria Terezinha Schmidt, o cânone se tornou a narrativa autorizada de uma memória coletiva que apagou e silenciou as mulheres (2019). É sobre esse silêncio, já identificado por outras autoras como Michelle Perrot, que esse trabalho se debruça. Esse apagamento, lançou mulheres, e suas respectivas obras, em um vácuo, que tem sido questionado e desfeito, pelas pesquisas recentes orientadas pelas perspectivas de gênero.

A pesquisadora Talita Michelle de Souza (2017) aponta que a *Academia Brasileira de Letras* recusou a participação das mulheres. Amélia de Freitas Beviláqua (1860- 1946), escritora, jornalista, ativista nos direitos das mulheres no Brasil, em 1930 tentou entrar com um pedido formal de participação, mas seu pedido foi negado. Após as tentativas frustradas de outras escritoras foi apenas no final da década de 1970 que a escritora cearense Raquel de Queiroz (1910-2013) foi a primeira mulher a conseguir ingressar na ABL. Norteadas por uma noção básica de cultura política, consideramos que toda essa “multiplicidade de práticas e instituições políticas [engendradas por e para mulheres], como também as crenças, os ideais, as normas e as tradições [...] dão um peculiar colorido e significação à vida política em determinados contextos” (BOBBIO, 1998, p. 306).

PRÁTICAS DE ESCRITA E LEITURA DAS MULHERES EM GOIÁS

Ao pousar nossa atenção sobre as práticas literárias no estado de Goiás, nos deparamos com um processo de apagamento das mulheres, semelhante ao restante do país. Por todo o Brasil, a literatura, especialmente na primeira metade do século XX, serviu ao projeto político moderno, que almejava estabelecer uma suposta identi-



dade nacional. Nesse contexto, qualquer tema que não colaborasse diretamente com esse objetivo, era colocado de lado. Dessa forma, as mulheres, que aparentemente escreviam apenas sobre “temas femininos” que, para o cânone, pouco colaboravam com a proposta de uma literatura pedagógica capaz de reunir “todos” em uma só nação, foram excluídas (SCHIMIDT, 2019).

Contudo, as mulheres escritoras existiram e persistiram na busca por reconhecimento e valorização, por todo Brasil. Em Goiás, o incômodo gerado pela interdição das mulheres na *Academia goiana de Letras* conduziu um grupo de escritoras lideradas por Rosarita Fleury, Nely Alves de Almeida e Ana Braga, a fundar a *Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*, na década de 1960, com a proposta de contribuir para a preservação do patrimônio cultural do Estado, abrangendo diversos segmentos artísticos e humanísticos, como a literatura, pintura, escultura, música, dança, teatro e outros. Ao mesmo tempo em que criavam um espaço confortável, capaz de reunir e fortalecer a prática literária entre as mulheres. Mas antes disso, durante toda a primeira metade do século XX, as escritoras também engendraram outras estratégias para alcançar destaque no meio literário goiano. Um dos poucos nomes femininos de destaque nacional da literatura goiana foi a escritora Cora Coralina (1889-1885), em várias entrevistas que Cora concedeu, ela sempre deixava claro as dificuldades enfrentadas pelas moças da antiga capital do estado que se lançavam na aventura da escrita.

Meninas, não aceitavam delas senão a linguagem corriqueira e vulgar da casa. Palavrinha diferente, apanhada no almanaque ou trazida de fora, logo a pecha de sabichona, dona gramática, pernóstica, exibida. Um dia fui massacrada por ter falado lilás em vez de roxo claro. [...] A gente era vigiada, tinha uns preconceitos arrogantes de ridicularizar e limitar jovens personalidades (CORALINA, 1983, p. 44 *apud* CURADO, 2003, p. 23).

Diante das dificuldades, antes mesmo da criação de uma academia de letras exclusivamente para elas, as mulheres já buscavam mobilizar a opinião pública e angariar apoio entre os próprios escritores masculinos, com uma postura bastante conciliatória, elas atuaram, por exemplo, na criação de jornais como o *Jornal O Lar* (1926-1932).



Figura 1. Detalhe da capa do jornal O Lar. nº 25, agosto de 1927. Cidade de Goiás- GO

Esse jornal foi um importante periódico “literário e noticioso”, organizado por Oscarlina Alves Pinto e que contou com a participação de diversas mulheres, muitas, inclusive, foram reconhecidas, posteriormente, como importantes escritoras como Genezy de Castro, Maria Paula Fleury de Godoy, Floracy Artiaga.

Este periódico pode ser entendido também como um *espaço*, um “não-lugar”. Na definição de Michel de Certeau (1994) o *espaço* - representado em nossa pesquisa pelo periódico - é um local de subversão,

de atuação criativa do oprimido, a cada página do periódico é possível entrever diversas identidades, menos engessadas, mais fluidas. A mulher em *O Lar* não é apenas a mãe e a esposa, ela é também a escritora, a intelectual, a eleitora. *O Lar* propiciou novas experiências e possibilidades cotidianas para as mulheres.

Ainda de acordo com Certeau, o *espaço*, em razão dessa condição instável, provisória, aberta as possibilidades, é o ambiente ideal para colocar, elaborar e acionar táticas de resistência, como fizeram nossas escritoras - que se empenharam em garantir a valorização intelectual e literária feminina, publicando seus textos, tecendo redes de apoio mútuo e angariando apoio masculino. Essas *táticas*, presente no cotidiano discursivo dessas mulheres é capaz de nos dizer muito mais sobre essas mulheres do que a própria “identidade feminina” estabelecida pelos valores científicos, jurídicos ou morais aos quais elas estiverem submetidas (SANTOS, 2018, p. 46).

A presença feminina também se deu através da administração do *Gabinete literário*, outra importante instituição literária que reunia pessoas interessadas em ler, escrever e pensar a literatura em Goiás. Desde a sua fundação em 1864, as mulheres podiam ser sócias dessa instituição, mas quando não podiam ou não queriam frequentar as reuniões, elas poderiam enviar um representante (SAN’TANNA, 2017).

Durante a década de 1920, as mulheres estiveram à frente dessa instituição. Com a liderança de Consuelo Caiado (1899-1981), o gabinete viveu um momento de esplendor e grande movimentação, esteve envolvido com as questões políticas e culturais da época (KOFES, 2001). Foi Consuelo quem criou a *Federação goiana pelo progresso feminino em Goiás*. Consuelo também foi escritora e farmacêutica. Em suas obras as protagonistas, quase sempre mulheres, eram figuras ousadas, inteligentes e ativas que se distanciavam dos estereótipos de gênero da época. Consuelo também esteve preocupada com a preservação das obras e da memória das mulheres escritoras em Goiás, como explica Paulo Brito Prado (2019).

Minhas pesquisas também têm contemplado outras autoras como por exemplo, a escritora Ada Curado (1917-1999), e tantas outras que, especialmente através da prosa, do romance do conto, exploraram os costumes e a paisagem do interior do Brasil, rompendo com os limites do realismo regionalista, discutindo e pensando os costumes, o folclore e os conflitos sociais. A obra mais famosa de Ada foi *Morena* (1958) um romance que tem como protagonista uma mulher sertaneja, viúva que precisa batalhar com coragem e astúcia para manter o patrimônio e a integridade física da família frente aos interesses dos fazendeiros da região. Ada foi uma escritora bastante versátil, transitando entre estilo diferentes, utilizando inclusive a linguagem fantástica em alguns de seus livros a coletânea de contos *Sonho de Pracinha* (1954). Ada participou de eventos fora de Goiás angariando projeção nacional ao estado. Em suas obras ela buscou discutir também questões políticas como as guerras mundiais, preconceitos raciais e violência de gênero.

As mulheres, escritoras e intelectuais, também estiveram presentes no batismo cultural de Goiânia, quando essa se tornou a nova capital do estado entre as décadas de 30 e 40. A ocupação desses espaços pelas mulheres foi importante para que elas extrapolassem as fronteiras do ambiente doméstico, ao qual historicamente, muitas permaneceram associadas ou restritas. E assim, elas procuraram também romper com as imposições canônicas que as excluía e as afastavam da prática literária, e atualmente parte das pesquisas pensada a partir do conceito de gênero tem revistado fontes e repensado os objetivos e problemas que norteiam a construção da historiografia do nosso estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESFAZENDO OS SILÊNCIOS

“A escrita e o saber estiveram [...] relacionados ao poder e foram usados como formas de dominação e de exclusão de determinadas vozes que tentaram ecoar algum som em meio ao silêncio que era imposto para que se mantivesse a ordem social em uma sociedade de base falocêntrica, patriarcal, machista e sexista” (LOSANDRO, 2016, p. 154). Analisando essa relação entre poderes e saberes em Goiás constatamos que as obras de maior destaque da literatura goiana do século XX, são aquelas ligada ao regionalismo, consagrado através de nomes como Hugo de Carvalhos Ramos (1895-1921). Esse tipo de literatura, que projetou culturalmente o estado de Goiás em nível nacional, auxiliou na formulação de caminhos teórico para a compreensão e construção de representações sobre o interior do país e de seus habitantes. Nesse tipo de literatura, o homem do sertão é o protagonista, engendrado pela mente de um autor masculino.

Nossa pesquisa revela que as até mesmo as mulheres que se dedicaram a uma literatura de caráter regionalista, também enfrentaram inúmeros obstáculos para conseguir publicar, por outro lado, as táticas empregadas por elas, revelam um circuito de suportes profícuo e organizado que foi capaz de produzir e consagrar muitas outras autoras, para além de Cora Coralina. “A inscrição das elites intelectuais goianas nestas atividades de promoção da cultura goiana, implicou a aquisição de novas linguagens e novas práticas culturais ao construir outras percepções do mundo em que viviam por parte de mulheres goianas” (CARVALHO; SANT’ANNA, 2008, p.2). Redes de apoio e micro resistências entre as próprias mulheres, reuniões, criações de jornais e eventos, menção e elogios aos trabalhos das colegas, bem como a busca pelo consentimento dos homens, da sociedade e da opinião pública através do reforço e ressignificação de vários papéis de gênero, podem ser mencionados como parte de um repertório tático.

Essas táticas, que fizeram parte do feminismo carioca, vieram a influenciar o feminismo goiano e possibilitaram o empreendimento de caminhos diversos para aquelas que buscavam superar a exclusão imposta pelo cânone misógino e masculino. Mas mesmo tendo rompido, dentro do possível, com alguns paradigmas e colaborado decisivamente para a projeção e o destaque da produção literária das mulheres goianas e de seus próprios interesses pessoais e políticos, essas personagens fascinantes deixaram um legado que, em grande parte, seria ofuscado e ignorado, posteriormente, pela historiografia local. Os recentes estudos de gênero vêm trabalhando para refletir sobre essas silenciamento e reverter esse apagamento que não é um fenômeno exclusivo da historiografia goiana. Enquanto sujeitas dotadas de agência, essas mulheres traçaram seus objetivos e construíram uma rede de apoio com a intenção de alcançar reconhecimento, ora rompendo, ora apenas flexibilizando as relações de poder e de dominação. Essa busca por reconhecimento fora do ambiente familiar, esteve em diálogo direto com os princípios feministas da época

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

- ARRAIS, Cristiano A. *et al.* **O século XX em Goiás: O advento da modernização.** Trilogia goiana. Goiânia: Cãnone, 2016. v.1.
- BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de política.** v. 1. 11. ed. Tradução Carmen C, Varriale [et all]. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- CARVALHO, Maria Meire; SANT’ANNA, Thiago Fernando. Ações culturais e políticas feministas: a “federação goyana pelo progresso feminino” - um efeito múltiplo da emancipação das mulheres em goiás (Séc. XIX – XX). **Revista temporis(ação)**, v. 1, n. 9, 2008.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1987.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, Campinas, n.4, p. 37-47, 1995. Disponível em: <https://goo.gl/Myiocw>. Acesso em: dez. 2017.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Org.). **Dicionário Crítico de gênero**. Dourados: UFGD, 2015.

CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. **Sopro em brasas Dormentes**: Inventário das precursoras da Literatura em Goiás. 2003. 136f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de letras, 2003.

FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: LUCA, Tania Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher a moral e o imaginário (1889-1930)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

JORNAL O LAR, Cidade de Goiás: n.1 ao 110, agosto de 1926 até março de 1932.

KOFES, Maria Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Meninos e meninas na escola: A modelagem das diferenças. **Textos de História**, v. 8, n. 1/2, 2000.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, v.8, n.2, p. 9-41, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/wePi78>. Acesso em: mar. 2018.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PRADO, Paulo Britto do. **Aventuras Feministas nos Sertões de Goiás**: as mulheres e as suas lutas nos guardados de Consuelo Ramos Caiado (1899-1931). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2019.

RAGO, Margareth. Redescobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.11. p. 89-98, 1998. Disponível em: <https://goo.gl/XbjHDg>. Acesso em: jun. 2016.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e educação das mulheres. In: PEDRO, Joana Maria Pedro; PINSKY, Carla. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SANTOS, Danielle Silva Moreira dos. **Construindo o lar e conquistando a rua**: Discursos e práticas “femininas” no jornal o Lar (1926-1932) escrito por mulheres em Goiás. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul/dez 1995. Disponível em: <https://goo.gl/bKw71E>. Acesso em: fev. 2017.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. In: DE HOLLANDA, Heloísa Buarque (Ed.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SOIHET, Raquel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira. Educ.**, n. 15, p. 97-117, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/Ycxogy>. Acesso em: dez. 2017.

SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria Pedro; PINSKY, Carla. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SOUZA, Talita Michelle. **A história de mulheres escritoras em Goiás**: atravessando trajetórias e produções literárias. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2017.

TAYSSU, Catitu. Escrita feminina. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário Crítico de gênero**. Dourados: UFGD, 2015.

TEDESCHI, Losandro. **História das Mulheres e as Representações do feminino na História**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.

TEDESCHI, Losandro. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. **Raído**, Dourados, v. 10, n. 21, p. 153-164, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/L84oVn>. Acesso em: fev. 2018.

TELLES, Norma. Autor + A. In: JOBIM, José Luis. (org.). **Palavras da Crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

UMA ANALOGIA HISTÓRICA DA SEXUALIDADE EM SIMONE DE BEAUVOIR E A QUESTÃO SEXUAL NOS DIAS ATUAIS

Francielcio Silva da Costa¹

Michele Silva da Costa²

Resumo: O presente artigo intitula-se uma analogia histórica da sexualidade em Simone de Beauvoir e a questão sexual nos dias atuais, neste sentido essa pesquisa vai abordar a escritora, filósofa, intelectual, ativista e professora francesa Simone de Beauvoir autora de diversas obras como o segundo sexo e a Mulher Desiludida na qual Beauvoir traz como contribuição mediante suas reflexões uma análise acerca do papel da mulher na sociedade e a opressão feminina num mundo dominado pelo gênero masculino. Além disso, deve-se pontuar que Simone de Beauvoir foi seguidora da teoria filosófica do existencialismo.

Palavras-chave: Mulher. Escritora. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Em relação ao artigo, intitulado uma analogia histórica da sexualidade em Simone de Beauvoir e a questão sexual nos dias atuais, pontua-se que ele tem como objeto de estudo a filósofa, a escritora, a ativista, a intelectual e professora francesa Simone de Beauvoir que participou do movimento existencialista francês, e é considerada uma teórica do feminismo moderno.

Sobre os objetivos que nortearam esta pesquisa, cita-se: avaliar a relação entre o posicionamento de Simone de Beauvoir e a atual realidade sexual numa perspectiva filosófica, compreender a atualidade do pensamento filosófico da sexualidade em Beauvoir e a sua relação com o problema da sexualidade nos dias atuais e caracterizar a dimensão histórica da discriminação de gênero e a visão existencialista do feminismo em Beauvoir.

No que se refere à situação problema em que este estudo, se pautou afirma-se que considerando a questão da diversidade de gênero e os movimentos sociais, políticos, ideológicos e filosóficos em torno dos direitos da mulher nos dias atuais como conciliar o existencialismo feminista de Simone de Beauvoir no que tange a sexualidade da mulher e o seu papel dentro da sociedade?

Metodologicamente falando este artigo científico, adotou-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico de várias fontes da mídia, tendo como referencial teórico o livro Segundo Sexo de Simone de Beauvoir, que é um material bastante pertinente ao refletirmos acerca da temática da sexualidade e de gênero.

Já o que me levou a desenvolver esta pesquisa de caráter científico foi compreender a importância de Simone de Beauvoir enquanto uma mulher empoderada e ativista feminista do século XX, que deixou um legado no campo da escrita mediante suas produções acadêmicas. Além disso, o pensamento intelectual de Simone de Beauvoir é considerado atual.

¹ Graduando em História da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: fransilva9610@gmail.com.

² Graduanda em Filosofia da Universidade Federal do Piauí. E-mail: michelecosta3242@gmail.com.

Abordando a produção intelectual de Simone de Beauvoir, salienta-se que ela é vasta, com destaque para as obras: *A Convidada* (1943), *O Sangue dos Outros* (1945), *O Segundo Sexo* (1949), *Os Mandarins* (1954), *Memórias de uma moça bem-comportada* (1958), *Uma Morte Suave* (1964), *A Mulher Desiludida* (1967), *A Velhice* (1970), *Tudo Dito e Feito* (1972) e *A Cerimônia do Adeus* (1981) que se coadunam com as áreas da filosofia, política e sociologia.

BREVE HISTÓRICO SOBRE SIMONE DE BEAUVOIR

Falando sobre a biografia de Simone de Beauvoir, ela nasceu na cidade de Paris capital da França na data de 09 de janeiro de 1908, e morreu em 14 de abril de 1986 aos 78 anos de idade na mesma cidade. Além disso, Simone de Beauvoir foi considerada uma representante do feminismo, do movimento existencialista francês do século XX, por uma proximidade com o filósofo Jean Paul Sartre³, na qual Simone de Beauvoir estabeleceu uma particular relação de amizade, amor e troca intelectual de grande importância acadêmica e científica.

Enfatizando-se a figura de Simone de Beauvoir, França e Ribeiro (2014, p. 3) afirma que:

No século XIX não era interessante que existissem mulheres que pensassem diferente da norma masculina hegemônica, elas deviam cumprir o papel imposto pela sociedade. Simone de Beauvoir era uma mulher singular e no século XX foi vista como uma ameaça, por fazer parte de uma revolução feminista, a qual as mulheres pudessem ter voz na sociedade e na história. A cada época ocorreram mudanças em todos os âmbitos e Beauvoir, em sua obra, pode demonstrar que suas reflexões eram voltadas às circunstâncias que o indivíduo está inserido, ou seja, em cada período as necessidades não são as mesmas e as lutas por direitos se alteram conforme as mudanças sociais.

Com isso, pode-se afirmar que Simone de Beauvoir foi uma mulher inquieta e revolucionária para a sua época, que na infância e juventude estudou em um colégio católico, apesar de ela ter seguido o ateísmo. Além disso, Simone de Beauvoir foi estudante da área de filosofia na Universidade de Sorbonne⁴ e neste contexto, ela conheceu Jean Paul Sartre, com quem teve um relacionamento aberto, durante cerca de 50 anos.

Pontua-se que Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre, não eram partidários da ideia de monogamia e neste sentido, eles tiveram outros parceiros sexuais ao longo das suas vidas e relacionado a isso, nenhum deles chegou a casar-se ou ter filhos juntos. Além do mais, Simone de Beauvoir foi professora em diferentes escolas, nas décadas de 30 e 40 do século XX na França.

Menciona-se que Simone de Beauvoir, foi contemporânea da Segunda Guerra mundial, para isso Ferraz (2008, p. 475) destaca que “quando a França se rendeu formalmente, em 22 de junho de 1940, 1 milhão e 600 mil homens foram desmobilizados”. Diante dessa conjuntura histórica, Simone de Beauvoir fugiu da França e retornou apenas no final dessa guerra. Além disto, deve-se explicar que Simone de Beauvoir era uma frequentadora constante de encontros filosóficos, e em 1945 ela fundou juntamente com o apoio de Jean Paul Sartre a revista intitulada de os tempos modernos.

Versando acerca de Simone de Beauvoir, destaca-se que ela possuía uma grande paixão e um enorme carinho, desde o momento de sua juventude pelos livros, tanto que essa mulher francesa publicou diversas obras da qual se sobressai um dos maiores clássicos do movimento feminista, intitulado o segundo sexo de 1949.

³ Foi um filósofo e crítico francês. É considerado um dos maiores pensadores do século XX e representantes da filosofia existencialista, ao lado dos filósofos Albert Camus e Simone de Beauvoir.

⁴ Foi uma universidade em Paris, capital da França. Foi uma das universidades que herdaram as antigas faculdades de ciências humanas da antiga universidade de Paris.

Comentando sobre a origem familiar de Simone de Beauvoir, salienta-se que sua mãe se chamava Françoise Brasseur que fazia parte da alta burguesia, e o seu pai foi Georges Bertrand de Beauvoir, considerado um advogado proveniente da aristocracia.

Discorrendo no que tange o fim da vida de Simone de Beauvoir, primeiramente seu parceiro Jean Paul Sartre faleceu em 1980 e neste sentido, Beauvoir escreveu um livro publicado em 1981, denominado de A Cerimônia do Adeus, na qual a escritora rememora os seus últimos momentos que os dois passaram juntos em vida. E já Simone de Beauvoir, morreu de complicações de uma pneumonia⁵ no dia 14 de abril de 1986.

UMA ABORDAGEM ACERCA DA ESCRITA DE SIMONE DE BEAUVOIR

De acordo com Candiani (2019) no momento em que a publicação de *Le Deuxième Sexe* (1949) atinge 70 anos, uma indagação em suas muitas variações, persiste em nos interrogar: Por que ler *O Segundo Sexo* nos dias de hoje? Neste aspecto, as respostas a essa pergunta são muitas e subjetivas. Mas, considerando-se um ponto de vista, que busca compreender a conjuntura de recepção desse livro e as críticas que recebeu talvez encontrar as respostas seja menos pertinente do que pesquisar as raízes da indagação.

Explicando-se a obra *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir, ela trata sobre o papel da mulher na sociedade e a opressão feminina, num mundo dominado pelo gênero masculino. Além disso, destaca-se que esse livro foi tido como agressivo e inserido na lista negra do vaticano.

Debatendo-se a obra *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir, é interessante a afirmação de Andrade *et al.* (2017, p.1) que comenta o seguinte:

A obra “*O Segundo Sexo*” de Simone de Beauvoir, publicada em 1949, foi e é considerada uma marca indispensável no pensamento feminista do século XX, abrindo caminhos para a teorização em torno das desigualdades construídas em função das diferenças entre os sexos. O livro carrega consigo uma análise aprofundada sobre a condição das mulheres na sociedade, abordando aspectos psicológicos, biológicos e históricos. Como a autora pertencia ao time dos existencialistas, ela parte da teoria que não se nasce mulher, mas “torna-se mulher”. “*O Segundo Sexo*” trata do sexo feminino sem rodeios, analisando a vagina, a menstruação e o prazer feminino entre outros detalhes em linguagem direta, detalhes dentre os quais privilegiamos a menstruação e o prazer feminino em nossa análise do sexo feminino no texto.

Com isso, a obra *O segundo sexo* ocasionou um escândalo e uma grande polemica que envolveu diversos âmbitos como o da Igreja católica e do governo da União Soviética. Ou seja, Simone de Beauvoir mediante a obra *O segundo sexo*, revela o desenvolvimento da opressão masculina por meio da análise da história, da literatura e dos mitos, concedendo os efeitos contemporâneos dessa coerção ao fato de ter-se determinado o masculino como norma positiva.

Afirma-se que para Simone de Beauvoir, o mundo dito masculino ocupou-se do positivo (ser homem) e do neutro (ser humano), e nesta perspectiva ponderou-se o feminino, como uma singularidade de caráter negativo a fêmea. Logo em consequência disso, a mulher foi reconhecida como “o outro”, o que implicou segundo Beauvoir a uma perda de sua identidade social e pessoal. Com isso, o sexo feminino é limitado pela vigência do patriarcado em sociedade.

⁵ É o termo que se refere a toda inflamação aguda nos pulmões. Na maioria das vezes essa doença é causada por infecções provocadas por vírus ou bactérias.

No que tange a obra *O segundo sexo*, ela possui 2 volumes no primeiro enfatiza-se que Simone de Beauvoir denota fatos, acontecimentos e mitos acerca das mulheres. Para isso, Borges (2007, p. 8) menciona que:

Segundo a colocação de Heleieth Saffioti, houve uma geração de leitoras de *O Segundo Sexo* no Brasil que o considera um marco; uma referência, no que diz respeito à história do feminismo. Partindo da perspectiva de que toda leitura tem uma história, que não é sempre a mesma em todos os lugares e para todas as pessoas, faz-se necessário nos indagarmos quanto a algumas questões que nos parecem pertinentes, como: Quem foi essa geração de leitoras de *O Segundo Sexo*? Qual teria sido esse momento de leitura que nos fala Heleieth Saffioti? Como e por que teriam se dado essas leituras?

Baseado nesta citação se compreende ainda que a obra *O segundo sexo* no primeiro volume, é analisado as mulheres, mediante múltiplas perspectivas abarcando a biológica, a psicanalítica, a materialista, a histórica, a literária e a antropológica. Além do mais, Simone de Beauvoir torna compreensível que nenhuma delas é o bastante para definir a mulher, mas cada uma delas colabora para conceder uma definição da mulher como a outridade, o outro perante do masculino.

Já no segundo volume de *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir começa com a sua bastante conhecida afirmação, não se nasce mulher, torna-se mulher neste sentido, Simone de Beauvoir procura apresentar o absurdo da concepção de que as mulheres nascem femininas, e por esse motivo elas devem acomodar-se ao que esse conceito supõe nos aspectos, que envolvem seu tempo e sua cultura. Por meio da análise crítica dos papéis de esposa, mãe e prostituta, Simone de Beauvoir demonstra como as mulheres, em vez de realizar-se mediante o trabalho e a criatividade, são obrigadas a seguir vidas monótonas, em razão dos filhos, cuidando da casa ou sendo apenas meros receptáculos da libido do homem.

Analisando-se a frase não se nasce mulher, torna-se mulher de Simone de Beauvoir, deve-se também, pontuar de acordo com esse ponto de vista, que a questão do sexo é um fator biológico, ou seja, relacionado à constituição físico-química do corpo humano e já o gênero é compreendido como não é biológico-natural, mas um constructo social logo, de um modo geral ser homem ou ser mulher não é um dado natural, mas performático e social.

Para Beauvoir (1970, p. 10) “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”. Dessa forma, Simone de Beauvoir recomenda uma série de demandas, para conseguir a emancipação feminina e a mais pertinente dentre elas é que se permita, à mulher, realizar-se por meio de projetos próprios, com todos os perigos e incertezas que eles possam ocasionar. Neste aspecto, ressalta-se que é evidente a importância de Simone de Beauvoir como pioneira do feminismo na filosofia política.

Abordando-se a obra a convidada de 1943, de Simone de Beauvoir se percebe que esse é o primeiro livro e romance desta mulher francesa, que narra os conflitos de uma mulher, que funciona como um alter ego da autora e com isso Beauvoir, trata de questões da filosofia existencialista e humanas como a decepção, raiva e individualidade, e o amor em diversas perspectivas.

Debatendo-se a obra a convidada de autoria de Simone de Beauvoir, Guimarães (2017, p. 49) reitera que:

O romance retrata a rotina de um triângulo amoroso formado pelas personagens Françoise, Xavière e Pierre durante o período histórico que antecede a invasão da França pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Françoise é uma escritora famosa e junto de Pierre, um prestigiado ator, mantém um relacionamento de cumplicidade e, principalmente, de liberdade.

Sobre a obra a convidada de Simone de Beauvoir de 1943, ela é baseada no relacionamento da autora com o filósofo e escritor Jean-Paul Sartre e, além disto, este romance conta detalhes relativos à cidade de Paris daquele contexto histórico e social e personagens como intelectuais e escritores, tendo como pano de fundo os meses que antecederam e que imediatamente sucederam o surgimento da 2ª Guerra Mundial, descrevendo-se num estilo literário ágil e vibrante a boêmia intelectual parisiense, do final dos anos 30 do século XX.

Em síntese falando acerca da obra a desiludida de 1967, cuja autora é a francesa Simone de Beauvoir, pontua-se que este livro expressa três estilos narrativos entre as histórias que Beauvoir estava vivenciando e, além disso, é perceptível nesse livro também diferentes modos fictícios, numa clara tentativa de convencer o leitor a ver as três heroínas sob diversos ângulos.

Segundo Beauvoir (1968, p. 45-46) “Jurei-lhe que moveria céus e terra para que a transferissem para um Lar, e a moça se convenceu que deveria voltar para o Centro [da Assistência Pública]”. Mediante essa citação, que faz referencia ao livro a mulher desiludida de Simone de Beauvoir, afirma-se que nessa obra há três histórias distintas independentes na qual, a primeira existe um casal de intelectuais de esquerda se vê em divergência com as posições cada vez mais tradicionalistas do filho, o que se pode ver como antecedente do choque de gerações de Maio de 68, na segunda ocorre o monólogo de uma mulher marcada pela angústia e fora de si, em seguida a dois casamentos malsucedidos e o suicídio da própria filha.

Já a terceira e última história relacionada à obra a mulher desiludida de Simone de Beauvoir, é tratado do derrocamento da trajetória de vida de uma mulher desertada pelo marido e depreciada pelas filhas abrangendo as fases de envelhecimento, passando pela solidão e resultando no abandono dos entes queridos. Neste sentido, esses contos ponderam acerca da condição da mulher e seu papel na sociedade.

Explanando-se o livro memórias de uma moça bem-comportada de 1958 de autoria de Simone de Beauvoir, enfatiza-se que ela é a primeira parte da obra autobiográfica de Simone de Beauvoir a que se seguiram outras, como A Força da Idade de 1960, A Força das Coisas de 1963 e Tudo Dito e Feito de 1972 produções nos quais podemos associar a narração de Uma Morte Suave do ano de 1964.

De um modo geral memórias de uma moça bem-comportada de Simone de Beauvoir, narra os primeiros vinte e um anos desta autora francesa, abrangendo desde a sua infância até se tornar professora da área de filosofia, em 1929 e neste sentido, é explicado também, a questão da sua educação tanto que se salienta Beauvoir (2017, p. 25) ao argumentar que:

No mês de outubro de 1913- tinha cinco anos e meio- decidiram-me matricular- se num curso de nome atraente :Curso Désir. A diretora das classes primárias, Mlle Fayet, recebeu- me num gabinete solene, de portas acolchoadas. Falando com mamãe, acariciava- me os cabelos: “Não somos professoras primárias, somos educadoras, explicava. Usava blusa de gola alta e saia comprida e pareceu-me por demais untuosa: eu gostava do que resistia um pouco. Entretanto, na véspera de minha primeira aula, pulei de alegria no vestibulo: “Amanhã vou para a escola” “Isso não a divertirá sempre”, disse Loïuse. Por uma vez ela se engava, eu tinha certeza. A ideia de entrar na posse de uma vida pessoal embriagava- me. Até então crescera à margem dos adultos: dali por diante teria minha pasta, meus livros, meus cadernos, minhas tarefas; minha semana e meus dias se dividiriam segundo meus próprios horários. Entrevia um futuro que, em vez de me separar de mim mesma, se depositaria na minha memória: de ano para ano eu me enriqueceria, embora permanecendo fielmente essa escolar cujo o nascimento eu celebrava naquele instante.

Com isso, afirma-se que Simone de Beauvoir teve seus estudos realizados em bons colégios, colégios de viés católico numa família de classe média, que, no entanto não possuía dinheiro e nem relações sociais. Atrélado a isso, memórias de uma moça bem-comportada aborda também, a mudança de vida de Simone de Beauvoir mediante a literatura, à filosofia e a novas amizades.

O EXISTENCIALISMO E O FEMINISMO NA FILOSOFIA DE BEAUVOIR

Ainda abordando a filósofa francesa Simone de Beauvoir, afirma-se que ela possuía uma visão na qual, os homens estereotipam as mulheres e utilizam isso para justificar uma desculpa, para organizar a sociedade em um grande patriarcado. Ou seja, Simone de Beauvoir pensava e acreditava na independência financeira da mulher e na igualdade de educação entre os sexos masculino e feminino e Simone de Beauvoir também, participou ativamente do movimento de libertação das mulheres.

Debatendo-se o feminismo e a relação de Simone de Beauvoir, com essa doutrina que objetiva o aprimoramento e a ampliação do papel e dos direitos das mulheres na sociedade, cita-se Pinto (2010, p. 15) que afirma o seguinte:

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. Pode-se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral.

Neste aspecto, Simone de Beauvoir se configura como uma adepta do feminismo, em virtude de sua produção literária abranger a área de pesquisa das humanidades e trazer um debate crítico, holístico e pertinente que envolve principalmente o lugar social da mulher na sociedade patriarcal. Além disto, Simone de Beauvoir possuía autonomia crítica na sua maneira de pensar e pertencia a classe média vigente, da segunda metade do século XX e recebeu uma educação baseada no ensino das humanidades que influenciou seu ativismo feminista.

Além disso, Simone de Beauvoir em suas teorias e teses trata da condição feminina, partindo inicialmente de sua vivência prática enquanto mulher e mediante o suporte de seus estudos científicos, para elaborar uma teoria sistematizada que pontua que a mulher é castrada de sua liberdade em contraposição ao homem. Para exemplificar isso, Simone de Beauvoir vai dar o exemplo dos meninos, que desde a sua fase de criança vai ser estimulado a desenvolver sua liberdade, a sua criatividade e a demonstrar sua força e energia e em enquanto isso a mulher desde a sua fase de criança, é reprimida quanto a isso.

Em relação ao fato de Simone de Beauvoir, ser uma existencialista afirma-se que ela explorou em suas obras, romances e textos, dilemas existencialistas tais como: a liberdade, da responsabilidade e do engajamento político. Logo, Simone de Beauvoir fez parte de um grupo de estudiosos existencialistas, com destaque para Søren Kierkegaard, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Albert Camus, Merleau-Ponty e Karl Jaspers.

De acordo com Pichler e Silva (2017) Simone de Beauvoir trouxe alguns conceitos novos e pertinentes para o pensamento existencialista, na qual se menciona a condição da mulher na sociedade, o processo do envelhecimento humano como um ser existencial e a visão depreciativa da rotulagem, que enquadra pessoas e grupos como seres marginais da sociedade. Com isso Simone de Beauvoir, fez uma análise crítica de temas peculiares da sociedade moderna.

Além do mais, ao analisarmos o existencialismo⁶ de Simone de Beauvoir se percebe muito evidentemente em seu pensamento, a concepção de que a existência precede a essência. Neste ponto de vista, cabe salientar Pichler e Silva (2017, p. 2) ao pontuar que:

Para Beauvoir, de acordo com uma das teses centrais do existencialismo, que a existência precede a essência, a pessoa vai construindo-se no decorrer de sua condição existencial, como um ser aberto, inconcluso e inacabado. Nesse viés existencialista, o ser humano tem a liberdade para constituir-se como um ser existencial. Mas essa condição gera angústia nas pessoas e por isso elas preferem apegar-se às essências, ou seja, aos determinismos sociais, culturais, religiosos, etc, onde há uma essência dada. Isso pode acontecer, porque o ser humano é um ser que pergunta pelo seu sentido e que sente responsabilidade sobre a sua existência, e no desespero de achar um sentido existencial e não querendo sentir responsabilidade sobre as suas escolhas, acaba aceitando esses determinismos. Esse ponto permite indagar, se somos autores da nossa condição ou nos apropriamos das condições dadas passivamente no meio em que vivemos, representando roteiros prontos, nos apegando a uma essência sem tomar partido da nossa existência? É nesse contexto que podemos questionar se o papel das religiões ajuda o ser humano a superar os determinismos de sua cultura, transcendendo-a, ou torna-o passivo, na sua condição existencial?

Baseado nesta citação, se compreende que segundo Simone de Beauvoir o homem inicialmente existe, em seguida ele se encontra, surge no mundo e depois se redefine. Em outras palavras, quando nascemos não há uma essência de como vamos ser, deferentemente dos objetos que são criados mediante funções determinadas. Ou seja, o ser humano vai construindo sua essência ao longo do tempo, através das suas experiências e vivenciais sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado compreende-se que o artigo, intitulado uma analogia histórica da Sexualidade em Simone de Beauvoir e a questão Sexual nos dias atuais, trouxe uma abordagem conceitual acerca da biografia de Simone de Beauvoir, abordou-se detalhes das obras de Simone de Beauvoir mediante uma análise crítica dessas produções e trabalhou-se também, nesse estudo com a questão do existencialismo e do feminismo, que são características marcantes na Filosofia de Simone de Beauvoir.

Sobre a situação problema em que este estudo, se pautou afirma-se que ela foi respondida ao longo desse artigo científico, pois, é coerente destacarmos que o existencialismo feminista de Simone de Beauvoir e a sexualidade da mulher juntamente com o seu papel dentro da sociedade, são temas que segundo Beauvoir possuem uma relação intrínseca.

⁶ É um termo utilizado para designar o movimento filosófico e literário que teve início entre diversos pensadores em meados do século XX e que foi majoritariamente representado por filósofos franceses, mas que também foi atribuído a pensadores alemães como Martin Heidegger (1889 – 1976) e Karl Jaspers (1883 – 1969). A criação do termo é comumente atribuída ao filósofo francês Gabriel Marcel (1889 – 1973).

Enfatizando-se os resultados obtidos com essa pesquisa científica, aponta-se que Simone de Beauvoir deixou um grande legado, em virtude de seu espírito inquieto e revolucionário para sua época que é perceptível nas suas obras e romances. Além disso, Simone de Beauvoir recusou modelos, hierarquias e valores que inferiorizavam a mulher, demonstrando assim, seu ativismo e empoderamento.

Para concluir Simone de Beauvoir foi uma mulher a frente de seu tempo sendo ela Filósofa, ativista, feminista, autora de ficção e não ficção e a sua vasta produção envolvem ensaios, tratados, uma peça de teatro, um manifesto, romances, contos, novelas, relatos de viagem, memórias, cartas, diários e reportagens o que revela dessa forma seu engajamento enquanto uma intelectual ativa no seu ofício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Giselle; ANDRADE, Edilamar; CASTRO, Isabela; CORREIA, Flaviana. **Análise semiótica de “o segundo sexo” de Simone de Beauvoir sob a ótica do feminismo**. Belo Horizonte: UEaDSL-Universidade EaD e Software Livre, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **A Mulher Desiludida**. Tradução de Helena Silveira. São Paulo: DIFEL – Difusão Europeia do Livro, 1968.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **Memórias de uma moça bem-comportada**. Tradução Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BORGES, Joana Vieira. **Para além do “tornar-se”**: Ressonâncias das leituras feministas de o segundo sexo no Brasil. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CANDIANI, Heci Regina. O que pode ser criticado nas críticas a O Segundo Sexo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 56, 2019. Epub Feb 03, 2020.

FERRAZ, Francisco César Alves. As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 463-486, 2008.

FRANÇA, Fabiane Freire; RIBEIRO, Tamires Almeida. Simone de Beauvoir e o movimento feminista: contribuições à Educação. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2014, Londrina, GT6 – Questões de Gênero na Educação Científica. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2014.

GUIMARÃES, Maira. A ficcionalidade em Simone de Beauvoir: o romance a convidada. **LING. – Est. e Pesq.**, Catalão-GO, v. 21, n. 2, p. 47-58-, jul./dez. 2017.

PICHLER, Nadir Antonio; SILVA, Diocélia Moura da. O Existencialismo de Simone de Beauvoir: uma visão não religiosa. In: SIMPÓSIO DE FILOSOFIA E DIREITO – Democracia e Direito, 3., 2017, Passo Fundo. **Anais [...]**. Passo Fundo: UPF, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

UMA MULHER LETRADA NO SERTÃO DO MARANHÃO: CARLOTA CARVALHO E SUA OBRA NA HISTORIOGRAFIA MARANHENSE

Marcos Araújo Costa¹

Amanda Natália dos Santos Sousa²

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a obra “Os Sertões: Subsídios para a História e Geografia do Brasil” da autora Carlota Carvalho como fonte dentro do campo da historiografia maranhense, analisando como a sua trajetória pelo o interior do Brasil trouxe uma nova visão para o estudo dos sertões e seus desdobramentos. Carlota Carvalho foi uma professora autodidata que introduziu métodos novos ao analisar a história e a geografia dos territórios do interior do Maranhão, Pará, Tocantins e Goiás, tornando à frente do seu tempo, pois, fez mais do que uma revisão no campo dessas duas ciências, introduziu um novo olhar através de dados coletados durante as suas viagens pelo interior do país. Assim, discutir os escritos de Carvalho, torna-se necessário, tanto para a compreensão da história dos sertões, bem como entender a interpretação de uma das mais importantes intelectuais maranhenses que ousou reescrever a história do seu lugar social.

Palavras-chave: Sertão. Historiografia, Carlota Carvalho.

INTRODUÇÃO

A historiografia tradicional quando aborda sobre a história do sertão do Maranhão nos indica dois principais autores que sem dúvida merecem destaque ao se analisar a temática sertão, trata-se do major colonial Francisco de Paula Ribeiro e de seu contemporâneo, Mário Martins Meireles, ambos são destaques pelo fato de que tornaram-se os pioneiros na compreensão e nos estudos dos sertões da região interiorana do Estado.

Ainda no período colonial, o major Francisco de Paula, foi o primeiro a liderar uma experiência pelo o interior maranhense, tendo como objetivo estudar e analisar tudo que encontrasse por onde andava, e por conseguinte informar aos interesses coloniais do litoral acerca das vidas sertanejas que habitavam aquela região. Já Mário Meireles, intelectual da capital do Estado, reuniu importantes informações ao longo de suas obras sobre a política, economia, cultura e educação praticadas pelos moradores dos sertões.

No entanto, os dois autores escreveram para os seus pares, importantes políticos e figuras públicas, o que se revelou uma escrita aclamada no meio intelectual, exaltando grandes personagens da história do Maranhão e seus feitos e menosprezando àqueles que também tiveram participação profunda e significativa na história da região.

É entre esses pensadores que surge uma escritora que se opõe a historiografia tradicional, não por querer, mas por necessidade, introduzindo um novo olhar sobre a história do Estado. Trata-se de Carlota Carvalho, professora autodidata que escreveu a sua obra colocando-a entre as mais ricas e densas à interpretação do interior do Brasil entre o final do século XIX e metade do século XX, disponibilizou-se a registrar desde o seu surgimento e toda a

¹ Professor de História e Pós Graduando em História do Brasil: Cultura e Sociedade pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF. E-mail: contato.professormarcoscosta@gmail.com.

² Professora de História e Pós Graduanda em História do Brasil: Cultura e Sociedade pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF. E-mail: amandasousa8318@hotmail.com.

índole do povo nordestino pelos os sertões maranhenses e goianos. Assim, este trabalho tem por objetivo discutir a escrita de Carlota Carvalho como fonte dentro do campo da historiografia maranhense.

O SERTÃO DE CARLOTA CARVALHO NA HISTORIOGRAFIA

A trajetória de Carlota Carvalho pelo os sertões do Brasil inicia-se depois de seu trabalho como professora na ilha de Bailique no Amazonas, ela e o irmão Persondas de Carvalho ambos professores voltaram seus olhares e escritos para os sertões do país, começando através de suas viagens pelo sul e norte brasileiro, mais especificamente nas regiões do Sul de Goiás, passando pelo Tocantins, adentrando o Norte do Pará, até chegar em sua terra natal, Imperatriz no Maranhão.

Assim, surgia a sua célebre obra “O sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil”, teve a sua primeira edição publicada em 1924, ano em que o Brasil e Portugal assinaram o acordo para a unificação da própria ortografia, ou seja, objetivando a unificação e fortalecimento da língua e a escrita dos dois países.

A primeira parte de sua obra é composta por três capítulos: O sertão, Teoria Geológica e Da Independência a Revolução. Nesta ela busca suprir a Geografia Física do Estado maranhense, na qual contribui de forma magistral sobre a hidrografia do Estado e, particularmente, sobre a geografia fluvial dos altos sertões maranhenses. Ela antecede o processo de povoamento do grande sertão, designado por Pastos Bons, uma das primeiras e importantes cidades interioranas do Estado.

Trovão (2008) advoga da ideia de que o território hoje compreendido por Maranhão foi efetivamente ocupado a partir das chamadas frentes de povoamento, que no caso do Maranhão deu-se por meio de duas frentes (a corrente do litoral e a da pecuária ou dos criadores de gado), com origens e épocas diferentes.

O encontro destas duas frentes – a litorânea e a pastoril – ao longo da colonização tem sido historicamente motivo de desconforto no que tange a hegemonia ou o surgimento do Estado do Maranhão. Neste quadro, a obra de Carlota Carvalho se reveste de significativa importância histórica, pois fazendo uma releitura desta, percebemos também que a autora se preocupou em diferenciar essas duas frentes de povoamento.

Um importante fator que contribuiu para a ocupação do interior do Maranhão foi o crescimento da pecuária como atividade periférica ao desenvolvimento da cultura do açúcar, exigindo mais terras para as pastagens. Com essa atividade, aos poucos, as fronteiras do litoral Nordeste foram-se expandindo para o interior. O gado, por assim dizer, foi seguindo o curso dos rios. Como destacou Afonso Arinos Franco (1967, p.64), “os rios foram em muitos casos às portas dos sertões, guiando a conquista e o povoamento do território”.

O encontro destas duas frentes – a litorânea e a pastoril – ao longo da colonização tem sido historicamente motivo de desconforto no que tange a hegemonia ou o surgimento do Estado do Maranhão. Neste quadro, a obra do militar Francisco de Paula Ribeiro (1848) se reveste de significativa importância histórica, pois alguns historiadores a consideram um marco da diferença entre as duas frentes de povoamento.

Em suas viagens, ao longo das observações pelas terras do Maranhão, Paula Ribeiro se mostra e se desdobra em recursos argumentativos e demonstra seus conhecimentos dos sertões. O seu trabalho pioneiro publicado em 1847 e 1848 na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, traz detalhes diferenciados em relação a obra de Carlota Carvalho sobre o sertão. Em suas viagens, ao longo das observações pelas terras do Maranhão o termo sertão é quase sempre designado pelo autor como lugar deserto, distante, desabitado e principalmente inculto como é sentido em todo o século XVIII.

Já para Carlota Carvalho, é um tanto diferenciada, visto que Ribeiro, denuncia o conflito dos contrastes histórico, sociológico e geográfico, entre os fatores adversos do sertão. É este último, que provavelmente, o leva a se referir aos sertões, inclusive intitulado a sua obra. Os contrastes entre as duas obras, é perceptível quando ambos tratam da colonização portuguesa em terras brasileiras, enquanto Ribeiro vê esse processo histórico como necessário, Carlota Carvalho lança denúncias em sua escrita, pois,

Horrorosa é essa conquista. Para “limpar” aquela terra de homens aos quais negavam identidade humana, por não terem recebido água de batismo (...), o comandante Manoel José de Assunção e seus auxiliares, Elias de Barros e outros, fizera, horrorosas matanças nos mecamecrans, poremeocrans, xavantes e caracatingés tratando paz e atacando-os de surpresa com superioridade de armas e de número, surpreendendo-os descuidados, guerreando-os como aliados de uma nação contra a outra e em seguida aniquilando. (CARVALHO, 2011, p. 107)

No caminho para a expansão territorial ou conquistas de novas terras no Maranhão, a primeira questão a ser resolvida, foi quebrar a resistência oferecida pelo os indígenas, era preciso dominá-los. Para isso, diferentes instrumentos foram utilizados, como as tropas de resgates, as expedições de reconhecimento, as tropas sertanista e as expedições punitivas ou também chamadas de guerras justas, ou seja, essencialmente se considerava justa uma guerra que fosse declarada aos inimigos da coroa, e quem eram estes inimigos se não as tribos que resistiam ao trabalho compulsório, à aculturação e à ocupação de suas terras.

Essa ocupação nos sertões, segundo Carlota Carvalho acabou gerando consequências aos diferentes povos indígenas que por lá habitavam, o que para a nossa autora deveria ser um espaço de diálogo e convivência, torna-se um lugar de genocídio em massa defendido por Ribeiro, pois, para este não era uma necessidade de abrir novas áreas de colonização, e muito menos de assegurar as velhas áreas já ocupadas, e sim a sofreguidão dos colonos em ter ainda mais indígenas para a escravidão.

Os indígenas deveriam incorporar-se à cultura do trabalho e do modo de vida em geral da “civilização” para serem inclusos na sociedade colonial portuguesa. O índio é compreendido como uma ameaça ao projeto da Coroa, de criação de fazendas nos sertões maranhenses, que constantemente destruía essas povoações, Paula Ribeiro reconhecia que essas práticas eram fruto de injustiças cometidas contra esses habitantes, mas só reconhece sua humanidade pela assimilação cultural.

O sertão descrito por Carlota Carvalho é lugar de bonitas paisagens, diferentes animais e principalmente habitado pelos primeiros habitantes do Brasil, ou em suas palavras; “o sertão é um paraíso (...)” (CARVALHO, 2011, p. 71), mas também um local marcado por injustiças e crueldades contra esses povos. Cheia de denúncias acerca da colonização, a sua obra acabou trazendo novos olhares aos processos históricos mais importantes na história da região.

[...] na cidade de Caxias em 1815, quando tropas de paisanos prenderam indistintamente homens e mulheres dos Capiocrãs que estavam de paz, muitos dessas mulheres eram mães de filhos pequenos em fase de aleitamento. A prova do sofrimento dessas mães era mostrar os peitos cheios de leite em sinal de que tinham filhos pequenos passando fome em suas casas. O gesto dessas mães em pedir piedade dos brancos pelos inocentes que ficaram privados do alimento materno. (CARVALHO, 2011, p. 190).

A presença do indígena em sua escrita é constante no decorrer da sua obra, pois, a autora problematiza a questão da colonização do interior brasileiro, mostrando que homens, mulheres e até mesmo crianças sofreram

ao longo dessa conquista, tirando assim a “importância” do olhar do europeu no processo de colonização. Deste modo, as conhecidas frentes colonizadoras, segundo a autora, foram responsáveis por tanto massacre dos índios.

Importantes intelectuais das grandes capitais brasileiras, como Capistrano de Abreu, no início do século XX escrevem através do sertão sobre a formação do Brasil, ocultando, contudo, a grande contribuição dos povos indígenas, naturalizando-os, assim como os seus embates, esboçando como destituídos de cultura, de uma organização social política e econômica. Associando-os aos animais, às doenças e aos acidentes geográficos como grandes barreiras ao avanço da colonização.

Escrevendo com ousadia a abordagem crítica em sua obra, Carlota Carvalho enxerga com aguçados olhos sertanejos fatos que a versão oficial da história insiste em reproduzir sob o olhar do colonizador europeu, dos nobres e intelectuais cortesões, dando-lhes nova versão e interpretação acerca da história, nisso a autora apresenta um sertão diferente dos discursos já reproduzidos, inovando o olhar sobre o sertão, caracterizado pelo os autores anteriores como um lugar distante e, portanto “vazio demograficamente” ou, como aponta Araújo (1997, p.47) “uma região inóspita e sem lei” (sobretudo o Maranhão), e nesta visão, por ser considerada uma área inóspita e sem lei, é que deu-se inúmeros conflitos entre os indígenas e os colonos desbravadores.

Ainda na primeira parte de sua obra, encontramos outro fato histórico importante para a história do Maranhão e que Carlota Carvalho mais uma vez lança a problematização, bem como contextualiza através do olhar não do europeu ou do colonizador, mas sim dos vencidos, trata-se da Guerra da Balaiada, Carlota Carvalho em sua obra trouxe voz aos silenciados pelo o exército imperial, e ainda denuncia atitudes deste.

No Maranhão, o presidente da província Luís Alves de Lima tinha o dever de castigar servos revoltados contra o chicote e o recrutamento. Eram povo soberbo patrício não podia dignamente tratar com ilotas ou plebeus capitaneados por um vaqueiro enroupado nas vestes que pertenceram a Prometeu ou Espártaco. (CARVALHO, 2011, p. 140).

Para Carlota Carvalho, o patrono do exército brasileiro, Duque de Caxias foi o responsável pela dizimação dos revoltosos da Balaiada bem como aquele que delegava as ordens para tal crueldade. A história da Balaiada é a história dos vencedores, o olhar, a escrita, as falas, trata-se daqueles a quem eram favoráveis ao governo Imperial e Provincial, o que Carlota Carvalho trás, é a desmitificação, uma nova análise, uma criticidade acerca desse evento. Considerando todos os envolvidos, mas principalmente os negros, escravos e ex-escravos, àqueles a qual a história tradicional não deu ênfase ao longo do tempo.

Mesmo que em sua obra, a figura do negro não apareça de forma explícita, Carlota Carvalho destaca acerca do lugar social de cada homem e mulher na sociedade maranhense do final do século XIX, fatores determinantes descendentes ainda dos séculos de escravidão. A autora permeia argumentos sobre a economia, nos quais apenas comerciantes ligados a política local eram favorecidos com os lucros arrecadados.

Colhendo inúmeros relatos durante a sua passagem pelo os sertões do Brasil, Carlota Carvalho não se dava conta de que produzia uma história oral e uma história comparada, ao buscar na Grécia e em Roma Antiga as classes sociais sem nenhum direito político e social, e traça uma analogia entre a forma de tratamentos por eles recebidas e aqueles isentados pelos balaies durante a rebelião.

A autora construiu sua narrativa na tentativa de fazer um “resgate” da sua própria história – a história do Estado do Maranhão – e comentando os mais importantes fatos ocorridos no Estado, que, no entanto, para os inte-



lectuais da época, não tinha muita importância, e assim, pontua, “por serem episódios da história nacional – fatos do Brasil lá do Norte -, talvez nenhum interesse despertem. Se desenrolassem em São Paulo, Minas e Rio, por certo teriam muito valor”. (CARVALHO, 2011, p. 98).

Enquanto professora, Carlota Carvalho expôs e criticou as inúmeras distorções geográficas e históricas feitas por intelectuais renomados, e que na visão dela, considerava serias e prejudiciais na formação do educando, a sua inquietação então foi além, em sua obra, refazendo uma nova geografia do Estado bem como das regiões circunvizinhas. Rios, árvores, e morros, começaram a ter um novo estudo através de seus escritos, Carlota Carvalho por assim dizer, foi até o seu objeto de estudo e conhecendo-o muito melhor do que os pesquisadores considerados de gabinete.

Contrapondo intelectuais do período colonial, como por exemplo o economista Raymundo Gaioso que via o sertão como um lugar onde a economia não circulava, Carlota Carvalho demonstrou que o sertão no período da colonização, tornou-se também um importante exportador de produtos para metrópole e para as províncias vizinhas da Colônia. As criações de gados são bem descritas na sua obra como fatores preponderante que asseguravam uma economia estável para todo o sertão.

Nos vastos campos, na extensão imensa que vai da mata às cabeceiras do Grajaú, do Mearim e do Farinha, os holandeses criariam gados suficientes para produzir manteiga e queijo em qualidade que só esta terra abastece o mundo. (...) O Sertão é abastecido por carregamentos em cavalos e burros, que levam a distâncias cuja viagem é realizada em dois meses, tirando e botando em cima duas vezes por dia! (CARVALHO, 2011, p. 205-207).

Foi através dos olhares de muitos intelectuais tradicionais que o sertão começou a se formar na historiografia brasileira, assim este poderia ser composto por caatinga, por rios, cerrados ou florestas e chapadas. Mas o que o caracterizava em muitos escritos era o seu isolamento, o pouco povoamento, o afastamento da civilização.

No entanto, Carlota Carvalho construiu a principal ideia de um sertão culto, método até então não pensado pela a historiografia tradicional para o estudo do interior do país. Essa ideia defendia pela autora rompia com a concepção construída ao longo do tempo por autores renomados como vimos anteriormente, para ela, o sertão era um lugar de dualidade, entre a tradição e a inovação.

Essa dualidade é perceptível no decorrer da segunda parte de sua obra, a oralidade representaria a tradição do sertão. História e memória compartilhadas por seus familiares ou outras importantes figuras na qual Carlota Carvalho teve convivência, influenciou em seus escritos. A bisavó paterna era uma francesa, segundo ela, “inteligentíssima, possuidora de cultura intelectual, imaginação fantasiosa e sonhadora, de virtudes e utopias” (CARVALHO, 2011, p. 125), já seu avô paterno, José Joaquim de Carvalho, veio estabelecer-se no Maranhão, em Campo Largo, na época pertencente à ribeira do Grajaú, no distrito de Pastos Bons, abrindo neste local uma escola de leitura, escrita, aritmética, gramática e latim, onde estudou o filho Miguel Olímpico de Carvalho, pai de Carlota. Tornou-se ele um homem culto e assíduo frequentador da Roda de Amigos, espécie de sociedade literária existente na época. (MOTA, 2010, p. 03).

Já a inovação, seria a nova maneira de se pensar, observar e escrever sobre o lugar social que a autora estava inserida. Mesmo no meio culto e letrado, Carlota Carvalho aponta que a história do sertão é uma narrativa de todos para todos, não apenas a classe culta deveria debater e/ou escrever sobre, mas àqueles que por muito tempo ficaram à margem da história, fazendo assim uso da oralidade para a construção da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber Carlota Carvalho foi uma mulher à frente de seu tempo, conviveu em um ambiente familiar de pessoas cultas, logo desde jovem teve seu contato com as letras, fatores que foram cruciais para a sua formação. Professora que ousou escrever sobre sua história, narrativa essa que até então tinha somente uma vertente, a autora se disponibilizou assim a escrever sobre a história de um povo esquecido por muitos, dando aos mesmos voz e vez dentro da historiografia.

Trouxe em sua obra várias críticas quanto a ordem política daquele momento, onde Carlota Carvalho valorizou em seu discurso o índio, denunciando as injustiças cometida contra esses povos, bem como as suas expulsões, escravidão, dizimação e o roubo de terra.

O que favoreceu a escrita de Carvalho para adentrar o campo da historiografia, foi a sua ousadia em sua narrativa. Quando se trata sobre a luta por independência no Brasil e nos sertões, como vimos, a autora também se disponibilizou a escrever em sua obra sobre a Guerra da Balaiada, onde defendeu os cidadãos que nela lutaram visavam com sua luta melhores condições de vida bem como conquistar independência política, foram assim, citados por ela como cidadãos que lutavam por igualdade social, ao contrário do que retrata a história tradicional, onde por diversas vezes criaram representações em cima da figura desses indivíduos, vistos por muitos como baderneiros causadores de desordem.

Trabalhar a obra de Carlota Carvalho ainda é um desafio, primeiro por haver escassez de fontes sobre a vida da autora e de como seus escritos influenciou na historiografia ao longo do tempo, e em segundo, trabalhos científicos que abarcam a escrita de Carvalho ainda são na maioria limitados, devido, claro a ausência das próprias fontes, método importante para uma investigação histórica.

No entanto, tais pontos limitativos não nos impossibilitam totalmente de ir mais a fundo na história dessa intelectual que fez uma nova releitura sobre o sertão, o seu lugar social. Escrever e se opor a pensadores tradicionais da década de 1920 era algo até então impensável pela elite letrada brasileira e principalmente sertaneja, e é exatamente isso que Carvalho fez em sua obra.

Ao lançar novos olhares ao sertão do Brasil, contrapôs o tradicionalismo historiográfico, ao mesmo tempo que inovou na maneira de escrever os relatos de viagens pelo interior sertanejo. Carlota Carvalho ousou enfatizar as guerras contra os indígenas, a dizimação, a ineficiência do exército brasileiro na Guerra da Balaiada e consequentemente o devaneio da Independência do país.

O sertão pelo olhar da autora é um sertão rico, de gente hospitaleira, de pessoas cultas, mostrando o contrário do que era descrito por muitos autores. Podemos observar então, quão amplo é o seu conhecimento sobre o sertão maranhense e as pessoas que lá viviam. Portanto, discutir a escrita de Carvalho trazendo-a para a atual historiografia é necessário, pois, a obra é uma narrativa de uma história emergente e rica acerca de fatos que até então tinha apenas uma roupagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

CARVALHO, Carlota. **O sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz (MA): Ética, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História do povo brasileiro**. São Paulo: J. Quadros Editôres Culturais, 1967.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiros, 2008.

MOTTA, Diomar das Graças. **Uma mulher professora nos Sertões Maranhense**. São Luís: UFMA, 2010.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima. **Revista Trimestral de História e Geografia**, Rio de Janeiro, v. X, 1. Trimestre, 1848.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

UM POUCO SOBRE AS MULHERES NO BRASIL COLÔNIA, SOB OLHAR DE CECÍLIA MEIRELES

Milena Silvério Ferreira¹

Resumo: O presente artigo possui como intuito principal mostrar um pouco sobre a história das mulheres no Brasil Colônia, baseado nos romances escritos pela autora brasileira Cecília Meireles no livro *Romanceiro da Inconfidência*. Dessa forma pretende-se reconhecer, através deste trabalho, a mulher como sujeito participante dos processos históricos e como pessoas importantes naquela sociedade colonial. Para isso será utilizado os versos dos romances da obra literária de Cecília, assim contando a história de três figuras femininas essenciais para aquela época, dentre elas Chica da Silva, Bárbara Heliodora e Maria de Dirceu.

INTRODUÇÃO

Na obra *Romanceiro da Inconfidência* produzida no ano de 1953, a autora da segunda geração modernista, no entanto com traços simbolistas e arcadistas Cecília Meireles faz várias retratações de eventos históricos que aconteceram no Brasil Colônia, principalmente no século XVIII tentando mostrar os contextos em que os fatos ocorreram, evidenciando os sentimentos e as sensações (marca da autora) com o intuito de fazer as pessoas refletirem sua própria história. Este trabalho dará ênfase às personagens femininas que tiveram participação na construção da história do Brasil, sejam de forma direta ou indireta, que muitas vezes não foram reconhecidas, muito menos lembradas, assim ficando sempre em segundo plano na história do nosso país.

Romanceiro da Inconfidência é composto por 85 romances, além dos poemas que retratam os cenários, as situações e os personagens estão na luta por liberdade no Brasil do século XVIII. Essa obra foi construída por Cecília Meireles após uma visita a Ouro Preto, a autora não tem como propósito principal construir um documento histórico, mas sim uma obra literária histórica com elementos naturais, épicos e sentimentais, originários de uma densa pesquisa sobre tal sociedade.

A escritora utiliza dois tempos literários o barroco e o arcadismo. Esse é perceptível pela forma harmônica com que se torna a poesia. A história se passa num lugar chamado Vila Rica que é atual Ouro Preto, com isso surgem vários personagens e situações que foram sendo reveladas pelos versos dos romances. Durante sua escrita ela usa as rimas perfeitas e imperfeitas, escrevendo de modo intimista.

Nesse sentido a grande autora Cecília Meireles reconhece a importância dessas mulheres cedendo um espaço para elas nos romances, contando a vida de cada uma delas. Desse modo são sendo relatados certos detalhes que mostram o cotidiano, a vivência e a luta das personagens no meio social. Porém ela não tem o intuito de transformá-las em heroínas, mas de fazer a constatação de que as mulheres também participaram da formação do Brasil, por mais simples que tenha sido a sua passagem nesta vida (partindo do ponto de vista que a autora tinha alguns traços espiritualistas) analisando que Cecília se propunha a lembrar o passado do Brasil averiguando os fatos com

¹ Milena Silvério Ferreira é acadêmica de História da Universidade Estadual do Paraná – Campus União da Vitória.

um olhar mais artístico do que historicista, com o propósito de não deixar essas lendas se perderem com o tempo e a omissão das pessoas. É importante enfatizar que a obra *Romanceiro da Inconfidência*, trata vários assuntos como políticos e sociais da nação. No entanto é inegável o enfoque nas mulheres no período do Brasil colônia.

A história de Minas Gerais se constitui de muitas lutas, o papel da mulher nessas lutas em vários momentos não foi devidamente reconhecido. Na obra de Cecília Meireles as figuras femininas recebem um destaque merecido pelo que fizeram e podem ser entendidas sobre sob diversos pontos de vista, de forma plural.

Segundo a autora Margareth Maura dos Santos, as mulheres possuíam um olhar muito sob o viés europeu, que por sua vez não a reconhecia como uma figura independente, somente pelo seu lado sensual e erótico, o que é lamentável. Ainda segundo a mesma, essas figuras exerciam várias funções na sociedade mineira, todavia era algo limitado a certas tarefas, não ocupando cargos políticos ou administrativos.

No Brasil, desde o seu descobrimento as mulheres foram relatadas no olhar europeu, donas de lar, senhoras burguesas que desfilavam no salões das metrópoles com suas peles rosadas e dotadas da cultura dos povos colonizadores. No entanto, as mulheres brasileiras eram mestiças, possuíam os costumes dos índios e dos escravos, sabiam lidar com a terra, artesanato, a dança entre outras especialidades. Mas estas mulheres eram vistas pelo sensual, erótico e procriador.

Nas Minas Gerais, a partir do século XVIII, as mulheres atuavam no comércio ou no serviço de artesanato. Muitas trabalhavam com panificação, culinária, tecelagem e alfaiataria, quando eram destinados a elas os afazeres de lavadeiras, doceiras, criadas e cozinheiras. Não apareciam no cenário de construção civil, serviços administrativos ou na função política. (SANTOS, 2012, p. 03-04).

Infelizmente a erotização das mulheres foi comum no período colonial, assim como a visão delas como um ser submisso e pecador, sendo sempre associada a figura cristã de Eva, um ser que tirou a humanidade do homem, como explica Mary Del Priore:

Nunca se perdia a oportunidade de lembrar às mulheres o terrível mio do Éden, reafirmando e sempre presente na história humana. Não era de admirar, por exemplo, que o primeiro contato de Eva com as forças do mal, [...] Houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela do peito, cuja curvatura é por assim dizer, contrária á retidão do homem. (PRIORE, 2004, p. 46).

A imagem da mulher em diversas temporalidades sempre era associada à fragilidade, inferioridade e á submissão, ou seja, uma história que dificilmente é lembrada. Porém com o *Romanceiro da Inconfidência* de Cecília Meireles, isso é deixado de lado, analisando que ela mostra as mulheres com características fortes, de coragem e autonomia como é o caso das personagens Chica da Silva Bárbara Heliodora e Marília de Dirceu. Também é demonstrado as condições em que estas viviam, bem como seus sofrimentos e perseguições no período especificado e suas determinadas funções.

CHICA DA SILVA: UMA FORTALEZA

Chica da Silva viveu em meados do século XVII era filha de uma escrava com um português, ela pertencia a um padre que lhe concedeu a alforria a pedido de João Fernandes de Oliveira um importante explo-



rador de diamantes das Minas Gerais, que se apaixonou perdidamente pela escrava que era dotada de beleza inconfundível.

João Fernandes então encantado casa-se informalmente com Chica, incluindo ela na sociedade elitista. Porém essa inclusão nunca foi bem aceita pela sociedade da época, que questionava a civilidade da moça por ser uma ex-escrava (pois escravos não eram considerados seres humanos, portanto não eram dignos de respeito). Obviamente a sociedade do século XVIII construiu-se em cima da discriminação racial, devido a isso Chica merece o reconhecimento, visto que enfrentou diversas barreiras para poder viver ao lado de João Fernandes. (SANTOS, 2012, p. 11).

A história de Chica da Silva é um verdadeiro romance, ela não se envolveu diretamente com a Inconfidência, ela foi de escrava a dama ou senhora da sociedade, no mesmo período mostrou para a elite que uma mulher negra pode derrubar barreiras, dessa jeito, não aceitando ser somente uma mulher submissa ao marido, João Fernandes. Em Diamantina conta-se que Chica da Silva tornou-se uma mulher riquíssima e que frequentava a igreja coberta de diamantes, trajando vestidos de seda extremamente chiques e que ela chegou a possuir mais de cem escravos, um número muito expressivo até para as altas elites brancas da época. No romance XIII Cecília introduz a figura do contratador de diamantes, onde é retratada a febre pelo ouro, um momento importante e marcante na história do Brasil.

Eis que chega ao Serro Frio,
 á terra dos diamantes,
 o Conde de Valadares,
 fidalgo de nome e sangue,
 José Luís de Menezes
 de Castelo Branco e Abranches.
 Ordens traz do grão Ministro
 de perseguir João Fernandes.
 Tudo pela febre e o medo
 do ouro – febre e medo que, antes
 deceparam no ar a estrela
 dos contratadores Brantes. (MEIRELES, 1977, p. 46).

Diante da citação acima, se infere que a ex-escrava foi uma mulher que se dedicou muito a família, principalmente ao seu marido o desembargador João Fernandes de Oliveira, visto que esse conde que esta para chegar esta perseguindo seu amado, pelo motivo da riqueza possuída pelo contratador de diamantes.

Nos romances de Cecília percebemos essa imposição de Chica, que sempre estava por dentro dos negócios de João Fernandes, também se destacavam a imposição da ex escrava, que era quem mandava.

Que andor se atavia
 naquela varanda?
 É a Chica que manda!
 é a Chica que manda!

Cara cor da noite
 olho cor de estrela
 Vem gente de longe
 Para conhece-la. (MEIRELES, 1977, p. 51).

Continuando, Cecília fala que Chica brilhava como o sol, destacando-se das demais negras. Era Chica que comandava, sendo seguida pelos seus serviçais.

Escravas, mordomos
seguem, como um rio,
a dona do dono
do Serro do Frio.
(Doze negras em redor,
- como as horas, nos relógios.
Ela, no meio era o sol!) (MEIRELES, 1977, p. 51)

Por onde a negra passava chamava atenção das pessoas pela sua delicadeza, sutileza e beleza, chegando a se destacar mais que a Santa Infigênia, sendo que nem o rei Dom João Quinto teve uma esposa tão bela.

Nem Santa Ifigênia,
toda em festa acesa,
brilha mais que a negra,
na sua riqueza.

Contemplai, branquinhas,
na sua varanda,
a Chica da Silva,
a Chica-que-manda!

(Coisa igual nunca se viu.
Dom João Quinto, rei famoso,
Não teve mulher assim!) (MEIRELES, 1977, p. 53).

A escritora sempre ressalta a importância da negra, que pouco a pouco foi conquistando um lugar de destaque naquela sociedade que era extremamente racista e sexista. Por isso se percebe o quanto de percalços que esta mulher passou para se firmar diante da elite mineira.

Segundo a autora Margareth Maura dos Santos, Cecília Meireles teve cuidado ao descrever a sutileza de Chica de Silva, dado que ela escreve seus trajos delicados finos, a admiração de outros homens pela escrava alforriada e como essa mulher determinada se tornou uma dama importante.

Nossa poetisa foi cuidadosa ao criar estes versos e descrever com minúcia a figura de Chica, trajando roupas de tecidos finos e toda imponente e também autônoma e não mais anônima como eram as mulheres da época e principalmente, as negras escravas. Ainda, há a descrição dos homens que admiravam a beleza desta mulher. Os diamantes representam a nobreza, ou seja, Chica era uma dama da sociedade mineira. (SANTOS, 2012, p. 12).

Como já mencionado a disputa pelo ouro cada vez mais estava se acirrando, o governo português exigia os impostos e anseios por liberdade política cresciam na região, assim como a tensão. Por isso Chica estava preocupada com tal situação, chegando a tecer conselhos à João Fernandes sobre uma possível traição do Conde que era um falso amigo.

Na sua cama dourada,
Chica da Silva não dorme.
Pensa nas falas do Conde,
pensa no ouro, e desta sorte
aconselha a João Fernandes:
- Hoje todo o mundo corre,
Senhor, atrás de riquezas:
Nem é doutro mal que sofre
esse vosso falso amigo,
esse conde de má sorte.
Quem sabe o que traz tão longe?
Quais serão as suas ordens? (MEIRELES, 1977, p. 54)

Nitidamente Chica da Silva reconhece a exploração pela qual a população brasileira passava, visto que, durante a conversa com seu marido ela fala sobre o Reino (no caso Portugal) vir retirar o fruto do Brasil (ouro e diamante)

Responde a Chica da Silva
(assim dizem que pensava):
- Estes marotos do Reino
só chegam por estas lavras
para recolher o fruto
das grotas e das gupiaras. (MEIRELES, 1977, p. 54).

Percebe-se que Chica da Silva era uma mulher de personalidade forte, que venceu todas muitas barreiras na sua época, imposta por uma sociedade discriminatória. Por conta disso deve ser reconhecida e lembrada na atualidade como símbolo de imposição, força, lealdade e prosperidade. Sabe-se que ela serviu de exemplo para muitas pessoas naquele tempo e até os dias atuais, pois Chica nunca desistiu do sonho de constituir uma família e de ser respeitada pela sociedade elitista.

BÁRBARA HELIODORA: SINÔNIMO DE CORAGEM

Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira natural de São João Del Rei, nasceu em 1759, ela foi a primeira poetisa brasileira, tanto que Cecília Meireles utiliza vários versos dela no Romanceiro da Inconfidência. Bárbara era uma moça de coragem e ativismo político, casou-se com o também poeta e coronel Inácio de Alvarenga Peixoto, juntos eles ajudaram a organizar o movimento de Inconfidência do Brasil. Conta-se que ela foi uma verdadeira fortaleza em tal movimento, dando base para o seu marido Alvarenga Peixoto. O casamento dos dois durou dez anos (sabe-se disso por causa das poesias escritas por ela) quando em 1789, ano da Conjuração Mineira Alvarenga Peixoto foi preso e exilado na África onde posteriormente morreria, deixando sua amada na administração dos negócios da família. Nessa situação Bárbara mostrou ser uma mulher de fibra, pois estava sendo muito criticada pela sociedade por causas das dívidas deixadas pelo seu amado. Mesmo assim não fugiu das responsabilidades mostrando ser uma senhora integra.

Cecília descreve Bárbara como uma mulher sentimental, ela sofria, pelas injustiças, possuindo palavras cristalinas, ela sofre pelo exílio do marido que foi delatado por Silvério dos Reis.

Há três donzelas sentadas
Na verde, imensa campina.
O arroio que passa perto,
com palavra cristalina,
ri-se para Policena,
beija os dedos de Umbelina.
Diante da terceira, chora,
porque é Bárbara Heliodora. (MEIRELES, 1977, p. 212)

Um ser iluminado, assim é descrita pela poetisa.

(Donzela de tal prosápia,
De graça tão peregrina,
oxalá não merecera
a aflição que lhe destina
a grande estrela funesta
que sua face iluminada
Fosseis sempre esta de agora,
Dona Bárbara Heliodora! (MEIRELES, 1977, p. 212)

Corajosa, sempre apoiou seu marido no movimento da Inconfidência Mineira, pois acreditava na luta pela liberdade política. É importante explicar que ao mesmo tempo em que as personagens femininas eram descritas como frágeis e emotivas, elas também tinham por características a determinação. Bárbara Heliodora demonstrava ser uma figura doce e singela, esta teve participação na inconfidência, impedindo seu marido Alvarenga Peixoto de delatar os outros inconfidentes. (SANTOS, 2012, p. 06).

Bárbara foi considerada uma das musas da Inconfidência Mineira. É destacada a procura dela pelos seus entes queridos. Sem sombra de dúvidas ela teve papel fundamental na construção da história de Minas Gerais e do Brasil por aderir a muitas lutas contra o conservadorismo. Retratada como “a mais delicada e fina” por Cecília, Bárbara foi considerada uma das principais personagens do movimento político e por atuar em discussões e estratégias permanentes, como se observa:

Das três donzelas sentadas
naquela verde campina,
ela era a mais excelente,
a mais delicada e fina.
Era o engaste, era a coroa,
era a pedra diamantina...
Rolaram sombras na terra,
Como súbita cortina.
Partiu-se a estrela da autora:
Dona Bárbara Heliodora! (MEIRELES, 1977, p. 213).

Segundo a referida escritora Bárbara ficou triste após a partida do seu esposo para o degredo no continente africano, Cecília chega a supor uma possível doença mental da moça.

Mas a sorte é diferente
De tudo se imagina.
E eu vejo a triste donzela
toda em lágrimas e ruína,
clamando aos céus, em loucura,
sua desditosa sina.
Perde-se quanto se adora,
Dona Bárbara Heliodora!) (MEIRELES, 1977, p. 212-213).

No Romance LXXX ou do enterro de Bárbara Heliodora a escritora reafirma a beleza da encantadora Bárbara, que segunda ela, não poderia ser comparada a ninguém.

Nove padres vão rezando –
e com que tristeza rezam! –
atrás de um pequeno vulto,
mirrado corpo, que levam
pela nave, além das grades,
e ao pé do altar-mor enterram.

Dona Bárbara Heliodora,
tão altiva e tão cantada,
que foi Bueno e foi Silveira,
dama de tão alta casta
que em toda a terra das Minas
a ninguém se comparara, (MEIRELES, 1977, p. 221).

Através desses versos, pode ser observado como a poetisa encarrega-se para descrever as mulheres com muita delicadeza e autenticidade.

MARÍLIA DE DIRCEU: UMA MULHER INDEPENDENTE

Maria Dorotéia Joaquina de Seixas também conhecida como Marília de Dirceu nasceu nos anos de 1767, na Vila Rica, atual Ouro Preto. Marília era uma mulher charmosa e viúva. Ela se envolveu com o inconfidente Tomas Antônio Gonzaga, tendo ela supostamente sido amante do governador de Minas Gerais Luís da Cunha Menezes, gerando um desentendimento entre o governador e o inconfidente, no caso pela disputa dessa mulher lendária e muito encantadora. Sobre Marília de Dirceu não se tem muitas informações, todavia sabe-se que ela viveu alguns amores proibidos, assim se tornando símbolo de inspiração para muitos e muitas.

É interessante observar que Cecília Meireles conta aos leitores o porquê Maria Dorotéia ficou conhecida como Marília de Dirceu.

Sob seu reinado tramou-se a insurreição, prontamente abortada, que passou à História com o nome de Inconfidência Mineira (1789). Coube-lhe determinar as penas a serem impostas aos conjurados. Em 1808 chegava a terras brasileiras, acompanhando o Príncipe Regente D. João, que fugia à invasão de Portugal pelos franceses. Morreu louca, ainda no Brasil. MARÍLIA. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas foi cantada em versos sob o nome de Marília, pelo noivo Tomás Antônio Gonzaga, que se chamava poeticamente Dirceu. (MEIRELES, 1977, p. 09).

A grande autora afirma através dos versos do romance, que Marília de Dirceu, prepara o seu testamento, sofrendo, buscando um sentido para continuar vivendo naquela sociedade, no entanto a lendária Marília caminha no sentido da morte.

Escreve Marília, escreve
seu pequeno testamento;
na verdade, por que vive,
se a morte é o seu alimento?
se para a morte caminha,
na sege do tempo lento? (MEIRELES, 1977, p. 236).

Marília de Dirceu ficou muito conhecida pelos poemas do inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, que era extremamente apaixonado pela viúva. Cecília optou por retratar o testamento de Marília, no romance LXXXV ou do testamento de Marília, onde a personagem sofre pelo amor que não pôde ser consumado (pois Gonzaga foi exilado do Brasil) e se despede da vida com certa melancolia.

Reparti-vos, reparti-vos,
ouro de tantas cobiças...
(Tanto amor que separastes,
entre injúrias e injustiças!
E agora aqui sois contado
para a piedade das missas!). (MEIRELES, 1977, p. 236).

E autora finaliza falando da infelicidade da personagem, com certo tom de melancolia.

Triste pena, triste pena...
Triste Marília que escreve.
Tão longa idade sofrida,
para uma vida tão breve.
Muitas missas... Muitas missas..
(Que a terra lhe seja leve) (MEIRELES, 1977, p. 237).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura do Romanceiro da Inconfidência se percebe o quanto as mulheres tiveram participação na construção da sociedade mineira do século XVIII. Sem sombra de dúvida elas foram sujeitos históricos que de alguma maneira influenciaram suas comunidades e cultura, por isso suas memórias devem ser salvaguardadas pela sociedade como um patrimônio imaterial, para sempre serem lembradas.

Chica da Silva, Bárbara Heliodora e Marília de Dirceu são personagens muito significantes para a história das mulheres em Minas Gerais, na Inconfidência Mineira e para a História do Brasil, pois foram mulheres que tiveram autonomia, independência, influência e inteligência para viver numa sociedade, como já dita aqui extremamente discriminatória, mas souberam se sobressair a várias situações complicadas.

Desse modo se vê que essas mulheres, existiram, cada uma com suas especificidades e glórias, entretanto, infelizmente são pouco lembradas pelos livros, autores, revistas, jornais, etc. Aliás, sempre se ressalta os personagens masculinos e seus feitos. Porém com a obra de Cecília Meireles, essa regra imposta por uma sociedade desigual, muda, já que ela cede o espaço para ambos os lados e ainda, possui um olhar mais social de todos os acontecimentos, um trabalho belíssimo.

REFERÊNCIAS

MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S/A. 1977.

PRIORE, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2004.

SANTOS, Margareth Maura dos. O Feminino em “O Romanceiro da Inconfidência”: uma questão de identidade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LITERATURA, CRÍTICA, CULTURA – Disciplina, Cânone: Continuidades & Rupturas, 4., 2012, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 1-14. Disponível em: <https://www.ufjf.br/darandina/files/2012/09/O-FEMININO-NO-ROMANCEIRO-DA-INCONFIDENCIA.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.



MEMORIAL HENRIQUE SPENGLER E A CRIAÇÃO DE UMA MEMÓRIA, ARTÍSTICA, LITERÁRIA E CULTURAL NO MUNICÍPIO DE COXIM/MS

Jhonatam Mânica¹

Marta Francisco de Oliveira²

Resumo: Ao tratar-se de memória e representação, para este artigo, interessa-nos recuperar memórias culturais e literárias que ajudaram a compor o *Memorial Henrique Spengler* e que sustentam, ainda hoje, sua permanência como patrimônio da cidade e da região. Henrique de Melo Spengler foi um artista plástico, que atuou expressivamente nas esferas política e cultural do estado, especialmente nas questões relacionadas à construção identitária sul-mato-grossense, tema principal abordado em sua arte. O objetivo deste estudo é compreender as memórias, seja artística, literária e/ou cultural que compõem o *Memorial Henrique Spengler*. O método utilizado em nossa pesquisa é o estudo documental realizado no *Memorial Henrique Spengler*, localizado no município de Coxim/MS.

Palavras-chave: memória; Memorial; Henrique Spengler; artística.

INTRODUÇÃO

Partindo de uma definição simples, memorial (do latim *memoriale*) é um termo que remete à escrita de memórias e significa *memento* ou escrito que relata acontecimentos memoráveis que foram realizadas em relação a uma determinada sociedade. O *memento* – que quer dizer ‘lembra-te’ – de modo geral pode ser compreendido como uma marca que serve para lembrar qualquer coisa de uma vida ou de uma trajetória (PRADO; SOLIGO, 2005). Portanto, quando um memorial é edificado, literalmente, seu aspecto concreto também se reveste de símbolos e significações que vão além de sua materialidade. Cada traço, material, objeto, texto, registro amplia sua significação de acordo com o valor que lhe será atribuído dentro do espaço literal do memorial e estabelece, como uma de suas possibilidades, o jogo paradoxal da monumentalização como comemoração ou como esquecimento. Segundo Achugar (2006), e aplicamos aqui à edificação de um Memorial proposto, de certa forma, pelo próprio Henrique Spengler, há “uma política da memória a partir do poder”, ao passo que também aponta para “uma concepção do monumento que implica a desarticulação da função da memória e a consequente identificação do monumento como esquecimento” (ACHUGAR, 2006, p. 173).

Deste modo, “o exercício da memória” é um “exercício de poder” (neste aspecto, o próprio sobrenome do artista já é um indicativo de posição social no contexto regional, o que por si só já exigirá um olhar atento). Erigir uma memória implica apagar outras memórias, e a escolha de quais estarão e como estarão discriminadas neste espaço é uma consequência das relações de poder que se mimetizam no espaço cultural. A análise de um acervo, portanto, revela significações e valores histórica, social, cultural e simbolicamente constituídos. Achugar nos lembra que “há monumentos que – talvez, involuntariamente – honram o desaparecimento de certos indivíduos” e, “em uma operação ideológica perversa (...), comemoram ou celebram, de fato, a própria desaparecimento” (ACHUGAR,

¹ jhonatammanica@gmail.com.

² PNPD – PPGEL/UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: marta.oliveira@ufms.com.

2006, p. 174). A seleção do acervo também configura essa paradoxal ‘memória do esquecimento’, da ‘desaparição’, sobretudo quando Spengler se apropria de elementos da cultura indígena kadiwéu e guaicurú. Cabe a reflexão acerca das implicações destas escolhas e consequências.

O presente trabalho tem como problemática central o *Memorial Henrique Spengler*, não como espaço físico, mas como espaço de produção de memórias e preservação cultural. Henrique de Melo Spengler foi um artista plástico, atuante nas esferas política e cultural do estado, especialmente nas questões relacionadas à construção identitária sul-mato-grossense, tema principal abordado em sua arte (SANTOS, 2018).

Através da trajetória do Henrique Spengler poderemos compreender os sentidos associados à sua arte e, portanto, aos significados dessa arte em um espaço de guarda como o Memorial, abordando apropriação e recepção da obra, a representação bem como a construção de memórias e a identidade cultural.

Para produzir um memorial, é relevante saber das condições em que estão circunscritas as lembranças, assim como os acontecimentos e personagens que predominaram segundo as escolhas feitas. Nesse sentido, o memorial não é somente uma crítica que forçosamente avalia as ações, ideias, impressões e conhecimentos do sujeito narrador; é também autocrítico da ação daquele que narra, seja como autor do texto ou como sujeito da lembrança (PRADO; SOLIGO, 2005).

Destacamos que no memorial Henrique Spengler tem as obras e os objetos pessoais do artista plástico. No estado do Mato Grosso do Sul o artista construiu sua história, no qual teve atuação marcante nas esferas política, cultural especialmente nas questões relacionadas à construção identitária sul-mato-grossense, tema principal abordado em sua arte.

Tais registros se tornaram fontes literais, vai permitir ao pesquisador vislumbrar as memórias culturais e literárias e as relações sociais envolvidas. Nessa perspectiva, o *Memorial Henrique Spengler* e o Centro de Documentação Histórica evidenciam questões históricas, culturais, literária do Mato Grosso do Sul através do olhar do autor, que estava inserido neste contexto.

Temos como objetivo geral deste trabalho, analisar de forma teórica e criticamente, os processos de criação de memória cultural e literária a partir do *Memorial Henrique Spengler*, bem como os processos simbólicos de sua manutenção. Os objetivos específicos são:

- Identificar as obras que compõem o Memorial Henrique Spengler e sua relação com a memória cultural regional.
- Compreender como as memórias artística, literária e cultural, construídas a partir das obras de Henrique Spengler, formam um repertório que ajudam a compor a identidade regional de Coxim, MS.
- Analisar criticamente o imaginário popular acerca do artista e do memorial, para problematizar as questões relativas a sua permanência e divulgação.
- Reconstituir, academicamente, o processo de valorização literária regional através da análise dos materiais de divulgação e incentivo à leitura e escrita literária propostos por Henrique Spengler e preservado no memorial, bem como analisar seus efeitos.
- Confrontar narrativas acerca do espaço físico do memorial e das significações simbólicas construídas ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Para este artigo, interessa-nos repensar ações e situações de uso da cultura de modo geral a favor de determinados objetivos, constituindo-se em processos que, a partir de uma memória social, cultural, histórica, ampliam seu valor e significado simbólico. Deste modo, o espaço físico de preservação da memória cumpre uma função social, mas o que envolve sua constituição é, ademais, um embate de tensões e poderes revelados em sua formação e manutenção.

Portanto, uma parte do trabalho se concentra em buscar recuperar memórias culturais e literárias que ajudaram a compor o *Memorial Henrique Spengler* e que sustentam, hoje, sua permanência como patrimônio da cidade e da região. A busca no acervo será direcionada de modo a recuperar a memória construída ao redor da movimentação cultural que o artista propiciou enquanto atuava ativamente em Coxim, mas também servirá para retomar relatos contemporâneos e narrativos orais, considerados importantes para a compreensão do significado cultural e simbólico do espaço, tanto no que se refere à sua instituição como sua permanência no espaço físico e no imaginário social atual.

O interesse sobre o tema surgiu no decorrer da formação acadêmica, através de uma visita técnica no memorial. Conseguimos perceber que o Henrique Spengler foi um personagem destacado no cenário artístico, cultural, político, literário e educacional da cidade de Coxim, MS. Como figura importante na cidade nos aspectos mencionados, alguns estudos já foram realizados sobre o memorial. Realizamos uma busca nas pesquisas sobre as obras de Henrique Spengler, mas parece não haver estudos que buscassem explorar o acervo e a constituição do espaço do memorial como um processo de criação de memórias culturais e literárias, tanto as obras do artista plástico como as que foram adquiridas e adicionadas ao acervo, de outros autores.

Assim, segundo a linha de pesquisa que vincula os estudos de linguagens e a literatura à memória cultural, é interessante propor a reflexão acerca da constituição de um espaço de memória na região norte do estado de Mato Grosso do Sul, pois se percebe o resgate e a apropriação de culturas indígenas e outras formas de contemplação e valorização regional, vinculando as artes e as letras ao espaço geográfico e suas especificidades. Neste respeito, alguns fenômenos de mercantilização também podem ser notados, e devem problematizados, articulando as relações de poder com a cultura popular ou ao esforço de popularizar uma cultura e seus agenciadores, ademais de textos e narrativas relacionados a seus autores e público.

Essas questões são relevantes para compreender como se processa a criação de uma memória cultural e literária, e como ocorre a formação de um público que também pode ser entendido como um mercado. Não se podem ignorar as implicações destas condições de criação e manutenção do memorial, o que expande a compreensão da memória cultural, pois as produções de sentido e significação e as representações culturais também impactam as formas de construção de identidades locais e patrimônios culturais. A memória cultural que se quer preservar é um projeto em processo de construção, e um dos objetivos deste anteprojeto de mestrado é analisar teórica e criticamente essa construção através do caso específico do *Memorial Henrique Spengler*.

PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE MEMÓRIA CULTURAL E LITERÁRIA

Ao analisar, a teórica e criticamente, os processos de criação de memória cultural e literária a partir do *Memorial Henrique Spengler*, bem como os processos simbólicos de sua manutenção. Podemos notar que as obras que compõem o *Memorial Henrique Spengler* tem uma relação muito construtiva com a memória cultural regional.

Por um lado, podemos entender que memorial é a escrita de memória e dos acontecimentos em relação a determinada sociedade; por outro, a edificação de um memorial que atende a demandas, exigências e desejos que, apesar de sociais, podem partir de anseios individuais, observações e intenções pessoais. Para tanto, os aspectos culturais e artísticos podem ser conclamados com base em seu apelo no que se refere ao sentido de grupo, por assim dizer: a arte, a literatura, a cultura não existem por si sós ou em relação unicamente a seus produtores, posto que exigem um público, um apreciador, quem lhes designa uma valorização.

Henrique de Melo Spengler foi um professor e artista plástico que atuou expressivamente nas esferas política e cultural do estado, especialmente nas questões relacionadas à construção identitária sul-mato-grossense, tema principal abordado em sua arte, aliando-a a temas indígenas, por exemplo. Empenhado na divulgação da cultura em geral, promoveu concursos literários em escolas públicas e buscou preservar, em sua casa, todo o material possível que se transformaria em prova tangível da memória cultural em formação. As gravuras e telas produzidas por Spengler inspiram-se na iconografia Kadiwéu, apresentando-se como uma releitura dos seus padrões geométricos e espirais, das cores recorrentes, além de outros elementos estéticos que fazem referência ao processo histórico desse grupo. O acervo das obras de Henrique Spengler conta com mais de seiscentos e setenta livros existentes no Centro de Documentação. As obras são organizadas sobre: “Aspectos da História do Brasil: historiografia e fontes”; “Mato Grosso”; “Mato Grosso do Sul”; “Temática Indígena”; “História da América: historiografia e fontes” e “Obras literárias”, esta última contém poemas, romances, contos, novelas, crônicas e peças teatrais.

Pode não haver uma verdade nas fontes, mas está sendo contado ou narrado algo de forma verdadeira. De acordo com Portelli:

Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos; e estes, a seu modo, são também fatos, ou o que é o mesmo: dados de algum modo objetivos, que podem ser analisados e estudados com técnicas e procedimentos em alguma medida controláveis, elaborados por disciplinas precisas como a linguística, a narrativa ou a teoria da literatura. (PORTELLI, 1996, p. 62).

Como toda narrativa, o memorial é uma investigação em que o artista relata sua própria vida, procurando apresentar acontecimentos importantes, ou interessantes, no âmbito de sua carreira. Pode ser em uma obra literária ou científica, na qual o artista evoca acontecimentos a que tenha observado. As obras têm a capacidade de relatar fatos memoráveis, marcantes para quem o produz, assim apresentando suas memórias.

O memorial tem que saber das condições em que estão circunscritas as memórias, como os acontecimentos. Nesse caso, o memorial não é simplesmente uma crítica que forçosamente avalia as ideias, ações, conhecimentos e impressões do sujeito narrador; ele é também autocrítico da ação da pessoa que narra, seja como autor do texto ou como sujeito da lembrança da obra.

A memória exotópica é a memória que se produz depois da compreensão, isto é, na segunda etapa do processo de apreensão do outro. Podemos mesmo dizer que a memória exotópica se produz quando não compreendo mais, quando não me identifico mais com o ponto de vista do outro e introduzi meu ponto de vista, aquilo que vejo do que o outro vê.

Para uma abordagem estética da existência interior do outro, é preciso, em primeiro lugar, não crer ou ter esperanças nele, mas aceitá-lo em seus valores; é preciso não estar com ele e nele, mas fora dele (...) (BAKHTIN, 1997, p. 144).

TIPO DE ESTUDO

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, crenças, valores e atitudes que fazem referência a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 1998).

Nossa proposta se trata de uma pesquisa teórica e documental, que deverá recorrer a fontes diversas fontes, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, etc. A pesquisa documental será realizada em três etapas: *Pré-análise* (definirá quais são os objetivos da pesquisa documental), *Organização do material* (coletar a bibliografia, fichamento das informações dos documentos), *Tratamento dos dados* (analisar cada um dos materiais) (GIL, 2008). A pesquisa teórica se pautará em linhas de desenvolvimento da investigação em estudos culturais e, em parte, trará elementos da metodologia etnográfica, em virtude da abordagem vivencial da experiência com e pelo memorial. Neste respeito, buscará a compreensão de significado mais aprofundado das narrativas, dos discursos e representações. Além disso, a pesquisa também será de ordem textual, voltada para a teoria narrativa, a ser aplicada a textos escritos, teóricos e literários, e aos textos orais.

LOCAL DO ESTUDO

O estudo será realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande e em Coxim, e no memorial Henrique Spengler, localizado na cidade de Coxim/Mato Grosso do Sul. Os acervos das bibliotecas universitárias poderão auxiliar no embasamento teórico, e o próprio memorial, enquanto espaço físico, por guardar e conservar as obras/bibliográficas e os objetos pessoais do artista plástico, será o local de consultas frequentes para levantamento dos materiais do acervo e para a reflexão crítica acerca de suas significações simbólicas. Outro espaço a ser consultado eventualmente será o Centro de Documentação Histórica, espaço constituído pelo acervo bibliográfico que pertenceu a Henrique e pelos demais materiais impressos relacionados à sua vida pessoal e profissional, também parte do Memorial (SANTOS, 2020). Vale ressaltar que o memorial é patrimônio da Fundação Universidade de Mato Grosso do Sul, Campus de Coxim.

COLETA DE DADOS

Serão coletados dados das coleções de livros, revistas, mapas, jornais, material de campanha política, catálogos e folders de exposições artísticas e eventos culturais. Entrevistas serão realizadas para identificar aspectos relevantes sobre a constituição do espaço físico, a concepção simbólica do acervo, as significações do memorial em relação à região, e a apreciação do acervo. Serão coletados dados dos registros dos audiovisuais, como as fitas cassetes e VHS.

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados serão trabalhados em três fases, tomando como referência os passos de operacionalização proposto por Minayo (2006), que são: (1) *ordenação dos dados* – consiste no mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo, como a transcrição dos relatos obtidos nas entrevistas; (2) *classificação dos dados* – Realização de leitura repetida do conteúdo transcrito para buscar pontos relevantes e posterior organização em categorias

específicas; (3) *análise final* – momento de evidenciar os dados obtidos, a fim de buscar responder aos objetivos da pesquisa. Ademais, o embasamento teórico acerca da memória cultural, crítica da cultura, representações e identidade, bem como os processos de criação/produção de narrativas e memórias, e sua significação do ponto de vista da relação literatura sociedade, será realizado através de estudos e pesquisa ao longo de todas as etapas, para constituição, verificação e consolidação das análises e conclusões parciais e finais.

RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados incluem propiciar um olhar crítico acerca dos espaços de memória em MS e catalogar textos e escritos literários e propor sua leitura e interpretação a partir do referencial artístico regional, de herança indígena, que o artista preservou e do qual se apropriou em suas obras, e avaliar possíveis caminhos para a compreensão e análise dos processos de criação de memórias, assim como sua valorização ou demérito, se for o caso, de acordo com forças e poderes políticos, históricos e sociais. Pelo viés literário, ter acesso à materialidade da memória em registro escrito também possibilitará vislumbrar as memórias culturais e literárias resguardadas neste espaço e as relações sociais envolvidas que privilegiam ou silenciam vozes.

Os resultados esperados incluem propiciar um olhar crítico acerca dos espaços de memória em MS e suas configurações segundo critérios e demandas sociais e/pessoais (ou de grupos específicos) com base no caso do Memorial Henrique Spengler.

Ademais, esperamos catalogar textos e escritos literários e propor sua leitura e interpretação a partir do referencial artístico regional, de herança indígena, que o artista preservou e do qual se apropriou em suas obras, e avaliar possíveis caminhos para a compreensão e análise dos processos de criação de memórias, assim como sua valorização ou demérito, se for o caso, de acordo com forças e poderes políticos, históricos e sociais. Entendemos que a preservação de memórias é também um espaço de tensões e embates, pois assegurar um lugar significa assumir um espaço de poder. Pelo viés literário, ter acesso à materialidade da memória em registro escrito também possibilitará vislumbrar as memórias culturais e literárias resguardadas neste espaço e as relações sociais envolvidas que privilegiam ou silenciam vozes.

O *Memorial Henrique Spengler* é sem dúvida, um dos maiores patrimônios culturais da cidade de Coxim - MS e precisa ser estudado, conhecido e valorizado, uma vez que este resgata histórias e memórias da cultura local.

Este trabalho possibilitou tanto o conhecimento de um patrimônio histórico e cultural da cidade, como também mostrar sua importância no âmbito estadual, da história sul-mato-grossense. Portanto, as possibilidades de pesquisa sobre esse tema não se esgota, tendo em vista que este trabalho ainda está em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**. Escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura. Memorial de formação: quando as memórias narram a história da formação. In: PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura. **Porque escrever é fazer história**: revelações, subversões, superações. Campinas, SP: Graf, 2005. p. 45-60.

SOUZA, Maria Neusa G. Gomes de. A Socialização da Cultura Regional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011.

SANTOS, Fernanda. **O Memorial Henrique Spengler**. Disponível em: <https://cpcx.ufms.br/memorial>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 02, p. 59-72, 1996.

ENTRE MEMÓRIAS E PATRIMONIALIZAÇÃO: A CASA DO DIVINO EM PONTA GROSSA/PR¹

Vanderley De Paula Rocha²

Resumo: Problematicamos a relação de patrimônio e de lugar que guarda memória atribuído a Casa do Divino em Ponta Grossa/PR. A proprietária do imóvel, Maria Julia Xavier abrigou em seu interior a imagem da representação do Divino Espírito Santo, após ter a encontrado em um olho d'água, em 1882. Essa senhora sofria de problemas mentais e ao sair de sua casa, se perdeu e não conseguiu chegar ao seu destino e, nem ao menos, retornar à sua casa. Após perambular, por vários dias, parou e se aproximou de uma nascente, momento que encontrou a imagem do Divino. Em seguida, a tocou e sentiu-se curada de suas enfermidades, recobrando a memória, o que a fez lembrar o caminho que a traria de volta à sua cidade natal. Trouxe consigo a imagem que encontrara e decidiu abrigá-la em sua residência, onde passou a realizar diversas práticas religiosas dedicadas a essa divindade. Anos se passaram e, em 1996, se iniciou um processo em busca da patrimonialização desse “lugar de memória”, visando a sua preservação e a garantir o direito de memória aos Devotos do Divino.

Palavras-chave: Memória. Casa do Divino. Patrimônio cultural.

LUGAR DE DEVOÇÃO – O GUARDIÃO DA MEMÓRIA

“A Memória é assim guardada e solidificada nas pedras”
(POLLAK, 1989, p. 10).

Nas primeiras décadas do século XIX, Ponta Grossa, cidade interiorana do Paraná, tinha poucas residências próximas do que mais tarde tornou-se o centro da urbe (CHAMMA, 1988). Em 1840, somou-se a esse cenário uma nova residência, construída seguindo os padrões coloniais, que ocupou, com seus doze cômodos, uma esquina. Localizada a duas quadras da capela construída para abrigar a imagem de Senhora Sant'Ana, serviu, primeiramente, para as atividades de uma leiteria e, mais tarde, para uma hospedaria (COMPAC, 2006). Foi esse lugar que, em 1882, passou a abrigar a imagem da representação do Divino encontrada por Nhá Maria.

Não foi nesse espaço que o milagre ocorrido com essa senhora aconteceu, mas foi o lugar que guardou a memória do fato milagroso atribuído ao Divino Espírito Santo. Essa memória era representada nos símbolos que passaram a compor esse devocionário em Ponta Grossa: a imagem da pomba com asas abertas encontrada por Nhá Maria; o quadro que representava o “achado” da imagem; as bandeiras, que gradativamente foram sendo confeccionadas; os quadros com imagens religiosas recolhidos para compor o Império do Divino; e as práticas que ali passaram a ser realizadas.

¹ O presente texto resulta das discussões realizadas em minha tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá. Cujá orientadora foi a Profa. Dra. Solange Ramos de Andrade- PPH/UEM.

² Doutor em História pelo PPH-UEM. Professor da Secretaria de Estado da Educação do Paraná-SEED/PR. E-mail: vanderleypr05@yahoo.com.br.

Nhá Maria, ao retornar a Ponta Grossa, decidiu que a imagem ficaria nesse lugar, até construir uma capela para melhor abrigá-la. Mas, por ter sido vítima de um roubo, que levou o dinheiro que guardava para esse fim, decidiu que uma das salas de sua residência seria dedicada ao Divino, tornando-se um espaço de reza.

Ao dedicar um dos cômodos de sua residência ao Divino, Nhá Maria fez do lugar morada da divindade, pois passou a abrigar uma relíquia que veio a receber uma devoção particular. Prova disso foi a construção de um altar para que a imagem ficasse exposta e, mais tarde, a confecção de um ostensório para dentro dele inserir a imagem. Construía-se, assim, um “lugar sagrado”.

De acordo com Solange Ramos de Andrade, um lugar considerado sagrado se define pela devoção das pessoas: “é um lugar de troca e a divindade, a mediadora” (ANDRADE, 2015, p. 85). Passou-se, portanto, na casa de Nhá Maria, a se realizarem cerimônias cuja função era homenagear o personagem principal de todo o processo, o Divino Espírito Santo. Anulavam-se, assim, as funções que a casa teve antes: passava, a partir daquele momento, a ser o lugar do Divino.

Era nesse lugar que Nhá Maria, seus familiares e amigos começaram, de maneira reservada, a se reunir; por meio de celebrações ritualísticas, passaram a homenagear o Divino Espírito Santo. A característica intimista do início dessas manifestações foi sendo, aos poucos, substituída por um ritmo mais “agitado”, situação reforçada após a morte de Nhá Maria. Com a segunda geração das “guardiãs do Divino”, a casa passou a receber mais pessoas, em sua maioria alheias à família. Esses visitantes deram o título à residência de “Casa do Divino”, o que fez a devoção mantida naquele espaço ganhar repercussão em outros territórios³.

Na crença religiosa, o lugar sagrado colabora com a quebra do tempo profano, pois, a partir do momento em que os indivíduos estão ali reunidos, desenvolvendo suas práticas devocionais, passam a vivenciar o tempo sagrado. No caso da Casa do Divino, isso tinha ainda mais força, pois o lugar era considerado constantemente sagrado, visto que abrigava a divindade da devoção de forma permanente. Na visão dos devotos, esse lugar era portador de uma *epifania*, que contribuía na ruptura do tempo cotidiano, instaurando o tempo sagrado (ELIADE, 1992).

De acordo com Stuart Hall (1997), as práticas culturais acontecem e se materializam em lugares, a partir de uma trama que envolve memórias, costumes e valores vivenciados por sujeitos sociais. Ao defender que o indivíduo, sobretudo o “pós-moderno”, tem mais de uma identidade, as quais são construídas histórica e socialmente, o autor nos leva a acreditar que o fenômeno religioso também está presente na construção identitária. A ligação que se estabelece com o lugar está relacionada à identidade construída de cada indivíduo. Homens e mulheres encontram em determinados lugares elementos que contribuíram na formação de suas identidades, sejam coletivas, sejam individuais.

Nesse sentido, acreditamos que o lugar sagrado cumpre a função de colaborar no processo de manutenção da devoção. O cristianismo institucionalizado sempre elegeu lugares sagrados, podendo ser capelas, igrejas, santuários, templos, entre outros. Eles compõem a materialidade do divino, pois reúnem aspectos físicos que orientam as experiências religiosas. Os lugares em que as celebrações religiosas acontecem passam a ser considerados pelos seus praticantes como um lugar especial, de profunda e intensa emancipação espiritual, onde os devotos-fiéis buscam o desenvolvimento de sua espiritualidade (GIL, 2005).

No que se refere aos lugares sagrados da religiosidade não institucionalizada, podem-se destacar as capelinhas, alguns túmulos⁴, certas casas, recintos que se tornam “ponto de peregrinação”. Esses espaços são lugares de

³ Atualmente a rua em frente à Casa do Divino é a Santos Dumont, e o número da casa é o 524; na lateral, encontra-se a Rua Marechal Deodoro da Fonseca.

⁴ Em Ponta Grossa, um exemplo de túmulo considerado um “lugar sagrado” é o de Corina Portugal, localizado no Cemitério

memória de determinadas devoções, onde os devotos materializam seus sentimentos e valores religiosos; ou, ainda, são superfícies que se confundem com a própria devoção (SCHNEIDER, 2001). É nesse contexto que se insere a Casa do Divino em Ponta Grossa.

Na complexidade da religiosidade, na qual práticas institucionalizadas e não institucionalizadas se envolvem pelo hibridismo, ir à capela, à igreja, ao santuário ou a um lugar sagrado da religiosidade popular significa ir até a divindade, atribuindo, assim, mais solenidade ao ato religioso. Esses lugares são responsáveis por integrar e identificar os seguidores de uma determinada prática religiosa.

Através deles, as pessoas se sentem inseridas em uma esfera religiosa e passam a praticar sua religiosidade em conjunto. Portanto, esses lugares abrigam o coletivo, constroem e reafirmam uma identidade coletiva, que é mantida pelo encontro dessas pessoas nos lugares. Assim, a manutenção das áreas identificadas como sagradas favorece a noção de que os indivíduos partilham uma identidade comum, um sentimento de integração e de pertencimento a uma comunidade religiosa. Juntos seguem normas e práticas coletivamente construídas e compartilhadas⁵.

A Casa do Divino passou, portanto, a servir de ponto de encontro dos devotos, onde se trocavam informações, faziam-se amizades, pagavam-se as promessas e rezava-se para o Divino. Esses fatores passaram a contribuir para a propagação e manutenção tanto da devoção como do lugar. A edificação passou a ser “elo” entre o devoto e o sagrado e teve a função de manter viva essa devoção na cidade, pois o recinto fortificou as relações sociais desses indivíduos. Afinal, ali reunidos, além de louvarem ao Divino, era possibilitado o encontro e o estar entre pares. Era nesse ambiente que as tramas sociais encontravam seu *locus* e se desenvolviam na plenitude da sociabilidade.

A imagem do Divino, que se encontrava sobre o altar, era reverenciada a cada entrada de devotos na Casa do Divino e conduziu procissões “solenes”. Já as bandeiras, além de serem veneradas, eram tocadas, beijadas, tornavam-se mantos que cobriam os devotos e os envolviam na sacralidade. Os significados atribuídos às bandeiras se ampliavam, pois também eram usadas para abrir e conduzir procissões; materializavam o Divino nas visitas que anunciavam a festa; consistiam em símbolo protagonista no ritual do “Batismo no Divino” (que problematizamos no último capítulo); e abrigavam em seu mastro as fitas votivas, as quais representavam partes ou o todo do corpo humano que necessitava de cura, na dialética dos votos e ex-votos.

Identificamos que a própria Casa do Divino se tornou um símbolo dessa devoção, pois à residência foi atribuído sentimento e valor de “lugar sagrado”, tornando-a o guardião da memória da devoção ao Divino. A edificação e o império ali construídos faziam os devotos viverem e reforçarem a sua crença, pujante pelas múltiplas simbologias ali presentes, com o poder de trazer à tona memórias. Deparar-se com o quadro de Nhá Maria ao fim do corredor de entrada era, para os devotos, mergulhar nas lembranças de histórias vividas ou relatadas pelos seus antepassados. Adentrar a sala do Divino pela porta à direita do corredor de entrada e se deparar com a imagem do Divino sobre o altar, ladeado pelo quadro do “achado da imagem” (à esquerda) e pelas bandeiras dessa devoção (à direita), era vivenciar o tempo sagrado; fazer reverência, com genuflexão ao império ali constituído, era acreditar

São José. Esse túmulo abriga o corpo de uma mulher assassinada pelo esposo, Alfredo Marques de Campos, com 32 facadas em 26 de abril de 1889. O caso teve grande repercussão na cidade, o que fez os antigos habitantes da cidade elevarem Corina à condição de santa; contudo, sua santidade não é reconhecida pela Igreja Católica (PETRUSKI, 2012).

⁵ São muitos os lugares tidos como sagrados: casas de rezas indígenas, igrejas dos cristãos, mesquitas islâmicas, sinagogas dos judeus, terreiros de candomblé e umbanda, entre muitos outros. Esses lugares são classificados como espaços construídos pela ação humana. No que se refere aos lugares sagrados da natureza, podem ser destacados: rios, como o Ganges na Índia, considerado sagrado pelos hinduístas; árvores: como o baobá, considerado sagrado pelos candomblecistas; caminhos, como Santiago de Compostela. Algumas cidades também são consideradas sagradas para algumas culturas religiosas, tais como Jerusalém, em Israel, e Machu Picchu, no Peru (GIL, 2005, p. 108.).

que seus problemas vivenciados no outro tempo — o ordinário — tinham solução. Essa era a crença de milhares de pessoas que frequentaram a Casa do Divino⁶.

Foi por esse motivo que esse lugar sagrado passou a ser preservado pelas pessoas que o frequentavam, pois, ao preservar a casa, preservava-se a própria devoção. Isso foi perceptível a partir das lutas que os devotos travaram em busca da preservação da Casa do Divino através de seu tombamento. O processo iniciou a partir de 1994, ano em que ocorreu a retomada das ações desenvolvidas na Casa do Divino, no momento em que Lídia Hoffmann Chaves assumiu, de fato, o espaço e gradativamente passou a coordenar as celebrações. Delineava-se um novo sentido à devoção ali realizada; buscava-se a patrimonialização do imóvel e das práticas religiosas nele desenvolvidas.

A BUSCA PELA PATRIMONIALIZAÇÃO

Reconhecer um objeto, um imóvel, um lugar ou práticas como patrimônio cultural⁷ é o mesmo que preservar a memória, a identidade, a história e a cultura de uma coletividade. É legitimar o valor simbólico daquilo que as pessoas, na individualidade e/ou na coletividade, consideram ser importante, representativo. Compreendemos que o “patrimônio é vivo, permanentemente em processo, e sua configuração constitui-se por meio das relações que uma sociedade mantém com sua história” (BENHAMOU, 2016, p. 11). Partindo dessa discussão realizada pela autora, encontramos em nosso objeto dois pontos a serem aqui explicitados: temos um imóvel, representativo de um tempo, e práticas religiosas nele realizadas que reforçavam a necessidade de preservação. Portanto, o imóvel, somado às práticas devocionais, compunha o patrimônio histórico cultural “Casa do Divino” a ser tombado⁸.

Considerando esses dois pontos, ocorreu um movimento coletivo em busca do reconhecimento da Casa do Divino enquanto patrimônio cultural, momento em que os proprietários do imóvel e os devotos do Divino uniram forças e passaram a buscar o reconhecimento patrimonial desse lugar e, conseqüentemente, das práticas ali realizadas. Acreditamos que a devoção é individual, mas é externada, em muitos momentos, na coletividade, e isso foi de extrema importância no êxito do tombamento da Casa do Divino, que representava a devoção, a memória e a história de um grupo. Procuramos entender esse processo porque identificamos que a atuação dos devotos nesse acontecimento se caracterizou como uma das táticas (CERTEAU, 1994) encontradas por eles para homenagear o Divino, manter viva essa tradição e preservar suas memórias individuais e coletivas.

Com o tombamento, a memória da devoção ao Divino seria reconhecida e, portanto, preservada. Foi principalmente por esse motivo que os devotos do Divino encamparam essa bandeira. Nossas fontes nos revelaram

⁶ Lídia Hoffmann afirmou ao Jornal da Manhã (2003, p. 4) que a configuração do espaço teve poucas mudanças ao longo dos anos e que a disposição do Império do Divino se manteve, com a imagem sobre o altar que ocupava o centro da sala, do seu lado esquerdo o quadro do “achado da imagem do Divino” e, do direito, os mastros com as bandeiras. O que se modificava eram os quadros de santos nas paredes, que, de tempos em tempos, eram substituídos devido ao seu grande número.

⁷ O patrimônio cultural se constitui em um conjunto de bens, de natureza material e/ou imaterial, que guarda em si referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos sociais. Apresentam-se em dois referenciais: tangível e intangível. O primeiro se constitui em bens materiais, como monumentos, edifícios, sítios arqueológicos, mobiliários, obras de arte, utensílios, vestuário e documentos; o segundo é constituído por bens imateriais, como lendas, rituais, festas, costumes, entre muitos outros (FONSECA, 2003, p. 66).

⁸ Tombamento é um conjunto de ações realizadas pelo poder público e alicerçado por legislação específica que visa preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização. No Brasil, o tombamento é previsto no artigo 216 da Constituição Federal: “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação”. Além disso, há as leis que criaram os conselhos em seus diversos níveis e estados: federal (decreto-lei nº 25/1937), estadual (lei nº 1.211/53) e municipal (lei nº 8.421/05 - COMPAC).

que, para os devotos, não existia separação desse patrimônio cultural. Ou seja, eles não desassociavam o imóvel das práticas nele realizadas e nem das memórias de seus antepassados, porque o sentido de “guardião da memória” atribuído à Casa do Divino era algo pertencente ao imaginário religioso ali constituído⁹.

Buscando que a Casa do Divino fosse tombada e, conseqüentemente, seu patrimônio cultural fosse preservado, o coletivo iniciou uma ação junto às autoridades responsáveis, no sentido de pressioná-las para que efetivamente o lugar e as práticas religiosas imateriais realizadas nele fossem preservadas com o aval do poder público. O órgão procurado foi o COMPAC – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, formado por uma equipe de conselheiros especialistas, entre os quais arquitetos, engenheiros, jornalistas, historiadores e advogados, que emitiam suas considerações sobre os imóveis a serem tombados na cidade.

Dado início ao processo, muitas problemáticas foram enfrentadas, inclusive a situação de desentendimento entre os próprios membros da família Chaves, uma vez que ainda não tinham chegado a um consenso em relação à preservação ou não do imóvel. Um dos periódicos da cidade expôs essa situação: “Casa do Divino completará 120 anos em outubro. Herdeiros se dividem na iniciativa de vender o imóvel *que ainda não é patrimônio cultural*” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2000, p. 6, grifo nosso). Sobre essa questão, Lídia Hoffmann afirmou que, desde que receberam a casa por herança, sofreram pressão por parte de alguns familiares (não citou nomes) que pretendiam vender o terreno, sendo que com isso a casa seria demolida para em seu lugar ser construído um prédio comercial (A VIRTUDE DA FÉ, 2015, 03:43). A casa chegou a compor o quadro de vendas de uma imobiliária local. Essa “disputa” familiar fez com que os devotos se preocupassem com os rumos que o culto ao Divino Espírito Santo tomaria, pois consideravam o local sagrado, lugar onde buscavam curas, milagres e conforto espiritual, além de espaço que simbolicamente guardava as memórias desses indivíduos.

Adriana Rodrigues afirmou que ficou preocupada quando passou pela Casa do Divino na época em que tinha uma placa de venda, pois “se vendessem a casa, como ficaria as coisas do Divino? Eu frequentava junto com a minha mãe, que tinha muita fé no Divino e me contava a história da casa” (PESQUISA DE CAMPO, 2006/2020). Diante desse fato descrito por uma devota, percebemos sua “memória herdada” (POLLAK, 1992, p. 205) vir à tona, ao mesmo tempo em que se mistura com recordações de sua mãe, falecida anos antes; afinal, “a memória se alimenta de lembranças” (NORA, 1993, p. 9). Essa narrativa nos fez entender que a memória é um “fenômeno construído”, que faz parte da pessoa, mas que também é recebida de seus antepassados, como foi o caso dessa devota. Ela recebeu de sua mãe o sentimento atribuído à Casa do Divino e associou a esse lugar a história de fé de sua genitora. Assim, acreditamos que, para ela, preservar a casa e as práticas ali realizadas significava mais do que preservar a devoção, também significava preservar a história de sua mãe.

Além de buscarem pelo processo de tombamento, a família Hoffmann Chaves e os devotos do Divino iniciaram uma procura por recursos para restaurar o imóvel deteriorado pelo tempo. A situação foi noticiada pelo Diário dos Campos (2003, p. B-4):

Com o grande fluxo de pessoas e mais de um século de existência a ‘Casa do Divino’ conserva até hoje a maioria de suas características originais, inclusive com muitas áreas danificadas pela ação do tempo. A atual mantenedora do local, a dona de casa Lídia Hoffmann Chaves chama a atenção para a situação da casa, referindo-se em especial ao telhado que está cedendo. Levada ao conhecimento de autoridades locais e estaduais, a casa conseguiu a destinação de R\$ 98 mil para a restauração de suas instalações através da Lei Estadual de número 13.133 de incentivo à cultura. Entretanto, desde sua aprovação, em novembro de 2002, não houve a liberação do dinheiro. Primeiro com o veto da lei

⁹ Foi a percepção que tivemos após analisarmos as entrevistas de devotos cedidas aos periódicos e ao COMPAC.

nos últimos dias do governo Jaime Lerner. Segundo, com o governo Roberto Requião, até o momento nada foi falado a respeito da retomada da Lei que aprovou o projeto da ‘Casa do Divino’, único de Ponta Grossa a ser incluso no Mecenato.

Quando analisamos o processo de tombamento, percebemos que essa tarefa não foi fácil, sendo necessários muitos esforços por parte da família responsável pela casa e dos fiéis junto às autoridades. A Casa do Divino passou por um estudo oficial de quatro anos (2002-2006), período em que se reuniram elementos que levassem o imóvel a ser tombado.

O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (Compac) deve realizar ainda neste mês o tombamento de oito imóveis de Ponta Grossa. O pré-tombamento [sic] já foi decretado e agora estão correndo os prazos legais para a seção pública, que aprovará a inscrição no livro tomo *dos prédios centenários que ajudaram a escrever a história do Município*. Entre os incluídos na lista de pré-tombamento [sic], a maioria são prédios conhecidos por toda a população e que *fazem referência direta a história do Município*. A Casa do Divino, localizada na Rua Santos Dumont, 524, conforme Angela [Diretora de Patrimônio Cultural da Fundação Cultural], é uma construção que se refere à memória ponta-grossense e abriga eventos que retratam a fé popular (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2004, p. 7, grifo nosso).

Interessante observar no fragmento a associação que o jornal fez dos imóveis a serem tombados com a história de Ponta Grossa, afirmando que eles “ajudaram a escrever a história do Município” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2004, p. 7). O fato de o jornal com maior circulação¹⁰ da cidade fazer essa afirmação nos leva a acreditar que ele contribuiu na valorização e no reconhecimento desses imóveis enquanto patrimônio cultural de Ponta Grossa.

Ao cruzar nossas fontes, conseguimos entender que a reportagem foi finalizada destacando a Casa do Divino porque Lídia Hoffmann Chaves, com a aproximação da época festiva, procurava a imprensa para a divulgação da festividade: “era um trabalho de formiguinha, divulgava a festa nos jornais, na rádio e até na TV”; e, no período em que a casa passava pelo processo de tombamento, “aproveitava para reforçar a necessidade do reconhecimento desse espaço como local de fé popular”, destacou a responsável pela Casa do Divino (A VIRTUDE DA FÉ, 2015, 7:23).

O fato de Lídia Hoffmann Chaves recorrer à imprensa e com ela construir uma representação sobre a Casa do Divino nos faz enquadrar essa ação enquanto uma tática (CERTEAU, 1994) da mantenedora da casa para valorizar as manifestações de fé do lugar, associando-as à história da cidade. Destacar que a Casa do Divino fazia parte da história de Ponta Grossa era ressignificar a memória dessa devoção, pois palavras sempre pronunciam e sustentam atos; nesse caso, construíram um novo sentido à devoção, o de patrimônio.

Depois da reportagem, a Casa do Divino esperou por mais dois anos para ser tombada. Continuaram os estudos a respeito de seu tombamento, alicerçados na “importância histórica e de memória” que esse lugar detinha. Foi esse o caminho que Lídia Hoffmann Chaves, juntamente com os devotos, percorreu para conquistar a patrimonialização, pois foi no processo de tombamento que identificamos o “enquadramento da memória” (POLLAK, 1992, p. 206).

Ou seja, essa movimentação, encabeçada por Lídia Hoffmann Chaves, buscou se amparar na memória da devoção realizada na Casa do Divino para conquistar sua patrimonialização. Isso é evidenciado nas entrevistas, quando afirmava que: “A Casa do Divino correu o risco de morrer, mas graças a Deus está funcionando. Não podíamos deixar que essa devoção, tão bonita, cultural e religiosa construída no século XIX por Nhá Maria do Divino, se perdesse” (GAZETA DO POVO, 2003). Nessa narrativa, percebemos que a mantenedora da Casa do

¹⁰ Com tiragem de 800 exemplares durante a semana e 1000 aos domingos somente em Ponta Grossa.

Divino buscou selecionar elementos ligados à memória, à cultura e à história do lugar; ela enquadrava a memória do Divino na busca pela patrimonialização.

A fala de Lídia Hoffmann Chaves nos revela também a “memória herdada” e o processo que ela fez de buscar nessa memória a ressignificação da crença no Divino. Buscou referência no passado para legitimar essas práticas no presente, dando a elas outro sentido. Michael Pollak (1992) nos ajuda a entender essa problemática. Para esse autor, existem “elementos da memória” coletiva e individual, são eles: acontecimentos vividos pessoalmente e outros vividos “por tabela”, que são aqueles vivenciados pelo grupo a que o indivíduo pertence ou herdados de outras gerações que passam a ser fixados na memória como se o indivíduo tivesse vivenciado aquele momento.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no final das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que por meio de socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada (POLLAK, 1992, p. 206).

Isso pode ocorrer com pessoas, personagens e lugares de memória, tal como ocorreu com o imaginário construído sobre a devoção ao Divino. Para os devotos do Divino, a história vivenciada por Nhá Maria, transmitida de geração em geração, fixou-se de tal forma na memória desses indivíduos por meio da “socialização histórica” e reforçada pela edificação que abrigava os símbolos do Divino, que essas pessoas identificavam naquele passado elementos de sua identidade individual e coletiva sem tê-los vivenciado. Além dos fatos vividos por Nhá Maria, temos aqueles vivenciados por familiares de devotos, que também foram transmitidos de geração em geração. A própria devoção foi, para muitos, uma herança. Rosana de Oliveira Machado confidenciou que sua mãe e suas tias frequentavam a Casa do Divino: “nós vinha [sic] junto, aprendemos a pedir e agradecer ao Divino, como a mamãe fazia e eu continuo vindo aqui, virou uma tradição, né! É assim que fala, né?” (PESQUISA DE CAMPO, 2015/2020). A construção dessa narrativa nos mostra o que Michael Pollak (1989, p. 9) sintetizou: “existe uma interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”.

Essa memória também cumpria outro papel: solidificava as relações desse grupo religioso, visto que as recordações de fatos vivenciados por Nhá Maria e pelos antepassados dos devotos do Divino, transmitidos de geração em geração, construíram o sentimento de identidade individual e coletiva dos indivíduos pertencentes a esse grupo. Desenvolver essas práticas religiosas era o mesmo que encontrar-se consigo, com seu passado, com sua história, pois a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e até mesmo de instituições, afinal:

A Memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 205).

Após a finalização dos estudos, o imóvel foi considerado presença importante na paisagem da cidade, contemplando os conceitos de patrimônio tangível e intangível. A Casa do Divino foi tombada em 4 de agosto de 2006 e, de acordo com o parecer dos membros do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, a residência tinha: “Valor arquitetônico, histórico e referencial como lugar de memória, e como patrimônio cultural intangível, muito presente na residência construída na Rua Santos Dumont, 524” (COMPAC, 2006, p. 9).

Com o tombamento, tanto o material (a edificação) quanto o imaterial (as práticas) passaram a ser reconhecidos como patrimônio cultural “Casa do Divino”. Depois do tombamento, iniciou-se a busca por recursos para o restauro, os quais não vieram da lei nº 13.133, como estava previsto. O valor necessário para o processo de restauro era de R\$ 130 mil. Desses, R\$ 30 mil foram conseguidos junto ao poder público municipal através da Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, importância usada no restauro da fachada e no telhado da residência. Os restantes R\$100 mil foram conseguidos através de financiamentos realizados pela família herdeira da residência. Muitos devotos colaboraram com a campanha “A Fé Restaura”¹¹ com doações voluntárias para pagar a dívida.

As doações foram consideradas como uma forma encontrada pelos fiéis para manter viva a memória religiosa por eles professada no interior do lugar que guardava as relíquias dessa devoção. Ou seja, os devotos entendiam a Casa do Divino enquanto um lugar que materializava suas memórias. Contribuir com sua manutenção era o mesmo que preservar sua história pessoal, pois, na significação simbólica, esse lugar de memória garantia a “cristalização da lembrança e sua transmissão” (NORA, 1993, p. 21).

O restauro durou um ano. Nesse período, as celebrações em louvor ao Divino ocorreram no salão paroquial da Igreja Matriz. Em 2007, com a finalização do restauro, a Casa do Divino foi reaberta.

A reabertura do imóvel, *que faz parte do patrimônio cultural de Ponta Grossa*, ocorreu no último dia 18, para o início da novena, que termina hoje, a partir das 14 horas. [...] A reforma atingiu o piso, o telhado e a fiação elétrica. [...] Quem agradece são os devotos. Zeneida Ayres Martins Dantas, 82 anos, diz ser devota do Espírito Santo desde a infância, quando aprendeu a rezar com a mãe. ‘Fui embora para o Rio de Janeiro e tive uma depressão muito forte, me apeguei às orações e hoje estou bem. Voltei a morar em Ponta Grossa e sou freqüentadora [sic] assídua da casa’, comenta (GAZETA DO POVO, 2007, p. 9, grifo nosso).

A reportagem mencionada, tratando da reabertura da casa, nos permite identificar de forma mais nítida a ligação da memória com a construção identitária. Quando a senhora Zeneida A. Martins Dantas, com seus 82 anos, lembrou que era devota do Divino desde quando “aprendeu a rezar com a mãe”, ela buscou referências no passado sobre sua identidade religiosa, sendo esta construída a partir de uma herança de sua mãe. Foi por essas ligações emocionais com a Casa do Divino que os devotos buscaram com anseio sua preservação.

Como afirmamos anteriormente, os devotos do Divino não separavam as práticas religiosas da edificação onde elas eram realizadas, por isso o patrimônio “Casa do Divino” era entendido no conjunto formado pelo material e pelo imaterial. Em relação às práticas religiosas, foram entendidas aqui como intangível, “o transitório, fugaz que não se materializa em produtos duráveis” (FONSECA, 2004, p. 66) e são representadas no saber e no modo de fazer. Neste caso, o modo de fazer as diversas ações religiosas em honra ao Divino, tais como novenas, procissões, rezas, apresentações, pedidos de bênçãos e a festa.

Cecília Fonseca (2004) destaca a construção do sentido de identidade proporcionado pelo patrimônio imaterial:

Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado por comunidades e grupos em resposta ao seu meio ambiente, sua interação com a natureza e suas condições históricas de existência, e lhes proporciona um sentido de identidade e continuidade, promovendo assim o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana (FONSECA, 2004, p. 22).

¹¹ Campanha realizada pela família Hoffman Chaves e pelos devotos do Divino para restaurar o imóvel.

Partindo dessa perspectiva, percebemos a importância das celebrações em honra ao Divino Espírito Santo para a comunidade de devotos, pois era através dessas práticas, transmitidas de geração em geração e recriadas constantemente, que foi proporcionado o sentido de identidade individual e, sobretudo, coletiva. Era nesses momentos de celebrações na Casa do Divino que os devotos estavam entre iguais (MAGNANI, 1984) pela forma de expressar sua fé. Juntos, passavam a edificar uma herança cultural carregada de práticas, representações, saberes e fazeres, elementos que os identificavam.

Em muitos momentos, o processo de tombamento destacou a imaterialidade do patrimônio “Casa do Divino”, como no trecho a seguir:

[...] esse edifício possui uma característica muito peculiar de patrimônio cultural intangível, representado pelo culto ao Divino Espírito Santo que acontece em seu interior, pois na sala frontal existe um altar, onde as pessoas se dirigem para fazer suas orações (COMPAC, 2006, p. 23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido “ao rico valor histórico e o fato que a antiga tradição da veneração ao Divino permanece viva, é de grande importância a preservação do espaço em questão” (COMPAC, 2006, p. 23), afirmou o parecer final do processo de tombamento. Portanto, o espaço era dotado de valor, investido de uma aura simbólica, onde uma multiplicidade de relações se desenvolvia, construídas na esfera material e imaterial. Com o tombamento e com a preservação do conjunto patrimonial, estava se preservando a história e a memória da sociedade ponta-grossense, da qual os devotos do Divino faziam parte.

Nessa resignificação de memórias, o material precisava do imaterial e vice-versa, pois ambos se entrelaçavam e um fortalecia o outro, formando o patrimônio cultural “Casa do Divino”, que, por sua vez, avigorava o sentido de identidade coletiva. Por fim, pela preservação desse patrimônio, era garantido ao grupo “Devotos do Divino” o “direito a memória” (FONSECA, 2003, p. 67).

REFERÊNCIAS

Documentais

A VIRTUDE DA FÉ: A Devoção ao Divino Espírito Santo. Direção: Giovanni Romano Cardoso. Produção: Giovanni Romano Cardoso; Fábio Gurski; Vanderley de Paula Rocha. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2015. Versão original. 1 DVD. son; color.

COMPAC. **Processo de Tombamento do Imóvel “Casa do Divino”**. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa-Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.

Diário dos Campos, Ponta Grossa, 19/02/2000.

Diário dos Campos, Ponta Grossa, 05/05/2004.

Gazeta do Povo. Curitiba, 26/05/2007.

Jornal da Manhã, Ponta Grossa, 13/04/2003.

ROCHA, Vanderley de Paula. **Pesquisa de Campo**. Ponta Grossa, 2006-2020.

Bibliográficas

- ANDRADE, Solange Ramos de. **O catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)**. Maringá: Eduem, 2012.
- ANDRADE, Solange Ramos de. **Santo de Cemitério: a devoção ao Menino da Tábua (1978-1994)**. Maringá: Eduem, 2015.
- BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAMMA, Guisela V. Frey. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa [s.n], 1988.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FONSECA, Cecília. Patrimônio e performance: uma relação interessante. *In*: GARCIA, Marcos Vinícius Carvalho; GUSMÃO, Rita; TEIXEIRA, João Gabriel L. C. (orgs) **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re) tradicionalização**. Brasília: ICS-UnB, 2004.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DPDA, 2003.
- GIL, Silvio Fausto. Espaço de representação e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. **O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 91-129, 2005.
- HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khaury. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.
- PETRUSKI, Maura Regina. Eu oro, Tu oras, Eles oram para Corina Portugal. **Revista Brasileira de História das Religiões/ ANPUH**, n. 12, jan. 2012.
- SCHNEIDER, Marília. **Memória e História: misticismo, santidade e milagre em São Paulo**. São Paulo: T. A Queiroz, 2001.

UM PATRIMÔNIO DO MEDO BRANCO: HISTÓRIAS E REPRESENTAÇÕES NO PAVILHÃO ANEXO LUCAS DA FEIRA/MCS

Lázaro de Souza Barbosa¹

Resumo: O presente trabalho se interessa em discutir as histórias e representações das experiências negras encontradas no Pavilhão Anexo do Museu Casa do Sertão/UEFS. Nomeado de Lucas da Feira, referência ao escravizado filho de africanos, o Pavilhão contém médias e grandes peças, artefatos culturais do universo escravista interiorano e pedaços de narrativas que encenam fragmentos dos passados feirenses e circunvizinhos, com a presença de uma destacada cultura material do trabalho de pessoas pretas e pobres do interior baiano. Configurado como espaço informal de saber, marcado por interesses e disputas, o Pavilhão Lucas da Feira tem relações com um mapa complexo de rupturas e repetições a respeito de como as histórias e representações do povo negro são cultivadas e dadas a ver numa sociedade racista.

Palavras-chave: Patrimônio; Lucas; Educação.

UM PATRIMÔNIO DO MEDO BRANCO

Um conjunto significativo das histórias e representações sobre o escravizado Lucas Evangelista dos Santos – que atravessa, caracteriza e torna o Pavilhão Anexo do Museu Casa do Sertão/UEFS um espaço informal de produção e difusão de saberes – advém de um transhistórico *medo branco* a respeito das matérias e formas de expressão do povo negro.

Os grupos diversos de estudantes que visitam o Pavilhão Anexo Lucas da Feira, fundado em 1997, que aprendem naquele espaço e travam contato com um relevante acervo material da policultura escravista feirense, estão diante de um *patrimônio do medo branco*. Isto porque a razão, uma espécie de matriz de poder, na qual estão assentadas as histórias e representações urdidas sobre Lucas, é componente vital do imaginário racista das elites comerciais e agrárias que ainda monopolizam as estruturas de comando na cidade de Feira de Santana e região.

Os usos do passado, investidos no soerguimento de histórias e representações únicas sobre Lucas, informam parte de um processo complexo de criminalização deste escravizado, iniciado ainda no século XIX feirense. O cultivo de representações unidimensionais, que tradicionalmente foi aplicado no campo das histórias antinegras brasileiras, da conta, parafraseando a psicanalista Grada Kilomba, de uma *plantation das memórias*, onde a espoliação do povo negro atingiu terrenos imateriais, fazendo com que, por exemplo, grande parcela das disputas em torno das histórias e representações sobre Lucas estivesse situada no afrontamento aos delírios e fantasias racistas do *medo branco*, sobretudo porque este representa e protege historicamente interesses e projetos concretos de uma sociedade antinegra.

É esse o mapa complexo de rupturas e repetições que fornece sentido a geografia do Pavilhão Anexo Lucas da Feira no que diz respeito à formulação das suas narrativas museais e à distribuição expográfica das suas peças. As consagradas formas de ver e dizer Lucas da Feira são capítulos de uma história do medo branco. São como

¹ lazzosza@gmail.com. Graduando em História pela UEFS. Professor do Projeto Popular de Educação Malungos, Anguera/BA.

vestígios, encenações dessa e de outras histórias, que as médias e grandes peças compõe o acervo do Pavilhão (Imagem/**Anexo I**).

Durante seu processo de consolidação, o Anexo Lucas da Feira foi adquirindo contornos de um espaço onde também se aprende. Um espaço museu potente no tocante as possibilidades de tencionar e desestabilizar as histórias únicas sobre Lucas. Um ambiente informal de saber que certamente pode atuar e/ou atua na formação de identidades sociais de jovens estudantes que por lá passam. Daí a fundamental necessidade de posicionar o projeto político e racial de representação empreendido em torno do escravizado Lucas da Feira. Daí a tentativa de compreender os questionamentos à existência do Pavilhão com aquele nome e sentidos históricos. Nesse contexto, busco examinar o museu e seu *comportamento racial*, tentando perceber as estratégias e narrativas manejadas para se construir as representações sobre Lucas da Feira.

Influenciado pelo referencial teórico disponibilizado nas obras de Bell Hooks e Roger Chartier, este trabalho se localiza na discussão a respeito das relações de poder e racismo que atravessam as histórias e representações no Pavilhão Anexo Lucas da Feira. Questionar os discursos elaborados em torno dos artefatos culturais ali presentes e as histórias de Lucas, é de suma importância para que se entenda o papel do Pavilhão no campo de possibilidades de uma perspectiva museu antirracista.

Bell Hooks nos informa, em seu livro *Anseios*, o quão é necessário “questionar a política subjacente a certas representações (HOOKS, 2019, p. 38)”. Em outro livro de sua autoria, *Olhares negros: raça e representação*, Hooks discute “a indissociabilidade entre política e representação” e entre “dominação e representação (HOOKS, 2019, p.11)”, sinalizando, por exemplo, sobre “o poder que as representações têm de influenciar a formação da identidade social (HOOKS, 2019, p. 38)”.

Se debruçando também sobre as políticas e práticas de representação, Roger Chartier, em seu livro *Entre práticas e representações*, indica que “as representações do mundo social, [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam (CHARTIER, 1990, p. 16)”, de modo a se fazer necessário o exercício constante de pensar historicamente essas representações. Vale dizer que interrogar as representações sobre o povo negro numa sociedade racista, é uma atividade histórica e política, implicada na necessidade de um comprometimento analítico que reconheça o papel do racismo nos espaços formais e informais de saber. Reconhecer que nas formas museais de significar o tempo, as questões raciais inspiram a construção das narrativas, ainda que a partir do silêncio, ainda que a partir de uma aparente neutralidade ou rigor profissional.

Os processos de patrimonialização estão cercados de sentidos e interesses políticos, às vezes pouco evidentes, mas sempre atuantes. Durval Muniz de Albuquerque, na obra *O Tecelão dos Tempos: novos ensaios de teoria da história*, afirma que “a palavra patrimônio está ligada, desde Antiguidade, a um universo de significação em que o ato de transmitir uma herança, um legado, associa-se a ideia de que quem recebe deve cuidar (ALBUQUERQUE, 2019, p. 152)”. Esse universo semântico que foi conferindo inteligibilidade à noção de patrimônio na história e no pensamento ocidental, foi também ganhando novos elementos. Segundo Durval Muniz, “o patrimônio que fala da morte, da perda, passa a falar também da continuidade, da permanência, da imortalidade (ALBUQUERQUE, 2019, p. 152-153)”. É a perenidade do medo na zona das histórias e representações sobre Lucas da Feira, que confirma a hipótese de que destacada parte destas, foi fundada a partir dos delírios e das fantasias raciais.

É necessário apontar que “o processo de patrimonialização crescente de tudo” nasceu da “emergência de uma ordem social cada vez mais desrespeitosa em relação à tradição, que rejeita e contesta toda e qualquer herança, que quer ter nas mãos a construção de novos e outros tempos (ALBUQUERQUE, 2019, p. 154)”. É diante da fabrica-

ção desses “novos tempos” em Feira de Santana que acontece a expansão do Museu Casa do Sertão, resultando na construção do Pavilhão Anexo Lucas da Feira. Décadas finais do século XX, tempos associados ao risco da perda de um conjunto de noções, práticas, artefatos culturais e históricos que foi enfeixado no conceito de ‘cultura popular’. O Pavilhão se torna, assim, um espaço que evoca e convoca as histórias e representações a respeito de Lucas.

O Pavilhão ganhou o nome de Lucas (Imagem/**Anexo II**) a partir de uma votação realizada na reunião do Conselho Superior da Universidade Estadual de Feira de Santana nos idos da década de 1990. Junto ao de Lucas para nomear o espaço museau, concorriam nomes de outras figuras históricas da cidade, como o do poeta Godofredo Filho, por exemplo.

Segundo o texto disponibilizado no site do Museu Casa do Sertão, “o Pavilhão Anexo Lucas da Feira homenageia a figura histórica regional que se rebelou contra a escravidão em Feira de Santana e região”. Um espaço “inaugurado em 30 de junho de 1997” e que “abriga peças de uma Feira de Santana colonial, agrária e escravista, como carros de boi; máquinas de antigas casas de farinha [...]; objetos utilizados no preparo de alimentos [...]; instrumentos de trabalho no campo, como arados e a moenda de cana”, por exemplo. É nessa relação construída em torno das histórias de Lucas e as peças do Pavilhão, que este trabalho está situado.

Daí a formulação de outra hipótese desenvolvida aqui, a de que o Pavilhão Anexo tem a sua narrativa museau centrada nas peças que compõe seu acervo, e não necessariamente no sujeito histórico homenageado. Tratarei disso mais a frente. O que quero pontuar aqui é que,

Todos os objetos, bens móveis e imóveis, saberes e fazeres, manifestações e expressões artísticas e culturais, matérias e formas de expressão recobertas pela categoria patrimônio foram produto, em algum momento, de seleção, de atribuição de sentido e significado, foram produto da ação de agente sociais e políticos que as vieram selecionar, destacar, colecionar, organizar, classificar, atribuir sentidos que eles não portavam naturalmente (ALBUQUERQUE, 2019, p. 159).

Diante dessas questões, identifica-se que “o patrimônio, tal como concebem hoje os praticantes das ciências sociais, [...] é produto de um investimento [...] simbólico em torno de expectativas, afetos, de preceitos éticos, de valores, de concepções políticas”, assim como produto de um “investimento no campo político, mobilizando alianças, adesões, partilhamento de ideologias e de utopias (ALBUQUERQUE, 2019, p. 160)”.

Durval Muniz é enfático ao apontar a necessidade de “ao invés de pensar o patrimônio como coisas mortas, a exigência hoje é que efetivamente elas se tornem coisas vivas, sendo portadas, realizadas, praticadas, vivenciadas, para parcelas ou grupos significativos de uma dada sociedade (ALBUQUERQUE, 2019, p. 161)”. A necessidade de compreender que “o patrimônio histórico se acumula, se constitui por uma ação que ocorre no presente e visa o futuro (ALBUQUERQUE, 2019, p. 161)” e que, portanto, “podemos lidar com aquilo nomeado de patrimônio no sentido de abri-lo a novos afetos, a novos significados, a novas experimentações”, de modo a “fazê-lo vivo e disponível para novas conexões, para outros usos, para diversificados modos de circulação e apropriação por parte da população (ALBUQUERQUE, 2019, p. 163)”.

É inspirado nessas compreensões, que este texto nasce e incentiva “práticas de patrimonialização que não empalhem, mas que espalhem pelo social aqueles bens ou expressões patrimonializados (ALBUQUERQUE, 2019,

² FRAGMENTO TEXTUAL LOCALIZADO NO SITE DO MUSEU CASA DO SERTÃO, na aba espaços do Museu, Pavilhão Anexo Lucas da Feira. Disponível em: <https://mcs.uefs.br/esp%C3%A7os-do-museu/pavilh%C3%A3o-anexo-lucas-da-feira> Acesso em: 22 set. 2020.

p. 163)”. É com esse anseio que busco examinar as narrativas, as histórias e representações sobre Lucas da Feira no espaço informal de saber, o Pavilhão Anexo do Museu Casa do Sertão/UEFS.

De acordo com Luis Fernando Cerri, em seu livro *Ensino de História e Consciência Histórica*, “as formas pelas quais as narrativas são usadas, e não apenas feitas, vão demonstrar a incorporação de determinados padrões normativos da consciência histórica (CERRI, 2011, p. 49)”. É nessa teia que acontece “a perspectiva de articulação entre os processos históricos em si e os processos de produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico (CERRI, 2011, p. 49)”.

Diante disso, esse trabalho foi projetado em dois momentos. O primeiro é dedicado à reflexão sobre o discurso museau identificado no Pavilhão Anexo Lucas da Feira, onde pode ser destacada a ênfase dada às peças e não necessariamente à história de Lucas, sujeito histórico que referencia aquele espaço. É um momento onde tento entender *o escravizado na história das peças*. De como a história deste é representada de forma ainda lateral, mesmo sendo num espaço que carrega seu nome. É uma narrativa que privilegia a apresentação e representação das peças e não do sujeito.

Apontado isso, no segundo momento são tecidas algumas considerações sobre a produção de presença a partir das narrativas museais. O objetivo é situar, no Pavilhão Anexo, as narrativas sobre Lucas da Feira e seu confinamento no tempo histórico escravista, onde dar-se a entender ser essa a única relação museológica possível de ser estabelecida com a história de Lucas e sua gente.

Esses dois momentos analíticos partem da compreensão da exposição museau como um texto a ser lido, um texto que é passível de gerar várias interpretações e sensações, que é movimentado nas circularidades das/os visitantes, que contém diversas histórias e representações, mas que sobre Lucas da Feira, ainda perdura as poucas ou únicas histórias e representações. É como se no Pavilhão de Lucas, ele não fosse (de novo) tão dele.

Aqui já não se fala mais de uma *Plantation das Memórias*, e sim de um *Pavilhão* delas, onde as espoliações historicamente seguem, onde o *medo branco* ainda exhibe seus delírios e fantasias como patrimônios imateriais de uma sociedade antinegra.

O ESCRAVIZADO NA HISTÓRIA DAS PEÇAS

As grandes e médias peças que dão corpo ao acervo do Pavilhão Anexo Lucas da Feira, representam histórias da policultura escravista da região, assim como guardam elementos da cultura material de trabalhadores e trabalhadoras rurais. É na conexão de histórias que essas peças permitem estabelecer, que a narrativa museau do Pavilhão sobre o escravizado Lucas da Feira é desenhada.

A visita ao Pavilhão é distribuída num roteiro iniciado pela breve apresentação sobre quem é o escravizado Lucas e qual a relação dele com o espaço, em seguida é iniciada a narrativa e o percurso pelas peças. Lucas, que logo de cara é apresentado na visita, vai sendo sombreado pelas narrativas e exposições sobre as peças, que são vestígios temporais do século XIX escravista na região, ou seja, são pertencentes a estratos de tempos da existência de Lucas, mas que ainda assim, não dão conta das experiências históricas desse sujeito.

No trabalho *Museu e Etnicidade: O Negro no Pensamento Museau*, de Nila Rodrigues Barbosa, são discutidas representações de histórias do povo negro no espaço museau. É uma obra necessária para pensarmos sobre as noções específicas de representação em museus. Segundo ela, “nas instituições museais, a representação pode

ser entendida como a ideia que se tem de alguém, de um fato ou de alguma coisa (BARBOSA, 2012, p. 29)”. É nos museus, que “representar significa dizer de determinado tema, pessoa ou objeto com propriedade tal que parece irrelevante inferir que a representação é uma interpretação, plausível, mas, não necessariamente, a única cabível (BARBOSA, 2012, p. 29)”. Ou seja, é possível construir representações e narrativas mais complexas sobre Lucas da Feira, para além das estabelecidas a partir das relações deste escravizado com as peças que conformam o acervo Pavilhão Anexo.

As histórias sobre Lucas não podem ser confundidas com as das peças. Elas podem até ser organizadas na mesma narrativa para enriquecer a expografia, mas não fundidas para a representação de uma cultura “sertaneja” onde o sujeito histórico pontualmente aparece.

Em meio às histórias e representações enfeixadas na narrativa e no roteiro museais do Pavilhão, se encontra um Lucas representado como que figura central, mas que é mencionado de forma lateral, inclusive por conta dos ritmos variados e dos contextos das visitas. A ideia de uma suposta centralidade em torno de Lucas se dá por meio de duas questões, sendo a primeira a de que é o nome dele que nomeia o espaço, portanto deve/se falar sobre. A segunda deriva em torno do ainda vigente e brutal desconhecimento histórico sobre Lucas na região, o que torna uma exposição mesmo acelerada, fonte de conhecimentos para diversas crianças, jovens e adultos, sobretudo pertencentes ao povo negro.

Diante disso, é possível afirmar que a organização das peças e das narrativas no Pavilhão Anexo Lucas da Feira, está implicada no uso de uma utensilagem mental, de uma tecnologia intelectual que pouco tem alcançado, por um conjunto de fatores, as histórias de Lucas, mesmo dispondo de um notável acervo documental a respeito deste escravizado.

Daí a necessidade de questionar o que os museus, no caso aqui o Pavilhão Anexo Lucas da Feira, expõem e representam a respeito das histórias do povo negro? Quais trocas simbólicas podem ser agenciadas a partir dessas representações museais? Quais as estratégias elaboradas para romper as camadas do medo branco, das fantasias e delírios racistas que recobrem as representações sobre Lucas da Feira? Quais referências culturais são acionadas para falar de Lucas da Feira no Pavilhão Anexo do Museu Casa do Sertão/UEFS?

Essas problemáticas podem escavar possibilidades de emergir representações museais mais profundas sobre Lucas da Feira, em específico no Pavilhão Anexo. Representações que possam se desvincular do transhistórico medo branco que torna as narrativas sobre Lucas, pontuais, quando não, apressadas e empobrecidas no tocante a história desse escravizado.

Devemos entender que a “produção de narrativas, das lembranças” é orientada “por intenções e produção de significados para o tempo”, trata-se de um processo de produção que traz consigo evidências dos usos “que indivíduos fazem de discursos ou representações sobre a história (CERRI, 2011, p. 33-34)”. Nesse sentido, é viável recorrer a uma passagem dos estudos do historiador Stephen Bann, quando ele sinaliza a validade em se questionar “como certas formações de discurso [...] desempenham um papel privilegiado na mediação de nossa percepção do passado? (BANN, 1994, p. 14)”. Com essa perspectiva, é possível questionar sobre qual representação do passado de Lucas é encenada no Pavilhão? Qual dimensão da sua história é possível ser conhecida a partir das narrativas e representações estabelecidas com as peças do Pavilhão? Entranhadas em narrativas que privilegiam as peças e não o sujeito, as representações e histórias sobre Lucas no Pavilhão permitem focos de aprendizagens? Elas criam condições para que se rompa com a tradição do silêncio que caracteriza o acesso à história de Lucas?

Se atentarmos para o que explica o historiador Eric Hobsbawm sobre o que é tradição e de como elas são inventadas, podemos melhor compreender a tradição de repetições e silêncios que organiza as histórias até aqui acessadas sobre o escravizado Lucas Evangelista dos Santos. Para Hobsbawm, “a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição (HOBSBAWM, 1984, p. 12)”. Sobre as histórias e representações relacionadas à Lucas, se impõe ainda a repetição do medo como matriz para se pensar esse sujeito.

Ainda se impõe o silêncio. Mesmo fazendo usos de expedientes, política e historicamente bem intencionados e comprometidos, o silêncio com verniz de inclusão e/ou resgate histórico prevalece.

Daí a necessidade da visita ao Pavilhão Anexo, dos questionamentos, pois é dessas relações que se descobre ser possível, através das histórias e representações de Lucas, conhecer muito sobre as peças ali expostas. Sendo que conhecer as histórias de Lucas por meio das peças, resulta na construção de um saber que não sedimenta aprendizagem, um saber precário sobre o sujeito, um saber que ‘não firma’ sentido histórico para quem ta visitando, um saber que foge na ‘saída da visita’ ao Pavilhão e na lembrança que fica das peças, mas não do escravizado feirense, filho de africanos, Lucas Evangelista dos Santos, o Lucas da Feira.

A PRODUÇÃO DE PRESENÇA NAS NARRATIVAS MUSEAIS

Essa ‘fuga do que se aprende sobre Lucas’, no Pavilhão Anexo do Museu Casa do Sertão/UEFS, está relacionada a uma produção de presença e de uma representação pouco profunda e dinâmica sobre este escravizado. Apoiado nos estudos do historiador Hans Ulrich Gumbrecht, em específico seu livro *Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir*, seria razoável a compreensão de que a exposição ‘permanente’ montada no Pavilhão Anexo, ela é geradora de efeitos de presença e de sentidos pouco definidos na narrativa geral que ordena a visita. Presenças e sentidos confinados num tempo distante, e ‘sempre’ o da escravidão.

Segundo Gumbrecht, “os efeitos específicos, não fundados no sentido das materialidades de comunicação, poderiam ser descritos como produções de presença (GUMBRECHT, 2010, p. 38)”. Esse historiador indica que as “técnicas de presentificação do passado tendem obviamente a enfatizar a dimensão do espaço – pois só em exibição espacial conseguimos ter a ilusão de tocar objetos que associamos ao passado (GUMBRECHT, 2010, p. 154)”. Seria oriunda dessa relação, a prevalência das representações das peças na narrativa museu do Pavilhão Anexo? Essa necessidade de presentificação do passado dificulta as condições elaborar representações e histórias sobre Lucas? São questões que se alcançadas em outras pesquisas, podem estar contribuindo para novos estudos a partir do Pavilhão Anexo Lucas da Feira. O que de saída já se sabe dessa relação, ainda com Hans Gumbrecht, é que “a tendência para a espacialização nos torna mais atentos/as às limitações da historiografia como meio textual nas atividades de tornar presente o passado (GUMBRECHT, 2010, p. 154)”.

Por isso, reitero a necessidade de mapear as estratégias desenvolvidas pela equipe do Museu para tornar possíveis as representações sobre Lucas no Pavilhão Anexo. Saber se existem essas estratégias, e se sim, como elas são organizadas para expandir as representações sobre este escravizado, ou sobre o povo negro de modo geral, para além dos tempos históricos da escravidão. O Pavilhão pode ser um espaço museu dedicado a outras dimensões e dinâmicas a respeito das experiências nas quais estava Lucas da Feira envolvido enquanto pertencente a um povo escravizado na diáspora. É possível agenciar outras dimensões temporais e culturais a partir das histórias e representações sobre Lucas nas exposições, ganhando elas mais dinâmicas inclusive. Isso implica, vale dizer, em uma

necessidade de mais recursos humano e orçamentário, onde a equipe museu tenha condições não só de pensar, propor e desejar projetos, mas de ter condições reais de executá-los.

Com essas condições em cena, poderia ser pensado, por exemplo, outras presenças na narrativa museu do Pavilhão, conectadas as formas outras de resistências, que foram manejadas em contextos distintos do da escravidão. Com elas, poderiam ser desenvolvidas rodas de leituras sobre histórias e temas do tempo presente a respeito do povo de Lucas, poderiam ocorrer construções e apresentações de cenas teatrais que tenham as histórias de Lucas como foco, ou as peças do museu como elementos de composição e dinamização da apresentação.

Tudo isso seria possível no espaço do Pavilhão, sem danificar o sentido do que é um espaço museu, permitindo a produção de presenças de um passado mais dinâmico, com efeitos de sentido mais plausíveis, implodido a lógica única da visitação, que limita o acesso a outras histórias e representações possíveis sobre Lucas da Feira, criando condições para a tentativa de catapultar os medos brancos do circuito histórico que dá sentido a história deste escravizado.

Se as exposições museais contam histórias, é certo também que elas evidenciam ou evocam memórias, anunciam e representam disputas, escolhas e silenciamentos. Que elas podem expandir os sentidos, presenças e relações possíveis de ser estabelecidas a partir das histórias e representações sobre Lucas da Feira. As vinculações temporais apresentadas na narrativa museu do Pavilhão podem ser afastadas das perspectivas que remetam ao patrimônio do medo branco, entendido aqui enquanto parte significativa das histórias e representações elaboradas sobre Lucas e que é materializada na peça do tronco de senzala, uma das que fundam a relação de Lucas com o Pavilhão. O escravizado feirense é referência nominal de um espaço museu cuja expografia contém um tronco, e a problemática aqui indicada é que tem sido historicamente essa a fonte de relação estabelecida pela equipe do Museu.

A partir da dissertação de mestrado do historiador baiano Jacson Lopes Caldas, *Badoque, Muzuá, Arataca: memórias e histórias no Museu Casa do Sertão em Feira de Santana-BA, 1977-1999*, conclui-se que “no Museu Casa do Sertão, a memória sobre Lucas da Feira relacionada à construção do Pavilhão Anexo [...]” foi conectada “a duas peças específicas que compõe seu acervo, a moenda e o tronco de castigar escravos (CALDAS, 2016, p. 157)” (Imagem/**Anexo III**). Nos seus estudos, Jacson Lopes também compreende ser necessário “questionar quais os significados que o Museu pretendia construir sobre a história de Lucas da Feira (CALDAS, 2016, p. 149)”.

A dissertação desse historiador tenta mapear alguns silêncios sobre as histórias de Lucas, silêncios que inclusive foram manejados por parte dos periódicos feirenses, ao publicarem sobre a inauguração do Pavilhão sem o nome de Lucas. “A manchete do jornal local que anunciou a edificação do prédio não revelou o nome de Lucas da Feira, [...] seu nome não apareceu na notícia do Jornal Feira Hoje que se refere à fundação do Pavilhão (CALDAS, 2016, p. 148)”. Segundo Jacson, “o noticiário se limita a informar que o Pavilhão foi inaugurado”, sem dispor nenhuma “explicação acerca do título que recebeu (CALDAS, 2016, p. 148)”.

É a partir desses e de outros silêncios e silenciamentos que se revitaliza o *patrimônio do medo branco*. E é a partir da necessidade de outras produções de presenças, de musealizar diferentes fragmentos culturais e demandas temáticas do povo negro, que se pode chegar a um conjunto de representações e histórias mais complexas sobre Lucas da Feira no Pavilhão Anexo, portador de mais focos de aprendizagens históricas e cultural.

É na tentativa de promover narrativas, sentidos, práticas e trocas educativas diversificadas, antirracistas e potentes no tocante a realização dos objetivos museais, que a expografia do Pavilhão Anexo Lucas da Feira, enquanto texto que é, pode ser relido, pensado historicamente e ressemantizado no que tange à história única que

ele representa sobre o escravizado Lucas Evangelista dos Santos. Se relevante parcela das histórias e representações forjadas sobre Lucas da Feira faz parte de um legado do medo branco, e por isso, parte de um patrimônio racial do ódio, talvez contar e representar as histórias do povo de Lucas nas suas diversas temporalidades e espacialidades feirenses seja um caminho para o anúncio de um Pavilhão Anexo que de fato seja Lucas da Feira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos, novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019.

BANN, Stephen. **As invenções da História, ensaios sobre a representação do passado**. Tradução de Flavia Villas Boas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e Etnicidade - O Negro no Pensamento Museu: Sphan - Museu da Inconfidência - Museu do ouro Minas Gerais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CALDAS, Jacson Lopes. **Badoque, Muzuá, Arataca: memórias e histórias no Museu Casa do Sertão em Feira de Santana 1977/1999**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural, entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC/Rio 2010.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. Prefácio Rosane Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Anseios, raça, gênero e políticas culturais**. Tradução de Jamile Pinheiro, São Paulo: Elefante, 2019.

ANEXO I

PEÇAS EXPOSTAS NO PAVILHÃO ANEXO LUCAS DA FEIRA.





ANEXO II

PLACAS DO PAVILHÃO ANEXO LUCAS DA FEIRA.



ANEXO III

PEÇAS DO TRONCO DE SENZALA E DA MOENDA DE CANA EXPOSTAS NO PAVILHÃO ANEXO LUCAS DA FEIRA.



PELAS RUAS DE ARÁ – O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DO CENTRO DE ARACAJU E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA DA CAPITAL

Bárbara Silveira Abril

Vitor Nunes da Silva

Resumo: Apesar de ser uma cidade de origem recente, Aracaju possui uma pluralidade cultural e arquitetônica pelo seu traçado, marcado por diferentes estilos que nos apresentam suas histórias, movimentações políticas e conflitos sociais. Seu passado, no entanto, é desvalorizado, seus patrimônios são ignorados, apagando-se assim a memória da cidade e representando a falta de interesse por parte da população. Haja visto que a memória de um povo está diretamente ligada a sua autoestima e ao sentimento de pertencimento, é perceptível a urgência em trazer para o centro das discussões a importância das histórias por trás das construções e das pessoas que nelas habitavam. Logo, o artigo apresenta as considerações do projeto “Pelas Ruas de Ará” que buscou promover o resgate da memória do Centro de Aracaju através de uma visita guiada por suas ruas apresentando seu contexto histórico, social, cultural e arquitetônico. Espera-se que esse artigo resulte na reflexão acerca do tema da preservação do patrimônio e possibilite uma compreensão maior das causas dessa desvalorização.

Palavras-chave: Cidade, História, Patrimônio.

ARCHITECTURAL HERITAGE OF THE CENTER OF ARACAJU AND ITS RELATIONSHIP WITH THE HISTORY OF THE CAPITAL

Abstract: Despite being a city of recent origin, Aracaju has a cultural and architectural plurality due to its layout, marked by different styles that present your histories, political movements, and social conflicts. Its past, however, is devalued, its heritage is ignored, thus erasing the city's memory and representing the lack of interest on the part of the population. Since the memory of a people is directly linked to their self-esteem and feeling of belonging, there is an urgent need to bring to the center of the discussions the importance of the stories behind the buildings and the people who inhabited them. Therefore, the article presents the considerations of the project “Pelas Ruas de Ará” that sought to promote the recovery of the memory of the Downtown of Aracaju through a guided tour through its streets presenting its historical, social, cultural, and architectural context. It is hoped that this article will result in a reflection on the topic of heritage preservation and enable a greater understanding of the causes of this devaluation.

Keywords: City, History, Heritage.

INTRODUÇÃO

Mesmo sendo uma cidade de origem recente, Aracaju possui uma pluralidade cultural e arquitetônica espalhada por suas ruas. Seu traçado, de influência europeia, é marcado por diferentes estilos arquitetônicos que nos apresentam suas histórias, movimentações políticas e conflitos sociais. Seu passado, no entanto, é desvalorizado, seus patrimônios são ignorados e demolidos. A propagação desses atos e a falta de educação patrimonial resulta no apagamento da memória da cidade, como observado na carta de Atenas de 1933: “A história está inscrita no traçado e na arquitetura das cidades” (LE CORBUSIER, 1989)

Tendo isso em vista, a falta de preservação do patrimônio é um problema, levando em consideração que a cidade é a história e memória de um povo, que estão diretamente ligados com sua autoestima e o seu sentimento

de pertencimento. Nesse contexto, notamos a urgência em trazer para o centro das discussões a importância dos simbolismos arquitetônicos presentes nas fachadas, as histórias por trás das construções desses prédios e das pessoas que habitavam os mesmos. Logo, o seguinte projeto buscou promover o resgate da memória do Centro de Aracaju através de uma visita guiada por suas ruas apresentando seu contexto histórico, social, cultural e arquitetônico.

Tendo isso em vista, o projeto Ruas de Ará foi uma ação educativa desenvolvida por mediadores do Museu da Gente Sergipana que visava a ampliação do ensino da história do estado por meio de um passeio pelo Centro histórico de Aracaju, onde destacamos os principais pontos históricos e arquitetônicos da capital. Nessa visita ressaltamos que as cidades são a representatividade do período de um povo, seus modos, sua mentalidade de vida e que em Aracaju isso não é diferente. Salientamos a presença de sua estrutura urbana multifacetada, seu culto a linha, suas influências modernistas e seus embates ambientais com o rio e com o mangue.

EMBASAMENTO TEÓRICO

O artigo possui um embasamento teórico voltado para três pontos principais: História de Aracaju, a construção de Aracaju e o Mercado Central: tubo de ensaio da segregação e a desvalorização dos centros urbanos.

História de Aracaju

Para entender a cidade de Aracaju é necessário entender seu projeto fundador e a mentalidade que cercou esse processo. A transferência da capital se deu a partir do interesse em modernizar as cidades brasileiras. Modernidade é um conceito que varia no decorrer da História e no século XIX pode ser entendido como um processo de ruptura com o passado a partir de um processo de racionalização da vida. Esse fenômeno, segundo Jacques Le Goff (1994) é estritamente ocidental e portanto se apresenta como um conjunto de fenômenos que racionalizam a sociedade e que atingem a economia, a cultura e a política.

Dessa forma, entendemos modernidade como esse conjunto de práticas racionalizantes que tem como objetivo romper com o passado e transformar o presente. Esta mentalidade cercou o projeto de transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju. Nesse período o Brasil vivia um regime imperial repleto de contradições, marginalização e que, acima de tudo, buscava modernizar o país. Essa modernização baseava-se em uma visão eurocêntrica de sociedade e estava limitada ao interesse de um pequeno grupo social. Como abordado por Silva (2012):

No âmbito da América Latina, as oligarquias agroexportadoras durante muito tempo construíram obstáculos ao processo de modernização em razão de seus interesses internos de dominação dos demais grupos sociais, apesar de ter sido essa mesma oligarquia que, no final do século XIX, se propôs a modernizar as cidades, os transportes, o urbanismo latino-americano (SILVA, 2012, p. 299)

Dessa forma, entendemos que essa modernização foi um processo exclusivamente ocidental, mais especificamente europeu e era exatamente esse tipo de sociedade que se buscava transpor para a América. Mais à frente abordaremos esse processo de transferência do ponto de vista urbanístico, mas é importante entendermos que este movimento não se deu de forma abrupta ou isolada, mas sim como parte de uma sequência de transferências, criações e revitalizações de cidades ao redor do mundo. E em Aracaju ela se dá no regime de Inácio Barbosa, político carioca que estava inserido nesse contexto de ideias modernizadoras.

Outro motivo relevante para a transferência foi a economia. A modernização se materializa no capitalismo e, no caso do Brasil Imperial, um capitalismo mercantil e escravocrata que tinha no Oceano Atlântico sua principal via de escoamento produtivo. Sendo assim, se Sergipe quisesse adentrar nesse eixo capitalista precisava modernizar – para usar o termo – também seu escoamento produtivo.

A necessidade de fazer comércio direto, com outras Províncias brasileiras e com a Europa sem passar pela Bahia, fez com que senhores de engenho e comerciantes desejassem um melhor porto e até uma nova capital, uma cidade diferente, que demonstrasse esse desejo de ser moderno, de comunicar-se mais com outros lugares. Por isso nasceu Aracaju, que se tornou capital de Sergipe a partir de 17 de março de 1855. Foi preciso ter recursos, coragem e decisão para conseguir isto, porque a construção da cidade foi feita aterrando mangues e sob protesto dos habitantes de São Cristóvão, a primeira capital, e das cidades vizinhas. O começo foi muito difícil, porque faltava casas, água potável, transporte e uma epidemia de cólera dificultou os trabalhos (SANTOS; OLIVA, 1998, p. 62-63)

O Segundo Reinado representa para Sergipe um aumento na produção Açucareira que não foi acompanhada de uma melhoria da infraestrutura logística do Estado. Dessa forma, a solução encontrada para sanar esse problema foi a construção de um novo porto, próximo ao Oceano e que comportasse o fluxo de cargas e pessoas.

Algumas cidades foram candidatas para a construção do porto e consequente promoção à capital do Estado e por fim o povoado de Santo Antônio do Aracaju foi escolhida como tal. Novamente a gente precisa entender que essas escolhas não surgem do nada, nem são fruto de impulsos individuais, são no entanto consequência de interesses coletivos e que sempre enfrentam discordâncias. E foi o que ocorreu. Muitos São Cristóvenses não aceitaram a transferência e questionaram os motivos que levaram a tal decisão. Como consequência disto os primeiros anos de Aracaju são obscuros, com a falta de infraestrutura e de mão de obra necessária a sua estabilização. Situação que se estabiliza com o trabalho da população do antigo povoado de Santo Antônio do Aracaju e posteriormente com a migração da população ex-escravizada no fim do século XIX. (FILGUEIRAS, 2019, p. 25)

A construção de Aracaju e o Mercado Central: tubo de ensaio da segregação

O presidente de província Inácio Joaquim Barbosa, inspirado pelos ideais de inovação e tecnologia, encomenda o projeto urbanístico para o engenheiro militar Sebastian Pirro que almejava uma cidade construída em formato de tabuleiro de xadrez, inspirado no traçado europeu, composto por 32 quadrados de 110x110m cada uma (LOUREIRO, 1983, p. 51). Entretanto, para construir nesse tabuleiro existiam muitas exigências, códigos de postura e estatutos, levando isso em consideração nem todos que frequentavam ou trabalhavam nesses quadrados faziam parte da população aracajuana.

No meio desse processo de desenvolvimento da cidade, o Mercado Municipal surge em 1926 em um novo processo de modernização da capital sergipana (FILGUEIRAS, 2019, p. 36). Aracaju, durante a segunda metade do século XIX, sofria com a falta de infraestrutura básica e era pouco povoada em relação aos outros municípios do interior - como Laranjeiras, Maruim, São Cristóvão e Estância. Essas regiões possuíam uma produção açucareira pungente e Aracaju servia como porto exportador e centro administrativo do Estado. No fim do século XIX, com o fim da escravidão e com o declínio dos engenhos, grande parte da população do interior migra para a capital em busca de moradia e trabalho, esse movimento leva a expansão urbana da capital. Além disso, o início do século XX na cidade foi marcado por um intenso período de higienização e embelezamento inspirados pelo movimento

européu da *Belle Époque* (CRUZ, 2016, p. 30). Programas sanitários, energia elétrica e rede de telefonia são implantados na região central de Aracaju.

Como falamos anteriormente, o tabuleiro de Pirro delimitava severamente o que era ou não A Cidade. Essa delimitação era arbitrária e não levava em conta a importância dos moradores que povoavam os arredores do quadrado de Pirro, esses habitantes foram essenciais para a construção, manutenção da cidade e esse processo de embelezamento. Jardineiros, faxineiras, pequenos comerciantes, profissionais autônomos habitavam as regiões periféricas de Aracaju e mantinham a capital viva e pulsante. Essas pessoas em sua maioria vinham do interior da cidade ou eram descendentes dos antigos moradores do povoado de Santo Antônio de Aracaju que foi soterrado pelo Governo Provincial para a construção da cidade. Os antigos moradores se mudaram para a região do atual Bairro Industrial e para a Colina do Santo Antônio. (FILGUEIRAS, 2019, p. 27)

Nesse processo de migração diversos feirantes viajavam para a capital para comercializar provisões nessa área de rápida expansão e assim, como na maioria dos municípios do estado, surgem as primeiras feiras e mercados municipais. Porém, não havia um local próprio para o comércio de mercadorias, o que levava os vendedores a povoarem áreas diversas da capital. Inicialmente a feira funcionou de forma improvisada na Rua da Frente durante todo o século XIX, mas o grande número de comerciantes levou ao povoamento de outras áreas como a Rua Laranjeiras e Rua João Pessoa. Sebrão Sobrinho nos apresenta as informações relativas à feira através do Relatório de 04 de março de 1872, no qual o Dr. Luís Álvares d’Azevedo Macedo dizia que:

Centenas de pessoas de ambos os sexos, a pé, a cavalos e em canoas, - chegavam a esta cidade logo pela manhã e invadindo a rua do commercio pelo cais, pelo centro da rua e pelas calçadas, faziam o seu commercio no meio de gritos descompassados, às vezes resultando sérios conflitos das discussões que se azedavam, outras vezes produzido os seus terríveis efeitos o álcool, que se vendia em pequenos barris, reinando a confusão no meio de tão crescido número de povo, onde muitas vezes presenciava cenas repugnante a alguém que porventura n’essa ocasião passasse. Os animais que conduziam os gêneros, que eram trazidos à feira, ficavam soltos pelas ruas e praças da Capital, e além do perigo iminente dos transeuntes, cenas indecentes se viam a cada momento no meio desses animais aglomerados. (SOBRINHO, 1955, p. 400).

Com o início da República no Brasil surge um forte pensamento higienista no país e em Sergipe ele se torna prática por meio dos projetos de infraestrutura que surgem no começo do século XX. Neste período, Aracaju começou a ser dotada de água encanada, luz elétrica, esgotos, ruas calçadas e construções luxuosas, os chamados “palacetes”. Dessa forma a feira contrastava com os ideais modernizantes que proliferavam pelas cidades brasileiras, crescendo assim a pressão sobre o governo Estadual e Municipal para a construção de um Mercado Municipal. Esse feito só acontece em 1926 no Governo de Graccho Cardoso, um regime marcado por reformas que previam a higienização das áreas públicas dos municípios sergipanos. É nesse período que surgem edifícios como o Palácio do Governo Municipal, o Patronato Agrícola São Maurício, o Instituto de Química, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Direito Tobias Barreto, o Matadouro Modelo e a Penitenciária Modelo, o Banco Estadual de Sergipe, o Hospital de Cirurgia, o Instituto Parreiras Horta, além de diversas obras públicas de infraestrutura na capital e no interior. Essas obras eram uma continuação de projetos que já vinham desde o Império e que se consolidam e tornam-se prática no início da República a partir de ideias modernizadoras que expandem neste período.

O processo modernizador ganharia força com a República. Nela, a nova capital florescia e se afirmava como sede do poder político-administrativo e econômico de Sergipe. Com obras de reconstrução e

remodelamento, a cidade modificava-se. A emergência de novos atores políticos e sociais bem como de novas ideias contribuíam para alterações das funções de estado, que se encaminharia, ainda que lentamente em algumas regiões, para o atendimento das necessidades da sua população, materializado na implantação ou na melhoria da prestação de serviços públicos. Eram exemplos desses serviços os trabalhos relacionados com a higiene, uma das marcas de uma organização moderna, posto que, com base em orientações científicas e em decorrência da sua área de abrangência, encontraria espaço de atuação inclusive na instrução escolar (AZEVEDO, 2015, p. 20)

Após a inauguração o mercado passa a ser o mais importante ponto de comércio de Aracaju, alcançando seu auge nos anos 20 a 40. A partir da década de 50, inicia-se uma degradação, que vai piorando nas décadas posteriores, chegando a uma degradação crítica na década de 1980. Mesmo essencial para a economia da cidade, a região do mercado passa por um gradativo processo de abandono governamental durante o século XX, como apontado por Filgueiras (2019, p. 99-100). A autora aponta que na década de 1980 a cidade passa por um momento de expansão urbana e intensificação dos investimentos públicos e privados, no entanto pouca atenção é dada às áreas centrais da cidade em um processo de degradação e deterioração física e simbólica do espaço edificado.

Estamos diante de um Mercado que no passado era monumental, muito enaltecido em sua inauguração, símbolo de modernidade e prosperidade. Foi “desmoronando” com o passar do tempo e tornou-se um problema de saúde pública, ignorada por muitas gestões municipais, sendo necessário um projeto para reverter a situação caótica em que se encontrava (FILGUEIRAS, 2019, p. 99)

O processo de desvalorização do centro de Aracaju e o uso da educação patrimonial

As cidades vivenciam constantemente grandes transformações no seu espaço devido às modificações econômicas, sociais, políticas e temporais. O processo de urbanização desenfreada ocorrido no Brasil, motivado pela intensa industrialização geradora de êxodos rurais, ocasionou o inchaço das cidades, um caos urbano e ampliou as regiões de moradia, antes restrita à uma parte específica da cidade como aborda Alves (2008):

Os centros históricos das cidades, principalmente das latino-americanas e em especial das cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, entre outras, até os anos 50 do século XX possuíam a característica de terem uma centralidade única: seu centro era denominado por seus habitantes como sendo a cidade. (ALVES, 2008, p. 2.)

Por conta dessa urbanização desenfreada, ocorrem transformações e os centros urbanos passam a integrar um contexto macro urbano em comparação ao que antes era denominado cidade. No caso de Aracaju, capital de Sergipe, o centro urbano além de ser o início da cidade, por conta do plano de Pirro motivada pela transferência da capital, também era o local de moradia da sua elite econômica e principal cartão postal da cidade até os anos 30. Ao iniciar esse processo de modificação e expansão da região do espaço urbano, o centro deixa de realizar apenas uma função de moradia e começa a exercer uma dinâmica comercial. Tendo como fruto sua elite que movimenta-se para a zona sul, dessa forma a visão da sociedade perante esse espaço passa a ser de um local institucional e comercial tendo assim o seu caráter histórico e patrimonial é esquecido (CAMPOS, SANTOS, 2017, p.3)

Apesar de possuir um intenso fluxo de pessoas e ocorrer diversas dinâmicas sócio espaciais em um determinado horário do dia, o centro de Aracaju possui uma inexistência de investimento público voltado para o âmbito

patrimonial e não utilizando esses espaços como instrumentos urbanos para atrair o uso com foco cultural e entretenimento da sua população. Indo de encontro a outras capitais nordestinas como Recife e Salvador que realizam a experimentação de se apropriar do caráter histórico e cultural dos seus espaços centrais para além da valorização da economia como o turismo cultural, mas também realizando um fortalecimento do senso de identificação com o espaço, que são usufruídos em qualquer horário pela sua população (ZANIRATO, 2006, p.83).

Um exemplo do uso limitado do Centro como instrumento público é seu horário limitado de utilização que impede grande parte dos habitantes aracajuano de usufruírem dele a noite. Além disso, o atual uso turístico deste espaço o aproxima de um bem cultural puramente mercantilizado em que, por apenas ser visado como atrativo turístico, sua autenticidade é perdida gradativamente e sobre ele passam a atuar outros atores e interesses que não aqueles que originalmente os constituíram (VIEIRA, 2019, p. 157 *apud* OMT, 2001). Ou seja, esses espaços são apenas vistos como comerciais para um público externo e perdem o fator de utilização dos seus habitantes.

Existem prédios tombados e reconhecidos em esfera municipal e estadual, entretanto o perímetro urbano do centro histórico não é reconhecido, tornando incerto a identificação desse espaço como bem patrimonial e cultural, reforçando a ideia de que o centro é apenas um espaço institucional e comercial. Além disso, é praticamente inexistente o emplantamento dos prédios e do próprio centro histórico, que antes possuía um pórtico sinalizando a entrada nesse espaço que foi removido. Outrossim, a falta dessas placas contando a história dos prédios ou apenas representando que aquela construção fez parte de um pedaço da história de Sergipe nos apresenta uma falha em relação a expressão desse passado no nosso cotidiano. Como Scifoni (2014) afirma: “O patrimônio é expressão de um passado e lhe dá concretude, permitindo compreendê-lo, mobilizar memórias coletivas e estimula uma reflexão sobre os caminhos traçados na trajetória da construção da humanidade do homem” (SCIFONI, 2014, p.129)

O descaso com a arquitetura dessa região, não é apenas com essas construções, mas sim com a história de toda a população sergipana, já que é possível observar a própria história em lenta destruição. Entretanto, abordar a temática de valorização patrimonial não necessariamente é ignorar as mutações e dinâmicas desses espaços, já que o centro histórico de Aracaju possui uma forte presença de praças em todo o seu traçado geométrico. Estes espaço se apresentaram como palco para movimentações sócio-políticas e possuem uma variedade de estilos arquitetônicos. Já que os mesmos: “São espaços urbanos cujas condições de sociabilidade são dinâmicas e mutáveis” (SILVA, 2014, p.97)

Os diferentes desdobramentos socioculturais devem ser levados em consideração no processo de educação patrimonial, que se apresenta como uma possível solução para a intensa desvalorização do centro histórico de Aracaju.

METODOLOGIA

Utilizando-se do método da pesquisa bibliográfica em paralelo com a pesquisa-ação, foi realizado um levantamento bibliográfico com o histórico urbanístico, arquitetônico e social de Aracaju para o embasamento teórico de uma visita guiada pelo centro histórico da cidade. Tendo isso em vista, visitas aos arquivos do estado, bibliotecas públicas e acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe foram realizadas com o objetivo de expandir esses conhecimentos e traçar um paralelo entre a problemática da desvalorização do patrimônio na região central com a construção da cidade. Além disso, profissionais da área da História, da Arquitetura e Urbanismo, moradores do Centro e trabalhadores antigos da região foram entrevistados visando obter além do referencial teórico, o compartilhamento de vivências em relação ao espaço.

As metodologias selecionadas auxiliaram toda a construção do projeto pois possuem como principal objetivo o levantamento de informações, a coleta das mesmas e a prática de uma possível solução para algum problema observado. No caso do “Pelas Ruas de Ará”, o problema era a falta de educação patrimonial existente no estado e o descaso com a história local, observando como uma possível solução um roteiro pelo centro em que seria abordado os aspectos levantados na coleta de informações.

Preliminarmente, foi desenvolvido a pesquisa bibliográfica, uma listagem dos lugares a serem visitados e um cronograma com todas as ações necessárias. Ademais, um roteiro no Centro da cidade foi traçado levando em consideração os marcos arquitetônicos de Aracaju e as memórias atreladas a eles. A partir dessa bibliografia e do roteiro construído foram feitas visitas aos locais onde ocorreram explanações sobre a importância histórica dos ambientes, o impacto social de tais construções e a necessidade de preservação de tais marcos. Para finalizar, realizamos uma visita guiada pelo Museu da Gente Sergipana Gov. Marcelo Déda, onde ampliamos o conhecimento sobre as histórias e culturas do Estado de Sergipe. Além disso, foi delimitado uma quantidade máxima de pessoas para o roteiro, tendo como limite um total de 25 pessoas, visando o conforto e um controle maior do grupo.

O roteiro foi realizado no total de 6 dias, sendo as inscrições realizadas por meio das plataformas Sigaa da Universidade Federal Sergipe e Magister da Universidade Tiradentes. Além das inscrições pelo número do Instituto Banese, existiu uma parceria com o Instituto Federal de Sergipe em que duas turmas do curso de Arquitetura e Urbanismo foram levadas para o projeto.

Por fim, o projeto fundamentalmente teve como metodologia o levantamento bibliográfico, visando a coleta de informações, após o mesmo ser concluído foi colocada em prática uma possível solução para os empasses, que nesse caso foi a visita guiada.

RESULTADOS

O levantamento bibliográfico nos mostra uma cidade com constantes processos modernizadores e projetos de apagamento de seu passado. Desta forma, visando a educação patrimonial como um caminho para a melhoria disso, a visita guiada pelo centro foi iniciada no dia 09 de março de 2020, data selecionada devido à proximidade do período de transferência da capital, com estudantes do primeiro período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de Sergipe (Figura 1.0). Sendo no segundo dia, realizado por estudantes da mesma instituição e curso, porém dessa vez com aqueles do segundo período.

Figura 1.0 - Estudantes do IFS



Fonte: Autora, 2020.

O terceiro dia foi com estudantes da Universidade Federal de Sergipe dos mais variados cursos e períodos, devido ao fato da inscrição ter sido realizada pela plataforma SIGAA e não ter sido utilizado nenhum tipo de delimitação de público-alvo na ação de extensão. O quarto dia foi com estudantes da Universidade Tiradentes, também tendo como público os mais variados cursos e períodos.

O quinto e o sexto dia possuíram inscrições abertas ao público-geral sendo essas realizadas por meio do telefone do Instituto Banese, tendo as vagas esgotadas em ambos os dias mostrando a necessidade de eventos para um público fora da academia em relação a esse tema e com foco na educação patrimonial. Além disso, foi perceptível a presença de pessoas com diferentes idades e diversos graus de instrução (Figura 2.0).

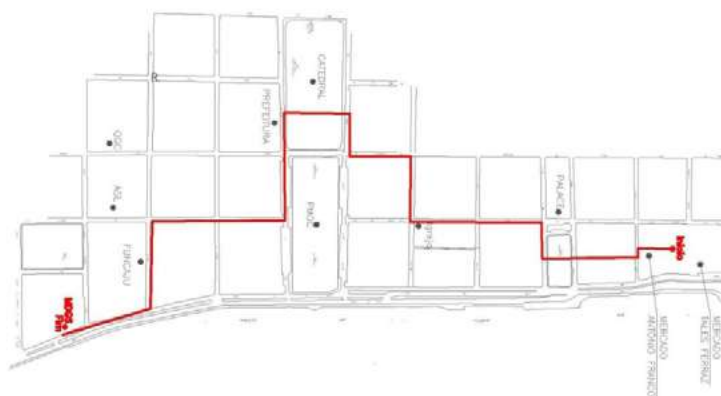
Figura 2.0 - Sexto dia do projeto.



Fonte: Autores, 2020

Em relação ao percurso (Figura 3.0), foi delimitado seu início no Complexo dos Mercados Municipais indo em direção à Praça General Valadão passando pelo Beco dos Cocos (Figura 4.0), apresentando temas como gentrificação, marginalização dos espaços e seus diferentes estilos arquitetônicos. Após isso, o trajeto seguiu pelo Calçadão da João Pessoa com destino ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, abordando a desvalorização do patrimônio e tentativas de preservação da nossa história. Dessa forma, o roteiro passou pelas Praças Olímpio Campos e Fausto Cardoso, analisando os conflitos e movimentações sócio-políticas e seu impacto na construção dessa cidade. Por fim, adentramos as Rua Pacatuba e Maruim, a Avenida Ivo do Prado e o Museu da Gente Sergipana, onde levantamos observações sobre os vazios urbanos, o patrimônio modernista e os instrumentos culturais que tentam salvaguardar nossa cultura.

Figura 3.0 - Mapa do roteiro



Fonte: Autores, 2020

Figura 4.0- Beco dos cocos



Fonte: Autores, 2020

Por fim, ao observarmos as reações do público com o roteiro, que totalizou em torno de 120 pessoas, a sensação era de troca de conhecimento, afinal grande parte do público já tinha tido contato com esse espaço e possuía um conhecimento prévio em relação a certos locais. Sendo assim, o projeto se tornou uma mediação cultural em que, foi ampliado e discutido pontos que os participantes já conheciam sobre o centro, adicionando à visão dos participantes perspectivas que se afastam dos discurso institucionais e tradicionais. Dessa forma pudemos discutir sobre as pessoas que transitam e modificam estes espaços de convivência.

CONSIDERAÇÕES

A construção de Aracaju foi motivada por um ideal de intensa modernização, representando desde os seus primórdios o seu desapego ao passado. A cidade passou por um processo de urbanização desenfreada, esquecendo seu perímetro urbano inicial e ampliando a desvalorização do seu patrimônio arquitetônico. Sendo assim, o principal objetivo do projeto era propor uma ação de educação patrimonial, apresentando o contexto histórico, social e arquitetônico do centro de Aracaju e sua função como bem cultural. A realização do mesmo se deu pelo levantamento bibliográfico voltado para três fatores- (i) o histórico da transferência de Aracaju, (ii) a construção de Aracaju, (iii) a desvalorização patrimonial - esses fatores em conjunto auxiliaram na construção do roteiro pelo centro.

Destarte, tanto o levantamento bibliográfico quanto a prática da visita guiada pelo centro possibilitaram uma boa compreensão do tema, ratificando que essa determinação metodológica foi bem selecionada e facilitando o processo de educação patrimonial. Apesar disso, o projeto discute somente algumas partes dessa temática, possibilitando a partir do avanço nos estudos sobre espaço urbano, uso comercial do espaço público e da história do Centro de Aracaju a ampliação do debate sobre educação patrimonial e seus impactos.

Em suma, é esperado que a partir desse artigo, outros estudos sobre essa temática sejam elaborados e que aos poucos existam modificações em como a população se relaciona com esse entorno urbano, seja pela mudança em como elas observam o mesmo ou pelo maior investimento público com foco em transformar essa área num bem cultural.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Glória da Anunciação. O papel do patrimônio nas políticas de revalorização do espaço urbano. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 10., 2008, Barcelona. *Actas* [...]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/226.htm>.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **A modernidade no governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a reforma educacional de 1924 em Sergipe**. Natal: EDUFRN, 2. Ed, 2015.
- CAMPOS, Antônio Carlos; SANTOS, Thais Karen dos. Aracaju: Centro histórico, patrimônio e turistificação. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE TURISMO*, 2., 2017, São Cristóvão. *Anais* [...]. São Cristóvão: UFS, 2017. p. 149-159.
- FILGUEIRAS, Andrea Rocha Santos. O Mercado Municipal de Aracaju e seus tempos: princípio, perda e reinvenção (1926-2000). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.
- LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**: Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – 1933. Trad. Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1989.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LOUREIRO, Kátia Afonso S. **A Trajetória urbana de Aracaju em tempos de interferir**. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisa – INEP, 1983.
- ORGANIZAÇÃO Mundial do Turismo. Introdução ao Turismo. Trad. Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.
- PORTO, Fernando. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. Aracaju: Funcaju, 2003.
- SANTOS, Lenalda Andrade; OLIVA, Terezinha Alves. **Para conhecer a História de Sergipe**. Aracaju: Opção Gráfica, 1998.
- SCIFONI, Simone. Patrimônio Mundial: do Ideal Humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 7, n. 2, p. 77-88, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123833>. Acesso em: 17 out. 2020.
- SILVA, C. **Espaços Públicos fortes**: transformações e ressignificações do centro da cidade de Aracaju. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.
- SOBRINHO, Sebrão. **Laudas da História de Aracaju**. Aracaju: Livraria Regina, 1955.
- VIEIRA, Carla. Turismo e patrimônio. *In: FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA* (Org.). **Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio**. Fascículo 10. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2019. p. 147-159
- ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio para todos: promoção e difusão do uso público do patrimônio cultural na cidade histórica. **Patrimônio e Memória**, Assis, v.2, n.2, p. 78 – 97, dez. 2006. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/50>.

REVISTA EXPLORADOR - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JAGUARÃO: O HIPERTEXTO COMO MATERIAL DIDÁTICO

Nycole Schmitt Andrade¹

Liana Nadine Piñeiro²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo explicar e refletir sobre as atividades realizadas na disciplina de Estágio Supervisionado III, componente curricular obrigatório para formação no curso de licenciatura em história, realizado no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ) no segundo semestre de 2018³. Durante o período de observação na Instituição, percebemos uma carência referente a relação daquele local com as escolas: a não existência de material didático de apoio, destinado à professores ou alunos visitantes do museu. Decidimos, então, partir do catálogo do acervo museológico para a construção de um material didático, com o objetivo de inserir alunos do ensino básico naquele espaço. Através da seleção de objetos e organização das temáticas em dossiês, criamos uma revista didática, em formato de hipertexto.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Revista Didática. Hipertexto.

INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido baseou-se nas experiências vividas durante a disciplina obrigatória de Estágio III, em espaços não-escolares, realizado no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Consideramos o estágio como uma ferramenta que torna possível colocarmos em prática o que aprendemos em nossa trajetória acadêmica. Esta experiência nos proporciona a oportunidade de tecer relações entre os conteúdos estudados e a prática de uma atividade educacional em um ambiente não-escolar.

Ainda durante as horas de observação, percebemos a falta de um material didático, voltado ao ensino, que aprofundasse a história sobre os objetos e indivíduos presentes no museu. Idealizamos que esse material deveria ser voltado para a comunidade, e que pudesse ser trabalhado com alunos de escolas públicas e em atividades de educação patrimonial com a população. Diante do contexto apresentado, surgiram as seguintes problemáticas: como despertar curiosidade e interesse sobre a história por trás dos objetos e indivíduos do museu? Como otimizar os processos de interação entre o museu e a comunidade?

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa (2019). Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail para contato: Nikeschmittandrade@gmail.com.

² Licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa (2018). Pós-graduada em Educação especial com ênfase em deficiência auditiva pela Unopar (2020). E-mail para contato: lilipineiromachado@gmail.com.

³ O estágio realizado em espaço não escolar, do qual este artigo é fruto, foi orientado pela Dra. Giane Vargas Escobar. Professora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Curso de História-Licenciatura, Campus Jaguarão, Coordenadora do NEABI Mocinha - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - Campus Jaguarão. Junto de Nina Fola e Fernanda Oliveira idealizou “Atinuké” - Grupo de Estudos sobre o Pensamento de Mulheres Negras”. É uma Atinuké e Doutora em Comunicação pelo POSCOM/UFMS (2017), na linha de pesquisa Mídia e Identidades Contemporâneas. Especialista em Museologia pelo Centro Universitário Franciscano/UNIFRA (2002). Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição/FIC (1988).

Tivemos como objetivo principal da disciplina a criação de um hipertexto em formato de revista, sobre alguns objetos que estão no Museu Alfredo Varela, buscando despertar o interesse dos alunos e comunidade em torno do acervo, trazendo a história para esfera local. Enfatizamos trazer elementos sobre história local, pois é de extrema importância e contribuição para a comunidade, tendo em vista aspectos como conscientização histórica e valorização patrimonial. A utilização da história local no ensino de história é uma ferramenta importantíssima, pois faz com que o aluno tenha diferentes percepções sobre o local em que vive, inserindo seu local de vivência na história.

Além da criação do material didático, buscamos problematizar o local do estágio como construção e espaço das elites, por meio dos objetos que compõe o acervo do museu (pinturas, fotografias, mobiliário, entre outros), ilustrar aspectos do funcionamento da política no país e na cidade de Jaguarão, no período conhecido como Primeira República (1889-1930), apresentar as características do funcionamento das alianças clientelísticas e redes sociais dentro do contexto político municipal e regional, apresentar alguns conceitos e trazer os fenômenos do republicano, da proclamação da República, do coronelismo e clientelismo para a cidade de Jaguarão.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho foi feito em várias etapas: digitalização do catálogo do acervo do museu, pesquisa sobre os objetos e indivíduos, registro fotográfico dos objetos e construção da revista em formato de um hipertexto. Na primeira parte deste artigo faremos uma apresentação do espaço onde foi realizado o estágio supervisionado III, obrigatório no curso de licenciatura em história, que foi realizado no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Na segunda parte, descreveremos os procedimentos e os métodos utilizados para a construção do material didático, além dos referenciais utilizados na revista. Na terceira parte, descreveremos a forma em que atuamos na instituição e como foi a organização da atividade educacional realizada no IHGJ.

SOBRE O INSTITUTO HISTÓRICO

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838, no Rio de Janeiro, em meio ao caos promovido pelas revoltas regenciais, ocorridas entre 1831-1840. Emergia uma grande preocupação com a manutenção da ordem social e a unificação do povo brasileiro, e o Instituto foi incumbido com a tarefa de criação e consolidação de uma identidade nacional. Com a tarefa de coletar dados, a instituição avançou pelas cidades do Brasil, tendo várias sociedades congêneres espalhadas por todo o território brasileiro.

O Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão foi fundado em 23 de novembro de 1966, subordinado à sociedade congênere IHGRGS. Tendo sua sede inicial no prédio do Círculo Operário, compôs seu acervo através de doações por parte da Prefeitura Municipal e particulares. Após 1973, o IHGJ veio a funcionar na antiga sede do Partido Libertador, devido a um convênio firmado com a Sociedade Cultural Graciliano Gerônimo de Souza. (SOUZA, 2017).

O IHGJ está localizado na rua Marechal Deodoro, nº 874, no centro da cidade. O prédio em uso era sede do Partido Libertador, e hoje está em trâmites legais de usucapião em favor do IHGJ. O prédio é composto por 4 salas: uma salão grande, da entrada, onde fica em exposição o Museu Alfredo Varela; Ao fundo do museu, estão localizados conjuntamente, o arquivo Léo Santos Brum e a biblioteca Almiro de Lima Piúma; Há uma sala utilizada como escritório, e ao fundo uma sala utilizada como depósito/reserva técnica.

O estatuto que nos foi disponibilizado remete ao ano da fundação da Instituição (1966). Ele nos aponta que o IHGJ tem por finalidade estudar e cultivar a história, a geografia e suas ciências auxiliares, para isso o instituto mantém vínculo com entidades congêneres no país e exterior.

Regina Abreu (1994), no artigo *História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional busca* traçar a história da coleção de Miguel Calmon, tendo como finalidade o entendimento de seu significado dentro do contexto do Museu Histórico Nacional. Abreu propõe duas reflexões centrais: “a primeira busca compreender a noção de história subjacente ao modelo de museu que vigorou da fundação, em 1922, aos anos 60; a segunda visa enunciar os traços do personagem apresentado e ritualmente visitado na “Sala Miguel Calmon”” (ABREU, 1994, p. 200). A autora discorre sobre duas concepções de história propostas por Koselleck (1985): a primeira, denominada de “vertente antiga”, ou “clássica”, “estabelece um “espaço de experiências”, onde podem ser reunidos exemplos, histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma, capazes de fornecer orientação e sabedoria a todos os que dela venham se aproximar”, sendo uma forma pedagógica da história (ABREU, 1994, p. 200). A segunda concepção, denominada “moderna” e dominante no século XVIII, é baseada na busca pela “verdade”, em uma construção linear do tempo, buscando uma visão realista do passado por meio de uma análise rigorosa das fontes, tendo como lema central a determinação da “veracidade dos fatos” (ABREU, 1994, p. 200).

Ao longo do artigo, Abreu procura demonstrar como os objetos do Museu Nacional foram organizados para a evocação de uma memória nacional e a construção de uma consciência cívica, em uma formulação ética e pedagógica da história no período que compreende os anos de 1922 a 1960 (ABREU, 1994, p. 202).

Em 1922, o governo republicano buscava, com a criação do Museu Histórico Nacional, resgatar o passado como constitutivo básico da nacionalidade. A ideia de nação pressupunha uma história, um passado. E o Museu Histórico Nacional, situado numa área histórica do país, parecia ser o local adequado para preservar os documentos e os objetos capazes de evocar o passado nacional [...] (ABREU, 1994, p. 203).

Partido da concepção de que o IHGB foi fundado com a missão de criação e consolidação de uma identidade nacional, e que sua sociedade congênere, o IHGJ, foi incumbido de estudar e cultivar a história, a geografia e suas ciências auxiliares, e para esta, utiliza o acervo do museu e o arquivo, que foram compostos em grande parte pela doação da Prefeitura Municipal de Jaguarão e pelas igrejas do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora da Conceição, provenientes da elite política e religiosa, compreendemos a instituição como um local de memória conforme os referenciais de Pierre Nora.

Pierre Nora (2008) reflete sobre lugares onde a memória se cristaliza, existindo nesses espaços uma espécie de imortalização, sendo que os mortos são eternizados nas memórias dos vivos e, ao mesmo tempo, guardam representações de um período histórico. Regina Abreu (1994 e 1996), por meio da figura (e coleção) de Miguel Calmon e do Museu Histórico Nacional, analisa e demonstra que os objetos trazem informações sobre os grupos sociais, evidenciando as estratégias dos grupos a que os indivíduos pertencem.

Em *Les lieux de mémoire*, Nora (2008) trata das diferenças entre história e memória, demonstrando que a palavra sinônimo está longe de definir a relação entre as duas. Em relação ao estudo dos lugares de memória, Nora (2008) pontua o desenvolvimento de dois movimentos na França: o “movimento historiográfico”, onde foi estabelecida uma reflexão da história sobre si mesma, e o “movimento propriamente histórico”, que estabeleceu o término de uma tradição da memória para viver sob um olhar de uma história reconstruída. O autor fala, ain-

da, sobre os lugares simbólicos de memória, como os monumentos, arquivos, bibliotecas, santuários, Pantheons, museus, arcos do triunfo, cemitérios e outros, sendo esses lugares de memória de uma consciência comemorativa, pois essa memória não é natural ou espontânea, sem tais lugares os acontecimentos do passado seriam esquecidos.

Nora (2008) compreende os lugares de memória em dois domínios, com duas classificações cada: “simples e ambíguos” e “naturais e artificiais”. Além disso, o autor enumera três sentidos aos lugares de memória, sendo estes, ao mesmo tempo, material, simbólico e funcional. Eles são constituídos por “um jogo da memória e da história” e sobre todo objeto ser digno de uma lembrança, tanto daquelas “fontes diretas”, como também as “fontes indiretas” que foram deixadas por uma época, mas sem a intenção de que fosse usada futuramente por historiadores. Em contrapartida, se a história, o tempo e a mudança não tivessem intervindo, teríamos que nos contentar com a história dos memoriais. Com o simples objetivo de parar o tempo e bloquear o esquecimento, imortalizar a morte e materializar o imaterial, sendo apenas o que querem seus fundadores, aos olhos de Nora, seria uma derrota.

Los lugares de memoria nacen y viven del sentimiento de que no hay memoria espontánea, de que hay que crear archivos, mantener aniversarios, organizar celebraciones, pronunciar elogios fúnebres, lavar actas, porque esas operaciones no son naturales. Por eso la defensa por parte de las minorías de una memoria refugiada en focos privilegiados y celosamente custodiados ilumina con mayor fuerza aún la verdad de todos los lugares de memoria. Sin vigilancia conmemorativa, la historia los aniquilaría rápidamente. Son bastiones sobre los cuales afianzarse. Pero si lo que defienden no estuviera amenazado, ya no habría necesidad de construirlos. Si los recuerdos que encierran se vivieran verdaderamente, serían inútiles. Y si, en cambio, la historia tampoco se apoderara de ellos para deformarlos, transformarlos, moldearlos y petrificarlos, no se volverían lugares de memoria (NORA, 2008, p. 25).

Segundo Janice Gonçalves (2015) alguns artefatos e elementos são capazes de mobilizar a memória das pessoas acerca de acontecimentos ou experiências. Os objetos, por si só, não representam nada além do material, sendo os sentidos adquiridos e transformados historicamente. “Seus sentidos, assim como seus valores, nascem de gestos de atribuição, presos a uma dada interpretação. Da mesma forma que os valores não lhe são inerentes, a memória não está neles contida”(GONÇALVES, 2015, p. 16-17). Com isso, os artefatos suscitam diversas identidades, e essas identidades, conjuntamente com as reivindicações de memória, suscitaram o que diversos autores denominam de “batalhas de memória”, ou ainda, “memórias concorrentes”.

[...] A memória e o vivido, postos em cena por diferentes grupos e com frequência em conflito, levam, por sua vez, à busca de resolução das tensões por meio de sua judicialização: surgem as leis memoriais, que determinam, no caso de conflitos memoriais particularmente sensíveis, qual a versão correta a ser seguida (e que deverá ser cumprida também pelo historiador, sob pena de ser “condenado” e “punido”. Memória articulada a demandas de reparação e punição) [...] (GONÇALVES, 2015, p. 23).

Tendo em vista a discussão bibliográfica feita acima, consideramos o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão um local de memória que, apesar da diversidade do acervo, privilegia a história política e religiosa. Em relação ao nosso recorte de pesquisa, separamos o conteúdo em três dossiês temáticos, relativos à Proclamação da República, à política da Primeira República e à história da igreja, sempre remetendo-as à esfera local. Selecionamos essas temáticas por dois principais motivos: a) a maior disposição de artefatos e documentos com os quais seria possível trabalhar, e b) a proximidade com as pesquisas acadêmicas que estávamos realizando concomitantemente com o estágio. Visto a vastidão do acervo daquele local, existem diversas possibilidades de estudo e diversas memórias que podem ser suscitadas por eles, tornando o IHGJ um local propício às “batalhas de memória”.

Tendo consciência do que realizamos, acreditamos que não “nos rendemos” ao discurso dominante naquele local de memória. Compreendemos que o estudo de elites não é um pecado, sendo esta uma modalidade crítica, que se vale de diversos métodos e abordagens em sua construção. Perissinotto (2019) apresenta razões “práticas” e “teóricas” que justificam o estudo da elite política. Fugindo da questão estruturalista marxista, que propõe uma reprodução do sistema capitalista e a elite como efeitos dessa estrutura. O que fundamenta o estudo de elites é a percepção da individualidade de ação do sujeito, dentro do contexto ao qual está inserido.

[...] se defendermos que os atributos (sociais, raciais, econômicos, profissionais, de gênero, etc.) dos agentes, no nosso caso, das elites políticas, são importantes para explicar os resultados políticos, cabe-nos então fazer uma sociologia política desses atores para tentar entender porque perseguem determinados fins e não outros. O que anima a luta política [...] é o confronto entre diferentes interesses e objetivos. Identificado esse terreno fundamental, podemos então analisar as estratégias usadas pelos atores para realizar seus objetivos fundamentais e determinar, empiricamente não por meio de axiomas, a natureza da mesma (PERISSINOTTO, 2019, p. 142-143)

Segundo Perissinotto (2019), o estudo de elites é “um estudo dos agentes que exercem o poder, isto é, um estudo do príncipe e, por extensão, das decisões tomadas por ele” (PERISSINOTTO, 2019, p. 143). Apesar de o autor destacar questões que se vinculam ao poder e o processo de tomada de decisões, o estudo de elites não pode ser reduzido apenas a elas. Entre algumas questões que também permeiam essa área, o autor pontua o recrutamento desses indivíduos, a comparação de aspectos sociais, econômicos, raciais e de gênero da elite política, barreiras sociais, limites institucionais, condicionamento social dos indivíduos, entre outras.

Concordamos com Perissinotto que, longe de defendermos a exclusividade da compreensão dos fenômenos políticos por meio do estudo de elites políticas, defendemos a “utilidade teórica dos estudos que focam sua atenção nas elites para entender aspectos da realidade política” (PERISSINOTTO, 2019, p. 153). Também compreendemos que o estudo sobre elites é passível de diversas metodologias⁴, longe de ser uma área cristalizada e enrijecida, que visa buscar a veracidade dos fatos, longe de ser o que define a alcunha “positivista” empregada de forma pejorativa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A atividade de estágio tem como objetivo a construção de um material de cunho pedagógico acerca dos objetos do museu. Para sua confecção, foi utilizado como referencial o sistema de documentação de coleções de Helena Dodd Ferrez (FERREZ, 1995), onde utilizamos como norte os seguintes tópicos, com os seguintes objetivos: através das fotos, conservar alguns itens da coleção, maximizar o acesso a estes objetos e maximizar o uso das informações sobre os objetos. Junto a isso veio a função de estabelecer contatos efetivos com as fontes de informações (itens) e os usuários (transição e apropriação de conhecimento) (CÂNDIDO, 2006).

A metodologia para a classificação dos objetos foi o arranjo em dossiês, nos quais utilizamos como critério o simbolismo, a procedência e o uso primário do objeto. Após termos selecionado e organizado os dossiês, passamos para a etapa da pesquisa bibliográfica e arquivística, pois cada objeto terá sua história e individualidade sendo também utilizados para abordar temas específicos da história.

⁴ Algumas metodologias empregadas no estudo de elites podem ser vistas neste livro: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. *Como estudar elites*. Editora UFPR, 2015.

A primeira ideia seria a disponibilização deste material didático em formato on-line, mas devido às dificuldades estruturais encontradas, trabalhamos com ele em formato impresso. Devido à suas peculiaridades de formação e, tendo em vista seus objetivos, escolhemos um método menos informal do que a catalogação, optando pelo Hipertexto. O Hipertexto é um método de estruturação de texto intuitivo, que apresenta informações, argumentos e conceitos de forma dinâmica. Este pode ser intertextual, pois podemos dizer que a leitura é que construirá o texto, não sendo uma leitura apenas passiva, sendo o leitor que escolhe a ordem de leitura. O hipertexto pode ser não linear, diferente de textos convencionais, deixando à escolha do leitor o percurso que a leitura irá decorrer, podendo ser multilinear, não estático, mudando a ordem de acordo com os interesses do indivíduo, sendo ao mesmo tempo interativo. De acordo com Parente, “A ciência da informação, o hipertexto é, antes de mais nada, um complexo sistema de estruturação e recuperação da informação de forma multilinear, dinâmica e interativa” (PARENTE, 1999) e para Aguiar:

Parte-se da hipótese de que a produção hipertextual é um processo de escrita e leitura que não depende do aparato técnico que dá suporte ao texto, mas sim dos procedimentos narrativos utilizados pelo autor para ampliar o potencial do texto escrito. É no ato de escrita, na oportunidade em que a obra está sendo feita, que o autor organiza o texto, de forma a possibilitar articulações entre diferentes textos (DE AGUIAR, 2002, p. 74).

Sendo este um texto livre, onde podem ser agregadas informações de diversas formas, em blocos de texto, palavras, imagens, links, ícones, não havendo a necessidade de sequência, pois pode haver a interação de diversos textos ao mesmo tempo, tornando-o mais dinâmico e interativo, de uma forma não convencional.

[...]é o resultado de um embricamento de textos através de imitações, paródias, citações, plágios, traduções, reminiscências, para textos, pastiches, alusões, críticas, paráfrases, entre outros. Segundo a autora, todo texto é composto por sedimentações autorais diversas e possui uma predisposição à intertextualidade, implícita ou explícita, que compõem sua polifonia, sua pluralidade (AGUIAR, 2002, p. 75).

O hipertexto foi produzido com os seguintes blocos e objetivos:

BLOCO	DESCRIÇÃO
DESCRIÇÃO DO OBJETO	INFORMAÇÕES DO CATÁLOGO DOS OBJETOS DO MUSEU
DISCUTINDO A HISTÓRIA	ABORDAGEM DE CONCEITOS HISTÓRICOS
SABENDO UM POUCO MAIS	DISCUSSÃO SOBRE A HISTÓRIA DO OBJETO OU DA CIDADE
TRABALHANDO COM AS FONTES HISTÓRICAS	FONTES DIGITALIZADAS SOBRE AS TEMÁTICAS DESENVOLVIDAS
CONHEÇA MELHOR	ABORDAGEM DA HISTÓRIA DE UMA FORMA MAIS GERAL
OUTRAS HISTÓRIAS	APRESENTAÇÃO DE HISTÓRIAS INTERLIGADA AOS OBJETOS
NAVEGUE	INDICAÇÃO DE PÁGINAS DA INTERNET COM CONTEÚDOS CONFIÁVEIS
SUGESTÕES DE VÍDEOS	INDICAÇÃO DE VÍDEO-AULAS RELATIVAS AS TEMÁTICAS ABORDADAS
DICAS DE LEITURA	***

Tabela 1- Relação blocos x conteúdo

Segundo Aguiar, a divisão em blocos é o que diferencia o hipertexto do texto tradicional:

O hipertexto se diferencia do texto “legível”, tradicional, porque é formado por um composto de blocos fragmentados e conectados, pontos multiplicados que se interrelacionam em determinados pontos, formando uma espécie de rede através da qual passa todo o texto. Ele apresenta uma estrutura digressiva e, portanto, reversível e não-linear, formada por sentidos associados que oferecem diversas entradas e saídas do texto (AGUIAR, 2002, p. 81).

Para a problematização dos objetos, utilizamos como principal referência sobre a proclamação da República *A formação das almas: o imaginário de República no Brasil*, escrito por José Murilo de Carvalho. Neste livro, o autor problematiza os ideais republicanos, a participação da sociedade no período de transição entre os regimes, e a dificuldade de encontrar representação para o movimento republicano, enfatizando a tentativa da criação de uma identidade nacional. Ainda na questão da proclamação da república, também utilizamos como referencial Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos*, onde a autora pontua três questões principais para o desenvolvimento dos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889: a questão religiosa, na qual figuram as problemáticas da incidência da maçonaria dentro da igreja católica e a separação oficial entre Estado e religião; A questão militar, advinda com o descontentamento dos militares frente ao tratamento recebido após Guerra do Paraguai, tendo o Estado não cumprido com as promessas feitas aos combatentes; E a questão da abolição, que desestabilizou a corte após a retirada da mão-de-obra da poderosa e influente elite produtora. Para refletir sobre o clientelismo e coronelismo, utilizaremos o artigo de José Murilo de Carvalho, *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Para complementar nossas referências bibliográficas, utilizamos também produções consideradas clássicas sobre a história de Jaguarão, escritos por Eduardo Soares, Vagner Pacheco da Cunha e Sérgio da Costa Franco, e cruzamos nossa bibliografia com o material coletado em jornais e pastas do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Acreditamos que este trabalho, além de contribuir como um material que facilitará as práticas pedagógicas nas escolas sobre o museu, também despertará e incentivará a valorização destes objetos, que são considerados patrimônio histórico de nossa cidade. Através deste material, incentivamos novas práticas escolares, pois percebemos, durante os estágios escolares I e II, que a maioria dos alunos não conhecem o museu e nem a história local da cidade. A desvalorização do patrimônio histórico jaguarense fez com que pensássemos em um investimento para área educacional, com o objetivo de valorizar o museu como local de ensino-aprendizagem sobre história e, ao mesmo tempo, suscitar um maior grau de pertencimento, fazendo com que os alunos adquiram o hábito de valorizar e preservar, além de que o próprio hipertexto é uma forma de preservação deste patrimônio (TEIXEIRA, 2008).

Aceitamos o desafio de dar vida a uma forma criativa de material, que fosse capaz de modificar as relações entre professores x alunos x museu, tendo em vista nossa preocupação de fazer com que os professores de história se apropriem deste local, contribuindo no processo de ensino-aprendizagem e no ensino da história no âmbito escolar, ao mesmo tempo em que fosse capaz de despertar curiosidade e propagar conhecimento histórico entre alunos, e também, comunidade.

RELATÓRIO DESCRITIVO DE ATUAÇÃO

Os dois primeiros dias de atuação foram destinados à observação. Esses dias foram essenciais para o diagnóstico e descobrimento da demanda institucional; Feito isso, começamos a planejar a atividade que seria feita. Após ter feito o planejamento, tivemos a disposição vários dias, que foram destinados a pesquisa no arquivo da instituição e a revisão bibliográfica, sendo estes procedimentos essenciais para a construção do material didático.

Após a revista ter sido construída, partimos para organização da atividade: fomos até a escola fazer o convite aos alunos, e optamos por convidar alunos do 2º e 3º ano do ensino médio, devido à afinidade entre o conteúdo que seria trabalhado na revista e o conteúdo trabalhado nos anos finais do ensino médio.

No dia da realização da atividade, esperamos os alunos com o material impresso. Ao iniciarmos a atividade, recepcionamos os alunos em frente ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Primeiramente, explicamos como seria o percurso da atividade, que se dividiu em vários momentos:

- No primeiro momento, ainda em frente ao IHGJ, realizamos um pequeno discurso abordando o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e suas sociedades congêneres, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.



- No segundo momento, mostramos como é a organização das salas do Instituto (museu, arquivo e biblioteca).
- No terceiro momento, os convidados foram conduzidos pelo museu e, concomitantemente, realizamos a abordagem sobre o primeiro capítulo da revista, “Artefatos religiosos e paramentos maçônicos”.
- No quarto momento, foi abordado o segundo capítulo da revista “Forças bélicas”, onde o assunto foi sobre o Exército e a Guarda Nacional. Problematicamos os métodos de recrutamento utilizados pelas duas instituições, a Guerra do Paraguai e as medidas de saúde preventivas nesse período.
- No quinto momento, trabalhamos o terceiro e último capítulo da revista “Forças Republicanas”, onde foi abordado temas sobre propaganda republicana, coronelismo, clientelismo e relações de poder.
- No sexto momento, falamos aos alunos sobre a importância de lugares como esse, para os historiadores, para a escrita histórica do município e para a comunidade. Abordamos a questão sobre a estrutura que o Instituto histórico e geográfico de Jaguarão possui, com biblioteca, arquivo e o museu. Explicamos o que são fontes históricas, seus tipos e sua importância, assim mostrando para que servem os arquivos e museus e que tipos de fontes históricas encontramos no instituto histórico.
- No sétimo momento, ao finalizar a atividade, perguntamos se os alunos já conheciam o museu, se anteriormente tinham vontade de conhecer aquele local, se já tinham ouvido comentários sobre ele ou se já conheciam ou frequentaram outros museus. Após o fim deste momento, liberamos os convidados para olhar os outros objetos do museu e realizar perguntas.

A atividade ocorreu conforme o planejamento. Os alunos demonstraram grande interesse e foram muito participativos, e ao final da atividade, fizeram diversas perguntas. Ficaram ainda por quase uma hora após o término da atividade no museu.

CONCLUSÃO

Para a elaboração do material didático, passamos por várias etapas: a digitalização do catálogo do acervo do museu foi uma das mais desafiadoras, pois o documento é antigo, da década de 70, logo após a fundação do IHGJ, contendo descrições de objetos que não se encontravam mais no museu e também havia objetos não catalogados que estavam em exposição. A linguagem e descrição dos objetos também suscitavam muitas dúvidas, o que nos obrigava frequentemente a recorrer a funcionária do Instituto, dona Nilza, atuante na Instituição há 40 anos.

Devido aos motivos descritos acima, nos atemos pouco ao catálogo do acervo daquela instituição. O registro fotográfico dos objetos escolhidos também foi dificultoso, pois não foi permitida a retirada ou manuseio dos objetos em exposição, necessitando recorrer a registros fotográficos anteriores, publicados no livro *Igreja Matriz do Divino Espírito Santo da Cidade de Jaguarão*, e quando não havia registros dos objetos no livro supracitado, recorremos a diversas técnicas para evitar reflexos e garantir a melhor qualidade possível nas imagens.

A pesquisa sobre os objetos e indivíduos foi muito prazerosa, tendo o IHGJ um vasto acervo de livros, jornais e dossiês sobre as personalidades históricas jaguarenses. Um enorme pesar foi não poder realizar a pesquisa no jornal *A situação*, único periódico disponível referente ao período da Primeira República, órgão do Partido Republicano em nível municipal, que encontra-se em péssimas condições para o manuseio. Ao que consta, os únicos exemplares daquele jornal estão armazenados ali. A falta de verbas, políticas públicas e o desinteresse governamental por instituições como esta são sempre muito danosas e perversas.

Ao fim do estágio, realizamos a atividade guiada com os estudantes, inerente à conclusão da disciplina. Conversamos abertamente com os alunos, nossa orientadora e a funcionária do IHGJ, e acreditamos que conseguimos cativar sentimentos de curiosidade e interesse em torno da história de Jaguarão. Muitos dos alunos que estavam na atividade relataram nunca ter visitado um museu, e a presença deles por si só já nos deixou satisfeitas, pois em momento algum esta atividade foi obrigatória, sendo totalmente extracurricular. Desta forma, colocamos os alunos como sendo nossos *convidados*. Ficamos cerca de uma hora após o encerramento da atividade, conversando com os alunos, tirando dúvidas sobre os mais variados temas pertencentes à história do município. Acreditamos que os objetivos foram alcançados e que conseguimos contribuir de forma positiva com a Instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Adair Neitzel de. Hipertexto: que texto é esse?. **Anuário de Literatura**, v. 10, n. 10, p. 73-90, 2002.

ABREU, Regina. História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, N. ser., v. 2, p. 199-233, 1994.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: “*Caderno de Diretrizes Museológicas*”. Brasília, 2006.

FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos (Comp.). **Manual de catalogação**; pintura, escultura, desenho, gravura. Rio de Janeiro: MinC / IPHAN / Museu Nacional de Belas-Artes, 1995.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Revista Memória em rede**, Pelotas, v.7, n. 13, p. 15-28, 2015.

NORA, Pierre. Entre memoria e historia. La problemática de los lugares. In: NORA, Pierre. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevideo: Ed. Trilce, 2008. p. 19-47.

PARENTE, André. O hipertextual. **Revista Famecos**, v. 6, n. 10, 1999, p. 74-85.

PERISSINOTTO, Renato. Por que é importante estudar as elites políticas? **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 53, p. 137-158, 2019.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO OU COMPLEMENTAR

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. **Dados**, Rio de Janeiro, V.40, n.2, 1997.

CASTRO, Giane de Souza *et al.* **A cruz e o compasso**: o conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da reforma católica ultramontana em Juiz de Fora. 2008.

CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. “Moço, inteligente e médico de competência notável”: antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves (segunda metade do século XIX). 2018.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. História social da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. **Albuquerque: revista de história**, v. 3, n. 6, 2017.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Mercado Aberto, 1987.

FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos**: A Guarda Nacional na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850 – 1873). Santa Maria: Editora UFSM. 2010

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul**: ensaios históricos. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica**–Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 34, 2009.

GOMES, Edgar da Silva. Um embate ideológico: Estado-igreja no crepúsculo do século XIX no Brasil. **Revista de Teologia** (RevEleTeo), n. 2, 2007.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**. v. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARTINY, Carina. Entre chefes e correligionários: negociação, hierarquia e mobilidade social na Primeira República (Rio Grande do Sul, 1899-1900). **Revista Latino-Americana de História-UNISINOS**, v. 3, n. 11, p. 131-142, 2014.

MATTOS, Hebe Maria. “Trabalho, voto e Guerra Civil”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.

PACHECO, A; MATOS, B. A. Cemitérios e Meio ambiente. **Revista Tecnologias do meio ambiente**, Lisboa, Ano 7, n 15.

SACCOL, Tassiana. “Escritos de propaganda republicana: estratégias de publicação e inserção sociopolítica a partir da atuação de Joaquim Francisco de Assis Brasil e João Capistrano de Abreu (década de 1880)”. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Dos intelectuais na política à política dos intelectuais**: pensadores, escritores e militantes no diálogo com o poder. São Leopoldo: Oikos, 2015.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. “O passado está prenhe do futuro”: A escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SCHMIDT, Maria. CAINELLI, Marlene. História Local e o ensino de História. In: SCHMIDT, Maria; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SOARES, Eduardo Alvares de Souza. **Igreja Matriz do Divino Espírito Santo da Cidade de Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

SOUZA, Katarine Lapuente. “**Jubilosos e esperançosos iniciávamos então a caminhada**”: homens, mulheres e as décadas iniciais do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (1966-1986). Jaguarão: UNIPAMPA, 2017.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A educação patrimonial no ensino de História. **Biblos**, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2008.

GAMIFICAÇÃO HÍBRIDA: UMA ALTERNATIVA PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Julia Beatriz Silva Vicente Chaves¹

Resumo: Atualmente, há uma incidência sobre a desvalorização do ambiente cultural devido ao desconhecimento sobre a história. Em Sergipe, esse processo ocorre constantemente, já que não há um ensino efetivo nas Instituições voltado a história local, assim, permitindo a problemática relacionada à falta de pertencimento ao território. Desse modo, no presente texto, iremos debater sobre como promover uma Educação Patrimonial, fluída e dinâmica, para o reconhecimento do espaço histórico e do lugar de memória através da Gamificação Híbrida, permitindo que, através da experiência, o jovem seja capaz de reconhecer e de analisar criticamente o processo histórico ao qual está imerso. A discussão sobre essa realidade será efetuada através da exposição de conceitos e de referencial bibliográfico que almeje expor e explicitar como utilizar recursos tecnológicos a favor da educação, isto é, como uma ferramenta extremamente positiva para engajar o novo cenário educacional que está sendo formado, além de expor como a utilização da Gamificação Híbrida já é uma realidade em ascensão.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Gamificação Híbrida; Sergipe.

INTRODUÇÃO

No Nordeste, de um ponto de vista abrangente e interno, é possível observar uma concepção de reverência muito grande quanto à cultura e aos patrimônios históricos culturais de cada estado, principalmente, por exemplo, na Bahia e em Pernambuco. No entanto, ao delimitar esse fato, verifica-se uma realidade diferenciada, isto é, em Sergipe, apesar deste possuir uma cultura histórica e popular extensa, o conhecimento sobre tal está limitada a uma parcela da população. Por vez, as crianças e os adolescentes não apresentam um contato próximo dentro das instituições de ensino, promovendo, deste modo, o desinteresse sobre a historicidade dos municípios sergipanos em relação à História Geral do Brasil, perpetuando o desconhecimento sobre a História Local.

Desse modo, o presente artigo objetiva evidenciar a apresentação e a reflexão sobre um modo para proporcionar o interesse e o acesso à informação através do processo da Gamificação Híbrida. Assim, especificadamente, aplicando os conceitos e o desenvolvimento da Gamificação Híbrida à Educação Patrimonial, a fim de levar a informação sobre o ambiente sociohistórico e que, através da experiência, as crianças e os adolescentes possam compreender e ressignificar a história que os cerca. Além disso, será possível apresentar a necessidade da modelação da área educacional ao uso de metodologias ativas inovadoras e dinâmicas que apresentem uma nova visão sobre o papel do professor como um mediador do conhecimento, nesse caso, patrimonial.

Isto posto, a necessidade de proceder o debate sobre essa temática (Gamificação Híbrida e Educação Patrimonial) está relacionada com o processo que está exposto na nossa realidade, desta maneira, há uma urgência em promover e utilizar novas metodologias para transmissão da informação. Pois, de certa forma, o acesso às tecnologias e à internet tendem a transformar o papel do professor, visto que os estudantes apresentam o acesso ao conhecimento de forma muito mais facilitada hoje em dia ao se comparar ao século XX, sendo essa uma realidade

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: juliab.chaves@outlook.com.

que tende a ficar cada vez mais dinâmica e instigante. Nesse sentido, utilizar a tecnologia a favor da educação é um modo de se adequar à inovação, mantendo o dinamismo da profissão do professor.

Continuamente, de modo incisivo, também se percebe, dentro de Sergipe, um desprezo acentuado, oriundo do desconhecimento popular – pois, de modo generalizado, não há o suporte e a mediação no ensino regional/local por parte das Instituições de Ensino –, sobre os Patrimônios Materiais, Imateriais e Naturais da região. Nesse contexto, o sergipano deixa de pertencer ao seu espaço cultural histórico devido à falta de conhecimento, logo, esse *desprezo* coloca em risco a manutenção e a preservação da História Sergipana. Desse modo, é necessário salientar que a afirmação anterior não está relacionada com a conceituação de “Alfabetização Cultural”, mas sim do conhecer histórico – relacionando ao contato, a experiência e a ressignificação – sobre as cidades e não a imposição sobre a cultura do outro, em acordo com o que Tolentino afirma em seu texto “O que não é Educação Patrimonial”:

Ao afirmar que é necessário alfabetizar o outro culturalmente, não reconhecemos o outro como produtor e protagonista de sua própria cultura e colocamos uma cultura (a minha) como superior à outra (a do outro). Não se considera, desta forma, o conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma construção coletiva e dialógica. (TOLENTINO, 2017, p. 40-41)

Logo, é necessário entender que o debate acerca da Educação Patrimonial, da Gamificação Híbrida e da mediação sobre o patrimônio sergipano está direcionado a ideia de manutenção e da perpetuação da História Sergipana, a fim de que Sergipe seja apresentado com seu real grau de importância e seu significado histórico para com seu território, mas também diante de todo o país. Portanto, será investigado o trâmite que permite a movimentação dessas áreas a partir dos conceitos apresentados anteriormente, considerando possíveis situações aplicativas, tal qual a movimentação da área da Gamificação Híbrida com materiais desenvolvidos pela Universidade Federal de Sergipe.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A EVIDENCIAÇÃO DA HISTÓRIA DE SERGIPE

Primeiramente, é necessário situar sobre o que é, de fato, a Educação Patrimonial. Na área acadêmica, existe um grande debate sobre essa conceituação, a qual várias polêmicas foram iniciadas e conceituações refutadas. A priori, o Guia da Educação Patrimonial afirma:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4)

Nesse sentido, procedem com a ideia de que a Educação Patrimonial está relacionada, também, com a ideia de alfabetização cultural e conscientização para preservação (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.4). No entanto, como já evidenciado, uma série de discussões foram iniciadas sobre a titulação oficial e conceitos adjuntos que foram discutidos pela academia, por autores como Scifoni e Tolentino. Nessa ideia, foram refutadas as compreensões de que a Educação Patrimonial é uma metodologia para a alfabetização cultural, que há a necessidade de

conhecimento para preservação e que a educação patrimonial está voltada, unicamente, para patrimônios tutelados (TOLENTINO, 2017, p. 40).

Conforme o explicitado, é cabível verificar uma série de construções em torno da Educação Patrimonial, no entanto, neste artigo não se almeja definir uma nova conceituação sobre a temática, mas sim como a Educação Patrimonial pode evidenciar a dispersão da História de Sergipe. Em virtude disso, é preciso compreender a Educação Patrimonial, por tratar da mediação dos Patrimônios e da patrimonialidade que os cerca, como um meio engajador de transferência de informações passível de permitir a continuidade da evidência e da transmissão da história de um local. Essa afirmativa é corroborada com a ideia da importância da Educação Patrimonial para o ensino da História apresentada por Teixeira (2008):

A Educação Patrimonial no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. (TEIXEIRA, 2008, p. 8)

Por conseguinte, é interessante compreender como a História está exposta a influências benéficas promovidas diante uma nova realidade do modo de ensino. Como exposto anteriormente, a Educação Patrimonial precisa ser uma atividade que indique uma experiência construtiva (HORTA; GRUGENBERG; MONTEIRO, 1999, p. 9), podendo ser iniciada em ambientes formais ou informais. Uma vez que essa ideia se torna passível de aplicação em todos ambientes, há um processo de democratização do acesso à informação patrimonial que, no que lhe toca, levará o conteúdo da história sergipana e conjunto patrimonial à emersão, divulgando para todos os públicos. Portanto, dissolvendo a cultura da desinformação quanto à própria história.

Desse modo, inquestionavelmente, é necessária a promoção de atividades que proporcionem essa atividade imersiva que permita a experimentação e análise crítica posterior. Logo, a Educação Patrimonial pode ser desenvolvida de forma interessante, a partir do uso das metodologias ativas, estas, por vez, admitem um caráter peculiar relacionado à capacidade de retirar, por exemplo, os estudantes da zona de apenas receptores de informação. Em outras palavras, com as metodologias ativas, que é um sistema que permite esse engajamento através de várias atividades – pesquisa, análise, discussão – que promovem uma interatividade maior, logo, havendo a imersão e a dinamicidade na obtenção de informações (BASTOS, 2006).

Dentro dessa perspectiva, é viável aprofundar sobre o debate que envolve a utilização das metodologias ativas, pois, estas, são capazes de evidenciar uma nova roupagem sobre o modelo educacional brasileiro. Segundo o professor doutor José Mórán, da Universidade de São Paulo e pesquisador sobre as mudanças da educação, as metodologias ativas corroboram na modificação da forma ao qual os estudantes portam-se quanto às problemáticas, assim, ele afirma:

As metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Se queremos que os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais relevantes. Se queremos que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa. (MORÁN, 2015, p. 17)

Em suma, é preciso entender que as metodologias ativas são um meio de transformar o meio educacional, pois reformulam o método de transmissão do conhecimento. Este, como pode ser visualizado, é realizado de modo

ativo pelo estudante, colocando o professor como uma figura ainda mais importante no ambiente educativo, com a mediação, nessa ideia, precisa-se entender mediação como atividade psicossocial (VIGOTSKY, 1991, p. 39), assim, o educador qualifica-se como uma figura mediadora entre a cultura e a construção do conhecimento sobre os jovens. Em consequência, essas metodologias são meios que expõem a educação a um ambiente inovador e com diversas possibilidades de atuação que, atualmente, iniciam sobre esse novo cenário educacional uma situação ascendente, sendo possível observar a criação de inúmeros projetos que se qualificam como metodologias ativas do aprendizado.

Nessa constante, consegue-se visualizar no ambiente de mediação do conhecimento uma série de jogos e de aplicativos que estão sendo desenvolvidos, sobre a ideia da Gamificação, para a transmissão lúdica do conhecimento, a partir da experimentação almejada pela Educação Patrimonial e pelas Metodologias Ativas. Como exemplo, a desenvolvedora de jogos sergipana “*Lumen Games*” produziu um jogo voltado a valorização dos patrimônios e das paisagens brasileiras através do jogo “Operação Abaporu” (2014). Neste jogo, a obra Abaporu, de Tarsila do Amaral, foi roubada e o jogador precisa investigar e encontrar a obra, esse enredo, consegue trabalhar com a capacidade dos jogadores de investigação – lidando com problemas –, além de imergir sobre o que envolve os patrimônios brasileiros. Com base nisso, esse modelo de jogo pode ser, amplamente, utilizado para a mediação do conhecimento por professores de história, de artes e de geografia, apresentando não somente conceitos, mas também contextualizando os conteúdos, à medida em que o jogo transcorre.

Em sequência, uma série de outros jogos e aplicativos foram desenvolvidos e que podem ser utilizados para a evidência do patrimônio, como “O Museu Encantado” (2017), desenvolvido pelo Ludo Educativo, apresenta uma jogabilidade que envolve a arrumação das salas de museus, aprendendo conceitos, resolvendo problemáticas para, por fim, descobrir um contexto histórico da História do Brasil. Além desses, uma série de metodologias ativas podem ser desenvolvidas com ou sem o uso das tecnologias, no entanto, reitero que a utilização da tecnologia como ferramenta de apoio fomenta experiências que poderão engajar, ainda mais, os estudantes na imersão dessas atividades.

A GAMIFICAÇÃO HÍBRIDA E A FOMENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Ao tratar do termo Gamificação, as pessoas costumam associar, simplesmente, à criação de jogos diversos, entretanto, o processo relacionado ao termo é mais complexo do que aparenta. Segundo Zichermann e Linder (2013, p. 34), a Gamificação não é transformar tudo em jogo ou promover um problema com a esperança de ser solucionado através de recursos tecnológicos e dinâmicos, na realidade, o gamificar precisa ser realizado de modo sábio, diante da produção de situações que indiquem uma experiência que gere a imersão e o pensar sobre soluções. Enquanto isso, a aplicação desse conceito corresponde à metodologia de ensino *STEAM* – que relaciona ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática –. No entanto, essa metodologia pode ser, facilmente, aplicada a História, substituindo a matemática, imergindo sobre os conceitos da área citada. Logo, é possível afirmar que ambos os métodos – Gamificação e *STEAM* – visam o desenvolvimento de habilidades com base na experiência e na inovação.

Visto isso, compreende-se um pouco mais sobre a Gamificação e as possibilidades de aplicação. Em continuação, é preciso entender que existem uma série de elementos que cercam a ideia do *gamificar*, entre eles, como já explicitado, está a experiência como uma ferramenta poderosa e engajadora da aprendizagem (ALVES, 2015, p. 37). Esta, também, é um produto da concepção do novo modelo educativo, isto posto que, com o acesso à informação facilitada – devido à internet e às tecnologias de modo geral – torna-se necessário viabilizar um novo modo de gerar interesse das crianças e dos adolescentes sobre as diferentes áreas do conhecimento, sobretudo,

diante daquelas que já sofrem com o negacionismo educacional (por conta do modelo voltado à vestibulares, um dos percursos para a desatenção quanto à transmissão interna de informações confiáveis sobre Sergipe), fato já discutido.

Ademais, a Gamificação pode ser apresentada em uma série de categorias, como a gamificação estrutural, a gamificação de conteúdo e a gamificação híbrida. Nessa sequência, é admissível entender a Gamificação Híbrida como um processo que integra atividades virtuais e físicas, produzindo uma experiência imersiva, dinâmica e fluída, através do tradicional e da inovação. Essa atividade é passível de ser observada, por exemplo, nos jogos TecnoTrilhos e *TecnoBoat* – em desenvolvimento através da Universidade Federal de Sergipe – que almejam evidenciar os Patrimônios Históricos Sergipanos através da interlocução entre o digital e o físico, associando aplicativos aos tabuleiros dos jogos.

A par disso, é preciso entender que a gamificação não está voltada apenas para a educação, por exemplo, com o aplicativo da *Nike Run Club* é viável realizar a mescla entre os dois ambientes, integrando usuários e promovendo uma experiência engajadora e, até mesmo, divertida, essa realidade, dentro disso, cria-se um espaço que permite a motivação da continuidade da execução da atividade propiciada pelo aplicativo. Assim, a gamificação híbrida apresenta diversos ramos de aplicabilidade, apresentando, em grande parte, sucesso nos objetivos, pois volta-se à experiência do usuário – tal qual os métodos de *UX Design* – sendo um diferencial significativo para esse método, sendo uma área interessada em produzir plataformas interessantes para o público e de usabilidade facilitada.

Sobre a experiência, é preciso compreender sua importância relacionada a admissão da informação e transformação em conhecimento. Segundo o modelo 70:20:10, elaborado por McCall, Lombardo e Eichinger, após a análise de dados com uma pesquisa realizada com diversos gestores renomados, foi possível constatar que 70% do aprendizado é promovido através da execução do trabalho, ou seja, a experiência. Através dessa abordagem iniciada na década de 1960, permite compreender como já havia um desenvolvimento efetivo voltado para a área da aprendizagem através da experimentação há muito tempo.

Em continuidade, a experiência também vai além da ação sobre o agir direto entre o pensar e o movimentar, ou seja, tudo que cerca o processo entre o jogar e o solucionar funciona como um aspecto imersivo, quer dizer, todos os sentidos corroboram para a apropriação da informação, permitindo que o cérebro associe o conteúdo a um contexto e, quando for necessário, acesse aquela memória de forma mais rápida e fácil, devido às associações promovidas anteriormente no momento da experimentação e da assimilação da informação, considerando a promoção da aprendizagem de forma efetiva. Logo, segundo a sua pesquisa, a Anabela Ruas de Oliveira, do Instituto Politécnico de Coimbra, admite que a aprendizagem é promovida de modo multissensorial e afirma que:

O mundo que nos cerca é repleto de informações diversas que chegam até nós via tato, olfato, visão, audição, paladar, movimentos e posições do corpo. Com a abordagem de ensino multissensorial, o cérebro tem a oportunidade de acionar diferentes canais para a entrada de conhecimento, contemplando todos os estilos de aprendizagem. (OLIVEIRA, 2018, p. 84)

Portanto, pode-se concluir que ao associar o processo referente à Gamificação Híbrida com a educação é possível produzir uma nova relação de admissão da informação, pois esse aprendizado imersivo e multissensorial cria uma ambientação diferenciada e potencializadora da transformação de informação em conhecimento.

A TECNOLOGIA A FAVOR DA EDUCAÇÃO

A Tecnologia, hoje em dia, está presente dentro da sociedade de todas as formas possíveis, logo, a inteligência artificial altera as dinâmicas sociais exponencialmente. Dentro dessa perspectiva, é preciso compreender como essa alteração é, de fato, promovida incisivamente dentro do ambiente educacional brasileiro.

Antes de tudo, é preciso entender que há, no cenário educacional formal brasileiro, um ensino voltado por metodologias tradicionais que envolvem o professor como fonte de conhecimento absoluto e os estudantes como receptores, por certo, essa realidade perdura desde o início da educação no Brasil. Embora a tecnologia não tenha, ainda, sido fixada dentro das instituições formais de ensino, já é uma realidade *antiga* – que evolui cada vez mais – dentro dos outros setores sociais, como no entretenimento e na indústria. Por sua vez, é viável observar como a tecnologia é reverenciada e positiva dentro desses ambientes e, certamente, também seria extremamente benéfica ao ser instaurada na área educacional.

Como já exposto, as metodologias ativas (através das tecnologias) apresentam um diferencial positivo para a área educacional, como já está sendo realizado na área do Patrimônio Histórico Cultural, com o desenvolvimento de jogos para criar uma oportunidade de fomentação crítica, analítica e que preservativa sobre os lugares de memória. Admitir a aplicação e a utilização em larga escala dos recursos tecnológicos – como aplicativos, jogos digitais e estratégias tal qual a *gamificação híbrida* – de uma maneira correta expõe a Educação Brasileira a uma revolução social.

Segunda uma pesquisa desenvolvida pela Pearson, em 2019, ao analisar a opinião de 7 países, afirma que 67% das Instituições de Ensino de todo o mundo apresentam pouca eficiência quanto ao uso da tecnologia. No entanto, esse número torna-se ainda maior ao delimitar a pesquisa ao Brasil, garantir que 75% das Instituições apresentam ineficiência ao uso tecnológico. Nessa constante, 91% das pessoas entrevistadas aguardam por melhorias sobre essa relação educação-tecnologia. Com base nisso, é plausível compreender que, de fato, existe uma demanda necessitada que espera o desenvolvimento desse setor, a fim da melhora educacional que, por vez, poderá ser promovido a partir das novas metodologias de ensino que acarretam a tecnologia.

Atualmente, ao analisar o sistema educacional básico, é possível verificar um ambiente em que os estudantes não prestam atenção no conteúdo ofertado, justamente, por ser um sistema que não atende mais as expectativas. Assim, o problema da desatenção em sala de aula precisa ser contornado, tal qual o seguinte trecho:

A função da atenção é de caráter seletivo da atividade consciente e se manifesta igualmente na percepção, nos processos motores e no pensamento. Essa seletividade organiza a grande quantidade de informações recebidas e inibe as descontroláveis associações que podem aflorar a partir delas, sendo assim, possível a manutenção de um pensamento organizado. (SOBANSKI; SOLIGO, 2017, p. 5)

Isto posto, uma realidade em que os discentes apresentam o acesso ao mesmo assunto tratado de forma facilitada através da Internet, logo, dentro da sala de aula, é preciso compreender que existe uma necessidade de adequar a forma de transmissão do conteúdo de forma em que os discentes apresentem um interesse, isto poderá ser fomentado através da utilização das Metodologias Ativas e, por exemplo, da Gamificação Híbrida. Desde que haja a aplicabilidade dessa realidade de forma consciente e responsável por parte dos docentes e das Instituições de Ensino será possível criar um ambiente dinâmico, interativo e instigante para os discentes.

A fim de impulsionar essa realidade, é preciso superar o modelo tradicional, no entanto, isso não quer dizer que o papel do professor será substituído pela tecnologia, pelo contrário, a atuação do discente será tão importante

quanto, pois será necessário o direcionamento, através da mediação, diante e através da utilização das ferramentas tecnológicas para a fomentação desse novo modo de ensinar. Isto é, o docente precisará equilibrar as atividades, a aplicação de desafios e de conceitos para manter a aprendizagem saudável e positiva (MÓRAN, 2015, p. 7).

Indubitavelmente, existem várias possibilidades de trabalhar com as metodologias ativas e reinventá-las, a gamificação – e a Gamificação Híbrida – é mais um dos modelos que poderemos aplicar nitidamente os conceitos já apresentados, articulando a Tecnologia e a Educação. Nesse contexto, é cabível transcorrer sobre como introduzir essa ideia, quer dizer, a importância e as vantagens sobre o uso desse método através seguinte enunciado:

Talvez uma de suas grandes vantagens seja a de proporcionar um sistema em que os estudantes consigam visualizar o efeito de suas ações e aprendizagens, na medida em que fica mais fácil compreender as relações das partes com o todo, como acontece nos games. Da mesma forma, um dos objetivos principais de introduzirmos uma experiência assim é para que os indivíduos sintam que seus objetivos contribuem para algo maior e mais importante, que suas ações fazem sentido dentro de uma causa maior, que é o que os elementos dos games podem proporcionar se utilizados de forma cuidadosa, da mesma forma que conseguem dentro dos mundos virtuais. (FARDO, 2013, p. 7)

Como exemplo desse processo de utilização da Gamificação Híbrida para o fomento de uma nova realidade do cenário educacional através das tecnologias, é possível observar a criação e o desenvolvimento dos projetos TecnoTrilhos e *TecnoBoat*, através da Universidade Federal de Sergipe, que atribuem conceitos de como provocar um ensino dinâmico e lúdico, levando conceitos e contextualização sobre os Patrimônios Culturais e Naturais Sergipanos, mas também projetando e fomentado a análise crítica sobre esses processos, além de, consequentemente, tratar sobre a preservação e a transmissão da História de Sergipe.

A GAMIFICAÇÃO EM SERGIPE: TECNOBOAT E TECNOTRILHOS

Diante da apresentação anterior, em Sergipe, para tentar suprir a necessidade que envolve um ensino falho dentro das Instituições de Ensino Formais do estado, através da Universidade Federal de Sergipe, estão sendo desenvolvidos projetos que almejam transmitir o ensino da história e do patrimônio histórico e natural da região de forma lúdica, dinâmica e através da experiência (CAINELLI, 2006, p. 61), o TecnoTrilhos e o *TecnoBoat*. Estes apresentam as perspectivas proferidas sobre a Gamificação Híbrida – apresentando a busca pela efetivação do ensino da história através da criação e do desenvolvimento de jogos de tabuleiro (CARISSIMI, 2016, p. 41), o físico, e sua interlocução com aplicativos, o digital – e a metodologia STEAH.

A princípio, o Jogo Histórico de Tabuleiro TecnoTrilhos surgiu como meio de apresentar a História Patrimonial de Sergipe, de modo lúdico e imersivo, visto que, como já apresentado, existe um desprezo oriundo do desconhecimento da população sergipana sobre sua própria história. Logo, almejava-se, através da estratégia da Gamificação Híbrida, reverter esse processo enraizado sobre o estado. Para a elaboração do projeto, foi necessário compreender, inicialmente, as perspectivas entre Educação e Tecnologia. Assim, um dos maiores eventos de Educação e Tecnologia da América Latina, EdTech, promovido pela StartSe, foi possível perceber como existe um direcionamento atual voltado para a inovação que, por mais que recente e gradual, a educação está se voltando para a inovação. No entanto, ainda não é uma realidade que está dispersa sobre todo o contexto brasileiro, apesar disso, verifica-se uma dispersão da ideia, através do desenvolvimento do TecnoTrilhos e do *TecnoBoat*.

Em continuidade, o TecnoTrilhos, como projeto consolidado, apresenta a relação de conectar o estudante não somente entre aplicativo e tabuleiro, mas também com a história patrimonial sergipana, isto é, a transmissão da informação fora feita de modo que a jogabilidade garantisse a experiência imersiva e a aprendizagem efetiva. Isto posto, uma realidade em que o jogador/estudante conseguisse lidar com a informação de forma fluída, dispersando do que seria a apresentação desses conceitos de forma tradicional. Essa ideia já foi apresentada através de um experimento da historiadora Marlene Cainelli, como pode-se verificar:

Para ensinar História, tinha-se como meta fugir do tradicional trabalho metodológico de iniciar a discussão pela história da criança; o ponto de partida era tentar entender o que a criança já sabia sobre o estatuto da História e quais suas percepções sobre conceitos chaves para a aprendizagem da disciplina. Também pareceu relevante entender como a criança pensava a História-disciplina e se tinha algum conhecimento sobre ela. (CAINELLI, 2006, p. 60)

Com base nisso, Cainelli apresenta a fundamentação voltada para com o ensino e a aprendizagem histórica, voltada para a ideia de entender o dinamismo de como as crianças admitem o conhecimento histórico, por sua vez, em sua análise, a autora busca evitar uma pesquisa com método tradicional, a fim de, possivelmente, não lidar com respostas semelhantes às existentes. Neste ponto, dialoga com o fator da análise para a elaboração efetiva do TecnoTrilhos, de outro modo, o jogo de tabuleiro não é apresentado de forma convencional. Na realidade, todos os elementos do jogo ajudam a elaboração do contexto – desde o formato do desenho industrial do tabuleiro até a jogabilidade diferenciada ao ser comparada as que vigoram no mercado, com a integração com o aplicativo via *QR Code* – que se ligue aos aspectos sergipanos e promova a experiência, assim como, o aprendizado multissensorial citado anteriormente.

Através das pesquisas de campo, realizadas para a elaboração do TecnoTrilhos, foi possível perceber uma demanda populacional por parte dos sergipanos sobre a necessidade de conhecer sua própria história. Em uma pesquisa realizada em 2019, pela equipe de desenvolvimento do Jogo, sobre “História da Sergipe, Patrimônios Culturais e Gamificação”, gerou resultados que precisam ser destacados. De acordo com os resultados da pesquisa, 68,4% dos entrevistados sabiam definir o que é um Patrimônio Cultural, enquanto isso, 28,1% sabiam “muito pouco” e 35,1% sabiam pouco sobre a História de Sergipe, e apenas 1,7% conheciam “muito bem”. Na sequência, foi questionado se acreditariam que existe possibilidade de aprender sobre História de Sergipe e sobre Patrimônios de uma forma diferente, 82,5% dos entrevistados afirmaram que sim. Logo, através dessa pesquisa, é possível perceber que há uma demanda necessitada sobre o aprender histórico, assim, convencionalmente, torna-se interessante promover meios diferenciados para proferir o acesso ao conhecimento, tal qual através das metodologias ativas, como a Gamificação Híbrida.

Enfim, pode-se apresentar o *TecnoBoat* que, por sua vez, ainda é um projeto embrionário, no entanto, que se pretende evidenciar, ainda mais, o conceito de Gamificação Híbrida e o aspecto da Metodologia STEAH, com a utilização de ferramentas que promovam a resolução de questões e o desenvolvimento um senso crítico e analítico sobre os Patrimônios Históricos e Naturais de São Cristóvão. Nesse jogo, através da Gamificação Híbrida, almeja-se aprimorar os recursos tecnológicos aplicados anteriormente no TecnoTrilhos, a fim de evidenciar a História Cultural de São Cristóvão, tal qual sua importância para o Estado de Sergipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Patrimonial é um dos meios de evidenciar novamente a cultura sergipana, desconstruindo um processo de desconhecimento instaurado na sociedade local. Para que isso seja possível, é possível impulsionar

uma reformulação no método de aprendizagem, uma das alternativas de evidenciação de um novo cenário, é a utilização da Gamificação Híbrida que relaciona o físico e o digital, através das novas tecnologias. Nesse contexto, torna-se interesse esclarecer que a aplicação desse sistema de aprendizagem é um importante meio de promover uma mudança em todas as áreas de ensino, seja nas humanidades, seja nas exatas.

Diante do que foi exposto, foi possível compreender os diálogos e as interlocuções entre educação, tecnologia, aprendizagem e experiência, isto é, como a admissão e a conexão correta desses termos promove um ambiente inovador, dinâmico e complexo, apto a instruir a sociedade de uma forma imersiva e instigante para todos. Tal qual é refletivo por Carissimi e Randünz, o como as atividades lúdicas poderão ser importantes como ferramentas de um novo modelo educacional.

Essas atividades lúdicas, que podem expandir o conhecimento, exigem extremo planejamento e cuidado na sua execução, ou seja, o educador deve ter seus objetivos bem-traçados. Se o objetivo é trabalhar com um tema do currículo, não basta distribuir os jogos e colocar todos para brincar. É preciso pensar na ferramenta como um recurso possível dentro de um planejamento maior e fazer sua escolha com base no desafio que pode gerar. (CARISSIMI; RANDÜNZ, 2017, p. 56)

Portanto, através do exposto, almeja-se que possa haver a divulgação sobre o conceito da Gamificação Híbrida e a necessidade de suscitar um Ensino Patrimonial com responsabilidade por parte da Base Nacional Comum Curricular, a fim de não promover apagamentos sobre a História das Regiões, como Sergipe, tal qual está sendo promovido, diante da ideia de ter que garantir, de forma obrigatória, a relação da História Local com a História Nacional Geral a todo momento. Assim, o diálogo sobre o ensino regional ocorre com urgência devido à realidade que assola o panorama local de amplo desconhecimento, como apontado nas pesquisas organizadas pelos estudantes da Universidade Federal de Sergipe. Logo, para instigar o interesse, é preciso de meios interessantes e que fogem do modelo tradicional, como os jogos desenvolvidos a partir da ideia das novas metodologias de ensino – tal qual a *gamificação híbrida* – o TecnoTrilhos e o TecnoBoat.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Eduardo. Nike Run Club – UX e Gamificação Híbrida Além da Corrida. **Ekoá**, 2020. Disponível em: <https://mundoeko.com/2020/05/25/nike-run-club-ux-e-gamificacao-hibrida-alem-da-corrida/>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- ALVES, Flora. **Gamification**: como criar experiências de aprendizagem engajadoras: um guia completo: do conceito à prática. São Paulo: Dvs Editora, 2015.
- ANTUNES, Juliana. STEAM: uma metodologia que você precisa conhecer. **Tecnologia Educacional**, 2018. Disponível em: <https://tecnologia.educacional.com.br/blog-inovacao-e-tendencias/steam-metodologia-que-precisa-conhecer/>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- BASTOS, Celso da Cunha. Metodologias ativas. **Educação e Medicina**, 2006. Disponível em: <http://educacaoemedicina.blogspot.com.br/2006/02/metodologias-ativas.html>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- CAINELLI, Marlene. Educação Histórica: perspectivas da aprendizagem da história no ensino fundamental. **Educar**, Curitiba, v. 22, n. especial, p. 57-72, mar. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5548/4061>. Acesso em: 09 ago. 2020.
- CARISSIMI, Laura Bossle; RANDÜNZ, Roberto. Arquivo 7.0: jogos e o ensino de história. **Métis**: História e Cultura, (S.I), v. 16, n. 31, p. 47-69, 2017. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/5390>. Acesso em: 09 ago. 2020.

CARISSIMI, Laura Bossle. **O jogo como suporte pedagógico e a utilização de documentos no ensino da história**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

EDUCAÇÃO caminha para aprendizado “self-service”, aponta pesquisa mundial. **Pearson**, 2019. Disponível em: <https://br.pearson.com/imprensa/noticias/educacao-caminha-para-aprendizado-self-service-aponta-pesquisa-mundial.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.

EQUIPE IBC. Como Funciona o Modelo de Aprendizagem 70 20 10 nas Empresas. **Instituto Brasileiro de Coaching**, 2019. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/como-funciona-o-modelo-de-aprendizagem-70-20-10-nas-empresas/>. Acesso em: 08 ago. 2020.

FARDO, Marcelo Luis. A Gamificação Aplicada em Ambientes de Aprendizagem. **Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 1-9, jul. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/41629/0>. Acesso em: 09 ago. 2020.

FRANÇA, Luísa. Tecnologia na Educação: como garantir mais motivação na sala de aula?. **PAR: Plataforma Educacional**, 2018. Disponível em: <https://www.somospar.com.br/tecnologia-na-educacao-e-motivacao-em-sala/>. Acesso em: 09 ago. 2020.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: Iphan, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

VYGOTSKI, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Livraria Martins Fontes editora Ltda, 1991.

MÓRAN, José. Mudando a Educação com Metodologias Ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (Orgs.). **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Ponta Grossa: FocaFoto, 2015. p. 15-33.

OLIVEIRA, Anabela Ruas de. **Intervenção multissensorial numa criança com dificuldades de aprendizagem na leitura do 2.º ano**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor) – Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, 2018. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21872/1/ANABELA_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

OPERAÇÃO ABAPORU. **Android**. Sergipe: Lumen Games, 2014. Disponível em: App Store e Android. Acesso em: 7 ago. 2020.

SANTILLI, Jose Angelo. Ludo Educativo explora o Mundo da Arte Brasileira. **CDMF** (Centro de Desenvolvimento de Materiais Funcionais), 2017. Disponível em: <http://cdmf.org.br/2017/02/08/ludo-educativo-explora-o-mundo-da-arte-brasileira/>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017.

SOBANSKI, Lindamir Aparecida Andriola; SOLIGO, Valdecir. Alunos desatentos: e agora, pedagogos?. **Produções Didático Pedagógicas: Os Desafios da Escola Pública Paranaense Na Perspectiva do Professor PDE**. Paraná: Produções Didático-Pedagógicas, 2017. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_ped_unioeste_lindamiraparecidaandriolasobanski.pdf. Acesso em: 09 ago. 2020.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no ensino da História. **Biblos**, Rio Grande, v. 22, n.1, p. 199-211. 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/868>. Acesso em: 08 de ago. 2008.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). **Educação Patrimonial: Políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: Iphan, 2016. p. 39-48.

ZICHERMANN, Gabe; LINDER, Joselin. **The Gamification Revolution: how leaders leverage game mechanics to crush competition**. [S.I]: Mc Graw Hill Education, 2013.

O PATRIMÔNIO CULTURAL EM QUESTÃO: DIAGNÓSTICO DA GALERIA DE ARTE SANTEIRA - TERESINA-PI

Antonio Gonçalves Mineiro Filho¹

Elenilce Soares Mourão²

Jhon Lennon de Lima Silva³

Resumo: O objetivo deste estudo é discorrer sobre a galeria de Arte Santeira do Parque da Cidadania localizado na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, destacando principalmente os seus aspectos organizacionais, a preservação e conservação das obras encontradas em seu interior. Esses bens culturais são de importantes santeiros locais e revelam a grandeza da dimensão cultural da arte popular do estado. A metodologia utilizada no estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica, documental, técnicas de observação direta e entrevista com roteiro preestabelecido. As considerações finais permitiram ressaltar que a galeria possui uma estrutura de dimensões e finalidades aceitáveis. Entretanto, precisa se adequar e disponibilizar itens ideais para seu perfeito funcionamento organizacional, pois foram observados falta de recursos técnicos, materiais e humanos que agreguem aos já existentes. Ressaltamos que aprimorar os mecanismos de exposição e comunicação do patrimônio cultural é uma necessidade, o que exige seriedade e compromisso das autoridades responsáveis.

Palavras-chave: Arte Santeira. Teresina-PI. Diagnóstico do Patrimônio.

INTRODUÇÃO

Por meio deste trabalho, temos o propósito de analisar a Galeria de Arte Santeira localizada no “Parque Estação Cidadania Maria do Socorro de Macedo Claudino”, conhecido como Parque da Cidadania, situado na zona central da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí. Nele são destacados principalmente os seus aspectos organizacionais e medidas adotadas em relação à preservação e conservação do acervo de obras lá encontradas.

Teresina não desfruta dos atrativos de áreas praianas, pois é a única capital nordestina que não se refresca pelas águas do mar. Entretanto, a capital não se sente desprestigiada, muito menos valorizada em relação a atrativos turísticos, pois conhecida nacionalmente como “Cidade Verde”, têm nos espaços urbanos vários componentes espaciais que valorizam principalmente a natureza e a cultura.

Entre esses pontos podemos citar, as praças arborizadas com espécies nativas do centro da cidade, a floresta fóssil, o Parque Potycabana, o Complexo Mirante Ponte Estaiada, situados às margens do rio Poty e o mais recente inaugurado Parque da Cidadania, com imensas áreas verdes e espaços culturais integrados, como a Galeria de Arte Santeira.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia – Universidade Federal do Piauí-UFPI/Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr. Formado em Ciências Econômicas e Licenciatura em Artes Visuais pela UFPI. Professor do Curso de Moda, Design e Estilismo – Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: mineirofilho@hotmail.com.

² Professora – Orientadora. Mestre em Artes, Patrimônio e Museologia, pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Professora do quadro permanente do Instituto Federal do Piauí – IFPI e Restauradora. E-mail: ellenmourao14@gmail.com.

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia – Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr. Graduado em Licenciatura Plena em História e Letras Português, pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Professor da Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo – MA. E-mail: jhonlima303@gmail.com.

Justificam-se aqui o interesse em escrever acerca deste tema, pela importância de preservar e salvaguardar ambientes que se destinam não só como atrativos turísticos, mas que tem valores históricos e culturais ou que representam materialidades e imaterialidades em relação à memória e identidade da comunidade teresinense.

Segundo Lody e Sousa (1988), em Teresina o imaginário com temas religiosos é de grande destaque e podem ser identificados aqui notáveis representantes desse ofício artístico. Entre eles podemos citar o saudoso Mestre Dezinho, natural de Valença do Piauí e outros remanescentes como Mestre Dico, Mestre Cornélio e Mestre Expedido.

As obras desses artesãos podem ser encontradas em vários pontos da cidade: em feiras, museus, repartições públicas, exposições, espaços públicos, templos religiosos e galerias de arte. É de interesse geral a continuidade da comercialização e exposição de obras desses e de outros artistas, pois mantém viva essa atividade tradicional e valoriza nosso patrimônio.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho baseou-se em diferentes especificidades. Inicialmente foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, o que se revelou de fundamental importância para fornecer dados atuais e relevantes sobre o local observado, abrangeu publicações avulsas, livros, jornais, periódicos, revistas, vídeos e internet. Segundo Cervo e Bervian (1996), qualquer tipo de pesquisa, seja em qualquer área, supõe e torna necessária uma pesquisa bibliográfica prévia, seja para o levantamento da situação da questão, seja para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições que a própria pesquisa possa trazer.

Em outro momento fizemos um minucioso estudo de caso. Abrangendo nessa etapa, a técnica de observação direta e a realização de uma entrevista com questões preestabelecidas. O trabalho está estruturado nas seguintes etapas: Descrição inicial do ambiente onde está localizada a Galeria com suas ambientações e particularidade; a arte Santeira como elemento cultural tradicional dos mestres artesãos da capital Teresina; o uso da madeira como matéria-prima de elementos expressivos e finalmente as peças artesanais do Parque da Cidadania, descrevendo e analisando a sua organização, preservação e conservação do espaço.

Portanto, entendemos que a galeria de Arte Santeira é um espaço que comunica o patrimônio cultural do Piauí, em especial os modos de saber-fazer dos santeiros da região, principalmente da capital Teresina, que expressam a religiosidade e o cotidiano do sertanejo.

PARQUE DA CIDADANIA E A GALERIA DE ARTE SANTEIRA – TERESINA-PI

O “Parque Estação Cidadania Maria do Socorro de Macedo Claudino” conhecido popularmente como Parque da Cidadania, está localizado na zona central de Teresina, capital do estado do Piauí, mais precisamente entre as avenidas Frei Serafim e Avenida Miguel Rosa. Ocupa a parte posterior da Estação Ferroviária, hoje estação central do metrô de superfície, que integra um rico conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Inaugurado no dia 24 de junho de 2016 com recursos provenientes do Ministério do Turismo em parceria com a Prefeitura de Teresina, o parque possui um total de 8,3 hectares de área e hoje se consolida como outro importante local de atividades de entretenimento e lazer do centro da cidade. Atende à comunidade em geral, principalmente crianças, jovens e adultos em busca de diversão e uma vida saudável, além do turista que procura referências culturais de nosso estado.

A estrutura do Parque da cidadania conta com grandes espaços abertos com gramados, lago, espelho d'água, trilhas para caminhadas, campos para práticas esportivas, espaços ambientados para convivência, pistas para patinação e skate, academia popular, quiosques, banheiros públicos, além de um anfiteatro completo para atrações culturais com capacidade para 1500 pessoas.

Figura 1: Parque da Cidadania



Fonte: Arquivo próprio

Ainda no local estão presentes duas construções preservadas e remanescentes da antiga Estação Ferroviária, utilizadas agora com outras finalidades. A primeira delas é a antiga casa onde residia o operador da ferrovia, agora transformada e ambientada para sediar a Galeria do Inconsciente. Este espaço é destinado para oficinas de arte, feiras, salas de vídeos para exibição de documentários e exposições itinerantes de trabalhos feitos por pessoas com algum tipo de distúrbios psíquicos que queiram se expressar artisticamente através da atuação de terapias ocupacionais de grupos. Atualmente encontra-se fechada em fase de recuperação e preservação de suas estruturas.

A outra construção remanescente e objeto de nossas observações é a Galeria de Arte Santeira. Localizada estrategicamente no interior do parque a galeria está hoje instalada na antiga casa das máquinas utilizada anteriormente para manutenção e reparos dos trens. O imóvel também é tombado pelo IPHAN, órgão que autorizou, regulamentou e acompanhou a preservação de sua estrutura e as intervenções devidas para o seu funcionamento.

O amplo imóvel de dois pisos possui estruturas reforçadas e intervenções modernas, como a recuperação do teto para a colocação de um sistema de iluminação, a troca das vidraças das inúmeras janelas em basculante, presente em toda a sua extensão, além de bancadas em ferro utilizadas para a colocação das obras ali expostas. Nota-se, entretanto, algumas estruturas originais ali presentes, como a imensa porta de entrada em ferro, os dormentes em madeira e os trilhos originais providencialmente colocados na entrada completando a ambientação e a atmosfera nostálgica do local.

Figura 2: Galeria de Arte Santeira.



Fonte: Arquivo próprio

Na galeria estão expostas aproximadamente 60 obras de mestres artesãos locais, selecionados e apoiados originalmente por projetos da Secretária Municipal de Economia Solidária (SEMEST). São Santos da crendice popular, Profetas Bíblicos, Anjos alados, composições de esculturas com significado sagrado e uma imensa talha da Santa Ceia. Completam o local, fotos dos artesãos das obras em seu processo de criação.

Foram escolhidos os artesãos mais representativos da Arte Santeira do estado. Mestres que foram assim denominados por escolherem como ofício a divina arte de retirar da madeira bruta, a representação simbólica religiosa e a identidade cultural de um povo. Entre eles podemos destacar: Mestre Zé Luiz, Mestre Expedito, Mestre Júnior, Mestre Maurício, Mestre Raimundo/Dico, Mestre Kim, Mestre Paquinha, Mestre Cornélio, Mestre Ary, Mestre Albertino e Mestre Francisco.

A ARTE SANTEIRA: PATRIMÔNIO CULTURAL DO PIAUÍ

O ofício da Arte Santeira surgiu na medida em que o homem usando a criatividade esculpiu e talhou a madeira dando-lhes formas com temática religiosas. No Brasil, essa arte de representatividade de nossa cultura que remontam aos anos de nossa colonização é desenvolvida pelos santeiros, assim designados àqueles detentores desse saber-fazer tradicional necessário para a confecção do objeto artesanal.

O trabalho na produção de peças em madeira é desenvolvido em ambiente doméstico ou oficinas, utilizando técnicas e ferramentas muitas vezes rudimentares e precárias. A madeira, por ser um material de grande consistência requer um grande esforço físico na transformação em produtos, encontrando na força masculina as condições ideais de realização. O artesão trabalha sozinho ou capacita e aperfeiçoa outros trabalhadores na oficina, através da observação, da prática e de um aprendizado orientado pelo mestre que passa conhecimento aos auxiliares, inicialmente na condição de aprendizes.

A produção com temática religiosa, que se manifesta na produção de anjos, figuras religiosas, oratórios, ex-votos e entalhes diversos; pode apresentar diferentes destinações, como atender à comunidade, ou serem comer-

cializadas em feiras, mercados, lojas ou feitos através de encomendas. Podemos citar como grandes consumidores os sacerdotes de igrejas católicas, que usam as peças para a ambientação e ornamentação de seus templos e em menor escala, colecionadores.

A Arte Santeira, mesmo que tenha seu viés comercial, sempre atendeu e atende às comunidades, pois possui representações simbólicas de fé e religiosidade de um povo, que encontra nessa forma de expressão artística, apego, respeito, admiração e principalmente devoção. Nesse sentido, podemos dizer que os saberes e modos de fazer associados à Arte Santeira no Piauí, é um patrimônio cultural, pois representa um conjunto de valores e sentidos que identifica cultural, social e politicamente o povo piauiense. O patrimônio cultural, entendido como bens de valor coletivo que está voltado de “ações quotidianas em sua imensa e riquíssima heterogeneidade” (PALEGRINI; FURNAI, 2013, p. 30).

No Piauí, essa arte revela também toda a identidade de uma cultura típica dos demais Estados do Nordeste brasileiro. Tudo se iniciou a partir da criatividade de um dos mais populares e ainda hoje reverenciados artistas, Mestre Dezinho, que com suas obras em templos religiosos, abriu caminho para a percepção de vários outros artistas populares em todo o estado. Segundo Oliveira:

As esculturas populares do Piauí merecem destaque pela força de expressão plástica, e se acham organicamente integradas na experiência de vida de nosso povo, ultrapassando, assim, uma mera satisfação estética. Os trabalhos dos Mestres Dezinho de Valença, Expedito de Pedro II e Carlos Barroso e de tantos outros artistas já ultrapassaram as fronteiras do estado. Na sua maioria, são anjos e santos, peças enormes, oratórios e entalhes em madeira (OLIVEIRA, 1995, p. 39).

Encontramos aqui mestres santeiros com igual talento e habilidades, que mantém viva a tradição do artesanato piauiense. Cada peça entalhada pelas mãos delicadas e talentosas contrasta com a eficiência usada para esculpir as obras com tanta criatividade. “A Arte Santeira é uma importante manifestação cultural do Estado do Piauí, daí, a necessidade de salvaguardar o ofício e modos de fazer dessa produção artística” (PINHEIRO; MOURA, 2009, p.23).

Hoje possuímos uma renomada produção de imagens religiosas, peças que nos últimos tempos alcançaram grande destaque no contexto regional, nacional e internacional, o que acabou contribuindo como significativa alternativa de renda para um grande contingente de pessoas envolvidas no processo de produção.

A utilidade desses artefatos revela múltiplas possibilidades nos dias de hoje, podendo ocupar espaços em feiras de artes e artesanato, integrar o acervo de museus de arte sacra e igrejas, ser meio de pagamento de promessas nas romarias a santuários sagrados ou mesmo servir como elemento de decoração, referenciando certo consumo da produção artística regional (SILVA; GONTIJO, 2010, p. 53-54).

O público consumidor da arte santeira pode encontrar alguns espaços específicos de comercialização na cidade de Teresina, como o Centro de Artesanato Mestre Dezinho, localizado no Complexo Cultural da Praça Pedro II, no centro da cidade. Ali existem inúmeras lojas com produtos confeccionados à base de fibras, buriti, bordados, rendas, madeira entre outros. Destaca-se também O Mercado Central de Teresina mais conhecido como “Mercado Velho” um tradicional centro comercial de várias modalidades de produtos localizado na Praça Marechal Deodoro (Praça da Bandeira), no centro histórico de Teresina.

Os apreciadores da arte, além dos locais já citados, encontram também as obras de Arte Santeira em templos religiosos por toda a cidade. A cidade possui a Casa da Cultura com exposições esporádicas abertas ao público,

além do familiar Memorial Mestre Dezinho localizado no Bairro Vermelha. A galeria de arte santeira do Parque da Cidadania veio para somar, direcionar exclusivamente esse seguimento de arte, para dar maior notoriedade aos nossos antigos artistas, como revelar os talentos da geração atual de santeiros.

A Madeira como Matéria-prima de Objetos da Arte Santeira

A madeira sempre foi no Brasil uma matéria prima muito utilizada, aqui ainda existem imensas florestas com espécies variadas que se espalham pelas diversas regiões do país. Lody e Sousa (1988) confirmam a sua abundância desde o início da nossa colonização como a primeira riqueza a ser explorada, principalmente na figura da espécie conhecida como pau-brasil, madeira que possibilitava diversas utilidades e encontrada de imediato pelos exploradores em grande quantidade no litoral brasileiro.

A variedade, beleza e aplicabilidade de uso são as principais características das madeiras nativas do Brasil. Aliás, convém não esquecer que o nome definitivo do nosso país teve origem na essência mais cobiçada e intensamente extraída nos primórdios da época colonial, o pau Brasil - *Caesalpinia echinata* L. (Leguminosae – Caesalpinoideae), hoje praticamente extinta (LODY; SOUSA, 1988, p.23).

Com a utilização como elemento de construção das primeiras habitações dos indígenas que aqui viviam e do posterior uso nas habitações mais elaboradas para servir aos elementos da corte, a madeira esteve também presente no nosso cotidiano e nos diversos segmentos da vida, sendo muitas vezes fartamente explorada e de certa forma desmedidamente.

As novas descobertas de espécies ao longo dos anos ampliaram o seu uso e a sua aplicabilidade, além de elementos construtivos, notamos a sua presença na confecção de mobiliários, utensílios domésticos, elementos de construção naval e objetos de importância histórica como engenhos, roda d'água, arados e carros de boi. Sem falar na sua grande importância como elemento construtivo e expressivo no campo das artes. Como estamos falando de elementos decorativos e devocionais destacamos as esculturas e talhas ornamentais de grande profusão no culto católico.

Como elementos expressivos das artes visuais, quase todo tipo de material pode ser utilizado; mas a madeira em especial permite diversas possibilidades, quer pela sua abundância na natureza, quer pela versatilidade oferecida na obtenção das formas. É o caso de nossos santeiros espalhados por várias localidades de nosso estado que com maestria dominam como ninguém a arte de trabalhar com madeira de forma artesanal.

Para esculpir em madeira, poucas espécies de árvores são utilizadas. Estas são escolhidas em função da sua textura e beleza do material, proporcionado pelos veios aparentes e pela cor e tonalidades da matéria prima. Como possibilidades de aproveitamento são utilizadas nas árvores principalmente o tronco, os galhos e a casca. É no tronco de uma árvore que se encontra a maior parte da massa da madeira, elemento primordial que possibilita os melhores desenvolvimentos para a escultura. Mas os galhos que crescem a partir do tronco, ou mesmo a sua casca, não são desprezados, uma vez que são considerados na fabricação de elementos expressivos de menores dimensões.

É referência geral da madeira brasileira, a variedade dos lenhos, a sua beleza e a sua aplicabilidade em diversos segmentos que ajudam a girar a economia do nosso país, como a construção civil, a indústria moveleira e a produção artesanal em destaque. Faz-se necessário, entretanto, relacionar algumas de suas características principais, a fim de identificarmos as suas potencialidades. Conhecemos como madeira um material produzido a partir do

tecido lenhoso das plantas e considerado a parte mais sólida de uma árvore, é encontrada logo abaixo da casca e tem função de sustentação mecânica.

Quanto à trabalhabilidade classificam também Mühlbauer e Razeira (2009), existem as Madeiras Finas, usadas na confecção de móveis, esquadrias e alguns produtos de marcenaria (louro, ipê, vinhático e cedro); Madeiras Duras ou de Lei, usadas na construção civil e mobiliária (angico, freijó, massaranduba e mogno); Madeiras Resinosas, usadas em escoramento (pinho) e Madeiras Brandas de pouca durabilidade (timbaúba).

Como vimos, a variedade de aplicações da madeira se dá em função de suas muitas características e diferenças estruturais. Destacaremos aqui o Cedro como a madeira principal de nossas observações, ao passo que é a principal matéria das obras expostas na Galeria de Arte Santeira em destaque.

O cedro é o material mais desejado para quem trabalha em madeira, em sua existência nativa estende-se em quase todo o Brasil. É uma madeira bem leve, lisa, uniforme, de fácil corte e de bom peso no resultado da construção das peças elaboradas. Entretanto, pelas suas qualidades, é uma das madeiras mais caras do Brasil, dificultando a aquisição e encarecendo os produtos dele derivados. Os santeiros teresinenses usam o cedro como matéria-prima de seu saber-fazer; construindo verdadeiras obras arte que retratam seu estado de espírito, a fé católica do estado e o cotidiano das comunidades locais.

DIAGNÓSTICO DA GALERIA DE ARTE SANTEIRA

A estrutura para a montagem de uma galeria de arte como todo espaço de utilização pública passa por exigências que devem ser seguidos a fim de evitar problemas futuros em relação à arquitetura e ao seu funcionamento. Segundo o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - 2019), as Galerias de Arte são espaços arquitetônicos onde estão dispostas adequadamente as obras de arte, com espaços definidos para possibilitar uma correta apreciação daquilo que está exposto considerando a circulação do espectador, a segurança, o posicionamento e a iluminação do local.

Uma galeria de arte para seu perfeito funcionamento exige também outros requisitos de organização independentemente do fim a que esteja destinada. Deve conter no mínimo em seu quadro de funcionários pessoas que cuidem das exposições, ou seja, uma recepcionista, um galerista formado na área de artes para atender aos visitantes, um auxiliar de serviços gerais que ficará responsável por cuidar da limpeza, treinamento básico de conservação de acervos, preservação e conservação do local e finalmente agentes de segurança contra vandalismo e roubos. São também necessários e essenciais livros de controle de entrada e saída dos visitantes e fichas catalográficas contendo informações sobre as obras ali expostas.

O acervo das obras dispostas para apreciação é o elemento principal e necessita maior atenção por parte da equipe organizadora de uma galeria. Deve apresentar de uma forma geral, uma perfeita sintonia com os objetivos propostos, ser de interesse coletivo e apresentar qualidade no material. É essencial, também, a aplicação de medidas e estratégias de ordem operacional para sua preservação e conservação, a fim de não comprometer a integridade física e conseqüentemente o seu caráter cultural e histórico.

De tudo o que foi exposto acima sobre a organização e funcionamento de uma galeria e analisando mais precisamente o local e as obras da Galeria de Arte Santeira do parque, através de uma observação direta e uma breve pesquisa com questões relacionadas com o responsável pelo local, tiramos as seguintes constatações.

A galeria apresenta uma grande estrutura, divididos em dois pisos com obras dispostas em três espaços: na entrada e no piso inferior, no piso superior e no teto onde estão expostas obras suspensas por cabos metálicos que descem da estrutura.

A organização e posicionamento do acervo permite uma livre circulação, entretanto, não foram observados linhas ou indicativos de separação entre a obra e o espectador, necessárias para uma correta observação do objeto. Não existem itens de segurança quanto às adaptações feitas no local de exposição, as peças estão soltas e com o perigo iminente de se soltarem do piso superior, devido à falta de nichos individuais ou sistema de sustentação de base.

Observou-se a ausência de outros itens de segurança necessários em espaços públicos, principalmente profissionais capacitados para controlar a entrada e saída de pessoas; as rampas de acessibilidade para atender os visitantes com necessidades especiais; sistema de ventilação mecânica para a climatização e principalmente equipamentos de segurança contra prevenção e combate a incêndio, que poderia desencadear diversos prejuízos tanto materiais quanto riscos à vida.

Nota-se a ausência de extintores; mangueiras de água, iluminação de emergência (muito necessária nos ambientes que possuem a partir de dois pavimentos e grande circulação de pessoas) e finalmente placas de sinalização que servem para auxiliar a saída em casos de acidentes. A prevenção de incêndio é a aplicação de normas e leis de prevenção e ao seu combate.

A iluminação é um dos principais itens de valorização dos espaços expositivos, principalmente em galerias destinadas a visualização e percepção dos elementos expostos; a forma correta da iluminação, que obedece a todo um sistema normativo pode ser uma forma de envolver emocionalmente o espectador. A luz existente na galeria está integrada ao conceito arquitetônico do local, onde é utilizada uma iluminação geral, disposta na parte superior que descem de um sistema tubular do teto e acompanha todo o percurso das obras, realçando suas características. Durante o dia percebe-se a intensa integração com a iluminação natural, devido aos raios solares que entram pelas diversas persianas dispostas em toda a extensão do imóvel, o que não é favorável ao acervo, no sentido da conservação. Mesmo a madeira sendo um substrato de grande resistência, a incidência de luz direta, a afeta, mudando sua cor e ressecando a camadas de proteção que comumente são ceras ou vernizes.

A galeria do Parque da cidadania conta com apenas uma equipe mínima de colaboradores: uma funcionária terceirizada e profissionais de limpeza. A funcionária não tem formação específica e acumula muitas atividades, a mesma pessoa atende a clientela, contribui com informações básicas sobre as obras e faz o controle de entrada e saída do local.

A limpeza é feita diariamente por profissionais sem capacitação específica de conservação de objetos de arte; fazem apenas a higienização superficial sem orientação e recursos adequados. A segurança conta com os mesmos agentes que cuidam da imensa área do parque.

Não existem também fichas catalográficas das obras expostas, importante instrumento de identificação que traz a descrição física e temática de uma obra, acompanhada de registro fotográfico, necessária como fonte de pesquisa para estudantes, apreciadores e profissionais da área, além da segurança das informações sobre o objeto. Apenas algumas obras contém fichas técnicas com informações simples, como o nome e número de telefone do seu idealizador.



Quanto ao acervo, vimos que a galeria apresenta uma série de objetos artesanais, com forte identidade regional e brasileira. A exposição é de longa duração, coletiva e está no local como foi concebida desde a sua inauguração no ano de 2016. É composta por uma série de esculturas e talhas em madeiras, adquiridas por compra ou provenientes de concursos e salões de Arte Santeira promovidos pela prefeitura Municipal de Teresina, ou, doadas por diferentes autores, colecionadores ou pelo próprio artesão.

As madeiras das quais são feitas as peças, em sua maioria, são oriundas de lotes judiciais apreendidas pelo IBAMA, de comercializações irregulares, que são compradas por preços bem inferiores para o benefício dos usuários e artesãos.

As esculturas são preferencialmente feitas em cedro, em blocos únicos, de diferentes tamanhos e temas relacionados à religiosidade e regionalidade. São basicamente figuras monocromáticas, na cor das madeiras ou com aplicação de pequenos detalhes em tinta na mesma tonalidade, ou coloração de pigmentos extraídos de madeiras, polidos por acabamento com ceras naturais ou verniz, preparado com resinas químicas.

Destacando a madeira como matéria-prima das obras, observamos que este material possui infinitas aplicações no campo das artes. Suas possibilidades de expressão plásticas resultam em um belo efeito visual, principalmente na Arte Santeira, entretanto, é um material que possui algumas especificidades no que se refere a cuidados específicos de preservação e conservação. Como afirmam Mühlbauer e Razeira (2009), a madeira pode sofrer variações em suas propriedades físicas, além de sofrer ações externas, como clima (provocada pela variação de umidade e temperatura), ataques biológicos de insetos, bactérias, fungos, traças, dentre outros, além de ser um material altamente combustível.

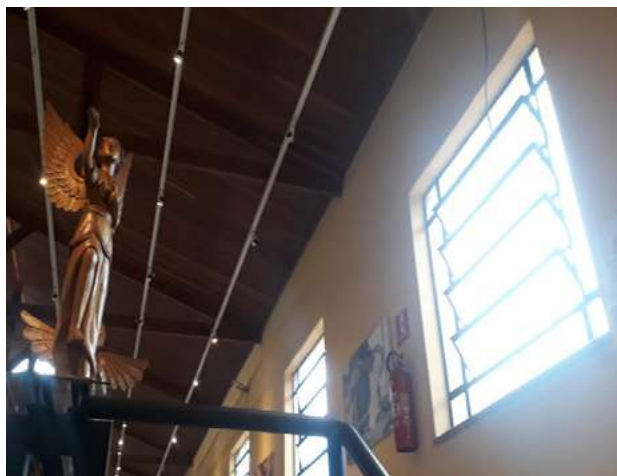
Como vimos, preservação e conservação não são itens de interesse essenciais dos responsáveis pela galeria do parque. As obras nunca receberam o tratamento adequado e a própria característica estrutural do imóvel contribui com aspectos indesejados, no que tange a forma ideal do funcionamento de um local que preserva o patrimônio da cultura material e imaterial de um povo.

O local é aberto, muito iluminado por luz artificial e a luz solar está presente de forma intensa durante boa parte do dia, iluminando diretamente as obras. Se formos levar em consideração também o clima da capital piauiense, relativas as altas temperaturas, seria outro fator de risco na conservação e deveria ser sempre lembrado quando desejassem projetar ambientes para tais finalidades.

Os efeitos cumulativos da luz podem causar danos irreversíveis, fragilizando o material e provocando um envelhecimento precoce. “Em exposições que utilizam acervo sensível à luz e que necessita de cuidados especiais, é necessário prestar atenção na intensidade e no tipo de luz que incidirá sobre os objetos, para que isso não seja um fator de risco na sua degradação”. (BORDINHÃO *et al.*, p.53).

As obras do parque já começam a apresentar algumas consequências do longo período em exposição sem medidas necessárias de preservação e conservação. Em algumas obras nota-se a presença de pequenas rachaduras ou fissuras, ou seja, uma fenda alongada provocada pela separação da continuação das fibras da madeira. Este é o resultado natural do processo de secagem da matéria-prima em contato direto com o meio ambiente, onde se podem receber diferentes variações de umidade.

Figura 3: Luz incidente



Fonte: Arquivo próprio

Figura 4: Rachaduras



Fonte: Arquivo próprio

Como já diagnosticado, até agora são muitos os fatores e as condições que podem provocar defeitos e a deterioração da madeira. A simples aplicação de vernizes e ceras nas obras analisadas, não é suficiente para amenizar os efeitos do tempo e do meio ambiente. Mas não nos esqueçamos de que certos procedimentos podem ajudar a prevenir ou barrar essa deterioração e, por conseguinte a conservar a madeira.

Resolveriam, por exemplo, inspeções regulares e periódicas de técnicos especializados na área de manutenção de espaços públicos destinados a exposições, que realizassem uma conservação preventiva dos objetos ali encontrados. A conservação preventiva consiste na ação indireta, que identifica os agentes de degradação e adequa o local onde o bem cultural se encontra para prolongar a vida dessas obras, desacelerando o seu processo natural de degradação (MACEDO, 2018). Este tipo de medida deve ser executado pelo órgão responsável, mantendo os seus custos e a sua regularidade.

Miro (1999) destaca algumas ações a serem executadas nesse tipo de ambiente. Entre elas podemos destacar a limpeza dos objetos, pois o pó acumulado provocará um aumento na umidade relativa da superfície da madeira; o uso adequado de vernizes e ceras para as superfícies das peças para evitar a contaminação de insetos e fungos; e finalmente a adequação do ambiente contra a luminosidade excessiva, com colocação de cortinas e películas feitas com materiais mais adequados.

Todas as ações seriam bem vindas, pois é essencial que mantermos preservados espaços dessa natureza, que abrigam bens simbólicos, nos valorizam culturalmente, representam a nossa identidade e despertam a inclusão social. Sem esquecer a valorização da classe artística que merece um local digno e adequado para expor suas obras, mantendo um perfeito diálogo entre elas e o público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado justifica-se pela importância de preservar e salvaguardar ambientes que se destinam não só como atrativos turísticos, mas que tem valores históricos e culturais ou que representa a essência arraigada em relações de memória e identidade de uma determinada localidade.

As galerias de arte, assim como os museus, têm a função de informar e educar sendo o local ideal para despertar a curiosidade, estimular reflexões, promover a socialização e colaborar para a sustentabilidade das trans-

formações sociais. Aprimorar esses mecanismos de exibição é um dever e uma necessidade, o que exige seriedade e compromisso das autoridades responsáveis.

Diante dos dados levantados e das reflexões e análises do espaço referente à Galeria de Arte Santeira do Parque da Cidadania, mais novo instrumento de divulgação dos ofícios artísticos tradicionais dos mestres santeiros, observamos que diante de uma estrutura monumental e finalidades de extrema importância, ainda muito precisa ser feito para se chegar às condições ideais.

A organização do espaço requer adaptações necessárias e indispensáveis para o seu funcionamento. Faltam recursos técnicos, materiais e humanos que agreguem aos já existentes. Destacando principalmente recursos, ali não observados, que possibilitem o acesso a todos independentemente de suas necessidades físicas.

As obras ali existentes são peças de grande valor simbólico, que precisam de cuidados especiais; dada a fragilidade e composição de suas estruturas. A preservação e conservação dos objetos quase inexistente, como observamos, urge por profissionais que diagnostiquem e tomem as medidas adequadas para sua integridade. Indicamos não um trabalho esporádico, mas um trabalho vigilante, permanente e sistemático.

REFERÊNCIAS

BORDINHÃO, Kátia; VALENTE, Lúcia; SIMÃO, Maristela dos Santos. **Caminhos da Memória**: para fazer uma exposição. Brasília: IBRAM. 2017.

BRASIL. Disponível em: www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6402-parque-da-cidadania-%C3%A9-inaugurado-em-teresina.html. Acesso em: 3 abr. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

FURNAL, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

LODY, Raul; SOUSA, Marina de Mello e. **Artesanato brasileiro, madeira**. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1988.

MACEDO, Alba Tânia Rosaura. **Coleções museológicas e sua conservação**. Em o museu e seus saberes. 2018. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AKFTPyDNIelg6Xk&cid=95E339C4CFF12054&id=95E339C4CFF12054%216997&parId=95E339C4CFF12054%21169&o=OneUp>. Acesso em: 8 abr. 2019.

MIRO, Eva Pascual I. **O Restauro em Madeira, a técnica e a arte do restauro de madeira explicadas com rigor e clareza**. Coleções artes e ofícios. Lisboa. 1999.

MUHLBAUER, C. F.; Razeira, P. S. **Conservação e restauro de madeira na arquitetura brasileira**. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21ANB7aOpNRFfiK7Q&cid=95E339C4CFF12054&id=95E339C4CFF12054%216991&parId=95E339C4CFF12054%21169&o=OneUp>. Acesso em: 5 abr. 2019.

OLIVEIRA, Noé Mendes de. **Folclore Brasileiro**: Piauí/ Noé Mendes de Oliveira. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1995.

PINHEIRO, Áurea da Paz; MOURA, Cássia. Arte Santeira no Piauí. **Em Informe Econômico**. Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. Ano 10/nº20.2009. Disponível em: http://www.academia.edu/3485244/A_quest%C3%A3o_da_hegemonia_regionalo_caso_do_Piau%C3%AD_1960-2000. Acesso em: 8 abr. 2019.

SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-uma-galeria-ou-centro-de-arte,ace9e05452c78410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 4 abr. 2019.

SILVA, Daniel Oliveira da; GONTIJO, Fabiano. A arte santeira no e do Piauí. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 51-64, mai. 2010. Acesso em: 3 abr. 2019.

TECNOS: OS JOGOS QUE ENSINAM BRINCANDO

Pedro Henrique Ribeiro Fernandes¹

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar como é a nova realidade do ensino e como vem se desenrolando esse panorama no Brasil, como ele tem lidado com esse avanço e sendo aplicado essas influências na educação patrimonial, mostrando como alunos da Universidade Federal de Sergipe, vem desenvolvendo novas ferramentas para interagir, com as tecnologias que vem ganhando espaço nos mais variados ramos da sociedade, influenciados pelas novas ferramentas que vem ganhando muita importância no ensino de história, mas também geral, e também vem surgindo empresas especializadas na criação de novas metodologias inovadoras para o ensino. Este artigo visa implementar um novo modo de observar o cenário atual da educação, quanto ao ramo tecnológico, a fim de buscar inovação em um ambiente inclusivo e expansivo na educação, fazendo assim com quem leia esse texto, perceba a importância dessas novas ferramentas e como ela tem tornado o ensino mais dinâmico.

Palavras-chave: Educação, Tecnologia e Novas Tecnologias da Educação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca discutir a nova realidade do ensino brasileiro, como também apresentar os projetos desenvolvidos na Universidade Federal de Sergipe, que pega gancho nessa nova onda em que o ensino tem ido, onde as tecnologias vão sendo mais frequentes, as técnicas de gamificação se tornam mais presentes no ensino continuado dos alunos.

Será apresentado como está a inclusão digital em nosso país, mostrando número de algumas pesquisas feitas ao longo dos anos, fazendo assim a reflexão de como a falta do acesso as novas tecnologias podem ser uma desvantagem, não só futuramente quando o aluno estiver a procura de um lugar no mercado como agora, em plena uma pandemia, em que muitos jovens não podem nem ir para a escola, e acabam sendo afastados do ensino, por que a escola não tem estrutura para as aulas remotas ou esse jovem acaba que também não tem o acesso, e quando esse jovem é privilegiado em ter, acaba não sabendo como manusear a ferramenta, mas será mostrado como tem projetos que vem para mudar essa realidade e como as instituições vem sanar essas problemáticas e como os centros culturais também vem se adaptando a uma nova realidade em que as tecnologias são o novo compasso do mundo.

E correlaciona com as novas formas de ensinar, que vai ser abordado, se centrando na questão da gamificação do ensino e como ela vem para ajudar o professor nessa nova dinâmica que o ensino vem tomando, onde ele é adaptável para todas as realidades, onde o professor pode trazer jogos de empresas já conceituadas no ramo, mas que não tem um vínculo direto com a educação, como também mostrar alguns jogos que vem sendo desenvolvidos pelas universidades, em especial a Universidade Federal de Sergipe, com o TecnoBoat e TecnoTrilhos, jogos esses que vem auxiliar no ensino da história, como a disseminar o conhecimento do patrimônio cultural.

Como também serão expostos como essas temáticas tem sido aproveitadas pelas Edtech, startups focadas no desenvolvimento de inovação na educação, e como elas vem trazendo muita coisa importante, fazendo repensar

¹ Graduando em História, pela UFS. Bolsista PITIVol. E-mail: pedrofe1636@gmail.com.

como trabalhamos o ensino, de como essas novas empresas criam um novo leque de oportunidades para o profissional de educação, saindo do ramo de instituições de ensino, e indo para museus, galerias de artes ou até empresas, para desenvolver um produto para melhor formação de seus funcionários, sendo expostos como essas empresas podem e estão auxiliando em tempos de pandemia.

INCLUSÃO DIGITAL

Antes de adentrarmos a questão da gamificação, temos que entender como fica a questão dos alunos, no meio digital, aqui no Brasil, principalmente, agora que o país passa por um crise global, em que as pessoas tem que ficar distanciadas uma das outras e os centros de educação tiveram que ser realocados, assim tendo que adentrar a casas dos discentes, por meio dos seus aparelhos eletrônicos, em que muitos professores não estavam preparados, e nem mesmo as instituições, mas foi a melhor maneira de continuar o aprendizado desses jovens.

Essa forma que tem sido aplicada no ano de 2020, por meio das plataformas eletrônicas, tem ajudado bastante a manter a caminhada do ensino, mas infelizmente não é uma realidade majoritária em nosso país, infelizmente a inclusão digital, ocasiona a exclusão social, onde tanto o jovem, como qualquer cidadão, que não se adentra a essa nova realidade, terá uma desvantagem, comparado com alguém que já está inserido e entende a nova realidade.

Pois bem, inclusão digital significa simplesmente a democratização, portanto todos devem ter a oportunidade de acessar o meio tecnológico, mas não só isso, é também proporcionar que as pessoas tenham uma rede de qualidade, como também proporcionem as pessoas os meios para dominar essas ferramentas, assim sanando um novo tipo de analfabetismos que surgiu, sendo o digital. Sendo muito importante que haja realmente esse tipo de capacitação de nossa rede e usuários, já que segundo uma pesquisa da FGV-SP feita em 2019, no Brasil temos mais de 420 milhões de aparelhos digitais.

Mesmo parecendo que temos um número muito grande, lembro que essa pesquisa tem inserido notebooks, tablets, smartphones e computadores, então por isso um número tão expressivo, mas segundo pesquisas do Comitê Gestor da Internet no Brasil, apenas 75% da população tem acesso à internet, assim ainda temos 47 milhões de pessoas sem o acesso, e segundo pesquisas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), e dados preliminares da pesquisa TIC Kids Online 2019 do Cetic.br/NIC.br, temos 17% dos jovens de 9 a 17 anos, sem acesso à internet.

Mesmo tendo números tão desafiadores, ainda temos importantes aliados para enfrentar tamanhas dificuldades, um deles é a própria educação, que mesmo sofrendo com esses número, é um dos pilares para mudar essa realidade, as escolas públicas e ongs tem oferecidos cursos gratuitos para a comunidade e alunos, para capacitar essas pessoas, gerando assim acessibilidade, assim melhorando a qualidade de vida dessas pessoas, já que muitas atividades podem ser feitas por meio digital, como ir ao banco ou ver algo pela internet, o governo federal tem um projeto que é o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), criando em 1997 pelo Ministério da Educação, que visa promover a inclusão digital e o uso pedagógico da informática nas escolas, disponibilizando computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais.

As universidades também propõem programas dessa natureza para a comunidade acadêmica, como também extramuros, exemplo temos a Universidade Federal de Sergipe, que oferece curso de capacitação para mexer nos programas base dos computadores, o que é muito importante, já que muitas empresas pedem como requisito o conhecimento básico referente essas ferramentas, gerando assim oportunidade para a comunidade como um todo, como já é sabido, o número de desemprego aumentou devido a pandemia, então aqueles que tiverem esse

conhecimento tem uma melhor chance de se realocarem no mercado de trabalho, e como algum desses cursos são gratuitos, já é menos um obstáculo para a sua formação digital.

Outro aliado na nova transformação que afeta a sociedade, são as entidades culturais, como museus e centros culturais, já que da mesma forma que as tecnologias são essenciais para inclusão das pessoas, a oferta de novas ferramentas também tem o mesmo impacto, como também gera acessibilidade para um leque maior de pessoas, que por exemplo com ajuda de apresentações sonoras, pessoas cegas poderiam adentrar a esse meio cultural. Assim sendo a cultura e tecnologias andam lado a lado, como também é visto agora em tempos de distanciamento social, que por meio das ferramentas digitais os museus tem funcionado por meio das plataformas, como Google Art Project, em que as pessoas visitam os museus de suas casas, como também tem os museus Virtuais, em que não existe o espaço físico e apenas o digital, Museu da Favela e o Museu da Pessoa.

Assim sendo a inclusão digital é uma consequência que já está em vários lugares da nossa sociedade, cabendo que esses espaços venham trabalhando da melhor maneira possível, para que possam ajudar a sociedade, nessa nova realidade, como também trabalhar em suas próprias estruturas para que possam também caminhar perante as novas ferramentas que vem para ficar e melhorar cada vez mais todas as áreas sócias da humanidade.

GAMIFICAÇÃO: OS JOGOS DE EDUCAR

A gamificação é o processo de usar elementos de jogos em lugares não convencionais, como em sala de aula, quando montamos times com os alunos e passamos tarefas para eles e aqueles que conseguirem as maiores pontuações e seguirem as regras, ganham o jogo, mas além de só ganhar o jogo, o aprendizado estará sendo transmitido de forma dinâmica e divertida entre os discentes, fazendo com que assim exercite não só o assunto que deve ser passado, mas outras habilidade que compreendem a matéria, em específico a história, que segundo a base nacional comum curricular (BNCC), é dever do professor da história ensinar sobre os acontecimentos históricos, e além disso direcionar os alunos a se tornarem cidadãos melhores a partir do que aprendem.

Para se ensinar algo, não tem um padrão, principalmente quando vamos discutir o passado com os jovens, a forma que o professor vai agir vai depender muito do espaço em que ele está inserido, então a gamificação não é um processo que vai ser eficaz sempre, porém é mais uma ferramenta que entra para se aliar ao docente, a gamificação é muito versátil e pode-se ser utilizada das maneiras mais diferentes e com a quantidade mais variada de materiais. Pode ser até que tire o professor da posição de orientador do conhecimento e colocá-lo como um mediador do que está sendo aprendido. Forçando assim uma mudança gradual de como se é aprendido dentro da sala de aula e fazendo que tenhamos uma mudança até no sistema de ensino fora das instituições.

Quando falamos de ensino fora da escola, sempre nós relembramos dos deveres de casa e como reproduzimos que é essencial que sejam realizados para que o ensino continuado seja efetivo, é inegável que realmente essas atividades contribuam para a absorção dos alunos, mas quero aqui instigar, que o processo possa adquirir outras mecânicas para que não tenhamos atividades realizadas de forma mecânica e o aluno tenha apenas o “feito” em seu caderno, é essencial que além do aluno fazer a atividade, tenha-se a compreensão do seu motivo e sinta-se instigado a fazer.

Vivemos em um século cheio de mudanças, em que as informações estão em constante movimento e para se acessar elas está muito mais rápido, conseguimos contatar com alguém do outro lado de forma quase instantânea e com aparelhos que cabem em nossas mãos, por isso a importância de entender que temos uma sociedade muito

imediatista e que tem sede por entender o motivo das coisas, motivo assim que devemos como passamos o dever de casa, mas esse é só a ponta do iceberg, disso podemos ver que a maioria dos centros de conhecimento e cultura, que vai da escola a galeria de artes, são transmissores de aprendizados passados e presente, e entra a gamificação, como uma das formas, nesse contexto, para auxiliar tanto a instituição como os profissionais a formar cidadãos mais conscientes e sintam abarcados pelas inúmeras transformações que vem se tornando realidade.

Tem se produzido muito coisa que pode ser usada para atender essa nova demanda, algumas são produzidas fora do campo acadêmico, mas o seu teor consegue ser aplicado dentro da sala de aula, como é o caso dos jogos da franquia Assassin's Creed, em que todos os seus jogos tem como pano de fundo acontecimentos históricos e figuras de tal época, assim o professor levando para as salas terá um recurso lúdico, em que facilita o aluno até entender toda a abstração que são ditas pelo professor, pois o jogo fez com que foi dito pelo professor se tornasse físico, mesmo que dentro do jogo, isso ajuda muito ao aluno a realmente entender detalhes que muitas vezes faz o aluno só ver em suas imaginações. Outro jogo que também é muito bom para ser levado para a sala é o Valiant Hearts: The Great War, que tem como enredo uma jornada pela primeira guerra mundial, também conhecida como a grande guerra e é um dos títulos do jogo também, o jogo mostra a realidade de vários soldados durante a guerra e a luta deles para manter a humanidade. Ambos os jogos citados foram produzidos pela Ubisoft que é uma desenvolvedora e publicadora francesa de jogos eletrônicos sediada em Montreuil, Ilha de França, que atua no mercado de jogos desde 1986.

Além dos games produzidos por grandes empresas de jogos eletrônicos, que possivelmente não tinham o intuito de levar seus jogos para a sala de aula, temos os jogos que são produzidos realmente com esse intuito, e ainda são produzidos por instituições de ensino para serem aplicados não só por elas, mas com o intuito de disseminar o quanto puderem, esse é o caso do TecnoTrilhos e TecnoBoat, ambos produzidos por estudantes PIBITI do departamento de história da Universidade Federal de Sergipe(UFS), onde ambos os jogos discutem a questão dos patrimônios das cidades de Aracaju e São Cristóvão respectivamente, assim ajudando em um problemática que é a falta da valorização dos bens culturais, por meio da explanação da histórias deles.

Além desses que foram produzidos pela universidade, temos jogos que são produzidos dentro dos museus, como o caso do Museu da Poupança, que fica na Europa, onde ele produziu 3 jogos para ensinar aos seus visitantes das mais diferentes idades, como é poupar e investir o dinheiro deles e as consequências de realizar essas ações, dessa forma o museu vem ensinado a seus visitantes economia, de uma forma leve e dinâmica. Portanto a gamificação é um processo que está nos mais variados segmentos podendo gerar uma mudança de como são configuradas as aulas e como transmitimos o conhecimento para frente. É sabido que pode ser gerado desconfiança para os professores e outros profissionais que lidam com a transmissão de cultura, principalmente quando falado que podemos usar jogos ou outros produtos produzidos por empresas que não tem ligação direta com a educação, por isso foi citado antes que a posição do professor de orientador, onde o conhecimento é unilateral e o aluno recebe todo o conhecimento, poderia ser mudado para o docente ser um mediador do conhecimento e o discente vai acessar o conhecimento, discutir com o professor e assim gerar um conhecimento bilateral, onde o professor é muito importante para sinalizar a estrada em que o aluno deve seguir para entender o assunto, como também tornar-se papel dele, destrinchar o jogo ou o que for utilizado da mesma natureza, para que tenha-se entendimento do que tem fundamento, e o que foi criado para o entretenimento do usuário.

O que vale não só para empresar sem ligação com o ensino, até jogos produzidos por Edtechs ou instituições de ensino podem ter alguns equívocos ou elementos que foram inserido para gerar entretenimento, já que são produtos que precisam gerar rentabilidade e escalonamento para essas locais, para que se possa manter futuros produtos, mas serão muito mais difíceis de acontecer, já que o foco é o ensino de qualidade.

EDTECH'S: UM NOVO RAMO PARA ESTIMULAR A INOVAÇÃO NO ENSINO

O Brasil, como o mundo, passou pela bolha da internet, um aumento no mercado especulativo sobre as empresas que estavam no ramo de internet e comunicação, o ocorrido que durou entre 1996 a 2001, devido ao cenário de incertezas que a virada do milênio gerou, e foi desse momento que se percebeu o uso do termo startup, pois eram empresas no início que tinham o intuito de lucrar bastante, muitas empresas na época quebraram, mas as que conseguiram se manter, hoje são empresas muito consolidadas, exemplo são a Netflix e o Google, ambas as empresas desbancaram empresas antes tidas como insuperáveis, exemplo são a Blockbuster e o Altavista, empresas que hoje não existem mais ou perderam bastante do seu tamanho.

As startups tem características que as diferem das empresas tradicionais, para ser considerado com tal, ela tem que está no começo, desenvolver um produto que seja escalável e repetível em seu modelo de negócio, esse modelo é como a empresa vai lucrar a partir de uma necessidade que foi vista por ela, o produto ao ser repetível, e se essa solução consegue ser produzida repetidamente em uma escala ilimitada, o escalável é o quanto essa empresa consegue crescer sem mudar deixando seu modelo intacto, além do que essa jovem empresa tem que está indo atuar em um cenário de incertezas, um exemplo é a empresa que aluga quartos de desconhecidos para as pessoas passarem um tempo, e hoje o Airbnb é uma das maiores empresas do mundo. A tecnologia ajuda bastante hoje em dia para facilitar no objetivo de inovar em alguma ideia, mas as startup não tem que necessariamente mexer com ela, mas a maioria das empresas desse recurso, além da sua facilidade, ela reduz os custos em várias situações, como na questão de ter uma empresa no ramo virtual, onde é obvio que a pessoa só terá o custo de manter aquela página e os lucros obtidos é investimento para o crescimento dessa empresa.

As startups atuam em vários segmentos específicos e elas terão nomes específicos, o Nubank, é uma startup, no ramo de finanças, então ela é uma Fintech, que são startup que trabalham nesse segmento das finanças, além de finanças, temos na área de medicina; direito, educação e muitas outras, todas elas terão termos específicos para cada, respectivamente HealthTech, LawTech e EdTech. Essas empresas podem tanto gerar produtos em que elas ofereceram aos usuários, como elas podem intermediar a relação de empresa e cliente ou como é o mais comum para essas empresas é a relação com um negócio e visando o cliente final, esses tipos de startup são conhecidas como **B2B2C (Business to Business to Consumer)**.

A educação como qualquer área tem empresas que são típicas desse segmento, quando falamos de ensino, fazemos conexão quase imediata com escola ou universidade, como também algumas outras ligadas a elas, como editoras de livros ou sistemas de ensino, que vão fazer parte de um mesmo ciclo, aí entra as Edtech's, que são as startups, mas nesse caso vai ser uma empresa voltada para a inovação tecnológica na educação, que não necessariamente vão trabalhar nas redes de ensino, podem desenvolver algo que trabalhe paralelamente as instituições.

Essas Edtech vão influenciar essa melhoria na aprendizagem a partir de ferramentas como aplicativos, realidade virtual, gamificação e entre outras. Usando o exemplo dos jogos, os alunos que tem a possibilidade de ver através do game, o relato que o professor acabou de passar, como uso das tecnologias de realidade virtual ou aumentada, esses jovens tem a possibilidade de manejar esses itens a partir dessas tecnologias. Realidade que tem se tornado muito mais frequente, e aparenta ter se otimizado devido a pandemia. Devido as escolas estarem fechadas, muitos alunos não podem frequentar os cursos de idiomas, então eles utilizam o Duolingo, que é um aplicativo que usa a gamificação para fazer seu usuário manter uma rotina de estudos. Essa filosofia também é vista em outros projetos desenvolvidos por Edtech, como o Geekie, onde ele usa desse tipo de sistema para ensinar de forma mais dinâmica as matérias regulares da escola, como um reforço.

Todos esses exemplos são importantes para entender que o ramo da inovação é necessário e devido a pandemia do covid-19, um “novo normal já é perceptível e todos os segmentos tem que fazer adaptações e reinventarem novas formas de atuarem, as edtech também influenciam na questão dos patrimônios e é o que aconteceu com a maioria dos museus e centros de artes, aqueles que tinham condições utilizaram de suas plataformas para gerar visitas virtuais, onde o visitante é imerso ao espaço de visita parecendo que é físico, onde ele está no controle, mas também teve uma startup que disponibilizou um acervo enorme de conhecimento onde podemos ver os maiores bens da humanidade nas telas dos aparelhos eletrônicos, é o caso do Google Art e Culture, nele você pode visitar espaços do mundo todo, exposições e obras de arte. No Brasil por meio dessa plataforma é possível visitar os mais importantes espaços culturais do país e ver seus acervos, é o caso do Museu de Arte de São Paulo (MASP), o Museu Nacional de Artes ou a Pinacoteca, isso é muito importante, já que na plataforma ele explica de forma dinâmica a história de cada local, de suas peças e oferece visitas virtuais em seus espaços de forma muito dinâmica e simplificada. E também temos caso em que os próprios museus em suas plataformas oferecem essas visitas, como o Museu Imperial, em que temos disponibilizado uma visita em 360° ao seu espaço, como também disponibiliza acesso digital ao seu acervo, outro museu que disponibiliza essas visitas é o Museu da República onde é uma visita virtual e guiada pelo prédio.

Fica visto que as Edtech, junto com toda a inovação que as rodeiam, vem para trazer mais ferramentas para todos os profissionais, fazendo com que a melhora social, que é o objetivo de todos seja percebida, principalmente em tempos tão indecisos, como o que a humanidade vivencia atualmente, a tecnologia investida em um ensino mais dinâmico, motivador e além de tudo humano, faz com que esses alunos em uma realidade nebulosa, veja formas de passar esse tempo mais confortável, onde essas mesmas ferramentas possibilitam ainda a visita a centros de cultura e mantém o entretenimento de todos, amenizando os sintomas que serão sentidos na posterioridade dessa quarentena.

TECNOTRILHOS E TECNOBOAT: USANDO DA REVOLUÇÃO PARA EDUCAÇÃO

O TecnoTrilhos e o TecnoBoat, são jogos com foco no ensino do patrimônio, o primeiro englobando os bens culturais da capital sergipana, Aracaju, e o segundo aborda de uma das cidades mais antigas do Brasil, e é antiga capital de Sergipe, a cidade de São Cristóvão. Ambos os projetos são desenvolvidos na Universidade Federal de Sergipe (UFS), pelo departamento de história, por mim e pela colega Julia Beatriz, ambos bolsistas Pibiti, com a orientação da professora doutora Janina Mello.

No TecnoTrilhos a missão foi passar a história da cidade de Aracaju através de um jogo de tabuleiro, e que junto com ele desenvolvemos um aplicativo, para que um completasse o outro, aumentando seu dinamismo e trazendo uma abordagem que foi pesquisada, onde até então não se tinha nada parecido, fazendo que estivéssemos criando algo único, TecnoTrilhos foi desenvolvido durante o segundo semestre de 2019 até o primeiro semestre desse ano de 2020, portanto ainda conseguimos fazer pesquisa de campo ou ir a eventos em que pudéssemos procurar referências para o nosso projeto e muito importante entender o impacto dele de forma social.

Antes de começar a desenvolver, fomos fazer um levantamento para ver como era o conhecimento das pessoas sobre o tema que iríamos abordar, que era o patrimônio de Aracaju, fomos ver se eles conheciam ou sabiam o que eram patrimônios, fizemos essa pesquisa de duas formas, a primeira foi pelo google formulário e a outra fomos usar questionários físicos para fazer o censo. A pergunta se as pessoas conheciam os patrimônios aracajuanos, nós levou a perceber que as pessoas cidade tinha um déficit na história local e dos monumentos que faziam parte da cidade, mas em contrapartida essas pessoas responderam que sabiam o que era patrimônio cultural e os assuntos

que cerceavam essas temática, dentro desse questionário também questionávamos se as pessoas queriam aprender mais sobre o tema e se através de um jogo eles fariam uso, ambas as perguntas a maioria respondeu que gostaria de aprender sobre e que utilizariam um jogo para tal. O público que abordamos foi bastante diverso, fomos no colégio de aplicação da universidade, onde pudemos colher respostas dos alunos do 7º e 8º ano do fundamental, como também fomos atrás dos alunos da universidade e pessoas da comunidade em geral, ao todo conseguimos colher mais de cem respostas, o que foi suficiente para nortear o nosso público e qual era a deficiência percebida.

Depois da etapa de coleta de informações essenciais para o desenvolvimento do projeto, onde limitamos qual área da cidade iríamos apresentar em nosso jogo, e escolhemos o centro histórico, pois além de estar monopolizado a maioria dos bens culturais da cidade, eram os locais que percebemos que poderíamos conseguir coletar a história de cada local, durante nossas pesquisa e relatos de professores também muito dos documentos da história da cidade, como do estado são muito difíceis de encontrar, como alguns nem existem, por isso a limitação de uma área de uma cidade muito maior, mas como também era o nosso primeiro projeto buscamos trazer algo com uma quantidade menor, mas uma alta taxa de qualidade, e como nome do jogo, escolhemos os trilhos para serem a forma que ligaríamos todos esses patrimônios em nosso jogo, como também escolhemos o trem e seus vagões para andarem por ele, representado os jogares, se limitando a quatro vagões e eles sendo puxados por um trenzinho.

A gente tendo entendido qual era o público que queríamos e suas limitações, limitando nossa área que iríamos utilizar em nosso jogo, fomos em busca do que estava sendo produzido, e além das pesquisa feitas, fomos em um evento em fevereiro de 2020, o StartSe, evento que aconteceu em São Paulo, onde nele pudemos aproveitar em um dia inteiro palestras referente ao desenvolvimentos de ferramentas para educação, usando da gamificação, como também tinham estantes em que podíamos falar e trocas ideias com os desenvolvedores dos produtos que já estavam em circulação ou que estavam procurando potenciais financiadores, toda essa troca de conhecimento e realidades foi muito importante, pois as pessoas que estavam nesse eventos eram de várias parte do país, e trazer todas essas ideias para o projeto foi essencial, para que pudéssemos desenvolver algo com a característica da cidade e sua cultura. Devido a pandemia que nós encontramos desde o mês de março, a parte física do projeto não pode ser executada, além do que os custos são altos, para que pudéssemos arcar sozinhos, entretanto temos o projeto todo construído no meio virtual.

Com o TecnoTrilhos terminado, mesmo com suas ressalvas, já emendamos outro projeto, TecnoBoat, onde nele saímos da capital Sergipana, para irmos apresentar uma das cidades mais antigas do Brasil, a cidade de São Cristóvão, onde diferente da capital, apresenta patrimônios reconhecidos nacionalmente e mundialmente, como é o caso da praça São Francisco, que recebeu chancela da ONU em 2011, como patrimônio da humanidade, sendo ela uma das poucas provas do governo Espanhol durante o tempo do Brasil colônia.

Esse projeto ainda está em sua fase inicial, com levantamento de dados da cidade e seus bens culturais, mas utilizaremos do conhecimento do projeto passado, para usufruir e trazer um produto ainda mais interessante e útil para o ensino, ele também vai ser um jogo de tabuleiro e também vai usar referencias da cidade para serem o guia e a passarela de nosso jogo, o próprio nome diz, usaremos de embarcações como peças para representar os jogadores e utilizaremos de algum ou dos rios que passam pela cidade histórica de São Cristóvão.

Nesse projeto temos em nossa mente algumas mudança comparado ao projeto anterior, principalmente pela maturidade de estarmos em um segundo projeto do mesmo segmento, além de aumentar o leque de patrimônios que apresentaremos, também queremos aumentar a variedade de bens que utilizaremos, no primeiro projetos ficamos muito voltados para bens materiais, como museus e praças, nesse queremos aumentar e adicionar ainda

mais patrimônios gastronômicos, do folclore e da natureza, o que vai ser mais fácil, mesmo que a cidade seja menor comparado a capital, a riqueza histórica da cidade é muito maior, essa é uma das diferenças que queremos trazer para nosso jogo, também vamos procurar formas alternativas para auxiliar o jogo, criando material fora do jogo, para ajudar num ensino continuado, indo além do jogo, mas mantendo o dinamismo que queremos criar.

Durante a fase de estudo dos projetos e procura outros jogos que tinham o intuito do ensino do patrimônio, nós apegamos a alguns, não só por que percebemos que traços do jogo se encaixava com o nosso, mas também como poderíamos aprender a inspiração que originou tais projetos, quando estávamos pensando em desenvolver o aplicativo que ia funcionar junto com o tabuleiro, fomos em busca de jogos para celular, e achamos alguns muito interessante, como é o caso do TrilhaCultural, em que no jogo você mistura algumas peças que o jogo apresenta, e delas forma outras peças até chegar a originar um patrimônio nacional, isso foi muito importante, para entender como ser dinâmicos e deixar o usuário engajado em nosso jogo, outro que também achamos muito interessante pela sua interação e visão de uma nova forma de apresentar algo, é o aplicativo Árvore de Livros, que já é aplicado em algumas escolas do sul, que é basicamente um catálogo de livros, muito semelhante a netflix, mas para livros, o que encanta do projeto é a interface do projeto e como isso pode mudar toda a mecânica e usabilidade, deixando muito atrativo para os alunos.

Depois partimos para jogos de tabuleiro que tivesse essa pegada educacional, misturada com o patrimônio, ou algo do tipo, foi daí que achamos o jogo Viagens do Tambor, esse desenvolvido pela Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), em que ele desenvolve toda a questão afro-brasileira, além desse nós usamos de inspiração outros jogos, como quebra-cabeça e o jogo da vida, trazendo assim algo que unindo tudo isso se torne algo único e faça com quem utilize do jogo realmente lembre desses jogos mais tradicionais, mas ao mesmo tempo perceba que está jogando algo único e que está aprendendo de uma forma divertida, uma temática tão séria que é o nossos bens culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim concluo o presente trabalho, mostrando como a inovação tecnológica a cada dia é se torna cada vez mais presente nas diferentes áreas da sociedade, e como tem sido importante durante essa época de pandemia, em que as pessoas tem que ficar distanciadas, e se tornou peça essencial para a educação, em que todos os alunos estão sem suas casas, proibidos de irem a escola e trocar conhecimento com seus professores e colegas, devido os riscos de contágio, então a tecnologia se tornando muito importante para que esses jovens não permaneçam no limbo, como também força uma adaptação e formação das instituições e seus profissionais para com as novas ferramentas.

Mesmo que não seja um fato que é homogêneo, a sociedade civil depois de ver como o processo de digitalização da comunidade está muito atrasada, principalmente nas redes públicas, todas as esferas do estado buscaram formas de não pararem, mas ainda muitas não tenham condições de fazerem essas adaptações, ainda sim as perspectivas são positivas, mesmo que as decisões do alto escalão do país não sejam as mais otimistas para com a educação, tem se visto que é uma área que tem muitas pessoas que estão investindo em formas de ensino auxiliar, visando não só as instituições particulares, mas uma rede conjunta de ensino.

É com esse intuito que desenvolvemos o TecnoTrilhos e o TecnoBoat, é levar um material de qualidade, interativo e democrático para os alunos de todo o estado, e futuramente ver nosso projeto rodando o país, disseminando a história dessas pessoas, que são os patrimônios culturais e de como o aprendizado é essencial para a

formação de uma identidade, de um sentimento de pertencimento e coletividade, muito essencial para a construção de bons cidadãos, objetivo esse da maioria dos profissionais da educação, que está alinhado com os documentos que direcionam o nosso ensino de história e em geral, portanto que fique claro nesse trabalho também que essas novas ferramentas e metodologias ativas, não querem tirar o emprego dos professores ou tirarem eles da sala de aula para controlar robôs, elas vem apenas para somar na caixa de ferramentas que o professor pode utilizar em suas classes, mas posso afirmar que elas irão fazer ser repensado a posição do professor como um orientador e reposicionar a figura dele mais uma vez, para um mediador do conhecimento, algo que já vem acontecendo aos poucos e talvez agora seja um movimento que ocorra de forma maior, consolidando uma nova realidade no ensino e na formação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Flora. **Gamification**: como criar experiências de aprendizagem engajadoras. um guia completo: do conceito à prática. Como criar experiências de aprendizagem engajadoras. Um guia completo: do conceito à prática. 2. ed. São Paulo: Dvs Editora, 2015. 172 p
- BERTHOLDO, Ana Paula Oliveira. **Engajamento por meio de elementos de jogos em comunidades online de colaboração aberta**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) - Instituto de Matemática e Estatística, University of São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.45.2019.tde-15022019-103557. Acesso em: 25 ago. 2020.
- BICUDO, Lucas. **O que é uma startup?** 2016. Disponível em: <https://www.startse.com/noticia/startups/afinal-o-que-e-uma-startup>. Acesso em: 03 jun. 2020.
- BONA, André. Índice de Gini: o que é e para que serve? Descubra!. **André Bona**, 2019. Disponível em: <https://andrebona.com.br/indice-de-gini-o-que-e-e-para-que-serve-descubra/>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. Cetic.br. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Três em cada quatro brasileiros já utilizam a Internet, aponta pesquisa TIC Domicílios 2019**. 2020.
- BRASIL. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portal de Inclusão Digital**. Acesso em: 1 de mar. de 2008.
- CARMONA, Sabrina Pereira Kumagai. **The game museum as a gamified experience**. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/>. Acesso em: 21 ago. 2020.
- Comunicação no Brasil 2008**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil (ed.), 2009. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-2008.pdf>. Acesso em: 09 maio 2020.
- MACMANUS, Paulette; MARANDINO(ORG.), Martha; MONACO(ORG.), Luciana. **Educação em museus**: pesquisas e prática. 22. ed. São Paulo: Feusp, 2013. 97.
- MENEZES, Afonso Henrique Novaes *et al.* **Metodologia científica teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina- PE: Universidade Federal do vale do são Francisco, 2019.
- OLIVEIRA, Camila Dias de; MILL, Daniel. Acessibilidade, inclusão e tecnologia assistiva: um estudo bibliométrico. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 1169-1183, 30 set. 2016. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n3.8194> Acesso em: 20 jul. 2020.
- SAE DIGITAL (Brasil). **Gamificação na educação**: o que é e como pode ser aplicada. 2018. Disponível em: <https://sae.digital/gamificacao-na-educacao/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

SOUZA, Júlio; MESQUITA, Paulo Ricardo. **Desenvolvimento de um simulador 3D para apoio às atividades de gamificação do patrimônio histórico**. São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2018.

TIC KIDS 2019 (Brasil). Unicef (org.). **UNICEF alerta**: garantir acesso livre à internet para famílias e crianças vulneráveis é essencial na resposta à covid-19. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-essencial-garantir-acesso-livre-a-internet-para-familias-e-criancas-vulneraveis>. Acesso em: 03 jun. 2020.

TOKARNIA, Mariana. **Conselho Nacional de Educação prepara documentos para orientar escolas**. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-04/conselho-nacional-de-educacao-prepara-documentos-para-orientar-escolas>. Acesso em: 03 jun. 2020.

CULTURA POPULAR E ENSINO DE HISTÓRIA: O LEGADO DO COCO DE RODA COMO POSSIBILIDADE METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

Luzinete Barbosa da Silva¹

Fernanda de Farias Sousa²

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre a Cultura Popular e o Ensino de História local por meio da prática do coco de roda umbuzeirense – PB. Trata-se das impressões iniciais de uma pesquisa de mestrado em andamento. Metodologicamente, é constituído partindo da observação de algumas apresentações do Coco e da análise dos versos criados de maneira improvisada destacando o caráter educativo de tal manifestação popular. Inicialmente abordaremos a relação entre Cultura Popular e Ensino de História, depois trataremos sobre a comunidade umbuzeirense e o Coco, e, por fim, refletiremos como a dança pode ser utilizada didaticamente para o conhecimento das manifestações tradicionais buscando sensibilizar os jovens / estudantes umbuzeirenses da importância da cultura local (coco de roda). Não se sabe ao certo como o Coco chegou ao município, apenas que em dias de festa, reuni uma boa quantidade de brincantes e que influencia uma parcela da população local. E, que dinamiza o ensino de história ao fazer com que o aluno/brincante se perceba enquanto sujeito histórico.

Palavras-chave: Cultura Popular; Ensino de História Local; Coco de Roda.

INTRODUÇÃO

O estudo da história local é de fundamental importância para o processo de ensino e aprendizagem, pois além de abordar temas relevantes “levando os alunos a perceberem que sua própria vida já é uma grande história e que o conhecimento histórico pode ser elaborado por todos, independentes de qualquer aspecto social, político, econômico e cultural” (SILVA, 2013, p.10), torna o ensino de história prazeroso. Entretanto, poucos são os livros didáticos que privilegiam essa concepção historiográfica, que encanta e proporciona prazer aos educandos. Na maioria dos casos, os conteúdos abordados pelos livros não tem significado nenhum para os estudantes, transformando as aulas de história em um verdadeiro fracasso.

Como os saberes tradicionais podem ser incorporados às bases metodológicas nas aulas de história, trabalhar a história umbuzeirense dialogando com o cenário nacional, é o caminho que devemos seguir para evidenciar o Coco de Roda praticado na localidade. Não pretendemos estabelecer escalas de valores, apenas apresentar o Coco de Roda umbuzeirense como um método para o ensino de história local capaz de vincular a cultura popular ao ensino de história geral.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Especialista em História do Brasil e da Paraíba pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP) e Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora de História na rede municipal de ensino na cidade de Umbuzeiro – PB.

² Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Especialista em Relações Étnico Racial pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora de História na rede municipal de ensino na cidade de Caturité – PB.

E, como se trata das primeiras impressões acerca de nossa pesquisa, metodologicamente, este artigo está ancorado, nas observações de algumas apresentações de Coco na localidade e na análise de versos criados de maneira improvisada pelos mestres/puxadores de Coco local.

O texto se inicia com uma análise da relação entre Cultura Popular e Ensino de História no tópico “Cultura Popular e História: um diálogo necessário”, sendo complementado no segundo tópico “O Coco de roda em Umbuzeiro” que apresenta um apanhado histórico acerca da comunidade umbuzeirense e da prática do Coco local, e, finaliza com “O Coco umbuzeirense enquanto um recurso a mais para as aulas de história”, onde destaca uma reflexão de como a dança pode ser utilizada didaticamente para o conhecimento das manifestações tradicionais. Assim, dada à importância do Coco na localidade, procuramos analisá-lo como uma possibilidade de inovação para as aulas de história.

CULTURA POPULAR E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Cultura popular e educação podem adquirir significados muito diferentes, dependendo do contexto ou da sociedade a partir da qual forem pensadas. Numa sociedade como a brasileira, profundamente marcada por múltiplas hierarquias e desigualdades, a ideia de “cultura” – antes de tudo associada à sofisticação, à erudição e à educação formal – uma vez aproximada à categoria “popular” produz uma estranha dissonância. Cultura popular identifica, então, o cultivo dos elementos, significados e valores comuns ao povo. (SILVA, 2008, p. 7).

A História é um leque de possibilidades, proporcionando ao processo histórico múltiplas temporalidades, e, a escola é o espaço, que foi e continua sendo construído por vários processos de mudanças, para englobar esse leque de possibilidades históricas. Nesta perspectiva, cabe destacar que o ensino de História tem sido perpassado por continuidade e rupturas, pois se antes o ensino era pautado hegemonicamente no tradicionalismo, limitando o estudante ao conhecimento dos grandes feitos históricos e heroicos, hoje amplia os horizontes do conhecimento, tornando o aluno um sujeito histórico ativo, capaz de se posicionar criticamente diante dos acontecimentos da História. Complementando este discurso, faremos uso das palavras de Daniel e Sales (2016), para quem “o ensino de História é fundamental para e na formação social do indivíduo e de uma nação, sobretudo porque pode possibilitar a este indivíduo a percepção dele como sujeito e agente da História”.

Em consonância com o exposto, ratificamos que o Ensino de História, desde o século XIX, vem sofrendo sucessivas transformações de ordem didático-pedagógica, principalmente no que diz respeito as suas abordagens, temáticas e procedimentos. Essas mudanças estão ligadas aos processos históricos vividos pelas sociedades, dentre eles, a abertura da escola para as diferentes modalidades de cultura, possibilitando a construção das identidades sociais. A cultura popular, por exemplo, é uma fonte inesgotável de conhecimentos, sabedorias, maneiras de ser, fazer e construir o mundo e, faz parte da história de vida da grande maioria dos estudantes brasileiros da atualidade. Nesse sentido, “O Ensino de História se destaca por mudanças marcantes em sua trajetória escolar” (BITTENCOURT, 2018, p. 127).

Assim, surge, por exemplo, no campo da História um viés epistemológico que destaca a oralidade como elemento chave no fazer historiográfico e possibilita a proposta de se trabalhar com memória e história oral em sala de aula, além de tornar possível a observação de aspectos da História nem sempre perceptíveis, aproximando os alunos de uma metodologia de pesquisa que dinamiza o ensino de história e valoriza a cultura popular a partir da tradição oral.

Apesar das inovações do ensino de História, ainda encontramos problemas no âmbito escolar, tal como o desinteresse mediante a referida disciplina e aos fatos históricos, levando os docentes a problematizarem a respeito de recursos didáticos que possibilitem um ensino de História conectado e contextualizado com a realidade discente e do território. Assim sendo, a nossa preocupação com as questões pedagógicas relacionadas aos conteúdos de História surgiu a partir da prática cotidiana como professora na rede municipal de ensino desde o ano de 2008, onde, tomamos conhecimento da falta de interesse pelas aulas de História por parte do alunado. De acordo com Sousa (2015, p. 16) a escola pública não privilegia as vivências locais como elemento de diálogo entre o conhecimento escolar e a comunidade local, afastando uma prática educativa para os alunos. Entretanto, como evidencia Silva (2008, p. 17) a cultura popular é “capaz de resgatar para a escola no processo educacional, toda a riqueza da experiência de diferentes formas de compreender e interpretar o real, a vida e a condição humana”.

Nesta Perspectiva, procuramos dar ênfase ao estudo da história local, tendo em vista a necessidade de construir leituras sobre o contexto histórico procurando compreendê-lo para interagir criticamente no meio social em que se vive. Ou seja, a escola deve proporcionar ao educando as condições necessárias para que ele possa interagir com os diferentes grupos sociais dos quais faz parte.

O COCO DE RODA EM UMBUZEIRO

Umbuzeiro é um município brasileiro do estado da Paraíba de significativa relevância para a história nacional porque é berço de notáveis personalidades históricas como Epitácio Pessoa, João Pessoa e Assis Chateaubriand, e, se destaca por ser acolhedor, hospitaleiro e valorizar sua cultura. Dentre os elementos culturais deste município, o Coco de roda na comunidade de Mata Virgem tem uma significativa representação.

O Coco de Roda, elemento da cultura popular que tem a capacidade de falar além das palavras é uma dança nordestina caracterizada pela junção da cultura africana com a indígena, que se encontra em várias regiões do nordeste brasileiro, fazendo parte do cotidiano de inúmeras comunidades. Cada localidade onde o Coco é vivenciado possui suas particularidades. Em Umbuzeiro na Paraíba, o Coco de roda é desenvolvido na área rural do município e faz parte do cotidiano de uma parcela de seus habitantes, que protagonizam a história da cidade, dançando e cantando o coco, além de transmitir para seus descendentes essa herança cultural que faz parte de sua história.

O distrito de Mata Virgem, onde encontramos a prática do Coco umbuzeirense, surgiu às margens de uma reserva florestal que existia no alto da Serra de Vertente do Lério, município pernambucano que faz fronteira com Umbuzeiro. De acordo com os mais velhos, na região onde hoje está localizada a comunidade, existia uma grande mata intocável, virgem, que aos poucos foi sendo explorada, e, dessa exploração fez surgir, o então, mais antigo distrito de Umbuzeiro.

Da mesma maneira, a dança do Coco é um dos elementos culturais mais antigos da comunidade. De acordo com a população, seus primeiros registros foram feitos no Sítio Agudo pertencente ao distrito de Mata Virgem. Entretanto, não se sabe ao certo como, nem quando o Coco chegou à localidade. A dança do Coco, como manifestação cultural, ocorre em diversas regiões do Nordeste brasileiro e em cada localidade onde é praticada, possui características próprias. Em Umbuzeiro, destacamos dois grupos de coco: O “Coco de Roda de Bel” e a “Roda de Coco do Agudo” cuja história tem muito daquilo que é vivido pelos praticantes.

O “Coco de Roda de Bel”, é uma dança de roda cheia de ritmo e musicalidade vivenciada nos meses de “São João e Santana” (junho e julho) na casa do senhor Bel, no sítio Estivas, localizado no Distrito de Mata virgem,

Umbuzeiro – PB. O senhor Roberto Jerônimo dos santos, mais conhecido como “Bel da Estivas” herdou de seu pai, Amaro Jerônimo dos Santos, a paixão pela roda de Coco e procura dar continuidade a este legado que faz parte de muitas gerações em sua família. O Sr. Bel, além de puxar o coco, dança e tocar os instrumentos de percussão alegrando todos que direta ou indiretamente participam da festa.

A “Roda de Coco do Agudo” tem as mesmas características, sendo formado por um grupo de brincantes que se reúnem no sítio Agudo, no mesmo período, para vivenciar o Coco umbuzeirense. De acordo com moradores, os primeiros registros de Coco no município surgiram no sítio Agudo. E, apesar de não sabermos como esse feito se deu as noites de coco na localidade sempre atraíram/atraem várias pessoas tanto da comunidade quanto de lugares próximos que se dirigiam/dirigem em busca do coco com o intuito de brincar, se divertir. Uma característica peculiar da “Roda de Coco do Agudo” é a participação ativa de pessoas com deficiências visuais (tocando, cantando e dançando).

Tradicionalmente, o coco no município de Umbuzeiro ocorre nos meses de junho e julho, principalmente, nos dias de Santo Antônio, São João e São Pedro (Dias de fogueiras). Entretanto, sempre que requisitados, os dois grupos se disponibilizam para se apresentar e transmitir sua história/seu legado: sejam em eventos políticos/partidários (comícios), educacionais (culminância de projetos e/ou festas pedagógicas), sociais, culturais e familiares (batizado, aniversário, casamento etc.).

E apesar da dança do Coco, só recentemente, em agosto de 2018, ter sido reconhecida legalmente como patrimônio cultural imaterial da comunidade, sempre foi praticada e valorizada orgulhosamente por seus integrantes. O Coco de roda, é vida na localidade, é elemento fundamental na história do Distrito de Mata Virgem (Umbuzeiro – PB), pois além das já citadas noites de festa, toda e qualquer apresentação da comunidade, termina em Coco. E, a comunidade, avalia positivamente um evento local, se e somente se, for finalizado com uma roda de Coco, onde todos os integrantes do evento tem a oportunidade de conhecer e participar ativamente desta festa que faz parte da cultura popular dos umbuzeirenses, o que nos permite inferir que a referida manifestação cultural possui um significado não apenas para a comunidade em que é organizado, mas para o município.

Diante dos aspectos acima apresentados, discutir sobre a relação entre o ensino de História e a cultura popular, partindo das manifestações tradicionais presentes no Coco de Roda de Bel e na Roda de Coco do Agudo, possibilita o desenvolvimento de uma ação educativa contextualizada ao mesmo tempo em que destaca a importância da memória de tais personagens, permitindo que eles possam se assumir, enquanto sujeitos fazedores da sua própria história, conforme veremos a seguir.

O COCO DE RODA UMBUZEIRENSE COMO MÉTODO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

A dança do Coco constituiu-se como uma das práticas das culturas populares brasileiras. Envolve dança, com passos de sapateado e batidas de palmas; música, com um ritmo de batuque advindo de instrumentos de percussão; poesia, através das letras cantadas pelos mestres e pelos brincantes. (FARIAS, 2013, p. 47).

O estudo dos feitos da localidade é de fundamental importância para que os alunos compreendam melhor as relações que há entre o local e o global, pois esta compreensão os ajuda a analisar historicamente os acontecimentos e contribui para uma mudança significativa em sua própria vida. Nesta perspectiva, podemos dizer que o ensino de

História antes limitado aos grandes feitos heroicos e históricos passa por profundas modificações epistemológicas e amplia o leque do conhecimento histórico, possibilitando a participação de novos sujeitos e novos objetos de estudo no cenário historiográfico. Assim, percebemos que “a valorização da história local pelos historiadores teve reflexos nas propostas curriculares nacionais” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 138).

O ensino da história local aborda as peculiaridades das localidades, possibilitando a aprendizagem do global a partir de acontecimentos locais. Pois, os fatos históricos de uma dada comunidade são compreendidos como parte de um grande processo e serão trabalhados juntamente com outros fatos na busca de uma explicação para os processos de transformações e de permanência.

Aproximar a escola e a comunidade na construção do conhecimento histórico é de suma importância para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Por isso, a nossa preocupação constante enquanto professor de História é desenvolver práticas pedagógicas dinâmicas relacionadas ao contexto em que o alunado está inserido para atrair sua atenção. De acordo com Bittencourt (2011, p. 95):

As análises sobre a história do ensino de História e constituição da memória social têm sido problematizadas a partir das lutas dos movimentos sociais que, dentre outras reivindicações, exigem os estudos sobre novos sujeitos relegados e omitidos pela história acadêmica e escolar (BITTENCOURT, 2011, p. 95).

Diante deste contexto, podemos dizer que o Coco umbuzeirense se constitui como uma possibilidade para o desenvolvimento de uma educação baseada no diálogo entre os sujeitos envolvidos na ação e o ensino de história. Nesta perspectiva, tal potencial educativo se apresenta a partir das experiências e da memória dos umbuzeirenses que vivenciam o coco de roda, dos saberes que circulam de forma intergeracional, a partir do diálogo entre os sujeitos que vivenciam a referida manifestação cultural. Tal diálogo permite acionar memórias relativas não apenas ao coco de roda, mas ao próprio território em que se efetiva e no qual surgiu, tendo em vista que sua historicidade é atrelada ao próprio contexto local e as histórias de vida e experiências dos seus partícipes. De tal modo, podemos pensá-lo como um elemento desencadeador de outras problematizações acerca do local e do cotidiano na comunidade, compreendendo-o enquanto detentor de um cunho cultural, político, social e educacional.

Mediante ao exposto, acrescentamos que, marcada pela improvisação nos passos, nas músicas e na organização da roda, a dança do Coco umbuzeirense é vida para a comunidade de Mata Virgem. E, a diversão que proporciona, encanta crianças e jovens da localidade possibilitando uma vivência e troca de saberes e experiências entre os mais jovens e os idosos.

Considerando os elementos do fenômeno em estudo que conseguimos captar até o momento, através das observações do Coco de Roda e, também, da nossa vivência enquanto professora de História, ressaltamos que o diálogo entre o ensino de História e a manifestação cultural é perpassado por desafios e possibilidades os quais almejamos analisar, refletir através do andamento da nossa pesquisa. Como mencionamos, este é apenas o primeiro passo de nossa caminhada.

Assim, observando algumas rodas de Coco na comunidade escolar da Escola Municipal João Inácio Catu, percebemos que além das músicas tradicionais cantadas pelo puxador de Coco e acompanhadas pelos demais brincantes, muitas outras são improvisadas de acordo com o evento. Essa flexibilidade pode ser aproveitada para o estudo dos conteúdos históricos.

No tocante a improvisação, podemos dizer que os puxadores do Coco umbuzeirense da mesma maneira que os atuais repentistas podem ser relacionados aos “aedos/poetas – cantores” da Grécia antiga, que cantavam tudo de cabeça. Pois, de acordo com Almeida (2017), se um repentista de nossa época for questionado de onde vêm suas rimas, ele imediatamente irá dizer que fez na hora, que veio do nada. É assim que acontece em algumas rodas de Coco, os mestres/puxadores muitas vezes improvisam versos, intercalando-os com versos tradicionais. Tais versos são criados na hora, “de cabeça” como eles dizem.

A seguir, apresentamos uma letra composta pela brincante da roda de Coco no Sítio Agudo, Danielli Lima, deficiente visual, ex-aluna da Escola Municipal João Inácio Catu e admiradora do trabalho desenvolvido na rede municipal de educação. Os versos seguintes foram compostos em forma de agradecimentos pela realização da festa junina organizada pela escola e foram intercalados pelo puxador com versos de músicas tradicionais do Coco, mostrando-nos a flexibilidade e o encantamento do Coco Umbuzeirense.

A Escola João Inácio Catu
É uma escola de valor
Da Direção aos alunos
Do auxiliar ao professor
Nossa escola é um exemplo
De educação e amor.

Obrigada aos professores
Dessa instituição
Os auxiliares
E também a direção
Por essa festa bonita
Que é nossa tradição.

A direção da escola
Não deixou de se empenhar
Com toda dedicação
Para a gente se alegrar
Com essa festa tão linda
Que estar espetacular.

A todos os pais de alunos
Que presente aqui estão
Agradecemos a presença
De toda população
Da querida Mata Virgem
E de toda essa região.

Também Nivaldo Araújo
Que é prefeito do lugar
A secretária Lucy
Que veio prestigiar
Nossos agradecimentos
A eles queremos dar.

Nosso prefeito Nivaldo
Outra vez quero falar
Que gosta de poesia
E que sabe apreciar
Pois é um grande apologista
Da cultura popular.

Lucy Duarte de Araújo
Uma secretária exemplar
Trabalha incansavelmente
Sem jamais desanimar
Para que nossas escolas
Não deixem de funcionar

Agradecemos a todos
Que estão aqui também
Por essa bonita festa
Damos nossos parabéns
Obrigada a todo mundo
E até ano que vem.

Danielli Lima (2018)

Ao formar a roda, o puxador começou utilizando o verso “Ou aiá ou aiá” conhecido da comunidade que foi repetido pelos demais membros da roda e intercalado com as estrofes improvisadas. Ao término de cada estrofe, o puxador decantava os seguintes versos “pega essa fita, marra a fita e dá um laço, eu procuro, mas não acho um amorzinho igual ao meu. Pega essa lona dá um nó no coração, morena levanta a mão que esta festa já valeu” e todos o acompanhavam repetindo “ou aiá ou aiá”.

Ao observarmos estes versos percebemos a ênfase que a autora dá ao trabalho que vem sendo desenvolvido tanto pela escola ao enfatizar seus funcionários quanto pela gestão municipal ao destacar que o prefeito e a primeira dama além de trabalharem incansavelmente, valorizam a cultura popular.

Seguindo esta linha de raciocínio, o professor pode dinamizar suas aulas a partir do diálogo com os mestres de Coco. Estes criariam versos interligando elementos da cultura local que seriam vivenciados pelos alunos/brincantes dentro e fora da sala de aula. Por sua vez, aquele proporcionaria aulas sobre a história da comunidade, destacando a vida dos mestres de Coco e dos demais brincantes.

O Coco de roda como recurso didático é uma proposta que vem sendo amadurecida para dinamizar o ensino de história. Os alunos da Catu (como é chamada a referida escola), já conhecem alguns elementos que caracterizam o Coco local, pois, desde crianças são apresentados a esta realidade em casa e na escola. Muitas das letras cantadas, por exemplo, são utilizadas pelas mães para ninar os filhos.

Se o Coco é vida, pretendemos dialogar com ele para transformar o ensino na Escola Municipal João Inácio Catu. O primeiro passo da nossa caminhada é a análise das letras de Coco utilizadas na localidade, sejam elas antigas ou improvisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

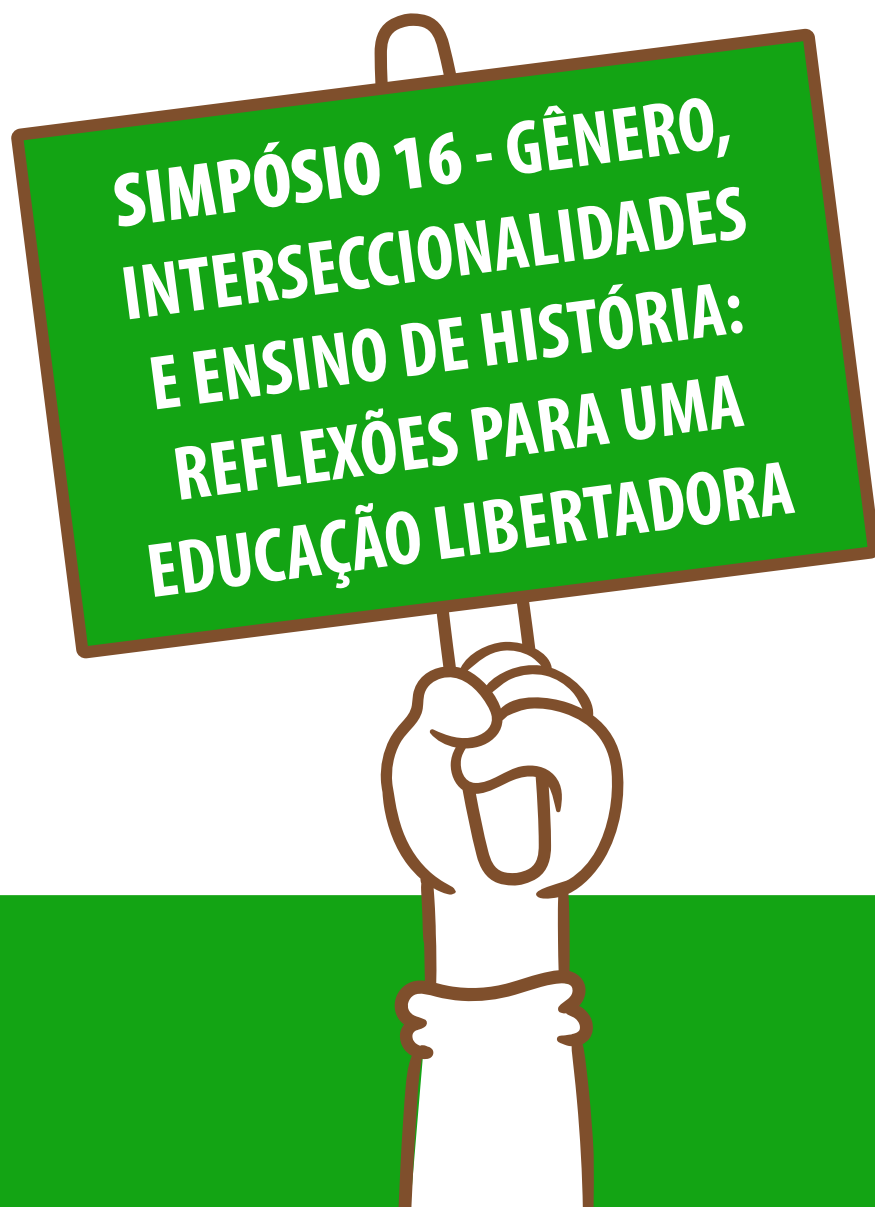
Em nossa produção, refletimos sobre a relação da Cultura Popular e o Ensino de História destacando a importância de elementos que caracterizam o Coco de Roda local. O Coco que é uma dança nordestina caracterizada pela junção da cultura africana com a indígena, faz parte do cotidiano de uma parcela da população umbuzeirense e, vem sendo analisado como uma possibilidade metodológica para o ensino da história local.

Uma das questões que discutimos é a possibilidade presente na prática do Coco para o desenvolvimento de uma educação baseada no diálogo entre os sujeitos envolvidos na ação e o ensino de história, destacando as letras de Coco cantadas na localidade.

Assim, apresentamos as Rodas de Coco do município dando o primeiro passo para se compreender uma possibilidade de inovação para o ensino de história. E, concluímos que o Coco é um elemento desencadeador de várias problematizações acerca do local e do cotidiano na comunidade, que é detentor de um cunho cultural, político, social e educacional, sendo capaz de acionar memórias relativas não apenas a prática, mas ao próprio território em que se efetiva e no qual surgiu, tendo em vista que sua historicidade é atrelada ao próprio contexto local e as histórias de vida e experiências dos seus brincantes.

REFERÊNCIAS

- AYALA, M.; AYALA, M. **Cocos: alegria e devoção**. Crato: Edson Soares Martins Ed., 2015.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. Abordagens Históricas Sobre a História Escolar. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 83-104, jan./abr., 2011. P. 95 Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- DANIEL, J.; SALES, S. A importância do ensino de História. **Página Brasil**, Campo Grande, 17 de jun. de 2016. Disponível em: <https://paginabrazil.com/artigo-importancia-do-ensino-de-historia/>. Acesso em: 27 abr. 2019.
- FARIA, Camila Mota. A coreografia da luta: a dança como elemento de identificação e de afirmação cultural da Comunidade de Balbino – CE. **Dança**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 45-57, jan./jun. 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 21. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- FREITAS, Sônia Maria. **História Oral: Possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- NEVES, Ana Maria Bergamin. **História – Interações: raízes históricas brasileiras**. São Paulo: Blucher, 2012.
- NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. **Saeculum** – Revista de História, João Pessoa, n. 3, jan./dez. 1997.
- PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. **História & Ensino**, Londrina, 2007.
- SCHIMIDT, M.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.
- SILVA, Luís Carlos Borges dos Santos. A importância do estudo de História Regional e Local na educação básica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais [...]. Natal, 2013, Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415_ARQUIVO_ArtigoHistoriaRegional_NATAL_.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.
- SILVA, René Marc da Costa. **Cultura Popular e Educação**. Brasília: Salto para o Futuro/ TV Escola/ SEED/ MEC, 2008.



CURRÍCULO ESCOLAR COMO FERRAMENTA PARA UMA EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA

Simone de Freitas Gama¹

Resumo: Durante as últimas décadas é consenso entre educadores e investigadores do campo educacional, que a educação pode criar meios efetivos para o desenvolvimento da sociedade através de uma prática multicultural, inclusiva e libertária, com a participação de todos os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a temática do currículo escolar carece de debates amplos a respeito do seu processo de elaboração e as concepções a serem abordadas nos mesmos, articulando a história de determinadas épocas, a história do tempo presente. Nesse artigo procuramos destacar as abordagens de gênero e sexualidade nos currículos escolares, bem como reflexões sobre práticas pedagógicas que estejam comprometidas com a diversidade multicultural existente “no chão das escolas”.

Palavras-chave: Currículo – gênero – práticas pedagógicas.

CURRÍCULO EM PERSPECTIVA

Antes de dialogarmos a respeito do conceito de currículo escolar precisamos refletir sobre o conceito de sujeito. A luz do que nos orienta Bernard Charlot, o sujeito é:

Um ser humano, aberto a um mundo que não se reduz ao aqui e agora, portador de desejos, movido por esses desejos, em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Um ser social, que nasce e cresce em uma família (ou em um substituto da família), que ocupa uma posição em um espaço social, que está inscrito em relações sociais. Um ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem uma história, interpreta um mundo, dá um sentido a esse mundo, a posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, a sua própria história, à sua singularidade. (CHARLOT, 2000, p. 33)

Partindo da ideia de que “o homem é um ser inacabado” e que ele mesmo deve determinar o plano da sua conduta, Charlot defende que o homem é um ser singular e que esse carece da influência/orientação dos grupos sociais dos quais ele faz parte, para se constituir enquanto pessoa, se reconhecer e reconhecer os seus pares.

Eis, para nós que nos debruçamos a estudar currículo, uma das questões relevantes que estimula a compreender as relações no ambiente escolar. Assim precisamos superar antigas práticas sobre os mecanismos de controle e mudanças sociais no ambiente escolar.

[...] a contribuição de práticas educativas marginais – dos currículos criados cotidianamente – e muitas vezes não estruturadas para a democratização da sociedade. Algumas dessas práticas se caracterizam por promover relações mais ecológicas entre saberes e culturas diferentes, viabilizando percepções de mundo mais democráticas por revalorizarem a sociedade e o diálogo entre os diferentes, em lugar

¹ Simone de Freitas Gama. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Pio Décimo (1997); Especialista em Educação e Gestão Escolar pela Faculdade Pio Décimo (2007); Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (2012); Mestranda em Ensino de História pela Universidade Federal de Sergipe (2020); Bolsista da CAPES.

da competição e da transmissão de saberes e valores que legitimam eternamente a dominação social. (OLIVEIRA, 2012, p. 37)

Compreendendo a pluralidade das relações que nossos estudantes mantêm com o mundo, devemos nos perguntar enquanto professores e professoras: qual é a relação que os nossos discentes têm com os saberes escolares? quais são os usos desses saberes que eles e elas fazem na vida prática?

Neste sentido, nos questionamos se a escola, do modo que está organizada e os currículos do modo que estão sendo pensados, estão contribuindo para construção da identidade desses sujeitos e oportunizando-os a suprir as suas fraquezas?

A relação do sujeito com o mundo não pode estar desassociada da sua realidade concreta, ou seja, “O sujeito de saber não pode ser compreendido sem quer se o aprenda sobre essa forma específica de relação com o mundo” (CHARLOTE, 2008). Essa relação com o mundo está traduzida no interior das nossas escolas, sabemos que todas as vivências dos estudantes são também vivências de um histórico coletivo que, por sua vez, passa por um processo de validação, capitalização e transmissão.

Nessa perspectiva, percebemos que o processo de ensino aprendizagem é relacional, permeado por concepções de vida, expectativas, relações com o outro e com nós mesmos, ou seja, o ensino aprendizagem comporta também uma dimensão identitária.

No nosso cotidiano escolar é notório que alguns dos aprendizes não se interessem pelo conteúdo abordado em sala de aula. Percebe-se que estes valorizam os outros saberes que não foram incluídos no currículo, mas faz parte do seu cotidiano, por entenderem que seria útil para a sua vida.

Tempos de escola “sob suspeita”, em que a questão da produção de saberes escolares nos remete diretamente às problemáticas da verdade, da racionalidade e da objetividade do conhecimento no processo de legitimação dos conteúdos considerados válidos de serem ensinados e aprendidos. Tempos em que se evidenciam mecanismos de poder, socialmente construídos, que entram em jogo na estratificação e distribuição desses conteúdos curricularizados, tanto no que diz respeito à regulação do acesso ao conhecimento historicamente acumulado como das formas possíveis de se relacionar com o mesmo. (GABRIEL, 2008, p. 214)

Assim para melhor entender esse pensamento dos jovens é necessário compreendermos que na contemporaneidade estes têm a necessidade de aprender a lidar com as ações, emoções e com o comportamento na maior diversidade possível, pois o mundo que os circunda é dinâmico. Através do desenvolvimento dessas capacidades é possível reconhecer os nossos sentimentos, nossas limitações e qualidades podendo assim aprender a superar nossas dificuldades.

Chamamos esse processo de “inteligência relacional” que se trata também de uma forma de defesa. Percebe-se isso cotidianamente quando os jovens precisam conviver com a desigualdade social entre os sexos, gênero e raça.

Não podemos perder de vista que “o ato educativo é acima de tudo um ato político!” (FREIRE, 1984). Nessa perspectiva, as escolas precisam ser pensadas como espaços de reconhecimento e negociação das diferenças, e os currículos escolares organizados de forma que possibilitem as investigações das narrativas, reflexões autobiográficas, interpretações revisionistas e compreensão contextual da sociedade.

Não podemos nos privar da discussão sobre os modos de ser dos indivíduos, seus valores, crenças, aspirações, orientação sexual e de gênero. Infelizmente, temos currículos que nos levam unicamente a “absolutização” dos saberes, herdados pela modernidade capitalista ocidental e burguesa.

Por sua vez, no nosso entendimento, as imposições acabam trazendo para a escola uma forte e explícita contradição, a saber: de um lado a responsabilidade de levar os educandos, que são ricos em narrativas, ao que a burguesia chama de “alta cultura”, na outra vertente inferioriza os saberes e fazeres desses estudantes, tornando-os meros repetidores dos conteúdos sem oportunizá-los o protagonismo das suas próprias histórias e influenciarem nas histórias coletivas, ou seja, a oportunidade de ser tornar sujeitos históricos continua sendo priorizada aos ‘dito’ vencedores.

Diante desse cenário, torna-se urgente pensarmos os nossos currículos pelo viés político e epistemológico, precisamos valorizar as singularidades e as formas não padronizadas de estar no mundo, compreender, e principalmente de o sentir. Um projeto educativo emancipatório é centrado no conflito entre conhecimentos, que visa “vulnerabilizar e desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes (OLIVEIRA, 2005, p. 33). Para que possamos avançar nesse sentido, faz-se necessário que tomemos a autoria dos nossos currículos, de modo que possamos superar a cisão entre aqueles que pensam e aqueles que vivem os currículos escolares no ‘chão das escolas’.

Percebe-se que ação político/pedagógica de biologizar as discussões de gênero e sexualidade estão cada vez mais presente no fazer pedagógico dos professores e professoras. É perceptível essa incursão quando percebemos a estratégia, ante as possíveis posições religiosas, políticas ou familiares e a abordagem sobre a sexualidade na sala de aula. Comungamos com o pensamento defendido no Manual operacional da rede de educação para a diversidade (2010), quando orienta que os

Professores e profissionais de educação têm como principal desafio contribuir para, na prática, garantir a efetividade do direito a educação a todos e a cada um dos brasileiros, estabelecendo e compartilhando mecanismos de participação e controle social que assegure aos grupos historicamente desfavorecidos condições para a sua emancipação e afirmação cidadã. (2010, p. 13-14 *apud* CAETANO, 2016, p. 140)

Limitar o debate de gênero e sexualidade a reprodução dos seres humanos, é reafirmar as relações de poder, já que a própria ciência é resultado de um momento histórico, motivados pelo interesse de setores de uma determinada sociedade. Essa prática não só desconsidera a multiculturalidade existente no interior das nossas escolas, como também evidencia a ausência da autoridade epistemológica dos docentes, transformando-os em meros transmissores de conhecimento que estão “carimbados” para manter o “*status quo*” na sociedade.

Infelizmente os currículos escolares têm sido alvo de inúmeras iniciativas legislativas, na maioria das vezes pensadas por grupos religiosos fundamentalistas e conservadores, que coloca a moral heteronormativa como única perspectiva de discussão possível. Dessa forma, impede a expressão da diversidade sexual e de gênero tão presente nas nossas escolas. De acordo com Louro (1992),

Sabemos todos que há um jeito entre nós de ser feminino e um jeito de ser masculino, há comportamentos, falas, gestos, posturas físicas, além de atividades e funções, que são socialmente entendidas como adequadas, “naturais”, apropriadas, para as mulheres ou para homens. Nossa referência a muitas dessas características é percebê-las quase como uma extensão da “natureza” de cada sexo. (1992, p. 53 *apud* CAETANO, 2016, p. 27)

Diante dessa realidade, professores e professoras precisam ter o compromisso de, junto com a comunidade escolar, pensar alternativas para contrapor esse modelo de currículo excludente que querem nos impor.

Trazer essas questões à tona, no contexto da discussão atual do campo do currículo, implica reconhecer a pertinência da centralidade do conhecimento escolar das discussões curriculares, bem como as implicações dessa assunção para o avanço da reflexão nesse campo. Isso significa apostar tanto na potencialidade dessa centralidade, sem ingenuidades, sem niilismos, para discutir as relações do poder e a relação política do currículo, como na fecundidade do processo de hibridização dos discursos presentes no campo do currículo, para repensar a articulação entre conhecimento, cultura e poder. (GABRIEL, 2008, p. 216)

Pensar nos processos que devemos percorrer, experimentar mais do que finalizar, reconhecer mais do que entender. Ou seja, não pensemos em nosso trabalho docente almejando um produto final, acabado, pensemos em nossa prática como interpelações que tem o “poder” de mudar as estruturas dominantes da sociedade, através de discursos e ações que carreguem consigo símbolos e contextos históricos, com o objetivo de alargar pensamentos e encorajar atitudes que venham contribuir para o equilíbrio social e econômico da sociedade, onde cada ação de inclusão de um determinado grupo social não traga junto um ato de exclusão de outro grupo social.

GÊNERO EM SALA DE AULA

No seio social tem acontecido nos últimos anos uma forte discussão a respeito de gênero. Porém, muitas vezes, essas discussões desvirtuam a natureza real da temática e marginaliza todos aqueles que “acham diferente” do suposto “padrão heteronormativa”.

As crianças, assim também como os adultos, discutem muitas vezes sobre a sexualidade de forma implícita. Mas como isso pode acontecer?

Tanto as discussões quanto manifestações sobre sexualidade afloram em todas as faixas etárias, ou seja, não há um momento definido na vida que a discussão ou a manifestação irá se manifestar. Ignorar, ocultar ou reprimir são as ações mais habituais dadas pelos profissionais da escola.

Logo, a sexualidade não se ajusta a um modelo unívoco; ela é fundamentalmente plural. Entretanto, para cada sociedade existem saberes sexuais hegemônicos e outros momentaneamente subalternizados, com os quais dialogamos e construímos nossas leituras e formas de estar no mundo. (CAETANO, 2016, p. 159)

As famílias, a luz do nosso entendimento, discutem e orientam sobre a educação sexual das suas crianças e jovens a partir dos comportamento, da relação com os filhos, dos cuidados, das proibições, dos valores implícitos ou explícitos essas orientações podem acontecer verbalmente e direcionadas ou apenas de forma sutil, menos perceptível, por meio da orientação.

Nesse momento, vamos refletir como as abordagens de gêneros são necessárias e úteis no processo de ensino aprendizagem. Porém, antes de qualquer coisa se faz mister discutir o conceito de gênero.

Diversas e distintas definições vêm convivendo no interior dos estudos feministas. Poderíamos identificar a

primeira como sendo a que utiliza gênero oposto e complementar ao sexo, com aquilo que é socialmente construído em oposição ao que seria biologicamente dado. Outra definição que percebemos na conformidade dos estudos versa sobre a não oposição ao sexo, mais inclui a percepção a respeito do que seja sexo dentro de um conceito socialmente elaborado de gênero, uma vez que assume que as próprias diferenças entre os corpos e são percebidas sempre por meio de codificações e construções sociais de significados. O gênero não seria um conceito útil apenas na compreensão das interações entre homens e mulheres, mas uma parte importante dos sistemas simbólicos e, como tal implicado na rede de significados e relações de poder de todo tecido social (SCOTT, 1990; NICHOLSON, 1994).

Segundo SCOTT (1990, p. 16), “os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social”. Refletir sobre a nossa sexualidade e como ela permeia a nossa vida é de grande importância para nos compreendermos enquanto sujeitos construtores da nossa própria identidade.

Diante desse conceito, por que insistimos em colocar a sexualidade exclusivamente na nossa vida privada, desconsiderando as consequências sócio políticas e culturais desse debate e invisibilizando os corpos?

De certo, para alguns professores e professoras falar de algo que por muitas vezes sempre lhes foi negado, é muito difícil. Sem equívocos, precisamos dialogar com os nossos estudantes inclusive para recriar os nossos conceitos e continuar nos construindo enquanto cidadãos e cidadãs e contribuir para a formação dos nossos estudantes enquanto sujeitos de direito e deveres.

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão de mundo ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão de mundo que se manifesta de várias formas da sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. (FREIRE, 1997, p. 49)

Com o pensamento direcionado para a mesma perspectiva defendida por Freire, Caetano afirma que,

A linguagem não somente reflete a sociedade, mas também a condiciona, limitando-a e guiando sua maneira de pensar, já que é um instrumento de classificação e interpretação da realidade. Nesse aspecto, a linguagem consolida o contrato de fraternidade que desde o começo ensina as suas usuárias que elas estão condicionadas a eles (CAETANO, 2016, p. 141)

Nesse sentido, um dos elementos que nos chama atenção, é a linguagem sexista que encontramos nos nossos currículos e livros didáticos. A linguagem sexista diz respeito a forma de linguagem discriminatória com que a gramática trata os grupos considerados “minoritários” como mulheres por exemplo.

A linguagem sexista, apresenta-se também em “expressões impregnadas de estereótipos de desigualdade, desrespeito, inverdades científicas, preconceitos no que diz respeito a mulheres e homens” (LESSA, 2011, p.65). como ilustração desse pensamento verificamos no uso da palavra “homem” para designar e representar as mulheres, que poderia ser substituída por outra palavra que contemplasse os dois gêneros como pessoas ou indivíduos.

O estudo sobre o uso da linguagem sexista é pouco discutido e, portanto, invisibilizando, com vistas a permanecer cristalizado preconceitos e estereótipos. Daí, sem dúvidas, enfatizar o debate, a mudança de hábitos e (pré) conceitos como forma de superar a dominação imposta por essa linguagem.

A assunção da centralidade da cultura no plano do pensamento e da produção do conhecimento nas diferentes áreas disciplinares e interdisciplinares implica, assim, uma escolha que extrapola, ou

melhor, que é anterior à escolha de possíveis interlocuções teóricas, conceitos centrais ou enfoques disciplinares. (GABRIEL, 2008, p. 220)

A construção histórica dos termos gênero, feminismo, mulher, sexualidade, igualdade de direitos entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres e entre homens e homens, estão cada vez mais afastados dos currículos e consequentemente dos livros didáticos, trazendo uma grande responsabilidade para os docentes, que é a de criar mecanismos para que os debates relacionados a esses temas, estejam presentes no cotidiano escolar, com o objetivo de romper os estigmas referenciados pela ideologia dominante, bem como superar a submissão aos textos dos livros didáticos e a organização curricular que reforça o poder político institucional, poder econômico, social, poder no espaço público e também no espaço privado.

A partir do século XVII, até meados do século XIX os currículos escolares foram centrados basicamente nas tradições históricas do ocidente, nas habilidades profissionais e nos valores pregados por instituições religiosas. A partir do século XIX essas tradições começaram a serem severamente criticadas por profissionais da educação e pesquisadores da área almejando um currículo que dialogasse com a *práxis* dos/das estudantes.

Não podemos esquecer que a necessidade das reformas curriculares são oriundas de contextos históricos/culturais provocados por agentes que, na maioria das vezes não estão diretamente ligados a educação escolar, mas as suas ações e lutas são refletidas nos espaços escolares como formas de compreensão da realidade e como forma de se reconhecerem enquanto sujeitos históricos pertencentes a um espaço/tempo com aspirações e necessidades reais.

No século XX, por sua vez, precisamente em 1988, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) garantem em seus temas transversais (ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo) e discussão de gênero no âmbito escolar. Na apresentação dos temas transversais dos PCNs, o texto diz

A educação para a cidadania requer que as questões sociais sejam apresentadas para aprendizagem e a reflexão dos alunos buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhe a mesma importância das áreas convencionais (BRASIL, 1988, p. 25).

Ainda assim, mesmo que tenhamos uma legislação que preveja desde 1988, é justamente em temas transversais que se dá o debate emblemático, e nem as legislações mais recentes priorizam o mesmo. Podemos tomar como exemplo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que traz no seu texto a reafirmação das políticas neoliberais, excludentes homofóbicas, racistas e sexistas, deixando claro o empenho de determinados grupos de se auto representarem, reafirmando seus olhares sobre a cultura e todas as suas formas de poder, como afirma Stuart Hall,

A cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos e mais imprevisíveis da mudança histórica do novo milênio. Daí por que não deve nos surpreender que as lutas pelo poder sejam crescentemente, simbólica e discursivas, ao invés de tomar simplesmente uma forma física e compulsiva, e que os próprios políticos assumam progressivamente a feição de uma política cultural... (HALL, 1997, p. 20)

Dialogando com a nossa discussão apresentada ao longo do texto, superar as formas preconceituosas na formação do currículo é desafio para cada professor e professora comprometido com uma escola plural. Esse desafio faz parte do nosso compromisso político de transformar a narrativa valorizando os múltiplos saberes e a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tais razões aqui expostas, convidamos a todos que constroem o ambiente escolar a se desafiar superando as práticas arcaicas de organização curricular. Que a nossa presença de professora e professor seja todos os dias uma presença em si política, pois somos parafraseando o mestre Paulo Freire somos professoras e professores a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade. Sou a favor da luta constante contra a qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. (FREIRE, 1996).

Portanto, pensar nas diferentes e reais exclusões de grupos sociais, pode trazer possibilidades de ampliação de práticas pedagógicas docentes junto aos estudantes que, por ventura, são vítimas dessa exclusão.

Desse modo, a condição individual é refletida na condição de gênero, de etnia, de cultura, de religião e de classe, gerando a aprofundamentos de tais temas. É imprescindível aprender práticas pedagógicas que desenvolvam a consciência crítica, tolerância e empatia nas questões raciais, gênero e sexualidade e direitos humanos

Do contrário nos perguntaremos constantemente, qual é a política cultural que estamos defendendo nós espaços escolares, e nos nossos currículos. Consequentemente nos ficará a dúvida permanente de que estamos concebendo os nossos espaços escolares como espaços que não oportunizam a transformação social.

Sabemos que não é correto e nem devemos atribuir a escola responsabilidades que essa, devido a sua carência estrutural e muitas vezes pedagógicas, não se encontra preparada para assumir.

Entendemos que com redes de práticas habitadas tanto por presenças como por fazeres pedagógicos, as práticas curriculares cotidianas ganham sentido emancipatório quando estão concretamente voltadas para superação do colonialismo e buscam caminhar em direção a solidariedade.

Logo, tomarmos consciência de que as nossas práticas pedagógicas são poderosos instrumentos de combate as políticas excludentes que reiteradamente reforçam práticas educativas que objetivam naturalizar as formas como performatizamos nossos gêneros e nossas sexualidade. É de fundamental importância para que no momento em que pensarmos nos nossos currículos, levamos em consideração os aspectos históricos culturais e sociais do conhecimento priorizado pela escola.

Que construamos outras narrativas de forma a contribuir para uma educação plural, inclusiva e democrática que possibilitem experiências que contribuam para estruturar o mundo natural e social dos discentes.

Por fim, continuemos na busca da construção de currículos escolares para nossa realidade atendendo as demandas individuais e grupais que representem as sociedades mais amplas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Brasília: MEC, 1988

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Tradução Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários á prática educativa. 25. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1999..

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.

GABRIEL, Carmem Teresa. Conhecimento escolar, cultura e poder: desafios para o campo do currículo em “tempos pós”. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GESSER, Verônica. A evolução Histórica do Currículo: dos primórdios a atualidade. **Contraponto**, Itajaí, v. 2, n. 4, p. 69-81, jan./abr. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo gênero e sexualidade**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica 1999.

MINISTÉRIO da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC/SEE, 1988.

OLIVEIRA, Inés Barbosa de. **O currículo como criação cotidiana**. Rio de Janeiro: DP et Alia Editora Ltda. 2012.

SEFFNER, F.; CAETANO, M. (org.) **Cenas Latino-Americanas da Diversidade Sexual e de Gênero**: Práticas, pedagogias, e políticas públicas. Rio Grande: Furg, 2015.

ENSINO DE HISTÓRIA E AS MULHERES IMIGRANTES HAITIANAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA SALA DE AULA

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho¹

Resumo: Neste texto busco apontar caminhos possíveis para a discussão acerca da presença das mulheres na escrita da História. O intuito não é salientar grandes personalidades históricas, mas sim, as mulheres do cotidiano que embora, por muitas vezes estiveram omissas nas narrativas historiográficas, foram imprescindíveis para a construção da História. Deste modo, a partir da história de Zuri, uma mulher imigrante haitiana, da qual entrevistei na cidade de Cascavel no Paraná em 2018, busco identificar seus desafios relacionados à imigração e a interseccionalidade de classe, gênero e raça aproximando suas experiências de demais mulheres haitianas e brasileiras que tem como principal objetivo a luta pela sobrevivência.

Palavras-chave: Ensino de História. Mulheres Imigrantes Haitianas. História Oral.

APRESENTAÇÃO

A ideia deste texto é discutir dois temas imprescindíveis na atualidade acerca do ensino de História. O primeiro, trata-se de elencar novas possibilidades para lidar com temas contemporâneos, como a imigração buscando relacionar o presente com o passado. O segundo, é evidenciar a necessidade da discussão de gênero apresentando uma História que não omita em relação às mulheres - que embora sempre estiveram presentes nos contextos históricos - dificilmente tiveram suas vidas relatadas.

No Brasil, a partir da década de 1980 a interdisciplinaridade possibilitou com que autoras como Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, pudessem ser lidas e contempladas em uma nova maneira da escrita da História, ou seja, desde as mulheres comuns, àquelas que no cotidiano não apresentavam grandes feitos para a História, mas que lutavam bravamente para manter sua sobrevivência e em muitos casos a de seus filhos, pudessem aparecer nos textos acadêmicos.

Desta forma, assim como pontuou Circe Bittencourt (2008) não podemos realizar uma transposição didática, ou seja, escolher um tema acadêmico e leva-lo para a sala de aula; mas sim, explicar como a relação entre o estudo de mulheres do cotidiano, neste caso, as imigrantes haitianas, podem ser representados no espaço da sala de aula para a construção do conhecimento.

A escolha em lidar com mulheres imigrantes haitianas, deve-se ao fato de que após realizar entrevistas partindo da perspectiva da História oral, elencando suas trajetórias de vida, de imigração e de trabalho, pude perceber como a questão de raça, classe e gênero são intrínsecas ao modo que necessitam sobreviver às determinações de suas vidas. Por isso, este texto trata-se disso: lidar com temáticas contemporâneas como a imigração, levando em consideração demais problemáticas como o espaço da mulher negra em uma sociedade estruturada pelo racismo; compreender a interseccionalidade em relação às mulheres imigrantes e os desafios cotidianos de suas vidas.

¹ Doutoranda em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Contato: joohieda@hotmail.com

A DIFÍCIL ESCOLHA: IMIGRAR OU MORRER DE FOME

Obviamente este subtítulo trata-se de uma ironia, pois, não há outra escolha possível a não ser imigrar quando a outra opção é morrer de fome. Por isso, a imigração torna-se o único caminho viável para parte das mulheres haitianas que optaram por imigrar.

Longe de parecer uma decisão fácil, como se fosse um processo em que essas mulheres decidissem de um dia para o outro imigrar, a realidade é árdua e constantemente significa deixar para trás não apenas seu país de origem, mas muitas memórias afetivas, em alguns casos, os próprios filhos.

Quando conheci Zuri² em 2018 tinha vinte e sete anos e estava no Brasil desde janeiro de 2017, contou-me entre lágrimas “deixei meus filhos no Haiti com minha mãe e vim para o Brasil. A esperança era de que em poucos meses eu buscaria eles, mas demorou muito para conseguir buscar, a vida não fazia sentido sem eles”. Zuri tinha deixado no Haiti dois filhos, um que recém havia completado dois anos e outro de quatro anos. Logo após a primeira gravidez, Zuri uniu-se com o pai de seus filhos, mas quando engravidou de seu segundo filho, ele os abandonou porque dizia que ela havia engravidado de propósito para que ele não pudesse imigrar. O resultado de tais acusações foi a expulsão de Zuri da casa em que vivia e o seu retorno para a casa de sua mãe.

Zuri estava grávida e tinha complicações na gravidez devido aos maus-tratos que recebia do marido enquanto ainda estavam juntos, ele fazia com que Zuri acordasse todos os dias ainda de madrugada e buscasse baldes de água em um poço que ficava à mais de dois quilômetros de sua casa. Quando Zuri retornou para a casa de sua mãe, já sabia o que fazer “eu ia ter meu segundo filho, esperar ele chegar aos dois anos e depois da amamentação eu ia imigrar para dar dignidade para eles, para mim e para minha mãe”.

Assim seguiu a vida de Zuri, até ter o bebê auxiliava sua mãe a fazer marmitas para vender para os trabalhadores das indústrias nas zonas francas e em contrapartida, buscava demais informações com haitianos que já haviam imigrado. Quando perguntei para Zuri o porquê havia escolhido o Brasil, respondeu-me que “porque aqui o processo de entrada era mais fácil do que em outros países, como os Estados Unidos que era onde eu queria ir de verdade (...) aqui no Brasil eu já tinha amigas que imigraram também, por isso ficava mais fácil”. Zuri contou-me em sua narrativa o “sonho americano” de poder ir aos Estados Unidos e com o suor de seu trabalho, transformar o salário de dólares em gourdes haitianos e tirar sua família da miséria.

No entanto, não foi assim que sua vida seguiu. A decisão de Zuri de deixar os filhos com sua mãe pode ser equivocadamente analisada como uma mãe que pouco se preocupava com seus filhos. Porém, se fizermos a análise contrária, Zuri imigrou justamente buscando oferecer um futuro digno para sua família. Não havia ninguém por Zuri e seus filhos, além dela mesma.

“Foi muito difícil deixar meus filhos, eu pensava que não era uma mãe digna deles, porque na minha cabeça era um abandono, mas não! Tudo o que eu fiz, foi para poder estar com eles em uma condição de vida melhor, hoje tenho clareza disso!”. A narrativa de Zuri acerca da consciência de suas decisões importa significativamente para este texto. Ao contrário do que o pai de seus filhos havia feito, Zuri não havia os abandonado, através do celular conversava por chamada de vídeo todos os dias com sua mãe e seus filhos, às vezes dormia olhando a fotografia que carregava como um talismã de suas duas crianças. Zuri era uma sobrevivente.

Após a expulsão que precisou enfrentar de seu ex-marido que a deixou sem nada, Zuri retornou para a casa de sua mãe e trabalhava para que pudesse além de manter sua alimentação, de sua mãe e de seus filhos, organizasse

² O nomes que utilizo para destacar a narrativa de Zuri é fictício, porém, solicitei que ela mesma escolhesse um pseudônimo haitiano.

uma reserva de dinheiro para que enquanto estivesse vivendo o processo de imigração não deixasse sua família sem nada.

Em novembro de 2016 Zuri iniciou o trajeto da viagem do Haiti para o Brasil, vítima do tráfico ilegal de pessoas, “eu decidi vir ilegal porque não tinha condições de esperar anos até conseguir guardar dinheiro para imigrar para o Brasil. Mas foi a pior coisa que já vivi na vida”. Zuri contou-me que recorreu ao *raketè* indicado por uma amiga que já estava no Brasil e garantiu que embora o caminho fosse árduo, ele seria seguro se Zuri viesse com o rapaz que sua amiga indicou.

Raketè é um sujeito fundamental que age no contexto da *dyaspora*. É alguém contratado ou que se oferece para intermediar o processo de traslado de uma pessoa ou grupo de um país a outro. Um *raketè* sempre cobra por seus serviços e sempre recebe. É uma categoria em ação transnacional. Às vezes, *raketè* é chamado de *ajans*, pode ser uma agência de turismo ou de viagens, ou pessoa que presta serviços burocráticos, trabalha com venda de passagens, câmbio de moedas, agiotagem, serviços consulares para documentação em processos migratórios, emissão de documentos no país, venda de vistos falsos, etc. (CONTINGUIBA; COTINGUIBA, 2016, p. 177).

“Ainda me lembro de como foi difícil deixar meus filhos, eu não conseguia parar de chorar, tremia de medo se essa seria minha melhor decisão. Minha mãe me abraçou forte e disse: vai, vai sem olhar pra trás”. E eu segui. O *raketè* responsável por Zuri havia lhe avisado que podia carregar apenas uma mala pequena, pois, era mais fácil para atravessar as fronteiras sem ser percebida. Zuri o obedeceu, e em novembro de 2016 ao sair da República Dominicana de avião e chegar ao Equador e encontrar o homem que sua amiga havia lhe dito surpreendeu-se com a quantidade de pessoas que estavam sob sua vigilância. Zuri não conseguia perguntar sobre suas dúvidas, não havia tempo e disposição do *raketè* para isso. Apenas dava as ordens e o grupo de haitianos devia segui-las sem que houvessem falhas, pois, um passo em vão, poderia ser fatal.

“A pior parte foi chegar no Peru, lá os policiais ficavam atrás, farejavam os haitianos. Então tinha que ser tudo muito escondido (...) andar em barranco, se esconder em moitas. Éramos um grupo, mas a verdade era cada um por si”. Embora o Peru já estivesse entre os países mais próximos da fronteira com o Brasil, foi elencado como o pior país a se passar clandestinamente, pois, segundo Zuri os policiais peruanos sabiam da enorme quantidade de haitianos e haitianas que passavam à margem do país e realizavam tocaia para capturar o grupo e retirar-lhes o máximo de dinheiro possível. Por isso, Zuri relembrou que “quando conseguíamos passar pelo Peru, era uma grande vitória, mesmo sem saber direito o que nos esperava no Brasil”.

Conforme pontuou Mamed (2016), na cidade peruana de Tumbes havia um posto policial localizado entre o Equador e o Peru, e que muitos imigrantes, principalmente através de coites, visavam evitar, pois, sofriam o processo de extorsão de dinheiro e ameaças se não pagassem a esses policiais.

Além disso, Zuri contou-me da dificuldade das mulheres de imigrar sozinhas. Em toda sua trajetória de imigração era vítima de comentários machistas dos haitianos e dos *raketès*, disse que havia haitianos que ofereciam dinheiro em troca de sexo e outros a ameaçava de que se não lhes satisfizessem iriam entregá-la para a polícia e poderia “ser pior”. No entanto, Zuri me disse que se manteve forte, que procurava estar junto com demais mulheres e casais que faziam parte de seu grupo de imigrantes, que por medo, fingia não entender os olhares e propostas que recebia em tom de ameaça.

Ademais, foi enfática em me dizer “eu tinha deixado a coisa mais importante da minha vida pra trás que era minha família. Eu me sentia uma leoa, não tinha possibilidade da imigração não dar certo. Por isso, aqueles

caras não sabiam com quem estavam mexendo”. Zuri procurava estabelecer uma força inigualável em comparação com sua vida anterior em que havia sido expulsa de sua própria casa por seu ex-marido, quando decidiu imigrar, o motivo pelo qual enfrentava as mais variadas adversidades o fazia nutrir-se de forças para que conseguisse realizar o trajeto e chegar até o Brasil.

Em janeiro de 2017, Zuri cruzou a fronteira do Peru com o Brasil e chegou ao Acre. A partir de então, começou uma nova história.

A VIDA NO BRASIL

Zuri viveu aproximadamente dois meses no acampamento do Acre até ter sido “escolhida” por representantes de um frigorífico da cidade de Cascavel no Paraná e ter o custo de sua viagem até essa cidade pago inicialmente pela empresa e depois descontado de seu salário. “A vida no acampamento era um martírio. Pra nós mulheres era um sacrifício, os banheiros eram fedorentos. Não havia privacidade. Você tentava dormir e de repente tinha várias pessoas te olhando”. A dificuldade do acampamento no Acre narrado por Zuri também esteve presente em demais narrativas em que salientaram que não havia espaço suficiente para todos os imigrantes que chegavam cada dia mais, além de que, faltava água, comida e condições básicas para que vivessem.

Os pesquisadores Geraldo e Marília Contiguiba que estiveram no acampamento relataram que:

A noite vimos que a acomodação no local era impossível, dado o número de pessoas e a capacidade do lugar, e por isso, revezavam-se nos poucos colchões e os demais pelos bancos da praça para dormirem, ou (...) esperavam para descansarem durante o dia (CONTIGUIBA; COTINGUIBA, 2016, p. 180).

Por isso, Zuri contou-me da alegria quando ouviu os dirigentes do acampamento informar-lhes em *kreyòl* que no dia seguinte haveria o processo de triagem para escolher os trabalhadores que viajariam para a região sul para trabalhar na agroindústria da carne.

“Eu passei a noite sem dormir, não tinha experiência de trabalho anterior em indústria nenhuma. Tinha várias haitianas no acampamento que já sabiam como funcionava uma fábrica, eu pensava e não encontrava motivos para eles me escolher”. No dia seguinte, Zuri disse que quando chegaram os representantes do frigorífico, fizeram separadamente duas filas: uma de homens haitianos e outra de mulheres haitianas. Importante constatar que, durante esse processo de separação para definir os “escolhidos” não houve questionamento sobre os casais que estivessem juntos. Neste caso, Zuri destacou que “era possível um haitiano ser escolhido e sua esposa não, na verdade isso aconteceu! E aí ele foi para uma empresa no Rio Grande do Sul e três meses depois mandou dinheiro pra ela ir encontrar ele na cidade”.

Zuri contou-me que acordou bem cedo para conseguir tomar banho sem que houvesse uma fila enorme, pois, queria estar apresentável para os representantes das empresas. Ao dividir os haitianos e haitianas em fila, Zuri disse que falavam em português e um haitiano que os acompanhava traduzia em *kreyòl* e disse-lhes que levariam dois ônibus de quarenta lugares para o frigorífico. No entanto, sessenta e cinco vagas eram para homens e apenas quinze para mulheres. Zuri recordou que se aparentemente pareciam muitas vagas, havia mais de quinhentas pessoas no acampamento e que quando foram faladas as quantidades de vagas, alguns casais se retiraram da fila, pois, sabiam da dificuldade dos dois serem contratados pela mesma empresa.

Após serem escolhidos os homens, os representantes partiram para a fila das mulheres, para escolherem. Zuri me disse que estava com medo, pois, havia mais de quinze mulheres em sua frente, se decidissem pelas primeiras, Zuri não teria chances e precisaria ficar mais tempo no acampamento e consequentemente, mais distante de conseguir trazer sua família para o Brasil. Nas primeiras entrevistas realizadas, Zuri percebeu que as haitianas que diziam ter imigrado com seus filhos, eram deixadas de lado, pois, a empresa não queria responsabilizar-se em ter que abdicar-se de poltronas para levar os filhos junto com suas mães. Por isso, ao ser questionada se tinha filhos, Zuri imediatamente negou, disse que havia imigrado sozinha e que apenas sua família a esperava no Haiti. O representante da empresa pediu que Zuri desse um passo à frente e examinou seus dentes, pediu que erguesse os braços e respirasse firmemente para saber se havia algum problema respiratório e após constatar que Zuri estava apta para o trabalho, solicitou que organizasse suas coisas rapidamente, pois, viajariam em apenas algumas horas.

Embora Zuri tenha narrado que “eu me sentia muito feliz! Pela primeira vez, depois de tanto tempo, eu havia conseguido algo que desejava. Não sabia como seria o trabalho, mas a vontade de ver meus filhos era tão grande que eu faria com gosto, era a esperança que faltava!”, seu relato aproximava-se do processo de triagem realizado durante o período da escravidão no Brasil. Para os imigrantes homens, além de tirar a camisa, olhavam suas pernas e dentes para verificar se estavam saudáveis para realizar o trabalho extenuante nos frigoríficos, tal fator permite a realização de analogias entre os séculos passados, mas que se assemelham pelo racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Depois de quase três dias viajando de ônibus, Zuri chegou na cidade de Cascavel. Ao entrar em contato com sua amiga que aguardava ansiosamente sua chegada, já sabia ao certo aonde ficar. Dividiria uma quitinete com mais cinco mulheres haitianas que viviam o mesmo embate de Zuri para trazer seus filhos que estavam no Haiti. Embora o espaço lhe parecesse pequeno, era uma maneira de gastar menos e então conseguir trazer seus filhos logo para o Brasil.

Zuri contou-me que “chegamos era aproximadamente 20h e os representantes disseram que no outro dia às 07h tínhamos que estar na porta do frigorífico para fazer exames. Naquela noite quase não dormi, conversei muito com a minha amiga e estava ansiosa pelo outro dia”. Zuri se sentia privilegiada, pois, no lugar em que foi morar com sua amiga e demais haitianas, havia muitos imigrantes haitianos desempregados que dormiam em filas na porta de empresas esperando conseguir trabalho.

Quando Zuri esteve em frente à máquina que ordenaria o tempo de execução de seu trabalho na evisceração do frango, disse ter ficado perplexa ao compreender o tamanho da linha de produção e a agilidade exigida para que não deixasse passar nenhum frango para não acumular o trabalho de seus demais colegas. “Depois de dias imaginando como seria, eu novamente me sentia incapaz. Além da rapidez que eu precisava cortar o frango, era muito frio, meus dedos congelavam, todo momento parecia que eu não ia conseguir”. Mas no final do dia, Zuri tinha conseguido executar seu primeiro dia de trabalho. Ao chegar na quitinete em que morava, disse que não se recordou de ligar para sua mãe no Haiti, tomou banho e dormiu até o outro dia em que o despertador tocara para novamente ir trabalhar. “No início eu achava ruim, depois eu fui me acostumando, tanto que comecei achar bom não ter como pensar na distância dos meus filhos, só pensava em cortar frango”.

Zuri era consumida pelo trabalho diariamente. Nos finais de semana em que tinha tempo livre, dormia e fazia planos de quando conseguiria ter seus filhos novamente em seus braços. Os dias foram passando até Zuri completar um ano distante de seus filhos. Dentre as datas em que passou longe de seus filhos, tiveram seus aniversários, o natal e o ano novo. “Um dos dias mais tristes foi quando pelo celular vi que meu filho mais novo chamava minha mãe de mamãe e não se importava mais de falar comigo”. Zuri disse que pensava que não ia aguentar, mas aguentou.

Depois de um ano e meio distante de sua família, em 2018 conseguiu juntar dinheiro o suficiente para trazer sua mãe e seus dois filhos do Haiti. A família estava completa e viviam em Cascavel em uma quitinete. Zuri permanecia sentindo dores nas articulações pelos movimentos repetitivos realizados no frigorífico e sua mãe costurava roupas para os haitianos e haitianas que viviam no bairro.

COMO TRANSFORMAR A EXPERIÊNCIA DE ZURI EM ASSUNTO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA?

Primeiramente, é necessário compreender que a experiência de Zuri não está separada de tantas outras histórias vividas por mulheres mães imigrantes haitianas. Ao destacar a micro-história de Zuri, ou seja, sua trajetória que aparentemente parece ser individual, trata-se na realidade semelhante ao processo vivido por muitas mulheres imigrantes. Além disso, se compararmos as experiências de luta das mães negras que moram em lugares periféricos no Brasil, Zuri deixa de ser um exemplo apenas de mulher imigrante e destaca-se por sua condição de gênero, classe e raça.

Segundo dados divulgados no documento intitulado “Refúgio em números” pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) existem cerca de 70,8 milhões de pessoas que foram obrigadas a deixar seus lares e recorrer ao auxílio de outros países nos últimos anos. Na contemporaneidade tem sido enfatizado por instituições que lidam com imigrantes e refugiados, pela mídia hegemônica e por políticos como “crise migratória mundial”. Por isso, o mundo tem vivido nos últimos anos o crescimento do conservadorismo em que se acentuou as definições de fronteiras e o surgimento de muros que cada vez mais estão presentes não apenas fisicamente, mas sobretudo, mentalmente. Portanto, este não é um assunto que deve passar despercebido nas aulas de História.

Além do mais, houve um aumento da imigração de países considerados periféricos do capitalismo, como no caso do Haiti, o que permite a discussão de que se por um lado, é comum no Brasil, principalmente na região Sul, o destaque aos “pioneiros” quando se trata de imigrantes alemães e italianos em que a História oficial busca dar-lhes grandes feitos durante a imigração no século XX sobre quando chegaram nas cidades interioranas, como se tivessem trazido o progresso e em contraponto, a história indígena é deixada de lado.

No caso dos imigrantes haitianos, são tidos como os imigrantes indesejados, e portanto, como acentuou Zuri, são os piores cargos destinados à essas pessoas, como se fosse natural o fato da população negra ter que se habituar em ser constantemente “escolhida” para realizar os trabalhos mais extenuantes e precários.

No Brasil, até janeiro de 2019 havia 11.231 refugiados legais e mais 161.057 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite, entre os principais solicitantes estavam os sírios, os venezuelanos e os haitianos. Segundo o relatório anual OBMigra (2019) entre 2011 e 2018 foram concedidas 59.729 autorizações de residência a imigrantes pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), entre eles, a maioria haitianos.

Neste processo de imigração e refúgio, perda e luta por direitos, as mulheres ocupam um espaço ainda mais vulnerável. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019 havia cerca de 117 milhões de mulheres imigrantes e refugiadas no mundo vivendo sobre as mais variadas dificuldades, desde violência doméstica, exploração de trabalho e tráfico ilegal de pessoas. Desta forma, falar sobre Zuri é falar sobre as diversas mulheres imigrantes que enfrentam a luta pela sobrevivência não apenas de si, mas de seus familiares.

Além disso, quando chegam ao Brasil, essas mulheres não encontram o “oásis” tão sonhado, pelo contrário, são sujeitadas a flexibilização de trabalhos precários para que não fiquem desempregadas. Em sua narrativa Zuri

destacou a linha de produção em que mesmo sentindo dores, permanecia firme, pois, essa era a condição que permitia ter sua família por perto.

Quando uma professora ou um professor de História decide contar as trajetórias de pessoas como Zuri, mais do que uma biografia, ele/ela relata a História global de pessoas que vivem em países na periferia do capitalismo e que sem opções para uma vida digna, optam por imigrar para que possam sobreviver. Coggiola (2010) destacou que a maioria das famílias haitianas sobrevivem no Haiti com menos de dois dólares por dia. Portanto, a imigração é apresentada como uma saída para muitos que vivem na extrema miséria.

Ou seja, o interior e o exterior não têm, de acordo com a perspectiva aqui adotada, existência autônoma, nem sequer em termos relativos. Nessa linha de raciocínio, homens e mulheres fazem a história, produzindo objetivações através de suas práticas sociais e, simultaneamente, apropriando-se de seus resultados, isto é, reapropriando-se subjetivamente da história que fazem. (SAFFIOTI, 2019, p. 155)

Por isso, não se trata apenas da história de uma mulher, mas de inúmeras mães, filhas, enfim, mulheres negras que vivem a subalternidade no país em que nasceram e que são inseridas na lógica da marginalização nos países em que imigram.

Depois de ter trazido seus filhos, Zuri me contou que seu sonho era estudar e que no Haiti não havia possibilidade, pois, além da maioria das escolas serem privadas, Zuri precisava trabalhar quando vivia com sua família e quando casou-se, seu marido considerava como “mulher da vida” as mulheres que estudavam. Em Cascavel, Zuri estava estudando na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e tinha notas altas, pois, considerava que precisava ser um exemplo para seus filhos que já frequentavam a creche pública.

“A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeita da Ciência” (LOURO, 1997, p. 17). Portanto, para que o espaço da sala de aula seja democrático, têm-se a necessidade de proporcionar durante o processo de ensino aprendizagem a experiência dos mais diversos sujeitos que compõem a História. Neste caso, as mulheres que por tantos séculos foram omitidas como sujeitos históricos, principalmente as “mulheres comuns” devem fazer parte da construção da narrativa historiográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, lidar com a história de Zuri, permite salientar a interseccionalidade, ou seja, a questão de classe, raça e gênero, conforme nos chama atenção a filósofa Angela Davis (2016) como conceitos intrínsecos para proporcionar uma análise crítica acerca dos avanços nas conquistas das mulheres, mas também nos retrocessos e desigualdades que ainda persistem.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

CAVALCANTI, Leonardo. OLIVEIRA, Tadeu. MACEDO, Marília. Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório anual 2019**. Observatório das Migrações Internacionais: Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: DF, OBMigra, 2019.

COGGIOLA, Osvaldo: Haiti: terremoto, colonização e resistência. **O olho da História**, Salvador, n. 14, jun. 2010.

COTINGUIBA, Marília (orgs). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista negro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petropolis-RJ: Vozes, 1997.

MAMED, Letícia. Haitianos na Amazônia: a morfologia da imigração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil. **Ruris**, v. 10, n. 1, p. 73-111, mar. 2016.

GÊNERO, UMA CATEGORIA IMERSA NAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS: A ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PROJETO MOSAICO - HISTÓRIA

Miguel Vinícius da Silva Moura¹

Joseanne Zingleara Soares Marinho²

Resumo: A pesquisa busca analisar as representações das relações de gênero na coleção de livros didáticos Projeto Mosaico – História, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, escritos pelos autores Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, da Editora Scipione e incluído na avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2017. As fontes de pesquisa são livros didáticos integrantes do PNLD, em virtude da importância desse programa na seleção, avaliação e distribuição de livro didático no Brasil. Logo, o trabalho apresentado possibilita a compreensão das dificuldades, limites e desafios que envolvem a transformação de aspectos epistemológicos que estruturam o conhecimento escolar sobre a história e relações de gênero, como também, permite a investigação se as mulheres e os homens representados como sujeitos históricos nos livros didáticos apresentam variáveis relacionadas às diversas etnias e categorias sociais.

Palavras-chave: História. Gênero. PNLD.

INTRODUÇÃO

Muitos desafios são postos à tarefa de ensinar a disciplina História às crianças e jovens no Brasil do século XXI. Vive-se em uma sociedade marcada pela generalização do acesso à internet, que disponibiliza o acesso rápido e indiscriminado a qualquer tipo de informação, o que redimensiona o estatuto de um ensino tradicionalmente pautado pela primazia do conhecimento dissociado das questões do tempo presente. De certo modo, esse deslocamento de foco de interesse acaba também impactando os modos pelos quais as escolas são organizadas, considerando as rotinas didáticas e as relações pedagógicas. De toda a forma, a condição problemática do Ensino Básico é bastante complexa.

Em meio a tantos desafios nos ambientes escolares, particularmente um, além da indisciplina ou desinteresse e perda da função da escola enquanto espaço público potente para o empoderamento dos sujeitos no mundo, mobiliza comumente os atores escolares: a proposição de um ensino de História que vincule, efetivamente, crianças e jovens a um saber contextualizado e prazeroso que possa auxiliar na formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, mas, além disso, que promova o protagonismo para a construção da compreensão de sujeito histórico (PNLD História, 2017).

Diante da condição da disciplina História no Ensino Básico brasileiro, em que alunas e alunos precisam, de forma emergente, significar-se enquanto partícipes do processo histórico, é que o presente trabalho, resultado da

¹ Graduando em licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Poeta Torquato Neto. E-mail: miguel.vinicsm@gmail.com.

² Professora Adjunta da Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: joseannezsm@gmail.com.

pesquisa “Uma questão de diferença, não de desigualdade: A análise das relações de gênero incluídas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na disciplina História”, iniciado com o edital 2020-2021 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, tem como proposta a análise das representações das relações de gênero na coleção de livros didáticos Projeto Mosaico – História, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, escritos pelos autores Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, da Editora Scipione, incluído no último Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2017, que se encontra em vigência. A configuração da pesquisa ocorre a partir de alguns questionamentos centrais: Quais os níveis de visibilidade dos segmentos sociais femininos em relação à presença dos atores masculinos, já consagrados nos livros didáticos? Como são representadas as relações entre mulheres e homens quanto às condições de submissão, resistência e protagonismo nos processos históricos que estão presentes nos conteúdos das obras didáticas? As mulheres representadas nos livros didáticos apresentam variáveis relacionadas às diversas etnias e categorias sociais?

Levando-se em consideração que o livro didático constitui-se como o principal material de ensino utilizado nas salas de aula do Ensino Básico durante as aulas de História, sendo que no ensino público muitas vezes torna-se a única ferramenta, é que se considerou relevante analisar as relações de gênero na já referida coleção de livros didáticos, que têm vários usos, inclusive o de contribuir para construir modos de ser feminino e masculino que rompem o espaço escolar disseminando-se nos mais variados ambientes sociais, produzindo desigualdades entre mulheres e homens. Segundo Oliveira (2019), desde a década de 1990, o PNLD tem reformulado o tratamento do conhecimento histórico escolar sobre as mulheres, as desigualdades de gênero e, em alguma medida, sobre as violências sexuais e de gênero.

Assim, percebe-se a necessidade de práticas contra hegemônicas que reforçam o combate ao preconceito em virtude da promoção de ações que valorizem a diversidade, pois, como afirma o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos:

Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito. (CLAM, 2009, p. 9)

Logo, a análise de gênero, aspecto central do projeto, responde a uma demanda atual no Brasil em que as mulheres são concebidas, muitas vezes, como subalternas em relação aos homens em seus aspectos intelectuais e morais, sendo também constantemente vítimas de variados tipos de violências verbais e físicas. Além disso, pesquisas apontam as desigualdades no mercado de trabalho e na formação educacional, em que determinados cargos e áreas em âmbito público não são considerados adequados às mulheres, devido a uma naturalização de características vinculadas à irracionalidade, fragilidade física e emotividade (RAGO, 1998).

Essa concepção foi construída culturalmente, fazendo com que as mulheres sejam estigmatizadas por meio de um discurso que vincula a vida feminina ainda atrelada ao desenvolvimento de funções domésticas vinculadas ao casamento e à maternidade, consideradas por muitos como instintivamente femininas, chegando a ser construídas como os ideais de “realização de toda mulher”. Segundo Rago (1998), trata-se de romper com essa concepção procurando-se perceber que as subjetividades dos sujeitos são históricas, portanto as categorias homem e mulher não devem ser pensadas como naturezas biologicamente determinadas e mesmo a própria noção de identidade deve ser historicizada.

O surgimento da História das Mulheres no meio acadêmico ocorreu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, nos anos de 1960, na França, uma década depois, e no Brasil ganhou mais solidez nos anos de 1980. Apesar disso, a história das mulheres ainda pode ser concebida como uma perspectiva renovada na historiografia à medida que enfoca o estudo das mulheres na condição de sujeitos atuantes na história, campo de saber que durante muito tempo não reconheceu a sua atuação. Torna-se patente perceber que os primeiros estudos sobre a mulher, que depois se desenvolveram para as análises de gênero, decorreram em grande medida das lutas encimadas pelo movimento feminista. Nesse sentido, o surgimento dos objetos históricos na academia ocorre, entre outros motivos, por questões propostas pelo próprio tempo. A seguinte afirmação explicita convenientemente esse fato:

[...] não existe um objeto histórico que não seja no mesmo instante um objeto de política. Os contornos que damos ao passado, as regiões que iluminamos, os sujeitos que apanhamos entre poeira e fazemos novamente se encenarem, as tramas que pensamos ouvir nos desvãos dos arquivos, atendem a problemas e embates de nosso próprio tempo, em que estão mergulhadas nossas vidas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2000, p. 123)

O estudo sobre as mulheres também está ligado ao relativismo pós-moderno, que destrói a distinção entre central e periférico na história. Isso contribuiu para o desaparecimento progressivo do fato histórico como foco central de análise e propiciou a reorientação do enfoque histórico com o questionamento de abordagens globalizantes do real, como também da universalidade do discurso histórico. (BOUTIER; JULIA, 1998). A perspectiva de trabalhar com a história das mulheres tem o mérito de tornar visíveis aquelas que foram silenciadas, e por isso ficaram à margem da historiografia. Foram esses estudos que transformaram referências esparsas sobre as mulheres em tema central, servindo para levantar informações e focalizar temas, bem como problemas que não faziam parte do universo da academia, como a abordagem do cotidiano, da família, da sexualidade e dos sentimentos. O silêncio em relação à historicidade feminina tem sido rompido em virtude dos estudos acadêmicos realizados.

Várias gerações de intelectuais se sucederam, sendo que a constituição do campo de estudos relacionados às mulheres sofreu mudanças significativas. Na realização dessa caminhada, eles expressaram a denúncia da opressão doméstica realizada pelos homens e a simples descrição das vivências femininas (LOURO, 2004). As produções acadêmicas começaram a ensaiar explicações mais elaboradas, e mesmo promover articulações conceituais com paradigmas teóricos já existentes ou emergentes em outras áreas de conhecimento. Dentre as mais diferentes perspectivas da historicidade feminina foi que surgiu a categoria chamada de gênero. Conforme Scott (1995), o termo faz parte da tentativa empreendida pelas feministas americanas de reivindicar uma definição adequada para os estudos sobre as mulheres, pela incapacidade das teorias existentes em explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. Com isso, a palavra gênero passaria a indicar uma rejeição do determinismo biológico existente no uso corrente de outros termos, enfatizando o caráter social das distinções baseadas no sexo. O conceito possui um forte apelo relacional, já que, de acordo com essa perspectiva, é no arranjo das relações sociais que se constroem o ser masculino e feminino, ou seja, ainda que os estudos desenvolvidos priorizem as mulheres como foco, eles passam a referir-se, de forma cada vez mais explícita, aos homens.

GÊNERO E EDUCAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

Quando se relaciona gênero e ensino, pode-se perceber que a escola, como uma instância social, é generificada, pois é um locus privilegiado de formação dos sujeitos, logo, também é no ambiente escolar que os diferentes papéis

de gênero exigidos de meninos e meninas são criados e reproduzidos (LOURO, 2003). Assim, gênero é definido como um dispositivo cultural, construído historicamente, demarcando diferenças pressupostas entre meninos e meninas. Essa demarcação é introjetada no ambiente escolar, onde há atividades específicas para meninos e outras atividades para as meninas, mas a construção do masculino, e do feminino e das relações de gênero desenvolvidas podem inferir desigualdades e hierarquias criadas culturalmente pela socialização que irão se imiscuir na estrutura de poder da sociedade. Nesse sentido, ao internalizar regras de gênero propostas pela escola, ensinam-se noções de certo e errado que são justificadas por pretensas noções biológicas (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016).

Desta maneira, ao “biologizar” as características de um grupo se permitem a construção de estereótipos sobre ele, logo, essas formulações naturalizam padrões de comportamentos para determinado grupo apenas pelos aspectos anatômicos. Em clara oposição a essa concepção é que surge gênero, contrastando com o termo sexo, elaborado pela biologia para definir o masculino e feminino em razão aos atributos anatômicos, gênero esboça uma definição mais social e cultural (CLAM, 2009). Assim, a utilização do conceito de gênero em detrimento a negação do outro termo pelo significado exposto, corrobora para o afastamento da justificativa que a natureza é a responsável pela diferença de comportamentos entre homens e mulheres. De forma ilustrativa, no senso comum é normal relacionar a figura masculina como violenta, forte, pública, enquanto o ser feminino se liga ao lugar privado, emotivo, sereno, pois já se estabeleceu essas características como naturais no contexto sociocultural e são ensinadas como o padrão de gênero a ser seguido. A historiadora francesa e atuante na luta do movimento feminista Michelle Perrot, reforça em seu livro *Minha história das mulheres* (2007) que:

Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranqüila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a stasis, a desordem. Sua fala em público é indecente. “Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão.” Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno. (PERROT, 2007, p. 17).

Historicamente, essa preposição conexa a sexo dificulta a inserção de mulheres nos mais diversos espaços, condiciona e perpétua uma relação de poder onde elas são colocadas como dominadas e, ocasionalmente, submetem-nas as mais diversas formas de violências. Entende-se assim que “as diferenças anatômicas entre os corpos masculinos e femininos convertem-se em provas objetivas da desigualdade de capacidades entre os seres humanos que é a base do despotismo patriarcal [...]” (PASSOS; PUCCINELLI; ROSA, 2019, p. 14), entretanto, a quebra da ideia de binaridade, em paralelo ao estudo teórico e metodológico, possibilita abrir espaço para se perceber os projetos de masculinidades que se incorporam no corpo social e, por conseguinte, reduz a imposição do cis-heteropatriarcado. A ideia de oposição binária, principal ferramenta de manutenção da sociedade patriarcal, coloca em polos distantes e distintos o gênero feminino e o masculino, evidenciando as diferenças como forma de criar um sistema de oposição entre eles. Essa presunção incita a desigualdade, permitindo o avanço da inferioridade e submissão de um em relação ao outro, pois ao destacar determinado gênero, espera-se o desprezo do oposto.

Ao definir gênero a historiadora Joan Scott, uma das principais intelectuais no campo, divide-o em duas partes intimamente ligadas. O primeiro não se distancia muito do conceito já explorado afirmando que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995 p. 86), porém o segundo impulsiona reflexões mais profundas, apoiada nas colocações de Michel Foucault, ela conclui que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Assim,

subentende-se que existe uma diferença na distribuição de poder entre homens e mulheres e, ainda, uma disparidade na organização e visualização da sociedade dependendo de qual posição se encontra. O conceito de gênero possui um forte apelo relacional, já que, de acordo com essa perspectiva, é no arranjo das relações sociais que se constroem o ser masculino e feminino, ou seja, ainda que os estudos desenvolvidos priorizem as mulheres como foco, eles passam a referir-se, de forma cada vez mais explícita, aos homens. É importante lembrar que as relações de poder são inerentes a história e em conforme ao contexto apresentam características própria, ainda, com o avanço das discussões de sexo e sexualidade, gênero se tornou uma categoria útil de análise histórica, incorporando as categorias de raça e classe. Ao aludir Joan Scott, Guacira Lopes Louro afirma no livro *Gênero, História e Educação: construção e desconstrução* (1995) que a historiadora norte-americana:

[...] uma categoria que, pensada em sua radicalidade, talvez também ponha em questão muitas de nossas certezas e nos obrigue a revolucionar nosso modo de “fazer” História. Para tentar melhor compreender as potencialidades e limites dessa perspectiva de análise parece-me importante observar o contexto teórico do qual ela é fruto. (LOURO, 1995, p. 109)

Indubitavelmente, a escola é um lugar atravessada de oportunidades e transformações, ela se constitui de variáveis e diversidades, é nesse espaço que alunas e alunos podem construir suas identidades e, principalmente, exercitar o respeito pelas diferenças. Deste modo, é desejável que a educação não seja radicalmente diferente entre meninas e meninos, que a escola tenha consciência da sua não neutralidade na formação da identidade das alunas e alunos. “A escola tem a responsabilidade de não contribuir para o aumento da discriminação e dos preconceitos contra as mulheres e contra todos aqueles que não correspondem a um ideal de masculinidade dominante” (CLAM, 2009, p. 50)

Também é importante entender que a preocupação de algumas instituições escolares, coordenadores pedagógicos e professores em ministrar o conteúdo do livro didático de forma integral, além do pouco tempo para preparar as aulas, a reduzida carga horária semanal e outros aspectos propostos nos currículos “[...] transforma o conhecimento histórico num amontoado de informações desconexas, desinteressantes e inúteis, transmitidas aos alunos com uma metodologia inadequada e sem atrativos.” (DALPASSO, 2011, p. 5). O ensino de História, frequentemente abordado de forma linear, com o protagonismo marcadamente masculino, a perspectiva da harmonia social, as narrativas que enaltecem os heróis brancos e as conquistas dos setores sociais privilegiados economicamente, tornam-se distantes do universo dos alunos e os exclui do processo ensino-aprendizagem.

O MOSAICO DOS LIVROS DIDÁTICOS

Por um lado, a reprodução dos papéis tradicionais de gênero no contexto escolar pode estar nos conteúdos dos livros didáticos de História à medida que as mulheres não forem representadas como sujeitos históricos, ao contrário dos homens, sendo abordadas de forma esporádica, anedótica ou irrelevante. Por outro lado, a presença da historicidade feminina nos livros didáticos pode contribuir para que ocorram transformações das relações de gênero entre homens e mulheres na sociedade brasileira, reconhecendo-se as diferenças entre os dois gêneros, mas não as condições desiguais de inferioridade e submissão de qualquer polo em relação ao outro, desconstruindo a tradicional oposição binária, como afirma Louro (2003).

No entanto, deve-se considerar que os livros didáticos de História enquanto materiais que expressam saberes a serem ensinados são submetidos a um processo de didatização inscrito em um ambiente pedagógico regulador

(CHOPPIN, 2004). Esses saberes que constam não decorrem exclusivamente de um fluxo oriundo do saber acadêmico, pois segundo Monteiro (2009), os processos de didatização envolvidos na sua produção revelam a sua especificidade e complexidade. Os posicionamentos políticos e pedagógicos de seus autores:

[...] bem como as políticas curriculares, as expectativas do público docente, as tradições sedimentadas sobre conteúdos indispensáveis e os interesses do mercado editorial atuam nos processos de elaboração das histórias veiculadas nesses livros, submetendo-os a um conjunto de regras de formatação, enunciação, estruturação e organização didática. (OLIVEIRA, 2019, p. 4).

De modo geral, o livro didático não é a única ferramenta disponível para os educadores utilizarem no processo de escolarização de alunas e alunos, entretanto, correntemente, ele é o único instrumento de pesquisa e fonte de conhecimento acessível para estudantes e, ademais, para as famílias desses jovens. Paralelamente, o PNLD condiciona a tarefa de ampliar esse acesso, constituindo-se como “o maior programa de distribuição de livros didáticos do mundo” (OLIVEIRA, 2019). Assim, toma-se consciência que o desprezo com livro didático, no caso de História, impulsiona a desvalorização de um conjunto de interações obtidas pelas percepções construídas pelos alunos e alunas em relação ao passado como forma de interpretar o presente. Portanto, é importante destacar a relevância dos livros didáticos de História como objetos de pesquisa. Enquanto elementos curriculares de orientação e difusão de conhecimentos históricos a serem escolarizados, tais livros produzem e difundem representações que, são atravessadas por relações de poder, capazes de moldar e orientar as maneiras de compreender, falar e posicionar-se perante acontecimentos, sujeitos, culturas, comportamentos, instituições e relações sociais no passado e no presente. Nesse sentido, os livros didáticos não configuram narrativas neutras ou inocentes, já que “[...] a história se constitui como uma forma de interpretação e estabelecimento de sentidos para o passado que é sempre mediada pela cultura e interesses do presente, segundo um corpo de regras socialmente autorizadas que orientam as maneiras de ensinar, perceber, julgar, pensar e agir em relação ao passado.” (OLIVEIRA, 2019, p. 8)

A escolha pelos livros didáticos do projeto mosaico ocorreu porque segundo o guia Digital do PNLD (2017), “Em todos os volumes, a coleção apresenta um importante diferencial no tratamento da história das mulheres, entendidas como protagonistas de lutas e de processos históricos. A obra ainda apresenta intenso trabalho pedagógico com documentos visuais e textuais, destacando o conjunto de informações constantes nos boxes complementares, especialmente Conheça Mais, Fique Ligado e as indicações procedimentais do box Passo a passo.” Dessa forma, a coleção apresenta uma proposta original, diante de todas as outras coleções de livros apresentadas pelo Guia PNLD. A coleção toma como base uma organização curricular cronológica linear na apresentação dos conteúdos da disciplina escolar História:

6º ano (304 páginas). Módulo I - Discutindo a História e nossas origens. II - América: primeiros povos e civilizações. III - África: primeiros povos e civilizações. IV - Antigas civilizações da Mesopotâmia e do Oriente Médio. V - As grandes civilizações orientais. VI - A formação do mundo grego antigo. VII - A hegemonia de Atenas e o helenismo. VIII - O mundo romano antigo.

7º ano (328 páginas). Módulo I - O período medieval: sociedade, política e religião. II - A cultura medieval e os bizantinos. III - Do Renascimento comercial e urbano à expansão marítima. IV - Transformações culturais e religiosas na Europa. V - Os Estados europeus e a América colonial. VI - O povoamento e a delimitação da América portuguesa. VII - Povos africanos e o sistema escravista na América portuguesa. VIII - Atividades econômicas no período colonial.

8º ano (320 páginas). Módulo I: Mundo Contemporâneo; a Era das Revoluções. II - Tempo de revoluções e rebeliões. III - A Era Napoleônica e a industrialização. IV - Independência na América ibérica. V - Os centros de poder no Século XIX. VI - África e Ásia: tempos da dominação colonial. VII – A consolidação do Brasil independente. VIII - Brasil e o fim da monarquia.

9º ano (336 páginas) – Módulo I: O nosso mundo. II - O Brasil e a República Oligárquica. III - Os anos pós-Primeira Guerra Mundial. IV - A Era Vargas e o mundo em guerra. V - O mundo da Guerra Fria. VI - América Latina, Ásia e África: soberania e descolonização. VII - O fim da Guerra Fria e a Nova Ordem Internacional. VIII - O Brasil recente. (PNLD História, 2017).

Os conteúdos abordam desde a origem da humanidade até a primeira década do século XXI, contemplando e alternando os processos históricos do Brasil com a História Geral. Como contempla amplo conjunto de conteúdos em seu texto principal, utiliza estratégias e recursos de retomada e de revisão nas atividades e nas seções. Cada volume do Livro do Estudante está organizado em oito módulos e capítulos, compostos por texto central, boxes e seções didáticas. Nas seções didáticas, contemplam-se várias propostas com finalidades distintas, sendo algumas fixas e outras eventuais, a saber: Atividades; Retome; Passo a passo; Trabalhando com Documentos; Lendo Imagem; Saber Fazer; Ponto de Encontro, Jeitos de Mudar o Mundo; Explore Também. Os boxes são diversificados e oferecem informações complementares ao longo dos capítulos, sendo denominados: Conheça Mais, Fique Ligado; Boxes de vocabulário ou explicações breves e você precisa saber.

A análise que está sendo realizada considera os livros didáticos em sua historicidade, considerando suas funções e condições de produção. (CHOPPIN, 2004). Cada um dos livros que compõem o Projeto Mosaico – História, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental é analisado a partir dos elementos que constituem a organização das obras, considerando a abordagem dos sujeitos históricos femininos em relação com os atores masculinos a partir dos conteúdos, teorias utilizadas e metodologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme afirma Louro (2003), a escola é um local atravessado por relações de gênero, sendo que os livros didáticos de História são frequentemente constituídos como a principal fonte de irradiação das interpretações e atitudes de professoras, professores e estudantes diante do passado. A partir de embates e diálogos travados com movimentos sociais é que o Estado passou a assumir o compromisso educacional de superação dos preconceitos e violências contra as mulheres nas legislações e programas educacionais. Essas formas de inclusão da história das mulheres e das relações de gênero nos livros didáticos dependem não só do modo como as prescrições oficiais são interpretadas e ressignificadas, mas também de um sistema de representações, valores e crenças que não é facilmente atingido nos processos oficiais de avaliação dos livros didáticos no Brasil.

Nesse sentido, “Não existe um livro didático perfeito ou ideal, porque as demandas e expectativas sobre ele são muitas e diversificadas. Esse suporte cultural tem atravessado décadas e séculos sem ter sua estrutura seriamente ameaçada, possivelmente porque congrega qualidades e funcionalidades que são valorizadas no âmbito escolar.” (STAMATTO; CAIMI, 2016, p. 244). Analisa-se, portanto, que condenar ou negligenciar a utilização dos livros didáticos não vai resolver os problemas culturais que geram a desigualdade das relações de gênero, mas vai continuar colocando à margem o debate em sala de aula. A pesquisa possibilita a compreensão das dificuldades, limites

e desafios que envolvem a transformação de aspectos epistemológicos que estruturam o conhecimento escolar sobre a história das mulheres e das relações de gênero.

Vale salientar que a pesquisa se compromete em comparar os níveis de visibilidade dos segmentos sociais femininos em relação com a presença dos personagens masculinos já consagrados nos livros didáticos, promovendo desta forma uma discussão sobre as representações das relações entre mulheres e homens que estão presentes nas obras didáticas no que se refere às condições de submissão, resistência e protagonismo nos processos históricos. Ademais, alinha-se aos objetivos específicos a investigação se as mulheres e os homens representados como sujeitos históricos nos livros didáticos apresentam variáveis relacionadas às diversas etnias e categorias sociais.

Diante de tudo que foi exposto, a pesquisa apresenta a proposta de analisar as representações das relações de gênero na coleção de livros didáticos Projeto Mosaico – História, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, incluído no último Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2017, ainda vigente, por considerar a relevância social de analisar como o material didático escolar contribui para formar as feminilidades e as masculinidades de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Guia PNLD 2017 – História Anos Finais do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pnld-2017/>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. **Guia PNLD 2017 – Anos Finais do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pnld-2017/>. Acesso em: 11 maio 2020.

CENTRO Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – IMS/UERJ. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

DALPASSO, Nélidi. **História Aprendizagem Prazerosa**. Trabalho apresentado como requisito parcial para conclusão do Programa PDE. Marechal Rondon – PR: [s. n.], 2011.

LINS, Beatriz; MACHADO, Bernardo; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e58426, 2019.

PASSOS, Ana Helena Ithamar; PUCCINELLI, Bruno; ROSA, Waldemir. As narrativas hegemônicas como normativas excluídas: raça, gênero e sexualidade. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 8, 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Descobrimos Historicamente o Gênero. **Cadernos Pagu**, n.11, p. 89-94, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

MOURA, Miguel; MARINHO, Joseanne. **Uma questão de diferença, não de desigualdade**: a análise das relações de gênero incluídas no programa nacional do livro didático (PNLD) na disciplina história. Piauí: Universidade Estadual do Piauí – UESPI, 2020.

BRASIL, EDUCAÇÃO E EPISTEMICÍDIO: UM OLHAR DIRECIONADO PARA AS RELAÇÕES ESCOLARES ENTRE ESTUDANTES NEGROS E NÃO NEGROS¹

Estela Maria Gonçalves de Souza²

Resumo: A presente pesquisa é fruto da monografia “Negro com Orgulho: Ensino de História e Africanidades nos 6ºs anos da Escola Estadual Duque de Caxias” apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em que teve por objetivo compreender de que forma o ensino de História e as africanidades constituíram a construção e a (re) construção identitária das e dos alunos dos 6ºs anos da Escola Estadual Duque de Caxias, situada na região central da cidade de Juiz de Fora (MG), e de que maneira essa construção exerceu influência direta no combate à discriminação racial no município. O histórico de silenciamento da cidade de Juiz de Fora e a posição que ocupa, 3º lugar no ranking de desigualdade social entre negros e brancos, foi o principal elemento para compreender as relações identitárias existentes entre os estudantes da instituição pesquisada, bem como o debate realizado a partir do conceito de educação e relações étnico-raciais abordada por intelectuais do ramo.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais – Educação – Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto da monografia “Negro com Orgulho: Ensino de História e Africanidades nos 6ºs anos da Escola Estadual Duque de Caxias” apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, em que teve por objetivo compreender de que forma o ensino de História e as africanidades constituíram a construção e a (re)construção identitária das e dos alunos dos 6ºs anos da Escola Estadual Duque de Caxias, situada na região central da cidade de Juiz de Fora (MG), e de que maneira essa construção exerceu influência direta no combate à discriminação racial no município.

O histórico de silenciamento da cidade de Juiz de Fora e a posição que ocupa, 3º lugar no ranking de desigualdade social entre negros e brancos, verificada na pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada no ano de 2017, foi o principal elemento para compreender as relações identitárias existentes entre os estudantes da instituição pesquisada. Através da metodologia da História Oral, utilizando-se de entrevistas, questionários e oficinas, pude evidenciar aspectos interseccionais presentes na vida desses estudantes, os quais apresentaram as complexidades existentes em torno de gênero, raça e classe, e o modo como a História é protagonista nesse processo.

Pautada na Lei 10.639/03, que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica, no Parecer do Conselho Nacional de Educação 003/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e

¹ Esse artigo é um capítulo da monografia da Licenciatura em História apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no ano de 2019.

² Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Licenciada em História e graduanda na modalidade de bacharelado em História pela mesma instituição.

Africana, e nas entrevistas realizadas com as e os estudantes, principais sujeitos de estudo, busquei abordar questões que concluem que a escola, compreendendo seu papel sócio-formador, é capaz de eliminar suas influências coloniais, sendo a principal instituição a iniciar o processo de eliminação do racismo na sociedade atual a partir do fomento de relações identitárias e étnico-raciais. Desse modo, no capítulo II da monografia, “Brasil, educação e epistemicídio”, busco associar o contexto escolar com o debate historiográfico envolvendo educação, raça e história nacional brasileira na educação de estudantes negros, utilizando-se de conceitos cunhados por intelectuais referências no tema, como Sueli Carneiro, Lília Schwarcz e Anderson Oliva.

O artigo segue estruturado num breve histórico de criação do conceito de “identidade” nacional brasileira, precedido por uma análise do livro didático e os perigos de uma história única, a que os estudantes podem ter acesso e interferir diretamente em seu imaginário. Compreendendo a importância de contextualização dos tempos históricos, o artigo traz análises referentes à influência do racismo científico do século XIX para a concepção de raças, bem como um breve histórico da Educação no Brasil, ancorada às reflexões observadas na prática para escrita da monografia que originou o presente artigo.

A título de teorização, retomo minha experiência enquanto estagiária na Escola Estadual Duque de Caxias no ano de 2019, sob a afirmativa de que meu corpo é político e representatividade exerce total influência no espaço escolar. Um dia, ao aparecer em sala de aula com uma amarração de turbante, um dos traços da ampla cultura africana e afro-brasileira, percebi os olhares, a admiração e a curiosidade de alguns estudantes. Naturalmente me foram dirigidos elogios e também perguntas sobre o que “era aquilo que eu estava na cabeça”. Levar para o ambiente da sala de aula aspectos de culturas que são pouco tratadas no cotidiano escolar revela a necessidade da inserção de outras culturas, além da dominante socialmente.

O trabalho da escola na incorporação da história de outras culturas e de outros povos em suas dependências é indispensável para a formação social do corpo discente, docente e do quadro de funcionários. A figura do professor em sala de aula é representativa em todos os quesitos, desde o conhecimento que possui até a forma que se relaciona com os alunos e com o ambiente à sua volta. Posto isso, vejo que ter ido de turbante fechado em sala de aula, por mais simples que a ação tenha sido, foi de extrema importância e significado para os alunos e alunas negros, uma vez que até tentaram imitar a amarração!

Edna Castro, ao escrever o prefácio do livro *Pedagogia da Autonomia* (2007) do autor Paulo Freire, diz que é necessário os professores assumirem “postura vigilante contra todas as práticas de desumanização” (p. 11), de forma a perceber a dinâmica em sua sala de aula, não permitindo a propagação de violências e também estimular a valorização de todos os indivíduos da sociedade, ou seja, uma pedagogia fundada na ética e no respeito à dignidade individual e coletiva.

O HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA “IDENTIDADE” NACIONAL

A criação de uma história nacional acerca de um país que possuiu um passado violento e escravista, como é o caso do Brasil, não foi uma tarefa simples para os patriotas do século XIX, período em que o país precisava se projetar, a nível internacional, após sua independência de Portugal, possuindo “uma imagem moderna, industriosa, civilizada e científica” e não mais a “mata e a selvageria”.³ Foi preciso esconder, apagar, esquecer, criar novos motivos e novas causas para insuflar o sentimento de identidade e pertencimento nacional. A fundação do Instituto

³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 42

Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 se deu com o intuito de enaltecer a história de uma suposta nação brasileira escrita aos moldes europeus, nação essa que excluía mulheres, analfabetos, indígenas, negros e pobres. Logo, se excluía grande parcela da população do período, pois o instituto estava atrelado às elites letradas do período imperial, e aos produtores de uma certa historiografia. Segundo Lilia Schwarcz, em sua obra *O Espetáculo das Raças* (1993, p. 32-33)

A fundação do primeiro Instituto Histórico e Geográfico em 1838 responde também à lógica do contexto que segue à emancipação política do país. Sediado no Rio de Janeiro, o IHGB surgia como um estabelecimento ligado à forte oligarquia local, associada financeira e intelectualmente a um “monarca ilustrado” e centralizador. Em suas mãos estava a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seus destinos dos da antiga metrópole europeia.

Por conseguinte, o resultado foi a consagração de uma história nacional, que exclui a maior parte da nação, conforme supracitado. Um grupo de intelectuais do período, existentes principalmente no setor acadêmico brasileiro, como Sílvio Romero, Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, contribuíram para a criação da história de um país recém independente. A reivindicação de uma representatividade brasileira é marcada por séculos de lutas e resistências. O samba enredo campeão de 2019 da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, que teve como tema a história que o Brasil não conta, nos traz em um trecho de sua letra que “Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento. Tem sangue retinto pisado atrás do herói emoldurado. Mulheres, tamoios, mulatos, eu quero um país que não está no retrato”.

Como o próprio trecho nos evidencia, há uma história não contada por trás dos grandes heróis nacionais. Há um passado de silenciamento, escravidão, e exclusão, que não está presente no papel de apresentação do Brasil. E essa não história nacional chega aos livros didáticos das escolas públicas e privadas do país, reproduzindo os vieses existentes de subalternização e não protagonismo de indivíduos desde a chegada dos europeus em solo brasileiro, em finais do século XV. Por conseguinte, as reproduções presentes nos livros didáticos contribuem ainda mais para a existência de um imaginário de histórias e subalternização de povos.

LIVROS E COLEÇÕES DIDÁTICAS: O PERIGO DA HISTÓRIA ÚNICA

Em se tratando dos livros e coleções didáticas, os mesmos, muitas vezes podem se configurar como a principal via de acesso ao conhecimento por parte de alguns estudantes. Para Anderson Oliva, a definição sobre o entendimento e a utilização da história da África nos livros didáticos brasileiros “é marcada pelo silêncio, desconhecimento e representações eurocêntricas”⁴, levando a um único entendimento sobre os acontecimentos nacionais. Em relação às representações negras no Brasil, pode-se imaginar o predomínio temático sobre esses grupos étnico-raciais ao estudar a constituição da nação.

Não é preciso fazer muito esforço ao buscar lembranças sobre a presença dos negros durante a história nacional brasileira. Imediatamente, associa-se a existência desse grupo como a principal mão de obra em mais de 300 anos no regime de escravidão. Disso decorre também a associação a torturas, punições, subalternidades, inferiorização, desumanização, fome, além das legitimações em prol da escravidão. Essas correlações entre negros e escravidão

⁴ OLIVA, Anderson Ribeiro de. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, n. 3, p. 429, 2003.

perpassaram séculos, deixando danos irreversíveis relativos à cultura, tradição, religião, língua, individualidade e coletividade, território, política, além de sua devida não inserção na sociedade.

Ideias estigmatizadas e enviesadas atravessam o cotidiano dos africanos e afrodescendentes, vindas desde o período colonial, e estruturada até os dias atuais. Pautar a história dos grupos étnico-raciais nos segmentos de inferioridade, subalternidade, selvagemização, a-historicidade e silenciamentos, caracterizam a forma de controle das elites ocidentais, sejam elas intelectuais ou econômicas, dominantes em todo o sistema pré-capitalista e capitalista. São muito comuns associações à fome, extrema pobreza, regiões áridas, doenças e violências quando se trata do continente africano. Transmite-se ideias e concepções de que o continente como um todo (composto atualmente por 56 países) está em constante necessidade de ajuda externa, sob o argumento de que são incapazes de se projetarem mundialmente, devido ao sistema imperialista que predominou por séculos em seus territórios.

Esse tipo de compreensão deturpada acaba por se tornar verdade, passando a fazer parte do discurso de vários indivíduos e alcançando todos os patamares sociais, de forma a sustentar afirmações como: “Lá na África só tem gente pobre”; “A África é um país que precisa ser ajudado”; “Quando eu crescer, quero trabalhar bastante para ajudar as crianças da África”.⁵ Vê-se, portanto, que o problema de uma história única é realidade no imaginário social. No caso brasileiro, o país que possui o maior número de negros fora do continente africano, a situação do imaginário e do legado de uma história excludente e silenciada, se perpetua em diversas formas de violências e racismo. Esses formatos integram a estrutura social-hierárquica escolar, de maneira a transferir-se para a sala de aula, através de gestos, falas, abordagens, conteúdo do livro didático, etc.

O livro didático utilizado para os 6ºs anos pela Escola Duque de Caxias faz parte da coleção Estudar História: das origens do homem à era digital (2017-2019), da autora Patrícia Ramos Braick. Esse recurso traz em suas páginas, histórias e contribuições de civilizações que antecederam o mundo contemporâneo. Contudo, ao tratar sobre o continente africano, evidencia apenas o conteúdo sobre Egito e Núbia, finalizando-o em 17 páginas. Não se fala mais sobre o continente africano no restante do livro, composto, no total, por 207 páginas. Uma das características da história quadripartite⁶, é a ênfase nos acontecimentos e desdobramentos europeus e sua influência global. Logo, a maior parte desse livro se volta para Grécia e Roma, não estabelecendo nenhuma conexão com o restante das outras civilizações do período.

A impressão transmitida é que as civilizações “desaparecem” nos conteúdos estudados e surgem apenas em momentos específicos, evidenciando algumas civilizações mais do que outras. Para os estudantes, a sensação é que apenas as civilizações gregas e romanas merecem maior destaque, uma vez que o continente europeu, com sua aparente superioridade deve ser estudado a fundo por todos os segmentos. O pouco de ensinamento que se tem sobre a África influencia, muitas vezes, nos conhecimentos e concepções existentes, por parte dos estudantes, em relação ao continente.

Trazendo novamente o questionário, uma das perguntas dizia respeito aos conteúdos aprendidos em História. Indaguei aos estudantes: “O que você gostaria de aprender em História?” e as respostas foram as mais variadas, prevalecendo os conteúdos relativos às guerras e à História Antiga. Não houve nenhuma menção ao continente africano. NENHUMA, dos 59 questionários respondidos. Há uma forte influência do racismo estrutural no aprendizado dos próprios discentes, de forma que eles naturalmente hierarquizam temáticas dentro do próprio conhecimento.

⁵ Presenciei tais afirmações em momentos escolares ao longo de minha graduação, quando surgia a temática sobre o continente africano e suas características mais marcantes.

⁶ Divisão dos conteúdos em História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

Se não trabalhado de forma crítica, o livro didático se torna um dos maiores propagadores de estereótipos e de histórias únicas, contadas sempre pelo viés dominante. Desse modo, ao analisar o livro disponibilizado pela escola, realizei um exercício com os estudantes, em que deveriam folhear o livro e perceberem o assunto mais tratado. Instantaneamente houve a percepção de que a maior parte do livro se voltava para Grécia e Roma, e pouco se dedicava às outras civilizações do mundo antigo. Alguns estudantes indagaram o porquê essa situação ocorria, e se as outras histórias do mundo também não eram importantes. É dessa forma que o racismo estrutural e institucional está presente nos recursos oferecidos pela própria escola. É necessário que o corpo docente traga ao conhecimento dos discentes as várias maneiras que o racismo se encontra naturalizado nas instituições de ensino.

Uma das principais características do livro didático, característica essa que muitas vezes conecta o aluno com o conhecimento do mundo e das diversidades nele existente, é a presença de imagens. As imagens, enquanto representações do real, estabelece assimilações, associações e papéis identitários, além de segmentar posições sociais, revelar privilégios de uma cultura sobre a outra, instalar meios de conduta e comportamento, expor modelos socialmente aceitos, e apontar segmentos que “devem ser combatidos”.

Sendo assim, nas representações sobre o continente africano e seus descendentes, há uma grande possibilidade em reforçar os já existentes preconceitos em torno das pessoas negras. Anderson Oliva reforça que se as imagens reproduzidas sempre apresentarem os africanos e seus descendentes em uma condição depreciativa, há uma elevada tendência da criança branca em desvalorizar a cultura africana e afrodescendente, fazendo com que, paralelamente, a criança negra sinta-se humilhada e rejeite sua própria identidade étnico-racial.⁷ São recursos, que via de regra, disseminam visões de mundo consolidadas a partir da classe dominante.

OS DEBATES DO SÉCULO XIX E O RACISMO CIENTÍFICO

A autoafirmação europeia, precedida por noções de superioridade e maximização de lucros, deu origem a teorias que mantiveram seus resquícios séculos depois. O surgimento da arqueologia e da antropologia no século XVIII contribuíram para a especulação de uma “evolução cultural e social” entre as nações e povos existentes. Os estudos e teorias de Friedrich Hegel,⁸ um filósofo alemão que nunca havia ido à África, mas que pautava suas noções a partir de relatos de viajantes e em sua própria imaginação, contribuíram diretamente para a justificativa de que os africanos eram indivíduos selvagens, com modos de vida arcaicos e seres sem alma, além de serem indivíduos primitivos, por não possuírem uma história escrita.

Somada aos escritos de Hegel, a teoria evolucionista de Charles Darwin serviu como base para o racismo científico, na qual se assegurava a existência de raças inferiores e sua possível evolução no decorrer do tempo. Ao analisar as atitudes europeias, percebe-se que não consideravam a evolução de outros grupos fora do continente, sendo esse o motivo de submissão. Através dessa teoria, conhecida por darwinismo social, seria possível hierarquizar raças através dos valores intelectuais, morais e culturais.

Joseph Arthur de Gobineau, contemporâneo do século XIX, em “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” (1855)⁹ agia em defesa da supremacia branca, argumentando que esta fora responsável pelo desenvolvi-

⁷ OLIVA, Anderson Ribeiro de. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, n. 3, p. 443, 2003.

⁸ Para saber mais, ver obra *A Razão na História* (1837), mais especificamente o capítulo: Lições sobre a Filosofia da História Universal.

⁹ Ver a obra completa do autor. *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855).

mento das maiores e mais prósperas civilizações humanas. O homem branco seria naturalmente dotado de intelecto superior em relação às outras raças. A miscigenação, oriunda do contato racial, resultaria em indivíduos inferiores e não capacitados para integrar a sociedade vigente.

Tanto a obra de Darwin quanto de Gobineau contribuíram para embasar as diferenças existentes entre os diversos povos. Anterior a essas teorias, predominava a origem da vida humana pautada no monogenismo e poligenismo. O monogenismo partia do princípio de uma única origem, baseada no criacionismo, em que o branco seria o descendente mais próximo de Adão e Eva e o negro o mais distante. Já o poligenismo possuía a concepção de vários pontos de origem para cada raça existente. A vivência em diferentes estágios civilizatórios caracterizaria os graus de evolução de cada sociedade. Deduz-se, portanto, que os não brancos não chegariam ao patamar de evolução em que os brancos estavam inseridos, e a raça, juntamente com a biologia, demonstrariam o comportamento e o desenvolvimento cultural e social dos povos. O determinismo biológico transformou-se numa doutrina em que o agir humano provinha de maneira hereditária, contribuindo para a existência e generalização de preconceitos cotidianos. A estrutura da sociedade passava a consistir em brancos no topo, precedida por indígenas e negros.

Não obstante, o Brasil também aderiu às leis científicas, uma vez que, segundo os intelectuais do século XIX, o atraso do país consistia no elevado número de indígenas e negros, que em 1870 compunha quase 60% do estrato social. Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e determinavam inferioridades¹⁰, partindo do princípio das justificações ocidentais para legitimação das subalternidades. A saída, portanto, era embranquecer o país a partir do estímulo da imigração europeia, das relações interracialistas¹¹, propagação de ideias eugenistas, utilização da academia a partir da razão científica, na tentativa de conter o “mal” da existência de raças inferiores nos segmentos populacionais.

O histórico do Brasil nos séculos passados, assim como a construção de sua história nacional, incidiu diretamente nas relações sociais estabelecidas entre brancos, negros e indígenas, e na forma com que a pirâmide de privilégios foi estabelecida, contendo os brancos no topo e indígenas e negros em sua base. Do mesmo modo que a pirâmide foi estabelecida, a história dos povos indígenas e negros também foi, e ainda, é hierarquizada, não possuindo protagonismo no plano social e educacional. Por conseguinte, os estereótipos, preconceitos, racismos e discriminação, perpassaram os séculos de existência do país desde a chegada dos europeus, sendo presença marcante no cenário brasileiro.

No contexto pós-abolição, os africanos e seus descendentes não foram integrados socialmente, assim como não foram inseridos no cerne da história nacional sem estar sob a condição de indivíduos escravizados. Décadas mais tarde, como tentativa de livrar o Brasil dos séculos de escravidão, projetou-se a ideia de que no país imperava a harmonização de raças, consagrando o mito da democracia racial. Um dos principais intelectuais que contribuiu para a difusão dessa ideia foi o sociólogo Gilberto Freyre, que em sua obra *Casa Grande & Senzala*, publicada pela primeira vez em 1933, criou a ideia de que as três raças existentes no Brasil (brancos, pretos e pardos) conviviam em perfeita harmonia, sendo o país um paraíso racial e social, enaltecido pelas suas características climáticas e de vegetação. Mesmo não cunhando a expressão “democracia racial” em suas obras, o autor inaugurou uma concepção de que toda a sociedade após o fim do período escravocrata viveria harmonicamente, de forma a não existir racismo direcionado aos negros, principalmente. O contexto de publicação de sua obra se deu num momento em

¹⁰ Constatações de Lília Moritz Schwarcz, em sua obra “O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930” (1993), p. 38.

¹¹ Relações perpassadas entre brancos e não brancos, sendo, muitas vezes, através do estupro ou casamentos arranjados, voltados a um viés ideológico para a construção de uma nação.

que discussões vindas por parte da medicina eugenista estavam em alta na sociedade, contribuindo para ações de extermínio da população negra e indígena, assim como as medidas sanitaristas empreendidas pelo setor da saúde.

Ao observar a historiografia que circunda a dita história nacional, é possível constatar que os negros e indígenas sempre estiveram em posição de subalternidade e silenciamento. No que tange aos negros, sua história é sempre perpassada pelo viés da escravidão, não sendo dissociada dessa característica. Consequentemente, as instituições e mazelas sociais são pautadas na hierarquia racial, onde os negros dificilmente ocupam lugar de destaque. Para Kabengele Munanga,

No Brasil, o racismo é implícito, de fato, e nunca institucionalizado, oficializado com base nos princípios racialistas da pureza de sangue e da inferioridade racial. Por causa dessa ausência de leis segregacionistas, os brasileiros não se consideram racistas quando se comparam aos norte-americanos, sul-africanos e alemães nazistas. Assim, ecoa dentro de muitos brasileiros uma voz muito forte que grita: ‘não somos racistas, racistas são os outros.’ Essa voz forte e poderosa é o que eu chamo de inércia do mito de democracia racial. [...] O “racismo à brasileira mata duas vezes”. “Mata fisicamente, como mostram as estatísticas do genocídio da juventude negra em nossas periferias, mata na inibição da manifestação da consciência de todos, brancos e negros, sobre a existência do racismo em nossa sociedade.”¹²

A fala de Munanga vem fundamentar toda a discussão realizada no presente artigo. Para intelectuais, estudiosos e ativistas, o racismo no Brasil é ‘de marca’, ou seja, é praticado através do fenótipo - cor da pele, traços faciais e físicos, cabelo, etc. Indivíduos que possuem tais características, automaticamente são alvos do racismo à brasileira, pré-julgados social e intelectualmente pelo seu fenótipo. Numa sociedade que pré-concebe valores a partir da cor da pele, não existe, de fato, uma democracia racial.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A escola como instituição política e apartidária, deve ter como princípio a não segregação e exclusão de grupos étnico-raciais. Deve incorporar e trabalhar em seu meio a diversidade, abrangendo individualidades e coletividades. Entretanto, muitas vezes a mesma reforça os estigmas seculares existentes no âmbito social, contribuindo para a permanência de grupos não privilegiados na subalternidade e nas margens da história nacional e global. A manutenção dos grupos dominantes no topo da hierarquia, e dos demais grupos na zona periférica, abrange questões mais profundas do que ‘apenas’ sua não inserção.

Ao analisar o planejamento anual dos professores dos 6ºs anos da Escola Estadual Duque de Caxias, alguns fatores saltam à atenção. Nos dois primeiros bimestres, os conteúdos ensinados devem abranger do início da civilização humana até as civilizações orientais, como Egito, China, povos da Arábia. Os 2 últimos bimestres são dedicados à Grécia e Roma, e seu legado para o Ocidente. Ou seja, há significativa disparidade no tempo dedicado às temáticas orientais e ocidentais. Além disso, o conteúdo relativo à África possui no máximo 4 aulas para sua finalização. E só há uma habilidade exigida: “Relacionar a Núbia com o Egito”. A própria escola, ao aderir essa divisão temática, revela seu racismo institucional e o modo como os conteúdos são hierarquizados de acordo com sua relevância e interesse docente.

¹² Fala do antropólogo no dia 13 de maio de 2019, durante homenagem recebida na Faculdade de Direito da USP, em dois dias de evento que tratavam sobre discriminação racial. Notícia completa disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2019/05/13/antropologo-homenageado-diz-que-silencio-e-marca-do-racismo-no-brasil.htm>. Acesso em: 24 jun. 2019.

O conceito de epistemicídio, cunhado pela autora Sueli Carneiro, refere-se à dominação étnico-racial através da negação de conhecimento e intelectualidade dos indivíduos negros, de modo a não enxergá-los como produtores do conhecimento. Para ela, “é através das ideias e discursos fundadores acerca da educabilidade dos afrodescendentes que se articulará o epistemicídio ao dispositivo de racialidade”¹³, resultando no não acesso dos negros à educação. Dessa maneira, ao optar por não trabalhar de forma ampla as devidas contribuições do continente africano para o mundo, a escola reproduz o conceito de epistemicídio, camuflando a importância e a sabedoria dos indivíduos em África e não contribuindo para o conhecimento dos discentes acerca do continente.

Com base no conceito de epistemicídio e o histórico brasileiro relativo aos negros, afirmo que a escola como instituição age diretamente como agente na morte intelectual de estudantes afrodescendentes, acrescida pela propagação de ideias de superioridade e inferioridade. De modo aqui discutido, as instituições herdaram do período da colonização as estruturas e hierarquias de dominação de um grupo, englobando também os institutos educacionais. A educação no Brasil a partir do século XV passou a ser sinônimo de controle, imposição e prestígio social, de forma a manter grande parcela da população nas mãos de poucas pessoas alfabetizadas. Sendo assim, o controle seria facilitado, convencendo parte da população de que certas medidas eram favoráveis e benéficas.

A partir do momento que a escola como instituição compreende os negros como inferiores na intelectualidade, todo o cotidiano escolar se volta para tal. Essas ações se cristalizam ao ignorar alunos negros em sala de aula, ao isolá-los dos outros colegas, seja em qualquer espaço, ao não ouvir o que têm a dizer, como forma de acrescentar no que está sendo ensinado e aprendido, ao caracterizá-los como a turma do fundão, ao achar que os negros não terão chances e prosperidades em seu futuro, ao não julgá-los capazes de aprender determinado conteúdo. A escola reproduz o mesmo silenciamento e a mesma exclusão da sociedade das quais os negros são integrantes.

O epistemicídio é tão severo no ramo educacional que no início do século XX, os imigrantes que aqui chegaram como parte do programa de incentivo do governo brasileiro voltado para a mão de obra e para a tentativa de embranquecimento do país, possuíam acesso à escola básica de maneira que pudessem se adequar ao novo país e aprender uma nova língua. Paralelamente a essa situação, os negros que desejavam inserir-se no ramo educacional, não dispunham do acesso e nem do surgimento de oportunidades nos espaços públicos, além da ausência de efetivas condições para a vida dos negros que não foram integrados após a determinação da abolição. Ou seja, a ausência e a privação do acesso em instâncias “públicas” caracterizam o conceito de epistemicídio, sendo este uma prática secular.

Os que frequentavam grupo escolar tinham pai e mãe. Eu continuava naquela situação de não poder. Um dia descobri que a maçonaria tinha formado um conjunto de escolas pela cidade para meninos impossibilitados de pagar. Consegui entrar numa delas e passei a me inteirar mais um pouco. Até que a escola terminou. Mais tarde fui fazer um curso de alfabetização criado por um abade do Mosteiro de São Paulo, ali na Rua Florêncio de Abreu. A escola era destinada a jornaleiros. Mas, como ninguém sabia se eu era ou não (nunca fui), consegui entrar. Aprendi mais um pouco. No entanto, nunca chegava a aprender o suficiente para dizer que sabia ler e escrever. (LEITE, 1992, p. 26 *apud* CARNEIRO, p. 111).

A citação acima foi escrita pelo falecido militante da Frente Negra Brasileira José Correia Leite, que nos expõe um resumo do que era ser negro no Brasil nas décadas iniciais do século XX. Ao narrar a tentativa de se alfabetizar, Leite nos apresenta o cotidiano dos afrodescendentes para se inserirem no espaço educacional, e como esse os excluía.

¹³ Trecho adaptado da tese de doutoramento da filósofa Sueli Carneiro, em que a autora utiliza dos conceitos de dispositivo e biopoder para tratar da questão racial. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** FEUSP, 2005. p. 104.

Nesse período, o Brasil se encontrava num esforço de projeção internacional, de forma a vender sua imagem como um país propício para investimentos. No mesmo momento, precisava ‘lidar’ também com a existência do grande contingente negro em suas camadas sociais, sob a necessidade de privá-los das benesses existentes na sociedade.

O acesso à educação era voltado para os homens que compunham as elites no decorrer dos séculos, e a educação concedia um lugar de prestígio e controle social àqueles que estavam inseridos em seu meio. Privar o acesso de negros, indígenas e mulheres constituía-se como princípio da manutenção do controle e dos privilégios nas mãos das aristocracias e oligarquias existentes. Logo, essa dominação havia se tornado algo natural empreendido pela sociedade dominante, de maneira a sustentar a permanência dos negros na subalternidade, principalmente na educação.

O ensino e o acesso à educação, a partir do século XV, estavam ligados às instituições religiosas, principalmente a católica, através da didatização jesuítica, em que somente homens da elite eram integrantes. A privação da educação aos afrodescendentes provinha da justificativa de que não possuíam alma, restando-lhes somente a escravidão.

A bula papal que decretou que o negro não tinha alma é o que vai permitir a constituição de um tipo sui generis de humanismo, o humanismo que se constitui sem negro: porque não tem alma, não é humano, sua ausência não impede esse tipo de “humanismo.” (CARNEIRO, 2005. p. 105).

Essa concepção de que os negros não possuem alma, e por isso não são humanos, atravessa toda a formação social, e consequentemente seu acesso aos diversos dispositivos existentes. As tentativas de exclusão e silenciamento dos afrodescendentes podem ser constatadas ao longo da história do Brasil. Como política de controle e extermínio, os negros não estavam inseridos no processo de progresso da nação, em que conceitos como cultura, civilização e educação denominavam o grau de individualidade e coletividade de um grupo. Entretanto, de que forma os negros poderiam se ascender socialmente se foram privados de todos os direitos de cidadania? Como integrar uma sociedade progressista se o projeto de nação não os inclui?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos da não aceitação da alteridade de um grupo étnico-racial conferiu sequelas irreversíveis aos seus indivíduos, seja no âmbito educacional ou na composição social, independente do estrato ocupado. À vista disso, a discussão aqui realizada se coaduna com a assertiva de que a escola, desde o pós abolição, desempenha papel estratégico na manutenção dos interesses das classes dominantes, reproduzindo as concepções de dominação e subalternidade. Em diálogo com Sueli Carneiro, raça e cultura passam a ser elementos decisivos para a sistematização de uma dada cidadania, a partir da “internalização de certos paradigmas”¹⁴, como as teorias racistas. Em fins do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, os negros eram considerados um empecilho ao progresso e civilização do país, no qual se consagrava uma quase obrigação em mantê-los na periferia nacional.

Há quem pense que as ideias segregacionistas tiveram seu fim com a abolição da escravidão, pensamento facilmente refutado ao se observar o histórico brasileiro. O fato do Brasil ter sido o último país do ocidente a abolir a escravidão africana, diz de uma tentativa de permanência da inferioridade africana e afrodescendente, assim como uma política de extermínio e garantia de lucros aos setores dominantes. A racialidade no Brasil é um forte elemento para justificação de permanências nas hierarquias socialmente estruturadas, na mesma medida em que

¹⁴ Aqui a autora refere-se às concepções criadas em relação africanos, como inferioridade, aculturação e selvagemização. p. 106 de sua tese de doutoramento.

atribui a importância do estudo e conhecimento aos grupos étnico-raciais. Percebe-se que a situação é muito mais complexa do que aparentemente se apresentava.

Entretanto, é através da educação, direito mínimo de cidadania, que haveria uma aproximação relativa na segurança de direitos, como igualdade e equidade entre brancos e negros. Porém, uma sociedade fundada e estruturada sobre teorias racistas e de subalternidade não possuía o menor interesse em abarcar grupos étnico-raciais inferiores, fazendo da educação um espaço de domínio dos grupos da elite. Logo, as desigualdades raciais naturalizadas no âmbito educacional se apresentam como forma de poder e efeitos do epistemicídio¹⁵. Os altos índices de analfabetismo no início do século XX, que segundo o recenseamento de 1906¹⁶ eram de 76,4% da população, comprovam a realidade educacional do Brasil, que no período era composta pelos africanos escravizados recém-libertos, pelas mulheres que também eram privadas da educação, e pela elite minoritária que se encontrava no poder republicano.

A raça como justificativa social, imperou na base da construção da sociedade no pós-abolição, da qual os negros herdaram elementos estruturais como pobreza, falta de saneamento básico, o não acesso à educação e o atraso nos diversos níveis analíticos em relação aos brancos. Os negros são vistos por essas noções de inferioridade, das quais são reforçadas pelo racismo estrutural imperante na sociedade. A política do embranquecimento surtiu efeitos na presença de brancos em lugares de poder e destaque, nos níveis elevados de saúde e educação, além da composição do topo da pirâmide social. Em consonância com Sueli Carneiro, defendendo que o epistemicídio é um dispositivo presente nas formas de governo nacional, de modo que a manutenção dos afrodescendentes nos baixos níveis da esfera social, é uma política de não acesso aos recursos necessários aos cidadãos. Logo se caracteriza também como uma prática de extermínio, sendo físico, moral, social ou intelectual.

Atualmente, é de fácil percepção o sucateamento em diversas escolas públicas brasileiras, seja em sua infraestrutura, seja nos recursos que dispõem. É na escola pública que se encontra grande parte dos estudantes negros, que por razões históricas, estruturais e sócio-hierárquicas, possuem pouco acesso ao ensino privado. O boicote através do sucateamento das escolas públicas caracteriza-se como forma de privação do direito de que todo cidadão deve possuir acesso a uma educação de qualidade. Parto do princípio de que, se o local que deveria proporcionar uma experiência positiva e agradável de ensino e conhecimento encontra-se em más condições, consequentemente o aprendizado dos estudantes será deficiente e empobrecido. Logo, a educação que era vista como um modo de ascensão das classes subalternas, transforma-se num momento de evasão e resistência dos alunos que lá se fazem presentes.

Essa caracterização do sucateamento como política de epistemicídio sustenta os níveis percentuais alarmantes dos estudantes afrodescendentes que estão fora da escola ou que iniciaram no processo educacional, mas que abandonam em seu decorrer. A permanência desses alunos é dificultada pela existência das diversas formas de racismos¹⁷ e preconceitos no ambiente escolar, além das demandas existentes externas à escola, como a estrutura familiar, os locais de sociabilidade, formas de descontração, etc. A evasão escolar dos alunos negros como consequência do sucateamento e da dificuldade de permanência, reforça a condição de afirmação da classe branca como dominante na educação¹⁸, mantendo os níveis díspares entre brancos e negros nas análises sociais.

¹⁵ Sueli Carneiro nos expõe que as desigualdades raciais já fundamentadas na sociedade incidem diretamente na educação dos negros, caracterizando o epistemicídio. p. 112.

¹⁶ BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Estatística da Instrução. Primeira parte: Estatística Escolar, v.1, 4 seção, 1916 (Introdução de Oziel Bordeaux Rego). O acesso desses dados se deu através da plataforma do CPDOC, disponível em: BOMENY, Helena. Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. 29f.

¹⁷ Alguns exemplos de racismos: estrutural, hierárquico, institucional, espacial.

¹⁸ A autoria Sueli Carneiro realiza uma discussão em torno dessa temática no capítulo 2 de sua tese.

As questões e exemplificações descritas englobam uma grande complexidade analítica. Ações que aparentemente são simples, repercutem de forma intensa no futuro de indivíduos negros e não negros, colaborando para a permanência de subalternidades, exclusões e silenciamentos no cotidiano social. A escola como instituição age de modo direto na “fabricação de indivíduos”, potencializando ou atenuando sua importância no aparato social, repercutindo nas ditas ações coloniais ao se relacionar com o Outro.

A escola, propagadora da educação e sinônimo de diversidade, não deve fechar os olhos às práticas envoltas de bullying, preconceito e discriminação. O ensino de História da África é um dos silenciamentos mantidos pelo corpo docente da Escola Duque de Caxias. Diante disso, a escola deve reconhecer seu lugar de inspiração e potencialização, capaz de guiar individual e coletivamente sujeitos que dela fazem parte, percebendo seu papel central como agente do epistemicídio, na busca pela superação do eurocentrismo e do racismo enraizados na sociedade, que possui reflexo contínuo em seu espaço educador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGARVE, Valéria Aparecida. **Cultura negra na sala de aula:** pode um cantinho de africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas? 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2005.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm.

BRASIL. **Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista RBPAE**, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferentes presenças na escola. **Revista do Museu Antropológico**, Goiânia, v. 3 e 4, n.1, p. 9-17, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir:** A educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JUNIOR, Henrique Antunes Cunha; OLIVEIRA, Leyla Beatriz de Sá. A importância da Lei Federal nº 10.639/03. **Revista África e Africanidades**, Ano 4, n. 16 e 17, fev./maio 2012. Disponível em: www.africaeaficanidades.com.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** 2. ed. revisada. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro de. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, p. 421-461, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, silenciamento, esquecimento. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: MANEIRAS DE ABORDAR O FEMINISMO NEGRO EM SALA DE AULA

Eloara dos Santos Cotrim¹

Luana Carolina dos Santos²

Resumo: Tendo em vista a importância das aulas no processo de educação escolar de uma pessoa, o plano de aula se faz essencial já que quando uma aula é preparada pensando nos alunos que compõem a classe, conhecendo suas condições e necessidades, ela é muito mais produtiva e desperta maior interesse dos estudantes. O objetivo desse trabalho é pensar num plano de aula de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) pedagógicas e propor um conteúdo que contemple a diversidade de mulheres e de suas existências. Fugindo do vício pedagógico de focar apenas em fontes eurocêntricas para a elaboração dos conteúdos que são abordados nas aulas. Sabendo do que é dito na Lei 10.639/03 e pensando especificamente na matéria de História, a proposta de atividade que constará no plano de aula será uma reflexão sobre o contexto do discurso proferido por Sojourner Truth “E não sou uma mulher” (1851) relacionando-o com uma tirinha ilustrada (2020). Então, a fim de utilizar o conhecimento histórico sobre o feminismo pensando as particularidades e dinâmicas específicas ao qual estão submetidas mulheres negras é importante recorrer as histórias apagadas pela trajetória colonial. Por isso, a perspectiva teórico-metodológica escolhida foi a interseccionalidade. Salientando, que é importante compreender como as lutas que não se pretendem interseccionais, por vezes reproduzem ou constroem novas dinâmicas opressivas. Principalmente reforçando o racismo perpetuado pela hegemonia da branquitude em movimentos como o feminismo. Desta forma, focaremos em pautas do feminismo negro, abordando a importância da interseccionalidade e do conceito de local de fala. Devido à relevância de, além de incluir conteúdos sobre negritude e África pré-diaspórica, ressaltar estudos que tenham sido propostos por pessoas negras enquanto produtoras, já que elas podem e devem contar suas próprias histórias e não serem somente objetos de estudos produzidos por homens brancos. Para isso, utilizaremos intelectuais como Carla Akotirene (2018; 2019) e Sueli Carneiro (1985), pensando no contexto brasileiro, e Angela Davis (2017) e Bell Hooks (1995), pensando no contexto norte-americano. Entre outras como Nzinga Mbandi (2019) e Sojourner Truth (1851), a autora do discurso que será utilizado na proposta de atividade.

Palavras-chave: Plano de aula; Interseccionalidade; Feminismo negro.

INTRODUÇÃO

Em 2003 foi sancionada a lei 10.639/03 no Brasil, que obrigava o ensino de história da África e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e particulares, em todas as séries e disciplinas. Após dezessete anos, modificações e disputas foram travadas no campo jurídico e escolar acerca da aplicação destes conteúdos. Já que na prática, os docentes se restringiram a aplicá-los apenas na disciplina de História, e apenas quando tratam sobre o contexto de escravidão. Reforçando ainda mais o apagamento histórico e cotidiano de homens e mulheres negras na prática escolar. Para reverter este quadro, é importante construir materiais escolares múltiplos para fomentar a discussão de estratégias de ensino positivo e representativo sobre a participação histórica da população negra. Por isso, este artigo parte da construção de um plano de aula para aulas de História do oitavo ano do Ensino Fundamental II. Sua aplicabilidade se dá por meio da apresentação de uma fonte histórica escrita, o discurso da Sojourner Truth³ (1951). E uma fonte visual, a tirinha do “Mundo de Tayó”, intitulada “Rainhas” (2020).

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM), graduanda, eloara@gmail.com.

² Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestranda, luacarolinaa16@gmail.com.

³ Sojourner Truth foi uma mulher que viveu em situação de escravidão em Nova Iorque, 1797, com o nome Isabella Van Wagenen. Em 1787, foi tornada livre em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos (ao norte do rio Ohio). Mas a escravidão nos Estados Unidos, só foi abolida nacionalmente em 1865, após a Guerra da Secessão. Sojourner viveu alguns anos com a família Quaker, onde recebeu educação formal. Tornou-se uma

Para a construção deste plano de aula sobre História das Mulheres, se fez necessário refletir sobre dois conceitos primordiais, o epistemicídio e a interseccionalidade. Este debate conceitual se deu por meio da produção intelectual de mulheres negras, pois são categoriais criadas por elas e debatidas dentro do feminismo negro. Desta forma, por meio das duas fontes apresentadas no plano de aula, se pretende discutir com os estudantes a particularidade da vivência de mulheres negras, por meio do resgate histórico situado dentro de História das Mulheres. Conteúdo este, que quando apresentado nas aulas se restringe a realidade de mulheres brancas, silenciando e marginalizando a de mulheres negras que são atravessadas por outros marcadores sociais, como o racismo. Desta forma, cumpre destacar de maneira dialógica com as alunas e os alunos como questões de raça, gênero e classe se entrecruzam.

Este artigo então, parte do debate acadêmico e intelectual produzido por mulheres negras – brasileiras e estadunidenses –, bem como de fontes históricas a fim de trazer representatividade positiva sobre a História das Mulheres Negras em sala de aula. É de suma importância, que estudantes negros e não-negros tenham acesso a conteúdos representativos e sejam situados quanto as problemáticas raciais que configuram a base da história nacional e das relações cotidianas. Esta reflexão também, pretende-se provocativa quando questiona a universalidade construída pelo “feminismo”⁴, que apesar de se considerar libertário quando não ressalta os devidos recortes de raça e classe acaba por criar ou reproduzir mecanismos de opressão, como o racismo.

EPISTEMÍCIDIO

O conceito de epistemicídio foi neste artigo pensado principalmente a partir da tese de doutorado de Sueli Carneiro (2005), que significa este como a inferiorização do conhecimento de sujeitos subalternos, no caso a população negra, bem como na impossibilidade de acesso à educação para esta. Desta forma, por meio do epistemicídio é feito a morte do intelecto de pessoas negras, despossuindo-as do lugar de portadoras e criadoras de conhecimento. Desta forma, dentro do espaço escolar, esta supressão do subjetivo de alunas e alunos negros se dá quanto ao acesso, bem quanto a sua permanência (CARNEIRO, 2005). Para exemplificar na prática como este mecanismo é executado, cita-se que na maior parte dos livros didáticos homens e mulheres negras só aparecem como escravizados, no sub-tópico de imperialismo europeu e escravidão⁵. Na produção acadêmica, por sua vez, é nítido também um esforço estratégico em minar produções de autores negros. Por outro lado, - mas conjuntamente - há uma legitimação de estudos da branquitude que mantém o negro como objeto de estudos, despossuídos de humanidade e subjetividade (PESSANHA, 2018).

Para fazer frente ao epistemicídio, cumpre destacar a produção de intelectuais negras, que protagonizam seus escritos, disputando e construindo o lugar de “eu” frente ao lugar de “outro” criado e perpetuado pela branquitude (CARNEIRO, 2005). Portanto, estas mulheres negras ao escreverem criam novas epistemologias que contestam categorias de análises eurocêntricas e masculinas consideradas universais. Por isso, neste artigo a escolha por autoras negras para construção do plano de aula não se deu aleatoriamente. Se fez, devido à importância em abordar História

pregadora pentecostal, ativa abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Em 1843 mudou seu nome para Sojourner Truth (Peregrina da Verdade). Na ocasião do discurso, proferido como uma intervenção na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, já era uma pessoa notória e tinha 54 anos (GELEDÉS).

⁴ Aqui entendido como movimento amplo que se pretende de mulheres que lutam pela equidade entre homens e mulheres, mas que historicamente se construiu ressaltando apenas a vivência de mulheres brancas. Porém, o feminismo não é único como se propõe, por isso existem outros movimentos de luta que pensando a questão da interseccionalidade articulam mulheres múltiplas, como o feminismo negro e o movimento de mulheres trans.

⁵ Segundo Ana Célia da Silva (2011, p. 13), em análise de livros didáticos do oitavo ano de Língua Portuguesa da Bahia destacou “identifiquei [...] rara presença do negro, e essa rara presença era marcada por desumanização e estigma”.

das Mulheres por meio de estudos que exaltem o protagonismo da produção racional de sujeitos marginalizados. O que é muito caro quando o objetivo é construir aulas de história que promovam representatividade e humanização. É importante que alunas e alunos negros sejam legitimados quanto a seus processos específicos de racionalidade. Bem como os alunos e alunas não-negros saibam que suas vivências integram apenas uma das possíveis, e não a correta, boa e universalmente comum. Ou seja, promover a quebra do epistemicídio como mecanismo de pessoas brancas que criam e recriam o espaço de não-brancos como o “outro”, o “exótico” e o “inferior” enquanto ressalta o seu lugar de “eu”, “próprio” e “superior” (FRANZ FANON, 1952).

Portanto, visto que este artigo pretende tratar da História das Mulheres a partir da interseccionalidade foi crucial partir e integrar “uma ciência na ‘primeira pessoa’, baseado em saberes científicos e comuns de mulheres negras” como ressaltou Giovana Xavier (2019). Destaca-se então a necessidade de combate ao epistemicídio por parte daqueles que nutrem do privilégio de ser apossados de subjetividade e racionalidade, a branquitude. Desta forma, o embate ao racismo epistêmico pode se dar por meio de estratégias de humanização cruciais no período escolar.

A lei 10.639/03 possibilita e imbui de responsabilidade os docentes em conhecer, estudarem e abordarem em sala epistemologias várias, histórias marginalizadas e vozes silenciadas. Porém, o desconhecimento da produção de intelectuais negros que não é natural, mas construído faz com que professores atestem sobre a falta de autonomia na obrigatoriedade de conteúdos específicos, ou dissimulem que estão a perpetuar apenas visões eurocêtricas brancas (CHIRINÉA; PINTO; SANTOS, 2018). Por tanto, destaca-se:

[...] a importância de compreender que o enfrentamento do racismo, do sexismo, da homofobia e de outras tantas discriminações não se dá em um passe de mágica. Nem tampouco, encapsulando as discussões e abordagens em dias comemorativos específicos. Trata-se de enfrentar mais de quinhentos anos de contação de uma única versão dos fatos e histórias. Logo, é preciso compreender e incorporar as resistências e os processos de luta por direitos, protagonizados por sujeitos historicamente marginalizados nos currículos oficiais (CHIRINÉA; PINTO; SANTOS, 2018, p. 963).

Este plano de aula então, fazendo embate ao epistemicídio se fará por meio da abordagem positiva sobre História de Mulheres Negras. Construindo um debate em sala de aula acerca das particularidades da vivência de mulheres negras, bem como das especificidades referentes a classe e sexualidade. Esta reflexão será proposta a partir de fontes e teorias protagonizadas e escritas por mulheres negras. Portanto a interseccionalidade, conceito chave para este estudo se dará a partir de sua historicidade e sua localização social no feminismo negro. Visto que, como alertou Carla Akotirene, este conceito quando incorporado pela branquitude acadêmica se tornou mero modismo e foi esvaziado, pois foi deslocado de sua origem “afrocêntrica e epistemológica de feministas negras” (AKOTIRENE, 2018)⁶.

INTERSECCIONALIDADE

Tratar o feminismo de maneira interseccional é de suma importância para que pautas a respeito da vivência das mulheres negras também sejam vistas e, principalmente, trabalhadas. Para que a luta feminista traga resultados para todas as mulheres, em que a equidade que queremos hoje seja realidade amanhã.

Interseccionalidade é um termo que, apesar de ter se popularizado no Brasil há pouco tempo, e de ser um conceito que existe há pouco mais de 30 anos, portanto, também recente, é uma terminologia muito poderosa.

⁶ Entrevista assinada por Carla Batista concedida por Carla Akotirene para a “Folha de Pernambuco” em 07/09/2018. Disponível em: <https://www.folhade.com.br/NOTICIAS/2190-O-QUE-INTERSECCIONALIDADE/80564/>

Porque é capaz de abordar as relações e interconexões entre as categorias de gênero, raça, classe, sexualidade, geração, etc. Esse conceito foi formulado por Kimberlé Crenshaw (2002), uma feminista afro-americana. Ele trata das estruturas discriminatórias que separam até mesmo mulheres de mulheres. Sendo assim, ele engloba, além das questões do patriarcado, o racismo e a luta de classes.

Sobre o conceito de interseccionalidade Ângela Figueiredo (2020), ressalta,

“Sabemos que o conceito reflete uma longa história de formulação teórica, resultante da busca e da formulação de conceitos que expressem a experiência das mulheres negras, a exemplo de Sojourner Truth que, em 1851, profere o seu famoso discurso em que faz a crítica: “Ain’t a Woman?” (“E não sou uma mulher?” -[2018]). Uma tradição continuada por Anna Julia Cooper (1892), que identifica as mulheres negras como importantes agentes da mudança social (FIGUEIREDO, 2020).

Atualmente, o conceito também é trabalhado por autoras como Carla Akotirene (2019), Angela Davis (2016), e Nzinga Mbandi (2019). Todas mulheres negras com vivências sobre as quais apenas mulheres negras podem falar. E é importante destacar mulheres negras falando e produzindo sobre si mesmas. Visto que, por muito tempo não foi permitido a elas que falassem sobre si. Aparecendo em estudos acadêmicos apenas como objeto de estudo.

Sobre o feminismo negro, Angela Davis (2018) diz que

“Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear. O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero” (DAVIS, 2018, p. 99).

Desta forma, cumpre destacar que interseccionalidade e feminismo negro são dois conceitos que andam juntos. Já que o feminismo negro surgiu simplesmente porque o feminismo em si, não estava sendo inclusivo o suficiente, pois não estava olhando para as dores das mulheres negras.

Carla Akotirene em “O que é interseccionalidade?” (2019) trata a interseccionalidade como um tipo de sensibilidade analítica pensada por mulheres negras. Uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar como o racismo estrutural, o capitalismo e o patriarcado andam juntos e geram articulações decorrentes dessas intersecções, colocando mulheres negras no local mais exposto e vulnerável diante dos trânsitos destas estruturas. A autora destaca que o feminismo interseccional parte da perspectiva de paradigma afrocêntrico e não pode ser trabalhado distante dessa conjuntura para que não seja esvaziado do seu verdadeiro significado.

Nzinga Mbandi produziu um ebook chamado “Interseccionalidades” (2019) em que ela explica a importância dos feminismos negros, da interseccionalidade e do conceito de local de fala. Pensando essas questões no contexto brasileiro e também no norte-americano. Além de ressaltar como estas categorias podem ser trabalhadas em um ambiente escolar. Esse ebook, foi, portanto, a principal inspiração para a escrita deste artigo e na confecção do plano de aula referente a ele. Com o objetivo então, de concretizar em sala de aula a reflexão sobre a História das Mulheres a partir do Feminismo Negro e da interseccionalidade.

PLANO DE AULA

Esse plano de aula tem o objetivo de atender a Lei 10.639/03 que obriga o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Não somente na matéria de História, já que todas as matérias possuem essa obrigação e responsabilidade. Assim como todos os professores, negros e não negros, possuem o dever de trazer esses conteúdos para sala de aula.

A proposta deste plano é oferecer para turmas do 8º ano do ensino fundamental, um conteúdo que contenha uma representatividade reflexiva a respeito da população negra, principalmente das mulheres negras especificamente nessa proposta. Pensado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) pedagógicas, além das discussões e introduções do conteúdo que seriam feitas de maneira expositiva. O plano de aula traz uma atividade que une o discurso proferido por Sojourner Truth intitulado “E não sou uma mulher” (1951) e a edição número 1 das tirinhas ilustrativas cujos direitos autorais são de “O Mundo de Tayó Produções” com o título de “Rainhas” (2020) (Figura 1).

O trecho do discurso proferido por Sojourner Truth (1851) que irá ser apresentado aos estudantes seria:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?” (TRUTH, 1851).

E a tirinha que seria apresentada conjuntamente será a da Figura 1, abaixo:



O discurso tem a função de fazer com que os alunos e alunas enxerguem o que Sojourner Truth quer dizer com o questionamento “E não sou uma mulher?” (1851). Questionando-os e propondo que apontem o que atravessa mulheres como Sojourner Truth para que ela não se sinta vista como uma mulher. A partir dessas constatações, acompanhados de uma reflexão sobre a tirinha, viria o incentivo a pensar como o ensino de História poderia mudar a visão negativa acerca das mulheres negras.

O discurso e a tirinha, juntos, mostram como são diferentes as opressões sofridas pelas mulheres negras por serem mulheres e por serem negras. E revelam a importância de encontrar representações que gerem identificação para pessoas negras também. Logo, a intenção principal do plano de aula é oferecer identificação para alunos e alunas negras já que existe uma grande dificuldade de encontrar nos livros didáticos conteúdos que tratem a população negra num sentido de empoderamento. Para possibilitar estas reflexões, as fontes serão apresentadas e discutidas a partir e em torno das pautas do feminismo negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar que nossa sociedade é racista e se colocar politicamente contrários a este cenário como “antirracista” não é suficiente para avançarmos em estratégias de combate. Como professoras e professores, temos a responsabilidade e a oportunidade de em sala de aula promover conhecimentos múltiplos, que humanizem e representem sujeitos tidos como periféricos, fora da norma. Desta forma, é de suma importância que os docentes procurem ir além do eurocentrismo, buscando epistemologias decoloniais e interseccionais protagonizadas e produzidas por homens e mulheres negras. Este plano de aula então, pensou-se como um modelo de aula que promovesse representatividade para com o alunado. Ressaltando que vivemos em trânsitos identitários e entrecruzamentos de opressões que particularizam no coletivo as vivências de mulheres, mulheres negras, mulheres brancas, mulheres lésbicas e mulheres trabalhadoras. A partir do plano de aula desenvolvido neste artigo então, foi possível fazer uma ligação entre a produção intelectual e acadêmica de mulheres negras estadunidenses e brasileiras e a educação básica. Assim como, demonstrou possibilidades de trabalhar fontes diversas como o discurso de Sojourner Truth (1851) e a tirinha “Rainha” de produção de “Mundo de Tayo” (2020). Destacando a História das Mulheres Negras por elas mesmas, e as permanências históricas de um passado colonial que até os dias atuais organiza os lugares sociais de pessoas brancas e não-brancas.

Este plano de aula também possibilitou a ampliação de estratégias para concretizar a lei 10.639/03 para além da escravidão. Pois, a partir dos debates promovidos pelo feminismo negro, se fez possível desenvolver um conteúdo sobre História das Mulheres Negras em tom de posituação. Portanto, este material demonstrou que o ensino de História torna possível a humanização de sujeitos. Já que, uns dos instrumentos mais eficazes e duradouros do racismo é a descaracterização de mulheres e homens negros como indivíduos subjetivos e dotados de conhecimentos. Esta estratégia se deu e perpetuou-se principalmente pelo roubo e privação do conhecimento histórico para com a população negra. A respectiva lei então, deve ser aplicada em todas as disciplinas e conteúdos. Com planos de aula, que partam da população negra como produtora e não apenas como objetos de estudos da branquitude. Ampliando e exaltando o protagonismo de estudantes negros em sala, fazendo circular novas epistemologias. Bem como, promovendo a desnaturalização de que o Brasil vivencia uma democracia racial quando na verdade apenas perpetua uma História única. Branca, masculina, rica e hétero em sua maior parte.

E Interseccionalidade é a palavra chave que amarra todas essas colocações e importâncias. A palavra criada por mulheres negras a partir de suas vivências e intelectualidades para que alertassem quanto as faltas do feminis-

mo branco. Assim, mulheres negras conseguiram trazer atenção para todas as mulheres que não estavam sendo vistas e suas questões. Mulheres trans, bissexuais, lésbicas, indígenas, imigrantes, faveladas, mães solo entre tantas outras particularidades que fogem do nicho - mulheres brancas, hetero, consideradas e aceitas como o padrão da sociedade, que possuem empregos e buscam apenas se igualar aos homens brancos sendo capazes até mesmo de oprimir homens e mulheres negras. Levar a Interseccionalidade para sala de aula é importante como medida prática de combater o epistemicídio. Já que o conhecimento dessas mulheres negras abrange questões tão amplas, incluindo os enfrentamentos dos homens negros em relação a sociedade machista e racista.

Sendo assim, faz-se de urgente necessidade, que professores e professoras, brancos e negros, se responsabilizem em trazer para dentro da sala de aula maneiras de combater a violação dos direitos humanos. É comum que professores e professoras negras relatem serem os únicos a se preocuparem com a Lei 10.639/03 e até mesmo serem os encarregados dessa missão pelos outros professores e pelos coordenadores. Mas, é importante destacar que aprender sobre a História e Cultura Afro-Brasileira é um direito de todos os brasileiros, de todos os alunos e alunas, brancos e negros. Então é de suma relevância que professores localizados na branquitude também se preocupem em tratar esses assuntos de maneira responsável, cotidiana e natural. Em todas as matérias e temáticas. Não somente em “datas comemorativas” como o dia da Consciência Negra em 20 de novembro.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Filosofia da Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. **Mulher Negra.** São Paulo: Ed. Nobel/CECF, 1985.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. A potência de Sojourner Truth. **Blog Boitempo**, publicado em 26 nov. 2018. Disponível em: <https://blogda-boitempo.com.br/2018/11/26/angela-davis-a-potencia-de-sojourner-truth/>.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>.

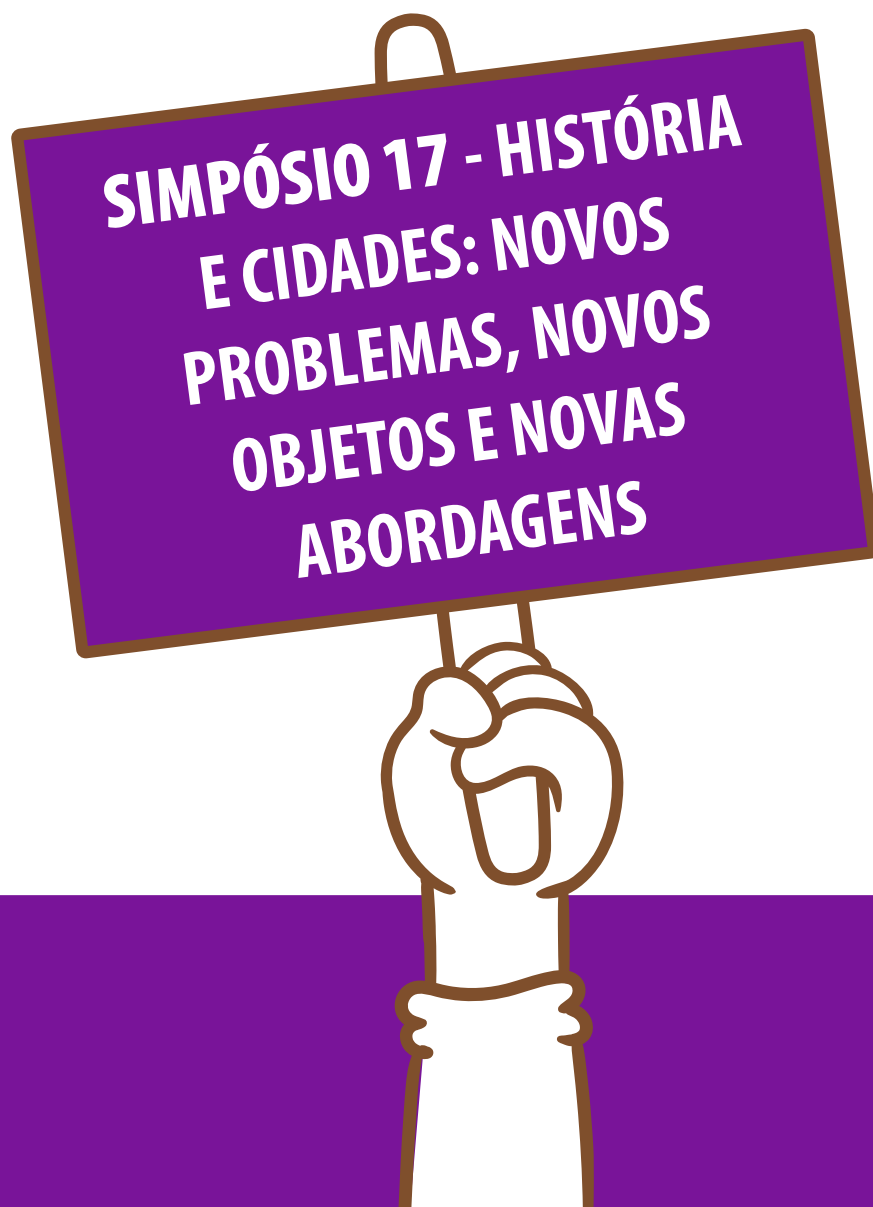
MBANDI, Nzinga. **Interseccionalidades.** (Ebook) Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. **Necropolítica e Epistemicídio: as faces ontológicas da morte no contexto do racismo.** 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Metafísica, Ontologias Contemporâneas, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Ana Célia da. **A Representação Social do Negro no Livro Didático: o que mudou? Por que mudou?.** Salvador: Edufba, 2011.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 949-967, jul./set. 2018.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? Tradução: Osmundo Pinho. **Geledés**, publicado em 08 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>.



HISTÓRIA DAS MULHERES EM NOVA ANDRADINA/MS: UM PROJETO EM ANDAMENTO

Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski¹

Resumo: A história oficial das cidades é costumeiramente elaborada a partir de narrativas masculinas e traz como protagonistas homens públicos. Os museus municipais apresentam, prioritariamente, objetos ligados a estes sujeitos, o que nos leva a uma problemática de exclusão. Essa realidade acaba dando continuidade à invisibilidade das mulheres na história, a despeito de todo avanço historiográfico na área. O projeto em andamento ‘Histórias das mulheres, histórias da cidade: outras memórias e narrativas da história de Nova Andradina/MS’ visa reunir um conjunto de fontes documentais relativas a histórias de mulheres e narrativas produzidas por mulheres da cidade visando o auxílio em pesquisas e produções historiográficas e didáticas futuras. Neste trabalho são apresentadas as motivações iniciais para elaboração do mesmo e as primeiras impressões da pesquisa sobre a invisibilidade das mulheres em locais oficiais de memória da cidade, como o livro comemorativo da história da cidade e o museu municipal.

Palavras-chave: História das Mulheres. História Local. História e Memória.

UMA INTRODUÇÃO...

Na obra ‘Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica’, Bonnie Smith (2003, p. 16) problematiza o fato da História em sua trajetória de profissionalização ter sido “praticamente monopólio dos homens”. Tal realidade provocou uma invisibilização, tanto de mulheres historiadoras quanto de mulheres protagonistas dos eventos históricos. A questão já foi muito problematizada por diferentes autoras e a história da mulher, a história das mulheres e os estudos de gênero² promoveram um avanço historiográfico significativo na superação dessa invisibilidade. No entanto, ainda há muito a se fazer, sobretudo quando pensamos as histórias das cidades, as histórias oficiais dos municípios, aquelas que geram materiais didáticos a serem trabalhados no ensino fundamental e aquelas que geram materializações em locais oficiais de memória, como museus, praças públicas e nomes de ruas.

O projeto de pesquisa *Histórias das mulheres, histórias da cidade: outras memórias e narrativas da história de Nova Andradina/MS*, objeto da análise que aqui apresento, visa produzir uma reflexão teórica sobre a história das mulheres, problematizando o fato de que, embora tenha havido um avanço significativo na historiografia sobre mulheres, ainda há, na elaboração das histórias de municípios uma exclusão de seu protagonismo. Bem como, refletir sobre história, memória e patrimônio histórico por uma perspectiva de gênero. Autores como Pierre Nora (1993) e seu conceito de lugar de memória e Michael Pollak (1989) que discorre sobre as memórias silenciadas serão fundamentais em tal abordagem. Outras autoras como Elisabeth Jelin (2002) Jaqueline Zarbato (2020) e Hilda Fraga (2017) são importantes para o desenvolvimento da pesquisa por elaborarem discussões acerca de gênero e memória.

¹ Doutora em História. UFMS/CPNA. E-mail: dulceli.estacheski@ufms.br.

² Sobre as diferentes categorias de análise – mulher, mulheres, gênero – ver o texto de Joana Maria Pedro, *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*, de 2005. A autora apresenta uma trajetória histórica referente aos usos de tais categorias que muito contribui para os estudos da área.

O intuito inicial é de fazer um levantamento em arquivos municipais sobre menções à participação de mulheres nas histórias da cidade de Nova Andradina/MS. Para tanto o projeto prevê visitas ao Museu Municipal, criado em 2005, para o desenvolvimento de uma análise do acervo, verificando a presença de referências a histórias de mulheres e de mulheres na história da cidade. Praças públicas também serão visitadas com o mesmo intuito, na verificação dos monumentos nelas presentes. Arquivos da Câmara de Vereadores também serão consultados buscando menções às mulheres e analisando, por exemplo, quem são as mulheres que receberam como homenagem seus nomes em ruas, escolas e outras instituições. A Biblioteca Municipal também possui um acervo que pode interessar à pesquisa e será outro espaço de pesquisa.

Em paralelo, a proposta também prevê entrevistas com mulheres de diferentes setores sociais sobre saberes e fazeres de mulheres em Nova Andradina/MS. Como exemplo, há no município ações protagonizadas por mulheres como a Feira Mulheres de Atitude e a Alameda Cultural que merecem ser (re)conhecidas e mulheres atuando na agricultura, nas artes, na economia, na política, na educação, nas comunidades e movimentos sociais.

Por fim, o intuito é sistematizar um catálogo das fontes históricas relativas a mulheres encontradas, divulgá-lo em eventos e produções escritas e disponibilizá-lo no Laboratório de Práticas Pedagógicas do curso de História do campus de Nova Andradina da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul para que outras pessoas possam produzir outras narrativas sobre a história local que valorizem a pluralidade de sujeitos e suas memórias.

Neste texto apresento as percepções iniciais obtidas em uma primeira visita ao Museu Histórico e Cultural Antonio Joaquim de Moura Andrade, onde me foi disponibilizado um livro comemorativo ao aniversário da cidade, publicado em 2004, denominado *Nova Andradina: sua história*, produzido por Guido Pellicciari Netto que também foi analisado.

PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO PROJETO ‘HISTÓRIAS DAS MULHERES, HISTÓRIAS DA CIDADE: OUTRAS MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE NOVA ANDRADINA/MS’

Cheguei à Nova Andradina recentemente, em setembro de 2019 para assumir o cargo de professora no curso de História da UFMS/CPNA. Encantei-me com a cidade já nos primeiros dias, ela tem uma linda praça central toda iluminada e logo à frente um museu municipal.

Imagem 1: Praça Brasil, Nova Andradina/MS



Fonte: Eduardo Faust (<http://arquiteturadosagrado.blogspot.com/2014/01/praca-brasil-nova-andradina-ms-autor.html>)

Imagem 2: Museu Histórico e Cultural Antonio Joaquim de Moura Andrade



Fonte: Acervo da autora

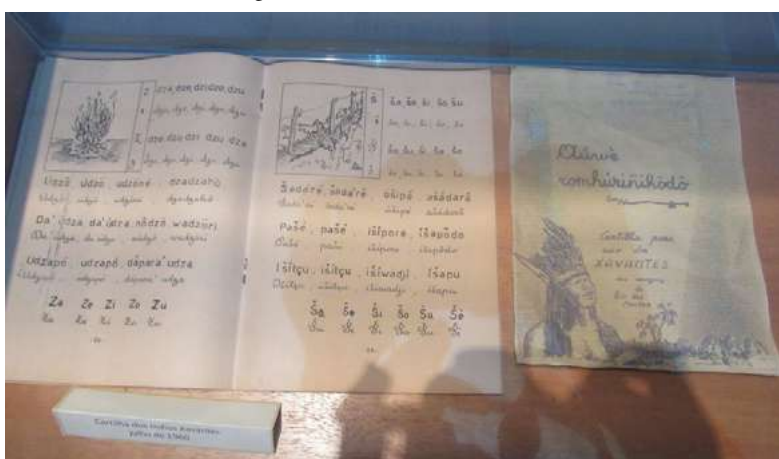
A existência do museu despertou meu interesse e logo fui fazer uma visita, conversei com o funcionário responsável, observei o acervo e tirei algumas fotografias. Na ocasião, o funcionário foi extremamente solícito ao transmitir as informações que tinha disponíveis sobre o museu, o acervo e a história da cidade. Como recém-chegada, para mim tudo era novidade e estava bastante curiosa e, então, ele me indicou para leitura o referido livro comemorativo da história da cidade. Essa observação inicial do acervo do museu, em uma visita informal e a leitura do livro indicado, aliadas aos meus interesses em pesquisas sobre história das mulheres, estudos de gênero, memória e patrimônio histórico moveram a elaboração do projeto de pesquisa aqui explicitado. O projeto, no entanto, foi aprovado já no contexto da pandemia de Covid19 que exigiu medidas restritivas como o trabalho remoto, o isolamento - que nos faz sair de casa apenas para situações específicas e realmente necessárias nesse momento - e, evidentemente, o fechamento temporário do museu. Neste contexto, iniciei a pesquisa com o que tinha disponível em mãos, as fotografias que fiz na primeira visita, quando ainda nem tinha a pretensão de analisar o espaço, e o livro. Retornarei ao museu para uma análise mais apurada, mas algumas considerações preliminares são possíveis.

A cidade de Nova Andradina/MS, conhecida como Capital do Vale do Ivinhema, foi fundada em 20 de dezembro de 1958 e oficialmente instalada em 30 de abril de 1959. Claudinei Araújo dos Santos e Marcelino de Andrade Gonçalves (2015, p. 146) ao pensar o processo de colonização da cidade, destacam que ela “foi construída com o trabalho de colonos vindos de diversas regiões do país e por vezes imigrantes estrangeiros” e que sua formação teve forte relação com a Igreja Católica em seu papel disciplinador. Extremamente significativo é o trecho de uma entrevista feita com o filho do gerente da Fazenda do colonizador de Nova Andradina/MS que afirma que o Senhor Antonio Joaquim de Moura Andrade sempre dizia que “A cidade pra ser cidade mesmo tem que ter três p: Padre, puta e polícia”. Três instâncias de controle social que destacam uma formação colonizadora patriarcal, a Igreja que agia com o discurso moralizante, as casas de prostituição que funcionavam como espaço de exercício de poder/prazer para os homens e a polícia para punir as transgressões da ordem que se queria estabelecer. A cidade e sua história foram construídas com bases patriarcais e machistas, com o discurso masculino da Igreja, com o poder masculino da polícia e com a presença de mulheres entendidas como objetos de prazer masculino, sejam as prostitutas que, por esse discurso deviam atender aos desejos sexuais, sejam as esposas e filhas que, pela lógica apresentada, deviam atender às necessidades domésticas de forma subordinada aos homens. Evidentemente, na história escrita da cidade e na história/memória oficializada no museu, apenas ganharam lugar o padre e a polícia, não a prostituta.

O Museu municipal leva o nome do colonizador da cidade e tem em seu acervo, obviamente, muitas referências a ele e seus empreendimentos. Compõem também o acervo, documentos, como o Diário Oficial da União de 1958 contendo a criação do município e o documento de nomeação de Luiz Soares de Andrade como prefeito de Nova Andradina em 1959, bem como objetos variados, máquinas de datilografia, máquinas registradoras, utensílios domésticos e fotografias. É característica comum de museus municipais o recebimento de objetos diversos como doações e muitas vezes eles são expostos de forma aleatória, sem legendas que indiquem a procedência e outras informações específicas, isso ocorre no museu em questão. Parte do acervo contém as legendas informativas e parte não. Novas visitas ao local serão necessárias para analisar os objetos e verificar que histórias de mulheres podem ser narradas a partir deles.

De maneira inicial, o que percebemos é a predominância de uma representação masculina e branca como protagonista da história da cidade. Para além das diversas informações sobre os colonizadores encontramos no museu uma única referência à cultura indígena, trata-se de uma Cartilha dos Xavantes, de julho de 1960. Não há informações sobre quem a produziu e a quem pertencia. Encontrei também uma fotografia que me despertou interesse e é significativa para pensarmos o museu interseccionalmente³, sobretudo, em relação à classe e raça. A fotografia retrata um grupo de homens dispostos uns em cima e outros à frente de um caminhão com a seguinte legenda: “Primeiro soldado negro, Sarg. Zezinho, Sr. Abílio e dois garçons e demais. Amigos em frente ao Hotel Primavera. Doada pelo Sr. Abílio Barbosa”. Apenas o Sargento Zezinho e o Senhor Abílio foram nomeados, fez-se questão de mencionar que o sargento foi o primeiro soldado negro, sem mencionar seu nome completo ou maiores informações sobre ele. Garçons e demais pessoas não foram sequer nomeadas. É compreensível que os lapsos de memória dificultem o acesso a essas informações, pois no próprio ato da doação a pessoa que oferece a fotografia ou o objeto pode já não se lembrar de todas as informações e, por vezes, são descendentes que fazem a doação em nome de uma pessoa que não está mais presente para que se verifique os dados. Os silenciamentos, no entanto, são fundantes e dizem muita coisa (ORLANDI, 1993) e quem está ou não está nomeado/a ou representado/a em um museu é parte também de uma escolha de narrativa que se quer elaborar sobre a história das cidades.

Imagem 3: Cartilha Xavante - 1960



Fonte: Acervo da autora

³ O desenvolvimento do projeto presará por uma perspectiva interseccional a partir do pensamento de Kimberlé Crenshaw (2002) e Adriana Piscitelli (2008) que apresentam a interseccionalidade como ferramenta analítica para pensar a articulação entre múltiplas diferenças e desigualdades.

Imagem 4: Homens diante do Hotel Primavera



Fonte: Acervo da autora

Em relação às mulheres, há uma série de objetos cujos estereótipos de gênero conduzem a pensar que pertenceram ou foram de uso de mulheres, como utensílios domésticos, uma máquina de tear e um estojo de toilette, este último possui uma legenda indicando que pertenceu à Senhora Guiomar Soares de Andrade, esposa do Senhor Antonio Joaquim de Moura Andrade, colonizador que dá nome ao museu. Sobre ela há uma fotografia exposta acompanhada de uma pequena biografia. “Nasceu em maio de 31 de maio de 1888”, em Jaú/SP, estudou no Internato *Assunción* em Piracicaba até a morte de sua mãe, quando deixou o colégio para auxiliar o pai a criar seus irmãos, ainda crianças. Aqui é perceptível a realidade da formação das meninas no período para a casa, o casamento, a maternidade. Ela saiu da escola para assumir os afazeres domésticos no lugar da mãe que faleceu, é muito provável que se fosse um menino isso não ocorreria, ele permaneceria na escola e seria contratada uma mulher para assumir tal função. A nota biográfica afirma que Guiomar casou com Antonio Joaquim em 1912, informação que não condiz com a apresentada no livro comemorativo da história da cidade que apresenta o ano de 1908 para o casamento (NETTO, 2004). A narrativa sobre ela disposta no museu salienta que foi “Sempre companheira e entusiasta de todas as obras de seu marido, o ajudava e o apoiava em tudo.” Embora a narrativa seja elogiosa em relação a ela, há sempre a ênfase em seu papel de esposa que apoiava o marido nos empreendimentos apontados como dele.

Imagem 5: Fotografia de Guiomar Soares de Andrade exposta no museu



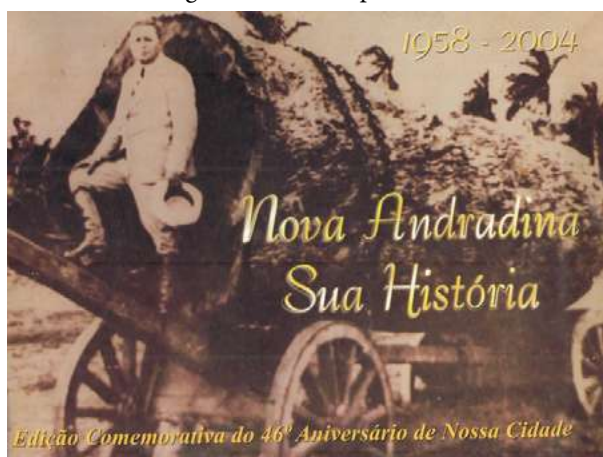
Fonte: Acervo da autora

É interessante, por exemplo, o elogio acompanhado de um estereótipo: “Inteligente que era, aprendeu até o Código Morse [...] e como Radio Amadora podia apoiar o Sr Andrade em suas viagens de avião, nos seus afazeres e nas fazendas”. A interpretação da narrativa faz compreender que esse conhecimento não era comum às mulheres, mas que essa mulher aprendeu “até” isso, obviamente, para auxiliar o marido. Continuando, a pequena biografia destaca que “Grande conhecedora de fazenda sabia o tempo certo de plantio e colheita [...] Montava bem a cavalo, e quando moça, gostava de olhar, ela mesma, a lavoura de café”. Guiomar, ou Zizi, como era conhecida, era atuante e trabalhava nas fazendas, no entanto não há referência a ela como trabalhadora, como administradora das fazendas, apenas como apoiadora de seu esposo.

Exaltam-se ações assistenciais, como doações de mobiliário e roupas de cama e mesa para Santas Casas nos municípios fundados por seu esposo, Andradina/SP e Nova Andradina/MS, e sua ação de “incentivadora do ensino. Fazendo questão que houvesse escolas em todas as fazendas de sua propriedade”. Tais ações eram consideradas, à época, mais adequadas às mulheres da elite do que àquelas ligadas ao mundo do trabalho administrativo, entendido como espaço destinado aos homens. Destaco que ela é apontada por duas vezes no texto, de maneira indireta, como proprietária das fazendas e esse é um reconhecimento importante que a tira de um lugar de mera subordinação ao marido. Dona Guiomar era atuante, dentro de seu contexto, é significativo que apoiasse a construção de escolas, revela seu apreço pelo estudo, pelo conhecimento. Sua trajetória precisa ser pensada como uma das mulheres protagonistas da história da cidade, para além da subordinação à história de seu marido. Em Nova Andradina/MS há um bairro que leva seu nome e em Andradina/SP ela foi homenageada com o nome em uma rua.

O que há sobre ela no livro comemorativo do aniversário de 46 anos do município? Quase nada. Na parte destinada à biografia de Antonio Joaquim consta: “Em 1908 casou-se com Guimar Soares Andrade, companheira dedicada, que lhe deu decisivo apoio em sua vitoriosa vida. Tiveram filhos...” (NETTO, 2004, p. 6). Novamente ela aparece apenas como figura coadjuvante da história e das ações do marido. Importante destacar que o livro trata-se de uma produção memorialística, um interessante registro de informações sobre a cidade, produzido em formato de álbum, com 100 páginas, impresso em papel colorido, com diversas fotografias e dados sobre a cidade. O autor, Guido Pellicciari Netto, se apresenta no livro como industrial do ramo de madeiras e diretor do Jornal *O Independente*, responsável pela publicação. A capa traz o título *Nova Andradina: 46 anos de história*, a contracapa apresenta o título *Nova Andradina: sua história* e no expediente da obra encontramos o título *Álbum biográfico, didático e histórico de Nova Andradina – 45 anos*.

Imagem 6: Contracapa do livro



Fonte: acervo da autora

O lançamento foi noticiado na página Dourados News⁴ com trechos de uma entrevista na qual o autor afirmou: “Lanço portanto, o primeiro livro sobre a história da cidade. Os outros que vierem serão apenas continuação do meu trabalho.” Embora na apresentação do livro o autor tenha se referido à produção como “despretensiosas páginas” (NETTO, 2004, p. 4), o orgulho do trabalho desenvolvido aparece também na dedicatória da obra:

Deus nos deu tudo o que precisávamos, apenas faltava coragem para essa grande empreitada e tanta responsabilidade.

Procuramos dar o nosso máximo para entregarmos uma obra que com toda certeza ficará aos pósteros, no qual já nos sentimos honrados em saber que um dia, um neto ou um tataraneto terá o prazer de saber que fomos úteis e deixamos a eles o certificado de nascimento de nossa terra com toda árvore genealógica da verdade.

Dedicamos este álbum às nossas famílias e a todos que nos incentivaram a fazermos o que hoje entregamos e colocamos a frase:

“Hoje temos História”.

Dos copiladores: Guido, Leonardo, Luciene, Francisco e outros.

As expressões “certificado de nascimento de nossa terra” e “Hoje temos história” podem estimular um interessante debate sobre a concepção de história presente na obra. No entanto, para não fugir da proposta do artigo, restrinjo-me a analisar nesse momento as menções às mulheres para pensar sua representatividade nesse primeiro livro da história da cidade. Trata-se de uma narrativa ufanista da história local, expressa em afirmações como “brilhante história de Nova Andradina”, que se referem à cidade como a “grande metrópole centro da região do Vale do Ivinhema” e aos primeiros moradores como portadores de “heroísmo estóico” (NETTO, 2004, p. 4). Ainda na apresentação, ao referir-se às pessoas que atuaram na colonização da cidade, o autor destaca “homens e mulheres” o que sugere que haverá na escrita uma valorização de todos os sujeitos, no entanto, muito pouco há sobre elas na narrativa, sobretudo ao referir-se ao período da colonização.

A primeira mulher mencionada no livro é Maria Julia das Dores, mãe de Antonio Joaquim de Moura Andrade, apenas seu nome é mencionado e na sequência aparece o nome de Guiomar, de suas filhas e noras. A tônica de apenas mencionar nomes de esposas, filhas e noras persiste no livro que reforça a figura dos homens como protagonistas e chefes das famílias. Pequenas exceções são encontradas, como na página 14, quando o nome de Ana Constância Nantes surge entre nomes masculinos apresentados como chefes de “famílias importantes” e na página 32 quando o nome de Elizabeth Rubiano consta entre vários nomes masculinos apontados como nomes de ruas, no entanto, não há mais informações sobre essas mulheres. Nesta página 32 o autor volta a destacar que “Homens e mulheres deram suas vidas por Nova Andradina” e lamenta que “hoje são apenas uma lápide a mais do Cemitério”⁵, salientando a necessidade de um resgate histórico relativo às ações dessas pessoas. Muitas histórias de Nova Andradina podem ser narradas e a carência disso é grande, sobretudo no que se refere às histórias das mulheres.

Elci Casagrande é a primeira mulher cuja menção no livro refere-se à sua atuação profissional, ela teria sido a primeira enfermeira da Santa Casa de Nova Andradina (NETTO, 2004, p. 25), depois surgem os nomes de Maria José do Amaral como primeira titular da 19ª Delegacia Regional de Educação e Cultura e de Regina Maria Duarte, 3ª agente da mesma instituição (NETTO, 2004, p. 32). Ao tratar da história da Educação, as mulheres tem mais

⁴ Matéria disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/livro-sobre-nova-andradina-sera-lancado-hoje-86ca780ea05cb1102ec8060b9/196717/>

⁵ O projeto prevê também a pesquisa no Cemitério Municipal, pois esse espaço é compreendido como um lugar de memória (NORA, 1993), como um museu a céu aberto que acolhe sujeitos e histórias que não encontraram espaço no Museu Municipal.

representatividade no livro, nomes de professoras são mencionados e um pouco de suas trajetórias formativas também. Interessante, no entanto, é que, na primeira vez em que o autor se ocupa dessa narrativa sobre elas o subtítulo atribuído é “Este homem merece ser lembrado” e discorre sobre Irmão Braz, nomeado como Delegado de Ensino em 1973 e, então, apresenta Eugenir Maria de Lima, diplomada normalista, graduada e especialista em Educação que foi titular na 10ª Agência Regional de Educação, segundo o autor, depois que Irmão Braz faleceu. Já Aladir Siani de Biasi, “A mulher que despontou” (NETTO, 2004, p. 35), lecionou em diferentes escolas e “Diplomou-se Normalista na Primeira Turma de Professoras do Colégio Normal ‘São Marcos’ no qual o Irmão Braz lecionou com destaque”. Estas duas professoras, ao que a narrativa sugere, foram ouvidas durante a elaboração da obra para falar sobre o Irmão Braz e não para falar de si, de suas trajetórias. A importância é dada ao homem, é ele que “merece ser lembrado”, as mulheres são citadas para falar dele. Mesmo quando uma página do livro é dedicada à Dona Lala, senhora Esantina de Quadros, apontada como primeira professora, nada há sobre ela no texto que segue e há uma breve descrição da trajetória formativa e profissional da professora Maria Alzira Carpes Bauermeister culminando novamente nos elogios ao Irmão Braz.

Laurecy Correia Tomazinho mereceu destaque no capítulo dedicado à APAE: “Faz-se mister um elogio especial à baluarte de tudo sobre a APAE, Laurecy Correia Tomazinho, peoa, professora, mãe, técnica, diretora, presidente e agora o anjo da guarda do dia e da noite” (NETTO, 2004, p. 37). Aqui o autor faz jus à uma mulher respeitando as diferentes funções que a mesma assumiu na sociedade, sem colocá-la à sombra de uma figura masculina. Regina M. de Lima é citada como administradora geral de uma fazenda na página 43, embora, não existam mais informações sobre ela, é interessante tal destaque, pois trata-se de uma função apontada majoritariamente como de realização masculina até então no livro. Cabe destacar que foi ao descrever as atividades que eram exercidas em 2004, ano da publicação do livro, pelo senhor Geraldo Matos Lima, proprietário da Fazenda Esperança, que consta a informação da atuação dela como uma das administradoras, o nome dela aparece entre os “bons assessores” do proprietário que “cuida pessoalmente das propriedades”. Na página 46, ao tratar da produção de álcool foi publicada uma fotografia de uma mulher trabalhando em um laboratório, não há, no entanto, nenhuma narrativa a respeito, nem mesmo legenda na imagem. O nome de Célia Dan está na lista de vereadores/as de 2004 do município e Leticia Rossana Ferreira é apresentada como promotora de justiça. Nessas referências a uma história recente, nomes de mulheres aparecem com mais frequência e professoras, advogadas, arquitetas, são mencionadas como integrantes de algumas famílias escolhidas para compor o livro. Alice Gomes, por exemplo, é descrita como “Uma mulher de punho forte, que sem medo de encarar o mundo do trabalho, estabiliza-se transparecendo toda sua competência”. A narrativa sugere que o autor se dobra à uma realidade, a de que mulheres atuam, protagonizam em diferentes setores da cidade e que a visibilidade de suas ações na contemporaneidade dificulta a ausência delas nas narrativas a se produzir sobre a história da cidade. Os estereótipos de gênero, no entanto, não são abandonados na escrita, como é perceptível em expressões como “o toque feminino no comércio de Nova Andradina demonstra o valor ferrenho de nossas mulheres” ou “a delicadeza da empresária” ao referir-se à proprietária de uma loja de cosméticos (NETTO, 2004, p. 90). Os elogios aos homens vão de heróis a desbravadores e os elogios às mulheres vão de amigas a abnegadas quando estas ocupam os espaços domésticos ou da docência, a competência aparece como elogio a uma mulher apenas no mundo empresarial. Na página dedicada aos esportes, os homens são nominados, enquanto na página dedicada à beleza, são as mulheres que aparecem representadas e aqui, afirmo, não se trata necessariamente de uma opção do autor, mas de uma constatação da participação de mulheres e não de homens em concursos de beleza e de maior visibilidade masculina nos esportes.

Algumas mulheres nacionalmente conhecidas são citadas, como na página 12 onde está publicada parte de um poema de Cora Coralina e na página 20 há a menção ao “show da famosíssima Gretchen, na época a artista



mais requisitada do País com seu rebolado” (NETTO, 2004, p. 20), isso ocorreu em 1979 na primeira EXPONAN, festa de exposições da cidade. Na mesma página relativa a esta festa há duas fotografias de Cláudia Pellicciari que foi eleita a Rainha da Festa, na primeira ela está com o então prefeito Antônio Rosário Migliorini e na segunda com sua família. Ao longo do livro há outras fotografias em que mulheres aparecem, são imagens de casamentos, desfiles cívicos, fotografias de família. Em algumas os nomes das mulheres são mencionados e em outras não há informação alguma, nenhuma legenda.

O livro possibilita reflexões das mais diversas, nada há nele, por exemplo, sobre os povos tradicionais da região, ao passo em que há um esforço na elaboração da imagem do povo como “retrato vivo do Rio Grande do Sul” (NETTO, 2004, p. 14) e diferentes questões da história ambiental poderiam ser exploradas, desde a concepção do lugar como uma floresta a ser derrubada como um “marco de civilização e progresso” (NETTO, 2004, p. 5) à narrativa da página 22, dedicada à “fauna exuberante, bela e rica”, que apresenta diversas fotos de caçadores com suas presas seguidas de justificativas para a caça e para o extermínio de espécies. Evidentemente, esse não era o objetivo do texto, mas tais questões podem ser exploradas em outro momento, bem como uma análise da concepção de masculinidade presente nas narrativas sobre as trajetórias masculinas. O que ficou evidente nessa exploração inicial do museu e do livro é que o desenvolvimento do projeto sobre histórias das mulheres em Nova Andradina atende a uma carência de representatividade e de outras narrativas. Mulheres negras, indígenas, agricultoras, atuantes em movimentos sociais e trabalhadoras que não pertencem a uma elite local tem histórias a serem contadas e memórias a serem preservadas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

A historiografia brasileira avançou significativamente em relação à história das mulheres. Inúmeras publicações entre livros e revistas especializadas surgiram nas últimas décadas e houve um crescimento considerável no número de teses e dissertações referentes ao tema. Em uma busca rápida, no dia 23 de outubro de 2020, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - encontrei 878.633 registros com o termo ‘História das Mulheres’.

Por outro lado, pesquisas indicam que nos materiais didáticos da educação básica ainda há uma defasagem em relação a tais conteúdos (ESTACHESKI, 2019; PROHMANN, 2019), revelando um descompasso entre produção historiográfica e produção didática. Temos muito ainda a avançar e a produzir, sobretudo fomentando um diálogo cada vez mais próximo entre a universidade e a comunidade na qual está inserida.

Quando nos voltamos para as regiões mais interioranas e para os municípios menores, o mais comum é encontrarmos materiais, memorialistas, didáticos ou historiográficos, com uma história produzida a partir de dados que revelam prefeitos, empresários, homens que teriam sido precursores do desenvolvimento político, econômico, social e cultural local, raramente mencionando mulheres em tais empreitadas.

Pesquisas também apontam para a desvalorização do protagonismo de mulheres em lugares oficiais de memória, como museus e praças públicas (FRAGA, 2017), enquanto outras pesquisas salientam a importância de pensar a elaboração da memória e dos lugares de memória (NORA, 1993) por uma perspectiva de gênero (ZARBATO, 2020).

A proposta deste projeto é trazer à tona histórias de mulheres em diferentes histórias de Nova Andradina/MS, fazendo um levantamento do que há sobre elas nos locais oficiais de memória, como museus e praças, bem como buscar outras memórias não enraizadas nesses lugares (NORA, 1993). As memórias silenciadas que podem



contestar a coesão da história oficializada, as memórias subterrâneas, de pessoas excluídas, de minorias marginalizadas (POLLAK, 1989). Narrativas outras que revelem protagonismos femininos e impulsionem sua valorização, seu (re)conhecimento.

No Museu Histórico e Cultural Antonio Joaquim de Moura Andrade, da cidade de Nova Andradina/MS, há poucas referências a mulheres, o que faz com que olhares desatentos passem por ele sem ao menos percebê-las, já que não ocupam lugares de destaque no acervo. No livro ‘Nova Andradina: 46 anos de História – 1º álbum biográfico, fotográfico, histórico’, edição comemorativa do aniversário da cidade, produzido por Guido Pellicciari Netto e publicado em 2004, há uma exaltação de homens considerados relevantes para a história da cidade e apenas citações dos nomes de suas esposas e filhas. As mulheres são citadas como atuantes em algumas áreas do mercado de trabalho apenas ao referir-se a história recente. Nas fotografias são representadas algumas mulheres, mas quase nada há de narrativas escritas sobre elas. Essa afirmativa é apenas alterada na seção sobre a história da educação do município quando algumas professoras são citadas e enaltecidas como “amigas”, “abnegadas” e no capítulo ‘A beleza enobrece nosso rincão’, com fotos e menções a nomes de jovens mulheres que participaram de concursos de beleza no Estado. É relevante constatar que são mulheres brancas e pertencentes a um determinado grupo social.

O curso de História do Campus de Nova Andradina da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul fomentou a elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso que abordaram histórias da cidade focando em outros sujeitos. Esse projeto visa dar visibilidade a fontes históricas diversas relativas a histórias de mulheres promovendo ainda mais outras escritas da história da cidade que podem também estimular a produção de outros materiais didáticos e historiográficos, bem como pensar outros locais de memória, mais inclusivos, mais plurais.

REFERÊNCIAS

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.
- ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. Gênero, Educação e Livros Didáticos. In: MANO, Amanda de Mattos Pereira. **Diferentes Perspectivas em Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade**. União da Vitória: Núcleo de Educação para as Relações de Gênero, 2019.
- FRAGA, Hilda Jaqueline de. O patrimônio sobre o enfoque de gênero: perspectivas para a educação em cidades históricas. **Fronteiras freireanas: diálogos e trajetórias**, Jaguarão, 2017.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2002.
- NETTO, Guido Pellicciari. **Nova Andradina: 46 anos de história - 1º álbum biográfico, fotográfico, histórico**. Nova Andradina: Jornal O independente, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC/SP**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, 1989.



PROHMANN, Ana Carolina. As representações de mulheres no livro didático. *In*: BUENO, André da Silva; ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet; CREMA, Everton Carlos; NETO, José Maria de Souza. **Aprendendo História: Gênero**. Rio de Janeiro: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.

SANTOS, Claudinei Araújo dos; GONÇALVES, Marcelino de Andrade. O papel político da Igreja Católica no processo de colonização de Nova Andradina: uma aproximação a Foucault. *In*: BALLER, Leandro; SILVA, Luciana Codognoto da (Orgs.). **Leituras foucaultianas: contribuições para práticas e pesquisas interdisciplinares**. Curitiba: CRV, 2015.

SMITH, Bonnie. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru: EDUSC, 2003.

ZARBATO, Jaqueline Ap. M. Cultura e patrimônio histórico no contexto urbano em Campo Grande/MS/Brasil e em Mar Del Plata/Argentina: proposições para análise das coleções femininas em museus. *In*: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet; ZARBATO, Jaqueline Ap. M. **Ensino de História e estudos de gênero**. Rio de Janeiro/Nova Andradina: Sobre Ontens, 2020.

IMPERIALISMO E POPULAÇÕES AUTÓCTONES NAS NARRATIVAS DE VIAGEM DE ROGER CASEMENT À AMAZÔNIA

Diná Schmidt

Resumo: Este texto propõe analisar os registros produzidos pelo cônsul britânico Roger Casement (Irlanda/1864-Inglaterra/1916), durante sua expedição à região do Putumayo, noroeste da Amazônia, em 1910. Objetiva-se compreender como Casement abordou as questões relacionadas à população nativa em seus conflitos com a prática colonialista da exploração da borracha. Serão abordados dois temas centrais nesta análise: como Casement via exploração violenta do trabalho dos nativos e suas elaborações sobre questões raciais que os envolviam. Roger Casement nasceu na Irlanda, dominada pelo Império Britânico, serviu a este por décadas, fora do continente europeu, e como fruto de sua experiência dentro do sistema imperialista se tornou crítico em relação ao seu projeto e práticas. Marcado por sua condição de “homem branco hifenizado”, essas críticas eram atravessadas por complexidades e contradições que buscarei apontar nas páginas que se seguem.

Palavras-chave: imperialismo; Roger Casement; homem branco hifenizado.

Este texto traz a proposta de analisar as asserções do cônsul britânico Roger Casement (1864-1916) sobre as populações indígenas em seu encontro com a prática colonialista da exploração da borracha na Amazônia, no início do século XX. Serão abordados dois temas centrais nesta análise: como Casement via exploração violenta do trabalho dos nativos e suas elaborações sobre questões raciais que os envolviam. Em 1910, Casement expedicionou a bacia do rio Putumayo¹, no noroeste da Amazônia, região, à época, disputada pelos Estados-nação em formação do Brasil, Peru e Colômbia. Sua expedição foi motivada pelas denúncias e pressão pública contra a Casa Harana² por suas práticas de exploração violenta e mortífera dos nativos na extração do látex.

Em 1910, o engenheiro ferroviário americano Walt Hardenburg denunciou as condições brutais em que se dava a exploração dos nativos da região pelos extratores de látex. A denúncia alcançou grande repercussão com a atuação da Sociedade Antiescravista e de Proteção Aborígene europeia. Casement se colocou à disposição do governo britânico, pressionado-o, para uma expedição que fizesse a investigação e documentação *in loco* das denúncias realizadas. Diante da repercussão, a própria Companhia denunciada montou uma comissão que acompanhou a expedição investigativa, no mesmo ano. Chefiada por Casement, a expedição investigou por três meses as condições de vida e trabalho das populações nativas envolvidas na atividade borracheira, na região do Putumayo (MITCHELL, 2011, p.39).

Na ocorrência das denúncias, Roger Casement ocupava a função de Cônsul Geral no Brasil, onde atuava em carreira consular desde 1906. Durante essa atuação, foi oficial consular britânico em Santos, entre 1906 e 1908,

¹ Hodiernamente, a porção brasileira desse rio é denominada Içá. Mapas da distribuição das bases de exploração de borracha e do trajeto da expedição podem ser consultados em (MITCHELL (org.), 2011 e MITCHELL, 1997).

² Casa Harana era a denominação comum à época para aludir a *Peruvian Amazon Company*. Esta inseriu-se na região abordada em 1896, ainda sob o nome de Arana Hnos. Sua atuação iniciou com rotas de comércio que abasteciam os acampamentos de seringueiros. O crescimento levou ao domínio de quase todas as bases de exploração de látex em 1910. A *Peruvian Amazon Company* tinha investidores e membros do Conselho Administrativo britânicos, desde 1907 (CAAAP; IWGIA, 2011).



com jurisdição sobre São Paulo e Paraná; em Belém do Pará, entre 1908 e 1909, com jurisdição sobre o Grão Pará, Maranhão e Amazonas; Cônsul Geral no Rio de Janeiro, entre 1909 e 1913 (BOLFARINE, 2015; MITCHELL, 2011). Sua atuação consular no Brasil, que já se estendia por período considerável, pode ser entendida como um dos elementos que o colocava em condição de interesse e competência para a realização desta expedição investigativa. O conhecimento da região, devida a sua atuação em Belém, era duplamente pertinente por sua proximidade -relativa- geográfica e por conhecer a dinâmica econômica e social erigida no ciclo da borracha.

Explorando a trajetória de Casement para além de sua atuação na América do Sul, sua longa experiência no continente africano, sempre em proximidade com a atuação imperialista, é outro elemento fundamental na compreensão de sua designação e interesse na expedição ao Putumayo. Entre 1884 e 1904, Casement atuou, em território africano, junto a companhias privadas, missões religiosas e ao Império Britânico. Sendo que, entre 1895 e 1904, foi cônsul em nome do último em Moçambique, Angola e Congo Francês. Em 1904, foi designado oficialmente pelo Império Britânico para desempenhar a investigação das denúncias feitas pelo jornalista Edmund Morel quanto à exploração violenta dos nativos no Estado Livre do Congo, também na extração do látex. Como lembra Hobsbawm, “a borracha era um produto exclusivamente tropical, extraída com uma exploração atroz de nativos nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia, alvo de protestos anti-imperialistas precoces e justificados” (HOBSBAWM, 2016, p. 103).

A extração do látex como atividade econômica pujante e que envolveu contingentes significativos de mão de obra local e migrada, na Amazônia, efervesceu a partir de 1840, com a tecnologia de borracha galvanizada. De acordo com os registros feitos por Casement, com base em viajantes anteriores e dados oficiais dos países sul-americanos que disputavam o território amazônico, a região do Putumayo entrou no mapa da borracha em 1880 (CAAAP; IWGIA, 2011, p. 77). Em 1910, ano das denúncias e da expedição de Casement, o Brasil, especificamente, alcançou seu auge na exportação de látex, atingindo aproximadamente quarenta mil toneladas (TRUBILIANO, 2017, p.52).

O período de expansão da extração do látex sobre a região do Putumayo coincide com a ascensão dos Impérios Colonialistas que se afirmam entre o último quartel do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Nesse período, as principais potências capitalistas da Europa, entre elas a Inglaterra, iniciam um novo processo de divisão do mundo em domínios colonialistas, diferente daqueles do período mercantilista em suas estratégias de dominação, mas igualmente perverso e exploratório. No caso da América do Sul, esses domínios davam-se sob formas de dominação política indireta pelas nações imperialistas (HOBSBAWM, 2016, p. 94). Quem atuava em solo, aplicando mecanismos mais diretos de dominação, não apenas econômica, mas também física, eram as companhias privadas que tinham o respaldo (político, econômico e, por vezes, militar) das nações supracitadas. Esse era o caso da *Peruvian Amazon Company*, com seus acionistas e membros de conselho britânicos.

A *Peruvian Amazon Company*, de fundação peruana e com parte do seu capital ainda enraizado naquele país, é um caso explícito das coordenações existentes entre domínio estrangeiros e as elites locais que haviam se constituído nos séculos anteriores de dominação colonial mercantilista. Essas elites locais ocupavam tanto os lugares de dominação econômica como eram o contingente formador dos Estados-nacionais e formuladores e executores das práticas de expansão e consolidação dos seus territórios. A vasta e ainda indeterminada região amazônica era disputada, no início do século XX, por elites nacionais de três Estados-nação sul-americanos que estavam em processo de consolidação: Peru, Brasil e Colômbia. O apoio financeiro e político britânico ao ocupar economicamente partes do território disputado com a extração de látex promovida por uma companhia que era em parte peruana, resultava também em uma forte estratégia de consolidação do domínio territorial sobre uma porção disputada com outros Estados.

Companhias como *Peruvian Amazon Company*, embora fossem de interesse e capital privados, uniam os interesses dos Estados-nações imperialistas que buscavam expandir seus domínios sobre outros territórios, sem precisar ocupá-los diretamente (ARENDT, 1989), e os Estados-nação em formação, em regiões periféricas pela domínio eurocêntrico, que estavam em processo de expansão/consolidação de seus territórios fundantes (SOUZA, 1997). No caso em apreciação, a *Peruvian Amazon Company* unia os interesses privados e estatais da Inglaterra e do Peru. Dentro desse sistema, a companhia era capaz de amealhar investimentos e empréstimos generosos entre as elites financeiras dos dois países, assim como dos dois Estados, além das benesses políticas, como, por exemplo, o fato dos grandes investidores e executivos nunca terem sido punidos pelos crimes cometidos contra as populações nativas.

Essa aparente promiscuidade entre Estado e Capital provém daquilo que Arendt (1989) entendeu como a tomada efetiva do Estado pela burguesia, cortando os intermediários burocratas que haviam sido seus procuradores, quando periferizaram a nobreza no controle da política. Para a autora, o Imperialismo é o auge do controle da burguesia sobre o Estado, o usando explicitamente pelo seu domínio da força. Nessa versão capitalista do colonialismo, além de vampirizar o mudo fora da Europa Ocidental por seus recursos, a extensão e profundidade do controle trazidas pela união indissociável entre burguesia e Estado tornava possível enviar e reproduzir os excedentes de capital em quaisquer partes do mundo. Mesmo naquelas em que a população era tida como primitiva ou incivilizada e os Estados-nacionais locais ainda não eram consolidados o suficiente para exercerem eles mesmos o monopólio da força. A atuação da *Amazon Peruvian Company* aliava perfeitamente a extração de produtos primários (o látex amazônico) e a reprodução de capitais (acionistas e investimentos britânicos). E o fazia explorando, à beira da dizimação, as tribos nativas da região.

O lugar de Roger Casement nas relações estabelecidas entre o centro do Império e as regiões sob dominação, e suas populações, é um lugar de complexidades e conflitos. Casement foi nascido e crescido na Irlanda, sob domínio direto da Inglaterra desde 1801, depois que os Atos de União foram aprovados em ambos parlamentos formando o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Desde o século XII, períodos de menor ou maior domínio das casas reais britânicas sobre os territórios irlandeses estiveram em voga, causando severas guerras por liberdade e agressivas investidas colonizatórias. As consequências dessas investidas passavam pela expropriação de terras de católicos irlandeses que eram destinadas a colonos protestantes ingleses³ e cobrança de pesados impostos sobre o que era produzido pelos irlandeses nativos.

Segundo Ó Siocháin (2005), já era possível identificar preocupações de Casement sobre a condição da Irlanda e de seu povo em sua juventude, especialmente com as lutas pelo direito dos irlandeses de possuírem e produzirem em suas terras. Uma conexão mais nítida entre o jugo estrangeiro e as misérias do povo irlandês, segundo o autor, teria se construído durante sua investigação no Estado Livre do Congo, com invocação a suas experiências como testemunha da segunda guerra dos Boers (1899-1902).

Como reconhecimento da Coroa Britânica pelos serviços prestados na construção do relatório sobre o Estado Livre do Congo, em 1905 Casement foi nomeado para a *Order of St. Michael and St. George*⁴. Paradoxalmente, no mesmo ano juntou-se ao Sinn-Féin, movimento fundado para a defesa e luta pela independência da Irlanda. Desde o ano anterior (1904), Casement já era membro da Liga Gaélica, um movimento, composto por artistas e intelectuais irlandeses, que visava valorizar e recuperar traços da cultura e da língua irlandesas. As proximidades e sobreposições nas datas que marcam estes eventos relacionados a vida do Cônsul possibilitam demonstrar com

³ Após o rompimento de Henrique VIII com a Igreja Católica, em 1534, a busca por fidelidade ao anglicanismo inseriu um agressivo elemento religioso nos conflitos entre Irlanda, e sua população católica, e os invasores ingleses.

⁴ A mais alta honraria concedida a Casement, pela Coroa Britânica, foi sua nomeação ao título de Cavaleiro, em 1911.

nitidez a complexidade e os conflitos de seus pertencimentos identitário e ideológico. Essa complexidade me interessa, particularmente, na medida em que pode contribuir na compreensão das intrincadas elaborações de Casement sobre os povos nativo e suas condições de vida e trabalho sob a exploração da *Peruvian Amazon Company*.

Teoricamente, a compreensão desses elementos complexos, e possivelmente conflituosos em algumas instâncias, é operada através de dois conceitos desenvolvidos pela linguista e crítica literária Mary Pratt, em sua obra “Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação” (1999). O primeiro conceito desenvolvido por Pratt (1999) que é mobilizado nesta análise é o de “zona de contato”. A narrativa de viagem do contexto colonialista é construída em um espaço onde o viajante se encontra com um território, uma cultura e sociedade profundamente diferentes de seu habitat de origem. A experiência da viagem e o ato de narrar são construídos no contato com esse universo. Esse contato é marcado pela assimetria de poder, por coerção e muitas vezes pela violência. A assimetria, no entanto, não exclui a troca. A experiência de viajar e narrar é profundamente marcada pelas relações e trocas estabelecidas na zona de contato. Tanto as relações pacíficas, quanto as relações conflituosas.

O segundo conceito é o de “homem branco hifenizado”, desenvolvido para nomear e explicar uma categoria de súditos imperiais que viajaram pelo mundo a serviço de potências imperiais, mas que não eram originários de países centrais ao Império e tiveram suas trajetórias e escritos marcados por essa contradição:

Cada um destes foi um homem branco cujas identidades nacionais e cívicas eram múltiplas e frequentemente conflitantes; cada um deles havia vivenciado em profundas histórias pessoais e sociais as duras realidades do euro-expansionismo, da supremacia branca, do domínio de classe e da heterossexualidade⁵. *Os homens brancos hifenizados foram os principais arquitetos da frequente imperialista crítica interna do império.*⁶ (PRATT, 1999, p.353. Grifo meu)

Roger Casement, em sua longa trajetória consular pelo Império Britânico experienciou e/ou testemunhou e documentou, por missão oficial e interesse pessoal, décadas de atuação dessa “euro-expansão” e seus efeitos e relações com povos nativos de diferentes continentes. Considerando a própria experiência irlandesa sob domínio britânico, Casement conheceu com profundidade as realidades dessa expansão em três continentes, imbuindo-se de uma experiência que será tomada como elemento fundamental para a análise dos seus registros sobre os nativos amazônicos e o contato destes com essa expansão.

Dada a natureza da missão que orientava a expedição de Casement ao Putumayo e ao objetivo de que seu relatório servisse como base para a punição dos responsáveis pelas condições a que eram submetidos os povos nativos, seus registros são permeados por intensa descrição e algumas reflexões sobre como eram estabelecidas as relações opressivas de trabalho entre os indígenas e os “*caucheros*”⁷. Esse relatório é a fonte central explorada nessa análise, com o complemento de alguns registros feitos em outros escritos de Casement. Ao buscar analisar essas descrições e reflexões, o objetivo é perceber como há uma complexa dinâmica que envolve uma sensibilidade pouco comum com o fardo dos nativos ao passo que não se desvincula das interpretações correntes à época, no que diz respeito

⁵ Não tomaremos a abordagem de discussões de gênero em conta nessa análise, mas cabe registrar que, quando Casement foi julgado e condenado por traição à Coroa Britânica (1916), a Scotland Yard tornou públicos registros feitos por Casement em seus diários pessoais que revelavam sua homoafetividade.

⁶ Outros homens brancos hifenizados que são apontados por Pratt são Henry Morton Stanley e Josef Conrad.

⁷ Essa é a denominação usada por Casement para designar os sul-americanos não nativos que migravam, permanente ou temporariamente, para atuar na extração do látex. Devem ser diferenciados dos “barbadianos”, homens negros ou miscigenados que eram trazidos pela *Peruvian Amazon Company*, da ilha de Barbados, para atuarem especificamente como capangas na vigia e repressão dos nativos.



a questões relativas à raça e cultura. A começar pela forma como eram estabelecidos os vínculos que atrelavam os indígenas ao trabalho forçado e aos seus exploradores, voltemos nosso olhar a esses registros:

Sería absurdo pretender que estos indios salvajes se alegraron con la llegada de Hernández, Larrañaga y los otros colombianos que siguieron a estos “conquistadores” modernos. Sin duda, se alegraron de recibir machetes, dinamita y cartuchos para las pocas armas de fuego que tenían, y con la expectativa de adquirir más de éstas tan preciadas armas así como bagatelas como perlitas, espejos, tazas de lata, vasijas, anzuelos y tentadoras latas de sardina y carne enlatada -artículos de poco valor intrínseco pero muy atractivos para el indio habitante de regiones tan inaccesibles-. [...] Muchos indios se sometieron ante un ofrecimiento engañoso para después descubrir que al entrar en los libros de los “conquistadores” habían perdido toda libertad y se veían obligados a más exigencias de caucho y más tareas diversas sin fin. (CAAAP; IWGIA, 2011, p.78-9)

Alguns elementos devem ser destacados desse registro. O primeiro deles é a presença de um mote antigo nas crônicas coloniais que constrói e reproduz a noção de ingenuidade ou pouca inteligência de povos nativos que “se deixavam seduzir” por artigos que tinham pouco valor comercial para os colonizadores, mas poderiam ter grande valor de uso para os povos nativos. A ideia de que a transação na qual os nativos trocavam as informações que tinham sobre o território e as riquezas procuradas, ou mesmo seu trabalho, por artigos corriqueiros seria essencialmente uma transação desvantajosa ao indígena e facilitada por uma suposta inferioridade material é a reprodução de um ideário colonial que vê o indígena como incapaz e sua cultura como marcada profundamente pela falta, em relação aos recursos materiais do mundo ocidental.

Assim, apesar dos destaques à crueldade e desonestidade dos *caucheros*, o nativo é representado dentro de uma lógica discursiva que reproduz os entendimentos do pensamento racial, que se estruturou desde o fim do XVIII, que infantilizava os povos ameríndios. Essa infantilização era fruto da teoria racial de vertente monogenista, que via o ameríndio como parte integrante da humanidade, compartilhando sua origem com o branco europeu, mas que se encontrava em um estágio de desenvolvimento que corresponderia a infância da humanidade (SCHWARCZ, 1993).

O segundo elemento que quero destacar diz respeito à nítida escravidão por dívida expressa na condição dos nativos como reféns dos “*libros de los conquistadores*”. Era essa servidão por dívida que estabelecia o aliciamento dos nativos para realizarem o trabalho de extração do látex, assim como de outras atividades necessárias à manutenção dos acampamentos. É fundamental destacar que o estabelecimento da servidão por dívida não se funda na suposta inocência do nativo que se deixaria enganar, mas no controle dos livros de registro das dívidas. Esse controle estava nas mãos dos *caucheros*. Ao detalhar sobre a exploração exercida pelos *caucheros* sobre os nativos, Casement é assertivo em relação à existência de uma arraigada noção de posse dos primeiros sobre os segundo:

Los indios fueron incluidos en el paquete junto con los asentamientos. En el alto Amazonas, es lo más común escuchar hablar a un comerciante sobre “mis indios” o “mi río”. [...] Una vez que una tribu india ha sido “conquistada”, se vuelve propiedad exclusiva de quien la asaltó, y ese reclamo sin ley es reconocido como un derecho por toda esa extensa región, que no se limita solamente a la zona del Putumayo. [...] La costumbre sancionada por largas tradiciones y un uso maligno cuya máxima es que “el indio no tiene derechos” es mucho más fuerte que la distante ley que rara vez es puesta en práctica. (CAAAP; IWGIA, 2011, p.79-80)

A noção de conquista é claramente documentada, apontando que ela carregava consigo a compreensão de que o domínio de um território significava o domínio dos seres humanos enraizados naquele território, especialmente

se eles pudessem ser depreciados ao limite pela retórica dessa conquista (TODOROV, 1983). Ao refletir sobre essa prática que subjugava o elemento humano tornando-o uma posse que poderia ser apropriada assim como qualquer outro “recurso” conquistado, Casement remonta às práticas que haviam sido empregadas ao longo de séculos de colonização ibérica na América do Sul e que, no início do século XX, eram atualizadas pelas práticas colonialistas contemporâneas. Ao observar essa análise em profundidade histórica feita por Casement, é possível observar com mais nitidez o posicionamento crítico do mesmo em relação às práticas colonialistas, do passado e do presente. Essa crítica se fundava, essencialmente, em sua preocupação com a violência praticada contra os nativos. Em seu diário pessoal, que escreveu durante a expedição, encontra-se esse registro:

Não havia trabalhadores – não havia indústria em Putumayo. Havia simplesmente uma floresta selvagem habitada por indígena selvagens, os quais eram caçados como animais selvagens e obrigados a trazer borracha por bem ou por mal, e assassinados e açoitados se não trouxessem. **Esse era o sistema...** Os brancos não se importavam onde ficavam as árvores [seringueiras], tudo com o que se preocupavam era com onde estavam os indígenas – isso para garantir que não escapassem. (CASEMENT, 1997, p. 149-50. Grifo meu.)⁸

Essa fundamental atenção à exploração dos nativos pode ser entendida pela centralidade que a violência ocupava nessa cruel dinâmica, assim como pela sensibilidade do autor em relação a esta exploração e esta violência. Essa sensibilidade precisa ser relacionada com a identificação que Casement estabelecia entre a exploração e a consequente pobreza dos irlandeses, sob jugo britânico, e as misérias dos nativos no Putumayo. Essa conexão é aprofundada em textos e correspondências que Casement escreveu entre 1911 e 1914⁹ abordando o lugar da Irlanda e da Inglaterra na dinâmica imperialista. A emergência de textos contundentes nas críticas ao Império Britânico, no mesmo ano em que expedicionou o Putumayo, é evidência de que tal experiência operou um profundo impacto na maturação das posições críticas ao imperialismo e suas práticas.

Ao destacar que as práticas de violenta exploração aos nativos “era o sistema”, o Cônsul deixa evidente que compreendia a realidade que estava testemunhando como uma norma e não como um desvio do sistema imperialista. Elementos dessa compreensão sistêmica da exploração e da violência dentro dos empreendimentos imperialistas já haviam sido levantados por ele em seu relatório sobre o Estado Livre do Congo, em 1904: “*When speaking to M. le Commandant Stevens at Coquilhatville on the 10th instant, when the mutilated boy Epondo stood before us as evidence of the deplorable state of affairs I reprobated, I said, ‘I do not accuse an individual, I accuse a system.’*” (BRITISH CROWN, 1904, p. 17. Grifo meu). Ao estabelecer tal conexão, é possível perceber como a trajetória de Casement, nas décadas anteriores a sua viagem ao Putumayo, estrutura a construção de suas reflexões. É importante destacar que, nos dois casos, a explicitação de um problema sistêmico está relacionada à denúncia da violência infligida aos nativos, seja aos ameríndios, seja aos africanos. Seu interesse em empreender a expedição investigativa à região amazônica, assim como a forma que constrói seus registros sobre ela são fundamentados nos tensionamentos com suas experiências anteriores à serviço da mesma Coroa Britânica que era alvo de suas críticas diretas, em outros espaços de escrita já em 1911.

Retomando a centralidade da violência na exploração do trabalho indígena, anteriormente apontada em relação a penúltima citação, é preciso conectá-la a questão da escravidão por dívida e à abundância do contingente

⁸ Essa citação foi traduzida pela autora de seu original em inglês.

⁹ Esses textos foram compilados e publicados, em 1915, em coletânea denominada “The crime against Europe”, em alusão ao seu argumento de que o domínio da Irlanda fundamentava a posição geográfica estratégica que a Inglaterra tinha no domínio de suas possessões imperiais ao redor do mundo. Essa posição significaria uma desvantagem ao desenvolvimento de toda a Europa e do livre comércio.



indígena. A mão de obra violentamente explorada no contexto da extração do látex amazônico não precisava ser comprada e/ou transportada de lugares distantes, como os escravizados vítimas do tráfico transatlântico, nos séculos anteriores. Em oposição à exploração e à violência, que eram entendidas como sistêmicas, Casement compreendia que a relação dos caucheros, e desse sistema que eles corporificavam em solo amazônico, com o lugar e com o nativo, enquanto indivíduo, era transitória, porque descartável:

Los que llegaron en busca de caucho no tenían la intención de vivir en la selva sino por el tiempo necesario para acumular la riqueza que esperaban amasar. Querían ser ricos rápidamente, no quedarse y civilizar a los indios o hacer su hogar entre ellos. Los árboles de caucho por sí solos no tenían valor; lo que los “conquistadores” invasores estaban buscando eran indios que podían ser obligados o inducidos a sangrar los árboles y traer el caucho en las condiciones impuestas por el hombre blanco. (CAAAP; IWGIA, 2011, p. 78)

Dessa forma, esses corpos, que eram vistos pelo Império como meros instrumentos de trabalho, eram descartáveis e poderiam ser penalizados pelos meios mais cruéis, mesmo que isso causasse sua inutilidade ou morte. Os corpos nativos, assim como suas terras, recursos e culturas, estariam ali para servir ao colonialismo contemporâneo, assim como estiveram no colonialismo moderno, apesar destes utilizarem diferentes mecanismos de exploração (MCGRATH, 2017; VERACINI, 2013).

Se o caro leitor fizer a gentileza de retomar as citações dos registros de Casement que foram inseridas até aqui, perceberá que em sua ampla maioria fazem menção ao um indígena primitivo, a uma Amazônia selvagem, a uma missão civilizadora que deveria ser carregada pelas atividades econômicas inseridas nesses territórios. É a esse aspecto da relação do Cônsul com os nativos que quero lançar algumas reflexões. Para tanto, é fundamental destacar que ao longo de sua permanência na América do Sul, e com mais profundidade nos preparativos para sua viagem à Amazônia, Casement foi um leitor ávido de cronistas viajantes que haviam compartilhado nos séculos anteriores, especialmente no XIX, suas observações e juízos sobre a América ibérica. Na escrita de seu relatório, o estabelecimento de uma rede de trocas com esses cronistas é latente, incluindo militares, engenheiros, naturalistas, missionários e aventureiros¹⁰. Como destaca Pratt (1999), entre a modernidade e a contemporaneidade se constituiu na Europa uma comunidade de escritores e leitores sobre os “novos mundos”, inclusive alimentando um poderoso mercado editorial. Casement recorre aos seus predecessores, principalmente, em termos de cartografia e etnografia.

Mitchell (2011, p. 33), destaca a vasta leitura que Casement possuía em termos de crônicas de viajantes, especialmente estrangeiros, que haviam percorrido o Brasil. Quero destacar, aqui, suas leituras que envolviam naturalistas versados nas teorias raciais e que haviam olhado o Brasil a partir da perspectiva destas, como Von Martius, Von Humboldt e Louis de Agassiz. Como ricamente analisado e teorizado por Laplantine (2003), os viajantes e suas crônicas, desde o século XVI, especialmente os naturalistas, foram fundamentais na formação de um repertório documental e no desenvolvimento de métodos que estruturaram a etnografia, a antropologia física e sua filha, as teorias raciais. Embora Casement não tenha frequentado os bancos universitários onde essas discussões eram formalmente ensinadas no preparo dos agentes imperiais de diversas formações, seu autodidatismo e afincamento no preparo para suas atividades consulares e investigativas haviam lhe imbuído de um atualizado arsenal de discursos científicos que embasavam ideologicamente o colonialismo.

Discorrendo sobre a condição dos povos nativos no momento do encontro com as primeiras expedições que buscavam pontos para a extração de látex, Casement deixa explícita sua visão do indígena como primitivo:

¹⁰ Entre as páginas 75 e 88, podem ser encontradas múltiplas referências a outros cronistas viajantes (CAAAP; IWGIA, 2011).

*Prácticamente, eran **pueblos primitivos intocados** cuando los primeros “caucheros” colombianos bajaron el Putumayo desde las partes altas donde vivían, se establecieron en diferentes puntos a lo largo de las cabeceras del Caraparaná y el Igaraparaná, y entablaron negocios de intercambio con **estas tribus poco sofisticadas**. (CAAAP; IWGIA, 2011, p.77. Grifos meus.)*

Como já observado em relação ao estabelecimento das dívidas em troca de “*armas de fogo e bagatelas*”, Casement vê os povos ameríndios como seres humanos em condição de subalternidade em relação ao homem branco europeu. Essa subalternidade é caracterizada pelo pertencimento a um degrau inferior na escala evolutiva da humanidade que fora estabelecida pelo pelas teorias raciais e pelo darwinismo social. Essa perspectiva representava uma transformação nas abordagens que tinham os indígenas como animais (sem alma), no séculos XVI e XVII, ou que viam as populações de diferentes raças como não integrantes da mesma humanidade, como foi predominante até o XVIII, quando a racionalidade iluminista unificou a humanidade, colocando o homem racional europeu como sujeito universal (LAPLANTINE, 2003). A noção de que o ameríndio era um primitivo a ser conduzido na evolução pelo caminho do progresso universal, guiado pelo europeu racional e civilizado, repercute de forma intensa no pensamento de Casement.

Essa compreensão das questões raciais permeava toda a dinâmica do violento encontro entre os nativos e os múltiplos agentes que atuavam na implementação do empreendimento colonialista no Putumayo. As terminologias que eram empregadas na definição das funções e lugares sociais, dentro dos acampamentos *caucheros*, ressoavam as teses científicas das teorias raciais com toda sua carga de poder e violência, como será possível observar nos seguintes excertos:

*[...] acompañados de una banda de “peones” pagados, o como se les suele llamar en esta región, “**racionales**” (mayormente **mestizos** que pueden leer y escribir para distinguirlos de los “**indios**” que ignoran todo salvo los conocimientos de la selva). (CAAAP; IWGIA, 1911, p. 78. Grifos meus.)*

*[...] Algunos “**muchachos**” podían ascender en el servicio comenzando por ser “**cholitos**”, o niños indios, probablemente huérfanos criados entre los blancos y entrenados para ejecutar sus órdenes. (CAAAP; IWGIA, 1911, p. 85. Grifos meus.)*

Como é possível observar pelos destaques feitos nos excertos, a dinâmica social dentro dos acampamentos *caucheros* era hierarquizada com base no pertencimento racial atribuído aos indivíduos, criando ou reproduzindo terminologias que, inclusive, ainda repercutem nas reverberações racistas dentro da sociedade pós-colonial da América Latina. Essas terminologias já estavam em uso, quando Casement se apropria delas e as reproduz em seu texto, inclusive indicando essa apropriação pelo uso de aspas. O que interessa, especialmente, é que essa apropriação é feita de forma naturalizadora, sem que sejam questionadas, por exemplo, diferenciações como entre “*racionales*” e “*indios*”. Tal dicotomia, opondo aqueles que são portadores de racionalidade aos que são nativos, reproduz e dá legitimidade a uma compreensão de racionalidade que foi erigida a partir do Renascimento europeu, cristalizando-se no Iluminismo, e que consolidou um espaço hierarquizado e excludente para todos os sistemas de conhecimento que não compartilhassem dos pressupostos da Europa Ocidental moderna (KAPIL, 2007).

A esses sistemas de conhecimentos que foram rotulados sob o título de “outros”, ou seja, não europeus ocidentais modernos, foi recusada qualquer habilidade racional e capacidade de gerar produtos legítimos. Ao passo que lhes recusava legitimidade, a ciência europeia expropriou suas experiências e saberes, transformando-os,

direta ou indiretamente, em riquezas que não contemplaram seus donos originários. Assim como o ouro, o látex ou as especiarias, os conhecimentos nativos foram saqueados em nome da suposta primitividade e irracionalidade de seus detentores. Enquanto Casement reconhece e refuta a violência física perpetrada contra esses nativos, ele mesmo reproduz uma forte abordagem ideológica que estruturava a violência simbólica contra eles. Em grande medida, em muitos discursos e práticas colonialistas contemporâneas, isso sustentava a legitimidade daquela mesma violência física.

Em termos concretos, podemos ver as posições de poder e violência marcadas por essas terminologias. Os “*racionales*” comandavam a extração de látex e a violenta repressão dos indígenas que se insubordinavam. Os “*muchachos*” eram vítimas dessa violência, mas também, em muitos casos, passavam a empunhar o chicote contra seus semelhantes, como consequência de um brutal processo de opressão. Como destacado por Casement, era uma opção entre bater nos “*indios*” ou apanhar dos “*racionales*”. Já “*indios*” denominava os nativos que estavam na base pisoteada dessa pirâmide de poder. Extraíam, beneficiavam e transportavam o látex sob a haste do chicote dos “*racionales*” e muitos “*muchachos*”.

Ao definir como “*racionales*”, não só os brancos, mas também os “*mestizos*” que sabiam ler e escrever, em oposição aos “*indios que ignoran todo salvo los conocimientos de la selva*”, há um endosso das conexões estabelecidas entre raça, racionalidade e os conhecimentos não europeus. Nessa complexa e conflituosa posição, é possível identificar com nitidez as contradições que o lugar de homem branco hifenizado trazia para a experiência do Cônsul. A complexidade dessas contradições é latente, quando identificamos que, diante dos horrores da violência, Casement repudia as atividades colonialistas ali estabelecidas como uma forma legítima de proceder quanto ao necessário processo civilizatório daqueles primitivos povos indígenas:

Pero los “caucheros” llegaron como filibusteros, no como civilizadores, y no fueron acompañados por ningún oficial ejecutivo representante de un control civilizado. La región era prácticamente una tierra de nadie, alejada de cualquier autoridad o influencia civilizadora y reclamada en los mapas por tres repúblicas distintas. (CAAAP; IWGIA, 2011, p. 78)

Se analisarmos essa asserção sobre as atividades *caucheras* em consonância com a categórica atribuição de suas violências a um sistema, é possível inferir que o Cônsul não via o arranjo global do colonialismo, em suas versões moderna ou contemporânea, como um sistema capaz de operar legitimamente a civilização dos povos tidos como primitivos. Se recordarmos que Casement remonta às práticas do colonialismo ibérico para explicar a relação entre brancos e indígenas, vendo aí a origem de uma relação corrompida e que colocava o nativo em situação de medo e fuga, é possível observar uma profundidade histórica em sua análise.

A recusa do colonialismo contemporâneo, pode ser melhor analisada com a seguinte reflexão de Casement:

The expropriation of the Indians and barefaced denial of all rights in land of the Indians is at the bottom of de whole system os slavery that undoubtedly exist on those regions. If the Indians were protected in their land ownership they would not be the easy prey they ate today to the exploiter. It is the Leopold system in Africa - all over again [...] If you root the natives in the soil - African or Indian [...] - you free him. (CASEMENT apud Ó SÍOCHÁIN, 2005, p. 9. Grifos meus)

A primeira coisa a destacar é a recorrência da alusão a um sistema, solidificando a compreensão de que Casement entendia as condições dos nativos diante da violência impetrada por seus exploradores, na África ou na

América do Sul, como parte de um todo que operava inerentemente sob o signo da exploração e da violência. Ao afirmar plenamente que os nativos eram legítimos requerentes da propriedade de suas terras, está enfrentando de forma explícita o princípio dos domínios colonialistas que se apropriam, direta ou indiretamente, dos territórios que lhes são lucrativos. Ao comparar os nativos ameríndios aos nativos africanos, fica evidente a mobilização de suas múltiplas experiências no mundo imperial no fim do XIX e início do XX. Apesar da distinta estratégia de domínio, direta no caso do Estado Livre do Congo e indireta no caso da Amazônia, Casement vê o mesmo sistema atuando na expropriação e extermínio de povos nativos.

Por fim, é importante lembrar que esse excerto foi escrito em uma fase já madura de seu envolvimento com a independência da Irlanda. A luta pelo direito dos irlandeses à Irlanda, repercute na compreensão de que os nativos ameríndios e africanos são legítimos donos de seus territórios, ao passo que testemunhar as agruras desses nativos também iluminou sua própria relação com a Irlanda e com o Império Britânico enquanto seu algoz (MITCHELL, 2011).

Retomando as contribuições de Pratt, essa categoria de sujeitos homens brancos hifenizados, a que pertencia Casement, empreendeu frequentes críticas ao imperialismo partindo de suas posições internas ao sistema, como foi possível observar na análise de seus registros. Outro autor que demarca esse lugar de crítica ao Império, falando especificamente de Casement, é Robert Burroughs (2010) ao destacar que os registros do Cônsul demarcaram mudanças significativas no cânone da literatura de viagem, na transição do século XIX para o XX. Segundo o autor, Casement estabelece uma ruptura ao expressar explicitamente suas indignações com as práticas violentas infligidas às populações nativas.

Para ambos autores, há uma forte luz lançada sobre como foi estabelecida a crítica ao império e suas práticas, embora não façam extensas análises documentais a respeito¹¹. É fundamental destacar que a análise construída aqui buscou pesar as ambiguidades e conflitos que este complexo entrelugar produziu nos registros de Casement. Sendo assim, foram consideradas as múltiplas formas como sua inserção no projeto imperialista - ora como seu agente, ora vendo-se no lugar do colonizado - repercutiram em seus escritos, inclusive na reprodução de padrões ideológicos que estavam na própria base do Império.

As críticas e conivências na relação de Casement com o sistema nefasto que ele reconhece no imperialismo, devem ser pensadas como complexas e intrincadas posições que foram construídas dentro de uma zona de contato que pode ser pensada em um movimento triangular, envolvendo as experiências de Casement com o centro do Império e o peso de suas referências ideológicas, o conjunto do mundo colonizado fora da Europa, abrangendo a América do Sul e a África, e a Irlanda, carregando os séculos de relação dominada com a Inglaterra. Logo, suas asserções sobre as condições dos nativos do Putumayo não são apenas as reflexões de um indivíduo ao observar os povos de uma pequena porção da gigantesca Amazônia, mas o produto de uma vida dividida e, ao mesmo tempo, compartilhada em múltiplos espaços do imperialismo no mundo atlântico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

BOLFARINE, Mariana. **Between Angels and Demons: trauma in fictional representations of Roger Casement**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Universidade de São Paulo, 2015.

¹¹ Pratt apenas nomeia Casement como um membro deste seletivo grupo de homens brancos hifenizados, não explora sua trajetória ou documentação.



BRITISH CROWN. **Further correspondence respecting the administration of the Independent State of the Congo.** London: Harrison and sons, 1904.

BURROUGHS, Robert. **Travel Writing and Atrocities: Eyewitness Accounts of Slavery in the Congo, Angola and the Putumayo.** London: Routledge, 2010.

CASEMENT, Roger. **The Crime Against Europe.** Philadelphia: The Celtic Press, 1915.

CASEMENT, R. **The Amazon Journal of Roger Casement.** London: Anaconda Editions, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IWGIA; CAAAP. **Libro Azul Británico.** Informes de Roger Casement y otras cartas sobre las atrocidades en el Putumayo. Lima: IWGIA e CAAAP, 2011.

KAPIL, Raj. **Relocating Modern Science Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900.** Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

MCGRATH, Shelly. Binary discourses and ‘othering’ Indigenous Australians. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324062155>. Acesso em: 28 out. 2020.

MITCHELL, Angus. **Roger Casement no Brasil: a borracha, a Amazônia e o Atlântico.** São Paulo: Humanitas, 2011.

Ó SÍOCHÁIN, Séamas. Roger Casement’s vision of freedom. In: DALY, Mary (Ed.). **Roger Casement in Irish and World History.** Dublin: Royal Irish Academy, 2005.

PRATT, Mary. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Candice Vidal. **A Pátria Geográfica.** Sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia, 1997.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do Outro.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Apontamentos sobre a economia da borracha e a exploração da mão de obra indígena em Rondônia. **Nanduty**, v. 5, n. 7, 2017/2.

VERACINI, Lorenzo. Introducing settler colonial studies. **Settler Colonial Studies**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2011.

HISTÓRIA DA CIDADE DE TRIUNFO A PARTIR DA NARRATIVA DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Clébia Valêscia Gonçalves Soares¹

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre a história da cidade paraibana de Triunfo a partir da memória da Confederação do Equador, que se faz presente por meio de símbolos e de uma narrativa construída para celebrar tal episódio da história do Brasil, que passa a ser elaborada a partir de 2004, quase dois séculos após o evento. Alguns símbolos e uma narrativa historiográfica foram construídos fundamentados na afirmação de que Triunfo teria sido cenário de uma das batalhas dos confederados, denominada de “Morticínio de Picadas” e, por isso, deveria fazer jus a essa memória a partir da edificação de um memorial e de um conjunto de ritos. Constrói-se na cidade uma memória coletiva reforçada pela criação de símbolos que passem a destacar mais valor histórico à cidade partindo, de certo modo, da concepção de que a história ligada a história nacional é mais fidedigna, ganhando maior espaço em nossas tradições coletivas, pois é nossa memória por excelência.

Palavras-chave: Memória, Confederação do Equador, Triunfo.

INTRODUÇÃO

As cidades são repletas de historicidade. Discursos, monumentos, culturas, grupos e espaços sociais distintos compõem suas tramas históricas. Elas tornam-se lugares de onde nascem as imagens e os discursos que a representam e são condutoras de significado e de memória, de onde nascem os patrimônios e o cuidado em mantê-los preservados, reinventando o passado e construindo um futuro, figurando “a evolução cronológica dos governos municipais com seus momentos marcantes e suas realizações fundamentais”. E desse modo convertem-se em lugares de destaque em busca de uma modernidade que a tornam turísticas, rentáveis, sustentáveis (PESAVENTO, 2007).

Diante dessa cenário o presente artigo propõe apresentar um estudo sobre a história e a memória da Confederação do Equador na cidade de Triunfo com base na análise dos símbolos e discursos a cerca desse evento. Os símbolos que compõem esse processo de comemoração são especificamente o Memorial Triunfo, conhecida também como Praça do Memorial, que possui a ilustração do artista plástico Deusdedit Seixas, esculpida em alto relevo em placas de cimento e ocupa a parte inferior do palco, um museu iconográfico, que contém um resumo da história da confederação exposto em placas de vidro e uma espada símbolo da batalha, o memorial possui ainda uma escultura de Frei Caneca, o mais conhecido mártir do movimento, o feriado municipal de 17 de outubro, o hino e a bandeira do município também integram esse conjunto simbólico. Os discursos estão presentes em alguns livros e revistas, que abordam especificamente essa temática ou mesmo que fazem menção tanto a história quanto a construção dos símbolos, como também na fala do prefeito em exercício na época, Damísio Manguiera, idealizador do projeto de celebração da Confederação do Equador, que justifica o investimento na elaboração e celebração da memória local dizendo que “[...] o município fica revestido de alma. Você passa a ter sentido, você vive num lugar

¹ Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, clebiavalesca@gmail.com.

onde tem sentido a história, aonde você sabe o nascedouro, quando você sabe como surgiu e a cidade passa a ter uma maior importância no cenário externo [...]” (Entrevista)².

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Para compreender o que ocorre na cidade de Triunfo é preciso antes ter conhecimento que a Confederação do Equador foi um movimento político revolucionário contra o Império do Brasil, no ano de 1824, surgiu da insatisfação decorrente de duas causas: os ideais monárquicos de D. Pedro I presentes na Constituição de 1824 e a permanência da influência portuguesa na vida política do Brasil, mesmo após a independência. Tinha como objetivos convocar uma nova assembleia constituinte para elaboração de uma nova constituição liberal, acabar com o tráfico de escravos, pôr fim à interferência portuguesa nos negócios públicos do Brasil, diminuir a influência do governo federal dos assuntos regionais, criar um Estado Confederado no Nordeste do Brasil.

Mais longa que a Revolução Pernambucana de 1817 a Confederação do Equador não foi além de 18 de outubro. Proclamada em Recife por Manoel de Carvalho a 02 de julho. Tinha antecedentes em 1817, já em abril de 1824 começam os descontentamentos dos cearenses após a dissolução da primeira assembleia constituinte nacional, e criação de uma nova constituinte “que não satisfazia as aspirações e os desejos da Nação” (STUDART, 1924, p. 613), ferindo assim a soberania nacional. A revolução não ganhou adesão das províncias do Sul, mesmo não sendo de fins apenas regionais, e isso colaborou para que o Imperador pudesse reprimir o movimento com maior facilidade. De acordo com Ibiapina (1926, p. 89)

A repressão do governo foi tão cruel, o numero de victimas que tombaram ás mãos dos carrascos das celebres commissões militares foi tão elevado, os actos de selvageria praticados pelas forças legalistas assumiram proporções tão aterrorizadoras, impressionaram tão profundamente as infelizes populações nordestinas, a secca ‘castigo do céu’, que conincidiu com a derrota dos conspiradores, deixou tão abatido o espirito do povo que, dahi pra cá, nunca mais se agitou outro movimento civico de valor. Creou-se na alma popular um tal pavor das autoridades governamentaes, que nunca mais aquellas mentes atordoadas pelo rigor dos castigos, experimentadas se deixaram embalar em novos sonhos.

“Por decreto de 5 de outubro ficava extensiva ao Ceará a Comissão Militar destinada a julgar sumariamente as pessoas implicadas na Republica do Equador” (STUDART, 1924, p. 617), com isso os líderes, ou heróis, do movimento passaram a serem perseguidos e aos poucos foram presos e mortos sem deixar “herdeiros de seu inimitavel civismo” (IBIAPINA, 1926, p. 89).

Durante a Confederação do Equador ocorreram vários encontros entre as tropas imperialistas e revolucionárias, “sobretudo no Rio do Peixe e em Missão Velha” (STUDART, 1924, p. 617) desse modo foram travadas algumas batalhas, como é o caso da batalha que é denominada como “Morticínio de Picada”³. De acordo com o Barão de Studart⁴ Frei Caneca descreve em seu itinerário a “Hecatombe de Picada” da seguinte maneira:

² SILVA, Damísio Manguiera. Entrevista. [ago. 2016]. Entrevistador: Clébia Valêscia Gonçalves Soares. Triunfo, 2016. 3 arquivos .mp3 (39 min.), p. 11.

³ Alguns são os autores e historiadores que denominam a batalha como “Morticínio de picadas”, porém é Rosilda Cartaxo com seu livro Estrada das Boiadas que o torna popular na região.

⁴ STUDART, Barão de. **Parte Chronologica**. In: REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. p. 142-188.

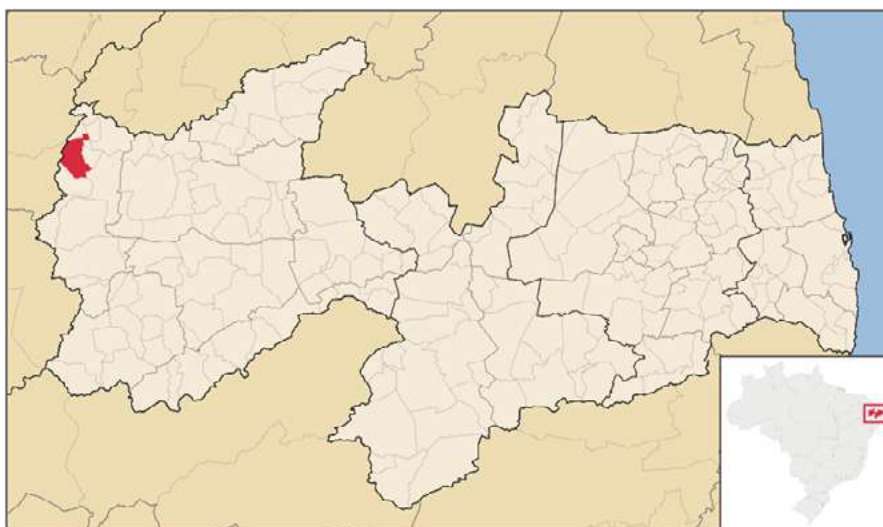
Ao entrar em um lugar chamado *Foazeiro*, ou por outro nome *Cajus Novos*, encontramos o campo, casa e curral cheios de cadáveres que se avaliaram em cento e cinquenta: e soubemos que tinha sido da guarda avançada de Filgueiras, comandada pelo capitão *Maxi*, homem de grande coragem, porém sofrego e imprudente que não querendo esperar que se anunciasse a sua gente, por julga talvez que o inimigo fugisse dele só pelo seu corajoso aspecto, e não por temer as armas, adeantou-se levando unicamente cada soldado três cartuchos embalados, mas aconteceu que ao chegar aquella fazenda, enterando-se os soldados a dar saque na casa, os inimigos que estavam de emboscada, sahindo rapidamente por todos os lados, cercaram-os e como presentissem que lhes tinha acabado o cartuchame, carregaram sobre eles com todas as forças, e foram-os matando até a baioneta.

A tropa do animoso Maxi resistiu o quanto lhe foi possível e também derrotou a muitos dos inimigos, porém succumbiu á grande força, e morreu quasi toda, rscapando bem poucos. Tal nos contaram a história desta lamentavel catastrophe (STUDART, 1924, p. 156-157).

Essa batalha descrita por Frei Caneca é o marco de onde se constrói a história e a memória da Confederação do Equador na cidade de Triunfo-PB. A ligação entre O “Morticínio de Picadas” e a cidade de Triunfo justifica-se pelo fato da cidade nessa época se chamar Fazenda Picada, pertencente a Antenor Navarro, hoje São João do Rio do Peixe. Assim a partir de 2004 se inicia uma sequência de acontecimentos que passam a mudar tanto o cenário como a história da cidade, e essa por sua vez começa a ser reconstruída e recontada tendo como evento inicial a Confederação do Equador.

TRIUNFO E O PROJETO DE CELEBRAÇÃO DA MEMÓRIA DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Triunfo é uma pequena cidade, localizada na microrregião de Cajazeiras, na região que corresponde ao sertão paraibano. Faz limites ao Leste com Poço de José de Moura, Norte com Bernardino Batista, Nordeste com Joca Claudino, Oeste com Umari-CE, Sul com Santa Helena e Sudeste com São João do Rio do Peixe. Possui uma área territorial de 219.866 Km² e cerca de 9.220 habitantes⁵, em sua paisagem o destaque é para a serra situada ao norte de sua extensão territorial.



Mapa com a localização da cidade de Triunfo. Google imagens.

⁵ De acordo com IBGE a partir do censo 2010.

O povoamento da localidade cresceu a partir da construção da capela do Menino Deus, em 1864, após os habitantes da localidade sobreviverem à epidemia de cólera que atingia a região, esse é também o símbolo da religiosidade do lugar. As maiores celebrações na cidade ocorrem em dezembro, dos dias 15 a 25, período das novenas em honra ao padroeiro, nesse tempo a cidade é inteiramente tomada pelo entusiasmo das festividades, logo no dia 01 de dezembro parte significativa da população católica da cidade se veste com roupas na cor rosa, a mesma cor dos trajes usados pelo santo na imagem que, segundo a memória local, teria vindo de Roma no mesmo século da construção da igreja. É também em dezembro a festa de emancipação política da cidade que se deu em no ano de 1961. Dessa forma é principalmente no mês de dezembro Triunfo passa a ser visitada por pessoas das regiões circunvizinhas, de localidades mais distantes e de outros estados, nesse contexto a cidade também já foi objeto de destaque da mídia estadual mais de uma vez.

Até 2004 o fator de maior relevância na história da cidade, era o aspecto religioso, e a maior parte da sua população, de certo modo, encontra-se alheia a qualquer outra história e memória que não fosse essa. Todavia no final do ano de 2002 início de 2003, haviam se iniciado pesquisas em torno da história Confederação do Equador, impulsionada pela memória do relato oral de alguns moradores mais antigos da cidade e provável veracidade do fato descrito no texto escrito por Rosilda Cartaxo, pouco menos de 30 anos antes da idealização do projeto, mas de fato, a história, ou a memória da Confederação do Equador que se relaciona com Triunfo só vai tornar-se popular em 2004, aproximadamente dois séculos depois do movimento. Outros autores já tinham narrado o Morticínio de Picada, mas o texto de Rosilda Cartaxo se torna impulsionador para a realização do projeto, pelo fato de situar a batalha no sertão do Rio do Peixe, e sabendo que a cidade de Triunfo no ano que ocorreu a batalha era a Fazenda Picada, de propriedade de Agostinho José Tomas de Aquino, e pertencia a São João do Rio do Peixe ficava claro a partir dos relatos da autora que a cidade só poderia ser o lugar citado por ela.

Ao mencionar que ocorreram três encontros entre imperialistas e confederados em Umari, Taboleiro Grande e Brejo das Freiras, regiões próximas aquela fazenda, pelos limites territoriais a narrativa corrobora mais uma vez com a afirmativa que a batalha ocorreu no território da cidade de Triunfo, e mais a cidade hoje incorpora um sítio que é denominado Taboleiro Grande. Por fim, Rosilda Cartaxo declara que naquele lugar onde ocorreu a batalha foi dado o nome de Triunfo, e como a origem do nome da cidade é ainda impreciso encontra-se aqui outro aspecto que colabora para a afirmação desta história e construção da memória. A origem do nome da cidade passa a ser questionada com a emergência dessa nova história e Damísio Manguiera coloca essa situação ao afirmar que no início das pesquisas, quando a história começa a vir à tona

(...) existia a dúvida na época se o nome de Triunfo era originário, como diz o livro de Rosilda, em homenagem ao movimento, né, ao processo de... vamos dizer assim, de debelar o movimento revolucionário que o governo imperialista considerou que tinha sido uma vitória, um triunfo, e deram ao local o nome de Triunfo isso que diz o livro, então existia essa dúvida, né, se o nome do município estava ligado a isso, se era a questão do fato do milagre do Menino Deus⁶ (Entrevista)⁷.

A celebração da memória da Confederação do Equador em Triunfo é entendida por Damísio Manguiera como a oficialização de uma história que já era conhecida informalmente pela população de Triunfo. Contudo,

⁶ O sertão sofria com uma terrível epidemia de cólera que teve a ponto de dizimar quase toda a população, por volta da segunda metade dos anos de 1800, sem mais saída só restavam aos sertanejos à fé como último recurso, e segundo a versão oficial da história que se tinha, o Caboclo Manoel Bernardo rogou ao Menino Deus para que a peste não houvesse de acometer a “Fazenda Picadas” prometendo construir uma capela em sua homenagem caso fosse atendido. Sendo atendido, a capela teria sido erguida e posteriormente o lugar ganharia o nome de Triunfo, pelo triunfo dos sertanejos sobre a epidemia.

⁷ Ibid., 2016, p.08.

o que colaborou para o projeto ser desenvolvido diz respeito a haver condições propícias para isso, à medida que essa memória não disputava com nenhuma outra, tinha legitimidade e poderia facilmente se unir as memórias já existentes na história da cidade.

Uma equipe que une o político aos intelectuais, formada por Damísio Manguiera e seus primos, é que contribui para atestar legitimidade ao projeto. O político possui as condições que propiciam a realização do projeto e os intelectuais o conhecimento necessário para sua execução. O objetivo do grupo era instituir uma memória da batalha que despertasse afetividade na comunidade triunfense e desse modo passando a compor as narrativas históricas oficiais da cidade. Ao mesmo tempo, essa elaboração se desdobraria em outros projetos, como a construção de um marco histórico e urbanístico que desse destaque à cidade e que estaria localizada na rua que passou boa parte da sua infância, ele assim declara ao retratar o que teria motivado o projeto: “A rua em que nasci e passei boa parte da minha infância era também o meu sonho de realização de uma das obras do meu governo e eu sabia que traria uma grande repercussão” (SILVA, 2011, p.87). Resgatar a história do município, a história que escutava desde criança, era para ele o primeiro passo para elevar a autoestima da população e realizar o seu sonho.

Le Goff destaca que “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (2003, p. 470). Essa relação entre a construção da memória coletiva e do poder é notória quando o próprio Damísio Manguiera afirma que a Confederação do Equador só tornou-se de interesse público quando se tornou prefeito. “[...] O interesse público passou a ser a partir do momento em que eu fui investido de prefeito, de um cargo público, porque eu achei interessante que essa história fosse lembrada para que a população conhecesse a sua própria história [...]” (Entrevista).

Com a inclusão da Confederação do Equador na história da cidade, a intenção é que esta passe a ter maior evidência por se tratar de um episódio importante tanto na história do Nordeste quanto do Brasil. Damísio Manguiera ainda destaca que a divulgação dessa história favorece o turismo na cidade. Le Goff, (2003, p. 470), declarou que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”, desse modo, percebo que o que ocorre em Triunfo se assemelha muito ao que Le Goff afirma. Criar uma memória em torno da Confederação do Equador, comemorar esse episódio, contribui em servir o presente e o futuro à medida, que o próprio Damísio Manguiera usa essa memória a seu favor com o propósito de obter destaque para a sua administração, colocar a cidade como roteiro turístico da região e garantir que a memória alcance a posteridade. O turismo é ainda uma estratégia comum para estimular o desenvolvimento econômico das cidades da região, que possuem uma economia emergente, ou mesmo, deficiente, na maioria das vezes trata-se de um turismo religioso. Em vista disso ocorre em Triunfo a união do turismo religioso, caracterizado pela festa do Menino Deus, e o turismo cultural, configurado, por exemplo, na visita ao Memorial Triunfo e ao Presépio Permanente, ambas obras construídas na primeira administração Damísio Manguiera.

O DISCURSO E OS SÍMBOLOS ACIONADOS PARA VALIDAR A CELEBRAÇÃO

O projeto não consistia simplesmente na popularização da história da Confederação e na produção de objetos de memória, mas abarcaria também as celebrações comemorativas, para que o evento obtivesse a coesão social que lhe era designada. Só a comemoração é capaz de anular o esquecimento, garantir que alcance a posteridade e conceder veracidade. “Ao proporem a lembrança de fatos, de feitos heroicos passados a serem recuperados, as festas contribuem para legitimar e dar coesão social à nação” (OLIVEIRA, 1999, p. 183). Assim se estruturaram as festas republicanas no Brasil e, de modo semelhante, operou-se em Triunfo. A festa, a comemoração, não ficou

lá na apresentação do projeto, no momento de inauguração do memorial, mas continuou a ser cuidadosamente realizada nos anos seguintes, já que a repetição também é forte aliada nesse processo.

De acordo com Le Goff, (2003, p. 470), “são as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória”. Logo Damísio Manguiera, juntamente com sua equipe, estava lutando para fortalecer essa memória, que até então era oral e começava a se instaurar como memória escrita. Sem as comemorações esta memória teria grandes chances de se render ao esquecimento, de perder-se em meio a tantas transformações que acompanham a sociedades contemporâneas.

Para que fosse realizada uma comemoração era preciso a existência, primeiramente, de um marco, seja ele no espaço físico ou temporal. Foi a partir dessa concepção que se construiu o Memorial Triunfo e instituiu o feriado, assim se tornaram, dentre os símbolos que corroboram para o fortalecimento da memória, os de maior relevância, segundo o próprio Damísio Manguiera.

Indagado sobre a construção do memorial, Damísio Manguiera deixa claro que foi pensado “Desde o início né! Em 2003, quando a gente começou a luta pra poder resgatar o histórico, [...], a gente já pensava nisso de uma forma de levar isso ao conhecimento da população e das futuras gerações seria através de um marco urbanístico, né”. E completou falando da importância do feriado

[...] a gente achou que seria o momento mais importante pra gente fazer a festa cívica do município, bem mais do que até a data da emancipação, aquela do desfile né, porque a gente poderia fortalecer ainda mais essa memória do que houve e anualmente seria lembrado que as pessoas poderiam buscar o melhor conhecimento se inteirar do que houve né, dos símbolos existem [...]. Eu acho que foi a forma que a gente encontrou de tornar viva essa lembrança (Entrevista).

O memorial e o feriado são símbolos construídos a partir da memória da batalha, mas a utilização desses símbolos com a finalidade de tornar sólidas uma memória e a narrativa de uma nova história, uma nova ideia, um novo regime, são práticas antigas, como fica claro no discurso de José Murilo de Carvalho, (1990, p. 13):

A comemoração é indispensável, sobretudo, para fortalecer a memória, para que ela não caia no esquecimento. A comemoração busca validar a história, justificar a importância da mesma. Damísio Manguiera é preciso ao declarar: “A gente sempre faz questão de realizar esse evento justamente pra que a gente possa fortalecer na memória do povo de que ele é importante”. Isso ocorre naturalmente porque, de acordo com Pierre Nora (1981, p. 15), “à medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história”. Como em Triunfo nunca houve uma memória de um grupo sobrevivente da batalha este é o meio mais prático de torná-la viva.

Para alcançar os objetivos propostos pelo projeto, era preciso contar com a ajuda de alguns símbolos que atribuiriam grande valor a memória da Confederação do Equador, dentro mesmo da história local e nacional. Outrora afirmou Hobsbawm (1984), ao tratar da invenção das tradições, não se consegue alcançar esses objetivos pela simples associação entre narrativas e objetos é preciso construir símbolos que despertem sentimentos. Diante da diversidade simbólica existente, o memorial, o herói, o hino, bandeira, o feriado e a festa cívica, que foram incorporados ao projeto para proporcionar a condição de memória coletiva ao evento.

Outro símbolo extremamente importante é o herói. A história que ganha destaque é ainda a história dos homens ilustres, dos mártires, heróis do povo, e nesse contexto, Frei Caneca, o mártir do movimento, iria integrar a representação simbólica. “Por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si do que sobre a sociedade que produz” (CARVALHO, 1990, p. 14) o herói é elemento indispensável.

Logo quando a gente foi estudando a história e vendo a participação do Frei Caneca né no movimento a gente viu de que a figura mais emblemática da Confederação tinha sido até mesmo pelo fato dele ter sido fuzilado né os outros fugiram Dias, Paes de Andrade, parece que fugiu né, não sei se houveram outros fuzilamentos, mas o que tornou um mártir do movimento foi Frei Caneca, então a ideia de colocar a sua estátua como sendo uma figura de destaque do movimento foi justamente pela repercussão nacional que teve da sua participação e da sua morte em função do movimento⁸.

Dois símbolos ocupam-se de reforçar laços identitários a uma comunidade, a execução do hino e o hasteamento da bandeira. Propõem despertar um sentimento coletivo, patriótico, o indivíduo se enxerga como parte de um grupo. Contudo, Triunfo não possuía um hino e a bandeira não tratava de unir os elementos capazes de instaurar esse sentimento, por isso era necessário criar um hino para o município e promover a alteração no desenho da bandeira, pois só assim eles passariam a assumir verdadeiramente o seu papel de representar uma comunidade. Conforme declara José Murilo, (1990, p. 14-15):

Modernamente alguns símbolos nacionais se tornaram de uso quase obrigatório, como a bandeira e o hino. Tornaram-se identificação oficial de países. (...). A história de hinos e bandeiras constitui, assim, outro instrumento analítico para explorar o conteúdo valorativo ou mesmo ideológico de regimes políticos, se não de sociedades inteiras.

O feriado que se configura como o dia da realização da festa cívica traduz grande importância, por celebrar a existência de todos os outros elementos simbólicos. Ao proporem a lembrança de fatos, de feitos heroicos passados a serem recuperados, as festas contribuem para legitimar e dar coesão social à nação. (OLIVEIRA, p. 1999, 181). No momento de elaboração do projeto já foi considerada a possibilidade de criar o feriado para reunir todos os outros símbolos numa grande celebração⁹. Notamos, portanto, que a memória e o conjunto de símbolos por ela acionados dizem muito a respeito da sociedade e dos indivíduos que os produzem.

O PODER LEGITIMADOR DOS SÍMBOLOS

Na produção da memória uma narrativa foi elaborada mediante a construção de um aparato simbólico que buscou criar um sentimento de pertença, de orgulho e identificação da população com a história apresentada a partir do patrimônio que se ergue. Porque assim é possível a história e a memória alcançarem a posterioridade quando “o patrimônio ocupa, atualmente, uma posição privilegiada nas configurações de legitimidade cultural, nas reflexões sobre a identidade e nas políticas do vínculo social. Do ponto de vista da legitimidade, ele tem a ver com uma antropologia jurídica e política de longa duração, permitindo inscrever-se em uma filiação e reivindicar uma transmissão” (POULOT, 2009, 199).

⁸ (Entrevista), Ibid., 2016, p. 07-08.

⁹ (Entrevista), Ibid., 2016.



Ao tratar das festas da República, Lúcia Lippi (1999, p. 174) já afirmava que “datas, heróis, monumentos, músicas e folclore se conjugam na montagem da memória nacional e, se esta tem consistência, produz-se um importante reforço à coesão social”. E dada as suas devidas diferenças, a construção do Memorial da Confederação do Equador, que inclui a festa cívica, o feriado, a reforma na bandeira e a criação do hino do município, pretende alcançar os mesmos objetivos que outrora almejavam os próceres da República.

Os objetos não são os únicos mecanismos que operam para instituir uma memória possível, mas certamente são os principais instrumentos utilizados para tornar a história concebível, esses objetos contam a história a qual estão designadas e do mesmo modo contam sua própria história, sua elaboração e intencionalidade.

Patrimônio e memória caminham lado a lado, já que ao estarmos frente a um patrimônio, esse nos leva imediatamente a celebração de uma memória, do mesmo modo que fazer o resgate de uma memória coletiva nos remete a projetar monumentos grandiosos que retratam algo ou alguém. Quanto mais grandioso for o monumento, maior será também a sua representação para quem o observa. Desse modo percebemos que, como afirma Le Goff (2003, p. 525), “de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. Contudo, a sua história e seu processo de construção não podem se ocultar diante de tal grandiosidade. O símbolo por si só já denota grande valor a memória e a tradição, mas a descrição desse vinculando-o com a história nacional fortalece ainda mais o seu significado “isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBBSAWM, 1984, p. 21).

Todos os elementos que compõem a memória simbólica da Confederação do Equador são resultado da busca de legitimidade de uma memória coletiva a construída a partir do sentimento nacionalista. Esse sentimento parte da concepção de que o indivíduo sozinho torna-se incapaz de lembrar, a lembrança é a uma condição que parte da concepção de identidade coletiva. Nessa conjectura “o passado torna-se referência com a condição de que seja transmitido como tradição; por sua vez, a autoridade torna-se tradição com a condição de apresentar-se historicamente” (ARENDT apud POULOT, 2009, p. 97). Os objetos, símbolos de uma tradição, não podem falar, mas conseguem nos fazer compreender a sua intencionalidade porque possuem um “sentido que familiarmente deciframos” e se desempenha como uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006). Mas o êxito e popularização desses só são possíveis por se voltarem “para as tradições culturais mais profundas, às vezes alheias à sua imagem” (CARVALHO, 1990, p. 128) foi assim na Revolução Francesa, na República Brasileira e, não distante, na narrativa de memória da Confederação do Equador em Triunfo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Memória diz respeito a lembrança e esquecimento de determinados eventos, enquanto que a história é a reconstrução científica e pontual da memória, e esta por sua vez é livre e sempre atual, a memória sobrevive também da ausência, e a recordação pode fazer uso ou não de estímulos, já a história segue normas e regras para existir e sobrevive pela ligação que tem com o passado. A memória ainda é entendida como individual ou coletiva. Uma é exclusiva do indivíduo ao mesmo tempo que a outra por ser coletiva corresponde a uma comunidade, a um grupo que compartilha das mesmas experiências, culturas, tradições. A primeira existe com base na segunda, é o que o indivíduo absorve da vivência com o grupo.

O evento que ocorre em Triunfo é um caso claro de construção de memória coletiva, onde da iniciativa individual, ou de um pequeno grupo, busca-se instituir uma memória que passa a representar toda a comunidade triunfense, essa memória por sua vez está enraizada na história nacional. Na construção desse imaginário coletivo são acionados alguns símbolos eficazes em garantir a aceitação e a preservação da memória, levando-a a vencer o esquecimento para que possa alcançar a posteridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTAXO, Rosilda. **Estrada das boiadas** (Roteiro para São João do Rio do Peixe). João Pessoa, PB: NOPIGRAL – Nova Paraíba Industria Gráfica Ltda, 1975.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBIAPINA, Matos. Confederação do Equador. Revista Trimensal Do Instituto do Ceará, Fortaleza, Tomo 40. a. XL, 1926.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, p. 07-28, 1981.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. **Enredos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI**: do monumento aos valores. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SILVA, Damísio Manguiera. **Os Labirintos do Triunfo**. Teresina: Halley, 2011

STUDART, Barão de. O Movimento Republicano de 1824 no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, p. 613-618, 1924.

Revista

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador. Fortaleza, 1924.

Entrevista

SILVA, Damísio Manguiera. **Entrevista**. [ago. 2016]. Entrevistador: Clébia Valêscas Gonçalves Soares. Triunfo, 2016. 3 arquivos .mp3 (39 min.).

MÍDIA, HISTÓRIA E CIDADE: O SURGIMENTO DA EMISSORA TV PARAÍSO DE COMUNICAÇÃO EM CAXIAS NA DÉCADA DE 90 – UMA NOVA ABORDAGEM

Eva Erlene Franco de Sousa¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é reconstituir o processo histórico da emissora: TV Paraíso de Comunicação LTDA., com a intenção de trazer uma nova história através dessa nova abordagem de objeto de estudo e ainda analisando, a preponderância do domínio da mídia reproduzido pelo Grupo A. Silva dentro da cidade. Os meios de comunicação são um instrumento de extrema importância social, como uma indústria cultural que emergem novidades tecnológicas, inserido a uma constante rede de informações que se transformam em âncoras de memória para quem o deseja estudar. Analisando obras de José de Assunção Barros (2010), as monografias de Juliete Cristina Campos Silva (2013) e Glaucia de Sousa Oliveira (2011) e dissertações que narram a história da cidade de Caxias/Maranhão e seu contexto social e cultural.

Palavras-chave: História; Cidade; Mídia.

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação são um instrumento de extrema importância social, como uma indústria cultural que emergem novidades tecnológicas, inserido a uma constante rede de informações que se transformam em âncoras de memória para quem o deseja estudar. É concebível que a mídia televisiva ganhou um espaço de visibilidade dentro do Maranhão desde a década de 60 e tem-se uma importância imensa quando se refere à expansão dessas mídias para o interior do estado. Neste sentido, o objetivo deste artigo é reconstituir o processo histórico da emissora: TV Paraíso de Comunicação LTDA. (1992 a 1996), colocando uma análise da história de Caxias/Maranhão, com a implantação e desenvolvimento e o contexto cultural que se preservou na cidade de Caxias, analisando dessa forma, a preponderância do domínio da mídia reproduzido pelo Grupo A. Silva dentro da cidade.

A significância memorialística do contexto de surgimento da emissora está sob o resultado da inovação na comunicação caxiense. Através dessas memórias e de bibliografias já contextualizadas sobre a história da cidade de Caxias, foi possível destacar a perspectivas da Emissora de televisão na época, assim como cada as experiências de cada um, assim como o envolvimento das tevês em consonância com ambiência política da época. Esse é umas das problemáticas abordadas, dentre outras que pautam a seguinte questão: qual o trabalho dos agentes envolvidos que proporcionaram a instalação e o funcionamento da emissora televisiva na cidade? E qual o resultado e a repercussão dessa indústria cultural trazida para Caxias após a década de 1990?

Sendo o Maranhão desde a década de 1960 um pioneiro no ramo da comunicação com suas rádios e a TV difusora, uma das primeiras televisões do estado, tem-se a ampliação as fronteiras da comunicação. Sobre a literatura de Marinalva Barbosa, do qual retrata os meios de comunicação no país de uma forma geral; A obra de Le Goff – História e memória, que trás o contexto historiográfico da memória como uma fonte rica para a escrita;

¹ Pós-graduanda em História do Brasil: Sociedade e Cultura pelo Instituto Superior Franciscano (ISF); Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: evannycxs17@gmail.com

José de Assunção Barros, com a história e seus campos historiográficos, dentre outros trabalhos acadêmico complementares de Juliete Cristina Campos Silva (2013) com sua monografia sobre – Disputas eleitorais em Caxias - MA: A representação de Paulo Marinho como ídolo do povo e a construção da greve dos professores municipais como símbolo da oposição da greve dos professores municipais como símbolo da oposição de 1990 a 2004, do qual ressalta o histórico de Caxias, trazendo a trajetória política de Paulo Marinho e sua gênese com – ídolo do povo e também o trabalho monográfico de Glaucia de Sousa Oliveira renomeada – O Sonho de Miron Pedreira realizado com a Sociedade Humanitária Caxiense: uma análise da representação do primeiro nosocômio local (1956-1996), do qual aborda sobre o primeiro nosocômio na cidade de Caxias ressaltando o contexto político- social da cidade e suas representações para a sociedade da época.

Este trabalho tem enfoque na História Cultural, no qual através deste campo será possível perceber as práticas dos agentes político-sociais em seu contexto histórico dentro da cidade de Caxias na década de 1990, associando aos meios de comunicação em massa existente na região, em que Caxias teria uma referência e uma repercussão abrangente na chegada das inéditas emissoras televisivas locais, a vista da diversidade de rádios que existia e já se iniciava a porta de entrada das comunicações, onde o indivíduo se colocava como ouvinte.

A cultura política emergente na cidade tornou possível a renomada formação dos líderes políticos. Neste conceito de cultura política de Motta (2009, p. 21) nos remete o – conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos relacionados ao futuro. A citação abaixo, se refere a uma influência de agentes de punho maior da elite caxiense para a instalação da rádio na cidade.

No tocante ao surgimento da radiodifusão na cidade de Caxias, é fundamental notar, o momento da fundação da extinta Rádio Mearim, pois esta marcou uma época e deu início a uma tradição que veio depois, sendo Caxias na atualidade, uma cidade com importantes grupos de comunicação da região leste maranhense. A Rádio Mearim surgiu nos anos 1960 e plantou as sementes da comunicação de massas na cidade e região é apresentada na publicação – Cartografias invisíveis: saberes e sentires de Caxias como uma propulsora do desenvolvimento nas terras de Gonçalves Dias e ganhou notoriedade com o radioamador Francisco Félix Costa. (RODRIGUES; ALMEIDA; OLIVEIRA; 2018; p. 08)

Essa rádio foi um dos mais importantes meios de comunicação em transmissão para ouvintes na cidade de Caxias, que foi o abre portas para a ampliação de outros meios de radiodifusão na cidade. Sem falar nos jornais impressos, que ocupavam um espaço especial na perpetuação de uma mídia impressa e necessitava de leitores para se manter em ativa das informações e notícias da cidade, embora este não seja o enfoque deste trabalho, se tornou um grande mecanismo de domínio pelo espaço e de poder na comunicação da mídia na época. Sodré (2016) destaca o seguinte na fala de Figueiredo (2016),

ao construir sua Síntese de história da cultura brasileira, Nelson Werneck Sodré (1972) dedicou uma sessão para a cultura de massa, dividindo-a em subseções sobre o cinema, o rádio, a televisão, a música e o teatro. O autor identificava o início do predomínio dos meios de comunicação de massa a partir de 1945, como decorrência do desenvolvimento do capitalismo. Em sua concepção, a cultura difundida por esses meios, “além de seu baixíssimo nível de seu teor desumanizante tende, cada vez mais, à desnacionalização, ao esmagamento de nossa herança cultural” (FIGUEIREDO, 2016 *apud* SODRE, 1972, p. 79).

Quando abordamos a fonte oral, é possível destacar que as entrevistas obtidas através das fontes orais, tal como ensina Thompson (1992 *apud* DELGADO, 2006, p.19),

traduzem visões particulares de processos coletivos e apresentam grande relevância para recuperar as memórias locais; possibilitar a contração de evidências via o entrecruzamento de depoimentos; contemplar o registro de visões de personagens ou testemunhas da história, nem sempre considerados pela denominada história oficial [...]; possibilitar o registro de versões alternativas às da história predominante, por meio de entrevistas com membros da própria elite e com pessoas vinculadas às instituições de poder; [...] possibilitar a associação entre acontecimentos da vida pública e da vida privada, por meio das narrativas individuais.

É necessária uma análise social e cultural para o contexto que as emissoras estão envolvidas, para assim perceber seus significados e entender o que ela reproduzia para a sociedade caxiense. Barros (2010, 61) abarca a função social dos intelectuais, do leitor comum, do público receptor ou das massas capturadas modernamente pela chamada – indústria cultural, também relacionada a agência produtora e difusora da cultura e à agentes de produção no âmbito institucional: Os sistemas educativos, a imprensa, os meios de comunicação, as organizações socioculturais e religiosas, todas elas estão inseridas na indústria cultural e os meios de comunicação ganham um destaque na década de 1990 na cidade, trazendo consigo contextos múltiplos nas mudanças sociais e culturais de Caxias.

A abordagem memorialística feita pelos principais personagens atuantes na instalação e na reinstituição da história dessas emissoras televisivas é de imprescindível importância para a sustentação deste trabalho, assim como a ambiência em que as redes radiofônicas tiveram dentro da cidade. Nessa história, cabe-se a responsabilidade do historiador fazer com que a memória seja encarregada de construir o que a historiografia chama de história do tempo presente. Como explicita Cardoso e Vainfas (2012)

Quando falamos de memória, devemos levar em conta que ela constrói uma linha reta com o passado, alimentando-se de lembranças vagas, contraditórias e sem nenhuma crítica às fontes que, em tese, embasariam essa mesma memória. Ela é ainda, é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. [...] Por conseguinte, a memória é também positiva e positivista, reafirmando, muitas vezes, um passado de riquezas que antecipa um futuro pleno de potencialidades. (p. 25)

Foram analisados os relatos memorialísticos dos indivíduos que participaram ativamente da instalação e funcionamento da emissora na cidade de Caxias nos anos de 1992 a 1996. Dentre os entrevistados estão: Marcos Antônio Monteiro Lima, ao qual foi cinegrafista da TV Paraíso; Joana Batista da Silva, ex-editora da emissora e Getúlio Costa da Silva, ex-superintendente da TV Paraíso.

Os sujeitos ativos da história são aqueles que possuem uma atuação que de certa forma desempenham uma função social importante na construção da história local, do qual cada ação efetuada causa impacto na sociedade e ela se torna inesquecível e marcante. De acordo com Chartier (2008) a influência de uma cultura na sociedade inclui formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam.

Seguindo assim de uma análise interdisciplinar entre a história e a comunicação social, Marilena Barbosa (2013) com a – História da Comunicação no Brasil, que nos traz o respaldo sobre a história da comunicação e uma abordagem de uma história nacional voltada desde o descobrimento até os dias atuais, com as tecnologias, com a imprensa, com o telégrafo, o rádio e as comunicações do século XX e posteriormente do século XXI.

Enveredando pela história, memória e tempo presente do qual descrever uma historiografia capaz de escrever sobre si mesmo, e sobre a leitura daquilo que observa, sobre suas escolhas, suas lembranças e seus esquecimentos, de acordo com Delgado (2003) – a memória é uma construção sobre o passado atualizada e renovada pelo presente, que produzem identidades sociais, a serem moldadas e construídas pela metodologia da história oral.

UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE CAXIAS/MA ANTERIOR À CHEGADA DAS EMISSORAS NA CIDADE

Caxias é uma cidade que possui uma grandeza e importância ampla no seu contexto histórico, político e cultural. Recordada por seu patrimônio cultural letrado e literário, também tem referência abrangente na impressão do jornal impresso no século XIX, do qual era o meio de comunicação mais bem explorado pela sociedade. A cidade nessa época já demonstrava ser uma influência no que diz respeito à comunicação, com esses periódicos, de acordo com RIBEIRO (2014)

Os jornais cuja orientação também era política e comercial se inserem com esses típicos sinais de efemeridade [...] da sua circulação. Nesse caso, os jornais: Correio de Caxias (1847), Povo (1847), Jornal Caxiense (1846), O Echo Caxiense (1852), Correio Caxiense (1855), Imprensa Caxiense (1858-1867), Pugnador (1858), Gazeta Caxiense (1902), Jornal de Caxias (1895- 1918), Cidade de Caxias (1898-1900), Zéfiro (1901), Correio do Sertão (1903-1904), O País (1908), Independente (1907-1908) e O Partheon (1908). Uma particularidade dos jornais caxienses é que em sua grande maioria eles pertenciam aos integrantes da elite da cidade, que, por sua vez, possuíam atividades ligadas ao comércio. Desse modo, esses jornais publicavam informações sobre as chegadas e saídas de produtos em Caxias. (p.33)

Segundo Ribeiro (2014) uma singularidade desses jornais caxienses é que em sua grande maioria eles pertenciam aos integrantes da elite da cidade, que, por sua vez, possuíam atividades comerciais. Esses jornais mostravam a realidade dos sujeitos e ampliava, ao seu modo, ampliava o arcabouço da comunicação na cidade.

Caxias, no século XIX, apresentava-se economicamente numa euforia fabril que não se perdurou por muito tempo. No início do século XX, já indicava baixas produções para o setor industrial, haja vista que a tecnologia das fábricas não repercutia um avanço para o Maranhão e as sucessivas crises do algodão também proporcionaram a queda da produção. Sendo assim, alguns conjuntos de fatores proporcionaram a decadência das indústrias maranhenses, principalmente no setor têxtil no século XX, precisamente na metade do século.²

A euforia durou até meados de 1950, quando as indústrias têxteis fecharam as portas. O discurso de opulência abriu espaço para a emergência do discurso da decadência. A representação de um passado glorioso, expresso no codinome de – Princesa do Sertão dado à cidade de Caxias, é contrastada com o pejorativo – cidade do já teve, símbolo da nova realidade econômica criado pelas famílias que periclitavam economicamente com o passar do tempo, e tudo isso se expressava nos jornais locais, ora se fala em decadência econômica, ora se alardeia o orgulho da glória pretérita.

Dessa forma, mesmo com tantos declínios do setor industrial, os discursos de modernidade e progresso na cidade vigoravam na cidade. De acordo com Napoleão Silva em seu trabalho monográfico que tem como nome – A

² De acordo com Teixeira (2003, p. 26), as fábricas de tecido da cidade de Caxias, criadas e instaladas no período de 1883, 1889, 1891 e 1892, Companhia Industrial Caxiense, Companhia União Caxiense, Fábrica Sanharó e Companhia Manufatora Caxiense, respectivamente, constituíram um parque industrial avançado no interior do Maranhão, antes mesmo que se instalassem indústrias têxteis na capital do estado, São Luís.

sociedade caxiense sob a óptica do Jornal Folha de Caxias entre os anos de 1964 a 1973, que destaca que mesmo com tamanhos discursos de modernidade a cidade de Caxias apresentava seus problemas infraestruturais que a maioria das cidades do interior do Maranhão apresentava ter, como a exemplo da precariedade urbanística que piorava com o decorrer das chuvas, a iluminação da cidade, além de que isso dificultava o acesso e locomoção da sociedade a ambiente e estabelecimentos públicos.

Não obstante, apesar de apresentar na época esses problemas, Caxias, por outro lado, se propagava uma sociedade que se divertia com seus festejos, cinemas e as diversas praças construídas na cidade, onde os espaços de sociabilidade pairavam desde o século XIX.

Esses discursos de modernidade são impostos devidos às transformações provenientes do setor industrial da cidade. Um dos empreendedores de Caxias que possuía influência não inserido diretamente na política, mas por afinidades e parentescos com líderes políticos no Maranhão e na cidade. Alderico Silva teve seus investimentos em Caxias, como afirma OLIVEIRA (2011), quando ressalta que a sociedade caxiense principalmente parte da elite mantinha um parentesco com o político. Citando alguns membros destes estão: Alderico Silva, Dinir Silva³, Costa Sobrinho, Emília Gonzaga e Alexandre Alves Costa. Estes faziam parte em da Sociedade Humanitária Pró – Hospital Miron Pedreira, colocado na cidade pelos empreendimentos da Família Silva. A princípio Miron Pedreira idealizou para que o primeiro nosocômio fosse chamado de Hospital Caxiense, mas como a conclusão desse projeto coube a Sociedade Humanitária Pró – Hospital Miron Pedreira estes preferiram denominá-lo de Hospital Miron Pedreira (inaugurado em 1956).

Nessa época, na cidade tinha uma cultura de meios de comunicação em jornal impresso, do qual a maioria das pessoas que possuíam acesso eram pessoas letradas. O Jornal Folha de Caxias (1965) que pertencia ao dono e empreendedor Alderico Jefferson Silva, dono da indústria de óleos e sabão de grande porte que emergiu na década de 1980 na região leste maranhense.

Sobre os empreendimentos de Alderico Silva foram muitos. Ele foi um grande empreendedor. A sua fábrica foi inaugurada em 1972, porém teve seu declínio em 1978 sobre a sua direção. O senhor Alderico Silva era um homem que tinha uma visão muito ampla para os negócios sendo dono de outros empreendimentos em Caxias tais como: concessionária de carros, jornal, hospital, comércio e agora ele buscava, inserir a cidade como destaque a nível nacional implantando o seu mais novo projeto o parque Industrial, no qual iria proporcionar a população de Caxias, momentos de euforia com este novo negócio um tanto desafiador, uma vez que, a modernidade do parque Industrial era esperada por toda a Cidade que contava os dias para sua inauguração, pois era o complexo com várias tecnologias e muitos aparelhos modernos. A fábrica, porém, um dos seus empreendimentos mais aguardados, fora vendido para um grupo de quatro sócios e um deles era um empresário da cidade, senhor José Alevino. Por esta e outras razões Alderico Silva entrou para o rol dos caxienses ilustres (COUTINHO, 2005 *apud* SILVA, J. 2018, p. 29).

Em metade do século XX, Caxias com seu crescimento populacional e econômico, proveniente do capital da Fábrica de óleos e sabão, logo necessitaria de um meio de comunicação de massa. Apesar da existência de jornais impressos, a exemplo dos jornais Folha de Caxias, Jornal de Caxias, devemos lembrar que boa parte da população ainda era analfabeta nesse período e, portanto, tinha pouco acesso a esse material, o rádio diminuiria essas barreiras na comunicação.

³ Esposa de Alderico Silva.



Ao se vincular ao rádio integrou-se aos meios de comunicação mais atuais presente no Brasil e também mundo. Com o complemento da televisão que diferentemente da sua inserção nos Estados Unidos da América, se inseriu no Brasil pelo advento da rádio. Segundo Peruzzo (2005), o rádio surge como uma mídia local que se ancora na informação produzida em um território de pertença e identidade em uma dada localidade ou região. Essas características não são diferentes da rádio pioneira, a rádio Mearim.

Por meio dessa mídia, a população de Caxias e algumas regiões vizinhas acompanhavam os acontecimentos próximos, vivenciados no cotidiano. Os personagens citados muitas vezes eram conhecidos por boa parte dos ouvintes o que permitia até mesmo um confronto entre a versão divulgada no rádio e as vivências pessoais.

Na virada do século XIX para o XX, a cidade era considerada a segunda maior região do estado, pois era o principal ponto central no comércio entre as capitanias do Maranhão, Ceará, Pernambuco entre outras regiões. Em 1942, o Maranhão tinha uma população de 1.249.905 habitantes. A capital, São Luís, tinha 86.546; Caxias era segunda cidade com 78.327, seguida por Pedreiras, com 43.437 habitantes. (NETO, 2015, p.72).

Todavia, por mais que tenha tido um declínio significativo pelas indústrias têxteis, a partir dessa segunda metade do século XX há uma ascensão da venda e da extração do coco babaçu gerando dessa forma outro tipo de capital rotativo pela cidade e assim trazendo empreendimentos voltados afim de extrair mais ainda lucro desse novo negócio.

De acordo com Dados do IBGE, na década de 1950, houve um crescimento vertiginoso na extração e exportação do produto *in natura*; em 1956, o município chegou a exportar 1. 487. 371 toneladas de amêndoas. Esse crescimento foi um fator substancial para a criação de indústrias voltadas para a extração do óleo e produção da torta de babaçu, a partir da década de 1960. Na década seguinte o município contava com duas grandes e modernas refinarias de óleo babaçu, destinado à exportação, esta seria do empresário Alderico Jefferson Silva na década de 1970, que também dessa amêndoa eram fabricados também outros produtos, como o sabão.

Tais riquezas por tais atividades proporcionou a constituição de uma elite econômica que logo cedo integrou-se ao meio político, participando ou influenciando nas disputas pelo poder a nível local ou regional. Figueredo (2017) afirma que essa elite não era homogênea, mas se conservou por longo tempo no poder, devido ao seu caráter fisiológico (tão forte na cultura política do nosso país), que levava seus integrantes a assumirem, em certos momentos, posições políticas contraditórias ideologicamente nas alianças com lideranças estaduais e/ou nas disputas locais.

Devido aos domínios político tem a necessidade de fazer o controle também da cultura midiática da região, do qual seria a comunicação caxiense através dos jornais, já citados anteriormente, e das rádios que ampliaram a comunicação da cidade. O empresário Paulo Marinho, que na década de 1980 iniciava sua carreira política na cidade, se colocou a frente de uma organização de um sistema de comunicação que englobava inicialmente a rádio.

Na década de 1990, o político Paulo Celso Fonseca Marinho instalou, com a ajuda da família Sarney, as duas primeiras emissoras comerciais, Rádio Veneza FM e Alecrim AM. Anos mais tarde, surgiram as pioneiras no sistema comunitário, rádios Cultura FM e Esperança FM, mas somente as três primeiras destinavam algumas horas de suas programações para noticiários que pudessem divulgar amplamente o cotidiano da cidade. (CARTOGRAFIAS INVISÍVEIS, 2015, p. 422)

Havia uma concorrência política entre as famílias que trouxeram o investimento das emissoras televisivas para a cidade de Caxias, especificamente entre a Família Silva (Getúlio Silva, filho de Alderico Silva) e os Marinho (Paulo Marinho). Como ressalta OLIVEIRA (2011, p. 29-30) nas eleições de 1992.

Paulo Marinho ao cargo de Prefeito no ano de 1992 agora com Ezíquio Barros Filho a vice pelo PSC (Partido Social Cristão), – ressurgiram como francos favoritos [...], dupla imbatível, que começara um intenso movimento que chegou ao auge impingindo uma espetacular derrota aos coronéis. (VILA-NETO 2006, p. 63). Nessas eleições concorreram vários candidatos por diversos partidos, pelo PFL tivemos os Srs. Hélio Queiroz e José Gentil Rosa, o PMDB lançou Getúlio Silva e o Profº Passinho e por fim o PT com a candidatura do Profº Roldão Ribeiro Barbosa e João Alves da Silva (Batista).

Vitorioso Paulo Marinho não muda apenas o poder administrativo da cidade em mãos, ele alterou as alianças político-sociais. De acordo com Oliveira (2011), os envolvimento de Paulo Marinho para a fiscalização dos hospitais de Caxias: Miron Pedreira e Maternidade D. Luis Marelim, Casa de Saúde e Maternidade de Caxias e Policlínica Gentil Filho, levaram a decadência de um dos investimentos do Grupo Silva – Todos esses hospitais eram de propriedade e/ou dirigidos por renomados políticos e empresários da cidade, os mesmos possuíam elevada influência no cenário político, desde local a nacional. (OLIVEIRA; 2011, p. 30)

Oliveira (2011) ressalta que no imaginário da população caxiense predominou que a falência de Alderico Silva e o fim do Hospital Miron Pedreira em 1996, ano em que a emissora de Televisão TV Paraíso veio a ser desligada, seja consequências das perseguições políticas as antigas estruturas político-sociais que existia em Caxias anterior ao ingresso de Paulo Marinho ao cargo Executivo da cidade.

CONTEXTO HISTÓRICO DA TV PARAÍSO DE COMUNICAÇÃO E A ABORDAGEM MEMORIALÍSTICA

Para reconstruir um pouco sobre o contexto histórico desta televisão que teve pouco tempo de funcionamento foi necessário o depoimento daqueles que trabalharam por muito tempo dentro desta emissora. Estes entrevistados rememoraram toda a sua rotina diária de como trabalharam na televisão e como seu trabalho influenciou no seu crescimento pessoal e profissional.

A TV Paraíso de Comunicação LTDA – foi à televisão que surgiu em meados de agosto de 1992 e tinha como ex-superintendente o filho do empresário Alderico Jefferson da Silva (1913-2005), Getúlio Silva, do qual engrenou na ampliação deste projeto com auxílio de seu pai.

Além de investir em indústrias, Alderico Silva trouxe também o hospital, como o Miron Pedreira, em janeiro 1956, que de acordo com OLIVEIRA (2011, p. 32) foi um marco não só na história local, mas na história do Maranhão, pois o Hospital Miron Pedreira, além de ter sido o primeiro hospital caxiense também foi o primeiro hospital da cidade do interior do Maranhão.

Era uma figura importante no meio político maranhense, embora não se envolvesse diretamente com política, gostava de opinar, de falar com o povo caxiense, de propagar suas ideias (SILVA, A. 2000, p.14). Dessa forma, sociabiliza a criação do Jornal Folha de Caxias em 1965, do qual era um órgão informativo e formador intelectual, prestava serviços sociais. Abordava sobre política, economia e cultura da cidade e da região. De acordo com Silva, A. (2000, p. 15)

Nas páginas do Folha de Caxias estão registrados grandes momentos da história de Caxias e da região dos Cocais além de crônicas de Gentil Menezes, Selene de Maria, Aluizio Bittencourt, [...] textos e crônicas do inesquecível Vitor Gonçalves Neto e tantos outros, entre os quais o próprio Alderico Silva.

O jornal era de uma feição gráfica das melhores, enriquecido de conteúdo literário e jornalístico que não deixava a desejar. Muitos escritores, poetas cronistas apresentaram-se ao grande público através das páginas do Jornal Folha de Caxias.

Dessa forma, empresário Alderico Silva, junto ao seu filho, Getúlio Silva, elabora a implantação de mais um projeto de comunicação na cidade de Caxias que seria uma possibilidade de despertar à sociedade caxiense aos contextos políticos e sociais e as políticas públicas que não se concretizavam na cidade. Como aborda o próprio ex-superintendente da TV Paraíso Getúlio Silva

Eu era empresário, e veio pra cá um rapaz se dizendo pobre e humilde [...] e ele conseguiu ser prefeito [...] e eu sou caxiense de longas datas e tinha ajudado ele a se eleger. Aí aqui existia um rapaz, que em outros lugares já tinha mexido com televisão. Um belo dia eu conversando com ele, ele me dizia: Senhor, televisão não é coisa cara não, mas é claro, que uma televisão de alto nível é uma coisa. Comecei a juntar a juventude, a formar a juventude pra poder e fazer esse trabalho. Trouxe um pessoal de Teresina que já tinham trabalhado com televisão, nós começamos a formar e fizemos o – Fala Caxias, que era um programa mais ouvido na cidade, e nesse programa nós usávamos pra mostrar o que o governo estava fazendo, botava o povo pra fala, o povo vinha, tinha voz e vez, e montei o estúdio lá, e a gente fez isso a grosso modo e batia de frente. Ficamos até 96 no ar e fiz uma equipe, que era uma equipe de primeiríssima qualidade, era uma equipe que o jornal de São Luís não chegava aos nossos pés, não é querendo me gabar não, a equipe foi perfeita, que até hoje dói pra falar. (SILVA, G. 2019)

Getúlio Silva aborda que a elaboração dessa ideia estava baseada em mostrar para a sociedade a cidade em si e tudo aquilo que não estava sendo construído e nem cumprido pelos políticos caxiense para melhorar a cidade.

Foi à segunda emissora televisiva implantada em Caxias, como citado na sua própria matéria pela repórter da televisão Solange Souza, a TV Paraíso foi implantada como – uma luz no final do Túnel, como slogan caxiense – o termo tevê do povo seria o foco para a emissora ganhar um auge em sua programação onde a participação social era imprescindível.

O Sistema Paraíso de Comunicações LTDA iniciou suas transmissões em um prédio improvisado na fazenda da família do proprietário Getúlio Silva, sendo transferida em seguida para o centro da cidade. A TV Paraíso teve seus quatro anos de funcionamento no canal 8, chegou a transmitir sua programação para outras cidades da região como Matões, Parnarama, Aldeias Altas e Codó e em sua inauguração recebeu importantes figuras da política maranhense como o ex-ministro de integração regional Alexandre Costa, e o ex-governador Edison Lobão. Como explicado no depoimento de SILVA, G. (2019):

Para oficializar a TV, na época meu tio Alexandre Alves Costa e o Edison Lobão, que era governador, me ajudaram a conseguir a licença, que era uma do Paraná, aí eu já transmitia a CNN (TV Paraná) e fazia os programas nosso, mas era irregular aí depois foi que eu conseguir a licença quando fui pro Paraná, e consegui ter a autorização dele. A maior dificuldade foi arranjar essa licença. A emissora me deu toda liberdade, ela só tinha 3 programas que exigia ser exibido, mas a carga completa era feita por nós, tínhamos o jornal da manhã, o da tarde e o jornal da noite, e era somente sobre Caxias e sobre a mazelas do ex-prefeito. (SILVA, G. 2019)

O projeto de instalação dessa emissora, digamos que ocasionou uma novidade para a cidade, principalmente para a ampliação das notícias e para a assistência social, pois foi colocada emissora mais próximo ao centro da

cidade, de acordo com um dos depoentes para situar-se numa posição estratégica em relação à outra emissora e também receber a população, do qual era o teor da emissora.

Foi observado durante as entrevistas que a TV Paraíso era uma emissora de alto padrão, com equipamentos na época seriam de alta tecnologia, havia muitos carros de reportagens que cobriam toda a região, tanto que nem uma emissora televisiva de hoje na cidade não tinha todo esse suporte.

O depoente Marcos Monteiro também relata pelas suas memórias sobre os programas exibidos na época.

Deixávamos rodar a programação das outras emissoras, quando chegava a noite era o –Jornal da Paraíso, que era estilo Jornal Nacional, e no final de semana ou todas as quartas-feiras, parece que era quarta-feira nos tínhamos o – Paraíso Debate, era um programa de debates que vinham vários segmentos da sociedade, apresentado pela esposa do Deputado Getúlio Silva, era a Elza Silva. Aí nos tínhamos o –Paraíso Rural, aí a gente vai lembrando, tinham vários programas eram doze. (LIMA, M., 2019)

Complementando deste entrevistado, Marcos Monteiro ressalta que o diretor da televisão buscava os melhores profissionais da região para inserir na sua emissora. Dentro desta trabalhavam-se jornalistas, repórteres, editores, cinegrafistas, auxiliares de escritório, recepcionistas, chefe de setor, Operador de Master, redatores, auxiliar técnico, faixeiro, chefe de operações, produtores, programadores, motoristas, zeladores etc. era uma empresa completa, que todos os funcionários tinham carteira assinada. Marcos Monteiro relata que a ex-governadora Roseana Sarney chegou a elogiar a televisão por seu aspecto bem profissional.

Seguindo dessa forma, a depoente Joana Batista, que foi ex-editora da emissora, coloca que TV depois que mudou de localização passou a se situar mais perto das pessoas e elas pediam para auxiliá-las a divulgar um anúncio, pedir ajuda humanitária, porque o que deu voz para televisão foi essa intencionalidade de trazer a política de Caxias à visão da sociedade Caxiense, que colocou o prestígio de Getúlio Silva em 1994, de uma forma elevada na cidade de Caxias, que foi eleito Deputado Estadual com 11. 775 votos pelo PMDB.

Trabalhamos muito em 94. Nós tínhamos os melhores equipamentos, nós tínhamos um lugar estratégico, nós tínhamos a visibilidade, por ser um empreendimento de uma família tradicional que era do Alderico Silva. Tínhamos uma parte que era a parte assistencialista, no sentido de que as pessoas iam na televisão pedir ajuda pra se consultar, pra remédio, pra divulgar, então esse assistencialismo existia muito no programa, que era o carro chefe da emissora era o assistencialismo para as pessoas, nós conseguimos dinheiro pra remédio, nós conseguimos doações de roupas e comida. Tinha até um jargão do Douglas: – Joana, traz a cesta básica. (SOUZA, J., 2019)

De acordo com essas memórias, o excesso de gastos e com a candidatura de Getúlio Silva a Deputado Estadual, a emissora foi ficando apagada e sem investimento de comerciais no ano 1996. Os funcionários acabaram ficando sem receber e a emissora televisiva foi perdendo-os aos poucos. Getúlio Silva explica sua relação com a televisão e sua candidatura e concorrência política na cidade de Caxias.

Não somente a emissora televisiva que veio ao declínio, mas também juntamente veio o Hospital Miron Pedreira e os empreendimentos da família Silva. Os depoentes relatam a empresa foi simplesmente desligada em 1996, cada um dos seus funcionários foram saindo para outros empregos. A depoente relata como foi o desligamento da empresa.

Os benefícios provenientes pela inserção dessa emissora televisiva na cidade foram inúmeros, não somente pelas experiências, mas também pela razão de que a televisão exibía seus programas que mostravam os aspectos da sociedade caxiense.

Dessa forma, é perceptível que a memória, principalmente quando são as memórias coletivas e plurais é um fator que nos possibilita a reconstrução é compreendida/defendida por Halbwachs (2013) como processo de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo social, principalmente relacionado a história da comunicação na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a história das emissoras televisivas e suas influências sociais, afetaram amplamente na vida social e na rotina dos trabalhadores desta indústria cultural na década de 90. Esses trabalhadores tomaram um rumo profissional, alguns no âmbito da comunicação, ganhando destaque em suas funções, outros em outras áreas, porém prevalecem as experiências e memórias que trouxeram uma contribuição essencialmente particular para cada um deles e para a contextualização da história dos meios de radiodifusão de Caxias.

Diante disso, Caxias possui um arcabouço de meios de comunicação de radiodifusão completo que engloba uma audiência a região leste-maranhense, capaz de trazer inovações no mercado de trabalho e proporcionar a muitos telespectadores as mídias informativas, por meio dos programas e não tão inegável, essas mídias na década de 90, trouxeram favorecimentos e promoções pessoais e políticas para os grupos que investiram nesse meio, dando reconhecimento e notoriedade para ambas, correlacionando para uma imagem íntegra de ascensão tanto pessoal para quem a trouxe quanto para a cidade em si.

Através disso, é perceptível que as relações empíricas adquiridas trouxeram um aprendizado e memórias como fontes capazes de reconstituir uma história e trazer o contexto cultural das emissoras televisivas, suas socialidades e seu funcionamento na cidade. Essas memórias trouxeram tanto para a pesquisa em si, como para os depoimentos um significado, pois essa fonte viva permitiu trazer a luz das narrativas, que quando rememoradas pelos depoentes despertava um entusiasmo visível, e uma contribuição e participação nas primeiras emissoras da cidade, contribuindo assim para a história da mídia caxiense.

Nesta pesquisa cada relato permitiu mergulhar na época e nos locais que estão sendo descritos, imaginar cada rotina recordada e o que nos permitiu isso foi a relação de confiança e cumplicidade que os sujeitos dispuseram a narrar, a fim de enaltecer sua história e a história da televisão caxiense, revelando assim os significados objetivos e subjetivos que carregam mídia na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA Caxiense de Letras. **Cartografias Invisíveis**. Caxias-MA: Academia Caxiense de Letras, 2015.
- BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidade e abordagens**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. (Prefácio Le Goff)

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

FIGUEIREDO, Marcos Arruda Valente de. **TV Difusora: a política na história da televisão no estado do Maranhão - 1962 a 1991**. Porto Alegre: UFMA: 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

NETO, Eziqio Barros. Desenvolvimento Urbano. In: SOUSA, Isaac *et.al.* **Cartografias Invisíveis**. Caxias-MA: Academia Caxiense de Letras, 2015.

OLIVEIRA, Gláucia de Sousa. **O Sonho de Miron Pedreira realizado com a sociedade Humanitária Caxiense: uma análise da representação do primeiro nosocômio local (1956-1996) – Hospital Miron Pedreira**. (Monografia) Caxias: CESC/UEMA, 2011.

PEREIRA, Francisco das Chagas da Cruz. **Ascensão Política de Paulo Marinho em Caxias na Década de 1980**. São Luís/MA. 2017.

PESSOA, Jordânia Maria. **Entre a tradição e a modernidade: A belle époque caxiense: Práticas Fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX**. Imperatriz: Ética, 2009.

RIBEIRO, Jakson dos Santos. **O Jornal Cruzeiro em Caxias: a construção do cidadão ideal para o mundo do trabalho durante o governo Dutra**. - Caxias: PPGHIST/UFMA, 2014.

RODRIGUES, José de Ribamar; ALMEIDA, Sabrina Silva de; OLIVEIRA, Thamyres Sousa de. **Personagens do rádio em Caxias: Nonatos Santos e o radialismo esportivo na rádio Mearim**. Juazeiro/Ba: INTERCOM, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-1268-1.pdf> Acesso em: 25 out. 2018.

SILVA, Alderico Jefferson. **Uma viagem com Alderico Silva**. Caxias/MA: Caburé, 2000.

SILVA, Juliete Cristina Campos. Disputas eleitorais: A vitória política na primeira mulher prefeita em Caxias – Maranhão, no início do século XXI. In: MELO, Salânia Maria Barbosa; SOUZA, Joana Batista de; SALAZAR, Denise Cristina da Silva Campos. **Caxias: Memórias, histórias e outros saberes**. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 205-227

SILVA, Juliete Cristina Campos. **Disputas eleitorais em Caxias – MA: a representação de Paulo Marinho como ídolo do povo e a construção da greve dos professores municipais como símbolo da oposição de 1990 a 2004**. 2013. Monografia. (Mestrado) – CESC/UEMA, Caxias/MA, 2013.

TEIXEIRA, Cléudia Menezes Graça. **Ciclo de desenvolvimento da indústria têxtil em Caxias-MA**. Graça Teixeira. Campinas, SP, 2018. Disponível em: repositorio.unicamp.br/bitstream/Teixeira_CleudiaMenezesGraca_M. Acesso em: 25 nov. 2018.

Documentos sonoros

SOUZA, Eva E. Franco. Depoimento. Entrevistados: Marcos Antônio Monteiro Lima, Joana Batista de Souza, Getúlio Costa da Silva. Gravador (2h30m). Caxias/MA: Universidade Estadual do Maranhão. Depoimento concedido ao Curso de História do Centro de Estudos Superiores de Caxias/UEMA para produção monográfica. 17. jun. 2019.

“SENADOR POMPEU UMA PRAÇA DE GUERRA”: OS CRIMES DE ZEQUINHA CONTENDAS NA IMPRENSA CEARENSE (1926-1931)

Francisco Wilton Moreira dos Santos¹

Resumo: Esse artigo buscou analisar alguns casos de crimes atribuídos ao coronel José Ferreira Magalhães, conhecido por Zequinha das Contendas, no município de Senador Pompeu. Nos valem de fontes produzidas pela imprensa cearense, bem como processos-crimes que envolviam o coronel. Para tal, selecionamos os jornais *A Esquerda*, *O Ceará*, e *A Razão*, da capital Cearense; *A Ordem* de Sobral, dentre outros. Essas notícias circularam na capital cearense e também em algumas cidades do interior do Estado. Através delas é possível traçar um perfil do instável cotidiano da cidade de Senador Pompeu nos anos finais de 1920 e início de 1930 ao mesmo tempo em que podemos ter uma noção de como as narrativas de crime se tornam instrumentos importantes no cenário político, impulsionando a venda de jornais para um público leitor atento às “notícias de sensação” e, além disso, o desejo de modernidade.

Palavras-chave: Zequinha Contendas. Imprensa. Crimes.

INTRODUÇÃO

REINA A ANARCHIA NO INTERIOR DO ESTADO

Senador Pompeu ameaçada de um novo assalto. – Lucta fratricida – Quem paga é o povo. – O governo fica mudo e quedo, enquanto vidas preciosas desaparecem na voragem do crime² (O CEARÁ, 01/02/1928, p. 01).

O trecho acima foi retirado do jornal *O Ceará* em sua edição de fevereiro de 1928 e é bastante ilustrativo para pensarmos o período denominado pela historiografia como República Velha (1889-1930), na qual imperou nos sertões os acordos, os mandos e desmandos das elites locais, os chamados coronéis. Eram eles que, a medidas que ganhavam prestígio político, seja por meio de fraudes ou violências, controlavam os votos e a escolha do presidente da República. Em troca, os governantes estaduais ofereciam facilidades em liberar verbas para o município, bem como nomeavam parentes ou protegidos desses indivíduos a cargos públicos. Desse modo, crescia a rede de favores e alianças em prol da manutenção dos interesses dos grupos dominantes.

Outra característica desse grupo era o seu exército pessoal, homens armados contratados para defender seus territórios e executar sus inimigos. De início, os capangas são mais ligados os chefes locais, existindo ali um sistema de dependência, ou subordinação ao coronel, disposto este primeiro a fazer tudo quanto for preciso na defesa de seu patrão. Posteriormente, os serviços de *jagunçagem* começam a fazer parte dessa realidade. O jagunço é um indivíduo que escolheu viver pelas armas, disposto a defender aquele que melhor pagasse pelos seus serviços, caracterizando assim, uma forma de banditismo.

¹ Mestre Interdisciplinar em História e Letras – MIHL/FECLESC/UECE. E-mail: wilton.santos@aluno.uece.br.

² Usaremos aqui a grafia original dos jornais.

Em vários municípios do interior do Estado era essa a forma de governar. Um exemplo foi o coronel José Ferreira de Magalhães, conhecido como Zequinha das Contendas ou Zequinho Contendas, no município de Senador Pompeu. Esse sujeito tinha seu grupo de protetores capazes de cometer as maiores atrocidades em sua defesa. As ações desencadeadas por Zequinha chegam a (con)fundir-se com as protagonizadas pelos cangaceiros, tamanha as barbaridades narradas.

Diante disso, objetivou-se com este trabalho compreender como a imprensa cearense vai se apropriar dos casos envolvendo o coronel Zequinha das Contendas, em Senador Pompeu, mobilizando as notícias de violência para atingir fins civilizacionais e moralizantes. Para tal, recorreremos a alguns jornais do período para pensarmos as narrativas que gravitaram em torno desses sujeitos. Como por exemplo os jornais *A Esquerda*, *O Ceará*, e *A Razão*, da capital Cearense; *A Ordem* de Sobral, dentre outros. O discurso da imprensa vai mobilizar em vários momentos a dicotomia civilização x barbárie, reforçando as arbitrariedades de Contendas e seus aliados. Zequinha e seus homens vão proporcionar cenas terríveis na cidade de Senador Pompeu, sendo inúmeras vezes acusado de chefiar um bando de cangaceiros, principal elemento anticivilizante da vida moderna segundo as folhas cearenses.

A CIDADE, A IMPRENSA E AS NOTÍCIAS DE CRIME

Barbaro assassinato em Senador Pompeu. Os bandidos do antro de Miguel Calmon massacraram o cel. Pedro Coelho (A ORDEM, 29/03/1930, p. 02).

A imprensa nasce atrelada aos ideais de modernidade, de civilização e progresso, sendo ela uma representante dessas ideias. As duas primeiras décadas do século XX são caracterizadas pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no Ceará. A circulação de impressos estava na ordem dos dias: tipografias se multiplicavam e mais livros eram produzidos e circulavam no Estado do Ceará. O início do século XX mostra o aumento das publicações e circulação das folhas, tanto na capital da província, quanto no interior. O avanço das técnicas de impressão vai despontando e o aparecimento de novas estratégias contribuíam para prender a atenção do leitor, convertendo-o em um consumidor fiel do periódico.

Era por meio da leitura dessas folhas que a população sabia da ação dos grupos de cangaceiros, das últimas notícias sobre as eleições, os mandos e desmandos dos coronéis. Todavia, é importante entender que as notícias são construídas sob o influxo de interesses e paixões, pois os jornais, nos alerta Tânia de Luca (2008) em sua maioria, não são produtos isolados, mas “[...] um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2008, p. 140), portanto, conforme Capelato (1994), buscam “constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO, 1994, p. 21).

Na década de 1920 percebemos a modernização da imprensa, ampliação das tiragens, melhoramento nas técnicas e aperfeiçoamento nos recursos linguísticos. Assim, as notícias sobre os crimes vão ganhando espaço nas folhas. Desordem, caos público e tragédias, isto é, qualquer assunto que fugisse à norma e transgredisse o cotidiano, ganha mais a atenção dos editores, que exploraram bastante as “notícias de sensação” (BARBOSA, 2007). Não é gratuito, portanto, a quantidade de notícias que corroboram para uma instabilidade não apenas em Senador Pompeu, mas em todo Ceará. A edição de março de 1928 do jornal *A Esquerda* nos oferece uma dimensão.

Santana do Cariry, não faz muitos mezes, viu-se cercada e incendiada por um grupo de bandidos, armados e municiados pelo governo. Em Missão Velha, assassinaram-se officiaes da milicia estadual, profanando-se-lhes os tumulos, numa selvageria digna das idades primitivas [...]. Em Iguatú, matou-se Paulo Brasil. Em Itapipoca a arma de um covarde roubou ao Partido Democrata talvez o seu baluarte mais forte. Em Fortaleza [...] Lampeão e Massilon, em marchas triumphantes, cavalgaram através do Ceará, saqueando, estuprando e matando, sob os olhos complacentes do sr. Presidente do Estado. Em Miguel Calmon, durante alguns dias, não transitaram os trens de uma estrada de ferro federal: os homens de Zequinho, lenço encarnado ao pescoço, no peito cartucheiras em X, aterrorizaram os viajantes, afugentando-os (A ESQUERDA, 30/03/1928, p. 01).

Há dois aspectos a serem destacados aqui. Primeiro, chamamos atenção para o caráter vendável dessas narrativas. Explorar as “notícias de sensação” ajudava a consolidar o público leitor, criando uma fidelidade deste com o jornal. Nesse contexto de modernização, percebe-se a construção da notícia alicerçada e uma esteira “naturalista realista” (BARBOSA, 2007) aproximando as suas narrativas do romance de folhetim, buscando despertar “[...] a curiosidade e ansiedade dos leitores, de modo que fossem levados ao envolvimento (debate e escolhendo um lado para defender) com a narrativa”. Algo que necessitasse de “mais de uma edição para o seu desfecho”, suscitando a expectativa da próxima edição [...]” (FONTELES NETO, 2017, p. 27-28). É o momento em que se aumenta o espaço dado aos chamados *fait divers*.³

De acordo com Valéria Guimarães, *fait divers* é um termo francês usado pela primeira vez por Moise Millaud, editor de um jornal popular e de baixo custo em 1986 (GUIMARÃES, 2013). Notícias do cotidiano são transpostas para as folhas recorrendo ao apelo dramático, às sensações e ao mistério. Com sua estrutura própria, *fait divers* se aproximam dos folhetins, mas guardam algumas diferenças.

Para Dominique Kalifa (2019) os *fait divers* se caracteriza como uma produção social e cultural de surgimento de uma literatura específica, atenta os crimes e mistérios que cercam o cotidiano. Assim, os relatos de crime contribuem para aproximar o público desses textos. O início do século XX é marcado “por um avanço formidável e espetacular de todas as formas de narrativas de crimes que conquistam incessantemente novos suportes e novos registros” (KALIFA, 2019, p. 20).

Apesar de encontrar alguma resistência no Brasil por parte de uma conservadora elite citadina, ideia compartilhada inclusive pelas autoridades – acreditava-se que essas leituras eram “contagiosas”, podendo influenciar negativamente a população –, esta prática de leitura foi aos poucos se popularizando (GUIMARÃES, 2013). Por outro lado, os jornalistas viam com entusiasmo estas publicações se utilizando bastante desse recurso para conquistar novos leitores. “É o ato criminoso, em todo o seu horror, às vezes decomposto nas diversas fases da sua caracterização, que domina o imaginário dessas publicações” (KALIFA, 2019, p. 86).

Em segundo lugar, os grandes jornais em circulação eram os maiores noticiadores dos crimes. Além de contribuírem para criar uma visão de crime, eles também criaram uma visão da polícia, na maioria das vezes, fraca, indisciplinada e sem controle diante do banditismo que se avultava nas cidades. A imprensa, nesse sentido, é a responsável por eleger e/ou lembrar quais são os valores indispensáveis para o bem-estar social. Dentro dos ideais civilizacionais e culturais gestados na época, advindos da experiência republicana, o crime era inaceitável e a violência física era condenada, obviamente. Nesse caso, o jornal seria a nova arma utilizada para alcançar a apoteose. Ele seria o sucessor do bacamarte (MONTENEGRO, 2002).

³ Histórias como o caso Davis “CRIME? Sensacional caso de polícia – morte misteriosa de Mr. Edith Davis” (O NORDESTE, 01/10/1923, p.2), da qual se ocupa Fonteles Neto (2017); “Ainda da morte do desventurado José Alves” (A ESQUERDA, 07/03/1928, p. 01) “Os crimes de Miguel Calmon” (A ORDEM, 11/11/1930, p. 4);

Os jornais da capital, então atentos a este movimento: a crítica aos crimes e crescente banditismo no Ceará e, por outro lado, o impulso para venda das folhas que tais matérias representavam, teciam seu ideal de cidade, de civilidade e de cidadão. O cotidiano de Senador Pompeu era uma fábrica de acontecimentos violentos, tensões e assassinatos esperando o repórter atento materializar no papel a realidade vivida e imaginada do crime. Afinal, a leitura do jornal não segue uma regra, não segue uma ordem engessada. Antes disso, a leitura de suas seções pode ser fragmentada e aleatória (GUIMARÃES, 2013). Nos cafés, nas barbearias da capital ou nas rodas de conversas, leituras compartilhadas nos entornos da estação ferroviária de Senador Pompeu, os leitores buscavam saber as últimas informações dos “sucessos de Miguel Calmon”.

AS INSTABILIDADES DO COTIDIANO EM SENADOR POMPEU

O Cariry em peso sente o motivado sobressalto das indesejáveis visitas de Lampeão. Barbalha, ameaçada, está em armas. Missão Velha é um vulcão. [...] vi Aurora com as ruas cheias de cangaceiros. **Miguel Calmon é um Reducto; Senador Pompeu, uma praça de guerra...** (O CEARÁ, 24/08/1928. Grifo nosso).⁴

Senador Pompeu, cidade do sertão central cearense, distante 273 km da capital do Estado, era marcada por tensões políticas, como outros municípios do interior nos anos 1920 e 1930. Até o ano de 1933, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cinco distritos constituíam o município: Senador Pompeu (distrito-sede), Girau, Miguel Calmon, Pedra Branca e Tróia⁵. Nestes anos da incipiente República, uma elite latifundiária revezava o poder público fazendo valer suas paixões e opiniões.

Miguel Calmon, hoje Distrito Ibicuã e pertencente ao município de Piquet Carneiro⁶, nos anos 1920 fazia parte do território de Senador Pompeu. Naquelas cercanias ficava a vila “Contendas”, morada do coronel José Ferreira Magalhães. O Zequinha das Contendas era filho de Severino Ferreira de Magalhães e Maria Leodona de Magalhães e irmão de Ananias, Fenelon e Filemon. Os Ferreira de Magalhães tornaram-se chefes políticos de prestígio na região, onde seus desejos imperavam sob o julgo do chicote, do ferro frio e do pau de fogo.

O nome de Contendas é forjado na caldeira da Sedição de Juazeiro, momento em que o Ceará estava chefiado por Franco Rabelo (1912-1914) e acontecia a convulsão no Estado com o avanço de jagunços e cangaceiros rumo à capital cearense. Miguel Calmon sediou um foco de resistência ao avanço dos “fanáticos de Joazeiro” (A ESQUERDA, 1928, p. 01). Aliado político de Nogueira Acioly, seu prestígio só aumentou. Mais tarde, ele e o irmão Ananias Magalhães, entram em desavenças e essa cisão via protagonizar inúmeros episódios violentos.

De acordo com Victor Leal (1997) os coronéis eram responsáveis pelos arranjos e desarranjos sociais, manter a ordem, além de arranjar e fornecer “emprego; emprestar dinheiro; [...] obter crédito em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; [...] providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgente; [...] impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos; batizar filhos ou apadrinhar casamento” (LEAL, 1997, p. 56).

⁴ Este trecho refere-se ao recém lançado trabalho do folclorista Leonardo Mota, o livro “Sertão Alegre”, de 1928.

⁵ Mais tarde, pelo decreto nº 1540, de 03-05-1935, Tróia e Pedra Branca são desmembradas de Senador Pompeu e formam um novo município, Pedra Branca. IBGE: (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/senador-pompeu/historico>).

⁶ Distante quase 300 km da capital cearense, a cidade conhecida como Girau, hoje Piquet Carneiro, era parte do território de Senador Pompeu, sendo elevada à categoria de município em 12-07-1957 pela lei estadual nº 3685. Para mais detalhes: IBGE: (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/piquet-carneiro/historico>).

Aos poucos Zequinha se tornou importante coronel na região e, aos moldes do período, dada a dimensão do poderio que alguns coronéis alcançaram no interior, não tardou a armar seus protegidos e a receber criminosos que viam no já famoso chefe local um porto seguro. Não é demais lembrar que, conforme Ralph Della Cava (2014), para proteger suas posses, os grandes proprietários armavam os seus trabalhadores e recorriam a utilização de jagunços e cangaceiros na defesa de suas terras.

Nenhuma facção hesitou em armar seus trabalhadores (capangas ou cabras bons) ou em recrutar mercenários (jagunços ou cangaceiros) no sertão de Pernambuco e da Paraíba, com o intuito de apodera-se do poder ou de retê-lo nas mãos. Data desse período a metamorfose do Cariri em refúgio de cangaceiros protegidos pelos coronéis locais (DELLA CAVA, 2014, p. 171).

A região Sul do Ceará, para ficarmos em um exemplo, no período entre 1901 e 1910, chegou a oito o número de chefes locais do vale do Cariri que foram depostos violentamente e outros ameaçados de deposição. Assim, os poderosos da região recrutavam muitos dos bandidos que buscavam refúgios nas matas para compor seu exército particular. Esses bandoleiros, por sua vez, encontravam o insucesso da justiça oficial da região e a proteção que necessitavam dos donos das fazendas onde começavam a atuar (MACEDO, 1990).

No Sertão Central, não foi diferente. Esses indivíduos também incorporaram a defesa do coronel Contendas. São homens, segundo o jornal *A Esquerda*, fugidos da “[...] agricultura, do labor honesto e productivo, entregando-se, com a maestria e o entusiasmo dos bandidos profissionais, a toda sorte de depredações e crimes” (A ESQUERDA, 13/03/1928, p. 01). A matéria classifica os indivíduos e é construída sob o influxo de interesses. Nesse sentido, convém pontuar o papel dos impressos no cotidiano, isto é, quais são as implicações práticas dessas narrativas na vida dos sujeitos dentro e fora de Senador Pompeu?

Os jornais noticiavam sobre um cotidiano tenso e marcado por conflitos. A violência marcava as relações sociais dos habitantes de Senador Pompeu. O jornal *Diário do Ceará*, informa sobre a ação do tenente Firmino, que além de ter fuzilado “dois homens amarrados, com a máxima perversidade”, tentou atacar a casa de Franco Magalhães, filho de Zequinha, então prefeito da cidade. A situação em “S. Pompeu [...], torna-se cada vez mais grave” e que “A cidade esta deserta” (DIÁRIO DO CEARÁ, 14/06/1926). Vale lembrar ainda, que do lado do tenente estavam os homens de Ananias, simpatizante do Partido Conservador e irmão de Contendas.

O cel. Zequinha ocupou todos os pontos estratégicos, a torre da Igreja, as pedreiras na entrada e saída da cidade junto ao leito da via-ferrea, os barrancos do rio, etc. os seus homens circularam livremente, enquanto o tenente e o pessoal do cel. Ananias se conservaram entrincheirados no quartel e noutros pontos, sem hostilizar-os (DIÁRIO DO CEARÁ, 15/06/1926).

A cidade estava sob fogo cruzado e a tensão aumentada constantemente. Três dias depois o mesmo jornal volta a comentar o episódio narrando a intervenção do Presidente do Estado, Moreira da Rocha, e o próprio Presidente da República, Washington Luís. Devido ao seu prestígio, Zequinha conseguiu que o tenente Firmino deixasse a cidade e ainda perdesse o cargo. Poucos dias depois, o próprio Zequinha pede exoneração e indica seu filho Franco Magalhães. Abelardo Rodrigues assume a delegacia militar ficando encarregado de abrir inquérito sobre os últimos acontecimentos (OLIVEIRA, 2015).

O cotidiano continuou convulsionando nos anos seguintes. Em fevereiro de 1928, o jornal *O Ceará* informa que “É de arripiar cabellos a anarchia que se vae implantando nos sertões cearenses” (O CEARÁ, 01/02/1928,

p. 01). Lamenta ainda a situação política dos sertões do Ceará “terra das seecas e dos governos ruins, ficaram á marcê de uma politicagem sórdida, que lança mão de todos os expedientes desde a bajulação até o trucidamento de adversários prestigiosos” (O CEARÁ, 01/02/1928, p. 01), gozando da impunidade. Não bastassem todos esses “flagelos”, o jornal ainda critica as ações de “sanguinários grupos de bandoleiros – como os de Lampeão, Massilon e Marcellinos” (O CEARÁ, 01/02/1928, p. 01), andando de mãos dadas com o poder local. Uma construção discursiva que apela para as sensações e pede reparo, ajuda.

Os episódios de tensões envolvendo o coronel Contendas e outros sujeitos da região permaneceram. Outro acontecimento colocou Miguel Calmon nas páginas dos grandes jornais do Ceará. O evento tem início com uma viagem de trem, quando Isaías, prefeito de Missão Velha, partia de Fortaleza para Senador Pompeu. Sabendo da instabilidade, das tensões políticas, dos vários crimes acontecidos na cidade e das ameaças do chefe democrata, fez-se acompanhar por um sargento, “alegando falta de garantia a sua pessoa” (O CEARÁ, 21/02/1928, p. 01).

Na passagem por Miguel Calmon, um incidente protagonizado pelas forças do tenente, pôs em desalinho os homens de Zequinha. Quando do seu retorno à cidade, o sargento Soulner a encontra em pé de guerra, com “trinta homens armados [...] dispostos a ataca-lo” (O CEARÁ, 21/02/1928, p. 01), o que não aconteceu porque figuras de revelo impediram. Acontece que, dias depois, Zequinha das contendas é, nas palavras do jornal, traiçoeiramente desarmado, justamente pelo sargento Soulner, tomando-lhe seu rifle, um revólver e a munição que conduzia, deixando o coronel profundamente irritado.

Albuquerque Junior nos diz que as subjetividades masculinas são forjadas dentro de um ambiente, por vezes descrito como hostil, apreciador da violência e do destemor. Além disso, não podemos desvencilhar estes elementos do valor conferido à honra pessoal. Assim, “Coragem, e um apurado sentido de honra, seriam continentes destes homens, que não levariam desaforo para casa” (ALBUQUERQUE JR, 2013, p. 176). Isto posto, segundo o jornal, apesar de achar louvável o desarmamento do chefe democrata, este evento não teria levado em conta “nenhum critério da ordem pública”, antes disso, significou “[...] apenas uma affronta com o intuito de desmoralizar-se, publicamente, perante os seus corregilionários” (O CEARÁ, 21/02/1928, p. 01).

Nesta mesma edição podemos ler telegramas relatando o sumário vexame. Um deles do próprio Zequinha: “Ao saltar aqui, fui traiçoeiramente agredido por soldados capangas commando capangas sargento Soulner, tomando-me armas. Senador Pompeu, 19, 18, 15 horas” (O CEARÁ, 21/02/1928, p. 01). Não demorou muito para se sentir os efeitos da humilhação cair sob a forma da cólera do chefe de Miguel Calmon, que juntou seus capangas e de armas em punho ameaçou atacar Senador Pompeu.

O medo tomou conta da cidade. A tensão se acentuava ao longo dos dias e as notícias só contribuía para gerar um clima de instabilidade. Algumas famílias, sabendo da possibilidade do confronto entre os homens de Zequinha e a polícia de Senador Pompeu, “já começaram a abandonar a cidade” (O CEARÁ, 21/02/1928, p. 01). Fugir era a melhor opção que a população mais pobre, em muito, refém dos desmandos dos dois grupos, encontrava.

No início do mês seguinte daquele turbulento ano de 1928, vem do interior a seguinte notícia: “Está complicado o caso de Senador Pompeu” (A ORDEM, 03/03/1928, p. 04), ainda sob constante ameaça. O governo do Estado envia força policial para a cidade, visando tentar manter a ordem e garantir a segurança do povo, caso o barril de pólvoras explodisse. Afonso Penna⁷ (hoje Acopiara) também recebeu reforço policial, pois no caso “de um ataque a Senador Pompeu, os atacantes ficariam envolvidos entre duas forças” (A ORDEM, 03/03/1928, p. 04).

⁷ Nas proximidades, o povoado de Girau – elevado à condição de distrito pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, segundo o IBGE – também sofreu com as investidas dos protegidos de Contendas. O jornal *A Esquerda*, da capital, informa em letras garrafais que “empenham-se em renhida luta, na povoação de Girão, a policia do Estado e o aguerrido grupo de Zequinha Contendas” (A ESQUERDA, 13/03/1928, p. 01).

Mesmo quando as ameaças de assalto, de invasão, de destruição e de morte por parte de Zequinha Contendas cessavam, os jornais traziam à baila outros excessos cometidos pelo coronel. Levantando detalhes sobre o seu “rosário de crimes”, contribuindo também para criar uma imagem em torno da cidade de Senador Pompeu como instável e perigosa. Para além da informação, os discursos da imprensa também encontravam nas narrativas de crime um mobilizador das ideias de civilização e progresso, além de constituírem um elemento impulsionador das vendas de suas folhas.

“MAIS UM ROSÁRIO DE CRIMES”

[...] houve José Alves pedir ao coronel Zequinha para despedir-se de sua família, e que houve ele “Zequinha” responder: este pedido não posso fazer. [...] viu todos os cangaceiros amolarem suas facas e punhas nas pedras. (PROCESSO CRIME, 30/01/1928, p. 04-05).

Foi assassinado em Senador Pompeu o Cel. Pedro Coelho.

Os cangaceiros de Zequinha Contendas em ação (A ORDEM, 26/03/1930, p. 02).

As duas epígrafes escolhidas para iniciar nossa discussão sobre os crimes de Zequinha Contendas são bastante ilustrativas desse período, das relações sociais estabelecidas, das normas da cidade, dos conflitos, dos arranjos e dos rearranjos. A cidade e seus pensadores clamavam por civilidade e repudiavam o crime. Todavia, era a ele que recorriam para lavar horas, livrar afrontas e resolver pendências. A violência estava presente no cotidiano. Conforme Otaviano Vieira Junior (2004), a violência marca o sertão cearense desde a sua época colonial e “[...] sua presença era explícita e emergia em variadas formas, permeando as tessituras sociais e confirmando o seu lugar de destaque na construção de memórias coletivas” (VIEIRA JUNIOR, 2004, p. 168).

Não se trata de justificar as atrocidades narradas e atribuídas ao chefe de Miguel Calmon e seus protegidos. Antes disso, carece de compreender as configurações sociais e normas morais vigentes naquele tempo. Nesse caso, é preciso pensar a construção de ambas as fontes, o depoimento da testemunha em uma sociedade que favorecia aos grandes fazendeiros, às elites locais e uma imprensa, na qual muitos “fazedores de jornal”, eram orientados por ideias de civilização, progresso e modernidade aos moldes europeus.

A primeira é um trecho do processo crime que colocava o Coronel e seus capangas como réus e o assassinado, José Alves, a vítima⁸. Nele é transcrito o depoimento do agricultor Azaias do Nascimento, que narrava o que se ouviu sobre o crime. Nesse primeiro momento, queremos destacar a crueldade que se constrói na narrativa, exposto, por exemplo, na negativa diante do desejo último. Prosseguindo o depoimento, pode-se perceber outros momentos em que evidenciam a dureza do coronel Zequinha. A testemunha conta que chegou “Dona Maria, sogra da vítima, com a imagem de Jesus na mão pedindo ao coronel que não matasse este homem e sim prendesse, tendo uma resposta negativa” (PROCESSO CRIME, 30/01/1928, p. 04-05).

A imprensa também corroborava com tais narrativas. *A Esquerda*, por exemplo, em enorme destaque da página 04, comenta “A Tragédia de Miguel Calmon”, em 02 de fevereiro de 1928. Ao decorrer sobre o assunto, percebemos o movimento da notícia, agora em primeira página. Informando sobre o caso, escreve que José Alves “foi amarrado, açoitado e arrastado pela rua aos gritos das mulheres horrorizadas” (A ESQUERDA, 07/03/1928, p. 01). Posteriormente, a vítima foi sumariamente executada, sofrendo “36 ferimentos de faca e 17 tiros de fuzil” (A ESQUERDA, 08/03/1928, p. 01).

⁸ Ele foi morto em uma vingança do Coronel Contendas. José Alves havia matado Pereira, um homem de confiança de Zequinha em um acerto de contas por causa de uma dívida.

No caso de José Alves, apesar de analisarmos aqui um processo crime, o que indica que o chefe da família Magalhães estava ali sendo oficialmente acusado do crime, percebemos o uso de influências, de arranjos e acordos se fazerem presentes. O historiador Lucas Pereira ao analisar a peça jurídica, consegue perceber a movimentação no campo a justiça de Senador Pompeu:

Numa sociedade onde a fronteira entre o público e o privado é tênue, tanto na petição do promotor de justiça, quanto na contestação do advogado, a discussão jurídica pautou-se em um só sentido, no julgamento do comportamento dos capangas do coronel e não sobre o coronel em si, afinal Zequinha das Contendas é um homem detentor de prestígio, já possuindo uma imagem construída na cidade (OLIVEIRA, 2015, p. 90).

Na hora de pagar pelos crimes cometidos, o coronel sempre se sarfava: “Aos capangas, a sentença foi condenatória, à Zequinha Contendas, simplesmente o espantoso silêncio foi observado” (OLIVEIRA, 2015, p. 90-91). Seria pela fragilidade da ação do poder judiciário local ou devido a ampla rede de amigos e poder ali exercido por Zequinha? Como reclamar a modernização e civilização para a cidade se a resposta para os problemas era ainda a violência? Desse modo, não seriam raros os momentos em que os pobres, vendo esse tratamento, preferiam uma resposta mais rápida e prática: o acerto de contas na ponta da faca ou da arma de fogo.

Evidencia-se o papel da imprensa na sua cruzada. As notícias de crime, são apresentadas para os leitores sob “diferentes níveis morais”, construindo de maneiras diversas a abordagem da violência. Todavia, evidencia-se que os discursos jornalísticos sobre os atos nefandos, eram em muito, orientados pelos ideais de “civilidade” e que a “(...) imprensa tinha a importante tarefa de construir simbolicamente mecanismos de normatização através do insistente discurso sobre violência e justiça” (SILVA, 2017, p. 286). Esse movimento segue ainda atrelado a exploração do consumo das “notícias de sensação” e sua importância para a atividade impressa consolidada.

A década de 1930 trouxe mudanças significativas no campo político e cultural de todo o país. As eleições daquele ano marcaram a ruptura – pelo próprio presidente da República, Washington Luís – do acordo entre o governo federal e as elites locais: a chamada Política dos Governadores (SCHWARCZ; STARLING, 2015). O Estado do Rio Grande do Sul, ladeados por Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições organizaram-se em um movimento armado que resultou no golpe que depôs Washington Luís e impediu que seu sucessor tomasse posse. A partir desse momento, teremos Getúlio Vargas à frente do Governo Provisório.

No Ceará, as mudanças aparecem primeiro na regência do Estado, onde nomes ligados ao movimento tenentista, os interventores, ficariam à frente da administração. Fernandes Távora foi o primeiro interventor do Ceará, sendo substituído pelo carioca Carneiro de Mendonça, no ano de 1931. Todavia, não houve muita mudança nos setores sociais. Os grandes coronéis continuavam a exercer seu poder pela força e as eleições eram marcadas por fraudes e violências.

Vamos atentar para a segunda epígrafe, trecho de uma matéria publicada pelo jornal de Sobral, *A Ordem*, em 1930. Essa matéria fala de outro assassinato, dessa vez, o coronel Pedro Coelho foi a vítima de Contendas e seus capangas. Chama ainda atenção o fato de nas duas narrativas aparecerem o termo cangaceiro para se referir aos sujeitos que acompanharam Zequinha no homicídio. Lembremos o caráter pejorativo desta palavra na época, lembrada como uma representante do atraso, da barbárie e, portanto, um entrave à civilização (SANTOS, 2020).

A morte de Pedro Coelho será sistematicamente explorada pela imprensa cearense na década de 1930. Na manhã de quarta-feira do dia 18 de março, o jornal *A Razão* publicou em suas páginas a repercussão do crime

no Norte do país. Reproduzindo trechos do periódico *Folha do Norte*, do Pará, podemos ler que “na cidade de Senador Pompeu, um grupo de cangaceiros, que obedecem a chefia do cel. Zequinha Contendas assassinou, com treze punhaladas, o cel Pedro Coelho, residente há quatro legoas do centro da cidade. Os assassinos fugiram para Miguel Calmon[...]” (A RAZÃO, 18/03/1930, p. 02). Podemos ler ainda os pedidos por segurança, e que quase todos “os jornais chamam a atenção da policia para o caso, clamando providências” (A RAZÃO, 18/03/1930, p. 02). Continuando a falar do crime em mais quatro edições.

A reprodução de matérias de outros jornais era uma prática comum no período, além da extensa quantidade de colaboradores que os jornais mantinham pelo Brasil. O que mostra a consolidação de uma rede de informações articulada através da palavra impressa. Todavia, mais interessante é percebermos que as notícias de crime consistiam em uma excelente estratégia, inclusive rentável, seguindo o escopo estilístico da forma dos *fait divers*, na tentativa de cativar o leitor, eram exploradas por outros jornais no território brasileiro.

Outros jornais da capital não se furtaram de comentar o crime. O jornal *O Nordeste* no dia 17 de março publica que Pedro Coelho era “correligionário do sr. Filemon Magalhães, chefe político conservador naquela cidade” e que, a polícia, avisada do que “parece ser um crime político” iria abrir um “inquerito a respeito desta triste ocorrência” (O NORDESTE, 17/03/1930); *N’O Povo*, seus leitores ficam sabendo que “pessoas que moram na vizinhança da fazenda em que foi assassinado o coronel Pedro Coelho dão noticias da passagem dos cangaceiros de Zequinha Contendas” (O POVO, 18/03/1930), informando ainda que, de acordo com essas pessoas, os criminosos estão homiziados na casas do Cunhado do chefe de Miguel Calmon. A vítima teria escrito missiva endereçada ao seu irmão, José Coelho, “dizendo estar certo de que Zequinha Contendas e Padre Lino Aderaldo mandariam mata-lo” (O POVO, 18/03/1930).

Mais tarde, o jornal sobralense *A Ordem*, fez cinco menções ao “bárbaro assassinato” ao longo do ano de 1930. Em uma delas o apelo emocional é evidente ao mencionar que “os bandidos no crime actual procederam traiçoeiramente, dando inúmeras punhaladas na victima” que deixa “na orphandade, quatro filhinhos” (A ORDEM, 29/03/1930, p. 02). Não deixando de registrar a revolta geral do espírito público diante do “monstruoso acto” (A ORDEM, 29/03/1930, p. 02). Os recursos estéticos e o apelo linguísticos às emoções são recursos típicos dos *fait divers*.

Entretanto, nos jornais essas matérias também caminham em outra direção. Como instrumentos representativos da modernidade, da civilidade, muitas delas vão se dedicar a pedir uma ação efetiva das forças policiais e clamar por justiça diante dos inúmeros casos de violência perpetrados no Brasil e, aqui em especial, em Senador Pompeu, Ceará, protagonizados por Zequinha e seus capangas. No primeiro caso analisado, o assassinato de José Alves, Contendas revela toda a arte política de que se valem os coronéis no interior do Estado. E enquanto ao crime contra o coronel Pedro Coelho, sairia impunemente o senhor José Ferreira de Magalhães?

O *Jornal do Comércio* publica que “a imprensa desta capital agitou largamente o caso, chamando, para o mesmo, a atenção das autoridades superiores do Estado” (JORNAL DO COMÉRCIO, 16/03/1930). *A Razão*, mostra descrédito diante do sistema judiciário do Ceará, pois, as “noticias provenientes de Senador Pompeu, asseguram que o crime ficará impune” (A RAZÃO, 20/03/1930), mas não deixa de clamar ao Presidente do Estado, Mattos Peixoto, que se tome atitudes enérgicas. Era realmente difícil imaginar que uma punição à altura dos crimes cometidos, fosse aplicada a um homem de relevo da sociedade cearense.

A crítica à ineficácia da justiça continua de forma incessante. Mais tarde, em tom de incredulidade, o jornal *A Ordem* comenta a concessão de um *habeas-corpus* a um dos acusados do crime. O próprio Zequinha estaria com o documento em mão emitido pelo juiz de Quixeramobim. Segundo o jornal, tal absurdo seria “[...] mais um incentivo à prática de crimes para Zequinha Contendas” (A ORDEM, 09/04/ 1930, p. 04).

A *Razão* relembra o assassinato de José Alves e comenta que foi, quatro anos depois, finalmente “provada a acusação que se fazia ao conhecidíssimo chefe de cangaço de Miguel Calmon, o mais celebre do Ceará” (A RAZÃO, 11/11/1930, p. 04). No decorrer do mês encontramos duas notícias que falam da reclusão do coronel Zequinha Contendas. Transcrito pelo jornal *A Ordem*, lemos esta nota originalmente publicada em *O Povo*: “O Crimes de Miguel Calmon – Agora que se acha detido nesta capital o cel. Zequinha Magalhães, deveriam as autoridades revolucionárias procurar fazer justiça sobre o crime que vitimou o sr. Pedro Coelho, a 16 de março último” (O POVO, 14/11/1930). Seria uma sinalização para a resolução do caso?

A *Ordem* reforça: “a justiça deve pedir contas a Zequinha Contendas sobre o assassinato do coronel Pedro Coelho e de outros crimes idênticos” (A ORDEM, 15/11/ 1930, p. 04). Quatro dias depois, lemos n’*A Ordem* uma carta dos familiares pedindo justiça. Zequinha ainda continuava detido na capital, ocasião oportuna para “exigir uma reparação para aquelle crime inominavel” (A ORDEM, 19/11/ 1930, p. 04). O que se evidencia é que a justiça cearense, nesse caso, agiu dessa forma por se tratar do envolvimento de duas pessoas de posses e, até certo ponto, importantes na sociedade, diferente de José Alves. Uma justiça seletiva, classicista e parcial.

Não esqueçamos que o jornal é um espaço plural e, há lugares dedicados também para outros atores sociais manifestarem suas opiniões em colunas das folhas, desde que pudessem pagar pelo serviço. No ano de 1931 foi publicada no *A Razão* uma matéria destinada a comentar a política de Miguel Calmon. Nela percebemos um texto abertamente construído no intuito de defender a família Ferreira de Magalhães. Trata-se de trechos de uma entrevista concedida ao jornal *A Nação*, por Filemon Magalhães. Segundo a matéria, a sua família vem sofrendo “cruel” e “ferrenha perseguição”. O chefe, continua o jornal, outrora prestigiado, agora “tem andado pela rua da amargura”. Por fim, sugere fazer justiça “dando a este os meios de defesa, sem coação, collocando-o, bem com seus amigos, ao amparo da lei – que deve ser igual para todos” (A RAZÃO, 24/06/1931, p. 06). Seria mesmo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de crime envolvendo o Coronel José Ferreira de Magalhães, o “Zequinha Contendas” estiveram presente durante muitos anos na imprensa cearense. Elas foram mobilizadas visando atender vários interesses que iam desde a exploração das vendas dos jornais contendo as “notícias de sensação” consolidada entre o público leitor, até os apelos por justiça, clamando por uma sociedade civilizada e moderna. Este desejo esbarrava nas vontades dos coronéis, suas práticas violentas e seus capangas, muitas vezes acunhados de cangaceiros. Vale lembrar que o cangaço e sua simbiose com os chefes locais, foi constantemente ligado a desordem, o caos, a barbárie, ao atraso, isto é, destoando com o que se espera de uma sociedade civilizada que caminha para o progresso e o bem viver.

Entretanto, as brigas entre os potentados rurais, o apelo ao ferro frio ou a arma de fogo e o emprego de criminosos nas lutas em defesa de suas propriedades se fizeram presentes durante um bom tempo. Dessa forma, os mais perversos crimes eram cometidos em nome da defesa da propriedade privada e da honra. Isto põe os coronéis nas fontes e na historiografia como responsáveis por uma série de crimes, quando não levados à cabo por suas mãos, era o seu exército particular os perpetrava. Vários jornais vão se digladiar ao noticiar os mandos e desmandos de coronéis e grupos políticos durante a República Velha. Cada um movido por seus interesses no intuito de orientar a opinião pública e buscando angariar adeptos para suas folhas.

O público leitor encontrava as tensões do cotidiano protagonizados por Zequinha Contendas e seus capangas, extrapoladas para os jornais, narradas seguindo a formula dos *fait divers*, apelando para recursos linguísticos

e estéticos, além de elementos dramáticos, de sensação e mistério. As narrativas de crimes ganham ainda mais relevância, nesse sentido, por envolverem pessoas de relevo da sociedade pompeuense. O chefe de Miguel Calmon se valia de todas as vantagens que a estrutura política do período lhe oferecia, conseguindo, muitas vezes, se livrar de condenações, evidenciando a precariedade do sistema jurídico, em especial no sertão.

FONTES

Jornais Consultados

A Esquerda (1928)

A Ordem (1928)

A Razão (1930, 1931)

Diário do Ceará (1926)

Jornal do Comércio (1930)

O Ceará (1928)

O Nordeste (1930)

O Povo (1930)

Processo criminal

Processo de homicídio. Réu: José Ferreira de Magalhães (Cel. Zequinha) e seus capangas de 1928. Localização: Fórum Dr. Francisco Barroso Gomes, Senador Pompeu, Ceará.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Nordestino, uma invenção do falo** – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa** – Brasil – 1900- 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1994.

DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**. Tradução De Maria Yedda Linhares. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FONTELES NETO, F. L. **O crime do boulevard**: a sensacional e misteriosa morte de Edith Davis. Mossoró-RN: EDUERN, 2017.

GUIMARÃES, V. **Notícias diversas**: suicídio por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2013.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município no regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LUCA, T. R de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, C. B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 05. p. 111-153.

KALIFA, D. **A tinta e o Sangue**. Narrativas sobre crimes e sociedade na *Belle Époque*. São Paulo: UNESP, 2019.

MACEDO, J. **O império do Bacamarte**. Fortaleza: UFC, 1990.

MONTENEGRO, A. **Júlio de Mattos Ibiapina**: um pioneiro da sociologia regional no Ceará. Fortaleza: Casa de José de Alencar (UFC), 2002.

MOTA, L. **Sertão Alegre**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília INL, 1976.

OLIVEIRA, L. P. de. **A cidade como um lugar de conflitos**: tecendo tramas de civilização, justiça e violência em Senador Pompeu/CE (1901-1930). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História e Culturas Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza. 2015.

SANTOS, F. W. M. dos. “O regime do terror” e o insulto à civilização: notícias sobre o cangaço na imprensa cearense (1920-1930). **Ponta de Lança**: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 14, n. 26, p. 171 - 191, 20 jul. 2020.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, S. M. de M. Narrativas do Cotidiano: a construção do crime na imprensa cearense no século XIX. *In*: FREITAS, A. de P. S. de. ARAÚJO, E. A. de (Orgs). **História das cidades do Nordeste** (Séc. XIX e XX). Fortaleza, CE: EdUECE, 2017.

VIEIRA JUNIOR, O. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

A CIDADE DOS OLHOS D'ÁGUA: MEMÓRIAS, TERRITÓRIOS E SOCIABILIDADES NOS MANANCIAIS DE FEIRA DE SANTANA

Pedro Alberto Cruz de Souza Gomes¹

Resumo: O presente trabalho busca compreender a importância dos mananciais aquáticos na vida da população de Feira de Santana no período de 1920 a 1940. Os tanques, fontes, cisternas e poços foram as principais formas de abastecimento da cidade que ainda não contava com a reivindicada água encanada. É nesse cenário, que aguadeiros e lavadeiras se destacam como importantes profissões cuja experiência social e produção de espacialidades estavam estreitamente ligadas aos mananciais. As vivências dos sujeitos históricos foram percebidas a partir do diálogo com fontes como escritos memorialísticos, poesias e romances. O diálogo com autores como Pierre Nora e Michel de Certeau a partir dos conceitos de *lugar de memória*, *espaços e usos* impulsionou a compreensão das experiências sociais da população de Feira de Santana com as águas. Elementos como sociabilidades, trabalho e religiosidade nos espaços dos mananciais podem ser percebidos através da análise documental, o que permite entender a presença marcante da população negra e suas expressões culturais como fundamentais no processo de territorialização dos reservatórios aquáticos.

Palavras-chave: águas; memórias; território.

Situada no agreste baiano, Feira de Santana historicamente se notabilizou pela atividade comercial, sobretudo pelo comércio do gado trazido de diversas regiões para ser vendido na cidade que se tornou um dos principais entrocamentos do país.

Em termos absolutos não houve grande alteração demográfica no município entre os anos de 1920 e 1940, a população que era de 77.600 habitantes em 1920, subiu para 83.268 em 1940 (SOUZA, 2008, p. 27). Segundo o censo do IBGE de 1940, o perfil de cor da população estava disposto da seguinte forma: Brancos: 10.122; Pretos: 23.580; Pardos: 49.510; Amarelo: 1 e Cor não declarada: 55 (IBGE, 1940). A maioria da população era formada por descendentes de pessoas negras, que certamente viveram sérias dificuldades para sobreviver no pós-abolição.

De acordo com Mayara Plácido Silva, a região de Feira de Santana viveu tanto o fenômeno da permanência de ex-escravos, quanto a migração de ex-escravos e seus descendentes vindos de outras regiões. A historiadora sustenta que o pós-abolição foi um período no qual a elite feirense desenvolveu formas de controle dos corpos negros, na tentativa de manter o poder e a ordem social, sendo o código de posturas de 1893 como principal ordenamento nesse sentido (SILVA, 2017, p. 22).

Clovis Ramaiana Moraes Oliveira estudou o processo de urbanização de Feira de Santana de 1920 a 1960 e chegou à conclusão que ele foi conduzido de forma a prover mudanças nos costumes da população. Para as elites condutoras, não havia mais espaço para práticas sociais vistas como atrasadas, os velhos transportes movidos a tração animal foram alvos privilegiados da perseguição, entre eles os célebres aguadeiros que vendiam pela cidade a água coletada nas fontes (OLIVEIRA, 2016, p. 55-62).

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

CAMINHO DAS ÁGUAS: LUGARES DE MEMÓRIAS E VIVÊNCIA DO ESPAÇO

A história das águas em Feira de Santana é tão rica como silenciada, a cidade tem como um dos principais pontos de povoamento a Fazenda Santana dos Olhos D'água, que com o passar do tempo se tornou um dos bairros do subúrbio, que até o dia atual mantém o nome de Olhos D'água, pois, no local havia nascentes muito usadas pela população da região.

Vicente Diocleciano Moreire nos ajuda a mapear as relações da população com os mananciais no artigo intitulado *Aguonia Ocular de uma cidade cega: seca, agressões ambientais e qualidade de vida em Feira de Santana (Bahia) século XIX e século XX*, o autor chama de “cega” a cidade que depredava os recursos hídricos no momento em que o texto foi gestado. É a partir do problema da poluição e depredação das águas que o autor chama atenção para a relevância dos mananciais na história da cidade, apontando importantes nascentes como a fonte do Mato, fonte do Valado e Tanque da Nação, no contexto no qual os habitantes da cidade dependiam delas para sobreviver (MOREIRA, 2002).

No que diz respeito a cidade, é importante perceber as águas como espaços onde se tracejavam experiências de toda sorte, principalmente, para a população que com elas produziu interação mais do que intensa, desde o abastecimento da casa, passando pelas tão lembradas lavagens de roupa e da Igreja no período de festa da Padroeira. A água dava nome aos lugares, era ponto de referência para os passantes, prática de lazer com os famosos banhos, entre outras. As vivências “aguadas” produziram memórias que, posteriormente, foram cristalizadas como “lugar de memória”.

Sobre os lugares memória, Pierre Nora adverte que,

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido (NORA, 1993, p. 8-9)

As águas de Feira de Santana, em sua maioria, passaram por um longo processo de depredação. Foram re-desenhados os laços entre elas e as pessoas. A cidade cresceu, se urbanizou e a relação que a maioria da população tem com as águas é de um considerável alheamento².

No bojo desse processo estão os memorialistas. Os lembradores trouxeram à cena uma dinâmica que estava se esfacelando com o passar do tempo, daí a necessidade de atribuir a essa memória um “lugar”, no caso as letras, os livros, as fotos, os arquivos etc. Como bem disse Nora, a necessidade de consagrar lugares está estreitamente relacionada com a perda do rito. Estão ameaçados o cheiro e o odor, o alarido das lavadeiras é vítima da aceleração, do higienismo, por isso, a memória precisa ser guardada.

Entendemos que lugar de memória é o exercício de atribuir um lugar material ou simbólico a uma prática inscrita no passado, não cabendo determinar as formas, que podem ser múltiplas e inovadoras, mas de entender o fenômeno. Podemos afunilar o olhar para perceber os hábitos descritos pelos memorialistas, recortando dos seus trabalhos apenas o que diz respeito à temática chave para este estudo, isto é, as águas, os sujeitos e as relações que lhes atravessam.

² O estudo de Natane Brito Araújo sobre a Lagoa Subaé aponta que houve um considerável distanciamento da população do entorno em relação ao manancial nos últimos anos (ARAÚJO, 2019, p. 93-96) Muitos tanques de Feira tem vivido situação de abandono tanto por parte do poder público como por parte da população, esse é o caso da Lagoa do Prato raso e Lagoa Subaé.



Ao buscarmos entender de maneira mais palpável as práticas descritas por memorialistas, romancistas e poeta, que lançamos mão do conceito de “espaço” elaborado por Michel de Certeau para entender a vida da população feirense com as águas da cidade. O autor chama atenção para a produção do espaço pelos praticantes, que os inscrevem com os traços dos movimentos cotidianos. O espaço é anti-estático, uma vez que é preenchido de sentido pelos fazeres humanos que lhe rabiscam histórias e memórias escritas pelos movimentos do ir e vir.

Nas palavras do próprio autor,

o espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam, o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (CERTEAU, 2014, p. 184).

Cabe atentar também para o caráter de produtor de memórias dos locais, os gestos praticados pelos usuários das águas de Feira de Santana e sua exaustiva repetição fez deles espaços de histórias e memórias. Ambientes a serem lembrados pelas imagens produzidas ao seu redor. As imagens, certamente, foram diluídas à medida que os memorialistas produziam os lugares de memória e os re-construíam. Porém, é preciso saber que o espaço de memória (vivo, ativo e dinâmico) precede o lugar de memória (estático e opaco), uma vez que nos atos de encenação das práticas cotidianas é que se definem as redes produtoras do primeiro que, posteriormente, tiveram seus usos e sentidos captados através do exercício de memorização racionalizada.

No livro intitulado *Feira de Santana e o Vale do Jacuípe*, o memorialista Gastão Sampaio chama atenção para o uso não só das águas do Jacuípe, mas passeia pelos costumes feirenses e cataloga diversas facetas da experiência popular, a vida do vaqueiro, a bata de feijão, entre outras. Destacamos as imagens que Gastão Sampaio pretendeu legar ao futuro no que diz respeito às águas. Na crônica nomeada “Flashies de Feira”, o autor faz um pequeno *tour* pelas memórias da Feira dos anos de 1920: “Um pouco mais abaixo, já em direção à Estrada Nova, encontra-se o famoso e lendário Tanque da Nação, próximo à Fazenda Santana dos Olhos D’água, que segundo o divulgado pela imprensa, deu origem à cidade entelada” (SAMPAIO, 1979, p. 12.)

Destaca-se no pequeno trecho a forma como o autor se refere ao Tanque da Nação como “lendário”, o que reforça tanto a sua importância no passado, mas, principalmente, a necessidade de que sua memória seja lembrada.

Para além do esforço do memorialista em notabilizar o Tanque da Nação, há também uma breve reflexão acerca dos usos das águas pelas classes populares de Feira de Santana. Diz ele:

Antigamente as mulheres não se cuidavam e fazia pena vê-la carregando água ou potes, vestidas de trapos sujos imundos, cabelos despenteados, cara e corpo sujos. Os requisitos femininos desapareciam por completo. Nas famílias mais pobres os meninos ficavam inteiramente despidos, até uma certa idade e as meninas, com uma leve tanga. Nos lugares em que havia rios a pescaria era de dia e de noite. Muitas mulheres pescavam, como ainda hoje, uma luta terrível. Quando a correnteza era suave, punham cestos afunilados em pequenas represas feitas com pedras soltas. Ao retirá-los, era preciso cuidado, pois, muitas vezes, achavam-se até cobras em vez de peixes. Isso provocava um corre-corre terrível (SAMPAIO, 1979, p. 20).

É necessário destacar a forma como Gastão, um homem da elite intelectual feirense, visualiza a estética das classes populares produzindo uma generalização da sujeira e falta de cuidado com o corpo. É igualmente importante

por em relevo a forma como ele descreve mulheres pobres na luta diária realizando atividades essenciais para a sua sobrevivência. Elas carregavam água com seus potes e pescavam “de dia e de noite” com cestos no rio. O autor vai mais longe, fornecendo preciosos detalhes da vida das mulheres pobres com as águas:

Quando faltava água ou lenha ela ou as filhas é que iriam buscar. Ainda teriam tempo para lavar a roupa, a maioria das vezes aproveitando o rio que facilitava a lavagem pela renovação da água, ensaboada com folha de Melão São Caetano. Isto não era permitido fazer nos pequenos açudes conhecidos por tanques, a fim de não contaminar os bebedouros (SAMPAIO, 1979, p. 21).

Tanto as mulheres como as suas filhas, através de divisão social das tarefas por gênero, ficavam responsáveis por afazeres domésticos e estavam mais ligadas a atividades como lavar roupa e apanhar água para o uso. Acentua-se a importância da mulher, não só na vida doméstica, mas também no ganho. Ao abordar as experiências das lavadeiras do Tanque da Nação entre 1929 e 1964, Reginildes Santa Bárbara aponta a dura vida das profissionais que por vezes passavam parte do dia lavando as trouxas de roupas dos clientes. Segundo a historiadora, muitas lavadeiras além da rotina estafante de lavar roupas, obtinham outra ocupação para complementar a renda familiar ou mesmo manter a casa (SANTA BÁRBARA, 2007, p. 82).

De acordo com a descrição de Sampaio, cabia aos usuários das águas zelar pela sua higiene, isso justifica o fato de se lavar roupa na beira do rio, o que não era permitido nos tanques onde a água servia também para beber e não devia ser contaminada. Trata-se, na maioria das vezes, de regras de conhecimento geral, uma espécie de entendimento consuetudinário que poderia ser reforçado por ações coercitivas por parte proprietários³.

As imagens produzidas por Sampaio são de uma população pobre, em atividades que lembram muito o meio rural como pescar com cesto, lavar com folhas de Melão São Caetano e apanhar água e lenha. Outro aspecto a ser frisado é a imagem da pobreza que ele pinta principalmente quando escreve sobre uso de trapos, meninos despidos e meninas vestidas apenas com uma tanga.

Como foi dito anteriormente, o vínculo das mulheres com as águas estava para além do âmbito doméstico, muitas delas ganhavam a vida e mantinham a família trabalhando como lavadeiras, destacando-se em Feira de Santana o Tanque da Nação, pela grande concentração de mulheres. O memorialista Antônio Moreira Ferreira (Antônio do Lajedinho) traça um panorama de como se davam as relações no Tanque da Nação numa Feira de Santana que nos anos de 1930 passava por algumas mudanças urbanas que interferiram diretamente a relação das pessoas com as águas.

A crônica intitulada “Tanque da Nação” foi publicado no livro de memórias *A Feira do século XX*. No texto, Lajedinho enfatiza a formação do Tanque a partir de um “minadouro muito forte” que “era ponto de bebida de água para os animais [...] vindos do sertão para o Campo do Gado” (FERREIRA, 2006, p. 104). Ao abordar o Tanque da Nação, ele aponta que pelos idos de 1932:

o governo Municipal mandou aumentar o Tanque com trincheiras altas para impedir que as águas das chuvas trouxessem os restos de lixo da Santa Casa de Misericórdia para dentro do tanque e conservassem a água limpa para beber e, principalmente, para lavagem de roupas. Depois fizeram uma cerca para em volta do tanque para que as lavadeiras tivessem mais segurança contra os animais soltos (FERREIRA, 2006, p. 104-105).

³ No segundo capítulo do meu trabalho de monografia aponto para conflitos decorrentes da “quebra” de acordos consuetudinários em relação ao uso das águas na cidade de Feira de Santana (GOMES, 2020, p. 61-69).

É interessante a forma como o autor atenta às alterações promovidas pelas autoridades governamentais para que o Tanque não fosse atingido por contaminações de diversas ordens, pois, à medida que a cidade crescia era preciso traçar estratégias para que as águas não sofressem com a contaminação advinda dos rejeitos sociais. As medidas de precaução memoriadas, denotam a relevância atribuída por Lajedinho às iniciativas de melhoramento no tanque público. O autor também reforça a importância da água, não só para o consumo, mas para a lavagem de roupas.

As lavadeiras aparecem no texto de Lajedinho como sujeitos que tecem suas experiências a partir das lidas com os mananciais, chama-se atenção para a forma como estas territorializavam o espaço urbano. As trabalhadoras davam a essa parte da cidade um traçado poético que ressaltou nas memórias sobre o Tanque da Nação:

Mais alguns melhoramentos e a falta de água encanada levou o Tanque da Nação a ser o bairro das lavadeiras onde se viam sempre centenas de roupas coloridas, estendidas em varais improvisados, tremulando como interminável bandeira de retalhos sob o dourado sol da Princesa do Sertão (FERREIRA, 2006, p. 106)

A paisagem da cidade ganha outro colorido pela ação laboral das lavadeiras, a região do Tanque era conhecida por ser também local de moradia de pessoas pobres, destacando entre elas as lavadeiras, que enquanto trabalhadoras autônomas labutavam no ganho e construíam suas relações sociais e culturais de autonomia (SANTA BÁRBARA, 2007, p. 64-65).

Em outro ponto da crônica, Lajedinho enfatiza a experiência de um personagem histórico que ganhou notoriedade nas relações com as águas na época, o aguadeiro, destacando a importância da água para o consumo humano e para o uso nas tarefas domésticas:

Embora a água fosse salobra, quem não tinha outro recurso bebia da água do tanque. Muitos “aguadeiros” (aqueles que vendiam água em barris, sobre um animal para todas as casas, pois não havia água encanada), para não pagar a porcentagem do dono da fonte onde adquiria a água abasteciam seus barris no Tanque da Nação e vendiam um pouco mais barato, avisando que a água era “de gasto” e não era para beber (FERREIRA, 2006, p. 104-105).

O trecho traz, com riqueza de detalhes, aspectos que atravessavam a experiência dos aguadeiros com os tanques e o seu importante papel no fornecimento de água para o público da cidade. A negociação estabelecida entre aguadeiros e proprietários é ponto que merece realce, pois, a sua lida como profissional dependia das mediações das relações estabelecidas com proprietários e clientes. Os clientes, por sua vez, buscavam saber a procedência do líquido que seria consumido, o que poderia condicionar a aceitação ou não da água comercializada.

O jornalista Juarez Bahia também focalizou o aguadeiro como personagem no romance *Setembro na Feira*, que assim como na crônica de Lajedinho é possível perceber a relação entre profissionais e clientes e a importância atribuída à procedência do fluido. Vejamos o diálogo entre Missuíça (aguadeiro) e coronel Farinha:

– Água do Ponto Central/ O grito de pregão do Missuíça, com seu jegue aguadeiro, vem até o lugar onde está o coronel Farinha [...] / – Água do Ponto Central./ – Chegue-se pra cá, ó Missuíça - ordena o Coronel./ – Pronto meu Coronel./ – Compro toda essa água./ – Já comprou. Que vosmecê quer que eu faça?/ – Abra a torneira e vá servindo a quem tem sede (BAHIA, 1986, p. 45).

O aguadeiro aparece gritando pelas ruas, oferecendo água a quem tem interesse, ele oferece líquido do Ponto Central, o aguadeiro e a água são trazidos pelo jegue, seu companheiro de trabalho. Desenhavam-se variadas práticas sociais com os tanques, a partir de necessidades múltiplas e de ganhos mútuos, mas que se notabilizam pela centralidade dos mananciais na vida das pessoas, a ligação com eles estava muito além das necessidades, pois se estabeleciam como rituais de interação e convívio social.

No romance, as fontes são parte da paisagem feirense representada pelo autor, em algumas ocorrências as águas e a natureza são postas nas mesmas imagens nas quais aparecem as máquinas a motor, símbolos da chegada de elementos modernos à cidade: “Jegues, burros, cavalos, bois a carregar água de aguadeiros avulsos ou a pastar ao longe dão humanidade ao descampado aqui, à mata ali, em meio a tratores, caminhões-basculantes, motoniveladoras” (BAHIA, 1986, p. 76-77).

Tanto nos escritos memoriais de Lajedinho sobre o Tanque da Nação em 1923, como nos escritos literários de Juarez Bahia representando uma Feira entre os finais dos anos de 1930 e início de década de 1940, aparecem o aspecto da Feira de Santana que passa por transformações para abrigar um novo estilo de vida. Lajedinho evidenciou os movimentos do poder público para suprir melhor as necessidades da cidade, mas não deixa de voltar seus olhares para os sujeitos e suas práticas, oferecendo detalhes da experiência da população pobre com as águas, assim como Juarez Bahia que descreve a convivência entre práticas tradicionais com os aparatos tecnológicos recém chegados à cidade.

A vida da população pobre nos afazeres domésticos, o trabalho das lavadeiras e aguadeiros são registros do contato da população pobre com as águas da cidade. Entretanto, o papel que proprietários e poder público assumiam merecem relevo por impactarem nas relações entre a população e as águas. O valor cobrado por proprietários para o acesso às águas mais limpas, as regras de uso das águas situadas em propriedades privadas, melhorias implementadas pelo poder público nos mananciais e o contato de lavadeiras e aguadeiros com seus clientes mais abastados, são exemplos de relações de poder que atravessavam a experiência da população feirense com as águas.

AS ÁGUAS DA CIDADE: TERRITÓRIO DA POPULAÇÃO POBRE E NEGRA

A partir do conceito de *usos*, formulado Michel de Certeau, é possível compreender a reelaboração que a população negra da cidade fez das regras de consumo preconizadas para os mananciais (CERTEAU, 2014, p. 88-91). O território das águas eram vistos como essencial ao abastecimento da cidade, por isso tanto os proprietários como o poder público regulavam o acesso e recomendavam as finalidades de consumo. O entendimento ao qual chegamos é de que esse conjunto de interesses patronais, visualizava a população pobre da cidade como usuários sujeito às regras dominantes, que possibilitavam o ordenamento de práticas para uns e o lucro para outros.

Todavia, a documentação consultada permite visualizar um deslocamento das regras, ao passo que as trabalhadoras e trabalhadores produziam esses territórios de forma a elaborar sentidos religiosos, sociabilidade e lazer para as águas que extrapolavam as normativas hegemônicas. Por isso, atentamos aos *usos* vistos aqui como táticas manuseadas pelos subalternos para “golpear” e conseguir ganhos contingenciais sobre o sistema social que os oprimia.

As águas ganham espaço de percepção na escrita do poeta negro Aloísio Resende, um espaço de contemplação e descrição de fenômenos naturais que só as lentes da sensibilidade poética são capazes de captar. O autor descreve a lagoa na cidade atingida pela seca:

Lagoa

Pleno verão ardente. Erma turva lagoa/ Na abrasada planície, ao pôr do sol, ressona./ Á distância, parece, um farrapo de lona,/ Que estranha mã deixasse ali perdido, à toa/ Nem mesmo vez por outra asa aflita revoa/ Riçando a escassa linfa./ Apenas turbilhona Folha seca de arbustos a girar sobre a tona,/ Com que vento, o paul, a remoinhar, povoa./ Fina e fria, não cai a frígida garoa,/ Nem nenúfar doirado à flor da água se entona,/ Que vê-lo era o prazer dos íncolas da zona./ Somente o bronco sapo ao charco se abandona/ E o canto surdo e rouco, ao luar, tristonho, ecoa,/ Que o tunante noturno em tom menor entoa (RESENDE *apud* MORAIS; PORTO; ASSUNÇÃO, 2000, p. 81).

É encantadora a imagem poética pintada por Resende, num cenário de seca a lagoa resiste, abatida pela falta de chuva ela é comparada a um “farrapo de lona”, provavelmente devido à presença da lama. Um olhar mais atento percebe a falta de gente no cenário descrito, talvez a lagoa, devido à seca, já não mais comportasse os labores humanos, em que “somente o bronco sapo ao charco se abandona”.

A seca é um tema presente quando se trata do passado de Feira de Santana, no romance *Setembro na Feira* há fortes alusões ao fenômeno da natureza. Uma mensagem emblemática diante da reação frente à estiagem pode ser encontrada nas linhas do romance: “Se Deus não manda água, o aguadeiro traz. E se a fonte seca, Queimadinha resiste” (BAHIA, 1986, p. 56).

Mayara Pláscido Silva analisa as secas constantes entre finais do século XIX e início do XX como fenômeno catalisador no processo de migração de pessoas vindas de diferentes regiões para Feira de Santana. A autora verifica que a seca era largamente veiculada nos jornais locais e ocasionava severo impacto nas dinâmicas sociais e econômicas da cidade, o que contribuía para escassez alimentar e alta dos preços (SILVA, 2017, p. 146-163).

Outro tanque notório no passado feirense é o Tanque do Urubu, nome de uma região da cidade e espaço onde se produziram diversas memórias sociais. Do ponto de vista do registro intelectual, as memórias foram apresentadas a partir do subúrbio da cidade. Vale lembrar que no livro *O bicho que Chegou à Feira* Muniz Sodré narrou uma região marcada pela presença da população negra:

Nunca se soube por que os negros da cidade de Feira de Santana haviam se agrupado ao longo dos anos na saída sul da cidade [...]. O fato é que ali havia gente antiga, gente nova, todos identificados com o bairro conhecido como Tanque do Urubu. Era uma senzala da cidade – de onde saía grande parte das empregadas domésticas, dos pedreiros, marceneiros, prestadores de pequenos serviços para os moradores abastados de Feira (SODRÉ, 1991, p. 104).

No tocante ao próprio Tanque do Urubu, Antônio Lajedinho produziu uma narrativa memorialística que traceja explicações e causos que também permitem a construção de imagens sobre o espaço, a crônica tematiza o matadouro, mas chamamos atenção para o tanque, vejamos:

O mais antigo matadouro que tenho notícias era em céu aberto e à margem do grande tanque que ficava logo abaixo do Tanque da Nação. Este local ficou conhecido como o Tanque do Urubu, pois, nos dias de matança de gado, as fateiras lavavam os fatos dos bovinos na beira do tanque, deixando, assim, restos de vísceras que atraíam os urubus para o local, formando uma constante reunião deles. Daí o povo apelidar o local como Tanque do Urubu, onde hoje está, salvo engano, parte do conjunto Feira IX (FERREIRA, 2006, p. 160).

Não é difícil perceber semelhanças entre as duas narrativas que abordam o Tanque do Urubu. Nos dois relatos é possível perceber o espaço (bairro), como espaço de trabalho, sob o olhar de Lajedinho tanto no matadouro como no próprio tanque com as fateiras. O aspecto do trabalho e da especificação do recorte étnico do bairro ganha relevo na narrativa de Sodré e nos faz pensar a cor das fateiras, mulheres que ganhavam o seu sustento lavando e vendendo as vísceras de animais abatidos no matadouro.

Também é importante atentar para o que Sodré chama atenção, o fato de o bairro ser formado por trabalhadores que prestam serviço para a população mais abastada, citando, entre outros, as trabalhadoras domésticas, que, assim como as lavadeiras, estavam em contato direto com os tanques da cidade, uma vez que realizavam a lavagem de roupa para os patrões e todo tipo de uso nas suas próprias casas. Santa Bárbara aponta a região do Calumbi, subúrbio da cidade, onde estavam localizados o Tanque da Nação e o Tanque do Urubú como um território negro no qual ganham destaque as lavadeiras e domésticas vindas do Tanque do Urubú para lavar no Tanque da Nação, os carregadores também eram figuras constantes na região. (SANTA BÁRBARA, 2007, p. 98).

É necessário perceber que apesar de não haver um direcionamento memorialístico que se preocupe apenas com as águas da cidade, ela aparece de diferentes formas em textos de diferentes autores. Destaca-se também que as memórias foram produzidas a partir de experiências construtoras de territórios de atuação à medida que inscreveram narrativas corporais que fizeram de certos lugares da cidade (no caso as fontes, tanques e lagoas) espaços marcados pela presença de trabalho, sociabilidade e práticas religiosas de sujeitos que se apropriaram dele produziram uma identidade com o lugar.

De fato, a população negra é, via de regra, percebida por sua lida com as águas, devido aos trabalhos braçais realizados pelos descendentes de escravos, suas habitações nas periferias da cidade, onde se situavam os tanques, e mesmo por crenças como culto aos orixás aproximavam a população negra das águas da cidade.

O CULTO ÀS ÁGUAS: FESTAS E PRÁTICAS DE RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA

Há outros olhares sobre as águas nos escritos de memorialistas feirenses, começando pelo que foi produzido pela pena de Eurico Alves Boaventura. O autor é um dos mais festejados intelectuais do passado feirense e seus escritos foram palco de muitas análises. Ao percorrer os escritos euriquianos, foi possível perceber que a vivência popular cotidiana de lida com as águas aparece de maneira escassa na sua obra.

Boaventura produziu muitos textos acerca das suas lembranças, como das impressões sobre a cidade de Feira de Santana anterior e contemporânea aos seus escritos. Alguns textos foram organizados por Maria Eugênia Boaventura no livro *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana*.

Ao rememorar os festejos em homenagem à padroeira da cidade nas décadas iniciais do século XX, o articulista descreve os jogos aguadeiros em cena no ritual de Lavagem da igreja de Nossa Senhora Santana, na ocasião a cidade era tomada por uma verdadeira festa itinerante:

Com os primeiros sons da bandinha [...] tilintavam os sincerros dos burricos dos vendedores de água. Eram em número grande [...] Os burricos ou jumentinhos se apresentavam engalanados dos mais diversos laços de pano de cor, ramos de mato. E lá se iam as primeiras cargas d'água do dia e da fonte, onde trabalhavam os aguadeiros, para a lavagem do templo (BOAVENTURA, 2006, p. 21).

Fica explícita, a partir do trecho acima, a presença dos burros na alegoria construída para a comemoração. Eles foram incorporados ao festejo da padroeira, é possível extrair da narrativa o trabalho dos burros ao levar a água logo cedo para a lavagem da igreja logo e sua posterior caracterização visando o desfile.

Outro elemento importante a ser notado é que o trajeto da festa tinha como pontos de parada os tanques da região. Não se pode descartar a possibilidade de muitas das mulheres serem lavadeiras ou ganhadeiras com certa vivência com as águas da cidade, pois, elas (as mulheres) que, segundo o autor, iam à “frente da multidão” e “entornavam o seu púcaro de água” quando a procissão visitava “as conhecidas e afamadas fontes da redondeza, captando água” (BOAVENTURA, 2006, p. 21).

Nota-se que ao tratar da religiosidade da cidade o autor contextualiza a atuação da população com a água num conjunto de rituais que, a partir dos sentidos simbólicos expostos na descrição é possível extrair elementos aproximados da materialidade da experiência social, com enfoque para as relações estabelecidas entre a população e as águas da cidade. A presença sujeitos marcantes no cenário cultural da cidade como os jegues transportadores de água e as mulheres marchando à frente rumo aos tanques, demonstram a representação de elementos da experiência cotidiana na alegoria profano-religiosa durante os festejos em homenagem à Nossa Senhora Santana, a padroeira da cidade.

Tal semelhança não é um acaso histórico, Josivaldo Pires Oliveira nos ajuda a interpretar o caráter da festa de Santana a partir de elementos que se aproximam das crenças e religiosidades afro-brasileiras na composição da festa. As bairrais são destacadas à frente da multidão, o autor atenta para a possibilidade da comunhão entre Nãã Buruku e Nossa Senhora Santana, o que explicaria toda a simbologia do cortejo pelas águas, uma vez que estas são tidas como morada de Nanã (OLIVEIRA, 2010, p. 105).

As águas feirenses também são percebidas através de significados simbólicos ligados à religiosidade afrodiaspórica na obra de Muniz Sodré. Nos jogos de atribuição de sentido, destacamos inicialmente a literatura produzida por Muniz Sodré no livro *O bicho que Chegou à Feira*, na narrativa literária o autor representa no livro a Feira de Santana que, nos idos dos anos de 1960, aspira por transformações modernistas, mas está em franco diálogo com as antigas tradições. Ele chama atenção para a forma como a água está atrelada a símbolos religiosos que atravessam os tempos e fazem com que o passado e o presente da narrativa literária sejam entrelaçados por uma identidade étnica que está metaforizada pela aparição do orixá Oxumaré no espelho d'água dentro de uma cabaça (SODRÉ, 1991, p. 104-113).

O personagem Antão lembra de quando o velho lançou uma pedra no rio e disse que o destino era como a pedra lançada, desde então Antão olha para a água da cacimba e passa a ver Lucas da Feira, a mãe de Antão e Oxumaré que saiu das águas como uma cobra. Na narrativa, o personagem estava num estado de sonho após ter fumado canabis. A história se passa no lugar chamado Tanque do Urubu, “situado na saída sul da cidade” que é descrito pelo autor como um subúrbio, uma espécie de “senzala” da cidade, pelo fato de ser um lugar marcado pela presença de pessoas negras (SODRÉ, 1991, p. 104-113).

A partir da metáfora expressa, é possível pensar outros escritos que registraram ou representaram as águas na vida religiosa feirense. Denilson Lima dos Santos nos ajuda a mapear os rabiscos e os sentidos da água na religiosidade afro-brasileira ao estudar os poemas de Aloísio Resende, conhecido poeta feirense que se destacou pelos escritos sobre os candomblés feirenses e os orixás. O autor afirma que elementos naturais como a água, terra e fogo são de extrema importância na cosmovisão ritual das manifestações religiosas, e é a partir da análise descrita que chegamos aos escritos de Resende e a importância simbólica das águas que são a morada de orixás, como explícito



nessa passagem: “as águas da fonte que são de Oxum, Iemanjá, Oxumaré, Logum Edé, Nanã e Euá” (SANTOS, 2009, p. 86).

Nos escritos de Resende é possível perceber também a água como metáfora da presença do sagrado, mas destacamos a perspectiva do autor ao ressaltar as águas feirenses como um espaço atravessado por experiências religiosas no poema dedicado à Mãe Filha:

Fala-se que sua alma é tão nobre e tão tersa,/ Que a frouxa claridade anêmica da lua,/ Na mística lagoa enorme da Tabua,/ Com o próprio zambiapungo, horas mortas, conversa./ De encantados sem par a prestimosa dona,/ Sacerdotisa, enfim, de Nanã Burucu,/ Que favores iguais recebe de Omolu,/ É a melhor curandeira, aqui, de nossa zona. (RESENDE *apud* MORAIS; PORTO; ASSUNÇÃO, 2000, p. 54).

Os versos dedicados a Mãe Filha carregam um conjunto de predicados e situações que envolvem a matriarca. No entanto, atentamos para os detalhes da narrativa, quando o poeta descreve o luar “na mística lagoa enorme da Tabua”, ele chama atenção para a lagoa ao se referir a ela como uma paisagem a ser contemplada e chama atenção para o luar “anêmico” visto do lugar.

Outra questão é a “mística” que o autor atribui a Lagoa, que pode ser devido às práticas sociais e religiosas realizadas no local, devido à proximidade entre o manancial e a casa de mãe Filha que era conhecida como Mãe Filhinha da Lagoa da Tabua. É nítida a associação entre as águas da cidade e os sentidos simbólicos das crenças africanas reinventadas no Brasil. Vale atentar para o fato de Feira de Santana ser considerada a terra de Nanã, como aparece nos escritos de Aloísio Resende, que é sincretizada com Nossa Senhora Sant’Ana, outra possibilidade de entendimento é que Nanã é um orixá que habita a lama, material muito presente nas fontes de águas doce.

Ao debater condição social das lavadeiras de Salvador, Francisco Antônio Nunes Neto afirma que a relação da população soteropolitana com os mananciais era perpassada por crenças afro-brasileiras, o que explica o fato de algumas pessoas pensarem que havia espíritos que habitavam o Dique do Tororó. O autor aponta também para a celebração da Festa do Presente na lagoa do Abaeté, na qual as lavadeiras levavam presentes para a divindade afro-brasileira Oxum (NUNES NETO, 2005, p. 107).

O aspecto místico atribuído à água também se faz presente no texto de Aloísio Resende intitulado *Mãe d’água, crônica sobre uma ialorixá de Feira de Santana*, publicada originalmente no ano de 1938 no jornal Folha do Norte, no qual percebe-se diversos elementos que tracejam relações entre o fluido e atributos religiosos afro-brasileiros. A crônica fala da ialorixá “Dona Raquel” que “reside no Tomba”, o escritor diz que o terreiro da Ialorixá é “frequentado por muita gente”, mas narra uma ocasião especial na qual ela “deu seu presente à Mãe d’água, em dia de semana que se findou” (RESENDE *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 45).

Acrescentando que,

A cerimônia que é do culto de sua excelência Iemanjá, de quem é sacerdotisa a conhecida Ialorishá, realizou-se no Poço do Buraco, ao Rio Jacuípe, no lugar denominado Tapera. [...] O presente que Dona Raquel, ao sair da sua Uê, acompanhada dos seus amauês obedientes, foi levar à Mãe d’água, consistia em vários vidros de essência, pente, fita, pó de arroz, espelho, conta, sabonete, tudo o indispensável a uma senhora famosa e ao mesmo tempo fidalga. Após banharem-se na ômin do Pôço referido, de volta da grau, feita em honra da sua guardian, dançaram e modularam com fervor, estrada a fora, cantigas apropriadas ao momento (RESENDE *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 45).



É notório o desejo do poeta de descortinar os processos rituais, passo a passo, oferecendo uma riqueza de detalhes para que todos da urbe fiquem a par do que se passa no ritual de agrado à Iemanjá, legando inclusive um lugar para o ritual de Dona Raquel na memória da cidade através da sua pena. Com isso, talvez o poeta tenha pretendido combater o preconceito que incidia sobre os candomblés, como também naturalizar práticas rituais tão demonizadas e perseguidas em Feira de Santana nesta época, quando sacerdotisas conhecidas como Mãe Filha e Dona Raquel tiveram suas casas de culto invadidas pela polícia⁴.

Ressalta ao olhar a transposição do elemento simbólico do mar, casa de Iemanjá, para o poço do rio Jacuípe que, na falta do mar, metaforiza o elo da mãe d'água com a sua casa, onde recebe os presentes que lhe foram ofertados. O autor ainda utiliza certos vocábulos iorubanos, como ômin, que significa água e destaca o banho ritual tomado pelos participantes da cerimônia, que voltaram pela estrada do Poço do Buraco a cantar.

No presente texto, pretendemos deslocar o olhar sobre a cidade de Feira de Santana ao abordar um tema muitas vezes silenciado na produção historiográfica. Os mananciais foram centrais para a população de Feira de Santana, territórios situados nos subúrbios da cidade que contavam com a presença significativa da população pobre e negra, tanto nos labores diários como em festividades e rituais religiosos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Natane Brito. **Memórias (quase) póstumas da Lagoa do Subaé, Feira de Santana – Bahia (1970-2017)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Modelagem) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- BAHIA, Juarez. **Setembro na Feira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. **A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana**; introdução, pesquisa, organização e notas de Maria Eugênia Boaventura - Feira de Santana: UEFS Editora, 2006.
- GOMES, Pedro Alberto Cruz de Souza. **Quanto Valem as águas**: relações da população de Feira de Santana com os mananciais da cidade (1900-1950). 2020. Monografia (Graduação em História) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.
- IBGE. **Censo Demográfico**: População e habitação. Rio de Janeiro, 1940. Série Regional, Parte XII – Bahia, Tomo I. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p12_t1_ba.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.
- MORAIS, Ana Angélica Vergne de; PORTO, Cristiane de Magalhães; ASSUNÇÃO, Lucidalva Correia (Orgs). **Aloísio Resende poemas**: com ensaios e dossiê. Feira de Santana: UEFS, 2000.
- MOREIRA, Vicente Diocleciano. Agonia ocular de uma cidade cega: seca, agressões ambientais e qualidade de vida em Feira de Santana (Bahia)- século XIX- século XX. **Revista de Saúde Coletiva**, Feira de Santana, v. 1, n 1, 2002.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.
- NUNES NETO, Francisco Andrade. **A condição Social das Lavadeiras em Salvador (1930-1939)**: quando História e literatura se encontram. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes Oliveira. **Canções da cidade amanhecendo**: Urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: Edufba, 2016.
- OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **“Adeptos da mandinga”**: candomblés, curandeiros e repressão policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana-BA, 1938-1970). 2010. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

⁴ De acordo com Clovis Ramaiana Moraes Oliveira houve intensa perseguição aos candomblés de Feira de Santana na segunda metade da década de 1930, destacando a perseguição aos famosos candomblés de Mãe Filha e Dona Raquel. O período ficou marcado pelo que o autor chamou de “caça às bruxas”, devido à intensidade das batidas policiais. As ações foram acompanhadas de empreitada intelectual de vulto que contou com o periódico Folha do Norte como principal porta voz (OLIVEIRA, 2016, p. 82-99).

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **Aloísio Resende, poeta dos candomblés**: histórias das populações negras em Feira de Santana-BA. Feira de Santana: Samp Editora, 2011.

SAMPAIO, Gastão. **Feira de Santana e o Vale o Jacuípe**. Salvador: EGBA, 1979.

SANTA BARBARA, Reginilde Rodrigues. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade**: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Denilson Lima. **Nas rodas da macumba**: os poemas de Aloísio Resende sob o signo da ancestralidade. 2009. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

SILVA, Mayara Plácido. **‘Revolução sem sangue’ na ‘decantada pátria de Lucas’**: experiências de trabalhadores/as negros/as e migrantes no pós-abolição. Feira de Santana (1890-1930). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou à Feira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora: 1991.

SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da valentia**: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE SOB A PERSPECTIVA DO CONSELHO TUTELAR DE NOVA ANDRADINA/MS

Michele Campina da Silva¹

Suzete Santos Moraes²

Resumo: Como um importante problema social a violência sexual contra crianças e adolescentes tem fomentado debates, influenciado o desenvolvimento de políticas públicas e causado mudanças na legislação, sendo assim o objetivo do artigo, a partir de pesquisa documental e bibliográfica será suscitar uma breve reflexão acerca do tema mencionado e destacar o trabalho desenvolvido pelo Conselho Tutelar do município de Nova Andradina MS durante o ano de 2018 à meados de 2020, acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes. A fim de evidenciar o desenvolvimento do trabalho do referido órgão e seus procedimentos, articulações e projetos acerca do tema.

Palavras-chave: Violência Sexual. Conselho Tutelar. Crianças e Adolescentes.

SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS UNDER THE PERSPECTIVE OF THE TUTORIAL COUNCIL OF NOVA ANDRADINA/MS

Abstract: As an important social problem, sexual violence against children and adolescents has fostered debates, influenced the development of public policies and caused changes in legislation, thus the objective of the article, based on documentary and bibliographic research, will be to raise a brief reflection on the theme mentioned and highlight the work developed by the Tutelary Council of the municipality of Nova Andradina MS during the year 2018 to mid 2020, on sexual violence against children and adolescents. In order to highlight the development of the work of that body and its procedures, articulations and projects on the subject.

Keywords: Sexual Violence. Guardianship Council. Children and Adolescents.

INTRODUÇÃO

A luta por garantia de direitos perpassa por conflitos mundiais e decorre de séculos. Homens, mulheres, grupos organizados, líderes políticos, Ongs e uma série de indivíduos, lutaram por direitos, os quais foram concedidos à sociedade por meio de convenções, decretos, leis e diversos outros mecanismos positivados nacional e internacionalmente.

Em 10 de dezembro de 1948 a Organização das Nações Unidas aderiu a Declaração Universal dos direitos Humanos, a qual “[...] estabeleceu uma mudança de paradigma implementada que demarcou uma nova concepção dos Direitos Humanos como universais e indivisíveis” (PAIVA, 2019, p.4). Refletir sobre violência sexual contra crianças e adolescentes pensando acerca dos direitos humanos nos obriga a rever o problema, entendemos que este não ocorre sozinho, sabemos que outros direitos fundamentais próprios a esse grupo estão sendo ignorados. “A questão da violência sexual tem uma inegável importância, seja na esfera social, política ou jurídica, pois, na

¹ Graduada em História, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campos de Nova Andradina e Conselheira Tutelar Atual no município já citado. E-mail: micheleconquistaseg@hotmail.com.

² Graduada em História, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campos de Nova Andradina. E-mail: suzy2009moraes@gmail.com

medida em que constitui uma agressão à sexualidade dos indivíduos, representa um verdadeiro crime contra a pessoa humana [...]”. (Ibid, p.12).

No Brasil o debate sobre violência sexual contra criança e adolescentes é ainda mais pertinente pelo fato de nossa cultura machista e de caráter paternalista muitas vezes assegurar a impunidade do agressor, Weber (1947) define paternalismo como um conjunto de normas baseado na tradição, acreditamos que esse seja um dos motivos responsáveis pela demora no reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direito. As mudanças se iniciaram a partir de 1980 no contexto da redemocratização do país e só em 1990 é que ocorre a mudança mais significativa o advento do (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente, documento que criou os mecanismos para a efetivação da Doutrina de Proteção Integral e conjuntamente com este surgiu o Conselho Tutelar.

Nosso estudo se desenvolveu por meio de pesquisa documental a qual, se “[...] utiliza de documentos, escritos ou não, como fonte primária de dados. [...]” (CAMPOS, 2000, p. 53) e bibliográfica “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...]” (GIL, 2002, p. 44).

Iniciamos com a leitura, fichamento e interpretação do material coletado, buscamos, nesse sentido cumprir nosso objetivo de provocar uma breve reflexão sobre violência sexual contra crianças e adolescentes e evidenciar o trabalho do Conselho Tutelar de Nova Andradina (MS), abordando os pontos mais relevantes para a concretização de nossa pesquisa, dentro do recorte temporal proposto a cima.

Para melhor delinear nosso campo de observação utilizamos uma abordagem qualitativa por meio de enquête aplicada à coordenadora do conselho tutelar do município e análise de fichas de atendimento do referido órgão, a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, sendo que optamos pelas fichas de atendimento das vítimas de abuso sexual, por se tratar da violação de maior recorrência no período pesquisado. Reunimos dados informativos, os quais nos auxiliaram na construção do trabalho e entendimento de nossa problemática.

CONTEXTO HISTÓRICO

Pretendemos nessa etapa traçar uma linha do tempo acerca dos acontecimentos, os quais trouxeram à baila a necessidade de se olhar a criança de forma diferente enquanto indivíduo, e produziram mudanças significativas para a concretização do sistema de garantias de direitos de crianças e adolescentes, sendo que nossa intenção não é detalhar os acontecimentos apenas destacá-los e talvez incitar trabalhos futuros que tragam um maior aprofundamento.

Durante o período da Colonização no Brasil as crianças portuguesas, que aqui chegaram eram tratadas de forma degradante. Durante as viagens nas embarcações eram exploradas, trabalhavam como adultos e eram usadas sexualmente pelos ocupantes das embarcações, visto que naquele contexto não era permitido mulheres nas embarcações (KAMISKI, 2002).

A primeira ideia de proteção à criança aparece no final do século XIX e início do século XX, por iniciativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o objetivo era a abolição do trabalho infantil, contudo essa iniciativa resultou na primeira norma legal de proteção, (PAIVA, 2019).

A primeira legislação nacional de 1830³ figurou o menor não por sua necessidade de proteção, mas sim para punir atos infracionais cometidos pelos mesmos e como podemos observar mais adiante os segmentos da lei defenderam a mesma proposta, porém agregaram novos fatores.

³ Sobre a primeira legislação de 1830 KAMISKI, diz que desde que a criança passou a ser incorporada em nosso ordenamento jurídico, através de sua contemplação no Código Criminal do Império do Brasil de 1830 como menor criminoso, em toda sua história, até o advento da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), teve ela um atendimento jurídico prestado exclusivamente pela autoridade judiciária.

A Lei nº 4.242 de 1921, versou sobre o abandono, impunidade e responsabilidade penal da criança e do adolescente e o Decreto nº 16.272 de 1923, foi de grande importância para moldar a legislação futura em prol desse segmento (MOREIRA, 2010)

Em 1924 a Organização das Nações, anterior à ONU “[...] publicou a declaração sobre os direitos da criança, esse documento serviu de base para a Declaração Universal dos Direitos da Criança, [...]”. (PAIVA, 2019, p. 9). Quase no fim da Primeira República no ano de 1927 surgiu o primeiro Código de Menores, também conhecido como Código Melo Matos, uma de suas peculiaridades era o fato da referida Lei colocar como obrigação do Estado a tutela do menor, este Código, embora ainda de caráter assistencialista “representou avanços na proteção das crianças. A Lei proibiu a Roda dos Expostos⁴ e tornou os jovens imputáveis até os 18 anos. Criou a escola de preservação para delinquentes e a escola de reforma para o abandonado, O Código Melo Matos buscou articular o amparo entre o público e o privado e às crianças de 14 e 17 anos se destinou a educação, a qual funcionou como medida sócio educativa.

[...] o Código de 1927 dedica uma parte especial para a atuação médica psiquiátrica no juízo de menores, com a inspeção do médico para maior conhecimento do menor, com uma inter-relação entre as práticas médicas e jurídicas na definição do menor como um objeto institucional. (LONGO, 2010, p. 2)

O primeiro Código positivou suas ações de punição pelos meios científico, pedagógico e jurídico e responsabilizou a sociedade e seu caráter desigual pela produção de menores infratores e delinquentes, aos quais coube ao Estado aplicar medidas disciplinares.

[...] O poder disciplinar é [...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor [...] (FOUCAULT, 1987, s/p).

No percurso de mudanças é importante mencionar o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos que surge durante o pós guerra em 1948 como um divisor de águas, o qual positivou internacionalmente direitos a todos os seres humanos e se tornou modelo para as declarações que se seguiram “[...] Em relação às crianças, a Declaração de 1948 faz expressa menção ao direito e a cuidados especiais para a maternidade e à infância” (PAIVA, 2019, p. 10). Mesmo assim em 1959 foi criado um documento específico, a Declaração Universal dos Direitos da Criança “[...] foi aprovada por unanimidade, na Assembleia Geral das Nações Unidas” (LIMA, 2012, s/p), o documento é composto de dez princípios, os quais afirmam que os direitos descritos no documento se aplicam a todas as crianças sem nenhum tipo de distinção, no entanto Lima ressalta que:

[...] os princípios da Declaração [...] de 1924, não teve nenhuma repercussão na redação final do Código de Menores de 1927. Da mesma forma, os legisladores brasileiros não foram sensíveis aos princípios já consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, [...] Assim como a Declaração sobre o Direito da Criança, adotada pela ONU em 20 de novembro de 1959 [...] não tiveram nenhuma influência significativa na redação final do Código de Menores de 1979, [...] (LIMA, p. 1 *apud* MOREIRA, 2010, p. 83)

⁴ Para mais informações sobre a Roda do Exposto acessar: <http://crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html>

Instituído pela Lei nº 6.697, o segundo Código do Menor. Criado durante o Regime Militar, seguiu o mesmo modelo das bases do seu antecessor, no entanto o novo Código inseriu a Doutrina da Situação Irregular, a qual deu origem a um conjunto de regras, porém ainda não entendia a criança como sujeito de direito, a concepção padrão da Doutrina de Situação Irregular era de que o menor representava um infortúnio, sendo assim, providências deveriam ser tomadas para resolver o problema (MOREIRA, 2010). Após esse período um novo olhar acerca das crianças e adolescentes acompanhou o processo de redemocratização do país e representou um dos anseios da sociedade para romper de vez com os preceitos defendidos no Regime Militar, a mobilização da sociedade civil envolveu estudiosos e intelectuais da causa dos direitos das crianças e adolescentes e ao fim de 1980 já se respirava ares de mudanças, os movimentos sociais dessa mesma sociedade fixaram no texto nascente da constituinte os princípios de proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes.

E, finalmente em cinco de outubro de 1988, promulgou-se a Constituição da República Federativa do Brasil, que está ainda atualmente em vigor, e essa incumbiu uma maior ênfase no que concerne à proteção e garantias à criança e ao adolescente. Ampliando essa responsabilidade à família, à sociedade e ao Estado, declarando a proteção integral a toda a população infantojuvenil [...]. (JÚNIOR, 2012, p. 11)

Nesse cenário as crianças e adolescentes passaram a constar como sujeitos de direito, a Doutrina de proteção Integral, acolhida antes como um dos princípios da recente Constituição era agora aclamada pela Assembleia Geral da ONU de 20 de novembro de 1989, incorporada a Convenção dos direitos da Criança e assinada por mais de 150 países (MOREIRA, 2010) sendo que o Brasil foi um dos primeiros países a subscrever o documento, o qual determinou os parâmetros para a instituição da nova doutrina que viu a criança e o adolescente como credores de direitos. A instituição do referido artigo teoricamente representou um dos marcos mais importantes na luta por garantia de direitos da criança e de adolescentes, uma vez que pela primeira vez na história do Brasil as questões relacionadas a esse seguimento foram tratadas com prioridade, conforme assegurou o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o documento trata ainda em seu § 4º da punição de crimes de abuso, violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2016).

No ano seguinte como reflexo da pluri mobilização social, a qual se apresentou como fator de importância ímpar, pois continha representantes de diversos setores da sociedade, era instituído pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, produto da normatização brasileira resultante da Convenção Internacional sobre os direitos da Criança, documento que fixou as bases da Doutrina de Proteção Integral e rompeu de vez com os antigos modelos de visão sobre a criança, no entanto é importante observar uma diferença conceitual a despeito da faixa etária entendida como criança, para a Convenção é considerado criança todo menor de 18 anos, enquanto que para o Estatuto, criança é a pessoa que possui idade a baixo de 12 anos incompletos e adolescentes são os que ficam entre 12 anos completos e 18 anos, consideramos também o parágrafo único do documento que coloca em casos expressos na Lei o adolescente como sendo a pessoa que compreende a idade entre, dezoito e vinte e um anos, porém esse fator não alterou em momento algum a visão de

que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direito. Acerca das mudanças concebidas a partir do advento do ECA e Moreira, 2010, ressalta que:

O ECA estabeleceu limites à atuação do Estado, do juiz, da polícia, das empresas, dos adultos e mesmo dos pais, ampliou os poderes dos cidadãos e dos municípios na defesa dos direitos da infância, apostando na descentralização e na participação da sociedade civil. Rompeu com a ideia da criança e do adolescente serem um mero objeto de intervenção jurídica e social, ou simples portadores de necessidades. Seu caráter inovador, fez com que fosse considerado uma referência internacional, inspirando legislações de mais de quinze países. (MOREIRA, 2010, p. 89)

Em consonância ao ECA surgiu o Conselho Tutelar, o qual funciona como um dos mecanismos de proteção à criança e adolescentes órgão civil destinado “a zelar pelo cumprimento dos direitos da infância e da adolescência no espaço social existente entre o cidadão e o juiz”. (SOUZA, *et al.*, 2003. p. 72).

A efeito da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes o caminho percorrido pelas mudanças sociais, políticas e jurídicas foram significativas e o ECA em nosso contexto atual se constitui como modelo ideal a efetivação da proteção integral desse seguimento, no entanto segundo Moreira:

Um estudo do Unicef aponta que para 14 milhões de crianças e adolescentes brasileiros o estatuto não existe, ou seja, são 23% da população brasileira nesta faixa etária que tem seus direitos violados [...] (MOREIRA, 2010, p. 91)

Nesse sentido é importante pensarmos o distanciamento ainda existente entre teoria e prática a fim de refletirmos sobre o problema, pensamos que esse cenário um tanto controverso se deva a cultura brasileira, construída a partir de base conservadora, a qual constitui o pensamento da sociedade que em parte ainda enxerga a criança como menor, outro fator importante que temos que levar em consideração é de que os modelos anteriores voltados à criança e ao adolescente se apresentaram de acordo com seu contexto, por isso se faz necessária a atualização constante das leis, políticas públicas e demais mecanismos destinados a consolidação da proteção de crianças e adolescente.

1. AUTONOMIA E DEMOCRACIA

Como parte essencial na objetivação do sistema de garantias de direitos da Criança e do Adolescente o Conselho Tutelar tem sua existência estabelecida por Lei em todo o âmbito nacional, a partir da resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), ficaram estabelecidos os parâmetros de criação, manutenção, funcionamento entre outros dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, nos termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo responsabilidade das prefeituras fixar por meio de Lei municipal o funcionamento do órgão, que embora esteja vinculado a prefeitura não se subordina a nenhum dos três poderes, o mesmo também não integra o Poder Judiciário, porém descentraliza, desburocratiza e agiliza o atendimento.

O título V do ECA dispõe sobre o Conselho Tutelar e a partir do art. 131 trata do que concerne o caráter democrático, autônomo, permanente e não jurisdicional do órgão, o qual está encarregado pela sociedade de cuidar pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

A que se refere ao contexto da pesquisa a cidade de Nova Andradina está localizada a sudeste do estado de Mato Grosso do Sul, a mesma é conhecida como Cidade Sorriso, possui uma localização estratégica, pois converge com os estados de São Paulo e Paraná fator que contribui para sua expansão econômica, principalmente com relação a criação e abate de gado de acordo com o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o município possui uma população estimada em 45.599 habitantes.⁵ A cidade possui um Conselho Tutelar, criado em 07 de fevereiro de 1993 pela Lei municipal nº09/1993, a qual passou por reformulações em 2001 Lei nº 274, 2004 Lei nº 498 e por fim a última reformulação se deu no ano de 2013 com a Lei nº 1112 de 19 de março de 2013, com base nessa lei foi elaborado o regimento interno do órgão, na ocasião houve a criação também do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, no art. 3 da referida Lei consta que a política de atendimento dos direitos da criança e adolescente será garantida através do CMDCA, do Fundo Municipal e do Conselho Tutelar, sendo que o terceiro tem seus membros escolhidos por meio de eleição em data unificada e a cada quatro anos podendo ser votados cinco candidatos.

O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) funciona como um órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, entre as competências desse conselho está a formulação da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução. O órgão também participa ativamente do processo de eleição do Conselho Tutelar de sua organização, fiscalização entre outros. Acerca do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente é de responsabilidade do CMDCA sua administração, o mesmo foi criado com o intuito de possibilitar a obtenção o repasse e a aplicação de recursos no sentido de suprir a demanda de atendimento às necessidades das crianças e adolescentes.⁶ Esse sistema busca contribuir para a concretização da proteção integral de crianças e adolescentes por meio de políticas preventivas, políticas protetivas em ações articuladas entre os órgãos CRAS, CREAS, SUAS e CAPS⁷ e toda a rede de proteção e sociedade civil.

2. SILÊNCIO COMO ENTRAVE

Em uma sociedade conservadora de base católica e hierarquizada, a qual, tem a igreja como uma das instituições mais antigas e fortes, falar de sexo e sexualidade ainda é um tabu, sendo assim qualquer tentativa de discussão e reflexão sobre o tema se apresenta como um terreno pedregoso, no qual temos que caminhar com cuidado.

[...] por, questões culturais e tradicionais que sempre mantiveram esse assunto na obscuridade. A sociedade brasileira foi colonizada na forte presença da religião católica, que sempre tomou o sexo como algo proibido, visão que predomina até os dias atuais e funciona como importante inibidor e dificultador da abordagem dessa temática. (MAZUR, 2011, p. 132)

Sendo assim, refletir sobre violência sexual contra crianças e adolescentes é ainda mais difícil, no entanto devemos nos atentar para o fato de que a sexualidade é algo inerente ao ser humano desde sua concepção e a infância é uma das fases de maior importância ao ser humano, pois “A infância é a fase de desenvolvimento da criança que determina a conduta do cidadão perante a vida” (GROB, 2011, p. 143).

⁵ Prefeitura Municipal de Nova Andradina <https://www.pmna.ms.gov.br/paginas/a-cidade/a-cidade>.

⁶ Prefeitura Municipal de Nova Andradina. Portal Transparência <https://www.publicacoesmunicipais.inf.br/transparencia/nova-andradina/arquivo/lei-4214>.

⁷ Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS, Sistema Único de Assistência Social- SUAS, Centro de Apoio Psicossocial- CAPS.

De acordo com a Lei 13.431/2017, violência sexual engloba o abuso sexual, exploração sexual comercial e tráfico de pessoas a lei “define violência sexual como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso” (BRASIL, 2016).

A violência sexual quando praticada contra crianças e adolescentes atinge meninos e meninas e ocorre nos mais diversos espaços e classes sociais, por se tratar de um fenômeno que possui caráter multifacetado, exige a organização de respostas multisetoriais (VELOSO, 2019), a dificuldade na construção de dados prejudica a implementação de políticas públicas assertivas as quais possam vir de encontro com a necessidade da resolução do problema, o abuso sexual vem sempre acompanhado de outros tipos de violência, negligência, violência física e psicológica e o silêncio é um dos fatores que contribui para a recorrência do crime.

[...] o silêncio atravessa a vida de famílias marcadas pela violência sexual. De acordo com relatório lançado em 2004 sobre a situação do abuso sexual de crianças e adolescentes [...], em 80% dos casos as vítimas sofrem a agressão de pessoas do convívio próximo, como familiares, vizinhos e amigos. [...] (VELOSO, 2019, p. 70)

O abuso sexual se assinala por qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente, o abuso pode ocorrer de duas formas, intrafamiliar, relação entre pessoas que tenham laços afetivos ou extrafamiliar relação entre pessoas que não possuem parentesco (FLORENTINO, 2015), na maioria dos casos a vítima tem algum tipo de relação de confiança com o violador. “Nos casos de abuso sexual intrafamiliar, a família, que deveria representar um local seguro para os seus membros, torna-se um espaço de insegurança, medo, desconfiança, [...]” (Ibid, 2015, p. 143), pela condição do vínculo afetivo e muitas vezes a pouca idade da criança esta desconhece a natureza da violência e as consequências da violação, nesses casos, são ainda mais desastrosas.

O trauma causado pelo abuso sexual é sem dúvida algo danoso a qualquer ser humano, mas no caso de crianças e adolescentes temos que considerar seu estado peculiar de desenvolvimento pesando as consequências físicas, psicológicas e principalmente sociais para a vida futura dessa criança, pois “quanto ao comportamento social das vítimas, sabe-se que o abuso sexual compromete as crianças e adolescentes de maneira estrondosa, destruindo o modo de se relacionar e confiar em outras pessoas” (FLORENTINO, 2015), enquanto criança, o campo da aprendizagem é um dos mais afetados e quando adulto pode prejudicar nas relações afetivas, de trabalho entre outros, “não há unanimidade entre os autores, quanto aos tipos de efeitos e impactos que a violência sexual causa no psiquismo infanto-juvenil, porém, o que está em discussão é a direção, positiva ou negativa. O que está claro é que o impacto não é apenas na esfera sexual, e, também, na emocional e social.” (SANDERSON, 2005, p. 169 *apud* PIMENTEL; ARAUJO 2006, p.41).

Da dificuldade de detecção e resolução dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes temos como obstáculos “os esteriótipos de gênero fomentando a desigualdade [...] destas relações que geram um ambiente propício às situações de violência” (ADESSE; SOUZA 2005, p. 38), o silêncio das vítimas devido à vergonha e a culpabilização das mesmas e o segredo são fatores que contribuem para a diferença alarmante quanto ao número real de casos apurados sendo que este é sempre muito superior ao volume notificado à polícia e ao judiciário (Ibid. 2005), em Nova Andradina esse quadro não se apresenta muito diferente, pois mesmo com a notificação compulsória determinada por lei aos órgãos de saúde e educação e a participação da sociedade civil as denúncias recebidas são inferiores ao número real da violência.

Conforme atribuição do Conselho Tutelar ao receber a denúncia o mesmo segue para devida averiguação, se confirmada a violação o respectivo órgão utiliza medidas protetivas podendo encaminhar o caso para acolhimento institucional.

[...] se no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.⁸

O encaminhamento e as medidas necessárias serão tomadas de acordo com o art. 129 do ECA, o qual coloca em movimento a rede de proteção, CRAS, CREAS, SUAS e CAPS, dispondo assim sobre a inclusão da vítima e de seus familiares em programas sociais, tratamento psicológico ou psiquiátrico, cursos ou programas de orientação entre outros.

Com relação à contribuição do Conselho Tutelar na proposição de políticas sociais no município de Nova Andradina entre os anos de 2018 a meados de 2020 observamos que não foi sugerido nenhuma política, no entanto, segundo a Coordenadora do respectivo órgão o município “já possui várias políticas públicas, que na verdade precisam apenas se fechar algumas lacunas que estão abertas, por conta de a demanda do município ser grande, acaba que algum usuário permaneça em espera”⁹.

Em seu art. 3 a Lei municipal de Nova Andradina coloca que a política de atendimento dos direitos da criança e adolescente serão garantidas através do CMDCA, do Fundo Municipal e do Conselho Tutelar, como resultado dessa articulação o município promoveu ações importantes no sentido de prevenção e conscientização da sociedade, como treinamentos, conferências livres, debates, panfletagens e campanhas, dentre as quais, vale destacar a campanha denominada Maio Laranja e a Comissão Municipal do Enfrentamento à exploração sexual contra criança e adolescente, embora a comissão citada atualmente esteja desativada a coordenadora nos informou que

[...] são realizadas ações que são vinculadas ao CREAS e a assistência social do município, na qual o conselho tutelar participa [...], no dia 7 de maio de 2019 foi aprovado a Lei Municipal complementar nº 11/2019 de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Campanha denominada Maio Laranja, objetivo desta legislação é trazer para o município a responsabilidade de todos os órgãos públicos [...] de desenvolver ações de enfrentamento e prevenção com relação a essa temática, [...]¹⁰

De acordo com informações retiradas do site da prefeitura a campanha também visa incentivar vítimas a denunciar abusos sexuais. No ano de 2018 foram oferecidos treinamento a trabalhadores do setor privado com palestras, exposição de mídias e informações sobre o cenário de violência sexual contra crianças e adolescentes com:

⁸ Parte da resposta da Coordenadora e Conselheira tutelar atuante do município de Nova Andradina, Ana Claudia Crecencio Pereira da Silva quando perguntado: Como o Conselho deve proceder ao confirmar, a suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes?

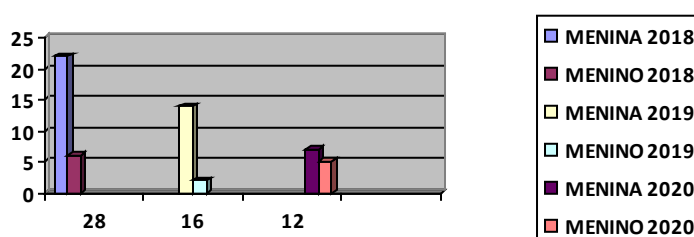
⁹ Resposta da Coordenadora e Conselheira tutelar atuante do município de Nova Andradina, Ana Claudia Crecencio Pereira da Silva quando perguntada: Sabendo que o Conselho Tutelar contribui para a formulação de política social, existe alguma proposta levada a cabo no período de 2018 a 2020 que possa ser mencionada?

¹⁰ Resposta da Coordenadora e Conselheira tutelar atuante do município de Nova Andradina, Ana Claudia Crecencio Pereira da Silva.

apresentação de dados reais disponibilizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), as palestrantes ressaltaram a necessidade de atitudes de conscientização, prevenção e denúncia dos casos para o combate ao abuso e a violência sexual de crianças e adolescentes.¹¹

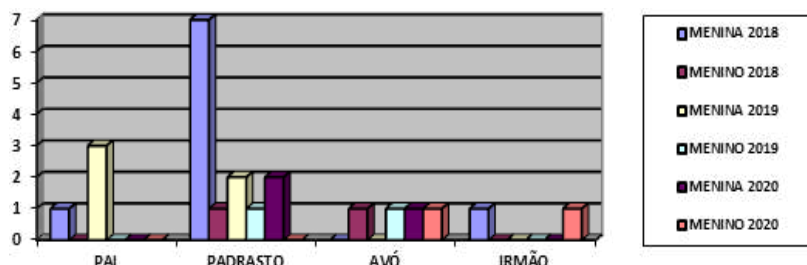
Com relação aos dados, achamos por bem destacar as denúncias sobre abuso sexual averiguadas pelo Conselho Tutelar entre os anos de 2018 a meados de 2020. De acordo com os gráficos abaixo, podemos observar os estereótipos de gênero os quais, conforme vimos a cima estimulam a desigualdade das relações e na maioria dos casos a violação tem caráter intrafamiliar.

Gráfico 1- Relação de denúncias dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, segundo sexo da vítima no período de 2018 a meados de 2020



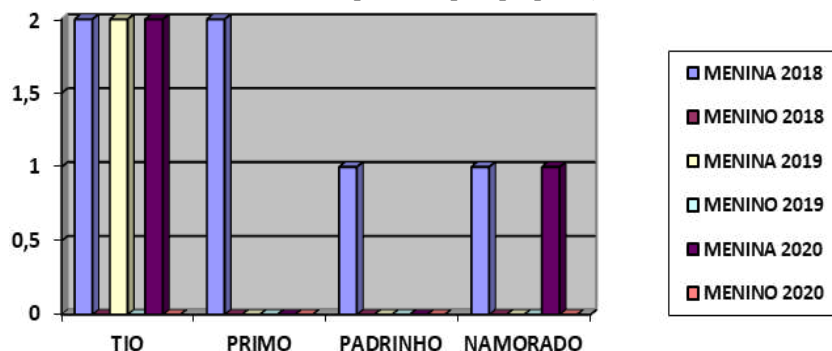
Fonte: Fichas do Conselho Tutelar de Nova Andradina- MS

Gráfico 2- Tipificação do violador identificado como responsável pela perpetração de abuso sexual contra criança e adolescente



Fonte: Fichas do Conselho Tutelar de Nova Andradina- MS

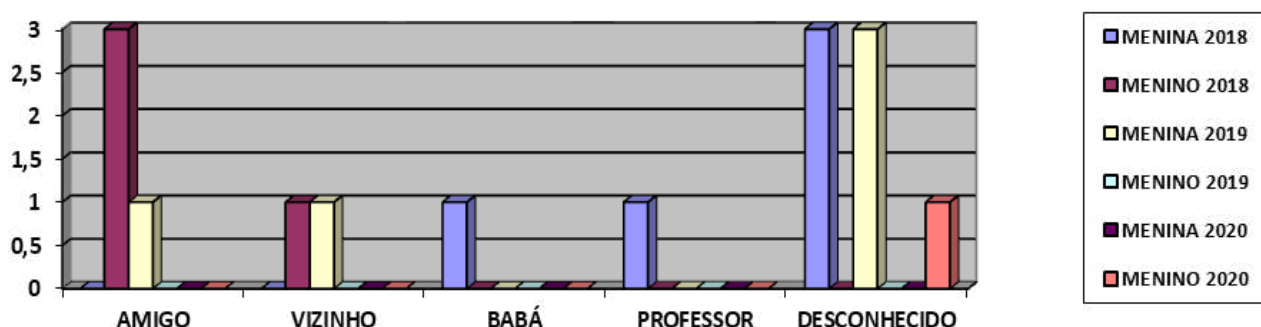
Gráfico 3- Tipificação do violador identificado como responsável pela perpetração de abuso sexual contra criança e adolescente



Fonte: Fichas do Conselho Tutelar de Nova Andradina- MS

¹¹ PrefeituraMunicipal de Nova Andradina. Portal Transparência <https://www.publicacoesmunicipais.inf.br/transparencia/nova-andradina/arquivo/lei-4214>.

Gráfico 4- Tipificação do violador identificado como responsável pela perpetração de abuso sexual contra criança e adolescente



Fonte: Fichas do Conselho Tutelar de Nova Andradina- MS

CONCLUSÃO

Ter como problemática a violência sexual contra crianças se coloca como um enorme desafio desde a coleta dos dados até a reunião das informações seja pela falta de material produzido sobre o tema, pelo sigilo dos fatos entre outros empecilhos, no entanto, levantar o debate constante sobre o tema se faz necessário para fomentar políticas sociais assertivas que ajam no sentido de prevenção, reeducação e assistência às vítimas em busca da resolução do problema. A sociedade civil precisa ter consciência do que é competência do Conselho Tutelar, pois o mesmo trabalha no sentido de garantir os direitos de crianças e adolescentes previstos na Lei, embora o senso comum tenha a ideia de que tudo o que diz respeito à criança e ao adolescente se faz dever do Conselho Tutelar resolver. Conselho Tutelar não é polícia de criança, a segurança pública cabe à polícia, o Conselho Tutelar zela pelo cumprimento dos direitos adquiridos após o advento do Estatuto da Criança e Adolescente requisitando serviços, fiscalizando e cobrando providências cabíveis a cada situação de violação de direitos de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988 - Texto constitucional promulgado em Cinco de outubro de 1988 com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de de revisão nos 1 a 6/94, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. Convenção Sobre os Direitos da Criança. **Decreto nº 99.710 de 21 de Novembro de 1990**. Acesso em: 08 jun. 2015.
- CAMPOS, L. F. de L. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS - UNICEF 20 de Novembro de 1959 http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf. Acesso em: 25/08/2020
- DE AZEVEDO, Maurício Maia. **O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior**. 2007.
- DE SOUZA, Marilene Proença Rebello; DA SILVA TEIXEIRA, Danile Caetano; DA SILVA, Maria Carolina Yazbek Gonçalves. Conselho Tutelar: um novo instrumento social contra o fracasso escolar?. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 71-82, 2003.
- ECA- **Linha do Tempo Sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes**. Ministério Público do Paraná. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GROB, Amanda. O desenvolvimento da Sexualidade Infantil, o Abuso Sexual e a Sociedade Protetora da Criança. In: BONA JÚNIOR, Aurélio (Org.) **A sexualidade em questão: Estudos e subsídios sobre o abuso e a educação de crianças sexual de crianças e adolescentes**. União da Vitória: UNIPORTO, 2011.

KAMINSKI, André Karst. **O conselho tutelar, a criança e o ato infracional: proteção ou punição**. Canoas: ULBRA, 2002.

LIMA, R. Direitos da criança e do adolescente: desafios atuais. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 20, n. 3, p. 425-426, 1 jun. 2012.

LONGO, Isis S. Ser criança e adolescente na sociedade brasileira: passado e presente da história dos direitos infanto juvenis. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3., 2010. **Proceedings** [...]. 2010.

MAZUR, Marcela. Abuso Sexual e Sexualidade na Escola. In: BONA JÚNIOR, Aurélio (Org.) **A sexualidade em questão: Estudos e subsídios sobre o abuso e a educação de crianças sexual de crianças e adolescentes**. União da Vitória: UNIPORTO, 2011.

MOREIRA, Ana Selma. **Pedofilia: aspectos jurídicos e sociais**. Leme/SP: Cronus, 2010.

PAIVA, Leila *et al.* **Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2019.

PORTAL da Transparência. Disponível em: <https://www.publicacoesmunicipais.inf.br/transparencia/nova-andradina/arquivo/lei-2786>. Acesso em: 10 set. 2020.

PREFEITURA Municipal de Nova Andradina. <https://www.pmna.ms.gov.br/paginas/a-cidade/a-cidade> Acesso em: 04 set. 2020.

PREFEITURA Municipal de Nova Andradina. Portal Transparência. Disponível em: <https://www.publicacoesmunicipais.inf.br/transparencia/nova-andradina/arquivo/lei-4214>. Acesso em: 10 set. 2020.

ROBERTI JUNIOR, João Paulo. Evolução jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 10, jan./jul. 2012.

SOUZA, Cecília de Mello *et al.* **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Ipas Brasil, 2005.

VELOSO, Raissa. **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O que os dados Revelam?** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2019.

WEBER, Max. **The theory of social and economic organization**. Organizada por T. Parsons. Glencoe-Ill: The Free Press e The Falcon Wing Press, 1947.

WESTIN, Ricardo. Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920. **Agência Senado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-adekada1920#:~:text=O%20c%C3%B3digo%20de%201927%20foi,resistiu%20%C3%A0%20mudan%C3%A7a%20dos%20tempos>. Acesso em: 15 ago. 2020.

A INTELLIGENTSIA BAIANA E A CONSTRUÇÃO DE UMA SALVADOR IMAGINADA ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1950

Sura Souza Carmo¹

Resumo: O presente artigo visa discutir as ações dos intelectuais baianos na construção de um imaginário relacionado a Salvador que culmina na invenção da baianidade. A partir da caracterização de tais intelectuais, busca-se compreender a criação e difusão de diversos elementos da cultura soteropolitana em publicações e nas artes, criando-se um imaginário para a cidade que se torna também um imaginário da Bahia. Distinguem-se dois grupos de intelectuais: os vinculados ao IGHB, com um imaginário da cidade vinculado ao seu apogeu colonial, e um segundo grupo, de pensamento comunista, que salientou elementos da cultura afro-baiana. Observa-se que os intelectuais, a partir da década de 1930, passaram a valorizar a cultura afro-diaspórica e como, a partir da década de 1950, os pensamentos se fundem em prol do aquecimento da economia local através do turismo étnico e indústria cultural.

Palavras-chave: cidade, intelectuais, Salvador.

INTRODUÇÃO

A partir de um enaltecimento realizado principalmente pela intelectualidade local, surgiu um comportamento, não apenas na Bahia, mas em outros estados brasileiros, de busca por características singulares que elevassem o lugar a condição de lócus privilegiado de uma determinada história, cultura e modos de vida. Salvador tornou-se uma cidade imaginada através da construção de um imaginário em que lembranças do antigo apogeu colonial e da cultura afro-diaspórica tiveram prevalência nos discursos da intelectualidade entre as décadas de 1930 e 1950. Um imaginário sobre a Bahia, sobretudo Salvador, culminou na invenção da “baianidade” ou uma ideia de Bahia. Deste modo, o artigo busca discutir como os intelectuais forjaram uma Salvador imaginada que na atualidade é explorada pelo turismo étnico e indústria cultural.

No pensamento de Gramsci, os intelectuais têm um papel preponderante na vida social, sendo compreendidos como “todo o estrato social que exerce funções organizativas no campo da produção, no da cultura e no político-administrativo” (GRAMSCI, 2004, p. 96). Ao analisar o contexto baiano é possível observar, a partir do pensamento de Gramsci, que “não existe uma classe independente de intelectuais”, pois “todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si” (GRAMSCI, 2004, p. 64). O intelectual é um homem do seu meio, que influencia e é influenciado pelo seu círculo social. Salvador produziu classes de intelectuais distintas, que conviveram na mesma época, sendo um grupo o hegemônico e o outro o marginalizado durante um determinado tempo, mas que na década de 1950 tem seus ideais fundidos em prol da promoção da cidade de Salvador.

Uma Salvador imaginada foi fruto de uma construção ideológica da identidade local, semelhante ao dos nacionalismos, através de comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008) e invenções de tradições (HOBSBAWM; RANGER, 1997), em que busca-se definir as características “típicas” de um povo, a partir de “uma série de estórias,

¹ Doutoranda em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST. Docente Depto de Museologia UFS. E-mail: suracarmo@yahoo.com.br.

imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas” em um “dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade” (HALL, 2006, p.52). Para Stuart Hall as identidades não são permanentes e nem definidas biologicamente, mas uma construção cultural, ou seja, definidas historicamente, com caráter múltiplo, diversificado e em constante movimentação, constituindo uma “celebração móvel” (HALL, 2006), alicerçadas por “discursos, práticas e posições” (HALL, 2000, p. 108). Para Patrícia Pinho (2004, p.83), as identidades podem ser formuladas por grupos hegemônicos, podendo ser “uma nação, uma etnia, uma classe ou um movimento social”, pois as identidades são experiências sociais e não individuais. Castells salientou que identidades são construídas com uma intencionalidade:

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/ espaço (CASTELLS, 1999, p. 23).

Para Pinho, há várias imbricações na construção de identidades como a relacionada ao poder e autoridade, ou seja, quando um grupo “busca realizar-se politicamente” (2004, p. 83). Salvador, no início do século XX sofria as consequências da estagnação econômica, e as elites açucareiras decadentes, buscavam formas de readquirir a posição de destaque no cenário nacional.

O PENSAMENTO DOS INTELECTUAIS BAIANOS ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 E 1950

No campo intelectual baiano, nas primeiras décadas do século XX, havia uma discrepância acentuada entre o pensamento da elite pensante e as práticas culturais das classes populares. Nas décadas de 1910 e 1920 houve a hegemonia da propagação de ideias elitistas relacionada à cultura local, que buscava coibir os africanismos da cidade e elevar o elemento português na formação do território e do povo. A partir da década de 1930, no Brasil e na Bahia, há uma aproximação entre os intelectuais e as classes populares que representam a busca por pensar uma identidade nacional mais próxima das características da população. Compreender Salvador como uma cidade imaginada perpassa o entendimento dos posicionamentos político-ideológicos da intelectualidade local.

O primeiro grupo de intelectuais analisados, hegemônico entre as décadas de 1910 e 1930, vinculavam-se ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), que apesar de não homogêneo, possuía como principal característica o enaltecimento de uma Bahia de outrora, a partir do enaltecimento de Salvador como a primeira capital do país e berço da civilização brasileira. Tal enaltecimento efetuou-se através da valorização do patrimônio edificado, pela criação de instituições museais e pela publicação de textos a respeito da história da Bahia e das relíquias históricas que Salvador legava aos olhos dos turistas. Personalidades como Francisco Marques de Góes Calmon, Pedro Calmon, Jorge Calmon, José Wanderley de Araújo Pinho, Hermes Lima, Bernardino de Souza, Frei Pedro Thomaz Margallo, Teodoro Sampaio, Xavier Marques, Silva Campos, Pirajá da Silva, Francisco Borges de Barros, Antônio José do Prado Valladares, entre outros fizeram pronunciamento veementes a favor da proteção das antiguidades baianas (DÓCIO, 2014; MATTOS, 2014). Neste período é possível encontrar uma gama variada de publicações em defesa do patrimônio baiano vinculado aos intelectuais do IGHB como a conferência do Frei

Pedro Thomaz Margallo realizada em defesa da preservação dos bens históricos, em que cobrava medidas do poder público contra o abandono de edifícios e roubo de arte sacra tanto na capital quanto no Recôncavo. O Frei, em sua exposição, buscou enaltecer, por exemplo, a singularidade dos bens móveis integrados em madeira que eram alvos do tráfico ilícito de bens:

A Bahia pode gloriar-se de possuir verdadeiras joias de arte, e confessamos sem exageração alguma que os seus templos guardam obras de talha tão primorosas e raras que constituem um verdadeiro thesouro artístico para o Estado e ainda para a Nação, pois dificilmente se encontram fora de aqui. Atrever-me-ia a dizer que poucas nações conservam tanta riqueza em talha, como a que aqui profusamente admiramos com verdadeiro assombro (MARGALLO, 1927, p. 515).

A criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos da Bahia em 1927, através da iniciativa de Wanderley de Araújo Pinho, durante a gestão do sogro, o governador Góes Calmon, demonstra o poder de ação de tais intelectuais na defesa de determinadas ideias. Para Sueli Cerávolo, Wanderley Pinho, como influente político e membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, tinha em seu discurso a “intenção em insuflar a percepção do valor do patrimônio histórico e artístico” usando a persuasão para protegê-lo (CERAVOLO, 2012, p. 7). Pinho proferiu inúmeros discursos defendendo o passado colonial de Salvador contra os anseios demolidores da modernidade. Tais discursos, publicados em anais do IGHB e na imprensa, propalaram um imaginário de Salvador vinculado a riquezas coloniais – arquitetura, bens móveis integrados e bem móveis que inundavam as igrejas de ouro. As ideias de Pinho sobre preservação solidificaram-se na década de 1920 como em discurso no IGHB de 1925 em que o patrimônio baiano além de representar um passado de fausto também era “um museu de antiguidade” em que integrava uma exaltação do passado ao incentivo ao turismo:

[...] A nossa cidade tem como um valor grande esse cunho seu característico, que são os aspectos coloniais de algumas de suas ruas e construções. Toda a orientação de reforma, pois, deveria tomar como diretriz a conservação e resguardo dessas ruas estreitas, tortuosas, inclinadas, mas cheias de casas e palácios de antanho, repletos de arte velha e de tradições antigas. O bairro da Sé, nesse particular, desde a rua da Assembléia à Baixa dos Sapateiros é valiosíssimo, ao *touriste*, inteligente e a quem não banalisou ainda o espírito nas impressões da mesmice do modernismo. Respeitemos pois essa velharia que não poderíamos remodelar sem feiura e que só poderemos embelezar destruindo, para levantar sobre as ruínas cousa totalmente nova. Repartamos a cidade velha *urbs* intangível e a cidade mais nova, sujeita às transformações constantes, estendendo a cidade por toda essa área entre a Barra e Itapagipe, até Amaralina e pelos aterros do cais do Porto. Ofereçamos assim ao visitante e às gerações por vir um museu de antiguidade como um orgulhoso pergaminho de nossa prosápia, no bairro da Sé, e, como um atestado de nossa cultura contemporânea, a nova cidade. Elevemo-nos com esse estalão de alto valor moral [...] no respeito à arte e às lembranças do passado (PINHO, 1925, p. 82-83).

Esta ação de proteção ao mesmo tempo que possuía um cunho propagandístico, lembrava às demais elites nacionais o espaço destinado à Bahia na história da nação e atraía turistas para Salvador. O relatório do Subinspetor de Monumentos Históricos, Padre Manoel A. Barbosa, enviado ao governador do Estado da Bahia em 1936, enfatizou o caráter lusitano como único atrativo de Salvador para a visitação turística, demonstrando o pensamento que para tal grupo de intelectuais a única tipologia de patrimônio seria a arquitetura luso-portuguesa colonial:

A nossa Capital, será, num futuro bem próximo, o maior centro de turismo sul-americano tão simples pelo que possui do passado. As igrejas, os edifícios, as velhas e tortuosas ruas, os aspectos regionais,



os costumes, as tradições, a história, enfim todo esse legado que nos foi transmitido, serão os grandes e únicos atractivos para o visitante curioso e para o turista historiador ou artista (BARBOSA, 1972, p. 463-464).

Manuel Querino pode ser considerado um intelectual *outsider* por não fazer parte do círculo de poder vinculado à elite agrária e por ser negro. Em estudos pioneiros, Querino evidenciou o papel do negro na formação nacional (QUERINO 1918, 1938) e a proeminência no campo das artes na Bahia (QUERINO, 1909, 1911). Nascido em 1851 e falecido em 1923, Querino foi um intelectual que levou para o meio acadêmico discussões a respeito do negro como elemento civilizador e contribuiu para celebrar, através das publicações, a influência da cultura afro-diaspórica no imaginário da cidade de Salvador.

A década de 1930 inaugura um novo jeito de imaginar Salvador, com a agregação nos discursos de elementos afro-diaspóricos. Foram diversos os mecanismos utilizados pelos intelectuais baianos para criar uma ideia de Bahia vinculada às características afro-diaspóricas e romper com a ideia hegemônica do IGHB. A Frente Negra da Bahia, criada em 1932, foi um importante marco na capital baiana, pois buscava a alfabetização, o “levantamento moral da raça” e a inserção política (BACELAR, 1996, p. 76). A movimentação da intelectualidade negra em busca de reconhecimento e dignidade, principalmente nas ações de Marcos Rodrigues dos Santos, um operário, aqueceu as discussões a respeito do negro na cidade de Salvador, entretanto, alguns periódicos da capital, a exemplo do Diário da Bahia, buscaram desqualificar a ação (BACELAR, 1996). O imaginário de Salvador na década de 1930 continuou na arquitetura secular, contudo, diversos intelectuais que discordavam de tal exclusivismo começaram a despontar como Jorge Amado, Edison Carneiro e Aydano de Couto Ferraz.

Um marco da ação de Jorge Amado, Edison Carneiro e Aydano Ferraz para refletir sobre uma cidade afro foi a organização do II Congresso Afro- Brasileiro, sediado em Salvador em 1937, que promoveu uma maior visibilidade das características afro-diaspóricas da população de Salvador, com a participação de intelectuais mas também do povo-de-santo. Para Geferson Santana, tais intelectuais “estiveram comprometidos com uma agenda de luta pela liberdade religiosa, denuncia das repressões aos terreiros de candomblé, à condição de marginalidade e exploração do proletariado negro” através da “produção acadêmica, organização de eventos, agremiações ou na literatura” (SANTANA, 2017, p. 313). Nos anais do evento é possível observar o discurso de Jorge Amado sobre a importância de dar visibilidade à população negra de Salvador, salientando a ideia de vergonha relacionada à população de origem africana, afirmando ser necessário “reconhecer, estudar, classificar e louvar a admirável contribuição do negro na formação da nacionalidade” (AMADO, 1940, p.326). Jorge Amado na Bahia, assim como Gilberto Freyre no Recife, propiciam a população local e nacional conhecerem suas características miscigenadas.

Jorge Amado, Edison Carneiro e Aydano Ferraz faziam parte de um grupo de intelectuais, denominados Academia dos Rebeldes, que possuíam um posicionamento político-cultural distinto dos jovens membros do IGHB. Tal posicionamento rendeu a Jorge Amado e Edison Carneiro uma forte perseguição política no Estado novo devido as ideias comunistas. Edison Carneiro, por exemplo, refugiou-se em 1937, no Opô Afonjá, de Mãe Aninha, que meses antes teve papel de destaque na organização do Congresso Afro Brasileiro na Bahia, demonstrando mais uma vez em que meio circulava os intelectuais de esquerda na Bahia (LIMA, 2004).

De acordo com Luiz Rossi “muito da rebeldia invocada por Édison Carneiro e seus colegas devia operacionalizar códigos de distinção que fossem capazes de marcar a distância relativa que seus membros mantinham das instituições oficiais de manutenção da produção cultural baiana”, pois o distanciamento “se expressava nos diferentes redutos de sociabilidade que cada um dos grupos freqüentava, bem como nos próprios estilos de vida que



sustentavam” (ROSSI, 2011, p. 93). Para Rossi, os locais que os rebeldes frequentavam era a antítese dos ambientes de encontros dos membros do IGHB, pois enquanto um grupo buscava se distanciar do povo o outro frequentava espaços em que era possível entrar em contato com as camadas mais baixas da população. A autor descreveu que os rebeldes frequentavam:

[...] cafés e bares ao lado ou às margens dos clubs mais elegantes do Largo do Teatro, ou então naqueles de feições mais proletárias – não por acaso, a meio caminho da cidade alta e baixa de Salvador, na região do Pelourinho, teriam eles a oportunidade de não apenas travar contato com um universo heterogêneo de outros tantos jovens desafortunados aspirantes a poeta ou sublitteratos desprovidos de toda sorte de capitais, mas também de vivenciar os prenúncios de uma identificação em chave virtual e ambivalente com as figuras e personagens do “povo”, os quais muitos deles, posteriormente, passariam a reivindicar como aliados de suas atividades intelectuais, literárias e políticas (ROSSI, 2011, p. 97-98)

É importante salientar que diversos locais de encontros dos dois grupos localizavam-se no centro da cidade, contudo, a opção dos jovens acadêmicos e literatos era vivenciar a vida do povo para falar com propriedade sobre o mesmo. Valdomiro Santana apresentou um depoimento de Jorge Amado sobre suas vivências entre o povo baiano entre o final da década de 1920 e início de 1930:

[...] éramos uns sublitteratos, uns esculhambados, o rebotalho da cultura baiana. Fazíamos farras imensas, tínhamos muita ligação com as figuras populares, capoeiristas, malandros, estivadores, boêmios, prostitutas. Íamos sempre as festinhas de bairro, aos candomblés, as feiras, aos mercados. Dai o meu aprendizado de romancista. Esse meu contato com o povo foi fundamental para a obra que escrevi (AMADO *apud* SANTANA, 1986, p. 14).

Jorge Amado, a partir da década de 1930, foi o responsável pela criação e/ou difusão de alguns imaginários sobre a cidade de Salvador a partir de uma escrita que evidenciava características do povo pouco apreciadas pela elite. Um imaginário de Salvador foi construído através de personagens, lugares, profissões, hábitos do cotidiano em uma obra ficcional que remetia a diversos personagens que realmente existiram na Bahia, através de uma escrita de cunho antropológico, imaginativo, memorialístico e documental de intelectual orgânico de seu tempo. Ao lado de Gregório de Mattos, mas com um alcance de leitores inigualável, pode ser considerado um intérprete da Bahia. Considerado um dos agentes construtores da “utopia de lugar” (RISÉRIO, 1993; MACIEL, 2015). O autor foi uma espécie de porta-voz da cultura afro-diaspórica da Bahia, através de uma escrita que buscava enaltecer o “espírito do lugar”, uma aura fantástica, singular, que só a Bahia e o povo baiano “seriam capazes” de possuir. Para Celeste Andrade (2000) a obra de Jorge Amado possui a habilidade de demarcar espaços e fronteiras, uma geografia imaginada. A obra de Jorge Amado, assim como suas práticas sociais, estavam comprometidas por uma luta pela liberdade religiosa, contra a marginalidade do povo negro e pela descriminalização do candomblé.

Comunista, candomblecista e casado com uma desquitada, Jorge Amado não foi glorificado de imediato pela elite soteropolitana com a publicação de seus livros. Ao contrário, recebeu críticas por disseminar um imaginário de Salvador vinculado as práticas culturais afro-diaspóricas. Amado enaltecia características que o Estado buscava atenuar ou esquecer.

Jorge Amado não se abalou com as críticas à sua escrita ou a representação de personagens típicos do povo baiano – sobretudo de origem negra e das classes sociais subalternas – em seus romances. No prefácio da primeira edição de *Capitães de Areia* salientou que não escrevia para alimentar o próprio ego, mas para apresentar a essência



do povo baiano – romance apresentava uma realidade de meninos de rua que a elite não queria que fosse relacionada a um imaginário de Salvador que queriam construir. A forma como Jorge Amado tratou de tal questão reflete o incômodo que o sucesso dos romances do autor causava em alguns segmentos na elite letrada soteropolitana em que uma imagem da Bahia com moleques, cortiços, bêbados e prostitutas se fixava no imaginário popular sobre a Antiga Capital:

Tenho certeza que não fiz obra de repórter e sim de romancista, como tenho a certeza que, se bem os meus romances narrem fatos, sentimentos e paisagens baianas, têm um largo sentido universal e humano mesmo devido ao caráter social que possuem, sentido universal e humano sem dúvida muitas vezes maior que os desses romances escritos em reação aos dos novos romancistas brasileiros e que se distinguem por não aceitarem nenhum caráter local nem social nas suas páginas, romances que no fundo não passam de masturbação intelectual, espécie de continuação da masturbação física que praticam diariamente os seus autores (AMADO, 1937, p. 13).

Além dos romances, Amado propagou um imaginário de Salvador através de uma obra emblemática para a compreensão de Salvador pelo grupo de intelectuais ao qual fazia parte: o livro *Bahia de todos os Santos*, uma espécie de guia turístico não convencional sobre a cidade, lançado em 1945. O diferencial de tal obra relaciona-se ao autor não mascarar os problemas sociais da cidade, criando um imaginário da cidade que perpassa locais, personagens e acontecimentos na vida da plebe. Para o autor a “cidade da Bahia é múltipla e desigual” com uma “beleza eterna, sólida como em nenhuma outra cidade brasileira nascendo do passado, rebentando em pitoresco no cais, nas macumbas, nas feiras, nos becos e nas ladeiras, sua beleza tão poderosa que se vê, se apalpa e se cheira, sua beleza de mulher sensual” (AMADO, 1945, p. 17). Ao descrever os elementos que compõem o imaginário de Salvador não deixa de realizar de apontar a miséria existente na cidade:

São muitas as festas populares da Bahia, festas religiosas, festas católicas, negras ou misturadas, festas de rua e festas patrióticas, material para um vasto livro. Todas elas cheias de pitoresco, iluminadas com a presença alegre das “baianas” com seus trajes típicos, dos capoeiristas, dos pais-de-santo, das mulatas dengosas, desse povo de tanto colorido, de tão resistente alegria que supera a miséria em que vive. Povo forte que a fome não consegue abater (AMADO, 1945, p. 145).

Apesar da grande movimentação intelectual em prol da valorização da cultura afro-diaspórica pelos intelectuais baianos em meados da década de 1930, o guia *Breves Informações Turísticas*, publicado em 1949, confeccionado pela prefeitura de Salvador através do prefeito Wanderley de Araújo Pinho, ainda não citava a influencia africana na cultura da cidade. A publicação, em vinte e quatro páginas, buscou sintetizar informações úteis e lugares para a visitação turística, apontando as construções históricas como o principal passeio.

Além do livro *Bahia de Todos os Santos* de Jorge Amado, no final da década de 1940 e nas duas seguintes, foram publicados dezenas de livros que ressaltavam um imaginário de Salvador e da Bahia. Tais obras foram consideradas “guias da baianidade”, por possuírem uma escrita voltada a apresentação dos atrativos da Bahia em um misto de texto memorialístico e propagandístico que disseminou um imaginário sobre a cidade. As principais obras são: *Procissões tradicionais da Bahia*, de João da Silva Campos (1941); *Breviário da Bahia*, de Afrânio Peixoto (1945); *Bahia de Todos os Santos*, de Jorge Amado (1945); *Alma e corpo da Bahia*, de Eduardo Tourinho (1950); *Beabá da Bahia*, de José Valladares (1951); *Bahia: imagens da terra e do povo*, de Odorico Tavares (1951); *Roteiro da Bahia*, de Hermam Lima (1953); *Bahia cidade feitiço*, de Carlos Torres (1957); *Bahia de todas as doçuras* de Nelson Gallo

(1959), entre outros. Todos os livros têm em comum a apresentação do patrimônio e da cultura popular (festas tradicionais, comidas típicas, a baiana, as feiras, etc.), o incentivo ao turismo e a grande aceitação do público, pois todos tiveram novas edições.

Nos “guias da baianidade” é possível observar a junção de diferentes elementos como relacionados a um imaginário de Salvador em que a cidade de arquitetura secular e de homens de letras pensada pelos membros do IGHB juntou-se ao pensamento de um território afro-diaspórico. A obra *Breviário da Bahia* do médico Afrânio Peixoto salientou a união destes dois imaginários ao denominar Salvador como “museu-cidade, capital ainda do espírito, das maneiras, rainha-mãe da inteligência, que dá sempre, e não precisa receber, porque não pede, e graças a Deus lhe sobra, para dar aos irmãos menos favorecidos” (PEIXOTO, 1980, p.248), mas também:

Entre tantas dádivas que tivemos – do trabalho, com que se granjeou o Brasil; da graça do ‘marfim negro’, de muitas mulheres: do leite branco e doce das amas que criaram tanto brasileiro; das mucamas e das domésticas que nos mestiçaram por três séculos; dos sambas lundus, candomblés, mandingas e macumbas, superstições que enfeitiçaram nossas crenças; da culinária que é a alma da carne, como a fé é a do espírito... não foi menor esta, a da bela palmeira, o dendezeiro, a *Elaes guineensis*, Jacquin que dá o coco dendê, de onde o óleo de palma ou azeite de dendê (PEIXOTO, 1980, p. 80).

Um outro exemplo da mudança de pensamento foi o guia turístico *Bêabá da Bahia: Guia Turístico, publicado em 1951* e escrito por José Valladares, membro do grupo de intelectuais vinculados ao IGHB, em um capítulo denominado *A Bahia Pitoresca*, enfatizou a influencia cultural africana abordada nos tópicos: preconceito de cor; candomblés; culinária; mercados e feiras; pesca do xaréu; capoeira; festas populares. A obra de Valladares pode ser encarada como a rendição de um intelectual vinculado às elites a um imaginário de Salvador repleto de elementos de práticas culturais das classes populares.

Jorge Amado, em obra escrita em conjunto com Carybé e Damm, que também esboçaram uma ideia de Salvador a partir da década de 1950, foi possível ver como a intelectualidade passou a traçar um imaginário heterogêneo para a cidade:

Nesse livro pretendemos os três dar uma visão da Bahia, de seu mundo complexo, desse pujante humanismo, de sua originalidade cultural. Nessa terra é tudo misturado - anjos e exus, o barroco e o agreste, o branco e o negro, o mulato e o caboclo, o candomblé e a igreja, os orixás e os santos, a opulência e a miséria, tudo misturado. Os sentimentos e os ritmos, os mistérios também. (AMADO; DAMM; CARYBÉ, 1967, p. 6).

A imagem de Salvador criada pela a intelectualidade através das letras e diversos modos de produzir arte, desde a música a pintura, foi preponderante para transformar a cidade em um importante pólo turístico, voltado, a partir da segunda metade do século XX para o turismo étnico. Os intelectuais através dos “guias da baianidade”, e posteriormente outros meios de circulação de ideias, foram os responsáveis por um frenesi na busca de informações sobre a Bahia e no aumento do fluxo turístico. O livro *Bahia cidade Feitiço* de Carlos Torres apresenta os elementos de uma Salvador imaginada que atraía os turistas:

O turista, de modo geral, viaja pelo desejo de encontrar, além do progresso material das grandes metrópoles, novidades, emoções diferentes e a Bahia preenche esses requisitos com vantagem. A riqueza dos seus templos e de suas alfaías, o encanto das suas paisagens, o romantismo dos seus so-

lares, o pitoresco de suas fortalezas, a graça dos seus ascensores, os mistérios dos seus subterrâneos, o feiticismo de suas fontes, a poesia de suas lendas, o caráter folclórico de suas festas, o apetitoso de suas comidas e o saboroso de suas frutas, a evocação de suas músicas e a proclamação da beleza de suas mulheres, tudo isto prende e enleva os que a visitam. (TORRES, 1973, p. 3)

A “idéia de Bahia” forjada entre os anos de 1930 e 1950 foi o embrião do que mais tarde denominou-se baianidade. Para Agnes Mariano o termo baianidade surgiu na segunda metade do século XX, quando a Bahia entrelaçou de maneira acentuada sua economia ao turismo étnico (MARIANO, 2009). Pode-se afirmar, a partir da análise realizada por Jocélio dos Santos, que a cultura negra chegou ao poder, e no caso baiano, tornou-se uma fonte de renda para o estado através do turismo (SANTOS, 2005). Nas últimas décadas a indústria cultural e o circuito midiático consagraram um imaginário sobre a cidade de Salvador que amplifica o construto dos intelectuais da primeira década do século XX, que podemos considera como inventores da baianidade. A indústria do turismo a partir da ideia de Salvador como “Terra da Alegria”, do Carnaval e do Pagode intensificaram imaginários sobre Salvador o que evidencia a importância dos atores locais, políticos e intelectuais no processo inclusive de ressignificação de bens simbólicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Salvador possui diversas descrições ao longo dos séculos XVIII e XIX que permitem compreender um imaginário construído, sobretudo por viajantes estrangeiros sobre a cidade. Contudo, a partir do início do século XX diversos diferentes grupos de intelectuais construíram imaginários sobre a cidade a fim de alimentar interesses políticos e econômicos. Em um primeiro momento, foram elevados a categoria de representação local apenas elementos vinculados a herança portuguesa, contudo, a partir da década de 1930, de maneira gradual e irreversível, o elemento negro passa a fazer parte do imaginário da cidade através dos discursos de diversos intelectuais em ascensão.

A intenção deste artigo em distinguir os diferentes grupos de intelectuais que promoveram determinadas características da cidade de Salvador não foi desqualificar qualquer grupo ou demonstrar uma evolução de pensamento pois todos eles tiveram um papel significativo na construção de uma Salvador imaginada. Aos intelectuais do IGHB coube as ações pioneiras na salvaguarda do patrimônio baiano, com a criação de museus e do órgão estadual de proteção do patrimônio. A relação de amizade entre tais intelectuais com os membros do Serviço de Proteção do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão de proteção nacional que possuía escritório em Salvador desde a década de 1930, salienta a importância de tais personalidades na construção de um imaginário de Salvador como cidade berço da civilização brasileira.

O surgimento da Academia dos Rebeldes pode ser vista não como uma ruptura, mas como a existência de discursos paralelos sobre a cidade de Salvador. O surgimento de seus escritos na década de 1930 não configura uma mudança na construção do imaginário de Salvador de imediato, ocorrendo à consagração de suas visões de Salvador a partir da década de 1950.

Muitos intelectuais surgidos na década de 1950 e que escreveram os guias da baianidade não pertenciam a este ou aquele grupo, mas circulava entre os dois meios, demonstrando a independência de pensamento, pois seus escritos são caracterizados pela valorização tanto do elemento português quanto do elemento africano na formação da cidade de Salvador. Portanto, da fusão de ideias nasceu um imaginário de Salvador caracterizado pelo seu aspecto heterogêneo, tornando-se atualmente símbolos amplamente difundidos pela indústria cultural.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. Elogio a um mestre de seita. *In*: CARNEIRO, Edison; FERRAZ, Aydano Ferraz (Org.). **O Negro no Brasil**: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- AMADO, Jorge. Os romances da Bahia. *In*: AMADO, Jorge. **Capitães de areia**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937.
- AMADO, Jorge. **Bahia de todos os santos**: Guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador. São Paulo: Martins, 1945.
- AMADO, J.; DAMM, F.; CARYBÉ. **Bahia Boa Terra Bahia**. Rio de Janeiro: Agencia Jornalística Imagem, 1967.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Celeste M. P. de. Bahias de Amado: a ficção fundando uma nova geografia. *In*: FONSECA, Aleilton; PEREIRA, Rubens (orgs). **Rotas e Imagens**: literatura e outras viagens. Feira de Santana: UEFS/PPGLDC, 2000.
- BACELAR, Jeferson. Frente Negra Brasileira na Bahia. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 73-85, 1996.
- BARBOSA, Manoel de Aquino. **Retalhos de um arquivo**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1972.
- CAMPOS, João da Silva. **Procissões tradicionais da Bahia**. 2. ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, 2001.
- CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. *In*: CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21-92.
- CERAVOLO, Suely Moraes. **A Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia**: do discurso à ação (1927-1938). Apresentado no Seminário Internacional 90 Anos do Museu Histórico Nacional em Debate (1922-2012) - Mesa-redonda “Primeiras iniciativas de preservação do patrimônio”, Rio de Janeiro, 2012.
- DÓCIO, Vanessa de Almeida. **Sob o signo da pedra e cal**: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GALLO, Nelson. **Bahia de todas as doçuras**. Salvador: Livraria Progresso, 1959.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103- 133.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LIMA, Herman. **Roteiro da Bahia**. 2. ed. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, [1953] 1969.
- LIMA, Vivaldo da Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, 2004.
- MACIEL, Neila Dourado Gonçalves. **Carybé e a legitimação de um discurso da baianidade na integração das artes em Salvador**. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- MARGALLO, Pedro Thomaz. Proteção do Estado às Obras de Arte e Monumentos Históricos (Cachoeira, 10 de julho de 1927). **IGHB** - Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia, Salvador, n. 53, p. 513-518, 1927.
- MARIANO, Agnes. **A Invenção da Baianidade**. São Paulo: Annablume, 2009.
- MATTOS, Ana Teresa Góis Soares de. **Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito**: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.
- PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, [1945] 1980.

PINHO, José Wanderley de Araújo. A Igreja da Sé - em torno de sua demolição. Proposta do Dr. José Wanderley de Araújo Pinho em sessão de 22 de março de 1925 e parecer da comissão. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 51, p. 81-91, 1925.

PINHO, Patricia de Santana. **Reinvenções da África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. Diretoria do arquivo, Divulgação e Estatística. **Breves informações turísticas**. Salvador: PMS, 1949. 24 p.

QUERINO, Manuel. **As artes na Bahia**. Salvador: Typ. E Encardenação de Lyceu de Artes e Offícios, 1909.

QUERINO, Manuel. **Artistas Baianos**: indicações biográficas. 2. ed. Bahia: Oficina da Empresa A Bahia, 1911.

QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da Civilização Brasileira**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

QUERINO, Manuel. **Costumes africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

RISÉRIO, Antonio. **Caymmi**: uma utopia de lugar. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **O intelectual “feiteiro”**: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2011.

SANTANA, Geferson. **O combate das idéias**: estratégias culturais dos intelectuais comunistas baianos a produção e um novo conhecimento sobre o Brasil (1920-1937). 2017. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos-SP, 2017.

SANTANA, Valdomiro. **Literatura baiana (1920-1980)**. Rio de Janeiro: Philobiblion; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder**: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: Edufba, 2005.

TAVARES, Odorico. **Bahia**: imagens da terra e do povo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [1951] 1961.

TORRES, Carlos. **Bahia cidade feitoço**. Salvador: Editora Mensageiro da Fé, [1957] 1973.

TOURINHO, Eduardo. **Alma e corpo da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, [1950] 1953.

VALLADARES, José. **Bêabá da Bahia**: guia turístico. Salvador: Progresso, 1951.

DOS SINTOMAS SOBRE A RELAÇÃO CENTRO-PATRIMÔNIO: A CENTRALIDADE E A PERIFERIA FÍSICA E SIMBÓLICA NO PATRIMÔNIO CULTURAL

Luciano Chinda Doarte¹

Resumo: A presente análise debruça-se sobre considerações teóricas de duas vertentes e sobre uma análise do contexto paranaense e, mais proximamente, curitibano. A primeira proposta teórica é a relação íntima entre a centralidade física e simbólica e a produção do patrimônio cultural desde o século XVIII. A segunda proposta ocupa-se da ideias de periferia no contexto urbano e de como estes espaços apresentam precariedades que marcam e interferem as vidas dos seus habitantes. Por fim, faz-se uma análise da presença do patrimônio cultural e de espaços de patrimônio na região do Estado do Paraná (em especial do litoral e do território da capital) e da cidade de Curitiba. Para isso, usam-se autores como François Choay, Ramón Grosfoguel, Silvana Rubino, Reginaldo Gonçalves, Raquel Rolnik, Clóvis Ultramari e outros. Ainda, são usadas notícias e estudos veiculados em mídias variadas que abordam temas como a periferia e suas realidades.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Curitiba; Periferia.

INTRODUÇÃO

É, hoje e desde muito tempo, um fenômeno constatável pela experiência atenta às relações culturais pelo patrimônio cultural que há uma íntima proximidade entre a geofísica e a simbologia do centro para com as dignificações operadas pelo patrimônio em suas diferentes classificações. Aponta-se como um fenômeno no sentido próprio de uma fenomenologia dessa aliança histórica e muito em vigor ainda, no Brasil e no mundo, que, por exemplo, à luz da *Fenomenologia da Percepção* merleau-pontiana nos oportuniza de fato notar uma concentração maior de patrimônios localizados territorialmente em centros (quaisquer que sejam) e também a incidência disso sobre o valor simbólico sobre o lugar, o objeto, o saber, a identidade que recebe a camada semântica patrimonial.

Esta relação tem origem histórica identificável: o prelúdio do que se compreende ainda no século XXI como cultura, Estado, política, direitos, cidadania, democracia, que se introduz na e pela modernidade, especialmente após as Revoluções Burguesas do fim do século XVIII. Foi neste momento que as propostas de cultura a partir do Estado nacional politicamente constituído e legitimado se apresentaram em um ensaio do que atualmente se compreende como um direito social à cultura. Esta proposta é também contemporânea do surgimento das próprias ideias de patrimônio – à época ainda encadeado às temáticas histórica e artística –, que passaram a agir como instrumentos potentes de articulação de valores simbólicos eleitos como importantes ao mesmo tempo em que prometiam dinamizar a cidadania, a emancipação no campo estético e da gestão do passado no presente.

¹ Graduado em Licenciatura em História (PUCPR). Atualmente é professor-coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPC); professor do Curso de Pós-Graduação (lato sensu) em Museus, Galerias e Arquivos da Universidade Positivo (UP), em Curitiba; e presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC) de São José dos Pinhais/PR, gestão 2020-2022. Contato: lucianochinda.lcd@gmail.com.

Apesar das promessas emancipatórias gestadas no contexto do pensamento europeu, os produtos da modernidade não podem ser taxados como puramente ou apenas europeu dado que desde o século XV as grandes navegações e os contatos para com outros povos, outras culturas e outros saberes influenciaram a dinâmica intra-europeia. Ao ser disseminado pelo mundo, mormente pela violência do colonialismo – posteriormente atualizado em imperialismo –, a promessa de emancipação e dotação de direitos se mostrou um artifício discursivo europeu enquanto os demais territórios do mundo moderno sofriam as mazelas e pagavam o preço para a realização dos direitos sociais franceses ou dos direitos individuais ingleses.

A relação centro-patrimônio constitui-se, assim, em uma aliança não ocasional, mas estratégica para a difusão do modelo europeu sobre o mundo que, após os processos de independência, garantiu sua reprodução apesar da não presença do dominador no território dominado, garantindo a manutenção da colonização do imaginário, da mentalidade. Ao consolidar a relação centro-patrimônio, o mundo contemporâneo produz incontornavelmente periferias geográficas (no sentido territorial) e simbólicas (no sentido de reconhecimento da dignidade cultural) que afetam diretamente as vidas, as práticas e os saberes no cotidiano.

É importante que se diga que centro e periferia no patrimônio cultural não são sintomas apenas de uma relação no campo estético, artístico e cultural, mas estão em consonância, no caso deste estudo, com a periferização de outras áreas da vida, dos serviços e do atendimento do Estado à população. Nesse sentido, Curitiba – a cidade sobre a qual este estudo se debruça – não reproduz apenas o modelo moderno de urbanidade, com seus patrimônios em áreas centrais ou em bairros bem servidos de serviços, mas a desigualdade também se apresenta sobre a saúde pública, índices de violência, condições habitacionais e outras. Para tanto, usa-se da comparação proposta originalmente no trabalho de Paulo Rolando de Lima e Luiz Ricardo Gonçalves de Castro Junior, usando o raio de dez quilômetros a partir do Marco Zero de Curitiba, localizado na Praça Tiradentes, no centro da cidade.

CENTRO-PATRIMÔNIO: UMA ALIANÇA PRIMORDIAL

É importante que se saiba que a aliança centro-patrimônio não é um produto ocasional, mas uma opção consciente, política e ideológica desde a gestação deste modo específico de atuar nos campos da memória, do passado, da arte, dos valores, das lembranças e dos esquecimentos, das rupturas e das continuidades. Desde o contexto francês pós-revolucionário, que dotou de caráter de *interesse público* os bens do Clero e da Nobreza e os ressignificou sob o interesse nacional (CHOAY, 2001, p. 97) e introduziu no modo ocidental a atuação em patrimônios e museus como os conhecemos hoje, a centralidade física/geográfica/territorial e a centralidade da epistemologia/dos valores/da perspectiva sobre o mundo estava inerentemente em atividade.

Desde logo sublinha-se que o mundo inaugurado nas grandes navegações, no contato pouco ou nada civilizado do povo europeu com os demais povos de outros territórios, no colonialismo a partir do século XV e aprofundado no fim do século XVIII, é o “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (GROSFOGUEL, 2008, p. 118; BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 17), uma realização idealizada pela Europa e disseminada como modelo a ser seguido por todos os povos, nos mais diversos territórios e realidades, ocultando o teor intimamente europeu sob uma camada de universalismo. Dessa forma, o patrimônio – primeiro de valor histórico e artístico e depois de valor cultural em sentido amplo – se tornou um instrumento de administração de caras simbólicas e inscrição de identidades importante para a consolidação de grupos em torno de um mesmo tema (seja este a nação, o passado, determinada personagem ou data – que, em geral, articulam-se conjuntamente, podendo serem aliadas a outros assuntos que se julgue importantes).

É importante nesta proposta de leitura salientar que a constituição da cultura enquanto algo da realização estética, das artes, do passado, da abstração da qual é capaz de realizar o homem, denota por si, enquanto produto histórico, uma passagem das ideias rurais de cultivo da terra para uma ideia de urbanidade e de realização de um autocultivo, física e simbolicamente, como aponta Terry Eagleton: “A palavra [cultura], assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo” (2011, p. 10). Esta passagem, sabe-se, não se dá meramente em teor geográfico, mas também no campo subjetivo, do que é validado e aceito socialmente e do que não o é:

Não é, na verdade, apenas a cultura que está aqui em questão, mas uma seleção particular de valores culturais. Ser civilizado ou culto é ser abençoado com sentimentos refinados, paixões temperadas, maneiras agradáveis e uma mentalidade aberta. É portar-se razoável e moderadamente, com uma sensibilidade inata para os interesses dos outros, exercitar a autodisciplina e estar preparado para sacrificar os próprios interesses egoístas pelo bem do todo. Por mais esplêndidas que algumas dessas prescrições possam ser, certamente não são politicamente inocentes (EAGLETON, 2011, p. 32).

Na esteira desta perspectiva, o patrimônio cultural é constituído como algo muito mais urbano, que registra grandes realizações de valores relacionados à cidade enquanto espaço e enquanto ideia que outras formas. Silvana Rubino (1996), por exemplo, salienta que já no começo das políticas públicas de cultura na seara patrimonial no Brasil – a chamada “fase heroica” do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) –, período compreendido entre os anos de 1936 e 1967 e que é caracterizado pela gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do órgão federal, fez-se uma opção ao se tombarem prédios e lugares relacionados ao espaço das cidades. Dos itens tombados nesta fase do Instituto, 18,6% são arquiteturas urbanas (128 dos 689 tombamentos), 54,7% são do século XVIII (377 dos 689 tombamentos).

Nessa hierarquia interna visível entre os bens tombados, é evidente a predominância do imóvel religioso católico, seguido do urbano. Esse número cresce se agregarmos as casas de câmara e cadeia, palácios de governos, prefeituras etc., agrupados como arquitetura ligada ao Estado, e se lembrarmos que grande parte dessas igrejas e conventos se localizam em cidades (RUBINO, 1996, p. 98).

Deste percentual expressivo que contempla a cidade – que por si aponta para a modernidade no modo de organizar o território trazido ao Brasil pelos europeus durante o violento processo de colonização –, a número de regiões contempladas no Brasil também justifica a manutenção da perspectiva e da narrativa moderno colonial. Não à toa Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, nesta ordem, foram os estados da federação mais contemplados nos tombamentos (Ibid., p. 101). Para que se registre, estes são estados importantes para ciclos econômicos históricos do Brasil, usados para enriquecer a metrópole portuguesa e explorar nativos e imigrantes forçados sob a escravidão de diferentes formas.

Para Rodrigo de Andrade, gestor do citado movimento, a justificativa era evidente: “Rodrigo justificou essa concentração argumentando que, no século XVIII, mais que em qualquer outra região do país, um número superior de monumentos e obras de arte ‘com feição mais expressiva’ foi produzido em Minas Gerais” (GONÇALVES, 1996, p.71). O patrimônio mineiro foi alçado a modelar no Brasil, referencial para outras atividades na área e caracterizado com valores – dotados a ele, não inatos – positivos e que devem ser assim entendidos, ao mesmo tempo em que garantem uma manutenção das propostas coloniais: “o patrimônio de pedra e cal que tinha como recorte

arquitetônico o barroco mineiro, representava um patrimônio relacionado às elites brancas e católicas de origem lusitana – o que suscitou um problema de ordem étnica” (CASTRO, 2014, p. 4-5).

Tendo a cidade como palco privilegiado para o patrimônio cultural e para os museus, é valoroso nesta perspectiva que seja feita uma leitura atenta do mundo contemporâneo à luz do papel central desempenhado pelo espaço urbano na realidade empírica e no imaginário. O desenvolvimento, por exemplo, tema prometido em muitos planos de governo e apontando para um futuro de progresso, usa muitas vezes do cenário urbano e de suas características para convencimento. Dessa forma, é quase inquestionável a ideia de melhoria das cidades, expansão das cidades, ocupação das cidades, realização do ideal de cidades.

A cidade, apesar de ser vista muito mais à luz dos temas econômicos, desenvolvimentistas e políticos, não é mero produto das relações humanas com o ambiente, para que se organizem os grupos e possam viver de modo mais ou menos harmônico. Como afirma Raquel Rolnik, “desde sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política” (2004, p. 21), e se é relação política, não é mero campo físico no qual se está, mas sobre o qual se intervém, decide, debate, produz e é, em diferentes medidas, produzido, afetado e condicionado. A cidade é, então, um produto social que interage com seus produtores, e deve ter um valor simbólico, cultural, social, para além de narrativas meramente economicistas:

[...] apesar de muito se falar em produção do espaço, pouco se avançou sobre o consumo, a troca e a circulação desse “produto” social. E quase nada se disse a respeito dos efeitos do espaço sobre o social, pois evidentemente, o espaço nunca adquiriu peso significativo nestes estudos para que pudesse ser tratado como uma variável relevante e eventualmente capaz de interferir nos processos sociais (OJIMA, 2005, p. 5).

Tendo isso em mente, a percepção da centralidade patrimonial não é constatação da realidade, mas constatação da escolha de realização de uma realidade enquanto tal, ou da efetivação de uma realidade dentre muitas outras possíveis. Fazer essa diferença nos permite ter menos inocência ao visitar museus nos centros das cidades, ou em bairros bem estruturados, e não – por que não dizer que nunca? – em bairros com estruturas fragilizadas, menos qualificadas. Na ocasião de se optar por uma leitura da cidade como se apresenta e como narra o poder constituído, esbarrar-se-á na possibilidade de aceitar um discurso propriamente político-institucional, que pode falar da cidade pelas boas realizações ocultando as falhas e, ainda, silenciando outras perspectivas sobre o mesmo espaço. O discurso que se propõe falar sobre a cidade pode impedir que alcancem o espaço público, com o devido caráter de dignidade, falas que destoem da oficial “impedindo que o sujeito possa reconhecer outras formas de simbolização do social a não ser o normativo, ou seja, é o sujeito reconhecendo a urbanidade no lugar comum, na sua apreensão do que seja a cidade” (ROURE *apud* RAMOS; PIMENTEL, 2011, p. 131).

Portanto, entende-se que é mais proveitoso para as leituras críticas interpretar a cidade como um espaço sobre o qual se age e pelo qual se é afetado, porque estar, viver, circular, consumir e produzir na cidade não é igual para todos os indivíduos. Ocupar determinados espaços físicos e simbólicos na cidade é característica fundamental para podermos perceber como sujeitos individuais e coletivos interagem com o patrimônio cultural que, repete-se, está intimamente vinculado à centralidade, à maior dotação de valores positivos, à mais justificação de sua razão de ser. Ao pensar a periferização enquanto produtor de significados e realidades, assume-se que não é apenas a distância em relação aos centros estabelecidos o que define uma região de periferia, mas isso se congrega com outras diferenças que “pelas condições sociais de vida que evidenciam nítida desigualdade entre os moradores dessas regiões da cidade” (ULTRAMARI; MOURA, 1996, p. 10). Neste caso, para além da materialidade da moradia, por



exemplo, o espaço ocupado ou de circulação de alguém se mostra de intensa inferência dado que “onde você mora é muitas vezes mais importantes do que em que você mora” (Ibid., p. 63) e que “[...] a vida e a história dos homens é composta por uma acumulação de tempos (periódicos) desiguais, descontínuos, justapostos e superpostos, vividos em diversos e distintos espaços sociais” (PAULA; PAULA, 2011, p. 111), ou seja, a experiência das realidades é relativa à ela mesma, referente a si apesar de estabelecer contatos e coexistir com outras experiências.

O processo de periferização e seus significados se dá por um processo de expansão urbana que não administra corretamente o desenvolvimento no espaço em conjunto com o desempenho dos serviços e estruturas.

Sendo assim, a expansão urbana tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto mais quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em grande parte das cidades, a rápida expansão do seu número de habitantes resulta em uma escassez de solo urbano, bem como de equipamentos urbanos, resultando na valorização das poucas áreas bem servidas de infraestrutura (TESSARI, 2013, p. 32)

No caso do patrimônio cultural, infere-se, a diferença produzida não está na impossibilidade de se estenderem os serviços até áreas periféricas, dado que este não é um produto “acabado” ou “determinado” que carece de algum planejamento aprofundado e complexo do urbanismo dos municípios, como podem ser as linhas de transporte público, o sistema de saúde e o saneamento básico. O patrimônio, neste caso, sendo uma performance político-discursiva, pode ser executado em qualquer espaço a qualquer tempo, portanto, não realiza-lo em contextos periféricos, crê-se, está intimamente vinculado às opções conscientes, políticas e ideológicas da máquina pública que mantém o modo moderno eurocentrado. Ou seja, para dignificar culturalmente um saber, um lugar, uma moradia, uma prática cultural não são necessárias retroescavadeiras, muitos operários, dias de perfuração e instalação de estruturas ou a negociação com empresas privadas para a oferta do serviço mais distante do que um primeiro contrato poderia ter estabelecido. É necessário, isto sim, um compromisso para com a extensão do valor simbólico de extensão da dignidade cultural representada pelo patrimônio aos saberes, narrativas, passados e territórios, o que, dado o caráter elitista histórico operado pelo e no patrimônio, não se realiza.

Por fim, nesta proposta de leitura acerca da periferia, do centro e do patrimônio cultural enquanto muito íntimo dos contextos urbanos, a análise tanto pela fundamentação teórica eleita quanto pela análise do objeto de pesquisa recortado, escapa da visão meramente econômica que “reduz as determinações políticas, sociais e culturais dos agentes sociais, limitando a sua capacidade analítica enquanto paradigma teórico” (OJIMA, 2005, p. 9), enquanto considera tempo e espaço contextuais, não universais, atento ao “seu histórico e caracterização ao longo do tempo e na atual forma de organização, suas características e diversidades, a fim de refletirmos sobre um recorte do tempo [...] num espaço social específico, as relações sociais que se estabelecem nesse espaço [...]” (PAULA; PAULA, 2011, p. 112), não incorrendo na ideia de que o equipamento cultural localizado no centro da cidade, apesar do discurso universalista, de representação coletiva, alcance integralmente o todo democrático.

CONSEQUÊNCIAS DA CENTRALIDADE PATRIMONIAL

A primeira consequência do estabelecimento de centralidades é, claro, a periferização. Para algo figurar como central, algo tem de ser destoante disso, senão haveria uma contradição nos próprios termos. Em termos paranaenses na esfera federal, o IPHAN tombou os centros históricos de três cidades: Antonina, Lapa e Paranaguá. O centro histórico de Antonina foi tombado em 2012 pelos valores históricos e paisagísticos, enlevando a participação da

cidade no processo de expansão portuguesa no Sul do Brasil datada da metade do século XVII. Na Lapa, que teve seu centro histórico tombado em 1992, o tema histórico eleito foi o Caminho das Tropas e a realização de batalhas militares importantes para a consolidação do poder português e estatal brasileiro na região como as da Guerra do Contestado e o Cerco da Lapa (quando o exército brasileiro lutou contra forças revolucionárias gaúchas que rumavam ao Rio de Janeiro). Por fim, em Paranaguá, que teve o centro histórico tomado em 2009, a motivação são os exemplares da arquitetura colonial brasileira e as influências neoclássicas na arquitetura oitocentista.

Nos três casos, os temas justificam historicamente a dominação portuguesa ou brasileira eurocentrada sobre as diversidades possíveis na história do Brasil. Antonina representa o domínio do colonialismo; Lapa, a força militar garantidora da ordem – que ordem? – desrespeitada por discursos contra o Estado constituído; e Paranaguá, também a colonização (sendo o primeiro município fundado no Paraná) e os movimentos artísticos europeus aplicados também no Brasil. Assim, camponeses, negros, povos originários e quaisquer outros que não se encaixem no modelo universal (sic), mas que tem pele branca, moral cristã, valores liberais e outros foram ignorados na constituição do espaço histórico e do patrimônio cultural.

Com menos de vinte prédios tombados no Paraná, em Curitiba o IPHAN elegeu apenas o Paço da Liberdade, no centro da cidade, para integrar o livro tombo nacional, em 1984. O Paço da Liberdade é uma construção da década de 1910, feita pelo prefeito Cândido de Abreu para servir de sede própria da Prefeitura de Curitiba. Em estilo eclético com muitos elementos de *art-nouveau*, serviu de sede do poder executivo municipal até 1969. Entre 1974 e 2002 foi sede do Museu Paranaense. Fechado pelas más condições, reabriu em 2009 após obras de restauro, sendo administrado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), que arcou com os custos do restauro obtendo concessão para uso do prédio por vinte e cinco anos. Para além do prédio, o IPHAN também tombou em Curitiba a coleção do antigo Museu Coronel David Carneiro, atualmente sob os cuidados do Museu Paranaense, e a coleção do próprio Museu Paranaense, ambas em 1941.

Como nos casos dos centros históricos das cidades citadas, o Paço da Liberdade representa mormente o poder constituído brasileiro, primeiro na esfera municipal como prefeitura, depois na esfera estadual como museu, e atualmente na esfera federal como prédio tombado pelo IPHAN. Novamente, entre o poder executivo municipal da primeira metade do século XX, o museu constituído em caráter nacionalista ainda no século XIX e a iniciativa privada, narrativas, identidades e discursos fragilizados pelo sistema que constituiu as mesmas instituições citadas foram silenciados e desconsiderados. Esse movimento repete-se nas coleções de cunho tradicionalmente colonialista ou eurocentrado dos museus contemplados.

Ainda, retoma-se a lista de museus e instituições culturais com funções museológicas (que também são, por definição, lugares de patrimônio, com funções muito parecidas) publicada pelo *Bem Paraná* em 2018. Das 75 instituições listadas, afora cinco virtuais, mais da metade localiza-se em bairros centrais ou em bairros em torno da região central e que são, todos estes, muito bem servidos de estrutura, transporte e serviços. Os dez museus listados pelo *Trip Advisor*² – site especializado em viagens e turismo, com avaliações e dicas – estão em bairros bem estruturados, e mais da metade na região central. O raio de dez quilômetros do Marco Zero da cidade é um espaço com intensa presença de equipamentos culturais.

O resultado geográfico disso é a quase ausência total de equipamentos culturais desta natureza em bairros periféricos – distantes do centro e mal estruturados –, com raras exceções, mas que certamente não suprem as demandas da numerosa população dessas regiões. Como comentado anteriormente, a questão principal é que a

² Consulta feita em 13 de setembro de 2020, podendo variar com o passar do tempo.

relação centro-patrimônio não apenas estabelece centralidade ao patrimônio em suas diferentes faces, mas, ao mesmo tempo, periferiza regiões não contempladas pela instalação de um equipamento museológico ou patrimônio registrado e/ou tombado, bem como os valores, práticas e realidades de cada espaço.

Paulo Rolando de Lima e Luiz Ricardo Gonçalves de Castro Junior analisaram a cidade de Curitiba e seu dístico de “cidade modelo” enquanto da manutenção de desigualdades raciais. Como lembram os autores, o planejamento urbano se tornou assunto de propaganda da cidade, que mostrava bons resultados, “a ponto de levar a indicação do ex prefeito arquiteto Jaime Lerner como segundo urbanista mais influente de todos os tempos, segundo a revista norte americana Planetizen” (LIMA; CASTRO JUNIOR, 2018, [p. 2]). Os eixos estruturais estabelecidos pelo planejamento urbano, como mostram, não alcançam a maioria dos bairros nos quais a população negra é superior a 19,6% (média municipal, segundo o Censo do IBGE de 2010), com exceção de três bairros que estão a menos de dez quilômetros de distância do Marco Zero da cidade, mas possuem as favelas mais antigas da capital paranaense. Como resultado do estudo, Lima e Castro Junior apresentam que:

A observação mais atenta da cidade tida como modelo de desenvolvimento planejado esclarece que Curitiba convive com a desigualdade racial e sócio econômica há muitas décadas e que os inegáveis avanços em áreas como transporte público e coleta seletiva do lixo não diminuíram a distância entre pobres/negros e ricos/brancos e, ao contrário, serviram para consolidar e alimentar essas diferenças no espaço urbano (LIMA; CASTRO JUNIOR, 2018, [p. 7-8]).

Fazendo coro com a constatação acima citada, é possível articular outros dados estatísticos. Camila Cunico e Marciel Lohmann, ao estudarem a vulnerabilidade socioambiental de Curitiba à luz dos casos de alagamento entre os anos de 2005 e 2010, apontaram que entre os problemas de alagamento, deslizamento e erosão, que podem causar danos materiais e até perda de vidas, os eventos de alagamento são 81,25% entre os três tipos de problemas ambientais (2017, p. 172). Após analisarem elementos hidrográficos e sociais da capital paranaense, o resultado da pesquisa apontou para: “As áreas caracterizadas pela recorrência dos eventos abordados são, na maioria dos casos, as únicas acessíveis às populações de renda mais baixa, que, por sua vez, acabam construindo domicílios em condições precárias, ampliando a condição de risco ambiental” (Ibid., p. 173). Dos bairros que apresentam riscos socioambientais entre alto e muito alto, a maioria está fora do raio de dez quilômetros do Marco Zero de Curitiba.

Sob o tema da violência, os mapas também combinam. Em 2018 o jornal *Gazeta do Povo* noticiou que com relação ao ano de 2016, o ano de 2017 apresentou queda nos números de homicídios. No período, os bairros Cidade Industrial de Curitiba (CIC), Tatuquara e Sítio Cercado representaram 33% dos homicídios dolosos (ALBUQUERQUE, 2018). Os bairros citados não estão no raio de dez quilômetros a partir do Marco Zero da cidade e possuem uma população negra maior que a média municipal, segundo Lima e Castro Junior (2018).

O que mais espanta na reportagem é a fala de um agente de segurança sobre o caso de serem estes os bairros mais violentos no período, dado que soa como normal que assim seja: “Não tivemos nenhum bairro que registrou algo extraordinário. Alguns se mantiveram. CIC, Tatuquara e Sítio Cercado são os que determinam maior atenção da polícia”, explica Fábio Amaro, delegado-titular da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP)” (ALBUQUERQUE, 2018). Na mesma reportagem listam-se bairros que não apresentaram nenhum caso de homicídio doloso, e, destes, a maioria esmagadora está em bairros centrais ou em torno do centro e são bem estruturados em equipamentos e serviços.

Ainda, se propõe uma comparação com o tema dos casos de Covid-19, problema mais recente do mundo e, por isso, também de Curitiba. Segundo Marcelo Nogueira de Souza (2020), com as informações da Secretaria

Municipal de Saúde de Curitiba, o Índice de Vulnerabilidade das Áreas de Abrangência das Unidades Municipais de Saúde (IVAB) é aferido com o cálculo da média aritmética dos elementos: adequação do domicílio, perfil e composição familiar, acesso ao trabalho e renda, condições de escolaridade. A partir da análise das informações oficiais, constata-se que os bairros periféricos, dentre eles os já citados em outros casos negativos Sítio Cercado e Tatuquara, dentre outros, apresentam alto risco, ao passo que “Todas as unidades de saúde melhor avaliadas pelo IVAB se encontram nos bairros da região central, todas com baixa vulnerabilidade” (SOUZA, 2020).

De acordo com Paula Zarth Padilha (2020), aos poucos os casos de Covid-19, que antes estavam mais presentes em bairros centrais, passaram a aparecer numerosamente mais nos bairros periféricos. Usando dados da Secretaria Municipal de Saúde, do começo de junho de 2020, Padilha demonstra que a taxa de casos de Covid-19 confirmados por 100 mil habitantes nos bairros da cidade é maior nos já citados Cidade Industrial de Curitiba e Sítio Cercado (de 65,1 a 132,8 casos por 100 mil habitantes). Os mapas apresentados também demonstram que os bairros mais atingidos não estão no raio de dez quilômetros a partir do Marco Zero da cidade.

No período até o início de junho, o deslocamento da doença foi para a região norte da capital (Bairro Alto, Bacacheri e Santa Cândida) e com aumento expressivo nas regiões periféricas já atingidas, como no Sítio Cercado, que passou de 25 para 77 casos por 100 mil habitantes, e CIC [Cidade Industrial de Curitiba], que passou de 65 para 133 casos por 100 mil habitantes (PADILHA, 2020).

O atendimento às famílias moradoras de regiões mais carentes, segundo Souza (2020), melhor se daria com a articulação dos programas e ações focadas em Saúde da Família. Entretanto, este também é um entrave em Curitiba, porque, como demonstrou o jornal *Plural* (2020), um quarto das equipes que atuavam no tema foram cortadas. “Na prática, a redução **diminuiu a cobertura da população da Capital de 43,2% para 31,6%** e afetou 217,3 mil curitibanos, conforme indicam os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde – que prevê uma equipe para 3.450 pacientes”, registrou Angieli Maros no *Plural*.

Outro sintoma desta relação desigual em Curitiba é a operação da Linha Turismo. A Linha Turismo é uma rota de transporte público especialmente voltada, como o nome anuncia, ao turismo na capital paranaense e que, por isso, inclui em seu roteiro espaços que o poder público julga interessantes de serem apresentados aos visitantes externos. Na rota da Linha Turismo estão ícones arquitetônicos da cidade, parques, portais e praças e as “origens” internacionais neles representadas são nitidamente as da modernidade colonial europeia, vide os exemplos dos memoriais ucraniano e polonês, tendo também o Bosque Alemão e o bairro Santa Felicidade, antiga colônia italiana. Destoa da proposta o Memorial Árabe, mas que não recebe tanto endosso. Além desta seleção, ressalta-se que a rota percorre (se fosse de um ponto ao outro diretamente) sete quilômetros do Marco Zero de Curitiba (a Praça Tiradentes, que também é marcador desta pesquisa) até o citado “bairro italiano” Santa Felicidade ao mesmo tempo em que não percorre dez quilômetros da Praça Tiradentes até a Praça Zumbi dos Palmares, que abriga o Memorial Africano. Cumpre dizer que Santa Felicidade, apesar de distante do centro, não é necessariamente uma periferia e, estando na região Noroeste de Curitiba, é um bairro bem estruturado e preparado para o turismo. Já a Praça Zumbi dos Palmares, na região Sul da capital paranaense, mais próxima das periferias aqui analisadas, está ela mesma em uma área periférica, não preparada ao turismo. A eleição de raça e valores é nítida.

Sem aprofundar as pesquisas apresentadas, salienta-se a combinação nada ocasional dos mapas dos problemas apresentados. Usando como marco o raio de dez quilômetros a partir do Marco Zero da cidade, percebe-se que o centro epistêmico e físico, de valores e urbano, está muito mais bem servido e ocupado com equipamentos patri-

moniais e culturais como um todo e, ao mesmo tempo, é melhor servido de serviços e estruturas públicas enquanto as periferias são os espaços que mais sofrem com a pandemia do Novo Coronavírus, com acidentes ambientais, com menor poder de compra e concentração de renda e – de forma curiosa, mas não espantosa – são também as regiões com maiores índices de população negra. Isto salienta que a relação centro-patrimônio não é anônima nem solitária, sendo parte de um amplo e complexo contexto de precarizações e mal atendimento das necessidades básicas e demandas sociais urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrou-se, levando em conta a marca territorial do raio de dez quilômetros a partir do Marco Zero da cidade de Curitiba – proposto originalmente no trabalho de Paulo Rolando de Lima e Luiz Ricardo Gonçalves de Castro Junior – os patrimônios oficializados e os museus localizam-se na região central da capital paranaense, e este é um sintoma importante para analisar as sociedades contemporâneas. Os casos de equipamentos culturais fora desta região, quando ocorrem, são muito mais presentes em bairros melhor estruturados e mais bem servidos das necessidades para uma vida urbana. A presença dos patrimônios nestes territórios está intimamente vinculada com narrativas, valores, temas e históricos alinhados ao modo moderno colonial eurocentrado de vida e organização coletiva.

Ao mesmo tempo, territórios não centrais apresentam não só menos equipamentos culturais, mas também despontam em temas mais nocivos que a falta de museus ou patrimônios, como taxas de homicídios dolosos, vulnerabilidade socioambiental, menor estrutura de saúde básica e maior concentração de população negra. Tendo em vista que o postulado de “normal” da modernidade é incontornavelmente etnicamente branco, qualquer gradação do colorismo racial que destoe disto recebe menor dignificação e menor estrutura.

O que esta análise nos oportuniza perceber é que os sintomas da ausência de equipamentos culturais nas regiões periféricas aliada a pouca estrutura urbana sublinha que a desigualdade no campo da cultura não é algo solitário, mas, isto sim, acompanhada de precarizações variadas que não oportunizam qualidade de vida digna. Então, a falta de cultura acompanha a falta de saúde, a moradia em áreas não ideais e muitas vezes irregulares, o contexto de violência e, muito possivelmente, muitos outros não citados nesta pesquisa.

Também são sintomáticas as práticas de assimilação e/ou aceitação das práticas culturais centrais colocadas sobre os periféricos. Concentrar aquilo que, em teoria, representa o todo social no campo do passado, da estética, da história, da identidade em áreas centrais e não oportunizar – até mesmo negar – este movimento ao não central é uma prática de violência simbólica histórica no Brasil. Não é à toa que escolas periféricas, ao ensinar a história e a cultura municipais, levam os estudantes para os centros históricos das cidades. Uma criança com idade em torno de dez anos, nascida e criada em um contexto de periferia, é levada pela escola (um aparelho ideológico potente) para o centro estabelecido e oficializador de cargas simbólicas importantes, e esse encontro pode ser pouco proveitoso quando se desconsidera o pertencimento não orgânico/natural, mas menos imposto à vida da criança. A dignificação cultural não realizada no espaço periférico leva a uma manutenção da centralidade sobre a periferia.

Por fim, é possível notar que este não é um movimento recente, mas sim de longa duração. Como apontado anteriormente, é consciente, ideológica, portanto, política, a escolha de vincular o patrimônio ao centro. Ao passo em que a escolha foi em favor da relação centro-periferia, outras possibilidades foram abandonadas, como a execução do anteprojeto escrito por Mário de Andrade para o patrimônio nacional, que apresentava muita consideração à

cultura em sentido mais amplo que a realizada por Rodrigo de Andrade, ou como as possíveis revisões estruturais dos eixos propriamente estruturais da urbanização curitibana, que marginaliza indivíduos, corpos, saberes e realidades desde que escolhe estender os planos da cidade modelo não a todo o município, apenas para uma parte dele que, não ocasionalmente, está pouco além do raio de dez quilômetros a partir do Marco Zero da cidade, onde estão as melhores estruturas e serviços urbanos e a população mais próxima da “ideal” da modernidade europeia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Filipe. Quais são os bairros mais violentos e os mais pacíficos de Curitiba? **Gazeta do Povo**, Curitiba/PR, 19 jan. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/quais-sao-os-bairros-mais-violentos-e-os-mais-pacificos-de-curitiba-67vj6n8pbgagu20aj6y3zhned/>. Acesso em: 13 set. 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016.

CASTRO, Álisson Sousa. Tensões na Institucionalização do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2., 2014, Florianópolis/SC. **Anais [...]**. Florianópolis, 2014. p. 1-15.

CHOAY, François. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CUNICO, Camila; LOHMANN, Marciel. Vulnerabilidade socioambiental de Curitiba: correlação com os eventos de alagamentos registrados entre 2005 e 2010 pela Defesa Civil Municipal. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 165-185, 2017.

EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GROSGOUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 115-147, mar. 2008.

LIMA, Paulo Rolando de; CASTRO JUNIOR, Luiz Ricardo Gonçalves de. Segregação Espacial na Cidade Modelo: planejamento e gestão urbana alimentando a desigualdade racial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PENSADORES NEGROS, 10., 2018, Uberlândia/MG. **Anais [...]**. Uberlândia, 2018.

MAROS, Angieli. Reduzida em 26%, Saúde da Família poderia ajudar a frear Covid-19 em Curitiba. **Plural**, Curitiba/PR, 14 set. 2020. Disponível em: https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/reduzida-em-26-saude-da-familia-poderia-ajudar-a-frear-covid-19-em-curitiba/?fbclid=IwAR3Ydm40Wf6Uyp6qD6vV5zSj5J2Qc0ocuhDD9zrsiP_lfey3fgTR5mKI1jU. Acesso em: 14 set. 2020.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OJIMA, Ricardo. A Dicotomia Centro-Periferia em Discussão: consequências inesperadas e desafios para a gestão nas aglomerações urbanas metropolitanas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte/MG. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2005. p. 1-25.

PADILHA, Paula Zarth. Casos de coronavírus se deslocam da região central para bairros periféricos de Curitiba. **Democracia Popular**, Curitiba/PR, 07 jul. 2020. Disponível em: <http://democraciapopular.org.br/noticia/casos-de-coronavirus-se-deslocam-da-regiao-central-para-bairros-periféricos-de-curitiba>. Acesso em: 13 set. 2020.

PAULA, Luciane de; PAULA, Sandra Leila de. No Centro da Periferia, a Periferia no Centro. **Ipotesis**, Juiz de Fora/MG, v. 15, n. 2 – especial, p. 107-121, jul./dez. 2011.

RAMOS, Tiago Roberto; PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. A Relação Centro-Periferia na Discursividade da Cidade. **Revista Rua**, Campinas/SP, n. 17, v. 2, p. 127-144, nov. 2001.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil Passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 97-105, 1996.

SOUZA, Marcelo Nogueira de. O Índice de Vulnerabilidade das Unidades Municipais de Saúde como estratégia de enfrentamento da COVID-19 na periferia de Curitiba. **Observatório das Metrópoles**, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/o-indice-de-vulnerabilidade-das-unidades-municipais-de-saude-como-estrategia-de-enfrentamento-da-covid-19-na-periferia-de-curitiba/>. Acesso em: 13 set. 2020.

TESSARI, Leandro Marcos. Dinâmica Centro-Periferia e Estrutura Urbana no Contexto das Aglomerações Não-Metropolitanas no Interior do Estado de São Paulo: o caso de Araraquara/Américo Brasiliense. **Revista Geoambiente**, Jataí/GO, n. 20, p. 27-43, jan./jun. 2013.

ULTRAMARI, Clóvis; MOURA, Rosa. **O Que é Periferia Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

VEJA a lista completa de todos os museus de Curitiba. **Bem Paraná**, Curitiba/PR, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/veja-a-lista-completa-de-todos-os-museus-de-curitiba-#.X159WRBKjIU>. Acesso em: 13 set. 2020.

A NOVA SÃO RAFAEL E OS DISCURSOS JORNALÍSTICOS DOS PERIÓDICOS O DIÁRIO DE NATAL E O POTI (1980-1985)

Maiara Brenda Rodrigues de Brito¹

Resumo: Pensa o discurso de modernidade da Nova cidade de São Rafael a partir dos jornais o Diário de Natal (1980-1985) e O Poti (1980-1985), no contexto da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Discute como os periódicos apresentam a edificação e a proposta da nova cidade durante o período da execução do projeto Baixo-Açu. Ressalta a importância deste projeto para o Estado do Rio Grande do Norte, por ser uma política pública de combate à seca e pela construção de uma cidade que apresenta modernos requisitos arquitetônicos e infraestrutura, com destaque para saneamento básico, a construção de residências de alvenaria, abastecimento de água e a apresentação de ruas largas e asfaltadas. Metodologicamente, o trabalho fundamenta-se na revisão da literatura, de cunho acadêmico e regional, tratando do tema, incluindo a seleção de textos sobre modernidade; houve a consulta *online* de periódicos do Estado e tudo será analisado via História do Discurso.

Palavras-chave: Nova São Rafael. Modernidade. Discurso jornalístico.

O referido artigo, reflete sobre o discurso de modernidade da Nova cidade de São Rafael a partir dos jornais *O Diário de Natal* (1939-2012) e *O Poti* (1954-2012), no contexto da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. A edificação da barragem citada foi permeada por um empreendimento governamental intitulado de Projeto Baixo-Açu.

O projeto Baixo-Açu, foi uma ação direcionada ao semiárido potiguar durante fins da década de 1970. O mesmo visava combater às adversidades da seca na região. A proposta implicava no barramento do leito do rio Piranhas-Açu. Dividido em três etapas, a primeira consistia na construção da barragem Engº Armando Ribeiro Gonçalves, maior reservatório artificial do Estado. A segunda etapa caracterizaria a implementação de um programa de irrigação, e a terceira seria a instalação de um espaço voltado para atividades pesqueiras nas águas represadas.

A obra materializava uma ação política de combate à estiagem e agressividade do clima da região, trazendo assim desenvolvimento social e econômico para esse espaço e os seus indivíduos. “O Governo brasileiro e seus técnicos julgavam combater a seca e a fome no semiárido, além de trazer o desenvolvimento e o progresso tecnológico para uma região vista como sinônimo de subdesenvolvimento” (SOUZA, 2011, p. 9)

Contudo, a recepção da notícia sobre a construção, gerou nas pessoas um estado de inquietude e insegurança, situação essa promovida pela imprecisão dos informes à população. Visando amenizar as inquietações populares que surgiram com a enunciação da execução do projeto da barragem, organizou-se uma expressiva mobilização, por parte da propaganda governamental, da imprensa e poetas, em busca de mostrarem os benefícios oferecidos pelo mesmo, com ênfase para o convencimento que todas as situações difíceis que esses passaram em prol da construção da barragem, seriam compensada com inúmeras vantagens, entre elas as farturas alimentícias e econômicas.

¹ Aluna do programa de pós graduação em Mestrado de História dos Sertões, pelo Centro de Ensino Superior do Seridó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora de História dos anos iniciais de escola privada de Caicó. E-mail: maiara.brendaaa@hotmail.com

Apesar da movimentação da população atingida e da oposição da igreja, a construção da barragem foi realizada entre os anos de 1979 e 1983 e a sua inauguração contou com presença de consideráveis políticos do Estado e com o presidente da República da época, João Batista de Figueiredo². Como notabilizava o projeto, algumas cidades foram atingidas e tiveram comunidades rurais inundadas, é o caso de Jucurutu, Açu e Ipanguaçu. Porém a cidade de São Rafael, além dos espaços rurais, sofreu com uma inundação total do seu núcleo urbano, sendo assim necessário deslocá-la para outro espaço.

O progresso prometido pelo projeto Baixo-Açu mostrou-se ambíguo para a população rafaélense, pois com a edificação de um novo núcleo urbano conhecida por “Nova São Rafael”, o deslocamento para novas instalações, bem como a reconfiguração do novo espaço cartográfico, foi marcada por dificuldades. Além das frustrações, a proposta modernizadora, revelou-se cheia de interesses, contradições e representações, uma vez que “a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos” (PESAVENTO, 2007, p. 14)

A execução desse projeto trouxe efeitos múltiplos aos indivíduos e aos espaços afetados, nesse sentido existe a necessidade de compreender fatos específicos que tangem esse contexto marcado por profundas discursões e incertezas. Baseando-se na Análise do Discurso, o referido trabalho analisa publicações de cunho acadêmico e regional que investigam a temática do projeto Baixo-Açu. Estes são encontrados no portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRN, e por meio de anais de eventos acadêmicos.

Também serão consideradas leituras complementares como; *História dos, nos e por meio dos periódicos* de Luca (2005), *A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica* de Lapuente (2016), *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos* Lapuente (2015) para pensar o uso de periódicos pela figura do historiador. *A ordem do discurso* de Foucault (2002) para refletir e problematizar acerca dos discursos jornalísticos produzidos na época da execução do projeto. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imagináveis* de Pesavento (2007) para pensar a relação entre a cidade e os indivíduos.

Por fim, *Primeiros enunciados de modernidade: O discurso do moderno no Recife nas décadas iniciadas do século XX* de Arraes (2010) e *Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução* de Andrade (2007), onde os referentes textos auxiliaram na discussão sobre a modernidade apresentada pela nova cidade de São Rafael, tema em destaque das manchetes jornalísticas durante o contexto estudado.

O objetivo dessa pesquisa é pensar, através de fontes jornalísticas, o posicionamento da mídia potiguar, a respeito da execução do projeto em estudo e da construção da “Nova São Rafael”. Entender o que eram apresentados nas manchetes dos jornais a respeito do tema, uma vez que “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizavam a imprensa brasileira” (LUCA, 2005).

A utilização dessa metodologia de pesquisa permite entender os textos contidos nos jornais O Poti³ e o Diário de Natal⁴ e a repercussão dentro da imprensa potiguar, de uma obra caracterizada pela grandiosidade e moder-

² O governo presidencial do general João Batista Figueiredo, foi o último durante o regime militar (1964 a 1985), período histórico da política brasileira. O mesmo atuou enquanto presidente no período de 1979 a 1985.

³ O jornal O Poti foi criado em 29 de Julho de 1954. A princípio ele circulava durante todas as manhãs, contudo a partir de 1958, passou a ser um jornal semanal, que circulava aos domingos. Quando o Grupo Diários Associados comprou o Diário de Natal, o mesmo parou de ser publicado, tendo a sua última edição circulando até 3 de Maio de 2009. As publicações do jornal O Poti foi retomado em 2011, contudo em Setembro de 2012 o grupo Associados no Recife encerrou o jornal. Informações sobre o jornal O Poti, encontrado em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Natal. Acesso em: 05 jul. 2019.

⁴ O Diário de Natal foi um jornal matutino, criado em 1939 na cidade de Natal. O Periódico teve suas atividades encerradas em



nidade. Verificar os diferentes pronunciamentos sobre a obra, uma vez que o discurso, segundo Foucault, é uma construção selecionada e controlada baseado em orientações que denunciam o aspecto controlador do meio social.

Assim, o trabalho divide-se em duas seções, a primeira procura entender como a imprensa potiguar abordava o projeto Baixo-Açu, saber quais as principais notícias divulgadas sobre o tema. O segundo momento reflete sobre o discurso de modernidade, e os benefícios tragos pela mesma para a população daquela cidade, tendo em vista que a Nova São Rafael seria uma cidade projetada.

POSICIONAMENTO JORNALÍSTICO SOBRE O BAIXO-AÇU

Tendo em vista que a escolha do arquivo, enquanto fonte histórica, é o que permite a percepção do passado de forma racional ou não, análises devem serem lançadas para que ocorra a extração das informações desejadas desse passado, visto que, os arquivos são os únicos métodos de “estabelecer a materialidade de um fato histórico”. (ROUSSO, 1996, p. 86) É necessário saber que documentos escritos foram produzidos por indivíduos ou instituições, por “objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de “fonte” que poderia vir a assumir mais tarde”. (ROUSSO, 1996, p. 87)

Conscientes que os documentos são métodos viabilizadores do entendimento e problematização do passado, vale pensar a importância desses para o estudo do urbano. Refletir sobre as cidades é entender as diversas narrativas desenvolvidas ao seu respeito e interpretá-las de acordo com o seu espaço e contexto de sua criação. Ao longo do tempo, surge a superposição de discursos, onde ocorre a reavaliação de personagens e enredos.

No que tange o uso de periódicos enquanto fonte histórica, verifica-se que a utilização da imprensa escrita é importante para o entendimento de diversos aspectos da sociedade, sobre tudo da política. Contudo é interessante o uso de outras fontes para contrapor aos impressos.

É importante entender as hierarquias dentro da empresa, como também analisar os ideais dessas pessoas. O jornal adequa-se ao contexto histórico social no qual está inserido. O relato que está escrito nem sempre é fidedigno, pois adequasse a interesses políticos, econômicos e causa social.

As informações produzidas por um periódico, possui um grupo consumidor específico. A informação, a circulação e o consumo dessas informações traduzem uma forma de poder. O alcance e o impacto das ações e notícias jornalísticas nem sempre é possível ser percebidas. O perfil do jornal é que diz em parte o público que deseja alcançar. O título e a natureza das manchetes, assim como o contexto econômico é que vai traduzir esse grupo leitor. Assim, *os jornais possuem relação de poder. Os mesmos estão relacionados com o público e com a formação da opinião pública.*

Percebendo os periódicos O Poti e O Diário de Natal como fontes de estudos para o entendimento da comunicação entre a imprensa e a população potiguar, dentro do contexto da execução do projeto Baixo-Açu, vemos em suas manchetes, a abordagem do assunto projeto sua totalidade, onde compreende-se a apresentação da obra para a população, o comprimento (ou não) das etapas sugeridas, as vantagens e desvantagens que o mesmo acarretaria para a região e cidades diretamente afetadas, como é o caso de São Rafael. Em *O Diário de Natal*, na edição de nº 11.000, vemos que;

Outubro de 2012 pelo grupo Associados de Pernambuco e é considerando o jornal impresso mais antigo da capital potiguar. Informações sobre o jornal O Diário de Natal, encontrado em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Natal. Acesso em: 05 jul. 2019.

O Diretor do DNOCS, engenheiro Clóvis Gonçalves, que esteve na última segunda-feira na região onde se desenvolve o Projeto Baixo-Açu, informou ontem que está confirmada a localização da cidade para onde será transferida a população de São Rafael, que desaparecera sob as águas da represa “Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves”. Será na região denominada Bela Vista, distante quatro quilômetros e meio da atual cidade de São Rafael⁵ [...]

A ampliação temática das abordagens dos jornais permitem a análise e estudos de temas diversificados dentro da sociedade, como “gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiência e prática políticas cotidianas, formas de lazer” (LUCA, 2005, p. 120). Vale também evidenciar outras temáticas como a vida urbana e toda a sua lógica de funcionamento citadina.

Quanto às notícias do projeto, os periódicos também serviram de via de denúncia das dificuldades e frustrações vivenciadas pelos indivíduos afetados, pois como bem mostra o periódico *O Poti*, em sua versão semanal aos domingos, com a edição de nº 2.375;

[...]Ao contrário do clima de euforia a que se referiu o diretor do COMIRGA e DNOCS, no Estado, engenheiro Clóvis Gonçalves, o Diário de Natal, constatou, ontem, que a incerteza e o medo predominam na cidade. Tudo porque o DNOCS ainda não anunciou os valores a serem pagos pelo metro quadrado a seus imóveis residenciais e nem ainda desmatou sequer a extensa área escolhida para a construção da nova São Rafael⁶[...]

Existe uma notável preocupação dos jornais, em esclarecer o que é e qual a importância do Projeto Baixo-Açu para a população potiguar. Situação essa, averiguada através da repetição de informações sobre o tema. Pode-se constatar tal análise, na edição nº 1.964 do periódico *O Diário de Natal*, onde o objetivo central da manchete seria noticiar o atraso da inauguração da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Sendo assim, a partir do segundo parágrafo do texto, ou seja, após a divulgação da informação principal, inicia-se mais uma explicação da representação e significância desse projeto.

O presidente João Figueiredo deverá inaugurar, quando de sua viagem ao Rio Grande do Norte, em Novembro, apenas uma parte do Projeto Baixo-Açu, em virtude do atraso motivado pelo afundamento, da parede da barragem, cujas causas, já caracterizadas, não foram divulgadas até agora [...] O Projeto Baixo-Açu, que deverá levar benefícios a seis municípios-Açu, Carnaubais, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues e Pendencia-tem como principal obra a construção da barragem, com prazo inicial de término da construção para outubro deste ano, e a transferência da população rural e urbana do vale do Açu, com a construção de cidade de Nova São Rafael, uma vez que a antiga, nas margens do rio Açu, ficará submersa quando ele cobrir 40 mil hectares que a barragem deverá ocupar.⁷ [...]

Os jornais também eram utilizados para a divulgação de editais de concorrência que almejavam a contratação de empresas que se interessassem em realizar as devidas obras necessárias e que caracterizavam o projeto em estudo. Na edição de nº 1.688, no dia 14 de Outubro de 1982 a Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, junto à Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte, apresentava no *Diário de Natal* o edital de concorrência

⁵ O DNOCS já definiu a localização da nova São Rafael. *Diário de Natal*, Natal. P. 2, 7 de Maio de 1980.

⁶ São Rafael já começou a morrer. *O Poti*, Natal. P. 6, 26 de Julho de 1981.

⁷ Figueiredo não inaugura Barragem do Açu este ano. *O Diário de Natal*, Natal. P. 5, 18 de Agosto de 1982.

nº 10/82⁸, que objetivava contratar uma empresa para realizar serviços de drenagem pluvial, aberturas de ruas e pavimentação asfáltica da Nova São Rafael. Desta forma, observava-se que para o entendimento e interpretação de uma dada produção e impressão de jornais, é necessário associar cada material a seu contexto, uma vez que:

As ambiguidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos do momento também podem ser apreendidos a partir de determinadas conjunturas[...]
(LUCA, 2005, p.130)

Sendo estes periódicos um dos principais veículos de comunicação da sociedade potiguar na época, vale lembrar a cobertura da construção da cidade da Nova São Rafael, do deslocamento populacional, das primeiras experiências dos rafaélenses na novas instalações. Os mesmos também permitem refletir acerca do posicionamento político a respeito da obra, uma vez que, a mesma caracterizava-se por uma das maiores ações contra a seca.

Os jornais e as revistas podem ser utilizados como fonte de conhecimento para a história seja para obter dados econômicos, seja para analisar aspectos da vida política e social. O uso da imprensa periódica como fonte de pesquisa auxilia na compreensão da paisagem urbana, das representações, dos valores sociais de sujeitos de uma determinada época (LUCA, 2005, p. 123)

Sendo o espaço urbano, um objeto de produção de enredos, imagens e sensibilidade, a materialização urbana das novas instalações da cidade de São Rafael, foi auxiliada por um conjunto de discursos políticos e jornalísticos que apontavam a modernidade como o seu principal aspecto. Contudo, a nova representação urbanística dessa cidade, não correspondeu aos desejos e interesses daquela população, uma vez que, o deslocamento espacial da velha estrutura física para a nova, rompeu com a experiência e vínculo de emotividade dos indivíduos, criado ao longo do tempo.

DISCURSO JORNALÍSTICO DA MODERNIDADE DA NOVA SÃO RAFAEL

Influenciada pelo advento da modernidade que manifestava-se nos grandes centros comerciais, urbanos e tecnológicos da Europa, o início do século XX, para a sociedade brasileira, ficou marcado por um conjunto de transformações, que implicou na interferência da estrutura física de algumas cidades. Os projetos de modernidade elaboradas para o Brasil, pautava-se “principalmente na reorganização do espaço - nomeadamente o urbano, e da sociedade brasileira, adquirindo novos hábitos” (ANDRADE, 2007, p. 44)

As propostas que anunciavam o progresso, inicialmente foram aplicadas nos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo nas capitais dos estados. Posteriormente, essas experiências também foram vivenciadas pelas pequenas cidades interioranas, contudo de forma particular e cautelosa. Além de modificarem a estrutura física do espaço, com a arborização da cidade, alargamento e pavimentação das ruas, essas intervenções também implicavam na iluminação das ruas e limpeza dos ambientes.

Pensando a “Nova São Rafael”, como uma cidade localizada no interior do Estado, é válido lembrar que sua experiência com a modernidade se deu de forma diferenciada, quando comparada com as demais cidades brasileiras,

⁸ O edital de nº 10/83 foi lançado no dia 13 de Outubro de 1982 e encontrava-se fixado na Sala de Licitações da Sede Social da COHAB-RN, localizado na Ribeira em Natal. O documento fixado, apresentava todos os detalhes da licitação.



uma vez que a mesma já fora construída dentro desses parâmetros de modernização. Discurso esse que marcava algumas manchetes dos jornais do Estado.

Considerando que o discurso⁹ é uma construção selecionada e controlada baseado em orientações, a sua influência no meio social é dada pelo poder e pelas instituições. Sendo os jornais o veículo de comunicação mais acessível na época, a discussão da temática pelos mesmos, facilitaria o consentimento e a certificação da obra junto à população. O que é considerado como verdade, pois possui apoio institucional e pode sofrer interferência pelo conjunto de regras imposta por essa. A produção dessa verdade também manobra a opinião desse meio social, em razão dos veículos de propagação e ao mesmo tempo reflete o desejo e o poder que encontra-se oculto.

Uma cidade é objeto de muitos discursos, a revelar tais modalidades sensíveis de leitura do urbano ou saberes específicos, perpassados pelo lustro da ciência. Falam da cidade, para além da literatura e da história, os discursos médicos, políticos, urbanísticos, policiais e jurídicos, todos carregados de conceitos e princípios de uma cientificidade acentuada, dando a ver o urbano sob um aspecto técnico. Mas tampouco esses discursos deixam de empregar metáforas para qualificar a cidade, partilhando assim, eles também, essa possibilidade de qualificar o mundo e de senti-lo, desta ou daquela forma. (PESAVENTO, 2007, p. 17)

A construção do discurso, manifesta a necessidade de mostrar uma verdade e a propagação do mesmo é conduzido por forças, interesses e instituições. Nesse sentido, no jornal *O Diário de Natal*, na edição de n.º 54¹⁰, sobre a Nova São Rafael, vemos que:

A construção de São Rafael foi uma tarefa das mais difíceis enfrentadas pelo DNOCS, ao longo dos seus 73 anos de existência, sendo este um trabalho pioneiro no Nordeste. Da igreja, as residências, até o cemitério Público e dedicação, a fim de que a população não se sentisse marginalizada. Até as relações de espaço, vizinhanças, religiosidade, culturais e comerciais foram analisadas minuciosamente, com o objetivo de ajustar o homem ao seu novo meio.

Segundo Foucault (2002), existem procedimentos de controle do discurso que preocupa-se com a determinação de regras de funcionamento, como também pela orientação dos indivíduos responsáveis pela propagação e criação desses pronunciamentos. Nesse ponto, existe um conjunto de exigências sobre a figura transmissora do discurso, onde este deve demonstrar qualificação, como; desenvoltura, persuasão e coerência. Desta forma, além de apresentar a cidade como uma das obras mais marcante do história do Estado, o jornal *O Diário de Natal*, na sua edição de n.º 54 aponta alguns detalhes dessa cidade feita sobre um olhar moderno.

Projetada dentro de uma arquitetura moderna, mas essencialmente humanitária, a nova São Rafael, será a única cidade totalmente saneada do país, com complexo sistema de abastecimento d'água e energia elétrica. A igreja Matriz constitui uma réplica da antiga, e no novo cemitério, onde já não havia mais condições de atendimento, jazem os restos mortais agora exumados dos falecidos. As escolas, posto de saúde, maternidade, clube social, repartições públicas e estaduais sofreram algumas modificações visando o melhor atendimento a clientela¹¹.

⁹ Conceito discutido a partir da obra: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

¹⁰ São Rafael: novo marco na história do Estado. *O Diário de Natal*, Natal. P. 2, 23 de Março de 1983.

¹¹ Idem

A configuração discursiva sobre a nova cidade tocava pontos sensíveis da modernização e dos ideais de civilização criados para a sociedade brasileira, durante os primeiros anos do século XX. Além do discurso higienista que falava sobre a construção de redes de esgotos, o progresso também foi anunciado com a afirmação que todos as famílias seriam removidas para residências de alvenaria, uma vez que alguns indivíduos moravam em casas de taipa¹² na antiga estrutura de São Rafael. No jornal *O Poti*, na edição de nº 2. 413¹³ vemos que:

Além de receber todos os moradores daquela cidade, as casas que serão construídas pela COHAB abrigarão também habitantes da zona rural, chefes de família aposentados ou deficientes. Durante a construção da nova S. Rafael, o DNOCS autorizará também a edificação dos equipamentos comunitários que incluem a sede da prefeitura câmara Municipal, Escolas, Hospital-Maternidade, Matadouro Público, Posto de saúde, Igreja etc.

A narrativa sobre as novas instalações de São Rafael, traduzia uma noção de saúde e bem-estar. No entanto, também descrevia a condição financeira daquelas famílias, que foram redimensionadas para um novo centro urbano. Construídas de acordo com três padrões diferenciados, essas residências foram feitas obedecendo critérios como o tamanho, a qualidade e a condição financeiras de seus proprietários. Assim, *O Diário de Natal*, na edição de nº 54¹⁴, detalha a configuração dessas moradias:

[...]Em função desta população e do nível de renda familiar, foram construídas 880 casas, que beneficiarão diretamente um total de 4.400 pessoas. Cominadas ou não, as casas obedecem a três tipos de padrões R-1, 2 e 3. As do tipo 1 e 2 possuem dois quartos, sala, cozinha, banheiro e estão encravadas num terreno murado 300 metros quadrados. Já as do tipo 3 possuem três quartos, sala, cozinha, banheiro, são isoladas e encravadas num terreno de 400 metros quadrados. Além destes três tipos foram projetadas 14 casas especiais, com quatro quartos, duas salas, cozinha, dois banheiros, varanda e melhor acabamento. Estas estão reservadas a população de melhor poder aquisitivo que possuíam as melhores casas na antiga cidade. Cerca de 150 casas são ocupadas por famílias da zona rural que não tinham força de trabalho, estando agrupadas perto uma das outras. [...]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo os jornais impressos um dos veículos de comunicação mais utilizados pela sociedade, para a divulgação das notícias durante o período estudado, averigua-se uma dada repetição da anunciação do projeto Baixo-Açu. Além de mostrar a grandiosidade do mesmo, as manchetes refletiam sobre algumas consequências causados por sua execução. Sobre a cidade de São Rafael, percebe-se um acompanhamento de toda a trajetória da construção e remanejamento da população para as novas instalações. Mas é notório o destaque dado à proposta arquitetônica moderna dessa cidade, que além de saneada, todas as residências seriam de alvenaria e teriam ruas largas. Sendo a imprensa uma poderosa instituição, o discurso principal das manchetes caracterizava uma ação de combate à estiagem e agressividade do clima da região e que todas essas ações traria desenvolvimento social e econômico para esse espaço, quanto aos rafaélenses esses ganhariam uma nova estrutura urbana, com uma configuração apresentável, confortável e moderna.

¹² Técnica de construção, também conhecida por pau-a-pique, onde as paredes são armadas com bambu ou madeira e preenchidas com barro e fibra.

¹³ Lavoisier comemora o dia 1º de maio. *O Poti*, Natal. P 6, 02/03 de Maio de 1982.

¹⁴ São Rafael: novo marco na história do Estado. *O Diário de Natal*, Natal. P. 2, 23 de Março de 1983.

FONTES

O Poti-1980, 1981, 1983, 1984, 1985

O Diário de Natal-1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó**: uma cidade entre a recusa e a sedução. 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007

ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiros enunciados de modernidade: O discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX. **Emblemas**: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 101-102, jun./jul. 2010. Acesso em: 15 jul. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LAPUENTE, R. S. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Acesso em: 10 set. 2020.

LAPUENTE, R. S. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan./jun. 2016.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111- 153.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imagináveis. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, 2007.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996.

SOUZA, Francisco das Chagas S. **Escafandristas do tempo**: narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael-RN. 2010. 236f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SOUZA, Francisco das Chagas S. **Teias da saudade**: Orkut, narrativas visuais e regeneração da memória em São Rafael-RN. Natal: Editora do IFRN, 2011.

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE: O CASO DO LADÁRIO (SÉCULO XVIII - XX)

Daiane Lima dos Santos¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir, brevemente, o processo de ocupação da fronteira oeste do Brasil com foco para o que hoje é o município de Ladário, no estado de Mato Grosso do Sul. Desse modo, traz como abordagem o processo de fundação do local no século XVIII, em 1778, depois considerações do distrito ao longo do século XIX destacando a importância da instalação do Arsenal de Marinha e, finaliza a análise trazendo as características gerais no século XX, momento no qual os moradores puderam contar com uma subprefeitura no distrito para, em 1953, as lideranças políticas locais reivindicarem a sua emancipação ocorrida no mesmo ano. Para tanto, a fundamentação teórica utilizada discute o que era o interior e traz a visão memorialista a respeito do processo de ocupação deste local considerando que foi impossível, até o momento, localizar outras fontes que tratem a respeito da criação do local no século XVIII. Nesse sentido, o artigo leva a refletir como esse interior era percebido, como as notícias circulavam e as perspectivas econômicas, sociais e políticas de uma forma geral.

Palavras-chave: História, Ladário, ocupação.

INTRODUÇÃO

A ocupação da *porção oeste* de Mato Grosso abriu perspectiva para inúmeros trabalhos que se debruçaram em torno à temática a fim de entender como se deu a efetiva ocupação e seus respectivos desdobramentos. Nesse sentido, uma das grandes contribuições no campo historiográfico regional tem sido a obra de Sérgio Buarque de Holanda *O Extremo Oeste* de 1986, na qual o autor aponta os fatores que desencadearam a ocupação da fronteira oeste difundida como desbravamento do “sertão”.

Partindo dessa perspectiva, os trabalhos de Virgílio Corrêa Filho (1946) ganham destaque ao evidenciar a importância da ocupação do Pantanal através de sua obra *Pantanaís mato-grossenses: devassamento e ocupação*, assim como *História de Mato Grosso* em 1969. Outra enorme contribuição dá-se também no campo da economia ervateira no sul de Mato Grosso através da obra *A sombra dos Hervaes Mattogrossenses* (1925) elencando a organização da indústria até o seu término.

Em contrapartida, Guillen (1996) traz como temática *O lugar da História: Confronto e poder em Mato Grosso do Sul* cujo trabalho fornece um debate frutífero acerca da Companhia Mate Laranjeira num embate com o Estado Novo e a *Marcha para Oeste*.

Movimento que gerou propulsão para a economia do antigo sul de Mato Grosso foi exatamente a produção e exportação da erva-mate de acordo com Queiroz “[...] esse ‘ciclo’ durou quase um século, visto que seu colapso se deu apenas quando a Argentina, por volta de 1965, encerrou definitivamente suas importações.” (QUEIROZ, 2015, p. 207).

Ao debater a História e identidade do então Estado de Mato Grosso do Sul, entra-se no debate sobre a divisão do Estado de Mato Grosso que aconteceu em 11 de outubro de 1977. Nessa perspectiva, a História desse novo Estado tem sua origem quando ainda era uno, o que fez gerar diversos temas de abordagem.

¹ Doutoranda em História – UFGD. E-mail: daiane.amillima@gmail.com.

De um lado, Marisa Bittar (1999) traz em seu primeiro capítulo *O sul de Mato Grosso Uno: Das lutas armadas ao Levante de 1932*, ao qual a intenção é analisar o sul de Mato Grosso anterior à divisão, que o sul de Mato Grosso se constituía de uma forma organizada por lideranças políticas que tinham por objetivo a divisão do Estado e por justificativa o aparente esquecimento daquela porção do Estado por parte dos governantes.

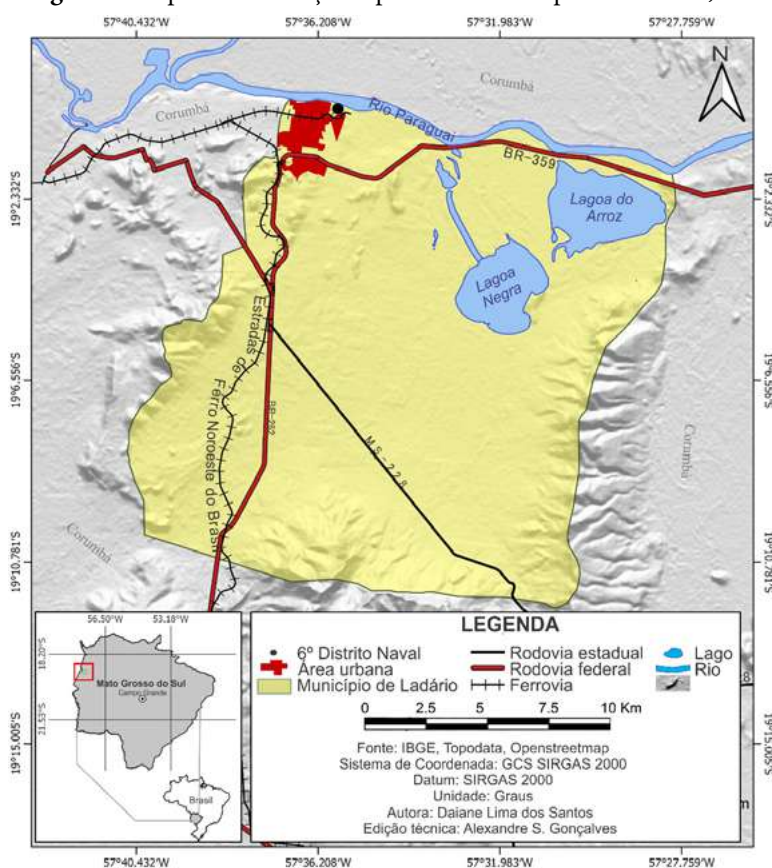
De outro lado, outras obras auxiliam na compreensão desse processo divisionista, o que é possível verificar em Galetti (2012) e outros autores que, por sua vez, trabalham com o assunto trazendo um debate profícuo com relação ao movimento divisionista, sobretudo, acerca da identidade formada após a divisão, uma identidade construída a partir do outro, de uma visível ideia de pertencimento daquilo que viria a ser o sul-mato-grossense.

Tal panorama explicita a proposta aqui trabalhada que lança a reflexão com vistas a entender o que de fato era o sul de Mato Grosso, principalmente, as repercussões geradas nesse sul, especialmente em Ladário², então distrito de Corumbá.

Ladário é um município pantaneiro da fronteira oeste do Brasil, é banhado pelo rio Paraguai e faz divisa com o município de Corumbá contando com mais de 20 mil habitantes, de modo que sua economia é voltada para algumas atividades comerciais, exportação de minério de ferro e manganês e, outras atividades como a pecuária, por exemplo.

Nesse sentido, para melhor situar o leitor, no mapa abaixo, é possível verificar a localização espacial do atual município de Ladário, MS.

Figura 1: Mapa da localização espacial do município de Ladário, MS



Fonte: IBGE, produzido pela autora.

² Ladário foi emancipado em 11 de dezembro de 1953 (desmembrado de Corumbá) e instalado em 17 de março de 1954. É um município pantaneiro situado na fronteira oeste na margem direita do rio Paraguai fazendo divisa com Corumbá.

OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE: BREVE PANORAMA E AS ORIGENS DO LADÁRIO

Quando a temática da ocupação da fronteira oeste é retratada coloca-se em jogo as dificuldades de comunicação em razão da questão dos meios e condições dos transportes na região oeste.

Sabe-se que de São Paulo à Cuiabá foram praticadas as famosas bandeiras empreendidas por paulistas com vistas a desbravar e ocupar o sertão – desconsiderando a existência de habitantes na região. Bandeiras estas cujo principal objetivo era expandir o território português tirando o sertão do “isolamento” – termo abordado e criticado por Galetti (2012).

Diferentemente das expedições monçoeiras realizadas via fluvial, as bandeiras eram feitas por caminhos trilhados a pé e, os bandeirantes enfrentaram obstáculos naturais similares aos enfrentados pelos monçoeiros.

Cabe destacar que, a coroa portuguesa no ultramar tinha uma imensa habilidade aristocrática, por que além de ser um império ultramarino, obtinha sob seu controle o monopólio das suas colônias, a mais importante dentre elas, talvez fosse a colônia Brasil. Obtinha uma forma de administração e expansão dos territórios nunca vista antes, embora os espanhóis tivessem habilidades, não foram capazes de superar o império luso que, segundo Manuel Hespanha era “cabeça pensante” (ver FRAGOSO, 2012, p. 26) cujo sistema era baseado no corporativismo.

Um império desproporcionado, mas que através das colônias, responsáveis pelo comércio da matéria-prima, fazia a manutenção da cabeça, isto é, a coroa ganhava destaque e garantia o desenvolvimento do reino devido ao esforço desmedido das colônias. Colônias que, por sua vez, eram alvos de pressões internas e externas e de fortes fiscalizações, acabavam por sofrer com as práticas ilícitas, ao passo que, a coroa não tinha o controle total de fiscalização muito embora esse fosse o objetivo.

As constantes disputas de portugueses e espanhóis corroboraram na elaboração de tratados que não perduraram por muito tempo na prática, efetivamente porque a coroa portuguesa obtinha um poderio e engrandecimento que não foi superado pelos espanhóis. Ela era a responsável pelos empreendimentos bandeirantes com vista a expandir e legitimar o território português na fronteira oeste.

Partindo desse princípio, posterior ao processo das bandeiras – com vistas a desbravar o sertão sem ter certeza de onde iriam chegar porquanto eram lugares ainda desconhecidos – devido à descoberta do ouro em 1718 em Coxipó na região de Cuiabá tiveram início às expedições monçoeiras por volta de 1719/1720.

As expedições monçoeiras eram feitas em comboios de canoas via navegação fluvial cujo objetivo era a exploração das minas de ouro e diamante enfrentaram inúmeros obstáculos naturais até mesmo dos ataques indígenas – especialmente os Payaguás e os Guaicurus – que maximizavam o tempo da viagem.

No que diz respeito à ocupação efetiva não indígena na fronteira oeste, se deu em meados do século XIX, quando em 1775 foi mandado fundar o forte Coimbra como forma de legitimar e proteger a fronteira oeste tão susceptível aos ataques espanhóis e indígenas.

Isto posto, é possível afirmar que o Forte Coimbra não fora construído pensando em entrar em guerra com o Paraguai – apesar do primeiro ataque paraguaio ter sido realizado na fortificação marcando sua característica exclusivamente militar.

O efetivo povoamento não indígena ocorreu, portanto, das frentes de expansão resultante da ida do litoral para o interior. Frentes que realizadas no antigo Sul de Mato Grosso até início do século XX.

A mentalidade da frente de expansão, de acordo com alguns autores regionais, era a visão de fartura, das plantações de milho, algodão e outras variedades, divergente do processo capitalista que visava o lucro acima de tudo. Partindo desse pressuposto é que surgem algumas povoações no interior de Mato Grosso, preponderantemente objetivando a proteção e efetivação da ocupação lusa.

A este propósito, passado três anos após a fundação do forte Coimbra, a coroa portuguesa, por intermédio e ordem do Governador da Província de Mato Grosso, ordenou fundar povoações naquela região tendo em vista a incipiente fragilidade fronteiriça que demandava proteção e, por isso, o povoamento efetivo foi a solução encontrada.

Trata-se criação do Ladário, primeiro lugar da região que serviu como ponto de apoio para os desbravadores que tinham por principal objetivo fundar a Vila de Albuquerque, hoje Corumbá.

De acordo com Lécio Gomes de Souza sobre a criação do Ladário em 1778 feita pelo sertanista João Leme do Prado:

[...] acossado por súbito vendaval, logo após ter deixado o sertanista e seus companheiros, viu-se compelido a abrigar-se em uma enseada, a 6km a jusante. Explorando as cercanias constatou-se a existência de “huns matos muito excelentes de bacurizais capazes de dar toda qualidade de mantimentos”. Do que se viu e achou deu a ciência a Leme do Prado, sugerindo-lhe a instalação provisória naquele local, em condições de lhe proporcionar fartas messes. Aceitando as ponderações, o capitão-mor transferiu-se a 2 de setembro para o local indicado, por ele denominado Ladário, em lembrança ao nome da vila de nascimento de Luís de Albuquerque no distrito de Vizeu, Província de Beira Alta. Leme do Prado, em Ladário, ali permaneceu derrubando matos e plantando roças. Todavia não se descurava da preparação do terreno onde se daria a solenidade oficial da fundação. Para tanto teria dividido o pessoal em 2 grupos, cada qual em tarefas distintas, um em Ladário e outro em Corumbá. Ao que se deduz, diariamente, pela manhã, subia a Albuquerque em canoas com a turma designada para a limpeza, ele mesmo dirigindo os trabalhos, regressando a tarde. A outra cuidava do solo, da sementeira e colheita. Não obstante haver assumido oficialmente o comando do presídio das mãos de Camponês, Leme do Prado continuou em Ladário, ocupado nas lides agrícolas. Somente a 4 de novembro de 1779, transferiu-se definitivamente para Albuquerque, consoante comunica o governador em 19 daquele mês.” (SOUZA, [s.d.] p. 26).

O trecho referenciado é basicamente o dispositivo disponível sobre a criação do Ladário que, por sua vez, foi largamente difundido entre a população ladarense cujo ato “heroico” do sertanista João Leme do Prado é ressaltado, ilustrando o que permeia o imaginário da população ladarense.

Há que se considerar que os desbravadores precisavam de um lugar fértil para efetuar a plantação e colheita a fim de garantir a sobrevivência dos integrantes daquele grupo que fora incumbido de fundar a povoação do Albuquerque – nome original de Corumbá e, à medida que, exploravam a região, descendo rio abaixo, encontraram um local fértil e propício para a lavoura.

Desta maneira, nomearam o lugar de Ladário com o objetivo de servir como ponto de apoio para a subsistência daquele grupo. Outrossim, o real objetivo daquela empreitada era, de fato, a fundação da povoação do Albuquerque, que aconteceu no dia 21/09/1778, 19 dias após a nomeação do ponto de apoio à subsistência – Ladário.

Ademais, vale salientar que ao fazer uma análise mais detalhada dos textos memorialísticos, é notório que a criação do lugar Ladário não foi planejada como o caso da fundação da vila de Albuquerque. Contudo, foram

fundadas nesse contexto, o lugar Ladário em 02 de setembro de 1778 e a povoação do Albuquerque em 21 de setembro do mesmo ano.

Cumprir enfatizar que, em Albuquerque, não foi fundada vila como jurisdição de acordo com o protocolo estabelecido da coroa portuguesa para tal ato.

Face ao exposto, na província de Mato Grosso durante o século XIX existiram duas vilas: Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Vilas essas que possuíam uma organização respaldada no setor camarário municipal concedida por ato régio já que existia um critério para a fundação de vila.

A respeito desse assunto, de acordo com Leal:

Somente as localidades que tivessem pelo menos a categoria de vila, concedida por ato régio, podem instalar-se as câmaras municipais, cuja estrutura foi transplantada de Portugal, a princípio na conformidade das Ordenações Manuelinas e, mais tarde, das Filipinas. (LEAL, 1997, p. 81).

Embora não tenham fundado vila em Albuquerque naquele momento, a nomeada Ladário e a povoação de Albuquerque foram ganhando destaque e, Ladário, por sua vez, foi crescendo, tomando vulto e significado à medida que o tempo passou evidentemente por estar intimamente vinculada a Albuquerque.

Nesse sentido, é importante trazer o que era a região da fronteira oeste naquele final de século XIX até o século XX.

A REGIÃO DA FRONTEIRA OESTE NO FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ O SÉCULO XX

João Carlos Souza traz em seu estudo *Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá* temática que contribui bastante para pensar o desenvolvimento de Corumbá entre os séculos XIX e XX. Nesse sentido, quando os portos foram abertos à navegação (1856) ocasionou um movimento de imigrantes devido à importação e exportação praticada naquele momento em Corumbá. Com isso, houve um momento de desenvolvimento comercial em maior escala em Corumbá ao passo que em Ladário foi de menor escala.

A exportação, a abertura de casas comerciais e outros negócios proporcionaram um significativo movimento de estrangeiros que se estabeleceram nas localidades de Corumbá e Ladário. Desse modo, Ladário pode contar com a existência diversos armazéns, de modo que, o mais significativo deles era “A Casa Comercial e Bancária” de Nicola Scaffa –Interventor Federal – fornecedora de gêneros para a região e, em especial, para abastecimento da marinha do Brasil.

Parece, pois, que, o Ladário ganhou um espaço comercial e sua população pôde aumentar. Além disso, a instalação do arsenal da marinha em 1873, transferido de Cuiabá-MT, capital da Província caracterizou sua importância no cenário fronteiriço.

Em outras palavras, a instalação do arsenal de marinha, hoje representado pelo Sexto Distrito Naval, propiciou em grande medida a imigração de pessoas de diferentes partes do Brasil como forma de prestar serviço militar.

Por outro lado, provocou uma miscigenação, sobretudo, com o “carioca” e o nordestino que se constituem parte integrante da identidade ladarense. Para todos os efeitos, o mais interessante é, contudo, a importância que

o Comando do 6º distrito naval tem atualmente fazendo parte integrante e participativa dos eventos de memória, reforçando assim, a unidade.

A história de Ladário, nesse aspecto, está intimamente ligada a história de transferência do Arsenal de Marinha transferido em 1873 de Cuiabá, segundo Mello:

No porto de Cuiabá foi construído um pequeno arsenal de Marinha, destinado às construções navais. No entanto, a falta de pessoal especializado, material e recursos financeiros, atrasaram as construções navais. Diante dessas dificuldades, a primeira barca só teve sua quilha batida em 1827, e a construção da demais se arrastou por quase vinte anos. A partir de 1850, as deficiências do Arsenal de Marinha de Cuiabá, motivaram estudos visando sua transferência. Os locais apontados para receber o Trem Naval de Mato Grosso foram respectivamente, Vila Maria, Corumbá e Ladário. (MELLO, 2009, Resumo).

É perceptível no presente trecho os motivos que levaram à transferência do arsenal de marinha para Ladário, claro que, num ambiente de conflito tendo em vista as outras duas localidades consideradas adequadas para receber tal estrutura militar. Mello ainda aponta que:

A transferência do Arsenal de Marinha de Mato Grosso para o Porto de Ladário se deu em plena vigência do regime escravocrata. Nesse período, os navios da Marinha Imperial, arsenais, fábricas de pólvora e portos contavam com a mão de obra escravizada e operária nos serviços de marinhagem, por não dispor de formas de recrutamento voluntário para preencher os quadros subalternos da Marinha. (MELLO, 2009, p. 27).

Trata-se da grande mão-de-obra empregada para o trabalho civil dentro da marinha quanto fora dela, período em que Mato Grosso contava com um grande número de contingente de escravos trabalhando também nas minas de ouro e diamante que tiveram sua contribuição na organização da cidade de Cuiabá e compartilhavam dos ideais de progresso daquela vila.

Por alguns motivos, o arsenal de marinha representado pelo sexto distrito naval além de ser o responsável pelo processo de urbanização de Ladário, constituiu-se peça importante que contribuiu para o crescimento e abertura das primeiras ruas do Ladário.

LADÁRIO NO SÉCULO XX

Com a leitura de documentos do poder legislativo municipal, foi possível observar as contribuições da marinha em Ladário e há que se destacar que, por ter a marinha do Brasil o distrito do Ladário, no século XX, – no momento das discussões para a emancipação do município – foi caracterizado um lugar de caráter e vida exclusivamente militar.

Observa-se que foi um dos debates mais efervescentes na Assembleia Legislativa Estadual de Mato Grosso quando, em 28 de setembro de 1953, o deputado estadual Manoel Wenceslau Botelho de Barros Neto apresentou o projeto de lei para criação do município de Ladário e seu respectivo desmembramento de Corumbá.

Uma das primeiras iniciativas após a emancipação político-administrativa foi criar as leis regulamentadoras como foi o caso da lei número 004 de 11 de março de 1955 proibindo a permanência dos animais na via pública, fato que era considerado prática comum para a população, mas causava repulsa aos governantes.

Percebe-se que houve uma tentativa de melhoramento da cidade com vistas às leis que faziam com que animais não circulassem nas vias públicas, pois nas cidades modernas e “civilizadas” isso não acontecia. Diante disso, havia uma inquietação por parte dos vereadores de como a cidade era vista pelos estrangeiros.

Foi através desse cenário que Mato Grosso era visto pelos estrangeiros e que de acordo com Galetti havia uma idealização de progresso tida através dos relatos de viajantes estrangeiros que passavam pela região:

A proeminência desta má fama, que empanava as qualidades positivas de Mato Grosso, foi também tema de outro texto, no qual o articulista comentava que, com muita razão, os jornais do Rio de Janeiro diziam que Mato Grosso só era notícia quando se tratava de “[...] anunciar que uma revolta estourou, ou que uma invasão o assola, ou que uma revolução está iminente”. (GALETTI, 2012, p. 296).

Trata-se da forma como Mato Grosso era visto em âmbito nacional, sobretudo, pelo Rio de Janeiro, a qual a corte estava abrigava e cujas ideias de progresso se propalavam: “Nas representações da identidade regional, os “nortistas”, ou cuiabanos descendentes dessas famílias tradicionais cujas genealogias e histórias vão ser recuperadas, ocupavam um lugar destacado”. (GALETTI, 2012, p. 344).

Galetti nos apresenta as dificuldades de afirmação de uma identidade sul-mato-grossense que só ganhou destaque e relevância a partir do processo de divisão do Estado. Portanto, a identidade naquele momento estava intrinsicamente ligada à figura da elite cuiabana retratando o passado das famílias tradicionais e perpetuando a ideia de genealogia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, em uma análise preliminar, que a busca da formação por uma identidade sul-mato-grossense após a divisão fez apontar elementos que já constituíam a identidade no Mato Grosso a partir das grandes figuras nortistas.

Ao trazer Ladário nesse contexto, é perceptível a forma como as lideranças locais percebiam o ideal de progresso e de civilização. Isto posto, significa afirmar que as ideias circulavam pela região e que a população tinha ciência do que acontecia no período republicano, inclusive no que tange aos assuntos sobre o processo de divisão do Estado.

Tomadas às evidências e, em especial, ao que diz respeito, a Ladário, é possível afirmar que o interior não estava incomunicável tendo em vista que população interiorana recebia as notícias e ideias circulantes através de jornais locais – *Tribuna*, *Diário de Corumbá* – que produziam notícias e reproduziam notícias de outros jornais como, por exemplo, *O momento* originário de Corumbá.

Contudo, é válido ressaltar que apesar do interior ser percebido equivocadamente como “isolado” havia interação com outros lugares e circulação de informações em âmbito regional e nacional eliminando a impressão de incomunicabilidade do “sertão”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Marisa. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999. 157 p. (Col. Fontes Novas).

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pantanaís mato-grossenses**: devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

FRAGOSO, João. O sentido da historiografia sobre a chamada economia Colonial no século XXI. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna**: Monarquia pluricontinental e Antigo Regime. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

GALETTI, Lylia S. G. **Sertão, fronteira, Brasil**: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: Ed. UFMT: Ed. Entrelinhas, 2012.

GUILLEN, Isabel C. Martins. O lugar da história: confronto e poder em Mato Grosso do Sul. **Revista Científica**, Campo Grande, v. 3, n. 2, p. 37-44, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense: Secretaria da Cultura, 1986. (p. 25-29 e 89-99).

MELLO, Saulo Álvaro. **O arsenal da marinha em Mato Grosso**: projeto político e defesa nacional e de disciplinarização do trabalho: do planalto à planície pantaneira (1719-1873). Dourados, MS: UFGD, 2009.

MONTEIRO, Nuno G. A tragédia dos Távoras. Parentesco, redes de poder e facções políticas na Monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima Silva. **Na trama das redes**: Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Matte Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n.1, p. 204-228, jan./jun. 2015.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão Cosmopolita**: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda, 2008.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de Corumbá**. [S.n.], [S.d.].



CAMINHOS E POSSIBILIDADES PARA DISCUTIR A QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Midiane Cordeiro da Silva¹

Resumo: O presente ensaio visa demonstrar como a escola pode contribuir para a formação para a cidadania e valorização dos direitos humanos. Pretendemos apontar possibilidades de deslocamentos através da problematização da temática gênero, nas aulas de história, na perspectiva da Educação em Direitos Humanos, vislumbrando demonstrar a importância dos direitos humanos para a construção de uma ordem social menos injusta, que construa relações e posturas que valorizem e respeitem a diferença e que forme educandos comprometidos com a efetivação dos direitos humanos para todos.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos – Ensino de história – Gênero.

“Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero”
(Paulo Freire)

INTRODUÇÃO

Em tempos de crise somos levados muitas vezes a parar e refletir sobre o óbvio, sobre situações que de tão imbricadas em nossos cotidianos, são naturalizadas, sem os crivos necessários. Partindo dessa perspectiva fica evidente a importância de se munir da narrativa histórica para tentar pavimentar possíveis encaminhamentos para as demandas do nosso tempo. A escola como uma das instituições basilares na formação dos indivíduos, necessita assumir em seus currículos temáticas que possibilitem formar cidadãos a partir de uma leitura crítica acerca do ordenamento social no qual estão imersos.

A escola é um espaço privilegiado no qual se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (MERCADO; NEVES, 2012, p.208)

A temática dos direitos humanos na perspectiva da educação é sem dúvida uma das mais importantes abordagens que precisam ser encaradas pelos educadores dado o cenário político que vem se configurando no Brasil. Desse modo, a Escola precisa assumir a sua responsabilidade social e possibilitar à construção de reflexões que pavimentem novas formas de interpretar a condição humana nesse contexto tão marcado pela desumanização, pela negação de direitos.

A partir da constatação e da problematização da negação histórica aos direitos humanos de vários grupos (indígenas, mulheres, africanos, pobres...) podemos partir para uma análise problematizada na atualidade acerca das

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual de Alagoas. Pós-graduada em Educação em Direitos Humanos e Diversidade pela Universidade Federal de Alagoas. Mestranda em Ensino de História pela Universidade Federal de Sergipe.

violações dos direitos humanos e apontarmos as tramas que perpassam a nossa configuração social. Nesse sentido, acreditamos que a ação pedagógica seguindo a perspectiva Freiriana deve fazer “da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta, por sua libertação”. É partindo dos problemas que tencionam a existência que se consegue muitas vezes construir novos encaminhamentos para os perímetros da experiência humana.

A proposta de uma Educação em Direitos Humanos numa realidade marcada pela negação da alteridade de determinados grupos, pautada por representações sociais forjadas pelos interesses dos grupos dominantes, não poderia ser mais atual e extremamente relevante. A EDH se apresenta nesse contexto como uma tentativa de inserir nas narrativas históricas os grupos marginalizados historicamente, bem como uma possibilidade de tecer novas dimensões para essas relações assimétricas que insistem em perpassar a realidade histórico-social brasileira a partir de ações pedagógicas que visam transpor a dinâmica escolar. “Em tempos de anti-intelectualismo, ódio aos professores e intenso controle da atividade docente, seguimos acreditando na sala de aula como espaço de resistência.” (PASSOS; MULICO; MORGAN; 2019, p.147-148).

1. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO BÁSICA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS E NECESSÁRIOS PARA A FORMAÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Diante das ameaças que vêm sendo desenhadas no contexto atual em relação aos direitos humanos e a própria democracia, desde a eleição de 2018, com a ascensão de grupos políticos com discursos conservadores e com pautas totalmente contrárias aos direitos humanos, a discussão em torno da promoção e valorização dos direitos inerentes a pessoa humana tornou-se ainda mais fundamental para a questão educacional, tendo em vista que a própria Escola vem sendo alvo dos ataques dos grupos supracitados – podemos citar o Projeto Escola Sem Partido como um exemplo desses ataques. Nesse cenário, nós educadores comprometidos com uma educação libertadora, crítica e transformadora precisamos pavimentar nossas práticas pedagógicas com temáticas e ações que contribuam para a formação dos sujeitos de direito, que valorizem e promovam a dignidade humana. Apesar de estarmos com a visão comprometida pela nebulosidade da paisagem do Brasil atual, e do ar fétido do ódio que se propaga nesse instante, não podemos recuar. Afinal, como disse FREIRE (1970) “a liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca”.

Ao ter como fio condutor os pressupostos da Educação em Direitos Humanos a Escola opta ir além, do cada vez mais disputado e cercado território do currículo oficial, criando assim possibilidades de deslocamentos. Partindo da realidade imediata, com todas as suas tensões e assimetrias, possibilita aos envolvidos ressignificarem suas impressões sobre a dinâmica que compõe a existência e movimentam a roda da história no tempo presente, abrindo assim, canais de resistência contra-hegemônicos.

A escola no contexto atual - onde cada vez mais assume a centralidade dos processos formativos - precisa construir suas ações institucionais pedagógicas visando contribuir para a formação de identidades forjadas nas concepções contemporâneas dos Direitos Humanos, e situando os educandos acerca dos múltiplos recortes que compõem a vida em sociedade. As transformações na sociedade contemporâneas, a crescente onda do discurso conservador, têm exigido a inserção de novos temas na sala de aula, assim como novas abordagens de temas considerados “clássicos”. Nesse cenário, os educadores precisam inserir metodologias ativas, críticas, que possibilitem aos estudantes a percepção da realidade na qual estamos imersos e que permitam que estes vivenciem um ambiente escolar que atenda os princípios norteadores da EDH.

A EDH estabelece as condições da prática cidadã no cotidiano social e possibilita a vivência democrática e de enfrentamento as situações de desrespeito ao ser humano, através do desenvolvimento de perspectivas culturais inovadoras. É uma educação que potencializa o respeito ao ser humano na sua dignidade, a convivência com a diversidade e a diferença, estimulando os indivíduos a serem protagonistas da sua história. (MERCADO; NEVES, 2012, p. 218-219)

Educar com base nos fundamentos e métodos da EDH consiste em potencializar a função social e a missão da escola - que é construir processos de ensino e aprendizagem que potencializem o desenvolvimento dos indivíduos em todas as dimensões. Essa concepção incorpora a compreensão de uma cidadania democrática, ativa e planetária, embasada nos princípios de liberdade, igualdade e diversidade e na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. (SACAVINO, 2007, p. 464).

2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ENSINO DE HISTÓRIA

A proposta de uma educação em Direitos Humanos visa construir um cenário educacional que atenda as demandas do tempo presente. A escola como um espaço onde as relações sociais são reproduzidas não pode se furtar ao debate da violação dos direitos humanos, que é uma questão histórica e pode conduzir inúmeras reflexões.

O ensino de História para atender as finalidades atuais precisa integrar os conteúdos com as temáticas que perpassam o cotidiano, visando auxiliar no processo de construção da memória social dos indivíduos, e instrumentalizando os alunos a partir das suas demandas. Segundo Schmidt e Cainelli (2009, p. 69):

Uma das principais finalidades da aprendizagem histórica é a formação da consciência histórica. [...] O objetivo é uma consciência crítico-genética, cuja relação presente-passado seja fundamentada em narrativas mais complexas, que se prestem a uma orientação temporal para a vida presente, baseadas em alguns princípios, como liberdade, democracia e direitos humanos, fundamentos de uma formação para a cidadania.

Nesse contexto, o professor de História precisa - “mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História adequada aos novos tempos (e alunos): rica de conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade ou nostalgia” (PINSKY; PINSKY, 2020, p. 19) – para assim, atingir as finalidades da aprendizagem histórica. Afinal cabe ao professor mediar o processo de transmissão e ressignificação dos conteúdos – tendo a responsabilidade social, a realidade dos alunos como premissas e um sólido conhecimento da produção humana.

A partir das perspectivas mencionadas, a Educação em Direitos Humanos pode se tornar uma proposta viável para o intento de atender as finalidades do ensino de História hoje. “A principal característica do ensino de história no Brasil, no atual contexto histórico, é a busca incessante do fim da exclusão” (FONSECA, 2003, p. 96). É nesse cenário que a EDH pode fortalecer as bases de práticas pedagógicas “libertadoras”, que possibilitem efetivar o potencial libertador que possui o conhecimento histórico.

A EDH estabelece as condições da prática cidadã no cotidiano social e possibilita a vivência democrática e de enfrentamento às situações de desrespeito ao ser humano, através do desenvolvimento de perspectivas culturais inovadoras. É uma educação que potencializa o respeito ao ser humano na sua dignidade, a convivência com a diversidade e a diferença, estimulando os indivíduos a serem protagonistas da sua história (MERCADO; NEVES, 2012, p. 199).

A introdução da temática direitos humanos no ensino de História serve de resposta para um problema que historicamente compõe a realidade humana, afinal de contas, os Direitos Humanos são históricos, passaram por diversas modificações. Nesse sentido, (CANDAU, 2007, p. 404-405) aponta três dimensões da EDH, que observadas com a devida atenção se coadunam de certa forma com as finalidades do ensino de História:

A primeira diz respeito à formação de sujeitos de direito. A maior parte dos cidadãos latino-americanos tem pouca consciência de que são sujeitos de direito. Esta consciência é muito débil, as pessoas – inclusive por ter a cultura brasileira uma impronta paternalista e autoritária – acham que os direitos são dádivas [...]. Os processos de educação em Direitos Humanos devem começar por favorecer processos de formação de sujeitos de direito, a nível pessoal e coletivo, que articulem as dimensões ética, político-social e as práticas concretas.

Outro elemento fundamental na educação de Direitos Humanos é favorecer o processo de “empoderamento” (“empowerment”), principalmente orientado aos atores sociais que, historicamente, tiveram menos poder na sociedade, ou seja, menos capacidade de influir nas decisões e nos processos coletivos. O “empoderamento” começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O “empoderamento” começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O “empoderamento” tem também, uma dimensão coletiva, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados, etc, favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil.

O terceiro elemento diz respeito aos processos de mudança, de transformação, necessários para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas e humanas. Um dos componentes fundamentais destes processos se relaciona a “educar para o nunca mais”, para resgatar a memória histórica, romper a cultura do silêncio e da impunidade que ainda está muito presente em nossos países. Somente assim, é possível construir a identidade de um povo, na pluralidade de suas etnias e culturas.

A Base Nacional Comum Curricular (2017) trás logo no início do texto a menção aos direitos humanos nas Competências Gerais da Educação Básica. Mesmo que de forma genérica a BNCC menciona a relevância dos direitos humanos para a formação dos alunos da educação básica:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2017, p.10)

Educar com base nos fundamentos e métodos da EDH consiste em potencializar a função social e a missão da escola - que é construir processos de ensino e aprendizagem que potencializem o desenvolvimento cognitivo e a formação cidadã. O ensino de história tem papel central nesse cenário, pois tem historicamente sido utilizado como um dos eixos norteadores da construção da identidade nacional.

A educação para os direitos humanos demanda discussão do papel da escola na formação para a cidadania. Essa formação deve considerar a necessidade da democracia estar em todos os níveis do contexto escolar, da proposta pedagógica a organização político-administrativa. É necessário desenvolver a construção de uma educação para a democracia que trabalhe junto aos educandos não apenas o conhecimento de seus direitos, mas que proporcione a aprendizagem e o desenvolvimento de práticas cidadãs. [...] Todos nós temos que ser vistos como sujeitos de direitos em construção. (PEDROZA; CHAGAS; 2012, p. 223)

Nesse sentido, o ensino de história no século XXI está diretamente ligado a formação para a cidadania na sua concepção atual - pautada na diversidade, na equidade e na valorização dos direitos humanos. Somente um ensino de história comprometido com a análise crítica da diversidade da experiência humana pode contribuir para a luta, permanente e fundamental, da sociedade: direitos do homem, democracia e paz (FONSECA, 2003, p.96).

Desse modo, podemos trazer vários aspectos que envolvem a questões inerentes aos direitos humanos para serem trabalhados no ensino fundamental, tendo em vista, que os direitos humanos têm história e estão diretamente relacionados às questões inerentes as sociedades. Debater violação dos direitos humanos, violência de gênero, enfim, são questões históricas e extremamente relevantes para a construção da cidadania e para a formação dos sujeitos de direitos, visando construir sociedades pautadas no respeito à alteridade, a diversidade, a equidade e a liberdade.

3. A EDH COMO UMA POSSIBILIDADE PARA SE DISCUTIR GÊNERO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

A construção de mecanismos que formem para a cidadania e para a efetivação do respeito à dignidade humana têm sido a mola propulsora de minhas ações pedagógicas. Acreditamos que a introdução dos fundamentos e métodos da Educação em Direitos Humanos na educação básica pode ser um instrumento capaz de transformar o ambiente escolar no sentido de construir uma postura de enfrentamento a todos os tipos de violações que ferem à dignidade da pessoa humana. As discussões e direcionamentos que aqui transponho, são resultados de “experimentações pedagógicas” que venho realizando nas escolas por onde tenho circulado nos últimos dez anos e modo especial na Escola Crispiniano Ferreira de Brito, localizada no município de Arapiraca, no estado de Alagoas. Nossas intervenções têm buscado fomentar na comunidade escolar relações e comportamentos baseados num ambiente de respeito à diversidade e consequentemente livre de todo tipo de violência, preconceito e discriminação.

[...] As concepções de gênero tanto são produto das relações sociais quanto produzem e atuam na construção dessas relações, determinando experiências, influenciando nas condutas e práticas e estruturando expectativas. Um “olhar de gênero” não só procura o que há de cultural nas percepções das diferenças sexuais como também a influência das ideias criadas a partir destas percepções na constituição das relações sociais em geral (PINSKY, 2010, p.34).

Para trilhar esses itinerários buscamos direcionamentos que permeassem de sentido nossas aulas história, possibilitando que o processo de ensino-aprendizagem histórico conduza a partir compreensão da realidade à superação desse quadro de banalização da violação dos direitos humanos através da problematização da questão da violência de gênero com ênfase na questão das mulheres. Nesse sentido, buscamos através de ações pedagógicas fornecer arcabouço teórico à comunidade escolar acerca da importância da igualdade de gênero para a construção de uma sociedade mais justa e democrática numa tentativa de superar as mais diversas formas de violência e opressão manifestas na ordem social e cultural brasileira que sempre relegaram as mulheres uma condição de vida subordinada a ordem patriarcal.

Esta ordem patriarcal de gênero se sustenta na ideologia androcêntrica. Vale esclarecer que o termo androcêntrico vem do grego “andros” – homem – e define o conceito que atribui ao homem condição de centralidade e de modelo ideal do humano. A partir disso se generaliza toda a sociedade – homens e mulheres –, ocultando a diversidade que constitui a sociedade. Essa ideologia de ocultamento da diversidade (androcentrismo) reproduz valores de inferioridade À realidade que foge a esse mo-

delo ideal do humano, como: das mulheres, das pessoas de cor negra, homoafetivas, entre outros. (BARRETO. 2012, p. 285).

A partir do estudo da trajetória da construção social da questão de gênero e da relação de transversalidade dessa construção com a cultura da violência contra as mulheres ao longo da história do Brasil, fomentamos o debate acerca desse modelo social vigente que vem impedindo que a igualdade de gênero em seu sentido amplo seja efetivada na prática no âmbito social brasileiro. Nesse sentido, procuramos trazer debater todas as implicações e os danos que essa cultura da violência pavimentada pelos pressupostos da herança histórica que o patriarcado nos legou e que tem impedido que as mulheres principalmente as negras e as em situação de vulnerabilidade social tenham sua dignidade humana respeitada em nosso país.

Nossa incursão na temática gênero na sala de aula foi direcionada por fundamentos e métodos do ensino de história, como o estudo das representações sociais, a compreensão de conceitos (patriarcado, sexismo, misoginia, Feminismo...), da investigação e do uso da metodologia da história oral. Apontamos alguns aspectos da invisibilidade das mulheres na História e o que tem sido feito para reparar essas lacunas. Buscamos recursos imagéticos, artísticos, textuais e visuais, para de forma dialogada e participativa com os alunos construir reflexões sobre esse cenário violento que tem caracterizado os papéis sociais de gênero em nosso país historicamente.

Ao abordar qualquer tema de gênero, necessariamente observamos uma relação. As investigações sobre a História das Mulheres ou a condição feminina em uma determinada época, por exemplo, necessariamente remetem ao estudo do papel dos homens ou das representações de masculinidade. Um “lado” só pode ser compreendido se comparado com o outro e, mais do que isso, num movimento de interação. E, se o feminino existe relacionado ao masculino, qualquer definição ou redefinição de um deve levar em conta o outro. (PINSKY, 2010, p. 34).

Nesse sentido, com a preocupação de embasar nossas ações pedagógicas a partir do diálogo entre passado e presente, buscando o tempo todo articular as discussões às dimensões que compõe a realidade imediata com suas tensões, assimetrias e também com as possibilidades de transformação que têm sido experimentadas. Nosso itinerário foi pavimentado pelos fundamentos e métodos da educação em direitos, vislumbrando contribuir para a socialização da promoção e valorização dos direitos humanos. Afinal, “compete a escola implementar e desenvolver uma pedagogia participativa e democrática, fundada na dialogicidade e na historicidade do ser humano” (MERCADO; NEVES. 2012, p. 207).

O diálogo transversal com outros componentes curriculares (língua portuguesa, artes) promoveu encontros curriculares que contribuíram para a ampliação da discussão e para o fortalecimento de uma postura democrática, ampliando os horizontes da aprendizagem e o engajamento dos alunos no desenvolvimento das atividades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num país marcado historicamente pela violação de direitos humanos é de extrema importância trazer as discussões que perpassam a proposta de uma educação em direitos humanos. A escola através da opção curricular e da adoção de práticas que fomentem a promoção dos Direitos Humanos assume a responsabilidade de educar para a formação da cidadania. Nesse sentido a aprendizagem histórica pode ser um instrumento potencializador da formação dos sujeitos de direitos ativos, aptos para lutar por um mundo mais justo e democrático.

Ao analisarmos as várias fases e transformações que a disciplina histórica atravessou no Brasil e as nuances que perpassam a história da História como disciplina, podemos visualizar os desafios que precisam ser encarados no sentido de efetivar as propostas atuais para a disciplina: [...] “a preocupação com gênero está ajudando a reescrever a História. Além de “acrescentar as mulheres aos livros didáticos de história”, a própria História passou a ser repensada em termos de temas, de narrativas e de abordagens” (PINSKY, 2010, p. 34). A história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando à construção das identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e a praxe individual e coletiva (FONSECA, 2003, p. 89).

A adoção no âmbito escolar e em especial no currículo de história das propostas da EDH tem por finalidade possibilitar lançar novos olhares sobre os conteúdos lecionados, novas dinâmicas no cotidiano escolar, visando construir aprendizagens históricas que venham balizar a formação de sujeitos de direito capazes desenvolver uma consciência histórica e que sejam aptos a atuar na defesa e na promoção dos direitos humanos e consequentemente para a consolidação de uma sociedade mais democrática, pautada na liberdade, na equidade e nos respeito às diferenças.

As propostas aqui lançadas visam disseminar os caminhos provocar inquietações sobre os caminhos e possibilidades de inserir e efetivar a Educação em Direitos humanos no âmbito escolar como fio condutor de uma educação que favoreça a formação da consciência histórica e despertem a comunidade escolar acerca da importância dos direitos humanos no processo de construção da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASE Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- BARRETO, Elvira Simões. A violência e suas manifestações: uma reflexão em torno da ordem patriarcal de gênero e androcentrinha. In: RIBEIRO, Mara Rejane; RIBEIRO, Getúlio. **Educação em direitos humanos e diversidade: diálogos interdisciplinares**. Maceió: EDUFAL, 2012.
- BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Identidade e Imagem feminina na Escola: o Papel do Feminismo contra a Violência Simbólica e Outras. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Mulheres, gênero e violência**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- CANDAU, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (org.). **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizagens**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do oprimido**. 25. ed. (1. ed. 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MERCADO, L. P. L.; NEVES, Y. P. C. S. A escola como espaço dos direitos humanos. In: RIBEIRO, Mara Rejane; RIBEIRO, Getúlio. **Educação em direitos humanos e diversidade: diálogos interdisciplinares**. Maceió: EDUFAL, 2012.
- PASSOS, Pâmela Santos; MULICO, Lésleie Vieira. (orgs.). **Educação e Direitos Humanos na rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. v. 6. João Pessoa, PB: IFPB, 2019.
- PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; CHAGAS, Julia Chamusca. Direitos Humanos e projeto político-pedagógico: a escola como espaço da construção democrática. In: RIBEIRO, Mara Rejane e Ribeiro, Getúlio. **Educação em direitos humanos e diversidade: diálogos interdisciplinares**. Maceió: EDUFAL, 2012.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Gênero. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Novos temas nas aulas de história**. 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.
- SAVAVINO, Susana. Direito à educação no Brasil: uma conquista para todos/ as?. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (org.). **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA (6º ANO)

Dorilene Vieira dos Santos¹

Jakson dos Santos Ribeiro²

Resumo: O objetivo desse texto é analisar como as mulheres são representadas nos livros didáticos. Assim, para realização desta pesquisa, foi utilizado o livro didático de História, de Alfredo Boulos Júnior, Sociedade e Cidadania, do sexto ano do Ensino Fundamental, que está inserido na coleção aprovada de PNLD (2017 a 2019). A presente investigação se propõe pensar a dimensão da representação da mulher no livro didático, deste modo, buscamos problematizar como são feitas essas abordagens dentro das unidades de conteúdo. Nesse compasso, é válido mencionar que as abordagens utilizadas pela maioria dos/as historiadores/as se dividem em duas categorias distintas. A primeira, é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades, sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. Já o segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que têm. No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”.

Palavra-chave: Livros Didáticos. Mulheres. Representatividade.

INTRODUÇÃO

Ao folhear as páginas de um livro didático vamos encontrando em cada página tempos, imagens, histórias e personagens que estiveram nessas histórias em suas mais diversas temporalidades. Assim, vamos folheando e o nosso tempo vai se encontrando com os tempos vividos e experienciados. Porém, devemos lembrar que:

O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados (CHOPPIN, 2004, p. 557).

Nesse viés, (MAC GINITY, 2015, p. 919), aponta que o livro didático pode “[...]representar um grupo econômico ou social, que pretende construir ou manter características específicas de etnia, de gênero etc.”. Desta forma,

Os livros escolares participam do universo cotidiano: eles não apresentam nada de raro, exótico, singular; parecem mesmo intemporais, na medida em que transcendem a clivagem entre gerações.

¹ Dorilene Vieira dos Santos é graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) /Programa Ensinar de Formação de Professores – ENSINAR/UEMA- Polo Coelho Neto/Maranhão. E-mail: dorilenesantoscn@gmail.com.

² Professor Adjunto I, Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2018). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (2014). Especialista em História do Maranhão pelo IESF (Instituto de Ensino Superior Franciscano) (2011). Graduado no Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Maranhão (Centro de Estudos Superiores de Caxias-MA) (2011). Coordenador do Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão-GRUGEM/UEMA Coordenador do Laboratório de Teatro do Centro de Estudos Superiores de Caxias – CESC – Campus /UEMA. E-mail: noskcajzaionnel@gmail.com

Essa banalidade, familiaridade, proximidade conferem às obras escolares menos valor visto que são produzidas, hoje em grande quantidade, dezenas de milhões de exemplares (CHOPPIN, 2002, p. 6).

A propósito, os personagens dessas histórias vão desenhando significados e sentidos de coisas presentes em nosso tempo, mas, também mostrando que nessas trajetórias, os rastros desses sujeitos da história, muitas vezes, são silenciados.

Seguindo essa premissa, é importante salientar que o discurso existente no livro didático, muitas vezes “[...] são de difícil contestação ou confronto, pois expressam ‘uma verdade’ de maneira bastante impositiva” (BITTENCOURT, 2008, p.313). Por isso que notamos que existem, em alguns casos, a falta de questionamento dessas ausências, como por exemplo, a própria figura feminina.

Nesse sentido, Santos e Nicareta (2011, p.2), apontam que “[...] por meio do estudo dos livros didáticos é possível garimpar vestígios para a produção da história da educação nacional, da cultura escolar no Brasil”. Com isso, é importante lembrar que as,

[...] críticas em relação aos livros didáticos apontam para muitas das suas deficiências de conteúdos, suas lacunas e erros conceituais ou informativos. No entanto, o problema de tais análises reside na concepção de que seja possível existir um livro didático ideal, uma obra capaz de solucionar todos os problemas do ensino, um substituto do trabalho do professor (BITTENCOURT, 2008, p. 300).

Desse modo, é necessário apontar que personagens da História, como as mulheres e a população negra, os personagens dos segmentos populares, entre outros tantos que acabam vivendo no silêncio da história, nos escombros do tempo. Nesse caso,

[...] as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada (CHARTIER, 2002, p. 11)

Nesse contexto, observando uma questão que há tempos vem sendo debatida entre a classe acadêmica e outros pilares da educação, notamos que a forma como as mulheres foram representadas nos materiais didáticos, em especial nos livros didáticos que são distribuídos nacionalmente, notamos que existia, como ainda persiste, um silêncio da figura feminina no traçado da história. Em vista disso, devemos lembrar que o livro é um:

[...] objeto de “múltiplas facetas”, e para a sua elaboração e uso existem muitas interferências [...] constitui também um suporte de conhecimentos escolares propostos para currículos educacionais. Essa característica faz com que o Estado esteja sempre presente na existência do livro didático (BITTENCOURT, 2008, p. 301).

Assim, nota-se que vários foram os debates envolvendo o tema, gerando uma inquietação a respeito de como é desenvolvida a visibilidade da mulher nesse material didático utilizado em sala de aula. De modo que Bittencourt nos aponta que:

Os livros didáticos, os mais usados instrumentos de trabalho integrante da “tradição escolar” de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos. Trata-se de objeto cultural de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso é possível identificá-lo, diferenciando-o de outros livros (BITTENCOURT, 2008, p. 299).

Logo, convém ressaltar que o principal objetivo nesse texto é analisar como essas mulheres aparecem nos livros didáticos, por quem são produzidas essas informações e de que forma chega nas escolas, e para base dessa pesquisa, escolhemos como objeto de estudo o livro didático de História de Alfredo Boulos Júnior, Sociedade e Cidadania, do sexto ano do Ensino Fundamental, que está inserido na coleção aprovada de PNLD (2017 A 2019).

Sabendo da importância de um livro didático no currículo das séries iniciais e finais, compreendemos que a utilização de imagens se torna a via mais didática para auxiliar no entendimento dos assuntos abordados em sala de aula no decorrer do ano letivo. E que se torna um material mais prático e de fácil acesso, tanto para o professor, quanto para o aluno. Assim, é importante pensar que

[...] o currículo tem se mostrado uma invenção reguladora do conteúdo e das práticas envolvidas nos processos de ensino e aprendizagem; ou seja, ele se comporta como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois, dispõe, transmite e impõe regras, normas e uma ordem que são determinantes. (SACRISTÁN, 2013, p. 20).

Nesse ponto, questionamos como são pensadas as representações das mulheres dentro das várias unidades que compõem o livro didático? Como é pensada a participação das mulheres em contextos como a civilização antiga, que são importantes para se entender a dimensão do processo de desenvolvimento da condição humana? Existe, de fato, capítulos ou até mesmo textos que se aprofundem em como seria, na verdade, a historiografia da mulher?

Demais disso, por muitos séculos as mulheres foram ignoradas pela historiografia. Inicialmente, a história era contada de forma poética, exaltando os grandes heróis, os guerreiros, um espaço de homens, proibido para as mulheres, elas estavam dentro de casa, se dedicando aos serviços domésticos, de forma que essa parte da história não parecia ser tão interessante. Demonstrando, assim, que os aspectos sobre a mulher não teriam seu espaço ou mesmo que fosse invisível.

Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica. A trajetória, costumeiramente ‘cautelosa’, dessa disciplina, e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem, retardaram significativamente o avanço das discussões (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284).

Nessa toada, podemos citar que durante o “[...] século XIX houve uma evolução no fazer história, tornou-se mais científico, o que abriu um pouco mais o espaço para as mulheres, porém, de forma muito sutil e sempre escrita pelo ponto de vista masculino” (PERROT, 2015, p. 18). Corroborando com essa questão, podemos lembrar das considerações de Roger Chartier, quando ele diz que as lutas pelas representações podem ser entendidas como,

[...] uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de 45

representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica (CHARTIER, 2011, p. 22).

Nessa perspectiva, a luta por evidenciar a escrita sobre as mulheres foi aos poucos abrindo caminhos, de forma lenta, contudo, persistindo. Porém, ainda é possível perceber que “[...] certos trabalhos apresentaram as mulheres atuando na história da mesma forma que os homens. Outros, por sua vez, revelaram possibilidades diferenciadas das experiências femininas” (PINSKY, 2011, p. 07).

Nesse sentido, uma das propostas da História preocupadas com gênero é entender a importância, os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos (BASSANEZI, 1992 *apud* PINSKY, 2011, p. 09).

Interessante, que de uma invisibilidade historiográfica, a mulher vai ganhando seu espaço e se colocando, ainda que de forma mínima, na historiografia em estudo.

[...] temáticas como mulheres, crianças, religiosidades e porque não dizer temas relacionados à própria estrutura do conhecimento histórico como fontes, documentos e temporalidade começam a fazer parte dos conteúdos em História, sendo que de forma lenta as mudanças atingem também os manuais didáticos. No entanto, é preciso levar em consideração que apenas as mudanças na forma de produzir o conhecimento histórico, ou seja, as mudanças historiográficas não proporcionam modificações substanciais na forma de ensinar história. É necessário um movimento articulado entre as renovações da historiografia e as renovações na forma de ensinar História para que haja significativamente uma mudança na forma de seleção dos conteúdos (CAINELLI, 2012, p. 168-169).

Assim sendo, mudanças nas pesquisas históricas acompanham as diversas modificações sociais, e algumas disciplinas acabam por influenciar a história, como a sociologia e a antropologia, elevando o patamar de outros personagens, entre eles, as mulheres.

Por isso, ao buscarmos entender os aspectos da sociedade, devemos levar em consideração como ela é organizada, e mais ainda, como se estabelecem as relações sociais e de gênero dentro da mesma. Em relação a essa questão, podemos identificar que a sociologia deu um passo à frente na forma como a mulher aparecia nessa organização.

Dessa forma, floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e, portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida (RAGO, 1995, p. 82).

A título de exemplo, o livro de História de Alfredo Boulos Júnior, aponta essa perspectiva de que a mulher deve tornar-se mais visível dentro de abordagens didáticas, chega a ser discutida, pois há várias fotografias delas nessa coleção.

As abordagens utilizadas pela maioria dos/as historiadores/as se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades

sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm. No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo de “gênero”. [...] O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. (SCOTT, 1995, p. 74-75).

Porém, de uma forma um tanto mínima e sutil, como menciona Michelle Perrot, logo acima, isso nos possibilita perceber um fator que continua sendo figurado, a mulher passa quase imperceptível aos olhos de alunos de séries iniciais e que nos promove, então, uma profunda discussão quanto a abordagem do tema. Nessa assertiva, Bittencourt, aponta que:

O livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de ideologia, de cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando tema, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa (BITTENCOURT, 2004, p. 73).

Destaca-se que a mulher tem essa visibilidade, no entanto, no que diz respeito a fotos ilustrativas, a exemplo de imagens da rainha Cleópatra, que são feitas apenas leituras de imagens, deixando um pouco de lado a escrita da sua história e a contextualização sobre suas ações. Nesse ponto, Matos considera:

Os estudos de gênero contribuíram para ampliar as noções como resistência e experiência possibilitando o questionamento dos universalismos, do irreduzível e do natural, destacando as diferenças e reconhecendo-as como histórica, social e culturalmente constituídas, o que se tornou um pressuposto do pesquisador que procura incorporar essa categoria, permitindo perceber a existência de processos diferentes e simultâneos, bem como abrir um leque de possibilidades de focos de análise. (MATOS, 2005, p. 23)

Analisamos, assim, que há dificuldade em escrever a história da mulher, já que o silêncio sobre elas foi mantido durante séculos. Ainda é permitido analisar que a imagem masculina se sobrepõe a das femininas, e que muitas vezes essas imagens que correspondem as mulheres são destituídas de significados, e em muitos casos tiram seu papel como sujeito histórico.

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica. (CHARTIER, 2011, p. 22).

Entendemos, nesse contexto, que em todo o processo histórico a mulher não estava tão invisível assim, ela, a todo momento, se evidencia, mesmo com espaço limitado. Como diz Vasconcellos:

Por isso é válido mencionar que: “A disciplina História exerce um papel preponderante na formação do cidadão e dependendo da forma como é ministrada, poderá contribuir ou não com a formação de um homem consciente, crítico e transformador da realidade social e de si próprio (VASCONCELLOS, 1999, p. 104-105).

De modo geral, a representatividade que se dispôs a ela, são relacionadas na maioria das vezes como ditos não tão significativos e menos importante na vida pública da sociedade. Logo,

Por meio do estudo dos livros didáticos é possível garimpar vestígios para a produção da história da educação nacional, da cultura escolar no Brasil. Quanto à perspectiva de gênero, é viável reconstruir aspectos de um processo histórico complexo, considerando permanências, fragilidades, condicionamentos sociais e culturais ao redor da educação escolar e dos elementos curriculares dos quais os livros didáticos são veículo. (SANTOS; NICARETA, 2011, p.2).

Em consequência, a mulher era então representada como subjugada, desprovida de potencial para exercer outras funções, além das domésticas. Assim, foi feita uma construção da imagem de exclusão, diferença e inferioridade feminina.

[...] as antigas relações entre espaço e tempo que regiam as sociedades humanas, exige que tenhamos a capacidade de produzir uma visão mais global da história, para compreendermos, por exemplo, a diversidade do mundo de hoje, seus conflitos e suas perspectivas para o futuro (GUARINELLO, 2004, p. 18).

Pensando por essa perspectiva, vem à tona várias indagações, tais como: por que esse distanciamento da mulher em uma abordagem didática? O que seria possível para que isso fosse amenizado? Acredito que estas sejam perguntas pertinentes, e que teriam um real sentido, se analisarmos o fato da mulher estar sempre participante dos movimentos sociais, culturais e outros.

Dessa forma, a mulher se tornaria visível na História, surgiria a importância de investigar a memória feminina em diferentes fontes históricas, destacando vários temas sobre a História da Mulher, no que diz respeito à sexualidade, família, classes sociais, poder na sociedade, dentre tantos outros aspectos.

Nesse sentido, estaríamos problematizando as lutas que as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam para superar um sistema em que quase sempre eram vistas como submissas. Desse modo, ao pensar em nossas

[...] coleções de imagens ficam preservadas cuidadosamente em nosso imaginário e passam a ser um dos referentes para entendermos o mundo, seja pela insistência de seus significados inscritos culturalmente e outros que atribuímos a elas, seja pelas suas qualidades formais e composicionais que nos seduzem, ou pela proximidade e intimidade que mantemos com estas figurinhas e os vínculos afetivos que criamos nas interações entre nós e as imagens. (CUNHA, 2007, p. 113).

Definitivamente, conseguir torná-las visíveis, principalmente no tema destacado, que é o livro didático, faz parte de um processo de construção, embora lento, mas que vem seguindo, através de análise crítica sobre suas ações do passado. Enfatizamos essa fala num trecho que Michelle Perrot cita:

A História das mulheres mudou[...]Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas [...] (PERROT, 2015, p.15).

De tal modo, é importante que as abordagens didáticas sejam feitas mais a fundo, para que haja uma melhor visibilidade sobre a mulher, e que as futuras gerações acompanhem o progresso que o gênero feminino vem ganhan-

do. Ter referências femininas agiliza uma quebra de preconceitos que são submetidas rotineiramente, e certamente, avançar um pouco mais sobre olhares julgadores da sociedade. Assim, é relevante apontar:

Uma representação repetida é performativa, isto é, cria aquilo que representa, cria também campos de poderes e de verdades em formações sociais históricas: se digo a um menino muçulmano: “você é um homem”, subentende-se uma hierarquia e poderes a ela inerentes: ele terá ascendência sobre todas as “não homens”, as diferentes”, que não possuem o sexo masculino: sua mãe, tias, irmãs, etc. (SWAIN, 2010, p. 38).

Apesar das inúmeras conquistas que as mulheres alcançaram nas últimas décadas, como direito ao voto, leis trabalhistas, leis de proteção à mulher, entre outras, é perceptível a lacuna deixada no que diz respeito a igualdade de gênero, ainda são muitas as barreiras, e ao longo do processo histórico é preciso ser questionado tal comportamento. De forma que os livros didáticos seriam pontes bem interessantes para que ocorram essas rupturas, construindo, assim, novas identidades, valorizando cada uma delas, considerando que todos os movimentos sociais são importantes, e que os movimentos onde mulheres são lideranças também tem a mesma importância.

O gênero é apresentado, por vezes, como uma relação entre homens e mulheres determinada biologicamente, outras vezes esta relação se estabelece culturalmente. Há momentos em que o termo é utilizado apenas para substituir as palavras homens e mulheres, ignorando o caráter relacional do termo e adotando o gênero como uma substituição mecânica do sexo. O tema da dominação de um gênero sobre o outro é tratado em alguns casos como algo determinante para esta relação, outras vezes não é mencionado. (CELESTINO, 2016, p. 99).

Portanto, acreditamos que aumentando as publicações com tal tema, podem ser geradas discussões favoráveis para que essa visibilidade seja mais densa, chegando no alunado e nos professores como uma temática mais esclarecedora. Objetivando resultados favoráveis às mulheres que dia a dia precisam ser vistas e inseridas não só no processo histórico, mas nos didáticos também.

Nesse viés, a escola se destaca como um cenário em que caberia total discussão sobre o tema da mulher, pois é envolto em uma multiplicidade de personalidades, e onde os gêneros também devem ser discutidos, tendo assim suas representatividades. O processo em que a Mulher caminhou até chegar onde está, se valeu muito dessas aberturas da escola como espaço democrático de ensino, estando mais atuante em expor mais a historiografia da mulher.

A representatividade da mulher nos livros didáticos tem como um bem comum, tornar esse assunto mais prático e de total acessibilidade, devido o material didático ter toda uma utilização no processo de ensino-aprendizagem, buscando estreitar mais ainda as diferenças ou omissões que teve aos longos dos anos. Levando em consideração que em todo o território brasileiro, o livro didático é a única fonte de conhecimento para milhares de pessoas.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e Editores de Compêndios e Livros de Leitura (1810- 1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BOULOS, Alfredo Junior, **Sociedade e Cidadania**, 6º ano, PNLD (2017 A 2019). São Paulo: FTD.

CAINELLI, Marlene. A escrita da história e os conteúdos ensinados na disciplina de história do ensino fundamental. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 26, n. 51, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/7666/9694>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CELESTINO, Gabriela Santetti. **Gênero em livros didáticos de história aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2014)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Acesso em: 05 set. 2016.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez. 2004.

CUNHA, S. R. V. Pedagogias de imagens. In: DORNELLES, L. V. (org.). **Produzindo pedagogias interculturais na infância**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 113 – 145.

GUARINELLO, Norberto. Luiz. História Científica, História Contemporânea e História do Cotidiano. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 13-38, 2004. Acesso em: 30 jun. 2020.

MAC GINITY, Eliane Goulart. Imagens de mulheres nos livros didáticos de história. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 3, v. 2, jul./dez. 2015. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/63309>. Acesso em: 7 set. 2017.

MATOS, M. I. S. **Âncora de Emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades**. Bauru-SP: Edusc, 2005.

NICARETA, Samara Elisana. **Livros didáticos: gênero, currículo e ideologia na escola primária**. 2010. 163f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, CARLA B. Estudos de Gênero e História social. In: ALCANTRA, Solange F. dos Santos; CRUZ, Lirani Maria Franco da; MOREIRA, Rosani do Rosário (orgs.). **Feminismo e Transformação Social**. Curitiba: World Laser, 2011.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

SANTOS, A. V.; NICARETA, S. E. O livro didático na escola primária (1915-1969): uma perspectiva histórica quanto ao gênero. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34., 2011, Natal. CD-ROM. **Anais [...]**. Natal: ANPED: 2011.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, 2008.

SIQUEIRA, Gisele Natally Miguel. **“E onde estavam as mulheres?” A presença de mulheres nos livros didáticos de História do ensino médio (2015 – 2017)**. 2019. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p.281-300, 2007.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: História e memória da educação brasileira, 2., 2002, Natal. **Anais [...]**. Natal-RN, nov. 2002.

SWAIN, Tania Navarro. O grande silêncio: a violência da diferença sexual. In: STEVENS, Cristina; BRASIL; Katia Cristina Tarouquella; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Gênero de Feminismos: convergências** (in) disciplinares. Brasília –DF: Ex Libris, 2010.

VASCONCELLOS, M. M. M. Ensino de História: Concepção e prática no Ensino Médio. In: BERBEL, N. A. N. (Org.). **Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina-PR: Eduel, 1999.

A ESCRITA DA HISTÓRIA E GÊNERO: O PERCURSO DA INCORPORAÇÃO DA CATEGORIA DE GÊNERO PELAS HISTORIADORAS BRASILEIRAS NOS ANOS 80/90

Paula Tatiane De Azevedo

Resumo: Este texto busca analisar preliminarmente a partir da trajetória intelectual de algumas historiadoras brasileiras o processo de construção do campo da historiografia focado nos estudos de gênero. Pensando o conceito de campo científico cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu perceber os principais debates, conceitos, tendências, preocupações teóricas e políticas da produção historiográfica de gênero e as tensões e os desafios na busca por legitimidade desses estudos dentro do campo da História. A pesquisa partirá de um recorte que privilegia um ponto de observação: a incorporação do conceito de gênero enquanto categoria de análise histórica e a consequente abertura do campo de estudos de gênero no Brasil. Para dar conta dessas questões estabeleci como marco temporal as décadas de 80/90 que foram os anos onde essas discussões chegaram e foram incorporadas por essas historiadoras. As fontes utilizadas foram entrevistas concedidas por essas historiadoras e publicadas em revistas científicas da área da História. Também se propõe analisar a história da historiografia brasileira por meio do percurso intelectual dessas mulheres que inauguraram um novo campo de saber histórico. Nesse sentido torna-se fundamental a historicização dos encontros e desencontros acadêmicos configurados em diferentes espaços de sociabilidade e da produção do conhecimento.

Palavras-chave: gênero; historiadoras; trajetória intelectual.

“(…) muitos os obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos de gênero – campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambigüidades.” (MATOS, 2005, p. 28).

INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX, expressivas mudanças ocorreram no que tange às discussões sobre os estudos sobre mulheres e a inserção da categoria de gênero nas mais diversas áreas do conhecimento, inclusive no campo da História. Isso não quer dizer que o debate teórico em torno das questões de gênero ocorreu de maneira contínua e consonante¹. Nesse sentido, compartilharei aqui uma possível perspectiva desse processo, que não é a única e muito menos a mais *verdadeira*, mas aquela que em meu entendimento demonstra, em algum grau, a aproximação entre os estudos de gênero e a História.

¹ Clare Hemmings (2009) critica as narrativas dominantes produzidas pela academia a respeito do desenvolvimento do pensamento feminista ocidental. Para a autora, há duas narrativas recorrentes: a do progresso e a da perda. A do progresso estabelece uma trajetória progressiva e linear que caracteriza os anos 1970 como um feminismo essencialista; os anos 1980 como o período das críticas raciais e sexuais, ou seja, outros sujeitos reclamam seu lugar; e finalmente a década de 1990 como o período dos estudos da *diferença*, os quais, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, teriam sido os primeiros a questionar o caráter essencialista das categorias de análise utilizadas nos estudos feministas até aquele momento. A narrativa da perda está centrada na despolitização do feminismo pela entrada das discussões na academia e daí para a fragmentação em feminismos despendidos da luta política e social. A mesma autora propõe uma alternativa para esse registro histórico do pensamento feminista: a revalorização do pensamento de figuras feministas que subverteriam essa narrativa de progresso e perda. Com isso, teríamos “um modo um tanto diferente de imaginar o passado feminista – uma série de contestações e relações, e não um processo linear de deslocamento” (HEMMINGS, 2009, p. 236).

Durante o século XX, a historiografia passou por algumas transformações. Dentre elas, a constituição da corrente historiográfica dos *Annales*, que propunha ampliar os tipos de fonte, incluir novos objetos e os sujeitos comuns como possibilidade de pesquisa. Esse movimento da historiografia abriu espaço posteriormente para a emergência da História das Mulheres e, mais tarde, para as questões de gênero.

É consensual entre as/os historiadoras/es que as demandas feministas influenciaram decisivamente nas inquietações acerca da História das Mulheres. Essa articulação entre o feminismo e as transformações da historiografia foi decisiva no processo de estabelecimento de um novo olhar analítico que compreende a mulher como objeto e sujeito da História. De acordo com a historiadora Natalia Méndez (2016, p. 37), as historiadoras feministas tiveram influência nesse processo quando,

Entre as décadas de 1960 a 1980 (esta temporalidade varia conforme o deslocamento geográfico), historiadoras influenciadas pelo feminismo passaram a questionar o caráter pretensamente universal do conhecimento histórico. Indagavam as razões da prevalência de um olhar masculino sobre a ciência e, igualmente, na escrita da história.

Além de questionar a prevalência do olhar masculino na escrita da História, algumas historiadoras feministas também foram responsáveis por tensionar a constituição da História das Mulheres. Conforme Rago (2014), esse movimento de incluir as mulheres como sujeitos da História a partir de uma narrativa histórica tradicional dominante não dava conta da multiplicidade da presença feminina nos diversos contextos.

Ao privilegiar um sujeito humano universal, a historiografia perdia muito da dinâmica das relações sociais entre mulheres e homens, diferentes umas/uns em relação às/aos outras/os, e entre si (PERROT; PAIRE, 1984) A esse respeito, Soihet e Pedro (2007, p. 287) argumentam:

Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a outra, em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades. Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las.

Buscando dar conta dessas *diferenças*, parte das teóricas do feminismo e, por sua vez, a História buscaram no conceito de gênero uma alternativa de análise que se incorpora às relações sociais e historicamente constituídas entre o feminino e o masculino, suas variações e seus significados, pensando as hierarquizações e assimetrias dessas relações. Na perspectiva de gênero, a análise histórica questiona “a validade dos modelos interpretativos existentes, modifica-se a centralidade das análises hegemônicas, tornando visível o androcentrismo do discurso científico e histórico tradicional” (COLLING, 2014, p. 15).

A partir dos anos 1980, o conceito de gênero foi palco de uma gama bem diversa de apropriações pelos estudos históricos. Como categoria de análise, gênero torna-se uma importante contribuição para os estudos da História das Mulheres. Nesse sentido, vale destacar o papel da historiadora Joan Scott, que, a partir da publicação de seu artigo *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, tornou-se referência nos estudos de gênero. A autora é uma das mais citadas em publicações no Brasil e no mundo. Baseada em uma perspectiva pós-estruturalista, Joan Scott recupera a discussão sobre a diferença entre sexo e gênero e incluiu as questões de poder. Conforme suas palavras:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1990, p. 14).

Gênero, nessa perspectiva, é uma construção histórica e cultural, constituindo-se a partir do conhecimento produzido pelos discursos imbricados nas relações de poder. São os efeitos e as consequências das representações contidas nesses discursos que influenciam a construção das identidades de gênero. Gênero torna-se uma ferramenta analítica e teórica na luta contra as desigualdades entre homens e mulheres. Há um caráter militante no conceito. É através das teorizações feministas que esse conceito emerge, desestabilizando *verdades* até então indiscutíveis, tais como a natureza feminina e o discurso biologicista da diferença do sexo.

A categoria de gênero demonstra que as diferenças entre os sexos são constructos sociais e culturais sujeitos a variações, dependendo da cultura na qual estão inseridos. Cada sociedade atribui diferentes significados às características e às atitudes dos grupos sociais, e esses significados não são fixos nem imutáveis. Guacira Lopes Louro afirma que “a potencialidade do conceito talvez resida exatamente nesta noção, a de que se trata de uma construção cultural contínua, sempre inconclusa e relacional” (2011, s/p). Trata-se de um momento em que parte da historiografia passa a questionar de modo mais consistente quais relações de poder estão imbricadas nos processos de escrita da história que nomeiam sujeitos e identidades.

Pensando esse percurso dos estudos de gênero no campo da História e as relações de poder imbricadas nesse processo o presente texto tem por objetivo discutir a trajetória dos estudos sobre mulheres e gênero no campo da historiografia brasileira. A partir do conceito de campo científico cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu perceber os principais debates, conceitos, tendências, preocupações teóricas e políticas da produção historiográfica de gênero e as tensões e os desafios na busca por legitimidade desses estudos dentro do campo da História. Baseado na trajetória intelectual de cinco agentes do campo historiográfico –, Celi Pinto, Joana Pedro, Maria Izilda Matos, Margareth Rago, e Rachel de Soihet – tendo como fonte de análise cinco textos² publicados por essas historiadoras na virada da década de 90 para os anos 2000 onde o objetivo era fazer um balanço dos últimos vinte anos de discussões acerca da temática de gênero no campo da História.

A escolha dessas cinco agentes não se deu de forma aleatória, mas pensando o *capital simbólico* que cada uma dessas historiadoras carrega dentro do campo historiográfico, ou seja, todas são reconhecidas por seus pares e possuem legitimidade nas instâncias de consagração da área³. O capital e a posição ocupada pelo agente definem o poder do mesmo dentro do campo. Essa noção contribui para entendermos as estratégias utilizadas por essas agentes na busca por consolidar os estudos de gênero dentro da hierarquia social da historiografia. Outra questão importante sobre a escolha dessas historiadoras é o fato de serem as primeiras dentro dos seus espaços de atuação – academia – a proporem a incorporação da categoria de gênero na análise histórica.

² Os textos analisados nesse artigo são: SOIHET, R. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 77-87, jul./dez. 1998. , RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998, PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005, BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (Orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 2001. p. 7-13. E MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, v.11, p.67-75, 1998

³ Todas as historiadoras aqui analisadas são atualmente Bolsistas de Produtividade. Essas bolsas são destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos. A diferenciação entre os níveis A, B, C e D é baseada a partir da produção importante para a área de pesquisa, devendo no todo privilegiar a qualidade e o conjunto da obra do pesquisador.

INICIANDO O PERCURSO: TRAJETÓRIA E CAMPO

Os mais recentes estudos de cunho histórico-biográficos buscam transformar as trajetórias dos personagens em objetos de pesquisa cientificamente construídos. Além disso, entender sua complexidade por intermédio das suas trajetórias dentro dos seus contextos de atuação. Para Benito Bisso utilizar,

“As expressões “*através*” ou “*por intermédio de*” mostram a preocupação dos autores em fugir do voluntarismo individualista e estabelecer uma articulação entre as trajetórias estudadas e os contextos onde elas se realizaram.” (2000, p. 3)

A noção de trajetória nos ajuda, segundo Pierre Bourdieu, a driblar o que ele denominou de *ilusão biográfica*, ou seja, a construção de parte do percurso de vida de um sujeito desarticulado do lugar social onde este personagem está inserido. Construir uma trajetória depende do entendimento de que,

“Não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.” (BOURDIEU, 1996, p.190)

Nesse sentido, pesquisar a trajetória dessas agentes nos possibilita compreender visões, ações e posições dessas historiadoras na hierarquia do poder no processo de incorporação da categoria de gênero e na formulação do subcampo de estudos de gênero inter-relacionado com os campos maiores - o histórico e por fim o campo científico. Dizer isso significa perceber que a trajetória dos estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira desenvolveu “teorias, métodos, hipóteses, nos parâmetros do que se costuma considerar ciência” (SCAVONE, 2007, p. 2).

Para entender os estudos sobre mulheres e gênero com um subcampo dentro do campo mais amplo que é a historiografia precisamos definir esse conceito. Segundo Pierre Bourdieu a noção de campo pode ser entendida como um espaço social que tem autonomia, leis e regras específicas, mas ao mesmo tempo é influenciado e se relaciona com o espaço social mais amplo. É um lugar de conflito entre as pessoas que o compõe, pois há uma busca de melhores posições nesse espaço compartilhado. O autor explicita que essas posições são obtidas a partir do que ele chama de capitais específicos – econômico, cultural e social - valorizados de acordo com as características de cada campo. Os capitais de cada agente nesse espaço determinam a sua posição hierárquica.

Pensar através do conceito de campo é identificar a constante relação e movimentação desses agentes dentro do espaço analisado. O campo também pressupõe enfrentamentos e disputas de poder, já que, de acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). Os campos são formados por indivíduos ou instituições que criam os espaços e os fazem existir pelas relações que aí estabelecem. Um dos princípios dos campos, à medida que determina o que os agentes podem ou não fazer, é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Para Bourdieu o campo não existe como entidade única, o autor propõe um “mundo social (o campo do poder) composto de múltiplos campos: campos grandes podiam ser divididos em subcampos” (THOMSON, 2018. p.102). Nessa perspectiva, o que nos interessa nessa análise é campo científico e o subcampo da História inter-relacionado com o possível subcampo dos estudos sobre mulheres e gênero. Bourdieu o campo científico,

“enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. Não há “escolha” científica (...) que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes. (BOURDIEU, 1983. p. 126-127)

Esta noção de campo e subcampo, portanto, será pensada para a análise da trajetória dos estudos sobre mulheres e gênero, espaço no qual as historiadoras se situavam e lutavam para construir legitimidade e reconhecimento entre seus pares e também dentro de um campo científico mais abrangente.

CELI, JOANA, MARIA, MARGARETH E RACHEL: CINCO HISTORIADORAS E O CAMINHO DA INCORPORAÇÃO DA CATEGORIA DE GÊNERO PELA HISTÓRIA

Ao estudar o mundo universitário francês, no texto *Homo academicus* (2013), Bourdieu assinala esse espaço como “não neutro” composto de confronto, tomada de posição, luta, tensão e poder. O autor assinala para os embates entre professores e disciplinas, os quais ocupam/disputam diversas posições na estrutura hierárquica de poder. Ressalta as especificidades do campo acadêmico que apesar dos conflitos internos em relação à apropriação de um capital simbólico específico, os envolvidos têm interesse na existência do campo e por isso se estabelecem uma relação de cooperação em detrimento de seus interesses próprios e das suas diferenças.

Nessa perspectiva, de interesse na existência do campo que os textos a seguir analisados se centram, não é objetivo desse texto perceber os conflitos internos, mas sim elucidar de que forma se constituiu a trajetória desse subcampo denominado estudos sobre as mulheres e gênero dentro do campo mais abrangente da História. A partir da escrita dessas cinco historiadoras que como já dito anteriormente foram pioneiras ao trazerem essas discussões para o palco da História.

A historiadora Margareth Rago⁴ foi uma das responsáveis em trazer o debate sobre as questões de gênero e História ao Brasil, em seu artigo *Descobrimos historicamente o Gênero* (1998) discute principalmente a incorporação da categoria de gênero pela historiografia, assim como, defende a construção de novos significados na interpretação do mundo a partir de um aporte feminista. Ela também descreve sua experiência nos EUA onde teve contado com as discussões acerca da controvérsia entre a história das mulheres e os estudos de gênero. Ao voltar ao Brasil em um grupo interdisciplinar de estudos feministas fundou um dos primeiros núcleos de estudos denominado Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, que mais tarde inaugura a Revista *Cadernos Pagu*, um dos mais importantes veículos de difusão das pesquisas sobre mulheres e gênero do Brasil atualmente. Ao criarem o núcleo e a revista essas pesquisadoras fazem um duplo movimento: são legitimadas pela criação, mas também contribuem para o reconhecimento do núcleo e da revista como uma das instâncias de consagração de pesquisas sobre mulheres e gênero. Margareth em um trecho do artigo ressalta a importância de historiadoras consideradas cânones no campo da História terem aderido às discussões sobre o uso da categoria de gênero na análise histórica e de como isso contribuiu para o processo de legitimação dos estudos de gênero na historiografia brasileira. Como é o caso da historiadora Joan Scott, que antes de se inserir nos estudos de gênero já tinha um grande capital simbólico oriundo das suas pesquisas na História Social. Como vemos no trecho a seguir:

⁴ Graduação na USP em 1970, Mestrado na UNICAMP em 1984 e Doutorado na UNICAMP em 1990. Pós- Doc: na UNICAMP/EUA em 1999 e 2003. Tem seu vínculo institucional desde 1985 na UNICAMP.

“De qualquer maneira, tornou-se obrigatória a leitura da historiadora norte-americana Joan W. Scott, que felizmente já era respeitada nos meios acadêmicos masculinos por suas pesquisas anteriores na área de trabalho e movimentos sociais. Esse respaldo foi extremamente importante para referendar uma posição absolutamente nova e desafiadora em nossas instituições tão cristalizadas. Aos poucos, o sucesso da categoria por todo o país repercutiu vigorosamente em nossas próprias práticas, facilitando a valorização do trabalho das intelectuais feministas, nem sempre bem vistas, como sabemos. A risadinha deu espaço à curiosidade e, aos poucos, os antropólogos, historiadores e sociólogos, e não apenas algumas intelectuais, passaram a pensar na importância da sexualização do discurso historiográfico. O feminismo saía do gueto e irradiava seus fluidos mornos e positivos pela academia.” (RAGO, 1998, p. 9)

No artigo Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica (2005) a historiadora Joana Maria Pedro⁵ historiciza as categorias de análise “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo”, tendo como foco principalmente o uso destas por historiadoras e historiadores, fazendo uma revisão do que até aquele momento tinha sido publicado no Brasil. Segundo a autora esse artigo é uma tentativa de apresentar de forma didática um panorama de como estas categorias de análise têm sido constituídas e questionadas nas discussões no campo da história. Nesse artigo a pesquisadora aponta para as lutas e tensões vividas pelas historiadoras que aderiram a essas temáticas e principalmente a busca por legitimidade tanto no campo científico quanto no político. Segundo Bourdieu, “a luta inseparavelmente científica e política pela legitimidade depende da estrutura do campo, isto é, da estrutura da distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes da luta”. (1983, p.136).

Joana Pedro fala do momento crucial vivido pelas pesquisadoras de gênero na consolidação dos estudos de gênero na historiografia.

“que precisamos é buscar formas mais eficientes de fornecer legitimidade ao que temos feito, ou seja, a constituição de um novo campo de estudos, intitulado “História das Mulheres e das Relações de Gênero”(PEDRO, 2005, p. 19)

E também sobre as ações efetivas realizadas por esse grupo de historiadoras que naquele momento já tinham uma produção de quase vinte anos nessas temáticas e que começava a se institucionalizar nos grupos de trabalho dentro das associações ligadas ao campo da História.

“Houve, na constituição desse campo de conhecimento historiográfico, iniciativas que agregaram pesquisadoras interessadas no tema. A constituição de um Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero, visando articular em âmbito nacional uma rede de contatos entre pesquisadoras, articulado à Associação Nacional de História, foi criado em 25 de julho de 2001, durante o XXI Simpósio Nacional da Anpuh, realizado em Niterói (RJ)” (PEDRO, 2005, p. 20)

“A vitalidade deste campo de conhecimentos extrapola as reuniões da Associação Nacional de História. Está presente, também, por exemplo, nas reuniões da Associação Nacional de História Oral, na qual um GT de gênero tem marcado presença desde 2002. (PEDRO, 2005, p. 20)

⁵ Graduação na UNIVALE em 1972, Mestrado na UFSC em 1979 e Doutorado na USP em 1992. Pós- Doc: França em 2002 e nos EUA em 2017. Tem seu vínculo institucional desde 1983 na USFC.

Rachel Soihet⁶ no artigo História das Mulheres e História de gênero um depoimento (1998) traça a partir da sua trajetória enquanto historiadora das histórias das mulheres a forma como ocorreu no Brasil a incorporação da categoria de gênero pelas historiadoras. Também demonstra a pluralidade de concepções acerca da questão do gênero e a consequente divergência teóricas entre as historiadoras de gênero.

Soheit, assim como as demais, aponta para as dificuldades que os estudos sobre mulheres e de gênero tiveram de se estabelecer enquanto conhecimento científico legítimo no campo da História.

“A fertilidade dos dias atuais contrasta, entretanto, com a trajetória difícil que a categoria de análise ‘gênero’ enfrentou no campo historiográfico. Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica” (SOHEIT, 1998, p. 8)

E de que apesar de provavelmente terem suas diferenças internas essas historiadoras estavam dispostas a tensionar o campo da História de forma contínua e que enfrentavam as dificuldades de propor um novo olhar sobre a escrita da História.

“Estamos, assim, preparadas para fazer frente àqueles que, na academia, ainda não nos reconhecem como parceiras plenas, tentando relegar-nos a posições periféricas em face do caráter ‘secundário’ de nossas preocupações.” (SOHEIT, 1998, p. 9)

Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea (1998) é o artigo da historiadora Maria Izilda S. de Matos⁷ que em linhas gerais demonstra que a incorporação da categoria de gênero contribuiu para a renovação dos marcos teóricos e metodológicos trazendo enfoques e modos de análise inovadores que questionaram os paradigmas históricos tradicionais. Além de discutir a influência da categoria de gênero para a mudança no campo da historiografia.

“Por outro lado, esses trabalhos têm contribuído de modo significativo para a renovação temática e metodológica, ampliando áreas de investigação e renovando marcos conceituais tradicionais.” (MATOS, 1998, p. 68)

“deve-se lembrar a manutenção da discrepância entre a alta qualidade da recente investigação histórica sobre as mulheres e a persistência de seu status marginal” (MATOS, 1998, p. 71)

Mesmo assim, Maria Izilda demonstra que apesar da profícua produção nessa área de estudos sobre a mulher e gênero existe um embate constante entre aqueles que “definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto dos objetos importantes, isto é, o conjunto de questões que importam aos pesquisadores” (BOURDIEU, 2004, p. 25).

No livro Tempos e lugares de gênero (2001), a historiadora Céli Pinto⁸ organiza uma coletânea de trabalhos que se originaram no VIII Concurso de Dotações para pesquisas sobre mulheres e gênero. No texto de apresentação

⁶ Graduação na UFF em 1959, Mestrado na UFF em 1974 e Doutorado na USP em 1986. Pós-Doc em Paris em 1997. Tem seu vínculo institucional desde 1983 na USFC.

⁷ Graduação na USP em 1978, Doutorado na USP em 1991. Pós-Doc: na França em 1997. Tem seu vínculo institucional desde 1987 na PUC/SP.

⁸ Graduação na UFRGS em 1972, Mestrado na UFRGS em 1979 e Doutorado em Essex (Inglaterra) no ano de 1986. Pós-Doc: nos EUA em 1997, Alemanha em 2010 e Inglaterra em 2014. Tem seu vínculo institucional desde 1981 na UFRGS.

que assinado pela historiadora e também pela socióloga Cristina Bruschini as autoras fazem um apanhado geral sobre a inserção das discussões de gênero no âmbito das ciências sociais e especificamente como isso se desenvolveu em cada área do conhecimento. Diferentemente das trajetórias das demais historiadoras, Celi no início de sua carreira universitária não trabalhava com a temática de gênero e usou-se da sua legitimidade no meio acadêmico para incluir essas discussões na pesquisa histórica, ou seja, ela utilizou-se de sua posição de dominante no campo científico, do lugar já consolidado e do seu capital simbólico para instituir novas temáticas e constituir novas disciplinas acadêmicas e/ou linhas de pesquisa, obter financiamento e ter os resultados de sua pesquisa difundidos em veículos de reconhecimento pelo campo científico. Céli no texto analisado aqui demonstra que essa busca de legitimidade acadêmica dos estudos de gênero na História não se deu de maneira simples, mas ao contrário foi um processo cheio de tensões que se inter-relacionavam no espaço acadêmico e de militância e, entre eles dois.

“Na academia, a coincidência entre o objeto de estudo e o produtor de conhecimento provocou um duplo e contraditório efeito para a legitimação da questão da mulher. Por um lado, um grupo que claramente se constituía como oprimido estava dentro dela e não precisava de porta-vozes que o estudassem; por outro, essa mesma condição criava barreiras de difícil transposição, na medida em que essa presença facilitava a crítica de ideológica a todo estudo sobre a mulher. E, mais ainda, o reconhecimento por parte das instituições acadêmicas da legitimidade desses estudos envolvia o reconhecimento de relações assimétricas de gênero nas próprias instituições”. (PINTO; BRUSCHINI, 2001. p. 7-8)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esse conjunto de artigos demonstra a preocupação dessas historiadoras de gênero em traduzir e compartilhar o debate acerca da incorporação de gênero aos seus estudos sobre mulheres e história. Os artigos buscaram contextualizar a chegada do conceito de gênero nas discussões brasileiras e de que forma o conceito foi sendo apropriado principalmente por historiadoras que já tinham uma profícua produção na área de história das mulheres.

Todas já pertenciam aos quadros universitários públicos e privados e tinham vínculo com os cursos de História. Nesse sentido, ambas tinham um espaço dentro do sistema universitário. Sendo que, algumas delas iniciaram a construção de suas carreiras acadêmicas a partir dos estudos sobre a mulher o que possibilitou o acesso as discussões de gênero a nível internacional e a sua inserção na historiografia brasileira.

Também podemos perceber que os Estudos de Gênero abarcam todas as chamadas ciências sociais. Como vimos, esse subcampo foi se desenvolvendo concomitantemente nas mais diversas áreas do conhecimento. Apesar de que, segundo o relato das historiadoras, essa inserção foi mais complexa e demorada na área da História. Nesse sentido, algumas instâncias de consagração foram sendo constituídas de forma interdisciplinar, a maioria dos núcleos de pesquisa e revistas da área são compostos por pesquisadores das mais diversas áreas. Outra questão importante foi perceber que todas discutem nos seus artigos a busca incessante de legitimação acadêmica do conhecimento produzido por elas dentro do campo da História e as lutas e tensões envolvidas nesse processo.

Importante ressaltar que este texto foca no desenvolvimento dos estudos sobre mulheres e gênero nas décadas de 80/90 do século XX. Obviamente teríamos outras considerações se fossemos analisar a situação atual dos estudos de gênero. Não é objetivo desse texto esgotar a discussão sobre a possível formação do subcampo de estudos sobre mulheres e gênero no campo da historiografia, me faltaria subsídios teóricos e empíricos para tal empreendimento.

O que se quis com esse trabalho foi demonstrar possíveis simetrias e similitudes entre a conceituação bourdiana sobre a constituição de um campo social e de seus subcampos e a trajetória dos estudos sobre mulheres e gênero empreendidos pelas historiadoras analisadas aqui. Isso implica dizer que o desenvolvimento, crescimento e reconhecimento e a continuidade desse subcampo depende da sua relação com o campo mais abrangente e essa relação não se deu de maneira tranquila no decorrer da trajetória desses estudos no campo da História. Além disso, deve se lembrar que um campo social nunca está determinantemente estruturado ou é estático ele é fruto das ações dos agentes envolvidos, em um espaço de relações objetivas que vivem em constantes tensionamentos.

Deste modo, a tentativa aqui, não foi encaixar perfeitamente a conceituação proposta por Pierre Bourdieu, mas utilizar suas reflexões como inspiração para compor mecanismos que contribuíssem nas análises do universo social em que se moviam essas historiadoras dedicadas a incorporar os estudos da mulher e gênero ao campo da História.

REFERÊNCIAS

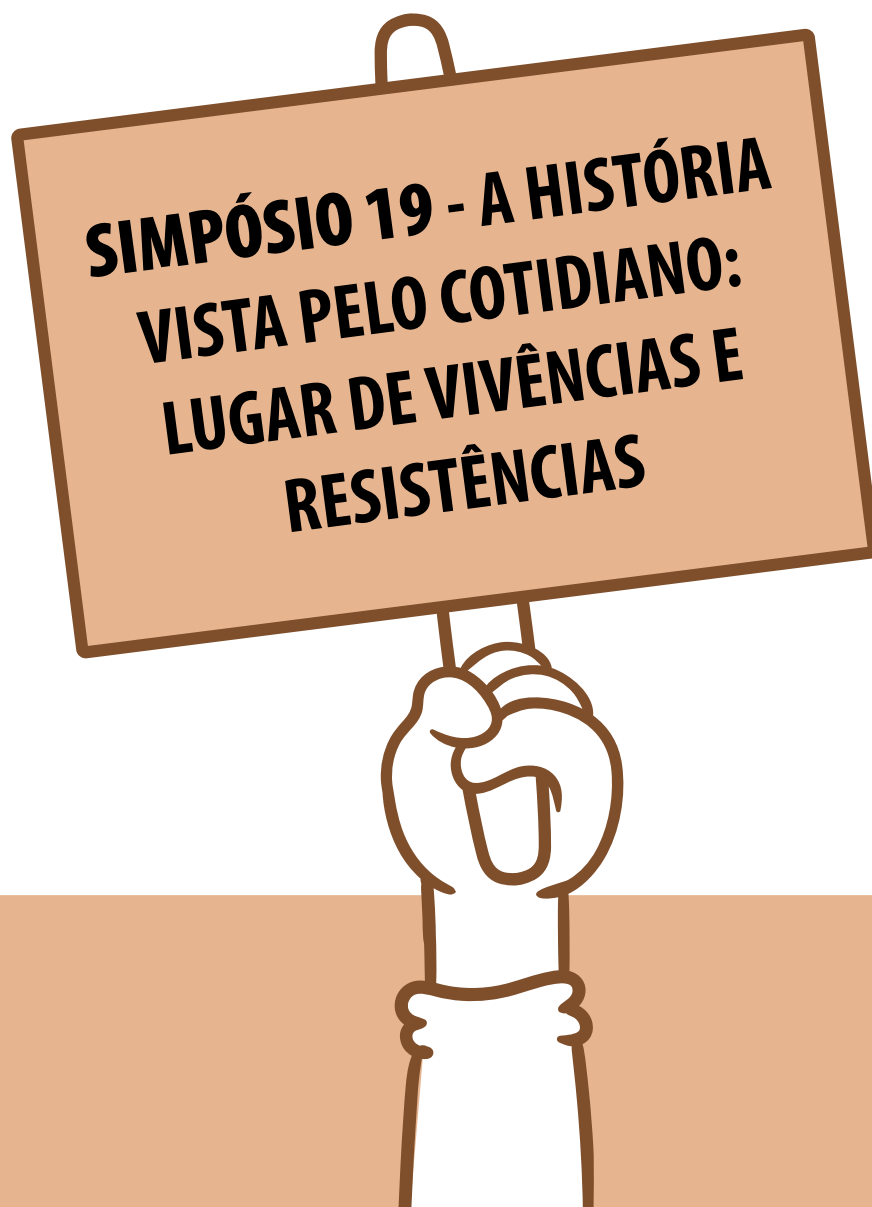
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (Orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 2001. p. 7-13.
- COLLING, Ana M. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção histórica do corpo feminino. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/9/30/1>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. Bauru: Edusc, 2005.
- MATOS, Maria Izilda S. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, p. 67-75, 1998.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra. Sobre a categoria de gênero na história. **DEDS em Revista**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 3-100, 2016.
- PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PERROT, Michelle; PAIRE, Alain (Orgs.). **Une histoire des femmes est-ce elle possible?** Paris/Marseille: Éditions Rivages, 1984.
- RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, 1998.
- RAGO, Margareth. O feminismo acolhe Foucault. **Labrys, études féministes/ estudos feministas** (Edição em Português – On-line), São Paulo, jul./dez. 2014.
- SCAVONE, Lucila. “Estudos de gênero e feministas: um campo científico?” In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu, São Paulo. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2007.
- SCHMIDT, Benito. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O biográfico**: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000.



SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007,

THOMSON, Patricia. Campo. *In*: GRENDEL Michael (Ed.). **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 95-114.



OS REFLEXOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER (1930- 1960)

Isabela Bez Batti da Silva¹

Ismael Gonçalves Alves²

Resumo: O presente estudo tem como objetivo descrever os reflexos das políticas públicas de saúde sobre a mortalidade infantil no município de Lauro Muller (1940- 1960) e analisar os motivos que levaram o poder público a atuar de forma assistencialista no controle dos problemas médico-sanitários que afetavam a população. Para atingir os objetivos propostos, compilaram-se informações que estavam distribuídas em livros, documentos oficiais, relatórios médicos e jornais. A partir deste estudo, verificou-se que as políticas públicas foram desenvolvidas tanto pelo setor público quanto pelo privado, para proporcionar o desenvolvimento econômico da região carbonífera e garantir que no futuro haveria mão de obra saudável e apta ao trabalho, porém sua atuação se ateve aos lares das famílias operárias e rompeu questões culturais e hábitos, podendo caracterizar tal ato como um processo de dominação cultural de classe.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Mortalidade infantil; Problemas Médico-sanitários.

1 INTRODUÇÃO

Na cidade de Lauro Muller, assim como na maioria das localidades que faziam parte da Região Carbonífera do Sul de Santa Catarina, a mortalidade infantil era um dos problemas sociais que afetava a população de baixa renda, causando preocupação em autoridades, que entendiam tal problema de saúde como uma baliza para o desenvolvimento futuro da região.

A primeira mina a extrair carvão mineral no sul de Santa Catarina foi instalada onde atualmente se encontra Lauro Muller. Para que se tornasse possível o escoamento do carvão para outras localidades, o Governo Imperial liberou a construção da estrada de ferro Tereza Cristina (1884). Naquele determinado momento histórico, a construção de uma estrada de ferro remetia a chegada do progresso na região, fazendo com que o carvão passa-se a ser visto como o “ouro negro”, pelas promessas de melhoria de vida que eram disseminadas em seus discursos, mas que contrastava com o elevado número de mortes, não apenas de crianças, mas de trabalhadores, devido ao processo de extração do minério.

Os maiores números de óbitos estavam concentrados nas vilas operárias, as quais foram sendo habitadas por famílias que migraram de diversas localidades, na busca de uma melhor condição de vida, rompendo sua ligação com a atividade agrícola e sendo inserida no capitalismo industrial que emergia no Brasil no século XIX. As vilas foram construídas sem planejamento, sobre rejeitos de carvão, sem saneamento básico, péssimas condições de higiene e nem sequer água potável, motivos os quais favoreciam a proliferação de doenças infectocontagiosas que ceifavam a vida das frágeis das criancinhas (CAROLA, 2017, p. 114).

¹ Mestranda no Programa de Desenvolvimento Socioeconômico – UNESC. E-mail: isabebatti@yahoo.com.br.

² Dr. em História e Prof. do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico – UNESC. E-mail: iga@unesc.net.

Diante de tal situação, houve a mobilização das autoridades, carboníferas e outras instituições para controlar as mortes através de ações profiláticas sobre o controle das doenças que acometiam a população. Desenvolvendo políticas públicas que aturam através de um conjunto de ações, e refletiram na mudança de realidade da população.

O presente estudo tem como objetivo descrever os reflexos das políticas públicas de saúde sobre a mortalidade infantil no município de Lauro Muller. Buscou-se compilar dados que estavam distribuídos em diversas fontes, como: livros, documentos, relatórios médicos e jornais, para a construção da memória local sobre o elevado índice de mortalidade infantil no município. Ao fazer o levantamento das estruturas desenvolvidas para o atendimento de saúde da população e o início da construção das políticas públicas voltadas para a proteção da infância, observou-se que as mesmas foram fundadas entre 1930 a 1960, o que justifica o recorte temporal desta pesquisa.

2 A CONSTRUÇÃO DO OLHAR SOCIAL SOBRE A CRIANÇA

No século XVIII a medicina não se interessava pela infância, tal preocupação surgiu em meados do século XIX, pois o sistema familiar herdou a herança do período colonial, em que a criança era vista como um objeto que deveria satisfazer necessidades, sendo tratada como um adulto em miniatura, impostas ao trabalho árduo e a duras punições em caso de desobediência (COSTA, 1989, p. 35).

A preocupação com a infância no Brasil ocorreu no momento de inserção do trabalho livre, onde se inicia o entendimento da importância da disciplina do corpo para suprir as necessidades do capital. A atuação médica sobre a infância se deu a partir de três motivos: a elevada taxa de mortalidade, o problema do menor abandonado e o poder do médico dentro do núcleo familiar. Os médicos sanitaristas acabam sendo inseridos dentro da célula da família com a função de higienizar, educar e normatizar as condutas dentro do lar. Desenvolvendo a educação de um corpo voltado para o trabalho desde o início da vida, para formar “cidadãos” adaptados à puritana ética do trabalho, comportando-se de forma a garantir a ordem social (RAGO, 1985, p. 117).

A família então começa a aderir um novo olhar sobre a criança, mais sensível e amoroso, principalmente entre as classes abastadas e urbanas deixando de lado a cultura da criança como mão-de-obra ou responsável por levar o sangue da família à frente. Perder um filho passou a ser algo temido dentro da estrutura familiar (MARTINS, 2008, p. 138).

Neste contexto, a medicina passa a se apropriar da infância e em 1900 surge no Rio de Janeiro as primeiras instituições de assistência infantil, com interesse em suprir as necessidades econômicas e produtivas da nação. Inicia-se a fundação de institutos e escolas profissionalizantes femininas e masculinas, para educar e orientar os “rejeitados, vadios e viciosos”, que era a forma como a criança era vista pela sociedade, formando operários especializados para trabalhar nas fábricas. Sendo assim, os médicos tomam uma posição de apoio governamental, atuando na educação sanitária e regulando o comportamento da vida social. (RAGO, 1985, p. 130).

As ações de assistência médica e social, desenvolvidas no Brasil, podem ser enquadradas no que Foucault (2010) chamou de biopolítica. Ao pensar a ação do Estado na gestão da vida, o filósofo nos fornece elementos para a reflexão sobre corpo na passagem do século XVIII para o XIX, a partir da transição de um poder soberano para outro, chamado de biopolítico, que enredou a vida social também no século XX. Por meio dessa nova forma de pensar o governo dos vivos, o Estado passou a entender a população como sua maior riqueza, atuando no prolongamento da vida e adiamento da morte, com a finalidade de utilizar estes corpos na produção de riquezas. Tal processo não se restringiu apenas ao corpo, mas a fenômenos coletivos que poderiam afetá-lo. E a medicina ocupou um papel central no controle social, sendo responsável pela articulação das políticas estatais (FOUCAULT, 2010, p. 32).

[...] o surgimento progressivo da grande medicina do século XIX não pode ser dissociado da organização, na mesma época, de uma política da saúde e de uma consideração das doenças como problema político e econômico, que se coloca às coletividades e que elas devem tentar resolver ao nível de suas decisões de conjunto (FOUCAULT, 2010, p.80).

A crescente preocupação com infância no contexto sociopolítico da primeira república resultou na reorganização dos sistemas de assistência, na elaboração de leis de proteção à criança, campanhas de vacinação, na construção de novas maternidades e hospitais, e instituições de cuidados pré e pós-natal. A preocupação com a infância estava vinculada também a necessidade de povoar o interior brasileiro, iniciou-se uma campanha de interiorização, incentivo a natalidade e a construção de políticas garantisse o desenvolvimento saudável das crianças (ALVES, 2014, p. 65).

A discussão em torno das medidas de proteção à infância ultrapassará aos poucos o nível da filantropia para tornar-se uma questão de Estado, ou melhor, dizendo, uma obrigação do Estado, que passa a ser regulamentada por leis [...] (RUSSO, 1985, p. 73).

A questão social brasileira aparece fortemente durante todo processo histórico país, a partir da queda do regime escravocrata inicia-se a formação de um elo entre a sociedade civil e o Estado, que perdura até os dias atuais. A qual tem a função de regular as questões sociais, garantir o equilíbrio entre capital/trabalho e o crescimento econômico. Ou seja, a partir do momento em que o Estado entende a sociedade como peça primordial para o desenvolvimento da nação, o poder estatal acaba estabelecendo relações que afetam a sociedade e a segrega em classes (IANNI, 1989, p. 145-154).

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE A CRIANÇA EM LAURO MULLER

Com o discurso do progresso sendo difundido no sul do Estado de Santa Catarina, em função da mineração, muitas famílias de colonos que moravam entre o planalto serrano e o litoral começaram a migrar para a região, onde atualmente está localizada a cidade de Lauro Muller em busca de melhores condições de vida (DALL'ALBA, 1986, p. 363).

Para suprir as necessidades de mão-de-obra, a carbonífera construiu as vilas operárias e sediam as casas para seus funcionários. Porém, o crescimento das vilas ocorreu de forma acelerada, desordenada e sem planejamento urbano. As moradias não possuíam energia elétrica, água encanada e sistema de saneamento básico, motivos os quais influenciaram para proliferação de doenças, que afetavam a saúde pública e impactava a sociedade tanto quanto o lucro gerado pela indústria carbonífera.

Para garantir o abastecimento de água no lar as mulheres e crianças iam até o rio com baldes e latões. Depois de algum tempo os próprios moradores instalaram duas torneiras para abastecer a população, que era um sistema precário e constantemente apresentava problemas, a água sem tratamento era consumida por todos. Já os organismos frágeis das crianças não suportavam e desenvolviam doenças gastrointestinais, um dos maiores motivos que causavam a morte.

O relato de Callado³ (1960) para a Tribuna Criciumense descreve o cenário vivenciado nas vilas operárias aonde a fome e a ausência de estruturas básicas de saneamento provocavam nas crianças doenças no aparelho gas-

³ CALLADO, Lydio Martinho. Roteiro da fome. *O Estado*, 21 novembro 1960. Publicado no *Tribuna Criciumense*.

trointestinal, respiratório, infectos contagiosas e subnutrição. O conhecimento limitado dos pais e a falta de higiene geravam condições favoráveis para a proliferação de problemas de saúde.

Figura 1: Vila Operária de Guatá – Lauro Muller/SC, crianças brincando descalças no solo contaminado pela pirita e em meio aos porcos.



Fonte: Arquivo pessoal de Daniel Schu

Frente a este cenário de horror que ocorria em toda a região carbonífera, o médico Dr. Boa Nova de Paula Junior, visita as vilas operárias em 1944, e em 1953 entrega ao Ministério da Agricultura o relatório dos problemas médico-sociais da Indústria Carbonífera Sul Catarinense. Em seu documento descreve o elevado índice de mortalidade infantil e suas causas.

O governo ao ficar ciente da situação envia o Deputado Jorge Lacerda, para Lauro Muller, com a função de fiscalizar a região do ponto de vista industrial e humano. Ao se deparar com os problemas do local Lacerda envia um relatório para o Congresso Nacional que posteriormente foi exposto em uma Comissão de Inquérito Parlamentar sobre as minas de carvão de Santa Catarina, em 1959. Tal CPI foi aberta para constatar as irregularidades a cerca da situação que se encontrava as condições de trabalho, habitação, alimentação e assistência médico sanitária dos trabalhadores nas vilas operárias. Em seu documento constava os seguintes dados: na Vila Operária de Guatá nasceram, em 1948, exatamente 200 crianças, e na data da sua visita, em 1957, haviam morrido 170 delas, estes números apresentam a proporção do impacto causado pela falta de assistência na localidade.

Estive em Guatá, e Rio Bonito, localidades do distrito de Lauro Müller, [...] Testemunhei naquelas localidades, com viva emoção, o espetáculo constrangedor, das casas dos mineiros, pequenas habitações de madeira enfileiradas, totalmente pretas, pois eram pintadas com piche. Na paisagem nenhum jardim, nenhuma flor. Carvão por toda parte: no chão, nos rostos, nas ruas, nas paredes, nos pulmões a tuberculose vai ceifando inúmeras vidas. E naquele ambiente soturno, a lembrar sombrias necrópoles, crescem e multiplicam-se as famílias dos trabalhadores, sem que nenhuma providência, sequer, venha minorar as aflições desse estado de verdadeira penúria (LACERDA In: DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL, 1959, p. 946).

Após a CPI do Carvão o Estado desenvolve o Plano de Recuperação do Trabalho nas Minas, executado pela Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN), que entre suas atribuições estavam: garantir a im-

plantação de saneamento básico, água potável, energia elétrica, fornecimento de alimentação adequada, serviço de medicina preventiva, escolas profissionais e autoriza o poder executivo a construir fundações ou outras providências para prestação de serviços de assistência à maternidade, à infância e à velhice (BRASIL, 1959, p. 140).

Na década de 60 a CEPCAN, encaminha ofícios para o prefeito de Lauro Muller, Sr. Beijamim Bitencourt Barreto (1963-1969), buscando resolver as irregularidades encontradas no município. A partir de tal ato as estruturas atendimento a população foram sendo implantadas, as obras de saneamento básico na localidade de Guatá (1967) e abastecimento de água potável na vila de Guatá (1971). As principais fundações de assistência à saúde foram implantadas com o auxílio da Carbonífera Barro Branco. Antes mesmo da CPI do carvão já existiam o Hospital Henrique Lage (1949) e o Posto de Saúde na localidade de Guatá (1954), mas na década de 60, a CEPCAN encaminhou verbas voltadas para melhorias no atendimento de saúde, aonde as estruturas já existentes foram melhoradas e houve a instalação um posto da SAMDU (Serviço de Assistência Medica Domiciliar e de Urgência).

Os médicos que prestavam atendimento nos postos de saúde começaram a repassar normas de higiene para as mulheres e suas crianças. Nas escolas era reforçado o ensino da puericultura. Começa a surgir cursos no município para as mulheres como: costura, bordado, limpeza e culinária. E aos pouco, as famílias acabaram se adequando e recebendo a estrutura necessária para tornar o lar um local de habitação saudável. Surgindo a hierarquização dos papéis de gênero (feminino-masculino) e suas funções na formatação da família operária.

Ao mesmo tempo em que o Estado era pressionado a desenvolver políticas para controlar a saúde pública, a indústria carbonífera também foi obrigada a realizar uma atuação assistencialista. As companhias instalaram nas vilas operárias as farmácias populares, com medicação a preço de custo, direcionavam verbas para a construção dos postos de saúde, contrataram médicos e enfermeiros para trabalhar em postos de emergência. Fundaram escolas técnicas, como o Serviço Social da Indústria (SESI) e a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores (SATC). Neste sentido, a indústria carbonífera também impulsionou o movimento civilizatório no sul de Santa Catarina (BARCHINSKI, 2004, p. 172).

As políticas assistencialistas estão articuladas ao interesse estatal, e utilizam de recursos públicos para formarem a figura de benfeitores, atenciosos e protetores. Através dos serviços concedidos, controlam o a sociedade, que se beneficia das políticas implantadas. Sendo que, muitas organizações estatais foram fundadas com esta estratégia, como por exemplo, a LBA (legião Brasileira de Assistência), que atuou na região carbonífera, e era de grande serventia para alguns políticos exercerem seu poder frente à sociedade (FALEIROS, 1991, p. 45).

CONCLUSÃO

Com o objetivo de analisar os reflexos das políticas públicas de saúde sobre a mortalidade infantil no município de Lauro Muller, foi possível constatar como a presença do Estado se fez necessária para sanar os problemas públicos que estavam assombrando a população. As políticas públicas direcionadas para as questões de saúde materno-infantil, a partir da década de 30, no Brasil, construiu um novo entendimento da importância da atenção à saúde de mulheres e crianças, fazendo com que se modificasse o sistema assistencial de todo o país. Neste sentido, foi entre as décadas de 40 e 60 que o alto índice de mortalidade infantil foi controlado no município de Lauro Muller, assim como na Região Carbonífera.

As políticas desenvolvidas não foram apenas de responsabilidade do setor público, visto que o setor privado atuou no processo de controle da saúde e da vida da população. Visto que, se o problema persistisse afetaria gra-

vemente a relação capital/trabalho, pois futuramente não haveria mão-de-obra para operar nas minas. Para isso, os corpos dos mineiros e suas famílias, foram sendo dulcificados e controlados pelos mecanismos de poder que exerciam o controle sobre a vida da população, para se utilizar deles da melhor forma possível, direcionando para os seus interesses.

Neste sentido, as famílias foram alvo prioritário das políticas médicas de controle, pois a instituição familiar passou a ser compreendida como um agente de reprodução da vida atuou dentro do mecanismo de manutenção da ordem social almejada pelo Estado, impôs a disciplina do trabalho industrial e proporcionou o movimento civilizatório na região. As ações do Estado e do setor privado tiveram um reflexo rápido e positivo, comparado ao restante do país em relação a questões de saúde pública, porém sua atuação dentro das famílias rompeu questões culturais e hábitos, podendo caracterizar tal ato como um processo de dominação cultural de classe.

REFERÊNCIAS

Livro

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

DALL'ALBA, Pe. João Leonir. **Colonos e mineiros no grande Orleans**. Florianópolis, 1986.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Capítulo de livro

BARCHINSKI, Bruna Spillere. A mortalidade infantil na capital nacional do carvão: memória, representações e ações profiláticas, 1940-1960. In: GOULART FILHO, Alcides (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

CAROLA, Carlos Renato. A formação do trabalhador mineiro, os acidentes de trabalho nas minas e a banalidade do mal ambiental no “progresso” da indústria carbonífera catarinense. In: ZANELATTO, João Henrique; ALVES, Ismael Gonçalves (Orgs.). **Histórias de Santa Catarina na segunda república (1930-1945)**. Criciúma, SC: UNESC 2017.

Dissertações e Teses

ALVES, Ismael Gonçalves. **(Re) construindo a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

Artigo de periódico

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos Criar seu Filho”: médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **Revista História, Ciência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010459702008000100008&script=sci_abstract&tlng=p. Acesso em: 10 out. 2020.



IANNI, Octavio. Questão Social. **Revista USP**, São Paulo, p. 145-154, 1989. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490>. Acesso em: 10 out. 2020.

RUSO, Jane. Assistência e proteção à infância no Brasil: a moralização do social. **O Menor em Debate**, Espaço, Cadernos de Cultura, Rio de Janeiro, p. 53-85, 1985.

Documento jurídico

BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. **Problemas médico-sanitários da indústria carvoeira**. Ministério da Agricultura: DNPM, 1953.

BRASIL. **CPI do Carvão**. In: Diários do Congresso Nacional. 31 de Janeiro de 1959. p. 946-954.

CEPCAN. **Assistência Social na Indústria Carvoeira**. 1956.

EM PROL DO SANEAMENTO SOCIAL: IDENTIFICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERETRIZES ESTRANGEIRAS EM CURITIBA (1928-1932)

Wellington do Rosário de Oliveira

Resumo: A modernidade trouxe consigo efeitos colaterais que proporcionaram a criação de novas políticas públicas em torno de métodos capazes de conter grupos e indivíduos “marginalizados”. Sendo assim, a presença de mulheres meretrizes estrangeiras em Curitiba, gerou um constante embate entorno de medidas relacionadas ao cotidiano da cidade, atrelado ao desenvolvimento da prostituição e da criminalidade. Dessa forma, esta pesquisa buscará analisar os Prontuários de Meretrizes entre os anos de 1928 e 1932, bem como os métodos de identificação e os limites que regulavam os espaços físicos e morais onde a transgressão poderia ser tolerada. Se baseando em questões teóricas, a pesquisa se debruçará sobre a prostituição feminina, crime e criminalidade, métodos de identificação, abordando ainda uma análise da subjetividade presente em fotográficas das meretrizes identificadas.

Palavras-chave: Curitiba; Criminalidade; Prostituição.

INTRODUÇÃO

O progresso e a civilização, oriundo da modernidade em Curitiba durante a década de 1930, surge nos escritos policiais e impressos, como artérias de um projeto de cidade elegante e sofisticada, das praças e avenidas, dos jardins ornamentais e das ruas que começavam, em meio a um progresso tardio e acelerado, mudar a paisagem cotidiana dessa cidade. Como em grandes metrópoles do país e do mundo, Curitiba passou a concentrar dimensões às margens de becos e vielas da cidade, espaço donde aos poucos, iam se aglomerando grupos alternativos, das mais diversas etnias, com finalidades distintas, e que se tornaram, usualmente, um problema social para a sociedade.

Mesmo sob uma perspectiva de intervenção policial na prática da prostituição pública, a partir da década de 1920, a população curitibana esteve espreitas aos “malefícios” que a epidemia de modos desviantes e a ausência de modos disciplinares eficientes trouxeram à cidade. Dessa forma, em combate à prostituição clandestina, intensificou-se uma espécie de combate à “degradação física e moral”, como lembra (IGNÊS, 1996, p. 81) sobre a categoria de sujeitos denominados “vadios”¹. Sobre esses sujeitos, as autoridades buscaram adotar novas políticas de intervenção, capaz de diagnosticar as manifestações desses grupos alternativos, bem como seus hábitos e costumes “inadequados e indesejáveis”.

Como parte desse “diagnóstico”, as autoridades públicas agiram na tentativa de mapear os *Rendez-Vous*², que gradativamente se tornavam cada vez mais perceptíveis aos olhares de transeuntes que circulavam pelas regiões centrais da cidade. As discussões de fontes impressas nos trazem a possibilidade de debatermos sobre o papel fundamental das práticas policiais e do discurso da imprensa nas representações coletivas acerca da prostituição feminina. Não se trata apenas de buscar narrativas sobre essas mulheres partindo de discursos policiais e morais,

¹ Ainda segundo (IGNÊS, 1996, p. 81), os vadios eram classificados como sujeitos ligados à ausência de ocupação “honesta e proveitosa”, aqueles que recusavam o trabalho, como: vagabundos, mendigos, inválidos, jogadores, caftens, meretrizes etc.

² Refere-se aos espaços públicos onde a prostituição era deliberada pelas ruas e bairros das cidades.

mas também olhar para as fontes, como parte de um documento subjetivo, no qual nos possibilita a compreender uma visão de mundo partindo da perspectiva de vida dessas mulheres, vítimas da opressão e estigmatização social.

Dessa forma, partindo de discussões que tendem a objetivar os métodos de caráter repressivo, capazes de conter e identificar sujeitos “indisciplinados”, assim como aconteceu em todo o país, inspirado por modelos policiais de estudiosos europeus, surge em Curitiba, ainda no limiar do século XX, o Gabinete Antropométrico, se tornando posteriormente, Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Essa instituição surge como forma de estabelecer o vínculo entre a ordem e a harmonia da capital, em meio a um projeto desenvolvimentista de progresso e modernidade, trazendo discussões em torno da qualificação de agentes municipais qualificados para a desordem, conforme lembra (GRUNER, 2017, p. 152).

DOS MÉTODOS DE IDENTIFICAÇÃO

Durante a primeira República, idealizou-se um imaginário desenvolvimentista, onde o aparato policial se propôs a discutir, em cooperação com países vizinhos como a Argentina, os efeitos não desejados dessa modernidade acelerada que se manifestava pelo viés da ociosidade e da criminalidade em todo o território. Dessa forma, os sinais perceptivos do progresso em grandes centros urbanos, também tiveram reflexos na capital paranaense no limiar do século XX, onde foram implantados métodos de identificação capazes de assegurar a veracidade de sujeitos delinquentes, como meretrizes estrangeiras, e suas práticas delitivas.

Baseado em escritos policiais de influenciadores europeus como Alphonse Bertillion e Juan Vucetich, importantes figuras na consolidação do desenvolvimento de sistemas de identificação para sujeitos inseridos âmbito da criminalidade, foi inaugurado em Curitiba, o primeiro Gabinete Antropométrico do Estado do Paraná, em 1905 de acordo com (GRUNER, 2017). Este órgão possibilitou no desenvolvimento de mecanismos de identificação de meretrizes, com base em diversas técnicas baseadas em fichas técnicas capazes de classificar medições corporais milimetricamente analisadas, bem como a possibilidade de uma perspectiva interpretativa do uso da fotografia para a identificação de criminosos reincidentes.

Aliadas, fotografia, antropometria, datiloscopia e estatística tornaram as influências da nova ciência palpáveis. A passagem de luz pelas lentes das câmeras, gravando informações reveladas em papel fotográfico, perenizava os rostos suspeitos. (WEINHARDT, 2016, p. 124)

Dessa forma, esses métodos de identificação serviram como meios de controle contra a marginalidade, agindo sobretudo, em zelo pelo saneamento moral e social da sociedade. Em Curitiba, coube o regime de Identificação Criminal, atuar ensaiando sobre os riscos eminentes da tramitação de sujeitos perigosos, na medida em que eles passaram a se tornar frequentes em denúncias periódicas da imprensa local. Ou seja, indivíduos que dependiam do vício e de virtudes pouco aceitáveis aos padrões morais do século XX, era preciso exaltar a polidez de uma sociedade moralmente religiosa e conservadora, disseminando olhares e discursos sobre indivíduos “indesejáveis” e que destruíam, indiretamente, as famílias de “boa índole”.

Um dos estudos mais notáveis, parte dos escritos de (LOMBROSO; FERRERO, 1895, p. 6), onde ambos se apropriam de estudos zoológicos para pensar as relações de gênero entre homens e mulheres, através das ideias como diferenças de raça e classe. Ainda no século XIX, Pauline Tarnowky a partir de uma série de estudos antropométricos em 1889, buscou se debruçar sobre uma metodologia voltada à medição dos corpos femininos de

mulheres prostitutas hospitalizadas, defendendo a tese de que a prostituta era fruto de uma reincidência genética, e não apenas de doenças contagiosas que contribuíram para a formação da noção de “anormalidade física”, segundo (SAIOL; PRECHET; NERY, 2015, p. 64).

No cenário brasileiro, embora o Código Penal Brasileiro de 1890 não reconhecesse a prática da prostituição enquanto um crime, o ato de aliciar mulheres ao submundo com a finalidade de “favorecem ou facilitam a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem”, era um delito passível de punição. Este código, embora tenha sido criado no início da República Federativa do Brasil, ficou em funcionamento durante toda a década de 1930, e contribuiu na prevenção contrassujeitos atividades de proxenetas ligados a organizações criminosas.

A prostituição-crime, a prostituta-criminosa, são concepções errôneas de outras épocas. Seja fenômeno fisiológico, seja fenômeno patológico, da vida coletiva, a prostituição aparece hoje a moralistas, sociólogos e criminólogos como resultante do meio social, tendo por causa direta, preponderantemente, quase exclusiva, a miséria, tomada essa expressão no seu significado mais amplo. (RAGO, 1991, p. 151.)

Com a criação da Delegacia de Costumes em Curitiba em 1928, este órgão passou a agir contra atos imorais promovidos por homens e mulheres enquadrados nas práticas que antecederam os crimes hediondos, ou seja, que agiam contra a moral e os bons costumes. Não se tratava de averiguar crimes de sangue, mas crimes contra a moralidade. De acordo com o Decreto nº 8068 de 12/12/1927, a Delegacia de Costumes deveria agir em função de evitar práticas como a prostituição clandestina, estabelecendo um vínculo pedagógico ao tentar controlar corpos vulneráveis de mulheres prostitutas na capital paranaense.

A prostituição, em grande escala no cenário brasileiro durante a primeira República, foi difundida e classificada, entre médicos e higienistas do Rio de Janeiro, em duas formas de análise. A primeira buscou diagnosticar a prostituição clandestina, associada à exploração e ao lenocínio, que operava ilegalmente porque envolvia questões vinculadas à exploração sexual para fins econômicos, o que dificultava as autoridades policiais devido à sua complexidade. A segunda tratou de domesticar a prostituição livre, sendo ela pública, mapeada e diagnosticava sobre laudos médicos, enquanto um “mau necessário” socialmente aceitável e tolerado, justamente pela conotação civilizadora que esta tinha sobre a sociedade ao iniciar a vida sexual dos homens, preservando o culto à virgindade das moças de família antes de cerimônias religiosas segundo a historiadora (ENGEL, 1996, p. 43).

Dessa forma, com a introdução de uma documentação capaz de identificar meretrizes, as autoridades passaram a vigiar e controlar o meretrício no espaço urbano, tornando essas mulheres submissas à um regime de repressão policial e médico, que as impediam de circular para fora das zonas designadas no registro oficial. Coube à essas mulheres, respeitarem uma ordem territorial, ficando reclusas à circulação indevida por certas regiões centrais da cidade, isso, no entanto, não concedia a elas nenhum outro direito, a não ser, o de poder transitar para ruas afastadas do centro ou seja, à uma “geografia do prazer”, termo cunhado por Rago (1991), para ilustrar a identificação do meretrício na grande São Paulo.

O CORPO COMO INSTRUMENTO SUBVERSIVO

Enquanto um modelo de identificação, muito semelhante a outros utilizados por diferentes entidades judiciais ao longo dos séculos XIX e XX, o modelo criado para a identificação de meretrizes estrangeiras em Curitiba, apresentava características em comum com outros dois importantes métodos. Nestas fichas, a datiloscopia, a antropometria e o uso de fotografia foram reunidos para um só objetivo, permitir as autoridades policiais um melhor

acesso e manuseio de dados manuscritos referentes às questões criminalísticas do Estado, fruto de uma “verdadeira linguagem universal”, onde foram realizadas conferências internacionais sobre as polícias da América do Sul.

A universalidade desses métodos, como lembra o historiador (GALEANO, 2017, p. 174), se deu graças à Vucetich, conhecido como o “pai da datiloscopia”, quando o mesmo havia apresentado no Congresso Pan-americano de Santiago de Chile, uma proposta de projeto de ficha universal para troca de informações referentes à criminosos. A ideia seria criar uma “união policial universal”, capaz de aproximar as autoridades policiais de diferentes vizinhos, através da troca de informações, intercâmbios, além de correspondência entre os países envolvidos, o que demonstrou tamanha eficácia sobretudo na contenção e identificação de criminosos internacionais.

Projetamos, dessa forma uma análise objetiva dessas fontes. O processo de identificação de mulheres meretrizes em Curitiba, se deu em dois respectivos períodos. O primeiro durante o início do ano de 1929, momento que capital do Estado passava por constantes campanhas, sobretudo por intermédio do discurso periódico, contra a desordem e exploração de mulheres inseridas no submundo da prostituição. O segundo momento, se deu no ano de 1930, momento uma grandiosa organização criminosa Zwi-Migdal³, que traficava mulheres europeias à escravidão, é descoberta, tendo impactos até mesmo no cenário curitibano.

Com nomes, sobrenomes e apelidos, os prontuários de Meretrizes consistiam na coleta de dados sobre aspectos pessoais e familiares das interditas. Acompanhado de uma ou mais fotografia, essa técnica foi capaz de nutrir prontuários dando resultados práticos e eficientes para a identificação de sujeitos “delinquentes”. Seu caráter autoritário, expunha a filiação, nacionalidade, naturalidade, nascimento, estado civil e instrução das mulheres submetidas ao processo, servindo ainda como um mecanismo cromático, onde buscava identificar a homogeneização das faces através de detalhes como a cor dos olhos, cabelo, altura, largura dos rostos, mão direita e esquerda, sinais de nascença ou sinais de ferimentos fossem minuciosamente descritos na coleta. Esta sessão consistia na inovação antropométrica inspirado pela antropologia física, fundamento por estudiosos como Paul Broca e Adolphe Quételet, segundo (SANTOS; SOUZA, 2012, p. 642)

Em segunda escala, o documento priorizava o aspecto social das mulheres meretrizes. Nesta sessão, a interrogada descrevia seu histórico familiar, seus antecedentes amorosos, se havia marido ou não, fator preponderante para a discussão da inserção dessas mulheres no submundo da prostituição. Isso precede à um certo estereótipo arcaico de insuficiência subjetiva de que uma mulher pública, só se torna prostituta porque é expulsa das relações familiares na qual estaria inserida. Era preciso ainda, apresentar o parentesco por completo das meretrizes. Se fosse de primeiro grau, seria preciso informar pai, mãe e irmãos. Caso obtivesse um grau de parentesco longínquo, era preciso também esclarecer com clareza o devido parentesco.

Por exemplo, Jeanne Mennin era francesa, dos olhos azuis e rosto rosado, nasceu no dia primeiro de agosto de 1895. Após três anos desde que abandonou o lar, provavelmente por estar na condição de viúva, se jogou às margens da prostituição em Curitiba. Não se sabe ao certo quando Jeanne entrou no submundo da prostituição, mas desde que fora identificada pelo Gabinete de Identificação do Paraná, em seis de abril de 1929, estimasse que a mesma “circulasse como borboleta” pela capital há aproximadamente 4 anos.

Diferente de muitas outras meretrizes francesas identificadas ao longo do período tratado, Jeanne obteve no mesmo ano, uma notificação pela Delegacia de Costumes de Curitiba, por atividades suspeitas em uma casa de tolerância. A mesma não chegou a ser presa, mas esta pequena passagem pela Delegacia de Costumes, acabou

³ Organização criminosa que chefiava uma quadrilha internacional traficando escravas brancas para os principais bordéis da América do Sul, como Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo.

difícultando em uma petição jurídica futura, onde a mesma solicitou requerer o atestado de cidadã brasileira, que dava direito a uma carteira de identidade nacional, em 1931. No entanto, para que Jeanne tivesse o reconhecimento de cidadã brasileira, era preciso recorrer as autoridades de outros Estados, no qual a mesma teria transitado antes de pousar sobre terras paranaenses. Sendo assim, foram expedidos, à mando do Gabinete de Identificação de Curitiba, documentos às autoridades de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, onde solicitavam cópias de fichas datiloscópicas da referida. Em todos os três Estados, as solicitações foram colhidas e reencaminhas novamente à Curitiba, onde foi comprovado que Jeanne não havia passagem policial naquelas respectivas diligências.

Os esforços para identificar possíveis vítimas do tráfico de escravas brancas e do lenocínio na capital eram tão expressivas, que até mesmo o setor de *Division Investigaciones de la Republica Argentina*, em junho de 1929, encaminhou uma ficha datiloscópica n. 74, no qual informava que a meretriz francesa de nome Jeanne Mennin, não apresentava passagens pela polícia de Buenos Aires. Realizadas as exigências solicitadas por lei, a mesma deteve naquele ano, o atestado de idoneidade e identidade nacional como peticionado. Recebeu ainda, o direito a um passaporte certificado pelo consulado francês, após ingressar no ramo do comércio. Seu prontuário foi contestado em setembro de 1934, onde pedia o cancelamento do mesmo, pois a mesma acusava não pertencer mais às ruas.

No entanto, como lembra (VINCENT, 2006, p. 78), essas mulheres europeias, como vítimas das artimanhas de agentes criminosos, ao chegarem nos países da América do Sul, não apresentavam documentações, e quando portavam, eram documentos falsos, criados pelos próprios proxenetas, já que o policiamento marítimo do século XX, não era capaz de identificar a imensa diversidade de nacionalidades que entravam e saíam do país. A tática de trocar os nomes e documentos falsos, se tornou usualmente entre os criminosos para despistar as investidas policiais na hora de identificar esses sujeitos, como mencionado no caso anterior. Sendo assim, a fotografia criminal, (GALEANO, 2017, p. 139), possibilitou identificar, com auxílio dos demais métodos de identificação, as diversas faces que circulavam entre as fronteiras. Esse intercâmbio de informações, trocas policiais se intensificou na década de 1930 durante o processo de identificação e circulação de proxenetas familiarizados à celebre Zwi-Migdal.

No que se refere à prostituição pública, entre os anos de 1928 e 1930, das 1957 mulheres prostitutas identificadas pelo Gabinete de Identificação e Estatística de Curitiba, apenas 58 eram mulheres que provinham de regiões do continente Europeu, segundo dados levantados por (AGUIAR, 2017, p. 201). Isso representava aproximadamente, dezesseis por cento de toda atividade do *metier*⁴ referente à celeuma da prostituição pública na capital. No entanto, esses dados não levam em conta a prostituição clandestina, que de certa forma se desenvolvia em maior quantidade e velocidade do que a prostituição livre, pois ela não era uma atividade observável, nem passível de ser identificada, muito menos tolerada, pois haviam crimes de caráter hediondo que orbitavam à prostituição clandestina, como crimes sexuais, tráfico de pessoas, corrupção, falsificação de documentos e o lenocínio.

SUBJETIVIDADE E FOTOGRAFIA FORENSE

Com os avanços da polícia científica, como já discutido anteriormente, o uso de novas técnicas e procedimentos modernos de investigação, se propuseram a entender a linguagem científica do perfil do criminoso a partir do uso da fotografia. No entanto, mesmo Alphonse Bertillion, pai criador da Antropometria, reconhecia que o uso da fotografia, embora permitisse o reconhecimento facial do sujeito criminoso a partir das fichas de identificação, este mesmo recuso poderia ser usado em contramão, na inversão precisa dos aspectos sinaléticos da antropometria, que descreiam aspectos fisiológicos faciais, a rigor dos inquéritos policiais impostos por autoridades do período.

⁴ Ofício da prostituição.

Tudo na natureza pode ser classificado, segundo (BERTILLON, 1883, p. 24), desde classe, família, gênero, espécie de plantas e animais, insetos, homens e mulheres. Dessa forma, aplicada no âmbito de estudos antropológicos, a fotografia serviu como importante mecanismo de identificação e controle de sujeitos “marginalizados”. As características da fotografia poderiam exaltar os sinais subjetivos de um determinado sujeito, apontando seus “desvios patológicos”, utilizados como descrição para os métodos de identificação. Dessa forma, criava-se uma áurea, um ônus, capaz de proliferar discursos sobrecarregados de estereótipos, para (SCORSATO, 2012, p. 04).

Sob a confecção de um sistema sinalético, os Prontuários de Meretrizes foram confeccionados no formato 14,6 x 15cm, onde cada ficha continha duas ou mais fotografias do sujeito, de frente e de lado. Estas fichas apresentavam descrições minuciosas de qualquer traço oculto ao olho nu, ou seja, o corpo passa a se tornar objeto técnico, passível de uma catalogação, numeração e arquivamento que possibilitava o preparo na consulta de dados, habilitada para prevenir e reprimir qualquer sujeito as margens da criminalidade.

De origem francesa, Georgette Tremont, identificação n. 265, nasceu no dia 20 de abril de 1905, suas características descreviam, ao enquadramento policial, cor branca, de olhos castanhos e cabelos acastanhados, de um metro e cinquenta e quatro. Sua submissão até as autoridades policiais para ser identificada, em nada impediu sua expressão mediante ao silenciamento redigido pelo método policial ao esbanjar um sorriso tímido, que em nada lembraria uma fotografia forense⁵. No dia da ocasião, Georgete vestia um casado de pele, acompanhada por um esplendoroso penteado, auxiliado ainda sobre um colar de pérolas, talvez falsificadas, ou não.

Estas diferentes emoções e reações ao processo de identificação são talvez as expressões mais legítimas de subjetividade presente nas imagens e a única que está fora do alcance dos meios de controle, afinal é impossível controlar a reação da pessoa no breve instante em que o ato fotográfico ocorre. (AGUIAR, 2017, p. 151)

Graças ao uso da fotografia, pode-se observar o que há por detrás de rostos marcados por expressões de múltiplas subjetividades e características efêmeras, tornam essas mulheres, dentre centenas, únicas. Roupas elegantes, de veludo ou pele falsa de animal, de seda ou algodão, chapéus com penas e maquiagens coloridas eram ornamentos que destacavam as expressões, batons avermelhados e escuros demonstravam lábios ambiciosos, olhares atentos como também olhares entristecedores, acessórios, brincos, colares, perfumes, tudo se configurava enquanto parte de uma sintética arte subjetiva incorporada por cada uma dessas mulheres. Tratava de ver o mundo a partir da perspectiva dessas mulheres, não apenas de um olhar masculino, baseado em procedimentos, ocultadas por sistemas de valores, cuja intenção seria excluir da sociedade, como reforça Perrot (2017, p. 198).

A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção signífica. Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural. Dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar. (MAUAD, 1990, p.11)

Para além de uma ferramenta de precisão reveladora de expressões, a fotografia funcionava ainda como captação da percepção do sujeito, que supria suas dificuldades através da expressão no momento exato da interdição, características que não podem ser analisadas por meio da oralidade, pois o documento não deixa exemplificar a

⁵ A fotografia forense no âmbito judicial, pode englobar uma documentação, tanto das vítimas de um crime quanto as cenas do mesmo e outros elementos necessários para descrever e documentar pessoas e objetos.

condição social no qual essas mulheres estiveram submetidas. Desta forma, não se trata de uma linguagem verbal, pois ela carece de um estudo no campo da semiologia, ciência que dá significados aos sistemas de signos que podem compor uma imagem a partir de gestos, expressões e vestuário, elementos que compõem uma fotografia forense.

Outro debate importante no uso da fotografia, foi a possibilidade de captar a expressão de uma subjetividade que demonstrasse sentimentos, como fragilidade, pertencimento e contentamento sobre um método que não dispensava estratégias de dominação, segundo (FABRIS, 2009, p. 428). A subjetividade do sujeito, no que tange à fotografia forense, se destaca pelas expressões que determinado sujeito deseja passar de si mesmo. Isso torna a imagem um campo propício para narrativas históricas sobre esses sujeitos, repletos de simbolismos, dando significado na forma como esses sujeitos se portavam diante desses métodos.

Analisando o prontuário de Antonieta Diná, nascida em 18 de outubro de 1900, meretriz natural de Veneza, na Itália, ela afirma ter abandonado o lar há 14 anos, desde que foi identificada, em 1930. Em breve descrição sobre sua vida pública, Antonieta alegou ser meretriz há 14 anos desde que teria chegado na capital paranaense. Em sua trajetória pela cidade, foi acusada apreendida duas vezes por crimes contra a ordem pública, a primeira em 1935 e a segunda em 1936. Os prontuários eram atualizados com frequência, na medida em que houvesse possíveis contravenções ou exames médicos por parte de policiais e médicos, o que poderia acarretar a sua imagem perante a crimes hediondos ou até mesmo na anulação do prontuário, após provarem deixar a prostituição.



Figura 1 - In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Prontuário n. 18 de Dina, A.

O caso de Antonieta é peculiar, pois em sua documentação, há anexado uma pequena observação atestando o falecimento da meretriz em 1937, onde teria sido vítima de um assassinato. Pesquisando as fontes impressas do período, foi possível identificar a motivação do crime, bem como detalhes sobre o ocorrido. Conforme a reportagem do periódico *Correio do Paraná*, o crime envolvia uma brutal cena de sangue, realizado em um bas-fond da capital, envolvendo um investigador da polícia Pedro Freitas e uma meretriz, cuja identificação era Antonina Dina. Há vários anos, segundo a notícia, os dois amantes viviam uma vida romanesca em um bordel da cidade de onde a vítima era proprietária. Após alguns anos, o interesse recíproco foi se apagando, e daí surgiram antecedentes de agressões por parte de Pedro. Mas foi em 1937 que o autor “abandonado” se dirigiu até o bordel onde estava Antonieta, e disparou três tiros em Antonieta pelas costas⁶.

O criminoso já apresentava histórico de tentativas de suicídio após ingerir soda caustica em Paranaguá, e outras agressões contra meretrizes que trabalhavam na propriedade de Dina. No dia seguinte da cena do crime, Pedro se apresentou à delegacia e confessou não se lembrar do ocorrido por ter sido influenciado pela embriaguez do momento. De qualquer forma, o dr. Lúcio Correia decretou a prisão preventiva do criminoso pela brutalidade, frieza e abandono da cena do crime. Enquanto a vítima, mulher estrangeira, de poucas informações sobre o seu

⁶ CORREIO DO PARANÁ. “Sangue no bas-fond”.

destino até Curitiba, teve um triste fim estampado nas páginas dos jornais que problematizavam a sua condição de mulher da vida⁷.

Em vista disso, a imagem tanto do método policial, do enquadramento da meretriz, quanto das fotografias que circularam nos jornais, fazem parte de uma decodificação da “aura humana”, ou seja, da condição social no qual o sujeito esteve inserido. Analisando outras imagens de Antonieta Diná, foi possível compreender que se trata de situações paralelas, de períodos diferentes. Uma em especial, Antonieta aparece sendo fotografada enquanto caminhava sobre uma calçada, vestindo roupas, sapatos e uma bolsa, meses antes do crime. De certa forma, a diferenciação da sua vestimenta, mostra como ela, ao longo dos anos, conseguiu traçar um rumo diferente daquele de quando havia chegado misteriosamente na cidade.

Em outro prontuário, referente à Anna Muchaloska, ou Hasmi Muchakoska, como preferia ser chamada, foi uma mulher de origem austríaca, nascida em 1899. Suas características apresentavam: pele branca, olhos azuis e cabelos castanhos. A identificação de Anna ocorreu em 1929, onde ela afirmou ter chegado em Curitiba há aproximadamente 17 anos de idade, vindo a abandonar o lar e se tornando prostituta em 1928. Referente ao seu comportamento no meio social curitibano, sobre possíveis contravenções e interdições da policial, em comparação com o caso anterior, Anna não apresentava nenhuma conduta registrada em seu registro de antecedentes criminais.

No entanto, fato que chama a atenção para este caso, é que a meretriz teria realizado constantes viagens Brasil à fora, nos últimos meses, desde que foi identificada. Isso era comum entre proxenetas e meretrizes de circularem entre grandes centros urbanos como Paris, Londres e Buenos Aires, espaços onde a prostituição era vista à céu aberto, como menciona (RAGO, p. 1989). Preocupados com o histórico de viagens de Anna, o Gabinete de Investigações de Curitiba, solicitou que o Gabinete de Identificação e Estatística do Paraná em 1929, emitisse um documento analisando a identidade da meretriz, para apurar possíveis passagens pela polícia daquela capital. Embora não tenha tido registrado nenhuma queixa contra a meretriz, em nada impedia de que ela pudesse estar envolvida com lenocínio e tráfico de mulheres, já que portar de documentos falsos era um hábito comum entre criminosos viajantes que se instalavam em diferentes regiões.

A pedido das autoridades paranaenses, foi solicitado um requerimento à *Division Investigaciones*, da cidade de Buenos Aires, onde o chefe de Gabinete de Identificação e Estatística daquela cidade afirmou que: *la persona cuya individual dactiloscópica se sirvió remitir a esta oficina para su información y que disse llamarse Anna Muchaloska no registra antecedentes judiciales em esta oficina*. Duas semanas depois, foi a vez do Diretor de Investigações Criminais do Rio de Janeiro, emitir um documento alegando não haver, em nome de Anna Muchaloska, antecedentes registrados naquele respectivo gabinete.



Figura 2 - In: Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Prontuário n. 75 de Muchaloska, A.

⁷ DIÁRIO DA TARDE. “Amor Infeliz”. Curitiba, 28/08/1937.

Com um corte de cabelo graciosamente curto, bem modelado e com um olhar sob expressão séria, Anna utilizou no dia em que foi identificada, um colar que aparentava ser perolas, usando um casaco preto, similar a tecidos de peles de animais, apresentando características de uma vida social diferente das demais meretrizes identificadas, como o caso da Italiana Antonieta Dina, onde apresentava um olhar entristecido, reflexo da sua possível condição social no âmbito da pobreza.

“mulheres loiras, ruivas, claras, delicadas, de olhos verdes ou azuis tornavam-se mais misteriosas e inatingíveis para uma clientela masculina seduzida pelos mistérios fantásticos da vida moderna e impulsionada pelo desejo de desvendar física e simbolicamente os labirintos do prazer”. (RAGO, 1991, p. 224)

No campo da história da violência e da subjetividade, são inegáveis as contribuições que as discussões teóricas a partir da centralidade sobre sujeitos marginalizados nas discussões e escritos proferidos por Michel Foucault. Buscando compreender o contexto do desenvolvimento da criminalidade e das redes de prostituição na Europa do século XIX, o autor afirma em sua obra *Vigiar e Punir*, que através do sistema panóptico da penitenciária como redentora do sujeito criminoso, visando sua readaptação na sociedade, proporcionou o desenvolvimento de grupos e técnicas capazes de converter a experiência da prisão, em algo ainda mais pecaminoso e transgressivo, como aconteceu com homens e mulheres no âmbito da prostituição, (FOUCAULT, 1977, p. 270).

Esses métodos de identificação, instituído através da microfísica do poder, fazem parte de um processo em que visa controlar a sujeição do corpo feminino com o objetivo de torná-los corpos dóceis e úteis. Foucault mostra ainda, que no discurso sobre o sexo, o poder não se define exatamente pela prática, no ato de impedir o sujeito de desdenhar suas condutas, mas sim pela proibição que o poder impele aos sujeitos de fazerem. Ou seja, nunca houve uma repressão sexual, mas sim uma incitação capaz de incentivar a fala sobre o sexo, tendo em vista, normatizar um discurso sobre o sexo, onde o indivíduo passaria a se autovigiar e autocontrolar, contra a sexualidade.

E é nesse espaço, intimamente pessoal da subjetividade, que embora vivido pela experiência coletiva, nos apresentam possibilidades de diferentes análises sobre sujeitos do passado. Para compreender o sujeito e a subjetividade, como um processo de subjetivação, ou seja, das formas como os sujeitos interagem e se relacionam com as coisas, como expressões do corpo, não apenas das relações orgânicas, mas também construídas ao longo de sua existência, segundo (FOUCAULT, 1984. 28). A subjetividade está atrelada aos modos pelos quais os sujeitos, neste caso, como por exemplo, a análise das representações de mulheres meretrizes, que se observam e se auto reconhecem enquanto lugar de saber e de uma produção de verdade.

A subjetividade presente nos prontuários de identificação demonstra uma série de significados e práticas sobrepostas sobre um dispositivo disciplinar que tende a regular a noção de sexualidade. A prostituta, figura excluída da sociedade, no que tange à pouca produção intelectual escrita por elas, na expressão da subjetividade através da imagem, a análise desse material contribui para expor o lócus sobre a verdade e as formas de como encaravam o cotidiano policial sob constante vigilância de seus corpos “subversivos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro dessas limitações, construídas através de questionamentos, que os prontuários de meretrizes caracterizam um importante documento histórico para se pensar a condição social de mulheres inseridas no âmbito da

prostituição. Em suma, grande parte das meretrizes identificadas se apresentavam enquanto analfabetas, carecendo de uma escrita sobre si mesmas. No âmbito das relações entre arquivo documental e a escrita de uma subjetividade, pouco se tem produzido sobre essas mulheres, cabendo o historiador tomar discursos formalizados no âmbito da imprensa periódica, médica, higiênica e policial, como meras narrativas sobre sujeitos do passado, problematizando seu caráter relutante e concreto, contribuindo na desconstrução de figuras “inexpressivas e sem voz”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Nayara Elisa. **Um incomodo moral**: O controle policial do meretrício em Curitiba. 2016. Tese (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2016.

FABRIS, Annateresa. O corpo como território do político. *In*: JAREMTCHUCK, Dária; RUFINONI, Priscila. **Arte e política**: situações. São Paulo: Alameda, 2010.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugal, 1967.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes, vigilantes modernos**. Circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1930). 2017. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

LOMBROSO, Césare; FERRERO, Guglielmo. **A mulher delinquente**. Nova York: D. Appleton and Company, 1895.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem**: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

PRECHET; SAIOL; NERY. “Antropologia Criminal e Prostituição A matematização do corpo”. **Dossiê Transversos**: O Corpo na História e a História do Corpo, Rio de Janeiro, v. 05, n. 05; 02. dez. 2015.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite** – prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

SANTOS, Ricardo Ventura; SOUZA, Vanderlei Sebastião. Corpos, medidas e nação: antropologia física na capital da República brasileira na primeira metade do século XX. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 3, p. 639-643, set./dez. 2012.

SCORSATO, Helen. O uso da fotografia em processos de identificação e o método Bertillon – século XIX. **Estudios Historicos**, Rivera, v. 4, n. 9, dez. 2012. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion9/eh0911.pdf>.

TARNOWSKY, Pauline. **Étude anthropométrique sur les prostituées et les voleuses**. Paris: E. Lecrosnier et Bébé, 1889. 2014.

TRINDADE, Etelvina. Espaço urbano e cidadania feminina no Paraná na virada do século. *In*: SANTOS, Marildes. **História**: questões e debates. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

WEINHARDT, Otávio. **Dekutis Etflicos**: Embriaguez, criminalidade e justiça (Curitiba, 1890-1920). Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

Fontes

CORREIO DO PARANÁ. “Sangue no bas-fond”.

DIÁRIO DA TARDE. “Amor Infeliz”. Curitiba, 28 ago. 1937.

Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná. Promptuario n. 18 de Dina, A; Promptuario n. 74 de Mennin, J; Promptuario n. 75 de Muchaloska, A; Promptuario n. 75 de Muchaloska, A.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER IMIGRANTE NOS POEMAS DE HELENA KOLODY

Tiago Boruch¹

Augusto Borges²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a representação das mulheres imigrantes nos poemas de Helena Kolody. Esta dedicou-se em escrever sobre a imigração ucraniana, tendo em vista sua descendência e a forte relação com a pátria de seus pais. Encontramos em seus escritos a representação da mulher imigrante e seu cotidiano, destacando confluências e aproximações das experiências de vida da autora. Serão analisados poemas selecionados onde podemos identificar aspectos referentes ao papel da mulher imigrante no cotidiano rural e urbano. Para isso trabalharemos com a análise de versos em que a mulher é representada sendo sua imagem relacionada a aspectos culturais, religiosos e identitários. Assim compreendemos o pertencimento e associação a um grupo específico bem como influências que motivaram e transformaram a escrita kolodyana sobre o tema. Utilizando a relação entre poesia e história, faremos uma abordagem minuciosa relacionando a memória singular e coletiva da poetisa, para a construção narrativa em torno da mulher imigrante no cotidiano.

Palavras-chave: Mulher; Poesia; Imigração; Identidade; Cotidiano.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a história nos contempla com uma grande diversidade temática de análises, passando por diferentes fases e métodos, personagens e espaços a serem estudados. Aos historiadores por sua vez, se dá o trabalho de interpretar e desenvolver tais assuntos, mostrando dessa forma as mais diferentes possibilidades para a temática por ele analisado. Um desses temas que vem ganhando destaque é a compreensão do papel das mulheres na história, narrativas de gênero vem tomando corpo e assim dando vozes para a representação da mulher na história. Segundo Helena Confortin:

O conceito de gênero tem o objetivo de chamar a atenção sobre a construção social dos sexos, sobre a produção do feminino e do masculino, não como algo dado e pronto no momento do nascimento, mas como um processo que se dá ao longo de toda a vida e vai fazendo com que as pessoas, os sujeitos, se tornem homens e mulheres de formas muito diversificadas, sempre de acordo com o que aquela sociedade, aquele momento histórico, a sua cultura, as suas relações étnicas, religiosas, de classe consideram, permitem e possibilitam. Nessa visão, concebe-se a produção do masculino e do feminino, simultaneamente (CONFORTIN, 2003, p. 109).

Para este texto não tomaremos as questões de gênero de maneira aprofundada, visto que a intenção do trabalho é procurar compreender a representação das mulheres dentro da obra de Helena Kolody. Com uma ampla

¹ Mestre em história pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, atualmente é doutorando pelo Programa de Pós graduação em História da Universidade Estadual de Maringá-UEM. E-mail: boruch.tiago@gmail.com.

² Mestre em história pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, atualmente é doutorando pelo Programa de Pós graduação em História da Universidade Estadual de Maringá-UEM. E-mail: augustoborges12@gmail.com.

temática Kolody não só escreve sobre uma única representação feminina em seus poemas, mas sim, múltiplas representações, que alimentam de forma qualitativa a história das mulheres imigrantes no cotidiano paranaense.

História e literatura são duas formas de narrativas que apresentam relações similares, objeto de estudo nos mais diversos campos da história, a literatura se apresenta como uma aliada na concepção e representação de fatos históricos. Nas narrativas ficcionais, as subjetividades surgem como indícios e vestígios na abordagem histórica de um objeto ou acontecimento. Segundo a historiadora Zeloí Aparecida Martins dos Santos:

O discurso literário resulta de uma reflexão e se constitui em uma mediação social, tal como o discurso histórico. Daí ser possível através das técnicas de expressão literária, tais como os modos de narrar e construir pontos de vista, poder-se revelar a história (SANTOS, 2007, p. 277).

Não se busca uma história dita verdadeira na relação entre história e literatura, o que se persegue são as interpretações e possíveis abordagens dos textos literários e, entre eles nós destacamos a poesia. A poesia é uma criação onde não se tem uma exatidão dos fatos, mas para uma maior percepção histórica podemos analisar alguns fatores cruciais como por exemplo: a época; o contexto social e as influências coletivas. Segundo Antonio Cândido:

Só podemos entender (a obra literária) fundindo texto e contexto, numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos valores externos, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo (CÂNDIDO, 2000, p. 04).

A partir da constatação de Cândido, percebemos a forte relação do processo interpretativo entre história e literatura, pensar e usar a poesia como fonte histórica requer mais do que apenas descrever os fatos, se faz necessário uma análise de todo o contexto histórico.

Para isso, no decorrer desse texto, nosso esforço gira em torno de uma abordagem com relação ao papel das mulheres imigrantes que aparecem em diferentes situações nos poemas kolodyanos, analisando as seguintes questões: Como a mulher imigrante é representada nos poemas por Kolody? De que maneira a experiência de vida da autora interfere nessa representação feminina? Como é a participação da mulher no cotidiano rural e urbano? Questões pertinentes para uma abordagem e reflexão da construção da figura feminina no cotidiano, para isso utilizaremos a análise dos poemas pautados pelo estudo da memória, identidade e representação e de que maneira Helena Kolody se insere muitas vezes em primeira pessoa nessas abordagens e representações.

Helena Kolody nasceu na cidade de Cruz Machado no interior do Paraná em 1912 e veio a falecer em Curitiba no ano de 2004. A capital do Estado foi o local em que a autora teve o seu ápice na carreira literária, da qual participou da transição rural-urbana de Curitiba, que, por sua vez influenciou o comportamento de Kolody bem como sua escrita³. Kolody teve sua infância e juventude em cidades do interior do estado⁴, tais cidades tinham em comum a forte colonização por imigrantes eslavos, como ucranianos e poloneses. Além de poetisa Kolody foi professora e inspetora de ensino, sua vida foi dedicada à docência e a literatura, não se casou e nem teve filhos.

A relação de Helena Kolody com a imigração ucraniana se deve a sua família, seus pais nasceram na Galícia, província do antigo Império Austro-húngaro, que hoje é a Ucrânia. Ao migrarem para o Brasil se instalaram na

³ Helena Kolody recebeu influências do movimento modernista e simbolista, dedicou-se também a escrita de haikais, poemas de origem japonesa e de versos curtos, foi precursora do estilo junto com Paulo Leminski no Brasil.

⁴ Aqui se referimos as cidades de Cruz Machado, Ponta Grossa, Jacarezinho, Rio Negro e Três Barras.

cidade de Cruz Machado, situada ao sul do Estado do Paraná. A poetisa desde criança crescera sob forte influência da cultura e costumes eslavos, como a língua, a religião e também a literatura ucraniana.⁵

Dessa forma, um forte laço identitário se criou em relação a pátria mãe de seus pais e que viria aparecer mais tarde em seus poemas. A ligação com o tempo e as percepções de mundo e sujeito nos fazem perceber esse conceito de identidade presente e que recebe influências, para Stuart Hall (2013, p. 12): “projetamos a nós mesmos nas identidades culturais ao mesmo tempo que internalizamos significados e valores, tornando parte de nós”. Ou seja, a relação com os costumes e a cultura ucraniana dos imigrantes, torna-se parte do que a poetisa eleva-se na vida e na literatura, relações simbólicas e representativas.

As representações através da construção identitária de Helena Kolody, são recorrentes em seus poemas, costumes, tradições, curiosidades, religião e idioma, aparecem de maneira repetida em alguns textos, e dessa forma é que analisaremos as mulheres no cotidiano em suas poesias. A representação figura nas narrativas e todo contexto histórico de um fato, percebemos através das significações um mundo além da poesia, interpretado e assim representado.

Segundo Kathryn Woodward:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos, inclusive, sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2000, p. 17).

Ao relacionarmos as palavras de Woodward e analisarmos a relação de Kolody com sua ascendência ucraniana, percebemos que as representações das quais encontramos nas poesias, determinam significados as práticas do cotidiano. As relações das mulheres imigrantes ao meio fazem parte daquilo que a autora presenciou e ouviu de sua família e também do círculo pessoal ao seu redor, sendo Kolody parte do seu meio e de um grupo, assumindo a identidade da qual mais significou em sua vida.

A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES IMIGRANTES NAS POESIAS KOLODYANAS

Para Roger Chartier (2002, p. 165): “Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias” Através desta constatação de Chartier, trabalhamos com as palavras e entrelinhas dos poemas, com intenção de representar quais mulheres imigrantes se destacam e de que forma são subjetivadas por Helena Kolody. Ao pensar nas lutas de representações que se processam através dos discursos, Chartier deixa claro que é necessário “discernir a posição de quem fala”. Nesse caso a posição de Kolody revela as mulheres presentes em seus poemas.

Outro ponto para destacar é pensar na identidade cultural dos imigrantes ucranianos, para a construção identitária deste texto, trabalharemos com: a religiosidade e o trabalho. Deste modo nos envolvemos em duas questões para compreender o cotidiano da mulher imigrante representado na mulher religiosa e na mulher trabalhadora. Segundo Agnes Heller (1977, p. 7), o cotidiano é o “mundo da vida” que se produz e se reproduz dialeticamente,

⁵ Taras Shevchenko poeta maior da Ucrânia, era lido pela família Kolody e veio a influenciar a poetisa.

num eterno movimento: “[...] é o mundo das objetivações” Desta forma, o vivido e as relações sociais fazem parte do cotidiano, e assim percebemos a construção do mundo cotidiano das mulheres imigrantes descritas por Kolody.

Tomaremos para análise o poema intitulado “Predestinação”, original da obra *A Sombra do Rio* de 1951.

Segue o poema:

Na juventude, cada qual, secretamente,
 Sonha encontrar um novo rumo para o oriente.
 E muita vez descobre um mundo em pleno mar.
 Se amanhã apartares, Maria,
 A uma terra pujante e bravia
 Que nos traços do mapa não está.
 Não lamente a sina mudada.
 Ama e sofre, trabalha e confia
 Nesse chão que te elege, Maria.
 (KOLODY, 2001, p.173)

Através deste poema, a poetisa cria uma personagem de nome Maria, comum tanto para brasileiros como para os ucranianos, tendo em vista a forte ligação com a religião em relação a figura da Virgem Maria. A personagem do poema parte do sonho para a realidade. A partida da terra natal é um sonho, no qual na juventude tudo é um dilema de planos e sonhos. Ao chegar ao destino, uma nova realidade, de luta, suor e trabalho árduo. Observamos no poema o conformismo com a realidade encontrada. Esse foi para muitos imigrantes o sonho e se tornou a realidade. Também o conformismo da mulher imigrante em relação às situações. Um mundo novo, que se traçava sem volta, e que agora precisaria fazer desse local sua casa, implantando sua cultura na nova terra. Maria é a imagem de muitas jovens imigrantes que chegaram ao Brasil.

A religião sempre esteve presente na vida dos imigrantes ucranianos. As mulheres tinham a lição e o dever de ensinar as filhas e netas e assim passar a tradição e manter o laço cultural e a religião católica no novo cotidiano. Para isso, analisamos o poema “Lição”, que representa o que já foi supracitado. Segue o poema:

A Luz da lamparina dançava
 frente ao ícone da Santíssima Trindade.
 Paciente, a avó ensinava
 a prostrar-se em reverência,
 a persignar-se com três dedos
 e a rezar em língua eslava.
 De mãos postas, a menina
 fielmente repetia
 palavras que ela ignorava,
 mas Deus entendia.
 (KOLODY, 2001, p. 36)

Em ambos os poemas se destaca a mulher como responsável em ensinar as orações para os mais novos, a figura da avó em “Lição”, é a representação da mulher imigrante que tem na religião e nas orações uma fuga, uma participação na formação pessoal e cultural dos mais novos. Segundo Tenchena (2016, p. 81): “[...] as mulheres

ucranianas são a base da estrutura familiar e são conselheiras ouvidas por todos nas horas difíceis”. A religião como aspecto cultural e identitário para os imigrantes ucranianos revela a representação da mulher enquanto parte primordial da família e também da formação dos indivíduos na sociedade. Segundo Kolody (1997, p. 46): “A vivência religiosa é, pra mim, de valor capital e transparece em todas as minhas obras”.

O cotidiano das mulheres imigrantes também é marcado pelo trabalho rural, em um Paraná jovem no cenário urbano, as cidades interioranas e até mesmo a capital Curitiba viviam um cenário e cotidiano de transformações, era difícil muitas vezes diferenciar o rural do urbano. A família é um dos pontos sempre presentes quando o cotidiano é abordado pela poetisa, as famílias de imigrantes ucranianos sempre mantiveram a ligação familiar como instituição que segundo Maria Luiza Andreazza (2007, p. 30): “[...]pelo fato de que a família é a instância socializadora básica, em especial nos meios camponeses, e que as alterações surgidas neste campo de relações podem estar indicando um desejo de mudanças”. Mudanças essas que os imigrantes e as mulheres participaram ativamente e foram protagonizadas no poema “Carroça de Tolda”, escrito por Kolody.

Segue o poema:

Cedo, a carroça
 Já vai na estrada.
 Vai a parelha
 Bem ajazada
 Franja de guizos
 Pela testada...
 Cantam os guizos
 Na madrugada
 Nesta
 Parece, a tolda
 Lenço de lona.
 De lenço branco
 Vai a colona.
 Pelo arvored, o
 Há uma neblina,
 Que é um alvo lenço
 De musselina
 Rosto curtido.
 Mão calejada
 Guia a colona
 Lenta e calada
 Geme a carroça
 Tão carregada!
 Cantam os guizos
 Na madrugada...
 (KOLODY, 2001, p. 155)

Além de representar a rotina dos imigrantes, existe um conjunto de símbolos, que nos levam a perceber a identidade e a construção social do povo ucraniano. Toda uma simbologia pautada na identificação da rotina e do ser imigrante; a carroça como meio de transporte e ferramenta de trabalho; a estrada e a madrugada, a representação

simbólica da natureza, da terra que é o meio de sustento dos imigrantes; o lenço de musselina, usado nas cabeças das mulheres imigrantes para proteger os cabelos do sol; o canto dos guizos e o gemido da carroça, a marca deixada ao passarem os colonos imigrantes pela estrada.

A representação da “colona”, é de fato a imagem da mulher imigrante, que acompanha a família para o trabalho na roça. A rotina e o cotidiano nos poemas kolodyanos evidenciam a representação de uma mulher dedicada ao lar e a família, o que nos remete a pensar a própria história de vida da autora, que provavelmente presenciou a cena com pessoas de sua família. Desta forma a memória da poetisa constrói uma abertura de interpretações e ressignificações ao poema no contexto histórico.

Segundo Bosi (1994, p. 55): “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado”. Kolody preocupava-se em registrar as diversas faces da vida do imigrante, participando da construção da identidade no espaço cultural praticado. No caso dos fatos descritos no poema, o espaço rural e o cotidiano dos colonos e colonas imigrantes.

Carvalho (2000, p. 25) defende que “o cotidiano se altera em função dos valores de dado momento histórico, dos interesses particulares e diferentes etapas da vida”. Helena Kolody se mudou para a capital Curitiba com 14 anos, e em dado momento de sua carreira, as poesias em relação ao espaço e cotidiano urbano foram de encontro com seu sentimento e estilo de vida. A nostalgia e o apego ao mundo rural aparecem em diferentes poemas da autora, que não deixa de descrever as situações urbanas e que transformaram a identidade da mulher imigrante.

Nesta fase se presencia, reconfigurações nos modos de vida do dia a dia. A mulher imigrante se adapta ao meio urbano, seja no trabalho, nas atividades domésticas ou apenas no modo de participar do novo espaço. Kolody observa e sente toda essa mudança, o que se encontra presente em sua escrita, transformações cotidianas expressas em poesia. Para Baccega (1998), é no cotidiano que ocorre a atualização dos significados de uma cultura e se tornam mais perceptíveis as transformações sociais.

A figura da mulher do lar, como orientadora religiosa e perseverante, bem como as tradições eslavas, cede espaço para a mulher que enfrenta uma nova realidade, novos desafios laboriosos e pessoais. A cidade foi muito mais que um desafio para Kolody, foi uma descoberta de sentidos e emoções, vejamos o que a autora diz: “Às vezes, eu acho que estamos diante do apocalipse. Assusta-me a violência das cidades, a explosão demográfica, o império das drogas, essa obsessão pela velocidade em tudo”(KOLODY, 1997, p. 58).

O poema “Pletora” escrito na década de 80, ressignifica as palavras da poetisa e representa esse medo e a mudança. Segue o poema:

Explode a vida numerosa,
a morte ceifa, o mal se atreve,
brota o amor, irrompe a greve,
nesse intervalo passageiro
em que na rua rumorosa
muda de cor o sinaleiro.
(KOLODY, 1997, p. 58)

Percebemos no poema, referências ao espaço urbano, o medo destacado pela autora e alguns símbolos que regem esse sentimento, a vida numerosa, podemos relacionar com a população em crescimento na década de 80. O saudosismo ao rural e a vida sem pressa agora do lugar para o cotidiano acelerado e passageiro.

O poema “Fera de Circo”, ressignifica o sentimento da autora com as memórias de seu grupo, não é expressamente escrito, mas a poesia revela o peso das palavras ao referir-se às memórias. Os olhos da fera no poema são os olhos do imigrante ou quem sabe em nossa análise os olhos da autora, os olhos de uma mulher que desfila sua solidão em meio a uma multidão.

No espelho de seus olhos resignados,
desfila a colorida multidão.
A distrair o tédio inumerável.
Ondula no ar o vozerio imenso.
No lago de seus olhos taciturnos,
dorme, inconsciente, a nostalgia
das silenciosas solidões nativas.
(KOLODY, 2001, p. 122)

A nostalgia das solidões nativas, é a lembrança da vida no campo, uma solidão boa que reflete a vida calma dos imigrantes, diferente da solidão urbana, dominada pelo tédio da cidade, misturando as vozes nas multidões, um sentimento de estar só em meio de um espaço populoso. A mesma mulher imigrante que pertencia ao espaço rural e ao cotidiano não tedioso, na cidade enfrenta como um desafio a solidão e o tédio urbano, segundo Kolody:

Hoje, moro em um apartamento cujas janelas se abrem para a praça mais movimentada de Curitiba. Terminal de ônibus que levam a quase todos os bairros da cidade. Raramente escrevo. Agora sou uma simples espectadora. Igual a uma camponesa, que se senta no fim da tarde e vê a vida acontecer... Mas que continua sonhando! (KOLODY, 1997a, p. 13)

A autora se define como espectadora do cotidiano, Kolody é a representação da mulher advinda do meio rural, ascendente de imigrantes ucranianos, que se torna apenas mais uma na multidão da capital paranaense. O espaço urbano é a transformação da identidade da mulher imigrante, é a reconfiguração de sentimentos, crenças, tradições e maneiras de representar o ser humano. A identidade não se muda e sim se transforma, existe um estranhamento do novo, para a incerteza, sentimento esse já experimentado por muitos e por seus ancestrais que desembarcaram nas levas migratórias no final do século XIX ou em décadas anteriores. Os imigrantes não só teriam que se adaptar ao novo espaço, como também à nova concepção de cotidiano, de rotina e de costumes em torno da urbe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Cuche (2002, p. 177), “a identidade existe como uma forma do sujeito se localizar em um sistema social e ser localizado socialmente”. Este artigo é parte inicial da análise da representação das mulheres nos poemas de Helena Kolody. É perceptível observarmos diferentes temáticas que podem ser exploradas. O cotidiano e a representação da mulher imigrante, expande fronteiras e ressignificações históricas, questões identitárias que nos levam a repensar o modo de vida e o papel da mulher imigrante.

Conforme pudemos observar ao longo de nossas análises, a poesia se apresenta como fonte histórica bastante rica para se trabalhar as significações e ressignificações acerca do cotidiano de uma época. Através do contato com a poesia pudemos observar partes das impressões da própria poetiza frente à inúmeras mudanças pela qual a mesma passou. Nessas transições campo – cidade observamos a inquietação frente ao novo, algo que os imigrantes

devem ter sentido quando se lançaram ao Atlântico em busca de uma nova terra. Esta inquietação também pode ser observada contexto de crescimento e desenvolvimento da capital paranaense. Quando a autora trata dessa Curitiba que deixa de ser provincial e assume status de metrópole, temos uma ressignificação dos espaços e isso é um traço para ser observado na obra Kolodyana.

Dessa forma, o poema como fonte de análise histórica permite aproximações narrativas que vão além do que apenas está escrito. Contudo destacamos que esse artigo permitirá novas análises e levantamentos históricos sobre as representações femininas, representações étnicas e culturais na obra de Helena Kolody.

REFERÊNCIAS

- ANDREAZZA, M.L. O impacto da imigração no sistema familiar: o caso dos ucranianos de Antônio Olinto, PR. **HISTÓRIA Unisinos**, São Leopoldo, v. 4, p. 28-39, 2007.
- BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e linguagem**: discursos e ciência. São Paulo: Moderna, 1998.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria de literatura e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 2000.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant; NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CONFORTIN, H. Discurso e gênero: a mulher em foco. In: GHILARDI-LUCENA, M. I. (Org.). **Representações do feminino**. Campinas: Átomo, 2003. p. 107-123.
- CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 103-133.
- HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Trad. J. F. Yvars e E. Pérez Nadal. Barcelona: Península, 1977.
- KOLOGY, Helena. **Sinfonia da vida**. Curitiba: Editora Letra viva, 1997.
- KOLOGY, Helena. **Viagem no espelho**. Curitiba: Editora da UFPR. 5ª. Ed., 2001.
- TENCHENA, Sandra Mara. **O feminino nos mistérios ucranianos da arte e da fé**. 205 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- Zeloí Aparecida Martins dos Santos. História e literatura: uma relação possível. **R. cient./FAP**, Curitiba, v. 2, p. 117-126, jan./dez. 2007
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz. T. da (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. cap. 1. p.7-72.

O CRIME DO “MALVADO CURANDEIRO”: UMA PRÁTICA DA “MEDICINA ILEGAL” EM IRATI-PR (1925-1926)

Henrique Alexandro Senderski¹

Resumo: A história apresenta o seu importante sentido quando desenvolve, por meio do método investigativo, a busca pela valorização do ser humano enquanto sujeito do seu cotidiano. O encontro com as particularidades das ações humanas na história, no que se refere às construções dos seus significados, sugere a compreensão das diversidades que compõem a dimensão cultural. Sendo assim, nesse estudo, é lançado um olhar às práticas que assumem a conotação de cura, ou ainda, a “arte de curar”. Utilizando como fonte documental o processo-crime, é destacada a presença dessa prática na construção do cotidiano, principalmente na região estudada. O documento criminal analisado mostra que as práticas de cura são visíveis nesse contexto, através da identificação de um “malvado curandeiro” no ano de 1925 em Irati-PR. Esse processo-crime estudado apresenta a personalidade desse praticante da “medicina ilegal” e traz à tona a ideia de que a criminalização dessa ação é fundamentada nas relações sociais da época.

Palavras-chave: Práticas de Cura; Curandeirismo; Crime.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se desenvolve pela abordagem do critério da explicação histórica, donde se percebe que a história “não é recriação, mas explicação” (VEYNE, 1976, p.71). Sendo assim, estabelece-se a necessidade de construir explicações que promovam a compreensão dos elementos que fundamentam as realidades e os seus sentidos.

Sendo assim, observamos a primeira metade do século XX, mais precisamente ao período de 1925-1926. Buscamos detectar as possíveis características dessas práticas de cura, pelo fato de que a fonte documental utilizada, o processo criminal encontrado no CEDOC² - Centro de Documentação – do Campus de Irati-PR, nos direcionou especificamente a esse recorte temporal ao qual “mergulhamos”. Cabe já ressaltar que o processo-crime encontrado e correspondente a esse período histórico é o que motiva à investigação do tempo e do espaço que fundamentam essa pesquisa. A utilização dessa fonte favorece o desenvolvimento historiográfico para a compreensão dessa realidade.

O desenvolvimento dessa análise passa pelos âmbitos dos saberes e práticas condizentes à construção do cotidiano. Sendo assim, “alguns saberes e práticas subsistem aos estatais e científicos” (SOCHODOLAK; CARDOSO, 2015, p.5), ou seja, considera-se a existência de um reconhecimento e legalidade das práticas de cura, ao passo que surge a problematização de que as demais práticas dessa “arte de curar”³ podem assumir, como consequência, um posicionamento “antiquado” aos critérios da “legitimidade”.

¹ Mestrando em História, UNICENTRO- Irati-PR. E-mail: henriquesenderski@gmail.com.

² Centro de Documentação e Memória do Campus de Irati, CEDOC/I, é um órgão colegiado vinculado à Direção do Campus de Irati, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, voltado ao tratamento arquivístico de documentos de caráter permanente, reconhecidos pelo seu valor histórico, científico e cultural, produzidos e recebidos pela instituição e preferencialmente, documentos relacionados com a região de abrangência da UNICENTRO, produzidos no âmbito público ou privado.

³ Conceito central utilizado na pesquisa e que está associado aos conceitos de “curandeirismo”, “medicina popular”, “práticas tradicionais” e “sabedoria popular”.

A busca de um referencial teórico em Michel Foucault inspira a análise dos discursos presentes e justificados pelas relações entre essas práticas. Essas relações destacam os conflitos, interesses e controles que podem ser identificados e dignos de serem investigados para a compreensão da realidade através dos poderes da “medicina” e do “curandeirismo”.

Esses discursos e resistências que são envolvidos nessa realidade permitem o entendimento das estratégias que fundamentam o próprio conceito de crime nesse período. Dessa forma, há uma busca pela compreensão de uma sociedade que disciplina os seus indivíduos e que produz um sujeito como criminoso.

A utilização do processo-crime como fonte dessa investigação permite a proximidade com as novas possibilidades para o desenvolvimento historiográfico. A condição de apresentar a realidade por meio do arquivo criminal torna-se uma atitude que inova a maneira de pesquisar e de compreender o próprio cotidiano.

O COTIDIANO DE IRATI-PR – 1925-1926

A presente pesquisa, através do processo-crime como fonte, possibilita o encontro com o contexto que o recorte temporal revela. Estamos nos referindo ao período de 1925-1926, e, para esse tempo, lançamos o olhar ao espaço da cidade de Irati-PR⁴.

Nesse período a cidade de Irati constava com dezoito anos de existência enquanto município e ainda pertencia à comarca da cidade de Ponta Grossa.

Na motivação dos elementos que estão presentes na fonte do processo-crime, já destacamos que:

Em 31 de janeiro de 1925 foi apresentada a esta Promotoria - pelos doutores em medicina, Plínio e José Augusto⁵ a petição que a esta acompanha relatando o fato criminoso do qual fora autor um “curandeiro” que na prática da “medicina ilegal” ministrou tratamentos prejudiciais a uma criança de 6 anos, filhinha do Sr. Emílio residente nesta Vila (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 2).

Esse fragmento do processo sugere a identificação de que para o contexto era vivida uma relação conflitante entre as “práticas de cura”. Nos referimos às práticas da “medicina oficial”, com as representações dos “doutores em medicina” que se apresentam no relato inicial desse auto. Assim como, a presença da prática de “curandeirismo” que também participa desse mesmo cenário local. Os conflitos e debates que já se destacam nesse processo transmitem o reflexo de um cotidiano marcado por intensas disputas.

Cabe ressaltar que através dos conflitos entre médicos e curandeiros, conforme se apresentam nos relatos do auto, notamos a existência e a permanência de ambas as práticas nessa região. É pertinente a verificação de que se torna comum, por exemplo, a presença de pessoas com as referências de praticantes do curandeirismo, pois na mesma fala dos médicos constata-se que “não teria, entretanto, assumido proporções tão graves o estado da criança se não fosse a interferência ilegal de um “curandeiro” dos muitos que por este interior existem (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 4).

⁴ Irati é um município brasileiro do Estado do Paraná. Localizado na região Sudeste do Estado. A comarca de Irati foi criada pela Lei Estadual nº 2.464 de 2 de abril de 1927 e instalada no dia 24 de maio de 1927, de acordo com o Decreto Judiciário nº 453/1927. Ver: IBGE – Irati-PR – Histórico. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/irati.pdf>.

⁵ Optamos por não utilizar os sobrenomes que aparecem nos processos, bem como manter os grifos e as grafias originais.

A criança que foi citada nessa declaração, pelos médicos desse processo, se refere ao principal fato ocorrido e que sustenta a acusação ao curandeiro. Esse episódio é relatado da seguinte maneira:

Aos 10 dias do mês de janeiro os médicos relatam que tiveram um chamado para com a máxima urgência atender a uma filhinha do Sr. Emílio cujo estado era gravíssimo - proveniente de uma fratura no braço direito [...] encontramos a menina que tem mais de seis anos de idade com o antebraço e o braço direito gangrenados até o terço médio do braço, exigindo que uma intervenção fosse procedida imediatamente. Assim sendo procedemos a necessária a amputação que, conquanto, salvando a de uma morte certa vírgula, contudo, para sempre de um m membro para o serviço ativo na vida de adulta (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 4).

Perante esse fato, os médicos exigiam uma tomada de atitude assim como o próprio promotor público quando abre o processo salientando que “dos atos incompetentes do curandeiro resultou uma intervenção cirúrgica levada a efeito pelos médicos signatários da petição [...] intervenção que na douta opinião dos médicos seria evitada se não fossem os tratamentos absurdos, malvadamente ministrados pelo charlatão” (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 2).

Nesse sentido é que esses relatos “reafirmam a legitimidade da medicina científica, única capaz, segundo eles, de decifrar, através do discurso [...] a verdadeira linguagem dos sintomas [...] de pôr ordem no caos, restabelecendo o equilíbrio do organismo, a saúde” (LOYOLA, 1984, p. 23-24).

A presença da prática de curandeirismo sugere a percepção de uma “normalidade” dessas ações no contexto da época em Irati. Pois, além do curandeiro desse processo, existem muitos outros na região. No entanto, essa ideia de normalidade não se refere à aceitação generalizada dessa prática, pois esse é um período em que ocorre, em nível nacional, a exaltação e busca de hegemonia da “medicina científica” sobre a “medicina popular”:

Na tarefa de substituição da medicina popular pela medicina científica, os setores dominantes combinaram duas atitudes. A primeira foi a iniciativa de reeducação sanitária da população, a cargo da Secretaria da Saúde que, principalmente, a partir de 1925 com a criação das Inspetorias de Higiene e Educação Sanitária, passa a trabalhar na fiscalização dos locais de moradia e de trabalho, na introdução de novos hábitos alimentares na população e na mudança das práticas populares frente a saúde/ doença [...] a segunda iniciativa, empreendida pelas autoridades constituídas, foi a repressão as práticas populares de medicina [...] passaram a efetuar autos de prisão de curandeiros (CARVALHO, 1999, p. 70).

Mediante essa realidade que notamos o cotidiano de Irati, em 1925-1926, constituído pela presença das “artes de curar” e dos desafios que lhes são estabelecidos. Encontramos assim, a caracterização das “práticas ilegais”, da “medicina ilegal”, do “curandeirismo” e do “charlatanismo”⁶. Essas expressões nos direcionam ao encontro da fonte que utilizamos, pois, identificam as práticas opostas à medicina oficial. Portanto, agora encontramos a razão pela qual o processo-crime constrói a realidade social desse período e espaço analisados.

O “MALVADO CURANDEIRO”

O principal personagem desse processo-crime é o “curandeiro”. As características que são compostas para a sua identificação constroem a sua personalidade por meio das expressões e denominações conferidas a sua pessoa. Isso

⁶ Expressões que identificam os assuntos dos processos-crime referentes ao período e aos espaços pesquisados.

ocorre antes mesmo do seu próprio pronunciamento, ou seja, antes dele se manifestar e de ser ouvido. O promotor o caracteriza como “curandeiro que ministrou tratamentos prejudiciais a uma criança” ou ainda como “charlatão” que realizou “tratamentos absurdos, malvadamente ministrados” (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 2).

Nessas expressões iniciais do processo, já acabamos considerando uma construção da imagem desse personagem e que assume uma caracterização negativa, favorecendo a formação de uma personalidade que precisa urgentemente ser incriminada sem objeções.

Na sequência documental, desse auto, salienta-se ainda mais essa personalidade do curandeiro. Os doutores em medicina se referem a ele quando relatam a sua responsabilidade em exercer a “prática malévola da medicina ilegal” ou ainda, na descrição do acontecimento sobre a menina de seis anos de idade, eles utilizam a identificação de um “curandeiro que a tratou [...] sem o mínimo escrúpulo” (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 4).

Com essas referências direcionadas ao nosso personagem, desde o início do processo, as acusações cada vez mais se intensificam. Até que no dia dezessete de outubro de 1925, na delegacia de polícia de Irati, se apresenta para depoimento o senhor Emílio, industrial, morador nessa vila e pai da criança de seis anos que foi apresentada como a vítima da atividade do curandeiro. Nesse depoimento começam a ser transformadas as referências construídas sobre o “charlatão”. Emílio declara que:

No mês de janeiro do corrente ano uma filha menor do declarante fraturou um braço sendo chamado para encanar o mesmo - Bonifácio; que Bonifácio chegado a casa do declarante nada quis fazer em benefício da doente delegando ter médicos na vila; que o declarante se convencendo que a fratura não fosse total limitou-se a tratamentos caseiros por ele mesmo ministrados, mas reconhecendo que não chegava a um proveito, recorreu a medicina procurando médicos formados (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 7).

Nas condições desse depoimento a imagem do “malvado curandeiro” começa a se transformar. Em 23 de novembro de 1925, na delegacia de polícia de Irati, diante do delegado de polícia e do escrivão, aparece o senhor Bonifácio, com setenta anos de idade, casado, lavrador, brasileiro, morador neste distrito. Esse é o grande personagem desse auto, aquele que até agora era intitulado como “curandeiro”, “charlatão” ou mesmo como o praticante de ações malévolas. Ele agora é reconhecido pelo seu próprio nome, Bonifácio, e sendo inquirido sobre o fato disse que “no mês de janeiro deste ano foi chamado com urgência à casa de Emílio e lá chegado foi apresentada uma criança com o braço quebrado para ele, depoente, encaná-lo o que não fez por não conhecer o serviço, aconselhando a Emílio que levasse a criança ao médico” (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 11).

Ao desenvolvimento do processo essa sua declaração desestrutura os parâmetros pré-estabelecidos até o momento. A comparação dos depoimentos tanto de Emílio quanto de Bonifácio promove um novo dinamismo às investigações.

A CRIMINALIZAÇÃO DA PRÁTICA

Entender o processo de criminalização é um dos principais intuitos dessa pesquisa. O desenvolvimento investigativo ao processo crime possibilita a percepção de como ocorre a produção da criminalidade. Essa construção da imagem do criminoso torna-se nítida quando são averiguados os discursos dentro desse processo.

Ao início quando o promotor apresenta o requerimento ele afirma sobre a ação do curandeiro que “como a prática da ‘medicina ilegal’ é por si só um crime, este vem agravado com as funestas consequências que produziu” (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 2). São notadas também as intensidades dos discursos no documento dos doutores em medicina, Plínio e José Augusto, quando já se apresentam com suas titulações e formações:

Os abaixo assinados, doutores em medicina, o primeiro formado pela Faculdade do Rio de Janeiro e o segundo pela Faculdade do Paraná, vêm perante Vossa Excelência dar conhecimento de um fato grave, resultado da prática malévola da ‘medicina ilegal’, para que Vossa Excelência, no desempenho da brilhante missão de zelar pelos interesses da justiça, se digne tomar as providências que o caso exige (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 4).

Ainda nessa entonação discursiva, quando se referem ao curandeiro os médicos ressaltam que “constatamos por exame minucioso que procedemos, que outro teria sido o resultado, se o tratamento tivesse sido ministrado com os necessários requisitos da medicina”. E com esse aspecto é que apresentam maior ênfase e determinação quando, nessa mesma fala eles afirmam que “o curandeiro que a tratou estivera sem o mínimo escrúpulo ao lado da enferma, praticando toda a sorte de atos nascidos de sua ignorância que trouxe como resultado o triste desfecho e a prática de um crime” (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 4).

Esse processo destacado, correspondente ao período de 1925-1926 em Irati-PR, auxilia na verificação e contextualização de que a prática de cura estava sendo enquadrada à ilegalidade e à criminalidade. Cabe ressaltar que nesse momento o que estava em vigor era a orientação do Código Penal de 1890.

Principalmente por essa análise, entendemos que esse contexto é marcado pelos efeitos políticos e econômicos de uma organização nova da sociedade brasileira. Essa novidade se refletia pelos fatores aos quais a administração brasileira assumia como modelo de governo - a República.

Da proposta nova para a sociedade brasileira, em princípios republicanos, percebem-se fatores que serão valorizados como mecanismos de adequação desse sistema. Podem ser apontados os elementos que buscavam “qualificar” a sociedade aos moldes europeus. Essa qualificação se caracteriza pela implantação de ações e de comportamentos que transformavam a realidade do Brasil em uma sociedade padronizada, ou seja, que refletia no cotidiano o modelo social, político e econômico.

Pensar a realidade social nessa época participa da dinâmica de relacionar as propostas de mudanças que construíam a sociedade junto com as mentalidades que edificavam esses princípios e práticas. Essa dinâmica assume também uma relação conflitante entre essas práticas por meio da promoção da saúde. Nesse aspecto “destacamos também, as propostas de reeducação da população e de repressão às práticas populares de medicina, elaboradas por médicos, autoridades públicas e intelectuais do período” (CARVALHO, 1999, p. 15).

No processo criminal, dessa pesquisa, tornam-se presentes os poderes que trazem o reflexo de uma produção da prática da medicina popular como crime. Os discursos que exaltam as autoridades médicas e judiciais também buscam demonstrar a produção de uma verdade sobre os fatos. Assim pode ser notado que:

O objetivo da criminalização às práticas de medicina popular e do enquadramento dos curandeiros (benzedores, massagistas, ervateiros, feiticeiros, macumbeiros, etc.) era coibir o exercício deste tipo de medicina na sociedade, principalmente no seio das famílias, onde ocorria a reprodução das práticas de medicina. (CARVALHO, 1999, p. 71).

A possibilidade de relacionar os conceitos de violência e de poder assume a caracterização e desenvolvimento também na estrutura cultural. O ser humano diante da realidade social produz os seus princípios, normas, leis e conceitos que permeiam a sua conduta na sociedade. Os conceitos de violência e de poder tornam-se intrínsecos nos relacionamentos justificadores da manutenção e da existência do homem na dinâmica social.

Partindo dessa relação conceitual é que se nota como o poder está intrinsecamente condicionado aos elementos que favorecem a compreensão da violência e que ainda esse, a violência, se manifesta em linguagem que constrói o que Foucault identifica como os “enunciados” que são estabelecidos em “discursos” na sociedade, por isso, o “poder, para Foucault, é apenas a forma, variável e instável, do jogo de forças que definem as relações sociais em cada momento histórico concreto, e que se define através de práticas e discursos específicos” (PASSOS, 2013, p. 11).

Quando é analisada a reflexão diante da “Arqueologia do Saber”, Foucault orienta à perspectiva de que os sujeitos da sociedade são formados ou constituídos pelos discursos que lhes são estabelecidos, ou seja, o discurso produz sujeitos pois “situa os lugares do sujeito na espessura de um murmúrio anônimo” (DELEUZE, 2005, p. 19). Essa reflexão participa do desenvolvimento da chamada “personologia linguística” (Idem) que estabelece a presença ou até mesmo a construção dos sujeitos através das linguagens que são identificadas na sociedade. Torna-se pertinente, diante dessa reflexão, a percepção de que ocorre um emaranhado complexo de elementos constitutivos de discursos que favorecem a formação de sujeitos, inclusive a estrutura das instituições que necessitam, por meio de suas linguagens, da elaboração de discursos para a efetivação dos seus sujeitos. Sendo assim, as instituições precisam dos enunciados para também estabelecerem um poder aos seus indivíduos. Pode-se ainda salientar a ideia de que para a formação de seus sujeitos ocorre uma relação à utilização da violência para a execução dos discursos e do poder, sendo assim nítida a ligação desses conceitos perante a prática dessa dinâmica cultural e social.

As relações que atingem o cotidiano são carregadas de enunciados e dinâmicas culturais. Essas, muitas vezes, estruturam padrões e até mesmo a formação de “tabus” diante das relações sociais, participando de um construto histórico entre o saber e o poder. E essa construção que envolve e dissipa esse cotidiano, não foge das proporções da mentalidade sobre a violência que ocupa essa mesma sabedoria cultural e para a qual pode ser estabelecida uma “cartografia” como método para essa análise e que é assumida pelas ciências sociais.

Ao observar que a “cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que um mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças...” (FILHO; TETI, 2013, p. 45), nota-se, que é no desenvolvimento da estratégia de análise sobre as relações sociais que se manifestam os âmbitos da violência e do poder no cotidiano, onde, também, se referem à construção e observação dos espaços, dos lugares aos quais eles são característicos. Dessa maneira, é que se interliga ao desempenho do que pode ser identificado como uma “topologia da violência”, pois através das mais apuradas e diversificadas manutenções sociais, que podem se transformar de acordo com o tempo e espaço da sociedade, a violência assume proporções de que “ela já não é uma parcela de comunicação política e social, mas retira-se para espaços subcomunicativos, subcutâneos, capilares, intrapsíquicos. Desloca-se do visível para o invisível... e essa modificação estrutural da violência é que domina cada vez mais sua ocorrência” (CHUL HAN, 2017, p. 21).

Mesmo com a percepção dos elementos que produziram a criminalização do curandeiro nesse processo, em trinta de novembro de 1925 o promotor adjunto revela:

“Verificando-se pelos depoimentos de Emílio e de Bonifácio que este não foi o causador da infecção do braço da menor filha daquele, sou de parecer que os presentes autos sejam arquivados em virtude

de no depoimento de Emílio, que é único interessado e de ainda se poderiam colher provas, para a formalização de inquérito não existir base para tal” (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 14).

Dessa forma, apesar dos embates promovidos e pelas construções dos discursos presentes, o nosso grande personagem, Bonifácio, não foi incriminado. Porém, antes do arquivamento desse processo, no dia cinco de dezembro de 1925, o próprio juiz declara que: “não me conformo com as declarações de folhas como prova da inexistência de um fato delituoso atribuído ao curandeiro Bonifácio, porquanto não depôs uma só testemunha sobre o caso. (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 15). Nota-se aqui a existência de embates e conflitos nos discursos dos representantes judiciais desse processo.

Finalizando a apresentação desse processo encontramos uma última declaração, referente ao dia dezoito de abril de 1926:

Ao meu ver não existe crime no caso presente, pelas declarações prestadas a fls 7, pelo Sr Emílio, pai da menor a que se referem os presentes autos. Nessas declarações, o pai da menor afirma que tendo sua filha fraturado um braço chamou a Bonifácio para encaná-lo e que este chegando a sua casa declarou que nada fazia em benefício da doente em vista de existirem médicos na vila, aconselhando ainda que chamasse um para ver a criança. A fls 11, Bonifácio, confirma esses dizeres, fazendo gerar assim a verdade sobre o fato. Portanto, achando-se verificado plenamente que não foi Bonifácio o causador da infecção no braço da menor, filha de Emílio, não encontro base para que possa denunciá-lo por ter praticado esse ato. Por estes motivos requiro que sejam arquivados os presentes autos para os fins de direito, ordenando-nos, entretanto, o Douto Juiz o que achar conveniente Justiça. (Processo-Crime, Irati, 1925, CEDOC/I. fls. 17).

Nesse contexto encontram-se análises que podem ser consideradas antagônicas ou paradoxais, mas que revelam a tamanha riqueza que envolve a investigação sobre as relações cotidianas que tecem a vida do ser humano. Nesses parâmetros o processo foi arquivado em trinta de abril de 1926.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta proposta de reflexão parte do contexto histórico e social para o desenvolvimento da compreensão do cotidiano. Compreender os elementos que constituem as mentalidades das ações dos indivíduos em cada contexto histórico é o que permite o estabelecimento de uma historiografia para a interpretação dessa realidade.

Antes mesmo de estabelecer a análise às práticas de cura e suas manifestações torna-se necessário o apontamento dos elementos estruturais das suas legitimações. Quando pensamos em uma sociedade e o contexto que a constitui, podemos pensar também no que se refere à construção do seu “cotidiano”. Analisar o cotidiano permite um olhar investigativo aos fatores que constroem a realidade. Para esse estudo dos fatores que se referem ao cotidiano podemos também buscar a referência dos elementos culturais.

As fontes históricas dos processos-crime provocam o desejo da verificação sobre o contexto no qual eles estão inseridos. Os questionamentos que surgem voltam-se à proposta de entender a existência das mentalidades adequadas para a construção desses processos.

Assim como afirma Sidney Chalhoub (1986, p. 23), diante do trabalho com os processos-crime, essas fontes representam “uma encruzilhada de muitas lutas”. Essas lutas podem ser destacadas como sendo os devidos conflitos,

interesses e controles que possam ser identificados e dignos de serem investigados para a compreensão da realidade. “Lutas” que se manifestam como o reflexo de uma sociedade que pauta os seus comportamentos ou julgamentos éticos através da edificação de representações e símbolos, e nesse caso, pelos processos criminais.

Por esses fatores visíveis ou que estão intrínsecos na sociedade é que se desenvolvem as manifestações e as repercussões nas quais a violência e o poder estão relacionados e que assim fundamentam o cotidiano.

Portanto, Irati-PR, na primeira metade do século XX, mais precisamente ao período de 1925-1926, é um local onde se praticam as mais complexas representações que constroem o seu cotidiano. Essa percepção ocorre através da fonte documental do processo-crime que utilizamos, ele contribui para a visibilidade dessa região identificada pelas práticas da cura e pela arte de curar.

Localizamos essas práticas, sejam “populares” ou “científicas”, e os conflitos existentes entre elas por meio das relações de poder. A utilização dos processos-crime como fontes permite o encontro com os discursos legitimadores dessas práticas e que, inclusive, justificam a construção da própria sociedade da época.

Pensar o viés do crime, ou da prática da criminalidade, acaba assumindo uma noção investigativa no processo de compreensão da realidade. O trabalho com as fontes documentais direcionadas aos processos criminais, desse período, corresponde à possibilidade de entendimento das construções ou mesmo reconstruções dos seus sentidos. Assim, no estudo da criminalidade e do cotidiano podemos notar que “se apreendida em nível mais profundo, a criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais” (FAUSTO, 2014, p. 27).

Essa relação ou conflito como os padrões dos comportamentos é o que direciona a grande proposta investigativa, uma vez que, podem ser as bases para a compreensão dos valores, mentalidades e sentidos sociais. Podemos perceber também que “as pesquisas recentes na área da história social inverteram esse eixo e deslocaram o crime para o centro da vida social, destacando a proximidade entre o cotidiano e o comportamento considerado criminoso” (BRETAS, 1991, p. 49).

A inversão do eixo observada por Bretas se refere à compreensão de que antes o crime era considerado como sinal de desordem ou assumia um sentido “patológico” da sociedade. Cabe perceber que o desenvolvimento historiográfico passa a apresentar o aspecto da criminalidade como fator pertinente para compreensão da sociedade. Destacando ainda mais essa importância, notamos que “a ‘descoberta da voz’ dos grupos dominados a partir dos arquivos da Justiça Criminal levanta uma série de questões novas para o historiador” (BRETAS, 1991, p.49).

Essas novas propostas abrem possibilidades investigativas para o desenvolvimento historiográfico. A condição de apresentar a realidade por meio dos arquivos criminais torna-se uma prática de pesquisa que inova a maneira de compreender o próprio cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na Historiografia Brasileira: uma revisão na pesquisa recente. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 49-61, jul./dez. 1991. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-32/426-o-crime-na-historiografia-brasileira-uma-revisao-da-pesquisa-recente/file>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CARVALHO, Antônio Carlos Duarte de. **Curandeirismo e Medicina**: práticas populares e políticas estatais de saúde em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. Londrina: Ed. UEL, 1999.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim** – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2014.

FILHO, P. K.; TETI, Marcela M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-49, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. São Paulo: Vozes, 2017.

LOYOLA, Maria Andréa. **Médicos e Curandeiros**: Conflito Social e Saúde. São Paulo: Difel, 1984.

PASSOS, I. C. F. (Org.). **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SOCHODOLAK, Hélio; CARDOSO JR, Hélio Rebello. **Cotidiano, Saberes e Práticas tradicionais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

VEYNE, Paul. A história conceitual. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). **História**: novos problemas. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Fonte

CEDOC/I. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), campus de Irati-PR. Fundo judiciário da Comarca de Irati. BR. PRUNICENTRO. PB005.2/264.21

O CASO DE NELSON DE RUBINA: GUERRA E COTIDIANO DE ARACAJU (1942-1943)

Maria Luiza Pérola Dantas Barros

Resumo: O presente trabalho analisa o cotidiano dos aracajuanos impactado pelos desdobramentos dos torpedeamentos de cinco embarcações brasileiras em agosto de 1942, no litoral entre Bahia e Sergipe, pelo submarino alemão *U-507*¹ no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Com os torpedeamentos, os aracajuanos puderam sentir de perto os horrores daquela guerra: destroços das embarcações, vítimas e corpos de naufragos, em muitos casos já em estado de decomposição, davam às praias sergipanas pelo balanço das ondas. Quando as notícias daquele ocorrido chegaram ao conhecimento da população local, esta se prestou a ir até as praias onde davam os corpos das vítimas para prestar auxílio, quer recolhendo tais corpos e enterrando-os, quer buscando sobreviventes. Mas ajudar não era o objetivo de todos os que ali acorriam. Pela análise da Apelação Crime de 1943, instaurada para averiguar o caso de Nelson de Rubina, sabemos que naquele contexto também existiam pessoas que buscavam tirar algum proveito próprio de toda aquela situação sem precedentes históricos.

Palavras-chave: Cotidiano de Aracaju; Segunda Guerra Mundial; Nelson de Rubina.

INTRODUÇÃO

Entre 1939 e 1945 o mundo estava mergulhado em um dos maiores conflitos bélicos do século XX, a Segunda Guerra Mundial. Diferentemente da Primeira Guerra (1914-1918), nela não se sabia ao certo qual o inimigo ou qual o motivo que justificava as atrocidades cometidas; as alianças entre os países se modificavam constantemente; e matava-se simplesmente pelo ideal de raça.

Sem sombra de dúvidas, entre os conflitos bélicos travados no século XX, a Segunda Guerra atingiu o mais alto patamar de uma escala de horrores até então impensável, deixando um rastro de destruição e morte por onde passou. Tony Judt afirma, em *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945* (2008), que, em relação à guerra anterior, a Segunda Guerra Mundial foi uma experiência universal (p.28), ou seja: não ficou restrita aos países europeus, mas se irradiou, qual onda sonora, pelo mundo, fazendo seu eco ressoar também além-Atlântico, chegando ao Brasil, por exemplo.

No período em questão, nosso país vivia o Estado Novo (1937-1945) sob o comando de Getúlio Vargas, notoriamente influenciado pelas experiências europeias autoritárias do nazismo e, principalmente, do fascismo. Em virtude disso, o Estado brasileiro se ocupava de todo cidadão formando sua consciência individual e coletiva através da propaganda e da educação.

Com o início do conflito mundial, todos os estados da federação sofreram, em maior ou menor intensidade, impactos em seu cotidiano diante, por exemplo, da escassez de produtos e do aumento dos preços dos gêneros

¹ O U-507 partiu em sua terceira patrulha, em direção ao sul, passando pela costa da Espanha e ao longo dos Açores, rumo ao Brasil. Em 7 de agosto de 1942 ele teria recebido de Karl Doenitz, coordenador das atividades dos *Uboote*, uma permissão para usar “manobras livres” ao longo da costa brasileira. Assim, o U-507 afundou cinco navios brasileiros de cabotagem, Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará na faixa litorânea entre Bahia e Sergipe, entre 15 e 17 de agosto de 1942, resultando mais de 600 mortos. Para saber mais: www.portalfeb.com.br/documentário-u-507/

alimentícios e combustíveis, e em Sergipe não fora diferente. De acordo com Andreza Santos Cruz Maynard, em artigo intitulado *Carestia e roubo de galinha: problemas no cotidiano de Aracaju*²

Uma das questões de solução mais difícil para a população aracajuana foi justamente o aumento desordenado dos preços, algo que piorou com a guerra. A interrupção do transporte de alimentos e outros suprimentos pela via marítima contribuíram para a escassez de artigos de primeira necessidade. Isso agravou o aumento dos preços de muitos outros gêneros como combustíveis, roupas, sapatos e até mesmo aluguéis (MAYNARD, 2013, p. 33).

A autora pontua na obra em questão que, em se tratando de Aracaju,

o impacto mais cruel do enfrentamento bélico veio com o afundamento dos navios na costa sergipana, entre 15 e 17 de agosto de 1942. O submarino alemão U-507 torpedeou embarcações *Baependy*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba* e *Arará*, quando as mesmas se encontravam entre o litoral de Sergipe e Bahia. A morte de centenas de brasileiros, incluindo mulheres e crianças, chocou a população de todo o país, particularmente daqueles que estavam mais próximos aos locais dos ataques do U-507 (MAYNARD, 2013, p.37).

Na manhã de 18 de agosto de 1942, grande parte dos aracajuanos puderam ler nos jornais sobre a crueldade dos acontecimentos em sua costa, em notícias como a veiculada pelo jornal *Folha da Manhã*:

“Ontem, a cidade logo cedo, foi surpreendida com a triste notícia de que tinha sido torpedeado o vapor brasileiro Baependi, em águas sergipanas próximo à costa de Estância. Mais tarde novas notícias. Mais dois navios nacionais tinham sido vítimas das emboscadas do Eixo.

À cidade inteira ante estas notícias alarmantes que pouco a pouco como labaredas se espalharam por todos os recantos, ficou profundamente consternada.

O comércio não abriu mais suas portas no segundo expediente.

Todos, todos, chorando a sorte de seus irmãos, vítimas da selvageria nazista, sentidos até o íntimo da alma e indignados com o torpe e covarde atentado dos agentes totalitários que, tripudiando por sobre as vítimas indefesas impotentes de reagir, trucidaram velhos, senhoras mães de família, jovens e criancinhas inocentes, perambulavam pelas ruas em busca de notícias novas que viessem esclarecer mais o bárbaro torpedeamento dos vapores brasileiros (...).

Quando a consternação já era grande e a indignação maior, chega a notícia do torpedeamento de dois outros navios nacionais – “Itagiba” e “Arara”.

Aí então redobra a consternação do povo e a sua indignação chega ao auge.

Os colegiais agora engrossados pela massa do povo grita e pede desforra.

A polícia vê-se obrigada a intervir por várias vezes afim de conter a multidão e evitar distúrbios (...).” (Folha da Manhã, Aju. 18 ago. 1942, 1).

A população de Sergipe ficou, teoricamente, consternada com os acontecimentos que sucederam os torpedeamentos, dignos de um filme de terror: destroços das embarcações torpedeadas, além de pertences de vítimas, corpos inchados e, em muitos casos, já em avançado grau de putrefação, por exemplo, davam às praias sergipanas pelo balanço das ondas. Questionava-se sobre qual motivo justificaria ceifar a vida de centenas de brasileiros

² MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *Carestia e roubo de galinhas: problemas no cotidiano de Aracaju*. In: MAYNARD, Andreza Santos Cruz; MAYNARD, Dilton Cândido Santos (org.). *Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

daquela maneira. A partir daquele momento, muitos passariam a se dirigir às praias onde davam os corpos para prestar auxílio, quer recolhendo os corpos, identificando e enterrando-os, de acordo com a tradição, quer buscando possíveis sobreviventes. Mas ajudar não era o único motivo para que as pessoas se dirigissem às praias.

Pessoas também passariam à acorrerem aquelas praias, como a Praia do Saco ou a Praia de Atalaia, muitas vezes buscando tirar algum proveito de toda aquela situação, como foi o caso de Horácio Nelson Bittencourt, mais conhecido pela alcunha de Nelson de Rubina, que chegou até nós pela a Apelação Crime³ instaurada em 1943. Por meio dela é que sabemos que Rubina se dirigiu, na manhã de 18 de agosto de 1942 à praia de Atalaia, e que acabou retirando de um dos cadáveres que ali eram levados pelas ondas, três anéis, sob o pretexto de ir entregá-los à polícia naquele mesmo dia. Ele, porém, não efetuou a entrega dos anéis à polícia, nem naquele dia, nem em dia algum. Muito pelo contrário, ele negociou dois dos três anéis, os de maior valor, em Maceió e em Salvador, o que lhe rendeu uma quantia considerável, principalmente se adquirida sem muito esforço. Além do dinheiro “extra”, Nelson de Rubina conseguiu também um processo, que lhe rendeu uma prisão em 26 de novembro de 1942, por furto e vilipêndio a um cadáver do naufrágio.

O CASO NELSON DE RUBINA

Nossa história começa com o 2º Promotor Público da Comarca de Aracaju oferecendo ao Juiz de Direito da 2ª Vara da mesma a denúncia crime contra Horácio Nelson Bittencourt, ou Nelson de Rubina, com o incurso na sanção dos artigos 155 e 212 do Código Penal, referentes a furto e vilipêndio respectivamente. Diante disso é aberto um inquérito, em 23 de outubro de 1942, para a apuração dos fatos. A lista de pessoas para prestar esclarecimentos é que dá a tônica do caminho a ser percorrido pelo processo, envolvendo as cidades de Aracaju, Salvador e Maceió. Mas quem era o tal Nelson de Rubina?

Nelson de Rubina era um rapaz de 39 anos, recentemente casado com uma moça de Maceió, e que se dizia um comerciante de “artigos diversos”, residente na rua Maruim, nº 51, em Aracaju. Na manhã daquele 18 de agosto de 1942 dirigiu-se à Praia de Atalaia, acompanhado por um grupo de “conhecidos”:

- Josefina Matos: conhecida também como Zefinha, era uma doméstica residente na Bahia, com 25 anos de idade, muito próxima de Nelson, que se dirigia à Atalaia para procurar um conhecido seu chamado Fonseca;
- Maria das Dores, ou dona Sinhá: uma senhora de 50 anos, residente em Aracaju, amiga de Josefina;
- Maria Amélia Amador: também uma doméstica de 29 anos, residente na Bahia, que fora à Atalaia a convite de Nelson;
- Orlando de Souza Santos: chofer de praça, conhecido de dona Sinhá, que conduziu o grupo na viagem.

Todo o grupo se deslocou da Praça do Palácio à região da praia de Atalaia com um mesmo objetivo, pelo menos foi o que posteriormente contariam à polícia: buscar um conhecido de Josefina Matos, Fonseca, que, de certo, estaria entre os corpos dos naufrágios, vítimas dos torpedeamentos das embarcações brasileiras, em águas territoriais, pelo U-507. Não encontraram o corpo, porém ao retornar para sua residência, Nelson de Rubina levava

³ Tribunal de Apelação do Estado de Sergipe, 1943.

consgo três anéis retirados do corpo de uma outra vítima dos torpedeamentos, identificada depois como Virginia Auto de Andrade. Não satisfeito com o ato praticado, poucos dias depois Nelson de Rubina começou a desfazer-se de dois dos três anéis, os mais valiosos, arrecadando com isso a quantia de dez mil e cem cruzeiros, um valor considerável para época de crise.

Assim, entre 23 de outubro e 21 de novembro de 1942, tanto a polícia de Aracaju quanto a de Salvador estavam envolvidas na inquirição dos outros quatro viajantes que foram com Nelson de Rubina à Atalaia. Apesar de, em alguns pontos os depoimentos divergirem, pois cada um buscava de alguma forma “salvar a própria pele”, eles apontavam para um caminho semelhante, exposto a seguir.

Durante a viagem, Rubina teria por vezes recomendado ao chofer que diminuísse a velocidade do automóvel quando avistasse um corpo. Se depararam inicialmente com o corpo de uma senhora que possuía um relógio no pulso com a gravação “Ruth”, retirado por Nelson e, de acordo com todos, entregue a Hormindo Menezes⁴, que naquele momento se prestava a recolher os corpos dos náufragos.

O grupo seguiu viagem até a Barra de São Cristóvão, retornando posteriormente à praia, entre dez e doze horas da manhã. Avistaram outro corpo de mulher. Era o cadáver de uma senhora que, de acordo com todos, estava muito inchado e por isso difícil de ser reconhecido. Nelson pediu para que o automóvel parasse e, descendo dele, seguiu em direção ao corpo, revistou-o subtraindo três anéis sob pretexto de entrega-los depois à polícia: um solitário de brilhante de aproximadamente dois quilates e aro platino, um outro anel de ouro com uma garra de prata, estilo antigo, além de uma aliança. Porém ele se apropriou dos objetos, vendendo-os posteriormente: o solitário de platina com brilhante foi vendido em Maceió ao comerciante Francisco Brandão por dez mil cruzeiros; o anel de ouro com garra de prata foi deixado por Rubina nas mãos de Alfredo Mansur, um comerciante aracajuano, sendo posteriormente passado a Antônio de Jesus pela quantia de cem cruzeiros, terminando nas mãos de Miguel Brigde, um negociante da Bahia, pela quantia de cento e vinte cruzeiros. Já a aliança permaneceu na residência de Rubina, em Aracaju.

Talvez toda essa trama permanecesse à margem do conhecimento da polícia, sem muita notoriedade, porém, para o “azar” de Rubina, o cadáver que por ele fora furtado era o de Virgínia Auto de Andrade, a esposa do então Procurado do Tribunal de Segurança Nacional, Gilberto de Andrade, o que de certo poderia agravar a sua situação.

Quando foi chamado para prestar esclarecimentos, em 23 de novembro de 1942, Nelson de Rubina não poupou argumentos em sua defesa. Ele possuía uma habilidade em articular palavras e fatos em seu favor, o que definitivamente chamou a atenção, como consta nos autos do processo, do escrivão responsável pelo caso. Rubina não poupa argumentos na construção de sua imagem: diz que estava *casualmente* na Praça, que entregou os primeiros achados *contra* a vontade dos demais, além do que se exime de qualquer pretensão de furto ao dizer ter sido o chofer e dona Sinhá a retirarem o cadáver da água, e não ele. Tudo isso nos revela a tentativa de construção de uma imagem para a polícia almejando se eximir da punição pelo delito praticado. Diante dos fatos, o juiz encarregado do caso requereu a prisão preventiva de Nelson de Rubina, recolhido na Penitenciária do Estado de Sergipe, em 26 de novembro de 1942.

Conforme o processo avançava, tudo corroborava para que Rubina fosse julgado pelos crimes de furto e vilipêndio. Porém sabemos que no decorrer de um processo mudanças sempre podem ocorrer, acabando por vezes

⁴ Em 1942 Hormindo Menezes era o diretor do Serviço de Força e Luz de Aracaju, também comerciante, de acordo com o Processo Crime contra Nelson de Rubina, dirigia-se com frequência à praia de Atalaia com uma caminhonete para ajudar a recolher os corpos dos náufragos, vítimas dos torpedeamentos de navios na costa brasileira pelo U-507.

a influenciar na sentença, quer positiva quer negativamente. No processo analisado, houve a substituição do juiz responsável pelo caso, que considerava Rubina culpado, pelo juiz da 3ª Vara, José Rodrigues Neu. Este expediu, em 19 de abril de 1943, a sentença para Nelson de Rubina, considerando que o mesmo não furtara os anéis, já que os retirara na presença de todos e não às escondidas, o que qualificaria um crime, e que também não teria proferido palavras desrespeitosas ao cadáver, desqualificando o vilipêndio. Assim, em 28 de abril de 1943, Nelson de Rubina se encontrava novamente em liberdade.

No entanto, era de se esperar que tal liberdade não fosse aceita entre os membros “mais bem posicionados” da sociedade aracajuana da época, pois o crime os tinha causado um grande impacto, afinal de contas o cadáver do qual se subtraía os anéis era o de alguém conhecido. A parte responsável pela acusação de Nelson conseguiu mobilizar até os desembargadores sergipanos contra a sentença, e no dia 26 de junho de 1943 a Procuradoria Geral do Estado de Sergipe, através de Gonçalo Rollemberg Leite, se manifesta na tentativa de “provar” que o ato praticado por Nelson de Rubina era algo hediondo e que, portanto, precisava de uma severa punição. De nada adiantou. A sentença fora confirmada e, mesmo havendo ainda manifestações contrárias, Nelson de Rubina permanecia sem que nada mais ameaçasse sua liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale lembrarmos que os acontecimentos aqui narrados ocorreram em um período em que o país passava por um processo de moralização. Só para termos uma ideia, em 14 de julho de 1942, cerca de um mês antes dos torpedeamentos, um soldado da polícia militar, José Batalha, recebeu uma detenção de quatro dias, além de ter que prestar serviços, não discriminados no documento⁵, por ter sido encontrado em público no dia anterior com o uniforme desabotoado, o que era considerado uma *transgressão média*. A partir deste caso, podemos perceber se atualmente um crime como vilipêndio pode nos causar certo espanto, certamente sua repercussão em uma sociedade, onde andar com o uniforme desabotoado era tido por infração média, não passaria despercebido.

A Apelação Crime de Nelson de Rubina possui cerca de 248 páginas, nas quais seu nome aparece escrito pelo menos 279 vezes, entre acusação e defesa. É através dela que podemos construir a imagem de nossa personagem, a partir do que diziam dele, quer positiva quer negativamente, e do que ele próprio dizia de si mesmo.

Para as testemunhas, a imagem de Rubina é paradoxal. Ora ele seria alguém de índole duvidosa, pois, de acordo com testemunhos contidos na Apelação, já teria sido preso por viver às custas de “mulheres da vida”⁶, e não costumava honrar com os “compromissos” assumidos, já que prometera uma comissão à um negociante pela venda de um dos anéis, e nunca lhe pagara, ora Rubina seria um rapaz direito, descente, de bom procedimento e com amigos em todos os grupos sociais, que incluía até mesmo a Polícia de Alagoas.

Para as autoridades que investigavam o caso, Rubina era alguém sagaz e extremamente habilidoso com as palavras, capaz de “*influir no ânimo dos cúmplices, fazendo desaparecer os melhores elementos*” de sua culpa, sendo inclusive capaz de fugir, para não ser condenado por um crime que já estava, para eles, “*plenamente provado*”.

Já Nelson de Rubina, principalmente em seu primeiro depoimento às autoridades em 23 de novembro de 1942, tentava mostrar-se ingênuo, que fora à praia naquela ocasião por pura casualidade, e que, apesar de protestos

⁵ Arquivo Público do Estado de Sergipe, Pasta de Segurança Pública, Polícia Militar – SP4, 19, PG.647, 1942.

⁶ No Estado Novo brasileiro, a prostituição, considerada um “mal social”, era legalizada, mas a cafetinagem era crime, diferentemente do que ocorria na Alemanha, que desde 1933 fora proibida tal prática por ser considerada um crime contra a raça.

unânicos dos demais, ele entregou todos os achados à polícia, e só não fez o mesmo com os anéis porque os demais companheiros não permitiram. Rubina também tentava demonstrar a todo momento ser um comerciante de bem, com boa índole, casado, acima de qualquer suspeita, e que possuía boas amizades.

Analisando a Apelação Crime, é como se, através de Rubina, pudéssemos vislumbrar dois “modelos” muito divulgados na época, e quase antagônicos: o *homem novo*, bastante disseminado pelo Estado brasileiro, e o *homem cordial*, na adaptação feita por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*⁷.

Por um lado, havia o modelo de *homem novo*, ao qual todo brasileiro deveria seguir para ser considerado um bom cidadão, e que tanto a defesa quanto o próprio Rubina procuravam acomodar à sua imagem para se livrar da pena pelo furto e vilipêndio ao cadáver, por ocasião dos torpedeamentos. Nesse modelo, o brasileiro seria um homem honesto, moralizado, cumpridor dos seus deveres, que via no Estado o verdadeiro sujeito da liberdade, e que abraçaria o “trabalho” como meio de valorização do homem e como forma de conquistar “a prosperidade econômica, a cultura intelectual, o respeito e a proteção do Estado.

Muito possivelmente, por tais motivos, Nelson de Rubina reforçava sempre ser um comerciante, cumpridor dos seus deveres, casado, e que nunca fora preso. Poderia ser uma tentativa de, se enquadrando no modelo proposto, evitar a condenação.

Por outro lado, havia o modelo de homem cordial adotado por Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, para descrever a identidade nacional brasileira. Esse modelo faz referência à distância da noção ritualista da vida, ao desejo de se tentar estabelecer intimidade a qualquer custo, ao horror às distâncias que determinados cargos acarretam. Tal conceito representaria um agir típico⁸ do brasileiro, herdado do sistema colonial.

Se levarmos em conta o discurso de defesa adotado por Nelson de Rubina podemos perceber uma aproximação desse modelo, pois logo no início afirmou que “estava na Praça do Palácio quando, casualmente, foi convidado por Josefina Matos para ir à praia”, sendo assim, em um período de extrema valorização do ideal de trabalho, Rubina se encontrava em uma praça fazendo o mínimo de esforço possível. Também vemos o seu ser *cordial* quando, em busca de se mostrar amigo de pessoas influentes, esquece dos cargos ocupados por tais e passa a se referir ao chefe de polícia de Alagoas, Altino Teixeira, por exemplo, como alguém “com quem se entendeu e que teria se tornado francamente seu lado”, ou então ao se referir ao Capitão Rivaldo Jardim Brito, ora a serviço da Unidade Federal de Salvador, como alguém com fizera “camaradagem e algumas vezes teriam estados juntos em jantares e em diversões (...)”.

Como já foi dito aqui, o caso de Nelson de Rubina muito possivelmente só não ficou no anonimato perante a sociedade sergipana porque o cadáver furtado era o de uma pessoa com notoriedade social na época. Porém tal caso não correspondia com o estereótipo divulgado oficialmente de sergipano pacato, correto e solidário, e por isso foi considerado pelo chefe do Gabinete de Polícia do Estado, Enoch Santiago, como único caso registrado em toda a extensão do litoral sergipano. Mas será realmente que tal caso foi único?

De acordo com as entrevistas utilizadas para confecção do documentário *U-507*⁹, pessoas que residiam na época próximo às regiões que davam os corpos vítimas dos torpedeamentos afirmam que muitos sergipanos se dirigiam àquelas regiões em busca de recolher algo de valor. No entanto poderíamos nos questionar sobre relevância de uma pesquisa sobre um caso que não representa uma singularidade, já que Rubina não fora o único a praticar tal ato.

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁸ Que constitui um tipo, um modelo que permite produzir um número indeterminado de indivíduos que se reconhecem perante si como um conjunto.

⁹ CARVALHO, Rubens. *U-507*. Brasil, português, colorido, 2008. Disponível em www.youtube.com.br/watch?v=Cg3WXi2Zg9Q

Partindo aqui do princípio de que Nelson de Rubina não era uma exceção à regra, podemos considerar seu feito como “uma manifestação” de uma “ideia” partilhada, mesmo que inconscientemente, por outros membros da cultura à qual ele fazia parte: a atração pela possibilidade de lucro fácil, sem muito esforço para tanto. E por ele podemos resgatar justamente os “sentidos conferidos ao mundo e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas”. (PESAVENTO, 2008, p. 16-17)

Nelson de Rubina, diferente do moleiro Menocchio de *O queijo e os vermes* (GINZBURG, 1987) para nós é representativo de uma sociedade que por maior que fosse a imposição do Estado Novo, na tentativa de edificar o bom brasileiro, “limpo” de toda a imoralidade, possuía pessoas que em seu cotidiano não seguiam “ao pé da letra” tais propostas. Para além de saber se Nelson de Rubina agiu de forma certa ou errada, percebemos, pelo seu caso, como ele manifesta, mesmo que inconscientemente, uma parte desta cultura, expressa em ações cotidianas, que o governo de Vargas não conseguiu moldar.

FONTES UTILIZADAS

Tribunal de Apelação do Estado de Sergipe, 1943.

Arquivo Público do Estado de Sergipe, Pasta de Segurança Pública, Polícia Militar – SP4, 19, PG.647, 1942.

PERIÓDICO

Folha da Manhã, Aju. 18 ago. 1942, 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas. **O caso Nelson de Rubina: guerra e cotidiano em Aracaju (1942-1943)**. 2015. Monografia (Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Banese, 3 ed., 2002.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena R. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **“A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942 -1945)**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

DARTON, Robert. Um burguês organiza seu mundo: a cidade como texto. In: DARTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural francesa**. São Paulo: Graal, 2011.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela Maria Castro. O redescobrimento do Brasil. In: GOMES, Ângela Maria Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra**: uma história da Europa desde 1945. Trad. José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Carestia e roubo de galinhas: problemas no cotidiano de Aracaju. *In*: MAYNARD, Andreza Santos Cruz; MAYNARD, Dilton Cândido Santos (org.). **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Dias de luta: traços do cotidiano de Aracaju (1939-1945). **OPSIS**, Catalão, v. 9, n. 12, jan./jun. 2009.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. O 'notável empreendimento': Estado Novo, propaganda política e radiodifusão em Sergipe. **Sæculum** – Revista de História, João Pessoa, n. 16, p. 105-117, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11375>. Acesso em: 30 set. 20.

MELINS, Murilo. **Aracaju romântica que vi e vivi**: anos 40 e 50. Aracaju: UNIT, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O século sombrio: entre luzes e sombras. *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O século sombrio**: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 1-25.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UMA ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER NA AQUISIÇÃO DE HERANÇA PAULO FRONTIN/PR (1987-1988)

Geovana Betu

Gabriela Migon

Resumo: Neste trabalho, analisamos, por meio de um processo crime, como as relações de poder estavam presentes na aquisição da herança no mundo rural. O referido processo teve como cenário o pequeno município de Paulo Frontin/PR, que apresentou suas características cotidianas definidas a cada depoimento das envolvidas, sendo rés, indiciadas e testemunhas. Tal processo destaca-se em meio a outros, por além de mostrar os desentendimentos e diferenças construídas histórica e socialmente entre o patrimônio herdado por uma mulher e por um homem, também pelo motivo de envolver entre as rés, indiciadas e testemunhas somente mulheres. Rompendo, assim, com visões estereotipadas, de que as mulheres deveriam apresentar um comportamento dócil, frágil e submisso, incapazes de cometer atos violentos. Ao analisar o processo, percebemos que independente das práticas criminosas, trata-se de mulheres que romperam barreiras socialmente determinadas e agiram violentamente afim de defenderem seus objetivos e o que acreditavam.

Palavras-chave: Herança; Mulheres; Processos Crimes; Paulo Frontin/PR.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, buscamos analisar, por meio de um processo crime de lesão corporal, como as relações de poder estavam presentes na aquisição da herança, no município interiorano de Paulo Frontin/PR. A briga pela divisão do patrimônio familiar, relatada no referido processo, demonstra as diferenças construídas historicamente entre o herdado por uma mulher e o herdado por um homem. Ainda, o caso estudado se destaca pelo motivo de envolver somente mulheres; são elas as rés, as indiciadas e as testemunhas, características que fogem aos padrões da época. Rompendo, assim, com visões estereotipadas, de que as mulheres apresentavam comportamento dócil, frágil e submisso, incapazes de cometer atos violentos.

Elas cometiam atos violentos, inclusive em vias públicas. Diante dessa questão vemos a necessidade de entender, primeiramente, o espaço do crime. Paulo Frontin, geograficamente se localiza na mesorregião sudeste do Paraná, cerca de 209 km da capital paranaense –Curitiba. Desde os primórdios, teve sua economia, predominantemente, amparada na agricultura e a pecuária, enfatizando suas características tipicamente rurais (IAPARDES, 2020; PREFEITURA DE PAULO FRONTIN, 2020).

Ademais, vamos conhecendo melhor Frontin¹ a partir dos percursos que as envolvidas traçaram e narraram. Entendendo, que no lugar os elementos coexistem e no espaço os elementos se relacionam, pois “[...] o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 2011, p. 184).

¹ Ressaltamos aos leitores que, por vezes, no decorrer do texto nos referiremos ao município de Paulo Frontin de forma abreviada: Frontin.

Segundo as moradoras, que também não deixavam de serem pedestres, da rua Alexandre Popia, de Paulo Frontin, tudo aconteceu na terça-feira, 26 de março de 1987². Aproximadamente 13h30min, dona Francisca, também conhecida como Chica, estava no terreiro de sua casa, quando ouviu discussões e pôs-se atenciosa. Olga, também estava por casa, andava pelo pátio, mas, ao ouvir gritos correu para a janela. Eva lavava roupa na tina, no lado da própria casa, enquanto via a movimentação na casa da frente.

Em frente a Eva, morava Iracema. O que fazia Iracema? Essa declarou ao escrivão de polícia que estava no quintal, indo pegar água³, mas, ao ver o delegado Cezarinho, passando pela rua, se aproximou do portão da cerca, para conversar com o mesmo, afim pedir algumas orientações sobre um terreno de herança que possuía na Serra da Esperança. Alguns minutos de prosa e o delegado seguiu caminho.

Permanecendo no quintal, Iracema avistou sua sobrinha Calorinda⁴ se aproximando, essa trazia, na mão um saco de compras. Calorinda contou, ao prestar sua declaração, que estava voltado do centro da Vila⁵, tinha ido fazer compras e ao passar em frente à casa da tia, estando essa para fora esperando a declarante se aproximar, seria inevitável não parar para trocarem algumas palavras, até porque como considerou Eva, sobre a relação de Iracema e Carolina, “as mesmas são parentes e sempre estavam se visitando”⁶. Entretanto, assim que Iracema comentou o que conversou com o delegado, que teria de ir até União da Vitória, por causa do “nego sujo”⁷ que estava roubando seu terreno, se referindo ao pai de Calorinda como “negro sujo” e ladrão, a conversa passou de uma discussão, logo para vias de fato.

Foi a luta corporal das duas, em via pública, que chamou atenção das vizinhas. Segundo, as declarações de Iracema, Calorinda a agrediu com pedras, e para se defender, a tia investiu, contra a sobrinha, com a tranca do portão⁸. Calorinda, alegou que a tia usou uma ripa⁹. A partir dessas informações, podemos analisar como o fato aconteceu motivado pelo calor do momento, pois provavelmente os instrumentos utilizados foram os que as denunciadas localizaram com mais facilidade para investir uma contra a outra.

Nas declarações, somente Francisca chegou para separar Calorinda e Iracema, mas as demais moradoras também se envolveram. Olga, por exemplo, contou que gritou da sua janela para que “parrassem de brigar e criassem vergonha”¹⁰. A mesma testemunha disse que agiu assim, porque era magra e poderia sair em desvantagem ao tentar ajudar¹¹. Por fim, concluiu-se, a partir dos depoimentos, que mesmo com as intervenções das vizinhas, tia

² BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 02.

³ A partir da explicação apresentada por Iracema, deduzimos que estava indo pegar água no poço. As casas, dessa época geralmente eram abastecidas com a água dos poços. Esses, na maioria das vezes, eram cavados no pátio, nos quintais, enfim próximo das casas.

⁴ Observamos que a justiça na busca de realizar todos os procedimentos nos conformes, ou seja, realizar o maior levantamento de dados possíveis dos criminosos, acabava fracassando. No processo encontramos muito erros ortográficos no nome da denunciada. Ora é mencionada como Carolina, ora como Carolinda, Calorina e algumas vezes, conforme, de fato, a depoente se assinava Calorinda. Levantamos a hipótese que possivelmente o nome carregava erros ortográficos, ainda, do registro de nascimento. Mas o utilizamos a grafia conforme assinatura da denunciada.

⁵ Com a referida fala da depoente, mais uma vez, observamos as características rurais de Frontin.

⁶ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls. 17.

⁷ Em relação ao termo racista empregado por Iracema, observamos que a justiça não tomou nenhuma atitude, compreendemos a importância de tal discussão, porém nesse trabalho não abordamos o assunto, visando-o para uma pesquisa futura.

⁸ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls. 11.

⁹ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls. 10.

¹⁰ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls.42.

¹¹ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls.16

e sobrinha só pararam de brigar depois que Calorinda começou a sangrar. Iracema entrou para dentro de casa. Já Calorinda, pediu para Francisca guardar seu saco de compras, e seguiu para delegacia prestar queixa¹².

Embora a sobrinha tenha reclamado a justiça por primeiro, o inquérito instaurado, apresentou a denúncia contra tia e sobrinha. A prática da violência foi mútua, ambas ficaram feridas e coube a delegacia apurar as informações; quem iniciou as agressões e quais as reais motivações, afim de julgá-las inocentes ou culpadas. Todavia, entendemos que analisar essas práticas criminalizadas, a partir do campo da história, não se tem por objetivo identificar a vítima e a ré, mas entender as relações que se estabeleceram nas entrelinhas desse material. Prezamos por observar as minúcias, as questões que vão além do crime em si, como as relações de parentesco, vizinhança, rixas, fofocas, mexericos, entre outras.

Portanto, o processo criminal será entendido, aqui, como uma fonte histórica, não como a própria história. Mas, antes de adentrarmos nas discussões acerca da história da violência, uma das áreas que estuda os processos criminais, se faz necessário destacarmos que o caso aqui trabalhado apresenta particularidades. Primeiramente, para a época, temos apenas envolvidas, secundamente, mas não menos importante, elas entraram para vias de fato devido a herança. Brigar pela divisão do patrimônio familiar implica entender as atribuições sociais dadas as mulheres e aos homens no referido recorte temporal e espacial.

O PROCESSO CRIME COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA

No Brasil, o uso dos processos criminais como fonte para análise histórica teve seu auge na década de 1980. Autores como Boris Fausto (2001) e Sidney Chalhoub (2001) produziram suas obras a partir da análise de processos criminais. Segundo Boris Fausto:

O processo penal como documento diz respeito a dois ‘acontecimentos’ diversos: aquele que produziu a quebra da norma legal e um outro que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo. Este último tem como móvel aparente reconstituir um acontecimento originário, com o objetivo de estabelecer a ‘verdade’ da qual resultará a punição ou a absolvição de alguém. Entretanto, a relação entre o processo penal, entendido como atividade do aparelho policial-judiciário e dos diferentes atores, e o fato considerado delituoso não é linear, nem pode ser compreendida através de critérios de verdade. Por sua vez, os autos, exprimindo a materialização do processo penal, constituem uma transcrição/elaboração do processo, como acontecimento vivido no cenário policial ou judiciário. Os autos traduzem a seu modo dois fatos: o crime e a batalha que se instaura para punir, graduar a pena ou absolver. (FAUSTO, 2001, p. 31-32).

Por meio dos referidos documentos conhecemos o vivido. As pessoas, que mesmo tendo seus discursos transcritos por escrivães, revelam muito sobre si mesmas, sobre suas atitudes, seus modos de agir e pensar. Se destaca, portanto, a necessidade de voltar o olhar para o que está desatento no documento.

Além dos crimes e dos atos violentos, podemos identificar questões como relações de parentesco, amizades, desavenças. Aspectos do cotidiano dos envolvidos e das testemunhas, lugares de sociabilidade, crenças e valores. Enfim, podemos conhecer a narrativa sobre vários aspectos de uma sociedade e o comportamento dos envolvidos. Ao mesmo tempo, também são fontes que ficam muitas vezes silenciadas nos arquivos, contendo muitas incógnitas e questões que podem ser indecifráveis. De acordo com Rosemberg e Souza:

¹² BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls.16

No processo-crime, existe uma pluralidade de vozes que se cruzam, se esbarram e se complementam num mesmo processo. Acondicionadas na justeza dos discursos, as falas são expressas de maneira díspar. Não se pode atribuir o mesmo estatuto a uma sentença, a um bilhete anônimo juntado aos autos, a um recorte de jornal, a um depoimento de um analfabeto, ao inquérito do delegado (e, portanto, de origem policial), ao parecer do promotor (de origem judiciária). Claro que a manipulação por parte dos responsáveis pela confecção dos autos deturpa e limita os discursos, mas o processo crime não pode ser encarado como uma peça monolítica. Assim, cada um dos elementos presentes deve ser abordado com um cuidado singular e essencial (ROSEMBERG; SOUZA, 2009, p. 168-169).

Sejam réis, vítimas, testemunhas ou judiciário, cada sujeito vai assumir um posicionamento diante do ocorrido, este que será transcrito pelo escrivão e ao fim, o desfecho pode ser o de punir ou absolver o réu. Porém, como escreveu Boris Fausto, não estamos interessados apenas na punição ou na absolvição, mas sim, no desenrolar do processo, questões que permeiam os atos de violência, o cotidiano, o comportamento dos envolvidos, as amizades e os falatórios, por exemplo. A partir dos desfechos identificamos relações pessoais, sociais e culturais. Como diz Mariza Corrêa, “os processos são fábulas, parábolas construídas pelos juristas, cuja visão ordena a realidade de acordo com normas legais (escritas) preestabelecidas, mas também de acordo com normas sociais (não escritas) que serão debatidas perante o grupo julgador” (CORREA, 1983, p.24).

Nos processos, que possuem mulheres indiciadas como réis, identificamos desavenças, falatórios da vizinhança, mulheres que possuíam dificuldade em se manter financeiramente, outras que eram vítimas de violência e num ato de coragem e defesa acabaram tornando-se réis. Iracema, é um exemplo de mulher marginalizada, era julgada por Olga pelo motivo de dever “algumas garrafas de leite e arame que foi utilizado em um poteiro de Iracema o qual havia sido cedido para a testemunha prender as vacas”¹³. Calorinda também a acusava por “roubar galinhas que entravam no seu quintal”¹⁴ e por Maria que testemunhou: “Iracema tem poucos vizinhos e não se dá muito bem com eles.”¹⁵

De acordo com Almeida (2001), o baixo índice de mulheres que praticam violência, pode ser justificado pelo fato das mulheres, em grande parte, estarem à margem do espaço público e consequentemente do mundo do crime. Afinal, é bem mais comum ouvirmos relatos de mulheres assassinadas e vítimas de violência do que de mulheres que praticam atos de violência. Uma questão é que as práticas criminalizadas são mais naturalizadas e aceitas no mundo masculino, a forma como a sociedade encara o fato de mulheres praticarem atos violentos é totalmente diferente comparada aos homens. Pois historicamente, na cultura Ocidental a violência era sinônimo de força de uns sobre os outros, relacionada a virilidade e proteção. O homem poderia agir violentamente para defender sua família, garantir alimentos e principalmente defender sua honra (MUCHEMBLED, 2012).

No caso de mulheres réis, cabe levantar questionamentos, sobre como esses crimes praticados por mulheres foram percebidos pelo Poder Judiciário e pela sociedade. Como é o caso de Iracema e Calorinda, ambas denunciadas por se agredirem mutuamente.

Diante dos processos, encontramos indivíduos que se chocam, seja em casa, na rua ou no trabalho, onde na maioria das vezes deixaram-se levar pela raiva, fúria, fofocas e principalmente alegam que agem em defesa da honra. Encontramos nesse caso, mulheres que agiram motivadas pela raiva, buscaram defender sua honra e a honra da família. No caso estudado, Iracema estava a defender sua herança, e Calorinda estava defendendo seu pai. As

¹³ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 16

¹⁴ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 11.

¹⁵ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 72.

práticas de violências registradas nos documentos da Comarca de Mallet¹⁶, mostram que as mulheres denunciadas atentaram contra a lei e os valores estabelecidos pela sociedade, rompendo com estereótipos, de que a mulher seria incapaz de agir violentamente, pois, tal comportamento não condizia com o que foi socialmente atribuído às características femininas. Iracema e Calorinda fazem parte do índice de mulheres que quebraram os padrões pré-estabelecidos, seja com pedradas, socos, ponta pés, ripas (pedaços de pau), ou até mesmo a tramela do portão.

Diante de tantas limitações impostas às mulheres, por meio dos processos, percebemos que as elas circularam e adentraram vários espaços, geralmente delimitados pelo sexo masculino. Michele Perrot (2007), em seus estudos, fez emergir o papel atuante das mulheres como atrizes e agentes sociais de suas próprias histórias. Durante muito tempo, as mulheres foram silenciadas, dominadas e invisíveis na sociedade. A atuação da mulher era restrita ao lar e a família.

Além de Michelle Perrot, Mariza Corrêa (1983) também, repensou em seus estudos a relação entre os crimes cometidos por mulheres e os comportamentos atribuídos a elas. Afinal, o perfil feminino era caracterizado como dócil, frágil e submisso. A violência e o crime, sempre foram pensados como assunto de homens; os atos viris, a necessidade de provar sua masculinidade, de dominar o espaço o qual estão inseridos, são questões que desde a infância estão atreladas ao comportamento masculino.

Entretanto, destacamos mais uma vez, que o referido processo nos apresenta mulheres que embora réis ou vítimas, enfrentaram familiares, vizinhas, amigas e/ou inimigos. Foram além das regras morais e dos padrões de dominação (BOURDIEU, 2005, p. 41-42), afim de lutarem pelo o que acreditavam, seja defender sua honra ou cobrar o que era seu, sem medir esforços.

No processo em questão, como mencionado anteriormente encontramos entre as envolvidas, somente mulheres. O que nos chamou a atenção, pois mesmo que a denunciada fosse mulher era muito comum, a presença de homens testemunhando.

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO FAMILIAR COMO UM CAMPO DE DISPUTAS

Neste tópico, problematizamos acerca do que a justiça presumiu e concluiu como principal motivo das agressões entre Iracema e Calorinda: a herança¹⁷. A herança pode apresentar diferentes significados, mas nesse caso se trata da transição do patrimônio familiar para os herdeiros descendentes legítimos. Os estudos realizados acerca da sucessão do patrimônio familiar são tão amplos, conforme as discussões que, na maioria das vezes, gera a própria prática.

Dessa maneira, a organização de uma genealogia familiar se fez necessária para entendermos o grau de parentesco entre os envolvidos. Essa sistematização foi possível por meio das informações das depoentes e das demais fichas de dados, das réis Calorinda e Iracema, que constam no processo. Concluímos, portanto, que: O casal progenitor José e Francelina tiveram duas filhas, Anália e Iracema, e três filhos¹⁸. Iracema casou e teve cinco crianças, essas vivam juntos da indiciada¹⁹. Anália, por sua vez, casou com Antonio Rodrigues e tiveram Calorinda²⁰. Essa também casou e teve doze filhos, sendo que seis vieram a falecer e os demais residiam em sua companhia²¹.

¹⁶ Paulo Frontin, pertencia a comarca judicial de Mallet, no referido ano do crime.

¹⁷ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57 fls. 15; 90.

¹⁸ O processo não esclarece o gênero de todos os filhos, menciona somente a relação que apresentamos.

¹⁹ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 13.

²⁰ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 21. Destacamos, que no processo consta apenas Calorinda como filha do casal, mas não se exclui a possibilidade da prole ser mais numerosa.

²¹ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 23.

José e Francelina criaram os filhos na propriedade localizada na comunidade rural de Serra da Espera, município de União da Vitória/PR²². Próximo ao terreno dos pais morava apenas a filha Anália com o esposo²³; Iracema viveu em companhia dos pais até os 22 anos²⁴. As informações coletadas pela justiça para ter maior controle sobre a vida das rés, como é o caso de saber com até quantos anos viveu em companhia dos pais nos mostram aspectos que podem ter relações com a divisão da herança.

Carneiro (2001) ao estudar as lógicas de transmissão do patrimônio familiar entre famílias de pequenos agricultores, nos municípios de Nova Pádua/RS e Nova Friburgo/RJ, destacou que além, do tempo e do espaço possuírem suas particularidades, os papéis sociais atribuídos as mulheres e aos homens, também, possuem racionalidades diferentes.

De acordo com Stropasolas (2002), no mundo rural, em particular em pequenas propriedades, essas diferenças são complexas e começam a serem delineadas prematuramente no meio familiar. A divisão sexual do trabalho inicia ainda quando crianças; as meninas desde cedo vão aprendendo a fazer os serviços de casa junto das mães e os meninos acompanham os pais na roça. O grande número de filhos por famílias, respondia até um certo tempo como mão de obra para trabalhar na lavoura. Mas, conforme a mecanizações foi avançando²⁵ e as propriedades não eram suficientes para toda prole, chegava o momento de decidir o rumo que cada filho e filha deveria tomar. Geralmente quem migrava para a cidade era quem prestava a “ajuda” no serviço da roça. Nas palavras do autor:

[...] a seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção, de forma independente da tutela dos pais, pela forma como se dá a divisão do trabalho nos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens em detrimento das mulheres nas execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural e pela exclusão das mulheres na herança da terra. Esses aspectos reunidos participam da produção dos “outros”, dos esquecidos no mundo rural (STROPASOLAS, 2002, p. 137-138).

Os outros, ou, os esquecidos que o pesquisador menciona tratam se das mulheres e dos jovens (STROPASOLAS, 2002, p. 138-146). Portanto, a essa leitura somamos nossas indagações: Será Iracema a esquecida, a outra? Por que essa mulher teria vivido somente até os 22 anos com os pais? Seria sua família proprietária de uma pequena área de terra, não suficiente para o trabalho dos cinco filhos? Seria Iracema a filha que queria uma vida urbana, por isso se mudou para a cidade? Ela casou com alguém de Paulo Frontin? Alguém incentivou a ter uma “vida melhor” que a proporcionada pela agricultura? Iracema se viu obrigada a sair de casa?

Apesar de muitas dessas indagações não terem respostas exatas, por não constarem no processo, observamos nas minúcias do processo estudado, como Calorinda pôde ter vivido uma trajetória muito semelhante à da tia Iracema. Calorinda viveu até os 17 anos em companhia dos pais²⁶, depois se mudou para a localidade de Bom

²² Conforme Google Maps, geograficamente União da Vitória limita-se com Paulo Frontin.

²³ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 16.

²⁴ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. fls. 13.

²⁵ Destacamos que no Brasil a mecanização em massa ocorreu durante os anos de 1970, portanto antecede o período estudado, sendo essa uma hipótese da migração das filhas do campo para a cidade.

²⁶ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls.23.

Retiro²⁷, no município de Paulo Frontin e mais tarde mudou-se para a cidade, vindo a residir na Rua Alexandre Popia passando a trabalhar como diarista. Novamente refletimos sobre o porquê Calorinda saiu da casa dos pais ainda antes da maioridade; por que não continuou residindo no interior haja visto que seu pais, conforme disse Iracema²⁸, estavam se apropriando dos terrenos da herança, sem dividir o lucro com os demais herdeiros.

Ressaltamos que no segundo interrogatório, Iracema contou que como seu pai tinha falecido há quatro anos e sua mãe há dois, ela tinha interesse em legalizar a divisão dos terrenos, que ficaram de herança para os cinco filhos, por meio do inventário. O código Civil vigente na época era o de 1916, e demonstrava que “Art. 1.574. Morrendo a pessoa sem testamento, transmite-se a herança a seus herdeiros legítimos” (JUSBASIL, 1916), seja filho ou filha. Entretanto o que não consta na lei são as disputas que se travam ao fazer a divisão.

No caso estudado, sendo Anália, a única que morava perto das áreas de terras, juntamente com o marido Antônio, conhecido por “Paulista” – ressaltando, o próprio apelido já faz menção a região de naturalidade do cidadão- começaram a tirar erva mate dos terrenos sem consultar Iracema e sem pagaram a parte que lhe cabia. Além da extração da erva, Anália e o marido começaram a tirar madeira, sendo assim Iracema percebeu que não tinha mais o que fazer e que achou melhor conversar com o delegado²⁹.

No dia 26 de março de 1987, quando Iracema conversou com o delegado, coincidiu de encontrar Calorinda. Ao comunicar a sobrinha sobre os procedimentos que faria para tentar regularizar a herança, teve a surpresa de saber que Carolinda estava a favor de seu pais, ou seja, acreditava que a tia não tinha direito a nada.

Mesmo que não conste no processo a ordem de nascimento dos herdeiros de José e Francelina, pela aproximação da idade entre Iracema (tia) 40 anos e Calorinda (sobrinha) 37 anos, a possibilidade de Anália ser a filha mais nova está descartada. Mas há uma grande possibilidade de ter sido, Anália, a primogênita. Elisa Guaraná de Castro comenta que apesar de existir um rigor, de sucessão, com os primogênitos, existe uma flexibilização no espaço dos interesses pessoais (CASTRO, 2005, p.206). Essa flexibilização pode, por exemplo, estar ligada a não perpetuação do nome da família, como acontecia com Anália. Entretanto presumimos que Paulista teria assumido o trabalho no terreno dos sogros, pois “[...] os costumes orientam a propriedade da terra para os homens, mesmo quando legalmente seria possível a mulher ser proprietária” (CASTRO, 2005, p. 214). Além de que, na agricultura a mulher assumia o papel de auxiliar, a ela cabia apenas “ajudar” o esposo, que tomava conta do cultivo da terra.

Cabe enfatizar que a participação nas tarefas agrícolas não modifica a posição da mulher na hierarquia familiar. Mesmo em situações em que esta assume quase por completo a atividade produtiva, ela permanece na posição de auxiliar do homem. Neste sentido, a desigualdade entre os gêneros não está calcada na invisibilidade social do trabalho feminino ou na não-participação do processo produtivo, mas nos valores ideológicos que sustentam uma sociedade patriarcal. (CARNEIRO, 2001, p.48).

Ao ter herdado mais terra e ao ter continuado a “ajudar” o marido, Anália e Paulista possivelmente visavam comprar mais terrenos. Na versão de Calorinda, seu pai estava comprando a parte dos tios e tias. Já na versão de Iracema, além do cunhado e da irmã terem ficado com dez alqueires, terem oferecido um valor baixo para sua parte, estavam roubando erva mate e madeira e lucrando sem lhe pagar nada. Diante de tudo o que vinha sofrendo,

²⁷ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57.Fls.21.

²⁸ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57.Fls.33.

²⁹ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57.Fls.33.

como explica durante os interrogatórios, Iracema xingou, preconceituosamente, o pai de Calorinda de “negro sujo e ladrão”³⁰ e entrou em luta corporal contra sobrinha.

Observamos a complexidade da situação. A justiça inocentou Iracema e Calorinda. Ainda que Iracema tenha ido parar na justiça por causa da agressão motivada pela herança, não foi o suficiente para que o caso pudesse se resolver. Assim o que constava na própria lei sobre a herança os valores culturais de uma sociedade patriarcal prevaleceram. Onde Anália e o Paulista se acharam no direito de usufruir do terreno. Conforme consta no depoimento de Iracema, o delegado falou para ela que enquanto não fosse resolvido o inventário, ninguém poderia mexer no terreno. O que nos faz compreender a atitude agressiva de Iracema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observamos, seja no âmbito da violência, aquisição de herança ou outras situações, a mulher sempre esteve dominada pelas relações de poder. Desde muito jovem, possuía o controle do pai, seja para estudar, trabalhar ou para “arrumar um bom partido”. Ao casar, o poder atribuído ao pai passava para o marido, sendo ele responsável pelo sustento da família, pelos filhos e pela esposa. As mulheres muitas vezes, ao questionarem ou quererem assumir uma posição dentro do lar, foram vítimas de violência física, psicológica e até sexual. Contudo, violentar, não se refere apenas a pedradas, ripadas e uma violência sangrenta, diz respeito também ao dia a dia, muitas mulheres eram proibidas de sair de casa, receber visitas eram coibidas, até mesmo se achavam magras, fracas, loucas como observamos nas minúcias do referido processo. Iracema foi violentada ao ter seus direitos violados, pela irmã e o cunhado e a sociedade chegou a um ponto de fazer a mulher se rebelar contra a outra mulher, ainda que ambas estivessem em situações lastimáveis.

Percebemos que o poder não está concentrado em um só, e que o indivíduo, mesmo que mais forte, somente aparenta possuir maior poder. O mais fraco, também exerce poder, resistindo e criando estratégias para sobreviver. Como aponta Gilberto Velho, a violência exprime “não apenas o uso da força física, mas da possibilidade de ameaça ou da utilização da imposição de sua vontade, desejo ou projeto de um sobre o outro.” (VELHO, 1996, p.10-24). Nesse trecho, nos atentamos as duas denunciadas, onde utilizaram o uso da força física para cada uma defender seus objetivos, a honra do pai e a sua honra e a sua herança, respectivamente.

O juiz de direito, por excesso doloso da legítima defesa, entendeu que a solução mais certa era a absolvição de ambas. Pois segundo o juiz, “o constrangimento e o vexame por que passaram perante a comunidade Frontinense, por si só, e suas consequências bastam como reprimenda pelas suas condutas, levando-se em conta ainda o constrangimento maior que a condenação traria para seus familiares.”³¹ Julgando então, improcedente a denúncia. Reforçamos a possibilidade de discutir tal temática por meio de um processo criminal como fonte histórica, este que embora se caracterizasse como um processo criminal, também poderia ser caracterizado como um processo do âmbito civil, ao se tratar de uma briga por motivos de herança.

Portanto, vemos como necessárias investigações como essa, que ao apresentar a história das violações sofrida pelas mulheres, destacam que elas sempre foram sujeitas ativas, resistentes e, mais, circulavam por diferentes espaços inventando-os a seus modos.

³⁰ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls. 10.

³¹ BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57. Fls. 99.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemary de O. **Mulheres que Matam**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. 380f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 17. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Ano 9, jul./dez. 2001.

CORREA, Mariza. **Morte em família**: Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência**: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

PERROT, Michele. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. **UNESP – FCLAs – CEDAP**, v. 5, n. 2, p. 159-173, dez. 2009.

STROPASOLAS. Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC. 2002. 288f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 10-24.

SITES CONSULTADOS

IAPARDES. Perfil avançado do município de Paulo Frontin. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=78&btOk=ok. Acesso em: 19 ago. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN. História. Disponível em: http://paulofrontin.pr.gov.br/pagina/78_Historia-da-Cidade.html. Acesso em: 19 ago. 2020.

JUSBRASIL. Código Civil. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91577/codigo-civil-lei-10406-02#art-1845>. Acesso em: 19 ago. 2020.

JUSBRASIL. Código Civil. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103251/codigo-civil-de-1916-lei-3071-16#art-1574>. Acesso em 25 ago. 2020.

FONTE

BR.PRUNICENTRO.PB003.1/777.57

UM BAILE, UM HOMICÍDIO: COTIDIANO E VIOLÊNCIA EM UNIÃO DA VITÓRIA (PR) NA DÉCADA DE 1940

Zuleide Maria Matulle¹

Resumo: Este texto tem como objetivo problematizar o uso da violência no cotidiano da população do município de União da Vitória, no centro sul do Paraná, mais especificamente, nos bailes residenciais, prática comum de sujeitos em um mundo marcado pela ruralidade. Para isso é utilizado como fonte um processo crime, presente no acervo do Juízo de Direito da Comarca do Município de União da Vitória, que diz respeito a agressões físicas e homicídio, ocorrido em um baile, na década de 1940. Essa abordagem é realizada dialogando, por exemplo, com Sidney Chalhoub (2001); Michel de Certeau (2009), os conceitos de espaço, sujeitos, estratégias e táticas; Maria Sílvia de Carvalho Franco (1997), a qual chama atenção para a ideia de “código do sertão”, de que os ajustes violentos se integram nas modalidades tradicionais do agir, apresentando um caráter costumeiro. Fazer a violência tema de pesquisa acadêmica é fazer a história de nós mesmos, pois ela está presente tanto nos grandes eventos, que geram rupturas na vida social, como disseminada no cotidiano. Essa discussão faz emergir as tensões sociais do dia a dia, as formas improvisadas de lutas, de resistências, dando sentido as experiências individuais e coletivas.

Palavras-chave: Bailes. Cotidiano. Violência.

UM BAILE, UM HOMICÍDIO, À GUIA DE INTRODUÇÃO

Em um domingo do mês de julho de 1947, a polonesa Genoveva Slusarski resolveu realizar um baile em sua residência, localizada na Linha Vitória, no distrito de Cruz Machado, município de União da Vitória, no centro sul do Paraná. Nesse baile, vespertino, houve luta corporal entre o brasileiro José Ziebmicki (24 anos) e o polonês Augusto Witek (45 anos). Essa luta teve como saldo a morte de Augusto, devido aos ferimentos produzidos por José. De acordo com exame de lesões corporais Augusto foi ferido intensamente. Havia ferimentos na testa, de raspão; no peito e nas costas, no braço direito; na coxa e na altura da barriga. Havia um ferimento grave na cabeça, que perfurou o crânio de Augusto, levando-o a morte (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1947, fl. 06). Ainda segundo o laudo, no momento do exame, a “vítima estava com o corpo totalmente paralisado no lado direito” (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1947, fl. 06). José eliminou uma vida naquele baile e foi enquadrado no artigo 121 do Código Penal de 1940, que diz respeito a “Matar alguém” (BRASIL, Código Penal, 1940). Foi instaurado o processo criminal, tendo início a uma “batalha”, como destaca Boris Fausto (2001), a construção de uma verdade que resultaria na punição ou na absolvição do réu.

A narrativa que dá início a este artigo é uma reconstrução dos acontecimentos descritos ao longo de um processo criminal, presente no acervo do Juízo de Direito da Comarca do Município de União da Vitória. O que propomos com essa narrativa? Buscar a verdade? Provar os atos cometidos por José naquele baile? Rechaçar sua conduta? Não! Trabalhar com processos criminais na pesquisa histórica não significa partir em busca “do que realmente se passou, porque esta seria uma experiência inocente”, como bem explica Sidney Chalhoub (2001, p. 41).

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora colaboradora na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, campus de União da Vitória).

Não há como definir o que exatamente ocorreu no baile promovido por Genoveva e nem é essa a intenção de quem utiliza esses documentos como fontes históricas.

Ao descrever esse caso a intenção é problematizar o uso da violência, sobretudo, nos bailes residenciais, realizados nos distritos rurais do município de União da Vitória. É certo que rompantes de violência ocorriam em diversos espaços e momentos. No entanto, interessa nestas páginas, a violência, na forma de agressões físicas e homicídio, levada a efeito nesses eventos, por pessoas comuns no seu cotidiano, pensada a partir de um evento específico: o homicídio de Augusto Witek e seu percurso na instituição policial e judiciária. Esse tipo de fonte, marcada pela linguagem jurídica e pela atuação de profissionais do sistema jurídico-policial, é carregado de subjetividades, de versões construídas sobre determinado evento. Assim, esses documentos permitem recuperar “as relações de vizinhança, redes de sociabilidades, solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado” (BACELLAR, 2011, p. 37).

Essa discussão é importante porque contribui para observação da complexa realidade histórico-social existente no interior do Paraná, no curso da década de 1940. Contribui para dar sentido às experiências individuais e coletivas de uma comunidade, possibilitando compreender contextos mais amplos. Essa proposta se justifica também pelo fato de que fazer da violência tema de pesquisa é fazer a história de nós mesmos, pois “a violência é de todos e está em todos”, (GIRARD, 1990, p. 10). Ela se manifestando de forma distinta na história a cada época, estando presente nos grandes eventos, que geram rupturas na vida social, bem como no cotidiano.

O ESPAÇO, OS SUJEITOS: UNIÃO DA VITÓRIA NA DÉCADA DE 1940

União da Vitória é um município localizado no centro sul do Paraná. Foi ocupado, inicialmente, por uma população nativa. Entretanto, a partir de 1842, teve início o processo de colonização devido a utilização intensa do chamado *vau do rio Iguaçu*, uma passagem rasa que permitia a travessia de gado vindo dos campos de Palmas, no Paraná. Em torno dessa passagem e da estrada aberta, ligando Palmas a Palmeira, houve a constituição de um povoado, formado por pequenos comércios, atividades ligadas aos tropeiros e, posteriormente, à navegação a vapor no rio Iguaçu. Em 1890, União da Vitória foi emancipada/desmembrada de Palmas. Com a nova situação política o processo de colonização tomou contornos mais definidos com a criação de núcleos coloniais e a instalação de imigrantes, que seguiu os parâmetros do projeto colonizador desenvolvido no sul do Brasil, cuja finalidade era promover a ocupação de terras consideradas devolutas, num sistema que “privilegiou a pequena propriedade agrícola trabalhada com mão-de-obra familiar”. Além disso, destaca-se o propósito do branqueamento da população via imigrantes europeus no território (SEYFERTH, 1999, p. 277).

União da Vitória recebeu imigrantes alemães, austríacos, italianos, poloneses e ucranianos. Eles podem ser localizados em núcleos coloniais criados a nível federal, pela Intendência Municipal, por empresas colonizadoras e pela iniciativa particular, tornando-se uma região de múltiplas feições e fronteiras étnicas. Foram fundadas as colônias Antônio Candido, em 1892; Alberto de Abreu, em 1896 com imigrantes ucranianos e poloneses; Vila Zulmira, em 1897 (RIESEMBERG, 1973, p. 105). A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande alcançou União da Vitória em 1905, provocando transformações. Novos núcleos coloniais foram criados como as colônias Coronel Amazonas e Vitória, formados por alemães e descendentes (CLETO DA SILVA, 1933, p. 95). Em 1910 foi fundado ainda o Núcleo Colonial Federal Cruz Machado, contando “com 556 lotes urbanos e 2.117 lotes rurais, sendo a maior fundação colonial realizada pelo governo federal” (RIESEMBERG, 1973, p. 107). Essa colônia foi formada por brasileiros, imigrantes poloneses, ucranianos e alemães.

Esses distritos, de União da Vitória, podem ser observados pela lógica do “espaço”, entendido, aqui, como a “prática de um lugar”, quando sujeitos transformam um lugar, ou seja, uma “configuração instantânea de posições”, a partir de suas vivências e apropriações (CERTEAU, 2009). Esse espaço também pode ser problematizado pela ideia de “sertão”, encontrada na historiadora Maria Sílvia de Carvalho Franco (1997). Essa autora define o sertão como espaço marcado pela “marginalidade”. Isso, obviamente, não quer dizer excluído da participação na sociedade mais ampla, mas que a marginalidade é constitutiva de um estilo de vida próprio, um “estilo de vida caipira”, que configura os comportamentos das pessoas.

Nesse espaço, ou “sertão”, havia 19.732 habitantes contabilizados em 1940 (BRASIL, Recenseamento Geral do Brasil, 1940). Isso indica a existência de um coletivo social significativo nos distritos de União da Vitória à época. Estamos falando de pessoas com diferentes experiências, ideias, interesses. Essas pessoas, como a polonesa Genoveva, o polonês Augusto, o brasileiro José, e tantos outras, ligadas entre si, pela proximidade, pelas relações, são tomadas, aqui, como “praticantes ordinários”. São indivíduos, grupos, presença no mundo, estão aqui e ali, são “o murmúrio das sociedades”, uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos” (CERTEAU, 2009, p. 55-56). São sujeitos inventivos, que lançam mão de “táticas”, que mesmo em seu anonimato se utilizam de diferentes maneiras de fazer, que exploram os momentos, as fendas que se abrem nas ordens discursivas, que atuam nos minúsculos espaços do cotidiano. Está se falando de um espaço e de uma população que apresenta em seu interior um processo intenso de divisão e desarmonia.

DIVERTIMENTOS EM ESPACIALIDADES RURAIS: A DINÂMICA DOS BAILES RESIDENCIAIS

Para esses sujeitos as festas religiosas, as corridas de cavalos, as pescarias e, particularmente, os bailes residenciais, como aquele realizado pela polonesa Genoveva, em 1947, podem ser entendidos como práticas lúdicas, momentos privilegiados de contato entre os sujeitos. Esses eventos são objetos interessantes de observação e problematização das ações e relações humanas no tempo, para a problematização do uso da violência na vida cotidiana.

Os bailes residenciais podem ser entendidos por meio da ideia de festa. Carlos Brandão (1989, p. 08) destaca que a festa é um elemento constante no cotidiano das pessoas, realizada por vários motivos e variando quanto ao grau de importância. Para o autor a “festa se apossa da rotina e não a rompe, mas excede sua lógica, e é nisso que ela força às pessoas ao breve ofício ritual da transgressão” (BRANDÃO, 1989, p. 08). Outra consideração interessante sobre as festas vem de Mary Del Priore (1994, p. 113). Para a autora as festas “queimam o excesso de energia das comunidades”, ajuda as populações a suportar o trabalho, reafirma laços de solidariedade, etc. Essas práticas permitem “aos espectadores e atores introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários”.

Esses bailes eram realizados, no geral, nos finais de semana ou em feriados religiosos, no período vespertino ou noturno. Quando o baile era noturno era comum que se estendesse até o clarear do dia, pois era considerado perigoso sair pelas estradas no meio da madrugada. Havia, por exemplo, o temor de ataque de animais existentes na região. Esses bailes ocorriam dentro das residências, nas salas de visitas, de jantar ou mesmo no pátio, próximo a residência daquele que promovia o evento. Para o baile o espaço precisava ser transformado. As mesas, as cadeiras e demais móveis utilizados pelos sujeitos em seu dia-a-dia precisavam ser deslocados para dar lugar aos músicos e a um número significativo de pessoas. Esses bailes eram sonorizados, no geral, por músicos, moradores da localidade, que possuíam instrumentos e conhecimentos musicais. Além disso, era necessário cuidar das comidas e, principalmente, das bebidas, as quais, muitas vezes, era o motivo ou o combustível de desavenças e rompantes de violência.

Nos processos criminais da década de 1940 muitos desses bailes ocorriam à luz de lampiões a querosene, recurso utilizado para a iluminação de muitas residências, permitindo, mesmo que de forma limitada, o funcionamento noturno da casa. Aliás, encontramos menção a esse objeto no depoimento de Pedro Alves de Lima (brasileiro, 30 anos). Pedro participou de um baile noturno que acabou em pancadaria e vários feridos em agosto de 1946. Esse sujeito disse ao subdelegado que quando chegou o baile já estava acontecendo, foi colocado para dentro do salão e em “dado momento surgiu um conflito que o depoente não viu como começou, por terem apagado o lampião” (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1946, fl. 12).

Esses bailes eram eventos realizados entre indivíduos da mesma mobilidade espacial. É claro que deles poderiam participar pessoas exteriores ao espaço da comunidade. Entretanto, de acordo com os documentos analisados, a maior parte dos sujeitos que participavam desses bailes fazia parte de um mesmo núcleo. Isso quer dizer que esses sujeitos estavam marcados pela proximidade. Podemos estabelecer um diálogo com Pierre Mayol (2009) quando apresenta a ideia de “bairro”, um coletivo social formando por diferentes sujeitos em um espaço marcado pela relação com o outro como ser social. É o lugar onde se manifesta um “engajamento” social ou, noutros termos: “uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto da proximidade e da repetição” (MAYOL, 2009, p. 39). Portanto, está se falando de pessoas que se conheciam, se encontravam, se relacionavam. Destaca-se isso por causa das discussões, brigas, agressões e homicídios que poderiam ocorrer nesses bailes por tensões advindas dessa proximidade entre os sujeitos.

Esses bailes residenciais poderiam ser públicos ou particulares. Os bailes públicos eram aqueles abertos a toda comunidade. Os bailes particulares eram eventos restritos as pessoas convidadas pelo dono da casa que oferecia o evento. Havia, porém, situações em que algumas pessoas, não convidadas, adentravam o salão de danças, o que poderia causar algum desconforto entre os sujeitos que deles participavam. Havia outras situações que em que sujeitos não convidados permaneciam na área externa da residência. É exemplo disso o baile promovido pela Genoveva. De acordo com os autos do processo a luta corporal entre José e Augusto ocorreu do lado de fora da sala de dança, pois ambos não haviam sido convidados pela dona da casa para aquele evento. José e Augusto permaneceram no pátio da propriedade, aproveitando a música, conversando e bebendo (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1947, fl. 12).

Esses bailes ocorriam por motivos variados. Um deles diz respeito a comemoração de personagens e datas santificadas oficialmente pela instituição eclesiástica. Foi o motivo, por exemplo, da realização do baile na residência de Joaquim Martins, lavrador, na Colônia Vitória, em 23 de junho de 1945. Esse baile ocorreu em comemoração ao dia de São João (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1945, fl. 07). O calendário religioso tem íntima ligação com esses momentos, evidenciando um misto de devoção e diversão. Dias santificados, além de frequentar missas, reza de terços, procissões, eram oportunidades de descanso, prazeres, confraternizações e divertimentos. Um detalhe interessante é que esses bailes não necessitavam do consentimento da instituição religiosa para acontecer. Esses bailes ocorriam em caráter informal, pela iniciativa e organização dos próprios sujeitos, em suas próprias residências.

Esses bailes residenciais poderiam ocorrer também como forma de pagamento por serviços prestados, o chamado “puxirão” (mutirão). Trata-se de um trabalho realizado de forma comunitária, por um grupo de pessoas, em favor de alguém da comunidade (RUPP; MARTINS, 2008, p. 89). O “puxirão” poderia ser um recurso utilizado na construção de uma casa, para uma roçada, plantios e colheitas. Ao final da atividade os sujeitos que participaram do trabalho eram pagos com um baile. À noite, depois do dia (ou dos dias) de trabalho, todos se reuniam para uma confraternização, para comer, beber, dançar, na residência daquele que se beneficiou do “puxirão”. É exemplo disso o baile promovido em 17 de agosto de 1946, oferecido por Sebastião Carneiro, “como paga de um ‘puxirão’

de roçada”. Nesse baile houve desavenças e agressões físicas entre alguns sujeitos (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1946, fl. 02).

Esses eventos demandavam diversos preparativos como, por exemplo, a necessidade de um sujeito para a segurança, o qual possuía certa autoridade sobre as pessoas naquela ocasião. Os bailes poderiam ter a segurança realizada por alguém instituído para essa função pelo dono da casa. Em outras situações a segurança era efetuada por um inspetor de quarteirão, uma autoridade policial, legalmente instituída, que ficava responsável pelo policiamento do cotidiano da população, pela manutenção da ordem e pela conciliação de pequenos conflitos no espaço geográfico de sua jurisdição. Os inspetores de quarteirão são sujeitos que estavam localizados na ponta última da hierarquia policial. Entretanto, são sujeitos que recebiam uma “parcela considerável de poder para coibir a prática de atos delituosos, zelando pelas propriedades e sossego de todos que moravam em seu quarteirão” (SILVA, 2007, p. 29).

Uma das tarefas dos seguranças desses bailes era recolher as armas dos sujeitos como, por exemplo, revólveres, facas e facões. Ao final do baile, na saída das salas de dança, o segurança fazia a devolução desses objetos aos proprietários. Cabe ressaltar que o uso de armas de fogo, facas e facões era algo comum entre os sujeitos nesse tempo e espaço. As armas de fogo, por exemplo, eram utilizadas para segurança dos sujeitos, nas caçadas e também para “forjar” suas masculinidades, pois a posse de armas tem forte e incontornável componente de gênero. Facas e facões eram objetos que faziam parte das lidas rurais e não raro acabavam sendo utilizadas pelos sujeitos como instrumentos de ataque ou de defesa em situações de conflito.

Esses eventos, públicos ou particulares, podem ser entendidos como uma prática enraizada no cotidiano dos moradores dos distritos de União da Vitória, um tipo de divertimento praticado em um mundo marcado pela ruralidade. Os bailes residenciais, o ato de reunir-se com outros, atendia aos mais diversos interesses e/ou necessidades dos sujeitos. Constituíam-se em uma ótima oportunidade para dançar, conversar, saber das novidades, estabelecer laços, rompê-los. Era a oportunidade de estar com o outro, para o outro e também de estar contra o outro.

O USO DA VIOLÊNCIA NO COTIDIANO: O HOMICÍDIO DE AUGUSTO

Esses bailes residenciais, seguidamente, se tornavam palco de discussões e de violência entre os sujeitos. Os participantes desses bailes, muitas vezes, passavam de uma conversa cordial a desavenças e agressões, terminando, inclusive, em homicídios. O baile promovido pela polonesa Genoveva, em sua residência, em 1947, no qual houve luta corporal entre José e Augusto, resultado na morte deste último, é um exemplo em meio a muitos que aparecem nos documentos do Juízo de Direito da Comarca do Município de União da Vitória.

A luta corporal entre José e Augusto teve início por causa de uma garrafa de vinho, ou melhor a falta dela. Podemos adiantar que esse é um detalhe interessante e revelador do cotidiano desses sujeitos. Muitos são os processos criminais pesquisados em que a bebida alcoólica é mencionada por acusados, vítimas ou testemunhas. O álcool estava sempre presente nas práticas lúdicas dos sujeitos nessas comunidades. As bebidas alcoólicas podem ser entendidas como um componente do cotidiano desses sujeitos, sobretudo, masculinos.

José, em depoimento, disse que estava no pátio da casa de Genoveva, conversando com algumas pessoas, quando chegou Augusto e pediu para que ele “pegasse uma garrafa de vinho”. Lembrando que tanto José como Augusto não haviam sido convidados para aquele evento. Ambos permaneceram no pátio da propriedade, protagonizando ali rompantes de violência que resultou em um homicídio. José disse que foi buscar a bebida, porém, não encontrou o “caixeiro”, o vendedor, que deveria estar localizado relativamente próximo a residência do baile.

José disse também que voltou sem a garrafa de vinho e Augusto se exaltou. Disse que Augusto teria insistido para que ele fosse conseguir a bebida. Puxou uma faca que trazia consigo ferindo-o no braço e na perna, ferimentos que foram atestados pelo exame de lesões corporais nele realizado (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1948, fl. 04).

José disse ainda que procurou fugir da agressão que sofreu, entretanto, foi perseguido por Augusto. Foi, então, que José encontrou uma enxada no pátio da propriedade de Genoveva e a utilizou para se defender. Com esse objeto José vibrou várias pancadas em Augusto (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1947, fl. 04). José, portanto, se utilizou de um instrumento de trabalho agrícola para golpear a vítima. Um pormenor interessante desse caso é que a enxada utilizada por José era de estilo sacho, que tem uma das extremidades achatada e a outra pontiaguda, a qual servia para afogar a terra, arrancar ervas daninhas, etc. Isso ajuda a explicar a produção do ferimento na cabeça de Augusto que o levou a morte.

O que essa narrativa de homicídio demonstra? Esse homicídio, envolvendo pessoas comuns, anônimas, demonstra, entre outras questões, o quanto a violência estava engendrada nas teias das relações interpessoais, o quanto ela estava presente nas relações comunitárias, no cotidiano e na subjetividade de cada sujeito, no modo de existir, de se relacionar com o mundo. Esse homicídio, um dentre vários, é um indicativo de que a violência ocupava um papel importante no cotidiano dessas pessoas, como modo de resolução das desavenças do dia-a-dia.

Como podemos corroborar essa afirmação? Começamos destacando que violência é um fenômeno presente na história da humanidade, se manifestando de forma distinta ao longo da história, ocorrendo de diferentes formas, praticada por variados sujeitos e com diferentes objetivos. Kalina V. Silva e Maciel H. Silva (2009, p. 412), por exemplo, falam que violência denota “diversos tipos de imposição sobre a vida civil”. Violência é um fenômeno multifacetado. É possível falar de violência simbólica, ou seja, aquela exercida sem coação física, pelos discursos sobre os corpos que são moldados como, por exemplo, a violência racionalizada pelo sistema judiciário com seus rituais, como destacam Hélio Sochodolak e Valter Martins (2014). É possível falar de violência física, aquela que resulta em lesões corporais e homicídios, como ocorreu entre José e Augusto, que particularmente nos interessa. Trata-se do ataque direto, fruto do uso da superioridade física de uma pessoa sobre a outra, que tanto pode ser o “resultado do descontrole individual, em que o indivíduo foge às regras sociais, como um instrumento de poder para submeter os mais fracos” (SILVA; SILVA, 2009, p. 413).

Essa violência, praticada rotineiramente, por pessoas comuns nos distritos de União da Vitória, pode ser problematizada a partir de Maria Sílvia de Carvalho Franco (1997). Essa autora discute violência como uma conduta intrinsecamente ligada à sociedade “caipira”, ou seja, ligadas às comunidades presentes no “sertão”. Ela irrompe em todos os momentos da vida social: nas relações de vizinhança, no trabalho, no lazer, nas diversas práticas dos sujeitos, como nos bailes residenciais. Trata-se de uma violência incorporada com certa regularidade, o que ela chama de “código do sertão”, orientando as condutas dos sujeitos nos vários setores da vida.

Observa-se que nessas comunidades as razões para a eclosão súbita, ou o conflito direto entre partes, era motivado por razões fúteis e corriqueiras do cotidiano dos sujeitos. Insultos, rixas, divergências, provocações, uma ofensa dita ao efeito de bebidas alcoólicas, bastavam para que os sujeitos se desentendessem e partissem para a violência física. Vejamos, novamente, como exemplo, a luta corporal entre José e Augusto. Em depoimento José disse que foi comprar a garrafa de vinho que Augusto solicitará e, quando voltou, com as mãos vazias, Augusto se exaltou chamando-o de “miserável”, ou seja, dando a entender que ele não quis comprar a bebida (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1947, fl. 04). Podemos dizer, a partir do depoimento de José, que Augusto o ofendeu. Augusto atentou contra os atributos pessoais de José, chamando-o de “pobre”, “sem valor” ou “avarento”. Isso, para

essa sociedade, “caipira”, sobretudo, para os homens, era algo difícil de ser aceito. As palavras ditas por Augusto, segundo depoimento de José, dizem respeito a construções sociais do ser homem. A violência pode ser entendida como processo de sociabilidade masculina.

O homicídio praticado por José também demonstra que nessas pequenas comunidades, como as de União da Vitória, é notável a presença de uma ordem social muito pessoalizada. Essa ordem pessoalizada é uma questão relevante, pois “fundamenta uma identificação entre os que dela participam ao mesmo tempo traz de modo inerente um caráter de antagonismo que é irredutível” (FRANCO, 1997, p. 50). Assim, por um lado, essa ordem social pessoalizada é importante no que diz respeito a vida dos sujeitos. Nessas comunidades estar com o outro, para o outro, era uma questão importante. Mas, por outro lado, essa ordem pessoalizada também significa se colocar ou ser colocado contra o outro, ela também provoca confrontos, violência.

O homicídio praticado por José, do jeito que nos é dado a ler pelos documentos, revela também como a violência era uma prática legítima nessas comunidades. Isso pode ser observado nos depoimentos das testemunhas, pessoas que viram o que ocorreu, ou partes do que ocorreu e testemunharam no judiciário. Esses depoimentos revelam um sentido dentro do processo criminal. Augusto Minte (alemão, 34 anos), por exemplo, disse que “o denunciado foi se afastando sempre e a vítima procurava segui-lo com a faca”. Esse depoimento, assim como outros, marca a ideia de que o réu não foi responsável pelo início do confronto, pelo contrário, ele foi atacado pela vítima (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1948, p. 25).

A testemunha disse ainda que em dado momento da discussão ocorrida entre os dois o denunciado “encontrou a enxada e com esta deu uma pancada nas costas da vítima” para se defender da perseguição e dos ataques realizados por Augusto. José o “atingiu pela segunda vez, na cabeça, produzindo-lhe o ferimento, do qual resultou a sua morte”. De acordo com o depoimento da testemunha “se não fora o denunciado dar a segunda pancada, voltaria a agredi-lo, pois estava enraivecido”. Disse que “se o denunciado não assumisse a atitude que assumiu, teria sido assassinado” por Augusto (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1948, p. 25).

Essa mesma linha de raciocínio aparece no depoimento do polonês Mieczilau Bitner (24 anos). Essa testemunha disse que “se o denunciado não assumisse a atitude que assumiu, de defesa, teria sido morto pela vítima” (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1948, fl. 24). Nota-se, nesses depoimentos, que a violência praticada por José em Augusto está justificada como um ato necessário, legítimo, tendo em vista que a vítima provocou verbalmente e atacou José com uma faca, produzindo-lhe ferimentos. O polonês Mieczilau Bitner destacou também que Augusto “possivelmente teria matado José Ziebmicki se esse não se defendesse com a enxada” (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1948, fl. 11-12). É interessante que não há nesses depoimentos nenhum espanto ou reprovação em relação a conduta de José Ziebmicki.

Os depoimentos das testemunhas sobre a vítima também são interessantes para a perspectiva que adotamos nestas páginas. As testemunhas fazem uso de um discurso sobre o uso de bebidas alcoólicas e o perfil de desregramento da vítima. Mieczilau Bitner disse que a vítima “constantemente se embriagava e passava a ser provocador” (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1948, fl. 24). No depoimento de Augusto Minte observamos também o discurso que a vítima “costumava se embriagar e era provocadora, tanto que tinha o rosto ‘todo retalhado’, isto é, com sinais de golpes de instrumentos cortantes” (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1948, fl. 25). Outra testemunha, o brasileiro Stefano Stuski (21 anos), disse que “a provocação partiu da vítima (...) que estava sob ação de álcool, pois a mulher da vítima contou que antes de sair de casa ingerira meia garrada de cachaça (...) que a vítima ia pelas ‘bodegas’ e ‘alambiques’, onde ingeria cachaça e depois passava a provocar um e outro e andando

sempre armado de faca”. (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1948, fl. 25). Assim, esses depoimentos procuram desqualificar Augusto, como uma pessoa que não era bem vista pela comunidade, era “provocadora” sob o efeito de bebidas alcoólicas.

Claro que essas falas foram mediadas pelo advogado de defesa e escritas pelo escrivão seguido uma linguagem jurídica. É preciso entender que um processo criminal é uma “batalha”, na qual os representantes do judiciário, acusado, testemunhas, advogado, procuravam “estabelecer a verdade”, da qual resultará na punição ou na absolvição do réu (FAUSTO, 2001, p. 31). Essa verdade final produzida durante o processo é “resultado do conjunto de versões apresentadas por todos aqueles que falaram durante o processo: queixoso, autoridade, ofendido, perito, testemunhas”. Essa verdade jamais será a repetição do fato ocorrido no passado que ocasionou a agressão e/ou homicídio, como destaca Zenha (1985, p. 126).

Assim, aquilo que realmente ocorreu entre José e Augusto, naquele baile, ficou perdido no tempo, o que conhecemos são as falas dos sujeitos na polícia e no judiciário. Entretanto, podemos ouvir as falas dentro das falas, podemos observar as entrelinhas das narrativas e verificar que os depoimentos presentes no processo criminal, mesmo mediadas pelo advogado, que tinha uma função específica no caso, são falas baseadas em fatos concretos do cotidiano dessas pessoas, do seu código de valores. Trata-se de discursos erigidos sobre um mundo que é concreto, revelando o que era ou não legítimo. Nesse caso, defender-se de um agressor, alcoolizado, provocador, produzindo nele ferimentos, era algo legítimo.

Ademais, na defesa de José o advogado também buscou apresentar justificativas para o crime praticado, destacando que “sem motivo, Augusto, armado com uma faca, investiu contra o réu, com evidentes intenções de matar”. José “procurando evitar a agressão utilizou-se de uma enxada para defender-se”, que “assim procedendo, o fez em legítima defesa própria, usando de meios moderados” (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1948, fl. 24). O discurso do advogado, de que José teria utilizado meios moderados para se defender entra em choque com as informações presentes no exame de lesões corporais realizado em Augusto depois das agressões. Lembrando que Augusto se encontrava com vários ferimentos pelo corpo, com o crânio perfurado e o lado direito do corpo paralisado. Aliás, o exame foi realizado no paiol da propriedade de Genoveva, um lugar onde são recolhidos os produtos agrícolas, instrumentos de trabalho, etc. Augusto permaneceu “duas noites no paiol da propriedade” de Genoveva, sendo levado para sua residência, “onde veio a falecer”, depois de duas noites decorridas do baile (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1947, fl. 12).

Apesar da violência praticada, da morte de Augusto, o discurso do advogado foi aceito. No julgamento foi reconhecido “haver o réu praticado o crime em ‘legítima defesa’ (n. II do artigo 19 do Código Penal)”. O artigo 19 do Código, apontado no processo, destaca que “não há crime quando o agente pratica o fato: I - em caso de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito (BRASIL, Código Penal, 1940). No termo de votação e decisão do conselho de sentença observamos que dos sete jurados seis votaram sim para o quesito: o réu usou moderadamente dos meios necessários à defesa (?) (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1948, fl. 36). José, que havia sido recolhido à cadeia do município de União da Vitória, no mês de abril de 1948, foi colocado em liberdade no mês de dezembro do mesmo ano (COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, 1948, fl. 30-31).

Assim, analisando esse caso, mesmo que em poucas páginas, devido aos limites deste texto, podemos conjecturar que a violência era um mecanismo utilizado por esses sujeitos para a resolução de conflitos interpessoais. O uso da violência para resolver as desavenças cotidianas, advindas de insultos, de práticas corriqueiras, pode ser

entendido, seguindo as exposições de Franco (1997), como uma característica que fazia parte das formas de sociabilidade dos indivíduos presentes nos distritos de União da Vitória, na década de 1940. Além disso, não houve condenação, o desfecho desse caso foi a absolvição. Não se trata, ainda, de uma conclusão, pois é necessário discussões maiores, mas, podemos destacar que a violência sofrida por Augusto, sua morte, por causa de uma garrafa de vinho, parece não ter sido um problema muito sério para esses sujeitos, no interior do Paraná, em meados do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessas páginas procuramos apresentar algumas reflexões em torno da pesquisa que vem sendo desenvolvida, a qual debruça sobre o cotidiano e a violência. Não esgotamos as possibilidades de interpretação e produção de conhecimento. Entretanto, algumas conclusões são possíveis como, por exemplo, a de que os inúmeros processos criminais presentes no acervo do Juízo de Direito da Comarca do Município de União da Vitória abrem um universo a ser estudado. É possível conhecer dimensões particulares da vida de sujeitos comuns, ordinários, como destaca Certeau (2009). Os processos criminais trazem em suas páginas inúmeras existências, “as pessoas envolvidas são, ou eram, ‘de carne e osso’, reais, e sobre elas a documentação judiciária nos deixa saber muito”. Esses documentos permitem ouvir as vozes de diferentes segmentos sociais do passado, percebendo suas vidas, suas subjetividades, suas lutas cotidianas e conflitos sociais (GRIMBERG, 2012, p. 126). Trata-se de um “emaranhado de versões conflitantes”, produzidas em situação excepcional, e é exatamente aí que reside a possibilidade de construir explicações válidas, de problematizar a vida e as relações entre os sujeitos em meados do século XX em uma localidade interiorana.

Por meio dessas fontes foi possível observar e problematizar as práticas lúdicas desses sujeitos localizados no interior. Observou-se, por exemplo, que a organização de bailes, dentro das residências, constituía-se um dos momentos de lazer dessas pessoas em um mundo marcado pela ruralidade. Estes momentos “proporcionam situações de alívio das pressões do cotidiano”, como informa Boris Fausto (1984, p. 22). Esses bailes proporcionavam a aglomeração de sujeitos, permitindo criar e estreitar laços de solidariedade, rompê-los, extravasar energias, etc.

É possível também destacar que nessas comunidades, do “sertão”, a violência ocupava um papel importante. É claro que um único processo crime não pode ser tomado como expressão de toda uma comunidade. Seria ingenuidade trabalhar dessa forma. Mas, esse caso, observado mais de perto, indica sim um traço dessa sociedade. Observa-se que a violência física, como a praticada por José, era utilizada como modo de resolução das desavenças, as “respostas violentas irrompem de maneira quase reativa”, como uma modalidade do agir das pessoas (FRANCO, 1997, p. 38). Além disso, as argumentações do advogado, o depoimento das testemunhas e, por fim, a absolvição de José, é bastante revelador do modo como as práticas de violências criminalizadas eram interpretadas pela justiça, pelos sujeitos, na década de 1940, em espaços marcados pela ruralidade, como é o caso dos distritos de União da Vitória.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p. 23-79, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas: Editora Papirus. 1989.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e boteco**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CLETO DA SILVA, José. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1933.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: EDUSP, 2001.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: UNESP, 1990.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 119-139.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**. Série Regional. Parte XVIII. Paraná. Censo Demográfico. População e Habitação. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>

MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2009.

PRIORE, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1994.

RIESEMBERG, Alvir. **A instalação humana no vale do Iguaçu**. [S.l.: s.n.], 1973.

RUPP, Maria I. T; MARTINS, Valter. Mudanças culturais nos faxinais. In: SOCHODOLAK, Hélio; CAMPOGOTO, José A. **Estudos em História Cultural na Região Sul do Paraná**. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Wellington Barbosa da. Uma autoridade na porta das casas: os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX (1830-1850). **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, n. 17, p. 27-42, 2017.

SOCHODOLAK, Hélio; MARTINS, Valter. A narrativa de um “Brasil diferente” e os processos criminais de Mallet/PR (1913-2006). **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 191-204, jan./jun. 2014.

ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 10, p. 123-146, mar./ago. 1985.

AS RELAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS E AMBIENTAIS NOS CURSOS TÉCNICOS DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA UFU: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

João Carlos de Oliveira¹

Resumo: Nos últimos anos a saúde ambiental das pessoas têm melhorado de forma cotidiana, mas não para todas, em função de vários fatores. O cotidiano são objetos de estudos e pesquisas da aplicação das Leis 9.795/1999, 10.639/2003 e 11.645/2008, principalmente pelas vulnerabilidades de grupos sociais. Na UFU há a RESOLUÇÃO 26/2012 que trata da Política Ambiental e a RESOLUÇÃO 04/2014 que trata da Política da Educação das Relações Étnico-raciais. Há alguns desafios sobre a real e efetiva aplicação das Leis nos componentes curriculares dos Cursos Técnicos da ESTES, onde se encontra mais da “Importância da preservação do meio ambiente” e nada relacionado ao mundo afro e/ou indígena. Por isso, propomos apresentar algumas práticas educativas (vivências) realizadas com estudantes, como forma de desnaturalizar os estranhamentos da informação e comunicação das Leis, principalmente diante das inúmeras práticas e violências estabelecidas e institucionalizadas pelo modelo (biomédico/Flexneriano). As vivências (práticas educativas) estão baseadas nos princípios da Andragogia e Educação Popular em Saúde.

Palavras-chave: Cursos Técnicos; Relações Étnicas Raciais e Ambientais; Práticas Educativas.

OLHANDO NO RETROVIZOR... UNS PASSOS ATRÁS E OUTROS NA FRENTE

Nos últimos anos as condições da saúde ambiental² da população têm melhorado, mas não para todas/os, de forma contínua e sistemática, em função de vários fatores, associados aos avanços técnicos na área da Saúde Pública/Coletiva, das infraestruturas promovidas pelas indústrias das engenharias, agroalimentar³ e da medicina, enquanto possibilidades dos direitos individuais e/ou coletivos.

Estas condições são estudos e pesquisas a partir da aplicação de algumas Leis em diferentes territórios, sejam dentro ou fora das escolas, principalmente pelas particularidades e peculiaridades de determinados grupos sociais que vivem em vulnerabilidades ambientais, aqui das relações étnicas raciais – histórias e culturas afro brasileiras, indígenas e ambientais.

¹ Prof. Dr. Geografia. Escola Técnica de Saúde, Mestrado Profissional – Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Instituto de Geografia, Membro do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB/UFU). Membro da Diretoria de Estudos e Pesquisas Afro-Indígenas (DIEPAFRO/UFU), Universidade Federal de Uberlândia. Emails: oliveirajotaestes@ufu.br; oliveirajotaufuestes@gmail.com

² A utilização da expressão “saúde ambiental ou ambiental, ambiente, meio ambiente, dinâmica ambiental” deverá ser considerada para além do contexto físico, químico, biológico e climático. Mas, também político, técnico, tecnológico, sociocultural e psicológico, por (a)creditar que, quase, “tudo está num mesmo ambiente”. Há uma interatividade, proximidade, conectividade, solidariedade e vulnerabilidade entre os ambientes, o que permite, em alguns casos, uma inteireza da/na dinâmica ambiental, consolidando, assim, a interculturalidade dos saberes e dos fazeres com e para as pessoas, na sua individualidade e/ou coletividade.

³ Aqui optamos pela utilização desta expressão que representa, para nós, três segmentos: agronegócio, agricultura orgânica e agricultura familiar, que não serão abordadas diretamente neste trabalho, mas não poderão ser abortadas em determinadas discussões dentro do contexto das relações étnicas raciais e ambientais.

Algumas Leis podem nos ajudar nas orientações legislativas e, muitas vezes, nos permitem entender da importância pedagógica e educativa, a partir de contextos que poderão ser abordados com os sujeitos envolvidos nos seus/nossos processos formativos e territoriais. Dentre as Leis em análises podemos citar a 9.795/99, a 10.639/2003 e a 11.645/2008.

Para a Lei 9.795/99⁴, de acordo com BRASIL (1999)

Institui a Política Nacional de Educação Ambiental, entendendo por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

Já a Lei 10.639/2003⁵, BRASIL (2003),

Alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB - 9.394/1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares (BRASIL, 2003).

No caso da Lei 11.645/2008⁶, BRASIL (2008) destaca que,

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, a partir da história da África e dos africanos, da luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2003).

Diante deste cenário legislativo, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) tem proporcionado algumas discussões, por meio de diferentes segmentos, aqui nos Conselhos (Universitário – CONSUN e de Graduação – CONGRAD), em que aprovaram duas Resoluções.

Uma delas, a RESOLUÇÃO N 26/2012⁷, que trata da,

Política Ambiental da UFU, em que diz seu “§ 1º”, diz que “A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer: I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; e III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2012).

⁴ Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Maiores informações: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 11 ago. 14.

⁵ Para maiores informações: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 11 ago. 14.

⁶ Para maiores informações: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 11 ago. 14.

⁷ Para maiores informações: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/6_-_resol._consun-ufu_26-2012_-_pol.amb_.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

A outra, é a RESOLUÇÃO N 04/2014⁸, que,

Estabelece a inclusão de conteúdos e atividades curriculares concernentes à Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos Projetos Pedagógicos da Educação Básica, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior da UFU (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2014).

Nesta direção a Escola Técnica de Saúde (ESTES/UFU), com uma trajetória histórica, desde 1972⁹, tem procurado acompanhar, na medida do possível, as institucionalizações das práticas educativas, muito mais técnico-profissional, do que em relação ao tema que está posto e proposto.

De acordo com Stutz (2009),

A história da ESTES é marcada por mudanças políticas, sociais no contexto regionais do/no Triângulo Mineiro. Mas em 1973, no final do período conhecido como “Milagre Econômico”, Uberlândia já tinha inaugurado três anos antes, o Hospital das Clínicas de Uberlândia (HCU), importante marco para a saúde da/na região. Foi neste contexto e visando suprir a necessidade de profissionais para o hospital (HCU), que médicos ligados à Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, hoje Faculdade de Medicina da UFU, criaram a Escola Auxiliar de Enfermagem, posteriormente Escola Técnica de Enfermagem Carlos Chagas (ETECC), cujo nome homenageava o médico sanitarista brasileiro que descreveu pela primeira vez a Doença de Chagas, desde seu agente biológico até os sintomas manifestados nos pacientes. Em 1981, a escola passa a fazer parte da UFU. Na década de 1980, se consolidou como centro formador na área da saúde, ganhando cursos técnicos relacionados à Odontologia. Apenas em 1991 passou a ser denominada Escola Técnica de Saúde (ESTES) da UFU (STUTZ, 2009).

Lembrado que, em 2011 e 2012, a ESTES passou a oferecer, respectivamente, dois novos cursos: Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Controle Ambiental. Já em 2020 o Curso Técnico em Segurança do Trabalho. Os Cursos ofertados na ESTES/UFU são sete (07). Seis (06) na Modalidade Pós-Médio (Análises Clínicas, Controle Ambiental, Enfermagem, Prótese, Saúde Bucal e Segurança do Trabalho). E, um (1), o Curso Técnico em Meio Ambiente na Modalidade Ensino Médio Integrado à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), fruto de uma parceria da UFU com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG), desde 2011, sendo ofertado por meio da ESTES na Escola Estadual de Uberlândia (MUSEU). Neste caso os Componentes Curriculares do Ensino Médio são ofertados pela SEE/MG e a ESTES oferta os Componentes Técnicos.

O PROEJA e o Curso atendem ao Decreto N° 5.840, (13/07/2006) do Ministério da Educação, onde no Art. 1º., fica instituído, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto, que abrangerá os seguintes cursos e programas: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e II - educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2004).

⁸ Para maiores informações: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucao_no_04.2014_do_conselho_de_graduacao.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

⁹ Para maiores informações [http://www.ojornaldeuberlandia.com.br/2017/12/12/escola-tecnica-de-saude-da-ufu-completa-45-anos/#:~:text=Na%20d%C3%A9cada%20de%201980%2C%20se,Federal%20de%20Uberl%C3%A2ndia%20\(UFU\)](http://www.ojornaldeuberlandia.com.br/2017/12/12/escola-tecnica-de-saude-da-ufu-completa-45-anos/#:~:text=Na%20d%C3%A9cada%20de%201980%2C%20se,Federal%20de%20Uberl%C3%A2ndia%20(UFU).). Acesso em: 04 set. 2020.

Mas, ainda percebemos uma enorme e necessária travessia, sobre a real e efetiva aplicação das Leis no cotidiano nos/dos Cursos na ESTES, exatamente porque tanto os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC - 07) e as Fichas dos Componentes Curriculares¹⁰ (FCC - 213), foram renovados, entre 2018/2020. No que tange aos PPC nenhum abordou as temáticas étnicas raciais, o que torna agravante e assustador. Já em relação aos FCC em apenas um Curso contemplou as questões éticas raciais. Quanto às questões ambientais há atendimento em (6) PPC e em (42) FCC (Tabela 1).

Tabela 1 – Cursos, PPC e FCC que abordam relações étnicas raciais e ambientais, 2020

CURSOS TÉCNICOS	FICHAS DE COMPONENTES CURRICULARES (FCC)			PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)	
	TOTAL	AMBIENTAIS	ÉTNICAS	AMBIENTAIS	ÉTNICAS
ANÁLISES CLÍNICAS	50	5	0	SIM	NÃO
CONTROLE AMBIENTAL	24	8	1	SIM	NÃO
ENFERMAGEM	25	2	0	NÃO	NÃO
MEIO AMBIENTE	38	20	0	SIM	NÃO
PRÓTESE DENTÁRIA	25	3	0	SIM	NÃO
SAÚDE BUCAL	22	2	0	SIM	NÃO
SEGURANÇA DO TRABALHO	29	2	0	SIM	NÃO
TOTAL (7)	213	42	1	6	7

Fonte: <http://www.estes.ufu.br/cursos-tecnicos/tecnico-em-meio-ambiente/projeto-pedagogico>. Elaboração e Organização: O AUTOR, 2020.

Estas ausências indicam, mas não se justificam, um processo da formação acadêmica, técnica-profissional, dos/as docentes, dentro do modelo biomédico, que não tem garantido ensino-aprendizagens mais significativas para se evitar o “desconhecimento” de práticas formativas sobre as referidas Leis. Parece que há uma naturalização do processo, com poucas reflexões nos estranhamentos!

Sobre o modelo biomédico, até então também denominado de Flexneriano ou hospitalocêntrico, que vem de Abraham Flexner (1866-1959¹¹), aportamos em Pagliosa; Ros (2008) e Almeida Filho (2010).

Para Pagliosa; Ros (2008),

Mesmo que consideremos muito importante suas contribuições para a educação médica, a ênfase no modelo biomédico, centrado na doença e no hospital, conduziu os programas educacionais médicos a uma visão reducionista. Ao adotar o modelo de saúde-doença uniausal, biologicista, a proposta de Flexner reserva pequeno espaço para as dimensões sociais, psicológica e econômica da saúde, que vai muito além da medicina e seus médicos, muitas vezes, evidenciando o descompromisso com a realidade e as necessidades da população (PAGLIOSA; ROS, 2008, p. 496).

Ainda, para Almeida Filho (2010),

¹⁰ Para maiores informações sobre os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e das Fichas dos Componentes Curriculares (FCC) de cada Curso acessar: <http://www.estes.ufu.br/>.

¹¹ Abraham Flexner foi um educador americano, mais conhecido por seu papel na reforma, no século 20, da educação médica e ensino superior nos Estados Unidos e Canadá. Para maiores informações sobre as influências de Flexner, acessar: http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed01_mai2010/ed_01_mai2010_historias.php. Data de acesso: 23/09/2020.

Aparentemente, o construto doutrinário que viria a ser conhecido como modelo biomédico de educação médica foi em princípio delineado por Eugênio Vilaça Mendes, odontólogo, consultor da OPAS, membro atuante do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foco nacional do movimento da Integração Docente-Assistencial e das propostas de reforma curricular promovidas pela Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM). Num par de textos, complementados posteriormente por um livro de síntese doutrinária intitulado *Uma Agenda para a Saúde* (1996), Mendes explicita os elementos estruturais do modelo biomédico suposto como flexneriano: mecanicismo, biologismo, individualismo, especialização, exclusão de práticas alternativas, tecnificação do cuidado à saúde, ênfase na prática curativa (ALMEIDA FILHO, 2010, p. 2239-2240).

Por isso que no processo de formação profissional na ESTES/UFU, destaca muito mais a organização disciplinar e não uma integração dos conhecimentos, aquilo que denominamos de inter e/ou transdisciplinar, ou talvez transversal.

O aperfeiçoamento profissional se dá na busca constante de práticas e metodologias a fim de ministrar conteúdos em consonância com certos estranhamentos. Além disso, considera-se que a profissão docente, requer atualização constante, diante dos acontecimentos, sendo necessário a auto formação permanente como requisito para a profissionalização.

O grande dilema que ainda vivemos se dá diante do processo de cientificidade atribuído pelo positivismo dado à ciência. Ela se tornou um instrumento que legitimou e legitima processos e arranjos produtivos de racionalidade e formação técnica, incentivando “falar pouco/menos e fazer mais/muito”, enquanto ideologia de dominação do pensamento e das ações.

Neste sentido, romper com essas fragmentações do “falar e do fazer”, há necessidades de diálogos e/ou conexões com o que se pretende e/ou deve ser estudado numa formação dos estudantes e docentes. Trata-se de compreensões dos conteúdos e das suas correlações entre o “saberes e fazeres”, onde as questões étnicas raciais e ambientais, perpassam as leis, enquanto “legitimação” de discursos e práticas na/da formação humana, de sujeitos de (e em) formação e constituição históricas.

Diante do que sempre vivemos, ou seja, as violências e as rigidezes dos regimes de escravizações, por meio de uma educação seletiva, sejam dos negros e/ou dos índios, não permitiram que os mesmos tivessem acesso aos avanços técnicos da Saúde Pública/Coletiva, das infraestruturas promovidas pelas indústrias das engenharias, agroalimentar e da medicina. Mesmo assim, muitos aspectos culturais permanecem vivos, como, por exemplo, a religião, as danças, oferendas e cultos. Mas, pouco (ou nada) se fez para mudanças das desigualdades e vulnerabilidades cotidianas.

Por isso, além da necessidade de formação inicial e permanente na ESTES e na UFU, entram em cena duas importantes propostas.

Uma delas, a RESOLUÇÃO Nº 25/2012, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO¹², que

Dispõe sobre a aplicação da Lei Nº 12.711, de 29/8/2012, e demais condições estabelecidas pelo Decreto no 7.824 e pela Portaria Normativa do Ministério da Educação Nº 18/2012, na Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2012).

¹² Para maiores informações acessar: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2012-25.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

Segundo BRASIL (2016), a Lei Nº 12.711 (29/08/2012), foi alterada pela Lei Nº 13.409 (28/12/2016), que trata do preenchimento, por curso e turno, por autodeclaração dos pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação, onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL (2016).

A outra, o Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB/UFU¹³), criado em 2006, tem como foco o ensino, a pesquisa e a extensão na área dos estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em favor das populações afro-descendentes.

Portanto, este trabalho denominado de “AS RELAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS E AMBIENTAIS NOS CURSOS TÉCNICOS DA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DA UFU: POSSIBILIDADES E DESAFIOS” se decorre e se deve de caminhadas dentro e fora de sala de aula. Reconhecemos que os processos não representam saídas mágicas para as inúmeras inquietações necessárias, mas poderão representar novas dimensões no contexto do que foi discutido no ST¹⁴ “A História vista pelo cotidiano: lugar de vivências e resistências”.

Aqui se faz necessário um destaque da importância do contexto do “(...) cotidiano: lugar de vivências e resistências”, ou seja, estudar e pesquisar se dão num lugar de formação constante.

Sempre propusemos ações mais efetivas junto aos Cursos na ESTES/UFU, algumas vezes atendidas e outras não, mas de certa forma as mesmas apontaram novos rumos, por isso comungamos com o que disse Fernández (2001b, p. 35) “Intervir (vir entre). Interferir (ferir entre), ‘ferir’, herir em castelhano antigo e em português. Mesmo que, às vezes, necessitamos interferir, tenderemos a que nossa intervenção seja da ordem de uma ‘inter-versão’ (incluir outra versão), sem anular as outras possibilidades”.

Algumas ações e/ou atividades sempre estiveram relacionadas aos contextos das salas de aulas, desde o termo “disciplina”; participação, dentro e fora da sala de aula, em diversos eventos acadêmicos. Pois, entendemos que há dispositivos que regulam a produção do saber, as relações de poder e a constituição das (sub)jetividades nas instituições (Aparelho Ideológico do Estado – AIE), que regulamentam a formação do indivíduo, corpo e mente, segregando, excluindo ou libertando.

OLHANDO O HOJE E O HORIZONTE... UM POUCO DAS CAMINHADAS

Sempre partimos do que disse Minayo (1994, p. 18) “Toda investigação se inicia por um problema, com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podemos buscar novos referenciais.”

Ainda para Minayo (2011, p. 18) durante a Conferência Mundial sobre Ciência (Budapeste, 1999), os cientistas reforçaram que: a) a ciência deve estar a serviço de toda a humanidade; b) a ciência deve contribuir para o conhecimento mais profundo da natureza e da sociedade; c) a ciência deve contribuir para a qualidade de vida e para criar um ambiente saudável para as gerações presentes e futuras. Neste sentido e numa direção que melhor

¹³ Para maiores informações sobre o NEAB/UFU acessar: <http://www.neab.ufu.br/>.

¹⁴ ST – se trata de Simpósios Temáticos que fizeram parte, de forma virtual, da I SEMANA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA / IX SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), no período de 14 a 18 de setembro de 2020. Para maiores informações: https://www.even3.com.br/semana_internacional_de_historia/. Acesso em: 18 set. 2020.

qualifique “investigação, problema, dúvida, pergunta, conhecimentos, ciência, qualidade de vida, ambiente saudável”, trazemos alguns dados dos estudantes matriculados na ESTES, a partir da “Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2020)”, ano base 2019 (Tabelas 2 a 4).

Tabela 2 – Sexo e Faixa Etária dos Estudantes da ESTES/UFU (2019/2020)

Sexo	Total	15 a 19 Anos	20 a 24 Anos	25 a 29 Anos	30 a 34 Anos	35 a 39 Anos	40 a 44 Anos	45 a 49 Anos	50 a 54 Anos	55 a 59 Anos	Maior de 60 Anos
F	374	29	95	62	46	39	35	33	21	12	2
M	131	5	30	33	14	14	14	10	5	5	1
Total	505	34	125	95	60	53	49	43	26	17	3

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 15 set. 2020. Elaboração e Organização: O AUTOR, 2020.

De acordo com os 505 estudantes matriculados, 220 está na faixa etária de 20 a 29 anos, sendo que 157 são feminino na faixa etária de 20 a 24 anos e 63 masculino está na faixa etária de 25 a 29 anos.

Tabela 3 – Classificação Racial dos Estudantes da ESTES/UFU (2019/2020)

COR	%
BRANCA	43,22
PARDA	36,44
PRETA	18,22
TOTAL	97,98

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 15 set. 2020. Elaboração e Organização: O AUTOR, 2020.

Quanto à Classificação Racial dos 505 estudantes matriculados, dentro do contexto das “Relações étnicas raciais”, 54% (272,7) estariam na denominação de (Parda/Preta).

Tabela 3 – Renda Familiar e Classificação Racial dos Estudantes da ESTES/UFU (2019/2020)

Renda Familiar	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não Declarada	Total Geral
Total Geral	9	204	1	172	86	33	505
0,5<RFP<=1,0				1			1
1,0<RFP<=1,5	1	17		29	21	4	72
Não Declarada	8	187	1	142	65	29	432

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 15 set. 2020. Elaboração e Organização: O AUTOR, 2020.

*RFP: Renda Familiar Per Capta.

Dos 505 estudantes matriculados, 258 declararam na “Classificação Racial” (Parda, 172 e Preta, 86), onde a composição da “Renda Familiar” entre (1,0<RFP<=1,5), foram de 29 e 21, totalizando, respectivamente, 50 dos 258 estudantes.

Isso nos faz pensar das necessidades dos processos formativos pessoal e/ou profissional, no sentido de se evitar as anulações, desconhecimentos e ausências, que não se justifica, das temáticas em pautas, muito menos evitar “adestramentos” por meio dos diferentes Componentes Curriculares.

As pautas apontadas precisam de maiores conexões entre os conteúdos dos Componentes Curriculares, pois as vulnerabilidades estão em nosso cotidiano, não podemos fechar os olhos e muito menos negar os acontecimentos. A sala de aula pode ser uma saída do ponto de vista da formação!

Neste cenário das questões étnicas raciais o NEAB/UFU tem desempenhado um papel importante no processo formativo, propondo vários Cursos, desde a formação inicial e continuada¹⁵, com resultados em diferentes frentes, entre elas algumas publicações.

Uma, organizados por Rodrigues Filho; Bernardes; Nascimento (2012), quando destacam de que a,

Educação para as Relações Étnico-Raciais: Outras perspectivas para o Brasil é um título que resume a dimensão da multidisciplinaridade dos artigos e a importância dos mesmos para uma melhor compreensão da realidade brasileira dialogando com práticas possíveis para a superação do racismo em nosso cotidiano (RODRIGUES FILHO; BERNARDES; NASCIMENTO (Org.), 2012, p. 1).

A outra, de Rodrigues Filho; Oliveira; Nascimento (2012), onde os autores chamam a atenção de que a,

Formação inicial, história e cultura africana e afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da Lei federal 10.639/2003 (...) há várias formas de trabalho e que estamos sempre “a procura de formas”, para que os pontos que marcamos no “papel” da universidade para a implementação da Lei Federal 10639/03 sejam unidos a fim de construirmos uma educação antirracista. (...) para ressaltarmos os valores africanos e afro-brasileiros no espaço de formação inicial, desmitificando a ideia de que os saberes e fazeres se constituíram apenas no mundo europeu, contribuindo para uma nova visão (não-eurocêntrica) do conhecimento (RODRIGUES FILHO; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2012, p. 1).

Parte destas reflexões e destes apontamentos se dão, nos Cursos Técnicos em Controle Ambiental e Meio Ambiente, onde o autor deste trabalho exerce uma maior carga horária nos referidos cursos, bem como participa de processos formativos, seguindo uma aproximação com a interdisciplinaridade e transversalidade, a partir da categoria de rizoma, proposta por (GALLO, 1999), como princípio regulador das relações de poder-saber, numa educação não-disciplinar.

Uma (total) mudança exige outro modelo de pensar uma (ou numa) educação não-disciplinar, num contexto caracterizado pela transição, senão transgressão, das sociedades disciplinares às sociedades pelo empoderamento e/ou emancipação dos sujeitos.

Reconhecemos o que disse Gallo (1999) que propôs ideias para pensar uma educação transversal, não-disciplinar, a partir da categoria “rizoma”, tirada de Gilles Deleuze e Felix Guattari.

Para Gallo (1999) a transversalidade aparece nessa proposta como princípio regulador do poder-saber. No caso do poder, afirma relações coletivas e não-hierárquicas. Em relação ao saber, é a matriz de um paradigma rizomático, sem hierarquias, com fluxos contínuos e múltiplos.

¹⁵ Alguns Cursos de formação inicial e continuada promovido pelo NEAB/UFU: Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em História e Cultura Afro Brasileira e Africana (MEC/SECAD/FNDE – Edital UNIAFRO/2008/UFU. Programa de Formação Continuada com Docentes do Ensino Básico, desde 2006, por meio do eixo “Gênero, Raça e Etnia” que visa desenvolver cursos de formação continuada para os profissionais da educação básica da rede estadual e municipal de ensino da cidade de Uberlândia e região (Parceiros: Fundação Roberto Marinho e Canal Futura – “A cor da cultura”). Projeto “A Cor da Cultura”, atua na capacitação de educadores da rede pública de ensino das cidade de Uberlândia e região; e Juiz de Fora e região. A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o CIDAN (Centro de Informação e Documentação do Artista Negro), a TV Globo e a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo. A parceria NEAB e TV Futura teve início no ano de 2010. O NEAB conta com as parcerias do Instituto de Educação e Cultura Gunga (IGUNGA), Trupe de Truões, Centro Cultural Orê, Terno Moçambique Estrela Guia. Maiores informações acessar: <http://www.neab.ufu.br/>.

Nesse paradigma, (Gallo, 1999) apresenta seis princípios: 1. conexão (qualquer ponto do rizoma pode estar conectado com qualquer outro); 2. heterogeneidade (as conexões são sempre “outras”); 3. multiplicidade (o rizoma é irreduzivelmente múltiplo; não pode ser reduzido a uma unidade); 4. ruptura a-significante (o rizoma é um território sempre sujeito a linhas de fuga, é uma cartografia a ser sempre traçada, toda vez); 5. cartografia (um rizoma pode ser acessado de infinitos pontos e remeter a vários outros no seu interior); 6. decalcomania (a novidade não é decalcar o mapa, mas colocar o mapa sobre suas cópias, possibilitando (construindo) novos territórios).

Para exercitar algumas destas categorias, num primeiro momento, em diferentes ações/atividades, nos baseamos no que diz BRASIL (1999), sobre a Lei (9795/99), especialmente nos Artigos 4º e 8º:

Art. 4º - São princípios básicos da educação ambiental: I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. E o **Art. 8º** - As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: I - capacitação de recursos humanos; II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III - produção e divulgação de material educativo; IV - acompanhamento e avaliação (BRASIL, 1999).

Prosseguindo e perseguindo estas e outras caminhadas trazemos para nossos diálogos o Modelo Andragógico que, segundo Martins (2013), se baseia nos seguintes princípios:

1- Necessidade de saber: adultos carecem saber por que precisam aprender algo e qual o ganho que terão no processo; 2- Autoconceito de aprendiz: adultos são responsáveis por suas decisões e por suas vidas, portanto querem ser vistos e tratados, pelos outros, como capazes de se autodirigir; 3- Papel das experiências: para o adulto, suas experiências são a base de seu aprendizado. As técnicas que aproveitam essa amplitude de diferenças individuais serão mais eficazes; 4- Prontidão para aprender: o adulto fica disposto a aprender quando a ocasião exige algum tipo de aprendizagem relacionado a situações reais de seu dia a dia; 5- Orientação para aprendizagem: o adulto aprende melhor quando os conceitos apresentados para alguma aplicação e utilidade; 6- Motivação: adultos são mais motivados a aprender por valores intrínsecos: autoestima, qualidade de vida, desenvolvimento (MARTINS, 2013, p. 145).

Outro Modelo que nos tem ajudado a atender outras perspectivas de educação, trata-se da Educação Popular em Saúde, que de acordo com BRASIL (2013), ao instituir a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS), propõe quatro eixos estratégicos: Participação, controle social e gestão participativa; Formação, comunicação e produção de conhecimento; Cuidado em saúde; Intersetorialidade e diálogos multiculturais.

Mas, antes das vivências em/na Educação Popular em Saúde, seria importante destacar as contribuições do que disse Valla (1993; 1994), no contexto da Educação Popular, onde não desejaria desprezar as possibilidades de que a educação popular fosse um fator de transformação da sociedade, mas ao mesmo tempo queria desvincular as “intenções e desejos” dos agentes de educação popular como uma obrigação transformação social.

Segundo Valla (1993; 1994), não deveríamos achar que a educação popular, por si mesma, traga necessariamente no seu bojo as sementes da transformação social. A seu ver, trata-se de uma questão que inclui variáveis, tais como a conjuntura política, econômica, a forma como os educandos em questão estão organizados diante das (in)sensibilidades políticas e culturais dos agentes políticos.

Por isso, concordamos com o que disse Brügger (1994):

O primeiro aspecto que gostaria de destacar é que a “educação ambiental” é encarada na maioria das vezes como dimensão ou modalidade de educação, princípio do qual não compartilho em absoluto. (...), o surgimento de uma educação ambiental pressupõe o reconhecimento de que a educação tradicional não tem sido ambiental. Consequentemente, o “ambiental” deveria ser parte intrínseca da educação como um todo e não modalidade ou uma de suas dimensões, pois nessa visão reaparece a reificação da questão ambiental e consequentemente da própria educação. A compartimentalização do “ambiental” ou, a inserção de uma dimensão ambiental, levam o meio ambiente a uma perspectiva instrumental e o elenco de “problemas ambientais” se reduz à poluição, escassez de recursos naturais, diminuição da biodiversidade etc. A educação ambiental vista desta forma não ultrapassa as fronteiras da velha educação conservacionista e não faz jus, portanto ao adjetivo a que se propõe (BRÜGGER, 1994, p. 78).

Assim, ao tratar das e sobre as questões ambientais é preciso tomar muito cuidado com o uso de palavras para as pessoas, isto porque, para Brügger (1994),

As palavras são muito mais do que mera forma de expressão e essa é sem dúvida um aspecto de suma importância que não pode passar despercebido. A escolha de determinadas palavras e a exclusão de outras nos remete à própria essência do pensamento que originou o discurso, pois as palavras são “prisioneiras” deste pensamento (BRÜGGER, 1994, p. 78-79).

Desta forma, sempre temos evitado o uso de determinadas palavras. Preferimos o uso das leituras e/ou das escritas, na tentativa de consolidar um modelo de ensino-aprendizagens mais libertadoras, que de acordo com as reflexões de Fernández (2001, p. 105) “A autoria de pensamento supõe diferenciação, agressividade saudável, ‘revolta íntima’, a partir da qual há a possibilidade de reencontro com o outro. Acesso a nós mesmos.”

Como “autoria do pensamento”, num primeiro momento em sala de aula, trabalhamos com alguns textos. Um deles, “A Caneta e a Enxada¹⁶”. O outro, “A Carta do Zé Agricultor¹⁷”.

Aqui cabe um breve “esclarecimento” das escolhas (acolhimentos) destes textos, que se dão pelos conceitos e relações estabelecidas entre campo/cidade; divisão social do trabalho; preconceitos; discriminação; segregação sócio espacial; aplicações das leis, etc; conteúdos dispostos nas FCC, muitas vezes não abordados, senão abortados, em sala de aula.

Como partidas, lembramos que são trabalhadores estudantes, iniciamos com perguntas sobre os títulos dos textos, ouvimos a música, alguns momentos a leitura, silenciosa, dos textos. Em seguida há leituras coletivas, com reflexões sobre algumas palavras, na busca dos significados em dicionários. Posteriormente, partimos para reescritas e/ou desenhos, como manifestação “espontânea” do significado da “Caneta e a Enxada” e de uma “Carta”, estabelecendo conexões com as questões étnicas raciais e ambientais.

¹⁶ Trata-se de uma Letra e Música. Disponível em: <http://letras.mus.br/zico-e-zeca/235558/>. Acesso em: mar. 2010.

¹⁷ Trata-se de uma “Carta” de um agricultor para um amigo da cidade. Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/exclusivas/2008/11/18/41996-carta-do-ze-agricultor-para-luis-da-cidade.html>. Acesso em: mar. 2012.

Evitamos a infantilização quanto às escritas e/ou desenhos, até porque são adultos com outras concepções de mundo, enquanto vivências, o que nos permite romper com determinados aprisionamentos nos ensino-aprendizagens.

Para às escritas e/ou desenhos procuramos nos embasar no que disse Iavelberg (2008, p. 11) “Para não estagnar o desenvolvimento desenhista é necessário que se trabalhe, nos diferentes contextos educativos, de acordo com as investigações da arte e da educação contemporânea.”

Para Iavelberg (2008),

Hoje sabemos que não se pode generalizar aquilo que se passa nos desenhos infantis em termos de fases. As variáveis culturais geram modos de pensar o desenho, as quais transcendem um único sistema explicativo que dê conta da produção de todas as crianças. Os estudos antropológicos e interculturais apontam diferenças nos desenhos de crianças de países ou regiões diferentes, seja no modo de usar o papel ou nos símbolos eleitos, denotando influência da cultura visual, educacional e do meio ambiente dos desenhistas (IAVELBERG, 2008, p. 28).

Respeitar a liberdade de expressão nas/das escritas e/OU nos/dos desenhos continua sendo um enorme desafio, conforme disse Iavelberg (2008),

A epistemologia de Piaget, relida contemporaneamente, pode ser um leme neste contexto de variâncias, por colaborar na elucidação das tendências das estruturas cognitivas humanas, aquilo que nos faz iguais e diferentes ao mesmo tempo, pelas marcas culturais. Assim sendo, no plano subjacente das gêneses singulares do desenho, age uma base cognitiva. Esta dupla existência guiou nossa investigação sobre o desenho cultivado da criança até aqui (IAVELBERG, 2008, p. 28).

As leituras, as discussões e as reescritas se (ar)rumam-se para as tentativas de romper com as amarras dos adestramentos ambientais, conforme destaca Brügger (1994),

Adestramento ambiental, da qual se inscreve no paradigma racionalista e produtivista-consumista, pois há um conjunto de sujeitos sociais que vêm buscando alternativas a essa sociedade heterônoma, excludente socialmente e irresponsável ecologicamente (BRÜGGER, 1994, p. 79).

Por isso, comungamos com a contribuição do pensamento complexo de Morin (2003), sobre Educação Ambiental que é evidenciada nas pesquisas analisadas quando as mesmas ressaltam a possibilidade de superação do pensamento fragmentado no processo educativo voltado à questão do meio ambiente. Evidencia-se, também, sua contribuição ao entendimento tanto dos problemas ambientais hoje vivenciados pela humanidade quanto da relação entre os grupos sociais e a natureza.

Isto porque, mesmo que negamos, todos/as tem uma pré-disposição para aprender, possuem suas experiências/vivências que servem de fonte de aprendizagem e de critérios para a sua vida profissional e cotidiana, que de certa forma a metodologia exige sua participação, iniciativa e cooperação para a solução de determinados problemas, o que pode facilitar no ensino-aprendizagens.

MATUTANDO, AVALIANDO E CONTINUIDADES....

Considera-se que temos uma longa caminhada, pois em pleno ano de 2020 (século XXI), mas os dados revelam um itinerário ou uma arquitetura de contrastes, ou seja, dos 7 PPC nenhum trata das questões éticas raciais e das 213 FCC (42) “enaltecem” as questões ambientais e há apenas uma abordagem sobre as questões étnicas raciais.

Na prática nós os propositores, ou não conseguimos de intensificar o que precisa ser feito ou não damos conta ou não temos poder para realizar mudanças significativas, pois “falar pouco/menos e fazer muito/mais”, com as devidas articulações de saberes e de fazeres entre os parceiros e os diferentes sujeitos.

Mesmo com desafios, acreditamos que temos rompido com a ideia de que nada pode ser feito, pois temos resultados (mudanças) suficientes para justificar as possibilidades, consideradas como conquistas, que foram e são de grande relevância nas conexões de saberes e fazeres, tanto internamente à Instituição UFU, bem como em relação às outras Instituições e comunidades externas.

Esta nova mudança e formato pela falta de clareza política e até acadêmica, onde os saberes e fazeres poderá não se constituir de forma interdepartamental, transversal e multidisciplinar, não permitindo que os sujeitos sejam autores das suas caminhadas em sinergias e consonâncias com os saberes e fazeres em seus cotidianos.

Ao comungar com estas proposições entende-se da importância da formação contínua/permanente, para todos/as envolvidos/as no processo de ensino-aprendizagens, em função de se optar por uma educação libertadora dentro de uma práxis dialogada com e para os sujeitos.

Desta forma reconhecida o direito à educação escolar precisa-se, ainda, de ações cotidianas que efetivem, de forma fundamental, a qualidade e da importância da escola formal para as classes populares, nas possibilidades de se redefinir, na medida do possível, conteúdos a partir, no ato de ensinar, do saber que o estudante traz consigo, ao longo da sua história.

Todos estes contextos representam uma luta para romper, de um lado, com as amarras de uma educação que adestra, aliena e corrompe. Do outro lado, temos uma educação propositiva e libertadora, baseada nos princípios dos direitos difusos no processo de educar e ser educada/o para além das salas de aula.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Reconhecer Flexner: inquérito sobre produção de mitos na educação médica no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, n. 12, p. 2234-2249, 2010.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.795 (27/04/1999)**. Estabelece as diretrizes e bases da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília (DF): Presidência da República, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: mar. 2010.

BRASIL. Casa Civil. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 11 ago. 14.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, DOCUMENTO BASE**. Brasília: Presidência da República, fev. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_proeja.pdf. Acesso em: nov. 2011.

BRASIL. Casa Civil. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Brasília: Presidência da República, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 11 ago.14.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013**. Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 13.409 (28/12/2016)**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília:

Presidência da República, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1. Acesso em: 28 set. 2020.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

FERNÁNDEZ, Alicia. **O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento.** Tradução: Neusa Kern Hickel. Porto Alegre: Artmed, 2001a.

FERNÁNDEZ, Alicia. **Os idiomas do aprendente: análise das modalidades ensinantes com família, escolas e meios de comunicação.** Tradução: Neusa Kern Hickel. Porto Alegre: Artmed, 2001b.

GALLO, Sílvia. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In: ALVES, Nilda; GARCÍA, Regina (Orgs.). **O sentido da escola.** Rio de Janeiro: 1999. DP&A, p. 17-41.

GALLO, Sílvia. (Coord.). **Ética e cidadania: caminhos da filosofia.** 5. ed. Campinas: Papirus, 1999.

IABELBERG, Rosa. **O desenho cultivado da criança prática e formação docente.** Porto Alegre: Zouk, 2008.

MARTINS, Rose Mary Kern. Pedagogia e andragogia na construção da educação de jovens e adultos. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 143-153, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Indivíduo e Sociedade: Pesquisadores debatem a dimensão social das questões da Saúde. **Radis**, Rio de Janeiro, n. 107, ago. 2011. Disponível: <http://www.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/107/pdf/radis-107.pdf>. Acesso em: jul. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria.** Traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

PAGLIOSA, Fernando Luiz; DA ROS, Marco Aurélio. O Relatório Flexner: para o bem e para o mal. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v. 32, n. 4, p. 492-499, 2008.

RODRIGUES FILHO, Guimes; BERNARDES, Vânia Aparecida Bernardes; NASCIMENTO, João Gabriel. (Org.). **Educação para as relações étnico-raciais: outras perspectivas para o Brasil.** Uberlândia: Lops, 2012.

RODRIGUES FILHO, Guimes; OLIVEIRA, Cristiane Coppe de; NASCIMENTO, João Gabriel. (Org.). **Formação inicial, história e cultura africana e afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da Lei federal 10.639/2003.** 1. ed. Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.

STUTZ, Beatriz Lemos. **Técnico em enfermagem no município de Uberlândia: a construção histórica de uma profissão e a primeira instituição escolar.** 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resolução nº 26/2012, do Conselho Universitário.** Estabelece a Política Ambiental da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU, 30 de novembro de 2012. Disponível em: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/6_-_resol._consun-ufu_26-2012_-_pol.amb_.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resolução nº 04/2014, do Conselho de Graduação.** Estabelece a inclusão de conteúdos e atividades curriculares concernentes à Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos Projetos Pedagógicos da Educação Básica, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Uberlândia: UFU, 14 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucao_no_04.2014_do_conselho_de_graduacao.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resolução nº 25/2012, do Conselho Universitário.** Dispõe sobre a aplicação da Lei no 12.711, de 29/8/2012, e demais condições estabelecidas pelo Decreto no 7.824 e pela Portaria Normativa do Ministério da Educação no 18/2012, na Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Uberlândia: UFU, 20 nov. 2012. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2012-25.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

VALLA, Victor; STOTZ, Eduardo Navarro (org.). **Participação popular, educação e saúde: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Editora Relume Dumar, 1993.

VALLA, Victor; STOTZ, Eduardo Navarro (org.). **Educação, Saúde e Cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1994.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE NOS REVELA A PANDEMIA?

Ana Paula Copetti Bohrer¹

Resumo: A pandemia do vírus SARS-COV-2, em 2020, trouxe ao mundo um momento histórico único, por estarmos em um mundo globalizado e aquilo que poderia ser limitado a um país ou região acabou se alastrando pelos quatro cantos da Terra em questão de meses. Quarentenas decretadas, serviços não prestados. As escolas, fechadas assim que o surto começou, estão tentando se adequar à nova realidade. Por isso, governos e suas secretarias estão buscando alternativas para que os alunos sejam atendidos. Porém, o Estado do Mato Grosso se esqueceu (ou não quis se lembrar) de alguma dessas crianças. Alguns sendo excluídos por não terem condições tecnológicas ou sociais e outros por serem alunos da Educação Especial, ou os alunos com deficiências. Não estão sendo contemplados com a continuidade de sua aprendizagem e até mesmo com essa vivência tecnológica que marcará essa geração. Uma análise deste momento de repetição de exclusão àqueles que já se pensavam incluídos.

Palavras-chave: educação inclusiva, pandemia, exclusão.

INTRODUÇÃO

Começamos esse ensaio com uma correção. Na verdade ele deve se chamar “Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Especial”, para alunos com deficiência e não apenas Educação Inclusiva pois a inclusão se dá de diversos marcadores sociais como raça, sexualidade, gênero, classe e tantos outros. Feito isso este ensaio tem a intenção de suscitar a discussão sobre a não inclusão, dos alunos com deficiência, da Educação Especial, nas novas metodologias a serem aplicadas pelo setor da Educação pública, no estado do Mato Grosso neste ano de 2020, ano marcado pela crise pandêmica da Covid-19. Um descuido ou falta de sensibilidade neste momento extremamente incerto, deixou as crianças com deficiência sem o acesso à escolarização, mesmo que virtual, como está sendo oferecido aos demais alunos, os típicos. Enquanto os colegas socializam diariamente, por meio virtual, e a escola fazendo parte novamente de suas rotinas, muitos dos deficientes, aqueles que precisam de mais ferramentas, não tem seu direito preservado. O direito da igualdade de condições. À equidade.

Muitas inquietações surgem nesse momento, como a não consideração desses alunos como parte da comunidade escolar; a definição de quem deve e quem não deve receber a continuidade da escolarização neste momento de crise; quem deve/pode ser desconsiderado prioritariamente em todo o processo; e que invisibilidade é essa que são submetidos os alunos surdos, surdomudos, com transtornos, com deficiências intelectuais, cegos e os demais da Educação Especial.

Sob a perspectiva da teoria crítica, como ferramenta para questionamentos e aprofundamento das realidades apresentadas, apoiada em autores pesquisadores como Giroux, Mbembe e Crochick, e outros que possam surgir nessa conversa, faremos uma análise quanto à urgência de uma resposta a esses alunos, na intenção de minimizar os prejuízos emocionais, pedagógicos e até mesmo físicos, causados pelo reforço da exclusão, tida até então como resolvida. Debruçados no que está circulando nas redes sociais, sites de notícias e sistemas próprios do Governo.

¹ Ana Paula Copetti Bohrer é graduada em Pedagogia pela UFMT, especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva pelo IFTM, e é aluna do Mestrado em Educação na linha da Infância e Juventude, na temática da Educação Inclusiva, pela Universidade Federal de Rondonópolis/MT-UFR. E-mail: ana.bohrer@roo.ifmt.edu.br.

Alguns apelos por visibilidade e respeito, compartilhados pelas famílias de alguns desses alunos, reforçaram a necessidade de levantar essas questões que há muito são discutidas.

DESENVOLVIMENTO

A pandemia

Em janeiro de 2020, um vírus se espalha matando 17 pessoas e contaminando rapidamente cerca de outras 400 em Wuhan, cidade da China, que decreta quarentena para impedir que o vírus continue a se propagar. Chineses obedientes ao sistema deixam de circular pelas ruas e se mantêm em isolamento em suas casas. Mas com alto poder de contágio, o COVID-19 já havia saído do país e acabou se espalhando pelo mundo todo, matando, até agosto de 2020, cerca 720 mil pessoas. No Brasil, o primeiro registro de morte pela COVID-19 foi registrado no mês de março e de lá pra cá, os números só aumentaram, chegando em setembro deste ano ao total de cerca de 137.000 mortos.

Não bastassem o isolamento social, as incertezas e perdas, ainda sofremos com a desarticulação política e econômica, com os desvios escancarados de verbas financeiras que deveriam ser exclusivas para o combate ao vírus, e a disputa politiqueria nas redes sociais. Dia a dia fomos e ainda somos impostos a novos decretos, liberando ou proibindo a circulação de pessoas, numa suposta tentativa de dirimir os prejuízos econômicos. Uma esquizofrenia social que se percebeu pelo mundo mas não na dimensão daqui, já que no Brasil até mesmo em meio ao caos de tantas mortes, pessoas oportunistas criam situações de abusos e até mesmo de crimes. E nosso país se viu sem estrutura na rede de saúde pública e de saneamento básico. Áreas que há muito têm sido atacadas e sucateadas, assim como a Educação.

Em meio à tantas coisas novas, ainda ouvimos discursos insensíveis como os de que a “morte é inevitável”, ou que “só os idosos é que estão morrendo”, e que “alguns vão morrer mesmo, mas a economia precisa ser preservada”. Uma total desvalorização da vida humana. Achille Mbembe (2016), citando Foucault, nos fala dessa forma de poder chamando-o de ‘biopoder’, como poder soberano sobre vidas, que busca legitimar a ‘necropolítica’ (como política de morte mesmo) que nada mais é do que decisões políticas e econômica que direcionam quem importa viver e de quem deve morrer. Essa manifestação de poder se torna mais perceptível em momentos de guerra, porém a crise trazida pela pandemia foi tratada como tal, afinal a participação do Estado nas decisões de quarentena e isolamento se fez necessária. Assim como também várias articulações econômicas para viabilizar esse isolamento por grande parte da população que dependia de sair de casa para trabalhar e assim obter seu sustento. Esse biopoder está nas mãos da elite econômica e política de nosso país, e tal como é neoliberal, defende a não participação do Estado na economia e assim nos direitos sociais também, e que, em nome de um capitalismo desumanizante, de um progresso que só tem levado a humanidade para sua decadência social e moral, determina, não na caneta, mas nas ações de assistência, quais vidas podem ser descartadas. É importante refletir, sem exagero algum, que, como o maior número de mortes se dá na faixa etária acima dos 60 e em pessoas com doenças pré-existentes, para a Previdência Social e para o setor da Saúde, essas mortes podem representar uma economia significativa justificando a pouca importância dada em certos momentos. Assim como é válido pensarmos que tivemos cinco caciques, líderes indígenas que morreram nessa pandemia até setembro deste ano, além de serem eliminados cerca de 650 outros indígenas. Mais uma vez, a comunidade indígena é vítima de genocídio no Brasil. “O niilismo de Estado proclama-se sem qualquer pretensão protetiva, não mais defender a sociedade, mas fazê-la desaparecer” (BARBOSA, 2020, s.p.). Neste mo-

delo neo liberal de economia, não há espaço para trocas entre o setor econômico e o social. Não se objetiva mais garantias sociais, mas sim lucro e projeção mundial.

Com o medo da morte e em crises de ansiedades, assistimos ou sentimos na pele a perda de pessoas que amávamos, mas que agora são apenas números nas estatísticas. Números que a priori causam horror, mas em questão de segundos se naturalizam, como se a morte não tivesse mais o seu peso. Estamos vivendo um tempo de frieza e apatia. Sofrem apenas aqueles que perdem. Isso relembra os períodos de escravidão, ou dos campos de concentração, afinal, “qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica” (MBEMBE, 2016, p. 130). Períodos terríveis da humanidade, em que a compaixão pelo outro, a empatia pelo sofrimento alheio desapareceu por completo e as vidas escolhidas para viverem (pela biopolítica) eram vividas sem remorsos. Se hoje demonstramos nossa compaixão nas redes sociais, amanhã estamos aglomerados em algum supermercado como se nada estivesse acontecendo, preocupados apenas em abastecer nossos celeiros como se o mundo fosse acabar no outro dia. A pandemia realçou muitos traços de nossa sociedade. A individualidade egoísta, a não empatia, o descarte autorizado de alguns, como se não fossem valiosos, e o apego às futilidades da vida e não ao seu essencial. E muito claramente, isso nos tem reafirmado escancaradamente o biopoder soberano da nossa elite política e econômica. “A soberania como capacidade de definir quem importa e quem não importa, que é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135). Como esclarece Jonnefer Barbosa (2020, s.p.), quando diz que o que “importa é criar outras formas de desaparecimento, habitá-las comunalmente, fazer uso das invisibilidades”. Invisibilidade. Com a sutileza que só a política tem, como enfatiza Judith Butler quando diz que [...] há diferença entre políticas que buscam explicitamente a morte de determinadas populações e políticas que produzem condições de negligência sistemática que na realidade permitam que as pessoas morram (BUTTLER, 2018, 16).

Não corroboramos com a ideia de que esta crise pandêmica mudará a índole das pessoas para melhor, mas concordamos que, ao menos, ela tem nos mostrado o nível moral de comunidade que compartilhamos. E nos leva a urgência de intervenções pois o perigo de legitimarmos o facismo é real.

A educação inclusiva

As escolas regulares de ensino fundamental, tanto da rede pública quanto da privada, foram impelidas, cerca de 30 anos para cá, por contundente legislação, a receberem os alunos com necessidades especiais de aprendizagem em suas salas de aulas comuns. Esses eram os alunos que antes frequentavam escolas especiais, instituições especializadas em atendê-los, que o fazia muito bem mas que os separavam das demais crianças impedindo uma troca que hoje consideramos essencial para a construção de um mundo melhor, com um pouco de justiça. Como as essas escolas especiais geralmente eram privadas os alunos da comunidade mais carente eram excluídos por completo. Essa legislação precisou reforçar o direito essencial da Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de **todos** e dever do Estado e da família, [...], visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – **igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.** [...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]

III – **atendimento educacional especializado** aos portadores de deficiência, preferencialmente na **rede regular de ensino** (BRASIL, 2015a, p. 63, grifo da autora).

Estatutos e leis foram fortalecendo a obrigatoriedade da inclusão desses alunos e direcionando esse atendimento, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, e ainda a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência aprovada pela ONU em 2006. Todas reforçando que a educação é um direito de todos, independente de terem ou não deficiência afinal “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais sociais, emocionais, lingüísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330). Por isso grande parte das escolas tem buscado repensar suas práticas pedagógicas, antes direcionadas apenas aos neurotípicos. Trata-se de uma mudança árdua e desafiante que exige de todos os envolvidos muito empenho, empatia e paciência. Sabemos que essa inclusão está muito longe de ser vivida plenamente, pois os desafios ainda são imensos, como despreparo dos profissionais, falta de infraestrutura, falta de docentes para o Atendimento Educacional Especializado no contraturno, e tantos outros. Mas devemos entender que a inclusão é um dos aspectos sociais refletidos na educação. Não há como dissociar o que ocorre na sociedade do que encontramos reproduzi(n)do dentro das escolas. E como nos trazem Crochick; Dias e Razera (2015),

uma sociedade como a nossa, na qual quem dispõe de poder financeiro ou político tem vantagens sobre os que não o detêm, e assim pode viver mais e melhor, não pode ser considerada democracia e quem julgar que os detentores do poder irão democraticamente cedê-lo está iludido, pois utilizarão essas mesmas regras democráticas para mantê-lo, o que não implica que deva ser tomado à força ou de maneira não democrática (CROCHÍCK; DIAS; RAZERA, 2015, p. 4).

Essa democracia, que ainda não atingiu sua maioria, pelo modelo competitivo que temos de sobrevivência que nos impede de viver uma justiça social, é repercutida nas paredes escolares. A mesma que, movida pela ideologia do mérito, incentiva a competição, que se estabelece como base e que, portanto, é excludente (CROCHÍCK; DIAS; RAZERA, 2015). Excluí os diferentes, excluí os que não acompanham, excluí os que questionam, excluí os fora do padrão estabelecido, padrão tão necessário para manutenção da sociedade tal e qual está. Mas entendemos que a inclusão é processual, um processo de resistência, de sobrevivência, de luta por reconhecimento como parte de uma sociedade. Afinal, se vivemos numa pseudo-democracia, e entendemos que democracia é a representatividade de um povo, todos devemos ser reconhecidos como esse povo, apesar de que “mesmo quando uma forma de reconhecimento é estendida a todo o povo, permanece uma premissa ativa de que existe uma vasta região daqueles que permanecem irreconhecíveis” (BUTTLER, 2018, p. 11).

E que “ser radicalmente privado de reconhecimento ameaça a própria possibilidade de existir e persistir” (idem, ibidem p. 43). Trata-se de uma luta para reconhecer os limites da democracia, da inclusão, da escola, para a superação desses limites e efetivação da democracia verdadeira. A partir desse reconhecimento, pode haver movimento para a transformação. Caso contrário, se defendermos a democracia como se apresenta hoje, “sem perceber seus limites, podemos apoiar o contrário: uma falsa democracia, na qual não há mais nada a decidir, mas é preciso manter a aparência de que os indivíduos decidem” (CROCHÍCK; DIAS; RAZERA, 2015, p. 3)

Para essas crianças, já com suas limitações/adaptações como rotina de sobrevivência, não fazer parte do grupo tido como crianças ideais-típicas, aquelas que respondem às expectativas da teoria desenvolvimentista, teoria que determina um padrão a ser alcançado pelas diferentes idades, pode ser muito desgastante.

Por ser assumida como infância genuína, as crianças que não se alinham a esse ideal são marcadas, desde muito cedo, como aberrações, portadoras de desvios comportamentais que denunciam

falhas no desenvolvimento, já que a sua trajetória em direção à perfeição passa a ser interrompida (ALEXANDRE; SALGADO, 2019, p. 4).

Por isso, a discussão acerca da inclusão jamais pode ser silenciada, pois enquanto se delibera a respeito, mais possibilidades se abrem. Afinal, se houver silêncio, haverá esquecimento.

Trata-se de um regime de inteligibilidade que, segundo Butler (2016a), abrange um conjunto de normas de vida, sedimentado em um sistema de racionalidade e moralidade liberal, com poder de arbitrar sobre os campos de visibilidade, reconhecimento e aparecimento sociais. (ALEXANDRE; SALGADO, 2019, p. 6).

A exclusão ou a invisibilidade histórica que queremos afrontar demanda muito mais do que reorganização dos espaços e de uma intensa campanha de conscientização, como as campanhas de “Educar para a Convivência”. Claro que essas são fundamentais mas elas devem ser constantes e fazer parte de todo o currículo escolar. Um tema transversal em que as diferenças sejam reconhecidas, valorizadas e aceitas. Porém,

Não bastam adaptações arquitetônicas e atitudes favoráveis dos que convivem na escola, no trabalho, com as pessoas que têm deficiência, para que essas não sofram preconceito, mas a ausência dessas adaptações e atitudes indica uma negligência, uma indiferença, que já é ofensiva a quem é esquecido; esse tipo de negligência é uma forma de preconceito expressado pela frieza das relações existentes (CROCHIK, 2011, p. 36).

Por essas negligências, por essa frieza quando se faz-de-conta que está incluindo, pela luta tão desumana, pelo respeito às conquistas já alcançadas, como a legislação básica para uma real vivência desses alunos na escola, é que não podemos retroceder, voltar as velhas práticas discriminatórias e excludentes. E infelizmente, neste momento de pandemia do COVID-19, um alerta foi disparado.

E precisamos intervir levantando o debate, para tentar impedir que fiquem imóveis submetidos às ordenanças neoliberais, pois como nos traz Sueli Batista, citando Marilena Chauí, “se quem silencia o discurso da educação, instituindo o discurso sobre a educação, é a administração, resta a este ‘sujeito sobrevivente’ (professores e estudantes) fazer ouvir a sua voz” (CHAUÍ, 1979, p. 27-29 *apud* BATISTA, 2020, p. 186). Que nossa boca e intelecto sejam utilizadas como possibilidades de ferramentas nesse processo de resistência.

A ação (e a não-ação) do Estado do MT na oferta das aulas remotas

O Governo Federal, a princípio relutou em declarar estado de quarentena, com discursos neoliberais, como o de que, mesmo que algumas pessoas morressem de COVID-19, os danos econômicos da não quarentena evitariam uma crise financeira de proporções incomparáveis no Brasil. Mas assim como outros presidentes, precisou rever suas estratégias de controle da doença, à medida que até mesmo organizações internacionais questionavam a sua frieza. Afinal os números de novos casos e de morte não paravam de crescer.

Houve muitas divergências nas decisões entre os poderes municipais, estaduais e federais. Por fim, depois de muitas mortes, demissões e crises, algumas ações acabaram tomando forma. Decididos a não cancelar o ano letivo, movidos pela necessidade de justificar os salários da Educação e não pelo bem maior que seria a aprendizagem

das crianças, os governos estadual e municipal decidiram no mês de agosto deste ano que as aulas começariam e seriam virtuais, a distância, portanto.

Os docentes começaram seus trabalhos, mesmo que sem a destreza para a tecnologia e as técnicas de educação a distância. Muito tensos e preocupados com seus alunos, os professores têm buscado capacitação, pois a inexperience é uma das provas mais difíceis no momento. A obrigatoriedade de aulas a base de tecnologia, com muita exposição a radiação das telas de computador já é questionável por si só, pois essa exposição é considerada muito agressiva e cansativa. Soma-se a isso o fato de que temos vasta pesquisa na área da educação e até mesmo da psicologia que criticam o uso de T.I.s por muito tempo por inúmeros fatores como isolamento, depressão, ansiedade, dentre tantos outros distúrbios decorrentes. Por isso sempre muita energia dos pais e educadores foi dispensada sobre as crianças para que evitassem ou minimamente fosse controlado o uso. Temos também a imprevisibilidade de uma recepção estável de internet. Não tínhamos essa preocupação antes da pandemia afinal o uso doméstico era o suficiente e suprido, mas com aulas, treinamentos, capacitações e reuniões constantes obrigaram a todos que se adaptassem em tempo recorde. Ansiosos e reféns da situação, os professores têm tentado se adaptar à nova realidade, pois percebem o que teremos no próximo ano, quando acreditamos que tudo seja restabelecido. Não cancelar o ano letivo, na nossa percepção, trará maior prejuízo aos alunos e a escola, já que esses, nesse modelo improvisado de educação a distância, não conseguem se concentrar e muito menos absorver os conteúdos e já não conseguirão recuperar os conteúdos de um semestre. Isso não parece preocupar os nossos governantes que em ato de irresponsabilidade e total desprezo pela vida alheia ainda tenta voltar as aulas presenciais, quando temos ainda casos diariamente sendo notificados, como o período de 12 a 25 de setembro em que foram registrados cerca de 15 mil novos casos da doença. Mas isso é material para discussão em outros ensaios.

O quadro da educação é no mínimo frustrante: muitos alunos e professores sofrendo com quedas constantes de sinal de internet, professores abatidos e pais exaustos da pressão de darem apoio pedagógico em casa, já que são totalmente despreparados para tal tarefa. Mas enquanto isso, os meios de comunicação, através das Secretarias de Educação, divulgam que tudo está sendo bem executado e com bons resultados. Esse foi um dos aspectos tristes que nos mostrou a pandemia. Não temos estrutura para uma operação deste nível. Nossos alunos não têm as mesmas condições de acesso que os das escolas privadas.

Isso significa que em algumas das nossas experiências de maior vulnerabilidade em termos de privação social e econômica, o que se revela não é apenas a nossa precariedade como indivíduos – embora isso também possa ser revelado –, mas também os fracassos e as desigualdades das instituições socioeconômicas e políticas (BUTTLER, 2018, p. 25).

Reflexo da política desordenada que parece estar ocupada apenas com o caráter econômico do nosso país, abandonando questões básicas de nossa sociedade. Sem infraestrutura sanitária mínima nas comunidades mais carentes, que auxiliariam na prevenção da contaminação, o que pode ser dito do acesso satisfatório à internet para o acompanhamento das aulas? Mais uma vez, o Estado se utiliza do seu poder soberano e escolhe quem deve morrer e quem pode viver, quem deve ser levado em conta e quem pode ser deixado para trás. É a necropolítica sendo exercida abertamente. Afinal não morreremos apenas quando perdemos a vida, mas também quando perdemos a mobilidade, a representatividade, o espaço de fala.

Mas o governo não só tem desconsiderado esses sofrimentos, como conseguiu abandonar às margens de todo esse contexto os considerados mais frágeis, aqueles que já sacrificaram muito na luta de um reconhecimento, de

um “fazer parte”. Os alunos com deficiência estão à deriva observando, sofrendo, mendigando, mais uma vez, por atenção. Alguns dos pais desses alunos, incansáveis em suas batalhas, têm ido às redes sociais reivindicar visibilidade e atendimento a seus filhos. Afinal, nada foi pensado ou criado para dar-lhes condições iguais de participação. É como se não existissem, não fizessem mais parte. Logo eles, que ainda lutam na rotina escolar, muitas vezes sem nenhum respaldo, apenas por resistência.

Se a igualdade de condições de vida para todos deve ser o objetivo, as condições a serem oferecidas para os indivíduos para atingi-la são distintas; os que têm deficiência visual, auditiva, física ou intelectual precisam de recursos distintos para fazer atividades escolares e para o trabalho, que os indivíduos sem deficiência não precisam. (CROCHÍK, 2011, p. 35)

Precisamos saber se e o que está sendo pensado para nossos alunos com deficiência e se eles serão atendidos nessa quarentena. Afinal o ano letivo não foi cancelado e então é preciso urgência na criação de uma metodologia que os alcance. Porque os alunos típicos sabemos onde estão: sentados em frente às telas de seus computadores/ telefones tentando administrar essa escolarização descompensada que aí está. Muitos tentando aproveitar essa oportunidade única de vivências nunca pensadas. São jovens, crianças, que sempre tiram diversão de onde os adultos só percebem trabalho e muita agonia. Já os alunos com deficiência estão sem os atendimentos que para eles são ferramentas de equidade. Em casa não estão tendo seus cuidadores, nem mesmo as estagiárias que os apoiavam em sala de aula, as aulas ainda não estão traduzidas para libras e não foi oferecida Tecnologias Assistivas que poderiam lhes ajudar nesse momento tão complicado. O Governo precisa dar condições de acesso a todos, mesmo que tecnológico. Entrar no site Aprendizagem Conectada, do Go, verno estadual e não encontrar na aba específica o material disponibilizado para as especificidades de cada aluno é frustrante e demonstra falta de humanidade nas questões educacionais estaduais.

CONCLUSÃO

Mais uma vez, o Estado reforça a exclusão, mostrando que a prioridade é atender o maior volume de alunos e os demais grupos ficam para um segundo momento, se houver esse segundo momento. O discurso da escola inclusiva agora é evitado. A escola em que “TODOS” participam, mesmo que nem todos queiram, agora terá que esperar. É preciso discutir qual a dificuldade de se considerar o aluno com deficiência tão importante quanto qualquer outro, e atendê-lo simultaneamente. Como podemos ter alguns alunos sendo atendidos e outros não e isso não abalar a administração? Muitas perguntas ecoam desde o tempo em que esses alunos eram tratados como incapazes. Talvez tenhamos entendido errado. Talvez realmente a inclusão seja só “Educar para a Convivência”, e como nessa quarentena a convivência não é possível, a educação seja desnecessária.

É preciso refletir como estamos realmente frente às diferenças. Será que o outro nos importa ou será que se apenas nós estivermos “progredindo” já será o suficiente e até melhor? Precisamos ser sinceros em nossas reflexões para que busquemos melhorar. Porque estamos submersos em ideologias que não escolhemos. Precisamos entender que a diferença deve ser para nos completar enquanto “gentes” nesse processo que insiste em nos coisificar. Fica para nossa reflexão, o que Crochík nos traz das palavras de Anete Abramowicz (2002, p. 310)

[...] nem aceitar, muito menos tolerar diferenças, mas sim produzir diferenças. Há uma incessante forma de vida que é produzida pelos diferentes que é preciso estar atento para aproveitar. Ou seja,

a educação só será inclusiva se prestar a exterioridade, ou seja, se ‘estes novos alunos’ envergarem a escola com suas diferenças, e a modificarem. E ao mesmo tempo, teremos uma educação inclusiva quando tais crianças e jovens puderem passear a céu aberto com toda a exuberância de suas diferenças (CROCHÍK, 2011, p. 80).

Nessa realidade pandêmica, com esse sentimento real de exclusão dos alunos com deficiência, precisamos pensar em que lugar eles estão na perspectiva do Estado. Afinal

se marginalização e segregação são associadas, não são idênticas: marginalizar significou [...] considerar o aluno à margem da classe, alguém inferior, cujas ideias e opiniões são pouco apreciadas, se é que são levadas em conta; segregar foi definido como estar fora do grupo-classe: sequer eram ouvidos. (CROCHÍK; DIAS; RAZERA, 2015, p. 7)

Incluso sabemos que não estão. Podemos dizer que estão marginalizados ou segregados? Ou os dois?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Bruno do Prado; SALGADO, Raquel Gonçalves. Memórias de infância na escola pelo avesso tracejado das normativas de gênero, sexualidade e desenvolvimento. **Série-Estudos**, v. 24, n. 52, p. 31-47, set./dez., 2019.

BARBOSA, Jonnefer. **Políticas de desaparecimento e niilismo de Estado** (bibliografia básica). Disponível em: <https://n-1-edicoes.org/024>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Teoria crítica e teorias educacionais: Uma análise do discurso sobre a educação. **Revista Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXI, n. 73, dez. 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Textoconstitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 88/2015 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1uFYjw0qlYBQiTEEAIZ_FIv-nxOHPIvTP.

CROCHÍK, José Leon (Coordenador). **Preconceito e Educação Inclusiva**. Brasília: SDH/ PR, 2011.

CROCHÍK, J. L.; DIAS, M. A. De L. e; RAZERA, K. D. M. F. Teoria Crítica da sociedade, investigação social empírica e educação inclusiva. **Imagens da Educação**, v. 5, n. 2, p. 01-09, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018 (bibliografia básica). Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1uFYjw0qlYBQiTEEAIZ_FIv-nxOHPIvTP. Acesso em: 12 ago. 2020.

“TERESINENSIDADES”: RESISTÊNCIA E SOCIABILIDADES JUVENIS EM TERESINA (1970)

Carlos Lopes Barbosa¹

Resumo: Teresina, anos 1970, o cotidiano era de mudanças e manifestações culturais. Neste cenário algo incomodava uma parcela de jovens artistas: o tempo, os desejos, os sentidos, o Estado. Um fragmento juvenil teresinense encarou as decisões governamentais com atitudes verticais como a possibilidade de realizar manifestações experimentais artísticas. Neste panorama surge uma figura singular, Antônio Noronha Filho. Um jovem que se tornaria o futuro líder dessa juventude piauiense desbundada, líder de uma “tribo” (PAIS, 2004), composta por corpos em busca de emergências identitárias.

Palavras-chave: Teresina. Sociabilidades, Noronha.

INTRODUÇÃO

Antônio Noronha Filho, o jovem em questão, pertencente ao grupo em estudo aqui, tornou-se uma espécie de mecenas das experimentações artísticas juvenis da cidade nos anos 1970, o médico e agitador cultural Antônio Noronha Filho. E a partir de um sentimento de ostracismo artístico por parte do governo Antonio Noronha realizou o que ele mesmo denominou de um “vômito daquilo que nós comíamos” (SOUSA; CASTELO BRANCO, 2014, p. 72). Desta forma Dr. Noronha (como ficou conhecido desde aquela época), em meio a vários acontecimentos e a ponto de explodir criativamente – explosão almejada e cultivada desde criança – se posiciona numa atitude típica de um sujeito não ordinário o que de certa maneira pode ter influenciado para o surgimento de uma nova geração, a “Geração Antônio Noronha Filho” (BARBOSA, 2018), em Teresina.

Os anos 1970 funcionaram como tempo social determinante para o surgimento da geração Antônio Noronha Filho, pois os significados compartilhados são os mesmos e as identidades que os caracterizam como tal são “mais do que signos, propriamente ditos”, e sim modos de se “alterar as regras do espaço repressor [...]” (PAIS, 2004, p. 13). É na ordem construída pelo Estado que surge um jogo de manobras entre essas forças “desiguais” neste quadro. Portanto, é neste ponto que se manifesta a cultura artística numa verdadeira “trampolinagem”, uma esperteza “no modo de utilizar ou driblar os termos dos contratos sociais [...] numa atividade sutil” de grupos, objetivando desvencilhar-se de “uma rede de forças e representações estabelecidas” (CERTEAU, 2014, p. 74).

Assim, as “interconexões” (SIRINELLI, 2006) é o que caracterizam a geração em estudo aqui. Mas, resalto que não são as mesmas perpetuando-se ao longo dos tempos, elas se modificam de acordo com o contexto o qual são analisadas. O contexto o qual se inicia a geração Antônio Noronha Filho em estudo são os anos iniciais da década de 1970, cuja “interconexões” na história individual, neste caso a despeito da figura do Dr. Noronha, e na história social possuem relações e entre estas as dimensões das referências ao tempo social, ou seja, o período de surgimento seria a década de 70. Tempo em que as regras de ordenações de espaços oriundas dos órgãos repressores do Estado

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: carlosratm@hotmail.com.

são compartilhadas pelos jovens do grupo em um verdadeiro jogo entre forças, num quadro que se manifestam as artes experimentais numa espécie de esperteza na forma de burlar as condições imposta pelos contratos sociais.

1970, PRIMEIROS ENCONTROS

Um ano antes da vinda do poeta Torquato Neto à Teresina o grupo de amigos já começa a se reunir e já articulavam as primeiras atitudes diferenciadas em torno de opiniões e posicionamentos diferentes perante a imprensa piauiense de grande circulação em suplementos jornalísticos alternativos. As primeiras linhas foram publicadas na página Comunicação dentro do jornal Opinião a partir de março de 1970.

O grupo era composto por Durvalino Couto, Edmar Oliveira, Paulo José Cunha e Fátima Mesquita. Num intervalo de tempo após o lançamento do primeiro número do Gramma no final de 1971 – jornal alternativo que proporcionou os primeiros encontros com Torquato Neto – e o lançamento da segunda edição do mesmo, no final de 1972, o grupo de jovens possuía praticamente a mesma formação, apenas com o acréscimo de: Antônio Noronha Filho, Marcos Igreja, Arnaldo Albuquerque e Carlos Galvão. Neste período ocupavam o tempo com dois suplementos alternativos: O Estado Interessante e A Hora Fatal.

Deste ponto em diante podemos dizer que tudo pode ter se iniciado na imprensa alternativa e se mantém até a o período de dispersão do grupo – lembrando que dentro deste quadro o super-8 também teve seu papel. Com a vinda do poeta T. N. a Teresina no início da década podemos entender sua importância para o grupo na fala de Edmar Oliveira num texto publicado em ambiente virtual no ano de 2016. Ele descreve da seguinte forma esse encontro:

O ano de 1970 foi marcante na minha vida. Eu e Durvalino Couto fomos até a casa de dona Saló entrevistar o piauiense que tinha participado do movimento que mudou a Música Popular Brasileira – a Tropicália. Nós sabíamos da importância de Torquato Neto, que estava passando férias na terra, embora Teresina não o reconhecesse. Ele topou a entrevista, desde que lesse antes de publicássemos no jornal Opinião, num encarte feito por nós dois mais o jornalista Paulo José Cunha, que nesta época estava estudando em Brasília. Paulo é primo de Torquato e facilitou a entrevista [...] (OLIVEIRA, 2016).

Esse primeiro contato com Torquato Neto foi o ponto crucial para a consolidação do grupo, pois a partir dele o poeta além de ter sido pivô de outros encontros propicia o início da amizade entre eles. No período de intervalo entre esse contato e o retorno de T. N. à Teresina, no ano de 1972, o grupo começa a tomar forma a partir de encontros e reuniões que ocorriam num pequeno quarto que ficava no quintal da casa do Dr. Noronha. Edmar Oliveira descreve um destes momentos da seguinte forma: “No quintal da casa do Noronha tinha um quarto com aparência de estúdio, onde nos deparamos com a maior coleção de LPs que jamais tínhamos visto, uma pequena biblioteca, mas com livros indispensáveis para nossa formação” (OLIVEIRA, 2016).

Uma enorme amizade e cumplicidade de ideias começam a surgir. Percebemos a importância de Torquato Neto na vida e formação desses jovens e da mesma forma, em grande medida, a importância do Dr. Noronha para a manutenção e também formação intelectual do grupo que teve como ponto de partida o encontro com o poeta e que rendeu a possibilidade de outras figuras juntarem-se ao grupo. Ainda com as lembranças de Edmar Oliveira, ele nos diz:

Torquato não só aprovou a entrevista como ficamos amigos e ele passou a colaborar com nossa folha cultural que se chamava, sintomaticamente, de Comunicação. Pregamos o jornal com a entrevista nas escolas para ver se os estudantes de então conheciam Torquato Neto. Um nos procurou e ficamos amigos, apenas um, Carlos Galvão. Este nos apresentou a Arnaldo Albuquerque, o gênio da raça mafrense. Logo conhecemos o Dr. Noronha – colega de Torquato Neto, médico pediatra que morava na rua Eliseu Martins, onde também tinha seu consultório. Torquato, depois desse pequeno, mas intenso, contato voltou para o Rio. O tempo entre este encontro e o próximo e último, em 1977, ocupa na minha memória um espaço desproporcional (OLIVEIRA, 2016).

Entendemos não só T. N. como elemento importantíssimo na formação do grupo como sujeitos intelectuais e artistas piauienses ligado aos paradigmas da época em âmbito político, já bastante comentado aqui, mas, também Dr. Noronha como elemento influenciador e importantíssimo para alicerçar o grupo economicamente em termos de aparatos tecnológicos, materiais e intelectuais. Resultando disto sua característica, além de outros atributos, de ter se tornado uma espécie de mecenas das artes produzidas desde aquela época.

Dr. Noronha, médico aos 24 anos, foi professor universitário, prefeito de Monsenhor Gil, secretário de educação e de cultura do Piauí; torna-se no início da década de 1970 o líder de um grupo de amigos artistas teresinenses (SOUZA; CASTELO BRANCO, 2014, p 73). Nesta década, Teresina possuía uma sociedade bastante conservadora, machista e preconceituosa. Dr. Noronha não se importava com isso, pois o fato de comentarem sobre suas opções sexuais e de ter entre seus principais amigos jovens considerados *hippies* na época, era tudo muito engraçado e uma grande diversão para ele. Nesse sentido Edmar Oliveira, assim relembra:

Noronha não se importava com a sociedade conservadora da época que condenava sua atitude de abrigar uns *hippies* na sua casa. Ria dos comentários maldosos sobre sua homossexualidade. Entre nós nunca tocamos nesse assunto tabu para a época. E ri muito da última entrevista do Doutor na Revestrés: “tudo que falam de mim é verdade”. E eu tenho a certeza que sem o Noronha não éramos nós (OLIVEIRA, 2016).

A revista a qual Edmar Oliveira menciona é a revista piauiense Revestrés, que nesta matéria anuncia Dr. Noronha com a seguinte manchete: “Doutor Coragem, o médico que, aos 70 anos, desafina o coro dos contentes: é favorável à eutanásia e à descriminalização das drogas, e considera o suicídio um direito do cidadão” (REVESTRES, Doutor Coragem, Teresina 2016, p.9), em sua última entrevista pouco antes de falecer em julho de 2016. Às 19 horas e 33 minutos do dia 22 de julho de 2016 o um site teresinense (cidadeverde.com) publicava a seguinte matéria:

Médico Noronha Filho morre em casa aos 71 anos em Teresina. Dr. Noronha, foi grande defensor dos temas de interesse da saúde das crianças, se especializou em hebiatria e passou a se dedicar também a saúde dos adolescentes, foi prefeito da cidade de Monsenhor Gil e ainda incentivador Cultural. De acordo com o seu irmão, José Noronha, há cerca de 20 dias, o médico havia descoberto um câncer no fígado. Ele chegou a fazer duas cirurgias e ficou internado por dez dias. Hoje ele foi liberado pelos médicos para voltar para casa e morreu apenas duas horas depois. “Ele sempre disse que queria morrer em casa”, relatou o irmão (PEREIRA, 2017).

O incansável Doutor, assim como nos tempos da década de 70, ainda movimentava o cenário cultural do Piauí na sua fase, não estagnada, de velhice, como por exemplo, ao produzir um coral composto por deficientes visuais (REVESTRES, 2016). No seu último ano de vida Dr. Noronha ainda surpreende pela vitalidade de ideias e vontade de produzir:

Foi e é muito mais coisas não institucionalizadas: amigo de Torquato Neto, ajudou a construir o movimento de cinema super 8 no início dos anos 70 no Piauí. [...] Recentemente fundou um coral de deficientes visuais na Acep – Associação dos Cegos do Piauí, e vive arrumando espaços onde eles possam se apresentar. [...] Conversar com Noronha é esbarrar com uma fonte de ideias jorrando. Ele está sempre falando de algum projeto novo que tem em mente. Sabe o que fazer com o Centro de Artesanato do Piauí e com o Albertão – estádio quase abandonado. Tem ideias para a educação, para a cultura, para a música, para os jovens... (REVESTRES, Doutor Coragem, Teresina 2016, p. 9).

Enxergamos, portanto, Dr. Noronha como um “sujeito-signo” que ao longo de sua vida “desinvestiu na linha de desejo-padrão para investir numa linha de fuga: aos carrões, preferiu a bicicleta; à sisudez das reuniões acadêmicas, preferiu a companhia libertária dos jovens que enchiam os finais de tarde na Praça da Liberdade, em Teresina, com maquinações criativas [...]” (SOUSA; CASTELO BRANCO, 2014, p. 74).

“DOUTOR CORAGEM” E AS “TERESINENSIDADES” JUVENIS

O uso a palavra coragem no título justifica-se pelo fato de que Antonio Noronha Filho tornou-se uma figura bastante reconhecida (reconhecimento que pode ter sido tardio) na sociedade teresinense por suas ideias às vezes controversas e desafiadoras, até nos dias atuais, foi objeto de muitas reportagens na imprensa piauiense em seus últimos anos de vida. Um trecho de reportagem na revista piauiense Revestrés (onde, inclusive, me inspirei para o título desse texto) é um dos exemplos de suas ideias. Nesta reportagem o Doutor se diz ser “[...] favorável à eutanásia e à descriminalização das drogas, e considera o suicídio um direito do cidadão” (REVESTRES, Doutor Coragem, Teresina 2016, p. 9). Seu nome também foi lembrado e homenageado na 16ª edição da “Parada da Diversidade” de Teresina em 2017, o portal Cidadeverde.com publicou o seguinte:

A Parada da Diversidade acontece neste domingo em Teresina e deve reunir mais de 100 mil pessoas na Avenida Raul Lopes. A 16ª edição do desfile terá os shows da rapper curitibana Karol Conká e do paulista Liniker, com a banda Liniker e os Caramelows. Nesta edição a parada presta uma homenagem póstuma a Júnior Araújo através de sua drag queen “Kency Porta”, e ao médico Antônio de Noronha, que foram escolhidos como padrinhos desta edição (PEREIRA, 2017).

Ano passado, 2019, uma creche municipal em Teresina recebeu o nome de “Centro Municipal de Educação Infantil Antônio de Noronha Pessoa Filho” em homenagem ao Dr. Noronha. No site da prefeitura de Teresina foi postada a seguinte nota:

A comunidade do Residencial Sigefredo Pacheco I, no bairro Vale do Gavião, zona Leste de Teresina, comemora a entrega da nova creche inaugurada nesta segunda-feira (23). O Centro Municipal de Educação Infantil Antônio de Noronha Pessoa Filho vai atender até 380 crianças, desde o berçário até o 2º período da educação infantil. [...] O CMEI leva o nome de um médico pediatra piauiense, famoso por sua solidariedade e compromisso com as famílias carentes. No Vale do Gavião, a unidade de ensino vai contribuir para a qualidade da formação das crianças, sendo um espaço seguro e confortável, todo monitorado por câmeras. “Estamos muito felizes e com ótimas expectativas para proporcionar esse novo mundo de conhecimentos aos pequenos”, disse a diretora Adarlene Brito (PAULINO, 2019).

Como já falado, todo esse reconhecimento pode ter sido tardio – talvez esse acontecimento faça parte de certas mudanças na sociedade piauiense – pois nem sempre o corajoso Doutor foi reconhecido ou chamado de “famoso por sua solidariedade”. Certo é que Noronha – assim como Torquato Neto – na época dos anos de 1970 era bastante discriminado e representava “ameaça aos bons costumes” à sociedade piauiense, seja por seu modo de ser: direto e sincero em suas palavras, seja por sua cabelos longa e roupas andróginas (estilo não bem aceito naquela época) ou por ter assumido publicamente sua homossexualidade enfrentando, desta forma, uma enxurrada de críticas vinda de uma sociedade extremamente conservadora. Também pode ter sido alvo de tais críticas devido aos lugares (e com quem) que frequentava.

Considero o Dr. Noronha um homem que desafiou seu tempo, se colocou de forma diferenciada perante uma sociedade preconceituosa e conservadora. Talvez só tenha sido reconhecido nos seus últimos anos de vida. Por isso o considero dentro desse universo juvenil teresinense um homem de muita coragem. Neste ponto as interações entre esse grupo de amigos o qual o Doutor participou eram o que os caracterizavam muitas vezes como jovens subversivos e frequentadores dos “não lugares” (AUGÉ, 1994) em Teresina. Esses lugares representavam espaços indesejados na capital piauiense, que para os jovens em questão eram espaços de sociabilidades que resultavam de “práticas espacializantes” (CERTEAU, 2014).

Essas formas de sociabilidades praticadas pelo grupo, que a luz do pesquisador Michel de Certeau (2014) denominam-se “práticas espacializantes”. Além de defini-los como tal, essas condutas ressignificaram os lugares frequentados por eles – isso dentro de um quadro de um pleno processo de modernização autoritária de Teresina na década de 1970 – transformando-os em espécies de *bunkers* dessa nova geração. Essas sociabilidades em tais lugares são definidas, portanto, por atos de transformação onde os espaços são arrancados da categoria de lugares comuns através de práticas diferenciadas. Esses lugares para a maioria dos teresinenses eram apenas espaços de “uma mobilidade opaca e cega” (CERTEAU, 2014, p. 162), que, no entanto, eram na verdade transformados e catapultados para a posição de espaços ressignificados. Podemos melhor entender essas “práticas espacializantes” a partir do seguinte excerto

Existe uma estranheza no cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. Neste conjunto, eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade *opaca e cega* da cidade habitada. Uma cidade *transumante*, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível (CERTEAU, 2014, p. 159).

Nesse sentido, essas práticas cotidianas realizadas nos espaços vividos e familiarizados com a cidade configuram procedimentos “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos” (CERTEAU, 2014, p.163), por tratar-se de práticas consideradas subversivas para a época, como por exemplo, quando alguma das moças que faziam parte do grupo (a exemplo de Claudete Dias) usando mini saia e mini blusa frequentemente eram encontradas em meio aos amigos ocupando um das cadeiras no Bar Gelatti bebendo vinho e fumando cigarros (atitudes não aceitáveis à “moças de família”). Mas, aprendemos ao longo dos tempos a duvidar das identidades ou não reconhecê-las dentro de um quadro de transformações aceleradas num mundo contemporâneo. Com isso os espaços tornam-se um “não-lugar” (AUGÉ, 1994), ou seja, um lugar apenas de passagem, local apenas para uma transumância de pessoas comuns.

Dentre esses mais variados espaços frequentados, em Teresina, podemos listar: as “coroas” do Rio Parnaíba; a Praça Pedro II; a Praça da Liberdade; a Avenida Frei Serafim, o Bar Gelatti, entre muitos outros. Neste conjunto de lugares na cidade de Teresina, um merece maior destaque. Um improvável espaço comercial que se tornaria um dos centros para onde convergiria a deambulação dessa trepidante parcela da juventude teresinense: o Bar Gelatti. Este local, transformado numa espécie de espaço marginal, um misto de bar e sorveteria localizado na Avenida Frei Serafim, uma das artérias mais importantes da cidade desde aquele tempo, seria um espaço de sociabilidades culturais e juvenis bastante frequentado por esses jovens tornando-se desta forma um lugar identitário que serviu também como a principal locação de alguns dos filmes rodados em super-8.

As inúmeras possibilidades de sociabilidades nesses lugares enfatizam que as enormes transformações que ocorrem na vida cotidiana de cada um de nós é o que resultam do processo de globalização ou do advento da pós-modernidade que de alguma forma refletem-se, em grande medida, intimamente na nossa relação com os espaços da cidade (AUGÉ, 1994).

Desta forma, podemos entender que todos esses lugares frequentados, nos anos da década de 1970 em Teresina, por esse grupo de jovens transformaram-se ou foram transformados em lugares ressignificados. Seja ao reunirem-se na grama da Praça da Liberdade para idealizarem o nome de um dos jornais alternativos que produziram (a exemplo o jornal Gramma), seja em reuniões rotineiras no Bar Gelatti para a gravação de um dos filmes rodados em super-8, esses espaços são literalmente desenraizados de seus lugares comuns, deixando de serem “não-lugares” para os jovens em questão e transformados em espaços de sociabilidades identitárias a partir de suas “práticas espacializantes” (CERTEAU, 2014).

O que também resultou dessas sociabilidades foi o envolvimento desses jovens com o experimentalismo literário e crítico, a exemplo – num quadro de mudanças e surgimento de um universo de comunicação alternativa em que vivia o país naquela época – tivemos o jornal mimeografado Gramma, lançado no dia 19 de fevereiro de 1972 com apenas dois volumes.

Na segunda edição do jornal Gramma Dr. Noronha em sua busca por uma linha de fuga ou um novo caminho nas artes e novas linguagens experimentais – que certamente contribuiu para o reconhecimento da figura do Dr. Noronha primeiramente pelos historiadores piauienses – publica um texto intitulado “Viagem”. Neste texto Noronha descreve, literalmente, uma viagem em todos os sentidos da palavra. Narra a trajetória de um viajante em busca de uma fuga de padrões, encontrando paz fora dos sentidos reais ou fora dos termos padronizados em relação aos mecanismos de captura social daquele tempo:

Era uma vez um jovem que, insatisfeito onde estava, resolveu, num belo dia, sair de casa. Juntou as poucas coisas que possuía, colocou nas costas e saiu. Os primeiros dias foram difíceis. Passou fome, frio e toda espécie de necessidades. Mas um dia, já cansado, e como era noite, encostou-se numa árvore e dormiu. Como era seu costume, acordava antes do sol nascer para poder admirar aquela beleza que se modificava dependendo do lugar em que se achava. Naquele dia porém foi diferente. Quando acordou sentiu algo estranho naquela paisagem que contemplava todo dia. Estava claro mas também escuro. Ficou chateado pois pela primeira vez tinha perdido o nascer do sol (NORONHA FILHO, Gramma, 1972, n. 2, p. 18).

Esse transcendente narrar do nascer do sol, além de revelar, entre outras coisas, certo desconforto com as alterações ocorridas naquela época na sociedade piauiense devido à conjuntura vivida, talvez fosse a anunciação de outra participação do Doutor em outro exemplar jornalístico experimental do final da década de 1970, o jornal

alternativo SOL. A propósito, foi num contexto universitário piauiense que surgiu o jornal SOL, tendo como diretor Cacá Resende, presidente do CCHL em 1979, e como diretor responsável Rubens Costa e colaboradores Arnaldo Albuquerque e Durvalino Couto.

É importante destacar um fato bastante relevante para a fluidez de ideias novas relacionadas ao que diz respeito às manifestações culturais e juvenis daquela época, a fundação da Universidade Federal do Piauí no ano de 1972 edificado no Campus Ininga em Teresina e logo após no Campus Reis Veloso na cidade de Parnaíba. Esse espaço, portanto, tornou-se um local importantíssimo e privilegiado de discussões, fazendo resultar as mais variadas ideias artísticas e intelectuais piauienses daquela época. Pois, as mais diversas discussões resultantes de lançamentos de livros, revistas, cartazes e de mesas de debates, ocorridas, sobretudo no auditório Herbert Parentes Fortes, ajudaram a intensificar naquela época um clima político e cultural na cidade de Teresina (BEZERRA, 1993).

O jornal SOL surge, como está descrito da página 2, com a proposta de “fazer um apanhado geral de todos os grupos sociais de Teresina, do Piauí, do planeta terra, do sol, das galáxias, enfim, uma percepção do Universo a partir do espaço social que ocupamos” (RESENDE; SOL, 1979, p. 2). Neste primeiro número o jornal mimeografado, não por coincidência, traz como entrevistado principal em destaque na primeira página Dr. Noronha.

O Doutor, na época professor titular na UFPI e médico especialista em pediatria aos 24 anos de idade, vinculava-se ao tipo de sujeito que busca “singularização existencial que coincida com um desejo” (GUATTARI, 1994, p. 17), o de que os jovens em estudo (o grupo de amigos), mesmo que vivessem num período ordenador, sempre procurem escapar das identidades preestabelecidas. Os mais variados assuntos eram pautados, desde que fosse possível dar voz aos mais diversos sujeitos piauienses, como podemos notar no trecho: “queremos veicular as informações, queremos dar voz aos setores marginalizados de nossa sociedade marginalizada: aos negros, aos poetas, aos profetas, aos políticos, aos músicos, aos bichas ou gays, aos índios e à grande maioria marginalizada: o esfomeado povo piauiense” (RESENDE; SOL, p. 01, 1979).

Entre muitos outros assuntos abordados no jornal SOL fica evidente, na fala do Dr. Noronha em entrevista, que o machismo e as relações homem-mulher também eram pauta de discussão na imprensa alternativa. Como é possível notar na resposta do Doutor à seguinte pergunta: “Noronha, antes os caras comiam as meninas e elas colocavam as mãos na cabeça, pensando assim: ‘Será que ele ainda me quer?’ Hoje parece que são os caras que estão botando a mão nas cabeças [...]”:

Existe uma nova mentalidade da mulher piauiense. Por exemplo, a mulher de meia idade, 34 anos, não procura o marido para ir à cama, porque acha que é falta de respeito. Já com a mulher mais nova isso não acontece. Então o movimento feminino é o seguinte, é um movimento de luta social. O que a mulher também quer é a independência econômica, mas infelizmente a mulher é burrificada a partir do nascimento, ela tem que ficar imbecilizada em casa para receber o príncipe encantado numa certa época de sua idade. [...] O machista tem medo da liberdade sexual e sendo o piauiense um machista em potencial a liberdade sexual aqui vai muito mal (NORONHA FILHO; SOL, 1979, n. 1, p. 05).

O machismo e as relações afetivas, canalizados pela ótica do médico e professor universitário, nas discussões em torno da “liberdade para a descoberta do corpo, do prazer e das potencialidades da sexualidade nas fases de relacionamento pré-casamento” (QUEIROZ, 2006, p. 274 *apud*. SOUSA; CASTELO BRANCO, 2014, p. 80), demonstram que tais jovens buscavam subjetivarem-se num quadro identitário onde “a fuga é vencida pelo desejo [...]”. Os jovens brincam, deitados sobre a grama, rolam, abraçam-se. O teor romântico-sexual aponta para as novas

possibilidades de subjetivação dos corpos que eram enunciadas por essa geração” (BRITO; CASTELO BRANCO, 2017, p. 07).

Ao encerrar na segunda edição o jornal Gramma anuncia essa separação, uma pequena pausa seguida da quase total dispersão do grupo que compunha essa “Geração”. Sobre isso Edmar Oliveira falou o seguinte: “a gente queria fazer aquilo que a gente fez e pronto, acabou, não tem mais pra onde ir. (...) naquela época éramos estudantes e cada um tinha que seguir seu rumo” (OLIVEIRA, 2016).

Essa Geração, neste quadro, é entendida não como instrumento de medida do tempo, mas como um elemento primordial no processo de elasticidade das relações sociais que resulta num grupo e não numa unidade, onde o afeto que os vinculavam em determinado momento de suas vidas os vinculam ainda por muito tempo (SIRINELLI, 2006). Carlos Galvão afirmou que: “Hoje, por exemplo, quase todo mundo, os amigos Edmar [Edmar Oliveira], [Xico] Pereira, mora lá [no Rio de Janeiro], mas, mantendo o mesmo tipo de relação e lógico todo mundo tem família, os filhos quase todos próximos” (GALVÃO, 2003 *apud*. BRITO, 2017, p. 115). A manutenção das afetividades entre esses jovens que migraram para outras cidades contribuem para a continuidade de suas práticas culturais ao mesmo tempo em que mudar para longe “significa levar consigo muito do que constituía uma *teresinensidade*” (BRITO; CASTELO BRANCO, 2017, p. 115).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a partir da emergência de novas linguagens cuja centralidade está nos projetos artísticos juvenis, que no Brasil foram ressignificados, entendemos as manifestações artísticas deste período, anos 1970, como um grande locus interminável de intervenções para os historiadores. Tempo em que as formas dominantes de pensamento no Brasil cuidaram de nomear e capturar as atitudes e manifestações artísticas juvenis, algumas vezes – como no caso dos cabeludos – com o intuito de segregar e cercear, ou para capturar algumas virtualidades e varrer-las para a margem (CASTELO BRANCO, 2005).

As intervenções do governo neste período não tinham como único e principal motivo o crescimento populacional e consequentemente o surgimento de ocupações não oficiais. Com a chegada dos tecnicistas ao comando administrativo do Estado e da Capital do Piauí os engenheiros Alberto Tavares Silva (1971-1975) e o Major Joel da Silva Ribeiro¹(1971-1975), outro objetivo era também mudar a situação, mudar a imagem do Estado. Pois no início de seu mandato Alberto Tavares Silva, considerava que a imagem divulgada do Piauí e de sua capital, dentro e fora dos seus limites geográficos, “era demolidora da alta estima dos piauienses, portanto era necessário modificá-la” (NASCIMENTO, 1997).

Dentro deste mesmo espaço de tempo o grupo de jovens em estudo produzia uma imprensa alternativa com jornais na maioria mimeografados. Entre muitos, podemos citar os mais atuantes: Estado Interessante, Hora Fatal e o Gramma. Dentre outras coisas, esses jornais podem ter sido as primeiras manifestações artísticas desse grupo que culminaria com o início da amizade desses jovens. Desta forma, entendemos que o grupo começou a se reunir nas “redações” desses jornais e durante a produção de filmes experimentais em super-8. Que por sua vez tiveram como pivô inicial, que ajudaria na união de interesses artísticos em comuns, o poeta piauiense Torquato Neto. Posterior a morte trágica do poeta o grupo necessitou de uma nova figura central que ajudaria na manutenção e no financiamento das produções do grupo, esse sujeito seria Antônio Noronha Filho, mais conhecido como Dr. Noronha.

Alem disso, é importantíssimo entendermos o valioso papel de Antônio Noronha Filho como figura símbolo, “sujeito-signo”, guru, mecenas, patrocinador das artes e fornecedor de matérias de expressão importantes na formação artística e intelectual do grupo de amigos. Sobre essa questão, torna-se oportuno retornar a fala de Edmar Oliveira acerca do processo do reconhecimento do Dr. Noronha como gestor dessa geração:

A generosidade do Doutor – como chamávamos carinhosamente Noronha – foi demais importante para mim e creio que para os meus companheiros. Tínhamos liberdade de entrar a qualquer hora, passávamos o dia lendo e escutando discos que sequer tocavam no rádio. Ele ia trabalhar na Faculdade de Medicina e depois no consultório. Quando acabava ficávamos de papo por muito tempo. Ele deitado numa rede que atravessava o quarto e nós a sua volta sugando informações que forma por demais importantes para nossa formação de pessoas. [...] E eu tenho a certeza que sem Noronha não éramos nós (OLIVEIRA, 2016).

Médico aos 24 anos Antônio Noronha Filho foi ainda professor universitário, prefeito de Monsenhor Gil e Secretário de Educação e de Cultura no Piauí, mas, principalmente líder de um grupo de amigos que literalmente não se aquietava. Dr. Noronha ao longo de sua vida, além de fazer parte do processo artístico alternativo na década de 70, desvincilhou-se da linha de desejo padrão numa sociedade extremamente conservadora e adestrada para investir na linha de fuga, pois preferia a companhia libertária dos jovens “hippies” que enchiam nos finais de tarde os principais lugares de sociabilidades em Teresina. Locais de suas transas artística e atitudes que eram espécies de “táticas” contra à sociedade conservadora. Esses espaços serviriam de palco de suas “práticas espacializantes” que culminaria no processo de constituição de novos códigos comunicacionais, novas linguagens artísticas ou uma nova sintaxe urbana em Teresina daquela época.

Os jovens em questão ao encerrar na segunda edição, anunciada no suplemento A Hora Fatal, o jornal Gramma parece também anunciar uma separação, uma pequena pausa e certa dispersão do grupo de amigos. Sobre isso Edmar Oliveira fala o seguinte: “a gente queria fazer aquilo que a gente fez e pronto, acabou, não tem mais pra onde ir. (...) naquela época éramos estudantes e cada um tinha que seguir seu rumo” (OLIVEIRA, 2012).

Mas, a geração Antônio Noronha Filho se perpetua, pois, retomando a noção de geração, apontada por Sirinelli (2006), não se trata apenas de instrumento de medida do tempo, mas um elemento primordial no processo de elasticidade das relações sociais que resulta num grupo e não uma unidade, onde na mesma o afeto que os vinculavam em determinado momento de suas vidas os vinculam ainda por muito tempo.

Desta forma, Carlos Galvão recentemente afirmou: “Hoje, por exemplo, quase todo mundo, os amigos Edmar [Edmar Oliveira], [Xico] Pereira, mora lá [no Rio de Janeiro], mas, mantendo o mesmo tipo de relação e lógico todo mundo tem família, os filhos quase todos próximos” (GALVÃO, 2003 *apud*. BRITO, 2017, p. 115). A manutenção das afetividades entre esses jovens que imigraram para outras cidades contribuem para a continuidade de suas práticas culturais neste outro espaço e “Ir para o Rio de Janeiro significava levar consigo muito do que constituía uma *teresinensidade*, e, com ela, um sentimento de desterritorialização geográfica, remetendo à saudade do lugar de origem” (BRITO; CASTELO BRANCO, 2017, p. 115).

Portanto, o grupo que aqui foi objeto de estudo, rompendo com a sintaxe imposta e criando uma nova, elaboraram um novo quadro espacial artístico/identitário em Teresina dos anos da década de 1970. E a partir de suas práticas artísticas e “espacializantes” revelaram um novo lugar dentro de novos sujeitos, o que resultou na geração Antônio Noronha Filho. Geração esta que não é entendida como pertencente a essa ou aquela demarcação temporal,

nem mesmo à questões biológicas, mas sim ao tempo onde eles experimentaram os mesmos vínculos identitários, disputas, conflitos e ordenações. Foi nos anos 70 que surgiu, não a geração anos 70, mas sim a que compartilhou os acontecimentos daquela época e que teve como figura central Antônio Noronha Filho, ou simplesmente Dr. Noronha.

REFERENCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BARBOSA, Carlos Lopes; CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. À luz do terror: uma análise dos filmes *O Bandido Da Luz Vermelha* (1968) e *Terror Da Vermelha* (1972). **Rev. Hist. UEG**, Anápolis, v. 5, n. 1, p. 292-306, jan./jul. 2016.

BARBOSA, Carlos Lopes. “Um grupo de pessoas que não se aquietava”: Geração Antônio Noronha Filho e a emergência de uma nova sintaxe urbana em Teresina na década de 1970. 2018. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), 2018.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco; CASTELO BRANCO Edwar de Alencar. Estilhaços, Diáspora e Desterritorialização: Vivências juvenis nos superoitos Porenquanto (1973) e Tupi Niquim (1974). **Mnemosine**, Campina Grande, v. 8, n. 1, jan./mar. 2017.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Torquato Neto e seus contemporâneos**: vivências juvenis, experimentalismo e guerrilha semântica em Teresina. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, CCHL, 2013.

CASTELO BRANCO, Edwar de A; MONTEIRO, Jaislan H. Fotogramas táticos: o cinema marginal e suas táticas frente às formas dominantes de pensamento. In: NASCIMENTO, Alcides; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **História e Historiografia**. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 97-118.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de paupéria**: Torquato Neto e a invenção da tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Táticas caminhanças: cinema marginal e flâncias juvenis pela cidade. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n 53. p. 177-194, 2007.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; CARDOSO, Vinicius Alves. A perfeição das coisas feitas nas coxas: o jovem Torquato implicado nas ciladas da linguagem. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; CARDOSO, Vinicius Alves (orgs.). **Torquato Neto**: um poliedro de faces infinitas. Teresina: EDUFPI, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CIDADEVERDE.com. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/225162/medico-noronha-filho-morre-em-casa-aos-71-anos-em-teresina>. Acesso em: 24 nov. 2017.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200003. Acesso em: 03 abr. 2017.

GAGNEBIN, Jeane Marie. Verdade e memória do passado. **Prog. História**, São Paulo, v. 17, nov. 1998.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIMA, Frederico Osanan Amorim. **Curto-circuitos na sociedade disciplinar**: Super-8 e contestação juvenil em Teresina (1972-1985). 2006. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, CCHL, 2006.

MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, CCHL, 2010.

NASCIMENTO, Alcides (Orgs.). **História e historiografia**. Recife: Edição Bagaço, 2006.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e Imagens: A construção de Representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários da década de 1970. **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 1, n. 1, 1997.

NORONHA, Filho. Entrevista realizada por Paula Poliana Olímpio de Melo Sousa com o Dr. Antônio de Noronha Pessoa Filho, no dia 30 de agosto de 2011.

OLIVEIRA, Edmar de. **Sem o Noronha não éramos nós**. Ambiente virtual [s/e]. Rio de Janeiro, 2016.

PAIS, José Machado; BLASS, Laila Maria da Silva (Orgs.). **Tribos urbanas**: Produção artística e identidades. São Paulo: Annablume, 2004.

PEREIRA, Rayldo. Médico Noronha Filho morre em casa aos 71 anos em Teresina. **Cidadeverde.com**, 2016. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/225162/medico-noronha-filho-morre-em-casa-aos-71-anos-em-teresina>. Acesso em: 28 maio 2020.

PEREIRA, Rayldo. Parada da Diversidade homenageia “Kency Porta” e Antônio Noronha. **Cidadeverde.com**, 2017. Disponível em: <https://cidadeverde.com/playlist/86462/parada-da-diversidade-homenageia-kency-porta-e-antonio-noronha>. Acesso em: 28 maio 2020.

REVESTREZ. **Doutor Coragem**. Teresina, 2016, n. 23.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: O corpo e a cidade na civilização ocidental. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

SOUSA, Paula Poliana Olímpio de Melo; CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Maquinações paródicas e políticas do corpo no filme O guru da sexy cidade. In: FONTINELES, Claudia Cristina da Silva; MONTEIRO, Jaislan Honório; CERQUEIRA, Maria Dalva Fontinele (Orgs.). **Itinerários da pesquisa em História**: a polifonia de um Campo. Teresina: EDUFPI, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COTIDIANO E PRÁTICAS DE JUSTIÇA: AS VIOLÊNCIAS EM UM CASO DE CRIME SEXUAL (IRATI-PR, 1943)

Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho

Resumo: A discussão desse texto foi movida pelo encontro com um documento judicial da Comarca de Irati, do sudeste paranaense. A trama dessa fonte revela a batalha entre as versões presentes em um caso de crime sexual que ocorreu em 1943, marcado por narrativas que movimentam inquietações, sensibilidades, assombros. A personagem principal desse processo-crime era menor de idade e teve a vida devassada: ao ser vítima de uma violência sexual; ao morrer pelas complicações da gravidez decorrente da violência que sofreu. Sob inspiração foucaultiana, a partir da análise das diferentes peças que compuseram essa autuação, buscamos perceber os enunciados e discursos que atravessaram as práticas de/da Justiça em um cotidiano marcado pelas violências.

Palavras-chave: estupro; história da violência; instituição judiciária; cotidiano.

INTRODUÇÃO

Esse texto¹ é resultado de discussões realizadas em uma pesquisa mais ampla. Na dissertação intitulada *A produção da verdade: crimes sexuais em Irati-PR (1931-1950)*, foram analisados 48 documentos judiciais dos crimes de defloração, sedução e estupro.

De maneira geral, o recorte temporal selecionado para o trabalho de mestrado permitiu visualizar como a inquietação dos juristas e legisladores das primeiras décadas do Brasil republicano se voltava para a virgindade e a honestidade sexual, o que envolveu um cenário profundo das definições do papel das mulheres na sociedade. Desse cenário também resultaram redefinições: a divulgação dos resultados das pesquisas de Afrânio Peixoto, bem como o desenvolvimento de outros campos do saber, foram os marcos responsáveis para que se começasse a não mais considerar, pelo menos no meio jurídico, a prova material da integridade do hímen como substancial para a caracterização dos delitos sexuais. Se por um lado esse embate em torno da “virgindade material” buscou livrar as mulheres da “himenolatria”, foi dada ainda mais ênfase à “virgindade moral”.

Como destacam Martha de Abreu Esteves e Sueann Caulfield (1995), é possível inferir que não se podia mais falar nas marcas físicas de um corpo prostituído, de modo que o código penal de 1940 confirmou essas alternâncias eliminando a expressão “defloração” e “mulher honesta” de seus artigos. Se em 1890 o crime de estupro, no art. 268, era definido como “Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta”, a preocupação passou a ser muito mais com a violência sofrida pelas mulheres do que com o as noções relativas à honestidade (de preservação da intimidade, do recato, de submissão, de dedicação ao espaço privado do lar) no art. 213 que definia o crime de estupro como “constranger mulher à conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça” (PIERANGELI, 2001).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

O sentido de apresentar, aqui, um documento judicial de crime sexual (ora tramitando como se fosse um caso de defloração/sedução, ora tramitando como um caso de estupro) está em demonstrar como doutrinas, práticas e valores, permeados pelos discursos protetores da honra das mulheres, poderiam produzir determinadas versões sobre um caso que nos provoca, ao menos, inquietações, sensibilidades, assombros e nos faz questionar sobre o sistema judiciário que possuíamos e ainda possuímos. O processo-crime em questão, da Comarca de Irati, no sudeste paranaense, começou a tramitar no ano de 1943 e foi arquivado no ano de 1946. Esse documento remonta o caso de Doralinda e expõe violências muito cotidianas que envolve a prática de crimes sexuais (onde os agressores, em maioria, eram/são pessoas próximas das vítimas) e a prática de/da Justiça nesses casos (que poderia torturar os réus para confessarem, demorar para processar um crime, que operava com desconfiança em relação à palavra da vítima). Aqui não nos debruçamos sobre o conceito ou as formas de violência e cotidiano, nem utilizamos essas categorias como instrumental analítico. O título foi escolhido em razão das violências cotidianas que perpassaram o caso de Doralinda se apresentarem de forma tácita: a própria fonte fala por si. A intenção está, muito mais, em suscitar questões, pensar nas continuidades e provocar. Provocar no sentido de apresentar imagens/modelos que falem com imagens/modelos atuais: que vemos no noticiário, que entendemos as violências, que nos indignamos e nos sentimos impotentes.

No processo de Doralinda, a desconfiança em relação a palavra da vítima parece ter sido um elemento determinante para a sentença do juiz. Na investigação que realizou sobre os processos de estupro da cidade de São Paulo, Daniella Georges Coulouris notou que tal desconfiança organizava o procedimento de produção da verdade nos crimes sexuais:

[...] apesar de aparentemente estar dentro de uma lógica de investigação ‘normal e correta’, a desconfiança em relação à palavra da vítima nos casos de estupro é uma questão que, por movimentar determinados discursos sobre as mulheres e a verdade e se relacionar aos alvos privilegiados da punição de cada período histórico, interessa discutir (COULOURIS, 2010, p. 12).

Sob orientação das produções de Michel Foucault (1999, 2002, 2013), a partir da análise de temáticas discursivas presentes no documento judicial, esse texto é sobre a instrumentalização de certas categorias, onde se atribuiu a veracidade aos enunciados de alguns indivíduos em detrimento de outros. Trata-se, assim, de investigar o ritual jurídico e as peças do caso de Doralinda, onde uma batalha de versões se deu em um espaço profundamente marcado pelas partes que logram prevalecer uma verdade.

RITUAL JURÍDICO E AS PEÇAS DO CASO DE DORALINDA

FELIPE, brasileiro, casado, lavrador, à rogo abaixo assinado, residente em Rio do Couro, deste município, que tendo o indivíduo Augusto, há cerca de seis meses, com promessas de casamento, deflorado a sua filha menor de nome Doralinda, com 14 anos² de idade, vem requerer a V. S. seja aberto inquérito à respeito (CEDOC/I, 1943, fls. 6).

No dia 24 de fevereiro de 1943, Felipe³ prestou queixa contra Augusto, alegando que o rapaz, de 20 anos, qualificado como lavrador, havia “deflorado” Doralinda, sua filha de 14 anos. No Código Penal de 1940, a noção

² Quando ocorreu o crime, segundo os autos, ela contava com 13 anos de idade.

³ Foi optado por não utilizar os sobrenomes das partes envolvidas e manter a grafia original das fontes citadas.

“defloramento” já havia sido deixada de lado: médicos e juristas reformadores acreditavam que a redação da legislação de 1890 era ultrapassada por não levar em conta os avanços técnicos e científicos sobre o corpo das mulheres e, especificamente, sobre o hímen (peça anatômica que simbolizava a integridade física das mulheres e a consequente honestidade). Ainda assim, a continuidade do uso do termo refletia uma outra constância: as denúncias de crimes sexuais eram feitas em defesa da honra, antes ou depois da redefinição da legislação penal.

Os debates em torno da honra eram precisos: tratava-se de pautar medidas a partir do comportamento feminino e das mulheres. Tratava-se de combater a crise dos costumes e do pudor, conforme Nelson Hungria – jurista que empregou sua visão ao Código de 1940. A crise do pudor, para Hungria, era a grande causa dos crimes de sedução. Para ele, “As moças de hoje, via de regra, madrugam na posse dos seus segredos da vida sexual, e sua falta de modéstia permite aos namorados liberdades excessivas [...] quando não chegam a ter a iniciativa delas” (HUNGRIA, 1959, p. 93).

Na letra da lei, o crime de estupro (por violência presumida) defendia a mulher em sua menoridade, por isso fazia parte do ritual jurídico a anexação da certidão de nascimento. Também pertencente ao ritual era a anexação de um atestado de pobreza: um documento que buscava comprovar que a vítima e a família não possuíam condições de arcar com as despesas de um processo que normalmente tramitaria na alçada privada. Para que o Ministério Público intervisse nos casos de miserabilidade comprovada, em defesa da vítima, a ação penal poderia ser movimentada apenas com a manifestação do representante legal – normalmente, o patriarca da família. Esse elemento suscita, ao menos, a questão: em queixas onde a família buscava que o acusado “reparasse o mal” através do casamento, a defesa da honra de quem estava em jogo? Ao analisar os processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná, Keyla de Carla March (2015) destacou como existia uma postura de individuação da honra. Assim, Felipe estaria protegendo a própria honra, refletida no corpo de Doralinda a ser mantido intocado. Para March, na análise dos documentos judiciais do período, não se poderia pensar as masculinidades sem a articulação direta à honra em sua exterioridade ao corpo dos homens. Entretanto, a queixa foi realizada no dia 24 de fevereiro, as declarações de Doralinda foram tomadas no dia 20 e o exame de conjunção carnal foi realizado no dia 23 do mesmo mês, assim se pode supor que foram as autoridades, mesmo ouvindo o relato de violência da vítima, que formataram a denúncia como se fosse um caso de defloramento. Nesse sentido, a queixa movimentada pelo pai da vítima obedeceu a uma tradição de pelo menos meio século em que vigorou o Código Penal de 1890, onde a preocupação maior era com a categoria “honestidade” e não com a violência sofrida pelas mulheres. Por isso é importante situar o papel dos operadores (no período, todos homens) da Justiça nesses casos.

De forma geral, todas as peças eram traduzidas para a linguagem policial e judicial desde o primeiro momento de investigação, em que as autoridades destacavam elementos que consideravam relevantes para a condenação de alguém, para a construção da imagem da vítima como “vítima”, para o arquivamento de uma denúncia etc. Esse mesmo processo envolvia a tomada de depoimentos, onde os questionamentos, perguntas, indagações, eram realizadas a partir dos valores considerados adequados para os agentes da lei, ou seja, o que foi dito e está nos autos não pode ser pensado sem a relação com o não dito (Cf. FOUCAULT, 1999). Sobre esse processo de produção dentro das delegacias de polícia, Coulouris (2010, p. 36) comenta que a atividade de transformação de uma queixa em crime era realizada a partir das operações de classificação das situações e de seus protagonistas, de interpretação de cenários e de decisão sobre o que aconteceu. Assim, o conflito gerador da denúncia era construído a partir da produção de um evento complexo em uma narrativa específica, de modo que outros pudessem se convencer de sua validade e da veracidade de determinada versão sobre o crime. É assim que a estrutura discursiva e o vocabulário empregado nas declarações das partes envolvidas e das testemunhas não são próprios do esperado de populares do interior paranaense, mas sim do escrivão que transcreveu e traduziu as versões para a linguagem jurídica.

Como citado, outra peça pertencente à rotina jurídica nos crimes sexuais era a realização do exame de corpo de delito. Apesar de a partir da década de 1940 a virgindade física não ser o elemento principal a ser investigado nesses casos, a importância da perícia médico-legal sobre os corpos das mulheres não foi suprimida. A existência do delito só poderia resultar das provas colhidas nos processos, uma vez que a jurisprudência orientava a desconfiar da palavra das vítimas. Era preciso, em uma denúncia de sedução ou estupro, que a violência estivesse positivamente observada, atestada, comprovada. Como em todos os outros casos do contexto, era o corpo de Doralinda que tinha que falar:

[...] a menor Doralinda, brasileira, com quatorze anos de idade, residente em Rio do Couro, deste município, afim de submeter-se a exame de defloramento. Posta sobre a mesa em posição própria para tais exames, constatamos achar-se grávida, há seis meses (CEDOC/I, 1943, fls. 10).

De algum modo, o caso de Doralinda seguia um padrão próximo ao de outros processos que tramitaram no período: o estado de gravidez foi o elemento que denunciou boa parte dos relacionamentos. Com isso, com uma gravidez avançada, foi que os familiares tomavam ciência de que a vítima havia iniciado a vida sexual (mesmo que contra vontade) e procuravam a instituição judiciária. No geral, a prática médica presente nos laudos operava na intenção de examinar e classificar os corpos a partir de certos procedimentos técnicos e padronizados, em que as vítimas diluíam na interpretação dos especialistas.

A palavra da vítima, com sua fala registrada de fato, se restringia ao auto de declarações. No dia 20 de fevereiro, Doralinda foi levada a prestar declarações, onde disse que:

[...] um certo dia em que a declarante não se recorda, mas que faz mais ou menos uns seis meses, ia a declarante para um monjolo levar milho, quando inopinadamente surgiu de um mato que tem na beira da estrada o indivíduo Augusto e agarrando a declarante a conduziu para o mato, isto contra a vontade desta, pois lutou bastante para ser subjugada, e a deflorou; que depois de a deflorar disse-lhe que não contasse nada a ninguém senão ele a surraria ou mataria; que nessa vez que a declarante teve relações sexuais com Augusto saiu muito sangue e doeu muito (CEDOC/I, 1943, fls. 12).

Respondendo às perguntas dos trabalhadores das instituições policial e judiciária, Doralinda foi levada a construir sua narrativa na fase do inquérito policial e na fase judicial, onde as informações foram basicamente as mesmas: relatou que foi levada à força por Augusto e foi “deflorada”; sofreu ameaças para que não contasse a ninguém. Esse caso, como é recorrente nos casos de estupro, indica que as vítimas poderiam silenciar em relação ao crime por diversas razões, pois eram vítimas de ameaças. Junto da violência sofrida e da ameaça, como instituía o Código de 1940, a narrativa de Doralinda buscou comprovar que além de tudo também teve a honra ferida: havia perdido a virgindade, pois “saiu muito sangue e doeu muito”, evocando um saber médico que, ao que parece, serviu de resposta às autoridades interessadas em saber se a vítima era virgem fisicamente.

Em contraposição à figura masculina, nos delitos contra a honra da família (1890) e contra os costumes (1940), as representações femininas exigiam das mulheres um padrão recatado, especialmente relacionado às questões amorosas e sexuais. Mesmo nos casos de estupro esse padrão era exigido e a honra tinha que ser defendida, respondendo às questões dos operadores da lei. A alteração do Código Penal não trouxe mudanças notáveis nos enunciados das vítimas. Apesar dos traumas causados pelos eventos, as vítimas dos casos de estupro se colocavam em outra situação limite e contavam suas versões para os agentes do judiciário, buscando comprovar que foram

coagidas, forçadas, ameaçadas, violentadas, como definiam os códigos penais. Elas precisavam se articular para não deixarem dúvidas de que a relação sexual ocorreu sem consentimento, sem que elas tenham seduzido e sido responsáveis pelo próprio estupro. A espontaneidade dos relatos, a lucidez e clareza das informações, a precisão de detalhes, fazia com que essas meninas, moças e mulheres revisitassem as cenas de eventos que certamente marcaram suas vidas. Essas cenas não eram revisitadas somente nos tribunais, haja vista que, além dos casos em que o estupro resultava na gravidez e no nascimento de uma criança, os estupradores eram sempre pessoas conhecidas ou mesmo familiares, próximas do convívio, que cruzavam no dia a dia pelas vistas das vítimas.

Em 24 de fevereiro foi a vez do denunciado dar a sua versão. Augusto, como de praxe nos crimes sexuais, falou da desonestidade da vítima com base nas relações sexuais que soube que ela teve com diferentes sujeitos:

Que de fato manteve por duas vezes relações com a menor Dolarinda, porém isto aconteceu por ter a menor em apreço consentido e depois de já haver sido deflorada por Joaquim, ou Brasilino ou então outro que o declarante não se recorda do nome no momento [...] (CEDOC/I, 1943, fls. 14).

Admitir as relações sexuais não era um problema para os homens, principalmente se essa afirmação estivesse acompanhada de outros elementos, como a alegação de que não foi o primeiro, a certeza de que constatou fisicamente que a mulher não era virgem, a citação de outros relacionamentos: tudo para desabonar a conduta da vítima. Além disso, nesse momento, o fato estava sendo tratado, pelas autoridades e pelas partes, como se fosse um caso de defloração/sedução e não haveria problemas em confessar, desde que a vítima fosse considerada desonesta.

Apenas em agosto de 1943 o inquérito prosseguiu e as testemunhas foram chamadas. Alderico (43 anos, casado, comerciante), Antônio (57 anos, casado, lavrador) e Idavino (30 anos, casado, lavrador) disseram que “[...] em Rio do Couro era voz corrente no local que a menor havia sido deflorada por Augusto; também sabe que ela esteve internada no Hospital de Caridade”, que “Doralinda foi deflorada por Augusto e ficou grávida, vindo mais tarde dar à luz a uma criança que nasceu morta” e que “Conhece Doralinda como moça honesta e trabalhadeira” (CEDOC/I, 1943, fls. 21-23). A construção das narrativas dos homens que testemunharam advém de uma das particularidades dos crimes sexuais: haviam dificuldades em torno do valor de prova desses depoimentos. A investigação levou à organização de enunciados caracterizados pelo deslocamento do crime em si para a análise do comportamento social de Doralinda: eles “ouviram dizer” que foi Augusto o responsável e conheciam a vítima como “moça honesta e trabalhadeira”. Somente uma vítima, a princípio considerada honesta, merecia a proteção da Justiça e ter a denúncia acolhida pelo Ministério Público.

Com todas as peças encaixadas (depoimentos e documentos anexos), foi a vez do delegado de polícia elaborar o relatório a ser encaminhado para a promotoria. A pretensão por um relatório imparcial se apresentava na maioria das vezes em que a acusação ganhava solidez e a palavra da vítima não era desqualificada. Foi o caso do relatório produzido por Floriano sobre a investigação que envolveu Doralinda. Em 13 de agosto de 1943, depois de resumir sem maiores detalhes as etapas do inquérito, o delegado Floriano concluiu o relatório dizendo que Augusto, o acusado, lançou a culpa sobre outros em relação a autoria do “defloração”, mas “confessou que manteve relações sexuais com a vítima” (CEDOC/I, 1943, fls. 27).

Após o relatório (na fase policial), era o Ministério Público que tinha o poder de encerrar o inquérito ou abrir um processo criminal (na fase judicial). Foi aí que o caso de Doralinda “mudou de status”. Com base no art. 213 – “Constranger mulher a conjunção carnal, mediante violência em grave ameaça” –, art. 214 – “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da

conjunção carnal” – e art. 224 – de violência presumida pela vítima possuir menos de quatorze anos –, o Promotor Público, Theobaldo, organizou a denúncia de estupro contra Augusto. Sobre o caso que ocorreu em 1943, já em janeiro de 1944, Theobaldo disse: “[...] aproveitando-se do conhecimento que tinha com a filha do querelante, de nome Doralinda, menor de quatorze anos, aproximou-se desta, e, usando de violência, estuprou-a” (CEDOC/I, 1943, fls. 2). Assim como nas denúncias fundadas a partir do antigo Código Penal, Theobaldo se baseou nos elementos apontados pelo Código Penal de 1940 para elaborar a denúncia nesse caso. Primeiramente destacou que o caso estava de acordo com o Código Processual e que houve um querelante. Depois salientou a menoridade da vítima e a prática da violência, definidora do crime segundo os artigos do Código.

Com isso, no interrogatório Augusto mudou o tom: disse que conhecia a vítima havia 10 anos, que não era verdade o fato atribuído a ele, que nunca teve relações sexuais com a menor e que não sabia quem poderia ser o autor do crime (CEDOC/I, 1943, fls. 38). A defesa preliminar de Alcides, advogado de Augusto, focou em dois pontos: por um lado, disse que “[...] a vítima, apesar da pouca idade, nunca teve antecedentes que a recomendassem”, por outro lado disse que o réu foi levado a “[...] confessar um crime que jamais cometeu” (CEDOC/I, 1943, fls. 43). Com isso, as testemunhas chamadas pela defesa, estrategicamente, corroboravam para a versão do advogado.

Sobre o primeiro ponto, Horácio (23 anos, solteiro, lavrador), Amadeu (38 anos, solteiro, lavrador), Sebastião (21 anos, solteiro, lavrador) e Frederico (36 anos, casado, lavrador), disseram que “[...] não foi somente Augusto que teve relações sexuais com a vítima”, que haviam bailes constantes na casa de Felipe, que “Doralinda tinha namorados, sendo que em cada baile um novo namorado”, que “[...] são apontados outros rapazes como autores do defloramento” e que “[...] ouviu Felipe contar na casa de Alderico que sua filha havia mantido relações sexuais com doze homens” (CEDOC/I, 1943, fls. 84-94). De forma geral, no processo de Doralinda o foco das narrativas continuou na honra e a violência ou o não-consentimento não chegavam a serem citados por qualquer testemunha. construção de boa parte das narrativas das testemunhas intencionava desqualificar as denúncias com base no comportamento considerado inadequado das vítimas e suas famílias. Assim como os indiciados que buscavam se livrar da acusação, as testemunhas de defesa procuravam destacar o comportamento da ofendida, questionando seu modo de proceder, o pouco cuidado familiar, os locais que frequentava e suas companhias, no intento de comprovar que a vítima não era ingênua e inexperiente, descaracterizando o crime sexual (ESTEVEES, 1989).

Em relação ao segundo ponto a que se referiu Alcides em suas alegações preliminares, foi um outro testemunho que contribuiu para a versão. João (49 anos, casado, lavrador) contou às autoridades que quando esteve preso na cadeia pública de Irati, aguardando julgamento, viu Augusto preso e completamente nu em um cubículo, o qual “[...] não fica na parte de cima da cadeia e sim na parte de baixo, no porão [...] na opinião do depoente esse cubículo não se destina as prisões normais, parecendo-lhe que é destinada a determinados castigos” (CEDOC/I, 1943, fls. 114). Conforme as pesquisas de Sueann Caulfield (2000, p. 215-216), sobre os processos de defloramento da primeira metade do século XX, era comum aparecerem, entre as falas da defesa e dos réus, o argumento de que só houve confissão porque a polícia havia coagido os homens a confessarem seus crimes e a fazerem promessas de que reparariam a mafeitoria⁴. De todo modo, destaca-se que os advogados poderiam utilizar estratégias diversas para desqualificar a denúncia e livrar o réu da punição.

Em 12 de julho de 1945, quando o Promotor Público voltou à cena, na intenção de apresentar as alegações finais para que Augusto fosse sentenciado, o destino de Doralinda, dois anos depois da violência sofrida, foi reve-

⁴ Essa prática foi menos comum nos casos de Irati, de todo modo, é interessante pensar que a existência do monopólio do uso da força física pelo Estado pode levar às práticas e procedimentos operacionais a partir da aplicação de meios coercitivos. Sobre essa questão, ver: BARBOSA, 2009.

lado. Menos direto e mais dramático que Alcides, o promotor Theobaldo iniciou suas alegações comentando que um “miserável velho” bateu com “mãos tremulas” às portas da Justiça, de modo que souberam dos “[...] fatos que constrangiam o coração sensível de um pobre pai, sem recursos, vivendo de agregado e de favor de outros, procurando com o trabalho diário que lhe esalfava o corpo suarento, alimentar numerosa família” (CEDOC/I, 1943, fls. 119). Para completar a introdução, o Promotor enunciou o “dissabor cruel” do pai de Doralinda, ao ver sua filha estuprada “[...] por quem lhe devia, por dever de humanidade, proteger-lhe a pobreza e a velhice” (CEDOC/I, 1943, fls. 119). Theobaldo comentou que, ao elaborar as razões, se recordou dos sofrimentos pelos quais a vítima passou no hospital da cidade, quando, “[...] como indigente, ali deu à luz por extração, passando em seguida por duas ou três operações, inutilizando-se por completo, e onde faleceu um ano após, depois de atrozes sofrimentos” (CEDOC/I, 1943, fls. 119). Após isso, o Theobaldo finalizou:

Que a isto nos desminta a insensibilidade de um coração de pai, e a inconsciência de um castigo divino, e quem não crê na Justiça que também poderá emanar do Altíssimo. A voz da consciência, porém, deverá ser mais forte que muitas testemunhas. Temos certeza de que o dedo de Deus, aponta para Augusto, queimando-lhe os sentidos com a chama do remorso [...] (CEDOC/I, 1943, fls. 120).

Valendo-se de maior poética do que de termos jurídicos, os comentários de Theobaldo parecem ser exceção da exceção. Em decorrência da morte de Doralinda, própria dos efeitos diretos de uma gravidez oriunda da violência sexual de que foi vítima, o promotor procurou transmitir sua sensibilidade para convencer o juiz de que o denunciado, de qualquer modo, merecia ser condenado. É certo que a promotoria se utilizou desses enunciados de forma táctica. A produção da imagem do querelante, pai da vítima, como um “miserável e velho”, de “coração sensível” e “corpo suarento”, faz parte desse processo. Também fez parte disso transmitir a desumanidade de Augusto, que teria o dever de proteger a “pobreza e a velhice” do pai da vítima, ao invés de lhe dar o “dissabor” do crime que cometeu. Theobaldo dedicou-se a comentar os “atrozes sofrimentos” que a vítima passou, em condições de “indigente”, como forma de completar o entendimento de que a Justiça tinha uma dívida para com a vítima e a sua família. Em seus argumentos, isso seria o suficiente para imputar a culpa ao acusado e pagar a conta. Segundo o promotor, apenas com a “insensibilidade de um coração de pai”, a “inconsciência de um castigo divino” e com a não crença na Justiça divina, que o réu não seria considerado culpado. Aliás, na narrativa de Theobaldo, a própria divindade já apontava o dedo para Augusto, “queimando-lhe os sentidos com a chama do remorso”.

Nesse caso, ao longo das alegações, o promotor público não chegou a recorrer aos elementos processuais ou à técnica jurídica para argumentar. Alcides, o advogado de defesa de Augusto, utilizou-se das ausências presentes no discurso do promotor público para realizar as suas alegações finais. O embate entre o discurso da promotoria e da defesa no processo de Doralinda é bem representativo do sentindo foucaultiano sobre a batalha processual e o jogo de forças entre as partes que pretendem fazer prevalecer uma verdade (FOUCAULT, 2002).

Além de apontar para a falta de objetividade, a defesa do acusado buscou desqualificar a narrativa de Theobaldo desfazendo a imagem do pai da vítima:

Felipe, o infeliz pai da vítima, sempre teve sede e fome, não porém de JUSTIÇA, para a reparação da moral da honra ultrajada do seu lar humilde, mas digno de todo o respeito e acatamento, MAS SIM DE DINHEIRO, cujas quantias iam se elevando à medida que a bolsa do pai do querelado ia cedendo (CEDOC/I, 1943, fls. 123-129).

Para completar e reforçar esse argumento, o advogado citou a referência maior do período para orientar a prática jurídica nos casos de crimes sexuais:

Estes autos fazem lembrar com muita propriedade os muitos casos de simulação citados pelo eminente e saudoso mestre de direito e psicólogo VIVEIROS DE CASTRO, em seus magníficos estudos sobre os crimes contra a honra da mulher (CEDOC/I, 1943, fls. 123-129).

Mesmo com a mudança do Código Penal e com a alteração de muitas noções jurídicas para essa natureza de crime, como os apontamentos de Nelson Hungria que estruturaram o Código de 1940, comumente os advogados se debruçavam sobre a jurisprudência organizada por Viveiros de Castro, que se tornou referência após escrever *Os delitos contra a honra da mulher*. Ao citar revistas e nomes renomados, Alcides buscou dar um efeito maior de objetividade e verdade ao seu discurso contra a ausência de alegações juridicamente embasadas por parte do Promotor Público e contra o que seria um típico caso de simulação, como orientou Viveiros de Castro no fim do século XIX.

Um processo de estupro, como foi o de Doralinda, levava a certa ritualização: os peritos determinavam a materialidade do crime, os delegados realizavam uma primeira síntese investigativa, os advogados mobilizavam estratégias de defesa, a promotoria movimentava discursos punitivos. A última peça a ser encaixada era, talvez, a principal: os vistos finais. Era somente um juiz que poderia exercer o poder de decidir e instituir criminosos ou inocentes, de decidir qual seria a verdade sobre o que Theobaldo chamou de “atrozes sofrimentos” da vítima.

Joaquim foi o juiz responsável por julgar o caso que envolveu Doralinda e Augusto. Com curtas considerações, o magistrado acolheu o indicativo de que o réu havia sido violentado pelo ex-delegado regional Floriano e, por isso, afirmou que Augusto “[...] não confessou nem mesmo na faze do inquérito policial, fosse ele o autor do delito pelo qual é acusado” (CEDOC/I, 1943, fls. 134). Para complementar, Joaquim considerou que “[...] nem sequer a presunção de violência se caracteriza, eis que, não sendo possível precisar a data do crime”, uma vez que a denúncia ocorreu apenas quando o estado de gravidez estava adiantado. Para o juiz, poderia ter sido argumentado que o delito se tratava, na verdade, de um caso de sedução, mas “[...] essa hipótese entretanto não tem acolhida, uma vez que não se pode positivar ser o querelado o autor do defloramento da vítima e qual fosse o elemento usado para sedução”⁵ (CEDOC/I, 1943, fls. 133).

Em 20 de março de 1946 foi assinado os vistos finais sob o pretexto de que não existiam provas para a condenação e de que a denúncia era improcedente. A figura do juiz, de todo modo, era a do sujeito responsável pela cristalização de certa versão, de certa verdade, de certa memória sobre o caso de Doralinda, a personagem principal desse processo-crime que teve a vida devassada e morrer pelas complicações da gravidez decorrente da violência que sofreu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável como o modo de produzir as verdades nos crimes sexuais, representados em termos como “defloramento”, com emprego pautado em uma considerável tradição jurídica de antes das novas leis penais de 1940, não foram facilmente abalados e não perderam seus usos pelos magistrados. O mesmo aconteceu com a jurisprudência de Viveiros de Castro, por exemplo. Termos e jurisprudências *vestigiais* – como nos remete a noção de *ancestralidade*

⁵ O Código Penal de 1940 definia como sedução o crime disposto em “Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança” (PIERANGELI, 2001).

comum – da preocupação dos juízes com a virgindade física das mulheres e com a determinação de padrões de comportamento: as “moças de família”, que viviam no “recato do lar doméstico”, “sob a vigilância materna”, virgem “no corpo” e moralmente, eram o tipo de mulher que tinham credibilidade e mereciam a proteção da Justiça. Nesse sentido, os casos de absolvição dos indiciados por crimes sexuais revelam outras adjetivações às vítimas, mas sob o mesmo método de produção: identificando, examinando e classificando (FOUCAULT, 2013).

Em geral, parece certo afirmar que aspectos relacionados à moralidade do crime se tornaram o fio condutor para optar pela absolvição dos indiciados, uma vez que a definição do delito não dependia mais da materialidade comprovada pela prova pericial. Nisso, a virgindade deveria ser *presumida*. Os juízes aproveitavam essa abertura para enfatizarem ainda mais as razões pelas quais as vítimas não mereciam tal presunção e afirmavam que por tal ou tal motivo, que estaria completamente esclarecido nos autos, o sujeito não deveria ser condenado. No mais das vezes, as pessoas que se envolviam com o ritual processual assumiam certos papéis (cf. Corrêa, 1983), na intenção de responder e corresponder às questões das autoridades que operavam com desconfiança em relação à palavra da vítima.

Olhar para os documentos judiciais é também olhar para uma pluralidade de vozes que se cruzam, onde os encarregados da Justiça produziram uma verdade formal. Na transformação dos atos em autos, inquéritos e processos se tornam documentos oficiais caracterizados por possuírem a linguagem da especialização: de peritos, delegados, promotores, advogados e juízes. Produzidos dentro de certas fórmulas e parâmetros, com a redução das possibilidades expressivas verbais às amarras do texto escrito, os documentos de Irati descreveram as práticas da instituição judiciária que revelam as violências do cotidiano – sem escapar disso.

Os casos de crimes sexuais na temporalidade e espacialidade pesquisada, assim como ficou pronunciado na análise do processo de Doralinda, se resumiam da seguinte forma: homens avaliando o comportamento e julgando a postura das mulheres de acordo não apenas com a lei, mas com códigos e valores do que considerava adequado ou não.

FONTE

CEDOC/I. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), campus de Irati-PR. Fundo judiciário da Comarca de Irati. Processos-crime de 1943. Fundo PB005.

Referências bibliográficas

ABREU, Marta e CAULFIELD, Sueann. 50 anos de virgindade no Rio de Janeiro – as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular (1890 a 1940). **Caderno Espaço feminino**, Uberlândia, v. 1, n. 1, 1995.

CASTRO, Viveiros de. **Os delitos contra a honra da mulher**. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1942.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p. 89-90.

COULOURIS, Daniella Georges. **Desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro**. São Paulo, 2010. 242 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2010.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas** – os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

HUNGRIA, Nélon; LACERDA, Romão Cortez. **Comentário ao Código Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

MARCH, Keyla de Carla. **“Jogos de luzes e sombras”**: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950. Curitiba, 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2015.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil**: evolução histórica. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

A GERMANIDADE EXACERBADA E O REMEMORAR DA COLONIZAÇÃO

Nathan Henrique da Silva Lermen

Resumo: Depois dos 40 anos do estabelecimento dos suábios do Danúbio no Brasil, um evento foi organizado na localidade de Entre Rios (Guarapuava, Paraná, Brasil) para comemorar a imigração deste grupo étnico germânico em terras paranaenses. A festividade que ocorreu em 1992, contou com uma série de eventos que fizeram alusão à história e à memória coletiva do grupo de imigrantes. O foco parte de uma análise do movimento migratório e dos principais eventos que marcaram a comemoração, como a alimentação, discursos, desfile temático e a *Wallfahrt* (peregrinação) por meio do periódico bilíngue (português-alemão) *Jornal Entre Rios*. O estudo demonstra a maneira como a comemoração foi para além de seu objetivo principal e serviu para o enaltecimento econômico e para o suporte cultural das gerações mais novas.

Palavras-chave: Etnicidade; Comemoração; Suábios do Danúbio.

INTRODUÇÃO

No início da década de 1950, cerca de 500 famílias oriundas da Iugoslávia, Romênia e Hungria imigraram para o município de Guarapuava, interior do Estado do Paraná. Tratava-se de um grupo formado e identificado como Suábios do Danúbio, uma etnia germânica que se estabeleceu no leste europeu após a conquista de terras pelo Leopoldo I da Áustria no século XVIII. Conforme Stein (2011, p. 171), esse grupo detinha como elemento central de sua identificação, as narrativas sobre o passado de antepassados que emigraram da Alemanha. A identidade é fundamental para compreender as características desta etnia, uma vez que como aponta Barth (1988, p. 193) é ela que estreita os laços dos indivíduos que compõem estes grupos.

A imigração para o Brasil foi marcada por uma série de negociações entre governos e instituições nacionais e internacionais que se envolveram na alocação desses refugiados de guerra. Conforme Stein (2011, p. 34), a Alemanha era inicialmente aliada à Iugoslávia, assim como alguns de seus países vizinhos, porém “em 20 de março de 1941, o governo iugoslavo foi deposto por meio de um golpe de Estado, realizado por oficiais ‘anti-alemães’, o que resultou na invasão do país por tropas alemãs”. As tropas alemãs foram derrotadas pela ação da resistência à essa ocupação no território através dos *partisans*. A partir de então, os suábios, que apoiavam a Alemanha, acabaram expulsos do território ou foram enviados para campos de trabalho forçado na União Soviética.

Para Stein (2011, p. 35), “a derrota da Alemanha resultou também numa multidão de desalojados, ou deslocados de guerra, [...] entre eles, estava parte da população suábia do Danúbio, a qual passou a viver em campos de refugiados, principalmente na Áustria.” Em território austríaco, os suábios foram amparados pela Ajuda Suíça à Europa (*Schweizer Europahilfe*) e pela Organização das Nações Unidas (ONU), organizações que objetivavam encontrar um novo local onde pudessem se estabelecer, e o Brasil se apresentou como uma possibilidade naquele período pós-Segunda Guerra. Na época, o governo brasileiro tinha como presidente Getúlio Vargas que em 1945 reabriu a possibilidade de imigração no país. Depois de levantamentos, estudos e análises de uma melhor região para abrigá-los, Guarapuava no centro-sul do estado do Paraná se despontou como uma opção. Em 1951, com uma série de acordos com o governo paranaense, os suábios do Danúbio chegaram ao Brasil e se estabelecem no

distrito de Entre Rios, localizado a 20 quilômetros do município. Com o auxílio da Cooperativa Agrária, fundaram a colônia composta por cinco vilas: Vitória, Jordãozinho, Socorro, Samambaia e Cachoeira.

A NECESSIDADE DO REMEMORAR: ASPECTOS DA COMEMORAÇÃO

Como aponta Hartog (2014), a queda do muro de Berlim em 1989, representou o fim de qualquer possibilidade de uma revolução comunista, fato que até então podia ser esperado. Partindo deste fato, ele observou uma mudança na maneira de se encarar o futuro no final do século XX, uma vez que a sociedade passou cada vez mais perder as esperanças de um futuro findado no progresso, o que gerou por consequência uma atenção para o tempo presente. O presentismo, termo utilizado pelo autor, se caracteriza por uma sensação de que tudo tem um fim e essa sensação tenta ser suprimida por meio do culto ao passado que busca realizar registros como forma de manter as memórias e evitar que estas se percam.

Memória tornou-se, em todo caso, o tempo mais abrangente: uma categoria meta-histórica, por vezes teológica. Pretendeu-se fazer memória de tudo e, no duelo entre a memória e a história, deu-se rapidamente vantagem à primeira, representada por este personagem, que se tornou central em nosso espaço público: a testemunha. (HARTOG, 2014, p. 25)

A memória e a testemunha se tornaram importantes elementos para a construção identitária a partir deste período e dentre as formas de uso da memória estão as comemorações. Neste trabalho serão tratados os eventos que fizeram parte da grande comemoração de 1992 e que representaram mais do que uma celebração para o povo suábio.¹ Toda a festividade foi retratada em edições do periódico bilingue (português-alemão) *Jornal Entre Rios* e esta fonte foi analisada conforme suas características específicas, linguagens, técnicas e responsáveis por sua editoração.² A festa foi elaborada a partir da preocupação de que os primeiros imigrantes se encontravam em idade avançada e que esperar para fazê-la no aniversário de 50 anos, em 2002, seria um risco uma vez que muitos dos homenageados já não estariam vivos. Esta preocupação levou a organização adiantar a comemoração em 10 anos e a partir dela desenvolver os eventos festivos daquela semana de 1992. Um dos eventos foi o desfile que contou com 40 veículos, apresentando a história dos suábios desde a saída deste povo de Ulm, na Suábia (hoje, Baden-Württemberg), até o estabelecimento no sudoeste europeu e a expulsão do território em meados do século XX.

Figura 01: Desfile com veículos.



Foto: Ernesto Remlinger. In: *Jornal de Entre Rios*: 31 de janeiro de 1992.

¹ Sobre as discursividades, narrativas e expectativas envolvendo a comemoração, ver: OLINTO; STEIN (2020).

² Para análise de periódicos, foram consultados trabalhos de LUCA (2009) e CRUZ; PEIXOTO (2007).

A comemoração apresentou também o sucesso do modelo de desenvolvimento econômico que agora se baseava na grande propriedade monocultura produtora de *comodities* dentro da colônia. Michelz (1989) apontou que nas primeiras décadas de existência, a colônia havia passado por alguns períodos de prejuízo devido às safras que não deram certo, como o caso do arroz de sequeiro, trigo e batata. Somente durante a década de 1980, que a cooperativa focou sua produção no malte e no óleo de soja, além de ter expandindo seu moinho de trigo. Nos anos 1990, durante a festividade, Entre Rios experimentava uma alta lucratividade com a produção de milho. Além do desfile, no dia 14 de janeiro daquele ano, os novos moinhos de trigo e centeio foram inaugurados a partir de um projeto de diversificação de produção feito pela Cooperativa Agrária. A intenção do desfile foi além da representação da história suábica, apresentando aos que estavam lá, todo o desenvolvimento e investimento dos maquinários dentro da comunidade. Durante a referida semana de 1992, a Agrária também aproveitou para inaugurar no distrito um projeto habitacional de 80 moradias para trabalhadores da cooperativa devido à sua expansão e a necessidade de novos funcionários.

Dentre os convidados da comemoração, estava o então prefeito de Gosheim - município em Tuttlingen, Baden-Württemberg. Algumas famílias suábicas reemigraram para a Europa ainda na década de 1950 e um dos principais destinos foi a cidade de Gosheim. Uma das hipóteses apontadas pelo professor húngaro Arpad Szilvassy, em seu estudo sobre comunidades de imigrantes no Estado do Paraná, é a de que:

[...]certamente as causas psicológicas são mais interessantes para o estudo da reemigração. Cada um deles tem uma experiência pessoal bem diferente, isto é, ele ainda não digeriu os abalos psicológicos sofridos em consequência da guerra. (SZILVASSY, 1965, p.8).

Enquanto Szilvassy faz menção aos traumas ocasionados pela guerra, Stein (2011, p. 126) nos mostra que uma das possibilidades para esse retorno à Europa se deu pelos problemas de safra e pelo parcelamento das terras que foram distribuídas de forma desigual entre as famílias dos imigrantes, fazendo que algumas destas, vendessem o que tinham e saíssem de Entre Rios.

A semana também contou com uma apresentação do coral, com músicas que abordavam “a história dos suábios do Danúbio, a chegada ao terminal ferroviário Goes Artigas, o tempo de construção em Entre Rios com lazer e trabalho, o período presente com o cuidado dos costumes antigos, como quermesses e casamentos.”³ Após a apresentação que contou com músicas folclóricas alemãs e brasileiras, a noite se encerrou com os agradecimentos de alguns dos convidados, como o Prof. Dr. Karl Ilg, um etnólogo de língua alemã.

Figura 02: Imigrantes e descendentes



Foto: Franz Hermann. In: Jornal de Entre Rios: 08 de junho de 1992.

³ *Die Geschichte der Donauschwaben, die Ankunft in der Eisenbahn-Endstation Goes Artigas, die Aufbauzeit in Entre Rios mit Freizeit und Arbeit, die heutige Zeit mit der Pflege der alten Bräuche wie Kirchweih und Hochzeiten.* Jornal de Entre Rios: Guarapuava: 31 de janeiro de 1992. p. 10.

A alimentação fez parte de toda a festividade com a venda e distribuição de pratos culinários que caracterizavam a culinária suábica, como *dobosch*, *strudel* e *kaiserschmarrn*. Como aponta Revel (1996), a festa é o momento para pôr em prática a elaboração de pratos com receitas mais longas e trabalhosas e para Contreras (2007), “as comidas rituais – próprias de festas, comemorações, ritos de passagem – implicam uma cristalização. Essas comidas estão associadas a pratos-totem, portadores de grande valor simbólico e, desse modo, marcadores da identidade do grupo”.

Outro evento dentro da comemoração foi a *Wallfahrt*, uma procissão que ocorre a cada ano. Para abrir a notícia, a seguinte citação: “O valor de um povo se manifesta na medida que honra seus mortos.”⁴ A *Wallfahrt* objetiva lembrar simbolicamente os suábios mortos em campos de trabalho forçado no leste da Europa, essa procissão envolve as cinco vilas de Entre Rios e a comunidade participa do trajeto que sai da Igreja da Samambaia até uma capela localizada próximo à Jordãozinho.⁵ Christian Brücker, presidente da Associação Mundial dos Suábios do Danúbio, apontou que “os mortos fazem parte do nosso povo, da nossa comunidade, não os esquecemos, comemoramos todos os mortos no velho e no novo lar.”⁶ Sobre a procissão, o Presidente da DAG – Associação dos Suábios do Danúbio na Áustria, Sr. Rudolf Reimann, apontou que a procissão demonstra a “*Geschichtsbewusstsein*” (consciência história) e encerrou a cerimônia com o seguinte discurso:

Diga-me onde estão os amigos, diga-me onde estão os túmulos. O vento sopra sobre eles. Muitos mortos estão em algum lugar em terra estranha, não sabemos onde. Por eles e pelo mortos dos campos de extermínio, só podemos colocar simbolicamente uma coroa de flores aqui fora de nossa casa e acender uma vela.⁷

A procissão teve sua origem a partir de uma promessa feita ainda na Áustria do grupo para um padre. De acordo com Stein (2011, p. 178), a procissão funciona como um elo coletivo de identificação do suábio com a religiosidade cristã partindo do pressuposto do mito, como formalização de determinada representação. Sobre a *Wallfahrt*:

[...] temos a transformação de uma experiência vivida por algumas pessoas em um passado partilhado pelo restante da comunidade suábica-danubiana de Entre Rios. Portanto, a *Wallfahrt* pode ser entendida como uma estratégia de construção de um mito que ancora a elaboração do sujeito coletivo suábio. (STEIN, 2011, p. 178)

Um dos principais discursos durante a comemoração foi o do então presidente da Cooperativa Agrária, Mathias Leh. O discurso intitulado “*Wir sind anders*” (Nós somos diferentes), título que faz referência ao fato dos suábios serem de origem germânica, tomou duas páginas da edição e nele Leh apresentou sua trajetória de vida desde o momento de fuga de sua terra natal:

O que sente um homem colocado no centro das atenções pelo destino quando olha para sua própria

⁴ „Der Wert eines Volkes zeigt sich in dem Masse, wie es seine Toten ehrt“. Jornal de **Entre Rios**. Distrito de Entre Rios - Guarapuava: 31 de janeiro de 1992, p. 06.

⁵ A procissão conta com 7 cruzeiros, representando os campos de extermínio do leste europeu onde muitos suábios morreram: Krndija, Tenje, Rudolfsgnad, Gakovo, Krusevlje, Jarek e Werbas.

⁶ „Die Toten sind ein Teil unseres Volkes, unserer Gemeinschaft. Wir vergessen sie nicht, gedenken aller Toten in der alten und der neuen Heimat...“. Jornal de Entre Rios: Guarapuava: 08 de junho de 1992, p. 18.

⁷ „... Sag mir, wo die Freunde sind, sag mir, wo die Gräber sind. Der Wind weht über sie. Viele Tote liegen irgendwo in fremder Erde. Wir wissen nicht, wo. Für sie und die Toten der Vernichtungslager können wir nur außerhalb unserer alten Heimat hier symbolisch einen Kranz niederlegen und ein Licht anzünden. Ibidem.

vida, conscientemente partindo de suas origens como um menino na Eslavônia, onde provavelmente ainda havia um espírito colono em casa? Deixe-me traçar esse caminho uma vez: eu estava em um dos chamados novos assentamentos que haviam sido construídos no começo do século. E eu vi lá que nosso povo é diferente. Eu tive que viver de uma maneira trágica. Foi a guerra, e essa guerra me ensinou quando criança que a vida também acaba.⁸

Segundo Hartog (2011, p. 04) “arrastada pela agitação subliminar da memória, a testemunha entendida, por sua vez, como portadora de memória, impôs-se, gradualmente, em nosso espaço público; ela é reconhecida e procurada, além de estar presente e, até mesmo, à primeira vista, onipresente.” A testemunha como portadora da memória se firma como uma autoridade sobre o que ocorreu. Neste caso, Mathias Leh é o porta-voz das experiências que traduzem toda a narrativa histórica do grupo suábio.

A comemoração também serviu para inaugurar alguns novos locais dentro do distrito. O Centro Cultural foi inaugurado no primeiro dia daquela semana, teve financiadores do meio privado e público, com objetivo de incentivar as apresentações culturais dos suábios, como música e dança. Além do centro, um novo hospital foi aberto e o Museu Histórico de Entre Rios foi reinaugurado naquela mesma semana com uma exposição de diversas fotografias dos suábios. A importância da constituição de “lugares de memória” para uma fixação da narrativa comemorativa pode ser compreendida a partir de Pierre Nora, pois “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente.” (NORA, 1993, p. 9)

Uma das etapas da comemoração dos 40 anos de Entre Rios foi a de renomeação e inauguração de algumas vias na comunidade, os nomes dados faziam referência aos lugares e as pessoas que de alguma forma fizeram parte da história dos suábios, “foi uma forma encontrada pelos organizadores do programa de festividades para manter viva a memória daqueles que construíram de modo decisivo para o sucesso da colonização dos imigrantes.”⁹ Sobre nomeações de ruas, Dias (2000) nos mostra que:

Um olhar atento constata que esse processo é caracterizado pelo esforço de perenização da memória de personagens e fatos da história nacional e local. Trata-se de recorrente forma de reprodução e perpetuação da chamada história oficial, baseada no culto à genealogia e edificação do Estado nacional, assim como aos fatos e personagens correspondentes. (DIAS, 2000, p. 103)

É o momento da comemoração em que a nostalgia e a intenção da valorização do passado suábio é transposto para uma das principais características estruturais de uma comunidade ou cidade, suas ruas. Nelas, a memória coletiva toma corpo nas nomeações que remetem à história da construção do local. Uma oportunidade de delimitar e marcar o espaço suábio com denominações que caracterizam todo o grupo. “O representante Zehr, afirmou em seu discurso que “quando um povo, por causa da brutalidade da guerra, tem de deixar sua terra natal, esse povo enfrenta o desafio imenso de preservar não só a sua cultura, mas também sua própria esperança.”¹⁰ As nomeações começaram pela vila Vitória, com a denominação da Avenida Paraná, como forma de homenagear o Estado onde

⁸ *Was empfindet ein Mann, der vom Schicksal ins Ramenlicht gedrängt worden ist, wenn er sein eigenes Leben betrachtet, bewusst bei seiner Herkunft als kleiner Bub in Slavonien beginnend, dort, wo wahrscheinlich noch echter Kolonistengeist, zu Hause war? Lassen Sie mich diesen Weg einmal nachzeichnen: Ich war in einer der sogenannten waren Neusiedlungen zu Hause, die Anfang des Jahrhunderts entstanden waren. Und ich habe dort sehen müssen, dass unser Volk anders ist. Auf eine tragische Weise habe ich es erleben müssen. Es war Krieg, und dieser Krieg hat mich als Kind gelehrt, dass das Leben auch endet.* Jornal de **Entre Rios**. Guarapuava: 08 de junho de 1992, p. 24.

⁹ Jornal de **Entre Rios**. Distrito de Entre Rios - Guarapuava: 08 de junho de 1992, p. 37.

¹⁰ Ibidem.

os suábios tiveram a oportunidade de reconstruir suas vidas. Ao longo da semana, novas ruas foram renomeadas nas 5 localidades de Entre Rios, como o caso da Avenida dos Suábios, Avenida Pe. Franz Kasper e a Avenida Rasttat em homenagem à cidade localizada em Baden-Württemberg que há pouco tinha se tornado irmã de Guarapuava.

A imigração deste povo não se restringiu apenas ao Brasil, países como Argentina, Austrália, Áustria, Canadá e Estados Unidos também contaram com a presença do grupo étnico em seus territórios. Pessoas destes locais vieram para a comemoração em Entre Rios e naquela semana uma reunião foi feita para discutir a chamada “questão da assimilação”, com os representantes de suas comunidades. A historiadora e antropóloga Giralda Seyferth se dedicou, em um de seus trabalhos, ao estudo do fenômeno da assimilação, termo comumente utilizado para explicar “as mudanças sociais e culturais decorrentes da interação de diferentes grupos minoritários numa sociedade nacional.” (SEYFERTH, 2000, p. 7). Contextualizando historicamente a utilização do termo, a autora aponta que seu uso se iniciou com a sociologia americana nas primeiras décadas do século XX e para isso ela menciona a definição do sociólogo Edward Park:

Park refere-se à assimilação como ‘nome dado aos processos pelos quais povos de diversas origens raciais e diferentes heranças culturais, ocupando um território comum, adquirem uma solidariedade cultural suficiente para sustentar uma existência nacional.’ Considera-o um conceito mais político do que sociológico - possivelmente dadas as implicações em termos da formação do Estado-nação - e um processo difícil de mensurar empiricamente. (SEYFERTH, 2000, p. 8)

Havia uma preocupação geral em relação ao fato de que gerações mais novas de suábios estariam se incorporando ao meio cultural de seus países de residência. Essa assimilação, vista como problema, teve como saída a necessidade dos governos austríaco e alemão apoiarem financeiramente a comunidade.

Naturalmente, a questão da assimilação estava no centro da discussão, pois representa um desafio sociológico. [...] Prevalece principalmente entre as gerações mais velhas, aquelas que estão agora com seus 50 e 60 anos que os jovens suábios do Danúbio estão, por razões óbvias, em risco de perder a cultura que recebem.¹¹

O presidente da Associação Mundial dos Suábios, Christian Brücker, afirmou em discurso que uma das medidas que a organização poderia tomar para contribuir para a resolução da problemática, seria estreitar relações com o Instituto Goethe – uma das mais reconhecidas instituições de ensino de cultura e língua alemã – numa tentativa da geração mais nova aprender o idioma de seus familiares e assim, de alguma maneira, reforçar uma das principais característica do grupo que é o uso desta língua.

A identidade suábia-danubiana estaria prejudicada, no caso de Entre Rios, pelo “abrasileiramento” da comunidade. A problemática levantada pela geração mais velha em relação à mais nova, era a de que os suábios estariam fadados a um possível desaparecimento por conta dessa assimilação. É nesse sentido que a comemoração de imigração se apresenta como forma de manutenção dessa identidade através de todos os eventos culturais, como as danças que ocorreram no Centro Cultural, o desfile histórico e a procissão, que reforçaram singularidades da história dos suábios e os unem como um todo.

¹¹ *Die Frage der Assimilation stand natürlich im Mittelpunkt der Besprechungen, da sie eine soziologische Herausforderung darstellt. [...] Es herrscht hauptsächlich bei den älteren Generationen, diejenigen, die heute im Alter zwischen 50 und 60 sind, die Sorge darüber, dass die donauschwäbischen Jugendlichen aus selbstverständlichen Gründen gefährdet sind, die Kultur einzubüßen.* Jornal de **Entre Rios**. Guarapuava: 08 de junho de 1992, p. 20.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comemoração dos 40 anos dos suábios do Danúbio no Brasil representou uma necessidade pela presentificação das narrativas suábias sobre imigração e superação. Este sentimento esteve ligado à percepção de que a morte dos imigrantes fundadores do núcleo colonial deixaria uma lacuna cultural que interferiria na identificação das gerações suábias mais novas. Ademais, a comemoração foi vista como uma oportunidade para enaltecer o sucesso econômico e desenvolvimentista que a localidade estava passando frente aos convidados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFFE-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185-227.

CONTRERAS, Jesús. Alimentación y religión. **Humanitas: Humanidades Médicas**. Madrid, n. 16, p. 1-22, 2007.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História: Revista de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 35, dez. 2007.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e Memória histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 6, p. 103-120, out. 2000.

GÄRTNER, Monique. **História, memória e identidade**: considerações acerca da ocupação na região de Entre Rios feita pelos suábios do Danúbio no Paraná (1951 - 1971). Unicentro, 2008.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo horizonte: autêntica, 2014.

LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassenezi. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MICHELZ, Johana Elizabeth. **Campesinato X Agricultura Capitalista em Entre Rios – 1951 a 1985**. Monografia. Guarapuava: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Guarapuava, 1989.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993.

OLINTO, B. A.; STEIN, M. N. . O velho oeste transforma-se num celeiro agrícola: imprensa, colonização e historicidade entre refugiados da Segunda Guerra no Brasil (Guarapuava/PR). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, p. 17, 2020.

REVEL, Jean-François. **Um banquete de palavras**: uma história da sensibilidade gastronômica. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEYFERTH Giralda. Assimilação dos Imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático. In: **XXIV Encontro Anual da ANPOCS**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Petrópolis, 2000.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

STEIN, Marcos Nestor. **O Oitavo Dia**: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios –PR (segunda metade do século XX). Guarapuava: Unicentro, 2011.

SZILVASSY, Arpad. **Aspectos Gerais da Colonização Comunitária Européia no Paraná**. São Paulo: 1965. Mimeo.

PELA ÓTICA QUILOMBOLA: HISTÓRIA E NARRATIVAS DO QUILOMBO SAMBAQUIM NA CONTEMPORANEIDADE

José Luiz Xavier Filho¹

Resumo: O objetivo desse trabalho é propor um debate reflexivo sobre como construir histórias de comunidades quilombolas através da valorização e da apropriação das narrativas contadas pelos membros do quilombo, enfatizando as memórias e tradições orais, assim como seu legado histórico, fazendo uma analogia entre o seu passado escravista, a história sobre seus antepassados e o tempo presente da comunidade, tendo em vista as contribuições estabelecidas na construção da identidade de seus moradores. O objeto desse estudo é o quilombo Sambaquim, localizado no município de Cupira - PE, e como construímos a história da comunidade através da valorização e da apropriação das narrativas contadas pelos membros da comunidade, enfatizando as memórias e tradições orais, assim como seu legado histórico, e o tempo presente da comunidade. A vivência do cotidiano é uma das fontes mais ricas para a construção de um estudo sobre a memória de um povo e das suas relações sociais com o meio em que vive e as sociedades urbanas contemporâneas.

Palavras-chave: Quilombo; memória; tradição; oralidade; História Oral.

INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVI e XIX, nas Américas, foram formadas sociedades coloniais em que predominou a forma de trabalho escravo com indígenas e principalmente africanos. A diáspora africana, ocasionada pelo tráfico de negros, marcou e consolidou um sistema econômico e a formação do que ficou conhecido como mundo moderno. Uma grande parcela de africanos, vendidos como escravos, veio para o Brasil, condicionados a uma vida de subordinação e dominação pelos brancos portugueses, acarretando assim, na desumanização da população negra.

De origens múltiplas, todos eles foram transformados – na visão dos europeus – em africanos, como se houvesse homogeneidade para inúmeros povos, línguas, culturas e religiões. Ao atravessar o atlântico, entraram em contato com um ambiente de trabalho intenso, de exploração e de produção de riquezas. O sistema colonial nas Américas se nutria cada vez mais de mão de obra escrava, para trabalhar na terra e na agricultura voltada para o mercado mundial (GOMES, 2015, p. 8).

Mas, mesmo com a vida a qual foram submetidos, houve também encontros com povos de diferentes culturas, religiões e saberes. As sociedades escravistas conheceram várias formas de protesto. Segundo João Reis e Flávio Gomes, “*onde houve escravidão, houve resistência*” (REIS; GOMES, 1996, p. 9). Insurreições, rebeliões, assassinatos, destruição de ferramentas, incêndio de plantações, são algumas das formas que o negro encontrava de se rebelar contra o sistema vigente. Aliando-se a isso, as fugas e agrupamentos de escravos fugidos completam essas expressões de resistência negra.

¹ Graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE), especialista em Ensino de História pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Docência do Ensino Superior pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) e História e Cultura Afro-Brasileira pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG), professor de História do quadro efetivo da rede municipal de ensino do município da Lagoa dos Gatos – PE, ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4762429040202808>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9088-8610>, E-mail: jlxfilho@hotmail.com

Tinha nomes diferentes: na América espanhola, *palenques*, *cumbes* etc; na inglesa, *marrons*; na francesa *grand marronage* (para diferenciar da *petit marronage*, a fuga individual, em geral, temporária). No Brasil esses grupos eram chamados principalmente de *quilombos* e *mocambos* e seus membros, *quilombolas*, *calhambolas* ou *mocambeiros* (Idem, 1996, p. 10).

Eram sociedades político-militares, que nasceram de movimentos de insurreições, levantes, revoltas armadas, proclamando a queda do sistema escravocrata. Frequentemente aqueles movimentos tomavam a forma de quilombos à semelhança de Palmares. Os quilombos existiram em múltiplos pontos do país em decorrência das lutas ocorridas em diferentes lugares onde houvesse negação de liberdade, dominação, desrespeito a direitos, acrescidas de preconceitos, desigualdades e racismo. Segundo Rafael Sanzio dos Anjos:

É no território étnico, um espaço político, físico e social, que estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população, um espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, dotado de uma população com traço de origem comum. A terra tem grande importância na temática da pluralidade cultural brasileira, no processo de ensino, planejamento e gestão, principalmente no que diz respeito às características territoriais dos diferentes grupos étnicos que convivem no espaço nacional (ANJOS, 2006, p. 15).

Logo, a terra é a fonte de renda e sustentabilidade dos quilombos, sendo um espaço comum onde se formam vínculos socioculturais. Portanto, a relação destas pessoas com o território em que ocupam é algo único, particular, fruto da história, do medo das perseguições e do instinto de sobrevivência que os levaram a se fixar em determinados pontos.

Hoje, os quilombos estão localizados em quase todo o território nacional, principalmente nas áreas rurais. Incorporados às áreas urbanas e periféricas das cidades. Essas comunidades tradicionais caracterizam-se por apresentar diferentes níveis de inserção na sociedade.

O conceito de comunidade quilombola, portanto, tem origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver. [...] As comunidades quilombolas emergiram e apresentam visibilidade no movimento do campesinato brasileiro, em se tratando das políticas afirmativas e de reparação social (Idem, 2006, p. 52.)

Nesse contexto contemporâneo, Cupira, cidade do agreste pernambucano, preserva ainda uma região de descendentes dos quilombos, o Quilombo Sambaquim, no Sítio que leva o mesmo nome do quilombo. Essa comunidade constitui um quilombo contemporâneo, que não representa mais um espaço de fuga, estrategicamente isolado.

É necessário que nos libertemos da definição arqueológica, da definição histórica *stricto sensu* e das outras definições que estão frigidificadas e funcionam como uma camisa de força, ou seja, da definição jurídica dos períodos colonial e imperial e até daquela que a legislação republicana não produziu, por achar que tinha encerrado o problema com a abolição da escravatura, e que ficou no desvão das entrelinhas dos textos jurídicos. A relativização dessa força do inconsciente coletivo nos conduz ao repertório de práticas e às autodefinições dos agentes sociais que viveram e construíram essas situações hoje designadas como quilombo. (ALMEIDA, A. W. B., 2002, p. 63.)

Figura 01 – Localização de Cupira



Fonte: WIKIPÉDIA, 2020. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cupira>>. Acesso em: 12 maio. 2020.

Sob o viés historiográfico é possível perceber, hoje, que as comunidades remanescentes quilombolas não permaneceram estáveis com o passar do tempo. Elas mudaram conforme a dinâmica da história, isto é, não são apenas terras de negros fugidos dos tempos coloniais.

Nossa pesquisa não se limita a tratar e definir o Quilombo Sambaquim se baseando apenas em conceitos e definições, e sim, procurando questionar e entender como foi construída a ideia de quilombo e de ser quilombola através de seus aspectos culturais, estes, entendemos, que formam sua identidade como comunidade remanescente.

É preciso pensar nesses grupos como possuidores de articulações sociopolíticas e econômicas próprias e não de forma teatralizada, como se fosse possível criar um estereótipo daquilo que se espera que sejam, como se estivessem emolduradas em um tempo e espaço que não se modificaram desde a escravidão. A existência de comunidades quilombolas, na acepção contemporânea do termo, está indissociavelmente ligada ao processo de integração social desses sujeitos. Ela rompe com a possibilidade de manutenção da percepção estática tradicional na qual os quilombolas continuariam sendo considerados como grupos de ex-escravos que se refugiavam e se organizavam no sentido de reagirem e se rebelarem contra o regime ao qual estavam submetidos. (SANTOS; DOULA, 2008, p. 73.)

Apesar de terem resistido à exclusão histórica, acentuando a importância da diversidade em nosso país, os quilombos ainda enfrentam a desigualdade instalada na sociedade e os preconceitos dela derivados. Alguns dos quilombos são chamados de:

Comunidades negras tradicionais, mocambos, comunidades negras rurais, quilombos contemporâneos, comunidades quilombolas ou terras de preto, pertencem finalmente a si mesmos, e conformam um patrimônio territorial e cultural inestimáveis. (ANJOS, 2006, p. 67.)

As comunidades remanescentes quilombolas guardam memórias específicas que ajudam a contar outra história do Brasil, uma história, onde as ditas “minorias”, ocupam o lugar de sujeitos protagonistas e não de meros colaboradores. Nesse processo, a identidade é peça chave no resgate da história e memória dessas comunidades.

Ao mesmo tempo, servem de meio para uma politização em busca de direitos sociais que foram historicamente negados a esses grupos. Para maior compreensão dos estudos sobre comunidades quilombolas contemporâneas, é necessário desvincular-se da ideia do passado, abrindo uma nova concepção de comunidade e de suas relações sociais. Apropriar-se da ideia de que são espaços voltados para uma questão de identidade e territorialidade, os quais remetem à valorização de suas tradições e histórias relevantes para a consolidação da comunidade negra ali estabelecida. Nas palavras de Anjos, pensar:

Em um conceito de quilombo mais amplo na atualidade, como um segmento da sociedade brasileira excluído secular e historicamente, que tem direitos e garantias territoriais reconhecidos, porém ignorados. Negar a importância da população de ascendência africana é, na verdade, negar a verdadeira identidade brasileira. (Idem, 2006, p. 75)

No quilombo Sambaquim é através das manifestações e expressões culturais (festas e ritos religiosos, músicas e danças) que os quilombolas lutam por um espaço e resistem à tentativa de ter a sua cultura considerada subalterna e periférica. A partir dessas manifestações, os indivíduos passam a se identificar com suas tradições, valorizando suas origens. As identidades são contestadas a partir de um novo olhar, não confirmando o caráter de subalternidade, de modo construtivo no processo de formação dessa identidade.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”. “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. (HALL, 2003, p. 109)

Ao pensarmos sobre o processo da formação da identidade quilombola, levamos em consideração que existem esferas individuais e sociais conectadas, que se constroem no cotidiano da comunidade. Sendo assim, a história, a tradição, a oralidade, a cultura e o sentimento de pertencimento a um determinado grupo social fazem parte da construção identitária de cada membro da comunidade.

Significa pensar em grupos sociais cuja identidade se constrói em um processo dinâmico, na união de fatores diversos: história cultura e relações de poder. É pensar em atores sociais detentores de discursos múltiplos que se constroem como sujeitos em suas relações com seus pares e com o universo externo às comunidades em que vivem. Ignorar as diferenças e peculiaridades desses sujeitos, certamente apresenta-se com um fator negativo para a construção de sua identidade. (SANTOS; DOULA, 2008, p. 82.)

Com isso refletimos na importância do processo de construção da identidade negra nas comunidades quilombolas. O estudo do cotidiano, das memórias e das tradições orais da comunidade nos possibilita estudar as mais diversas relações sociais do quilombo e nas formas como as questões culturais se moldaram através do tempo até os dias atuais.

MEMÓRIA E TRADIÇÃO DO QUILOMBO SAMBAQUIM NA CONTEMPORANEIDADE

Dentro da comunidade remanescente é de fundamental importância, a construção de sua história, visto que a oralidade em Sambaquim é a fonte que faz perpetuar o conhecimento, através das gerações. Conforme Matos e Castro, em comunidades quilombolas, “os aspectos simbólicos da memória familiar da escravidão” (MATOS; CASTRO, 2006, p. 109) são comumente destacados nas narrativas, principalmente dos mais velhos. As histórias são construídas de acordo com a produção da memória coletiva. As narrativas são “elaboradas e reelaboradas em função de relações tecidas no tempo presente” (Idem, 2006, p. 109).

A priori, quando começamos a pesquisa em Sambaquim, na busca sobre sua historicidade, investigamos sua ancestralidade e descobrimos que o nome do quilombo foi dado pelos “antigos”. Palavra que faz referência constantemente na fala dos quilombolas quando se referem aos seus antepassados.

Ói, a origem, segundo os mais antigos, tinha uma árvore com um nome Sambaquim e por isso ficou chamado comunidade Sambaquim.

Pesquisador: Nos casos os mais antigos são teus avós?

É bisavós, eram esses... (Quitéria Josefa da Silva, 43 anos).

Outras definições dadas pelos moradores confirmam a descrição feita por Quitéria Josefa da Silva, como no caso a fala de Otávio Miguel da Silva:

A origem do Sambaquim? Quer dizer que a origem aqui... O nome de Sambaquim vem, eu vou falar pra você. Eu não conheci o pau [árvore], mas ainda conheci umas raízeras de pau atravessado no barranco da água. Olhe, a origem de Sambaquim vou lhe mostrar. Você tá vendo aquela casa, por cima dessas duas que tem essa branca ali, naquele terreno de lavoura, lá no pé da serra a casa, depois o Sambaquim é daquela casa pra cá na baixa era um olho d'água antigo que se chamava Sambaquim (Otávio Miguel da Silva, 76 anos).

Figura 02 – Árvore Sambaquim



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

A árvore se encontra na entrada da comunidade e, segundo os moradores, é nesse ponto que os *antigos* se encontravam ou se orientavam. Supõe-se que a árvore podia ser o marco referencial para os negros fugitivos onde identificavam a entrada do quilombo. Além da função simbólica para a comunidade, ela é um ponto de referência para os limites territoriais. É comum na comunidade apontarem onde começa ou termina o quilombo, uma forma de demarcar o local e as fronteiras inter-étnicas², que, segundo eles, são pelos aspectos físicos da geografia local. As referências dos limites de Sambaquim, historicamente, são a árvore, da qual deriva o nome da comunidade até a Serra do Bode, depois da serra se encontra outra comunidade quilombola.

Figura 03 – Serra do Bode



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

O nome da serra é derivado de um conto que a comunidade conhece bem, João Miguel filho compartilhou conosco:

Ali onde você tava era a Serra do Bode, não sei se lhe contaram a história da Serra do Bode pra você. Aqui ali, antigamente, era que nem o sertão, ninguém tinha um metro de terra, criava solto, né. Aí a finada mãe, falou, disse que, o cara vinha correndo dentro do mato atrás de um bode, aí chegou naquela pedra lá, você viu a pedra? Naquela pedra ali o bode pulou e ele pulou junto, não sabia a altura, porque dá uns 60 metros pra lá. Ele pulou junto e ficou enganchado numa calça de arrurado, o bode morreu embaixo, mas ele ficou enganchado e tiraram ele, o arrurado era um pano azul, bem azulzin, o caba ficou enganchado no toco e depois tiraram ele, aí botaram o nome Serra do Bode (João Miguel Filho, 71 anos).

A Serra do Bode também é referência a um “esconderijo” que existe nela. No topo, existe uma gruta chamada Pedra da Lua, local onde os antepassados se escondiam. Informalmente, durante as andanças pelo quilombo, conversávamos com os moradores sobre esse local, e diziam que era ali que os antigos se escondiam. Não podemos provar com exatidão esse fato, fica apenas as falas de uma história movida pela tradição oral.

Sobre a geografia do local em que a comunidade está inserida, apresenta relevo bastante acidentado. As casas são dispersas no meio de serras altas, baixas e espessas.

² Nos apropriamos desse termo porque a comunidade faz fronteira com outra comunidade quilombola e com outros sítios, aos quais eles chamam de terra de brancos.

Figura 04 – Vista Parcial do Quilombo Sambaquim



Fonte: Arquivo do Autor, 2020.

Atualmente, vivem na comunidade 72 famílias³, predominantemente formada por negros. Coletamos esse dado no posto de saúde da comunidade, no qual se faz a distribuição e a divisão dos núcleos familiares em três, entre o quilombo em si e nas mediações, isto é, as casas mais distantes. Esboçamos no quadro a seguir:

Quadro 01 – Divisão Por Núcleo Familiar – PSF Sambaquim

Agente 01 (Sambaquim)	48 famílias
Agente 02 (Mediações)	17 famílias
Agente 03 (Mediações)	07 famílias

Fonte: PSF – Sambaquim

Segundo os agentes de saúde, esses números são muito variáveis, tendo em vista a quantidade de pessoas que saem da comunidade para morarem na cidade de Cupira ou em outros estados, em busca de oportunidades de trabalho ou de melhoria na qualidade de vida; ou até mesmo das pessoas que voltaram a morar na comunidade. E foi entre essas famílias, que residem no quilombo, que obtivemos informações sobre o “*tempo antigo*”: origem, vida na comunidade e suas dificuldades, tradições, contos e histórias.

É perceptível entre os quilombolas um sentimento comunitário mútuo e uma ligação forte à terra, local onde a maioria nasceu, “*se criou*” e fincaram suas raízes. O trabalho se resume a agricultura⁴ e, dessa forma, se torna escasso para a parcela que não quer trabalhar no cultivo e procuram trabalho “*na rua*”⁵.

A respeito da história do quilombo, João Miguel Filho foi apontado pelos moradores entrevistados como um referencial na comunidade para falar a respeito. Ele narra a origem de Sambaquim através dos “*negros fugidos de Palmares*”:

E então... também chegou, uns... acho que negros era refugiado da família dos quirinos, acho que foi na época que eles vinham de Palmares, acho que quem acabou com esse negócio foi... o nome dele, esqueci o nome dele... Zumbi do Palmares, num foi ele que organizou uma associação por lá. Sei que esse negros, certamente vinham de lá, que eles eram bem pretim, pretim mas pretim mesmo (João Miguel Filho, 71 anos).

³ Dados referente ao ano da pesquisa, 2019-2020.

⁴ Sobre trabalho e as formas de trabalho, será abordado com maior ênfase no segundo capítulo deste trabalho onde exploramos os conceitos sobre terra e territorialidade quilombola.

⁵ Palavra utilizada para se referirem a cidade de Cupira.

Percebemos em seus relatos que sua memória individual não está isolada e fechada, sua fala é contextualizada, coerente com os outros relatos dos moradores. Lembrando que, as conversas constantes entre os moradores evocam lembranças antes esquecidas.

Nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros do qual os livros e as narrativas em geral nos apresenta apenas um quadro muito esquemático e incompleto. (HALBWACHS, 2003, p. 79)

Quando o questionamos se João Miguel Filho sabia algo sobre a participação dos seus antepassados em movimentos ligados ao quilombo ele nos fornece o seguinte:

Pesquisador: Os seus pais e avós (antepassados) já participaram de algum movimento ligado a quilombos?

O que eu sei dizer mesmo, é que minha finada mãe dizia, que ela pertencia a esse povo. A avó dela foi pegada e mãe dela foi pegada a dente de cachorro, que nem índio, caboclo brabo, você sabe, ela veio pro mato, e... refugiada, com certeza, já né. Diz que pegaram ela assim, diz que ela era bem pretinha, cabelo escorrido, e a finada mãe era desse mesmo jeito. Eu tenho um retrato dela aqui (João Miguel Filho, 71 anos).

Não pretendemos comprovar e descrever a origem exata do quilombo, porém observar por meio dos diálogos, que foram estabelecidos com os moradores da comunidade. O fato de usarmos as entrevistas e a história oral em Sambaquim potencializa nossa pesquisa porque nos dá acesso a pluralidade da memória e inúmeras perspectivas de um passado em comum. Ao mesmo tempo, a utilização da memória e a ênfase na tradição oral, facilita o contato numa comunidade onde esses aspectos fazem parte do cotidiano e da história dessas pessoas.

São os aspectos simbólicos da memória familiar da escravidão que mais se destacam nas narrativas, elaboradas e reelaboradas em função de relações tecidas no tempo presente, como em todo trabalho de produção de memória coletiva (MATTOS; CASTRO, 2006, p. 169).

A comunidade quilombola Sambaquim hoje reconhece a sua importância não só para a cidade, mas para a história. Solônia Josefa da Silva, 38 anos, em nossa última conversa revelou que estava com medo do que queríamos, mas que agora não se sente mais com medo. Relatou que já tinham chegado a se reunir na Associação Comunitária de Remanescente de Quilombo Sambaquim de Cupira (ACORQ) e não responder mais nenhum “entrevistador” que fosse até eles, porque todos que iam, conseguiam o que queriam e não traziam nada de volta a comunidade. Compartilhou que em nenhum momento desanimou o povo, e que, se passaram por situações bem piores no passado, enfrentariam qualquer uma que surgisse. Assim, vão construindo sua identidade quilombola sobressaindo-se dos seus problemas sociais.

As identidades estabelecem uma conexão entre o presente na comunidade e da origem de um passado histórico em comum com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Isso ficou evidente durante nossas entrevistas e nas relações sociais cotidianas da comunidade. Em contrapartida, a autoatribuição em se dizer quilombola, nos pareceu serem atribuídas e construídas por mediadores, pois as respostas adquiridas, quando questionamos “o que é quilombo?”, eram quase as mesmas, uma repetição do conceito e alguns não sabiam responder.

Pesquisador: O que é quilombo?

Ói, não sei se vou responder no pé da letra, mas... Quilombo é o seguinte, quilombo acho que é aquele povo refugiado no tempo do cativoiro, né, que correram daquele mundo que não sei da onde, e saíram se refugiando (João Miguel Filho, 71 anos).

Pesquisador: O que é quilombo?

Sei não.

Pesquisador: Mas o senhor sabe que mora em um quilombo, né?

É... os negros trabalhava apulso. Cativoiro né... o tempo do cativoiro (José Joaquim da Silva, 74 anos).

Pesquisador: O que é quilombo?

O que eu conheço aqui... pra mim é... o que é quilombo, é aquela história que você, não sou quilombo, me considero descendente de quilombo, porque a gente já vive aqui numa terra sofrida, que vem dos escravos, acho que quilombo é essa coisa, viver da agricultura, não sei nem explicar, já peguei essa história caminhada, um pouco difícil pra mim ainda (Solônia Josefa da Silva, 38 anos).

Através das falas dos nossos entrevistados, entendemos que os mediadores, possivelmente, foram os que trabalharam na comunidade durante o processo de titulação em 2005, pois esses, segundo os moradores, esclareceram para eles o que era quilombo. Nessa ótica, não podemos afirmar com exatidão quando começou especificamente a discussão no quilombo, mas, através dos diálogos, o termo “ser quilombola” começa a ser usado após a fundação da ACORQ, estabelecendo uma relação com um dos papéis assumidos pela Associação: representar a comunidade nas questões sociais relativas ao quilombo e as atividades culturais e do campo.

O que é quilombo?

Ajuda né, é pra ajudar essa pobreza...

Esqueci o que é... num é o que ajuda as pessoas (Josefa Estelina da Silva, 60 anos).

O que é quilombo?

Quilombo? Ói, o quilombo. Esse negócio, num é os quilombolas que fala. Esses quilombolas, que eu falo pra você. É um negócio pertencendo o povo antigo, que falava escravo, negros, né. [...]É isso mesmo, esse tal de quilombola pertence aos negros, aos escravos antigos. Só o couro. Esses negócios são os quilombolas, essa associação que tem carteira e tudo, são os quilombolas. Agora que aí já apareceu recurso pra nós e teve caba que passou a mão (Otávio Miguel da Silva, 76 anos).

Esses posicionamentos foram discutidos com todos os entrevistados: queríamos saber o que eles entendiam por quilombo e perguntamos se eles se consideram quilombolas e o que isso influenciava na vida deles. Nosso interesse não é definir o conceito de quilombo, mas saber até aonde eles sabem o que é, o que torna mais relevante, portanto, são as memórias do grupo em relação ao que seus moradores sabem sobre eles mesmos e o que foi apreendido com seus antepassados sobre os conceitos deixados por eles.

Os membros da comunidade assumem serem quilombolas, pois associam o termo com a associação da comunidade e as melhorias que trouxe ao quilombo. Todos os nossos entrevistados alegaram de modo consensual que Sambaquim mudou depois que “virou quilombo”. Tais mudanças vão desde os benefícios e recursos recebidos pelo grupo, até o modo como são vistos pela sociedade cupirense. Segundo o relato de Quitéria Josefa da Silva, e confirmado por outros moradores, durante as feiras de rua semanais no centro de Cupira, antes do processo de titularização da comunidade, os quilombolas eram tratados com preconceito.

Olhe, antes assim a gente ia as vezes pra feira e as pessoas chamava a gente de negro. Chama, olha os negros de Sambaquim, sempre isso acontecia. Não sei se hoje ainda acontece, mas eu acho que sim. Lá vão os negro de Sambaquim, olha os negros de Sambaquim. A gente ficava meio chateado (Quitéria Josefa da Silva, 43 anos).

Estivemos na feira municipal e conversamos com alguns feirantes, e questionamos se conheciam pessoas de Sambaquim. “Ah, os quilombolas?”, essa era a referência que faziam aos membros da comunidade. Muitos alegam que a comunidade era isolada e esquecida e que passou a ser vista depois que foi reconhecida como comunidade remanescente quilombola. Tal fato é visto com aprovação dentro do quilombo e afirmam dentro de suas falas quando perguntamos:

Você se considera quilombola? O que isso influencia em sua vida?

Com certeza. É inexplicável pra mim, eu não sei se é de mim mesma, mas eu considero muito ser quilombo [...] é muito histórico pra mim. Você é assim, pode ver... assim... eu não sou tão nova, chega por aí e fala assim: “Solange do Sambaquim”, todo mundo já me conhece, porque onde eu chego, na cidade, na rua em Cupira, lá fora onde for, falou mal de Sambaquim: Epa! Peraí, eu sou de Sambaquim. Eu já entro com tudo, tô nem aí ó, tenho nem medo de nada. Eu pra defender minha comunidade enfrento todo o perigo (Solônia Josefa da Silva, 38 anos).

Graças a Deus tenho orgulho mesmo de ser, de prazer de coração, juro mesmo, tô dizendo a você não é só da boca pra fora não (Otávio Miguel da Silva, 76 anos).

O resultado das nossas entrevistas evidencia uma construção identitária recente sobre ser quilombola. Esse discurso é novo na comunidade, ganhando força a partir da certificação. Mesmo assim, existe uma consciência e um conhecimento sobre sua origem histórica, fato comprovado na fala dos moradores que é justificada por uma ancestralidade comum: descendentes de escravos. A mediação se torna perceptível porque os entrevistados tomam como referência a titulação. Em outras palavras, eles sabem que são quilombolas desde que nasceram, mas só se sentiram quilombolas depois de um documento oficial.

Com base nos testemunhos orais do grupo construímos essa análise sobre a identidade negra em Sambaquim e como eles atualizaram esse conceito. A revalorização da cor passou a ser o símbolo da luta e tem evocado uma nova percepção sobre eles mesmo e nos processos identitários. Hoje, após a certificação, a comunidade começou a se politizar e a buscar melhorias para quilombo.

A identidade negra no quilombo Sambaquim de hoje, como foi discutida no ponto anterior, se tornou essa realidade da qual se fala tanto, mas sem definir no fundo o que ela é ou em que ela consiste. A identidade objetiva apresentada através das características culturais, linguísticas é confundida com a identidade subjetiva, que é a maneira como o próprio grupo se define ou é definido pela sociedade.

Tomar consciência histórica da resistência cultural e da importância de sua participação na cultura brasileira atual é o que importa e deveria fazer parte do processo de busca da identidade negra por parte da elite politizada. Mas basear busca e construção de sua identidade na “atualmente” dita cultura negra é problemático, pois em nível vivido outros segmentos da população brasileira poderiam lançar mão da mesma cultura e nem todos os negros que no plano da retórica “cantam” a cultura negra a vivem exclusiva e separadamente dentro do contexto brasileiro, assim como não existem brancos vivendo exclusiva e separadamente a cultura dita branca (MUNANGA, 2012, p. 17).

Essa breve discussão evidencia não só os conceitos e a ressemantização do termo quilombo dentro da comunidade através das lutas e conquistas históricas. Mas de um povo que há muito estiveram excluídos das políticas públicas. Sambaquim, como comunidade remanescente de quilombo, permanece nas mesmas terras de origem ganhando visibilidade não apenas como terra de descendentes de escravos, mas principalmente como protagonistas da sua própria história.

A identidade está diretamente vinculada a percepção que cada grupo ou indivíduo tem de si próprio. O quilombola que foi ou é alvo de preconceito ou que foi discriminado não só pela cor da pele, mas também por seu local de origem, tenta se tornar um “igual” e a aceitar uma condição falsa dos outros sobre a construção do seu próprio eu, utilizando o argumento do agressor para sua transformação sobre si.

Assim, os valores culturais herdados dos seus descendentes passam a ter menos aceitação pelos jovens da comunidade, porque se tornou motivo de constrangimento, buscando uma identidade que não pertence a si e nem ao quilombo. Uma consequência do preconceito ao qual o quilombola se tornou vítima, ressaltando como é confirmado na fala da neta de Ulisses Francisco da Silva, “*se algo de errado acontecer na cidade, foi Sambaquim*”. Porém, mesmo diante das atitudes discriminatórias, ela como membro da comunidade, não se tornou vulnerável e ainda afirma: “*é um orgulho pra comunidade de Sambaquim ser parte dos quilombolas. Eu me sinto. Se alguém me perguntar eu digo que sou de Sambaquim com muito orgulho*”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. São Paulo: ABA/FGV, 2002.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas**. Tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.
- DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. História dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/031. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 7, jul./out. 2013.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 8.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003, p. 79.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 109.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**, v. IV, n. 2, p. 341, 2000.
- MATTOS, Hebe; CASTRO, H. M. M. Políticas de reparação e identidade coletiva no mundo rural: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, 2006, p. 169.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebeldia negra**. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 16.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 17.
- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980, p. 256.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 9.
- SANTOS, Alexandre; DOULA, Sheila Maria. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafio à prática extensionista. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 82, jul./dez. 2008.

FONTES ORAIS

FILHO, João Miguel. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 29 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

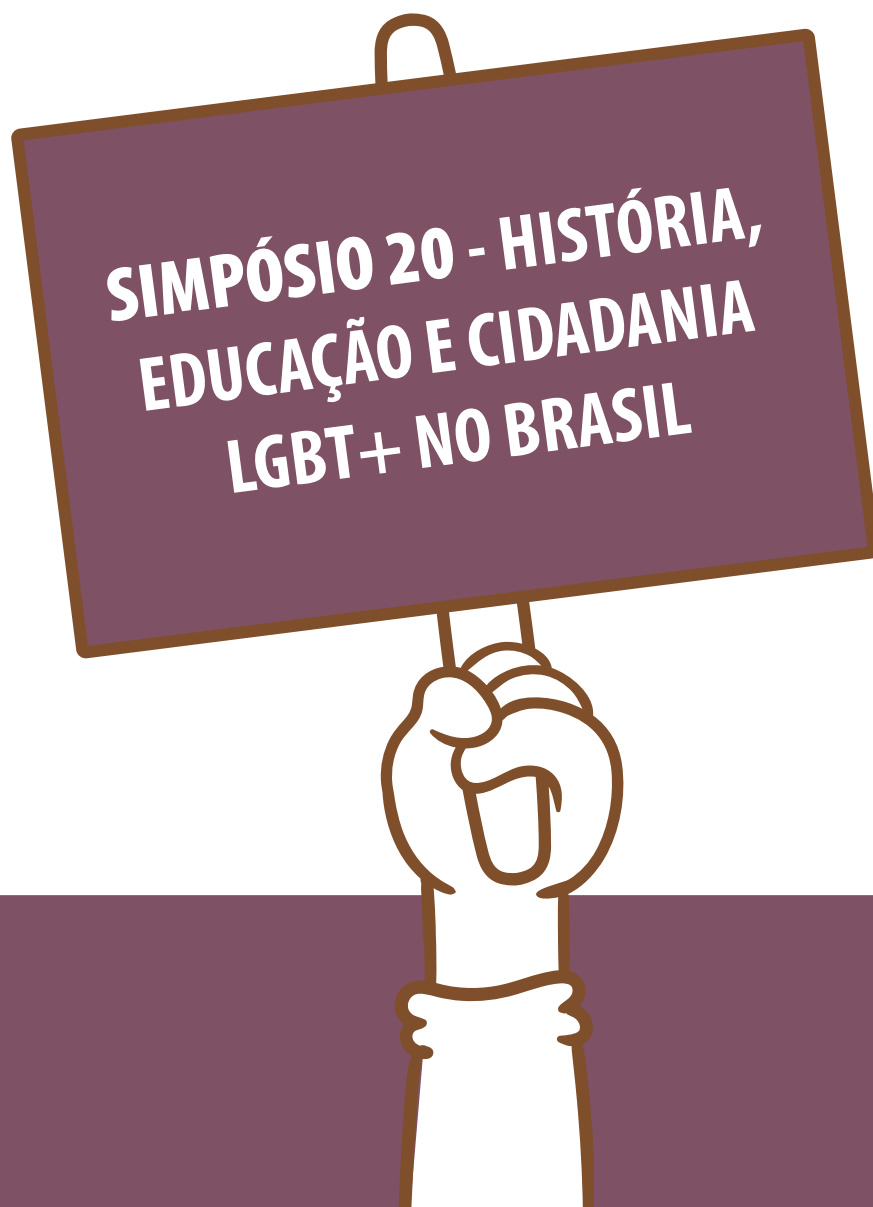
SILVA, José Joaquim da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 29 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Josefa Estelina da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 29 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Otávio Miguel da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 29 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Quitéria Josefa da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 29 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Solônia Josefa da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 29 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.



A EXPERIÊNCIA DOCENTE NO COLETIVO PELA EDUCAÇÃO POPULAR TransENEM: POR UM ENSINO DE HISTÓRIA QUE TRANSGRIDA A CISNORMATIVIDADE (2016-2019)

Caio de Souza Tedesco¹

Resumo: Este trabalho parte da minha experiência enquanto professor de História no Coletivo pela Educação Popular TransENEM, enquanto docente transgênero e pesquisador das áreas de Gênero e Sexualidades e História. O coletivo mencionado, trata-se de um espaço de Educação não-formal que proporciona cursos preparatórios para provas de conclusão do Ensino Médio e inserção em universidades à população LGBTQI+ de Porto Alegre e região, com foco em pessoas transgêneras (mulheres travestis, homens e mulheres transexuais e/ou transgêneros e pessoas transgêneras não-binárias). Objetivo tecer reflexões acerca de gênero, sexualidade e ensino de História, sobretudo no que condiz à importância e a potencialidade do ensino de História em tensionar a cisnormatividade. Coloco em questão: (como) é possível o ensino de História transgredir a cisnormatividade? Para tanto, busco estabelecer um diálogo entre concepções teórico-metodológicas pós-estruturalistas, transfeministas e de Educação Popular, com base em Paulo Freire, Guacira Lopes Louro, bell hooks, Michel Foucault, Judith Butler e Viviane Vergueiro Simakawa.

Palavras-chave: Ensino de História; Transgeneridade; Gênero e Sexualidades.

O presente trabalho surgiu de inquietações que se atravessam, se cruzam e, de certa maneira, partem de problemáticas que se retroalimentam: a relação entre cisnormatividade, historiografia e ensino de história. Pretendo, em termos gerais, estabelecer uma reflexão sobre a potencialidade e o dever do ensino de história em romper com a cisnormatividade, sob uma perspectiva *queer* e transfeminista. Para tanto, parto tanto da minha experiência no *Coletivo pela Educação Popular TransENEM*, no qual atuo como professor de história desde 2016.

Dessa maneira, pretendo, abaixo: contextualizar brevemente o Coletivo pela Educação Popular TransENEM; discorrer sobre gênero, sexualidade, cisnormatividade e ensino de história a partir de questionamentos que despontaram na experiência em ensino de história no âmbito deste coletivo; e, por fim, colocar em questão: por que o ensino de história pode e deve transgredir com a cisnormatividade?

O COLETIVO PELA EDUCAÇÃO POPULAR TRANSEENEM

Fundado no ano de 2016, o Coletivo pela Educação Popular TransENEM funciona como programa de extensão vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Porto Alegre. Como o nome indica, trata-se de um co-

¹ *Transhomem*. Mestrando (2020) e Licenciado (2019) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professor de História e Organizador do Coletivo pela Educação Popular TransENEM POA.

letivo de Educação Popular voltado para as pessoas LGBTQIAP+², com foco na população transgênera³. Inclusive, inicialmente o coletivo oferecia um curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que era exclusivo a mulheres e homens transexuais, mulheres travestis e transgêneros binários e não-binários. Somente após outubro de 2017 que tornou-se *cis inclusivo*⁴.

Desde sua criação, já passaram pelo coletivo, aproximadamente, 60 alunes⁵ — nas turmas de 2016 a 2019, entre as quais, 22 acessaram o ensino superior. Outros concluíram o ensino médio, inseriram-se no mercado de trabalho formal e também tornaram-se militantes e/ou ativistas.

É relevante destacar, conforme Gabrielle Gazapina Guimarães (2018) elucida, o TransENEM surgiu em um momento no qual outros cursos e coletivos de Educação voltados para a população trans também estavam sendo criados, como o EducaTrans de Sergipe e o Transcidadania de São Paulo. Essas iniciativas surgiram porque a Educação é um dos direitos humanos que é negado a pessoas trans no Brasil. Segundo o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, apenas cerca de 50% dos transgêneros brasileiros possui Ensino Médio completo. Os índices apresentados em 2019 pelo Projeto Além do Arco-Íris, do Grupo Cultural AfroReggae, são ainda mais sérios: mostram que somente 0,02% da população trans está na Universidade, 72% não possui o Ensino Médio completo e 56% nem concluiu o Ensino Fundamental (LUC, 2019).

Como pressupostos teóricos que orientam as ações realizadas no âmbito do coletivo, há a articulação de uma pedagogia *queer* com uma pedagogia engajada. Primeiro, com base em Guacira Lopes Louro, apreende-se que os espaços de ensino-aprendizagem, sejam eles formais ou não, são locais de disputa de poder que não estão descolados do *sistema gênero/sexo e desejo* (BUTLER, 2015) — o que se torna visível nos dados trazidos acima. Em vista disso, é possível, a partir da Educação, tensionar os discursos hegemônicos no que condiz à cisheteronormatividade. Logo, devido à evasão sofrida pela população LGBTQIAP+ do ensino formal, coletivos de educação popular que proporcionam um ambiente seguro e acolhedor são espaços especialmente potentes tanto para o acesso à educação quanto para uma *deseeducação* no que tange à naturalização das normatizações sociais.

Além disso, Paulo Freire e bell hooks são dois alicerces que forjam o coletivo. Isto, pois, concebe-se que Educação Popular diz respeito ao fomento à autonomia e cidadania dos educandos, o que é parte visceral de uma *prática pedagógica libertária* (hooks, 2013). Para tanto, implicar os discentes no processo de ensino e aprendizagem,

² LGBTQ é a sigla mais comum para se referir a comunidade composta por aquelas e aqueles que divergem da cisheteronormatividade. As três primeiras letras referem-se à orientação sexual: L, para mulheres lésbicas; G, para homens gays; B, para pessoas bissexuais. O T abrange pessoas que divergem da cisheteronormatividade, refere-se à identidade de gênero, e corresponde às pessoas trans - transgêneros, transexuais e travestis. Todavia, escolhi LGBTQIAP+, considerando a pluralidade da gama de possibilidades de identificações em relação à identidade de gênero e/ou orientação sexual divergentes da cisheteronorma, abrangendo também pessoas *Queer* (geralmente relacionada a expressão de gênero ou identidade de gênero não-binária), Intersexo (pessoas que, devido a questões genéticas, não são endossexuais - XX ou XY), Assexuais (sem atração sexual) e Pansexuais (atraem-se por pessoas independente do gênero). O sinal de soma busca mostrar a possibilidade de outras autoidentificações.

³ Transgênera é a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Também é a maneira de subjetivar-se, em termos de identidade de gênero, que sociohistoricamente foi e tem sido marginalizada, patologizada e considerada “anormal” (SIMAKAWA, 2015).

⁴ Contemplando pessoas cisgêneras que fazem parte da população LGBTQIAP+, sem que as vagas para alunes deixem de ser preferencialmente de pessoas transgêneras. Cisgênera é a pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Também é a maneira de subjetivar-se, em termos de identidade de gênero, sociohistoricamente (re)produzida enquanto única possibilidade, natural e normal (LOPES, 2017; SIMAKAWA, 2015). “Cis” é o termo comumente utilizado para abreviar.

⁵ Considerando o caráter político presente nesta escrita transfeminista, decidi utilizar a flexão de gênero neutra sempre que possível. Baseamo-nos no quarto sistema elencado no Guia para Linguagem Oral Não-Binária ou Neutra, disponível em: <<https://feliciagd.com/2016/01/30/guia-para-a-linguagem-oral-nao-binaria-ou-neutra/>>. Último acesso em: 26/11/2018.



compreender que conhecimento não é algo que se transfere, mas que se produz na relação, na *do-discência* (FREIRE, 1996) e promover vínculo e pertencimento, forma uma *comunidade de aprendizado* (HOOKS, 2013).

POR UM ENSINO DE HISTÓRIA TRANSGRESSOR: APONTAMENTOS SOBRE CISNORMATIVIDADE DESPONTADOS ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA NO TRANSENM

Ao longo do tempo lecionando no TransENEM, pude participar de e presenciar muitas situações que colocaram gênero e sexualidade em evidência na sala de aula de história. Tornou-se explícita a necessidade de enxergar-se no passado, bem como o ambiente era propício para expressar isso. Logo nas primeiras aulas, questionamentos como *professor, tinha travesti no Egito Antigo? Quem foram os eunucos? Será que eu sou tipo eles? É verdade que na Grécia Antiga só tinha sapatão e viado? Professor, onde tavam as travestis durante a ditadura?* se fizeram presentes. Tais indagações trouxeram consigo outras: por que abordar gênero e sexualidade no ensino de história? como?

Acredito que, primeiro, devamos entender gênero, sexo e sexualidade como constructos sociohistóricos que configuram a trama das relações de poder (BUTLER, 2015; SCOTT, 1995) em nossa sociedade. Ainda, respaldome em Anne Fausto-Sterling (2001), Genny Beemyn (2014), Guacira Lopes Louro (2007), Judith Butler (2015), Michel Foucault (2008; 2013), entre outros, para compreender que os discursos historiográficos são potentes para manutenção e/ou subversão e transformação da ordem social vigente: cisnormativa, heteronormativa, capitalista, racista, colonialista, machista, cissexista. Além disso, com base em Michel de Certeau (1982; 2011), entendo que a produção historiográfica possui funções sociais e, dessa maneira, é necessário atentarmos para a potência transformadora do passado representando uma diferença, e para responsabilidade do ofício des historiadores em pesquisar, analisar e elaborar narrativas que promovam essa transformação.

Em relação ao ensino de história em si, penso que abordar a historicidade das relações de gênero esteja de acordo com um ensino de história voltado para os direitos humanos. Conforme Lauri Miranda Silva (2020) afirma,

[...] é necessário repensar o papel d@s professor@s no ensino de história, promover ações pedagógicas e mecanismos voltadas às temáticas de gênero e sexualidade. O nosso trabalho se relaciona com os direitos humanos e não podemos de forma alguma corroborar com o sexismo, homotransfobia, machismo e racismo na escola. (SILVA, 2020, p. 56)

Ainda, de acordo com Juliana Alves de Andrade, Carmem Zeli de Vargas Gil e Juliana Pirola Balestra: *o ensino de história tem se tornado um lugar de resistência ao enfrentar o desafio de educar para a defesa dos direitos humanos. O papel do ensino de história é ensinar a conviver com a diversidade e a se posicionar no mundo.* (ANDRADE et al, 2018, p. 5).

Logo, parece-me visível o porquê devemos trabalhar com gênero e sexualidade no ensino de história: a fim de promover uma prática voltada aos direitos humanos, que sensibilize, conscientize, que *fomente alteridade* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012). Todavia, a cisnormatividade impera na historiografia e no ensino de história no Brasil, país em que a expectativa de vida de uma pessoa transgênera é de 35 anos, enquanto a de uma pessoa cisgênera é de, em média, 75 anos (LOPES, 2017; BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Dessa forma, a indagação sobre como abordar gênero e sexualidade no ensino de história entra em questão. Isto, pois, é possível discorrer sobre história das mulheres, tratar como uma curiosidade, partir da perspectiva do determinismo e/ou fundacionalismo biológicos (NICHOLSON, 2001). Porém, quaisquer uma dessas maneiras



seguem a (re)produzir a cisnormatividade e continuam servindo para corroborar com esta realidade na qual os índices de assassinatos cometidos contra pessoas trans aumentam.

Como é possível romper com a cisnormatividade? Antes, é necessário compreender o conceito. O termo mais utilizado para versar sobre as violências cometidas contra a população trans é “transfobia”. Contudo, este conceito esvazia o caráter social e histórico dessas violências. O supracitado conceito de cisnormatividade, no entanto, permite que compreendamos essas violências em termos sociohistóricos (SIMAKAWA, 2015).

Cisnormatividade, em termos gerais, trata-se da normatização da cisgeneridade como única performance natural e possível no que condiz à gênero. Cisgeneridade, por sua vez, é a identidade de gênero normativa e naturalizada, que se caracteriza principalmente enquanto binária (homem x mulher) e genitalista — homem é quem nasce com pênis e mulher quem nasce com vagina (LOPES, 2017; SIMAKAWA, 2015). Enquanto constructo sociohistórico, depende de uma (re)produção contínua para se (re)estabelecer. Por meio de instituições, autoridades, discursos, dispositivos e tecnologias de poder — biopoder, que a cisgeneridade constantemente se reitera enquanto norma. Dessa maneira, as relações de poder, no que condiz à gênero, estruturam-se hierarquicamente, colocando a cisgeneridade não somente no lugar da performance natural e normal, mas *humana* de gênero; a transgeneridade, por sua vez, é patologizada, anormalizada e *desumanizada*.

A desumanização, por sua vez, é um processo de caráter ontológico da negação da humanidade deste contingente populacional, elabora-se a partir de discursos médico-patologizantes, religiosos, midiáticos, jurídicos, escolares, institucionais etc. No que condiz ao discurso historiográfico, aparece no silêncio: a pretensa falta de história, relacionada a uma pretensa falta de existência humana de *pessoas de gênero inconforme* (OLIVEIRA; PORTO, 2014; WALSH, 2009; BEEMYN, 2014).

Dessa maneira, é possível e preciso dar importância às potencialidades da história e do ensino de história em romper com as *fantasias ciscoloniais*, como diz Viviane Vergueiro Simakawa, que promovem constantemente a tentativa de assassinar a transgeneridade como maneira de ser e existir humanamente no mundo, desde o nascimento até após a morte do sujeito⁶. É preciso historicizar gêneros e corpos, e desnaturalizar a cisgeneridade a partir da historiografia e do ensino de história.

Ainda assim, retornamos às perguntas feitas por alunes do TransENEM e, coloco em questão: como elucidar que não havia travestis no Egito Antigo? Que eunucos não eram “pessoas sem gênero” ou que na Grécia antiga os homens não eram gays e as mulheres não eram lésbicas? Como abordar que as relações de gênero são construídas historicamente sem que isso corrobore com os silêncios sepulcrais de Clio que naturalizam a cisgeneridade e patologizam a transgeneridade?

São poucas as pesquisas sobre ensino de história, teoria *queer* e/ou transfeminismo que problematizam a cisnormatividade. Por enquanto, é um campo de pesquisa praticamente inexplorado. Porém, os trabalhos de Andressa Borba Nunes, Bibiana Harrote Pereira da Silva e Caio de Souza Tedesco (2018), Lauri Miranda Silva (2020) e Priscila Spindler Corrêa Nunes (2020) demonstram que é possível promover esse diálogo e expõem sua relevância.

⁶ Quando designam gênero a partir da pressuposição de que exista sexo biológico; quando a sua existência é negada, frente ao recuso em referir-se à pessoa em nome e pronome de acordo com sua autoidentificação de gênero; quando a rua e a noite tornam-se únicos local e horário disponíveis para circular socialmente; quando o banheiro, a casa, a escola, nos é proibido; quando somos objetos de desejos fetichistas, mas jamais sujeitos de afeto; quando mulheres transexuais e travestis são assassinadas; quando transmasculinos são suicidados após serem submetidos a uma série de violências psicológicas, simbólicas, sexuais e físicas; quando negam reconhecer nossas identidades mesmo depois da morte, a exemplo de Lourival Bezerra de Sá, cuja história foi noticiada no Fantástico como “mulher que fingia ser homem” após seu falecimento (ANTUNES, 2019).



O primeiro, trata-se de um artigo que desenvolvemos sobre a prática de iniciação à docência em história, gênero e sexualidade; o segundo, de um artigo elaborado por Silva que discorre sobre ensino de história, gênero e sexualidade através da sua experiência na Educação Básica na Rede Pública de Rondônia; o terceiro, da dissertação de mestrado de Nunes, na qual a autora pesquisou possibilidades de elaboração de um currículo de história *antinormativo* sob uma perspectiva *queer*. Entre a investigação de questionários, filmes e sua própria experiência docente, as aulas de história do Coletivo pela Educação Popular TransENEM, bem como a formação de professorias, aula inaugural e assembleias do segundo semestre de 2019 fizeram parte de suas análises e processo de pesquisa.

Destaco elementos em comum nestes trabalhos, tais como: a articulação entre pressupostos teórico-metodológicos *queer* e transfeminista com a de uma pedagogia engajada, com base em Paulo Freire e bell hooks; a perspectiva de um ensino de história voltado para a defesa dos direitos humanos; o entendimento da relação entre ensino de história e (re)produção de subjetividades. Ainda, os três trabalhos evidenciam: a falta de diálogo entre o campo do ensino de história e da teoria *queer* sob um prisma **anticisnormativo**; que este diálogo é possível e necessário de ser feito.

Na experiência docente em ensino de história no TransENEM, buscamos, por exemplo, quando abordamos Egito Antigo, citar Hatshepsut⁷; quando discorremos sobre o processo de invasão e conquista das Américas, lembramos das pessoas dois-espírito e como o colonialismo europeu trouxe consigo o binarismo de gênero e o genitalismo (BEEMYN, 2014; SIMAKAWA, 2015); quando o assunto é ditadura militar no Brasil lembramos da operação tarântula⁸ e trazemos a trajetória de João Walter Nery, transhomem pioneiro.

Conforme Nunes coloca,

O que podemos analisar das aulas de História do TransENEM é ter o cuidado para trazer alguns exemplos em que os/as/es alunos/as/es se sintam representados/as/es, trazem exemplos de homens sem ter um pensamento exclusivamente machista, mulheres e LGBTQIA+, ou pessoas que se vestem sem ser no padrão de masculinidade da atualidade. Sabemos que vários/as/es professores/as fazem isso em suas aulas, tentando resgatar um modo de ver o passado em que existam pessoas de todas as identidades de gênero e de orientações sexuais, criando, assim, um espaço que tem condição de possibilidade de pensar e produzir novas narrativas sobre esse passado. (NUNES, 2020, p. 77)

Diante disto, coloco em evidência a potencialidade do ensino de história não somente para o desenvolvimento da alteridade, como coloca Durval Muniz de Albuquerque Júnior, mas para uma alteração da relação consigo mesmo. Enfatizo isto, pois pensar em um ensino de história *queer* e transfeminista é considerar que as subjetivações, no que condiz à gênero, fazem com que quem diverge da cisheteronormatividade esteja no lugar do “Outro” na nossa cultura.

Nesse sentido, a problemática da humanização/desumanização retorna. Retomo Catherine Walsh que, ao discorrer sobre pedagogia decolonial, elucida que a colonização promoveu a desumanização que, em termos de raça, é “assunto de (não)existência histórico-racial” (WALSH, 2009, pg. 34). A partir da supracitada pesquisa elaborada por Viviane Vergueiro Simakawa, *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*, tornou-se evidente a relação estreita entre colonialismo, cisnormatividade e processos de desumanização, da qual ressalto a falácia de uma não-existência histórica. Assim,

⁷ Mais sobre disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/hatshepsut.htm>. Acesso em: 22 ago.2020.

⁸ Mais sobre disponível em: <https://br.blastingnews.com/brasil/2016/08/operacao-tarantula-a-caca-as-travestis-no-brasil-durante-os-anos-1970-e-80-001082057.html>. Acesso em: 22 ago. 2020.



a ausência de história LGBTQIAP+, além de colocar essa população, sobretudo pessoas trans, como Outro, coloca como aquele que nem deveria existir. Dessa maneira, enxergar-se implicado nas narrativas históricas proporciona um movimento subjetivo de compreender-se como um Eu possível, digno de direitos e, inclusive, de existir⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR QUE O ENSINO DE HISTÓRIA PODE E DEVE TRANSGREDIR COM A CISNORMATIVIDADE?

É inegável que há uma falta de historicização sobretudo no que condiz à identidades de gênero. Inspiro-me em Donna Haraway para afirmar que é historicizando significados e corpos, que corpos e significados plurais podem vir a ter futuro, pois, como a autora elucida,

Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro. (HARAWAY, 1995, p. 15-16)

Portanto, quando me refiro ao dever e a potência do ensino de história em tensionar a cisnormatividade e fomentar a possibilidade de corpos e significados terem futuro, refiro-me em apostar em um futuro no qual pessoas trans possam envelhecer, viver e existir; e no qual nossa luta por existência não seja apagada após nossas mortes.

Portanto, por que desconsiderar as relações entre presente e passado nas narrativas históricas em sala de aula no que condiz à gênero? Por que não inverter a lógica de historicizar e marcar somente o que é considerado diferente? Por que não colocar em questão: será que tinha *amapoa*¹⁰ no Egito Antigo?

Em outras palavras, se gênero, sexo e desejo são constructos sociohistóricos, se nos subjetivamo-nos e corporificamo-nos através do escopo sociohistórico (BUTLER, 2015; FAUSTO-STERLING, 2001), por que somente a transgeneridade deva ser marcada como histórica, quando marcada?

O ensino de história pode e deve transgredir com a cisnormatividade, se fazer anticisnormativo, na medida em que consideramos as funções sociais da história, a formação cidadã, o fomento à alteridade no ensino de história e relação entre ensino de história e (re)produção de subjetividades. É necessário desenvolver ações propositivas que tragam a historicização das relações de gênero para a sala de aula. Isto é tecer, pela via do ensino de história, o combate ao processo de desumanização deste contingente populacional, a promoção da humanização e a defesa dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?. In: GONÇALVES, M. A. *et al.* (Orgs). **Qual o valor da história hoje?**. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2012.

ANDRADE, Juliana Alves; GIL, Carmem Zeli de Vargas; BALESTRA, Juliana Pirola. Ensino de História, Direitos Humanos e Temas Sensíveis. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, jun. 2018. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHJ/article/view/458>. Acesso em: 09 set. 2020.

⁹ Um dos efeitos cruéis do processo de desumanização sofrido pela população trans é o suicídio. Não é coincidência de que no país que mais mata pessoas trans, 85,7% dos homens trans já tenham considerado ou tentado se suicidar (NOGUEIRA *et al*, 2017).

¹⁰ *Amapoa* significa **mulher cis**. A palavra provém do Pajubá, dialeto de origem popular que mescla várias línguas africanas. Muito difundido entre mulheres travestis, passou a ser considerado o “dialeto LGBTQ” (MILLER, 2020).



ANTUNES, Lena. Por que não reconhecer Lourival Bezerra como homem trans é falha institucional. **Huffpost**, 06 fev. 2019. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/lourival-bezerra-homem-trans_br_5c5af2d2e4b087104759a645. Acesso em: 16 jun. 2020

BEE MYN, Genny. **Transgender History in the United States**. E-book. 2014. Disponível em: https://www.umass.edu/stone-wall/sites/default/files/Infoforandabout/transpeople/genmy_beemyn_transgender_history_in_the_united_states.pdf. Acesso em: 02 out. 2019.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BORBA, Andressa; HARROTE, Bibiana Pereira da Silva; TEDESCO, Caio de Souza. Gênero e ensino de História: reflexões sobre práticas de iniciação à docência no PIBID/História (UFRGS). **Revista do LHIESTE**, Porto Alegre, v. 5, n. 7, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhieste/article/view/82576>. Acesso em: 22 ago. 2020.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/ gênero/ desejo. In: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 17-70.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 105-119.

CERTEAU, Michel de. A história, ciência e ficção. In: CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 45-91.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. O ensino da História e os estudos de gênero na historiografia brasileira. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 53, p. 295-314, jan./jun. 2015.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em Duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, p. 9-79, 2001/02.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 07-41, 1995.

HOOKE, Bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

GUIMARÃES, Gabrielle Gazapina. **TransENEM POA: etnografia sobre um curso pré-vestibular de educação popular voltado à pessoas transexuais, mulheres travestis e LGB inclusivo**. 2018. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ITAQUI, Cintia. **Possibilidades de acesso à Educação Superior: a experiência do TRANSENEM Porto Alegre**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unilasalle.edu.br/bits-tream/11690/1118/1/citaqui.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

LAQUEUR, Thomas. Da linguagem e da carne. In: LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 13-40.

LOPES, Fábio Henrique. Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário. In: NETO, Miguel Rodrigues de Souza; GOMES, Aginaldo Rodrigues (orgs). **História & Teoria Queer**. Salvador: Devires. 2017. p. 77-99.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUC, Mauren. Violência contra pessoas trans ainda é invisível. **Plural Jornal**, 22 out. 2019. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/violencia-contra-pessoas-trans-ainda-e-invisivel/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MILLER, Victor. Dicionário Pajubá: conheça alguns dos termos populares entre LGBTs. **Gay.Blog.**, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://gay.blog.br/gay/dicionario-pajuba-conheca-alguns-dos-termos-populares-entre-lgbts/>. Acesso em: 13 maio 2020.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.



NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim et al. **Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans**. 2017. Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/01/A-Geografia-dos-Corpos-Trans.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

NUNES, Priscila Spindler Corrêa. **Gênero e sexualidade nas aulas de História: composições para um currículo antinormativo**. 2020. 183p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – PPGEH/IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2020.

OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcanti de; PORTO, Tauane Caldeira. A Transfobia e a Negação de Direitos Sociais: A Luta de Travestis e Transexuais pelo Acesso à Educação. **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**, São Leopoldo, v. 4, p. 322-336, 2016.

PRESTES, Liliane Madruga et al. Compartilhando experiências entre NEPGS/IFRS-POA e Coletivo Popular TransENEM. In: SONZA, Andréa Poletto et al. (orgs). **Afirmar - a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões**. 2020. p. 342-349.

RIBEIRO JUNIOR, Benedito Inácio. Estudos *queer* na historiografia brasileira (2008-2016). In: NETO, Miguel Rodrigues de Souza; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs). **História & Teoria Queer**. Salvador: Devires. 2017. p. 143-173.

ROCHA, Cássio Bruno de Araújo. Teoria *queer* entre a pós-modernidade e o presentismo: um caminho crítico possível?. **Periódicus**, v. 1, n. 6, p. 212-240, nov. 2016/abr.2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Lauri Miranda. Experiências e Estratégias no Ensino de História Sobre Gênero e Sexualidade na Educação Básica em Triunfo/Candeias do Jamari-RO. **Fronteiras: Revista de História**, v. 22, n. 39, p. 50-66, jan./jun. 2020.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244p. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, reexistir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-42.

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE MEMÓRIA, ESQUECIMENTO, SILENCIAMENTO E IDENTIDADE: TRAVESTILIDADES INDÍGENAS, AS CUDINAS DO POVO MBAYÁ-GUAICURU (XVIII-XIX)

Dandriel Henrique da Silva Borges¹

Resumo: O presente artigo deriva da apresentação oral ocorrida na “I Semana Internacional de e IX Semana de Ciências Humanas” da UFMS, em setembro de 2020. A construção do mesmo se dá em três partes: A primeira faz uma contextualização histórica geral sobre os mbayá-guaicurus; a segunda traz uma rápida análise de algumas fontes sobre mbayá-guaicurus, que mencionam cudinas, indígenas do sexo masculino, que executavam papéis sociais mais comumente performado pelas pessoas de sexo feminino no seu povo; a terceira diz respeito a uma discussão teórica sobre memória, esquecimento, silenciamento e identidade, tomando como referência autores como Michael Pollak (1989), Maurice Halbwachs (2003), Paul Ricoeur (2007), Frantz Fanon (2008), Jacques Le Goff (2013) e Joël Candau (2019), e aplicando seus conceitos sobre questões apresentadas nas primeiras sessões do texto.

Palavras-chave: História indígena; Memória; Gênero.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No centro-sul da América do Sul encontra-se uma vasta extensão territorial, com mais de 700.000 Km, chamada de Chaco ou Gran Chaco. Localizada entre parte de territórios hoje ocupados por quatro países, Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai, é uma região de topografia majoritariamente formada por planícies. Embora seja um território, no geral, seco, há presença de rios e outros afluentes irrigando a região (SILVA, 2014, p. 41-42). Desde as primeiras incursões europeias na região há relatos sobre a ocupação de diferentes grupos indígenas no Chaco.

Dentre os grupos que ocupavam essa região, um dos que mais se destacavam eram os mbayá-guaicurus, indígenas tidos como “caçadores coletores”, lembrados por antigos escritos de autoria de europeus (e seus descendentes) enquanto indígenas hostis, guerreiros perigosos, mesmo para aqueles que consideravam superiores a eles.

Segundo Giovani Silva (2014, p. 43), os diferentes subgrupos que hoje são lembrados de modo a serem agrupados na família linguística guaicuru eram, dentre as diversas etnias que viviam no Chaco, “os que mais extensamente se distribuía” na região. O mesmo autor ressalta que, embora houvessem diferentes subgrupos guaicurus, esses “mantinham certa unidade territorial”.

Uma das principais motivações de certo destaque sobre os mbayá-guaicurus quando pensamos no Chaco é a forte resistência que eles estabeleceram, contra os espanhóis desde o século XVI e contra os portugueses, que começaram a estender suas ambições geográficas mais para o interior do continente, de modo mais concreto, apenas a partir do século XVIII.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8508-7114>. E-mail: dandriel.henrique@gmail.com. Sob a orientação do Profº Drº Cesar de Miranda Lemos (UFRJ)

Um das primeiras mudanças que o contato com europeus, ainda no século XVI, promoveu, foi a inclusão de cavalos no modo de vida guaicurus. Se antes eles já estavam bem distribuídos geograficamente e tinham, inclusive, relações de dominação para com outras etnias, como os agricultores guana (atualmente nomeado de chané), com a inclusão dos equinos as potencialidades de transporte, captura de cativos e controle de amplas terras, além de novos modos de guerrear (VANGELISTA, 1993, p. 60-61), foram essenciais para a expansão dos domínios guaicurus no centro-sul da América do Sul, cujo ápice teria ocorrido em meados do século XVIII (HERBERTS, 1998, p. 33-34).

As primeiras povoações lusas sofreram constantes ataques por parte dos guaicurus. Em resposta, expedições luso-brasileiras de caráter bélico foram enviadas, mas sem conseguirem resultados efetivos. A presença portuguesa, na região da atual fronteira entre o Paraguai e o estado brasileiro do Mato Grosso do Sul, só começou a se consolidar nas últimas décadas do século XVIII, com a construção de fortificações militares nessa região que na época era ainda constantemente palco de conflitos entre portugueses, espanhóis e indígenas (HERBERTS, 1998, p. 48). Com o aumento de falantes de português nessa região, entre o final desse século e o decorrer do seguinte, aumentam também a produção de escritos sobre os mbayá-guaicurus.

No decorrer do século XVIII, com a soma de conflitos com outras etnias indígenas, somadas as expedições punitivas que vinham tanto de espanhóis quanto de portugueses, os territórios e o controle desses por parte dos guaicurus sofrem um grave processo de enfraquecimento (HERBERTS, 1998, p. 49; WEBER, 2008, p. 3).

As últimas décadas do século XVIII foram marcadas por uma iniciativa de aproximação do governo luso-brasileiro aos mbayá-guaicurus. Com a melhora das relações entre esses, houve uma tendência migratória que teria aproximado territorialmente os indígenas dos portugueses. Diferentes grupos que estavam no lado oriental do rio Paraguai, território do atual Paraguai, passaram a viver no lado ocidental, onde hoje se localiza estado brasileiro do Mato Grosso do Sul. A aliança com os indígenas teria um papel essencial na garantia dos interesses fronteiriços da coroa portuguesa (WEBER, 2008, p. 3-4; ROLLER, 2018, p. 650).

Aliás, num caso pouco usual naquele tempo e região, ocorreu uma aliança formal entre a coroa e os mbayá-guaicurus. Em 1791 um grupo de indígenas, incluindo dois chefes, interpretados pelos portugueses enquanto representantes do povo guaicuru, se encontram com representantes portugueses para “assinarem” o Tratado de Paz. É importante ter em mente o esclarecimento trazido por Astor Weber que afirma que, mesmo fontes colocando como se esses chefes tivessem assinado o tal tratado, não foi isso que aconteceu. Esses indígenas se quer sabiam ler e escrever, tais características não eram comuns ao seu modo de vida (2008, p. 5-8). O que não quer dizer que eles não tivessem interesses no Tratado, mas coloca em dúvida o pleno entendimento desses indivíduos sobre a plenitude do que foi estabelecido. Seja como for, nos anos seguintes outros chefes indígenas se encontraram com portugueses para formalizar a aliança (VANGELISTA, 1993, p. 65).

Não podemos cometer o erro de interpretar os indígenas como seres passivos ou sem ação. A romantização em nada contribui para os estudos que versam sobre a história de populações indígenas. Do mesmo modo que portugueses manipularam indígenas, os guaicurus também manipularam os europeus e euro-americanos (FERREIRA, 2009, p. 123; ROLLER, 2018, p. 655). Havia jogos de interesses diversos, mesmo dentro da mesma etnia indígena.

O século XIX foi marcado pelo decréscimo populacional dos antigos guaicurus. Dos diferentes subgrupos que já compuseram os povos da família linguístico guaicuru, ao final do século citado, o único que continua a aparecer nas fontes são os kadiwéu (HERBERTS, 1998, p. 53; ROLLER, 2018, p. 650).

O decréscimo populacional no século XIX não é um acontecimento exclusivo dos guaicurus. Ainda assim, pensando especificamente nesses grupos, distintos autores apontam algumas questões que devem ter contribuído com isso. Um exemplo seriam os escritos de Ana Lúcia Heberts, a qual coloca as mortes decorrentes da Guerra do Paraguai, na qual os guaicurus foram atores essenciais para a manutenção dos interesses fronteiriços brasileiros, enquanto uma das tais motivações (HERBERTS, 1998, p. 53).

AS CUDINAS NAS FONTES

Não é enfoque do texto aqui em construção a elaboração de uma análise exaustiva sobre as raras fontes escritas que mencionam as cudinas. A duração da apresentação oral que originou esses escritos, assim como as limitações de tamanho do mesmo, contribuíram para a opção por escolhas e recortes metodológicos mais definidos e limitados. A exemplo da maior atenção e espaço despendido no próximo subtópico, que trará a discussão teórica central para esse texto. Ainda assim, até pensando na necessidade de se embasar as discussões que serão construídas em sequência, aqui será elaborada uma rápida análise de diferentes colocações que autores dos séculos XVIII e XIX escreveram sobre as cudinas.

Antes de entrar nos escritos sobre, é necessário explicar então quem seriam as cudinas: Indígenas do povo mbayá-guaicuru, de sexo masculino, que no dia-a-dia da convivência dentre seu povo performavam identidades tais quais aquelas mais comumente executadas pelas pessoas de sexo feminino. Em outras palavras, seriam indivíduos classificados pelos escritos europeus (e euro-americanos) enquanto “homens”, mas que performariam papéis sociais que eram compartilhados com as mulheres de suas comunidades. Essa performatividade incluiria desde trabalhos e indumentárias, até relacionamentos com indivíduos que exerciam papéis sociais distintos dos seus, indivíduos esses de mesmo sexo que as cudinas.

O primeiro relato encontrado mencionando as cudinas data de pouco após o Tratado de Paz aqui já mencionado. Em 1795, Francisco Rodrigues de Prado, na época comandante do Presídio de Nova Coimbra (também chamado de Forte de Coimbra ou Forte Novo de Coimbra), escreve um texto que, mais de 40 anos depois, em 1839 é publicado no tomo I da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (RIHGB) com o título de *Índios cavaleiros ou da nação guaycuru*. Nele afirma que as cudinas são “meretrizes desta nação [guaicuru], que faz uso do peccado amaldiçoado por São Paulo, e outros que impedem a propagação humana (PRADO, 1839, p. 27)”. Um fato curioso é que, décadas antes, em 1814, no jornal *O Patriota*, foi publicado sob o nome *Índios cavaleiros, da nação guaycuru*, uma outra versão desse texto. Embora consideravelmente idêntica, não possui o trecho citado. Ambas as versões foram publicadas após a morte do autor, que faleceu em 1804. Não se sabe se as distinções derivam de diferentes manuscritos ou se aconteceram edições por intermédio de algum editor, seja do jornal *O Patriota*, seja da RIHGB.

Datado originalmente de 1803, e publicado pouco depois do texto anterior, em 1850, na então *Revista Trimensal da História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, um texto intitulado *Continuação do parecer sobre o aldeamento dos Indios Uaicuús e Guanás, etc.* A “continuação” diz respeito a esse ser a continuação de um parecer publicado, parcialmente, cinco anos antes, na mesma revista. O autor é Ricardo Franco de Almeida Serra, militar português, que teria chegado as terras da então colônia apenas na década de 1780. Ele, assim como Francisco Prado, também foi comandante do Forte de Coimbra. Atualmente é lembrado por diferentes instituições nacionais enquanto um herói nacional, devido ao sucesso liderando forças nacionais em diferentes conflitos bélicos. É o patrono do Quadro de Engenheiros Militares do Exército Brasileiro e também é mencionado no hino do Mato Grosso do Sul. Esse autor trata cudinas como sinônimo de “nefandos demonios” e classifica como “ridículo fingimento (ALMEIDA



SERRA, 1850, p. 358)” o hábito que esses indivíduos teriam de simular a menstruação e todos os rituais ligados a esse período, mesmo sem possuir órgãos reprodutores que permitissem essa ação.

Outra fonte que também retrata as cudinas é de autoria do famoso viajante, Carl Friedrich Philipp Von Martius. Originalmente de 1845, teve uma versão em português, *O estado de direito entre os autochtones do Brazil*, publicada em 1906 no volume XI da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (RIHGSP). Nesse texto, hoje já bastante conhecido, o autor chama as cudinas de “homens [...] deformados”, que “gosam de pouca estima” entre seu povo e que tal modo de vida estaria “ligado á enraizada corrupção moral dos índios (MARTIUS, 1906, p. 35-36)”.

As três fontes aqui explanadas já nos dão algumas ideias sobre o pensamento que indivíduos europeus (e descendentes), teriam sobre esses indivíduos que destoavam dos padrões de comportamento naturalizados na cultura europeia cristã.

Quando indivíduos como as cudinas são chamados de “meretrizes” temos todo um julgamento moral sobre hábitos sexuais que destoavam dos padrões trazidos juntos com as primeiras invasões europeias. Mesmo que esses padrões fossem muito mais teóricos que práticos, muitas vezes não sendo seguidos pelos próprios que os defendiam. Além desses indivíduos se relacionarem com pessoas de mesmo sexo, sua atividade sexual não estava limitada a uma “instituição” formal e rígida, com o casamento cristão da época.

Os julgamentos se perpetuam quando se colocam essas pessoas enquanto indivíduos que sofreriam de “pouca estima” dentre os seus, sem nenhuma justificativa que fizesse sentido na mentalidade mbayá-guaicuru. O que eram “problemas” aos olhos europeus, não raramente não causavam nenhum incomodo no dia-a-dia das comunidades tradicionais. E muitos dos relatos que temos, já nos séculos mais recentes, de perpetuação de preconceitos baseados em moral religiosa, acabam se construindo enquanto fruto de interações e imposições dos valores decorrentes de processos de “civilização” e cristianização.

Dizer que as cudinas “fingiam” também segue a mesma linha. Se a moral trazida por colonizadores só concebia possibilidades de identidade bastante binarizadas, com os lidos homens tendo que performar papéis sociais masculinos e as lidas mulheres tendo que performar papéis femininos, um “outro” caminho era algo incogitável para eles. Nesse cenário, indivíduos lidos “homens” que performavam papéis tidos como femininos, era mero fingimento, pois não se adequaria a realidade idealizada pela moral cristã europeia.

Ler uma descrição das cudinas enquanto pessoas “deformadas”, a luz do significado que essa palavra tem na contemporaneidade pode soar confuso em relação ao que isso poderia significar. Porém, com auxílio de dois dicionários de língua portuguesas do século XVIII essa interpretação se torna mais fácil. Na obra *Vocabulario portuguez & latino*, de autoria de Raphael Bluteau (1728, p. 38), no verbete sobre “Deformidade”, há um parágrafo específico para tratar da “Deformidade (no sentido moral)”, ligando a mesma à indecência. Na segunda obra, *Diccionario da lingua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (1789, p. 521), temos o verbete do verbo “Deformar”, associado diretamente a “deformidade da alma”, ao “pecado”. Nesse sentido não é surpresa termos associações diretas entre as cudinas e “nefandos demônios” e “pecadores em si”. A associação de indivíduos de povos originários com o “pecado” não é algo exclusivo dos mbayá-guaicurus, nem só da América do Sul. O mesmo já aconteceu em relação aos *Two-spirits* da América do Norte², indígenas que também rompiam com as expectativas de performatividade de identidade trazidas pelos europeus. Esse discurso era então usado para criar a ideia daqueles indivíduos serem algo negativo, vergonhosos e condenados (DRISKILL, 2004, p. 54). Bastante semelhante, se não idêntico a utilização da associação do “pecado” às cudinas.

² Anteriormente já pesquisei e publiquei sobre os *Two-spirits*, especificamente. Cf. BORGES, 2020a; BORGES; et al, 2020b.



Quase 100 anos após a última fonte aqui mencionada, o famoso antropólogo Darcy Ribeiro esteve entre os kadiwéu, aqueles que, como já mencionado, são o último subgrupo remanescente dos antigos mbayá-guaicurus. Destoando dos discursos dos séculos anteriores, em diferentes momentos da sua trajetória intelectual (1986a; 1986b; 1997), baseando-se em relatos orais, menciona as cudinas, porém de modo bem distinto de seus predecessores. Sem julgamentos depreciativos, o autor tende a caracterizar esses indivíduos, sempre enfatizando sua proficiência artística. Principalmente no que tange a pintura corporal, existindo inclusive alguns padrões dessa arte, específicas das cudinas. Numa entrevista que data de 1986, Ribeiro chega a afirmar que se tornar cudina não seria o caminho de maior prestígio para alguém do sexo masculino (esse seria o de guerreiro). Ainda assim, não deu nenhum indício deles serem depreciados dentre o seu povo.

MEMÓRIA, ESQUECIMENTO, SILENCIAMENTO E IDENTIDADE

Por volta da metade do século XX foi lançada uma obra hoje tida enquanto um clássico para os estudos envolvendo temas como memória e esquecimento. Em *A Memória Coletiva* (2003), Maurice Halbwachs, desenvolve o conceito que dá nome a seu livro, o qual diria respeito a memória compartilhada, por gerações, em grupos de indivíduos, esses possuidores de algum vínculo, seja ele sanguíneo ou imaginário (religião, nacionalidade, ideologia, dentre outros). As memórias individuais dos componentes desses conjuntos de pessoas sofreriam grande influência dos fatores externos, de todo o ambiente a sua volta. Dizendo de outro modo, a memória individual não se constituiria unicamente a partir de lembranças pessoais, mas também sofreria significativa influência dessa memória perpetuada em grupos sociais. Fatores externos seriam então bastante importantes na memória do “eu”, de cada indivíduo.

Embora as colocações de Halbwachs sejam ainda bastante aceitas nos estudos das humanidades, existem também críticas às suas ideias. Um exemplo seriam algumas das proferidas por Joël Candau em seu livro *Memória e Identidade* (2019). Segundo ele, o conceito de memória coletiva pode acarretar generalizações, assim perdendo sua efetividade. Não que Candau busque refutar Halbwachs como um todo, pelo contrário, até se utiliza de seus estudos favoravelmente, em diferentes momentos da narrativa que constrói. Ainda assim, ele reforça que a memória coletiva seria um conceito melhor aplicado a comunidades reduzidas, como vilarejos, do que em núcleos muitos maiores. A oralidade e o intercâmbio de conhecimentos entre indivíduos, características mais comuns ou, pelo menos mais fortes, em grupos reduzidos de humanos, seriam fatores essenciais então na construção da memória dessas coletividades. Tendo isso em mente, não há nada que então destoe da possibilidade de se pensar em memória coletiva quando falamos de grupos indígenas, como os antigos mbayá-guaicurus ou, seus descendentes, kadiwéu.

Agregando a essa discussão, temos escritos de Michael Pollak, especialmente seu canônico artigo, *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989). Nesse trabalho, dialogando com Halbwachs, o autor desenvolve a ideia de disputas de memórias, através de disputas de discursos. Numa sociedade, num coletivo de indivíduos, existiriam discursos “oficiais”, perpetuados pelas instituições e forças de poder. Seriam esses as principais fontes para a memória “oficial”, a memória institucionalizada, dentro de um dado conjunto de pessoas. Em contrapartida, existiriam também vozes “silenciadas” pelos tais discursos oficiais, “subterrâneas” comparadas aquelas institucionalizadas que estariam na “superfície”. Essas vozes dissidentes seriam responsáveis por perpetuar a “memória subterrânea”. Muitas vezes através de métodos que fogem do pleno controle daqueles que contribuem para a manutenção dos discursos oficiais, como a oralidade, tal qual, como já explicitado, Candau também defende. Ambas as memórias, tanto a “oficial”, institucionalizada, quanto aquela subterrânea, sobrevivem em mesmos conjuntos humanos. Como lembra Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento* (2007), o esquecimento é algo irremediável. A grande questão é o que a

manipulação da memória, através de, por exemplo, disputas de discursos, escolhe perpetuar em sua seletividade. Na maioria das vezes, o perpetuado deriva da história “oficial”. Ainda assim, voltando as discussões do Pollak, em diferentes momentos históricos, por diferentes razões e ações humanas, a “memória subterrânea” emerge em conflitos mais aparentes, se chocando e sendo capaz de alterar aquela institucionalizada.

Essas explanações em muito condizem com as análises metodológicas da história, realizadas pelo famoso historiador francês, Jacques Le Goff em seu livro *História e Memória* (2013). Segundo esse autor a construção da história, ou melhor, a construção da história através das escritas e narrativas humanas é, necessariamente parcial. De modo mais ou menos aparente, sempre existem julgamentos. Até por isso é dever do historiador buscar analisar o contexto no qual as fontes por ele trabalhadas foram constituídas, para assim entender os julgamentos morais nelas impostos. Só tendo isso em mente um profissional seria capaz de fazer uma boa análise histórica. Se o modo como se escreve é importante, o que se escolheu para ser (ou não) propagado nas fontes também o é. Não à toa Le Goff defende que os próprios silenciamentos perpetuados por fontes teriam um potencial papel de fonte em si. Silenciamento esse que pode ser ilustrado no caso aqui estudado. O que constantemente acontecia sobre as identidades que destoavam, primeiramente, dos padrões morais trazidos pelos europeus cristãos, depois pela construção de uma ideia de nação brasileira ideal, muito influenciada por eles.

Tomando como referência as fontes analisadas e discussões a partir delas colocadas, podemos aplicar alguns conceitos teóricos já explanados de modo a contribuir com a discussão aqui em construção:

Grupos indígenas tem suas próprias relações internas no que se requiere as memórias de seu coletivo e, dentro desse conjunto, disputas de discursos referentes a construção da mesma. Com a chegada dos europeus isso muda um tanto de figura. Não que os grupos indígenas, incluindo o mbayá-guaicurus, deixassem de ter suas memórias e narrativas próprias. Ainda assim, aos olhos dos “homens brancos” eles deveriam ser “civilizados”, logo, agregados a uma cultura europeia e cristã, com todo um conjunto de valores e histórias que possuíam sua própria memória e discursos oficiais. Embora, tomando as críticas de Candau como referência, a ideia de uma “memória coletiva” cristã europeia seja genérica demais, até tendo em mente a diversidades de culturas, histórias e especificidades nesse conjunto, alguns pontos seriam praticamente consensos nesse coletivo. A exemplo dos julgamentos morais negativos direcionados a indivíduos cujos papéis sociais eram enxergados enquanto dissidentes do “natural”. Como já colocado antes, discursos depreciativos sobre esses indivíduos foram propagados por distintos grupos de europeus (e euro-americanos) cristãos, mesmo de origens culturais e vertentes religiosas distintas, em diferentes partes do globo.

A própria raridade de menções as cudinas já demonstram uma tentativa de silenciamento da existência delas. Além disso, as fontes do final do século XVIII e decorrer do XIX demonstram que, quando lembradas, esse discurso deveria vir sempre com um teor pejorativo. Como se as existências dessas pessoas fossem algo que não valesse nada. Como se a memória sobre as cudinas não valesse a pena ser perpetuada, se não como exemplo do que não deve ser feito. Enquanto advertência de um pecado a ser evitado a todo custo. Por outro lado, as fontes de Darcy Ribeiro deixam claro que esses discursos oficiais propagados pelas instituições luso-brasileiras não tiveram o efeito esperado entre os próprios mbayá-guaicurus ou, ao menos, entre seus descendentes kadiwéus do século XX. Não que aqueles indígenas que serviram de fonte ao antropólogo possam, necessariamente, serem tomados como referência a mentalidade de todo seu povo. Ainda assim, isso demonstra, seguindo as colocações de Pollak e Candau, que a oralidade se mostrou capaz de perpetuar discursos sobre as cudinas que não traziam os julgamentos morais da memória que o Estado brasileiro se esforçava para construir, principalmente, no decorrer do século XIX. A oralidade não permitiu que as memórias sobre as cudinas fossem apagadas. Pelo menos não até a metade do século XX, quando Darcy Ribeiro esteve entre os kadiwéus.

Um último ponto que não pode ser deixado de lado é o papel da memória sobre a identidade. Logo, o papel dos discursos perpetuados, sobre a formação dos indivíduos de um dado coletivo. Os efeitos das imposições culturais dos colonizadores e a naturalização das mesmas por populações dos territórios invadidos. Um autor que traz importantes reflexões sobre esse assunto é Frantz Fanon em seu *Peles Negras, Máscaras Brancas* (2008). Um parêntese antes de entrar em parte do que esse intelectual trabalhou: ele não tinha pretensão que seu trabalho atingisse o patamar e a abrangência que atingiu. Ainda assim, como defende Nelson Maldonado-Torres (2018, p. 45), Fanon acabou por criar uma obra que, para além da questão do homem negro e da relação Martinica-França, trata da “profundidade” das imposições culturais de colonizadores sobre colonizados e das cicatrizes perpetuadas sob todas as peles dessas populações naturalizadas enquanto inferiores. Dito isso, Fanon, dentre diversas outras discussões, desenvolve uma ideia de uma “epidermização da inferioridade” por parte dos corpos racializados, desses corpos “silenciados”. Através de fatores como a língua e educação escolar se construiria todo um processo que culminaria não só na naturalização das imposições dos colonizadores, por parte dos colonizados, mas para além disso, a própria perpetuação dessas imposições pelos colonizados e entre eles.

Tendo em vista que processos como o descrito por Fanon aconteceram com etnias indígenas de todo o continente americano, inclusive no Brasil, o fato de não ter ocorrido, ao menos não em plenitude, dentre os mbayá-guaicurus e seus descendentes, é no mínimo digno de atenção. As motivações ainda devem ser melhor estudadas, mas não é raro fontes apontarem um orgulho próprio bastante marcado na identidade desses indígenas, assim como o temor por parte dos brancos em relação a seu *ethos* guerreiro. Esses são fatores que podem ter contribuído para essa resistência desses povos originários, mais efetiva do que a de tantos outros. Pesquisas mais aprofundadas sobre esse assunto ainda devem ser realizadas.

FONTES

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco de. Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 196-208, 1845. Disponível em : <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107701-revista-ihgb-tomo-s%C3%A9timo.html>. Acesso em: 22 ago. 2020.

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco de. Continuação do parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 348-395, 1850. Disponível em : <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107707-revista-ihgb-tomo-xiii.html>. Acesso em: 22 ago. 2020.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. v. 8. Disponível em : <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. O estado de direito entre os autochtones do Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo**, v. 11, p. 20-82, 1906. Disponível em: https://archive.org/details/martius_1906_direito/page/n63/mode/2up. Acesso em: 22 ago. 2020.

PRADO, Francisco. Índios cavaleiros ou da nação guaycuru. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-57, 1839. Disponível em : <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>. Acesso em: 22 ago. 2020.

PRADO, Francisco. Índios cavaleiros, da nação guaycuru. **O Patriota**, Rio de Janeiro, p. 14-33, jul./ago. 1814. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700177&pesq=&pagfis=1572>. Acesso em: 22 ago. 2020.

RIBEIRO, Darcy (Ed.) **Suma etnológica brasileira, volume 3**: Arte índia. Petrópolis: Vozes. 1986a.

RIBEIRO, Darcy. Darcy Ribeiro e as mulheres. [Entrevista concedida a] Maria Teresa Jaguaribe. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 866, 1986b. Disponível em : http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1891041&v_aba=1. Acesso em: 22 ago. 2020.



RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em : <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario>. Acesso em: 22 ago. 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Dandriel. Há sangue na terra onde o Sol se põe: Narrativas sobre Two-Spirits. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS DOS ESTADOS UNIDOS*, 6., 2020, Niterói. **Anais eletrônicos...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020a. p. 18-38. Disponível em: <http://historiadoseua.uff.br/wp-content/uploads/sites/113/2020/03/Anais-VI-Eneua.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

BORGES, Dandriel; SEIXLACK, Alessandra; ACRUCHE, Hevelly. Two-spirits vs. “homem branco”: corpos e identidades em disputa. *In: LAGE, Giselle; OSTROWER, Isabel. (Org.). Cultura, poder e vivências pedagógicas: II Jornada de humanidades em debate*. Divinópolis: Meus Ritmos Editora, 2020b. p. 36-54.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

DRISKILL, Qwo-li. Stolen From Our Bodies: First Nations Two-Spirits/Queers and the Journey to a Sovereign Erotic. **Studies in American Indian Literatures**, Nebraska, v. 16, n. 2, p. 50-64, jun./ago. 2004.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

FERREIRA, Andrey. Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 97-136, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HERBERTS, Ana Lucia. **Os mbayá-guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In: BERNARDINO-COSTA, Joaze et al. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Trad. Dionísio da Silva Pimenta. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 27-53.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

ROLLER, Heather F. On the Verge of Total Extinction? From Guaikurú to Kadiwéu in Nineteenth-Century Brazil. **Ethnohistory**, v.65, n. 4, p. 647-670, 2018.

SILVA, Giovani. **A Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história**. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

VANGELISTA, Chiara. Los guaikurú, españoles y portugueses em una región de frontera: Mato Grosso, 1770-1830. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, terceira série, n. 8, p. 55-76, 1993.

WEBER, Astor. Os eyiguayegui-mbayá-guaicuru: o Tratado de Paz de 1791. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 2, n. 4, p. 1-13, jul./set. 2008.



FUTEBOL E AS RUAS: A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NA PERSEGUIÇÃO A PRÁTICA DO FUTEBOL ENTRE 1910-1929

Mayara De Araújo Silva

Resumo: O objetivo do trabalho é pensar a imprensa, entre 1910-1929, como um mecanismo importante na conservação do caráter elitista do futebol a partir das constantes denúncias expostas nos principais periódicos sobre a prática excessiva do jogo nas ruas da cidade. A partir das queixas, é possível enxergar novos atores e espaços no processo e popularização do futebol. O caráter aristocrático atribuído ao esporte vinha sendo ameaçado a partir da abertura de clubes que viabilizam o acesso a homens de diferentes classes sociais. O interesse do trabalho é demonstrar que os conflitos que permeiam a prática do futebol vão para além dos clubes, a popularização do esporte faz com que o espaço público se torne uma alternativa mediante as políticas de exclusão, gerando insatisfação de moradores de diferentes bairros da cidade.

Palavras-chave: futebol, imprensa, repressão.

INTRODUÇÃO

O início do período Republicano no Brasil (1889) e a tentativa das autoridades em introduzir novos costumes e condutas dentro dos moldes de alguns países europeus, com o intuito de “realizar a civilização europeia nos trópicos”¹, torna-se responsável pelo crescimento de adeptos as práticas esportivas no Rio de Janeiro. Além do *turf* e do remo, importantes modalidades esportivas durante o século XX, aos poucos o *foot-ball* vai se consolidando também como uma prática frequente entre a mocidade carioca e de interesse dos principais periódicos.

Entretanto, o mesmo jogo que chega ao país como um importante elemento para o desenvolvimento tanto físico como moral dos jovens, importante símbolo de distinção social para os *sportmen*, passa a ter com sua popularização sentidos distintos. Esta transformação de significado do jogo, inicia-se tanto com a fundação de clubes nas áreas suburbanas da cidade, como também, pela sua prática nas ruas. É justamente através das abordagens nada encantadoras realizadas pela imprensa, sobre a prática do futebol por jovens e homens pobres, que busco pensar a imprensa como um mecanismo importante na conservação do caráter elitista do futebol a partir das constantes denúncias expostas nos principais periódicos sobre a prática excessiva do jogo nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

O futebol ao alcançar as ruas, deixa de ser um assunto restrito aos clubes, tornando-se responsabilidade das autoridades policiais que tem, como principal aliada, a imprensa. Os periódicos se tornam essenciais em conduzir a polícia às regiões que mais sofriam com a prática do esporte, cobrando da mesma uma postura mais radical sobre os indivíduos. Dentre os diversos jornais que circulavam na cidade durante 1910-1919, será analisado principalmente, o Correio da Manhã, o A Noite e o Gazeta de Notícias. A escolha do primeiro se dá por ter sido um dos primeiros periódicos responsável por cobrir o primeiro match na cidade do Rio² e, pela grande quantidade de ocorrências

¹ CHALHOULB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: UNICAMP, 3ªed, 2012, p.251.

² PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Footballmania: Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.22.

encontradas sobre o assunto em questão. A utilização do segundo, se dá pela incorporação em 1918 de um dos grandes entusiastas do jogo na cidade, o escritor e político Coelho Netto. E o uso do último, é devido um caso específico que nos ajuda a compreender que a relação do futebol e camadas populares não foi fácil.

O interesse do artigo está em entender de que forma os periódicos colaboram na preservação do jogo como uma prática restrita as elites, buscando refrear a popularização do jogo pela cidade. Pretendo responder demonstrando, primeiramente, o processo de popularização do futebol e como isso gera críticas e uma transformação da percepção do esporte por parte dos periódicos e apreciados. E, posteriormente, pretendo através das queixas nos periódicos, demonstrar a importância da imprensa em legitimar o jogo nas ruas como um problema, facilitando a repressão e dificultando a acessibilidade do esporte por indivíduos que não teriam acesso aos ambientes privados voltados para a prática do jogo.

O FOOTBALL VAI PERDENDO SUA FIDALGUIA

Os primeiros anos do futebol moderno na cidade do Rio de Janeiro, é caracterizada pela restrição do jogo as elites cariocas. O *football*, com destaca a historiografia, é introduzido em um contexto de mudanças importantes não só na capital federal, mas também no país. Sidney Chalhoub em dois importantes trabalhos, demonstra que essas transformações impostas de forma autoritária a partir de ideologias higienistas, vão impactar não apenas a cidade fisicamente, mas também refletem na vida dos trabalhadores, seja em suas relações ou nas suas práticas culturais³.

A introdução do futebol na cidade do Rio de Janeiro, como mais uma das modalidades esportivas, vai ser norteado por importantes debates relacionados a sua importância. Em relação a prática de exercícios físicos no geral, as teorias higienistas passa a ressaltar sua importância na higienização do corpo do indivíduo, tornando-se responsável também pelo fortalecimento da nação, a partir do momento em que este podia salvar crianças e jovens da “indolência natural”⁴. O *foot-ball*, por se demonstrar um esporte violento, tem então seu jogo limitado a juventude abastada, que por ser moralmente desenvolvida, estaria apta a executar a nova prática. É justamente a partir de uma teoria sustentada por pressupostos raciais, que se tenta manter o jogo como algo exclusivo a um grupo restrito de indivíduos.

Entretanto, como muitos trabalhos sobre o futebol já explicitou, o esporte não irá se restringir as elites. Precocemente, pode-se afirmar que o jogo aos poucos vai perdendo seu caráter aristocrata que se mantinha principalmente pela política de exclusão dos principais clubes do Rio, e vai alcançando os subúrbios cariocas. Muitos clubes suburbanos, ao contrário dos pertencentes as elites, tendem a possuir um caráter mais democrático, permitindo a entrada de operários, negros e pobres. O historiador João Malaia menciona que entorno de 1919-1920, havia-se cerca de 314 times de futebol, que contavam com mais de 3.400 jogadores (MALAIA, 2019, p.6). Tal contingente, ainda que pareça pouco comparada ao grande crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro, demonstra que o esporte já havia alcançado as camadas populares, tornando-se uma das principais práticas de lazer desses grupos, se não a principal.

Ainda que, aja discussões sobre a origem do esporte na cidade do Rio de Janeiro, o fato do futebol ter se tornado um importante elemento simbólico para as elites cariocas não é discutível. A nova modalidade torna-se

³ CHALHOULB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: UNICAMP, 3ªed, 2012.

⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.38.

um fator de distinção social, serve para que jovens abastados se reafirmassem como diferentes dos trabalhadores, negros e pobres que dividem com estes, o mesmo espaço urbano⁵. Entretanto, assim como no contexto inglês, o futebol também se torna popular, ao ultrapassar os muros das escolas frequentadas por uma aristocracia e tornar-se prática comum ao operariado. Quando o jogo chega ao Brasil e, mais especificamente, à cidade do Rio de Janeiro, o esporte já havia se tornado “coisa de ralé” em seu país de origem, como destaca Guterman⁶. Esse processo de transformação do futebol em algo popular, também é presenciado na capital, de forma precoce, sendo responsável por gerar insatisfações.

A popularização do esporte para regiões mais afastadas do centro da cidade, tornando-o acessível a diferentes indivíduos, faz com que o futebol passe a ser interpretado e visto de forma ambígua. De acordo com Nei Santos Junior, a mudança de sentido que o futebol sofre reforçaria um fator ideológico, pois os periódicos deixariam de celebrar a sofisticação do jogo e passaria a ressaltar o repúdio pelas práticas nas regiões mais pobres da cidade⁷. O jogo que poderia exercer algum efeito benéfico, passa então a ser questionado. Usa-se como justificativa a condição social dos jogadores para legitimar a prática aos verdadeiros *sportmens*, afirmando que o futebol só produziria algum efeito positivo em jovens mais preparados (PEREIRA, 2000, p.57).

Tal justificativa pode ser observada através da maneira como os jornais vão se posicionar sobre a prática do jogo em clubes menos abastados. Nei Santos Junior, por exemplo, demonstra como os casos de violência que ocorriam tanto em disputadas entre clubes suburbanos, como entre clubes da elite carioca, eram entendidos de forma diferente. Brigas ou confusões podiam ser vistos como fruto da índole natural dos novos apreciadores do futebol, o que associava os atos de violência a uma prática comum aos pobres, dada a questões biológicas, ou como fruto do amor dedicado ao clube⁸, que já era destinado aos jovens distintos.

As perspectivas colocadas sobre a prática do jogo pelas camadas populares, normalmente norteadas por preconceitos raciais e sociais, buscam tornar-se o futebol algo comum apenas entre àqueles que haviam uma “predisposição natural” para praticá-lo. Em 1916, Leonardo Pereira relata um processo de aceitação por parte da imprensa e alguns clubes, sobre a prática do jogo por indivíduos não pertencentes a elite (PEREIRA, 2000, p.106). Essa aceitação, na realidade, estaria mais associada a impossibilidade de reter algo que já havia saído do controle, no mais, as distinções continuaram a serem mantidas, a criação de divisões dentro da Liga Metropolitana foi uma das estratégias utilizadas para manter a superioridade dos clubes da Zona Sul em relação a clubes mais heterogêneos. Uma das questões que permeiam a crítica do escritor Lima Barreto, está associado justamente ao fato do jogo causar dissensões⁹.

O futebol que no início do século XX, é tido como esporte refinado e aristocrático, passa então a ter múltiplos sentidos. As mudanças passam então a incomodar àqueles que até hoje receberam os créditos pela introdução do

⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.23.

⁶ GUTERMAN, Marcos. **O Futebol explica o Brasil**: Uma história da maior expressão popular do Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p.16.

⁷ SANTOS JUNIOR, N. J. Um Jogo de Representações: O futebol suburbano nos jornais da cidade do Rio de Janeiro. **Pensar a Prática**, v. 16, n. 4, 20 dez. 2013, p.2

⁸ SANTOS JUNIOR, N. J. Um Jogo de Representações: o futebol suburbano nos jornais da cidade do Rio de Janeiro. **Pensar a Prática**, v. 16, n. 4, 20 dez. 2013, p.7-8.

⁹ SOUZA, Glauco José Costa. Entre o cavalo e o barco, só podemos a bola: o processo de desenvolvimento do futebol no Rio de Janeiro entre as camadas populares no início do século XX. 2015. 72f. Monografia – Curso de História, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2015, p.37.

esporte na cidade do Rio de Janeiro. Quando o jogo chega as fábricas e as ruas, agregando garotos, jovens e adultos, passa então a manchar “o ideal esteticamente refinado do esporte”¹⁰. Os periódicos de grande circulação pela cidade, se tornam um espaço para que críticas e reclamações relacionadas ao futebol sejam expostas com certa frequência e, além disso, cobrar de autoridades atitude sobre algo que não representava o “verdadeiro futebol”.

A partir de 1910 até 1929, foi encontrado cerca de 176 ocorrências relacionadas a prática do futebol nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, sendo que 33 são de 1910-1919 e, 143 dos anos entre 1920-1929. Como já mencionado, a prática do jogo se populariza para além dos clubes, e tal prática tende a incomodar parte da sociedade que precisa conviver diariamente com o jogo nas vias públicas. É importante destacar que, tais números tendem a ser maiores, pois, é necessário levar em consideração alguns imprevistos envolvendo o acervo digital. O crescimento que o futebol tem na cidade, tem como uma das explicações a facilidade relacionada a sua prática, que diferente de outras, só carecia de algo que representasse uma bola, além de não exigir um local específico para ser jogado (SOUZA, 2018, p. 56).

Se em algum momento o jogo foi realmente elitista, pode-se dizer que por pouco tempo, pois, já nos anos iniciais ele alcança novos apreciadores, estes distantes de pertencerem a elite carioca. Em 1904 já temos a abertura do Bangu Athletic Club, que ainda que restrito, tem um caráter mais democrático. E, da mesma forma, o jogo se torna um problema nas ruas da cidade em 1908. Logo, o *football* passa a ser uma prática cultural que transcende as barreiras que tentaram construir em volta da nova modalidade, o jogo se torna uma prática cultural compartilhada, assim como qualquer outra. E, da mesma forma que outras manifestações populares são perseguidas e reprimidas na cidade, devido a uma forte política de controle social, o mesmo ocorre com o futebol. Que não só contraria um novo projeto de vida que a República trazia¹¹, mas também deturpa o que seria o real sentido do esporte.

A IMPRENSA E A REPRESSÃO

Quando o jogo da bola chega aos espaços públicos, sendo praticado por indivíduos de diferentes idades e pertencentes a camadas populares, o esporte também praticado pelas elites, torna-se um problema. Assim, como o jogo do bicho, a capoeira e outras práticas passam a ser perseguidas e proibidas¹², o futebol também se torna um alvo das autoridades policiais. Nesse caso, o que interessa é a relação que se estabelece entre alguns periódicos e o futebol nas ruas. Pois, os jornais passam a ter um papel relevante na perseguição ao jogo, informando os locais que ocorriam e chamando a atenção das autoridades para o controle da prática.

Os motivos que são usados para legitimar a repressão a prática do jogo nas ruas podem ser associados principalmente as transformações vivenciadas na cidade do Rio de Janeiro e que de alguma forma o futebol contraria. Primeiramente, buscava-se ocultar quaisquer sinais de desordens, aglomerações e ajuntamentos das áreas públicas¹³, com o intuito de tonar a capital federal semelhante as metrópoles europeias. Além disso, tentava-se incutir as camadas populares hábitos que estivessem de acordo com o modelo de modernidade defendido pela elite. A

¹⁰ SANTOS, Henrique Sena dos. “Desastres materiais, desordens morais”: o “football de vagabundos” nas ruas de Salvador, 1905 – 1920. *Recorde: Revista de História do Esporte*. Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2012, p.10.

¹¹ CHALHOULB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: UNICAMP, 3. ed, 2012, p. 257.

¹² JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O corpo e a Cidade: a epidemia de febre esportiva no Rio de Janeiro (1890-1920). *Revista do Departamento de Geografia (UERJ)*, n.5, p. 35-48, 1999, p.10.

¹³ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de Sorte. O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle-Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p. 85

perseguição ao futebol nas ruas da cidade, demonstram que o jogo não havia colaborado com o projeto do Estado republicano de a partir do futebol, formar uma sociedade disciplinada¹⁴.

O futebol torna-se popular não por interesses dos principais clubes cariocas, mas porque pobres, negros, operários e brancos pobres se apropriam do jogo dando a ele novos significados e importância. A insatisfação dos clubes e associações com a popularização, tende a se manifestar em seus estatutos, mas, ao chegar as ruas e sair do controle desses ambientes privados, os jornais passam então a ajudar no controle, denunciando a prática. A relevância dos periódicos faz pensar a imprensa como importante na conservação do caráter elitista do futebol, pois, as reclamações que eram seguidas de uma cobrança à polícia, tendem a retardar um processo de popularização que já vinha ocorrendo.

A repressão a prática do *foot-ball* nas ruas não é algo que se limita ao país, o futebol antes de chegar à cidade, tende também a ser reprimido no contexto inglês já no século XIX (GUTTERMAN, 2009, p. 16). Levando em consideração o crescimento populacional nas metrópoles, é problemático pensar que o mesmo não ocorreria no contexto nacional. O jogo da bola torna-se um problema significativo no Rio de Janeiro, mas também em Salvador e São Paulo. Isso demonstra que a introdução do esporte no país conta com diversos grupos, não apenas as elites. A consolidação do esporte no país ocorre de forma particular em cada região, mas os problemas gerados por sua popularização, demonstram que também há semelhanças e essas semelhanças não se limitam a possível introdução do jogo pelas elites.

Alguns periódicos como o Correio da Manhã e o A Noite, quando se referem ao jogo nas ruas, vão definir os praticantes como “vagabundos”, “desordeiros” ou “vadios”. Em uma das colunas relacionadas ao *foot-ball* nas ruas, o Correio da Manhã põe por título o termo “os menores vagabundos”¹⁵ para se referir a meninos pertencentes as camadas populares. O uso frequente dessas palavras visando os praticantes do jogo nas ruas, tem por objetivo preservar o jogo a uma parcela e legitimar a perseguição ao mesmo. Pois como já mencionado, o futebol não era encarado como o problema, mas sim os novos praticantes, que por pertencerem as camadas populares e não seguirem as regras do futebol das elites, faziam o esporte perder todo seu caráter moderno e elegante (PEREIRA, 2000, p. 130).

O preconceito duma cultura exclusivamente intelectual, já não pode subsistir, diante dos resultados praticos da generalização do sport, como processo de fortalecer os indivíduos. Toda a gente, hoje em dia, está convencida de que um bellissimo poeta, tambem poderá ser um gymnasta exímio, sem que haja nisso a menor incompatibilidade. Exemplos desta natureza apresentam todos os países cultos do occidente.

O que, porém, não se encontrará em nenhuma cidade civilizada é a extravagancia de jogadores de foot-ball ao ar livre. E que jogadores!... Pequenos vagabundos, que, além duma algazarra infernal, atropelam os transeuntes e quebram as vidraças das casas, como si o regulamento baixado pela policia não prohibisse o jogo do foot-ball nas ruas¹⁶

O trecho extraído de uma coluna pertencente ao periódico Correio da Manhã, destaca diferentes percepções que norteiam a prática do futebol. O jogo assim que chega a cidade passa a ser questionado, principalmente por intelectuais, sobre os benefícios que o esporte poderia trazer (PEREIRA, 2000, p.51). A coluna escrita em 1914 expõe que, na percepção do colunista, o *sport* já havia demonstrado não ser uma ameaça ao intelectual, mas sim, capaz

¹⁴ Idem, p.51

¹⁵ Jornal Correio da Manhã, ed.06207, 1916, p.4

¹⁶ Correio do Amanhã, ed.05675, 1914.

de produzir desenvolvimento físico em quem o praticasse. Desta forma, o futebol se constitui como uma prática positiva. A contradição está na crítica ao jogo nas ruas, pois, sendo o esporte bom, porque não buscar torná-lo acessível, mas ressaltar a proibição policial ao jogo? Sendo o jogo benéfico, por que o reprimir?

Essas questões são explicadas por parte da imprensa a partir da condição social da maior parte dos praticantes do jogo nas ruas. O futebol para exercer alguma influência positiva sobre o indivíduo, precisa ser praticado antes por pessoas bem instruídas. Observa-se como a prática do jogo e, a determinação de quem deveria ou não o jogar, é justificada também pela influência das ideologias higienistas e raciais que permeiam o período. As práticas de lazer populares, eram interpretadas como um aspecto perigoso, podendo atrapalhar a formação de uma sociedade disciplinada, dentro dos novos modelos sociais¹⁷. A relação que se estabelece, como esclarece Sidney Chalhoub, entre pobres e classes perigosas, sendo uma mesma coisa¹⁸, também norteia a relação conflitante entre o jogo praticado nas ruas da cidade e a imprensa.

No artigo que tem por objeto a prática do futebol nas ruas de Salvador, Henrique Sena dos Santos menciona o esforço dos periódicos em estabelecer claras distinções entre o futebol praticado pelas elites e pelas camadas populares¹⁹. O interesse estaria em alertar que tal prática desenfreada e descontrolada não deveria ser confundida com o modo que as elites jogavam, pois, as elites sim, eram as “verdadeiras conhecedoras do espírito nobre do futebol”²⁰. Isso pode ser percebido também através da primeira página do jornal A Noite, em uma edição de 1919, onde encontramos uma crônica escrita por um grande admirador e apoiador do futebol Coelho Netto. Antes de falar sobre a crônica, é importante destacar que tal escritor é conhecido por enxergar a prática como um importante veículo para os exercícios físicos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da nação (GLAUCO, 2015, p.11).

[...] Quem assistiu aos dois grandiosos certames realizados no Estadio do Fluminense, com a collina ao fundo, em acropole, e mais de trinta mil pessoas emoldurando, em circulo de entusiasmo, os torneios, compreendeu as vantagens que resultam para as nações de taes festas agonisticas, que recordam pela beleza enérgica, as olympiadas helênicas.

Fortalecendo o mancebo, adestrando-o, estimulando-o na arena, ao ar livre e na piscina, na arneteuria, taes exercícios attrahem ao premio de uma victoria pacifica os homens do continente, chamando-o desde a vizinhança dos polos e d'alem Andes[...]²¹

A partir de 1918, o escritor Coelho Netto torna-se um colaborador do jornal A Noite (RJ), sendo responsável por escrever crônicas com outros intelectuais, todas as quintas-feiras. Em um de seus escritos, o futebol se torna o assunto principal. A citação a cima é parte da crônica intitulada “O campeonato”, exaltando o esporte e os efeitos que o *football* geraria entre os jovens praticantes. Na realidade, observa-se uma defesa das atividades físicas, sendo o futebol o destaque, para que pudesse ocorrer um desenvolvimento dos homens. Tal defesa, é uma das justificativas iniciais para que o esporte se tornasse mais uma modalidade aceita e praticada entre os jovens da elite.

O que chama atenção, na realidade, não é a crônica em si, pois como já expressado, Coelho Netto era um admirador do esporte. Mas é que bem ao lado, encontra-se uma coluna parabenizando um delegado da polícia

¹⁷ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. Lance de Sorte. O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle-Époque Carioca. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p.29.

¹⁸ CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.22.

¹⁹ SANTOS, Henrique Sena dos. “Desastres materiais, desordens morais”: o “football de vagabundos” nas ruas de Salvador, 1905 – 1920. Recorde: Revista de História do Esporte. Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2012, p.16.

²⁰ Idem, p.15.

²¹ Jornal A Noite (RJ), 1919, ed.02664, p.1.

por haver criado um decreto que proibia o futebol nas ruas. Esse contraste que se percebe ao abordar uma mesma prática de forma distinta, demonstra que havia entre alguns periódicos uma clara percepção do que deveria ser considerado aceito ou não, qual prática seria boa e qual precisaria ser interpretada como um problema. O jogo seria claramente mais um fator de hierarquização de uma sociedade amplamente hierarquizada.

O jogo nas ruas, normalmente relacionado a desordem e a uma má ideia que a imprensa possuía dos praticantes, é colocado como antagônico ao futebol que seria correto. Assim, como expõe o artigo, a imprensa queria deixar claro que existia um “bom futebol” e um “mau futebol”²². Esse estigma colocado sobre a prática do futebol nas ruas da cidade, é o que de certa forma tenta validar a prática do jogo apenas as elites cariocas. Outra distinção ressaltada é em relação aos nomes atribuídos às partidas em si, que ao serem “jogos finos”, ou seja, entre jovens distintos, era chamada de *meeting*. Quando, o mesmo jogo passa a ser praticado pelo grande público, populares, passa então a ser chamado de “racha”, sugerindo um lazer violento e desordeiro²³.

Se o futebol no geral fosse considerado um problema, como o apontava o escritor Lima Barreto (COSTA, 2015, p.11), sem definir uma prática mais apropriada que a outra, a repressão ao jogo não faria sentido. Mas ao determinar o futebol executado pelas camadas populares como ruim, a perseguição passa a ser legitimada e o jogo torna-se então uma prática acessível as elites e àqueles que de alguma forma, conseguiam se manter associados a clubes ou associações. É importante ressaltar, como já mencionado anteriormente, que o futebol praticado pelas camadas menos abastadas, mesmo quando executado nos clubes, já enfrentavam críticas por parte de alguns periódicos, que não viam com bons olhos a popularização do jogo, o que é o caso dos clubes suburbanos.

No mais, o futebol nas ruas recebe além das críticas, uma intervenção das autoridades em suas práticas. Se não havia como impedir os populares de jogar futebol nos clubes, que para funcionarem careciam de autorização para isso, era possível fazê-lo nas ruas da cidade. Na realidade, há um caso em específico, intitulado “O caso da Rua Soares”, que se inicia justamente a partir de reclamações voltadas a prática do futebol nas ruas. O curioso desse caso em particular, é que a prática do jogo não infringia as regras, pois os jogos não ocorriam na rua como apontava a primeira reclamação exposta pelo jornal²⁴, mas em um campo que pertenceria ao clube Aventureiros F.C²⁵. Logo, observa-se que mesmo clubes que possuíam autorização para funcionarem, podiam ter sua licença caçada e sofrer críticas igualmente.

Quando se limita o jogo aos ambientes privados, tornando o acesso ao espaço público proibido para a manifestação do lazer, há uma exclusão clara de parte significativa da sociedade. Mesmo com a insurgência de clubes mais populares e baratos, as condições econômicas de boa parte da população que compõem o espaço urbano carioca dificultam a introdução destes nesses ambientes (SOUZA, 2018, p.56), logo, as questões econômicas respondem em parte o porquê o jogo se populariza entre as camadas populares e os motivos que tornam a rua um ambiente atrativo à prática. No entanto, quando a imprensa apenas veicula denúncias e, em suma maioria expondo um posicionamento claro contra a prática do jogo nas ruas e os praticantes, sem cobrar a criação de espaços públicos para a prática de lazer, assim como as elites possuíam seus espaços, há uma tentativa de restringir a prática do jogo, fazendo-o retornar a ser uma representação simbólica da elite carioca.

²² SANTOS, Henrique Sena dos. “Desastres materiais, desordens morais”: o “football de vagabundos” nas ruas de Salvador, 1905 – 1920. *Recorde: Revista de História do Esporte*. Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2012, p.16.

²³ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de Sorte. O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle-Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p. 48.

²⁴ *Jornal A Gazeta de Notícias*, ed. 00090, 1915.

²⁵ *Jornal A Gazeta de Notícias*, ed. 00105, 1915.

A imprensa é um álibi importante nesse processo de perseguição, que ajuda a retardar o processo de popularização do futebol. Observa-se que o futebol só pode ser encarado como algo particular da elite, quando analisado a partir dos grandes clubes cariocas e suas constantes tentativas em manter o amadorismo do esporte, entretanto, quando se olha para os clubes suburbanos e para as ruas, se vê um jogo que já havia se tornado popular. Na realidade, parte do que se firmou sobre o futebol no país, foi construído a partir da imprensa, que elegeu um grupo como responsável pela introdução e disseminação do esporte. A permanência da característica elitista do esporte vigora dentro de embates constantes e repressão, com apoio de jornalistas e cronistas que evidenciavam a necessidade em se preservar o jogo àqueles que seriam os responsáveis pela introdução do esporte.

CONCLUSÃO

Observamos que o futebol na cidade do Rio de Janeiro se estabelece a partir de indivíduos pertencentes a camadas sociais diferentes e, que sua popularização ocorre norteadas de conflitos. Ainda que haja dificuldades em olhar para o esporte como uma prática cultural assim como qualquer outra, devido a importância que o esporte tem hoje para muitos brasileiros, é necessário entender os embates simbólicos que permeiam a prática. O jogo nas ruas, hoje conhecido por pelada, representou uma ameaça ao real sentido construído em torno da recém modalidade.

A relação que se estabelece entre a imprensa e essa prática que se torna comum entre meninos, jovens e adultos, denota a relevância que o futebol já havia adquirido e a importância dos periódicos na preservação do “bom futebol”. Os conflitos a partir da prática do jogo vão além dos embates entre clubes e ligas, pois o jogo não se limita a esses ambientes. Olhar para fora dos muros, nos permite ver novos significados que são introduzidos ao esporte e aos espaços públicos. Além disso, é possível observar que a relação dos periódicos com o futebol possuía limites, na realidade, o que aproximava alguns jornais da nova modalidade era os jovens abastados, que sabiam executar o jogo dentro das regras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e boteco: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2012.
- GUTERMAN, Marcos. **O Futebol explica o Brasil: Uma história da maior expressão popular do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. **Lance de Sorte**. O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle-Époque Carioca. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O corpo e a Cidade: a epidemia de febre esportiva no Rio de Janeiro (1890-1920). **Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n.5, p. 35-48, 1999.
- MALAIÁ, João Manuel. O processo de profissionalização do futebol no Rio de Janeiro: A inserção de negros, mestiços e brancos pobres na economia da Capital Federal (1914-1923). **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 13, p. 125-155, jan./jul. 2008. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L13/MALAIÁ_6_13.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.
- SANTOS JUNIOR, N. J. Um Jogo de Representações: o futebol suburbano nos jornais da cidade do Rio de Janeiro. **Pensar a Prática**, v. 16, n. 4, 20 dez. 2013.
- SANTOS, Henrique Sena dos. “Desastres materiais, desordens morais”: o “football de vagabundos” nas ruas de Salvador, 1905 – 1920. **Record: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2012.



SOUZA, Glauco José Costa. **“Adiantam- se bastante nos subúrbios”**: o desenvolvimento do futebol na região suburbana do Rio de Janeiro (1907-1924). Monografia (Especialização em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SOUZA, Glauco José Costa. **Entre o cavalo e o barco, só podemos a bola**: o processo de desenvolvimento do futebol no Rio de Janeiro entre as camadas populares no início do século XX. Dissertação (Especialização de História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

O AGENDAMENTO DO FUTEBOL FEMININO: O DISCURSO DO PRECONCEITO E SUPERAÇÃO NA FALTA DE UMA COBERTURA JORNALÍSTICA ESPECIALIZADA DO ESPORTE LOCAL DE RR

Marcos Henrique Martins Marques

Resumo: O futebol feminino tem tido uma crescente onda de popularidade e uma evolução em seus aspectos técnicos e táticos. Na contramão deste crescimento, o jornalismo esportivo vive uma crise como um gênero especializado seja navegando apenas pelo entretenimento, pela notícia factual, ou seja, em alguns lugares apenas reproduzindo para o local o que se produz na mídia nacional. Ao reconhecer o futebol feminino e a necessidade de discutir o papel da mulher neste esporte, a imprensa acaba em geral colocando a modalidade ao lado do preconceito, da violência sem um amadurecimento de uma cobertura jornalística da mulher como jogadora, técnica e do futebol como um esporte feminino. Neste artigo, serão analisadas duas matérias sobre o futebol feminino roraimense, trabalhando com a análise de conteúdo e a teoria da agenda *setting* visto que se privilegia certa representação do futebol feminino em detrimento de um discurso esportivo mais analista e crítico.

Palavras-chave: futebol feminino; jornalismo esportivo; agenda *setting*.

INTRODUÇÃO

O ano de 2019 reservou uma maior visibilidade ao futebol feminino em todo o mundo. Vivendo um momento de grande evolução em variados aspectos como modalidade esportiva, a Copa do Mundo de futebol feminino disputada no período de 7 de junho a 7 de julho marcou também a inserção midiática massiva do torneio e com isso um recorde histórico de audiência, vide o fato de emissoras de TV aberta no Brasil, Itália, França e Reino Unido passarem a transmiti-la¹

Vivendo um crescimento técnico, tático como modalidade esportiva em vários outros países e não apenas nos Estados Unidos, o interesse pelo futebol feminino vem tendo uma crescente também no público presente nos estádios mais recentemente. Desta forma, é natural que assuntos como o papel da mulher no futebol, as dificuldades de se contornar contextos de falta de oportunidades para a modalidade venham à tona.

O machismo, a violência contra a mulher e as dificuldades de esta se inserir neste esporte foram elementos utilizados no discurso jornalístico preferido dos meios de comunicação durante 2019. Estes temas aliados ao futebol se transformaram em espécie de busca para inserir o futebol feminino na sua pauta diária que foi visto, principalmente, durante a última Copa do Mundo.

Em um momento em que a pauta se voltou de maneira mais forte para o futebol feminino, se percebe uma espécie de crise do jornalismo esportivo. A discussão de ser apenas uma especialidade do jornalismo ou estar voltado para o entretenimento em tempos que o futebol se transformou um produto da cultura midiática tem sido recorrente.

¹ Disponível em: https://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/copa-do-mundo-feminina-supera-1-bilhao-de-espectadores_38507.html. Acesso em: 25 nov. 2019.

Mas não apenas no jornalismo esportivo a crise é vista, mas em todas as editoriais nesses tempos. Como observado por Vieira (2019, p.1), o jornalismo vive uma crise do seu papel social, uma espécie de “perda de capital simbólico” que é bastante grave.

Chegando ao estado de Roraima, é notável como o esporte não é fator de relevância para a mídia local visto que o espetáculo esportivo estadual não tem grande atratividade. Diante deste cenário, o futebol do estado possui extremas dificuldades de se manter seja no futebol masculino e de maneira mais grave no âmbito feminino.

Assim, este artigo irá analisar dois produtos jornalísticos, sendo uma matéria do site Roraima em Tempo e uma reportagem sobre o futebol feminino em Roraima produzida pelo programa Esporte Espetacular veiculado pela Rede Amazônica (afiliada da Rede Globo no estado). O objetivo é destacar que apesar do intuito inicial positivo de denunciar as dificuldades e os preconceitos contra as mulheres no futebol que o jornalismo esportivo se esquece de tratar o futebol feminino como uma modalidade que deve ser analisada como um esporte assim como qualquer outro.

Sempre com o intuito de mostrar a violência, o preconceito e a superação será que existe um amadurecimento também de uma cobertura jornalística especializada da mulher esportista como uma jogadora, uma técnica e do futebol como um esporte feminino? Este estudo visa contribuir com a discussão da mulher como esportista dentro do esporte roraimense.

CRISE DE REPRESENTATIVIDADE DO JORNALISMO ESPORTIVO

Antes considerado uma editora de pouca importância, não raro os jornalistas esportivos sofriam discriminação por tratarem de um assunto considerado “menor”. Para Yanez (1995, p.51) muitos consideravam o jornalismo esportivo como “um gênero menor” ou “o irmão pobre da comunicação”. Contudo, observa que esta especialidade do jornalismo passou por mudanças e que toma cada vez mais espaços dentro dos meios de comunicação.

Embora ainda observe existir preconceitos, atualmente para Souza (2005) a desvalorização da imprensa esportiva e dos cronistas da área perdurou até o início da década de 1940 com o futebol tendo papel fundamental no desenvolvimento da imprensa de esportes no Brasil. Para o autor, se não fosse pela importância que o futebol adquiriu no país, é provável que as informações esportivas atualmente ainda teriam um patamar menor no jornalismo brasileiro.

Contudo, à medida que foi ganhando em relevância não apenas como parte da cultura e do cotidiano das pessoas, mas sobretudo como parte do entretenimento midiático, o jornalismo esportivo ganhou importância dentro do jogo da comunicação. Justamente sobre este fato é que Souza (2005, p. 85) revela que o jornalismo esportivo atualmente ganhou prestígio social e também econômico justamente por gerar grandes receitas publicitárias e manter o interesse de boa parte da população em ler jornais, sites e revistas.

Para entender como começou a crise dentro do jornalismo esportivo, primeiro é preciso saber que o jornalismo esportivo é antes de tudo uma especialidade do jornalismo. Para Sardinha, Cunha e Favacho (2018, p.120), é preciso compreender a especialização de uma maneira mais atenta e metódica que uma “simples divisão em editoria ou caderno de um diário impresso”. Os autores destacam ser preciso ir além para que exista verdadeiramente uma especialização de conteúdo e para que de fato ela possa cumprir seu objetivo.

Tavares (2009, p. 117) observa que a especialização do jornalismo ocorreu historicamente e esteve associada à “evolução dos meios de comunicação e a formação de grupos sociais consumidores de mídia cada vez mais dis-

tintos”. Ainda fazendo considerações acerca do tema, o autor conclui que o jornalismo especializado possui uma função social de ser o intermediário de “saberes especializados” dentro da sociedade com o objetivo de promover um conhecimento através da informação. (TAVARES, 2009, p. 123).

Por isso mesmo é importante que os jornalistas que cobrem o esporte gostem, se interessem e dominem a linguagem esportiva e de suas diferentes modalidades, ou seja, se especializem. Borelli (2002, p.5) destaca que “a compreensão do esporte só pode ser feita, primordialmente, pelos especialistas, na medida em que a tarefa de construção é tão científica que só eles podem ter este entendimento”.

Assim por se tratar de um grande negócio e ao se perceber o crescente interesse que transformou o futebol em uma cultura do entretenimento midiático, a relação deste jornalismo entrou em crise. Agora é preciso antes de tudo promover o espetáculo e muitas vezes é necessário até fazer parte do espetáculo esportivo.

Yanez (1995, p. 51) critica justamente o fato de como a informação esportiva tem sido promovida somente como um espetáculo e não mais como um serviço a sociedade. A autora destaca que dentro do esporte como um negócio e um espetáculo, o jornalista esportivo acaba sendo visto como bom agrado pelos empresários da comunicação, pois o esporte como entretenimento é bastante rentável.

Para Netto (2013, p.4) o jornalismo esportivo é uma atividade segmentada, mas ainda faz parte do jornalismo e, portanto, deve seguir os princípios e regras do jornalismo em geral. Contudo, o autor observa que o jornalismo esportivo está inserido dentro de um universo muito característico já que ele mexe com emoções, com ídolos, com o merchandising, com a vida dos atletas e especulações.

Barbeiro e Rangel (2006) também concordam com Netto (2013) ao admitir que jornalismo ainda é jornalismo seja em qualquer especialidade e, portanto, sua essência não muda (ou não deveria) estando ligado às regras de ética e interesse público.

Contudo apesar de ser jornalismo, Gurgel (2009) atenta ao fato de que tem existido cada vez mais na utilização do esporte como espetáculo dilemas no modo de fazer jornalismo esportivo nas redações. Um intrínseco “nó teórico-prático” na prática do jornalismo que contrapõe o esporte espetáculo, o jornalismo entretenimento com suas celebridades e produtos contra um esporte amador para prática sem compromisso e um jornalismo que promove o esporte visando uma sociedade melhor (GURGEL, 2009, p. 196).

Nesses anos, tem existido uma crise no jornalismo como um todo em que o profissional da área e os meios de comunicação cada vez mais têm sido questionados quanto as suas escolhas, suas informações e suas angulações por um receptor que agora também é produtor de conteúdo. Vieira (2019, p. 2) corrobora este fato ao entender ser esta uma consequência da revolução tecnológica dos últimos anos que mudou o comportamento do público em relação à informação ao transformar o receptor em um produtor e também distribuidor de conteúdo (VIEIRA, 2019, p. 2).

A visão cada vez maior do esporte apenas como o espetáculo de entretenimento midiático é também observada no jornalismo esportivo. Gurgel (2009, p.195) critica este jornalismo que não tem dado conta de sua verdadeira importância na sociedade atual e por isso fica extremamente focado e preso às notícias do esporte de alto rendimento.

Ainda para o autor, dentro da cobertura diária do esporte existe pouco sobre esporte amador, sobre políticas públicas e privadas dentro do esporte, promoção do esporte como aspecto de qualidade de vida ou do impacto cultural do esporte na sociedade.

O dilema do jornalismo esportivo apenas tratado como entretenimento ou como um jornalismo que deve cumprir seu papel social se tornou mais exacerbado com uma crise de função social da profissão nesses tempos. O jornalismo e os jornalistas estão sendo questionados em todos os aspectos da profissão, seja pela maneira de fazer jornalismo, as linhas editoriais que movimentam os interesses da mídia como uma empresa e até os conceitos fundamentais do jornalismo, como neutralidade, isenção, imparcialidade que estão cada vez mais sendo discutidos pela sociedade.

Toda esta discussão também está presente na área do esporte, sendo que esses questionamentos ficam piores, pois é uma área especializada que mobiliza um grande número de aficionados que entendem bastante do assunto. Isso faz com que qualquer erro do jornalista seja notado e desqualificado pelos fãs de determinado esporte (NETTO, 2013, p. 12-13).

Oselame (2010, p.1) corrobora a ideia de que a prática de um jornalismo esportivo ético e preocupado com a “apuração, checagem e divulgação dos fatos” vive uma crise. Isso ocorre pelo aspecto cultural brasileiro de ver o esporte como diversão, mas também do descaso dos profissionais que cobrem o esporte de vê-lo como sinônimo apenas de distrair o público.

O compromisso com a informação foi esquecido em uma lógica de produção em que o objetivo é somente entreter, divertir, sendo que este fato fica muito claro na relação cada vez maior da televisão aberta com o futebol (OSELAME, 2010, p.63-64).

Rowe (2007, p.399) afirma que o jornalismo esportivo tem se concentrado muito mais na área do entretenimento em vários países do mundo, sendo, portanto, uma tendência mundial e não apenas brasileira. O autor revela assim a presença das seguintes características em todos eles: pouca preocupação com problemas que não o cotidiano desportivo; estreita gama de temas abordados e utilização de poucas fontes.

Sardinha, Cunha e Favacho (2018, p.121) observam justamente no Brasil o mesmo fato da extrema preocupação com o cotidiano desportivo. É uma carga gigante de temas apenas pontuais, como o “jogador machucado, treino de times na véspera de uma partida, etc”.

É notório que o jornalismo esportivo atual ganhou em importância, mas como aborda Rowe (2007, p.400) vem deixando escapar a oportunidade de crescer também em qualidade. Sem conseguir entender sua expansão cultural, esta especialidade parece fadada a uma integração com a indústria do esporte, uma falta de crítica e uma visão social e política fora do contexto sobre os eventos esportivos (ROWE, 2007, p. 400).

Até por essas questões, o jornalismo esportivo atualmente tem sido relegado por diversas vezes ao desprezo de ser “o departamento de brinquedos da mídia” (ROWE, 2007, p. 385).

AGENDA SETTING E FUTEBOL FEMININO

A influência da mídia na sociedade é objeto de discussões teóricas há bastante tempo. Entre os diferentes aportes teóricos que buscaram estudar o tema, se destaca o Agenda Setting (agendamento) proposto por Maxwell McCombs e Donald Shaw em 1972 no artigo denominado *The Agenda Setting Function of Mass Media*.

Segundo Shaw (1979, p.76), existe relação entre o que os meios de comunicação de massa incluem ou excluem de seu conteúdo produzido e o que as pessoas incluem e excluem de seus conhecimentos. O autor destaca

que “em consequência da ação dos jornais, da televisão e de outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos” (SHAW, 1979, p.76).

Para Junior, Fermino e Pires (2015, p.253), a teoria do agenda *setting* considera através de estudos empíricos o fato de que a mídia busca colocar uma temática de sua agenda na agenda social. Os autores afirmam haver uma relação entre as duas agendas (midiática e social) existindo a tentativa de grupos, sejam eles financeiros, econômicos ou políticos que buscam pautar temas de seu interesse na esfera social ou consolidar uma opinião hegemônica através da mídia.

Apesar de ser uma teoria um tanto antiga a sua contribuição ainda é relevante devido ao papel fundamental que os meios de comunicação de massa assumiram no mundo atual, principalmente quando se trata de jornalismo esportivo. Quando se aproxima esporte e agenda *setting*, Fausto Neto (2002, p.5) destaca que primeiro é preciso entender o esporte como um campo social integrado a outros campos. Para o autor, o agendamento de uma atividade específica não é apenas uma decisão unilateral dos meios de comunicação de massa, pois não está separado de outros setores sociais presentes na sociedade que fazem suas respectivas agendas.

Dentro deste contexto, está o futebol brasileiro que possui um grande valor cultural para a identidade e formação social do país e sua união com a mídia, transformado em um produto cultural de altíssimo valor no mercado. Considerando as ideias de Fausto Neto (2002, p.5) de que o agendamento específico de uma atividade está ligado também ao que acontece em outros setores da sociedade e entendendo que o futebol é parte desta sociedade, é preciso destacar o momento em que o futebol feminino ganhou notoriedade com o crescimento e a midiaticização das políticas de igualdade de gênero em variados aspectos da sociedade.

Para Junior, Fermino e Pires (2015, p.253), o agendamento dos veículos de comunicação sobre o esporte não acontece apenas com a cobertura dos eventos de esporte com o intuito de fornecer informações, como por exemplo, quais equipes estarão disputando determinado campeonato ou o calendário de jogos. Para os autores, a ideia central do agendamento esportivo está em “oferecer informações sobre todo o contexto que faz parte dessas informações no discurso midiático, com relação à economia, à política, à cultura, ao esporte e aos interesses da sociedade” (JUNIOR; FERMINO; PIRES, 2015, p.253).

Observando a Copa do Mundo de futebol feminino disputada no ano de 2019 se percebe justamente o fato observado pelos autores trazidos acima acerca do agendamento esportivo na mídia. O discurso midiático encarou a competição não apenas com a cobertura do esporte em si, mas tratou de juntar aspectos da politização da luta das mulheres por igualdade na sociedade para alçar os olhares das pessoas à competição.

Exemplos são fáceis de encontrar com matérias como “Marta se torna maior artilheira da história das Copas”² em uma busca por unificar os números de gols dos artilheiros das Copas do Mundo nas modalidades feminina e masculina, além de outras com relatos por igualdade de salários, como “Copa feminina termina com gritos por igualdade de pagamentos”³.

Fica bastante claro que o envolvimento dos temas de igualdade de gênero e a Copa do Mundo de 2019 foi recorrente na imprensa à medida que a competição era jogada. Unir o público em torno da luta pela igualdade de gênero acabou se tornando uma espécie de chamariz para trazer o futebol feminino à pauta diária, principalmente

² Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/marta-se-torna-maior-artilheira-da-hist%C3%B3ria-das-copas/a-49255334>. Acesso em: 11 jan. 2020.

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/07/copa-feminina-termina-com-gritos-por-igualdade-de-pagamentos.shtml>. Acesso em: 11 jan. 2020.

pela Rede Globo que transmitiu a competição pela primeira vez na história. É importante notar que as competições de futebol feminino nos anos 1990 tinham transmissões da Rede Bandeirantes, fato visto principalmente na época do jornalista esportivo Luciano do Valle. Atualmente, é a emissora que transmitiu o último Campeonato Brasileiro feminino de futebol⁴.

Apesar disso, uma reclamação frequente é sobre a falta de cobertura dos esportes femininos. E quando as modalidades e suas atletas finalmente ganham os holofotes da mídia, as mulheres esportistas acabam sendo retratadas por aspectos como seu corpo, sua beleza e sexualidade. Esta é geralmente a representação midiática das mulheres esportistas. Segundo Carvalho e Grohmann (2016, p. 8) é fato que as mulheres não são retratadas na mídia pelas suas conquistas, performances, habilidade ou pelos aspectos técnicos e táticos dentro da sua modalidade.

Como grande promotora do esporte para uma grande quantidade de pessoas, é inegável que a mídia tem um papel fundamental na divulgação do esporte, mas quando se trata das mulheres existe pouco espaço, visibilidade e reconhecimento. Esta situação promove a marginalização dessas atletas e também a anulação simbólica de suas realizações (GOELLNER; SILVA; BOTELHO-GOMES, 2013, p. 178).

Até por essa falta de espaços para o esporte feminino, a luta pela igualdade de gênero foi assunto recorrente para trazer a visibilidade ao futebol feminino na mídia em geral. Apesar disso, essa maneira de representar as jogadoras apenas pelo viés do preconceito e superação trouxe aspectos negativos para o futebol feminino, principalmente em uma imprensa esportiva que não possui conhecimento especializado para analisar e tratar a modalidade como um esporte.

ANÁLISE

Este artigo irá analisar duas produções jornalísticas que tratam do futebol feminino de Roraima. A busca é por trazer uma abordagem qualitativa através o uso da análise de conteúdo de conteúdo dessas produções. Assim, serão analisadas uma matéria da página online, Roraima em Tempo (jornal local que começou como impresso e hoje atua no estado apenas na internet) denominada “Jogadora de futebol roraimense relata preconceito e pede por igualdade de gênero”⁵ escrita por Yara Walker em 20 de maio de 2019 e uma matéria sobre o futebol feminino roraimense produzida pelo programa da Rede Globo de Televisão⁶ chamado Esporte Espetacular. A matéria escrita e a reportagem para televisão (que neste trabalho é que será detalhadamente analisada) são assinadas por Sérgio Rangel e Fred Justo no dia 22 de setembro de 2019. Já o Esporte Espetacular é veiculado nas manhãs de domingo por todas as afiliadas da rede de televisão espalhadas pelo Brasil. No caso de Roraima, a afiliada local é a TV Amazônica.

A primeira matéria relata os preconceitos sofridos pela jogadora Amanda Sobral que atua no clube São Raimundo Esporte Clube, de Boa Vista. O assunto discutido passa pela utilização frequente dos termos preconceito, igualdade de gênero, machismo e pouco desenvolvimento do futebol feminino.

⁴ Disponível em: https://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/band-assina-com-cbf-e-transmitira-brasileirao-feminino_36991.html. Acesso em: 14 jan. 2020.

⁵ Disponível em: <https://roraimaemtempo.com/ultimas-noticias/jogadora-de-futebol-roraimense-relata-preconceito-e-pede-por-igualdade-de-genero-,299635.jhtml>. Acesso em: 13 jan. 2020.

⁶ Matéria escrita e vídeo com a reportagem veiculada pelo programa. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/jogadoras-enfrentam-familia-e-depressao-pelo-futebol-no-estado-mais-violento-contra-a-mulher.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2020.

Antes de tudo, é preciso atentar ao fato de que o noticiário online em questão possui pouquíssimo envolvimento com a área do esporte local. Em geral, suas matérias são apenas pequenas notas sobre o cotidiano do esporte com notícias factuais voltadas mais para o futebol, embora se encontre algumas tentativas de tratar sobre natação, lutas, ciclismo seguindo o mesmo modelo.

Relevado que o conteúdo esportivo é quase inexistente, fica evidenciado que quando existe é notória a falta de qualificação do conteúdo esportivo da página. Como abordam Sardinha, Cunha e Favacho (2018) ao analisar o mesmo fenômeno nos jornais amapaenses, os jornalistas não problematizam e não fazem o papel de intermediadores do conhecimento especializado no campo esportivo local. Aqui ocorre o mesmo fenômeno.

Percebe-se que existe apenas uma divisão inócua de editoria para mera organização do conteúdo online da página e não uma especialização deste mesmo conteúdo com qualidade. A página do Roraima em Tempo fala “genericamente de coisas específicas” algo que Tavares (2009) aborda ser um erro frequente quando os meios de comunicação tentam especializar seu conteúdo. Outro ponto a se abordar é a mera reprodução de informações esportivas de cunho nacional e até internacional, como “Entre os grandes, apenas o Santos não piora no Campeonato Paulista”⁷. O que parece é que o esporte é tratado apenas como uma forma de encher o *feed* de notícias da página local sem qualquer qualidade.

Chegando ao tema principal deste artigo por não existir especialização com qualidade do tema em geral, não existe o tratamento da Amanda Sobral como uma jogadora de futebol, de seus feitos, conquistas, habilidades ou de aspectos táticos e técnicos do esporte que pratica. A única informação esportiva relevante sobre a jogadora é que ela atua no São Raimundo pela lateral esquerda. Não existe nada mais de importante sobre a atleta ou sobre os campeonatos em que ela disputou, ganhou, perdeu, sobre sua evolução como futebolista ou sobre os campeonatos do clube local.

Este aspecto da falta de entendimento e especialização com a área do esporte fica claro no paradoxo entre o título e o corpo do texto. No subtítulo se lê “Amanda está esperançosa e pretende participar da Copa do Mundo de Futebol Feminino”, porém no restante da matéria não se sabe como ela pretende participar da Copa do Mundo. Ela acha que seria convocada? Já foi para seleção brasileira? Participou de categorias de base da seleção? Enfim, não se tem resposta para nenhuma pergunta e como observa Netto (2013, p.12-13) os leitores de uma área especializada normalmente entendem bastante do assunto e qualquer erro ou omissão do jornalista será notado avidamente.

A utilização da temática igualdade de gênero, machismo e preconceito é utilizada mais uma vez para trazer o futebol feminino, mas não existe uma verdadeira especialização da temática para a atleta ser tratada como uma jogadora de futebol. Embora exista a tentativa de buscar alguma exaltação da modalidade, ela não se dá por tratar a jogadora como uma jogadora e recai nos mesmos discursos de preconceito e ascensão sem retratar a jogadora e seu esporte com a especialização futebolística devida.

Como observaram Carvalho e Grohmann (2016, p.8) na mídia esportiva as mulheres não são retratadas pelas suas conquistas, performances, habilidades ou pelos aspectos técnicos e táticos dentro da sua modalidade e sim por outros fatores. A situação na matéria se mantém agora pelo viés do preconceito/superação mesmo com a boa vontade de trazer para os holofotes o futebol feminino local.

Um ponto que é preciso destacar é que além das notícias meramente factuais sobre esporte, se consta que a cobertura da matéria está interligada a temas e assuntos destacados com frequência em outros veículos também sobre futebol feminino, ou seja, é uma mera reprodução na íntegra ou parcial do que aparece de conteúdo nacional

⁷ Disponível em: <https://roraimaemtempo.com/esporte/entre-os-grandes- apenas-o-santos-nao-piora-no-campeonato-paulista,294723.jhtml>. Acesso em: 13 jan. 2020.

na modalidade. É justo lembrar do agendamento midiático, principalmente na Copa do Mundo, que fez ligação com igualdade de gênero e futebol feminino.

O segundo trabalho midiático aqui a ser analisado também padece do mesmo problema. A intenção é fazer alarme para o número de casos de violência contra a mulher no estado de Roraima e de alguma forma unir o assunto com esporte. Intitulada “Jogadoras enfrentam família e depressão pelo futebol no estado mais violento contra a mulher”, a matéria começa retratando o fato de Roraima ser o estado mais violento do Brasil contra a mulher. Esses números são baseados nos dados do Monitor da Violência feito em parceria do site G1 com a Universidade de São Paulo e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Dados, entrevistas e até relato de um caso de agressão contra mulher foram observados enquanto a equipe gravava a reportagem. A matéria para televisão adquire um tom de denúncia como se estivesse na editoria de polícia e logo tenta unir o futebol a situação de violência contra a mulher.

Na matéria veiculada pelo Esporte Espetacular, Amanda Sobral aparece novamente, mas já não joga na mesma posição que foi informada pelo jornal Roraima em Tempo. Ela saiu da lateral esquerda e agora atua pelo meio campo. O preconceito da própria família com a jogadora Sara da Silva, a volante Eva Medeiros que enfrentava o marido para jogar e o projeto de Lucimar Pereira são mais alguns outros exemplos interessantes de vítimas do preconceito que pularam barreiras para jogar futebol.

Aqui, pelo menos a matéria tenta especializar a informação ao âmbito esportivo local abordando a situação do paupérrimo futebol roraimense. Pouco investimento da federação local, a participação de apenas três times na última edição do estadual, falta de premiação em dinheiro e salários para jogadoras, enquanto um torneio amador paga premiação. Importante observar que o estado possui um futebol profissional de péssima qualidade com campanhas ruins a nível nacional⁸ e um estádio que passou por reformas por quase 10 anos, foi reaberto para um jogo da Copa do Brasil e fechado para término das obras⁹. A situação é um pouco melhor para os homens, mas é paupérrima para ambos os sexos que buscam o sonho do futebol no estado.

Apesar disso tudo, a reportagem ainda peca por representar a jogadora apenas pelo viés da superação, do preconceito, das dificuldades e essa imagem passa por todas as personagens trazidas para a matéria. Como observa Alexandre (2001), a mídia é também um importante difusor de representações sociais. É inegável o impacto de suas construções da realidade ao propagar determinadas representações acerca de um indivíduo ou grupo.

Importante notar que a matéria presente no site e veiculada pelo programa esportivo Esporte Espetacular chega depois de um momento forte em que ocorreu uma série de agendamentos com o futebol feminino. É o que comenta Fausto Neto (2002, p.5) sobre o agendamento decorrer de movimentações dos diferentes campos da sociedade. Esses campos formam suas agendas “movendo-as nos tabuleiros nas negociações, dos interesses, dos poderes e das ideologias”. Obviamente que o agendamento esportivo é um campo social integrado a outros e por isso está presente dentro desse campo de movimentações.

Os temas sobre igualdade, preconceito, machismo se uniram ao futebol feminino nas pautas de cunho nacional no ano de 2019 e na matéria do Esporte Espetacular houve uma busca por aproximação com o âmbito local

⁸ Exemplos não faltam e a campanha do Atlético Roraima no Campeonato Brasileiro da Série D de 2019 é só mais uma quando de seis jogos disputados perdeu cinco e empatou um. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/rr/noticia/atletico-roraima-faz-a-pior-campanha-de-um-clube-roraimense-na-historia-da-serie-d.ghhtml>. Acesso em: 13 jan. 2020.

⁹ Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/ESPORTES/Local/Canarinho-nao-vai-sediar-jogos-do-1o-Turno-do-Campeonato-Estadual-/62819>. Acesso em: 13 jan. 2020.

roraimense assim como na matéria do Roraima em Tempo. O problema é que o interesse não estava no futebol local e suas dificuldades, mas apenas atender ao que se convencionou na mídia nacional a um assunto ou um grupo de assuntos que já são possíveis de ser noticiáveis. Assim se a mídia nacional uniu futebol com a luta pelos direitos das mulheres a imprensa local buscou trazer essa mesma situação apenas adequando ao contexto local.

Como abordam Sardinha, Cunha e Favacho (2018, p. 125) existe um padrão hegemônico da cobertura esportiva orientado na imprensa do eixo Sul/Sudeste fazendo com que os jornais locais tenham dificuldades de achar perspectivas diferentes a esse padrão. Enquanto no Roraima em Tempo a matéria buscava reproduzir um assunto já noticiável em outros lugares tentando regionalizá-lo, a matéria do Esporte Espetacular traz uma perspectiva de cobertura e noticiabilidade direta dos grandes centros para o âmbito local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um momento em que o futebol virou um espetáculo midiático rentável, o jornalismo esportivo antes uma especialidade que sofria preconceitos passou a ganhar importância. No entanto, isso trouxe consigo uma crise no modo de fazer jornalístico que afastou por diversas vezes o jornalismo esportivo de sua função social para uma aproximação com o entretenimento. Assim, esta especialidade anteriormente desprezada se torna como aborda Rowe (2007, p. 385) no “o departamento de brinquedos da mídia”.

Voltada para o entretenimento e com dificuldades de encontrar uma solução para sua crise particular, o jornalismo esportivo se depara com o crescimento de interesse do futebol feminino no ano de 2019. Em uma imprensa que abusa das notícias factuais, que esquece o esporte amador, as políticas públicas e privadas do esporte, que não o promove dentro de outro aspecto que não seja o entretenimento com suas celebridades, cifras e o futebol de alto rendimento, tudo que não está ligado a esta realidade perde visibilidade.

Apesar disso, o agendamento midiático encontrou na luta por igualdade de direitos das mulheres, a chance de querer fazer justiça social ou apenas ganhar mais audiência ao veicular a Copa do Mundo de futebol feminino de 2019. Por não haver uma especialização necessária para lidar com o futebol feminino, este acabou sendo veiculado por uma série de matérias que representam a jogadora de futebol somente pelo viés do preconceito.

Todo este aspecto saiu do âmbito nacional e impactou o local roraimense que possui uma cultura de jornalismo esportivo extremamente incipiente. Dentro das matérias analisadas por este artigo, se nota a utilização destes temas pontuais para aproximar a mulher do futebol sem uma profundidade mais desejável, sem uma crítica e aprofundamento mais adequado, ou seja, traz assuntos que têm sido abordados muito nos últimos anos e se insere o futebol. O questionamento que fica para o futuro é: quando a agenda midiática esquecer as temáticas que alavancaram o futebol feminino para a pauta (luta das mulheres pela igualdade, Copa do Mundo, gols da Marta), a modalidade voltará a pouca visibilidade anterior ou se manterá um trabalho de cobertura maciça sobre a modalidade?

Goellner, Silva e Botelho-Gomes (2013, p.178) afirmam que existe uma falta de visibilidade dos esportes femininos na mídia e o que se percebe é que a falta de uma especialização adequada para tratar o futebol feminino como um esporte que ele é, da jogadora como a atleta que ela é traz a continuidade dessa “anulação simbólica” das realizações esportivas da modalidade. O fato fica bastante claro quando sequer o leitor e telespectador mais atento que seja aficionado por futebol não saberá de fato em que posição no campo joga Amanda Sobral através dessas matérias.

A representação midiática da mulher no esporte geralmente aborda questões de seu corpo, sua beleza, sexualidade e quando houve o agendamento midiático da luta por direitos das mulheres com futebol feminino, a representação midiática delas ainda é por um viés pouquíssimo especializado.

Aqui não se pretende diminuir as questões de preconceito com a mulher dentro do esporte, mas principalmente ajudar no combate a esse preconceito. O fato é que no intuito de incluir na pauta o futebol feminino por outros assuntos que não pelos gols, títulos, conquistas, posicionamento tático, fichas técnicas, análises da temporada de jogadoras e clubes, o discurso midiático não contribui em nada para mudar a falta de visibilidade que essas jogadoras sofrem.

É necessário sim trazer denúncias e o preconceito contra as mulheres no esporte, mas o jornalismo esportivo deve ir além para trazer informações esportivas das modalidades femininas com maior qualidade e maturidade. O ano de 2019 trouxe uma maior visibilidade para o futebol feminino, mas e o futuro deste esporte dentro do jornalismo esportivo no Brasil? Seus personagens estarem associados à dualidade preconceito-superação é ainda uma representação muito rasa e pouco especializada se o intuito é ver o futebol feminino grande.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, v. 6, n. 17, p. 111-125, 2001.
- BORELLI, Viviane. O esporte como uma construção específica no campo jornalístico. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador, BA. **Anais [...]**. Salvador: INTERCOM, 2002.
- BARBEIRO, Heródoto; RANGEL, Patrícia. **Manual do Jornalismo Esportivo**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CARVALHO, Thais May; GROHMANN, Rafael. Jornalismo Esportivo VS Esporte Feminino. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: INTERCOM, 2016. p.1-15.
- FAUSTO NETO, Antônio. O agendamento do esporte: uma breve revisão teórica e conceitual. **Verso & Reverso**, São Leopoldo, v. 16, n. 34, p. 9-17, 2002.
- GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, Paula; BOTELHO-GOMES, Paula. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no jornalismo esportivo de Portugal: um estudo sobre a *Algarve women's football cup*. **Movimento**, v. 19, n. 3, p. 171-189, 2013.
- GURGEL, Anderson. Desafios do jornalismo na era dos megaeventos esportivos. **Motrivência**, n. 32-33, p. 193-210, 2009.
- JUNIOR, Gilson Cruz; FERMINO, Antonio Luis; PÍRES, Giovani De Lorenzi. O Brasil na Copa, a Copa no Brasil: notas sobre o agendamento midiático da Copa de 2014 no Blog do Juca. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 3, p. 251-257, 2015.
- NETTO, Miguel Rodrigues. A cobertura especializada e as contradições na utilização de jornalistas ou ex-atletas nas transmissões esportivas. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 1, n. 41, p. 1-17, 2013.
- OSELAME, Mariana Corsetti. Padrão globo de jornalismo esportivo. **Sessões do Imaginário**, v. 15, n. 24, 2010.
- RANGEL, Sérgio; JUSTO, Fred. Jogadoras enfrentam família e depressão pelo futebol no estado mais violento contra a mulher. **GloboEsporte**, Boa Vista, 22 de agosto de 2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/jogadoras-enfrentam-familia-e-depressao-pelo-futebol-no-estado-mais-violento-contra-a-mulher.html>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- ROWE, D. *Sports journalism*. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 8, n. 4, p. 385-405, 2007.
- SHAW, E.F. *Agenda-setting and mass communication theory*, Gazette, 1979. p. 95-105.
- SARDINHA, Antonio Carlos; CUNHA, Elaide Martins da; FAVACHO, Érica. Jornalismo especializado e esporte: a cobertura jornalística em jornais impressos do Amapá. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 1, p. 119-128, 2018.



SOUZA, Li-Chang Shuen Cristina Silva. **Cobertura esportiva na televisão: jornalismo ou entretenimento?**. Dissertação. (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O jornalismo especializado e a especialização periodística. **Estudos em Comunicação**, n. 5, p. 115-133, 2009.

VIEIRA, Marcus Vinicius de Souza. A relevância do jornalismo em tempos de *fake news* e sua necessidade de reinvenção na era da Pós-Verdade. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 24., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2019. p.1-13.

WALKER, Yara. Jogadora de futebol roraimense relata preconceito e pede por igualdade de gênero. **Roraima em tempo**, Boa Vista, 20 de maio de 2019. Disponível em: <https://roraimaemtempo.com/ultimas-noticias/jogadora-de-futebol-roraimense-relata-preconceito-e-pede-por-igualdade-de-genero-,299635.jhtml>. Acesso em: 13 jan. 2020.

YÁNEZ, Carlos Iván. El balón puede esperar. **Chasqui**- Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 51, p. 48-51, 1995.



GÊNERO, RIMAS E MELODIAS: CONSTRUÇÃO DE FEMINILIDADES E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NAS CANÇÕES DO SERTANEJO UNIVERSITÁRIO

Cíntia Magnus Gomes¹

Ismael Gonçalves Alves²

Resumo: No presente trabalho objetiva analisar os discursos que naturalizam violências praticadas contra as mulheres presentes nas letras de músicas sertanejas. As canções elencadas na pesquisa são do ciclo mais recente do estilo musical sertanejo, o chamado Sertanejo Universitário, datado de 2010 até os dias atuais. Utilizando o gênero como categoria de análise, busca-se perceber as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres nos discursos das composições e avaliar como essas produções constroem socialmente identidades de masculinidade e feminilidade. Os papéis sociais ligados ao sexo biológico descritos nas canções de forma sutil ou não, naturalizam desigualdades e violências de gênero. As relações afetivo-conjugais também são perpassadas por uma discriminação simbólica, que gera nos casais comportamentos dominantes e dominados. Uma das consequências de tal dominação é a prática da violência contra a mulher dentro dos relacionamentos e do espaço doméstico. Para dar conta da complexidade que envolve a questão da violência contra as mulheres, a pesquisa utiliza-se da Lei 11.340/ 2006, a Lei Maria da Penha, que é dividida em categorias que tentam abarcar de forma mais concreta as diferentes formas deste crime como: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A metodologia de análise do discurso foi empreendida no conteúdo das músicas por sua capacidade de demonstrar a potência da linguagem no documento-canção e nos discursos musicais, como mecanismos que enquadram as identidades de gênero em padrões aceitáveis socialmente.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Música.

INTRODUÇÃO

A escrita do presente trabalho reúne em suas linhas duas paixões que carrego por toda a vida: música e história. Acrescento na pesquisa outro elemento que conquistou meu interesse ao longo da graduação em História: o estudo das Relações de Gênero. Não é tarefa tão simples reunir interesses na elaboração de uma pesquisa de tamanha importância na formação acadêmica como o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mas neste caso ocorreu pela compreensão e discussão de alguns conceitos históricos durante o curso e um olhar mais investigativo a questões naturalizadas no cotidiano. Compreendendo que a produção cultural é uma fonte muito rica para análise histórica, visualizei nas músicas um discurso construído socialmente e passível de uma problematização. Embora este discurso esteja presente na música popular brasileira como um todo, decidi delinear meu campo de estudos na música sertaneja, pela familiaridade com este estilo musical e pelo potencial do conteúdo para os objetivos de minha pesquisa. Este estilo musical que surgiu por volta de 1920 como música caipira, constituiu outros ciclos, como música “sertaneja raiz”, “sertaneja romântica” e chega aos nossos dias como música sertaneja universitária, datado a partir de 2010, o ciclo mais recente no qual concentro minhas atenções.

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense, cintiamagnus@unescc.net.

² PPGDS- Universidade do Extremo Sul Catarinense, iga@unescc.net.

Tenho como referencial teórico a historiadora Joan Scott (1989) que em seu trabalho: “Gênero, uma categoria útil para a análise histórica” consolidou o conceito de Gênero como uma peça de fundamental importância para compreendermos as relações de poder que se estabelecem na construção social de ser homem e ser mulher. A partir das diferenças biológicas, a sociedade com estrutura machista e patriarcal estabelece normas de conduta aceitáveis a ambos os sexos e define uma hierarquia desigual entre eles. Uma relação binária, cujo saldo negativo geralmente cai sobre a mulher, sob a forma de coerção, dominação e violência. Além da violência propriamente dita, a dominação simbólica é o ponto principal de discussão de outra referência da presente pesquisa. Na obra intitulada “A dominação masculina, a condição feminina e a violência simbólica”, de Pierre Bourdieu (2012), o teórico discorre sobre as formas de violência exercidas de forma mais sutil, que reforçam lugares e identidades femininas subalternas aos homens em diversos mecanismos. O método de análise do discurso foi utilizado para sanar a necessidade de interpretar as narrativas das fontes e compreender a construção de significados que se constituem neste processo, ao ponto de pautar as relações sociais. Assim, outra referência deste trabalho é conduzida por Michel Foucault (2012), que em “A Ordem do Discurso” fala sobre como as construções discursivas em suas subjetividades moldam as relações dos indivíduos.

O presente trabalho se dispõe a questionar o machismo estrutural presente em nossa sociedade e a disseminação de discursos de dominação e posse dos homens sobre as mulheres, sob o pretexto de estarem imbuídos pelo sentimento de amor. O intuito de analisar músicas de um gênero de grande apelo popular e suas influências nas relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres procura esclarecer em que medida as letras de músicas sertanejas perpetuam o discurso machista que naturaliza a violência praticada contra as mulheres por seus parceiros.

METODOLOGIA

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, trato a nível teórico sobre Gênero e violência, no qual discorro sobre meu referencial teórico, utilizando da categoria gênero na análise. De todas as formas de violência que nos cercam diariamente, podem-se destacar as elevadas taxas de violência que acometem as mulheres no Brasil e no mundo. As bases sociais alicerçadas no patriarcado e no machismo explicam uma estrutura invisível que sustenta a subordinação feminina aos homens em vários aspectos. Os estudos atinentes a essa dominação têm se intensificado nos últimos anos no intuito de compreender as construções sociais de gênero que imprimem os papéis de feminilidade e masculinidade para os diferentes sexos. Esta linha norteia a presente pesquisa, que busca identificar como os discursos de predominância do homem sobre a mulher se calcificam no cotidiano como algo natural, de tal maneira que passam despercebidos em nossas relações socioculturais. Desta forma, o machismo também atua em pormenores do dia a dia que legitimam a dicotomia entre homens e mulheres. A cultura do machismo e de uma ordem patriarcal instituída no Brasil desde a colonização europeia mantém ainda hoje as relações de poder que permeiam a dialogia entre os sexos, na qual os atributos de masculinidade desqualificam os de feminilidade, de modo a transformar a mulher em objeto de subordinação, dominação ou posse. Essa hierarquia encontra-se enraizada no cotidiano dos indivíduos como normas de convivência e comportamento esperados de ambos os sexos, afetando a maneira de se compreender como sujeitos que desempenham papéis sociais e culturais diferentes e acaba por ser reforçada em diferentes aspectos da vida cotidiana. Essa lógica se reflete de forma sutil, como, por exemplo, aos brinquedos e brincadeiras destinadas a meninas e meninos. Por isso, no campo das ciências humanas, e também na história, o debate feminista “significa também um processo de reeducação, ruptura com uma história de submissão e descobrimento das próprias potencialidades” (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 29) além da consciência crítica da opressão em que vivem. Dos mecanismos figurados que demarcam os ambientes de

atuação futura baseados no gênero, podemos identificar os discursos assimilados previamente pelos indivíduos como padrões aceitáveis de conduta que inserem sentido às ações dos mesmos. Em outras palavras, existe uma ordem social invisível que expõe homens e mulheres numa relação de poder desigual e permanente. É o que Bourdieu (2012) chama de dominação simbólica, da qual, segundo ele, a estrutura social está continuamente embebida.

No segundo capítulo, levanto a discussão acerca das novas fontes históricas na História Cultural, que possibilitou a análise do documento-canção, bem como reconheceu seu devido valor histórico. As mudanças de perspectiva causadas pela chamada Nova História Cultural, “mais eclética, tanto no plano coletivo como no individual” (BURKE, 2005, p. 68), permitiu que as pesquisas partissem de pontos até então invisibilizados pela história, pois se desprende do estudo isolado do fato em si para captar o processo histórico em que se deu. A tomada de uma atitude mais inquiridora traz à baila grupos sociais marginalizados e novos objetos de estudo. As transformações historiográficas que fizeram frente à inclusão de novas interpretações acerca das mulheres fazem parte de um movimento que não está em busca de uma “verdade” inerte e neutra, mas procura variadas interpretações de diversas linguagens da vivência humana. A produção de conhecimento científico no campo da história cultural ampliou seu olhar tanto para novos sujeitos, quanto para novos objetos de estudo, compreendendo que neste processo “o discurso não é reflexo de uma suposta base material das relações sociais de produção, mas produtor e instituinte de realidades” (RAGO, 1998, p.5). Assim, relato a trajetória da música sertaneja e as características de cada ciclo correspondente ao seu contexto histórico com destaque para meu objeto de estudo, a música sertaneja universitária, que continua a difundir discursos que, sob um véu de romantismo, naturalizam vários tipos de violência contra as mulheres, além de reforçar estereótipos femininos e masculinos. Partindo desta premissa, afirmamos que os discursos contidos nas letras das músicas reforçam estereótipos e comportamentos na mesma medida em que são constituídos nas práticas sociais. As falas representadas nas letras musicadas e romantizadas estabelecem uma assimetria de gênero que também está arraigada no censo comum. O conteúdo de uma música simplesmente falado pode gerar um significado diferente da mesma frase cantada, devido ao fator da melodia e entonação que “dependendo da altura, da duração, do timbre e ornamentos vocais, do contraponto instrumental, do pulso e do ataque rítmico” (NAPOLITANO, 2005, p. 80) estabelecem novo signo no diálogo do ouvinte com a experiência musical. Todavia, a expressão harmônica e sonora não é capaz de blindar a música de uma problematização mais profunda de sua produção enquanto escrita. A música sertaneja, em específico, objeto de análise desta pesquisa, demonstra deixar ver que, por detrás de sua etiqueta de romantismo, arquiteta-se uma incessante estrutura discursiva que reitera constantemente as desigualdades construídas sobre homens e mulheres. Assim, as relações de gênero ao interpretar essas canções como produto cultural/social de sua época busca desnaturalizar as relações de poder, as hierarquias que, por sua vez, possibilitam demonstrar os mecanismos de controle que atuam sobre as mulheres por amor romântico, a posse do corpo feminino e a violência psicológica ou física, propriamente dita.

De igual modo, cabe refletir a respeito da dominação simbólica e as interferências no imaginário coletivo, quando a canção transcende a melodia e a narrativa da letra retrata ou se reproduz na prática cotidiana. Na disciplina histórica, não cabe analisar a semântica, mas as cadeias de interpretações e apropriações da composição musical por meio dos sujeitos.

Posteriormente, ao tentar identificar os tipos de violência em algumas músicas, busquei as categorias citadas na Lei nº 11.340/ 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, faço uma análise de 18 canções selecionadas, cujos trechos se encaixam nas categorias de violência elencadas na Lei, são elas: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A História na atualidade insere-se em um contexto no qual tem a possibilidade de lançar mão de uma vasta gama documental para melhor compreensão dos processos históricos. Os esforços para ampliar as fontes de análise para além dos documentos administrativos, militares e afins, emergem a partir de 1920 com os historiadores da escola francesa dos *Annales* e historiadores ingleses neomarxistas, no movimento intelectual chamado de Nova História. De acordo com a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2003), entre 1960 e 1980, os estudos históricos passaram a explorar, mais profundamente, a história de pessoas comuns, apresentando novas narrativas com perspectiva sociocultural que objetivaram entender de que forma a relação entre as vivências cotidianas “traduziam-se em valores, ideias e conceitos sobre o mundo” (PESAVENTO, 2005, p.32). Ao contrário da noção de verdade absoluta e factual instaurada na produção histórica, em sua consolidação como ciência no século XIX, o novo paradigma adota principalmente o conceito de representação para compreender o sentido objetivo de elementos subjetivos, presentes em fontes ainda inexploradas e sobre atores sociais considerados triviais para a história até então. Neste cenário, a produção cultural, em geral, entra no *hall* de objetos de análise histórica, por se tratar de uma ferramenta que traduz as camadas de sentidos atreladas às representações que se instalam sobre a realidade.

Para Sandra Pesavento (2003, p. 39):

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real.

No contraponto de arquivos ditos oficiais, as fontes de cunho popular demonstravam mais facilmente dados passíveis de interpretação do cotidiano ordinário da sociedade alvo dos estudos históricos. Os jornais, as propagandas, as obras de arte como pinturas e esculturas, o teatro, o cinema, a literatura, a dança e a música ornaram um novo panorama de possibilidades investigativas para a escrita da história. Projetando um olhar mais atento a novas diligências históricas plausíveis, me chama a atenção a música, pois confirma seu potencial representativo da realidade cotidiana e da estrutura social vigente explícita em suas narrativas. O historiador Marcos Napolitano (2005) aponta que o procedimento teórico-metodológico a ser adotado nos estudos que envolvam a música devem articular texto e contexto para que a abordagem seja bem sucedida. O autor ainda afirma que a espessura poético-musical, densa de significados, retifica a importância da produção artística como um elemento histórico.

Portanto, o documento artístico-cultural é um documento histórico como outro qualquer, na medida em que é produto de uma mediação da experiência histórica subjetiva com as estruturas objetivas da esfera socioeconômica. (NAPOLITANO, 2005, p.32).

Torna-se importante identificar na produção musical um instrumento que difunde em seus enredos convenções sociais e valores morais pragmáticos, que não são legíveis em documentos administrativos. No terreno gelatinoso da afetividade humana, a música cria associações aparentemente banais, mas sua fluidez no seio da sociedade tende a afetar indiscriminadamente os indivíduos reproduzindo a violência, por exemplo, ao reafirmar em suas letras as desigualdades de gênero entre homens e mulheres em vários aspectos. A produção musical convertida em vestígio histórico demonstra a dinâmica que envolve as construções discursivas contíguas nas normas de convivência social, bem como as próprias desigualdades de gênero. Assim, através da arte de uma época, historiadoras e historiadores podem alcançar a dimensão emocional que condiciona as relações humanas.

Não é possível detectar aspectos de determinadas épocas no nível do seu “sentir”, se não pela arte e mais precisamente pela música. Não há vestígio histórico mais envolvente – ainda que não raras vezes mais imperceptível enquanto conceitualidade – do que a música de certos períodos. (SQUEFF; WISNIK, 1983, p. 15).

Partindo desta premissa, afirmamos que os discursos contidos nas letras das músicas reforçam estereótipos e comportamentos na mesma medida em que são constituídos nas práticas sociais. As falas representadas nas letras musicadas e romantizadas estabelecem uma assimetria de gênero que também está arraigada no censo comum. O conteúdo de uma música simplesmente falado pode gerar um significado diferente da mesma frase cantada, devido ao fator da melodia e entonação que “dependendo da altura, da duração, do timbre e ornamentos vocais, do contraponto instrumental, do pulso e do ataque rítmico” (NAPOLITANO, 2005, p. 80) estabelecem novo signo no diálogo do ouvinte com a experiência musical. Todavia, a expressão harmônica e sonora não é capaz de blindar a música de uma problematização mais profunda de sua produção enquanto escrita.

A música sertaneja, em específico, objeto de análise desta pesquisa, demonstra deixar ver que, por detrás de sua etiqueta de romantismo, arquiteta-se uma incessante estrutura discursiva que reitera constantemente as desigualdades construídas sobre homens e mulheres. Assim, as relações de gênero ao interpretar essas canções como produto cultural/social de sua época busca desnaturalizar as relações de poder, as hierarquias que, por sua vez, possibilitam demonstrar os mecanismos de controle que atuam sobre as mulheres por amor romântico, a posse do corpo feminino e a violência psicológica ou física, propriamente dita. De igual modo, cabe refletir a respeito da dominação simbólica e as interferências no imaginário coletivo, quando a canção transcende a melodia e a narrativa da letra retrata ou se reproduz na prática cotidiana. Na disciplina histórica, não cabe analisar a semântica, mas as cadeias de interpretações e apropriações da composição musical por meio dos sujeitos. Assim sendo, o nó da questão histórica é que “a música pode exprimir, representar e prefigurar, de maneira simbólica, ordens e desordens possíveis, caminhos diversos percorráveis na existência real, seja existência concreta, das ideias ou dos sentimentos” (BERIO, 1981, p. 18).

Podemos destacar os sentimentos como fios condutores das composições, dentre eles o amor romântico inspira fartamente as canções em todos os gêneros musicais, sobretudo na música sertaneja. Os enredos dessas canções transparecem o amor como justificativa para a posse da mulher pelo homem, a idealização da figura feminina, o ciúme, a traição passível de uma punição e morte, a reafirmação da virilidade masculina sob a prerrogativa de manter sua honra, a competição entre as mulheres, a dependência feminina que qualifica a necessidade de estar sobre a tutela de um homem, entre outros. Em suma, o relacionamento afetivo-conjugal e os sentimentos a ele ligados são o principal tema das canções. Porém, em nome destes sentimentos, as narrativas expressam o controle sobre o corpo feminino, pelo viés da idealização de feminilidade e desqualificação dos sentimentos da mulher em contraposição aos do homem. Sobre isto Bourdieu nos diz:

Seria o amor uma exceção, a única, mas de primeira grandeza, à lei da dominação masculina, uma suspensão da violência simbólica, ou a forma suprema, porque a mais sutil e a mais invisível, desta violência? (BOURDIEU, 2012, p. 129).

Os discursos formados pela cultura do amor romântico e os comportamentos encorajados nestas produções musicais fazem com que as músicas se tornem veículos propulsores da ideologia de ordem patriarcal na vida cotidiana como uma construção condicionada ao biológico, e, portanto, natural. Os sujeitos se veem representados

nas canções introjetando assim os papéis atribuídos a homens e mulheres e reproduzindo tais comportamentos na vida cotidiana e nas relações afetivo-conjugais. O problema está, a nosso ver, na dominação e objetificação feminina presentes nas composições, que legitima a violência praticada contra as mulheres em nome de sentimentos como a paixão, o amor, o ciúme, a vigilância e a posse, que em grande medida, justificam as agressões dos parceiros ou ex- parceiros. O documento-canção como uma fonte nesta pesquisa visa analisar os discursos contidos nas músicas, relacionando com a naturalização e as causalidades da violência doméstica no Brasil.

Considerando a licença poética dos compositores, existe a necessidade de identificar os reflexos da estrutura patriarcal em que estamos inseridas nas produções musicais, compreendendo estas relações por meio do conceito de gênero, que nos possibilita enxergar a materialização dos discursos e dos símbolos em nossa vida cotidiana. O gênero atua como um elemento analítico capaz de problematizar as desigualdades, demonstrando que as mesmas são resultado e efeito do próprio discurso de gênero. Assim, ao analisarmos o conteúdo das músicas utilizaremos a metodologia da análise do discurso que por sua capacidade de demonstrar a potência da linguagem nas desigualdades de gênero “promove investigações textualmente orientadas, observando as interseções entre linguagem, gramática, contexto, relações de poder, dominação, discriminação e controle.” (FREITAS, 2012, p. 2). Deste modo, percebemos que os signos criados na linguagem a partir de feitiços sociais, políticos e ideológicos, e vice versa, são potentes componentes do processo hierarquizador da sociedade.

Fazer, ouvir e discutir a música necessita da percepção dos desdobramentos entre a fala cotidiana e a ação social e cultural sobre as letras. Na obra intitulada *A Ordem do Discurso*, o filósofo Michel Foucault (2012) discorre sobre a maneira que as fronteiras de limitação e validação de poder são fixadas ou deslocadas socialmente pelo discurso. De acordo com Foucault (2012, p. 9-10), toda sociedade ao construir seus discursos faz isso de maneira “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes, dominar seu conhecimento aleatório.” O autor afirma ainda que são as cadeias de interesses, poderes e perigos do discurso que permeiam os procedimentos de exclusão, que ele divide em “a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade da verdade” (FOUCAULT, 2012, p. 17). Em síntese, nesta perspectiva, apesar de ser conceitualizado de uma linguagem repetida e legitimada, o discurso exerce na fala sua forma mais modesta de atuação, pois, toda forma de expressividade transmitida pode constituir o discurso, indicativo este que reforça a participação da arte e da música na constituição social do discurso. Ademais, também há uma cadeia de interesses e poderes baseados em normas de gênero que, em certa medida, desenham o pano de fundo das composições musicais. A música no diálogo com o cotidiano “compartilha valores, sentimentos, experiências e a forma como ela circula indica como se comunica e traz significações [...] que são resultantes dos sentidos construídos quando ouvimos música”. (VLADI, 2010, p. 2). Deste modo, as produções musicais traduzem os dilemas cotidianos em uma linguagem discursiva subjetiva que legitima ações objetivas de homens e mulheres no estilo musical analisado, a música sertaneja universitária.

A música popular brasileira é extremamente diversa, oriunda de muitas culturas, tanto quanto a miscigenação da população do Brasil. Contudo o que se consolidou como música popular no processo de urbanização e industrialização do país, associa sua origem no tempo e no espaço, formulando uma apropriação musical que “tem um lugar sociogeográfico que seria tanto mais autêntico e legítimo quando mais próximo do lugar sociogeográfico das classes populares: o ‘morro’ e, posteriormente, o ‘sertão.’” (NAPOLITANO, 2005, p. 54). Dentre as produções culturais populares, podemos destacar o samba que representou o estilo musical das periferias urbanas. Já a música “caipira” ou “raiz”, cujo surgimento nas rádios é datado na década de 1920, tem como principal característica as letras que fazem alusão à vivência no campo com uma linguagem brejeira e poética, apresentando em suas composições

o trabalho agrário e a estrutura social das famílias. Os estudos da historiadora Jaqueline Souza Gutemberg (2011) aponta que a urbanização faz do canto caipira uma representação saudosista da origem rural destes indivíduos e que não se pode delimitar precisamente o ano de transição desse gênero para a “música sertaneja”, porém ela mostra que além da inserção gradativa de novos instrumentos e compassos rítmicos empregados nas produções entre 1950 e 1970, sistematicamente, houve uma mudança estrutural no texto das composições. Os anos seguintes, na década de 80, a modernização, da música sertaneja perpassa pela inserção de arranjos com instrumentos advindos do rock e novos elementos estético-discursivos. A produção nas décadas de 80 e 90 ganhou a denominação de “sertanejo romântico” e shows com superestruturas, com públicos gigantescos no coro das músicas entoadas por duplas que alcançaram fama em todo o país.

O estilo musical sertanejo seguiu alcançando constantemente novos públicos, alternando mudanças e permanências até a roupagem mais recente: o “sertanejo universitário”, termo designado para as produções datadas a partir de 2010. (CONTIERI, 2015). O movimento que gerou essa nova fase do gênero musical em questão aconteceu pelo fato do grande número de jovens do interior que migraram para as cidades para cursarem uma faculdade e levaram seu violão para as horas de lazer. A temática das composições musicais nesse ciclo contemplam narrativas de grandes amores até relacionamentos sem compromisso, além das vivências de festas e baladas em suas letras, com uma mistura de ritmos como axé, pagode e country. Na produção da música sertaneja universitária o entusiasmo dos apaixonados continuou tendo protagonismo, bem como os percalços da vida amorosa, as brigas, a traição e o sofrimento pelo término do relacionamento. O amor romântico, central nestas narrativas musicais, é um conceito que as Ciências Sociais ainda buscam definir adequadamente, embora haja um consenso em reconhecer sua construção no meio social. Na disciplina histórica, atentamos para os discursos que influenciaram grande parte dessas produções, reforçando as funções masculinas (forte, ativo, dominador, viril) e um papel feminino (doce, delicado, submisso, dependente, passivo, fiel) e legitimam a violência dos primeiros contra as mulheres que não cumprirem câtedras identidades a elas atribuída.

A escolha pelo “sertanejo universitário” dentre os ciclos da música sertaneja é fruto da correlação traçada nesta pesquisa da produção musical deste período com a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), sob duas perspectivas de abordagem. A primeira incide na recorrência da violência de gênero nos discursos e na prática social que culminou na implantação de legislação adequada para o quadro. A segunda visa perceber as permanências da violência, por vezes tênue em nível de percepção, em outras mais explícitas, a despeito da lei em vigor. O critério utilizado para selecionar as músicas passíveis de análise foi o de identificar aquelas que obtiveram sucesso nas vozes dos intérpretes, com repercussão nas rádios e outras mídias de divulgação. Como adiantei anteriormente, optar por este ciclo da produção da música sertaneja objetiva perceber as permanências de discursos que naturalizam violências contra as mulheres a despeito da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. As canções foram examinadas e divididas de acordo com os tipos de violências que a legislação explicita como violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A ordem social baseada na hierarquia desigual entre homens e mulheres é construída através destas justificativas, que buscam legitimar o controle sobre os corpos femininos por normas de conduta aceitáveis social e culturalmente. Assim sendo, uma possível traição da mulher ou ela desejar o fim de um relacionamento pode ser alegado em situação de violência. A próxima canção encaixa-se nesta situação de violência física. Lançada recentemente por Luan Santana, em agosto de 2019, no álbum *Viva*, tendo por título *Motel Paraíso*, a música teve sua primeira versão gravada por Marcelo Marrone em 2008. A regravação adotou uma roupagem romântica, porém a letra demonstra uma situação violenta.

Tabela 1. Letra da música Motel Paraíso

Intérpretes: Luan Santana
Composição: Bruno Caliman
No meio da noite, num barzinho badalado Ela estava bebendo com outro cara do seu lado De repente, ela entrou no carro daquele desconhecido E os dois foram juntos em direção ao Motel Paraíso O Motel Paraíso, pra mim, é um inferno O Motel Paraíso deixou meu coração deserto No Motel Paraíso um pecado, um pecado se fez No Motel Paraíso eu fui traído pela primeira vez O Motel Paraíso teve fim num terrível incêndio O Motel Paraíso, então, provou do seu próprio veneno Este motel maldito foi testemunha da minha ruína Minha vingança foi feita com um isqueiro e gasolina O Motel Paraíso, pra mim, é um inferno O Motel Paraíso deixou meu coração deserto No Motel Paraíso um pecado, um pecado se fez No Motel Paraíso eu fui traído pela última vez

Fonte: <https://www.letras.mus.br/luan-santana/motel-paraíso/>. Acesso em: 11 out. 2019.

A narrativa relata um relacionamento que surge em uma balada e se estende para um motel. O narrador dá a entender que a mulher **entrou no carro daquele desconhecido** era sua ex namorada/cônjuge/convivente, porém, mesmo sem existir um compromisso entre eles, o homem se sente traído pela liberdade sexual da mulher em questão, no refrão ele afirma que **No Motel Paraíso eu fui traído pela primeira vez**. Os versos seguintes descrevem um incêndio no motel ao qual a mulher se dirigiu, e a confissão da autoria do crime está em **Minha vingança foi feita com um isqueiro e gasolina**. Em seguida o refrão se repete diferenciando apenas que no Motel Paraíso aconteceu a traição pela **última vez**, indício de que o incêndio culminou na morte da mulher. Podemos também analisar o sentido implícito contido nas palavras **inferno** e **pecado**. Se o “fenômeno da subordinação da mulher ao homem atravessa todas as classes sociais, sendo legitimada também por todas as grandes religiões.” (SAFFIOTI, 1991, p. 21). A ideia de profano e sagrado é um mecanismo discursivo bastante eficaz para estabelecer a conduta meritória ou condenável, levando-se em consideração que os dogmas do cristianismo agem como balizas reguladoras no convívio social das sociedades ocidentais. Me chama a atenção o narrador julgar pecado a suposta traição e o ato sexual concebido no motel, enquanto o assassinato praticado pelo incêndio criminoso parecer legitimado, embora o mesmo preceito cristão considere matar um pecado.

Dentre as formas de violência especificadas na Lei 11.340/ 2006 a de maior incidência no *corpus* da pesquisa é a violência psicológica. Por tratar-se de atos que não deixam marcas visíveis e que usa mecanismos mais subjetivos do que a violência física, as vítimas e até os agressores, por vezes, não compreendem as ações como transgressoras. Portanto, a análise busca identificar tais atos nas produções musicais listadas a seguir, nas quais se percebe constrangimento, humilhação e/ou ridicularização das personagens femininas nas composições.

O segundo exemplo trata-se de uma composição interpretada por Marcus & Belutti, cujo título é *Então foge*. A música, de nome sugestivo para as discussões levantadas nessa pesquisa, foi lançada no ano de 2015 e faz parte do DVD Acústico *Tão Feliz* da dupla pela gravadora Som Livre. A letra relata as circunstâncias de uma relação que chega ao fim por iniciativa da mulher, entretanto, trata com desconfiança a capacidade de decisão feminina.

Tabela 2. Letra da música Então fuge

Intérpretes: Marcose Belutti
Composição: Douglas Cabral / Gabriel Jr
Pois é, pára de dar na trave com teu sentimento De mascarar desculpas com esse argumento Isso não é legal pra uma mulher inteligente De um metro e setenta e três
Pois é, por mais que esconda os teus anseios Tá deixando aflorar teus devaneios Sua boca diz: não quero E meu ouvido diz duvido, duvido, duvido
Inventa que tá saindo desse relacionamento Fala só pra não me dar moral que tá quase fazendo as malas Que vai pra Curitiba, vai tentar a vida e não ir embora Seria errar de novo
Mas eu tô sabendo que você só quer fugir, fugir, fugir de mim
Então fuge, fuge, fuge da verdade Fuge, fuge da felicidade Vai tentar se convencer que acabou E vê se consegue, segue, segue esse seu caminho Tenta me deixar sozinho Vai sentir na pele a falta de um grande amor

Fonte: <https://www.letras.mus.br/marcos-belutti/entao-fuge/>. Acesso em 21 out. 2019.

Mesmo exaltando a inteligência da mulher descrita na canção, os versos seguem pondo suspeita em suas decisões, incisivamente afirma *Sua boca diz: não quero / E meu ouvido diz duvido, duvido, duvido*. O caráter violento do narrador começa a se mostrar quando ele afirma estar ciente que a intenção de mudança de cidade da amada é na verdade para fugir dele. O interessante ao analisar o refrão é a forma como o narrador se identifica, como se ele a *verdade* e a *felicidade*, duas caras atribuições em contraposição ao que ele designa de forma pejorativa como *esse seu caminho*. Numa hierarquia subjetiva o personagem do documento-canção demonstra a desvantagem de trocar a relação entre eles pela incerteza de uma vida nova, autenticando a submissão feminina a vontade do homem como a melhor escolha na situação, afinal trocar *felicidade* por *devaneios* seria irracional.

CONCLUSÃO

As discussões da presente pesquisa não ambicionam ser conclusivas ou definitivas. A pretensão é justamente identificar as subjetividades dos discursos e o processo em que eles se ocultam ou emergem. Os processos históricos de formação de identidades, sejam elas de qualquer caráter, não são lineares e estáveis. Pelo contrário, alternam permanências e transformações, de modo que não podemos delinear exatamente onde começam e terminam. Os conceitos de masculinidade e feminilidade expressos nas produções culturais, em específico na música, colocam majoritariamente as mulheres em posição de desvantagem. Ao masculino a força, a ação, a virilidade e o poder. Ao feminino a fragilidade, a passividade, a delicadeza e a dependência. Por meio destas características, opostas entre si, que se estabelecem como naturais ao sexo biológico subentende-se que as mulheres necessitam de proteção de um homem e as submete a situações de violência. Aí sim mora o objetivo deste trabalho de pesquisa: desnaturalizar essas relações binárias, compreendendo sua construção artificial, normatizada social e culturalmente pelos indivíduos.

Conceber a análise no ciclo da música sertaneja Universitária procura fazer um parecer das permanências da dominação e da violência exercidas pelos homens em nome dos sentimentos de amor e paixão, mesmo estando em vigor a Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, elaborada para coibir e punir a violência doméstica e familiar. Haja vista as estatísticas de violência contra a mulher estarem numa recorrência permanente, quando não crescente, podemos interpretar que os discursos das canções analisadas conjecturam narrativas que se assemelham as experiências cotidianas nas relações afetivo conjugais.

Destaco o fato de encontrar nas letras das músicas justificativas para as violências mais explícitas, para a violência física principalmente. As frases presumem que as vítimas são culpadas pela opressão que sofrem, por não se encaixarem nos estereótipos de obediência e submissão em que as mulheres são envoltas e por tomarem as rédeas da própria vida, decidindo sobre o fim do relacionamento afetivo-conjugal. Outro aspecto que me chamou a atenção durante a elaboração do trabalho foi o grande número de canções que poderiam ser acomodadas no quesito de violência psicológica e moral. A violência simbólica por vezes não é percebida por estar tão assimilada como cátedras naturais dos homens e das mulheres, que dificulta o diagnóstico claro de se tratar de uma prática violenta, entre as partes envolvidas.

Ampliam-se as possibilidades de estudo sobre o tema abordado no presente escrito, que busca na música um elo entre os múltiplos que constituem os discursos que alocam desigualdades e uma probabilidade de pesquisa pertinente dentre as discussões de gênero na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERIO, Luciano. **Entrevista sobre Música**. Tradução: Álvaro Lorencini e Letizia Zini Nunes. Civilização Brasileira, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 16 jun. 2019.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CONTIERI, Amanda Ágata. **“As mais tocadas”**: uma análise de representações da mulher em letras de canções sertanejas. Campinas: Unicamp, 2015.
- COSTA, Sérgio. Amores fáceis: romantismo e consumo na modernidade tardia. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 73, nov. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 set. 2019.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012.
- FREITAS, Lucia Gonçalves. Processo na Lei Maria da Penha e Canções Sertanejas: Discursos de amor, gênero e violência. In: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE (III SIDIS): Dilemas e Desafios da Contemporaneidade, 3., 2012, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: UNICAMP, 2012.
- GUTEMBERG, Jaqueline. No limiar entre a música sertaneja e a caipira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., jul. 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300892880_ARQUIVO_textoanpuh.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- NEPOMUCENO, Rosa. **Música Caipira**: da Roça ao Rodeio. São Paulo: Editora 34, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. Bongiovani. **O poder do macho**. 5 ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1991.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SQUEFF, Enio; Wisnik, José Miguel. **Música: O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VLADI, Nadja. O negócio da música – como os gêneros musicais articulam estratégias de comunicação para o consumo cultural. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., set. 2010, Caxias do Sul, RS. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Intercom, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2535-1.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

A IMAGEM DA MULHER IDOSA NOS DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE A VELHICE

Nádia Sampaio¹

Luciana Araújo dos Reis²

Resumo: Este artigo apresenta as análises das capas das revistas ISTOÉ, Galileu e +Saúde & Bem-Estar que tratam sobre o envelhecimento. Nessas publicações, foram averiguados os discursos contidos nos enunciados e imagens com relação a velhice, com base no método de Análise do Discurso, de linha francesa. Na atualidade, é perceptível no cenário brasileiro o fenômeno da feminização da velhice. Com isso, existe uma participação efetiva das mulheres idosas integrando a população economicamente ativa no espaço urbano. Ainda assim, nota-se que a sociedade estigmatiza e rotula a velhice. Neste sentido, as mulheres são mais passíveis de serem subjugadas a padrões estéticos e aos modelos de rejuvenescimento. Para tanto, a mídia tem sido o veículo que perpetua preconceitos e estereótipos relacionados à senilidade. Afinal, a língua materializa discursos que são atravessados por ideologias. À vista disso, é necessário perceber que o envelhecimento populacional é um processo irreversível e, desse modo, questionamentos e reflexões devem servir para a busca de novas direções e potencialidades nos debates sobre a velhice.

Palavras-chave: Mulheres Idosas. Mídia. Velhice.

“Cada sociedade cria seus próprios valores: é no contexto social que a palavra “declínio” pode adquirir um sentido preciso. [...] a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural”.

(BEAUVOIR, 2018, p. 17)

INTRODUÇÃO

O espaço urbano tem sido palco de múltiplas transformações sociais. Logo, o processo de envelhecimento populacional é um tema recorrente e debatido pela sociedade brasileira, uma vez que essa questão se relaciona diretamente com a existência humana. A população brasileira manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios (IBGE, 2018).

Deste modo, é comum averiguar que nos países emergentes, principalmente, a transição demográfica vem se concretizando e as mudanças populacionais se acentuam. Mais idosos vivem nas cidades e, especialmente, tem crescido o número de idosas. No entanto, não se trata apenas de dados demográficos. Mas, de constatar como as mulheres idosas estão interagindo nos variados espaços dentro das cidades e compreender a atuação delas de uma

¹ Docente do Instituto Federal da Bahia- IFBA. Mestre em Geografia pela UFS e doutoranda do Programa de Memória: Linguagem e Sociedade da UESB. E-mail: ndiasampaio@yahoo.com.br.

² Doutora em Ciências da Saúde. Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB. E-mail: lucianauesb@yahoo.com.br.

maneira mais profunda e significativa. Lopes (2003) informa que as mulheres idosas não são mais dependentes e inativas do que os idosos e elas são responsáveis por ser um agente de suporte com relação aos filhos, aos companheiros e a outras idosas.

No Brasil, o fenômeno da feminização da velhice é um fato vigente, pois elas estão vivendo mais se comparada aos homens e, particularmente, nas áreas urbanas. Debret (2004) discorre que esse assunto não deve estar vinculado apenas aos dados numéricos, pois, se assim o for, perder-se-á uma oportunidade de explicar os processos em que o envelhecimento ganha expressão e legitimidade.

Neste contexto, é fundamental examinar como as mulheres idosas estão atuando nas cidades, quais suas funções e papéis sociais preponderantes nesse momento. Aliado a essas considerações, pondera-se que a velhice é uma construção social. Desse modo, ela está envolta de discursos e da representação social que são expressas nas ações cotidianas, nas materialidades discursivas, como resultado das ideologias presentes em cada conjuntura histórica e cultural. Para Brandão (2012) a linguagem não pode ser vista como uma entidade abstrata, mas é um espaço de manifestação ideológica.

Portanto, observa-se que a mídia tem um papel essencial na difusão de ideias, de endossar padrões e estabelecer condutas. Dessa maneira, as crenças e atitudes são capazes de serem referendadas pelas publicações midiáticas que são veiculadas diariamente. Neri (2007) acrescenta que as atitudes que se relacionam com a velhice são desenvolvidas ao longo da existência e também por meio das fontes de influência como a literatura, os jornais, as revistas, pelos canais televisivos, pela religião e etc...

Essas mediações são passíveis de conduzir a maneira pela qual se determinam conceitos e sentidos quando se trata da velhice. Os estigmas e estereótipos podem ser reforçados à medida em que, sobretudo, a mídia expõe esse tema. Silverstone (2005) avalia que a mídia opera de forma profunda no cotidiano e tende a moldar realidades do dia-a-dia por meio de representações singulares e múltiplas. Para tanto, a força do discurso midiático se apoia também no senso comum.

Nota-se que várias publicações em periódicos, de conhecimento do público em geral, tratam sobre o envelhecimento e apontam alternativas para experimentar a senilidade na perspectiva dos aspectos e ações da juventude, ocultando a velhice. Ou melhor, tem-se o princípio do rejuvenescimento como condição precípua para a aceitação dessa categoria social pela sociedade.

À vista disso, as representações sobre a velhice e sobre a mulher idosa são pautadas em discursos e ideologias existentes na sociedade capitalista e são reproduzidos por meios das ferramentas midiáticas que estão ao alcance de boa parte da população brasileira.

Na lógica do sistema capitalista, o rejuvenescimento e a juventude imorredoura são essenciais para manutenção do modo de produção, pois para o mercado de trabalho os idoso(as) não são fundamentais como mão-de-obra. Na atualidade, eles são cooptados para o consumo de produtos que camuflam sua própria realidade, que é a do envelhecimento.

MULHERES IDOSAS

O processo de feminização da velhice é um fato visível no espaço urbano. Ou seja, quanto se trata do processo de envelhecimento as mulheres são maioria. Destarte, verifica-se que há uma diferenciação quando se trata

da expectativa de vida ao nascer entre homem e mulher. Uma pessoa nascida no Brasil em 2018 tinha expectativa de viver, em média, até os 76,3 anos. A expectativa de vida dos homens aumentou de 72,5 anos em 2017 para 72,8 anos em 2018, enquanto a das mulheres foi de 79,6 para 79,9 anos (IBGE, 2018). Isso implica em uma longevidade maior entre as mulheres.

Essa mudança é persistente e, com frequência, nota-se a presença feminina nos centros de convivência, na chefia dos lares, no cuidado dos netos, como também são mão-de-obra na confecção de artigos artesanais a fim de contribuir na renda familiar e é notada uma maior participação delas nas universidades, dentre outras atividades, mormente, no espaço urbano.

A participação feminina, na atualidade, não se resume apenas as tarefas domésticas, mas pertence ainda ao mundo do trabalho – formal e/ou informal-, bem como, uma inserção nos centros de educação, nas artes; enfim as mulheres idosas estão ocupando múltiplos espaços sejam esses simbólicos ou materiais.

As mulheres idosas estão efetivando sua atuação ao assumir novas responsabilidades e se tornando protagonistas de uma velhice mais profícua e diversa. Muitos obstáculos ainda estão postos nessa nova realidade, mas é comum perceber que os lugares têm comportado a presença e a eficiência delas. As relações familiares têm sido mudadas em função da presença da idosa e alguns lares são chefiados por elas. A renda, por exemplo, advinda da aposentadoria tem sido necessária para a manutenção diárias dos lares. Lopes (2003) aponta que muitas gerações de famílias têm conseguido se alimentar em função da regularidade da aposentadoria de um ou de dois idosos. As mulheres idosas ainda tomam conta dos esposos doentes, estão se responsabilizando por cuidar dos netos e conseguem realizar tarefas que geram renda para toda a família.

Neri (2007, p. 56) informa que “[...] chefe familiar é uma condição que distingue homens e mulheres idosos. É notável que 27,5% das mulheres *versus* 17,7% dos homens brasileiros de mais de 60 anos sejam apontados como chefe de família”. Na esfera da educação, por exemplo, as mulheres idosas são maioria. Debret (2004) expõe que entre os inscritos na Universidade Aberta para a Terceira Idade da Universidade do Estado Rio de Janeiro (Unati / UERJ) 80% são mulheres acima de 60 anos. As mulheres também são mais presentes nos grupos de apoio e convivem mais com outras idosas.

No entanto, não se trata apenas de construir estatísticas ou de uma análise numérica do processo de envelhecimento populacional, mas de identificar e avaliar uma presença marcante e indispensável de idosas no cenário urbano. À vista disso, Debret (2004) reputa que tratar a velhice proporciona conhecer as mudanças culturais nas formas de pensar e gerir a vida diária. Contudo, não se pode deixar de identificar que ocupar espaços sociais é um processo de luta, reivindicações e resistências. Ao pensar na mulher idosa, esse transcurso é ainda mais custoso, uma vez que a sociedade estigmatiza a mulher, o sujeito idoso e nega a velhice.

Neste âmbito, é preciso destacar que a velhice é uma construção social e, portanto, a sociedade carrega em si as dificuldades de aceitação do processo de envelhecimento que é natural e comum a todo ser humano. Beauvoir (2018) considera que a velhice tem uma dimensão existencial e modifica a sua relação do indivíduo com o tempo, com o mundo e consigo mesmo. A sociedade percebe a velhice com base nos pressupostos da lógica de mercado que inclui a produtividade, o vigor juvenil e a competitividade como características que não são encontradas no trabalhador velho, por isso o julga desnecessário e inoperante.

Neri (2007) informa que ao longo da história da humanidade, o esforço foi sempre voltado para esquivar-se da morte e afastar o sofrimento e, portanto, retardar a velhice. Isto posto, nota-se que ser idoso(a) é um



desafio na sociedade contemporânea. Nesta conjuntura, ser mulher e ser idosa se mostram como adversidades a serem vencidas.

As mulheres, constantemente, são submetidas aos padrões impostos pela sociedade, pela mídia, cultura e também pelos homens. Bourdieu (2012) indica que a primazia da dominação masculina é conferida pelas estruturas sociais, produtivas e reprodutivas. Neste âmbito, a identidade feminina, quase sempre, está atrelada a modelos criados pelos modismos e massificados nos discursos midiáticos facilmente veiculados. As formas de vida assumidas pelos indivíduos, suas preferências e identidades são socialmente produzidas (BIROLI, 2014).

O receituário da beleza retratada em rostos perfeitos e jovens sobrecarregam, sobremodo, a imagem feminina que, em um mundo masculinizado, tem a obrigação de buscar a perfeição e ter uma pele sem defeito algum em todas as fases da vida. Isso amplia a opressão e a dominação sobre o sexo feminino. Tudo isso se refere ao desejo de poder e de opressão sobre a emancipação feminina.

Mill (2006) questiona o que é o desejo de poder? é desejar exercê-lo principalmente sobre aqueles que lhes estão mais próximos, com quem passa a vida, com quem tem mais interesse em comum, e em quem, a independência em relação a sua autoridade mais frequentemente pode interferir em suas preferências individuais.

Toda essa relação é presente na vida da mulher idosa, sendo que sua autonomia está praticamente vinculada à família. Portanto, as dificuldades de ser mulher são acentuadas na velhice. Em função disso, Beauvoir (1949) afirma que o drama da mulher se coloca entre a reivindicação fundamental de todo ser que se percebe fundamental em face de situações que as constituem como prescindíveis.

Isso posto, faz-se necessário pontuar que a mídia é um instrumento que difunde os padrões de beleza e de conduta femininas como arquétipos a serem seguidos. Esses condicionantes induzem as mudanças de comportamento, regulam modelos e estabelecem normas. Para Cerqueira & Ribeiro (2017) afirmam que a imparcialidade da mídia é uma utopia nos nossos dias. Ela molda as opiniões e ações que reforçam o senso comum.

A imagem feminina propagada por ela tende a ser aceita e massificada pela população em geral. Logo, os estereótipos, os rótulos e estigmas são fortemente referendados e se destinam a solidificar uma aparência estabelecida pela lógica do sistema capitalista. Silverstone (2005) atenta que a mídia é um processo extremamente político e econômico e os discursos transmitidos por ela camuflam interesses capitalista e os exploram.

A definição do que seja uma mulher idosa está circunscrita aos protocolos de rejuvenescimento, aos métodos e estratégias que mudam o corpo para escamotear as marcas impressas pelo tempo. As propagandas sobre o corpo estão recheadas da negação do corpo envelhecido. Goldenberg (2006) considera que o corpo se tornou mais importante do que a vestimenta, pois ele próprio é classificado como a indumentária. Assim, precisa ser exibido, preferido e escultural. Quem constrói a moda é o corpo e ele está à mercê dos modismos.

Nesta perspectiva, é comum observar que as capas de revistas que discutem acerca do envelhecimento estão sempre projetando o rosto de uma mulher jovem para contrapor as imperfeições da face de uma mulher idosa. Essas percepções estão postas nas imagens e nos enunciados dos periódicos. D'Alencar (2017) reflete que as mudanças intrínsecas do envelhecimento, geralmente, estão permeadas pelo repúdio e gera inquietação.

É primordial atentar que os discursos materializados pela mídia traduzem as ideologias atuantes na sociedade em geral. Afinal, a linguagem é interação. Não é imparcial, nem tão pouco isenta, por isso é um lugar privilegiado da manifestação da ideologia (BRANDÃO, 2012).



Os discursos pré-existentes atravessam os dizeres sobre o envelhecimento e a senilidade nas publicações midiáticas. Neste sentido, Pêcheux (2014) avalia que o sentido de uma palavra se compõe pelas posições ideológicas que fazem parte dos desencadeamentos sócio-históricos. Dessa maneira, os dizeres sobre a velhice são carregados de sentidos, de significações e determinam práticas sociais e culturais desde tempos remotos até hoje.

As representações sociais sobre a velhice condicionam comportamentos, ideias e valores que dizem respeito às condições de aceitação do idoso(a) e modelam a forma de convivência deles com a sociedade e vice e versa. Incidem sobre a linguagem, sobre as condutas e o senso comum. D'Alencar (2017) atenta para as interações sociais que potencializam situação em que os idosos(as), particularmente, constroem ou se apropriam de concepções que passam a fazer parte do seu universo.

Para Pêcheux (2015) a imagem pode ser um operador de memória social. Desse modo, a memória tem um papel importante, pois ela é viva e toda esfera social e histórica revela elementos que fazem parte das representações sociais que estruturam a vida em coletividade. Por isso, a negação da velhice é cada vez mais aprofundada por meio da língua, do cotidiano, da mídia, de modo geral, ao reputar que o rejuvenescimento é imprescindível ao indivíduo para ser considerado operativo, ativo e essencial na sociedade capitalista.

MÉTODO E METODOLOGIA

Em determinadas capas das revistas ISTOÉ, GALILEU e +Saúde & Bem-Estar foram exibidos o tema do envelhecimento. Nelas, as imagens e enunciados dispostos tratam sobre o rejuvenescimento e das estratégias para postergar a juventude. Com base no método de Análise do Discurso, de linha francesa, averiguaram-se os discursos que estão escamoteados nas referidas capas quanto à velhice.

Para tanto, usou-se da Internet como ferramenta de busca das publicações e prosseguiram-se as análises. O parâmetro usado para a pesquisa foram as capas que continham a fotografia de uma mulher jovem contrapondo com os enunciados sobre a senilidade e o envelhecimento.

A revista ISTOÉ é um periódico semanal fundada em 1976 e atualmente é publicada pela Editora Três. A revista GALILEU tem uma publicação mensal, da Editora Globo, desde 1991. A revista +Saúde e Bem-Estar é uma publicação do Jornal OVALE que também inclui assinatura digital.

OS DISCURSOS MIDIÁTICOS E A NEGAÇÃO DA VELHICE

Os discursos expostos nas capas das revistas, em questão, revelam a percepção social a respeito da velhice, do envelhecimento e, neste caso, da mulher. Os dizeres ressaltam o perfil de um envelhecimento que é orientado pelos princípios da mocidade correspondendo aos ideais de uma juventude imorredoura.

Neste sentido, as imagens e os ditos refletem a lógica do modo de produção capitalista que enxerga o ser humano como força de mão-de-obra incansável mesmo sendo um trabalhador idoso(a). Dessa forma, o modo de produção condiciona o conjunto de processos da vida social e política (ORLANDI, 2017).

Figura 01: Capa da revista ISTOÉ



Fonte: Revista ISTOÉ, de 16 de novembro de 2011.

A figura 01, da edição da revista ISTOÉ, de 16 de novembro de 2011, retrata o retrato de uma mulher jovem com as seguintes afirmações: “As novas e fascinantes conquistas da ciência para prolongar a vida. Eternamente jovem”. As cores da capa colaboram para que a expressão “eternamente jovem” fique em destaque. Nota-se que a velhice está atrelada a fotografia de uma mulher com as frases sobre o rejuvenescimento. Com isso, pressupõe-se que envelhecer é permitido, porém ter a aparência de uma idosa não é tolerada.

A primeira ideia reputa que a ciência pode prolongar a vida, mas é imprescindível evitar a velhice. Isso convoca o leitor a pensar o real, o momento presente, no entanto, a ideologia que - circunscreve o enredo histórico e social – está presente nos entremeios dos discursos escamoteados. Ou seja, assim não se pode pensar o real sem a relação discurso/língua desconectado do tempo (ORLANDI, 2017).

Nessa edição, constata-se que há uma rejeição à velhice escondida sob o escudo das conquistas da “ciência para prolongar a vida”. Para a lógica capitalista, a aparência deve conter um rosto jovem ainda que ao prologar a vida torne o ser humano envelhecido. Uma vez que, a eficiência e a competitividade são atributos dos mais moços, pois com o passar dos anos a idade desqualifica o indivíduo para o mundo do trabalho.

Na figura 02, edição 337, da revista GALILEU, que data de agosto de 2019, apresenta a fotografia de um espelho e nele está refletida a face jovem de uma mulher seguido de uma pergunta: “O envelhecimento é uma doença? Tem cura?”, e abaixo tem uma resposta ao questionamento anterior: “Pesquisadores do Vale do Silício apostam que sim. Agora, tentam unir medicina e tecnologia para encontrar maneiras de nos fazer viver mais, melhor e mais jovens”.

Figura 02: Capa da revista GALILEU



Fonte: Revista GALILEU, edição 337, de agosto de 2019.

O enunciado interpela um processo natural para o ser humano e o julga como uma doença. Ao mesmo tempo, promove uma resposta contrária a condição inata ao indivíduo, em virtude de que não há cura para o envelhecimento, pois não é uma doença. Desse modo, existe uma exaltação da juventude em detrimento à velhice. Em outros termos, ela é tratada como doença, e permanecer jovem é a saída. Para Pêcheux (2015, p. 51)

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizados [...] e o de transformações de sentidos, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações.

Dessa maneira, o leitor é compelido a ter dúvidas sobre certezas anteriormente não questionáveis. Porém, utiliza-se de argumentos que parecem ser irrefutáveis, devido a que, são orientados por “pesquisadores do Vale do Silício”. Por conseguinte, os conhecimentos dos cientistas acerca do tema devem ser levados em conta.

Ao observar atentamente a figura 02, percebe-se que a mão que segura o espelho expõe uma pele envelhecida. No entanto, o que se destaca e que precisa ser visto pela sociedade é, de fato, um rosto jovem, “apesar” do envelhecimento. Por isso, Beauvoir (2018) salienta que o ser humano não vive seu estado natural, pois seu estatuto lhe é obrigado pela sociedade a que pertence. Isso demonstra o quanto a aparência é importante culturalmente, especialmente, da face. Nesta circunstância, o princípio, lançado na capa da revista, é o de que todos podem viver mais, viver melhor e mais jovens. No entanto, na proporção da passagem dos anos, o ser humano envelhece. Do contrário seria, justamente, a contramão de um processo que é irreversível para a humanidade.

A seguir tem-se a figura 03, edição da revista +Saúde & Bem-Estar, uma publicação realizada pelo jornal OVALE, de dezembro de 2019.

Figura 03: Revista +Saúde & Bem-Estar



Fonte: Revista +Saúde & Bem-Estar, de dezembro de 2019.

Consta na capa a foto de um rosto que parece descamar e à medida que isso acontece, tem-se o surgimento de uma face feminina com a aparência viçosa enquanto vai desaparecendo o semblante envelhecido. A retirada da pele enrugada, com marcas de expressão, flácida e o desaparecimento dos cabelos brancos indicam o descarte do velho pelo novo. Associado a isso, a publicação exhibe a seguinte afirmação: “Um dribble na velhice”. “Enquanto pesquisadores correm atrás da imortalidade, a medicina oferece técnicas para prolongar a tão sonhada juventude”.

Nota-se a necessidade de estratégias para escapar do processo de envelhecer, pois é preciso dar um “drible” na velhice. Ou seja, usar de artimanhas para deixar o adversário para trás como os dribles usados no campo de futebol. Nesse caso, o adversário seria a velhice. Esses discursos refletem os artifícios do capitalismo para fazer a sociedade consumir produtos “milagrosos”, cirurgias estéticas, etc... Posto isso, quando se trata a respeito dos padrões de beleza as mulheres são muito mais suscetíveis. Para elas, envelhecer é vergonhoso, mas para os homens mais tolerável.

Fin, Portella & Scortegagna (2017) reiteram que a sociedade impõe à mulher a urgência em se desviar da velhice e, nesta perspectiva, ela se utiliza de vários recursos estéticos para sugerir um afastamento da senilidade, pois para Mill (2006) é difícil atacar a uma opinião quase universal e lutar contra a hostilidade dos sentimentos e tendências comuns. Nesta conjuntura, a mídia confirma as representações sociais sobre o corpo em envelhecimento e reforça as significações e os rótulos que foram construídos coletivamente.

De acordo com os dizeres da capa da figura 03, o sonho da juventude “eterna” será possível por meio das técnicas oferecidas pela medicina. No entanto, é fundamental avaliar quem nem todas as mulheres idosas têm acesso a elas. Isto posto, aponta que as classes sociais são diferenciadas e, também, afastam as possibilidades de alcance aos produtos que retardam o envelhecimento.

Por conseguinte, inclusive, deixa subentendido que a maneira de envelhecer é uma decisão individual. Mas, envelhecer não é um transcurso homogêneo, contudo múltiplo e complexo. Os discursos difundidos pretendem anular a heterogeneidade do percurso do envelhecimento e transparece que a velhice é constituída de homoge-

neidades. Costa & Soares (2016) chamam a atenção para o entendimento de que a velhice e o envelhecimento são heterogêneos, em razão de que não se manifestam da mesma forma a todos. Em função disso, entende-se que o sujeito idoso reflete o conjunto de condicionantes sociais agregado durante toda a sua vida.

Todos os discursos midiáticos avaliados apontam para a negação da velhice. Os enunciados contêm a revelação dos estereótipos, dos estigmas e rótulos que são conferidos os idosos e idosas ainda que estes não estejam completamente expostos nas publicações citadas. Neles, os contextos abordados mencionam os padrões estéticos ressaltando o vigor da mocidade como elemento imprescindível para experimentar a senilidade.

Afinal, “[...] o caráter descartável do idoso é funcional a sociedade de consumo, reproduzindo, sem máscaras, as mazelas do capitalismo” (GOLDMAN, 2000, p. 19). Isso alude a lógica de mercado em que o trabalhador jovem será sempre mais aceito e valorizado por possuir características voltadas para a produtividade, agilidade e por serem consumidores vorazes.

Os dizeres indicam que a mulher deve intensificar sua busca a produtos que retardam os efeitos do envelhecimento, que rejuvenesça a pele, o corpo e que promovam uma aparência juvenil. Esses significados são criados e aprimorados socialmente e afetam diretamente a imagem pessoal da mulher idosa.

Esses critérios estéticos aprisionam as idosas às significações e sentidos conferidos a beleza e influenciam a percepção de si mesmas. Tem-se, portanto, uma rede de significados e contradições, posto que a feminização da velhice está em curso e a mulher idosa se insere em situações de preconceitos e mitos negativos convencionados culturalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises efetuadas das capas mostram enunciados impregnados da invisibilidade da velhice e da mulher idosa ainda que não estejam evidenciados. Esses discursos se pautam nos pressupostos e princípios da juventude, da exclusão das características do envelhecimento para que os idosos, de forma geral, sejam reconhecidos, valorizados e aceitos socialmente.

Contudo, é primordial destacar que nos tempos atuais existem vários ambientes que contribuem no processo de envelhecimento saudável, tais como os centros de convivências, os centros de educação voltados para essa categoria social, bem como os lares comandado por idosas, bem como as propostas de inclusão para os idosos(as) que permitem uma inovadora leitura sobre a realidade e dos novos modos de experimentar a velhice.

Esses constituintes apontam para as expectativas de avanços nos questionamentos quanto às formas de envelhecer e nos padrões associados ao envelhecimento. À vista disso, podem contribuir para novas reflexões que possibilitarão compreender uma possível e almejada recriação da velhice.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução: Maria Helena Franco Martins. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. v. 1. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1949.
- BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL, IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 01 set. 2020.

COSTA, Denise Gisele Silva; SOARES, Nanci. Envelhecimento e velhices: heterogeneidade no tempo do capital. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 25, n. 2, 2016.

CERQUEIRA, Monique Borba; RIBEIRO, Aline Ângela Victoria. Semânticas do envelhecimento- modos de envelhecer nos anos 70. In: D'ALENCAR, Raimunda Silva (org). **A representação social na construção da velhice**. Ilhéus, BA: Editus, 2017.

D'ALENCAR, Raimunda Silva (org). **A representação social na construção da velhice**. Ilhéus, BA: Editus, 2017.

DEBRET, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2004.

FIN, Thais Caroline; PORTELLA, Marilene Rodrigues; SCORTEGAGNA, Silvana Alba. Velhice e beleza corporal das idosas: conversa entre mulheres. **Revista Brasileira Geriatria Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 77-87, 2017.

GOLDENBERG, Miriam. O corpo como capital: para compreender a cultura brasileira. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 2006.

GOLDMAN, Sara Nigri. Velhice e direitos sociais. In: PAZ, Serafim PAZ *et al.* (org). **Envelhecer com Cidadania**: Quem sabe um dia? Rio de Janeiro: ANG; CBCISS, 2000. p. 12-42.

LOPES, Andréa. Dependência, contrato social e qualidade de vida na velhice. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003. (Coleção Velhice e Sociedade).

MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 2, n 1, p. 181-202, 1/2 sem. 2006.

NERI, Anita Liberalesso. Atitudes e preconceitos em relação à velhice. In: NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Edições SESC SP, 2007.

NERI, Anita Liberalesso. Feminização da velhice. In: NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Edições SESC SP, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica do discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução: Milton Camargo Mota. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ENTRE FLERTES, ACORDOS E LUTAS: REPRESENTAÇÕES DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO CINEMA BRASILEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Vitória Tiscoski Ramos¹

Resumo: Neste trabalho pretendo apresentar meu projeto de mestrado que está sendo desenvolvido desde o início deste ano de 2020 pelo Programa de Pós Graduação em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa se trata do trabalho doméstico através de uma perspectiva de História Social aliada aos estudos de gênero e do cinema como fonte. Os filmes escolhidos são Domésticas - o filme (2001) e O Casamento de Louise (2001). Partimos dessas produções para investigar as representações de empregadas domésticas no cinema brasileiro no início do século XXI, assim como essas relações de trabalho no período. Pretendemos desenvolver um estudo cultural crítico - que compreende os produtos da mídia como agentes culturais - que se debruce sobre as diferentes formas de opressão e dominação relacionadas a tríade gênero, classe e raça e suas formas de representação e transformação. Percebemos a emergência de um estudo que aborde essas questões em um debate historiográfico, para que se possa avançar na luta por direitos.

Palavras-chave: História, Cinema, Gênero.

HISTÓRIA SOCIAL E O CINEMA COMO FONTE

Neste trabalho pretendo apresentar meu projeto de mestrado que está sendo desenvolvido desde o início deste ano de 2020 pelo Programa de Pós Graduação em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa se trata do trabalho doméstico através de uma perspectiva de História Social aliada aos estudos de gênero e do cinema como fonte. Os filmes escolhidos são Domésticas - o filme (2001) e O Casamento de Louise (2001). Tais filmes apresentam representações de domésticas inseridas numa lógica de trabalho marcado pela informalidade, pelo racismo estrutural, pelo paternalismo e com relações de poder em relação aos empregadores. Partimos dessas produções para investigar as representações de empregadas domésticas no cinema brasileiro do início do século XXI, assim como as relações de trabalho doméstico remunerado no período, sempre compreendendo como indissociáveis para a análise questões de gênero, classe e raça. Para isso, o estudo de recepção dos filmes se torna indispensável.

Para que se realize uma pesquisa histórico-científica, é necessário que a pesquisadora se atente ao método histórico, que possui métodos de investigação e de análise através das fontes históricas. Michele Lagny (1997) resgata algumas discussões importantes para compreendermos esses debates acerca do método historiográfico, como a discussão em que George Duby aponta para a importância do imaginário da investigadora para a construção da sua história, ou seja, a História tem carga subjetiva. Dialogando com Duby, Paul Veyne aponta para a importância das fontes, enfatizando que o conhecimento histórico depende delas, e por isso foi tão importante a chamada revolução documental e o alargamento de fontes visado pela Escola dos Annales, tornando possível a realização de pesquisas que vão para além dos arquivos e documentos escritos. A História Social trata de uma investigação ampla, que pretende acolher todo tipo de atividade (econômica, política, cultural, etc.) e para isso a investigadora

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: vitoria.tiscoski@gmail.com.

deve compreender a disciplina histórica como estando dentro do coletivo das ciências humanas. Defendemos, portanto, que a ciência histórica é interdisciplinar, pois se utiliza de métodos de outras ciências humanas, desde que adaptadas para suas particularidades, principalmente a percepção do tempo. (LAGNY, 1997) Somente desta forma essa pesquisa se torna possível, pois dialoga com diversas áreas do conhecimento: cinema, antropologia, sociologia, economia, etc.

Marc Ferro entende que todo filme, independentemente de seu gênero, deve ser analisado, pois todos possuem informações sobre seu tempo. Para isso, a historiadora precisa ter conhecimentos teóricos e técnicos sobre o estudo cinematográfico. Os filmes de ficção, segundo o autor, têm uma vantagem em relação ao documentário: geralmente são filmes mais populares, facilitando assim a análise de recepção. Ambos os gêneros trazem uma realidade social e devem ser analisados de modo a captar essas nuances em sua montagem e produção, além da narrativa. Em relação a uma análise fílmica de ficção, é necessária a identificação do público-alvo, da relação entre obra e autor, obra e sociedade, etc. Essa análise vai ser definida através da metodologia utilizada. (FERRO *apud* MORETTIN, 2003)

A mídia domina nosso cotidiano, modela nossas opiniões e comportamentos, contribuindo diretamente para a formação da nossa identidade. Essa indústria cultural² nos apresenta modelos através de suas representações. Com o cinema, rádio, TV, jornais e revistas essa cultura comercial tenta nos cativar através de seus produtos e mercadorias, visando o lucro e a acumulação de capital. Por conta disso, julgamos a pesquisa histórica através do cinema como fonte como tão importante. É necessário aprender a ler e criticar a mídia, para que possamos resistir e lutar contra sua manipulação e aumentar nossa autonomia. Apesar³ de levarmos em conta a força da cultura dominante midiática ideológica, não compreendemos o público como mero passivo neste processo, podendo resistir aos seus significados e mensagens, criando sua própria leitura e se apropriando dessas informações. Nosso método parte das ideias de Douglas Kellner (2001), que para compreender a mídia e a cultura é necessário estudar os fenômenos concretos e contextualizados de um modo crítico em relação a indústria cultural, e essa crítica precisa ser multicultural, a partir de diversas perspectivas, pois compreendemos a sociedade como um local de dominação e resistência, marcada por constantes relações de dominação e opressão⁴. A preocupação com o progresso democrático nos leva a entender como indissociáveis as críticas que abrangem questões de gênero, classe e raça, ou seja, multiperspectiva da análise.

Pretendemos desenvolver um estudo cultural crítico - ou seja, que parte de produções midiáticas, essas sendo compreendidas como agentes culturais - que se debruce sobre diferentes formas de opressão e dominação relacionadas a tríade gênero, classe a raça e suas formas de representação e transformação. (KELLNER, 2001) Não nos cabe aqui fazer apenas críticas vazias sem perspectiva. Percebemos a emergência de um estudo que aborde essas questões em um debate historiográfico, para que se possa avançar na luta por direitos. Visamos identificar processos de identificação na sociedade e nas representações midiáticas - neste caso, o cinema -, para relacionar nossas análises teóricas com o desenvolvimento de práticas políticas de contestação visando mudanças no estado atual do mercado de trabalho brasileiro, e principalmente perceber as desvantagens das mulheres negras nessa sociedade.

² Adorno e Horkheimer (1985) consideram que essa indústria cultural massifica os espectadores, os colocando de forma passiva diante do consumo midiático. Logo traremos críticas a tais concepções, vindas por parte da Escola de Frankfurt. Apesar desta escola estar sempre revendo suas posições, foi a Escola de Birmingham que se destacou com a adoção de novas perspectivas, em especial às do feminismo e as teorias multiculturalistas sobre raça e nacionalidade. (KELLNER, 2001)

³ Para uma maior discussão acerca do termo ver EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.

⁴ Raymond Williams possui vasto trabalho de atualização às concepções gramscianas de hegemonia e contra-hegemonia em WILLIAMS, Raymond. Cultura e materialismo. São Paulo: Unesp, 1980.

Para compreendermos os lugares desses filmes no contexto social, devemos nos atentar a sua veiculação e sua ligação às instituições culturais que direta ou indiretamente podem determinar a circulação de determinado produto. Não é possível compreender um filme isolando-o, portanto, precisamos recorrer aos veículos de comunicação que transmitem, tornam popular e disseminam essas informações. Compreendemos as produções estão inseridas no que o historiador Alexandre Valim chama de circuito comunicacional, que envolve a produção, a mediação e o consumo. Ele se dá pela relação entre o produto e seu contexto. Todo filme produz e reproduz práticas sociais e as dinamiza, criando função e sentido a essas práticas. Seria inviável a análise de um filme isoladamente. É necessário atentar também à sua produção, veiculação e recepção, assim os meios de comunicação nos ajudam a compreender o cinema em seu contexto cultural. (VALIM, 2012)

Sobre a análise fílmica, é importante ressaltar a metodologia da decupagem, que consiste na descrição do material fílmico através da separação em sequências e a numeração dos planos com sua duração em segundos; a descrição dos elementos visuais representados - que respeita 3 etapas de interpretação: primeiramente uma descrição mais rápida e curta que tem a intenção de registrar as primeiras impressões do leitor. A segunda seria o lugar de uma análise um pouco mais profunda das informações expostas em cada sequência e a terceira seria uma análise final, reunindo as informações anteriores com um acúmulo de teorias e métodos do estudo da análise fílmica -; escala dos planos, incidência angular, profundidade de campo; enquadramento, trilha sonora, movimentos: no campo, dos atores e outros, da câmera; records ou passagens de um plano a outro: olhares, movimentos, cortes, fusões ou escurecimentos; trilha sonora: diálogos, ruídos, música, escala sonora, intensidade; relações entre sons e imagens, sons in/off/fora do campo, sons diegéticos ou extradiegéticos, sincronismo ou assincronismo entre imagens e sons. (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 1994)

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E ESTUDOS DE GÊNERO

Levando em conta as diferentes maneiras com que a categoria gênero é utilizada pela historiografia, entendemos que o gênero salienta a importância de enxergarmos as construções sociais das diferenças sexuais, indo além do que o termo ‘sexo’ costumava alcançar com suas análises puramente biologizantes, pois diz respeito às classificações sociais de masculino e de feminino. Portanto, definimos gênero aqui como uma categoria de análise útil para,

entender a importância, os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos. (PINSKY, 2009, p. 81)

Apesar de que Joan Scott tenha criticado bastante veementemente a História Social e ter sido criticada também por historiadores sociais⁵, foi uma autora bastante importante para fazer o encontro entre história das

⁵ Por estar ligada a métodos linguísticos e ao pós-estruturalismo apoiada nas abordagens linguísticas e filosóficas de Derrida e Foucault, Scott tem um embate com a História social. Ela aponta para “limites epistemológicos” da História Social. Para Scott, a História Social “reduziu a ação humana colocando-a em função de forças econômicas e fez do gênero um de seus inúmeros subprodutos.” (SCOTT, 1988) Historiadora social especializada em gênero, Louise Tilly, fez críticas a Scott relacionadas ao seu método filosófico. Tilly aponta para o método de desconstrução – utilizado por Scott – como sendo importante para uma visão crítica ao passado cultural, mas que rejeita transformações históricas profundas. “Scott preconiza um método que coloca radicalmente em questão não somente as relações de poder, mas também a existência de um mundo real e a possibilidade de descrevê-lo e explicá-lo. Os apelos de Scott para fazer da desconstrução um método universal subtraem toda a importância das condições nas quais as relações de poder mudam e se transformam e correm perigosamente o risco de uma concepção funcionalista e tautológica da causalidade. É duvidosa a afirmação de Scott segundo a qual a desconstrução é uma teoria que pode contribuir para a explicação.” (TILLY, 1994, p. 50)



mulheres a história política, se utilizando do gênero como categoria de análise. Com ela, termo gênero serve para apontar esses atributos são constituídos por relações sociais baseadas em suas diferenças, gerando no interior de relações de poder. Joan Scott separa sua definição de gênero em duas partes: 1. o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2. o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais são representações de poder, mas a mudança não é unidirecional. O gênero implica em quatro elementos interrelacionados: os símbolos culturais, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos de feminino e masculino, sistema de parentesco (lar, família, organização social), e o gênero como identidade subjetiva. Esses elementos não podem operar sozinhos, por mais que não possam simultaneamente. (SCOTT, 1995)

Estudos decoloniais e de interseccionalidade também nos são úteis para esse estudo. O termo interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989)⁶ após perceber que estavam acontecendo debates importantes em coletivos de mulheres negras nos Estados Unidos, mas que ainda não havia um conceito para tal. Antes de Crenshaw, essa discussão também lhe era anterior e acontecia no Brasil também através de coletivos de mulheres negras, que tinham uma ligação muito forte com a pós-colonialidade e o chamado giro decolonial⁷. No final dos anos 1970 a participação de ações políticas de mulheres negras nas organizações do movimento negro no Brasil começam a crescer, mesmo antes do termo interseccionalidade existir. O Movimento de Mulheres Negras (MMN) costumava utilizar uma interpretação da opressão de maneira aditiva, como sendo: gênero + classe + raça, etc. Este movimento, inclusive, não se afirmava como feminista pois o via como uma comunidade exclusiva para mulheres brancas de classe média. (BIANCHI; SOUZA, 2015) Sueli Carneiro (2003) traz a ideia de enegrecimento do feminismo, tendo em vista que até então o movimento feminista estava muito ligado a identidades brancas e ocidentais. Carneiro revela, portanto

a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais, [...] afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p. 118)

Outro nome bastante importante em nome das reivindicações de raça dentro do movimento foi a antropóloga Lélia Gonzalez, que nos anos 1980 era uma das editoras da revista *Mulherio*. Gonzalez também enfatiza a falta de debate dentro do feminismo acerca do racismo. Afirma que por mais que o feminismo tenha um papel fundamental nas lutas em busca por direitos das mulheres; por mais que tenha contribuído com debates acerca do patriarcado capitalista e inserido o caráter privado no debate público, não houve grande mobilização em torno da luta antirracista e decolonial no movimento. A autora chama para um feminismo afro-latino-americano:

Para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região - assim como para as ameríndias - a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. (GONZALEZ, 2011, p. 18)

⁶ Crenshaw conceitua as relações de opressão às mulheres de maneira entrecruzada, envolvendo raça, gênero, classe, orientação sexual, etc. Ou seja, a opressão nunca ocorre de maneira isolada, mas sim interseccional, fazendo com que mulheres sejam atingidas de maneira distinta de acordo com suas especificidades.

⁷ Para mais, ver BALLESTRIN, Luciana M. A. (2013). América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 11, p. 89-117.

Estudos decoloniais apontam para o fato de que a ideia de raça é direcionada para um tom de pele e fenótipo não caucasiano. Desta forma, pessoas da raça branca são vistas como se fossem a norma, simplesmente pessoas, e aquelas não brancas - negras, indígenas, asiáticas, etc. - são consideradas pessoas de cor, por conta da construção histórica racista vinda da colonização (QUIJANO, 2010 *apud* FREITAS, 2018)

A não superação do trabalho doméstico na esfera privada e a ausência de políticas públicas que dêem suporte ao cuidado e a concentração do trabalho doméstico nas mãos das mulheres, fez com que as classes médias e altas buscassem a solução no emprego de mulheres como trabalhadoras domésticas. A maior presença do trabalho doméstico se relaciona diretamente com a questão da desigualdade social. Quanto maior a distância entre pobres e ricos, maior a possibilidade de contratar serviços domésticos de terceiras. As relações de trabalho no âmbito doméstico se organizam a partir de acordos entre as partes, com pouca referência na legislação, ou seja, é marcado pela informalidade. (FERREIRA, 2010) O serviço doméstico é majoritariamente feito por mulheres pobres, pois não exige qualificação, apenas uma criação “feminina” baseada na reprodução social. (MELLO, 1998)

A ocupação de empregada doméstica é uma das mais precárias profissões, além de ser uma das que retorna menor renda. É um trabalho bastante pesado, mas que não depende de alta qualificação. Em se tratando do estudo acerca do mercado de trabalho e das especificidades do trabalho doméstico, feito majoritariamente feito por mulheres negras, nos utilizaremos das contribuições do sociólogo Ricardo Antunes (2008), que reúne um grande número de produções literárias acerca dos longos processos de precarização do trabalho e de antigas e novas formas de exploração da mão-de-obra, necessária para o desenvolvimento desenfreado do capitalismo. Nesse contexto, sabemos que as mais afetadas nesse tipo de relação socioeconômica são as mulheres negras, e para compreender essas idiosincrasias no utilizaremos, principalmente, dos trabalhos de Helena Hirata (2009), que nos ajuda a compreender como a divisão sexual do trabalho é organizada em nossa sociedade capitalista e afeta diretamente as mulheres, que apresentarem maior número do que os homens no trabalho informal e no trabalho em tempo parcial.

Ao longo das últimas décadas essa profissão vem ganhando pequenas melhorias, como a (tardia) chance de registro profissional, a chamada ‘carteira assinada’, que garante uma maior regulamentação deste trabalho com direitos trabalhistas, a chance de ter uma vida particular fora da casa dos patrões, e uma renda estável. Junto com os direitos trabalhistas vem as contradições do poder aquisitivo:

O acesso ao consumo e a direitos formais é visto como o limite daquilo que compete ao debate político discutir e como o limite do ‘bem-estar’ que deve ser garantido a essas pessoas pelo Estado. [...] Mas] que tipo de miséria o acesso ao consumo não elimina? Que miséria é essa que o dinheiro por si só não vence e que se leva no corpo e que se transmite, sem perceber ou querer, aos filhos como uma espécie de herança irrecusável? (SOUZA, 2009, p. 126)

Percebemos ao longo dos anos alguns avanços em relação aos direitos das mulheres, mas também a manutenção de algumas desigualdades de gênero. Antes de 1972 a CLT não incluía o trabalho doméstico, a Lei n.5.859 de 1972 reconheceu a profissão garantindo o direito a férias de 20 dias, carteira assinada e previdência social. A Constituição de 1988 ampliou esses direitos com o salário mínimo, o 13o, a licença gestante e paternidade, etc. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, afirmava equiparar homens e mulheres em obrigações (Artigo 5º, I) proibindo a diferença salarial e garantindo a licença-maternidade e licença-paternidade remunerada; porém, algumas outras reivindicações de movimentos feministas ficaram de fora, como a questão do aborto. Diante deste cenário percebemos um empecilho relacionado a questão de gênero estritamente. Mas outro lado, a regulamentação do trabalho de empregadas domésticas só aconteceu em 2015 - durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, o

que seria mais uma questão de gênero presente em discussão - com a PEC das Domésticas, e pode ser vista muito mais relacionada com uma questão de classe. (BIROLI, 2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário do governo atual brasileiro e sua relação com a reforma da previdência e do descaso com o crescimento do desemprego, reiteramos a importância deste estudo como conjunto de teorias críticas que procuram dialogar com a prática e procurar encontrar um ponto de equilíbrio para que possamos avançar nos direitos sociais de todo o conjunto da população, e não apenas para uma pequena parcela dela. A Constituição Federal de 1988 instituiu pela primeira vez no Brasil um sistema de proteção social, onde abriu-se um capítulo específico sobre direitos sociais, é, portanto, a partir dela que devemos partir para uma discussão acerca da reforma da previdência (MATTEI, 2019), inicialmente proposta pelo governo de Michel Temer, mas que foi efetivamente levada em frente e aprovada pela Câmara no governo atual de Jair Bolsonaro.

Não podemos deixar de trazer considerações acerca do período que estamos vivendo neste ano de 2020 em que a pandemia de Covid-19 traz à tona as já desiguais relações de classe. Não esqueceremos que a primeira vítima fatal do vírus no estado do Rio de Janeiro foi uma trabalhadora doméstica. Ela foi infectada pela sua empregadora que viajou para o exterior e não a informou que estava doente. “Empregada e patroa foram assim descritas pelas notícias, sem nome, só os espaços de vida dos privilégios resumiam suas existências: empregada dormia no emprego, patroa viajou para Itália de onde retornou doente”. (DINIZ; CARINO, 2020) O paternalismo causado pela informalidade do trabalho feito dentro de casa, no ambiente familiar leva a categoria a uma situação bastante singular neste momento de isolamento social em escala global. O momento atual está fazendo mulheres de classe média e alta a entenderem na prática o que é tripla jornada de trabalho.

A classe trabalhadora sofre com o desemprego desenfreado em tempos de crise, porém, o trabalho doméstico tem suas particularidades, devido ao seu caráter informal. Foram produzidos e divulgados muitos textos sobre “o que fazer com os/as empregados/as domésticos” durante a necessidade de quarentena (AMARO, 2020)⁸. A necessidade do afastamento é apontada como prioridade na maioria deles, mas o pagamento do salário é discutido através de alternativas e negociações. Àquelas domésticas que não tiveram alternativas, tiveram que continuar trabalhando, tendo que viver com o medo de ser vetor de transmissão do vírus, podendo levar para dentro de sua própria casa, as vezes com pessoas no grupo de risco.

Diante deste cenário, Rosângela Conceição dos Santos e Creuza Maria Oliveira, representantes da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) se posicionaram defendendo e declarando campanha para o afastamento remunerado de sua categoria, mas afirmam que a adesão ainda era de menos de 20%⁹. O Ministério

⁸ AMARO, Kezia. Coronavírus e Dispensa da Doméstica: Entenda como lidar com essa situação. Hora do Lar. [s. L.], 3 abr. 2020. Disponível em: <https://blog.horadolar.com.br/coronavirus-e-dispensa-da-domestica/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

LEAL, Samasse. Coronavírus: como ficam os empregados domésticos durante o período de isolamento?. Seleções: readers digest. [s. L.], 23 mar 2020. Disponível em: <https://www.selecoes.com.br/colunistas/coronavirus-como-ficam-os-empregados-domesticos-durante-o-periodo-de-isolamento/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

CANDIDO, Marcos. Coronavírus: devo pagar a empregada mesmo sem trabalhar? Veja dúvidas. Universa: Direitos da Mulher. [s. L.], 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/20/coronavirus-devo-pagar-a-empregada-mesmo-sem-trabalhar-veja-duvidas.htm>. Acesso em 18 abr. 2020.

⁹ NUNES, Aurélio. Domésticas defendem direito à quarentena remunerada e dividem patrões. UOL: saúde, [s. L.], 29 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/29/domesticas-defendem-direito-a-quarentena-remunerada-e-dividem-patroes.htm>. Acesso em 18 abr. 2020.

HOJE, Jornal. Pandemia de coronavírus: o que o empregador e o empregado doméstico podem fazer durante esse período?

Público do Trabalho (MPT) emitiu uma nota recomendando a dispensa de trabalhadores domésticos com remuneração durante o período que vigorarem as medidas de contenção, com exceção de casos indispensáveis, como cuidadoras de idosos¹⁰. Porém, o MPT apenas recomenda, e não garante direitos. Já o governo brasileiro, emitiu a medida provisória nº 936, onde garantia a preservação do emprego e da renda, o pagamento do Benefício Emergencial de Prevenção do Emprego e da Renda e a suspensão temporária do contrato de trabalho¹¹, porém sabemos que o trabalho doméstico é caracterizado por ser em sua grande maioria realizado de maneira informal, onde apenas 26,3% das 9 trabalhadoras domésticas tinham sua carteira de trabalho assinada.

Não precisaríamos da pandemia de Covid-19 para compreender que o trabalho doméstico ainda passa por muitos estigmas sociais, problemas estruturais e legais. A maioria das domésticas sempre estiveram na informalidade, sem salários, sem direitos, e correndo riscos para garantir o desenvolvimento das elites, mesmo antes da pandemia atual. A função social deste trabalho historiográfico se mostra cada vez mais importante diante desses cenários.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 1, p. 19-34, 2008.

BIANCHI Juliane; SOUZA, Vivian. O feminismo descolonial de Houria Bouteldja e o movimento de mulheres negras brasileiro: algumas questões a discutir. In: SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES – Moralidades, Famílias e Fecundidade, 4., 2015, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UNEB, 2015.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARNEIRO, Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1, Article 8, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: set. 2020.

DINIZ, Debora; CARINO, Giselle. Patroas, empregadas e coronavírus: nós, mulheres da elite, lamentamos a difícil tripla jornada de trabalho com filhos na casa. muitas já vivem essa cruel realidade há tempos. **El País**, Brasil. [s. L.], 20 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinion/2020-03-21/patroas-empregadas-e-coronavirus.html>. Acesso em: 18 abr. 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: No limiar de uma nova era. v. 1. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e patroas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 23, n. 1-2, p. 339-360, 2010.

FREITAS, Larissa Viegas de Mello. Experiências Feministas Narradas no Espaço Virtual: Debates sobre Interseccionalidade e Feminismo Negro. **REALIS - Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Poscoloniais**, v. 8, p. 148-179, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, Batalha de Ideias, p. 12-20, 2011.

Doméstica Legal: harmonia no emprego doméstico. [s. L.] 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.domesticalegal.com.br/pandemia-de-coronavirus-o-que-o-empregador-e-o-empregado-domestico-podem-fazer-durante-esse-periodo/>. Acesso em 18 abr. 2020.

¹⁰ LEITÃO, Matheus. Coronavírus: Ministério Público do Trabalho orienta sobre proteção de empregadas domésticas. G1: Política. [s. L.], 20 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2020/03/20/coronavirus-ministerio-publico-do-trabalho-orienta-sobre-protecao-de-empregadas-domesticas.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2020.

¹¹ BRASIL. Medida provisória nº 936, de 1 de abril de 2020. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 abr. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm. Acesso em 1 abr. 2020.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, jan./jun. 2009.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

LAGNY, Michèle. **Cine e história**: problemas y métodos en la investigación cinematográfica. Barcelona: Bosch, 1997.

MATTEI, Lauro. Reforma da Previdência: da Constituição de 1998 à proposta de reforma do governo atual. **Revista NECAT**, Ano 8, n. 15, p. 1-7, jan./jun. 2019.

MELO, Hildete Pereira de. De Criadas A Trabalhadoras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 323-357, 1998.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003.

PINSKY, Carla. Estudos de Gênero e História Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 296, jan./abr. 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira_ quem é e como vive**. Belo Horizonte_ Editora UFMG, 2009, pp. 126.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 3, p. 29-62, 1994.

VALIM, Alexandre. História e Cinema. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2012.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 5. ed. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1994.

MULHER E ARTISTA: REPRESENTAÇÕES MATERNAIS E FEMININAS EM OITO EDIÇÕES DA REVISTA DO RÁDIO, ENTRE 1954 A 1965

Raimundo César Vaz Neto¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo mostrar como a mulher e artista é representada na *Revista do Rádio*, entre 1 de maio de 1954 a 22 de maio de 1965, por consulta virtual a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Como um periódico do seu tempo, que surgiu em 1948, a artista era representada como mulheres que não se descuidavam dos cuidados da casa seja como mães e avós, e, mostrando que também administravam boates, como Linda Batista, que não pensava na vida de dona de casa, mas que ao gerenciar uma boate, passou “gostar” de comprar legumes, escolher decoração do espaço, provar comida na cozinha, dentre outras qualidades de uma mulher dos anos 1940 e 1950. Os costumes da época julgavam a mulher que não soubesse fazer os trabalhos domésticos e as cantoras dos anos 1940, muitas eram maduras e mães. Quando não figuravam reportagens e prêmios como o de “Mãe-Cantora”, ou as “avós enxutas do rádio” citando artistas como: Angela Maria, Nora Ney, Dalva de Oliveira, Dercy Gonçalves, Ademilde Fonseca e outras.

Palavras-chave: Mãe-Cantora. Dalva de Oliveira. Nora Ney.

INTRODUÇÃO

A Revista do Rádio foi a segunda mais importante do Brasil nos anos 1940, depois surgiram outros periódicos que tratassem da vida íntima ou não dos e outros temas especulativos que vendiam. Esta revista surgiu em 1948 e que seu início contribuiu e muito com o inflamação dos atritos entre os fãs de Emilinha e Marlene, problema este que perdeu o controle. Depois, o mesmo autor fala das conveniências sociais que a artista feminina era madura, mãe e, quando era jovem, o matrimônio era um fluxo contínuo da condição de mulher. Nos anos 1930 apenas a estilizada Carmen Miranda entre os homens. Na década seguinte, Dalva de Oliveira, Carmen Costa e Carmélia Alves, como exemplo de mulheres maduras e casadas. Casamento, educação de filhos e separação, eram assuntos entre as artistas femininas e exemplos que elas faziam questão de reafirmar as fãs. Aos homens artistas e solteiros das décadas 40 e 50, referências de que eles eram senhores aptos ao casamento (LENHARO, 1995)

Todo segundo domingo de maio do ano, a *RR* escolhia através de pesquisa, a “Mãe-Cantora”. Ademais, este trabalho cita algumas condecoradas com este título como Neusa Maria e lembra a passagem de título por outra eleita Emilinha Borba. Falaremos em outras artistas com seus filhos ou filhas, fora desta premiação ou a vontade de Angela Maria em ser mãe e do aborto que ela sofreu, sem saber que estava grávida, em uma turnê em Portugal. A sucesso da rádio novela *O direito de nascer*, de 1951 durou quase três anos, discutindo o aborto, envolvendo discussões entre o público, e especialistas como a igreja, advogados e psicólogos. Os cinemas faziam sessões mais tarde e o comércio que fechava mais cedo para o público acompanhar a novela do rádio (CALABRE, 2004).

A culpa de Nora Ney em relação a separação do seu marido, em 1952, é o postulado de que era complicado uma mulher dedicar-se como devia, ao lar e a carreira artística. Posteriormente, o envolvimento de Nora e Jorge Goulart, traria mais críticas para ela. Mas o silêncio da Revista do Rádio para não problematizar o que estava em

¹ Graduado em Letras-UNEB/ Graduando em História-UFCG.

manchete na imprensa marrom em relação a vida dos dois, foi obra da manipulação de Anselmo Domingo, diretor da revista, amigo e padrinho da filha de Jorge. A sociedade da época, em 1950 entendeu, em partes, a separação de Dalva e Herivelto, sabendo dos dois como artistas e que na relação, Dalva era menos culpada; como Nora não era, para parte da imprensa. O público comprou os discos e defendeu Dalva. Com Nora, a situação foi diferente, pois seu primeiro marido era anônimo, mas ela conseguiu desvencilhar-se dos problemas pessoais e dos abalos em sua carreira (LENHARO, 1995).

O casamento de Dalva não se desfez por conta de sua coragem desde os primeiros maus tratos de Herivelto Martins, e de toda sorte de machismos cometidos por ele. Não havia na mente da cantora o fim de um casamento, ela era de uma época em que a mulher precisava suportar tudo até o fim e assim pensava. Mas as traições do marido, o controle rígido da casa, os constantes amigos que ele levava para comer, beber e dormir, na hora que fosse, quantos fossem, sem acordo prévio com Dalva, que era obrigada a preparar comida, dormida e bebida para todos, depois das apresentações no Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, foram minando ainda mais a relação dos dois (DUARTE; RIBEIRO, 2009).

Assim, como processo de investigação do modo como a mulher é representada na *Revista do Rádio*, escolhemos uma temporalidade entre 1 de maio de 1954 a 22 de maio de 1965, para falarmos em mães e artistas, com reportagens feitas no mês de maio e ao longo dos demais meses, em uma clara tentativa de demonstração assimilação do lado materno e do “convívio harmonioso” que ela traziam para as artistas. Do outro lado, a cantora Carminha Mascarenhas em uma reportagem corajosa e bem fotografada de 1960, defendia o divórcio como o direito da mulher e não o desquite, que para ela, impedia a mulher de casar-se novamente, ou como fazia algumas de suas amigas, obrigando-as a saírem do Brasil para se casar em outros países. Para ela, o desquite não libertava nenhum dos dois que formava o casal.

DESENVOLVIMENTO

Nos anos 1930 os homens eram maioria no rádio e a figura de destaque era a estilizada Carmen Miranda. Foi lenta o aparecimento de outras mulheres nos anos 40 que era dominado pelas irmãs Linda e Dircinha Batista, diferentes entre elas, mas nada que a arte afetasse a simbologia familiar. Quando outras cantoras que viam dos anos 30 e despontaram nos anos 1940, a citar: Carmélia Alves, Dalva de Oliveira, Carmen Costa, elas não se afastavam das figuras maduras e maternas. Casamento, educação de filhos e separação, eram assuntos entre as artistas e Dóris Monteiro, Nora Ney e Angela Maria, cantoras nos anos 1950, estavam inseridas neste contexto (LENHARO, 1995).

A artista estava inserida no contextos dessas novas discussões que falavam de divórcios, abortos, como na novela *O direito de nascer*, em que a personagem engravidava de um médico bem sucedido. O problema ficava aberto dentro da sociedade, mas era no artista, com suas possibilidades, que isso poderia ser discutido. A imprensa ponderava os prós e contras desses assuntos, que estavam dentro da sociedade, de cada um ou de cada família (LENHARO, 1995).

A linguagem da radionovela deveria sensibilizar o público em seu cotidiano ou causar debates. Para o próximo episódio os ouvintes comentavam, discordavam, envolviam-se em debates sobre as tramas. *O direito de nascer* que começou em janeiro de 1951, ficou no ar por quase três anos, com mais de 314 capítulos. A radionovela se destacou tanto, que os jogos de futebol eram transmitidos mais cedo, o comércio fechava mais cedo e os cinemas começavam suas sessões mais cedo, nos últimos episódios de transmissão. Não sem antes ganhar destaque na imprensa, levantar

debates entre o público e especialistas como advogados, psicólogos e a igreja. No auge das telenovelas, entre o fim dos anos 1940 e início de 1950, algumas emissoras de rádio tinham seis radionovelas. Ao longo dos anos 50, elas foram transferidas para a TV e desapareceram do rádio. Quando foi transmitida na TV Tupi, entre 1964 e 1965, essa novela não teve o mesmo sucesso que no rádio (CALABRE, 2004).

Angela Maria que teve uma grande popularidade não mudaria este quadro, aliás, estaria incluída nele, desejando ser mãe, falando da vontade e das qualidades que tinha para o exercício da maternidade. Por outro lado, mesmo cantoras como Maysa e Celly Campello, esta última, mais jovem, tinha o casamento como referência obrigatória e ele foi o motivo do abreviamento da sua carreira. O perfil de mulher maternal e quase sempre madura, voltadas ao casamento ideal ou aos cuidados com os filhos. De um lado elas eram artistas que inspiravam em gestos e comportamento, do outro, a artista levava o fã a aceitar sua condição de filha e mulher, pelos conselhos que recebiam, para ficar como referencial a condição de estrela. Não era um simples *merchandising* artístico, mas os artistas eram convidados a contar tudo sobre: decoração da casa, roupas, saúde, crenças e, acima de tudo a vida doméstica (LENHARO, 1995).

As mulheres eram mais solicitadas para as reportagens sobre a temática familiar e as capas, mas os homens solteiros e artistas, eram apresentados como senhores com dotes para o casamento. Os aspectos da vida moral do artista do rádio também eram cobrados e escondidos, como quando a cantora Elizeth Cardoso escondia seu caso extraconjugal com um homem casado, o compositor Evaldo Ruy e sabia da cobrança que pesava sobre ele, através das imposições sociais e coletivas. Outro exemplo de seguir as convenções dos anos 1950, foi a imprensa esconder a sexualidade de Cauby Peixoto, além do artista, sabedor do tempo que vivia. No final da década e início dos anos 60, o rádio perdia um pouco de espaço para os novos artistas jovens do rock e da Jovem Guarda, mas os do rádio continuavam com seus fãs e a relação construída de anos (LENHARO, 1995).

Na imprensa, destaque para o surgimento da Revista do Rádio, em 1948. A estratégia de Anselmo Domingos, seu diretor era inflamar a rivalidade entre o público nos programas de auditório da Rádio Nacional e o conseguiu, principalmente entre os admiradores das cantoras Marlene e Emilinha Borba. No ano seguinte, em 1949 a favorita para a eleição de Rainha do Rádio era Emilinha, mas a Antártica comprou votos em massa e apoiou Marlene, que saiu vitoriosa. Este estímulo de atrito entre os fãs saiu do controle. Por outro lado, no ano de 1952, quando um suposto romance entre a recém desquitada Nora Ney e Jorge Goulart que trabalhavam juntos no Copacabana Palace e era ventilado pela imprensa “marrom” de má qualidade, Anselmo Domingos que era diretor da RR e padrinho de uma das filhas de Goulart, minimizava os acontecimentos. Depois, Nora e Jorge formariam um casal, mas eram as regras da sociedade que impunham cobranças, ainda mais que o ex-marido de Nora era visto como vítima, para o sensacionalismo da imprensa. Era Nora que tinha o desempenho de mãe e artista posto à prova (LENHARO, 1995).

Dalva de Oliveira foi outra mulher que teve um conturbado fim de casamento com Herivelto Martins, propagado pela imprensa em 1950. Era uma época em que os ídolos femininos estavam em destaque e que os problemas da vida eram discutidos, debatidos e causavam divisões na sociedade da época. Foi Dalva que recebeu as maiores cobranças, que ficava em volta as suspeitas para a imprensa e sociedade da época, pois a vida de artista era incompatível com a de mãe. Mas isso, em partes, foi acalmado pois Herivelto também era artista. Do lado de Dalva, o público que acolheu ainda mais suas músicas, depois da separação. Na vida entre artistas, brigas e supostos desentendimentos entre elas, além do mais, os fãs de Dalva iriam trocar farpas e tapas com os de Angela Maria, tudo isso motivado, dentre outras coisas, por reportagens até certo tempo respeitadas entre as duas, mas que depois seriam apelativas de uma indiferença e frieza entre elas, na RR. A vida do lar, noivados e casamentos também seriam bem representados por este periódico (Lenharo, 1995).

Em reportagem com quatro folhas, com o título (Nº 242, 01/05/1954) “As mamãe do rádio”, com texto de Milton Salles, se dizia que elas não eram muitas, mas que a grande maioria eram mães, acrescentando, em seguida que elas eram importantes, pois sabiam cumprir seus papéis de mães e artistas e afirmando em nota enquadrada que elas eram mãe, tão dignas quanto as demais, precedida do seguinte texto: “Elas conhecem da vida/ A grande contradição:/ Sorrir, de alma partida, Chorar, de satisfação!” As artistas da reportagem eram: Talita de Miranda, Daisy Lúcidí, Zilá Fonseca, Dalva de Oliveira, Renata Fronzi, Ademilde Fonseca, Neuza Maria, Sara Nobre, Déa Selva, Lígia Sarmento, Lúcia Martins, Nora Ney, Yara Sales, Lourdes Mayer e Helena Sangirardi.

As fotografias das artistas com seus filhos ou filhas faziam parte do acervo da RR. Para cada representação, uma justificativa artística e pessoal do devotamento maior que era ser mãe ou dos bons cuidados que elas davam aos seus filhos. Em relação a Talita Miranda, a RR disse que apesar dela ser uma mulher má nas histórias seriadas da Rádio Nacional, como mãe, era um anjo de candura e que do seu trabalho, o tempo que lhe restava era dedicado “o melhor para sua filha”, Gilza, de 06 anos. Daisy Lúcidí estava casada há seis anos com o locutor esportivo Luiz Mendes e seu filho Luiz Mendes Júnior, tinha 03 anos. Ela dizia que não ia interferir na carreira do filho em um a época em que os pais o faziam e que esperava que o seu filho fosse honesto como seu pai.

Dalva de Oliveira que tinha passado pela atribulação da briga musical e judicial com seu ex-marido Herivelto Martins, no momento da reportagem era desquitada, um escândalo para os costumes dos anos 1950, mas a reportagem das mães e artistas afirmava que ela jamais deixou de ser mãe e que a cantora quando ia fazer turnês, se despedia dos filhos Pery, então com 16 anos e Ubiratan, com 14, “com lágrimas nos olhos”. O fim do casamento de Dalva não foi uma coisa pensada desde o primeiro momento, por todos os abusos que passou e viveu ao lado do marido, a mentalidade da cantora era que o casamento não tinha fim, e caso fosse complicado, era preciso suportá-lo. Não havia possibilidade ou pensamento de separação. Seria um escândalo e foi. Além das infidelidades constantes de Herivelto, até mesmo dentro da casa do casal, mais o controle duro sobre a vida familiar e financeira, ele convidava amigos para comer, beber e dormir na casa deles, sem acordo prévio com Dalva. Ela ficava irritada por nem sempre está disposta a cozinhar, depois de ter cantado no Cassino da Urca. Herivelto exigia e mesmo não querendo, Dalva tinha que preparar cama, comida e bebida para todos. Ainda assim, havia momentos agradáveis entre a família e os amigos, segundo o filho Pery Ribeiro (DUARTE; RIBEIRO, 2009).

A menina Eimar Fonseca, 13 anos, filha única de Ademilde Fonseca não tinha irmãos, mas a falta deles, era suprido pela atenção que a cantora dava a filha, afirmando, também, que ela era uma aluna muito aplicada. Da mãe tinha herdado “a fisionomia e as qualidades morais”. Lígia Sarmento tinha três filhos: Dorotéia Lígia, 15 anos; Sílvia, 11 anos e Roberto Ricardo, 6 anos e meio. Ela se casou cedo e considerava-se feliz. Educar os filhos dava trabalho, pois ela se interessava por tudo da vida deles, mas este trabalho era “bem recompensado”.

Nora Ney, depois de um desquite conturbado, não deixava que seus problemas sentimentais refletissem nos cuidados com os filhos, Verá Lúcia de 10 anos e Hélio, com 06. Nora vivia para seus discos, os programas da Rádio Nacional e seus filhos. No entanto esta vida familiar agora fotografada e tida como inspiração de boa mãe, não foi o que dizia a imprensa especulativa de 1952, que sua carreira estava sendo construída em detrimento da vida familiar. Aos poucos, sua vida artística foi se desligando dos problemas pessoais do passado (LENHARO, 1995).

Sem fotos, apenas com uma pequena nota (Nº 247, 05/06/1954), afirmando que a eleição de “O modelo de mães da PRE-8” de 1954 foi dado a rádio atriz Dea Selva. A cantora Linda Batista que nunca se casou oficialmente e que tinha romances discretos e ocultados pela imprensa da época, afirmava nunca ter pensando em se tornar modelo de dona de casa, entretanto, essa antiga aversão “se transformou”. Na época, controlando a Boate do Hotel

Plaza, no Rio de Janeiro, a reportagem dizia que ela tinha cuidado da decoração, organização e refrigeração do espaço, além de ter tomado gosto pelos dotes culinários. Tudo isso bem fotografado, com Linda conferindo preços e qualidade dos alimentos.

Com uma imagem ao lado de Nora Ney, Cauby Peixoto e da irmã Dircinha, Linda Batista seguido de texto com referência aos números musicais da artista no rádio, ela era sempre vista de acordo com a matéria, no mercado central e nos armazéns da Rua Acre. Linda dizia das atrações artísticas e das futuras que viriam para sua boate. A RR dizia que Linda se zangava apenas quando lhe chamavam de patroa, e que se prestava a vários trabalhos na Boate, como quando lavou toalhas e o gerente encerrou o assoalho. Ela dizia que os preços dos legumes, ovos e bebidas eram caros, mas que não cobrava caro por isso, que seus preços eram caprichados e não misturava os uísques que vendia. Os fãs da cantora a ajudavam com as compras, na porta do Mercado. Das imagens que seguiam, duas se destacam: Linda diante da geladeira cheia e na cozinha, ao lado do cozinheiro, segurando a ponta da orelha, como quem aprova o sabor da comida que provou.

Como dito anteriormente, o lar era o espaço de cuidados femininos e isso deveria ser associado como exemplo da artista maternal para suas fãs, sendo assim (Nº 293, 23/04/1955), encontramos a reportagem *Minha casa é assim* com Nora Ney, em que ela mostrava os cômodos, com apresentação e descrição de alguns móveis, cores de azulejos, mas não deixava de mostrar a artista agachada ao fogão, no tanque, lavando roupas e as plantas que “alegravam o ambiente”. Nora não foi a única artista feminina fotografada nesse tipo reportagem e, entre os homens, alguns deles apareciam tomando banho, supostamente acordado, lendo, escrevendo ou concertando algum objeto da casa, uma prática exclusivamente masculina para aquele contexto.

Outra reportagem dizendo (Nº 558, 28/05/1960) quais eram as mães mais bonitas e felizes do Rio de Janeiro e São Paulo, em 1960, com algumas cantoras e seus filhos, dentre elas: Inezita Barroso, Emilinha Borba, Elza Soares, Adelaide Chiozzo, Neusa Maria, Isaurinha Garcia, entre outras. Lembrando que Emilinha foi a “Mãe-Cantora de 1959” e que em 1960 foram duas eleitas, Neusa Maria no Rio de Janeiro e Isaurinha Garcia, em São Paulo. Neusa tinha encontrado em sua filha Karla “um novo mundo de felicidades” e Isaurinha tinha renunciado ao sucesso para aguardar a chegada de sua filha Mônica. Passou por angústias, mas era feliz. Dizia que Emilinha Borba passava o título “honroso” para as mães de 1960 e a RR terminava por cumprimentar todas as “Mães-Cantoras” daquele ano de 1960.

No mesmo ano, uma capa (Nº 584, 26/11/1960) com destaque apelativo e uma das seguintes chamadas na capa: “Cantora famosa desesperada por desquite”. A manchete com a cantora Carminha Mascarenhas dizia: “Desquite deixa Carminha Mascarenhas cada vez mais triste”, a artista respondia que o Brasil não permitia divórcio, mas desquite. Esta situação, segundo ela, não era boa para o casal irreconciliável, impedido de nova união. De acordo com a cantora, apenas por achar, isso fazia triste também aos filhos dos desquitados. Em frases bem pesadas para os costumes da época, ela dizia que uma divorciada podia constituir um novo lar e uma desquitada, não. Em duas fotografias da artista, uma delas com o filho Raul Mascarenhas, Carminha continuava sua entrevista dizendo que recebia propostas de casamento, mas não podia aceitá-las, nem o faria em outros países, como México ou Uruguai, pois para ela, quem o fazia, era para enganar a opinião pública.

No fim do mesmo parágrafo, Carminha dizia que não queria negar esta possibilidade em sua vida. Quando perguntada se estava a fim de casar-se novamente, ela disse que imaginava sim, pois a verdade não podia ficar escondida. Depois, ao ser indagada se era favorável ao divórcio, ela disse que estava declarado que sim e que muitos como ela, necessitados do Brasil precisavam. Contou que após o divórcio ela se casaria logo em seguida, Carminha



disse que o problema não era aquele, mas que casaria sim, quando e com quem, não sabia. Uma pergunta clichê e hábito em trocar a vida artística pela vida do lar, ela disse que não via incompatibilidade entre as duas. Deixaria a vida na arte para cuidar da casa e do filho, pois, segundo ela, eles mereciam mais atenção que a profissão de cantora ou dizer que o faria em determinado tempo da carreira.

A capa (Nº 601, 25/03/1961) trazia a cantora Angela Maria, com uma boneca no braço, que aparentemente lhe beijava, com a seguinte chamada: “O que está fazendo falta à Angela Maria...”, a reportagem dizia que algo lhe faltava, entre as ausências para completar a felicidade ou fazê-la integralmente feliz, dizia ter tudo que uma mulher podia desejar, entre dinheiro para uma boa vivência sem preocupações, tranquilidade doméstica, carinho do público e coisas mais difíceis de enumerar. Além da boa relação com as crianças e nas imagens entre elas, a cantora respondia a reportagem que sempre sonhou em ser professora, “afagar aquele mundinho de gente que é a coisa mais linda desse mundo de Nosso Senhor”. Na ausência de crianças na casa da artista, muitas bonecas as quais ela dedicava “sua imensa força maternal”. Afirmando que a cantora deixava-se fotografar ao lado de suas meninas mudas, “como se fôra um Gepetto radiante com o seu Pinocchio”. Encerrava dizendo que Deus poderia se lembrar dos sonhos da artista e realizá-los, antes que ela mesmo imaginasse.

Do retorno (Nº 758, 26/03/1954) de Portugal e países africanos, a cantora Angela Maria passou três meses viajando, e nesta edição havia uma segunda chamada que dizia: OPERAÇÃO PERMITIRÁ ÂNGELA MARIA SER MAMÃE. A cantora lembrou que na recepção em Portugal, sem que soubesse da gravidez, nem o público, Angela recebeu pancadas da multidão e perdeu a criança que esperava “com tanto amor e carinho”. Ela afirmou que tinha chorado muito quando estava hospitalizada, triste pela criança e alegre pelo atenção do público. Depois das passagens por Portugal, Moçambique e Angola, ela foi aconselhada pelos médicos portugueses lhe indicaram uma cirurgia e ela preferiu fazer no Brasil, entre sua família. Ela iria fazer a cirurgia no Rio de Janeiro, durante o carnaval e depois daquilo teria não apenas uma criança, mas umas 10. Nenhuma cirurgia ou tratamento deu certo, ela disse que quando estava desiludida, começou a procurar crianças por toda parte, até que adotou a menina Angela Cristina na década de 1970. Na época da adoção de Cristina, Angela contava com ajuda de uma babá portuguesa e um sobrinho órfão chamado Edi. Depois adotaria mais duas meninas e um menino, Alexandre (FAOUR, 2015).

Ainda encontramos uma reportagem não apenas para as mães, mas as (Nº 817, 15/05/1965) “As vovós enxutas do rádio e da TV”, não era a avó tradicional, de cabelo branco, mas no mundo artístico, elas eram mulheres de quarenta anos. Elisete (com “e” mesmo) Cardoso estava mais bonita e provocava aglomerações quando ia à praia, sendo avó pela terceira vez. Ela se casou cedo, os filhos também. A família era grande e “composta de gente bonita e feliz”. Ademilde Fonseca com sua neta de meses, pois sua filha casou-se cedo. A cantora e a neta pareciam mãe e filha. Outra citada foi a ex-vedete Mara Rúbia, avó duas vezes. A atriz Dercy Gonçalves era avó pela segunda vez, com “elegância e simpatia irresistíveis”. Ela chegou a presentear o primeiro neto com chupeta de ouro. Em tom exagerado, a RR dizia que esta eram necessárias mais outras tantas páginas para que eles mostrassem outras avós/artistas.

A cantora Gigi da Mangueira, foi eleita a “Mãe-Cantora” de 1965. Segundo a reportagem, ela tinha deixado a TV e os discos para cuidar da sua gestação. O menino tinha nascido dia primeiro de fevereiro, tinha o nome do pai, Wilson Rezende e, quando a mãe estava trabalhando, a criança era cuidada pela avó materna. Segundo a RR, Gigi iria ganhar um “delicado presente”, em meios as homenagens que receberia nas “emissoras de rádio e TV, no dia das mães”.

CONSIDERAÇÕES

A Revista do Rádio foi uma representante dos costumes da época e da tentativa de associar as cantoras a vida doméstica. Era comum nos anos 1940 e 1950, como disse Lenharo (1995) que se associasse a artista a vida do lar, mostrando seus “dotes”, o cotidiano, para tentar sublimar ao máximo o preconceito que se tinha quando ao “bom desenvolvimento” da vida doméstica e suas muitas ocupações, com a vida artística duvidosa e sem horários. As figuras femininas eram maduras, mães e exemplificadas como tal. Os homens que fossem solteiros e artistas, tinham sempre uma referência que podiam ser esposos e noivos cortejáveis. *Minha casa é assim*, com Nora Ney era uma reportagem em que o artista mostrava seu dia a dia em sua casa, o que fazia, o que comia, quais atividades desenvolvia ao longo do dia, e, claro, encerrava com Nora agachada a um forno e no tanque de lavar roupa.

Era uma parte do *merchandising* da própria RR e de alguns casos ou suspeita de escândalos, que deveriam ser ocultados, como o que fez o diretor Anselmo Domingos, quando por sua proximidade com Jorge Goulart e por ser padrinho de sua filha, não usou a RR do rádio para divulgar e escandalizar mais ainda a suposta relação de Jorge com a Nora Ney, que ainda iria se desquitar do seu ex-marido. Dentro do mesmo periódico as premiações a “Mãe-Cantora”, quando citamos apenas dois casos: em 1960 com duas eleitas, Neusa Maria no Rio de Janeiro e Isaurinha Garcia, em São Paulo; e Gigi da Mangueira, que deixou a carreira para cuidar do filho recém chegado, em 1965. Quando o divórcio não era uma realidade em 1960, uma reportagem apelativa e contundente para os costumes da época, em que Carminha Mascarenhas afirmava que o Brasil permitia apenas o desquite, mas que isso não punha fim ao relacionamento irreconciliável, defendendo o divórcio.

Por outro lado, não como mãe, mas como administradoras de Boate no caso de Linda Batista, fazendo compras para repor a comida que era servida e depois, gostando da vida doméstica, coisa segundo ela, não apreciada antes. Não que ela tivesse abandonado a carreira artística, mas o tempo que dispunha para gerenciar o espaço e cuidar de repor estoque de bebidas e comidas, além de conferir pratos na cozinha, o que era feito “com alegria”.

A cantora Angela Maria, outro exemplo costumeiramente associada ao desejo de ser mãe, de ser professora para ter maior contato com criança, de fazer tratamentos para dar à luz, o que não foi possível de acordo com a biografia da artista, mas que ela adotou quatro crianças na década de 70, para concretizar sua vontade. Angela dizia que não podia reclamar da vida que tinha, nem se desgastar mais, como fez com cirurgias e procedimentos médicos, mas que com sua voz ganhou muitas coisas. Assim, por mais contraditório que possa ser, a RR tentou e conseguiu manipular as críticas que se faziam as artistas mulheres e ao propenso descompromisso ou falta de tempo que a vida doméstica pedia diariamente.

REFERÊNCIAS

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DUARTE, Ana; RIBEIRO, Pery. **Minhas duas estrelas**- Uma vida com meus pais Dalva de Oliveira e Herivelto Martins. Rio de Janeiro: Globo. 2009.

LENHARO, Alcir. **Cantores do Rádio**- a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo. Campinas: UNICAMP, 1995.

FAOUR, Rodrigo. **Angela Maria**- A eterna cantora do Brasil. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2015.

REVISTA DO RÁDIO, Nº 242, 01/05/1954 na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da Biblioteca Nacional. 1948/1970. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/144428/per144428_1954_00242.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

REVISTA DO RÁDIO, Nº 247, 05/06/1954 na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da

Biblioteca Nacional. 1948/1970. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/144428/per144428_1954_00247.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

REVISTA DO RÁDIO, Nº 293, 23/04/1955 na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da

Biblioteca Nacional. 1948/1970. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/144428/per144428_1955_00293.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

REVISTA DO RÁDIO, Nº 558, 28/05/1960 na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da

Biblioteca Nacional. 1948/1970. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/144428/per144428_1960_00558.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

REVISTA DO RÁDIO, Nº 584, 26/11/1960 na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da

Biblioteca Nacional. 1948/1970. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/144428/per144428_1960_00584.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

REVISTA DO RÁDIO, Nº 601, 25/03/1961 na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da

Biblioteca Nacional. 1948/1970. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/144428/per144428_1961_00601.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

REVISTA DO RÁDIO, Nº 758, 26/03/1954 na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da

Biblioteca Nacional. 1948/1970. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/144428/per144428_1964_00758.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

REVISTA DO RÁDIO, Nº 817, 15/05/1965 na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação da

Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/144428/per144428_1965_00817.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.



EPISTEMOLOGIAS NEGRAS NO RAP: A CULTURA HIP-HOP E A PRODUÇÃO INFORMAL DE SABER

Lázaro de Souza Barbosa¹

Rodrigo Zannabrea dos Santos Silva²

Resumo: Este trabalho discute a fabricação e difusão de conhecimento a partir da cultura hip-hop, em específico do rap no interior da Bahia. Centrado num aporte teórico dos estudos decoloniais, identificamos no rap a configuração de um tipo de pensamento social de ordem antígenocida, movimentado em pleno contexto de guerra racial baiana, colocando em relevo as dimensões epistemológicas das experiências que ritmam o cotidiano da juventude negra. Sendo assim, destacamos aqui os protagonismos de pessoas pretas nos processos de construções de conhecimentos que agregam na ecologia de saberes do povo negro.

Palavras-chave: Hip-Hop; Movimento Social; Educação.

TEORIA DECOLONIAL E EPISTEMOLOGIAS NEGRAS NO RAP

A relação entre o genocídio antinegro no Brasil e a construção de ações comunitárias por parte de jovens pretos/ as constitui a política da teoria social do rap, constitui parte da ecologia dos saberes epistêmicos do povo negro na diáspora. É nessa permanente tensão que identificamos a produção e a difusão de saberes antígenocidas, dando corpo a um protagonismo de luta e articulação social a partir da cultura hip-hop. O conhecimento adquirido no contexto de genocídio incentiva a elaboração e a difusão de saberes subalternizados, condenados pelos espaços hegemônicos de conhecimento, incentiva o exercício de uma epistemologia negada, mas vigorosamente existente. Este trabalho evidencia a produção de um pensamento social concebido para se opor a opressão, para se opor as situações abismos que cada vez mais cercam as vidas negras e suas experiências em movimentos sociais de luta cotidiana.

Em cidades do interior baiano, sendo elas diversas entre si, tanto no terreno da cultura, como no potencial econômico, na localização, no contingente populacional, na proporção da violência e outras variantes que poderiam aparecer aqui sobre Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Anguera, Cachoeira, Feira de Santana, Serra Preta e Cruz das Almas³, por exemplo, pode-se identificar o genocídio antinegro em curso intenso nos últimos dez anos. Nessa mesma escala de tempo, e por isso a seleção das cidades elencadas acima, é possível acompanhar a emergência da cultura hip-hop de linhagem comunitária, escorada no rap, mas também alimentada pelos grafiteiros e pelas grafiteiras, reconhecida pelas quebradas. Indicar essas cidades, pequenas e médias, é tentar investigar os trabalhos comunitários como plataformas de encontros, fabricação e dispersão de conhecimentos entre jovens pessoas pretas, como espaços de reelaboração de si, e das narrativas que miram os corpos pretos como alvos.

¹ Graduando em História pela UEFS. Professor do Projeto Popular de Educação Malungos, Anguera/BA. E-mail: lazzosza@gmail.com.

² Graduando em História pela UEFS. E-mail: zannabrea.rz.silva@gmail.com.

³ Encontram-se localizadas entre o Recôncavo – Cachoeira, Cruz das Almas, Amargosa, Santo Antônio de Jesus – e a mesor-região do centro-norte baiano – Feira de Santana, Anguera, Serra Preta.

Partilhando de uma leitura conceitual mais densa a respeito do genocídio antinegro, recorro aqui aos estudos de Ana Flauzina, Luciane Rocha e João Vargas, estando seus textos organizados no livro *Motim: horizontes do genocídio antinegro na Diáspora*. Segundo Flauzina, o genocídio deve ser entendido “como uma totalidade de poder que permeia as instituições e as formas de entendimento social da modernidade. O genocídio”, nesse sentido, não se trata de “um fato isolado, uma aberração contabilizável e enquadrável dentro dos moldes das academias e jurídicos como os da ONU. Ao contrário, o genocídio é fundamento central de uma ordem mundial, na qual a morte e a exclusão de grupos específicos é normativa” (FLAUZINA, 2017, p. 6).

Partindo dessa leitura, “as lutas cotidianas e organizadas contra o abuso policial e a segregação residencial, por exemplo, tornaram-se insurreições contra essa ordem mundial genocida” (FLAUZINA, 2017, p. 6-7), e em meio a essas lutas, encontramos os grupos de rap no interior da Bahia e suas canções interpretadas aqui como que de guerra, uma guerra racial de alta intensidade. Traçando um diálogo com João Vargas, o genocídio antinegro se traduz com a existência do

Mundo da maioria, o mundo das pessoas negras, definido principalmente pela despossessão, a violência gratuita, e pela morte prematura evitável, [que] acontece numa órbita ignorada pelo mundo [...] da estrutura política e da sociabilidade que os produz. [...] Um mundo social que, histórica e estruturalmente, apesar da igualdade formal, de fato e fundamentalmente exclui corpos negros de suas esferas de cidadania e humanidade. Pois os cidadãos de fato, de direito, são, fundamentalmente, os não-negros, e os são precisamente porque não são negros. [...] Ser negro significa não ser, significa ser, desde sempre, socialmente morto (VARGAS, 2017, p. 91-94).

Alargando o diálogo e abrindo uma escuta com Luciane Rocha, pode-se chegar à conclusão de que “a experiência da Diáspora Africana está intrinsecamente relacionada com a morte e o sofrimento” e nesse contexto “a violência [...] afeta principalmente a juventude negra, que para além de “magnetizarem balas”, são vítimas da aversão à sua subjetividade, ou seja, é principalmente em seus corpos que atos de antinegitude – físicos e simbólicos – são inscritos”. Aqui, cabe sinalizar a necessidade do “uso analítico do conceito de genocídio como categoria política” (ROCHA, 2017, p. 41) e do entendimento de que “analisar a antinegitude implica reconhecer a constituição antinegra de nossas subjetividades”, requer o reconhecimento da “constituição antinegra de nossa sociabilidade, [...] implica reconhecer que a degradação e a morte negras não são acidentais, mas estruturais” (VARGAS, 2017, p.101). Para ratificar, o estudo de Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, é fundamental, pois ele enfatiza que “no mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal, o conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação” (FANON, 2008, p. 104), e, em se tratando de Brasil, ainda que representando o mundo da minoria, histórica e politicamente, o país se veicula enquanto um mundo de branco e efetivamente antinegro. Nesse caso, quase nada se alterou daquilo que Fanon já sinalizava há décadas atrás, “na América, os pretos são mantidos à parte” (FANON, 2008, p. 106).

Os saberes e dizeres manejados pela juventude negra em tempos de capilarização do genocídio antinegro no interior da Bahia, permitem reflexões a fundo sobre a existência do que chamo aqui de uma epistemologia do rap elaborada pelos punhos de jovens pessoas pretas, assentada na perspectiva **antigenocida**, pois articulam letras, posturas, práticas, hábitos, orientações políticas para a preservação da vida negra, **decolonial** no sentido de desestabilizarem as narrativas hegemônicas que detonam os corpos negros enquanto inimigos internos e produzirem saberes e dizeres a partir das experiências sociais que articulam, e do **trabalho comunitário** por conta da dimensão territorial evocada pela cultura hip-hop que permite uma disputa, ainda que desigual, pelo direito a cidade, pela melhor qualidade de vida nos locais de habitação do povo negro.

Inspirado em Boaventura de Sousa, em específico no seu texto disponível no livro *Epistemologias do Sul*, posso dizer que “toda experiência social produz ou reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias”, logo, caberia pensar que “epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido”. Nesse sentido, busca-se aqui refletir sobre as movimentações sociais do rap no interior da Bahia, evitando os desperdícios de experiências, entendendo-as como “constituídas por vários conhecimentos” (SOUSA, 2013, p. 9) e contribuindo assim para um alargamento da diversidade epistemológica no tocante ao fazer e se refazer da juventude negra baiana. Daria para pontuar que as canções de rap colhidas aqui, narram “os fenômenos sociais a partir do ponto de vista do subalterno”, contaminando “a narrativa dominante, desestabilizando os significados culturais hegemônicos” (BERNADINO-COSTA, 2015, p. 26).

Vale dizer que a investigação aqui em curso também é tributária teórica do livro de Joaze Bernadino-Costa, *Saberes Subalternos e decolonialidade, os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil*. A partir dessa leitura, pude entender como a cultura hip-hop e nela o rap, foram e são “capazes de realizar projetos individuais e desenhar projetos coletivos de reexistência” (BERNADINO-COSTA, 2015, p. 29) para a juventude negra. O aporte teórico ofertado por Bernadino-Costa permite “encarar o saber oral” dos grupos de rap “como uma contribuição ao processo de construção de um conhecimento decolonial” (BERNADINO-COSTA, 2015, p. 33), um conhecimento que fabrica outra leitura, um feixe de saberes que produz outra narrativa da vida social. O saber, “nos termos [...] da teoria da decolonialidade, não é somente o saber produzido pelo intelectual forjado pelo imaginário moderno/colonial, familiarizado com as letras e pertencentes a instituições de pesquisa, cuja forma mais desenvolvida são as universidades” (BERNADINO-COSTA, 2015, p. 34). Na perspectiva decolonial, segundo Joaze,

Contrariamente, entendemos o saber como produto do pensamento humano. Portanto, a produção do conhecimento nessa perspectiva não é um atributo exclusivo de intelectuais e acadêmicos, senão de seres humanos, uma vez que pensar é dom e competência de todos os seres humanos, não apenas de pessoas que estejam em determinados locais, pertençam a determinados estratos socioeconômicos, sejam de determinada cor/raça, falem determinados idiomas” (BERNADINO-COSTA, 2015, p. 34).

Sendo assim, é razoável pontuar que a juventude negra, articulada com o movimento hip-hop, em específico com o rap, carrega uma “ecologia de saberes”. O rap, numa leitura decolonial, apresenta “o potencial dos saberes subalternizados” e pode ser entendido enquanto pertencente à “filosofia dos condenados da terra” (BERNADINO-COSTA, 2015, p. 34), seria o rap produtor de canções antígenocidas num contexto de hip-hop de linhagem comunitária.

O RAP E A PRODUÇÃO DE UM PENSAMENTO SOCIAL ANTIGENOCIDA

Cantar a morte como forma de expressar o desejo pela vida, experimentar na carne a guerra racial intensa que atravessa as ruas do interior da Bahia, conviver com as neuroses produzidas por essa guerra e seus traumas, elaborar estratégias de se manter de pé no meio de um conflito racial que envolve um exército estadual belicosamente disposto a matar e um povo desarmado. Partilhar adoecimentos vários e até não identificados, oriundos da convivência permanente com a morte e com as situações abismos que deflagram os campos minados que cercam a vida negra no Brasil, revelam um pouco do cotidiano sangrento que passou a fazer parte da paisagem social baiana e ao mesmo tempo, também passou a fazer parte das canções de rap, das temáticas de grafite cravadas nos muros, das perspectivas de batalha do conhecimento e também de sangue que movimentam corpos negros no centro das

fabricações de si, inclusive de suas contradições, da criação de centros comunitários e cine clubes, da luta antige-nocida travada pela juventude negra a partir da cultura hip-hop.

Nas sonoridades da guerra racial, não se escutam somente as rajadas, as passadas e carreiras de fuga, as ran-gidas das viaturas da PETO [Pelotão de Emprego Tático Operacional], da PM [Polícia Militar] e/ou da CIVIL, da RONDESP [Rondas Especiais], CATINGA [**Companhia Independente de Policiamento Especializado/ Caatinga**]⁴, ou dos carros pratas e pretos dos GRUPOS DE EXTERMÍNIO consentidos. Não se escuta só a batida das portas do rabeção ou o tombo com o despencar de corpos negros. Em meio a essa guerra, a juventude negra produz sons pela vida [apesar de muito falar da morte], fabrica e escuta canções de rap, canções de guerra, que são interpretadas aqui como estratégias de uma epistemologia antige-nocida da juventude negra, que a partir da elaboração e difusão dessas canções, buscam se orientar e reorientar, existir e reexistir no meio da guerra racial antinegra no interior da Bahia.

Há uma geografia da morte negra na Bahia. E ela tem se expandido para o interior, com as fronteiras do medo cada vez mais evidentes, com escalas da violência racial de proporções robustas na última década, com vias discursivas de combate ao comércio varejista de drogas que tem sedimentado, em doses desmedidas, um verdadeiro campo minado para a juventude negra. O racismo fornece os aparatos demarcatórios dessa geografia.

Acessando aos dados subnotificados da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, só a título de voo raso no campo da guerra no interior, pode-se constatar, por exemplo, que em cinco anos e meio, entre janeiro de 2014 e junho de 2019, para ser mais preciso, só na região de interesse dessa pesquisa, foram assassinadas 2.273 pessoas⁵.

Se atentarmos para os números de homicídios em 2017, ainda com base nos dados da SSP/BA, Anguera aparece com o número de 10 homicídios, enquanto Serra Preta 5 e a cidade de Feira de Santana 352. Chegando ao Recôncavo baiano, Cachoeira apresenta a cifra de 29 homicídios, Amargosa 10, Cruz das Almas com 14 e Santo Antônio de Jesus com 41⁶. No seu artigo *Matança de Jovens Homens Pretos no Recôncavo Sul da Bahia*, Fred Aganju aponta para os “aspectos políticos-comunitários do processo de interiorização do genocídio do povo negro nas cidades do interior baiano” (FERREIRA, 2019, p. 291) e para a “exponencial ramificação de uma polícia historicamente conhecida por invadir casas sem mandado de busca e torturar jovens negros em viaturas” (FERREIRA, 2019, p. 295), uma polícia que recorre a “um padrão operacional de segurança pública genocida” e que produz “uma atmosfera de medo e violência racial nas periferias e zona rural do interior baiano, onde jovens homens negros são considerados, pela corporação policial, como inimigos internos a serem capturados, torturados e abatidos” (FERREIRA, 2019, p. 295).

Esse cenário nutriu um ano de sangue. Uma década de genocídio antinegro no interior da Bahia. Essas cidades, além de marcadas pela ascensão da cultura hip-hop nos últimos dez anos, também apresentam uma popu-lação marcadamente negra no tocante ao público alvo consagrado pelo dispositivo penal genocida, no tocante aos cemitérios terem se tornados espaços frequentes de visita para famílias negras. O racismo detona e “informa a experiência das mulheres negras com a maternidade através da intimidade com a morte”, é “a maternidade negra como uma ferramenta de combate e também alvo do genocídio antinegro” (ROCHA, 2017, p. 51).

Para o interior da Bahia, tomando como referência os estudos do historiador camaronês Achille Mbembe em seu livro *Necropolítica*, e partindo aqui de “uma leitura da política a partir [...] de categorias fundadoras menos

⁴ <https://www.sulbahianews.com.br/caema-rondesp-e-peto-tres-forcas-especiais-da-pm-no-extremo-sul/>. Acesso em: 4 jul. 18.

⁵ Segundo dados coletados no banco da SSP/BA [Secretaria de Segurança Pública da Bahia] <http://ssp.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>. Acesso em: 22 nov. 18.

⁶ http://www.ssp.ba.gov.br/arquivos/File/Estatistica2017/2017/01_ESTADO_MUNICIPIO_2017_JANEIRO_A_DEZEMBRO.pdf. Acesso em: 23 nov. 18.

abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte” (MBEMBE, 2018, p. 11), ousou apontar a existência de uma espécie de “política como o trabalho da morte” (MBEMBE, 2018, p. 16) no interior da Bahia, onde “a definição do político” se dá “como relação bélica por excelência”, efetivando o “exercício de um poder [...] no qual a “paz” tende a assumir o rosto de uma guerra sem fim” (MBEMBE, 2018, p. 33). Daí a “fNos últimos dez anos, nas pequenas e médias cidades da Bahia, o clamor por paz tem se traduzido em mais efetividade bélica na genocida ‘guerra contra as drogas’.

Só no ano de 2019, foram para as ruas da Bahia mais 168 viaturas policiais, que irão contemplar 131 municípios, computando uma cifra de quase 25 milhões de reais só na aquisição de veículos⁷. Em entrevista num dos eventos de celebração do novo investimento, o governador do estado genocida baiano, Rui Costa, disse que “com essa entrega” ir-se-ia “ampliar o patrulhamento”⁸, patrulhamento esse que historicamente é estabelecido nos territórios do povo negro e que continua a alimentar a incubação e re/atualização das violentas investidas do genocídio antinegro. De “2018 para cá, foram investidos mais de R\$50 milhões para assegurar novas viaturas, material bélico e a manutenção e implantação de Centros Integrados de Comunicações (CICOM)”⁹. Nesse sentido, me aproximo da “noção de necropolítica e necropoder” de Mbembe para pensar a guerra racial na Bahia e seu interior, tendo em vista que nesse cenário, o povo negro e suas comunidades estão sendo “submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos-vivos”, que as faz “experimentar uma condição permanente de viver na dor” (MBEMBE, 2018, p. 68-71).

Registrando esse processo de interiorização do genocídio na Bahia, destaco a seguir duas reportagens, ambas oriundas de jornais virtuais de cidades baianas. Nenhuma delas toca no racismo enquanto mola mestra desse processo. A primeira, uma reportagem veiculada em 2014 no jornal *O Eco*¹⁰, com o título *Violência se espalha pelo interior da Bahia num fenômeno sem controle*, fornece uma paisagem, regada a muito sensacionalismo e saudosismo, a respeito da percepção e do impacto da violência nessa região.

Até final do século passado, não saberia precisar o ano certo, quando os meios de comunicação mais expressivos de Salvador eram a TV e jornais, o noticiário que se difundia do interior da Bahia era sobre as festas religiosas, os aniversários das cidades, o agronegócio, turismo com locais paradisíacos para se passear e assim por diante. O noticiário sobre a violência era esparso, ainda que existisse. Quando havia um crime de uma personalidade mais expressiva no interior era uma repercussão enorme. Havia municípios que sequer se registrava um homicídio ao ano. E, quando isso acontecia, era crime de honra ou por ciúmeira. De uns tempos pra cá, e a partir desta década a situação ficou muito preocupante, o noticiário sobre a violência se tornou uma rotina e até assalto a banco, que era uma ação incomum, virou feijão com arroz. Toda semana os bandidos explodem caixas eletrônicos no interior, distante e próximo da capital. Essa mudança de comportamento das pessoas, o banditismo se tornando rotineiro, tem assustado as comunidades do interior, numa escala que vai das grandes, às médias e às pequenas. Pra onde se olhe, a violência campeia. [...]. E o que é mais assustador, a violência chegou ao interior o que está impedindo que façamos uma viagem a qualquer região da Bahia,

⁷ <http://atarde.uol.com.br/portalmunicipios/centronorte/noticias/2087981-municipios-do-leste-baiano-recebem-120-novas-viaturas-policiais> e <https://vozdabahia.com.br/norte-do-estado-governo-estadual-entrega-48-novas-viaturas-aos-municipios/>. Acesso em: 12 out. 19.

⁸ <http://atarde.uol.com.br/portalmunicipios/centronorte/noticias/2087981-municipios-do-leste-baiano-recebem-120-novas-viaturas-policiais>. Acesso em: 12 out. 19.

⁹ <https://www.acordacidade.com.br/noticias/217644/em-dois-anos-estado-investe-mais-de-rs50-milhoes-em-equipamentos>.html. Acesso em: 12 out. 19.

¹⁰ Jornal virtual da pequena cidade de Parimirim, no sertão baiano, cumprindo o papel de “uma verdadeira agência executiva do sistema penal, pronta a dar suporte as suas investiduras” (FLAUZINA, 2008, p. 103).

num final de semana, como se fazia normalmente. Antes, quando a gente ia numa localidades dessas, perguntava-se pelas belezas naturais do local, a gastronomia, o clima e a qualidade da água. Hoje, a primeira pergunta é a seguinte: *e a segurança? Tem policiamento?* A pousada tem local para deixar o veículo? *Tá assustador*¹¹.

O “assustador” movimento da “violência que chegou ao interior” baiano e que nele “campeia”, como versa conservadoramente o trecho acima, é um movimento de genocídio antinegro. Esse fragmento da reportagem, se figurativamente apertado, espremido, amassado, sai dali gritos e demandas por lei e ordem, desejos e fantasias por mais policiamento, eis a tradução, numa gramática genocida, de uma reportagem como essa. A segunda reportagem, do jornal *Voz da Bahia*¹² em publicação de 2019, que anuncia o “tráfico de drogas” enquanto o “maior vilão” desse cenário, aponta elementos sobre esse movimento, indicando que,

*Na última década o fenômeno da violência na Bahia tem migrado para as cidades do interior, onde o aparato de segurança pública é mais fragilizado pela falta de investimento. Desde a implosão de um caixa bancário ao furto de um aparelho celular, temos entre suas intencionalidades a produção de uma poupança do crime para a economia do tráfico de drogas no Estado, dinamizada por constantes conflitos sangrentos que atinge a população baiana. O tráfico de drogas é sem dúvida o maior vilão da segurança pública brasileira, pois sua organicidade é fecundada nas lacunas deixadas pelo Estado de Direito. Na ausência da lei, da regra e da cidadania a exceção se institui e promove o ilegalismo. [...] Mesmo com ações pontuais da Secretaria de Segurança, o acúmulo histórico da violência no Estado da Bahia não foi equacionado, sobretudo para barrar a crescente migração da violência da capital para às cidades do interior*¹³.

O movimento hip-hop emergiu e acompanhou de perto essa migração do genocídio antinegro para o interior da Bahia, capta nas suas bases “a devastação física, social, emocional e política na vida das mulheres negras causadas pelos encontros diários com práticas genocidas” (ROCHA, 2017, p. 40), presença e continua narrando que “a aniquilação das vidas não se afasta dos corpos que carregam o mal intrínseco materializado nos signos do cabelo crespo, da pele escura, do beijo largo, da bunda grande” (FLAUZINA, 2008, p. 106).

A juventude negra que movimenta o hip-hop nas vielas, palafitas, zonas rurais e quebradas do Brasil, e em específico na Bahia, estão cientes, em milhares de outras palavras e em cruas experiências, daquilo que Loic Wacquant evidencia em seu estudo *As duas faces do gueto*, que é saber que “o gueto negro nunca foi só uma mera coleção de famílias ou um acúmulo espacial de condições indesejáveis [...]”, o Rap sabe e Wacquant aponta que “desde sua origem, o gueto negro foi uma forma institucional, uma arma de poder [...] por meio da qual os brancos dominantes mantiveram os descendentes de escravos [...] a um só tempo isolados e subjugados” (WACQUANT, 2008, p. 12).

As bancas de rap no interior da Bahia sabem bem, assim como Abdias do Nascimento sabia, que “nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive” (NASCIMENTO, 2016, p. 101). A juventude negra, movimentando tecnologias orais e urbanas, tem mobilizado a cultura hip-hop e nela o rap, na construção de plataformas comunitárias e canções que

¹¹ <https://oecojournal.com.br/violencia-se-espalha-pelo-interior-da-bahia-num-fenomeno-sem-controle/>. Acesso em: 14 nov. 18, grifos meu.

¹² Jornal virtual da cidade de Santo Antonio de Jesus, Recôncavo sul da Bahia.

¹³ <https://vozdabahia.com.br/santo-antonio-de-jesus-e-a-10a-cidade-da-bahia-no-ranking-nacional-de-homicidios/>. Acesso em: 15 nov. 19, grifos meu.

orientem e animem possibilidades reais de condução e reelaboração de si no campo da guerra racial no interior da Bahia, interior abandono.

A CULTURA HIP-HOP COMO CAMPO DE PRODUÇÃO INTELECTUAL

A cultura hip-hop, articulada ao rap, é portador de uma ecologia de saberes, é compreendida aqui enquanto um campo de reexistência para jovens pessoas pretas. O rap é acessado a partir de uma ótica comunitária e antígenocida, onde a técnica vocal, as plataformas digitais como youtube e a cultura autofágica do consumismo virtual – ancorado em views e likes – não satisfazem a tentativa da juventude negra de escapar da peça macabra do genocídio nos pequenos e médios municípios baianos. A guerra seletiva urbana atenta contra corpos pretos, e esses tentam a sobrevivência, dentre outros caminhos, a partir de inscrições e reinscrições no rap, a partir de selos experimentais de gravações e das tecnologias de home estúdios, das experiências de cineclube na rua, oficinas teatrais e elaboração de eventos a contragosto dos poderes e órgãos municipais.

A concepção comunitária de rap, intrínseca na cultura hip-hop, evoca inclusive seu regime de historicidades, sua carga histórica e diaspórica, reconhece a importância e a necessidade de se apropriar do mundo virtual e das plataformas digitais como veículos difusores do conhecimento produzido, mas sem perder de vista a nefasta política antinegra executada a nível internacional, federal, estadual e municipal. É o rap compreendido para além da “simples denúncia”, e que “revela-se um construtor de possibilidades e perspectivas de vida” (DUARTE, 1999, p. 18). A linhagem comunitária do rap esta intimamente associada à corporeidade dos atores que movimentam essa cultura, ela não é dissociável dos corpos negros que produzem, recusam, escutam, questionam, movimentam a cultura hip-hop. O corpo negro, “nessa tradição, faz parte de uma totalidade”. O rap enquanto produtor de saberes e dizeres antígenocidas, também consegue “forjar uma” espécie de “literatura “para si”, e não segundo padrões alheios” (DUARTE, 1999, p. 19), eis o rap numa leitura da decolonialidade.

Uma leitura que exige uma aproximação com o campo de estudo da etnomusicologia. Para Ângela Maria de Souza, em seu livro *Movimento Hip-Hop*, “a etnomusicologia permite pensar a música de forma mais ampla”, sendo que “os trabalhos realizados nessa área do conhecimento foram importantes para compreender o rap” (SOUZA, 2016, p. 37). Nesse campo de estudo, alarga-se “a concepção de música, ressaltando que ela não é somente feita por músicos profissionais ou especialistas”, a música, bebendo dessa interpretação, é lida enquanto “uma forma específica de comunicação” e o “rap possui esse caráter” (SOUZA, 2016, p. 37-38) ao difundir uma comunicação, uma narrativa antígenocida, decolonial, comunitária.

A fabricação “artístico-cultural-intelectual” (SOUZA, 2016, p. 29) do rap e “sua forma discursiva, em que o cantor na verdade parece estar falando, remete a tradição africana de relatos orais” (GUIMARÃES, 1999, p. 39), direciona o ouvido para as sonoridades da diáspora, onde o povo negro espalhado “pelo continente produz ritmos” e saberes “que representam lamentações, lutas, reivindicações, amarguras. [...] A experiência rítmica foi capaz de [...] atuar como elemento de identificação, seja nas instituições tradicionais, seja nos territórios segregados. [...] A música negra” e consequentemente o rap, “transformou-se em uma forma de resistência e preservação da memória cultural negra” (TELLA, 1999, p. 61). E isso é “uma coisa que pouca gente sabe, ou se sabe não gosta de divulgar”. Inclusive “que o rap não foi inventado pelo americano”, mas que “foi descoberto por um DJ jamaicano chamado Kool Herc nas viagens dele entre a América e a África do Sul” (BILL, 2005, p. 32).

O rap, numa perspectiva comunitária, tem camadas históricas que evidenciam uma tradição de disputa territorial muito relacionável às experiências do movimento de resistência armada e antirracista dos The Black

Panthers, o Partido dos Panteras Negras, fundado radicalmente em 1966, nos EUA. Assim como os “pretos livres [...] ou escravizados”, a juventude negra continua a mobilizar a “capacidade de improvisar, de sobreviver em territórios e condições adversas”, de “burlar o silêncio e o esquecimento” (AZEVEDO, SILVA, 1999, p. 67-68). Nessa leitura “o rap faz mudar muita coisa, [...] ensina [...] que a juventude negra precisa estudar e se cuidar” (BLUE, CARAMANTE, 2013, p. 75).

O rap, “as letras, arranjos, instrumentos, estilos, configuram um tipo de memória urbana e recente de um grupo singular” (AZEVEDO; SILVA, 1999, p. 75), um grupo que se movimenta na produção de saberes e canções, práticas e sentidos interpretados aqui enquanto antigenocidas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Amailton Magno Grillu; SILVA, Salloma Salomão Jovino da. Os sons que vem das ruas. *In*: ANDRADE, Elaine N. de (Org.). **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Editora Sumus, 1999.

BERNADINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade**: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

BILL, Mv. Entrevista com Mv Bil. **Revista Caros Amigos**, Ano IX, n. 99, jun. 2005.

CARAMANTE, Andre. Os quatro pretos mais perigosos do Brasil. **Revista Rolling Stone**, edição especial de sete anos, 2013.

DUARTE, Geni Rosa. A arte na[da] periferia: sobre ... Vivências. *In*: ANDRADE, Elaine N. de (Org.). **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Editora Sumus, 1999.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. **Matança de homens negros no Recôncavo Sul da Bahia**. Revista Akeko, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, Se. 2019.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Introdução. *In*: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; VARGAS, João Costa Helion (Org.). **Motim: horizontes do genocídio antinegro na Diáspora**. Brasília: Editora Brado Negro, 2017.

GUIMARÃES, Maria Eduarda Araujo. Rap: Transpondo fronteiras da periferia. *In*: ANDRADE, Elaine N. de (Org.). **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Editora Sumus, 1999.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. Rio de Janeiro: N- 1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

ROCHA, Luciane. Morte íntima: a gramática do genocídio antinegro na Baixada fluminense. *In*: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; VARGAS, João Costa Helion (Org.). **Motim: horizontes do genocídio antinegro na Diáspora**. Brasília: Editora Brado Negro, 2017.

SOUSA, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

SOUZA, Ângela Maria. **A caminhada é longa ... E o chão tá liso**: o movimento hip-hop em Florianópolis e Lisboa. São Leopoldo: Trajetos Editora, 2016.

TELLA, Marco Aurélio Paz. Rap, Memória e identidade. *In*: ANDRADE, Elaine N. de (Org.). **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Editora Sumus, 1999.

VARGAS, João. Por uma mudança de paradigma: antinegritude e antagonismo estrutural. In: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; VARGAS, João Costa Helion (Org.). **Motim**: horizontes do genocídio antinegro na Diáspora. Brasília: Editora Brado Negro, 2017.

WACQUANT, Loic. **As duas faces do gueto**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

MATÉRIAS DE JORNALISMO ONLINE CONSULTADAS

Interior da Bahia, 2019, Caema, Rondesp e Peto: três forças especiais da PM no Extremo Sul <https://www.sulbahianews.com.br/caema-rondesp-e-peto-tres-forcas-especiais-da-pm-no-extremo-sul>.

Interior da Bahia, dados sobre o número de homicídios, ofertados pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia: <http://ssp.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>.

Interior da Bahia, 2017, dados sobre o número de homicídio, ofertados pela SSP/Bahia: http://www.ssp.ba.gov.br/arquivos/File/Estatistica2017/2017/01_ESTADO_MUNICIPIO_2017_JANEIRO_A_DEZEMBRO.pdf

Interior da Bahia, 2019, “municípios do Leste baiano recebem 120 novas viaturas policiais”: <http://atarde.uol.com.br/portalmunicipios/centronorte/noticias/2087981-municipios-do-leste-baiano-recebem-120-novas-viaturas-policiais>.

Interior da Bahia, 2019, “norte do estado: Governo estadual entrega 48 novas viaturas aos municípios”: <https://vozda bahia.com.br/norte-do-estado-governo-estadual-entrega-48-novas-viaturas-aos-municipios/>.

Interior da Bahia, 2019, “em dois anos, Estado investe mais de R\$50 milhões em equipamentos”: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/217644/em-dois-anos-estado-investe-mais-de-rs50-milhoes-em-equipamentos.htm>.

Interior da Bahia, 2014, “violência se espalha pelo interior da Bahia num fenômeno sem controle”: <https://oecojornal.com.br/violencia-se-espalha-pelo-interior-da-bahia-num-fenomeno-sem-controle/>.

Interior da Bahia, 2019, “Santo Antônio de Jesus é a 10ª cidade da Bahia no ranking nacional de homicídios”: <https://vozda-bahia.com.br/santo-antonio-de-jesus-e-a-10a-cidade-da-bahia-no-ranking-nacional-de-homicidios/>.

Interior da Bahia, 2019, “polícia registra seis assassinatos no fim de semana em Feira de Santana”: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/218279/policia-registra-seis-assassinatos-no-fim-de-semana-em-feira-de-santana.html>.

Interior da Bahia, 2019, “com 48 assassinatos, polícia considera mês de outubro atípico em Feira de Santana”: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/218905/-com-48-assassinatos-policia-considera-mes-de-outubro-atipico-em-feira-de-santana-.html>.

Interior da Bahia, 2019, “governador aciona Ministério Público para investigar ‘terrorismo’ na Bahia”: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/217773/governador-aciona-ministerio-publico-para-investigar-terrorismo-na-bahia.html>.

“POLÍTICA NÃO TEM NADA A VER COM ESPORTE”: NOTAS SOBRE A MILITÂNCIA NEGRA E LUTA ANTIAPARTHEID ATRAVÉS DA FOLHA DE SÃO PAULO¹

Camila Santos do Nascimento²

Resumo: Esse texto é um desdobramento da dissertação intitulada “‘Lutamos contra o racismo!’: Movimento negro através da Folha de São Paulo (1978-1988)”, cujo objetivo foi estudar as práticas socioculturais, reivindicações e relações estabelecidas pela militância negra no seio do processo de Abertura Política. Considerando a produção jornalística na qualidade de “diários do cotidiano”, argumentamos a exploração do regime segregacionista sul-africano, nas páginas da Folha de São Paulo, num momento de grandes reflexões sobre o racismo, nacional e internacionalmente. O foco desse artigo, então, é compreender as iniciativas empreendidas pelo conjunto diverso que conhecemos como movimento negro, em consonância com ações internacionais, num contexto transnacional de luta contra o Apartheid na África do Sul.

Palavras-chave: Movimento Negro. Antiapartheid. África do Sul.

“POLITICS HAS NOTHING TO DO WITH SPORT”: NOTES ON BLACK MILITANCY AND ANTI-APARTHEID STRUGGLE THROUGH FOLHA DE SÃO PAULO

Abstract: This text is an unfolding of the dissertation entitled “‘We fight against racism!’: Black movement through Folha de São Paulo (1978-1988)”, whose objective was to study the socio-cultural practices, demands and relationships established by the black militancy within the Political Openness process. Considering the journalistic production as “daily diaries”, we argue the exploration of the South African segregationist regime, in the pages of Folha de São Paulo, at a time of great reflections on racism, nationally and internationally. The focus of this article, then, is to understand the initiatives undertaken by the diverse group that we know as the black movement, in line with international actions, in a transnational context of fighting against Apartheid in South Africa.

Keywords: Black Movement. Antiapartheid. South Africa.

INTRODUÇÃO

Não existe insegurança em afirmar que as organizações negras unificadas sob a sigla do MNU³, herdaram e apreciaram produções e experiências da diáspora negra, especialmente as lutas pelos direitos civis nos EUA, mas

¹ Esse artigo é um desdobramento da dissertação intitulada “‘Lutamos contra o racismo!’: Movimento negro através da Folha de São Paulo (1978-1988)” defendida pela autora, sob orientação do professor Drº Antônio Liberac Cardoso Simões Pires. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/mphistoria/>.

² Mestra em História da África, Diáspora e Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: ncamila.aya@gmail.com

³ A fundação do Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial, em 7 de julho de 1978 nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo é o marco fundador de um novo capítulo na história da militância negra no Brasil. O MNU, como ficou popularmente conhecido, expressa uma contribuição teórica importante, promovendo uma ruptura profunda quando converte a democracia racial num palco político buscando destituir uma narrativa oficial controversa, positivar uma identidade étnico-racial, alinhar “o problema da raça” com a classe, bem como erigir datas, personagens e acontecimentos que valorassem a comunidade negra brasileira. Pela sua atuação política em diversos estados do país, obteve grande notoriedade.

também das lutas por libertação em países africanos⁴. Em sua Carta de Princípios, elaborada em 1978, o Movimento Negro Unificado demonstra atenção especial para essa circulação de referências: “(...) nos solidarizamos com a luta internacional contra o racismo” (MNU, 1988, p. 19). Em estudo sobre as publicações *Cadernos Negros* e *Jornal do MNU*, Florentina da Silva Souza afirma que:

A influência exercida pelos fatos políticos ocorridos na África e na diáspora nos movimentos negros pode ser comprovada pelas frequentes referências, na produção textual dos grupos negros da década de 70, às lutas e aos heróis africanos, assim como pelo uso constante de epígrafes e citações de autoria de intelectuais e personalidades africanas, ou membros do movimento da Negritude, presentes em muitos números das publicações aqui estudadas. (SOUZA, 2006, p. 39-40)

Do mesmo modo, o jornal *Sinba*, periódico da Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, que circulou entre 1977 e 1980, voltou-se para as relações do país com o continente africano, como em seu próprio nome já sugeria. Bem como, divulgava notícias africanas que permaneciam quase completamente ocultas das grandes redações da imprensa nacional, como os movimentos de independência e a luta contra o apartheid na África do Sul. De acordo com Joselina da Silva,

o jornal *Sinba* tinha como característica um cunho de crítica social ao transcrever textos e falas de intelectuais e pensadores africanos. É desta ordem que se pode creditar àquele periódico a popularização, no meio do movimento social negro, de conceitos e teorias de cientistas do porte de Frantz Fanon e de idólogos como Agostinho Neto. Quebrava-se a distância conceitual e geográfica, aproximando ideias e teoria do/sobre o continente africano com aquelas produzidas no Brasil. As reportagens dispostas em pequenas e breves colunas, escritas em linguagem coloquial, permitiam uma leitura fácil e ágil. (SILVA, 2009, p. 195)

Nessa perspectiva, Michael Hanchard observa que devemos pensar o movimento negro brasileiro como reflexo de uma política negra transnacional, sem uma delimitação de fronteiras. Para ele,

O desafio específico para muitos acadêmicos brasileiros/brasilianistas, ao considerar os movimentos sociais negros brasileiros como faceta da política negra transnacional, está em ver a participação de organizações tais como a Frente Negra Brasileira não só como forma de apresentação de história nacional e regional, mas também como faceta integral de uma comunidade multinacional, multilíngue, ideológica e culturalmente plural – uma comunidade imaginada, se quiserem, mas não necessariamente limitada por um país territorial singular. (HANCHARD, 2002, p. 88-89)

Sendo assim, ressaltamos que o continente africano, a partir da constituição de um “movimento negro contemporâneo”⁵, foi ressignificado na tentativa de um retorno às raízes, para construção de uma cultura especificamente negra e valorização de uma identidade forjada em referências que agregassem a ela um valor positivo. Nesse artigo, atentamos para as possíveis similaridades e divergências entre os países, bem como suas relações diplomáticas. Também observamos em que medida o movimento se posiciona em relação à política segregacionista do *Apartheid* na África do Sul.

⁴ A década de 60 é tempestuosa no que diz respeito aos processos de resistência protagonizados pelo povo negro em várias regiões do mundo. Organizações e lideranças negras estadunidenses eram aclamadas e eleitas como referência no combate ao racismo da América, enquanto estudantes de diversos países africanos retornavam para seus lugares de origem, encabeçando projetos de independência.

⁵ Termo cunhado pelo historiador Amílcar Araújo Pereira, em tese de doutorado intitulada: “O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil”, defendida na Universidade Federal Fluminense em 2010.

ÁFRICA DO SUL E BRASIL: RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Inicialmente, é importante considerarmos uma contradição gritante entre essas nações, na política racial, apesar dos vínculos socioculturais entre Brasil e África. Ao passo em que o Estado brasileiro propagandeava uma democracia racial na gênese de formação da identidade nacional, a separação de raças no Estado sul africano era pública e institucionalizada. Contudo, podemos identificar a repressão racial como um aspecto comum a ambos, além do alinhamento econômico e ideológico junto aos EUA, no contexto de Guerra Fria⁶.

A despeito do fato de que 70% do comércio com o continente africano se destinava a antiga Azânia, o Brasil publicamente condenava a situação sociopolítica da África do Sul, rompendo suas relações comerciais e diplomáticas apenas em 1985, apesar de sofrer pressões internacionais desde a década anterior:

As supostas correspondências entre as estruturas sócio - raciais e a perspectiva quanto às práticas das relações raciais no Brasil permitiram, para a Folha de São Paulo, a construção assentada na premissa de que o Brasil deveria projetar-se internacionalmente e, sobretudo, inserir-se no continente africano, valendo-se da pecha de país que poderia oferecer “exemplo” quanto às formas de articulação de suas relações raciais. (SILVA, 2013, p. 45)

De acordo com a pesquisa do historiador Amílcar Pereira (2013), os militantes entrevistados apontaram como principal portal de acesso a informações, os meios de comunicação em massa. Com a ampliação da circulação de dados a partir da década de 70, os jornais se tornaram fundamentais para uma “tomada de consciência” sobre as circunstâncias dos povos negros em diversas partes do mundo. Bem como o caso sul africano.

No que tange aos periódicos, a década de 70 também revela outra questão. Anteriormente, quando os títulos brasileiros se debruçavam sobre a África do Sul, geralmente optavam por descrever uma narrativa amenizada da estrutura do Apartheid, delineando um povo culturalmente homogêneo e primitivo, até a chegada dos invasores. Amparados numa justificativa civilizacional, percebemos a responsabilidade sob o regime concentrada na figura de Balthazar Johannes Vorster – primeiro-ministro entre 66 e 78, isentando toda a estrutura corrupta e violenta edificada pela pequena porcentagem caucasiana da população, inversamente bastante poderosa. Regularmente qualquer levante antiapartheid era tratado como rebeldia a fim de provocar alguma “indisposição racial”:

(...) ao trazer consigo certas maneiras de reconstruir a realidade africana, o colonialismo europeu formulou e aplicou, segundo o etnólogo sul-africano Archie Mafeje (1971), a ideologia do tribalismo, que simplificou, mistificou e obscureceu a natureza real das relações econômicas e de poder entre os próprios africanos, e entre a África e o mundo capitalista. Do mesmo modo, camuflou o papel crucial desempenhado pelo capital financeiro internacional e pelo imperialismo ao acentuar e perpetuar a formação social existente nesse território, e ao mesmo tempo, desenhou uma distinção injusta e altamente suspeita entre africanos e outros povos do mundo. (PACHECO, 2018, p. 81)

Isto posto, entendemos que a consolidação dos movimentos sociais junto às “comissões de negros” dos partidos de oposição apontando um problema racial na sociedade brasileira, expandiu consideravelmente o interesse midiático das desigualdades raciais sul-africanas, chamando a atenção da militância negra. A esse respeito, o professor congolês Kabengele Munanga identificou que as relações raciais dos EUA e da África do Sul recebem mais espaço nos meios de comunicação do Brasil, “como se aqui não tivesse nada por causa da ideologia de democracia racial” (MUNANGA, 1998, p. 65).

⁶ Ainda que não fossem democracias e nem gozassem de condições para participar ativamente, ambas nações não estavam deslocadas da realidade mundial polarizada, optando por um posicionamento específico e somando à luta anticomunista.

De acordo com Ivair Alves dos Santos, “os noticiários veiculados por meio da mídia foram muito mais generosos na quantidade de notícias sobre a situação do negro na África do Sul do que a do negro no Brasil” (SANTOS, 2001, p. 147), o que podemos identificar no seguinte comentário veiculado pela Folha de São Paulo em 05.10.1985:

“Passemos a olhar com mais atenção para nossos cárceres repletos, em sua maioria de negros; em nossas universidades, escassas de negros, e então compreenderemos que não é só a população negra da África do Sul que carece de justiça, mas também os negros brasileiros, vítimas de um racismo silencioso, porém, implacável.”⁷

O episódio do levante de Soweto em 1976 desfrutou uma repercussão internacional, gerando votação de um embargo econômico pelos países membros da Comissão de Segurança (EUA, China, URSS, Reino Unido e França)⁸. A mobilização da ONU e dos EUA reorganizou a disposição de forças produtivas e financeiras que ocupavam o território sul africano. Simultaneamente às implicações econômicas e iniciativas internacionais, a agenda dos direitos humanos tomou maior proporção, ocasionando também a inserção de um panorama social nos veículos de mídia impressa. Somado ao processo de redemocratização no Brasil e à ampliação da militância negra, pudemos perceber o “amadurecimento” de uma agenda antiapartheid ao longo da década de 80.

Contudo, já em abril de 1959 o Brasil experienciava um episódio notadamente desconfortável com o país sul africano, quando jogadores negros brasileiros foram proibidos de desembarcar na África do Sul por ocasião de uma excursão pelo continente africano. O presidente em exercício, Juscelino Kubitschek se opõe à competição, solicitando que a comissão técnica e os jogadores da Portuguesa Santista retornassem para o Brasil de imediato⁹. Em razão do ocorrido, o pesquisador Pablo Rezende de Braga defende que “o Brasil foi pioneiro no ativismo transnacional antiapartheid no que concerne à temática de boicote esportivo” (BRAGA, 2010: 242).

Na ocasião em que participou do Seminário Internacional Sobre o *Apartheid*, a Discriminação Racial e o colonialismo na África do Sul¹⁰, Abdias do Nascimento considera confuso e mentirosa o posicionamento do Ministério do Exterior. Segundo o professor, “*havia, sim, uma coerência absoluta do Brasil, não em relação ao anticolonialismo, mas na docilidade com que o nosso país seguia os “grandes Estados”*” (Nascimento, 2019: 195). Posto isso, entendemos a razão pela qual o posicionamento oficial brasileiro contra o apartheid não foi além da criminalização verbal até metade da década de 80.

⁷ Folha de São Paulo, São Paulo, ano 65, n. 20.639, p. 03, 05 out. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 18 abr. 2020.

⁸ Eclodido em junho de 1976, na cidade de Joanesburgo, foi motivado pela decisão do governo do Apartheid de ensinar obrigatoriamente nas escolas a língua africâner ao lado da língua inglesa, desprezando as línguas locais sul africanas. Dez mil estudantes tomaram as ruas, com o óbito de 23 sul africanos após violenta repressão policial, se tornando a maior onda de violência no país desde o massacre de Sharpeville em 1960.

⁹ Na chegada à Cidade do Cabo, os jogadores negros do time brasileiro foram proibidos de desembarcar do navio em que viajavam e apenas no dia seguinte tiveram permissão para entrar na África do Sul. No dia do jogo contra um time local, os adversários se negaram a enfrentar os brasileiros negros. JK, ao ser informado do ocorrido por Dennis Brutus - ativista antiapartheid na África do Sul, proibiu o time brasileiro de entrar em campo na África do Sul, classificando de inadmissível o episódio e exigindo o retorno imediato dos jogadores e comissão técnica. “O incidente com a Portuguesa é reconhecido pelos sul-africanos como um importante fato no combate ao regime segregacionista” (BRAGA, 2010, p. 243). Indicamos: SPORTV, 03 min. 50 seg., exibido no dia 29 jul. 2009.

¹⁰ Ocorrido entre os dias 24 de julho e 4 de agosto de 1967, em Kitwe, na República de Zâmbia, sob os auspícios das Nações Unidas.

ESPORTE E POLÍTICA: MILITÂNCIA ANTIAPARTHEID

De longe, o movimento negro foi o grupo social no Brasil que mais se pronunciou a respeito das relações estatais entre as duas nações, ficando mais consistente no final da década 70. No início da década seguinte – 1982, o MNU, junto à representantes da ONU e CEEA¹¹ criaram o *Comitê Brasileiro Antiapartheid*, um canal entre a sociedade civil e a ONU. Segundo João Batista – membro da comissão executiva nacional do movimento, em entrevista à Folha de São Paulo em junho de 1983, um dos objetivos do Comitê era “aumentar o nível de informação do negro brasileiro sobre o racismo na África do Sul”¹².

Enquanto grande mobilizador da pauta antiapartheid, o militante eclodiu em diversos números do periódico. Na edição do dia seis de fevereiro de 1982, João Batista comenta sobre o abaixo-assinado a ser entregue ao Ministério das Relações Exteriores, reivindicando o rompimento das relações entre Brasil e África do Sul:

A mobilização tem como objetivo principal forçar o governo brasileiro a assumir as condenações formais ao regime sul-africano, estabelecidas no âmbito das Nações Unidas e subscritas pelo Itamaraty. Na prática, isso não ocorre face a política extrema de pragmatismo levada pelo Brasil, que dá prioridade à defesa dos interesses econômicos do mercado internacional. Por isso prevalece essa ambiguidade, que só será desfeita com uma ampla mobilização da opinião pública e da sociedade¹³. (BATISTA, Folha de S. Paulo, 1983)

Portanto, no Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial – 21 de março¹⁴, o manifesto foi entregue ao Itamaraty, ao mesmo tempo em que Figueiredo afirmou em carta à ONU uma “disposição de combater a discriminação racial, por ser irreconciliável com nossas aspirações paz”¹⁵.

Inspirado no Conselho da Condição Feminina, em 1984 ocorre a implantação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado São Paulo, fruto da articulação de militantes negros para pressionar de forma acentuada um espaço institucional para os negros (RIOS, 2014, p. 117)¹⁶. Dado que a oposição ao Apartheid no Brasil, arregimentou partidos políticos e coletivos que discutiam a democracia no país, esse órgão participativo articulou junto a outras entidades negras, um ciclo de protestos que marcam a mobilização antiapartheid, noticiado também pela Folha: “Cerca de 200 pessoas realizaram um ato público na Avenida Paulista

¹¹ Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Cândido Mendes (UCAM).

¹² Folha de São Paulo, São Paulo, ano 63, n. 19.754, p. 05, 03 jun. 1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 22 mar. 2018.

¹³ Folha de São Paulo, São Paulo, ano 63, n. 19.667, p. 19, 06 fev. 1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 01 abr. 2020.

¹⁴ Oficializado pela Organização das Nações Unidas, o 21 de março foi escolhido devido ao massacre de Shaperville, ocorrido em 1960. Na ocasião, o exército sul-africano disparou contra uma multidão de 20 mil negros que protestavam pacificamente contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os lugares por onde poderiam passar. 69 pessoas foram mortas e mais de 180 feridas.

¹⁵ Folha de São Paulo, São Paulo, ano 63, n. 19.711, p. 06, 22 mar. 1983. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 01 abr. 2020.

¹⁶ As eleições estaduais de 1982 foram as primeiras com participação civil. Aliados aos partidos políticos de esquerda, muitos militantes dos movimentos sociais candidataram-se às vagas legislativas. Haja vista que o pleito paulista não correspondeu às expectativas das candidaturas negras, os ativistas ligados ao PMDB encontraram como alternativa reivindicar espaço dentro do governo Montoro, o que resultou na implementação do Conselho, primeiro órgão estatal encarregado de “desenvolver estudos relativos à condição da comunidade negra e propor medidas que visem a defesa de seus direitos, a eliminação das discriminações que a atingem e à sua plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural” (Decreto n 22.184, de 11.04.1984).

(região central de São Paulo), em frente ao edifício Avenida, no número 1754, onde fica o consulado da África do Sul, num ato público contra o apartheid”¹⁷.

Militantes e membros do Conselho também realizaram atividades no Palácio dos Bandeirantes. Segundo o pesquisador Ivair dos Santos, esse evento envolveu o governo do estado de São Paulo em um constrangimento internacional, tendo em vista o documento entregue ao governador Franco Montoro, constrangendo-o a intervir junto a outros estados e apelar ao presidente José Sarney:

“Senhor Governador,

São Paulo, 1 de agosto de 1985

Nós, da comunidade afro-brasileira do Estado de São Paulo, militando em entidades civis, sindicatos e entidade religiosas, sociedades amigos de bairro, movimentos estudantis e entidades religiosas, sempre lutamos pela implementação da democracia no país e somos aliados naturais do governo comandado por Vossa Excelência contra o arbítrio e pelo direito natural de todos. Conscientes de que o negro brasileiro só terá direito à plena cidadania quando esse direito for estendido aos negros de todo o mundo; Conscientes de que o massacre perpetrado contra a maioria negra azaniana pelo governo nazi-fascista da África do Sul é um massacre contra nós, negros brasileiros; Conscientes de que a comunidade internacional tomou posição firme e decisiva e, estranhamente, o governo brasileiro tem uma postura tímida e pouco inovadora em relação ao que, no passado, foi feito pela Velha República que, como sabemos, era um regime autoritário; Considerando o reconhecimento da comunidade afro-brasileira à liderança que Vossa Excelência representa no contexto político nacional e internacional, julgamos imprescindível a participação do exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, prof. André Franco Montoro, em ato público organizado conjuntamente com o movimento negro, contra o regime do apartheid na África do Sul. Queremos deixar explícito que nós, afro-brasileiro, defendemos e empreendemos as seguintes bandeiras de luta:

- Rompimento das relações diplomáticas, comerciais e culturais com a África do Sul no Estado de São Paulo.
- Retirada imediata de qualquer representação diplomática e comercial da África do Sul no Estado de São Paulo.
- Apoio à Resolução da ONU.
- Apoio às resoluções da Organização da Unidade Africana – OUA, referentes à África Austral.
- Que vossa excelência, senhor governador do Estado de São Paulo, exerça a liderança natural, no sentido de que os governadores dos demais estados brasileiros se manifestem contra o apartheid.
- Que o governador do Estado de São Paulo interfira junto ao senhor presidente da república, doutor José Sarney, para que receba o movimento negro.
- Que o governo do Estado de São Paulo desencadeie uma campanha pública de esclarecimento permanente contra o regime do apartheid. (Tribuna Operária *apud* SANTOS, 2001, p. 144-145)

Concomitante à intensificação de violência entre o governo sul africano e os “rebeldes”, a rede de ativismo transnacional antiapartheid atinge, a partir de julho de 1985, um estágio mais endurecido. Para “pressionar o governo sul-africano a pôr fim ao regime de segregação racial”, a Comunidade Econômica Europeia infligiu seguidas sanções

¹⁷ Folha de São Paulo, São Paulo, ano 65, n. 20.579, p. 19, 06 ago. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 18 abr. 2020.

restritivas política e economicamente a África do Sul. As medidas incluíam embargos de exportações e importações de material bélico; bem como cooperação militar; desencorajamento de acordos de intercâmbio cultural e científico; congelamento de contatos oficiais na área de esportes e segurança, entre tantos outros.

O Estado Brasileiro assumiu, na XL Sessão de Assembleia Geral da ONU, uma postura de “total condenação ao *apartheid*”, promulgando o decreto de nº 91.524, assinado pelo presidente Sarney em 9 de agosto:

CONSIDERANDO que o regime do *apartheid* está em contradição flagrante com os princípios de democracia e convivência racial vigentes no Brasil e vem assim merecendo a justa repulsa dos mais diversos setores da sociedade brasileira, Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular as resoluções nº 473 (1980), 558 (1984), 566 (1985) e 569 (1985) do Conselho de Segurança, que instam os Estados Membros a impor sanções voluntárias à África do Sul, em razão da política de *apartheid* do governo daquele país. RECORDANDO, ainda, que o Brasil vem seguindo uma política de restringir todos os contatos esportivos, culturais e artísticos com a África do Sul, conforme recomendado pelas Nações Unidas, TENDO EM VISTA o agravamento da situação na África do Sul e a violenta repressão desencadeada pelo Governo daquele país contra as reivindicações legítimas da população negra sul-africana, que vêm merecendo a severa condenação da opinião pública nacional e internacional, ...

DECRETA:

Art. 1º. Ficam proibidas quaisquer atividades que caracterizem intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com a África do Sul.

Art. 2º. Fica proibida a exportação de petróleo e combustíveis derivados para a África do Sul e para o território da Namíbia ilegalmente ocupado.

Art. 3º. É proibido o fornecimento à África do Sul de armas e material correlato de qualquer tipo, inclusive a venda ou transferência de armas e munições, veículos e equipamentos militares, equipamento policial paramilitar, bem como peças de reposição para quaisquer dos produtos acima citados.

Art. 4º. É igualmente proibido o fornecimento à África do Sul de equipamento, material, licença e patentes para a fabricação e manutenção dos produtos mencionados no art. 3º deste decreto.

Art. 5º. São proibidos em todo o território nacional, inclusive espaço aéreo e mar territorial, o trânsito e o transbordo, a qualquer título e sob quaisquer condições, dos equipamentos e materiais mencionados nos artigos 3º e 4º deste Decreto se destinados à África do Sul ou ao território na Namíbia ilegalmente ocupado. (BRASIL, 1985)

A publicação do documento sugere uma ação consoante com as sanções estratégicas da ONU de 1977, ainda a iniciativa privada continuasse liberada para comercializar com a África do Sul os itens não proibidos e sem estímulos oficiais, haja vista que essa relação comercial historicamente sempre foi vantajosa para o Brasil. Igualmente, a Varig e South African Airways mantiveram suas linhas regulares entre Brasil e África do Sul.

Alex van Zyl, embaixador sul africano em Brasília, emitiu em nota:

Sanções são contraproducentes e fúteis, já que geralmente prejudicam mais o país que as impõe do que o país que é alvo desse tipo de gesto (...) Além disso, a experiência tem mostrado que no caso da África do Sul, as sanções não têm nenhum efeito sobre a maneira pela qual o governo conduz a sua política, e que as sanções estimulam a África do Sul a tornar-se cada vez mais auto-suficiente¹⁸. (ZYL, 1985. Folha de S. Paulo)

¹⁸ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 65, n. 20.583, p. 16, 10 ago. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 22 abr. 2020.

Não obstante, a iniciativa brasileira recebeu agradecimento especial do arcebispo Desmond Tutu, que pediu ao governo que rompesse as relações diplomáticas com a África do Sul. Mais tardar, visitando o Brasil em maio de 1987¹⁹, defendeu que houvesse uma “intensificação da pressão política, diplomática e econômica”²⁰. Sua estratégia de reação não violenta era “persuadir aqueles com poder de decisão no Brasil para isolar o regime sul-africano”.

A iminência do Grande Prêmio da África do Sul de Fórmula 1 naquele ano também gerou grande mobilização internacional. Programado para o dia 19 do mês de outubro, no autódromo de Kyalami, o GP entrou em discussão desde julho, quando a Renault, na França, anunciou que sua equipe não participaria. Em setembro, foi a vez da Federação de Automobilismo da Suécia proibir seus pilotos de participarem da competição, como forma de repúdio. De acordo com a Folha de São Paulo, o piloto austríaco Niki Lauda²¹, em uma emissora de rádio local, foi contundente:

Acho errado os organizadores das corridas de Fórmula 1 realizarem um Grande Prêmio em meio a atual situação da África do Sul. (...) Acho que os dirigentes se superestimam uma vez mais, ao argumentarem que temos contrato assinado e que devemos ir. As provas são muito menos importantes do que pensa a maioria das pessoas. Os problemas raciais na África do Sul têm prioridade absoluta. São muito mais urgentes do que o “circo” da categoria por um fim de semana²². (LAUDA, 1985. Folha de S. Paulo)

Ao que tudo indica, esse foi um posicionamento compatível a de outros corredores europeus, amedrontados com a falta de segurança gerada pela crescente violência no país.

No Brasil, o ministro das Relações Exteriores – Olavo Setúbal, havia enviado telegrama à Joaquim Cardoso de Mello, presidente da Confederação Brasileira de Automobilismo, solicitando que interferisse junto à Federação Internacional de Automobilismo Esportivo, pelo cancelamento ou transferência do Grande Prêmio para outro país. Segundo o ministro, essa seria uma forma de atender a opinião pública brasileira e mundial, refletidas nas declarações de protestos dos pilotos dessa categoria, como a supracitada. Também era do interesse do ministro saber se a CBA “não dispunha de algum meio efetivo de proibir a participação de Senna e Piquet na prova sul-africana”²³. Contudo, ambos eram profissionais contratados de equipes estrangeiras.

Posteriormente, em telegrama ao presidente da Federação Internacional de Automobilismo Esportivo - Jean Marie Balestre, o ministro justificou: “essa iniciativa corresponde aos sentimentos mais profundos da sociedade brasileira, baseada na convivência harmoniosa entre raças e culturas, que repudia vigorosamente o regime do apartheid”²⁴.

¹⁹ O arcebispo sul-africano projetou-se internacionalmente enquanto liderança, a partir de 1984, por ocasião do Prêmio Nobel da Paz. Esteve no país entre os dias 18 e 22 de maio de 1987, chegando pelo Recife, onde encontrou-se com religiosos, representantes institucionais de Pernambuco e militantes do MNU/PE, que o entregaram um documento denunciando um regime de segregação racial não institucionalizado no Brasil. No dia 19, seguiu para a Bahia, onde participou de um ato público contra o racismo no Largo do Pelourinho, centro histórico de Salvador.

²⁰ Folha de São Paulo, São Paulo, ano 59, n. 70.63, p. 39, 19 mai. 1987. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 jan. 2018.

²¹ À época, presidente da Associação de Pilotos da Fórmula 1.

²² Folha de São Paulo, São Paulo, ano 65, n. 20.614, p. 39, 10 set. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 abr. 2020.

²³ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 65, n. 20.615, p. 30, 11 set. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 abr. 2020.

²⁴ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 65, n. 20.624, p. 30, 20 set. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 abr. 2020.

A ideia de democracia racial exibida no fragmento, baseada numa mestiçagem biológica e cultural que tende a um padrão caucasiano e ocidental com “contribuições” de outras duas “raças”, é um dos pilares sobre o qual se construiu a identidade nacional. Segundo Kabengele Munanga,

O mito da democracia racial tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” e símbolos nacionais pelas elites dirigentes. (MUNANGA, 1999, p. 80)

Vale salientar que essa ilusão harmoniosa não deixa de hierarquizar os sujeitos a partir do grupo de cor ao qual pertencem, domesticando o pensamento brasileiro a partir de uma construção social de raça e conferindo um grau de importância menor aos problemas derivados de tensões raciais. Tal como:

Impedir que o Nelson e o Ayrton corram na África do Sul pode prejudicar a carreira deles. **Política não tem nada a ver com esporte.** (...) Como praticamente todo o mundo, eu também sou contra o preconceito racial, mas acho que não se deve misturar esporte com política. É um problema que deveria ser resolvido entre governos, sem envolver o esporte. (...) Há outras maneiras de se lutar contra o apartheid. (...) **Misturar esporte e política pode ser ruim para o esporte**²⁵. (FITTIPALDI, 1985. Folha de S. Paulo)

O título deste artigo refere-se à parte dessa entrevista cedida por Emerson Fittipaldi - automobilista da Indy, ao jornal Folha de São Paulo, expondo sua opinião, um clássico do pensamento genuinamente brasileiro. É nítido que para o piloto, as iniciativas do Itamaraty ultrapassam a categoria política, interferindo desnecessariamente na esfera esportiva com um eventual prejuízo às carreiras de Ayrton Senna e Nelson Piquét. Imparcial ao Decreto assinado pelo presidente, que englobaria os pilotos, enquanto cidadãos brasileiros e também desobrigado de preocupações referentes ao aumento considerável de mortes naquele país.

Tornando o caso ainda mais polêmico, uma comissão do movimento negro toma a iniciativa de abordagem aos pilotos, solicitando seu apoio ao boicote ao Grande Prêmio da África do Sul como protesto à política do apartheid:

²⁵ Folha de São Paulo, São Paulo, ano 65, n. 20.614, p. 39, 10 set. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 abr. 2020. (grifo nosso)

Senna admite boicotar GP da África do Sul

Da Reportagem Local
e das Agências Internacionais

Ayrton Senna, 25, resolveu quebrar o silêncio mantido por nove dias desde sua chegada ao Brasil, após a vitória no Grande Prêmio da Bélgica – e falar aos jornais paulistas, concedendo uma entrevista coletiva na tarde de ontem, quando revelou-se indeciso a respeito de sua participação na controversa prova de Fórmula 1 na África do Sul, marcada para 19 de outubro em Kyalami, apesar de já considerar seriamente a possibilidade (que anteriormente excluiu) de não correr. “É preciso pensar em pros e contras. As coisas parecem andar complicadas por lá e eu não quero me engatar correndo sob condições tão adversas”, declarou o corredor, que admitiu inclusive a hipótese de não acompanhar a equipe, se esta não apoiar sua resolução final, a ser tomada antes da viagem de volta à Inglaterra, no próximo dia 1º de outubro.

O fato de ter sido procurado terça-feira por uma comissão do Movimento Negro, interessada em obter seu apoio ao boicote do GP sul-africano, como protesto à política de apartheid (segregação racial), segundo o piloto, não influiu em sua posição e nem o fez sentir-se pressionado. Embora não acredite que a Lotus venha a aderir ao boicote oficialmente, como os dirigentes da Ferrari sugeriram, para que também pudessem esconder o protesto, Senna, por outro lado, está certo de que a escuridão inglesa não o punirá, no caso de uma atitude contrária.

Condições à parte, o piloto vê boas perspectivas em seu futuro na Fórmula 1 e ao já não concorrer à liderança do Campeonato Mundial de Pilotos este ano – para o qual considera o francês Alain Prost, da McLaren, sério candidato ao título –, acredita que em 81 poderá viver o ponto alto de sua carreira. A possibilidade de ter a seu lado o amigo (e também seu companheiro de residência na Inglaterra), o paraneense Maurício Gugelmin (que corre na Fórmula 1 inglesa), o agrada, mas ainda não foi concretamente apreciada pela Lotus. Os constantes elogios do comen-



Ayrton Senna deu ontem a primeira entrevista coletiva após sua chegada ao Brasil, há nove dias

der Enzo Ferrari ao seu desempenho nas pistas traz a Senna a satisfação pessoal: “O interesse dos italianos pelo meu trabalho faz com que acredite cada vez mais que estou indo bem.” Por outro lado, a trégua da revista Auto Sport nos comentários desfavoráveis à sua pessoa, não impressiona o piloto: “Os jornalistas italianos gostam de criar polêmicas porque é exatamente este tipo de notícias que gostam de ler na Itália. Talvez não falem mal de mim, no momento, porque o assunto pode não vender bem.” Senna concorda que além do prestígio, o dinheiro que a carreira lhe rende é um bom prêmio, que pretende “gastar da melhor maneira possível e guardar o resto para garantir o essencial em sua vida: conforto, tranquilidade e saúde”.

Alfa Romeo espera a Ferrari

Gugelmin em Silverstone

A Alfa Romeo está aguardando um comunicado oficial da Ferrari, antes de resolver sobre sua participação no Grande Prêmio da África do Sul, dia 19 de outubro, em Kyalami. “Até o momento tudo é normal. Nada mudou em meus planos de competir em Kyalami. Vamos ver o que vai fazer a Ferrari. As decisões provavelmente serão tomadas após o GP da Europa (a ser disputado em 8 de outubro, em Brands Hatch, Inglaterra)”, afirmou um porta-voz da equipe italiana. Sabido, Enzo Ferrari, dono da Ferrari, deverá se encontrar com alguns ministros do governo italiano, para saber a posição do país em relação a um possível boicote à corrida.

Maurício Gugelmin obteve ontem ao circuito de Silverstone, Inglaterra, o melhor tempo dos treinos entre as equipes para a última etapa do Campeonato Inglês de Fórmula 1, a ser disputada no mesmo local no dia 12 de outubro. O piloto brasileiro, que é o líder isolado da competição, foi quase meio segundo mais rápido que o inglês Andy Wallace (segundo nos testes e na classificação da torcida), superando extra-oficialmente seu próprio recorde da pista, com o tempo de 1m24.4 (a uma velocidade média de 136,62 km/h).

Fonte: Folha de São Paulo, SP, ano 65, n. 20.630, p. 39, 26 set. 1985.

Em entrevista, Ayrton Senna admitiu estar indeciso quanto a sua participação na prova da África do Sul, contudo o apelo ao boicote não influenciou seu posicionamento, nem o fez sentir-se pressionado²⁶.

Quanto à essa “indecisão”, representantes políticos como a vereadora Benedita da Silva (PT) e o deputado estadual José Miguel (PDT) reforçaram o apelo de membros das organizações negras e artistas como o sambista Martinho da Vila se posicionaram²⁷:

Se eles participarem da prova serão considerados racistas pelos meus irmãos negros. Se eles não correrem, estarão dando uma grande ajuda para o fim da violência racial naquele país. (...) Disputar a corrida representará também uma desmoralização do governo da Nova República, já que o Brasil é signatário de um documento da Organização das Nações Unidas (ONU) que condena o regime da África do Sul. Se participarem da prova, estarão desrespeitando um decreto do presidente José Sarney que proíbe o intercâmbio com aquele país. (...) Se perderem dinheiro não correndo, isso não fará falta a eles. Mas até isso é improvável, já que a lei governamental dá respaldo a eles²⁸. (VILA, 1985. Folha de S. Paulo)

²⁶ Folha de São Paulo, São Paulo, ano 65, n. 20.630, p. 39, 26 set. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 abr. 2020.

²⁷ Atendendo ao governo, no mês de setembro 45 artistas cancelaram uma excursão à África do Sul.

²⁸ Folha de São Paulo, São Paulo, ano 65, n. 20.652, p. 32, 18 out. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 abr. 2020.

No entanto, reproduzindo o posicionamento do colega supracitado, o Ayrton Senna se manifestou contra o apartheid, lamentou o decreto presidencial de execução do poeta negro Benjamin Moloise²⁹ e declarou, já em terras sul africanas: “Os brasileiros acabaram entendendo minha situação. Não é o momento oportuno para disputar o GP, mas fui obrigado a viajar por causa do calendário e dos contratos da equipe”³⁰.

Embora tenham sido convidados a participar do boicote com base em discussões humanitárias, observamos que as justificativas envolviam a dissociação entre seus acordos de trabalho e a guerra civil instaurada pelo regime de segregação. Nelson Piquet, sem cerimônias, anunciou: “Estou aqui para fazer meu trabalho. Essa história de pressões foi escrita pelos jornalistas. Mantenho contrato com a equipe e ele deve ser respeitado. Espero fazer uma boa corrida. Os pneus Pirelli deverão ter bom rendimento numa pista veloz e quente como a de Kyalami”³¹.

A respeito de uma suposta compreensão dos brasileiros, observamos que, passado o GP, os pilotos continuaram movimentando a opinião pública sobre suas participações. Em 22 de outubro, o professor Paulo Sérgio Pinheiro, escreveu para a Folha³²:

Nada contra o circo da Fórmula 1. (...) Os dois corredores já são detentores do prêmio Avestruz 1985, menção racismo. No dia seguinte ao enforcamento do poeta Benjamin Moloise, na prisão central de Pretória, as suas beldades estavam participando da festa da Fórmula 1 do apartheid. As caras de pasmo de Nelsinho e Senna quando o repórter do “Jornal Nacional” lhes perguntou se haviam recebido algum apelo foram proverbiais. Fizeram-se de bobos, fazendo de conta desconhecer que todos os desportistas dos países civilizados do mundo lutam pelo boicote a competições realizadas na África do Sul. Mais grave ainda foi participarem da competição respingada de sangue pelo assassinato do poeta. Para refrescar suas consciências, alguns dados sobre o paraíso onde foram correr. (...) Como se não bastasse essa montanha de cadáveres para alertar a consciência de Nelson Piquet e Ayrton Senna, eles deveriam estar a par da repressão ilegal que campeia na África do Sul. (...) Os problemas que os dois corredores brasileiros tiveram em seus motores foram uma justa compreensão por sua participação desabusada e insensível no triste grande prêmio da África do Sul³³. (PINHEIRO, 1985. Folha de S. Paulo)

Para citar um caso congênere, o pugilista Manoelito Pereira dos Santos que participou de uma luta no mês de junho na África do Sul – antes do Decreto 91.524, foi alvo de uma diligência junto ao Conselho Nacional de Desportos. Indiciado em inquérito pelo Tribunal de Justiça Desportiva, ele mencionou: “essa onda toda é porque sou pobre. O Nelson Piquet e o Ayrton Senna participaram do Grande Prêmio de Fórmula 1, sábado passado, e ninguém fala nada. São brasileiros como eu. Mas parece que aqui prevalecem o dinheiro e a condição social”³⁴.

²⁹ Operário, poeta e membro do Congresso Nacional Africano, Moloise foi acusado de assassinar um policial em 1982. Condenado à pena capital pelo apartheid na gestão de PW Both, foi enforcado em 18 de outubro de 1985 na Prisão Central de Pretória, um dia antes do Grande Prêmio de Fórmula 1. Sua execução levou a protestos internacionais e batalhas de rua na África do Sul.

³⁰ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 65, n. 20.651, p 35, 17 out. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 abr. 2020.

³¹ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 65, n. 20.651, p 35, 17 out. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 abr. 2020.

³² Professor aposentado do Departamento de Ciência Política da USP, foi membro da Comissão Nacional da Verdade. À época desse texto, era professor na UNICAMP e assessor especial do governador de São Paulo, Franco Montoro.

³³ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 65, n. 20.656, p 03, 22 out. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 abr. 2020.

³⁴ Folha de São Paulo. São Paulo, ano 65, n. 20.658, p 41, 24 out. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 abr. 2020.

O pugilista, um operário negro que mesmo tendo pedido autorização para viagem só soube às vésperas da sua proibição, configurava uma lista de “desobedientes” ao Conselho Nacional de Desportos junto à tenistas, o time do Santos e os pilotos de Fórmula 1 mencionados³⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Calculando que os impressos são um instrumento de interação social dinâmico e fluido, reconhecemos que são um dos meios de ação dos poderes estatais e privados. Contudo, sublinhamos que a pesquisa apresentada não teve como preocupação o comportamento da Folha de São Paulo frente aos acontecimentos referentes ao movimento negro brasileiro. Investigamos através dele, as iniciativas coletivas em prol do fomento de alternativas a comunidade negra no Brasil, mesmo que em meio à hostilidade e repulsa.

Atentando ao fato de que tanto no Brasil quanto na África do sul, os cidadãos negros compartilharam de uma estrutura institucionalizada junto ao cotidiano que criara relações de preterimento racial, conseguimos identificar nesse trabalho a disponibilidade dessa mesma imprensa de tratar das tensões raciais no exterior, preterindo as inquietações apontadas pela militância negra aqui. No entanto, considerando a proporção internacional em que a condenação ao Apartheid chegou, identificamos também que as organizações honraram o compromisso de estender sua luta à comunidade negra além das fronteiras, se posicionando publicamente nos momentos oportunos.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

HANCHARD, Michael. Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loic Wacquant: exemplos de interpretação equivocada. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 24, n. 1, 2002.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1978-1988. **10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do livro, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1998.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Camila Santos do. **“Lutamos contra o racismo!”: Movimento negro através da Folha de São Paulo (1978-1988)**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.

PACHECO, Ana Júlia. **Apartheid nas páginas da Revista Veja (1968-1985)**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PEREIRA, José Maria Nunes. O Apartheid e as relações Brasil-África do Sul. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 32-53, 1987.

PEREIRA, Amílcar Araujo. **O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

RIOS, Flávia. **Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2014.

³⁵ Folha de São Paulo, São Paulo, ano 65, n. 20.654, p. 38, 19 set. 1985. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 24 abr. 2020.



SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o Estado (1983-1987):** o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no governo de São Paulo. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SILVA, Fabiana Vieira da. **Notícias do apartheid:** o racismo nos espaços dos jornais FSP e OESP na década de 1980. 2013. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

SILVA, Joselina da. *Jornal Sinba: a África na construção identitária brasileira dos anos setenta.* In: PEREIRA, Amauri; SILVA, Joselina da (orgs.). **Movimento Negro Brasileiro:** escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.



SOCIABILIDADES DE CRIANÇAS NEGRAS INGÊNUAS E LIVRES NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA (SANTA RITA/PB, 1871 – 1888)¹

Kelly Kristine Emery De Almeida Lopes

Resumo: Pensando na importância do povo negro na história brasileira e tendo em mente o conceito africano da Sankofa, que segundo a filosofia africana significa voltar ao passado para ressignificar o presente. Este artigo teve como objetivo realizar uma análise comparativa sobre as experiências de crianças negras que viveram na freguesia de Santa Rita, localizada no litoral da Paraíba, nos últimos anos da escravidão e logo após o seu fim, entre os anos de 1871 e 1888, observando as mudanças nas relações sociais e no perfil demográfico destas. Nesse sentido, buscamos compreender o cenário político e social através das leis promulgadas durante o período da crise do escravismo, além de identificar e analisar as redes de sociabilidades e compadrio estabelecidas pelos pais dessas crianças no momento de seu batismo, visando entender a estrutura da família escrava e suas formas de resistência ante a sociedade escravista em que estavam inseridos.

Palavras-chave: Escravidão; Crianças negras; Redes de sociabilidade.

INTRODUÇÃO

Com os avanços recentes nos estudos históricos, cada vez mais percebemos o aumento de pesquisas acerca das pessoas ditas comuns/anônimas o que nos possibilita conhecer vários sujeitos sociais e agentes históricos em diversos contextos diferentes e assim observarmos a complexidade da experiência humana. Entre esses sujeitos temos as pessoas negras e entre elas as crianças, que representavam um percentual significativo na população Oitocentista.

Para o desenvolvimento deste artigo utilizamos como aporte teórico-metodológico a História Social da Cultura elaborada por Edward Palmer Thompson (1924-1993) que segundo Castro (1997) surgiu como uma abordagem historiográfica que busca formular problemas históricos específicos a partir dos comportamentos e das relações entre os indivíduos de diferentes grupos sociais.

Através de Thompson notamos uma reviravolta na perspectiva histórica a partir da história vista de baixo, na qual as minorias são trazidas ao centro das análises tendo mais visibilidade e protagonismo na historiografia acadêmica.

No que diz respeito à população negra na historiografia brasileira, temos como marco temporal a década de 1930 com a publicação do livro *Casa grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre, o autor trouxe uma representação maior da participação negra na formação da sociedade brasileira. Contudo sua perspectiva não divergiu dos seus antecessores oitocentistas. Pois, o mesmo, acreditava que as relações entre senhores e escravos eram na maior parte do tempo harmoniosas, o que na sua perspectiva gerava a democracia racial, conceito este que segundo seu pensamento facilitava a mestiçagem das raças, o que com o tempo geraria, cada vez mais, o branqueamento da população brasileira.

¹ Este artigo consiste no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História como requisito para obtenção do título de Licenciado(a) em História.

Segundo Rocha (2007) a próxima corrente historiográfica de impacto na temática foi a “Escola Sociológica Paulista” que, em meados da década de 1960-1970, assumiu uma tendência revisionista dos clássicos, como, Freyre, tomando uma linha mais marxista e materialista que visava entender o impacto da escravidão no sistema socioeconômico brasileiro.

A mudança mais recente na perspectiva historiográfica ocorreu em meados da década de 1980, na qual “realizaram-se amplos debates em torno da demografia e do parentesco escravo, ou sobre o papel da resistência escrava nos processos jurídicos e políticos, ou ainda sobre os significados do que vem a ser resistência numa sociedade escravista” (MATTOS, 2008, p.55) e é nessa vertente que nosso trabalho se encaixa.

Escolhemos como fonte os assentos de batismo coletados nos livros de batismo da freguesia de Santa Rita, que estão sob a guarda do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Para o trato das fontes utilizamos principalmente a metodologia criada por Louis Henry e Michel Fleury em meados do século XX, que consiste na geração das fichas de família a partir da coleta individual das informações presentes nos atos de batismo, casamento e óbito, dados estes que ao serem cruzados podem gerar uma reconstituição familiar. Em nosso caso, foram usados apenas os assentos de batismo.

Ao decorrer deste artigo abordaremos, de uma maneira sucinta, um panorama do contexto em que as Leis Rio Branco (1871) e Áurea (1888) foram discutidas e promulgadas, assim como, o que estas estabeleciam. Além de fazer uma descrição da freguesia de Santa Rita, para então tratar das redes de sociabilidades e parentescos espirituais das crianças negras.

A discussão que trazemos no presente trabalho é fruto de dois anos de experiência no Programa de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo CNPq e apoiado pela Propesq/UFPB, sob orientação da doutora Solange Pereira da Rocha, no curso de licenciatura plena em História, com os planos de trabalho intitulados *CRIANÇAS NEGRAS E INGÊNUAS: maternidade, trabalho e parentesco espiritual (Santa Rita/PB, 1871-1888)* e *CRIANÇAS NEGRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO: perfil, filiação e redes de compadrio (Santa Rita/PB, 1888 – 1900)*, que estão vinculados ao Projeto de pesquisa *DIÁSPORA AFRICANA & SOCIABILIDADES NEGRAS NO NORDESTE OITOCENTISTA: trabalho, relações parentais e resistências*.

UMA TRANSIÇÃO LENTA, GRADUAL E SEGURA: AS LEIS RIO BRANCO (1871) E ÁUREA (1888)

O discurso presente na bibliografia consultada indica que a utilização da mão de obra escrava deveria gradualmente ser substituída pelo trabalho livre, deste modo, asseguraria a estrutura política do país. Nas palavras de Sá.

A questão social que mais repercutiu politicamente no Brasil oitocentista foi a do trabalho. Tratava-se de superar a escravidão assegurando aos proprietários rurais o controle do processo de transição do trabalho escravo para o livre (SÁ, 2009, p. 26).

Várias Leis foram promulgadas ao longo do século XIX como medidas do projeto de pôr fim a escravidão, principalmente devido a pressão imposta pela Inglaterra, que visava expandir o capitalismo pelo mundo, deste modo, necessitava de mão de obra livre, requisito na geração do aumento do consumo.

Com a independência do Brasil em 1822 a Inglaterra impôs um acordo assinado no ano de 1826 que previa o prazo de três anos para o tráfico negreiro ser cessado e proibido no território brasileiro, “quando a lei anti-tráfico

entrou em vigor em 1831, ocorreu uma redução no número de escravos comprados pelos brasileiros” (SÁ, 2009, p. 26), a lei em questão recebeu o nome de Feijó e além de proibir o tráfico, considerava que qualquer africano que entrasse no país de forma ilegal, tornar-se-ia um indivíduo livre.

No entanto a Lei Feijó (1831) ficou conhecida como “lei para inglês ver” e na prática o tráfico continuou de forma ilegal, o que fez com que em 1845 a Inglaterra decretasse o *Aberdeen act* que consistia na medida de represálias, ou seja, ataques aos navios negreiros que estivessem rumo ao Brasil.

O ano de 1850 foi marcado por uma lei fundamental para entender o contexto histórico do oitocentos, “A lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico negreiro, dando início a um processo irreversível de transição para um sistema de trabalho livre, pois a escravidão perdeu sua fonte”. (SÁ, 2009, p. 27)

Contudo, nosso foco no presente artigo é tratar das Leis Rio Branco (1871) e Áurea (1888), segundo Silva (2019) durante a década de 1860 as discussões acerca do “problema da escravidão” invadiram os espaços políticos e públicos do império, o que gerou o crescimento de associações e a democratização dos protestos abolicionistas.

A Lei Rio Branco mais conhecida como Lei do ventre livre, ficou anos em debate no âmbito político, com idas e vindas na discussão e com resistência por parte dos donos de terra. Em 1871, a Lei estabelecia que:

[...] os filhos das mulheres escravas que nascessem a partir daquela data, não seriam mais escravos. Deviam permanecer até os oito anos em poder do proprietário da mãe, na companhia dela. Depois do prazo, poderiam ser libertados, mediante o pagamento de uma indenização do governo ao proprietário da mãe. Caso o proprietário optasse, podia utilizar o trabalho dos “libertos” até que eles completassem 21 anos, como retribuição pelas despesas com sua criação. (CARNEIRO, 2000, p. 65-67)

Outra cláusula importante para nossa discussão está presente no Art. 4º da Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 “Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os conjuges, e os filhos menores de 12 anos, do pai ou da mãe” (BRASIL, 1871)

A promulgação da lei referida acima tornou mais alcançável para a população escravizada “[...] construírem famílias conjugais, extensas e intergeracionais, e de agirem em concerto com seus companheiros para definir projetos em comum.” (SLENES, 2011, p. 36)

Slenes (2011) em seu livro *Na senzala uma flor* desenvolveu a perspectiva de que “[...] a família nuclear, intergeracional extensa (incluindo parentes fictícios, ou seja, “compadres” era uma instituição forte e valorizada pelos escravos;” (SLENES, 2011, p. 47)

A existência da família de escravos, assegurada pela Lei de 1869 e reforçada pela de 1871, acabava gerando um compromisso deles com o projeto de abolição gradualista proposto. Poderia haver na família, hipoteticamente, libertos pelo nascimento, alguns que estavam economizando dinheiro para comprar a liberdade [...]. Essa família era a síntese do projeto de transição. (SÁ, 2009, p. 30)

Trazendo a discussão para meados da década de 1880 observamos o crescimento e popularização dos movimentos e protestos pelo fim definitivo da escravidão. Em diversas regiões do país, inclusive na Paraíba, participavam do movimento abolicionista desde libertos, estudantes, profissionais liberais até funcionários da província.

Quando a hegemonia conservadora no cenário político nacional teve seu fim em 1878, o movimento abolicionista teve então um terreno fértil para se desenvolver e arrecadar cada vez mais apoio.

A partir desse período as associações abolicionistas foram criadas como nunca, de 1878 até 1885 foram criadas 87 associações em todo o império, indicando que o abolicionismo se expandiu e se nacionalizou. Essa nacionalização é sentida na Paraíba do Norte com a criação de três associações: a Emancipadora Areiense, criada inicialmente em 1873 na cidade d'Areia interior da província; a Emancipadora Parahybana fundada na capital em 1883; e a Emancipadora “25 de março” criada em 1885, na cidade de Mamanguape, no interior da província. (SILVA, 2019, p. 329)

Podemos citar como membros negros ilustres do movimento negro Luiz da Gama, André Rebouças e José do Patrocínio.

[...] A 13 de maio do ano seguinte, após Câmara e Senado curvarem-se ante a pressão popular, a princesa Isabel, na qualidade de regente do Império, sanciona a lei que declara extinta a escravidão no Brasil, sem qualquer indenização, mas também, sem qualquer forma de auxílio para os libertos. (MONTEIRO, 1990, p. 72)

É importante notarmos a participação de todos os extratos sociais e principalmente dos negros, de diferentes condições jurídicas, inclusive escravizados, no movimento abolicionista. “A abolição na prática, estava sendo feita pela população, e esta, em pleno movimento abolicionista só se contentaria com a abolição total e sem indenização”. (MONTEIRO, 1990, p. 71)

A FREGUESIA DE SANTA RITA/PB: FORMAÇÃO, ECONOMIA E REAÇÕES ANTE AS LEIS Nº 2040 E Nº 3553

Inicialmente o território que hoje conhecemos como o Estado da Paraíba fazia parte da capitania de Itamaracá (1534) e apenas no ano de 1574 tornou-se Capitania Real da Paraíba. Santa Rita durante o século XVI consistia em um povoado que se desenvolveu devido a instalação do Engenho Tibiri. Segundo Lyra, “o povoado se formou sob a égide do açúcar, tendo como principais atores de sua história as figuras do Engenho, do Rio Paraíba e dos trabalhadores da região”. (LYRA, 2017, p. 48)

Segundo Santana (1990) durante os séculos XVIII e XIX o povoado cresceu devido às construções dos engenhos de cana de açúcar, a autora informa que existia 29 engenhos por volta de 1856. Os proprietários de terra utilizavam o poder econômico para conseguir cargos na política na província da Paraíba, alguns inclusive conquistando o cargo de vice-presidente.

Foi em 20 de fevereiro de 1839 que o presidente da província João José de Moura criou a freguesia de Santa Rita. Destacamos que a região era de grande importância econômica e demográfica, tendo uma parcela significativa da população escravizada na província da Paraíba, sendo estes 1.309 no total dos habitantes da freguesia.

Desde o período colonial a Paraíba era dependente economicamente. A independência política do país não modificou essa tendência. De um lado, em âmbito internacional, sua economia permaneceu para exportação, mantendo intocáveis seus fatores de produção: a grande propriedade, o caráter monocultor e a utilização da mão-de-obra escrava. (SÁ, 2009, p. 36)

Com o fim do tráfico de escravos vindos da África por causa da Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como, Eusébio de Queiroz, as províncias do Norte, inclusive a Paraíba financiou e lucrou com o tráfico

interprovincial, devido a isto, durante a segunda metade do século XIX a província alegava estar passando por problemas com relação a falta de mão de obra e uma das soluções encontradas foi modificar a estrutura dos engenhos.

Essa solução ocorreu por meio da adoção do modelo de Engenhos Centrais, que segundo Santana (1990) consistia em dinamizar a produção do açúcar por meio de uma divisão entre o trabalho agrícola e a indústria propriamente dita, assim, surgem também as usinas na freguesia de Santa Rita.

A respeito das reações ante as Leis Nº 2040 e Nº 3553, respaldadas no trabalho de Sá (2009) podemos dizer que “[...] raramente o proprietário da escrava abriu mão do usufruto do trabalho dos menores livres pela Lei Rio Branco” (SÁ, 2009, p. 51), o que nos leva a entender que os senhores de escravos de Santa Rita continuavam com as crianças ingênuas sob seus “cuidados” até os 21 anos como previsto na Lei.

E não foi diferente do restante do país “Como na maior parte das províncias brasileiras, na Paraíba os proprietários utilizaram seus escravos até a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888”. (SÁ, 2009, p. 39)

CRIANÇAS NEGRAS NO PERÍODO OITOCENTISTA: FAMÍLIA, COMPADRIO E REDES DE SOCIABILIDADES

O conceito de família durante o século XXI, abrange um grupo de pessoas que possuem ou não parentesco sanguíneo e que formam uma instituição, um núcleo social no qual buscam apoio e ensinamentos.

Por muito tempo na historiografia, como tratamos anteriormente, acreditava-se que a população negra escravizada não tinha uma ideia de família, pensamento que já foi contestado e provado por diversos autores, como, Slenes (2011), Rocha (2007), Gudeman e Schwartz (1988) que trata-se de uma análise equivocada.

A igreja católica desde o período colonial exercia forte influência na vida da população e até a proclamação da república em 15 de novembro de 1889 os registros de nascimentos, casamentos e óbitos ficavam sob responsabilidade da igreja e por conta disso são fontes de estimada importância para reconstituir-se e entender as relações sociais de uma determinada época por meio da demografia histórica que segundo José Flávio Motta (1995) tem sido de extrema importância nos trabalhos voltados para temáticas que envolvem relações parentais, família cativa e relações de compadrio.

Diante desse contexto, escolhemos trabalhar apenas com os documentos eclesiásticos produzidos até o ano de 1888, optando por não utilizar os de cunho civil produzidos pelos cartórios com o advento da república.

Acreditamos que o batismo e as redes de sociabilidade construídas através deste eram uma forma de resistência e de tentativa de inserção na sociedade escravista e pós-escravista por parte da população negra. “Há evidências de que os escravos usaram o compadrio para garantir um possível aliado ou protetor, uma teoria que está de acordo com o próprio significado desses laços”. (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 47)

Segundo Gudeman e Schwartz, o compadrio tinha um significado e funcionava dentro de um contexto social específico, se tratava de um fenômeno social e religioso, desta forma “os padrinhos são patronos, os afilhados e seus pais são clientes. Os laços religiosos dão estabilidade e continuidade ao que de outra forma poderia ser um vínculo social frágil e incerto”. (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 40)

Tradicionalmente a Igreja requer para seus registros uma quantidade mínima de informações sobre um determinado batismo. “Deve ter os nomes do batizando, dos pais e dos padrinhos” (GUDEMAN; SCHWARTZ,

1988, p. 39), contudo essas informações podem mudar de acordo com o pároco que está redigindo o assento, vejamos nos exemplos abaixo:

Aos seis dias do mez de janeiro de mil oitocentos setenta e cinco na **Capella do Socorro** filial d'esta parochial igreja de Santa Rita de minha licença o padre Francisco Pinto Pessoa aplicou o santos óleos a **Mathilda, preta, livre** nos termos **da lei de vinte oito de setembro de mil oitocentos setenta e um**, nascida em vinte e três de março de mil oitocentos setenta e três, **filha natural de Maria Magdalena**, escrava do **major João Cavalcante Tavares de Mello** e foi baptizada in articulo mortis por mim, tendo assistido **Antonio Cavalcante d'Albuquerque** do que para constar mandei fazer este assento que assigno. (Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, livro V de batismo da freguesia de Santa Rita/PB, p. 13, assinado pelo Padre Francisco Pinto Pessoa, grifos nossos)

Neste assento observamos a informação que a criança tem o status de liberta de acordo com a aplicação da Lei Rio Branco (1871), logo, se trata de uma criança ingênua, ou seja, as crianças que foram consideradas livres devido a promulgação da Lei Rio Branco (1871). Encontramos também informações sobre a mãe Maria Magdalena, escrava de João Cavalcante Tavares de Mello e o tipo de filiação da menina Mathilda filha natural. “A reprodução da espécie humana nem sempre esteve vinculada à prática religiosa, muitos casais se tornaram pais de crianças, as ditas naturais”. (ROCHA, 2007, p. 193)

Aos doze de maio de mil oitocentos oitenta e nove, nesta matriz baptisei a **parvula Josepha, preta**, nascida em vinte e sete de fevereiro do anno corrente, **filha natural de Anna Maria da Conceição**, moradoras nesta povoação, sendo **padrinhos Francelino Lorenço D'Almeida e Virginia Maria da Conceição**, do que para constar fiz este assento que assigno”. (Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, livro IX de batismo da freguesia de Santa Rita/PB, assento 203, p. 06, assinado pelo Vigário Manoel Gervásio Ferreira Silva, grifos nossos)

Nossas análises sobre o perfil, redes de compadrio e de sociabilidades dessas crianças foi desenvolvida com o cruzamento de informações de dois bancos de dados, o primeiro correspondente aos anos 1871-1884, construído em pesquisa anterior a esta e o segundo correspondendo ao ano de 1888 construído durante o nosso último ano de pesquisa.

Com o desdobramento da pesquisa nos veio o questionamento a respeito das mudanças nas relações sociais da população negra paraibana e foi a partir deste que elaboramos os quadros a seguir:

Quadro 1: Perfil das crianças ingênuas (1871-1884)

Quantidade	248
Sexo	125 (meninas)
	123 (meninos)
Cor/raça	166 (pardas)
	82 (pretas)
Filiação	228 (naturais)
	11 (legítimas)

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir dos dados indicados nos assentos de batismo presentes nos livros V, VI, VII e VIII de batismo da freguesia de Santa Rita no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Quadro 2: Relações de Compadrio

Padrinho e madrinha	155
Só padrinho	93
Só madrinha	não consta
Padrinho/madrinha santo(a)	19

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir dos dados indicados nos assentos de batismo presentes nos livros V, VI, VII e VIII de batismo da freguesia de Santa Rita no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Ao estudarmos os perfis e as redes de sociabilidades das crianças ingênuas, notamos a predominância de filiações naturais, acreditamos na hipótese de que esse número elevado pode ter se dado devido “[...] a questão da reprodução endógena e seu caráter de continuador de exploração da mão de obra negra, seja ela escravizada ou supostamente livre” (LYRA, 2017, p. 64)

Durante o período anterior a abolição notamos na documentação consultada, a predominância de padrinhos livres, aparecendo inclusive pessoas de altas patentes sociais, como tenentes, coronéis e os próprios proprietários das mães, “as escravas às vezes buscavam padrinhos ilustres para seus filhos, na esperança de que esses padrinhos pagassem para verem seus afilhados livres.” (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 45), outra prática bastante comum era escolher santos e santas da igreja como padrinhos e madrinhas, encontramos nos assentos 19 casos em que “Nossa Senhora” aparece como madrinha dos batizados.

Quadro 3: Perfil das crianças livres (1888-1889)

Quantidade	100
Sexo	51 (meninas) 49 (meninos)
Cor/raça	94 (pardas) 6 (pretas)
filiação	57 (legítimas) 43 (naturais)

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir dos dados indicados nos assentos de batismo presentes nos livros VIII e IX de batismo da freguesia de Santa Rita no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Quadro 4: Relações de Compadrio

Padrinho e madrinha	70
Só padrinho	27
Só madrinha	3
Padrinho/madrinha santo(a)	não consta

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir dos dados indicados nos assentos de batismo presentes nos livros VIII e IX de batismo da freguesia de Santa Rita no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Podemos perceber com a análise dos quadros expostos anteriormente que houve significativas mudanças no perfil das famílias e nas relações de compadrio, como, por exemplo, o aumento das filiações legítimas no pós-abolição, o não aparecimento de padrinhos ou madrinhas santos e um aspecto que vale a pena destacar é o fato de que houve uma notável redução de registros de crianças com a cor preta ante as pardas.

Segundo Galizza (1979), a maioria dos escravos eram nascidos no Brasil, frutos da miscigenação a cor de pele que aparece com mais frequência é a parda, havia uma grande presença de escravos, pardos, crioulos e mulatos. (GALIZZA, 1979, p. 98-101)

De fato, nos registros passamos a encontrar cada vez mais pessoas pardas, o que nos leva a indagar que tal atitude possa ter sido pensada com base nos ideais raciais vigentes em meados do final do oitocentos e o início do século XX:

O ideal do branqueamento respaldou-se na desqualificação dos negros que, supostamente, não teriam capacidade de produzir num sistema de livre iniciativa, bem como seriam moralmente degenerados. Dessa forma, a substituição da mão de obra negra pela branca imigrante e o incentivo à miscigenação para gerar um povo cada vez mais branco foram estratégias encontradas para garantir a “melhoria” gradual da população que compunha a nação brasileira. (DOBBER, 2012, p. 135)

Contudo, apesar de todo o racismo estrutural pensado e desenvolvido durante todo o período da escravidão e mesmo após a abolição a população negra seguiu e segue existindo e resistindo no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da documentação disponível foi possível reconstituir e levantar algumas hipóteses sobre as relações de compadrio e as sociabilidades das crianças negras na freguesia de Santa Rita/PB no final do século XIX, entre as hipóteses levantadas citamos a predominância de filiações naturais no período anterior à abolição, as quais acreditamos terem sido uma forma que os donos de terra encontraram de continuar a exploração da mão de obra negra, a partir do momento em que as crianças ingênuas permaneciam sob sua guarda. Enquanto que no período pós-abolição houve um aumento nas filiações legítimas.

Bem como as mudanças nas relações de compadrio, nas quais observamos o desaparecimento de padrinhos e madrinhas santos no pós-abolição e a permanência da escolha de padrinhos ilustres para as crianças. Nossa última hipótese levantada foi a de que a notável redução de registros de crianças com a cor preta ante as pardas pode ter sido ocasionada baseada nos ideais de branqueamento da população que surgiram em meados do fim do século XIX e início do século XX. Sendo assim, acreditamos ter atingido o que foi proposto no artigo.

Contudo por se tratar de um trabalho de História, está longe de estar completo, visto que todas as considerações e questões abordadas por uma pesquisa histórica devem ser criticadas e questionadas, cabendo aos historiadores jamais tratar nosso conhecimento como uma verdade absoluta.

Isto posto, nosso trabalho visa contribuir para produção científica com base na Lei 10.639/03 (Educação das relações étnico-raciais, História da África e da Cultura Afro-brasileira), visto que, ainda observamos uma predominância do protagonismo dos povos europeus.

Em linhas conclusivas, nosso trabalho buscou encaixar-se nesse movimento acadêmico e social que busca possibilitar a visibilidade da participação do povo negro e de ascendência africana na sociedade brasileira, evidenciando assim, a diversidade sociocultural em nosso país.

REFERÊNCIAS

Livros

CARNEIRO, Altamirando. **Abolição**: esperança de ontem, promessa de hoje. São Paulo: Editora panorama, 2000.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil Império**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1990.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. **Escravos, libertos e órfãos**: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). 1. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.

SÁ, Ariane Norma Menezes. **Escravos, livres e insurgentes**: Paraíba (1850-1888). 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Morais. **Nordeste, açúcar e poder**: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962. João Pessoa: CNP/UFPB, 1990.

Capítulo de livro

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

CASTRO, Hebe. História social. *In*: FLAMARION, Ciro Cardoso; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. Editora: Campus Elsevier. 1997. p. 41-54 e 353-357.

DOEBBER, Michele Barcelos. Do ideário do branqueamento ao reconhecimento da negritude: biopolítica, educação e a questão racial no Brasil. *In*: VALENTIM, Silvani dos Santos; PINHO, Vilma Aparecida; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Relações étnico-raciais, educação e produção do conhecimento**: 10 anos do GT 21 Anped. Belo Horizonte: Nandyala, 2012. p. 133-149.

FRAGA, Walter. O cotidiano moveido do pós-abolição: ex-escravizados na cidade de Salvador, 1889-1890. *In*: DOMINGUES, Petrônio (Org.). **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e da pós-abolição no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. p. 155-171.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. *In*: PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 178-191.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. *In*: REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Editora brasiliense, 1988. p. 33-59.

HOBBSAWN, Eric. A história de baixo para cima. *In*: HOBBSAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

PRIORE, Mary del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. *In*: PRIORE, Mary del. **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 84-106.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (Org.). Tradução de Magda Lopes. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 39-62.

SILVA, Lucian Souza da. As distintas e ilustres senhoras: as mulheres e o movimento abolicionista na Paraíba. *In*: MARIANO, Serioja R. C; BARBOSA, Janyne Paula Pereira L. (Orgs.). **Sociedade e cultura e no Brasil oitocentista**: trajetórias de pesquisa II. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. p. 325-342.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 33-76.

Dissertações e Teses

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba Oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

Monografia

LYRA FILHO, Giuseppe Emmanuel. **Filhos livres de ventre cativo**: crianças ingênuas e as redes de sociabilidade na Freguesia de Santa Rita/PB (1871-1888). 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Departamento de História, João Pessoa, 2017.

Artigo publicado em anais eletrônicos

MATTOS, Hebe. O olhar do historiador: territórios e deslocamentos na história social da escravidão do Brasil. In: HEINZ, Flavio M; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). **A história e seus territórios**: Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 49-61.

Artigos publicados em websites

MOTTA, José Flávio. **A demografia histórica no Brasil**: contribuições à historiografia. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/458/0>. Acesso em: 9 set. 2019.

Documento de arquivo

- Arquivo Eclesiásticos da Arquidiocese da Paraíba (AEAPB)

Livros de batismo da Freguesia de Santa Rita.

V - 1874-1876

VI - 1877-1880

VII - 1880-1886

VIII - 1886-1888

IX - 1888-1889

Documento jurídico

BRASIL. Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850. “Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, estabelecendo medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio, na fórmula acima declarada. Para Vossa Magestade Imperial Ver”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Lei Nº 2040, de 28 de setembro de 1871. “Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação, e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sob a libertação anual dos escravos”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. Lei Nº 3553, de 13 de maio de 1888. “Carta de lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que houve por bem sanccionar, declarando extinta a escravidão no Brazil, como nella se declara. Para Vossa Alteza Imperial ver”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3553.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

GERONTOLOGIA SOCIAL E HISTÓRIA CULTURAL DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: REPRESENTAÇÕES DOS ORIXÁS NANÃ E OXALÁ PARA CRIANÇAS NA LITERATURA INFANTIL AFRO BRASILEIRA

Daniela Cristina Pereira Ramos

Resumo: O presente estudo analisa as representações dos orixás Nanã e Oxalá na literatura afro-brasileira infantil. Ao entrelaçar os campos da História, Pedagogia, Gerontologia e Literatura busca-se compreender como estas relações de ancestralidade, religiosidades e velhice são apresentadas às crianças. Ao todo foram consultadas 30 editoras brasileiras, onde foram mapeadas 54 obras sobre o panteão de deuses africanos dedicados a educação infantil. Destas foram encontrados mais de um exemplar e coleções nas editoras Aroulo Cultural e Solisluna. Enquanto resultados pode-se aferir que as obras analisadas incentivam as relações intergeracionais à medida que as divindades em sua personificação na literatura são representadas como avós e também como guerreiros mostrando a criança um ângulo divino da imagem do envelhecimento.

Palavras-chave: História cultural, envelhecimento, literatura infantil afro-brasileira.

INTRODUÇÃO

O artigo traz análises acerca das representações dos orixás Nanã e Oxalá na literatura afro-brasileira infantil, realizando assim aderências no campo da Gerontologia Social, Educação e Literatura: “Todos os povos de todas as culturas reservam uma espécie de amor referente aos ancestrais.” (CARMO, 2006, p.71) não é contrário com as religiões afro brasileiras, principalmente o candomblé e a umbanda que reservam duas divindades representadas por idosos. Por sua vez o campo da Literatura infantil brasileira durante muitos anos esteve restrita aos modelos europeus, envoltos a personagens e narrativas elitizados e brancos.

Felizmente após dezessete anos da homologação da lei 10.639/ 2003 vem crescendo o número de produções acerca da literatura infantil com a temática da religiosidade afro brasileira. Sendo relevante destacar, que se faz um desafio transpor para narrativas infantis 300 anos de legado ancestral e religioso, pois ao contrário das narrativas cristãs durante muitos anos os temas ligados ao candomblé e demais religiões de matriz africana foram excluídos ou abordados sobre a égide do preconceito e discriminação. Importante frisar que esta análise não intenciona emitir juízos de valores religiosos, mas refletir sobre a produção literária produzida e as tendências e discursos presentes nas obras levantadas destinadas ao público infantil. A religião de matriz africana, principalmente o candomblé, tem enquanto identidade a personificação humana das divindades, essa aproximação do divino com o humano permite reflexões associadas à sociedade. Nesse âmbito ocorre à representação do sagrado, as imagens dos orixás são criadas a partir da ilustração e da escrita, atribuindo associações com o mundo infantil. Especificadamente os orixás Nanã e Oxalá são divindades relacionadas à velhice e morte temas considerados por muitos complexos para abordagem infantil.

Ao analisar a situação social do idoso no mundo moderno ocidental o envelhecimento é um assunto evitado considerado tabu na sociedade: “A velhice é um assunto vergonhoso do qual é indecente falar. Trata-se de um tabu que é melhor esquecer, por ser um assunto que incomoda.” (JUNGES 2004, p.124).

O termo História cultural supõe uma variedade de áreas sociais, incluindo a possibilidade de análise cultural dos grupos, partindo das sensibilidades do cotidiano e suas relações, pois:

todos sabemos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo, simbólicas. São produto desta capacidade imaginária de refigurar a realidade a partir de um mundo paralelo de sinais, através do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Faz parte deste jogo de representações estabelece classificações, hierarquias e limites, que guiam o olhar e a apreciação, pautando condutas. (PESAVENTO, 2001, p.7).

Mediante a isto se faz notório refletir como as divindades afro brasileiras do candomblé são abordadas para crianças na literatura infantil. A construção desse trabalho teve enquanto aporte as discussões empreendidas no Grupo de Pesquisas MEDIAÇÃO: práticas de escrita, oralidade e mediação docente aprovado pelo CNPq do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande Campus Cajazeiras. Por meio da apresentação dessas narrativas presentes nas bibliografias propõe-se efetivar essa análise acerca das representações dos livros infantis afro-brasileiros.

Desse modo este trabalho se faz dividido nos seguintes componentes: Breves considerações sobre a literatura infantil afro descendente, Quem são os idosos sagrados no candomblé? e Representações dos orixás Nanã e Oxalá para crianças em obras da literatura infantil afro brasileira.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LITERATURA INFANTIL AFRO DESCENDENTE

As discussões sobre a literatura infantil afro brasileira ganharam maiores repercussões a partir da Lei 10.639/2003, quando em Janeiro foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterando a Lei de Bases e Diretrizes nº 9.394/36, em que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre História e cultura afro brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio públicas e particulares de todo o país. Em março de 2008 a lei nº 11.645 alterou o artigo 26-A incluindo também a temática dos estudos indígenas. Após esse marco histórico os espaços escolares e editoras lançaram seu olhar para esse tipo de literatura destinada a crianças.

Uma vez que o campo da História está intrinsecamente vinculado com a literatura, pois muitas vezes a literatura consegue apreender com mais facilidade elementos que passam despercebidos pelos olhos dos historiadores. As obras ficcionais possibilitam refletir acerca das questões sociais, tornando - se uma fonte documental privilegiada para pensar a História, pois conseguem capturar mais facilmente as transformações sociais, vemos isto a partir das afirmações de Reuter: “as transformações demográficas, econômicas sociais e técnicas que modificam o mundo e a existência não deixam de ter repercussão no romance.” (REUTER, 2004, p. 18).

Entretanto, é a partir de uma trajetória de estudo sobre literatura infantil e temáticas “difíceis”, em que também temos atentado para a conhecida oscilação que se observa entre intuítos francamente pedagógicos e formativos, de um lado, e uma abordagem literária, de outro, fugimos a esta quase natural repulsa pela temática. (SILVEIRA, 2012, p. 1)

Mesmo após o aumento da produção de literatura infantil brasileira afro com relação aos temas religiosos, ainda existem empecilhos para que este tipo de literatura chegue até a criança, muitas vezes devido às escolhas docentes:

A formação do universo pelos orixás e o candomblé em si, parecem ser esquecidos pelos professores, que muitas vezes não vêm com bons olhos as religiões africanas. O resultado dessa intolerância reflete na educação de seus alunos que, por desconhecimento, discriminam a religião e seus seguidores. O problema se torna ainda mais grave se pensarmos que a maioria das escolas brasileiras, quando ligadas a alguma religião, restringem-se ao catolicismo e protestantismo [...] A afrodescendente brasileira só poderá “acender a fogueira” a partir do momento em que se enxergar como parte formadora da sociedade, não como vítima, mas como colaboradora. Tão importante como denunciar a discriminação é apresentar ao universo infantil motivos para se interessarem e valorizem as culturas africanas (HORTA, 2010, p. 6)

A Educação por meio do estudo literário de obras que retratam de forma positiva a cultura negra é uma arma crucial para revertermos o preconceito, a implementação da lei 10.639/2003 foi um passo importante para o aprendizado das pessoas sobre a cultura afro, aprender sobre a cultura afro brasileira nos primeiros anos do período escolar é necessário para que a população comece a valorizar a herança que foi deixada pelos primeiros povos africanos que residiam no Brasil e também é uma forma de barrar o preconceito, é no período escolar que o indivíduo está formando sua personalidade, obtendo informações corretas sobre o assunto desmistificar ideias preconceituosas, como já foi citado à falta de informação causa a intolerância, não há como um indivíduo criar um bom conceito sobre um tema em que não tem conhecimento, a sociedade em geral tem o dever de reverter danos que foi causado por mais de 300 anos, para que futuramente as próximas gerações sejam capazes de reconhecer e respeitar a riqueza que os povos africanos trouxeram para o nosso país.

Finda a explanação desse breve panorama, passemos a conhecer quem são as divindades Nanã e Oxalá.

QUEM SÃO OS IDOSOS SAGRADOS NO CANDOMBLÉ?

Os Orixás são as divindades cultuadas nas religiões de matriz africana, as principais religiões cultuadas no Brasil são a Umbanda e o Candomblé:

As religiões afro brasileiras possuem todas uma matriz comum, o culto aos orixás nagôs uma cultura que floresceu na África por volta do século XI, enriquecidas por contribuições de culturas vizinhas, como as civilizações haussau, ketu, jeje e banto essa última espalhada pelos povos da África meridional. (CARMO, 2006, p.36)

As divindades cultuadas nas religiões de matriz africana são representadas a partir de características humanas constituindo-se como energias relacionadas à natureza. Cada orixá traz consigo características específicas. Uma característica forte das religiões afros são a não padronização, porém pode-se aferir que o panteão de deuses afro-brasileiros é composto por doze orixás, pois estes segundo Carmo (2006) são os mais cultuados nas terras brasileiras, há ainda uma quantidade de guias, entidades, espíritos de luz cultuados em diversos terreiros. Estes se configuram aos elementos comuns aos cultos afro brasileiros à crença em diversas divindades, acredita-se que estas divindades possuem interferências no cotidiano dos praticantes, regendo os diversos aspectos da vida, como a personalidade do indivíduo, oferecendo proteção. As oferendas e despachos são tributos oferecidos a estas divindades. Diversas são as lendas que circulam em torno dos deuses que compõem a religião, explicando assim as formas de organização da própria religião e do mundo.

De acordo com Carmo (2006) a base fundamental dos cultos de matriz africana são: candomblé “jeje”, candomblé “ketu”, candomblé “nagô”, tambor de mina, xangô, batuque candomblé de angola, candomblé de caboclo, umbanda branca e umbanda negra, sendo o candomblé das diferentes variações o mais cultuado no Brasil.

Oliveira (2003) afere que a filosofia do candomblé reserva um lugar de destaque e dignidade aos mais velhos, exaltando a sabedoria prática, a valorização do idoso nas religiões afro se pauta na ancestralidade, este é visto como figura de sabedoria, fonte de transmissão de conhecimento aos mais jovens. A ancestralidade, que se fundamenta no culto aos antepassados e no respeito à experiência dos mais velhos, na comunicação que pode existir entre o mundo dos vivos e dos mortos, espíritos e entidades sobrenaturais, considerando que os ancestrais fazem a ligação entre o mundo visível e o invisível.

Santos (2001) elucida que para os terreiros, a posição dos “mais velhos” é, sem sombra de dúvida a de maior importância, pois a cosmovisão afro brasileira é fundamentada nos princípios de senioridade e ancestralidade, em que a idade é um fator que determina a aquisição de conhecimento, sinônimo de autoridade e sabedoria

No candomblé brasileiro existem duas divindades mais cultuadas que representam os anciões: Nanã e Oxalá.

Nanã Buruku ou “*Nanã*”, “*Nanã Buruquê*”, “*Nanã Buluku*”, “*Nanã Borutu*”, “*Nanã Buru*”, “*Nanã Boroucou*”, “*Nanã Borodo*”, “*Anamburucu*”, variadas serão as denominações dependendo da matriz, ou terreiro que a divindade é cultuada representada pelo panteão de lendas como uma anciã, senhora da criação e do barro. “*Nanã Buruquê* é um Orixá muito antigo a mais velha das divindades das águas de todos os Orixás é cultuada na África em várias regiões e no Brasil” (VERGER, 2002, p. 236)

Vasta é a literatura acadêmica que se dedica a transcrever e analisar os mitos em torno dessa divindade e descrever suas características:

Nanã Buruku, cujo termo “*nanan*” significa raiz, aquela que se encontra no centro da terra, é a orixá dos mangues, do pântano, senhora da morte responsável pelos portais de entrada (reencarnação) e saída (desencarne) das almas, e senhora das doenças. Protetora dos idosos, desabrigados, crianças e doentes, Nanã é considerada o orixá mais antigo do mundo. Segundo a mitologia, quando Orunmilá chegou aqui para frutificar a terra, ela já estava aqui, e desconhece o ferro por existir desde a pré-história, anterior à idade do ferro. (SONNEWEND *et al.*, 2016, p. 4)

Outra representação da divindade idosa:

Nanã faz o caminho inverso da mãe da água doce, é ela quem reconduz ao terreno astral, as almas que Oxun colocou no mundo real. É a deusa do reino da morte, a senhora do reino da morte é como elemento, a terra fofa, que recebe os cadáveres, os acalenta e esquentam, numa repetição do ventre, da vida intrauterina, e por isso cercada de muitos mistérios no culto. (SANTOS, 2011, p. 2)

A maioria dos acadêmicos e escritores que se dedicam a produzir e analisar as entidades de religiões de matriz africana são praticantes da religião dessa forma variadas e sugestivas são as personificações positivas e negativas dessas divindades que são representadas no candomblé com características humanas repletas de virtudes e defeitos.

Uma velha rabugenta, intolerante, intratável. Um monstro que mora nos lugares pantanosos, e alagadiços infestados de doenças. Assim é Nanã Buruquê (...) Nanã é a velha mãe de Obaluaie que repudiou

o menino quando era um adolescente cheio de doenças venéreas. Sua dança no terreiro é pesada e desgraciosa. (CARMO, 2006, p. 76)

Envolvida na mitologia de explicação da criação essa divindade é representada pela figura feminina idosa. Os mitos da criação do mundo das religiões afro brasileiras envolvem a divindade idosa Nanã e outra divindade Oxalá.

Oxalá criou o homem a partir do ferro e depois da madeira, mas ambos eram rígidos demais. Criou o homem de pedra - era muito frio. Tentou a água, mas o ser não tomava forma definida. Tentou o fogo, mas a criatura se consumiu no próprio fogo. Fez um ser de ar que depois de pronto retornou ao que era, apenas ar. Tentou, ainda, o azeite e o vinho sem êxito. Triste pelas suas tentativas infecundadas, Oxalá se sentou à beira do rio, de onde Nanã emergiu indagando-o sobre a sua preocupação. Oxalá fala sobre o seu insucesso. Nanã mergulha e retorna da profundidade do rio e lhe entrega lama. Mergulha novamente e lhe traz mais lama. Oxalá, então, cria o homem e percebe que ele é flexível, capaz de mover os olhos, os braços, as pernas e, então, sopra-lhe a vida. (GUILLOUSKI, 2013, p. 105)

Se Nanã é representada pela figura de uma idosa, Oxalá terá a representação de um idoso, um senhor velho e bondoso na maioria dos mitos, porém mulhengo. O nome da divindade também pode variar dependendo do terreiro ou da matriz religiosa Oxalá ou “Obatalá”, também chamado “Orixanlá” e “Oxalufã”, De acordo com Prandi (2020) é o criador do homem, senhor absoluto do princípio da vida:

Oxalá é descrito como o orixá mais generoso, mais bondoso cheio de misericórdia e incapaz de ofender uma pessoa sem um grande motivo. Por ser um ancião se movimenta lentamente, seus raciocínios também são lentos e sua quietude é inabalável. (CARMO, 2006, p. 73)

A personificação desse idoso é sempre atribuída à serenidade e plenitude em detrimento da Nanã que muitas vezes é retratada nos mitos como ciumenta e detentora de temperamento forte. No campo do sagrado ambos são divindades amplamente veneradas e respeitadas em diversos terreiros no país.

Sendo assim relevante observar a história da prática educativa relacionada ao envelhecimento, centrada nos conceitos de “cultura”, “imagem”, “imaginação”, “sensibilidade”, “memória” e “sujeito”.

Esses conceitos formam como que um marco e um guia para a percepção do historiador, a iluminar seu olhar sobre o acontecido e a possibilitar que ele construa seu tema enquanto objeto, ou seja, que o problematize, lançando perguntas e questões ao passado, empenhando-se em encontrar possíveis respostas (PESAVENTO; SANTOS; ROSSINI, 2008, p. 16)

Além da História cultural, uma base teórica clara, também é à base desta pesquisa, a Gerontologia social isso implica no valor social e cultural do envelhecimento. Para compreender o envelhecimento associado às expressões culturais, é necessário adotar uma abordagem sócio-histórica para essa continuidade cultural, que pode ser percebida na sociedade brasileira com os valores sociais e culturais que podem ser encontrados na sociedade tradicional. Pode - se aferir que:

A Gerontologia social utiliza um enfoque científico para estudar o fenômeno do envelhecimento esse enfoque se difere por sua objetividade de outros enfoques valorativos políticos, artísticos, religiosos dos fenômenos sociais. Procura-se os fatos, analisa-os, experimenta-os, estabelece relações entre eles,

através de relações sistemáticas, formula e hipóteses sobre o comportamento dos seres. (MORAGAS, 2004, p. 115)

O valor mencionado está relacionado ao valor e à relevância que todos os sujeitos sociais e lugares têm. Ambos se estabelecem a partir do estabelecimento de relações sociais e ao longo de certas condições históricas, o que explica as características sociológicas históricas desse método.

Como assevera Elias:

Tudo isso [o aumento da expectativa de vida, e as mudanças sociais mais amplas] contribui para empurrar a agonia e a morte mais que nunca para longe do olhar dos vivos e para os bastidores da vida normal nas sociedades mais desenvolvidas. (ELIAS, 2001, p. 97)

Sendo esclarecido quem são estas divindades e as relações deste estudo com os campos abordados faz se necessário tecer breves considerações acerca da literatura infantil afro brasileira e as representações dessas divindades presentes nas obras analisadas.

REPRESENTAÇÕES DOS ORIXÁS NANÃ E OXALÁ PARA CRIANÇAS EM OBRAS DA LITERATURA INFANTIL AFRO BRASILEIRA

Navegando por obras que buscam representar os orixás Nanã e Oxalá na literatura infantil, foi realizado um levantamento nos catálogos on-line de algumas das principais editoras do Brasil. Importante ressaltar que tal mapeamento não objetiva de forma alguma apresentar a totalidade de obras existentes, mas auxiliar a vislumbrar o que vem sendo produzido nos últimos anos sobre essa temática e como estas divindades africanas são apresentadas às crianças por meio da literatura infantil.

Ao todo foram consultadas 30 editoras brasileiras, onde foram mapeadas 54 obras sobre o panteão de deuses africanos dedicados a educação infantil. Destas foi encontrado mais de um exemplar e coleções nas editoras Aroulo Cultural e Solisluna. O recorte temporal de análise das obras corresponde a partir de 2003. Identifica-se por meio das análises e pesquisa que em detrimento aos outros orixás, Nanã e Oxalá possuem menos produções na literatura infantil que os demais como Iemanjá, Xangô e outros. Atribui-se essa escassez em virtude de serem orixás cuja identidade religiosa está ligada a morte e a velhice, temas considerados por muitos problemáticos para a abordagem infantil. Devida essa produção ainda tímida foi acrescida a análise de obras de autores independentes, cujos livros estão disponíveis para compra digital e física em grandes plataformas de venda on line.

Para análise discursiva dos pontos gerais encontrados na pesquisa foram selecionadas as seguintes obras: Conhecendo os Orixás – de Exu a Oxalá, “A menina que ajudou a criar o mundo”, “Julia no jardim de orixás”, “Nanã Salubá”, “Deuses Guerreiros”, “Contos dos orixás”, “Vovó Nanã vai à escola”. A partir da breve descrição das obras escolhidas pretende-se representar as características encontradas, traçando assim um quadro de como este tipo de literatura transpõe os conhecimentos e valores religiosos ancestrais para crianças.

Dentre as obras encontradas variadas apresentavam a associação das divindades aos familiares e pessoas próximas a criança. A obra “Conhecendo os Orixás – de Exu a Oxalá” escrita por Waldete Tristão e ilustrada por Caco Bressan, é um dos exemplares ao qual podemos identificar essas associações ao comparar o *apaxorô* de Oxalá a uma bengala propõe a criança:

Oxalá carrega em suas mãos o apaxorô um cajado no qual se apoia como se fosse uma bengala que se movimenta lentamente. Ao menor toque do cajado no chão, oxalá convida todos os outros orixás para dançarem juntos com ele. Você conhece alguém mais velho também use bengala? Essas pessoas costumam ser muito sábias e tem muito para nos ensinar. (TRISTÃO, 2018, p. 36)

Como pode ser analisado não necessariamente a pessoa mais velha que a criança conhece que necessitará do uso de uma bengala será um idoso como a representação de Oxalá, porém mesmo com essa generalização a leitura do livro oferece a criança o reconhecimento da sabedoria e a imagem de interação social de idoso, a velhice alegre, que dança e interage com todos, características específicas da divindade que permitem à criança um olhar otimista e de respeito do envelhecimento.

Um tema recorrente entre as obras elencadas é a intergeracionalidade, representação das divindades enquanto crianças nas iconografias presentes nos livros, bem como a relações entre os personagens principais representados em sua maioria como crianças e a divindade.

“A menina que ajudou a criar o mundo” do autor Mauricio Pestana, expressa as representações tanto de Oxalá quanto de Nanã, tal obra representa as demais literaturas que trazem enquanto elemento marcante a intergeracionalidade, pois os orixás são representados enquanto crianças. A aproximação das características da velhice que consiste na identidade desses orixás com a representação da imagem infantil se faz algo notório na obra e nas demais encontradas com este segmento.

Outra obra que traz a intergeracionalidade é “Julia no jardim de orixás” identifica-se a interação da menina Júlia personagem principal e seu amigo Pedrinho com ambos os orixás, o texto apresenta elementos de reverência e ancestralidade. Por meio dos encontros com os dois orixás podemos evidenciar com clareza as relações intergeracionais o contato de uma menina que nada sabia sobre a religião com as divindades cultuadas por seus pais que explicam pessoalmente a crianças suas características e atribuições.

A representação da divindade Nanã, na obra que leva o seu nome e saudação nos terreiros “Nanã Salubá”, é o de avó / mãe guerreira, representando a velhice sozinha, a “avó” que já educou os seus filhos e segue realizando outras atividades, porém obviamente é acrescido o caráter divino de liderança de seu povo. Pode-se constatar isso com clareza no seguinte trecho:

Cada um dos filhos de Nanã seguiu seu próprio caminho, propagando sábios ensinamentos e propagando cura pelo o mundo. Nanã continuou liderando seu povo trazendo sempre chuva miúda para manter a exuberância das florestas e transparências dos rios. (SANTOS, 2015, p. 4)

Os escritos de “Deuses Guerreiros”, e “Contos dos orixás” são narrativas que propõe a quebra dos estereótipos de velhice serena, sendo trabalhada a imagem de deuses anciãos e guerreiros ressaltando o lado místico e os super poderes das divindades. Com um designer de história em quadrinhos os livros trazem enredos de ação atrativos á crianças alfabetizadas. Destaca-se a representação de Nanã enquanto antagonista na narrativa de outros orixás.

Enquanto assunto central das obras analisadas está à sabedoria a ser passada pela divindade representada enquanto idoso às gerações, pois em todas as obras consultadas encontram-se as características relacionadas a sabedoria e detenção do conhecimento ancestral. Em “Vovó Nanã vai à escola” observa-se a representação da divindade em forma humana, o autor expressa as características da divindade na personagem avó, está contadora da história e detentora do conhecimento. O autor faz referência à divindade de forma indireta atribuindo as características da

divindade a avó. Destaca-se nesta obra que a criança leitora que ainda não sabe sobre a religião não identifique a divindade, porém o adulto conhecedor da religião facilmente realiza a associação e a identificação com características da idosa á deusa. Destaca-se neste livro a figura de Nanã enquanto a velha detentora do conhecimento que vai até escola ensinar sobre religião, geografia e aspectos culturais.

Nós somos Aisha e Yotundê nascemos na África. Somos primas, mas moramos juntas como irmãs na casa de nossa avó Nanã, vocês precisam conhecer nossa avó. Ela nasceu na Nigéria e nos conta tantas histórias interessantes sobre as nossas origens. (FONSECA, 2009, p. 2)

Estas representações percorrem a personificação do humano e do divino, sendo interpostas pelos discursos sociais vigentes, produzidos no seio de uma sociedade que concebe que tem no seu âmbito as várias representações do ser idoso.

De modo geral sobre a caracterização dos discursos em torno do envelhecimento e da religiosidade afro brasileira contidos nos livros de histórias infantis implicam suas alusões e decorrências na relação criança-idoso, reconhecendo a identificação nas obras analisadas quanto a valores como o respeito, a dignidade, e a valorização do outro nas relações cotidianas intergeracionais.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Faz-se importante reconhecer ao término deste trabalho a complexidade de transpor narrativas para um livro infantil quando se estar lidando com o sagrado, com um mundo religioso que impregna em si a herança de conhecimentos e tradições. Encontramos nas narrativas das obras analisadas a incidência dos autores da literatura infantil de personificação da divindade em ser humano e utilizar a figura terna do avô e da avó como referência associando a estas divindades, no momento em que se propõe a dialogar com a criança, identifica se essa transposição enquanto algo benéfico levando ao estabelecer com a criança relações intergeracionais abarcando aspectos da religiosidade enquanto familiares no ato da leitura.

As relações intergeracionais incentivadas pela literatura infantil ao relatar os contos desses orixás a crianças são assuntos que dialogam com a Gerontologia. À medida que as divindades anciãs do candomblé são apresentadas como avós e também como guerreiros mostrando a criança um ângulo mágico da imagem do “velho.” A literatura infantil afro brasileira religiosa traz a representação para criança do idoso mágico, detentor de conhecimento valores de ancestralidade que superam a velha imagem da Tia Nastácia de Monteiro Lobato, ou apenas dos avós brancos e grisalhos, trazendo para as crianças a presença das variadas cores da terceira idade, além da apresentação na mais tenra idade da religiosidade afro brasileira.

As obras analisadas trazem para o imaginário infantil um idoso ativo, místico favorecendo um contato amistoso da criança com o envelhecimento.

As religiões de matriz africana têm em si a característica de valorização do idoso, se faz notório a literatura afro brasileira abordar esses valores com o público infantil. Os livros analisados abordam as figuras de “Nanã Batuki” e Oxalá de forma humana aproximada as representações estabelecidas pelas religiões de matriz africana.

REFERÊNCIAS

- CANUTO, Hugo. **Conto dos orixás**. Edição Independente, 2019.
- CARMO, João Clodomiro do. **O que é Candomblé**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DA SILVA SANTOS, Glauce Patrícia. Processo artístico da obra Salubá nanã do artista Jean ribeiro. *In: ENCONTRO DE ANTROPOLOGIA VISUAL DA AMÉRICA AMAZÔNICA*, 3., 2018, Belém/PA. **Anais** [...]. Belém: EAVAAM, 2018. Disponível em: <https://eavaam.com.br/2020/>. Acesso: 23 set. 2020.
- ELIAS, Norbert. **Envelhecer e morrer**. A solidão dos moribundos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FARIAS, Katia Peres *et al.* Práticas em saúde: ótica do idoso negro em uma comunidade de terreiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 4, p. 633-640, 2016.
- FONSECA, Dagoberto José. **Vovó Nanã vai à escola**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
- GUILOUSKI, Borres *et al.* Mitos de origem: onde a vida começa? Ensino religioso. *In: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Ensino religioso: diversidade cultural e religiosa*. Curitiba: SEED/PR, 2013. p. 105.
- HORTA, Marina Luiza. Colorindo a história: a literatura infantil afro-brasileira de Heloisa Pires de Lima. **Portal Literafro–Revista da Faculdade de Letras da UFMG**, 2010.
- JUNGES, José Roque. Uma leitura crítica da situação do idoso no atual contexto sociocultural. **Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento**, v. 6, 2004.
- OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza: LCR, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, p. 99-122, 2008.
- PESAVENTO, Sandra. Jatahy. **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2001.
- PESTANA, Mauricio. **A menina que ajudou a criar o mundo**. São Paulo: Baú de ideias, 2011
- PESTANA, Mauricio. **Criador do mundo**. São Paulo: Baú de ideias, 2011.
- PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. Companhia das Letras, 2020.
- REUTER, Yves. **A análise da narrativa**: o texto, a ficção e a narração. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- SANTOS, Edsoleda. **Nanã Soluba**. Salvador: Solisluna, 2015
- SANTOS, Lucas Espírito. **Deuses Guerreiros**. São Paulo: Arole Cultural, 2019
- SANTOS, Magnaldo Oliveira dos. Religiões de matrizes africanas: territorialidades de afirmação de ancestralidade africano-brasileira. *In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 11., 2011, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador: UFBA, 2011.
- SCIPIONI, Silvia; CORREA, Daura. **Os orixás e os chacras**. Edições Besouro Box, 2012.
- SILVEIRA, Rosa. **Velhice e Morte na Literatura Para Crianças**: apontamentos sobre o que e como se ensina a elas, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php>. Acesso em: 12 set. 2020.
- SONNEWEND, Brenda *et al.* **Ensaio sobre a mitologia no candomblé**. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2016.
- TRISTÃO, Waldete. **Conhecendo os orixás** de Exu a Oxalá. São Paulo: Arole Cultural, 2018.
- VERGER, Pierre. **Orixás**: deuses iorubás na África e no Novo Mundo. Salvador: Editora Corrupio Comércio, 2002.

RESQUÍCIOS DA ESCRAVIDÃO EM JUIZ DE FORA: A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TEMA

Luan Pedretti de Castro Ferreira¹

Resumo: A proposta consiste em debater a estruturação do sistema de escravidão em momentos históricos diversos na cidade de Juiz de Fora através de duas produções bibliográficas regionais de Caio Batista (2015) e Rita Felix Batista (2006). Partimos do pressuposto de que, a cidade de Juiz de Fora foi um dos principais polos escravistas da população negra durante o final do século XIX, chegando essa população a ser numericamente maior do que a população livre. Entretanto, atualmente, ao se atentar para a narrativa oficial sobre a constituição da cidade durante esse período, percebe-se o pouco reconhecimento de participação da população negra e/ou escravizada na agência desse processo. Assim, dialogando com essas bibliografias selecionadas, me proponho a pensar sobre as relações raciais e sociais estabelecidas dentro dos limites da cidade de Juiz de Fora.

Palavras-chave: Juiz de Fora, escravidão, população negra.

INTRODUÇÃO

Esta proposta surge como recorte de outra pesquisa maior que debate memória e escravidão na região da zona da mata mineira, mais especificamente na cidade de Juiz de Fora. Busca resgatar a participação do grupo social de negros (leia-se aqui, pretos e pardos) na construção e no desenvolvimento do município. Os questionamentos iniciais se deram a partir da observação do cotidiano e do entendimento que, no tempo presente, esta localidade comporta alto índice de pessoas com fenótipos de pretos e pardos. Na busca de dados para embasar esta observação cotidiana, é possível se deparar com o último censo da população de 2010 realizado pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Este aponta que a soma entre pretos e pardos resulta em aproximadamente 43% da população total de Juiz de Fora², incluindo os três distritos anexos ao município – Sarandira, Rosário de Minas e Torreões. A cidade constrói a sua narrativa de fundação a partir da ação de sujeitos imigrantes europeus - dentre eles alemães, italianos, portugueses entre outros -, ressaltando que estes ocuparam a região e foram motor principal para o desenvolvimento.

Correlacionando as observações feitas, iniciou-se o processo de questionamento no sentido de entender o lugar de sujeitos pretos e pardos na construção da cidade de Juiz de Fora, seja como sujeitos livres, libertos ou escravizados. Como estes sujeitos chegaram na região? Eles foram apenas escravizados ou chegaram na região também enquanto sujeitos livres? Por que a cidade comporta significativo contingente de sujeitos negros, e a participação desse grupo social nas narrativas históricas do município se encontra diminuída, quase silenciada?

O presente trabalho pode ser entendido como uma das etapas do desenvolvimento de uma pesquisa, quando se atenta para as bibliografias já produzidas sobre o tema a fim de encontrar respostas para questionamentos iniciais

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduando no Bacharelado em História e Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, professor da Rede Estadual de Minas Gerais - luanpedretti@gmail.com

² Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010

e novos questionamentos. Dentre diversas bibliografias importantes já produzidas e consagradas regionalmente e nacionalmente e que se propõem a debater a vivência de sujeitos negros na cidade de Juiz de Fora, duas me destacaram aos olhos devido às suas técnicas metodológicas, seus aportes teóricos e os elementos que elas evocam para trazer ao âmbito público. São duas dissertações de mestrado: *O negro: trabalho, sobrevivências e conquistas. Juiz de Fora (1888-1930)* de Rita de Cássia Souza Felix Batista (2006) e *Cotidiano e escravidão urbana na Paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (MG). 1850-1888* de Caio da Silva Batista (2015).

A escolha de tais bibliografias para o debate aqui almejado se deu por alguns fatores: a pesquisa de Caio Batista busca reconstruir o cotidiano da escravização na cidade se utilizando de processos criminais como fonte principal, e outros elementos, como o jornal *O Pharol* como fontes secundárias. Essa reconstrução se dá a partir de processos jurídicos criminais, que de acordo com o autor, permitem o entendimento do escravizado como agente histórico, eliminando as antigas concepções desses sujeitos como passivos dentro da sociedade em que estavam inseridos (BATISTA 2015, p. 166).

A pesquisa de Rita Batista se apresenta como importante para o desenvolvimento dessa reflexão, pois traz para o espaço público a voz de sujeitos que vivenciaram o período da escravização ou da abolição. A autora realiza entrevistas a partir da Metodologia de História Oral com sujeitos ou com descendentes diretos os anos finais do século XIX na região da Zona da Mata, e mais especificamente em Juiz de Fora.

Portanto, entendo que as duas pesquisas partem do pressuposto do sujeito negro como agente histórico em seu tempo, e isso é primordial para refletir a participação dos mesmos na construção de narrativas históricas e memória pública de tempos passados. Por fim, uma questão mais técnica que finaliza as justificativas da escolha de tais bibliografias se encontra nos recortes temporais: a pesquisa de Caio Batista se encerra no ano de 1888, enquanto a de Rita Batista se inicia nele. Ano esse que foi o marco da abolição do sistema escravista, após um longo processo de luta abolicionista e resistência por parte dos sujeitos que estavam submetidos àquele sistema enquanto indivíduos e coletividades oprimidas. Assim, perceber o antes e o depois, através da perspectiva desses dois autores pode nos ajudar a entender rupturas e continuidades na localidade aqui abordada.

Na primeira parte, me atenho a observar como os autores contextualizam o surgimento da cidade de Juiz de Fora. Quais foram as relações e os eventos que foram necessários para o desenvolvimento da localidade, como foi construída a região e como esses autores contextualizam a participação dos sujeitos negros nessa etapa do processo. Onde estava a participação dos sujeitos negros e escravizados também é um elemento que recebeu atenção no trabalho aqui objetivado, sempre com a hipótese de que esse grupo social sempre esteve presente e contribuindo com o processo de desenvolvimento e construção do município de Juiz de Fora.

Na segunda parte me proponho a analisar a abordagem dos autores sobre o jornal *O Pharol*. São dois recortes históricos diferentes, analisados a partir de uma mesma fonte. Esse jornal tem grande relevância ao ser utilizado enquanto fonte para analisar a sociedade juizforana no final do século XIX e início do século XX. Caio Batista analisa a visão que o periódico tem do sistema escravista no município de Juiz de Fora. Já Rita Felix Batista analisa a expectativa da abolição pela sociedade juizforana a partir da narrativa do jornal. Dessa forma, a partir da leitura dos autores é possível perceber o modo que o jornal foi utilizado como meio de controle da população e divulgação de notícias sobre a população livre e escravizada.

Dessa forma, a proposta desse trabalho se concentra em trazer para o debate público a existência de outras pesquisas pré-existentes acerca do reconhecimento e da estruturação do sistema escravista na região da zona da mata mineira. Esse reconhecimento age no sentido de futuramente, poder entender os possíveis resquícios que o

passado deixou para o presente e as continuidades sobre relações sociais entre período de escravização e período de liberdade, além do fato de questionar o silenciamento da sociedade perante tal acontecimento naquela região. Como apontam Mattos, Abreu e Guran:

Ao romper o silêncio sobre a tragédia da escravidão e do tráfico, uma tragédia ainda presente no mundo atual, o projeto *Rota do Escravo* propõe intervir nas consequências impostas por esses encontros forçados, fonte das interações culturais e diversidade das sociedades que viveram essas histórias e se transformaram hoje em sociedades multiétnicas e multiculturais. Três princípios básicos – Resistência, Liberdade e Herança – nos nortearam na construção do *Inventário*. [...] Com a ideia de resistência procura-se evidenciar como as vítimas da escravatura jamais cessaram de resistir; com a noção de liberdade, observa-se que a luta contra a escravidão redefiniu as próprias noções de liberdade, de dignidade e de humanidade como direitos universais; pela herança valoriza-se o patrimônio cultural criado pela diáspora no chamado Novo Mundo e presente em nosso tempo. (MATTOS; ABREU; GURAN, 2014, p. 256-257)

CONTEXTUALIZAÇÃO: A FORMAÇÃO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA

Neste tópico inicial, faremos uma contextualização sobre o surgimento da cidade de Juiz de Fora e o sistema de escravidão existente na região. Geralmente, essa cidade inicia a narrativa sobre si a partir da construção do Caminho Novo e da formação de pequenos arraiais ao seu redor. O próprio site da Prefeitura de Juiz de Fora³, na seção sobre a história da cidade, apresenta 1703 como primeira data importante para se pensar início da formação da cidade. Então, a narrativa se volta para o ano de 1850, quando essa se desmembrou da cidade de Barbacena e foi elevada à categoria de vila. Por fim, elevada à categoria de cidade, em 1865, iniciando o seu processo de desenvolvimento, industrialização, entre outros fatores.

A região era um centro estratégico de ligação entre a capital da província de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Portanto, a autora também reforça que a sua formação não se iniciou no século XIX, com a produção cafeeira. Batista aponta que o Caminho Novo foi um importante meio para o desenvolvimento populacional da região que em 1850 se elevou à condição de Vila; em 1856 se elevou agora à condição de cidade e em 1865 alterou seu nome para como conhecemos hoje: Juiz de Fora. A historiadora Rita Félix, ao debater sobre o surgimento do povoado também destaca, tal como Batista, que este surgiu ainda na época da mineração, funcionando como região de passagem entre a zona produtora e a que escoava a produção por meio dos portos.

Entre os trabalhos que se propõe a discutir algum aspecto que se aproxime do período de formação dessa cidade, é comum que haja uma contextualização da região e de todas as especificidades que essa apresenta em comparação às outras regiões de Minas Gerais, por exemplo, as regiões de Ouro Preto ou Mariana que foram importantes no período minerador. O historiador Caio Batista, ao abordar a formação da cidade de Juiz de Fora, escolhe percorrer uma linha temporal que abrange o início do século XVIII, em uma época onde a região era conhecida como “sertões do leste” ou “áreas proibidas” (BATISTA, 2015, p. 35). Essa era habitada por comunidades indígenas e se apresentava como passagem para a zona de mineração. Justamente pelo fácil acesso à essa região mineradora, que havia o interesse da administração colonial em limitar o acesso e a passagem, surgindo assim o nome “área proibida” (BATISTA, 2015, p. 37). É preciso levar em consideração também o surgimento do Caminho Novo, que ligava a região mineradora das Minas Gerais aos portos de exportação, sobretudo do Rio de Janeiro, para o escoamento.

³ <https://www.pjf.mg.gov.br/cidade/historia.php> - Acesso em 26/09/2020 às 16h56

mento da produção feita naquela região. Às margens surgiram diversos povoados, dentre eles o de Santo Antonio do Parahybuna, futura Juiz de Fora (BATISTA, 2015, p. 47).

Caio Batista destaca que é importante se atentar ao fato de que, antes de se elevar à categoria de vila a região era pertencente à uma área de grande concentração de pessoas em sistema de escravidão. Ele afirma que “o pequeno povoado de Santo Antonio do Parahybuna durante o século XVIII estava inserido em uma Comarca, que apresentava alto índice de escravos” (2015, p. 44).

A peculiaridade da cidade de Juiz de Fora com as outras regiões da Zona da Mata se concentra no fato de que, de acordo com Rita Felix, foi o único município da região a ter em uma mesma ocasião, cerca de 20.000 sujeitos escravizados, em uma mesma lavoura de café. Dessa forma, a autora reforça que a força produtiva básica, obviamente, era a mão de obra escravizada. (BATISTA, 2006, p. 43).

Portanto, podemos constatar que grande parte do desenvolvimento de Juiz de Fora, na época que ainda era vila se deu com a utilização de mão de obra escravizada. A formação de Juiz de Fora se deu pelo trabalho escravizado. Após concretizada a transação para cidade, Juiz de Fora servirá de entreposto comercial para a região da Zona da Mata. Assim, passará cada vez mais a oferecer serviços e necessitar de trabalhos que demandem dos sujeitos escravizados para se desenvolver e atrair indivíduos e capitais para o núcleo urbano.

Logo, Rita Batista entende que a cidade se formou a partir da decadência da região mineradora, principal produto da província de Minas Gerais (BATISTA, 2006, p. 42). Ao se formar o povoado às margens do Caminho Novo, o surgimento de algumas figuras são necessários para entender a transformação em cidade. Henrique Halfeld foi uma dessas figuras que atualmente a cidade considera importante. Este concluiu, em 1838 as obras do Caminho Novo, reduzindo a distância temporal da viagem entre o Rio de Janeiro e a Zona da Mata Mineira. Dessa forma, a família Halfeld tem reconhecida a sua importância na formação da cidade. Rita Felix afirma que a elevação do povoado à vila se deu após a criação da Paróquia de Santo Antônio.

Sobre a população que ocupava a região, Rita Batista também afirma que esta tinha por característica a opulência, ostentando títulos e brasões e serem comandantes relevantes da política imperial local (2006, p. 43). Dessa forma, a região se destacava pela sua posição geográfica, pela população que habitava e pela sua produção agrícola. Era um centro estratégico de ligação entre as capitais das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX.

Sobre o grupo político da região, Caio Batista aponta que esse era ferrenhamente defensor da utilização de mão de obra escravizada, estando o sistema de escravização arraigado na sociedade juizforana até os seus momentos finais.

A ANÁLISE DO IMPACTO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO A PARTIR DO JORNAL O PHAROL

Partimos da concepção de História entendida como discurso. Segundo Keith Jenkins (2011),

a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Embora esses discursos não criem o mundo (a coisa física na qual aparentemente vivemos), eles se aproximam do mundo e lhe dão todos os significados que têm.” (JENKINS, 2011, p. 23)

No tópico anterior pudemos perceber como os autores abordam a questão da formação da cidade de Juiz de Fora. Os motivos que contribuíram para o surgimento do povoado, os grupos sociais que se instalaram na localidade, as relações de trabalho e os sujeitos que atuaram no desenvolvimento dessa, são elementos cruciais para o entendimento e localização da cidade..

A partir desse momento, a análise se centrará nos últimos momentos do sistema escravista enquanto um instrumento que atuava com amparo legal. Como Rita Batista demonstra através dos relatos de História de Vida que compõem sua pesquisa, as relações de submissão, semelhantes ao sistema de escravidão, permaneceram por décadas depois da abolição. O Sr. Cornélio Barbosa, um dos entrevistados da historiadora, ao relatar sobre as relações de trabalho estabelecidas na região de Juiz de Fora após a abolição da escravidão, nos diz que “Getúlio é que fez pelo trabalhador. Pôs a ditadura, enfrentou... A Princesa Isabel assinou e sumiu. [...] A escravidão acabou quando entrou Getúlio... Na fazenda a gente era escravo!”. Esse trecho nos permite perceber algumas continuidades das relações escravistas naquilo que alguns pesquisadores têm denominado como o período do pós-abolição. No imaginário social, a abolição de 1888 foi apenas um rito de passagem que pouco transformou a vida dos sujeitos no antes e no depois da data.

Assim, pretendemos entender através de pesquisas já concluídas os momentos finais do sistema de escravidão, através da abolição, dentro da cidade de Juiz de Fora. Como os moradores receberam a notícia? Como os senhores escravistas se manifestaram? Como a população se manifestou? Para que essas questões sejam analisadas, irei me atentar ao uso que esses dois autores fazem do Jornal *O Pharol*, um jornal regional, que circulou entre as décadas de 1860 e 1930. Este representou o posicionamento das elites políticas e econômicas regionais, reforçando a persistência do sistema de escravidão e o controle da população, seja ela livre, liberta ou escravizada.

Como ressalta Raphael Samuel:

A história local não se escreve por si mesma, mas, como qualquer outro tipo de projeto histórico, depende da natureza da evidência e do modo como é lida. Tudo pode variar, desde a escolha do tema até o conteúdo dos parágrafos individuais (...). O valor dos testemunhos depende do que o historiador traz, assim como daquilo que ele leva, da precisão das perguntas e do contexto mais extenso de conhecimento e entendimento do qual elas derivam. O relato vivo do passado deve ser tratado com respeito, mas também com crítica; com o morto. (SAMUEL, 1989, p. 237-239)

Caio Batista nos informa que o poder policial se utilizou do jornal *O Pharol* para divulgar prisões de indivíduos entre eles escravizados, que de acordo com o que fora estabelecido pelos detentores do poder naquela época, estavam perturbando a ordem, ou haviam crimes cometidos (BATISTA, 2015, p. 135). O autor reforça que a ideia era reforçar na população, a sensação de que tudo estava sob o controle das forças policiais e do poder público. O autor reforça que o jornal passou por diversas orientações ideológicas, expondo idéias que estavam inseridas na política local, regional, provincial e nacional. Este pregava ideias sobre modernização e civilidade, que eram presentes naquela sociedade oitocentista.

Sobre o sistema de escravidão, Caio Batista reforça que *O Pharol* demonstra para quem o acessa como fonte, o enraizamento do sistema escravista na região da zona da mata até os seus últimos momentos (BATISTA, 2015, p. 121). O autor aponta que no cotidiano das notícias, este jornal apresenta fugas, crimes, prisões; e geralmente apresentando detalhes na descrição dos sujeitos envolvidos com tais atos. Isso nos permite entender, como que havia uma vigilância constante naquela sociedade por parte dos senhores de escravos e da sociedade num geral, em cima dos sujeitos de cor, pelo fato de haver uma desconfiança por parte desses indivíduos (BATISTA, 2015, p. 124).

A historiadora Rita Felix traz cronologicamente, diversas reportagens de momentos antes, durante e depois o dia 13 de maio de 1888. Essas reportagens, geralmente associam o sistema de escravidão à possibilidade de liberdade dos sujeitos que estavam inseridos naquele sistema. Algumas das reportagens apresentadas no livro, também trazem a opinião da elite escravista sobre os acontecimentos com relação ao sistema escravista, os dias posteriores à assinatura da lei e os festejos populares, como o jornal evocava a ideia de proprietários como categoria em prejuízo material, exigindo indenizações e meios para controlar os novos “cidadãos”.

Assim, podemos concluir, ao ler os dois autores aqui analisados, que o sistema escravista esteve arraigado até os seus momentos finais na região da cidade de Juiz de Fora (BATISTA 2006. P 82). Havia na região, um grupo político agrário que defendia a utilização da mão de obra escravista. Esse grupo político, tentava de diversas formas controlar a população escrava, seja por meio do código de posturas municipais, seja por meio das políticas higienistas, seja conferindo castigos ou levando a vigilância para a sociedade através da divulgação de notícias nos periódicos, como O Pharol.

“No rol das localidades mineiras em que o abolicionismo atuou com maior intensidade, a cidade de Juiz de Fora não é citada. Timidamente uma ou outra iniciativa pode ter acontecido. Contudo pesquisas ainda deverão comprovar ou não tal possibilidade” (BATISTA, 2006, p. 39)

Assim, entendemos que os dois autores entendem que o escravismo era base da sociedade juiz-forana, correspondia à interesses de proprietários de terras, cafeicultores e da elite local e que esse sistema foi explorado até os últimos tempos de sua vigência legal. No percorrer de suas pesquisas, eles apresentam como que a imprensa local, representada pelo jornal O Pharol e o poder público representado pela câmara buscaram controlar os passos dessa população escravizada que crescia e a regulamentar dentro do possível, respeitando o direito de propriedade, as relações entre os senhores e escravos (BATISTA, 2015, p. 159)

Ao fazer a leitura de Caio Batista, percebemos como o sistema era difundido e estruturava dentro da sociedade. Ao ter contato com a pesquisa de Rita Batista, percebemos como as relações escravistas, permaneceram durante a Primeira República na região de Juiz de Fora. A preferência pelo trabalhador imigrante europeu, deixou a população negra da região desamparada, no sentido de estar volátil da vontade dos antigos senhores escravistas e agora patrões, convivendo com preconceito e discriminação racial cotidianamente. (BATISTA, 2006, p. 85). Portanto a autora conclui que a população se deparou com continuísmo na “Nova República” (BATISTA, 2006, p. 36).

Assim, entendemos que os autores, desenvolvendo suas pesquisas principais e utilizando o jornal O Pharol como fonte secundária, colabora na estruturação do passado escravista da região da cidade de Juiz de Fora. Apontam o modo que o jornal era utilizado pela elite local como meio de divulgação de informações sobre sujeitos escravizados, e controle deste grupo populacional. Apresentam também como que as elites entendiam o sistema escravista e como este persistiu na cidade, seja de forma legal até as vésperas da data de 1888, ou seja posterior a essa data, sendo as relações escravistas mantidas socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, objetivávamos, através de duas pesquisas prévias, poder entender a estrutura do sistema escravista ocorrido na região da cidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira. Para isso, direcionamos o olhar para dois períodos específicos dentre diversos outros abordados nas pesquisas utilizadas, que são: o mo-

mento de formação do arraial que virá a ser cidade; e o momento próximo à abolição da escravidão, através do jornal O Pharol.

Após percorrer extenso caminho, podemos fazer algumas considerações finais, não no sentido de finalizar o debate sobre a escravização na região. Além de Caio Batista e Rita Batista, existem diversos outros autores e autoras debatendo sobre o escravismo na região de Juiz de Fora no século XIX, ou o pós-abolição na mesma região no século XX. Dessa forma, o recorte aqui planejado aconteceu no sentido de conectar duas pesquisas específicas, reconhecendo a existência de diversas outras, ainda que elas não cheguem ao âmbito público ou ao ensino de História da região.

Assim, entendemos que os sujeitos escravizados foram ativos e presentes no cotidiano da sociedade juizforana. Desenvolveram redes de sociabilidades e interações trabalhistas, econômicas, afetivas entre outros. Promoveram, confusões, fugas, batuques, festas, reuniões em diversos pontos da cidade. (BATISTA, 2015, p. 159). Essa presença negra, criava uma ideia de “cidade negra”, apontada por Caio Batista, que preocupava as autoridades locais e causava insegurança na população livre (2015, p. 160).

Este trabalho também objetivou fazer alguns confrontos com relação à narrativa sobre a cidade de Juiz de Fora. O primeiro é, assim como Rita Batista aponta, a existência de um vácuo na historiografia conservadora no que tange à temática do negro no Brasil, (2006, p. 21) e especificamente a cidade de Juiz de Fora. Foi apontado anteriormente a existência de bibliografia refletindo sobre a presença escravizada, e de pessoas negras livres na região de Juiz de Fora. Entretanto, os registros oficiais da cidade reafirmam que a cidade foi construída, industrializada e desenvolvida a partir da iniciativa de imigrantes alemães, italianos, portugueses, turcos, sírios, libaneses e ingleses. (BATISTA, 2006, p. 22)

Assim, se faz necessário o movimento de compreender o negro enquanto sujeito histórico dentro essa região, capaz de perceber a sua opressão, adaptar-se ou não, sem anular-se (BATISTA, 2006. P. 25). Ainda se faz necessário o confronto da narrativa oficial construída pela elite historicamente dominante na região. É preciso ressaltar a presença, importância e participação o negro em todo o desenrolar da história da cidade de Juiz de Fora. (BATISTA, 2006, p. 25)

Além disso, é fundamental trazer para o âmbito público a história da escravidão ocorrida no Brasil, ressaltando o reconhecimento dessa página da história como um Crime Contra a Humanidade, assim como foi definida pela UNESCO. O jurista Silvio Almeida, ao tratar sobre o conceito de Racismo Estrutural para a coleção Feminismos Plurais (2019), traz algumas reflexões importantes, alinhadas ao campo da Teoria Social, sobre relações raciais na sociedade. Em determinado momento, o autor apresenta que:

O conflito social de classe não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que, embora não se articulem com as relações de classe, não se originam delas e tampouco desapareceriam com ela: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem retomar a períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista, portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual. (ALMEIDA, 2019, p. 97)

Assim, a citação apresentada nos provoca a dar continuidade na reflexão sobre estruturas que ainda permeiam a sociedade. Trabalhar a memória pública se faz necessário, a fim de entender quais estruturas são essas e como elas permeiam as relações raciais e sociais no Brasil. Interpretar a escravização como trauma na história do Brasil, que não recebeu políticas de memória, se faz necessário para a busca da ideia de reparação, que há décadas vem sendo adiada com a população negra que compõe este país.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. (Feminismos plurais/coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Feliz. **O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930**. Juiz de Fora (MG): Funalfa Edições, 2006.

BATISTA, Caio da Silva. **Cotidiano e escravidão urbana na Paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (MG), 1850-1888**. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2015.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2011.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. **Estud. hist.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 255-273, 2014. ISSN 0103-2186.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 1989.

O LUGAR DAS MULHERES NEGRAS NOS CLUBES NEGROS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS

Merylin Ricieli dos Santos¹

Resumo: A proposta desse trabalho é apresentar como se deu o processo de fundação de três clubes negros na região dos Campos Gerais (PR), e a partir disso compreender qual foi o papel atribuídos às mulheres negras dentro dessas instituições. Busca-se problematizar, por meio destes espaços de sociabilidades e resistência, aspectos voltados para questões de raça e gênero como elementos definidores de posições de poder na sociedade, capazes de nortear relações internas e externas aos espaços negros tratados. Nessa perspectiva, o objetivo geral aqui elencado é entender como se constituía a participação das mulheres na dinâmica desses territórios negros paranaenses. Sobre os objetivos específicos, almeja-se evidenciar como as relações hierárquicas de gênero e classe eram refletidas nos clubes, além de perceber quais estratégias foram utilizadas por essas mulheres para romperem com um modelo de gestão e participação de predominância masculina.

Palavras-chave: Mulheres negras; Clubes Negros, Interseccionalidade.

APRESENTAÇÃO

As formas de sociabilidades negras no Brasil, partindo de agremiações, associações, irmandades religiosas, até chegar aos clubes negros², foram organizações resultantes sobretudo dos processos de exclusão vivenciados pela população negra em vários segmentos. Entendidos aqui como locais de resistência, acolhimento e fortalecimento identitário, podendo ainda serem classificados como territórios negros locais, pois “são espaços simbólicos, repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes, a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro.” (VIEIRA, 2018, p. 42).

Nessa ótica, tais locais são marcados pela existência e permanência de sujeitos pretos e pardos que neles vivenciam suas respectivas negritudes. Há em tais territórios um elemento simbólico que norteia as relações socioculturais que os constituem.

De acordo com Daniele Machado Vieira

As mulheres e homens negros que os habitam, imprimem neles práticas e relações, sobre eles constroem laços entre si, laços de pertença com o espaço, com as instituições ali presentes – terreiros, sociedades negras, escolas, salões de baile, clubes de futebol, blocos e entidades carnavalescas – e com as práticas nelas desenvolvidas. (VIEIRA, 2018, p. 43).

A dinâmica social que dá vida a estes territórios, envolve aspectos raciais e de pertencimento, pontos significativos para suas idealizações e/ou organizações como uma estratégia de convivências possíveis, visto que muitos

¹ Doutoranda em História (PPGH- UDESC). Bolsista FAPESC. Email: merylinricisantos@gmail.com.

² Tendo como base as definições de Fernanda Oliveira da Silva entende-se clubes negros “[...] como construções culturais, comuns aos grupos negros nas Américas, forjados a partir de configurações sociais racializadas, que conferem inteligibilidade e densidade histórica à experiência de racialização vivenciada na emancipação e no pós-abolição das Américas.” (SILVA, 2017, p. 27).

territórios negros existentes até hoje foram criados no pós-abolição, período em que a discriminação e exclusão regia grande parte dos códigos da sociedade na época.

A partir daí, pode-se compreender que as múltiplas relações e interações sociais no Brasil são racializadas, e nessa concepção, são perpassadas por categorias capazes de acentuar ou amenizar as diferenças, referência às discussões acerca da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018). Em relação às categorias que serão problematizadas nessa pesquisa, tratam-se dos elementos gênero, classe e raça, que serão observados a partir das experiências ocorridas em três territórios negros locais situados no interior do Paraná, região dos Campos Gerais.

Busca-se aqui, apresentar reflexões sobre o lugar das mulheres negras no Clube Literário e Recreativo Treze de Maio, instituição fundada em 1890 na cidade de Ponta Grossa por um grupo de jovens negros descendentes de escravizados e que devido a proibição de frequentarem outros clubes, na maioria brancos, organizaram seu próprio espaço, que passou por quatro endereços até se fixar na atual sede.

Descrito como literário, essa entidade foi idealizada como um local de leitura, e teve suas primeiras movimentações e reuniões ainda em 1888, na casa de um sujeito chamado Ezequiel. Por hora, ainda não se têm indícios que apontem para a participação feminina no processo de criação desse clube, porém, as mulheres marcaram presença nele de diferentes modos, o que será discutido na sequência.

O segundo território negro aqui tratado refere-se ao Clube Recreativo e Cultural Estrela da Manhã. Situado em Tibagi, tal entidade foi fundada em quatro de maio de 1934 e reinaugurada em setembro de 1950. Conhecido como Clube Estrela, esse território negro se assemelha ao processo de fundação do clube negro de Ponta Grossa, no que se refere à iniciativa masculina, bem como o regime de associados e a dificuldade em manter-se na atualidade, pela pouca quantidade de eventos e redução de frequentadores/associados.

Embora tais instituições se assemelhem no sentido de serem fundadas no pós-abolição e terem como característica principal o marcador racial e de gênero, pode-se dizer que o perfil das cidades em que estão localizados é um diferencial interessante para entender a dinâmica de cada um deles. Enquanto que o Clube Treze de Maio está situado em um município com mais de trezentos mil habitantes, o Clube Estrela encontra-se em uma cidade com pouco menos de vinte mil habitantes.

Ponta grossa conta com cerca de 21% de negros autodeclarados, de acordo com o último Censo (IBGE, 2010), já Tibagi totaliza 33,9% de negros. Situando que sujeitos negros são compreendidos aqui, de acordo com o IBGE, como indivíduos que se autodeclararam pretos e pardos.

Em semelhança ao clube de Tibagi, outra instituição também fundada em uma cidade pequena na região foi o Clube Recreativo dos Campos Gerais. Datado de sete de julho de 1917, esse território negro foi inaugurado no município de Castro e atualmente não está em funcionamento, e assim como os outros dois clubes elencados, se fez presente no último levantamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 2014, onde foi realizada uma pesquisa a fim de registrar os processos de construção e a situação dos clubes negros no Paraná.

Sobre o percentual de pretos e pardos, a cidade de Castro possui 30,7% de negros, do total de 67.084 habitantes. Nessa cidade há uma quantidade expressiva de comunidades remanescentes quilombolas, informação que também conecta os três municípios mencionados, o que sinaliza para vivências negras tanto em territórios negros urbanos, quanto rurais.

Após apresentar brevemente as entidades aqui problematizadas faz-se necessário situar a presente pesquisa enquanto qualitativa, visto que

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. (DENZIN; LINCOLN *et al.*, 2006, p. 17).

Utilizando trechos de entrevistas, informações extraídas de um questionário, diário de campo e imagens, tais escritos pautam-se nas discussões teóricas de Fernanda Oliveira da Silva (2017), Carla Akotirene (2018), Djamilia Ribeiro (2017) e Muniz Sodré (2002), dentre outros pesquisadores e intelectuais que abordam temas como raça, território, territórios negros, identidades e clubes negros.

REFLEXÕES TEÓRICAS

Ao tratar de lugares marginalizados para a sociedade, mas centrais para seus frequentadores, compreende-se a colocação de Muniz Sodré quando explana que “O território aparece, assim, como um dado necessário à formação da identidade grupal/individual, ao reconhecimento de si por outros” (2002, p.15), no que se refere principalmente à relações de alteridade e diferenças.

Partindo do pressuposto de que “O território torna-se continente de uma densidade simbólica, assimilável não pela racionalidade conceitual, mas sinestesticamente, com corpo e espírito integrados numa atenção participante” (SODRÉ, 2002, p. 162), entende-se que os territórios negros são espaços que remontam especificidades (com) partilhadas entre seus frequentadores e participantes.

Embora a participação negra nos clubes negros apresentados não represente o percentual total de negros moradores de Ponta Grossa, Castro ou Tibagi, não há como desconsiderar a importância desses territórios para a população negra como um todo, visto que são patrimônios locais construídos por/para indivíduos pretos e pardos, abrindo-se posteriormente a sujeitos não-negros “Neste contexto, muitas vezes o indivíduo não participa diretamente de um grupo criativo, mas ainda assim é atravessado por suas irradiações de sentido, sua força, podendo ser também conduzido à mesma impulsão de jogo.” (SODRÉ, 2002, p. 162). A não participação direta pode ser atrelada tanto a sujeitos negros que não estão inseridos na dinâmica desse território, ou por sujeitos brancos que, embora não sejam racialmente pertencentes a tal grupo criativo, buscam maneiras de passar a integrá-lo. É o caso de algumas mulheres brancas que integravam segmentos internos desses territórios negros locais, como por exemplo os Grêmios femininos.

Nessa esteira nota-se a percepção a respeito de relacionamentos inter-raciais presentes nos clubes, capazes de congregam indivíduos de diferentes pertencências raciais, mas na perspectiva do que Muniz Sodré definiu como contra-espço, “O contra-espço é um lugar de não-poder branco, mas que admite o contato, o acerto, desde que não implicasse alguma forma de poder direto sobre a comunidade negra” (SODRÉ, 2002, p. 155).

O pensar em mulheres frequentadoras dos clubes negros mencionados, sem trazer distinção racial entre estas, implica em deixar a falsa impressão de que todas as envolvidas na dinâmica das entidades eram negras, ou que a categoria raça seria um aspecto pré-definido no funcionamento das instituições elencadas devido ao perfil de criação destas. Ocorre que a heterogeneidade é um fator a ser considerado quando se trata da questão do gênero feminino, no sentido de perceber quais mulheres são evidenciadas e quais as relações de poder estão postas em pauta.

Nesse sentido, considerando mulheres negras e brancas como agentes nesses territórios, pode-se refletir sobre suas especificidades e como raça e gênero podem ser elementos que reificam ou destituem *poder*. Nessa perspectiva, a problemática proposta por Djamila Ribeiro (2017), acerca do Lugar de Fala é bastante interessante. A respeito dessa discussão a filósofa pontua o seguinte:

[...]entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados. (RIBEIRO, 2017, p. 47).

Embora Djamila Ribeiro apresente essa concepção da esteira da comunicação discursiva, pode-se perfeitamente pensar esse conceito no campo de experiências predominantemente negras que não evoca o regime de autorização discursiva, tampouco restringe quem está apto a falar sobre um ou outro assunto, mas busca frisar a importância de compreender a partir de que lugar um sujeito fala, e como as relações sociais se constituem através desse ato de poder que é o discurso.

A obra *O que é lugar de fala* faz referência ao discurso como um instrumento de poder que até então esteve sob domínio das classes brancas e hegemônicas. Diante disso, a autora faz um movimento bastante incisivo para abordar a necessidade de pensar para além das práticas impostas pelo regime discursivo dominante e em decorrência disso pensar em inúmeras desconstruções que envolvem a população negra.

Seguindo os desdobramentos atrelados ao *lugar de fala*, a reflexão a seguir pauta-se em estratégias e ações utilizadas por mulheres frequentadoras dessas instituições como um modo de se posicionar e tomar frente diante das organizações de eventos e festividades, fazendo parte da dinâmica e do funcionamento dessas instituições e dividindo espaços também com mulheres brancas.

DISCUSSÕES

Os territórios negros aqui elencados foram criados por sujeitos negros que tinham como propósito construir um espaço de sociabilidade para pretos e pardos que mesmo no pós-abolição eram proibidos de frequentar clubes sociais brancos. Tal prática excludente permaneceu assim por décadas.

Em pesquisas anteriores realizadas para trabalhos de conclusão de curso, dissertação, tese, livro e materiais midiáticos que tratam dessas entidades³, encontrou-se indícios de que suas fundações foram majoritariamente masculinas, semelhança observada entre o Clube Literário e Recreativo Treze de Maio de Ponta Grossa, o Clube Recreativo e Cultural Estrela da Manhã, situado em Tibagi e o Clube Recreativo dos Campos Gerais, de Castro. As informações a respeito desse último foram obtidas com base no questionário de mapeamento dos clubes negros no Paraná, realizado pelo IPHAN em 2014. Assim, por hora, pode-se dizer os três clubes negros apresentados foram fundados por homens e o motivo de suas respectivas fundações foi a questão racial, que na época fora também descrita como *de cor*.

Ao mesmo tempo em que os clubes negros de Castro e Tibagi foram fundados por homens, na contemporaneidade ambos contaram com mulheres enquanto representantes legais dessas instituições (IPHAN, 2014). Seja a

³ Para saber mais ler Jovino e Santos (2018). JOVINO, Ione da Silva; SANTOS, Merylin Ricieli dos (orgs.). Clubes em memórias: sociabilidades negras nos Campos Gerais. Curitiba: CRV, 2018.

frente da presidência ou como membro da diretoria, a presença feminina foi significativa nos dois territórios negros locais e a mais notável delas ocorreu por intermédio dos Grêmios femininos, organizações internas aos clubes e que foi comum nas três entidades, com diferentes denominações, mas com objetivos semelhantes. Porém, é importante frisar que o clube negro pontagrossense nunca teve uma mulher como Presidenta.

No passado o Clube Literário e Recreativo Treze de Maio (em Ponta Grossa) contava com o Grêmio Saudades da Primavera. Já o Clube Recreativo e Cultural Estrela da Manhã (em Tibagi) contava com o Grêmio das Violetas. Essa organização foi fundada aproximadamente em 1960 por mulheres, e de acordo com a atual Presidenta do Clube: “Elas marcavam o baile, elas tomavam conta da decoração, sabe? Arrumar o clube, os convites, então elas faziam toda essa parte, é... pra decoração do clube (né) de os convites, distribuir os convites, então era o grêmio das Violetas que fazia isso.” (PRADO, 2017, entrevista).

Nessa linha, o Clube Recreativo dos Campos Gerais (em Castro) contava com o Grêmio das mulheres, esfera mencionada no questionário acessado, e que assim como os outros dois grêmios, tinha a função de organizar bailes sociais e fiscalizar o comportamento dos convidados no salão, principalmente no que se refere às mulheres/moças.

As mulheres tinham um Grêmio feminino, um baile era das mulheres outro dos homens. Também ocupavam a função de fiscal de salão, que era controlar as boas condutas dentro do salão de bailes. Se alguma moça tava dançando mais de rosto colado, a fiscal mandava parar. (SILVA, 2014, entrevista).

Tal dinâmica de fiscalização se assemelha ao modo de agir do Grêmio Saudades da Primavera, pertencente ao clube negro pontagrossense, que dava às integrantes do grêmio essa autorização de intervenção, visto que o clube tinha uma preocupação em preservar uma imagem de uma instituição com perfil *familiar*. Nessa perspectiva, tal política de “bom comportamento” se relaciona com a explanação de Fernanda Oliveira da Silva em sua tese de doutorado, que após pesquisar sobre clubes negros na fronteira Brasil-Uruguai afirmou que em tais clubes os espaços masculinos e femininos eram bem demarcados e às mulheres era definido um papel plenamente vinculado à família. Assim, “Era prioritariamente sobre as mulheres que recaíam os olhares e constrangimentos quando o assunto era família. No entanto, era também por meio do espaço dos clubes que se gestava uma autoestima feminina negra.” (SILVA, 2017, p. 237).

No caso dos grêmios femininos aqui apresentados, observa-se que a fiscalização tinha como objetivo a *preocupação* com a imagem das moças/mulheres que frequentavam a instituição, e o papel vinculado a família se traduz justamente nessa ação de *cuidar* e garantir que determinados códigos sociais de não fosse violado.

Sobre as características do Grêmio Saudades da Primavera, de Ponta Grossa, Gustavo Ban construiu a seguinte reflexão:

O Grêmio era valorizado na entidade e isso demarca uma relação de gênero e poder atribuídos às mulheres integrantes do mesmo. Ao evidenciar o papel e a importância da figura feminina na instituição, que podia tanto ser responsável pelas festividades e organização das atividades, compreende-se que esta também tinha espaço dentro das relações burocráticas e administrativas do clube. (BAN, 2018, p. 94).

Conforme já sinalizados, embora os grêmios citados tenham sido idealizados nos clubes negros problematizados, não encontrou indícios de uma participação exclusiva de mulheres negras, pois no caso do Clube Literário e Recreativo Treze de Maio, por exemplo, isso não ocorreu, tanto que uma das gestões mais conhecidas do então grêmio fora presidida por uma mulher branca.

Imagem 1- Carteirinha de Presidente do Grêmio Saudades da Primavera



Fonte: Acervo Casa da Memória Paraná (1979)

A fonte apresenta dona Mafalda Monçalves, que na época com cinquenta e cinco anos, era responsável pelo Grêmio Saudades da Primavera. Nesse período o Presidente do clube era o senhor Alcides L. G. Além de Mafalda, outras mulheres, na maioria negras, integravam esse grupo, mas devido a fragmentação das fontes não se tem a data exata de sua fundação.

Dona Mafalda era uma mulher branca e que esteve frente ao grêmio, diferente do Clube Recreativo e Cultural Estrela da Manhã que contou com uma mulher branca frente à presidência do Clube, a senhora Fátima Casturina Arpelau que foi Presidenta do clube negro de Tibagi.

Na tentativa de fazer um paralelo entre esses dois territórios negros situados na região dos Campos Gerais, pode-se começar pela natureza dos eventos neles realizados e que tinham as mulheres como protagonistas, desde concursos de beleza até desfiles de moda, visto que ambas as entidades recreativas sediavam esses acontecimentos.

No Clube Treze de Maio de Ponta Grossa, o diferencial dos concursos de beleza pautava-se principalmente no foco das mulheres negras, ou seja, alguns eram eventos restritos para mulheres negras e tinham como objetivo o enaltecimento da beleza preta e parda. Os títulos desses concursos variavam, deste *A mais bela negra*, até a *Garota Treze de Maio*. O protagonismo feminino nesses eventos não se restringia apenas à passarela em si, mas ao seu processo de organização, visto que as mulheres também trabalhavam em suas respectivas idealizações.

Nesse sentido, com base no trabalho de conclusão de curso elaborado em 2013 observou-se que “Uma das atividades de maior visibilidade do Clube Treze de Maio, de Ponta Grossa, foram certamente os concursos de beleza (SANTOS, 2014, p.229). Os acontecimentos perduraram até as últimas décadas e em determinado momento abriu-se para homens negros, referência ao concurso *O mais belo negro*. Atualmente há pouquíssimos eventos desse perfil no território negro em questão, geralmente se concentram em períodos que antecedem o Carnaval, quando o clube busca eleger ou escolher sua representante no concurso da Rainha do Carnaval de Ponta Grossa.

Em concordância com esse formato de eleger ou convidar uma representante em concursos internos à instituição, para que fosse concorrer em eventos externos, o Clube Recreativo e Cultural, Estrela da manhã de Tibagi também já adotou esse sistema. Ao longo de uma entrevista realizada no ano de 2017 pelos membros de um projeto de extensão conduzido pelo Núcleo de Relações Étnico-Raciais, de Gênero e Sexualidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sobre sociabilidades negras na região, a entrevistada Maria Lúcia Navarro trouxe a seguinte memória

Eu sempre fui convidada pra participar assim como candidata a Rainha do Carnaval, ganhei muitas vezes como Princesa (né) do Carnaval de Tibagi do Clube Estrela. E quando tivemos a terceira festa

do trigo aqui na cidade o seu Jarbas o presidente me convidou pra participar como representante do clube Estrela (né) e deu todas as condição porque na época a gente muito jovem ainda não tinha um ganho especial pra isso, então o clube bancou toda a roupa, tudo pra festa e eu fui candidata, desfilei, dei entrevistas, tenho fotos e também fui eleita a Miss Simpatia na época, o que me deixou muito feliz. (NAVARRO, 2017, entrevista).

Sobre o destaque atribuído às mulheres no Clube Recreativo e Cultural, Estrela da manhã, concursos de beleza negra não foram realizados, a instituição sediou muitos desfiles de moda promovido por lojas da cidade e região, onde moças e crianças se apresentavam a fim de divulgar trajes e roupas vendidas nos estabelecimentos envolvidos. No final dos anos 80 o clube foi palco do concurso de beleza da Miss Campos Gerais, um evento que foi patrocinado por lojas da região.

Além de eventos sobre moda e beleza, a participação das mulheres no Clube Recreativo e Cultural Estrela da Manhã tem sido significativa na atualidade, visto que a atual diretoria, presidida por Maria Olímpia Taques do Prado, realiza grandes esforços para manter o funcionamento do clube na contemporaneidade.

Seja como participantes, associadas, Rainha dos Clubes, membro dos grêmios femininos, as mulheres tiveram um papel significativo no funcionamento dos clubes negros apresentados e o destaque para tais participações refere-se às mulheres negras que encontraram nesses momentos uma possibilidade de se fazerem vistas, serem respeitadas e, sobretudo, ouvidas. Nessa perspectiva não há como desconectar o lugar que as mulheres negras ocuparam nos clubes analisados de seus respectivos lugares na sociedade atual. E a fim de pensar em tais lugares pode-se retomar a discussão proposta por Djamila Ribeiro (2018) no que se refere a posição em que a mulher negra ocupa na estrutura social e como isso reflete e é refletido pelo seu então lugar de fala. Para explicar melhor essa problemática, a autora recorre a Grada Kilomba e a partir desta constrói a seguinte reflexão:

Kilomba sofisticada a análise sobre a categoria do *Outro* quando afirma que mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supracitada branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade. Nessa análise, percebe o *status* das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas são brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de Outro do Outro. (RIBEIRO, 2018, p. 22-23).

Essa condição de existência a partir de modelos sociais padronizados que colocam as mulheres negras na base da pirâmide econômica brasileira reforçando não só a desigualdade racial, mas alimentando a desigualdade de gênero, faz com que mulheres pretas e pardas não sejam vistas a partir de si mesmas, mas a partir de outros. Sobre isso, “Kilomba além de aprofundar a análise, engloba a mulher negra em seu comparativo colocando que, nesse esquema, a mulher negra só pode ser o *Outro* e nunca si mesma.” (RIBEIRO, 2018, p. 23). Isso não ocorre com as mulheres brancas, pois estão inseridas em pelo menos um dos modelos de dominância social, a raça branca. Também não ocorre com os homens negros, que possuem o modelo de gênero considerado dominante como uma categoria que os fazem serem pensados a partir de si.

Ainda sobre a mulher negra, continua Kilomba, ser essa antítese de branquitude e masculinidade dificulta que ela seja vista como sujeito. O olhar tanto de homens brancos e negros e mulheres brancas confinaria a mulher negra num local de subalternidade muito mais difícil de ser ultrapassado. (RIBEIRO, 2018, p. 25).

Haveria nessa estrutura social pré-estabelecida um *status* já consolidado destinado às mulheres negras, que cientes dessa realidade se apropriam de brechas socioculturais e espaços possíveis, buscando meios de se fazerem vistas, ouvidas, percebidas e respeitadas. Diante disso, entende-se que as estratégias utilizadas pelas mulheres negras nos clubes mencionados, voltam-se para o lugar de fala no sentido de percebê-las a partir de seus marcadores identitários de gênero, raça e classe, visto que os clubes mencionados tinham como público predominante, sujeitos negros e de classes populares.

Percebendo as características que atravessam e constituem mulheres negras pensadas nessa pesquisa, é possível refletir sobre a intersecção entre uma ou mais categoria de exclusão como um elemento capaz de desenhar e reiterar lugares sociais já naturalizados. Essa afirmação pode ser mais bem explicada com base em Carla Akotirene e suas problematizações no cerne da interseccionalidade. Sobre o conceito a intelectual e feminista explica que

[...] a interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos. (AKOTIRENE, 2019, p. 37)

Ainda que categorias identitárias sejam percebidas e construídas de modo independente e autônomas, não há como ignorar que suas associações ou combinações trazem impactos diferenciados dependendo da situação ou contexto em que são compreendidas ou julgadas. Sendo assim, entende-se que

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2019, p. 27).

Partindo do viés interseccional, compreende-se que as identidades das mulheres participantes dos territórios negros situados ultrapassam as definições mencionadas *a priori*, pois são constituídas enquanto agentes múltiplas que perpassadas também por questões de sexualidade, classe, nacionalidade, posicionamento político, religião, dentre outras categorias que atribuem especificidades muito subjetivas a cada uma delas, o que faz com que mesmo dentro de um clube negro, elas tenham desempenhado diferentes papéis, desde a mais bela negra, até a Presidenta da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesse trabalho apresentar quais foram os principais papéis atribuídos às mulheres, sobretudo às mulheres negras nos clubes negros localizados na região dos Campos Gerais no Paraná. Após mencionar algumas informações, relatos e fontes que sinalizaram para uma presença feminina efetiva nesses espaços, mas com lugares bem demarcados, conclui-se que embora os frequentadores fossem majoritariamente negros, relações de gênero também foram fatores que, de acordo com os contextos sociais vigentes, principalmente no século passado, fizeram com que a presença feminina se restringisse à organizações de alguns eventos sociais voltados para a exaltação da beleza feminina, manutenção da ordem e preservação da moral, o que acompanhava uma dinâmica normativa socialmente construída e que era refletida nos clubes, de modo que os postos de maiores representatividades foram predominantemente masculinos.

Em vista disso e considerando que até pouco tempo atrás as mulheres, de modo geral, eram associadas à atividades voltadas para a família e cuidado com sua autoimagem, nota-se que as relações hierárquicas ocorridas nos clubes mencionados demonstram que as funções por elas desempenhadas se restringiam à atividades vistas como de competência feminina, que eram importantes, mas não essenciais para o funcionamento e a existência dos territórios negros apresentados, tanto que rapidamente os grêmios femininos foram extintos e os concursos de beleza se tornaram praticamente inexistentes em pelo menos duas das entidades observadas. Contudo, essa dinâmica administrativa e majoritariamente masculina se modificou nas últimas décadas, quando mulheres brancas e negras passaram a ocupar a presidência e a serem vistas *a partir de si* e enquanto agentes fundamentais no funcionamento, administração e direção das instituições aqui tratadas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2018.

BAN, Gustavo Yoshio Leal. Clube Literário e Recreativo Treze de Maio – Ponta Grossa. In: JOVINO, Ione da Silva; SANTOS, Merylin Ricieli dos. **Clubes em Memórias**: Sociabilidades Negras nos Campos Gerais. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 168.

DENZI, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

IBGE. **Cidades**. Estimativa_2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2020.

IPHAN. Mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Brasil. **Questionário**. Clubes Negros no Paraná. Entrevistadores: Gesline Giovana Braga e Juliano Martins Doberstein. 2014. 61p.

JOVINO, Ione da Silva; SANTOS, Merylin Ricieli dos (orgs.). **Clubes em memórias**: sociabilidades negras nos Campos Gerais. Curitiba: CRV, 2018.

MONÇALVES, Mafalda. **Documento Presidenta do Grêmio Saudades da Primavera**. Curitiba: Casa da Memória Paraná. 1979.

NAVARRO, Maria Lúcia. **Depoimento**. Entrevistadora: Merylin Ricieli dos Santos. Tibagi: Local de Trabalho da entrevistada. 1 arquivo em MP3 (21min 37s.). Depoimento concedido ao Projeto Sociabilidades Negras nos Campos Gerais: Histórias, Trajetórias e Memórias. 21 ago. 2017.

RIBEIRO, Djamil. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).

SANTOS, Merylin Ricieli dos. 2014. Narrativas de Identidade Negra em Concursos de Beleza Negra no Clube Treze De Maio (Ponta Grossa, 1985-2006). **Ateliê de História UEPG**, v. 2, n. 2, p. 221-242, 2014. Disponível em: <https://177.101.17.124/index.php/ahu/article/view/7456/4566>. Acesso em: 08 set. 2020.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a cidade**: A forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2002. (Salvador, Bahia: Prosa e Poesia).

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros**: culturas negras, cidadania e racialização na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Ismael Abrão da. Entrevista. In: IPHAN. Mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Brasil. **Questionário**. Clubes Negros no Paraná. Entrevistadores: Gesline Giovana Braga e Juliano Martins Doberstein. 2014. 61p.

PRADO, Maria Olímpia Taques do. **Depoimento**. Entrevistadores: Gustavo Yoshio Leal Ban, Mariana Fraga e Merylin Ricieli dos Santos. Tibagi: Centro Histórico. 1 arquivo em MP3 (55min 21s.). Depoimento concedido ao Projeto Sociabilidades Negras nos Campos Gerais: Histórias, Trajetórias e Memórias. 06 ago. 2017.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970)**: geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MANOEL DE ANGOLA: DA JURISPRUDÊNCIA COLONIAL À RESISTÊNCIA HISTORIOGRÁFICA

Lucas Guilherme L. de Freitas

Alexandre Bruno Barzani Santos

Resumo: O presente trabalho busca compreender as dinâmicas de poder e violência na relação entre senhor e escravo, a partir de um caso envolvendo Teodósio José de Noronha, escrivão da vara de meirinho na Relação da Bahia, que foi condenado a dez anos de degredo por ter açoitado e matado seu escravo, Manoel de Angola. Esta análise se faz a partir do aprofundamento no microcosmos social que marca a Bahia setecentista, pois o réu mencionado tenta se eximir das culpas a que está condenado, em um requerimento endereçado ao D. João V, no ano de 1746, buscando ajustar as suas ações àquilo que era considerado socialmente aceito, assim como justificar a sua violência em vista de seu objetivo, a emenda do escravizado que o furtou seis meias dobras de ouro. Portanto, podemos vislumbrar como a violência pode abarcar invólucros sociais capazes de inviabilizar a sua identificação como tal, assim como pode ser tolerada a partir da sua justificação centrada no futuro, mas tendo em vista o constante perigo de revoltas e rebeldias.

Palavras-chave: Violência; Poder; Castigo.

INTRODUÇÃO

A violência no sistema escravista é um assunto recorrente e que já recebeu diversas abordagens pelos historiadores, mesmo que os trabalhos específicos sobre o assunto não sejam tão vastos, a maioria dos estudos que se debruça sobre a escravidão refere-se a esse tema, mesmo que de forma indireta. Nas primeiras décadas do século XX, vimos surgir uma perspectiva que defendeu o caráter ameno do trato escravo na América Portuguesa. Gilberto Freyre, com a publicação de “Casa Grande e Senzala” (1933), inaugura uma tendência que associa patriarcalismo e paternalismo com a suposta suavidade do cativo, que perdurou em várias linhas de pesquisa, como as análises comparativas entre o Sul dos Estados Unidos e a América portuguesa, que ressaltava a crueldade da primeira em relação ao caráter brando da segunda. Tais perspectivas tinham um profundo escopo político e social, na defesa de uma suposta harmonia nas relações entre os grupos racializados no Brasil. Como reação, a partir da década de sessenta, surge uma revisão sistemática tanto do mito da democracia racial quanto da noção de escravidão branda no Brasil, ressaltando a violência como pilar do regime escravista (LARA, 1988, p. 97-99).

Além do enfoque à violência, outros dedicaram-se ao que podemos chamar de ideologia dominante como forma de controle. Maria do Rosário Pimentel, por exemplo, propõe uma longa análise sobre o que conferiu legitimidade ao processo escravista, dando ênfase a lógica do proselitismo cristão como justificativa da escravização e apaziguadora das consciências (1995, p. 167-174). Sílvia Hunold Lara contrapõe-se a essa perspectiva, a partir do argumento de que a ideologia cristã atingia apenas um dos polos da dominação, não conferindo justificação aos olhos dos escravizados, ou seja, não o prendiam na dominação senhorial (1988, p. 41-42).

De acordo com a autora, o que conferiu controle sobre os dominados no regime escravista, possibilitando a continuidade das relações de produção, foi o castigo, mas não de qualquer gênero, apenas aquele que se definia

pelo seu caráter pedagógico, corretivo, de emenda, sendo que tal punição deveria ser aplicado de forma moderada, medida e justificada. Esse discurso está presente nas obras de letrados religiosos como Antonil, Manuel Ribeiro Rocha, Benci e tantos outros, mas para além do discurso, isso também poderia ser encontrado dentro das relações cotidianas entre senhores e escravos, atingindo tamanha dimensão que o castigo se legitimava perante a visão do castigado, fazendo-o naturalizar as agressões (1988, p. 45-72).

Para não nos perdermos nos pormenores dessa perspectiva, pulemos para um ponto nodal de sua obra: Lara nega a violência como forma de explicar as relações escravistas, pois o castigo não era contestado pelos sujeitos históricos envolvidos nela, mesmo que os excessos fossem objetados (1988, p. 342-345). Jacob Gorender critica essa perspectiva, conjuntamente ao que ele denomina como “historiografia pretensamente nova”, a partir do argumento de que a violência legítima ainda poderia ser enxergada como violência. O senhor de escravo, para ele, é regido por um Ethos composto de dois polos: da necessidade de aplicação do castigo e, ao mesmo tempo, de não exagerá-los. Contudo, a pregação dos castigos moderados teria sido uma utopia, havendo um expressivo declive entre a ideologia da moderação e a prática cotidiana senhorial, mesmo que a ideia de que torturas aconteciam de forma generalizada também não seja verdadeira (1990, p. 21-47).

A denominada, de forma pejorativa, historiografia pretensamente nova, ou melhor dizendo, nova História da escravidão, trouxe ao seio da discussão, a partir da década de 1980, a agência dos escravizados, dos livres e dos libertos, contrapondo-se a ideia de coisificação subjetiva e da absoluta passividade dos africanos e seus descendentes perante o sistema dominante, contribuindo para a construção de uma historiografia a partir da visão do escravizado e de contraposição ao discurso hegemônico que apagava e apaga narrativas negras (CHALHOUB, 1990; REIS, 1989; SILVA, 1989; SLENES, 1999).

Para nos situarmos nesta longa discussão, utilizaremos dois conceitos propostos pela filósofa política Hannah Arendt: poder e violência. O primeiro define-se como o agir em concerto, pertencendo sempre a um grupo e dependendo, por isso, do consenso e da legitimidade. A violência, por outro lado, define-se pelo seu caráter instrumental, como um meio que visa um fim, por isso ela depende de justificativa para se sustentar. É importante ressaltarmos que ambas categorias não são estanques e puras na realidade, elas dificilmente se encontram isoladas e agem de forma conjunta (2020, p. 51-74).

Fugindo das narrativas macro-históricas, propomos submergir na relação entre senhor e escravo a partir de um requerimento elaborado por Teodósio José de Noronha, escrivão da vara de meirinho na Relação da Bahia, que foi condenado a dez anos de degredo pelo crime de ter matado o seu escravo, Manoel de Angola, que morreu duas semanas depois dos castigos a que foi submetido por ter furtado seis meias dobras de ouro e outras coisas de prata (AHU, 1746). Infelizmente, não temos acesso a documentação de acusação, mas apenas ao pedido de perdão de Teodósio, endereçado ao rei D. João V, no ano de 1746, em que o acusado tenta se eximir de suas culpas pelas quais foi condenado.

A sua retórica de defesa nos permite vislumbrar as relações de poder e violência no cotidiano baiano setecentista, tendo em vista que o acusado tenta ajustar a sua conduta àquilo que era socialmente aceito. Esta análise se fará a partir de um aprofundamento no microcosmo social, pois acreditamos que é a partir dele que se pode reconstituir a realidade vivida de uma forma que seria impossível em outros tipos de historiografia (GINZBURG, 1991). Dessa forma, procuramos enfatizar o invólucro social capaz de abranger algo que é evidentemente violento em um amplo campo de valores que inviabilize sua identificação como tal, ou a sua justificação enquanto instrumento de controle, mas a partir de trajetórias individuais.

VIOLÊNCIA INSTRUMENTALIZADA

Sílvia Lara fornece uma indicação muito relevante para o presente trabalho: a noção de que castigo não era necessariamente visto como violência. Podemos ilustrar esse aspecto no caso em que os camarários da Vila real de Sabará enviaram um pedido, endereçado ao D. José I, para terem acesso a armas proibidas, sob a justificativa da necessidade de se “protegerem” contra os escravizados fugitivos: “[...] corresponde a cada branco mais de vinte escravos negros, que são gentios vindos dos sertões de África, e sempre tem por violento o mais suave cativo[...]” (AHU, 1754). Nesse trecho, podemos ver que cativo e violência não são postos como termos sinônimos, e sua correspondência depende da forma com que o sujeito a percebe. Para os escravos fugitivos, de acordo com quem escreveu, qualquer cativo era visto como violento, enquanto que para os camarários era suave, não havendo motivos para os escravizados fugirem. Não pretendemos fazer uma ampla análise linguística sobre os usos sociais dos termos, mas fazemos esse apontamento apenas para chamar a atenção do leitor para a questão de que a violência também é historicamente situada.

Situar a violência nos ajuda a entender seu uso como proposto por Arendt, que a definia pelo seu caráter instrumental. Em seu ver, a violência não pode ser legítima, apenas justificável (2020, p. 69), o que logo nos remete a eventual legitimidade, pelo menos aos olhos dos escravistas, do castigo moderado como forma de dominação:

Não se tratava [...] de qualquer castigo, mas sim de um castigo físico moderado, medido, justo, corretivo, educativo e exemplar. Era assim que ele aparecia nas falas dos senhores, dos padres letrados coloniais, da coroa e, até mesmo, dos próprios escravos, algo incontestado, “natural” [...] e se fazia no interior de uma relação pessoal de dominação que [...] possibilitava um afastamento senhorial do exercício direto dos ‘excessos’ e ‘abusos’ (LARA, 1988, p. 342).

Contudo, a linha que separa violência de castigo é muito mais tênue para nós do que é apresentado por Lara, pois no declive entre o discurso da moderação e a prática cotidiana escravista a violência era recorrentemente notada, como nas palavras de padre André João Antonil que, no século XVIII, escreveu sobre um provérbio comum de se ouvir que retratava a colônia como o “inferno dos negros” e “paraíso dos mulatos e mulatas”, porquanto o religioso defendia que esse “paraíso” possa ser facilmente corrompido por qualquer “desconfiança ou ciúme”, transformando o amor em ódio e saindo “armado de todo o gênero de crueldades e rigor” (1982, p. 36). O que dizer de Manuel Ribeiro Rocha, padre e advogado que viveu na Bahia do século XVIII, que afirmava não haver maior infelicidade do que ser escravo, pois junto a essa condição vinha “todas aquelas misérias e todos aqueles incômodos que são contrários e repugnantes à natureza e condição do homem”. (2017, p. 41).

O professor de grego Luís dos Santos Vilhena, que se radicou para a cidade de Salvador em 1787, nos deixou seu relato sobre o “corpo espiritual” da Baía de Todos os Santos, declarando que os mulatos e pretos daquela cidade eram na sua maioria debilitados fisicamente, estando a vista vários aleijados, cegos, velhos e “estropiados” nas ruas daquela cidade (1802 *apud* VIOTTI, 2017, p. 15). A violência foi percebida nesses casos, mas esses autores defenderam com todas as suas energias a escravidão e o castigo físico contra os escravos, como podem não se perceberem em contradição? Eles enxergam a violência nesses ambientes, mas quando postas sob o invólucro do castigo pío, medido e corretivo, elas aparecem como justificáveis ou legítimas, os problemas são os excessos. São legítimas enquanto reconhecidas socialmente, justificadas enquanto instrumento para alcançar determinado objetivo, a emenda.

Dentro dessas redes de relações, Teodósio José de Noronha, personagem do qual pouco sabemos, nos deixou importantes relatos que podem ajudar no processo de entender a violência senhorial. Os seus únicos vestígios

encontrados em nossa pesquisa são quatro documentos que compõem o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. O primeiro, de 1737, é um requerimento pedindo provisão para exercer o cargo de escrivão da vara de meirinho, na Relação da Bahia (AHU, 1737). O segundo, foco de nossa análise, está datado no dia 25 de fevereiro do ano de 1746, em que o Teodósio já se encontra condenado na Relação (AHU, 1746). Os outros dois citaremos posteriormente.

No segundo documento podemos ver que ele possuía um escravo de nome Manoel de Angola, como tantos outros, que o teria furtado seis meias dobras de ouro e outras coisas de prata. Teodósio mandou castigá-lo e lhe fazer confessar onde tinha oculto a quantia furtada. Manoel morreu quinze dias depois e o seu algoz foi condenado a dez anos de degredo em Benguela, além do “baraço e pregão pelas ruas da cidade” que era “comparada a morte civil”.

Em relação às Ordenações filipinas, no livro V, título LX, está prescrito que em casos de furtos no valor de \$400 réis para cima, “não sendo o furto de qualidade que se deva morrer”, o acusado deve publicamente ser açoitado com baraço e pregão, e se o furto for no valor igual ou inferior a \$400, deve ser punido com açoites ou pena mais leve, respeitando a “qualidade” do ladrão, pois se este for escravo, deve ser punido com açoites acompanhado do baraço e pregão (LARA, 2000, p. 111). Manoel de Angola teria furtado seis meias dobras de ouro, que, num cálculo simples, equivalia algo em torno de 38\$400 reis (COIMBRA, 1958, p. 220), mas a partir dos valores oficiais, pois não será possível calcular as variações de mercado aqui.

Contudo, casos de transgressões por parte dos escravos costumavam ser resolvidos sob o teto senhorial, pois o senhor de escravo não tinha nada a ganhar levando os casos para as autoridades coloniais, pelo contrário, a capacidade de lucrar com a força produtiva do escravizado podia ser temporariamente suspensa (VIOTTI, 2017, p. 113).

Por outro lado, o senhor não tinha o direito de açoitar os seus escravo até a morte, porque ao mesmo tempo em que o corpo jurídico dava o status de bem e propriedade ao cativo, só o Estado detinha o monopólio de sancionar a pena capital. Se houvesse excessos nos castigos por parte do senhor e daí ocorresse a morte do punido, havia a possibilidade de ser repreendido legalmente pelos seus atos, como visto no caso do Teodósio. Mas sabemos que as autoridades não puniam, de forma recorrente, todos os senhores que castigasse excessivamente ou chegassem a matar os seus escravos. Pelo contrário, ela demonstrava ser extremamente conservadora na tomada de atitudes. Isso acontecia porque havia uma tensão de possibilidades quanto ao ato de punir os dominadores. Ao mesmo tempo em que a metrópole via a necessidade de reprimir os excessos e as crueldades, preocupava-se mais ainda em manter a ordem colonial e o direito de propriedade. Acreditava-se que o conhecimento por parte dos escravos de um aparato legal disposto a protegê-los de seus senhores poderia estimular tensões e resistências (VIOTTI, 2017, p. 104-105).

Além dos códigos filipinos, as correspondências trocadas pelo Atlântico teciam as determinações legais da colônia. Os pedidos, as trocas de informações e as mercês concedidas funcionavam como um instrumento normativo (VIOTTI, 2017, p. 100). O requerimento de Teodósio fazia um pedido: o perdão de suas penas. Para que pudesse receber a mercê de Vossa Majestade, seus argumentos perpassam por alguns preâmbulos que sustentam a sua defesa, como a justificativa para os seus atos. Mesmo que Teodósio não veja necessariamente castigo como violência, não podemos perder de vista que a Relação da Bahia o culpou pelos excessos cometidos, condenando-o a uma pena de dez anos de degredo para Benguela. As atitudes tomadas como excessos, como veremos adiante, são quase imperceptíveis nesse documento, pois o seu objetivo é anular as penas, logo não é de sua intenção deixá-las amostra.

Podemos, de acordo com o que foi exposto, enquadrar a primeira estratégia de defesa do Teodósio, que foi a negação da culpa na causa da morte. Ele afirma que depois de castigar Manoel, o “mandou lavar as partes açoitadas com urina e sal, remedio de que na mesma cidade se costuma uzar”, além de dizer que o escravizado não cuidou das feridas, supostamente indo a praia “subindo e descendo ladeiras sem nenhum impedimento”, e “não

continuando o escravo aquellos lavatorios para ficar bem curado das feridas dos açoites se lhe agravarão estas”. O escrivo afirma ter prestado socorro chamando um cirurgião, mas Manoel teria se “emperrado” em comer devido ao mal-estar que sofreu. Dessa forma, a causa da morte não teria sido os castigos, mas a “doença que lhe sobreveio” (AHU, 1746). Esta é a única versão que temos do acontecido, mas os próprios elementos da defesa do Teodósio apresenta elementos suficientes para fazermos uma série de apontamentos.

O próprio suplicante não se baseia apenas na ideia de que a morte não foi culpa sua. Tal argumento não parece bastar, levando em conta que Manoel morreu duas semanas depois do castigo e com grande mal estar. Teodósio recorre a outras linhas argumentativas que passam pelo critério da justificação da violência: da causa e do intento.

Em primeiro lugar, o motivo do castigo foi o furto que Manoel o fizera da quantia de seis meias dobras de ouro. Por isso, Teodósio considera que “o escravo lhe tinha dado cauza para o castigar”, e os açoites teria sido “com justa cauza pellos furtos que lhe havia feito”. Em segundo lugar, o suplicante afirma, mais de uma vez, que não houve “animo deliberado de o matar”. Para evidenciar isso, ele diz que o castigo foi feito com “instrumentos de correas que não he capaz de matar” e foi aplicado nas “nadegas em que as feridas não são mortais”.

Com a efervescência das obras que tratavam sobre a teoria do “bom governo” dos escravos no séculos XVII e XVIII, letrados como os já citados Manuel Ribeiro Rocha, Antonil, e Vilhena tem um ponto convergente nas suas propostas: todos eles acreditavam que para ser aplicado a emenda deveria haver culpa. Ribeiro Rocha apela para as leis divinas para se proibir os castigos sem causa precedente. Benci acreditava que as violências gratuitas configuraram-se como crueldade. Antonil chegou a dizer que, para que as injustiças não ocorressem, os senhores de escravos deveriam averiguar o que aconteceu antes da punição com o intento de não castigar escravos inocentes, e só depois de convencido diante de todos os relatos, deveria castigar o culpado com açoites moderados ou com correntes e troncos. Importante não perder de vista, inclusive, de que os religiosos também eram senhores de escravos (VIOTTI, 2017, p. 91). Dessa forma, a violência é justificada a partir do fim que ela visa, a emenda daqueles que se desviaram da conduta esperada. Por isso se torna um ponto de ênfase a necessidade da causa, pois se a violência for um fim em si mesmo, ela se tornaria uma ato repudiável. Não apenas isso, mas também poderia se constituir como um catalisador de revolta.

É inviável julgar se Teodósio percebe seu ato como violência, mas fica evidente que considera sua ação justificável à luz do seu caráter instrumental. O ponto central de sua argumentação perpassa a ideia de que seu ato foi lícito enquanto aplicado como correção pelos atos de Manoel, manifestado na forma como foi executado.

Esses apontamento também serviram para sua defesa de que a causa da morte não foi os castigos, porque da forma que tinha sido aplicado as feridas não seriam mortais. Mas certamente não constitui o cerne de sua defesa, a ideia de que não houve ânimo de matar não prova que ele não matou, mas a sua ênfase nesse aspecto justificava aos olhos escravistas a utilização da violência.

O PODER EM CONCERTO

Para se livrar das penas a que está condenado na Relação da Bahia, o remetente precisa encaixar todos os acontecimentos no qual está envolvido em um invólucro de valores que façam o destinatário achar injusta a condenação. Sua argumentação passa, por isso, ao que ele vê como socialmente aceito, pois se sua atitude não ultrapassou os limites do legítimo poderia confirmar que sua pena era injusta.

Como estratégia de defesa, Teodósio lança mão do que é comum e do que é de “estilo” na cidade de Salvador, na Bahia de Todos os Santos. O suplicante afirma, desde o início do requerimento, que os açoites foi aplicado com “instrumentos de correas com que na Bahia se costuma castigar os escravos”, e que depois, como já dito, mandou-o a um lavatório a base de urina e sal, “remedio de que na mesma cidade se costuma uzar”. Seu apelo tenta passar a ideia de que há uma injustiça acontecendo consigo, pois os seus atos não passariam do que era corriqueiro naquela cidade e no Brasil, sendo que mandou Manoel ser castigado:

[...] pelo qual lhe hera licito o manda-lo açoitar para o seo castigo e emenda pelo poder dominical que os senhores tem nos seos escravos pello diretório [?] das gentes e na Bahia e em todo o Brasil he estilo mandarem os senhores açoitar os seus escravos por qualquer delito por [?] offença que lhe fazem sem que nunca por isso fossem punido nem de tal se lhe formase culpa (AHU, 1746).

Teodósio parece se situar dentro do espectro entre violência e castigo, defendendo a legitimidade de seus atos, baseado na ideia de que foram corretos “pelo poder dominical” que os senhores da Bahia tinham sobre seus escravos. Este poder era inquestionável na sociedade escravista, sendo que o castigo era legítimo aos olhos daqueles que usufruíram desse sistema.

Podemos acrescentar mais um ponto, o lugar social do escravizado nas fronteiras da violência. Sílvia Hunold Lara, como já foi dito, considera que o escravo chegava a naturalizar a violência imposta contra ele. Ela defende seu posicionamento a partir da análise de alguns casos, como o da revolta dos cativos do engenho de Santana, entre 1789 e 1790, que depois de se rebelarem e fugirem para a floresta, fazendo o engenho ficar parado por mais de dois anos, os revoltosos ofereceram um tratado de paz a seu senhor propondo uma série de condições para voltarem a cativo, mas nesses critérios propostos os castigos não foram mencionados em nenhum momento (1988, p. 71).

A proposta da historiadora não pressupõe a inexistência de qualquer identificação de violência por parte do escravizado, mas Lara afirma que parte dessa violência não é reconhecida como tal pela série de fatores sociais que a legitimam dentro daquela sociedade. Para chegarmos mais perto das percepções da violência, ou melhor dizendo, das relações sociais da violência, podemos fazer certos apontamentos quanto a essa visão proposta por Lara. Para isso, não podemos ignorar os limites impostos ao historiador pela própria dinâmica de seu trabalho, pois o passado é inacessível em si mesmo, o que nos resta é olhar aos seus fragmentos no presente e juntá-los num todo coerente. Essa divagação só está aqui para afirmar o seguinte: a percepção só seria alcançável se atingisse as consciências. Em vista da raridade da documentação do ponto de vista do escravo, no contexto em questão, essa missão encontra uma série de dificuldades para se concretizar.

Da proposta de Lara vemos a ideia de que o escravo naturaliza a violência sofrida, mas essa perspectiva incide numa relação linear do castigo, os dominadores impõe e os dominados acomodam-se. Mas será se não podemos nos aprofundar nas relações da violência também para constituir uma história da escravidão do ponto de vista do escravo? De fato, não podemos cair em desespero e relegar ao esquecimento o nosso Manoel de Angola e todos aqueles que estiveram presentes no cenário baiano.

De acordo com Gorender, em sua contraproposta a Lara, a violência legítima ainda podia ser enxergada como violência (1990, p. 27). A luz do que foi proposto aqui, a violência não é legítima, somente é aquelas redes de relações que dão forma ao poder enquanto possuem a consensualidade. A violência, portanto, não pode ser considerada como legítima pelo escravizado, muito menos justificável, isso porque a justificação dos castigos não se dá na perspectiva dos punidos, ou seja, a sua emenda é o objetivo do senhor do escravo, e nunca o seu.

A relação do escravizado com a violência é sempre de revolta, mesmo que seja silenciosa. Tendo isso em vista, os casos de acomodação, como a do engenho de Santana, se dá pela negociação com aquilo que se põe enquanto poder. O fato dos escravos não mencionarem os castigos no seu tratado faz sentido levando em conta que aquilo é uma negociação dentro de uma situação de conflito, não significa que podemos adentrar nas consciências marcadas pelas chibatadas e afirmar que eles não percebem os castigos como violência. Na verdade, esse caso nos revela um ponto significativo para entender como funcionavam, porque é uma clara situação de negociação e conflito.

João José Reis, um dos maiores nomes da nova História da escravidão, tratou sobre o lugar do escravizado na configuração das políticas de repressão através do caso da invasão policial, em meados de 1829, no candombé do Accú, situado na cidade de Salvador. Antonio Guimarães, ordenador do ataque, precisou prestar contas para o presidente da província da Bahia, que recebeu a denúncia do africano liberto, Joaquim Baptista, que provavelmente tinha uma posição importante no candomblé. Esse cenário é composto de duas políticas de controle, a repressão direta e as concepções. As duas têm um eixo comum que as moviam: o medo da revolta. Nem uma nem outra impediram que estas acontecessem (REIS, 1989, p. 32-43).

Dessa forma, fica claro que a delimitação das políticas de violência tinham em vista a constante ameaça de rebeldias, que não se esgotam nas suas manifestações coletivas, mas também estavam nos pequenos atos de contravenção no cotidiano, como o furto praticado por Manoel de Angola. Portanto, a imagem do indivíduo escravizado não pode se esgotar na ideia do que naturaliza os castigos, isso pode remeter a uma nulificação das resistências diárias.

Sobre a fronteira da violência justificada, do castigo visto como legítimo e os excessos passíveis de condenação, o próprio Teodósio expõe tais relações, pois afirma que os senhores que trataram seus escravos com mais “aspereza e deshumanidade” podiam ser punidos com pena “arbitraria”, mas logo diz que esse arbítrio não poderia chegar a uma pena tão rigorosa como a aplicada em seu caso, somado ao barão e pregão, o que nos remete ao conservadorismo em relação à punição dos excessos. Neste momento, há a única titubeação da defesa em afirmar a ausência da moderação na aplicação dos castigos, dizendo que: “[...] ainda que no castigo do açoutes que o suplicante mandou dar ao dito [?] escravo tivera havido excesso [?], sempre ficara sendo excessiva e acerba [?] condenação [...]” (AHU, 1746).

Vemos aqui que há o reconhecimento dos possíveis excessos, coisa que foi negada na maior parte do requerimento, mas ainda é mais evidente a consideração que a repreensão foi demasiadamente pesada. O senhor de escravo se enxerga como absoluto em seu domínio, repreendê-lo por seus atos com uma pena de degredo lhe soa como desatino. Entretanto, mesmo diante de toda o arcabouço social que defendia a necessidade e a prática da violência, um senhor não possuía o direito legal de tirar a vida do escravizado apenas pelo seu arbítrio. Teodósio não foi só denunciado, mas também condenado a uma pena que poderíamos considerar como dura, mesmo em frente a uma sociedade cautelosa em punir os excessos. Para entendemos como isso se deu, iremos primeiro nos focar na versão de Teodósio das acusações e do desenrolar do caso, para depois comparar com uma das raras situações documentadas análogas a sua, de Manoel Pereira Cardoso, analisado por Sílvia Hunold Lara.

O COMPLÔ INIMIGO OU AS FRONTEIRAS DA VIOLÊNCIA

O requerimento de Teodósio é um apelo, tão baixo que recorre até o vitimismo barato pedindo para não “hír morrer em Benguela, região tão remota e aspera [...]”, pois estaria enfrentando um grande “defluxo ao peito de que tem lançado sangue a boca [...]”, além de ter o queixo quebrado e vários “tumores de má qualidade”, afirmando que o perigo de morte era iminente se fosse degredado.

Seu intento é demonstrar que sua situação era injusta e, para isso, descreve como foi denunciado por seus inimigos e como o Tribunal da Relação da Bahia não fez causa de suas provas. Teodósio afirmou ter exercido por um tempo o cargo de carcereiro e oficial de justiça, fazendo assim várias prisões e diligências que culminaram na formação de vários inimigo. Tirando-se devassa da morte do escravo, esses inimigos teriam voltado-se contra a sua pessoa, um complô movido pela vingança seria a causa de sua desgraça.

Sobre a forma que o Tribunal da Relação da Bahia tratou o seu caso, Teodósio disse ter se defendido com matéria relevante e com “pleníssimas posse de letras”, mas a justiça não teria feito causa de suas provas, pois na condenação o tribunal reconheceu e declarou que “[...] que o suplicante nao teve animo deliberado de matar o escravo e que este lhe tinha dado causa para o castigar e açoitiar [...]”, mas mesmo assim foi condenado.

Mesmo que essa afirmação seja minimamente verdadeira, o caso continua muito revelador em relação aos limiares da violência. A morte do escravo aparece como um caso devassável, e mesmo que fosse um complô de seus inimigos, o Tribunal da Relação utilizou de mecanismos existentes na sociedade colonial para punir um senhor de escravos que teria cometido excessos. É claro que é difícil confiar na palavra de Teodósio e nas suas declarações, com o seu discurso que não se retrai utilizando o *argumentum ad passiones*, seu objetivo é ser perdoado e não faz sentido tratar sobre qualquer nuance do caso que poderia lhe prejudicar. Não é possível sabermos o quão dissonante é a acusação em comparação a sua defesa, sem mencionar que também não temos conhecimento da conclusão de seu caso.

Para podermos ir além desses apontamentos, podemos comparar com um caso semelhante analisado por Sílvia Lara, situado no fim do século XVIII, no Campos dos Goytacazes. Outro Manoel, mais um cativo castigado nas malhas da violência escravista, passou por um Auto de Exame e Corpo de Delito, no ano de 1797, em que houve a constatação da presença de grandes ferimentos e podridões, que ele declarou serem decorrentes do castigo infligidos pelo seu senhor, Manoel Pereira Cardoso. O escravizado morreu pouco tempo depois e Manoel Pereira foi condenado e preso por isso. Logo ele inicia a sua defesa apresentando linhas argumentativas muito semelhantes àquelas apresentadas anteriormente no caso de Teodósio, ressaltando as causas do castigo e a forma na qual ele foi ministrado (LARA, 1988, p. 57-58). Nos moldes expostos aqui, sua defesa ressalta a ideia da violência justificada como instrumento que visa um fim, a emenda e correção do escravizado.

Manoel Pereira era um comerciante na Vila de São Salvador, e possuía um relativo patrimônio advindo de seus negócios. Era também um comum usurário que não se retraía em cobrar as suas dívidas e abrir processos contra os mal pagadores. Devido a esse fato, Manoel também afirmou, na sua Carta de Seguro enviada à rainha, de que a devassa contra a sua pessoa era um processo de caráter calunioso gerado por “pessoas suas inimigas”.

Tendo em vista esse enredo, Lara considera duas grandes possibilidades sobre os procedimentos da devassa em relação aos castigos praticados contra o escravizado. A primeira considerada menos provável, baseada em procedimentos régios que visavam limitar os excessos e abusos dos senhores, adequando-os a um nível de castigo socialmente aceito. A segunda considera outras intenções subjacentes ao processo. Essas segundas intenções desdobram-se em mais duas possibilidades: dos castigos terem sido considerados exagerados pelos outros senhores campistas, que assim recorreram à instância judicial para limitá-lo, ou o usufruto do poder público para ir contra a um senhor específico, motivados por conflitos pessoais, ou seja, pelo complô dos inimigos (1988, p. 329-336).

As evidências não nos permite chegar em qualquer conclusão no caso de Teodósio e Manoel, mas apenas considerar hipóteses análogas. Se Teodósio estiver sendo sincero em sua acusação, estes inimigos viram no poder público uma possibilidade de resolver rixas pessoais. Poderá ter havido, pelo contrário, um intento governamental que seguia procedimentos régios de controlar os excessos cometidos pelos senhores de escravos. Uma última pos-

sibilidade se encontraria na discrepância entre o que Teodósio afirma ter feito e o que ficou provado na Relação da Bahia, e sua condenação pode ter sido motivada pela simples consideração que aqueles castigos não correspondiam ao nível do que era socialmente aceito, e não estavam justificados à luz de seus objetivos.

Não sabemos também do desfecho do caso, mas é interessante mencionar que possuímos dois registros após o requerimento de perdão das penas. O primeiro, datado apenas um mês depois de sua defesa, em março de 1746, é um decreto de D. João V fazendo mercê a Teodósio para a serventia do cargo de Tabelião do Judicial e Notas da cidade, concedido por três anos (AHU, 1746). Dois anos depois Teodósio aparece pedindo para continuar a exercer o ofício de escrivão da vara de meirinho da Relação da Bahia por mais três anos (AHU, 1748). Se foi degredado, seu processo flutuou por um tempo nas malhas da burocracia, se foi perdoado não sabemos.

CONCLUSÃO

O debate acerca da violência pode ser tratado de duas formas básicas, uma historicamente situada e outra como um fenômeno universal. A proposta de Hannah Arendt, mesmo que seja utilizado como pano de fundo os acontecimentos do século XX, pretende ser universal, facilmente identificado com a constância do uso da palavra “sempre” frente às suas explicações (1970). Mas nesse trabalho situamos esses conceitos a um panorama muito específico, das relações entre senhor e escravo presentes na Bahia setecentista, com base no requerimento elaborado por Teodósio José de Noronha, que foi condenado por ter matado o seu escravizado Manoel de Angola. A sua defesa nos permitiu vislumbrar os limiares da violência, pois, para que pudesse ser perdoado, o réu teve que se justificar e alinhar as suas atitudes ao que era socialmente aceito.

Vimos que as fronteiras da violência eram muito fluidas, levando em conta o declive entre o discurso do castigo moderado e a prática cotidiana escravista. Ela aparece constantemente como um meio que visa um fim, que era a emenda do castigado para evitar revoltas e rebeldias. Além da ordenação do castigo como algo inquestionável em vários setores dessa sociedade, ou seja, legítimos enquanto possuem a consensualidade. Portanto, a violência estava marcada por uma série de invólucros sociais, fazendo com que ela não fosse percebida como tal, sob o teto da legitimação do castigo nas dinâmicas de poder presentes na Bahia setecentista. E tais divisões não pretendem dispor os conceitos de poder e violência como estanques na realidades, mas afirmá-los como categorias intrincadas nas suas relações.

Nessas relações, o escravizado não é um ser passivo que naturaliza a violência contra o seu corpo, pelo contrário, as políticas de repressão e concessão apresenta-se ligadas ao constante medo da revolta. A violência não pode ser legítima aos olhos dos castigados, enquanto não é em nenhuma circunstância, além de que também não pode ser justificada, pois essa sempre se dá aos olhos do senhor de escravo, em outras palavras, a emenda não é o objetivo daqueles que rompem os ditames de comportamento dispostos para os não-livres, como se buscassem uma auto correção. Por isso, a agência dos escravizados na negociação, rompimento e acomodação se dá com a rede de poder da sociedade na qual eles estão inseridos, e isto demonstra a forte agência negra presente na Bahia escravista.

Por fim, a condenação de Teodósio a pena de dez anos de degredo nos mostrou a existência de mecanismos que possam barrar os “excessos” cometidos por senhores de escravos. Mas saber com precisão como isso ocorreu não está ao nosso alcance, apenas podemos vislumbrar algumas hipóteses: a repreensão régia aos excessos, os próprios senhores se incomodando com a violência exacerbada e, por último, o poder público visto como um meio para solucionar conflitos pessoais. A prática de uma não exclui a outra, e todas têm em vista a latente possibilidade de revolta.

BIBLIOGRAFIA

Fontes documentais

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 36.

ROCHA, Manuel Ribeiro. **Etiópe resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado**. São Paulo: Editora da UNESP, 2017.

Sem autoria: CARTA... carta dos oficiais da Câmara de Vila Real do Sabará, pedindo ao rei D. José I [...]. Cx. 66, Doc. 41. (Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais). 20 nov. 1754.

Sem autoria: REQUERIMENTO...Requerimento de Teodósio José de Noronha ao rei [D. João V] [...]. Cx. 59, D. 5082 (Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia). 25 ago. 1737.

Sem autoria: REQUERIMENTO...Requerimento de Teodósio José de Noronha ao rei [D. João V] [...]. Cx. 84, D. 6906 (Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia). 5 fev. 1746.

DECRETO... Decreto do rei D. João V fazendo mercê a Teodósio José de Noronha. Cx. 59, D. 6965 (Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia). 10 mar. 1746.

Sem autoria: REQUERIMENTO...Requerimento de Teodósio José de Noronha solicitando provisão [...]. Cx. 94, D. 7539 (Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia). 23 mai. 1748.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

COIMBRA, Álvaro da Veiga. Noções de Numismática Brasileira (III). **Revista de História**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 215-271, set. 1959. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/>. Acesso em: 23 set. 2020.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169- 178.

GORENDER, Jacob. Violência, consenso e contratualidade. In: GORENDER, Jacob. **Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1990. p. 21-48.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência**: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 - 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Sílvia Hunold (comp). **Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa**. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000. Disponível em: <http://www.larramendi.es/>. Acesso em: 01 set. 2020.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar./ago. 1988. Disponível em: <http://anpuh.org/revistabrasileira/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PIMENTEL, Maria do Rosário. **Viagem ao fundo das consciências**. Lisboa: Colibri, 1995. p. 167-174.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: A Resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert W. **Na Senzala Uma Flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava brasileira. São Paulo: Editora Unicamp, 1999.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **Três palavras sobre o sustento dos escravos**: Brasil, colônia de Portugal, 1633-1808. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

LIBERDADE DAS “CLASSES PERIGOSAS”: A CRIMINALIZAÇÃO DO NEGRO COMO INSTRUMENTO DE PODER DA ELITE POLÍTICA E ECONÔMICA NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Hellen Silva Andrade Dos Santos

Resumo: Essa pesquisa pretende examinar as formas de controle social promovidas pelo Estado em consonância com as elites dominantes no período pós abolição da escravidão no Brasil. Parte-se da hipótese de que houve um processo de criminalização que atribuía ao negro uma personalidade perigosa, representando, portanto, uma ameaça aos projetos destes grupos dominantes. Para isso, esses setores, com forte influência sobre a política do Estado, tiveram o aparato jurídico e a medicina legal como instrumento de concretização de seus interesses. Através da análise de fontes como as atas do Conselho do Estado e os anais do senado do Império, é possível observar que a discussão a respeito do aperfeiçoamento da Lei da Ociosidade acompanhou a discussão sobre o fim da escravidão no Brasil. Quando a Lei Aurea foi assinada, a aplicação do que ficou conhecido como Lei da Ociosidade se tornou pauta urgente graças ao medo da elite brasileira das chamadas “classes perigosas” que iriam derivar da “onda negra”.

Palavras-chave: jurisdição, relações de poder, vadiagem.

A SEGURANÇA DO E NO IMPÉRIO

Como um aparato influenciador da política imperial, as reuniões realizadas pelo Conselho do Estado ainda geram importantes discussões historiográficas. Inicialmente ratificado pelo Imperador D. Pedro I na Constituição outorgada em 1824, posteriormente suprimido pela lei nº 16, de 12 de agosto de 1934, o Conselho do Estado é restaurado pela lei nº 321 de 1841, tendo, durante o segundo reinado, a tarefa de propor e interpretar leis do Estado, assim como garantir que estas fossem cumpridas.

Podemos dividir suas novas atribuições, grosso modo, em atribuições políticas e administrativas. Entre as primeiras, os conselheiros deveriam opinar sempre que o Imperador se propusesse a ouvi-los com vistas ao exercício do Poder Moderador, bem como quando o Poder Executivo estivesse na iminência de tomar uma decisão legalmente considerada grave. Entre as segundas, os conselheiros deveriam auxiliar o Poder Executivo com pareceres, sugestões, servindo ainda de tribunal administrativo. Embora sua consulta não fosse mais obrigatória, a doutrina entendia que “a sabedoria da Coroa jamais deixará de ouvir o Conselho de Estado desde que a magnitude do negócio assim demandasse.” (VICENTE, 1978, p. 290)

Por se tratar de um órgão consultivo, as decisões que passavam pelo Conselho poderiam não serem consideradas, porém, analisando as atas percebe-se que, ainda que com pequenas modificações, os decretos e leis discutidos ali eram frequentemente aprovados.

José Murilo de Carvalho afirma que, apesar das divergências a respeito do real peso político do Conselho, não há dúvidas de que, levando em consideração sua composição por pessoas da alta hierarquia política e o contato

constante destes com variados problemas da política nacional, ele tenha se constituído como um órgão estratégico para se pensar a elite política imperial (CARVALHO, 2008, p. 357). Ele analisa que:

[...] as atas do Conselho Pleno nos dão acesso ao pensamento, expresso com relativa franqueza, de um grupo cuidadosamente selecionado de políticos no ápice de suas carreiras. Embora com certa predominância conservadora, era ampla a representação liberal, especialmente na última década, podendo-se dizer que estamos diante do pensamento do cerne da elite política produzida pela Monarquia (CARVALHO, 2008, p. 363).

O autor, no entanto, aponta que, pela mudança de membros ocorridas durante os 48 anos da vigência do Conselho, detectar se havia um pensamento por trás da organização seria problemático.

Com temas diversos, portanto, as discussões não costumavam alcançar unanimidade de pensamento, e, como analisa Carvalho, não havia entre os conselheiros, uma defesa clara dos interesses das classes conservadoras, já que a prioridade geralmente eram os interesses do Estado. Porém, “havia a menor hesitação quando se tratava da defesa indireta dos interesses das classes conservadoras expressa na preocupação com a ordem em geral, como fica claro nas discussões das propostas de libertação de escravos para lutar na guerra e do *Ventre Livre*” (CARVALHO, 2008, p. 371). O que faz com que fossem citadas frases como:

Abolição da escravidão deve ser indubitavelmente matéria de congratulações; receio, porém, que seja ela acompanhada de grandes males em consequência da preguiça e privações dos negros emancipados, que pouca consciência têm por ora dos deveres que lhes impõe a condição de homens livres, formam ideias exageradas dos direitos adquiridos pela liberdade, e podem facilmente tornar-se um perigo sério, tanto para os Estados a que pertencem, como para o Governo da União. Espero que com o tempo se colha melhores resultados, mas por agora conseguiu-se o grande fim da emancipação à custa de duras provas e não pequeno perigo (Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867, p. 104)

A fala em questão foi proferida por Lord Derby, primeiro ministro do Reino Unido e membro do partido conservador inglês, ao se referir aos Estados Unidos, e citada pelo então Presidente do Conselho de Ministros e ministro dos Negócios do Império, Marques de Olinda durante reunião do Conselho do Estado no ano de 1867 quando argumentava pela emancipação gradual da escravidão no Brasil.

Segue essa mesma linha o pensamento do Conselheiro Nabuco no Conselho ao opinar sobre a abolição da escravidão declarando que:

Devemos pois contar com a impaciência dos escravos, com a sua predisposição para as desordens e para inércia no trabalho; devemos esperar insurreições parciais. É preciso portanto tomar medidas para dominar a situação que possa vir depois da lei. Talvez se diga: e porque quereis legislar quando sabeis que a lei importará animosidade e desordens? Respondo que no estado das coisas, se não legislarmos, o mal será maior, a pressão dos acontecimentos ainda tornará mais terrível e medonha a nossa situação. Por tudo que tenho lido e observado, temo muito menos as consequências da lei, do que as incertezas da imprevidência: antes as consequências que houve na Martinica e Guadalupe, do que os precedentes havidos em São Domingos. (Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867, p. 111)

Assim sendo, embora, também não houvesse uma deliberação unificada a respeito do processo emancipacionista, a preocupação com a ordem social e segurança no império era uma demanda única entre os conselheiros, fazendo com que fossem comuns opiniões como as do marquês de Olinda e do Conselheiro Nabuco sobre o que foi nomeado nas atas das reuniões como “elemento servil” e as possíveis perturbações que a abolição imediata poderia trazer.

Esse assunto torna-se ainda mais presente nos anos de 1860, pois, com a convocação de escravizados no corpo do Exército na guerra contra o Paraguai, acirram-se ainda mais os ânimos pela abolição da escravidão tanto entre os abolicionistas políticos quanto entre os cativos (NABUCO, 2011, p.47) Para os conselheiros, no entanto, a emancipação deveria ser gradual, pensada de forma a evitar grandes conflitos, sendo a Lei do Ventre Livre um mecanismo que serviria para apaziguar essas possíveis hostilidades. Carvalho indica que “um forte argumento dos partidários da proposta era do tipo *reform-mongering*: é melhor atacar agora o problema, apesar dos perigo para a tranquilidade pública, do que arriscar perturbações maiores como as que houve em S. Domingos” (CARVALHO, 2008, p 378). E complementa:

No fundo, tratava-se de novo da visão estadista: era preferível que o governo se antecipasse e promovesse a reforma embora incorrendo na ira dos donos de terra, do que permitir que no futuro o conflito se ampliasse, seja numa guerra civil, como nos Estados Unidos, seja em rebeliões de escravos, como em algumas das colônias europeias do Caribe. (CARVALHO, 2008, p. 378)

Nomeado por Sidney Chalhoub como haitianismo, o medo de qualquer insurreição escrava que pudesse subverter a estrutura social não era preocupação exclusiva dos políticos imperiais. Em *Onda negra, medo branco*, Célia Maria Azevedo afirma que entre as elites escravistas a Revolução de São Domingos, sobretudo, nutria esse temor graças as constantes revoltas dos escravizados desde o início da escravização no Brasil. O medo da reação dos escravizados ao ser proclamada a abolição pode ser bem ilustrada na fala do marques de Muritiba, que recebeu apoio entre os colegas conselheiros:

Se agora já alguém acredita que alguns atentados contra os senhores se reproduzem com frequência, porque os escravos andam eivados do sentimento abolicionista, muito mais se deve esperar quando os Poderes públicos tiveram proclamado a injustiça do estado da escravidão. Desaparecerá então a resignação que hoje é a maior salvaguarda dos senhores. (Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867, p. 113)

Nas palavras de Célia Maria Azevedo:

Frente a estas expectativas disseminadas de inversão da ordem política e social, de vingança generalizada contra os brancos, os ouvidos educados não só ouviram como começaram a falar e sobretudo a escrever, registrando todo um imaginário em que se sobressai a percepção de um país marcado por uma profunda heterogenia socio-racial, dividido entre uma minoria branca, rica e proprietária e uma maioria não-branca, pobre e não-proprietária. (AZEVEDO, 2015, p. 36)

Desse modo, pode-se perceber que a preocupação desses grupos a respeito da libertação dos escravizados também estava sendo nutrido pela inquietação por possíveis reações violentas dos libertos contra aqueles que os mantiveram em situação de escravidão. Uma grande “onda negra” iria “invadir” as ruas brasileiras com a emanci-

pação e o medo toma contornos ainda maiores nesse momento, dado que o período foi marcado por agitações nas ruas da Corte, com a ativa movimentação política tanto de escravos quanto de livres.

O MEDO BRANCO REPRESENTADO NAS LEIS

Sidney Chalhoub discorre sobre como o fantasma do haitianismo, fez com que esquemas de segurança fossem aprimorados com o objetivo de prevenir supostas conspirações de haitianos junto de escravos no Brasil, quando vistos alguns “cabras” e “crioulos forros” ostentando a imagem de Dessalines, Imperador do Haiti. Chalhoub detalha que:

A luta dos negros pela liberdade parecia não ter fronteiras, e não é difícil imaginar a apreensão causada por notícias como estas numa cidade cuja metade da população aproximadamente era constituída por escravos e libertos durante a primeira metade do século XIX (CHALHOUB, 1988, p. 88).

Além disso, a Capital Federal estava se constituindo como o que Chalhoub chamou de “Cidade Esconderijo”, gerando uma dicotomia entre a cidade codificada pelos brancos e a instituída pela presença dos negros. Nessa cidade confundiam-se negros libertos ou livres com os que ainda eram escravizados, então era comum que alguém que ainda estivesse em situação de escravidão migrasse para o Rio. O autor comenta que essa situação contribuiu para diluir “paulatinamente uma política de domínio onde as redes de relações pessoais entre senhores e escravos, ou amos e criados, ou patrões e dependentes podiam identificar prontamente as pessoas e seus movimentos” (CHALHOUB, 1988, p. 91). Dessa forma, gera-se desconfiança generalizada e, conseqüentemente, transforma todos os negros em suspeitos (CHALHOUB, 1988, p. 91).

Essas pessoas, “com seus movimentos irreverentes e difíceis de enquadrar, destruíram vagarosamente a cidade branca que se imaginava ordenada pela escravidão” (CHALHOUB, 1988, p. 95), mostrando-se ainda mais ameaçadoras quando constatado o desenvolvimento de uma “cidade solidária” constituída pela ajuda mútua entre escravizados e livres como resistência à violência da escravidão. Nessa “cidade solidária” a ajuda poderia ser tanto para encobrir fugas, como para planejar o assassinato de seus senhores.

Ao lado destas solidariedades arrancadas, verticais, que viabilizavam a circulação dos objetos obtidos com o furto necessário, ou que garantiam o mínimo de proteção da vizinhança contra as violências dos senhores, havia toda uma rede mais apertada, horizontal, das solidariedades tecidas entre os próprios negros escravos ou livres (CHALHOUB, 1988, p. 101).

A reação negra, a sua não inércia diante da violência da escravidão, chocava a população branca que temia a inversão da situação com a abolição. Era necessário que os mecanismos de controle sobre essas pessoas fosse aprimorado, de modo a manter seus corpos domesticados. Atribuía-se ao negro a incapacidade em viver em sociedade sem o medo de punição, afirmando que, sem os métodos antigos de coação violenta da escravidão, estes se entregariam à ociosidade, estando, portanto, propensos à práticas perigosas e criminosas. Essa crença coloca o negro como um indivíduo naturalmente vicioso, com marcas de “degenerência” e imoralidades herdadas de sua situação de escravo e foi em consideração à essa concepção que determina-se a necessidade em educar os libertos, inserido neles uma certa disciplina para o trabalho.

Nesse ponto a preocupação torna-se apenas em como fazer com que o Estado mantivesse essa organização do mundo do trabalho sem os mecanismos antigos, ou seja, sem as características de domínios típicas da escravidão,

além da necessidade em manter a acumulação das riquezas das elites escravistas. Disso resulta na maior importância da Lei da ociosidade, já existente no Código Penal de 1830.

Maria Olivia Gomes da Cunha disserta sobre esta questão e expõe que: “a criminalização da vagabundagem só é possível porque foi precedida da constatação da incapacidade dos ex-cativos e novos pobres subsistirem em liberdade” (CUNHA, 2002, p. 393). Segundo a autora, essas medidas disciplinares estavam voltadas para uma “tentativa de organizar as relações de dependência, hierarquia, escravidão e controle ligadas ao ‘mundo do trabalho’, marcado pela submissão e violência” (CUNHA, 2002, p. 386). Dessa forma, de acordo com Cunha, o ócio passa a representar a negação da ordem pública, enquanto o trabalho seria a terapia corretiva desse mal.

[...] o ócio passa a conformar um comportamento, um hábito e uma prática de negação não só da necessidade de auto-sustento como uma vida em sociedade. Aquele que incorrem nessa prática quebram um contrato de convivência social, aniquilando a possibilidade de gozo dos direitos oferecidos àqueles que aderem ao pacto. A partir daí, estão suspensas as prerrogativas que conferiram o estatuto de cidadania e, por fim, sobre eles recairá a possibilidade de estarem sujeitos a outro tipo de intervenção. Não acender ao pacto implica sujeitar-se à tutela do Estado e seus organismos de disciplinarização e correção, uma vez que os ociosos são suspeitos de incapacidade físico-moral. Sua caracterização representa a quebra das regras sociais. O não-trabalho passa a prefigurar um delito e uma tendência delinquencial (CUNHA, 2002, p. 386).

Esse método corretivo poderia se configurar como uma pedagogia do medo, pois a classe dominante, através do ordenamento jurídico, acreditava implantar no liberto o medo da Lei, o que faria com que este se submetesse a empregos de baixa remuneração.

Por esse motivo a lei da ociosidade foi remodelada por Ferreira Viana já em 1888 e aprovada quase por unanimidade. Logo, o medo não era apenas do haitianismo e da cidade esconderijo solidária, mas também dos prejuízos econômicos que a elite teria ao libertar sua fonte de riquezas, medo de que estes, agora donos de sua mão de obra, não fossem trabalhar porque os anos de cativo os havia corrompido de tal forma, que os tornaram preguiçosos. E, sobretudo medo de que a nação civilizada e branca que se pretendia construir, fosse dominada por um grande contingente de negros ociosos que poluiriam as ruas, representando ameaça à ordem, a segurança pública e privada. A aplicação da lei estava vinculada à identificação do inimigo público, aquele que causava medo, representava uma ameaça ao seguimento dominante.

Nesse cenário, o sentido do trabalho passa a ser moral. Durante os anos de cativo o trabalho possuía um sentido degradante e de sofrimento, porém para que a ordem burguesa que se pretendia construir fosse levada a diante, a noção de que o trabalhador era o ente moral que estava exercendo corretamente sua função de cidadão e o ocioso o vicioso amoral, alheio ao funcionamento da sociedade ao não participar do pacto de contribuição, portanto, um parasita social. Essa lógica denuncia o caráter de hierarquia capitalista, uma vez que aquele que fosse rico e não exercesse função não era ocioso, mas aquele que não conseguisse um emprego por inúmeras razões sem voltar para os grandes proprietários um soldo de seus rendimentos, estava cometendo uma contravenção.

Seguindo essa linha de pensamento, Thompson aponta que, no início do capitalismo na Inglaterra, era comum que o indivíduo que não se submetesse aos baixos salários e trabalhos degradantes fossem tidos como vadios e ociosos. Da mesma forma que posteriormente ocorreu no Brasil, as leis atuavam como forma de encaminhar, pela força essas pessoas ao trabalho, sendo uma ferramenta eficiente da classe dominante (THOMPSON, 1987, p. 282). Como argumenta Thompson, as leis de combate a ociosidade acabavam se saindo como um instrumento do

governo para favorecer aqueles que controlavam o poder, no Brasil estes eram as classes de ex senhores de escravos, a elite econômica (THOMPSON, 1987, p. 281). Quem bem analisou esse propósito no Brasil foi Mariza Correa e, em suas palavras:

Dada ainda a existência de uma estrutura das relações sociais apoiada no paternalismo ou no clientelismo vigente entre dominantes e dominados no período de transição da escravidão para o trabalho livre, e uma fraca constituição do mercado de trabalho, o resultado teria sido uma política de ‘persuasão moral’ como elemento determinante na manutenção do sistema de desigualdades sociais (CORRÊA, 2001, p. 42).

Ainda segundo Corrêa, as leis passaram a serem definidas como expressão das desigualdades sociais e, diferente dos EUA e da Europa, onde os comportamentos sociais eram moldados pela lei, no Brasil era o contrário, a lei se moldava de acordo com a sociedade já preparada para ela. Como afirma Thompson:

[...] a lei é por definição, e talvez de modo mais claro do que qualquer outro artefato cultural ou institucional, uma parcela de “superestrutura” que se adapta por si às necessidades de uma infraestrutura de força produtivas e relações de produção. Como tal é nitidamente um instrumento da classe dominante de *facto*: ela define e defende as pretensões desses dominantes aos recursos e à força de trabalho- ela diz o que será propriedade e o que será crime- e opera como mediação das relações de classe com um conjunto de regras e sanções adequadas, as quais, em última instância, confirmam o poder de classe existente (THOMPSON, 1997, p. 349- 350).

A Lei foi pensada como forma de coação ao trabalho das “classes perigosas”, o que acaba por categorizar qualquer pobre que não estivesse inserido no mercado de trabalho, porém, por ser uma questão que caminhou lado a lado com a abolição, as intenções da lei tinham essência puramente racial. Os vadios eram nominalmente os negros e, em sua maioria libertos da escravidão e posteriormente moradores de cortiços ou favelas, tendo-se com a criminalização da vadiagem a consequente criminalização do negro e da pobreza.

Com a abolição, o medo do inimigo interno figurado pelo negro aumenta, e, segundo Chalhoub, com a proclamação da república ele passa a representar uma ameaça ao próprio republicanismo (CHALHOUB, 2008, p. 104). Com a República, os problemas sociais da recente abolição da escravidão vieram como herança do antigo regime político, porém o autor mostra que graças ao pensamento político do liberto, chegando uns a serem até mesmo monarquistas, durante a primeira república a solução para os problemas sociais do negro foi o estabelecimento de uma repressão ainda mais rigorosa, pelo medo da ameaça que essa autonomia política poderia significar para as elites republicanas. Ele declara:

O fato é que os primeiros governos republicanos só souberam exigir truculência e intolerância em relação à cidade negra, deixando entre muitos populares aquela convicção profunda –captada por João do Rio –de que os ‘novos’ tempos não eram necessariamente tempos melhores. Os republicanos construíram todo um belo discurso como justificativa de suas ações contra a cidade negra. Agiram em nome da higiene, da moral e dos bons costumes, do progresso e da civilização. Jamais admitiram que eram movidos também pelo medo (CHALHOUB, 2008, p. 104).

A perseguição de capoeiras, destruir cortiços sem um redirecionamento da população que ali viviam e reprimir a vadiagem eram formas de eliminar ou apagar o indesejável da sociedade e agir contra a resistência da cidade negra à esse tipo de “delírio disciplinador” que irá gerar consequências permanentes na sociedade brasileira.

O CONTROVERSO CÓDIGO PENAL DE 1890

O direito tem se mostrado ao longo dos anos uma área não tão amistosa com os negros, não só no Brasil, como em toda América Latina, servindo muitas vezes, ainda hoje, como um mecanismo que perpetua a desigualdade social (MATTOS, 2018, p. 169). Essa relação é percebida historicamente, delimitando uma notável discriminação jurídico-racial que não é prevista em lei, mas que atua de maneira velada, a partir da própria jurisprudência e práticas judiciais.

Brodwyn Fischer, Keila Grinberg e Hebe Mattos, exprimem que:

O Código Penal brasileiro de 1890 seguiu a chamada escola clássica de criminologia, segundo a qual todas as pessoas eram consideradas iguais, investidas de livre arbítrio e sujeitas à repressão e punição apenas com base em seus atos criminosos. Mas a jurisprudência e a prática brasileiras no período pós-abolição foram profundamente influenciadas pela escola de criminologia italiana “positivista,” que considerava que os indivíduos possuíam diferentes propensões inerentes ao crime e deveriam receber tratamento diferenciado (e até mesmo preventivo) com base em características raciais, culturais ou psicossociais (Fry, 1985; Fry e Carrara, 1986; Álvarez, 2003; Fischer, 2008; Ribeiro Filho, 1994). Dada essa dualidade, é evidente que as práticas racistas do direito penal podem ser mais facilmente localizadas na jurisprudência e na prática policial do que nos códigos em si (MATTOS, 2018, p. 181-182)

Para legitimar entre os populares o novo regime instaurado sem a voz dos mesmos, as elites fizeram uso de simbologias que representariam a República proclamada, maquiando esse início pouco democrático com heróis republicanos e supostos direitos e liberdades universais. Porém, os rumos do país se mantinham nas mãos de uma minoria de proprietários de terra, as mesmas famílias escravistas do império que, dessa vez com o coronelismo, possuíam um pacto com o poder público de modo a fazer prevalecer os interesses de ambos.

E é no Código Penal de 1890 que esta simbologia estaria evidenciada. Com a abolição da escravidão, a remodelação do Código Penal de 1830 já havia sido providenciada e estava a cargo do Conselheiro João Batista Pereira. Porém, com o advento da República, surge a necessidade em criar um outro código que não fosse objeto do período imperial. João Batista Pereira assume a tarefa que lhe haviam atribuído anteriormente, com o mesmo propósito e, tendo em vista a mesma questão, agora unida a uma outra problemática: a abolição da escravidão e a manutenção da ordem republicana. Seu projeto é executado e revisado, sendo aprovado pelo decreto 847 de 11 de outubro de 1890 (DONADELI, 2014, p. 366).

Promulga-se com ele, a suposta igualdade jurídica de todo cidadão brasileiro, que estaria, portanto, sujeito à mesma disposição criminal que qualquer outro indivíduo. Nesse contexto, ainda lidando com o ‘problema’ do liberto, a República não tinha como prioridade a reparação do principal erro do Império por meio de políticas públicas voltadas para a inclusão social do negro, mas a promulgação de leis punitivas que antecedem até mesmo a Constituição de 1891. Isso se torna ainda mais evidente com a remodelação dos mecanismos de controle e direcionamento ao trabalho presente no Livro III, sobre os ébrios, mendigos e ociosos¹. Dessa forma, embora trouxesse princípios marcantes da Escola Clássica de direito penal, foi o positivismo criminal que se mostrava claro em seus parágrafos e artigos, trazendo influência principalmente nas políticas públicas voltadas para a segurança, “direcionando a criação ou reforma, bem como o funcionamento de instituições de internação” (DONADELI, 2014, p. 369).

¹ Código Penal Brasil, 1890. Livro III, capítulo XII-XIII

A PERSEGUIÇÃO MORAL ATRAVÉS DA VADIAGEM

No Capítulo XIII do Código Penal de 1890, intitulado ‘dos vadios e capoeiras’, encontram-se amostras mais significativas do positivismo criminal em seu corpo legal. Ao comentar o Código, Oscar Macedo de Soares interpreta que a repressão a vadiagem se dava mais por se tratar de “um modo de existência social perigoso que o legislador quis punir”(SOARES, 1910, p. 766) do que por ser um crime por si só. O vadio não era um criminoso, mas “a lei penal presume aqui a grande possibilidade e probabilidade dessa consequência, e seu caracter e fim é portanto eminentemente preventivo e correccional”(SOARES, 1910, p. 766).

Ou seja, assim como definido no período imperial através dos discursos dos conselheiros e parlamentares com a abolição da escravidão, a vadiagem é um estado que antecede a postura criminal. O vadio seria o anti-social, um ‘parasita’ e a lei agiria de forma a definir e distinguir aquele que se deve reprimir, dado que, como apontou Soares, o ‘parasitismo’ dos inválidos e dos ricos não era motivo de punição, pois a lei diz que vadio é aquele que:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes².

Essas passagens demonstram claramente o fim moral que possuía esta repressão, que buscava recolher aqueles que não estavam de acordo com a definição de moral dominante. Por isso vale citar a portaria do dr. Bento de Faria, delegado da 8ª Circunscrição policial da Capital Federal, citado por Soares:

Attendendo a que vagabundagem, embora não seja um crime completo, deve ser, entretanto, considerada com um estado anti social permanente que exige medidas de preservação constante (Prins — Science vénale et droit positif), o que importa prevenir ou corrigir as inclinações ou hábitos viciosos -ou immoraes do agente;

Attendendo a que por *vagabundo se* entende não só aquelle que vagueia sem domicilio e sem pedir ao trabalho os meios de subsistência, mas também o que procura provê-la por meio de occupação prohibida por lei ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes {Cod. Pen., art. 399, Jteg. 120, de 31 de Janeiro de 1842, art. 300} (SOARES, 1910, p. 767-768).

A ação dessa lei possuía um fim corretivo, culpando as próprias pessoas pela condição em que viviam, devendo o Estado, através de leis, repreende-los por tal com ameaças de punições mais severas. Isso é o que significava o “termo de tomar occupação” descrito no parágrafo 1 do art. 399, que determinava que: “§ 1. Pela mesma sentença que condemnar o infractor como-vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de; tomar occupação dentro de quinze dias, contados do cumprimento da pena.”³

Ou seja, o condenado por vadiagem deveria dar um jeito de conseguir um emprego em 15 dias, já que supunha-se que a única explicação possível para a sua situação era a ociosidade e, para trabalhadores informais, a falta de compromisso social, que partia inteiramente da vontade do indivíduo. Esse ‘vício desviante’ somente seria rompido pelo disciplinamento. Assim, o descumprimento deste termo implicaria reincidência e, como dito no parágrafo 19 do art. 39, a reincidência representava um agravante da penalidade, o que ocasiona o recolhimento do infrator por até 3 anos em colônias penais com propósito corretivo, fundadas ou em ilhas marítimas ou nas fronteiras da capital federal.

² Planalto, decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, Livro III, Capítulo XIII, art. 399.

³ Planalto, decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, Livro III, Capítulo XIII, art. 399

Analisando as fichas criminais relativas a vadiagem da 5ª Pretoria Criminal e alguns arquivos da Casa de Detenção do Distrito Federal, percebe-se um padrão pouco surpreendente no perfil dos acusados. Como bem percebeu Cunha, “eram quase todos pretos”, sendo os brancos em sua maioria estrangeiros. É possível fazer esse mapeamento, pois já nos depoimentos e nas fichas criminais, a cor do indivíduo é indicada. Cunha afirma que a alusão da cor nessas fichas era um método de diferenciação, sinal distintivo, apontando a origem social da pessoa, as diferenças sociais. Encaixava os indivíduos dentro das ideias racialistas de cada grupo e agia como uma forma de adjetivação. Ela reitera que as taxonomias raciais “foram concebidas como espécie de ‘fronteiras naturais’ que diferenciavam e nomeavam a espécie humana” (CUNHA 2002, p. 159). Segundo Cunha, a categoria “cor” nas fichas de identificação, no mapeamento, apontam diferenciações que podem atuar junto de diversas formas: morfológicas, posições sociais, estado civil, e situação socioeconômica. Das características morfológicas, a cor era a que restava como identificatória.

Os detidos por vadiagem muitas vezes eram condenados sem provas de que trabalhavam ou viviam no ócio. Eram presos por serem suspeitos e uma ocorrência em sua ficha já os caracterizavam como vadios incorrigíveis. Seus depoimentos de pouco valiam e uma ocorrência anterior gerava a pena máxima na colônia, determinando uma carreira criminal. Sobre esse processo, Cunha afirma:

[...] os registros identificatórios encarnavam o ‘poder de iniciação’. Mas em que medida os policiais e juízes tinham consciência de que detinham esse poder? Evidentemente, não é dentro dos processos que vamos encontrar a assunção dessa autoridade por parte de ambos. Até por que, se o fizesse estariam assumindo que a vadiagem, mais que prática, era um recurso e uma retórica visando a criminalização (CUNHA, 2002, p. 100).

Era normal o acusado declarar não conhecer aqueles que testemunhavam contra ele, sendo ainda mais normal que os policiais que os detinham testemunhassem que o indivíduo fosse um “vagabundo conhecido”. Além disso, mesmo que fossem inocentados e conseguissem comprovar que possuíam ocupação legalizada, os acusados ficavam presos por uma média padrão de 22 dias e meio. Assim, “a prisão cautelar já cumpre, em larga medida, a função de contenção da circulação dos vadios que [...] confundem-se com os negros libertos no contexto pós-abolição”

Eugeniusz Cruz apresenta em seu artigo uma pesquisa empírica feita por Neder a respeito desse mesmo fato:

A pesquisa empírica feita por Neder (2012, p. 292) revela que no ano 1892, ou seja, 2 após a publicação do Código de 1890, das 655 detenções levantadas das análises dos registros dos relatórios dos chefes de Polícia e dos ministros da Justiça, e dos Livros da Casa de Detenção, guardados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; 229 foram motivadas por distúrbio/algazarra relativos à prática de batuques relacionados aos cultos religiosos afro brasileiros, de modo a mais uma vez caracterizar a seletividade da ação repressora (CRUZ, 2018, p. 479).

Analisando os números da Casa de Detenção da Capital Federal do ano de 1910, foi observado que das 2.317 pessoas presas, 1.873 eram identificadas como pretos e “mulatos”.

Sendo assim, em um momento de construção republicana, onde os ideais de liberdade, cidadania e igualdade supostamente andariam juntos, os pobres e, sobretudo os negros, foram sumariamente excluídos. Ou seja, após anos de escravidão, o negro ganha, em liberdade, o seu local à margem da sociedade, se estabelecendo em sub-empregos pela necessidade de não ser enquadrado como um inimigo natural da ordem social. Sua situação socioeconômica

tornava-se evidente quando este passa a ser associado a vadiagem por não possuir o status social que a própria elite econômica impossibilitou que este tivesse (MOURA, 1983). Um quadro não muito diferente dos dias atuais quando, ao justificar que não é um criminoso e, portanto não merece ser vítima da violência policial racista, o jovem negro precisa mostrar que é “trabalhador”. Sobre esse estigma, Clovis Moura declara que:

Ele (o negro) sobrou nesse processo. O preconceito de cor, neste contexto, funcionava como elemento de barragem permanente. Estereótipos eram elaborados para justificar-se porque ele não era aproveitado, criando-se um complexo de ideias justificadoras capazes de racionalizar essa barragem. E aquele elemento humano, que durante quatro séculos foi o único trabalhador da sociedade brasileira, passou a ser considerado preguiçoso, ocioso, de má índole para o trabalho. O migrante estrangeiro, por outro lado, vinha como sendo o povoador ideal, superior, capaz de injetar os valores da poupança e do labor perseverante que o negro não possui. O interessava, no entanto, através dessa teia de valores e julgamentos negativos contra o negro e favoráveis ao branco, era que o negro fosse alijado como trabalhador por ser negro, pois o ideal das classes dominantes era fazer o Brasil uma nação branca (MOURA, 1983, p. 11-12).

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. São Paulo: Annablume Editora, 2015
- CARVALHO José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Teatro de Sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008
- CHALHOUB, Sidney. Medo branco de alma negra: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, São Paulo, v. 8, n. 16, mar./ago. 1988. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3676. Acesso em: 20 jul. 2020
- CORRÊA, Mariza. **As ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. 2. ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001
- CRUZ, Eugeniusz. O eco escravista: Processo histórico de formação da seletividade penal. **Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 464-484, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v10n3a72018.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro 1927-1942**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- DONADELI, Paulo Henrique Miotto. Cultura política republicana e o Código Penal de 1890. **História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 3 (Especial), p. 360-375, 2014. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1218>. Acesso em: 21 ago. 2020.
- MATTOS, Hebe *et al.* Direito, silêncio e racialização das desigualdades na história afro-brasileira. In: FUENTE, Alejandro de la *et al.* (Org) **Estudios afro-latino-americanos: uma introdução**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- MOURA, Clovis. **Brasil: Raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Ed., 1983.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.
- SÃO VICENTE, 1978, p. 290 apud LYNCH, Christian Edward Cyril. A idéia de um Conselho de Estado brasileiro: Uma abordagem histórico-constitucional. **Brasília a.** 42, n. 168, p. 52-53, out./dez. 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/939>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- SOARES, Oscar de Macedo. **O Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Fontes

Código Penal Brasil, 1890. Livro III, capítulo XII-XIII

Planalto, decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, Livro III, Capítulo XIII, art. 399.

Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867. Vol. 4.

A abolição no parlamento: 65 anos de luta (1823/1888) Brasília : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. 2 v.

Processo criminal, Código Penal, artigo 399. Códices 70.4042, 70.1198, 70.4043, 70.0063 (Arquivo Nacional) 1900-1921

Série Justiça, polícia. Códices IJ⁶923 (Arquivo Nacional) 1903

Série GIFL. Códice 6D-26 (Arquivo Nacional) 1901.

CENÁRIO DE UMA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL EM MOVIMENTO PARA O SÉCULO XXI: A NEGRITUDE REDESENHANDO AS UNIVERSIDADES

Tadeu Pereira Dos Santos

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib

Resumo: O referido texto problematiza os dados relativos a inserção de negros e pardos na universidade no Século XXI, que foram produzidos por órgãos públicos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agência Brasil, o Ministério da Educação (MEC) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Metodologicamente, optamos por articular teoria e prática, analisando os dados produzidos à luz de uma literatura que permita refletir se ações afirmativas são medidas compensatórias ou intervenções efetivas decorrentes de políticas públicas de Estado que realmente estejam preocupadas com a transformação social. Os resultados apontaram que as modificações nas universidades têm redesenhado o quadro de discentes nas universidades e a produção científica produzida por e para a população negra.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Ensino superior. Relações étnico-raciais.

A LEI 10.639/03 NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

No Brasil, é a partir de 2003 que as principais efetivações das políticas públicas de combate à discriminação racial passam a vigorar na estrutura oficial da legislação nacional. Segundo Marques (2018), não devemos esquecer que tal processo tem seu início na década de 1990, redesenhando, de forma crescente, o quadro da política de educação superior, na medida em que os atores sociais que passaram a compor o corpo discente das universidades representavam a primeira geração de suas famílias. Desse modo, com a implantação de ações afirmativas a partir dos anos de 1990,

gradativamente se observa um novo desenho da política de educação superior, com o acesso de outro perfil de ingressantes, que, em sua maioria, eram a primeira geração de sua família a ingressar no ensino superior, pois a ausência de políticas de promoção de igualdade racial inviabilizava a entrada de jovens negros na universidade. (MARQUES, 2018, p. 3).

As lutas, conflitos e disputas marcaram o intervalo temporal de aproximadamente treze anos. Tal período evidenciou a concretização de ações e intervenções encabeçada pelo movimento negro nacional, contribuindo para a efetivação de uma legislação de combate ao racismo e ao preconceito.

A aprovação da Lei nº 10.639/2003 que trata sobre a história e cultura dos africanos e afrodescendentes nas escolas públicas e privadas do país, a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de outras políticas de Estado abalaram as estruturas tradicionais para além do caráter educacional (CORDOVIL, 2014). Já a Lei nº 12.228/2010 institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra igualdade de oportunidade, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e

demais formas de intolerância étnica. Essas duas Leis exemplificam bem os embates históricos da população negra no Brasil e os olhares discriminatórios direcionados aos africanos e afrodescendentes. Tanto assim que elas se efetivaram como mecanismos de lutas contra as mais diversas formas de preconceito e subjugação. E, mesmo frente a tantas modificações no cenário das políticas públicas atuais, esse tratamento desigual se faz presente na sociedade, condicionando a manutenção de valores e visões de mundo e pouco sendo tratado como um problema estrutural de formação histórico-cultural.

Ao contrário do que ocorreu na educação superior, a implementação da Lei nº 10.639/2003 na educação básica teve mais efetividade, mesmo que em ações isoladas. Na visão de Passos (2013), muitos educadores conseguiram reelaborar todo seu fazer escolar, independente da disciplina ministrada, do conteúdo trabalhado ou da ação pedagógica desenvolvida. Ele argumenta ser esse professor aquele que faz a lei acontecer e que projeta a discussão da temática para sua formação acadêmica, disseminando possibilidades e desafios de efetivação das questões étnico-raciais e propiciando a valorização do legado africano e da diversidade, inclusive religiosa dentro e fora do espaço escolar.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

A história da educação brasileira é marcada por seu caráter elitista e excludente. Às elites sempre lhes foi assegurada a excelência educacional. Aos demais sujeitos sociais, enunciava um campo de possibilidade marcado pela devoração de sonhos, já que a educação ofertada impedia-os acessar o conhecimento em sua integralidade, dificultando o pensar, o criar e o questionar, salvo exceções. Assim, durante muito tempo, a Universidade foi frequentada, exclusivamente, pelos filhos das classes mais privilegiadas da sociedade, compostas, essencialmente, por brancos, e por alguns não tão brancos e não tão abastados.

Todavia, numa perspectiva mais atual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos últimos anos, a porcentagem da população autodeclarada branca diminuiu consideravelmente, do mesmo modo que houve um crescimento dos autodeclarados afrodescendentes (IBGE, 2014). Porém, no espaço universitário, discrepâncias ainda são perceptíveis em relação à presença de negros, pardos e de outros grupos minoritários.

É evidente que, se comparados com os dados de 2003, os dados atuais nos revelam um crescimento desses grupos, porém eles ainda continuam invisíveis. Não podemos negar que a presença das chamadas “minorias” esteja atribuída às políticas de acesso ao ensino superior gratuito, porém, por si só, essas políticas não são capazes de romper com a invisibilidade intencional que mascara a atual realidade das universidades em relação a seu público.

Devemos, pois, considerar que tal panorama social não é gratuito. O atuar nas brechas, no silêncio, ainda é uma prerrogativa da comunidade negra, que, passando a ocupar os diversos espaços na sociedade, vem concretizando protagonismos e visibilidades não só alusivos a uma epistemologia da sua cultura, mas também referenciando, positivamente, sua raça, sua ancestralidade, seu lugar de fala, dentre outros. Movimento que é fruto de um passado de lutas, do qual destacamos a primeira década do século XXI, cujas transformações de base educacional permitiram a negros e pardos a possibilidade de disputar o mercado de trabalho e, principalmente, o acesso ao sistema educacional brasileiro.

Concomitantemente ao acesso dos negros ao ensino superior, houve a criação de leis que valorizam a cultura e história africana e afrobrasileira no ensino básico e superior. O calçar desse processo se fez a partir da luta por inserir a Lei nº 10.639/2003 nas escolas públicas; na produção de livros, filmes e vídeos educativos; nas intervenções nas favelas; na instituição de cursinhos populares pré-vestibulares, enfim, em inúmeras intercessões, acentuando,

neste século, o papel político da comunidade negra na cena pública, na qual uma convergência de forças passa a concorrer na vazão de potencialidades, referendando o fazer-se negro no Brasil.

A presença dos afrodescendentes na educação superior, ampliada por meio de políticas públicas voltadas para o acesso de negros e pardos, passou a qualificar uma nova realidade nas universidades brasileiras. Contudo, tais políticas não conseguiram assegurar o desenvolvimento de práticas efetivas e contundentes de combate ao racismo e ao preconceito racial. Desse modo, a universidade é ainda espaço, por excelência, dos brancos.

É necessário o comprometimento das instituições de ensino superior (IES), por meio de políticas institucionais, em promover a real integração de negros e todas as ditas “minorias”, assegurando a permanência e a promoção acadêmica desses sujeitos, dentre outros aspectos. Marques (2018) destaca o envolvimento de alguns órgãos instituídos nas próprias universidades, e que lidam diretamente com o universo discentes, como fundamental para essa ação política. Segundo ela, é necessário que, “para além do acesso, a universidade desenvolva, por meio das Pró-reitorias de graduação e de assistência estudantil, ações que contribuam para a permanência e o fortalecimento da identidade desses grupos nesse espaço em que a maioria é branca” (MARQUES, 2018, p. 12).

Apesar dessa não ser a realidade concreta nas IES, segundo a Agência Brasil (2019), uma nova realidade se descortina, evidenciando uma transformação significativa. Dados obtidos do Informativo das Desigualdades Sociais por Cor e Raça, do IBGE e do Suplemento de Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) apontam que a proporção de pessoas pretas e pardas no ensino superior nas instituições públicas brasileiras aumentou significativamente nos últimos anos. Em 2018, esse percentual foi de 50,3%, o que contabiliza um percentual de 55,8% em termos de população brasileira. Nas universidades e faculdades públicas, pela primeira vez, pretos e pardos são a maioria:

A proporção de jovens de 18 a 24 anos pretos e pardos no ensino superior passou de 50,5% em 2016 para 55,6% em 2018. Entre brancos, a proporção é de 78,8%. Na mesma faixa etária, no número de pretos e pardos com menos de 11 anos de estudo e que não estavam frequentando a escola caiu de 30,8% em 2016 para 28,8% em 2018, enquanto o indicador para população branca é de 17,4% [...]. Os que já haviam concluído o ensino superior somavam 36,1% dos brancos e 18,3% dos pretos e pardos, enquanto a taxa de ingresso no terceiro grau é de 53,2% entre os brancos e de 35,4% entre pretos e pardos. (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Ainda que, estatisticamente, pretos e pardos sejam numericamente maioria nas instituições nacionais de ensino superior, merece destaque outra realidade apontada na V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais. A pesquisa, produzida, em 2018, pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), mostra que negros, mulheres, alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas e estudantes com renda per capita de até 1,5 salários mínimos são maioria nas instituições federais de ensino, ou seja, 70% dos universitários brasileiros.

Quando regionalizamos os dados, percebemos que a maioria dos estudantes universitários sobrevive com menos de meio salário mínimo ou depende de programas de assistência estudantil ou de outros recursos, como bolsas, para assegurar a permanência e permitir a conclusão do curso de graduação. Outro aspecto que se encontra nas entrelinhas dessa realidade diz respeito à forma como esse novo momento é recebido nas universidades. Esse novo público não se vê representado no espaço universitário. Na sala de aula, o tratamento dispensado pela maioria docentes aos alunos brancos não é o mesmo dado aos discentes negros e sem poder aquisitivo elevado.

As oportunidades de acesso a pesquisas ainda são ditadas pelos tradicionais coeficientes de rendimento acadêmico, ficando de fora delas alunos pretos, pardos e de baixo poder aquisitivo, ou seja, alunos trabalhadores que precisam conciliar estudo e trabalho.

Os dados mostrados na pesquisa servem também para elucidar a imagem deturpada de que as universidades públicas brasileiras são frequentadas pelas elites brasileiras. Apontam, ainda, para a necessidade de ações afirmativas concretas que permitam a pretos, pardos e alunos trabalhadores de baixa renda usufruírem, de fato, desse espaço, rompendo com um viés histórico de segregação e elitização dos lugares de produção de conhecimento.

O ACESSO ÀS UNIVERSIDADES: EDUCAÇÃO E NEGRITUDE

Os acordos internacionais firmados nas últimas décadas exerceram papel fundamental para a consolidação de políticas públicas de acesso das camadas populares à educação superior. Essas políticas, como vimos, proporcionaram visibilidade positiva do protagonismo afrodescendente no cenário nacional, combatendo as disparidades raciais, culturais e históricas que marcadamente ainda se encontram impregnadas na construção ideológica e cultural do Brasil.

Inerente a esse contexto de mudanças, as políticas afirmativas de inserção e democratização da educação, em especial as voltadas para as questões étnico-raciais, podem ser compreendidas de diversas formas pelos diferentes atores sociais. Nessa construção de oportunidades e diálogos, é nítida a ação individual e coletiva, embora nem todos assumam a bandeira a favor das causas raciais. Essa divergência de opiniões envolve a aceitação ou não da existência do preconceito e da discriminação racial, faz valer a postura de combate às visões opressoras em relação a negros/negras, e representa uma bagagem histórica que, por muitos séculos, excluiu e invisibilizou esses sujeitos do cenário sociocultural nacional.

As estatísticas atuais apontam alterações do perfil dos ingressantes das universidades públicas brasileiras. A expansão do acesso à educação superior pelas camadas populares e pelos afrodescendentes aumentou significativamente, em especial na última década, incentivada pela política de ingresso baseada nas Cotas. A Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, instituiu reserva de 50% das vagas em todos os cursos nas instituições federais de ensino superior, levando em conta critérios sócio raciais preconizados nos artigos 1º e 3º da referida lei:

Art. 1º. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

[...]

Art. 3º. Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2012, p. 1).

Autores como Hasenbalg (1979) e Henriques (2001) destacaram que a maioria das universidades brasileiras privilegiou um processo de ingresso em que o conhecimento exigido era exclusivamente conteudístico e voltado para

atender apenas alguns grupos sociais, e que mudanças nesse processo eram necessárias. Por esse motivo, apontaram a necessidade de rever essa condição. Os referidos autores já sinalizavam, à época, que uma forte pressão sobre o sistema educacional se concretizaria, reivindicando a expansão do ensino superior no país, fato que realmente ocorreu, em especial, nos últimos 10 anos.

É nítido que as estruturas pedagógicas hegemônicas ainda direcionem a identidade da educação no país. As universidades são reticentes em aprovar mudanças em suas estruturas e em rever sua concepção pedagógica e administrativa para atender o ingresso e o ensino das camadas populares. Muitas preferem caminhar por uma via de mão única já consolidada tradicionalmente. Entretanto, fissuras em sua base conceitual têm ocorrido, seja por pressão popular ou advinda de algum grupo dentro das próprias instituições cobrando o cumprimento da legislação vigente.

A falta de políticas públicas que garantam a permanência de afrodescendentes no ensino superior, assim como um ambiente que muitas vezes é marcado pelo preconceito em suas diversas faces, faz com que a evasão seja uma triste realidade.

Segundo Daflon, Feres Júnior e Campos (2013), as ações afirmativas, de modo geral, podem ser definidas como medidas redistributivas que objetivam alocar bens para grupos específicos, isto é, discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica e/ou cultural passada ou presente. Segundo os autores, as políticas de equiparação ou as medidas compensatórias só foram adotadas no Brasil a partir do processo de redemocratização em que diferentes grupos e organizações sociais, antes silenciados pelo regime autoritário, passaram a demandar direitos abertamente. Tal cenário é constitutivo dos marcos das mudanças decorrentes da consolidação do debate sobre as iniquidades raciais no Brasil, visibilizadas pelo movimento negro desde a década de 1980, e também da apropriação dessa demanda, mesmo que parcialmente, pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, em especial, de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Nesse contexto, algumas IES vêm implantando, desde 2003, políticas afirmativas como prioridade institucional, outras muitas se viram impelidas a se adequarem rapidamente à nova Lei e ao seu cumprimento, inserindo nos processos seletivos as ações de ingresso dos pobres, pretos, pardos e indígenas. É nítido que esse procedimento tem caminhado lentamente, seja no exercício do cumprimento da legislação ou de políticas institucionais locais. Essas dificuldades ainda persistem para inúmeras universidades, posto elas não terem sido construídas para ser um espaço de todos e para todos.

Mediante o exposto, é que devemos considerar as razões da existência das políticas de ações afirmativas como medidas compensatórias atuais que visam garantir a igualdade de oportunidade entre todos/as, desnaturalizando à posição subordinada de um grupo em relação ao outro. Elas objetivam promover o desenvolvimento de ações que provoquem a superação de todas as formas de discriminação, preconceito e racismo, dentre eles o racismo institucional¹ presente nas instituições brasileiras e no tecido social.

Dada a presença do racismo e das desigualdades de classe e raça na sociedade brasileira, faz-se urgente que o Estado efetive políticas públicas que promovam a efetiva igualdade racial para além do reconhecimento oficial da

¹ O conceito de Racismo Institucional é aqui pautado na formatação elaborada pela Comissão Britânica para a Promoção da Igualdade Racial (*Commission for Racial Equality-CRE/UK*). Ele consiste na incapacidade coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado ou profissional às pessoas devido a sua cor, cultura ou origem racial/étnica. [...] pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação por meio de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam determinados grupos raciais/étnicos, sejam eles minorias ou não (CRE/UK, 1999 *apud* THEODORO, 2008, p. 42).

existência de desigualdades entre os vários grupos étnicos, essencialmente entre brancos e não brancos, de forma a promover a superação das inaceitáveis distâncias que, ainda hoje, separam, afetam, vigoram e regem as vidas de brancos e não brancos no Brasil e que se fazem presentes e marcantes no contexto universitário.

OUTRAS AÇÕES DO ESTADO

Entendemos por Plano de Gestão de Políticas Públicas Afirmativas de Combate ao Racismo todos os esforços – técnicos, administrativos e de financiamentos – aferidos pelo corpo do Estado, no sentido de articular, organizar e promover a Gestão da Política Pública de Igualdade Racial, e, que tenha a capacidade de produzir ações específicas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial e seus desdobramentos, em suas várias instâncias governamentais (municipal, estadual, federal). Nesse sentido, é o cenário universitário o que nos interessa mais de perto. É a compreensão de como as políticas públicas de visibilidade racial se sustentam nesse espaço e como ganham contornos para sua efetivação.

O final da década de 1990 e início dos anos 2000 no país foi um período de intensa aplicabilidade de uma política neoliberal que transferiu responsabilidades da instância federal para setores menores da sociedade civil organizada. Houve um sucateando das universidades, a partir da visão mercantilista de gerir órgãos públicos e a administração de seus recursos. Com o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso esse processo perdeu significativa força. No governo Lula, o número de vagas nas instituições públicas e privadas cresceu expressivamente, pois, a partir de 2003, a Universidade passou por um projeto de expansão e de reforma universitária.

Na linha dessa política de expansão, tivemos a ampliação da oferta de vagas. Para Gandolfi, Katrib e Lopes (2016), tal processo é entendido como indicador de democratização do acesso ao nível superior de escolaridade. Para Saviani (2010), esse processo de democratização, embora ampliando o número de vagas, não possibilitou, na mesma proporção, a garantia de condições de permanência a segmentos historicamente excluídos. Mesmo diante desse quadro é perceptível o papel estratégico das universidades, “em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social, o governo Lula adotou uma série de medidas com o objetivo de expandir a oferta de ensino superior, principalmente o de caráter público” (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006, p. 193-194).

No Brasil, o Estado manteve projetos que facilitaram o acesso e a permanência da população à educação superior e ajudaram a melhorar a qualidade de ensino das instituições federais de forma efetiva até os anos de 2014. Dentre esses projetos, destacam-se o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2020).

Em relação ao Reuni, o programa teve como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. A adesão ao Reuni possibilitou às universidades ampliar seu espaço físico e o número de vagas e de cursos, contratar mais profissionais docentes e técnicos, investir em pesquisa e extensão e alcançar um público mais diversificado residente em regiões do interior do país com dificuldades de acesso à educação superior.

Com base nessa realidade, houve um aumento do potencial inclusivo das IES e, no início de 2010, último ano do governo Lula, criou-se o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como forma de ingresso a diversas instituições do

país, na tentativa de sanar a discrepância existente entre o acesso à educação pública superior dos grupos abastados e das camadas populares. O SiSU é um sistema informatizado no qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Enem.

A discussão sobre a substituição do vestibular por um tipo de avaliação menos ancorado na memorização e sobre um instrumento como o SiSU contribuiu decisivamente para inserir no debate público diversas questões em torno da democratização do ensino superior. Entretanto, nos últimos anos, a filosofia do Ministério da Educação (MEC) tem caminhado para a valorização do conteúdo em detrimento das possíveis discussões interpretativas pautadas na criticidade, o que, na perspectiva ministerial, visa impedir que um “viés ideológico” se sobreponha à formação e a capacidade de entendimento dos conteúdos.

Mas o que levamos em consideração aqui é que a logística anterior a do atual governo propiciou a consolidação de um processo de políticas de ações afirmativas no Brasil, não perdendo de vista sua função compensatória, cujo objetivo foi o de reparar injustiças socioeconômicas, políticas e culturais.

As ações afirmativas marcam a implantação de providências obrigatórias ou facultativas, originárias de órgãos públicos ou privados, cujo objetivo central é promover a inclusão de grupos étnicos ou não, visivelmente discriminados. Visam promover o acesso desses grupos aos espaços sociais e a conquista de direitos essenciais, como a educação em nível superior, com a finalidade da concretização da igualdade constitucional. Na visão de Silva (2003, p. 20), com a qual concordamos, a ação afirmativa é uma iniciativa essencial de promoção da igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados dos órgãos analisados (IBGE, MEC e Agência Brasil) revelam que a comunidade negra, em alguma medida, tem afirmado as políticas públicas, já que as estatísticas têm elucidado a ocupação de vagas na educação superior por negros/negras. São resultados decorrentes das intervenções do movimento negro, mas também de educadores e intelectuais comprometidos com a causa, ao longo de quase duas décadas. Dados que dizem da existência de leis, que, intervindo nas instituições de ensino e no campo social, transformam em um número expressivo o quantitativo de negros e pardos e qualificam o corpo discente das universidades, o que, a nosso ver, têm uma relação direta com as prerrogativas da Lei nº 10.639/2003 e nº 12.711/2012 que asseguram a obrigatoriedade da efetivação dessa nova realidade.

Por sua vez, desde a inserção das cotas como políticas afirmativas, é possível perceber parte da sociedade questionando o porquê dessas ações e outro lutando para o seu cumprimento. O interessante de se ressaltar é que tais ações mexem com os alicerces sociais e culturais do Brasil, rompendo com o silêncio e a exclusão social, cultural e escolar dos afrodescendentes. Mesmo que, de forma tímida, é plausível historicamente perceber como o percentual desses atores sociais tem sido crescente a cada ano. Podemos afirmar que as políticas afirmativas foram e são importantes no processo reivindicatório de acesso da população negra à Universidade, mesmo que ainda existam lutas pela garantia de direito à permanência, à visibilidade e ao reconhecimento racial dentro e fora das IES.

Apesar dessa conjuntura positiva, devemos ter clareza que o formato que orienta as políticas públicas atuais, justamente por ser o de um grande “guarda-chuva”, não resolve o problema da discriminação, do preconceito, da intolerância ou da xenofobia, pois se restringe ao âmbito do discurso político ou de uma legislação fragmentada e lacunar, porém tem se constituído um exercício político por expressar o configurar do campo jurídico e legal, posto que negros e pardos têm assumido a prerrogativa de fazer o cumprimento da legislação existente, não apenas ao

disputarem as vagas por meio das cotas, mas ao assumirem seu lugar de direito no espaço universitário, mesmo tendo que lidar com as precárias condições para nele se manterem.

Assim, as lutas travadas expressam os efeitos operacionalizados a partir da Lei nº 10.639/2003, cujas plurais formas de apropriá-la dimensionaram um repensar do campo político no Século 21, fraturando a visão eurocêntrica de perceber nossa formação cultural. Assim, a diversidade de proposições políticas tem indicado que estamos no caminho certo, na medida em que vemos, mesmo que de forma lenta, uma realidade ser transformada. Neste sentido, os dados se apresentam como um horizonte de expectativas de uma realidade que, longo prazo, é possível sonhar, de modo a reafirmar o crescente número de negros e pardos no universo universitário.

Por isso, é necessário efetivarmos uma ação-participação e nos organizarmos, no sentido de reclamarmos o engajamento dos plurais setores na/da sociedade, para que sejam despertadas a sensibilidade e a criticidade dos atores sociais ou dos educadores no trato das questões identitárias, culturais, formativas e ideológicas, uma vez que a atual conjuntura política sequer leva em consideração as políticas públicas de combate ao racismo. Precisamos nos apropriar do espaço universitário, fazendo valer a inclusão, a luta em prol das demandas sociais desses grupos, de forma que o sentido atribuído à palavra “diversidade” seja referendado de fato.

Não podemos esquecer que esse cenário decorre dos vários séculos que o Brasil viveu à mercê de (re)invenções de padrões culturais que objetivaram a consolidação de um sentido identitário único para o país. Padrões estes que se projetaram embebidos da visão totalitária e homogeneizante de que todos se inserem em um mesmo padrão cultural, impondo valores, costumes e hábitos, e negando tantos outros, que ainda são reforçados na produção do conhecimento acadêmico.

Assim, para além do acesso de negros e pardos à Universidade, há a necessidade de salientar o tratamento da temática étnico-racial na Academia como parte da efetivação dos cenários das políticas afirmativas, não só pela produção do conhecimento como também pelo diálogo tecido com os estudantes em formação. Por sua vez, tais políticas assegurarão o cumprimento das questões de caráter racial ou de abordagem da diversidade no interior das universidades.

Neste sentido, essa ocupação torna-se parte da luta de negros/negras no processo de ampliação de seus lugares sociais, possibilitando a expansão dos saberes práticos e da produção científica desses sujeitos, assegurando que essa produção possa evidenciar processos históricos diversos, múltiplos, à luz dos emaranhados que os complexificam nos seu fazer e refazer sociocultural. Assim, o vincular da comunidade negra se interliga às universidades pela dinâmica que relaciona presente, passado e futuro e se materializa em experiências cotidianas, nos espaços públicos, pelo âmbito da política, por histórias de vidas, pelo âmbito da religiosidade e pelo direito de existir enquanto sujeitos de histórias construtoras de suas próprias memórias, uma vez que reproduzimos por séculos uma bagagem histórica que excluiu e invisibilizou esse povo do cenário sociocultural nacional.

Por isso, o protagonismo dos sujeitos negros se acentua pelo veio plural, reclamando o lugar de direito na história, na memória e nas narrativas históricas, como expressivo da complexa teia das relações sociais, irrompendo práticas de conformismo, pelo dinamizar momentos de transformação e de negociação. Enfim, pressupõe percebê-los em diversos processos de enfrentamentos configurativos de disputas e conflitos na luta pela sobrevivência cotidiana e pelo reconhecimento do seu papel histórico. Por sua vez, a expressividade da negritude no combate ao racismo e ao preconceito social se faz premente à luz do fluido diálogo operacionalizado pelas práticas que conferem sentidos aos processos de implantação da temática étnico racial nas universidades e no contexto das escolas básicas do país.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais**. Coordenação de Patrícia Vieira Tropa e Leonardo Barbosa e Silva. Brasília: Andifes, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Cotas. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/conade2.htm>. Acesso em: 3 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial. **Estimativa do ingresso de alunos negros com as cotas raciais**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/>. Acesso em: 8 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **SiSU**: Sistema de Seleção Unificada. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CORDOVIL, D. **Religiões afro**: introdução, associação e políticas públicas. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

DAFLON, V. T.; FERES JUNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Caderno de Pesquisas** (online), v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013. DOI: 10.1590/S0100-15742013000100015.

GANDOLFI, P. E. *et al.* Os resultados da implementação da política de cotas na Universidade Federal de Uberlândia: um estudo comparativo entre o desempenho de estudantes cotistas e estudantes não cotistas. In: SEMEAD: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 19., 2016, Uberlândia. **Resumos** [...]. Uberlândia: EDUFU, 2016.

HASENBALG, C. A. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, 1995.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0807.pdf. Acesso em: 9 abr. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pnad/2014>. Acesso: 7 mar. 2020.

MARQUES, E. P. de S. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, dez. 2018. DOI: 10.1590/s1413-24782018230098.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 1, fasc. 117, p. 197-217, nov. 2002. DOI: 10.1590/S0100-15742002000300011.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 124-157, 2007. DOI: 10.1590/S1517-45222007000100006.

PASSOS, F. **10 anos da lei 10.639/2003: e como ficamos?** 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/10-anos-da-lei-10-639-03-e-como-ficamos/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SILVA, C. da. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. *In*: SILVA, C. da. (org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003. p. 17-38.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. *In*: THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a Abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

FESTA DE REIS EM CABACEIRAS: ESPAÇO DE SOCIABILIDADE E TESSITURAS DE HISTÓRIA DE VIDA

Fernanda de Farias Sousa¹

Luzinete Barbosa da Silva²

Resumo: O presente trabalho expõe a Festa de Reis em Cabaceiras, uma das festas mais importantes da cultura popular, como um espaço para o resgate e consolidação da memória e da sociabilidade das pessoas ou seus ancestrais que participavam dessa festividade. Dessa forma, nosso intuito é traçar uma trajetória da festa do ponto de vista dos seus protagonistas e suas respectivas funções, como os mesmos se organizavam e organizavam esse festejo popular, enfatizando as vozes que por muitas vezes foram silenciadas.

Palavras-chave: Festividade – Sociabilidade – Memória.

INTRODUÇÃO

A cultura afro-brasileira adquire dimensionalidade e importância no decorrer do tempo através das lutas e resistências. Segundo Nogueira (2008, p. 1), a festa vivida pelo negro e, posteriormente, pelos descendentes destes, obtiveram valores culturais trazidos pelas diversas linhagens étnicas africanas podendo ser celebrados, reproduzidos e moldados como pretexto para lutas e resistências.

Ao se referir acerca das culturas, Cuche (1999) nos remete que:

As culturas populares revelam-se, na análise, nem inteiramente dependentes, nem inteiramente autônomas, nem pura imitação, nem pura criação. Por isso, elas confirmam que toda cultura particular é uma reunião de elementos originais e importados, de invenções próprias e de empréstimos. (CUCHE, 1999, p. 149).

A cultura afro como expressão da cultura brasileira foi consubstanciada na festa através das danças, trajetos, vestimentas, gestos e movimentos que possibilitavam mostrar o valor e a importância da cultura afro-brasileira, sendo reproduzidas no decorrer do tempo a partir dos laços de herança entre pais e filhos, possuindo como caracteres fundamentais a resistência à dominação, a provocação e a contestação, manipulando, na maioria das vezes, de forma irônica.

As manifestações produzidas pelos negros tinham um sentido histórico e cultural, e no caso da festa de reis uma mescla cultural e religiosa, de uma religiosidade católica popular, pois as pessoas que faziam parte da festa eram oriundas das camadas populares, mas simultaneamente a festa tinha esse caráter de circularidade.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Especialista em Relações Étnico-raciais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professora de História na rede municipal de ensino na cidade de Caturité – PB.

² Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Especialista em História do Brasil e da Paraíba pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP). Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professora de História na rede municipal de ensino na cidade de Umbuzeiro – PB.

A experiência religiosa no Brasil, principalmente aquela marcada pelo catolicismo popular e pela cultura afro, no caso a Festa de Reis em Cabaceiras, é perpassada estruturalmente pela dimensão festiva, e que se articula entre o sagrado e o profano. As manifestações religiosas permanecem atuando na reativação da memória coletiva. A festa e a religiosidade guardam continuidades importantes para a compreensão da formação da sociedade brasileira.

O universo do catolicismo popular, segundo Passos *apud* Leonel (2010, p.41) “teria criado um mundo povoado de mistérios e de rituais próprios, encobrindo a vida e a história das comunidades e famílias, engendrando formas diferenciadas de representação simbólica”. Não se trataria, segundo Passos, de reter ou classificar o que ficou de católico, de africano ou de lusitano, mas de compreender que, apesar de profundas continuidades e investidas institucionais, tais manifestações são capazes de recriar uma série de normas, regras, valores, expressões, gestos e práticas em contato com o presente e com as mudanças sociais. Assim,

No universo do catolicismo popular, a religiosidade frequentemente se manifesta através da devoção aos santos, das procissões e das romarias, dos cortejos e das danças, das orações e das invocações de perdões e milagres, geralmente expressos em palavras, ações e gestos coletivos. Através deles, sentimentos, laços, conflitos e valores são rememorados ciclicamente em determinados períodos do ano, sob a forma de práticas que dialogam, a todo o tempo, com as conjunturas históricas em questão (LEONEL, 2010, p. 42).

É importante lembrar que, durante a maior parte da História do Brasil a religião ocupou um lugar constante e privilegiado nas manifestações públicas. Sua influência vai além da constituição de ideias, normas, ritos e símbolos religiosos, mas estende-se à sedimentação, na sociedade, de formas de se comportar e de se estar junto em sociedade.

Nesta perspectiva, é necessário considerar que a religiosidade popular não é mero artefato histórico-cultural, mas expressão de sociabilidade, pois se trata de um reflexo da ação das pessoas e encontra-se circunscrita no cotidiano, nas faltas e conflitos das realidades de um povo.

Nesse sentido, nossa proposta é trazer a cultura afro-brasileira a partir da Festa de Reis em Cabaceiras notabilizada através dos protagonistas negros a partir de uma ancestralidade que foram construindo ao longo da história da cidade.

TRADIÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL: A FESTA COMO EXPRESSÃO CULTURAL E LUGAR DE HISTÓRIA

Ora sendo remetidas como mero divertido, ora como excêntricas da vida social, ou mesmo como sobrevivência de certas tradições que fazem parte do contexto da festa, que são permanências de manifestações tradicionais, a exemplo, a festividade de reis. As festas recebem novas denominações de acordo com o lugar na qual elas se manifestam, ou seja, as festas, a exemplo da Festa de Reis de Cabaceiras, obtiveram modificações constantes, seja nas vestimentas, no seu estilo, na musicalidade, na forma de organização durante a festa e até mesmo das pessoas que organizavam de acordo com o tempo e o espaço realizado dessa festividade.

Segundo Volvelle *apud* Couto:

Assim como não há uma História imóvel, também não há uma festa imóvel. A festa na longa duração, assim como a podemos analisar através dos séculos, não é uma estrutura fixa, mas uma continuidade

de mutações, de transições, de inclusão com uma das mãos e afastamentos com a outra. (COUTO, 2005, p. 2/3):

A festividade atualmente, enquanto objeto de estudo, pode nos fornecer subsídios para a compreensão da história dos sujeitos, da cidade, de um lugar a partir das festividades, no intuito de perceber como os sujeitos praticavam e percebiam o contexto de vida através da prática da festa. É como nos enfatiza Alaíde Meira de Sousa (2011), quando discute acerca da Festa de reis na sua juventude:

Era uma festa muito bonita. Lembro que todas as moças e os rapazes se preparavam para ir pra festa. Lá a gente percebia que era muito organizado, tinha a missa, depois a procissão e a festa com o cordão azul e o encarnado. A gente brincava muito nos brinquedos que vinham para alegrar a festa. Tinha também o arremate de galinha (ALAÍDE MEIRA SOUSA, 2016).

Tomando como aspecto a citação de Alaíde Meira Sousa, acima remetida, podemos perceber que a partir de cada entrevistado/a há possibilidade de enxergar como era a Festa de Reis no olhar de quem conta e como é possível estabelecer uma relação entre o dizer dos sujeitos que participaram dessa manifestação com a história da cidade, onde era praticada, no caso Cabaceiras.

Quando nos referimos acerca da relação entre cidade e a festa, percebemos que se tornaram elementos primordiais e permanentes para que os seres humanos se encontrem e alcancem os mais altos níveis de cooperação, criação e solidariedade. É nesta perspectiva, que Cabaceiras torna-se um espaço onde afloram histórias e lembranças, pois se configuram enquanto locus de intensa sociabilidade. As marcas destas relações tecidas pelos cabaceirenses, ou melhor, quem viveu e lembra a Festa de Reis, se inscrevem nas paisagens de Cabaceiras.

Diante disto, iniciaremos com o processo de análise acerca da sociabilidade e solidariedade existente na preparação da Festa de Reis em Cabaceiras, dando ênfase na participação efetiva das pessoas, direta ou indiretamente, para estabelecer para o público uma estrutura festiva de qualidade.

A Festa de Reis começa a ganhar “corpo” entre 1930-1960. A estrutura da festividade dá início a um “show” de cultura, onde pessoas da própria cidade buscavam, em cooperação umas com as outras, organizar a festa de maneira que o público se encante em cada movimento, toque, riso e detalhe. “Como não lembrar de pessoas que fizeram da Festa de Reis uma das mais conhecidas em toda região paraibana” (CABACEIRAS, 2010, p. 2).

Para que a Festa de Reis pudesse ser colocada em prática era preciso que a população cabaceirense se empenhasse em ajudar na organização. Diversas pessoas buscaram contribuir de forma direta ou indiretamente para a preservação desse patrimônio religioso e cultural, a exemplo, Ozanildo Cavalcante de Farias, Hermenegildo Castro (Seu Gida), João Araújo (João de Romão), “Zé de Liu” contribuindo com doações, como também, ornamentando a Igreja do Rosário. Instituição esta, onde os escravizados alforriados, domésticos e do eito da secular Fazenda Passagens, o qual tinha como proprietários João Ferreira Guimarães e sua esposa Ignácia Thereza de Jesus, realizavam suas festas religiosas, especificamente a Festa de Reis.

Como sozinhos não poderiam estruturar a festividade, era necessário que outras pessoas fossem incluídas no ambiente dos colaboradores dessa festa. Porém, é necessário observar que tinham as pessoas que participavam da Festa de Reis como agentes protagonistas, outros organizavam a festa através da ajuda na organização da igreja, nas doações, nos bingos e venda de produtos. Dessa forma, não poderíamos deixar à margem dessa história Euflauzina

Marino (Lauzinha), Severina Macêdo (Niniha) e Terezinha de Doutor Nunes, elas foram as que contribuíram, vendendo cartelas de bingos para arrecadar dinheiro em prol da festa.

No cortejo real, o reisado tornou-se um dos momentos da Festa de Reis mais esperado. Após a missa, dava-se início a coroação do rei e da rainha em frente à Igreja. Essa festa por ser uma manifestação religiosa era aclamada por todos que participava, seja direta ou indiretamente, tanto é que havia uma celebração eucarística em que a diocese local participava. Ambos ficavam à frente da Nossa Senhora do Rosário, dando início a procissão. Tendo findado a procissão, inicia, assim, o momento do espetáculo cultural com a dança do côco, tendo a participação de “João Preto”, que também anda pelas casas com os tocadores de pífanos, Pedro Batista e “Zé Caçote” arrecadando o dinheiro para a igreja. Nesse momento das danças iniciava-se o lado profano em que o lazer e a diversão eram constantes.

Segundo a história oral, uma das maiores festas de Reis de Cabaceiras foi a coroação de João da Caridade e mãe Rita, realizada no dia 06 de Janeiro de 1861, em frente a capela Nossa Senhora do Rosário da Villa Federal de Cabaceiras, na presença do Major João Ferreira Guimarães, de sua esposa Dona Ignácia Thereza e filhos, como também diante do olhar curioso no então Intendente do município, o Capitão Tito Carneiro, que quebrando protocolos, reformulando conceitos e banindo preconceitos, ao lado do padre Renovato Pereira Tejo, assistiu a grande e bonita festa do Reisado [...] (CABACEIRAS, 2010, p. 1).

Na Festa de Reis em Cabaceiras, o pastoril³ torna-se um aspecto cultural importante. Entre os anos 30 à 60 do século XX, o pastoril era um atrativo para as pessoas que participavam da festa, fazendo da disputa entre cordões azul e vermelho (encarnado) uma maneira de conseguir dinheiro para a igreja, especificamente nas arrematações de galinhas e bingos.

Evanilda de Lima Silva era uma das organizadoras da festa, especificamente do pastoril, desde as roupas, as danças e músicas, fazendo com que as pessoas que estavam apreciando esse momento buscassem observar a importância da Festa de Reis, como também da cultura cabaceirense. Sua jornada nessa festividade perdurou 13 anos, possibilitando, assim, a entrada de Maria do Socorro Gomes de Lima na organização do pastoril, até os dias atuais. Ao destacar a sua participação como organizadora com o pastoril, Maria do Socorro Gomes de Lima (2016) destaca:

Depois de Evanilda eu dei continuidade com pastoril na festa. Tenho vinte anos de pastoril. [...] Antigamente o pastoril utilizava apenas de moças para participar desse evento, em que a Diana⁴, as pastorinhas eram participantes. Hoje é mais organizado. Nas músicas tínhamos como acompanhante o sanfoneiro (MARIA DO SOCORRO GOMES, 2016).

A partir da discussão de Maria do Socorro Gomes de Lima (2016), observamos o quanto o pastoril era importante e fazia parte do “quebra cabeça”, que era a Festa de Reis. Embora a forma como o pastoril seja organizado hoje, não faz da preparação de anteriormente uma estruturação sem perfeição. Pelo contrário, a maneira como os organizadores preparavam a festa fazia com que todas as reparações aparentassem perfeitas.

Assim, a Festa de Reis, através de toda a organização, tornou-se uma abolição provisória de todas as hierarquias, pois possibilitava que os participantes dessa festividade colocassem à margem o trabalho do campo para

³ Folguedo popular que se representa, entre o Natal e a Festa de Reis, em tablado ao ar livre, ondem aparecem algumas figuras femininas que dançam: as pastoras ou pastorinhas.

⁴ Personagem do pastoril em que ficava entre o cordão azul e o vermelho.

buscar um tempo de lazer, diversão, do cômico. Sendo assim, “para que haja a festa, são necessários elementos do espírito, de transcendência, do mundo das ideias e dos ideais. Eles devem preponderar para que se alcance o clima de festa” (FERNANDES, 2004, p. 57).

Levando em consideração a organização da Festa de Reis, Dona Alaíde Meira de Sousa (2016) destaca:

Algumas pessoas, que era geralmente os jovens, com o padre organizavam a festa. Uns se encarregavam de organizar a missa, outros de trabalhar no arremate de galinhas e alguns com o arrecadamento de dinheiro pra igreja. Oxe! Era muita gente. Todo ano chegava gente nova para ajudar na festa (ALAÍDE MEIRA DE SOUSA, 2016).

Dando ênfase a consideração feita por Dona Alaíde Meira de Sousa (2016), podemos perceber o quanto a Festa de Reis em Cabaceiras obtinham uma forma inteligente de organização, em que a socialização entre os organizadores fazia com que essa festividade fosse a detentora do avanço que Cabaceiras obteve. É uma forma capaz de plasmar conteúdos diversos e destinados à promoção de laços de sociabilidade.

A organização partiria de cada grupo formado, ou seja, cada grupo ficaria encarregado em cumprir com a organização da festa, uns na ornamentação da igreja e no cortejo real ou o Reisado, outros no pastoril e na arrematação de galinhas, alguns no espaço de lazer, proporcionando um momento de diversão para os cabaceirenses e os que viam prestigiar a festa. Como enfatiza Ademar Francisco de Oliveira, último rei da Festa de Reis (2016):

Comadre Terezinha começou com a gente a organizar, junto com outros e o padre. Depois Dona Estela, nesse momento a gente saiu trajado, eu como rei e minha mulher como rainha. Por fim, veio Dona Maria de Zina e um monte de gente por aí. Essas mulheres que eu falei organizavam o reisado. Tinha os demais que organizava a Festa em geral (ADEMAR FRANCISCO DE OLIVEIRA, 2016).

Tomando como base de discussão a fala de Ademar Francisco de Oliveira (2016), é necessário observar que a organização se fazia presente, dando uma maior notoriedade à festa, pois, bem organizada essa manifestação propiciava um maior número de pessoas que buscavam prestigiá-la. Nesse caso, o último rei vem mostrando a organização do cortejo real ou do reisado propriamente dito.

A Festa de Reis proporcionou para Cabaceiras um desenvolvimento cultural imenso, possibilitando que a cidade fosse vista a partir de um ângulo antes não observado. O turismo, por exemplo, fez e faz com que Cabaceiras, hoje denominada de “Roliúde Nordestina”, tivesse reconhecimento por suas riquezas naturais e festivas. Essa festividade atraiu os turistas de tal forma que a cultura cabaceirense tornou-se a reconhecida por pessoas da própria comunidade e fora dela.

A cidade brasileira, como um fantástico “híbrido sociológico que funciona de maneira singular”, foi e é o lugar das festas, promovendo uma incessante mistura de pessoas, códigos, trocas e transações econômicas, unindo de um lado e de outro (LEONEL, 2010, p. 40).

Essa mistura, a qual discute Leonel (2010), nos faz pensar que as festas, de uma forma geral, proporciona um encontro de diversas culturas dentro de um espaço, a cidade, no nosso estudo, ocorrendo cultura, onde o encontro com a diversidade de pessoas é intensa. A festa ocasionou uma sensibilidade que perpassou as práticas privadas e públicas no espaço urbano. Ou seja,

[...] a festa encenada no palco da cidade brasileira promoveu o encontro com a diversidade de pessoas e com a variedade de coisas, inventado hierarquias às avessas, concomitantemente ao fornecimento do cenário para os conflitos, dissimulações negociações e hierarquização um tanto mais reais. Tais conflitos, socialmente subjacentes à existência das práticas festivas, fizeram dos tempos de efervescência coletiva momentos de apropriação do cenário público, de usos do espaço e de domínio, mesmo que passageiro, da rua. A festa, com seu caráter dialético transitório-rotineiro, introduziu elementos persistentes em nossa sociabilidade, perpassando e alinhavando as práticas e públicas nos espaços urbanos (LEONEL, 2010, p. 41).

MEMÓRIA DO COTIDIANO DA FESTA DE REIS: NARRATIVAS DE SEUS PROTAGONISTAS

Neste item abordaremos a visão dos protagonistas que faziam parte da Festa de Reis, instituindo os seus lugares no espaço social dessa festividade. Festividade esta em que a tradição vem sendo reinventada a cada ano, pois, segundo Hobsbawn e Ranger (2008),

[...] as tradições “inventadas” são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 10).

Essa (re) invenção possibilita, assim como destaca Hobsbawn e Ranger (2008), com que a festa obtivesse novos olhares, mas estabelecendo relação com atos passados, a partir de ações tradicionais que são vistas e admiradas e que jamais poderão ser esquecidas, como por exemplo, o Reisado que tornou-se uma tradição praticada por laços familiares, de herança, de parentesco. Severina dos Santos (2016), ao destacar acerca dessa tradição familiar no enfatiza:

Meu pai e meu avô eram descendentes de escravos. Eles participavam da Festa de Reis aqui na cidade. Eles continuaram representando os costumes dos nossos ancestrais, que eram negros e escravos. Me lembro que meu pai gostava muito dessa festa e de ser rei durante o reisado (SEVERINA DOS SANTOS, 2016).

Durante a fala de Severina dos Santos (2016), podemos perceber o quanto a tradição era importante para sua família, pois obtinha uma representação tradicional, em que os laços familiares perpassavam por entre os anos em que ocorria a Festa de Reis, em específico, o reisado. Tendo a tradição e (re) invenção destacada acerca da festa, neste trabalho, procuramos delinear por entre os espaços da Festa de Reis os lugares dos protagonistas e suas funções nessa festividade.

No que diz respeito à função do rei, é perceptível que o mesmo detinha o “poder” central, considerado o personagem principal desta festividade, pois, cabia ao mesmo conduzir as pessoas, “seus súditos”, para a festa. Alaíde Meira de Sousa (2016), ao discutir acerca do papel do rei na Festa de Reis enfatiza que,

Me lembro que o rei ficava no centro da hora do cortejo real. Ele era a pessoa que tinha poder de todos que estava lá na festa. Suas roupas eram muito bonitas e, aliás, ele quem fazia tudo acontecer no reisado, onde o povo tinha que ir atrás dele e de sua corte (ALAIDE MEIRA DE SOUSA, 2016).

No que diz respeito a discussão, acima destacado, por Alaide Meira Sousa (2016), percebemos que o rei detinha plenos “poderes” no decorrer de sua jornada no cortejo real, em que ficar no centro do cortejo seria uma forma de “poderio”, entrelaçando a sua forma de conduzir as pessoas que ali estavam prestigiando a festa e o próprio rei.

Porém, antes de adentrar no tradicional reisado como partícipe central da Festa de Reis, o rei ajudava as pessoas que se dedicavam a organizar a festividade, desde a ornamentação da igreja até as arrecadações de dinheiro para a mesma. Ademar Francisco de Oliveira, ao se referir a sua participação na festa desta:

Quando fui rei me lembro que do começo ao fim participei da organização da festa. Me lembro que até mesmo antes de me trajar como rei ajudei meus colegas de organização para ornamentar a festa, arrecadar dinheiro e também como rei, dando alegria ao povo que estava presente no reisado (ADEMAR FRANCISCO DE OLIVEIRA, 2016).

A partir da fala de Ademar Francisco de Oliveira (2016), podemos enfatizar que a participação do rei, como demais participantes da Festa de Reis, era fundamental, pois mede sua responsabilidade em organizar a ornamentação. Da festa. Além disso, obtinha também outra responsabilidade, a de proporcionar alegria aos que estavam prestigiando essa manifestação.

Segundo Gaspar (2010), a vestimenta do Rei deve ser mais bonita e enfeitada. Veste saiotê ou calção e blusa de mangas compridas de cores iguais. Peitoral e manto de cores diferentes em tecido brilhante (cetim ou laquê); calça sapato ou tênis (tipo conga), meias coloridas e na cabeça uma coroa feita nos moldes das dos reis ocidentais; levam nas mãos uma espada e às vezes, também um cetro.

Em relação às vestimentas do rei da Festa de Reis, o mesmo obtinha trajes semelhantes descritas por Gaspar, porém levando nas mãos um cetro, instrumento que também proporcionava o “poderio” do rei no cortejo real.

Quanto a rainha, esta também detinha influência e ficava no centro do cortejo real ao lado do rei. Severina dos Santos (2016), ao se referir da rainha no cortejo real nos destaca:

Segundo eu sei a rainha obtinha um papel importante no cortejo real e que ficava do lado do rei. Eles alegravam a festa e faziam com que as pessoas se agradessem também. Até mesmo as roupas eram coloridas, divertidas. Isso também fazia com que a gente se alegrasse (SEVERINA DOS SANTOS, 2016).

Com base no que aborda Severina dos Santos (2016), observamos que a rainha fazia parte do centro do poder do rei, no contexto da festa, já que tornavam-se elementos importantes que compunham o reisado. Além disso, o sentimento de alegria, ao destacar o papel da rainha do rei, favorecia para que em todos os anos a Festa de Reis em Cabaceiras acontecesse.

Segundo Volpatto (2009), geralmente a rainha vestia-se de branco ou rosa, dando um toque de sutileza com as joias que se destacavam em meio a festividade. Além da coroa, símbolo direto da função ou papel da rainha do rei na festa.

Durante o cortejo real ou o reisado, junto com a banda de pífanos, se apresentava um dançarino que recebia o nome de capitão de lança. Segundo Cabaceiras (2009), o capitão de lança dançava fazendo trejeitos característicos dos velhos guerreiros africanos. Severina dos Santos (2016), ao destacar sobre esse integrante do cortejo, nos remete:

Na Festa de reis a comitiva real saía na rua em desfile, acompanhados por uma banda de pífanos, havendo a dança do coco. Nessa festa havia um dançarino que recebia o nome de capitão de lança. Ele representava dançando e jogando a lança em diversas direções, nas posições inclinada, vertical e horizontal (SEVERINA DOS SANTOS, 2016).

Percebendo a representação do capitão de lança, a partir de Severina dos Santos (2016), tomamos como aspecto importante dentro do cortejo real a comitiva real, segundo a mesma, quando o capitão dar início a dança e o ato de jogar a lança em diversas direções, fazendo com que as pessoas que ali estavam prestigiando a festa conheçam e admirem essa tradicional festividade. Festividade esta que, segundo Ginzburg (1987), perpassa por uma circularidade cultural. Essa circularidade vem pressupor que o encontro de “dois mundos” fosse estruturado em apenas um, a partir da socialização, da solidariedade e do prestígio dado pela população cabaceirense como por pessoas vindas de outras localidades.

De acordo com Sousa (2005), na Festa de Reis em Cabaceiras na lança do capitão eram colocados dois laços de fita coloridos. Suas vestimentas eram de cor branca, botas brancas enfeitadas com bolas coloridas e um chapéu colorido sem aba. Ao seu lado tinha o porta lança. Segundo Alaíde Meira Sousa (2016), o porta lança obtinha a função de pegar a lança, caso o capitão a deixe cair. Ambos faziam uma espécie de guardas da família real.

No que concerne à animação para o cortejo real a função cabia aos pifeiros ou pífanos. Eles buscavam animar a Festa de Reis durante os cinco dias. Era por meio dos pífanos que o capitão de lança dava início o seu espetáculo na dança, encantando a todos que prestigiavam a festa e seus partícipes. Ademar Francisco de Oliveira (2016) vem destacar a função dos pifeiros enfatizando:

Os pifeiros faziam do cortejo como também da festa toda. Eles tinham o dever de animar o povo que estava na festa. Todos os dias da festa eles estavam lá tocando e animando o povo. Me lembro que eles animavam também o cortejo. Era bom demais (risos) (ADEMAR FRANCISCO DE OLIVEIRA, 2016).

Dando ênfase a fala de Ademar Francisco de Oliveira (2016), podemos perceber que os pifeiros obtinham uma função importante, em que praticavam da festa de Reis todos os dias, pois, era a partir da banda de pífanos que o cortejo real ganhava vida, pois vários integrantes utilizam-se da dança, a exemplo, o capitão de lança, para empreender suas participações na festividade.

À frente de todo o cortejo real ficavam os irmãos de Ópa⁵. Estes abriam alas para o espetáculo, dando início o reisado. Severina dos Santos (2016), ao discutir acerca dos irmãos de ópa nos enfatiza:

Me lembro que os irmãos de ópa, quando era o momento da procissão, ficavam à frente do cortejo real, onde carregavam uma cruz branca. Eram todos homens, tinha mais ou menos 12 homens. Me lembro que eles carregavam baradões⁶ e que abriam o caminho para ocorrer o cortejo real. (SEVERINA DOS SANTOS, 2016).

Tomando como baliza norteadora, a discussão feita por Severina dos Santos (2016), percebemos que na organização do cortejo real os irmãos de ópa obtinham um lugar de destaque e importância à frente de todo o cortejo. Mas, mais do que isso, devemos observar que, não apenas a partir dos irmãos de ópa, como também do cortejo

⁵ Uma veste branca em forma de batina.

⁶ Pedacos de canos branco, onde se colocavam velas.

como um todo apresentava uma visão de organização perfeita e que arrecadava do interior do povo o respeito e atraía pessoas de todos os lugares, sejam eles circunvizinhos ou de outras regiões.

Percebemos, a partir do breve mapeamento dos partícipes da Festa de Reis em Cabaceiras como também toda a organização no cortejo real, que essa festividade proporcionou a todos que ali estava uma manifestação de alegria, ocasionando uma sociabilidade, tanto os que participaram do cortejo, quanto os que prestigiavam como plateia, dessa festividade. Trocas de experiências, de saberes e de sentimentos foram os materiais preponderantes para fazer da Festa de Reis uma das melhores do Nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias sensações, sentimentos e pensamentos nos ocorrem e nos percorrem ao chegar nesta parte da escritura. Experimentamo-nos, (re) encontramos-nos, procuramos retomar as questões fundamentais constituídas no decurso desta investigação e construir sentidos para o trajeto até então percorrido.

Percebemos que tais sentidos foram sendo constituídos ao longo da tessitura e que esta “finalização” não pode ser tomada como uma espécie de “coroamento” do trabalho no qual prevalecem a sagração de verdades, a prescrição de caminhos promissores. Por outro lado, há posicionamentos, dúvidas e possibilidades que não podem ficar em estado latente, posto que isto significa um desrespeito para todos os sujeitos envolvidos nesta construção. Sendo assim, se faz perceber a necessidade de outros trabalhos, continuadores deste, para remetermos a finalização do presente estudo.

Trabalhar com a temática festa, em específico a Festa de Reis em Cabaceiras, nos fez perceber o quanto essa manifestação tornou-se uma expressão cultural que a partir dos costumes e tradições dos partícipes desta proporcionou para a cidade um maior desenvolvimento, tanto no aspecto econômico quanto na concepção cultural.

É perceptível observarmos a existência de tal festividade como um caráter de relações sociais e de solidariedade criadas por laços de vizinhança, parentesco, comunhão religiosa, regozijo coletivo-festivo etc. A atuação coletiva integrada de tais atores sociais na organização e performance da festa significou e significa, muitas vezes, a possibilidade de protagonismo social e de utilização do espaço público confiscado, seja ao longo da história ou mesmo do ano vigente.

Esta pesquisa foi importante, pois deu vozes as pessoas anônimas, os/as entrevistados/as, indivíduos capazes de dar significado a uma festividade que favoreceu para o desenvolvimento da cidade, a partir destes que utilizaram da sociabilidade, afetividade e organização para estruturar uma manifestação bastante conceituada e conhecida em toda região Nordeste.

Para tal estudo, consideramos que as vozes dos partícipes tornaram-se preponderantes para efetivarmos a tessitura deste trabalho, pois são eles que obtêm o conhecimento de como ocorreu a Festa de Reis em Cabaceiras.

Esse trabalho não representa apenas uma amostra de manifestação cultural, mas uma manifestação que buscou na sociabilidade bem como na expressão da luta e resistência negra uma festividade capaz de trazer seus significados e seus significantes.

Tendo como premissa toda essa discussão, percebe-se que o presente estudo contribuirá para o conhecimento dos seus habitantes a partir dessa festa, pois a história da Festa de Reis é a história da cidade. Diante disto,

os cabaceirenses terão a possibilidade de tomarem conhecimento acerca do trabalho e buscarem trabalhar numa perspectiva educacional em que ultrapassem os muros das instituições escolares, havendo uma relação mais próxima entre a escola e os trabalhos acadêmicos.

Nesta perspectiva, essa pesquisa nos trouxe possibilidades de enfocar dois vieses que representaram a Festa de Reis em Cabaceiras como uma manifestação cultural, a sociabilidade e a resistência da cultura afro-brasileira. Aquele tornou-se preponderante para fazer dessa festividade uma das mais conceituadas do Nordeste; este a partir de expressões, gestos e práticas capazes de representar a luta constante da cultura afro-brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABACEIRAS, Paulinho de. **Festa de Reis**. Paraíba: Cabaceiras, 2010.

COUTO, Edilece Souza. Devoções, festas e ritos: algumas considerações. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano I, n. 1, 2005.

CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

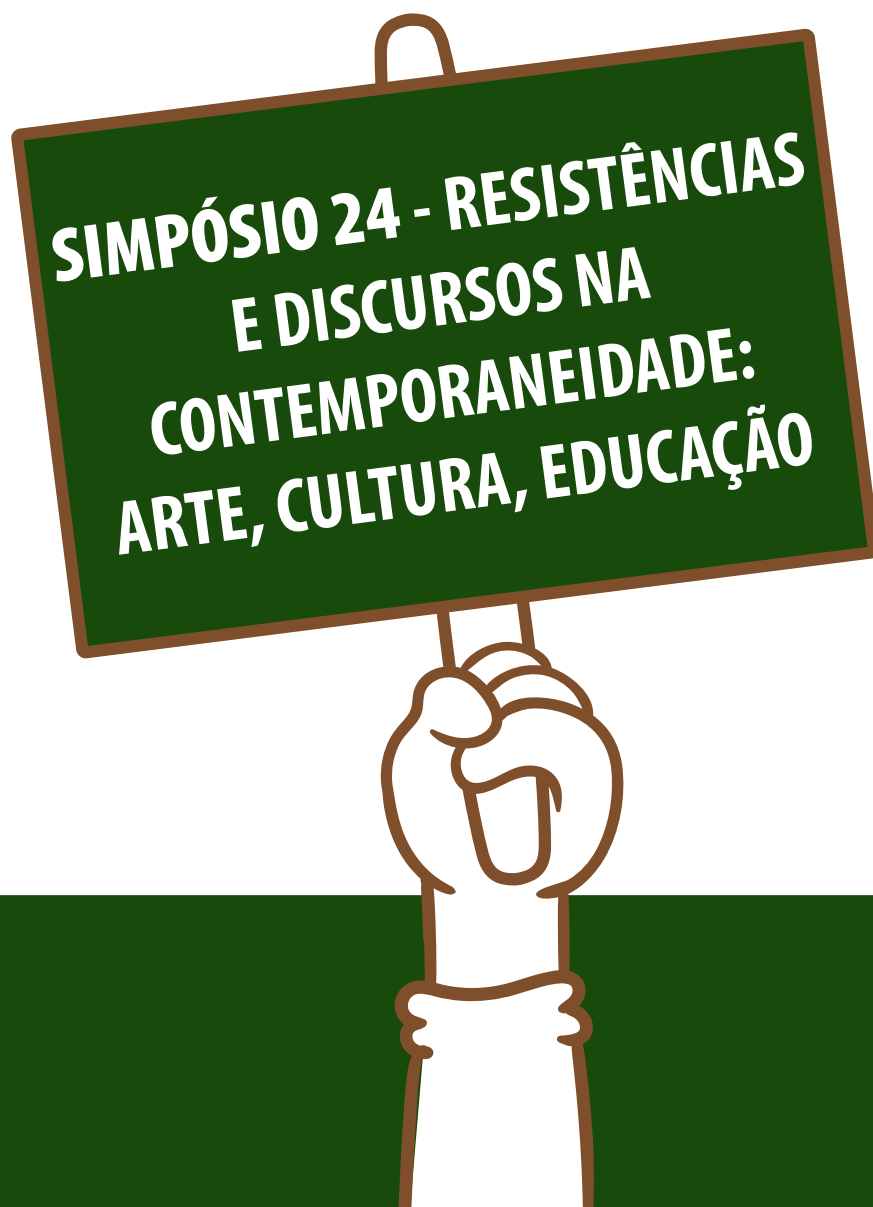
FERNANDES, Nelson da Nobrega. A cidade, a festa e a cultura popular. **GEOgraphia**, Niterói, v. 6, n. 11, 7 dez. 2004.

GASPAR: Lúcia. **Reisado**. São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org). **A inveção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LEONEL, Guilherme Guimarães. Festa e Sociabilidade: reflexões teóricas e práticas para a pesquisa dos festejos como fenômenos urbanos contemporâneos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, 2010.

VOLPATTO, Rosane. **Festa da Nossa Senhora do Rosário**. São Paulo: Campus. 2009.



O ENSINO DA GUERRA DO PARAGUAI POR MEIO DE AULAS-OFICINAS

Vera Lúcia Nowotny Dockhorn¹

Resumo: Me proponho a apresentar os resultados da minha dissertação de mestrado intitulada *O ensino da Guerra do Paraguai através das Imagens: uma proposta para o uso da fotografia e da pintura como fonte de ensino* defendida no programa nacional de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA. Essa pesquisa teve como objetivo elaborar um material paradidático destinado aos/as professores/as da disciplina de História da educação básica, mais especificamente do Ensino Médio com o intuito de abordar temas diversos do conteúdo da Guerra do Paraguai, na perspectiva Brasil e Paraguai. O material elaborado apresenta sete proposições de aulas-oficinas, sendo elas: As mulheres na Guerra do Paraguai, As crianças na Guerra do Paraguai, Negros e libertos lutando na Guerra do Paraguai, Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai, As adversidades nos campos de batalha, O cotidiano da Guerra do Paraguai, A Guerra do Paraguai na província do Mato Grosso. Como fonte de ensino de história priorizou-se o uso de imagens, produzidas no contexto da Guerra e logo após seu término.

Palavras-chave: Ensino de História, aulas-oficinas, Guerra do Paraguai.

A Guerra do Paraguai², um dos maiores conflitos bélicos ocorridos no continente americano entre 1864 e 1870, envolvendo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai é um acontecimento marcado por diversas interpretações históricas, desde que se findou até os dias atuais. Ao longo de 150 anos perpassamos por uma narrativa de cunho memorialista e patriótica, por uma interpretação que se dizia revisionista e por fim chegamos a uma nova fase de pesquisas e análises dos fatos e das fontes denominada de neorrevisionista. Nesta última, que se iniciou na década de 1980, pudemos verificar que diversos/as pesquisadores/as trouxeram à tona uma narrativa da Guerra que procura contemplar a complexidade das relações geopolíticas e econômicas entre as nações sul-americanas envolvidas no confronto, bem como a diversidade e as singularidades dos muitos sujeitos que estiveram presentes nos acampamentos e campos de batalha ou mesmo fora deles. A exemplo cito os historiadores Bandeira (1995), Marques (1995), Salles (1990, 2003), Sousa (1996), Toral (2001), Doratioto (2002), Borges e Peraro (2012).

Portanto, são de grande importância os trabalhos investigativos dos historiadores que buscam por novas fontes, interrogam novos objetos e dialogam com os diferentes sujeitos da Guerra e, conseqüentemente, possibilitam uma compreensão do conflito e suas repercussões em diferentes dimensões.

Logo, entendo ser dentro dessa nova conjuntura de pesquisas, pertinente ampliar as discussões acerca da história da Guerra do Paraguai ensinada no Ensino Médio considerando as atuais discussões historiográficas a respeito do tema, bem como pensar e repensar as práticas metodológicas a fim de promover um aprendizado mais significativo.

¹ Mestre em Ensino de História pela UFMT. Professora da Educação Básica do Estado de Mato Grosso-Seduc/MT. E-mail: veralucia.nowotny@gmail.com.

² Na presente pesquisa opto pela denominação Guerra do Paraguai por ser a expressão usual no Brasil. Mas, cabe salientar quanto ao uso de diferentes denominações (Guerra da Tríplice Aliança, Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, Grande Guerra...), contudo, como salientou a autora Squinelo, a própria denominação do conflito “é alvo de inúmeras manipulações e divergências” e por si só já mereceria ser objeto de pesquisas (SQUINELO, 2015, p. 25). Por outro lado, uso os termos Guerra e Guerra do Paraguai como sinônimos.

Diante disso, em meu projeto de pesquisa do Mestrado Profissional em Ensino de História desenvolvi a dissertação intitulada *O ensino da Guerra do Paraguai através das Imagens: uma proposta para o uso da fotografia e da pintura como fonte de ensino*³ na qual perpassei por uma ampla historiografia da Guerra, apresentei uma análise do conteúdo da Guerra do Paraguai em manuais didáticos e por fim propus como produto final um livro paradidático contendo sete propostas de aulas oficinas com intuito de abordar os diferentes sujeitos do conflito por meio de fontes imagéticas e textuais.

O texto dissertativo ficou organizado em cinco capítulos e um Apêndice, neste último foi inserido o produto final, ou seja um livro paradidático de oficinas de História. Para a escrita do primeiro capítulo realizei um levantamento da historiografia da Guerra. Algumas das minhas principais referências foram os autores Leslie Bethell (1995), Moniz Bandeira (2012), Francisco Doratioto (2002), Luc Capdevila (2010) e Nidia Areces (2010). Fundamentada, especialmente, no estudo destes pesquisadores, procurei apresentar o que foi o conflito na ótica da historiografia atual, conhecida como neorrevisionista.

No segundo capítulo, explanei sobre as diferentes fases da historiografia brasileira sobre a Guerra. Por meio do estudo realizado verifiquei a demarcação de três momentos distintos para a história do conflito comumente denominadas militar-patriótica, revisionista e neorrevisionista.

No terceiro capítulo, discorri sobre a ocupação paraguaia na então província de Mato Grosso utilizando-me de autores como Mario Maestri (2015, 2009), Thomas Whigham (2010), dos memorialistas estrangeiros Jorge Thompson (1910) e Juan Crisóstomo Centurión (2005), entre outros.

De outra banda, foi também por mim considerada e objeto de discussão as consequências do confronto, especialmente, no alastramento de uma epidemia de varíola sobre a capital de Cuiabá, para tal a tese de Maria Aparecida Borges de Barros Rocha (2013) e os escritos do memorialista Joaquim Ferreira Moutinho (1869) foram-me de extrema importância. Fechando esta seção busquei refletir sobre a preservação de uma memória do conflito nos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com base nos escritos da pesquisadora Squinelo (2015, 2009, 2003).

Para a quarta seção, apresentei uma análise dos conteúdos da Guerra do Paraguai nos manuais didáticos, do atual PNLD do Ensino Médio, utilizados em instituições de educação pública no município de Lucas do Rio Verde-MT, no qual atuo como professora de História, a saber: *História Global*, 3ª edição, de Gilberto Cotrim, publicada pela Editora Saraiva no ano de 2016, *História Sociedade & Cidadania*, 2ª edição, de Alfredo Boulos Júnior, publicada pela Editora FTD em 2016 e a coleção *História*, 3ª edição, dos autores Georgina dos Santos, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, publicada pela Editora Saraiva no ano de 2016. Nestas obras, avaliei como o tema foi abordado no que se refere a historiografia que tangencia os textos e a abordagem dos diferentes sujeitos envolvidos no conflito.

Esta investigação dos manuais, com base nos preceitos teórico-metodológicos, especialmente, de Choppin (2004), Munakata (1997) e Bittencourt (2017, 2011, 1996), perpassou pela formação acadêmica dos autores, pelas editoras responsáveis por editar, publicar e comercializar o livro, e pelo processo de avaliação e seleção do Programa Nacional do Livro Didático esboçado no *Guia do PNLD – 2018: História*, do Ensino Médio.

Na escrita do quinto capítulo dediquei-me à historiografia pertinente aos temas que avaliei terem sido insuficientemente abordados nos manuais. Que, por conseguinte, foram as temáticas que compuseram o livro pa-

³ A dissertação *O ensino da Guerra do Paraguai através das Imagens: uma proposta para o uso da fotografia e da pintura como fonte de ensino* foi defendida no programa nacional de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, na UFMT, campus de Cuiabá, em maio de 2020, sob a orientação da profª. Drª Ana Paula Squinelo.

radidático, o produto final da dissertação. Iniciei a seção discorrendo sobre a presença e participação de mulheres brasileiras e paraguaias no conflito a partir das autoras Maria Tereza Dourado (2002), Barbara Potthast (2006) e Ana Barreto Valinotti (2013) e de relatos memorialistas.

Num segundo momento, procurei analisar a presença de crianças do Brasil e do Paraguai na contenda. Cabe frisar que me deparei com escassa produção historiográfica sobre o assunto, em geral, os relatos memorialistas foram minha principal fonte. Poucos autores possuem publicações específicas sobre menores na Guerra, cito como exemplo a autora Potthast (2005).

Logo após, tratei da presença de negros e de libertos no conflito. A princípio objetivava abordar apenas estes sujeitos em tropas brasileiras, mas as leituras de André Toral (1995) e Ignacio Telesca (2008) me levaram a considerar também a participação dos negros e dos libertos no exército paraguaio.

No último subtítulo do quinto capítulo, o tema foi os Voluntários da Pátria, discutido a partir de Ricardo Salles (1990) e Jorge Prata de Sousa (1996). Além da participação destes sujeitos na contenda, procurei avaliar as condições sanitárias e a vida cotidiana nos acampamentos brasileiros.

Por fim, como Apêndice, apresentei o livro paradidático⁴, intitulado: *Temas para o ensino da Guerra do Paraguai: Sujeitos, Cotidiano e Mato Grosso*, por nós elaborado, contendo proposições de aulas-oficinas⁵. O mesmo é composto por sete temas, sendo eles: As mulheres na Guerra do Paraguai; As crianças na Guerra do Paraguai; Negros e libertos lutando na Guerra do Paraguai; Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai; As adversidades nos campos de batalha; O cotidiano na Guerra do Paraguai; A Guerra do Paraguai na província do Mato Grosso.

Figura 1: Capa do livro paradidático



Fonte: DOCKHORN, 2020, sem numeração de página.

⁴ A conotação paradidático já foi alvo de teorização de importantes pesquisadores. Em suas teses os pesquisadores Ernesta Zamboni (1991) e Kazumi Munakata (1997) propuseram definições para o conceito de paradidático dos quais nos servimos em nosso trabalho. Portanto, entendemos que não há padrões definidos para um livro paradidático, são materiais complementares que diferem dos didáticos na abordagem dos conteúdos e propostas pedagógicas, sua finalidade é complementar ou subsidiar a professores e estudantes no estudo de determinados temas. Desse modo, paradidáticos podem se tornar ferramentas úteis, especialmente no trato de conteúdos menos abordados nos materiais convencionais e na adoção de métodos de ensino e aprendizagem diferenciados.

⁵ Optamos por nos orientar pela proposta de aula-oficina da pesquisadora Barca: BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144. Entendemos que a concepção da autora Barca contribui com a nossa perspectiva de trabalho com fontes diversas, e possibilita ao estudante uma análise de situações do tempo presente e do tempo passado, bem como, estimula a comunicação e expressão de forma criativa.

Para a elaboração desse material me voltei para o uso da iconografia no ensino de história. Ponderando que o contexto da Guerra foi cenário para a produção de um considerável número de imagens, de natureza diversa, como fotografias, pinturas e charges, optei por utilizar desse recurso para elaborar uma proposta metodológica que possibilite uma abordagem analítica dessas representações.

De outra parte, realizei um recorte temático com o propósito de abarcar as novas discussões historiográficas, especialmente no que se refere à inclusão das mulheres, das crianças, dos negros, dos libertos e dos Voluntários da Pátria nas discussões acerca da Guerra do Paraguai, assim como as repercussões do conflito na antiga província do Mato Grosso, atualmente estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Enquanto professora de História da educação básica, do estado do Mato Grosso desde o ano de dois mil e um, muitas vezes me deparei com a deficiência de material para o ensino da Guerra do Paraguai, especialmente no que tange às novas perspectivas historiográficas. Entendo que é um tema caro para este Estado que, nos tempos de província, vivenciou a contenda em diferentes níveis, cujas marcas foram profundas, nesse sentido é um conteúdo que merece especial atenção quando tratado no contexto das salas de aulas.

A historiografia avançou nas pesquisas e publicações de novas perspectivas, mas estes avanços demandam de tempo para chegar até os livros didáticos. Mesmo nos últimos exemplares disponibilizados pelo PNLD 2018 – Ensino Médio, ainda é possível averiguar lacunas a serem preenchidas, conforme constatei na análise do conteúdo da Guerra do Paraguai que realizei em três distintos manuais didáticos.

Nesta perspectiva, objetivei com a minha pesquisa contribuir com os professores que, assim como eu, almejam aprofundar o tema da Guerra do Paraguai para além dos livros didáticos e, utilizar-se das imagens como fonte para o ensino de história. Foi, principalmente, com esse intuito que me dispus a me debruçar sobre a historiografia da Guerra e, a partir dessa leitura e da produção imagética daquele período, elaborar um material paradidático com a proposição de aulas-oficinas diferenciadas.

Elaborar este material paradidático utilizando as imagens da Guerra como fonte para o ensino de história foi um grande desafio que perpassou por várias etapas. Uma delas foi buscar e selecionar as imagens que viriam a compor o corpus do livro de Oficinas de História. De outra parte foi necessário que nos embasássemos teórica e metodologicamente para o uso destas imagens no contexto das salas de aula da educação básica, portanto, atendendo para uma realidade distinta da acadêmica. E, por fim, pensar em estratégias de ensino viáveis. Nesse caso, optamos pela perspectiva de aulas-oficinas, o que não deixou de ser, também, uma provocação que suscitou muitas dúvidas ao longo do percurso.

Pensando no contexto atual onde fotografias e *selfies* fazem parte do cotidiano de boa parte de nossos estudantes, optamos por privilegiar as fotos produzidas no contexto da Guerra para compor as aulas-oficinas. Por outro lado, julgamos serem fontes valiosas ainda pouco exploradas nas aulas, especialmente após verificarmos que elas não estão inclusas nas ilustrações apresentadas pelos manuais didáticos que analisamos.

A fotografia surgiu nas primeiras décadas do século XIX e na ocasião da Guerra (1864 a 1870) ainda era uma novidade, algo pouco acessível; ao contrário do que é nos dias atuais. Produzir fotografias dependia de preparo técnico e de certo recurso financeiro para adquirir os equipamentos. Assim como, ter acesso a elas dependia, em boa medida, das condições sociais e econômicas. Portanto, entendemos que as fotografias produzidas e preservadas daquele contexto são de uma raridade preciosa e de um valor histórico imensurável. Para Salles:

[...] é sobretudo nas imagens fotográficas que a presença dessas pessoas, eternizada pelas lentes da nova invenção do século do progresso, nos surge com negra clareza – porque negras eram em sua maioria. (SALLES, 2003, p. 13)

Salles ao citar as “pessoas” referiu-se aos mais diferentes sujeitos que de alguma maneira ou de outra participaram da Guerra, e em algum momento “[...] conscientes da magia daquele instante que buscam se eternizar, posam para a câmera” (SALLES, 2003, p. 13). Soldados, prisioneiros, mulheres e crianças (muitas nascidas durante a Guerra), pessoas que, de acordo com Salles, formalmente ou informalmente se engajaram entre os combatentes, “São rostos anônimos que nos chegam em fotografias amareladas, alguns poucos em retratos litografados, outros tantos figurados em ilustrações de época ou em pinturas históricas” (SALLES, 2003, p. 13).

Contudo, é uma memória cotidiana que o autor verificou ter sido ocultada, primeiro pela “memória oficial” e “monumental” (SALLES, 2003, p. 13) e, em seguida, pela história revisionista. Desse modo, a história da Guerra, inclusive a ensinada nas escolas privilegiou e ainda, em alguma medida, privilegia determinados sujeitos em detrimento de outros.

Portanto, são representações que contribuíram para um dos principais objetivos do nosso livro: abordar os diferentes sujeitos que participaram da contenda. Ainda, segundo Peter Burke, as imagens são uma importante evidência histórica e “[...] nos permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vívida” (BURKE, 2017, p. 24). Além disso, o autor considerou que as ilustrações “[...] constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas” (BURKE, 2017, p. 24).

A obtenção das fotografias para a pesquisa se deu essencialmente por via digital, pelos sites oficiais de bibliotecas. Este recurso muito contribuiu com o nosso trabalho, pois tivemos a possibilidade de acessar iconografias disponibilizadas somente por bibliotecas estrangeiras. Contudo, grande parte das ilustrações, por nos utilizadas, foram oriundas da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital).

Incorporamos às imagens selecionadas, também, pinturas e desenhos, pois consideramos importante proporcionar a reflexão a partir de fontes distintas. Além disso, estas categorias, em alguns casos, trouxeram representações que não encontramos na forma fotográfica.

Mas, cabe salientar que utilizar a iconografia como fonte para o ensino de História na educação básica apresentou seus embates e é pretensioso afirmar que eles estejam completamente resolvidos. Várias questões se colocaram durante a execução da pesquisa: Como trabalhar com as imagens sem que elas adquiram a conotação de representação real do que foi vivido? De que maneira evitar cair na armadilha de transformar estudantes do Ensino Médio em “pequenos historiadores”? Como conseguir o equilíbrio entre fonte imagética e fonte escrita sem que uma, nem outra seja entendida como mais importante ou, então, como expressão da verdade?

Ao elaborarmos o material paradidático entendemos, a partir de Peter Burke, ser importante que as imagens fossem utilizadas juntamente com outras evidências (BURKE, 2017, p. 12). Desse modo, utilizamos também de fontes escritas de origem variada: textos da historiografia atual, relatos memorialistas, artigos de jornal, decretos da época. A finalidade desta associação é possibilitar distintas perspectivas de análise, por vezes, contrapondo elementos das imagens com os dados dos textos e em outros momentos, complementando informações.

Relacionando textos com a iconografia ampliamos as discussões acerca dos temas da Guerra do Paraguai selecionados para o livro paradidático, além disso, pretendemos que ambas as fontes sejam entendidas como im-

portante subsídio para o entendimento dos acontecimentos históricos. De outra parte, por meio da justaposição dos documentos almejamos que as ilustrações possam ser visualizadas pelos estudantes como representações de um contexto, sem que adquiram conotação de realidade. Pois, entendemos as imagens como produção cultural e, portanto, devem ser analisadas como tal.

A fotografia, portanto, não deverá ser levada para a sala de aula como um retrato da realidade, mas sim na condição de um objeto construído culturalmente, do mesmo modo, que a imagem nela contida traz para o nosso tempo representações culturais do momento em que foi produzida, assim como as relações de poder sobre a escolha do que seria ou não retratado. Utilizar a fotografia como fonte histórica, portanto, ultrapassa

[...] seu mero aspecto ilustrativo - deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolheu analisar. Nesse sentido o *corpus* fotográfico pode ser organizado em função de um tema [...] (MAUAD, 2018, p. 10)

Partindo de tal pressuposto, entendemos que é preciso um conjunto de fotografias para o trabalho em sala de aula. Desse modo, para cada tema que abordamos em nosso manual paradidático optamos por apresentar de três a quatro ilustrações distintas para que os estudantes possam fazer a comparação entre as informações que elas abarcam. Bloch (2002), já chamava a atenção para a diversificação das fontes, possibilitando um trabalho comparativo, com o qual não só ampliamos o conhecimento a respeito do tema como também, temos a probabilidade de atestar a veracidade da fonte.

Nesse ponto de vista, buscamos elaborar um procedimento metodológico viável para que estudantes do Ensino Médio possam analisar as imagens que apresentamos no manual. Não desconsiderando os referenciais expostos até aqui, mas, antes, tentando abarcar o que é aplicável para contexto da educação básica, nos voltamos aos escritos de Panofsky (1991, p. 50) o qual sugere a leitura e análise iconográfica em três dimensões, sendo elas:

1. Significado primário ou factual: onde se procede com a identificação das formas puras – objetos, seres humanos, animais, plantas, casas, ferramentas, etc., que podem ser vistos na imagem;
2. Significado secundário ou convencional: a partir dos objetos identificados interpreta-se o fato que está ilustrado, ou seja, conhece-se o seu significado. Portanto, o estudante infere qual é o assunto ou conceitos da pintura e em qual contexto histórico se insere;
3. Significado intrínseco ou conteúdo: é a descoberta e interpretação dos valores simbólicos, ou seja, o conteúdo que deve ser revelado, pois ele não está explícito. Ligando o fato representado com o contexto histórico transcende-se a pura imagem para a interpretação do que está além.

Por fim, definimos que o formato de aulas-oficinas seria o melhor caminho para trabalhar com a iconografia em sala de aula. Com base nos estudos e orientações de Isabel Barca (2004, p. 133-134) identificamos que as aulas-oficinas deveriam tangenciar as seguintes proposições:

- a) Interpretação de fontes: proporcionando a leitura de fontes diversas; realizar cruzamento de fontes, quanto a suas mensagens e intenções; selecionar fontes para confirmação ou refutação de hipóteses levantadas.
- b) Compreensão contextualizada: entender ou procurar entender as situações humanas e sociais em diferentes tempos e em diferentes espaços; relacionar os sentidos do passado com suas próprias atitudes perante o presente e a projeção do futuro; levantar novas questões e hipóteses a se investigar.

- c) Comunicação: exprimir a sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade, utilizando a diversidade dos meios de comunicação atualmente disponíveis.

Finalmente, traçamos os passos metodológicos que constituem parte das oficinas que compõe o paradidático confeccionado:

Atividade 1: investigando os conhecimentos – nessa primeira tarefa o objetivo é identificar os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito do tema proposto. Portanto, propõem-se questões que convirjam com os objetivos da oficina. Por exemplo, se um dos objetivos for: Reconhecer por meio das fontes a presença de crianças e adolescentes no conflito, então, se sugere a questão: Você considera possível que crianças estiveram e lutaram na Guerra do Paraguai?

Atividade 2: socializando as respostas – esse é o momento em que os educandos poderão expor as respostas, dadas às questões anteriores, numa aula dialogada. Sugere-se que o/a professor/a faça junto com os seus estudantes um levantamento das respostas para que se tenha uma clareza daquilo que já se sabe e em que medida. Essa atividade auxiliará o/a educador/a a verificar o nível de conhecimentos prévios.

Fontes iconográficas – nesse passo, apresentam-se para a classe três fotografias e/ou pinturas de diferentes perspectivas, referentes ao tema em questão. Num primeiro momento o/a professor/a poderá conduzir uma conversa para verificar se os estudantes já conheciam tais imagens, quais impressões elas lhes causaram, etc.

Atividade 3: análise das fontes iconográficas – nessa atividade espera-se que os estudantes realizem uma análise mais aprofundada das imagens, serão três subitens: a identificação das imagens na sua forma pura (considerando objetos, pessoas, cenário, etc.); a interpretação dos conteúdos explícitos (qual situação histórica a imagem aborda) e a análise dos conteúdos implícitos (identificação de valores simbólicos que transcendem a imagem). Essa tarefa poderá ser realizada em duplas ou grupos para que os educandos possam discutir suas ideias e observações. O recurso para a apresentação das imagens ficará a cargo do/a professor/a, pois dependerá das possibilidades da instituição escolar.

Fontes escritas – nesta seção se apresentará documentos escritos que poderão ser utilizados de maneira criativa pelo/a professor/a. Objetiva-se que eles possibilitem o trabalho de comparação de fontes e de complementação às informações já obtidas.

Atividade 4: problematização das fontes – nesta etapa apresentam-se questões voltadas às perguntas iniciais (da Atividade 1). O objetivo é avaliar os avanços em relação ao levantamento dos conhecimentos prévios. Ao exemplo da questão que sugerimos no início ‘Você considera possível que crianças estiveram e lutaram na Guerra do Paraguai?’ O/A professor/a voltará a esta pergunta para verificar as novas respostas formuladas pelos seus estudantes.

Avaliação: comunicação do aprendizado - a avaliação será organizada em dois momentos. No primeiro espera-se que os educandos possam expressar o aprendizado numa aula dialogada. E no segundo momento, sugere-se uma produção criativa dos alunos, que possa ser compartilhada com as demais classes e ao mesmo tempo constituir-se num registro da aula.

Além dos passos detalhados acima, cada aula-oficina apresenta em sua parte introdutória um texto base para o/a professor/a, contendo: Identificação do tema, Justificativa, Contextualização histórica, Objetivos e a Metodologia. O texto que antecede as atividades com os estudantes visa subsidiar o/a professor/a com informações sobre o tema da aula-oficina e, instruir quanto aos procedimentos metodológicos.

Por fim, saliento que a proposta do produto elaborado, ou seja do livro paradidático, não é substituir o conteúdo da Guerra dos manuais didáticos já utilizados pelos/as professores/as, mas sim contribuir com a possibilidade de promover novas discussões e análises de fontes diversas. Portanto, tem-se a perspectiva de tornar o ensino da Guerra de Paraguai mais significativo para os estudantes da educação básica.

REFERÊNCIAS

- ARECES, R. Nidia. De la Independencia a la Guerra de la Triple Alianza (1811-1870). In: TELESKA, Ignacio (coord.). **Historia del Paraguay**. 1. ed. Assunção: Taurus, 2010.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: BARCA, Isabel (Org.). **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga: Centro de Investigação em Educação; Instituto de Educação e Psicologia; Universidade do Minho, 2004. p. 131- 144.
- BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai: história e historiografia. In: MARQUES, Maria Eduarda CASTRO MAGALHÃES, Maria Eduarda (org.). **A Guerra do Paraguai: 130 anos depois**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros Didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto: 2017. p. 69-90.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção Didática de História: trajetórias de pesquisas. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, p. 87-516, jan./jun. 2011.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Práticas de Leituras em Livros Didáticos. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 22, n. 1, p. 89-110, 1996.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2002. Versão digital: <http://groups.google.com/group/digitalsource>.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (orgs.). **Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra**. Cuiabá/MT: Entrelinhas; EdUFMT, 2012.
- BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania 2º ano**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2016.
- CAPDEVILA, LUC. **Una guerra total: Paraguay - 1864-1870: Ensayo de historia del tiempo presente**. 1. ed. Buenos Aires: SB, 2010.
- CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. **Memorias o Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay**. Tomos I, II, III, IV. Edición digital de la Biblioteca Virtual del Paraguay basado en la edición 1944 de Editorial Guaranía Asunción Paraguay. Asunción, setiembre de 2005. Disponível em: <http://fortalezas.org/midias/archivos/2619.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- CHOPPIN, Alain. História dos Livros Didáticos e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- COTRIM, Gilberto. **História Global 2**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DOCKHORN, Vera Lúcia Nowotny. **O ensino da Guerra do Paraguai através das Imagens: uma proposta para o uso da fotografia e da pintura como fonte de ensino**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Cuiabá - MT, 2020.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DOURADO, Maria Tereza. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, Mato Grosso do Sul, 2002. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=18935. Acesso em: 04 jul. 2018.

GUIA de Livros Didáticos: PNLD 2018. História: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2017.

MAESTRI, Mário José. A invasão paraguaia no sul do Mato Grosso. **Contraponto**: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, Teresina, v. 2, n. 2, ago. 2015.

MAESTRI, Mário José. Pranchada infamante: resistência ao castigo físico do soldado imperial na guerra contra o Paraguai. **De Raíz Diversa**, v. 1, n. 2, p. 125-153, out./dez. 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/ppel-unam/20160614040647/Maestri.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). **Guerra do Paraguai**: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1995.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-15, 1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acesso em: 21 jun. 2018.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Notícia sobre a província de Matto Grosso seguida d'um roteiro de viagem da sua capital a S. Paulo. São Paulo. Typographia De Henrique Schroeder, 1869. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221713>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte na renascença. In: PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Trad. Maria Clara F. Kneesse e Jacó Guinsburg. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1991. <https://www.passeidireto.com/arquivo/42170346/panofsky-erwin-significado-nas-artes-visuais?utm-medium=link>. Acesso: 21 jun. 2019.

POTTHAST, Barbara. Algo más que heroínas. Varias roles y memorias femeninas de la Guerra de la triple alianza. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Maringá, v. 10, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526864009>. Acesso em: 27 fev. 2019

POTTHAST, Barbara. Niños soldados y niñas famélicas en la Guerra del Paraguay. In: CARRERAS, Sandra; POTTHAST, Barbara. **Entre la familia, la sociedad y el Estado**. Niños y jóvenes en América Latina (siglos XIX - XX). Madrid / Frankfurt am Main: Bibliotheca Ibero-Americana, 2005. v. 103. Disponível em: https://publications.iai.spk-berlin.de/receive/riai_mods_00001263. Acesso em: 29 ago. 2019.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. **Atitudes diante da morte em Cuiabá – 1860 a 1926**: A guerra, a doença e a secularização dos cemitérios da cidade. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/T2013-02.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SALLES, André Mendes. A Guerra do Paraguai nas edições do livro didático História do Brasil: da Colônia à República, das autoras Elza Nadai e Joana Neves. **Educação Básica Revista**, v. 3, n. 2, p. 291-311, 2017a. Disponível em: www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/REB/article/download/274/546. Acesso em: 14 mai. 2018.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: Memórias e Imagens. Apresentação: Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2003.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SOUZA, Jorge Prata de. **Escravidão ou morte**: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad: Adesa, 1996.

SQUINELO, Ana Paula. Mulheres na Guerra do Paraguai: uma proposta de Aula-Oficina a partir da História em Quadrinhos “Adeus, Chamigo Brasileiro”. In: SQUINELO, Ana Paula (Org.). **Livro Didático e Paradidático de História em tempos de crise e enfrentamento**: sujeitos, imagens e leituras. 1. ed. Campo Grande-MS: Ed. Life, 2020.

SQUINELO, Ana Paula; TELESKA, Ignacio (org.). **150 Anos Após – A Guerra do Paraguai**: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. v. 3. Campo Grande, MS: Life Editora, 2019.

SQUINELO, Ana Paula (org.). **150 Anos Após – A Guerra do Paraguai**: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. v. 1. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2016.

SQUINELO, Ana Paula (org.). **150 Anos Após – A Guerra do Paraguai**: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. v. 2. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2016.

SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai ontem e hoje**: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1868-2003). Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015.

SQUINELO, Ana Paula. O Hospital Militar de Matto Grosso na Guerra do Paraguai: Doenças, dietas e tratamentos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 10., 2012, São Paulo. **Anais Eletrônicos** [...]. São Paulo: ANPHLAC, 2012. Disponível em: http://anphlac.fllch.usp.br/sites/anphlac.fllch.usp.br/files/ana_squino2012.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

SQUINELO, Ana Paula. A Guerra do Paraguai e suas interfaces: Memória, história e identidade em Mato Grosso do Sul (Brasil). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [On Line] Colloques, p. 1-11, postado em 16 jan. 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/49752>. Acesso: 27 maio 2019.

SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai, essa desconhecida**: ensino, memória e história de um conflito secular. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2003.

TELESCA, Ignacio. La historiografía paraguaya y los afrodescendientes. In: TELESCA, Ignacio. **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina**: herencia, presencia y visiones del otro. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/AFRICAN/10tele.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

THOMPSON, Jorge. Expedición á Matto-Grosso. In: THOMPSON, Jorge. **La Guerra del Paraguay**. 2. ed. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía, 1910. p. 35-41. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/09/Jorge_Thompson_-_La_Guerra_del_Paraguay.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 287-296, ago. 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8880/10432>. Acesso em: 04 nov. 2019.

TORAL, André Amaral de. **Imagens em desordem**. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

VAINFAS, Ronaldo *et al.* **História** 2. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

VALINOTTI, Ana Barreto. Las mujeres. Colección 150 anos de la Guerra Grande nº. 7. El Lector, Asunción, Paraguay, 2013.

WHIGHAM, Thomas. La Campaña de Mato Grosso. In: WHIGHAM, Thomas. **La guerra de la Triple Alianza**: causas e inicios del mayor conflicto bélico de América del Sur. v. I. Asunción: Santillana, 2010. p. 209-235.

DINARTE MARIZ: VIDA, TRAJETÓRIA E SEU DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA POLÍTICA (1954 – 1958)

Larisse Santos Bernardo

Resumo: Este trabalho relaciona-se a pesquisa que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões – MHIST no CERES-UFRN. A mesma busca a compreensão da vida e trajetória política de Dinarte de Medeiros Mariz, levando em consideração suas origens do interior do Seridó, e os desafios encontrados para que ele se tornasse uma figura de renome nacional, sendo capaz de influenciar politicamente todo o Estado do Rio Grande do Norte. Nessa perspectiva o desenvolvimento da narrativa se dará através de um viés que traçará sua vida política mostrando as alianças criadas, os degraus percorridos por Dinarte, uma vez que, antes de se tornar figura política, ele foi comerciante e agropecuarista, experiências estas que corroboraram para o seu fortalecimento na vida política. Nesse sentido a abordagem metodológica a ser usada será a História Oral e Análise do Discurso, nesse ponto de vista será mostrado a importância dessas duas metodologias para que vejamos a relevância quando se trabalha com a memória e os discursos.

Palavras-chave: Dinarte Mariz. Política. Rio Grande do Norte. Seridó.

O presente artigo tem por objetivo compreender os caminhos traçados e percorridos da figura pública de Dinarte de Medeiros Mariz, a partir de suas origens do interior do sertão do Seridó, e os desafios encontrados para que ele se tornasse uma figura de renome nacional, sendo capaz de influenciar politicamente todo o Estado do Rio Grande do Norte. Na busca de traçarmos sua trajetória política, notadamente, sua vida pessoal estará em evidência e será descrita no decorrer da narrativa bem como se faz necessário compreendermos o imaginário político vivido em sua época, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para que ele se tornasse um dos políticos mais relevantes na história do Rio Grande do Norte.

Nessa perspectiva, vale salientar as disputas de poderes existentes nesse momento, que irão fazer com que Dinarte Mariz entre na vida política e ao mesmo tempo se torna um nome de “peso” na política brasileira. Faz-se necessário compreender a conjuntura política do Seridó a partir do início do século XX, período em que essa região conquista visibilidade econômica e política em defluência do desenvolvimento da cotonicultura. É nesse cenário que emerge a figura de Dinarte Mariz, um remanescente da cultura algodoeira e da pecuária, que por sua vez comandava política e economicamente a região do Seridó. Então, é a partir da dessa região, precisamente, da cidade de Caicó, que fica fixada em pleno semiárido nordestino, no sertão do Seridó, que é caracterizada pela escassez e a instabilidade das chuvas, e este espaço por sua vez propiciou a criação de um grupo oligárquico – familiar, que apareceu com o desenvolvimento da cotonicultura, representado pelo seu líder maior, o coronel, José Bernardo de Medeiros.

Observando a vida e sua trajetória política, o artigo intitulado *Período Republicano* da fundação José Augusto descreve que *Dinarte de Medeiros Mariz*, nasceu em Serra Negra (RN) no dia 23 de agosto de 1903, filho de Manuel Mariz Filho e de Maria Cândida de Medeiros Mariz o quinto entre quatorze filhos do casal. Seu avô, José Bernardo de Medeiros, foi constituinte em 1891 e ocupou uma cadeira no Senado Federal de 1890 a 1907. Com vinte e um

anos de idade, Dinarte Mariz contrai matrimônio com Diva Wanderley, filha de Vigolino Pereira Monteiro, comerciante no setor pecuário e político de Campina Grande – PB.

Dinarte cursou o primário em sua cidade natal, encerrando nesse nível sua educação formal. Antes de enveredar na carreira política Mariz foi agricultor, comerciante, minerador e empresário. ¹Seu primeiro ato político se deu no ano de 1927, com apenas 24 anos de idade, quando solicitou a intendência, ou seja, a prefeitura da cidade de Serra Negra do Norte. Esta reivindicação, por sua vez, não obteve resultados, uma vez que, a família na época pensou que não era a vez dele, fato que o deixou bastante angustiado, fato este que foi confirmado por Olavo de Medeiros Filho:

Conversando certa vez no alpendre da fazenda Solidão, perguntei a Dinarte Mariz quais os motivos que o teriam levado a participar da Revolução de 1930, sendo ele parente e conterrâneo do Governador Juvenal Lamartine de Faria, deposto pela referida Revolução, dando uma risada, afirmou-me Dinarte Mariz que tudo teria origem em um pedido que ele fizera a Juvenal Lamartine propondo-se a ser prefeito de sua querida cidade Serra Negra do Norte. O pedido provocou gargalhadas em Juvenal, que descartou a pretensão do parente, pessoa que, segundo ele, não preenchia as condições exigidas para ocupar a chefia da edilidade. (LIMA, 2003, p. 166).

Então em 1929, durante o governo de Washington Luís (1926-1930), era comerciante de algodão em Caicó (RN), e ingressou na Aliança Liberal² — agrupamento político oposicionista formado basicamente pelos partidos republicanos mineiro e gaúcho, pelo Partido Democrático (PD) paulista e pelo situacionismo paraibano apoiando a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. Contudo, o candidato eleito foi Júlio Prestes, apoiado pelo presidente Washington Luís. A derrota de Vargas, aliada ao assassinato de João Pessoa no mês de julho em Recife, provocou a eclosão do movimento revolucionário de outubro de 1930, ao qual o então Dinarte Mariz sob o comando do capitão do exército Abelardo Torres da Silva Castro participou da revolução no Rio Grande do Norte.

VIDA E TRAJETÓRIA POLÍTICA

Dinarte Mariz assim como ficou conhecido, ingressou na vida pública como prefeito de Caicó, na revolução de 1930³, que teve seu apoio integral no Estado. Através de seu forte desempenho como figura política exerceu o mandato de senador por cinco vezes, tendo sido a última por escolha indireta do presidente da República. Nessa linha de influência por mais de uma vez, foi 1º secretário do Senado, um dos cargos mais importantes daquela Casa legislativa.

Podemos observar que Dinarte, foi o precursor de uma disputa ferrenha que existe no Rio grande do Norte, disputa essa conhecida através dos partidos, Vermelho x Verde. A origem desta rixa de cores de partido veio na década de 60, quando o Governo do Estado foi disputado por Aluizio Alves e Dinarte Mariz, período que surgiu a Ditadura Militar e, conseqüentemente, os partidos MDB e Arena.

¹ Ver em: LAMARTINE, 2003, p. 187.

² A Aliança Liberal foi formada em 1929 por setores dissidentes da oligarquia paulista e mineira insatisfeita com o sistema excludente. (SPINELLI, sd., p. 15)

³ O movimento revolucionário de 1930 tratava-se de questionar a forma de dominação da República Velha, assentada na política dos governadores comandada por São Paulo e Minas Gerais. (Idem, ibdem).

Sendo assim, a obra “Solidão, Solidões: uma biografia de Dinarte Mariz” de Diógenes da Cunha Lima, descreve que sua vinculação com a política era algo que estava instituído pela velha tradição, a qual seu grupo familiar pertencia, sendo Dinarte:

Um descendente de Tomaz de Araújo Pereira primeiro presidente da província do Rio Grande do Norte. Seu avô, José Bernardo de Medeiros, foi duas vezes presidente da província do Rio Grande do Norte, foi constituinte em 1891 e senador de 1900 a 1907. O Padre Francisco Brito Guerra, seu tio-bisavô, foi senador do império José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, seus primos, foram governadores, deputados e senadores. Monsenhor Walfredo Gurgel, José Cortez Pereira de Araújo e o General Antônio Fernandes Dantas, pertencentes a mesma árvore genealógica, foram governadores. Seu sogro, Vigolino Pereira Monteiro, foi prefeito de Campina Grande na Paraíba, e seu cunhado, Vigneaud Borborema Wanderley foi senador pela Paraíba, e ainda foram prefeitos seus irmãos Descarte e Deroci. (LIMA, 2003, p. 57).

Figura 01: Dinarte de Medeiros Mariz



Fonte: <https://andradetalis.wordpress.com/tag/dinarte-mariz/>

Ao concebermos sua descendência política, compreendemos que a mesma integra parte de uma parentela que conseguiu se manter no poder. Segundo Linda Lewin:

A parentela está associada a uma organização social e estava subjacente à base da rede de parentes e amigos de um político. O núcleo dos seguidores políticos que a ele se vinculam de maneira pessoalística, constituindo os membros de sua parentela. Os membros deste grupo de base familiar organizavam localmente o eleitorado para fornecer-lhe os votos, defendiam seus interesses partidários em seu município natal e os serviam lealmente em que ingressavam por nomeação. (LEWIN, 1997, p.113).

Nesse ponto de vista, de acordo com o livro intitulado, “Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)”, durante a vigência do regime militar, foi o político mais influente do Rio Grande do Norte e um dos homens

mais bem informados do País. Foi quem comunicou ao ministro Jarbas Passarinho, em primeira mão, a gravidade da doença do presidente Costa e Silva, de quem era amigo pessoal, e que viria a falecer pouco tempo depois. No governo dele, o senador era o donatário do Rio Grande do Norte. Nada se fazia aqui sem sua concordância. De acordo com essa obra Dinarte Mariz era intuitivo, dotado de urna privilegiada capacidade para decidir, comandar e liderar. Seus gestos eram tão largos quanto à capacidade de amar e perdoar.

São diversos momentos que observamos o poder político que Dinarte possui, o mesmo em uma de suas várias entrevistas que deu, diz a seguinte frase: “Do Rio Grande do Norte,” eu sei até a data do nascimento das crianças”. Com essa frase ele quis dizer que sabia de tudo, do seu estado de origem, pois o mesmo era uma liderança que compreendia seu território. Vale salientar que de acordo com a obra anteriormente citada, no Congresso Nacional ele era abordado por todos os jornalistas, embora uma maioria discordava de suas posições políticas, gostavam dele, diziam que era uma fonte inesgotável de notícias.

Com base na obra já citada, outro momento marcante na trajetória de Dinarte Mariz, se dá quando ele foi escolhido para prefeito de Caicó em 1930, cargo do qual se afastou após dois anos em face de seu apoio ao Movimento Constitucionalista de 1932, o que lhe valeu três prisões no Rio de Janeiro. Como homem bem articulado e inquieto que era, de volta ao seu estado natal fundou o jornal “A Razão” e foi um dos fundadores do Partido Popular ao tempo em que prosperavam seus negócios com o algodão. Vale salientar que Dinarte foi empresário, agropecuarista e comerciante. Observamos também na obra que durante a Intentona Comunista iniciada em Natal à 23 de novembro de 1935, Mariz foi um dos que comandaram a repressão ao levante, recusando-se, contudo, a retornar ao meio político devido a sua oposição ao Estado Novo.

Analisando a obra “Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)”, vemos que em meados dos anos 1945 Dinarte Mariz ingressou na União Democrática Nacional (UDN) e nesse mesmo ano foi derrotado na disputa por uma cadeira de senador, fato que se repetiria em 1950, notadamente não era motivo para que ele desistisse do que tinha proposto para sua carreira política, persistente, teve êxito em 1954 e em 1955 foi eleito governador do Rio Grande do Norte.

Um dos grandes marcos em seu governo foi a criação da Universidade do Rio Grande do Norte. Na acomodação das forças políticas que se seguiram, Mariz sofreu uma derrota em 1960 quando o seu candidato a governador foi derrotado por Aluizio Alves.

Dinarte Mariz uma força tão venerada que influenciou a política local por mais de meio século, morre aos 81 anos de idade, no dia 9 de julho de 1984. Deixando para trás um legado político jamais visto na história do Rio Grande do Norte.

Com tudo, a abordagem metodológica utilizada será a História Oral e Análise do discurso, que contribuirá para que possamos compreender relatos e abordagens de pessoas que diretamente ou indiretamente tiveram contato com Dinarte, bem como amigos, familiares, vizinhos, levando em consideração o quanto essa metodologia se faz essencial observamos que:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança.

Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 2002, p. 44).

Nessa entendimento, de acordo com Thompson, compreende-se que a história oral é a interpretação da história e das mudanças ocorridas nas sociedades e culturas por meio de relatos orais em que aparecem as lembranças e experiências, que são registradas pelo sentido auditivo de quem a registra, é sabido elencar que nessa metodologia a escuta sensível se faz necessária bem como o olhar, pois compreende também a história oral pelo seu caráter interdisciplinar, que demonstra como a interação humana permeia e transcende todas as barreiras. A história oral nos mostra um viés de sensibilidades que nos permite enxergar a história desse líder político como um marco na cultura seridoense bem como todo o Estado do Rio Grande do Norte e o Brasil.

Nessa perspectiva de História Oral como metodologia a autora Marieta de Moraes Ferreira em sua obra intitulada “História Oral: velhas questões, novos desafios”, traz em suas análises e discussões assuntos básicos concernentes com o uso da história oral dos quais estão o seu estatuto, possibilidades, seus desafios e suas limitações, quanto ao desenvolvimento de trabalhos científicos através de seus empregos no campo de pesquisa, com tudo ela afirma que:

Os que defendem a história oral como técnica privilegiam com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca, como tipos de aparelhagem de som, formas de transcrições de fitas de organizações de acervo etc. [...] Alguns defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais, e muitos deles são cientistas sociais cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral escritas), que utilizam as entrevistas de forma eventual [...]. (FERREIRA, 2011, p. 169).

A fala da autora corrobora sobre a importância e a autonomia de se trabalhar com História Oral, método esse contribuinte para o desenvolvimento dessa narrativa.

Se tratando da análise de discurso representada pelo filósofo Michel Foucault no qual descreve que o historiador deve buscar entender o discurso e suas relações de poder, analisar, refletir e criticar. Essa metodologia como podemos observar nas palavras escritas pelo autor José D’ Assunção Barros com um olhar através das ideias de Michel Foucault permite ao historiador mais uma vez trabalhar com um olhar sensível, pois nessa perspectiva estamos analisando memória e discursos que nas entrelinhas existe todo um contexto social, privado, uma história de vida. Foucault um filósofo que se fez historiador nos traz uma lição no que tange ao discurso quando descreve que não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz, ou suas práticas. Essas palavras descrevem bem como ao trabalhar com a História do Discurso temos que entender todas as conjunturas que envolvem a pesquisa e as pessoas envolvidas, para que possamos trilhar o melhor caminho a ser seguido, corroborando para que a narrativa tenha êxito em seu objetivo. Nessa perspectiva observa-se que a análise de discurso é uma metodologia que permite aprofundar no objeto de pesquisa, pois segundo FOUCAULT:

Gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar,

por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p. 56)

Nesse contexto, pensar as sociedades e seus diferentes discursos produzidos é segundo Foucault “[...] ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, 1998, p. 8 – 9). Isso parte da premissa da qual temos conhecimento da nossa sociedade e de que há posicionamentos de exclusão e de impedimentos quanto aos posicionamentos de um determinado discurso, visto que nem todos tem o direito de dizer tudo, como também falar de tudo em qualquer âmbito.

Então diante dessa conjuntura, a sociedade ela se priva de por em prática certos tipos de discursos uma vez que elas se comportam de maneira em que estão pautados os discursos que são favoráveis a determinado tipo de assunto. Então, segue assim um ritual de direito privilegiado ou de exclusão quanto ao sujeito que quer falar, e esta exclusão da qual se encontra dentro dos discursos é compreendida por Foucault como um tipo de interdição. Dentro desse caminho de exclusão e o seu ligamento com a interdição que está presente nos discursos embasados e voltados para a sexualidade e sobre política. Segundo Foucault:

[...] como se o discurso, longe de ser elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (FOUCAULT, 1998, p. 9-10).

Dessa forma, “A ordem do discurso” obra produzida por Michel Foucault discorre sobre os discursos presentes nas diferentes sociedades a partir de suas várias vertentes como a exclusão, a interdição, a separação e os seus procedimentos de como eles devem ser vistos e analisados. Diante disso, Foucault mostra que:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1998, p. 49).

Portanto, os discursos segue o caminho da verdade a qual se encontra dentro de qualquer manifestação das sociedades que os utilizam para demonstrar seus posicionamentos e ensejos de uma determinada situação. Assim, pode-se dizer que todo discurso tem seu próprio significado.

Deste modo, Foucault já denota a importância de compreendermos essa metodologia, que notadamente é densa, mas que propicia uma leitura mais próxima do objeto que está sendo descrito, por se tratar de depoimentos, de memórias da sociedade da cultura de vivências e experiências.

Há também o uso dos jornais como fonte, e estes por sua vez permeiam as análises e procedimentos para o desenvolvimento de trabalhos científicos. Dessa maneira, a historiadora Tania Regina de Luca, vem abordar os usos

dos periódicos como fonte de pesquisa para os trabalhos históricos. Trás em suas entre linhas e análises as várias vertentes possíveis e presentes dentro dos jornais e revistas. Segundo Luca, no início da década de 1970 os números eram relativamente pequenos quanto à utilização de jornais e revistas como fontes para com a história do Brasil. Para isso, deveria haver uma mobilização para a construção de narrativas com base na imprensa, pois estes documentos são de suma importância para a construção de um bom trabalho, que seria a história por meio da imprensa.

Surgem assim os apontamentos para a História nova e além do que está ao alcance. É a partir desses novos caminhos que o historiador deve ser livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo, e sim buscar valer-se de caminhos com fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade e que estas estejam distanciadas do seu próprio tempo, ou seja, procurar ir além dos documentos que existem ao seu redor. Então, os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, dão sugestões e amparo através da interdisciplinaridade com contribuições metodológicas que auxiliarão o historiador a refletir sobre as fronteiras de sua própria pesquisa.

Dessa maneira, os estudos com base nos periódicos podem levar-nos para caminhos que possam andar juntos como a imprensa e o mundo das letras, que por sua vez, proporcionar a sobreposição entre a história e a literatura. Esta relação dos grupos literários com a imprensa leva a outros aspectos com especial importância para as revistas, pois elas foram utilizadas pelo movimento de vanguarda e as elegeram como o veículo privilegiado para divulgar os seus manifestos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando com os trabalhos já desenvolvidos sobre “Dinarte”, esse trabalho busca levar o leitor a um momento de reflexão sobre um homem que tem suas origens no interior do Seridó e que por determinação e muito trabalho, se tornou um dos maiores nomes da história política, inclusive no período das oligarquias. No decorrer da construção dessa narrativa, temos a certeza que muito mais está para ser descrito sobre Dinarte, vale salientar que essa obra é uma escrita inicial que mostra a proposta de como será importante descrever a história desse líder político, é sabido relatar que por se tratar de uma figura tão grandiosa, esse trabalho irá apenas ser mais um contribuinte na formação de ideias que ressaltam a importância que esse político possui para o Rio Grande do Norte.

Por fim, notadamente percebesse que Dinarte até os tempos atuais é referência de político e isso se dar pelo fato de que ele além de ser bem articulado politicamente, foi exemplo de respeito, solidariedade fatos esses comprovados pelos seus registros em seus discursos e suas escritas, vale salientar que é uma figura tão marcante que em cada cidade do interior iremos encontrar uma rua com seu nome, ou uma estátua, ou um busto em praça pública, a história de Dinarte é cultura é memória é identidade.

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO

Disponível em: <https://andradetalis.wordpress.com/tag/dinarte-mariz/> Acesso em: 20 jul. 2019 às 13:00hs.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. C., SILVA, E. A. da. **Figuras e Imagens de Dinarte Mariz**: cenas de sua trajetória político e social. 2004. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó – RN, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

LAMARTINE, P. **Personagens Serra-negrenses**. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso a Oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Solidão, Solidões**: Uma biografia de Dinarte Mariz. 2. ed. Brasília, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111- 153.

MACHADO, João Batista. “**Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)**”. Natal: ed. Depto Estadual de Imprensa, 2000. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura. Acesso em: 19 jul. 2019.

MAIA, Agaciel da Silva. **Dinarte Mariz Vida e luta de um potiguar**. Brasília: A. da S. Maia, 2005.

MARIZ, Dinarte. **A Vida de um Revolucionário**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1980.

MEDEIROS, M. **Dinarte Mariz governou sem chá de cadeira**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um outro geográfico. **Revista Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>. Acesso em: 10 set. 2019.

NEVES, E. F. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **POLITEIA**, Vitória da Conquista, v. 3, p. 153-162, 2003.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n. 5, p. 9-28, jun. 2002.

A REPRESENTAÇÃO DO OUTRO NA NARRATIVA NACIONAL NA SÉRIE *THE STORY OF NATIONS*

Levi Yoriyaz

Resumo: Este estudo propõe uma análise sobre a coleção *The Story of Nations* durante o final do século XIX em relação a sua perspectiva de história universal. A base deste trabalho se dá na leitura dos volumes da coleção, pautando a leitura dos autores David Murray (1830-1905), Sarah Jewett (1849-1909) e Arthur Gilman (1837-1909) que respectivamente *The Story of Japan* (1894), *The Story of the Normans* (1887) e *The Story of Rome* (1897). Nestes materiais busca-se traçar as características da coleção, por meio dos volumes da série a fim de identificar suas estruturas narrativas e o seu discurso sobre a sua definição de *nação* e *história*. Desse modo, este estudo trata-se de uma análise historiográfica a respeito de obras que narram eventos de diferentes culturas, os quais serão abordados com o auxílio das perspectivas pós-coloniais no quesito de definir a relação intercultural trabalhado por Mary Louis Pratt e Homi Bhabha.

Palavras-chave: historiografia – história universal – *The Story of Nations*.

APRESENTAÇÃO DO TEMA E DISCUSSÃO TEÓRICA

A coleção *The Story of the Nations* foi publicada a partir de 1882, sendo que a escrita dos volumes, que correspondiam às narrativas de cada nação, era desenvolvida por diferentes autores, não necessariamente historiadores por formação ou profissão. A proposta da coleção *The Story of the Nations* era a de apresentar narrativas elaboradas por autores que tiveram experiência em conviver com a cultura da nação destacada por cada volume.

A editora acreditava que desta forma a elaboração das narrativas iria além dos estudos formais de uma cada nação, isto é, apresentariam uma abordagem mais figurativa, com descrições que vão de acordo com as experiências que os autores tiveram para com a cultura que eles vislumbraram. Assim, a coleção iria se distinguir de obras e produções que descrevem os mesmos povos, mas abordam por meio de documentos e fontes baseados em comentaristas ou estudiosos com linguagem de difícil acesso, ou que tenha um teor teórico e abstrato. Nesse sentido, a forma de escrita dos volumes deveria destacar o comportamento, as práticas sociais e culturais dos povos, nos quais, são abordados. A ideia da série era expor como tais povos vivenciavam e se organizavam de maneira descritiva de fácil compreensão. Esta intenção é posta na divulgação da coleção pela editora G. P. Putnam's Sons:

The plan of this Series is to present, in graphic narratives, prepared by competent historians, the stories of different nations that have attained prominence in history. While it has not proved practicable to issue the different volumes in their chronological order, their subjects have been planned to cover consecutive or connecting periods, so that the set when completed will present in one comprehensive narrative the epoch-making events in the great Story of Nations.¹

¹ Nota da série *The Story of the Nations* de 1887 da obra *Alexander's Empire*. Disponível em: <https://www.publishinghistory.com/the-story-of-nations-t-fisher-unwin.html>

Nesta nota, observa-se a menção de que a coleção é derivada da autoria de ‘historiadores competentes’ que, por sua vez, possuem conhecimento da história das respectivas nações, abordadas na série. No entanto, autores como, por exemplo, David Murray não apresentam necessariamente formação ou especialização como historiadores, e tampouco fizeram parte de alguma escola que envolvia estudos concernentes à escrita da história. Essa questão nos possibilita desenvolver uma reflexão sobre os termos *history* e *story*, de modo que, segundo a divulgação da editora a respeito da série, assim como os perfis dos autores dos volumes, nos permite entender que há um processo de deslocar temas e assuntos que fazem parte do domínio da história, como ciência, ou conhecimento forma, acadêmico, para o âmbito da ficção. Compreende-se que esse deslocamento possibilitaria um espaço, onde haveria maior expressão e diferentes abordagens de narrativas a respeito das trajetórias de como povos estrangeiros puderam se formar como uma nação. Uma possível interpretação que se pode fazer é que a prática que os autores da coleção *The Story of the Nations*, ao desenvolverem as narrativas, comporta a um ofício, cuja competência é de um historiador. Logo, os autores da coleção seriam considerados como ‘historiadores’ devido ao fato de eles exercerem o papel de historiadores, cuja função seria o ato da operação historiográfica. .

Outro aspecto que pode ser encontrado na nota da coleção é a proposta de desenvolver uma ordem cronológica a partir dos volumes da série. Desse modo, uma dedução possível seria que a coleção teria como proposta delimitar um recorte temporal próprio. Por exemplo, o primeiro volume da coleção é: *The Story of Rome: from the earliest time to the end of Republic* de Arthur Gilman (1837-1909) de 1892. Em seguida, o volume que sucede a obra de Gilman se trata a respeito de uma narração de um outro povo com um autor diferente, mas que tenha relação com o volume anterior. Nesse sentido, a série se inicia partindo da narrativa sobre a história dos romanos e busca seguir até chegar aos povos que não situam na Europa. Esta tentativa se daria por meio do estabelecimento de conexões com os períodos históricos em que os povos narrados acabam se cruzando ao longo do tempo, traçando, assim, uma relação entre eles, construindo uma linha de continuidade entre os volumes. Partindo desta proposta, a coleção *The Story of the Nations* propunha-se a desenvolver, uma narrativa única, o que faria jus ao nome da coleção, ‘História das Nações’. Assim, todas as narrativas dos povos abordados pelos volumes se tornariam parte de uma única história.

Num sentido amplo, a série tem como proposta um teor enciclopédico, no qual os volumes em conjunto subentenderiam a narrativa da História como um bloco único, no sentido de que a coleção como um todo abarcaria a história das nações que tiveram destaque, isto é, sua trajetória apresentou um marco para com a humanidade ou para a civilização europeia, de modo que ganharam um reconhecimento de que estas nações devem ser lembradas na história. Encontramos essa proposta divulgada nos folhetos das editoras T. Fischer Unwin e G. P. Putnam’s Sons concernentes à coleção *The Story of the Nations*. Um exemplo desse dado é o volume 29, *The Story of Normans: told chiefly in relation to their conquest of England* (1887), de Sarah Orne Jewett (1849-1909)²:

The Story of Nations

Messrs. G. P. Putnam’s Sons take pleasure in announcing that they have in course of publication a series of historical studies, intended to present in a graphical manner the stories of different nations that attained prominence in history.

It is the plan of the writers of the different volumes to enter into the real life of the peoples, and to bring them before the reader as they actually lived, labored, and struggled – as they studied and wrote, and as they amused themselves. In carrying out this plan, the myths with which the history of

² Theodora Sarah Orne Jewett (1849-1909) foi uma escritora norte americana, cujo trabalho consistia em elaborar ficções romaneadas. Dentre seus trabalhos, a mais conhecida e famosa foi: “*The Country of the Pointed Firs*” de 1896. Seus romances tinham como característica a descrição dos hábitos e costumes, assim como a produção de esboços de cidades e paisagens das vilas e das pessoas que nelas residiam. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Sarah-Orne-Jewett>.

all lands begin, will not be overlooked, though these will be carefully distinguished from the actual history, so far as the labors of the accepted historical authorities have resulted in definite conclusions.

The subjects of the different volumes will be planned to cover connecting and, as far as possible, consecutive epochs or period, so that the set when completed will present in a comprehensive narrative the chief events in the great The Story of Nations; but it will, of course, not always prove practicable to issue the several volumes in their chronological order³.

Se analisarmos a proposta que G. P Putnam apresenta, podemos ver pelo menos três pontos que se vinculam à visão de história: o primeiro é em relação ao objeto, as nações e a escolha de cada uma delas, na questão da escolha de quais nações serão narradas na coleção, consideradas como pertinentes, segundo os registros históricos, referenciados via perspectiva europeu; o segundo seria concernente a como se comportam as narrativas e descrições das trajetórias a respeito das nações, a forma e estrutura da escrita dos volumes, nos termos de como a narrativa dos povos é descrita, e exibir os mitos e a perspectiva de história que estas culturas apresentam; o terceiro, a respeito da proposta cronológica da coleção como um todo, no aspecto em que os volumes possuem uma conexão entre si que permite a construção de uma ordem cronológica.

O primeiro parágrafo do anúncio é semelhante à nota anterior que vimos, presente no volume 5, *The Story of the Nations: Alexander's Empire*, de 1887 (mesmo ano da publicação do volume 29 por Sarah Jewett). Em todo caso, o destaque que se busca apontar é a preocupação da editora em divulgar a proposta da narrativa histórica que cada volume oferece. O critério de 'nação' parece seguir, segundo a definição apresentado por Friedrich List (1789-1846):

(...) um território extenso e uma grande população, dotados de múltiplos recursos nacionais, são exigências essenciais da nacionalidade normal... Uma nação restrita em população ou território, especialmente se possuir uma língua distinta, pode apenas possuir uma literatura estropiada, e instituições estropiadas para promover sua arte e ciência. Um Estado pequeno não pode em seu território, promover à perfeição os vários ramos de perfeição. (LIST, 1991, p. 42)

Com esse dado, o requisito para um país ser considerado uma 'nação' seria necessário a presença de uma população que apresente uma língua que possa se distinguir dos demais idiomas; um território, no qual, o povo se identifique como um lugar de nascimento e ao mesmo tempo um espaço que possua recursos necessários a fim de promover aperfeiçoamentos para com a sociedade em que a comunidade se organiza.

Nesse sentido, é interessante notar a passagem do folheto em que se comenta que '*a série é um conjunto de estudos históricos a respeito de diferentes nações que obtiveram proeminência na história*', o que daí nos permite levantar questões a respeito desta afirmação. A descrição que o folheto atribui às nações como aquelas que '*obtiveram proeminência na história*', evoca uma característica de mérito, ou ganho, que transmite a ideia de que elas apresentaram um destaque na história e por isso possuem um marco ou um registro no tempo. É uma forma de caracterização que traz um fator de relevância ou merecimento, como se um povo, sociedade, ou reino tivesse que realizar alguma atividade ou passar por alguma experiência a fim de ganhar certa notoriedade como uma maneira de adentrar na história. Se considerarmos essa perspectiva como pertencente à proposta da editora, chegaríamos à conclusão que a visão de história que a coleção traz seria de que ela é composta de eventos e feitos de grandes reinos ou governos que deixaram seus "*monumentos*" como uma marca da presença de sua existência. Desse modo, as nações abordadas pela coleção *The Story of the Nations* seriam povos que de alguma forma se destacaram e de-

³ Folheto de divulgação pelos editores G. P. Putnam da obra *The Story of the Normans* em 1887. Disponível em: <http://www.public.coe.edu/~theller/soj/nor/nor-series.html>.

monstraram uma importância para com a história universal⁴, ou seja, que contemple e complemente os ideais de civilização e progresso.

O segundo parágrafo do folheto, por sua vez, nos apresenta a perspectiva de *passado* que a coleção tem como intenção apresentar, isto é a forma de narrativa que a editora pretende relatar sobre os eventos históricos. Esta proposta é claramente apresentada já no início do parágrafo, em que comenta-se que ‘*é o plano, ou intenção dos escritores dos diferentes volumes adentrarem na realidade dos povos, e trazê-la para o leitor como estes realmente viviam, trabalhavam e lutavam*’. Neste trecho, encontramos a ideia de passado que a editora tem mente e que tem como proposta apresentar para os leitores.

Essa perspectiva de passado, da forma como aparenta estar descrito, remete a um tempo que pode ser resgatado ou trazido para o tempo presente, o que aponta similaridades com a perspectiva histórica da historiografia de Ranke, na medida em que a afirmação deste se dá na questão do papel do historiador ter que representar o passado “tal como ele propriamente foi” (RANKE, 1854, p. 65).

O diferencial da série *The Story of the Nations* é a proposta de desenvolver uma narrativa que descreva também atividades sociais e culturais de um determinado povo em vez de destacar apenas eventos políticos e econômicos. Desse modo, os volumes possuem maior abertura para abordar assuntos a respeito das práticas e costumes cotidianos das sociedades e as formas de organização sociais dos povos que são objeto de narrativa dos volumes. Além disso, abre também o espaço de relatar as características naturais e geográficas das regiões das nações cujos volumes buscam descrever e narrar.

Segundo o folheto, a editora reconhece a importância da discussão a respeito do conhecimento dos mitos que cada nação carrega, pois são narrativas que comentam sobre as “origens” de um povo, assim como também faz parte da perspectiva de mundo que a determinada cultura tem elaborado para justificar as suas bases sociais. Desse modo, a característica que vale analisar seria o modo pelo qual a série busca distinguir entre história e mito, permitindo pensar a respeito de como a série trabalha com as narrativas mitológicas e a sua relação com a história. Nesse ponto, o exercício que pode ser feito é refletir sobre a maneira que se dá a operação historiográfica que envolva a ligação do mito com a história, elencando-as por meio da memória e por meio de registros escritos.

Por fim, o último parágrafo do folheto permite interpretar uma sugestão de determinação cronológica, partindo dos interesses da editora na organização dos volumes da coleção. Entende-se que cada volume apresentaria uma forma de narrativa que pudesse costurar épocas e períodos, de modo que a série pudesse elencar uma relação de uma nação para com a outra, dando então uma noção de sequência.

Dessa maneira, o que se pode pensar a respeito do formato do índice da coleção *The Story of Nations* é de que cada volume consistiria numa compilação de registros de nações que atingiram ou possuem características *evolutivas* ou de *progresso* nas suas respectivas sociedades no decorrer de sua trajetória histórica. O que podíamos pontuar sobre a série seria a sua característica enciclopédica, o qual procura compilar os acontecimentos históricos que são particulares de diferentes povos e incluí-las num fator comum, vinculando os a uma concepção de *progresso da humanidade*.

⁴ Entende-se história universal como uma perspectiva de história, no decorrer dos séculos XVIII-XIX, que envolve acumular grandes feitos cometidos pelo ser humano, apresentando características que deem um sentido de progresso ou evolução da sociedade. Desse modo, se trata de uma filosofia de história em que busca alinhar os acontecimentos realizados pelos homens com os fenômenos naturais, como a evolução natural das espécies. E do mesmo modo que há leis universais na natureza da ordem da física, como da gravidade e do movimento dos astros, pensaria-se, da mesma forma para com o desenvolvimento social, em que haveria a questão de progresso e evolução nas formas de organizar sociedades. Pensadores que trabalharam com essa perspectiva seriam filósofos como Immanuel Kant, na sua obra *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* de 1784, ou Hegel em *Fenomenologia do Espírito* de 1807.



A respeito de como a estrutura da coleção é trabalhada, há uma questão que a editora apresenta uma característica historiográfica que se encontra presente em todos os volumes da coleção: o compromisso com a História. A editora pontua que *‘elas [os mitos] serão cuidadosamente distinguidos da atual história, desde que respeitem os trabalhos previamente concluídos e definidos pelas autoridades históricas’*. Desse modo, a série estabelece uma limitação ao comentar que as suas narrativas não de respeitar a verossimilhança dos registros históricos e dos trabalhos dos historiadores como parâmetro, assegurando que autores de cada volume da série desenvolveriam seus trabalhos sem que haja elementos ou informações que contradizem ou entrem em conflito com a história que já tenha sido escrito pelos historiadores.

Considerando que o objetivo da série é narrar o desenvolvimento histórico das nações em formato de histórias e vinculá-los a uma ‘história universal’, o que podemos notar é que a coleção procura vincular essas narrativas a uma estrutura de escrita, de modo que os acontecimentos e os eventos descritos nos volumes estejam dentro de uma concepção específica de história. Ou seja, mesmo que a coleção contenha volumes que apresentem volumes que tenham um gênero literário de características de ficção, isso não impede que ela apresente uma perspectiva de história. Assim, os volumes destacam a sua maneira de narrar sobre as nações, e, ao mesmo tempo, são integrados a uma compilação que é definida como ‘estória das nações’.

O fato de a coleção apresentar um perfil que trabalha com ficção e história pode ser ilustrado a partir da presença no tratamento da narrativa de certos volumes como a *The Story of Normans* de Sarah Jewett. Esse volume apresenta suas narrativas como uma ‘estória’ e não ‘história’, o que sugere que os autores dos volumes contidos na mesma série não necessariamente podem apresentar um discurso historiográfico que carrega uma linguagem científica.

A forma da escrita de Sarah Jewett apresenta uma característica romanceada, de modo que os eventos e acontecimentos narrados a respeito do povo normando são relatados com uma linguagem poética, assim como apresenta uma estética que se aproxima mais com a literatura. Podemos visualizar essa característica na passagem em que Jewett comenta sobre a descrição que ela procura trazer em relação ao povo normando:

As we go on with this Story of the Normans, you will watch these followers of the sea-kings keeping always some trace of their old habits and customs. Indeed you may know them yet. The Northmen were Vikings, always restless and on the move, stealing and fighting their way as best they might, daring, adventurous. The Norman of the twelfth century was a crusader. A madness to go crusading against the Saracen possessed him, not alone for religious sake nor for the holy city of Jerusalem, and so in all the ages since one excuse after another has set the same wild blood leaping and made the Northern blue eyes shine. (JEWETT, 1887, p. 27-28)

Observa-se que a forma como a Jewett traz nesse pequeno trecho sobre a trajetória e a herança cultural dos normandos é constituída por elementos literários que vão caracterizando os personagens e suas particularidades culturais de maneira artística com descrições que conduz o leitor a uma narrativa que contém figuras de linguagem, tramas e aventuras, o que se aproxima com a abordagem da ficção. Nesse ponto, Jewett explora como se deu o processo de um povo que uma vez era considerado como “homens do norte” ou “vikings” em “normandos” de maneira literária, sem se ater a citação de fontes, ou preocupação na adequação no uso dos termos e definições para caracterizar as atividades históricas, nas quais Jewett procura descrever. Assim, considerando o aspecto de que um volume da coleção apresente características de romance, poderíamos entrar na perspectiva de que os demais volumes também apresentariam perfis semelhantes, porém se nos ativermos à obra *The Story of Japan*, encontraremos uma linguagem de abordagem acadêmica, o que contrastaria com a perspectiva que a coleção *The Story of Nations* consiste em narrativas em formato de ‘estórias’.

O livro *The Story of Japan* faz parte da coletânea *The Story of the Nations*, correspondendo ao volume 37 da coleção. A editora publicadora desta série é dada por T. Fisher Unwin, cuja sede se encontra em Londres. A distribuição desta coleção, porém, não parecia restringir-se apenas em Londres: circulava também nos Estados Unidos da América, via a editora G. P. Putnam's Sons. Ambas as editoras são provenientes do final do século XIX, porém, sabe-se que a série se iniciou primeiramente pela editora Unwin. Esta informação está contida em *The Publisher's Circular*⁵ (1839-1959), que consiste em um catálogo de registros de literatura estrangeira e britânica que lista a divulgação e circulação das séries e coleções literárias distribuídas para localidades como universidades norte americanas e alemãs nesse ponto, poderia se dizer que há a possibilidade que haja a presença de autores acadêmicos, como David Murray, ser parte na composição dos volumes da série. Isto faria com que a coleção apresente um caráter heterogêneo quanto o aspecto de haver livros que tenham elementos que sejam da ordem do romance, enquanto outras obras possuem características que se aproximam com uma abordagem mais acadêmica.

Outro problema faz com que a nossa análise se torne mais complexa na medida em que discutimos a respeito das características dessa coleção: se combinarmos a proposta da coleção de história e a sua forma de escrita com o público-alvo que ela busca se dirigir, observamos que os volumes, apesar de abordarem um mesmo tema geral, são constituídos por diversos autores que apresentam formas de narrativas distintas, isto é, a presença de obras que ora carrega um discurso de caráter científico, enquanto outro apresenta uma abordagem voltada ao romance. A intenção e o público dessa coleção podem ser encontrados numa revista estadunidense conhecida como *Publishers Weekly*⁶. É uma revista que apresenta características semelhantes a do catálogo inglês *The Publishers Circular*, porém, o seu intuito não consiste em regular a publicação de obras literárias numa determinada região, mas apresentar essas obras para demais editoras por meio de resenhas. Desse modo, um dos volumes dessa revista, a *Publisher's Weekly* de março de 1886, consta que a coleção aparentemente é dirigida para jovens leitores:

A series of graphic historical stories, intended to present the young readers the stories of each national life will be distinctly indicated, and its picturesque and noteworthy periods and episodes will be presented for the reader in their philosophical relations to each other as well to universal history.⁷

Nesta divulgação, não apenas se faz presente a exibição de uma ideia de público-alvo que a editora pretende alcançar, mas um aspecto curioso em que se tem a menção sobre “*as relações filosóficas e a ideia de história universal*” que a série parece propor. Pode se afirmar, neste trecho, o tipo de filosofia que está sendo pensada e a sua ligação para com a ideia de história universal. Isto se pensarmos na questão da coleção buscar integrar as nações em uma lógica de *história da humanidade* em formato de ‘estórias’, a fim de divulgar essas concepções para jovens leitores, como estudantes e leigos. Desse modo, esta perspectiva levaria a exposição de perspectivas de diferentes culturas e o seu alinhamento com a história universal, isto é, a narrativa que complementa ou faz parte da trajetória histórica das civilizações europeias que eram potências imperiais ao longo do século XIX.

⁵ O catálogo servia de instrumento para os editores como fonte de informação em relação a divulgação e lançamento de livros que eram publicados e circulados na região de Grã Bretanha no século XIX. O catálogo se organizava em formato de jornal foi estabelecido nos meados de 1836. Disponível em: <https://ncse.ac.uk/headnotes/tec.html>.

⁶ A revista *Publisher's Weekly*, constituída em 1872, é um catálogo onde editores divulgam listas de novos livros, cuja frequência é feita semanalmente. O objetivo disso era para atrair a atenção de vendedores de livros e bibliotecários a respeito dos livros que seriam lançados. Disponível em: <https://www.publishersweekly.com/pw/corp/aboutus.html>.

⁷ *Publisher's Weekly*, Março 27, 1886, p. 435. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt/search?q1=the%20story%20of%20the%20nations;id=mdp.39015033464077;view=1up;seq=7;start=1;sz=10;page=search;orient=0>



Nesse sentido, os volumes da série estariam sujeitos a uma proposta historiográfica, de modo que a descrição das práticas e costumes culturais das nações abordadas, assim como os eventos históricos e sua periodização teriam que estar vinculados a uma mesma trajetória de história. “Desse modo, os volumes seguiriam a uma sequência de tempo seguido por divisões periódicas como: “idade antiga” e idade medieval”, como se fossem integrantes de uma grande história que englobasse a narrativa de todas as nações.

Sobre este aspecto, Mary Pratt nos traz uma reflexão sobre a questão em relação ao encontro de duas culturas distintas e a forma de como elas se interagem, mas no sentido em que uma cultura passa a se sobrepor a outra, ela define esta circunstância como *zonas de contato*:

“Contact zone” in my discussion is often synonymous with “colonial frontier”. But while the latter term is grounded within a European expansionist perspective (the frontier is a frontier only with respect to Europe), “contact zone” is an attempt to invoke the spatial and temporal copresence of subjects previously separated by geographic and historical disjunctures, and whose trajectories now intersect. By using the term “contact”, I aim to foreground the interactive, improvisational dimensions of colonial encounters so easily ignored or suppressed by diffusionist accounts of conquest and domination. A “contact” perspective emphasizes how subjects are constituted in and by their relations to each other. It treats the relations among colonizers and colonized, or travelers and “travelees”, not in terms of separateness or apartheid, but in terms of copresence, interaction, interlocking understandings and practices, often within radically asymmetrical relations of power. (PRATT, 1992, p. 6-7)

A discussão que Mary Louise Pratt faz a respeito das ‘zonas de contato’ nos permite refletir no sentido de problematizar o argumento do autor usar a sua experiência pessoal, como fator para justificar a sua qualificação em narrar e descrever a história de uma cultura. Nesse sentido, para Pratt, a produção dos relatos de viagem e das descrições a respeito de um povo, pela via da observação de uma pessoa de fora, cria uma linguagem na relação entre “criação-significado” da parte do estrangeiro ao interpretar e registrar as atividades que são manifestadas na cultura analisada. Trata-se de um movimento de tradução, de modo que aquela cultura considerada como “desconhecida” passa ser traduzido, ou conhecível e posteriormente pode ser classificada e definida, partindo da ótica da análise dos estrangeiros. Com isso, Mary Pratt pauta bem a sua análise a respeito de como se dá o exercício de descrever e narrar uma cultura ou um costume, no qual o sujeito que se encontra na atividade de descrição se encontra fora do contexto, assim como está desprovido dos sentidos e significados do acontecimento descrito. Ela pontua:

To be read, and to be readable. (...) His elaborate inter-cultural text and its tragic history exemplify the possibilities and perils of writing I what I like to call “contact zones”, social spaces where disparate cultures meet, clash, and grapple with each other, often in highly asymmetrical relations of domination and subordination – like colonialism, slavery, or their aftermaths as they lived out across the globe today. (PRATT, 1992, p. 4)

Aqui Pratt descreve uma reflexão partindo de uma análise que ela desenvolveu a partir de um relato de um documento andino, por um nativo de Peru, Felipe Guamán Poma de Ayala no início do século XX. Nesta análise ela observa a forma de como o autor deste documento descreveu uma gravura que apresentando símbolos da crença andina, tais como sol, lua, remete a um costume andino, e, em sua descrição destes símbolos, notam-se valores judaico-cristãos, o que faz com que a cultura descrita passe a se tornar um reflexo da fé cristã, ou seja, em outras palavras, acaba se remetendo à cultura ocidental europeia.

É neste ponto que a reflexão de Pratt nos permite analisar a forma que David Murray descreve a cultura japonesa e a sua experiência em residir no Japão, pois se pode notar uma interferência de elementos que não fazem parte do contexto social e cultural a respeito do Japão, além da questão de haver estudos embasados por observações de um grupo de acadêmicos estrangeiros em função de relatar um dado ou definir um costume ou um acontecimento histórico. É nesse processo de descrever a história, cultura, sociedade de um povo distinto a do narrador que Pratt procura analisar, como ela deixa intencionado na sua obra *Imperial Eyes: travel writing and transculturation* (1992):

The book aims to be both a study in genre and a critique of ideology. Its predominant theme is how travel books by Europeans about non-European parts of the world went (and go) about creating the “domestic subject” of Euroimperialism; how they have engaged metropolitan reading publics with (or to) expansionist enterprises whose material benefits accrued mainly to the few. (PRATT, 1992, p. 15)

O estudo que Pratt desenvolve é de grande importância para com o nosso estudo, pois ela nos traz a reflexão sobre o gênero literário e observações críticas nos conceitos, presentes nos registros de viagens e de pesquisa feitos por europeus. A sua análise nessas literaturas nos permite entender o processo que um explorador europeu utiliza para descrever elementos e partes que não são familiares, ao observador, e procurar ‘domesticá-los’, como se pudessem ser adquiridos e transformá-los em amostras, em função de estabelecer rotulá-los. Dentro desta estrutura existe o uso do poder de linguagem, expressões linguísticas que possibilitam criar conceitos e ideias sobre os povos não europeus e integrá-los a uma rede de conhecimento e fazê-los se tornarem familiares ou apreendidos. Assim, a característica que Pratt atribui em relação a essa atividade de relato como fruto da “zona de contato” como a expressão “Euroimperialismo” considerando o aspecto que a referência ou de qual sujeito realiza a atividade de interpretar uma determinada cultura, considerada como algo “desconhecido”, sempre parte do olhar de um europeu, ou tem embasamento aos conceitos e ideias advindas da Europa.

Nesse sentido, as ‘descobertas’ de diferentes culturas se tornariam ‘objetos exóticos’ e os relatos sobre as comunidades não europeus passam a ser um atrativo ou um tema de curiosidades nas metrópoles ocidentais. Desse modo as companhias como as editoras vão se expandindo via a publicação de obras que vão traduzindo ou adaptam os relatos de ‘povos longínquos’ de modo que sejam lidos e compreendidos, facilitando a leitura para o público alvo. Essa ação permitiu a desenvoltura de imaginação, da parte dos leitores, a respeito das narrativas dos registros dos exploradores que tiveram contato com culturas estrangeiras.

Desse modo, as comunidades descritas nas obras passam a ser figurados e adquirem impressões por meio dos leitores, o que faz com que tais povos, nesse sentido, se tornem ‘comunidades imaginadas’, um aspecto que se aproxima com a discussão que Benedict Anderson tem desenvolvido a respeito da formação das nações na sua obra *Comunidade Imaginadas*:

(...) I have been arguing that the very possibility of imagining the nation only arose historically when, and where, three fundamental cultural conceptions, all of great antiquity, lost their axiomatic grip on men’s minds. The first of these was the idea that a particular script-language offered privileged access to ontological truth, precisely because it was inseparable part of that truth. (...) Second was the belief that society was naturally organized around under high centers – monarchs who where persons apart from other human beings and who ruled by some form of cosmological (divine) dispensation. (...) Third was a conception of temporality in which cosmology and history were indistinguishable, the origins of the world and of men essentially identical. Combined these ideas rooted human lives firmly in the very nature of things, giving certain meaning to the everyday fatalities of existence and offering, in various ways, redemption to them. (ANDERSON, 2006, p. 86)

A reflexão que Benedict Anderson traz nesse trecho é que o processo de como a nação foi sendo constituída é desenvolvido historicamente, ou seja, a questão da nação como um imaginário que foi tomando forma ao longo do tempo, partindo das nuances culturais que vão moldando de tempos em tempos. Mas, no decorrer de sua explanação, Anderson procura reunir características que se encontram em comum, no quesito de como as nações são constituídas, ainda considerando as trajetórias históricas que cada povo apresenta, sendo que estas são distintas uma das outras. Assim, a sua discussão sobre a nação como uma comunidade imaginada parte da reflexão de que há um grupo pensantes de indivíduos que as moldam, fazendo com que elas sejam constituídas por concepções e valores que dão corpo à ideia de nação. Anderson argumenta que uma comunidade imaginada é formada a partir da reunião de pessoas, estranhas umas das outras, que, porém, se encontram alinhadas a uma ideia que é comum a eles, o que faz com que se identifiquem como membros de um mesmo grupo, compartilhando um senso de unidade. O que faz com que as pessoas se mantenham unidas pode ser compreendido por meio de fatores culturais e históricos, construídos ao longo do tempo, que se tornam ‘monumentos do passado’ de uma determinada comunidade, transformando-se em uma narrativa que apresenta a capacidade de envolver indivíduos e criar entre eles um sentimento de pertencimento.

Uma reflexão que pode ser tirada, a partir de Anderson, seria a questão da participação da imprensa na formação de uma consciência nacional como meio de comunicação. Isto é, pensarmos de que a publicação de séries e obras, como *The Story of Nations*, faça parte de um movimento da expansão de livros que contenham ideias e concepções a respeito da formação de nações, que se faz presente no decorrer do século XIX. E nelas seriam carregados aspectos da história universal, e de narrativas que comportam assuntos e noções de progresso, civilização e moralidade (ANDERSON, 2006, p. 46). Com isso, o ato de imaginar uma sociedade ou cultura alheia é realizado graças ao auxílio da prática da leitura de obras, romances, coleção de séries via a expansão da imprensa e por meio de autores, ou comunidades intelectuais que divulgam pensamentos, ideias acessíveis a um público diversificado.

No entanto, a forma que Anderson desenvolve a sua discussão, sobre como a concepção de “nação” é formada, tem como um ponto de partida problemático. Para o autor, o exercício de refletir e pensar a respeito sobre organização de Estado, ou nação, tem sua origem devida aos eventos históricos no século XVIII – como o Iluminismo europeu, juntamente com a Revolução Francesa. Além disso, Anderson reúne grandes concepções como história, tempo e crença, com o intuito de incluir todas as comunidades ou povos, alegando que elas possuem trajetórias em comum quando se trata da formação de seus respectivos Estados-nação. Nesse sentido, se partirmos nesse prisma, Anderson criou um escopo em que teria como risco padronizar a questão de como se daria a formação de Estado-nação. Logo, em função de que um povo ou comunidade chegue a condição de nação, em tese teria que percorrer segundo os requisitos que Anderson propôs. Isto faz com que os povos não europeus tenham que seguir modelos de nação das sociedades europeias e americanas. E aderir a estes padrões quer dizer passar por processos históricos semelhantes a da Europa ocidental.

Ainda nessa discussão, um crítico de Benedict Anderson, Pharta Chaterjee, argumenta as ideias que Anderson tem discutido, em *Comunidades Imaginadas*, problematizando a questão de que o processo de constituição das nações tem sido narrado como uma obra realizada pelos países da Europa Ocidental e das Américas, enquanto as nações da África e Ásia apresentaram uma postura passiva em relação a formação de suas nações:

(...) Benedict Anderson demonstrated with much subtlety and originality that nations were not the determinate products of given sociological conditions such as language or race or religion; they had been in Europe and everywhere else in the world, imagined into existence. He also described some of the major institutional forms through which this imagined community came to acquire concrete

shape, especially the institutions of what he so ingenuously called ‘print-capitalism’. He then argued that the historical experience of nationalism in Western Europe, in the Americas, and Russia had supplied for all subsequent nationalisms a set of modular forms from which nationalist elites in Asia and Africa had chosen the ones they liked. (CHATERJEE, 1996, p. 215-216)

A crítica que é encontrada na observação de Chaterjee jaz na parte em que ele alega que Anderson constata que as experiências históricas de nacionalismo tidas na Europa Ocidental, na Rússia e nas Américas tornaram-se referências e moldes para a formação do nacionalismo nos países da Ásia e África. A discussão de Chaterjee não se dá na contestação do dado em que o Ocidente tem sido uma referência ou um modelo para a estruturação de como se comporta uma nação, ou a experiência histórica de nacionalismos na Europa ter inspirado outras regiões do mundo. Mas a questão é que se os países não-europeus tiveram que se basear nos modelos ocidentais de nacionalismos para montar suas próprias concepções de nação, logo cairíamos na conclusão que todo modelo de nação e o processo de estruturar um Estado-nação seria uma repercussão dos eventos tidos na Europa.

Este tipo de narrativa tem feito parte para com a estruturação das narrativas historiográficas, no quesito em que se promovia propostas de desenvolver uma escrita que narre a formação de nacionalismos em diferentes regiões, juntamente com a concepção de *história universal*, isto é, há um diálogo com uma noção de *história*.

A reflexão sobre essa questão também foi observada e problematizada por Dipesh Chakrabarty, que discute de uma maneira profunda como conceitos tais como ‘cidadania’, ‘igualdade’, ‘razão’ e ‘ciência’ são concepções consideradas como ‘*universais*’, mas com o detalhe de que estes ideais foram todos oriundos do Iluminismo europeu e da Revolução Francesa nos finais do século XVIII. Com isso, Chakrabarty discute o aspecto de como a historiografia também carrega elementos e concepções consideradas como ‘*universais*’:

Historicism is what made modernity or capitalism look not simply global but rather as something that became global *over time* by originating in one place (Europe) and then spreading outside it. This “first in Europe, then elsewhere” structure of global historical time was historicist; different non-Western nationalisms would later produce local versions of the same narrative, replacing “Europe” by some locally constructed center. (CHAKRABARTY, 2000, p. 7)

A observação que Chakrabarty faz com o historicismo europeu também pode ser aplicada à escrita da história apresentada por David Murray, no sentido de como a sua operação e forma de escrita é desenvolvida. Esta relação pode ser feita partindo do fato de que a nossa análise se concentra em uma narrativa elaborada por um sujeito que é estranho, ou estrangeiro, à cultura que busca relatar e descrever, considerando que as concepções e o discurso que Murray traz na sua obra são oriundos de um arcabouço teórico e histórico europeus.

MATERIAIS E MÉTODOS

A condução deste estudo se dá na leitura e análise de alguns volumes da coleção *The Story of Nations* da editora G. P. Putnam’s Sons que foi lançado nos Estados Unidos e na Inglaterra no final do século XIX. O trabalho terá como embasamento teórico e analítico os estudos de Mary Louis Pratt e via abordagens pós-coloniais, a partir das reflexões de Dipesh Chakrabarty e Partha Chaterjee. Pretende-se, por meio destes autores analisar o discurso e a linguagem que a coleção apresenta na sua discussão sobre a história e o emprego da ideia de nação nos povos que são abordados pela série.

Desse modo, os conceitos que trabalharemos é sobre as *zonas de contato* proposto por Pratt que consiste em descrever a relação que se estabelece entre o colonizador e o colonizado, o que nos permite enxergar a dinâmica do encontro de duas culturas diferentes. Porém a forma como esta relação é conduzida, acaba tendo um caráter de dominação em que uma linguagem passa a definir o outro. No aspecto de uma cultura transformar o outro em objeto, no sentido de tentar compreender o desconhecido, partilharemos das reflexões de Chakrabarty e Chatterjee, de modo que nos ajudaria a pensar como os conceitos e expressões passam a ter um caráter normativo e ideológico, quando empregado para constatar e descrever as características de uma cultura específica.

CONCLUSÃO

A série *The Story of Nations* da editora G. P Putnam's Sons e da T. Fischer Unwin pode ser colocada como uma das manifestações literárias onde se vê a expansão da imprensa e a divulgação de conceitos e ideias que pontuam expressões a respeito do que é história, nação, civilização e progresso. Este movimento se estenderia também na exposição de narrativas sobre outras comunidades e culturas que compartilharam, de alguma maneira, suas histórias com as nações da Europa. Pode-se observar que as obras referentes às descrições de povos não europeus têm se a tentativa de incluí-los numa noção de história que não faz parte das comunidades que estão sendo narradas, mas incorporá-las numa proposta historiográfica de uma cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

JEWETT, Sarah Ornet. **The Story of the Normans**: told chiefly in their relations to their conquest in England. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P. Putnam's Sons, 1887.

MURRAY, David. **Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P. Putnam's Sons, 1894.

Obras Gerais

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London/New York, 2006.

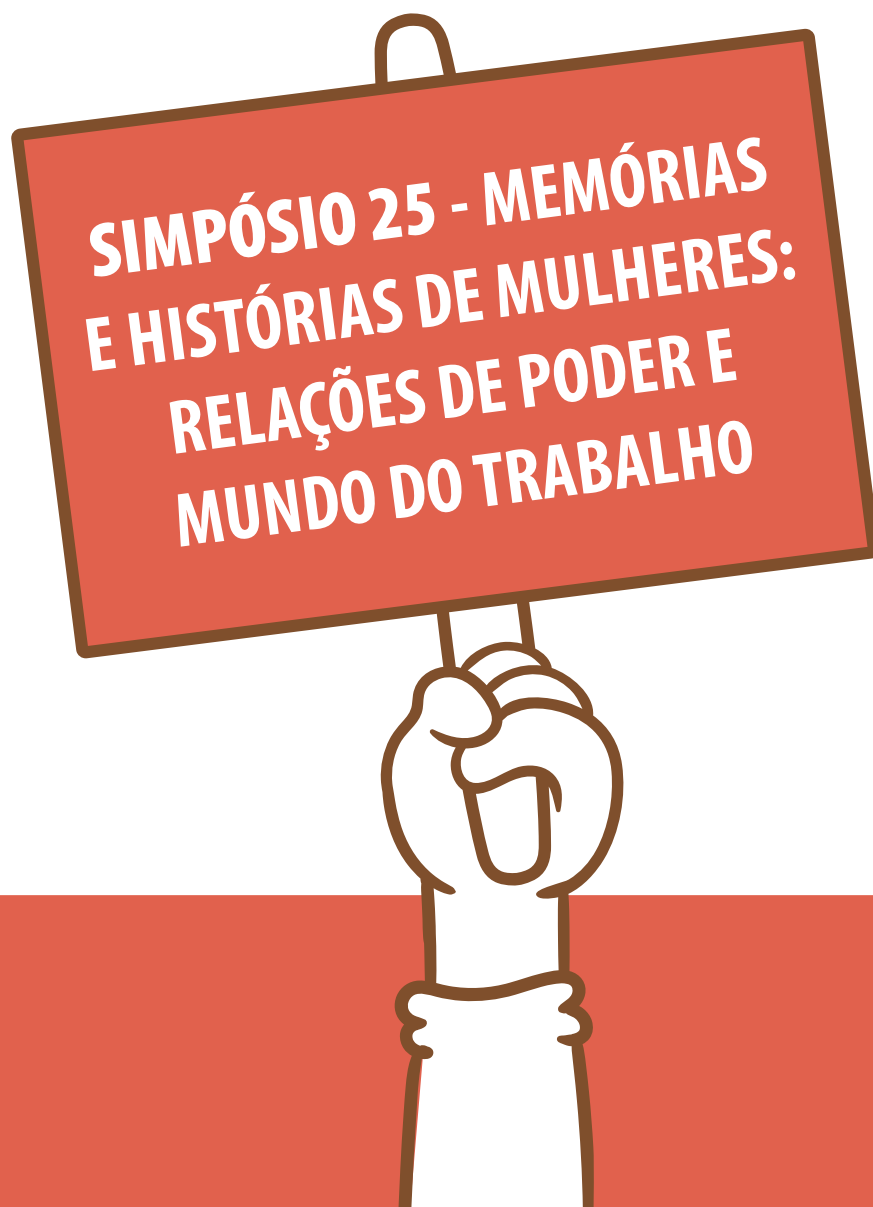
CHATTERJEE, Pharta. Whose Imagined Community?. In: BALAKRISHNAN, Gopal; ANDERSON, Benedict (orgs). **Mapping the nation**. London/New York: Verso, 1996. p. 214-226.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

LIST, Friedrich. Oxford English Dictionary. VII. p. 30. In: HOBBSAWN, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 42.

PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes**: travel writing and transculturation. London: Routledge, 1992.

RANKE, Leopold von. **The Theory and Practice of History**: Edited with an introduction by Georg G. Iggers. London; New York: Routledge, 1854.



PORQUE SÓ AS MULHERES SERVEM? REPRESENTAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA FEMINIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PARAÍBA

Verônica Figueirêdo Pereira¹

Resumo: O Serviço Social como reduto profissional inerente às mulheres, as representações legadas às mulheres que atuam como Assistentes Sociais. O Serviço Social, canalizando imagens da mulher como detentora das ações de cuidado, de atenção e da obstinação em servir aos pobres e desvalidos. Partindo desse introito, já amplamente debatido, neste artigo objetivo será problematizar a feminização dessa profissão, à luz da Nova História Cultural, escapando às análises economicistas comumente adotadas, as quais atribuem à divisão sexual dos ofícios, à relação existente entre capital e trabalho. Portanto, por meio do referido ramo da historiografia e sua vasta contribuição interdisciplinar, trataremos da superioridade numérica das mulheres no Serviço Social, buscando o aporte teórico de Butler e o conceito de gênero, Chartier com as representações, Iamamoto e o Serviço Social, Perrot e a história das mulheres, Pesavento e as sensibilidades.

Palavras-chave: Serviço Social, representações, feminização das profissões.

INTRODUÇÃO

*“Nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem”*
Rita Lee e Zélia Duncan²

Representações e generalizações lançadas às mulheres, estereótipos, lugares sociais que lhes são endereçados, enquadramentos que conservam seus corpos agrilhoados, mas que noutra sorte encontram o contraditório, a subversão, as diferenças, as multiplicidades, eis o que temos nos versos expostos acima em epígrafe. Versos que, na verdade, compõem trechos da letra da canção de rock brasileira intitulada de Pagu³, cuja autoria pertence a Rita Lee e Zélia Duncan e por ambas também é interpretada. É essa a canção que, embala e inspira o texto que ora escrevo e tenho decantado (as representações legadas às mulheres que atuam como Assistentes Sociais) o Serviço Social, enquanto reduto feminino canalizando imagens da mulher como detentora das ações de cuidado, de atenção e da obstinação em servir aos pobres e desvalidos. Partindo desse introito, meu principal objetivo será problematizar a feminização dessa profissão.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

² LEE, Rita; DUNCAN, Zélia. *Pagu*. In: LEE, Rita. 2001, 2000.

³ A canção “Pagu” constitui uma homenagem a Patrícia Galvão, poetisa, escritora, intelectual militante do partido comunista que revolucionou os anos 30 do século passado, por não se deixar aprisionar às construções culturais que designavam às mulheres papéis submissos e inferiores em relação aos homens. De acordo com Rago (2004, p. 484), Pagu “foi uma das poucas mulheres a descrever, no romance Parque industrial, a difícil vida das operárias de seu tempo: as longas jornadas de trabalho, os baixos salários, os maus-tratos de patrões e, sobretudo, o contínuo assédio sexual”.

Em que pese muito já se tenha discorrido a respeito desse tema, a tal ponto que o leitor poderia interrogar: qual a novidade dessa proposta? Numa primeira observação, eu diria que nada de novo se vislumbra, uma vez que a temática já foi visitada e revisitada por diversos pesquisadores; muito já foi falado e esmiuçado a respeito do predomínio de mulheres em algumas profissões e de homens em outras. No entanto, acrescento que, tenho percebido que a maioria dos estudos relativos ao Serviço Social, adota principalmente o marxismo em sua produção teórica, analisando a relação entre capital e trabalho, destacando amaneira como essa relação poderia reverberar numa divisão sexual de ofícios e na chegada de mulheres aos ambientes públicos motivadas pela revolução industrial, que intensificou a necessidade de mão de obra. No contraponto disso tudo, redijo esse texto à luz da Nova História Cultural, fitando nesse ramo da historiografia sua vasta contribuição interdisciplinar, já que traz à lume diferentes abordagens temáticas, e dentro delas encontram-se as categorias de gênero que “[...] se constituiu como uma fantasia instituída e inscrita na superfície de nossos corpos, ou seja, os gêneros seguiam receituários e prescrições de conduta[...]”. (BUTLER, 2010, p. 134 *apud* PEREIRA, 2019, p. 22).

Nesse artigo não quero, todavia, diminuir a importância das análises econômicas para perceber a formação dos segmentos trabalhadores, notadamente no que tange às mulheres e sua chegada ao mercado de trabalho, via de regra, pretendo demonstrar que àquele não é único olhar possível, do contrário, se pode ver além das implicações com provocadas pelo capital, por outras lentes e variados ângulos temos leituras diferentes da história. Assim, tenho como parâmetro a História Cultural, busco direcionar um enfoque com cerne no corpo enquanto construto cultural e de identidades no interior das dinâmicas sociais. Nos modos como a incorporação da mulher nos espaços de trabalho extra lar, viria permeada de condições e de interditos que se fixavam primeiramente nos papéis que lhe caberiam, pois o espaço público era próprio do homem. Este, por seu turno, seria de acordo com Araújo (2016, p. 65) “[...] dotado de razão e a mulher com os traços da emoção, e esta última, estigmatizada como avesso da primeira. A emoção era representada como frágil, por isso ela deveria habitar o privado e o interior[...]”. Enquadramentos impostos às mulheres por meio sobretudo da moral cristã que apregoava o corpo feminino como vetor de sensibilidade, mas que também aprisionavam aos homens, exigindo deles uma postura de força, coragem, valentia. Demarcações de lugares e papéis que, por derradeiro limitam as liberdades de mulheres, mas também condicionam os modos de viver dos homens. Por isso, dialogo com conceitos como, sensibilidades, e representações, na expectativa de que a feminização do Serviço Social, não está circunscrita exclusivamente ao crescimento industrial, impulsionado pelo avanço do capitalismo, e pela ordem social burguesa, que retiravam as mulheres de suas casas para preencher os chãos de fábrica e outros locais públicos. A superioridade numérica de mulheres exercendo a profissão de assistentes sociais, advém certamente das maneiras como os corpos foram educados, disciplinados, moldados, tanto de homens quanto de mulheres. Para analisar esse tema, não me atenho em todos os seus momentos à temporalidades específicas, pois me lanço ao encontro daquilo que sustenta Deleuze (1999) ao compreender o tempo como um emaranhado de linhas, de movimentos não sucessivos, onde presente e passado tem coexistência. O presente retorna ao passado e o passado por sua vez chega-se ao presente, e assim entrecruzam-se.

Feitas essas considerações, inicio com um breve relato de experiência focalizando a minha chegada no curso de Serviço Social, inserindo-me nas chamadas “escritas de si”, como forma de analisar o contexto profissional o qual passei a integrar, vivenciando permanências e mudanças na lida diária como Assistente Social, fixando práticas educativas no dia a dia junto às comunidades em que atuei, ora como estagiária, ora como profissional. Nisso tudo uma pergunta pulsava, persistia, martelava, a mesma que apresento ainda no título desse artigo: por que só as mulheres servem? As mulheres estariam sempre dispostas a prestar solidariedade, a cuidar do outro? Essas ações estariam correlacionadas a uma personalidade única e naturalmente feminina? Serão sobre essas questões que nas próximas linhas me deterei com mais afínco, necessário ao leitor/a, apenas prosseguir acompanhando as páginas



que se abrirão, dessa maneira, manterão contato com outras possibilidades de atribuição de sentidos à feminização do Serviço Social em nossa sociedade.

PARA COMEÇO DE HISTÓRIA: OS PASSOS INICIAIS NA PROFISSÃO REPRESENTADA COMO “COISA DE MULHER”

A priori devo dizer que, as divagações que me conduziram à escritura desse texto, retrocedem à primeira década dos anos 2000, lá pelos começos de 2002, período em que cursei a graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) na cidade de Campina Grande. Naquela época, uma situação me era inquietante, a turma com a qual eu estudava era composta unicamente por mulheres, e não somente ela, a maioria das turmas da faculdade eram integradas por uma unanimidade feminina. Curiosamente, quando a cada ano, novas listagens de candidatos aprovados no vestibular eram divulgadas pelas ondas sonoras das emissoras de rádio da cidade (que tradicionalmente faziam a cobertura do resultado desses exames)⁴ obliteravam-se as identidades masculinas entre os nomes que compunham as listas dos aprovados para o curso de Serviço Social. Por outro lado, nos cursos de Engenharia e Exatas havia uma considerável superioridade masculina. As listagens de Serviço Social, por sua vez, traziam no máximo um ou dois nomes masculinos, anunciados com destreza e precisão pelos radialistas, lembro que numa dessas ocasiões, a predominância feminina no curso, chegou a ser comentada por eles, que demonstravam não entender muito bem por qual motivo o curso de Serviço Social aparentava ser um curso apropriado para mulheres.

Diante desse contexto, eu também me indagava: por que só as mulheres servem? Elas escolhiam ou eram levadas a escolher o curso de Serviço Social para sua futura atuação profissional, enquanto homens o rejeitavam, ou eram para isso incentivados? De uma forma ou de outra, ficava incrustado que, ser assistente social era “coisa de mulher”. Aparentemente muito óbvia, essa constatação carrega em si mesma, todo um conjunto de representações, que utilizando a expressão de Roger Chartier (1988, p. 17) “não são de forma alguma discursos neutros, produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros por elas menosprezados” Dando sequência a essa afirmação, Chartier sustenta que as representações do mundo social são vinculadas por interesse de grupos que as manipulam. Variados interesses concorriam para que as mulheres aparentassem mais aptidão para atividades que se concentrassem na filantropia, algo como se ela fosse uma extensão da vocação maternal que seria inerente à natureza feminina. Produções de sentidos que foram impostos ao corpo feminino e adquiriram *status* de verdade.

Nesse ínterim, ressoa pertinente perscrutar essas manipulações; assim como as formas em que elas foram fixadas, e as representações em torno da atuação de mulheres no âmbito do Serviço Social, ou melhor dizendo, na feminização da profissão de Assistente Social, e de outras profissões e atividades exercidas por mulheres “por exemplo o magistério, a enfermagem, o serviço social e até as congregações católicas no Brasil. Além disso, mais marcante ainda, a feminização dos cuidados domésticos, das famílias como algo natural associado às mulheres. (CAVALCANTI, 2013, p. 136). A mulher como símbolo da doçura e docilidade, da delicadeza, da candura e abnegação.

⁴ As comissões dos vestibulares das duas Universidades públicas instaladas em Campina Grande, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFG), disponibilizavam as listas de aprovados todos os anos em que eram realizados os exames para que as emissoras de rádio locais as divulgassem. Lembro do clima de festa, as rádios tocavam músicas carnavalescas, e os candidatos acompanhavam com grande ansiedade para ouvirem seus nomes divulgados nessas listas, era alegria para uns e tristeza para outros. Muitos candidatos comprovam jornais impressos com a publicação das listas. E logo se via pelas ruas, rapazes com cabeça raspada. Era a exibição do status de aprovação no vestibular, motivo de orgulho para os candidatos e seus familiares. Mais tarde, veio a moda das moças que raspavam parte das sobrancelhas, como forma de ostentarem o sucesso nos exames que lhe abriam as portas do ensino superior.



Estereótipos que como quaisquer outras, nem sempre se confirmam, tanto é assim que, ainda na infância enquanto estudante de uma escola pertencente ao grupo Sesi⁵ me sobrevêm à lembrança, a acidez da Assistente social componente da equipe pedagógica da escola, lembro de seus modos de rígidos de inspetora e de suas ações policiais, sempre pronta para apontar os deslizes dos alunos e lhes aplicar severas punições, sendo à ameaça de expulsão a que mais intimidava. E, nem mesmo a diretora metia mais medo na meninada do que ela, que amedrontava e oprimia sem que precisasse pronunciar qualquer palavra, o seu olhar era em si disciplinador e cerceador de nossas traquinagens. A sua atuação fazia com que eu me sentisse em um acampamento militar, onde “[...] o poder é exercido pelo jogo de uma vigilância exata, em que cada olhar teria fundamental importância. [...]” (FOUCAULT *apud* PEREIRA, 2019, p. 42). Mas, aqui interessa notar que: a) a Assistente Social era mulher, como aliás, todas as outras que cheguei a conhecer exercendo essa profissão, sobretudo em comunidades escolares, b) Sendo mulher, ela contrariava as expectativas geradas pelas representações em torno do feminino, como sexo ideal para lidar com o referido trabalho, faltava-lhe doçura, delicadeza, sobrava-lhe rispidez e aspereza, nela o dito “o amor maternal” parecia jamais ter existido, não com relação aos alunos da escola. E se ser Assistente Social, era antes ter todas os adjetivos feminis acima citados, estava claro que, àquela não era a profissão que ela desejava, que escolhera, mas que lhe calhara exercer.

O relato de experiência, acima exposto, confirma a predominância feminina na profissão, embora nem sempre fosse isso o desejado pelas mulheres que a assumiam, ausentava-se a dita “vocação”. Mas, essa superioridade numérica feminina compondo os quadros do Serviço Social, mais tarde também conformaria os projetos em que tomei parte enquanto estagiária do curso, de modo que as equipes que compus foram todas formadas pelo sexo feminino. As representações da mulher como assinalado por Iamamoto (1994) reunindo “As figuras da “mãe”, da educadora e da sacerdote são ainda fundidas na imagem da profissão de Assistente Social, para a qual somente as mulheres parecem servir, haja vista sua postura tantas vezes pacata, subserviente e submissa. O verbo servir que segundo o dicionário de língua portuguesa Aurélio, significa: a) Trabalhar como servo, b) Exercer as funções de criado, c) Por na mesa comida ou bebida, d) Auxiliar, ajudar, não se encaixam nas representações articuladas em torno do masculino, a quem cabe dominar, mandar e jamais se curvar a quem quer que seja. A não ser quando se trata de “Servir” no sentido também apontado pelo dicionário Aurélio de, prestar serviço militar, já que nesse trabalho o homem estaria demonstrando a bravura, seu destemor e seu talento belicoso.

Em meio a esse turbilhão de representações, meu primeiro trabalho na área social, aconteceu em um bairro periférico: o Acácio Figueirêdo, conhecido na cidade de Campina Grande por bairro da “Catingueira”. No local eu atuava como estagiária juntamente com outras alunas do curso de Serviço Social, recebíamos a supervisão de profissionais da área, auxiliávamos no desenvolvimento de atividades de cunho educativo destinadas a jovens adolescentes do sexo feminino, que residiam naquela periferia em situação de vulnerabilidade social diante da pobreza e falta de perspectivas. Como bem anuiu Iamamoto, (2000, p. 41) o trabalho dos Assistentes Sociais ocorre “em contato direto com o cotidiano, com as questões de saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc. Os Assistentes sociais tem trânsito nessas realidades, dando conta de seu cotidiano, e interferindo nele. Assim, tentávamos causar alívio aquele universo de carências.

E nessa perspectiva o projeto social no bairro da Catingueira, era encabeçado pela Organização não governamental PROAMEV (Pró adolescente, Mulher, Espaço e Vida) e financiado pela Igreja Católica. Dentro das dinâmicas educativas que elaborávamos, havia os grupos de discussão, os quais eram intitulados por Oficinas

⁵ Refiro-me à *Escola Cassiano Pascoal Pereira*, pertencente à época, ao Serviço Social da Indústria – Sesi – destinava-se ao ensino fundamental dos filhos de trabalhadores da indústria, nela Pregava-se uma educação baseada nos valores pátrios, sendo também extremamente disciplinar.

temáticas, em cada oficina abordava-se um assunto diferente, que iam desde os riscos da gravidez na adolescência, até a importância na participação comunitária, ou seja, do chamado protagonismo daquelas meninas, nos assuntos de interesse da comunidade. As atividades da PROAMEV contavam também com aulas de artesanato, formação de grupos de dança e realização de terapia ocupacional.

No segundo trabalho envolvendo práticas educativas em comunidades, eu já havia concluído o curso de Serviço Social e passava a atuar não mais como estagiária, e sim como profissional contratada pela Prefeitura Municipal da Campina Grande, o novo trabalho consistia no projeto de reurbanização do bairro do Pedregal, antiga área ocupada na zona Oeste da cidade, com famílias habitando setores de risco, próximos à encostas, em terrenos irregulares. Em uma outra definição de Iamamoto (2000, p. 28) a respeito do trabalho dos Assistentes sociais está “a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos a experimentam no trabalho, na família, na área habitacional”. Isto é os problemas vivenciados pela comunidade em todos os âmbitos e que são merecedores de atenção.

Em meu contato com o bairro do Pedregal pude confirmar o que já se sabia na cidade por meio dos noticiários policiais: o bairro contava com assustadores índices de violência e pobreza. Em nosso trabalho, acompanhamos múltiplos eventos formadores de seu cotidiano, desde a prática do feminicídio⁶ ancorado nos códigos da masculinidade, que segundo Araújo (2011, p. 33) configuram “[...] diversas formas para exercer a masculinidade, como por exemplo, a defesa dos valores da honra, o agenciamento e a reposição de códigos masculinos, considerados tradicionais para poder suportar a dor da traição”. As mulheres vistas como propriedade masculina. Além disso, vivenciávamos os efeitos da ação de gangues rivais que disputavam influência no tráfico de drogas e promoviam mortes no bairro. Mas, também acompanhávamos os trabalhos artísticos e culturais dos moradores do local, os grupos de capoeira, de forró, e os trabalhos manuais como bordados e costuras, ensinados para as mulheres, na associação do bairro. A velha forma de legar às mulheres os espaços de delicadeza.

Assim, o trabalho no Pedregal era amplo, realizávamos visitas domiciliares, procurando perceber os anseios da comunidade, suas reivindicações, carências e angústias. Parte significativa dos moradores, estava prestes a ser relocada para casas e apartamentos que estavam sendo construídos pela prefeitura do município em parceria com o governo federal mesmo assim, muitos moradores se mostravam receosos temerosos pela mudança em curso, além do vínculo afetivo que nutriam por suas antigas residências. Todo esse contexto de transição na vida daquelas pessoas, exigia que lhes fossem concedidas uma maior atenção e apoio, eram muitas as dúvidas, os questionamentos, o medo de deixar as casas com as quais residiam há anos, para em troca rumarem ao desconhecido, tal situação exigia a intervenção de Assistentes sociais, que agiam no sentido de conscientizar, de esclarecer e convencer, portanto, educar. Aqui mais vez toma sentido o acolhimento e atenção enquanto ferramentas de extrema relevância para que o trabalho viesse a funcionar.

Desse modo, a presença masculina restringia-se às equipes de engenheiros, motoristas e outras profissões que não se vinculavam diretamente à comunidade, não para tratar de questões de ordem mais subjetiva. O trabalho social era concretizado em uma sala alugada pela prefeitura, numa área central do bairro, onde procurava-se esclarecer a comunidade acerca dos benefícios que adviriam com a mudança de endereço, com a saída das áreas de risco, onde estavam expostos a desabamentos. Nisso consistia o papel das Assistentes sociais, um papel diga-se de passagem, estritamente pedagógico qual expõe Cardoso e Abreu (2000, p. 03):

⁶ Crime tipificado na lei Lei 13.104/15, sancionada pela então presidenta da república federativa do Brasil, Dilma Vana Rousseff. A lei classifica por feminicídio o homicídio praticado contra mulheres motivado por sua condição feminina.

É incontestável a função pedagógica desempenhada pelos assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na formação de subjetividades e normas de condutas, elementos esses constitutivos de um determinado modo de vida ou cultura.

Diante dessas atribuições pedagógicas, creditadas aos Assistentes Sociais, é possível constatar as semelhanças entre a feminização do magistério e a feminização do Serviço Social, ambas as profissões tinham finalidades parecidas, a primeira delas ligava-se umbilicalmente à tarefa de educar, valendo-se do lado “naturalmente” feminino, predisposto a exercer funções de cuidado, informação, atenção e afetuosidade para com o “outro”. Qual exemplifica Louro (1997, p. 450). O exercício da docência não desviaria as mulheres de sua função fundamental “[...] seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem “vocação” [...]”. As atribuições das Assistentes sociais seguiriam essas mesmas prerrogativas, ocupando lugares também na Escola, auxiliando nas políticas e atividades escolares, verificando as condições sociais e problemas dos alunos, dentro de suas realidades, agindo no sentido de fomentar a inclusão social e o exercício da cidadania, indo além da instituição escolar partindo para instituição familiar.

Com isso, as representações a respeito da personalidade feminina e seu suposto talento para promover práticas educativas, mostravam oposição aos homens, pois enquanto o sexo feminino representava a fragilidade e a delicadeza maternal. Informa Louro (1997) “A fragilidade feminina, constituída pelo discurso religioso, médico, jurídico e educacional é também constituinte de sua proteção e tutela”. O homem por seu turno é representado culturalmente pelo modelo do “macho” que com sua rudeza e embrutecimento não estaria apto para executar o trabalho social, faltando-lhe tato e sensibilidade.

Sustenta Albuquerque Júnior (2010, p. 25) que em uma sociedade significada pelo e para o masculino, alguns comportamentos e gestualidades específicas deveriam acompanhar um macho que se preze, sendo o macho ideal aquele que é “[...] impenetrável aos afetos externos, que tem medo de tudo que o ameaça violar ou atravessar, tudo que o possa amolecer, desmanchar, delirar [...] um corpo a serviço de si [...]”. Pedagogias do corpo que impunham prescrições de comportamentos, de gestos, de condutas a homens e mulheres, e que limitam suas possibilidades de atuação, e por isso mesmo, suas liberdades, ao modo que define Pereira (2019, p. 128):

“[...] as instâncias sociais induziriam os indivíduos a seguirem dados padrões comportamentais que vão desde o modo de vestir-se, entonar a voz, caminhar, gesticular, declarar gostos, desejos, além de demonstrar atração pelo sexo oposto. Linguagens corporais que buscam fixar papéis para a feminilidade e a masculinidade. [...]”

Nessa configuração, assimila-se as razões pelas quais, registra-se uma ausência de homens em profissões como o magistério, a enfermagem e por conseguinte o Serviço Social. Ao que tudo indica, a sociedade em grande medida ainda prima por representações que destinam, que separam e classificam as profissões em conformidade com o sexo de quem irá assumi-las. Enquanto ao feminino foram preservadas imagens que acionavam seu lado maternal, seu caráter protetor e altruísta. Ao masculino restaram as funções em que as demonstrações de força, coragem, bravura e o embrutecimento fossem fundamentais, como a escolha por atividades policiais. Em relação a isso, nos adverte Pereira (2019, p. 129):

“[...] É como se nesses ambientes a ideia de superioridade masculina e virilidade, fosse algo visceral, onde as mulheres só provariam sua capacidade se deixassem de lado as características associadas ao feminino. Isso em absoluto, não enfraquece a lógica binária de demarcação das diferenças, antes pelo contrário, a reforça e a naturaliza.

De fato, a sistemática delimitação de papéis, o enquadramento tanto de mulheres em dadas profissões e de homens em outras, gera uma consequente estereotipia que possivelmente é reflexo dos códigos de conduta baseados no sexo, àqueles que não obedecem a esses regramentos, que não se deixam governar por esses códigos, logo são vistos como espécies de párias, pois as regulações comportamentais estão em todas as esferas sociais sendo o que é nomeado por *performatividade* da qual nos fala Butler (2000, p. 111) para ela “[...] a performatividade deve ser compreendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia[...]” Nesse processo, não é difícil presumir a tamanha dimensão rejeitável consagrada ao homem no curso de Serviço Social e na consequente profissão de Assistente social. Não é difícil pensar nos preconceitos, nas classificações como afeminado, e as dúvidas em relação a sua sexualidade.

Na produção das performatividades situando o trabalho de Assistentes Sociais, vale ressaltar a importância ocupada pela Igreja Católica, de vez que o Serviço Social em sua gênese nessa instituição religiosa secular, estiveram fortemente engajados na prestação dos trabalhos de caridade. No que atesta Prêdes (2014, p. 21) que a profissão de Assistente Social, é “originária das iniciativas sociais da Igreja Católica consolidadas no Brasil e imbricadas na reprodução das relações sociais” (PRÊDES, 2014, p. 21). A efetivação da profissionalização do Serviço Social é fortalecida e vinculada aos interesses da Igreja Católica em perpetrar sua influência e poder junto ao Estado. Nos informa Hahner (2012) a Igreja Católica trabalhava no sentido de impor limites à atuação feminina fora do espaço privado, acentuando a hierarquia entre homens e mulheres e defendendo um comportamento recluso por parte daquelas, cuja exceção restringia-se no deslocamento à missa e na disposição para os eventos de caridade, tendo nessa atuação um modo de libertar-se qual sugere Perrot (2005, p. 519),

Apesar de restrita à esfera privada, a mulher conseguiu articular-se a partir do que lhe foi reservado, isto é, o doméstico, a filantropia e a própria Igreja. Esses espaços definidos de socialização, quando tensionados, constituíram fator de engendramento para o domínio público posteriormente.

Práticas caritativas que funcionavam enquanto alternativas ao ambiente reservado do lar; possibilidades para a atuação feminina, fora dos arranjos domésticos, e ao mesmo tempo dentro deles. Isso em razão de que, as mulheres continuavam a ter seus corpos vigiados, enquanto aos homens era dada maior liberdade. Sustenta Araújo (2016, p. 33) “a masculinidade e a feminilidade, foram pedagogizadas de forma diferentes, baseadas em hierarquias de gêneros, funcionando pela produtividade do poder”. É dessa maneira que temos a Igreja Católica, que a partir das práticas assistencialistas, dita os modos como seu rebanho deveria seguir. Hahner (2012, p. 23) nos esclarece,

“[...] as igrejas não eram somente um local para onde as ‘mulheres respeitáveis’ podiam se dirigir para assistir a missas e decorar o altar. A própria instituição reservava alguns papéis ativos para elas ao incentivar que praticassem a filantropia. Com isso, algumas delas puderam criar associações de apoio a orfanatos e escolas para meninas pobres nas cidades sem afrontar os conservadores”.

A filantropia da Igreja Católica chega a confundir-se com o próprio Serviço Social que na concepção de Yamamoto (2000, p. 27) é gerado das demandas da questão social. Questão social conceituada como conjunto das

expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”. Nela encontrara-se sua fundação, “como especialização do trabalho”. Na esteira dessas desigualdades, operaria a produção capitalista definindo os lugares sociais de homens e mulheres, teorizando a maneira como se organiza a sociedade em seu todo. Assinala Pinsk (2012, p. 469) “os discursos sobre o que é próprio da mulher ou qual é o seu “papel” afetam também as políticas públicas, o valor dos salários, a oferta de emprego, as prescrições religiosas, os procedimentos jurídicos, a educação.

Todavia a hegemonia da Igreja Católica se vê ameaçada pelo Estado, que pleiteia a institucionalização da Assistência Social, promovendo nas palavras de Cavalcanti (2013, p. 123) “um processo de laicização da caridade, a partir de muitas medidas e decretos implementados entre anos de 1930 e 1940, período esse marcado pela regulamentação dos serviços e instituições sociais”. Diante disso, as indagações que se inscrevem nesse texto, e fazem dele tábula rasa, referem-se aos modos como foram operadas desigualdades sexuais no Serviço Social; teriam sido as disputas de poder entre Estado e Igreja Católica, ou chamada *questão social* as orquestradoras da feminização da profissão? Ou devemos considerar as práticas educativas do corpo como responsáveis pela introdução de homens e mulheres em universos limitados? Eis as questões sobre as quais continuarei me debruçando no próximo tópico, para tanto conclamo o leitor à seguir-me nessa jornada. Avante!

DIALETIZANDO: MARXISMO VERSUS NOVA HISTÓRIA CULTURAL, NA INTERPRETAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL

A meu ver revela-se impraticável visualizar as representações em torno dos papéis ocupados por homens e mulheres na sociedade, tendo por base exclusivamente a lógica do capital, noutro termo, o método materialista histórico dialético, ao modo daquilo que defendem muitos pesquisadores no campo do Serviço Social. De minha parte, tomo como referencial teórico metodológico a concepção de sensibilidades em Pesavento (2007, p. 09) estas seriam “[...] uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas [...]” Enquanto Assistentes sociais, penso ser importante valorizar as sociabilidades e seus modos de sentir e dizer o mundo. Ainda assim, alguns autores marxistas buscam justificativas para as questões cotidianas, inclusive de gênero, a partir das contradições do capitalismo, vistas nas relações de trabalho e nas desigualdades de classes e entre homens e mulheres. Nesta perspectiva, abordar os estudos de gênero, em sua dimensão subjetiva para tais pesquisadores propaga-se como algo inviável, é o que assevera Cisne (2004, p. 189),

“[...] ‘os estudos de gênero’, e qualquer outros, devem estar rigorosamente pautados na teoria marxista, por não se voltar apenas para a apreensão, mas também para a transformação da sociedade. Assim, é preciso resistir e se contrapor às novas teorias, as quais, além de não analisarem as contradições fundantes dessa sociedade, fragmentando o real e limitando-o à ‘micro abordagens’, não possuem um projeto político voltado para a construção coletiva de uma nova ordem social.”

Contrapondo-me a supra referida pesquisadora, não creio que devam anular as micro abordagens, sobretudo se pensarmos que o sistema capitalista, vai além da produção de bens, serviços e produtos, que no seu íntimo também ocorrem a produção de subjetividades, o que nos torna consumidores, desejosos por produtos que ilusoriamente nos trariam a felicidade, a satisfação, a realização? A certeza breve de que seremos felizes ao conseguirmos adquirir àquele apartamento, àquele carro, uma roupa ou um perfume? Ou os modos como a sociedade passa a ver àqueles que conseguem esses feitos, que conseguem ter, mais que ser. O capitalismo constrói essas necessidades,

portanto lida com o sentir, com a construção de novos sujeitos. Contudo, embora reconhecendo a importância do marxismo para se pensar esse sistema e as desigualdades sociais que ele tem feito brotar em muitas sociedades, não creio, em seu utilitarismo, o qual chega a defender que, os aspectos culturais de todas as sociedades podem e devem ser explicados seguindo a mesma lógica dos modos de produção.

Defendo a tese de que é preciso relativizar essas análises, tão perspicazmente difundidas entre os trabalhos científicos de Serviço Social, uma vez que as mesmas perdem de vista a complexidade histórico cultural de muitas sociedades, e desconsideram que sentimentos e subjetivações tecidos entre os indivíduos também são elaborados a partir de outros fatores bem como pelo acionamento de representações do mundo que carecem de uma análise, para que possamos apreender a diversidade. Diversidade nem sempre alcançada por Marx, sobre a qual ele não se debruça e não oferece respostas. Por fim, quais as problematizações referentes aos enredos que tecem a categoria de gênero que estão expressas no marxismo? O que faz com que mulheres tenham sido adequadas à determinadas profissões? De que maneira as teorias marxistas poderiam nos ajudar a entender e iniciar o enfrentamento das condições que, em grande medida, ainda preservam mulheres e homens “aprisionados” entre as representações que lhes são reservadas?

Por fim, temos a questão social como tema obrigatório para o Serviço Social no interior de certas territorialidades que tornam uma dada atividade feminina e outra masculina. Porém, para indagarmos a realidade social, precisamos sobretudo de sensibilidade e de preferência que ela nos chegue com aguçamento, isso independe de gênero. No entanto, é preciso que pautemos esse o conceito como uma prioridade, pois apenas o conceito de classe como propulsor de uma revolução social, menospreza ou demoniza uma multiplicidade de categorias que se deveriam analisar, como o sexo, a idade e a etnia apenas para citar alguns exemplos.

O Assistente social aventura-se no âmago dessas relações sociais, nas sociabilidades e nelas mantém uma postura interventiva. Os Assistentes sociais adentram ao cotidiano das pessoas, verificando suas particularidades, que certamente não podem encontrar explicação pelo viés econômico apenas, de vez que nem tudo orbita em torno dele. Os Assistentes sociais trabalham com a multiplicidade, integram-se à diversidade, reivindicando a conscientização e a emancipação da comunidade. Ao se adotar uma produção teórica que não se inclui questões trazidas pelas investigações sobre a cultura, a exemplo de como teria se dado a vagarosa inserção da mulher na esfera pública, quais os mecanismos de representações foram utilizados no sentido de controlar as escolhas femininas ou interditá-las e apartá-las do mundo reservado ao masculino.

Ressalte-se que as representações muitas vezes são sutis, como assegura Pesavento (2005) elas revelam mais do que enunciam, são portadoras de sentidos encobertos, “que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e apresentam-se como naturais, dispensando a reflexão” Por isso, é válido também considerar as práticas que educam a sociedade e que permitem aos homens e mulheres diferentes territorialidades. Mas, é preciso enxergar que os indivíduos também fogem dos enquadramentos, homens e mulheres reinventam suas histórias. Histórias que não são escritas utilizando pontos finais, mas com dobras, a exemplo do preconizou Deleuze (1999, p. 200) “A linha nunca é regular, o ponto é apenas a inflexão das linha” Ou seja, as questões de gênero performatizando as profissões, não são de hoje apenas, elas remontam de vários tempos e lugares, mas é na história que podemos com mais propriedade visualizá-las e reencontrá-las.

Concordando com Scott (2012) os valores patriarcais governaram os corpos femininos, remontando ao período colonial, nisso a família devia obediência ao poder do *pater famílias*. Para a mulher a submissão parece ter alcançado patamares mais elevados, pois “Na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da auto-

ridade de um para a do outro”.(SCOTT, 2013, p. 09)Notar tais ressonâncias ainda hoje, não revelam anacronismos simplesmente, a meu ver funcionam como um deslocamento do pensamento deleuziano quando em sua filosofia discorreu sobre as imagens e o tempo cinematográfico, para ele “De uma só vez, o tempo faz passar o presente e conserva em si o passado.” (DELEUZE, 1990, p. 130). Quem sabe não é esse o filme que está cartaz quando vemos desfilarem nos cursos de Serviço Social e na profissão de Assistentes uma ampla maioria de mulheres? Entretanto que esta película deixa ver outras sequências, exibindo roteiros mais plurais e por conseguinte, finais também felizes.

ALGUMAS PALAVRAS A MAIS, PORÉM NÃO FINAIS...

A discussão sobre a feminização do Serviço Social, é bastante recorrente nos meios acadêmicos, sobretudo entre pesquisadores da área, entretanto, ela aparece em minha vida, já na infância, quando na época do ensino fundamental me deparei apenas com mulheres atuando como Assistentes Sociais, primeiramente na escola, e mais tarde veria essa realidade mimetizada nas turmas da faculdade, nos estágios, e por fim, durante o meu exercício profissional. Nesse artigo que considero inconcluso, em razão da complexidade que dele emana, procurei elucidar alguns pontos para o debate, onde o objetivo geral foi compreender: por que só as mulheres servem à profissão? E o homens? por quais motivos não ocupam os bancos dos cursos de Serviço Social e suas equipes profissionais em proporções semelhantes às mulheres? Vejamos mais uma vez o que Butler (2002, p. 157) tem a nos dizer:

Meu trabalho sempre teve como finalidade expandir e realçar um campo de possibilidades para a vida corpórea. Minha ênfase inicial na desnaturalização, não era tanto uma oposição a natureza quanto uma oposição ao invocar o da natureza como modo de estabelecer limites necessários para a vida gendrada.

Em suas reflexões sobre a desnaturalização dessas modelagens corpóreas, Butler nos instiga a pensar nelas como construções sociais de subjetividades que envolvem os corpos dentro de limites. Limites estes, que encontram respaldo nas instituições como a Igreja, a família, a escola, o Estado e todo o meio social. Refletir sobre isso, tem sido meu mote, assim intencionei investigar esse tema com respaldo da Nova História Cultural, já que possuímos historicidade, isso quer dizer que o que vivemos, não surge do nada, nossa história é construída, tematizada pelas representações que emprestam significado ao mundo social, nos disse a historiadora Pesavento. Assim, visamos compreender o gênero como categoria histórica, como produções culturais que dizem os lugares de homens e mulheres. E, nisso nos ensina Pesavento (2005, p. 42) que “A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social.” Daí produziu-se as associações à mulher enquanto figura maternal e apropriada à profissão de Assistente social.

Na empreitada de trazer respostas, me pus a conjecturar sobre elas, sobre suas possibilidades, e assim penso que o Serviço Social e sua imagem vinculada à mulher, encontra-se justamente em seu caráter educativo, nas orientações que são prestadas dentro das comunidades, atendendo pessoas, na maioria mulheres, meninas, crianças. Promovendo as rodas de conversa, da realização de oficinas temáticas, onde se ouve e se aconselha, e se presta atenção nos casos de violência doméstica e familiar, atuando em conjunto com equipes multiprofissionais, mas conduzindo às pessoas na busca pela cidadania. Para tanto, encarando de frente as masculinidades tóxicas e conscientizando acerca do protagonismo que cada um, sem distinção, solidariamente dentro da comunidade pode e deve alcançar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Máquina de fazer macho: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. *In*: MACHADO, Chaplin José dos Santos; NUNES, Maria Lucia da Silva; SANTOAGO, Idalina Maria Freitas Lima. (Orgs.). **Gêneros e Práticas Culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

ARAÚJO, Eronides Câmara de. “Fazer de algumas passagens, e quem sabe um dia, você possa assinar”: Homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

ARAÚJO, Eronides Câmara de. **Homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor**. Curitiba: APRIS, 2016.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. Mobilização social e práticas educativas. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Capacitação em Serviço Social e política social. Mód. 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000.

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. **Do velho instituído pelo discurso da caridade e da higiene ao idoso saudável inventado pelos saberes gerontogerátricos**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, 2013.

CISNE, Mirla. **Serviço Social**: uma profissão de mulheres? Uma análise crítica da categoria de gênero na história “feminização” da profissão. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife PE, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DELEUZE, Gilles. **A Imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HAHNER, June Edith. Mulheres da Elite, Honra e distinção das famílias. *In*: PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.) **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: editora Cortez, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. *In*: PRIORE, Mary del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

PEREIRA, Maria Aparecida Figueirêdo. **Na retina das agentes, os reflexos do espelho**: Histórias da revista íntima na Penitenciária do Serrotoão (2009-2014). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, PB, 2019.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESAVENTO, S. J.; LANGUAGE, F. (Orgs.) **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PINSKI, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. *In*: PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

PRÉDES, Rosa. O Serviço Social no Brasil. *In*: FÉRRIZ, Adriana Freire; PATRIOTA, Lúcia Maria; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio (Orgs.). **O Curso de Serviço Social da UEPB**: Elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2014.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. Tradução: Susana Funck. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POR UMA HISTÓRIA DO DIREITO DAS MULHERES: UM ENFOQUE NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Matheus De Oliveira Figueiredo

Resumo: O presente trabalho trata da história das mulheres no que se refere a seus direitos previdenciários. Nisso, analisa-se a contradição erguida em torno da Previdência Social, um dos três pilares da seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social) cujo objetivo é amparar seus segurados, mas as mudanças na concessão de benefícios, como aposentadoria e pensão por morte do cônjuge, acarretam prejuízos para a mulher, muitas vezes, injustificada com a desigualdade salarial em relação aos homens. Diante disso, nosso objetivo será discutir como essas mudanças acarretam o apagamento dos direitos femininos. Assim, trabalharemos com os conceitos de Gênero em Scott, passearemos pela história das mulheres com Margareth Rago e Mary del priori, previdência social com Lazzari entre outros autores.

Palavra-chave: História das mulheres, Direito, previdência social.

INTRODUÇÃO

*mama áfrica (a minha mãe)
é mãe solteira
e tem que fazer
mamadeira todo dia
além de trabalhar
como empacotadeira
nas casas bahia*

Chico César

Quando compôs a letra da música *mama África* na década de 80 do vigésimo século, o cantor e compositor Chico César, afirmou em entrevista¹ que o fez inspirando-se nas imagens de mulheres que transitavam nas primeiras horas da manhã, carregando sacolas rumo ao trabalho fora de casa, no agitado vai e vem da cidade de São Paulo. Nessas imagens o artista as imagina como se fossem o continente africano, explorado pelos colonizadores europeus, com seus filhos espalhados pelo mundo, sem que elas tivessem qualquer reconhecimento. Chico deduz que todas aquelas mulheres que via trafegar pelas ruas eram também mães, eram “mamas áfricas” mantendo jornadas duplas de trabalho, primeiro cuidando dos afazeres domésticos, dedicando-se aos filhos, e seguindo para o trabalho no espaço público, levando-os no pensamento. Muitas vezes essas mulheres em suas lides diárias não recebiam qualquer auxílio, muitas sendo solteiras, seguiam sem apoio, notadamente sem o apoio masculino. No

¹ Em entrevista concedida em sua página na *internet*, Chico César comenta que criou a letra de *Mama África* ao fazer uma caminhada matutina pelas ruas de São Paulo, quando ia recepcionar no aeroporto, uma de suas irmãs que vinha da Paraíba para visitá-lo em São Paulo, durante o trajeto a pé, ao olhar o movimento das ruas, deu de cara com mulheres que seguiam para o trabalho fora de casa, após terem já cumprido sua primeira jornada com os filhos. <https://www.chicocesar.com.br/index.php/chico-cesar-conta->

entanto, laboravam incessantemente, abarcando uma rotina exaustiva e repetitiva, que além de doméstica tem também lugar nas fábricas, nas feiras, nas escolas, nos escritórios, nos supermercados, vivenciando infundáveis contratempos em seus ritmos de vida.

Refletindo sobre a situação de mulheres, como as que o artista nos fala (trabalhadoras em jornadas de trabalho extenuantes), urge a necessidade de analisarmos importância, alcance e conceito de Seguridade Social, expresso nos artigos 194 da Constituição Federal de 1988, o que expressa: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os **direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social**. Sendo a Previdência Social, um dos três pilares que compõem a Seguridade Social, proteger seus segurados dos riscos sociais, como a morte, a invalidez, reclusão, desemprego, aparecem no texto constitucional como seu objetivo.

A fim de proteger as mulheres dos riscos sociais, em virtude de estarem a mercê desses eventos de maneira mais corriqueira que os homens, a Previdência Social, assegurou-lhes a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade, ambas fixadas em tempo inferior à aposentadoria dos trabalhadores de sexo masculino. Assim, somente para citar o exemplo da aposentadoria, utilizando o critério de idade, os homens com as regras atuais, tem de chegar aos 65 anos para perceberem seus benefícios, enquanto as mulheres precisariam chegar aos 60 anos, portanto, contabilizando 05 anos a menos. Alterações nessas e em outras situações tem gerado uma grande celeuma, no cenário jurídico e legislativo, além de uma onda de descontentamento pelos segurados de tais benefícios, sobretudo mulheres, pois a proposta de reforma da previdência, tratou inicialmente da possibilidade de que homens e mulheres tenham equiparados os critérios que regem as aposentadorias, ou seja a paridade.

Recorrendo à história das mulheres, nota-se o quão injusta são as mudanças pretendidas pela reforma da previdência para elas, que tiveram suas participações no mundo do trabalho asseguradas de forma desigual, ocupando lugares subalternos, sendo mal remuneradas, com salários inferiores aos masculinos, expostas a perigos e insalubridades de toda ordem. A provável reforma retira das mulheres a única maneira que o legislador encontrou para ressarcir-las das situações degradantes que lhes sobravam no ambiente de trabalho. Atuando em locais permeados pela divisão sexual das atividades, em contextos mantenedores de privilégios para o sexo masculino. Sendo muitas vezes vítimas de abusos, inclusive de abusos sexuais.

Dito isso, o presente estudo, pretende trazer à tona contribuições a respeito da História das mulheres, com foco nos seus direitos previdenciários, considerando que há no horizonte uma perda significativa deles, há muito reivindicados e tardiamente adquiridos. Segundo Giuliani (2004) nos anos 80 do século passado, verificou-se uma gama de propostas de renovação na cultura sindical, movimentos populares, união de mulheres trabalhadoras, grupos feministas, partidos políticos e diversos setores sociais, tendo ocasionando uma necessidade de se pensar a divisão sexual do trabalho, destacando que “[...] muitas queixas e relatos sobre a discriminação e a segregação sexual conseguem sair das paredes domésticas em que até então estavam enclausuradas e tornam-se fontes de denúncias e de demandas de novos direitos [...]” (GIULIANI, 2004, p. 539). A trajetória de lutas das mulheres visando conquistas em suas atividades laborais, que as nivelasse aos homens decorreu de muitas turbulências. Conforme Rago (2004, p. 486)

Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior

da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões.

Logo, não há como desconsiderar que as mulheres são, como se sabe, historicamente mais vulneráveis aos percalços do cotidiano no trabalho em razão da cultura patriarcal na qual estamos ainda mergulhados. Contexto que ainda se vislumbra nos dias de hoje, por meio das desigualdades salariais em relação aos homens e mulheres. Em sentido semelhante (PINKSY; PEDRO, 2008, p. 277) em seus estudos sobre o trabalho feminino, acrescentam que,

“[...]as mulheres trabalhavam por salários mais baixos, nos setores menos prestigiados da economia e/ou mais vulneráveis à flutuação e geralmente em tarefas “não qualificadas” e em posições subordinadas. O fato de empregadores contratarem prioritariamente mulheres para determinados serviços significava que queriam diminuir seus custos com mão-de-obra. O trabalho para que eram contratadas passava com o tempo a ser visto como “de mulher”, “adequado ao feminino” e encarado como sendo de baixa produtividade.

Esse tratamento diferenciado no tocante ao trabalho feminino é suficiente para que se compreenda a razão delas obterem acesso à aposentadoria mais cedo que os homens, já que a mão de obra feminina não é valorizada, embora elas executem os mesmos trabalhos que o sexo oposto. Porém, apesar de todo esse corolário de injustiças destacado pelas autoras acima referidas, uma das justificativas para que a reforma seja levada a efeito, retardando nesse percurso o direito das mulheres de se aposentarem, estaria justamente no fato de que elas contribuem menos para os cofres da previdência e apresentam expectativa de vida superior em relação aos homens, vivendo em torno de sete anos a mais que eles. Em sentido contrário a essas alegações “é preciso considerar as diferenças nas condições de saúde entre homens e mulheres. Em idades avançadas as mulheres vivem mais do que os homens, porém com maiores taxas de morbidade”. (DIEESE, 2019). Tudo isso as torna vulneráveis à exclusão econômico-social.

Em entendimento divergente, há quem defenda que as mulheres deveriam ter acesso à aposentadoria com a mesma idade preconizada aos homens, já que reza a constituição Federal em seu Art. 5º - ***Todos são iguais perante a lei***, sem distinção de qualquer natureza”. Isso implica dizer que a Constituição de 1988 também chamada de cidadã, por defender a garantia da cidadania plena de todos “significou conquistas relevantes para as brasileiras, defendendo, entre outros, os princípios da isonomia entre homens e mulheres.”(SCOTT, 2013, p. 13).

Há que se ressaltar que o princípio da isonomia, já havia antes sido defendido com rigor pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) cuja criação se deu em 1919 através das discussões do Tratado de Versalhes, com o fim da primeira Guerra Mundial. A OIT tem como meta a justiça social, assim propõe-se a verificar as condições de trabalho pelo mundo, combatendo as discriminações de qualquer ordem, não se eximindo de tratar o trabalho exercido por mulheres, dispondo que, “A trabalho igual deve-se pagar salário igual, sem distinção de sexo do trabalhador” sendo um outro ponto a recomendação de que “deve-se organizar em cada Estado, serviço de inspeção que compreenda mulheres, a fim de assegurar a aplicação de leis e regulamentos para proteção dos trabalhadores.”

Dessa maneira, as questões situadas no gênero ganham força, a partir do Tratado de Versalhes, com a criação da OIT, sendo o Brasil seu signatário, e em suas recomendações defendeu-se a proteção à saúde da mulher trabalhadora, acolhendo temas como: a maternidade, o trabalho noturno, a insalubridade, a periculosidade. Subliminarmente, havia uma mensagem de reafirmação da mulher como sexo frágil, o qual deveria ser protegido de qualquer situação adversa. Preferencialmente, as mulheres deveriam não perder de vista seus dons naturais para o casamento e a maternidade, é o que nos informa (BORELLI; MATOS, 2013, p. 66),

“[...] denúncias sobre as difíceis condições do trabalho feminino multiplicaram-se e circulavam constantemente na imprensa operária, que, em suas diferentes vertentes (anarquista, socialista e comunista), passou a condenar o labor das mulheres fora do lar. Visto como atividade transitória –que deveria ser interrompida por ocasião do casamento ou do nascimento de um filho –, o trabalho feminino fora de casa passou a ser tolerado apenas como uma fatalidade da pobreza.

As matérias dos jornais operários, apenas corroboram como pensamento de que lugar de mulher não era na cena pública. Uma forma sutil de demarcar lugares sociais para mulheres, de continuar mantendo controle sobre os corpos, lhes empregando interditos. “Na história do Brasil, a interferência do Estado na órbita do trabalho feminino foi marcada por ambiguidades. As ações governamentais priorizaram a proteção e defesa da instituição familiar, reforçando a importância da maternidade e os cuidados femininos do lar.” (BORELLI; MATOS, 2013, p. 70). Porém, em 1998 com a Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais dos Trabalhadores da OIT, é que a organização reforça sua intenção de erradicar a discriminação referente ao Gênero, visando garantir a igualdade entre homens e mulheres. Ademais, a OIT empenha-se na observação do cumprimento de direitos fundamentais do mundo do trabalho como a liberdade sindical e o combate ao trabalho forçado, o fim do trabalho infantil bem como o fim da discriminação no que tange ao emprego e ocupação, o que repercute na situação das mulheres no âmbito do trabalho.

Diante do já exposto, nosso objetivo será discutir o teor das mudanças alavancadas com a reforma de previdência no que se refere às mulheres, e como essas mudanças se situam na lógica da retirada de seus direitos, conquistados com muita perseverança. Não se permitindo ignorar que a reforma previdenciária instaura perdas para os trabalhadores de um modo geral, mas para as mulheres, essa perda se consolida de maneira ainda mais contundente e cruel, tomando forma na dissolução de benefícios, tendo por resultado incapacidade de geração de renda, os aumentos nos nichos de pobreza, o desamparo social e a não reparação de uma história marcada por desnivelamentos calcados, acima de tudo no gênero.

METODOLOGIA

A história de desigualdades sexuais vivenciadas por mulheres em relação aos homens, é analisada dentro da categoria de Gênero. Segundo Scott (1992) além de teorizar essas desigualdades, o termo gênero se aplica na análise dos contextos social e cultural, pensando também nas muitas diferenças que dentro deles estão inseridas, como: a raça, classe e etnia, contemplando a diferença dentro da diferença. No entanto, nesse estudo me concentro nas diferenças de ordem sexual aprioristicamente, pois é a partir delas que foram estabelecidas as regras relativas aos benefícios da previdência social. Por isso inclino-me para o pensamento de Scott, quando ela afirma que o estudo da história das mulheres envolve “as relações de poder, os sistemas de convicção e prática - do conhecimento e dos processos que o produzem; por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político”(SCOTT, 1992, p. 95).

Diga-se, portanto que, temos a história de lutas empreendidas por mulheres e sua agenda extensa, mesmo assim, as ameaças a respeito da reforma da previdência tendem a anular tais lutas, a permitir que elas tenham praticamente resultado em vão, sobretudo para as mulheres que hoje ocupam o mercado de trabalho e para as gerações vindouras. Nesse rumo, a Seguridade social que conforme preceitua o artigo 194 da Constituição Federal de 1988, é definida como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, os quais formam seu conhecido Tripé.

A previdência Social é um dos três pilares que compõem esse tripé formado pela Seguridade Social. Para Castro e Lazzari (2018):

“[...] Mesmo entre muitos dos que entendem difícil ou mesmo impossível a gestão do atual sistema, não há controvérsia a respeito da insubstituível atuação do Estado no campo da segurança social, protegendo os indivíduos contra os riscos inerentes à perda da capacidade laborativa, permanente ou temporária, ou à inexistência de condições de subsistência por conta própria, bem como na provisão da saúde pública.

De acordo com os autores supra mencionados o Estado “possui, entre suas funções, a proteção social dos indivíduos em relação a eventos que lhes possam causar a dificuldade ou até mesmo a impossibilidade de subsistência por conta própria, pela atividade laborativa”. (CASTRO; LAZZARI, 2018, p. 09). A reforma da previdência, nos moldes que se afigura, todavia, desampara mulheres trabalhadoras na medida em que são elas quem tem seus trabalhos mais precarizados e que dependem de benefícios como pensões que também lhes serão retiradas. A reforma não oportuniza a mitigação das perdas sofridas pelas mulheres, com as mudanças nas regras para concessão de benefícios, como aposentadoria e pensão por morte do cônjuge. No entanto, essas incongruências na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos, no exemplo em tela das cidadãs parece ter longa data:

Na história do Brasil, a interferência do Estado na órbita do trabalho feminino foi marcada por ambiguidades. As ações governamentais priorizaram a proteção e defesa da instituição familiar, reforçando a importância da maternidade e os cuidados femininos do lar. Considerando o trabalho das mulheres fora do domicílio uma atividade provisória e/ou complementar ao trabalho exercido pelo chefe de família, tais ações, em geral, privilegiaram os homens em detrimento das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, quando a economia demonstrou necessitar da mão de obra feminina, o Estado e o patronato facilitaram a sua incorporação ao mercado. (BORELLI; MATOS, 2013, p. 70)

É importante ressaltar, que o trabalho feminino sofreu variáveis históricas, a depender do tempo e espaço vivenciados; nem sempre as mulheres foram bem aceitas nos espaços públicos, os quais tinham na figura do homem seu autêntico representante. No Brasil a mulher insere-se no mercado de trabalho lentamente de forma acanhada. Demonstrando um desequilíbrio no que tange a participação masculina a esse mercado. Para além dessas conclusões, muitos rechaçam as vantagens obtidas pelas mulheres ao garantirem suas aposentadorias em tempo e idades menores que os homens. Esse fato estaria configurando a elas, um acintoso privilégio que colide com o que rege a carta magna, no tocante ao princípio da igualdade. Convém dizer que tal pensamento em relação às mulheres não considera a história de desigualdades por elas vivenciadas, não admitindo o mecanismo compensatório que os chamados “privilégios femininos” resguardam.

Cabendo acrescentar que, se os direitos previdenciários das mulheres ferem o princípio constitucional da igualdade, sua retirada ou equiparação ao direito relegado aos homens nesse caso concreto, iria de encontro ao que preconiza o princípio que constitui a essência da previdência social: o princípio da solidariedade social, o qual está relacionado à noção de isonomia que quer dizer tratar desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades. Desigualdades estas, que estão longe de uma efetiva minoração, pois segundo preleciona mesmo após décadas de inserção das mulheres em variados setores de trabalho, e “em que pesem todos os avanços obtidos nas últimas décadas, a desigualdade é evidente, em especial em alguns quesitos, como, por exemplo, na comparação dos rendimentos médios entre homens e mulheres” (SCOTT, 2013, p. 13).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em conformidade com os dados obtidos nessa pesquisa, visitando a história das mulheres e a legislação constitucional e previdenciária vigentes a respeito do direito feminino, constatou-se que apesar das muitas lutas empreendidas e até de certas conquistas angariadas pelas mulheres no sentido de igualdade ou reparação às injustiças por elas vivenciadas nos ambientes laborais, ainda toma corpo uma evidente desigualdade, percebidas nos salários inferiores, ainda que exerçam a mesma função, com iguais atribuições. A persistência em não minorar as décadas de trabalho mal remunerado, as jornadas duplas exaustivas, divididas com as lides domésticas, com o papel de “Rainhas do Lar” de cuidar da prole e do marido e dos afazeres de casa. Espaço que muitos ainda atribuem, baseados nos preconceitos e estereótipos de sua condição como inferior e frágil, incompetente para as jornadas de trabalho extra lar, o que se apresenta como justificativa para a desigualdade salarial em relação aos homens.

Queiram ou não, soa impossível falar de avanços na história dos direitos das mulheres, quando o que se vê no horizonte são retrocessos, sobretudo quando falamos na reforma da previdência, o aumento do tempo de trabalho e contribuição femininos, deixa de reconhecer o histórico de injustiças e desigualdades que acompanham suas trajetórias. Ainda assim, há divergências de posicionamentos, há quem seja a favor da diferença de idade entre homens e mulheres para a aposentadoria, e outros que enxergam como injustiça contra as mulheres tais mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, este trabalho buscou enfatizar o quão prejudicial será para as mulheres a reforma da previdência, nos moldes que ora se apresenta: aumentando-lhes o tempo de serviço e de contribuição, visto que a história tem demonstrado que são as mulheres mais injustiçadas no universo que compõe o trabalho. Seja através da desvalorização de suas atividades laborais em relação aos trabalhadores de sexo masculino, seja através da precarização das mesmas. É preciso não esquecer que as mulheres continuam em grande medida, exercendo duplas jornadas de trabalho, ao contrário dos homens que em sua maioria dedicam-se somente ao trabalho nas esferas públicas e não dividem com as companheiras as atividades domésticas ou a atenção aos filhos. Nesse diapasão, compreendo que o Estado ao garantir às mulheres um tempo de serviço e contribuição inferiores aos que são destinados aos homens, não o faz a fim de beneficiar as mulheres, não lança sobre elas qualquer benesse, ao contrário procura reparar, sanar ou meramente amenizar toda a história de injustiças e desigualdades que acompanham a trajetória da história dos direitos das mulheres no ambiente de trabalho, dispensado a elas condições equânimes de cidadania.

REFERÊNCIAS

- BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.
- DIEESE. As mulheres na mira da reforma da Previdência. Nota Técnica, n. 202. DIEESE, Março de 2019.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org). **A escrita da história**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. *In*: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LAZZARI, João Batista; CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de Direito Previdenciário**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. 4. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

OPERADORAS DE TELEMARKETING: UMA ABORDAGEM A CERCA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Gabriella Monteiro Vieira

Resumo: Sabe-se que a mão-de-obra feminina se apresenta de maneira majoritária na realização de serviços voltados às empresas de *telemarketing*, setor cuja estrutura de funcionamento dá-se de maneira precarizada. No intuito de compreender o processo de precarização do trabalho, especificamente no setor de tele atividades em Goiás, faz-se necessário um trabalho analítico que abarque as especificidades incorporadas a tais serviços, tendo em vista as condições pré-estabelecidas pela lógica capitalista pós-fordista na qual as empresas de *call center* se inserem. Sendo assim, cabe aqui uma observação rigorosa às práticas engendradas nesses ambientes, responsáveis por condicionar os(as) trabalhadores(as) a realidades trabalhistas marginais, competitivas, desiguais e promotoras do “adoecimento” do trabalho. Assim, o presente estudo tenciona compreender e relacionar a presença feminina marcante na realização de tais serviços às seus aspectos precários de trabalho.

Palavras-chave: precarização do trabalho; *telemarketing*; mulheres.

INTRODUÇÃO

O setor de tele atividades no Brasil se desenvolveu de maneira intensa a partir da década de 1990, quando o setor de comunicação ganhou visibilidade por estabelecer um elo entre empresas e clientes por vias telefônicas. Entretanto, tal período também marcou uma ascensão de perspectivas neoliberais voltadas para o sistema capitalista, cuja lógica objetivava a maximização dos lucros a partir da exploração e intensificação do trabalho. Nessa perspectiva emerge o Pós-fordismo, resultado do desenvolvimento fordista, tendo como principal marca a acumulação que priorizava a burguesia em função da expropriação da mão-de-obra operária. Entretanto, a configuração da nova lógica se deu a partir de especificidades pré-existentes às condições periféricas brasileiras, promovendo uma manutenção dessas estruturas e abrindo espaço ao pós-fordismo periférico.

Essa processualidade atinge também, ainda que de modo diferente, os países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, Coréia, México, entre tantos outros que, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas anteriores, começaram a presenciar mais recentemente significativos processos de desindustrialização e desproletarização, tendo como consequência a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado, etc. (ANTUNES, 2009, p. 105).

A lógica incipiente corporificou a transformação do proletariado em precariado, uma nova classe de trabalhadores (as) responsáveis pela realização de serviços precarizados e mal pagos, marcados pela suprerexploração e intensificação das atividades, além de características baseadas em preceitos neoliberais de terceirização, financeirização e adoecimento do trabalho. Nessa medida, cabe questionar quem são os(as) trabalhadores(as) que realizam tais serviços: camadas marginalizadas ocupadas por grupos femininos, não brancos, jovens e migrantes (BRAGA, 2012).

Percebe-se, desse modo, uma compreensão a cerca da presença enfática de mulheres nos *call center's*, haja vista sua posição historicamente desigual e inferior ao homem. Apesar da inserção feminina na sociedade de classes por meio da realização de trabalhos assalariados ter ocorrido de maneira massiva durante século XX e, recentemente, marcar uma evidência quantitativamente maior em relação à mão-de-obra masculina, as mulheres seguem relegadas á condições de trabalho inferiores e desiguais (MÉSZÁROS, 2002). Nesse sentido, o desenvolvimento do sistema de produção e o alcance da penetração feminina no mesmo não possibilitou sua emancipação, contrariamente, promoveu a intensa expropriação de uma força de trabalho submetida a péssimos salários e inferiorizarão á figuras masculinas, tanto do patrão, quanto de trabalhadores que exerciam, inclusive, mesmas funções que elas.

Portanto, a penetração feminina ás empresas de *telemarketing* incluem um estudo aprofundado capaz de sistematizar as condições em que as mulheres estão imersas na lógica do capital, bem como identificar os grupos sociais em que as mesmas estão alocadas, de modo a compreender os motivos pelos quais as atividades de *call center* são massivamente desenvolvidas por frações marginalizadas e excluídas socialmente. Os motivos pelos quais tais grupos se apresentam a trabalhos precarizados incluem um conjunto de aspectos, especificamente nas empresas de tele atendimento, que atuam como atrativos e influenciaram o crescimento exorbitante do setor.

O QUE TORNA AS EMPRESAS DE TELEMARKETING AMBIENTES DE REPRODUÇÃO DO TRABALHO PRECARIZADO?

Os serviços de tele atendimento estão entre as atividades que mais crescem dentro da lógica capitalista periférica no Brasil, principalmente após o “boom” da nova economia, cujo protagonista se torna o pós-fordismo (CAVALCANTE, 2009). Tendo como uma de suas principais tendências a terceirização, essa lógica opera visando a individualização dos serviços e a redução dos custos com a força de trabalho, haja vista que as empresas de *telemarketing* proporciona uma atração constante de mão-de-obra precarizada.

Essa atração decorre de uma série de fatores próprios do setor de tele atividades, dentre os quais cabe destacar a própria relação entre os(as) *call center's*, dificultada pela rotatividade de funções, tendo como principal objetivo impedir o estabelecimento de uma relação entre funcionários(as) que possibilite questionamentos e/ou reivindicações a respeito de suas condições de trabalho. Além disso, muitas dessas empresas impõem, como condição inerente aqueles serviços, o alcance de metas em relação a quantidade de vendas, além do monitoramento constante da realização dos atendimentos, resultando no desenvolvimento relações competitivas incapazes de permitir uma organização coletiva.

Não obstante, para além da rotatividade das funções, existe também o processo de rotação de funcionários, responsável pela demissão constante do quadro de atendentes para que haja possibilidade de inserir novos trabalhadores, o que confere ao serviço um caráter de instabilidade, na medida em que não há nenhum tipo de seguridade quanto a duração de tal emprego. As incertezas que permeiam esses serviços, somadas ás necessidades de competição, á intensificação do trabalho, aos baixos salários e ao eminente estresse proporcionado por tais condições configuram o que Braga (2012) denominou “adoecimento do trabalho”, fortemente presente em cada um dos serviços precarizados da lógica periférica vigente.

MERCADO DE ATRAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PRECARIZADA

Para uma ampla compreensão sobre quais os aspectos que fazem desses espaços ambientes de reprodução de trabalhos realizados por trabalhadores(as) precarizados, vale levantar o seguinte questionamento: dada as condições atroz de trabalho, por que os call centers continuam sendo um setor de intensa atração de mão-de-obra? O processo de ascensão dos serviços de tele atendimento proporcionou uma possibilidade de emprego a uma pluralidade de grupos sociais, pois não havia necessidade de mão-de-obra especializada. Ademais, o setor prometia um acesso ao mercado formal, ainda que as especificidades do serviço promovessem uma manutenção da informalidade. Assim, promoveu-se a penetração de pessoas que necessitavam de um emprego de maneira emergencial e não possuíam especializações no que tange ao ensino ou às experiências empregatícias anteriores com a promessa de inseri-las, finalmente, na formalidade.

Assim, as empresas de telemarketing passaram a contratar grupos de pessoas que viviam em situação de desemprego, em busca de melhores condições de trabalho e seduzidas pela possibilidade de fuga de suas atividades intensas e mal remuneradas anteriores. Desse modo, o setor tem como característica um constante interesse por parte de determinados trabalhadores(as) em compor seu quadro de funcionários, pois apesar das estruturas precárias, representam a possibilidade de subterfúgio do estado de desemprego e miséria.

PRESENÇA MAJORITÁRIA DE MULHERES NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NOS SETORES DE TELE MARKETING

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas a mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

As mulheres se encontram inseridas de maneira desigual nos mais distintos aspectos da sociedade, na relação marital, no espaço doméstico, nos aspectos culturais e religiosos e, enfaticamente, na sociedade de classes, tanto em sua estrutura (ocupando espaços periféricos e marginais), quanto em sua própria atuação na reprodução do trabalho, desenvolvendo atividades ditas como tipicamente femininas e subvalorizadas. Todavia, a trajetória histórica da mulher, responsável por evidenciar a separação de tarefas direcionadas ao fator sexo, também se adequou às necessidades e demandas do sistema capitalista, principalmente com os novos setores de trabalho desenvolvidos pela ascensão da lógica neoliberal. A perpetuação dos paradigmas voltados para a feminização do trabalho pode ser notada de maneira nítida nas empresas de *call center*, por exemplo.

Além dos tradicionais trabalhos domésticos, grupos de mulheres têm, recentemente, ocupando diversos espaços nas estruturas de classe, transitando para outras atividades observadas, de maneira patriarcal, pelo patronato, como “inerentes” às suas habilidades femininas (PISCITELLI, 2009). Nesse sentido, observa-se uma manutenção de estigmas que marcam, definem, e impõem a padronização do gênero na realização do trabalho, algo que pode ser observado nas empresas de call center, cujo serviço evoca uma participação de mulheres, haja vista o papel de comunicação que deve ser realizado no contato direto com os clientes.

Ademais, direcionando-se ao aspecto da precarização dos serviços e da ocupação enfática de mulheres em ambientes que atuam a reprodução desse tipo de trabalho, torna-se possível compreender que houve uma transferência das estruturas sociais para as estruturas do trabalho (SAFFIOTI, 2013). Sendo o grupo feminino ocupante massivo de ambientes desiguais, excludentes, marginais e periféricos, sua inserção no mercado de trabalho se deu de modo a preservar essa mesma dicotomia, alocando-as em subempregos, mercados informais ou precarizados, cuja lógica inclui a baixa salarial e superexploração, a intensificação do trabalho e, consequentemente, a concentração de lucros e a manutenção do monopólio burguês.

Nessa medida, observa-se a promoção de um ciclo em que as mulheres que vivenciam realidades marginais e subalternas não possuem estrutura financeira para alcançar uma emancipação de si e, finalmente, conseguir ocupar espaços menos precários para financiar melhores condições de existência. O que reafirma enquanto crença a noção de que o capitalismo é capaz de promover a autonomia econômica feminina, sendo esta uma mística forjada pelo próprio capital para firmar sua rede de dominação capaz de influenciar essas trabalhadoras a almejar o alcance de empregos, ainda que estes não forneçam estruturas dignas de trabalho.

Segundo Antunes (2009, p. 105), as mulheres compõem mais de 40% da força de trabalho, chegando a ultrapassar quantitativamente o contingente masculino em alguns países de capitalismo mais desenvolvido, tal ascensão acompanha o crescimento do trabalho precarizado e desregulamentado. Na divisão sexual do trabalho operada no espaço fabril, as atividades direcionadas às mulheres representam o trabalho intensivo, restrito a áreas rotinizadas em que se desenvolvem funções com maior intensificação do trabalho, enquanto aos homens é destinado o chamado capital intensivo, operado por máquinas e instrumentos mais avançados que exigem maiores especializações e conhecimento técnico.

A contradição da relação social do trabalho feminino pode ser ilustrada a partir de alguns dados, responsáveis por configurar de maneira quantitativa as complexidades das estruturas de gênero postas ao mercado. Segundo a matéria do site “Agência Brasil” (OLIVEIRA, 2019), um estudo feito pelo IBGE entre 2012 a 2018 aponta uma desigualdade salarial direcionada ao sexo, cujas trabalhadoras no Brasil recebem, em média, 20,5% que os homens. Essa pesquisa confere caráter positivo às discussões a cerca das contradições que envolvem as relações sociais de trabalho das quais as mulheres fazem parte de maneira efetiva. É preciso pensar sobre as possíveis justificativas para tal desigualdade, relacionando-a a hegemonia masculina nos diversos aspectos sociais para que se compreenda a presença da mesma nas estruturas econômicas da estrutura de classes. Ademais, cabe analisar a presença da desvalorização da capacidade e da força de trabalho das mulheres, ainda que estas realizem mesmas funções em mesmos espaços que outros homens.

CONCLUSÃO

Portanto, para compreender o caráter social do trabalho do setor de *telemarketing* faz-se necessária uma percepção a cerca da maneira como este se insere em uma lógica responsável por promover um caráter precário, capaz de atuar como meio de acesso a grupos subalternizados, especificamente o contingente proletário feminino, ao mercado de trabalho. Tal lógica está engendrada nas estruturas capitalistas periféricas brasileiras sobre as quais o sistema de produção se desenvolveu. Esse caráter periférico serviu como molde para o florescimento das distintas lógicas de produção, auxiliando na configuração das mesmas de maneira concomitante à arquitetura precária do capital nacional.

Assim, instaura-se um pós-fordismo amarrado às estruturas perifericizadas, tendo como eixo a promoção de aspectos capazes de bancar a superexploração e a marginalização do trabalho, proporcionando a intensificação de lucros às custas do proletariado que ocupa as camadas mais expropriadas e mal pagas da sociedade de classes, o precariado. Tendo como foco tal grupo, em geral, e a mão-de-obra feminina, em particular, cabe analisar o caráter histórico da presença de mulheres no mercado de trabalho e das desigualdades preexistentes ao capitalismo, mas reapropriadas por ele. A presente análise torna visível que o sistema capitalista de produção não criou a desigualdade de gênero, bem como outras estruturas de desigualdades sociais, mas utiliza-as de maneira estratégica na medida em que insere tais trabalhadores em empregos precarizados, promovendo a manutenção de seus antagonismos.

As investigações aprofundadas no setor de tele atendimentos tornam visíveis como as atividades realizadas neste cumprem com o compromisso fordista de manter a hegemonia burguesa e empresarial por intermédio da precarização de serviços que possuem intensa capacidade de contratação, tendo em vista o crescimento do setor a partir da década de 1990, as parcelas de trabalhadores desempregados e a ascensão de perspectivas neoliberais de organização de atividades voltadas para o desenvolvimento de novas tecnologias. Uma extraordinária e exorbitante industrialização dos serviços.

Nesse sentido, as empresas de *call center* são responsáveis por cumprir a política do precariado ao impor estruturas organizacionais que instauram a precarização, a intensificação das atividades, a insalubridade, o despotismo, a rotinização, os baixos salários, o estresse, as oportunidades escassas de ascensão, as demissões frequentes, o consequente adoecimento, além de dissuadi-los de qualquer prática coletiva, principalmente sindical. Esta é a única capaz de cercear o desmanche das estruturas de competição, individualização e manutenção da marginalização de grupos sociais historicamente presentes em espaços invisibilizados, excludentes e desiguais.

Essa organização antagonica dá luz à relação gênero e trabalho, intersecção necessária para a emergência da inferiorização feminina nos diversos âmbitos sociais, especificamente na categoria de classes. A partir da presente análise é possível notar uma dupla apropriação por parte do capitalismo dos antagonismos de gênero preexistentes: na manutenção das históricas divisões sexuais do trabalho transpostas às relações sociais e organizacionais na realização de atividades; e na inserção marginalizada e desigual da mulher em espaços de reprodução do trabalho precarizado.

Partindo dos aspectos de promoção da precarização dos serviços de tele atividades, torna possível a percepção da contradição dessa estrutura precária. Do mesmo modo que, como descrito anteriormente, o setor atrai homens e mulheres para a realização desse trabalho, mas repele-os ao introduzir tais grupos a realizações de atividades sob condições marginais e precarizadas. Entretanto, apesar da incongruência, tais empresas seguem sendo um meio de acesso do precariado à manutenção de suas condições básicas de existência. Assim, o vigente sistema de produção atua como reprodutor de diferenças e desigualdades.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários** - Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- CAVALCANTE, Sávio. **Sindicalismo e privatização das telecomunicações**. São Paulo: Editora expressão popular, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. A epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. **Rev. Estud. Fem.** [online], v. 16, n. 2, p. 359-385, 2008. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200004>.

GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel (Caderno 13). In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 11-109.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n. 1, jun. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

LUKÁCS, Georg. “O que é o marxismo ortodoxo?” In: NETTO, José Paulo (org.). **Lukács**. São Paulo: Ática, 1981. p. 59-86.

MARINI, Rui Mauro. “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil” e “Dialética da dependência”. In: MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-165.

MARX, Karl. “A mercadoria”; “Processo de trabalho e processo de valorização”. In: MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 45-78; 149-163.

MARX, Karl. “Prefácio” e “Introdução”. In: MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Os Pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 101-132.

MÉSZÁROS, István. “A liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva”. In: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** – rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 267-311.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Nielmar de. “Pesquisa do IBGE mostra que mulher ganha menos em todas as ocupações”. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes>. Acesso em: 25 set. 2020.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-48.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Editora expressão popular, 2013.

“OKAY LADIES, NOW LET’S GET IN FORMATION”: A QUESTÃO RACIAL E O EMPODERAMENTO FEMININO NAS OBRAS DE BEYONCÉ

Tainara Cristina Egídio Camargo¹

Resumo: Beyoncé é sem sombras de dúvida um nome de grande destaque na música do tempo presente e utiliza sua arte como uma maneira de dar voz a pautas como o feminismo e a questão racial, assuntos que aparecem mais precisamente em seus álbuns *BEYONCE* (2013) e *LEMONADE* (2016). Com isso, o presente trabalho busca abordar a questão racial e o empoderamento feminino em canções da cantora Beyoncé, por meio da análise de imagens de videoclipes e do conteúdo das letras, com o intuito de aferir o impacto desses posicionamentos na sociedade e na música, na década de 2010.

Palavra-chave: Beyonce; Feminismo; Racismo.

INTRODUÇÃO

Toda geração possui uma diva da música e na história da música negra americana já passaram nomes como Aretha Franklin (1942-2018), na década de 60, com seus potentes vocais, Nina Simone (1933-2003) um ícone do jazz, Tina Turner (1939) a Rainha do rock ‘n roll, Whitney Houston (1963-2012) que uniu música à atuação em seu currículo, além de outras estrelas como Ella Fitzgerald (1917-1996), Billie Holiday (1915-1959), Donna Summer (1948-2012), e chegando na década de 2000, Beyoncé.

“*My persuasion can build a nation*”² como cita em sua canção “Run the world (girls)” (ano), mostra como Beyoncé é um fenômeno na indústria midiática estadunidense, acumulando prêmios, números estratosféricos, tendo o poder de transformar em ouro tudo aquilo que toca, de roupas a projetos artísticos de outros cantores, uma verdadeira celebridade, um conceito que, de acordo com Rojek (2008) surgiu no declínio da sociedade cortesã, dos séculos XVII e XVIII, onde o capital cultural passou a ser detido por homens e mulheres que venciam pelo próprio esforço, dessa forma, estas pessoas passaram a ter glória e tomaram o lugar da crença no divino, com impacto sobre a consciência pública.

Porém, na contramão a alguns artistas, que insistem em afirmar que sua arte não pode se misturar com política, Beyoncé usa suas músicas e videoclipes para tratar de pautas sociais como o feminismo e o racismo, chocando uma parcela do grande público conservador que consome sua arte como um entretenimento. Mesmo com todas as polêmicas acerca de seu álbum “*LEMONADE*” (2016), este possui uma nota 92 no *Metacritic*, um importante portal de críticos musicais, sendo um selo verde, assim como toda a discografia da cantora.

O presente trabalho busca analisar o feminismo e o enaltecimento da identidade negra presentes em seus álbuns “*BEYONCÉ*” (2013) e “*LEMONADE*” (2016) assim como, os respectivos videoclipes, sendo estes uma fonte audiovisual para a escrita da história da música, assim como cita Junior Soares (2008):

¹ Mestranda PPH/UEM na linha de História Política.

² Minha persuasão pode construir uma nação. (RUN THE WORLD (girls) 2011)

“O gênero musical é definido, por elementos textuais, sociológicos e ideológicos, se tornando uma espiral que vai dos aspectos ligados ao campo da produção às estratégias de leitura inscritas nos produtos midiáticos. Na rotulação está presente um certo modo de partilhar a experiência e o conhecimento musical, ou seja, dependendo do gênero, elementos sonoros como distorção, altura e intensidade da voz, papel das letras, autoria e interpretação, harmonia, modo, melodia e ritmo ganham contornos e importâncias diferenciadas. (SOARES, 2008, p. 98)

OBJETIVOS

O feminismo negro surge como uma vertente do feminismo, por conta de uma falta de representação da mulher negra, em movimentos sociais hegemônicos, pois enquanto mulheres brancas buscavam seus direitos, as mulheres negras ainda se viam presas a resquícios da escravidão, como cita Angela Davis (1981):

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia (DAVIS, 1981, p. 97).

A filósofa e ativista Angela Davis, em uma conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís (MA), destacou que:

Historicamente, nos EUA, tem-se a ideia de que os artistas existem para promover o entretenimento das pessoas. Dessa maneira, perde-se de vista o profundo papel dos artistas, que é colocar uma nova consciência, uma vez que eles têm recursos visuais e performáticos, usam o corpo como forma de expressão artística, enfim, possuem modos de dizer as coisas que o discurso político não dá conta. Quando se fala de uma pessoa que ficou famosa na Europa, por exemplo, isso é importante caso ela seja uma porta-voz da luta contra o racismo. (DAVIS, 1997)

Com base nessa ideia de Angela Davis (1997), pode-se destacar que, o trabalho de Beyonce não é apenas um mero entretenimento ou tão somente músicas e vídeos mega produzidos, mas também uma maneira de levar pautas como feminismo, racismo e enaltecimento da identidade negra aos holofotes. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar a presença destes discursos em canções e vídeos de Beyoncé, utilizando como aporte teórico o conceito de representação de Roger Chartier (1991) está que é o instrumento pelo qual um indivíduo ou um coletivo, constrói um significado para o mundo social. Sendo assim, um processo de significação intencional, carregado de interesses, que corresponde a uma determinada estratégia de um agente social ou de um grupo social. Construir representações é tanto uma prática cultural quanto sociopolítica e essa representação é um componente essencial dos discursos que nunca são neutros ou isentos, mas sim práticas sociais dotadas de intencionalidade e correspondem a interesses específicos.

RESULTADOS

Beyoncé Giselle Knowles Carter é natural de Houston, no Estado do Texas, sua carreira teve início aos 8 anos no grupo *Girl's Tyme* que se tornaria, mais tarde, o *Destiny's Child*, na década de 90. A questão do empoderamento

feminino em canções de Beyonce, tem início no *Destiny Childs* (1997-2006) com canções como *Survivor* (2001) que retrata o processo de fim de um relacionamento abusivo e *Independent Woman* (2001) que fala a respeito da independência financeira da mulher.

“Tell me how you feel about this
Do what I want, live how I wanna live
I worked hard and sacrificed to get what I get
Ladies, it ain’t easy bein’ independent
Question: How’d you like this knowledge that I brought
Braggin’ on that cash that he gave you is the front
If you’re gonna brag make sure it’s your money you flaunt
Depend on no one else to give you what you want”³

(INDEPENDENT WOMAN, Beyoncé / Corey Rooney / J. Olivier / S. Barnes, 2001)

Em 2003, Beyoncé lança seu primeiro álbum solo chamado “*Dangerously in Love*”, que vendeu cerca de 11 milhões de cópias e conquistou 5 *Grammy Awards*, a canção mais famosa do álbum, “*Crazy in Love*” é considerada a música da década de 2000, pelo canal de música *VH1*. Seu segundo álbum solo é lançado em 2006, o “*B-day*” e com ele Beyoncé conquista mais um Grammy e se torna a primeira mulher a vencer o *American Music Awards* (2007). No ano de 2008, Beyoncé lança “*I Am... Sasha Fierce*”, um álbum com canções de grande sucesso como “*Halo*”, “*Single Ladies*” e “*If I Were a Boy*” em que a questão do gênero surge novamente e a cantora narra como seria sua vida se ela fosse um homem, isenta de julgamentos comumente imputados as mulheres.

“If I were a boy
Even just for a day
I’d roll out of bed in the morning
And throw on what I wanted then go
Drink beer with the guys
And chase after girls
I’d kick it with who I wanted
And I’d never get confronted for it
‘Cause they’d stick up for me”⁴
(If I Were a Boy, BC Jean / Toby Gad., 2008)

³ “Diga como você se sente sobre isso
Faço o que eu quero, vivo como eu quero viver
Eu trabalhei duro e me sacrifiquei para conseguir o que consegui
Mulheres, não é nada fácil ser independente
Pergunta: Como é este conhecimento que eu trouxe
Gabando-se daquele dinheiro que ele lhe deu é o cúmulo
Se for se gabar esteja certa que é seu próprio dinheiro que você ostenta
Não dependa de ninguém mais pra lhe dar o que você quiser” (INDEPENDENT WOMAN. 2001)

⁴ “Se eu fosse um garoto
Mesmo que só por um dia
Eu levantaria da cama de manhã
E vestiria o que eu quisesse e iria
Beber cerveja com os caras
E paqueraria garotas
Sairia com quem eu quisesse
E eu nunca teria que ser confrontada por isso
Porque eles ficariam do meu lado” (IF I WERE A BOY. 2008)

“Who run the world? Girls!” com esse refrão marcante, Beyoncé lança a canção “Run The World (Girls)” presente em seu álbum “4” de 2011, período em que estava grávida de sua primeira filha Blue Ivy. O clipe da canção citada mostra uma batalha dos sexos, ocasião em que a cantora, cercada de bailarinas, enfrenta um exército de homens, mostrando assim, a figura de mulher poderosa e persuasiva que, através de sua força poderia construir uma nação. Ao final do vídeo arranca a medalha de um homem, simbolizando que venceu.

No ano de 2013, em seu álbum homônimo “BEYONCÉ” a cantora usa pela primeira vez o termo “feminismo” e inova no mercado, lançando um álbum audiovisual em que todas as suas canções possuíam clipe, tocando em tabus como a questão do padrão de beleza em “Pretty Hurts”, liberdade sexual em “Partition” através da frase “Os homens acham que as feministas odeiam o sexo. Mas é uma atividade muito estimulante e natural que as mulheres adoram”. Na canção “Flawless”, Beyoncé faz citação a fala de Chimamanda Ngozi Adichie no *Ted Talks* intitulado “Nós deveríamos ser todos feministas” (2013):

“Ensina-mos as meninas a se retraírem, para inferiorizá-las.
Dizemos para as garotas: você pode ter ambição, mas não demais.
Você deve visar ser bem sucedida, mas não tão “bem” caso contrário,
ameaçará o homem, porque eu sou uma fêmea, esperam que eu deseje me casar
Esperam que eu faça as minhas próprias escolhas na vida,
sempre tendo em mente que o casamento é a mais importante delas
Falando sério, o casamento pode ser uma fonte de alegria, amor e apoio mútuo
Mas por que ensinamos às garotas a aspirar ao casamento,
e não ensinamos a mesma coisa aos meninos?
Educamos as garotas para se considerarem concorrentes, não por emprego ou
por realizações, o que eu penso que pode ser uma coisa boa, mas pela atenção dos homens
Nós ensinamos as garotas que não podem ser seres sexuais da mesma forma que os garotos são.
Feminista: uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos.”
(ADICHIE, 2013)

Em 2014, apresenta todo o seu álbum no VMA, onde iniciava sua apresentação em frente a um telão com a palavra “FEMINIST”:



Imagem disponível em: http://lounge.obviousmag.org/caleidoscopio_cultural/2014/12/o-feminismo-de-beyonce.html.

Acesso em: 31 jul. 2020.

Em 2016, a cantora surpreende mais uma vez e lança de surpresa o single “*Formation*”, uma canção cujo clipe é repleto de ativismo racial, enaltecimento da identidade negra e críticas a violência policial. O clipe foi gravado na capital do Jazz, Nova Orleans, e se inicia com uma voz questionando “*What happened at the New Orleans? Bitch, I’m back by popular demand*”⁵ declaração do rapper negro Messy Mya (1987-2010), assassinado a tiros em 2010, em New Orleans. Messy criticava em seus vídeos no YouTube a violência policial na região. Beyoncé também cita “*My daddy Alabama, momma Louisiana*”⁶ dois estados do sul dos EUA marcados por um passado escravocrata., mostrando dessa forma, que a artista se orgulha de sua descendência.

Para a análise desse videoclipe aplicou-se o recurso da semiótica, esta que seria um método de investigação de signos relacionados a cultura, “Decifrar o grande, através do pequeno” (BLIKSTEIN,1993. p.165). A semiótica seria dessa forma “desde o âmago de sua origem, como sendo a teoria dos signos, encontra respaldo epistemológico suficiente para ser instrumento básico, necessário e indispensável para os estudos da comunicação midiática” (FERNANDES,2006.p.3)

Beyoncé faz referência ao furacão Katrina, que atingiu New Orleans, em 2006, afetando grande parte da população, com isso a cantora aparece no meio de uma enchente sob uma viatura de policia. Há também a mensagem “*stop shooting us*”⁷ que aparece grafitada em um muro enquanto um garotinho negro dança break diante de um cerco de policiais. A violência policial contra os negros abalou várias cidades americanas e dominou o noticiário mundial entre 2014 e 2015. Beyoncé também mostra sua filha com o rapper Jay Z quando a música cita: “*I like my baby hair, with baby hair and afros. I like my negro nose with Jackson Five nostrils*”⁸. Beyoncé mostra uma inversão de papeis, colocando negros em posição de poder na casa grande no período da escravidão.



Imagem disponível em: <https://nyulocal.com/anti-beyonc%C3%A9-protest-tests-beyhives-strength-2d89cd90c9ff>.

Acesso em: 01 ago. 2020.

⁵ “O que aconteceu em New Orleans? Vadia, estou de volta por demanda popular.” (FORMATION. 2016)

⁶ “Meu pai de Alabama, minha mãe de Louisiana.” (FORMATION. 2016)

⁷ “Parem de atirar em nós” (FORMATION. 2016)

⁸ “Eu gosto do cabelo do meu bebê, com o cabelo de bebê afro, Eu gosto do meu nariz negro com narinas Jackson Five” (FORMATION. 2016)



Imagem disponível em: <http://ego.globo.com/musica/noticia/2016/02/clipe-de-formation-musica-nova-de-beyonce-tem-participacao-de-blue-ivy.html>.



Imagem disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/349521621077610228/>. Acesso em: 01 ago. 2020.

No dia seguinte ao lançamento da canção e do videoclipe, ocorreu o Super Bowl 50 que teria como atração do *Halftime* a banda Coldplay, que convidou para a performance o cantor Bruno Mars e Beyoncé, que apresentou a canção “FORMATION” pela primeira vez e sob olhares do mundo todo, em um evento recorde de audiência e muito aguardado, Beyoncé surge no gramado com suas dançarinas vestindo jaquetas que faziam referência ao uniforme dos Panteras Negras. Minutos depois a audiência conservadora criou a *hashtag*

#BoycottBeyoncé e não se conformavam com o fato da cantora ter aproveitado a exposição do evento para exercer um ato de protesto. Após isso, foram organizadas manifestações contra a cantora na sede da NFL, Donald Trump, que na época era pré-candidato republicano à presidência dos EUA, avaliou a apresentação como “ridícula” e “inapropriada”.



Imagem disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/tvshowbiz/article-3432666/Coldplay-start-Super-Bowl-50-Halftime-Beyonce-Bruno-Mars-join.html>. Acesso em: 01 ago. 2020.

O álbum “*Formation*” é lançado em abril de 2016, e assim como o “*BEYONCÉ*”, também agregou elementos audiovisuais, em que a cantora utiliza o filme poesia e prosa escrita pela poeta somaliana Warsan Shire (1988). Em “*Forward*” é apresentado mulheres, negras segurando fotos de seus filhos negros assassinados por policiais.



Imagem disponível em: <https://knowyourmeme.com/photos/1110827-beyonces-lemonade>. Acesso em: 01 ago. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário artístico, até mesmo na atualidade, há uma grande falta de representação de negros na televisão, de acordo com a jornalista Alexandra Baldeh Loras (2017), apenas 4% dos artistas da televisão brasileira são negros, geralmente em papéis como empregados, escravos, bandidos e meros coadjuvantes, sem nenhum protagonismo. O que não é muito diferente dos Estados Unidos, onde em premiações de cinema, TV e música possuem uma lista pequena de indicações e prêmios a grupos negros. Conclui-se assim, que em todo esse contexto de falta de representatividade na mídia, Beyoncé, sua música e seu engajamento, geram um grande impacto na indústria, não sendo apenas uma cantora, mas levando questões como o empoderamento feminino e o enaltecimento da identidade negra para a mídia, mostrando ao mundo como negros podem e devem ocupar lugares de poder.

LISTA DE REFERÊNCIAS MUSICAIS

INDEPENDENT WOMAN: <https://www.letras.mus.br/destinys-child/10596/traducao.html>. Acesso em: 31 jul. 2020.

IF I WERE A BOY: <https://www.letras.mus.br/beyonce/1443820/traducao.html>. Acesso em: 29 jul. 2020.

RUN THE WORLD (GIRLS): <https://www.letras.mus.br/beyonce/1870591/traducao.html>. Acesso em: 01 ago. 2020.

PARTITION: <https://www.letras.mus.br/beyonce/partition/traducao.html>. Acesso em: 01 ago. 2020.

FLAWLESS: <https://www.letras.mus.br/beyonce/flawless/traducao.html>. Acesso em: 01 ago. 2020.

FORMATION: <https://www.letras.mus.br/beyonce/formation-dirty/traducao.html>. Acesso em: 01 ago. 2020.

FORWARD: <https://www.letras.mus.br/beyonce/forward/traducao.html>. Acesso em: 01 ago. 2020.

REFERENCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. Youtube, **TEDx Talks**, 12 abr. 2013. https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc. Acesso em: 01 ago. 2020.

ÁLBUM marcou estreia solo de Beyoncé. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Dangerously_in_Love. Acesso em: 31 jul. 2020.

BLIKSTEIN, Izidoro. Semiótica: uma ciência de... detetives. **Revista USP**, n. 16, p. 161-166, 1993.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>.

COIMBRA, Isabela Gaby; BRAGA, Vanessa Gonçalo; CAVALCANTE, Carmen Luisa Chaves. Semiótica da Cultura: Análise do Clipe Formation da Cantora Beyoncé. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 19., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Intercom, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Portal Geledés**, 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>.

FERNANDES, Maria Cristina Deziró. Comunicação, semiótica e música : diálogos e reflexões. **Avesso do avesso: revista de educação e cultura**, v. 7 , n. 7, p. 27-38, out. 2009.

GALDINO, Ana Elisa Ferreira. **Música pop e sentidos políticos** - Usos e apropriações das performances de Beyoncé por mulheres ouvintes. 2018.

LOPES, Vilma de Souza. **Empoderamento, representatividade e crítica ao racismo em Lemonade**, Beyoncé, 2016. 2017.

LORAS, Alexandra B. **O Negro na Mídia**. 2017. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/blog/coluna-da-alexandra-loras/o-negro-na-midia/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

METACRITIC: <https://www.metacritic.com/person/beyonce>. Acesso em: 18 jul. 2020.

PARENTES, Júlio César. **I'm flawless**: Visões do feminismo no discurso de Beyoncé. 2015. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, Rio de Janeiro, 2015.

ROJEK, Chris. **Celebridade**. Edição Única. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SOARES, Thiago. O videoclipe como articulador dos gêneros televisivo e musical. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 9., 2007, Salvador-BA. **Anais [...]**. Salvador: Intercom, 2007.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SÉC. XXI – VISÕES E DILEMAS PARA A HISTÓRIA

Idenilce Ferraz¹

Joelma Mendes Barbosa²

Resumo: Estamos no século XXI, e nós mulheres nos deparamos com um mundo extremamente violento, uma violência de gênero e que afeta diretamente a sociedade. Dessa forma, o presente texto pretende dialogar com conceitos como relações de gênero, machismos e a cultura patriarcal que nos foi imposta e que sujeita as mulheres em nossa sociedade. No âmbito da História, percebemos que essa mentalidade e discurso de dominação machista em relação às mulheres vieram se perpetuando, colocando-as em segundo plano dentro da sociedade. Em 2006, foi instituída a lei Maria da Penha para coibir estes atos violentos, mas ainda presenciamos diariamente casos de tal ocorrência. Este conceito de inferioridade que nos foi imposta faz parte de uma ideologia machista de que o homem é o chefe natural, nesta condição classificaram a Mulher como o sexo frágil, e assim as oprimem por séculos. Nesse sentido, analisaremos os autores: COLLING (2014) Tempos diferentes discursos iguais. BOURDIEU (1998), A Dominação Masculina, TEDESCHI, As Mulheres e a História, uma introdução Teórica metodológica, para problematizar a violência de Gênero em nossa sociedade.

Palavras-chave: Mulher – Violência – Patriarcado

A herança patriarcal, imposta ao gênero feminino durante muitos anos, é um sistema de conduta e de códigos que foi determinado para que os homens mantivessem o seu poder e a autoridade moral, social e físico sobre as mulheres. Neste sentido, o machismo é enraizado nas sociedades da contemporaneidade. Muitas mulheres que conseguem o poder de fala são assassinadas cruelmente por seus companheiros ou ex-companheiros, por não aceitar o fim do relacionamento, ou seja, a essência da nossa sociedade é machista.

Nesse sentido é preciso conceituar o que é o patriarcado, para compreendermos esse cenário. A violência doméstica é esta cruel herança do patriarcado, é a dominação masculina onde os homens predominam suas lideranças, política social, e autoridade moral sobre a família. Segundo o autor Bourdieu:

Enfim, as próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas predominantemente ao espaço privado doméstico, lugar de reprodução. (BOURDIEU, 1998, p. 56).

Mary Pimentel Drummontt, em seu texto *Elementos Para Uma Análise do Machismo*, define o machismo como um sistema de representações simbólicas e que tem o efeito de induzir os sujeitos a crer em uma farsa, voltada ao direito, dominação e submissão entre o homem e a mulher. Drumontt (1980) destaca que, ao utilizar o argumento

¹ Graduanda em História (UFMS/Campus Coxim). E-mail: idenilceferraz@gmail.com.

² Graduanda em História (UFMS/Campus Coxim). E-mail: joelminhadireito@hotmail.com.

sobre as relações do sexo, o machismo dividiu homens e mulheres em dois polos, sendo um o dominante (homem) e dominado (mulher). O autor conceitua que:

O machismo enquanto sistema ideológico oferece modelos de identidade, tanto para o elemento masculino como para o elemento feminino: Desde criança, o menino e a menina entram em determinadas relações, que independem de suas vontades, e que formam suas consciências: por exemplo, o sentimento de superioridade do garoto pelo simples fato de ser macho e em contraposição o de inferioridade da menina (DRUMMONTT, 1980, p. 81).

É importante ressaltar a importância das políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica, pois o Brasil é o quinto país mais violento do mundo, segundo dados estatístico³. A violência contra a mulher é estrutural ela ocorre em todos os níveis sociais, por isso surge a necessidade de enfrentar a violência de gênero.

A definição clássica de violência estrutural foi conceituada pelo autor Johan Galtung em 1969:

Nós nos referiremos ao tipo de violência onde há um agente que comete a violência como violência pessoal ou direta, e a violência onde não há tal ator como violência estrutural ou indireta. Em ambos os casos indivíduos podem ser mortos ou mutilados, atingidos ou machucados em ambos os sentidos dessas palavras, e manipulados por meios de estratégias de cenoura e porrete. Mas enquanto no primeiro caso essas consequências podem ter sua origem traçada de volta até pessoas e agentes concretos, no segundo caso isso não é mais significativo. Talvez não haja nenhuma pessoa que diretamente cause dano a outra na estrutura. A violência é embutida na estrutura e aparece como desigualdade de poder e consequentemente como chances desiguais de vida. (GALTUNG, 1969, p. 171)

A lei Maria da Penha, nº 11340.00 foi instituída no dia 07 de agosto de 2006, uma luta importante da farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, esta lei veio para resguardar o direito a vida das mulheres e oportunizar uma voz para as mulheres que são oprimidas pelo ciclo de violência de gênero. Esta luta da Maria da Penha Fernandes durou 19 anos e seis meses, hoje ela é um símbolo de luta para que as mulheres sejam livres de um mundo de violências. Conforme explana Fernandes em seu livro sobre a violência doméstica:

Com a criação da lei Maria da Penha sentiu-me recompensada por todos os momentos nos quais mesmo morrendo de vergonha, expunha minha indignação e pedia justiça, para que meu caso, e tantos outros, não fossem esquecidos. Hoje Sou presidente do instituto Maria da Penha, e minha vida dedico a essa luta de identificar as demandas femininas, contribuir e efetivar ações estratégicas para a consolidação das propostas da lei Maria da Penha, ou seja, inibir, punir e erradicar toda e qualquer violência praticada contra a mulher, garantindo, desse modo, o respeito, a dignidade, o direito e a justiça a mulher em situação de violência doméstica. Quanto a Marco Antônio Herredia Viveros, dezenove anos e seis meses depois do crime, a apenas seis meses da prescrição ele foi finalmente preso. Porém sua reputação ficou manchada para sempre, e disso ele será eternamente prisioneiro. (FERNANDES, 1998, p. 93-94).

Segundo a autora e protagonista do livro sobrevivi posso contar relatou em sua obra que foi necessário um litígio internacional para que se criasse uma lei de proteção, pois o Estado brasileiro foi responsabilizado por negligenciar, omitir e tolerar a violência de gênero contra as mulheres brasileiras.

³ Cf.: <https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/brasil-ocupa-5o-lugar-no-ranking-mundial-de-v>

Em 1998, enviamos, eu e duas instituições de peso, o centro para a justiça e o Direito Internacional, CEJIL, e o comitê Latino americano e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher, CLADEM, o meu caso para a comissão interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), protestando contra a demora quanto a decisão definitiva da justiça brasileira em relação ao processo. A comissão Interamericana publicou, em abril de 2001, um relatório, emanado da OEA, que citava o Estado brasileiro como responsável pela violação de direitos humanos, o que teve repercussão internacional. (FERNANDES, 1998, p. 93).

Sabemos que por trás da violência e dos assassinatos está o machismo, a violência doméstica ela não distingue classe, social, raça, etnia, religião e orientação sexual e grau de escolaridade.

Segundo o artigo 5º da lei Maria da Penha, a violência está classificada em:

Violência doméstica: Configura violência doméstica contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Violência física: é aquela que ofende a integridade, a saúde do corpo como: bater ou espancar, empurrar, atirar objetos na direção da mulher, sacudir, chutar, apertar, queimar, cortar ou ferir.

Violência psicológica: aquela que causa danos emocionais e diminuição da autoestima, que controla seus comportamentos, crenças e decisões; com ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguições, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Violência sexual: a que força a mulher a fazer, manter ou presenciar ato sexual sem que ela queira, por meio de força, ameaça ou constrangimento físico ou moral;

Violência patrimonial: uma vez que envolva a retirada de dinheiro conquistado pela mulher com seu próprio trabalho, assim como destruir qualquer patrimônio, bem pessoal ou instrumento profissional; é uma violência patrimonial.

Violência moral: aquela que desonra a mulher diante da sociedade com mentiras ou ofensas. É, também, acusá-la publicamente de ter praticado crime. São exemplos: falar mal diante dos amigos, acusar de algo que não fez e falar coisas que não são verdades sobre ela para os outros. (grifos das autoras)

A lei Maria da Penha (11.340/06) veio para garantir os direitos relacionados às mulheres, porém nem sempre ela é mantida e respeitada, pois infelizmente temos um machismo até mesmo nos sistemas de segurança de segurança. Por dia, são registrados inúmeros casos de violência contra mulheres, esse crescimento assustador é atendido em Centros de Atendimento à mulher, como disque 180, um serviço criado em 2005, pela secretaria de políticas públicas para mulheres e visa ser um canal de escuta, de apoio e de orientação para as mulheres em situação de violência.

Para o enfrentamento da violência é necessário políticas públicas mais eficazes e integradas na prevenção, esta discussão deve ser inserida nas escolas, pois o professor pode ser o mediador para desconstruir esses machismos presente em nossa sociedade.

Segundo o artigo 3º da lei 11340/2006:

É de responsabilidade da família, da sociedade e do poder público, assegurar às mulheres o direito, a vida, a segurança, a educação, a cultura, a moradia, do acesso a justiça, ao esporte e ao lazer ao trabalho, a cidadania, a dignidade ao respeito e a convivência familiar e comunitária.

Conforme o artigo 3º, a responsabilidade é de toda a sociedade, portanto, a lei Maria da Penha veio para desconstruir esta cultura machista e promover ações educativas de conscientização e surgiu com o intuito de fortalecer a rede de apoio às vítimas. Então podemos perguntar, por que temos tantos casos de violência contra as mulheres? Segundo o autor Pierre Bourdieu (1998), em sua obra *A Dominação Masculina*, descreve que a dominação masculina se dá por meio de:

A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto quidade do vir, virtus, questão de honra, princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através sobre tudo das provas de potencia sexual defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. O que são esperadas de um homem seja realmente um homem. Compreende-se que o falo, sempre presente metaforicamente, mas muito raramente nomeado e nomeável concentre todas as fantasias coletivas de potencia fecundante. (BOURDIEU, 1998, p. 10).

Ainda, foi instituído o *dia Internacional da mulher*, esta data foi oficializada pela organização das nações unidas no ano de 1975, e veio com o intuito de dar vozes às mulheres, esta comemoração não foi apenas para equiparação salarial, mas veio para intensificar o enfrentamento do machismo e da violência.

No contexto histórico brasileiro, a mulher sempre sofreu violência doméstica, foram décadas com esta crueldade, somente em 1998 as comissões Interamericanas de Direitos Humanos recebeu a denúncia da Maria da Penha Fernandes Maia, e assim precisou de um litígio internacional para que o Brasil instituisse uma lei de proteção.

Esta violência de gênero, ou seja, a violência acontece simplesmente pelo fato de ser mulher, por décadas os agressores ficaram impunes, ou seja, esta lei foi uma luta para o enfrentamento da violência, e após muitos debates, com o legislativo, executivo e a sociedade, e que por unanimidade foi aprovado no congresso nacional, na câmara dos deputados e pelo senado federal. No dia 07 de agosto de 2006, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a lei de proteção 11.340.

Maria da Penha Fernandes Maia foi indenizada pelo Estado do Ceará e o Governo Federal reconhecendo as suas lutas contra as violações dos direitos humanos das mulheres, batizou com o seu nome a lei 11.340, toda esta luta de gênero veio com o intuito de coibir, punir e erradicar qualquer forma de violência contra a mulher.

Durante décadas não tivemos visibilidade dentro da história, surgiram movimentos feministas que foram importantes para expor o machismo, esta ideologia patriarcal, que esta muito arraigada na contemporaneidade. Esta essência masculina que inferioriza e ratifica a construção das desigualdades de gênero, classificando a mulher como a incapaz. Segundo Colling:

A maneira androcêntrica de identificar a humanidade e de fazer das mulheres seres menores, a meio passo das crianças, e muito antiga, remonta a cultura grega para os gregos, a mulher era excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela sua civilização. Com os romanos, em seu código legal, é legitimada a discriminação feminina, através da instituição jurídica do pater famílias, que atribuía ao homem todo o poder: sobre a mulher, os filhos, os servos e os escravos. O direito transforma-se na civilização romana, em um instrumento de perpetuação dessa assimetria, legitimando a inferioridade da posição social da mulher. Por isso ao tentar recuperar a presença da mulher na história, foi necessária a construção de um novo mapa, de uma nova metáfora, desconfiando das categorias dadas como universais, e ao mesmo tempo, privilegiando as singulares, as pluralidades, as diferenças. (COLLING, 2014, p. 23).

Percebemos o quanto a história das mulheres foram desconsideradas e inferiorizadas pela maneira andro-cêntrica de identificação da humanidade. Esta subordinação está presente na ordem quase que natural na sociedade, isso reafirmado no contexto religioso, pois as igrejas criaram concepções impondo regras de celibato e castidade, proibição da separação, subordinação da mulher, enfim, representações que foi ensinada e estimulada com práticas de obediência e silêncio, ou seja, desde crianças as meninas são criadas para serem inferiores aos homens. Conforme explana o historiador Tedeschi (2012), em sua obra *As mulheres e a História: Uma Introdução Teórica Metodológica* destaca que o conceito de representações foi instituído pelo domínio clerical:

Esses símbolos e representações construídos pela moral católica muitas vezes ainda é um modo de designar papéis e posições de gêneros, assim como para criar representações femininas- A Eva pecadora e a virgem Maria assexuada, imagem paradoxal que acompanha a história corporal das mulheres. Os criadores desse discurso filosófico religioso são homens que representam através da linguagem, numa relação de poder, O gênero feminino. O corpo feminino quando é percebido através de categorias, e pelas próprias mulheres, confere uma justificação de aparência natural à visão da mulher e a divisão do trabalho entre os sexos. Essas construções, discursos gestados há séculos, nos chegam através de mecanismos de poder, que orientam disciplina e geram a vida e o imaginário das mulheres, por fim, será tratada a confluência dos saberes que demarca os espaços sociais das mulheres: a maternidade e a domesticidade. (TEDESCHI, 2012, p. 17-18)

A história precisa ser reinventada, desconstruir que o homem é superior à mulher dentro da sociedade e que a mulher é o sexo frágil, a dona do lar e que foi criada apenas para satisfazer as vontades do marido. Como desfazer este pensamento machista, sendo que Tedeschi (2012) afirma que existem mecanismos de poder e que estas diferenças e desigualdades fazem parte de uma construção cultural, social e política. Precisamos compreender esses mecanismos, que são: os exemplos do discurso clerical em que desvaloriza o feminino, as relações sociais e econômicas que eram influenciadas apenas do ser masculino, estes mecanismos são ferramentas que construíram uma sociedade com a essência machista, esta posição de inferioridade e subordinação nos foi imposta por séculos, este mito justifica que a essência masculina seria a “ordem natural” da sociedade.

Segundo o historiador Pierre Bourdieu (1998) em sua obra *A Dominação Masculina*, descreve que:

A dominação masculina encontra, assim, reunida todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão social do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus, moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade. (BORDIEU, 1998, p. 22).

Este pensamento machista está na essência de nossa sociedade, e essa desconstrução está bem longe de ser quebrada, pois faz parte do habitus, moldados historicamente por essa sociedade que detém poderes de dominação. As lutas das mulheres ocorreram durante todo o processo civilizatório, e existe esta relação entre gênero e poder que necessita ser estudada.

No séc. XVIII com a Revolução Francesa já existiam mulheres que lutavam por seus direitos de cidadania, no início do séc. XIX e na segunda metade do século XX, as lutas e manifestações pelos direitos políticos de votarem e serem votadas, ficaram mais fortes e organizadas.

O movimento feminista no Brasil, surgiu para dar visibilidade as mulheres, este movimento nasceu para o enfrentamento da violência de gênero e para oportunizar a igualdade de Direitos e de condições para a mulher dentro da sociedade, assim estes movimentos feministas buscaram combater a opressão e tentaram construir uma sociedade saudável, justa e igualitária para todos. Mas o que mais assusta neste cenário de violência, são as estatísticas.

Dialogando com o conceito de gênero, compreendemos a partir da autora Joan Scott que, não é o sexo que nos determina, mas nossas ações e nossas oportunidades de conquistar espaços de poder. O que precisamos é construir mecanismos e ações para mostrar ao mundo que as mulheres não são essas que as mídias mostram, que as mulheres vêm conquistando espaços na sociedade e no mercado de trabalho e deixando de lado esse lado de inferioridade.

As mulheres sempre estiveram presentes nos movimentos de contestação e mobilizações, elas sempre resistem e lutam por melhorias, organizam associações, clubes de mães, comunidades religiosas, lutam por creches, escolas, sempre buscando melhorias. Desafiando o papel feminino tradicional, participaram do movimento estudantil, partidos, sindicatos. Também, ainda que sempre em menor número que os homens, pegaram em armas, na tentativa de derrubar o regime militar. Foram duramente reprimidas e ainda estiveram presentes no movimento pela anistia. Temos também que lembrar muitas vitórias que as mulheres tiveram, como a luta das mulheres por emancipação, desde o século XIX elas se organizavam para combater as diferentes formas de opressão a que estavam submetidas, mesmo enfrentando muitas barreiras para se afirmar. Esta narrativa patriarcal construiu e alimentou a desigualdade de gênero, neste contexto histórico de dominação, TEDESCHI (2014) relata:

A dominação masculina impôs as mulheres espaços da não visibilidade, da não palavra, ao confinamento ao privado e a reprodução. A história das mulheres é acima de tudo a história do seu corpo é sobre essas questões que esta obra, a, luz da nova historiografia, sob a influência do feminismo, passa a desmascarar a real posição da mulher dentro da sociedade, desconstruindo o sentido negativo e ao mesmo tempo construindo outro feminino. (TEDESCHI, 2014, p. 10).

Devido ao discurso patriarcal que foi construído pela essência machista sobre o sexo feminino, alimentaram-se as desigualdades de gênero, ou seja, mulheres se tornaram na história invisíveis, apenas um corpo para reprodução, sem o discurso de fala, ficou décadas sem reconhecimento, com o feminismo Surgiu à necessidade de renascimento, de reconstrução de uma nova história dentro da história, com os movimentos feministas, surgiu uma mulher forte corajosa e imponderada.

A desconstrução e reinvenção da história deve admitir o caráter de construção que a história tradicional possui inclusive o papel e o lugar de homens e mulheres dentro da sociedade, impedindo que a generalidade seja reduzida à realidade de um único sexo considerar como universal um ponto de vista unilateral. A história deve ser analisada não somente um campo de dominação, manipulação e destino, mas como um leque imenso de possibilidades para os vários sujeitos historicamente constituídos. Assiste-se uma mutação de valores, em que uma história do progresso da razão é posta em questão, não em benefício do irracional, mas de outra razão, associada à alteridade, na qual o feminino e o masculino compartilhem das suas diferenças com igualdade. (COLLING, 2014, p. 14).

A história tradicional não pode ser esquecida, homens e mulheres possuem papéis diferentes dentro da sociedade, mas não deverá ser reduzida a um único sexo, a história não relata apenas a dominação masculina, mas sim o lugar de muitas lutas e resistência, oportunizando aos sujeitos históricos uma nova história e progresso e a alteridade é uma qualidade que ambos os sexos devem compartilhar com igualdade.

A partir dos anos 1960, a situação da mulher brasileira acompanhou o processo de industrialização e urbanização pelo qual o país passou desde a Segunda Guerra Mundial, mudanças também influenciadas pelos ventos dos movimentos feministas, que tomava força em outras partes do mundo.

Analisando a sociedade brasileira nesse contexto, observamos que ficam evidentes as questões referentes às mulheres ficam mais na invisibilidade, pois muitas não conseguem o direito de estudar, de trabalhar, da participação na política e até mesmo o uso de contraceptivos, ou seja, a busca por direitos individuais e coletivos que lhes garantissem a condição de cidadania plena.

Para muitos, as mulheres deveriam cuidar apenas do espaço privado, da educação dos filhos, da ordem doméstica de trabalhos manuais e deveriam cuidar de sua honra sempre se vestindo adequadamente, sabendo se comportar com recato. No entanto, na classe operária as mulheres já estavam trabalhando nas fábricas têxteis ou trabalhando como empregadas domésticas, entre outras ocupações; e há muito tempo algumas de classe média trabalhavam como professoras, enfermeiras, secretárias, ainda que não fosse de forma contínua.

Desde meados dos anos 1960, as mulheres jovens ingressavam cada vez mais nas universidades, recebendo influência das mudanças comportamentais que abalavam a juventude na Europa e nos EUA. Nesses países, as mulheres começaram a romper com tabus, queriam ser mais do que “reprodutoras” e mães assexuadas. Além de lutarem para serem protagonistas na vida política, as mulheres passaram a lutar para ter direitos sobre o próprio corpo – incluindo-se aí o direito ao prazer sexual – e pela igualdade civil e respeito intelectual.

O direito ao voto foi conquistado às duras penas, mas elas queriam romper com os padrões rígidos impostos pela sociedade patriarcal, para isso lutavam pelo direito de interrupção da gravidez, pela liberdade sexual, contra a violência sexista, por seu direito ao trabalho e pela afirmação no mundo público como cidadã. Temos aqui que lembrar que a pílula anticoncepcional colocou em questão a maternidade como destino obrigatório permitindo às mulheres assim desvincular a prática de sua sexualidade à gravidez. Já nos anos 1960, o mundo público, familiar e privado vem mudando, ainda que a igualdade entre homens e mulheres seja até hoje uma árdua batalha.

No Brasil, essas manifestações tiveram mais impacto a partir da virada para os anos 1970. Um dos símbolos da mulher liberada foi à atriz Leila Diniz. Ela fumava, usava vestidos curtos, era alegre, extravagante, extrovertida e irreverente. Sua foto na praia, grávida e com um minúsculo biquíni, é um dos ícones da nova mulher brasileira que emergia naquele momento e que deu muito que falar. Até então, a mulher grávida não mostrava sua barriga em público.

O Código Civil (1916) brasileiro da época colocava as mulheres em uma posição de cidadãs de segunda categoria e dava aos maridos e pais poderes de decisão sobre elas. Por exemplo, para trabalharem fora de casa careciam do consentimento de um dos dois. Mesmo assim a participação das mulheres nas atividades econômicas cresceu e se diversificou. Em 1976 aproximadamente 30% das mulheres já era parte da população economicamente ativa, contudo entre os homens esse número chegava a 74.1%. Os postos mais valorizados no mercado de trabalho eram sempre masculinos e o espaço de projeção social e política era exclusivamente dos homens.

O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho era visto com uma visão de que essa presença era uma “exceção”, que renda era complementar já que o sustento do lar ainda era garantido pelos homens. Assim servia para justificar as condições de trabalho ruins, a desigualdade salarial, e a ausência de creches. Na segunda metade dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, justamente quando o Brasil vivia um contexto político autoritário, as mulheres passaram a lutar cada vez mais por seus direitos e pela igualdade entre os sexos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina, 1930-2002**. Tradução Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.

COLLING, Ana Maria. **Tempos Diferentes Discursos Iguais**. A Construção do Corpo Feminino na História das mulheres e a História. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

DRUMONTT, Mary Pimentel. Elementos Para Uma Análise do Machismo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 3, p. 81-85, 1980.

FERNANDES MAIA, Maria da Penha. **Sobrevivi posso Contar**. Ceará: Ed. Armazém da cultura, 2012.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **As Mulheres e a História**, Uma Introdução Teórica Metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

www.planalto.com.br

www.revista.ufpe.br